SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 28 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3625

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
AMSOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – AMSOP.
CONTRATADA: BRASIL SOM LUZ LTDA, inscrita no CNPJ nº 28.229.950/0001-01
PROCESSO: Pregão Presencial nº 001/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, integração, treinamento e garantia de sistema de projeção de vídeo e iluminação cênica para o auditório da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP, compreendendo os Lotes 01 – Sistema de Projeção – Painel de LED e 03 – Equipamentos de Iluminação Cênica, conforme especificações do Edital, Termo de Referência e proposta vencedora.
VALOR CONTRATADO: Lote 01 – R$ 174.000,00; Lote 03 – R$ 18.600,00;
Valor global: R$ 192.600,00 (cento e noventa e dois mil e seiscentos reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis, vinculando-se o contrato ao Pregão Presencial nº 001/2026, ao Edital, Termo de Referência, proposta vencedora, adjudicação e homologação.

Francisco Beltrão/PR, 25 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS TURATTO
Presidente da AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:BFF6B052

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

RESOLUÇÃO Nº 002/2026 de 25 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a designação de servidor para exercer as funções de Leiloeiro Administrativo.

O Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem o Estatuto da entidade,
Considerando o disposto no artigo 31 da Lei 14133/2021, que permite a designação de Leiloeiro Administrativo;
Considerando a necessidade de alienar, através de leilão, bens móveis inservíveis,
Considerando o baixo valor dos bens a serem alienados;
Considerando os princípios que regem a Administração Pública, em especial os a legalidade, transparência e publicidade, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer as funções de Leiloeiro Administrativo, assim como, praticar todos os atos, estabelecer critérios e definir normas necessárias a realização do leilão, a técnica administrativa JESSIKA LUFT, portadora do R.G. nº 10.770.468-0 e inscrita no CPF/MF nº 077.916.359-17, no período de ocorrência de Leilão Público, sem prejuízo de suas atribuições.

Art. 2º A Leiloeira realizará o leilão com estrita observância da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos e de acordo com o próprio Edital do certame.

Art. 3º - Compete a Leiloeira organizar, operacionalizar, divulgar, prestar contas, expedir os documentos referentes às arrematações, produzir a Ata circunstanciada e realizar todos os procedimentos inerentes à sua função e objetivo fim da presente nomeação.

Art. 4º - O servidor nomeado por esta Portaria não será remunerado pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS TURATTO
Presidente da AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:1202F76D

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 003/2026

RESOLUÇÃO Nº 003/2026, 25 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Comissão para avaliação de bem móvel inservível a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP.

O Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem o Estatuto da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as pessoas abaixo relacionadas, sob a presidência da primeira, para procederem a avaliação de bens móveis inservíveis.

Claudemir Freitas
Elisa Maria Scalon Dal Moro
Guilherme Del Zotto Rodrigues
Art. 2º Tratam-se os bens a serem alienados de moveis inservíveis.
Art. 3º Os serviços prestados pelos Membros da Comissão não são remunerados.
Art. 4º As presentes disposições constantes nesta resolução entram em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito a partir de 25 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS TURATTO
Presidente da AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:F43BAAFE

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONSELHO FISCAL – 2ª CONVOCAÇÃO 2026

Ficam convocados todos os integrantes do CONSELHO FISCAL do CIEDEPAR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ, para uma reunião a ser realizada no dia 07 de outubro de 2026, com início às 9: 00 horas, na sede do CIEDEPAR, Rua Voluntários da Pátria, 400 – 4º andar - sala 402 – Centro Curitiba, Paraná, para deliberar sobre a orçamento do exercício de 2027, através da análise da seguinte documentação e na sequência a emissão de parecer:
1. Aprovação do orçamento financeiro/PLACIC-2027;
2. Aprovação da Planilha de Custos para fins de elaboração do Contrato de Rateio referente ao exercício de 2027;
3. Deliberação acerca das finalidades específicas previstas nos Protocolos de Intenções celebrados pelos Municípios Consorciados, com definição do Plano de Trabalho para o exercício de 2027;
4. Deliberação quanto aos valores a serem considerados nos Contratos de Rateio para o exercício de 2027, observados os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, definidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, conforme Decisão Normativa e Anexo IX aplicáveis ao exercício de 2026;
5. Deliberação e aprovação das cláusulas contratuais dos Contratos de Rateio para o exercício de 2027;
6. Outros Assuntos.

O presente Edital de Convocação será publicado nos sites: www.ciedepar.com.br e no diário oficial dos municípios do Paraná.

Curitiba, 24 de outubro de 2026.

AIRTON ANTÔNIO ANGOLIN
Presidente do CIEDEPAR e Prefeito de Nova Cantú

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:5D6EBA28

GABINETE DO PRESIDENTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 28ª. ASSEMBLEIA GERAL 14/10/2026 - ÁS 9: 00 - HORAS

Ficam convocados todos os integrantes do CIEDEPAR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ, para a 28ª Assembleia Geral Extraordinária, de acordo com CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do Protocolo de Intenções do CIEDEPAR a ser realizada no dia 14 (quarta-feira) de outubro de 2026, de forma hibrida, com início às 9 horas, em primeira convocação e às 9:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a ser realizada na sede do Consórcio, Rua Voluntários da Pátria, 402 – 4º andar - Edifício Wawel – Centro Curitiba, PR, pelo link disponibilizado através de e-mail ou pelo WhatsApp dos prefeitos (as) para instalação de Assembleia para deliberar sobre a seguinte,

ORDEM DO DIA:
1.** Aprovação do orçamento financeiro/PLACIC-2027**;
2. Aprovação da planilha de custo para contrato de rateio, exercício de 2027;
3. Finalidades específicas do protocolo de intenções celebrados pelos municípios consorciados, (Plano de Trabalho para o exercício de 2027);
4. Contrato de rateio para 2027 de acordo com os valores considerando os coeficientes do FMP, definidos pelo TCU – Decisão Normativa – Anexo IX exercício 2026.
5. Cláusulas contratuais do Contrato de rateio 2027;
6. Homologar o ingresso no Consórcio de ente federado município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções de acordo com o art. 37 do Estatuto do Consórcio e apresentarem leis autorizando a participar do CIEDEPAR:
· Município de Jardim Alegre – Lei nº 2.830, de 9 de setembro de 2026;
7. *Atualização do Anexo I – Relação dos Municípios do CIEDEPAR do Estatuto do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná.*
8. *Atualização da CLAUSULA QUARTA – São consorciados e integram o CONSORCIO INTERMINICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ todos os municípios do Paraná que ratificaram por lei o Protocolo de intenções, os seguintes Municípios relacionados: do Protocolo de Intenções;*
9. *Alterar a Cláusula Cinquenta incluindo: É admitida a contração por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, por meio de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:*
I - Até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar;
II - Para atender demandas do serviço, com programas, projetos, atividades e convênios;
III - implantação e execução de programas e ações do Consórcio em fase inicial ou em período experimental.
10. Deliberação sobre a proposta de alteração da Resolução nº 029/2023 do CIEDEPAR, com vistas a adequar o procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP) no âmbito do CIEDEPAR, na condição de órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços (SRP), em cumprimento à recomendação do *Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), nos termos do Acórdão nº 2192/2026 - Tribunal Pleno.*
11. *Outros assuntos.*

O presente Edital de Convocação será publicado nos sites: www.ciedepar.com.br e www.ampr.org.br; no diário oficial dos municípios do Paraná.

Curitiba, 24 de outubro de 2026.

AIRTON ANTÔNIO ANGOLIN
Presidente do CIEDEPAR e Prefeito de Nova Cantú

Publique-se

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:AF6F06B4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO DISPENSA PRESENCIAL 010.2026

COMUNICAÇÃO DE RESULTADO DE DISPENSA POR LIMITE

Até o dia **25 de setembro de 2026**, às **09h00min**, as empresas interessadas apresentaram proposta para o objeto da Dispensa por Limite, que é a **Contratação de serviços especializados de palestrante para atuação na XIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança do Iguaçu/PR, visando à exposição técnica de temas relativos às políticas públicas do setor, conforme orientações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)**, conforme especificações constantes no Termo de Referência**.**

As empresas que apresentaram as propostas foram as seguintes:

EMPRESA	CNPJ	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TANIA MARA MINETTO	27.711.153/0001-80	R$ 3.400,00	R$ 3.400,00
57.755.341 MARCIO CASTILHO DOS SANTOS	57.775.341/0001-56	R$ 3.450,99	R$ 3.450,99
TAURUS SERVICOS EDUCACIONAIS E CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA	33.249.276/0001-67	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
AD TREINAMENTOS E SERVICOS DE SAUDE LTDA	34.469.844/0001-06	R$ 4.799,00	R$ 4.799,00

Após análise das propostas e da documentação apresentada, verificou-se que a empresa **TANIA MARA MINETTO**, inscrita no **CNPJ nº 27.711.153/0001-80**, apresentou a proposta de **menor valor**, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e aos requisitos de habilitação previstos no Aviso de Dispensa.

Sendo assim, fica declarada vencedora da **Dispensa por Limite nº 010/2026** a empresa **TANIA MARA MINETTO**, inscrita no **CNPJ nº 27.711.153/0001-80**, pelo valor total de **R$ 3.400,00 (três mil quatrocentos reais)**.

Diante disso, informa-se que o processo seguirá seus trâmites legais para formalização da contratação e posterior execução dos serviços.

Boa Esperança do Iguaçu, 25 de setembro de 2026.

Comissão:

RENATO GRASSI –
Pregoeiro

CLECI CAVALLI DA ROCHA –
Equipe De Contratação

FERNANDA SOEIRO DA SILVA –
Equipe De Contratação

FABRICIO BELETINI

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:AE0BE50E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços: 143/2026
Pregão Eletrônico n° 054/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: 58.877.840 CLAUDINEI DOS SANTOS
CNPJ: 58.877.840/0001-17
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conserto de pneus, incluindo montagem e desmontagem, para veículos leves, pesados e máquinas da frota do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 142.245,00 (cento e quarenta e dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
Prazo de vigência: 25/09/2026 à 25/09/2027.
Data de assinatura do contrato: 25 de setembro de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:F3CD4381

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 39/2026 - RENOVAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 39/2026

Delibera sobre a renovação de inscrição de entidade junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Chopinzinho – PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, conforme a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei Municipal nº 3.750 de 19/12/201 e alterações, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a renovação da inscrição da **ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA AOS AUTISTAS DO SUDOESTE DO PARANÁ - ASAS**, CNPJ nº **46.336.249/0001-73,** junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Chopinzinho – PR.

Art. 2º A entidade permanece regularmente inscrita neste Conselho, estando apta a desenvolver programas, projetos e serviços voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º A renovação da inscrição terá validade de 04 (quatro) anos, devendo a entidade manter atualizada toda a documentação exigida.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **25 de setembro de 2026**.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 25 de setembro de 2026.

CRISTIANE ÂNGELA VERDI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:1DC30A06

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 305 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 63.575,00 (sessenta e três mil quinhentos e setenta e cinco reais), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
06.02.12.364.0011.2.030.3.3.90.36 (201)	000	5.000,00
06.04.13.392.0023.1.017.4.4.90.52 (282)	000	1.575,00
07.02.10.301.0007.2.035. 3.3.90.47 (376)	303	1.000,00
08.03.08.243.0009.6.001.3.3.90.36 (504)	000	6.000,00
12.01.28.846.0000.0.001.3.3.90.47 (639)	000	50.000,00
TOTAL		**63.575,00**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
03.01.04.122.0002.2.006.3.3.90.46 (61)	000	51.000,00
06.02.12.362.0003.2.058.3.1.90.04 (186)	000	5.000,00
06.04.13.392.0023.1.018.4.4.90.51 (283)	000	1.575,00
08.03.08.243.0009.5.002.4.4.90.51 (497)	000	6.000,00
TOTAL		**63.575,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 25 de setembro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:E38D1037

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 306 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.699.700,00 (um milhão seiscentos e noventa e nove mil e setecentos reais), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.36 (17)	000	8.000,00
03.01.04.122.0002.2.006.3.3.90.36 (55)	000	2.500,00
04.01.15.451.0013.2.099.3.1.90.13 (88)	000	18.000,00
04.02.06.182.0013.2.007.3.1.91.13 (100)	000	5.500,00
05.01.26.782.0014.2.009.3.1.90.13 (127)	000	22.000,00
06.01.12.122.0003.2.011.3.1.90.11 (145)	104	65.000,00
06.02.12.361.0003.2.014.3.1.90.11 (172)	103	740.000,00
06.02.12.361.0003.2.014.3.3.90.36 (181)	103	6.000,00
06.02.12.362.0003.2.058.3.1.90.11 (187)	000	15.000,00
06.02.12.365.0003.2.015.3.1.90.04 (208)	104	39.000,00
06.02.12.365.0003.2.015.3.3.90.46 (215)	104	30.000,00
06.02.12.365.0003.2.016.3.1.90.04 (216)	104	35.000,00
06.02.12.365.0003.2.016.3.1.90.13 (218)	104	8.000,00
06.02.12.365.0003.2.016.3.3.90.46 (225)	104	17.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.90.11 (240)	102	11.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.90.04 (3106)	101	44.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.90.11 (2461)	101	46.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.91.13 (3114)	101	9.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.91.13 (2710)	101	18.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.91.13 (245)	102	1.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.3.90.46 (250)	102	78.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.3.90.46 (3108)	102	12.000,00
06.03.12.365.0003.2.027.3.1.90.11 (2706)	101	101.000,00
06.03.12.365.0003.2.027.3.1.91.13 (2712)	101	12.000,00
06.03.12.365.0003.2.027.3.3.90.46 (3109)	102	12.000,00
06.03.12.365.0003.2.028. 3.1.90.04 (2731)	102	69.000,00
06.03.12.365.0003.2.028.3.1.91.13 (2714)	101	3.000,00
06.03.12.365.0003.2.027.3.3.90.46 (3110)	102	7.000,00
06.05.27.812.0022.2.032.3.1.90.11 (311)	000	215.000,00
06.05.27.812.0022.2.032.3.1.91.13 (313)	000	16.000,00
06.05.27.812.0022.2.032.3.3.90.46 (327)	000	10.000,00
07.02.10.303.0007.2.037.3.3.90.46 (413)	303	7.000,00
08.02.08.245.0008.2.045.3.1.90.13 (484)	000	700,00
08.02.08.245.0008.2.045.3.3.90.46 (495)	000	3.000,00
09.01.23.691.0015.2.053.3.1.91.13 (550)	000	4.000,00
10.01.20.608.0013.2.049. 3.3.90.46 (592)	000	10.000,00
TOTAL		**1.699.700,00**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
06.01. 1212800042.065. 3.3.90.30 (163)	103	634.142,60
06.03.12.365.0003.2.028.3.1.90.11 (265)	101	423.000,00
08.03.08.243.0009.5.002.4.4.90.51 (497)	000	94.000,00
08.04.08.241.0010.1.028.4.4.90.52 (521)	000	50.000,00
12.01.99.999.0019.9.001.9.9.99.99 (643)	000	498.557,40
TOTAL		**1.699.700,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 25 de setembro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:9A56558D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90061/2026 - REGISTRO DE PREÇOS, POR UM PERÍODO DE 1 ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, PARA FUTURA E EVENTUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90061/2026 (SRP 987503 - 25/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 14 de outubro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual prestação de serviços de transporte de passageiros, por meio de locação de veículos com motoristas, sem dedicação exclusiva, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Valor máximo estimado: R$ 517.550,00 (quinhentos e dezessete mil, quinhentos e cinquenta reais). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:65AE0284

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90032/2026 - AVISO DE SESSÃO PUBLICA

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90032/2026

REF: Processo 145/2026 - Edital de Concorrência Presencial n° 90032/2026.

O Município de Chopinzinho-PR, convoca as proponentes do Edital de Concorrência Presencial n° 90032/2026 para que compareçam no local, dia e hora marcados para a sessão pública pós diligência.

Dia: **29/09/2026 as 09:00 (nove) horas.**
Local: **Rua Miguel Procópio Kurpel n° 3811, Bairro São Miguel, Estado Paraná, Brasil**

Chopinzinho, 25 de setembro de 2026

MICHELI LETICIA DIETRICH LAZZARI
Agente de Contratação

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:40390292

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90033/2026 - AVISO DE SESSÃO PUBLICA

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90033/2026

REF: Processo 150/2026 - Edital de Concorrência Presencial n° 90033/2026.

O Município de Chopinzinho-PR, convoca as proponentes do Edital de Concorrência Presencial n° 90033/2026 para que compareçam no local, dia e hora marcados para a sessão pública para abertura dos Invólucros n.° 02 – Proposta de Preços.

Dia: **30/09/2026 as 09:00 (nove) horas.**
Local: **Rua Miguel Procópio Kurpel n° 3811, Bairro São Miguel, Estado Paraná, Brasil**

Chopinzinho, 25 de setembro de 2026

SILVIO ALVES DA ROSA
Agente de Contratação

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:A4BD0386

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DAS ATAS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026.

Extrato das Atas do Pregão Eletrônico nº 90055/2026. AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE USO VETERINÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CHOPINZINHO. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: A entrega dos produtos relativos à licitação deverá dar-se de forma parcelada, conforme a demanda, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que somente serão pagos os valores relativos aos produtos efetivamente entregues, conforme necessidade solicitada pela Secretaria requisitante. A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos no Município de Chopinzinho – PR, parceladamente, de acordo com a necessidade da Secretaria, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da NE, sem custo algum de frete, no prédio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, localizado na Rua 14 de Dezembro, 3977, Centro, Chopinzinho - PR. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de certificado de regularidade fiscal (CRF), e/ou documentos destinados a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para os licitantes sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente Gestão/Unidade: 10.01 - DPTO DE AGRIC. DES. RURAL E PROD ANIMAL Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) 504 - Royalties e Outras Compensações Financeiros Programa de Trabalho: 2060800132.049 - Manutenção das Atividades Desenv Rural, Agricultura e Prod Animal. Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Desdobrado: 2017/2018 – Materiais e medicamentos para uso veterinário Nota de Empenho: Não se aplica. Partes: Município de Chopinzinho e ARP nº 309/2026 – ELERA VET COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - Contratada, Valor Total da ARP: R$ 1.639,98 (um mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos). 310/2026 – ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES - Contratada, Valor Total da ARP: R$ 1.455,70 (um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos). 311/2026 – 60.441.221 EDUARDO DE SOUZA DUARTE - Contratada, Valor Total da ARP: R$ 1.575,00 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais). 312/2026 – NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - Contratada, Valor Total da ARP: R$ 11.100,00 (onze mil e cem reais). 313/2026 – MV COMERCIO E SOLUCOES LTDA - Contratada, Valor Total da ARP: R$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais). Data da assinatura, Chopinzinho-PR, 22 de setembro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:A86D3E96

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90055/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90055/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço - Compras nº 90055/2026, de 26/08/26, para Registro de Preços e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total Estimado de Contratação – R$
60.441.221 EDUARDO DE SOUZA DUARTE	1.575,00
ELERA VET COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	1.639,98
ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES	1.455,70
NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	11.100,00
MV COMERCIO E SOLUCOES LTDA	1.410,00

VALOR TOTAL	R$ 17.180,68

Que apresentou o Menor Preço para Registro.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração da Ata de Registro de Preços.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 22 de setembro de 2026

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:FFA9C52E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1034-2026 - EXONERA MARILENE DUARTE

PORTARIA Nº 1.034/2026

Exonera servidor temporário por término de Contrato.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e o Decreto 090/2018, de 21 de março de 2018,

CONSIDERANDO o Ofício Eletrônico n.º 1.020/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora Marilene Duarte, RG nº 8.***.*17-3 SESP/PR, matrícula funcional nº 3404-1, do cargo Temporário de Auxiliar de Creche, a partir de 04 de setembro de 2026, por término do Contrato.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE CHOPINZINHO, PR, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:0F700728

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1035-2026 - EXONERA ESTER RAQUEL DA SILVA

PORTARIA Nº 1.035/2026

Exonera servidor temporário por término de Contrato.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e o Decreto 090/2018, de 21 de março de 2018,

CONSIDERANDO o Ofício Eletrônico n.º 1.018/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora Ester Raquel da Silva, RG nº 13.***.*18-8 SESP/PR, matrícula funcional nº 3405-0, do cargo Temporário de Auxiliar de Creche, a partir de 04 de setembro de 2026, por término do Contrato.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE CHOPINZINHO, PR, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:50945F64

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1037-2026 - FÉRIAS JOSE CARLOS MARTINI

PORTARIA Nº 1.037/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.272/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias ao servidor Jose Carlos Martini, matrícula funcional nº 3832-4, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Manutenção e Patrimônio Público, referente ao período aquisitivo de 05 de maio de 2025 a 04 de maio de 2026, para fruição de 28 de setembro de 2026 a 07 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:8F1AC74E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 307-2026 - APOSENTADORIA NEUZA CONFORTIN ACORSI

DECRETO Nº 307/2026

Concede aposentadoria voluntária pela regra de transição, idade e tempo de contribuição e dá outras providências.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO PREVCHOPIM – Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º - A concessão de aposentadoria voluntária pela regra de transição de acréscimo de tempo de contribuição à servidora Neuza Confortin Acorsi, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 762-6, admitida em 13 de fevereiro de 2002, Nível/Classe Salarial XI, fundamentado no Art. 26 da Lei Complementar Municipal nº 149/2023.
Art. 2º - A fixação do valor dos proventos mensais de aposentadoria em R$ 2.784,71 (dois mil, setecentos e oitenta e quaro reis e setenta e um centavos), conforme demonstrativo de cálculo, com revisão na mesma data e proporção que o servidor efetivo ativo.
Art. 3º - A integração da servidora ao Quadro de Aposentados do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente à sua publicação, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 149/2023, revogadas as disposições em contrário.
Unidade Gestora do PREVCHOPIM, PR, 25 de setembro de 2026.

ALECSON PIASSA
Diretor-Presidente doPREVCHOPIM

Publicado por:
Geris Andrei Spadari
Código Identificador:887960EF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 167/2026 - CONVOCAÇÃO PSICÓLOGO TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 167/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais dos Processos Seletivos Simplificados para contratação temporária de Psicólogo, realizado de acordo com o edital de abertura nº 080/2026,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: PSICÓLOGO TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
14º	NATHANY A. B. DE SOUZA

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:BC2B3C27

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 14/2026 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 14/2026 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Tânia Rocha Pereira Baia – CPF: 040.660.429-02

Celebram, por meio do presente instrumento e em conformidade com a legislação trabalhista vigente, Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, que será regido pelas cláusulas abaixo e demais disposições legais aplicáveis.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do(a) contratado(a), na função de **Professor,** com carga horária de 20 horas semanal, no estabelecimento de ensino indicado pelo responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbataí do Sul – PR, podendo, no entanto, ser transferido de escola a qualquer momento se for de conveniência e interesse da Secretaria.

DA VIGÊNCIA
O presente contrato de trabalho é de prazo determinado e seu início começa em **03/09/2026**, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em casos excepcionais por até mais 12 (doze) meses.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o(a) contratado(a) receberá como salário base o valor de R$ 2.063,22 (dois mil, sessenta e três reais e vinte e dois centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:427853E4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 15/2026 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 15/2026 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Daiane Mainara da Silva Saragioto – CPF: 077.932.739-07

Celebram, por meio do presente instrumento e em conformidade com a legislação trabalhista vigente, Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, que será regido pelas cláusulas abaixo e demais disposições legais aplicáveis.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do(a) contratado(a), na função de **Professor,** com carga horária de 40 horas semanal, no estabelecimento de ensino indicado pelo responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbataí do Sul – PR, podendo, no entanto, ser transferido de escola a qualquer momento se for de conveniência e interesse da Secretaria.

DA VIGÊNCIA
O presente contrato de trabalho é de prazo determinado e seu início começa em **03/09/2026**, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em casos excepcionais por até mais 12 (doze) meses.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o(a) contratado(a) receberá como salário base o valor de R$ 4.126,55 (quatro mil cento e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:672D4BE0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 16/2026 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 16/2026 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Alessandra Macedo Silva Pontes – CPF: 080.909.569-63

Celebram, por meio do presente instrumento e em conformidade com a legislação trabalhista vigente, Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, que será regido pelas cláusulas abaixo e demais disposições legais aplicáveis.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do(a) contratado(a), na função de **Professor,** com carga horária de 20 horas semanal, no estabelecimento de ensino indicado pelo responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbataí do Sul – PR, podendo, no entanto, ser transferido de escola a qualquer momento se for de conveniência e interesse da Secretaria.

DA VIGÊNCIA
O presente contrato de trabalho é de prazo determinado e seu início começa em **03/09/2026**, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em casos excepcionais por até mais 12 (doze) meses.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o(a) contratado(a) receberá como salário base o valor de R$ 2.063,22 (dois mil, sessenta e três reais e vinte e dois centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:56DDFA7F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 17/2026 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 17/2026 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Alexandra Aniceto – CPF: 088.553.769-69

Celebram, por meio do presente instrumento e em conformidade com a legislação trabalhista vigente, Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, que será regido pelas cláusulas abaixo e demais disposições legais aplicáveis.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do(a) contratado(a), na função de **Professor,** com carga horária de 20 horas semanal, no estabelecimento de ensino indicado pelo responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbataí do Sul – PR, podendo, no entanto, ser transferido de escola a qualquer momento se for de conveniência e interesse da Secretaria.

DA VIGÊNCIA
O presente contrato de trabalho é de prazo determinado e seu início começa em **03/09/2026**, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em casos excepcionais por até mais 12 (doze) meses.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o(a) contratado(a) receberá como salário base o valor de R$ 2.063,22 (dois mil, sessenta e três reais e vinte e dois centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:EA5C4D83

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 18/2026 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 18/2026 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Fabiana de Carvalho Aniceto Ortiz – CPF: 073.760.329-16

Celebram, por meio do presente instrumento e em conformidade com a legislação trabalhista vigente, Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, que será regido pelas cláusulas abaixo e demais disposições legais aplicáveis.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do(a) contratado(a), na função de **Assistente Social,** com carga horária de 20 horas semanal, no estabelecimento de ensino indicado pelo responsável pela Secretaria Municipal de Saúde de Corumbataí do Sul – PR, podendo, no entanto, ser transferida de Secretaria a qualquer momento se for de conveniência e interesse da Administração.

DA VIGÊNCIA
O presente contrato de trabalho é de prazo determinado e seu início começa em **03/09/2026**, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em casos excepcionais por até mais 12 (doze) meses.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o(a) contratado(a) receberá como salário base o valor de R$ 3.189,83 (três mil cento e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:BA16D2E3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 19/2026 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 19/2026 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Jaqueline Borges Moreira – CPF: 088.621.269-30

Celebram, por meio do presente instrumento e em conformidade com a legislação trabalhista vigente, Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, que será regido pelas cláusulas abaixo e demais disposições legais aplicáveis.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do(a) contratado(a), na função de **Nutricionista,** com carga horária de 20 horas semanal, no estabelecimento de ensino indicado pelo responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbataí do Sul – PR, podendo, no entanto, ser transferido de Secretaria a qualquer momento se for de conveniência e interesse da Administração.

DA VIGÊNCIA
O presente contrato de trabalho é de prazo determinado e seu início começa em **03/09/2026**, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em casos excepcionais por até mais 12 (doze) meses.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o(a) contratado(a) receberá como salário base o valor de R$ 2.473,72 (dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:E4D57F38

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 20/2026 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 20/2026 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Thaís de Lima Silva – CPF: 109.714.389-94

Celebram, por meio do presente instrumento e em conformidade com a legislação trabalhista vigente, Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, que será regido pelas cláusulas abaixo e demais disposições legais aplicáveis.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do(a) contratado(a), na função de **Professor,** com carga horária de 40 horas semanal, no estabelecimento de ensino indicado pelo responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbataí do Sul – PR, podendo, no entanto, ser transferido de escola a qualquer momento se for de conveniência e interesse da Secretaria.

DA VIGÊNCIA
O presente contrato de trabalho é de prazo determinado e seu início começa em **17/09/2026**, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em casos excepcionais por até mais 12 (doze) meses.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o(a) contratado(a) receberá como salário base o valor de R$ 4.126,55 (quatro mil cento e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 16 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:CE3AB978

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 21/2026 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 21/2026 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Bianca de Oliveira Bergossi – CPF: 091.658.069-56

Celebram, por meio do presente instrumento e em conformidade com a legislação trabalhista vigente, Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, que será regido pelas cláusulas abaixo e demais disposições legais aplicáveis.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do(a) contratado(a), na função de **Professor,** com carga horária de 20 horas semanal, no estabelecimento de ensino indicado pelo responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbataí do Sul – PR, podendo, no entanto, ser transferido de escola a qualquer momento se for de conveniência e interesse da Secretaria.

DA VIGÊNCIA
O presente contrato de trabalho é de prazo determinado e seu início começa em **17/09/2026**, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em casos excepcionais por até mais 12 (doze) meses.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o(a) contratado(a) receberá como salário base o valor de R$ 2.063,22 (dois mil, sessenta e três reais e vinte e dois centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 16 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:23033E92

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 22/2026 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 22/2026 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Joziane Cássia da Silva de Oliveira – CPF: 087.248.489-05

Celebram, por meio do presente instrumento e em conformidade com a legislação trabalhista vigente, Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, que será regido pelas cláusulas abaixo e demais disposições legais aplicáveis.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do(a) contratado(a), na função de **Professor,** com carga horária de 20 horas semanal, no estabelecimento de ensino indicado pelo responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbataí do Sul – PR, podendo, no entanto, ser transferido de escola a qualquer momento se for de conveniência e interesse da Secretaria.

DA VIGÊNCIA
O presente contrato de trabalho é de prazo determinado e seu início começa em **17/09/2026**, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em casos excepcionais por até mais 12 (doze) meses.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o(a) contratado(a) receberá como salário base o valor de R$ 2.063,22 (dois mil, sessenta e três reais e vinte e dois centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 16 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:638D2F51

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 160/2026

R E P U B L I C A Ç Ã O

PORTARIA Nº 160/2026
DE 01/09/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias a servidora Letícia Pires de Souza**,** matrícula nº. 1437, inscrita no CPF nº 108.122.829-65, ocupante do cargo efetivo de Chefe do Departamento de Meio Ambiente, no período de 08 de setembro de 2026 a 07 de outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:3A06841B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU
RESOLUÇÃO 007/2026 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU/PR

RESOLUÇÃO Nº 007/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação de Alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS) 2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere, a Lei nº 772/2010, de 25 de outubro de 2010, considerando a reunião ordinária na data de 23 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovação da alteração do Plano de Ação o Piso Único de Assistência Social (PAS) 2026 para inclusão do Serviço Proteção Social em situações de Calamidades e Emergências públicas.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Iguaçu, 23 de setembro de 2026.

MICHELE DAIANE MONDARDO
Presidente Do CMAS

Publicado por:
Renata Cristina Curzel
Código Identificador:B1CD47AD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO SUAS
RESOLUÇÃO CMAS Nº 03

RESOLUÇÃO CMAS Nº 03, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação das alterações realizadas no Plano de Ação do Repasse: Piso Único de Assistência Social (PAS) 2026 e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Enéas Marques – PR, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pelo Decreto Municipal nº 075, de 25 de março de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social pela Lei Municipal de criação nº 122/1995 alterada pela lei nº 679/2010 de 14 de julho de 2010 e considerando a necessidade de aprovação das alterações realizadas,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar ad referendum do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social, os ajustes realizados no Plano de Ação do Repasse: Piso Único de Assistência Social – PAS – 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Enéas Marques, 25 de setembro de 2026.

MERIELEN PIZATO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jiselli Marchesi Pissaia
Código Identificador:DA20C451

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2026

O MUNICÍPIO DE FÊNIX – ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do Departamento de Licitações, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, e as exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOLSAS TÉRMICAS, GELO REUTILIZÁVEL, SACOLAS PLÁSTICAS PERSONALIZADAS E GARRAFAS TIPO SQUEEZE E CAIXAS PLÁSTICAS ORGANIZADORAS.

VALOR ESTIMADO: R$ 32.835,00 (trinta e dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais).

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 25/09/2026.
Até 30/09/2026 às 07:59h.

PERÍODO DE LANCES
De 30/09/2026 às 08:00h.
Até 30/09/2026 às 14:00h.

PARTICIPAÇÃO: EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS

O Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal da Transparência do Município e em www.licitanet.com.br. Informações: licitacao@fenix.pr.gov.br ou (44) 3272-8000.

Fênix, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:EB52EA72

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 594/2026

Designa Comissão Examinadora/Julgadora do Processo Seletivo Simplificado N° 03/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a Comissão Examinadora/Julgadora do Processo Seletivo Simplificado N° 03/2026, que será composta pelos seguintes membros:

NOME	MAT.	CARGO	QUALIFICAÇÃO
CANANOR MARIANO DE ALMEIDA JUNIOR	1080	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
LUCIANO CAVALHEIRO	934	MOTORISTA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ERICA CANDIDA PAZINI	923	ENFERMEIRO	ENSINO SUPERIOR COMPLETO – ENFERMAGEM

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Nossa Senhora das Graças/PR, 25 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:BBE4FF08

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 597/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor do Sr. Admilson José da Silva, Diretor Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, referente ao pagamento de 1/2 (meia) diária, face a viagem do dia 28/09/2026 a 28/09/2026 para Campo Mourão-PR, tratar de assunto de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 24 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:DE2B7C4F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 595/2026

SÚMULA: Constitui a Comissão de Análise e Avaliação das Salas Comerciais da Rodoviária Municipal, designa seus membros e revoga a Portaria nº 443/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente;
CONSIDERANDO a necessidade de realização de inspeções, levantamentos, avaliações e emissão de pareceres técnicos destinados à adequada instrução dos procedimentos administrativos relativos à concessão onerosa de uso das salas comerciais localizadas nas dependências da Rodoviária Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de avaliação individualizada dos imóveis, contemplando suas dimensões, localização, condições físicas, estruturais, estado de conservação, funcionalidade e valor mínimo de referência;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, motivação, isonomia e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Municipal nº 1.028, de 10 de agosto de 2023,

com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 1.219, de 22 de setembro de 2026, e nas demais normas aplicáveis;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Análise e Avaliação das Salas Comerciais da Rodoviária Municipal de Nossa Senhora das Graças, destinada à realização de inspeções, levantamentos, avaliações e emissão de pareceres técnicos necessários à instrução dos procedimentos administrativos de concessão onerosa de uso dos respectivos imóveis municipais.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

I – **MAURO VIALLE JUNIOR**, Auditor Fiscal da Receita Municipal, matrícula nº 1334, **Membro**;

II – **VALDIR PATTARO**, Diretor do Departamento de Tributação, matrícula nº 1367, **Membro**;

III – **RODOLFO JUNIOR SARAMELO**, Técnico em Informática, matrícula nº 1167, **Membro**.

Art. 3º Compete à Comissão:

I – Realizar inspeções e vistorias nas salas comerciais objeto dos procedimentos de concessão onerosa de uso;

II – Individualizar cada sala comercial, mediante levantamento de suas dimensões, área, localização e demais características relevantes;

III – Registrar as condições aparentes de conservação, segurança, acessibilidade e funcionalidade de cada sala, solicitando avaliação por profissional habilitado quando a análise de aspectos estruturais ou de outra matéria especializada assim exigir;

IV – Realizar avaliação individualizada de cada sala e propor, de forma fundamentada, o valor mínimo da contraprestação mensal, considerando sua localização, dimensões, condições físicas e valores praticados no mercado local, com apoio técnico especializado quando necessário;

V – Elaborar relatório individualizado por sala, com descrição das condições encontradas, medições, registros fotográficos, fontes e critérios utilizados na avaliação e valor mínimo mensal proposto, acompanhado dos documentos técnicos pertinentes;

VI – Emitir parecer individualizado sobre a aptidão de cada sala para comércio ou prestação de serviços, ressalvadas as conclusões técnicas que dependam de profissional legalmente habilitado;

VII – Prestar apoio técnico aos órgãos e agentes públicos responsáveis pelo planejamento, elaboração do edital, processamento da licitação, formalização e fiscalização dos futuros contratos;

VIII – Solicitar aos órgãos e departamentos municipais competentes informações, documentos, levantamentos e apoio técnico necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos;

IX – Exercer outras atividades correlatas que se mostrarem necessárias à adequada instrução dos processos administrativos.

Art. 4º Os relatórios e pareceres serão fundamentados, individualizados por sala e assinados pelos membros participantes. A avaliação indicará metodologia, dados de mercado, memória de cálculo e valor mínimo mensal proposto, com a documentação de responsabilidade técnica cabível.

Art. 5º A Comissão solicitará apoio de profissional legalmente habilitado quando a vistoria, medição ou avaliação exigir conhecimento técnico específico, observadas as atribuições profissionais e a responsabilidade técnica cabível.

Art. 6º Os trabalhos da Comissão serão exercidos sem prejuízo das atribuições inerentes aos cargos ocupados pelos servidores designados, não gerando direito à percepção de gratificação específica, salvo disposição legal expressa em sentido contrário.

Art. 7º A atuação da Comissão ficará vinculada aos procedimentos administrativos referentes às salas comerciais da Rodoviária Municipal, podendo ser realizadas novas inspeções, avaliações ou atualizações sempre que houver necessidade devidamente justificada pela Administração Municipal.

Art. 8º Fica expressamente revogada, em sua integralidade, a Portaria nº 443/2026.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:1775D3C7

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA A 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 65, de 15 de junho de 2026, especialmente pelo art. 14, inciso I, e considerando a necessidade de continuidade dos trabalhos do colegiado, CONVOCA os Conselheiros Titulares para a 2ª Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Contribuintes, a realizar-se no dia 8 de outubro de 2026, às 14h, na sala de reuniões localizada na Extensão do Paço Municipal (antigo hospital municipal), para tratar do seguinte:

a) ORDEM DO DIA:

1. Julgamento do processo administrativo tributário constante da pauta;

2. Eventuais discussões e deliberações de matérias de interesse do Conselho, levadas pelos Conselheiros.

b) PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO: Processo Administrativo nº 339/2026 – Recurso Voluntário nº 1/2026 – Contribuinte: PAULO EDUARDO NAMI – Procurador do Contribuinte: advogado DIEGO HENRIQUE DE MORAES CANEVER (OAB/PR 101.698).

O recorrente poderá acompanhar a sessão de julgamento, pessoalmente ou por intermédio de advogado regularmente constituído nos autos.

Será facultado ao recorrente ou a seu representante o uso da palavra, pelo prazo de até 15 (quinze) minutos, para sustentação oral, nos termos do art. 513 do Código Tributário Municipal e do art. 42, inciso II, do Decreto nº 65/2026. Para fins de organização da sessão, recomenda-se que a intenção de realizar sustentação oral seja comunicada previamente à Secretaria do Conselho.

A sessão de julgamento será realizada exclusivamente em modalidade presencial, no local indicado nesta convocação, não havendo previsão de participação ou sustentação oral por meio de videoconferência ou outro recurso remoto.

Nossa Senhora das Graças – PR, 25 de setembro de 2026.

ANDREIA SCABELLO PEROZINI
Secretária Municipal de Fazenda
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Publicado por:
Mauro Vialle Junior
Código Identificador:694C2F11

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 596/2026 ERRATA DA PORTARIA Nº 584/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

ONDE SE LÊ:

Conceder Licença Prêmio convertidos em abono pecuniário, mediante a Lei 1.020/2023, aos servidores abaixo relacionados:

- **FABIO BARBOSA MIRANDA,** matricula 727 – 30 (trinta) dias, referentes ao exercício: 14/10/2015 à 12/10/2020.
Ficando 60 (sessenta) dias a desfrutar, posteriormente.

- **DANIELA BARBOSA DE LIMA DA SILVA,** matricula 739 – 90 (noventa) dias, referentes ao exercício: 19/10/2009 à 18/10/2014.

LEIA-SE:

Conceder Licença Prêmio convertidos em abono pecuniário, mediante a Lei 1.020/2023, aos servidores abaixo relacionados:

- **FABIO BARBOSA MIRANDA,** matricula 727 – 30 (trinta) dias, referentes ao exercício: 14/10/2020 à 12/10/2025.

Ficando 60 (sessenta) dias a desfrutar, posteriormente.

- **DANIELA BARBOSA DE LIMA DA SILVA,** matricula 739 – 90 (noventa) dias, referentes ao exercício: 19/10/2014 à 18/10/2019.

,
Aos 25 dias do mês de Setembro do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:D1CC7CAB

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PE 14/2026 - EDITAL 46/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE-PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de São Jorge D'Oeste-PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.

MODALIDADE: Contratação Compras.gov 926478- 14/2026; Edital de Pregão Eletrônico 46/2026 – Processo Licitatório 177/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a futura e/ou eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança privada desarmada, apoio tático e vigilância preventiva, destinados aos eventos festivos e esportivos executados pela Administração Municipal de São Jorge D'Oeste-PR.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

EMPRESA VENCEDORA
1 – VIGBELTRAO SEGURANCA PRIVADA LTDA - CNPJ 54.773.566/0001-85. Item: 01 – R$ 39,79. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 76.357,01 (setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e um centavo).
São Jorge D'Oeste-PR, 25 de setembro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Gilson Osnir Gross
Código Identificador:441AC44D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
APROVA RELATORIO SEGUNDO QUADRIMESTRE 2026

Resolução n ° 14/2026

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas da secretaria municipal de saúde referente ao segundo quadrimestre de 2026, período Maio a Agosto.

O **Conselho Municipal de Saúde de São Jorge do Oeste - Paraná**, criado pela Lei 551/2011 de 05 de Dezembro de 2011, no uso de suas atribuições e, neste caso, especificamente no Artigo 30, Parágrafo 4° da Lei Complementar Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012 que regulamenta o § 3o do art. 198 e dá outras providências e,

Considerando:

A Audiência Publica de prestação de contas realizada em 25 de Setembro de 2026 na câmara de vereadores de São Jorge D´Oeste;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório Quadrimestral referente ao período de Maio a Agosto de 2026.

São Jorge do Oeste, 25 de Setembro de 2026.

LEANDRO ROMÁRIO BARBOSA PONTES
Presidente do CMS/São Jorge D' Oeste PR

Homologo a Resolução CMS/PR nº 006/2026 nos termos do § 2º, Art. 1º, da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

VANILDA GRAUPNER
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Daniel Souza Dias
Código Identificador:B9C09C5F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO CONTRATO 106/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 106/2025**, parte integrante do(a) Inexigibilidade nº 44/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**EMANUELLY LUIZA SIEGA LTDA – CNPJ nº.** 60.076.212/0001-84
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditamento de valor do Contrato em R$ 47.324,76 (quarenta e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos), nos limites permitidos por lei, em decorrência dos acréscimos quantitativos diante da necessidade da administração, conforme Memorando nº 434/2026 da Secretaria de Saúde.**
Prazo de vigência	**19/11/2026**
Prazo de execução	**19/11/2026**
Data assinatura	25/09/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:9C5E0423

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO CONTRATO 110/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 110/2025**, parte integrante do(a) Inexigibilidade nº 48/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**JOAO CARDINAL LUGO LTDA – CNPJ nº.** 55.333.336/0001-68
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditamento de valor do Contrato em R$ 47.324,76 (quarenta e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos), nos limites permitidos por lei, em decorrência dos acréscimos quantitativos diante da necessidade da administração, conforme Memorando nº 435/2026 da Secretaria de Saúde.**
Prazo de vigência	**19/11/2026**
Prazo de execução	**19/11/2026**
Data assinatura	25/09/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:F2B695F3

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CANCELAMENTO ATA 178/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 178/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 58/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ nº.** 39.840.107/0001-83
Objeto:	**Constitui objeto deste Termo cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 178/2025.**
Data assinatura	25/09/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:FAB176E9

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 119/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 119/2026 Inexigibilidade/N°. 37/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	1DOC TECNOLOGIA S.A- CNPJ nº. 19.625.833/0001-76
Objeto	**Contratação da empresa 1DOC TECNOLOGIA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.625.833/0001-76, com sede na Avenida Luiz Boiteux Piazza, nº 1.302, Lote 89, 1º Andar, Bairro Cachoeira do Bom Jesus, CEP 88.056-000, Florianópolis/SC, especializada na prestação de serviços de Sistema para Gestão Eletrônica de Documentos, contemplando recursos para elaboração, tramitação, certificação eletrônica e controle do atendimento de demandas internas e externas, com disponibilização para até 60 (sessenta) usuários, visando a modernização, padronização, agilidade, transparência e segurança na tramitação processual do Município de São Jorge D'Oeste/PR, em adesão a Ata de Registro de Preços gerenciada pela entidade Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB/ZM a saber, nº 152/2025, do Pregão Eletrônico Nº 024/2025**
Valor	R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 25/09/2027
Prazo de vigência	até 25/09/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 25/09/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:F55A7859

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 5.047/2026 NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE SÃO JORGE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ.

Decreto nº 5.047/2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Turismo de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto na Lei n° 885/2019:

DECRETA:

Art. 1°. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para compor o Conselho Municipal de Turismo de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, de acordo com a Lei n° 885/2019, a saber:

Membros do Poder Executivo Municipal:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo:
Itacir José Secco – CPF/MF nº 408.952.039-81;
Mário Augusto Sangaletti - CPF/MF nº 083.345.519-24.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
Neide Lourencena – CPF/MF nº 801.703.409-10;
Adriano André Bonetti – CPF/MF nº 029.123.489-51.

c) Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Orimar Marmitt – CPF/MF nº 718.254.799-68;
Elisandro Lucas Bertolini – CPF/MF nº 058.910.229-07.

d) Representantes da Secretaria Municipal de Secretaria de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos:
Benno Marmitt – CPF/MF nº 080.231.619-03;
Glaciano de Oliveira – CPF/MF nº 038.436.549-30.

II. Da Sociedade Civil:
Representantes dos Meios de Hospedagem:
Marizete Debortoli Rupp – CPF/MF nº 602.947.449-91.
Marcelo Dalcyr Poyer – CPF/MF nº 066.247.659-09;

b) Representantes da CAJOR:
Pedro Coelho do Rosário – CPF/MF nº 337.675.729-15;
Vicente Batistella – CPF/MF nº 177.136.769-53.

Representantes da ACESJO:
Cezar Augusto Mangoni – CPF/MF nº 741.419.109-53.
Andrieli Carolina Lotti – CPF/MF nº 125.835.079-31;

d) Representantes da IDR-PR:
Jair Klein – CPF/MF nº 283.003.279-91;
Liane Aparecida Poyer – CPF/MF nº 603.508.069-34.

e) Representantes da Segurança Pública:
Ivonete Carmen Krohn 051.403.519-60;
Tatiane Aparecida Noss Petry 061.885.579-33.

f) Representantes Sociedade Civil:
Anamir José Rebonato – CPF/MF nº 061.145.989-20
Cerli Caron – CPF/MF nº 861.191.259-49;
Cláudio Corti – CPF/MF nº 603.534.579-49;
Daniela Gaio – CPF/MF nº 111.110.409-31;
Gabriel Mileski – CPF/MF nº 080.830.709-63;
Gilmar José Dagostini – CPF/MF nº 553.557.069-91;
Jair Nogueira – CPF/MF nº 022.859.569-08;
Joslei Antonelo – CPF/MF nº 026.413.769-89;
Juliano Marcio Costa – CPF/MF nº 017.656.389-09;
Mara dos Santos – CPF/MF nº 048.369.029-59;
Maristela Gaio – CPF/MF nº 059.201.539-46;
Rozi Teresinha Marmitt – CPF/MF nº 026.509.199-30.

Art. 2º. As atribuições e forma de funcionamento do Conselho Municipal de Turismo de São Jorge D'Oeste estão descritas na Lei Municipal n° 885/2019.

Art. 3º. O mandato dos membros nomeados acima será por 03 (três) anos, e o desempenho das funções de conselheiro não serão remuneradas.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº 4.531/2025.

Art. 5º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:9B7DFDD6

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 168/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 168/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 30.100,00 (trinta mil e cem reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.007 – Atividades da Administração Geral
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas
Valor em R$: 4.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 12.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 2.400,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 6.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 5.700,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 30.100,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Valor do Superávit Financeiro R$: 5.700,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 5.700,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.007 – Atividades da Administração Geral
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 4.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 12.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 2.400,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 5.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 1.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 24.400,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:027071EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - PMSI

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026-PMSI-SRP
PROCESSO N.º 96/2026
REGIDO PELA LEI 14.133/2021
A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 9 de outubro de 2026, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio operacional e administrativo, mediante disponibilização de profissionais para as funções de motorista, operador de máquina, servente e agente administrativo, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e Departamentos da Administração Municipal de Saudade do Iguaçu/PR, conforme condições, quantitativos e demais especificações editalícias, de acordo com as especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: **R$ 2.920.412,52** (dois milhões, novecentos e vinte mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta e dois centavos).

MODO DE DISPUTA: "ABERTO".
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8h30 do dia 9 de outubro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 8h31 do dia 9 de outubro de 2026.
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **9h do dia 9 de outubro de 2026**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".
Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.
Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.

Saudade do Iguaçu, 25 de setembro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:AB052758

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026
Processo Adm: Nº 82/2026
Objeto: Registro de preços visando à futura e eventual aquisição de cortadores de grama, destnados à manutenção e conservação dos campos esportvos, áreas verdes, praças e demais espaços públicos do Município de Saudade do Iguaçu/PR.
Empresas vencedoras valor total: R$ 60.912,00 (sessenta mil e novecentos e doze reais): FM PECAS E MAQUINAS LTDA (14233242000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 60.912,00 (sessenta mil e novecentos e doze reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), sexta-feira, 25 de setembro de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:DF57FA98

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 169/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 169/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC do Município de Saudade do Iguaçu.

ROGÉRIO GALLINA, PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.707, de 31 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes para compor o Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, nos termos da Lei Municipal nº 1.707, de 31 de agosto de 2026, conforme segue:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:
Titular: Mayara Ferreira Soares;
Suplente: Adroaldo da Rosa;
Titular: Luciana Aparecida Jesbick Faoro;
Suplente: Cindille Zuconeli;
Titular: Tiago Souza;
Suplente: Alcir Witcoski.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
Titular: Dalton Vieiro;
Suplente: Kellen Marta Silveira Steinmetz;
Titular: Thais Aparecida Mendes;
Suplente: Alisangela Viero Aimi;
Titular: Luiz Giacomini Júnior;
Suplente: Fernanda Barão.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais será de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo a função considerada de relevante interesse público e não remunerada, nos termos da Lei Municipal nº 1.707/2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu/PR, 25 de setembro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:4E4E5E0B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 170/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 170/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas no Município de Saudade do Iguaçu – Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU – PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com as alterações promovidas pela Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 003/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas, a serem observadas em todos os estabelecimentos integrantes da Rede Municipal de Ensino de Saudade do Iguaçu – PR.
§ 1º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História, de forma integrada e articulada às diferentes áreas do conhecimento.
§ 2º Estas Diretrizes deverão ser amplamente divulgadas e adotadas pelas instituições de ensino que integram ou que vierem a integrar a Rede Municipal de Ensino de Saudade do Iguaçu.
Art. 2º As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas deverão estar presentes na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos – PPPs, planos de ensino, planejamento pedagógico, execução e avaliação da educação, com o objetivo de promover relações étnico-raciais positivas, na perspectiva da construção e do fortalecimento das identidades étnico-raciais, bem como de uma sociedade democrática, justa e igualitária.
Art. 3º As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais têm por objetivos:
I – Promover a valorização da diversidade étnico-racial no âmbito da comunidade escolar;
II – Contribuir para a formação de uma sociedade justa, democrática e igualitária;
III – Combater todas as formas de discriminação, preconceito e racismo;
IV – Fomentar o reconhecimento e a valorização da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas como parte integrante e fundamental da formação da sociedade brasileira;
V – Contribuir para a construção de práticas pedagógicas que promovam o respeito às diferenças e à diversidade étnico-racial;
VI – Fortalecer o reconhecimento das contribuições históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas.
Art. 4º Para a implementação das Diretrizes Curriculares estabelecidas neste Decreto, as instituições de ensino integrantes da Rede Municipal de Ensino deverão:
I – Incluir em seus Projetos Político-Pedagógicos e planejamentos pedagógicos o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas;
II – Abordar a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a participação da população negra na formação da sociedade nacional, valorizando as contribuições do povo negro nas áreas social, econômica, política e cultural pertinentes à História do Brasil;
III – promover ações de formação, capacitação e sensibilização dos profissionais da educação para a abordagem das relações étnico-raciais;
IV – Utilizar e desenvolver materiais didáticos e pedagógicos que contemplem e valorizem a diversidade étnico-racial brasileira;
V – Realizar atividades pedagógicas e extracurriculares, tais como seminários, palestras, oficinas, exposições, projetos, rodas de conversa e outras ações que abordem a temática étnico-racial;
VI – Estimular a participação dos estudantes, profissionais da educação, famílias, comunidade escolar e sociedade civil na construção de um ambiente educacional inclusivo, democrático e respeitoso;
VII – contemplar, de forma contínua e transversal, a educação das relações étnico-raciais nas práticas pedagógicas e no cotidiano escolar.
Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação de Saudade do Iguaçu:
I – Coordenar, orientar e supervisionar a implementação das Diretrizes Curriculares estabelecidas neste Decreto;
II – Oferecer e promover programas de formação continuada para os profissionais da educação sobre a temática das relações étnico-raciais, História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas;
III – orientar as instituições de ensino quanto à implementação das Diretrizes nos Projetos Político-Pedagógicos, planos de ensino e demais instrumentos de planejamento educacional;
IV – Acompanhar e avaliar periodicamente a efetividade das ações, projetos e práticas pedagógicas desenvolvidos pelas instituições de ensino;
V – Incentivar a produção, seleção e utilização de materiais didáticos e pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial;
VI – Promover ações de prevenção e enfrentamento ao racismo e à discriminação racial no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
VII – Articular, quando necessário, ações com demais órgãos e instituições da rede de proteção e garantia de direitos.
Art. 6º As instituições integrantes da Rede Municipal de Ensino deverão assegurar que as ações relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais estejam contempladas em seus instrumentos de planejamento e organização pedagógica.
Parágrafo único. As ações previstas neste Decreto deverão ser desenvolvidas de forma contínua, não se restringindo às atividades realizadas durante o mês de novembro ou às comemorações do Dia da Consciência Negra.
Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações, normas complementares e instrumentos necessários à implementação e ao acompanhamento das Diretrizes estabelecidas neste Decreto.
Art. 8º O acompanhamento da implementação das Diretrizes será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as equipes gestoras e pedagógicas das instituições de ensino.
Art. 9º Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.
Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu/PR, 25 de setembro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:EFF00CEF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026

Institui a Mostra Municipal de Projetos e Práticas Pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Saudade do Iguaçu, destinada à socialização das práticas pedagógicas, à valorização das aprendizagens dos estudantes e ao fortalecimento da parceria entre escola, família e comunidade, e estabelece normas para sua organização e realização.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de promover a socialização das experiências pedagógicas desenvolvidas nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância de valorizar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da educação e os processos de aprendizagem dos estudantes;
CONSIDERANDO a importância da participação da família no acompanhamento da vida escolar e no desenvolvimento integral dos estudantes;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a relação entre escola, família e comunidade, criando espaços de diálogo, participação e valorização das aprendizagens;
CONSIDERANDO que a apresentação dos projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo constitui oportunidade para que os estudantes

compartilhem suas experiências, conhecimentos e produções com suas famílias e com a comunidade escolar;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Saudade do Iguaçu – PR, a Mostra Municipal de Projetos e Práticas Pedagógicas, destinada à apresentação, socialização e valorização dos projetos, práticas pedagógicas, experiências, produções e aprendizagens desenvolvidos pelas Unidades Educacionais durante o ano letivo.

Art. 2º A Mostra Municipal de Projetos e Práticas Pedagógicas será realizada anualmente, em período definido pela instituição juntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º A Mostra constitui-se como espaço de:

I – apresentação dos projetos desenvolvidos pelas Unidades Educacionais;

II – socialização das práticas pedagógicas realizadas durante o ano letivo;

III – valorização das aprendizagens e produções dos estudantes;

IV – valorização do trabalho desenvolvido pelos professores e demais profissionais da educação;

V – troca de experiências entre as Unidades Educacionais;

VI – participação e protagonismo dos estudantes;

VII – aproximação entre escola e família;

VIII – integração entre escola, família e comunidade;

IX – divulgação das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino**;**

X – convivência, diálogo e participação da comunidade escolar.

Art. 4º A Mostra abrangerá as Unidades Educacionais integrantes da Rede Municipal de Ensino, compreendendo:

I – Escolas Municipais;

II – Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs;

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 5º A Mostra Municipal de Projetos e Práticas Pedagógicas tem como objetivo geral promover a socialização e valorização dos projetos, experiências e práticas pedagógicas desenvolvidos na Rede Municipal de Ensino, aproximando a escola, os estudantes, as famílias e a comunidade.

Art. 6º São objetivos específicos da Mostra:

I – apresentar os projetos e práticas desenvolvidos pelas Unidades Educacionais durante o ano letivo;

II – valorizar os conhecimentos, habilidades, produções e aprendizagens construídos pelos estudantes;

III – possibilitar aos estudantes o exercício do protagonismo na apresentação de suas experiências e aprendizagens;

IV – reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido pelos professores, equipes gestoras e demais profissionais da educação;

V – proporcionar a troca de experiências entre profissionais das diferentes Unidades Educacionais;

VI – divulgar metodologias, estratégias e práticas pedagógicas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino;

VII – possibilitar que as famílias conheçam os projetos, atividades e aprendizagens desenvolvidos pelos estudantes;

VIII – incentivar a participação das famílias na vida escolar dos estudantes;

IX – fortalecer a parceria entre escola, família e comunidade;

X – criar espaços de diálogo, convivência e participação da comunidade escolar;

XI – estimular a participação da comunidade nas ações desenvolvidas pelas Unidades Educacionais;

XII – promover a integração entre as diferentes etapas e modalidades da Rede Municipal de Ensino;

XIII – contribuir para o fortalecimento da identidade da Rede Municipal de Ensino;

XIV – registrar e divulgar experiências pedagógicas desenvolvidas no município;

XV – incentivar a continuidade e o aprimoramento de práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Art. 7º Cada Unidade Educacional deverá apresentar, anualmente, práticas pedagógica desenvolvido durante o ano letivo.

§ 1º O projeto ou prática pedagógica deverá estar relacionado ao planejamento da Unidade Educacional e às necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

§ 2º Poderão ser apresentados projetos desenvolvidos por uma turma, por diferentes turmas, por etapa de ensino, por área do conhecimento, de forma interdisciplinar ou envolvendo toda a Unidade Educacional.

§ 3º Os projetos poderão ser desenvolvidos individual ou coletivamente pelos profissionais da educação.

Art. 8º Os projetos apresentados poderão contemplar, entre outras, as seguintes áreas e temáticas:

I – alfabetização e letramento;

II – leitura e escrita;

III – matemática;

IV – educação infantil;

V – inclusão e educação especial;

VI – recomposição das aprendizagens;

VII – ciência e tecnologia;

VIII – meio ambiente e sustentabilidade;

IX – cultura e diversidade;

X – arte e cultura;

XI – música;

XII – esporte e qualidade de vida;

XIII – educação integral;

XIV – cidadania e convivência;

XV – educação para valores;

XVI – família, escola e comunidade;

XVII – participação social;

XVIII – desenvolvimento socioemocional;

XIX – alimentação saudável;

XX – demais temas relacionados ao currículo, aos projetos institucionais e às necessidades da comunidade escolar.

Art. 9º Na seleção dos projetos a serem apresentados, as Unidades Educacionais deverão considerar, preferencialmente:

I – a relevância pedagógica do projeto;

II – a participação efetiva dos estudantes;

III – as aprendizagens desenvolvidas;

IV – os resultados alcançados;

V – a participação dos professores e demais profissionais;

VI – a possibilidade de socialização da experiência com outras Unidades Educacionais;

VII – a possibilidade de participação da família e da comunidade.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES

Art. 10. Os estudantes deverão ser considerados protagonistas da Mostra, participando, sempre que possível, da apresentação dos projetos e das experiências desenvolvidas.

Art. 11. A participação dos estudantes poderá ocorrer por meio de:

I – apresentação oral dos projetos;

II – demonstração das atividades realizadas;

III – exposição de trabalhos e produções;

IV – apresentações culturais;

V – oficinas;

VI – apresentação de experiências;

VII – vídeos e registros produzidos pelos estudantes;

VIII – outras formas de participação definidas pela Unidade Educacional.

Art. 12. As apresentações deverão valorizar os conhecimentos e as experiências dos estudantes, respeitando as características de cada faixa etária e etapa de ensino.

Parágrafo único. Na Educação Infantil, a participação das crianças deverá respeitar os princípios, direitos de aprendizagem, campos de experiências e características próprias dessa etapa, priorizando experiências lúdicas, interativas e significativas.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE

Art. 13. A Mostra Municipal de Projetos e Práticas Pedagógicas deverá constituir-se, sempre que possível, em momento aberto à participação das famílias e da comunidade escolar.

Art. 14. As Unidades Educacionais deverão incentivar e promover a participação das famílias na Mostra, realizando divulgação prévia da programação, dos horários e das atividades que serão desenvolvidas.

Art. 15. A participação das famílias terá como finalidade:
I – aproximar as famílias do cotidiano escolar;
II – possibilitar que os familiares conheçam as experiências e aprendizagens desenvolvidas pelos estudantes;
III – valorizar as produções e conquistas dos estudantes;
IV – fortalecer a parceria entre família e escola;
V – estimular o acompanhamento da vida escolar;
VI – proporcionar momentos de convivência e integração;
VII – fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade escolar;
VIII – possibilitar o diálogo entre famílias, estudantes e profissionais da educação.
Art. 16. Durante a Mostra, as Unidades Educacionais poderão desenvolver atividades que favoreçam a participação das famílias, tais como:
I – visita às exposições;
II – participação nas apresentações dos estudantes;
III – oficinas;
IV – atividades interativas;
V – apresentações culturais;
VI – exposição de trabalhos;
VII – momentos de diálogo;
VIII – atividades de integração;
IX – demonstrações de projetos;
X – outras atividades definidas pela Unidade Educacional.
Art. 17. As Unidades Educacionais deverão, sempre que possível, organizar os espaços de forma a proporcionar acolhimento, circulação e participação das famílias e da comunidade.
Parágrafo único. A participação das famílias será incentivada como forma de aproximação e fortalecimento dos vínculos com a escola, não constituindo obrigação individual de comparecimento.
CAPÍTULO VI
DA ORGANIZAÇÃO DA MOSTRA
Art. 18. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – definir, quando necessário, o local de realização;
II – orientar as equipes gestoras das Unidades Educacionais;
III – estabelecer as orientações gerais para a organização;
IV – acompanhar a realização das atividades;
V – incentivar a participação das famílias e da comunidade;
Art. 19. Compete às equipes gestoras das Unidades Educacionais:
I – organizar a participação da unidade na Mostra;
II – providenciar os materiais necessários;
III – orientar os profissionais envolvidos;
IV – organizar a participação dos estudantes;
V – promover a divulgação da Mostra junto às famílias;
VI – incentivar a participação da comunidade escolar;
VII – organizar os espaços destinados às apresentações;
VIII – encaminhar à Secretaria Municipal de Educação as informações solicitadas;
Art. 20. Compete aos professores e demais profissionais envolvidos:
I – organizar os materiais necessários;
II – orientar os estudantes para as apresentações;
III – apresentar os objetivos e o desenvolvimento dos projetos;
IV – compartilhar as metodologias utilizadas;
V – apresentar os resultados e aprendizagens observados;
VI – contribuir para o registro das experiências;
VII – acolher e orientar as famílias e visitantes durante as apresentações, quando necessário.
CAPÍTULO VII
DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO
Art. 21. Os projetos poderão ser apresentados por meio de:
I – exposição de trabalhos;
II – painéis;
III – banners;
IV – apresentação oral;
V – vídeos;
VI – registros fotográficos;
VII – apresentações culturais;
VIII – oficinas;
IX – demonstrações de atividades;
X – exposição de produções dos estudantes;
XI – experiências práticas;
XII – atividades interativas com as famílias;
XIII – apresentações artísticas;
XIV – outras formas definidas pela Secretaria Municipal de Educação ou pelas Unidades Educacionais.
Art. 22. As apresentações deverão, preferencialmente, evidenciar:
I – o tema trabalhado;
II – os objetivos do projeto;
III – as etapas de desenvolvimento;
IV – as metodologias utilizadas;
V – a participação dos estudantes;
VI – os materiais utilizados;
VII – as produções realizadas;
VIII – os resultados alcançados;
IX – as aprendizagens desenvolvidas;
CAPÍTULO VIII
DO CRONOGRAMA
Art. 26. A Secretaria Municipal de Educação juntamente com as instituições estabeleceram anualmente o cronograma da Mostra, podendo contemplar:
I – período para definição dos projetos;
II – período de desenvolvimento das atividades;
III – organização das apresentações;
IV – divulgação junto às famílias;
V – realização da Mostra;
Art. 27. A data da Mostra será divulgada com antecedência suficiente para permitir a organização das Unidades Educacionais e a participação das famílias.
CAPÍTULO VIIII
DA NATUREZA DA MOSTRA
Art. 30. A Mostra Municipal de Projetos e Práticas Pedagógicas terá caráter educativo, formativo, cultural, participativo e de socialização, não tendo como finalidade estabelecer classificação ou competição entre as Unidades Educacionais.
Art. 31. A Mostra deverá priorizar a valorização dos processos de aprendizagem, das experiências pedagógicas, dos estudantes, dos profissionais da educação, das famílias e da comunidade escolar.
CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 32. A Mostra Municipal de Projetos e Práticas Pedagógicas poderá ser incorporada anualmente ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação com a Rede Municipal de Ensino.
Art. 33. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares para a organização de cada edição da Mostra.
Art. 34. Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 35. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:86548BC2

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº04/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº04/2026

Dispõe sobre a regulamentação das ações voltadas à atenção à saúde dos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Saudade do Iguaçu – Paraná.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAUDADE DO IGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO a importância de promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos profissionais da educação;
CONSIDERANDO que a manutenção da saúde física e mental dos profissionais da educação é essencial para o desenvolvimento de suas atividades e para a garantia da qualidade do ensino;
CONSIDERANDO a necessidade de implementar medidas preventivas e de acompanhamento da saúde dos profissionais da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO que a valorização dos profissionais da educação compreende a oferta de condições adequadas de trabalho, prevenção de agravos e promoção do bem-estar;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da

Automutilação e do Suicídio e estabelece medidas relacionadas à prevenção e à promoção da saúde mental;
CONSIDERANDO a importância da articulação entre as políticas públicas de Educação e Saúde para o desenvolvimento de ações preventivas e de promoção da saúde dos profissionais da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO o disposto na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, especialmente quanto à identificação, avaliação e prevenção dos riscos ocupacionais relacionados ao trabalho, incluindo os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho;
CONSIDERANDO a necessidade de promover ações preventivas relacionadas aos fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho, considerando aspectos da organização e das condições de trabalho que possam contribuir para o adoecimento dos profissionais da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:
Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta as ações voltadas à atenção à saúde dos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Saudade do Iguaçu – Paraná, com o objetivo de promover a qualidade de vida, a prevenção de agravos e o bem-estar dos profissionais da educação.
Art. 2º Fica estabelecido que a Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, poderá realizar ações de promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, abrangendo, conforme disponibilidade e planejamento dos serviços, ações como:
I – aferição da pressão arterial;
II – realização de exames ou testes de glicemia, quando indicados;
III – orientações relacionadas à prevenção e aos cuidados com a saúde;
IV – ações educativas voltadas à promoção de hábitos saudáveis;
V – encaminhamento aos serviços de saúde competentes, quando identificada a necessidade de avaliação ou acompanhamento específico.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação promoverá, de forma periódica e conforme planejamento da Secretaria, ações voltadas à promoção e à prevenção em saúde mental dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, incluindo:
I – Campanhas de conscientização e prevenção relacionadas à saúde mental;
II – Ações educativas sobre prevenção do estresse, ansiedade, esgotamento profissional e outros agravos relacionados à saúde mental;
III – ações de acolhimento e orientação aos profissionais da educação;
IV – Encaminhamento aos serviços públicos de saúde, quando identificada a necessidade de acompanhamento especializado;
V – Realização de palestras, oficinas, rodas de conversa e outras atividades que contribuam para a promoção da saúde mental e da qualidade de vida no ambiente de trabalho.
Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação, em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos ou profissionais competentes, promoverá ações voltadas à saúde vocal dos profissionais da educação, especialmente daqueles que utilizam a voz como instrumento de trabalho.
Parágrafo único. As ações previstas no caput poderão compreender orientações preventivas, atividades educativas, avaliação, encaminhamento e acompanhamento, conforme a necessidade identificada.
Art. 5º Anualmente, a gestão municipal poderá promover ações de avaliação e acompanhamento da saúde dos profissionais das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino, observadas as possibilidades dos serviços municipais e o planejamento das Secretarias envolvidas.
Parágrafo único. As ações poderão contemplar, entre outras medidas, aferição da pressão arterial, avaliação de glicemia, orientações de saúde e encaminhamentos para atendimento especializado quando necessário.
Art. 6º O Município promoverá, de forma periódica, campanhas de conscientização e prevenção relacionadas à saúde mental dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, buscando fortalecer a cultura de prevenção, acolhimento, respeito e valorização profissional.
Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação incentivará a participação dos profissionais da Rede Municipal de Ensino em atividades coletivas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, do bem-estar e da integração no ambiente de trabalho, tais como:
I – atividades físicas e práticas corporais;
II – atividades de lazer e recreação;
III – ações de integração e convivência;
IV – programas e projetos relacionados à promoção da saúde e qualidade de vida;
V – palestras, oficinas, campanhas e atividades educativas.
Art. 8º As ações previstas nesta Instrução Normativa deverão ser planejadas e desenvolvidas de acordo com as necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino, considerando as condições e a organização do trabalho, os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, a disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros e os serviços públicos existentes no Município, observadas, quando aplicáveis, as disposições da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1).
Art. 8º-A As ações previstas nesta Instrução Normativa deverão considerar, quando aplicável, os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, em articulação com as ações de Segurança e Saúde no Trabalho e com o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO, observadas as disposições da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1).
§ 1º Poderão ser considerados, entre outros aspectos relacionados à organização e às condições de trabalho, fatores como sobrecarga de trabalho, exigências excessivas, falta de apoio, conflitos interpessoais, assédio, violência no trabalho, baixa autonomia e demais situações que possam contribuir para o surgimento ou agravamento de agravos à saúde relacionados ao trabalho.
§ 2º As ações de prevenção e enfrentamento dos fatores de risco psicossociais deverão priorizar medidas relacionadas à organização e às condições de trabalho, sem prejuízo das ações de acolhimento, orientação, acompanhamento e encaminhamento previstas nesta Instrução Normativa.
§ 3º A identificação e o gerenciamento dos fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho deverão observar as competências dos profissionais responsáveis pela Segurança e Saúde no Trabalho e as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 9º A execução das ações previstas nesta Instrução Normativa poderá ocorrer mediante articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde e outros órgãos, entidades ou profissionais que possam contribuir para a promoção da saúde e do bem-estar dos profissionais da educação.
Art. 10 As ações de saúde mental deverão observar os princípios do acolhimento, respeito, confidencialidade, não discriminação e preservação da dignidade dos profissionais, respeitando-se as normas aplicáveis ao atendimento em saúde e à proteção de dados pessoais.
Art. 11 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:41AD89E2

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI Nº 1711/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI Nº 1711/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui, no âmbito do Município de Saudade do Iguaçu, o Programa Municipal de Prevenção e Controle da Brucelose e da Tuberculose nos Rebanhos Bovinos e Bubalinos, e dá outras providências.

ROGÉRIO GALLINA, PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Saudade do Iguaçu, o Programa Municipal de Prevenção e Controle da Brucelose e da Tuberculose nos Rebanhos Bovinos e Bubalinos, com a finalidade de promover a educação sanitária, a conscientização dos produtores rurais, a prevenção e o incentivo à adoção de boas práticas de manejo, aquisição, movimentação e manutenção de animais.

Art. 2º O Programa tem caráter educativo, preventivo e orientativo, devendo ser desenvolvido em consonância com as normas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos federais e estaduais competentes em matéria de defesa sanitária animal.

Art. 3º São objetivos do Programa:

I. contribuir para a prevenção, redução e controle da ocorrência de brucelose e tuberculose nos rebanhos bovinos e bubalinos existentes no Município;

II. ampliar o conhecimento dos produtores rurais sobre as características, formas de transmissão, riscos e consequências da brucelose e da tuberculose;

III. estimular a adoção de medidas de prevenção, biossegurança, manejo adequado e controle sanitário nas propriedades rurais;

IV. incentivar a realização dos procedimentos de vacinação, diagnóstico e acompanhamento sanitário previstos na legislação vigente;

V. orientar os produtores quanto à importância da aquisição de animais de procedência conhecida e em adequada condição sanitária;

VI. incentivar a observância das exigências legais relativas ao trânsito, movimentação e comercialização de bovinos e bubalinos;

VII. orientar quanto à necessidade de documentação sanitária e da Guia de Trânsito Animal – GTA, nos casos em que exigida;

VIII. estimular a adoção de medidas preventivas antes da introdução de novos animais nos rebanhos, especialmente daqueles destinados à reprodução e à produção leiteira;

IX. contribuir para a proteção da saúde dos produtores rurais, trabalhadores, consumidores e da população em geral, considerando o caráter zoonótico das enfermidades;

X. fortalecer a educação sanitária como instrumento de prevenção e controle das doenças que afetam os rebanhos;

XI. estimular a participação dos produtores rurais em programas oficiais de controle e erradicação da brucelose e da tuberculose animal.

CAPÍTULO II
DAS AÇÕES DO PROGRAMA

Art. 4º Para o cumprimento de seus objetivos, o Programa poderá contemplar, entre outras, as seguintes ações:

I. realização de palestras, reuniões, encontros, campanhas educativas e atividades de orientação aos produtores rurais;

II. divulgação de materiais educativos e informações sobre a brucelose e a tuberculose, inclusive quanto aos riscos para a saúde animal e humana;

III. orientação sobre as formas de prevenção, transmissão, identificação de situações de risco e medidas de controle das enfermidades;

IV. orientação quanto à vacinação contra a brucelose, nos termos e condições estabelecidos pela legislação sanitária vigente;

V. orientação quanto à realização de testes e exames para diagnóstico de brucelose e tuberculose, observadas as normas aplicáveis e a atuação de médicos veterinários habilitados;

VI. orientação quanto à necessidade de comunicação e adoção das providências cabíveis diante da identificação de animais com resultados positivos ou suspeitos, conforme determinação dos órgãos oficiais competentes;

VII. divulgação das exigências relativas ao trânsito e à movimentação de bovinos e bubalinos;

VIII. orientação quanto à importância da procedência e da situação sanitária dos animais adquiridos;

IX. incentivo à adoção de medidas de isolamento e observação de animais recém-adquiridos, quando tecnicamente recomendadas;

X. orientação sobre medidas de biossegurança, higiene e manejo sanitário nas propriedades rurais;

XI. incentivo à manutenção de registros e informações sanitárias do rebanho, quando recomendados pelos órgãos competentes;

XII. divulgação de informações sobre os programas oficiais de defesa sanitária animal disponíveis aos produtores;

XIII. realização de ações de educação sanitária em comunidades rurais e junto às entidades representativas dos produtores.

CAPÍTULO III
DA AQUISIÇÃO E INTRODUÇÃO DE ANIMAIS NOS REBANHOS

Art. 5º Nas ações de orientação aos produtores rurais, o Programa deverá conferir especial atenção aos cuidados relacionados à aquisição e à introdução de bovinos e bubalinos provenientes de outras propriedades ou municípios.

Art. 6º O Programa deverá orientar os produtores a, sempre que adquirirem novos animais:

I. verificar a procedência e a origem dos animais;

II. conferir a documentação sanitária exigida pela legislação vigente;

III. verificar a situação de vacinação dos animais, quando aplicável;

IV. verificar, quando exigidos pela legislação, os resultados dos exames sanitários relativos à brucelose e à tuberculose;

V. observar as exigências legais para o trânsito e a movimentação dos animais;

VI. buscar orientação de médico veterinário habilitado antes da introdução dos animais no rebanho, especialmente quando destinados à reprodução ou à produção leiteira;

VII. adotar, quando tecnicamente recomendada, medida de isolamento e observação dos animais recém-adquiridos antes de sua integração ao rebanho.

Parágrafo único. As orientações previstas neste artigo não substituem as exigências sanitárias estabelecidas pelos órgãos oficiais de defesa sanitária animal.

CAPÍTULO IV
DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA E DAS PARCERIAS

Art. 7º O Município poderá promover ações de educação sanitária e prevenção em parceria com:

I. órgãos estaduais e federais de defesa sanitária animal;

II. médicos veterinários e profissionais legalmente habilitados;

III. associações e organizações de produtores rurais;

IV. cooperativas agropecuárias;

V. sindicatos rurais;

VI. instituições de ensino, pesquisa e extensão;

VII. entidades públicas ou privadas relacionadas ao setor agropecuário.

Art. 8º As ações educativas poderão ser realizadas nas comunidades rurais, propriedades, associações, cooperativas, eventos agropecuários e demais locais de interesse dos produtores rurais.

Art. 9º O Programa poderá utilizar campanhas, materiais impressos, meios de comunicação, plataformas digitais, palestras, reuniões técnicas e outros instrumentos adequados à divulgação das informações sanitárias.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE DEFESA SANITÁRIA

Art. 10. As ações previstas nesta Lei deverão observar integralmente as competências e atribuições dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela defesa sanitária animal.

§1º O Programa Municipal poderá atuar de forma complementar às ações desenvolvidas pelos órgãos oficiais, especialmente mediante educação sanitária, orientação e conscientização dos produtores.

§2º A fiscalização sanitária, a realização oficial de diagnósticos, a emissão e controle de documentos sanitários, a determinação de medidas de saneamento e as demais atribuições próprias dos órgãos competentes permanecerão sob responsabilidade dos respectivos órgãos, na forma da legislação vigente.

Art. 11. O Município poderá estimular a participação dos produtores rurais nas ações, campanhas e programas oficiais de prevenção, controle e erradicação da brucelose e da tuberculose animal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. A implementação das ações previstas nesta Lei deverá ocorrer de forma compatível com as disponibilidades administrativas e orçamentárias do Município, observada a legislação vigente.
Art. 13. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.
Art. 14. As despesas eventualmente decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observada a legislação orçamentária e financeira aplicável.
Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, 25 de setembro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:6DA15023

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI Nº 1712/2026, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI Nº 1712/2026, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

"Reestrutura o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, e dá outras providências."

ROGÉRIO GALLINA, Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

CAPÍTULO I
DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
Art. 1º Fica reestruturado o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Saudade do Iguaçu, destinado ao planejamento, à coordenação e à execução das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação relacionadas a desastres.

Art. 2º O Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil será integrado:
I – pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;
II – pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que exerçam atribuições relacionadas às ações de proteção e defesa civil;
III – pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, quando constituído;
IV – por entidades públicas e privadas e por pessoas da comunidade que, voluntariamente, participem das ações de proteção e defesa civil.
Parágrafo único. Os órgãos integrantes do Sistema Municipal atuarão de forma articulada, observadas as competências próprias de cada unidade administrativa.

CAPÍTULO II
DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
Art. 3º Fica reestruturada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, vinculada ao Gabinete do Prefeito, responsável pela coordenação das ações de proteção e defesa civil no Município.

Art. 4º Compete à COMPDEC:
I – coordenar e articular as ações municipais de proteção e defesa civil;
II – atuar na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação relacionadas a desastres;
III – identificar e acompanhar as áreas sujeitas a riscos;
IV – elaborar, manter atualizado e executar o Plano Municipal de Contingência – PLANCON;
V – promover campanhas, orientações e ações educativas voltadas à prevenção de desastres;
VI – manter a população informada sobre riscos, alertas e medidas de autoproteção;
VII – realizar levantamentos e avaliações de danos e prejuízos decorrentes de desastres;
VIII – providenciar os registros e documentos necessários à decretação e ao reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
IX – alimentar e manter atualizados o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID, o Sistema Estadual de Defesa Civil – SISDC e outros sistemas oficiais aplicáveis;
X – articular a mobilização de servidores, veículos, máquinas, equipamentos, materiais e demais recursos municipais necessários às ações de proteção e defesa civil;
XI – solicitar apoio dos órgãos estaduais e federais quando a capacidade municipal de resposta se mostrar insuficiente;
XII – acompanhar a execução das ações e a aplicação dos recursos destinados à proteção e defesa civil;
XIII – desempenhar outras atribuições estabelecidas pela legislação federal, estadual e municipal.

Art. 5º A COMPDEC será dirigida por um Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, designado pelo Prefeito Municipal dentre os servidores públicos municipais.
§ 1º A designação prevista no caput não implica a criação de cargo ou emprego público.
§ 2º O ato de designação estabelecerá as atribuições específicas e a forma de atuação do Coordenador, observadas as disposições desta Lei e da legislação aplicável.
§ 3º O Coordenador representará a COMPDEC perante os órgãos estaduais e federais de proteção e defesa civil, sem prejuízo da representação institucional do Município pelo Prefeito.

Art. 6º O Prefeito Municipal poderá instituir, por decreto, equipe de apoio à COMPDEC, composta por servidores das áreas relacionadas às ações de proteção e defesa civil, especialmente:
I – Gabinete do Prefeito;
II – Administração e Finanças;
III – Obras, Urbanismo e Serviços Públicos;
IV – Assistência Social;
V – Saúde;
VI – Agricultura e Meio Ambiente;
VII – Educação.
§ 1º A equipe será constituída conforme a necessidade e a disponibilidade de pessoal do Município, não sendo obrigatória a designação de representantes de todas as áreas previstas neste artigo.
§ 2º A participação na equipe de apoio será considerada serviço público relevante e, salvo previsão legal específica, não será remunerada.
§ 3º Em situações de emergência, poderão ser convocados servidores de outros órgãos ou unidades administrativas municipais, conforme a necessidade do serviço.

CAPÍTULO III
DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA
Art. 7º O Prefeito Municipal poderá declarar situação de emergência ou estado de calamidade pública quando a intensidade e os efeitos do desastre comprometerem, parcial ou substancialmente, a capacidade de resposta do Município.
§ 1º A declaração deverá ser fundamentada em informações técnicas, levantamentos de danos e prejuízos e demais documentos exigidos pela legislação aplicável.
§ 2º O procedimento para declaração e reconhecimento observará a legislação federal e estadual, a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE e os sistemas oficiais de proteção e defesa civil.
§ 3º A COMPDEC adotará as providências administrativas necessárias ao registro do desastre e, quando cabível, à solicitação de reconhecimento estadual ou federal.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 8º O Poder Executivo poderá instituir o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, de caráter consultivo, propositivo, fiscalizador e de apoio às ações municipais de proteção e defesa civil.
§ 1º A composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho serão estabelecidos por decreto.
§ 2º O Conselho deverá possuir composição reduzida e adequada à estrutura administrativa e social do Município, assegurada, quando possível, a participação de representantes do Poder Público e da sociedade civil.
§ 3º A participação no Conselho será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO V
DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 9º O Fundo Municipal para Calamidades Públicas, criado pela Lei Municipal nº 1.552, de 8 de dezembro de 2023, fica reestruturado e passa a denominar-se Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC.

Art. 10. O FUMPDEC possui natureza contábil e financeira e tem por finalidade receber e aplicar recursos destinados às ações municipais de:
I – prevenção e mitigação de riscos de desastres;
II – preparação e capacitação;
III – socorro e assistência às pessoas afetadas;
IV – restabelecimento de serviços essenciais;
V – recuperação e reconstrução de áreas atingidas;
VI – aquisição ou contratação de materiais, equipamentos, serviços e estruturas necessários às ações de proteção e defesa civil;
VII – elaboração de estudos, levantamentos, mapeamentos e planos de contingência.

Art. 11. Constituem receitas do FUMPDEC:
I – dotações consignadas no orçamento municipal e créditos adicionais;
II – transferências da União e do Estado;
III – recursos provenientes do Fundo Estadual para Calamidades Públicas – FECAP;
IV – recursos provenientes do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil – FUNCAP;
V – auxílios, contribuições, subvenções e doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
VI – recursos provenientes de convênios, termos, acordos e instrumentos congêneres;
VII – rendimentos decorrentes da aplicação financeira de seus recursos;
VIII – outras receitas que legalmente lhe forem destinadas.

Art. 12. O FUMPDEC ficará vinculado ao Gabinete do Prefeito, com execução orçamentária, financeira e contábil realizada pela Secretaria Municipal responsável pelas finanças.
§ 1º O ordenador das despesas do Fundo será o Prefeito Municipal ou a autoridade a quem for legalmente delegada essa atribuição.
§ 2º A aplicação dos recursos deverá observar a legislação orçamentária, financeira, contábil, de contratações públicas e de prestação de contas.
§ 3º Os recursos do Fundo serão movimentados em conta bancária específica, quando exigido pela legislação ou pelo instrumento de transferência.
§ 4º A COMPDEC prestará o apoio técnico necessário à definição e ao acompanhamento das ações custeadas pelo Fundo.
Art. 13. Os saldos financeiros, bens, direitos, obrigações, registros contábeis e demais elementos vinculados ao Fundo Municipal para Calamidades Públicas serão transferidos e incorporados ao FUMPDEC.
Parágrafo único. A alteração da denominação e da vinculação do Fundo não implicará interrupção de sua continuidade contábil, financeira ou administrativa.

CAPÍTULO VI
DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Art. 14. A COMPDEC poderá incentivar a participação voluntária da população e, quando houver necessidade e condições locais, apoiar a formação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDECs.
Parágrafo único. A formação dos Núcleos será facultativa e priorizará comunidades ou localidades sujeitas a riscos específicos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os órgãos e entidades municipais prestarão à COMPDEC, dentro de suas competências e disponibilidades, o apoio técnico, administrativo, operacional e logístico necessário ao desempenho de suas atribuições.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observada a legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 18. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 1.552, de 8 de dezembro de 2023, preservados os atos regularmente praticados durante sua vigência.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, 25 de setembro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:BF571C54

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **95.585.477/0001-9**2 com sede no endereço: Rua Victor Bercheid, 708, Centro, Saudade do Iguaçu - PR, CEP 85568-000neste ato representado pela Secretaria de Cultura, Senhor(a) **Mayara Ferreira Soares** e o(a), portador(a) do RG nº **9.344.007-2** CPF nº **----------076.919.869-47**, residente: -Rua Frei Carlos Plavinski, 529, CEP: 85.568-000, telefones (46) 3246-1166 e o(a) AGENTE CULTURAL, **ANA CRISTINA TERLAMP** portador(a) do RG nº **97768188** , CPF nº **07295238964**, residente em: RUA ARNALDO FAVRO BUSATTO Nº330 São João no estado do Paraná, telefones: (46)991141526, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural- Projeto: **RAÍZES EM**

MOVIMENTO- OFICINA DE DANÇA TRADICIONALISTA Gaúcha para cidade de SAUDADE DO IGUAÇU -PR- **CATEGORIA 01 - OFICINAS**, contemplado no conforme processo administrativo EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 8.393,89 (oito mil trezentos e noventa e três reais e oitenta e nove centavos).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no NU pagamentos S.A - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, Agência 001, Conta Corrente nº 89405090-3, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da **Administração Municipal**:

I) Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, a administração pública deverá transferir os recursos conforme o edital ao AGENTE CULTURAL. O repasse ocorrerá em desembolso único, no prazo de até 03 (três) dias úteis, em conta bancária específica aberta exclusivamente para o recebimento e movimentação dos recursos deste Edital.

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) **Agente Cultural:**

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta
especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - solicitar documentação complementar;

II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;

c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Saudade do Iguaçu.

14. FORO

14.1 Fica eleito Comarca de Chopinzinho para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Saudade do Iguaçu – PR, 18 de setembro de 2026.

MAYARA FERREIRA SOARES
Secretária de Cultura

ANA CRISTINA TERLAMP
Agente Cultural

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:254D4BBE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **95.585.477/0001-9**2 com sede no endereço: Rua Victor Bercheid, 708, Centro, Saudade do Iguaçu - PR, CEP 85568-000neste ato representado pela Secretaria de Cultura, Senhor(a) **Mayara Ferreira Soares** e o(a), portador(a) do RG nº **9.344.007-2** CPF nº **----------076.919.869-47**, residente: -Rua Frei Carlos Plavinski, 529, CEP: 85.568-000, telefones (46) 3246-1166 e o(a) AGENTE CULTURAL, **Michel Lucas dos Santos** portador(a) do RG nº **10.924.661-1**, CPF nº **082.529.349-94**, Representando a **Associação AMAIS**, CNPJ: **62.154.345/0001-57**, localizada na Rua João Cadorin, 109 – Gralha Azul - Pato Branco – PR, telefones: (46)98810-1549, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural- Projeto: **FANFARRA SAUDADENSE** para cidade de SAUDADE DO IGUAÇU -PR-**CATEGORIA 01 - OFICINAS**, contemplado no conforme processo administrativo EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 8.393,89 (oito mil trezentos e noventa e três reais e oitenta e nove centavos).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no BANCO do Brasil S.A-INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, Agência 04952, Conta Corrente nº 108.569-7, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da **Administração Municipal**:
I) Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, a administração pública deverá transferir os recursos conforme o edital ao AGENTE CULTURAL. O repasse ocorrerá em desembolso único, no prazo de até 03 (três) dias úteis, em conta bancária específica aberta exclusivamente para o recebimento e movimentação dos recursos deste Edital.
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) **Agente Cultural:**
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta
especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Saudade do Iguaçu.

14. FORO

14.1 Fica eleito Comarca de Chopinzinho para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Saudade do Iguaçu – PR, 14 de setembro de 2026.

MAYARA FERREIRA SOARES
Secretária de Cultura

MICHEL LUCAS DOS SANTOS
Agente Cultural
Associação dos Músicos e Amantes de Instrumentos de Sopro - AMAIS

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:B8200EA7

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **95.585.477/0001-9**2 com sede no endereço: Rua Victor Bercheid, 708, Centro, Saudade do Iguaçu - PR, CEP 85568-000 neste ato representado pela Secretaria de Cultura, Senhor(a) **Mayara Ferreira Soares** e o(a), portador(a) do RG nº **9.344.007-2** CPF nº **----------076.919.869-47**, residente: Rua Frei Carlos Plavinski, 529, CEP: 85.568-000, telefones (46) 3246-1166 e o(a) AGENTE CULTURAL, **Valdomiro Maciel da Silva** portador(a) do RG nº **4.935.404-5**, CPF nº **706.543.529-68** o(a) AGENTE CULTURAL, **Fernanda Cristina Martinello** portador(a) do RG nº **8.757.327-3**, CPF nº **041.422.229-61** representante legal da empresa Brilharte Produções LTDA – ME, CNPJ 07.861.965/0001-18, com sede em Rua Veraquetá, no 21, bairro Menino Deus, CEP 85502-160, município Pato Branco, no estado Paraná,, telefones (46)99971-9330 – (46) 99984-6148, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural- Projeto: **CHARANGA SONS DA IMAGINAÇÃO** para cidade de SAUDADE DO IGUAÇU -PR- **CATEGORIA 02 – PRODUÇÃO CULTURAL**, contemplado no conforme processo administrativo EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL S.A-INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, Agência 0602, Conta Corrente nº 12.92.000565087707-2, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da **Administração Municipal**:
I) Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, a administração pública deverá transferir os recursos conforme o edital ao AGENTE CULTURAL. O repasse ocorrerá em desembolso único, no prazo de até 03 (três) dias úteis, em conta bancária específica aberta exclusivamente para o recebimento e movimentação dos recursos deste Edital.
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) **Agente Cultural:**
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta
especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Saudade do Iguaçu.

14. FORO

14.1 Fica eleito Comarca de Chopinzinho para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Saudade do Iguaçu – PR, 14 de setembro de 2026.

MAYARA FERREIRA SOARES
Secretária de Cultura

VALDOMIRO MACIEL DA SILVA

FERNANDA CRISTINA MARTINELLO
Agente Cultural
Brilharte Produções LTDA - ME

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:7E9FDB7D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **95.585.477/0001-9**2 com sede no endereço: Rua Victor Bercheid, 708, Centro, Saudade do Iguaçu - PR, CEP 85568-000 neste ato representado pela Secretaria de Cultura, Senhor(a) **Mayara Ferreira Soares** e o(a), portador(a) do RG nº **9.344.007-2** CPF nº **----------076.919.869-47**, residente: Rua Frei Carlos Plavinski, 529, CEP: 85.568-000, telefones (46) 3246-1166 e o(a) AGENTE CULTURAL, **Caroline Machado Bittencourt** portador(a) do RG nº **075.221.419-58**, CPF nº **075.221.419-58** representante legal da **CLOWNAMENTE PRODUÇÕES**, CNPJ 62.910.891/0001-70, com sede em R CAPITAO FRANCISCO ANTONIO ARAUJO, Bairro: AEROPORTO, CEP 85.693-406, município Palmas, no estado Paraná, telefone: (46) 98826-0505, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural- Projeto: **CLOWNAMENTE EM… CLÁSSICOS, MAS NEM TANTO!!!** para cidade de SAUDADE DO IGUAÇU -PR- **CATEGORIA 02 – PRODUÇÃO CULTURAL**, contemplado no conforme processo administrativo EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no NUPAGAMENTOS S.A, Agência 0001, Conta Corrente nº 840288329-8, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da **Administração Municipal**:

I) Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, a administração pública deverá transferir os recursos conforme o edital ao AGENTE CULTURAL. O repasse ocorrerá em desembolso único, no prazo de até 03 (três) dias úteis, em conta bancária específica aberta exclusivamente para o recebimento e movimentação dos recursos deste Edital.

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) **Agente Cultural:**

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta
especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Saudade do Iguaçu.

14. FORO

14.1 Fica eleito Comarca de Chopinzinho para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Saudade do Iguaçu – PR, 14 de setembro de 2026.

MAYARA FERREIRA SOARES
Secretária de Cultura

CAROLINE MACHADO BITTENCOURT
Agente Cultural
Clownamente Produções

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:AE3F4A10

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº

14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **95.585.477/0001-9**2 com sede no endereço: Rua Victor Bercheid, 708, Centro, Saudade do Iguaçu - PR, CEP 85568-000neste ato representado pela Secretaria de Cultura, Senhor(a) **Mayara Ferreira Soares** e o(a), portador(a) do RG nº **9.344.007-2** CPF nº **----------076.919.869-47**, residente: -Rua Frei Carlos Plavinski, 529, CEP: 85.568-000, telefones (46) 3246-1166 e o(a) AGENTE CULTURAL, **Thais Aparecida Mendes** portador(a) do RG nº **12.687.810-9**, CPF nº **085.138.719-58**, residente na: Rua Rui Barbosa, 1414, Bairro Martignago, CEP: 85568-000 - Saudade do Iguaçu – PR, telefones: (46) 999225113, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural- **CONTAR PARA TRANSFORMAR: O PODER DA LITERATURA NA PRÁTICA DOCENTE** para cidade de SAUDADE DO IGUAÇU -PR- **CATEGORIA 02 – PRODUÇÃO CULTURAL**, contemplado no conforme processo administrativo EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no BANCO do Brasil S.A-INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, Agência 0842-7, Conta Corrente nº 19460-3, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da **Administração Municipal**:

I) Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, a administração pública deverá transferir os recursos conforme o edital ao AGENTE CULTURAL. O repasse ocorrerá em desembolso único, no prazo de até 03 (três) dias úteis, em conta bancária específica aberta exclusivamente para o recebimento e movimentação dos recursos deste Edital.

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) **Agente Cultural:**

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta
especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - solicitar documentação complementar;

II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;

c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Saudade do Iguaçu.

14. FORO

14.1 Fica eleito Comarca de Chopinzinho para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Saudade do Iguaçu – PR, 14 de setembro de 2026.

MAYARA FERREIRA SOARES
Secretária de Cultura

THAIS APARECIDA MENDES
Agente Cultural

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:84E4C8A3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **95.585.477/0001-9**2 com sede no endereço: Rua Victor Bercheid, 708, Centro, Saudade do Iguaçu - PR, CEP 85568-000 neste ato representado pela Secretaria de Cultura, Senhor(a) **Mayara Ferreira Soares** e o(a), portador(a) do RG nº **9.344.007-2** CPF nº **----------076.919.869-47**, residente: Rua Frei Carlos Plavinski, 529, CEP: 85.568-000, telefones (46) 3246-1166 e o(a) AGENTE CULTURAL, **Dalton Viero** portador(a) do RG nº **13.983.709-6**, CPF nº **102.409.339-58**, REPRESENTANTE LEGAL da **VIERO ESCOLA DE MÚSICA**, CNPJ: 58.670.240/0001-83, residente na: COMUNIDADE DE LINHA URUTU , SNº INTERIOR, CEP 85568000, município de Saudade do Iguaçu, no estado Paraná, telefone: (46) 99925-0633, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural- Projeto: **O SOM DAS NOSSAS RAÍZES –ACORDEON, CULTURA E COMUNIDADE** para cidade de SAUDADE DO IGUAÇU -PR- **CATEGORIA 02 –**

PRODUÇÃO CULTURAL, contemplado no conforme processo administrativo EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no Banco Cooperativo Sicredi S.A, Agência: 0740, Conta Corrente nº 32583-3, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da **Administração Municipal**:

I) Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, a administração pública deverá transferir os recursos conforme o edital ao AGENTE CULTURAL. O repasse ocorrerá em desembolso único, no prazo de até 03 (três) dias úteis, em conta bancária específica aberta exclusivamente para o recebimento e movimentação dos recursos deste Edital.

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) **Agente Cultural:**

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta
especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - solicitar documentação complementar;

II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;

c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à

administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Saudade do Iguaçu.

14. FORO

14.1 Fica eleito Comarca de Chopinzinho para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Saudade do Iguaçu – PR, 18 de setembro de 2026.

MAYARA FERREIRA SOARES
Secretária de Cultura

DALTON VIERO
Agente Cultural
Viero Escola de Música

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:18CB51CE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **95.585.477/0001-9**2 com sede no endereço: Rua Victor Bercheid, 708, Centro, Saudade do Iguaçu - PR, CEP 85568-000 neste ato representado pela Secretaria de Cultura, Senhor(a) **Mayara Ferreira Soares** e o(a), portador(a) do RG nº **9.344.007-2** CPF nº **----------076.919.869-47**, residente: Rua Frei Carlos Plavinski, 529, CEP: 85.568-000, telefones (46) 3246-1166 e o(a) AGENTE CULTURAL, **Alexandra de Souza Herber** portador(a) do RG nº **7.207.378-9**, CPF nº **030.074.329-79**, residente na: AVENIDA IGUAÇU, 1699, Bairro: centro, CEP 85568000, município de Saudade do Iguaçu, no estado Paraná, telefone: (46) 999368471, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural- Projeto: **RAÍZES EM MOVIMENTO: O RETRATO DA NOSSA TERRA** para cidade de SAUDADE DO IGUAÇU -PR- **CATEGORIA 02 – PRODUÇÃO CULTURAL**, contemplado no conforme processo administrativo EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no NUPAGAMENTOS S.A, Agência 0602, Conta Corrente nº 12.92.000565087707-2, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da **Administração Municipal**:
I) Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, a administração pública deverá transferir os recursos conforme o edital ao AGENTE CULTURAL. O repasse ocorrerá em desembolso único, no prazo de até 03 (três) dias úteis, em conta bancária específica aberta exclusivamente para o recebimento e movimentação dos recursos deste Edital.
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) **Agente Cultural:**
I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta
especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Saudade do Iguaçu.

14. FORO

14.1 Fica eleito Comarca de Chopinzinho para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Saudade do Iguaçu – PR, 18 de setembro de 2026.

MAYARA FERREIRA SOARES
Secretária de Cultura

ALEXANDRA DE SOUZA HERBER
Agente Cultural

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:8AA1A9DF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **95.585.477/0001-9**2 com sede no endereço: Rua Victor Bercheid, 708, Centro, Saudade do Iguaçu - PR, CEP 85568-000 neste ato representado pela Secretaria de Cultura, Senhor(a) **Mayara Ferreira Soares** e o(a), portador(a) do RG nº **9.344.007-2** CPF nº **----------076.919.869-47**, residente: Rua Frei Carlos Plavinski, 529, CEP: 85.568-000, telefones (46) 3246-1166 e o(a) AGENTE CULTURAL, **Gilvana Fatima Schmoeller** portador(a) do RG nº **8.615.547-8**, CPF nº **037.905.969-06**, residente na: Rua Belmiro Belizário Silva, 161, Jardim Concórdia, CEP 85.660-000, município de Dois Vizinhos, no estado Paraná, telefone: 46 99911-7729, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural- Projeto: **SEMEAR CULTURA: CAPACITAÇÃO EM PROJETOS PARA SAUDADE DO IGUAÇU** para cidade de SAUDADE DO IGUAÇU -PR- **CATEGORIA 03 – FORMAÇÃO CULTURAL**, contemplado no conforme processo administrativo EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no Banco Cooperativo Sicoob S.A, Agência: 4342-7, Conta Corrente nº 122.680-0, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da **Administração Municipal**:
I) Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, a administração pública deverá transferir os recursos conforme o edital ao AGENTE CULTURAL. O repasse ocorrerá em desembolso único, no prazo de até 03 (três) dias úteis, em conta bancária específica aberta exclusivamente para o recebimento e movimentação dos recursos deste Edital.
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) **Agente Cultural:**
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta
especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no

prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Saudade do Iguaçu.

14. FORO

14.1 Fica eleito Comarca de Chopinzinho para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Saudade do Iguaçu – PR, 18 de setembro de 2026.

MAYARA FERREIRA SOARES
Secretária de Cultura

GILVANA FATIMA SCHMOELLER
Agente Cultural

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:3BFE565B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026
Processo Adm: Nº 281/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME), DESTINADOS À REPOSIÇÃO DE ESTOQUES E GARANTIA DO ABASTECIMENTO REGULAR DA FARMÁCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABATIÁ/PR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. O VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO É DE R$ 146.523,10 (cento e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e três reais e dez centavos)

Empresas vencedoras valor total: R$ 41.963,30 (quarenta e um mil e novecentos e sessenta e três reais e trinta centavos): **LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA** (48097911000105) com os lotes: 4, 6, 8, 12, 21, 25, 26, 30 no valor total de R$ 5.278,00 (cinco mil e duzentos e setenta e oito reais). **A.D. DAMINELLI LTDA** (10749758000180) com os lotes: 7, 14, 16, 17, 20, 22, 23 no valor total de R$ 4.609,00 (quatro mil e seiscentos e nove reais). **NEXXA FARMACÊUTICA LTDA** (61812902000117) com os lotes: 18 no valor total de R$ 6.825,00 (seis mil e oitocentos e vinte e cinco reais). **ITAMARATY CARE LTDA** (58489781000100) com os lotes: 29 no valor total de R$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais). **RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA** (35042079000106) com os lotes: 3, 11, 19, 24, 28 no valor total de R$ 4.069,30 (quatro mil e sessenta e nove reais e trinta centavos). **CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP** (32743242000161) com os lotes: 1, 5, 9, 15, 27 no valor total de R$ 10.902,00 (dez mil e novecentos e dois reais). **SANTINI MEDICAMENTOS LTDA** (58676108000189) com os lotes: 10 no valor total de R$ 3.840,00 (três mil e oitocentos e quarenta reais). **J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA** (32282308000163) com os lotes: 13 no valor total de R$ 5.360,00 (cinco mil e trezentos e sessenta reais).

A Prefeita do MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), quinta-feira, 24 de setembro de 2026

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES

Publicado por:
Ricardo Jose de Carvalho
Código Identificador:4B8E9176

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
PORTARIA Nº 21/2026

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Abatiá - Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

I – CONCEDER, férias a **CINTIA APARECIDA BRESSANI** de Siqueira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, com período de gozo de 28.09.2026 à 17.10.2026, convertendo 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

III - Registre-se.

IV - Publique-se.

Abatiá – Estado do Paraná, aos 25 de setembro de 2026.

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:92F065F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 071/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 071/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, no valor de R$ 2.650.013,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil e treze reais) e dá outras providências.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais e a Lei Municipal nº 1.284 de 19 de dezembro de 2025 (LOA), e ainda, considerando o que dispõe o § 2°, do art. 167, da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente no valor de **R$ 2.650.013,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil e treze reais)**, nos termos dos artigos 43, § 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº 4.320/1964 e o artigo 10 da Lei Municipal nº 1.284/2025.
Art. 2º - A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:
07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 – Fundo Municipal de Saúde
10.302.0015.2.074– Consorcio Intermunicipal COMESP – Repasse Financeiro.

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.1.71.70.00.00	11117	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	**R$ 150.013,00**
	11121	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	**R$ 300.000,00**
	Total		**R$ 450.013,00**

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0016.2.031– Manutenção dos Convênios do SUS.

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	11117	Material de Consumo	**R$ 150.000,00**
	11118	Material de Consumo	**R$ 300.000,00**
	11116	Material de Consumo	**R$ 150.000,00**
	11120	Material de Consumo	**R$ 200.000,00**
	11122	Material de Consumo	**R$ 200.000,00**
	11123	Material de Consumo	**R$ 200.000,00**
	00494	Material de Consumo	**R$ 200.000,00**
3.3.90.39.00.00	11115	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**R$ 200.000,00**
	11119	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**R$ 300.000,00**
	00494	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**R$ 300.000,00**
	Total		**R$ 2.200.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação dos repasses do Ministério da Saúde através de emendas parlamentares no valor de **R$ 2.650.013,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil e treze reais)** para uso no incremento ao custeio de serviços da atenção primária, conforme os planos de aplicação das emendas.

Art. 4º- O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 7º Lei Municipal de n° 1.284 de 19 de dezembro de 2025.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, em 25 de setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:D8ECE694

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 505/2026 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - MARCIA CRISTINA MOTTIN SANTOS

PORTARIA nº 505/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Conversão de Licença Prêmio em dinheiro a Servidora Pública Municipal"

Considerando, o Requerimento protocolado sob nº 293/2026, de 25 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, no uso de suas atribuições legal...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
Artigo 1º - Concede Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Sra. **MARCIA CRISTINA MOTTIN SANTOS**, por ter completado período aquisitivo de 05 (cinco) anos ininterruptos no serviço publico municipal, referente ao período 2020/2025.
Artigo 2º - Conforme faculta o Art. 103 da Lei 465/94, fica estabelecido que essa **Licença Prêmio será convertida em Dinheiro**.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 25 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:1F152AD4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 506/2026 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - DEBORA MARTINS PEREIRA

PORTARIA nº 506/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Conversão de Licença Prêmio em dinheiro a Servidora Pública Municipal"

Considerando, o Requerimento protocolado sob nº 294/2026, de 25 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, no uso de suas atribuições legal...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
Artigo 1º - Concede Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Sra. **DEBORA MARTINS PEREIRA**, por ter completado período aquisitivo de 05 (cinco) anos ininterruptos no serviço publico municipal, referente ao período 2020/2025.
Artigo 2º - Conforme faculta o Art. 103 da Lei 465/94, fica estabelecido que essa **Licença Prêmio será convertida em Dinheiro**.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 25 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:08F76E5B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 507/2026 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - NILSON JOEL POGOGESKI

PORTARIA nº 507/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Conversão de Licença Prêmio em dinheiro a Servidor Público Municipal"

Considerando, o Requerimento protocolado sob nº 292/2026, de 25 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, no uso de suas atribuições legal...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
Artigo 1º - Concede Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal Sr. **NILSON JOEL POGOGESKI**, por ter completado período aquisitivo de 05 (cinco) anos ininterruptos no serviço publico municipal, referente ao período 2019/2024.
Artigo 2º - Conforme faculta o Art. 103 da Lei 465/94, fica estabelecido que essa **Licença Prêmio será convertida em Dinheiro**.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 25 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:B208067E

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 179/2026 EXTRATO DO CONTRATO 102/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

RESOLUÇÃO Nº 179/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO 102/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
OBJETO: Aquisição de bens permanentes e materiais de consumo para apoio às atividades educativas, formativas, físicas, recreativas, administrativas e de promoção da cidadania, para a SEMIPI - Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

CONTRATADA: BRINQUEDOLÂNDIA COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA
VALOR: R$ 35.250,00 (trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias a partir de 21/09/2026 ou de sua assinatura
PRAZO PARA ENTREGA: 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da Requisição de Compra e Empenho.

Adrianópolis, 25 de setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:F99B5FEC

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 180/2026 EXTRATO DO CONTRATO 103/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026

RESOLUÇÃO Nº 180/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO 103/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026
OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza, conservação, proteção individual e itens correlatos, conforme especificações e quantitativos constantes da relação de itens anexa, destinados ao atendimento das necessidades das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Adrianópolis/PR.
CONTRATADA: BONTORIN & COMPANHIA LTDA
VALOR: R$ 393.449,42 (trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir de 21/09/2026 ou de sua assinatura
PRAZO PARA ENTREGA: Até 03 (três) dias úteis após o recebimento da Requisição de Compra e Empenho.

Adrianópolis, 25 de setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:7101BC38

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 181/2026 EXTRATO DE PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL DE PRAZO DO CONTRATO 143/2021 MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021

RESOLUÇÃO Nº 181/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL DE PRAZO DO CONTRATO 143/2021

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021
CONTRATADA: Sueli Aparecida Macedo ME.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços terceirizados ao município.
PRAZO: 03 (três) meses

Adrianópolis, 25 de setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:75D866A8

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 182/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

RESOLUÇÃO Nº 182/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO EM REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
CONTRATADA: ACR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
VALOR TOTAL: R$ 10.160,00 (dez mil cento e sessenta reais).
PRAZO: 03 (três) dias.

Adrianópolis, 08 de setembro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:C007B7E7

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 183/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

RESOLUÇÃO Nº 183/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, MEDICINA OCUPACIONAL E ASSESSORIA TÉCNICA EM GESTÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.
CONTRATADA: POLI MEDICINA DO TRABALHO LTDA
VALOR TOTAL: R$ 27.160,00 (dez mil cento e sessenta reais).
PRAZO:12 (doze) meses.

Adrianópolis, 11 de setembro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:730CADA1

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 184/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2026

RESOLUÇÃO Nº 184/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SONDAGENS DE SOLO À PERCUSSÃO, DO TIPO SPT (STANDARD PENETRATION TEST), INCLUINDO MOBILIZAÇÃO, PERFURAÇÃO, ENSAIOS, COLETA DE DADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIOS/ LAUDOS TÉCNICOS

JUNTO COM A ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.
CONTRATADA: SOLOPAR OBRAS E FUNDACOES LTDA
VALOR TOTAL: R$ 2.210,00 (dois mil duzentos e cem reais).
PRAZO: 30 (trinta) dias.

Adrianópolis, 21 de setembro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:B8318266

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
EDITAL

EDITAL Nº 011/2026

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, usando de suas atribuições legais....

CONVOCA a todos os Vereadores e Munícipes para a 07ª Sessão Extraordinária que será realizada no dia 28/09/2026 (segunda-feira) às 18:00hs nesta Casa de Leis.

PAUTA DA SESSÃO: 2º APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE ADRIANÓPOLIS/PR, EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2024.

Ofício nº 342/2026: Referente ao Acórdão de parecer Prévio nº 169/2026."

Adrianópolis-PR, 25 de setembro de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:EFCBD5A3

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
EDITAL

EDITAL Nº 012/2026

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, usando de suas atribuições legais....

CONVOCA a todos os Vereadores e Munícipes para a 08ª Sessão Extraordinária que será realizada no dia 28/09/2026 (segunda-feira) às 19:00hs nesta Casa de Leis.

PAUTA DA SESSÃO: 2º APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO PARA VOTAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI Nº 024 E 025/2026, APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 026/2026.

Projeto de Lei nº 024/2026 Súmula: "Altera dispositivos da Lei Municipal n° 1.081/2022, que dispõe sobre a avaliação de mérito e desempenho dos candidatos à Direção das Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Adrianópolis".

Projeto de Lei nº 025/2026 Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento- Programa Vigente, no valor de R$ 65.092,15 (sessenta e cinco mil, noventa e dois reais e quinze centavos) , e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 026/2026 Súmula: "Altera dispositivos do art. 3º da Lei Municipal nº 1.306, de 2 de setembro de 2026, que cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA e institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental FMSBA, e dá outras providências".

Adrianópolis-PR, 25 de setembro de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:1676F2C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DL 46/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 104/2026

O MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados a realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, e de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

DADOS DO AVISO	
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS À COZINHA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL.	
VALOR DA CONTRATAÇÃO	R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO	Até o dia 01/10/2026, às 17h
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Horário de Brasília – DF
ENDEREÇO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	dispensaslicitacao@agudosdosul.pr.gov.br, ou por protocolo na Prefeitura Municipal de Agudos do Sul.
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS	Sim

O Aviso de Contratação completo poderá ser obtido no site www.agudosdosul.pr.gov.br, no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br ou por solicitação no e-mail dispensaslicitacao@agudosdosul.pr.gov.br

Agudos do Sul, 25 de setembro de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:782907DF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026
DETENTOR: OXIGENIO MAFRA COMERCIO DE GASES ATMOSFRICOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 43.174.794/0001-12
TELEFONES: 49 3521-0363
E-MAIL: financeiro@maqgases.com.br / contato@maqgases.com.br
DATA DE ASSINATURA: 24/09/2026
VIGÊNCIA: 24/09/2027

ITEM	UND.	QTDE	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	M³	300	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL, COM PUREZA NÃO INFERIOR A 99,5 %.EM CILINDROS DE AÇO/ALUMÍNIO, CAPACIDADE DE 0,3 a 1,0 M³, EM BOAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DE USO	Messer	R$ 62,30
2	M³	300	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL, COM PUREZA NÃO INFERIOR A 99,5 %.EM CILINDROS DE AÇO/ALUMÍNIO, CAPACIDADE DE 1,5 A 3 M³, EM BOAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DE USO	Messer	R$ 40,00
3	M³	3.000	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL, COM PUREZA NÃO INFERIOR A 99,5 %.EM	Messer	R$ 18,00

			CILINDROS DE AÇO/ALUMÍNIO, CAPACIDADE ENTRE 6,0 A 10,0 M³, EM BOAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DE USO		
4	M³	400	AR COMPRIMIDO MEDICINAL,EM CILINDROS DE AÇO OU ALUMÍNIO, CAPACIDADE ENTRE 6,0 A 10 M³, EM BOAS CONDIÇÕES DE USO	Messer	R$ 12,00

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:92AA40AF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 434, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução das atas,por representantes da Administração;

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal da Ata de Registro de Preços, os servidores abaixo relacionados, conforme dados abaixo:

Modalidade:	Pregão Eletrônico	**Nº licitação:**	31/2026
ARP:	122/2026	**Vigência:**	24/09/2026 a 24/09/2027
Objeto:	Registro de preços para aquisições de gases medicinais com empréstimo de cilindros e reguladores de pressão (manômetro e fluxômetro) em atendimento a secretaria de saúde		
Detentor:	Oxigênio Mafra Comércio de Gases Atmosféricos e Produtos para Saúde Ltda CNPJ: 43.174.794/0001-12		
Gestor:	Josiane Rosario da Cruz de Andrade	**CPF:**	***.200.429-**
Fiscal:	Tatiane Aparecida Lima de Andrade	**CPF**	***.897.749-**

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços, mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente a Ata de Registro de Preços acima mencionada.

Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, em 25 de setembro de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:D82F7815

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO 015/2026

AVISO

ABERTURA DOS ENVELOPES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PARA CREDENCIAMENTO Nº 015/2026

Objeto: **"CHAMAMENTO PÚBLICO DE PESSOAS JURÍDICAS, SEM FINS LUCRATIVOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES".**

Informa que a Abertura dos envelopes do Credenciamento supracitado acontecerá no dia 5 de outubro de 2026, ás 09h00 na Secretaria da Família, Mulher e Desenvolvimento Social, localizado no Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, sito a Rua Mauricio Rosemann, nº 15, Cachoeira, Almirante Tamandaré.

Almirante Tamandaré, 25 de setembro de 2026.

FERNANDA GULIN
Agente de Contratação Responsável

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:568499E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 28/09/2026 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 14/10/2026 às 09h00min.

Objeto: **"AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SUV, PORTE GRANDE, COM CAPACIDADE AMPLIADA DE PASSAGEIROS, ZERO QUILÔMETRO, ORIGINAL DE FÁBRICA, DESTINADO A ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR".**

Valor Máximo: R$ 346.098,12 (trezentos e quarenta e seis mil noventa e oito reais e doze centavos).

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8798.

Almirante Tamandaré, 25 de setembro de 2026.

SANDRA MARIA CUMIN
Agente de Contratação Responsável / Pregoeira

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:C86FBC6E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 28/09/2026 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 16/10/2026 às 09h00min.

Objeto: **"SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MOCHILAS ESCOLARES, PARA O ANO LETIVO DE 2027".**

Valor Máximo: R$ 1.157.563,53 (um milhão cento e cinquenta e sete mil quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos).

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8798.

Almirante Tamandaré, 25 de setembro de 2026.

SANDRA MARIA CUMIN
Agente de Contratação Responsável / Pregoeira

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:B22CB6BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
COMUNICADO DE SUSPENÇÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 019/2026

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 019/2026

Objeto: **"CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA PARA MACRODRENAGEM DO RIO BARIGUI NO MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ - PARANÁ".**

Senhores Licitantes,

Comunicamos que a Concorrência Eletrônica nº 019/2026, encontra-se SUSPENSO a fim de possibilitar análise e correções emanadas dos apontamentos do TCE/PR. Para mais informações acesse por meio do endereço eletrônico a plataforma do Bolsa Nacional de Compras - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731/detalhe/9:18:2026_152_18

Atenciosamente,

Almirante Tamandaré, 25 de setembro de 2026.

PEDRO MOECKE
Agente de Contratação Responsável / Pregoeiro

Publicado por:
Pedro Juergen Moecke
Código Identificador:BE7B79AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 313/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 313/2026
PARTES:MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA JEANE NILZA DE MATOS.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS À INSTALAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA TEMPORÁRIA DA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO, A SER REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ"
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O CONTRATO SERÁ ATÉ 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS OU MENORES PERÍODOS, CONFORME O INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
VALOR R$ 31.721,91 (trinta e um mil setecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos)
DATA DA ASSINATURA: 23/09/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
23.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
04.122.0004.2.108	Eventos Municipais
3.3.90.39.00 - 1000	Outros Serviços de Terceirois – Pessoa Jurídica 525

Almirante Tamandaré, 25 SETEMBRO de 2026.

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:EE13E57E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 310/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 310/2026

Partes: **TERMO DE FOMENTO N° 310/2026. QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA CRISTO REDENTOR.**

Objeto: **"FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO PARA REPASSE DE DOAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PARA PROJETO BASES QUE TRANSFORMAM: SUSTENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO."**

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **12 meses a partir do repasse para a instituição**, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas no próprio termo.
Valor do Repasse: **R$ 130.083,91 (cento e trinta mil e oitenta e três reais e noventa e um centavos)**.
Data de Assinatura: 22/09/2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
10.02 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.243.0013.2.059 Subvenções Sociais com Assist. à Criança e ao Adolescente
3.3.50.43.00 – 1000- Subvenções Sociais 244

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:0AE4949F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 146/2026

Declara Situação de Emergência nas áreas do município afetadas por Tempestade Local /Convectiva - Chuvas Intensas (13214).

O Senhor Camilo Daniel Lovato, Prefeito do município de Almirante Tamandaré, localizado no estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

•
Que ocorreu desde o início do mês de setembro de 2026, foram registrados elevados acumulados de precipitação pluviométrica em diversas regiões do município. No período aproximado de duas semanas, o acumulado atingiu cerca de 210 mm, conforme dados registrados pelo pluviômetro automático instalado no município,

contribuindo para a ocorrência de alagamentos, deslizamentos e outros impactos no território municipal.

As condições de precipitação intensa ocasionaram impactos significativos em diferentes áreas do município, resultando em danos e transtornos à população e à infraestrutura local, bem como na necessidade de adoção de medidas emergenciais por parte do Poder Público Municipal. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;

•
Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;

•
Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de
Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (13214).
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

• Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

• Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 25 de Setembro de 2026.

CAMILO DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:9628E6AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026

ATA DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026

OBJETO: O objeto da presente licitação é a formação de Sistema de Registro de Preços
para futura e eventual Contratação de empresa especializada para o fornecimento de fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres, nutricionalmente completa, destinada ao atendimento de crianças com necessidades dietoterápicas específicas acompanhadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Altamira do Paraná.

LOTE 1 – ADJUDICADO – 25/09/2026
DESCRIÇÃO: Fórmula infantil em pó de partida e seguimento, a base de aminoácidos
livres. Nutricionalmente completa, isenta de proteínas lácteas, destinado a necessidades
dietoterápicas especificas, com restrição de lactose. Indicada para crianças de 0 a 3 anos, com DHA (ômega 3) e o ARA (ômega 6), TCM, além de nucleotídeos. Isento de proteína láctea, lactose, sacarose, frutose, galactose e ingredientes de origem animal. Lata de 400 gramas.
QUANTIDADE: 300
UNIDADE: UND.
VALOR UNITÁRIO: R$ 158,666.
VALOR TOTAL: R$ 47.599,98.

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, Inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital do Pregão Eletrônico nº 025/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** o objeto da contratação supramencionada, tendo como Contratada, **FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ/MF 38.540.669/0001-49.**

Encaminhe-se para homologação da autoridade superior e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 25 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:AD2A8F2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2026 EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 33/2026

ATA DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2026
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 33/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de embalagens para carcaças bovinas, destinadas ao atendimento do abatedouro municipal do município de Altamira do Paraná – PR.

ITEM 1 – ADJUDICADO – 21/07/2026
DESCRIÇÃO: BOBINA TUBULAR P/ CARCAÇA BOVINA EM PEAD, COM PESO DE 50 KG CADA,
MICRA 0,0005, FILME VIRGEM.
QUANTIDADE: 10
UNIDADE: UND.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.420,00.
VALOR TOTAL: R$ 14.200,00.

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, Inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital da Dispensa Eletrônica nº 33/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** o objeto da contratação supramencionada, tendo como Contratada, **PLATI PLASTICOS LTDA, CNPJ: 26.079.634/0001-75.**

Encaminhe-se para homologação da autoridade superior e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 25 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:F3FF9FEF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

Pelo presente instrumento particular da Ata de Registro de Preço, as partes abaixo assinadas:

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, CEP nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. ELZA APARECIDA DA SILVA e;

CONTRATADA: FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ: 38.540.669/0001-49 E ENDEREÇO: RUA PRINCESA ISABEL, Nº 1451, ZONA 04, MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, CEP: 87014-090. Representada por MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA RG: 5.038.227-0, CPF: 705.630.989-53, ENDEREÇO: RUA DA MOOCA, N°446, JARDIM MORUMBI, NA CIDADE DE CAMBÉ E-MAIL: LICITACAOFAGAN@HOTMAIL.COM E TELEFONE: (44) 3041-1999.

Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO.
Contratação de empresa especializada para o fornecimento de fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres, nutricionalmente completa, destinada ao atendimento de crianças com necessidades dietoterápicas específicas acompanhadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Altamira do Paraná.

2. DO VALOR.
O valor desta Ata compreende R$ 47. 599,98 (Quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.
A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze meses) podendo este prazo ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:
07.002.10.301.0021.2053 - ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
07.001.10.301.0033.2229 - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO - SAÚDE
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.
5. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato da Ata de Registro de Preço, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 25 de setembro de 2026

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:7FBC2B60

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026

OBJETO: O objeto da presente licitação é a formação de Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para o fornecimento de fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres, nutricionalmente completa, destinada ao atendimento de crianças com necessidades dietoterápicas específicas acompanhadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Altamira do Paraná.

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021, a Prefeita Municipal resolve **HOMOLOGAR** o **PREGÃO ELETRÔNICO 25/2026** para a contratação supramencionada, tendo como Contratada, **FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ/MF 38.540.669/0001-49.**

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 25 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:94882E56

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2026
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 33/2026

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2026
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 33/2026

OBJETO: Construção Contratação de empresa especializada para fornecimento de embalagens para carcaças bovinas, destinadas ao atendimento do abatedouro municipal do município de Altamira do Paraná – PR.

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021, a Prefeita Municipal resolve **HOMOLOGAR** a **DISPENSA ELETRÔNICA 33/2026** para a contratação supramencionada, tendo como Contratada, **PLATI PLASTICOS LTDA, CNPJ: 26.079.634/0001-75.**

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 25 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:F464BDBA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL DE CANCELAMENTO E NOVA CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - ASMAP

O Presidente da Associação dos Servidores Municipais de Altamira do Paraná – ASMAP, Sr. Itamar Nunes Rodrigues, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, especialmente o disposto nos artigos 15, 16, 18 e demais dispositivos aplicáveis, **TORNA PÚBLICO O CANCELAMENTO** da Assembleia Geral Extraordinária anteriormente convocada para o dia 28 de setembro de 2026, por meio do Edital publicado em 11/09/2026 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (Edição 3614, Código Identificador 36B02FFD), em razão de readequações administrativas e de prazos.
Desta forma, ficam CONVOCADOS todos os associados com direito a voto e em pleno gozo de seus direitos sociais para participarem da referida Assembleia, que passa a ter sua data, horário e local fixados nos seguintes termos:

• Nova Data: 15 de outubro de 2026
• Horário: 19h00
• Local: Casa da Cultura, em Altamira do Paraná – PR

Ressalta-se que a **ORDEM DO DIA** permanece inalterada, conforme originalmente publicada, deliberando-se exclusivamente sobre:

1. Deliberação sobre a alienação de parte do lote de propriedade da ASMAP;
2. Apresentação aos associados das informações relativas à área objeto da proposta de alienação, incluindo sua identificação, extensão, localização e demais elementos disponíveis para apreciação;
3. Análise e deliberação quanto à autorização para a alienação, bem como sobre as condições gerais da operação, observadas as disposições estatutárias e legais aplicáveis;
4. Autorização para que a Diretoria da ASMAP adote as providências administrativas, documentais e cartoriais necessárias à formalização da deliberação, caso aprovada pela Assembleia.

Quórum e convocações:

Nos termos do art. 18 do Estatuto Social, por se tratar de matéria relativa à alienação de bem da Associação, a Assembleia deverá observar o regime específico de convocação e quórum previsto nesse artigo. Em primeira convocação, o Estatuto exige a presença de **2/3 (dois terços) dos sócios**; não se instalando, haverá segunda convocação e, posteriormente, última convocação, conforme os prazos e condições estabelecidos no próprio Estatuto.

Altamira do Paraná – PR, 25 de setembro de 2026.

ITAMAR NUNES RODRIGUES
Presidente da ASMAP

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:FABFE8AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convite

O Prefeito Municipal, Vice Prefeito, Senhores Vereadores e equipe financeira, têm a honra de Convidar Vossa Senhoria e Família, para a Audiência Pública da apresentação do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do **2º Quadrimestre de 2026**, que será realizada no recinto da Câmara Municipal de Amaporã, dia **28 de setembro de 2026 (segunda-feira) às 15:00 horas.**
O objetivo especial é revelar o desempenho econômico-financeiro do Município, com base na realização das receitas e despesas, apresentação dos limites de gastos constitucionalmente exigidos, variação do patrimônio e do estoque da dívida pública.

Sem mais para o momento, contamos com sua indispensável presença, agradecendo desde já.

Amaporã, em 16 de setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:8D222ABB

CONTABILIDADE MUNICIPAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 051/2026

Objeto: Audiência Pública para apresentação do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º QUADRIMESTRE de 2026 do Município de AMAPORÃ, Paraná.

O Poder Executivo e Legislativo, através da Comissão de Finanças e Fiscalização, do Município de Amaporã, Paraná, com fundamento no § 4º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que fará realizar no dia **28 de setembro de 2026 (segunda -Feira)**, com início às **15:00 horas**, no recinto da Câmara Municipal de Amaporã, a **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, estendida a toda população, com fim específico de apresentar os relatórios de avaliação do cumprimento das Metas e Gestão Fiscal, referentes ao período de Maio a Agosto – 2º **Quadrimestre de 2026.**

O objetivo especial é revelar o desempenho econômico-financeiro do Município de Amaporã, com base na realização das receitas e despesas, apresentação dos limites de gastos constitucionalmente exigidos, variação do patrimônio e do estoque da dívida pública, e outros indicadores da gestão relacionada à Administração Pública local.

Amaporã, 16 de setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA
Presidente Câmara Municipal

JULIANO ANTONIO
Presidente da Comissão de Finanças e Fiscalização

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:7D92C3AB

CONTABILIDADE MUNICIPAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 051/2026

Objeto: Audiência Pública para apresentação do Relatório das Ações da Saúde Pública do 2º QUADRIMESTRE de 2026 do Município de AMAPORÃ, Paraná.

O Poder Executivo do Município de Amaporã, com fundamento do Art. 12, da Lei Federal nº 8.689/93, de 27 de Julho de 1993, e a Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, torna público que fará realizar no dia **28 de setembro de 2026**, com início às **15:00**

horas, no recinto da Câmara Municipal de Amaporã, a **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, estendida a toda população, com fim específico de apresentar os relatórios de avaliação das ações voltadas para a Saúde Pública Municipal, referente as execuções do **2º Quadrimestre do ano de 2026.**

Amaporã, em 16 de setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:1DBE3617

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO N° 202/2026 DE 16/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PREVIDENCIA SOCIAL SERVID PUBLICOS MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$171.000,00 (cento e setenta e um mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Decreta:
Suplementação
10 FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
10.001 FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
10.001.09.272.0001.2.005 Previdência e Assistência Social ao Servidor Público Municipal
11 - 3.1.90.01.00.00 100 APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES 21.000,00
11 - 3.1.90.01.00.00 1040 APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES 150.000,00
Total Suplementação: 171.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução
10 FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
10.001 FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
10.001.04.122.0001.2.166 Apoio Administrativo a Previdência Social
4.4.90.52.00.00 100 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 21.000,00
10.001.09.272.0001.2.005 Previdência e Assistência Social ao Servidor Público Municipal
3.3.90.39.00.00 1040 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 15.000,00
3.3.90.86.00.00 1040 COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA 75.000,00
3.3.90.93.00.00 1040 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 60.000,00

Total Redução: 171.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de PREVIDENCIA SOCIAL SERVID PUBLICOS MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 16 de Setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:0A246BA0

LICITAÇÃO
ADENDO Nº 043 AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – 2026

ADENDO Nº 043 AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – 2026

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 222/2023, e a Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõem sobre Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o Plano Anual de Contratações – PAC é instrumento de planejamento que consolida as demandas previstas pela Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de Contratação de empresa especializada para capacitação - Suas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:
Art. 1º Fica inserido ao Plano Anual de Contratações – PAC 2026 o objeto abaixo descrito:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA 03 (TRÊS) VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRATÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR ESTIMADO**: R$ 3.353,72 (três mil e trezentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos).**

3 – PERÍODO ESTIMADO
É estimado que a contratação seja firmada no mês de outubro de 2026.

Amaporã/PR, 25 de setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:9C283AEC

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 205/2026

DECRETO Nº 205/2026

SÚMULA: Suspende temporariamente a aplicação dos novos enquadramentos dos adicionais de insalubridade e periculosidade aprovados pelo Decreto nº 159/2026, estabelece regime de transição e disciplina a análise das impugnações administrativas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, Senhor MARCOS MARIN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o direito de petição, o contraditório, a ampla defesa e os princípios da legalidade, motivação, proporcionalidade e segurança jurídica;

CONSIDERANDO as impugnações relativas aos laudos aprovados pelo Decreto nº 159/2026, e a necessidade de decisão administrativa fundamentada, precedida dos esclarecimentos técnicos pertinentes;

CONSIDERANDO as impugnações administrativas apresentadas ao laudo aprovado pelo Decreto nº 159/2026 e a necessidade de obter

esclarecimentos da empresa responsável para subsidiar seu julgamento, bem como de disciplinar, durante essa análise, a continuidade dos pagamentos legalmente amparados pelo laudo anteriormente utilizado pelo Município;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a continuidade dos pagamentos legalmente amparados, sem antecipar o julgamento das impugnações nem afastar direitos já constituídos;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica Municipal, de 15 de setembro de 2026, emitido em resposta ao Memorando-Circular nº 062/2026, que se manifesta pela possibilidade de suspensão temporária dos efeitos financeiros do Decreto nº 159/2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa, em caráter cautelar, a aplicação dos novos enquadramentos e percentuais dos adicionais de insalubridade e periculosidade aprovados pelo Decreto nº 159/2026, inclusive sua implementação na folha prevista no art. 4º daquele Decreto, pelo prazo máximo de 60 dias corridos, observado o encerramento antecipado previsto neste Decreto.
§ 1º A suspensão produz efeitos a partir da publicação deste Decreto, excluindo-se essa data da contagem do prazo e incluindo-se a do vencimento.
§ 2º A medida não revoga o Decreto nº 159/2026, não declara a invalidade dos laudos por ele aprovados e não elimina os efeitos jurídicos ou créditos referentes a períodos anteriores, cuja apuração observará o art. 5º deste Decreto.

Art. 2º Durante a suspensão, ficam expressamente adotados, em caráter provisório, os enquadramentos constantes do Laudo Técnico, anteriormente utilizado pelo Município e aprovado pelo DECRETO N° 171/2024, para os servidores que continuem preenchendo os respectivos requisitos legais e fáticos.
§ 1º A adoção provisória abrange exclusivamente os enquadramentos técnicos e os percentuais legalmente admitidos, preservadas as bases de cálculo e demais regras da legislação vigente, sem restabelecimento de disposições anteriores incompatíveis com ela.
§ 2º A Divisão de Recursos Humanos identificará nos assentamentos funcionais o enquadramento aplicado e a respectiva base técnica e legal, observando as alterações de função, lotação e condições de exposição.
§ 3º A manutenção provisória não autoriza pagamento sem fato gerador, cumulação vedada ou continuidade de situação comprovadamente ilegal, nem afasta decisões judiciais ou regimes legais específicos, cabendo decisão motivada sobre as exceções, com as garantias processuais aplicáveis.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração, por meio da Divisão de Recursos Humanos e com o acompanhamento do fiscal do contrato, coordenará a análise das impugnações e deverá:
I - Individualizar os pedidos, os interessados e os enquadramentos questionados;
II - Requisitar à empresa responsável os esclarecimentos, inspeções complementares e correções necessários;
III - assegurar aos interessados acesso aos elementos pertinentes e oportunidade de manifestação sobre conclusões ou provas novas que possam prejudicá-los;
IV - Submeter os pedidos à autoridade competente, para decisão fundamentada, comunicando o resultado aos interessados;

Art. 4º Concluída a análise antes do término do prazo ou cessados os motivos da cautela, o Prefeito encerrará antecipadamente a suspensão, total ou parcialmente, mediante decreto.
§ 1º Encerrado o prazo de suspensão, os enquadramentos do Decreto nº 159/2026, com as alterações regularmente aprovadas, voltarão a ser aplicados a partir do dia seguinte ao vencimento, independentemente de novo ato de retomada, ressalvadas decisões judiciais ou medidas administrativas específicas em vigor.
§ 2º Eventual necessidade de manutenção da cautela para enquadramentos determinados deverá ser examinada antes do vencimento e formalizada por novo ato motivado, com indicação dos fundamentos, da abrangência e do prazo estritamente necessário, vedada a prorrogação automática pela mera existência de impugnações pendentes.
§ 3º A Divisão de Recursos Humanos observará a data efetiva da retomada na apuração da competência e das diferenças devidas, ainda que o processamento ocorra em folha posterior, asseguradas a ciência dos interessados e as garantias processuais exigíveis para alterações desfavoráveis.

Art. 5º As decisões finais apreciarão expressamente o termo inicial dos enquadramentos e as eventuais diferenças remuneratórias, considerando a legislação aplicável, a prova técnica, os arts. 3º e 4º do Decreto nº 159/2026.
§ 1º A suspensão não importa renúncia, quitação, extinção ou deslocamento automático do termo inicial de créditos legalmente devidos, nem autoriza adiar parcela reconhecida como devida e não abrangida por controvérsia concreta.
§ 2º Não serão efetuados descontos ou cobranças automáticas em decorrência da revisão, dependendo eventual restituição de processo próprio, com análise do fundamento do pagamento, da boa-fé, da legislação e da jurisprudência aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º A suspensão não afasta a adoção imediata de medidas de prevenção, controle ou eliminação dos riscos ocupacionais identificados, nem os deveres de proteção da saúde e da segurança dos servidores.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:631DE665

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 053/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 053/2026

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** aberto pelo **Edital nº 033/2026**, a comparecer na Prefeitura Municipal de Amaporã - Divisão de Recursos Humanos em horário de expediente, no período de **28 de setembro a 7 de outubro de 2026**, a fim de submeter ao processo admissional, munida de fotocópias dos seguintes documentos:

( ) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

( ) Certidão de Casamento ou Nascimento;

( ) Certidão de Nascimento dos filhos;

( ) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

( ) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

( ) Cadastro do PIS/PASEP;

( ) Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

( ) Título de Eleitor;

( ) Atestado Médico Admissional de acordo com o Decreto Municipal 085/2014;

( ) Foto 3x4, colorida e recente;

( ) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

( ) Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

( ) Comprovante de Residência na data da Contratação em nome do admitido e/ou declaração de residência;

( ) Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida em cartório; salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF;

( ) Declaração de Bens;

( ) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

( ) Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho) e/ou extrato da CTPS Digital;

( ) Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

( ) Registro no respectivo Conselho Regional de sua classe, ao cargo inscrito (quando for o caso).

( ) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

-Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;

-Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);

-Carga horária do outro vínculo;

-Horário de trabalho do outro vínculo;

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Nº DO CPF	DATA DE NASC.	PONT.	CLASSIFIC.
12	Maria Aparecida P. L. Aramini	638.862.869-91	17/05/1965	66,00	1º LUGAR

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação da candidata.

Edifício da Prefeitura do Município de Amaporã, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:B5D7B5BE

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2026 (REF. EDITAL DE CONC.PÚB. N.º 01.54/2025 DE 11/12/2025).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2026

(**Ref. Edital de Conc.Púb. n.º 01.54/2025 de 11/12/2025).**

O Prefeito Municipal de Amaporã, Sr. **MARCOS MARIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais – Q04 Lt22, cidade de Amaporã - Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 8.457.343-4 - SSP/PR e do CPF nº 044.142.109-17, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos aprovados no **Concurso Público nº 001/2025**, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer no período de **28 de setembro a 02 de outubro de 2026,** na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Amaporã no horário de expediente, para apresentar os documentos exigidos conforme relação abaixo. Após, cumpridas as exigências legais expressas no presente Edital, o aprovado será posteriormente empossado em seu cargo.

AMPLA CONCORRÊNCIA

Técnico em Enfermagem

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
Alisson Cristian Souza de Oliveira	070.770.889-36	0041280	51,00

Os candidatos convocados para a contratação terão o prazo de **05 (cinco) dias**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, para cumprir as formalidades para a concretização do ato supracitado. Este Edital de Convocação entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial de divulgação da Prefeitura Municipal. Relação dos documentos a serem apresentados originais e fotocópias abaixo citados;

• Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
• Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
• Cópia do documento de Identificação;
• Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
• Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
• Cópia do Registro no órgão de classe;
• 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
• Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
• Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
• Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da contratação, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua contratação;
• Cópia da Certidão de Nascimento e CPF do(s) filho(s), menores de 21 (vinte e um) anos;
• Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
• Cópia do comprovante de residência;
• Número do PIS/PASEP;
• Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
• Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
• Atestado de aptidão física e mental devidamente preenchidos por médicos competentes (medico do trabalho e psicólogo)

O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de convocação sem justo motivo, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
Amaporã, 25 de setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:1C180687

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 269/2026

PORTARIA Nº 269/2026

SÚMULA: Concede a Servidor(a) Publico(a) Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:
Art. 1o – Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares ao(a) Sr(a). **DEBORA CARDOSO ROJAS LEHMKUHL,** lotado(a) do departamento de Saúde, no cargo de **FARMACÊUTICA,** relativas ao período de 03/06/2024 a 02/06/2025, a partir de **15/09/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 15/09/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:35F3F537

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 270/2026

PORTARIA Nº 270/2026

SÚMULA: Concede a Servidor(a) Publico(a) Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:
Art. 1o – Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao(a) Sr(a). **MARIA NOGUEIRA DOS SANTOS,** lotado(a) do departamento de Saúde, no cargo de **ZELADORA,** relativas ao período de 01/08/2023 a 31/07/2024, a partir de **15/09/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 15/09/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:CD174C8D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 271/2026

PORTARIA No 271/2026

SÚMULA: Concede Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal e dá outras providencias.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
Art.1o – Conceder 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE** a Servidora Pública Municipal Sra. **THAIS CAROLINA PIGOSSO,** lotada no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, no cargo de **PROFESSORA 20H,** a partir de **09/09/2026,** conforme certidão de nascimento arquivado na Divisão de Recursos Humanos.

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 09/09/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:53739F4D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 272/2026

PORTARIA Nº 272/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 98, § 1º, 2º e 3° da Lei Municipal nº 298/93:

RESOLVE:
Art. 1o – Conceder 90 (noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO** ao Servidor(a) Público(a) Sr(a). **ANAIR ARAUJO FERREIRA BORTOLETTI,** lotado(a) no Departamento de Educação, Esportes e Cultura, no cargo de **PROFESSOR 20H**, correspondente ao período de 14/04/2018 a 13/04/2023, a partir do dia **09/09/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 09/09/2026

Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:C554B6F8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 273/2026

PORTARIA Nº 273/2026

SÚMULA: Concede a Servidor(a) em Emprego Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:
Art. 1o – Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares ao(a) Sr(a). **NATALIA BRAGA DA SILVA ALVES,** lotado(a) do departamento de Saúde, no cargo de **AGENTE DE ENDEMIAS,** relativas ao período de 03/06/2025 a 02/06/2026, a partir de **23/09/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 23/09/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:A832FB11

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

SECRETARIA GERAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº 2.556/2026.

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 308.614,00 (trezentos e oito mil e seiscentos e quatorze reais)."

O PREFEITO DE ANAHY, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1.127 de 18 de Dezembro de 2025:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 308.614,00 (trezentos e oito mil e seiscentos e quatorze reais), para reforço no exercício financeiro de 2026, das seguintes dotações orçamentárias:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Departamento de Saúde		
Unidade Orçamentária: 13.002	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 13.002.0010.0301.0140.1020	Projeto: Aquisição de Veículo para a Saúde	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490520000 – Equipamentos e material permanente	00304 – Alienação de Bens da Saúde	R$ 128.614,00
Departamento de Saúde		
Unidade Orçamentária: 13.002	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 13.002.0010.0301.0140.1020	Projeto: Aquisição de Veículo para a Saúde	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490520000 – Equipamentos e material permanente	00501 – Alienação de Ativos	R$ 40.000,00
Departamento de Finanças		
Unidade Orçamentária: 05.004	Divisão de Tesouraria	
Funcional Programática: 05.004.0004.0129.0070.2150	Projeto: Manutenção das Atividades da Divisão de Tesouraria	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390470000 – Obrigações tributárias e contributivas	00000 – Recursos Ordinários (Livres)	R$ 140.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 308.614,00		

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação das receitas: 1711512100 – Cota-parte do fundo de participação dos municípios 0 cotas extraordinárias – principal, 1921030100 – Indenização por sinistro – principal da fonte 304 – Alienação de Bens da Saúde, 501 – Alienação de Ativos nos termos do inciso II, § 1°, artigo 43, da lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 24 dias do mês de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercíc

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:BA825C0B

SECRETARIA GERAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO PORTARIA N° 7.573/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora efetiva Vanessa de Freitas Jacomel auxiliar administrativo, portadora do RG. 13.137.992-7/PR, lotada no Departamento de Administração sob a matrícula nº 8699-3, 02 (duas) diária para empreender viagem a serviço do Município de Anahy, sendo:

Data:	21 a 23 de setembro de 2026.
Destino:	Foz do Iguaçu-PR
Objetivo:	Participar do Curso TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - Resolução 140/26 – Novos Parâmetros de Fiscalização das Transferências Voluntárias no Paraná, promovido pelo Tribunal de Contas doEstado do Paraná através da Escola de Gestão Pública do TCEPR, nos dias 22 e 23 de setembro, no ITAIPU PARQUETEC, Cineteatro Barrageiros. O deslocamento será realizado com o veículo TRACKER placa: SEP1B95
Protocolo nº	403/2026.
Quant. de Diárias:	02 (duas) diária
Valor total das diárias:	R$ 600,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 dias do mês de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:12400DA3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO FUNPESPA

Ata da reunião ordinária do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá (FUNPESPA), realizada às nove horas da manhã do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e seis na sala de reuniões do FUNPESPA. Acompanharam e participaram da reunião: André Henrique Dassie, Presidente do FUNPESPA, Carlos Henrique Claro de Carvalho, Vice-Presidente, Adriana de Fátima Pereira Salustiano, Contadora, Luiz Eduardo de

Lima Generoso, Advogado e Kaike Monteiro Borges, Controlador Interno. Do Conselho de Administração participaram Leônidas de Resende Teixeira, Silvane Marcela Mazur, Mikaely Alves Moreira, Stephanie dos Santos Papini Souza, Aurenilson Cipriano e Marissol Angélica Felix. Do Conselho Fiscal houve a participação de Denise Andreoti Mendes. Justificaram as ausências: Glaucia Aparecida da Silva Prezoto (motivo saúde), Neide Aparecida Cavalcante Nardoni e Flávia Maria da Silva (motivo trabalho). A ata da reunião anterior foi aprovada pelos Conselheiros e publicada na edição nº 3605 de 28/08/2026, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná. André iniciou a reunião apresentando os dados relativos aos investimentos, sendo que no mês de agosto o FUNPESPA registrou um retorno positivo no mês no valor de R$ 807.597,31 (oitocentos e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos) sendo que desse montante R$ 803.856,62 (oitocentos e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos) foi retorno positivo dos ativos da renda fixa e R$ 3.740,69 (três mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos) foi o retorno positivo dos ativos da renda variável. Agosto foi um mês de forte volatilidade, mas com comportamentos distintos entre as classes de investimentos. A renda fixa permaneceu favorecida pelo elevado nível das taxas de juros, apresentando resultados positivos em diversos segmentos, especialmente nos títulos relacionados à inflação. A renda variável sofreu oscilações significativas, com o Ibovespa encerrando o mês com pequena queda de 0,33%, apesar de uma recuperação importante na segunda metade de agosto. Em 31/08/2026 o saldo da carteira do FUNPESPA era de R$ 91.509.264,87 (noventa e um milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e sete centavos). A carteira está distribuída da seguinte forma: 79,72% em renda fixa e 20,28% em renda variável/Estruturado/Fundo Imobiliário. A gestão e administração dos recursos se encontram alocadas desta forma: 42,00% no Banco do Brasil; 38,71% na Caixa Econômica Federal; 16,39% no Itaú Unibanco e 2,90% no Sicredi. A meta atuarial (IPCA + 5,46% a.a.) no mês de agosto ficou em 0,12% e o retorno foi de 0,90%. No ano a meta está em 6,78% e o retorno em 7,99%, o que representa em valores o total de R$ 6.746.541,27 (seis milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e vinte e sete centavos). Foi apresentado e depois aprovado pelos Conselheiros, o Parecer do Comitê de Investimentos da competência de agosto de 2026. Adriana apresentou os dados do balanço do mês de agosto de 2026. Em agosto o total de entradas foi de R$ 2.770.667,02 (dois milhões, setecentos e setenta mil, seiscentos e sessenta e sete reais e dois centavos) que são receitas advindas da soma da parte funcional dos servidores ativos (Prefeitura, Funpespa, Câmara e Samae), inativos e pensionistas, da parte patronal (Prefeitura, Funpespa, Câmara e Samae), rendimentos de aplicações, compensação previdenciária, parcelamento, aporte atuarial, assim como a transferência que a Prefeitura repassa para pagamento das aposentadorias e pensões de sua responsabilidade menos a variação negativa das aplicações. Na sequência apresentou o total das saídas: R$ 2.064.455,32 (dois milhões, sessenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos) que são as despesas com as aposentadorias, pensões, folha de pagamento, o PASEP, despesas de manutenção como água, luz, telefone, os sistemas, as assessorias, aluguel e compensação previdenciária. Considerando as entradas e saídas constatou-se um superávit de R$ 706.211,70 (setecentos e seis mil, duzentos e onze reais e setenta centavos). A receita da taxa de administração foi de R$ 89.832,99 (oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e dois reais e noventa e nove centavos) e a despesa foi de R$ 56.139,97 (cinquenta e seis mil, cento e trinta e nove reais e noventa e sete centavos). O balanço de agosto de 2026 foi aprovado por unanimidade. Havendo qualquer dúvida, Adriana pediu para nos encaminhar. Desde a data da última reunião tivemos a concessão de um benefício, uma pensão por morte para a Senhora Darci Venâncio Amadei, em razão do falecimento de seu esposo, o servidor aposentado Laudine Amadei. Sobre o Banco Sicoob, André comentou que o banco é credenciado pelo FUNPESPA para recebimento de aplicação de recursos financeiros, e que representantes da instituição pediram a possibilidade de abrirmos uma conta e iniciar uma relação com o banco visando a aplicação de recursos. André comentou que levaria a questão até a reunião dos Conselheiros, sendo que após discussão e análise foi decidido por unanimidade que no momento não seria aberta a conta ainda e que futuramente poderíamos analisar a possibilidade novamente. Em seguida, foi retomada a leitura e análise do Regimento do FUNPESPA (Decreto nº 7.400 de 21 de julho de 2016) até o artigo nº 14. Sendo o que tinha a tratar, o Presidente André Henrique Dassie agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião, a qual foi redigida por mim, Mikaely Alves Moreira, Secretária, com a anuência e aprovação de todos e será enviada para publicação no Diário Oficial.

ANDRÉ HENRIQUE DASSIE
Presidente do FUNPESPA

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:7661D4E3

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.358 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº. 11.358 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais) autorizado pela Lei n°. 4.004 de 23 de dezembro de 2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, *Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,*

D E C R E T A :

Art. 1º *- Fica aberto "**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**" nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:*

15. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ	
002. DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
2.201. MANTER A COLETA E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	
3.3.90.14.00.00.3002 DIÁRIAS - CIVIL	*R$ 2.000,00*
003. DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E DE MANUTENÇÃO GERAL	
2.148. MANTER OS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO E DE MANUTENÇÃO GERAL	
3.3.90.14.00.00.3002 DIÁRIAS - CIVIL	*R$ 2.000,00*
3.3.90.30.00.00.3002 MATERIAL DE CONSUMO	*R$ 208.000,00*

Art. 2º *- Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do Superávit Financeiro da fonte: 3002 - Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto, no valor de R$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais).*

Art. 3° *- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:264488AE

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.360 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº. 11.360 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), autorizado pela Lei n°. 4.004 de 23 de dezembro de 2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, *Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,*

D E C R E T A:

***Art. 1º**. Fica aberto "**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"** na dotação orçamentária abaixo especificada:*

14. FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	
001. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
2.139. Manter o Gabinete do Fundo de Previdência	
3.3.90.40.00.00.3100 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	*8.400,00*

***Art. 2°** - O recurso para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto será resultante do Superávit Financeiro da Fonte: 3100 - Reservas de Sobras da Taxa de Administração do RPPS no valor de **R$ 8.400,00** (oito mil e quatrocentos reais).*

***Art. 3°** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026, 83 º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:D11371D7

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 021/2026 PSS - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, objeto do Edital nº 004/2026, homologado em 23 de Abril de 2026, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 30 de setembro de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: Professor de Ensino Fundamental/Educação infantil - PSS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
34º	FERNANDA NAZARIO TOBIAS

O candidato classificado convocado, deverá se apresentar no Departamento de Recursos Humanos no prazo fixado de **2 dois dias úteis**, onde será entregue a lista de documentos necessários para admissão e, aberto novo prazo de **3 dias úteis** para entrega de documentos e procedimentos administrativos, o candidato convocado que não se apresentar nos prazos indicados será encaminhado para o final de lista, sendo convocado o candidato classificado em ordem subsequente, de acordo com o Edital nº 004/2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 25 de setembro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:20CF25A6

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 13º E 14º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 107/2022

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
BIG CLEAN SERVIÇOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **10 (dez) meses**, com início em **25/09/2026** e término em **24/07/2027,** com fundamento no art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 147.300,30** (cento e quarenta e sete mil e trezentos reais e trinta centavos)**,** com fundamento no art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 25.09.2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2022

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

REGIANE BRAGA ROSENDO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:500AF8ED

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.352 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 20.352 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita
Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO que o Servidor Público Municipal do quadro efetivo, abaixo discriminado, **RUDIMAR FAUSTINO** ocupante do cargo de **MOTORISTA,** atualmente se encontra lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**,

R E S O L V E:

Art. 1º. Lotar, a partir do dia 28 de setembro de 2026 até o dia 31 de dezembro de 2026, o Servidor **RUDIMAR FAUSTINO** na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:26ABB486

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SESSÃO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – PREGÃO ELETRONICO Nº 018/2025

A Prefeitura Municipal de Andirá, através da Pregoeira, Sra Cyndi Thayná Subirá Antunes, convoca os licitantes classificados na etapa de lances para participarem da sessão de reequilíbrio econômico referente aos itens nº 11, 12, 13, 114, 175 e 215 a fim de se verificar se alguma empresa participante consegue fazer uma oferta melhor do que a oferecida no pedido de reequilíbrio apresentado pelo atual fornecedor.

As empresas participantes classificadas poderão encaminhar uma proposta para o e-mail licitacao.pmandira@gmail.com ou comparecer na sessão eletrônica para dar lances através do link de chamada (meet.google.com/zri-sker-eyf).

Às Empresas:

- L A DALLA PORTA JUNIOR
- DENTAL SUL AMERICA COMERCIAL LTDA
- DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALRES LTDA
- EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA
- MAXIMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- DENTAL IPO LTDA
- LEMED COMERCIAL DE MATERIAL E MEDICAMENTO EIRELE
- JULIANO DE COSTA LTDA – EPP
- MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI-ME
- CIRURGICA UNIAO LTDA
- V4 SAÚDE LTDA
- YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
- ATHENA COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS E HOSPITALARES - EIRELI
- METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
- FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
- MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES

INÍCIO DA SESSÃO: às 09h:00min do dia 29/09/2026.
LOCAL: Via Google Meet, através do link: (meet.google.com/zri-sker-eyf)

Andirá, 25 de setembro de 2026.

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:639E73DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 02/2026 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS DIRETORES NO CACS-FUNDEB

EDITAL Nº 02/2026

ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS DIRETORES NO CACS-FUNDEB

A Secretaria Municipal de Educação de Andirá, com fundamento na Lei Federal nº 14.113/2020 e na legislação municipal do CACS-FUNDEB, torna pública a realização de eleição para escolha de 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente dos diretores das escolas públicas de educação básica para composição do CACS-FUNDEB.

1. Dos candidatos
Poderão candidatar-se os diretores das escolas públicas municipais de educação básica que estejam em efetivo exercício e não se enquadrem nas hipóteses legais de impedimento.

2. Dos eleitores
Terão direito a voto os diretores das escolas públicas municipais de educação básica, sendo permitido 01 (um) voto por diretor.

3. Das inscrições
As inscrições serão realizadas de 28/09/2026 a 01/10/2026, na Secretaria Municipal de Educação, mediante preenchimento da ficha de inscrição.

4. Da eleição
A votação ocorrerá no dia 02/10/2026, às 08:30 horas, na Secretaria Municipa de Educação. Será eleito titular o candidato mais votado e suplente o segundo mais votado.

5. Do resultado
O resultado será registrado em ata e divulgado pela Secretaria Municipal de Educação, sendo posteriormente encaminhado para formalização da composição do CACS-FUNDEB.

Andirá, 25 de setembro de 2026.

ROSILENE MARQUES FERNANDES FARINHA
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 18.980 de 11/02/2025

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:4AB12877

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 173/2026.
HOMOLOGADO DIA: 25/09/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO DE VIDA COLETIVO, ABRANGENDO OS SERVIDORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ.

RESULTADO: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº 90.180.605/0001-02, Valor total: R$ R$ 6.199,38 (seis mil, cento e noventa e nove reais e trinta e oito centavos).

Andirá, 25 de setembro de 2026.

FERNANDA LEITE BRUNAÇO
Agente de Contratação

MARCOS CÉSAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:06E48809

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
P O R T A R I A Nº 441/2026 - DESIGNA O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO(A), COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ANTONINA-PR

P O R T A R I A Nº 441/2026, de 28 de setembro de 2026

EMENTA: Designa o Agente de Contratação, Pregoeiro(a), Comissão Permanente de Contratação e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações do Município de Antonina-PR, derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021 e, dá outras providencias.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o(a) servidor(a) **DEOCLECIO DE OLIVEIRA MILLEZI** - Matrícula nº 147 para exercer a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** do Município de Antonina, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º. Nomear o(a) servidor(a) **SANDRA ELIAS DO NASCIMENTO** – Matrícula nº 244301, **MARIA ELIZA TRALESKI** – Matrícula nº 313481 e **EMELEN SUELEN DA CUNHA -** – Matrícula nº 6222 para exercerem a **função de PREGOEIRO(A)** do Município de Antonina, a fim de conduzir os atos das licitações modalidade pregão presencial e eletrônico derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art.3º. Nomeia-se os(as) servidores **MARCIO DE CASTRO SANTOS** - Matrícula nº 142901, **CAMILA SCHWONKA HERARTH –** Matrícula nº 6305, **RAFAEL NEVES ALVES** – Matrícula nº 6252, **MARIA ELIZA TRALESKI** – Matrícula nº 313481, **ILZILIANE CARDOSO MAURICIO** – Matrícula nº 311001 e **ANA PAULA PERES MENDES** – Matrícula nº 904, para exercerem a **função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais** derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021, conduzida pelo Agente de Contratação do Art. 1º, assim como pelo(a) Pregoeiro(a) disposto no Art.2º na proporção de no mínimo dois membros que compõem a equipe de apoio.

Art. 4º. Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do(a) Pregoeiro(a) a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

Parágrafo único. O Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

Art. 5º. Nas contratações diretas, abrangendo as dispensas e inexigibilidades de licitação, também será o agente de contratação responsável por impulsionar, conduzir e executar os respectivos processos em todas as suas fases, com o auxílio da equipe de apoio.

Art. 6º. Os órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno deverão prestar assistência ao agente de contratação, pregoeiro(a) e respectiva equipe de apoio, ao funcionamento das comissões de contratação e à atuação de fiscais de contratos.

Art. 7º. Os Agentes Públicos durante o prazo de mandato farão jus ao recebimento de uma gratificação por encargos na forma do Art. 21º da Lei Municipal nº 005/2024, não sendo esta cumulativa quando nomeado a mais de uma atribuição.

Art. 8º. As designações constantes desta portaria modificam e revogam as que antecedem tais nomeações.

Art.9º. Caberá aos agentes públicos, designados por esta Portaria, conduzir as licitações da Câmara Municipal de Antonina, mediante a celebração de Convênio de que trata a Lei Municipal nº 14/2019.

Art.10. Esta Portaria entrará em vigor na **data de 28/09/2026**, **revogando-se as disposições em contrário**, em especial a **Portaria nº 416/2026, de 15/09/2026.**

GABINETE DA PREFEITA, em 28 de setembro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:78A57C7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 004/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2026 - AGENTE EDUCACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 004/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2026, homologado pelo Decreto n.º 164/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Agente Educacional, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 7480/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 661/2012,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **29/09/2026, às 09h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **AGENTE EDUCACIONAL** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

De acordo com o Processo n.º 23830/2026 - SMECE, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL DAS VAGAS	N.º DE VAGAS
Escola Municipal Padre Boleslau Liana	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
7°	TANIA APARECIDA KULKA LIMA DOS SANTOS	16232/2026

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,

Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade junto ao Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 25 de setembro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:525DC900

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2024 - TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2024, homologado pelo Decreto nº 455/2024, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Trabalhador em Educação - Educador, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 22.442/2024, e nos termos das Leis Municipais nº 879/2015 e nº 856/2015,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos **no item 9 – da Convocação e Contratação**, do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2024,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Balsa Nova/PR, no dia **29/09/2026,** às **10h00min**, para manifestar interesse em assumir o cargo temporário de **TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória com pedido de final de lista, conforme item 9.3 do referido edital.

De acordo com o Processo nº 23446/2026, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL	Nº DE VAGAS
CMEI Tia Niva	2
Escola Municipal Dr. Mario Faraco	1

A escolha das vagas respeitará rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	INSCRIÇÃO
**14°*	**CAMILLA LONGATO*	**25574/2024*
**16°*	**JESSIKA MARIA SETLEK*	**26171/2024*
**23°*	**LILIAN CRISTINA CAETANO SILVA*	**25281/2024*

** Final de lista*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para ser contratado, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação - CNH para este fim;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo MEU INSS);
9) Título de eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em Edital;
12) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para candidatos do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade no órgão de classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos de idade;
16) Atestado de Antecedentes Criminais:
Se o RG for do Paraná, apresentar atestado emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG emitidos por outros Estados: apresentar Atestado de Cadastro Negativo emitido pelo respectivo órgão de identificação;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do Anexo IV deste Edital;

20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem tenha perdido cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação de Saúde Ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, em 25 de setembro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:A09C1EBF

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 114/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 114/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 098/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: COPEL DISTRIBUICAO S.A.
OBJETO: Contratação de serviços para a execução de extensão de rede baixa tensão para atender a 8 novos pontos de iluminação pública de 30w na Estrada da Cata, em Balsa Nova/PR.
VALOR: Até R$ 85,59 (oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.15.452.0005.1038-4.4.90.51.00.00.2507.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:E4D0719B

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 674/2026

PORTARIA N.º 674/2026

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Portaria Ministério da Saúde GM n°. 529, de 1 de abril de 2013;

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Segurança do Paciente de Balsa Nova, abrangendo as unidades da Atenção Primária à Saúde – APS e o Centro Médico Bom Jesus – CMBJ, unidade tipo mista de atendimento de urgência e emergência com funcionamento 24 horas por dia, todos os dias da semana.
Parágrafo único. As diretrizes, os protocolos e as ações previstos no Plano aplicam-se aos serviços abrangidos, contemplando todos os turnos e equipes, observadas as atividades desenvolvidas e os riscos específicos de cada unidade.
Art. 2º - O Núcleo Municipal de Segurança do Paciente de Balsa Nova – NSP, com atuação na Atenção Primária à Saúde e no Centro Médico Bom Jesus, será composto pelos seguintes servidores:

COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE:
Patrícia de Fatima Caboski Ribeiro – Matrícula nº 542082
COORDENAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA:
Gabriela Muckenberger Saddi – Matrícula nº 41461
COORDENAÇÃO DA ODONTOLOGIA:
Carla Natiana Gionedes Chybior – Matrícula nº 31671
COORDENAÇÃO DA SAÚDE MENTAL:
Fernando Aparecido Camara – Matricula nº 46821
COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA:
Francieli Do Rocio Massuquetto – Matricula nº 31541
REPRESENTANTE DO CENTRO MÉDICO BOM JESUS:
Ivonete Aparecida Matozo dos Anjos – Matrícula 541907
Laercio Kuklik – Matrícula nº 541965
FARMACÊUTICO DO CENTRO MÉDICO BOM JESUS:
Luis Carlos De Jesus Custodio – Matricula nº 542189
RESPONSÁVEL PELO SISTEMA NOTIVISA:
Thais Micheli Ferreira – Matrícula nº 542201
REPRESENTANTE EQUIPES ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA:
Marinaldo Pavera da Silva Filho – Matrícula nº 47333
Marcio Luiz Figel – Matrícula nº 542125
REPRESENTANTE DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL:
Evandro Wilk– Matrícula nº 541793
MÉDICO:
Andy Quintana Rocha
Ariel Luiz Roecker
ENFERMEIRA:
Aline Lima de Freitas – Matrícula nº 541960

Parágrafo único. Compete ao NSP promover a implantação, o acompanhamento, a avaliação e a atualização do Plano Municipal de Segurança do Paciente, em articulação com a gestão municipal e com as direções e equipes dos serviços abrangidos.
Art. 3º A coordenação do Núcleo Municipal de Segurança do Paciente de Balsa Nova será exercida pela Atenção Primária à Saúde.
Art. 4º - Fica reconhecida a atuação do Núcleo Municipal de Segurança do Paciente de Balsa Nova desde 10 de junho de 2025, data de realização de sua primeira reunião.
Art. 5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de junho de 2025 exclusivamente quanto ao reconhecimento previsto no art. 4º.

Secretaria Municipal de Saúde de Balsa Nova, 24 de setembro de 2026.

DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:79F49AC6

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 675/2026

PORTARIA N.º 675/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 008/2024 - Processo Administrativo N.º 11628/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 008/2024, pelo prazo **15/11/2026 a 14/05/2027.**

ISMAEL RIBEIRO DA SILVA
Matrícula: 541992
Cargo: PSS – MOTORISTA
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:1827C89F

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 676/2026

PORTARIA N.º 676/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 008/2024 - Processo Administrativo N.º 11628/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 008/2024, pelo prazo **02/12/2026 a 01/06/2027.**

BRUNO CESAR DE MORAIS
Matrícula: 541997
Cargo: PSS – MOTORISTA

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:0A7857EB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 677/2026

PORTARIA N.º 677/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, conforme clausula sétima – do prazo de vigência do Contrato Administrativo oriundo do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2025 - Processo Administrativo n.º 19495/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2025, pelo prazo **13/11/2026 a 12/11/2027.**
LARISSA BARBOSA SANT' ANA
Matrícula: 542084
Cargo: PSS - ENGENHEIRO CIVIL

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:261DEEAF

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 678/2026

PORTARIA N.º 678/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, conforme clausula sétima – do prazo de vigência do Contrato Administrativo oriundo do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025 - Processo Administrativo n.º 16039/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025, pelo prazo 13/11/2026 a 12/11/2027.

ERCELY TEREZA MELLO MACEDO

Matrícula: 542086

Cargo: PSS - ENFERMEIRO

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:E53A147C

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 679/2026

PORTARIA N.º 679/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, conforme clausula sétima – do prazo de vigência do Contrato Administrativo oriundo do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025 - Processo Administrativo n.º 16039/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025, pelo prazo **01/12/2026 a 30/11/2027.**

JUCILENE DE FATIMA MERCHIORI
Matrícula: 542090
Cargo: PSS - ENFERMEIRO
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:2C3457EB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 680/2026

PORTARIA N.º 680/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, conforme clausula sétima – do prazo de vigência do Contrato Administrativo oriundo do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025 - Processo Administrativo n.º 16039/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025, pelo prazo **03/11/2026 a 02/11/2027.**

PATRICIA DE FATIMA CABOSKI RIBEIRO
Matrícula: 542080
Cargo: PSS - ENFERMEIRO

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:07B89168

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 681/2026

PORTARIA N.º 681/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, conforme clausula sétima – do prazo de vigência do Contrato Administrativo oriundo do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025 - Processo Administrativo n.º 16039/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025, pelo prazo **03/11/2026 a 02/11/2027.**

ROSELI ALVES
Matrícula: 542082
Cargo: PSS - TECNICO EM SAUDE
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:C41062B9

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 682/2026

PORTARIA N.º 682/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, conforme clausula sétima – do prazo de vigência do Contrato Administrativo oriundo do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025 - Processo Administrativo n.º 16039/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025, pelo prazo **01/12/2026 a 30/11/2027.**

CLEIDE KOSINSKI KLEMBA
Matrícula: 542088
Cargo: PSS - TECNICO EM SAUDE
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:FD3B3B5E

GABINETE
DECRETO Nº 178/2026 **REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 178/2026
****Republicado por Incorreção**

SÚMULA: "Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a área de 223,88 *m², destinada para a construção do poço 07, para captação subterrânea e designado "Gleba A", denominado "Purunã", conforme especifica e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo artigo 116, inciso I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal de Balsa Nova, com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e conforme instrumentalizado no Processo Administrativo nº 19423/2026, e pelo artigo 87, itens V e Vl, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a retificação do Decreto Nº 014/2017 ficando correta a descrição da área de terra abaixo, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto-Lei no 3365 de 2'l de junho de 1941, alterado pela Lei no 2.786 de 2'1 de maio de 1956. Area:223,88m², Proprietário: Valeria Aparecida Padovani de Souza ou a quem de direito possa pertencer, Situação: parte de um imóvel rural com a área de 71.421 ,00m' (Setenta e um mil e quatrocentos e vinte e um metros quadrados) designado "Gleba A", denominado "Purunã", com a área de 7,142'lha, localizado no município de Balsa Nova, Foro Regional de Campo largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba , Estado do Paraná, cadastrado no lNCRA sob o nº 7O1 .033.285.2O0-Í. CIB 0.969.069-7, com as medidas e confrontações da planta e memorial descritivo, elaborados pelo Responsável Técnico, Rodrigo Marcelo Torres, registro 03300778999. A parte corresponde a 223,88m² de atingimento da Captação subterrânea - Poço 07, constante da matrícula no 66.662 do Cartório de Registro de Imóveis de Campo Largo com a seguinte descrição: com início no perímetro do vértice OUEM- í.2222, de coordenadas UTM N 7185920.024 m e E 629168.027 m ou coordenadas Geográficas Lat. 25"26'17.114" S Long. 49'42'55.5850" W, situado no alinhamento predial da Estrada Municipal (BNV-169), e na divisa com Mineração Spréa LTDA; deste, segue confrontando com Mineração Sprea LTDA de matrícula 3680; com os seguintes azimutes e distâncias: 3'16'26" e 11 .92 m até o vértice í , de coordenadas N 718593í.924 m e E 629'168.708 m; deste, segue confrontando com Valeria Aparecida Padovani de Souza de Matrícula 66.662; com os seguintes azimutes e distâncias: 86'17'04'

e 17.15 m até o vértice 2, de coordenadas N 7185933.035 m e E 629í85.8í9 m; 181"37'39" e 5.96 m até o vértice 3, de coordenadas N 7í85927.072 m e E 629185.649 m; 88'55'02" e 13.58 m até o vértice 4, de coordenadas N 7í85927.329 m e E 629199.222 m; '109"17'04" e 5.45 m até o vértice 5, de coordenadas N 7í85925.530 m e E 629204.363 m; deste, segue confrontando com Estrada Municipal (BNV-169); com os seguintes azimutes e distâncias: 269"42'32' e 4.94 m até o vértice DUEV-6532, de coordenadas N 7185925.505 m e E 629199.426 m; 261'19'50" e 25.53 m até o vértice DUE-V6531, de coordenadas N 7185921.657 m e E 629'174.189 m; 255"09'26" e 6.37 m até o vértice DUE-M-12222.de coordenadas N 7185920.024 m e E 629168.027 m, vértice inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma extensão de 90.90 m, com área total de 223.88 m2 ou 0.02239 ha. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa UFPR monitorado pelo RBMC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sob código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N 7.'184.223,309 m e E677.878,516 m, Meridiano Central 51o WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SlRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. O referido projeto foi elaborado pelo Técnico em Agrimensura Guilherme Tanferi portador do CREA PR - 64.457 fiD através da ART no 2016537'1í 80.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo anterior, destina-se a desapropriação para CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA - Poço 7 de Balsa Nova.

Art. 3º - Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR- a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da captação de Balsa Nova na área descrita no Art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 4º - Fica reconhecida a conveniência da desapropriação em valor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para o fim indicado, ficando lhe assegurado o direito de acesso a área compreendida no artigo 1º deste Decreto.

Art. 5º - A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o Art. 15 do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 6º - O ônus decorrente da desapropriação da área a que se refere o art. 1º deste Decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 10 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTONIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:60B9EC31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 145/2026 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 50/2026

O Município de Barbosa Ferraz, CNPJ 76.9506062/0001-26, situado a Avenida Presidente Kennedy, 363 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, observada as disposições legais da Lei Federal nº14.133/21 e demais legislações aplicáveis, torna público aos interessados que se encontra aberta a Chamada Pública conforme abaixo:

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PSICOLOGO(A) 40H PARA ATENDER A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ. conforme edital.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: a partir do dia 28 de setembro de 2026, no horário das 07h30min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, em dias de expediente no Paço Municipal no setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, sito a Av. Presidente Kennedy, 363, centro – Barbosa Ferraz/PR

ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 13 de outubro de 2026 – 09:00 horas.

Informações complementares: O Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município www.barbosaferraz.pr.gov.br, portal da transparência (https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes) ou obtidos através de solicitação ao e-mail licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br.
Outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal ou telefone (44) 3275-1377

BARBOSA FERRAZ – PR, 25/09/2026

HENRIQUE WARKEN
Presidente CPL

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:53947F8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 46/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº 46/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

A prefeitura do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia 13/10/2026, em sua sede à Rua Rui Barbosa, 96, na sala de Sessão do Pregão Eletrônico da Prefeitura para a seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, **CONTRATAÇÃO DE SEGUROS VEICULARES**, conforme especificação descritas no Anexo-I e termo de referência, do edital.
Valor Total: R$320.207,70 (Trezentos e Vinte Mil, Duzentos e Sete Reais e Setenta Centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h30min do dia 28/09/2026 às 08h30min do dia 13/10/2026. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h31min do dia 13/10/2026 às 08h59min do dia 13/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 13/10/2026.
Os recursos financeiros para custear as despesas objetos deste PREGÃO, estão anexados no processo.
LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital Nº 46/2026, com detalhes do Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO por Lote estará à disposição dos interessados a partir do dia 28/09/2026, diretamente na BLL e no portal de transparência da Prefeitura Municipal. Informações através do pmbj@uol.com.br ou pelo fone (43) 3144-1180.
Barra do Jacaré/PR, 25/09/2026

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:684E28B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N°1976 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto n°1976 de 25 de Setembro de 2026

NOMEIA: O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Barra do Jacaré.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA
Art. 1º - Ficam nomeados os Conselheiros para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, do município de Barra do Jacaré, para o quadriênio 2026- 2029, representados pelos setores do Poder Público (GOV) e também dos seguimentos sociais (Não GOV) abaixo relacionados:

1 - REPRESENTANTE GOVERNAMENTAL
A - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes: Titular: Lorena Capucho de Souza
Suplente: Letícia Marcusso Dutra
B - Secretaria Municipal de Assistência Social;
Titular: Roseli Russo
Suplente: Silvania Cristina Dutra Silva
C - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente;
Titular: Marcos Vinicius Juliano da Silva
Suplente: Carlos Eduardo da Silva

2 - REPRESENTANTE NÃO GOVERNAMENTAL
D - Vila Coqueiral;Titular:
Maria Luzinete Pina Zanin
Suplente: Claudio Donizete Silveira da Silva
E - Escritório Municipal da EMATER;
Titular: Adriano Lúcio Alboneti
Suplente: José Antônio de Carvalho
F- Conselho de Alimentação Escolar;
Titular: Andressa Macagnan
Suplente: Suzana Claudia de Oliveira
G - Bairro Coqueiralzinho;
Titular: Marcia Regina Toledo
Suplente: Elson Luis Lobo de Carvalho
H - Moradores da Vila Rural;
Titular: Dalvina Aparecida da Silva Santos
Suplente: Manoel Brandão
I - Associação das Mulheres do Agronegócio;
Titular: Daniele Ferraz Penedo dos Santos
Suplente: Aline Yamamoto

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Barra do Jacaré, 25 de Setembro de 2026

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:5D7B5CE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 1977 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto nº 1977 de 25 de Setembro de 2026

Nomeia a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional -CAISAN

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 593/2015;
CONSIDERANDO o Decreto nº 1606/2023;
RESOLVE:
Art.1 Nomear a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- CAISAN, composta pelos seguintes membros:
Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Lorena Capucho de Souza
Suplente: Letícia Marcusso Dutra

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Roseli Russo
Suplente: Silvania Cristina Dutra Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
Titular: Marcos Vinícius Juliano da Silva
Suplente: Carlos Eduardo da Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Poliana Caruline Rosa da Costa
Suplente: Susan Carla Polizel Menegasso

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Câmara são considerados de relevante interesse social e não remunerados.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:76D8EDCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Secretaria Municipal de Saúde de Barra do Jacaré vem por meio deste **CONVIDAR** as entidades representativas do município e toda população, para participarem da Audiência Pública, referente ao 2ª Quadrimestre de 2026, para apresentação dos relatórios de serviços, receitas e despesas executadas pelo setor da saúde. A reunião será realizada nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito a Rua Rui Barbosa, 98, Centro, no dia 29 de Setembro de 2026 as 15:00 horas, nesta quinta-feira.
Barra do Jacaré/ PR, 25 de setembro de 2026.

Atenciosamente,

SUSAN CARLA POLIZEL MENEGASSO
Secretário Municipal de Saúde
Port. Nº 073/2026

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:52A4413E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 148, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

ATO DE NOMEAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE DO MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ

PORTARIA Nº 148, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA OS MEMBROS DO NÚCLEO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE (NMSP) DE Barra do Jacaré, QUE TRATA O DECRETO Nº 1978

Luiz Fabiano Zanatta, Prefeito do Município de Barra do Jacaré - Pr, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de nomeação dos membros do Núcleo Municipal de Segurança do Paciente (NMSP) de Barra do Jacaré/PR de que trata o Decreto n. 1978.
RESOLVE:
Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes servidores públicos municipais para compor o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente (NMSP) de Barra do Jacaré/Pr:
I – Secretário Municipal de Saúde;
Titular: Susan Carla Polizel Menegasso
Suplente: Rodolfho Rodrigues Lopes
II – Representante Técnico da Coordenação da Atenção Primária à Saúde;
Titular: Ana Paula Duarte Thereza
Suplente: Leyse Maria Basseto
III – Representante Técnico da Saúde Mental;
Titular: Bruno Combinato Candido
IV – Representante Técnico da Coordenação de Saúde Bucal;
Titular: Bruno Luciano Possagnolo Simoni
Suplente: Bruna Cristina de Souza
V – Representante Técnico da Assistência Farmacêutica;
Titular: Mauro Zanatta Junior
VI – Representante Técnico da Vigilância Epidemiológica;
Titular: Camila Fogaça Gasoli Pellegatti
Suplente: Carina Aparecida Rosa
VII - Representante Técnico da Regulação Municipal;
Titular: Rafaela Lourenço Aguiar da Silva
Suplente: Mirian Paula de Oliveira
VIII - Representante das equipes médica/enfermagem;
Titular: Daniel Ribeiro
Suplente: Claudiele Maria Mariano Costa
IX - Representante Técnico de Segurança do Trabalho.
Titular: Isaac Garcia Geim

Art. 2º. - O mandato será exercido por tempo indeterminado.
Art. 3º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARRA DO JACARÉ/PR, 25 de SETEMBRO de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:8CD51328

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (PPCI), NA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS E NO GINÁSIO MUNICIPAL 7 DE SETEMBRO, ATENDENDO AOS INTERESSES DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.
Em virtude da impossibilidade da realização do certame no dia 02/10 fica estabelecida nova Data de Abertura:
NOVA DATA DE ABERTURA dia 07/10/2026, às 08:00 horas,
LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.

Bela Vista da Caroba, setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipa

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:1AD62F4E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR66/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do **Pregão Eletrônico.**
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: ***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE CARREGADOR VEICULAR E À ADEQUAÇÃO DE PARTE DA REDE ELÉTRICA DA ESCOLA BOM JESUS, NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA - PR.***
2. DATA DE ABERTURA: Dia 08/10/2026, às 08:00 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.
Bela Vista da Caroba - PR - 25 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:B03D1525

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – N.º 023/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – N.º 023/2026

O Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do Concurso Público n° 01/2026, constante do Edital n° 14.1/2026, publicado em 04 de agosto de 2026 – Homologação do resultado final e classificação.

RESOLVE:

CONVOCAR

A candidata aprovada no Concurso Público e classificada conforme relação anexa, para que seja cumprida a exigência do item 4 e 20 do Edital 01/2026, se manifeste no prazo determinado sobre a aceitação ou não do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da documentação exigida para sua nomeação.

O não pronunciamento dos candidatos aprovados no prazo estabelecido de 30 (trinta) dias para esse fim, facultará à Administração a convocação dos (das) candidatos (as) seguintes, perdendo a mesmo o direito de investidura no cargo ao qual se habilitou.

A posse dar-se-á dentro de 30 dias a contar da publicação deste edital.

Bela Vista da Caroba, 25 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

EDITAL N° 01/2026
PUBLICAÇÃO N° 023/2026

AUXILIAR DE SERVIÇOS

INSC	NOME DO CANDIDATO	D.NASC.	NOTA FINAL
0041699	DALVANA BEATRIZ FUCHS	19/04/1998	78,00

Bela Vista da Caroba – PR, 25 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:AC4D3916

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 004/2026 CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
Resolução nº 004 de 2026 - CMAS

Resolução nº 004/2026 - CMAS

SUMULA: Aprova a atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

Rosenilda Aparecida Ozório, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 406/2020,

Considerando as deliberações dos Conselheiros em reunião ordinária no dia 09 de setembro o de 2026, registrada na Ata n. 008/2026;

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR a atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se os dispositivos em contrário.

PUBLIQUE-SE.

Boa Vista da Aparecida, 25 de setembro de 2026.

ROSENILDA APARECIDA OZÓRIO
Presidente do C.M.A.S

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:DF8D9A48

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 005/2026 CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
Resolução nº 005 de 2026 - CMAS

Resolução nº 005/2026 - CMAS

SUMULA: Aprova a constituição das Comissões Permanentes Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

Rosenilda Aparecida Ozório, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 406/2020,

Considerando as deliberações dos Conselheiros em reunião ordinária no dia 09 de setembro o de 2026, registrada na Ata n. 008/2026;

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR a constituição das Comissões Permanentes: I – Comissão de Orçamento e Financiamento; II – Comissão de Monitoramento e Avaliação; III – Comissão de Documentação e Avaliação; IV – Comissão da Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família e PETI que serão compostas pelos seguintes membros:

Eliani Alvarenga – Presidente
Leila Mara Kubiaki – Secretária
Rafael Ribeiro Berlanda – membro
Salete Bonetti - membro

Art. 2º- Compete às Comissões emitir pareceres e relatórios, instruir processos, propor estudos e pesquisas conforme a necessidade, identificar prioridades para o Plano Municipal de Assistência Social e para os programas do Fundo Municipal de Assistência Social, acompanhar a estrutura do Sistema Municipal de Assistência Social, propor canais de comunicação, acompanhar a fiscalização dos serviços e colaborar no aperfeiçoamento dos critérios de repasse de recursos.

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se os dispositivos em contrário.

PUBLIQUE-SE.

Boa Vista da Aparecida, 25 de setembro de 2026.

ROSENILDA APARECIDA OZÓRIO
Presidente do C.M.A.S

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:61283C5C

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 006/2026 CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
Resolução nº 006 de 2026 - CMAS

Resolução nº 006/2026 - CMAS

SUMULA: Aprova o Plano de Ação Anual 2026 e o Relatório do Plano de Ação Anual de 2025 do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

Rosenilda Aparecida Ozório, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 406/2020,
Considerando as deliberações dos Conselheiros em reunião ordinária no dia 09 de setembro o de 2026, registrada na Ata n. 008/2026;

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR o Plano de Ação Anual 2026 e o Relatório do Plano de Ação Anual de 2025 do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se os dispositivos em contrário.

PUBLIQUE-SE.

Boa Vista da Aparecida, 25 de setembro de 2026.

ROSENILDA APARECIDA OZÓRIO
Presidente do C.M.A.S

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:36A82C6D

LICITAÇÃO
2º TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO - C.E. 021/2025

2º TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista a **rescisão contratual celebrada com a empresa anteriormente vencedora**, decorrente do **descumprimento das obrigações contratuais e da inexecução da obra**, bem como considerando os atos praticados no âmbito da **Concorrência Eletrônica nº 021/2025**, especialmente a convocação da empresa

licitante remanescente, observada a ordem de classificação do certame, e estando cumpridas as exigências necessárias à contratação.

HOMOLOGO E ADJUDICO

O resultado decorrente da convocação de empresa remanescente referente à **contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia, visando a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social (HIS), conforme Termo de Compromisso nº 983403/2025/MCIDADES/CAIXA, padrão popular, com fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, administração local da obra e execução conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro aprovados, que ficam fazendo parte integrante deste processo,** conforme abaixo:

LOTE	EMPRESA REMANESCENTE	VALOR GLOBAL
ÚNICO	FERNANDO RICARDO REOLON CONSTRUCOES LTDA / 07.129.002/0001-24	R$ 2.226.438,78

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 2.226.438,78 (dois milhões, duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos).

Boa Vista da Aparecida, em 25 de setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:802D713E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 793/2026

DECRETO Nº793/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a cessão do servidor público municipal que especifica para o Poder Legislativo Municipal, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Ofício n.º 226GABPRES, expedido pela Presidência da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, que solicita a cessão de servidor para o exercício de cargo em comissão;
CONSIDERANDO o princípio da colaboração mútua que deve nortear as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, visando ao interesse público;
CONSIDERANDO a autorização para a cessão de servidores prevista no Art. 179 da Lei Municipal nº 13/2005;

R E S O L V E:

Art. 1º - CEDER, a contar de 01/07/2026 à 31/12/2026, o servidor público municipal **GUILHERME NOVAKOSKI BANDEIRA**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 19127, do quadro de pessoal do Poder Executivo, para exercer suas funções junto ao Poder Legislativo Municipal.
Art. 2º - A cessão de que trata este Decreto tem por finalidade o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar junto à Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul.
Art. 3º - A presente cessão ocorrerá com ônus para o órgão cessionário (Poder Legislativo), que arcará com a totalidade da remuneração do servidor, em conformidade com a legislação municipal vigente.
Art. 4º - Caberá à Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul a responsabilidade pelo recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias do servidor ao Regime Geral de Previdência Social.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se, fica revogado o Decreto nº 670/2026.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:39242C95

SECRETARIA DE FINANÇAS
PORTARIA 183/2026 - DESIGNA SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELOS MÓDULOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS - SIM-AM DO TCE-PR

PORTARIA Nº 183/2026

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º
Designar, servidores responsáveis pelos módulos do Sistema de Informações Municipais – SIM-AM do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

MODULO	TIPO DE DOCUMENTO	NÚM. DO DOCUMENTO	NOME	DATA DE INÍCIO VÍNCULO (ANO)
Tabelas Cadastrais	CPF	***34847***	MARCOS NISHIDA AOKI	01/01/2025
Planejamento e Orçamento	CPF	***34847***	MARCOS NISHIDA AOKI	01/01/2025
Contábil	CPF	***34847***	MARCOS NISHIDA AOKI	01/01/2025
Tesouraria	CPF	***85768***	EMANUELLE FURLAN DOS REIS POLLI	02/03/2026
Licitação	CPF	***88625***	ESTEFANIA TAVARES FREITAS SILVA	01/01/2026
Contrato	CPF	***88625***	ESTEFANIA TAVARES FREITAS SILVA	01/01/2026
Controle Interno	CPF	***95331***	CAIO MORILO SANTOS DE OLIVEIRA	06/01/2025
Patrimônio	CPF	***90086***	ARI BERNARDI	06/01/2025
Folha de Pagamento	CPF	***49475***	SILVANA DO ROCIO POLLI ALVES	01/01/2025
Tributário	CPF	***76898***	ANGELICA DE FATIMA RIBAS DOS SANTOS	01/01/2025
Obras Públicas	CPF	***13844***	LUIZ RICARDO ZAMBONI	23/09/2026

Art. 2º
Ficam revogadas, a partir da publicação desta Portaria, as designações e demais disposições constantes da Portaria nº 149/2026.

Bocaiúva do Sul, 25 de setembro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:418C4C3E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE INTENÇÃO DE ORÇAMENTO - MACADAME

AVISO DE INTENÇÃO DE ORÇAMENTO
O Município de Bocaiúva do Sul torna público que pretende realizar pesquisa de mercado com o objetivo de:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SAIBRO, TIPO MACADAME, DESTINADO À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS MUNICIPAIS, COM RETIRADA DO MATERIAL PELA PREFEITURA MUNICIPAL NO LOCAL INDICADO PELO FORNECEDOR.

Assunto: Solicitação de orçamento
Com o objetivo de atender às necessidades desta Prefeitura, solicitamos a gentileza de encaminhar proposta de orçamento referente aos seguintes itens/serviços:

Item	Descrição	Quantidade

01	SAIBRO, TIPO MACADAME, PARA UTILIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS MUNICIPAIS, COM FORNECIMENTO PELO CONTRATADO E RETIRADA DO MATERIAL PELA PREFEITURA MUNICIPAL, NO LOCAL INDICADO PELO FORNECEDOR.	30.000,00 (trinta mil) toneladas.

ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.
Eventuais interessados poderão apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias, sendo que as propostas deverão ser enviadas até 30/09 (quarta-feira).
As propostas devem ser enviadas no e-mail licitacaobocaiuvadosul@gmail.com

Publicado por:
Flavia Maria Alberti
Código Identificador:07486B75

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 135/2026 - INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
PRESTAÇÃO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL
CONTRATADO: MOISES RAMOS
CPF: XXX.782.XXX-14
VALOR: R$76.646,64 (Setenta e seis mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/09/2026 a 25/09/2028

BOCAIÚVA DO SUL, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:7A8A1C01

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO (ART. 32, LEI FEDERAL N. 13.019/2014)

O Município de Bocaiúva do Sul/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, com fundamento no art. 31 da Lei nº 13.019/2014, para a celebração de Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE de Bocaiúva do Sul (CNPJ 40.270.514/0001-81), tendo por objeto o ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA, DE QUALQUER IDADE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO, COM ATENDIMENTO MÍNIMO DE 46 (QUARENTA E SEIS) ESTUDANTES, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES E VALOR GLOBAL DE R$535.999,52.

Razão da inexigibilidade: A Lei nº 13.019/2014 estabelece, como regra, a seleção da organização da sociedade civil por chamamento público (art. 24). Essa regra, contudo, é instrumental: destina-se a viabilizar a escolha impessoal e isonômica quando houver pluralidade de potenciais parceiros aptos a executar o objeto. Ausente a competição possível, o chamamento perde sua razão de ser e converte-se em formalidade inútil, onerosa e retardatária do atendimento de direito fundamental. Por essa razão, dispõe o art. 31 da Lei nº 13.019/2014 que "será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica". As hipóteses dos incisos I e II do dispositivo são meramente exemplificativas, pois o termo "especialmente quando" evidencia que o rol não é exaustivo, bastando, para a incidência da norma, a demonstração concreta da inviabilidade de competição.

É exatamente essa a situação dos autos: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE é a única organização da sociedade civil sediada e em funcionamento no Município apta a ofertar o atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência intelectual e múltipla, de qualquer idade, na forma exigida pelo objeto. A entidade dispõe de imóvel com salas de aula adaptadas, e de equipe multiprofissional, o que já foi comprovado mediante parceria anteriormente realizada junto a este Município, mediante Termo de Colaboração.

A estrutura é preexistente, acessível e dedicada exclusivamente ao público-alvo, o que assegura a continuidade do atendimento sem solução de descontinuidade.

O objeto não se resume à prestação de um serviço padronizado e substituível. Envolve escolarização na modalidade Educação Especial com adaptação e flexibilização curricular, plano de atendimento educacional individualizado, recursos de tecnologia assistiva e acompanhamento multiprofissional continuado, dirigidos a pessoas com deficiência intelectual e múltipla de qualquer idade. A singularidade decorre, ainda, do vínculo pedagógico e afetivo já estabelecido entre os estudantes, suas famílias e a instituição, cuja ruptura acarretaria prejuízo pedagógico concreto a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Assim, nos termos do §2º do art. 32 da Lei Federal N. 13.019/2014, fica estabelecido o PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, a contar da publicação, para IMPUGNAÇÃO DA PRESENTE JUSTIFICATIVA, sendo que eventuais impugnações deverão ser encaminhadas via Ofício, dirigido à Secretaria Municipal de Educação, no seguinte endereço eletrônico: educacao@bocaiuvadosul.pr.gov.br

Bocaiúva do Sul/PR, 25 de setembro de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Viviane Aparecida de Deus
Código Identificador:073FAD3B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 7 DO CONTRATO N°54-2023

TERMO ADITIVO

Sétimo Termo Aditivo do Contrato N°54/2023, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **SEVERGNINI TRANSPORTES LTDA**, Pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.800.512/0001-21, com sede na Rua Fermino, 191, Sala 01 – A, centro, na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. **PAULO CESAR SEVERGNINI,** portador da Cédula de Identidade nº 6.565.961-1 e do CPF nº 893.143.529-00, residente e domiciliado na Linha Nova Esperança, interior, Bom Jesus do Sul - Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 24 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Fica aditivado o presente contrato no montante de R$ 337.211,50 (trezentos e trinta e sete mil, duzentos e onze reais e cinquenta centavos), de acordo com a prorrogação de prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Bom Jesus do Sul – PR, 25 de setembro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

SEVERGNINI TRANSPORTES LTDA
- Contratada-

MARILENE PINHEIRO CABRAL DEOLA
- Secretária Municipal de Educação e Cultura-

TESTEMUNHAS:

ALCIONE MAZZOCATO

JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:7CD6302D

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°194-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°194/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: J. DA ROSA & CIA LTDA.
OBJETO: Aquisição de sorvetes e doces para a Semana da Criança, a serem disponibilizados às escolas da rede municipal de ensino e à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Bom Jesus do Sul - PR.
VIGÊNCIA: 24/09/2026 à 23/09/2027.
VALOR: R$ 12.647,23 (doze mil, seiscentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°53/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:329F9B94

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6017/2026.

Concede Férias aos Servidores Públicos que especifica.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias aos servidores a seguir arrolados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo de cada servidor:

Nome	Matrícula	Cargo	Dias d Férias	Período Aquisitivo	Período de Férias
Neli Maria Sabbi	1083	Professor de Educação Infantil	2,00	07/08/2025 a 06/08/2026	01/10/2026 a 02/10/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bom Jesus do Sul-PR, 25 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:DA11DB80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
ATA DE APURAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS
Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, situada na Rua Cândido Merlo, nº 290, Centro, foi realizada a apuração das inscrições referentes ao Edital de Chamamento Público nº 001/2026, destinado à escolha de 2 (dois) representantes titulares dos movimentos populares e respectivos suplentes para o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS.
Conforme o item 3.1 do edital, as inscrições foram recebidas pelo Protocolo da Prefeitura Municipal no período de 18 a 24 de setembro de 2026, durante o horário normal de expediente. Encerrado o prazo e conferidos os registros de inscrição do chamamento, constatou-se que não houve movimentos populares, organizações, associações ou coletivos inscritos. O total de inscrições apuradas é, portanto, 0 (zero).
Diante da ausência de inscritos, declara-se sem interessados o Chamamento Público nº 001/2026 quanto às 2 (duas) vagas destinadas aos movimentos populares. Não há candidatos habilitados ou representantes do segmento aptos a participar da assembleia de escolha prevista no item 4.1 do edital para 29 de setembro de 2026, razão pela qual fica prejudicada a realização da escolha nessa data.
Nos termos do item 6.1 do edital e do § 6º do art. 5º da Lei Municipal nº 650/2008, com redação dada pela Lei Municipal nº 1.807/2026, as vagas não preenchidas permanecem reservadas aos movimentos populares, vedada sua ocupação por representantes do Poder Público ou por pessoas livremente indicadas pela Administração Municipal.
Registre-se e publique-se o resultado do chamamento, observadas as datas de divulgação previstas no edital, e encaminhem-se os autos à autoridade competente para promover nova convocação do segmento.
Nada mais havendo a registrar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, será assinada pelos responsáveis pela apuração e juntada ao processo administrativo do chamamento.
Bom Sucesso do Sul/PR, 25 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

ANDREIA ZANELLA
Diretora de Gabinete
Responsável Pela Conferência Das Inscrições

LOIDIR SALVI
Diretora do Dep. De Administração
Representante da Administração Municipal

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:A84D9D90

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 494, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Grupo Técnico de Apoio à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) de Bom Sucesso do Sul - PR, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de articular as ações de prevenção, mitigação, preparação,

resposta e recuperação de desastres no âmbito municipal, bem como o disposto no Decreto Municipal nº 603, de 2003, que aprova o Regimento Interno da Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) de Bom Sucesso do Sul - PR,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Grupo Técnico de Apoio à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) de Bom Sucesso do Sul - PR, destinado a prestar apoio técnico e operacional às ações municipais de proteção e defesa civil, em articulação com a estrutura municipal de Defesa Civil e observadas as disposições do Decreto Municipal nº 603, de 2003.

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) – Coordenação Geral do Grupo:

Titular: Fernando da Silva, Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil

Suplente: Anderson Cortivo, Diretor operacional da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil

Departamento Municipal de Obras e Serviços Rodoviários:

Titular: Hermes Martinho Bolsoni - Diretor de Obras e Serviços Rodoviários

Suplente: Dieckson Alan de Lima – Chefe de divisão de obras

Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Titular: Fábio Junior de Oliveira – Diretor de Obras e Serviços Urbanos

Suplente: Jean Lucas Esquivel Santos – Engenheiro Civil

Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

Titular: Marilete Chiarelotto – Chefe da Divisão de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Suplente: Ingridi Fernanda de Bona Pires – Médica Veterinária

Departamento Municipal de Saúde:

Titular: Evandro Eduardo Prechlak – Enfermeiro

Suplente: Luiz Carlos Duarte – Técnico de Segurança no Trabalho

Departamento Municipal de Assistência Social:

Titular: Francieli Bet Rodrigues – Assistente Social

Suplente: Ronise Jane Ravanelli de Oliveira – Diretora de Assistência Social

Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Franciely Zolet – Chefe da Divisão de Educação e Transporte Escolar

Suplente: Alessandro José Capelin – Chefe da Divisão de Esportes

Departamento Municipal de Administração e Planejamento:

Titular: Fábio Zanela – Técnico em Informática

Suplente: Anderson Ivan Lachman – Chefe da Divisão de Compras

Art. 2º As funções dos membros do Grupo Técnico serão consideradas como serviço público relevante, não ensejando qualquer tipo de remuneração ou vantagem pecuniária adicional.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:DC45D0F1

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 496, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **Jucimar Girardello de Freitas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **492-8/3**, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **28 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava-Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste.**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:2C8F4568

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 497, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Adilson José Ramos.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **Adilson José Ramos**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **777-3/1**, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **25 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava - Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste.**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:81909BC8

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 498, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Célio Jose de Vargas

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **Celio Jose de Vargas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **768-4/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **23 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Foz do Iguaçu-Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para Transporte de Pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Nossa Senhora Aparecida.**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 23 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:123D6CBE

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 499, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Wilson Junior Perondi.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Wilson Junior Perondi**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **684-0/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **24 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava– PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 24 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:A1F99E61

CHEFE DE GABINETE
RELATÓRIO DAS OBRAS EM ANDAMENTO ANEXO LDO 2027

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
RELATÓRIO DAS OBRAS EM ANDAMENTO
ANEXO À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2027
Finalidade:
Demonstrar as obras e projetos de investimentos em execução no Município de Bom Sucesso do Sul, indicando a situação atual de cada empreendimento, os valores contratados, os recursos já aplicados, os saldos necessários à conclusão e a previsão de continuidade no exercício de 2027, em atendimento às disposições da legislação orçamentária e de planejamento municipal.
Município: Bom Sucesso do Sul – PR
Exercício: 2027
Instrumento: Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2027
Anexo: Obras em Andamento
Data-base das informações: 2026

Identificação da Obra	Número do Contrato	Percentual Executado (%)
Construção da Piscina Municipal	174/2024	93,22
Construção de 5 Salas de Aula, Projeto Padrão FNDE	222/2025	3,78
Pavimentação Asfáltica, em Trecho de Estradas Vicinais, situadas na Comunidade de Rancho Alegre	52/2026	68,00
Pavimentação Asfáltica, Rodovia Municipal Dom Agostinho, Acesso as Comunidades de Cerro Azul e Linha Vitória	107/2026	12,82
Pavimentação Asfáltica Estrada Vicinal Irineu Bertani	108/2026	13,04
Pavimentação Asfáltica Estrada Vicinal Irineu Bertani	115/2026	83,71
Pavimentação Asfáltica em Trechos de Estradas Vicinais situadas nas Comunidades Tiradentes, São Sebastião do Paraíso e Alto Paraíso	158/2026	13,67
Pavimentação Asfáltica em Trecho de Estrada Vicinal situada na Comunidade São Sebastião do Paraíso até divisa de Município	159/2026	0,56
Pavimentação Asfáltica em Trecho de Estrada Vicinal, situada na Linha Bedin	114/2026	2,28
Pavimentação Asfáltica em Trecho da Estrada Vicinal Dosolina de Franceschi dos Santos, Comunidade Tiradentes	157/2026	7,64

Bom Sucesso do Sul, 11 de agosto de 2026.

FABIO JUNIOR DE OLIVEIRA:02319566902
Assinado de forma digital por FABIO JUNIOR DE OLIVEIRA:02319566902
Dados: 2026.08.14 09:27:10 -03'00'

FÁBIO JÚNIOR DE OLIVEIRA
Diretor Depto de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:EEBBCF71

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO P.E 41/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO — SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ATA DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	Nº 94/2026
PREGÃO ELETRÔNICO:	Nº 41/2026 (UASG nº 989979)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Menor Preço Por Item
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instrução e desenvolvimento de atividades de capoeira.
AUTORIDADE RECORRIDA:	Pregoeira / Agente de Contratação (Portaria Municipal nº 159/2026)
RECORRENTES:	FABIO JUNIOR ALVES LTDA (CNPJ nº 19.868.198/0001-58) e JULIANA SCHIRMANN (CNPJ nº 44.444.549/0001-40)
RECORRIDA:	66.292.766 RODRIGO BECKER (CNPJ nº 66.292.766/0001-03)

RELATÓRIO E JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Trata-se da análise e julgamento dos Recursos Administrativos tempestivamente interpostos pelas empresas **FABIO JUNIOR ALVES LTDA** e **JULIANA SCHIRMANN** contra o ato administrativo da Pregoeira que declarou habilitada a licitante **66.292.766 RODRIGO BECKER** no âmbito do Pregão Eletrônico nº 41/2026. As recorrentes postulam a inabilitação da vencedora alegando, em síntese: a) inadequação territorial da Certidão Negativa de Falência (emitida em Cascavel/PR, enquanto a sede situa-se em Francisco Beltrão/PR); b) inconsistência temporal no Atestado de Capacidade Técnica por conter data final projetada futura (16/04/2027); c) erro material na Declaração de Vínculo por menção ao 'Pregão nº 32/2026'; e d) questionamento acerca da habilitação econômico-financeira por Balanço de Abertura e da graduação técnica do profissional.
Em Contrarrazões, a recorrida 66.292.766 RODRIGO BECKER pugnou pela manutenção de sua habilitação, ressaltando que ofereceu a proposta de menor preço (R$ 56,90/hora, totalizando R$ 21.849,60 para 384 horas), demonstrando a reestruturação das Varas Empresariais do TJPR, a superioridade hierárquica do título de 'Mestre 1º Grau – Corda Vermelha' perante a grade do Grupo Muzenza, a emissão contemporânea da NFS-e nº 10 (comprovando serviços já prestados) e o caráter sanável dos erros materiais.
Presentes os pressupostos legais de tempestividade e legitimidade recursal, nos termos do art. 165, I, 'a', da Lei Federal nº 14.133/2021, **CONHEÇO** de ambos os recursos administrativos e das contrarrazões apresentadas.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E MÉRITO

Da Validade Territorial da Certidão Negativa de Falência (Item 11.3.3, 'b')
O item 11.3.3, alínea 'b', do Edital exige certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Submetida a documentação à diligência saneadora, acostou-se aos autos a **Certidão Negativa Judicial Específica** expedida em 25/06/2026 pelo Oficial do Distribuidor Público da Comarca de Cascavel (Bel. Rodrigo Timótheo Taborda). O referido documento oficial certifica expressamente que: *'Nos termos do art. 91-A, da Resolução nº 426/2024, esta certidão abrange processos falimentares das seguintes Comarcas: Cascavel, [...] Francisco Beltrão [...]'*.

Com efeito, o art. 91-A da Resolução nº 426/2024-OE do Órgão Especial do TJPR, regulamentado pelo Decreto Judiciário nº 179/2024 (instalado em 28/06/2024), atribuiu à **4ª Vara Cível e Empresarial Regional de Cascavel** competência jurisdicional regionalizada e especializada para processar e julgar os feitos falimentares de toda a macrorregião, incluindo expressamente a Comarca de Francisco Beltrão/PR (sede da licitante). Resta, portanto, plenamente comprovada a eficácia territorial e a validade da certidão apresentada, satisfazendo integralmente o requisito editalício.

Da Qualificação Técnica Profissional: Titulação de 'Mestre 1º Grau' (Item 11.3.4.1)

O edital estabeleceu a exigência de profissional qualificado com graduação mínima de 'contra mestre de II grau'. A recorrida apresentou diploma conferindo ao profissional Rodrigo Becker o título de **'Mestre 1º Grau – Corda Vermelha'**. A documentação técnica oficial carreada aos autos e extraída da estrutura do Grupo Muzenza de Capoeira atesta a seguinte ordenação hierárquica ascendente de graduação: *Contra-Mestre 1º Grau (Roxa) ® Contra-Mestre 2º Grau (Roxo-Marrom) ® Contra-Mestre 3º Grau (Marrom) ® MESTRE 1º GRAU (VERMELHA).*

Evidencia-se que a titulação do profissional é efetivamente superior à exigência mínima editalícia. Em atenção aos Princípios do Formalismo Moderado, da Proporcionalidade e do Julgamento Objetivo (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), inabilitar licitante que apresenta qualificação superior por mero apego à sinonímia nominal violaria o interesse público e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Do Atestado de Capacidade Técnica e Suporte na NFS-e nº 10 (Item 11.3.4.3)

Embora o atestado datado de 07/07/2026 fizesse menção a período projetado até 16/04/2027, a instrução foi devidamente respaldada pela apresentação da **Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e) nº 10**, emitida em 07/07/2026 em favor de Joares Antonio Chaves (CNPJ nº 18.065.229/0001-70), no valor de R$ 250,00. O documento fiscal comprova a existência de relação jurídica e a efetiva prestação de serviços iniciada em 20/04/2026. Desta forma, opera-se o expurgo do lapso temporal futuro não decorrido (posterior a 07/07/2026), aproveitando-se e validando-se o período efetivamente prestado e comprovado entre 20/04/2026 e 07/07/2026, o qual atende aos parâmetros quantitativos e qualitativos exigidos pelo Edital.

Do Saneamento do Erro Material e da Habilitação Econômico-Financeira

A menção isolada ao 'Pregão Eletrônico nº 32/2026' na Declaração de Vínculo configura erro material manifesto de digitação, sobreposto pela correta indicação do Pregão nº 41/2026 na Proposta Comercial, Declaração de Disponibilidade e Termo LGPD. Trata-se de falha formal sanável que não altera a substância do documento (art. 12, III, da Lei nº 14.133/2021).

Quanto à qualificação econômico-financeira, cuidando-se de empresa constituída em 16/04/2026 (no próprio exercício financeiro da licitação), a apresentação do Livro Diário com Balanço de Abertura, capital social integralizado de R$ 300.000,00 e índices de liquidez/solvência superiores a 1,0 cumpre rigorosamente o disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

DISPOSITIVO DA DECISÃO

Ante todo o exposto, no uso das atribuições legais e regulamentares conferidas pela Portaria Municipal nº 159/2026, e com fundamento nos arts. 5º, 12, III, 64 e 165 da Lei Federal nº 14.133/2021:

CONHEÇO dos Recursos Administrativos interpostos por FABIO JUNIOR ALVES LTDA e JULIANA SCHIRMANN;

No mérito, **NEGO-LHES PROVIMENTO**, mantendo integralmente a decisão que declarou **HABILITADA** a licitante

66.292.766 RODRIGO BECKER no Pregão Eletrônico nº 41/2026;

MANTENHO a adjudicação do objeto do certame em favor da licitante vencedora pelo valor de R$ 56,90 por hora;

SUBMETO a presente Ata de Decisão à apreciação e homologação da Autoridade Superior, o Excelentíssimo Prefeito Municipal, **Sr. Maico Diogo Faversani**, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

DETERMINO a publicação desta decisão no Portal Compras.gov.br e no Portal da Transparência do Município de Bom Sucesso do Sul – PR.

Bom Sucesso do Sul – PR, 23 de setembro de 2026.

Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria Municipal nº 159/2026

Membros da Equipe de Apoio

Setor de Licitações e Contratos

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:5E770225

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
PORTARIA 13/2026

PORTARIA Nº. 13/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Braganey, estado do Paraná no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder quinze (15) dias de Férias, ao Servidor Pedro Jacob Ianesko, ocupante do cargo de Advogado da Câmara Municipal de Braganey, matricula nº. 30, sendo período de gozo do dia 28 de setembro de 2026 á 12 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 31 de Janeiro de 2025 à 30 de Janeiro de 2026. Nos termos da legislação vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Braganey, Estado do Paraná, aos 25 de setembro de 2026.

ADRIANO DA SILVA
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Elaine Salete da Rocha
Código Identificador:99EEB332

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N° 24/2026
PROCESSO N° 142/2026
FUNDAMENTAÇÃO: art. 74, caput, da lei 14.133/21

OBJETO: Contratação da empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A, inscrita no CNPJ nº 76.527.951/0001-85, para aquisição de 01 (um) rolo compactador vibratório autopropelido com kit pé de carneiro, novo, zero hora, de fabricação nacional, destinado às atividades de manutenção, conservação e execução de obras viárias urbanas e rurais do Município de Braganey/PR, mediante adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 011/2025 do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL/NPC, conforme condições, especificações técnicas e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

VALOR GLOBAL: R$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Reduzida	Despesa/elemento	Fonte	Secretaria
329	08004267820007100944905200000	1860	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Tendo em vista o contido na solicitação inicial, e a informação do Departamento de Contabilidade dando conta da existência de dotação

orçamentária suficiente, bem como parecer jurídico acostado aos autos, **AUTORIZO** a contratação por meio da licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE, nos termos pleiteados pela secretaria solicitante, de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, observadas as formalidades legais.

Braganey- PR, 25 de setembro de 2026

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:FCA76978

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRONICA 008/2026
AMPLA CONCORRÊNCIA

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRONICA 008/2026
Ampla Concorrência

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Concorrência eletrônica nº 008/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Seleção de empresa especializada em construção civil para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ da Estrada Munhoz da Rocha, localizada na zona rural do Município de Braganey/PR, contemplando serviços de terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento asfáltico, sinalização viária e demais serviços complementares, conforme projetos, memoriais, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos integrantes do processo.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO:R$ 6.329.469,38 (seis milhões, trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 21/10/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 horas do dia 21/10/2026.

Braganey – PR, 25 de setembro de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:88684E6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONCORRENCIA ELETRONICA 09/2026

AVISO DE CONCORRENCIA ELETRONICA 09/2026

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização da Concorrência eletronica **nº 09/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: contratação de empresas especializadas na elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, incluindo projetos estruturais, elétricos, hidrossanitários, SPDA, arquitetônicos, de prevenção e combate a incêndio e pânico, projetos para monumentos na área sacra e elaboração de orçamentos no padrão SECID-PR, destinados às obras novas e reformas das edificações públicas do Município de Braganey – PR.

VALOR MAXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 794.850,00(setecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 26/10/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 horas do dia 26/10/2026.

Braganey – PR, 25 de Setembro de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:07EAEEDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL CMDCA Nº 002/2026

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDA), do Município de Braganey/ Paraná, no uso de atribuições legais, torna público a realização da AUDIÊNCIA PÚBLICA DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA), referente ao Segundo Quadrimestre de 2026, que será apresentada no seguinte local, data e horário:
LOCAL- CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
DATA- 29 DE SETEMBRO DE 2026.
HORÁRIO- 10h15min
Braganey, 24 de setembro de 2026.

MARIA DE LURDES DA FONSECA COSTA
Presidente do Conselho de Assistência Social
Município de Braganey/Paraná

Publicado por:
Lilian Rigamonti
Código Identificador:25CC9D27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0143/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0143/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa MP COMERCIO VAREJISTA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 56.980.229/0001-94, sediada na Rua Luiza Ebling, São Lourenço do Oeste, SC, CEP: 89.990-000, neste ato representada pelo **Sra.** LAUANA PRESTES**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 089.853.019-93** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos

termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Aquisição de eletrodomésticos, equipamentos de cozinha industrial e equipamentos audiovisuais destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Braganey-PR.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 16.648,48 (dezesseis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **15/09/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 15 de setembro de 2026.

.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:8B48E494

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 0109/2026 VINCULADA A INEXIGIBILIDADE 024/2026

EXTRATO
CONTRATO N° 0109/2026 VINCULADA A INEXIGIBILIDADE 024/2026

PREÂMBULO

Pelo presente CONTRATO:

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa PARANA EQUIPAMENTOS S A**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 76.527.951/0001-85, sediada na, Rodovia BR 116,11807 HAUER, na cidade de CURITIBA, Estado do PR, CEP: 91690-100, neste ato representada pelo **Sr** MARCELO CARVALHO GRADE**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 635.438.269-72** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **INEXIGIBILIDADE 024/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Aquisição de 01 (um) rolo compactador vibratório autopropelido com kit pé de carneiro, novo, zero hora, de fabricação nacional, destinado às atividades de manutenção, conservação e execução de obras viárias urbanas e rurais do Município de Braganey/PR, mediante adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 011/2025 do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL/NPC.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **24/03/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 25 de Setembro de 2026.

.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:3DB80278

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 024/2026

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 024/2026

Processo Licitatório nº 142/2026 – INEXIGIBILIDADE nº 24/2026.

Pelo qual o agente de contratação, designado pela portaria n° 022/2026, solicita HOMOLOGAÇÃO, para Contratação da empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A, inscrita no CNPJ nº 76.527.951/0001-85, para aquisição de 01 (um) rolo compactador vibratório autopropelido com kit pé de carneiro, novo, zero hora, de fabricação nacional, destinado às atividades de manutenção, conservação e execução de obras viárias urbanas e rurais do Município de Braganey/PR, mediante adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 011/2025 do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL/NPC, conforme condições, especificações técnicas e prazos estabelecidos no Termo de Referência, pelo valor global de R$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), por meio de inexigibilidade de licitação, conforme toda documentação acostada aos autos físicos.

FUNDAMENTO PARA INEXIGIBILIDADE – Conforme constam as informações contidas no Oficio do agente de Contratação, bem como no termo de referência anexo ao processo, e parecer jurídico também acostado aos autos, a contratação direta está amparada no art. 74, **caput**, da Lei 14.133/23 e suas alterações

HOMOLOGO a contratação por INEXIGIBILIDADE de licitação com a melhor qualidade e menor desembolso possível, nos termos do que dispõem os princípios que regem esta casa de leis, bem como nas razões elencadas no procedimento de inexigibilidade n° 24/2026, processo n° 142/2026 com base nas razões expostas no presente processo.

Braganey - PR, 24 de setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:59B6D172

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO N°. 6/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 67/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Concorrência Eletrônico N°. 6/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 67/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor LOTE, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Seleção de empresa especializada no ramo da construção civil para execução de obra de urbanização do centro da cidade de Braganey, compreendendo a demolição de calçadas existentes, execução de calçadas padronizadas em paver, implantação de acessibilidade com rampas e pisos táteis, assentamento de meios-fios, adequação de canteiros centrais e demais serviços correlatos na Rua Padre José Carniel, no trecho entre a Avenida Arthur Pereira e a Rua Godoy, com área total de intervenção de 2.043,17m², conforme projetos, memorial descritivo, planilhas e especificações técnicas.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Concorrência Eletrônico N°. 6/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
CIMENTAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	54.121.738/0001-36	R$ 395.000,00

Braganey, 25 de setembro 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:F1D12CC8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 083/2026

ELTON FÁBIO LAZARETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - DEMITIR, com fundamento na Portaria n° 082/2026, que definiu a penalidade do Processo Administrativo 02/2026, a partir de **21 de setembro de 2026**, o (a) Sr. (a) **HUGO RICARDO MARQUINI**, matrícula nº 12941, do cargo de AGENTE UNIVERSITÁRIO: MÉDICO PSIQUIATRA, da Prefeitura do município de Cafeara/PR.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 21/09/2026.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Cafeara/PR, 28 de setembro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:42D62F9F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 066.2026 - FATURAMENTO AIHS

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 066/2026

O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 148/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 066/2026**, **PROCESSO COMPRASGOV: Contratação:987985 - 28/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por item, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de faturamento hospitalar e ambulatorial, compreendendo o processamento das Autorizações de Internação Hospitalar – AIH e dos Boletins de Produção Ambulatorial – BPA, incluindo conferência e análise da documentação, lançamento e processamento das contas, acompanhamento de auditorias, análise de inconsistências, acompanhamento e apresentação de recursos de glosas, emissão de relatórios gerenciais e demais atividades necessárias ao adequado faturamento da produção hospitalar e ambulatorial do Hospital Municipal Fioravante Motter, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$109.999,92 (cento e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **14 de outubro de 2026 às 14h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 25 de setembro de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:217D7EFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 128 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto nº 128 de 25 de setembro de 2026.

Súmula: Dispõe sobre a criação do Fórum Municipal de Educação (FME) de Cafelândia, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DECRETA:
Art. 1º. Fica criado o Fórum Municipal de Educação (FME) de Cafelândia, órgão colegiado permanente, de caráter consultivo, propositivo, mobilizador e de acompanhamento, integrante da estrutura de participação social na política educacional do Município.
Parágrafo único. O Fórum não possui funções normativas, executivas ou de autorização e credenciamento, preservadas integralmente as competências do Conselho Municipal de Educação (CME) e das demais instâncias do sistema de ensino.

Art. 2º. O Fórum Municipal de Educação tem por finalidade ampliar a participação da sociedade no acompanhamento das políticas educacionais do Município, em especial no monitoramento e na avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) e na coordenação das conferências municipais de educação, em articulação com os Fóruns Estadual e Nacional de Educação.

Art. 3º. Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I. convocar, planejar e coordenar a realização das conferências municipais de educação, articulando-as com as etapas estadual e nacional, e divulgar suas deliberações;
II. acompanhar e avaliar a implementação das deliberações das conferências municipais e sua articulação com as conferências estaduais e nacionais de educação;

III. participar do monitoramento e da avaliação contínua do Plano Municipal de Educação, na forma do art. 8º, § 2º, da Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026;
IV. contribuir, por meio da participação social, com a elaboração, a revisão e o aperfeiçoamento do Plano Municipal de Educação e das políticas educacionais do Município;
V. elaborar e aprovar o seu regimento interno, bem como o regimento das conferências municipais de educação;
VI. promover estudos, debates, audiências públicas e demais espaços de escuta e de mobilização sobre temas educacionais;
VII. manter articulação permanente com o Fórum Estadual de Educação do Paraná (FEE/PR) e com o Fórum Nacional de Educação (FNE).

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos, entidades e segmentos, observada a realidade local e buscada a participação paritária entre o poder público e a sociedade civil:
I. Secretaria Municipal de Educação;
II. Conselho Municipal de Educação;
III. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
IV. Conselho de Alimentação Escolar;
V. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
VI. Profissionais do magistério da rede pública municipal;
VII. Representação sindical dos profissionais da educação;
VIII. Gestores escolares e conselhos escolares;
IX. Pais ou responsáveis por estudantes;
X. Instituições de ensino superior;
XI. Instituições da rede privada de ensino;
XII. Câmara Municipal de Vereadores;
XIII. Demais entidades da sociedade civil com atuação na educação.

§ 1º. Os representantes serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º. O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, admitida a recondução por igual período.

§ 3º. O Fórum poderá definir, em seu regimento interno, critérios para a inclusão de representantes de outros órgãos, entidades e segmentos.

Art. 5º. A elaboração do regimento interno será objeto da primeira reunião do Fórum, sendo aprovado pela maioria de seus membros.
Parágrafo único. O regimento disporá sobre a estrutura, as comissões, o processo de eleição e o mandato da coordenação, a periodicidade das reuniões e as demais regras de funcionamento.

Art. 6º. A coordenação do Fórum será exercida por coordenador(a), vice-coordenador(a) e secretário(a), eleitos entre os pares, na forma do regimento interno.

Parágrafo único. A primeira coordenação será escolhida por aclamação entre os presentes na reunião de instalação.

Art. 7º. O Fórum reunir-se-á ordinária e extraordinariamente, na periodicidade estabelecida em seu regimento interno.

Art. 8º. O Fórum Municipal de Educação será vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Educação, que lhe prestará o apoio técnico, administrativo e a infraestrutura necessários ao seu funcionamento, preservada a sua autonomia quanto às finalidades previstas neste Decreto.

Art. 9º. A participação no Fórum Municipal de Educação é considerada serviço de relevante interesse público e não será remunerada a qualquer título.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 25 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:2C4675D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 129 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto nº 129 de 25 de setembro de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a antecipação, excepcionalmente para o ano de 2026, do Feriado Municipal de 25 DE NOVEMBRO para o dia 23 de novembro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica antecipado, excepcionalmente para o ano de 2026, o Feriado Municipal do dia **25 DE NOVEMBRO** para o dia 23 de novembro de 2026.
Art. 2º. O disposto neste Decreto aplica-se exclusivamente ao exercício de 2026.
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 25 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:FE41A92F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 013 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria nº 013 de 24 de setembro de 2026.

SÚMULA: Designa os membros da Comissão Municipal pela Primeira Infância - CMPI de Cafelândia/PR e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 126/2026, que institui a Comissão Municipal pela Primeira Infância - CMPI**,**

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados, para compor a Comissão Municipal pela Primeira Infância - CMPI, na condição de representantes titulares e suplentes, os seguintes membros:

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Ivanir Alves dos Santos Borges;
Suplente: Mayara Kelly Trevisoli Furlanetto.

Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Jhenifer Virtuoso Anzen;
Suplente: Sirlei Heiss Guardezi.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
Titular: Fernanda Rafaelly Tenfen Becker;
Suplente: Gean Carlos Buss.

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:
Titular: Edimilson Braga;

Suplente: Eliandro Bianchin.

Órgão responsável pelo Planejamento e/ou Finanças:
Titular: Cíntia dos Santos Krik;
Suplente: Vanessa Elaine Fernandes Mecca Saragioto.

Secretaria Municipal de Governo:
Titular: Angelita Grzebieluckas;
Suplente: Elisa Aparecida dos Santos Candido.

Órgão responsável pelo Meio Ambiente, Urbanismo, Obras ou Infraestrutura:
Titular: Robison da Silva Aguiar;
Suplente: Cláudia Gomes do Nascimento.

Fundação Educacional Padre Luís Luise:
Titular: Roseli Domingos da Costa;
Suplente: Nayara Caroline de Oliveira.

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI:
Titular: Vanusa de Biazzi;
Suplente: Franciane Rossi de Ré.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:
Titular: Pamela Baldussi;
Suplente: Eduarda Garcia Soares.

Conselho Tutelar:
Titular: Vanessa Lopes da Silva;
Suplente: Credivânia Martines.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:
Titular: Marisa Salete Perin Pereira;
Suplente: Nilson José de Lima.

Conselho Municipal de Saúde:
Titular: Íris Luna Ferreira;
Suplente: Janete França.

Conselho Municipal de Educação e Cultura:
Titular: Tarciane Rossi Gonçalves;
Suplente: Claudinéia Maria de Souza Alberton.

Conselho Municipal de Assistência Social:
Titular: Raquel Pereira Motter;
Suplente: Amarildo José da Silva.

Organização da Sociedade Civil com atuação na promoção, proteção ou defesa dos direitos da criança:
Titular: Monique Gabriela de Oliveira;
Suplente: Irineu de Góes Filho.

Representação das famílias com crianças na Primeira Infância:
Titular: Deccy Yasmit Sifontes Carreras;
Suplente: Adrieli Pereira.

Art. 2º. A Comissão Municipal pela Primeira Infância - CMPI será responsável por apoiar e participar do processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI 2026 - 2036, observadas as competências estabelecidas no Decreto Municipal nº 126/2026.

Art. 3º. A participação na CMPI será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 4º. Os membros designados deverão participar das reuniões, atividades técnicas, processos de diagnóstico, planejamento, participação social, monitoramento e avaliação relacionados ao PMPI, conforme convocação e organização da Comissão.

Art. 5º. Em caso de afastamento, impedimento ou desligamento do representante titular ou suplente, o órgão, conselho ou instituição representada deverá indicar novo representante ao Poder Executivo Municipal para fins de substituição.

Art. 6º. Poderão participar das reuniões da CMPI, na condição de convidados, com direito a voz, representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, de instituições de ensino, profissionais, especialistas e outros órgãos ou entidades cuja contribuição seja pertinente aos trabalhos.

Art. 7º. A participação das crianças na elaboração do PMPI será assegurada por meio de metodologias adequadas à idade, ao desenvolvimento e às diferentes formas de expressão infantil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 126/2026.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 24 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:91AD4A11

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO CHAMADA PUBLICA Nº 002.2026 - AGRICULTURA FAMILIAR

RATIFICAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 126/2026

Fundamenta-se a presente contratação no disposto no art. 14, §1º, da Lei Federal nº 11.947/2009 e nas Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE aplicáveis ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, **RATIFICO** o resultado da **CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026**, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para fornecimento aos alunos matriculados na Rede Municipal de Educação Básica Pública do Município de Cafelândia/PR, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital e seus anexos.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
CAFCOOPER – COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR CNPJ nº 19.426.356/0001-10	Itens 01 ao 30 e 32 ao 68
EDINA FAVERO CPF nº 023.450.159-69	Itens 32, 56 e 61
NELTON DE CASTRO SOARES CPF nº 328.574.119-87	Item 61

Cafelândia/PR, 23 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:972E3F10

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 034.2026 - CONSERTO ELETROS - CREDEN. 009

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 034/2026
CREDENCIAMENTO N° 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 134/2026

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, RATIFICO a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção corretiva em equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos pertencentes ao patrimônio municipal.

Objeto: **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas para prestação de serviços de manutenção corretiva em equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos pertencentes ao patrimônio do Município de Cafelândia/PR, compreendendo diagnóstico técnico, desmontagem, reparos, regulagens, substituição de componentes, testes de funcionamento e demais serviços correlatos, com fornecimento eventual de peças, componentes e materiais de reposição previamente autorizados pela Administração, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
51.818.290 GABRIEL TELES DO PILAR CNPJ nº 51.818.290/0001-16	Lote 01: Itens 01 e 03 Lote 02: Item 01
C KRIK - SERVICOS - ME CNPJ nº 11.568.009/0001-10	Lote 01: Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 Lote 02: Item 01

Cafelândia/PR, 23 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:C3461AC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 254/2026

DECRETO 254/2026

Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de CALIFÓRNIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2216/2026 de 25/09/2026.

Decreta:

Artigo 1° Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA – SEMASC
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS
06.002.08.244.0011.2036 - PROGRAMA IGD-PBF
3.1.90.11.00.00 2940 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.563,50
3.1.90.11.00.00 940 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 6.436,50
3.1.90.13.00.00 940 CONTRIBUICOES PATRONAIS 3.500,00

Total Suplementação: 22.500,00

Artigo 2° - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, serão utilizados recursos no valor de R$ 9.936,50 (nove mil, novecentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), correspondentes a **I - Anulação Parcial ou Total** de dotações constantes no orçamento, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 e o valor de R$ 12.563,50 (doze mil, quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), correspondentes a **II - Superávit Financeiro**, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.
I Anulação Parcial ou Total

Redução:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC
06.002 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
06.002.08.244.0011.2.036 PROGRAMA IGD-PBF.
3.3.90.36.00.00 940 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 3.000,00
4.4.90.52.00.00 940 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 6.936,50

Total Redução: 9.936,50

III – Superávit Financeiro
Fonte:
2940 PAB - PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL E CADASTRO ÚNICO 12.563,50

Total: 12.563,50

Soma Total dos Recursos: 22.500,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia, em 25 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Barcala Paulo
Código Identificador:1F5A08C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 255

DECRETO 255/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 443.960,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e novecentos e sessenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.122.0034.2.021 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE.
3.1.90.11.00.00 303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 61.900,00

05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
3.1.90.11.00.00 303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 85.200,00
3.1.90.13.00.00 303 CONTRIBUICOES PATRONAIS 19.300,00

05.001.10.301.0007.2.026 MANUTENCAO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - PACS
3.1.90.11.00.00 151 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 68.950,00

05.001.10.301.0007.2.029 MANUTENCAO DA FARMACIA DE DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS.
3.1.90.11.00.00 494 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.700,00
3.1.90.13.00.00 494 CONTRIBUICOES PATRONAIS 800,00

05.001.10.782.0006.2.030 MANUTENCAO DO TRANSPORTE DA SAUDE.
3.1.90.11.00.00 303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 41.400,00
3.1.90.13.00.00 303 CONTRIBUICOES PATRONAIS 7.200,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC
06.002 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
06.002.08.245.0013.2.041 BLOCO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL.
3.1.90.11.00.00 950 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 6.100,00
3.1.90.13.00.00 950 CONTRIBUICOES PATRONAIS 1.060,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO / FUNDO MUNICIOPAL DA EDUCACAO - FME
07.001.12.122.0036.2.044 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO 3
3.1.90.11.00.00 103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.300,00

07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.066 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - FUNDEB
3.1.90.11.00.00 4101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.000,00
3.1.90.13.00.00 4101 CONTRIBUICOES PATRONAIS 2.300,00

07.003 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO INFANTIL
07.003.12.365.0018.2.081 MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAL INFANTIL - FUNDEB
3.1.90.11.00.00 4101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 107.700,00
3.1.90.13.00.00 4101 CONTRIBUICOES PATRONAIS 20.050,00

Total Suplementação: 443.960,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 47.900,00
3.1.90.13.00.00 1000 CONTRIBUICOES PATRONAIS 39.350,00

05.001.10.301.0007.2.026 MANUTENCAO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - PACS
3.1.90.13.00.00 494 CONTRIBUICOES PATRONAIS 3.500,00

05.001.10.301.0010.2.023 CONSORCIOS INTERMUNICIPAIS E INSTITUICOES EQUIPARADAS
3.3.72.39.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 120.550,00

05.001.10.305.0008.2.027 MANUTENCAO DO PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE E DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA.
3.1.90.11.00.00 151 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 68.950,00

05.001.10.782.0006.2.030 MANUTENCAO DO TRANSPORTE DA SAUDE.
3.3.90.14.00.00 303 DIARIAS - CIVIL 7.200,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC
06.002 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
06.002.08.245.0013.2.041 BLOCO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL.
3.3.90.30.00.00 2950 MATERIAL DE CONSUMO 7.160,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO / FUNDO MUNICIOPAL DA EDUCACAO - FME
07.001.12.122.0036.2.044 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO
3.3.90.92.00.00 103 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES 7.300,00

07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.066 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - FUNDEB
3.1.90.11.00.00 101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.000,00
3.1.90.13.00.00 101 CONTRIBUICOES PATRONAIS 2.300,00

07.003 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO INFANTIL
07.003.12.365.0018.2.081 MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAL INFANTIL - FUNDEB
3.1.90.11.00.00 101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 107.700,00
3.1.90.13.00.00 101 CONTRIBUICOES PATRONAIS 20.050,00

Total Redução: 443.960,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 25 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:A4B704BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 256

DECRETO 256/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO / FUNDO MUNICIOPAL DA EDUCACAO - FME
07.001.12.122.0036.2.044 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO
3.3.90.34.00.00 104 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO 50.000,00

07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.045 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3.3.90.34.00.00 104 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO 20.000,00

Total Suplementação: 70.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.046 MANUTENCAO DA EDUCACAO EM TEMPO INTEGRAL.
3.3.90.30.00.00 104 MATERIAL DE CONSUMO 4.900,00
3.3.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 4.900,00
3.3.90.40.00.00 104 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA 1.900,00
4.4.90.52.00.00 104 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.900,00

07.003 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO INFANTIL
07.003.12.365.0018.1.004 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ESCOLAS E CRECHES.
3.3.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 4.400,00

07.007 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E LOGISTICA ESCOLAR
07.007.12.782.0006.2.053 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR.
3.3.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 50.000,00

Total Redução: 70.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 25 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:7FC6AFBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI 2216/2026

LEI 2216/2026

Súmula: Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2026 e dá outras providências.

A câmara Municipal de Califórnia, Estado do Paraná, aprova e eu, Paulo Sérgio Chileide, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Artigo 1° - Esta Lei autoriza o Executivo Municipal a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2026, Lei nº 2188 de 19 de dezembro de 2025, do Município de Califórnia - PR.

Artigo 2° - Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Califórnia-PR para o exercício de 2026, um crédito especial no valor de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA – SEMASC
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS
06.002.08.244.0011.2036 - PROGRAMA IGD-PBF
3.1.90.11.00.00 2940 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.563,50
3.1.90.11.00.00 940 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 6.436,50
3.1.90.13.00.00 940 CONTRIBUICOES PATRONAIS 3.500,00

Total Suplementação: 22.500,00

Artigo 3º - Para atender o disposto no Artigo 2º desta Lei, serão utilizados recursos no valor de R$ 9.936,50 (nove mil, novecentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), correspondente a **I - Anulação Parcial ou Total** de dotações constantes no orçamento, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 e o valor de R$ 12.563,50 (doze mil, quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), correspondente a **II - Superávit Financeiro**, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

I Anulação Parcial ou Total

Redução:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC
06.002 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
06.002.08.244.0011.2.036 PROGRAMA IGD-PBF.
3.3.90.36.00.00 940 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 3.000,00
4.4.90.52.00.00 940 EQUIPAMENTOS E MATERIALE MATERIAL PERMANENTE6.936,50

Total Redução: 9.936,50

III – Superávit Financeiro

Fonte:

2940 PAB - PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL E CADASTRO ÚNICO 12.563,50

Total: 12.563,50

Soma Total dos Recursos: 22.500,00

Artigo 4°- O crédito previsto no artigo 2° desta Lei, não será computado para fins do limite fixado no artigo 5° da Lei Orçamentária Anual – Lei 2188/2025.

Artigo 5°- Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2026/2029 - Lei n° 2186/2025 a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei n°2187/2025, nos moldes e naquilo que for pertinente.

Artigo 6°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia, em 25 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Barcala Paulo
Código Identificador:349EC9BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1395, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 1395, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Decreta recesso administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal em virtude das festividades alusivas ao 31º Aniversário de Emancipação Política do Município de Campina do Simão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente pelo art. 63, inciso VIII,
CONSIDERANDO a realização das festividades alusivas ao **31º Aniversário de Emancipação Política do Município de Campina do Simão**, programadas para os dias 26 e 27 de setembro de 2026;
CONSIDERANDO que as comemorações do aniversário do Município constituem evento de relevante interesse cultural e comunitário, envolvendo a participação da população, servidores públicos e demais segmentos da comunidade;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de proporcionar aos servidores municipais período de descanso após a realização das festividades comemorativas;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais e daqueles cuja paralisação possa causar prejuízo à população;
DECRETA:
Art. 1º Fica decretado **RECESSO ADMINISTRATIVO**, no âmbito da Administração Pública Municipal de Campina do Simão, no dia **28 de setembro de 2026 (segunda-feira)**, em razão das festividades alusivas ao **31º Aniversário de Emancipação Política do Município**, realizadas nos dias 26 e 27 de setembro de 2026.
Art. 2º O disposto no art. 1º deste Decreto aplica-se aos órgãos e unidades da Administração Pública Municipal Direta, ficando dispensado o comparecimento dos servidores públicos municipais ao trabalho na data estabelecida, **sem prejuízo da remuneração e sem necessidade de compensação das horas não trabalhadas**.
Art. 3º Ficam ressalvados do disposto neste Decreto os serviços considerados **essenciais ou indispensáveis**, especialmente os serviços de saúde, limpeza pública, coleta de resíduos, vigilância, conselho tutelar, manutenção de serviços públicos e outros que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção.
§ 1º Caberá aos Secretários Municipais e responsáveis pelos respectivos órgãos e unidades organizar escalas de trabalho e adotar as providências necessárias para garantir a continuidade dos serviços de que trata o caput deste artigo.
§ 2º Os servidores convocados para o exercício de suas funções na data prevista no art. 1º deverão cumprir regularmente a jornada estabelecida, observada a legislação municipal aplicável.
Art. 4º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços e atividades que, por sua natureza ou por determinação da autoridade competente, devam funcionar normalmente na data estabelecida.
Art. 5º As disposições deste Decreto não prejudicarão a realização de atos administrativos, prazos processuais ou demais atividades cuja continuidade seja necessária para evitar prejuízo ao interesse público.
Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em **25 de setembro de 2026**.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Marcio Mayer
Código Identificador:2E5E3F80

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 61/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 26/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e com fundamento no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna pública a **Adjudicação** do objeto do Processo Administrativo nº 61/2026, **Pregão Eletrônico (SRP) nº 26/2026**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE LIVROS LITERÁRIOS, ACERVOS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES, DESTINADOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA DO SIMÃO – PR**, em favor da empresa **EDITORA EUREKA LTDA,** inscrita no **CNPJ n.º 26.192.516/0001-79** situada a Rua 256, nº 203, Bairro Meia Praia – Cep: 88.220-000 no Município de Itapema/SC, representada neste ato pelo seu representante legal Sr. º Eduardo Reis Silva, portador do RG sob nº 3.XXX.461 e CPF nº 003.556.XXX-44, vencedora dos Lotes 01, 02, 03 e 04 com valor global de **R$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais)** e **HOMOLOGA** o presente processo licitatório para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Campina do Simão, 25 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:09D6B693

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO ATA REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ADITIVO DE ATAS

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N.º 39/2025-PMCS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 54/2025

SÉTIMO ADITIVO - REEQUILIBRIO FINANCEIRO

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO ESTES ETANOL HIDRATADO COMBUSTÍVEL, GASOLINA COMUM TIPO C, ÓLEO DIESEL B S10, ÓLEO DIESEL B S500,BEM COMO AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO - ARLA 32.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: N.S.A. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, sediada a Avenida Gustavo Lori De Lima, nº 420 – Centro – Campina do Simão, Cep: 85.148-000 – Estado do Paraná, inscrita no

CNPJ sob o nº **24.329.790/0001-11,** doravante designada EMPRESA DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr.ª **NOELI SALETE ACORSI ZANELLA.**

VALOR DO ADITIVO: R$ 90.505,16 (noventa mil, quinhentos e cinco reais e dezesseis centavos).

VIGÊNCIA DA ATA: 01 DE DEZEMBRO DE 2026.
DATA ASSINATURA: 25 DE SETEMBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:3DEE97A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CMDPCD

Aprova o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD para o exercício de 2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPCD, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 690, de 18 de dezembro de 2019, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD e o Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente – FAD;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência encontra-se em processo de reestruturação, sendo necessário estabelecer cronograma para o cumprimento das etapas previstas;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD em reunião extraordinária realizada em 12 de junho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD para o exercício de 2026.

Art. 2º Fica estabelecido o seguinte cronograma de reuniões ordinárias:

JULHO AGOSTO SETEMBRO OUTUBRO NOVEMBRO DEZEMBRO
17 21 18 16 20 18

Art. 3º As reuniões ordinárias serão realizadas, preferencialmente, nas terceiras sextas-feiras de cada mês, às 10h30.
Parágrafo único. Caso a data da reunião ordinária coincida com feriado ou recesso dos órgãos da Administração Pública Municipal, a reunião será transferida para a sexta-feira imediatamente subsequente.

Art. 4º As reuniões serão realizadas na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e/ou em ambiente virtual, conforme convocação, situada na Rua Professor Duílio Calderari, nº 1.567, Jardim Paulista, telefone (41) 3162-7236.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campina Grande do Sul, 16 de julho de 2026

ROSANGELA PRESTES CHINOLI DE MIRANDA
Vice-Presidente

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:7D9B3AF1

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 96/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ORIGEM GRANÍTICA, COMPREENDENDO BRITA GRADUADA, BRITA 4-A, RACHÃO, PEDRISCO LIMPO, PÓ DE PEDRA E BICA CORRIDA, DESTINADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORIA DAS VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Critério de julgamento: Menor Preço Por Lote
Valor Máximo: R$ 3.704.516,00 (três milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e dezesseis reais)
Data de abertura: 09/10/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:52105D52

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 94/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 94/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA LICENÇA DO SOFTWARE MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 DATACENTER EDITION, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
Critério de julgamento: Menor Preço por Item
Valor Máximo: R$ 24.639,49 (vinte e quatro mil seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos).
Data de abertura: 16/10/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:CEE92B16

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 95/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 95/2026
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS, PARA USO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Critério de julgamento: Menor Preço Global por Lote
Valor Máximo: R$ 85.486,70 (Oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta centavos)
Data de abertura: 19/10/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:9BBEE1A9

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 74/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 74/2026
Processo nº 143/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 74/2026, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE SOFTWARE INCLUIDO OS MÓDULOS DE GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS, GESTÃO DE CONTROLE INTERNO, GESTÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS, GESTÃO DE CONSELHOS E COMISSÕES MUNICIPAIS E PORTAL DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS, COM SERVIÇOS AGREGADOS DE IMPLANTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, CONVERSÃO/MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO, HOSPEDAGEM E SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
SEVEN CO TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA	25.235.415/0001-75	R$ 130.000,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 25/09/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:CEBFB3B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 204/2024

Processo Licitatório: Dispensa 43/2024 – Serviços de conexão de internet HOTSPOT.
Fundamento: Art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Objeto: 2º termo aditivo visando a prorrogação da vigência por 12 meses, passando a encerrar-se em 26/09/2027. Correção monetária com base no IPCA acumulado no período (4,22%), e renovação dos quantitativos inicialmente previstos.
Valor total deste aditivo: R$ 59.321,76 (cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos)
Contratado:
BRASILNETS COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, 10.517.947/0002-09
Data de Assinatura: 25/09/2026

Publicado por:
Eduardo do Rocio Thimotheo
Código Identificador:E35AA65C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 205/2025

Processo Licitatório: Concorrência eletrônica 05/2025 – Execução do Projeto de Construção do Portal Turístico
Fundamento: Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Objeto: 1º termo aditivo visando a prorrogação da vigência por 360 (trezentos e sessenta) dias.
Contratado:
CONSTRUTORA AZULMAX LTDA, CNPJ 26.322.885/0001-39
Data de Assinatura: 25/09/2026

Publicado por:
Eduardo do Rocio Thimotheo
Código Identificador:14DB8F35

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL N.° 0125/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000 e para efeitos de transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal.

CONVOCA:

TORNA PÚBLICA A PRESENTE RETIFICAÇÃOdo Edital nº 0125/2026, publicado em 21 de setembro de 2026, exclusivamente quanto à data da realização da Audiência Pública.

Onde se lê:

"...que será realizada no prédio da Câmara Municipal de Campo Magro, a partir das 14h00 do dia **29 de setembro de 2026**."

Leia-se:

"...que será realizada no prédio da Câmara Municipal de Campo Magro, a partir das 14h00 do dia **28 de setembro de 2026**."

Ficam mantidas as demais disposições constantes do Edital nº 0125/2026

Campo Magro, 25 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:D4790CD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 09.2026 - CMDM

Republicado por haver incorreções

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Campo Magro, em reunião ordinária nº 06, realizada aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a Ata da Reunião Ordinária nº 05/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, sem ressalvas.

Art. 2º – Aprovar a alteração da titularidade e da suplência da representação governamental junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, passando a Sra. **C**aroline Adrielly Antunes Meira a exercer a função de conselheira titular e a Sra. Adriana Faveri de Oliveira a exercer a função de conselheira suplente, conforme Ofício nº 252/2026 – SAS.

Art. 3º – Dar ciência ao Plenário das seguintes matérias:

I – da capacitação do Fórum de Controle Social, realizada em 11 de agosto de 2026, no Município de Ponta Grossa;
II – da atualização da página do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM no site oficial da Prefeitura Municipal de Campo Magro;
III – do Projeto de Lei nº 55/2025, que institui, no âmbito do Município de Campo Magro, o "Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo Fim da Violência contra a Mulher", e dá outras providências.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 03 de setembro de 2026.

JEANINE LUZIA FERREIRA DE PAULA
Vice - Presidente do CMDM

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:837AF135

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026** para realizarem os exames pré-admissionais e apresentarem a documentação exigida, conforme consta no Edital nº 01/2026 e Lei Municipal nº 1.092/2011, no período de **28/09/2026 a 27/10/2026**, e, caso encontrem-se aptos deverão comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Candói, para a regularização do registro funcional.

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO (Ampla Concorrência)

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
MIGUEL STORNIOLO BEREZOSKI FILHO	1°
JEAN PETERSON KWASNEI SANTOS	2°
LUCAS DE ARAUJO	3°
KAILAINE BORGES MONTEIRO	4°

Cargo: ADVOGADO (Ampla concorrência)

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
EDUARDA CAROLINA ANNIES	1°

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (CACHOEIRA) – Ampla Concorrência

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
EDUARDO DE RAMOS GONÇALVES	1°

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (LAGOA SECA) – Ampla Concorrência

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
IZAMARA DAS GRAÇAS SOARES FONSECA	1°

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Ampla Concorrência)

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
DAIANE NUNES DE CARVALHO	1°
FELIPE DO ESPIRITO SANTO SOUZA	2°

Cargo: MÉDICO CLINICO GERAL (Ampla Concorrência)

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
LIVIA HOYER GARCIA MIRANDA	1°
CRISTIANO EDUARDO ANTUNES	2°

Cargo: PSICOLOGO (Ampla Concorrência)

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
ALINE DE OLIVEIRA ARAUJO	1°

Cargo: DENTISTA (Ampla Concorrência)

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
BIANCA LETICIA MARQUETTI	1°

Cargo: ENFERMEIRO (Ampla Concorrência)

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
VANESSA APARECIDA CALDAS DE MORAES	1°

Cargo: FONOAUDIOLOGO (Ampla Concorrência)

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
IZADORA RENATA DE CAMPOS	1°

Cargo: MÉDICO PEDIATRA (Ampla Concorrência)

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
KEVELYN MAYARA XAVIER	1°

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO (PCD - Pessoa com Deficiência)

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO PCD - Pessoa com Deficiência	CLASSIFICAÇÃO Geral
ALISSON CEZAR FERENCZ	1°	17°

Candói, 25 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

ANEXO I

NOME:_____CARGO: _____
APRESENTAR AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS.
( ) 01 foto 3x4
( ) Cópia do RG, CPF, Título de Eleitor e CNH (legível)
( ) Cópia de Certidão de nascimento e casamento
( ) CPF e RG de filhos menores de 14 anos ou certidão de nascimento
( ) Cópia do comprovante da escolaridade de acordo com a exigência do cargo.
( ) Carteira de trabalho
( ) Conta Bancária – BANCO SICREDI (conta salário)
( ) Cópia do Certificado Reservista
( ) Exame pré-admissional
Apresentar boas condições de saúde física e mental, comprovadas mediante a realização, às expensas do candidato, dos seguintes exames e avaliações médicas:

• Exames laboratoriais de sangue: hemograma completo, glicose, ureia e creatinina;
• Exame de urina: análise parcial de urina com sedimento corado;
• Raio-X de tórax em incidência PA;

• Raio-X da coluna lombossacra;
• Avaliação oftalmológica, incluindo acuidade visual;
• Avaliação otorrinolaringológica, incluindo audiometria;
• Avaliação cardiovascular, incluindo eletrocardiograma;
• Avaliação psiquiátrica;
• Avaliação ortopédica.

TODOS OS EXAMES DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DOS RESPECTIVOS LAUDOS. As avaliações e os exames acima especificados deverão ser submetidos à homologação pelo médico perito do Município de Candói.
( ) Comprovante de residência
( ) Declaração de bens (Imposto de renda)
( ) Declaração de não acúmulo de cargo
( ) Declaração de não ter sido demitido de serviços públicos
( ) Quitação das obrigações eleitorais
( ) Antecedentes criminais dos cartórios de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido nos últimos 05 anos, da justiça Federal e Estadual, expedido no máximo há 06 meses.
( ) Registro Profissional
( ) Telefone e Email

ATENÇÃO: Para os cargos de **NÍVEL SUPERIOR**, o candidato deverá apresentar também a documentação exigida pela Lei Municipal nº 1.092/2011 (requisitos mínimos para provimento) e suas alterações, conforme disposições do item 1 do edital de abertura.

Candói, 25 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:95880C39

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 378/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 378/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1765/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: VICKYTEX INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA**,** CNPJ sob o nº 08.257.978/0002-26.
OBJETO: O objeto deste termo aditivo a prorrogação da vigência da Ata, com renovação dos quantitativos inicialmente pactuados, Ata Registro de Preços nº 378/2025, Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes escolares, tênis, botina, meia colegial, boné e mochilas, destinados alunos e professores da rede municipal de ensino.
FUNDAMENTO: A presente prorrogação fundamenta-se no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas Cláusulas 2.1 e 2.2 da Ata de Registro de Preços nº 378/2025, que preveem a possibilidade de prorrogação por igual período e a renovação dos quantitativos inicialmente pactuados.
VALOR: m R$ 457.755,78 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 21 de setembro de 2027**.**
DATA DE ASSINATURA: 25/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:20D06B79

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 141/2025

CONTRATO Nº 141/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90083/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2.842/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ nº 61.198.164/0001-60.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 141/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular, mantendo-se as demais condições e coberturas originalmente contratadas.
FUNDAMENTO: O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a prorrogação sucessiva dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, observado o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e haja previsão no edital e no contrato. A prorrogação está prevista na Cláusula Segunda do Contrato nº 141/2025.
VALOR: R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 25/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:2A4D76C7

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTAURAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO NÚCLEO SOL POENTE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI TORNA PÚBLICOeCONVIDAos moradores, ocupantes, proprietários, confrontantes e demais interessados para participarem da **AUDIÊNCIA** PÚBLICA destinada à apresentação e ao início dos trabalhos de Regularização Fundiária Urbana- REURB do Núcleo Urbano Sol Poente.

A audiência pública será realizada conforme as informações a seguir:

Data: 30/09/2026;
Horário: 19:00 horas;
Local: Centro de convivência do Idoso, localizado na Av. Eraclides Mendes Araújo, s/nº, Parque do Lago, Candói-PR;

Objetivos da audiência pública:

Apresentar á comunidade o procedimento da Regularização Fundiária-Reurb;
Prestar informações sobre as etapas, requisitos e documentos necessários para o desenvolvimento do processo;
Apresentar a delimitação preliminar da área abrangida pelo Núcleo Sol Poente;
Esclarecer dúvidas dos moradores, ocupantes, proprietários, confrontantes e demais interessados;
Promover a participação da comunidade e levantar informações relevantes para a instrução do procedimento administrativo;

Candói, 14 de setembro de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:31ABAD7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO N° 385, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

ANULA A LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELISANDRO DOS REIS, Prefeito Municipal em exercício de Capitão Leônidas Marques - PR, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação de cláusulas do edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 085/2026, diante de vicio insanável, o que demanda sua anulação ante a inviabilidade de continuidade;
CONSIDERANDO o contido no art. 71, §3º da Lei Federal 14.133/21, a teor do princípio da autotutela e sumula 473 do STF;
DECRETA:
Art. 1º Fica ANULADA a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 085/2026**, instaurada para a execução de obra de revitalização da estrutura do ginásio de esportes Eugênio João Marquetto, na forma do §3º do art. 71 da Lei Federal 14.133/21, princípio da autotutela e sumula 473 do STF.
Art. 2º Determina-se o encaminhamento do presente ato ao Departamento de Licitações e Contratos para adoção das providências cabíveis, inclusive quanto à análise da conveniência e oportunidade de promover nova licitação, observadas as disposições da legislação vigente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques – Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:C3826CB4

SECRETARIA DE ESPORTE
ATA CREDENCIAMENTO 015/2026

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS
Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e cinco do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026,** com redação dada pelo **Decreto nº 244 de 02.07.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 015/2026 de 08.09.2026,*** destinado ao credenciamento de profissionais, na condição de pessoas jurídicas, para prestação de serviços como instrutor e /ou professor, com atuação em aulas de Karatê com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme cronograma, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, conforme solicitação nº 288/2026 da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento. Foi registrado, conforme protocolo em anexo ao processo, o interesse da seguinte empresa em se credenciar: ***HEVERTON CARLOS VEIT,*** inscrita no CNPJ sob nº 20.102.754/0001-60. Não houve a presença de representantes para acompanhar o julgamento, porém, a empresa, ao se apresentar para este processo de credenciamento, declara ter conhecimento e sujeitar-se às condições nele estabelecidas. Os membros da Comissão deram prosseguimento ao processo com a abertura dos envelopes. Em todos os procedimentos, foram verificadas as regularidades à vista das exigências do edital, nos termos do item 3 (habilitação jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira). Foram analisados também os documentos complementares, compreendendo declarações e a solicitação de credenciamento e o aceite dos valores, assim como a documentação relativa aos requisitos do cargo. A empresa acima relacionada, foi habilitada atendendo a todos os requisitos do edital. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. A Comissão deliberou credenciar a empresa acima mencionada para a execução do objeto em consideração. Fica aqui registrado que a empresa declara ciência de que a execução do objeto será remunerada de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio da Declaração do Anexo III, e que também está ciente de todas as condições para a sua execução. Após transcorridos todos os procedimentos, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município. Poderão ser apresentados recursos no prazo de 03 (três) dias a contar da data da publicação do Diário Oficial do Município, sendo este protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques-Pr, ou no e-mail licitacao@clm.pr.gov.br e dirigido à Comissão de Licitação. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para prosseguimento dos trâmites necessários à formalização da contratação decorrente do credenciamento. Os interessados serão comunicados via correio eletrônico para assinatura do Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Os atos administrativos que dizem respeito a este Processo de Credenciamento serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de Licitações e Contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar ou anular o procedimento de credenciamento, por justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, como consta no Termo de Referência deste edital. O presente Edital tem validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a efetiva contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, ficando então no aguardo de convocação para que possam também firmar o contrato de prestação de serviços, observada a necessidade e conveniência da administração. Nada mais havendo, estando em conformidade com as disposições do edital e tendo transcorridos todos os procedimentos legais, encerra-se esta sessão de julgamento e análise, cujos atos foram aqui registrados, lavrando-se esta Ata circunstanciada, a qual será assinada pelos membros da Comissão Julgadora, ficando no aguardo dos prazos para dar seguimento ao processo.
De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

LARISSA GABRIELI DA SILVA
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

KAUANY DAMIÃO GOMES
Membro

MARIA EDUARDA DA SILVA
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:280B0B90

SECRETARIA DE ESPORTE
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 014/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 014/2026
CÓDIGO COMPRAS.GOV: 40/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de obra de construção de 02 (dois) banheiros, com área total de 51,83 m², incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e demais recursos necessários à completa e adequada execução dos serviços, compreendendo, entre outros, os serviços preliminares e administração da obra, fundações, estruturas, alvenaria, divisórias e fechamentos, cobertura, esquadrias, acessórios, vidros e espelhos, instalações elétricas e hidrossanitárias, revestimentos, pinturas e argamassas, calçadas, limpeza final e demais serviços necessários à entrega da obra concluída e em condições de utilização, de acordo com documentação técnica e condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 296.540,76 (duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e quarenta reais e setenta e seis centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Até às 08:15h do dia **19.10.2026**.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Às 08:30h do dia **19.10.2026.** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:
Menor Preço, regime de execução indireta, empreitada por preço global

Modo de disputa:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO

AMPLA CONCORRÊNCIA - Edital aberto à participação de todos os interessados que atendam aos requisitos deste edital.

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 – **Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(transparencia/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail ***licitacao@clm.pr.gov.br.***

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:E46F14AB

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 370/2026

DATA: 17.09.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
06.006 - EDUCAÇÃO BASICA APLIC ENSINO FUNDAMENTAL
06.006.12.361.1018.2136-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat C R$70.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% S Tran FUNDEB 70.000,00
06.006.12.361.1018.2136-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat C R$60.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 Dem Imp Vinc à Edu 60.000,00
Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
06.006 - EDUCAÇÃO BASICA APLIC ENSINO FUNDAMENTAL
06.006.12.361.1071.2128-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat C R$70.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% S Tran FUNDEB 70.000,00
06.006.12.361.1011.2144-3.3.90.39.00.00.00.00 – Out S R$60.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 Dem Imp Vinc à Edu 60.000,00
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 17 de Setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:22FA8A37

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 371/2026

DATA: 17.09.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 109.000,00 (Cento e Nove Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
09.000 - SECRET DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
09.001.10.301.1038.2160-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat C R$50.000,00
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Ex Polícia 50.000,00
09.001.10.301.1038.2160-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out S R$59.000,00
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Ex Polícia 59.000,00
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação, no valor de R$ 109.000,00 (Cento e Nove Mil Reais), de acordo com o Inciso II do Artigo 43, da Lei Federal 4.320 e alterações, a ocorrer nas alíneas de Receita e Fonte de Recursos abaixo:

Fonte:	**Valor:**
00510	109.000,00

Total.....R$ 109.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 17 de Setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:CDA6B782

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 372/2026

DATA: 17.09.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
06.011 - EDUC BASICA PROG/CONVENIOS MDE/FNDE/ EST
06.011.12.361.1070.2150-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mt C R$160.000,00 00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000 Salário Educação 160.000,00
06.011.12.361.1070.2150-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out S R$200.000,00 00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000 Salário Educação 200.000,00
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação, no valor de R$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais), de acordo com o Inciso II do Artigo 43, da Lei Federal 4.320 e alterações, a ocorrer nas alíneas de Receita e Fonte de Recursos abaixo:
Receita: Fonte: Valor:
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00 00107 360.000,00

Total..... R$ 360.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 17 de Setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:57DBF6C1

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 373/2026

DATA: 17.09.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 902,37 (Novecentos e Dois Reais e Trinta e Sete Centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
14.000 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001.20.606.1015.2209-3.3.90.93.00.00.00.00 - Ind e Rest R$902,37 00863/01007.03.99.01.03.2.702.0000 (SF) - Ex CV Itaipu Bin 902,37
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com o Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro parcial apurado no encerramento do Exercício Anterior, na seguinte Fonte de Recurso:

00863 R$ 902,37

Total.....R$ 902,37

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 17 de Setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:E3675B17

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 381/2026

DATA: 24.09.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 16.098,73 (Dezesseis Mil e Noventa e Oito Reais e Setenta e Três Centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
14.000 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001.20.606.1015.2209-3.3.90.93.00.00.00.00 - Ind R$16.098,73 00892/01006.03.99.01.02.1.700.0000 CV - Máq e Eq Ag. 16.098,73
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação conforme Demonstrativos em anexo e integrante deste Decreto, no valor de R$ 16.098,73 (Dezesseis Mil e Noventa e Oito Reais e Setenta e Três Centavos), de acordo com o Inciso II do Artigo 43, da Lei Federal 4.320 e alterações, a ocorrer nas alíneas de Receita e Fonte de Recursos abaixo:
Receita: Fonte: Valor:
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00 00892 16.098,73

Total.....R$ 16.098,73

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 24 de Setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:9D503E0D

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 382/2026

DATA: 24.09.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 56.625,24 (Cinquenta e Seis Mil Seiscentos e

Vinte e Cinco Reais e Vinte e Quatro Centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
14.000 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001.20.606.1015.2209-3.3.90.93.00.00.00.00 - Ind e R R$3.500,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 3.500,00
14.001.20.606.1015.2209-3.3.90.93.00.00.00.00 - Ind e R R$3.400,00
00892/01006.03.99.01.02.1.700.0000 CV - Aqu Maq e Equi 3.400,00
14.001.20.606.1015.2209-3.3.90.93.00.00.00.00 - Ind R R$49.725,24
00892/01006.03.99.01.02.2.700.0000 (SF) - CV - Aq M Eq 49.725,24
Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:
14.000 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001.20.606.1060.1134-4.4.90.52.00.00.00.00 - Eq e M R$3.500,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 3.500,00
14.001.20.606.1060.1134-4.4.90.52.00.00.00.00 - Eq e M R$3.400,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 3.400,00
14.001.20.606.1060.1134-4.4.90.52.00.00.00.00 - Eq M R$49.725,24
00892/01006.03.99.01.02.2.700.0000 (SF) - CV - Aq M Eq 49.725,24
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 24 de Setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:6E4B8B11

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026.

REF.:
DISPENSA DE LICITAÇÃO 027/2022.
CONTRATO DE LOCAÇÃO N. º 496/2022.
Fundamentação:
Lei 8.666/93 de 21.06.93, e cláusulas contratuais décima e décima segunda.
Que entre si celebram, de um lado:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor *ELISANDRO DOS REIS*, *e de outro lado:*
CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLÁDORES DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES LTDA, localizada na Estrada Linha São João Capanema, s/n, Zona Rural, inscrita no CNPJ sob n. º 41.175.648/0001-86, neste ato representada por seu Diretor Presidente ***NILTON PEDRO MARION*** portador do CPF sob n. º 088.288.058-62 e RG sob n. º 3.871.836-3, SSP-PR.
OBJETO: Contratação de empresa para a execução de coleta, classificação, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis ou reutilizáveis atendendo a demanda da população do município de Capitão Leônidas Marques, na Unidade de Valorização de Recicláveis – UVR, admitindo para a disposição final apenas o rejeito.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui o objetivo deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência Contratual para até mais 12 (doze) meses, com aplicação de reajuste conforme o índice (IGP-M), mantidas as demais condições firmadas no Termo Original 26 de setembro de 2022 e aditivos subsequentes.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:
Fica alterado o valor em 2,1782%, e soma-se aos valores dantes contratados o total de R$ 343.920,40 (trezentos e quarenta e três mil novecentos e vinte reais e quarenta centavos), referente ao período de renovação.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:
Fica prorrogada a vigência para até 26.09.2027.
CLÁUSULA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

COOP. DE TRABALHO DOS RECICLADORES DE CAP. L. MARQUES LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:5AB9375A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 095/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2026.
CÓDIGO COMPRAS.GOV: 39/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:
A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de buffet, compreendendo o fornecimento dos gêneros alimentícios e bebidas, preparo e cocção dos alimentos no próprio local do evento, disponibilização de utensílios, montagem da mesa posta e do buffet, equipe de garçons para servir o jantar e as bebidas e demais serviços necessários à realização do jantar comemorativo em homenagem ao Dia do Servidor Público, destinado a até 750 participantes, a ser realizado no Parque São Francisco, no Município de Capitão Leônidas Marques – PR, no dia 29 de outubro de 2026, com início do jantar às 20h30, em atendimento à Solicitação de Compra nº 321/2026 e conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Recebimento das propostas: até às 08:15h do dia 14.10.2026.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30h do dia 14.10.2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por item***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***

· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***
· ***SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 **– Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(tranparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura

Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacao@clm.pr.gov.br.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone: 3286-8400.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:202AA1EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 203/2023.
REF: TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 028/2023.
PROCEDIMENTO SUBSEQÜENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. º 003/2023.
Fundamentação: Conforme previsão contratual (cláusula quinta) e Lei n. º 8.666/93.
- Pelo presente Termo, rescinde-se de forma amigável o Contrato de Prestação de Serviços, que tem como objeto a contratação de empresa, para ministrar oficinas de arte e de jogos matemáticos, atendendo aos alunos que fazem parte do Projeto "Jornada Estendida", desenvolvida em contra turno escolar - ***Lote 02 (*****Oficina de Arte** - Escola Municipal do Campo dos Bandeirantes - Distrito de Alto Alegre do Iguaçu**,** 10 horas semanais no período da tarde, total de 40 horas mensais, e ***Lote 04*** (**Oficina de Jogos Matemáticos** - Escola Municipal do Campo dos Bandeirantes - Distrito de Alto Alegre do Iguaçu, 10 horas semanais no período da tarde, total de 40 horas mensais, que serão prestados segundo orientação da Secretaria Municipal de Educação, firmado entre o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, senhor *ELISANDRO DOS REIS*, e a empresa ***GILMARIA MARIA SANTOS OLIVEIRA 34287598857,*** localizada na Rua Valdemar R da Silva, 181, CEP: 85.790-000, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 29.992.820/0001-99**,** neste ato devidamente representada legalmente por *GILMARIA MARIA SANTOS OLIVEIRA***,** portadora do CPF sob n. º 342.875.988-57, conforme o ajuste que segue:
1º - O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e a Contratada resolvem rescindir o referido Contrato, formalizado em 11 de maio de 2023 e aditivos subsequentes.
2º - A presente rescisão se dá por ato amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, conforme Lei de Licitações.
3º - Nestes termos, fica rescindido o valor total contratado de R$ 25.414,52 (vinte e cinco mil quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), e, as partes dão uma a outra quitação total de suas obrigações, nada mais uma podendo reivindicar da outra.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

GILMARIA MARIA SANTOS OLIVEIRA 34287598857
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:9D06198F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

CAMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

Pregão Eletrônico nº 01/2026
Processo Administrativo nº 01/2026
Tipo: Menor Preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROPORTÁTEIS E ELETROELETRÔNICOS.

Sessão Pública: A sessão pública será realizada no ambiente virtual do Portal de Compras do Governo Federal "Compras.gov.br", no dia 09/10/2026 às 09h00 min e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado UASG **931336**, site: https://camaracatanduvas.pr.gov.br/, link: https://webapp1-catanduvas.cidade360.cloud/pronimtb_cm/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2 e junto a Diretoria da Câmara Municipal de Catanduvas.

Catanduvas - PR, 25 de agosto de 2026.

AIRTON FERREIRA
Presidente da Câmara de Vereadores

Publicado por:
Josseline Gaspar
Código Identificador:89C931C0

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

Pregão Eletrônico nº 41/2026
Processo Administrativo nº 88/2026
Tipo: Menor Preço.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DOS SETORES DE CONFECÇÃO, PRODUÇÃO DE EMBUTIDOS E FABRICAÇÃO DE MÓVEIS, BEM COMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Sessão Pública: A sessão pública será realizada no ambiente virtual "www.bll.org.br", no dia 09/10/2026 às 09h00min e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado, site: http://www.catanduvas.pr.gov.br/, link: **https://webapp1-catanduvas.cidade360.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2** e junto ao Departamento De Licitações do Município, no horário de expediente.

Catanduvas - PR, 28 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:91291BF9

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 282/2026

DECRETO Nº 282/2026

SÚMULA: Gratifica servidores públicos e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica adicionada gratificação, em percentual de 40% (quarenta por cento), nos termos da Lei nº 199/2021, ao servidor William Felipe de Oliveira Pinheiro, matrícula nº 100170-1 em razão de designação como Secretário da Junta de Serviço Militar do município de Catanduvas/PR, conforme Portaria nº 065/2026.
Art. 2º - Fica adicionada gratificação, em percentual de 45% (quarenta e cinco por cento), nos termos da Lei nº 199/2021, a servidora Natielly Santos de Oliveira, matrícula nº 100348-8 em razão de atribuições adicionais ao cargo no setor de licitação: controle de fluxos dos processos de contratação; acompanhamento de prazos e providências administrativas; articulação entre secretarias requisitantes, agentes de contratação e demais responsáveis; controle de instrução administrava dos processos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de setembro de 2026 e enquanto perdurar a situação que fundamentou a concessão da gratificação.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 25 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:05B1CA6F

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 285/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício de 2026, um crédito Adicional Suplementar em conformidade com o inciso I do Art. 41º da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações Orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recurso	Valor
02.11.10.301.1300.2.033	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	21084	R$ 4.364,57
02.13.08.245.1200.2.088	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2941	R$ 14.701,56
02.13.08.245.1200.2.088	3.1.91.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2941	R$ 2.058,20

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos os provenientes do "Superávit Financeiro" apurado no último balanço, conforme preceitua o inciso I do parágrafo primeiro do artigo 43º da Lei Federal Nº 4.320/64.

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas nos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 25 de Setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:80E5CBCD

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2026 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 011/2026

Concurso Público nº 001/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação vigente, CONVOCA o(s) candidato (s) classificado (s), no Concurso Público– Edital nº 001/2026, abaixo relacionado(s), para que compareça(m) ao Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente a publicação deste edital, munido (s) da documentação para iniciar o processo de contratação, conforme previsto no Edital nº 001/2026, observando o contido na Instrução Normativa correspondente a "Admissões de Pessoal" do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO	CLASS.
ELLAN RIBEIRO DOS SANTOS	Procurador Jurídico	3º

Conforme previsto no Edital nº 001/2026 do Concurso Público, o candidato aprovado e convocado para posse deverá apresentar os documentos originais, acompanhados de cópias a serem autenticadas no seu recebimento, além de cumprir todos os demais requisitos estabelecidos no referido Edital.
Gabinete do Prefeito, Município de Catanduvas/PR, em 25 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:FF786D0C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 073/2026

PORTARIA Nº 073/2026

Súmula: Designa Servidor Público Municipal para analisar, emitir e assinar documentação escolar e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
RESOLVE
Art. 1º) – Designar o servidor Erick Felipe Maia Schmitt, CPF nº ***.639.539 -**, Assistente administrativo, matrícula nº 100342-9 para analisar, emitir e assinar documentação escolar da Escola Municipal Professora Maria Mayer.
Art. 2º) -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 25 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:5B7F0BE9

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 074/2026

PORTARIA Nº 074/2026

SUMULA: Designa servidora como Responsável pela Sala da Mulher Empreendedora do Município de Catanduvas/PR.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE
Art. 1º - Fica designada a servidora Lurdes Mendes de Almeida Borges, CPF nº ***.732.629-** ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 408-1, para exercer a função de responsável pela Sala da Mulher Empreendedora do Município de Catanduvas/PR.
Art. 2º) -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 25 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:3ED3195C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
RESOLUÇÃO 006/2026

SUMULA: "Institui a Galeria Lilás da Câmara Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica criada a Galeria Lilás, na dependência da Câmara Municipal de Centenário do Sul, que representará um espaço reservado para a exposição de mural, de caráter permanente, com fotos das vereadoras que já exerceram mandato em todas as legislaturas, com o objetivo de exaltar e reconhecer a história das mulheres parlamentares do Legislativo Municipal.
Parágrafo Único- A Galeria Lilás será implantada, inicialmente, com fotos das vereadoras que exerceram mandato nas legislaturas anteriores ou estão exercendo na legislatura atual.

Art. 2º - A Galeria Lilás ficará localizada em espaço de destaque no Plenário da Câmara Municipal de Centenário do Sul/PR, garantindo fácil acesso ao pública e maior visibilidade às homenageadas.

Art. 3º - A Galeria Lilás será constituída de fotografia das homenageadas com traje social.

§ 1º- As fotos das parlamentares deverão ser dispostas cronologicamente, com indicação do nome da vereadora e do período em que exerceu o mandato.
§ 2º- As fotos serão na cor preto e branco terão as dimensões de 40(quarenta) centímetros de altura x 30(trinta) centímetros de largura.
§ 3º- As fotos serão afixadas em vidros de 50(cinqüenta) centímetros de altura x 40(quarenta) centímetros de largura e com espessura de 5(cinco) milímetros, sendo na cor incolor com 4(quatro) prolongadores na cor prata.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução financeira desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente da Câmara Municipal de Centenário do Sul/PR.

Art. 5º - A Mesa Diretora determinará as medidas para garantir recursos administrativos, condições organizacionais e o que mais se fizer necessário à implantação e manutenção da Galeria Lilás.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, em 25 de setembro de 2026.

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:8641F156

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2026 - ID Nº 16326

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2026 - ID Nº 16326
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2026
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADO: ROCHAPAVI LTDA
OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e execução de recape asfáltico em vias públicas do Município de Centenário do Sul, para atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura - Obras e Serviços Públicos
VALOR GLOBAL: R$ 2.044.080,00 (Dois Milhões, Quarenta e Quatro Mil e Oitenta Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **até 12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata de registro de preços.
DATA DE ASSINATURA: 25/09/2026

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:1D0500ED

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 57/2026

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 2462/2026
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 57/2026
IMPUGNANTE: PIRILAMPO COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA. - EPP
ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E TERMO DE REFERÊNCIA
ÓRGÃO LICITANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL – PARANÁ
1. RELATÓRIO
Cuida-se de impugnação administrativa interposta tempestivamente pela pessoa jurídica **PIRILAMPO COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA. - EPP**, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 80.036.114/0001-20, com sede na Avenida Ademar Bornia, nº 2.641, Município de Sarandi, Estado do Paraná, representada por sua sócia administradora **Floripes Moreno Francisco**, em face das cláusulas e especificações técnicas constantes do Edital e do Termo de Referência do **Pregão Eletrônico RP nº 57/2026** (Processo Administrativo nº

92/2026), deflagrado pelo **Município de Centenário do Sul**, Estado do Paraná.

O presente procedimento licitatório, processado sob o critério de julgamento por **menor preço por lote** no sistema de registro de preços e regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **recarga e fornecimento de oxigênio medicinal**, englobando o abastecimento de cilindros com capacidades nominais de **1 m³**, **3 m³** e **10 m³**, em regime de comodato dos vasilhames pertencentes à futura contratada, além do fornecimento de **válvula reguladora com fluxômetro**, destinados ao suporte respiratório contínuo e aos atendimentos de urgência do **Hospital Municipal Dr. Lauro Macedo Sobrinho**.

O valor global total estimado para a licitação foi fixado em **R$ 475.154,40**, distribuído em lote único contendo quatro itens, a saber: **Item 1**, referente a 120 recargas de cilindros de oxigênio medicinal de 1 m³, ao valor unitário máximo de **R$ 203,47**; **Item 2**, contemplando 150 recargas de cilindros de 3 m³, ao preço unitário máximo de **R$ 266,75**; **Item 3**, prevendo 1.030 recargas de cilindros de 10 m³, ao valor de **R$ 361,00** a unidade; e **Item 4**, relativo ao fornecimento de 50 válvulas reguladoras com fluxômetro, ao preço unitário de **R$ 777,91**.

Em sua peça impugnatória (protocolada em 11 de setembro de 2026), a empresa impugnante sustenta, em síntese, que a descrição constante nos itens 1 e 2 do Termo de Referência não corresponderia aos exatos tamanhos de cilindros utilizados pelo Hospital Municipal Dr. Lauro Macedo Sobrinho. Afirma que, nos termos da **Resolução RDC nº 887, de 11 de julho de 2024**, da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, o oxigênio medicinal deve sofrer rigoroso controle por lote e cada dimensão de cilindro deve possuir rastreabilidade individualizada.

Diante desse arrazoado, a impugnante postulou a retificação do instrumento convocatório para que os itens passassem a prever faixas abrangentes de capacidades com preços unificados, solicitando a alteração da redação do **Item 1** para "recarga de oxigênio medicinal para cilindros de **0,03 m³ a 1 m³**" e do **Item 2** para "recarga de oxigênio medicinal para cilindros de **1,5 m³ a 04 m³**", mantendo-se a sistemática de comodato e as demais condições gerais.

A impugnação foi formalmente processada pela autoridade competente dentro do prazo assinalado no edital e no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Submetida a matéria ao escrutínio da área técnica demandante, a **Secretaria Municipal de Saúde** prestou esclarecimentos operacionais pormenorizados sobre a rotina da rede de saúde e do nosocômio municipal. Na oportunidade, o setor técnico de saúde informou que a municipalidade efetivamente utiliza cilindros em diversas cubagens não contempladas de modo fracionado no edital, relacionando vasilhames nas capacidades de **0,3 m³**, **0,4 m³**, **1,0 m³**, **1,5 m³**, **2,0 m³**, **3,0 m³**, **4,0 m³** e **10,0 m³**. Ressaltou, contudo, a inviabilidade técnica e econômica de remunerar pequenos cilindros portáteis (como os de 0,3 m³ e 0,4 m³) pelo mesmo preço fixado para a recarga de um cilindro padrão de 1,0 m³, alertando para a imperfeição estrutural do Termo de Referência originário.

Vieram os autos conclusos para análise fundamentada e decisão.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Da Tempestividade e da Legitimidade

O instrumento impugnatório preenche integralmente os pressupostos processuais de admissibilidade. O aviso de licitação fixou a data de abertura da sessão pública para o dia **23 de setembro de 2026**, às 08h45min. A peça foi protocolizada no dia **11 de setembro de 2026**, respeitando com folga o interstício mínimo de **três dias úteis** anteriores à sessão de abertura, ex vi do artigo 164, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do item 8.2 do Edital.

A legitimidade da impugnante decorre do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, que assegura a qualquer pessoa o direito de impugnar edital de licitação diante de irregularidades na aplicação da lei, corroborada por seu comprovado interesse econômico no ramo de gases medicinais e hospitalares.

2.2. Da Improcedência do Pedido de Alteração Formulado pela Impugnante

No mérito da impugnação apresentada, a pretensão da peticionante consiste em modificar a redação dos itens 1 e 2 do Termo de Referência do Lote 01, instituindo faixas contínuas e híbridas de capacidade de cilindros sob um único valor unitário de recarga. A impugnante propõe que o Item 1 passe a abranger recargas de recipientes com capacidades que variam de **0,03 m³ a 1,0 m³**, ao passo que o Item 2 contemplaria cilindros de **1,5 m³ a 4,0 m³**.

Tal pleito não encontra a menor viabilidade técnica, jurídica ou econômica, revelando-se patentemente descabido.

Em primeiro lugar, a invocação da **Resolução RDC nº 887/2024 da ANVISA** não confere respaldo à pretensão da empresa. Referida normativa sanitária dispõe sobre as boas práticas de distribuição, armazenagem, transporte e dispensação de gases medicinais, impondo a preservação da identidade, qualidade e rastreabilidade dos produtos mediante certificado de análise, controle de lotes e integridade de lacres. Em momento algum a agência reguladora determina, autoriza ou recomenda que a Administração Pública licite serviços de recarga por meio de "intervalos genéricos de cubagem" ou que remunere volumes radicalmente distintos sob uma mesma tarifa unitária.

Em segundo lugar, a proposta de remunerar a recarga de cilindros de **0,03 m³ ou 0,3 m³** pelo mesmo preço estabelecido para um cilindro de **1,0 m³** (orçado no edital em **R$ 203,47**) violaria de forma direta os princípios constitucionais da **economicidade**, da **proporcionalidade**, da **eficiência** e da **motivação dos atos administrativos**, previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal e no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

A recarga de gases medicinais possui custo diretamente atrelado ao volume efetivamente envasado (metro cúbico de oxigênio medicinal comprimido), somado aos custos de transporte, amortização do comodato e mão de obra operacional. Admitir que o Município pague o valor integral de uma recarga de 1,0 m³ para abastecer um cilindro pequeno de 0,3 m³ (utilizado tipicamente em ambulâncias de suporte básico ou transferências rápidas) resultaria em inequívoco **superfaturamento unitário** e pagamento por insumo não fornecido, com enriquecimento ilícito do particular em manifesto prejuízo ao erário municipal.

Do mesmo modo, nivelar recipientes de **1,5 m³**, **2,0 m³**, **3,0 m³** e **4,0 m³** sob um único preço médio distorceria por completo a formação escorreita de custos, trazendo incerteza orçamentária para a Administração e desequilíbrio na equação econômico-financeira da futura ata de registro de preços. A precificação de compras governamentais exige métricas objetivas e transparentes de quantificação por unidade real de consumo, sendo incabível a criação artificial de faixas elásticas de cubagem.

Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica ao repelir especificações imprecisas que gerem distorção de custos ou pagamentos desconformes com a real dimensão dos bens entregues, consoante assentado no julgamento da Representação nº 236920249 pelo Plenário:

Ementa: REPRESENTAÇÃO. MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA. FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO LÍQUIDO MEDICINAL. INDÍCIOS DE HABILITAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE, POR APRESENTAR PRODUTO DIVERSO DO CONSTANTE DO EDITAL. OITIVA DA REPRESENTADA. OPORTUNIDADE DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÕES. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÕES. A aceitação de produto diferente daquele constante nas especificações definidas pelo edital afronta o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da isonomia, diante da possibilidade de as diferenças técnicas entre os bens influenciar o valor das propostas e a intenção de potenciais licitantes em participar do certame. (Acórdão 759/2025 – Plenário, Relator Ministro Jorge Oliveira, Processo nº 236920249, julgado em 02/04/2025, Ata nº 10/2025).

Por conseguinte, o pedido formulado na impugnação para que sejam adotadas faixas genéricas de volume sob preço único deve ser julgado integralmente improcedente.

2.3. Da Necessidade de Anulação de Ofício do Certame por Vício no Termo de Referência

Não obstante a improcedência dos pedidos específicos articulados pela impugnante, a provocação veiculada na peça administrativa, aliada aos dados complementares coligidos junto à **Secretaria Municipal de Saúde**, descortinou um vício estrutural insanável na modelagem da licitação, concernente ao **dimensionamento e especificação incorretos do objeto**.

A manifestação técnica do setor de saúde municipal confirmou que a estrutura assistencial do Município de Centenário do Sul e a demanda

cotidiana do **Hospital Municipal Dr. Lauro Macedo Sobrinho** operam regularmente com vasilhames de oxigênio medicinal em nada menos do que oito capacidades distintas: **0,3 m³**, **0,4 m³**, **1,0 m³**, **1,5 m³**, **2,0 m³**, **3,0 m³**, **4,0 m³** e **10,0 m³**.

Ocorre que o Termo de Referência anexo ao Edital nº 57/2026 contemplou apenas e tão somente recargas para cilindros de **1,0 m³**, **3,0 m³** e **10,0 m³**. A Administração desconsiderou, na fase preparatória da licitação, os cilindros portáteis e intermediários de 0,3 m³, 0,4 m³, 1,5 m³, 2,0 m³ e 4,0 m³, os quais são ferramentas vitais para os atendimentos de oxigenoterapia móvel, macas de urgência, respiradores de transporte e ambulâncias municipais de simples e avançada remoção.

A ausência desses itens e capacidades no instrumento convocatório inviabilizaria o abastecimento regular do hospital e das ambulâncias durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sujeitando o Município a contratações emergenciais antieconômicas ou à utilização inadequada de vasilhames em descompasso com os equipamentos médicos instalados.

Nos termos do artigo 6º, inciso XXIII, alíneas "a", "b" e "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, o Termo de Referência é o documento obrigatório que deve conter a definição do objeto, a fundamentação da contratação, os requisitos da solução e a descrição precisa dos quantitativos e das especificações técnicas indispensáveis ao perfeito atendimento do interesse público. A elaboração de Termo de Referência dissociado da real necessidade da unidade hospitalar fere de morte a fase de planejamento (artigo 5º da Lei nº 14.133/2021).

Constatada a inadequação das especificações e a quantificação incorreta da solução pretendida, surge para a Administração Pública o **poder-dever de autotutela**, corporificado na faculdade de revisar e invalidar os atos administrativos defeituosos, nos exatos termos do enunciado da **Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal**, a qual enuncia que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.

Na sistemática da Nova Lei de Licitações, o artigo 71, inciso III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece de forma peremptória o dever de anulação perante ilegalidades insanáveis:

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

§ 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 4º O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

O descompasso entre a real demanda médica do nosocômio e a modelagem licitada contamina a própria essência do certame, interferindo na composição dos preços unitários, na elaboração das propostas pelos fornecedores do setor e na futura execução contratual. Trata-se de defeito material de planejamento que não comporta mera correção pontual ou errata de texto, porquanto exige a reformulação integral do Termo de Referência, com a reavaliação dos quantitativos históricos, levantamento de preços de mercado para cada capacidade volumétrica individualizada e redefinição do valor global estimado.

O Superior Tribunal de Justiça reconhece a plena legitimidade da anulação de ofício de procedimentos licitatórios quando identificados vícios de clareza, suficiência e precisão na descrição das regras e especificações do ato convocatório, como restou assentado pela Segunda Turma no julgamento do Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 778.270/RS:

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ANULAÇÃO, DE OFÍCIO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, COM FUNDAMENTO NAS PROVAS DOS AUTOS E NAS REGRAS DO EDITAL, CONCLUIU PELA LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO QUE ANULOU O CERTAME. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. INTERPRETAÇÃO DAS REGRAS DO EDITAL DE LICITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Segundo consignado no acórdão recorrido, "foi constatado que os requisitos exigidos e levados em consideração pela Administração Pública não se encontravam, em verdade, bem descritos no edital, havendo vícios de legalidade, motivo este que ensejou a Administração Pública a revisão de seus atos". Ainda segundo o Tribunal de origem, "a revisão, de ofício, por parte da Administração Pública, pode ocorrer quando se tratar de atos inquinados de irregularidade ou vícios de legalidade, o que é a hipótese dos autos". II. Considerando a fundamentação adotada na origem, alterar o entendimento do Tribunal de origem ensejaria, inevitavelmente, o reexame fático-probatório dos autos e do conteúdo do edital da licitação, procedimento vedado, pelas Súmulas 5 e 7 desta Corte. Precedentes do STJ. III. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp n. 778.270/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 10/3/2016, DJe de 17/3/2016.)

Do mesmo modo, a Corte de Contas Federal preconiza que impropriedades e falhas na elaboração do Termo de Referência que afetem a caracterização do objeto e impactem a adequada formulação das propostas exigem necessariamente a anulação do certame para saneamento e posterior republicação, consoante se extrai da ementa do Acórdão 3334/2015 – Plenário do TCU:

Ementa: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO. ILEGALIDADE CARACTERIZADA POR DISPENSA DE QUALIFICAÇÕES PREVISTAS NO EDITAL. FALHAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. BOA-FÉ. ACOLHIMENTOS DAS JUSTIFICATIVAS. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. DISPENSA DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES. DETERMINAÇÕES. 1. Ilegalidade no edital que restrinja a competitividade ou impacte a formulação de propostas não autoriza os responsáveis pela licitação a dispensar exigências previamente nele definidas. Ao contrário, exigem a anulação do procedimento, a correção da ilegalidade e a republicação do edital. 2. A proposta mais vantajosa é a que apresenta menor preço e atende às demais exigências fixadas no edital. 3. Falha na licitação que possa ser corrigida em etapas posteriores da contratação e não restrinja a competitividade ou impacte a formulação de propostas não constitui fundamento para anulação do procedimento licitatório e pode ser considerada de caráter formal. 4. A subcontratação parcial de serviços pactuados não necessita de expressa previsão no edital ou no contrato. Basta que não haja vedação nesses instrumentos, entendimento que deriva do art. 72 da Lei 8.666/1993 e do fato de que, na maioria dos casos, a possibilidade de subcontratação deve atender a uma conveniência da administração. (Acórdão 3334/2015 – Plenário, Relator Ministro Ana Arraes, Processo nº 034.630/2014-7, julgado em 09/12/2015, Ata nº 51/2015).

Importa registrar que, estando o certame em fase anterior à abertura das propostas e à homologação, os licitantes ostentam mera expectativa de fato, inexistindo qualquer direito subjetivo adjudicatório ou contratual consolidado. Dessa forma, a anulação ex officio, ancorada na estrita legalidade e no resguardo do interesse público, impõe-se como medida inarredável, cabendo ao setor de licitações remeter o feito à Secretaria Municipal de Saúde para reelaboração integral do Termo de Referência.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, no regular exercício das atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelas normas do Edital do **Pregão Eletrônico RP nº 57/2026** (Processo Administrativo nº 92/2026):

a) **CONHEÇO** da impugnação interposta pela empresa **PIRILAMPO COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA. - EPP**, porquanto própria e tempestiva;

b) No mérito, **JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE** a impugnação apresentada, rejeitando o pedido de unificação e precificação da recarga de cilindros por faixas genéricas de volume (de 0,03 m³ a 1,0 m³ e de 1,5 m³ a 4,0 m³), por manifesta violação aos princípios da economicidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da vedação ao superfaturamento;

c) **DETERMINO A ANULAÇÃO DE OFÍCIO** do **Pregão Eletrônico RP nº 57/2026** e de todos os atos dele decorrentes, com fundamento no artigo 71, inciso III e § 1º, da Lei Federal nº

14.133/2021, no artigo 14, item 14.4, alínea "c", do respectivo Edital, e na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, em virtude do vício material insanável verificado na especificação e no dimensionamento do Termo de Referência, o qual omitiu capacidades de cilindros imprescindíveis ao funcionamento hospitalar (**0,3 m³**, **0,4 m³**, **1,0 m³**, **1,5 m³**, **2,0 m³**, **3,0 m³**, **4,0 m³** e **10,0 m³**);
d) **DETERMINO O ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS** à **Secretaria Municipal de Saúde** para que proceda à imediata readequação e reelaboração do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, desmembrando e cotando adequadamente cada uma das capacidades de cilindros demandadas pelo Hospital Municipal Dr. Lauro Macedo Sobrinho, com realização de nova pesquisa mercadológica para posterior deflagração de novo procedimento licitatório;
e) **DETERMINO A PUBLICAÇÃO** desta decisão no sítio eletrônico oficial do Município de Centenário do Sul, na plataforma eletrônica do certame (BLL Compras) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), intimando-se a empresa impugnante e os demais interessados.

Centenário do Sul – PR, 25 de setembro de 2026.

DANILO KAINÃ GARCIA DA SILVEIRA
Pregoeiro

De Acordo
MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:87006B06

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – PARANÁ

RESOLUÇÃO CMAS Nº 013/2026

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão à Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social – FORSUAS, no âmbito do Município de Cerro Azul – Paraná.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE CERRO AZUL – PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando as deliberações tomadas em reunião realizada no dia **23 de setembro de 2026**,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, **sem ressalvas**, o **Termo de Adesão à Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social – FORSUAS**, apresentado ao Conselho Municipal de Assistência Social.
Art. 2º A adesão à FORSUAS tem por finalidade possibilitar ao Município o acesso a apoio técnico e de recursos humanos para auxiliar na execução das ações da Política de Assistência Social em situações críticas, emergenciais e de calamidade pública, contribuindo para o fortalecimento da capacidade de resposta do Município e para a garantia da proteção social da população.
Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social acompanhará, no âmbito de suas competências, a execução das ações relacionadas à adesão à FORSUAS, observadas as normativas vigentes e as deliberações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Cerro Azul – Paraná, **23 de setembro de 2026**.

HUGO ASSIS DE OLIVEIRA FERNANDES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Cerro Azul – Paraná

Publicado por:
Josemara da Guia Araújo
Código Identificador:8E0BB13D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2026
OBJETO: Aquisição de armário multiuso com chave, destinado ao armazenamento e à organização de produtos de limpeza e materiais de higienização nas dependências da Câmara Municipal de Clevelândia, em virtude do fracasso da Dispensa Eletrônica nº 25/2026.
Tendo em vista que a documentação referente à Dispensa de Licitação nº 28/2026 atende a todos os requisitos do Artigo nº 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21;
Considerando o parecer jurídico, o qual foi favorável à homologação da presente Dispensa;
Considerando que houve a devida prospecção de mercado com a realização de mapa comparativo de preços para a acolhida e escolha da melhor proposta para o fornecimento do mobiliário, e que a Contratada atende aos requisitos legais e habilitatórios para a contratação;
Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação nº 28/2026, para a contratação do objeto supramencionado.
CONTRATADA: MAGAZINE MOVEIS LORENZETTI LTDA
CNPJ Nº: 82.575.036/0001-68
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da nota fiscal, mediante a conferência e o ateste do recebimento definitivo dos materiais, condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.
VALOR: R$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais).
PUBLIQUE-SE.

Clevelândia – PR, 25 de setembro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:6264C302

GABINETE
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS 2º QUADRIMESTRE 2026.

Convite para Audiência Pública de Apresentação das Metas Fiscais 2º Quadrimestre 2026.

A Prefeitura Municipal de Clevelândia, por meio da prefeita Rafaela Martins Losi, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais legislações pertinentes, convida toda a população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, de apresentação e avaliação das metas fiscais, resultado da execução orçamentária e financeira do 2º Quadrimestre de 2026, em atendimento a legislação vigente.
Dia 29 de Setembro de 2026, às 11 horas, na sala de reuniões do Paço Municipal.
A participação da comunidade é de grande importância para garantir a transparência da gestão pública e fortalecer o processo democrático de planejamento e fiscalização das ações governamentais.
Contamos com a presença de todos.

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:C3E960EA

GABINETE
DECRETO: 233/2026

DECRETO: 233/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento de 2026, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 1.300.000,00 (um milhão, trezentos mil reais)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2929 de 22 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2026, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de anulação parcial no valor de R$ 1.300.000,00 (um milhão, trezentos mil reais), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

05 - Secretaria Municipal de Saúde

05.002 - Fundo Municipal de Saúde

05.002.0010.0302.0015.2010 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
R$ 500.000,00
07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07.002 - Fundef/fundeb

07.002.0012.0361.0020.2025 - FUNDEB 30%

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
R$ 800.000,00
Total: R$ 1.300.000,00

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Anulação

03 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

03.001 - Administração S. M. A. G.

03.001.0004.0122.0005.2004 - Manutenção das Atividades Administrativas

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
R$ 500.000,00
07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07.002 - Fundef/fundeb

07.002.0012.0361.0020.2025 - FUNDEB 30%

3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
R$ 600.000,00
07.002.0012.0361.0021.2023 - TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB 30%

3190130000 - Contribuições patronais
R$ 200.000,00
Total: R$ 1.300.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Clevelândia, 25 de setembro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:D0FC4586

GABINETE
PORTARIA Nº190/2026

PORTARIA Nº190/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Municipal, **Camila Serpa Balena**, matrícula n°24252-1, para desempenhar as funções do seu cargo, no Centro de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 24 DE SETEMBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:BB0E19ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 108/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 977, de 27 de dezembro de 2006; Lei nº 1.439, de 24 de agosto de 2017; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie

RESOLVE

Exonerar, a pedido, o senhor GABRIEL CAMARGO DE OLIVEIRA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 14.***.***-4-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. ***.316.***-**, do cargo de Agente de Gestão Legislativa I, a partir do dia 22 de setembro de 2026.

Colombo, 24 de setembro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:F64D4419

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 022/2026

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Construção do Muro de Arrimo e Fechamento Frontal do Terreno do Social Plaza, localizado na Rua Campo Largo, 257, Guaraituba, Colombo-PR.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 29 de SETEMBRO de 2026 até às 08:00 HORAS do dia 14 de OUTUBRO de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: às 09:00 HORAS do dia 14 de OUTUBRO de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link: bllcompras.org.br.
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO "Empreitada por Preço Global".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro nº 105, Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656–8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 25 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:944545CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 435/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026

Processo: 15.324/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 51.740.794/0001-60
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Priscila Francieli M. de Bomfim, matrícula funcional n.º 14.627; Fiscal de Contrato: Sr Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º14.151; Fiscal de Contrato: Srª Pâmela Andressa Alves Ramos Pereira, matrícula funcional n.º 13.746; Fiscal de Contrato: Srª Giovanna Gabriela Schenatto, matrícula funcional n.º 11.839
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares permanentes - instrumentais para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 1.336,40 (hum mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA n.º 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 23 de setembro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:FB860DBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 437/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: COMERCIAL MAB ALIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº11.412.547/0001-10
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, Fiscalização de Contrato SMS: Sra Carla Alves Moreira.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 24 de setembro de 2026.
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:632D1E9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 65

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 576/1995 e a alteração Lei Municipal 1341/2014, em conformidade com a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, declara:

Art 1º – Aprova a **alteração do plano de ação d**a Deliberação nº 59/2023 CEAS Pr – Piso Único de Assistência Social, sendo:
A inclusão da previsão de **40 benefícios** tem por finalidade assegurar a prontidão operacional da Política Municipal de Assistência Social diante de eventos extremos, permitindo que, na hipótese de o Município vir a d***ecretar situação de emergência ou Estado de Calamidade Pública***, os equipamentos da Proteção Social Especial possam operacionalizar a concessão de Benefícios Eventuais às famílias e indivíduos atingidos, observadas a legislação vigente, a disponibilidade orçamentária e os critérios estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social.

Art. 2° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE RODRIGUES BELO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:6F0BB863

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº04/2026 – CMDCA

Dispõe sobre a renúncia de Conselheiro Tutelar Suplente e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal 1.707/2023 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
CONSIDERANDO o pedido formal de renúncia apresentado pela Conselheira Tutelar Suplente, Sra. Vandressa Lara dos Santos Sonvessi.
RESOLVE:

Art. 1º Homologar o pedido de renúncia da suplente Vandressa Lara dos Santos Sonvessi ao cargo de Conselheiras Tutelar do Município de Colombo, para o mandato referente ao quadriênio 2023/2027.
Art. 2º A partir disso, esclarecer que as mesmas não retornaram a ser convocadas para tal finalidade.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 24 de setembro de 2026.

AGUINALDO VIEIRA JUNIOR
Presidente do CMDCA de Colombo

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:33FB7689

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/COLOMBO Nº. 005/2026

Dispõe acerca da aprovação da inclusão da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Plano Municipal da Saúde de Colombo.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Colombo, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal nº 971 de 28 de novembro de 2006, bem como prerrogativas regimentais.
Considerando a solicitação apresentada pelo Departamento de Atenção à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do **Ofício nº 105/2026 – SMS/Departamento de Atenção à Saúde**, para apreciação deste Conselho Municipal de Saúde quanto à inclusão da **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN no Plano Municipal de Saúde de Colombo**;
Considerando que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra constitui importante instrumento para o fortalecimento das ações de equidade em saúde, reconhecendo as desigualdades históricas, sociais e estruturais que impactam diretamente os indicadores de saúde da população negra;
Considerando a necessidade de reafirmar o compromisso do município com a promoção da justiça social, da equidade e da integralidade do cuidado;
Considerando que a incorporação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Plano Municipal de Saúde representa um avanço fundamental para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, promovendo práticas de cuidado mais justas, humanizadas e baseadas na equidade racial, ampliando o acesso e qualificando a atenção à saúde em todos os níveis de atenção;
Considerando a Diretriz Geral e os Objetivos Específicos apresentados pelo Departamento de Atenção à Saúde para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no município de Colombo, contemplando a qualificação da atenção à saúde, a capacitação dos trabalhadores do SUS, o monitoramento de indicadores com recorte racial, a estruturação de protocolos assistenciais e o fortalecimento do acesso e da resolutividade da rede de atenção à saúde;
Considerando a deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Colombo;

Resolve:

Art. 1º – Aprovar a inclusão da **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN** no Plano Municipal de Saúde de Colombo.

Art. 2º – Aprovar a **Diretriz Geral e os Objetivos Específicos** para implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no município de Colombo, conforme documento apresentado pelo Departamento de Atenção à Saúde, que passa a integrar a presente Resolução.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 24 de setembro de 2026.

ANA MARA HARBS DE OLIVEIRA
Presidente
Conselho Municipal de Saúde de Colombo

Publicado por:
Claudia Arcie
Código Identificador:EB38C2A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/COLOMBO Nº 08/2026

Dispõe acerca da aprovação do 1º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior do ano 2026, da Secretaria Municipal da Saúde de Colombo.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Colombo, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal nº 971 de 28 de novembro de 2006, bem como prerrogativas regimentais.
Considerando o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal 8.142, de 28/12/1990, o qual determina que, para receber recursos de que trata o art. 3º da mesma Lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão.
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 41, os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
Considerando a análise do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior da Secretaria Municipal da Saúde de Colombo, ano de 2026.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o 1º **Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior do ano 2026**, apreciado e aprovado em plenária da 04ª Reunião Ordinária de 2026, realizada em 28/05/2026.

Colombo, 23 de setembro de 2026.

ANA MARA HARBS DE OLIVEIRA
Presidente
Conselho Municipal de Saúde de Colombo

Publicado por:
Claudia Arcie
Código Identificador:FD4CDC4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/COLOMBO Nº 09/2026

Dispõe acerca da aprovação do 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior do ano 2026, da Secretaria Municipal da Saúde de Colombo.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Colombo, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal nº 971 de 28 de novembro de 2006, bem como prerrogativas regimentais.
Considerando o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal 8.142, de 28/12/1990, o qual determina que, para receber recursos de que trata o art. 3º da mesma Lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão.
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 41, os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

Considerando a análise do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior da Secretaria Municipal da Saúde de Colombo, ano de 2026.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o 2º **Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior do ano 2026**, apreciado e aprovado em plenária da 08ª Reunião Ordinária de 2026, realizada em 24/09/2026.

Colombo, 24 de setembro de 2026.

ANA MARA HARBS DE OLIVEIRA
Presidente
Conselho Municipal de Saúde de Colombo

Publicado por:
Claudia Arcie
Código Identificador:DC47BCED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 328/2026

SÚMULA: Nomeação em cargo em comissão.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, art. 4, e 31;

D E C R E T A

Art.1º Fica nomeada a pessoa abaixo relacionada para provimento em cargo em comissão, conforme as disposições contidas nas Leis Municipais nº 1467/2013 e 1781/2018:

Nome	CPF	Cargo	Data
RAFAELLA DA SILVA SOUZA	062.044.179-83	Chefe da Divisão de Epidemiologia	25/09/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados seus efeitos conforme o disposto no Art. 1º.

Prefeitura do Município de Contenda, 25 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:CEAF21BB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 066/2026

Súmula: Autoriza Promoção Funcional na Carreira.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1342/2012, de 04 de abril de 2012.

R E S O L V E

Art.1º Autorizar a promoção funcional por Avaliação Especial de Desempenho, Escolaridade e Tempo de Serviço, conforme validação da Comissão de Avaliação, aos seguintes servidores relacionados abaixo:

Nome	Cargo	Do nível	Para o nível
ARLINDO KACHEL GONÇALVES	Motorista Escolar	T09	T11
CAMILA GONÇALVES	Auxiliar de Farmácia	E10	E12
CRISTIANE REGINA FRANCESCHI	Assistente Social	A05	A07
FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA	Auxiliar Administrativo	A19	A21
OVIDIO LUIZ DRUSZCZ	Engenheiro Civil	K09	K11
WELLINGTON MIGUEL CORREA PADILHA	Técnico Administrativo	F03	F05

Art.2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da competência setembro de 2026.

Prefeitura do Município de Contenda, 25 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:CD959417

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 067/2026

Súmula: Autoriza progressão na carreira.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 032/2025 de 21 de maio de 2025,

R E S O L V E

Art.1º Autorizar a Promoção por Merecimento e/ou Elevação de Nível na carreira do Magistério, conforme análise e validação da Comissão de Avaliação de Desempenho do Profissional do Magistério, aos (as) seguintes servidores (as) relacionados (as) abaixo:

Nome	Cargo	Do nível/classe	Para o nível/classe
ADRIANA SAHIA ZAJONC	Professor de Ensino Fundamental	ESP-04	ESP-05
ADRIANE SUELI PROCOPIO DA SILVA	Professor de Ensino Fundamental	ESP-16	ESP-17
AMABILE MOREIRA GRINER	Professor de Educação Infantil	ESP-06	ESP-07
ANA PAULA DOS SANTOS BUBNIAK	Professor de Educação Infantil	ESP-03	ESP-04
ANDREA CANTELLE	Professor de Ensino Fundamental	ESP-03	ESP-04
ANGELICA FIGUEREDO BIM RIBEIRO	Professor de Ensino Fundamental	ESP-03	ESP-04
ANY CRISTINA FRYDRYCH BENDLIN	Professor de Ensino Fundamental	ESP-05	ESP-06
CINTIA CORDEIRO CAVALIM	Professor de Ensino Fundamental	ESP-08	ESP-09
CLEIDE FRANCISCO SOBOTA	Professor de Ensino Fundamental	ESP-08	ESP-09
CRISTIANE APARECIDA ROCHOSKI MACIEL	Professor de Ensino Fundamental	ESP-02	ESP-03
FRANCIELE RAZZINI	Professor de Educação Infantil	ESP-04	ESP-05
JOSEFINA DE FATIMA DA ROCHA	Professor de Ensino Fundamental	ESP-03	ESP-04
JOSLAINE APARECIDA DOS SANTOS WAGNER	Professor de Ensino Fundamental	ESP-03	ESP-04
JULIANE HALAS	Professor de Educação Infantil	ESP-03	ESP-04
KARLA MARINA BRAGA DIAS	Professor de Educação Infantil	ESP-04	ESP-05
LILIANE MARTINS DE LIMA	Professor de Ensino Fundamental	ESP-03	ESP-04
MARIA KARINE DOS SANTOS SILVA	Professor de Educação Infantil	ESP-04	ESP-05
MIRIAM DO NASCIMENTO DE PAULA	Professor de Ensino Fundamental	ESP-10	ESP-11
MIRIAM DO NASCIMENTO DE PAULA	Professor de Ensino Fundamental	ESP-09	ESP-10
REGIANE APARECIDA KUSMAN	Professor de Ensino Fundamental	DOU-09	DOU-10
SILVIA MARIA OLEGAR FRACARO	Professor de Ensino Fundamental	ESP-09	ESP-10
SIMONE ADRIANE MARSOLEKI MOTA	Professor de Ensino Fundamental	ESP-13	ESP-14
SUELI KUDUVAVIEZ	Professor de Ensino Fundamental	ESP-06	ESP-07
VIVIANE TIAGO DA ROCHA	Professor de Educação Infantil	ESP-03	ESP-04

Art.2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir da competência setembro/2026.

Prefeitura do Município de Contenda, 25 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:E01B9811

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 015/2026 – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 015/2026 – CMAS

Súmula: Dispõe sobre a aprovação, ad referendum, da adequação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS 2026, no Sistema de Informação do Fundo a Fundo – SIFF, do Município de Contenda/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, de Contenda, Estado do Paraná, no uso das competências e de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 647/95 e alterações;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação do Plano de Ação do **Piso Único de Assistência Social – PAS 2026**, disponibilizado no Sistema de Informação do Fundo a Fundo – SIFF;
CONSIDERANDO a orientação recebida acerca da necessidade de os municípios verificarem e, quando necessário, incluírem no Plano de Ação a previsão do **Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências**, contemplando recursos para capital, custeio e recursos humanos;
CONSIDERANDO a necessidade de contemplar, igualmente, os **Benefícios Eventuais – modalidade Calamidade Pública**, visando possibilitar a adequada execução das ações socioassistenciais diante de situações de emergência e calamidade pública;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o cumprimento dos prazos administrativos e a continuidade dos procedimentos necessários à execução da política de assistência social no Município;
CONSIDERANDO a deliberação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada por meio de votação **ad referendum**, em razão do prazo reduzido para realização dos procedimentos no sistema;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, a adequação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS 2026, do Município de Contenda/PR, a ser registrada no Sistema de Informação do Fundo a Fundo – SIFF.

Art. 2º A adequação de que trata o art. 1º compreende a inclusão/previsão dos seguintes itens no Plano de Ação do PAS 2026:
I – Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, contemplando recursos destinados a capital, custeio e recursos humanos – RH;
II – Benefícios Eventuais – modalidade Calamidade Pública.
Art. 3 A presente aprovação tem por finalidade possibilitar a adequação do Plano de Ação no SIFF dentro do prazo estabelecido, bem como assegurar a previsão e organização dos recursos necessários para o atendimento das demandas socioassistenciais decorrentes de situações de calamidade pública e de emergência.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda, 25 de setembro de 2026.

ALEXANDRE PANIAGUA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:636D535A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9120

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 9120/2026, de 10 de setembro de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3572/2026, de 25 de fevereiro de 2026
DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R$ **11.846,86 (onze mil oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0600	Secretaria Municipal de Saúde		
0601	Departamento de Saúde		
0601.10.302.0019.2.087	Manutenção das Atividades de MAC – Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2056-EA	11.846,86
TOTAL			11.846,86

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências Fundo a Fundo do Governo Estadual para a área de saúde – Rede Paraná Urgência, Rede mãe Paranaense, CAPS AD III e Resolução SESA 905/2023, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
SESA-RESOLUÇÃO 905/2023-ESTRATEGIA DE QUALIFICAÇÃO HOSPITALAR-MAC-EQH/EU	SESA	2056	11.846,86
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			11.846,86

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:FE1CA8EA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 9.136 DE 25/09/2026

DECRETO Nº. 9.136, de 25 de setembro de 2026.

Retifica Decreto nº. 9.135, e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "o" do Inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025 (Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 073 de 19/09/2025 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida – PR) e o **Edital de Concurso Público,**

aberto sob nº. 01 de 30/05/2022, combinado com o Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022 (aprovados/homologados), **DECRETA**
RESOLVE
Art. 1º. Fica Retificado, o Decreto nº. 9.135 de 24/09/2026, publicado em 25/09/2026 – Edição nº. 3624, encontrasse também na íntegra no endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
ONDE SE LÊ:
Art. 1º. Nomear, sob a égide do regime jurídico Estatutário, **DANIEL LUIZ SCHERER,** para exercer o cargo de **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, com 40 (quarenta) horas semanais, enquadrado(a) no **Nível "I"** (Nível NS: escolaridade definida para o provimento do cargo), constante na Tabela de Vencimento do Cargo de Provimento Efetivo, em virtude de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos conforme resultado homologado pelo Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022, publicado no Jornal Diário do Sudoeste em 28/09/2022 - Edição 8235, obedecida à classificação final.
Parágrafo Único. Para exercer as atividades inerentes ao cargo, fica o mesmo(a) lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, no horário estabelecido pela **Secretaria.**
LEIA-SE:
Art. 1º. Nomear, sob a égide do regime jurídico Estatutário, **DANIEL LUIZ SCHERER,** para exercer o cargo de **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, com 20 (vinte) horas semanais, enquadrado(a) no **Nível "I"** (Nível NS: escolaridade definida para o provimento do cargo), constante na Tabela de Vencimento do Cargo de Provimento Efetivo, em virtude de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos conforme resultado homologado pelo Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022, publicado no Jornal Diário do Sudoeste em 28/09/2022 - Edição 8235, obedecida à classificação final.
Parágrafo Único. Para exercer as atividades inerentes ao cargo, fica o mesmo(a) lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, no horário estabelecido pela **Secretaria.**
Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, revogada as disposições em contrário.
Fl. nº 02 – Decreto 9.136 de 25/09/2026
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2026, 135º da República e 69º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:A92D80B5

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 048/2026 DE 25/09/2026 - PSS 001/2026

EDITAL Nº. 048/2026, de 25 de setembro de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2026 DE 10/02/2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 10/02/2026 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 007/2026 de 30/03/2026 (homologação) e a Leis Municipais nº. 071/2025, 072/2025 e 073/2025;
Considerando a necessidade do Município de Coronel Vivida, **RESOLVE,**
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A ***convocação*** de candidato(a)s habilitado(a)s no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 10/02/2026, para o provimento de vaga temporária de **Professor Municipal**, conforme abaixo:
Cargo: **PROFESSOR MUNICIPAL**

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Alehandra Valquiria de Albuquerque Quadros	103º	1306/26

Art. 2º. Os(A) Candidatos(a) convocados(a), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **28 (vinte e oito) de setembro de 2026**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.
Art. 3º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 001 de 10/02/2026, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.
Art. 4º. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, do endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, ao 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:A18E200F

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 219/2026 DE 25/09/2026 - CONCURSO 001/2022

EDITAL Nº. 219/2026, de 25 de setembro de 2026.
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal, Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025, Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e **Edital de Concurso Público aberto sob Nº. 001/2022 de 30/05/2022** (abertura do certame) combinado com Edital nº. 013/2022 de 26/09/2022(aprovados/homologação) e,
Considerando a necessidade do Município, **RESOLVE TORNAR PÚBLICO**
I. A ***convocação*** de candidato(a)s aprovado(a)s no Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2022 de 30/05/2022, para o provimento de vaga(s) no cargo de **Enfermeiro,** conforme Anexo I, parte integrante do presente Edital.
II. Que o(a)s Candidato(a)s convocado(a) tem prazo de 24h00min(vinte e quatro horas), a contar de **28 (vinte e oito) de setembro de 2026,** para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas, sita a Praça Ângelo Mezzomo SN, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não o cargo público que se habilitou em concurso.
2.1. Que o Candidato não comparecendo ou não se pronunciando no prazo estabelecido neste item será automaticamente eliminado do Concurso Público, aberto através do Edital nº. 01/2022 de 30/05/2022.

III. Que a posse em cargo público dar-se-á no prazo de 15(quinze) dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período (art.26 da Lei Complementar nº. 071/2025), e dependerá do resultado da inspeção e no atendimento aos requisitos estabelecidos no item 2 do Edital de Abertura do Concurso Público sob nº. 01/2022 de 30/05/2022, Anexo II deste.
3.1. Será considerado apto se não apresentar restrições médicas que o contraindique ao exercício do cargo.
3.2. O não atendimento de algum dos requisitos para investidura estabelecida no Edital de Concurso Público nº. 01/2022 eliminará o candidato do concurso.
3.3. É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
IV. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos na Lei nº. 3.514 de 19/09/2025, Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e no Edital de Concurso Público Nº 01/2022 de 30/05/2022 e demais disposições legais vigentes.
V. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, e no endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2026, 135º da República e 69º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

ANEXO I
EDITAL Nº 219/2026 de 25/09/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Candidatos CONVOCADOS para assumir Cargo de Provimento Efetivo
Decorrente de habilitação no Concurso Público, aberto através do Edital Nº 001/2022, de 30/05/2022:
Cargo Público: **Enfermeiro**

Ordem Nº.	Classificação	Nome do Candidato	Nº. Inscrição	Lotação Funcional
1	25º	GABRIELI PITCHNIN	176888	Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO II
EDITAL Nº 219/2026 de 25/09/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Requisitos para Nomeação
Documentos Iniciais

cópia da Carteira de Identidade;
cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
certidão negativa de antecedentes criminais do Cartório Criminal do lugar onde tenha residido nos últimos 05 anos, expedida no máximo há 03 (três) meses;
comprovante de endereço;

cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital 001/2022;
Carteira de Habilitação conforme requisito exigido para o cargo.
Para a cargo de Agente Comunitário de Saúde, o 1º comprovante de residência, é que, reside desde a data de publicação do edital de concurso na localidade (distrito/localidade), será feita de um dos seguintes comprovantes: fatura de energia elétrica ou de telefone ou de água, correspondente ao mês da publicação do edital de concurso, e o 2º comprovante de residência é outro comprovante com data atual, ou ainda através de declaração de residência assinada por duas testemunhas, ambos por ocasião da convocação, cabendo a administração municipal, nos termos do parágrafo único do art. 10 da Lei nº. 11.350 de 05/10/2006, exonerar unilateralmente o ACS na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I do art. 6º da referida Lei, ou em função da apresentação de declaração falsa de residência.
demais documentos que a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.

ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da POSSE, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos documentos, implicará na eliminação do candidato, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.

Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:69EF03AA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 18/2026
MENOR PREÇO – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA PARA A AMPLIAÇÃO/ REFORMA DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO E INSUMOS E FARMÁCIA BAIXADA conforme especificações constantes em projeto. Recebimento dos documentos de habilitação e das propostas: das 08h do dia 29/09/2026 às 08h do dia 14/10/2026. Início da sessão: às 09h do dia 14/10/2026. Local: www.bnc.org.br. VALOR TOTAL MÁXIMO: R$ 212.539,28. Prazo de execução: 180 dias. Os procedimentos para acesso à Concorrência estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 25 de setembro de 2026.

MAIRA SOARES,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:4BC2F3C2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 03 ao Contrato nº 16/2026 – Concorrência Eletrônica nº 02/2026. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: SUDOPAV CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 26.499.438/0001-50. Em razão da revisão dos quantitativos, a presente alteração contratual contempla uma supressão no valor de R$ 200.773,96, decorrente da redução dos serviços de sarjetas. Em contrapartida, foi apurado um acréscimo de R$ 105.591,30, correspondente à inclusão e ao aumento dos serviços de sarjetas e de transposição de sarjeta. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 24 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:E4FB1AF6

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR CMAS RESOLUÇÃO 21/2026

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Coronel Vivida – Pr
Resolução nº 21/2026
O CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Coronel Vivida, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2801/2017.
Considerando:
A deliberação 059/2023 do CEAS – PR, a qual dispõe sobre a unificação dos seguintes pisos: a) Piso Paranaense de Assistência Social I - PPAS I; b) Piso Paranaense de Assistência Social II CENTRO POP - PPAS II; c) Piso Paranaense de Assistência Social III PAEFI - PPAS III; d) Piso Paranaense de Assistência Social IV ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - PPAS IV; e) Piso Paranaense de Assistência Social V SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS - PPAS V; f) Centro dia para PCD; g) Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua; h) Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua; i) Residência Inclusiva Municipal.
A deliberação 08/2024 do CEAS – PR, a qual dispõe sobre a expansão de municípios e a ampliação de valores do Piso Único de Assistência Social (PAS), por meio da transferência dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social.
RESOLVE, AD REFERENDUM:
Art. 1º Aprovar, **ad referendum do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**, a alteração do Plano de Ação do Município de Coronel Vivida referente à **Deliberação nº 08/2024 do CEAS/PR**, para o ano de 2026.
Art. 2º A aprovação de que trata o art. 1º deverá ser submetida à apreciação e ratificação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, na primeira reunião ordinária ou extraordinária subsequente.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Vivida, em 25 de setembro de 2026.

GISMAELI TAIS GALEAZZI
Presidente do CMAS.

Publicado por:
Aline Mari Dos Santos Canova
Código Identificador:97361637

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR CMDCA EDITAL 13/2026

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORONEL
EDITAL Nº 13/2026
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Coronel Vivida, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei Municipal nº. 2573/2014.
RESOLVE
Art. 1º - CONVOCAR, a Conselheira Tutelar **Janete dos Santos Breda** – 3º colocada Suplente, para assumir o Cargo de Conselheira Tutelar suplente **no período de 25 de setembro de 2026 a 07 de outubro de 2026.**
Caso a conselheira Janete manifeste não aceite, decide por:
Art. 2º - CONVOCAR, a Conselheira Tutelar **Edna Aparecida de Souza** – 4º colocada Suplente, para assumir o Cargo de Conselheira Tutelar **no período de 25 de setembro de 2026 a 07 de outubro de 2026.**
A vacância se dá em virtude de atestado médico da conselheira titular Elenice Rodrigues do Prado.
Coronel Vivida, em 25 de setembro de 2026.

GRASIELE OGRODOWSKI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Aline Mari Dos Santos Canova
Código Identificador:9EDBE748

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO PRAZO INEX 67/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.361/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 67/2025 de LOCAÇÃO
DE IMÓVEL COMERCIAL, COM 95 M², 01 (UM) BANHEIRO FEMININO E 01 (UM) BANHEIRO
MASCULINO, LOCALIZADO NA RUA CURITIBA, Nº 201, CENTRO, PARA INSTALAÇÃO,
IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SETOR DE ENGENHARIA E CONVÊNIOS MUNICIPAL;
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa IVANIR LOPES , portador do CPF sob nº. 822.527.779-15,
com sede no endereço RUA CURITIBA, 201, CENTRO, CENTRO DIAMANTE DO OESTE-PR neste
ato representada por , portador do RG n° , portador do CPF sob n° , acordam por meio deste o que
segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 13/10/2027
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 361/2025, referente à
licitação por Inexigibilidade sob nº 67/2025, com base na cláusula segunda, do contrato primitivo e na
lei 14.133/21, estender por 12 (doze) meses o vencimento do contrato, renovando o vencimento
primitivo da cláusula segunda do contrato supra descrito, para o dia 13 do mês de Outubro do ano de
dois mil e vinte e sete (13-10-2027).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE IVANIR LOPES
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:822.527.779-15
PREFEITO MUNICIPAL RG:
CPF:

DIAMANTE DO OESTE 25 de setembro de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:7866E774

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO REEQUILÍBRIO PR 16/2026

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.161/2026, decorrente de Pregão n° 16/2026 de CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE
COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, GASOLINA ADITIVADA, ETANOL, ÓLEO DIESEL COMUM
E ÓLEO DIESEL S10, E ARLA 32), DE FORMA FRACIONADA, DESTINADOS AO
ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS,
CAMINHÕES, MÁQUINAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS PERTENCENTES OU A SERVIÇO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D´OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa POSTO WAMMS LTDA - EPP , inscrita no CNPJ sob nº.
18.194.856/0001-00, com sede no endereço AV PARANA, 639, CENTRO, CENTRO DIAMANTE DO
OESTE-PR neste ato representada por MAICON WAMMS, portador do RG n° SESPPR, portador
do CPF sob n° 035.721.199-52, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância
de R$ 1,00 (um real) , corresponde ao acréscimo de 0,0% com finalidade de CLÁUSULA
PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 161/2026, referente à licitação pregão eletrônico sob nº
16/2026, com base na lei 14.133/21, fazer realinhamento de preço dos itens do contrato, ITEM 04 -
de R$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) para R$ 7,33 (sete reais e trinta e três reais); ITEM 05
- de R$ 7,13 (sete reais e treze centavos) para R$ 7,53 (sete reais e cinquenta e três centavos)..
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Contratante Contratada
Prefeitura Municipal de Diamante Posto Wamms LTDA - EPP D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44
CNPJ:181.948.560-00100

MAICON WAMMS
Prefeito Municipal
RG:SESPPR
CPF:035.721.199-52

DIAMANTE DO OESTE 25 de setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Representante Legal

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:F3130E4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO VALOR INEX 67/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
2° Termo aditivo do contrato nº.361/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 67/2025 de LOCAÇÃO
DE IMÓVEL COMERCIAL, COM 95 M², 01 (UM) BANHEIRO FEMININO E 01 (UM) BANHEIRO
MASCULINO, LOCALIZADO NA RUA CURITIBA, Nº 201, CENTRO, PARA INSTALAÇÃO,
IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SETOR DE ENGENHARIA E CONVÊNIOS MUNICIPAL;
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa IVANIR LOPES , portador do CPF sob nº. 822.527.779-15,
com sede no endereço RUA CURITIBA, 201, CENTRO, CENTRO DIAMANTE DO OESTE-PR neste
ato representada por , portador do RG n° , portador do CPF sob n° , acordam por meio deste o que
segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 18.000,00
(dezoito mil reais) , corresponde ao acréscimo de 1,0% com finalidade de Que a empresa
vencedora do processo licitatório, manterá as mesmas condições, não alterando o valor,
obedecendo à cláusula
terceira do contrato; o próprio texto legal prevê, na lei 14.133/21, que à prestação de serviços a
serem executados de forma contínua, poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e
sucessivos períodos com vistas à btenção de preços e condições mais vantajosas para a
administração, limiitadas há cento e vinte meses; que a Lei de Licitação, bem como o contrato acima
citado, permite a realização do presente termo aditivo, assim sendo, celebram o Município de
Diamante D' Oeste/PR e a Sr. IVANIR LOPES, o presente Termo Aditivo com a seguinte cláusula:
DAS ALTERAÇÕES:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Do preço, condições de pagamento. O valor global será de R$ 18.000,00
(dezoito mil reais) por ano, até término do contrato; alterando a cláusula primeira e segunda. As
faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE IVANIR LOPES

D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:822.527.779-15
PREFEITO MUNICIPAL RG:
CPF:

DIAMANTE DO OESTE 25 de setembro de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:A33D8AD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2970/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.0007.1.015 Gestão do SUS - Estruturação de Unidades Próprias
328 - 4.4.90.51.00.00 3072 OBRAS E INSTALAÇÕES..... R$ 300.000,00.
Total Suplementação..... R$ 300.000,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:244C00FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2971/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.0007.1.015 Gestão do SUS - Estruturação de Unidades Próprias
76 - 4.4.90.51.00.00 303 OBRAS E INSTALAÇÕES..... R$ 29.000,00.
Total Suplementação..... R$ 29.000,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.1.1.4.51.11.00.0000 Fonte 303..... R$ 29.000,00.
Total da Receita..... R$ 29.000,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:C1A00653

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
AVISO DE LICITAÇÃO PR 36/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o **Processo Licitatório sob nº 134/2026**, na modalidade **Pregão na forma Eletrônica por Registro de Preço sob nº 36/2026**, **Contratação 989915-16/2026** no compras.gov.br, do tipo **menor preço por item**, para **locação de brinquedos infláveis para a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, do Município de Diamante D´Oeste;** devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **13-10-2026 às 9h (nove horas).** Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.

Diamante D' Oeste, 25 de Setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:31E60B2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 50

EXTRATO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR,** e de outro lado à empresa abaixo qualificada; Processo Licitatório sob nº 135/2026, Inexigibilidade de Licitação sob nº 50/2026. OBJETO: Contratação de profissional do setor artístico, por meio de empresário exclusivo, para realização de Show Motivacional com apresentação musical, humorística e conteúdo motivacional, destinado às ações das campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Diamante D'Oeste/PR. CONTRATO SOB Nº 261/2026, datado de 25-09-2026, com Vigência de 12 (doze) meses, ou seja, até 25-09-2027.

EMPRESA CONTRATADA	Valor Global R$
"FB CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME", CNPJ/MF: 19.836.424/0001-19.	R$ 11.800,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:F3315C25

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

TERMO DE RESCISÃO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE FORNECIMENTO SOB Nº 139/2026
TERMO DE RESCISÃO PARCIAL AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE FORNECIMENTO SOB Nº. 139/2026, CELEBRADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D´OESTE E A EMPRESA CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA.
O "MUNICÍPIO DE DIAMANTE D´OESTE", Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 597, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº. 77.817.476/0001-44, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal o Sr. "AMARILDO APARECIDO DA SILVA", brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Brasil, nº 1333 – Vila União – Diamante D'Oeste/PR portador da Carteira de Identidade nº 5.926.910-0/SSP/PR; Inscrito no CPF/MF. Nº 020.392.539-47, em pleno exercício de seu mandato e funções, E DE OUTRO LADO; A empresa "CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA" situada na Rua Pavão, 540 – Jardim Bandeirantes – Arapongas/PR. Inscrita no CNPJ sob nº 24.586.988/0001-80, representada por seu proprietário o Sr. "LARA CARDOSO MACHADO", brasileira, Portadora da Carteira de Identidade sob nº 14.936.317-3-SESP/PR, Inscrito no CPF/MF sob nº 131.466.189-23, Telefone: 43 3252-9947, Email: cirnossasenhora2@gmail.com , resolvem, de comum acordo, com base na Lei 14.133/21 e nas normas aplicáveis à espécie, firmar o presente TERMO DE RESCISÃO PARCIAL AMIGÁVEL do Ata de Registro de Preço nº. 139/2026, celebrado para aquisição de medicamentos; Secretaria Municipal de Saúde de Diamante D'Oeste/PR, na modalidade Pregão Eletrônico RP n° 13/2026, conforme cláusulas e condições a seguir:
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente termo tem por objeto a rescisão parcial amigável do Ata de Registro de Preço nº. 139/2026, celebrado com a empresa CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA, cujo objeto é a aquisição de medicamentos; Secretaria Municipal de Saúde de Diamante D'Oeste/PR, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas no Pregão Presencial sob n° 13/2026.
A empresa, após a assinatura do contrato, enviou memorando relatando que não tem condições de entregar o descrito no Item 154, conforme consta nos Anexos, optou-se pela rescisão amigável de apenas este item.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RAZÕES:
2.1.
O MUNICÍPIO entende que a manutenção do item do contrato não goza de interesse público, bem como não mira o princípio da eficiência, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal.
3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
A presente rescisão parcial contratual é formalizada de modo amigável, nos termos do da Lei de Licitações (14.133/21).
4. CLÁUSULA QUARTA – DO ESTADO DO FORNECIMENTO:
Consoante ao fornecimento o VALOR GLOBAL CONTRATADO de R$ 55.766,28 (cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), retirando o item 154 – Metilfenidato cloridrato - Marca: E.M.S - valor global do item R$ 5.415,60 (cinco mil quatrocentos e quinze reais e sessenta centavos). Ficando VALOR GLOBAL CONTRATADO DE R$ 50.350,68 (cinquenta mil trezentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos).
5. CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
5.1.
A rescisão parcial amigável do contrato em epígrafe será realizada sem ônus para as partes, com exceção das obrigações expressamente avençadas neste Termo, renunciando, ambas, o direito sobre o qual se fundou a relação jurídica e se pactuou através do processo licitatório de Pregão Eletrônico n° 13/2026.
5.2.
Em suma, as partes renunciam a qualquer direito decorrente do Contrato parcialmente rescindido, não podendo em juízo ou fora dele nada mais reclamar.
6.
CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:
Para dirimir todas as questões oriundas do presente Termo de Rescisão, é competente o Foro da Comarca de Santa Helena – PR, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Subscreve o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.
Diamante D´Oeste/PR, 25 de Setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito
Contratante

LARA CARDOSO MACHADO
Cirúrgica Nossa Senhora LTDA
Contratada

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:AFC89BB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 51

EXTRATO CONTRATUAL DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR,** e de outro lado à empresa abaixo qualificada; Processo Licitatório sob nº 136/2026, Inexigibilidade de Licitação sob nº 51/2026. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada e autorizada pelo fabricante CATERPILLAR para realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva do maquinário MOTONIVELADORA 140GC, incluindo a mão de obra necessária para prestação dos serviços, o referido maquinário compõe a frota Municipal, atendendo a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Rodoviário de Diamante D'Oeste/PR. CONTRATO SOB Nº 262/2026, datado de 25 de Setembro de 2026, com Vigência de 06 (seis) meses, ou seja, até 25-03-2027.

EMPRESA CONTRATADA	Valor Global R$
"PARANA EQUIPAMENTOS S/A", CNPJ/MF. Sob nº 76.527.951/0005-09.	**R$ 6.756,26**

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:DBA4DC92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - EXTRATO DO CONTRATO Nº 486/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 691/2026
O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando os atos praticados no âmbito da **Dispensa de Licitação nº 25/2026 – Processo Administrativo nº 691/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento, de forma parcelada, de materiais de copa, cozinha, higiene, limpeza, gêneros alimentícios e materiais descartáveis, correspondentes aos itens remanescentes do Pregão Eletrônico nº 16/2026 – Processo Administrativo nº 412/2026, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Diamante do Sul/PR;
Considerando a análise e julgamento das propostas apresentadas, bem como a regularidade dos atos realizados no procedimento;
RESOLVE:
HOMOLOGAR o procedimento de **Dispensa de Licitação nº 25/2026 – Processo Administrativo nº 691/2026** e **ADJUDICAR** o objeto em favor da empresa:
KOHL E KOHL LTDA, inscrita no CNPJ nº **77.872.844/0001-57**, vencedora de **todos os itens** da contratação, pelo valor global de **R$ 54.751,58 (cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos)**, conforme proposta final apresentada e demais documentos constantes dos autos.
Determina-se o prosseguimento dos atos necessários à formalização da contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Diamante do Sul/PR, 25 de setembro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 486/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 691/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná.
CONTRATADA: KOHL E KOHL LTDA, inscrita no CNPJ nº **77.872.844/0001-57**.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento, de forma parcelada, de materiais de copa, cozinha, higiene, limpeza, gêneros alimentícios e materiais descartáveis, correspondentes aos itens remanescentes do Pregão Eletrônico nº 16/2026 – Processo Administrativo nº 412/2026, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Diamante do Sul/PR.
VALOR CONTRATUAL: R$ 54.751,58 (cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, na natureza de despesa **3.3.90.30.00 – Material de Consumo**, conforme indicação constante do processo administrativo. As dotações apresentadas abrangem, entre outras, unidades da Administração, Agricultura, Educação, Saúde, Obras, Assistência Social e Esportes.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
CONTRATO: nº 486/2026.
VIGÊNCIA: Conforme estabelecido no instrumento contratual.
Diamante do Sul/PR, 25 de setembro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:E537E57D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90070/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Aviso de Retificação do Edital do Pregão Eletrônico 90070/2026

Objeto: Aquisição de pneus e insumos de borracharia, para reposição periódica decorrente do desgaste natural.

1. Fica retificada a data de abertura do certame e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação que será até 8h15min do dia 8/10/2026 de acordo com a publicação no PNCP.

2. Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 25 de setembro de 2026.

CARLOS EDUARDO MANGINI SILVA
Ordenador de Despesas
Decreto 23832/2026

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3F310B91

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVOCAÇÃO DOS CADIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CONVOCAÇÃO DOS CADIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CANDIDATOS CONVOCADOS – INGLÊS

Classificação	Candidato
4.	Michely Solange Bonaldo

Dois Vizinhos, 24 de setembro de 2026.

LEDA MARIA FERRARI
Gestora Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Decreto N° 20806/2024

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7D9783F9

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DELIBERAÇÃO 10/2026

DELIBERAÇÃO 10/2026
Alteração e Atualização da Lei do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Dois Vizinhos PR, em reunião ordinária realizada no dia 24 de setembro de 2026, no uso de suas atribuições legais:
DELIBEROU
Art. 1º Apreciação e Aprovação da lei municipal do Conselho Municipal de assistência social. A proposta está alinhada à Lei Orgânica da Assistência Social, à Norma Operacional Básica do SUAS e às diretrizes nacionais mais recentes para a estruturação e o funcionamento dos conselhos de assistência social. A redação revoga integralmente a Lei Municipal nº 2.124/2017 e preserva somente as normas das Leis Municipais nº 707/1995 e nº 761/1996 que tratem exclusivamente do Fundo Municipal de Assistência Social e não sejam incompatíveis com a nova disciplina.

PUBLIQUE-SE
Dois Vizinhos PR, 25 de Setembro de 2026.

Atenciosamente,
EMANUEL CLAUDIO GHIZZI
Presidente do CMAS
Dois Vizinhos-PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:95B82332

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DELIBERAÇÃO 11/2026

DELIBERAÇÃO 11/2026
1-Alteração e atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social. 2- Recomposição das comissões temáticas.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Dois Vizinhos PR, em reunião ordinária realizada no dia 24 de setembro de 2026, no uso de suas atribuições legais:
DELIBEROU
Art. 1º Apreciação e Aprovação do regimento interno do Conselho Municipal de Assistência Social.
Art 2° Aprovada a composição de comissões temáticas, sendo definidos seus representantes: a) Comissão de Política de Assistência Social e Acompanhamento do SUAS: Thiago D'Ambros e Andressa Iung; b) Comissão de Financiamento, Orçamento e Fundo Municipal de Assistência Social: Helena Horbatei e Emanuel Claudio Ghizzi; c) Comissão de Benefícios Eventuais e Defesa de Direitos: Marcieli de Oliveira e Rúbia Regina da Silva Luchezi; d) Comissão de Inscrição, Monitoramento e Fiscalização de Entidades e Organizações de Assistência Social: Cristiane Geremias e Geisekele Leão.

PUBLIQUE-SE
Dois Vizinhos PR, 25 de Setembro de 2026.

Atenciosamente,
EMANUEL CLAUDIO GHIZZI
Presidente do CMAS
Dois Vizinhos-PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2C1473CC

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DELIBERAÇÃO 12/2026

DELIBERAÇÃO 12/2026

Alteração e atualização da Lei dos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Dois Vizinhos PR, em reunião ordinária realizada no dia 24 de setembro de 2026, no uso de suas atribuições legais:
Considerando a revisão necessária para adequar a legislação municipal ao art. 22 da Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, ao Decreto Federal nº 6.307/2007, e, especialmente, aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CNAS nº 213/2025, para a regulamentação, concessão, gestão e controle social dos benefícios eventuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
DELIBEROU
Art. 1º Apreciação e Aprovação do projeto de Lei dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

PUBLIQUE-SE
Dois Vizinhos PR, 25 de Setembro de 2026.

Atenciosamente,

EMANUEL CLAUDIO GHIZZI
Presidente do CMAS Dois Vizinhos-PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:CA95D2EE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DELIBERAÇÃO 13/2026

DELIBERAÇÃO 13/2026
1- Explanação do Monitoramento das metas do Plano Municipal de Assistência Social; 2. Plano de Educação Permanente.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Dois Vizinhos PR, em reunião ordinária realizada no dia 24 de setembro de 2026, no uso de suas atribuições legais:
DELIBEROU
Art. 1º Apreciação, monitoramento e avaliação pelo Conselho das metas previstas para o exercício corrente no Plano Municipal de Assistência Social.
Art. 2º Apreciação e aprovação, pelo Conselho, do Plano de Educação Permanente destinado aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social.

PUBLIQUE-SE
Dois Vizinhos PR, 25 de Setembro de 2026.

Atenciosamente,

EMANUEL CLAUDIO GHIZZI
Presidente do CMAS Dois Vizinhos-PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:ABBF52C6

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060/2026.
OBJETO**: Aquisição de materiais de limpeza e higiene, conforme solicitação da Secretaria de Administração e Finanças. Ampla concorrência com cota reservada e exclusividade para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90060/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor das licitantes vencedoras**:**

• **ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA,** CNPJ Nº: 18.362.195/0001-85, **Item 74 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 2.368,00 (dois mil, trezentos e sessenta e oito reais)**;
• **CALL DISTRIBUIDORA LTDA,** CNPJ Nº: 44.570.780/0001-80, **Itens 44, 45 e 46 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 127.800,00 (cento e vinte e sete mil e oitocentos reais)**;
• **CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA,** CNPJ Nº: 60.915.736/0001-11, **Itens 29 e 35 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 16.685,00 (dezesseis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais)**;
• **DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA,** CNPJ Nº: 27.787.054/0001-03, **Itens 05, 10, 16 e 38 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 106.210,00 (cento e seis mil, duzentos e dez reais)**;
• **ELETROMAQUINAS ASTEC LTDA,** CNPJ Nº: 02.995.568/0001-15, **Itens 03, 04, 14, 17, 22, 23, 24, 30, 34, 36, 40, 41, 47, 48, 50, 52, 54, 66, 67, 68, 73 e 75 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 230.413,30 (duzentos e trinta mil, quatrocentos e treze reais e trinta centavos)**;
• **FORTE SINAL EQUIPAMENTOS LTDA,** CNPJ Nº: 26.729.755/0001-15, **Item 37 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais)**;
• **FRANCIOSI & SIMIONATO LTDA,** CNPJ Nº: 67.054.251/0001-20, **Itens 01, 02, 07, 08, 09, 11, 13, 32 e 70 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 146.685,00 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais)**;
• **GM PLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA,** CNPJ Nº: 00.538.257/0001-00, **Itens 64 e 65 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 53.850,00 (cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais)**;
• **IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA,** CNPJ Nº: 54.186.728/0001-89, **Itens 12, 49, 51, 55, 56 e 76 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 78.660,00 (setenta e oito mil, seiscentos e sessenta reais)**;
• **IMPAR INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA,** CNPJ Nº: 32.294.504/0001-58, **Itens 42 e 43 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 47.180,00 (quarenta e sete mil, cento e oitenta reais)**;
• **J. J. VITALLI,** CNPJ Nº: 08.658.622/0001-13, **Item 39 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 316,80 (trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos)**;
• **JF COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA,** CNPJ Nº: 22.525.517/0001-37, **Item 06 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 1.569,00 (um mil, quinhentos e sessenta e nove reais)**;
• **KFC COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA,** CNPJ Nº: 31.313.294/0001-35, **Item 72 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 6.340,00 (seis mil, trezentos e quarenta reais);**
• **MBM STORE LTDA,** CNPJ Nº: 40.225.662/0001-84, **Item 18 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais)**;
• **MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA,** CNPJ Nº: 12.811.487/0001-71, **Itens 19, 20, 21, 28, 33 e 57 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 23.683,00 (vinte e três mil e seiscentos e oitenta e três reais)**;
• **POLLYANA INDUSTRIA PLASTICA LTDA,** CNPJ Nº: 07.470.049/0001-57, **Itens 60, 61, 62 e 63 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 66.283,00 (sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais)**;
• **RC ELETRICA PROJETO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA,** CNPJ Nº: 14.760.660/0001-85, **Item 25 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 690,00 (seiscentos e noventa reais)**;

• **SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA,** CNPJ Nº: 09.196.745/0001-42, **Itens 15, 27, 31, 58 e 69 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 69.045,00 (sessenta e nove mil e quarenta e cinco reais);**
• **TEX TEXTIL LTDA,** CNPJ Nº: 60.250.972/0001-66, **Itens 59 e 71 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 20.780,00 (vinte mil, setecentos e oitenta reais);**

Pois atendem todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.
Restou **FRACASSADO** os **Itens 26 e 53 Lote 01.**

Dois Vizinhos, 25 de setembro de 2026.

CARLOS EDUARDO MANGINI SILVA
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas
(Decreto 23832/2026 – Delegação Temporária de Competências)

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:00E500D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0084/2026 ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO N°0014/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0084/2026

Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO N°0014/2026

Data da assinatura: 24 de setembro de 2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – PR CNPJ 95.422.911/0001-13.

Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO TECNICO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (FAUEPG), entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Siqueira Campos, n°123,cep 84031030, em Ponta Grossa, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 08.574.460/0001-35.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA **FUNDAÇÃO DE APOIO TÉCNICO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CIENTIFICA E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (FAUEPG)** PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR APRESENTA-SE COMO UMA NECESSIDADE TÉCNICA, LEGAL, INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA, DESTINADA A SUPRIR A EXIGÊNCIA DE PLANEJAMENTO FORMAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E A ORGANIZAR, DE MANEIRA INTEGRADA, A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.

Valor Global: R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

Prazo de Vigência: 9 (NOVE) MESES

Doutor Ulysses, 24 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal de Doutor Ulysses

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0084/2026

Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO N°0014/2026

Data da assinatura: 24 de setembro de 2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – PR CNPJ 95.422.911/0001-13.

Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO TECNICO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (FAUEPG), entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Siqueira Campos, n°123,cep 84031030, em Ponta Grossa, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 08.574.460/0001-35.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA **FUNDAÇÃO DE APOIO TÉCNICO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CIENTIFICA E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (FAUEPG)** PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR APRESENTA-SE COMO UMA NECESSIDADE TÉCNICA, LEGAL, INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA, DESTINADA A SUPRIR A EXIGÊNCIA DE PLANEJAMENTO FORMAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E A ORGANIZAR, DE MANEIRA INTEGRADA, A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.

Valor Global: R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

Prazo de Vigência: 9 (NOVE) MESES

Doutor Ulysses, 24 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal de Doutor Ulysses

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0C6CA468

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO II FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

I - PESSOA FÍSICA OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Tipo de agente cultural individual:
( ) Pessoa física
( ) Microempreendedor individual – MEI

Nome Completo:
[texto – 100 caracteres]

Nome artístico ou nome social (se houver):
[texto – 100 caracteres]

CPF:
[14 dígitos, apenas números]

CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
[14 dígitos, apenas números]

Data de nascimento:

[dd/mm/aaaa]

E-mail:
[campo de e-mail validado]

Telefone:
[apenas números]

Endereço completo:
[Texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertence a povos ou comunidades tradicionais.
( ) Andirobeiros
( ) Apanhadores de flores sempre vivas
( ) Benzedeiros
( ) Caatingueiros
( ) Caboclos
( ) Caiçaras
( ) Catadores de mangaba
( ) Cipozeiros
( ) Comunidades de fundos e fechos de pasto
( ) Comunidades quilombolas
( ) Extrativistas
( ) Extrativistas costeiros e marinhos
( ) Faxinalenses
( ) Geraizeiros
( ) Ilhéus
( ) Juventude de povos e comunidades tradicionais
( ) Morroquianos
( ) Pantaneiros
( ) Pescadores artesanais
( ) Povo pomerano
( ) Povos ciganos
( )Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana
( ) Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu
( ) Raizeiros
( ) Retireiros do Araguaia
( ) Ribeirinhos
( ) Vazanteiros
( ) Veredeiros
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

3. **É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?**
( ) Sim
( ) Não

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti
( ) Outro

Orientação sexual:
( ) Lésbica
( ) Gay
( ) Heterossexual
( ) Bissexual
( ) Outra
( ) Prefere não responder

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência?
( ) Não
( ) Sim, Auditiva
( ) Sim, Física-motora
( ) Sim, Intelectual
( ) Sim, Visual
( ) Sim, Múltipla
( ) Sim, Transtorno do Espectro Autista
( ) Sim, Outra (indicar qual)

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2025, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.525,00.)

( ) Nenhuma renda
( ) De 1,00 a 500,00
( ) De 501,00 a 1.000,00
( ) De 1.001,00 a 2.000,00
( ) De 2.001,00 a 3.000,00
( ) De 3.001,00 a 5.000,00
( ) De 5.001,00 a 10.000,00
( ) De 10.001,00 a 20.000,00
( ) De 20.001,00 a 100.000,00
( ) Acima de 100.000,00

Possui quantos anos de experiência na área cultural?
[Número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

II - PESSOA JURÍDICA

Tipo de agente cultural:
( ) Pessoa Jurídica com fins lucrativos (empresas)
( ) Pessoa Jurídica sem fins lucrativos (OSCs)

CNPJ:
[campo CNPJ validado]

Razão Social:
[texto – 100 caracteres]

Nome fantasia:
[texto – 100 caracteres]

Data de fundação:
[dd/mm/aaaa]

Nome do representante legal:
[Texto – 100 caracteres]

CPF do representante legal:
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[Apenas números]

CEP:
[campo CEP validado]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

III - COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

Nome do grupo ou coletivo
[Texto – 100 caracteres]

Quantas pessoas fazem parte do coletivo
[número inteiro]

Nome do representante:
[texto – 100 caracteres]

CPF do representante :
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[apenas números]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

DADOS DO PROJETO

Vai concorrer às cotas?
( ) Não
( ) Sim, Pessoa negra
( ) Sim, Pessoa indígena
( ) Sim, Pessoa com deficiência
( ) Sim, outros grupos

Nome do Projeto:
[Texto – 100 caracteres]

Valor da proposta:
[Monetário]

A ação cultural proposta será realizada em qual formato?
( ) Presencialmente em local fixo
( ) Presencialmente itinerante
( ) Remotamente/Online
( ) Em formato híbrido
( ) Outros
( ) Não aplicável

Qual o CEP do local de realização? (se aplicável)
[Campo CEP validado]

Quantas pessoas serão remuneradas com o recurso do edital?
[Número inteiro]

Qual o principal segmento contemplado pela proposta?
( ) Acervos
( ) Arquivos
( ) Artes Visuais
( ) Artesanato
( ) Audiovisual
( ) Capoeira
( ) Circo
( ) Cultura de Matriz Africana
( ) Cultura dos Povos Originários
( ) Culturas Tradicionais e Populares
( ) Dança
( ) Design
( ) Edição e produção editorial
( ) Festas e Celebrações
( ) Hip Hop
( ) Jogos eletrônicos
( ) Literatura
( ) Mediação e formação de leitores
( ) Moda
( ) Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material
( ) Patrimônio Cultural Imaterial
( ) Patrimônio Natural
( ) Performance
( ) Teatro
( ) Outros

Qual a principal etapa do ciclo cultural contemplada pela proposta?
( ) Criação
( ) Produção
( ) Comercialização e Distribuição
( ) Difusão e Circulação
( ) Acesso, mediação e fruição
( ) Formação
( ) Pesquisa e reflexão
( ) Memória e preservação
( ) Organização e gestão
( ) Monitoramento e avaliação
( ) Outra (especificar)

Qual a principal pauta temática contemplada pela proposta?
( ) Cultura Alimentar
( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital

( ) Culturas Imigrantes e Refugiadas
( ) Cultura LGBTQIAPN+
( ) Cultura, Memória e Direitos Humanos
( ) Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas
( ) Cultura Quilombola
( ) Culturas Rurais e Agroecológicas
( ) Culturas Urbanas
( ) Cultura do Sertão
( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa
( ) Cultura e Educação
( ) Cultura e Gênero
( ) Cultura e Idosos
( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( ) Cultura e Meio ambiente
( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade
( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos
( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo
( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana
( ) Outra (especificar)

A proposta prevê ações em algum território prioritário?
( ) Não se aplica
( ) Área atingida por desastre natural
( ) Assentamento ou acampamento
( ) Conjunto ou empreendimento habitacional de interesse social
( ) Favelas e comunidades urbanas
( ) Periferia
( ) Regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura
( ) Regiões com menor índice de Desenvolvimento Humano - IDH
( ) Sítios de arqueológicos e de patrimônio cultural
( ) Território de fronteira
( ) Território de povos e comunidades tradicionais
( ) Território indígena
( ) Território rural
( ) Zona especial de interesse social

Quais as principais entregas previstas pela proposta?
( ) Álbum musical
( ) Aplicativo / Software
( ) Apresentação ao vivo / Show
( ) Aquisição de acervos e bens culturais
( ) Arte gráfica / Desenho / Gravura / Ilustração
( ) Artesanato
( ) Artigo / Ensaio
( ) Audiolivro
( ) Aula / Palestra / Conferência
( ) Blog / Site
( ) Caderno / Cartilha / Apostila
( ) Circulação / Turnê
( ) Coleção
( ) Congresso / Encontro / Seminário / Simpósio
( ) Curso / Oficina / Workshop
( ) Desfile
( ) Digitalização de acervos
( ) Livro
( ) Livro eletrônico (e-Book)
( ) Ensaio fotográfico
( ) Escultura
( ) Espetáculo cênico
( ) Feira
( ) Exibição / Exposição
( ) Festa Popular
( ) Festival / Mostra
( ) Filme de curta-metragem
( ) Filme de longa-metragem
( ) Filme de média-metragem ou telefilme
( ) Grafitti / Mural
( ) Intercâmbio
( ) Instalação artística / videoarte
( ) Jogo eletrônico
( ) Licenciamento
( ) Manutenção de grupos / iniciativas / espaços culturais
( ) Melhoria em espaço cultural
( ) Pesquisa
( ) Plataforma digital
( ) Podcast / Programa de TV ou Rádio
( ) Residência Artística
( ) Revista / Jornal / Periódico
( ) Roteiro de filme ou episódio
( ) Sarau / Slam
( ) Série / websérie
( ) Videoclipe / Álbum visual
( ) Outros (especificar)

Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018)

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:746B73F4

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO IV - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Fernandes Pinheiro** - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura de Fernandes Pinheiro	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao	10
	impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação	10

	às atribuições que serão executadas por eles no	

	projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** - Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		**70 PONTOS**

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino, negros e indígenas, ou com deficiência	5
I	Agentes culturais com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		**10 PONTOS**

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
J	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência, negras ou indígenas ou por mulheres	5
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		**10 PONTOS**

A pontuação final de cada candidatura será de até 70 pontos, podendo chegar a 80 pontos com pontuação extra
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
Proponente com maior idade.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
- receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
- apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:FB8291CD

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO IX DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:67DD42BB

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:21E946BC

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO VIII DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:AA3FA593

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO VI - RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.

( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:68DB83C8

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO V - TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2024 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

PARTES
O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

PROCEDIMENTO
Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

OBRIGAÇÕES
São obrigações do/da [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL]:
transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
executar a ação cultural aprovada;
aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
prestar informações à [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL] por meio de Relatório de Execução do Objeto [SE A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO, ALTERAR ESSE ITEM], apresentado no prazo máximo de [INDICAR PRAZO MÁXIMO] contados do término da vigência do termo de execução cultural;
atender a qualquer solicitação regular feita pelo [NOME DO ÓRGÃO] a contar do recebimento da notificação;
divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO

O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.
O agente público responsável elaborará Relatório de Verificação Presencial da Execução no qual concluirá:
- pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório de Objeto da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o subitem I do item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- solicitar documentação complementar;
- aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
pagamento de multa, nos termos do regulamento;
suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.2.1 Caso seja solicitada a apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural de que trata o subitem I do item 7.2, será adotado o procedimento de que trata o art. 19 e seguintes da Lei nº 14.903/2023.

[OU]
PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
- comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
- pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
- pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- solicitar documentação complementar;
- aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
pagamento de multa, nos termos do regulamento;

suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
- quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.
TITULARIDADE DE BENS
Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].

EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- extinto por decurso de prazo;
- extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;

má administração de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

[DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

VIGÊNCIA

A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

PUBLICAÇÃO

O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

FORO

Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão:
[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural: [NOME DO AGENTE CULTURAL]

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:B18A351D

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO X - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À [INSERIR UNIDADE OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ETAPA DE HABILITAÇÃO],
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:E0FE0782

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos médico hospitalares para a Secretaria Municipal de Saúde.
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 28/09/2026 às 08:30h do dia 08/10/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:30h às 09:00h do 08/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 08/10/2026, acrescido do período aleatório.
Local de Acesso e Participação: www.bll.org.br
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 25 de setembro de 2026.

GABRIEL EDUARDO RODRIGUES
Agente de Contratação
Portaria 102/2026

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:EE7D53F0

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 248/2026 - ADMISSÃO DE EMPREGADA PÚBLICA

DECRETO Nº 248/2026

Súmula: Admissão de empregada pública temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e;
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2026 e edital de convocação n° 41/2026;

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida **ANA JULIA MARCHINSKI**, inscrita no CPF sob n° 089.***.***-26, *para exercer, em caráter temporário, a função de* ***PROFESSOR****, a partir de 28 de setembro de 2026, em decorrência de aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026.*
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 28 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 25 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:984D7E1D

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do município de Fernandes Pinheiro!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A Política Nacional Aldir Blanc objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da Política Nacional Aldir Blanc foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Fernandes Pinheiro.
Deste modo, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc, na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN de Ações Afirmativas e Acessibilidade da Política Nacional Aldir Blanc).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Fernandes Pinheiro

Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 05 projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da Política Nacional Aldir Blanc oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$ 62.530,00 (sessenta e dois mil quinhentos e trinta reais)
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: decreto n° 168/2026
Sobre o valor total repassado pelo município de Fernandes Pinheiro ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.
Prazo de inscrição
De 08:00 horas do dia 28/09/2026 até às 17:00 horas do dia 09/10/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.
Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que reside no município de Fernandes Pinheirohá pelo menos2 anos.
Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII.

Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo01 projetoe poderá ser contemplado com no máximo01 projeto.

ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio físico, que deverá ser entregue na Secretaria de Educação, Cultura e Turismo localizada na Av. Remis João Loss nº600 e em PDF no endereço eletrônico e-mail: culturaeturismo@fernandespinheiro.pr.gov.br a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II)
b) Plano de Trabalho (projeto), conforme Anexo III;
c) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;

d) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
e) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ;
f) Cadastro no Sic.Cultura (Sistema Estadual de Cultura); e
g) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

COTAS
Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.
Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VIII e Anexo IX.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição, documento que contém a ficha de inscrição, e o Anexo III - Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município de Fernandes Pinheiro de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados até 12 meses a partir da data do pagamento.

Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo III indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas caractetísticas, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO
Quem analisa os projetos

Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão 11 pareceristas externos contratados, nomeados pelo decreto n° 238/2026.

Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial e no site oficial do município de Fernandes Pinheiro.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Comissão de Avaliação que deve ser apresentado por meio de físico na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo e por meio eletrônico no e-mail: culturaeturismo@fernandespinheiro.pr.gov.br, no prazo de 3 dias úteis, conforme inciso III do art. 9º da lei nº 14.903/2024. a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial e no site oficial do município de Fernandes Pinheiro.

REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma vaga da categoria não seja preenchida, os recursos poderão ser remanejados para os projetos aprovados (divididos em partes iguais) ou remanejados para um único projeto dentre os aprovados, conforme as seguintes regras:
8.1 A comissão avaliadora, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo e Conselho Municipal de Cultura, fará a deliberação do remanejamento, sendo esta soberana.
8.2 Se houver proposta(s) contemplada(s) com recursos remanejados, estas devem reenviar a tabela orçamentária para aprovação da Comissão Avaliadora (mediante ata). Caso a nova tabela orçamentária seja aprovada, será anexada no Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (Anexo III)e o proponente deverá prestar contas no Relatório de Execução do Objeto (Anexo VI). Caso a nova tabela orçamentária não seja aprovada, a proposta recebera o valor originalmente indicado no Anexo I.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da Política Nacional Aldir Blanc.

ETAPA DE HABILITAÇÃO
Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 05 dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, por meio físico na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo e em PDF por meio eletrônico no e-mail: culturaeturismo@fernandespinheiro.pr.gov.br os seguintes documentos:
Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, em nome do representante do grupo

IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado ao Jurídico Municipal que deve ser apresentado por meio físico na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo e por meio eletrônico no e-mail : culturaeturismo@fernandespinheiro.pr.gov.br, no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado nodiário oficial e no site oficial do município de Fernandes Pinheiro.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo V deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Secretária de Educação, Cultura e Turismo, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do município de Fernandes Pinheiro. de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo VI deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no sitee no diário oficial do Município de Fernandes Pinheiro.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações nositee no diário oficial do Município de Fernandes Pinheiroe nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas diretamente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.
Os casos omissos ficarão a cargo do jurídico municipal.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 06 meses após a publicação do resultado final.

Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição
Anexo III - Plano de Trabalho;
Anexo IV - Critérios de seleção
Anexo V - Termo de Execução Cultural;
Anexo VI - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VII - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VIII - Declaração étnico-racial
Anexo IX – Declaração PCD
Anexo X – Formulário de interposição de recurso
CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DO EDITAL PNAB 2026

Abertura do edital: 28/09/2026
Prazo de inscrição: 28 a 09/10/2026
Período de avaliação: 13 a 16/10/2026
Resultado preliminar de seleção: 19/10/2026
Período de recurso de seleção: 20 a 22/10/2026
Resultado final de seleção: 26/10/2026
Prazo para entrega de documentação de habilitação: 27 a 03/11/2026

Resultado preliminar de habilitação: 05/11/2026
Período de recurso de habilitação: 06 a 10/11/2026
Resultado Final de habilitação: 12/11/2026
Prazo para assinatura de termo de execução cultural: 13 a 17/11/2026
Prazo para pagamento: a partir de 18/11/2026

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:AC386060

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

JURIDICO
ALTERA A LEI Nº 924/2025

LEI Nº 1006 /2026

MODIFICA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 924/2025, QUE AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS À APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 924/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar repasse de recursos financeiros no valor de R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais) mensais à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Flor da Serra do Sul/PR, cadastrada no CNPJ sob nº 08.942.279/0001-34, com apresentação do plano de trabalho."

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 924/2025.

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua aprovação, produzindo seus efeitos com a publicação da lei a que se incorpora.

Flor da Serra do Sul/PR, 25 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:54938D2C

JURIDICO
ALTERA VALE ALIMENTAÇÃO

v**LEI Nº 1.007/2026**

SÚMULA: Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 749, de 19 de janeiro de 2021, para adequar a concessão do vale-alimentação aos servidores públicos municipais em efetivo exercício, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O caput do art. 1º da Lei Municipal nº 749, de 19 de janeiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder vale-alimentação mensal aos servidores públicos municipais efetivos dos Poderes Executivo e Legislativo que estejam em atividade ou em gozo de afastamento temporário, observadas as hipóteses de suspensão previstas nesta Lei, desde que o respectivo salário-base não ultrapasse a quantia correspondente a 1,4 (um vírgula quatro) salário-mínimo vigente à época da concessão.

Art. 2º A concessão do vale-alimentação aos servidores inativos e pensionistas fica cessada a partir da entrada em vigor desta Lei, alcançando exclusivamente as parcelas vincendas.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:1BC99371

JURIDICO
ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.005/2026

Súmula: Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO DO REGIME
CAPÍTULO ÚNICO
Art. 1º Esta lei institui o regime jurídico único estatutário e reorganiza o estatuto dos servidores públicos do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná.
Art. 2º Para efeitos desta lei, servidor municipal é a pessoa legalmente investida em cargo público.
Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
Art. 4º Os vencimentos dos cargos corresponderão ao padrão básico previamente fixado em lei.
Art. 5º Os cargos públicos são considerados de provimento efetivo e de provimento em comissão.
Parágrafo único. As carreiras serão organizadas em grupos de cargos, dispostos de acordo com a natureza profissional e a complexidade de suas atribuições, guardando correlação com a finalidade do grupo ocupacional.
Art. 6º Quadro é o conjunto de cargos de provimento efetivo e em comissão, integrante da estrutura do Poder Executivo e Legislativo Municipal.
Parágrafo único. É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.
Art. 7º Nenhum servidor poderá desempenhar atribuições diversas das inerentes ao cargo que ocupa.
Parágrafo único. Quando se tratar de cargo de provimento em comissão, ou no caso de substituições, não se aplica o disposto no *caput.*
Art. 8º Os servidores municipais terão tratamento uniforme, no que se refere à concessão de índices de reajustes, de antecipação de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou no que concerne ao desenvolvimento na carreira.
Parágrafo único. A revisão final de vencimentos básicos e a reposição da remuneração em decorrência de alteração do poder aquisitivo da moeda far-se-á sempre em janeiro de cada ano, sem distinção de índices entre os servidores municipais da ativa, inativos e pensionistas.
TÍTULO II
DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA REMOÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO
CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO
Seção I
Das Disposições Gerais
Art. 9º São requisitos básicos para o ingresso no serviço público municipal, devendo ser comprovado pelo interessado:

I - nacionalidade brasileira ou equiparada;
II - gozo dos direitos políticos;
III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;
IV - nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e/ou os requisitos especiais para o desempenho;
V - idade mínima de dezoito anos;
VI - aptidão física e mental compatível com o exercício do cargo;
VII - habilitar-se previamente em concurso público, nos termos da lei.
§ 1º A natureza do cargo, suas atribuições e as condições do serviço podem justificar a exigência de outras normas previstas em lei.
§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência física, cuja atribuição seja compatível com sua deficiência, é assegurado o direito de se inscrever no concurso público para provimento de cargos sendo reservadas cotas percentuais compatíveis com regramento federal das vagas oferecidas pelo concurso.
§ 3º Deverá ser observado reserva de vagas para afrodescendentes em concursos públicos para provento de cargos efetivos no âmbito de Administração Pública Municipal de pelo menos 10% das vagas oferecidas, com observância a Lei Estadual Nº 14.274/2003 ou aquela que vier a sucedê-la.
Art. 10. O provimento de cargos públicos far-se-á por ato da autoridade máxima do Município.
Art. 11. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.
Art. 12. Os cargos públicos serão providos por:
I - nomeação;
II - readaptação;
III - reversão;
IV - reintegração;
V - recondução;
VI - aproveitamento.

Seção II
Da Nomeação

Art. 13. A nomeação é o ato de investidura em cargo público e far-se-á:
I - em caráter efetivo, quando decorrente de aprovação em concurso público, ou;
II - em comissão, para cargos de confiança, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.
Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de comissão, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
Art. 14. A nomeação para cargo do quadro de pessoal depende da prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos e/ou prática, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
Art. 15. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor municipal na carreira, mediante progressão e ascensão funcional, serão definidos no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor Público do Município de Flor da Serra do Sul-PR.
Art. 16. O servidor municipal ocupante do cargo de carreira, ressalvados os casos de acumulação legal, não poderá ser provido em outro cargo efetivo.

Seção III
Do Concurso Público

Art. 17. Concurso público é o procedimento administrativo consubstanciado num processo de recrutamento e seleção, de natureza competitiva e classificatória, aberto ao público a que se destina, atendido os requisitos estabelecidos em edital específico e na legislação aplicável.
Parágrafo único. O edital de concurso público, ao qual o pretendente se vincula fazendo lei entre as partes, estabelecerá os regimes de sua execução especialmente sobre:
I - disposições preliminares;
II - condições de inscrições;
III - instruções especiais;
IV - provas e títulos;
V - bancas examinadoras;
VI - julgamento;
VII - disposições gerais;
VIII - outras condições especiais.
Art. 18. O concurso será de provas, provas e título, e/ou prática, compreendendo uma ou mais etapas.
Parágrafo único. Havendo mais etapas, em que uma delas seja curso de formação constarão do respectivo edital o seu programa, a duração e a forma de avaliação.
Art. 19. O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, a contar da publicação da homologação do resultado, prorrogável uma única vez, por até igual período.
§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial do Município e em outras plataformas com vistas a submissão aos princípios da publicidade e da transparência.
§ 2º Respeitado o prazo de validade de que trata o parágrafo anterior, os aprovados em concurso público, serão convocados com prioridade sobre novos concursados, para assumir cargos da carreira.
Art. 20. O concurso público será realizado para preenchimento de vagas em número fixado em edital, na classe inicial dos respectivos cargos.

Seção IV
Da Posse e do Exercício

Art. 21. Posse é a aceitação expressa das atribuições e responsabilidades do cargo, com o compromisso de bem servir, formalizada com a lavratura de termo firmado pelo empossado e pela autoridade que presidir o ato, através de assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que só poderão ser alterados através de atos de ofício previstos em lei.
Art. 22. A posse ocorrerá no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação do ato oficial de nomeação.
§ 1º Em se tratando de servidor municipal em licença, ou em qualquer outro afastamento legal, o prazo estabelecido será contado do término do impedimento.
§ 2º Excetua-se do disposto no parágrafo anterior a licença para tratar de assuntos particulares, cujo prazo para a posse dar-se-á na forma do *caput* deste artigo.
Art. 23. Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação e de provimento em comissão.
Art. 24. No ato de posse, o servidor municipal apresentará, obrigatoriamente, declaração de bens que constituem seu patrimônio, declaração sobre exercício de outro cargo, emprego ou função pública, certidão de serviço público ou privado, anteriormente prestado, se houver, inclusive cumprir os termos do art. 13 da Lei nº 8.429/1992.
Parágrafo único. Somente será empossado o candidato que for julgado apto física e mentalmente, aferido por médico do trabalho ou junta médica oficial.
Art. 25. Exercício é o ato pelo qual o servidor assume as atribuições e responsabilidades do cargo.
§ 1º O prazo para o servidor entrar em exercício é de 03 (três) dias, contados da data da posse.
§ 2º Será tornado sem efeito o ato de provimento, senão ocorrerem à posse e o exercício, nos prazos previstos nesta lei.
§ 3º A autoridade competente do órgão para onde for designado o servidor, compete dar-lhe o exercício.
§ 4º Os efeitos financeiros serão devidos a partir do início do efetivo exercício.
Art. 26. O início, a suspensão e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual.
§ 1º Para entrar em exercício o servidor apresentará ao Departamento de Recursos Humanos, os elementos de qualificação pessoal necessários ao assentamento individual.
Art. 27. A progressão e a ascensão funcional não interrompem o termo do exercício, o qual é contabilizado em novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação de tal ato.
Art. 28. É facultado ao servidor declinar dos prazos estabelecidos nesta seção.
Art. 29. O servidor terá exercício na unidade administrativa para qual tenha sido indicado.
Art. 30. O afastamento do exercício do cargo será permitido para:
I - candidatar-se a mandato eletivo;
II - exercício de mandato eletivo;
III - atender convocação do serviço militar;
IV - atender imperativo de convênio, firmado na esfera intragovernamental.

Seção V

Da Jornada de Trabalho e do Estágio Probatório

Art. 31. A jornada de trabalho do servidor será fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo de provimento em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço.

§ 2º Não haverá expediente aos sábados e domingos nos órgãos da Administração Municipal, excetuados aqueles que pela sua natureza especial executem atividades imprescindíveis ao interesse público.

§ 3º Aos servidores titulares de cargos com carga horária menor e que por ocasião de lei que majorar a carga horária, exercendo as mesmas funções, poderão optar pela carga maior, com o respectivo aumento salarial.

§ 4º A critério do interesse da gestão pública municipal, eventuais alterações da jornada de trabalho, tanto na duração como início e fim de cada turno, assim como a realização de trabalho remoto, poderão ocorrer mediante ato próprio da autoridade municipal.

§ 5º O plano de cargos e salários disporá sobre eventuais alterações da jornada de trabalho.

Art. 32. Os servidores em atividades que, pela sua natureza, são desenvolvidas em escala de revezamento, deverão cumprir a carga horária semanal prevista no artigo anterior, compensando o trabalho desenvolvido aos sábados, domingos e feriados, com o correspondente descanso em dias úteis da semana.

Art. 33. O servidor provido por nomeação, para cargo efetivo, ficará sujeito a estágio probatório com duração de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, durante o qual, a sua adaptabilidade e capacidade serão objeto de avaliação obrigatória e permanente, para o desempenho da função, observados, entre outros os seguintes requisitos:

I - competências técnicas: serão consideradas as habilidades e conhecimentos específicos relacionados ao exercício das atribuições do cargo, avaliando-se o nível de domínio e atualização nas respectivas áreas de atuação.

II - comportamento profissional: será avaliado o comportamento do servidor no ambiente de trabalho, considerando aspectos como assiduidade, disciplina, iniciativa, responsabilidade, cooperação e pontualidade.

III- resultados obtidos: serão considerados os resultados alcançados pelo servidor em suas atividades laborais, levando-se em conta a qualidade do trabalho desenvolvido, o rendimento no cumprimento de tarefas e a efetividade na obtenção de metas e objetivos institucionais.

IV- relacionamento interpessoal: será avaliada a capacidade do servidor em interagir e colaborar com colegas de trabalho, superiores hierárquicos, subordinados e demais membros da equipe, promovendo um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

V- desenvolvimento profissional: será considerado o empenho do servidor em buscar aprimoramento contínuo, através de capacitações, cursos de atualização e participação em programas de desenvolvimento profissional, visando o constante aperfeiçoamento das competências necessárias ao exercício de suas funções.

VI- proatividade: será avaliada a proatividade em identificar oportunidades de melhoria e implementar iniciativas que otimizem a eficiência e a eficácia dos processos organizacionais.

VII- ética profissional: será avaliado o comportamento ético do servidor no desempenho de suas atividades, considerando o respeito aos princípios da moralidade, integridade, transparência e honestidade no trato com os recursos públicos e no relacionamento com os demais servidores e população atendida pela administração pública.

§ 1º No caso de acumulação legal, o estágio probatório deve ser cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor tenha sido nomeado.

§ 2º O tempo de serviço em outro cargo público, exercido ou não no Município, não exime o servidor do cumprimento do estágio probatório do cargo novo.

§ 3º Compete ao chefe imediato do servidor, fazer o acompanhamento das atividades no estágio probatório, pronunciar-se conclusivamente sobre o atendimento dos requisitos fixados, dando ciência ao servidor.

§ 4º Fica também o chefe imediato, incumbido de encaminhar à autoridade superior da unidade administrativa, relatório circunstanciado e conclusivo sobre o estágio probatório do servidor, antes de vencer o prazo final do estágio.

§ 5º O relatório citado, nos parágrafos anteriores, poderá ser encaminhado a qualquer tempo, no decurso do estágio definido no *caput* deste artigo, quando o servidor em estágio probatório não apresentar atendimento satisfatório aos requisitos fixados.

§ 6º Durante o estágio probatório o servidor que não satisfizer as exigências dos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII deste artigo, poderá ser exonerado justificadamente, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no artigo 47, em ambos casos desde que obedecido as regras gerais do direito administrativo.

§ 7º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças previstas no artigo 118 com exceção das licenças previstas nos incisos I e II.

Art. 34. A aprovação do servidor no estágio probatório será decretada através de ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 35. Para que seja assegurado o direito de ampla defesa e contraditório, ao servidor em estágio probatório, em vias de exoneração, é necessário a abertura de procedimento administrativo regular, observando as regras contidas neste estatuto.

Seção VI

Da Estabilidade

Art. 36. O servidor municipal habilitado em concurso público, empossado em cargo de provimento efetivo, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, se aprovado no estágio probatório.

Art. 37. O servidor municipal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou pelo cometimento de infração disciplinar punível, com demissão e apurada em processo disciplinar, no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 1º afastamento cautelar motivado, preservando remuneração até condenação transitada em julgado (salvo hipóteses legais expressas).

§ 2º No caso de condenação, se esta não for de natureza que determine a exoneração do servidor, continuará o mesmo afastado do exercício observado os dispositivos desta lei.

Seção VII

Da Readaptação

Art. 38. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica ou outra forma regular admitida legalmente.

Art. 39. Compete ao Departamento de Recursos Humanos, monitorar e operacionalizar o processo de readaptação de seus servidores.

Art. 40. O processo de readaptação poderá ser através de recapacitação ou monitoramento sendo:

I - recapacitação: consiste em promover o aprimoramento e/ou a aquisição de conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento da nova atividade ocupacional, por meio de treinamento e/ou capacitação, sendo que o Município designará dotação orçamentária específica para promoção das ações de recapacitação;

II - monitoramento: consiste no acompanhamento da evolução do quadro de saúde do servidor em seu ambiente de trabalho, bem como das atividades por este desenvolvida durante o processo de readaptação, a fim de verificar sua adaptabilidade à nova área ocupacional indicada, sendo que:

a) o período de duração do monitoramento será definido, considerando as variáveis de cada caso;

b) o monitoramento é de responsabilidade conjunta da chefia imediata do servidor e do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 41. O servidor que estiver em processo de readaptação poderá ser convocado, sempre que necessário, para avaliação.

Parágrafo Único. A convocação prevista no *caput* poderá ocorrer ainda que o servidor esteja em licença para tratamento de saúde.

Art. 42. Antes da efetivação do processo de readaptação, a administração deverá convocar o servidor para devolutiva quanto ao parecer conclusivo.

Art. 43. As medidas determinadas no parecer conclusivo tornar-se-ão efetivas ao término do processo de readaptação.

Parágrafo único. A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 44. O servidor considerado incapaz será encaminhado para avaliação quanto à deflagração de processo de aposentadoria por invalidez.

Parágrafo único. O servidor aposentado por invalidez, em caso de determinação de retorno à ativa conforme disposto no artigo 45, poderá submeter-se a processo de readaptação.

Seção VIII

Da Reversão

Art. 45. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II - no interesse da administração, desde que:

a) tenha solicitado a reversão;

b) a aposentadoria tenha sido voluntária;

c) estável, quando na atividade;

d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores;

e) haja cargo vago.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º No caso do inciso I deste artigo, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º O servidor de que trata o inciso II somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos 5 (cinco) anos no cargo.

§ 6º O poder executivo regulamentará o disposto neste artigo.

§ 7º Não poderá reverter o aposentado que já tenha completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção IX

Da Reintegração

Art. 46. Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor será aproveitado em outro, de igual natureza e vencimento, ou posto em disponibilidade remunerada, até seu adequado reaproveitamento em outro cargo.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo ou, ainda, posto em disponibilidade remunerada.

Seção X

Da Recondução

Art. 47. Recondução é o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante;

III - inabilitação em provimento de um novo cargo.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Seção XI

Do Aproveitamento e da Disponibilidade

Art. 48. Extinto o cargo ou declarada a sua inutilidade, o servidor estável ficará em disponibilidade com direito aos vencimentos do cargo até seu aproveitamento adequado e obrigatório na forma da lei.

Art. 49. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório, no prazo máximo de 12 (doze) meses em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. O Departamento de Recursos Humanos determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da administração pública municipal.

Art. 50. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga terá preferência o de maior tempo de disponibilidade, e, no caso de empate, aquele com mais tempo no serviço público.

Art. 51. Será tornado sem efeito o aproveitamento e extinta a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial ou, ainda, por alguma outra razão, devidamente comprovada, que possa suficientemente justificar a não ocorrência do exercício no prazo fixado ou de lei.

§ 1º A hipótese prevista neste artigo configurará abandono de cargo, apurado mediante processo administrativo na forma desta lei.

§ 2º Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade até seu aproveitamento.

Art. 52. O período relativo à disponibilidade será considerado como de exercício para efeito de aposentadoria e de nova disponibilidade.

Art. 53. A disponibilidade no cargo efetivo não impede a nomeação para cargo de provimento em comissão devendo o servidor fazer opção de remuneração.

Art. 54. O servidor colocado em disponibilidade poderá aposentar-se na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO II

DA VACÂNCIA

Art. 55. A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - recondução;

V - aposentadoria;

VI - falecimento.

Art. 56. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 57. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-ão:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor;

Art. 58. A vaga ocorrerá na data:

I - do falecimento;

II - imediata àquela em que o servidor completar 75 (setenta e cinco) anos de idade;

III - da publicação do ato, nos demais casos.

CAPÍTULO III

DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO

Seção I

Da Remoção

Art. 59. Remoção é o deslocamento do servidor de uma unidade administrativa para outra, de ofício, a pedido ou por permuta, podendo ser:

I - interna, quando realizada dentro do mesma Secretaria, observado o interesse público;

II - externa, quando realizada de uma secretaria para outra, observado o interesse público.

§ 1º A remoção ex offício dar-se a critério do órgão em que o servidor estiver lotado, mediante interesse público, devidamente motivada.

§ 2º A remoção voluntária poderá ser deferida e será procedida por permuta ou a pedido do interessado, constatada a existência de vaga, sendo considerado como critério para deferimento, capacidade para desempenho das atribuições e, preferencialmente, o maior tempo de serviço no Município.

Seção II

Da Redistribuição

Art. 60. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo poder, observados os seguintes preceitos:

I - interesse da administração;

II - equivalência de vencimentos;

III - manutenção da essência das atribuições do cargo;

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;

V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

§ 1º A redistribuição ocorrerá *ex officio* para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.
§ 2º A redistribuição de cargos efetivos vagos se dará mediante ato conjunto entre os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal envolvidos.
§ 3º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma prevista nos arts. 48 e 49 e § 2º do art. 51.
§ 4º O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade da administração, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.

CAPÍTULO IV
DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 61. Haverá substituição no impedimento legal e temporário de ocupante de cargo em comissão e de servidor investido em função gratificada.
Art. 62. Ressalvados os cargos em comissão, a substituição recairá sempre em servidor estável e dependerá da expedição de ato da autoridade competente.
§ 1º O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento superior e os de natureza especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.
§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o substituto perderá, durante o tempo de substituição, o vencimento e demais vantagens inerentes a seu cargo, se por este não optar.
§ 3º O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.

TITULO III
DOS DIREITOS E VANTAGENS
CAPÍTULO I
DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 63. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
Art. 64. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, estabelecidas em lei.
§ 1º A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no artigo 147.
§ 2º O servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa de sua lotação receberá remuneração de acordo com o estabelecido artigo 147.
§ 3º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo poder, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
§ 5º Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo vigente.
Art. 65. Proventos é a retribuição pecuniária paga ao servidor aposentado.
Art. 66. Nenhum servidor poderá receber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à remuneração do chefe do executivo, com exceção do previsto na Constituição Federal.
Art. 67. O servidor municipal perderá:
I - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o artigo 149, e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata;
II - a remuneração dos dias que tiver faltado, se não comparecer ao serviço por 01 (um) ou mais dias da semana salvo se a falta tiver sido por um dos motivos autorizados na presente lei;
III - 50% (cinquenta por cento) da remuneração durante o afastamento por motivo de prisão preventiva, pronúncia por crimes comuns, denúncia por crime funcional, condenação por crime inafiançável, com direito à diferença da remuneração, se absolvido;
IV - 50% (cinquenta por cento) da remuneração, durante o período de afastamento em virtude de condenação por sentença definitiva, a pena que não resulte em demissão.
Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior poderão ser compensadas à critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.
Art. 68. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração, provento ou pensão.
§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.
§ 2º A soma das consignações não deverá exceder a 40% (quarenta por cento) da remuneração ou provento.
Art. 69. É vedado o abono de faltas ao serviço a qualquer pretexto, sob pena de destituição do cargo, de quem o fizer, além dos permitidos em lei.
Art. 70. As reposições e indenizações ao erário serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.
§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente à 5% (cinco por cento) da remuneração, provento ou pensão.
§ 2º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.
§ 3º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento à decisão liminar, a tutela antecipada ou a sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.
Art. 71. O servidor municipal em débito com o erário que for demitido, exonerado ou tiver a sua disponibilidade cassada terá todos os débitos em favor do Município descontados dos valores relativos a sua rescisão no limite de 40% (quarenta por cento).
Parágrafo Único. Não sendo suficiente o desconto para ressarcir a dívida com o Município procederá com a inscrição em dívida ativa.
Art. 72. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

CAPITULO II
DAS VANTAGENS

Art. 73. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:
I - indenizações;
II - gratificações, e
III - adicionais.
§ 1º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
§ 2º As gratificações temporárias não incorporam ao vencimento, os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.
Art. 74. Vantagens pecuniárias são acréscimos de estipêndios do servidor, concedidos em caráter permanente ou temporário.
§ 1º Vantagem permanente é aquela atribuída ao servidor pela decorrência do tempo de serviço.
§ 2º Vantagem temporária é aquela atribuída ao servidor em razão da natureza e condições da função que exerça, e em hora extraordinária e indenizações.
§ 3º Vencimento básico do cargo, acrescido das vantagens de caráter permanente é irredutível.
Art. 75. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção I
Da Indenização

Art. 76. Constitui como forma de indenização aos servidores do Município de Flor da Serra do Sul, a percepção de diárias.
Art. 77. Entende-se como diária, valor pago ao servidor de forma prévia, incluindo o chefe do poder executivo, vice-prefeito, secretários municipais do Município, a fim de custear despesas quando se deslocarem, no desempenho de suas atribuições.

Subseção I
Das Diárias

Art. 78. Os valores da indenização tratada no artigo 76 desta lei, assim como as condições para sua concessão, serão estabelecidas em regulamento próprio.
Art. 79. O servidor que, a serviço, se afastar em caráter eventual ou transitório, fará jus à diárias, destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com estada, alimentação e locomoção urbana conforme dispuser o regulamento.
Art. 80. O servidor que receber diária e não se afastar, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente na forma que a lei especial determinar.
Art. 81. Na hipótese de o servidor retornar em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias percebidas em excesso.

Seção II
Das Gratificações e Adicionais

Art. 82. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta lei, serão deferidos aos servidores municipais as seguintes retribuições, gratificações e adicionais:
I - retribuição pelo exercício de direção, chefia e assessoramento;
II - décimo terceiro salário;
III - adicional pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas;
IV- adicional pela prestação de serviço extraordinário;
V - adicional noturno;
VI - adicional de férias;
VII - gratificação por participação em comissão de seleção de pessoal;
VIII- gratificação por participação em comissão de Termo de Ajuste de Conduta, Sindicância e Processos Administrativos;
XIX- gratificação por participação e gestão do Fundo de Previdência Municipal;
X – Adicional por tempo de serviço.

Subseção I
Da Retribuição pelo Exercício de função de Direção, Chefia e Assessoramento

Art. 83. Ao servidor investido em função de chefia, direção e assessoramento que não justifique a criação de cargo é devida retribuição pelo seu exercício.
§ 1º A nomenclatura, o símbolo, a tabela de valores respectivos, assim como os demais elementos identificadores das gratificações e dos cargos comissionados serão estabelecidos e disciplinados por legislação específica.
§ 2º O desempenho de função gratificada será atribuído ao servidor titular de cargo de provimento efetivo, mediante ato expresso emanado da autoridade competente.
§ 3º O valor da gratificação constitui vantagem acessória aos vencimentos e será percebido cumulativamente com estes.
Art. 84. O servidor não perderá a remuneração da gratificação quando do impedimento de seu exercício em decorrência de concessões, afastamentos por motivos de saúde nos casos de: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada, licenças e demais casos com previsão em lei em que haja a garantia da contagem do tempo de serviço e da percepção da remuneração.

Subseção II
Do Décimo Terceiro Salário

Art. 85. Aos servidores do Município da ativa, inativos e pensionistas, será concedida gratificação de décimo terceiro salário, correspondente a integralidade do vencimento.
§ 1º Será paga até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, calculada sempre sobre o vencimento deste mês, excluídas as parcelas de substituição ou pagamentos atrasados.
§ 2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, será considerada como mês integral.
§ 3º Os servidores nomeados após o mês de janeiro, a gratificação de décimo terceiro salário, corresponderá a 1/12 (um doze avos) do vencimento, por mês de exercício no respectivo ano.
§ 4º Para efeito de proporcionalidade o mês de falecimento do servidor, qualquer que tenha sido a data do óbito, será considerado como integral.
Art. 86. No caso de acumulação legal de cargos, o servidor fará jus à percepção da gratificação em relação a cada um deles.

Subseção III
Dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade

Art. 87. Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.
§ 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.
§ 2º O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que derem causa à sua concessão.
Art. 88. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados insalubres ou perigosos.
Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercerá suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.
Art. 89. Na concessão dos adicionais de atividades de insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas em legislação especifica.
Art. 90. Os locais de trabalho e os servidores que atuam com atividades insalubres e/ou periculosas serão mantidos sob controle permanente.
Art. 91. O Município deverá regularmente manter laudos de segurança do trabalho atualizados na forma da lei.
Parágrafo único. O percentual de insalubridade e de periculosidade será definido com base nos laudos técnicos realizados conforme legislação sobre o tema.
Art. 92. De acordo com o grau de insalubridade a que o servidor estiver exposto, o percentual da gratificação será fixado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento), calculados sobre o valor do menor vencimento base dos servidores do Município de Flor da Serra do Sul.
Art. 93. Pelo desempenho de atividades ou operações perigosas o servidor perceberá gratificação no percentual de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do menor vencimento base dos servidores do Município de Flor da Serra do Sul.
Art. 94. Haverá permanente controle das atividades, em operações ou locais considerados insalubres ou perigosos, por técnicos de segurança e demais profissionais competentes.
§ 1º Os servidores cujas cargas horárias sejam inferiores a 40h (quarenta horas) semanais receberão valores proporcionais à carga horária efetivamente realizada.
§ 2º Os servidores que realizarem atividade parcial em local insalubre ou periculoso, conforme estabelecido na legislação, fará jus ao pagamento do adicional proporcional ao período que efetivamente esteja em exposição.
§ 3º O direito ao adicional por trabalho insalubre ou periculoso cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.
§ 4º A realização de plantões ou sobreaviso, por si só, não geram direito ao pagamento do adicional de trabalho por atividade insalubre ou perigosa.
§ 5º O reajuste do valor do adicional, acompanhará o índice de recomposição anual do vencimento dos servidores municipais.

Subseção IV
Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário

Art. 95. Ao servidor será concedido adicional de hora extra calculado sobre as horas que excederem ao período normal de trabalho, as quais serão remuneradas:
I - com acréscimos de 50% (cinquenta por cento), sobre os valores da hora de trabalho normal, realizadas nos dias úteis, sábados e pontos facultativos, e
II - com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre os valores da hora de trabalho normal, realizadas em domingos e feriados.
Parágrafo único. Somente será permitido serviço em hora extra, para atender a situação excepcional temporária, mediante autorização prévia do chefe imediato do servidor.
Art. 96. É vedada a concessão de hora extra ao servidor ocupante de cargo de provimento em comissão, ou em função gratificada.

Subseção V
Do Adicional Noturno

Art. 97. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de mais 20% (vinte porcento), computando-se cada hora como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

Parágrafoúnico. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no artigo 95.

Subseção VI

Do Adicional das Férias

Art. 98. Independente de solicitação, por ocasião das férias será concedida ao servidor adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração percebida no mês em que se inicia a fruição da mesma.

§ 1º No caso de acumulação legal de cargo, o adicional será pago em relação à cada um deles.

§ 2º O adicional de que trata este artigo, deverá ser pago de acordo com o § 6º do art. 107.

§ 3º No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Subseção VII

Da Participação Em Comissão de Seleção de Pessoal

Art. 99. Ao Servidor que integrar comissão de Seleção de Pessoal será concedida gratificação nos termos à seguir especificadas:

§ 1º - A gratificação será concedida ao servidor que, sem prejuízo do exercício das funções do seu cargo de origem, exerça as funções de membros da Comissão de Seleção de Pessoal.

§ 2º - A Comissão de Seleção será composta por cinco servidores, sendo sua maioria efetivo, permitida sucessivas reconduções, designados pelo Prefeito Municipal, que indicará no ato de nomeação, seu presidente.

§ 3º - A comissão terá como secretários servidores designados pelo seu presidente, podendo a indicação recair em qualquer de seus membros

Art. 100. Compete à Comissão de Seleção de Pessoal organizar, processar, analisar e julgar os processos administrativos de contratação de pessoal, seja ele realizado por meio de prova, prova e títulos, ou somente títulos.

Art. 101. O valor da gratificação a ser concedida ao servidor designado para cumprir os mandatos acima elencados, será a seguinte:

I - Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal R$ 500,00 (quinhentos reais);

II - Membro Titular da Comissão de Seleção de Pessoal R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

§ 1º A gratificação será concedida apenas nos meses em que houver efetiva atuação da Comissão de Seleção, se encerrando com a homologação do Concurso ou Processo Seletivo.

Art. 102. O valor mencionado no artigo 101, deverá ser reajustado nos mesmos moldes e índices determinados aos vencimentos dos servidores municipais mediante a edição de Decreto.

Subseção VIII

Da Participação Em Comissão de Processo Administrativo, Sindicância, Termo de Ajuste de Conduta e de Responsabilização

Art. 103. Ao Servidor que integrar qualquer uma das comissões de Processo Administrativo será concedida gratificação nos termos à seguir especificadas:

§ 1º - A gratificação será concedida ao servidor que, sem prejuízo do exercício das funções do seu cargo de origem, exerça as funções de membros da Comissão de Processo Administrativo, Sindicância, Termo de Ajuste de Conduta ou de Responsabilização;

§ 2º - A Comissão processante será composta por três servidores, sendo ao menos dois efetivos, permitida sucessivas reconduções, designados pelo Prefeito Municipal, que indicará no ato de nomeação, seu presidente.

§ 3º - A comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em qualquer de seus membros

Art. 104. Compete à Comissão Processante organizar, processar, analisar e julgar os processos administrativos, sindicâncias e firmar Termos de Ajuste de Conduta.

§1º. Os membros da Comissão Permanente deverão receber o devido treinamento, através de cursos específicos para fazerem jus a gratificação.

§2º. É permitida a nomeação de mais de uma comissão simultaneamente para a apuração de processos distintos, sejam eles disciplinares, no âmbito dos servidores municipais, ou de responsabilização de licitantes e contratados, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Bem como é possível a apuração pela mesma comissão de mais de um processo simultaneamente, levando em consideração a sua complexidade.

Art.105. O valor da gratificação a ser concedida ao servidor designado para cumprir os mandatos acima elencados, será a seguinte:

I - Presidente da Comissão Processante R$ 600,00 (seiscentos reais);

II - Membro Titular da Comissão Processante R$ 400,00 (quatrocentos reais);

§ 1º O valor da gratificação será reajustado na mesma data e com o mesmo índice da revisão geral anual, dos servidores do Poder Executivo Municipal.

§ 2º A gratificação será concedida apenas nos meses em que houver efetiva atuação da Comissão, até finalização do Processo.

Adicional por tempo de serviço

Art. 106. Por quinquênio de efetivo exercício no serviço público municipal será concedido ao servidor um adicional correspondente a 5% dos vencimentos do seu cargo efetivo, até o limite de 7 (sete) quinquênios.

§ 1º O adicional é devido a partir do mês em que o servidor adquirir o direito e ocorrerá de forma automática.

§ 2º O funcionário que exercer, cumulativamente, mais de um cargo, terá direito ao adicional calculado sobre cada uma de suas matrículas.

CAPÍTULO III

DAS FÉRIAS

Art. 107. Todo servidor fará jus, anualmente ao gozo de um período de férias, com direito a todas as vantagens legais, como se em exercício estivesse.

§ 1º Para cada período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de exercício contados sempre a partir da data da primeira investidura no cargo público, ou da data do retorno, em caso de licença ou afastamento.

§ 2º As férias deverão ser obrigatoriamente usufruídas até 30 (trinta) dias antes do vencimento do período aquisitivo seguinte.

§ 3º É vedado levar à conta de férias qualquer falta, bem como compensar faltas com dias substituídos do período de férias a que fizer jus o servidor.

§ 4º É facultado transformar até 15 (quinze) dias do período de férias em pecúnia.

§ 5º As férias poderão ser parceladas em até 03 (três) etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública, com pelo menos um período de 15 (quinze), dias.

§ 6º O pagamento da remuneração das férias será realizado no mês em que se inicia a fruição da mesma, observando-se o disposto no § 1º deste artigo.

§ 7º O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício.

§ 8º A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

§ 9º Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do Art. 7º da Constituição Federal quando da utilização do primeiro período relativo a concessão.

Art. 108. Para os efeitos de gozo de férias e pagamento do respectivo adicional, será observado:

I - na hipótese de nomeação de servidor efetivo para outro cargo de provimento efetivo, é vedada a contagem de tempo do período aquisitivo com base no cargo anteriormente ocupado, sendo reiniciado a partir da data de exercício no novo cargo;

II - na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo de provimento em comissão ou função gratificada, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o município;

III - na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo político, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o município;

IV - na hipótese de nomeação de agente público não efetivo para cargo de provimento efetivo, cargo de provimento em comissão ou cargo político, é vedada a contagem de tempo do período aquisitivo

com base no cargo anteriormente ocupado, sendo reiniciado a partir da data de exercício no novo cargo.
Art. 109. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de situação de emergência, calamidade pública, comoção interna ou por interesse da administração em casos que a falta do servidor acarretar atraso dos serviços do órgão em que esteja lotado.
Art. 110. Será permitido ao servidor o direito a fruição do remanescente das férias interrompidas, tão logo cesse a causa da interrupção ou outro momento se assim o servidor requerer e for conveniente ao interesse público, mesmo que represente um período inferior aquele disposto no § 5º do artigo 107 desta lei.
Art. 111. Após o decurso de cada período aquisitivo, o servidor terá direito às férias, na seguinte proporção:
I – 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando o servidor tiver de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas injustificadas no período;
II – 18 (dezoito) dias corridos, quando o servidor tiver de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas injustificadas no período;
III – 12 (doze) dias corridos, quando o servidor tiver de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas injustificadas no período.
Art. 112. Não será considerado como falta, para efeitos do artigo anterior a ausência do servidor em virtude das causas enumeradas no artigo 146, desta lei.
Art. 113. Não terá direito às férias o servidor que, no decurso do período aquisitivo:
I - tiver obtido licença para tratamento de saúde em pessoa da família, por período superior a 3 (três) meses, embora descontinuados;
II- tiver obtido licença para tratamento de saúde, por período superior a 6 (seis) meses, embora descontinuados;
III - tiver usufruído de afastamentos para cursos, por período superior a 6 (seis) meses, e
IV – tiver usufruído de licença para tratar de interesses particulares.
Parágrafo único. Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando após a ocorrência de qualquer das condições previstas neste artigo, o servidor retornar ao serviço.
Art. 114. O pessoal lotado na Secretaria Municipal de Educação, que prestem serviços nos estabelecimentos de ensino, em funções diversas farão jus às férias no mesmo período das férias escolares, imediatamente posterior ao período aquisitivo, aplicando-se para esse fim, as férias escolares concomitante ao calendário escolar. Limitando-se a 30 (trinta) dias em paridade com os demais servidores municipais, nos demais períodos de recesso escolar ficarão a disposição para eventuais períodos de "Colônia de Férias" e atendimento na educação infantil por se tratar de direito fundamental da criança.
Art. 115. A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, organizará no mês de dezembro de cada ano a escala de férias para o ano seguinte.
Parágrafo único. Os servidores que exerçam cargos de provimento em comissão não serão compreendidos na escala, ficando, todavia, integralmente sujeitos às disposições do artigo 107.
Art. 116. A critério da autoridade máxima do Município, poderão ser concedidas férias coletivas a todos os servidores de uma ou mais secretarias e ou seus setores.
Parágrafo único. Quando houver a concessão de férias coletivas, poderá ser concedido férias proporcionais para servidores que eventualmente não completaram o período aquisitivo tratado no § 1º do artigo 107.
Art. 117. O servidor removido, quando em gozo de férias não será obrigado a interrompê-las.

CAPÍTULO IV
DAS LICENÇAS
Seção I
Disposições Gerais
Art. 118. Conceder-se-á ao servidor as seguintes licenças:
I - licença para tratamento de saúde;
II - licença à gestante, à adotante e licença-paternidade;
III - licença para o serviço militar;
IV - licença para atividade política;
V - licença por motivo de doença em pessoa da família;
VI - licença para tratar de interesses particulares;
VII – licença prêmio.
§ 1º As licenças previstas nos incisos I e V do *caput* deste artigo bem como cada uma de suas prorrogações serão precedidas de exame por perícia médica oficial, atestado, exame médico e comprovação do parentesco no caso do inciso V.
§ 2º O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses.
§ 3º É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período de licença previsto nos incisos I, II, III, V e VII deste artigo.
Art. 119. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra ou da mesma espécie será considerada como prorrogação.
Subseção I
Licença para Tratamento De Saúde
Art. 120. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em laudo da medicina do trabalho e após a perícia médica sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.
§ 1º Considera-se perícia médica a avaliação técnica, realizada por perito da medicina do trabalho, formalmente designado pelo Município.
§ 2º Quando necessário, a perícia médica poderá ser realizada na localidade onde se encontrar internado o servidor.
§ 3º A licença para tratamento de saúde será suportada pelo Município.
Art. 121. O servidor não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses já contados a prorrogação, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, a critério da junta médica oficial ou médico do trabalho, esse prazo poderá ser prorrogado.
Parágrafo único. Expirado o prazo do presente artigo, o servidor será submetido a nova perícia e aposentado, se julgado inválido para o serviço público e se não puder ser readaptado, na forma do artigo 38 e seguintes.
Art. 122. Os critérios de aposentadoria imediata do servidor, por invalidez, são de competência única e exclusiva da junta médica oficial.
Parágrafo único. Na hipótese de que trata este artigo, a perícia será feita por uma junta médica oficial composta por médicos de carreira ou empresa terceirizada do ramo devidamente competente para este fim.
Art. 123. No processamento das licenças para tratamento de saúde, será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados, em consonância com o que estabelece o código de ética médica.
Art. 124. Considerado apto em perícia médica, o servidor reassumirá o exercício sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.
Art. 125. No curso da licença poderá o servidor requerer nova perícia, caso se julgue em condições de reassumir o exercício ou com direito a aposentadoria, resguardando-se a decisão da junta médica oficial no pronunciamento concernente ao caso.
Parágrafo único. Neste caso o custo com o procedimento deverá ser suportado pelo servidor.
Art. 126. Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.
Art. 127. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione, mediata ou imediatamente, com o exercício do cargo.
Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:
I - decorrente de agressão física sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;
II - por acidente sofrido em viagem e estada a serviço;
III - doença profissional.
Subseção II
Licença à Gestante, à Adotante e Licença Paternidade
Art. 128. Será concedida licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
§ 1º A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.
§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir da alta hospitalar;
§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo.
§ 4º No caso de aborto, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a trinta dias de repouso remunerado.
§ 5º Em casos excepcionais, interrompe-se o prazo de contagem da licença à gestante no período compreendido entre o nascimento e alta

hospitalar do nascituro, mantendo-se o período já gozado da licença à gestante, nos limites estabelecidos no caput deste artigo e mediante pedido formal da servidora.

Art. 129. Pelo nascimento ou adoção de filho, o servidor terá direito à licença paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos.

Art. 130. Para amamentar o próprio filho até idade de 06 (seis) meses, a servidora terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

§ 1º O período mencionado no "caput" deste artigo poderá ser prorrogado a critério médico.

§ 2º Quando se tratar de jornada reduzida de um só turno, o descanso especial de que trata o "caput" deste artigo será concedido pela metade, no início ou no final do expediente, a critério da servidora.

Art. 131. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 12 (doze) anos de idade incompletos serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença remunerada, para assistência da criança.

§ 1º No período da licença maternidade, fica vedado à servidora o exercício de qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

§ 2º O descumprimento do disposto no caput deste artigo acarretará a perda do direito sem prejuízo do devido ressarcimento ao erário público.

Subseção III

Licença Para O Serviço Militar

Art. 132. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Subseção IV

Licença para Atividade Política

Art. 133. O servidor terá direito à licença, sem prejuízo da remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 10° (décimo) dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o 10° (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de 3 (três) meses.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos ocupantes de cargo em comissão.

Subseção V

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 134. O servidor poderá obter licença, por motivo de doença que acometer o cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva as suas expensas e que conste em seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial e parecer da comissão especial composta, por equipe multiprofissional do quadro de servidores do Município, composta de no mínimo 03 (três) servidores, sendo que um deles deverá ser assistente social.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença de que trata o *caput*, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de 12 (doze) meses nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º Soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º.

Subseção VI

Licença Para Tratar De Interesses Particulares

Art. 135. À critério da administração poderá ser concedida ao servidor, ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, e tenha aos menos cinco anos de efetivo exercício no cargo, licenças para o trato de assuntos particulares, sem remuneração, pelo prazo de até 1 (um) ano, prorrogável por mais 1(um), se assim for conveniente à administração.

§ 1º O requerente aguardará em exercício a publicação do ato de concessão da licença, sob pena de demissão por abandono de cargo.

§ 2º Não se concederá licença para trato de assuntos particulares ao servidor que esteja respondendo a sindicância, processo administrativo ou, a qualquer título, esteja ainda obrigado à indenização ou à devolução aos cofres públicos.

§ 3º O servidor poderá desistir da licença a qualquer tempo e reassumir o exercício de suas atividades, a critério da autoridade competente.

§ 4º O período de licença não será computado para fins de progressão de carreira.

Art. 136. Só poderá ser concedida nova licença para o trato de interesses particulares depois de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior.

Art. 137. A licença poderá ser cassada, a juízo da autoridade máxima do Município, quando o interesse do serviço o exigir.

Parágrafo único. Cassada a licença, o servidor terá até 30 (trinta) dias para reassumir o exercício, após divulgação pública do ato.

Art. 138. Ao servidor ocupante de cargo em comissão, não se concederá, nessa qualidade, licença para tratar de interesses particulares.

Art. 139. Fica sob responsabilidade do servidor em licença para tratar de interesses particulares, a opção pelo recolhimento mensal ao Regime Próprio de Previdência, das contribuições previdenciárias próprias e das relativas ao órgão ou entidade de vinculação.

Parágrafo único. A regra de contribuição deverá seguir a legislação vigente do Regime Próprio de Previdência.

Subseção VII

Da Licença Prêmio

Art. 140. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício no Município, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença prêmio com a remuneração total.

Art. 141. Para os fins previstos no artigo 140 desta lei, aos servidores não serão considerados como afastamentos do exercício:

I –as concessões previstas no artigo 149 desta lei;

II –licenças previstas nos incisos II e III do artigo 118 desta lei.

III -júri e outros serviços obrigatórios por lei;

IV -licença para tratamento de saúde, até o máximo de 03 (três) meses por quinquênio;

V -licença por motivo de doença em pessoa da família, até um 1 (um) mês por quinquênio;

VI -faltas não justificadas, até o número de 05 (cinco) no quinquênio;

§ 1° Nas hipóteses de afastamento superior ao previsto no caput deste artigo, suspende-se a contagem para o período aquisitivo e recomeça a partir da data de retorno do servidor ao efetivo exercício.

§ 2° Perderá o direito de usufruir a licença prêmio o servidor que sofrer qualquer sanção decorrente de Processo Administrativo Disciplinar durante todo o período do quinquênio.

Art. 142. O direito de usufruir a Licença Prêmio deverá ser exercitado durante os 05 (cinco) anos subsequentes, ficando vedada a acumulação de períodos aquisitivos.

§ 1° O servidor poderá optar pelo gozo integral da licença prêmio ou usufruí-la em períodos não inferiores a 30 (trinta) dias, devendo ser requerida com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência e deverá ter a anuência do Município.

§ 2º O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

§ 3º É vedado o exercício do cargo durante o período de fruição.

§ 4° Excepcionalmente, fará jus à licença prêmio de forma proporcional, à razão de1/60 (um sessenta avos) por mês completo de efetivo exercício, quando do falecimento, e nos casos de aposentadoria compulsória ou por invalidez.

§ 5° A contagem de tempo de serviço para aquisição da licença prêmio tratada na presente lei, contabilizará o tempo de serviço dos servidores estáveis a partir da sanção desta lei, se este tempo não fizer parte do período aquisitivo utilizado para fins do disposto no artigo 269, ficando vedado o uso do mesmo período para contagem de ambas licenças.

Art. 143. O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargo em comissão e ocupantes de função gratificada, os quais receberão a remuneração total.

CAPÍTULO V
DOS AFASTAMENTOS
Seção I
Disposições Gerais
Art. 144. Mediante autorização formal do chefe do Poder Executivo, o servidor poderá afastar-se de seu cargo:
I - à disposição de outro órgão ou entidade;
II - para exercer mandato eletivo;
III - para exercer cargo de provimento em comissão.
Subseção I
Do Afastamento à Disposição de Outro Órgão ou Entidade
Art. 145. No superior interesse da administração municipal, fica facultado ao chefe do Poder Executivo em atendimento ao disposto nesta lei, autorizar a cessão ou permutas de servidores ao Estado, à União, ou outro Município, num prazo de 2 (dois) anos, prorrogável ou não.
§ 1º Na hipótese do definido neste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade a que o servidor for colocado à disposição, e vertida a contribuição previdenciária para o regime próprio de origem do servidor, arcando o órgão também com a parte patronal.
§ 2º Na hipótese de permuta deverá ser observado a compatibilidade dos servidores com relação ao cargo e escolaridade.
§ 3º O poder executivo poderá regulamentar por decreto esta subseção.

Subseção II
Do Afastamento para Exercer Mandato Eletivo
Art. 146. Ao servidor municipal, será concedido afastamento para o exercício de mandato eletivo da União, do Estado e do Município, com observância das seguintes condições:
I - tratando-se de mandato eletivo Federal ou Estadual, ficará afastado do seu cargo;
II - investido do mandato de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração e, em não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior, facultado optar pela remuneração;
III - investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo sendo-lhe facultado optar por sua remuneração;
IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais;
V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se em exercício estivesse.
Subseção III
Do Afastamento para Exercer Cargo em Comissão
Art. 147. O servidor empossado em cargo em comissão será afastado do cargo efetivo de que é ocupante.
Parágrafo único. O servidor poderá optar:
I - pelo vencimento atual do cargo efetivo; ou
II - pelo vencimento do cargo em comissão.
Art. 148. O servidor municipal vinculado ao regime desta lei, que acumular licitamente 2 (dois) cargos em carreira, quando investido em cargo em comissão, ficará afastado de ambos os cargos, podendo optar pelo disposto no parágrafo único do artigo 147.
CAPÍTULO VI
DAS CONCESSÕES
Art. 149. Sem qualquer prejuízo poderá o servidor municipal ausentar-se do serviço:
I - por 01 (um) dia, para doação de sangue, devidamente comprovada;
II – pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou recadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a 2 (dois) dias;
II - por 08 (oito) dias consecutivos em razão de:
a) casamento;
b) falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.
III - por 2 (dois) dias em razão de falecimento de parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade,até o quarto grau se não se aplicar o inciso anterior.
Art. 150. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo sempre no máximo interesse da administração, desde que a área de estudo tenha compatibilidade com o cargo do servidor.
§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.
§ 2º Para concessão da dispensa, de que trata o parágrafo anterior, o servidor deverá requerê-la oficialmente, mediante apresentação de documento comprobatório de tal situação.
§ 3º Será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial.
§ 4º Fica assegurada a redução da carga horária ao servidor responsável por dependente com deficiência, inclusive nos casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), sem prejuízo da remuneração, desde que comprovadas, por laudo técnico ou documentação idônea, a necessidade de atendimento especializado e a imprescindibilidade do acompanhamento pelo servidor.
§ 5º Ao servidor que fora concedido o horário especial descrito no §4º de artigo, caberá apresentar relatório atualizado acerca da necessidade de atendimento especial a cada 06 (seis) meses, cuja apresentação deverá ser realizada junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município.
§ 6º As disposições constantes do § 3° são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência.
§ 7º O poder executivo regulamentará este artigo, através de Lei específica com base na legislação federal e critérios adotados pela Nota Técnica Conjunta 113/2018.

CAPITULO VII
DO DIREITO DE PETIÇÃO
Art. 151. É assegurado ao servidor o direito de requerer aos poderes públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.
Art. 152. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.
Art. 153. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.
Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.
Art. 154. Caberá recurso:
I - do indeferimento do pedido de reconsideração;
II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.
§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.
Art. 155. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
Art. 156. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.
Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.
Art. 157. O direito de requerer prescreve:
I - em 05 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;
II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.
Parágrafo único O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.
Art. 158. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
Parágrafo único. Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia que cessar a interrupção.
Art. 159. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.
Art. 160. Para o exercício do direito de petição, é assegurado vistas do processo ou documento na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.

Art. 161. A administração municipal deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
Art. 162. A instância administrativa poderá ser renovada:
I - quando se tratar de ato manifestamente ilegal;
II - quando o ato impugnado tenha tido, como pressuposto, depoimento ou documento cuja falsidade venha a ser comprovada, e
III - se após a expedição do ato, surgir elementos novos e provas que autorizem a revisão do processo.
Art. 163. As certidões sobre matérias de recursos humanos, serão fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, de acordo com elementos e registros existentes, obedecidas às normas constitucionais.
Art. 164. São improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

TÍTULO IV
DO REGIME DISCIPLINAR
CAPÍTULO I
DOS DEVERES

Art. 165. São deveres do servidor municipal:
I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
II - ser leal à instituição que servir;
III - observar as normas legais e regulamentares;
IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
V - atender com presteza:
a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direitos ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal;
c) as requisições para a defesa da Fazenda Pública.
VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;
VII - zelar pela economia de material e pela conservação do patrimônio público;
VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
X - ser assíduo e pontual ao serviço;
XI - tratar com urbanidade as pessoas;
XII - representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
XIII - manter o espírito de solidariedade e cooperação com os demais servidores;
XIV - providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, sua declaração de família e outros dados e registros imprescindíveis ao desenvolvimento profissional;
XV - frequentar, quando designado, cursos legalmente instituídos para treinamento, aperfeiçoamento e atualização;
XVI - atender prontamente, com preferência sobre qualquer serviço, as requisições de documentos, informações ou providências que lhes forem feitas pelas autoridades judiciárias, para a defesa do município em juízo;
XVII - proceder na vida pública e privada, de forma a dignificar sempre a função pública;
XVIII - conhecer a legislação específica, relativa às suas atribuições na vida funcional;
XIX - apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;
XX - quando em exercício de atividade de tributação, arrecadação, o servidor tem ainda os seguintes deveres:
a) coibir, por iniciativa própria, qualquer sonegação flagrante de que tiver conhecimento;
b) constituir o crédito tributário pelo lançamento, com atividade que lhe é privativa e vinculada;
c) guardar sigilo a respeito das informações obtidas em razão de seu ofício, sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte e sobre a natureza e o estado de seus negócios e atividades, ressalvado o que dispuserem as legislações tributária e criminal, e não exigir tributo reconhecidamente indevido ou a maior que o devido, ou empregar meios vexatórios para a sua cobrança;
Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII, será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior, contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado o direito de defesa.

CAPÍTULO II
DAS PROIBIÇÕES

Art. 166. Ao servidor municipal é proibido:
I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
II - retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
III - recusar fé a documentos público;
IV - opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processos ou execução de serviço;
V - promover manifestações de apreço e desapreço no recinto da repartição;
VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
VII - coagir ou aliciar outro servidor municipal, no sentido de filiação, em associação profissional ou sindical, ou a partido político;
VIII - manter sob chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem em detrimento da dignidade da função pública;
X - atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
XI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
XII - praticar usura sob qualquer de suas formas;
XIII - proceder de forma desidiosa;
XIV - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
XV- utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;
XVI - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
XVII - revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência em razão do cargo ou função, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial ou administrativo.
XVIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do *caput* deste artigo não se aplica ao caso de gozo de licença para o trato de interesses particulares na forma do artigo 135, observada a legislação sobre conflito de interesse.

CAPÍTULO III
DA ACUMULAÇÃO

Art. 167. Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto:
a) a de dois cargos de professor;
b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza;
c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas,
Parágrafo único. Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando houver compatibilidade de horários.
Art. 168. A proibição de acumular estende-se à empregos e funções e abrangem autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista.
Art. 169. O servidor aposentado, quando no exercício de mandato eletivo ou de cargo em comissão ou quando contratado para prestação de serviços públicos, perceberá a remuneração dessa atividade cumulativamente com os proventos de aposentadoria.
Art. 170. Verificada, em processo administrativo, mediante o exercício de ampla defesa e do contraditório, a existência de acumulação ilícita, o servidor será obrigado a optar pela remuneração de um dos cargos, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da comunicação. Se não o fizer nesse prazo, será suspenso o pagamento de um dos cargos e o caso será encaminhado para apuração em processo administrativo disciplinar.
Art. 171. As acumulações serão objeto de exame e parecer, em cada caso, para efeito de nomeação em cargo ou função pública, e sempre que houver interesse da administração.
Art. 172. Ressalvado o caso de substituição, o servidor não pode exercer, simultaneamente, mais de uma função de chefia, bem como receber, cumulativamente, vantagens pecuniárias da mesma natureza.

Art. 173. Não se compreende na proibição de acumular, nem está sujeita a quaisquer limites, a percepção:
I - conjunta, de pensões civis ou militares;
II - de pensões com vencimento básico ou remuneração;
III - de pensões com vencimento básico de disponibilidade ou proventos de aposentadoria ou reforma;
IV - de proventos resultantes de cargos legalmente acumuláveis; e
V - de proventos com vencimento básico ou remuneração, nos casos de acumulação lícita.
Art. 174. O servidor vinculado ao regime desta lei, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidas.

CAPITULO IV
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 175. O servidor municipal responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
Art. 176. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
§ 1º A indenização de prejuízo causado ao erário poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não podendo ser inferior ao correspondente à 10% (dez por cento) da remuneração, provento ou pensão;
§ 2º Nos casos de comprovada má fé, a reposição deve ser feita de uma só vez, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
§ 3º Tratando-se de danos causados à terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Municipal, em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.
Art. 177. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
Art. 178. A responsabilidade civil-administrativa resulta de atos omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
Art. 179. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo uma e outra independentes entre si.
Art. 180. A responsabilidade administrativa do servidor municipal poderá ser afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
Art. 181. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

CAPÍTULO V
DAS PENALIDADES

Art. 182. São penalidades disciplinares:
I - advertência;
II – suspensão (sem remuneração);
III - demissão;
IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
V - destituição de cargo em comissão;
VI - destituição de função gratificada.
Art. 183. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.
Art. 184. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do artigo 165, incisos I a VIII e XVIII e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.
Art. 185. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.
§ 1º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
Art. 186. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.
Art. 187. A demissão será aplicada nos seguintes casos:
I - crime contra a administração pública;
II - abandono de cargo;
III - inassiduidade habitual;
IV - improbidade administrativa;
V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
VI - insubordinação grave em serviço;
VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
VIII - aplicação irregular de dinheiro público;
IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
XI - corrupção;
XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
XIII - transgressão dos incisos IX a XIV do artigo 165.
Art. 188. Constitui infração disciplinar de natureza gravíssima a prática, por servidor ocupante de cargo ou função no âmbito da educação infantil e fundamental, de qualquer conduta que importe violência física, psicológica ou moral contra criança sob sua responsabilidade funcional, compreendendo, entre outras:
I – agressões físicas, ainda que de menor potencial lesivo, tais como tapas, beliscões, empurrões ou atos semelhantes;
II – tratamento humilhante, vexatório ou constrangedor;
III – gritos intimidatórios, ameaças ou qualquer forma de intimidação psicológica;
IV – castigo físico ou medida disciplinar que exponha a criança a sofrimento físico ou emocional.
§ 1º A infração prevista no caput sujeita às penalidades cabíveis, observado o princípio da proporcionalidade, inclusive demissão, observado o devido processo administrativo disciplinar.
§ 2º A apuração deverá ocorrer com prioridade, assegurada a proteção integral da criança, inclusive com adoção de medidas cautelares de afastamento preventivo do servidor, quando necessário à instrução processual ou à preservação da integridade dos alunos.
§ 3º A autoridade competente deverá comunicar o fato aos órgãos de proteção da criança e do adolescente, sempre que houver indícios de violação de direitos.
Art. 189. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade competente notificará o servidor para apresentar opção no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento para a sua apuração e regularização imediata.
Art. 190. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.
Art. 191. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.
Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada os termos do artigo 57 será convertida em destituição de cargo em comissão.
Art. 192. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VI, VII, IX, XII, XV, XVI e XVIII do artigo 165, implica a responsabilização na forma da lei.
Art. 193. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do artigo 165, incisos IX, XII e XVI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do artigo 165 incisos IX, XII e XVI.

Art. 194. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
Art. 195. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.
Art. 196. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento a que se refere o artigo 204, observando-se especialmente que:
I - a indicação da materialidade dar-se-á:
a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a 30 (trinta) dias;
b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses;
II - após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a 30 (trinta) dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.
Art. 197. As penalidades disciplinares serão aplicadas:
I - pelo chefe do Poder Executivo, quando se tratar de destituição de cargo em comissão, demissão, cassação de aposentadoria ou suspensão;
II - pelo Secretário da pasta a qual o servidor esteja vinculado e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência;
Art. 198. A ação disciplinar prescreverá:
I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;
II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;
III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.
§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.
§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.
§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.
§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

TITULO V
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 199. A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa.
Art. 200. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a informações mínimas necessárias para convencimento ou suposto convencimento do cometimento do objeto relatado.
Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.
Art. 201. Sindicância é o instrumento destinado a apurar autoria e/ou materialidade de responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, podendo resultar:
I - arquivamento do processo;
II - instauração de processo disciplinar.
Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
Art. 202. A sindicância será instaurada por ordem da chefia imediata da unidade administrativa que o servidor estiver subordinado e pode constituir-se em peça ou fase do processo administrativo respectivo.
Art. 203. A sindicância será promovida por uma comissão permanente ou especial composta por 3 (três) servidores podendo um deles ser comissionado, de reconhecida experiência administrativa e funcional, designada pelo chefe do Poder Executivo.
§ 1º A autoridade indicará o respectivo presidente, dentre seus membros, ao designar a comissão.
§ 2º O presidente da comissão designará um dos membros que deverá secretariá-lo, sem prejuízo do direito ao voto.
Art. 204. A comissão dedicará todo o tempo do expediente aos trabalhos da sindicância, sempre que necessário.
Art. 205. A sindicância administrativa deve ser iniciada dentro de 3 (três) dias contados da publicação da designação dos membros da comissão no órgão oficial do município, e concluída no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
Art. 206. A comissão deverá ouvir as pessoas que tenham conhecimento ou que possam prestar esclarecimentos a respeito do fato, bem como proceder a todas as diligências que julgar convenientes à sua elucidação.
Art. 207. Ultimada a sindicância, remeterá a comissão ao chefe do Poder Executivo, relatório que configure o fato indicando o seguinte:
I - se é regular ou não;
II - caso seja, quais os dispositivos legais violados e se há presunção de autoria.
Parágrafo único. O relatório não deverá propor qualquer medida disciplinar, exceto a abertura de processo administrativo, limitando-se a responder aos quesitos deste artigo.
Art. 208. Decorrido o prazo disposto no artigo 205 sem que seja apresentado o relatório, o chefe do Poder Executivo deverá promover a responsabilidade aos membros da comissão.
Art. 209. O chefe do Poder Executivo deverá pronunciar-se sobre a sindicância no prazo de 10 (dez) dias, no máximo, à partir da data do recebimento do relatório.
Parágrafo único. O eventual desatendimento dos prazos previstos neste artigo não causará nulidade ao processo.

CAPÍTULO II
DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 210. Como medida cautelar, a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar ou da sindicância, sempre que julgar necessário, poderá determinar o seu afastamento do cargo ou função, sem prejuízo da remuneração, realocando o servidor a outra função compatível com cargo.
Parágrafo Único: O afastamento é medida preventiva e não constitui pena.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 211. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
Art. 212. São competentes para determinar a instauração de processo disciplinar o chefe do Poder Executivo e os Secretários Municipais.
Art. 213. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores efetivos e estáveis, podendo um deles ser comissionado designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
§ 1º A comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.
§ 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
§ 3º Não poderá participar de comissão disciplinar servidor que tenha participado de comissão de sindicância sobre o mesmo fato.
Art. 214. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.
Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.
Art. 215. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:
I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;
II - julgamento.

Parágrafo único. O Ato que constituir a instauração do processo administrativo deve conter descrição mínima dos fatos; delimitação clara da acusação; identificação da conduta, não necessita nome completo do servidor, podendo constar apenas os dispositivos legais violados e a matrícula do processado e/ou suas iniciais.
Art. 216. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
§ 1º Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, até a entrega do relatório final.
§ 2º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.
§ 3º Sofrerá processo de responsabilização nos termos da lei servidor que negar-se injustificadamente a compor comissão de sindicância ou processo disciplinar, bem como para membros das comissões quando for notório que houve negligência dos trabalhos.
Art. 217. O processo disciplinar culminará com a aplicação das penas previstas no artigo 182.

Seção I
Art. 218. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
Art. 219. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.
Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos à Procuradoria Municipal, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.
Art. 220. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.
Parágrafo único. Os órgãos municipais atenderão com máxima urgência e presteza as solicitações da comissão, devendo justificar prontamente a impossibilidade do atendimento em caso de força maior.
Art. 221. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.
§ 1º O servidor deverá ser comunicado da abertura do processo administrativo, recebendo a cópia do ato administrativo de instauração do processo, e ser informado de como poderá acompanhar o processo.
§ 2º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.
§ 3º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.
Art. 222. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.
Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.
Art. 223. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente.
§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.
Art. 224. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos artigos 220 e 221.
§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.
§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.
Art. 225. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.
Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.
Art. 226. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indiciação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.
§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias úteis, assegurando-se lhe vista do processo na repartição.
§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias úteis.
§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.
§ 4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.
Art. 227. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.
Art. 228. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial do Município e de outras formas de modo que se tenha garantia da publicidade, para apresentar defesa.
Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias úteis a partir da última publicação do edital.
Art. 229. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.
§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.
§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
Art. 230. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.
§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.
§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
Art. 231. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.
Seção II
Do Julgamento
Art. 232. No prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.
§ 1º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.
§ 2º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.
§ 3º Se a penalidade prevista for a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá a autoridade de que trata o inciso I do artigo 197.
§ 4º Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.
Art. 233. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.
Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.
Art. 234. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.
§ 1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2º A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o artigo 159 será responsabilizada.
Art. 235. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.
Art. 236. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.
Art. 237. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.
Parágrafo único. Ocorrida a exoneração de que trata o parágrafo único, inciso I do artigo 56, o ato será convertido em demissão, se for o caso.
Art. 238. Serão assegurados transporte e alimentação:
I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;
II - aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Seção III
Da Revisão do Processo

Art. 239. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.
§ 2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.
Art. 240. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.
Art. 241. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.
Art. 242. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao chefe do Poder Executivo ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.
§ 1º Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do artigo 210 e despachará o requerimento para nova apuração.
§ 2º Os integrantes da comissão de processo disciplinar não poderão participar na comissão de revisão.
Art. 243. A revisão correrá em apenso ao processo originário.
Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas a inquirição das testemunhas que arrolar.
Art. 244. A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.
Art. 245. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.
Art. 246. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.
Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.
Art. 247. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.
Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.
Art. 248. Especificamente para este título, fica autorizado a utilização de forma subsidiária das seguintes legislações:
I - Lei Federal Nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
II – Lei Federal Nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
III – Decreto Lei Nº 3.689/1941, código de Processo Penal, e
IV – Lei Federal Nº 13.105/2015, código de Processo Civil.

TÍTULO VI
DO TERMO DE AJSUTE DE CONDUTA

CAPÍTULO I
DA RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS

Art. 249. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) consiste em instrumento de resolução consensual de conflitos, utilizado de forma alternativa a processos disciplinares que envolvam transgressões disciplinares de menor potencial ofensivo.
Art. 250. No Termo de Ajustamento de Conduta o servidor público assume a responsabilidade pela irregularidade a que deu causa, comprometendo-se a ajustar sua conduta em observância aos deveres e proibições previstas na legislação vigente.
§ 1º Poderá ser elaborado Termo de Ajustamento de Conduta quando a infração administrativa disciplinar, no seu conjunto, apontar ausência de efetiva lesividade ao erário, ao serviço ou a princípios que regem a administração pública.
§ 2º Como medida disciplinar alternativa de procedimento disciplinar, o ajustamento de conduta visa à reeducação do servidor, e este, ao firmar o Termo de Ajustamento de Conduta, espontaneamente, deve estar ciente dos deveres e das proibições, comprometendo-se, doravante, em observá-los no seu exercício funcional.
Art. 251. Para os fins da proposição e assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, considera-se a infração disciplinar de menor potencial ofensivo a conduta punível com advertência ou suspensão de até quinze dias, nos termos desta Lei Complementar.
Art. 252. Não serão consideradas infrações disciplinares de menor potencial ofensivo, os seguintes casos:
I - más condutas relacionadas a licitações, execução de contratos administrativos ou transferências voluntárias;
II - circunstâncias que justifiquem a imposição de sanção superior à de advertência, ou suspenção superior a quinze dias;
III - existência de prejuízo ao erário, quando comprovado o erro grosseiro e o dolo do servidor;
IV - fatos que estiverem sendo apurados por meio de inquérito policial, inquérito civil, ação penal ou ação civil.
Art. 253. Considera-se essencial para o cabimento do Termo de Ajustamento de Conduta:
I - inexistência de dolo ou erro grosseiro na conduta do servidor infrator;
II - que a falta funcional não seja punível com suspensão superior a 15(quinze) dias ou penalidade de demissão;
III - não tenha sido condenado por outra infração disciplinar nos últimos cinco anos;
IV - que seu histórico funcional lhe abone a conduta;
V - não tenha firmado Termo de Ajustamento de Conduta nos últimos dois anos, contados desde a publicação do instrumento; e
VI - tenha ressarcido, ou se comprometido a ressarcir, eventual dano causado à administração pública.
Art. 254. Nos casos em que da conduta do servidor houver resultado dano ou extravio de bem público, sem dolo ou erro grosseiro, o ressarcimento, após a apuração do montante devido, poderá ocorrer:
I - por meio do seu pagamento integral em parcela única;
II - por meio de parcelamento do valor devido, nos limites estabelecidos neste Estatuto;
III - pela entrega de um bem de característica igual ou superior ao danificado ou extraviado; ou
IV - com a reparação do bem danificado que o restitua às condições anteriores.
§ 1º Caberá à autoridade competente, no momento da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, aferir os termos avençados para o ressarcimento.
§ 2º O ressarcimento de que trata este artigo se dará em favor do órgão ou da entidade em que ocorreu a transgressão disciplinar.
Art. 255. Para a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, a autoridade competente deverá constatar a presença cumulativa dos seguintes requisitos:
I - reconhecimento pelo servidor da responsabilidade pela prática da transgressão disciplinar;
II - compromisso do servidor perante a administração de ajustar sua conduta aos deveres e às proibições previstos na legislação e a ressarcir os danos e prejuízos porventura causados ao erário;
II - penalidade aplicável, em tese, de advertência ou de suspensão de até quinze dias, indicando objetivamente, no caso de suspensão, o prazo em dias da penalidade, baseada em nota técnica emitida pela comissão Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar;

IV - inexistência de Processo Administrativo Disciplinar em curso relativo a prática de outra infração disciplinar;
V - ausência de circunstâncias agravantes ou que justifiquem a majoração da penalidade, nos termos desta Lei Complementar.
Parágrafo único. O Termo de Ajustamento de Conduta firmado sem o preenchimento dos requisitos previstos neste artigo será declarado nulo, devendo-se realizar a apuração da responsabilidade do agente público, na forma da legislação aplicável.
Art. 256. A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta constitui ato voluntário do servidor, não cabendo à Administração a imposição de tal instituto.
Art. 257. O Termo de Ajustamento de Conduta deverá conter:
I - a qualificação do servidor público envolvido;
II - os fundamentos de fato e de direito para sua celebração;
III - a descrição das obrigações assumidas;
IV - o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações; e
V - a forma de fiscalização das obrigações assumidas.
Art. 258. O Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser formalizado antes ou durante o Processo Administrativo Disciplinar, após a apuração do fato denunciado, quando presentes, objetivamente, os indicativos apontados.
Parágrafo único. A comissão responsável poderá recomendar o Termo de Ajustamento de Conduta como solução ao processo de Sindicância ou disciplinar.
Art. 259. O Termo de Ajustamento de Conduta não possui caráter punitivo e poderá ser realizado, de ofício, a partir do conhecimento pela administração da prática de suposta infração disciplinar, ou a pedido do servidor, até cinco dias contados da apuração dos fatos através da Sindicância ou sua intimação em Processo Administrativo Disciplinar já instaurado.
Art. 260. O Termo de Ajustamento de Conduta será celebrado no prazo máximo de dez dias, e homologado pela autoridade competente para o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar.
Art. 261. O acompanhamento do efetivo adimplemento dos termos do Termo de Ajustamento de Conduta durante seu prazo de vigência será realizado pela chefia imediata do servidor, sem prejuízo das competências próprias da comissão permanente, se for o caso.
Art. 262. As obrigações estabelecidas pela Administração devem ser proporcionais e adequadas à conduta praticada, visando mitigar a ocorrência de nova infração e compensar eventual dano.
§ 1º As obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta poderão compreender, dentre outras:
I - reparação do dano causado;
II - retratação do interessado;
III - participação em cursos visando à correta compreensão dos seus deveres e proibições ou à melhoria da qualidade do serviço desempenhado;
IV - acordo relativo ao cumprimento de horário de trabalho e compensação de horas não trabalhadas;
V - cumprimento de metas de desempenho;
VI - sujeição a controles específicos relativos à conduta irregular praticada.
§ 2º Após celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, será publicado extrato no Diário Oficial Município, contendo, o número do processo e a descrição genérica do fato.
§ 3º A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta será comunicada à chefia imediata do servidor público, com o envio de cópia do termo, para acompanhamento do seu efetivo cumprimento.
Art. 263. Por meio do Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo administrativo, o servidor assumirá a responsabilidade pela prática da transgressão disciplinar, comprometer-se-á a ajustar sua conduta, observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, bem como ressarcir os danos e prejuízos porventura causados ao erário.
Art. 264. Firmado Termo de Ajustamento de Conduta pelo servidor e a administração pública, será aplicada a suspensão do Processo Administrativo Disciplinar, constando no seu assentamento funcional, pelo prazo de um a cinco anos, conforme a natureza e gravidade da falta acometida à seguinte gradação:
I - nas faltas puníveis com a pena de advertência, será aplicada a suspensão do processo pelo prazo de até dois anos;
II - nas faltas puníveis com a pena de suspensão, será aplicada a suspensão do processo pelo prazo de dois até cinco anos.
Art. 265. A suspensão do Processo Administrativo Disciplinar será automaticamente revogada se, no curso de seu prazo, o servidor vier a ser processado por outra falta disciplinar ou se descumprir as condições estabelecidas neste estatuto, em regulamento ou no Termo de Ajustamento de Conduta, prosseguindo-se, nestes casos, os procedimentos disciplinares cabíveis.
Art. 266. Expirado o prazo da suspensão, tendo o servidor beneficiário cumprido às condições estabelecidas, será declarada extinta a punibilidade pela autoridade competente.
Parágrafo único. O beneficiário da suspensão do processo administrativo pelo Termo de Ajustamento de Conduta fica impedido de gozar o mesmo benefício durante o seu curso e o dobro do prazo de suspensão, contados a partir da declaração de extinção da punibilidade, exceto nos casos de acidentes veiculares e multas de transito quando no exercício da função.
Art. 267. O Termo de Ajustamento de Conduta será registrado nos assentamentos funcionais do servidor público.
§ 1º Declarado o cumprimento das condições do Termo de Ajustamento de Conduta pela chefia imediata do servidor público, não será instaurado procedimento disciplinar pelos mesmos fatos objeto do ajuste.
§ 2º No caso de descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, a chefia adotará imediatamente as providências necessárias à instauração ou continuidade do respectivo procedimento disciplinar, sem prejuízo da apuração relativa à inobservância das obrigações previstas no ajustamento de conduta.
§ 3º A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta suspende a prescrição até o recebimento pela autoridade celebrante da declaração a que se refere o §1º deste artigo.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS
CAPÍTULO I
DO PROGRAMA DE FRUIÇÃO DE LICENÇAS PRÊMIO
Art. 268. A fruição da licença prêmio cujo direito estiver adquirido na data da publicação desta Lei Complementar deverá ocorrer dentro do período de 10 (dez) anos, contados da mesma data.
§ 1º A fruição de que trata o caput deste artigo poderá ocorrer de forma integral ou fracionada, em período não inferior a 30 (trinta) dias consecutivos, a critério da Administração.
§ 2º A fruição da licença prêmio está condicionada à conveniência da Administração Pública, observados os critérios estabelecidos em regulamentação a ser editada pelo Chefe do Poder Executivo, que deverá priorizar a fruição pelos servidores com maior tempo de serviço computado para fins de aposentadoria.
Art. 269. Verificada a existência de licença prêmio não gozada, quando da passagem do titular de cargo público efetivo para a inatividade, o servidor, ou seu dependente, poderá requerer indenização em pecúnia, nos termos da regulamentação a ser editada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, desde que não tenha sido utilizada para qualquer outro efeito legal e não esteja prescrita.
Parágrafo único. Para fins do pagamento da indenização em pecúnia, autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a estabelecer, na regulamentação, o parcelamento em número de parcelas correspondentes ao mesmo número de meses de licença não gozada, quando superior a 2 (meses), observada a disponibilidade orçamentária e financeira.
CAPÍTULO II
DOS BENEFÍCIOS
Seção I
Da Aposentadoria e Da Pensão por Morte
Art. 270.O servidor público e seus dependentes, quando cabível, terão direito aos seguintes benefícios previdenciários:
I – Aposentadoria por invalidez permanente;
II – Pensão por morte;
III – Aposentadoria compulsória; e
IV – Aposentadoria voluntária.
§ 1º Lei municipal própria disporá sobre o plano de benefícios.
§ 2º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.
Art. 271. Os proventos da aposentadoria, nunca inferiores ao salário mínimo, serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração do servidor em atividade, e serão estendidos ao inativo os benefícios ou vantagens posteriormente

concedidas ao funcionário em atividade, mesmo quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou da função em que se tiver dado a aposentadoria, na forma da lei.
§ 1º E assegurado ao funcionário afastar-se da atividade a partir da data do requerimento da aposentadoria e sua não concessão importará na reposição do período de afastamento.
§ 2º Para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem reciproca do tempo de serviço nas atividades públicas, privadas, nos termos da Constituição da República do Brasil.
§ 3º O funcionário público que retornar à atividade após a cessação dos motivos que causarem sua aposentadoria por invalidez terá direito, para todos os fins, salvo para o de promoção, à contagem do tempo relativo ao período de afastamento.
§ 4º. Para o efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se estivessem no exercício.
§ 5º. As aposentadorias e pensões serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontrem vinculadas os funcionários.
§ 6º. O recebimento de benefício havido por fraude, dolo ou má fé implicará devolução ao Erário do total auferido, devidamente atualizado, sem prejuízo da ação penal cabível.

Seção II
Do Abono Familiar

Art. 272. Será concedido abono familiar ao funcionário ativo ou inativo:
I - por filho menor de 14 (quatorze) anos que não exerça atividade remunerada e nem tenha renda própria;
II - por filho inválido ou mentalmente incapaz, sem renda própria.
§ 1º Compreende-se, neste artigo, o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo e o menor que, mediante autorização judicial, estiver sob a guarda e o sustento do funcionário.
§ 2º Para efeito deste artigo, considera-se renda própria ou atividade remunerada o recebimento de importância igual ou superior ao valor de referência vigente no município.
§ 3º Quando o pai e mãe forem funcionários municipais, ativos ou inativos, o abono familiar será concedido apenas a um deles.
§ 4º Ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 273.Ocorrendo o falecimento do funcionário, o abono familiar continuará a ser pago a seus beneficiários, por intermédio da pessoa sob cuja guarda se encontrem, enquanto fizerem jus à concessão.
§ 1º Com o falecimento do funcionário e à falta do responsável pelo recebimento do abono familiar, será assegurado aos beneficiários o direito à sua percepção, enquanto assim fizerem jus.
§ 2º Passará a ser efetuado ao cônjuge separado sobrevivente o pagamento do abono familiar correspondente ao beneficiário que vivia sob a guarda e sustento do funcionário falecido, desde que aquele consiga autorização judicial para mantê-lo e ser o seu responsável.
§ 3º Caso o funcionário não haja requerido o abono familiar relativo a seus dependentes, o requerimento poderá ser feito após sua morte pela pessoa cuja guarda e sustento se encontrem, operando seus efeitos a partir da data do pedido.

Art. 274.O valor do abono familiar será igual ao estipulado pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, devendo ser pago a partir da data que for protocolado o requerimento.
Parágrafo único. O responsável pelo recebimento do abono familiar deverá apresentar, no mês de julho de cada ano, declaração de vida e residência dos dependentes, sob pena de ser suspenso o pagamento da vantagem.

Art. 275. Nenhum desconto incidirá sobre o abono familiar, nem este servirá de base a qualquer contribuição, ainda que para fins de previdência social.

Art. 276. Todo aquele que, por ação ou omissão, der causa a pagamento indevido de abono familiar ficará obrigado à sua restituição, sem prejuízo das demais cominações legais.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 277. O dia do servidor público municipal será comemorado no dia 28 (vinte e oito) de outubro.

Art. 278. Poderão ser instituídos, no âmbito do Poder Executivo, os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:
I - prêmios pela apresentação de ideias inovadoras, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;
II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.

Art. 279. Quando o artigo não dispuser o contrário, os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o 1° (primeiro) dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 280. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam comprovadamente às suas expensas e constantes de seu assentamento pessoal individual.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

Art. 281. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, nenhum servidor poderá ser privado de qualquer de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.

Art. 282. São assegurados ao Servidor Municipal os direitos de associação sindical e o de greve.

Parágrafo único. O direito de greve será exercido estritamente nos termos dos limites definidos em Lei Federal, adequadas às peculiaridades do Município.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 283. Serão subordinados ao regime jurídico, instituído pela presente lei, os servidores municipais já enquadrados nos planos de cargos e salários e os concursados admitidos a partir desta data.

Art. 284. Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta lei, os servidores municipais concursados e comissionados do Poder Executivo, mesmo aqueles cedidos, já enquadrados no plano de cargos e salários, exceto os contratados por prazo determinado, que se submete a legislação especial.

Art. 285. É facultada a admissão de estrangeiro, em caráter excepcional para exercer encargos de pesquisa, tendo em vista as peculiaridades científicas de seu conhecimento e a relevância de sua atuação, tudo sob arbítrio do Chefe do Poder Executivo Municipal, em cada caso e respeitada a legislação federal.

Art. 286. Fica assegurado a irredutibilidade de vencimentos.

Art. 287. O regime jurídico único estatutário estabelecido nesta lei, será aplicado aos servidores da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, cabendo ao presidente desta, as atribuições reservadas nesta lei ao chefe do poder executivo municipal, quando for o caso.

Art. 288. O Município poderá contar com legislação específica relativa aos temas:
I – previdência;
II – plano de cargos, carreira e valorização do servidor público, e
III – demais normas que garantam a eficiência administrativa com sua correspondente legalidade.

Art. 289. Fica autorizado utilização da Lei Federal nº8.112/1990, de forma subsidiária, quando o presente regramento não for suficientemente capaz de garantir todo o respaldo legal para os casos concretos.

Art. 290. Esta lei entrará em vigor na data da publicação.

Art. 291. Revogam-se as disposições em contrário em especial as Leis Municipais nº 33/1993, 649/2017, 817/2022 e 935/2025.

Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Redação dada pela Emenda Constitucional nº 138, de 2025

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:C5A3671A

RH
PORTARIA 367/2026

PORTARIA Nº 367/2026

Dispõe sobre a substituição de membro nomeado pela Portaria 213/2026 para a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – PAD e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de substituição de membro da equipe processante;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os membros da Comissão Processante, a qual passará a ser composta pelos seguintes servidores:

I – ANA GABRIELI GODINHO – Membro
II – MARLA BATISTI – Membro
III – SANDRA BARBOSA DE OLIVEIRA– Membro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul/PR, 25 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:2195A20B

RH
PORTARIA 368/2026

PORTARIA Nº 368/2026

ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDORES

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR a lotação do servidor público municipal, Sr. **JOLVANI LODDI LOFF**, inscrito no RG sob nº 9.424.723-3 II-PR ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, passando a desempenhar a partir de 28 de setembro de 2026 suas funções na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo.

Art. 2º - ALTERAR, TEMPORARIAMENTE, a lotação do servidor público municipal, Sr. **ALTEVIR AGUSTINHO CONTE**, inscrito no RG sob nº 44883953 SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 28 de setembro de 2026, até o preenchimento da vaga, quando retornará à sua lotação de origem, junto à Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 25 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:C4A472C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
****REPUBLICAÇÃO** AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – SRP- Nº 34/2026-PMF**

I. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes para as Secretarias Municipais.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir do dia 14 de setembro de 2026 até às 08h45min do dia 14/10/2026, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
III. REALIZAÇÃO: dia **14 de outubro de 2026** às 09:00h, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço por item".
V. VALOR TOTAL MÁXIMO: R$ 561.027,50 (quinhentos e sessenta e um mil e vinte e sete reais e cinquenta centavos)
Demais informações pelo fone: (44) 3136-0200 na Prefeitura Municipal de Flórida/PR, na Divisão de Licitação, no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Flórida: www.florida.pr.gov.br e no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.

Flórida, 25 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:52883153

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.652, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.652, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede férias regulamentares parcial à servidora Josiane Alves.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/2001

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, à servidora Josiane Alves, Zelador/40h, matrícula 2-01304, 15 (quinze) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 22/09/2025 a 21/09/2026, para fruição no período de 05 de outubro de 2026 a 19 de outubro de 2026.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 25 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:A8671264

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.653, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.653, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede férias regulamentares parcial e dispõe sobre a conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário ao servidor Pablo Henrique Benhossi.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem os arts. 87 e 92-A da Lei Municipal nº 03/2001, CONSIDERANDO o Decreto

Municipal nº 5.134/2026 e CONSIDERANDO o requerimento do servidor, devidamente acompanhado da decisão fundamentada

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, ao servidor Pablo Henrique Benhossi, Agente Administrativo/40h, matrícula 2-01174, 5 (cinco) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01/12/2023 a 30/11/2024, para fruição no período de 05 de outubro a 09 de outubro de 2026.
Parágrafo único. Fica convertido em pecúnia 1/3 (um terço) de férias, correspondente à remuneração equivalente a 10 (dez) dias de férias, acrescido do respectivo terço constitucional, referente ao mesmo período aquisitivo.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 25 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:CE6C96EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.654, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.654, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede férias regulamentares parcial à servidora Ani Karolini de Carvalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/2001

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, à servidora Ani Karolini de Carvalho, ACE/40h, matrícula 2-01203, 15 (quinze) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01/08/2025 a 31/07/2026, para fruição no período de 15 de outubro de 2026 a 29 de outubro de 2026.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 25 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:965F6992

SECRETARIA DE SAÚDE
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE 2º QUADRIMESTRE DE 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE
2º QUADRIMESTRE DE 2026.

O Órgão Gestor de Saúde do município de FLÓRIDA/PR, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Parágrafo Único, Artigo 31 da LEI COMPLEMENTAR Nº 141, de 13 de janeiro de 2012, CONVOCA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE e a toda POPULAÇÃO Floridense a participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA QUADRIMESTRAL** a ser realizada no dia 29 de setembro de 2026, com início às 9:30 horas, nas dependências da CÂMARA DE VEREADORES DE FLÓRIDA, com endereço na Rua São Pedro n° 613. Sendo a seguinte

Ordem do dia:

– APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS QUADRIMESTRAIS DAS ATIVIDADES DA SAÚDE, RELATIVO AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026.

Flórida/PR, 25 de setembro de 2026.

CASSIA APARECIDA VICENTIN SETTE
Órgão Gestor de Saúde
Município de Flórida/PR

Publicado por:
Pablo Henrique Benhossi
Código Identificador:136D37C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01-2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01-2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399-2022)
COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTOS PÚBLICOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB – LEI FEDERAL Nº 14.399/2022
Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, SELEÇÃO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTOS PÚBLICOS DA LEI FEDERAL DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA Nº 14.399/2022 – nomeada através do Decreto 066/2026, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA ETAPA FINAL DE HABILITAÇÃO do Edital de Chamamento Público nº 01-2026 – Multiartes, conforme segue:

1 - Raízes do Paraná: Saberes Tradicionais Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e Economia Criativa – Oficinas de Saboaria Ecológica e Embalagens de Papel Semente em Foz do Jordão
2 – A Kombucha como Fomento e Fermento da Cultura Alimentar e dos Saberes Culinários
3 – Entre Rezas, Memórias e Saberes: Benzedeiras de Foz do Jordão e a Valorização do Patrimônio Cultural Imaterial (cotas)
4 - Entre Livros e Encantos...Era Uma Vez Muitas Histórias
5 – ART FOZ
6 – Céu de Papel – a Arte e a Tradição da Pipa
7 – Acessibilidade Musical – Flauta Doce como Instrumento Facilitador
8 – Biblioteca em Versos e Cores

Foz do Jordão, 25 de setembro de 2026.

Comissão de Avaliação, Seleção e Julgamento de Chamamentos Públicos da Lei Federal – PNAB nº 14.399/2022 – nomeada através do Decreto nº 066/2026 de 06 de agosto de 2026 (publicada em 07/08/2026).

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:49DB00B8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 257/2026

PORTARIA Nº 257/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 1130/2026.

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar a pedido o servidor "**YAN PATRICK GIORDANI"** portador do RG nº 12.745.735-2 e inscrito no CPF n° 099.232.399-18, ocupante do Efetivo em "**OPERADOR DE MAQUINAS RODOVIÁRIAS"**, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 24 de setembro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:461A7AA3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 258/2026

PORTARIA Nº 258/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Municipal nº 05/1997, artigo 240 Parágrafo Único:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Concede licença especial por um período de 03 (três) meses referente ao quinquênio (2013-2018), para a servidora "**IVANILDE SELESTRINO DOS SANTOS"**, portadora do RG nº 8.316.669-0 e CPF nº 008.599.809-52 ocupante do cargo efetivo de **AUX DE SERVIÇOS GERAIS,** matrícula nº 553010-1, do Município de Foz do Jordão, estado do Paraná.

Artigo 2º - O período de Licença Especial compreende a data inicial de 21/09/2026 a 19/12/2026 (90 dias).

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposição em contrário.

Foz do Jordão, 24 de Setembro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:3798AB1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 407 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, ao Sr. **JOSE WALTER FERREIRA,** Lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referentes ao período 2025/2026, a partir de **28/09/2026 A 02/10/2026,** com retorno em **05/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 25 de Setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:9014D73E

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 408 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal,férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, ao Sr. **LUIZ CARLOS LESSKIU,** Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, referentes ao período 2026/2027, a partir de **28/09/2026 A 02/10/2026,** com retorno em **05/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 25 de Setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:8C12B131

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 409 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal,férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, a Sra. **MARIA SALETE DE OLIVEIRA VOLINKEVICZ,** Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, referentes ao período 2024/2025, a partir de **28/09/2026 A 02/10/2026,** com retorno em **05/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 25 de Setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:148C77CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 549/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 549/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Art. 1º - Na conformidade do disposto no art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como em observância ao art. 8º, §1º, e art. 9º, parágrafo único, da Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 2.149/2025, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.291.500,00 (um milhão e duzentos e noventa e um mil e quinhentos reais), conforme valores e discriminações a seguir especificados:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
20	000	02.004.122.0003.1.001	AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	4.4.90.61	R$ 172.000,00
23	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.1.90.13	R$ 100.000,00
26	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.1.90.91	R$ 62.000,00
56	000	02.005.20.608.0012.2.045	MANUT. SECRETARIA DE AGRICULTURA	3.3.71.70	R$ 12.000,00
129	000	02.008.18.541.0010.2.305	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	4.4.90.52	R$ 1.000,00
249	938	04.002.08.122.0015.2.072	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	3.3.90.39	R$ 4.500,00
336	101	06.001.12.361.0016.2.086	VALORIZAÇÃO E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.1.90.04	R$ 300.000,00
338	101	06.001.12.361.0016.2.086	VALORIZAÇÃO E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.1.90.13	R$ 130.000,00
341	101	06.001.12.365.0016.2.087	VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAR	3.1.90.04	R$ 360.000,00
343	101	06.001.12.365.0016.2.087	VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAR	3.1.90.13	R$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional de que trata o artigo anterior decorrerão da anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo especificadas, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
37	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.3.90.91	R$ 62.000,00
45	000	02.003.28.843.0000.2.038	DIVIDA PUBLICA	4.6.90.91	R$ 50.000,00
100	000	02.007.15.452.0009.2.065	MANUTENÇÃO/AMPLIAÇÃO REDE ILUMINAÇÃO PUBLICA	3.3.90.30	R$ 12.000,00
111	000	02.007.04.452.0010.2.028	MANUT. SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	3.3.90.39	R$ 100.000,00
185	000	03.002.10.303.0024.2.037	MANUT. FUNDO MUN. DE SAÚDE - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	3.3.90.32	R$ 100.000,00
361	000	02.007.15.452.0021.1.029	CONSTRUÇÃO/REFORMA CEMITÉRIO MUNICIPAL	4.4.90.51	R$ 23.000,00
248	938	04.002.08.122.0015.2.072	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	3.3.90.36	R$ 4.500,00
342	101	06.001.12.365.0016.2.087	VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAR	3.1.90.11	R$ 940.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias no Plano Plurianual – PPA 2026–2029, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA vigente, a fim de viabilizar a inclusão das suplementações previstas no art. 1º deste Decreto.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 25 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:83241087

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 021/2026
Processo Licitatório nº 114/2026
Contrato n° 303/2026
Adjudicação/ Homologação: 14/09/2026
Contratada: **MAM MAGUELNISKI ARTEFATOS METALICOS LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 14/09/2026 à 30/07/2027

Objeto: "CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, visando ao fornecimento parcelado e sob demanda de materiais de construção, materiais elétricos, hidráulicos, ferragens, tintas, ferramentas, agregados, artefatos de cimento, madeiras, materiais para cobertura, acabamentos e demais insumos correlatos, mediante aplicação de desconto sobre os preços constantes da Tabela SINAPI – Desonerada vigente, destinados à manutenção, conservação, recuperação, reforma, ampliação e execução de serviços nas diversas Secretarias do Município de General Carneiro – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 14 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:E2BC5C73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 021/2026
Processo Licitatório nº 114/2026
Contrato n° 255/2026
Adjudicação/ Homologação: 04/08/2026
Contratada: **ROZELI CORREA DA LUZ LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 04/08/2026 à 30/07/2027

Objeto: "CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, visando ao fornecimento parcelado e sob demanda de materiais de construção, materiais elétricos, hidráulicos, ferragens, tintas, ferramentas, agregados, artefatos de cimento, madeiras, materiais para cobertura, acabamentos e demais insumos correlatos, mediante aplicação de desconto sobre os preços constantes da Tabela SINAPI – Desonerada vigente, destinados à manutenção, conservação, recuperação, reforma, ampliação e execução de serviços nas diversas Secretarias do Município de General Carneiro – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 04 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:C9DFDB27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CMS - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 010/2026

Dispõe sobre a aprovação do 2º RQDA – RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR de 2026 – da Secretaria Municipal de Goioerê/PR.

O Conselho Municipal de Saúde – CMS, no âmbito de suas atribuições que são conferidas pela Lei Municipal nº1859/2009.

Considerando a Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.
Considerando a Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.
Considerando a Lei Complementar nº 141 de 12 de janeiro de 2012.
Considerando a Reunião Ordinária realizada no dia 23/09/2026 (vinte e três de setembro de dois mil e vinte e seis), às dezenove horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Goioerê, sito a Avenida Amazonas, 280 – Centro.

Resolve:

Art. 1º Apreciar e Aprovar o 2º RQDA – RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde

Goioerê, 23 de setembro de 2026.

JOSE ANTONIO DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:6D5D0574

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA N° 55/2026 – CMDPI

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 9h00min, na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida Mauro Mori, nº 1164, Jardim Lindóia, no município de Goioerê, Estado do Paraná, iniciou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. O Presidente, Sr. José Joaquim Soares, abriu a reunião desejando bom dia a todos os presentes. Na sequência, foram apresentadas e lidas as pautas da reunião ordinária, sendo: 1ª pauta – Ofício do PAPI – Comitê Paranaense da Pessoa Idosa; 2ª pauta – Termo Aditivo referente ao Lar dos Idosos São Joaquim de Santana, de Campo Mourão.
1ª Pauta – Ofício do PAPI: foi realizada a leitura do ofício recebido do PAPI – Comitê Paranaense da Pessoa Idosa, solicitando a indicação de um representante titular e um representante suplente deste Conselho para compor o referido Comitê. Foram apresentadas duas candidaturas, as quais foram submetidas à apreciação dos conselheiros e aprovadas por unanimidade. Ficou indicada como representante titular a Sra. Micheli Barbosa Chagas e como representante suplente o Sr. Ibanez Quevedo, ambos representantes da sociedade civil neste Conselho.
2ª Pauta – Termo Aditivo – Lar dos Idosos São Joaquim de Santana: na sequência, foi realizada a leitura do Plano de Trabalho, bem como do parecer da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos Administrativos, informando que encontra-se em andamento o processo de licitação, por meio do Chamamento Público nº 9/2026, que visa o credenciamento de Instituição Especializada para prestação de serviços de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas em Situação de Vulnerabilidade Social. Diante disso, foi apresentada a necessidade de realização de termo aditivo pelo período de dois meses ao Termo de Colaboração nº 003/2023 celebrado com o Lar dos Idosos São Joaquim de Santana, de Campo Mourão. O aditivo será realizado para os meses de outubro e novembro de 2026, no valor de R$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) por mês.
Em seguida, foi realizada a leitura do Plano de Metas e Objetivos, o qual, após apreciação dos membros do Conselho, foi aprovado por unanimidade.
Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. José Joaquim Soares, agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a reunião, desejando a todos um bom final de semana. E eu, Danyelle Ramos Lopes Leal Guimarães, dei fé e lavrei a presente ata.A lista de presença consta em anexo.
Goioerê – Paraná, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:7D521C4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123/2026
OBJETO: Aquisição de EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRÔNICO como TABLET, RELÓGIO ESPORTIVO DO TIPO SMARTWATCH E FONE DE OUVIDO, para atender a demanda referente a premiação dos participantes do Projeto MPT na Escola, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Goioerê-Pr.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: D R C PIVOTTI LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 13.822,00

DATA: 25/09/2026

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Jessica Ayumi Matushita
Código Identificador:9AAD0D70

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço Continuado de TRANSPORTE ESCOLAR POR KM RODADO, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Educação do município de Goioerê/PR., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 28/09/2026.
Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 13/10/2026.
Local: www.comprasgov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 25 de setembro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:CE6C342B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026
OBJETO: Registro de preço visando aquisições futuras de MATERIAIS ELÉTRICOS para manutenção do Sistema de Iluminação Pública do município de Goioerê, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 28/09/2026.
Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 08/10/2026.
Local: www.comprasgov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 25 de setembro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:676EB58F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 130/2026
OBJETO: Registro de Preços, para aquisições futuras de Cadeiras Plásticas com Braços e Mesas Plásticas Quadradas, visando suprir a deficiência de mobiliário e promover a melhoria da infraestrutura do Centro de Eventos do Jardim Universitário do município de Goioerê/PR, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, com parte do recurso sendo contemplado através do Orçamento Impositivo 2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: VERTICE COMERCIO DE ARTIGOS DE PLASTICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 129.330,00

DATA: 25/09/2026

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Jessica Ayumi Matushita
Código Identificador:88E63F49

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.996/2.026

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$30.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.2.2013-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$30.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.001 - GABINETE SECR.MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC.HIDRIC	
16.001.4.122.4.2071-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 24 de setembro de 2026

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:D45D28B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSO FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	25/09/2026	R$ 2.204,98

Goioerê, 25 de setembro de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:FF4007AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 208 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 208 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como GESTORES E FISCAIS no processo de gestão e fiscalização dos contratos ou instrumentos substitutivos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e orienta.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 03, de 31 de março de 2025, e a Lei Complementar nº 01/2006, de 10 de abril de 2006,
CONSIDERANDO as exigências legais para o processo de fiscalização de contratos que determinam que a execução dos contratos seja gerenciada e fiscalizada por representantes da Administração Pública;
CONSIDERANDO as boas práticas pertinentes ao processo de gestão e fiscalização contratual;

RESOLVE:
Art. 1°. Designar os servidores, abaixo relacionados, para atuarem como FISCAIS:

SECRETARIA	NOME	MATRíCULA
ADMINISTRAÇÃO	KAUANY ADAMOWSKY VALENDORFF	138138
DA FAZENDA E FINANÇAS PÚBLICAS	KAUANE TALITA MORES	138038
TRANSPORTES	MATHEUS HENRIQUE FERREIRA	138064
PROJETOS, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	CLAUDENICE SCOPEL DE OLIVEIRA	137870
EDUCAÇÃO	ELITON LEITE DA SILVA	72771
CULTURA, ESPORTE E LAZER	TIELE VICENTIM FERREIRA	138084
SAÚDE	TANIA MARA FOSCHERA	82451
ASSISTÊNCIA SOCIAL	ANGELA FABIANE CAGNINI	93291
DA MULHER	DANIELI NOLLA	138135
AGRICULTURA E PECUÁRIA	SILVIO ANTONIO CAMPANHA	75011
VIAÇÃO, OBRAS E INFRAESTRUTURA	MAIQUIEL DE LIMA	138140
URBANISMO, MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	LEANDRO ROSA	138120
GABINETE	KAUANY ADAMOWSKY	138138

	VALENDORFF	

Art. 2°. Designar os servidores, abaixo relacionados, para atuarem como GESTOR(ES):

SECRETARIA	NOME	MATRíCULA
ADMINISTRAÇÃO	EDINA DOS SANTOS VICENTIM FERREIRA	138066
DA FAZENDA E FINANÇAS PÚBLICAS	EDINA DOS SANTOS VICENTIM FERREIRA	138066
TRANSPORTES	ALESSANDRO DOS SANTOS	138075
PROJETOS, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	LORINALDO ALVES DE SOUZA	138068
EDUCAÇÃO	MIRIAM ROSSI	138028
CULTURA, ESPORTE E LAZER	ALEX DEBASTIANI DE LIMA	138071
SAÚDE	JAIRO DE SOUZA GUIMARÃES	138103
ASSISTÊNCIA SOCIAL	JOSIANE LOURENÇA	138072
DA MULHER	ROZELAINE SANTA ANA SCHADECK	138090
AGRICULTURA E PECUÁRIA	LAURI BOLIGON	137977
VIAÇÃO, OBRAS E INFRAESTRUTURA	JOCIMAR MORAIS VALENDORFF	138073
URBANISMO, MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	MANOEL ANTONIO FERREIRA BUENO	138139
GABINETE	EVANDRO LUIZ PASA DE SOUZA	138145

Art. 3°. Nos casos de contratos, cujo objeto esteja vinculado a obras e serviços de engenharia, os fiscais destes contratos, serão os engenheiros e/ou arquitetos pertencentes ao quadro de servidores desta municipalidade, devendo constar no instrumento contratual celebrando o nome e qualificação dos servidores designados.
Art. 4°. Caberá aos fiscais e gestores, ora designados, exercer as funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, podendo a qualquer momento, receber assistência do Órgão de Controle Interno e/ou da assessoria desta administração.
Art. 5°. Para o desenvolvimento das atribuições pertinentes, os servidores designados assinarão Termo de Ciência, recebendo a documentação necessária à execução das suas funções em cada contrato ou instrumento substitutivo para o quais forem indicados.
Art. 6°. Após assinado o Termo de Ciência, o fiscal ou gestor que se encontrar temporariamente impedido de exercer suas funções na contratação específica, deverá protocolar nos autos Pedido de Substituição Temporária, informando as razões do seu afastamento e o tempo em que o agente substituto atuará em seu lugar.
Art. 7°. Qualquer dos servidores relacionados poderá ser convocado para assinar Termo de Ciência como fiscal/gestor substituto, passando a atuar imediatamente no processo pelo tempo necessário à substituição.
Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:26F3E13E

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 209 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026 NOMEIA, MEIRI ROSA MEDEIRO

PORTARIA Nº 209 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia, MEIRI ROSA MEDEIRO, para exercer o cargo de Professor de Educação Física - 20 Horas semanais, em conformidade com o concurso público 001/2023 e dá outros provimentos.

EDER DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, com base na Lei Municipal nº. 326/2009 de 11 de dezembro de 2009, Lei complementar n. 01/2018 de 21 de dezembro de 2018 e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

R E S O L V E

Art. 1º- Nomear MEIRI ROSA MEDEIRO, RG nº 8.***.***-0 e CPF nº 039.***.***-07, para exercer o cargo em provimento efetivo de Professor de Educação Física - 20 Horas semanais, a partir da data de 21 de setembro de 2026, em conformidade com o concurso público 001/2023.

Art. 2º - Esta portaria tem efeitos retroativos com data de 08 de setembro de 2026, revogando as disposições contrárias.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 25 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:5E13715C

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 210 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026 NOMEIA, MARIA REGIANE KATRUCHA

PORTARIA Nº 210 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia, MARIA REGIANE KATRUCHA, para exercer o cargo de NUTRICIONISTA - 20 Horas semanais, em conformidade com o concurso público 001/2023 e dá outros provimentos.

EDER DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, com base na Lei Municipal nº. 326/2009 de 11 de dezembro de 2009, Lei complementar n. 01/2018 de 21 de dezembro de 2018 e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

R E S O L V E

Art. 1º- Nomear MARIA REGIANE KATRUCHA, RG e CPF nº 075.***.***-20, para exercer o cargo em provimento efetivo de Nutricionista - 20 Horas semanais, a partir da data de 25 de setembro de 2026, em conformidade com o concurso público 001/2023.

Art. 2º - Esta portaria tem efeitos retroativos com data de 08 de setembro de 2026, revogando as disposições contrárias.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 25 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:413F112B

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 211 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 211 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Exonera à pedido servidor público municipal, ocupante do cargo agente político, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado o servidor TASSIELE MARIA PEDROSO, matricula funcional nº 138132, a partir da data de 28 de setembro de 2026 do cargo de agente político, secretário municipal.

Artigo 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, 28 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:4DF8164F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 281/2026

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 695/2025, do Edital de Concorrência nº 012/2025, Processo Administrativo nº 200/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ 67.156.943/0002-60**

Objeto do Contrato: Pavimentação Asfáltica de vias urbanas com área de 9.036,26 m², sendo 2.170,75 m² de pavimentação em CBUQ, 4.235,07 m² de ciclofaixa em CBUQ e 2.630,44 m² de pavimentação em concreto armado, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a **prorrogação do prazo de vigência** do objeto contratado, conforme processo administrativo no 200/2025.

Da Prorrogação do Prazo: Pelo presente termo aditivo e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de **136 (cento e trinta e seis) dias**, passando a vencer em **15 de março de 2027**.

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Guaíra, Paraná, 25 de setembro de 2026.

GIELADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:45A05235

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 282/2026

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 470/2025, do Edital de Concorrência nº 006/2025, Processo Administrativo nº 122/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ 67.156.943/0002-60**

Objeto do Contrato: Pavimentação de vias urbana em bloco de concreto sextavado, 7.774,42 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra. Trechos: • Av Francisco Araujo Azevedo (entre Rua Valdir Bello e Rua Ritson Jonas Crisóstomo + 85,31m) • Rua Valdir Bello (entre Av Therezinha Aparecida Silva Peixer e Av Francisco Araujo Azevedo) • Rua Raimundo Frazão do Lago (entre Av Therezinha Aparecida Silva Peixer e Rua Sebastião Elias Shisler) • Rua Alfredo Ricardo Frenz (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Rua Lindolfo Pedro Ames + 177,83m) • Rua Therezinha Aparecida Silva Peixer (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Rua Valdir Bello + 62,43m) • Rua Ritson Jonas Crisóstomo (entre Av Lindolfo Pedro Ames e Av Francisco Araujo Azevedo) • Rua Prof.ª Satiko Inagaki Tsukamoto (entre Av Francisco Araujo Azevedo e Av Edson Luis da Rosa) Área Pavimentada: 7.774,42 m². Colocação de placas de comunicação visual.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a **prorrogação do prazo de vigência** do objeto contratado, conforme processo administrativo no 200/2025.

Da Prorrogação do Prazo: Pelo presente termo aditivo e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de **160 (cento e sessenta) dias**, passando a vencer em **15 de março de 2027**.

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Guaíra, Paraná, 25 de setembro de 2026.

GIELADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:A894AA48

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 283/2026

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda e Prestação de Serviços nº 546/2023, da Inexigibilidade de Licitação nº 108/2023

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **VIAÇÃO GARCIA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 78.586.674/0001-07**

Objeto: Contratação de empresa **para** o fornecimento de passagens rodoviárias (ônibus convencional) com destino as cidades de Londrina, Mandaguari, Marialva, Jandaia do Sul, São Paulo, Campinas, Bauru e Região, que serão utilizadas nos atendimentos de vital importância aos munícipes, em TFD (Tratamento Fora do Domicílio).

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato nº 546/2023.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, de **19 de setembro de 2026** até **18 de setembro de 2027**.

Do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo de **R$ 10.000,00 (dez mil reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 18 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:BC3460FC

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 461/2026

Pregão Eletrônico nº 164/2026
Processo Administrativo nº 277/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **50.220.785 JETERSON KOEPSEL**, inscrita no **CNPJ nº 50.220.785/0001-86.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual prestação de serviços de captura, remoção e relocação de colmeias e enxames de abelhas localizados em vias públicas, troncos de árvores, canteiros centrais, praças, pontos turísticos, prédios públicos e demais áreas públicas do Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 164/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **25 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 25 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 25 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:4D544034

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 642/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 461/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 164/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **50.220.785 JETERSON KOEPSEL**, inscrita no **CNPJ nº 50.220.785/0001-86.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual prestação de serviços de captura, remoção e relocação de colmeias e enxames de abelhas localizados em vias públicas, troncos de árvores, canteiros centrais, praças, pontos turísticos, prédios públicos e demais áreas públicas do Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 164/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **25 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 25 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 25 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:B5059381

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 590/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 164/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 164/2026, cujo objeto é a futura e eventual prestação de serviços de captura, remoção e relocação de colmeias e enxames de abelhas localizados em vias públicas, troncos de árvores, canteiros centrais, praças, pontos turísticos, prédios públicos e demais áreas públicas do Município de Guaíra/PR, sendo a empresa vencedora:

50.220.785 JETERSON KOEPSEL, inscrita no **CNPJ nº 50.220.785/0001-86,** vencedora global da licitação, com valor total máximo de **R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 25 de setembro de 2026

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:19EC11D2

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 EDITAL Nº 170/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2024 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 242/2024 nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **28/09/2026 a 02/10/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
10º	877	JAQUELINE CRISTINA PEDRO	Agente Administrativo	Cascavel
71º	1.114	ANA CLAUDIA LIMA DA SILVA*	Agente Administrativo	Cascavel
24º	3.059	MARIO LUCAS DOS SANTOS	Médico 24h / SAMU	Cascavel
31º	3.029	MIRIAM CRISTINA DALLMANN RIBAS	Agente Administrativo	Toledo

** Candidato autodeclarado preto ou pardo*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.

4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se. Cascavel, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:3DA0CE75

CONSAMU
PORTARIA Nº 202/2026

Estabelece procedimentos para concessão de diárias, reembolso de despesas e passagens e atualiza os respectivos valores.

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo seu Estatuto Social;

RESOLVE:
Art. 1º Estabelecer procedimentos para a concessão de diárias, reembolso de despesas e passagens ao funcionário que, por determinação deste Consórcio, deslocar-se temporariamente da sua base para outro ponto do território nacional ou internacional, no desempenho de suas atribuições, em missão ou estudo, desde que relacionados com a função que exerce, de acordo com a seguinte tabela, que terá como base para os valores o local de destino.

VALORES DE DIÁRIAS

CARGO/EMPREGO PÚBLICO	Municípios do PR	Outros Estados	Distrito Federal	Internacionais
Presidente	R$ 850,00	R$ 1.050,00	R$ 1.250,00	R$ 2.500,00
Diretor Geral	R$ 800,00	R$ 1.000,00	R$ 1.200,00	R$ 2.400,00
Diretores	R$ 600,00	R$ 750,00	R$ 900,00	R$ 1.800,00
Controlador Interno, ocupantes de cargos com Função Gratificada e Cargo em Comissão	R$ 450,00	R$ 550,00	R$ 650,00	R$ 1.200,00
Demais Funcionários	R$ 400,00	R$ 500,00	R$ 600,00	R$ 950,00

Art. 2º O funcionário que, a serviço, se afastar da sede em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional ou internacional, fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas de hospedagem e alimentação.
Parágrafo Único. O deslocamento ou locomoção urbana com despesas com táxi, aplicativo de transporte, ônibus, metrô ou outro meio de transporte utilizado dentro do local do serviço, atividade ou evento será reembolsado ao funcionário.

Art. 3º Entende-se por viagem o deslocamento do funcionário em treinamento ou a serviço, em caráter eventual e transitório, para local fora da base do Consórcio.

Art. 4º Entende-se por duração da viagem o tempo gasto pelo funcionário com seu deslocamento e permanência em outra localidade, contado a partir da hora de saída até a hora de chegada em sua residência ou local de trabalho.

Art. 5º Entende-se por diária o auxílio pecuniário a título de indenização das despesas com hospedagem e alimentação, concedido integralmente, por dia de afastamento, ou proporcionalmente, de acordo com o período do afastamento.

Art. 6º Entende-se por reembolso o ressarcimento das despesas não abrangidas pela diária ou quando não for requerida a diária, desde que previamente autorizadas e que estejam relacionadas ao interesse do Consórcio.

Art. 7º A diária será concedida por dia de afastamento, nos termos do Art. 1º, incluindo-se o dia da partida e o da chegada, sendo que haverá pagamento parcial da diária na seguinte forma:
I - Quando o afastamento for superior a 4 (quatro) horas de viagem, o valor da diária será o equivalente a 15% (quinze por cento) do valor total;
II - Quando o afastamento for superior a 8 (oito) horas de viagem, o valor da diária será o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total;
§1º A diária completa (100%) é concedida após 12 (doze) horas de viagem com pernoite; caso não haja pouso, é concedido somente 30% (trinta por cento) do valor total da diária.
§2º Será concedido o correspondente a 80% do valor da diária quando os funcionários estiverem em trânsito, desde que a viagem perdure por mais de 20 horas, o local de destino seja superior a 500 km e não haja pernoite.

§3º O reembolso de despesas com alimentação terá o valor máximo de até 15% do valor da diária por refeição e valor máximo de 7,5% do valor da diária para lanche, desde que previamente autorizados.
§4º O reembolso de despesas com alimentação para funcionários do SAMU que estiverem em serviço de transporte/transferência de pacientes terá o valor máximo de 20% do valor da diária por refeição e o valor máximo de 10% do valor da diária para lanches, desde que previamente autorizados.

Art. 8º Os valores relativos às diárias concedidas serão pagos preferencialmente de forma antecipada, em parcela única.
Parágrafo Único. Os valores de reembolso serão pagos em até 03 (três) dias úteis da data da apresentação do (s) comprovante (s) da (s) despesa (s).

Art. 9º No caso da necessidade de prorrogação do afastamento, o funcionário fará jus às diárias correspondentes ao período prorrogado.

Art. 10. O funcionário que receber diária está obrigado a apresentar, no prazo de até 03 (três) dias úteis do retorno à sede, a comprovação do deslocamento, na qual serão anexados documentos comprobatórios do período da viagem.
Parágrafo Único. O pedido de reembolso deverá ser requerido no mesmo prazo previsto no caput deste artigo.

Art. 11. O formulário de Comprovação de Diárias deverá estar acompanhado de pelo menos 01 (uma) nota fiscal que comprove o destino final da viagem ou cópia da informação da quilometragem inicial e final, no caso de utilização de veículo do Consórcio.

Art. 12. As diárias recebidas em excesso ou não utilizadas serão restituídas no prazo de até 03 (três) dias, por iniciativa do beneficiário, a contar da data de retorno da viagem ou do cancelamento da mesma.

Art. 13. Não havendo a comprovação da diária, prestação de contas ou devolução dos valores recebidos indevidamente no prazo de até 03 (três) dias, o beneficiário estará sujeito ao desconto do respectivo valor na folha de pagamento do respectivo mês ou, não sendo possível, no mês imediatamente subsequente.

Art. 14. As passagens destinam-se a atender ao deslocamento de funcionários entre o local de exercício e/ou residência e a localidade em que se realizará o objeto do serviço e/ou evento.

Art. 15. A solicitação de passagens, diária e reembolso será requerida previamente e deferida a critério do Diretor Geral do CONSAMU, nos limites dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 201/2026 que tratava da mesma matéria, a qual passa a **ficar sem efeito** a partir da publicação desta.

Gabinete da Presidência
Cascavel, 25 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:CF09D5A0

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO - ERRATA

OBJETO: "Aquisição de medicamentos para atendimento das necessidades dos serviços de urgência e emergência do SAMU e do Hospital de Retaguarda por meio do Sistema de Registro de Preços.".

Onde se lê:
BOTTI PHARMA LTDA nos lotes 33; 57 e 83 com valor total de R$ 8.301,53 (oito mil e trezentos e um reais e cinquenta e três centavos).

Leia-se:
BOTTI PHARMA LTDA nos lotes 33; 57 e 83 com valor total de R$ 24.904,60 (vinte e quatro mil novecentos e quatro reais e sessenta centavos).

Cascavel – PR, 25 de setembro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:F817A912

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026 - RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Aquisição de pulverizador portátil elétrico eletrostático para aplicação de desinfetantes e saneantes por meio do Sistema de Registro de Preços".

RESULTADO: licitação fracassada.

Cascavel – PR, 25 de setembro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:ABBE24BF

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DOS OESTE DO PARANÁ / CONSAMU
EDITAL Nº 168/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:

A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 106/2026, nos termos deste edital.

2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **28/09/2026 a 02/10/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
10º	262/2026	Andrea Burdelake	Motorista Socorrista	Cascavel
11º	104/2026	Claudia Aparecida Guareis Petry	Motorista Socorrista	Cascavel
018º	489/2026	Leidiane Catia Da Hora Wiltgen	Técnico em Enfermagem	Cascavel
019º	414/2026	Carla Pereira Da Silva	Técnico em Enfermagem	Cascavel
020º	419/2026	Roseni Delordes Alff Merlo	Técnico em Enfermagem	Cascavel
021º	408/2026	Noeli Oviedo	Técnico em Enfermagem	Cascavel
022º	586/2026	Zelita Garcia Pacheco	Técnico em Enfermagem	Cascavel
023º	119/2026	Fátima Da Silva Padilha Alberto	Técnico em Enfermagem	Cascavel
025º	372/2026	Denilda Cezario	Técnico em Enfermagem	Cascavel
034º	042/2026	Diana Maria Souza De Almeida*	Técnico em Enfermagem	Cascavel
15º	417/2026	Talita Santos De Paula	Técnico em Enfermagem	Toledo
16º	172/2026	Elias Herculano Da Silva Neto	Técnico em Enfermagem	Toledo
17º	397/2026	Wanderley Da Silva Firmino	Técnico em Enfermagem	Toledo

** Candidato autodeclarado portador de deficiência*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.

4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.

5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.

6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Teste Seletivo, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se. Cascavel, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:63E1A1B3

PROJUR

DECRETO Nº 460/2026 DATA: 24.09.2026 EMENTA: INSTITUI O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o disposto nos artigos 205, 206 e 211 da Constituição Federal, que asseguram o direito à educação e estabelecem o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

Considerando a Lei Municipal nº 2.499/2026 da Política Municipal de Alfabetização do Município de Guaíra e as disposições da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Referencial Curricular do Paraná;

Considerando o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Governo Federal, destinado ao fortalecimento da alfabetização na idade adequada e da recomposição das aprendizagens;

Considerando o Programa Educa Juntos, desenvolvido em regime de colaboração entre o Estado do Paraná e os Municípios;

Considerando a necessidade de fortalecer a governança, o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações voltadas à Educação Infantil, à alfabetização e à recomposição das aprendizagens na Rede Municipal de Ensino de Guaíra;

Considerando o memorando online sob o n° 2.215/2026,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município de Guaíra-Paraná, como instância permanente de articulação, planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações relacionadas à Educação Infantil, à alfabetização das crianças e à recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos do Comitê:
I – fortalecer a Política Municipal de Alfabetização;
II – assegurar a implementação das ações previstas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os demais órgãos envolvidos;

IV – acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens essenciais desde a Pré-escola até os anos iniciais do Ensino Fundamental, favorecendo a continuidade do processo de alfabetização;
V – subsidiar a tomada de decisões pedagógicas com base em evidências, mediante análise de dados educacionais, indicadores e resultados das avaliações;
VI – fomentar práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da linguagem oral, da consciência fonológica, da leitura, da escrita, do letramento e da alfabetização;

VII – propor estratégias de recomposição das aprendizagens;
VIII – acompanhar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao Comitê:

I – elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Ação da Política de Alfabetização;
II – monitorar o cumprimento das metas municipais relacionadas à alfabetização;
III – analisar os resultados das avaliações internas e externas, especialmente:
a) Avaliação Diagnóstica da Rede Municipal;
b) Avaliação Contínua da Aprendizagem;
c) Avaliação de Fluência Leitora;
d) Prova Paraná e demais avaliações institucionais.
IV – acompanhar os indicadores da Educação Infantil relacionados ao desenvolvimento das crianças e à transição para o ciclo de alfabetização;
V – propor estratégias de intervenção pedagógica;
VI – acompanhar a implementação das ações de recomposição das aprendizagens;
VII – incentivar o uso de evidências para o planejamento pedagógico;
VIII – acompanhar as ações de formação continuada;
IX – elaborar relatórios técnicos;
X – fortalecer o regime de colaboração entre Município, Estado e União.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Comitê será composto pelos ocupantes dos seguintes cargos ou funções:
I – Secretário Municipal de Educação;
II – Articulador Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – Diretor da unidade escolar da rede municipal que oferta os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
IV – Coordenador Pedagógico responsável pelos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
V – Coordenador Pedagógico responsável pela Educação Infantil;
VI – Um representante dos professores do Ciclo de Alfabetização;
VII – Um representante da Educação Especial;
VIII – Um representante do Conselho Municipal de Educação;
IX – Um representante assistente social que atue diretamente em atendimento às famílias dos educandos;
X – Um representante da Assessoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º A Presidência do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será exercida por membro titular eleito entre seus integrantes, na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

§ 1º A eleição da Presidência tem por finalidade assegurar a continuidade dos trabalhos estratégicos voltados à implementação, ao monitoramento e ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização, independentemente das alterações administrativas decorrentes de mudanças de gestão.

§ 2º O mandato do Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por tempo indeterminado.

§ 3º O Presidente permanecerá no exercício de suas funções até a posse do sucessor.

§ 4º A substituição do ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação não implicará a alteração automática da Presidência do Comitê.

§ 5º Em caso de vacância da Presidência, assumirá interinamente o Secretário Executivo do Comitê até a realização de nova eleição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 6º Os membros serão designados por Portaria do Secretário Municipal de Educação.

§ 7º A substituição de ocupantes dos cargos ou funções não implicará alteração deste Decreto.

§ 8º Poderão ser convidados representantes de outros órgãos públicos ou instituições parceiras, sempre que necessário.

CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º O Comitê reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada Trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente.

Art. 7º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, híbrida ou remota.

Art. 8º As deliberações serão registradas em Ata.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO

Art. 9º O Comitê acompanhará, entre outros:

I – Indicadores de desenvolvimento da Educação Infantil;
II – Níveis de alfabetização;
III – Resultados das avaliações diagnósticas;
IV – Indicadores de fluência leitora;
V – Frequência escolar;
VI – Participação nas formações;
VII – Evolução das habilidades prioritárias;
VIII – Demais indicadores definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10. O Comitê poderá instituir grupos de trabalho temporários.

Art. 11. O Comitê poderá solicitar informações e documentos necessários ao desempenho de suas atribuições, observado o disposto na legislação vigente, especialmente na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A participação no Comitê constitui serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação prestará apoio técnico e administrativo ao Comitê.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê, observadas as normas legais vigentes.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado no Jornal Umuarama Ilustrado – edição nº 13719 de 25.09.2026 –página B 9 – caderno de publicações legais

Obs: será reenviado ao DOM na data de 25.09.2026 em razão de não publicidade.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:BD4211F1

PROJUR
DECRETO Nº 461/2026 DATA: 25.09.2026 EMENTA: CONSTITUI O CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO JOSÉ DARCÍZIO VAIN DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº1946/2015, em conformidade com a Deliberação nº 02/2018 CP/CEE/PR e Instrução Normativa Conjunta Nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, e, considerando o memorando online sob o nº 3.017/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil do Campo José Darcízio Vain do Município de Guaíra, Estado do Paraná, com a oferta de Educação Infantil.

Art. 2º O Conselho Escolar passa a ser composto por 70% da comunidade escolar e 30% da comunidade local, representado pelos seguintes membros:

Segmento que representa	Nome Completo do titular	Nome Completo do Suplente
Diretor	Franciele Fernanda Silva RG XX55563XX SESP/PR	-
Equipe Pedagógica - Professores	Luzinete Bonifácio da Silva RG XX2433XX – SESP/PR	Miriam Quesia Cardoso RG XX15459XX - SESP/PR
Estudantes	R.F.S – Responsável: Meriele Paula de Souza RG XX25190XX - SESP/PR	I.R.R.A.C – Responsável: Ana Beatriz Riechel Amarilla XX9262939XX – CIN
Funcionários	Gustavo Guilherme Schneider RG XX6423XX - SESP/PR	Fatima Aparecida Jianelo RG XX9161XX – SESP/PR
Pai/Responsável	Eduarda Pimentel Lopes RG XX88258XX – SESP/PR	Líria Moreira dos Santos RG XX.76839XX SESP/PR
Comunidade Local	Ana Luzia dos Anjos Donola RG XX2947XX - SESP/PR	Cleia Fernanda Donola RG XX37733XXX - SESP/PR

Art. 3º Revoga-se o Decreto Municipal nº 247/2024, ficando validados todos os atos praticados por seus membros.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:7F6A4437

PROJUR
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026.

MUNICÍPIO DE GUAÍRA – ESTADO DO PARANÁ
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

SÚMULA: Dispõe sobre a adoção de referência metodológica e boas práticas nacionais e internacionais para o planejamento e execução das atividades da Unidade Central de Controle Interno – UCCI do Município de Guaíra, Estado do Paraná.

A UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – UCCI DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,
CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento contínuo das atividades de Controle Interno, Auditoria, Orientação e Monitoramento;
CONSIDERANDO a importância da adoção de metodologias reconhecidas para o fortalecimento da Governança, gestão de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna;
CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar referenciais e boas práticas nacionais e internacionais com as normas, orientações e metodologias de fiscalização expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR;
CONSIDERANDO os princípios da eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, transparência, integridade, accountability e melhoria contínua da Administração Pública;
CONSIDERANDO a necessidade de adoção gradual e proporcional das boas práticas, observadas a estrutura e a capacidade operacional da UCCI;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º - Esta Instrução Normativa estabelece os referenciais metodológicos e as boas práticas nacionais e internacionais que orientarão, no que couber, o planejamento, a execução, a documentação, a comunicação dos resultados e o monitoramento das atividades desenvolvidas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI.
Art. 2º - A adoção dos referenciais previstos nesta Instrução Normativa possui caráter orientador e de aprimoramento institucional, devendo sua aplicação ocorrer de forma gradual, proporcional e compatível com a estrutura, os recursos disponíveis, a natureza dos trabalhos e o grau de maturidade da UCCI.
Parágrafo único. A utilização dos referenciais não implica declaração automática de conformidade integral, certificação ou atendimento pleno a todos os requisitos das respectivas metodologias.

CAPÍTULO II
DOS REFERENCIAIS METODOLÓGICOS
Art. 3º - A UCCI adotará como referências metodológicas e fontes de boas práticas, especialmente:
I – **COSO (2013)** – Internal Control – Integrated Framework, como referência para avaliação e aperfeiçoamento dos Controles Internos;
II – **ISO 31000:2018** – Gestão de Riscos, como referência para identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação, monitoramento e revisão dos riscos;
III – **Internal Audit Capability Model for the Public Sector** – IA-CM, como referência para avaliação e desenvolvimento gradual da capacidade e maturidade de Auditoria Interna;
IV – **Global Internal Audit Standards** (Normas Globais de Auditoria Interna), do The Institute of Internal Auditors – IIA, como fonte de boas práticas relacionadas à ética, profissionalismo, governança, planejamento, execução, comunicação dos resultados e melhoria da qualidade da atividade de Auditoria Interna;
V – Modelo das Três Linhas, do IIA, como referência para compreensão dos papéis e responsabilidades da gestão, das funções relacionadas a riscos e controles e da atividade de Auditoria Interna;
VI – Normas, manuais, orientações, notas técnicas, relatórios de consistências de dados – RCDs e demais instrumentos metodológicos e de fiscalização expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, quando aplicáveis ao objeto dos trabalhos desenvolvidos pela UCCI.
§ 1º Os referenciais internacionais previstos nos incisos I a V serão utilizados no que forem compatíveis com a legislação brasileira, com as normas dos órgãos de controle e com a realidade institucional do Município.
§ 2º Os instrumentos previstos no inciso VI poderão ser utilizados isolada ou conjuntamente com os referenciais dos incisos I a V, especialmente para definição do objeto, critérios, questões de auditoria, procedimentos, fontes de evidência e demais aspectos técnicos relacionados ao trabalho.
§ 3º A utilização de RCD ou outro instrumento do TCE-PR pela UCCI não implica reprodução obrigatória e integral de seus procedimentos, admitindo-se adequações ao escopo da Auditoria, aos riscos identificados e à realidade municipal, desde que devidamente justificadas quando relevantes.
§ 4º Os referenciais metodológicos e as boas práticas previstos neste artigo possuem caráter complementar e orientador, devendo sua aplicação observar e respeitar a Constituição Federal, a legislação federal, estadual e municipal aplicável, bem como as normas e orientações emanadas dos órgãos de controle competentes.

CAPÍTULO III
DA APLICAÇÃO NAS ATIVIDADES DE AUDITORIA E CONTROLE

Art. 4º - Os referenciais metodológicos poderão ser utilizados, conforme aplicável, nas seguintes atividades:
I – elaboração do planejamento anual da UCCI;
II – seleção de objetos de Auditoria com base em riscos;
III – identificação e avaliação de riscos;
IV – elaboração e utilização de matrizes de riscos;
V – avaliação dos Controles Internos administrativos;
VI – planejamento e execução das Auditorias Internas;
VII – definição de questões, critérios, procedimentos e testes de Auditoria;
VIII – coleta, análise e documentação das evidências;
IX – elaboração de achados, conclusões e recomendações;
X – elaboração dos relatórios de Auditoria;
XI – acompanhamento e monitoramento das recomendações e providências;
XII – avaliação da governança, integridade e gestão de riscos; e
XIII – avaliação periódica da capacidade e maturidade da UCCI.
Art. 5º - As Auditorias realizadas com fundamento ou inspiração em RCDs, Notas Técnicas ou outros instrumentos do TCE-PR poderão ser integradas à metodologia de Auditoria baseada em riscos adotada pela UCCI.
§ 1º Para os fins do caput, a UCCI poderá considerar:
I – os riscos relacionados ao objeto auditado;
II – os critérios e procedimentos previstos nas RCDs ou instrumento equivalente;
III – a legislação e regulamentação aplicáveis;
IV – os Controles Internos existentes;
V – as evidências necessárias à formação da conclusão;
VI – os achados identificados durante os trabalhos;
VII – as recomendações necessárias ao aperfeiçoamento da gestão; e
VIII – o posterior monitoramento das providências adotadas.
§ 2º O planejamento ou relatório da auditoria deverá identificar, sempre que pertinente, a RCD, Nota Técnica, orientação do TCE-PR ou referencial metodológico utilizado.
Art. 6º - A metodologia prevista nesta Instrução Normativa poderá ser aplicada às Auditorias realizadas nas diversas áreas da Administração Municipal, inclusive educação, saúde, assistência social, administração, contratações públicas, patrimônio, receitas, pessoal, transparência, governança e demais áreas sujeitas à atuação da UCCI.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DE RISCOS

Art. 7º - O planejamento das atividades da UCCI deverá considerar, sempre que possível e aplicável, critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade.
Art. 8º - A gestão de riscos no âmbito interno da UCCI observará sua Política Interna de Gestão de Riscos, utilizando especialmente os princípios e diretrizes da ISO 31000:2018 e, quando aplicável, conceitos do COSO.
Parágrafo único. Os riscos poderão ser avaliados mediante critérios de probabilidade e impacto, observada a metodologia estabelecida pela UCCI.

CAPÍTULO V
DA DOCUMENTAÇÃO E DAS EVIDÊNCIAS

Art. 9º - A aplicação dos referenciais metodológicos deverá, sempre que possível, ser demonstrada nos documentos produzidos pela UCCI, podendo constituir evidências:
I – Plano Anual das Atividades do Controle Interno;
II – Política Interna de Gestão de Riscos;
III – Matrizes de riscos;
IV – Planejamento e matrizes de Auditoria;
V - RCDs utilizadas como referência;
VI – Checklists e programas de Auditoria;
VII – Papéis de trabalho;
VIII – Documentos, registros e demais evidências examinadas;
IX – Relatórios de Auditoria e fiscalização;
X – Recomendações e orientações técnicas;
XI – Registros de monitoramento das recomendações; e
XII – Diagnósticos ou avaliações de maturidade e ações de melhoria institucional.
Art. 10º – Os papéis de trabalho deverão permitir, de maneira suficiente e adequada, a identificação dos procedimentos executados, das evidências obtidas e das conclusões alcançadas pela UCCI.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E DA MELHORIA CONTÍNUA

Art. 11º - As recomendações expedidas pela UCCI serão objeto de monitoramento, sempre que pertinente, observados critérios de relevância, risco, impacto e a capacidade operacional da Unidade.
Art. 12º - A UCCI buscará promover o aperfeiçoamento gradual de seus procedimentos, considerando:
I – os resultados das Auditorias realizadas;
II – o monitoramento das recomendações;
III – a revisão periódica dos riscos;
IV – avaliações de maturidade;
V – orientações dos órgãos de controle; e
VI – evolução das boas práticas aplicáveis à atividade de controle e Auditoria Interna.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º - A adoção dos referenciais previstos nesta Instrução Normativa deverá respeitar as competências legais da UCCI, não implicando transferência à Unidade de responsabilidades próprias dos gestores e das unidades administrativas responsáveis pela execução e pelos controles dos respectivos processos.
Art. 14º - A aplicação das metodologias observará os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, considerando a estrutura administrativa e operacional disponível na UCCI.
Art. 15º - A UCCI poderá elaborar modelos, matrizes, checklists, programas de Auditoria e outros instrumentos auxiliares necessários à aplicação desta Instrução Normativa.
Art. 16º - Os casos omissos serão avaliados pela Unidade Central de Controle Interno, observada a legislação aplicável e as orientações dos órgãos de controle.
Art. 17º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, 25 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO
Controlador Interno
Município de Guaíra - PR

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:4A475D4B

PROJUR
PORTARIA Nº 589/2026 DATA: 24.09.2026 EMENTA: INSTITUI O COMITÊ DE MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, e,

Considerando o disposto no art. 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;

Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente as disposições relativas à ampliação progressiva da jornada escolar e à organização da educação básica;

Considerando a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral e estabelece diretrizes para o fomento à criação de matrículas na educação básica em tempo integral;

Considerando a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, especialmente seu **Objetivo 6 – Educação Integral em Tempo Integral** e a **Meta 6.a**, que estabelece a ampliação progressiva da oferta de matrículas em tempo integral nas escolas públicas, com jornada mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais;

Considerando o Plano Estadual de Educação do Paraná e as diretrizes estabelecidas para a implementação e ampliação da Educação Integral em Tempo Integral;

Considerando o Plano Municipal de Educação de Guaíra e as diretrizes nele estabelecidas para a ampliação da jornada escolar e da oferta educacional;

Considerando a legislação municipal que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Guaíra;

Considerando o Decreto Municipal nº 270/2024, que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Guaíra;

Considerando o Decreto Municipal nº 250/2026, que trata da organização e do acompanhamento da política de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Guaíra;

Considerando a necessidade de estabelecer mecanismos permanentes de acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;

Considerando a importância da articulação intersetorial e da participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar na implementação, acompanhamento e avaliação das ações relacionadas à Educação Integral em Tempo Integral;

Considerando o memorando online sob o nº 1.450/2026,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DO COMITÊ

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Guaíra, o Comitê de Monitoramento da Educação Integral em Tempo Integral, órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, destinado a contribuir para a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 2º O Comitê terá como finalidade acompanhar a implementação da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino, considerando aspectos pedagógicos, administrativos, estruturais, financeiros, de alimentação escolar, transporte, equidade, inclusão e participação da comunidade escolar.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Comitê de Monitoramento da Educação Integral em Tempo Integral será composto por representantes dos seguintes segmentos:

I – Secretaria Municipal de Educação
a) Titular: Adriana Santos Barbosa Cavalcante da Silva
RG nº XX2931XX – CPF nº XXX.412.969-XX
b) Suplente: Tais Amanda de Oliveira Gracino Stefan
RG nº XX10824XX SESP/PR CPF nº XXX.483.859-XX

II – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
a) Titular: Daiane Cristine Petry
RG nº XX60494XX – CPF nº XXX.572.829-XX
b) Suplente: Vanessa Caroline Danelon de Campos
RG nº XX6260XX SESP/PR CPF nº XXX.519.699-XX

III – Diretores e Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino
a) Titular: Jucelia Ghisi Paludo
RG nº XX2787XX – CPF nº XXX.810.549-XX
b) Suplente: Fabiana de Oliveira Freire
RG nº XX3574XX SESP/PR CPF nº XXX.439.779-XX

IV – Professores da Rede Municipal de Ensino
a) Titular: Fernanda Lopes Marcante Baches
RG nº XX23666XX – CPF nº XXX.088.839-XX
b) Suplente: Afranio Cristian do Nascimento
RG nº XX2177XX SESP/PR CPF nº XXX.288.099-XX

V – Representantes dos pais ou responsáveis pelos estudantes da Rede Municipal de Ensino
a) Titular: Solange da Silva Horlando
RG nº XX4010XX – CPF nº XXX.904.639-XX
b) Suplente: Renata de Lima Dalla Vecchia
RG nº XX9581XX SESP/PR CPF nº XXX.875.919-XX

VI – Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE:
a) Titular: Renan Ferreira Silvestre
RG/CPF nº XXX.707.309-XX SESP/PR
b) Suplente: Sueli Vicente Rodrigues de Paula
RG nº XX5722XX SESP/PR CPF nº XXX.866.779-XX

VII – Comitê de Transporte Escolar:
a) Titular: Juliane Paula Ribeiro Rocha
RG nº XX4574XX SESP/PR CPF nº XXX.799.989-XX
b) Suplente: Manoel José dos Santos
RG nº XX2575XX SESP/PR CPF nº XXX.126.609-XX

VIII – Conselho Municipal de Educação – CME:
a) Titular: Edina Diniz Meira
RG nº XX8687XX SESP/PR – CPF nº XXX.118.509-XX
b) Suplente: Eliza Regina da Silva
RG nº XX7969XX SESP/PR – CPF nº XXX.973.289-XX

§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê representantes de outros órgãos, entidades, conselhos, instituições e setores da Administração Pública, sempre que sua participação se mostrar pertinente às matérias em discussão.

§ 2º A participação dos membros do Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Comitê de Monitoramento da Educação Integral em Tempo Integral:

I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;
II – monitorar o cumprimento das metas, objetivos e estratégias estabelecidos nos documentos normativos e de planejamento educacional;
III – acompanhar indicadores relacionados ao acesso, permanência, aprendizagem, equidade, inclusão e qualidade da Educação Integral em Tempo Integral;
IV – analisar dados e informações referentes às matrículas, frequência, rendimento e demais indicadores educacionais relacionados às instituições que ofertam jornada em tempo integral;
V – acompanhar as condições de infraestrutura, acessibilidade, alimentação escolar, transporte, recursos pedagógicos e demais condições necessárias ao funcionamento da Educação Integral em Tempo Integral;
VI – propor ações de aperfeiçoamento da política municipal, considerando as necessidades identificadas no processo de monitoramento;
VII – contribuir para a articulação intersetorial entre a Secretaria Municipal de Educação e os demais órgãos e instituições envolvidos na oferta da Educação Integral em Tempo Integral;
VIII – acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais envolvidos na Educação Integral em Tempo Integral;
IX – elaborar ou acompanhar a elaboração de relatórios periódicos de monitoramento e avaliação;
X – propor estratégias para o fortalecimento da participação das famílias e da comunidade escolar;
XI – acompanhar a execução das ações previstas na Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral e nos instrumentos de planejamento da Secretaria Municipal de Educação;

XII – apresentar recomendações e proposições à Secretaria Municipal de Educação para o aprimoramento da política.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, anualmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Secretaria Municipal de Educação ou por solicitação de, no mínimo, um terço de seus membros.
§ 1º As reuniões deverão ser registradas em ata, contendo as deliberações, encaminhamentos e responsáveis pelas ações definidas.

§ 2º Sempre que necessário, o Comitê poderá constituir grupos de trabalho para análise de temas específicos relacionados à Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º O Comitê deverá considerar, em suas ações de monitoramento e avaliação, os princípios da educação integral, da equidade, da inclusão, da gestão democrática, da intersetorialidade e da garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Art. 8º Os casos omissos nesta Portaria serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente e os demais atos normativos que disciplinam a Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:2BE74720

PROJUR
PORTARIA Nº 591/2026 DATA: 25.09.2026 EMENTA: PRORROGA-SE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA - SINVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 1.429/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão da Sindicância Investigativa - SINVE, instaurada por meio da Portaria nº 032/2026 de 14.01.2026, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 30 (trinta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 08 setembro de 2026.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:3CA13835

PROJUR
PORTARIA Nº 592/2026 DATA: 25.09.2026 EMENTA: PRORROGA-SE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA - SINVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 2.853/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Sindicância Investigativa - SINVE, instaurada por meio da Portaria nº 006/2026 de 07.01.2026, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 30 (trinta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 08 de setembro de 2026.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:84FD745C

PROJUR
PORTARIA Nº 593/2026 DATA: 25.09.2026 EMENTA: SUBSTITUI MEMBRO DA PORTARIA Nº 509/2026 DE 24.08.2026 PARA O SEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003, artigo 46 e seguintes da Lei Municipal nº 2.279/2023, e, ainda considerando o memorando online sob o 3.329/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir a Servidora Pública Municipal Sra. **Angélica Cristina de Matos,** designada por meio da Portaria nº 509/2026 de 24.08.2026, pela Servidora Pública Municipal Sra. **Luana Delmondes** - Matrícula Funcional nº 17779-01, para integrar a Comissão na qualidade de Presidente, visando apurar condutas em desfavor de R.C.L., destinado a apurar a conduta de servidor, conforme Lei Municipal nº 1.246/2003.

Art. 2º Fica atribuída a gratificação no valor de R$ 459,52 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pelo exercício de encargos especiais, durante o período de participação no Procedimento Administrativo Disciplinar.

§ 1° A gratificação não se aplica aos membros que possuírem cargo de provimento em Comissão ou Função Gratificada ou ainda que recebem outra espécie de gratificação, ficando vedada a acumulação e gratificações.

§ 2° A gratificação será paga integralmente no mês seguinte ao da publicação da presente Portaria instauradora.

§ 3° Ainda que haja prorrogação do prazo de conclusão do feito, o pagamento da gratificação será de até 60 (sessenta) dias para os membros de comissão do Procedimento Administrativo Disciplinar, conforme § 4°, I, do artigo 12 da Lei Municipal n° 2.279/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:800DE2A2

PROJUR
PORTARIA Nº 594/2026 DATA: 25.09.2026 EMENTA: INSTAURA SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA – SINVE, CONSTITUI COMISSÃO PARA APURAR OS FATOS OBJETIVANDO RESSALVAR OS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 2.083/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância Investigativa - SINVE, para apurar suposta falta disciplinar cometida por A.M.P., noticiada por meio do memorando nº 2.083/2026.

Art. 2° Designar os Servidores Públicos Municipais a seguir, membros da Comissão Permanente de Procedimentos Correcionais, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a respectiva Comissão:

Função	Nome	Matrícula Nº
Presidente	Natalia Maria de Oliveira Pedrozo	29859-01
Membro	Carla Beatriz de Queiroz Varolo	31169-01
Membro	Raissa dos Santos Freitas	31167-01

Art. 3º O prazo para a conclusão da SINVE não excederá 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, conforme artigo 32 da a Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 4° Fica atribuída a gratificação no valor de R$ 459,52 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pelo exercício de encargos especiais, durante o período de participação na Sindicância Investigativa – SINVE.

§ 1° A gratificação não se aplica aos membros que possuírem cargo de provimento em Comissão ou Função Gratificada ou ainda que recebem outra espécie de gratificação, ficando vedada a acumulação e gratificações.

§ 2° A gratificação será paga integralmente no mês seguinte ao da publicação da presente Portaria instauradora.

§ 3° Ainda que haja prorrogação do prazo de conclusão do feito, o pagamento da gratificação será de até 30 (trinta) dias para os membros de comissão da Sindicância Investigativa - SINVE, conforme § 4°, II, b, do artigo 12 da Lei Municipal n° 2.279/2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:04BFEFFD

PROJUR
PORTARIA Nº 595/2026 DATA: 25.09.2026 EMENTA: CONCEDE LICENÇA ESPECIAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 1.782/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial a Servidora Pública Municipal mencionado, durante três (3) meses, conforme segue:

Nome	Cargo	Matrícula Nº	Período aquisitivo	Período de gozo
Cristiane Kowalski Camargo	Assistente Administrativo	29372-01	**2019/2024**	23/10/2026 a 22/01/2027

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 23 de outubro de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:15ABBB07

PROJUR
PORTARIA Nº 596/2026 DATA: 25.09.2026 EMENTA: DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 460/2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, e, considerando memorando online sob o n° 2.215/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes representantes para, sob a presidência do primeiro, compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Marleide Belegante
RG Nº XX9066XX SSP/PR – CPF N° XXX.235.669-XX
Endereço: Rua Euclides da Cunha, n° 861, Bairro São José - Guaíra - PR

II – Articulador Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:
Titular: Adriana Padilha dos Santos Gonçalves
RG Nº XX3560XX SSP/PR - CPF N° XXX.154.389-XX
Endereço: Rua Parigot de Sousa, n° 795, Bairro Parque Hortência - Guaíra – PR

III – Diretor(a) de Unidade Escolar (Anos Iniciais):
Titular: Juliane Paula Ribeiro Rocha
RG N° XX4574XX SSP/PR - CPF N° XXX.799.989-XX
Endereço: Rua Domingos De Nadai, n° 405, Bairro Eco Parque - Guaíra - PR

IV – Coordenador(a) Pedagógico(a) de Unidade Escolar dos Anos Iniciais:

Titular: Renata de Lima Dalla Vecchia
RG Nº XX9581XX SSP/PR - CPF N° XXX. 875.919-XX
Endereço: Rua Riachuelo, n° 214, Centro - Guaíra – PR

V – Coordenador(a) Pedagógico(a) da Educação Infantil:
Titular: Daiane Graciele Marth Kraemer Manesco
RG Nº XX 2073XX SSP/PR – CPF N° XXX. 403379-XX
Endereço: Rua Carlos Antônio Della Vechia, n° 145, Bairro Parque do Lago - Guaíra - PR

VI – Coordenador(a) Pedagógico(a) dos Anos Iniciais:
Titular: Nilda de Freitas Bonfim Musial
RG Nº XX 4087XX SSP/PR – CPF N° XXX. 350.609-XX
Endereço: Rua Pastor João Soren, n° 1987, Centro - Guaíra - PR

VII – Representante dos Professores do Ciclo de Alfabetização:
Titular: Lucila Fernanda de Oliveira
RG Nº XX12155XX SSP/MS - CPF N° XXX.701.951-XX
Endereço: Rua Elias Muntorianu 325, Centro - Guaíra – PR

VIII – Representante da Educação Especial:
Titular: Ana Lucia Albuquerque
RG Nº XX03625XX SSP/PR - CPF N° XXX343.239-XX
Endereço: Rua Adilson Martinez nº 88, Bairro Jardim Zeballos Jardim Imperial Guaíra – PR

IX – Representante do Conselho Municipal de Educação:
Titular: Eliza Regina da Silva
RG Nº XX7969XX SSP/PR – CPF Nº XXX.973.289-XX
Endereço: Rua Alvorada nº 145, Bairro Vila Rica – Guaíra – PR

X – Representante Assistente Social (Atendimento às Famílias):

Titular: Lays Pereira Bastos
RG Nº XX44452XX SSP/PR – CPF Nº XXX.557.299-XX
Endereço: Rua Francisco Murtinho, 958, centro – Guaíra – PR

XI – Representante da Assessoria Pedagógica da SMED:

Titular: Edina Diniz Meira
RG Nº XX8687XX SSP/PR – CPF Nº XXX.118.509-XX
Endereço: Rua Riachuelo n° 1212, Bairro Vila Rica – Guaíra – PR

Art. 2º A participação dos membros designados nesta Portaria será considerada serviço público relevante, não sendo remunerada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:9C6079C5

PROJUR
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº 457/2026 DATA: 23.09.2026 EMENTA: EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONCURSADA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, CONFORME ESPECIFICA, EM RAZÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, de conformidade com as disposições contidas no artigo 84, da Lei Orgânica do Município de Guaíra e atendendo ao que dispõe o artigo 37, § 14 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 103/2019, e,

Considerando a concessão de Aposentadoria por Idade, pela previdência social, nos termos da carta de concessão do benefício nº 246.532.789-0,

Considerando o memorando online sob o nº 1.943/2025,

DECRETA:

Art. 1o Fica exonerada do vínculo referente à Matrícula Funcional/Contrato nº 27480-01 a Servidora Pública Municipal **ANGELINA PEREIRA DINIZ BOSCARIOLI,** admitida em 04/03/2013 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão de Aposentadoria por Idade concedida pelo INSS, com desligamento no dia 30 de setembro de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho, comvacânciado cargo até então ocupado.

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 30 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:8AA11924

PROJUR
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO EDITAL DE CITAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR Nº 012/2026

O MUNICÍPIO DE GUAÍRA, Estado do Paraná, por intermédio da Comissão Permanente de Responsabilização, constituída na forma da legislação vigente, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER à empresa SMART SOFT SOLUTIONS LTDA., inscrita no CNPJ nº 41.893.827/0001-59, atualmente em local incerto ou não sabido, tendo em vista a frustração das tentativas de sua cientificação por meios ordinários, inclusive por correspondência com aviso de recebimento devolvida em razão de mudança de endereço, bem como considerando as demais tentativas de comunicação realizadas, que foi instaurado o Procedimento Administrativo de Responsabilização – PAR nº 012/2026, destinado à apuração de possíveis infrações decorrentes do alegado descumprimento das obrigações assumidas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 161/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 339/2025, à Ata de Registro de Preços nº 112/2026 e ao Contrato Administrativo nº 165/2026.
O objeto da apuração refere-se ao fornecimento de 13 (treze) cartuchos de toner para impressoras Brother MFC-L8900 CDW, vinculados às Ordens de Compra nº 3499/2026 e nº 3500/2026, tendo sido apontada, em tese, desconformidade quanto à exigência contratual de fornecimento de produtos originais, bem como a ausência de posterior substituição dos materiais rejeitados pela Administração, condutas que poderão ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2.279/2023, do Decreto Municipal nº 039/2026 e das disposições contratuais pertinentes.

Por meio do presente edital, fica a empresa CITADA e INTIMADA para, querendo, apresentar defesa escrita, acompanhada dos documentos que entender pertinentes e especificação das provas que pretenda produzir, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste edital no Diário Oficial do Município.
A defesa deverá ser protocolizada junto ao Município de Guaíra/PR, dirigida à Comissão Permanente de Responsabilização, observadas as normas de protocolo vigentes.
Fica a empresa ciente de que a ausência de apresentação de defesa no prazo assinalado implicará o prosseguimento do procedimento administrativo à revelia, sem prejuízo da apreciação dos elementos constantes dos autos e da eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis.
Para que chegue ao conhecimento da interessada e de terceiros, expede-se o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Município.
Guaíra/PR, 25 de setembro de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Presidente da Comissão de Processo Administrativo

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:762800DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DE PRONTO PAGAMENTO

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DE PRONTO PAGAMENTO
À Secretaria Municipal de Educação
Ementa: Autorização de Compra de Pronto Pagamento
OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de equipamentos e itens de segurança nos veículos integrantes da frota do Transporte Escolar do Município de Guaraci/PR
DESPACHO
Considerando os argumentos constantes no presente Processo de Contratação por Pronto Pagamento, devidamente instruído com justificativa para emissão de Ordem de Serviço. Considerando que foi realizada pesquisa de preços, observando-se os princípios da economicidade e da vantajosidade, tendo sido apurado o menor valor ofertado pela empresa **A ESTAÇÃO TACÓGRAFOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 35.561.639/0001-20; Considerando a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, em especial a **Orientação nº 362/2026 – FUNDEPAR/DIAF/DTE**, onde foram identificadas pendências relacionadas ao cumprimento do artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro em veículos cadastrados pelo Município no Sistema de Gestão de Transporte Escolar – SIGET; Considerando, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 100/2024, que regulamenta as contratações de pequeno valor no âmbito deste Município, especialmente em seu Art. 2º:
III – Demanda decorrentes de fatos supervenientes ou força maior, que não possuam contratos ou atas de registros de preços vigentes, ou com saldo suficiente, considerando os documentos que instruem o mesmo

AUTORIZO a emissão de empenhos dos itens que compõe esse processo de Compra de Pronto Pagamento Nº 02/2026 no valor R$ 4.270,00 (quatro mil duzentos e setenta reais) para aquisição do objeto, e arquivo ficando à disposição dos interessados, especialmente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná com a seguinte dotação orçamentaria:

Guaraci - PR, 21 de setembro de 2026.

TALITA DE MOURA CABRAL DE CARVALHO	***MARCOS ANTONIO DE SOUZA***
Secretário Municipal De Educação	Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:1375B03E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA

À Secretaria da Assistência Social
Ementa: Autorização de Compra Direta
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a aquisição de picolé ao leite (Sabores chocolate e morango) em atendimento à Secretaria de Assistência Social para a festa alusiva ao Dia das Crianças do Município de Guaraci –Pr.
DESPACHO
Considerando os argumentos suscitados no presente Processo de Contratação de Pronto Pagamento com a devida Justificativa para Ordem de Serviço, considerando que foi feita a pesquisa de preços para se encontrar o menor valor, cuja a empresa vencedora foi a **Indústria e Com. De Prod. Alimentícios Geloni Ltda,** inscrita no CNPJ sob o nº 04.362.975/**0001-10**, considerando a necessidade da Secretaria, optamos pela compra de pronto pagamento pela urgência do produto para a festividades alusivas ao dia da criança, considerando o decreto municipal n° 100/2024 que regulamenta as compras de pequeno valor, justificado com base no seu Art. 2° e Inciso 2, considerando os documentos que instruem o mesmo, **AUTORIZO** a **emissão de empenhos** dos itens que compõe esse processo de **Compra de Pronto Pagamento Nº 05/2026** no valor **R$ 4.710,00 (quatro mil e setecentos e dez reais)** para aquisição do objeto e arquivo ficando à disposição dos interessados, especialmente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Guaraci - PR, 25 de setembro de 2026.

MISMONIA FERREIRA GOMES	***MARCOS ANTONIO DE SOUZA***
Secretário Municipal De Guaraci	Prefeito Municipal De Guaraci

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:1B659B6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE 2026 – JANEIRO - AGOSTO

O Prefeito Municipal o Senhor**Marcos Antônio de Souza**, Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições e comprometido com os princípios da transparência, tem a honra de convidar a população guaraciense, os nobres Vereadores, os líderes comunitários e toda a comunidade em geral para participarem da:
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2026
Data: 29 de setembro de 2026
Horário:15h00 (quinze horas)
Local:Câmara Municipal de Guaraci

Este momento representa muito mais do que uma obrigação legal — é uma oportunidade singular para que cada cidadão acompanhe de perto onde são aplicados os recursos públicos municipais no ano de 2026.
Contamos com a sua valiosa participação!

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:2DF0930A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 104/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 050/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 059/2026 e homologado pelo Decreto nº 119/2026:

RESOLVE:

Convocar o aprovado abaixo relacionado, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 28/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Médico ESF
Danilo Tanajura de Melo

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:6831FBAE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 105/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, torna público os inscritos no PSS - Processo Seletivo Simplificado, aberto pelo Edital nº 082/2026, que tem por objeto a abertura de vagas e formação de cadastro de reserva para estágio remunerado para estágio de Ensino Médio, para atuarem junto a Prefeitura Municipal de Guaraci, conforme abaixo:

Estágio Ensino Médio:

Nome	CPF	
Ani Gabrieli Henrique Laurindo da Silva	xxx.871.669 -xx	
Daniel Alexandre de Sales Silva	xxx.560.289 -xx	
Graziely Vitória Pereira Mauricio	xxx.074.279 -xx	Afrodescendente
Guilherme Jose Munhoz Rodrigues	xxx.920.879 -xx	
Isadora Rodrigues de Araújo	xxx.482.779 -xx	
Joao Carlos Ferreira	xxx.394.121 -xx	
Joao Victor Arantes de Giuli	xxx.102.629 -xx	
Julia Vitória Silva de Santana	xxx.701.229 -xx	Afrodescendente
Kaue Gabriel da Silva Rocha	xxx.742.258 -xx	Afrodescendente
Maria Eduarda de Araújo Rodrigues	xxx.165.089 -xx	
Michel Ribeiro de Oliveira	xxx.642.089 -xx	
Rayssa Caren Xavier Clementino	xxx.127.289 -xx	
Rebeca Mendes de Silva Santos	xxx.698.879 -xx	

Os eventuais recursos poderão ser protocolados na
Prefeitura Municipal de Guaraci, endereçado a Comissão Especial de Avaliação, no dia 28/09/2026, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, no seguinte endereço: Rua Prefeito João de Giuli, 180 – centro - Guaraci/PR.

Todas as fases deste Processo Seletivo Simplificado serão fornecidas pela Prefeitura Municipal, através da Comissão do Processo Seletivo ou serão afixadas no quadro de publicação de atos da Prefeitura Municipal, bem como no endereço eletrônico https://guaraci.pr.gov.br
Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, aos 25 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:5A49FB32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI - PR

Exercício: 2026
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n° 001 referente do contrato nº 066/2025, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS, PARA CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO INDUSTRIAL MEDINDO 300,00 M2 DE ÁREA CONSTRUÍDA, PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, CONFORME QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO E ANEXOS. A EMPRESA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA OBRA DEVERÁ FORNECER TODOS OS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, decorrente de **Concorrência N° 5/ 2025**, que entre si celebram **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI** e a empresa **LG LOPES CONSTRUTORA LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº. 22.273.100/0001-24, suprimindo o contrato na importância de R$644,57 (seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), visto que a fiscalização constatou que a obra se encontra finalizada e em condições adequadas de funcionamento, tendo identificado, contudo, diferenças entre os quantitativos previstos na planilha contratual e aqueles efetivamente fornecidos e instalados. Em razão disso, foi proposta a glosa dos itens não executados, no valor total de R$ 644,57 (seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

GUARACI, 25 de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:FB081E45

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 161/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E :
Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar atletas do município para participar da Liga de Futsal de Base Centro Norte Paranaense 2026, no dia 16 de setembro, no período das 19:00 às 23:15 hrs na cidade de Cafeara - Pr.

Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Rafael Vitore, para acompanhar os atletas do município para participar da Liga de Futsal de Base Centro Norte Paranaense 2026, no dia 16 de setembro, no período das 19:00 às 23:15 hrs na cidade de Cafeara - Pr.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00, a favor do servidora municipal, Mismonia Ferreira Gomes, para viagem para comprar materiais para atender a Festa do Dia das Crianças, no dia 24 de setembro, no período das 10:00 às 16:00 hrs na cidade de Maringá - Pr.

Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00, a favor do servidora municipal, Damaris Valéria da Silva, para viagem para comprar materiais para atender a Festa do Dia das Crianças, no dia 24 de setembro, no período das 10:00 às 16:00 hrs na cidade de Maringá - Pr.

Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00, a favor do servidora municipal, Mismonia Ferreira Gomes, para participar de reunião na Sedef, no dia 21 de setembro, no período das 09:00 às 16:00 hrs na cidade de Londrina - Pr.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00, a favor do servidora municipal, Damaris Valéria da Silva, para participar de reunião na Sedef, no dia 21 de setembro, no período das 09:00 às 16:00 hrs na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00, a favor dos servidores municipais, Alex Fernandes Monteiro e Flavia Mabile Moreira Barboza Farias, para participar da reunião na Planifica SUS com a Gestão, no dia 16 de setembro, no período das 07:30 às 14:00 hrs na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 (uma) diária, no valor de 140,00, a favor do servidora municipal, Andréia Santana dos Santos Lima, para levar a paciente D.C.S/C.P, no dia 07 de setembro, no período das 13:00 às 20:00 hrs na cidade de Rolândia - Pr.
Conceder 17 diárias, no valor de 35,00 cada, a favor do servidor municipal, André Evangelista Rodrigues, para levar pacientes em consulta médica e exames, no mês de setembro, na cidade de Londrina – Pr e região.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Nivaldo Aparecido da Silva, para levar pacientes para realização de exames e consulta médica, no dia 20 de agosto, no período das 07:00 às 14:30 hrs na cidade de Rolândia e Cambé – Pr.

Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Altair Luiz Matheus, para levar paciente M.G.N para realização de exames e consulta médica, no dia 15 de setembro, no período das 16:00 às 22:30 hrs na cidade de Rolândia – Pr.

Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Altair Luiz Matheus, para levar paciente C.P.S para realização de exames e consulta médica, no dia 18 de setembro, no período das 07:00 às 13:30 hrs na cidade de Maringá – Pr.

Conceder 21 diárias, no valor de 35,00 cada, a favor dos servidores municipais, Ednaldo de Jesus Silva, Denilson Munhoz, Marcelo Luiz da Silva, Ari Osvaldo Soares de Faria, Paulo Rogério Oliveira Sales, Andréia Santana dos Santos, Taeron de Oliveira Silva, André Evangelista Rodrigues, para levar pacientes para realização de exames e consulta médica, no mês de outubro, na cidade de Londrina – Pr e Região.

Conceder 20 diárias, no valor de 35,00 cada, a favor do servidor municipal, Valdir Alves Martins, para levar alunos nas Universidades, no mês der outubro, no período das 16:00 às 1:30 hrs na cidade de Londrina – Pr.

Conceder 04 diárias, no valor de 140,00 cada, a favor do servidor municipal, Valdir Alves Martins, para levar alunos no Colégio Agrícola, nos dias 04, 11, 18 e 25 do mês der outubro, no período das 15:00 às 21:00 hrs na cidade de Apucarana – Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 35,00 cada, a favor das servidoras municipais, Flavia Mabile Moreira Barboza Farias e Isadora dos Santos Silva, para participar da Capacitação de Atualização dos Profissionais da Área, no dia 29 de setembro de 2026, no período das 07:00 às 17:00 hrs na cidade de Rolândia – Pr.
Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar professores da Apae para a Apae de Londrina, no dia 16 de setembro, no período das 07:00 às 14:00 hrs na cidade de Londrina – Pr.
Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar alunos do Colégio Carmela Dutra para a Universidade Estadual de Maringá - UEM, no dia 17 de setembro, no período das 17:00 às 23:30 hrs na cidade de Maringá – Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar munícipe no Hospital Santa Casa de Londrina, no dia 19 de setembro, no período das 14:00 às 20:00 hrs na cidade de Londrina – Pr.
Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar paciente ao Hospital Zona Sul de Londrina, no dia 22 de setembro, no período das 05:00 às 13:30 hrs na cidade de Londrina – Pr.
Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Valdir Alves Martins, para levar munícipe no Hospital Universitário Regional de Maringá, no dia 07 de setembro, no período das 11:00 às 18:00 hrs na cidade de Maringá – Pr.

Conceder 20 diárias, no valor de 35,00 cada, a favor do servidor municipal, Anderson Castilho Zago, para levar usuários do Cras em viagem para atendimento de pessoas em vulnerabilidade social, no mês de outubro, na cidade de Londrina – Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 490,00, a favor do servidor municipal, Anderson Castilho Zago, para viagem em atendimento a usuária S.A.M para buscar seu filho Miller em Unidade Prisional HTCP para o retorno ao convívio familiar. Atendimento necessário no contexto do atendimento da Assistência Social. Garantindo o acesso a direitos do usuário em situação de vulnerabilidade, conforme previsto na Politica Nacional de Assistência Social, nos dias 24 e 25 de setembro de setembro, na cidade de Taubaté - SP.

Conceder 01 (uma) diária, no valor de 35,00 cada, em favor das servidoras municipais, Leila Pereira de Oliveira Lima, Paula Incerilo da Silva, Sintia Maria Colombar da Silva e Talita de Moura Cabral Carvalho, para participar do Seminário de Práticas da Educação, no dia 30 de setembro, no período das 07:00 às 18:00 hrs na cidade de Londrina - Pr.

Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Guaraci, Estado do Paraná
Aos 24 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:DCFFFC7D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO – PSS

PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO – PSS

De acordo com artigo 1º e incisos, da Lei Municipal nº 1449 de 24/05/2017, prorroga o contrato de trabalho do servidor **RENE CRISTIAN SANDOVAL TAPIA**, portador do CPF nº 003.668.569-01, no emprego de Farmacêutico, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) a partir de 11 de agosto de 2026 a 11 de agosto de 2027, podendo ser rescindido antes do prazo no interesse da Administração Pública.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Guaraci, 11 de agosto de 2026.

RENE CRISTIAN SANDOVAL TAPIA	***MARCOS ANTONIO DE SOUZA***
Contratado	Prefeito

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:9AD38CD4

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 163/2026

PORTARIA Nº 163/2026

DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.900/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 13, 14 e 15 da Lei Municipal nº 1.900, de 22 de setembro de 2026,

R E S O L V E:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
a) Titular: Leila Pereira de Oliveira Lima;
b) Suplente: Ricardo Henrique Prado Marçal;

II – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: Alex Fernandes Monteiro;
b) Suplente: Flavia Mabile Moreira Barboza Farias;

III – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social / CRAS:
a) Titular: Josimara da Cruz Matheus;
b) Suplente: Damaris Valéria da Silva;

IV – Representantes das Escolas Municipais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
a) Titular: Sintia Maria Colombar da Silva;
b) Suplente: Rita de Cássia Toloy**;**

V – Representantes dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs:
a) Titular: Jaci Dias Rodrigues;
b) Suplente: Indiamara Duarte Preto Shimada;

VI – Representantes das Coordenações Pedagógicas da Rede Municipal de Ensino:
a) Titular: Ana Lúcia Toloi;
b) Suplente: Juliana de Jesus Correa;

VII – Representantes da Educação Especial / Instituição Especializada Parceira (APAE):
a) Titular: Suelen Fernanda Aparecida Toloy;
b) Suplente: Marlete Cavalcante da Costa;

VIII – Representantes do Conselho Municipal de Educação – CME:
a) Titular: Paula Incerilo da Silva;
b) Suplente: Rosiana de Lara Victor Toloi;

IX – Representantes do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS-Fundeb:
a) Titular: Mara Cristina Lali Alexandre;
b) Suplente: Dalila Alves Barbosa;

X – Representantes de Pais ou Responsáveis Legais por estudantes da Rede Municipal de Ensino:
a) Titular: Simone Molinari / APMF];
b) Suplente: Bruno dos Santos Soares / APMF].

Art. 2º Fica designada a servidora Sintia Maria Colombar da Silva para exercer a função de Presidente do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização.

Art. 3º Fica designada a servidora Leila Pereira de Oliveira Lima, representante da Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Secretária-Executiva do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização.

Art. 4º Compete ao Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização exercer as atribuições previstas no art. 14 da Lei Municipal nº 1.900/2026, com foco na governança sistêmica, no acompanhamento das metas educacionais, na análise dos indicadores de fluência e alfabetização e na articulação intersetorial das ações pedagógicas.

Art. 5º O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Presidência, com lavratura obrigatória de ata de todas as reuniões e deliberações**.**

Art. 6º A participação dos membros do Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração adicional, gratificação ou vantagem pecuniária.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci/PR, em 24 de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:A55EF298

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 204/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 31/2026, Chamada Pública nº 10/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado(a): Antônio Soares Dias
CPF: 073.036.658-89
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, destinados aos alunos da rede de educação básica pública do Município de Guaraqueçaba, com recursos do FNDE/PNAE, para atendimento durante o ano letivo de 2026, conforme condições, especificações, quantitativos e demais exigências estabelecidas na Chamada Pública nº 10/2026 e no respectivo contrato administrativo.

Vigência do contrato: 12 (doze) meses.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Dotação: (50) 04.001.12.365.0003.2105.3.3.90.32.00.00
Elemento de Despesa: Material, bem ou serviço para Distribuição Gratuita.
Fonte: 1110.
Data da assinatura

Guaraqueçaba, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:4FABD73B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 205/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 31/2026, Chamada Pública nº 10/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado(a): Raniele Barreto Dias
CPF: 092.516.609-05
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, destinados aos alunos da rede de educação básica pública do Município de Guaraqueçaba, com recursos do FNDE/PNAE, para atendimento durante o ano letivo de 2026, conforme condições, especificações, quantitativos e demais exigências estabelecidas na Chamada Pública nº 10/2026 e no respectivo contrato administrativo.

Vigência do contrato: 12 (doze) meses.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Dotação: (50) 04.001.12.365.0003.2105.3.3.90.32.00.00
Elemento de Despesa: Material, bem ou serviço para Distribuição Gratuita.
Fonte: 1110.
Data da assinatura
Guaraqueçaba, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:67DDE2EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 206/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 31/2026, Chamada Pública nº 10/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado(a): Mario Suares Dias
CPF: 559.314.809-00
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, destinados aos alunos da rede de educação básica pública do Município de Guaraqueçaba, com recursos do FNDE/PNAE, para atendimento durante o ano letivo de 2026, conforme condições, especificações, quantitativos e demais exigências estabelecidas na Chamada Pública nº 10/2026 e no respectivo contrato administrativo.

Vigência do contrato: 12 (doze) meses.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Dotação: (50) 04.001.12.365.0003.2105.3.3.90.32.00.00
Elemento de Despesa: Material, bem ou serviço para Distribuição Gratuita.
Fonte: 1110.
Data da assinatura
Guaraqueçaba, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:9ECCC2D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
EXTRATO DE ATA Nº 060.2026

PREGÃO Nº 023/2026
ATA Nº 060.2026

CONTRATANTE:O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Major Domingos Nascimento, nº 46, Centro, CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52.

CONTRATADA: VIRTUAL NETWORK TELECOM LTDA**,** inscrita no CNPJ sob nº **08.112.296/0001-44,** estabelecida à Rua Salim do Carmo nº 93, Bairro Centro, Cidade Guaraqueçaba/PR, e-mail: projetos@virtualnetwork.com.br, telefones: (41) 99980-1387, neste ato representada por Halefer Rodrigo Gonçalves da Silva com CPF nº 069.094.169-29.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telecomunicações de alta disponibilidade e integração de rede (Turnkey), visando o fornecimento de links de internet corporativos com entrega de IP PÚBLICO VÁLIDO, compreendendo o provimento de banda, a engenharia de tráfego, a infraestrutura física e lógica, a logística de transporte multimodal (marítimo e terrestre), a implantação de infraestrutura de transporte de dados e a manutenção corretiva e preventiva em 32 (trinta e dois) pontos distribuídos entre a Sede do Município de Guaraqueçaba e suas comunidades insulares e rurais.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

DOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	CR
Secretaria de Administração	07.001.04.122.0002.2.149	(272)
	3.3.90.39.00.001000	

O valor total da contratação é de R$ 541.800,00 (Quinhentos e quarenta e um mil e oitocentos reais.)

Guaraqueçaba, 17 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:C831B9C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 023/2026

O prefeito Municipal de Guaraqueçaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - Adjudicar
02 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Pregão Nº 023.2026

Contratante: O **MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Major Domingos Nascimento, nº46, Centro, CNPJ/ MF nº 76.022.508/0001-52, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Alessandro Carneiro Soares Truchinski**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº039.773.459-07 e portador da Carteira de Identidade RG nº7892010-6, doravante denominada CONTRATANTE.

Contratada: VIRTUAL NETWORK TELECOM LTDA**,** inscrita no CNPJ sob nº **08.112.296/0001-44,** estabelecida à Rua Salim do Carmo nº 93, Bairro Centro, Cidade Guaraqueçaba/PR, e-mail: projetos@virtualnetwork.com.br, telefones: (41) 99980-1387, neste ato representada por Halefer Rodrigo Gonçalves da Silva com CPF nº 069.094.169-29

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telecomunicações de alta disponibilidade e integração de rede (Turnkey), visando o fornecimento de links de internet corporativos com entrega de IP PÚBLICO VÁLIDO, compreendendo o provimento de banda, a engenharia de tráfego, a infraestrutura física e lógica, a logística de transporte multimodal (marítimo e terrestre), a implantação de infraestrutura de transporte de dados e a manutenção corretiva e preventiva em 32 (trinta e dois) pontos distribuídos entre a Sede do Município de Guaraqueçaba e suas comunidades insulares e rurais.

Lote 01.
1 – Fornecimento de link com velocidade de 200 Mbps
2 – Fornecimento de link com velocidade de 100 Mbps
3 – Taxa de instalção de ponto internet

Dotação Orçamentária Secretaria de Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos.

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	CR
Secretaria Municipal de Ação Social e Garantia de Direitos	07.001.04.122.0002.2.149	(272)
	3.3.90.39.00.001000	

Guaraqueçaba, 17 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:6259C3FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 01-Z.4, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

EDITAL Nº 01-Z.4, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital nº 01-A/2026, Edital de Homologação do Resultado Final nº 01-I/2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso de suas atribuições legais e à vista do inteiro teor do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital nº 01-A/2026, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º, da Lei Municipal nº 835, de 28 de junho de 2019, o qual prevê que as contratações serão realizadas por tempo determinado, de até 6 (seis) meses, prorrogável por no máximo mais 6 (seis) meses;

CONSIDERANDO o disposto no item 1.6, no item 13.11 e no item 19.6, os quais preveem que o Processo Seletivo Simplificado terá vigência de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por até igual período.

RESOLVE:

1 DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO EDITAL Nº 01-A/2026.
1.1. Tornar pública a prorrogação do prazo de vigência do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, referente ao Edital nº 01-A/2026, homologado em 27 de março de 2026**,** que passa a vigorar até **27 março de 2027**.

1.2. Durante a nova vigência do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, havendo a necessidade de substituição dos contratados ou de novas contratações, serão convocados os aprovados na seleção, conforme a lista de classificação homologada, as quantidades de vagas estabelecidas no Edital nº 01-I/2026 e observados os limites de despesas com pessoal e demais ditames legais.

2 . DISPOSIÇÕES GERAIS
2.1. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA a qualquer momento, por decisão motivada e justificada, poderá revogar ou anular o presente Processo Seletivo Simplificado no todo ou em parte.

2.2. Os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na aplicação deste Edital de Prorrogação, serão dirimidos pelo Departamento Municipal de Recursos Humanos.

2.3. Este Edital produzirá seus efeitos a partir de 27 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 25 de setembro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:9523F42A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA FÉRIAS-49

PORTARIA 49/2026 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O cidadão, **JOAÕ CARLOS GARBIN**, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:
Conceder Férias aos servidores abaixo relacionados:

NOME	PERÍODO	
EDERSON LUIZ DOS SANTOS	29/09/2026	08/10/2026
VANDALETE ZANELLA	22/09/2026	21/10/2026
LUCIMARI DE J. CAVALHEIRO KRAUSS	01/10/2026	15/10/2026
ANA LUIZA PEDROZO QUERINO	13/10/2026	17/10/2026

Esta Portaria entra em vigor no dia 25 de setembro de 2026, revogando as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, a 25 de setembro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:CDA67817

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO 041/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 196/2026- PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU/PR

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico SRP nº 041/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: ALTA FREQUÊNCIA- inscrita no CNPJ 29.920.016/0001-02, sediada e localizada em Rua 438, 401, Morretes, Itapema – SC, CEP: 88220-000.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais e bens diversos destinados ao atendimento das demandas das secretarias, departamentos e unidades da administração pública municipal de Iguaraçu/PR, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
VALOR: R$ 18.482,30(dezoito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/09/2026 à 25/09/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico SRP nº 041/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: KW INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.208.959/0001-21, com sede na AV SANTA BERNADETHE, 690, APT L11 - ANDAR TR, bairro Lindóia, Curitiba/PR, CEP: 81.010-200.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais e bens diversos destinados ao atendimento das demandas das secretarias, departamentos e unidades da administração pública municipal de Iguaraçu/PR, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
VALOR: R$ 804,50 (oitocentos e quatro reais e cinquenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/09/2026 à 25/09/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico SRP nº 041/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: ZIG ZAG-COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ n° 35.454.993/0001-56 ,sediada na Av. Getulio Vargas, nº 470, Centro, Humaitá-RS.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais e bens diversos destinados ao atendimento das demandas das secretarias, departamentos e unidades da administração pública municipal de Iguaraçu/PR, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
VALOR: R$ 1.935,00(um mil, novecentos e trinta e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/09/2026 à 25/09/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico SRP nº 041/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.770.897/0001-06, sediada na Rua Laurindo

Cordeiro de Souza, n° 257, bairro Centro, na cidade de Goioxim, Paraná.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais e bens diversos destinados ao atendimento das demandas das secretarias, departamentos e unidades da administração pública municipal de Iguaraçu/PR, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
VALOR: R$ 9.182,94 (nove mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/09/2026 à 25/09/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico SRP nº 041/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: AJITA BRINQUEDOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n. 30.328.915/0001-91, com sede RUA UNIVERSO, 361 – JD. UNIVERSO 87060-420 – MARINGÁ-PR.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais e bens diversos destinados ao atendimento das demandas das secretarias, departamentos e unidades da administração pública municipal de Iguaraçu/PR, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
VALOR: R$ 17.922,00(dezessete mil, novecentos e vinte e dois reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/09/2026 à 25/09/2027.

Iguaraçu, 25 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F941C9F9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
RESULTADO DO SORTEIO PÚBLICO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026 - LEILOEIRO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026

Aos 25 dias do mês de setembro de 2026, realizou-se a Sessão Pública de Sorteio referente ao **Edital de Credenciamento nº 005/2026 – Leiloeiro**, Processo Administrativo nº 123/2026, Inexigibilidade nº 026/2026, cujo objeto consiste **no credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais para a prestação de serviços técnicos especializados destinados à realização de leilões públicos, visando à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Iguaraçu/PR.**

O sorteio foi realizado em sessão pública, mediante plataforma eletrônica **SORTEIO.COM** às 10h00min, com transmissão pelo canal oficial da Prefeitura Municipal de Iguaraçu no YouTube, https://www.youtube.com/@LicitacaoIguaracu, observando-se os princípios da publicidade, transparência e isonomia, conforme previsto no aviso de sorteio.

Concluído o sorteio, foi definida a seguinte **ordem de classificação dos Leiloeiros Públicos Oficiais credenciados e habilitados**:

Sidney Belarmino Ferreira Junior
Luís Carlos Dall Agnol
Anderson Luchtenberg
Alexander Pretti Domingos
Ricardo Ferreira Gomes
Camila de Moura Gaia Pelissari
Joacir Monzon Pouey
Fernando Caetano Moreira Filho
Pedro Lerner Kronberg
Hélcio Kronberg
Conrado Augusto Carvalho de Magalhães
Alex Sandro Vieira Felix
Guilherme Eduardo Stutz Toporoski
Daniel Elias Garcia
Gustavo Moretto Guimarães de Oliveira
Jonas Gabriel Antunes Moreira
Paulo Alexandre Heisler
Jorge Marco Aurelio Biavati
Diego Wolf de Oliveira
Luciano Marangoni
Jaqueline Sperança
Giancarlo Peterlongo Lorenzini Menegotto
Cátia Fernanda Alievi Toporoski
Fabio Marlon Machado
Lélia Maria de Paula Lenz Cesar Gaudencio
Jeremy Wu Santiago da Costa e Silva
Lucas Rafael Antunes Moreira
Adalberto Scherer Filho
Luiz Barbosa Lima Junior

A ordem de classificação resultante do sorteio será observada para fins de **convocação dos Leiloeiros Públicos Oficiais credenciados**, respeitando-se a sequência estabelecida no sorteio e o sistema de **rodízio sucessivo**, nos termos do instrumento convocatório.
Fica aberto o prazo de **02 (dois) dias úteis para interposição de recurso**, correspondente aos dias **28 e 29 de setembro de 2026**. Eventuais recursos, manifestações ou solicitações relacionadas ao resultado da sessão deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico **licitacao@iguaracu.pr.gov.br**, dentro do prazo estabelecido.
Decorrido o prazo recursal, não havendo manifestação ou sendo devidamente apreciadas eventuais interposições, serão adotadas as providências necessárias ao regular prosseguimento do processo, observada a ordem de classificação estabelecida pelo sorteio.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrado o presente resultado para registro e juntada aos autos do processo administrativo, para os devidos fins e efeitos legais.
Iguaraçu, 25 de setembro de 2026

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:FD236C16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 062/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para a aquisição de materiais e utensílios diversos destinados ao atendimento das atividades, oficinas, ações socioassistenciais e demais demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município de Iguaraçu/PR, em favor da empresa **LEONARDO COMERCIO ATACADISTA DE BRINQUEDOS E UTILIDADES DOMESTICAS LTDA** sob CNPJ N° 01.812.575/0001-71 situada na Avenida Colombo nº 7750 – Zona 06 – na cidade de Maringá/PR, no valor de R$ 5.274,16 (cinco mil duzentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 25/09/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:4DF7BCCE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 019/2024

EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 019/2024

Início: 11/09/2026 Validade/Término: 09/09/2027

Objeto: Aquisição de Combustível Tipo Óleo Diesel, Comum e S 10, para Abastecimento na Bomba e Reagentes para Manutenção e Conservação da frota do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/ AMCESPAR.

Razão Social: POSTO POSECOL LTDA
CNPJ: n.º 78.143.674/0001-32.
Endereço: Rua Benjamim Constant, nº197, Centro-IRATI – PR
Representante Legal: José Carlos Ivasko - RG Nº 5.507.464-0 e Paulo Cesar Ivasko- RG Nº 57.241.020-3.

CLÁUSULA PRIMEIRA: REEQUILIBRIO DE PREÇO
Fica alterado o valor contratual do item relacionado em virtude de pedido da contratada de reequilíbrio econômico financeiro, devidamente comprovado.

Item	Produto	Valor Unitário	Valor Unitário com reajuste
2	DIESEL S10	R$ 6,63	R$ 6,76

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato, não atingido pelo presente termo aditivo.
E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente termo aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Irati, 11 de setembro de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

POSTO POSECOL LTDA
CNPJ: n. 78.143.674/0001-32
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:BFD7034C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1526/2026

AUTORIZA O ASSESSOR PROFISSIONAL A VIAJAR A CIDADE DE ARAPONGAS NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **ASSESSOR PROFISSIONAL**, o Senhor **LUIZ RICARDO BONDEZAN FERREIRA**, a viajar no dia 25 de setembro de 2026, a cidade de Arapongas no Estado do Paraná, viagens pra Saúde, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 01 (uma) diária.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 25 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:44D6682B

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1527/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DENICE GONÇALVES DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 2697/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **DENICE GONÇALVES DE OLIVEIRA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 787.xxx.xxx-78, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/03/2024 à 28/02/2025, a contar de 16/10/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 25 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:F855CC98

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1528/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA VENERANDA MADALENA MUNIZ VIEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 2520/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **VENERANDA MADALENA MUNIZ VIEIRA,** brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 960.xxx.xxx-15, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO**, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, férias de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14/02/2024 à 13/02/2025, a contar de 13/10/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 25 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:56F9D729

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1529/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MARCELO ROBERTO SERRAO DE OLIVEIRA REIS, E DÉ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e protocolo e-501/2026;

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor **MARCELO ROBERTO SERRAO DE OLIVEIRA REIS,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 828.xxx.xxx-06, residente e domiciliado na Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, no Cargo de **MEDICO PLANTONISTA**, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 24 (vinte e quatro) dias, referente ao período aquisitivo de 06/03/2023 à 05/03/2024, a contar de 28/09/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 25 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:E82EFE93

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1530/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MARCELO ROBERTO SERRAO DE OLIVEIRA REIS, E DÉ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e protocolo e-502/2026;

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor **MARCELO ROBERTO SERRAO DE OLIVEIRA REIS,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 828.xxx.xxx-06, residente e domiciliado na Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, no Cargo de **MEDICO PLANTONISTA**, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 06/03/2024 à 05/03/2025, a contar de 22/10/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 25 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:04608F31

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1531/2026

CONTRATA A SERVIDORA SANDRA SILVA DE AZEVEDO PARA O CARGO DE PROFESSOR EM REGIME DE JORNADA SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto nos artigos 31 e 34 da Lei nº 1048/2009, de 29/10/2009 e em atendimento ao memorando 2714/2026.

RESOLVE;

I – Contratar, a partir de 23 de setembro de 2026, a Servidora **SANDRA SILVA DE AZEVEDO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 005.xxx.xxx-66, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã – Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 057/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, no cargo de **PROFESSOR**, contratar em regime de Jornada Suplementar, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 23 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 25 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A66A49D4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1532/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA THAYS GOIS MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 25 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **THAYS GOIS MARTINS,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº. 064.xxx.xxx-58, residente e domiciliada na cidade de Francisco Alves, comarca de Iporã, Estado do Paraná, no Cargo de **FONOAUDIÓLOGA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 25 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 25 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9373D1D7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1533/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ALINE CRISTINA

STEVANATO BORGES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 24 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ALINE CRISTINA STEVANATO BORGES,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 040.xxx.xxx-09, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 24 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 25 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:83A0E8F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica nº 009/2026. Processo Administrativo n° 198/2026.
Objeto: Implantação do Centro de Inovação e Tecnologia Terra dos Pinheirais no município de Irati/PR, visando a estruturação de um ambiente promotor de inovação de abrangência regional para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, contemplando espaços de coworking, incubação e aceleração de startups, laboratórios de P&D, ambientes de capacitação e auditórios, conforme Convênio nº 002/2026- SETI.
Tipo: Técnica e Preço.
Recebimento das propostas: Até as 09h00min do dia 19 de novembro de 2026.
Sessão pública/lances: após o encerramento do prazo de recebimento das propostas.
Local de acesso e participação: www.bll.org.br.
Editais disponíveis em: https://irati.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/.

Irati, 25 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:3D136CF1

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Concorrência Eletrônica nº 006/2026. Contrato de obras e serviços de engenharia nº 133/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de um Pronto Atendimento Municipal – PAM, no Município de Irati/PR, a ser executado mediante repasse de recursos financeiros do Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), conforme habilitação estabelecida na Resolução SESA nº 1922/2025, observando ainda os critérios técnicos definidos na Resolução SESA nº 1774/2025, bem como os projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos integrantes do processo, nas condições estabelecidas no projeto básico. Contratada: Cabral & Cabral Engenharias Ltda. CNPJ: 31.588.763/0001-29. Valor contratado: R$ 6.659.960,50 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta centavos). Prazo de execução: 300 (trezentos) dias. Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:F24C2C1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n° 040/2026
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2026
Ata de Registro de Preços n° 156/2026
Demandante: Secretaria Municipal de Educação
Objeto:A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a Contratação de empresa para o fornecimento de eletrodomésticos, eletroportáteis, colchões, enxovais de cama, mesa e banho, e bicicletas, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Itambaracá/PR.
Contratante: MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08
Fornecedor: JM LICITACOES LTDA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sito à Rua Vicente Soares da Costa, nº 132, Anexo Portão Vermelho, Jardim Primavera (Zona Norte), inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.288.646/0001-97, CEP: 02.755-000;
Valor Total Registrado: R$ 3.079,30 (três mil setenta e nove reais e trinta centavos)
Vigência:12 (doze) meses, ou seja 28/09/2027.
Data de Assinatura:25 de setembro de 2026.
Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato: Andréia Soares Alexandre
Fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato: Cláudia Mariel Parralego
Itambaracá/Pr, 25 de setembro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:BF16754D

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n° 040/2026
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2026
Ata de Registro de Preços n° 154/2026
Demandante: Secretaria Municipal de Educação
Objeto:A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a Contratação de empresa para o fornecimento de eletrodomésticos, eletroportáteis, colchões, enxovais de cama, mesa e banho, e bicicletas, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Itambaracá/PR.
Contratante: MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08
Fornecedor: IMPACTO ADMINISTRAÇÃO E EFICIÊNCIA LTDA, com sede na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, sito à Rua Atalydes Moreira De Souza, nº 1220, Box 21 Galpão 01 - 1046ª,

Bairro Civit I, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.173.263/0001-24, CEP: 29.168-055;
Valor Total Registrado: R$ 2.885,85 (dois mil oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência:12 (doze) meses, ou seja 28/09/2027.
Data de Assinatura:25 de setembro de 2026.
Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato: Andréia Soares Alexandre
Fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato: Cláudia Mariel Parralego
Itambaracá/Pr, 25 de setembro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:6C72AE32

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n° 040/2026
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2026
Ata de Registro de Preços n° 158/2026
Demandante: Secretaria Municipal de Educação
Objeto:A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a Contratação de empresa para o fornecimento de eletrodomésticos, eletroportáteis, colchões, enxovais de cama, mesa e banho, e bicicletas, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Itambaracá/PR.
Contratante: MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08
Fornecedor: MRS ELETROMOVEIS LTDA, com sede na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, sito à Avenida Comendador Gentil Geraldi, nº 3026, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.166.872/0001-77, CEP: 87.820-000;
Valor Total Registrado: R$ 2.582,20 (dois mil quinhentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)
Vigência:12 (doze) meses, ou seja 28/09/2027.
Data de Assinatura:25 de setembro de 2026.
Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato: Andréia Soares Alexandre
Fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato: Cláudia Mariel Parralego
Itambaracá/Pr, 25 de setembro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:60C26EE8

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n° 040/2026
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2026
Ata de Registro de Preços n° 153/2026
Demandante: Secretaria Municipal de Educação
Objeto:A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a Contratação de empresa para o fornecimento de eletrodomésticos, eletroportáteis, colchões, enxovais de cama, mesa e banho, e bicicletas, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Itambaracá/PR.
Contratante: MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08
Fornecedor: COMERCIAL GETRIX LTDA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sito à Rua Constantino de Souza, nº 647, Bairro Campo Belo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.488.409/0001-97, CEP: 04.605-001;
Valor Total Registrado: R$ 2.175,00 (dois mil cento e setenta e cinco reais)
Vigência:12 (doze) meses, ou seja 28/09/2027.
Data de Assinatura:25 de setembro de 2026.
Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato: Andréia Soares Alexandre
Fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato: Cláudia Mariel Parralego
Itambaracá/Pr, 25 de setembro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:CC39F70C

LICITAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2026

MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
EXTRATO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2026 - MODALIDADE ONLINE ELETRÔNICO
O MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ/PR, comunica aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO ONLINE ELETRÔNICO VIA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, conforme Anexo I do Edital, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação na forma que dispõe a Lei Municipal nº. 2.051/2025 e suas alterações, através do Leiloeiro Público Oficial Conrado Augusto Carvalho de Magalhães – Matrícula Jucepar 22/343-L.
DIA DO ENCERRAMENTO: 29 de outubro de 2026, a partir das 10h00.
LOCAL: Rede Mundial de Computadores no sítio magalhaesleiloes.leilao.br
EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital completo, bem como os demais elementos informativos, poderá ser obtidos junto ao Município de Itambaracá-PR através do site www.itambaraca.pr.gov.br ou do telefone (43) 3543-1224, ou junto ao Leiloeiro Público Oficial através do site magalhaesleiloes.leilao.br ou do telefone (43) 3334-0664.
Itambaracá, 25 de setembro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:071D4216

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 209/2026

Súmula: Extingue Contrato Administrativo.

Ananias Soares Vieira, Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com amparo no subitem 9.19 do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2025, diante da manifestação do interessado, devidamente deferida, **RESOLVE:**

Art. 1.º - Rescindir, amigavelmente o Contrato Administrativo n.º 015/2025, firmado entre o Município de Itambé, Estado do Paraná e o Sr. Luiz Carlos da Silva, portador da CI/RG n.º 4.035.xxx-x/PR e do CPF/MF: 483.121.xxx-xx, extinguindo-se, portanto, seus efeitos administrativos e financeiros a partir de 25/09/2026 (inclusive).

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, convalidando seus efeitos, nos termos do art. 55 da LF n.º 9.784/99 a partir de 25/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Itambé, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO
Fundamentação: LM nº 631/1994; Decreto Municipal nº 117/2021; Decreto nº 57/2025 e Edital PSS nº 001/2025.
Distratado: Prefeitura Municipal de Itambé/PR.
Distratante: - Luiz Carlos da Silva CPF/MF: 483.121.xxx-xx
Objeto: Rescindir, amigavelmente o Contrato Administrativo n.º 015/2025, firmado entre o Município de Itambé, Estado do Paraná e o Sr. Luiz Carlos da Silva, portador da CI/RG n.º 4.035.xxx-x/PR e do CPF/MF: 483.121.xxx-xx, extinguindo-se, portanto, seus efeitos administrativos e financeiros a partir de 25/09/2026 (inclusive).

Data do distrato: 25/09/2026.

Prefeitura Municipal de Itambé – PR, aos 25 dias do mês de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:D624B4D0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2026
Processo Licitatório Nº 066/2026 - Registro de Preços Nº 08/2026
EXCLUSIVO LOCAL, PARA CONTRATAÇÃO DE ME, EPP E EQUIPARADAS
(LC nº 123/2006 e LC nº 147/2014; Lei Municipal nº 1454/2025)

A Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, torna público que fará realizar o Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a **aquisição de carga de GÁS GLP: Botijão (P13) e Cilindro (P45) para atendimento das Unidades Administrativas**, conforme especificações contidas no termo de referência anexo ao Edital. O Edital nº **25/2026**, com detalhes do "Pregão Presencial" estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal ou no Portal da Transparência Municipal - aba: Licitações (https://itambe.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes). O presente Edital reger-se-á em conformidade com o Decreto nº 10.024/19 c/c Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações. Informações: pelo telefone (44) 98826-9739 ou e-mail: licitacao@itambe.pr.gov.br.
a. PROTOCOLO DOS ENVELOPES/CREDENCIAMENTO: Sala da Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal de Itambé, sita a Praça Rui Barbosa, nº 34, até as 8h30min do dia **09 de outubro de 2026.**
b. REALIZAÇÃO/DISPUTA: Sala de Reuniões da Câmara Municipal, sita a Travessa João Ossucci, nº 50, as **9h** do dia **09 de outubro de 2026**.

Itambé/PR, 25 de setembro de 2026.

LUÍS CEZAR CONTRERAS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Luis Cezar Contreras
Código Identificador:4FF9EFE3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90017/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 90017/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Concorrência, tipo maior retorno econômico, por lote, no dia 18 (dezoito) de Novembro de 2026, às 10h:00min (dez) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a concessão de uso temporário de bem público, oneroso, de Barracão Industrial.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Concorrência N° 90017/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste e no endereço eletrônico www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D' Oeste - PR, 23 (vinte e três) de Setembro de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação
Decreto Nº 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:904E07BA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90055/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 033/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 14 (quatorze) de Outubro de 2026, às 14h:00min (quatorze) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização de material esportivo destinado ao uso nas atividades desenvolvidas pelo Departamento Municipal de Cultura e Esporte do Município de Itapejara D'Oeste - PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 14h00min (quatorze) horas do dia 14 (quatorze) de Outubro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90055/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 21 (vinte e um) de Setembro de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:552AFE5A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 223/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 223/2026
DATA: 25.09.2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a servidores públicos municipais e dá outras providências.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e
Considerando a necessidade de regularização de férias dos Servidores da Administração Municipal;
DECRETA:
Art. 1º Ficam concedidos ao servidor **Mony Robson Zuchi** 25 (vinte e cinco) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2025/2026**, para fruição no período de **06 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026**, correspondentes aos dias remanescentes do respectivo período de férias.

Art. 2º Ficam concedidos à servidora **Dayane Casiraghi** 10 (dez) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2025/2026**, para fruição no período de **21 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026**, correspondentes ao primeiro período de fruição das férias.
Art. 3º Ficam concedidos à servidora **Marcia Andrea Coutinho Mattos** 20 (vinte) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2024/2025**, para fruição no período de **14 de outubro de 2026 a 02 de novembro de 2026**, correspondentes ao primeiro período de fruição das férias.
Art. 4º Ficam concedidos à servidora **Neuza Aparecida Alves Antunes** 10 (dez) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2025/2026**, para fruição no período de **01 de outubro de 2026 a 10 de outubro de 2026**, correspondentes ao primeiro período de fruição das férias.
Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos **25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2026**.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:46B273FA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 771 A Nº 786/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 771/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João C. da Costa, Matrícula: 017871-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Marcia de Avila com acomp e Dayane Brandão. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21/09/2026 as 03h00 e retorno dia 21/09/2026 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta, radio e quimio. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 772/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João C. da Costa, Matrícula: 017871-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Edina Gnoatto. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 23/09/2026 as 03h00 e retorno dia 23/09/2026 as 17h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta e exame. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 773/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João C. da Costa, Matrícula: 017871-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Marcia de Avila com acomp e Nelvo Baroni com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 28/09/2026 as 03h00 e retorno dia 28/09/2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta e radio. Local: CEONC e Dr. Prime. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 774/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João C. da Costa, Matrícula: 017871-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Antônio Névio com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24/09/2026 as 05h00 e retorno dia 24/09/2026 as 20h00. Destino: Chapecó. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Pet-Ct. Local: Cdip. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 775/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Rosane Groceli e Valdir Romano. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 22/09/2026 as 03h00 e retorno dia 22/09/2026 as 16h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 776/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Glória Maximovitz. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24/09/2026 as 03h00 e retorno dia 24/09/2026 as 16h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: UOPECCAN. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 777/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Mareli Mitrut, João M. Matts, Arildo Dalbosco e Luiz Ildefonso, todos com seus respectivos acompanhantes. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 25/09/2026 as 03h00 e retorno dia 25/09/2026 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit. Finalidade da viagem: Consultas, exames, quimio e radio. Local: CEONC, Dr. Prime e Hospital São Lucas. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 778/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Ivone A. Muchinski com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24/09/2026 as 04h00 e retorno dia 24/09/2026 as 17h00. Destino: Guarapuava. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: H. Regional. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 779/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Emily Chagas, Leonardo Chagas e Evellyn Chagas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 25/09/2026 as 09h00 e retorno dia 26/09/2026 as 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: H. Angelina Caron. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 780/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Samuel Clein, Simeia Clein, Paola Gonçalves com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 30/09/2026 as 09h00 e retorno dia 02/10/2026 as 22h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 625,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta, exames e transfusão sanguínea. Local: Hemepar e H. Peq. Príncipe. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 781/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Marcio Strassburguer, Matrícula: 016.962-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Abílio Lamb com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 23/09/2026 as 13h00 e retorno dia 24/09/2026 as 21h00. Destino: Arapongas. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: Honpar. Declaro estar ciente das normas previstas na

Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 782/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Marcio Strassburguer, Matrícula: 016.962-1. Órgão de Lotação: Depto de saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Karla de Campos, Emily Lorengian, Janilse Dall Olmo e Elio Terres. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 27/09/2026 as 09h00 e retorno dia 29/09/2026 as 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 625,00. Transporte utilizado: Transit. Finalidade da viagem: Consulta, Infusão de enzimas e exames. Local: H. C. e Peq. Príncipe. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 783/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Rodrigo Schuastz, Matrícula: 111546-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 27/09/2026 as 13h00 e retorno dia 27/09/2026 as 19h00. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Jogo de futsal. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 21.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 784/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Anelize Carniel, Matrícula: 014.276-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Psicóloga. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08/10/2026 as 04h00 e retorno dia 09/10/2026 as 21h00. Destino: Foz do Iguaçu. Valor de diárias: R$ 600,00. Transporte utilizado: Strada – Placa UBH-9A89 (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Auditório. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 23.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 785/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Ivanildo Copetti, Matrícula: 017438-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Assistente Social. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08/10/2026 as 04h00 e retorno dia 09/10/2026 as 21h00. Destino: Foz do Iguaçu. Valor de diárias: R$ 600,00. Transporte utilizado: Strada – Placa UBH-9A89 (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Auditório. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 23.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 786/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: fieis. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 26/09/2026 as 07h00 e retorno dia 26/09/2026 as 17h00. Destino: São João. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Encontro religioso. Local: Igreja Matriz. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. 23.09.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:85A27A69

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2506/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2506/2026
DATA: 25.09.2026

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal, de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 82, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Requerimento do Departamento Municipal de Esportes e Cultura e dos relatórios do Gestor e Fiscal de Contrato, relatando o descumprimento da empresa referente ao Contrato nº 4277/2026;

RESOLVE:

Art. 1º) Solicitar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, instituída pela Portaria 2000/2023 de 07.06.2023, a abertura de Processo Administrativo contra a empresa TITA UNIFORMES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 59.021.193/0001-00, por descumprimento contratual, conforme documentos em anexo.

Art. 2º) O prazo para conclusão do Processo Administrativo é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado quando justificado.

Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro do ano de 2026.

Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretor do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:36DD59FC

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2507/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2507/2026
DATA: 25.09.2026

SÚMULA: Designa os membros da Coordenação Geral de Alfabetização, integrante da Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização do Departamento Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2277/2026, de setembro de 2026, que instituiu a Política Municipal de Alfabetização no Município de Itapejara D'Oeste;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 220/2026, que institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Departamento Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, § 1º, do referido Decreto, que estabelece que os membros da Coordenação Geral de Alfabetização serão designados por Portaria do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designadas as servidoras abaixo relacionadas para compor a **Coordenação Geral de Alfabetização**, integrante da Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização do Departamento Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste:

I – Andréia Antunes Alves – **Coordenadora-Geral de Alfabetização**, na condição de Diretora do Departamento Municipal de Educação;

II – Josy Onning Cisseski – **Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino**;

III – Kely de Paris Ramão – **Articuladora RENALFA Municipal**.

Art. 2º Compete às servidoras designadas exercer as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 220/2026, especialmente aquelas relacionadas à organização, gestão, articulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º A Coordenação Geral de Alfabetização deverá atuar de forma articulada com as unidades escolares, profissionais da educação, Departamento Municipal de Educação e demais órgãos e instituições envolvidos na implementação das ações de alfabetização.
Art. 4º As reuniões da Coordenação Geral de Alfabetização ocorrerão ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocadas pela Coordenadora-Geral, conforme disposto no Decreto Municipal nº 220/2026.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro do ano de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretor do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:CAF24B6C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 005/2026 - CMAS

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2026
Data: 24.09.2026.

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação do Regimento Interno.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Itapejara d'Oeste – PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 539/95 e a Lei Municipal nº 1.204/2010, de 17 de novembro de 2010.
- Considerando a deliberação da Plenária realizada em 24.09.2026, Ata nº 006/2026.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapejara D' Oeste.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Itapejara D'Oeste, 24 de Setembro de 2026.

ROZANIA FÁTIMA DE VARGAS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:B5ABE7F7

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Concorrência Eletrônica Nº 90010/2026, que tem como objeto a Pavimentação de Estrada Rural em CBUQ, 14.640,00 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra, constantes deste Edital e no Termo de Referência, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90010/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, a empresa Pavimar – Construtora de Obras Ltda, com o valor total de R$ 2.668.000,00 (Dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil reais). Ficando nesta data HOMOLOGADO.
Itapejara D'Oeste, 25 (vinte e cinco) de Setembro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:07EE611D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, através do Agente de Contratação, torna público que realizará Dispensa de licitação, com critério de julgamento menor preço global, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
1. OBJETO 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços eventuais de limpeza e higienização das dependências da Câmara Municipal de Itaperuçu ou de local externo por ela indicado, acionados sob demanda, em razão da realização de eventos institucionais, , conforme Termo de Referência -Anexo I.

2. DATA, HORÁRIO E LOCALDE ENTREGADAS PROPOSTAS

2.1. Data Limite: 01/10/2026

2.2. Horário: das 08h00min às 16h00min

2.3. Forma de entrega: Os interessados deverão encaminhar a Proposta de Preços - Anexo III e Documentos de Habilitação, em formato PDF, para uma das seguintes opções:

a) Presencialmente: No Setor de Licitações da Câmara Municipal de Itaperuçu, Rua Crispim Furquim de Siqueira, 1060, Butieirinho, Itaperuçu/PR, em envelope lacrado;

b) Por e-mail: Para o endereço eletrônico camaralicitacoesita@gmail.com, com o assunto: DISPENSA 07/2026 - PROPOSTA- NOME DAEMPRESA.

2.4. Propostas enviadas após a data e horário limite não serão consideradas.

3. VALOR ESTIMADO

3.1. R$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, totalizando R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para 12 meses.

4. PARTICIPAÇÃO

4.1. Aberta a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais com CNAE 8121-4/00 ou 8129-0/00,regularmente credenciados no SICAF.

4.2. O licitante deverá apresentar proposta com valor unitário por acionamento (diária).

4.3. É vedada a participação de licitante que seja servidor da Câmara Municipal de Itaperuçu, que possua parentesco até 3º grau com vereadores ou servidores da Casa, ou que se enquadre em qualquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, em observância à Súmula Vinculante nº 13 do STF.

4.4. Em caso de empate, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021. 5. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

5.1. Execução: Os serviços serão prestados sob demanda, sem imposição de jornada, horário ou local fixos, podendo ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, e em

qualquer horário, inclusive noturno, conforme a agenda institucional da Câmara Municipal e o acionamento pelo Fiscal do Contrato. A estimativa é de até 120 (cento e vinte) acionamentos anuais, sem garantia de número mínimo mensal.

5.2. Local: Em regra, na sede da Câmara Municipal, Rua Crispim Furquim de Siqueira, 1060, Butieirinho, Itaperuçu/PR, podendo, excepcionalmente, ser em local externo indicado pelo Fiscal do Contrato, quando a Câmara realizar eventos fora de sua sede.

5.3. Atividades: Conforme Termo de Referência —Anexo I.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados pelo licitante provisoriamente vencedor, no prazo de 2 (duas) horas após a convocação.

6.2. Documentos exigidos:

- Comprovante de inscrição no CNPJ;

- Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (RFB/PGFN);

- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas(CNDT);

- Declaração de não parentesco e de ausência de impedimentos, conforme Anexo III.

6.3. O Microempreendedor Individual fica dispensado da apresentação de certidões estadual e municipal de regularidade fiscal, sendo aceita, em substituição, a comprovação de enquadramento no regime MEI.

ANEXOS ANEXO I – Termo de Referência
ANEXO II – Minuta do Contrato
ANEXO III – Modelo de Proposta e Declarações

Itaperuçu/PR, 25/09/2026

ADEMIR URBANO DOS SANTOS
Agente de Contratação - Portaria nº 06/2026

Publicado por:
Ademir Urbano Dos Santos
Código Identificador:1DE2ABF3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 62/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: ALTERA O ART. 12 DO DECRETO Nº 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2023, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, PARA DISCIPLINAR A PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a competência do Município para suplementar a legislação federal no que couber, nos termos do art. 30, inciso II, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e da vinculação ao edital, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

DECRETA:

Art. 1º O art. 12 do Decreto nº 01, de 03 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação, transformando-se o atual parágrafo único em § 1º e acrescentando-se os §§ 2º e 3º:
"Art. 12. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
§ 1º A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
§ 2º A prorrogação de que trata o caput poderá abranger o saldo remanescente ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, limitada ao quantitativo inicial de cada item, desde que:
I – seja formalizada por termo aditivo antes de expirada a vigência ou esgotado o quantitativo da ata, o que ocorrer primeiro;
II – seja comprovada a vantajosidade dos preços, mediante pesquisa de preços atualizada;
III – a necessidade esteja justificada e compatível com o Plano de Contratações Anual, quando houver;
IV – haja concordância do fornecedor registrado.
§ 3º A renovação de quantitativos prevista no § 2º não configura acréscimo quantitativo para os fins do § 1º deste artigo."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:6BB07DE7

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1002/2026 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ESCOLHA, O PROVIMENTO E O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE DIRETOR E VICE-DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **EDILSON RUIZ DE FREITAS, PREFEITO MUNICIPAL** no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte LEI:
TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DA ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece critérios e requisitos do processo de seleção e eleição para designação de Profissionais da Educação Básica para as funções de Diretor e Vice-Diretor Escolar nas unidades escolares da rede municipal de ensino de Itaperuçu/PR, em respeito ao art. 206, VI, da Constituição Federal, ao art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), nos termos que passa a dispor.
Art. 2º A Gestão Democrática do Ensino Público do Município de Itaperuçu/PR, princípio esculpido no art. 206, VI, da Constituição Federal, será exercida, na forma desta Lei, com vista à observância dos seguintes preceitos:
I - Corresponsabilidade entre o Poder Público e a sociedade na gestão da escola;
II - Autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola;
III – Planejamento, responsabilidade, transparência e eficiência na execução das ações político-pedagógicas e administrativas;
IV - Planejamento, responsabilidade, transparência e eficiência na utilização dos recursos financeiros;
V - Corresponsabilidade no Projeto Político-Pedagógico, Administrativo e Financeiro da Unidade Escolar;

VI - Implantação de propostas educativas que possibilitem a formação para o exercício da cidadania com consciência e responsabilidade social e política.

Art. 3º A gestão das unidades escolares será exercida por:

I - Diretor Escolar;

II - Vice-Diretor para escolas com mais de 500 (quinhentos) alunos;

III - Equipe Pedagógica;

Parágrafo único: A existência da função de Vice-Diretor na unidade escolar não implica redução, supressão ou compensação do quantitativo de vagas destinado ao cargo de Coordenador Pedagógico, que permanecerá definido em legislação própria.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO ESCOLAR

Art. 4º Todas as unidades escolares da rede municipal pública de ensino, terão funções de Diretor e Vice-Diretor, na conformidade com o estabelecido na presente lei.

Art. 5º As unidades escolares serão caracterizadas conforme o número de alunos matriculados de acordo com a seguinte tipologia:

I - Tipo A - Escola a partir de 501 estudantes em tempo parcial e escola a partir de 251 estudantes em tempo integral;

II – Tipo B - Escola com até 500 estudantes em tempo parcial e escola com até 250 estudantes em tempo integral.

Parágrafo único. Para fins de enquadramento nas tipologias de que trata este artigo, o cálculo do público escolar em unidades de atendimento misto (parcial e integral) será obtido mediante a ponderação das matrículas, somando-se ao número de estudantes de tempo parcial o equivalente ao dobro do número de estudantes de tempo integral.

Art. 6º Para a definição da equipe de direção das unidades escolares, serão observadas as seguintes tipologias e critérios:

I – **Tipo A:** 1 (um) Diretor com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e 1 (um) Vice- Diretor, com carga horária correspondente ao turno escolar de sua atribuição, assegurada a presença de membro da equipe gestora durante todo o funcionamento da unidade;

II – **Tipo B:** 1 (um) Diretor com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O Vice-Diretor fará jus à gratificação pelo exercício da função no montante correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído à gratificação do Diretor da respectiva unidade escolar, nos termos previstos no Estatuto do Magistério Público Municipal.

.

TÍTULO II
DO DIRETOR ESCOLAR E VICE- DIRETORES

CAPÍTULO I
DO PROCESSO DE SELEÇÃO DAS FUNÇÕES DE DIRETORES E VICE-DIRETORES

Art. 7º O processo de escolha dos profissionais do magistério para as funções de Diretor e Vice-Diretor de Unidade Escolar observará os critérios técnicos de mérito e desempenho, aliados à consulta à comunidade escolar, assegurando-se a igualdade de condições e a ampla participação a todos os interessados habilitados do quadro efetivo.

§ 1º O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo expedirá o edital e os atos normativos regulamentadores do processo de seleção, devendo a Secretaria promover o curso de formação e estabelecer no edital as regras de participação, a carga horária, o rendimento mínimo exigido na avaliação de desempenho e as demais etapas do certame.

§ 2º Serão habilitados a participar da etapa de consulta à comunidade escolar exclusivamente os candidatos aprovados e classificados na etapa prévia de avaliação de mérito e desempenho, nos termos do edital regulamentador.

§ 3º As exigências de formação continuada ou capacitação prévia para a inscrição e participação no certame serão fixadas no edital regulamentador, garantindo-se o número mínimo de 2 (duas) formações na área de gestão escolar ou afins.

Art. 8º O mandato do Diretor e do Vice-Diretor cumprirão mandato de 3 (três) anos, com posse e início do exercício fixados no último dia letivo do ano de sua eleição.

§ 1º Será permitida apenas uma reeleição consecutiva para o mesmo cargo no mandato imediatamente posterior, condicionada à comprovação de bom desempenho no exercício da função, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

§ 2º Para os fins do limite de recondução de que trata o § 1º deste artigo, considera-se a função específica ocupada na gestão escolar, Diretor ou Vice-Diretor, sendo vedada a candidatura a qualquer um dos cargos da gestão escolar, no mandato imediatamente posterior, para o membro do magistério que atingiu o limite de reeleição.

§ 3º As designações para o exercício da função com duração superior a 1 (um) ano, contados até a data da próxima eleição, serão consideradas como mandato integral para fins de apuração do limite de reeleição.

§ 4º O disposto no § 3º deste artigo aplica-se inclusive às nomeações e designações efetuadas na hipótese de vacância do cargo ou diante da ausência do quórum mínimo de participação eleitoral estabelecido nesta Lei.

§ 5º A atuação na gestão de extensão ou anexo escolar antes do ato formal de sua criação e regular funcionamento como unidade escolar autônoma não será considerada como exercício de mandato eletivo para fins de limitação de reeleição.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR ESCOLAR E VICE DIRETOR

Art. 9º São atribuições do Diretor Escolar:

I - Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II - Coordenar, junto ao Coordenador Pedagógico, a elaboração, a execução e a avaliação do Plano Integrado de Escola, estabelecendo as metas a serem alcançadas;

III - Coordenar e implantar o Projeto Pedagógico da Escola e assegurar a sua unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV - Submeter ao Conselho Escolar, para apreciação e aprovação, o Plano de Aplicação dos recursos financeiros destinados à unidade escolar por ele gerida;

V - Submeter à apreciação e aprovação do Conselho de Escola o Plano Integrado da Escola, o qual prevê metas a serem alcançadas;

VI - Organizar o quadro de recursos humanos da escola com as devidas especificações, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e indicar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura os recursos humanos disponíveis, mantendo o respectivo cadastro atualizado, assim como os registros funcionais dos servidores lotados na escola;

VII - Submeter ao Conselho Escolar, para exame e parecer, no prazo regulamentar, a prestação de contas de todo e quaisquer recursos destinados à Unidade Executora - APMF;

VIII - Dar publicidade, junto à comunidade escolar, à movimentação financeira da escola;

IX - Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnicas administrativas financeiras desenvolvidas na escola;

X - Apresentar, anualmente, ao Conselho Escolar os resultados da avaliação interna e externa da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

XI - Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e à comunidade escolar a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Integrado de Escola, a avaliação interna da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

XII - Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

XIII - Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emanadas dos órgãos do Sistema de Ensino;

XIV - Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente;

XV - Estar presente, sempre que convocado, nos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal;

XVI - Cabe ao diretor escolar que está no cargo realizar a transição para o próximo mandato, apresentando questões de planejamento, documentação e prestação de contas.

Art. 10 São atribuições do Vice-Diretor Escolar:

I - Substituir o Diretor Escolar em suas faltas, impedimentos ou afastamentos legais, assumindo integralmente as atribuições previstas no art. 9º desta Lei enquanto durar a substituição;
II - Auxiliar o Diretor Escolar na coordenação, execução e avaliação do Plano Integrado de Escola e do Projeto Pedagógico da unidade escolar;
III - acompanhar, em conjunto com o Diretor Escolar e a Equipe Pedagógica, o cumprimento do currículo, do calendário escolar e das metas estabelecidas;
IV - Auxiliar na organização do quadro de recursos humanos da escola e no acompanhamento dos registros funcionais dos servidores lotados na unidade;
V - Colaborar na elaboração e no acompanhamento da prestação de contas dos recursos financeiros destinados à unidade escolar, submetida ao Conselho Escolar;
VI - Zelar, em conjunto com o Diretor Escolar, pela conservação e atualização do tombamento dos bens públicos da unidade escolar;
VII - Exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Diretor Escolar, respeitados os limites desta Lei e da legislação vigente;
VIII - Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, no âmbito de suas atribuições.
Parágrafo único. As atribuições previstas neste artigo não excluem outras correlatas, definidas em regimento escolar ou em ato normativo da Secretaria Municipal de Educação, desde que compatíveis com a carga horária fixada no art. 6º desta Lei.
Art. 11 O Diretor e o Vice-Diretor em exercício na escola entregarão anualmente um relatório sobre a situação da escola, considerando os critérios regulamentados pela Secretaria Municipal da Educação, de forma a demonstrar os resultados do plano de gestão implementado até então, à luz das propostas de trabalho apresentadas na candidatura.
§ 1º O relatório deverá ser apresentado e entregue ao Conselho Escolar antes do término de cada calendário letivo, de forma clara que permita a avaliação do funcionamento administrativo-financeiro da unidade de ensino, da função pedagógica e da aplicação das boas técnicas de gestão democrática.
§ 2º O Conselho Escola será o responsável, junto à comunidade, por avaliar o desempenho do Diretor e do Vice-Diretor, podendo formalizar recomendações periódicas para o aperfeiçoamento da gestão escolar.
§ 3º Ao final do prazo de cada mandato definido nesta Lei e com base nos relatórios anuais do § 1º deste artigo, quando constatado resultado insatisfatório por decisão de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, o Conselho Escolar apresentará relatório contendo a análise da gestão da chapa avaliada, em Assembleia Geral do Colegiado Eleitoral.
§ 4º Compete à Comissão Eleitoral deliberar sobre o registro das candidaturas à luz da ata registrada em Assembleia Geral do Colegiado Eleitoral e da documentação apresentada pelos candidatos nos termos do previsto desta Lei.
§ 5º Considerar-se-á resultado insatisfatório do mandato da chapa, para a finalidade do § 3º deste artigo, a ocorrência de uma das seguintes hipóteses:
I - atraso ou apontamento de irregularidade em prestação de contas que provocar a suspensão da transferência de recursos para o estabelecimento de ensino;
II - reprovação de prestação de contas, sem prejuízo da responsabilização administrativa quando for o caso;
III - insuficiência de desempenho da gestão administrativo-financeira, pedagógica ou democrática, apontada pela Secretaria Municipal da Educação, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório;
IV - não participação ou aproveitamento inferior ao mínimo estabelecido em programa oficial de formação continuada para gestão escolar, fornecido pela Secretaria Municipal da Educação, ressalvada a justificativa fundamentada e aceita por decisão do Secretário Municipal da Educação.
§ 6º Para a avaliação de desempenho a que se refere o inciso III do § 5º deste artigo, define-se como:
I - gestão administrativo-financeira, a administração dos recursos financeiros advindos dos repasses realizados pelas esferas federais, estaduais ou municipais, assim como a gerência dos recursos humanos e da estrutura física e logística da unidade educacional;
II - gestão pedagógica, a organização das orientações advindas do âmbito federal, estadual e municipal, quanto aos livros didáticos e aos demais programas e projetos, bem como as questões de organização do trabalho pedagógico da própria escola visando a aprendizagem dos estudantes;
III - gestão democrática, a postura de valorização dos profissionais da educação, dos pais e alunos envolvidos, por meio da participação, transparência e descentralização de ações e tomada de decisões.
§ 7º A decisão proferida pelo Conselho de Escola que constatar o resultado insatisfatório do mandato da chapa, apresentada na forma do § 3º deste artigo, estará sujeita a recurso voluntário dirigido à Comissão Eleitoral, que o apreciará em decisão definitiva, no prazo do inciso III do art. 21 desta Lei.

CAPÍTULO III
DA VACÂNCIA DO CARGO DE DIRETOR
Art. 12 A vacância da função de Diretor ocorrerá por renúncia, aposentadoria, impedimento legal, falecimento ou destituição.
§ 1º Entende-se por renúncia, a vontade expressa do servidor em não mais continuar a exercer seu mandato.
§ 2º Entende-se por impedimento legal, qualquer ato ou fato previamente definido em lei que seja incompatível com as funções de Diretor e do cargo de servidor público municipal.
§ 3º Entende-se por destituição, a determinação de afastamento definitivo do servidor da sua função de Diretor, nos casos previstos na lei.
§ 4º Em caso de vacância do cargo de Diretor, o Vice-Diretor assumirá a função mediante ato formal de designação do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo, entrando em efetivo exercício a partir da data de publicação do ato regulamentar.
§ 5º Ocorrendo a vacância do cargo de Vice-Diretor, caberá ao Diretor da unidade escolar indicar o substituto entre os membros elegíveis do quadro efetivo do magistério, competindo ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo a sua nomeação e designação, com início do exercício na data fixada no ato de nomeação.
Art. 13 Implicará a vacância da função:
I – O indeferimento definitivo do registro de candidatura ou a cassação da eleição por decisão transitada em julgado;
II – O afastamento injustificado do titular do exercício da função por período superior a 30 (trinta) dias.
Parágrafo único. Não se aplica a regra de vacância prevista no *caput* aos afastamentos decorrentes de licença para tratamento de saúde, licença à gestante, à adotante e paternidade, ou outros afastamentos previstos em lei como de efetivo exercício.
Art. 14 A destituição do Diretor Escolar poderá ocorrer motivadamente:
I - Após sindicância, em que seja assegurado o contraditório e defesa, em face da ocorrência de fatos que constituam ilícito penal, falta de idoneidade moral, de disciplina, de assiduidade, de dedicação ao serviço ou de deficiência ou infração funcional, previstas na legislação pertinente;
II - Por descumprimento desta Lei, no que diz respeito a atribuições e responsabilidades previstas no art. 9º;
§ 1º O Conselho Escolar, mediante decisão fundamentada e documentada pela maioria absoluta de seus membros, ou o Conselho Municipal de Educação, mediante ofício da Secretaria Municipal de Educação, poderão propor ou determinar a instauração de sindicância, para os fins previstos neste artigo.
§ 2º O Conselho Municipal de Educação deverá nomear uma comissão provisória de 03 (três) membros para a apuração da sindicância.
§ 3º O Conselho Municipal de Educação poderá solicitar ao Executivo Municipal a indicação de membros para compor a comissão provisória.
§ 4º O resultado da sindicância deverá ser homologado pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Secretário Municipal de Educação Cultura e Turismo.
§ 5º O Conselho Municipal de Educação poderá determinar o afastamento do indiciado durante a realização da sindicância, assegurado o retorno ao exercício das funções caso o resultado não caracterize o ilícito e a decisão final seja pela não destituição.

Art. 15 O processo de sindicância para a apuração de conduta imputada a Diretor ou Vice-Diretor deverá tramitar em caráter preferencial a qualquer outro, mediante ato motivado e pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período de forma justificada.

Art. 16 Vagando a função de Diretor e assumindo o Vice-Diretor, este indicará novo Vice-Diretor para a complementação do mandato, que deverá atender os requisitos do art. 7º e 23 desta lei.
Parágrafo único. A indicação do Vice-Diretor será submetida ao referendo do Conselho Escolar.
Art. 17 Na hipótese de vacância do cargo de Diretor sem que haja Vice-Diretor em exercício, seja pela vacância simultânea de ambas as funções nas unidades Tipo A, seja pela inexistência do cargo nas unidades Tipo B, caberá ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo a indicação e nomeação de profissional do magistério para o exercício interino da função, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data da vacância.
§ 1º O profissional indicado na forma do caput deste artigo deverá preencher os requisitos de habilitação previstos nos arts. 7º e 23 desta Lei.
§ 2º O gestor nomeado entrará em efetivo exercício da função na data fixada no respectivo ato de nomeação.
Art. 18 Nas unidades escolares municipais criadas após a realização do processo eleitoral regular, os cargos de Diretor e Vice-Diretor serão providos mediante indicação do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo e designação pelo Prefeito Municipal, para o cumprimento de mandato provisório.
§ 1º O profissional indicado na forma do caput deste artigo deverá preencher os requisitos de habilitação previstos nos arts. 7º e 23 desta Lei.
§ 2º O mandato provisório de que trata o caput deste artigo encerrar-se-á no último dia letivo do ano em que se realizar o processo eleitoral da Rede Municipal de Ensino.

TÍTULO III
DO PROCESSO ELEITORAL
CAPÍTULO I
DOS ATOS CONVOCATÓRIOS

Art. 19 O Poder Executivo Municipal deverá emitir Edital de Convocação do Processo de Consulta à Comunidade Escolar no prazo de 60 (sessenta) dias antes da data estabelecida para o pleito.
Art. 20 O Conselho Municipal de Educação instituirá uma Comissão Eleitoral, composta por:
I- dois trabalhadores da Educação Pública em exercício nos estabelecimentos de ensino, designados pelo Conselho Municipal de Educação;
II- dois técnicos da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Turismo, designados pelo Secretário da pasta;
III- um representante do Sindicato da categoria, eleitos em Assembleia específica.
Art. 21 A Comissão Eleitoral terá as seguintes competências:
I – coordenar, supervisionar e conduzir o processo eleitoral nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, assegurando o fiel cumprimento desta Lei e do Edital expedido pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo;
II – prestar orientação e assessoramento técnico às Mesas Eleitorais durante todas as fases do pleito;
III – examinar e julgar os pedidos de registro de candidatura, manifestando-se pelo deferimento ou indeferimento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação;
IV – apreciar e julgar os recursos interpostos relativos ao processo eleitoral no prazo de até 3 (três) dias úteis;
V – apurar denúncias sobre o descumprimento das normas editalícias e adotar as providências cabíveis para a regularidade do certame;
VI – encaminhar ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo os casos que apresentem indícios de irregularidades funcionais ou disciplinares praticadas por candidatos ou servidores, para a instauração do procedimento de apuração cabível;
VII – consolidar os relatórios das Mesas Eleitorais, divulgar o resultado final do certame e proclamar os candidatos eleitos.
§ 1º A Comissão Eleitoral de que trata este artigo, será presidida por um de seus membros, de livre escolha e designação da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Turismo.
§ 2º O desempenho das atividades da Comissão Eleitoral é considerado de relevante interesse da Administração Municipal e terá prioridade sobre o exercício de cargo público municipal.

CAPÍTULO II
DAS CONDIÇÕES PARA SER CANDIDATO

Art. 22 Vencida a etapa de seleção prevista no artigo 7º desta Lei, o processo de Eleição de Diretor e vice Diretor de estabelecimentos de ensino público municipal será feito mediante os seguintes procedimentos:
I - Os docentes interessados em concorrer ao cargo de Diretor e vice Diretor deverão realizar sua inscrição conforme previsto no Edital de Convocação do processo de consulta à comunidade escolar para escolha de Direção Escolar;
II - Os candidatos deverão registrar suas candidaturas junto à Comissão Eleitoral;
III - Os candidatos deverão registrar o Plano de Ação, que deverá estar em acordo com a legislação acerca do assunto, em consonância com as políticas públicas da municipalidade, e deverá ser homologado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.
Parágrafo único. O registro de candidatos a Diretor e Vice-Diretor será feito em única chapa.
Art. 23 Poderá se inscrever para concorrer à Direção e vice Diretor do estabelecimento de ensino todo membro concursado em efetivo exercício no Magistério Público Municipal que preencha os seguintes requisitos:
I - atender os requisitos estabelecidos nos artigos 7º e 8º desta Lei;
II - seja estável no serviço Público Municipal;
III - concorde expressamente com os termos do Edital e leis que regulem a candidatura;
IV - tenha, no mínimo, 05 (cinco) anos no exercício do Magistério Público Municipal;
V- não ter sofrido penalidade disciplinar de suspensão ou de maior gravidade, resultante de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) com trânsito em julgado administrativo, nos últimos 5 (cinco) anos;
VI - estar em efetivo exercício na unidade escolar para a qual pretende concorrer à direção durante o ano em que se realizar o processo eleitoral, ou possuir ato formal de remoção já deferido com exercício fixado para a referida unidade;
VII - apresentar índice de faltas injustificadas inferior a 10% (dez por cento) dos dias de efetivo trabalho escolar no ano de realização do pleito, não se computando para este fim as ausências legalmente justificadas ou abonadas por atestado médico;
VIII - que tenha seu registro de candidatura homologado pelo Conselho Municipal de Educação.
§ 1º Nenhum candidato poderá concorrer, simultaneamente, em mais de um estabelecimento de ensino.
§ 2º Os candidatos deverão registrar suas candidaturas junto à Comissão Eleitoral, que emitirá parecer de homologação das candidaturas.
§ 3º Excepcionalmente, nas unidades escolares em que não houver pelo menos 2 (dois) professores que preencham o requisito de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério municipal, poderão concorrer aos cargos de Diretor e Vice-Diretor os docentes que tenham concluído e sido aprovados no estágio probatório.
Art. 24 Os candidatos deverão registrar sua candidatura na data definida pelo Calendário Eleitoral expedido pela Comissão Eleitoral, observando o limite de 30 (trinta) dias de antecedência ao pleito.
§ 1º O registro da candidatura será feito junto à Comissão Eleitoral, que emitirá parecer de homologação da candidatura em até 20 (vinte) dias antes do pleito, devendo ser publicado no órgão de publicação oficial do município.
§ 2º Para registro de candidatura são considerados documentos indispensáveis:
I - cópia autenticada de Documento de Identidade com foto ou documento oficial com foto;
II - cópia autenticada de Diploma cuja emissão tenha se dado por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;
III - declaração de Concordância e Aceitação das Condições Gerais, com firma reconhecida;
IV - certidão de Regularidade do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), junto à Receita Federal do Brasil;
V - cópia do Plano de Ação para os 03 (três) anos de mandato, com identificação do candidato.

CAPÍTULO III
DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 25 A propaganda e a campanha eleitoral serão restritas aos 7 (sete) dias que antecedem a data do pleito.
§ 1º As regras, os limites, os meios permitidos e as vedações aplicáveis à propaganda eleitoral, interna e externa, poderão ser regulamentadas ou alteradas por ato normativo específico da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Turismo.
Art. 26 Os candidatos deverão se ausentar das funções laborais 07 (sete) dias que antecedem o pleito, sem prejuízos de sua remuneração, não sendo permitida campanha no dia do pleito, havendo 02 (dois) fiscais, indicados pelos candidatos, para acompanhar o processo.
Art. 27 As candidaturas terão formato igualitário no que se refere aos quantitativos, formato, tamanho e materiais a serem utilizados como forma de divulgação da campanha e disponibilidade de acesso aos eleitores, para não possibilitar abuso de poder econômico.
Art. 28 O não cumprimento de qualquer dos incisos acima, ou de casos omissos, será analisado pela Comissão Eleitoral e, se confirmada qualquer irregularidade, esta poderá cassar o registro da candidatura dos candidatos em questão
Parágrafo único. Não será permitida campanha em momentos de reuniões pedagógicas, reuniões com os pais e em atendimentos pedagógicos no horário de trabalho.

CAPÍTULO IV
DOS ELEITORES

Art. 29 Terão direito a voto:
I - cada família terá direito a 01 (um) voto, podendo votar apenas um dos responsáveis, mediante apresentação de um documento oficial com foto;
II - os membros do Magistério Público Municipal e os demais servidores públicos efetivos dos quadros de apoio e serviços escolares que estejam em efetivo exercício na unidade escolar.
§ 1º Ninguém poderá votar mais de uma vez no mesmo estabelecimento de ensino, ainda que seja pai ou responsável por mais de um educando, represente segmentos diversos ou acumule cargos ou funções, devendo ser feita a opção por um dos segmentos.
§ 2º Caberá à secretaria da unidade escolar emitir a lista de votantes, para conferência dos eleitores na data do pleito, pelo Conselho Escolar.
§ 3º Só terão direito a voto os eleitores presentes na lista de eleitores que comparecerem ao local de voto, munidos de documento de identificação oficial com foto.

CAPÍTULO V
DA VOTAÇÃO
Art. 30 A indicação processar-se-á por voto direto, secreto e facultativo, sendo expressamente proibida a votação por representação.
§ 1º O pleito se dará na última sexta-feira de novembro, a cada 03 (três) anos, a contar da próxima eleição.
§ 2º A votação somente terá validade se a participação mínima do segmento pais/mães for de 20% (vinte por cento) e do segmento Magistério/Servidores atingir 50% (cinquenta por cento) do respectivo universo de eleitores.
§ 3º Na hipótese de um dos segmentos não atingir o percentual de participação previsto no parágrafo anterior, processar-se-á nova votação dentro de 07 (sete) dias, sendo mantidas as regras do Edital da primeira eleição.
§ 4º Persistindo a ausência de participação mínima, caberá à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo a indicação do Diretor Escolar e, se necessário, do Vice-Diretor, vedada a indicação de membros das chapas que concorreram no pleito.
Art. 31 Cada estabelecimento de ensino receberá urna própria, disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Turismo e fiscalizada pelos fiscais dos respectivos candidatos, devendo ser colocada em local de fácil acesso e monitoramento dos fiscais.
§ 1º Cada candidato terá direito a indicar 02 (dois) fiscais, que deverão estar devidamente cadastrados junto à Comissão Eleitoral no prazo de 05 (cinco) dias antes da data do pleito, para possibilitar o acompanhamento dos processos de votação e apuração dos votos.
§ 2º Na mesa coletora estará um mesário de cada candidato, previamente registrado em ata e ratificado pela Comissão Eleitoral, devendo esta mesa conferir a documentação exigida e pedir assinatura do eleitor em lista específica confeccionada pelo Secretário Escolar.
§ 3º Após a coleta dos votos, sendo encerrada às 19 horas, um fiscal de cada candidato acompanhará a urna até local a ser definido pela Comissão, para a apuração.
Art. 32 Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos ponderados, calculados com base na soma dos votos de cada segmento eleitoral e na aplicação dos respectivos fatores de ponderação.
§ 1º A apuração dos votos será realizada no próprio estabelecimento de ensino, pela mesa apuradora, na presença dos candidatos e fiscais que acompanharam o processo, devendo o resultado ser registrado em ata específica assinada pelos mesários, fiscais e candidatos, cabendo aos mesários entregar a ata à Comissão Eleitoral.
§ 2º O cômputo dos votos por segmento eleitoral observará as seguintes regras.
I - Segmento dos Pais ou Responsáveis: os votos serão contabilizados de forma direta, sem aplicação de fator de multiplicação (peso 1);
II - Segmento dos Servidores: os votos dos membros do Magistério Público Municipal e dos demais servidores efetivos de apoio e serviços escolares em efetivo exercício na unidade serão contabilizados separadamente e multiplicados pelo fator 3 (três).
§ 3º As cédulas de votação serão confeccionadas em cores distintas para cada segmento eleitor, a fim de viabilizar a separação e a contabilização dos votos na forma prevista neste artigo.
Art. 33 Em caso de empate entre 2 (dois) ou mais candidatos na votação final, o desempate será promovido mediante a aplicação sucessiva dos seguintes critérios:
I – maior número de votos obtidos no segmento dos membros do Magistério Público Municipal e dos servidores de apoio e serviços escolares;
II – maior nível de titulação acadêmica, na área de Educação ou Gestão Escolar, na seguinte ordem de prevalência:
a) Doutorado;
b) Mestrado;
c) Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização);
III – maior carga horária acumulada em cursos de formação continuada e capacitação em gestão escolar ou educação;
IV – maior tempo de efetivo serviço público prestado ao Município de Itaperuçu no cargo efetivo;
V – maior idade.

CAPITULO VI
DO ENCERRAMENTO DA APURAÇÃO
Art. 34 A apuração dos votos será realizada no próprio estabelecimento de ensino, imediatamente após o encerramento da votação, pela Mesa Receptora e Apuradora, na presença dos candidatos e de seus respectivos fiscais.
§ 1º Os votos serão contabilizados separadamente por segmento, na forma do art. 17 desta Lei, devendo os resultados brutos de cada segmento ser registrados em ata específica, sem a aplicação de qualquer fator de ponderação ou correção nesta etapa.
§ 2º A ata de apuração local, juntamente com as urnas lacradas e os demais materiais do pleito, será assinada pelos mesários, pelos fiscais e pelos candidatos presentes, e entregue no mesmo dia, imediatamente após a conclusão dos trabalhos, por membro designado da Comissão Eleitoral Local à Comissão Eleitoral Central, mediante recibo de entrega e termo de lacre.
§ 3º É vedada, nesta etapa, a proclamação de resultado ou qualquer manifestação pública ou em meios digitais, inclusive redes sociais e aplicativos de mensagens, que anuncie ou sugira o vencedor da eleição, sob pena de responsabilização nos termos do art. 38, § 2º, desta Lei.
Art. 35 De posse das atas de apuração de todas as unidades escolares participantes, a Comissão Eleitoral terá o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da última ata, para convocar todos os candidatos e fiscais cadastrados para sessão de aplicação da fórmula de contabilização prevista no art. 32 desta Lei.
§ 1º A aplicação da fórmula será realizada em sessão conjunta, com a presença dos membros da Comissão Eleitoral, dos candidatos e de seus fiscais, sendo facultada a presença de representantes da comunidade escolar.
§ 2º Todo o procedimento de aplicação da fórmula, incluindo os cálculos realizados e o resultado obtido para cada candidato, será registrado em ata específica, assinada pelos membros da Comissão Eleitoral e pelos candidatos ou fiscais presentes.

Art. 36 Concluída a aplicação da fórmula, a Comissão Eleitoral procederá à aclamação do resultado, em sessão pública, comunicando o resultado apurado aos presentes.
§ 1º O resultado aclamado pela Comissão Eleitoral não produzirá efeitos definitivos nem investirá o candidato na função de Diretor ou Vice-Diretor até a sua homologação pelo(a) Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo e pelo Conselho Municipal de Educação.
§ 2º A homologação deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias contados da aclamação, e será publicada no órgão oficial de imprensa do Município.
§ 3º Somente após a publicação da homologação o resultado será considerado oficial e definitivo, sendo nula e sem qualquer efeito jurídico ou administrativo toda e qualquer proclamação de vitória anterior a essa publicação.

CAPITULO VII
DAS INFRAÇÕES ELEITORAIS
Art. 37 Ficam vedadas as seguintes condutas aos candidatos e partidários durante o ano eleitoral:
I - ceder ou usar, em benefício de candidato, bens móveis ou imóveis pertencentes ao Poder Público ou a coligações político-partidárias;
II - usar serviços ou materiais custeados por outrem que não o próprio candidato;
III - fazer qualquer forma de associação de sua imagem a questões político-partidárias ou religiosas;
IV - realizar qualquer ato que possa ser considerado troca de favores ou benefícios por votos;
V - realizar ato que configure abuso de autoridade;
VI - utilizar recursos financeiros não compatíveis com a renda do próprio candidato, não sendo permitidas doações de qualquer espécie aos candidatos;
VII - prestar falso testemunho ou falsas declarações com intuito de desacreditar outro candidato.
VIII - fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, que venha a ofender a dignidade ou o decoro de alguém ou dilapidar o patrimônio público e privado, agindo de forma discordante ao Estatuto do Servidor Público Municipal.
IX - falsificar, no todo ou em parte, documento público, alterar documento público verdadeiro ou fazer uso dos mesmos para fins eleitorais;
X - violar ou tentar violar o sigilo do voto;
XI - divulgar, sob qualquer forma, fato que sabe inverídico em relação a si ou outros candidatos, capazes de exercer influência sobre o eleitorado;
XII - utilizar a distribuição de mercadorias e utilidades, prêmios ou sorteios ou qualquer concessão ou delegação de vantagem visando angariar o voto para si ou para outrem ou conseguir abstenção;
XIII - praticar o membro da Mesa Eleitoral ou permitir que seja praticada qualquer irregularidade ou anormalidade que determine a anulação da votação;
XIV- coagir ou aliciar subordinado em favor ou desfavor de candidatura devidamente registrada;
XV- usar do poder econômico ou o desvio ou abuso do poder de qualquer autoridade para obstar a liberdade do voto;
§ 1º As denúncias por descumprimento das regras de campanha poderão ser apresentadas à Comissão Eleitoral a qualquer tempo durante o período eleitoral, encerrando-se o prazo 24 (vinte e quatro) horas antes do início da votação.
§ 2º Recebida a denúncia, a Comissão Eleitoral notificará imediatamente o candidato ou a chapa representada para, querendo, apresentar defesa no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da notificação.
§ 3º A Comissão Eleitoral proferirá decisão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o término do prazo de defesa, deliberando por maioria simples de seus membros sobre a cassação ou manutenção do registro de candidatura, com divulgação imediata nos meios oficiais de publicação.
§ 4º Sujeita-se às mesmas sanções previstas no caput deste artigo o servidor que concorrer para a prática da infração eleitoral ou dela se beneficiar cientemente.
Art. 38 É vedado a candidatos, fiscais, membros da Comissão Eleitoral, do Conselho Escolar ou do Conselho Municipal de Educação, bem como a qualquer pessoa, anunciar, proclamar, declarar ou sugerir, por qualquer meio, vitória, derrota ou qualquer resultado do pleito antes da publicação da homologação prevista no art. 36 desta Lei.
§ 1º A proclamação antecipada, ainda que fundada em contagem parcial, extraoficial ou em ata de apuração local, não gera direito à investidura na função, não vincula a Administração Pública Municipal e não produz qualquer efeito jurídico, político ou administrativo.
§ 2º O candidato que proclamar ou permitir, por ato próprio ou de pessoas a ele vinculadas (fiscais, apoiadores ou representantes de campanha), a divulgação antecipada de resultado favorável a si estará sujeito, após apuração em processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa, às seguintes sanções, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade:
I - advertência formal pela Comissão Eleitoral;
II - cassação do registro de candidatura, na forma do art. 37, § 1º, desta Lei;
III - em caso de já eleito, mas ainda não empossado, sustação da homologação até a apuração dos fatos.
§ 3º A responsabilidade civil ou administrativa por danos decorrentes de divulgação indevida de resultado, inclusive perante terceiros, será exclusivamente do autor da divulgação, não podendo ser imputada ao Município, à Comissão Eleitoral, ao Conselho Escolar ou ao Conselho Municipal de Educação, ressalvada comprovada culpa ou dolo desses órgãos na condução do processo eleitoral.

Art. 39 Durante o processo eleitoral, o Secretário Municipal da Educação, verificada a seriedade da denúncia pela Comissão Eleitoral, poderá determinar a apuração dos fatos e responsabilidades do servidor municipal, na forma da legislação específica em vigor, mediante ofício ao Conselho Municipal de Educação.
§ 1º O Conselho Municipal de Educação, poderá determinar a designação de Comissão Especial, composta por 03 membros, os quais, dedicará todo o tempo aos trabalhos da apuração preliminar, ficando os seus membros, em tal circunstância, dispensados do serviço durante o curso das diligências e para a elaboração do relatório final.
§ 2º A apuração preliminar deverá ser iniciada no prazo de 2 (dois) dias úteis da data da ata de reunião do Conselho Municipal e concluída no prazo de 10 (dez) dias, improrrogáveis, a contar de seu início.
§ 3º A apuração preliminar, com o relatório conclusivo da Comissão Especial, será remetida ao Secretário Municipal da Educação para a respectiva homologação.
§ 4º Aceitando os termos do relatório, o Secretário Municipal da Educação solicitará ao Conselho Municipal de Educação, através de oficio abertura de Sindicância Administrativa; a não aceitação da denúncia motivará o arquivamento do referido procedimento administrativo, dando, em ambos os casos, conhecimento à Comissão Eleitoral.
CAPITULO VIII
DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 40 As impugnações e recursos, no processo eleitoral, não terão efeito suspensivo.
Art. 41 Qualquer membro da comunidade escolar poderá formular, por escrito, pedido de impugnação à Comissão Eleitoral, vedado o anonimato.
§ 1º Nos casos em que na impugnação apresentada não seja possível a identificação de seu autor, a Comissão Eleitoral não a conhecerá e nem analisará.
§ 2º Dissolvida a Mesa Eleitoral, as impugnações serão recebidas pela Comissão Eleitoral até às 18 (dezoito) horas do primeiro dia útil subsequente às eleições.
Art. 42 As impugnações deverão ser apresentadas por escrito à Comissão Eleitoral, consignadas em ata para a devida apreciação e posterior ciência aos interessados.
Parágrafo único. A Comissão Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, decidirá sobre os pedidos de impugnação e notificará requerentes dos resultados.
Art. 43 Das decisões proferidas pela Comissão Eleitoral caberá recurso administrativo ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo, a ser interposto até às 18h (dezoito horas) do primeiro dia útil subsequente à data de notificação ou publicação do ato.

§ 1º O recurso será interposto perante a Comissão Eleitoral, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou encaminhá-lo devidamente instruído ao Secretário Municipal.
§ 2º O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo proferirá decisão final e irrecorrível no prazo de até 3 (três) dias úteis.
Art. 44 A impugnação do registro de candidatura poderá ser formulada por qualquer membro da comunidade escolar, mediante requerimento fundamentado e acompanhado das provas cabíveis, dirigido à Comissão Eleitoral no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a publicação da lista de candidatos inscritos.
Parágrafo único. A Comissão Eleitoral julgará a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, notificando o candidato impugnado para apresentar defesa no prazo suplementar de 24 (vinte e quatro) horas antes da decisão final.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45 Havendo necessidade de normas complementares, os casos omissos serão tratados pelo Secretário Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação e publicados através de Decreto do Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único. Referente as eleições, os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, em conjunto com o Secretário Municipal da Educação.
Art. 46 Nas unidades escolares em que não houver candidatos inscritos ou habilitados para as funções de Diretor ou Vice-Diretor, o Prefeito Municipal designará professor ou especialista em educação para o exercício da função gratificada, desde que aprovado na Avaliação de Mérito e Desempenho.
§ 1º A designação de que trata o caput poderá recair sobre servidor em estágio probatório.
§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, o período de exercício da função de gestão suspenderá a contagem do prazo do estágio probatório no cargo de origem, sendo esta retomada quando do retorno do servidor às atribuições efetivas de seu cargo.
Art. 47 Os atuais ocupantes das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares municipais permanecerão no efetivo exercício de suas atribuições até o último dia letivo do ano civil em que se realizar o processo eleitoral regido por esta Lei, data em que ocorrerá a transição e a posse dos novos gestores eleitos.
Parágrafo único. Excepcionalmente, na hipótese de atraso na homologação do pleito ou de vacância sem sucessor eleito, os atuais gestores permanecerão no exercício provisório da função até a efetiva posse ou designação interina efetuada na forma desta Lei, garantida a continuidade administrativa da unidade escolar.
Art. 48 As disposições e os critérios estabelecidos nesta Lei aplicam-se integralmente ao processo eleitoral para a escolha de Diretores e Vice-Diretores das Unidades Escolares Municipais a ser realizado no ano civil de 2026.
Art. 49 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito de Itaperuçu

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:DCD7D0AD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 403/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **MARJORY LOUISE PEDROSO DE MORAES,** portadora da Cédula de Identidade RG **Nº *******785/PR,** CPF **Nº ********932,** matrícula **56631,** ocupante de Cargo de Comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO JUDICIAL**, referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025 a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 13 de Outubro de 2026 a 22 de Outubro de 2026.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:35FCDB81

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 413/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Ofício Nº 094/2026 da 156ª Zona Eleitoral desta Comarca, datado de 18 de Setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza o pagamento de **22:34** Horas Extras, à servidora **ADRIANA MARIA BONFIM DOS SANTOS,** portadora do **RG: *******145,** ocupante do cargo de **Assistente Administrativo,** referente ao mês de Agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:F60C37F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 414/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **NERLI DE FARIA GONCALVES DE RAMOS,** portadora da Cédula de Identidade RG **Nº *******537/PR,** CPF **Nº ********925,** matrícula **51561,** ocupante de Cargo de Comissão **Gestor do Núcleo de Manutenção de Serviços de Copa**, referente ao Período Aquisitivo 2025 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 05 de Outubro de 2026 a 03 de Novembro de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:C3B1C13A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 411/2026 DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º - Exonerar a pedido a partir desta data, a servidora **JHULIA GUEDES RUFINO,** portadora do RG **Nº *******011/PR,** CPF **Nº**

**********990,** matrícula **64561,** do cargo de provimento em Comissão de **GESTOR DO NÚCLEO DE MÍDIA E COMUNICAÇÃO.**

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

SILMARA MACHADO DE JESUS
Secretária de Administração

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:BF55C1DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 415/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Designar a partir desta data, o servidor **VALTER ALEXANDRE DOS SANTOS**, portador do RG **Nº ********442/PR**, CPF **Nº *******921,** matrícula **61701,** ocupante de Cargo Efetivo **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, ao exercício da Função Gratificada (FG-10), disposta na Lei complementar nº 750 de 11 de Março de 2022, O servidor desempenha atividades de relevante importância junto à equipe do Cadastro Único, atuando diretamente no atendimento das demandas da população. Também realiza atividades relacionadas aos sistemas e procedimentos do Programa do Bolsa Família, além das atividades desenvolvidas no espaço físico do CRAS. Realiza visitas domiciliares nas áreas urbanas e rural do município, contribuindo para o acompanhamento das famílias, levantamento de demandas e garantias do acesso da população aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Art.2º – O servidor supracitado continuará percebendo dos vencimentos de seu cargo efetivo acrescido de Função Gratificada, adequando sua remuneração ao valor da simbologia FG-10.

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:D4896810

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 153/2023 – VALOR

CONTRATO Nº 153/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 071/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: L C DA LUZ BUHRER TELAS ME
CNPJ: 16.713.222/0001-91
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ARTEFATOS DE CIMENTO"
DO VALOR: R$ 151.283,75 (CENTO E CINQUENTA E UM MIL, DUZENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 09 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:C4368368

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° ADITIVO AO CONTRATO Nº 250/2025 - REAJUSTE

CONTRATO Nº 250/2025
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 036/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: GOVFACIL GESTÃO & TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 41.886.613/0001-55.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA O FORNECIMENTO DA LICENÇA DO APLICATIVO GOVFÁCIL – **LICENÇA BRONZE** ESTE APLICATIVO É PROJETADO PARA SIMPLIFICAR E OTIMIZAR O CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, OFERECENDO FUNCIONALIDADES COMO O MONITORAMENTO DE CERTIDÕES E OBRIGAÇÕES A NÍVEL ESTADUAL E FEDERAL (CAUC), GESTÃO DE RECEITAS E ARRECADAÇÕES, ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS CONSTITUCIONAIS, ACOMPANHAMENTO DE ÍNDICES E INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO, FUNDEB, SAÚDE, FOLHA DE PAGAMENTO, PROGRAMAS E CONVÊNIOS FEDERAIS, ANÁLISE FISCAL PRELIMINAR, CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA, DADOS SOBRE ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESAS, COMPARAÇÃO DE SALDO DE EMPREGOS ENTRE MUNICÍPIOS, REGISTROS DE EMPLACAMENTO DE VEÍCULOS, MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES JURÍDICAS DOS PRINCIPAIS TRIBUNAIS, AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO SOBRE A RCL, ACESSO A INFORMAÇÕES DO IBGE, COMPARAÇÕES E RANKINGS ENTRE MUNICÍPIOS BASEADOS EM ÍNDICES E INVESTIMENTOS PRINCIPAIS, ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES VITAIS PARA A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL.
DO VALOR: R$ 533,16 (QUINHENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 04 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:931A5551

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2° ADITIVO AO CONTRATO Nº 250/2025 - RENOVAÇÃO

CONTRATO Nº 250/2025
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 036/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: GOVFACIL GESTÃO & TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 41.886.613/0001-55.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA O FORNECIMENTO DA LICENÇA DO APLICATIVO GOVFÁCIL – **LICENÇA BRONZE** ESTE APLICATIVO É PROJETADO PARA SIMPLIFICAR E OTIMIZAR O CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, OFERECENDO FUNCIONALIDADES COMO O MONITORAMENTO DE CERTIDÕES E OBRIGAÇÕES A NÍVEL ESTADUAL E FEDERAL (CAUC), GESTÃO DE RECEITAS E ARRECADAÇÕES, ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS CONSTITUCIONAIS, ACOMPANHAMENTO DE ÍNDICES E INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO, FUNDEB, SAÚDE, FOLHA DE PAGAMENTO, PROGRAMAS E CONVÊNIOS FEDERAIS, ANÁLISE FISCAL PRELIMINAR, CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA, DADOS SOBRE ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESAS, COMPARAÇÃO DE SALDO DE EMPREGOS ENTRE MUNICÍPIOS, REGISTROS DE EMPLACAMENTO DE VEÍCULOS, MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES JURÍDICAS DOS PRINCIPAIS TRIBUNAIS, AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO SOBRE A RCL, ACESSO A INFORMAÇÕES DO IBGE, COMPARAÇÕES E RANKINGS ENTRE MUNICÍPIOS BASEADOS EM ÍNDICES E INVESTIMENTOS PRINCIPAIS, ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES VITAIS PARA A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL.
DO VALOR: R$ 12.533,16 (DOZE MIL, QUINHENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS).
DO PRAZO:12 (DOZE) MESES.
DATA DA ASSINATURA: 04 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:55120674

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 166/2023 – REAJUSTE

CONTRATO Nº 166/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 076/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: A BOARD TRANSPORTES E SERVICOS LTDA.
CNPJ: 38.365.918/0001-07
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA".
DO REAJUSTE: R$ 42.968,88 (QUARENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)
DATA DA ASSINATURA: 11 de SETEMBRO de 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:BB8EAC88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO N° 82/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, HOMOLOGO E ADJUDICO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 82/2026, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e emergencial do sistema de iluminação pública do Município de Itaperuçu/PR".** Cujo vencedor foi a empresa **LÚMEN PROJETOS LTDA, CNPJ: 19.373.750/0001-37**, no valor de **R$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 25 de setembro de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:7F6E8680

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO N° 91/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 91/2026, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização e execução das festividades alusivas ao Dia das Crianças".** Cujo vencedor LOTE 03 foi a empresa **ERALDO GEFFER MATIAS SORVETERIA NELATTO, CNPJ: 43.594.197/0001-47**, no valor de **R$ 13.450,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 25 de setembro de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:CD3654B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA 2º QUADRIMESTRE DE 2026 ADM

CONVITE
A Administração Municipal de Itaúna do Sul – PR, CONVIDA á população em geral para Audiência Pública que se realizará no dia 29 de setembro de 2026, às 14h00min no Prédio da Câmara Municipal, para participar da Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre do exercício de 2026. Conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 183/2023 e em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Itaúna do Sul – PR – 22 de setembro de 2026

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:66948990

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA 2º QUADRIMESTRE DE 2026 ADM

CONVITE
A Administração Municipal de Itaúna do Sul – PR, CONVIDA á população em geral para Audiência Pública que se realizará no dia 29 de setembro de 2026, às 14h00min no Prédio da Câmara Municipal, para participar da Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre do exercício de 2026. Conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 183/2023 e em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Itaúna do Sul – PR – 22 de setembro de 2026

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:D22267F5

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA 2º QUADRIMESTRE DE 2026 SAÚDE

CONVITE
A Secretaria Municipal de Saúde de Itaúna do Sul – PR CONVIDA o Conselho Municipal de Saúde para apreciação do Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre (RDQA) de 2026, no Prédio da Câmara Municipal no dia 29 de setembro de 2026 ás 14h30min.
Em seguida convidamos a população em geral para Audiência Pública que se realizará no mesmo dia às 14h40min no Prédio da Câmara Municipal, para Demonstração e Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre do exercício de 2026. Conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 183/2023 e em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Itaúna do Sul – PR – 23 de setembro de 2026

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREIA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:06D00D1E

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA 2º QUADRIMESTRE DE 2026 SAÚDE

CONVITE

A Secretaria Municipal de Saúde de Itaúna do Sul – PR CONVIDA o Conselho Municipal de Saúde para apreciação do Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre (RDQA) de 2026, no Prédio da Câmara Municipal no dia 29 de setembro de 2026 ás 14h30min.
Em seguida convidamos a população em geral para Audiência Pública que se realizará no mesmo dia às 14h40min no Prédio da Câmara Municipal, para Demonstração e Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre do exercício de 2026. Conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 183/2023 e em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Itaúna do Sul – PR – 23 de setembro de 2026

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREIA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:8D4D0587

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 363/2026

PORTARIA Nº 363/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora Rosimeire dos Santos e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pela servidora e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Rosimeire dos Santos, matrícula nº 157, CPF 036.4**.***-14, com o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Hospital Municipal – Diretoria Executiva de Saúde, para o período aquisitivo de 2024/2025, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único. O período das férias fracionada será usufruído entre os dias 28/09/2026 e 12/10/2026, totalizando 15 (quinze) dias.

Art. 2º Os demais períodos serão definidos de acordo com as necessidades administrativas e em consonância com requerimento da servidora.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:4E698AF1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO RESULTADO DA ANÁLISE ABERTURA DE PRAZO RECURSAL CREDENCIAMENTO 008/2026

EXTRATO DO RESULTADO DA ANÁLISE ABERTURA DE PRAZO RECURSAL

Procedimento	**CREDENCIAMENTO 008/2026**
	Contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços de serralheria/soldador, roçada/capinagem, poda e corte de árvores, a serem executados conforme a necessidade da Administração, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico
Processo	**Processo Administrativo nº 0074/2026**
Interessada	**Item 3: ROSANGELA PATRICIA DA SILVA DOS SANTOS – CNPJ 49.035.139/0001-60, AV. SAO PAULO, 554, CENTRO, ITAUNA DO SUL-PR, REPRESENTADA POR ROSANGELA PATRICIA DA SILVA DOS SANTOS, CPF 074.305.359-17**
Resultado	CLASSIFICADA E HABILITADA

A Agente de Contratação torna público que, após análise da manifestação, proposta e documentos apresentados, as interessadas acima identificadas foi classificada e habilitada por attender às condições do edital e do Termo de Referência. Fica aberto o prazo recursal de 3 (três) dias úteis, contado da publicação deste extrato, nos termos do art. 165, I, alíneas “b” e “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do item 6 do edital. Eventual recurso deverá ser encaminhado ao e-mail licitacao@itaunadosul.pr.gov.br. A ata integral e os autos permanecem disponíveis aos interessados no sítio oficial do Município.

Itaúna do Sul/PR, 25 de setembro de 2026

BRUNA P. MARTINS ALVES
Agente de Contratação

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:2C4BB4A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 280/2026

PORTARIA Nº 280/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra. **ANA ANDREIA SAUKOSKEI**, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de dez (10) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 19/05/2025 à 18/05/2026 para o período concessivo de 28 de setembro de 2026 à 07 de outubro de 2026..
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 25 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:552905CE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 281/2026

PORTARIA Nº 281/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra. **ANA CARLA DOS SANTOS**, AGENTE DE ENDEMIAS, do Quadro de Pessoal, férias

regulamentares de dez (10) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 18/03/2025 à 17/03/2026 para o período concessivo de 13 de outubro de 2026 à 01 de novembro de 2026..
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 25 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:8476DEFA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 02/2026

PORTARIA Nº 02/2026

Dispõe sobre os procedimentos para solicitação de pré-matrículas, da demanda de vagas e efetivação de matrículas para o ano letivo de 2027 e subsequentes nas instituições da Rede Municipal de Ensino de Ivaí – Paraná, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE IVAÍ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quanto ao direito de acesso à educação, que compete ao Município oferecer a Educação Infantil e, prioritariamente, o Ensino Fundamental, observadas as disposições legais vigentes;
CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 9.394/1996 estabelece a necessidade de divulgação da lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica da rede, inclusive creches, bem como dos critérios utilizados para sua elaboração;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.851/2024, que estabelece mecanismos de levantamento e divulgação da demanda por vagas na Educação Infantil para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos;
CONSIDERANDO a crescente procura por vagas nas instituições de ensino localizadas na sede do Município de Ivaí, especialmente no CMEI Nossa Senhora Aparecida, na Escola Municipal Cristo Rei e na Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar o processo de solicitação de vagas de forma transparente, democrática, segura e acessível às famílias, evitar a formação de filas em escolas pretendidas pelas famílias, aglomerações em períodos prolongados de espera nas instituições de ensino municipais;
CONSIDERANDO a necessidade de possibilitar à Secretaria Municipal de Educação o conhecimento prévio da demanda existente, favorecendo o planejamento da oferta e a organização das vagas disponíveis;
CONSIDERANDO a necessidade de observância da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, especialmente quanto ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes;
RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Estabelecer os procedimentos para solicitação de vagas, organização da demanda por pré-matrículas e efetivação de matrículas para o ano letivo de 2027 e anos subsequentes nas instituições da Rede Municipal de Ensino de Ivaí.
Art. 2º Para o ano letivo de 2027 e subsequentes, a solicitação inicial de vagas nas instituições localizadas na sede do Município será realizada, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico (link de formulário) disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Instituições Escolares (escola) via rede social: Instagram, Facebook e WhatsApp e pelos sites oficiais da Prefeitura e da Secretaria de Educação.
Art. 3º O procedimento eletrônico será adotado inicialmente para as seguintes instituições:
I – Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Nossa Senhora Aparecida;
II – Escola Municipal Cristo Rei;
III – Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação poderá ampliar o procedimento para outras instituições da Rede Municipal de Ensino, considerando a demanda, a capacidade de atendimento e as necessidades da rede.
CAPÍTULO II
DA SOLICITAÇÃO DE VAGA POR FORMULÁRIO ELETRÔNICO
Art. 4º A solicitação de vaga será realizada mediante preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado oficialmente pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de link divulgado previamente antecipado com data e horário de início e encerramento do link, nos canais oficiais do Município e das instituições de ensino.
Art. 5º O preenchimento do formulário eletrônico constitui **solicitação de vaga e registro da demanda através de pré-matrícula**, não caracterizando, por si só, a efetivação da matrícula.
Art. 6º O responsável legal deverá fornecer informações verdadeiras, completas e atualizadas, responsabilizando-se pela veracidade dos dados informados.
Art. 7º No formulário eletrônico serão coletados somente os dados necessários à identificação do estudante, do responsável legal, da etapa/ano pretendido e à organização do atendimento da demanda.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação divulgará, de forma clara e acessível, a finalidade da coleta e utilização dos dados fornecidos no formulário.
Art. 9º O acesso ao formulário eletrônico não poderá constituir barreira ao direito de acesso à educação.
§ 1º As famílias que não possuírem acesso à internet ou apresentarem dificuldades para realizar o preenchimento eletrônico poderão procurar a Secretaria Municipal de Educação para receber orientação e apoio.
§ 2º O atendimento previsto no § 1º ocorrerá sem prejuízo da participação da família no processo de solicitação de vaga.
§ 3º As solicitações de inscrição realizadas por meio do formulário eletrônico somente serão consideradas válidas quando concluídas e enviadas dentro do período e do horário previamente divulgados. Inscrições enviadas após o horário oficial de encerramento não serão aceitas.
§ 4º A Prefeitura Municipal de Ivaí, as escolas municipais por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, não se responsabilizam por solicitações de inscrição não recebidas em razão de falhas de conexão com a internet, instabilidade de rede, problemas nos equipamentos utilizados pelo responsável, falhas de comunicação, endereço de e-mail errados, congestionamento das linhas de transmissão de dados ou quaisquer outros fatores de ordem técnica que impossibilitem o envio do formulário dentro do prazo estabelecido.
§ 5º Após o envio do formulário eletrônico, o sistema encaminhará automaticamente uma cópia das respostas para o endereço de e-mail informado pelo responsável, constituindo este o comprovante da solicitação de vaga.
§ 6º Para as crianças da Educação Infantil obrigatória, correspondentes à Pré-Escola (4 e 5 anos de idade), é assegurado o direito à vaga na Rede Municipal de Ensino, conforme a legislação vigente. Entretanto, a garantia da vaga necessariamente, matrícula na instituição escolhida pela família. O preenchimento do formulário eletrônico é indispensável para que a Secretaria Municipal de Educação possa analisar a demanda e, havendo disponibilidade, realizar a matrícula na instituição pretendida. O responsável deverá preencher corretamente a unidade escolar desejada, sob pena de inviabilizar a análise da preferência indicada.
§ 7º A Secretaria Municipal de Educação e as escolas divulgarão, no formulário eletrônico, a quantidade de turmas e de vagas disponíveis em cada instituição de ensino. À medida que as vagas forem integralmente preenchidas, o sistema poderá direcionar automaticamente os responsáveis apenas para as instituições que ainda possuírem vagas disponíveis para matrícula, assegurando maior transparência e eficiência na organização da demanda.
CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA E DAS VAGAS

Art. 10. Encerrado o período de solicitação da pré-matrícula, a Secretaria Municipal de Educação realizará o levantamento da demanda por instituição, etapa, ano de escolaridade e turno, confrontando-o com o número de vagas disponíveis.
Art. 11. A distribuição das vagas observará:
I – A disponibilidade de vagas em cada instituição;
II – A etapa ou ano de escolaridade pretendido;
III – A continuidade dos estudantes já matriculados na Rede Municipal de Ensino;
IV – O endereço de residência do estudante, observada a legislação educacional vigente;
V – Os critérios de prioridade estabelecidos nesta Instrução Normativa;
VI – As necessidades específicas de atendimento educacional, quando devidamente comprovadas;
VII – demais disposições legais aplicáveis.
Art. 12. Para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, quando houver demanda superior ao número de vagas disponíveis, a organização da lista de espera observará critérios de atendimento definidos pela Secretaria Municipal de Educação, considerando a realidade local e as disposições da legislação vigente.
Art. 13. Na organização da demanda da Educação Infantil, poderão ser considerados, mediante comprovação documental quando necessária:
I – Situação socioeconômica familiar;
II – Situação de monoparentalidade;
III – Situação de vulnerabilidade ou acompanhamento pela rede de proteção;
IV – Residência no território de abrangência da instituição;
V – Existência de irmão matriculado na instituição, quando aplicável;
VI – Demais situações previstas em legislação ou regulamentação municipal.
Parágrafo único. A definição e aplicação dos critérios deverá observar a transparência, a impessoalidade, a razoabilidade e a proteção dos dados pessoais das crianças e de seus responsáveis.

CAPÍTULO IV
DA LISTA DE ESPERA

Art. 14. Quando o número de solicitações de vaga para a Educação Infantil – Creche (crianças de 0 a 3 anos) for superior ao número de vagas disponíveis, será constituída lista de espera por instituição e faixa etária, observados os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º A lista de espera será organizada de forma transparente, observando os critérios de prioridade definidos nesta Portaria e na legislação vigente.
§ 2º Para as crianças da Pré-Escola (4 e 5 anos de idade), não haverá lista de espera, tendo em vista que o atendimento é obrigatório, sendo assegurada vaga na Rede Municipal de Ensino, conforme a legislação educacional vigente.
§ 3º A garantia de vaga prevista no § 2º refere-se ao atendimento na Rede Municipal de Ensino, não assegurando, obrigatoriamente, matrícula na instituição indicada como primeira opção pela família, a qual dependerá da disponibilidade de vagas na unidade pretendida.
Art. 15. A lista de espera para as vagas de Creche (0 a 3 anos) será organizada por ordem de classificação, conforme os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, e poderá ser divulgada nos meios oficiais do Município, observadas as normas relativas à proteção de dados pessoais.
Art. 16. A divulgação da lista de espera deverá possibilitar às famílias o acompanhamento da situação da solicitação, preservando a privacidade e os dados pessoais da criança e de seu responsável, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.
Parágrafo único. Para as crianças da Pré-Escola (4 e 5 anos), a Secretaria Municipal de Educação divulgará apenas a unidade escolar em que a matrícula será efetivada, quando não houver disponibilidade de vaga na instituição indicada pela família.
Art. 17. A lista de espera será atualizada sempre que ocorrer:
I – Disponibilização de novas vagas;
II – Efetivação de matrícula;
III – Desistência formal;
IV – Transferência;
V – Alteração da situação da solicitação;
VI – Outras situações que modifiquem a demanda existente.

CAPÍTULO V
DA EFETIVAÇÃO DA MATRÍCULA

Art. 18. A família contemplada com vaga na pré-matrícula, será comunicada pela Secretaria Municipal de Educação ou pela instituição de ensino, conforme os procedimentos estabelecidos.
Art. 19. A efetivação da matrícula ficará condicionada à apresentação da documentação exigida na instituição de ensino e no prazo divulgado para data da matrícula.
Art. 20. O prazo para efetivação da matrícula será informado no momento da convocação da família.
Art. 21. O não comparecimento dentro do prazo estabelecido, sem justificativa apresentada e aceita pela Secretaria Municipal de Educação e Instituição de Ensino (escola), poderá resultar na disponibilização da vaga para o próximo estudante da lista de espera, observados os critérios estabelecidos.

CAPÍTULO VI
DO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS

Art. 22. A utilização do formulário eletrônico tem como finalidade:
I – Organizar o atendimento da demanda;
II – Reduzir filas e aglomerações;
III – Proporcionar maior agilidade ao processo;
IV – Subsidiar o planejamento da Secretaria Municipal de Educação;
Art. 23. As instituições de ensino deverão orientar as famílias quanto ao processo de solicitação de vagas, aos prazos, ao preenchimento do formulário e aos procedimentos posteriores.

CAPÍTULO VII
DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Art. 24. Os dados coletados durante o processo de pré-matrícula na solicitação de vagas deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades relacionadas à organização da demanda, análise e efetivação da matrícula e demais obrigações administrativas e legais do Município.
Art. 25. O tratamento dos dados pessoais deverá observar a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, especialmente as disposições relativas a crianças e adolescentes.
Art. 26. A divulgação de informações referentes à lista de espera deverá preservar a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos estudantes e responsáveis, utilizando-se, sempre que possível, mecanismos que permitam a consulta da posição sem exposição desnecessária de informações pessoais.

CAPÍTULO VIII
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 27. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I – Elaborar e disponibilizar o formulário eletrônico;
II – Divulgar o período de solicitação de vagas;
III – Organizar e analisar os dados coletados;
IV – Realizar o levantamento da demanda;
V – Acompanhar a disponibilidade de vagas;
VI – Orientar as instituições de ensino;
VII – Acompanhar a efetivação das matrículas;
VIII – Adotar as medidas necessárias para o cumprimento desta Instrução Normativa.
Art. 28. Compete às equipes gestoras das instituições:
I – Divulgar as orientações da Secretaria Municipal de Educação;
II – Orientar as famílias que apresentarem dificuldades de acesso ao formulário, e encaminha-las para a Secretaria Municipal de Educação;
III – Acompanhar as convocações para matrícula;
IV – Efetivar as matrículas mediante apresentação da documentação exigida;
V – Comunicar à Secretaria Municipal de Educação eventuais desistências, transferências ou situações que alterem a disponibilidade de vagas.
VI – Organizar as listas de espera, quando necessárias;

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. O formulário eletrônico, o cronograma e os documentos complementares necessários à execução desta Instrução Normativa constituirão anexos e/ou instrumentos complementares a este ato.
Art. 30. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada a legislação vigente.
Art. 31. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Ivaí, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elaine Cristina de Oliveira
Código Identificador:7D8DCC1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 6°. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 169/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2022-PMI ADITIVO DE VALOR

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **TICKET LOG – TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A., inscrita no CNPJ sob nº 03.506.307/0001-57.**
OBJETO: **O presente termo tem por objeto o aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 169/2022, resultado do Pregão Eletrônico nº 053/2022 que tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica Para Prestação de Serviços de Gerenciamento de Sistema Informatizado e Integrado de Gestão para Abastecimento de Combustível, através de Cartão Magnético ou Microprocessado e Disponibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustíveis no Estado do Paraná, de Forma a Garantir a Operacionalização da Frota da Prefeitura do Município de Ivatuba.**

Itens Aditivados:

ITEM	QUANT	UNID	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO BASEADO ANP 24/08/2022	PREÇO MÁXIMO TOTAL
2	6250	Litros	Gasolina comum	5,59	34.937,5
4	7500	Litros	Óleo Diesel S500	7,03	52.725,00
TOTAL					87.662,50

VALOR ADITIVADO: **R$ 87.662,50 (oitenta e sete mil seiscentos e sessenta e dois reais cinquenta centavos)**
VIGÊNCIA: **Inalterada.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **23 de novembro de 2026.**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 24 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:94F5FE85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2026-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº. 034/2026-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de um veículo automotor do tipo Sport Utility Vehicle (SUV), e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, declarando como vencedora a empresa PINHEIROS MOTORS LTDA, inscrita no CNPJ n° 09.552.307/0001-70, no valor total de R$ R$ 184.300,00 (cento e oitenta e quatro mil e trezentos reais).

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 25 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:3945481B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
ERRATA – PORTARIA Nº.646/2026

Na publicação do Diário Oficial Eletrônico (DOE), do dia 25/09/2026, a PORTARIA Nº. 646/2026, Código Identificador: 6E6946FF, Edição 3624, complementação de diária da servidora Margarete Gabriel de Oliveira,

Onde se lê: PORTARIA Nº. 646/2026

Leia-se: PORTARIA Nº. 659/2026

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
Em 25 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:B49D5039

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 651/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 95,84**(noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos) a favor do servidor público municipal, Sr. **EDUARDO VINICIUS PRATES DA SILVA**, Agente de Endemias, referente ao pagamento de 02 (duas) diárias para arcar com as despesas de alimentação, face aos deslocamentos a Londrina – Pr., para participar de capacitação técnica em vigilância ambiental e controle do Aedes ssp. para prevenção das arboviroses urbanas. Saída às 07h00 dos dias 23 e 24/09/2026 e retorno nos mesmos dias às 18h00, conforme Processo nº.4317/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 24 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:9783B588

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 652/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 95,84(**noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos) a favor do servidor público municipal, Sr. **RONALDO SILVA PEREIRA**, Agente de Endemias, referente ao pagamento de 02 (duas) diárias para arcar com as despesas de alimentação, face aos deslocamentos a Londrina – Pr., para participar de capacitação técnica em vigilância ambiental e controle do Aedes ssp. para prevenção das arboviroses urbanas. Saída às 07h00 dos dias 23 e 24/09/2026 e retorno nos mesmos dias às 18h00, conforme Processo nº.4317/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 24 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:A9B96B44

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 653/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 95,84(**noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos) a favor da servidora pública municipal, Sra. **ELOISA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA**, Agente de Endemias, referente ao pagamento de 02 (duas) diárias para arcar com as despesas de alimentação, face aos deslocamentos a Londrina – Pr., para participar de capacitação técnica em vigilância ambiental e controle do Aedes ssp. para prevenção das arboviroses urbanas. Saída às 07h00 dos dias 23 e 24/09/2026 e retorno nos mesmos dias às 18h00, conforme Processo nº.4317/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 24 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E8DCFA98

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.654/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 1.677,48(**um mil, seiscentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **JOSELAINE LIMA FERREIRA**, Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao pagamento de 3 e ½ diária, face a viagem que fará a Curitiba - Pr., para participar nos dias 29 e 30/09/2026, do Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial promovido pelo Governo do Estado do Paraná, visando a atualização e ao aprimoramento dos conhecimentos relacionados à Vigilância Socioassistencial no âmbito do SUAS. Saída dia 28/09/2026 às 09h00, e retorno às 15h00 do dia 01/10/2026, conforme o Processo nº.4367/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 24 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C65BF315

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 195 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA - Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Dispõe sobre a nomeação de servidor efetivo, conforme resultado final e classificação do concurso público n° 001/2026 da prefeitura municipal de Jardim Olinda/PR e dá outras providências.

CONSIDERANDO o resultado final e a classificação do Concurso Público nº 001/2026, homologado pelo Decreto nº 314 de 24 de junho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sr.ª. **SABRINA JORGE DOS SANTOS**, inscrita no CPF nº ***.494.***-96, classificada em 1º lugar no Concurso Público nº 001/2026, para ocupar o cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR DE ARTES,** com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, 25 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

ELIABE DA SILVA CARDOSO
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:E3E4DA59

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 196/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor, **APARECIDO MARTINS CORREA** correspondente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2025 a 12 de fevereiro de 2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 25 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:CB9481B2

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 197/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor, **CARLOS BEZERRA DE QUEIROZ** correspondente ao período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2025 a 16 de fevereiro de 2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 25 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:7826D9B8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 198/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias a servidora, **MARIA LUCIA DOS SANTOS,** correspondente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2025 a 02 de fevereiro de 2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 25 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:01F3CA9A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 199/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio pelo período de 90 (noventa) dias a servidora, **GRAZIELLY ROBERTA DA SILVA,** matrícula 417, correspondente ao período aquisitivo de 04 de maio de 2017 a 04 de maio de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 25 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:2D91EA09

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026

Às 11:00 (onze) horas do dia 25 de setembro de dois mil e vinte e seis (2026) **,** na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, encontravam-se presentes, **ELIABE DA SILVA CARDOSO**, agente administrativo, servidor responsável pela lavratura do presente termo, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA** e a empossando(a) **SABRINA JORGE DOS SANTOS**, inscrito(a) no CPF nº ***.494.***-96, nomeado(a) por meio da Portaria nº **195/2026**, para exercer o cargo de **PROFESSOR DE ARTES**, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Iniciando os trabalhos, o Senhor Prefeito Municipal deu ciência ao(à) empossando(a) de que o exercício do cargo público municipal subordina-se ao **Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Jardim Olinda**, instituído pela Lei Municipal nº 679, de 28 de outubro de 2013, bem como às demais normas legais e regulamentares aplicáveis. A empossando(a), plenamente ciente dos direitos, deveres, proibições e responsabilidades inerentes ao cargo de **PROFESSOR DE ARTES** para o qual foi nomeado(a), declarou aceitar expressamente todas as atribuições, comprometendo-se a desempenhá-las com zelo, legalidade, moralidade, eficiência e observância aos princípios da Administração Pública. Ato continuo, a empossando(a) Srª. **SABRINA JORGE DOS SANTOS**, apresentou declaração de não exercer outro cargo, emprego ou função pública cuja a acumulação seja vedada, bem como atestado de aptidão física e mental, cujos documentos passam a fazer parte integrante de seu prontuário. Após o que, o Exmo. Srº. Prefeito Municipal, **WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA**, declarou a Srª. **SABRINA JORGE DOS SANTOS**, empossada no cargo de **PROFESSOR DE ARTES**, para todos os devidos fins e efeitos de direto. Dado e passado nesta Prefeitura aos 25º dias do mês de setembro de 2026, vai pelo o Exmo. Srº. Prefeito Municipal, **WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA**, e pela Servidora Pública **SABRINA JORGE DOS SANTOS**, assinado.

Jardim Olinda/PR, 25 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA	***SABRINA JORGE DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Empossada

ELIABE DA SILVA CARDOSO
Responsável Pela Lavratura Do Termo
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:81BBF126

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO DE JOAQUIM TAVORÁ
RESOLUÇÃO 01/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

O conselho diretor aprovou e eu, Presidente do Consorcio Intermunicipal para Aterro Sanitário - CIAS, no uso de suas atribuições legais, promulgo a seguinte Resolução:
Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Consorcio Intermunicipal para Aterro Sanitário - CIAS, no exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), conforme segue:

1 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO - CIAS	
04.122.0001.2002 - MANUTENÇÃO DO CIAS	
3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	630.000,00
3.3.90.40.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
TOTAL GERAL FONTE 0001 - RECURSOS LIVRES	**660.000,00**

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do contrato de rateio firmado entre os municípios participantes do Consórcio, com base no art. 5º do ATO 02/2025, na forma do art. 43, Parágrafo Primeiro, Inciso Il da Lei Federal 4.320/64 com alteração da previsão inicial da receita.
Art. 3º Esta resolução em vigor na data de sua publicação.
Joaquim Távora, 25 de Setembro de 2026

PAULO ROBERTO PEDRO
Presidente do CIAS

Publicado por:
Marcos Guilherme da Costa Alves
Código Identificador:FA422464

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 200/2025

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa APOLLOS SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA,CNPJ 09.470.761/0001-81

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão nº 26/2025, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do Contrato de Prestação de Serviços nº 200/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 026/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de segurança privada desarmada e de bombeiros civis, conforme demanda, para atuação em eventos e demais necessidades da Administração Pública Municipal de Jundiaí do Sul/PR..

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente correrão em conformidade com a Lei Orçamentaria Municipal nº 802/2025, de 19/12/2025.

VIGÊNCIA: 365 dias
DATA DA ASSINATURA: 23/09/2026
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal.

Jundiai do Sul – Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:FA517860

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 204/2025

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa W M CARLI PROJETOS DE ILUMINAÇÃO LTDA,CNPJ 31.802.330/0001-24.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão nº 26/2025, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do Contrato de Prestação de Serviços nº 204/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para locação de estruturas e serviços de apoio para eventos institucionais, culturais, esportivos e festivos promovidos pela Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul/PR, compreendendo o fornecimento, transporte, montagem, manutenção durante a utilização e desmontagem dos itens, de acordo com a necessidade da Administração.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente correrão em conformidade com a Lei Orçamentaria Municipal nº 802/2025, de 22/12/2025.

VIGÊNCIA: 365 dias
DATA DA ASSINATURA:23/09/2026
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal.

Jundiai do Sul – Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:ACC11BDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 199/2025

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa DINAMICA ECO LOCACAO E COMERCIO LTDA,CNPJ 10.391.596/0001-51

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão nº 26/2025, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do Contrato de Prestação de Serviços nº 199/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para locação de estruturas e serviços de apoio para eventos institucionais, culturais, esportivos e festivos promovidos pela Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul/PR, compreendendo o fornecimento, transporte, montagem, manutenção durante a utilização e desmontagem dos itens, de acordo com a necessidade da Administração..

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente correrão em conformidade com a Lei Orçamentaria Municipal nº 802/2025, de 19/12/2025.
VIGÊNCIA: 365 dias
DATA DA ASSINATURA: 23/09/2026
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal.

Jundiai do Sul – Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:EA35D1ED

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO NO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 176/2025

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa **WLE GROUP – SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 53.528.020/0001-04.**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 021/2025, em consonância com o Art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e demais normas que regem a espécie, resolve aditivar o Contrato nº 176/2025, mediante cláusulas e condições.

OBJETO: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, mantidas inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.

DATA DA ASSINATURA: 23/09/2026

FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:7E0C5EE1

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000008/2026 PROCESSO ADM: Nº 00000000000000000008

Objeto: O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de materiais esportivos, recreativos, fisioterapêuticos, psicomotores, pedagógicos e equipamentos para treinamento funcional, destinados ao atendimento das necessidades dos Departamentos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social do Município de Jundiaí do Sul/PR, sendo adquiridos conforme a necessidade no decorrer de 12 (doze) meses.
Empresas vencedoras valor total: R$ 95.421,62 (noventa e cinco mil e quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos): MYR COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA (46449285000143) com os lotes: 1, 2, 24, 32, 33, 34, 37, 52, 65, 74, 85 no valor total de R$ 8.451,30 (oito mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta centavos). POLYANA MARCONI SPORT LTDA (54021271000152) com os lotes: 15, 16, 17 no valor total de R$ 4.438,20 (quatro mil e quatrocentos e trinta e oito reais e vinte centavos). 68.187.471 EDUARDO LEMES DE OLIVEIRA (68187471000194) com os lotes: 31, 61, 64, 73, 91 no valor total de R$ 7.755,10 (sete mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos). 66.357.226 HELENA RIBEIRO DE OLIVEIRA (66357226000152) com os lotes: 12, 42, 69, 78, 80 no valor total de R$ 8.803,00 (oito mil e oitocentos e três reais). ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA (14323297000130) com os lotes: 3, 29, 30, 41, 55, 56 no valor total de R$ 6.011,16 (seis mil e onze reais e dezesseis centavos). FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA (41227145000107) com os lotes: 4, 5, 6, 7, 26, 27, 38, 48, 49, 82, 83 no valor total de R$ 14.318,50 (quatorze mil e trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos). M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA (24912303000149) com os lotes: 92 no valor total de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). RINAMED - COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP (03583301000183) com os lotes: 72 no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais). PATRIUS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (54082007000129) com os lotes: 40, 60 no valor total de R$ 3.890,00 (três mil e oitocentos e noventa reais). RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS EIRELI (22382705000153) com os lotes: 28, 43, 44, 45, 46, 53, 81, 84 no valor total de R$ 5.818,70 (cinco mil e oitocentos e dezoito reais e setenta centavos). SC COMERCIAL EIRELI (20758465000113) com os lotes: 11 no valor total de R$ 4.404,00 (quatro mil e quatrocentos e quatro reais). MARIA MARTE SCHITICOSKI (59031654000125) com os lotes: 39, 89 no valor total de R$ 3.548,82 (três mil e quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos). FC SOLUCOES INTEGRADAS MULTISETORIAIS LTDA (39435759000132) com os lotes: 25 no valor total de R$ 2.120,00 (dois mil e cento e vinte reais). VANINHA UTILIDADES LTDA (58421861000123) com os lotes: 8, 9, 10, 13, 14, 18, 22, 23, 35, 36, 47, 50, 51, 54, 63, 66, 67, 70, 71, 75, 77, 79, 86, 87, 90 no valor total de R$ 13.288,75 (treze mil e duzentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos). AARSAL REPRESENTAÇÕES LTDA. (57831680000102) com os lotes: 76, 88 no valor total de R$ 2.627,55 (dois mil e seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos). SALVI E LOPES E CIA LTDA. (82478140000134) com os lotes: 62, 68 no valor total de R$ 1.074,54 (um mil e setenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). KEMARY ESPORTES LTDA (58546968000106) com os lotes: 19, 20, 21 no valor total de R$ 912,00 (novecentos e doze reais).

JUNDIAÍ DO SUL (PR), sexta-feira, 25 de setembro de 2026

WALDERLEI LEME FERNANDES
Condutor de Processos

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:DB24ABC1

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000008/2026

Processo Adm: Nº 00000000000000000008

Objeto: O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de materiais esportivos, recreativos, fisioterapêuticos, psicomotores, pedagógicos e equipamentos para treinamento funcional, destinados ao atendimento das necessidades dos Departamentos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social do Município de Jundiaí do Sul/PR, sendo adquiridos conforme a necessidade no decorrer de 12 (doze) meses.
Empresas vencedoras valor total: R$ 95.421,62 (noventa e cinco mil e quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos): MYR COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA (46449285000143) com os lotes: 1, 2, 24, 32, 33, 34, 37, 52, 65, 74, 85 no valor total de R$ 8.451,30 (oito mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta centavos). POLYANA MARCONI SPORT LTDA (54021271000152) com os lotes: 15, 16, 17 no valor total de R$ 4.438,20 (quatro mil e quatrocentos e trinta e oito reais e vinte centavos). 68.187.471 EDUARDO LEMES DE OLIVEIRA (68187471000194) com os lotes: 31, 61, 64, 73, 91 no valor total de R$ 7.755,10 (sete mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos). 66.357.226 HELENA RIBEIRO DE OLIVEIRA (66357226000152) com os lotes: 12, 42, 69, 78, 80 no valor total de R$ 8.803,00 (oito mil e oitocentos e três reais). ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA (14323297000130) com os lotes: 3, 29, 30, 41, 55, 56 no valor total de R$ 6.011,16 (seis mil e onze reais e dezesseis centavos). FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA (41227145000107) com os lotes: 4, 5, 6, 7, 26, 27, 38, 48, 49, 82, 83 no valor total de R$ 14.318,50 (quatorze mil e trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos). M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA (24912303000149) com os lotes: 92 no valor total de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). RINAMED - COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP (03583301000183) com os lotes: 72 no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais). PATRIUS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (54082007000129) com os lotes: 40, 60 no valor total de R$ 3.890,00 (três mil e oitocentos e noventa reais). RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS EIRELI (22382705000153) com os lotes: 28, 43, 44, 45, 46, 53, 81, 84 no valor total de R$ 5.818,70 (cinco mil e oitocentos e dezoito reais e setenta centavos). SC COMERCIAL EIRELI (20758465000113) com os lotes: 11 no valor total de R$ 4.404,00 (quatro mil e quatrocentos e quatro reais). MARIA MARTE SCHITICOSKI (59031654000125) com os lotes: 39, 89 no valor total de R$ 3.548,82 (três mil e quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos). FC SOLUCOES INTEGRADAS MULTISETORIAIS LTDA (39435759000132) com os lotes: 25 no valor total de R$ 2.120,00 (dois mil e cento e vinte reais). VANINHA UTILIDADES LTDA (58421861000123) com os lotes: 8, 9, 10, 13, 14, 18, 22, 23, 35, 36, 47, 50, 51, 54, 63, 66, 67, 70, 71, 75, 77, 79, 86, 87, 90 no valor total de R$ 13.288,75 (treze mil e duzentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos). AARSAL REPRESENTAÇÕES LTDA. (57831680000102) com os lotes: 76, 88 no valor total de R$ 2.627,55 (dois mil e seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco

centavos). SALVI E LOPES E CIA LTDA. (82478140000134) com os lotes: 62, 68 no valor total de R$ 1.074,54 (um mil e setenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). KEMARY ESPORTES LTDA (58546968000106) com os lotes: 19, 20, 21 no valor total de R$ 912,00 (novecentos e doze reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE JUNDIAI DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Conforme Edital, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

JUNDIAÍ DO SUL (PR), sexta-feira, 25 de setembro de 2026

PAULO ROBERTO PEDRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:B8468A56

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 163/2026

PORTARIA Nº.163/2026

SÚMULA: Designa os membros titulares e respectivos suplentes para compor o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa do Município de Jundiaí do Sul, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 74/2026, que institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os seguintes membros, titulares e respectivos suplentes, para compor o **Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa** do Município de Jundiaí do Sul:

I – Departamento Municipal de Assistência Social
Titular: Denis Nunes de Macedo
Suplente: Deyse Graziela Campos Beck

II – Departamento Municipal de Saúde
Titular: Janaína Regina da Costa Fernandes
Suplente: Delaine de Campos Pulcineli

III – Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
Titular: Silvia Aparecida Otávio
Suplente: Thiago Gonçalves Rodrigues

IV – Departamento Municipal de Educação
Titular: Lúcia Inéia Rodrigues Romão
Suplente: Neidilene Aparecida Godinho Fidêncio

V – Departamento Municipal de Cultura e Turismo
Titular: Maik Godinho Fidêncio
Suplente: Adriana Maria de Souza

VI – Departamento Municipal de Esportes
Titular: Pedro Lucas Mendes Pedroso
Suplente: Elias da Silva

VII – Departamento Municipal de Transportes
Titular: Eliezer Teles de Oliveira
Suplente: Gilberto Leite da Silva

VIII – Departamento Municipal de Habitação, Urbanismo e Saneamento
Titular: Donizeti Aparecida de Carvalho
Suplente: Rodrigo Fernando Custódio Rabelo

IX – Departamento Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Titular: Esther Nery de Barros Rodrigues Andrade
Suplente: João Pedro Soares de Arruda dos Reis

X – APAE Paulo Fogaça
Titular: Terezinha Romana da Silva Lemes
Suplente: Simone de Lima Silva

XI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
Titular: Maria Neuci Marciano de Oliveira
Suplente: Ivete Cardoso de Oliveira Sampaio

Art. 2º A coordenação do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa será exercida pelo Departamento Municipal de Assistência Social, nos termos do Decreto Municipal nº 74/2026.

Art. 3º O exercício das funções de membro do Comitê Municipal será considerado de relevante interesse público e não será remunerado.

Art. 4º Os membros titulares e suplentes exercerão suas funções enquanto perdurar a respectiva indicação ou até que sejam formalmente substituídos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul/PR, 25 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipa

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:CFAD6A83

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LAPA - PR
RESOLUÇÃO Nº. 718, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Aprova a Alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS– 2026, CEAS-PR, para o Município de Lapa/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de Criação nº. 1331 de 11/06/96, regido pela Lei Municipal nº. 3105 de 30/07/2015.

• Considerando a Deliberação Nº 059/2023, do CEAS/PR.

• Considerando o Ofício nº 212 de 23 de Setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, pelo qual o órgão gestor solicita a aprovação da Alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS– 2026, CEAS-PR;

• Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 23/09/2026, em Reunião Extraordinária.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar a alteração do Plano de Ação referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS– 2026, CEAS-PR, para o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, despesa em capital e custeio, para vulnerabilidade temporária- benefícios concedidos, despesa em custeio e aprimoramento da Gestão- Gestão e organização do SUAS, despesa em custeio, Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, despesa em custeio, a ser repassado de forma continuada, pelo Fundo Estadual de

Assistência Social – FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, no valor de R$ 100.000,00/ano (cem mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa - Paraná, 23 de Setembro de 2026.

IVANA BELKYS WIEDMER BOSCH
Presidente do CMAS

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E5E44E6C

GABINETE
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº 17.663/2026
Requerente: Beatriz Thurmann da Silva
Assunto: Pedido de indenização – danos materiais em muro e calçada de imóvel.
Vistos.
Trata-se de pedido de indenização administrativa formulado por Beatriz Thurmann da Silva, referente aos danos materiais ocasionados em muro de alvenaria e calçada de imóvel, durante a execução de serviços públicos de retirada e coleta de galhos, ocasião em que equipamento municipal (retroescavadeira) atingiu a estrutura do imóvel.
A ocorrência dos danos foi objeto de apuração no Processo Administrativo nº 13.286/2026, tendo a Diretoria de Zeladoria Municipal confirmado que, durante manobra realizada com retroescavadeira utilizada na execução dos serviços, o equipamento municipal atingiu e danificou o muro do imóvel.
O pedido foi submetido à análise da Junta Administrativa de Indenização, que, por meio do Parecer nº 016/2026, manifestou-se favoravelmente ao deferimento da indenização, reconhecendo a existência de nexo causal entre a atuação da equipe municipal e os danos materiais constatados.
Conforme consta dos autos, a requerente apresentou três orçamentos para aquisição dos materiais necessários à recomposição dos danos, sendo o menor no valor de R$ 103,00, além de orçamento de mão de obra no valor de R$ 400,00, totalizando R$ 503,00 (quinhentos e três reais).
Registra-se, ainda, que a Secretaria Municipal de Obras realizou inspeção técnica in loco, conforme Comunicação Interna nº 02/2026, de 21 de setembro de 2026, elaborando orçamento técnico no valor de R$ 527,36, o qual corroborou a razoabilidade do montante pleiteado.
Quanto à documentação do imóvel, verifica-se que, embora o comprovante de IPTU esteja em nome do Espólio de Alfredo Santanna da Silva, a requerente apresentou comprovante de endereço em seu próprio nome, referente ao mesmo imóvel, demonstrando sua vinculação com o local objeto do pedido, para fins desta análise administrativa.
Analisando os elementos constantes dos autos, verifico que o processo se encontra suficientemente instruído, estando comprovadas a ocorrência dos danos, a relação de causalidade com a atuação do equipamento municipal e a quantificação do prejuízo indenizável.
Dessa forma, considerando a manifestação favorável da Junta Administrativa de Indenização, os elementos técnicos e documentais constantes dos autos e o disposto na Lei Municipal nº 4.449/2025, especialmente em seu art. 6º, cabe à autoridade competente proferir a decisão final acerca do pedido.
Diante do exposto, com fundamento na Lei Municipal nº 4.449/2025,
DECIDO:
1. HOMOLOGAR integralmente o Parecer nº 016/2026 da Junta Administrativa de Indenização, adotando seus fundamentos como razão de decidir;
2. DEFERIR o pedido de indenização formulado por Beatriz Thurmann da Silva, reconhecendo os danos materiais ocasionados em muro de alvenaria e calçada de imóvel, decorrentes da atuação de equipamento municipal durante a execução de serviço público;
3. AUTORIZAR o pagamento da indenização no valor de R$ 503,00 (quinhentos e três reais), correspondente ao menor orçamento de materiais apresentado, acrescido do orçamento de mão de obra, observadas as formalidades legais, orçamentárias e financeiras aplicáveis;
4. DETERMINAR o encaminhamento dos autos aos setores competentes para adoção das providências administrativas necessárias à publicação da presente decisão, elaboração e formalização do Termo de Acordo Extrajudicial, empenho, liquidação e pagamento da indenização;
5. DETERMINAR a remessa de cópia dos autos ao setor responsável, para eventual apuração de responsabilidade funcional dos agentes envolvidos, nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 4.449/2025.
Publique-se. Cumpra-se.
Lapa, 24 de setembro de 2026

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1A4D4BA3

GABINETE
DECRETO N° 29938, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) MARIA JULIA FERREIRA DA SILVA.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o requerimento protocolado constante no Processo Digital nº 23811/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 22.09.2026 como dia trabalhado, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

MARIA JULIA FERREIRA DA SILVA
RG: 14240438-9/PR
CPF: 087.514.379-29
COZINHEIRA
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL
CLASSE B REFERENCIA 1
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 25 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:97810167

GABINETE
DECRETO N° 29940, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Operação de Crédito, devidamente autorizado pela Lei nº 4501, de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;

Considerando o P.D. nº 23402, de 16/09/2026, da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.262.871,90 (Um Milhão, Duzentos e Sessenta e Dois Mil, Oitocentos e Setenta e Um Reais e Noventa Centavos), distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

11 Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
11.07 Departamento de Pavimentação	
15.451.0011.1002 Pavimentar e Recapear Ruas	
2110: 4.4.90.51.00.00.644 – Obras e instalações	R$ 1.262.871,90
TOTAL.....	**R$ 1.262.871,90**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior serão utilizadas a:

Operação de Crédito da fonte 644, conta nº 42.404-8	R$ 1.262.871,90
TOTAL.....	**R$ 1.262.871,90**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 25 de Setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 25 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:186E28C6

GABINETE
DECRETO Nº 29939, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o contido no Processo Digital nº 19407/2025, da Vigilância Sanitária,

Considerando o disposto na Portaria nº 529/2013 do Ministério da Saúde, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) e ainda, a necessidade de instituir o Núcleo de Segurança do Paciente no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica atualizada a formação do Núcleo de Segurança do Paciente da Secretaria Municipal de Saúde da Lapa, com a finalidade de planejar, implantar, monitorar e avaliar ações de promoção da segurança do paciente nos diversos pontos da rede municipal de saúde.

Art. 2º - Ficam nomeados os membros do Núcleo de Segurança do Paciente, conforme segue:

DIREÇÃO TÉCNICA DE SAÚDE
Priscilla Zaleski - Direção Técnica de Saúde

COORDENAÇÃO:
Coordenadora: Eloisa Prestes Santos Lima - Enfermeira

REPRESENTANTES POR SETOR:

1. Atenção Básica:
Titular: Cleonice Pinheiro dos Santos Dardaque - Enfermeiro
Suplente: Marli Carneiro Ganzert - Recepcionista

2. Farmácia UPA:
Titular: Fernanda Letícia Paes Pacheco - Farmacêutico - Bioquímico
Suplente: Silmara dos Santos Cunha - Auxiliar de Farmácia

3. Farmácia Municipal e Especial:
Titular: Marina Correa Santos das Neves - Farmacêutico Bioquímico
Suplente: - Rosely Prczybitiniak - Farmacêutico Bioquímico

4. Central de Abastecimento:
Titular: Eliza Pierin Carrano Ramos - Farmacêutico Bioquímico
Suplente: Rafaela Bernaski Meira Hoffmann - Farmacêutico Bioquímico
5. Divisão Odontológica:
Titular: Cristiane Pedroso Peppes - Cirurgião Dentista
Suplente: Juliana Krainski da Silva - Técnico de Higiene Dental

6. Serviços de Urgência e Emergência:
Titular: Douglas Stanisk Magalhães - Enfermeiro
Suplente: Amanda Mazzotti de Lacerda- Médico Clínico Geral

7. Saúde Mental:
Titular: Ana Maria Nunes Dias Loures - Assistente Social
Suplente: Vinicios Cardoso Hammerschimidt - Enfermeiro

8. Departamento de Estatística e Planejamento em Saúde:
Titular: Alex Vieira Cegan - Auxiliar Administrativo
Suplente: Regina de Oliveira - Assistente Social

9. Divisão de Segurança do Trabalho:
Titular: Elenice Aparecida de Souza - Agente de Saúde
Suplente: Camila Jacon Barboza - Agente de Saúde

10. Divisão de Vigilância Sanitária:
Titular: Silvia Maria Kruk - Enfermeira
Suplente: Juliane Aparecida do Vale - Agente de Saúde

11. Divisão de Vigilância Epidemiológica:
Titular: Daniele Belnharki Melo - Auxiliar de Enfermagem
Suplente: Gilcele de Lima Stabach - Auxiliar de Enfermagem

12. Serviço Social:
Titular: Franciely Piovezan dos Santos - Assistente Social
Suplente: Dyulian Schuster Blasius

13. Transporte Sanitário:
Titular: Rosdael Rogerio Piculski Paes - Diretor da Central dos transportes
Suplente: Marcelo Scholz Mendes - Diretor da Central de Ambulâncias

14. Maternidade Municipal:
Titular: Ariane Ribas Daou - Enfermeiro
Suplente: Giovanna Maria Rokiskei Rocha - Enfermeiro

15. Ouvidoria:
Titular: Josiane Santos Lima Scholtz - Recepcionista

16. Unidades de Saúde:
ESF Dib Manne / Maria Lucia da Silveira: Thais Hornung Sedlak Garrett - Enfermeiro
CAIC Ministro Flavio Suplicy Lacerda: Liana Lopes Paraná - Enfermeiro
Mariental / Centro Rural Mariental:Simone Bojano - Enfermeiro
Pedra Lisa: Alessandro da Silva Schmidt - Enfermeiro
Capão Bonito: Alexandre Hornung - Enfermeiro
ESF Feixo - Contestado Dr. Joaquim de Lacerda: Natalia Aparecida Sokulski - Enfermeiro
Água Azul / Centro Social Rural Água Azul: Leticia Helena Bach - Enfermeiro
São Bento: Carolina De Campos Markowicz - Enfermeiro
Mato Preto / Antonio Carlos Cordeiro Ribas: Vanessa Lima Meira - Enfermeiro
ESF Vila São José: Jessica Fitz Pierin - Enfermeiro
Cohapar / Leonor Virginia Dalcente: Eduarda Aparecida Joson Hoffmann- Enfermeiro
Clínica da Mulher: Damaris Porte Teixeira Martins - Enfermeiro

Art. 3º - Caberá ao Núcleo de Segurança do Paciente propor, implementar e acompanhar ações voltadas à melhoria contínua da qualidade e segurança do cuidado, promovendo a cultura de segurança em todos os serviços de saúde do município.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto nº 28950, de 31.07.2025, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 25 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C52691E8

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 503, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Concede Pensão por Morte à descendente de servidor(a), com Proventos Integrais.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 3838 de 14 de setembro de 2021.

• Considerando o Protocolo nº 082/2026;
• Considerando o que dispõe o art. 20, II, c.c. art. 12, I, da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. o art. 40, §7º da Constituição Federal;
• Considerando o Parecer Jurídico nº. 058/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, com efeitos retroativos a 21/08/2026, PENSÃO POR MORTE, à ANGELITA APARECIDA DA SILVEIRA, filha de Eva Aparecida Cardoso, servidora pública municipal, registrada sob matrícula nº 81071-01, com fundamento no art. 20, II, c.c. art. 12, I, da Lei Municipal nº 2183/2008 e Art. 40, §7º da Constituição Federal.
Art. 2º - O provento de Pensão Por Morte será concedido à beneficiária acima nominada, terá o valor mensal de R$ 1.861,70 (Um mil oitocentos e sessenta e um reais e setenta centavos), além da Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - A pensão ora concedida extingue-se de acordo com o previsto nos artigos 19 e 37 da Lei Municipal nº 2183/2008.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 21/08/2026.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9D3AF5B8

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 504, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Concede Pensão por Morte à cônjuge de servidor(a), com Proventos Integrais.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 3838 de 14 de setembro de 2021.

• Considerando o Protocolo nº 072/2026;
• Considerando o que dispõe o art. 29, I, § 2º c.c. art. 12, I, da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. o art. 40, §7º da Constituição Federal;
• Considerando o Parecer Jurídico nº. 059/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, com efeitos retroativos a 06/08/2026, PENSÃO POR MORTE, à EDUIL ROBERTO DA SILVEIRA BENDLIN, companheiro de Fernanda Meira Pinto, servidora pública municipal, registrada sob matrícula nº 81175-01, com fundamento no art. 29, I, § 2º c.c. art. 12, I, da Lei Municipal nº 2183/2008 e Art. 40, §7º e §8º da Constituição Federal.
Art. 2º - O provento de Pensão Por Morte será concedido ao beneficiário acima nominado, e terá o valor mensal atualizado de R$ 3.264,33 (Três mil, duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos), além da Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor do provento deriva do salário percebido pela beneficiária, reajustado até o momento. E para preservar-lhe no futuro será reajustado na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - A pensão ora concedida extingue-se de acordo com o previsto nos artigos 19 e 37 da Lei Municipal nº 2183/2008.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 06/08/2026.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:26730552

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 242/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026 (PD Nº 9120/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
CONTRATADO: SIGATEL OPERAÇÕES DE TELEFONIA LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 05.257.922/0001-00, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO SR. ELDER JOSÉ FASSINI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC, COM PORTABILIDADE DOS NÚMEROS JÁ EXISTENTES, NA MODALIDADE COM FRANQUIA ILIMITADA LOCAL E DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, FIXO E MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE LINK SIP DE 60(SESSENTA) CANAIS DE VOZ, COM PORTABILIDADE DOS NÚMEROS EXISTENTES, DEVIDAMENTE INSTALADOS E CONFIGURADOS, INCLUSO MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO, ABRANGENDO

AS REGIÕES I, II E III, A SER EXECUTADO DE FORMA CONTÍNUA E DESTINADO AO USO DOS SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (SESSENTA) MESES, CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO NO PNCP, PRORROGÁVEL POR ATÉ 10(DEZ) ANOS, NA FORMA DOS ARTIGOS 106 E 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.
VALOR CONTRATUAL: R$ 29.940,90 (VINTE E NOVE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA CENTAVOS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 124
ÓRGÃO: 4 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 5 - DEPARTAMENTO DE INFORMATICA
AÇÃO: 2011 - AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE
ELEMENTO: 3339039580000000000 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 9120/2026 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 22/09/2026
DATA ASSINATURA: 24/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E8C7F6B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 243/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N. 032/2026 (PROCESSO DIGITAL Nº 28315/2025 APENSADO PD 10537/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28428, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. ANDRÉ REZENDE CHERUBINI.
CONTRATADO: GARDA COMERCIAL LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 64.655.198/0001-24, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SUA TITULAR, SRA. VIVIANNA DE ESPINDOLA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAIXA TÉRMICA TIPO COOLER DE NO MÍNIMO 40 LITROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I DO EDITAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES CONTADOS DA PUBLICAÇÃO NO CONTRATO NO PNCP, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.
VALOR CONTRATUAL: R$ 4.374,00 (QUATRO MIL, TREZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 1567
ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
AÇÃO: 1082 - ADQUIRIR EQUIPAMENTOS
ELEMENTO: 3449052340000000000 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 28315/2025 APENSADO PD 10537/2026 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 22/09/2026
DATA ASSINATURA: 24/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:86CE856E

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 058/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 022/2025 (PD Nº 18808/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADA: PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 32.750.290/0001-87, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO SR. MAURICIO ZENI KURMANN.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURO DE PAVIMENTO RÍGIDO E FLEXÍVEL NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO MONGE, NESTA MUNICIPALIDADE, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1322/2026 (PD Nº 21250/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE; CONSIDERANDO O CI Nº 07/2026 DA FISCAL DO CONTRATO ENGENHEIRA SRA. BIANCA HYGINO DE LIMA OLIVEIRA E DA SUPERINTENDENTE DE PROJETOS SRA. MARION SILVEIRA CABRAL FIUZA, DATADO DE 23.09.2026 E CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 854/2026/PGM, CONFORME ART. 111, DA LEI 14.133/2021:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 058/2026, POR 60 (SESSENTA) DIAS, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 20.03.2027 E 18.05.2027.
FICA PRORROGADO O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 058/2026, POR 60 (SESSENTA) DIAS, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 25.09.2026 E 23.11.2026.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 24/09/2026
DATA ASSINATURA: 24/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2F3804C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 131-2025
CONTRATANTE: Município de Laranjal, Estado do Paraná, com sede à Rua Pernambuco, inscrito no CGC/MF nº 95.684.536/0001-80, neste ato representado pelo senhor Maycon
Lopes Simioni Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.065.395-8 SSP/PR e do CPF/MF nº 070.805.019.03.
CONTRATADA: BUENO & JASKIW LTDA inscrita no CNPJ sob o n° 42626.286/0002-46 com endereço na Rua Verci Grande nº 176 - CEP: 85.230.000 - Bairro: centro, cidade de Santa Maria do Oeste /PR, neste ato representado pelo Sr. José Joel Bueno, brasileiro,

empresário, inscrito no CPF/MF sob o n° ***.696.829-** residente e domiciliado em Santa Maria do Oeste Paraná.
OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 10 (DEZ) ESTUFAS AGRÍCOLAS COMPLETAS DE 1.000 M² CADA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO.
VALOR: R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: Permanece inalterado
FORO: Comarca de Palmital, Estado do Paraná.
Laranjal, 25 de setembro de 2026

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:5FE30D18

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 61/2026 - CRED. ADICIONAL

DECRETO N.º 61 de 24/09/2026

SÚMULA: Abre de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e, com base na **Lei Municipal n.º 27/2026.**
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no orçamento financeiro de 2026, um crédito adicional Especial, no valor de R$ 43.000,00 (Quarenta e Três Mil Reais)**,** para cobertura de despesas mediante as seguintes providências:
- Inclusão de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Especial		
Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.1201.2037	Atividades da Educação Infantil	
3.3.40.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
2465	00000-Recursos Ordinários (Livres)	43.000,00
	SUBTOTAL	43.000,00
	TOTAL	43.000,00

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito Suplementar de que trata o art.1º, serão utilizados:
· O Cancelamento parcial das Dotações conforme art. 43, § 1º, III da Lei Federal 4.320/64.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.1201.0032	Expansão e Reequipamento Rede Física de Ensino	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	43.000,00
	SUBTOTAL	43.000,00
	TOTAL	43.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal em, 24 de setembro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Alves Palhano
Código Identificador:4926D374

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 03/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOANDA

RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 03/2026- 25/09/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Loanda, tendo em vistas suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 25/09/2026, as 08:00HS, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO:
SÚMULA — Aprova a Prestação de contas do município de Loanda referente ao segundo quadrimestre de 2026. Art. 1 2. Fica aprovado pela plenária deste conselho, a prestação de contas do segundo quadrimestre do ano de 2026. Art. 22 . Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde então. Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada, e essa ata foi lavrada por mim, e deverá ser assinada pelos de ais presentes.

Vera Lucia Augusto
Secretária

Maria José Pegoraro
Vice - Presidente

SALA DE AUDIENCIAS E SESSÕES DA CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA, em Loanda, aos 25 (vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis).

MARIA JOSÉ PEGORARO
Vice - Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:89FCFA87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

GOVERNO MUNICIPAL
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Milton Kasuyuki Inoue, Prefeito Municipal em exercício, tornam público que as**Audiências Públicas**para**PRESTAÇÃO DE CONTAS** do **2º Quadrimestre de 2026** do **Fundo Municipal de Saúde e Avaliação da Metas Fiscais-Lei de Responsabilidade Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026 e Audiência de Lei Orçamentária Anual – LOA 2027,** serão realizadas no dia **30/09/2025** (quarta-feira) nas dependências da Câmara Municipal de Lobato, sito à Rua Joaquim Nabuco, nº 710, às 14:00 horas, cumprindo o que determina a Legislação Vigente.

E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente, que será publicado na imprensa local e afixado na sede da Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde, e em outros locais Públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Lobato-PR, 25 de Setembro de 2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:8D10BAE8

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5/2026 - CREDENCIAMENTO EXCLUSIVO DE MICROEMPRESAS (MES), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPPS) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIS)

O **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE LOBATO/PR**, Autarquia Municipal, com sede na **Rua Antônio Coletto, nº 1228, Centro, Lobato/PR, CEP 86790-**

000, neste ato representado por seus órgãos competentes, por intermédio da **Agente de Contratação**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, que realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO**, mediante utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, para fins de contratação de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de materiais destinados ao atendimento das necessidades da Autarquia, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto Municipal nº 12/2024**, das demais normas aplicáveis e das diretrizes estabelecidas no **Plano de Ação Municipal para Implementação de Políticas Públicas de Fomento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte por meio das Contratações Públicas – 2026–2029**, observadas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

1. DO OBJETO

O presente Chamamento Público tem por objeto o:

CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, FERRAGENS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE LOBATO/PR.

O credenciamento destina-se à formação de cadastro de fornecedores aptos a atender às demandas da Autarquia, mediante **fornecimento parcelado, sob demanda e conforme as necessidades efetivamente verificadas pelo SAMAE**, observados os preços, condições de fornecimento e demais critérios previamente estabelecidos no Edital, no Termo de Referência e nos respectivos instrumentos contratuais.

O credenciamento permanecerá **aberto durante o período de vigência estabelecido no Edital**, possibilitando o ingresso de novos interessados que atendam às condições e requisitos nele previstos.

2. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Os interessados poderão requerer o credenciamento **a partir da publicação deste Aviso e durante todo o prazo de vigência do Chamamento Público**, mediante apresentação do **Requerimento de Participação no Credenciamento**, acompanhado da documentação de habilitação e dos demais documentos exigidos no Edital e seus anexos.

A documentação poderá ser apresentada:

I – mediante entrega de **01 (um) único envelope fechado e devidamente identificado**, diretamente no Departamento de Licitações do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, situado na **Rua Antônio Coletto, nº 1228, Centro, Lobato/PR, CEP 86790-000**, durante o horário de expediente do órgão, das **7h30min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min**; ou

II – mediante encaminhamento da documentação **por meio eletrônico**, para o endereço institucional **licitacao@samaelobato.com.br**.

O envio da documentação por meio eletrônico será de responsabilidade exclusiva do interessado, cabendo-lhe assegurar o correto encaminhamento dos arquivos, sua integridade, legibilidade e efetivo recebimento pela Administração.

O SAMAE não se responsabilizará por documentos ou mensagens eletrônicas que não sejam efetivamente recebidos, inclusive em razão de endereço eletrônico incorreto, falhas de transmissão, arquivos corrompidos ou ilegíveis, arquivos inacessíveis, excesso de tamanho ou outras circunstâncias que impeçam o recebimento ou a análise da documentação.

O interessado deverá manter o comprovante do envio da documentação, não constituindo o simples registro de envio, por si só, comprovação de efetivo recebimento pela Autarquia ou de credenciamento.

A documentação somente será considerada recebida quando estiver efetivamente disponível para acesso e análise pela Administração.

3. DO CREDENCIAMENTO E DAS CONTRATAÇÕES

O atendimento aos requisitos estabelecidos no Edital possibilitará o **credenciamento do interessado**, não implicando, por si só, direito à contratação ou garantia de quantitativo mínimo de fornecimento.

As contratações decorrentes do credenciamento serão realizadas **conforme as necessidades efetivamente verificadas pelo SAMAE**, observados os critérios objetivos de convocação e distribuição das demandas estabelecidos no Edital e no Termo de Referência.

A distribuição das demandas observará critérios previamente estabelecidos pela Administração, inclusive quanto à **localidade ou região dos fornecedores**, quando aplicável, sem prejuízo da possibilidade de credenciamento dos demais interessados que atendam às exigências previstas no instrumento convocatório.

Somente serão contratados os fornecedores que, além de regularmente credenciados, **estejam aptos à contratação no momento da convocação**, observada a manutenção das condições de habilitação e o atendimento às demais exigências estabelecidas no Edital.

4. DO ACESSO AO EDITAL E AOS ANEXOS

O Edital de Chamamento Público e seus respectivos anexos poderão ser obtidos gratuitamente pelos interessados nos seguintes endereços eletrônicos:

Portal Oficial do Município de Lobato – Licitações

Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

Os interessados poderão requerer o credenciamento **a partir da data de publicação deste Aviso**, observadas as condições, os procedimentos, os requisitos de habilitação e demais disposições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações do SAMAE, durante o horário de expediente, ou pelo endereço eletrônico **licitacao@samaelobato.com.br**.

Lobato/PR, 25 de setembro de 2026.

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Agente De Contratação
Portaria Nº. 07/2025 De 13 De Junho De 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:E4C5FBB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 29/2025 de 30/12/2025.

DECRETA:

ART. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), como se segue:

01 – PODER LEGISLATIVO	
001 – CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS	

01.031.0001-2001	Manutenção das Atividades do Legislativo	
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil	
0.1.001	Recursos do Tesouro (descentralizados)- Recursos do Tesouro – Ex. Corrente	50.000,00

01.031.0001-2001	Manutenção das Atividades do Legislativo	
3.3.90.30.00.00	Material de consumo	
0.1.001	Recursos do Tesouro (descentralizados)- Recursos do Tesouro – Ex. Corrente	20.000,00
01.031.0001-2001	Manutenção das Atividades do Legislativo	
3.3.90.39.00.00	Outros Servicos de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0.1.001	Recursos do Tesouro (descentralizados) - Recursos do Tesouro – Ex. Corrente	50.000,00
	TOTAL	**120.000,00**

Artigo 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior são indicados como recursos o cancelamento parcial e/ou total das seguintes dotações:

01 – PODER LEGISLATIVO	

001 – CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS		
01.031.0001-2001	Manutenção das Atividades do Legislativo	
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil	
0.1.001	Recursos do Tesouro (descentralizados) -Recursos do Tesouro – Ex. Corrente	100.000,00
01.031.0001-2001	Manutenção das Atividades do Legislativo	
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e material Permanente	
0.1.001	Recursos do Tesouro (descentralizados) -Recursos do Tesouro – Ex. Corrente	20.000,00
	TOTAL	**120.000,00**

Artigo 3º Este decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em Contrário.
Lupionópolis, 24 de Setembro de 2026.

BRUNO NEVES DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Michelle Angelini
Código Identificador:57FC0192

GABINETE/SECRETARIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Dispõe sobre a publicidade de Audiência Pública, para dar cumprimento à legislação vigente.

REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO que a administração municipal deve pautar pela transparência;

RESOLVE:

Artigo 1º Fica marcada para o dia 29 de setembro de 2026 as 18:00 horas, na Câmara Municipal de Lupionópolis, Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do 2º quadrimestre de 2026.

Parágrafo único - Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem como a população em geral.

Artigo 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lupionópolis, 25 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Henrique Santos de Oliveira
Código Identificador:D313A3A0

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2026

Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026
Órgão Gerenciador: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, CNPJ nº 75.845.511/0001-03.
Detentora da Ata: EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA., CNPJ nº 71.505.564/0001-24.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Setor Odontológico do Centro de Saúde de Lupionópolis/PR.
Valor total registrado: R$ 1.246,89 (mil duzentos e quarenta e seis reais e oitenta e nove centavos).
Vigência: 17 de setembro de 2026 a 16 de setembro de 2027.
Data da assinatura: 17 de setembro de 2026.
Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal — Órgão Gerenciador

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:DC0BE25A

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2025

Processo Administrativo de Aditamento nº 66/2026. Pregão Eletrônico nº 40/2025. Processo Licitatório nº 84/2025. Contratante: Município de Lupionópolis/PR. Contratada: José Claudio Gimenes Lupionópolis, CNPJ nº 81.043.812/0001-16. Objeto: prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 172/2025 por 12 (doze) meses, de 22/10/2026 a 21/10/2027, e renovação integral dos quantitativos registrados para o Lote 003 (Água e Gás), mantidos os preços unitários. Valor global estimado para o período: R$ 77.846,40. Fundamentação: art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições constantes do instrumento. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata. Data de assinatura: 24 de setembro de 2026. Signatários: José Carlos Tibério, Prefeito Municipal, pela Contratante; José Claudio Gimenes, pela Contratada.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:ECC88483

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2026

Processo Administrativo nº 83/2026 – Dispensa de Licitação nº 27/2026
Contratante: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, CNPJ nº 75.845.511/0001-03.
Contratada: LAR Cooperativa Agroindustrial, CNPJ nº 77.752.293/0238-05.
Objeto: Aquisição de adubo NPK 10-15-15, destinado ao atendimento de pequenos produtores rurais do Município de Lupionópolis/PR.
Valor: R$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais).
Vigência: 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura.
Fundamento legal: Art. 75, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data de assinatura: 21 de setembro de 2026.
Dotação orçamentária: 12.001.20.608.0013.2068 – Distribuição de Sementes e Insumos; elemento de despesa 3.3.90.32.00; fonte 5780-0000 – Recursos Ordinários Livres.
Lupionópolis/PR, 21 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:86768B63

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, **CONVOCA** o Candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal, realizado no dia 03 de março de 2024, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2023, homologado conforme Decreto nº 057/2024 de 24/05/2024, devidamente publicado em 27/05/2024 e prorrogado conforme Decreto nº 026/2026, de 20/05/2026, devidamente publicado em 21/05/2026.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
1º	Engenheiro Civil	Arthur Bueno de Luz

O aprovado acima, deverá comparecer na Prefeitura Municipal, situada à Pça Pe. Antonio Pozzato, nº 880, nesta Cidade, no período de **28/09/2026 a 02/10/2026**, munido dos documentos abaixo relacionados *(original e cópia)*, para manifestarem interesse na Contratação pelo Regime Estatutário vinculado ao INSS. Após o

recebimento e conferência dos documentos, o candidato será encaminhado para **exame médico**:

- Cédula de Identidade; CPF - Cadastro Pessoa Física; CTPS; Reservista e CNH *(se for o caso)*;
- Certidão de Nascimento ou Casamento e Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado *(se for o caso)*;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 06 anos *(se for o caso)*;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais (*Fórum*);
- Declaração constando não ter sido demitido de serviço público por justa causa;
- Declaração sobre exercício de cargo, emprego ou Função Pública; Declaração de Bens;
- Documento que comprove a escolaridade de acordo com o exigido para o cargo e Registro no Conselho *(se for o caso).*
- Título de Eleitor e comprovante que votou nas últimas eleições;
- 01 foto 3 x 4;

O não comparecimento à presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 25 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:346667EC

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 100/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o acúmulo de serviços no Setor de Engenharia,

RESOLVE

ART. 1º - DESIGNAR a partir de 28/09/2026, a Servidora Pública Municipal, **VANESSA RIBEIRO BALDASSI,** RG nº 13.280.061-8 e CPF nº 103.580.709-29, Engenheira Civil, para exercer a função de **FISCAL DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA URBANA, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2025, CONTRATO Nº 01/2026, CONVÊNIO Nº 879/2025,** contrato firmado entre esta Administração Pública Municipal, zelando pelo cumprimento da legislação vigente, e representante municipal perante o ente convenente PARANACIDADE-SECID/PR.

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Lupionópolis, 25 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:061117DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 98/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca as Candidatas abaixo relacionados e selecionados pela Décima Terceira Seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 61/2026, devidamente publicado em 01/07/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ELLEN RAIANI DE SOUZA BIER	37	19/03/1999	86º
JOSEFINA MORAIS DE OLIVEIRA	35	11/10/1957	87º
DOMINGAS SOARES DA SILVA OLIVEIRA	35	20/01/1963	88º
SIRLEI CAMPOS GONÇALVES	35	08/01/1974	89º

As candidatas acima relacionadas no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicadas, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 24 de setembro de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:591D1E78

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 29/2026

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 70/2026 Pregão - Eletrônico nº 29/2026, a qual tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, MATERIAIS PARA PROCEDIMENTOS CLÍNICOS, MATERIAIS DE ENFERMAGEM, MATERIAIS PARA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, INSUMOS PARA CURATIVOS, MATERIAIS PARA ESTERILIZAÇÃO, DISPOSITIVOS MÉDICOS, EQUIPAMENTOS DE APOIO ASSISTENCIAL E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (CAF) E AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUPIONÓPOLIS/PR., em favor das Empresas relacionadas nos relatórios de classificação em 18/09/2026, saindo-se assim vencedoras as Empresas:

A.T.V DISTRIBUIDORA LTDA ME
ALTO URUGUAI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA
CIRURGICA PRIME LTDA
CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING EIRELI
ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
HIPERMÉDICA MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES E INCORPORAÇÕES LTDA
HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME
LIAMED - DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA ME

YOU CARE SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Lupionópolis-Pr, 24/09/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:7691498B

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 31/2026

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 77/2026 Pregão - Eletrônico nº 31/2026, a qual tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS ROTINAS OPERACIONAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS/PR., em favor das Empresas relacionadas nos relatórios de classificação em 21/09/2026, saindo-se assim vencedoras as Empresas:

COMERCIAL BOTAFOGO LTDA EPP
CONFECÇÕES GIGANTEX LTDA EPP
FAROL IND E COM LTDA
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME
MS CONFECCOES HOSPITALAR LTDA
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
ZIG ZAG - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Lupionópolis-Pr, 25/09/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:60BF7CBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 470/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 470/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de MUNICIPIO DE MANDAGUARI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
06.008		FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
06.008.16.482.0016.2.113		FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL -FHIS	
609 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
Total Suplementação:			40.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64.

Redução			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E	
06.008		FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
06.008.16.482.0016.2.113		FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL -FHIS	
611 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	40.000,00
Total Redução:			40.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (25/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:B53C3487

LICITAÇÃO
ATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.35/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
TOTAL MAQUINAS LTDA	56.874.570/0001-65	R$ 3.770,00

Mandaguari (PR), 25 de setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:AFB58D64

LICITAÇÃO
ATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.36/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
RIBEIRO VEICULOS S.A.	75.642.256/0001-00	R$ 7.760,84

Mandaguari (PR), 25 de setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:60D4BAC0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - PROC. ADM. 129/2025

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA
Processo Administrativo nº 129/2025
Interessada: DIGITAL HOME LTDA – CNPJ 51.204.249/0001-50
Assunto: Processo Administrativo de Responsabilização - Aplicação de Sanção Administrativa

Vistos.

CONSIDERANDO o Processo Administrativo instaurado para apuração de responsabilidade da empresa DIGITAL HOME LTDA – CNPJ 51.204.249/0001-50, em razão das condutas previstas no art. 155, incisos III e V, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO o regular processamento do feito, com a observância do contraditório e da ampla defesa, bem como a concessão dos prazos legalmente previstos, sem que a empresa tenha apresentado manifestação;
CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão responsável pela apuração, que, após análise dos fatos e dos elementos constantes dos autos, recomendou a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 03 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III e § 4°, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que a sanção de impedimento de licitar e contratar é aplicável às infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção;
CONSIDERANDO, ainda, os critérios previstos no § 1º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, especialmente a natureza e gravidade das infrações apuradas, as peculiaridades do caso concreto e os prejuízos decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas pela empresa;
ACOLHO o Relatório Final apresentado pela Comissão e, por seus próprios fundamentos, ACOMPANHO A RECOMENDAÇÃO, aplicando à empresa DIGITAL HOME LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 51.204.249/0001-50, a sanção administrativa de:
IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR PELO PRAZO DE 03 (TRÊS) ANOS, com fundamento no art. 156, inciso III e § 4°, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão das infrações previstas no art. 155, incisos III e V, da mesma Lei.
A presente sanção produzirá os efeitos previstos no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, ficando a empresa impedida de licitar ou contratar no âmbito da Câmara Municipal de Mandirituba/PR, durante o período de sua vigência.
DETERMINO:
I – a ciência da empresa acerca da presente decisão, na forma regulamentar;
II - após o cumprimento das providências relativas à comunicação da decisão e observado o prazo recursal cabível, o encaminhamento dos autos ao setor competente para adoção das providências necessárias ao registro da sanção nos sistemas e cadastros oficiais pertinentes, inclusive no cadastro/Portal de Compras utilizado pela Câmara Municipal, observada a abrangência e o período da penalidade;
III - o cumprimento do disposto no art. 161 da Lei Federal n° 14.133/2021, quanto à informação e atualização dos dados relativos à sanção aplicada para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no prazo legal de até 15 (quinze) dias úteis da aplicação da sanção;
IV - a publicação do ato, na forma exigida pela legislação aplicável, assegurando-se publicidade da penalidade;
V- cumpridas as determinações, o retorno dos autos para as anotações e arquivamento.

Expedientes necessários.

Mandirituba/PR, 11 de agosto de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:503A1D70

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4583/2026 - 24.09.2026

Concede Elevação de Nível a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal n° 0529/14 de 14.05.2014, Art. 19, e com suas alterações posteriores,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Elevação de Nível por Tempo de Serviço aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados conforme prevê a Lei:

Seq.	N° Matrícula	Nome	Nível	
			De:	Para:
1	8351	Fernanda da Rosa	055	056
2	1012146	Juarez Trancoso de Britto	020	021
3	1012063	Leonir Pagnoceli Batista	096	097
4	1012143	Luan Vinicius da Silva Paim	020	021
5	1012144	Robison Marinho Haimann	020	021

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor e com efetivos financeiros em setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:074DC490

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4584/2026 - 25.09.2026

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 071/2026 – SRH, de 02 de março de 2026, Processo nº 132/2026 – SRH, de 29 de maio de 2026 e Processo nº 225/2026 – SRH, de 24 de setembro de 2026, e,
CONSIDERANDO, a Portaria nº 4448/2026, de 04 de março de 2026 que concede férias proporcionais de 04 (quatro) dias a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 01.01.2025 até 31.12.2025,
CONSIDERANDO, a Portaria nº 4495/2026, de 08 de junho de 2026 que concede férias proporcionais de 10 (dez) dias a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 01.01.2025 até 31.12.2025.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 16 (dezesseis) dias restantes de férias a Servidora Pública Municipal **Sra. ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA**, cadastrada sob a matrícula nº 8861, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de **28 de setembro de 2026 até 13 de outubro de 2026,** referente ao Período Aquisitivo 01.01.**2025** até 31.12.**2025**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:04BBA1FC

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4585/2026 - 25.09.2026

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 224/2026 – SRH, de 23 de setembro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias proporcionais a Servidora Pública Municipal **Sra. ELENICE DA SILVEIRA PADILHA**, cadastrada sob a matrícula nº 1012176, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MERENDEIRA ESCOLAR – CMEI MUNDO ENCANTADO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 10 (dez) dias a serem usufruídos no período de **05 de outubro de 2026 até 14 de outubro de 2026,** referente ao Período Aquisitivo 01.02.**2026** até 31.01.**2027**, e 20 (vinte) dias a serem usufruídos futuramente.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:F2D3942F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 11/2026

RESOLUÇÃO Nº 11/2026
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
MANGUEIRINHA – PARANÁ.

Dispõe sobre a aprovação do Fluxo de Aquisição, Recebimento, Controle de Estoque e Distribuição de Cestas Básicas, no âmbito dos Benefícios Eventuais da Política Municipal de Assistência Social de Mangueirinha – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE MANGUEIRINHA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e a Lei Municipal nº 1.267/2004, e suas alterações,
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos padronizados para a aquisição, o recebimento, o armazenamento, o controle de estoque e a distribuição de cestas básicas destinadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, no âmbito dos Benefícios Eventuais;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar maior organização, transparência, controle e regularidade na gestão e operacionalização da concessão do benefício eventual;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, aprovada em Reunião Ordinária realizada em 18 de setembro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Fluxo de Aquisição, Recebimento, Controle de Estoque e Distribuição de Cestas Básicas, enquanto Benefício Eventual da Política de Assistência Social do Município de Mangueirinha – PR, na forma do documento anexo, que integra esta Resolução para todos os fins.
Art. 2º O fluxo de que trata o art. 1º deverá ser observado pelos setores e unidades responsáveis pela operacionalização do benefício, de acordo com suas respectivas competências, visando assegurar a adequada concessão, execução, o controle e o registro dos procedimentos, conforme o documento formalizado do fluxo e as imagens dos anexos I e II desta Resolução.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Mangueirinha – PR, 18 de setembro de 2026.

Mangueirinha – PR, 18 de setembro de 2026.

MARLENE NOGUEIRA DOS SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Sonia de Fátima Miginune
Código Identificador:52AB9A77

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
ERRATA À PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 11/2026

ERRATA à Publicação da Portaria nº 11/2026

Fica retificada a publicação da Portaria n.º 11/2026 realizada na Edição n.º 3.624 de 25/09/2026 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná nos seguintes termos:

Onde se lê: ..., **a partir de 23 de janeiro de 2026;**
Leia-se: ..., **a partir de 23 de setembro de 2026;**
e,
Onde se lê: **Mangueirinha, 23 de janeiro de 2026**;
Leia-se: **Mangueirinha, 23 de setembro de 2026**.

Passando o referido ato a vigorar com a seguinte redação:

PORTARIA N.º 011/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. **ULIANA IONARA DOS SANTOS,** brasileira, portadora do RG nº 12.XXX.XXX-7, inscrita no CPF sob o nº 100.XXX.XXX-64, para exercer o cargo comissionado de Diretora Geral da Câmara Municipal de Mangueirinha – PR, previsto no Art. 3º da Lei Municipal n.º 1.710, de 04 de abril de 2012, a partir de 23 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Mangueirinha, 23 de setembro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:4AA2EFA4

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 048/2026 – PM

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 048/2026 – PM
OBJETO: registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futuro e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais elétricos, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos.
DATA E HORA DA ABERTURA: 13 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 09H00MIN.
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 13 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 13 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 08H45MIN.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitação, Prefeitura de Mangueirinha-Pr, Praça Francisco Assisn Reis, 1060, Centro.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site: www.mangueirinha.pr.gov.br
Mangueirinha, 25 de setembro de 2026
Publique-se

Publicado por:
Daiane de Mello Moraes Zamban
Código Identificador:EE905BCD

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO/RETIFICAÇÃO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 039/2026 – PM

AVISO DE LICITAÇÃO/RETIFICAÇÃO
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 039/2026 – PM
NÚMERO DE REFERÊNCIA GOV.BR 987511-15/2026
OBJETO: registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de mármores e granitos, em diversas cores e acabamentos, destinados à confecção de bancadas, soleiras, pingadeiras e guarnições, bem como ao fornecimento e instalação de cubas e acessórios correlatos, conforme especificações técnicas e quantitativos a serem demandados.
DATA E HORA DA ABERTURA: 14 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN.
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 28 DE SETEMBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN.
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 14 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 07H59MIN.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: https://www.gov.br/compras/pt-br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Esta publicação retifica a publicação efetuada no Diário Oficial no Município na data de 03/08/2026. O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site: www.mangueirinha.pr.gov.br
Mangueirinha, 25 de setembro de 2026
Publique-se

Publicado por:
Daiane de Mello Moraes Zamban
Código Identificador:84AD92B2

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N.º 036/2026 - PMM

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 036/2026 - PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO CHOPINZINHENSE DE TURISMO RURAL - ACTUR, inscrita no CNPJ sob o n. º 59.280.978/0001-05.
OBJETO: Contratação da empresa ASSOCIAÇÃO CHOPINZINHENSE DE TURISMO RURAL - ACTUR, inscrita no CNPJ sob o n. º 59.280.978/0001-05, para o fornecimento de café e almoço, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, por ocasião da realização da viagem do Programa Viaja Mais 60 – Fase III, com participação de 142 (cento e quarenta e dois) idosos integrantes dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, a ser realizada nos dias 30/09/2026, 08/10/2026, 14/10/2026 e 29/10/2026, na Estância do Texas do Município de Chopinzinho – PR.
VALOR: R$ 13.823,70 (treze mil e oitocentos e vinte e três reais e setenta centavos).
Mangueirinha, 25 de setembro de 2026
PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Daiane de Mello Moraes Zamban
Código Identificador:45A6DAA9

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N.º 037/2026 - PMM

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 037/2026 - PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: ESTANCIA HIDROTERMAL VERÊ LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. º 79.862.363/0001- 96
OBJETO: Contratação da empresa ESTANCIA HIDROTERMAL VERÊ LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. º 79.862.363/0001- 96, para prestação de serviços de acesso e utilização de parque aquático, com disponibilização de piscina para recreação e fornecimento de almoço, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, por ocasião da realização da viagem do Programa Viaja Mais 60 – Fase III, com participação de 70 (setenta) idosos integrantes dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, a ser realizada nos dias 18 e 26 de novembro de 2026, no Município de Verê – PR.
VALOR: R$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais).

Mangueirinha, 25 de setembro de 2026

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Daiane de Mello Moraes Zamban
Código Identificador:EF2C8B9A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 099/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 129/2026, oriundo do Processo Licitatório na modalidade Dispensa nº 027/2026, Processo Administrativo nº 079/2026, firmado com a empresa **ANGELO BERGAMASCO GUILHERME VESTUARIO LTDA;**
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor Emerson Henrique Moreira, matrícula nº 6348, ocupante do cargo de Secretário de Administração, como GESTOR DO CONTRATO nº 129/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o servidor Ademílson de Souza, matrícula nº 6429, ocupante do cargo de Secretário de Administração, como FISCAL DO CONTRATO nº 129/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.

Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 25 de Setembro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:4D02A233

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 345/2026.

SÚMULA: HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº027/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 079/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 027/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, cujo objeto é contratação de empresa especializada para a confecção de coletes de identificação destinados aos integrantes da Defesa Civil Municipal de Marilena – PR.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 027/2026, em favor da empresa **ANGELO BERGAMASCO GUILHERME VESTUARIO LTDA**, inscrita no **CNPJ:05.587.850/0001-51,** com sua proposta no valor de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 25 DE SETEMBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:59317A5D

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2026.

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: **ANGELO BERGAMASCO GUILHERME VESTUARIO LTDA**, **CNPJ:05.587.850/0001-51**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO DE COLETES DE IDENTIFICAÇÃO DESTINADOS AOS INTEGRANTES DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL DE MARILENA – PR.
VALOR**:** R$3.600,00 (TRES MIL E SEISCENTOS REAIS)

03.002.04.122.0002.2010.3.3.90.39 – **Encargos Gerais do Município**– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
13 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente
44 – 1510 – Taxas – Exercício Poder de Polícia
45 – 1511 – Taxas – Prestação de Serviços

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ DE 60(SESSENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MARILENA-PR, EM 25 DE SETEMBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:F57527F2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - FMS

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE SAÚDE

CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO, SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL DE RESPONSABILIDADE FISCAL E CONFORME PRECEITUA O ART. 36, §5º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012.

CONVOCA

A COMUNIDADE DE MARILENA – PR PARA PARTICIPAREM DA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM SAÚDE REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2.026 A REALIZAR-SE NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2026, COM INICIO AS 13:00:, COM OBJETIVO DE PRESTAR CONTAS DA EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE.
A AUDIÊNCIA PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL.

MARILENA-PR., 22 DE SETEMBRO DE 2.026

CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO
Secretario Municipal de Saúde

Rua Ivaí, 555 – Fone (44) 3448 – 1305 – CNPJ 09.205.459/0001-77 – CEP- 87.960-000 – Marilena – PR – E-mail marilena.saude@hotmail.com

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:A4CFA023

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - PMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
ESTADO DO PARANÁ

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PUBLICA

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E CONSIDERANDO AS DIPOSIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL,

CONVOCA

A comunidade de Marilena-Pr para participarem da Audiência Publica a realizar-se no dia 29 de Setembro de 2.026, com início às 09:00 horas, fundamentado no § 4º, Artigo 9º, combinado com o Art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (-Lei de Responsabilidade Fiscal-), com o objetivo de Demonstrar e

Avaliar o cumprimento de metas fiscais relativamente ao Segundo Quadrimestre de 2026.
A Audiência Pública será realizada no prédio da Câmara Municipal

Marilena-Pr., 22 de setembro de 2.026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:4A7CBB87

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 309/2026.

MUNICIPIO DE MARILENA
Estado do Paraná
Exercício:2026
Decreto nº 309/2026 de 31/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2371/2025 de 16/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 412.000,00 (quatrocentos e doze mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.002.28.843.0002.2.011.		Amortização e Encargos da Dívida Contratada.	
75 - 4.6.90.71.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	132.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001.12.122.0003.2.026.		Manut da Assessoria da Sec de Educ e Cultura	
126 - 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	25.000,00
05.001.12.361.0003.2.027.		Salário Educação.	
138 - 3.3.90.32.00.00	01107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.782.0004.2.060.		Manut da Divisão de Transportes de Saúde	
346 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	35.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
08.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
08.001.15.452.0006.2.070.		Manut dos Serviços de Utilidade Pública (Praças/Limpeza/Cemitério/Ilumin/Conserv de Ruas e Avenidas)	
398 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	50.000,00
399 - 3.3.90.39.00.00	01504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	30.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E PECUÁRIA	
11.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE AGRICULTURA	
11.001.20.608.0009.2.078.		Manut da Assistência Rural	
478 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
		Total Suplementação:	**412.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.002.28.843.0002.2.012.		Amortização e Encargos da Divida Confessada.	
76 - 3.2.91.21.00.00	01000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	377.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.302.0004.2.057.		Manut das Ações da Diretoria Hospitalar	
316 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	35.000,00
		Total Redução:	**412.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARILENA , Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:6B2D347C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 344/2026

SÚMULA: EXONERA SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal abaixo nominada do Cargo de Provimento Efetivo, a partir do dia 25 de Setembro 2026, a saber:

SERVIDOR	**CPF**	**CARGO**	**NIVEL DE VENCIM.**
SOLANGE DOS SANTOS SIMIAO ROSA	xxx.335.119-xx	ZELADOR(A)	GOOA00

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 25 DE SETEMBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:8AE291FD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 251/2026

De 24 de Setembro de2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Pecúnia de Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Adriana dos Santos Meneguetti**,** matricula 179, referente ao período aquisitivo 2015/2020.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 24 DE SETEMBRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:12A0F131

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Do Objeto:Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Marilena, reconhece expressamente ser devedor da quantia líquida e certa deR$ [R$ 768.643,06](setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e seis centavos.) ao CREDOR – ROSIMEIRE SAPATEIRO LIMITADA – ME.

Atestamos, para os devidos fins, que os serviços abaixo descritos foram todos executados de acordo com as exigências contratuais, ainda que parte dos mesmos tenham sido prestados sem a devida cobertura do contrato, por conta da expiração do prazo de vigência do mesmo, conforme dados a seguir:

1) DADOS DO CONTRATO
- **Licitação:** Tomada de Preços 010/2023;
- **Objeto:** Construção de uma ciclovia em concreto, com 3.046,80 m², incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública e drenagem, margem esquerda da rodovia PR-569, sentido Nova Londrina à Marilena, SAM 67 Paranacidade.
- **Empresa:** ROSIMEIRE SAPATEIRO LIMITADA – ME
- **Contrato:** 033/2024, assinado em 15/04/2024;
- **Prazos:** * execução 06/12/2025
* vigência 06/12/2025

2) Serviços Executados já pagos – acumulados até a Medição Nº 06, data 30/09/2025.

Discriminação		Valor	% valor orig. contratual
SERVIÇOS PRELIMINARES		19.618,34	89,56%
TERRAPLENAGEM		13.815,69	100,00%
BASE/SUB-BASE		59.209,13	92,14%
MEIO-FIO E SARJETA		7.750,18	39,02%
SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO		165.259,30	76,73%
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO		-	-
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		13.715,00	2,24%
DRENAGEM		36.483,70	44,48%
Total Pago	**R$ 315.851,34**		**29,91%**

3) SERVIÇOS PRESTADOS da Medição Final (Medição Nº 07) ATÉ 11/08/2025

Discriminação		Valor	% valor orig. contratual
MEDIÇÃO 07	Pendente de pagamento	768.643,06	64,09%
TOTAL A PAGAR	**R$ 768.643,06**		**64,09%**

Os serviços executados, acima discriminados, atualmente se encontram sem a devida cobertura contratual (prazo de vigência expirado), porém atestamos que foram executados de acordo com as exigências contratuais.
Assim, para que não ocorra enriquecimento ilícito do Município de Marilena, reconhecemos a dívida que totaliza R$ 768.643,06 (setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e seis centavos), a qual será paga à empresa contratada mediante indenização.

Da Quitação: Após o pagamento integral, o CREDOR dará plena, geral e irrevogável quitação do valor reconhecido.

E por ser verdade, firmamos o presente.

Marilena, 04 de setembro de 2026.

_____
Wesley dos Santos Lima
Fiscal de Contrato

CÉLIO LELIS DA MATA
Prefeito do Município de Marilena

Ciente,

_____
ROSIMEIRE SAPATEIRO LIMITADA – ME

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:B7804C12

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL CMDCA

EDITALNº 001/2026/CMDCA
Processo De Escolha Suplementar Indireta Para Membro Do ConselhoTutelarde Mariópolis - PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOADOLESCENTE DE
Mariópolis PR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda
n. 231/2022 Lei Municipal Nº 7/2023 - DATA: 08/03/2023, torna público que estão aberta às inscrições de candidatos ao processo de Escolha Suplementar Indireta para membros do Conselho Tutelar.
DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1 - Fica aberta 01 (uma) vaga de titular e demais ficam suplentes, na função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Mariópolis PR, com exercício de **16/11/2026 a 09/01/2028.**
1.1 - O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.
1.2 - O candidato que obtiver maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumira o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.
1.3 - Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.
1.4 – A vaga ,o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos	Auxilio Alimentação
Membro do ConselhoTutelar	01	40h	3.073,31	400,00

1.5 -O horário de expediente dos membros do Conselho Tutelar é das 7:30h às 11:30h e das 13h às 17h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.
1.6 -Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.
1.7 - A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, deverá ser remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal Nº 7/2023 - DATA: 08/03/2023, ou a que a suceder.
1.8 - As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal Nº 7/2023 - DATA: 08/03/2023, ou a que a suceder.

DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, o que couber, as disposições da Lei Municipal Nº 7/2023 - DATA: 08/03/2023, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.
§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial do Processo de Escolha e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no

dia da votação.
§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.
§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.
§ 5º A escolha suplementar será realizada de forma indireta, mediante voto secreto dos membros do CMDCA habilitados a votar, conforme previsto na legislação municipal.
§ 6º O Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente habiltado, poderá votar em apenas um candidato.

2.1 Havendo vacância e não havendo mais suplentes para serem convocados nos últimos dois anos de mandato, fica facultado ao CMDCA a realização de processo de escolha suplementar simplificado, para suprir vagas temporárias de urgência, no prazo de 90 dias após a última vacância, ocorrendo de forma indireta, replicando, por simetria, ao Conselho Tutelar a regra existente na Constituição Federal (art. 81, § 1º), utilizado para as vacância dos cargos de Presidente e Vice-presidente da República, sendo observado no processo suplementar simplificado as demais previsões contidas nesta Lei, conforme segue:

2.2 - Para o Registro para Candidatura;
I - Avaliação Documental: com objetivo de observar se o candidato atende os requisitos exigidos,
II - Avaliação Psicológica de caráter classificatório;
III - Prova de avaliação/conhecimento, de caráter classificatório;
IV - Votação de forma indireta pelos membros do CMDCA;
V - Capacitação com presença obrigatória;

VI - Posse e nomeação;

§ 1º A votação de que trata o inciso IV, será realizada em sessão convocada para atender este objetivo, por escrutínio secreto pelos membros do CMDCA, após os resultados de classificação da prova.
§ 2º Em caso de empate será considerado os critérios de desempate nos termos desta lei.
§ 3º Por se tratar de um processo suplementar simplificado em regime de urgência, poderão os prazos serem reduzidos e previstos em Edital.
§ 4º A não participação dos candidatos na Capacitação, ensejará na eliminação do mesmo no certame.
2.3 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial responsável pelo Processo de Escolha, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.
2.4 Poderão compor a Comissão Especial até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.
2.5 A constituição e as atribuições da Comissão Especial do Processo de Escolha deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
2.6 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações. 8.069/1990.

§1º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

DOS REQUISITOS À CANDIDATURA

3 - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:
I - reconhecida idoneidade moral;
II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
III - residência no Município no mínimo há um ano.
IV - conclusão do ensino médio;
V - Comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada eaplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;
VI - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandatos anteriores, por decisão administrativa ou judicial;
VII - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
VIII - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
IX - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
os candidatos.
Parágrafo único.O Município vai oferecer, antes da realização da prova a que se refere o inciso V deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

3.1 - Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:
I. Certidão de Nascimento ou Casamento, CPF e RG.
II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;
III. Certificado de quitação eleitoral;
IV. Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral;
VI. Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Federal;
VII. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;
VIII. E as declarações preenchidas e assinadas dos anexo I ,III, IV e V.

DAS INSCRIÇÕES
4 - As inscrições ficarão abertas do dia 25/09/2026 a 08/10/2026, em horário de atendimento ao público, no setor de protocolos do município.
4.1 – Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

4.2 - As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição, sendo que deve ser entregue, em envelope lacrado, no local informado, pegando um protocolo da entrega.
4.3 - No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar os documentos previstos no item 3.1 (três) deste edital.
4.4 - Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.
4.5 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal Nº 7/2023 - DATA: 08/03/2023, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.
4.6 - O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

4.7 – A inscrição será gratuita.
4.8 –É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal

ocorreto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

DOS IMPEDIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO

5 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.
Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

DA AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

6 - Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 2 (dois) dia, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.
§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão, o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.
§2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial publicará resolução informando o nome dos candidatos habilitados.
§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.
§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da

publicação de que trata o § 3º.
§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial publicará a lista dos candidatos aptos, que deveram participar da prova de avaliação de conhecimento e da avaliação psicológica, do processo de Escolha.

6.1 - Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

6.2 - Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da avaliação preambular.

DA PROVA DE AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS

7 - Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, Legislações sobre o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com questões múltiplas e poravaliação psicológica sendo ambas de carácter classificatório,
§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).
§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

7.1 - Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especi al do Processo de Escolha, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.
Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo de Escolha.

DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

8 - Os candidatos serão submetidos a avaliação psicológica, em caráter classificatório, a ser realizada por profissionais indicados pelo CMDCA, que, após a aplicação dos exames técnicos devidos, os identificará como "aptos" ou "inaptos" para o exercício da função.

DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

9 - As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.
9.1 - O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará a nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da responsabilização dos envolvidos**.**
9.2 - A Comissão Especial Eleitoral terá o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como aquele que fornecer dados inverídicos ou falsos.
9.3 - A Comissão Especial Eleitoral poderá, mediante decisão fundamentada, indeferir as inscrições dos candidatos que não cumprirem os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal Nº 7/2023 - DATA: 08/03/2023- DATA: 08/03/2023, e na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
9.4 - A relação das inscrições deferidas será publicada no dia **09/10/2026**, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.
9.5 - O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período de **13/10/2026** a **14/10/2026**, no horário de atendimento ao público, na Prefeitura Municipal, situada na rua seis nº 1030, Centro, Mariópolis-PR, no setor de protocolos, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

9.6 - A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e publicar o resultado dos recursos até o dia **15/10/2026**.
9.7 - Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de **15/10/2026** a **16/10/2026**, no horário de atendimento ao público, na Prefeitura Municipal, situada na rua seis, nº 1030, Centro, Mariopolis-PR, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).
9.8 - A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas, deverá ocorrer no dia **19/10/2026**, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.
9.9 - Publicada a relação das inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de **20/10/2026**, no horário de atendimento ao público, na Prefeitura Municipal, situada na rua seis nº 1030, Centro, Mariópolis-PR, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).
9.10 - A publicação da relação dos candidatos que tiverem suas candidaturas impugnadas pela população deverá ocorrer até o dia **22/10/2026**.
9.11 - O candidato cuja candidatura tenha sido impugnada poderá apresentar defesa e/ou interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, perante a Comissão Especial Eleitoral, até o dia **23/10/2026**, observados os procedimentos e locais estabelecidos neste Edital.
9.12 - A Comissão Especial Eleitoral apreciará as defesas e os recursos apresentados pelos candidatos impugnados e proferirá decisão fundamentada, devendo publicar o respectivo resultado até o dia **25/10/2026**.
9.13 - Da decisão proferida pela Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao

Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma escrita e fundamentada, em **26/10/2026**;

9.14 - O Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente apreciará os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Especial Eleitoral e proferirá decisão final, observadas as disposições da Lei Municipal Nº 7/2023 - DATA: 08/03/2023 e deste Edital em **27/10/2026**.
9.15 - Após a decisão final do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será publicada a lista definitiva dos candidatos aptos a participar da capacitação e da prova preambular, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica em **29/10/2026**.
9.16 - A capacitação inicial, aos candidatos considerados aptos, será realizada **07/11/26**, horário e local a serem divulgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
9.17 - Será realizada prova de conhecimentos sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, para a qual o candidato deverá obter nota mínimade 6,0 (seis) e a avaliação psicológica, em **08/11/2026**, em horário e local a serem divulgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
9.18 - A divulgação das notas da prova ocorrerá conforme cronograma estabelecido neste Edital, sendo assegurado aos candidatos o direito de interpor recurso perante a Comissão Especial Eleitoral, em **10/11/2026**.
9.19 - Os recursos interpostos contra o resultado da prova serão apreciados pela Comissão Especial Eleitoral, que proferirá decisão fundamentada e encaminhará o resultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados no dia **11/11/2026**.
9.20 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a relação dos candidatos habilitados após o julgamento dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral, no dia **11/11/2026**.

DA CAMPANHA ELEITORAL

10 - Considerando que o presente Processo de Escolha é realizado de forma indireta, não haverá eleição popular. Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações: Lei Ordinária N° 7/2023 - Leis.org
10.1 É permitida aos candidatos a apresentação pública de suas propostas, trajetória e experiências profissionais, desde que observados os princípios da igualdade, impessoalidade, transparência e respeito aos demais candidatos.
10.2 É vedado ao candidato:
I – oferecer, prometer ou entregar vantagem, presente, benefício ou qualquer espécie de favorecimento a membro do CMDCA;
II – realizar qualquer forma de compra de voto;
III – utilizar recursos públicos em benefício de candidatura;
IV – utilizar bens, veículos, equipamentos, servidores ou estrutura pública para promoção individual;
V – praticar ameaça, coação, constrangimento ou pressão sobre eleitor;
VI – divulgar informação falsa ou ofensiva contra candidato concorrente;
VII – utilizar a estrutura institucional do CMDCA ou do Conselho Tutelar para promoção pessoal;
VIII – vincular sua candidatura a partido político ou instituição religiosa;
IX – realizar propaganda que comprometa a igualdade entre os candidatos;
X – praticar qualquer conduta que possa comprometer a liberdade, autenticidade ou sigilo do voto.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza

eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.
§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

10.3 - A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

Parágrafo único. Compete à Comissão Especial do Processo de Escolha, processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

10.4 - A propaganda eleitoral

§ 1º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

10.5 – Os candidatos habilitados deverão realizar autoapresentação perante os membros do CMDCA, apresentando sua trajetória pessoal e profissional, experiências, conhecimentos sobre os direitos da criança e do adolescente e sua motivação para exercer a função de Conselheiro Tutelar.
§ 1º Todos os candidatos terão igual tempo para sua apresentação, conforme definido previamente pelo CMDCA.

DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETA

11 - O processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar será realizado na modalidade indireta, mediante votação, pelos integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que atuarão como colégio eleitoral, observada a legislação municipal aplicável e as disposições da Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.
11.1 - A organização e a condução do processo de escolha ficarão sob responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral instituída pelo CMDCA, competindo-lhe praticar os atos necessários à regularidade do certame, sem prejuízo das atribuições deliberativas do Plenário do CMDCA.
11.2 - A escolha dos candidatos será realizada em sessão pública do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, especialmente convocada para essa finalidade, em data, horário e local previamente divulgados no sítio eletrônico e nos demais meios oficiais de publicação do Município.
11.3 - Poderão participar da votação, na condição de colégio eleitoral, os Conselheiros de Direitos titulares e suplentes do CMDCA, observada a legislação municipal e o respectivo regimento interno.
11.4 - A sessão de escolha será presidida pelo Presidente do CMDCA ou, na sua ausência ou impedimento, por quem legalmente o substituir.
11.5 - Antes da votação, será assegurado aos candidatos habilitados espaço para apresentação de suas propostas e/ou breve exposição de sua trajetória, em igualdadede condições, conforme regras previamente estabelecidas pela Comissão Especial Eleitoral.
11.6 - A votação será realizada exclusivamente pelos Conselheiros Municipais de Direitos, que compõem o colégio eleitoral, voto secreto, com um voto por Conselheiro, cédula própria e apuração imediata em sessão pública, assegurada a isonomia entre

os candidatos e a transparência do processo.
11.7 - Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos válidos, observada a quantidade de vagas disponíveis e a ordem decrescente de votação.
11.8 - Em caso de empate, serão aplicados os critérios de desempate previstos na legislação municipal e, na sua ausência, aqueles estabelecidos neste Edital.

11.9 - A apuração dos votos será realizada imediatamente após o encerramento da votação, pela Comissão Especial Eleitoral, em sessão pública, sendo lavrada ata circunstanciada de todo o procedimento.
11.10 - Concluída a apuração, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará o resultado ao Plenário do CMDCA para homologação e posterior publicação.
11.11 - O resultado final do processo de escolha será publicado nos meios oficiais de divulgação do Município, contendo a classificação dos candidatos e a indicação do eleito e dos demais candidatos que integrarão o cadastro de suplentes, observada a ordem de classificação.
11.12 - O Ministério Público será comunicado acerca da realização da sessão de escolha, podendo acompanhar e fiscalizar todas as etapas do processo.
11.13 - Não haverá votação por eleitores do Município, não sendo aplicáveis ao presente processo as regras relativas a cadastro eleitoral, locais de votação, seções eleitorais, urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, mesas receptoras de votos, mesários, secretários ou fiscais de seção.
11.14 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, com ressalva do Plenário do CMDCA, observadas a legislação municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução CONANDA nº 231/2022 e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e isonomia.
11.15 – A data da Escolha Suplementar para Conselheiro Tutelar de Mariópilis, sera dia **13/11/2026.**

DA PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO, DA NOMEAÇÃO E POSSE

12 - Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.
§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.
§ 2º O candidato mais votado será considerado eleito como titular, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.
§ 3º O mandato será para concluir essa gestão até 09/01/2028, permitida recondução, mediante novo processo de Escolha.
§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.
§ 5º O candidato Escolhido será nomeado e empossado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal nº (Estatuto da Criança e do Adolescente). 8.069/1990.
§ 6º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.
§ 7º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar, sendo que, se tratando dos dois últimos anos de mandato, se dará na forma simplificada, conforme previsto nesta Lei.
§ 8º Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse, com participação obrigatória.

DO CALENDÁRIO

13 - Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros doConselho Tutelar:

Data	Etapa
24/09/2026	Publicação do Edital
25/09/2026 a 08/10/2026	Prazo para registro das candidaturas
09/10/2026	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela Comissão Especial Eleitoral(CEE).
13/10/2026 a 14/10/2026	Prazo para interposição de recurso junto a Comissão Especial Eleitoral (CEE), ao candidato inabilitado.
15/10/2026	Publicação, pela Comissão Especial Eleitoral (CEE), do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.
15/10/2026 a 16/10/2026	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso Junto ao CMDCA.
19/10/2026	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.
19/10/2026	Publicação informando os nomes de todos os candidatos cuja Inscrição foi deferida.
20/10/202	Prazo para a população impugnar algum candidato.
22/10/2026	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e Avaliados pela Comissão Especial Eleitoral (CEE).
23/10/2026	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a Comissão Especial Eleitoral (CEE).
25/10/2026	Publicação, pela Comissão Especial Eleitoral (CEE), do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
26/10/2026	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso Junto ao CMDCA.
28/10/2026	Publicação final dos recursos interpostos
29/10/2026	Publicação da lista definitiva dos candidatos aptos aparticipar da Capacitação e prova preambular.
07/11/2026	Capacitação dos candidatos considerados aptos
08/11/2026	Realização da prova de conhecimentos
09/11/2026	Divulgação dos resultados da prova de conhecimentos
10/11/2026	Recurso dos candidatos não aprovados
11/11/2026	Publicação do resultado final da prova pelo CMDCA
13/11/2026	Escolha do Processo Suplementar Indireta
13/11/2026	Publicação da apuração
16/11/2026	Posse

13.1 - Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14 - As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal Nº 7/2023 - DATA: 08/03/2023, sem prejuízo das demais leis.
14.1 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

14.2 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.
14.3 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.
14.4 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.
14.5 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
14.6 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.
14.7 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.
14.8 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.
14.9 Fica eleito o Foro da Comarca de Clevelândia- PR para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Mariópolis-PR, 24 de setembro de 2026.

PATRICIA DONATTI
Presidente do CMDCA

ANEXO I

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE CANDIDATURA PARA CONSELHEIRO
(A) TUTELAR

EDITAL CMDCA Nº 001/2026

1. DADOS PESSOAIS DO (A) CANDIDATO (A)

Nome completo:___

Data de nascimento: ___

CPF: ___

Documento de Identidade (RG): ___

Órgão expedidor: ___
Sexo: ___

Estado civil: ___

Pessoa com deficiência:
( ) Sim ( ) Não

Se sim, possui necessidade de atendimento ou recurso de acessibilidade para participação no processo de escolha?
( ) Sim ( ) Não Especificar, se necessário:

2. ENDEREÇO RESIDENCIAL

Rua/Avenida: ___

Número: ___

Complemento: ___

Bairro: ___

Município: ___

Estado: ___

CEP: ___

3. CONTATOS

Telefone/WhatsApp:
(_) ___

E-mail:

4. DECLARAÇÃO DO (A) CANDIDATO (A)

Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras e correspondem aos meus dados pessoais, estando ciente de que a inscrição e a participação no processo de escolha para membro do Conselho Tutelar estão condicionadas ao atendimento dos requisitos estabelecidos na legislação vigente, na Lei Municipal e no Edital CMDCA nº 001/2026.

Declaro, ainda, estar ciente de que a apresentação deste formulário não substitui a documentação exigida no edital para comprovação dos requisitos legais e demais condições para registro da candidatura.

Mariópolis/PR, de de 2026.

___
Assinatura Do (A) Candidato (A)

ANEXOII
FORMULARIO PARA INTERPOR RECURSO
Para: CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Eu_RG nº
, CPF nº
Inscrito(a)no Processo de Escolha Suplementar para Conselheiro Tutelar do Município de Mariópolis / PR, Edital 001/2026, inscrição nº , venho requerer RECURSO pelos motivos abaixo descritos:

Mariópolis / PR,

___
Assinatura do Candidato(a)

ANEXO III

DECLARAÇÃODEDEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu
,brasileiro (a),estado civil_, Portador (a) da Carteira de Identidade nº e CPF_residente e domiciliado (a)_ ,declaro_para os devidos fins que possuo disponibilidade para dedicação exclusiva para assumir o cargo de conselheiro tutelar, estando ciente das implicações legaisqueo cargo eletiv
o requer. Por ser verdade, firmo a presente. Mariópolis / PR, de_de 2026.

____
Assinatura do candidato

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, , declaro que:

I – conheço as atribuições do Conselho Tutelar;

II – conheço as regras do presente Processo de Escolha;

III – todas as informações prestadas são verdadeiras;

IV – os documentos apresentados são autênticos;

V – não possuo impedimento legal para exercer a função;

VI – comprometo-me a comunicar qualquer alteração que possa afetar minha habilitação;

VII – comprometo-me a respeitar os demais candidatos e as instituições envolvidas no processo.

Mariópolis/PR, de de 2026.

____
Assinatura do candidato

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

Eu, , declaro, para os devidos fins, que não incido nas hipóteses de impedimento previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 007/2023.

Declaro ainda que não sou membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na data de publicação deste Edital.

Mariópolis/PR, de de 2026.

____
Assinatura do candidato

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:1FC08386

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
CONVOCAÇÃO 019/2026 - COMISSÃO DISCIPLINAR

CONVOCAÇÃO 019/2026

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA os membros e suplentes da Comissão** para comparecimento às reuniões a serem realizadas nos dias 06, 15, 16, 19, 20, 27 e 29 outubro de 2026, no auditório do Paço Municipal, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, 22, a partir das 08:00.
A presente convocação fundamenta-se no artigo 236 do estatuto dos servidores Lei Municipal nº 1.165/2008:
Art. 236 A Comissão sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos de inquérito, ficando seus membros, em tais casos, dispensados do serviço na repartição durante o curso das diligências e elaboração do relatório.
As reuniões destinam-se à execução das atividades deliberadas pela Comissão, incluindo elaboração de relatórios, expedição de notificações e citações, realização de oitivas e demais atos instrutórios necessários ao regular andamento dos processos administrativos disciplinares.
Os servidores convocados deverão apresentar esta convocação às respectivas chefias imediatas para fins de liberação do serviço nos dias e horários indicados, observada a dispensa prevista no art. 236 da Lei Municipal nº 1.165/2008.
Eventual impossibilidade de comparecimento deverá ser comunicada e devidamente justificada ao Presidente da Comissão com antecedência, salvo motivo superveniente devidamente comprovado.
O comparecimento às reuniões convocadas constitui dever inerente à designação para composição da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar.

Matinhos, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO KOITI YMAI
Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
Decreto Municipal 4.187/2025

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:99A4A347

GABINETE
EDITAL 137-2026 CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

EDITAL Nº 137/2026 DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA CONFORME ESTIPULADO NO EDITAL DE ABERTURA.

O Prefeito do Município de Matinhos Eduardo Antonio Dalmora convoca a candidata abaixo relacionada, para comparecer no Departamento de Medicina do Trabalho, localizado na Travessa São Paulo, 102, Centro (ao lado da Prefeitura), Matinhos-Paraná para a **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.**

TURMA 1			
DATA	**HORÁRIO**	**NOME**	**CARGO**
29/09/2026	08:15	Julieine Kerolaine Bonassoli Leal	Cozinheiro/Merendeira
29/09/2026	08:15	Mateus Coldibelli Reginaldo	Educador Social

1.0 - Será considerado ELIMINADO o candidato que:
1.1 - Não comparecer na data e local agendado para a avaliação.
1.2 - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica na Avaliação Admissional será motivo suficiente para a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
1.3 - Não haverá segunda chamada para a Avaliação Psicológica por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática do Concurso.
1.4 - Para ingresso na sala o candidato deverá apresentar **o original de documento oficial de identidade**.
1.5 - **Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos**.
Matinhos, PR,25 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:3399D228

GABINETE
EDITAL 138-2026 CONVOCAÇÃO PARA PERÍCIA MÉDICA

EDITAL Nº 138/2026 DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA CONFORME ESTIPULADO NO EDITAL DE ABERTURA.

O Prefeito do Município de Matinhos **Eduardo Antonio Dalmora** convoca os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), para comparecerem no Departamento de Medicina do Trabalho, localizado na Travessa São Paulo, 102, Centro (ao lado da Prefeitura), Matinhos-Paraná para a **PERÍCIA MÉDICA.**

TURMA 1			
DATA	**HORÁRIO**	**NOME**	**CARGO**
29/09/2026	14:00	Julieine Kerolaine Bonassoli Leal	Cozinheiro/Merendeira
29/09/2026	14:00	Mateus Coldibelli Reginaldo	Educador Social

1.0 - Será considerado ELIMINADO o candidato que:
1.1 - Não comparecer na data e local agendado para a avaliação.
1.2 - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica na Avaliação Admissional será motivo suficiente para a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
1.3 - Não haverá segunda chamada para os Exames Laboratoriais por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática do Concurso.
1.4 - Para ingresso na sala o candidato deverá apresentar **o original de documento oficial de identidade.**
1.5 - **Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.**

Matinhos, PR, 29 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:272AFBD9

GABINETE
EDITAL 139-2026 CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

EDITAL Nº 139/2026 DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA CONFORME ESTIPULADO NO EDITAL DE ABERTURA.

O Prefeito do Município de Matinhos Eduardo Antonio Dalmora convoca a candidata abaixo relacionada, para comparecer no Departamento de Medicina do Trabalho, localizado na Travessa São Paulo, 102, Centro (ao lado da Prefeitura), Matinhos-Paraná para a **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.**

TURMA 1			
DATA	**HORÁRIO**	**NOME**	**CARGO**
30/09/2026	08:15	Valeria Zaias do Prado	Professor
30/09/2026	08:15	Josimeri de Campos	Professor
30/09/2026	08:15	Ana Rozi Alves de Oliveira	Professor
30/09/2026	08:15	Leticia de Lima Morais	Professor
30/09/2026	08:15	Maria Lucia de Freitas	Professor
30/09/2026	08:15	Larissa Souza Azevedo	Professor
30/09/2026	08:15	Rosangela Ribeiro da Silva	Professor

TURMA 2			
DATA	**HORÁRIO**	**NOME**	**CARGO**
30/09/2026	09:15	Flávia Iliziane Jarosczynski Ribinski	Professor
30/09/2026	09:15	Alexandra Dias	Professor
30/09/2026	09:15	Lucicleia Carneiro Moller	Professor
30/09/2026	09:15	Guilherme Correa da Silva	Psicologo
30/09/2026	09:15	Lauany da Silva D Avila	Assistente Social
30/09/2026	09:15	Marieli Lenita Machado	Assistente Social
30/09/2026	09:15	Gustavo Ionak Cabral	Enfermeiro

1.0 - Será considerado ELIMINADO o candidato que:
1.1 - Não comparecer na data e local agendado para a avaliação.
1.2 - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica na Avaliação Admissional será motivo suficiente para a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
1.3 - Não haverá segunda chamada para a Avaliação Psicológica por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática do Concurso.
1.4 - Para ingresso na sala o candidato deverá apresentar **o original de documento oficial de identidade**.

1.5 - **Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos**.
Matinhos, PR,25 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:5CB87E55

GABINETE
EDITAL 140-2026 CONVOCAÇÃO PARA PERÍCIA MÉDICA

EDITAL Nº 140/2026 DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA CONFORME ESTIPULADO NO EDITAL DE ABERTURA.

O Prefeito do Município de Matinhos **Eduardo Antonio Dalmora** convoca os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), para comparecerem no Departamento de Medicina do Trabalho, localizado na Travessa São Paulo, 102, Centro (ao lado da Prefeitura), Matinhos-Paraná para a **PERÍCIA MÉDICA.**

TURMA 1			
DATA	**HORÁRIO**	**NOME**	**CARGO**
30/09/2026	14:00	Valeria Zaias do Prado	Professor
30/09/2026	14:00	Josimeri de Campos	Professor
30/09/2026	14:00	Ana Rozi Alves de Oliveira	Professor
30/09/2026	14:00	Leticia de Lima Morais	Professor
30/09/2026	14:00	Maria Lucia de Freitas	Professor
30/09/2026	14:00	Larissa Souza Azevedo	Professor
30/09/2026	14:00	Rosangela Ribeiro da Silva	Professor
30/09/2026	14:00	Flávia Iliziane Jarosczynski Ribinski	Professor
30/09/2026	14:00	Alexandra Dias	Professor
30/09/2026	14:00	Lucicleia Carneiro Moller	Professor
30/09/2026	14:00	Guilherme Correa da Silva	Psicólogo
30/09/2026	14:00	Lauany da Silva D Avila	Assistente Social
30/09/2026	14:00	Marieli Lenita Machado	Assistente Social
30/09/2026	14:00	Gustavo Ionak Cabral	Enfermeiro

1.0 - Será considerado ELIMINADO o candidato que:
1.1 - Não comparecer na data e local agendado para a avaliação.
1.2 - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica na Avaliação Admissional será motivo suficiente para a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
1.3 - Não haverá segunda chamada para os Exames Laboratoriais por qualquer motivo,
inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática do Concurso.
1.4 - Para ingresso na sala o candidato deverá apresentar **o original de documento**
oficial de identidade.
1.5 - **Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.**
Matinhos, PR, 29 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:E6AF391A

GABINETE
PORTARIA Nº 1039/2026

Dispõe sobre a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, designa membros da Comissão Permanente de Sindicância e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 232, 234 e 235 da Lei Municipal nº 1.165/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos de Matinhos) e no Decreto nº 4.518/2025, com a redação dada pelos Decretos nº 4.884/2026 e nº 5.193/2026;
CONSIDERANDO o contido no Processo Administrativo Digital nº 16646/2026, instruído com o Ofício nº 102/2026 da Secretaria Municipal de Saúde, que noticia manifestação registrada na Ouvidoria Municipal acerca dos atendimentos prestados a paciente menor de idade na UPA Praia Grande entre 26 e 29 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Município, que opinou pela admissibilidade do pedido de instauração de sindicância;
CONSIDERANDO a necessidade de apurar a materialidade e a autoria dos fatos, bem como as circunstâncias em que ocorreram os atendimentos;
RESOLVE:
Art. 1º Instaurar **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA** para apurar os fatos noticiados no Ofício nº 102/2026 – SMS, relativos aos atendimentos prestados a paciente menor de idade na UPA Praia Grande entre 26 e 29 de abril de 2026, inclusive o atendimento pré-hospitalar.
Art. 2º A apuração observará a possível inobservância, em tese, dos deveres previstos no art. 202, incisos V, XV e XVII, da Lei Municipal nº 1.165/2008, sem prejuízo de outros que a instrução venha a revelar.
Art. 3º Designar para a condução dos trabalhos os seguintes membros da Comissão Permanente de Sindicância, na forma do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 4.518/2025, com a redação dada pelo Decreto nº 5.193/2026:

CARGO NA COMISSÃO	NOME	MATRÍCULA
Presidente	Henrique Buck Zella	100682/1
Membro titular	Nathalia Battistella	74926
Membro titular	Ernesto Cordeiro Junior	82600/1
Membro suplente	Edicleia Espinel Santos	101226
Membro suplente	Tatiani Ribeiro	77330/2

Parágrafo único. Os membros suplentes atuarão nos casos de impedimento, suspeição ou afastamento legal dos titulares.
Art. 4º O servidor Jeferson Almar Borges (Matrícula 72486/1) atuará no apoio jurídico à Comissão, sem integrá-la, nos termos do art. 261 da Lei Municipal nº 1.165/2008 e do art. 1º, § 4º, do Decreto nº 4.518/2025.
Art. 5º A Comissão concluirá os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por até 30 (trinta) dias, nos termos do art. 236, § 1º, da Lei Municipal nº 1.165/2008.
Art. 6º Os trabalhos tramitarão sob sigilo, nos termos do art. 236, § 2º, da Lei Municipal nº 1.165/2008, resguardados os dados pessoais e de saúde da paciente.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 25 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:734EBDDF

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
25º ATA DA REUNIÃO - 25 DE SETEMBRO DE 2026 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MATINHOS PREV

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2026, às 15:00, reuniram-se virtualmente, por meio da plataforma Teams, os membros do Comitê de Investimentos, Alessandro Koiti Ymai, Marlise Alboit Ramos e Roberta de Oliveira D'Amato, para apresentação do resultado da carteira de investimentos no mês de agosto. Aberta a reunião, o presidente do Comitê de Investimentos apresentou o relatório de investimentos de agosto de 2026, noticiando a correção realizada pela Caixa Econômica Federal referente a um erro no extrato da aplicação CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF e das respectivas APRs. Em seguida, detalhou o resultado da carteira, cujo patrimônio ultrapassou R$ 197 milhões, ressaltando que a rentabilidade acumulada no ano alcançou 9,45%, superando a meta atuarial de 6,95% em 2,50 pontos percentuais. Para o mês de agosto, beneficiado pela deflação do IPCA, a meta mensal foi reduzida para 0,14%, enquanto a carteira obteve rentabilidade de 0,41%, mantendo o nível de risco de mercado em patamar conservador de 0,24 (abaixo do limite de 0,63 para renda fixa). Dando prosseguimento, informou que, em cumprimento à política de investimentos (Constant Mix) e para mitigar volatilidade diante do cenário macroeconômico e fiscal, foi informado aos membros que a solicitação do resgate total dos fundos de renda variável foi realizado. Relatou também que solicitou à consultoria Lema um estudo para readequação dos recursos alocados em renda fixa com finalidade de diversificação. Na sequência, reafirmou a meta de atingir 10% do patrimônio em títulos públicos até o final do ano, e o Comitê aprovou expressamente sugerir à Diretoria Executiva o início do processo licitatório/contratação da plataforma eletrônica para operacionalizar as negociações. Por fim, discutiram-se as diretrizes do programa Pró-Gestão, incluindo a elaboração de relatórios financeiros padronizados e o compartilhamento de pastas de modelos com os e-mails institucionais.
Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15:23. Eu, Alessandro Koiti Ymai, lavrei a presente ata, que será assinada pelos presentes.

Alessandro Koiti Ymai	Roberta de Oliveira D'Amato
Marlise Alboit Ramos	Ausente
	Henrique Buck Zella

Publicado por:
Roberta de Oliveira d Amato
Código Identificador:57117198

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 007/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE MICRODRENAGEM – SETOR 8.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.236.490,72 (sete milhões, duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e noventa reais e setenta e dois centavos)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 23/11/2026 às 09h00min
REGIME DE EXECUÇÃO: CONTRATAÇÃO SEMI INTEGRADA
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: ABERTO
DÚVIDAS: licitacao@matinhos.pr.gov.br / 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:C4F0F88F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA CONCORRENCIA Nº06-2026

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026
O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a Concorrência Eletrônica para Registro de Preços nº 06/2026, cujo objeto é o "Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil, visando à futura e eventual execução de até 15 (quinze) unidades habitacionais do Programa Habitar Mato Rico", foi declarada FRACASSADA.
A declaração de fracasso do certame decorreu da identificação de erro na descrição dos materiais constantes dos documentos que integram o processo licitatório, situação que comprometeu a adequada elaboração e apresentação das propostas pelos licitantes, impossibilitando o regular prosseguimento do certame.
Diante disso, o certame foi declarado FRACASSADO, visando à adoção das providências necessárias para a correção das especificações e posterior realização de novo procedimento licitatório, observada a legislação aplicável.

Mato Rico/PR, 24 de setembro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:889388EB

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº190/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 190/2026
DISPENSA Nº 43/2026 - PMMR

DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 25/09/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO, CNPJ nº 95.684.510/0001-31.

CONTRATADA: PONTO CERTO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA – FILIAL NEW BIG, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **16.808.888/0003-95.**

OBJETO: **aquisição de picolés**, destinados à realização das comemorações do **Dia das Crianças**, promovidas pela **Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Mato Rico – Paraná.**

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 25/09/2026 e terá vigência até 25/11/2026.

VALOR TOTAL: R**$ 1.830,00 (Um mil oitocentos e trinta reais).**

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento dos serviços devidos ocorrerá em até 30 dias após liquidação da nota fiscal.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.1201.2017– Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.32.00.00 – Material, bem ou Serviço para distribuição gratuita

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:5CB41124

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RESOLUÇÃO Nº 014/2026 - SEMEC INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS EM ALFABETIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MATO RICO – PARANÁ, ESTABELECE CRITÉRIOS E INDICADORES

RESOLUÇÃO Nº 014/2026 - SEMEC

Institui o Programa Municipal de Reconhecimento e Valorização de Boas Práticas em Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Mato Rico – Paraná, estabelece critérios e indicadores para reconhecimento e premiação e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE MATO RICO, Estado do Paraná, Senhor Luiz Fernando Seguro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação de Mato Rico;
CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização do Município de Mato Rico;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e estabelece, entre seus eixos estruturantes, o reconhecimento e compartilhamento de boas práticas;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.191, de 20 de setembro de 2024, que institui o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização e reconhece esforços e iniciativas de gestão das secretarias de educação no campo das políticas de alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de valorizar, reconhecer e disseminar práticas pedagógicas e de gestão que contribuam para a alfabetização e para a recomposição das aprendizagens dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância da utilização de critérios objetivos e indicadores educacionais para identificação e reconhecimento de boas práticas;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a colaboração, a troca de experiências e a disseminação de práticas exitosas entre as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mato Rico, o Programa Municipal de Reconhecimento e Valorização de Boas Práticas em Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, destinado a identificar, reconhecer, valorizar e disseminar práticas desenvolvidas por unidades escolares, gestores e docentes da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º O Programa tem por finalidade fortalecer as ações da Política Municipal de Alfabetização, incentivar a melhoria contínua das práticas pedagógicas e de gestão e promover o compartilhamento de experiências que contribuam para a aprendizagem dos estudantes.
Art. 3º São objetivos do Programa:
I – reconhecer práticas pedagógicas e de gestão que contribuam para a alfabetização e a recomposição das aprendizagens;
II – valorizar o trabalho desenvolvido por docentes, gestores e unidades escolares;
III – incentivar o uso de evidências e resultados de aprendizagem para o planejamento e a intervenção pedagógica;
IV – estimular práticas de acompanhamento, avaliação, recomposição e intervenção pedagógica;
V – promover a colaboração e o compartilhamento de experiências entre as unidades escolares;
VI – dar visibilidade institucional às práticas consideradas exitosas; e
VII – fortalecer a cultura de registro, sistematização e disseminação das boas práticas da Rede Municipal de Ensino.
Art. 4º Poderão ser reconhecidos, nos termos desta Resolução:
I – unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
II – gestores escolares; e
III – docentes da Rede Municipal de Ensino envolvidos diretamente nas práticas selecionadas.
Art. 5º Para fins desta Resolução, serão consideradas boas práticas aquelas ações pedagógicas ou de gestão planejadas, implementadas e documentadas que apresentem contribuição relevante para a alfabetização e/ou para a recomposição das aprendizagens, observados os critérios e indicadores estabelecidos nesta Resolução.
Art. 6º A avaliação das práticas observará, conforme a natureza da iniciativa, os seguintes critérios e indicadores:
I – alinhamento à Política Municipal de Alfabetização e às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II – planejamento e intencionalidade pedagógica;
III – utilização de avaliação diagnóstica e/ou formativa e análise de resultados para orientar as ações;
IV – estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens;
V – participação e envolvimento dos estudantes;
VI – evidências de desenvolvimento ou melhoria da aprendizagem;
VII – registro e sistematização da prática;
VIII – possibilidade de continuidade da ação; e
IX – possibilidade de compartilhamento e aplicação da experiência em outras turmas ou unidades escolares.
Art. 7º A comprovação das práticas poderá ocorrer mediante planos de trabalho, planejamentos pedagógicos, relatórios, registros de acompanhamento, resultados de avaliações, registros fotográficos, produções dos estudantes, atas, certificados, materiais pedagógicos, registros de participação e outros documentos pertinentes.
Art. 8º A seleção das boas práticas será realizada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mediante análise da documentação apresentada e aplicação dos critérios e indicadores previstos nesta Resolução.
Art. 9º A Comissão de Avaliação deverá registrar os resultados da análise em instrumento próprio, contendo, no mínimo, a identificação da prática, unidade escolar, responsáveis, critérios avaliados, evidências analisadas e resultado da avaliação.
Art. 10. As práticas selecionadas receberão premiação e reconhecimento institucional, conforme sua categoria, mediante uma ou mais das seguintes formas:
I – certificado de reconhecimento de boa prática;
II – menção honrosa;
III – divulgação institucional da experiência nos canais oficiais do Município e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
IV – registro da prática em relatório ou publicação institucional;
V – destaque institucional em evento, seminário, mostra ou momento de socialização de boas práticas; e
VI – outras formas de premiação ou reconhecimento institucional não financeiro que sejam formalmente definidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá promover evento, seminário, mostra ou momento institucional específico para apresentação, premiação, reconhecimento e compartilhamento das boas práticas selecionadas.
Art. 12. A premiação e o reconhecimento previstos nesta Resolução terão caráter institucional e não financeiro, não gerando, por si só, direito a vantagem pecuniária, gratificação, adicional ou bonificação financeira. Eventual premiação de natureza financeira dependerá de legislação específica, previsão orçamentária e observância das normas aplicáveis.
Art. 13. O Município de Mato Rico poderá desenvolver e participar de ações, projetos e iniciativas de boas práticas em alfabetização e recomposição das aprendizagens, mediante parcerias e cooperação com o NCPM e com a AMOCENTRO, inclusive por meio do Programa AMOCENTRO Mais IDEB, observadas as competências institucionais, os instrumentos de parceria e a legislação aplicável.
Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura será responsável pela coordenação do Programa, podendo expedir orientações complementares, formulários e instrumentos necessários à sua execução.

Art. 15. As unidades escolares deverão colaborar com o fornecimento das informações e evidências necessárias à avaliação das práticas inscritas ou indicadas para reconhecimento.
Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada a legislação vigente.
Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mato Rico – Paraná, 25 de setembro de 2026.

LUIZ FERNANDO SEGURO
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Priscilla de Souza Ruteski
Código Identificador:F5A5722A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
DECRETO Nº 039/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres do Município de Miraselva – PR.

O **Prefeito do Município de Miraselva, Estado do Paraná, João Marcos Ferrer**, no uso das atribuições conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o **Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres do Município de Miraselva – PR**:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:
Secretaria Municipal de Educação
Titular – Roseli Isabel de Oliveira Urbano
Suplente – Silmara Pereira da Silva

Secretaria Municipal de Cultura
Titular – Laudiane Maria Talaska
Suplente – Fernanda de Castro Duarte

Secretaria Municipal de Saúde
Titular – Priscila C. Camilotti de Sá
Suplente – Viviane Pezzotto Hernandez

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular – Andrea Cristhian Faria Dantas
Suplente – Angélica Santos Dantas

Secretaria Municipal de Administração
Titular – Rogério Aparecido da Silva
Suplente – Wladimir Augusto Antiveri

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
Grupo de Mulheres da Agricultura Familiar e Trabalhadoras Rurais
Titular – Renata Rodrigues Arteman
Suplente – Deonice Maetiasi

Grupo de Mulheres Empreendedoras
Titular – Alyne Luiza de Oliveira Tonin
Suplente – Terezinha Lopes Ferreira da Silva

Grupo de Mulheres do Programa de Atenção à Família – PAIF
Titular – Camila Barros Sena
Suplente – Fernanda Castro Duarte

Grupo de Mulheres do Serviço de Convivência da Terceira Idade
Titular – Lucilene Rigonato da Silva
Suplente – Silvania Costa de Jesus

Grupo de Mulheres Comerciantes
Titular – Karina Nunes Oliveira
Suplente – Elaine Cristina Teixeira

Art. 2º Fica expressamente revogado o **Decreto nº 011/2022, de 07 de março de 2022**.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Miraselva, 23 de setembro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:ADAAD76A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
RETIFICAÇÃO EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

RETIFICAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO – PSS Nº 02/2026" - RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO A TERMO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

Retifica-se, por erro material, o Extrato de Rescisão de Contrato de Trabalho Temporário publicado em 21 de setembro de 2026, exclusivamente quanto às datas nele constantes, passando a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATANTE:FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES - FASMO, órgão da Administração Pública Indireta com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 48.402.912/0001-16, com sede na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes/PR.

CONTRATADO	Nº MATRÍCULA	EMPREGO PÚBLICO	ULTIMO DIA TRABALHADO	MOTIVO
KATIA HARUMI NISHINO	119	MÉDICO (A) PEDIATRA	18/09/2026	Rescisão antecipada do contrato a termo por iniciativa do empregado

Rescisão do contrato de trabalho por pedido de exoneração, com término do vínculo em **18/09/2026**.

Permanecem inalteradas as demais informações constantes do extrato anteriormente publicado.

Morretes, 25 de setembro de 2026

MAYARA ARIADNE DE SOUZA
Diretor (a) Administrativo e Financeiro (a)
Diretor (a) Geral – Interino (a)
Portaria N° 27/2025
Decreto N° 2963/2026

Publicado por:
Mayara Ariadne de Souza
Código Identificador:7A562428

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONC. 08/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 53/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Morretes, inscrito no **CNPJ sob o n° 76.022.490/0001-99**, torna público que realizará **às 09hrs do dia 23 de outubro de 2026,** na Prefeitura Municipal de Morretes, situada na Praça Rocha Pombo, 10, Centro, Morretes - PR, um **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **menor preço global**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de Obra de Engenharia destinada à reforma e ampliação do Hospital Municipal de Morretes-PR, no valor máximo de **R$ 965.637,98 (novecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete e noventa e oito centavos),** conforme especificações descritas na Pasta Técnica do Processo (anexo I do edital de licitação).

INFORMAÇÕES:

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Morretes, https://www.morretes.pr.gov.br/, pela Plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL COMPRAS, https://bll.org.br/ e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, https://www.gov.br/pncp/pt-br, bem como poderão obter informações complementares na sede da Prefeitura de Morretes, Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, 10 Centro, Morretes - PR , no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou ainda através do e-mail: licitacoes@morretes.pr.gov.br.

Morretes, 25 de setembro de 2026.

RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO
Agente de Contratações do Município

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:B290F457

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 46/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 97/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Morretes, inscrito no **CNPJ sob o n° 76.022.490/0001-99**, torna público que realizará **às 09hrs do dia 21 de outubro de 2026,** na Prefeitura Municipal de Morretes, situada na Praça Rocha Pombo, 10, Centro, Morretes - PR, um **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, que tem por objeto a aquisição de materiais elétricos e acessórios, destinados ao Setor de Iluminação Pública do Município, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura, no valor máximo de **R$ 2.517.272,25 (dois milhões, quinhentos e dezessete mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos),** conforme especificações descritas no Termo de Referência (anexo I do edital de licitação).

INFORMAÇÕES:

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Morretes, https://www.morretes.pr.gov.br/, pela Plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL COMPRAS, https://bll.org.br/ e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, https://www.gov.br/pncp/pt-br, bem como poderão obter informações complementares na sede da Prefeitura de Morretes, Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, 10 Centro, Morretes - PR , no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou ainda através do e-mail: licitacoes@morretes.pr.gov.br.

Morretes, 25 de setembro de 2026.

RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO
Agente de Contratações do Município

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:C5C4D5D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2973 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2973/2026 de 23/09/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 15.844,06 (quinze mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e seis centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
16		SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIENCIA CLIMATICA E DEFESA CIVIL	
16.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIENCIA CLIMATICA E DEFESA CIVIL	
16.001.06.182.2183.2.257		MODERNIZAR E FORTALECER A CAPACIDADE DE RESPOSTA A DESASTRES E EMERGENCIAS	
563 - 4.4.90.51.00.00	1009	OBRAS E INSTALACOES	15.844,06
		Total Suplementação:	15.844,06

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadaçãode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita	
Receita: 2.1.1.9.99.0.1.01 OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - Fonte: 1009	15.844,06
Total da Receita:	15.844,06

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 23 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6996E8F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2975 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 2975 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

"Designa servidores para a função de fiscais de contratos públicos de produtos, obras e serviços, compondo o Núcleo Administrativo e Financeiro – NAF perante as Secretarias Municipais, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR,** no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados, da forma especificada neste Decreto, os servidores para acompanhamento das atividades administrativas e

financeiras junto às respectivas secretarias municipais, os quais passam a integrar o Núcleo Administrativo e Financeiro – NAF perante as Secretarias Municipais.

Art. 2º - Dentre os controles administrativos e financeiros das secretarias municipais há a necessidade de contínuo acompanhamento e fiscalização de contratos públicos para fornecimento de bens e serviços, comuns ou não, e de contratos públicos de obras e serviços, em consonância com o disposto no art. 104, inciso III, bem como art. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o qual determina que a execução dos contratos públicos seja acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados.

Parágrafo único - O Fiscal de Contrato terá a responsabilidade e encargo de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, visando o cadastro de informações corretas junto ao Tribunal de Contas através do SIM-AM e o alcance dos objetivos contratados.

Art. 3º - Para os fins de que trata o art. 2º, ficam indicados os servidores públicos, abaixo relacionados, para acompanhar e desempenhar a fiscalização dos respectivos contratos públicos e demais expedientes administrativos perante as Secretarias Municipais:

I – Da Procuradoria Geral do Município:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Pollyana Carla Noskoski Taveira, Matrícula Funcional 115593, Titular;
2. Carine Hellen Toniolo, Matrícula Funcional 115556, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:

1. Pollyana Carla Noskoski Taveira, Matrícula Funcional 115593, Titular;
2. Carine Hellen Toniolo, Matrícula Funcional 115556, Suplente;

II – Da Secretaria Municipal de Ação Social:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Nibelly dos Anjos Rodrigues, Matrícula Funcional 213370, Titular;
2. Clodoaldo Tonetti, Matrícula Funcional 221571, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Raphaela Biudes da Luz Costa, Matrícula Funcional 293921, Titular;
2. Daiane Cristina Eberle, Matrícula Funcional 115651, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Nibelly dos Anjos Rodrigues, Matrícula Funcional 213370, Titular;
2. Clodoaldo Tonetti, Matrícula Funcional 221571, Suplente;

Fiscais de Contrato:
1. Nibelly dos Anjos – Matrícula Funcional 213370;
2. Clodoaldo Tonetti – Matrícula Funcional 221571;
3. Raphaela Biudes da Luz Costa – Matrícula Funcional 293921;
4. Daiane Cristina Eberle – Matrícula Funcional 115651;
5. Sandra dos Santos Cordeiro – Matrícula Funcional 213352;
6. Joice Cristine Gonçalves – Matrícula Funcional 255401;
7. Larissa Tais da Rosa Landucci; Matrícula Funcional 213441

III – Da Secretaria Municipal de Administração:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Daniele Do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Titular;
2. Deborah Charello dos Santos, Matrícula Funcional 226811, Suplente;
3. Tauany da Silva, Matrícula Funcional 115548, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Karen Luiza Miranda Amurim, Matrícula Funcional 214000, Titular;
2. Wiliamara Savian Borba, Matrícula Funcional 214047, Suplente;
3. Tauany da Silva, Matrícula Funcional 115548, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Daniele Do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Titular;
2. Deborah Charello dos Santos, Matrícula Funcional 226811, Suplente;

d) NAF de TI:
1. Wellington Fernando da Silva, Matrícula Funcional 115552, Titular;

IV – Da Secretaria Municipal de Educação

a) NAF Geral de Contratações:
1. Vânia Stopinski, Matrícula Funcional 115698, Titular;
2. Stefany Ostrosvski Lucas, Matrícula Funcional 213168, Suplente;
3. Marjori Aparecida Duarte, Matrícula Funcional 115714, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Marcely Ariele Royer Leopoldino, Matrícula Funcional 212995, Titular;
2. Stefany Ostrosvski Lucas, Matrícula Funcional 213168, Suplente;

c) NAF do Programa Municipal de transporte escolar:
1. Ocimar Valério, Matrícula Funcional 515176, Titular;
2. Vânia Stopinski, Matrícula Funcional 115698, Suplente;

d) NAF de Controle de produtos da merenda escolar:
1. Ingrid Oliva Gama Vieira, Matrícula Funcional 115536, Titular;
2. Laiz Baiak da Silva, Matrícula Funcional 213547, Suplente;

FISCAIS

a) Controle de recebimento de produtos/serviços pedagógicos:
1. Ana Elísia Massuco, Matrícula Funcional 10210921, Titular;
2. Ana Lucia Fonseca Pires de Paula, Matrícula Funcional 213514, Suplente;
3. Haline Cristine Drigo Bicca, Matrícula Funcional 246761, Suplente;
4. Marcia Maria Araujo, Matrícula Funcional 272841, Suplente;
5. Fernando Renato de Miranda Neto, Matrícula Funcional 237771, Suplente;
6. Celia de Fatima Santos, Matrícula Funcional 224521, Suplente;
7. Adriane da Silva Jacques Meduna, Matrícula Funcional 221221, Suplente;
8. Tatianni Sellmer Lopes, Matrícula Funcional 307391, Suplente;
9. Roseli Ferreira de Miranda Valerio, Matrícula Funcional 298991, Suplente;

b) Controle de obras, serviços e manutenção em unidades de ensino (baixa complexidade):
1. Leocádio Mauricio Ferreira, Matrícula Funcional 266011, Titular;
2. Marjori Aparecida Duarte, Matrícula Funcional 115714, Suplente;
3. Haline Cristine Drigo Bicca, Matrícula Funcional 246761, Suplente;
4. Marcia Maria Araujo, Matrícula Funcional 272841, Suplente;
5. Fernando Renato de Miranda Neto, Matrícula Funcional 237771, Suplente;
6. Celia de Fatima Santos, Matrícula Funcional 224521, Suplente;
7. Adriane da Silva Jacques Meduna, Matrícula Funcional 221221, Suplente;
8. Tatianni Sellmer Lopes, Matrícula Funcional 307391, Suplente;
9. Roseli Ferreira de Miranda Valerio, Matrícula Funcional 298991, Suplente;

c) Controle de Materiais de expediente, de limpeza e gráficos:
1. Ana Elísia Massuco, Matrícula Funcional 10210921, Titular;
2. Haline Cristine Drigo Bicca, Matrícula Funcional 246761, Suplente;
3. Marcia Maria Araujo, Matrícula Funcional 272841, Suplente;
4. Fernando Renato de Miranda Neto, Matrícula Funcional 237771, Suplente;
5. Celia de Fatima Santos, Matrícula Funcional 224521, Suplente;

6. Adriane da Silva Jacques Meduna, Matrícula Funcional 221221, Suplente;
7. Tatianni Sellmer Lopes, Matrícula Funcional 307391, Suplente;
8. Roseli Ferreira de Miranda Valerio, Matrícula Funcional 298991, Suplente;

d) Controle de serviços, produtos e distribuição da merenda escolar:
1. Elizabeth Alves Costa, Matrícula Funcional 214026, Titular;
2. Ingrid Oliva Gama Vieira, Matrícula Funcional 115536, Suplente;
3. Haline Cristine Drigo Bicca, Matrícula Funcional 246761, Suplente;
4. Marcia Maria Araujo, Matrícula Funcional 272841, Suplente;
5. Fernando Renato de Miranda Neto, Matrícula Funcional 237771, Suplente;
6. Celia de Fatima Santos, Matrícula Funcional 224521, Suplente;
7. Adriane da Silva Jacques Meduna, Matrícula Funcional 221221, Suplente;
8. Tatianni Sellmer Lopes, Matrícula Funcional 307391, Suplente;
9. Roseli Ferreira de Miranda Valerio, Matrícula Funcional 298991, Suplente;

e) Controle e Acompanhamento de serviços prestados por Instituições Conveniadas:
1. Stefany Ostrosvski Lucas, Matrícula Funcional 213168, Titular;
2. Marjori Aparecida Duarte, Matrícula Funcional 115714, Suplente;

f) Controle de Combustíveis, Execução de Rotas e Manutenção de veículos do transporte escolar:
1. Ocimar Valério, Matrícula Funcional 515176, Titular;
2. Vânia Stopinski, Matrícula Funcional 115698, Suplente;

g) Controle de serviços de mão de obra com dedicação exclusiva:
1. Marjori Aparecida Duarte, Matrícula Funcional 115714, Titular;
2. Ana Elísia Massuco, Matrícula Funcional 10210921, Suplente;
3. Haline Cristine Drigo Bicca, Matrícula Funcional 246761, Suplente;
4. Marcia Maria Araujo, Matrícula Funcional 272841, Suplente;
5. Fernando Renato de Miranda Neto, Matrícula Funcional 237771, Suplente;
6. Celia de Fatima Santos, Matrícula Funcional 224521, Suplente;
7. Adriane da Silva Jacques Meduna, Matrícula Funcional 221221, Suplente;
8. Tatianni Sellmer Lopes, Matrícula Funcional 307391, Suplente;
9. Roseli Ferreira de Miranda Valerio, Matrícula Funcional 298991, Suplente;

***V – Da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento*:**

a) NAF Geral de Contratações:
1. Josiane Cardozo, Matrícula Funcional 115654, Titular;
2. Josiele de Souza Duarte, Matrícula Funcional 115543, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Lucia Hissae Shingo, Matrícula Funcional 266601, Titular;
2. Diarone Do Rosário Filho, Matrícula Funcional 214024, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Diarone Do Rosário Filho, Matrícula Funcional 214024, Titular;
2. Lucia Hissae Shingo, Matrícula Funcional 266601, Suplente;

VI – Da Secretaria Municipal de Governo:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Titular;
2. Gabrielle Ferreira Petersen, Matrícula Funcional 515217, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Titular;
2. Gabrielle Ferreira Petersen, Matrícula Funcional 515217, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Gabrielle Ferreira Petersen, Matrícula Funcional 515217, Titular;
2. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Suplente;

d) NAF de Gabinete:
1. Gabrielle Ferreira Petersen, Matrícula Funcional 515217, Titular;
2. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Suplente;

VII – Da Secretaria Municipal de Saúde:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Lilian Cristiane Machado, Matrícula Funcional 266361, Titular;
2. Poliana Tonetti de Araújo, Matrícula Funcional 286551, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Silvia Fonseca Melo, Matrícula Funcional 213989, Titular;
2. Bianca Rosa de Andrade, Matrícula Funcional 515208, Suplente;

c) NAF de Transporte Sanitário (Combustíveis, peças e manutenção de veículos):
1. Veleda Nélida De Souza Braz Fernandes, Matrícula Funcional 515153, Titular;
2. Manoel Pereira dos Santos, Matrícula Funcional 515194, Suplente;

d) NAF de controle de Medicamentos e Materiais Médico Hospitalar:
1. Arnaldo Akira Yokko, Matrícula Funcional 213016, Titular;
2. Angela Santos Macedo, Matrícula Funcional 214087, Suplente;

e) NAF de Materiais Odontológicos:
1. Loana Conforto Ferreira, Matrícula Funcional 264661, Titular;
2. Silviana Ferreira de Lima, Matrícula Funcional 301821, Suplente;

f) NAF do Consórcio intermunicipal do Litoral do Paraná (CISLIPA):
1. Ricardo Vinícius da Silva Fonseca, Matrícula Funcional 128588833, Titular;
2. Gislaine Vier Rodrigues, Matrícula Funcional 128588838, Suplente;

g) NAF de Manutenção de Equipamentos:
1. Poliana Tonetti de Araújo, Matrícula Funcional 286551, Titular;
2. Lilian Cristiane Machado, Matrícula Funcional 266361, Suplente;

h) NAF de Exames Laboratoriais:
1. Lilian Cristiane Machado, Matrícula Funcional 266361, Titular;
2. Samira Ananias Choinski, Matrícula Funcional 301901, Suplente;

i) NAF de Serviços de apoio e Mão de Obra Terceirizada:
1. Poliana Tonetti de Araújo, Matrícula Funcional 286551, Titular;
2. Augusto Dias Ricardo, Matrícula Funcional 214088, Suplente;

j) NAF do Consórcio Intergestores Paraná Saúde:
1. Arnaldo Akira Yokoo, Matrícula Funcional 213016, como Titular;
2. Angela Santos Macedo, Matrícula Funcional 214087, Suplente;

k) NAF de Materiais e Serviços de Vigilância em Saúde:
1. Francielin de Fátima Apolinário de Souza, Matrícula Funcional 238151, Titular;
2. Dayse Patrícia Bueno, Matrícula Funcional 213684, Suplente;

l) NAF de Alimentação e Suplementação:
1. Fernanda de Oliveira Nascimento Jacques, Matrícula Funcional 214002, Titular;
2. Gabriela Berlim Pazinatto, Matrícula Funcional 115660, Suplente;

m) NAF de Controle de Almoxarifado: (Materiais de Limpeza, Materiais de Expediente e Materiais Gráficos)
1. Poliana Tonetti de Araújo, Matrícula Funcional 286551, Titular;
2. Elisangela Gomes Kovalski, Matrícula Funcional 213449, Suplente;

n) NAF de Contratos Assistenciais e Hospitalares Terceirizados:
1. Jorge Marcelo Piccinin, Matrícula Funcional 213969, Titular;

2. Augusto Dias Ricardo - Matrícula Funcional 214088, Suplente;

VIII – Da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação

a) NAF Geral de Contratações:
1. Fabiane Cristina Gualdezi Brustolin, Matrícula Funcional 115535, Titular;
2. Lisandro Luis Araujo dos Santos, Matrícula Funcional 515108, Suplente;
3. Vilson Aparecido, Matrícula Funcional 115533, Suplente;
4. Airton Tomazi, Matrícula Funcional 212511, Suplente;
5. Angela Maria Martins Dolla, Matrícula Funcional 115605, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Miriam Duarte, Matrícula Funcional 276751, Titular;
2. Fabiane Cristina Gualdezi Brustolin, Matrícula Funcional 115535, Suplente;
3. Stefany Christy dos Santos, Matrícula Funcional 115567, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Vilson Aparecido, Matrícula Funcional 115533, Titular;
2. Daniel Lécio Berta, Matrícula Funcional 115606, Suplente;
3. Airton Tomazi, Matrícula Funcional 212511, Suplente;

IX – Da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

a) NAF Geral de Contratações:
1. José Carlos Martins da Silva Filho, Matrícula Funcional 115613, Titular;
2. José Ferreira de Lima, Matrícula Funcional 115520, Titular;
3. Larissa Cardoso de Lima, Matrícula Funcional 115524, Suplente;
4. Allan Cristian Pereira, Matrícula Funcional 115612, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Larissa Cardoso de Lima, Matrícula Funcional 115524, Titular;
2. Allan Cristian Pereira, Matrícula Funcional 115612, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. José Carlos Martins da Silva Filho, Matrícula Funcional 115613, Titular;
2. José Ferreira de Lima, Matrícula Funcional 115520, Titular;
3. Allan Cristian Pereira, Matrícula Funcional 115612, Suplente;

d) NAF de Iluminação Pública:
1. Luis Fabiano Dias, Matrícula Funcional 265201, Titular;
2. Matheus Henrique Dias, Matrícula Funcional 515076, Suplente;

X – Da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo:

a) NAF Geral de Contratações:

1. Michelli Do Rocio Charello, Matrícula Funcional 271321, Titular;
2. Hamilly Stocco Soares, Matrícula Funcional 128588834, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Michelli Do Rocio Charello, Matrícula Funcional 271321, Titular;
2. Jean Marcel Foss, Matrícula Funcional 255161, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Jean Marcel Foss, Matrícula Funcional 255161, Titular;
2. Luis Roberto Brandalise, Matrícula Funcional 213971, Suplente;

XI – Da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Alana Fernanda da Cruz Teixeira, Matrícula Funcional 115517, Titular;
2. Mario Henrique Felgueira Pavanelli, Matrícula Funcional 115591, Suplente;
3. Julia Moretti Pereira, Matrícula Funcional 128588839, Suplente;
4. Richardson Fulgêncio do Nascimento, Matrícula Funcional 115519, Suplente;
5. Larissa Tonetti, Matrícula Funcional 515180, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Alana Fernanda da Cruz Teixeira, Matrícula Funcional 115517, Titular;
2. Richardson Fulgêncio do Nascimento, Matrícula Funcional 115519, Suplente;

XII – Da Secretaria Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Daniele Do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Titular;
2. Edson Alves, Matrícula Funcional 230211, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Daniele Do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Titular;
2. Edson Alves, Matrícula Funcional 230211, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Daniele Do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Titular;
2. Edson Alves, Matrícula Funcional 230211, Suplente;

XIII – Da Secretaria Municipal de Comunicação:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Isaac Miranda, Matrícula Funcional 515082, Titular;
2. Gabriela Do Rocio Gonçalves Victal Dos Santos, Matrícula Funcional 115573, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Isaac Miranda, Matrícula Funcional 515082, Titular;
2. Gabriela Do Rocio Gonçalves Victal Dos Santos, Matrícula Funcional 115573, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Isaac Miranda, Matrícula Funcional 515082, Titular;
2. Gabriela Do Rocio Gonçalves Victal Dos Santos, Matrícula Funcional 115573, Suplente;

XIV – Da Secretaria Municipal de Esporte:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Vinicius Henrique Oliveira, Matrícula Funcional 515169, Titular;
2. Adrielli Urban Ribeiro, Matrícula Funcional 515171, Suplente;
3. Eduardo Apolinário Velho, Matrícula Funcional 515155, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Vinicius Henrique Oliveira, Matrícula Funcional 515169, Titular;
2. Adrielli Urban Ribeiro, Matrícula Funcional 515171, Suplente;
3. Eduardo Apolinário Velho, Matrícula Funcional 515155, Suplente;

c) NAF de Controle de produtos/serviços de Esporte:
1. Vinicius Henrique Oliveira, Matrícula Funcional 515169, Titular;
2. Adrielli Urban Ribeiro, Matrícula Funcional 515171, Suplente;
3. Eduardo Apolinário Velho, Matrícula Funcional 515155, Suplente;

XVI – Controladoria Geral:
a) NAF Geral de Contratações:
1. Augusto Carvalho de Paula, Matrícula Funcional 115717, Titular;
2. Luciano Alves da Rocha, Matrícula Funcional 115715, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Augusto Carvalho de Paula, Matrícula Funcional 115717, Titular;
2. Luciano Alves da Rocha, Matrícula Funcional 115715, Suplente;

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto anterior, Decreto nº decreto nº 2936/2026, bem como as demais disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 24 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FF11CB78

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2976 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto n° 2976/2026 de 25/09/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Específica nº 993/2026 de 24/09/2026.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Especial, no Orçamento Geral do Município 400,00 (quatrocentos reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001.23.695.2177.2.067		MANUTENCAO DE EVENTOS, FESTIVIDADES E FESTIVAIS MUNICIPAIS	
569 - 3.2.72.93.00.00	11005	INDENIZACOES E RESTITUICOES	400,00
		Total Suplementação:	400,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadaçãode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Receita
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.84 REM. BANC. - FESTA FEIRA CONV SETU - Fonte: 11005 400,00
Total da Receita: 400,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 25 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5CBEE381

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 994 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

LEI ORDINÁRIA Nº 994 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

"Institui, no âmbito do Município de Morretes, a Campanha ''Julho Verde'' de conscientização e incentivo à prevenção, ao diagnóstico precoce e ao tratamento do câncer de cabeça e pescoço, e dá outras providências".

(Origem Projeto de Lei Ordinária nº 2664/2026 – Iniciativa do Poder Legislativo Municipal – Vereadora Taninha da Luz)
A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO, no uso de minhas atribuições legais, com fulcro disposto no artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o mês de julho como o Mês Municipal do Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço.

Parágrafo único - O mês municipal que trata a presente Lei, deverá ser incluída no calendário oficial do município.

Art. 2º. - Para o cumprimento dos objetivos desta Lei, o Poder Público Municipal em parceria com outras entidades poderá:
I - Promover palestras, conferências, campanhas, reuniões, workshops e demais eventos que se fizer necessário para promover a prevenção e combate ao Câncer de cabeça e pescoço.
II - Efetuar campanhas institucionais junto aos meios de comunicação com o fim de divulgar o mês Julho Verde no município.

Art. 3º. Fica a cargo do Poder Público elaborar campanhas no mês de julho de cada ano visando à disseminação de informações sobre os riscos, danos, formas de prevenção, fatores de risco, causas de desenvolvimento e outras informações relevantes relacionadas aos cânceres que afetam as regiões corporais da cabeça e do pescoço e seu combate.

Art. 4° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 25 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:887C80BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO N°11/2026 - DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 11/2026 - DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 11/2026

Súmula: Aprova o Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária do Município de Morretes – Vigência 2026–2029.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE MORRETES, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela legislação municipal vigente e pelo seu Regimento Interno,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/1990, que estabelece a criação de conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO as atribuições conferidas ao CMDCA quanto à formulação, acompanhamento e controle das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO o direito fundamental de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 174/2012, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Morretes, e suas alterações;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 675, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a criação do Programa Família Acolhedora e regulamenta o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Morretes;
CONSIDERANDO que o respectivo plano foi elaborado aprovado, encaminhado e deliberado pela Comissão Municipal do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

CONSIDERANDO o Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, com vigência de 2026 a 2029, elaborado no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social; [cite: 1]
CONSIDERANDO que o Plano estabelece diretrizes, eixos estratégicos, ações, metas e indicadores para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e para a articulação da rede municipal de proteção;
CONSIDERANDO a previsão de acompanhamento, monitoramento e controle social do Plano pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
CONSIDERANDO a aprovação de forma online da matéria pelo Plenário do Conselho, na forma de seu Regimento Interno;
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR o Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária do Município de Morretes, com vigência para o período de 2026 a 2029, parte integrante desta Resolução.
Art. 2º O Plano aprovado por esta Resolução constitui instrumento orientador das ações municipais destinadas à promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, devendo sua execução ocorrer de forma articulada entre as políticas públicas e os órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.
Art. 3º O CMDCA acompanhará e fiscalizará, no âmbito de suas competências, a execução do Plano, observando as metas, indicadores, ações e resultados previstos, em articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social e os demais integrantes da rede de proteção.
Art. 4º As ações previstas no Plano deverão observar os instrumentos de planejamento e orçamento do Município, a legislação vigente e as disponibilidades orçamentária e financeira.
Art. 5º As metas e ações do Plano poderão ser revisadas durante o período de sua vigência, sempre que o monitoramento, a avaliação dos resultados ou alterações na realidade socioterritorial demonstrarem essa necessidade, observada a participação do CMDCA e dos demais atores envolvidos na política municipal de atendimento à criança e ao adolescente.
Art. 6º A execução e o acompanhamento do Plano deverão considerar, especialmente, o fortalecimento familiar, a prevenção da ruptura dos vínculos, a articulação intersetorial, a proteção especial e a qualificação dos serviços de acolhimento, incluindo o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Morretes, 24 de setembro de 2026.

RAYZA TONETTI DE RAMOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Daiane Cristina Eberle Oliveira
Código Identificador:359F7400

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 012/2026
(Lei nº 14.133/2021)

O FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, através de sua Presidente juntamente com a Comissão de Contratação e tendo em vista parecer jurídico, incidindo-se no caso epígrafe o disposto nos termos do caput Art. 74, III – "F": "*Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*", comprova-se conforme caso em tela a inexigibilidade de licitação, quanto à contratação da **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APEPREV**, para inscrição de 04 membros do conselho da PREVPRATA no evento: WORKSHOP RPPS: DA APOSENTADORIA AO COMPREV, a ser realizado no período de 16 a 18 de novembro de 2026, no município de Curitiba/PR.

OBJETO
1.1 Contratação da Associação Paranaense dos Regimes Próprios de Previdência Social – APEPREV, para inscrição de 01 Servidor do PREVPRATA, visando a participação no evento: "WORKSHOP RPPS: DA APOSENTADORIA AO COMPREV, a ser realizado no período de 16 a 18 de novembro de 2026, no município de Curitiba/PR".

Item	Características do objeto / Especificações técnicas	UND	Qtd	Valor Individual	Valor Total
01	Inscrição no evento: WORKSHOP RPPS: DA APOSENTADORIA AO COMPREV, a ser realizado no período de 16 a 18 de novembro de 2026, no município de Curitiba/PR.	Serviço/ Inscrição	01	1.850,00	R$ 1.850,00

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO
A presente contratação tem por finalidade atender às diretrizes do Plano Anual de Capacitação do PREVPRATA – Exercício 2026, bem como ao Programa de Qualificação Continuada (PQC), exigido para manutenção da certificação dos membros dos conselhos dos Regimes Próprios de Previdência Social. A participação no evento justifica-se pela necessidade de:

• Atualização técnica dos conselheiros e do setor jurídico;
• Aperfeiçoamento da governança previdenciária;
• Atendimento às exigências do Programa Pró-Gestão RPPS;
• Manutenção da regularidade institucional do RPPS;
• Qualificação dos agentes responsáveis pela análise, fiscalização e tomada de decisões previdenciárias;
• Fortalecimento da transparência, da segurança jurídica e da boa gestão dos recursos previdenciários.
•

Ressalta-se que a capacitação continuada é medida indispensável para a adequada condução das atividades do RPPS, sobretudo diante da constante atualização normativa, das exigências dos órgãos de controle e da necessidade de observância das boas práticas de gestão previdenciária. Ademais, a contratação encontra respaldo em práticas adotadas por diversos entes públicos, a exemplo de:

• Município de Maringá/PR – Inexigibilidade nº 03.31.00000567/2025.68;
• IPREV/DF – Inexigibilidade nº 01/2025 – Processo SEI nº 00413-00000291/2025-03 – inscrição em evento promovido pela ABIPEM;
• IPREV/DF – Inexigibilidade nº 04/2025 – Processo SEI nº 00413-00003034/2025-15;
• Município de Teixeira Soares/PR – Inexigibilidade para participação no curso "RPPS 2025: O que fazer?", promovido pela APEPREV;
• Município de Guaíra/SP – Inexigibilidade nº 02/2025 – inscrição de servidores em capacitação previdenciária;
• IPREF – Guarulhos/SP – Inexigibilidade nº 06/2025 – participação no 7º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS (ABIPEM).
•

Diante do exposto, resta plenamente justificada a contratação, considerando:

• a relevância técnica do evento;
• a exclusividade da entidade promotora;
• a necessidade contínua de capacitação dos gestores previdenciários;
• o atendimento às exigências legais e normativas aplicáveis aos RPPS;
• e a contribuição direta para a eficiência, transparência e segurança da gestão previdenciária municipal.

VALOR DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO
O valor total da contratação é de **R$ 1.850,00 (**um mil oitocentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
20 Fundo de Previdência Social de Nova Prata do Iguaçu; 001 Fundo da Previdência Social; 09.0272.0021.204-1 PREVPRATA – Despesas

administrativas; 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APEPREV – CNPJ Nº 05.763.089/0001-61.

FORMA DE PAGAMENTO
6.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a finalização do processo de liquidação em parcela única.

VIGÊNCIA DO CONTRATO
A vigência do contrato será restrita ao período de realização do evento, compreendendo os dias 16 a 18 de novembro de 2026, encerrando-se automaticamente após a execução integral do objeto contratado, não havendo previsão de prorrogação.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 25 de setembro de 2026.

CLEUSA APARECIDA DAMASIO TELES
Presidente PREVPRATA

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:0B76FF24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO ANEXO I EDITAL

RETIFICAÇÃO ANEXO I - REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026

A Prefeita do Município de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **RETIFICAÇÃO DO ANEXO I – REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO**, conforme segue:

Art.1º - Restou constatada a existência de mero erro material, no que tange a nomenclatura do cargo, razão pela qual deve ser corrigido.

ONDE SE LÊ:

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO
CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MASCULINO
Requisitos: Ensino Fundamental Completo
Atribuições:
DESCRIÇÃO SINTÉTICA:
Executar trabalhos rotineiros de limpezas em geral e ajudar na remoção ou arrumação de logradouros de domínio públicos, executar tarefa de limpeza em vias publicas, dependências de órgãos públicos; ajardinamento e manutenção predial, conservação áreas externas e executar reparos de manutenção desenvolvendo atividades de apoio em diversas áreas.
DESCRIÇÃO ANALÍTICA – (MASCULINO):
Acender e apagar lâmpadas;
Ajustar portas e janelas, trocar dobradiças e puxadores, trocar fechaduras e consertar forros;
Amontoar detritos e fragmentos;
Atuar em trabalhos auxiliares correlatos.
Calafetar fendas entre parte metálica e alvenaria;
Capinar vegetação das guias, calçadas e margens de rio;
Colocar o lixo no veículo compactador;
Comunicar toda irregularidade verificada;
Controlar a circulação de veículos;
Escarificações do solo, capinar, plantio e transplante de mudas, de folhagem, preparação de covas, amarrar árvores aos tutores e outros;
Possuir conhecimentos sobre as espécies naturais e exóticas, desenvolvimentos das plantas adequadas para cada tipo e local de canteiros, época de podas, plantio e replantio adequadamente;
Controlar a movimentação de pessoas;
Desentupir encanamentos, reparar fechaduras; trocar telhas;
Desenvolver atividades de auxiliar na execução de tarefas relativas às áreas de: construção, manutenção, mecânica, limpeza, conservação, parques, jardins, prédios, logradouros públicos e outros;
Efetuar a carga, transporte e descarga de materiais diversos, manualmente ou utilizando equipamento simples (carrinho de mão e alavancas), para possibilitar a utilização ou remoção dos mesmos;
Efetuar pequenos consertos e reparos;
Usar equipamentos de proteção individual (EPI) no desenvolvimento de suas atividades, evitando assim acidentes de trabalho;
Exercer tarefas inerentes à zeladoria e conservação de praças e próprios municipais.
Fazer a limpeza de ruas, parques, bosques, jardins e outros logradouros públicos, fazendo a coleta do material;
Fazer limpeza de fossas e caixas d´água;
Fazer manutenção de jardim;
Fazer os serviços de limpeza em geral nos logradouros de domínio público;
Fixar cabos de para-raios;
Integrar equipes auxiliares e ou realizar individualmente as tarefas que lhe forem confiadas;
Lavar vias públicas após varrição e coleta de feira; pintar guias, sarjetas e alambrados;
Levantar divisórias;
Montar e fixar andaime;
Providenciar os serviços de manutenção em geral;
Recolher o lixo em latões ou sacos plásticos;
Remover detritos de calhas e outras atividades correlatas; lavar janelas, paredes e pastilhas; remover pichações, refazer detalhes de molduras;
Remover o lixo para depósitos e descarga;
Repor telhas quebradas e substituir caibros e vigas de madeira, trocar portas;
Retirar detritos das margens de rio;
Separar material para reciclagem;
Solicitar a retirada de veículos que impeçam o trabalho;
Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade;
Ter sob sua guarda, materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho, bem como, materiais de competição, esportivos e outros;
Trocar vidros;
Varrer vias públicas e calçadões;
Verificar fechamento de portas e janelas; relatar avarias nas instalações.

LEIA-SE:

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Requisitos: Ensino Fundamental Completo
Atribuições:
DESCRIÇÃO SINTÉTICA:
Executar trabalhos rotineiros de limpezas em geral e ajudar na remoção ou arrumação de logradouros de domínio públicos, executar tarefa de limpeza em vias públicas, dependências de órgãos públicos; ajardinamento e manutenção predial, conservação áreas externas e executar reparos de manutenção desenvolvendo atividades de apoio em diversas áreas.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
Acender e apagar lâmpadas;
Ajustar portas e janelas, trocar dobradiças e puxadores, trocar fechaduras e consertar forros;
Amontoar detritos e fragmentos; atuar em trabalhos auxiliares correlatos.
Calafetar fendas entre parte metálica e alvenaria;
Capinar vegetação das guias, calçadas e margens de rio;
Colocar o lixo no veículo compactador;
Comunicar toda irregularidade verificada;
Controlar a circulação de veículos;
Escarificações do solo, capinar, plantio e transplante de mudas, de folhagem, preparação de covas, amarrar árvores aos tutores e outros;

Possuir conhecimentos sobre as espécies naturais e exóticas, desenvolvimentos das plantas adequadas para cada tipo e local de canteiros, época de podas, plantio e replantio adequadamente;
Controlar a movimentação de pessoas;
Desentupir encanamentos, reparar fechaduras; trocar telhas;
Desenvolver atividades de auxiliar na execução de tarefas relativas às áreas de: construção, manutenção, mecânica, limpeza, conservação, parques, jardins, prédios, logradouros públicos e outros;
Efetuar a carga, transporte e descarga de materiais diversos, manualmente ou utilizando equipamento simples (carrinho de mão e alavancas), para possibilitar a utilização ou remoção dos mesmos;
Efetuar pequenos consertos e reparos;
Usar equipamentos de proteção individual (EPI) no desenvolvimento de suas atividades, evitando assim acidentes de trabalho;
Exercer tarefas inerentes à zeladoria e conservação de praças e próprios municipais.
Fazer a limpeza de ruas, parques, bosques, jardins e outros logradouros públicos, fazendo a coleta do material;
Fazer limpeza de fossas e caixas d´água;
Fazer manutenção de jardim;
Fazer os serviços de limpeza em geral nos logradouros de domínio público;
Fixar cabos de para-raios; integrar equipes auxiliares e ou realizar individualmente as tarefas que lhe forem confiadas;
Lavar vias públicas após varrição e coleta de feira; pintar guias, sarjetas e alambrados;
Levantar divisórias; montar e fixar andaime;
Providenciar os serviços de manutenção em geral;
Recolher o lixo em latões ou sacos plásticos;
Remover detritos de calhas e outras atividades correlatas; lavar janelas, paredes e pastilhas; remover pichações, refazer detalhes de molduras;
Remover o lixo para depósitos e descarga;
Repor telhas quebradas e substituir caibros e vigas de madeira, trocar portas;
Retirar detritos das margens de rio;
Separar material para reciclagem;
Solicitar a retirada de veículos que impeçam o trabalho;
Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade; ter sob sua guarda, materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho, bem como, materiais de competição, esportivos e outros;
Trocar vidros; varrer vias públicas e calçadões;
Verificar fechamento de portas e janelas; relatar avarias nas instalações;
Zelar e cuidar da conservação de prédios municipais, tais como: unidades de recreação, escolas, praças, logradouros, prédios e instalações;
Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços práticos inerentes a sua função.
Realizar serviços de limpeza em geral nos logradouros de domínio público;
Remover o pó dos móveis, paredes, pisos, tetos, portas, janelas e equipamentos;
Limpar escadas, passarelas, tapetes e utensílios;
Arrumar banheiros e toaletes;
Auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama nos CMEIS;
Lavar e encerar assoalhos;
Lavar e passar vestuários e roupas de cama e mesa; coletar lixo dos depósitos, colocando-os nos recipientes apropriados; Lavar vidros, espelhos e persianas; Varrer pátios e calçadas;
Fazer café e eventualmente, servi-lo;
Fechar portas, janelas e outras vias de acesso;
Efetuar a carga, transporte e descarga de materiais diversos, manualmente ou utilizando equipamento simples (carrinho de mão e alavancas), para possibilitar a utilização ou remoção dos mesmos;
Integrar equipes auxiliares e ou realizar individualmente as tarefas que lhe forem confiadas;
Zelar e cuidar da conservação de prédios municipais, tais como: unidades de recreação, escolas, praças, logradouros de domínio público, prédios e instalações;
Percorrer a área sob sua responsabilidade, inspecionando no sentido de impedir depredações;
Ter sob sua guarda, materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho, bem como, materiais de competição, esportivos e outros;
Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade;
Plantar, transplantar e cuidar de vegetais e plantas decorativas e zelar pela conservação de parques, praças e jardins.
Preparar a terra e sementeiras destinadas ao plantio e transplante de vegetais e plantas decorativas dos parques, praças e jardins; Planar terra e conservar cortes de gramas e similares; Zelar pela conservação de parques, praças e jardins; Manter sobre sua guarda, materiais destinados ao seu trabalho; Preparar a terra e sementeiras destinadas ao plantio e transplante de vegetais e plantas decorativas; Efetuar o plantio e replantio de mudas destinadas aos parques, bosques, praças, jardins e canteiros; Ter conhecimento básico sobre os espécimes naturais e exóticas, épocas de colheita de sementes, da semeadura, plantio, replantio e uso de defensivos e adubos;
Manter sob sua guarda e responsabilidade materiais, produtos, ferramentas, máquinas e equipamentos destinados ao exercício do cargo;
Usar equipamentos de proteção individual (EPI) no desenvolvimento de suas atividades, evitando assim acidentes de trabalho.
Executar trabalhos de limpeza, conservação e organização de mobílias; Lavar e limpar cômodos, pátios, pisos, carpetes, terraços e demais dependências da dos bens próprios do município;
Polir objetos, peças e placas metálicas; preparar e servir café, chá, água, etc.
Remover, transportar e arrumar móveis, máquinas e materiais diversos. Guardar e arranjar objetos, bem como transportar pequenos objetos.
Transmitir recados.
Executar tarefas de zeladoria, limpeza em geral; varrer espanar, lavar, encerar e lustrar as dependências, móveis, utensílios e instalações diversas, mantendo-lhes as condições de higiene e conservação preparar café e chá; servindo-os quando solicitado;
Zelar pela conservação de cantinas, copas, cozinhas e afins zelar pelo material de uso diário e permanente, tendo o cuidado de não desperdiçar materiais e utensílios diversos
Executar tarefas de retirar e limpar materiais usados de obras de demolição;
Transportar materiais empregando se necessário, carrinho de mão;
Faz carga e descargas de mercadorias;
Executar, enfim, outras tarefas do cargo sob a ordem do Superior Imediato.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Prata do Iguaçu, 24 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita do Municipio

Publicado por:
Cleone Mara Schmitz Paz
Código Identificador:9265CE46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO ANEXO II

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CONCURSO PÚBLICO N° 01/2026

A Prefeita do Município de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **RETIFICAÇÃO DO ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**, conforme segue:

NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos). Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica. Ortografia Oficial. Acentuação gráfica. Classes de palavras e seus empregos. Sintaxe da oração e do período. Tipos de Subordinação e Coordenação. Concordância nominal e verbal. Regência Verbal e Nominal. Emprego de sinal indicativo de crase. Sentido Conotativo e Denotativo. Relações de homonímia e paronímia. Tipologia textual. Pontuação. Estrutura e Processos de Formação de palavras.
Matemática/Raciocínio Lógico: Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Operação com conjuntos. Cálculos com porcentagens. Resolução de situações-problema. As questões desta prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial), razão, proporção, sequências numéricas, análise combinatória, estatística descritiva, áreas e volumes.
Conhecimentos Gerais: Noções gerais sobre História, Cultura, Geografia e Turismo em escala municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde, obras públicas, relações exteriores e diplomacia.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ENGENHEIRO CIVIL
Conhecimentos Específico: Materiais de construção civil: Classificação, propriedades gerais e normalização, Materiais cerâmicos, Aço para concreto armado e protendido. Polímeros. Agregados. Aglomerantes não?hidráulicos (aéreos) e hidráulicos. Concreto. Argamassas. Tecnologias das construções. Terraplanagens. Canteiros de obras. Locações de obras. Sistemas de formas para as fundações e elementos da superestrutura (pilares, vigas e lajes). Fundações superficiais e profundas. Lajes. Telhados com telhas cerâmicas, telhas de fibrocimento e telhas metálicas. Isolantes térmicos para lajes e alvenaria. Impermeabilizações. Sistemas hidráulicos prediais. Projetos de instalações prediais hidráulicas, sanitárias e de águas pluviais. Materiais e equipamentos. Instalações de prevenção e combate ao incêndio. Instalações de esgoto sanitário e de águas pluviais. Instalações prediais elétricas e baixa tensão Informáticas (programas de softwares básicos para uso em escritório e AutoCAD). Probabilidade e estatística. Cálculos de probabilidade. Variáveis aleatórias e suas distribuições. Medidas características de uma distribuição de probabilidade. Modelos probabilísticos. Análises estática e dinâmica de observações. Noções de testes de hipóteses. Compras na Administração Pública. Licitações e contratos. Princípios básicos da licitação. Definições do objeto a ser licitado. Planejamentos das compras. Controles e cronogramas. Conhecimento e procedimentos de construção de estradas de rodagem, vias públicas, obras de abastecimento de água, drenagem, irrigação e saneamento urbano e rural, processos de aprovação de projetos, qualidade e segurança de obras, vistorias, pericias, avaliações, arbitramentos e laudos técnicos, normas e documentação técnica, processos licitatórios de obras e serviços de engenharia, infração a normas e posturas municipais, desmembramentos, loteamentos, abertura de ruas; teoria e dimensionamento de estruturas em geral; saneamento e meio ambiente (redes de esgoto, estação de tratamento de esgoto, lagoas de estabilização, abastecimento de água, limpeza urbana - acondicionamento, coleta, transporte, destinação final do lixo), poluição do meio ambiente, arquitetura e urbanismo, geologia e geotécnica, materiais de construção, técnicas de construção, organização de canteiro de obras, solos. Planejamento, Orçamentação e Controle de Projetos e Obras. Patologia na Construção Civil. Acessibilidade (NBR 9050/2020). Legislação Federal: Constituição Federal - Arts. 182 e 183; disposições constitucionais para proteção ao meio ambiente (art. 225); disposições constitucionais para construção e adaptação dos logradouros públicos, edifícios públicos e adequação de transporte coletivo adequado a pessoa com deficiência (art. 227, parágrafo 2o e art. 244); Lei Federal 10.257, de 10/07/2001 - Estatuto das Cidades. Lei Federal 6.766/1979. Legislação Profissional: Lei Federal 5.194/66. Código de Ética Profissional - Resolução Confea - 1002.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FARMACÊUTICO
Conhecimentos Específico: Legislação farmacêutica, ética profissional, gestão da farmácia hospitalar, sistema de distribuição de medicamentos: coletivo, individualizado e dose unitária. Farmacotécnica de produtos não estéreis: análise de formulações, manipulação de fórmulas magistrais e oficinas, estabilidade de formulações extemporâneas, unitarização de medicamentos sólidos e líquidos, controle de qualidade. Farmacotécnica de produtos estéreis: reconstituição, diluição e estabilidade de medicamentos injetáveis, unitarização e fracionamento para dispensação por dose unitária, preparo de soluções para nutrição parenteral e outras formulações de grande volume, controle microbiológico, controle de qualidade, manipulação de quimioterápicos antineoplásicos, validação de processos. Cálculos em farmácia, gestão de estoque: aquisição, armazenamento e controle de produtos farmacêuticos, sistema informatizados de controle de estoque. Farmacodinâmica: vias de administração de medicamentos, mecanismos de ação dos fármacos, interação medicamentosa, fatores que interferem na ação dos fármacos, efeitos colaterais e reações adversas, alergia, tolerância e intoxicação. Utilização de medicamentos em populações especiais: neonatos, crianças, gestantes, idosos. Utilização de medicamentos em condições especiais: insuficiência renal, hepática, cardio vascular e respiratória. Farmacocinética: conceitos gerais, parâmetros farmacocinéticos, metabolismo de medicamentos, margem terapêutica, posologia, fatores que alteram a farmacocinética, monitorização de fármacos na prática clínica, metodologia de monitorização. Farmácia clínica e atenção farmacêutica: conceitos, uso racional de medicamentos, controle e seguimento de paciente, problemas relacionados ao medicamento, monitorização da farmacoterapia. Fármaco epidemiologia: farmacovigilância e estudos de utilização de medicamentos. Fármaco economia: conceitos gerais; análise custos-benefício, custo-utilidade e custo minimização. Seleção de medicamentos: conceitos, padronização de medicamentos. Leis Orgânicas na Saúde – Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90, Normativas do SUS, Artigos 196 e 198 da Constituição Federal, PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO
Conhecimentos Específico: Princípios da assistência preventiva à saúde. O exame de saúde preventivo. Cuidados com a dieta. A atividade física. O tabagismo e abuso do álcool. Avaliação nutricional. Princípios de terapia farmacológica. Alergia medicamentosa. Princípios de eletrocardiograma. Conduta na insuficiência cardíaca. Abordagem clínica das arritmias cardíacas supraventriculares. Hipertensão arterial sistêmica. Abordagem clínica da cardiopatia isquêmica. Obesidade. Dislipidemias. Diabetes mellitus e suas complicações. Hipo e hipertireoidismo. Asma brônquica. Doença bronco pulmonar obstrutiva crônica. Pneumonias comunitárias. Tromboembolismo pulmonar. Cálculos renais. Hiperplasia prostática benigna. Cistite e pielonefrite. Glomerulopatias. Insuficiência renal aguda e crônica. Doença do refluxo gastro-esofágico. Úlceras pépticas. Intolerâncias e alergias alimentares. Síndrome do cólon irritável. Dispepsia por H. pylori e funcional. Abordagem do paciente com diarreia. Doença intestinal inflamatória. Pancreatite aguda e crônica. Hepatites virais. Cirrose hepática. Doenças da vesícula biliar e dos ductos biliares. Abordagem das anemias. Abordagem do paciente com linfadenopatia. Leucemias e linfomas. Abordagem do paciente com sangramento e trombose. Prevenção e rastreio de câncer. Marcadores tumorais. Síndromes paraneoplásicas. Rinite alérgica. Anafilaxia. Artrite reumatóide. Gota e metabolismo do ácido úrico. Colagenoses. Febre reumática. Osteoartrite. Espondiloartropatias. Dorsalgia e cervicoalgias. Tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Gripe e resfriado. Abordagem clínica das orofaringites agudas. Princípios da prevenção vacinal. Parasitoses intestinais. Arboviroses e síndromes febris ictéricas. Princípios da antibioticoterapia. Síncope e cefaléias. Acidente vascular cerebral. Princípios de radiologia. Acidentes com animais peçonhentos. Interpretação dos distúrbios hidroeletrolíticos e

ácido-básicos. Doença hepática gordurosa do fígado. Abordagem clínica das lesões valvares cardíacas. Síndrome metabólica. Parada cardiorrespiratória. Hérnias abdominais. Doenças Orificiais. Tumores benignos e malignos de pele. Psoriase. Doenças infectoparasitárias de pele. Avaliação e distúrbios nutricionais. Lesões de pares cranianos. Depressão e transtorno de ansiedade generalizada. Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família; PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO (ESF)
Conhecimentos Específico: Princípios da assistência preventiva à saúde. O exame de saúde preventivo. Cuidados com a dieta. A atividade física. O tabagismo e abuso do álcool. Avaliação nutricional. Princípios de terapia farmacológica. Alergia medicamentosa. Princípios de eletrocardiograma. Conduta na insuficiência cardíaca. Abordagem clínica das arritmias cardíacas supraventriculares. Hipertensão arterial sistêmica. Abordagem clínica da cardiopatia isquêmica. Obesidade. Dislipidemias. Diabetes mellitus e suas complicações. Hipo e hipertireoidismo. Asma brônquica. Doença bronco pulmonar obstrutiva crônica. Pneumonias comunitárias. Tromboembolismo pulmonar. Cálculos renais. Hiperplasia prostática benigna. Cistite e pielonefrite. Glomerulopatias. Insuficiência renal aguda e crônica. Doença do refluxo gastro-esofágico. Úlceras pépticas. Intolerâncias e alergias alimentares. Síndrome do cólon irritável. Dispepsia por H. pylori e funcional. Abordagem do paciente com diarreia. Doença intestinal inflamatória. Pancreatite aguda e crônica. Hepatites virais. Cirrose hepática. Doenças da vesícula biliar e dos ductos biliares. Abordagem das anemias. Abordagem do paciente com linfadenopatia. Leucemias e linfomas. Abordagem do paciente com sangramento e trombose. Prevenção e rastreio de câncer. Marcadores tumorais. Síndromes paraneoplásicas. Rinite alérgica. Anafilaxia. Artrite reumatóide. Gota e metabolismo do ácido úrico. Colagenoses. Febre reumática. Osteoartrite. Espondiloartropatias. Dorsalgia e cervicoalgias. Tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Gripe e resfriado. Abordagem clínica das orofaringites agudas. Princípios da prevenção vacinal. Parasitoses intestinais. Arboviroses e síndromes febris ictéricas. Princípios da antibioticoterapia. Síncope e cefaléias. Acidente vascular cerebral. Princípios de radiologia. Acidentes com animais peçonhentos. Interpretação dos distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos. Doença hepática gordurosa do fígado. Abordagem clínica das lesões valvares cardíacas. Síndrome metabólica. Parada cardiorrespiratória. Hérnias abdominais. Doenças Orificiais. Tumores benignos e malignos de pele. Psoriase. Doenças infectoparasitárias de pele. Avaliação e distúrbios nutricionais. Lesões de pares cranianos. Depressão e transtorno de ansiedade generalizada. Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família; PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: PEDAGOGA
Conhecimentos Específico: Psicologia da Educação. História da Educação. Filosofia e sociologia da educação. Plano Nacional de Educação. Lei n° 12.796, de 04.04.2013 - Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90. ECA Digital. Pensamento Pedagógico Brasileiro. Projeto Político Pedagógico. Didática Geral e Prática de Ensino. Planejamento escolar. Pedagogia e autonomia. Organização e gestão da escola. Escola e cidadania. Alfabetização e letramento. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Referencial Curricular do Paraná. Gestão Educacional. LDB, Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2013. NOVO PNE- Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036), instituído pela Lei nº 15.388 de 14 de abril de 2026.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL
Conhecimentos Específico: Conceitos de Reabilitação e sua relação com as práticas atuais; Terapia Ocupacional na Estratégia Saúde da Família; A lesão medular e o modelo de ocupação humana; Transdisciplinaridade e práticas hibridam em saúde mental; Itinerários terapêuticos e construção de projetos terapêuticos cuidadores; A inserção da Terapia Ocupacional na rede de assistência em saúde mental; Fundamentos e história da Terapia Ocupacional no Campo Social; Tecnologia assistiva, Terapia Ocupacional e abordagens no cotidiano da pessoa com deficiência; Reabilitação psicossocial e a prática da Terapia Ocupacional em saúde mental; Recursos tecnológicos e estratégia de promoção do auto-cuidado, atividades e participação para pessoa com doença de Parkinson; A Terapia Ocupacional social, diversidade, cultura e saber técnico; Terapia ocupacional e as ações no contexto da educação; 13. Terapia Ocupacional e o dispositivo grupal como intervenção em reabilitação; Terapia ocupacional, a produção do cuidado em saúde e o lugar do hospital; Rede de cuidados da pessoa com deficiência e a Terapia Ocupacional. Diretrizes para tratamento e reabilitação/habilitação de pessoas com deficiência física. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família e NASF; PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos). Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica. Ortografia Oficial. Acentuação gráfica. Classes de palavras e seus empregos. Sintaxe da oração e do período. Tipos de Subordinação e Coordenação. Concordância nominal e verbal. Regência Verbal e Nominal. Emprego de sinal indicativo de crase. Sentido Conotativo e Denotativo. Relações de homonímia e paronímia. Tipologia textual. Pontuação. Estrutura e Processos de Formação de palavras.
Matemática/ Raciocínio Lógico: Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Operação com conjuntos. Cálculos com porcentagens. Resolução de situações-problema. As questões desta prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial), razão, proporção, sequências numéricas, análise combinatória, estatística descritiva, áreas e volumes.
Conhecimentos Gerais: Noções gerais sobre História, Cultura, Geografia e Turismo em escala municipal, estadual e nacional. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde e obras públicas.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
Conhecimentos Específico: Ética na Administração Pública. Código de ética do Servidor Público. Noções de Direito Administrativo: Atos Administrativos (conceitos, atributos, elementos ou requisitos, classificação, extinção). Contratos Administrativos. Licitação pública. Gestão de Contratos na Administração Pública. Atendimento ao público na administração pública. Servidores públicos. Excelência em Serviços Públicos. Correspondência comercial (recepção e emissão). Redação Oficial: Características e normas da Correspondência Oficial (formas de cortesia, formas e expressões de tratamento, vocativos, emprego dos pronomes de tratamento e endereçamento). O Padrão Ofício. Características e definições dos Atos Oficiais (alvará, ata, certidão, circular, comunicado, decreto, edital, memorando, ofício, portaria e requerimento). Noções de Arquivologia: Definição e função dos arquivos. Princípios de Arquivologia. Ciclo vital arquivístico. Organização e administração de arquivos. Fases da gestão de documentos. Métodos de arquivamento. Classificação dos documentos. Comunicação interpessoal. Trabalho em equipe.

Recebimento e armazenamento de materiais. Conhecimentos básicos de informática.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Conhecimentos Específico: Noções básicas sobre saúde, saneamento, ética e relações inter-pessoais. Saúde física, mental e social. Higiene na prevenção das doenças. Necessidades nutricionais. Amamentação. Principais doenças na comunidade (diarreia, desnutrição, vermes, doenças respiratórias). Doenças Sexualmente Transmissíveis. Prevenção de Hipertensão e Diabetes. Medidas preventivas em Odontologia; Planejamento Familiar (métodos contraceptivos). Programa Saúde da Família (ESF) – objetivos, métodos de trabalho, expectativas. PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional. SUS. Noções de primeiros socorros.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: PROFESSOR
Conhecimentos Específico: Psicologia da Educação. História da Educação. Filosofia e sociologia da educação. Plano Nacional de Educação. Lei n° 12.796, de 04.04.2013 - Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90. ECA Digital. Pensamento Pedagógico Brasileiro. Projeto Político Pedagógico. Didática Geral e Prática de Ensino. Planejamento escolar. Pedagogia e autonomia. Organização e gestão da escola. Escola e cidadania. Alfabetização e letramento. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Referencial Curricular do Paraná. Gestão Educacional. LDB, Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2013. NOVO PNE- Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036), instituído pela Lei nº 15.388 de 14 de abril de 2026.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Conhecimentos Específico: Modelo de Atenção à Saúde. Prevenção e Promoção à Saúde. Qualidade e Segurança do Paciente. Estratégia Saúde da Família. A enfermagem e o cuidado na saúde da família. Processo saúde-doença do indivíduo, da família e coletividade. SIAB como instrumento de trabalho da Estratégia Saúde da Família. Atribuições do auxiliar/técnico de enfermagem. A visita domiciliar no contexto de Saúde da Família. Fases do planejamento, organização e controle do serviço de enfermagem. Planejamento estratégico como instrumento de gestão e assistência. Biossegurança. Promoção da saúde e segurança no trabalho. Educação em Saúde. Processamento e reprocessamento de materiais médico-hospitalares. Saúde da criança: ações de enfermagem na promoção da saúde infantil. Parâmetros de crescimento e desenvolvimento infantil nas diferentes faixas etárias. SISVAN. Recém-nascido de risco e crianças de baixo peso. Enfermagem em Pediatria. Aleitamento materno. Patologias e transtornos comuns na infância. Assistência de enfermagem à criança com diarreia aguda e/ou desidratação. Saúde da mulher: assistência de enfermagem no pré-natal, parto e puerpério. Distúrbios ginecológicos da puberdade até o climatério. Sexualidade da mulher e autocuidado. Saúde da mulher no curso da vida. Temas relacionados à saúde do adulto e do idoso. Cuidados de enfermagem no atendimento das necessidades básicas do cliente/paciente. Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças infecciosas e infectocontagiosas. Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças agudas e crônicas. Necessidades nutricionais nos diferentes períodos da vida. Prevenção e tratamento de lesões de pele. O processo de envelhecimento nos aspectos fisiológicos, sociais e patológicos. Temas relacionados à Vigilância Epidemiológica. Prevenção e controle das doenças transmissíveis na Saúde Pública. Perfil epidemiológico das comunidades. Vigilância em saúde. Aspectos gerais das imunizações. Temas relacionados à saúde mental. Prevenção, tratamento e controle de transtornos mentais e de comportamento. História das Políticas de Saúde no Brasil. Saúde Coletiva (Pública). Sistema Único de Saúde (SUS). Sistema de Informação em Saúde. Noções básicas de plantão hospitalar. Atendimento de enfermagem em urgência e emergência: cardiovascular, respiratória, metabólica, ginecológica e obstétrica, psiquiátrica, pediátrica, no trauma, entre outras. Política Nacional de Atenção Básica. Código de ética e legislação profissional.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL
Conhecimentos Específico: Conhecimento Específico: Anatomia Bucal: Anatomia e fisiologia dentária; Sistema de notação dentária; Tipos de dentes: incisivos, caninos, pré-molares e molares; Funções e constituição dos elementos constituintes do sistema estomatognático; Diferenças morfológicas entre a dentição decídua e permanente; Embriologia e histologia dental; ATM: constituição e funções. Biossegurança e Controle Biológico: Biossegurança; Medidas profiláticas para a higiene e segurança do trabalhador em saúde; Riscos e doenças ocupacionais em saúde; As relações entre microbiologia, imunologia e a prática odontológica e a aplicação dos EPIs e EPCs; Exposição acidental com material biológico; Técnicas de limpeza e desinfecção terminal e concorrente; Princípios ativos dos produtos químicos e preparo de soluções; Organização, estrutura e funcionamento da central de material e esterilização; Classificação das áreas e artigos odonto-médico-hospitalares; Processamento e reprocessamento de artigos e controle da qualidade nos diferentes serviços de saúde; Gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde; Comissão e serviços de controle de infecção nos serviços de saúde; Conceitos de assepsia, anti-sepsia, desinfecção, descontaminação e esterilização; Gerenciamento do descarte de resíduos, fluídos, agentes biológicos, físicos, químicos e radioativos; Terminologia científica da área. Materiais Odontológicos: Nomenclatura e funcionamento dos equipamentos odontológicos e instrumentais; Substâncias evidenciadoras de placa bacteriana; Pastas profiláticas e flúor; Vernizes cavitários; Materiais de base e forramento; Amálgama; Resinas compostas; Cimentos de fosfato de zinco, de hidróxido de cálcio, ionômero de vidro; Materiais para cimentação: dual, com eugenol e sem eugenol, cimentos cirúrgicos; Materiais para moldagem, alginatos e siliconas; Instrumentos e instrumentação em endodontia, periodontia, dentística, prótese, ortodontia e cirurgia oral; Princípios de conservação e limpeza de equipamentos e instrumental; Armazenamento e controle de estoque. Odontologia Preventiva e Social: Métodos e técnicas para a educação em Saúde Bucal, individual e coletiva; Doenças bucais e maus hábitos; Técnicas de escovação e de prevenção; Técnicas de aplicação de flúor; Conhecimentos das ações básicas de promoção à saúde bucal (saneamento básico, educação para a saúde bucal, fluoretação da água de abastecimento); A etiologia da cárie dental e das doenças periodontais; Educação em saúde bucal; Técnicas de aplicação de selantes e de polimento coronário; Construção de um modelo normatizado com concretude de viabilização com componentes preventivo, curativo e de manutenção; Tipo de práticas de saúde do SUS. Organização e Administração em Saúde Bucal: Noções de administração de consultório; Noções de marketing em odontologia; Noções de contabilidade; Noções de manutenção e conservação de equipamentos; Preenchimento de fichas e relatórios de produção e produtividade; Controle com relatórios da quantidade de estoque de produtos odontológicos. Patologia Bucal: Noções de: Anomalias dentárias; doenças da polpa e do periápice; Doenças periodontais, fúngicas, infecções bacterianas, injúrias físicas e químicas; Tumores benignos de tecidos moles; Neoplasias malignas. Radiologia Odontológica: Tabelas e protocolos em Radiologia Odontológica; Filmes e processamento radiográfico; Técnicas radiográficas intra bucais; Natureza e produção dos efeitos biológicos; Técnicas de tomada, revelação, montagem e arquivamento do filme radiográfico intra bucal; Contaminação radioativa (fontes, prevenção e controle). Técnicas Restauradoras: Nomenclatura e classificação das cavidades; Instrumentos rotatórios; Tipos de isolamento; Proteção do complexo dentina-polpa; Matrizes; Materiais estéticos (resinas, porcelanas, compomeros).

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES
Conhecimentos Específico: Conceitos básicos de hardware e software. Arquitetura de computadores (processador, memória, dispositivos de entrada e saída). Memórias (RAM, ROM, cache, SSD, armazenamento em nuvem). Componentes básicos de um computador (CPU, memória, armazenamento, periféricos). Funcionamento de

processadores e arquitetura básica de computadores;). Tipos de software (sistemas operacionais, aplicativos, utilitários). Noções gerais sobre sistemas operacionais (Windows, Linux). Instalação, configuração e manutenção de sistemas operacionais. Conceitos de redes de computadores (LAN, WAN, MAN, PAN). Protocolos de comunicação (TCP/IP, HTTP, FTP, DHCP, DNS). Práticas de segurança (senhas fortes, autenticação multifator, backups). Endereçamento IP, sub-redes, máscaras de sub-rede. Noções de segurança de redes (firewalls, antivírus, criptografia). Procedimentos de backup e recuperação de dados;Lógica de programação. Algoritmos e fluxogramas. Tipos de dados, variáveis, operadores e funções. Conceitos básicos de banco de dados (tabelas, registros, chaves primárias). Noções de linguagens de programação (Python, JavaScript). Desenvolvimento de scripts para automatização de tarefas. Conceitos básicos de banco de dados. Modelagem de dados (conceitual, lógico e físico); Noções de Linguagem SQL (criação, manipulação e consulta de dados). Noções de sistemas de gerenciamento de banco de dados (SGBD). Conceitos de segurança da informação. Políticas de segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados. Noções sobre certificação digital e assinatura eletrônica. Métodos de autenticação e controle de acesso. Processadores de texto (Word). Planilhas eletrônicas (Excel). Apresentações (PowerPoint). Navegadores web. Ferramentas de busca e pesquisa na internet. Segurança na internet (phishing, malware, boas práticas de navegação). Navegação segura na internet (HTTPS, cookies, bloqueadores de pop-up). Ferramentas de busca e pesquisa na web (Google, Bing). Uso de e-mail (Gmail, Outlook) e boas práticas de segurança (phishing, spam). Ética profissional na área de tecnologia da informação. Noções sobre propriedade intelectual e direitos autorais. Legislação e normas relacionadas à proteção de dados (noções de LGPD).

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos, tipos e gêneros textuais. Acentuação gráfica, ortografia. Conjugação de verbos usuais. Regência. Concordância Verbal e Nominal. Antônimos e Sinônimos. Classes de Palavras variáveis e invariáveis e suas funções no texto. Estrutura e Processos de Formação de Palavras, Significação das Palavras. Divisão silábica: identificação do número de sílabas. Fonética e Fonologia. Flexão de gênero e número.

Matemática/ Raciocínio Lógico: Resolução de situações problemas, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras). Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos.

Conhecimentos Gerais: Noções gerais e/ou atualidades sobre história, geografia, turismo, economia, sociedade, segurança, instituições e política, em escala municipal e estadual. Atualidades sobre cultura e sociedade brasileira, cinema, jornais, televisão, festas, música, religião e esportes.

CARGO DE FUNDAMENTAL COMPLETO
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Conhecimentos Específico: Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no trabalho.

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos, tipos e gêneros textuais. Acentuação gráfica, ortografia. Conjugação de verbos usuais. Regência. Concordância Verbal e Nominal. Antônimos e Sinônimos. Classes de Palavras variáveis e invariáveis e suas funções no texto. Estrutura e Processos de Formação de Palavras, Significação das Palavras. Divisão silábica: identificação do número de sílabas. Fonética e Fonologia. Flexão de gênero e número.

Matemática/ Raciocínio Lógico: Resolução de situações problemas, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras). Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos.

Conhecimentos Gerais: Noções gerais e/ou atualidades sobre história, geografia, turismo, economia, sociedade, segurança, instituições e política, em escala municipal e estadual. Atualidades sobre cultura e sociedade brasileira, cinema, jornais, televisão, festas, música, religião e esportes.

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: MOTORISTA

Conhecimentos Específico: Conhecimentos básicos inerentes ao Código de Trânsito Brasileiro. Resoluções, Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Direção defensiva. Noções gerais de circulação e conduta. Noções de mecânica de autos. Noções de primeiros socorros. Manutenção e Limpeza de veículos. Habilidade na condução de Veículo.

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Conhecimentos Específico: Conhecimentos básicos inerentes ao Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções, Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Direção defensiva. Noções de mecânica de autos/maquinários. Noções de primeiros socorros. Habilidade na operação de máquinários. Higiene e limpeza de maquinários. Habilidade e manuseio referente as atividades correlatadas ao cargo de Operador de Máquinas.

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: SERVIÇOS BRAÇAIS

Conhecimentos Específico: Equipamentos e materiais utilizados na atividade. Diferentes processos de execução. Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção; Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de serviços braçais.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Prata do Iguaçu, 24 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita do Municipio

Publicado por:
Cleone Mara Schmitz Paz
Código Identificador:C9891754

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2026
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O senhor MICHAEL BRUSTULIN, Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu, **ADJUDICA E HOMOLOGA** o processo de Dispensa

de Licitação nº 02/2026, no valor total de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em favor da empresa **REIFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ N° 93.920.361/0001-37**, cujo objeto é a Aquisição de cadeiras modelo diretor e longarinas, destinadas a atender às necessidades da Câmara Municipal de Paiçandu.

Paiçandu/PR, 25 de setembro de 2026.

Assinado Digitalmente
MICHAEL BRUSTULIN
Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:196A34DD

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DISPENSA SIMPLIFICADA N° 30/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

AUTORIZAÇÃO

DISPENSA SIMPLIFICADA N° 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 32/2026

Tendo em vista as informações constantes no processo, **AUTORIZO** a contratação de empresa para fornecimento e instalações de mastros e lixeiras para área externa da Câmara Municipal de Paiçandu, em favor da **V.H.F.R. QUEIROZ CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.673.359/0001-77**, nos termos do Art. 72 e 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução nº 01/2026 da Câmara Municipal de Paiçandu/PR.

Valor total: R$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais).

Sendo o que tinha para o momento, com votos de elevada estima e consideração.

Paiçandu/PR, 25 de setembro de 2026.

Assinado Digitalmente
MICHAEL BRUSTULIN
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:84FA1A8E

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DISPENSA SIMPLIFICADA N° 33/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

AUTORIZAÇÃO

DISPENSA SIMPLIFICADA N° 33/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 100/2026

Tendo em vista as informações constantes no processo, **AUTORIZO** a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de fechadura eletromagnética e mola hidráulica para portas nas dependências desta Casa de Leis, em favor da **NAVARRO SECURITY, inscrita no CNPJ nº 55.487.232/0001-08**, nos termos do Art. 72 e 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução nº 01/2026 da Câmara Municipal de Paiçandu/PR.

Valor total: R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

Sendo o que tinha para o momento, com votos de elevada estima e consideração.

Paiçandu/PR, 25 de setembro de 2026.

Assinado Digitalmente
MICHAEL BRUSTULIN
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:1F047B52

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 507/2026

de 23 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir 30 de setembro de 2026, do Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Servidora Pública GEYSA CRISTINA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.274.830-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.087.809-**, admitida em 3 de fevereiro de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 23 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:48C766FB

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 508/2026

de 23 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir 30 de setembro de 2026, do Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Servidora Pública GEYSA CRISTINA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.274.830-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.087.809-**, admitida em 4 de novembro de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 23 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E614FDAA

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 101

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Colôni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregado: Mario Emidio Mariano, brasileiro, Motorista (Categoria "D" ou "E") – PSS, CPF ***.369.309-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 25 de março de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 24 de setembro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 24 de março de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de agosto de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:AEEA8C1B

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 68

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.
EMPREGADO
NOME: ANDREIA DE OLIVEIRA
CARGO: TECNICO EM SAUDE BUCAL - PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 7.94***10 SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 039.***.939-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **24 de abril de 2025.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **23 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **23 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:09713C01

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 69

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.
EMPREGADO
NOME: CLEVERSON WESLEY PICHELLI
CARGO: ENFERMEIRO 30HS PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 6.***.680-* SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 897.***.179-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **20 de outubro de 2025.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **19 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **19 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5E483929

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 70

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior,

residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.

EMPREGADO
NOME: CONCEICAO APARECIDA FERREIRA PIMENTA
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 5.***.497-* SSP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 736.***.409-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **20 de outubro de 2025.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **19 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **19 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:510261F0

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 71

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.

EMPREGADO
NOME: FRANCISCA IVANEUDA DA SILVA
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 15.***.847-* SSP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 484.***.402-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **02 de abril de 2026.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **1 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **1 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:80B98A2B

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 72

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.

EMPREGADO
NOME: GESSICA OLEGARIO DA SILVA
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 10.***.761-* SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 073.***.379-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **14 de abril de 2025.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **13 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **13 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 21 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____----------_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:210C0016

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 73

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.

EMPREGADO
NOME: GLAUCIA LISS
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 6.***.959-* SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 005.***.459-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **06 de abril de 2026.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **5 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **5 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CE359C4C

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 74

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.
EMPREGADO
NOME: MARCELO OLIVEIRA DE SOUZA
CARGO: MOTORISTA - PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 33.***.678-* SESP/SP
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 265.***.728-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **08 de abril de 2026.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **7 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **7 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador
_____----------_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F799BD03

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 75

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.
EMPREGADO
NOME: MARLISE CRISTINA RAGAZZI DA SILVA
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 9.***.869-* SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 612.***.989-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **06 de abril de 2026.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **5 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **5 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador
_____----------_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:071998BB

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 76

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.
EMPREGADO
NOME: NAYARA SUELLEN DE CARVALHO DA SILVA
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 12.***.713-* SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 081.***.819-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **14 de abril de 2025.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **13 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **13 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:07B37033

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 77

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.
EMPREGADO
NOME: SOLANGE GERARDELI
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 6.***.062-* SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 020.***.499-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **06 de abril de 2026.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **5 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **5 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:2E4854D8

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 78

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.
EMPREGADO
NOME: SOLANGE MOREIRA DE OLIVEIRA
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 8.***.271-* SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 851.***.519-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **02 de abril de 2026.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **1 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **1 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____----------_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C4765078

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 79

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

EMPREGADOR
Prefeitura Municipal de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 76.282.664/0001-52, situada na Rua Sete de Setembro, 499, Centro, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal, brasileiro, maior, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 5.028.456-5/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 634.705.019-20.
EMPREGADO
NOME: WANDERLEY CORREA DO NASCIMENTO
CARGO: TÉCNICO EM RAIO-X PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 9.***.919-* SESP/SP
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 031.***.268-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGAÇÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **20 de outubro de 2025.**

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **19 de outubro 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **19 de abril 2027.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____----------_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F2C22333

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 129-2026 - ROSI RESTAURANTE LTDA

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU**, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 43/2026, homologado em 22/09/2026, integrante do Processo Administrativo nº 101/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa ROSI RESTAURANTE LTDA., CNPJ nº 43.130.316/0001-00, com endereço PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO, CEP 87013290, representada por ROSIELE CRUZ DAVID, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 053.654.859-55, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:
2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS, PREGAO ELETRONICO, para eventual Contratação de empresa especializada no preparo e fornecimento de refeições prontas (tipo marmitex), para atender às necessidades da SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS e ASSISTENCIA SOCIAL (conforme Deliberação 051/2016 e Resolução 045/2017).** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.
1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública
6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
16. Dos limites para as adesões
17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no

caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória

ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:

53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior

ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 23 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

___

ISMAEL BATISTA

___

ROSI RESTAURANTE LTDA.

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 453	27,00	**Total: 108.000,00**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: marmitex	Modelo: marmitex	
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO PREPARO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (TIPO MARMITEX) - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO PREPARO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (TIPO MARMITEX) TAMANHO G MARMITEX GRANDE Nº 9: PESO TOTAL: NO MÍNIMO 750 G POR MARMITA. O CARDÁPIO DEVERÁ SER COMPOSTO DE: *ARROZ BRANCO (tipo1) *FEIJÃO CARIOCA (tipo1) *01(UMA) GUARNIÇÃO OU ACOMPANHAMENTO (poderá ser incluso purê de batata, legumes refogados, farofa, macarrão, polenta, entre outros) DEVERÁ CONTER NO MINIMO 03(TRES) TIPOS DE CARNE DIARIAMENTE SENDO: *01(UM) TIPO DE CARNE BOVINA, TODOS OS DIAS (assada, frita, moída ou cozida) *01(UM) TIPO DE CARNE DE PORCO, FRANGO OU PEIXE TODOS OS DIAS (assada, frita ou cozida). 01 (UM) TIPO DE CARNE EMBUTIDA (poderá ser inclusa linguiça, calabresa, salsicha, entre outros) TODOS OS DIAS (assada, frita, ou ao molho). AS CARNES PODERAO SER REPETIDAS NO MAXIMO 02(DUAS) VEZES NA SEMANA. PESO TOTAL DE CARNE DIARIA DE NO MINIMO 130GR S/ OSSO OU DE NO MINIMO 150GR C/ OSSO (ALIMENTO JÁ PRONTO). *SALADA (sendo esta embalada separadamente para manter suas propriedades), contendo embalagem individual (Sachês): sal, óleo e vinagre, que sejam enviados em sachês descartáveis e lacrados para cada marmita. AS REFEIÇÕES DEVERÃO SER PREPARADAS COM PRODUTOS DE PRIMEIRA LINHA, ATENDER AOS PADRÕES DE QUALIDADE RECONHECIDOS PELO MERCADO NACIONAL E NORMAS BRASILEIRAS VIGENTES				
Quantidade: 4.000	**Valor Unit.: 27,00**			Total Item: 108.000,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**108.000,00**

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:658350DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 316-2026

DECRETO N.º 316/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 60.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação(ões)

Órgão - 10 - SECRETARIA DE SAUDE PÚBLICA Unidade - 10006 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Funcional - 10.122.1001.2702000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO EM SAUDE
Despesa - 144 - 319094 - 00000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS **60.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES=> 60.000,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução(ões)
Órgão - 11 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Unidade - 11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER
Funcional - 27.122.1101.2080000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ESPORTES
Despesa - 150 - 339030 - 00000 - MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00

Órgão - 11 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Unidade - 11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER
Funcional - 27.122.1101.2080000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ESPORTES
Despesa - 151 - 339031 - 00000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E 20.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES => 60.000,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 25 de setembro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:533544AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 317-2026

DECRETO N.º 317/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 334.992,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias
Suplementação(ões)
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
Unidade - 13002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
Funcional - 18.541.1304.2150000 - MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL
Despesa - 500 - 339039 - 00555 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 20.000,00

Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
Unidade - 13002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
Funcional - 18.541.1304.2150000 - MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL Despesa - 510 - 339030 - 00555 - MATERIAL DE CONSUMO 314.992,00

TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 334.992,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução(ões)
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
Unidade - 13007 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Funcional - 18.541.1309.1419000 - INVESTIMENTOS NO PROGRAMA DE ARBORIZAÇÃO URBANA

Despesa - 252 - 449052 - 00555 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**16.112,00**
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE Unidade - 13007 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE Funcional - 18.541.1303.2149000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE ANIMAL Despesa - 256 - 339039 - 00555 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**100.000,00**
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE Unidade - 13007 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE Funcional - 15.541.1309.2419000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ARBORIZAÇÃO URBANA Despesa - 259 - 339039 - 00555 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**20.000,00**
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE Unidade - 13007 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE Funcional - 18.544.1310.2662000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Despesa - 261 - 339039 - 00555 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**148.880,00**
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE Unidade - 13007 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE Funcional - 18.544.1310.2662000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Despesa - 262 - 339040 - 00555 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	**50.000,00**

TOTAL DAS ANULAÇÕES => 334.992,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 25 de setembro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:CEB4CD9B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 544/2026

de 22 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) dias de férias, **de 23 de setembro de 2026 a 2 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal, senhora **ADRIANA CRISTINA ZIRONDI**, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.737.833-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.401.229-**, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora do Departamento da Procuradoria Jurídica, Símbolo C-02A, desde 1 de agosto de 2022.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 22 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:65C43AF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO 11º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO Nº 076/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CONTRATADO: VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.344.497/0001-41

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, inc. II, DA LEI Nº 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
§ 1º Fica acertado entre as partes o 11º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO POR MAIS 12 (doze) meses, ATÉ 19/10/2027**, em caráter excepcional nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8666/93 e previsão contida na cláusula quarta do contrato, cujo objeto é a cujo objeto é contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos/permanentes de administração e intermediação de cartões de alimentação, com dispositivo de segurança (chip) para atendimento aos servidores públicos municipais efetivos, empregados públicos e temporários no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida pela legislação vigente e pelos dispositivos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM que regulamentam o Programa de Alimentação do trabalhador – PAT, de acordo com as condições e exigências constantes neste termo de referência e demais condições do edital.
O valor mensal será de R$ 117.034,00 (cento e dezessete mil cento e trinta e quatro reais), para atender a quantia de **247 servidores**, a um valor mensal do benefício de R$ 448,75 (quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos), e **23 servidores**, com um benefício mensal de R$ 269,25 (duzentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos).
Sem mais alterações.

Paiçandu – PR, 23 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeitura Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:0CD340FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA - 08/09/2026

Ata da 32ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura. Aos 08 (oito) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 (dezenove) horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, foi realizada a 32ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura, presidida pelo Vereador **Diego Fabrício Zanetti**, secretariada pelos Vereadores **Fabíola Mereles** 1ª Secretária e **Edenir José Gaio Flores** 2º Secretário, e presentes os Vereadores, **Gilmar Costa, João Savi, Jovane Sebastião Ferreira, Lucas dos Santos** e **Roberto Bueno Marques** e ausente o vereador **Fabiano da Conceição Catharina**. Havendo número legal de Vereadores, o Senhor Presidente abriu a sessão e convidou todos a acompanharem a execução do Hino à Palmeira.
Discussão das Atas: O senhor Presidente informou que as atas das sessões anteriores, 31ª Sessão Ordinária e 9ª Sessão Extraordinária, foram disponibilizadas previamente e submetidas ao conhecimento de todos os vereadores, as atas foram colocadas em discussão e não havendo nenhum questionamento, foram aprovadas.
Expediente: O Senhor Presidente solicitou que o senhor 2º Secretário procedesse à leitura do expediente, o qual constou o seguinte: • Do Excelentíssimo senhor Altamir Sanson, Prefeito Municipal: - Ofício 540/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6864/2026 que "Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 158.978,89";
- Ofício 544/2026 encaminhando a estimativa da receita pública que poderá compor o Projeto da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, contendo os seguintes anexos: 1. Metodologia e memória de cálculo 2. Relatório da previsão das receitas - 2027 e 3. Previsão da Receita Corrente Líquida – 2027;
- Ofício 551/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6866/2026 que "Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 2.520.000,00";
- Ofício 552/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6863/2026 que "Institui o auxílio-transporte para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde em efetivo exercício nas unidades de saúde da zona rural e do interior do Município, e dá outras providências";
- Ofício 553/2026, encaminhando para apreciação o Substitutivo ao Projeto de Lei 6852/2026 que "Dispõe sobre a alteração da Lei nº 4.132, de 17 de maio de 2016, conferindo isonomia entre os cargos da área da engenharia e arquitetura, em consonância com art. 108, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Palmeira e dá outras providências";
- Ofício 555/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6865/2026 que "Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 199.000,00";
• Da Secretaria de Obras e Infraestrutura: - Ofício 32/2026 em resposta à Indicação 179/2026 do vereador Diego Zanetti, informando que devido à insuficiência orçamentária, não é possível ampliar imediatamente o sistema de videomonitoramento. No entanto, está prevista para o próximo ano a instalação de novas câmeras, e a Praça João Maria Muller poderá ser incluída no planejamento;
• Projeto de Lei 6862/2026 da vereadora Fabíola Mereles, "Concede o Título de Cidadão Honorário de Palmeira ao Sr. Antonio Carlos Nervino";
• Projeto de Resolução 203/2026 da Mesa Diretora, que "Dispõe sobre a transparência ativa das emendas parlamentares no âmbito da Câmara Municipal de Palmeira, estabelece diretrizes de publicidade institucional e cria mecanismo de acesso integrado às informações disponibilizadas pelo Poder Executivo";
• Requerimento 87/2026 da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, requer ouvido o plenário, prazo de 30 (trinta) dias para emissão do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 6861/2026;
• Requerimento 88/2026 da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, requer ouvido o plenário, prazo de 30 (trinta) dias para emissão do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 6861/2026;
• Requerimento 89/2026 da Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Meio Ambiente, requer ouvido o plenário, prazo de 30 (trinta) dias para emissão do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 6861/2026;
• Requerimento 90/2026 da vereadora Fabíola Mereles, requer informações e providências urgentes do Poder Executivo Municipal para a solução definitiva dos recorrentes alagamentos na Rua Flávio Santos, especialmente nas proximidades do imóvel nº 348, no Bairro Papiros, diante da ausência de execução da obra mesmo após a disponibilização de manilhas no local;
• Requerimento 91/2026 da vereadora Fabíola Mereles, Requer informações e providências urgentes do Poder Executivo Municipal para solucionar definitivamente os recorrentes alagamentos na Travessa Emílio Auer e na Rua José Maria Costa, no bairro Vila Maria, diante da ausência de medidas efetivas mesmo após mais de um ano da comunicação formal do problema;
• Indicação 226/2026 da vereadora Fabiola Mereles, indica a realização urgente de serviços de patrolamento e cascalhamento nas vias do Bairro Farajala Bacila e do Distrito Industrial de Palmeira, visando restabelecer condições adequadas de trafegabilidade, segurança e acesso às residências e empresas da região;
• Indicação 227/2026 do vereador Sargento Gaio, indica ao Poder Executivo, por intermédio do Departamento de Segurança e Trânsito, que sejam adotadas providências para a instalação de redutores de velocidade, especialmente lombadas físicas, nas seguintes vias do Bairro Green Park: Rua Agguinaldo Ogg Santos, Avenida Daniel Bach e Avenida Izaura Ogg Santos;
• Indicação 228/2026 dos vereadores Diego Zanetti e Gilmar Costa, indica à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a que sejam realizadas as providências necessárias URGENTES para o patrolamento e, caso seja constatada a necessidade, a colocação de cascalho na estrada que liga a comunidade de Pinheiral de Baixo à

comunidade de Pinheiral dos Malucelli, seguindo até a comunidade de Pinheiral de Cima, com saída para a PR-151, neste Município;
• Da Comissão de Constituição, Legislação Justiça e Redação: - Emenda ao Projeto de Lei 6835/2026 com protocolo nº 620/2026 que "Altera a redação do art. 4º e do art. 6º do Projeto de Lei nº 6.835/2026";
- Emenda ao Projeto de Resolução 198/2026 Substitutivo com protocolo nº 621/2026 que "Insere no art. 1º do Projeto de Resolução nº 198/2026 (Substitutivo), as alterações no caput do art. 27, art. 30, inciso IV; no art. 35, inciso IV, art. 65 e art. 185 do Regimento Interno da Câmara Municipal.";
- Emenda ao Projeto de Lei 6860/2026 com protocolo nº 622/2026 que "Altera a Ementa, o art. 1º e o art. 6º do Projeto de Lei nº 6860/2026";
Presenças e Uso da Palavra: Concluída a leitura das matérias do expediente, **foi registrada a presença de todos os senhores vereadores** com exceção do vereador **Fabiano da Conceição Catharina. Não houve vereadores inscritos para fazer o uso da palavra.**
Ordem do Dia: Seguindo para a Ordem do Dia, **presentes todos os senhores vereadores** com exceção do vereador **Fabiano da Conceição Catharina**, em discussão e votação única os **Requerimentos 87, 88 e 89/2026, a Emenda** ao **Projeto de Lei 6835/2026** com Protocolo nº 620/2026 e a **Emenda** ao **Projeto de Lei 6860/2026** com Protocolo nº 622/2026 foram aprovados por todos. As **Indicações 220 a 225/2026** em discussão e votação única e em bloco foram aprovadas por todos. Em 2ª discussão e votação os **Projetos de Lei 6836, 6838, 6839, 6842/2026 Substitutivo, 6843, 6844 e 6846/2026** foram aprovados por todos.
Em discussão o **Projeto de Lei 6843/2026** o vereador **Sargento Gaio** cumprimentou os senhores vereadores, a Vereadora Fabíola, o público presente e aqueles que acompanhavam a sessão pela TV Câmara e pelo canal do YouTube. Destacou que considerava aquele dia uma data muito importante para o Município de Palmeira, onde os vereadores estavam fazendo a sua parte, que era identificar, no meio social, a realidade e trazer propostas para que ela fosse amenizada. Ressaltou que o programa de mobilidade elétrica no Município de Palmeira vinha ao encontro de duas resoluções, uma federal e uma estadual, as quais traziam diretrizes para os autopropelidos, veículos de até 1.000 W de potência e 32 km/h, que estavam inundando as vias públicas de todo o Brasil e do mundo. Lamentou que, infelizmente, vários casos de acidentes estivessem sendo ocasionados por crianças e adolescentes na condução desses veículos. Salientou que, como já havia uma resolução federal e uma estadual, esta última do mês de julho, que trazia, inclusive, um limite de idade de 16 anos, equipamentos obrigatórios e a sugestão do uso do capacete, haviam criado o referido Projeto de Lei com o apoio dos demais vereadores. Manifestou a expectativa de que o projeto fosse aprovado naquela Casa e sancionado pelo Prefeito Municipal, para dar um norte e para que pais e responsáveis por crianças tivessem consciência daquilo que estavam fazendo. Solicitou o apoio de todos os vereadores para que o projeto fosse aprovado e seguisse seu trâmite normal para sancionamento. Por fim, afirmou ter certeza de que nenhum pai, nenhuma mãe ou responsável estava preparado para reconhecer seu filho em um acidente de trânsito em via pública, em condições extremas, inclusive em caso de morte.
Em 1ª discussão foi o **Projeto de Lei 6845/2026.**
Encaminhamentos: Finalizada a discussão e votação das matérias da ordem do dia, o senhor Presidente encaminhou para a **Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação** os **Projetos de Lei 6862 ao 6866/2026, o Substitutivo ao Projeto de Lei 6852/2026** e o **Projeto de Resolução 203/2026;** para a **Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização** os **Projetos de Lei 6835, 6841, 6848, 6849, 6850, 6851, 6854, 6855, 6858/2026,** e a **Emenda ao projeto de Resolução nº 198 Substitutivo** protocolada com o nº 621/2026**;** para a **Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Meio Ambiente,** os **Projetos de Lei 6855, 6859, 6860/2026,** e a **Emenda ao Projeto de Resolução nº 198 substitutivo** protocolada com o nº 621/2026**;** para a **Comissão de Urbanismo e Obras Públicas,** os **Projetos de Lei 6835, 6853/2026,** e a **Emenda ao Projeto de Resolução nº 198 Substitutivo** protocolada com o nº 621/2026 para análise e emissão de pareceres. Encaminhou ainda para a **Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação os Projetos de Lei 6842 Substitutivo, 6843 e 6844/2026** para redação final.
Explicação Pessoal: O vereador Sargento Gaio inscreveu-se em explicação pessoal com o assunto "Convite da Loja Manoel Demétrio". Cumprimentou novamente a todos e registrou uma visita muito especial naquele dia, do Venerável Mestre Leonel Anderman. Destacou tratar-se de seu colega de infância e de estudos, ressaltando que, atualmente, vinha realizando um trabalho exemplar na cidade. Agradeceu ao Leco e, em seguida, informou que ele havia trazido aos vereadores um convite especial, cuja cópia física seria entregue a cada um, referente a uma solenidade que a Loja Manoel Demétrio realizaria no dia 18 de setembro, às 20 horas, no Clube Palmeirense. Explicou que a solenidade teria como finalidade homenagear três instituições e pessoas, sendo, primeiramente, o Laboratório Correia e Morais; posteriormente, o Professor Álvaro Crovador; e, por fim, a Companhia de Teatro Impacto e Cena. Agradeceu a presença de Leco, desejando que fosse sempre bem-vindo àquela Casa de Leis, e informou que, na sequência, ele realizaria a entrega dos convites aos vereadores e à vereadora. Por fim, agradeceu ao Presidente.
Não havendo mais nada para ser tratado, o senhor Presidente lembrou aos senhores vereadores que a próxima sessão ordinária seria no dia 15 (quinze) de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 horas, constando na ordem do dia a discussão e votação única dos **Requerimentos 90 e 91/2026**, das **Indicações 226 a 228/2026 e 2ª discussão e votação do Projeto de Lei 6845/2026**, agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelo senhor Presidente e senhora 1ª Secretária.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:3C1EDA1F

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 7349/2026

A Câmara Municipal de Palmeira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MAIOR DESCONTO, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:
Objeto: Registro de preços para aquisição de óleo diesel S10 através de posto de combustível visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.
Data e horário da sessão: 14/10/2026 às 8h15min.
Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência pelo endereço eletrônico
https://palmeira.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/19/licitacoes,
Site Oficial do órgão na aba de Licitações pelo endereço eletrônico https://www.palmeira.pr.leg.br/. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail: compras@palmeira.pr.leg.br.

Palmeira, 25 de setembro de 2026

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:3BD6EE42

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21, resolve homologar o Pregão Eletrônico n°. 11/2026, e adjudicar o objeto desta contratação nos termos que seguem:
Objeto: Aquisição de camisetas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.
Empresa Contratada: FAROL IND E COM LTDA, inscrita no CNPJ nº. 49.441.824/0001-96, com o valor total de R$ 1.047,90 (mil e quarenta e sete reais e noventa centavos).

Publique-se.

23 de setembro de 2026

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:328A9A42

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE DIVULGAÇÃO DOS CREDENCIADOS
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 PROCESSO DIGITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO Nº 7810/2026

A Comissão de Contratação, designada pelo Decreto Municipal nº 19.005, de 18 de fevereiro de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, a relação das empresas e prestadores de serviços credenciados no **Credenciamento nº 002/2026 – Processo nº 6460/2025**, cujo objeto é o Credenciamento de posto de combustível para fornecimento de Óleo Diesel S10, destinada ao abastecimento da frota oficial do Município de Palmeira.

Empresas credenciadas:

•**POSTO PALMEIRA LTDA** e,

•**IDEAL GUAPO LTDA;**

OUTRAS INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas perante a Comissão de Contratação, na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134 – Centro – CEP: 84.130-000 – Palmeira/PR, em dias úteis, das 8h às 17h, pelo telefone (42) 3909-5014.

25 de setembro de 2026

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:C4397959

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 84/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 282/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 8199/2026

Objeto: Contratação da equipe SHOWTIME BMX para a realização de apresentação esportiva de BMX Freestyle, com execução integral da apresentação durante a cerimônia de abertura da 23ª edição dos Jogos Estudantis de Palmeira – JEPAL, a realizar-se no dia 16 de outubro de 2026.

Fundamentação: Art. 74, *inciso II*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Dotação Orçamentária:
Reduzido 439 – 11001278110026208033903900000 **Fonte: 21000** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Empresa Contratada: PAULO SACAKI COMERCIO E PUBLICIDADE LTDA, inscrita no CNPJ nº **36.187.032/0001-95**, com valor total de R$ **17.900,00** (dezessete mil novecentos reais).

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

25 de setembro de 2026

THIAGO HENRIQUE RIGONI DE PONTES
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:A3F34130

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 03/2026 – LUCAS MARGRAF AUER

Referente ao Credenciamento n.º 06/2026 – Processo Digital n.º 2230/2026
Termo de Credenciamento n.º 03/2026 – Processo Digital n.º 4638/2026

Credenciante:MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: LUCAS MARGRAF AUER
CNPJ: 41.009.659/0001-96

Objeto: Credenciamento de Clínicas veterinárias especializadas para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingo-histerectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica pré-operatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pós-operatório imediato, medicação, retirada de suturas, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

Período de vigência: O prazo de vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, encerrando-se, portanto, em **24 de Julho de 2027**.

Data da assinatura: 18/09/2026

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:CBCD2ECA

IMASP - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE PALMEIRA
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 073/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 073/2026

CREDENCIANTE: Instituto Municipal de Assistência à Saúde de Palmeira – IMASP
CNPJ: 08.774.605/0001-41
CREDENCIADA: Clínica Innovar Ltda.
CNPJ: 59.386.324/0001-52
FUNDAMENTAÇÃO: Edital de Credenciamento nº 001/2023 – Inexigibilidade de Licitação nº 006/2023 – Processo Administrativo nº 12.076/2023.
OBJETO: Prestação de serviços especializados de consultas, procedimentos clínicos ambulatoriais e hospitalares, procedimentos cirúrgicos e invasivos e procedimentos diagnósticos e terapêuticos, destinados ao atendimento dos beneficiários do Instituto Municipal de Assistência à Saúde de Palmeira – IMASP.

ITEM CREDENCIADO: Item 08 – Sessão de Psicologia.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA 12 MESES: R$ 284.000,00 (duzentos e oitenta e quatro mil reais).
VIGÊNCIA: Até 11 de julho de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 25 de setembro de 2026.

Publique-se.

Palmeira, 25 de setembro de 2026.

KARINA APARECIDA DE OLIVEIRA MORESCHI
Presidente Interina
Instituto Municipal de Assistência à Saúde de Palmeira - IMASP

Publicado por:
Anna Angelica Alves Moscalesky
Código Identificador:DC6F6ACD

IMASP - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE PALMEIRA
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 074/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 074/2026

CREDENCIANTE: Instituto Municipal de Assistência à Saúde de Palmeira – IMASP
CNPJ: 08.774.605/0001-41
CREDENCIADA: MBP CLÍNICA DE SAÚDE LTDA
CNPJ: 10.935.102/0001-52
FUNDAMENTAÇÃO: Edital de Credenciamento nº 001/2023 – Inexigibilidade de Licitação nº 006/2023 – Processo Administrativo nº 12.076/2023.
OBJETO: Prestação de serviços especializados de consultas, procedimentos clínicos ambulatoriais e hospitalares, procedimentos cirúrgicos e invasivos e procedimentos diagnósticos e terapêuticos, destinados ao atendimento dos beneficiários do Instituto Municipal de Assistência à Saúde de Palmeira – IMASP.
ITENS CREDENCIADOS E VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS PARA 12 MESES
Item 02 – Consulta Especialista: R$600.00,00 (seiscentos mil reais)
Item 11 – Exame de Imagem: R$1.136.000,00 (um milhão cento e trinta e seis mil reais)
Item 18 – Procedimentos Clínico Ambulatorial: R$66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
VIGÊNCIA: Até 11 de julho de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 25 de setembro de 2026.

Publique-se.

Palmeira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Anna Angelica Alves Moscalesky
Código Identificador:05333E23

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
REPUBLICADO POR ERRO MATERIAL - DECRETO Nº 19.570, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026 - ALTERA O DECRETO Nº 13.058, DE 22 DE AGOSTO DE 2019, QUE DECLARA OS IMÓVEIS QUE DISCRIMINA COMO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto altera o Decreto nº 13.058, de 22 de agosto de 2019, que declara os imóveis que discrimina como de utilidade pública para fins de desapropriação.

Art. 2º As alíneas "*b"*, "*c"* e "*d"* do *artigo* 1º do Decreto nº 13.058, de 22 de agosto de 2019, passam a vigorar com as seguintes redações:

"**Art. 1º**

---

a)----------

b) uma fração de terreno urbano denominada de **"A1Rua Barão"**, oriunda da matrícula n. 4.241 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, tendo início no ponto 05d; com longitude 600.895,57m L e latitude 7.187.530,79 m S, deste segue por rumo 51°38'31"SE com uma extensão de 46,55m (quarenta e seis metros e cinquenta e cinco centímetros) fazendo divisa com lote A1a de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda., até encontrar ponto 05c; deste segue por um arco com uma extensão de 22,95m (vinte e dois metros e noventa e cinco centímetros) e raio de 30,00m (trinta metros) tendo sua corda um rumo 72°16'14"SL e extensão de 22,39m (vinte e dois metros e trinta e nove centímetros) dividindo com a área pertencente a Cherobim Compensados e Embalagens Ltda., chegando ao ponto 05b; deste segue com rumo 85°48'03" NL com uma distância de 69,99m (sessenta e nove metros e noventa e nove centímetros) encontrando o ponto 05a, dividindo com o lote A1a de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda.; deste segue com rumo 5º58"13'SL com uma distância de 10,12m (dez metros e doze centímetros) confrontando com trecho destinado ao prolongamento da Rua Barão do Rio Branco até encontrar ponto 06; deste segue com rumo 86º28'13"SL com uma distância de 33,54m (trinta e três metros e cinquenta e quatro centímetros) confrontando com trecho destinado ao prolongamento da Rua Barão do Rio Branco até encontrar ponto 05h; deste segue com rumo 4º00'00" SO com uma distância de 0,10m (dez centímetros) confrontando com trecho destinado ao prolongamento da Rua Barão do Rio Branco até encontrar ponto 05g; deste segue com rumo 88º02'57"SO com uma distância de 134,36m (cento e trinta e quatro metros e trinta e seis centímetros) confrontando com trecho pertencente a Ideal Guapo Ltda. até encontrar o ponto 05f; deste segue com rumo 51°39'38"NO com uma distância de 36,90m (trinta e seis metros e noventa centímetros) confrontando com o lote A1b de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda, até encontrar ponto 05e; deste deflexiona a direita com rumo 2°40'54" NL seguindo pela margem do Rio Monjolo por uma distância de 24,63m (vinte e quatro metros e sessenta e três centímetros) até encontrar ponto 05d inicial. Com um total de **2.093,52**m² (dois mil e noventa e três metros quadrados e cinquenta e dois decímetros quadrados) de área;

c) uma fração de terreno urbano denominada de **"A1 Marg_PR"**, oriunda da matrícula n. 4.241 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, tendo início no ponto 05h; com longitude 601.057,73m L e latitude 7.187.488,09m S; deste segue por um rumo 86°28'13" SL com uma distância de 23,46 m (vinte e três metros e quarenta e seis centímetros) dividindo com terreno pertencente a Armazéns Gerais Cherobim Ltda., chegando ao ponto 07; deste segue com rumo 4º58'13" SL com uma distância de 165,07m (cento e sessenta e cinco metros e sete centímetros), dividindo com terreno pertencente ao Município de Palmeira, encontrando o ponto 08; deste segue por um rumo 3º07'09" SL com uma distância de 73,88m (setenta e três metros e oitenta e oito centímetros), dividindo com terreno pertencente a ao Município de Palmeira encontrando o ponto 09; deste segue por um rumo 0º18'41" SL com uma distância de 49,60m (quarenta e nove metros e sessenta centímetros), dividindo com terreno pertencente ao Município de Palmeira encontrando o ponto 10; deste segue por um rumo 2º40'03" SO com uma distância de 60,95m (sessenta metros e noventa e cinco centímetros), dividindo com terreno pertencente ao Município de Palmeira encontrando o ponto 11; deste segue com rumo de 89°48'00" NO com distância de 15,01m (quinze metros e um centímetro) encontrando ponto 11a; deste segue com rumo de 2°40'03" NL com distância de 60,56 m (sessenta metros e cinquenta e seis centímetros) dividindo com lote A1f de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda. encontrando com ponto 11b; deste segue com rumo de 0°18'41" NL com distância de 49,39m (quarenta e nove metros e trinta e nove centímetros) dividindo com lote A1f de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda., encontrando com ponto 11c; deste segue com rumo de 3°33'47" NO com distância de 88,38m (oitenta e oito metros e trinta e oito centímetros) dividindo com lote A1f de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda.,

ncontrando com ponto 11d; deste segue com rumo de 4°58’13” NO com distância de 15,00 m (quinze metros) dividindo com Rua Projetada A1 Pedro Scherer, encontrando com ponto 11e; deste segue com rumo de 4°58’13” NO com distância de 132,81m (cento e trinta e dois metros e oitenta e um centímetros) dividindo com lote A1-d de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda. encontrando com ponto 11f; deste segue com rumo de 85°48’03” SO com distância de 8,96m (oito metros e noventa e seis centímetros) dividindo com lote A1-d de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda., encontrando com ponto 11g; deste segue com rumo de 4°00’00” NL com distância de 5,43m (cinco metros e quarenta e três centímetros) dividindo com terreno pertencente a Ideal Guapo Ltda. chegando ao ponto 05h inicial. Com um total de **5.277,56**m² (cinco mil duzentos e setenta e sete metros quadrados e cinquenta e seis decímetros quadrados) de área;

d) uma fração de terreno urbano denominada de **“A1 Rua Projetada Pedro Scherer”**, oriunda da matrícula n. 4.241 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, tendo início no ponto 11e; com longitude 601.077,80m L e latitude 7.187.351,00m S; deste segue por um rumo 4°58’13” SL com uma distância de 15,00 m (quinze metros) dividindo com prolongamento da Rua José A. Bordignon (marginal PR-151) chegando ao ponto 11d; deste segue por um rumo 85°48’07” SO com distância de 177,76m (cento e setenta e sete metros e setenta e seis centímetros) dividindo com lote A1f de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda., chegando ao ponto 16b; deste segue com rumo 17°37’02” SO com distância de 70 m (setenta metros) dividindo com lote A1f de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda., chegando ao ponto 16c; deste segue com rumo 85°48’07” SO com distância de 34,73m (trinta e quatro metros e setenta e três centímetros) dividindo com lote A1f de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda., chegando ao ponto 16d; deste deflexiona a direita seguindo pela margem do Rio Monjolo com rumo de 01°19’08” NL por uma distância de 15,07m (quinze metros e sete centímetros) até encontrar ponto 16e; deste segue com rumo 85°48’07” NL com distância de 23,13m (vinte e três metros e treze centímetros) dividindo com lote A1e de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda., chegando ao ponto 16f; deste segue com rumo 17°37’02” NL com distância de 68,68m (sessenta e oito metros e sessenta e oito centímetros) dividindo com lote A1e de propriedade de Cherobim Compensados e Embalagens Ltda., chegando ao ponto 16g; deste segue com rumo 88º00’55” NL com distância de 157,39m (cento e cinquenta e sete metros e trinta e nove centímetros) dividindo com lote pertencente a Ideal Guapo Ltda., chegando ao ponto 16; deste segue com rumo 4º00’00’’ NL com distância de 7,39m (sete metros e trinta e nove centímetros) dividindo com lote pertencente a Ideal Guapo Ltda., chegando ao ponto 16a; deste segue com rumo 85°48’07” NL com distância de 29,89m (vinte e nove metros e oitenta e nove centímetros) dividindo com a área A1Marg_PR, chegando ao ponto 11e inicial. Com um total de **3.549,53** m² (três mil, quinhentos e quarenta e nove metros quadrados e cinquenta e três decímetros quadrados) de área.”

(NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:332BECA7

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 11/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 11/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6588/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 6588/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de assistência técnica em tecnologia da informação, contemplando suporte técnico preventivo e corretivo, manutenção e gerenciamento da infraestrutura de informática e rede, incluindo computadores, notebooks, impressoras, servidores e demais equipamentos, bem como o gerenciamento, execução e monitoramento de solução de armazenamento em nuvem para realização de backups dos dados institucionais do Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira – RPPS.
Fundamentação: inciso II, art. 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Regime Próprio de Previdência Social.
Dotação Orçamentária: 19.001.09.122.0013.2.001.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1015. SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA
Contratada: 60.727.127 UHOTON LOPES SEVERINO,empresa inscrita no CNPJ nº 60.727.127/0001-39 com o valor total de R$8.386,20 (oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e vinte centavos). Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

25 de setembro de 2026

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:0BA524E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1799/2026 – FAGULHA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFICIO LTDA ME.

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada:**FAGULHA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFICIO LTDA ME.**
CNPJ/CPF:07.125.736/0001-35
Processo Administrativo: 7495/2026
Modalidade de Licitação:**DISPENSA, nº.48/2026**
Objeto:**O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de fogos indoor, destinados à realização de show pirotécnico durante a cerimônia de abertura da 23ª edição dos Jogos Estudantis de Palmeira – JEPAL, a realizar-se no dia 16 de outubro de 2026.**
Valor da contratação:O valor total da presente contratação é de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
Data da assinatura: 25/09/2026

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:2AB6B2CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA EDUCADOR SOCIAL II
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026

Palmeira, 25 de setembro de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 29 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Educador Social II, conforme

Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 3723/2026.

Educador Social II:

FERNANDA CLARISSA GROCHEVESKI SILVEIRA PINTO IANOSKI

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:A39E6A6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA MOTORISTA CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2023

Palmeira, 25 de setembro de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 29 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para assumir o cargo de Motorista, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 8147/2026.

Motorista II:

MARCO AURÉLIO DE GOSS

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:6E893AB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA MOTORISTA II PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2026

Palmeira, 25 de setembro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 29 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Motorista II, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 7103/2026.

MOTORISTA II:

NOELI BEZERRA DA SILVA

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:CF8106E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2023

Palmeira, 25 de setembro de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 29 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para assumir o cargo de Professor 20 H, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 5508/2026.

Professor 20 H:

DANIELLE VAZ DE ALMEIDA COSTA

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:923581CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 25 de setembro de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 29 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 20H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 10923/2026.

PROFESSOR 20H:

CLAUDINEIA DE GOES

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:2C053D59

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DECRETO Nº. 19.576 DE 25/09/2026 - DISPÕE SOBRE RATIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 1.326, BAIXADA PELA DIRETORA-PRESIDENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, DATADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, no uso de suas atribuições legais e em obediência à legislação aplicável, considerando o contido nos processos protocolados neste município sob nº. 8840/2026 e 1986/2026, resolve baixar o presente Decreto:

Considerando o disposto no Artigo 99 da Lei Municipal nº 2.404, de 30 de setembro de 2005, que dispõe sobre a aposentadoria dos servidores públicos pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do município de Palmeira, bem como com fundamento no Art. 40, Art. 40, § 5º, da CF (Redação anterior à EC 103/2019).

Artigo 1º - Fica ratificada a Portaria 1.326, baixada pela Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, datada em 15 de setembro de 2026, que dispõe sobre **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição**, a partir de 01 de outubro de 2026, para a servidora municipal **Adriana Dos Santos Reis**, matrícula funcional 203518, portadora do R.G. 4.1xx.xx5-6 PR e inscrita no CPF sob n.º 748.xxx.xx9-59, ocupante do cargo de

efetivo de "**Professor**", lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo o cálculo apurado pela média das 80% (oitenta por cento) das maiores remunerações, resultando em R$ 5.824,22 (cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e dois centavos), sendo o benefício suportado pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:24429C6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.577 DE 25/09/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA SERVIDORA ADRIANA DOS SANTOS REIS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 8840/2026 e nº. 1986/2026

Decreta:

Artigo 1º - Exonerar, por motivo de **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição**, a servidora **ADRIANA DOS SANTOS REIS,** matrícula funcional n.º 203518, inscrita no CPF sob n.º 748.xxx.xx9-59, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR", lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal deste município, a partir de 01/10/2026.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:0564CD8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.578 DE 25/09/2026 - DISPÕE SOBRE RATIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 1.327, BAIXADA PELA DIRETORA-PRESIDENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, DATADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, no uso de suas atribuições legais e em obediência à legislação aplicável, considerando o contido nos processos protocolados neste município sob nº. 8840/2026 e 3465/2026, resolve baixar o presente Decreto:

Considerando mais o Art. 100 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre a aposentadoria dos servidores públicos municipais através do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como com fundamento no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 – Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição.

Artigo 1º - Fica ratificada a Portaria 1.327, baixada pela Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, datada em 15 de setembro de 2026, que dispõe sobre **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição**, a partir de 01 de outubro de 2026, para o servidor **Eraldo Teixeira**, matrícula funcional n.º 201206 , portador do R.G. 4.3xx.xx9-5 PR e inscrito no CPF sob n.º 609.xxx.xx9-15, ocupante do cargo efetivo de "Motorista II", lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo que os proventos corresponderão à última remuneração do servidor, ou seja, R$ 7.978,80 (sete mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) e o benefício será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:F8BA93B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.579 DE 25/09/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ERALDO TEIXEIRA, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 8840/2026 e nº. 3465/2026

Decreta:

Artigo 1º - Exonerar, por motivo de **Aposentadoria Voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição**, o servidor **ERALDO TEIXEIRA,** matrícula funcional n.º 201206, inscrito no CPF sob n.º 609.xxx.xx9-15, ocupante do cargo efetivo de **"MOTORISTA II"**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal deste município, a partir de 01/10/2026.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:10397EFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.580 DE 25/09/2026 - DISPÕE SOBRE RATIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 1.328, BAIXADA PELA DIRETORA-PRESIDENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, DATADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, no uso de suas atribuições legais e em obediência à legislação aplicável, considerando o contido nos processos protocolados neste município sob nº. 8840/2026 e 2096/2026, resolve baixar o presente Decreto:

Considerando mais, o disposto no artigo 99 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre a aposentadoria do professor pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como com fundamento no Art. 6° da Emenda Constitucional n.º 41 de 30/12/2003.

Artigo 1º - Fica ratificada a Portaria 1.328, baixada pela Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, datada em 15 de setembro de 2026, que dispõe sobre **Aposentadoria**

Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição, a partir de 01 de outubro de 2026, para a servidora **Roseli Sviech Silva**, matrícula funcional n.º 203013 , portadora do R.G. 6.3xx.xx1-8 PR e inscrita no CPF sob n.º 937.xxx.xx9-04, ocupante do cargo efetivo de **"Professor"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo que os proventos corresponderão à última remuneração da servidora, ou seja, R$ 9.572,99 (nove mil, quinhentos e setenta e dois reais e noventa e nove centavos) e o benefício será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:12FF6461

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.581 DE 25/09/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA SERVIDORA ROSELI SVIECH SILVA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 8840/2026 e nº. 2096/2026

Decreta:

Artigo 1º - Exonerar, por motivo de **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição**, a servidora **ROSELI SVIECH SILVA,** matrícula funcional n.º 203013, inscrita no CPF sob n.º 937.xxx.xx9-04, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR", lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal deste município, a partir de 01/10/2026.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:9C36E473

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 – ASSISTÊNCIA SOCIAL - EDUCADOR SOCIAL II

Palmeira, 25 de setembro de 2026.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 001/2026 – Assistência Social, de 04 de março de 2026, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou,** resultando em sua **eliminação da lista geral de classificados**, conforme previsto no item 7.9 do edital acima indicado.

Nome completo: **Tatiane Aparecida Alves da Cruz**
Inscrição: 260
Emprego público: EDUCADOR SOCIAL II

JOCELI GOMES CUNHA
Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:A795B7C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2025 - PROFESSOR 20H

Palmeira, 25 de setembro de 2026.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2025, convocou o candidato abaixo identificado na data de 25 de setembro de 2026, para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou,** resultando em sua **eliminação da lista geral de classificados**.

Nome completo: GRASIELE KAPP EWERT
Inscrição: 166
Emprego público: PROFESSOR 20H

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação
Decreto 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:BE70F225

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2026 - MOTORISTA

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado 02/2026, pelo Município de Palmeira, para suprir a falta de **Motorista,** chamado a se apresentar para assumir a vaga para a qual concorreu, compareceu na Secretaria Municipal de Saúde, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, liberando com isso o Município para que possa admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Palmeira, 25 de setembro de 2026.

MARCOS AURÉLIO STALL
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:6CEBDAB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EXTRATO DE CONTRATO N.º 09/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2026 DISPENSA N.º 06/2026

Contratante:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM – DIRETOR EXECUTIVO DO CISLIPA
Contratada:	HMT – ELLO COMPLIANCE CORPORATIVO LTDA
CNPJ:	33.644.013/0001-52
Responsável pela assinatura:	EDUARDO DIGIOVANNI FILHO
Objeto:	Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de Treinamento e capacitação dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio – CIPA, em conformidade com as disposições da NR 05.
Justificativa	Conforme Lei Federal 14.133/21, Lei Estadual 15.608/2007 e inteiro teor no

	processo Adm. n° 271/2026
Dotação	01.002.10.302.0902.2002.3.3.90.39.00.00
Valor	R$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais)
Prazo/Vigência	06 (seis) meses
Foro	Comarca de Paranaguá – PR
Data da Homologação	23/09/2026

Paranaguá, 23 de setembro de 2026

RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
Diretor Executivo Do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:5E052164

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA N° 64/2026

PORTARIA N° 64/2026

CONVOCA OS MEMBROS ELEITOS DA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE ASSÉDIO – CIPA PARA PARTICIPAÇÃO EM TREINAMENTO, NOS TERMOS DA NORMA REGULAMENTADORA Nº 05 – NR-5, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do CISLIPA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto no artigo 51 e seus parágrafos da Lei Federal n° 8.666/1993 e considerando os artigos 191 e 193, II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

RESOLVE:

Art. 1. CONVOCAR os membros eleitos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – CIPA do CISLIPA, para participação no Treinamento de Capacitação da CIPA, nos termos estabelecidos pela Norma Regulamentadora nº 05 – NR-5, do Ministério do Trabalho e Emprego:

Presidente: CASSIELLI DA SILVA ROBASSA RAPP
Suplente: TIAGO MENDES DE PAULA
Representante do Empregador: THAYNNÁ CRISTINE XAVIER DE CARVALHO
Suplente: RENATA DE ANDRADE BRITTO BARBOZA

Art. 2. O treinamento será realizado nas dependências da **sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA**, nos dias **29 e 30 de setembro de 2026**, conforme o seguinte cronograma:

Data	Horário
29 de setembro de 2026	08h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00
30 de setembro de 2026	08h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00

Parágrafo único. A carga horária total do treinamento será de **16 (dezesseis) horas**, distribuídas em 08 (oito) horas diárias, conforme estabelecido na NR-5, observada a carga horária mínima correspondente ao grau de risco do estabelecimento
.

Art. 3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, estando revogadas as disposições em contrário.

Paranaguá, 25 de setembro de 2026

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Cecilia Ferreira Leal
Código Identificador:21150DAA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO N° 30 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais)**, destinados ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**GESTÃO ADMINISTRATIVA CISLIPA**	
01.001.10.122.0901.2001.		**Gestão Administrativa Cislipa**	
6 3.1.90.91.00.00	1000	SENTENÇA JUDICIAIS	325.000,00
		Total da Suplementação:	**325.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° desta Resolução, servirá como recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**GESTÃO ADMINISTRATIVA CISLIPA**	
01.001.10.122.0901.2001.		**Gestão Administrativa Cislipa**	
2 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	325.000,00
		Total da Suplementação:	**325.000,00**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos orçamentários a partir do dia 25/09/2026.

PARANAGUÁ, Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS	***RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM***
Presidente Do CISLIPA	Diretor Executivo

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:768CCD00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
TERMO DE RATIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2026

Processo Administrativo n.º 271/2026
Processo Licitatório n.º 14/2026
Dispensa de Licitação n.º 06/2026

O Sr. Presidente do CISLIPA, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:

l - Ratifico todos os atos, praticados no presente procedimento licitatório, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal n° 14.133/2021;

II - Homologo o Processo de Dispensa de Licitação nº 06/2026, que tem por Objeto: "**Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de Treinamento e capacitação dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio – CIPA, em conformidade com as disposições da NR 05''.**

III ´Com fulcro na Lei 14.133/2021, e conforme inteiro teor do processo administrativo n.º 271/2026.

IV - Adjudico o objeto a Licitante **HMT – ELLO COMPLIANCE CORPORATIVO LTDA, CNPJ: 33.644.013/0001-52**, valor total contratado de R$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).

V - Este Termo entrará em vigor na data da sua publicação.

Paranaguá, 23 de Setembro de 2026.

RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
Diretor Executivo do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:AD8DB9F4

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 190/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053/2006 de 13 de outubro de 2006, alterada pelas Leis Complementares nº 132/2011 e 142/2012, Decreto nº 2.943 de 05 de novembro de 2012 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025.

RESOLVE:

Art. 1° DESIGNAR para compor a Comissão de Contratação desta Autarquia, os servidores abaixo listados:

PRESIDENTE: Carlos Eduardo dos Santos - matrícula 90070-4;
MEMBRO: Claudineia Pinto dos Santos - matrícula 90067-3;
MEMBRO: Karoline Alves de Leão - matrícula 90065-2;
MEMBRO: Marcia Regina das Neves – matrícula 90068-3

Art. 2 ° DETERMINAR que a Comissão tenha função básica instruir, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações ao cadastramento de licitantes, a qual exercerá de acordo com os poderes e atribuições conferida pela Lei nº 14.133/2021 e suas modificações complementares e/ou posteriores.

III – ESTA PORTARIA entra em vigor a partir de 01 de outubro de 2026, ficando revogada a Portaria nº 104/2026, de 29 de maio de 2026.

PARANAGUÁ, 25 setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:C1E98CA7

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 191/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

Portaria Nº 191 de 25 de setembro de 2026 – DIÁRIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1.426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 70020/2026, e considerando a necessidade de regularização administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º Convalidar o deslocamento e conceder, com efeitos retroativos, 3 (três) diárias de 184 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.476,22 (dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e dois centavos), ao servidor Ali El Kadri, ocupante do cargo de Diretor Presidente, matrícula nº 90072-1, lotado na Diretoria Executiva, que realizou viagem ao município de Curitiba/PR, no período de 25 de agosto a 28 de agosto de 2026**.**

Art. 2 º A referida viagem teve por objeto a participação no evento: "I SEMANA PROGOV DE AUDITORIA INTERNA" TCEPR / EGP / PROGOV / CRCPR, tendo o servidor integrado a mesma equipe de trabalho e comitiva designada nas Portarias n° 149, 150 e 151 de 21 de agosto de 2026, publicadas em 24/08/2026 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

Art. 3º Fica regularizado o pagamento correspondente, cujas despesas correram por conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Paranaguá, 25 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:DDA46AA6

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 192/2026

PORTARIA Nº 192/2026 – PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

"RETIFICA A PORTARIA Nº 136/2022, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA À SERVIDORA ELIZETE NASCIMENTO BATISTA."

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 053/2006 e suas alterações, e em cumprimento às determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná expedidas no **Processo nº 555706/22 (Instrução nº 11872/2026 – COAP)**,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o artigo 1º da **Portaria nº 136/2022**, de 14 de março de 2022, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à segurada **ELIZETE NASCIMENTO BATISTA**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, Nível B30N15, matrícula 2750-01, exclusivamente quanto ao valor nominal dos proventos iniciais, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** (...)

VALOR DO PROVENTO: R$ 1.879,24 (um mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 100% da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição a partir de julho/1994, apurada na data de cumprimento dos requisitos em 17/11/2020, respeitado o limite da última remuneração do cargo efetivo, nos termos do Art. 40, § 1º, III, "a" e § 2º, da Constituição Federal."

Art. 2º Permanecem inalteradas e ratificadas as demais disposições constantes na Portaria nº 136/2022, devendo ser aplicados sobre o valor retificado os reajustes anuais acumulados até a data da efetiva implantação em folha, nos termos da legislação municipal e previdenciária aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, 25 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor-Presidente

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:1A3FAFAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.172

DECRETO Nº 2.172

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 164.730,24 (cento e sessenta e quatro mil e setecentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
11		Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	
11.001		Gabinete do Secretario	
11.001.12.361.0016.2.080		Manutenção, Conservação e Remuneração dos profissionais das Escolas do Ensino Fundamental.	
382 - 3.3.90.30.00.00	104	Material de consumo	164.730,24
Total Suplementação:			164.730,24

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Redução			
11		Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	
11.001		Gabinete do Secretario	
11.001.12.361.0016.2.080		Manutenção, Conservação e Remuneração dos profissionais das Escolas	
388 - 3.3.90.39.00.00	1104	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	164.730,24
Total Redução:			164.730,24

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 25 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9E7A4517

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.858

PORTARIA Nº 2.858

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Kamila Souza Constantino."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 72.443/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora KAMILA SOUZA CONSTANTINO, matrícula nº 97.997-1, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 29 de agosto de 2026 e término em 05 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 25 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E623AB53

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.859

PORTARIA Nº 2.859

"Designa Renata dos Santos Brittes Marques Jandrey para a função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 349/2026, e conforme o contido no protocolado sob nº 52.743/2026,

RESOLVE:

I - Designar a servidora RENATA DOS SANTOS BRITTES MARQUES JANDREY, matrícula nº 95.090-1, para exercer a função gratificada de Coordenador Operacional, Símbolo FG-D1, da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 25 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:BED49B1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 102/2026 EVERALDO SOARES LOCAÇÕES EIRELI CNPJ: 21.596.378/0001-70

EXTRATO DE CONTRATO N° 102/2026
EVERALDO SOARES LOCAÇÕES EIRELI
CNPJ: 21.596.378/0001-70

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
EVERALDO SOARES LOCAÇÕES EIRELI

Data: 28/09/2026

Objeto: Contrato nº **102/2026**. "Constitui objeto a locação do imóvel identificado pela Matrícula nº 52.789 do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá/PR, situado em Rodovia PR 407, Km 3,5, Jardim Ouro Fino, com área locada de aproximadamente 995 m², destinado à instalação e ao funcionamento do Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde."

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.
Inexigibilidade de Licitação nº: 037/2026
Processo Administrativo n°: 49755/2026

Valor: R$ 312.000,00 (trezentos e doze mil reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
EVERALDO SOARES

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:23839419

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
2º AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – SRP Nº 014/2026
PROCESSO Nº 28.701/2025
UASG: 987745 – Licitação: 14/2026
O Município de Paranaguá, através da Agente de Contratação/Pregoeira oficial, torna público, para conhecimento de todos os interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 019/2026 – Registro de Preços nº 014/2026, objetivando a "Aquisição de equipamentos médicos hospitalares, odontológicos e oftalmológicos, para atender as demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde", está SUSPENSA, para análise e retificação do edital, para posterior manifestação técnica, afim de dar continuidade aos demais trâmites necessários à aquisição dos itens pela Administração.
Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Agente de Contratação/Pregoeira, através dos e-mails: ana.silveira@paranagua.pr.gov.br e cpl@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 25 de setembro de 2026.

ANA PAULA PINHEIRO DA SILVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:EEA8250A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DO DIA

35ª Reunião Ordinária – 28 de setembro de 2026 (às 20:00 horas)

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 060/2026, do **Prefeito Municipal**, que autoriza, em caráter excepcional e por interesse público, a regularização do prolongamento da Rua Projetada H, com alteração de destinação de parcela da área verde municipal, mediante ato compensatório urbanístico e ambiental, e dá outras providências. **Em segunda discussão, com emenda.**

PROJETO DE LEI Nº 107/2026, do **Prefeito Municipal**, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação total de dotação orçamentária, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma em que especifica. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 098/2026, do **Prefeito Municipal**, que altera o artigo 1º e o Anexo III da Lei Municipal nº 4.667/2017, bem como o Anexo I da Lei Municipal nº 2.395/2003, no que concerne ao cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 129/2026, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a distribuição do recurso do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) entre os profissionais da Educação Básica da rede pública municipal, como medida excepcional e transitória destinada a promover o cumprimento do disposto no artigo 212-A, inciso XI, da Constituição Federal. **Em primeira discussão.**

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2025, do **Chefe do Poder Executivo Municipal**, que dispõe sobre normas gerais para instalação de infraestrutura de suporte para Estações Transmissoras de Radiocomunicação (ETR), ETR Móvel e ETR de Pequeno Porte no Município de Paranavaí e dá outras providências. **Em segunda discussão, com emenda.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 188/2026, do Edil **Josival Moreira**, que requer seja oficiado ao Poder Executivo Municipal e à Secretaria competente, solicitando informações detalhadas sobre o andamento dos processos de municipalização da Vila Rural Santa Mônica, localizada no Distrito de Graciosa, e da Vila Rural Nova Vida, situada no Distrito de Sumaré, no Município de Paranavaí. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 189/2026, da Vereadora **Maria Clara**, que requer informações acerca do planejamento da arborização urbana, critérios para poda e remoção de árvores, replantio, execução dos serviços e prazo de atendimento dos protocolos realizados pela população. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 190/2026, do Edil **Maurício Miranda,** que requer ao Chefe do Poder Executivo juntamente com a Secretaria de Segurança e Trânsito, informações quanto a disponibilização de transporte coletivo para atender os Distritos de Paranavaí, tendo em vista ser uma medida de urgência, uma vez que esses locais não possuem mais o transporte coletivo desde quando foi encerrada a linha, em 2013. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 191/2026, do Vereador **Dr. Waldur Trentini**, que requer ao Prefeito Municipal e à Secretaria responsável, informações sobre estudos e possibilidade, dada a necessidade, de implantação de um completo Parque de Lazer na Vila Alta, com academia ao ar livre, brinquedos e completa estrutura. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 192/2026, do Edil **Dr. Waldur Trentini**, que requer ao Prefeito Municipal e à Secretaria responsável, informações sobre estudos e possibilidade, dada a necessidade, de adequação ou implantação na Vila Alta de um completo Campo de Esportes. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 193/2026, do Vereador **Dr. Waldur Trentini**, que requer informações ao Poder Executivo sobre o uso, limpeza pós-eventos e o controle de poluição sonora na Praça dos Pioneiros. **Em discussão única.**

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:AF17AEE9

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
1º TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025

Processo Administrativo N. º 013/2025
Ata de Registro de Preços N. º 007/2025
Pregão Eletrônico Nº 003/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO da Ata de Registro de Preços N. º 007/2025.

CONTRATADA: VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA, CNPJ nº 29.644.666/0001-64, Endereço: Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira – Ld 520, Curitiba – PR
Representante Legal, Sra. Rosana Cristina Calaça.

CONTRATANTE: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL, pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691 – Jardim Antigo Aeroporto II, Cep: 87705-160, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 15.255.346/0001-08, neste ato, devidamente representado pelo Senhor Presidente, Sr. José Gabriel Gonçalves Fachiano, vem apostilar o Processo Administrativo N. º 013/2025, Ata de Registro de Preços N. º 007/2025, Pregão Eletrônico Nº 003/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente **1º TERMO DE APOSTILAMENTO** para alteração de sua denominação social, quadro societário e dados bancários.
O objeto principal da Ata de registro de preços corresponde a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

O Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração de sua denominação social, quadro societário e dados bancários, conforme formalizado na 14ª Alteração Contratual registrada na JUCEPAR em 23/07/2026, permanecendo inalterados o CNPJ, conforme:

"A 14ª Alteração do Contrato Social foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) em 23/07/2026, sob o nº 20263787028, com efeitos desde 01/07/2026, e promoveu as seguintes mudanças:

a) transferência da integralidade das quotas sociais para a nova sócia única M.A. MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.;
b) substituição dos administradores da sociedade; e

c) alteração da denominação social de VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA. para M.A. MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

Permanecem SEM alterações os seguintes dados:

• o CNPJ nº 29.644.666/0001-64;
• o NIRE nº 41208702117;
• a sede empresarial;
• o objeto social relacionado às atividades contratadas;
• a personalidade jurídica da contratada; e
• todos os direitos, obrigações, responsabilidades e compromissos anteriormente assumidos perante esse órgão."

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025, Processo Administrativo N. º 013/2025, Ata de Registro de Preços N. º 007/2025, Pregão Eletrônico Nº 003/2025.

E assim, por estarem de acordo as partes assinam o presente TERMO ADITIVO em (2) duas vias de igual forma e teor.

Paranavaí, 23 setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

OSVAL CÉSAR KULEVICZ
Secretário Executivo – CICA

ROSANA CRISTINA CALAÇA
Representante Legal da Contratada

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:9F65F7FB

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
1° TERMO ADITIVO CONTRATO DE RATEIO Nº 034/2026

1° TERMO ADITIVO CONTRATO DE RATEIO Nº 034/2026

Pregão nº 005/2023
Processo Administrativo nº 011/2023

1° Termo Aditivo de VALOR do Contrato De Rateio n.º 034/2026, referente a Ata de Registro nº 006/2023, extraído do Processo do Processo de Pregão Eletrônico n.º 005/2023 do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL - CICA**.

CONTRATANTE: **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL**, pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691 – Jardim Antigo Aeroporto II, Cep: 87705-160, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 15.255.346/0001-08, neste ato, devidamente representado pelo Senhor Presidente, Sr. José Gabriel Gonçalves Fachiano, portador da Cédula de Identidade nº 8.xxx.xxx-8, e inscrito no CPF sob nº 049.xxx.xxx-92.

CONTRATADA: **MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA,** pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.970.383/0001-92, com sede na Avenida Siqueira Campos, 1000 - Centro, na cidade de Jardim Olinda, representado, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Sr. WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, portador do CPF n. 067.xxx.xxx-24, e inscrito no RG n. 1.xxx.xxx-38, resolvem de comum acordo, firmar o presente **TERMO ADITIVO DE VALOR**, nos seguintes termos:

As partes acima nominadas acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 suas alterações e demais legislações pertinentes, conforme as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO TERMO ADITIVO DE VALOR
1.1 – Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de transbordo, destinação e disposição final de resíduos urbanos classe II destinado ao Consórcio CICA, conforme as especificações contidas neste Ata de Registro nº 006/2023, extraído do Processo do Processo de Pregão Eletrônico n.º 005/2023, do CONTRATO DE RATEIO 034/2026, exercício 2026. Prestação de serviços de transbordo, destinação e disposição final de resíduos urbanos classe II. Município de Paranapoema.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES REAJUSTADOS

O valor a ser pago pelos itens do presente termo, foram requeridos através do pedido de reajuste, Requerimento n° n° 555/VR/2025, pela contratada na data de 25 de julho de 2026, e deferido pelo 7º Aditivo de Prazo e Valor, sendo o percentual de reajuste índice geral, IPCA acumulado em 2026**, o percentual de 4,44% (quatro vírgula quarenta e quatro) sobre o valor da tonelada, sendo o valor reajustado para R$ 405,35 (quatrocentos e cinco reais e trinta e cinco centavos) a tonelada.**

O contido na Cláusula Quarta, será calculado com base no percentual de reajuste acima citado, estabelecido pelo prazo de 04 meses, o restante de 2026, alterado para a seguinte redação:

1.2 – Fica estabelecido que o CONSORCIADO CONTRATANTE repassará ao CONSÓRCIO CONTRATADO, o valor total estimado para período de 4 meses é de R$ 22.524,49 (vinte e dois mil quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos), a ser pago até o 15º (decimo quinto), após o recebimento do recibo/fatura contendo todas as informações referente aos serviços a ser encaminhado pelo Consórcio CICA ao ente consorciado.

§1º Considera-se o quantitativo gerado aproximadamente de 13,892 (treze vírgula oitocentos e noventa e dois) toneladas mês, podendo variar.

§2º O valor da tonelada a ser paga é de R$ 405,35 (quatrocentos e cinco reais e trinta e cinco centavos).

§3º O referido contrato de rateio é pelo prazo de 04 (quatro) meses, sendo este, referente ao exercício financeiro 2026, em um valor total estimado em R$ 22.524,49 (vinte e dois mil quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de rateio nº 034/2026, extraído do Processo do Ata de Registro nº 006/2023, extraído do Processo do Processo de Pregão Eletrônico n.º 005/2023, do CONTRATO DE RATEIO 034/2026, exercício 2026.

E assim, por estarem de acordo as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em (2) duas vias de igual forma e teor.

Paranavaí, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

OSVAL CÉSAR KULEVICZ
Secretário Executivo – CICA

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito do Município de Jardim Olinda

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:226E66A3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
ANULAÇÃO — DISPENSA ELETRÔNICA Nº 24/2026

ANULAÇÃO — DISPENSA ELETRÔNICA Nº 24/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR torna público que, no exercício da autotutela administrativa, nos termos do *art. 71, inciso III, c/c § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021*, do enunciado da *Súmula 473 do STF* e do *art. 85, inciso III, da Resolução nº 25/2023-CIS/AMUNPAR*, ANULOU o Aviso de Dispensa Eletrônica nº 24/2026 — aquisição e substituição de lonas de cobertura e cortinas laterais das tendas instaladas no AME de Paranavaí/PR — por vícios insanáveis na elaboração dos preços de referência, tornado sem efeito o ato convocatório praticado.

Paranavaí, 25 de setembro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Coordenador-Geral do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:064C20C8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 136/2026

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR. **Contratada:** F F P CAVALLI.
CNPJ: 50.057.161/0001-90.
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS EM ESPECIALIDADES E/OU TERAPIAS DE FORMA COMPLEMENTAR - EM ESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS
Dotação Orçamentária: [2026]- 35 - 01.001.0010.0302.2009.2002.3.3.3.90.39.00.00
Prazo de Vigência: 24/09/2026 a 28/02/2027.
Valor: R$2.471.902,20 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E SETENTA E UM MIL, NOVECENTOS E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS).
Modalidade do Processo: Inexigibilidade.
TIPO/Nº: Termo de Credenciamento nº136/2026.
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 24 de setembro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:088E7425

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 115-26

PORTARIA Nº 115/2026
O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestora e Fiscais das contratações originadas a partir da **CHAMADA PÚBLICA 01/2026 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E TERAPIAS NAS UBS DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS, EXERCÍCIO 2026**, visando atender a demanda do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços, nos termos da Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
NATÁLIA DA COSTA	FISCAL	Nº 478-1
TERMO DE CREDENCIAMENTO DA EMPRESA COMO SEGUE:		
VIVIANE BARBALHO VIANA		

Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Paranavaí, 24 de setembro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:0FD839B1

PROCURADORIA
LEI Nº 5.622/2026

Institui o regime de transação tributária e não tributária para composição de controvérsias relativas a créditos do Município de Paranavaí e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei institui, no âmbito do Município de Paranavaí, o regime de transação tributária e não tributária destinado à composição de controvérsias relativas a créditos municipais, inscritos ou não em dívida ativa, em fase de cobrança administrativa ou judicial, mediante concessões recíprocas entre o Município e pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.

§ 1º A transação tributária de que trata esta Lei observará o disposto no art. 171 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), no Código Tributário Municipal e na legislação municipal aplicável.

§ 2º Poderão ser objeto de transação os créditos tributários e não tributários de titularidade do Município, desde que haja controvérsia jurídica, administrativa ou fática relevante, interesse público devidamente demonstrado ou vantagem administrativa ou econômica para o Município, vedada a celebração de ajuste que resulte em mera liberalidade administrativa ou renúncia arbitrária de receita pública.

§ 3º Esta Lei não institui isenção, anistia ou remissão de créditos em caráter geral, nem autoriza a dispensa indiscriminada de receitas públicas.

§ 4º A celebração de transação observará, conforme o caso, as normas constitucionais e legais aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas envolvidas, inclusive quanto à capacidade para contratar, à disponibilidade patrimonial e às limitações decorrentes de regimes jurídicos especiais.

Art. 2º A transação será realizada mediante concessões recíprocas, devidamente motivadas, com a finalidade de prevenir ou encerrar litígios, reduzir custos administrativos e judiciais, viabilizar a recuperação de créditos municipais, solucionar controvérsias e atender ao interesse público.

§ 1º A celebração da transação dependerá de demonstração individualizada, nos autos do processo administrativo, do interesse público e da vantagem administrativa ou econômica da composição, considerando-se, quando cabível, a recuperabilidade do crédito, os custos e riscos da cobrança administrativa ou judicial, a probabilidade de êxito das demandas e os demais elementos relevantes do caso concreto.

§ 2º A transação não poderá implicar mera liberalidade administrativa, devendo as concessões recíprocas ser proporcionais, economicamente mensuráveis e justificadas em relação aos créditos abrangidos pelo ajuste.

Art. 3º A transação será formalizada de modo individualizado, em processo administrativo próprio, vedada a concessão coletiva, genérica ou automática por adesão, salvo quando expressamente autorizada por lei específica.

§ 1º Cada transação deverá indicar, de forma expressa:
I – os créditos municipais abrangidos;
II – a controvérsia jurídica, administrativa ou fática existente;
III – as concessões recíprocas assumidas pelas partes;
IV – o interesse público ou a vantagem administrativa ou econômica que justifique a medida, mediante fundamentação individualizada;
V – a forma, o prazo e as condições de cumprimento das obrigações pactuadas.

§ 2º Poderão ser abrangidos pela transação, quando juridicamente exigíveis:
I – créditos relativos a impostos municipais;
II – taxas municipais;
III – contribuições de melhoria;
IV – multas tributárias ou administrativas;
V – preços públicos e demais receitas patrimoniais;
VI – indenizações, ressarcimentos e demais créditos não tributários de titularidade do Município;
VII – outros créditos cuja composição seja juridicamente admissível.

Art. 4º A transação poderá envolver, isolada ou cumulativamente, conforme a natureza do caso concreto:
I – pagamento à vista ou parcelado;
II – reconhecimento de obrigações pelas partes;
III – transferência de bens móveis ou imóveis ao Município;
IV – doação de áreas de interesse público;
V – cessão ou concessão de uso de bens;
VI – execução de obras, serviços ou melhorias de interesse público;
VII – constituição de servidões, restrições administrativas ou outras formas de utilização de bens em favor do Município;
VIII – obrigações de fazer, não fazer ou entregar coisa certa;
IX – outras medidas compatíveis com o ordenamento jurídico e com o interesse público.

§ 1º A contrapartida deverá ser determinada ou determinável, economicamente mensurável e compatível com os créditos abrangidos pela transação.

§ 2º Não será admitida contrapartida genérica, indeterminada ou insuscetível de avaliação econômica.

§ 3º O valor econômico da contrapartida deverá guardar compatibilidade com o montante dos créditos abrangidos pela transação, observados os critérios de atualização, encargos, riscos de recuperação, custos de cobrança, probabilidade de êxito das demandas e demais circunstâncias relevantes do caso concreto.

§ 4º Quando a transação envolver bens, direitos, obras ou serviços, o processo administrativo deverá ser instruído com avaliação técnica elaborada por órgão competente ou profissional habilitado.

Art. 5º O processo administrativo de transação deverá conter, no mínimo:
I – identificação da parte interessada;
II – demonstração individualizada dos créditos abrangidos;
III – descrição da controvérsia existente e dos fundamentos da composição;
IV – justificativa técnica quanto ao interesse público e à conveniência da transação;
V – avaliação econômica das concessões recíprocas;
VI – manifestação da Secretaria Municipal de Fazenda quanto à regularidade, exigibilidade e recuperabilidade do crédito, no prazo de até 5 (cinco) dias;
VII – parecer jurídico conclusivo da Procuradoria-Geral do Município.
VIII – quando cabível, manifestação do órgão municipal competente quanto aos aspectos orçamentários e financeiros da transação, inclusive quanto à eventual caracterização de renúncia de receita e à necessidade de observância do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
Parágrafo único. Quando a transação envolver transferência, utilização ou constituição de direitos sobre bens imóveis, o processo deverá conter a documentação dominial pertinente e a respectiva avaliação técnica.

Art. 6º Compete ao Procurador-Geral do Município decidir, em caráter final, pela celebração ou não da transação de que trata esta Lei, mediante decisão motivada nos autos do processo administrativo.

§ 1º A decisão do Procurador-Geral do Município observará a juridicidade da composição, o interesse público, a proporcionalidade das concessões recíprocas, a regularidade da instrução processual e as manifestações técnicas constantes dos autos.

§ 2º O Procurador-Geral do Município poderá:
I – aprovar a celebração da transação;
II – rejeitar a proposta de transação, mediante decisão fundamentada;
III – determinar diligências complementares;
IV – propor ajustes nas condições da transação, quando necessários à preservação do interesse público, da legalidade, da segurança jurídica ou do equilíbrio econômico da composição.

§ 3º A celebração da transação não constitui direito subjetivo da parte interessada e ficará condicionada à decisão final favorável do Procurador-Geral do Município.

§ 4º A decisão final do Procurador-Geral do Município não afasta a responsabilidade dos órgãos técnicos quanto às informações, avaliações e manifestações de sua competência.

Art. 7º A transação aprovada será formalizada por termo próprio, assinado pelo Procurador-Geral do Município e pela parte interessada, após a instrução regular do processo administrativo e a decisão final favorável.

§ 1º O termo de transação deverá conter, no mínimo:
I – qualificação das partes;
II – descrição dos créditos abrangidos;
III – indicação das concessões recíprocas pactuadas;
IV – prazos e condições de cumprimento;
V – obrigações assumidas por cada parte;
VI – condições de extinção dos créditos municipais;
VII – hipóteses de rescisão;
VIII – efeitos do inadimplemento;
IX – renúncia, pelas partes, às alegações, impugnações ou recursos administrativos e judiciais relativos ao objeto transacionado, nos limites do acordo celebrado.

§ 2º A eficácia da transação dependerá da assinatura do respectivo termo e da publicação de portaria do Procurador-Geral do Município.

§ 3º A portaria deverá identificar o processo administrativo, as partes envolvidas, o objeto da transação e o valor dos créditos abrangidos, devendo o respectivo extrato ser disponibilizado no Portal da Transparência do Município, resguardadas as informações protegidas por sigilo legal, nos termos da legislação aplicável.

§ 4º A extinção dos créditos tributários e não tributários abrangidos pela transação somente ocorrerá após o cumprimento integral das obrigações pactuadas, salvo disposição diversa expressamente justificada no termo de transação.

§ 5º O descumprimento injustificado da transação acarretará a rescisão do ajuste, com o restabelecimento da cobrança do saldo devido, observados os pagamentos, bens, serviços ou obrigações já efetivamente incorporados ao patrimônio ou ao interesse do Município.

Art. 8º A Procuradoria-Geral do Município poderá expedir normas complementares para disciplinar a tramitação dos processos administrativos de transação, os critérios jurídicos de admissibilidade, os parâmetros de avaliação das concessões recíprocas, os mecanismos de controle, acompanhamento e fiscalização dos ajustes celebrados, sem prejuízo da regulamentação pelo Chefe do Poder Executivo quando necessária.

Parágrafo único. As normas complementares e os procedimentos de que trata este artigo deverão observar os princípios da publicidade, transparência, controle, motivação e segregação de funções, sem prejuízo das competências dos órgãos técnicos e jurídicos envolvidos na instrução e decisão dos processos de transação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de setembro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:8D25FC39

PROCURADORIA
LEI Nº 5.623/2026

Altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº 5.505, de 17 de setembro de 2025, para estender a remissão de créditos tributários vinculados ao processo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social do núcleo urbano informal consolidado denominado Jardim Maravilha para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O artigo 2º da Lei Municipal nº 5.505, de 17 de setembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A remissão de que trata o artigo 1º desta Lei abrange o crédito tributário principal, bem como todos os seus acréscimos legais, tais como juros de mora, multas de qualquer natureza e atualização monetária, relativos aos fatos geradores ocorridos até o dia 31 de dezembro de 2026.
Parágrafo único. A extensão da remissão tributária para abarcar os lançamentos referentes ao exercício financeiro de 2026 tem como objetivo exclusivo assegurar a continuidade, a eficácia e a conclusão do processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb) do núcleo Jardim Maravilha, permitindo a emissão da documentação registral necessária para a transferência da propriedade aos beneficiários." (NR)

Art. 2º Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições previstas na Lei Municipal nº 5.505, de 17 de setembro de 2025, em especial as condicionantes de baixa definitiva dos débitos mediante a conclusão do procedimento de regularização fundiária e a respectiva emissão da Certidão de Regularização Fundiária.

Art. 3º As medidas administrativas e contábeis necessárias para o cancelamento dos lançamentos tributários referentes ao exercício financeiro de 2026, incidentes sobre os imóveis listados no artigo 1º da Lei Municipal nº 5.505, de 17 de setembro de 2025, deverão ser adotadas pela Secretaria Municipal de Fazenda imediatamente após a publicação desta Lei, de modo a desobstruir o trâmite do processo de regularização fundiária.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de setembro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:401BB6A6

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 12/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AKF6241	277490A000156135	20/12/2025	75790	R$ 2.934,70
APQ3881	277490F000196794	08/01/2026	60503	R$ 293,47
APQ3881	277490F000196073	31/12/2025	60503	R$ 293,47
AYC2G17	277490F000195855	29/12/2025	60503	R$ 293,47
AYR9A04	277490F000196215	02/01/2026	60503	R$ 293,47
BBI5D29	277490F000195510	25/12/2025	60503	R$ 293,47
BCT2D42	277490W000032095	13/12/2025	55412	R$ 195,23
BDC3I39	277490W000032499	29/12/2025	55412	R$ 195,23
BEY4J44	277490W000032959	12/01/2026	55412	R$ 195,23
FSD2E45	277490F000195079	22/12/2025	60503	R$ 293,47
HSX2746	277490F000195321	24/12/2025	60503	R$ 293,47
MQO4H21	277490A000166051	28/12/2025	51691	R$ 2.934,70
UAU4B07	116100T001104789	04/01/2026	55500	R$ 130,16
UAY0D87	277490F000195897	30/12/2025	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:322401F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 28.016/2026

Institui o Comitê Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí, estabelece suas finalidades, competências, composição e funcionamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDOa necessidade de assegurar o direito à alfabetização das crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDOa importância da implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDOa necessidade de promover a articulação entre os diferentes setores e profissionais envolvidos no processo de alfabetização;
CONSIDERANDOa importância da utilização de evidências e indicadores educacionais para o planejamento e a tomada de decisões pedagógicas;
CONSIDERANDOa necessidade de estabelecer mecanismos permanentes de acompanhamento das ações destinadas à alfabetização das crianças;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí, o**Comitê Municipal de Alfabetização**, órgão de caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento das ações relacionadas à alfabetização na Rede Municipal de Ensino.
Art. 2ºO Comitê Municipal de Alfabetização tem por finalidade contribuir para a implementação, consolidação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, promovendo ações que assegurem às crianças o direito de aprender a ler e escrever na idade adequada.
Art. 3ºO Comitê deverá atuar de forma articulada com as unidades escolares, equipes gestoras, professores, profissionais da educação e demais setores envolvidos com as políticas educacionais do Município.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 4ºSão objetivos do Comitê Municipal de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – contribuir para a definição de metas e estratégias voltadas à alfabetização das crianças;
III – acompanhar e analisar indicadores de aprendizagem e alfabetização da Rede Municipal de Ensino;
IV – propor ações destinadas à melhoria dos resultados de aprendizagem;
V – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares;
VI – apoiar a implementação de ações de formação continuada para professores e equipes pedagógicas;
VII – identificar desafios e dificuldades relacionados ao processo de alfabetização e propor estratégias de enfrentamento;
VIII – acompanhar a execução dos programas, projetos e ações relacionados à alfabetização;
IX – incentivar a utilização de avaliações e evidências educacionais no planejamento pedagógico;
X – promover a integração entre as ações da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
XI – acompanhar as ações de recuperação e recomposição das aprendizagens relacionadas à alfabetização;
XII – elaborar relatórios periódicos de acompanhamento das ações e dos resultados;
XIII – propor ações de fortalecimento da participação das famílias no processo de alfabetização;
XIV – promover a articulação com políticas e programas estaduais e federais relacionados à alfabetização;
XV – exercer outras atribuições relacionadas à Política Municipal de Alfabetização que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 5º Compete ao Comitê Municipal de Alfabetização:
I – elaborar, acompanhar e avaliar o plano de trabalho anual relacionado à alfabetização;
II – estabelecer estratégias para o acompanhamento das metas estabelecidas pela Política Municipal de Alfabetização;
III – analisar periodicamente os resultados das avaliações de aprendizagem;
IV – acompanhar os indicadores de alfabetização das unidades escolares;
V – propor intervenções pedagógicas quando identificadas dificuldades de aprendizagem;
VI – acompanhar ações de formação continuada dos profissionais envolvidos na alfabetização;
VII – promover reuniões técnicas para análise dos resultados educacionais;
VIII – elaborar relatórios técnicos e documentos de acompanhamento;
IX – propor ações de apoio às unidades escolares;
X – acompanhar a execução das ações planejadas;
XI – registrar em atas as deliberações, encaminhamentos e providências decorrentes das reuniões;
XII – promover a articulação entre os diferentes profissionais e setores envolvidos com a alfabetização;
XIII – propor ajustes e aperfeiçoamentos na Política Municipal de Alfabetização sempre que necessário;
XIV – acompanhar o cumprimento das metas e ações estabelecidas nos instrumentos de planejamento educacional do Município.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO
Art. 6ºO Comitê Municipal de Alfabetização será composto por representantes da Secretaria Municipal de Educação e, quando pertinente, por representantes das unidades escolares e demais setores envolvidos na política educacional.
§ 1ºO Comitê será composto, preferencialmente, pelos seguintes representantes:
I – Secretário(a) Municipal de Educação, que exercerá a função de Presidente;
II – Coordenador(a) Municipal de Alfabetização;
III – representante da equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
IV – representante da Educação Infantil;
V – representante dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

VI – representante das equipes gestoras das unidades escolares;
VII – representante dos professores alfabetizadores;
VIII – representante responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos resultados educacionais;
IX – representante responsável pela formação continuada dos profissionais da educação.
§ 2ºA composição nominal do Comitê será definida por ato específico da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 7ºA participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO
Art. 8ºO Comitê Municipal de Alfabetização será organizado da seguinte forma:
I – Presidência;
II – Coordenação;
III – Secretaria Executiva;
IV – membros titulares;
V – grupos de trabalho, quando necessários.
Art. 9º Compete ao Presidente do Comitê:
I – convocar e presidir as reuniões;
II – representar o Comitê perante a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos;
III – acompanhar o cumprimento das deliberações;
IV – coordenar a elaboração do plano de trabalho;
V – encaminhar as propostas e relatórios produzidos pelo Comitê;
VI – exercer outras atribuições necessárias ao funcionamento do Comitê.
Art. 10. Compete à Coordenação:
I – organizar as ações do Comitê;
II – acompanhar a execução do plano de trabalho;
III – articular os diferentes membros e setores;
IV – acompanhar os indicadores e resultados de alfabetização;
V – subsidiar as reuniões com informações e dados educacionais;
VI – auxiliar a Presidência no cumprimento das atribuições do Comitê.
Art. 11. Compete à Secretaria Executiva:
I – organizar as reuniões;
II – elaborar e encaminhar as convocações;
III – registrar as reuniões em atas;
IV – organizar e arquivar os documentos produzidos pelo Comitê;
V – acompanhar os encaminhamentos definidos nas reuniões;
VI – manter atualizados os registros das ações desenvolvidas.

CAPÍTULO VI
DAS REUNIÕES
Art. 12.O Comitê Municipal de Alfabetização reunir-se-á ordinariamente, no mínimo,**uma vez a cada semestre**, e extraordinariamente sempre que necessário.
§ 1º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente ou por solicitação da maioria dos membros.
§ 2º As reuniões poderão ocorrer presencialmente ou, quando necessário, por meio de plataformas digitais.
Art. 13. As reuniões deverão ser registradas em ata, contendo, no mínimo:
I – data, horário e local;
II – relação dos participantes;
III – pauta da reunião;
IV – assuntos discutidos;
V – decisões e encaminhamentos;
VI – responsáveis pelas providências;
VII – prazos, quando estabelecidos.
Art. 14. As decisões e encaminhamentos do Comitê deverão ser registrados e encaminhados aos setores responsáveis para as providências cabíveis.

CAPÍTULO VII
DO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 15.O Comitê deverá elaborar anualmente um**Plano de Trabalho da Política Municipal de Alfabetização**, contendo, no mínimo:
I – diagnóstico da situação da alfabetização na Rede Municipal de Ensino;
II – objetivos e metas;
III – ações e estratégias;
IV – responsáveis;
V – cronograma;
VI – indicadores de acompanhamento;
VII – formas de monitoramento e avaliação.
Art. 16.O monitoramento das ações deverá considerar, sempre que disponíveis, dados relacionados:
I – aos níveis de aprendizagem dos estudantes;
II – aos resultados das avaliações internas e externas;
III – à frequência e participação dos estudantes;
IV – à formação dos profissionais da educação;
V – à execução das ações planejadas;
VI – aos demais indicadores considerados relevantes pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 17. Ao final de cada ano letivo, o Comitê deverá elaborar**Relatório de Acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização**, contendo as principais ações realizadas, resultados alcançados, dificuldades identificadas e propostas de melhoria.

CAPÍTULO VIII
DOS GRUPOS DE TRABALHO
Art. 18.O Comitê poderá instituir grupos de trabalho temporários ou permanentes para tratar de temas específicos relacionados à alfabetização.
Parágrafo único. Os grupos de trabalho deverão apresentar ao Comitê os resultados de suas atividades, estudos e proposições.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 19.A Secretaria Municipal de Educação fornecerá o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê Municipal de Alfabetização.
Art. 20.O Comitê poderá solicitar informações e dados necessários ao desenvolvimento de suas atividades aos setores competentes da Secretaria Municipal de Educação e às unidades escolares, observadas as normas legais aplicáveis.
Art. 21.O Comitê deverá manter organizados e disponíveis os documentos comprobatórios de suas atividades, incluindo atas, planos de trabalho, relatórios, registros de ações e demais documentos pertinentes.
Art. 22.A Secretaria Municipal de Educação poderá elaborar Regimento Interno para disciplinar o funcionamento do Comitê.
Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:88A44D3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2025

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 34883/2026
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) Municipais **WANESSA DURANTE** residentes e domiciliados nesta comarca, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições:

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS destina-se à aquisição futura e parcelada de manutenção de extintores de incêndio, bem como de sinalização de segurança, a serem utilizados pelas Secretarias Municipais.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 252/2025, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **25 de setembro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas no processo digital 34883/2026 pelo órgão gerenciador através do Memorando nº 146/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023, edição 2928.

Fornecedor: MASTERFER COMERCIO DE FERRAGENS LTDA					
Item	Especificação	Und	Qtde	Preço Unit.	Preço Total
12	- Extintor Incêndio, Material Mangueira: Borracha, Material Trama: Aço, Material Difusor: Plástico, Material Tubo Sifão: Alumínio, Material Cilindro: Aço Carbono Sem Costura, Capacidade: 6 KG, Material Carga: Dióxido de Carbono (Co2). Suporte Para Piso. Validade de Carga: 01 anos, Validade do Teste Hidrostático: 05 anos.	Unid.	37	R$ 590,63	R$ 21.853,31

TOTAL: Total Fornecedor: R$ 21.853,31

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO
5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 252/2025), datada de 25 de setembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Masterfer Comercio De Ferragens LTDA
CNPJ: 11.175.931/0001-47
Endereço: Rua Henrique Schwerin, 766 sala 1 - CEP: 99701-506 - Centro - Erechim/RS
E-mail: LICITA.GPA@GMAIL.COM / vendas.gpa@gmail.com
Telefone: (54) 3522-9096 / (54) 99956 0047
Representante:
DANIEL ARCARI
CPF: 002.379.790-80

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:9B3F2F1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 169/2026 (ALTERAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL)

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 169/2026
(ALTERAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2026

1º (Primeiro) Termo de Apostilamento ao Contrato de Empreitada Global nº 169/2026 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa R. MARTINS GARCIA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, **MAURICIO GEHLEN**, inscrito no CPF nº 326.653.340-20.

CONTRATADA: R. MARTINS GARCIA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.696.723/0001–89, estabelecida à Rua José de Alencar, 172, Jardim Novo Panorama, na Cidade de Sarandi/PR, CEP 87.113-150, neste ato representada por **RODOLPHO MARTINS GARCIA**, inscrito no CPF 086.945.219-38.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL
1.1. O objeto do presente contrato é a "Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de construção de infraestrutura urbana de lazer "Meu Campinho Multimódulos", no âmbito do Programa Paraná Cidade, conforme estabelecido no Convênio nº 117/2026 - SECID, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 05/2026.".

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DOS FISCAIS
2.1. Por meio deste apostilamento, altera-se o quadro de fiscalização contratual conforme o Memorando nº 691/2026/SEDUR, **destituindo-se** a Fiscal, **Jaqueline Mantovani Vicentini**. **Nomeia-se** como Fiscal, **Ivo Diego Pereira Santana** (CREA-PR 186504/D, e-mail: ivo.diego@gmail.com) e, como Fiscal Substituto, **Lucas Vinicius Rodrigues dos Santos** (CREA-PR 178967/D, e-mail: lucasvinsantos@hotmail.com).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
3.1. Este apostilamento entra em vigor na data de sua publicação.
3.2. Os documentos que integram a formalização do presente termo aditivo encontram-se encartados no Processo Digital IPM nº 52169/2026.
3.3. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 169/2026).

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 24 DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

R. Martins Garcia Construção Civil LTDA
Representada Por
RODOLPHO MARTINS GARCIA
Contratado

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

JAQUELINE MANTOVANI VICENTINI
Fiscal - em Licença Maternidade
(Suprida Pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano)

DIEGO FERNANDO RODRIGUES
Gestor

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:321EBB13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 170/2026 (ALTERAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL)

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 170/2026
(ALTERAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 12/2026

1º (Primeiro) Termo de Apostilamento ao Contrato de Empreitada Global nº 170/2026 que entre si celebram

o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa EXPERTPRIME SERVICOS LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, **MAURICIO GEHLEN**, inscrito no CPF nº 326.653.340-20.
CONTRATADA: EXPERTPRIME SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.930.119/0001-17, estabelecida à Rua Francisco Alves do Nascimento, 1279, Jardim Aeroporto, na cidade de Paranavaí–PR, CEP 87.707-030, e-mail expertprime2030@gmail.com, neste ato representada por **EDNILSON RODRIGUES**, inscrito no CPF 697.871.829-72.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL
1.1. O objeto do presente contrato é a "Construção de infraestrutura urbana (lazer), contendo: campo de futebol com grama sintética, parque infantil, academia da terceira idade, meia quadra de basquete e paisagismo, e demais itens e especificações técnicas constantes no projeto".

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DOS FISCAIS
2.1. Por meio deste apostilamento, altera-se o quadro de fiscalização contratual conforme o Memorando nº 691/2026/SEDUR, **destituindo-se** o Fiscal, **Renan Vilani de Camargo**. **Nomeia-se** como Fiscal, **Ivo Diego Pereira Santana** (CREA-PR 186504/D, e-mail: ivo.diego@gmail.com).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
3.1. Este apostilamento entra em vigor na data de sua publicação.
3.2. Os documentos que integram a formalização do presente termo aditivo encontram-se encartados no Processo Digital IPM nº 52169/2026.
3.3. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 170/2026).

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 24 DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

Expertprime Servicos LTDA
Representada Por
EDNILSON RODRIGUES
Contratada

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

RENAN VILANI DE CAMARGO
Fiscal

DIEGO FERNANDO RODRIGUES
Gestor

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:B458CF70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por meio da Diretoria Especial de Compras, comunica aos interessados que, com base em pedido de esclarecimento formalizado pela empresa G Z MENEGUSSO LTDA a respeito dos itens 45 e 54 (cota), decidiu-se pela suspensão do referido processo para retificação do Edital e demais documentos do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 049/2026**, cujo objeto é o Registro de preço para aquisições futuras e parceladas de eletrodomésticos e equipamentos, por meio das Secretarias e Órgãos Municipais.
Assim, fica suspensa a abertura da licitação, prevista para 28 de setembro de 2026, às 09 horas, para as devidas análises e correções, sendo que a nova data de abertura do processo será divulgada por republicação nos meios legais.
PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 25 DE SETEMBRO DE 2026.

KARLA NOGUEIRA ZANNA BIANCO
Pregoeira – Decreto nº 27.727/2026

Publicado por:
Karla Nogueira Zanna Bianco
Código Identificador:08AB5103

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: PORTARIA Nº 1771/2026 DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO Nº 48/2026.

PORTARIA Nº 1771/2026

Designa servidores para exercer as funções de Fiscal da Ata de Registro de Preços referente aoPregãonº 48/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionadospara compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização das Atas de Registro de preços referente ao Pregão EletrônicoNº 48/2026, celebradasem24/09/2026, entre o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio da Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí e asempresas:

ATA nº 166/2026 –BIRCK PRODUÇÕES LTDA
ATA nº 167/2026 –15.527.422 RONALDO FRUTUOZO
ATA nº 168/2026 –MAXSOM DIGITAL LASER LTDA
ATA nº 169/2026 –LAURINDO EVENTOS E LOCAÇOES LTDA
ATA nº 170/2026 –VIA SOM BRASIL LTDA ME

Cujo objeto é Registro de Preços para locação de equipamentos e prestação de serviços a serem utilizados na realização dos eventos do município de Paranavaí..

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Ordenador de Despesa (Secretaria): Leticia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas;
Gestora da Ata: Denise Menegueti Chaparro;
Fiscal Titular: Rafaela dos Santos Silva;
Fiscal Suplente: Rosana Maria Marques de Freitas;

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:
Ordenadora de despesa (Secretaria): Wanessa Durante;
Gestor da Ata:Sandra Marcia Barbarelli Morgado;
Fiscal Titular: Auro Lima Carvalho;
Fiscal Suplente: Luciano Gonçalves de Lima;

SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO:
Gestor da Ata: Matheus Buchner Garcia;
Fiscal Titular: Edson Hedler;
Fiscal Suplente: Sergia Cristina de Carvalho dos Santos;

SECRETARIA DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO:

Ordenadora de despesa (Secretaria): Carlos Henrique Scarabelli;
Gestor da Ata: Patrícia Falasz Bertate;
Fiscal Titular: Felipe Cesca Vilasboa de Vasconcelos;
Fiscal Suplente: Anderson Cardoso de Oliveira;

SECRETARIA DE SAÚDE:
Ordenadora de despesa (Secretaria): Andreia Martins de Souza;
Gestor Da Ata: Dayane Cristine Tino Cordeiro;
Fiscal Titular: João Bruno Navarro Fernandes;
Fiscal Suplente: Rosana Leticia de Oliveira Franco;

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER:
Ordenadora de despesa (Secretaria): Jane Nunes de Lima;
Gestor Da Ata: Marcio Assakawa;
Fiscal Titular: Fabricio Henrique Machado dos Santos;
Fiscal Suplente: Felipe Aparecido de Oliveira;

FUNDAÇÃO CULTURAL:
Ordenadora de despesa (Secretaria): Rafael Lucas Torrente;
Gestor da Ata: Daniel Coelho Virmond;
Fiscal Titular: Jesus Rodrigues Soares;
Fiscal Suplente: Ana Paula Máximo da Silva;

SECRETARIA DE COMIUNICAÇÃO SOCIAL:
Gestor da Ata: Rafaela Rodrigues Mendonça;
Fiscal Titular: Wellington Luan de Farias;
Fiscal Suplente: Maria Eduarda de Oliveira Mendes Gomes.

Art. 2º A designação formal do fiscal do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constanteno Documento de Formalização de Demanda (DFD).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná,24 de setembro 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretoria Especial de Compras

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:34162163

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2020

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2020
(Alteração de Dotação Orçamentária – Processo Digital nº 51833/2026 – SEMASMF)

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2020

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos Secretários Municipais descritos no contrato administrativo e termo aditivo vigente. Por outro lado, encontra-se a CONTRATADA **F W COMUNICAÇÕES LTDA - ME**, estabelecida à Rua Paraíba, 1785, fundos, Centro, CEP - 87.701-080, em Paranavaí - PR, inscrita no C.N.P.J. sob nº 10.392.161/0001-21, neste ato devidamente representada por ANDERSON RUIZ SATIN, residente e domiciliado na Cidade de Maringá-PR, Rua Osaka, 42-B, Jardim Imperial, CEP — 87.023-019, portador da Cédula de Identidade R.G. nº RG — 6514A85-0 SESP-PR e inscrito no C.P.F. sob nº 020.084.609-40.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 O objeto do presente instrumento é a ontratação de serviço de link dedicado a transporte de link LAN-TO-LAN, para atender demanda interna e postos externos da prefeitura municipal de Paranavaí, destinados as Secretarias Municipais de: Administração; Educação; Saúde; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Urbano; Esporte; Assistência Social; Fundação Cultural; Bombeiros; Procuradoria (PROCON, Defensoria); Proteção à Vida Patrimônio Público; Infraestrutura; Meio Ambiente; Agricultura e Gabinete (Tiro de guerra), de acordo com as especificações constantes do Anexo I, proposta de preços e demais documentos integrantes da Licitação, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2.020

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Em conformidade com o disposto no **art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93**, fica registrado que a **dotação orçamentária** vinculada ao **Contrato nº 105/2020**, passa a ser alterada **sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais**, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme solicitação e justificativa constante no **Memorando nº 1190/2026 (SEMASMF)**, conforme dotações abaixo:

Nova Dotação Orçamentária:
• Referência: 949
• Elemento: (3339040000) –Serviços de tecnologia da informação e comunicação-Pessoa Jurídica
• Sub elemento: (33390409700000) – Despesas de teleprocessamento

Nova Dotação Orçamentária:
• Referência: 1020
• Elemento: (3339040000) –Serviços de tecnologia da informação e comunicação-Pessoa Jurídica
• Sub elemento: (33390409700000) – Despesas de teleprocessamento

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2020), datada de 19 de fevereiro de 2021.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:6697E9F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 273/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O SR. AGOSTINHO DA SILVA.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.717/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA.
CARGO: CUIDADOR
CONTRATADO: AGOSTINHO DA SILVA
CPF/MF: XXX.206.109-XX
SALÁRIO BASE: R$1.835,58 (mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
CARGA HORÁRIA: 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 21 DE SETEMBRO DE 2026 A 23 DE SETEMBRO DE 2026
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:3085A246

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.759/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo efetivo de Motorista II, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando o requerimento protocolado sob nº 53787/2026, no qual o servidor solicita exoneração do cargo de Motorista II;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, o servidor **MARCOS ADRIANO DA CUNHA,** matrícula nº 7771-1, nomeado pelo Decreto Municipal nº 14.050/2013, do cargo efetivo de **MOTORISTA II,** junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A exoneração do servidor citado no *caput* dar-se-á a partir de 23 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 23 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:22EEB195

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1773/2026

PORTARIA Nº 1773/2026

Designa servidores para exercer a função de Fiscal das Atas de Registro de Preçosnº 250, 251 e 252/2025.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de Prestação de Serviços nº 250, 251 e 252/2025, celebradas em setembro de 2025, entre o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio das Secretarias Municipais, Procuradoria Geral, Controladoria Geral, Fundação Cultural e as empresas:

DM COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO LTDA
MATIAS EXTINTORES LTDA
MASTERFER COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

cujo objeto é Registro de Preços para a futura e parcelada aquisição e manutenção de extintores de incêndio, bem como de sinalização de segurança, a serem utilizados pelas Secretarias Municipais, oriundas do Pregão Eletrônico nº 40/2025, Processo Administrativo nº 100/2025:

Secretaria Municipal de Administração
Gestor (a) da Ata: Cristina Brescansin Prates
Fiscal Titular: Alysson dos Santos Figueredo
Fiscal Suplente: Cleusa Schuroff

Fundação Cultural
Gestor (a) da Ata: Nayara Gonçalves Casagrande Benetti
Fiscal Titular: Jesus Rodrigues Soares
Fiscal Suplente: Daniel Coelho Virmond

Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação
Gestor (a) da Ata: Patricia Falasz Bertate
Fiscal Titular: Nadiele Rocha Pereira
Fiscal Suplente: Rosimeire Claudia Fracaroli de Lima

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Gestor (a) da Ata: Felipe Aparecido de Souza Oliveira
Fiscal Titular: Diego Fernando Rodrigues
Fiscal Suplente: Fabrício Henrique Machado dos Santos

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Gestor (a) da Ata: Luiz Carlos Alves de Oliveira
Fiscal Titular: Gilmar Silva de Castro
Fiscal Suplente: Evelise Hilmann de Lima

Procuradoria Geral do Município
Gestor (a) da Ata: Vinicius Brian Zequim Okabayashi
Fiscal Titular: Leonardo Fratini Xavier de Souza
Fiscal Suplente: Sueli Antunes

Secretaria Municipal de Saúde
Gestor (a) da Ata: Valdemir Nogueira Lima
Fiscal Titular: Golam R. Pereyra Melgar
Fiscal Suplente: Silvio Schueroff

Secretaria Municipal de Assistência Social
Gestor (a) da Ata: Rafaela dos Santos Silva
Fiscal Titular: Denise Meneghetti Chaparro
Fiscal Suplente: Rosana Maria Marques de Freitas

Secretaria Municipal de Educação
Gestor (a) da Ata: Mateus Sposito
Fiscal Titular: Luciano Gonçalves de Lima
Fiscal Suplente: Sandra Marcia Barbarelli Morgado

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Gestor (a) da Ata: Aparecida de Fátima Ferreira
Fiscal Titular: Marcelo Milani do Nascimento
Fiscal Suplente: Flavio Patricio Neto

Secretaria Municipal de Agricultura
Gestor (a) da Ata: Roberto Delmande Silva
Fiscal Titular: João Cezar Varoto de Oliveira
Fiscal Suplente: Caetano Ferrari

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito
Gestor (a) da Ata: Matheus Buchner Garcia
Fiscal Titular: Sergia Cristina de Carvalho dos Santos
Fiscal Suplente: Cristiane Souza Seleguim

Art. 2º A designação formal do fiscal do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constante na Autorização e Justificativa para Aditivo contido no Processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretoria Especial de Compras

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:0590A9E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 1.772/2026

Altera a composição do Comitê Gestor do Programa Cidades e Comunidades Amigáveis da Pessoa Idosa e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº 27.770/2026,
RESOLVE:

Art. 1º Ficam substituídos os seguintes membros suplentes do Comitê Gestor do Programa Cidades e Comunidades Amigáveis da Pessoa Idosa, nomeados pela Portaria nº 1.674/2026:

I- Representantes da Fundação Cultural de Paranavaí
Suplente: Geslei Rodrigues da Luz
II- Representantes da Secretaria Municipal de Fazenda Pública
Suplente: Rodrigo Antonio Ceron

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 1.674/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 25 de Setembro de 2026.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:902C3DBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

NOVA DATA: 4 DE NOVEMBRO

O Poder Legislativo convida para **Audiência Pública** que discutirá o **Projeto de Lei nº 128/2026, que dispõe sobre o Regime Jurídico do Servidor Público do Município de Pato Branco, de suas autarquias e fundações.**

Data: **4 de novembro de 2026 (quarta-feira)**
Horário: **19 horas**
Local: **Plenário de Sessões da Câmara Municipal**
Rua Arariboia 491, Centro, Pato Branco/PR

*O **Projeto de Lei nº 128/2026** encontra-se disponível em: https://sapl.patobranco.pr.leg.br/materia/34567*

*Acompanhe a transmissão **ao vivo** em nosso canal: http://youtube.com/camarapb*

Publicado por:
Mariana Carvalho Martins
Código Identificador:118466D9

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 2º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 11/2024

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e GLOBALSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ/MF: 43.690.572/0001-52. Objeto: Fica reajustado, a partir de 26 de setembro de 2026, o valor da Ata nº 11/2024, cujo objeto é registro de preços para futura e eventual emissão e fornecimento de certificados digitais, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 4,22% (quatro inteiros e vinte e dois centésimos por cento), passando os valores a serem praticados de acordo ao seguinte. Item 1: R$ 54,77, Item 2: R$ 54,77, Item 3: R$ 42,80, Item 4: R$ 54,76; Dotação: 136/3.3.90.39.99.99.00- DEMAIS SERVICOS DE TERCEIROS, PESSOA JURIDICA. Origem do Contrato: Pregão Eletrônico nº 14/2024, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 59/2024. Local, data e assinatura: Pato Branco, 26 de setembro de 2026.

JOECIR BERNARDI-
Contratante

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:2C0D2F9B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE FRACASSADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026 – PROCESSO Nº 139/2026

O Município de Pato Branco, através da Pregoeira ***Naudieri Provensi*** designada pela Administração Municipal através da Portaria nº 32/2026, torna público aos interessados no processo de Pregão Eletrônico nº 54/2026, objetivando a Contratação de empresa para aquisição de arenas de robótica fabricadas sob encomenda, incluindo a elaboração dos projetos técnicos, o fornecimento integral dos materiais, a fabricação, o transporte, a montagem, a primeira instalação, a desmontagem, o transporte, a reinstalação definitiva, os testes e os ajustes necessários à entrega dos bens em condições de utilização, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, que a empresa participante não atendeu as condições editalicias estabelecidas no item 9.5.4 do edital. Com isso, o processo licitatório em epigrafe fica considerado FRACASSADO. Pato Branco, 25 de setembro de 2026.

NAUDIERI PROVENSI –
Pregoeira.

Publicado por:
Naudieri Provensi
Código Identificador:0B631A36

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE FRACASSADO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 22/2026 - PROCESSO Nº 138/2026

O Município de Pato Branco, através da Agente de Contratação ***Thais Love Peres*** designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 31/2026, torna público aos interessados que a licitação na modalidade de Concorrência Eletrônica nº 22/2026, objetivando a Pavimentação asfáltica de Estrada Vicinal Municipal em CBUQ, 27.577,77 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. . Trechos: - ESTRADA MUNICIPAL COMUNIDADE TRÊS PONTES, a empresa participante não atendeu as condições editalicias dos itens 4 e 7 do edital. Com isso, o processo licitatório em epigrafe fica considerado FRACASSADO. Pato Branco, 24 de setembro de 2026.

THAIS LOVE PERES.
Agente de Contratação

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:249074B0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 195/2025. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025, PROCESSO Nº 80/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Banxap - Banheiros Moveis Ltda.

OBJETO: O registro de preços para futura, eventual e fracionada prestação de serviços de sistema de sonorização, iluminação, imagem, mobiliários diversos, locações como tendas, banheiros químicos, grupo gerador, climatizadores, brinquedos recreativos, plataforma elevatória, caminhão guindauto/guindaste, segurança desarmada, contêineres de metal, painel de led, cabine fotográfica, equipamento simulador de corrida, grade de contenção, mestre de cerimônia, máquina de neve e de papel picado, arquibancada e transformador trifásico, os quais poderão ser utilizados em eventos, feiras, locais públicos e serviços de manutenção, atendendo as necessidades das diversas Secretarias e Departamentos da Administração Municipal.

ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência, com fundamento no art. 84 da Lei 14.133/2021 e nos termos do item 4, subitem 4.1 da Ata de Registro de Preços, as partes pactuam prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 29/09/2027, bem como ficam renovados os saldos nas mesmas quantidades originalmente pactuadas na Ata. As demais cláusulas permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o corrente aditamento. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento da Ata de Registro de Preços e do presente.

Pato Branco, 25 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

MARIA ANGELA DRESCH BEAL **–**
Representante Legal.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:49F6BA63

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 196/2025. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025, PROCESSO Nº 80/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e E.P.S. Vigilancia e Seguranca Ltda.

OBJETO: O registro de preços para futura, eventual e fracionada prestação de serviços de sistema de sonorização, iluminação, imagem, mobiliários diversos, locações como tendas, banheiros químicos, grupo gerador, climatizadores, brinquedos recreativos, plataforma elevatória, caminhão guindauto/guindaste, segurança desarmada, contêineres de metal, painel de led, cabine fotográfica, equipamento simulador de corrida, grade de contenção, mestre de cerimônia, máquina de neve e de papel picado, arquibancada e transformador trifásico, os quais poderão ser utilizados em eventos, feiras, locais públicos e serviços de manutenção, atendendo as necessidades das diversas Secretarias e Departamentos da Administração Municipal

ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência, com fundamento no art. 84 da Lei 14.133/2021 e nos termos do item 4, subitem 4.1 da Ata de Registro de Preços, as partes pactuam prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 29/09/2027. Com a renovação dos quantitativos originalmente registrados na Ata. As demais cláusulas permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o corrente aditamento. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento da Ata de Registro de Preços e do presente.

Pato Branco, 25 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

ANA CLEIDE FAVERO **–**
Representante Legal.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:85AA45C7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 197/2025. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025, PROCESSO Nº 80/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Iagnecz & Iagnecz Eventos Ltda.

OBJETO: O registro de preços para futura, eventual e fracionada prestação de serviços de sistema de sonorização, iluminação, imagem, mobiliários diversos, locações como tendas, banheiros químicos, grupo gerador, climatizadores, brinquedos recreativos, plataforma elevatória, caminhão guindauto/guindaste, segurança desarmada, contêineres de metal, painel de led, cabine fotográfica, equipamento simulador de corrida, grade de contenção, mestre de cerimônia, máquina de neve e de papel picado, arquibancada e transformador trifásico, os quais poderão ser utilizados em eventos, feiras, locais públicos e serviços de manutenção, atendendo as necessidades das diversas Secretarias e Departamentos da Administração Municipal

ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência
Com fundamento no art. 84 da Lei 14.133/2021 e nos termos do item 4, subitem 4.1 da Ata de Registro de Preços, as partes pactuam prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 29/09/2027, bem como ficam renovados os saldos nas mesmas quantidades originalmente pactuadas na Ata. As demais cláusulas permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o corrente aditamento. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento da Ata de Registro de Preços e do presente.

Pato Branco, 25 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

JOÃO CARLOS IAGNECZ **–**
Representante Legal.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:AA0051B3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026 - CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 118/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 38/2026 – PROCESSO N° 109/2026.

PARTES: Município de Pato Branco e P C ZYDEK & CIA LTDA.

OBJETO: A prestação de serviço de desmonte de rocha com escavadeira hidráulica equipada com rompedor hidráulico na área de implantação da nova célula de aterro sanitário, em atendimento à Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

ADITAMENTO: Do Acréscimo, nos termos da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu art. 124, inciso I, alínea “b”, em razão da justificativa apresentada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, as partes acordam o acréscimo do valor do item 1 de R$ 6.071,10(seis mil e setenta e um reais e dez centavos) passando o valor total do item 01 de R$ 28.910,00 (vinte e oito mil novecentos e dez reais) para R$ 34.981,10 (trinta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e dez centavos)equivalente a 21% do valor do item 01 do Contrato Original, conforme Anexo I. Dotação Orçamentária, para manutenção das despesas será utilizada a seguinte dotação orçamentária: 12.03. Departamento de Limpeza, Conservação de. Fonte 5555 – Ação 2.385 – Despesa 43609 – Desdobramento 45261. Da Alteração do Fiscal,

com fundamento no Art. 117 e 136 da Lei 14.133/2021, altera-se o fiscal técnico do contrato original constante na cláusula sétima, inciso IX, passando a viger conforme segue: Onde se lê:
"a) Fiscal técnico: Diretor do Departamento de Limpeza, Conservação de Vias e Espaços Públicos, servidor Antonio Cezar Soares, Matrícula nº 110663."
Leia-se: "a) Fiscal técnico: Engenheira Civil Maria da Silva, Matrícula nº 63789/1.". Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente termo.

Pato Branco, 25 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

PAULO CESAR ZYDEK –
Representante Legal.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:9B8C280D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026 – TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 35/2024 - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024.

PARTES: Município de Pato Branco e Bruno Henrique Lefchak.

OBJETO: A regulamentação das relações entre a ITECPB/PR da SMCTI e a INCUBADA, na modalidade de RESIDENTE, para o desenvolvimento de empreendimentos, estabelecendo condições de permissão de uso a título precário, de espaço físico nas dependências da ITECPB/PR, consubstanciado em sala individual com área de 25 m², composta com mobiliário especificado em documento anexo a este Termo, linha de telefone e acesso à internet, além de sala de negócios/reuniões, das áreas comuns e também das facilidades e apoios oferecidos, e de suas obrigações e direitos.

ADITAMENTO: Do Aumento de Espaço Físico, com fundamento no Art. 31, §2º do Decreto Municipal nº 9.716/2023 e conforme justificativas constantes no Processo Administrativo n° 8.516/2025, as partes pactuam o aumento de espaço para execução dos serviços do incubado, objetivando assim, a alavancagem operacional. Sendo assim, o espaço que atualmente conta com 25 m², passa a ter 50 m².
Do Valor, considerando a alteração do espaço cedido ao incubado, fica alterado o valor a ser recolhido aos cofres públicos, passando de 04 (quatro) UFMs para 08 (oito) UFMs mensais.

Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente termo.

Pato Branco, 25 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

BRUNO HENRIQUE LEFCHAK –
Incubado

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:A964A595

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026 – TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 38/2024 - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2023.

PARTES: Município de Pato Branco e Pedro Henrique Baldin Coelho.

OBJETO: A regulamentação das relações entre a ITECPB/PR da SMCTI e a INCUBADA, na modalidade de RESIDENTE, para o desenvolvimento de empreendimentos, estabelecendo condições de permissão de uso a título precário, de espaço físico nas dependências da ITECPB/PR, consubstanciado em sala individual com área de 25 m², composta com mobiliário especificado em documento anexo a este Termo, linha de telefone e acesso à internet, além de sala de negócios/reuniões, das áreas comuns e também das facilidades e apoios oferecidos, e de suas obrigações e direitos.

ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência, com base no art. 47, XXIV, da Lei Orgânica Municipal, no art. 19 do Decreto Municipal n.º 9.261/2022, nos itens 12.1 e 12.2 do Edital de Seleção n.º 01/2024 e na Cláusula Sexta do Termo de Permissão de Uso n.º 38/2024, as partes pactuam pela prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (Doze) meses, passando a viger até o dia 26/09/2027.

Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente termo.

Pato Branco, 25 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

PEDRO HENRIQUE BALDIN COELHO –
Incubado

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:C33EC1E9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 02/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 237/2025/GP. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2025, PROCESSO Nº 82/2025

PARTES: Município de Pato Branco e Alimentex Distribuidora Ltda.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, em atendimento as demandas de todas as secretarias e departamentos da Administração Municipal.

ADITAMENTO: Do Reequilíbrio , com base no Art. 124, inciso II, alínea "d", e com fundamento nas justificativas acostadas aos autos do Processo Administrativo 16.768/2026, fica reequilibrado o item 279 conforme Anexo I – Item Reequilibrado. Ficam mantidas e ratificadas as demais regras e condições da Ata de Registro de Preços, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

Pato Branco, 25 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

ALEXANDRE TOLOTTI DE MESQUITA –
Representante Legal.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:8EAE6763

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 02/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 243/2025/GP. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2025. PROCESSO N° 82/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Mang Foods Atacadista Ltda. OBJETO: A aquisição de gêneros alimentícios, em atendimento as demandas de todas as secretarias e departamentos da Administração municipal.

ADITAMENTO: Do Reequilíbrio, com base no Art. 124, inciso II, alínea "d" da lei n° 14.133/21, e com fundamento nas justificativas acostadas aos autos do Processo Administrativo 16.494/2026, fica reequilibrado o item 286, conforme Anexo I – Itens Reequilibrados. Ficam mantidas e ratificadas as demais regras e condições da Ata de

Registro de Preços, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

Pato Branco, 25 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

WLADEMYR ALBERT FERREIRA –
Representante Legal.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:58C9460D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 05/2026 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 06/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 76/2025 – PROCESSO N° 148/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Gente Seguradora S.A.

OBJETO: A execução de prestação de serviços de Seguro para Veículos Pequenos, Utilitários e Ambulâncias, em atendimento a Administração Municipal.

ADITAMENTO: Da Inclusão de Seguro, com base na Lei 14.133/21, especialmente em seu Art. 124, Inciso I, alínea “b”, ficam acrescidos ao objeto o seguro dos veículos, com cobertura conforme termo.Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente termo.

Pato Branco, 25 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

JOHNATAN MARINI DA SILVA –
Representante Legal.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:D35E958A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 194/2026.

Retificação da publicação que circulou dia 25/09/2026. Edição 3624

Onde se lê: Comunitário de Segurança De Pato Branco – PR
Leia-Se: Conselho Comunitário de Segurança De Pato Branco – PR

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:3B5B39FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADITAMENTO N.º 01 CONTRATO N.º 15/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2025 - PROCESSO N° 118/2025

DAS PARTES: Município de Pato Branco e LS Refrigeração Ltda .
OBJETO: Aquisição de aparelhos novos de condicionadores de ar e cortinas de ar e prestação de serviços de instalação, retirada e realocação, manutenção corretiva e preventiva e higienização de condicionadores de ar e cortinas de ar, em atendimento as demandas de todas as secretarias e departamentos da Administração Municipal.
DO PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2026.
Pato Branco, 04 de setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Locatário.

JESSICA DO AMARAL DE MORAES SANDI -
Representante Legal

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:E6A41389

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
NOTIFICACAO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Conforme determina o Artigo 2º da Lei 9.452/97, NOTIFICAMOS aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, que o município de Pato Branco recebeu no dia 14/09/2026 a 21/09/2026 os Recursos Federais, abaixo descritos:

INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENCAO A SAUDE BUCAL	**14/09/2026**	**14.000,00**
SAMU 192	**14/09/2026**	**231.374,65**
MERENDA, PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	**14/09/2026**	**217.764,50**
FNAS GBF- CADASTRO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA	**15/09/2026**	**9.551,33**
FUNDEB	**15/09/2026**	**314.394,36**
FUNDEB	**16/09/2026**	**1.557.676,56**
FUNDEB	**17/09/2026**	**397,56**
FUNDEB	**18/09/2026**	**300.476,12**
FPM – FUNDO PARTICIPAÇÃO MUNICÍPIOS	**18/09/2026**	**1.581.296,13**
ITR – IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	**18/09/2026**	**17.578,51**
IPM – IPI EXPORTAÇÃO	**18/09/2026**	**12.119,60**
DISTRIBUICAO SALARIO EDUCACAO	**18/09/2026**	**501.615,72**

Pato Branco 25 de setembro de 2026.

Atenciosamente,

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicado por:
Indiane Ferreira de Souza
Código Identificador:849AEF32

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.014, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 718.285,00 (setecentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e cinco reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, “c”, ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 29.297, de 25 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 718.285,00 (setecentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e cinco reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
05.02	**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**	
04	**Administração**	
04.122	**Administração Geral**	
04.122.0012	**Gestão de Licitações e Compras**	
2.386	Manutenção do Departamento de Planejamento de Contratações	
3.3.90.40 – 000 (24944)	Serviços de Tecnologia da Informação	6.500,00

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.02	**DEP DE APOIO OPERACIONAL E INFRAEST EDUC**	
12	**Educação**	
12.361	**Ensino Fundamental**	
12.361.0094	**Programa de Construção, Reforma e Manutenção**	

	das Unidades Escolares	
2.254	Manutenção e Conservação das Unidades Escolares	
3.3.90.39 – 103 (25352)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	250.000,00

07.03	**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO ENSINO**	
12	**Educação**	
12.361	**Ensino Fundamental**	
12.361.0039	**Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal**	
2.098	Manutenção das Atividades do FUNDEB 70%	
3.1.90.11 – 101 (25437)	Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoal Civil	6.000,00
3.1.90.13 – 101 (25438)	Contribuições Patronais	1.000,00

12.365	**Educação Infantil**	
12.365.0039	**Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal**	
2.176	Manutenção das Atividades da Educação Infantil	
4.4.90.52 – 104 (25546)	Equipamentos e Material permanente	150.000,00

Código	**Especificação**	**Valor (R$)**
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
08.01	**ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE**	
10	**Saúde**	
10.301	**Atenção Básica**	
10.301.0043	**Manutenção da Saúde**	
2.122	Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde (ACS)	
3.1.90.13 – 303 (25656)	Contribuições Patronais	400,00

Código	**Especificação**	**Valor (R$)**
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
12.02	**DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**	
18	**Gestão Ambiental**	
18.451	**Preservação e Conservação ambiental**	
18.451.0033	**Preservar e Melhorar o Meio Ambiente**	
2.076	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente	
3.3.90.39 – 5555 (41899)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	300.000,00

18.452	**Serviços Urbanos**	
18.452.0070	**Gestão da Central de Óbitos, Cemitérios e Capelas Mortuárias**	
2.330	Manutenção da Central de Óbitos	
3.3.90.93 – 51045 (47134)	Indenizações e Restituições	4.385,00

Total	**718.285,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias e do superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

I - recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias:

Código	**Especificação**	**Valor (R$)**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
05.02	**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**	
04	**Administração**	
04.122	**Administração Geral**	
04.122.0012	**Gestão de Licitações e Compras**	
2.386	Manutenção do Departamento de Planejamento de Contratações	
3.3.90.39 – 000 (24943)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.500,00

Código	**Especificação**	**Valor (R$)**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.02	**DEP DE APOIO OPERACIONAL E INFRAEST EDUC**	
12	**Educação**	
12.361	**Ensino Fundamental**	
12.361.0094	**Programa de Construção, Reforma e Manutenção das Unidades Escolares**	
1.041	Construir Unidades Escolares	
4.4.90.51 – 103 (25342)	Obras e Instalações	250.000,00
4.4.90.51 – 104 (25343)	Obras e Instalações	150.000,00

07.03	**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO ENSINO**	
12	**Educação**	
12.361	**Ensino Fundamental**	
12.361.0039	**Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal**	
2.098	Manutenção das Atividades do FUNDEB 70%	
3.1.90.16 – 101 (25439)	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	7.000,00

Código	**Especificação**	**Valor (R$)**
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
08.01	**ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE**	
10	**Saúde**	
10.301	**Atenção Básica**	
10.301.0077	**Implantar e Manter Programa de Serviço de Atendimento Domiciliar**	
2.638	Implantação e Manutenção do SAD	
3.1.90.07 – 303 (25719)	Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	400,00

Subtotal	**413.900,00**

II - superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025:

Código	**Especificação**	**Valor (R$)**
5555	Sanepar - Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município	300.000,00
51045	Outros Recursos não Vinculados	4.385,00

Total	**718.285,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:84BACEBB

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.021 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 29.317, de 25 de setembro de 2026, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	**Especificação**	**Valor (R$)**
18	**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV**	
18.01	**PATOPREV**	
09	**Previdência Social**	
09.272	**Previdência do Regime Estatutário**	
09.272.0059	**Manutenção do Instituto de Previdência PATOPREV**	
2.359	Manter a sede do "Instituto de Previdencia dos Servidores Publicos Municipais de Pato Branco	
3.3.90.39 – 100 (27257)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	270.000,00
Total		**270.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata a presente Decreto, serão utilizados recursos proveninentes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	**Especificação**	**Valor (R$)**
18	**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV**	
18.01	**PATOPREV**	
09	**Previdência Social**	
09.272	**Previdência do Regime Estatutário**	
09.272.0059	**Manutenção do Instituto de Previdência PATOPREV**	
2.359	Manter a sede do "Instituto de Previdencia dos Servidores Publicos Municipais de Pato Branco	
3.1.90.13 – 100 (27247)	Contribuições Patronais	50.000,00
3.1.90.49 – 100 (27250)	Auxilio Transporte	20.000,00
3.1.91.13 – 100 (27251)	Contribuições Patronais	20.000,00
3.3.90.33 – 100 (27254)	Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00
3.3.90.40 – 100 (27258)	Serviços de Tecnologia da Informação E C	50.000,00

3.3.90.91 – 100 (27259)	Sentenças Judiciais	100.000,00
Total		**270.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:4A4CC49A

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA GP Nº 91, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

Designa os representantes da Administração Pública Municipal e o Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio – CIPA e formaliza, com a posse de seus membros, a composição da gestão 2026/2027.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, na forma do art. 62, inciso II, alíneas "c" e "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, §§ 2º a 4º, 5º, 9º e 10 da Lei Municipal nº 6.602, de 14 de maio de 2026;
Considerando o resultado do processo eleitoral para escolha dos representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – CIPA;
Considerando as indicações dos representantes da Administração Pública Municipal;
Considerando a posse dos membros da CIPA, Gestão 2026/2027, realizada em 18 de setembro de 2026; e
Considerando o contido no Memorando nº 28.688, de 18 de setembro de 2026, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores como representantes da Administração Pública Municipal na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – CIPA, para o mandato de 1 (um) ano, contado da posse ocorrida em 18 de setembro de 2026:
I – titulares:
a) Douglas Luiz Mondstock, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
b) Tamyciely Pavan Mezzomo Parzianello, da Secretaria Municipal de Saúde;
c) Mirian Rodrigues, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes; e
d) Flavio Roberto Ruzza, da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras;
II – suplentes:
a) Gorete de Fátima Procópio Colombo, da Secretaria Municipal de Assistência Social – 1ª suplente;
b) Marcelo Augusto Faccin, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – 2º suplente; e
c) Nereu Vidal Palhano Júnior, da Secretaria Municipal de Agricultura – 3º suplente.

Art. 2º Designar o servidor Douglas Luiz Mondstock, representante titular da Administração Pública Municipal, para exercer a função de Presidente da CIPA, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 6.602, de 14 de maio de 2026.

Art. 3º Para fins de formalização da composição da CIPA, ficam registrados os seguintes representantes dos trabalhadores, escolhidos mediante processo eleitoral:
I – titulares:
a) Wagner Bertasso, da Secretaria Municipal de Administração;
b) Francielli Franco Brunismann, da Secretaria Municipal de Educação;
c) Bruno Eduardo Medino Padilha, da Secretaria Municipal de Saúde; e
d) Raquel Tatiane Tavares de Arruda, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
II – suplentes:
a) Patrícia Cabral Ferronato, da Secretaria Municipal de Administração – 1ª suplente;
b) Joarez da Cruz, da Secretaria Municipal de Saúde – 2º suplente; e
c) Gilvane Lopes Pereira, da Secretaria Municipal de Educação – 3º suplente.

Art. 4º Ficam registrados, conforme deliberação constante da Ata de Posse de 18 de setembro de 2026:
I – Bruno Eduardo Medino Padilha, representante titular eleito pelos trabalhadores, como Vice-Presidente da CIPA;
II – Raquel Tatiane Tavares de Arruda como Secretária da CIPA; e
III – Tamyciely Pavan Mezzomo Parzianello como substituta da Secretária da CIPA.

Art. 5º O exercício das atribuições dos membros da CIPA observará o disposto na Lei Municipal nº 6.602, de 14 de maio de 2026, na Norma Regulamentadora nº 5 – NR-5 e nas demais normas aplicáveis à segurança e à saúde no trabalho.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por intermédio dos setores competentes, adotará as providências administrativas necessárias ao cumprimento das obrigações relativas à documentação, ao calendário de reuniões e ao treinamento dos membros da CIPA, nos prazos previstos na legislação aplicável.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinada digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:2C0BD60A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 73/2026

Súmula: Aprova a alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Pato Branco, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.384, de 02 de outubro de 1995, por meio de deliberação em reunião extraordinária realizada no dia 25 de setembro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS 2026, nos termos apresentados ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pato Branco, 25 de setembro de 2026.

ADRIANA SALETE PETER FERNANDES DOS SANTOS
Presidente
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:9B3369EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA SMS N.º 07/2026

Aprova os Documentos Orientadores para Elaboração e Validação de Procedimentos Operacionais Padrão –

POPs, Protocolos de Enfermagem, Protocolos Municipais e o Instrumento de Validação de Documentos Técnico-Normativos, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco, e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATO BRANCO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 45 da Lei Municipal nº 4.742/2016;
CONSIDERANDO a Constituição Federal e a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõem sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
CONSIDERANDO a competência do gestor municipal de saúde para organizar, coordenar e normatizar as ações e os serviços de saúde no âmbito municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes institucionais para a elaboração, revisão, validação e aprovação de POPs e Protocolos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco, visando à qualificação das ações e serviços de saúde;
CONSIDERANDO a importância de estabelecer parâmetros para a avaliação e validação dos documentos técnico-normativos elaborados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovados, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco, os seguintes Documentos:
Documento orientador: Roteiro para Elaboração e Validação de Procedimentos Operacionais Padrão – POPs;
Documento orientador: Roteiro para Elaboração e Validação dos Protocolos de Enfermagem;
Documento orientador: Roteiro para Elaboração e Validação de Protocolos Municipais;
Instrumento de validação de documentos técnico-normativos.

Art. 2º Os Documentos Orientadores de que trata o art. 1º têm por finalidade estabelecer diretrizes, critérios e etapas para a elaboração, validação, revisão, aprovação e publicação dos respectivos documentos técnicos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco.

Art. 3º A elaboração e a revisão de Procedimentos Operacionais Padrão – POPs, Protocolos de Enfermagem e Protocolos Municipais deverão observar as orientações, os critérios e os fluxos estabelecidos nos respectivos Documentos Orientadores aprovados por esta Portaria.

Art. 4º O Instrumento de Validação de Documentos Técnico-Normativos será utilizado para orientar e subsidiar o processo de validação dos documentos elaborados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, mediante análise de aspectos relacionados à relevância, aplicabilidade, objetividade, coerência, adequação técnico-normativa e consistência técnico-científica.

Art. 5º Compete às áreas técnicas responsáveis pela elaboração dos documentos:
Observar as diretrizes estabelecidas nos respectivos Documentos Orientadores;
Assegurar a fundamentação técnico-científica e a compatibilidade dos documentos com a legislação e as normativas vigentes;
Promover a participação dos profissionais e setores envolvidos, conforme a natureza e a abrangência do documento;
Encaminhar os documentos para as etapas de análise e validação previstas nos respectivos roteiros;
Acompanhar a necessidade de atualização dos documentos sob sua responsabilidade.

Art. 6º Compete às coordenações e chefias dos serviços e setores da Secretaria Municipal de Saúde apoiar a implementação dos documentos aprovados, promover sua divulgação junto às equipes e contribuir para sua aplicação e atualização, quando pertinente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 25 de setembro de 2026.

MARCIA FERNANDES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Saúde

(Os documentos aprovados estarão disponíveis no Portal de Transparência)

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:4172E4FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA Nº 44, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço à servidor do Poder Legislativo Municipal.

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa de Leis e o art. 14 da Lei nº 1.156/2011, alterada pela Lei nº 1.344/2014, **RESOLVE**:

Art. 1º **CONCEDER,** a partir de 3 de setembro de 2026, a Progressão Funcional por Tempo de Serviço ao Servidor Marcos Roberto Banhara, ocupante do cargo efetivo de Advogado, o qual progredirá dentro Classe E, para a Categoria Funcional "V" da Tabela constante no Anexo VI da Lei 1.156/2011 alterada pela Lei nº 1.344/2014, incorporando o percentual de 3% (três por cento) no salário base.

Art. 2˚ Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas, PR, 25 de setembro de 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:CE1C7E93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVÊNIO Nº /2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE

CONVÊNIO Nº..... /2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Paula Freitas** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 75 687.954/0001-
1, com sede à Rua Agostinho de Souza, 646, nesta cidade de Paula Freitas - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sebastião Algacir Dalpra, portador da cédula de identidade RG n.º 4.624.765 -5 PR e do CPF n.º 660.883.729-15, residente e domiciliado em Rua Agostinho de Souza, 215, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis

nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 50.000,00 em duas parcelas de R$ 25.000,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Setembro, Dezembro/2026 conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrá à conta da Dotação Orçamentária n.º 260, elemento de despesa – 3.3.90.32, Fonte: 303.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Paula Freitas, 26 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

MARCELO JOSÉ BERNARDELI PALHARES
Presidente do Conselho Deliberativo do CONSÓRCIO

TESTEMUNHAS:

1- Maria Rosemeide Kimita CPF: 027.998.319-07
Secretária de Saúde

2– Hemerson José Kmita CPF: 060.645.209-57
Secretário de Administração

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:076AF6FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.471/2026 - DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 3.471/2026 - DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Institui o Comitê Gestor da Política de Alfabetização da Secretaria Municipal de Educação

do Município de Paula Freitas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, Estado do PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DAS FINALIDADES

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor da Política de Alfabetização da Secretaria Municipal de Educação do Município de Paula Freitas para o biênio 2026-2028, com a finalidade de assessorar a gestão da política educacional municipal, contribuir para o planejamento das ações da Secretaria Municipal de Educação, acompanhar a execução das ações administrativas e pedagógicas e promover o aprimoramento da qualidade da educação pública municipal.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O Comitê Gestor será composto pelos seguintes membros, para o biênio 2026-2028

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Gislaine Aparecida Soares Galle
Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Eliziane Ribeiro
Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Marilize Olivete Loth
Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação	Nelsa Matilde Brixi da Silva
Representante dos professores Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Alda Line Jungles Camargo
Representante dos professores da Educação Infantil	Larissa Gruba da Silva
Representante dos professores da Educação Especial	Alice Levandoski Torquato
Representante dos Diretores das Escolas Municipais	Maria Claudia da Silva Joceline Mendes Carneiro
Representante do Conselho Municipal de Educação	Jonasmara Pereira

§ 1º Os membros do Comitê Gestor serão indicados pelos respectivos órgãos ou setores que representam e designados neste Decreto do Prefeito Municipal.
§ 2º O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 3º O Comitê Gestor contará com a seguinte estrutura organizacional:
I – Presidente;
II – Coordenador;
III – Secretário Executivo.

§ 1º A Presidência será exercida pelo Secretário Municipal de Educação.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Comitê Gestor:
I – Acompanhar e monitorar a execução da Política Municipal de Alfabetização
no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
II – Propor estratégias para o aperfeiçoamento da gestão administrativa, pedagógica e financeira da Secretaria Municipal de Educação;
III – Acompanhar a execução das metas previstas no Plano Municipal de Educação relacionadas à Política Municipal de Alfabetização;
IV – Promover a integração entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares;
V – Analisar indicadores educacionais e propor medidas destinadas à melhoria da aprendizagem, da permanência e do desempenho escolar;
VI – Acompanhar os resultados das avaliações internas e externas da aprendizagem;
VII – Elaborar relatórios, pareceres e recomendações, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Educação;
VIII – Divulgar, incentivar e reconhecer boas práticas pedagógicas;
IX – Colaborar na elaboração e na execução de ações de formação continuada
dos professores alfabetizadores;
X – Propor ajustes e correções de rumo nos programas pedagógicos sempre que os indicadores apontarem necessidade;
XI – Fomentar a articulação intersetorial entre as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social;
XII – Estimular canais de diálogo e participação ativa das famílias e da sociedade civil no processo de alfabetização;
XIII – Emitir parecer técnico bienal sobre o andamento da política pública no município.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros
Art. 6º As deliberações do Comitê Gestor serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, observada a existência de quórum mínimo correspondente à maioria absoluta de seus membros, e registradas em ata.
Art. 7º A participação no Comitê Gestor constitui serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação prestará o suporte técnico, administrativo e operacional necessário ao funcionamento do Comitê Gestor.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Comitê Gestor,
observada a legislação vigente.
Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as
disposições em contrário.

Paço municipal, 25 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:A0778A8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE PAULA FREITAS – PR

POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
DE PAULA FREITAS – PR

PAULA FREITAS – 2026

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 03
Justificativa pedagógica..... 03
MARCOS LEGAIS DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL E NO PARANÁ 04
2.1 NO ÂMBITO NACIONAL..... 04
2.1.1 Programas de alfabetização no âmbito nacional..... 06
2.2 NO ÂMBITO ESTADUAL..... 07
2.3 A Estrutura do Referencial Curricular do Paraná..... 09
2.4 NO ÂMBITO MUNICIPAL..... 10
2.4.1 Metas Principais..... 12
2.4.2 Plano de Ação Pedagógica..... 12
Conhecendo a Rede Municipal de Ensino de Paula Freitas..... 12

2.4.4 Avaliações Externas e Monitoramento Pedagógico (Meta 3 A)..... 14
2.4.5 Expansão de Matrículas em Tempo Integral (Meta 06 A)..... 14
ALFABETIZAÇÃO COM LETRAMENTO..... 15
ALFABETIZAÇÃO COM LETRAMENTO: ORIENTAÇÕES..... 18
4.1 Educação Infantil: Práticas e Intencionalidade..... 19
4.2 1º e 2 anos - Sistematização da Alfabetização..... 22
4.3 3º ao 5º ano - Consolidação e Complexificação..... 23
AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO..... 24
PLANO DE AÇÃO..... 25
6.1 Matriz de Metas, Ações e Prazos..... 25
6.2 Avaliação e revisão periódica..... 26
6.3 Engajamento Familiar: Programa Família Cooperadora..... 26
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 27
8. REFERÊNCIAS..... 28
9. MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO DE FLUÊNCIA E DESEMPENHO LEITOR (1º E 2º ANO)..... 32

Fundamentação Teórica

Justificativa Pedagógica

A formulação desta Política Municipal de Alfabetização responde de forma direta ao direito constitucional à educação de qualidade e ao desenvolvimento integral da criança. Fundamenta-se na premissa de que a alfabetização é a base de todo o percurso escolar subsequente. O insucesso nesta etapa gera impactos severos na evasão, na distorção idade-série e na exclusão social.

A presente política reveste-se de relevância pública incontestável. Ela visa assegurar o direito fundamental de todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino de estarem plenamente alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. O analfabetismo funcional e o atraso na aquisição da leitura geram prejuízos irreversíveis ao longo de toda a trajetória escolar, impactando diretamente os índices sociais e econômicos do nosso município.

Ademais, a medida se faz estritamente necessária para consolidar a adesão de Paula Freitas ao regime de colaboração federativa, conectando nossas diretrizes pedagógicas locais aos esforços estaduais promovidos pelo programa Educa Juntos e pela Estratégia Alfabetiza Juntos. Desse modo, o município assegura o recebimento de assistência técnica, materiais didáticos complementares de alta qualidade e programas estruturados de formação continuada para os nossos professores alfabetizadores.

O texto proposto institui metas claras de fluência leitora, mecanismos rigorosos de avaliação e monitoramento da aprendizagem, além de prever mecanismos de revisão periódica e transparência pública dos resultados, garantindo uma governança sólida para a educação municipal.

Considerando o amparo legal deste documento, seus alicerces estão firmados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96); pela Deliberação nº 03/2018, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná em 22 de novembro de 2018 e que institui normas complementares que instituem o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, com fundamento na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e orientam a sua implementação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná, traz em seu Art. 6º, Parágrafo Único, que “Competências e habilidades são equivalentes a direitos e objetivos de aprendizagem, conforme disposto no Plano Nacional de Educação (PNE, Lei n.º 13.005/2014)”.

No âmbito do Estado do Paraná, as ações articuladas neste documento alinham-se formalmente aos preceitos e diretrizes do programa Educa Juntos, instituído formalmente pela Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022. combinando esforços locais com a assistência técnica e pedagógica estadual. Pedagogicamente, adota-se uma abordagem que prioriza o letramento integrado ao desenvolvimento da consciência fonológica e do vocabulário, em estrita consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), entre outros marcos normativos e teóricos que orientam a prática docente.

A política assume o compromisso de assegurar que as práticas de ensino em sala de aula sejam sustentadas por evidências científicas de aprendizagem. Desse modo, o município estabelece o monitoramento individualizado do estudante a partir de avaliações diagnósticas formativas e exames de fluência em leitura. Esse arcabouço metodológico visa garantir que 100% das crianças da rede pública de Paula Freitas alcancem a alfabetização plena e a competência leitora e escritora na idade certa.

Seus princípios norteadores incluem o engajamento coletivo pela garantia do direito à alfabetização, a promoção da equidade, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o respeito à liberdade e à autonomia docente, bem como a valorização da diversidade (étnico-racial, regional e cultural) e dos profissionais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2023).

MARCOS LEGAIS DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL E NO PARANÁ

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma linha histórica acerca dos marcos legais, nacionais e estaduais, e sua relação com a alfabetização, entendida como um direito a ser garantido pelo Estado.

2.1 NO ÂMBITO NACIONAL

A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Como marco jurídico fundamental, ela organiza o funcionamento do Estado e os direitos dos cidadãos, imprimindo ao ensino a perspectiva da democratização e do direito social (BRASIL, 1988).

Consolidando esse processo, em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que estabelece princípios de liberdade e solidariedade, promovendo a igualdade de acesso e permanência na escola. Em seu artigo 4º, inciso XI, o texto prevê a: [...] alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos (BRASIL, 1996).

Ainda em consonância com o alinhamento nacional, em 1997, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O documento define a alfabetização como o início de um percurso para a formação de "cidadãos da cultura escrita" (BRASIL, 1997, p. 48). Os PCNs estabeleceram uma ruptura com métodos puramente sintéticos e descontextualizados, defendendo que o ensino da leitura e da escrita deve amparar-se nas práticas sociais de linguagem e em textos reais.

Dando continuidade às normativas, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), publicado em 1998, passou a considerar a alfabetização como um conhecimento de natureza conceitual. Segundo o referencial, a criança precisa compreender não apenas o que a escrita representa, mas como ela representa graficamente a linguagem: [...] um processo no qual as crianças precisam resolver problemas de natureza lógica até chegarem a compreender de que forma a escrita alfabética em português representa a linguagem, e assim poderem escrever e ler por si mesmas (BRASIL, 1998, p. 122).

A partir de 2006, com a Lei nº 11.274/2006, o Ensino Fundamental foi ampliado para nove anos, antecipando o ingresso formal das crianças para os seis anos de idade. Esse ajuste buscou garantir mais tempo para a consolidação da alfabetização e do letramento.

Posteriormente, em 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) propuseram um currículo pautado em campos de experiência, definindo-o como: Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p. 12).

Em 2013, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) reforçaram a importância de uma transição respeitosa entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. O documento propôs a organização dos três primeiros anos em um "ciclo da infância", combatendo a concepção linear de aprendizagem e reconhecendo as múltiplas influências sociais no processo alfabetizador.

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) definiu as aprendizagens essenciais em todo o território nacional. Para a Educação Infantil, a BNCC reitera os direitos de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e organiza as práticas em cinco campos de experiências, enfatizando que as crianças: [...] aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural de aprendizagem (BRASIL, 2017, p. 33).

No Ensino Fundamental, a BNCC determina que a alfabetização ocorra nos dois primeiros anos, focando na apropriação do sistema de escrita em contextos de letramento. A progressão do conhecimento é vista como uma ampliação das experiências estéticas e interculturais.

A progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e expectativas quanto o que ainda precisam aprender (BRASIL, 2017, p. 55).

2.1.1 Programas de alfabetização no âmbito nacional

Os programas de alfabetização instituídos em âmbito nacional foram impulsionados por movimentos de monitoramento dos índices educacionais, os quais constataram que a memorização mecânica, o treino de coordenação motora e os exercícios de repetição isolados não ofereciam contribuições substanciais para a aprendizagem efetiva. Em contrapartida, consolidou-se a compreensão de que o processo de leitura e escrita precisa estar articulado aos contextos reais de uso da língua, por meio de reflexões que façam sentido para as crianças. Nessa perspectiva, as políticas de fomento à alfabetização estruturaram-se, prioritariamente, em torno de movimentos de formação continuada de professores.

No ano de 2001, foi criado o Programa de Formação Continuada em Alfabetização e Letramento (PROFA), destinado a docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Suas atividades eram organizadas em unidades que buscavam a ampliação do repertório teórico dos professores e a reflexão crítica sobre a prática profissional. Posteriormente, em 2005, surgiu o Pró-Letramento, programa realizado pelo Ministério da Educação (MEC) com foco na melhoria da qualidade da aprendizagem em leitura, escrita e matemática. O Pró-Letramento foi pioneiro ao consolidar a abordagem do letramento na formação continuada, destacando-se como referência entre as políticas educacionais da época.

Em 2012, instituiu-se o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), como estratégia para o cumprimento da Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE). Seu objetivo central era garantir a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade (final do 3º ano do Ensino Fundamental). Com o apoio de universidades públicas, o PNAIC organizava-se em quatro eixos fundamentais: formação continuada; materiais didáticos e literatura; avaliação; e gestão, controle e mobilização social.

Dando continuidade ao fortalecimento da jornada escolar, em 2016 foi criado o Programa Novo Mais Educação (oriundo do Programa Mais Educação de 2007). Seu intuito era melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática por meio da ampliação do tempo de permanência do aluno na escola. Complementarmente, em 2018, o Programa Mais Alfabetização buscou apoiar as unidades escolares, especialmente aquelas com resultados insatisfatórios na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

No ano de 2019, o governo federal lançou a Política Nacional de Alfabetização (PNA), por meio do Decreto nº 9.765/2019, priorizando a alfabetização no primeiro ano do Ensino Fundamental. A PNA desdobrou-se em ações como o Programa Tempo de Aprender, estruturado nos eixos de formação profissional, apoio pedagógico, aprimoramento de avaliações e valorização dos alfabetizadores.

Mais recentemente, em 2023, o Decreto nº 11.556/2023 instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Baseado no regime de colaboração entre entes federativos, o CNCA almeja assegurar que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Além disso, o programa foca na recomposição das aprendizagens para crianças do 3º ao 5º ano. O referido Decreto aponta, em seu Art. 4º, as diretrizes para sua implementação:

I - O reconhecimento da autonomia dos entes federativos e do papel indutor, articulador e coordenador do Ministério da Educação [...];

II - O reconhecimento do protagonismo dos Municípios na oferta da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental [...];

IV - O fortalecimento do regime de colaboração dos Estados com os Municípios, com foco na promoção da equidade educacional no território;

V - O enfrentamento das desigualdades regionais, socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero (BRASIL, 2023).

O CNCA estrutura-se em cinco eixos: gestão e governança; formação; infraestrutura; reconhecimento de boas práticas; e avaliação. Esse compromisso impulsionou a construção coletiva entre a rede estadual e as redes municipais, visando a atualização das políticas locais.

Em suma, as políticas federais evoluíram de modelos técnicos para uma perspectiva de integração e identidade territorial. Em âmbito estadual, busca-se articular essas determinações nacionais às trajetórias e contextos do Paraná, garantindo um alinhamento pedagógico que respeite a identidade regional.

2.2 NO ÂMBITO ESTADUAL

Historicamente, o Estado do Paraná consolidou uma trajetória robusta de políticas públicas educacionais. Elaborados ao longo de décadas, esses marcos são constantemente ressignificados na busca por caminhos profícuos para a alfabetização em todo o território paranaense.

Com relação à organização do sistema de ensino, o Paraná possui um sistema estadual de ensino constituído, atualmente, por 399 municípios, e 17 municípios com sistemas próprios.

O sistema estadual de ensino abrange a educação básica e superior, nas redes estadual, municipal e privada, estabelecido pela Lei nº 4978/64 a qual determina que o mesmo seja composto por um órgão executivo, a Secretaria de Estado da Educação (SEED), e por um órgão colegiado deliberativo, o Conselho Estadual de Educação (CEE). Quanto à Educação Básica, o sistema estadual conta com 2.144 escolas estaduais, 4.982 escolas municipais, 2.399 escolas privadas e 406 escolas parceiras que ofertam a Educação Especial.

Os sistemas municipais de ensino estão constituídos em 17 municípios organizados com legislação específica, tendo como órgão executivo cada Secretaria Municipal de Educação e como órgão colegiado deliberativo, os respectivos Conselhos Municipais de Educação (CME). Atualmente, esses sistemas municipais contam com 1.099 escolas públicas e 1.203 escolas privadas, nos municípios de Araucária, Cascavel, Chopinzinho, Curitiba, Guarapuava, Ibiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Palmeira, Paranaguá, Pinhais, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Sarandi, Telêmaco Borba e Toledo.

Em relação às matrículas, conforme resultados do Censo Escolar da Educação Básica do Estado do Paraná, o número de matrículas nas creches (crianças na faixa etária de zero a três anos) aumentou de 160.735 em 2012, para 209.954 em 2016. Na pré-escola (crianças na faixa etária de quatro a cinco anos) o número passou de 200.816 em 2012, para 231.155 em 2016. Já no Ensino Fundamental, o número teve um decréscimo e passou de 1.541.736 em 2012, para 1.430.589 em 2016. No Ensino Médio também ocorreu decréscimo no número de matrículas, passou de 484.607 em 2012, para 457.554 em 2016. Sobre o número total de matrículas na Educação Básica do Paraná, mais de 70% encontram-se na rede pública de ensino (rede federal, estadual e municipal).

Quanto aos dados de alfabetização, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostra que em 2014 o percentual de crianças ainda não alfabetizadas entre oito e nove anos estava em 1,3%. Aponta também que os números do Paraná melhoraram significativamente, visto que em 2009, havia oito mil crianças com idades entre oito e nove anos que não sabiam ler e escrever, e que em 2014, esse número foi reduzido à metade, totalizando quatro mil.

Da mesma forma, o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, de 2013 a 2017, mostra que no Ensino Fundamental Anos Iniciais, os resultados indicaram 5,9 (2013), 6,2 (2015) e 6,5 (2017), superando as metas projetadas de 5,6, 5,9 e 6,2, respectivamente. Nos Anos Finais, aumentou de 4,3 (2013), 4,6 (2015) e 4,9 (2017), porém, ainda ficou abaixo das metas projetadas que eram de 4,4, 4,8 e 5,1. No Ensino Médio, passou de 3,8 (2013) para 3,9 (2015) e 4,0 (2017). Contudo, ficou abaixo das metas projetadas que eram de 4,2, (2013), 4,5 (2015) e 5,0 (2017). Embora as metas do Ensino Fundamental,

Anos Finais, e Ensino Médio não tenham sido alcançadas, a análise desses indicadores identifica um crescimento nesse último período avaliado, bem como, permite identificar os desafios para a melhoria da qualidade da educação no intuito de atingir as metas projetadas.
O Paraná registrou as maiores notas de sua série histórica no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2025, liderando o ranking nacional da educação pública nas três etapas de ensino avaliadas. O avanço do estado tem sido contínuo nos últimos anos, especialmente no Ensino Médio e nos anos finais, onde o indicador registra saltos expressivos desde 2017:

• Ensino Médio (rede pública): Saiu de 4,0 em 2017 para 5,1 em 2025.

Anos Finais (rede pública): Evoluiu de 4,9 em 2017 para 5,9 em 2025.
Anos iniciais do Ensino Fundamental: Passou de 6,7 em 2023 para 7,0 em 2025.
Anos finais do Ensino Fundamental: Passou de 5,5 em 2023 para 5,9 em 2025.
Ensino Médio: Passou de 4,9 em 2023 para **5,1** em 2025 (superando a marca de 5 pela primeira vez).
Nessa perspectiva, a rede pública estadual de ensino apresenta um histórico de reflexão quanto à construção de currículos. Nos anos 80, foi elaborado o Currículo Básico do Estado do Paraná, o qual trouxe o Ciclo Básico de Alfabetização e o Projeto de Reestruturação do Ensino de 2 º Grau. Esse documento foi um marco educacional, representando um grande avanço na educação do Paraná. Nos anos 90, no intuito de atender os Parâmetros Curriculares Nacionais, houve a necessidade de reestruturação curricular. A partir do ano de 2003, foi iniciado o processo coletivo de elaboração das Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino do Paraná, publicada no ano de 2008.

2.3 A Estrutura do Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações

O Referencial Curricular do Paraná segue a estrutura da BNCC trazendo para a realidade paranaense discussões sobre os princípios e direitos basilares dos currículos no estado e suscitando a reflexão sobre a transição entre as etapas da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e entre os anos iniciais e os anos finais deste, bem como sobre a avaliação como momento de aprendizagem. Em seguida, o documento traz as etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental com as discussões pertinentes a cada uma e seus organizadores curriculares, os quais correspondem à estrutura dos conhecimentos que respaldam o trabalho pedagógico.
O Referencial Curricular do Paraná estabelece os princípios orientadores da Educação Básica a serem considerados na elaboração do currículo pelas redes de ensino e suas escolas. Os mesmos visam à garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes e são delineados a partir da trajetória do Paraná, sendo imprescindível afirmá-los no momento de reelaboração das propostas pedagógicas curriculares, pautadas no âmbito da gestão democrática.
Tendo em vista que a Gestão Democrática pressupõe a participação coletiva na construção do trabalho pedagógico, faz-se necessário que este esteja fundamentado no diálogo, na transparência e na coerência. Formar cidadãos democráticos inclui a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, dentre outros aspectos que abordam o pluralismo de ideias e as concepções pedagógicas.
Desta forma, o Referencial Curricular do Paraná tem como princípios orientadores:
Educação como Direito inalienável de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno dos direitos humanos;
Prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência extraescolar;
Igualdade e Equidade, no intuito de assegurar os direitos de acesso, inclusão, permanência com qualidade no processo de ensino- -aprendizagem, bem como superar as desigualdades existentes no âmbito escolar;
Compromisso com a Formação Integral, entendendo esta como fundamental para o desenvolvimento humano;
Valorização da Diversidadecompreendendo o estudante em sua singularidade e pluralidade;
Educação Inclusivaidentificando as necessidades dos estudantes, organizando recursos de acessibilidade e realizando atividades pedagógicas específicas que promovam o acesso do estudante ao currículo;
Transição entre as etapas e fases da Educação Básica, respeitando as fases do desenvolvimento dos estudantes;
A ressignificação dos Tempos e Espaços da Escola, no intuito de reorganizar o trabalho educativo;
E a**Avaliação**dentro de uma perspectiva formativa.
O Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, apresenta a contextualização legal para a implantação da BNCC, um breve histórico da educação paranaense, os princípios orientadores que devem balizar a elaboração dos currículos escolares e a definição dos direitos e objetivos de aprendizagem, por etapas e anos de escolaridade, segundo suas especificidades.

2.4 NO ÂMBITO MUNICIPAL

A articulação desta Política respeita as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME) de Paula Freitas, operando em simetria com as instâncias do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP/Paraná) para garantir padronização metodológica. O planejamento educacional de Paula Freitas conta com importantes marcos regulatórios:
• Alinhamento ao Compromisso Nacional: Recentemente, o município propôs a consolidação do seu regime de colaboração por meio do Projeto de Lei nº 23/2026 enviado pela Prefeitura, que adere formalmente ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e se conecta aos programas do Estado do Paraná: o Educa Juntos e a Estratégia Alfabetiza Juntos.
• Plano Municipal de Educação (PME): O município monitora as diretrizes decenais de ensino de forma contínua. A vigência e as avaliações dessas diretrizes passam por atualizações constantes e fóruns de acompanhamento na Câmara Municipal, cujos relatórios históricos de metas podem ser consultados diretamente na página oficial de Planos de Educação de Paula Freitas.
Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, o município de Paula Freitas iniciou um processo de alinhamento pedagógico para nortear as propostas presentes nos planejamentos de todas as etapas da Educação Básica.
A Rede Municipal utiliza o Referencial Curricular do Paraná: princípios, diretos e orientações, com fundamentos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e Ensino Fundamental e orientam sua implementação em todas as instituições da Rede Municipal de Ensino de Paula Freitas, bem como o estudo, discussão e reflexão sobre os Desafios Educacionais Contemporâneos que fazem parte do cotidiano familiar, escolar e social de nossos alunos. Bem como o desenvolvimento do Projeto Segurança e saúde nas escolas abordando sobre a Erradicação do Trabalho Infantil em todas as instituições da Rede Municipal de Ensino do município de Paula Freitas.
Atualmente, este documento compõe a base da prática pedagógica, assegurando que o aprendizado esteja relacionado ao contexto social dos alunos e valorize suas experiências individuais.
Para qualificar o ensino e diagnosticar as necessidades de aprendizagem, a Secretaria Municipal de Educação adotou programas estratégicos:
• Programa Tempo de Aprender: Utiliza diagnósticos para reorganizar habilidades e garantir a continuidade formativa.
• Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023): Adesão focada em fortalecer o letramento e a formação docente.
• Avaliação do CAED (2024): Implementada para fornecer evidências sobre o desempenho escolar e orientar intervenções pedagógicas.
Apesar dos sólidos embasamentos teóricos, o município reconhece a existência de fragilidades no processo de alfabetização. Para enfrentá-las, a BNCC propõe a integração dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) — como Ética, Saúde, Meio Ambiente e Pluralidade Cultural. Esses temas buscam conectar o currículo à realidade vivida pelos alunos, desenvolvendo a cidadania e a capacidade de transformação social.
Em consonância com a Meta 16 do Plano Municipal de Educação, a Secretaria promove a formação continuada, formalizada através da Instrução Normativa nº 03/2025 de 07 de outubro de 2025, que instrui os Professores da Rede Municipal de Ensino de Paula Freitas para a obrigatoriedade da participação de todas as formações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto –SMECD, nos

grupos de estudos “Formadores Municípios” ofertados pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, formação LEEI -Leitura e Escrita na Educação Infantil e todas as formações ofertadas pela SEED dentro do programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná, pelo Ministério da Educação – MEC no Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e incentiva a pós-graduação para os profissionais da rede, visando superar a meta de 50% de docentes pós-graduados e garantir atualização constante em suas áreas de atuação.
O processo avaliativo é organizado de forma trimestral e contínua. A média anual é composta pelas notas do período, assegurando-se a recuperação paralela aos estudantes com dificuldades. Essa abordagem pedagógica visa a equidade, oferecendo suporte para que o desenvolvimento integral do aluno não seja interrompido por defasagens momentâneas.
As ações da Educação Especial no município seguem a LDB e a Resolução nº 4/2009. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) assegura que a inclusão ocorra de fato, permitindo que todos os alunos aprendam juntos, respeitando-se as singularidades e valorizando as potencialidades individuais por meio de um currículo acessível.
O Currículo Municipal estabelece novas formas de utilizar tempos e espaços educativos, funcionando como um guia que garante a transição orgânica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Ao focar em competências e habilidades, o documento supera a fragmentação do ensino e incentiva a pesquisa e a contextualização.
O grande desafio da escola contemporânea é promover práticas que integrem os aspectos intelectuais, morais e físicos. A formação integral implica compreender a Educação Básica como um fluxo contínuo, onde o conhecimento se torna progressivamente mais complexo, independentemente das etapas institucionais.

2.4.1 Metas Principais

Com base na nova legislação e nas metas de qualidade (atreladas às avaliações externas de fluência), os objetivos principais da rede municipal focam em:
• Alfabetização Integral: Garantir a meta clara de alfabetizar 100% das crianças até o final do período estipulado (idade certa / 2º ano do Ensino Fundamental).
• Melhoria no IDEB: Elevar a qualidade de fluxo e aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
• Equidade no Campo e na Cidade: Atender de forma adequada e com suporte suplementar tanto os alunos da área urbana quanto as escolas do campo.

2.4.2 Plano de Ação Pedagógica

A execução prática nas escolas de Paula Freitas inclui frentes focadas na formação e na reestruturação da rotina escolar:
• Regime de Colaboração e Recursos: Apoio técnico, materiais pedagógicos focados na alfabetização e programas de formação continuada para os professores alfabetizadores da rede.
• Ensino Integral: Expansão progressiva do modelo de atendimento escolar, com a implementação de ensino integral para alunos do 1º ano do Ensino Fundamental.
• Avaliações Externas: Utilização de instruções normativas específicas, como a Instrução Normativa nº 01/2025 – de 22 de abril de 2025, que orienta as escolas da Rede Municipal de Ensino sobre a obrigatoriedade da aplicação e acompanhamento de Avaliações Externas de Fluência e Desempenho, identificando gargalos de aprendizagem no município.

2.4.3 Conhecendo a Rede Municipal de Ensino de Paula Freitas

A Rede Municipal de Ensino de Paula Freitas tem como mantenedora a Prefeitura Municipal de Paula Freitas e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SMECD, que tem por finalidade assegurar a universalização dos níveis e modalidades de ensino que iniciam com a Educação Infantil de zero a cinco anos nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI, o Ensino Fundamental Fase I, obrigatório e gratuito, a partir de seis anos de idade nas Escolas Municipais e atende ainda a Educação Especial em todos os níveis.
A Rede Municipal de Ensino de Paula Freitas atende atualmente 633 crianças, distribuídas em 6 instituições de ensino, sendo 3 Centros de Educação Infantil – CMEIs localizados na área urbana e atualmente atendem a 258 crianças, distribuídas com matrículas em período parcial manhã, período parcial tarde e período integral, sendo eles:
• Centro de Educação Infantil Ruth Jensen de Lara que atende 65 crianças de 04 meses a 3 anos,
• Centro de Educação Infantil Neuza Behety Franco que atende 92 crianças de 3 a 5 anos,
• Centro de Educação Infantil Juliana Ap. Bueno que atende 88 crianças de 04 meses a 5 anos.
Contamos ainda com 3 Escolas de Ensino Fundamental, atendendo a 388 crianças, sendo 2 escolas localizadas em área urbana e 1 escola localizada em área rural, estando assim distribuídas:
• Escola Municipal Rural Barrão do Rio Branco que atende 16 alunos da Educação Infantil com idade de 4 e 5 anos e 37 alunos no Ensino Fundamental, somando-se 75 alunos matriculados nesta instituição, na qual os pais optaram na não oferta de Educação Integral para o 1º ano neste ano de 2024;
• Escola Municipal Profº Paulo Ider Hermann que atende 99 alunos do Ensino Fundamental;
• Escola Municipal Mauro de Oliveira Cavallin que atende 215 alunos do Ensino Fundamental.
Os alunos pertencentes da Rede Municipal de Ensino são em sua maior parte provenientes da área rural, sendo aproximadamente 60% residentes na área rural 40% e residentes na área urbana, estima-se que 90% dos alunos utilizam o transporte escolar oferecido gratuitamente pela Prefeitura Municipal para locomover-se até sua instituição de ensino.
As escolas da Rede Municipal de Ensino participam das Avaliações Externas, que além de permitir verificar o cumprimento do direito à aprendizagem, possibilitam às secretarias e escolas traçar um diagnóstico e desenvolver estratégias para o enfrentamento dos problemas que estejam afetando o desempenho dos estudantes e assim, reorientar o trabalho feito em sala de aula. Refletir sobre os resultados contribuem de forma significativa para construção da aprendizagem e melhora do sistema educacional.
As principais avaliações externas realizadas em nosso município são: a Prova Paraná aplicada em 3 edições anuais aos alunos do 5º ano, Prova Paraná Mais aplicado aos alunos do 2º e 5º Anos, OBMEP para todos os alunos das escolas inscritas neste programa, Fluência em Leitura aplicado aos alunos do 2º Ano, Avaliação Municipal para todos os alunos da Rede, Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB realizada a cada 2 anos com alunos do 2º e 5º anos e o SAEP Sistema próprio de Avaliação do Estado do Paraná aplicadas aos alunos do 2º e 5º anos.
O Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador de qualidade educacional que combina a média dos resultados padronizados do Saeb de português e matemática multiplicados pela taxa de aprovação do Censo Escolar, realizados pelos estudantes do 2º e 5ª ano do ensino fundamental - com informações sobre rendimento escolar.
Em meio a tantos desafios, em um contexto de pandemia e aulas remotas, o IDEB do município de Paula Freitas neste período ficou em 6,1, mostrando leve aumento no IDEB de 2023 com 6,2 e uma crescente melhora no IDEB de 2025 com nota de 6,5.
Nosso desafio é superar a nota do IDEB de 2025 e recuperar a defasagem na aprendizagem em linguagem e matemática, não se trata somente de um número, mas do resultado de uma série de fatores, entre eles, a importância fundamental da frequência escolar, a presença dos alunos permite que eles participem integralmente dos programas e intervenções pedagógicas, o que é essencial para um aprendizado contínuo e consistente, provendo condições para a redução dos índices de evasão, abandono e reprovação escolar.

2.4.4 Avaliações Externas e Monitoramento Pedagógico (Meta 3 A)

Todos os alunos dos anos iniciais da Rede Municipal de Ensino participam das avaliações externas que integram a Plataforma de Avaliações CAED/MEC. Entre elas, destacam-se: a Avaliação Contínua da Aprendizagem, ofertada pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA); a Avaliação de Fluência em Leitura, por meio da Plataforma PARC/CAED DIGITAL; o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); e as ferramentas do Estado do Paraná, como a Prova Paraná e a Prova Paraná Mais (SAEP).

O município registrou um crescimento elevado em seus índices de desempenho. Esse resultado decorre da utilização estratégica das avaliações diagnósticas e processuais para a análise permanente das habilidades dos estudantes. Esse monitoramento contínuo subsidia a adoção de instrumentos pedagógicos que garantem a qualidade, a equidade no acesso, a permanência e a trajetória escolar regular dos alunos.

Os resultados dessas avaliações são integralmente disponibilizados a diretoras, pedagogas e professores. O detalhamento por níveis de aprendizado e percentual de acertos em cada habilidade permite o desenvolvimento de ações pedagógicas direcionadas para sanar as defasagens identificadas. Após a análise minuciosa dos descritores com menor índice de acerto, a Secretaria promove intervenções nas turmas com dificuldades e oferece reforço individualizado aos alunos com desempenho muito abaixo do esperado.

2.4.5 Expansão de Matrículas em Tempo Integral (Meta 06 A)

A Rede Municipal de Ensino de Paula Freitas atende atualmente 630 crianças, distribuídas em 6 instituições:

• 3 Centros de Educação Infantil: Atendem 258 crianças, divididas entre matrículas em período parcial (manhã e tarde) e 132 alunos em período integral.

• 3 Escolas de Ensino Fundamental: Atendem 372 crianças. Desse total, duas escolas ofertam atendimento integral. A terceira instituição, localizada na área rural, opera em tempo parcial devido à opção dos pais, que recusaram a jornada ampliada em razão do tempo excessivo de permanência dos alunos no transporte escolar.

A oferta de Ensino Integral para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental teve início em 2024, de forma gradativa, começando pelas turmas de 1º ano. A projeção é atingir do 1º ao 5º ano até 2028. Atualmente, o município atende 80 alunos nas turmas de 1º, 2º e 3º anos em regime integral em duas escolas. A jornada abrange 36 horas semanais (1.440 horas anuais), distribuídas da seguinte forma:

• 20 horas semanais (matutino): Conteúdos obrigatórios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ensino Religioso, Educação Física, Ciências e Arte.

• 16 horas semanais (vespertino): Parte Diversificada — Língua Estrangeira (Inglês), Oficina de Linguagens e Produção Textual, Oficina de Leitura, Oficina de Raciocínio Lógico, Oficina de Resolução de Problemas e Atividades Esportivas (Esporte, Lazer e Movimento).

O planejamento orçamentário e estrutural para o cumprimento desta meta respeita estritamente a legislação vigente, em especial a Lei nº 15.388/2026 (metas decenais de expansão de jornada) e a Emenda Constitucional nº 135/2024, que regulamenta a destinação obrigatória de 4% dos recursos do Fundeb para a criação de vagas em tempo integral.

ALFABETIZAÇÃO COM LETRAMENTO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Política Municipal de Alfabetização estabelece que a apropriação da leitura e da escrita é um processo iniciado muito antes do ingresso no ambiente escolar. Contudo, cabe à escola o compromisso ético e pedagógico com a sistematização e a intencionalidade desse percurso, consolidando-se como uma instância privilegiada de letramento.

Embora os termos "alfabetização" e "letramento" sejam amplamente difundidos, suas delimitações conceituais frequentemente se sobrepõem no senso comum. Historicamente, o letramento surgiu intrinsecamente ligado à alfabetização, o que gerou, por vezes, uma isonomia inadequada entre os conceitos. De maneira objetiva, define-se:

- Alfabetização: A aprendizagem do sistema de escrita alfabética no bojo da cultura escrita.
- Letramento: As práticas sociais de uso da escrita.

Conceber a alfabetização apartada dos significados cotidianos é impossível em uma sociedade grafocêntrica. Assim, o letramento deve ser compreendido como um fenômeno abrangente que engloba a alfabetização, indo além das habilidades básicas de codificação para atingir as práticas comunicativas complexas da atividade humana. Conforme Britto (2004, p. 53): [...] diferentemente da alfabetização, cujo sentido mais frequente está associado ao ensino-aprendizagem do sistema de escrita [...], letramento remeteria para um movimento mais geral, que se relaciona com a percepção da ordem da escrita, de seus usos e objetos, bem como de ações que uma pessoa ou grupo de pessoas faz com base em conhecimentos e artefatos da cultura escrita.

A ideia de um percurso formativo contínuo exige elementos estruturantes tanto na Educação Infantil quanto nos Anos Iniciais, tais como o brincar, as interações, as múltiplas linguagens e as experiências concretas. É imperativo superar a dicotomia entre o "ser criança" na etapa inicial e o "transformar-se em aluno" no Ensino Fundamental.

A transição entre essas etapas demanda um olhar atento para que haja equilíbrio e integração, respeitando as singularidades e a natureza das mediações pedagógicas de cada fase. Nesse sentido, a idade cronológica é apenas um referencial; o desenvolvimento humano é guiado pelas atividades-principais (ELKONIN, 1987) que direcionam as mudanças psíquicas em cada período da vida.

A Educação Infantil deve organizar a atividade da criança para promover o domínio voluntário da linguagem. É fundamental superar o falso dilema: "Na educação infantil se alfabetiza ou não?". O conhecimento sobre a escrita é um direito da criança, e a tarefa da escola é complexificar a linguagem de acordo com o estágio de desenvolvimento infantil.

A alfabetização na Educação Infantil não consiste em antecipação de conteúdo do Ensino Fundamental, mas em um tempo de viver experiências instigantes que acolhem as infâncias e as várias linguagens.

O desenvolvimento da linguagem nesta fase está vinculado à complexificação das funções psíquicas superiores, especialmente do pensamento (SACCOMANI, 2019). Portanto, a alfabetização encontra sentido no brincar, no investigar e no agir da criança sobre o mundo.

Garantir o desenvolvimento das crianças pequenas significa compreender que a aprendizagem não é um ato cognitivo isolado, mas um movimento cooperativo e comunicativo. O compromisso da instituição com o cuidar e o educar ganha especificidade quando se assegura o direito de aprender por meio de diferentes linguagens.

O trabalho docente defendido nesta Política prevê:

- O Brincar como Eixo: Como manifestação ímpar do ser criança e atividade criadora (VYGOTSKY, 1998).
- Ambientes Alfabetizadores: Criação de contextos onde a leitura e a escrita sejam elos essenciais entre a criança e o mundo, de forma contextualizada e não por meio de atividades mecânicas e isoladas.
- Desenvolvimento Integral: Garantia de acesso aos saberes científicos, artísticos e culturais, respeitando o tempo e o modo de ser da infância.

De particular relevância nesta Política, enfatiza-se a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental como um processo que envolve crianças, famílias e profissionais, pressupondo uma estreita aproximação entre as etapas. Para que essa passagem ocorra de modo fluido, as redes de ensino devem organizar projetos institucionais que fomentem diálogos efetivos, amenizando rupturas e estabelecendo interlocuções pedagógicas.

É fundamental compreender que, ao concluir a Educação Infantil, as crianças trazem consigo inúmeras aprendizagens desenvolvidas em sua trajetória na primeira infância. Consequentemente, o professor alfabetizador deve reconhecer essas vivências e histórias como ponto de partida. Nos Anos Iniciais, as práticas pedagógicas precisam ser consistentes e significativas, compreendendo que a alfabetização está presente no cotidiano relacional, nas brincadeiras e nas interações com o mundo.

Nesse sentido, esta Política Municipal de Alfabetização reitera que: entender a alfabetização como uma atividade interdiscursiva e de interação implica refletir como o fazer pedagógico possibilita às crianças o dizer e o escrever sobre o que pensam, o que desejam, o que sonham, o que falam e como falam. [...] É o domínio dessas capacidades e seu uso efetivo em práticas sociais que caracterizam a alfabetização como prática que conduz ao letramento (SANTA CATARINA, 2005, p. 23).

Reitera-se a opção pela expressão "alfabetização com letramento" em substituição a "alfabetização e letramento", termo que poderia sugerir processos dissociados. Refletir a alfabetização com letramento significa garantir situações reais de uso da língua. Segundo Silva, Cecchetti e Bittencourt (2024, p. 24), essa escolha infere que o processo não deve focar apenas na decodificação mecânica do código, mas ocorrer a partir da experiência com práticas sociais.

Por conseguinte, essa prática requer uma sistemática organizada que contemple os quatro eixos da língua orientados pela BNCC:
- Oralidade: Aprofundamento das interações discursivas e estratégias de fala e escuta.
- Análise Linguística/Semiótica: Sistematização da alfabetização (especialmente nos dois primeiros anos) e observação das regularidades da língua.
- Leitura/Escuta: Ampliação do letramento por meio de textos de complexidade progressiva.
- Produção de Textos: Incorporação de estratégias de escrita de diferentes gêneros textuais.

Esta Política concebe o texto como a unidade de ensino, privilegiando o trabalho com os gêneros discursivos. Tal concepção emerge da Perspectiva Histórico-Cultural, que compreende o sujeito como um ser social cujo desenvolvimento ocorre através da interação mediada pela linguagem. Conforme Vygotsky (2007), o desenvolvimento humano é um processo dinâmico no qual o indivíduo é determinado pelo contexto histórico ao mesmo tempo em que contribui para transformá-lo.

Nessa perspectiva, a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas uma ferramenta fundamental para a constituição das funções psicológicas superiores. Seguindo a mesma lógica dialógica, Bakhtin (2003) aborda a língua como um fenômeno essencialmente interativo. O conceito de dialogismo sugere que todo ato de fala é uma resposta a algo dito anteriormente e uma preparação para respostas futuras.

Dessa forma, ao falar ou escrever, o sujeito elege um determinado gênero que norteia a construção de sentido nas práticas sociais cotidianas, garantindo que o aprendizado da língua seja, acima de tudo, um aprendizado de participação social.

O trabalho pedagógico deve partir do que é mais próximo do aluno (atividades simples e coloquiais) em direção às produções formais e planejadas, como seminários e entrevistas, superando a oralidade cotidiana em favor de formas institucionais mediadas.

A leitura, sob a perspectiva histórico-cultural, transcende o acúmulo de informações, configurando-se como um processo de humanização. Geraldi (1997) propõe quatro formas de entrada do texto na sala de aula: leitura-busca-de-informações, leitura-estudo-do-texto, leitura-pretexto e leitura-fruição. Para o autor, o ato de ler é um processo dialógico comparado a um bordado: o leitor não apenas reconhece sentidos, mas os produz ao tecer novos fios sobre a trama deixada pelo autor.

Dando relevo aos aspectos cognitivos e sociais, a Produção de Textos rompe com o caráter puramente avaliativo da tradição escolar. Ela passa a ser o ponto de partida e de chegada do ensino, onde o estudante se constitui como locutor efetivo. Para que a produção seja autêntica, Geraldi (1991) assevera que o aluno deve:
- Ter o que dizer;
- Ter uma razão para dizer;
- Ter para quem dizer;
- Constituir-se como sujeito locutor;
- Escolher as estratégias adequadas.

Neste cenário, a tecnologia atua como mediadora, facilitando o acesso a gêneros multissemióticos e digitais, integrando a cultura do aluno ao processo de alfabetização.

A Análise Linguística atua em favor da leitura e da escrita, superando o ensino de gramática normativa isolada. Trata-se de um "debruçar-se" sobre os modos de ser da linguagem no interior das práticas de uso. Esse eixo deve possibilitar que a aprendizagem da norma culta signifique uma ampliação da competência comunicativa, permitindo ao aluno transitar entre variedades linguísticas conforme a situação (BORTONI-RICARDO, 2005).

Por fim, a BNCC organiza essas práticas em Campos de Atuação, que funcionam como categorias organizadoras para:
- Contextualizar o conhecimento escolar em situações da vida social;
- Subordinar o conhecimento metalinguístico às situações reais de uso;
- Garantir que os textos circulem dinamicamente entre a escola e a sociedade.

Ao articular os eixos de ensino aos campos de atuação, o currículo municipal reafirma seu compromisso com uma educação que não apenas alfabetiza, mas insere o estudante de forma crítica e autônoma na cultura escrita.

ALFABETIZAÇÃO COM LETRAMENTO: ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS E METODOLOGICAS

Historicamente, a escrita representou um salto no desenvolvimento da humanidade, sendo o marco divisor entre a pré-história e a história. Por ser uma linguagem formal e codificada, ela não possui a "naturalidade" da fala, exigindo, portanto, uma educação específica e sistemática. Como apontam Martins e Marsiglia (2015), o domínio da escrita não ocorre de forma espontânea; ele demanda processos formais de ensino.

Diferentes perspectivas teóricas buscaram explicar a conquista da escrita. Ferreiro e Teberosky (1985), baseadas na noção de sujeito cognoscente de Piaget, argumentaram que a criança constrói seu conhecimento através de ações próprias sobre o mundo, sugerindo que a aprendizagem independeria de métodos rígidos.

Nessa perspectiva, o planejamento funciona como alicerce contra o espontaneísmo. O professor não é um mero "facilitador", mas um agente fundamental de mediação. Na perspectiva histórico-cultural, a mediação é a intervenção que provoca transformações e promove o desenvolvimento (MARTINS, 2015).

O planejamento eficaz deve focar no potencial da criança. A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) define o percurso entre o que a criança já realiza sozinha e o que é capaz de fazer com auxílio. Como afirmou Vygotsky (2008, p. 87): "O que a criança é capaz de fazer em colaboração hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã". Assim, o educador cria condições para que o aprendiz se aproprie de conhecimentos que ainda não domina de forma independente.

Magda Soares (2016) assevera que a alfabetização é um processo de múltiplas facetas que não deve ser reduzido a um único método:
- Faceta Linguística: Representação visual da cadeia sonora da fala.
- Faceta Interativa: A escrita como veículo de interação e expressão.
- Faceta Sociocultural: Os usos, funções e valores da escrita na sociedade.

A perspectiva histórico-cultural propõe uma articulação entre a dimensão do texto e as regularidades sistêmicas (o conceito de palavra). Antes de focar em normas, é preciso que a criança identifique a escrita como uma forma de simbolização (VIGOTSKI, 2000; LURIA, 2010), similar ao desenho e ao gesto, mas com uma função social privilegiada no mundo adulto.

O diferencial desta proposta é entender que o texto é o ponto de partida: ele traz a realidade social e o sentido.

A palavra é o elo agregador: ela é, ao mesmo tempo, parte do texto e portadora das regularidades sistêmicas (sons e letras).

Portanto, não se escolhe entre "textos" ou "regularidades". O ensino deve partir do uso social (texto) para permitir que a criança analise a palavra e suas propriedades, retornando ao texto com uma compreensão mais profunda e técnica.

4.1 Educação Infantil: Práticas e Intencionalidade

A alfabetização na Educação Infantil não é uma antecipação de conteúdo do Ensino Fundamental, mas uma imersão em experiências linguísticas mediadas pelo brincar. Deve ser uma experiência positiva, ancorada na manifestação mais pujante da infância: o brincar. O brincar é o caminho ímpar para a criança descobrir o mundo; por isso, deve impulsionar investigações e guiar o profissional em um percurso pedagógico intencional. É por meio do lúdico que a criança ressignifica a realidade e se aproxima dos objetos de conhecimento.

Os contextos educativos são formados pela indissociabilidade entre tempos, espaços e materiais.

As instituições devem organizar seus tempos, espaços e materialidades de forma intencional. A "sala de referência" deve ser um lugar de encontros, onde os materiais e a organização do espaço promovam a autonomia e a investigação. A prática pedagógica é sustentada pela escuta e observação, permitindo que o professor planeje a partir das curiosidades das crianças, garantindo o direito à convivência com diversos suportes e gêneros textuais (BRASIL, 2010).

Tempos: Devem ser planejados a partir da experiência social da criança, rompendo com rotinas meramente burocráticas. A acolhida, a alimentação e o retorno ao lar são todos tempos pedagógicos.

Espaços: Ambientes internos e externos nunca são neutros. A sala de referência deve ser um lugar de significados particulares, onde o

mobiliário e sua disposição favoreçam a autonomia e os diferentes agrupamentos.
Materiais e Materialidades: Os acervos (materiais) e os elementos naturais, tecnológicos e culturais (materialidades) imprimem a intencionalidade do cotidiano, promovendo a conexão entre crianças, adultos e natureza
As práticas pedagógicas devem garantir experiências com narrativas, apreciação da linguagem oral e escrita e convívio com diferentes suportes textuais (BRASIL, 2010). O percurso da intencionalidade docente estrutura-se em:
- Observação e Escuta: postura ética que dá voz aos pensamentos das crianças, fundamentando uma pedagogia do diálogo.
- Planejamento: definição dos objetos de investigação e caminhos para a aprendizagem.
- Registro e Avaliação: o registro dá visibilidade às produções infantis e orienta o replanejamento. Na Educação Infantil, a avaliação é o acompanhamento do desenvolvimento, sem fins de promoção ou retenção.
Segundo Luria (2006), a escrita padronizada é o resultado de um longo caminho cultural. Antes do domínio do código, a criança percorre etapas fundamentais:
- Fase Pré-Instrumental (3 a 4 anos): a criança imita o ato de escrever dos adultos como um "brinquedo", sem função de registro de memória. O professor deve atuar na ZDP para que a criança perceba a escrita como um recurso para recordar e comunicar.
- Atividade Gráfica Diferenciada (4 a 5 anos): a criança começa a utilizar sinais para lembrar sentenças. Introduzem-se aqui as relações entre signo e significado, integrando contagens, formas e as primeiras letras de maneira contextualizada.
- Escrita Pictórica (5 a 6 anos): o desenho já é feito com destreza, mas a criança ainda não o utiliza plenamente como auxiliar da memória. O desafio pedagógico é substituir gradualmente o desenho pela escrita simbólica.
A transição entre as etapas deve ser um processo fluido, onde o professor alfabetizador do Ensino Fundamental acolhe as vivências da Educação Infantil como ponto de partida.
Nos Anos Iniciais, a alfabetização é sistematizada em quatro eixos interdependentes:
- Oralidade: valoriza-se a produção de gêneros orais, do mais simples (bate-papo) ao mais complexo (seminário), ultrapassando a fala cotidiana para formas mais institucionais.
- Leitura/Escuta: concebida como processo dialógico e de fruição. Segundo Geraldi (1997), o leitor "borda" novos sentidos sobre o texto do autor.
- Produção de Textos: o aluno assume o papel de locutor real, produzindo textos que circulam socialmente e utilizando a escrita como recurso de interação e memória.
- Análise Linguística/Semiótica: eixo que funciona em prol da leitura e da escrita. Não se ensina gramática de forma isolada, mas como reflexão sobre as escolhas linguísticas e a norma culta para ampliar a competência comunicativa.
A organização por campos de atuação (Vida Cotidiana, Artístico-Literário, Práticas de Estudo e Vida Pública) garante que o conhecimento escolar seja situado. Os gêneros e as análises linguísticas estão sempre subordinados às situações reais de uso, assegurando que o estudante se aproprie da língua para agir no mundo social.
Compreende-se que a alfabetização é um percurso contínuo de humanização. Da imitação brincante na Educação Infantil à análise crítica dos gêneros no Ensino Fundamental, o objetivo é garantir que a criança se constitua como sujeito da linguagem, capaz de dizer sua palavra e compreender a do outro em diversos contextos e tempos escolares.
Espera-se que a alfabetização na Educação Infantil seja um movimento de expressar ideias e hipóteses. Esses saberes devem servir como pontos de partida respeitosos para o Ensino Fundamental, garantindo a continuidade do percurso formativo sem apagar a essência do "ser criança".
Essa transição da escrita como representação pictórica para a escrita alfabética marca o apogeu do desenvolvimento simbólico na primeira infância. Ao compreender que a escrita não é apenas um desenho do objeto, mas uma representação da fala e uma ferramenta de memória, a criança conclui a etapa pré-escolar munida de uma estrutura cognitiva pronta para novos desafios. O papel da escola, portanto, transcende o ensino de letras; trata-se de cultivar a necessidade social e subjetiva de se expressar por meio da cultura escrita, transformando o "brinquedo" de imitação em um instrumento de autoria.
Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico deve ser vista como um fluxo contínuo, onde o domínio da fonética e a consciência fonológica não são metas mecânicas, mas conquistas de um sujeito que deseja interagir com o mundo. A intencionalidade do professor na Educação Infantil, ao mediar essas descobertas, prepara o terreno para que o estudante ingresse no Ensino Fundamental não como uma "folha em branco", mas como um praticante da linguagem que já reconhece o poder simbólico do texto e a função social da escrita em sua vida cotidiana.
Dessa forma, a Política de Alfabetização reafirma que o sucesso desse processo reside no respeito à natureza da atividade infantil. Ao garantir que o desenho, a brincadeira e a oralidade sejam os fios condutores da aprendizagem, asseguramos que a alfabetização com letramento ocorra de forma orgânica e humanizadora. Que esse percurso formativo, iniciado nas cores e gestos da Educação Infantil, floresça no Ensino Fundamental como uma capacidade plena de ler o mundo, interpretar sentidos e produzir novos discursos em uma sociedade democrática e letrada.

4.2 1º e 2 anos - Sistematização da Alfabetização

Reiterando o princípio da continuidade no percurso formativo através de um continuum curricular, é imprescindível garantir que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra de forma leve, dinâmica e harmoniosa, respeitando o direito ao brincar (BRASIL, 2017).
Os dois primeiros anos são responsáveis pela sistematização formal da alfabetização. Segundo Luria, a criança entre 6 e 7 anos atinge a fase da "escrita simbólica", caracterizada pelo uso do sistema socialmente estabelecido sem o recurso de desenhos. O ensino, neste momento, deve focar na expansão e domínio das particularidades do sistema alfabético através de um planejamento intencional.
O brincar e os jogos são fundamentais para o desenvolvimento psíquico e a formação da personalidade. Como afirma Kishimoto (2006), os jogos possibilitam experiências significativas tanto em conteúdos escolares quanto em competências socioemocionais.
A literatura infantil, por sua vez, funciona como disparadora de sentidos. Ao relacionar histórias com suas próprias vivências, a criança estabelece um diálogo fundamental, pois, como afirma Bakhtin (1997), "o significado só revela suas profundezas em resposta a outra voz".
A sala de aula deve ser um ambiente rico em estímulos visuais e materiais manipuláveis que contribuam para a percepção dos sinais específicos da escrita. De acordo com a Proposta Curricular, é essencial o contato com:
- Materiais variados: rótulos, revistas, jornais, placas e embalagens.
- Recursos de apoio: alfabeto móvel, alfa-cabo, material dourado e material de contagem.
- Exposição Didática: cartazes com letras (formas maiúsculas, minúsculas, cursivas e de forma), numerais e calendários.
- Socialização: espaços para exposição das produções autorais das crianças, servindo como fonte de consulta e valorização do aprendizado.
O professor deve atuar como mediador cultural, promovendo momentos de leitura deleite e contação de histórias. É fundamental ampliar o repertório do senso comum através de produções humanas como as cantigas de roda — que trabalham a aliteração e o ritmo — e gêneros da tradição oral de cada região.
Nesse processo, deve-se priorizar o sentido do texto em detrimento de regularidades isoladas do sistema. A criança precisa reconhecer a função social da escrita para que a aprendizagem seja significativa. O alfabeto, embora essencial, ganha espaço quando sua necessidade é sentida em atividades reais de escrita.
Baseado em Magda Soares (2020), o trabalho com a leitura deve considerar dois movimentos:
- Leitura Independente: momentos em que a criança manipula livros e escolhe livremente seus textos, mesmo antes da decodificação plena, agindo sobre eles como agem sobre brinquedos.
- Leitura Mediada: o encontro orientado com o texto. O professor prepara a leitura antecipadamente para desenvolver estratégias de

compreensão (entender o que foi escrito) e interpretação (conexões com o que está subentendido).
Em síntese, o 1º e o 2º anos exigem um repensar dos tempos e materiais para garantir que a escola seja um lugar de cultura e vivências pedagógicas. O objetivo é assegurar que as crianças aprendam a ler e escrever de forma plena e prazerosa, consolidando as bases necessárias para a segunda etapa dos anos iniciais.

4.3 3º ao 5º ano: Consolidação e Complexificação

A segunda etapa dos Anos Iniciais (3º ao 5º ano) exige um olhar atento à complexificação das habilidades linguísticas. De acordo com a perspectiva histórico-cultural, os estudantes encontram-se no estágio da escrita simbólica, onde o foco deixa de ser apenas a técnica de registro para tornar-se uma atividade de estudo voltada ao domínio da gramática e dos gêneros discursivos (literários ou não).
Nesta etapa, mantém-se a noção de continuum curricular, garantindo que não haja rupturas pedagógicas em relação aos anos anteriores. A BNCC (2018) sintetiza este percurso através da progressão dos eixos:
- Oralidade: aprofundamento das estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais.
- Análise Linguística/Semiótica: observação de regularidades convencionais que vão além da relação letra/som (grafofonológica).
- Leitura/Escuta: ampliação do letramento através de textos com complexidade crescente.
- Produção de Textos: incorporação progressiva de estratégias de escrita de diferentes gêneros.
É comum que o ensino tradicional se limite à relação fonema-grafema. No entanto, o 3º ao 5º ano exige que a criança compreenda as regularidades convencionais da língua. Se a criança for levada a entender que as normas se correlacionam em uma síntese dialética dentro dos textos, ela não enfrentará conflitos ao descobrir que a escrita não é uma tradução literal da fala.
A recomposição é aqui concebida como um conjunto de estratégias para garantir o desenvolvimento de habilidades que ficaram comprometidas no percurso escolar. Diferencia-se de:
- Recuperação: retomada de uma habilidade pontual após um processo de ensino.
- Reforço: apoio imediato a uma dificuldade pontual percebida.
- Recomposição: mais ampla, visa reorganizar o percurso metodológico, priorizando habilidades essenciais (focais) e pregressas para interromper o ciclo de defasagens.
O professor deve utilizar agrupamentos produtivos e atividades com relevância cognitiva e social, partindo de um diagnóstico consistente que identifique as necessidades individuais e coletivas da turma.
O foco deve estar nos gêneros do discurso, permitindo que o estudante compreenda as práticas de linguagem contemporâneas. A oralidade deve ser trabalhada para além da leitura em voz alta, focando na performance em contextos públicos e institucionais.
Conforme Geraldi (1991), a análise linguística deve ocorrer de forma integrada às práticas de leitura e produção. O objetivo é que o aluno reflita sobre o funcionamento da língua e os efeitos de sentido das escolhas gramaticais, utilizando a nomenclatura técnica apenas como uma ferramenta acessória, e não como fim do ensino.
Espera-se que o estudante desenvolva a fluência de leitura — reconhecimento rápido de palavras com ritmo e entonação adequados (SOARES, 2020). Para isso, é essencial o acesso a textos complexos e a prática da leitura mediada, onde o professor ensina a ler, antecipando sentidos e modelando o comportamento leitor.
A avaliação deve ser diagnóstica, processual e contínua. Ela serve como indicador das escolhas metodológicas do professor e do progresso do aluno, funcionando como um instrumento de inclusão, e jamais de exclusão ou mera classificação.

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

O monitoramento desta Política não é um evento estanque, mas um processo contínuo de coleta e tratamento de evidências. Ele visa fundamentar decisões que garantam a eficácia da alfabetização em todo o território municipal, interessando não apenas aos gestores, mas a toda a sociedade civil, órgãos de controle e comunidades escolares.
Embora o monitoramento seja de interesse coletivo, os agentes públicos possuem o papel primordial de viabilizar a transparência e a execução das metas. Os indicadores de monitoramento são ferramentas essenciais que permitem:
- Acompanhar Resultados: medir os esforços empreendidos em insumos, atividades e processos;
- Analisar o Alcance de Metas: compreender a distância entre os resultados esperados e os alcançados;
- Correção de Fluxo: identificar erros ou desvios em tempo hábil para ajustes tempestivos;
- Compartilhamento de Informações: comunicar avanços e necessidades sociais de forma democrática (BRASIL, 2022).
A implementação da Política de Alfabetização dar-se-á após sua homologação legislativa. Para assegurar sua execução, propõe-se:
- Constituição de Comitê Gestor da Política de Alfabetização: grupo regulamentado e publicizado para monitorar e avaliar as ações;
- Plano de Metas e Ações: elaboração de planejamento estratégico prevendo frentes pedagógicas, gerenciais e financeiras;
- Formação Continuada: implementação de programas específicos para professores alfabetizadores;
- Mapeamento de Recursos: definição de investimentos necessários em recursos humanos, didáticos e tecnológicos.
Para a geração de indicadores precisos, a Política utilizará um modelo híbrido de coleta de informações:
- Dados Internos: questionários aplicados às redes de ensino;
- Avaliações de Larga Escala: integração de dados provenientes do CENSO Escolar, SAEP (avaliação estadual) e do SAEB (nacional).
Essa base de informações permite uma análise sistematizada e deliberativa, garantindo que a rede de colaboração entre Estado e Município atue de forma integrada.
A avaliação da implementação desta política pública é um processo capaz de promover mudanças profundas nos contextos escolares. No nível municipal, a política própria deve prever o engajamento direto da comunidade escolar e a oferta de recursos adequados.
Como nos ensina Guimarães Rosa, é na "travessia" — no processo cotidiano de análise e replanejamento — que a verdade do sucesso pedagógico se revela. Por meio de uma rede de colaboração robusta, os desafios transformam-se em oportunidades para consolidar um território catarinense potente e alfabetizador.

PLANO DE AÇÃO

6.1 Matriz de Metas, Ações e Prazos

Eixo Estruturante	Ação Pedagógica/Operacional	Indicador de Sucesso	Prazo Recomendado	Responsável
Formação Continuada	Realizar oficinas periódicas com foco nas diretrizes do programa *Educa Juntos* e práticas de consciência fonológica.	100% dos professores de 1º e 2º ano certificados nas formações.	Bimestral (Contínuo)	Secretaria Municipal de Educação (SME)
Gestão da Aprendizagem	Aplicar avaliações formativas e testes amostrais/censitários de fluência leitora.	Relatório de proficiência emitido por turma e por escola.	Início, meio e fim do ano letivo	Equipe Pedagógica da SME e Direções Escolares
Material Didático	Distribuir e orientar o uso planejado dos Cadernos de Apoio Pedagógico e acervos literários.	Livros entregues e incorporados aos planos de aula semanais.	Até o início do 1º Bimestre	Equipe Pedagógica da SME e Coordenação Pedagógica
Suporte e Intervenção	Ofertar atividades de reforço pedagógico paralelo ou ampliação da jornada (ensino integral) para alunos em defasagem.	Redução de 50% dos alunos em nível "pré-leitor" a cada ciclo de avaliação.	Contínuo (A partir do diagnóstico inicial)	Professores Regentes e Equipe de Apoio Pedagógico

6.2 Avaliação e revisão periódica

Os objetivos, as metas e o plano de ação desta Política Municipal de Alfabetização serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliação bienal pela Secretaria Municipal de Educação, com ampla divulgação dos resultados à comunidade escolar e ao Poder Legislativo.
O teor desta Política e as diretrizes do Plano de Ação Pedagógica passarão por revisão geral a cada 4 (quatro) anos, contados da data de sua publicação, ou em menor prazo caso haja alteração significativa nas diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada ou do programa estadual correspondente.
A revisão periódica contemplará a análise dos índices de proficiência em leitura, a adequação da infraestrutura escolar, os relatórios de formação continuada e o desempenho dos estudantes nas avaliações externas de fluência, podendo o Poder Executivo propor atualizações

e ajustes por meio de decreto ou novo projeto de lei quando necessário.

6.3 Engajamento Familiar: Programa Família Cooperadora

O rendimento escolar de um aluno pode até dobrar quando a família participa ativamente de sua vida acadêmica. Diversos estudos na área da educação e da psicologia cognitiva comprovam que o suporte familiar é um dos fatores de maior impacto no sucesso de um estudante, muitas vezes superando fatores socioeconômicos.
A presença dos pais ou responsáveis cria uma base emocional sólida, aumenta a motivação intrínseca do aluno e melhora sua autodisciplina.
Como a participação familiar transforma o rendimento
Estímulo cognitivo: Crianças que conversam sobre a escola em casa desenvolvem melhor o vocabulário e a capacidade de argumentação.
Inteligência emocional: O apoio dos pais ajuda o aluno a lidar melhor com frustrações, como notas baixas ou dificuldades em matérias específicas.
Rotina e hábitos: A supervisão familiar garante constância nos horários de estudo, o que consolida o aprendizado de longo prazo.
Atitudes simples que geram grandes resultados, não é necessário que os pais dominem todas as matérias escolares para ajudar, o foco deve estar no acompanhamento e no interesse:
Conversas diárias: Perguntar o que o estudante aprendeu de mais interessante no dia, em vez de focar apenas nas notas ou cobranças.
Ambiente de estudos: Reservar um local silencioso, iluminado e livre de distrações (como celular e televisão) para o momento das tarefas.
Parceria com a escola: Comparecer às reuniões pedagógicas e manter um canal aberto de comunicação com os professores.
Valorização do esforço: Elogiar o processo de dedicação e o esforço do aluno, e não apenas o resultado final da prova.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas abordagens sociocultural e dialógica, delinearam-se orientações didáticas e metodológicas sensíveis às realidades culturais e linguísticas das crianças. Ao focar na interação social e na centralidade do diálogo, o texto reforçou o papel mediador dos professores e a necessidade premente de se repensar tempos, espaços, materiais e relações — reconhecendo a diversidade, fomentando a inclusão e investindo na ressignificação contínua do currículo.
Por fim, reforça-se a necessidade de sistematização do monitoramento e da implantação desta Política. Preza-se por uma avaliação transparente e pautada em evidências, que respeite a identidade local e valorize as questões regionais. Espera-se que as ações implementadas, de forma democrática e dialógica, resultem na consolidação plena do direito à leitura e à escrita para todos os cidadãos da nossa região.

8. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2003.

BARBOSA, Adriza Santos Silva; SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. **Infância ou infâncias?** Revista Linhas, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 245–263, 2017. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017245.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil.** In: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 67-79.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. **Análise Linguística: afinal a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção leituras introdutórias em linguagem; v. 3).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Brasília: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 dez. 2010, Seção 1, p. 28.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Monitoramento em Foco: A Importância do Monitoramento das Políticas Públicas. Série "De Olho na Cidadania", 2022**. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/sagi/relatorios/de-olho-na-cidadania

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Ao revés do avesso**. São Paulo: Pulo do Gato, 2015.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler.** Tradução de Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ELKONIN, D. **Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia.** In: DAVIDOV, V.; SHUARE, M. (org.). **La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS (antologia)**. Moscou: Progresso, 1987. p. 104-124.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização e cultura escrita**. Revista Escola, 2003.

FERREIRO, Emilia. **Uma reflexão sobre a língua oral e a aprendizagem da língua escrita.** Revista Pedagógica Pátio: leitura e escrita em questão, 2004.

GANDINI, L. **Espaços educacionais e envolvimento pessoal**. In: EDWARDS, C. P. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. cap. 3, p. 95-111.

GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula**. Cascavel/Campinas: Assoeste/Unicamp, 1984.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

INEP. **Relatório da Pesquisa Alfabetiza Brasil: Diretrizes para uma Política Nacional de Avaliação da Alfabetização das Crianças**. Brasília, DF: Inep, 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Infantis: o jogo, a criança e a educação**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

KLEIMAN, Angela B. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática da escrita.** Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna.** Signo, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, dez. 2007. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/242/196

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEONTIEV, A. **Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil**. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 12. ed. São Paulo: Ícone, 2012. p. 59-83.

LURIA, A. R. **O desenvolvimento da escrita na criança.** In: VIGOTSKI, L. S.;

MARTINS, Lígia M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2013.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A alfabetização é uma questão de dignidade e direitos humanos**. 2020. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/90272-alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-uma-quest%C3%A3o-de-dignidade-e-direitos-humanos.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ROCHA, Heloísa. **A pedagogia e a educação infantil**. Revista Brasileira de Educação, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/v3P9wYtgnVDf3DcVcywdLSK/?format=pdf&lang=pt.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SACCOMANI, M. C. S. **A periodização histórico-cultural e o desenvolvimento da linguagem.** Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, v. 3, n. 3, p. 1-24, 2019.

SILVA, Adriana Leal Brum; CECCHETTI, Fabíola Cardoso; BITTENCOURT, Patrícia Carla. **Especificidade dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. In: POZZER, A. et al (org.). Currículo base do território catarinense: memórias e desafios. Florianópolis: SED, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ZtaaMmP3ua3UhfV0N67K7eiNvVH4sqSA/view?usp=sharing.

SOARES, Magda. **Alfabetização: questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 2016.

TEBALDI, L. R.; CARVALHO, R. S. de. **Alfabetização e Letramento em Pesquisas com crianças na Pré-Escola.** Revista Brasileira De Alfabetização, n. 19, p. 1-21, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.47249/rba2023727

TIRIBA, Lea. **Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: s.n., 2018.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006. p. 103-117.

VIGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**. Tomo IV. Madrid: Visor, 1996.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era.** Tradução de Rodolfo Ilari e Mayumi Ilari. São Paulo: Contexto, 2019.

MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO DE FLUÊNCIA E DESEMPENHO LEITOR (1º E 2º ANO)

FICHA INDIVIDUAL DE MONITORAMENTO DA FLUÊNCIA LEITORA

Nome do Aluno: _____
Turma: _____ ( ) 1º Ano ( ) 2º Ano
Período: ( ) 1º Trimestre ( ) 2º Trimestre ( ) 3º Trimestre
Avaliador(a): _____

Etapa 1: Leitura de Palavras e Pseudopalavras (Mapeamento Decodificador)

• **Total de palavras lidas corretamente em 1 minuto:** _____ palavras.
• **Total de pseudopalavras (palavras inventadas) lidas:** _____ palavras.

Etapa 2: Leitura do Texto e Compreensão (Mapeamento de Fluência e Letramento)

• **Tempo total de leitura do texto selecionado:** _____ minutos e _____ segundos.
• **Erros cometidos na decodificação (omissões, substituições ou hesitações excessivas):** _____

Etapa 3: Classificação do Nível de Leitura (Perfil Diagnóstico)
(Assinale o perfil em que o estudante se enquadra no momento atual)

• **[ ] Pré-Leitor:** Não lê palavras isoladas; decodifica apenas letras ou sílabas com extrema dificuldade.

• **[ ] Leitor Iniciante:** Consegue ler palavras isoladas e frases simples com pausas longas e silabadas.

• **[ ] Leitor Fluente:** Lê o texto de forma contínua, respeitando a pontuação e demonstrando entonação adequada e compreensão do conteúdo lido.

Plano de Intervenção Imediata (se aplicável):
( ) Encaminhamento para reforço no contraturno ou ensino integral.
( ) Inclusão em rotinas diárias prioritárias de consciência fonológica e leitura guiada.

Este instrumento deve ser aplicado individualmente em três momentos do ano letivo (Diagnóstica, Intermediária e Somativa).

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:4CA07305

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 19/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULA FREITAS, ESTADO DO PARANÁ.

RESOLUÇÃO Nº 19/2026, de 25 de setembro de 2026 do Conselho Municipal de Saúde de Paula Freitas, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas de suas atribuições legais, criado pela Lei Municipal nº 348/91 de 22 de junho de 1991, reestruturado através da Lei Municipal nº 887/2007 de 15 de março de 2007, alterado pela Lei nº 1.034/2009 de 02 de setembro de 2009 e conferidas pela Lei complementar nº 141/2012 de 13 de janeiro de 2012, pela Lei nº 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar *"AD REFERENDUM"* a alteração no Protocolo de Enfermagem Municipal.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assim, a Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento ao Parágrafo 2º, do Artigo 1º da Lei Federal nº 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990, juntamente com a Presidente e Secretária Geral do Conselho, em cumprimento ao Parágrafo único, do Artigo 10º do Regimento Interno do Conselho, *Assinam* a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que no prazo, instituído na legislação vigente, esta seja devidamente *Homologada* e *Publicada*.

Paula Freitas-PR, 25 de setembro de 2026.

CLÁUDIA SIMONE DOS REIS SCARATTI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

CARINA BALSANELLO
1ª Secretária do Conselho Municipal de Saúde

MARIA ROSEMEIDE KIMITA
Secretária Municipal de Saúde

O Prefeito Municipal, dando cumprimento ao que determina o Parágrafo 2º, do Artigo 1º da Lei Federal nº 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990, *HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO*.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:4661CCF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 3.472/2026 – DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na autorização contida na Lei Municipal nº 1.709/2025 de 17 de dezembro de 2025, Artigo 7, e na Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 Artigo 43 § 1. ° Inciso I, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento geral de 2026. Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 93.083,90 (Noventa e três mil, oitenta e três reais com noventa centavos), com a seguinte classificação institucional e programática:

ÓRGÃO	**09.00**	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
UNIDADE	**09.06**	**FUNDO MUN DOS DIREITOS DA MULHER**	
ATIVIDADE	08.122.0010.2.064	*Politicas e programas de atendimentos aos Direitos da Mulher*	
DOTAÇÃO	4.4.90.52.00.3934	Equipamentos e material permanente	43.083,90
ÓRGÃO	**11.00**	**SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS**	
UNIDADE	**11.01**	**GABINETE DO SEC DE VIAÇÃO E OBRAS**	
ATIVIDADE	26.782.0014.2.039	*Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais*	
DOTAÇÃO	3.3.90.30.00.3000	Material de Consumo	50.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo precedente, fica a Secretaria Municipal de Finanças, autorizada a utilizar o superavit financeira do exercício de 2025 das seguintes fontes: fonte 1934 no valor de R$ 43.083,90 (Quarenta e três mil, oitenta e três reais com noventa centavos) e fonte 1000 no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis nº 1.705/2025 – LDO para o exercício de 2026 e nº 1.690/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 25 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

WAGNER LUIZ BLEY BONATO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Felipe Joly da Cruz
Código Identificador:66C19E9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 02/2026- TORNA PÚBLICO O NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS -EDITAL Nº 03/2026

O Prefeito do Município de Paula Freitas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS para cadastro de reserva e contratação por prazo determinado - Edital nº 03/2026, homologado em 11 de setembro de 2026, RESOLVE:

Tornar pública o não comparecimento do candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, de que trata o Edital de Convocação nº 01/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - Edição nº 3619, em 18/09/2026, do candidato abaixo relacionado:

Cargo: - Atendente Administrativo – 40 horas

Classificação	Nome
09º Lugar	Fernando Augusto Thomas

Paula Freitas, 25 de setembro 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:6AC3E443

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN
CNPJ: 77.007.474/0001-90 - www.paulofrontin.pr.gov.br
ATA DE CREDENCIAMENTO 01/2026
Edital De Credenciamento Nº 003/2026
Processo Administrativo Nº: 65/2026
Objeto: Credenciamento (Chamamento Público) de pessoas jurídicas para a prestação de serviços continuados e interdisciplinares de Psicologia e de Serviço Social, com 3 (três) postos de Psicologia de 20 horas semanais cada e 1 (um) posto de Serviço Social de 30 horas semanais, para assegurar o atendimento psicossocial na Unidade de Acolhimento Institucional (Casa Lar) do Município de Paulo Frontin-

PR, bem como de suas famílias e das cuidadoras sociais da instituição. Aos vinte e três dias de setembro de 2026, reuniu-se na sede da Prefeitura Municipal de Paulo Frontin/PR a Agente de Contratação e membro de equipe de apoio, abaixo assinado, para proceder à análise da documentação de habilitação apresentada para o Edital de Credenciamento nº 03/2026.

1-Das empresas Participantes:

Verificou-se na presente data que houve solicitação de Credenciamento de duas empresas para o item 01 – Serviços de psicologia (3 postos):

Data de recebimento da solicitação de credenciamento	Razão Social	CNPJ
21/09/2026	ANNA K HUDZIAK PISICOLOGIA	69.137.915/0001-40
22/09/2026	ESSENCIA CLINICA TERAPEUTICA LTDA	52.242.346/0001-08

2- Da Análise dos Documentos de Habilitação

Após análise dos documentos apresentadas verificou-se a ausência dos seguintes documentos obrigatórios, conforme exigido pelo Edital:

I- Empresa ANNA K HUDZIAK PSICOLOGIA:

a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (item 6.4 alínea d do Edital)

b) Registro ou inscrição ativa e regular da pessoa jurídica no Conselho Regional de Psicologia, com inscrição secundária ou visto no CRP/PR. (Item 6.6 alínea a do Edital)

II- Empresa ESSENCIA CLÍNICA TERAPEUTICA LTDA:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3- Deliberações

Desta forma, concede-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da presente Ata, para que as empresas procedam a complementação dos documentos de Habilitação, conforme exigência editalícia. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.

ANDRESSA TESKA
Agente De Contratação

FELIPE MATHEUS SAK
Equipe de Apoio

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:F47A451F

GABINETE DO PREFEITO
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DE PAULO FRONTIN

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DE PAULO FRONTIN
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Tutelar de Paulo Frontin, criado pela Lei Municipal nº 1.378, de 24 de maio de 2023.

Art. 2º O Conselho Tutelar de Paulo Frontin é composto por 5 (cinco) membros, escolhidos pelos cidadãos residentes no Município.

§ 1º Os membros do Conselho Tutelar serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução por novos processos de escolha, nos termos da legislação aplicável.

§ 2º Recondução consiste no direito do Conselheiro Tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, vedada qualquer outra forma de recondução.

Art. 3º O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso à população, disponibilizado pelo Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo, contando com instalações físicas adequadas, acessibilidade arquitetônica e urbanística, garantindo atendimento individualizado e sigiloso à criança, ao adolescente e à família, dispondo dos recursos materiais e humanos necessários ao desempenho de suas atribuições, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.378/2023.

Art. 4º O atendimento ao público será realizado na sede do Conselho Tutelar, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

§ 1º Para o atendimento de situações emergenciais fora do horário de expediente, bem como aos sábados, domingos e feriados, será realizada escala de sobreaviso, nos termos deste Regimento Interno. A forma de compensação ou indenização decorrente do regime de sobreaviso observará o disposto na legislação municipal vigente.

§ 2º Os Conselheiros Tutelares de sobreaviso contarão com telefone móvel, com créditos suficientes para seu funcionamento, fornecido pelo Poder Público Municipal, cujo número será divulgado à população, juntamente com o número de telefone fixo do órgão.

§ 3º O Conselho Tutelar também se deslocará periodicamente, em caráter preventivo, ou sempre que solicitado, às localidades situadas fora da sede do Município, assim como para realizar visitas de inspeção às entidades e programas de atendimento à criança e ao adolescente e outras diligências a seu cargo, caso em que permanecerá pelo menos 1 (um) membro do Conselho Tutelar em sua sede, durante o horário normal de expediente, de modo a garantir o regular atendimento ao público.

§ 4º Os deslocamentos periódicos às localidades situadas fora da sede do Município obedecerão a uma escala mensal previamente definida, sem prejuízo de outras diligências a serem realizadas nessas localidades, para atender a situações específicas que cheguem ao conhecimento do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e na Constituição Federal.

Art. 6º São atribuições do Conselho Tutelar:

I – atender crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, incisos I a VII, da Lei Federal nº 8.069/1990;

II – atender e aconselhar os pais ou responsáveis nas mesmas hipóteses acima relacionadas, aplicando as medidas previstas no art. 129, incisos I a VII, da Lei Federal nº 8.069/1990;

III – fiscalizar as entidades de atendimento de crianças e adolescentes situadas no Município e os programas por elas executados, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 8.069/1990, devendo atestar seu adequado funcionamento perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sempre que solicitado, nos termos do art. 90, § 3º, inciso II, da referida Lei, sem prejuízo de, em caso de irregularidades, efetuar imediata comunicação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e representar à autoridade judiciária para a instauração de procedimento judicial específico visando à sua apuração, nos termos dos arts. 191 a 193 da mesma Lei;

IV – promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a) requisitar, junto à Secretaria ou Departamento Municipal competente, serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária no caso de descumprimento injustificado de suas deliberações, propondo a instauração de procedimento judicial por infração ao disposto no art. 249 da Lei Federal nº 8.069/1990, sem prejuízo de outras medidas administrativas e/ou judiciais destinadas à garantia das prerrogativas do Conselho Tutelar e à proteção integral das crianças, adolescentes e famílias atendidas;

V – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente, inclusive quando decorrente das notificações obrigatórias previstas nos arts. 13 e 56, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/1990;

VI – representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, sempre que constatar situações que possam ensejar tais medidas, após esgotadas as possibilidades de manutenção e preservação da criança ou do adolescente em sua família de origem, nos termos do art. 136, inciso XI e parágrafo único, e do art. 201, inciso III, da Lei Federal nº 8.069/1990;

VII – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, nos termos da legislação aplicável;

VIII – representar ao Juiz da Infância e da Juventude nos casos de infração administrativa às normas de proteção à criança ou ao

adolescente, para fins de aplicação das penalidades administrativas correspondentes;
IX – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária dentre as previstas no art. 101, incisos I a VI, da Lei Federal nº 8.069/1990, para o adolescente autor de ato infracional, com seu encaminhamento aos serviços públicos e programas de atendimento correspondentes;
X – expedir notificações;
XI – requisitar, junto aos cartórios competentes, as segundas vias das certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente, quando necessárias;
XII – representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra programas ou programações de rádio ou televisão que desrespeitem os valores éticos e sociais da pessoa e da família, bem como contra propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao desenvolvimento da criança e do adolescente, nos termos do art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal e da legislação aplicável;
XIII – fornecer ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dados relativos às maiores demandas de atendimento e às deficiências estruturais existentes no Município, propondo a adequação do atendimento prestado à população infantojuvenil pelos órgãos públicos encarregados da execução das políticas públicas, assim como a elaboração e implementação de políticas públicas específicas, de acordo com as necessidades de atendimento à criança e ao adolescente;
XIV – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, devendo acompanhar, desde o início, todo o processo de elaboração, discussão e aprovação das propostas das diversas leis orçamentárias, apresentando ao setor competente da Administração Pública, bem como ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dados relativos às maiores demandas e deficiências estruturais de atendimento à criança e ao adolescente existentes no Município, que deverão ser atendidas, em caráter prioritário, por ações, serviços públicos e programas específicos a serem implementados pelo Poder Público;
XV – recepcionar as comunicações dos dirigentes de estabelecimentos de atenção à saúde e de ensino fundamental, creches e pré-escolas, mencionadas nos arts. 13 e 56 da Lei Federal nº 8.069/1990, promovendo as medidas pertinentes, inclusive com o acionamento do Ministério Público, quando houver notícia da prática de infração penal contra criança ou adolescente.
§ 1º Ao atender qualquer criança ou adolescente, o Conselho Tutelar verificará, sempre que necessário, seu registro civil e, constatando sua inexistência ou grave irregularidade, comunicará o fato ao Ministério Público, para os fins previstos na legislação aplicável.
§ 2º O atendimento prestado à criança e ao adolescente pelo Conselho Tutelar pressupõe o atendimento de seus pais ou responsáveis, assim como dos demais integrantes de sua família natural ou substituta, que têm direito à especial proteção por parte do Estado e ao encaminhamento a programas específicos de orientação, apoio e promoção social, nos termos da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e demais normas aplicáveis.
§ 3º O atendimento prestado pelo Conselho Tutelar à criança a quem se atribua a prática de ato infracional restringe-se à análise da presença de alguma das situações previstas no art. 98 da Lei Federal nº 8.069/1990, com a subsequente aplicação das medidas de proteção e das medidas destinadas aos pais ou responsáveis que se fizerem necessárias, nos termos dos arts. 101 e 129 da mesma Lei, ficando a investigação do ato infracional respectivo, inclusive quanto à participação de adolescentes ou imputáveis, a cargo da autoridade policial competente.
§ 4º As medidas de proteção aplicadas pelo Conselho Tutelar deverão levar em conta as necessidades pedagógicas específicas da criança ou do adolescente, procurando sempre manter e fortalecer os vínculos familiares existentes e respeitar os demais princípios previstos no art. 100, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/1990.
§ 5º O Conselho Tutelar não promoverá o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, salvo nas hipóteses excepcionais previstas na legislação, especialmente quando necessário para salvaguardar a vida, a saúde ou a dignidade da criança ou do adolescente.
§ 6º Excepcionalmente, nas situações previstas no § 5º deste artigo e observadas as hipóteses e condições estabelecidas na legislação, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional ou familiar, sem prévia determinação da autoridade judiciária, devendo comunicar o fato, no prazo legal, ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Ministério Público, prestando as informações relativas aos motivos da medida e às providências adotadas para orientação, apoio e promoção social da família.
§ 7º O acolhimento emergencial deverá ser decidido pelo Colegiado do Conselho Tutelar, nos termos da legislação aplicável, preferencialmente precedido de contato com os serviços socioassistenciais do Município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, para definição do local adequado para o acolhimento.
§ 8º O acolhimento emergencial não substitui a necessidade de regularização judicial da situação da criança ou do adolescente, quando cabível, nem se confunde com a medida protetiva prevista no art. 101, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/1990. O Conselho Tutelar deverá adotar as providências necessárias para assegurar a proteção integral e o retorno seguro à família, sempre que possível, ou a regularização da situação perante a autoridade competente, de modo a evitar a permanência da criança ou do adolescente em acolhimento por período superior ao estritamente necessário.
Art. 7º As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse, nos termos do art. 137 da Lei Federal nº 8.069/1990.
Art. 8º Sempre que necessário ao exercício de suas atribuições, os membros do Conselho Tutelar deverão orientar os interessados de que constitui crime impedir ou embaraçar a ação de membro do Conselho Tutelar, no exercício de atribuição legal, nos termos do art. 236 da Lei Federal nº 8.069/1990.
Parágrafo único. Quando necessário ao cumprimento de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar o apoio dos órgãos de segurança pública, observadas as competências legais de cada órgão.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 9º A competência do Conselho Tutelar será determinada:
I – pelo domicílio dos pais ou responsável;
II – pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, à falta dos pais ou responsável legal.
§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do Município no qual ocorreu a ação ou omissão, observadas as regras legais aplicáveis.
§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal ou do local onde estiver sediada a entidade que acolher a criança ou o adolescente, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO
Seção I
Da Estrutura Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 10. O Conselho Tutelar de Paulo Frontin – PR conta com a seguinte estrutura administrativa:
I – Coordenação do Colegiado;
II – Colegiado ou Plenário;
III – Conselheiros Tutelares.

Seção II
Da Coordenação do Colegiado

Art. 11. São atribuições da Coordenação:
I – coordenar as sessões plenárias, participando das discussões e votações;
II – convocar as sessões extraordinárias;
III – representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar sua representação a outro Conselheiro;
IV – assinar a correspondência oficial do Conselho;
V – zelar pela fiel aplicação e pelo respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
VI – participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
VII – participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, levando ao conhecimento deste, de forma geral e sem identificação individualizada de crianças, adolescentes ou famílias, as situações de ameaça ou violação de

direitos que não puderam ser solucionadas em razão de falhas na estrutura de atendimento do Município, apresentando sugestões para a melhoria das condições de atendimento, observados o sigilo profissional e a proteção da identidade, da intimidade, da vida privada e da dignidade das pessoas atendidas;

VIII – enviar mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a relação de frequência, a escala de plantões dos Conselheiros e demais informações necessárias;

IX – comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais e/ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X – encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI – encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a escala de férias dos Conselheiros Tutelares, para conhecimento e adoção das providências necessárias;

XII – exercer outras atribuições necessárias ao bom funcionamento do Conselho Tutelar, observadas as competências legais.

Seção III

Do Plenário

Art. 12. O Conselho Tutelar realizará reuniões ordinárias semanalmente e reuniões extraordinárias sempre que necessário.

§ 1º As reuniões ordinárias serão realizadas semanalmente, em dia e horário previamente definidos pelo Colegiado.

§ 2º As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Colegiado ou por, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros, podendo ocorrer a qualquer dia, horário e local, mediante prévia comunicação a todos os membros do Conselho Tutelar.

§ 3º As sessões terão por objetivo a discussão e resolução dos casos, o planejamento e a avaliação de ações e a análise da prática, buscando sempre aperfeiçoar o atendimento à população.

§ 4º Serão também realizadas sessões periódicas especificamente destinadas à discussão dos problemas estruturais do Município, bem como da necessidade de adequação do orçamento público às necessidades específicas da população infantojuvenil.

§ 5º Por ocasião das sessões referidas no parágrafo anterior, ou em sessão específica, realizada, no máximo, ao final de cada semestre, o Conselho Tutelar deverá discutir e avaliar seu funcionamento com a população e representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público e Poder Judiciário, de modo a aprimorar a forma de atendimento e melhor servir à população infantojuvenil, sendo facultado à comunidade e às demais autoridades apresentar sugestões e reclamações.

§ 6º As deliberações do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria simples dos Conselheiros presentes, observado o quórum previsto na legislação aplicável.

§ 7º Serão registrados em ata os incidentes ocorridos durante a sessão deliberativa, assim como as deliberações tomadas e os encaminhamentos efetuados, observados o sigilo e a proteção das informações pessoais.

Art. 13. As reuniões do Conselho Tutelar observarão as seguintes regras:

I – tratando-se de discussão e deliberação sobre caso individual envolvendo criança ou adolescente, a reunião deverá observar o sigilo necessário à proteção de sua imagem, intimidade, vida privada e dignidade, nos termos da legislação aplicável;

II – tratando-se de adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, a discussão e deliberação do caso observarão, ainda, as disposições específicas dos arts. 143 e 247 da Lei Federal nº 8.069/1990;

III – nas situações que exigirem a preservação da imagem, da intimidade, da vida privada e da dignidade da criança ou do adolescente e de sua família, o acesso às informações e a participação nas discussões ficarão restritos às pessoas cuja participação seja necessária ao atendimento e à proteção dos direitos da criança ou do adolescente, observados o sigilo profissional e as disposições legais aplicáveis;

IV – as reuniões administrativas do Conselho Tutelar poderão ser abertas ao público, ressalvadas as discussões relativas a casos individuais, que deverão observar o sigilo e a proteção da imagem, da intimidade, da vida privada e da dignidade das crianças, adolescentes e famílias atendidas;

V – as reuniões destinadas à discussão de problemas estruturais do Município, avaliação das políticas públicas e proposição de medidas para o fortalecimento da rede de proteção poderão contar com a participação de representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Ministério Público, do Poder Judiciário, dos órgãos públicos municipais e de outras instituições integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, vedado o acesso a informações que permitam a identificação individual de crianças, adolescentes ou famílias atendidas pelo Conselho Tutelar, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas.

Seção IV

Do Conselheiro Tutelar

Art. 14. A cada Conselheiro Tutelar, em particular, compete, entre outras atividades:

I – proceder, sem delongas, à verificação dos casos que lhe sejam distribuídos, realizando o estudo da situação pessoal, familiar, escolar e social, tomando desde logo as providências de caráter urgente, preparando relatório sucinto e escrito de cada caso para apresentação ao Plenário, cuidando de sua execução e acompanhamento até que se complete o atendimento;

II – participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso, comparecendo à sede do Conselho nos horários previstos para o atendimento ao público;

III – auxiliar o Colegiado nas suas atribuições específicas, especialmente na recepção de casos e atendimento ao público;

IV – discutir, sempre que possível, com outros Conselheiros as providências urgentes que lhe cabem tomar em relação a qualquer criança ou adolescente em situação de risco, assim como sua respectiva família;

V – discutir cada caso de forma serena, respeitando as eventuais opiniões divergentes de seus pares;

VI – tratar com respeito e urbanidade os membros da comunidade, principalmente as crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento;

VII – visitar a família de criança ou adolescente cuja verificação lhe couber;

VIII – executar outras tarefas que lhe forem destinadas na distribuição interna das atribuições do órgão, observadas as competências legais.

Parágrafo único. É também dever do Conselheiro Tutelar declarar-se impedido de atender ou participar da deliberação de caso que envolva amigo íntimo, inimigo ou parente seu ou de seu cônjuge ou companheiro até o 3º (terceiro) grau, ou declarar-se suspeito sempre que tiver interesse na causa, observada a legislação aplicável.

Art. 15. É expressamente vedado ao Conselheiro Tutelar:

I – usar da função em benefício próprio;

II – romper o sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar;

III – manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função, de modo a exorbitar suas atribuições ou abusar da autoridade que lhe foi conferida;

IV – recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se quanto ao exercício de suas atribuições durante o horário de funcionamento do Conselho Tutelar;

V – aplicar medida de proteção contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI – deixar de cumprir o sobreaviso, de acordo com a escala previamente estabelecida, sem justificativa;

VII – exercer outra atividade incompatível com o exercício da função, nos termos da legislação aplicável;

VIII – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão do exercício de suas atribuições, nos termos da legislação vigente;

IX – utilizar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA ou outros sistemas oficiais para finalidade diversa daquela prevista em lei.

CAPÍTULO V

DO PROCEDIMENTO TUTELAR

Art. 16. As regras de procedimento previstas neste Capítulo deverão ser interpretadas como orientações gerais, em conformidade com o art.

6º do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

Art. 17. Para deliberar acerca das medidas a serem aplicadas à criança, ao adolescente, aos pais ou responsável, o Conselho Tutelar atuará necessariamente de forma conjunta, por meio do Colegiado, discutindo inicialmente cada caso cuja verificação já tenha sido concluída pelo Conselheiro encarregado do atendimento inicial, que atuará como relator, votando-se, em seguida, as medidas propostas por este ou por outro integrante.

§ 1º A aplicação das medidas de proteção e das medidas destinadas aos pais ou responsáveis levará em conta os princípios previstos no art. 100 da Lei Federal nº 8.069/1990.

§ 2º Quando necessária a requisição de serviços públicos, nos termos da legislação aplicável, bem como nas demais hipóteses que exigirem deliberação colegiada, será necessária decisão do Plenário do Conselho Tutelar.

§ 3º Nas demais hipóteses previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990, é admissível que o atendimento inicial do caso seja efetuado por um único Conselheiro, mediante distribuição, sem prejuízo de sua posterior comunicação ao Colegiado, para que as decisões relativas ao caso sejam tomadas ou reavaliadas quando necessário.

§ 4º O Conselheiro Tutelar que prestar o atendimento inicial a uma criança, adolescente ou família ficará vinculado aos demais casos que lhes sejam relacionados, quando houver pertinência, observada a distribuição interna de casos e a organização do órgão.

§ 5º A fiscalização de entidades de atendimento, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 8.069/1990, será realizada por, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros, mediante escala mensal a ser elaborada, os quais deverão apresentar ao Colegiado relatório da situação verificada.

Art. 18. Durante o horário de atendimento ao público, pelo menos 2 (dois) Conselheiros Tutelares deverão permanecer na sede do órgão, ressalvada a necessidade de deslocamento, em caráter emergencial, para atendimento imediato de casos urgentes.

§ 1º O Conselho Tutelar providenciará para que todos os órgãos e instituições que prestem atendimento emergencial à criança e ao adolescente, como hospitais, postos de saúde, Polícias Civil e Militar, Vara da Infância e da Juventude, Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude e outros, sejam informados do telefone dos Conselheiros Tutelares de sobreaviso, assim como da respectiva escala.

Art. 19. Ao receber o Conselho Tutelar qualquer notícia de criança ou adolescente em situação de risco, seja por comunicação de cidadão, dos pais ou da própria criança ou adolescente, de autoridade ou funcionário público, de forma anônima, por telefone ou por constatação pessoal, registrará os principais dados em livro, sistema ou ficha apropriada, distribuindo-se o caso de imediato a um dos Conselheiros, que iniciará a verificação da situação.

§ 1º As providências de caráter urgente serão tomadas pelo Conselheiro de sobreaviso, independentemente de formalidade que possa retardar o atendimento, procedendo-se posteriormente ao registro dos dados essenciais para a continuidade da verificação e adoção das demais providências.

§ 2º A verificação será realizada por meio da obtenção das informações necessárias, especialmente mediante constatação pessoal do Conselheiro, visita à família ou a outros locais, oitiva de pessoas e requisição de serviços, exames ou perícias, quando cabíveis.

§ 3º Concluída a verificação, o Conselheiro encarregado fará relatório do caso, registrando as principais informações colhidas, as providências já adotadas, as conclusões e as medidas que entende adequadas.

§ 4º Na sessão do Conselho, o Conselheiro encarregado apresentará inicialmente o relatório do caso, passando, em seguida, o Colegiado à discussão e votação das medidas de proteção aplicáveis à criança ou ao adolescente, aos pais ou responsáveis, bem como de outras iniciativas e providências que o caso requerer.

§ 5º Caso entenda o Conselho serem necessárias mais informações ou diligências para definir as medidas mais adequadas, o caso poderá ser transferido para a ordem do dia da sessão seguinte, providenciando o Conselheiro encarregado a complementação da verificação.

§ 6º Entendendo o Conselho Tutelar que nenhuma providência lhe cabe adotar, o caso será arquivado, mediante registro da decisão e observada a possibilidade de encaminhamento aos órgãos competentes, quando necessário.

§ 7º Definidas pelo Plenário as medidas, solicitações e providências necessárias, o Conselheiro Tutelar encarregado do caso cuidará de sua execução, comunicando-as aos interessados, expedindo as notificações necessárias e tomando as iniciativas para que a criança e/ou o adolescente sejam efetivamente atendidos e seus problemas solucionados.

§ 8º Se, no acompanhamento da execução, o Conselheiro encarregado verificar a necessidade de alteração das medidas ou de aplicação de outras, levará novamente o caso ao Colegiado.

§ 9º Cumpridas as medidas e solicitações e constatando o Conselheiro encarregado que a criança ou o adolescente voltou a ser adequadamente atendido em seus direitos fundamentais, o Plenário poderá determinar o arquivamento do caso, observadas as normas aplicáveis.

Art. 20. Ao receber o Conselho Tutelar notícia de fato que caracterize, em tese, infração penal praticada contra criança ou adolescente, inclusive nas hipóteses decorrentes dos arts. 13 e 56, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/1990, serão adotadas as providências de comunicação e encaminhamento previstas na legislação.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, o Conselho Tutelar deverá articular sua atuação com os órgãos competentes, de modo a não comprometer a investigação policial acerca da ocorrência de eventual infração penal, cuja apuração compete à autoridade policial e às demais autoridades legalmente competentes.

CAPÍTULO VI
DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Art. 21. São auxiliares do Conselho Tutelar os funcionários designados ou postos à disposição pelo Poder Público, observadas as disposições administrativas aplicáveis.

Parágrafo único. Os funcionários, enquanto estiverem à disposição do Conselho Tutelar, ficarão sujeitos à Coordenação do Colegiado quanto à organização dos trabalhos internos, sem prejuízo da subordinação administrativa e funcional ao órgão competente do Poder Executivo.

CAPÍTULO VII
DA VACÂNCIA

Art. 22. A vacância na função de Conselheiro Tutelar dar-se-á nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº 1.378/2023 e demais legislação aplicável, especialmente em decorrência de:

I – renúncia;

II – posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada, quando houver incompatibilidade legal;

III – transferência de residência ou domicílio para outro Município, quando prevista em lei como causa de vacância;

IV – aplicação da sanção administrativa de destituição da função;

V – falecimento;

VI – condenação em decisão judicial nas hipóteses previstas na legislação aplicável.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso não implica, por si só, renúncia à função de Conselheiro Tutelar, devendo ser observadas as disposições da legislação eleitoral e municipal aplicáveis ao afastamento e à substituição.

Art. 23. A vaga será considerada aberta na data do falecimento, na data estabelecida para a renúncia ou na data da decisão que gerar a perda do mandato, conforme o caso e observada a legislação aplicável.

Art. 24. O falecimento do Conselheiro Tutelar deverá ser comunicado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pelo Colegiado do Conselho Tutelar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data do falecimento.

Art. 25. O pedido de renúncia será formalizado pelo interessado e encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as providências previstas na legislação municipal.

CAPÍTULO VIII
DAS PENALIDADES

Art. 26. O Conselheiro Tutelar estará sujeito às penalidades administrativas previstas na Lei Municipal nº 1.378/2023 e demais legislação aplicável, quando descumprir seus deveres funcionais ou incorrer nas hipóteses legalmente previstas.

Art. 27. Nas hipóteses de descumprimento dos deveres funcionais ou de ocorrência de condutas que possam ensejar a aplicação de

penalidade administrativa, o Conselheiro Tutelar será submetido ao procedimento administrativo disciplinar previsto na Lei Municipal nº 1.378/2023, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

§ 1º Durante a tramitação do procedimento administrativo disciplinar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do Conselheiro Tutelar nas hipóteses e condições previstas na legislação municipal, assegurada a percepção da remuneração quando assim determinado pela legislação aplicável.

§ 2º Havendo indícios da prática de infração penal por parte de membro do Conselho Tutelar, o fato será comunicado ao Ministério Público e às demais autoridades competentes, para adoção das providências cabíveis.

§ 3º A aplicação das penalidades administrativas observará o procedimento, as competências, os prazos e as garantias estabelecidos na Lei Municipal nº 1.378/2023 e na legislação municipal aplicável.

Art. 28. O Conselheiro Tutelar que faltar injustificadamente ao expediente ou deixar de cumprir, sem justificativa, a escala de sobreaviso estará sujeito às medidas administrativas cabíveis, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.378/2023 e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Os descontos decorrentes de faltas injustificadas observarão as disposições da legislação municipal aplicável.

CAPÍTULO IX

DOS SUBSÍDIOS, LICENÇAS E FÉRIAS

Art. 29. Os Conselheiros Tutelares receberão subsídios mensais, na forma e no valor estabelecidos pela legislação municipal vigente, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.378/2023 e demais normas aplicáveis.

Art. 30. O Conselheiro Tutelar fará jus às licenças previstas na Lei Municipal nº 1.378/2023 e na legislação municipal aplicável, observados os procedimentos nela estabelecidos.

Parágrafo único. As licenças e afastamentos para tratamento de saúde observarão os procedimentos previstos na legislação municipal, devendo ser encaminhada ao órgão competente a documentação necessária à análise e ao registro do afastamento, resguardado o sigilo das informações relativas à saúde do Conselheiro Tutelar.

Art. 31. Os Conselheiros Tutelares terão direito à licença-maternidade e à licença-paternidade, com remuneração integral, nos termos da Lei Municipal nº 1.378/2023 e da legislação municipal aplicável.

Parágrafo único. As licenças previstas no caput deste artigo observarão os procedimentos, prazos e demais condições estabelecidos na legislação municipal aplicável, inclusive no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Paulo Frontin, naquilo que for compatível com a natureza da função de Conselheiro Tutelar.

Art. 32. Após cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício na função, o Conselheiro Tutelar terá direito a 30 (trinta) dias de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.378/2023 e demais normas aplicáveis.

§ 1º A escala de férias será organizada pelo Colegiado do Conselho Tutelar e encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para ciência e adoção das providências necessárias quanto à convocação de suplente, quando cabível.

§ 2º A organização da escala de férias deverá assegurar a continuidade do atendimento e o regular funcionamento do Conselho Tutelar, observadas as disposições da legislação municipal quanto à substituição por suplentes.

Art. 33. Ocorrendo vacância, férias, licença, suspensão ou qualquer outra hipótese de afastamento do Conselheiro Tutelar titular que, nos termos da legislação municipal, determine sua substituição, será convocado o respectivo suplente, observada a ordem de classificação e a competência definida na Lei Municipal nº 1.378/2023.

Parágrafo único. O suplente, quando no efetivo exercício da função de Conselheiro Tutelar, terá os direitos, vantagens e deveres previstos na legislação aplicável e receberá remuneração proporcional ao período em que efetivamente exercer a função, observadas as disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. O presente Regimento Interno poderá ser alterado sempre que necessário, mediante deliberação do Colegiado do Conselho Tutelar, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Municipal nº 1.378/2023, da Resolução CONANDA nº 231/2022 e demais normas aplicáveis.

§ 1º As propostas de alteração deste Regimento poderão ser apresentadas pelos membros do Colegiado do Conselho Tutelar, sem prejuízo da faculdade conferida ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA pela legislação municipal.

§ 2º As alterações aprovadas pelo Colegiado do Conselho Tutelar serão encaminhadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para apreciação, nos termos da legislação municipal, e posteriormente publicadas na forma legal.

Art. 35. Este Regimento Interno entra em vigor após sua aprovação pelo Colegiado do Conselho Tutelar e observadas as providências de publicação previstas no art. 51 da Lei Municipal nº 1.378/2023.

Parágrafo único. A cópia integral deste Regimento Interno será afixada na sede do Conselho Tutelar, para conhecimento do público em geral.

Art. 36. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do Conselho Tutelar, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.069/1990, da Lei Municipal nº 1.378/2023, da Resolução CONANDA nº 231/2022 e demais normas aplicáveis.

Paulo Frontin, 26 de agosto de 2026.

Elaboração do Regimento Interno

ANDRESSA JEANE DOROZEC –
Conselheira Tutelar

BRUNA LARISSA MARAFON –
Conselheira Tutelar

ELEANE CLARICE FILUS –
Conselheira Tutelar

LÚCIA LEONILDA TREUK –
Conselheira Tutelar

ODETE MARILSA DE OLIVEIRA LESZAK –
Conselheira Tutelar

** Regimento Interno elaborado pelas Conselheiras Tutelares e submetido à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.*

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:50D66DD0

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 016/2026/CMDCA

RESOLUÇÃO 016/2026/CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paulo Frontin – CMDCA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº 1.378/2023, e

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2026/CMDCA, que convocou a 12ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paulo Frontin;

CONSIDERANDO a Resolução nº 010/2026/CMDCA, que alterou a data e o local de realização da 12ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paulo Frontin;

CONSIDERANDO o Ofício Circular nº 005/2026 – CEDCA/PR, de 04 de setembro de 2026, que encaminha orientações sobre a realização das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 285/2026 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que prorrogou o prazo para a realização das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente até o dia 30 de abril de 2027;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião realizada no dia 22 de setembro de 2026, que decidiu pela alteração do

período de realização da 12ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paulo Frontin para o mês de abril de 2027, com data específica a ser definida posteriormente;

RESOLVE:
Art. 1º Alterar o Art. 1º da Resolução nº 006/2026/CMDCA, com redação dada pela Resolução nº 010/2026/CMDCA, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Convocar a 12ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paulo Frontin, a ser realizada no mês de abril de 2027, em data a ser definida posteriormente, nas dependências da APAE de Paulo Frontin, conforme programação específica, com o tema: 'Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Democracia Participativa'."
Art. 2º A data específica para a realização da 12ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será definida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, mediante deliberação e posterior divulgação oficial.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Resolução nº 006/2026/CMDCA e da Resolução nº 010/2026/CMDCA, desde que não contrariem o disposto nesta Resolução.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 28 de setembro de 2026.

CAMILA CARNEIRO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:EC517CC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CARNES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pérola D' Oeste – Pr.
CONTRATADA: MERCIA ISABEL PEREIRA BOTTEGA.
ORIGEM: Edital De Dispensa de Licitação n° 16/2026, Processo administrativo nº 47/2026.
VALOR: R$ 54.718,00 (cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 25/09/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:8D40B858

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8 -SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44.

H O M O L O G O:

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026 referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CARNES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ,** conforme parecer da assessoria jurídica e, comissão de licitações, com base na lei federal 14.133/2021 e alterações posteriores, para a Execução na forma legal pela empresa **MERCIA ISABEL PEREIRA BOTTEGA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N° 10.760.000/0001-43, com endereço na Rua Pará, n° 157, Bairro Centro, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP 85.740-000, representada por seu representante legal a Sra. Mercia Isabel Pereira Bottega, portadora do CPF/MF nº 026.879.789-43, residente e domiciliada na Cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, declarada vencedora pelo valor de R$ 54.718,00 (cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais).
Valor Total:
R$ 54.718,00 (cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais).

Pérola D'Oeste/PR, 25 de setembro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:54214881

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
DECRETO Nº 111/2026

SÚMULA: Designar Comissão para fazer o levantamento de todos os Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis da Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, bem como indicar os bens inservíveis da municipalidade e dá outras providências.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º. Ficam designados os seguintes servidores a seguir para compor a Comissão para fazer o levantamento de todos os Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis da Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, bem como indicar os bens inservíveis da municipalidade ao Chefe do Poder Executivo.
Presidente: SUELI MARIA DE ALMEIDA, matricula nº 1947
Membros:
- TIAGO FREDDI, matricula nº 1889
- EMERSON ANTONIO KAIBERS, matricula nº 1379
- FABIO DE CONTI, matricula nº 1870

Art. 2º. O exercício da função da Comissão será de 04 (quatro) anos e não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em inteiro teor os Decretos nº 63/2020 e 85/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 25 de setembro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:217226F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

ATA Nº 02/2026 – ETAPA IV – ESTUDO DE CASO - Integrante do Processo Seletivo de Avaliação de Mérito e Desempenho para o provimento da função de Diretor(a) das instituições da Rede Municipal de Ensino.

Aos **25 dias do mês de setembro de 2026**, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, reuniram-se os membros da **Comissão de Avaliação**, designada para acompanhar e avaliar a **Prova de Estudo de Caso**, integrante do processo de seleção para a função de Diretor(a) Escolar.
A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes membros:
Andréia Schnell;
Elisa Maristania Cogo Gindri;
Keyla Cristiane Heintze Fiss.
A secretária Municipal de Educação e presidente da Comissão Organizadora **Rosani Maria Heintze Giongo** apresentou a Banca Examinadora às candidatas presentes e deu início aos trabalhos, observando as orientações estabelecidas para a realização da prova.
Para fins de registro e controle da aplicação da Etapa IV – Estudo de Caso, a Comissão registrou a seguinte situação de presença:
CANDIDATAS PRESENTES:
CLEONICE ARTMANN PALHARINI;
SANDRA DE FÁTIMA GIBOSKI DE ALMEIDA;
FLAVIA KARINA COGO;
ANTONIO AUGUSTO LIMA MACHADO;
ADILA APARECIDA SEVERO;
LUCIMARA TIARLES PAROLIN;
FRANCIELLI CAROLINE MILANI;
PATRÍCIA FREIDER FERNANDES;
FRANCIELLI SERAFINI PIGOSO;
VIVIAN PETRY KINDLER.
CANDIDATAS AUSENTES:
JOCIELI APARECIDA CRESTANI;
MAIARA CORTEZE LAVARDA.
Em relação às duas candidatas ausentes, a Comissão registrou que **o não comparecimento à aplicação da Prova de Estudo de Caso implica eliminação do processo seletivo**, conforme expressamente estabelecido no **Edital nº 001/2026**. Dessa forma, ficam **registradas como eliminadas da Etapa IV – Estudo de Caso**, em razão do não comparecimento, as candidatas acima relacionadas no campo "Candidatas Ausentes". Aos candidatos presentes foram apresentados cinco estudos de caso, devendo cada candidato escolher um dos casos apresentados para análise e elaboração de sua resposta, de forma objetiva, fundamentada e alinhada às normas vigentes, ao Regimento Escolar e aos princípios da gestão democrática e da ética no serviço público.
Foram disponibilizados os seguintes temas:
CASO 1 – GESTÃO DE PESSOAS E CLIMA ORGANIZACIONAL;
CASO 2 – FREQUÊNCIA, EVASÃO E BUSCA ATIVA;
CASO 3 – CONVIVÊNCIA, CONFLITOS E PROTEÇÃO;
CASO 4 – INCLUSÃO E EQUIDADE;
CASO 5 – APRENDIZAGEM E RECOMPOSIÇÃO.
Cada candidata presente fez a escolha de seu respectivo caso e, conforme orientação estabelecida no edital, **não foram registrados os nomes das candidatas nas folhas de resposta**, a fim de assegurar a imparcialidade e a isonomia no processo de avaliação. A Comissão registrou que a avaliação das respostas será realizada considerando os critérios estabelecidos no instrumento de avaliação, observando a compreensão da situação-problema, a pertinência das medidas propostas, a fundamentação, a organização das ações e a observância das normas e princípios aplicáveis à gestão escolar. Cada questão será avaliada conforme os critérios definidos para o respectivo estudo de caso, sendo os registros de pontuação realizados individualmente nas fichas de avaliação das candidatas, conforme **Anexo II**. Fica ainda consignado que, nos termos do **Edital nº 001/2026**, a retirada sem entrega da folha de resposta, a identificação na folha de resposta, o porte de aparelho eletrônico em funcionamento ou o descumprimento das normas de aplicação também implicará a eliminação da candidata.
Na mesma oportunidade da realização do Estudo de Caso, os candidatos entregaram o **Plano de Gestão Escolar**, em **2 (duas) vias impressas e assinadas.** Nada mais havendo a registrar, a Comissão deu por encerrados os trabalhos referentes à realização da **Prova de Estudo de Caso – Etapa IV**, ficando consignado que os documentos produzidos e as fichas de avaliação permanecerão sob responsabilidade da Comissão para os procedimentos posteriores previstos no processo de seleção. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão de Avaliação. Pérola D'Oeste – PR, 25 de setembro de 2026.

Banca Examinadora:

ANDRÉIA SCHNELL

ELISA MARISTANIA COGO GINDRI

KEYLA CRISTIANE HEINTZE FISS

Comissão Organizadora:

ROSANI MARIA HEINTZE GIONGO

ADRIANE JANETE HENZEL TEIXEIRA

MARIA HELENA MAHL

MARIZANE APARECIDA ALFLEN

TAIANA LOCATELLI

ANA CLAUDIA GRIPA

Publicado por:
Rosani Maria Heintze Giongo
Código Identificador:EC85DEC1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 013, DE 22 SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AS DEVOLUÇÕES DE RECURSOS AO FNAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº n° 1.337, 06 de abril de 2018, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a devolução do recurso ao Fundo Nacional de Assistência Social referente a pagamento indevido de R$ 3,00 (três reais) do bloco de financiamento da Proteção Social Básica.

Art. 2º Aprovar a devolução do recurso ao Fundo Nacional de Assistência Social, no valor de R$ 33,54 (trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos) devidamente corrigido, referente a transferência realizada de forma incorreta do bloco de financiamento do IGD-SUAS, para o bloco de financiamento do IGD-PBF.

Art. 3º Aprovar a devolução do recurso ao Fundo Nacional de Assistência Social, no valor de R$ 63,92 (sessenta e três reais e noventa e dois centavos) devidamente corrigido, referente a transferência realizada de forma incorreta do bloco de financiamento do PROCAD-SUAS, para o bloco de financiamento do IGD-PBF.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

MARILY PENTEADO WOTROBA HEIDEN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:28CC1C89

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 014, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REPASSE DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - REFERENTE AO PERÍODO: DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº n° 1.337, 06 de abril de 2018, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social para o bloco de financiamento da Proteção Social Básica, referente ao período: de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

MARILY PENTEADO WOTROBA HEIDEN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:FDCF984C

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 015, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REPASSE DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O BLOCO DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS: DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº n° 1.337, 06 de abril de 2018, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social para o bloco de financiamento do Programa Primeira Infância No SUAS, referente ao período: de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

MARILY PENTEADO WOTROBA HEIDEN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:1A7ACB99

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 016, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REPASSE DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O BLOCO DE FINANCIAMENTO DO IGD-PBF: DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº n° 1.337, 06 de abril de 2018, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social para o bloco de financiamento do IGD-PBF, referente ao período: de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

MARILY PENTEADO WOTROBA HEIDEN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:42FF0369

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 017, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REPASSE DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O BLOCO DE FINANCIAMENTO DO IGD-SUAS: DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº n° 1.337, 06 de abril de 2018, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social para o bloco de financiamento do IGD-SUAS, referente ao período: de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

MARILY PENTEADO WOTROBA HEIDEN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:FAFFC4B8

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 018, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REPASSE DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O BLOCO DE FINANCIAMENTO DO PROCAD-

SUAS: DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº n° 1.337, 06 de abril de 2018, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social para o bloco de financiamento do PROCAD-SUAS, referente ao período: de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

MARILY PENTEADO WOTROBA HEIDEN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:446AAB64

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 019, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REPASSE DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O BLOCO DE FINANCIAMENTO DO SIGTV: DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº n° 1.337, 06 de abril de 2018, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social para o bloco de financiamento do SIGTV, referente ao período: de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

MARILY PENTEADO WOTROBA HEIDEN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:1964BF08

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 020, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS MUNICIPAIS DESTINADOS A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL VINCULADOS AO FUMAS: DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº n° 1.337, 06 de abril de 2018, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos recursos municipais destinados a proteção social básica e especial vinculados ao FUMAS, referente ao período: de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

MARILY PENTEADO WOTROBA HEIDEN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:D6483221

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 021 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

RESOLUÇÃO N° 021 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

APROVA ALTERAÇÃO NO PLANO DE AÇÃO PARA O ANO DE 2026 DO REPASSE CONTINUADO PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº n° 1.337, 06 de abril de 2018, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO as Orientações para atualização do Plano de Ação do PAS 2026 – Situações de Emergência e Calamidade Pública e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar alteração no Plano de Ação para o ano 2026, do Repasse continuado Piso Único de Assistência Social – PAS, incluindo a previsão para capital, custeio e RH em Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências,

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên, 22 de setembro de 2026.

MARILY PENTEADO WOTROBA HEIDEN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:477832CA

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026
Ampla Participação

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, CNPJ: 01.603.097/0001-90, **torna público que realizará contratação direta através de DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 002/2022 da CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026**
Ampla Participação

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, CNPJ: 01.603.097/0001-90, **torna público que realizará contratação direta através de DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 002/2022 da CÂMARA MUNICIPAL DE PIEN e demais legislações aplicáveis, **com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE**, **para o objeto a seguir:**

OBJETO: CONSTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO EM LICENCIAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS PARA EXIBIÇÃO PÚBLICA DE OBRAS AUDIOVISUAIS (LICENÇA GUARDA -CHUVA) DESTINADAS AO PROGRAMA CINE CAMARA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, conforme exigências estabelecidas neste Aviso, no Termo de Referência e seus anexos

REGISTRO DE PREÇOS: NÃO

VALOR TOTAL ESTIMADO: CONFORME PESQUISA DE PREÇOS

FORMA DE EXECUÇÃO: O licenciamento pelo períodode 12 meses para exibição publica de filmes.

Os interessados em participar do processo poderão obter a íntegra do Aviso de Dispensa de Licitação nº 017/2026 e seus anexos junto à Secretaria da Câmara, sediada na Rua Amazonas, nº 170, Centro, em Piên/PR, ou acessando: https://www.pien.pr.leg.br/ ou e-mail: licitacao@pien.pr.leg.br.

As propostas, assim como os documentos de habilitação, deverão ser encaminhadas no e-mail licitacao@pien.pr.leg.br ou entregues por meio de protocolo na Secretaria da Câmara Municipal, nos horários indicados a seguir:

Data e hora de início do recebimento da proposta: 8h do dia 29/09/2026. Data e hora de término do recebimento de proposta: 01/10/2026, até às:

23h59min pelo e-mail licitacao@pien.pr.leg.br, ou;

17h00min no protocolo da Secretaria da Câmara Municipal.

A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados a presente Dispensa de licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, pelo e-mail licitacao@pien.pr.leg.br, ou presencialmente por meio de protocolo na secretaria da Câmara Municipal de Piên/PR, das 8h às 12h e das 13h00min às 17h, em até 02 (dois) dias antes do término do recebimento de proposta.

Piên/PR, 25 de setembro de 2026.

GIZELE DE FÁTIMA SANTOS CASAGRANDE
Agente de Contratação Portaria nº 003/2024 DE PIEN e demais legislações aplicáveis, **com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE**, **para o objeto a seguir:**

OBJETO: CONSTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO EM LICENCIAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS PARA EXIBIÇÃO PÚBLICA DE OBRAS AUDIOVISUAIS (LICENÇA GUARDA -CHUVA) DESTINADAS AO PROGRAMA CINE CAMARA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, conforme exigências estabelecidas neste Aviso, no Termo de Referência e seus anexos

REGISTRO DE PREÇOS: NÃO

VALOR TOTAL ESTIMADO: CONFORME PESQUISA DE PREÇOS

FORMA DE EXECUÇÃO: O licenciamento pelo períodode 12 meses para exibição publica de filmes.

Os interessados em participar do processo poderão obter a íntegra do Aviso de Dispensa de Licitação nº 017/2026 e seus anexos junto à Secretaria da Câmara, sediada na Rua Amazonas, nº 170, Centro, em Piên/PR, ou acessando: https://www.pien.pr.leg.br/ ou e-mail: licitacao@pien.pr.leg.br.

As propostas, assim como os documentos de habilitação, deverão ser encaminhadas no e-mail licitacao@pien.pr.leg.br ou entregues por meio de protocolo na Secretaria da Câmara Municipal, nos horários indicados a seguir:

Data e hora de início do recebimento da proposta: 8h do dia 29/09/2026. Data e hora de término do recebimento de proposta: 01/10/2026, até às:

23h59min pelo e-mail licitacao@pien.pr.leg.br, ou;

17h00min no protocolo da Secretaria da Câmara Municipal.

A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados a presente Dispensa de licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, pelo e-mail licitacao@pien.pr.leg.br, ou presencialmente por meio de protocolo na secretaria da Câmara Municipal de Piên/PR, das 8h às 12h e das 13h00min às 17h, em até 02 (dois) dias antes do término do recebimento de proposta.

Piên/PR, 25 de setembro de 2026.

GIZELE DE FÁTIMA SANTOS CASAGRANDE
Agente de Contratação Portaria nº 003/2024

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:95CA64EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 146/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 146/2026

MODALIDADE: REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026

CONTRATADO: DIEGO BRUNNQUELL EQUIPAMENTOS EPP
CNPJ: 21.993.098/0001-03
OBJETO: Aquisição de grades niveladoras, a fim de promover a substituição das grades desgastadas e ou danificadas, visando manter os serviços prestados aos agricultores através do programa Patrulha Agrícola que é um dos programas vigentes na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Piên PR.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA COTADA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**GRADE NIVELADORA:** Especificação técnica: 32 x 22 x 4.5mm x 180 a 200 mm 8 mancais a óleo. Sendo 32 discos recortados, 22 polegadas, 4.5 mm de espessura dos discos, 180 a 200 mm de espaçamento entre os discos, 8 mancais a óleo, 11L-15 os pneus balão com controle remoto para comando hidráulico dos pneus. A estrutura das grades precisa ser reforçada, fixação dos discos no eixo e com distanciadores reforçados, discos de procedência, fixadores dos eixos com reforço, chapas da parte dos limpadores e Cabeçalho com o mesmo padrão com Chapas reforçadas.	Baldan	2	R$ 37.205,000	R$ 74.410,00

VALOR: R$ 74.410,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos e dez reais)

FISCAL: Lidair Osmar Zappe matrícula 4766338

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses podendo ser prorrogado

DATA DE ASSINATURA: 23 de setembro de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:58B9189F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 238/2026 A 239/2026

EXTRATO DE ATAS

ATAS 238/2026 a 239/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 065/2026
Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de materiais de expediente que resultaram desertos ou fracassados no Pregão 043/2026 a fim de suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Ata nº 238/2026 - COMERCIAL COSTA FERREIRA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 57.650.919/0001-48, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 26.803,50 (vinte e seis mil e oitocentos e três reais e cinquenta centavos).

Ata nº 239/2026 - PAPELARIA SÃO BENTO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 8.052,20 (oito mil e cinquenta e dois reais).

Fiscais Administrativos:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL	Leticia Inez Schroth Gabardo Larissa do Carmo Honório Regiane Rauth
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Patrick Zanqueta Pacheco
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cláudia Knopick Lisboa
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Daiane dos Santos
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
SECRETARIA DE GOVERNO	Maikeli Thaiane Knutz Senn
SECRETARIA DE SAÚDE	Marina do Carmo Stracke de Lima
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Suelen Surek
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Esdras Rya Rocha Cruz

Prazo de Vigência: 12 (Doze) meses a partir da publicação, podendo ser prorrogado conforme Lei 14.133/2021.

Data de assinatura: 24 de setembro de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:8F5782CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE OS meios de pagamento autorizados, os procedimentos de controle DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS, o trAtamento de pagamentos em desconformidade, A apuração de responsabilidade e a transparência das informações financeiras no Âmbito da administração municipal.

A Secretária de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 320, de 22 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os meios de pagamento autorizados, os procedimentos de controle de operações financeiras, o tratamento dos pagamentos realizados em desconformidade com as normas aplicáveis, a apuração de responsabilidade e a transparência das informações, aplicando-se a todas as Secretarias Municipais, unidades administrativas e servidores envolvidos na execução financeira das despesas.

CAPÍTULO II
DOS MEIOS DE PAGAMENTO E DA MITIGAÇÃO DE RISCOS

Art. 2º Os pagamentos realizados pela Administração Municipal deverão utilizar meios que assegurem a identificação do beneficiário, a rastreabilidade da operação, a integridade das informações e preservação dos registros necessários ao controle e fiscalização.

Art. 3º São meios de pagamento autorizados:
I – arquivo de remessa bancária gerado por sistema informatizado oficial do Município;
II – transferência eletrônica entre contas bancárias;
III – PIX;
IV – TED ou outro instrumento eletrônico que venha a substituí-lo;
V – sistemas eletrônicos integrados de pagamento disponibilizados pelas instituições financeiras;
VI – ordem bancária ou instrumento equivalente admitido pela instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos públicos.

Art. 4º O Município priorizará a utilização de meios eletrônicos de pagamento que proporcionem maior segurança, rastreabilidade, integridade e controle das operações.

§ 1º Sempre que tecnicamente disponíveis e compatíveis com os sistemas utilizados pelo Município e pelas instituições financeiras, serão priorizados:
I – arquivos de remessa bancária;
II – sistemas eletrônicos integrados de pagamento;
III – transferências eletrônicas realizadas por sistemas institucionais;
IV – outros meios eletrônicos que assegurem o registro, a rastreabilidade e o controle de operação.

§ 2º A utilização dos meios previstos no § 1º deste artigo deverá observar os mecanismos de segura disponibilizados pelos sistemas oficiais e pelas instituições financeiras.

Art. 5º O acesso manual ou direto ao internet banking para execução de pagamentos será excepcional e somente será admitido quando:
I – for tecnicamente indispensável;
II – inexistir meio eletrônico alternativo disponível;
III – ocorrer indisponibilidade ou falha no sistema de remessa;
IV - houver situação emergencial devidamente caracterizada;
V – ocorrer outra circunstância excepcional devidamente justificada que impeça a utilização do meio eletrônico prioritário.

Parágrafo único. A justificativa deverá ser formalizada e juntada ao respectivo processo administrativo.

Art. 6º É vedada a realização de pagamento em espécie, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei ou regulamento específico.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Art. 7º A alteração da ordem cronológica dos pagamentos observará o disposto nos arts. 13 a 17 do Decreto nº 320, de 22 de dezembro de 2023.

CAPÍTULO IV
DO TRATAMENTO DE PAGAMENTOS EM DESCONFORMIDADE

Art. 8º Quando identificado pagamento em desconformidade com normas legais, regulamentares ou contratuais, deverão ser adotadas as seguintes providências:
I - registro do fato em relatório próprio;
II - comunicação à Unidade de Controle Interno;

III – avaliação da necessidade de suspensão de pagamentos subsequentes relacionados ao fato;
IV - adoção das medidas necessárias para a recuperação de valores eventualmente pagos indevidamente;
V - correção dos registros contábeis e financeiros, quando cabível.

Parágrafo único. A identificação de pagamento irregular não afasta a obrigação de apuração da responsabilidade dos agentes envolvidos, quando houver indícios de conduta irregular ou dano ao erário.

CAPÍTULO V
DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Art. 9º Havendo indícios de pagamento indevido, irregular ou realizado em desconformidade com as normas aplicáveis, será instaurado o procedimento administrativo para apuração dos fatos e eventual responsabilização.

Art. 10. A apuração deverá considerar:
I – a identificação dos agentes envolvidos;
II – a conduta praticada;
III – as circunstâncias do fato;
IV – a ocorrência de eventual dano ao erário;
V – as medidas adotadas para correção da irregularidade;
VI – necessidade de ressarcimento ao erário.

Parágrafo único. Serão assegurados aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI
DA TRANSPARÊNCIA

Art. 11. Compete à Secretaria de Administração e Finanças manter atualizadas e disponibilizar as informações previstas nesta Instrução Normativa.

Art. 12. As informações deverão ser divulgadas de forma clara, objetiva e acessível aos cidadãos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os gestores e servidores responsáveis pela execução das despesas e pagamentos deverão observar os procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 14. O descumprimento das disposições desta Instrução Normativa sujeitará os responsáveis às medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo da apuração de responsabilidades nas esferas civil, administrativa e penal.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração e Finanças, ouvida a Unidade de Controle Interno, quando necessário.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:A076CFAD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1262, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1262, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ESTEFANY SEIDEL PAZDA,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 136.***.***-** e matrícula funcional 4766370, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Área I - Orçamento,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Lançamento da Resolução nº 140/26	29/09 a 30/09/2026	Curitiba/PR	2(duas)	R$ 287,00	9644/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:15DB1FC6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1263, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1263, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **VERIDIANA LUIZ** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 041.***.***-*** e matrículas funcionais 105761/4766471, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9639/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:B5B3EAC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1264, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1264, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de

suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **BIANCA ADELITA DE LIMA DA COSTA,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 025.***.***-*** e matrículas funcionais 11631/ 11632, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9640/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:6A7FEE6B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1265, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1265, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **VANEZA RIBEIRO DE SIQUEIRA,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 026.***.***-*** e matrículas funcionais 104451/ 4766007, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9638/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:EB8D8D65

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1266, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1266, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CLAUDIANA LANG DA SILVA** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 048.***.***-*** e matrícula funcional 4765952/ 105571, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9637/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:73698DCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1267, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1267, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **MONICA BAUMEL BRUNNQUELL** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 051.***.***-*** e matrícula funcional 4766044, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9635/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:EDFF0D6E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1268, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1268, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **KEITY SCHROTH NEGRELLI** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 067.***.***-*** e matrícula funcional 4765155 / 4766345, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9634/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:60B116E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1269, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 1269, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ARACI MARIA DE SA RIBAS** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 964.***.***-*** e matrícula funcional 4765198, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9633/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:93E060B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1270, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1270, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a empregada pública **DEBORA CRISTIANE SENN** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 067.***.***-*** e matrícula funcional 4766439, ocupante do emprego público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9632/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:BF3D9E17

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1271, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1271, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **MIRIAN CARVALHO DA SILVA** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 044.***.***-** e matrícula funcional 4766055, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9631/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:203FFE1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1272, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1272, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ANDRESSA FUERST SCHROTH** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 058.***.***-** e matrículas funcionais 10921/ 104961, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9630/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:7BAA0C34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1273, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1273, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **LEONICE ZIMMER** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 056.***.***-** e matrículas funcionais: 104401/4765982, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9629/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:38C4C760

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1274, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1274, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **GILCELIA PASDA** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 064.***.***-*** e matrícula funcional 102491, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9628/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:7BC976BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1275, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1275, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CLARICE DE FATIMA FRAGOSO** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 563.***.***-** e matrícula funcional 4766261, ocupante do cargo público de Agente Político de **Secretária de Educação,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9627/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:E469783B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1276, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1276, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **LENIZA CLARISSE MINICKOVSKI HOLLERWEGER** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 720.***.***-*** e matrícula funcional 16002, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
III Seminário de Práticas da Educação 2026	29/09/2026	Quitandinha/PR	1(uma)	R$ 61,00	9624/2026

Práticas da Educação 2026					

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:AECDE9E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1277, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1277, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **ROBERTO SANTOS JUNIOR,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 051.***.***-**, matrícula funcional 105551, ocupante do cargo público de **Técnico Segurança do Trabalho,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Reunião técnica	01/10/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9643/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:04B7738F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1278, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1278, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **LEILA GERTLER,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 047.***.***-** matrícula funcional 4766170, ocupante do cargo público de provimento de **Assessor de Área I – Assistência à Saúde,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Capacitação em Meningite	01/10/2026	Curitiba/PR	1 (uma)	R$ 61,00	9642/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:481B37BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1279, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1279, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ROSÂNGELA MAIDANCHEN ZAPPE**, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 006.***.***-** matrícula funcional 4765987, ocupante do cargo público de **Assistente Administrativo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participar da formação BNCC computação oferecida pelo CIEDEPAR	29/09 a 30/09/2026	Curitiba/PR	2(duas)	R$ 287,00	9636/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:05340604

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1280, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1280, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ISADORA CAROLINA ZESZOTKO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 100.***.***-** matrícula funcional 4766347, ocupante do cargo de público de provimento em comissão de **Assessor de Area I - Gestão Pedagógica,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participar da formação BNCC computação oferecida pelo CIEDEPAR	29/09 a 30/09/2026	Curitiba/PR	2(duas)	R$ 287,00	9626/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:1CFBF8CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1281, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1281, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ELIZABETE MIKI UCHINO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 825.***.***-** matrícula funcional 4766346, ocupante do cargo público de **Assistente Social,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Acompanhar paciente idoso sem familiar para biopsia	25/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 150,00	9641/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:5C26C035

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1282, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1282, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 003.***.***-** e matrículas funcionais 105631/4766293, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Formação de Leitura e Escrita na Educação Infantil _ LEEI	02/10/2026	Araucária/PR	1(uma)	R$ 61,00	9625/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 25 de setembro de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:E6AE1D14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de itens para execução, organização e apoio para os eventos realizados pela Secretárias Municipais**. Entrega das propostas**: a partir 28/09/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 14/10/2026 às 14:00h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 25 de setembro de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:65E6F88F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)

COMPRASGOV- 15/2026

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO REGIONAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que
para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026**, cujo objeto é o **"Registro de preço para futura e eventual aquisição de móveis e eletrodomésticos para as secretarias do Município de Pinhal de São Bento"**.

1) A presente retificação refere-se à **exclusão do item nº 52, no valor total de R$ 36.400,00,** passando o valor total estimado da contratação de R$ 771.927,79 (setecentos e setenta e um mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e nove centavos) para R$ 735.527,79 (setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e sete reais e setenta e nove centavos).

2) Em razão da presente retificação, fica reaberto o prazo para apresentação das propostas.

3) A data de abertura e julgamento das propostas fica **ALTERADA para o dia 15/10/2026, às 09h00.**

4) Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Pinhal de São Bento/PR, 25/09/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:A622ABCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 202/2026

DECRETO 202/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 208.000,00 (Duzentos e oito mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 24 de Setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:0422974F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 203/2026

DECRETO 203/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 3.000,00 (Três mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 24 de Setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:CC9207E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 204/2026

DECRETO 204/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 36.300,00 (Trinta e seis mil e trezentos reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 24 de Setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8B780FD6

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIÁRIA N° 325/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026
QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Bruno Valmor Trindade Leal Pettenon **Matrícula**: 6591
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: Assistente Social
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 27/09/2026 à 30/09/2026
Destino: Curitiba– PR
Valor de diárias:R$ 1.706,16
Transporte utilizado: Carro Oficial
Finalidade da viagem: Participar do Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial do Paraná – 2026, a ser realizado em Curitiba/PR, visando ao aprimoramento dos conhecimentos e das capacidades técnicas para o planejamento, monitoramento e qualificação das ações da Política de Assistência Social no município, com foco na identificação das vulnerabilidades sociais e no fortalecimento da garantia dos direitos socioassistenciais.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Auditório Mário Lobo – Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N - Centro Cívico, Curitiba – PR. R. Mateus Leme, 1284 - Centro Cívico, Curitiba - PR, 80530-010
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária:
3.3.90.14.00.00 F: 934 Cta: 3121 EA
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto

em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 25/09/2026
Solicitante da viagem: Bruno Valmor Trindade Leal Pettenon
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Delurdes Derzi Olbermann de Oliveira

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7A32764F

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 07/2026 CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS – CMDPI
Pinhal de São Bento – PR

RESOLUÇÃO Nº 07/2026

Súmula, aprova a prestação de contas ANUAL 2025 - 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025, DO INCENTIVO DE GARANTIA DE DIREITOS À PESSOA IDOSA - CENTRO DE CONVIVÊNCIA, A PRESENTE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERE-SE À PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS do Município de Pinhal de São Bento – PR

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDPI de Pinhal de São Bento - PR, em conformidade com a Lei Municipal Nº 570 de 27 de outubro de 2017, em reunião ordinária realizada no dia 25 de setembro de 2026,
RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar na sua totalidade e por unanimidade sem ressalvas a referida prestação de contas ANUAL 2025 - 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025, DO INCENTIVO DE GARANTIA DE DIREITOS À PESSOA IDOSA - CENTRO DE CONVIVÊNCIA, A PRESENTE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERE-SE À PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS do Município de Pinhal de São Bento – PR.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pinhal de São Bento, 25 de setembro de 2026.

BRUNO VALMOR TRINDADE LEAL PETTENON
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Larissa Cristiane de Lima Cordova
Código Identificador:1573047B

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 08/2026 CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS – CMDPI
Pinhal de São Bento – PR

RESOLUÇÃO Nº 08/2026

Súmula, aprova a prestação de contas ANUAL 2025 - 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025, DO INCENTIVO PARANÁ VIAJA MAIS 60 DEL. 024/2023, A PRESENTE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERE-SE À PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS do Município de Pinhal de São Bento – PR

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDPI de Pinhal de São Bento - PR, em conformidade com a Lei Municipal Nº 570 de 27 de outubro de 2017, em reunião ordinária realizada no dia 25 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar na sua totalidade e por unanimidade sem ressalvas a referida prestação de contas ANUAL 2025 - 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025, DO INCENTIVO PARANÁ VIAJA MAIS 60 DEL. 024/2023, A PRESENTE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERE-SE À PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS do Município de Pinhal de São Bento – PR.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pinhal de São Bento, 25 de setembro de 2026.

BRUNO VALMOR TRINDADE LEAL PETTENON
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Larissa Cristiane de Lima Cordova
Código Identificador:567DFDD6

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 09/2026 CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS – CMDPI
Pinhal de São Bento – PR

RESOLUÇÃO Nº 09/2026

Súmula, aprova a prestação de contas Anual 2025 - Do pagamento até 31/12/2025, do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II Del. 034/2024 do Município de Pinhal de São Bento – PR

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDPI de Pinhal de São Bento - PR, em conformidade com a Lei Municipal Nº 570 de 27 de outubro de 2017, em reunião ordinária realizada no dia 25 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar na sua totalidade e por unanimidade sem ressalvas a referida prestação de contas Anual 2025 - Do pagamento até 31/12/2025, do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II Del. 034/2024 do Município de Pinhal de São Bento – PR.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pinhal de São Bento, 25 de setembro de 2026.

BRUNO VALMOR TRINDADE LEAL PETTENON
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Larissa Cristiane de Lima Cordova
Código Identificador:4CC96134

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 326/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Sergio de Lima Matrícula: 434-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 28/09/2026 (saída as 05:00 horas)
Destino: Guarapuava/PR

Valor de diárias: 242,15 x 0,75= 181,61
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar a paciente Nair de Fatima Siebre para consulta no Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	14666-8	026.883.519-58

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 25 de setembro de 2026.
Solicitante da viagem: Paulo Sergio de Lima
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:07D452B6

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 328/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Roberto Kreiner Silveira Matrícula: 623-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 23/09/2026 (saída as 12:00 horas)
Destino: Manfrinópolis/PR
Valor de diárias: 142,18 x 0,5 = 71,09
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar as pacientes na Carreta Lilás em Manfrinópolis/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Carreta Lilás em Manfrinópolis/PR.

Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	108467-4	027.617.539-50

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 23 de setembro de 2026.
Solicitante da viagem: Paulo Roberto Kreiner Silveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4F1E8D23

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 329/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 604-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 24/09/2026 (saída as 12:00 horas)
Destino: Manfrinópolis/PR
Valor de diárias: 142,18 x 0,5 = 71,09
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar as pacientes na Carreta Lilás em Manfrinópolis/PR
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Carreta Lilás em Manfrinópolis/PR
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	57974-2	063.731.779-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 24 de setembro de 2026.
Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:ABEBB7AB

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 330/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026

ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Roberto Kreiner Silveira Matrícula: 623-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 24/09/2026 (saída as 12:00 horas)
Destino: Manfrinópolis/PR
Valor de diárias: 142,18 x 0,5 = 71,09
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar as pacientes na Carreta Lilás em Manfrinópolis/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Carreta Lilás em Manfrinópolis/PR.

Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	108467-4	027.617.539-50

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo

por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 24 de setembro de 2026.
Solicitante da viagem: Paulo Roberto Kreiner Silveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A2A91959

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
DIÁRIA N° 331/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Neilor Kniphoff Matrícula: 861 e 862
Órgão de Lotação: Departamento de Ensino Cargo ou função: Professor
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 28/09/2026 (saída as 20:30 horas) retorno dia 30/09/2026 volta as 06:00
Destino: Curitiba/PR
Valor de diárias: 426,54 x 2,5 = 1.066,35
Transporte utilizado: ônibus
Finalidade da viagem: Formação BNCC Computação
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Fundação de Estudos Sociais do Parná, Rua Dr. Fraive, 141 Centro, Curitiba, - PR.

Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 103 Cta: 1290
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 25 de setembro de 2026.

Solicitante da viagem: Eva Luzia Barcki Mazuco
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Eva Luzia Barcki Mazuco

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:9DC9A8F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA - N. 10/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO: 25.492/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Presidente da Comissão de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização da concorrência citada, que tem por objeto a Contratação da obra de reforma da Escola Municipal Geraldo Stefen Casagrande localizada na Rua Reinaldo Meira, 1050 - Vila São Cristóvão - CEP: 83.305-100, em Piraquara/PR, será realizada no dia**14/10/2026 – 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras - **Critério de Julgamento**: Menor Preço. **Valor Máximo**: R$ 2.624.086,26 (dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, oitenta e seis reais e vinte e seis centavos). Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019).Piraquara, 25 de setembro de 2026.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU **-**
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:FA4E6F50

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2024 - PROCESSO: 21.142/2024

Em cumprimento ao disposto no Capítulo II do Decreto N°12.116 de 22 de Março de 2024, a Comissão Especial de Contratação, por meio de sua Presidente, torna público o resultado do credenciamento em epígrafe, cujo objeto é o credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidades das Secretarias Municipais, conforme as especificações, quantidades, valores, condições e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos. Nesse sentido a comissão decidiu **habilitar: Item 2 - Prestação de Serviços Interação com Educando - regime: diária 8h:** Andressa de Brito Candido; Luiz Alejandro Marques Azevedo; Adilson da Silva Cardoso; Bianca Natacha Romanisio de Oliveira; Stephany dos Santos Leal Padilha; Bruna Yasmin de Mattos Alves; Rafael Julio Pereira Rodrigues, por cumprir todos os requisitos exigidos no Edital, portanto suas solicitações para credenciamento foram **aprovadas. Não foi aprovado pela comissão por não cumprir todos os requisitos exigidos no Edital, conforme item de documentação listado em edital:** Ana Raquel Aparecida de Matos dos Santos – protocolo 21175/2026 – Anexos III; IV; V e VI de outro processo; Item 6.1 A; 6.1 G; 6.1 J; Camylle Chrisostomo Biscotto – protocolo 21245/2026 – Item 6.1 A; Maria Eduarda Martins Rodrigues – protocolo 21305/2026 – Item 6.1 H; 6.1 J; 6.1 K; Sarah Nicolle Souza Bufa – protocolo 21352/2026 – Item 6.1 A; 6.1 B; 6.1 D; 6.1 E; 6.1 G; 6.1 K; Brayan Pasturczak de Paula – protocolo 21036/2026 – Item 6.1 A; 6.1 B (não comprovou Escolaridade mínima exigida em Edital) 6.1 J; 6.1 L; Carolina Gabrieli Oliveria do Nascimento – protocolo 21484/2026 – não anexou documentação; Carolina Juliane Belmontel Wolff – protocolo 21727/2026 – Anexo III; Anexos: IV, V e VI de outro processo; Item 6.1 K; Geisiane Marcia Carneiro – protocolo 21791/2026 – Item 6.1 i; Daelle Prado de Oliveira – protocolo 21848/2026 – Item 6.1 i; 6.1 J; 6.1 K; 6.1 L. Os interessados têm o prazo de 8 (oito) dias úteis, prorrogáveis, para protocolar documentação escoimada de vícios. Salientamos que o processo se encontra disponível para vistas e que fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos no prazo legal e que no final deste abre-se o prazo para apresentação das contrarrazões por igual período. Piraquara, 25 de setembro de 2026.

ANA CLAUDIA GAIO DE OLIVEIRA **-**
Presidente da Comissão

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:3640F1FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO
INEXIGIBILIDADE Nº 12/2023 - PROCESSO: 33.051/2023

Em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993, a Comissão Especial de Credenciamento, por meio de sua Presidente, torna público o resultado do credenciamento em

epígrafe, cujo objeto é o credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidades das Secretarias Municipais, conforme as especificações, quantidades, valores, condições e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos. Nesse sentido a comissão decidiu **habilitar**: **Item 1 - Prestação de serviços de cozinha e preparo de alimentação escolar - regime: diária 8 h:** Maria Eduarda da Silva Lages; Flavio Henrique Lima Silva. **Item 2 - prestação de serviços gerais (manutenção e limpeza) - regime: diária 8h**: Yuri Gabriel Mizerkowski Ribeiro; Fernanda Amaral Grandi; Thalita Ritzmann Jaques; Ramile Paula de Souza; Arthur Manoel Majole Gonçalves. **Item 5 - Prestação de Serviços de Auxílio em Educação Social - Regime: Plantão 24h:** Marcia de Souza Pivovar. **Item 7 - Prestação de Serviços Gerais (Manutenção, Alimentação e Limpeza) - Regime: Diária 8h:** Taynara Schrede. **Item 8 - Prestação de Serviços de Auxílio em Educação Social - Regime: Plantão 12h:** Jheniffer Eduarda da Silva. **Item 9 - Prestação de Serviços Gerais (Manutenção, Alimentação e Limpeza) - Regime: Plantão 12h:** Pamela Priscila de Morais Rodrigues; Rafael Antonio Leonel Pinto, por cumprirem todos os requisitos exigidos no edital, portanto suas solicitações para credenciamento foram **aprovadas.** Salientamos que o processo se encontra disponível para vistas e que fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos no prazo legal e que no final deste abre-se o prazo para apresentação das contrarrazões por igual período.

Piraquara, 24 de setembro de 2026.

ANA CLAUDIA GAIO DE OLIVEIRA **-**
Presidente da Comissão

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:EB4A4A45

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.052/2026

Dispõe sobre a conclusão do período de estágio probatório e elevação de subclasse dos professores municipais.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:
Art. 1º Os professores abaixo relacionados terão suas subclasses alteradas mediante conclusão e aprovação no processo avaliativo do estágio probatório, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.192/2012.

MATRÍCULA	PROFESSOR	SUBCLASSE ATUAL	SUBCLASSE APÓS CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO	INÍCIO	CONCLUSÃO
997657	MIRIAN DE OLIVEIRA DA ROSA DE SOUZA	0	3	11/09/2023	18/09/2026
997658	EDILNEIA APARECIDA SANTOS	0	3	11/09/2023	24/09/2026

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a data constante no quadro sob a denominação - CONCLUSÃO.
Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 25 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:C5E99CFB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.053/2026

Dispõe sobre a elevação de nível por graduação dos professores e servidores da educação municipal.

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º Os professores e servidores da educação municipal abaixo relacionados terão seus níveis por graduação alterados após apresentação e deferimento da documentação, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.192/2012 e Lei Municipal nº 1.691/2017.

MATRÍCULA	NOME	NÍVEL	DATA DO PROTOCOLO
992154	ANDRESSA TERRA DE SOUZA GIROLDO	PE-09	12/09/2026
759221	CYONE SOARES PEREIRA LIDUÁRIO	MES-11	13/09/2026
992779	DAYANA ROSA DE LIMA WIESENER FLORES	PE-07	21/09/2026
997658	EDILNEIA APARECIDA SANTOS	ESP-03	24/09/2026
997660	JOICE MARIZETE GIACHINI	MES-03	13/09/2026
997657	MIRIAN DE OLIVEIRA DA ROSA DE SOUZA	ESP-03	18/09/2026

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data constante no quadro sob a denominação – DATA DO PROTOCOLO.
Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 25 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:7BB8B1B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 30/2026

Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve: Tornar públicas as normas relativas ao processo de remoção para os professores do quadro do magistério municipal para o ano de 2027-2028 atendendo ao disposto na Lei nº 1192/2012, anexo VIII que dispõe sobre as normas e procedimentos do processo de remoção para professores pertencentes ao Quadro do Magistério Público Municipal.
Art. 1º O Processo de Remoção 2027 e 2028, para o magistério público municipal será realizado em três etapas de acordo com o cronograma abaixo:

ETAPAS	AÇÕES	DATAS
1ª Etapa Vagas Permanentes do Quadro do Magistério Público Municipal	Preenchimento das fichas via formulário eletrônico Google Forms, encerramento às 23h59min (horário de Brasília) do dia 05/10/2026	28/09/2026 a 05/10/2026
	Entrega da documentação via formulário eletrônico Google Forms, até às 23h59min (horário de Brasília) do dia 05/10/2026	25/09/2026 a 05/10/2026
	Resultado provisório	15/10/2026
	Recurso via protocolo eletrônico 1Doc, encerramento às 23h59min (horário de Brasília) do dia 20/10/2026	16/10/2026 a 20/10/2026
	Resultado final	28/10/2026
2ª Etapa Vagas Provisórias do Quadro do Magistério Público Municipal	Preenchimento das fichas via formulário eletrônico Google Forms, encerramento às 23h59min (horário de Brasília) do dia 08/11/2026	29/10/2026 a 08/11/2026
	Entrega da documentação via formulário eletrônico Google Forms, até às 23h59min (horário de Brasília) do dia 08/11/2026	29/10/2026 a 08/11/2026
	Resultado provisório	18/11/2026
	Recurso via protocolo eletrônico 1Doc, encerramento às 23h59min (horário de Brasília) do dia 24/11/2026	19/11/2026 a 24/11/2026
	Resultado final	04/12/2026
3ª Etapa Vagas Remanescentes Quadro do Magistério Público Municipal	Escolha das vagas conforme classificação geral	A definir

Art. 2º Entende-se por remoção o deslocamento do professor de uma instituição de ensino para outra ou dentro da mesma instituição considerando-se os turnos da manhã e da tarde.
Art. 3º A 1ª etapa do Processo de Remoção se dará a todos os professores interessados em vagas permanentes do Quadro do Magistério Público Municipal de Piraquara (Educação Infantil/ Ensino Fundamental/ Educação Especial).
Art. 4º Entende-se como vaga permanente do Quadro do Magistério Público Municipal:
I) Vagas remanescentes do processo de remoção 2025/2026;
II) Vagas de aposentadorias;
III) Vagas de exonerações;
IV) Vagas da abertura de novas turmas;

V) Vagas abertas durante a 1ª etapa desse Processo de Remoção.
Parágrafo Único - As vagas permanentes remanescentes da 1º etapa abrirão como vagas provisórias na segunda etapa deste processo**.**
Art. 5º O professor que solicitar remoção somente será destituído da vaga permanente caso consiga lotação permanente ou provisória em outra instituição ou desista desta vaga, mediante termo de desistência.
Art. 6º A 2ª etapa do processo de remoção será destinada a todos os professores que não efetivarem vaga permanente na 1ª etapa do Quadro do Magistério Público Municipal de Piraquara (Educação Infantil/ Ensino Fundamental/ Educação Especial), bem como todos os docentes que estiverem com vaga provisória no corrente ano.
Art. 7º Entende-se como vaga provisória:
I) Vagas derivadas da readaptação/alteração de atividade laborativa;
II) Vagas de professores em atuação de função gratificada ou cargo comissionado;
III) Vagas dos professores que estão liberados para atuar nos Conselhos da Educação, em mandato classista (APMP), em Conselho Tutelar e em cedências;
IV) Vagas de professores em Licença Estudo, conforme Decreto Municipal Nº 13.735/2025;
V) Vagas permanentes que não foram preenchidas na 1ª etapa;
VI) Vagas abertas durante a 2ª etapa desse Processo de Remoção.
Art. 8º A 3ª etapa do processo de remoção dar-se-á através de escolha das vagas remanescentes exclusivamente para os professores que participaram e não conseguiram lotação nas etapas anteriores.
Art. 9° A escolha das vagas da 3ª etapa do processo de remoção, será realizada através de edital de convocação conforme a classificação geral dos candidatos e de acordo com as vagas disponíveis na rede municipal de ensino, independentemente do período da vaga existente.
Art. 10 O professor não perde sua lotação permanente nos seguintes casos:
I) Licença para tratamento de saúde (Art. 74 da Lei Municipal no. 863/2006);
II) Licença à gestante (Art. 74 da Lei Municipal no. 863/2006);
III) Licença à adotante (Art. 74 da Lei Municipal no. 863/2006);
IV) Licença paternidade (Art. 74 da Lei Municipal no. 863/2006);
V) Licença para o serviço militar (Art. 74 da Lei Municipal no. 863/2006);
VI) Licença para atividade política (Art. 74 da Lei Municipal no. 863/2006);
VII) Licença para capacitação (Art. 74 da Lei Municipal no. 863/2006);
VIII) Licença por motivo de doença em pessoa da família (Art. 74 da Lei Municipal no. 863/2006);
IX) Afastamento para servir a outro órgão ou entidade (Art. 96 e Art. 97, inciso I da Lei Municipal no. 863/2006);
X) Afastamento para exercício de Mandato Eletivo (Art. 96 da Lei Municipal no. 863/2006);
XI) Afastamento para desempenho de Mandato Classista;
XII) Para exercer cargo comissionado e função de confiança na Secretaria Municipal de Educação;
XIII) Exercer função como servidor liberado para atuar nos conselhos da educação;
XIV) Alteração de atividade laborativa, sendo que:
a) Existindo um número maior de 1 (um) professor com alteração de atividade laborativa, que o impossibilite de exercer as suas atribuições na instituição, poderá acontecer o remanejamento do número excedente através de critérios de pontuação previstos na Lei 1192/2012.
b) Cessada a necessidade de alteração de atividade laborativa, o professor retornará à sua lotação de origem.
Art. 11 Serão critérios para pontuação da 1ª e 2ª etapa:
I) Tempo de instituição: um ponto para cada ano de efetivo exercício na instituição de ensino na qual pretende atuar; (considerar dez meses de efetivo exercício na função de fevereiro a dezembro do respectivo ano letivo, excepcionalmente no ano de 2026, considerar 1 ponto se atuado na instituição de fevereiro a 25 de setembro do corrente ano), como professor concursado;
II) Tempo de rede: um ponto para cada ano de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino de Piraquara a contar da data do ingresso por concurso público até a data de preenchimento da ficha (este item não aparecerá no formulário de remoção, pois será pontuado pela Comissão Permanente de Acompanhamento dos Planos de Carreiras da Educação);
III) Formação (contará só a maior formação/titulação, conforme prevê a lei municipal n° 1192/2012):

Doutorado	40 pontos
Mestrado	30 pontos
Especialização	20 pontos
Graduação	10 pontos
Magistério	05 pontos

Parágrafo Único - Será exigida a cópia de documento comprobatório da última formação para os profissionais que estão em estágio probatório ou que não protocolaram elevação de nível. O documento exigido deverá ser enviado pelo formulário eletrônico - Google Forms, nos campos específicos para esse fim no próprio formulário; para comprovação do Doutorado será necessário anexar a documentação (Diploma) para que seja possível contabilizar a pontuação mesmo que esse já tenha sido protocolado.
Art. 12 Serão critérios para pontuação na 3ª etapa:
I) Tempo de rede: um ponto para cada ano de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino de Piraquara a contar da data do ingresso por concurso público até a data de preenchimento da ficha (este item não aparecerá no formulário de remoção, pois será pontuado pela Comissão Permanente de Acompanhamento dos Planos de Carreiras da Educação);
II) Formação (contará só a maior formação/titulação, conforme prevê a lei municipal n° 1192/2012):

Doutorado	40 pontos
Mestrado	30 pontos
Especialização	20 pontos
Graduação	10 pontos
Magistério	05 pontos

Art. 13 Serão utilizados como critérios de desempate em todas as etapas:
I) Idade;
II) Número de filhos;
III) Proximidade da instituição;
Art. 14 Na ficha de remoção o professor poderá indicar até três opções de instituição para pretensão de sua lotação, sendo que serão consideradas suas opções na ordem descrita, de acordo com a classificação dos concorrentes por instituição. Pontuação maior considerando as 3 opções.
Art. 15 A ficha de remoção será disponibilizada para preenchimento de formato online e estará disponível no site https://www.piraquara.pr.gov.br/portal/secretarias-paginas/348/Processo-de-Remo%C3%A7%C3%A3o-Professores-2027---2028.
Art. 16 É de responsabilidade do professor o preenchimento correto e fidedigno da sua ficha de remoção, bem como o envio da documentação solicitada dentro dos prazos previstos neste edital.
Art. 17 As fichas com informações incorretas e com dados divergentes serão desconsideradas/desclassificadas.
Art. 18 Não serão consideradas as fichas preenchidas e a entrega da documentação exigida após o prazo estabelecido neste edital.
Art. 19 Todo o processo de remoção será realizado pela Secretaria Municipal de Educação e acompanhado pela Comissão Permanente de Acompanhamento dos Planos de Carreiras da Educação.
Art. 20 O(s) professor(es) deverá (ão) estar ciente (s) de que terá (ão) de cumprir o horário de trabalho conforme estabelece o Decreto Municipal 14.579/2026.
Art. 21 Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser protocolados via 1Doc, disponível no site https://www.piraquara.pr.gov.br/portal/secretarias-paginas/348/Processo-de-Remo%C3%A7%C3%A3o-Professores-2027---2028 dentro do prazo estabelecido em edital.
Parágrafo Único - Não serão aceitos recursos oriundos de outras instâncias (APMP, CME, CAE, CACS Fundeb, Conselho Escolar, APPF).
Art. 22 O quadro de vagas estará disponível no site https://www.piraquara.pr.gov.br/portal/secretarias-paginas/348/Processo-de-Remo%C3%A7%C3%A3o-Professores-2027---2028 e poderá sofrer alterações em decorrência do processo de remoção.
Art. 23 Os resultados das etapas do referido processo estarão disponíveis no site https://www.piraquara.pr.gov.br/portal/secretarias-paginas/348/Processo-de-Remo%C3%A7%C3%A3o-Professores-2027---2028

Art. 24 Os professores não contemplados da 1ª a 2ª etapa do processo de remoção deverão fazer escolha de vaga provisória, (remanescente) para 2027/2028 na 3ª etapa que será realizada na Secretaria Municipal de Educação através de edital de convocação.
Parágrafo único - Caso não se apresente para a 3ª etapa, poderá a Secretaria Municipal de Educação e a Comissão Permanente de Acompanhamento dos Planos de Carreiras da Educação, determinar sua vaga provisória para os anos letivos de 2027 e 2028 de acordo com a necessidade da rede municipal de ensino.
Art. 25 Os professores que possuem outro vínculo empregatício além da Prefeitura Municipal de Piraquara devem no momento do preenchimento do Google Forms anexar documento comprobatório atualizado contendo a informação do período em que atua, não podendo solicitar remoção para o mesmo período.
Art. 26 A lotação dos professores da educação poderá ser alterada no decorrer do ano letivo, nos seguintes casos:
I) Alterações estruturais ou funcionais nas instituições de ensino (porte da instituição);
II) Remoção a pedido do professor, mediante abertura de processo de lotação prevista em edital
próprio.
Parágrafo Único - Na hipótese do inciso I deste artigo, serão deslocados os excedentes, considerando quem ingressou por último na instituição, se houver mais de uma pessoa serão utilizados os critérios de pontuação previstos na Lei 1192/2012.
Art. 27 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Comissão Permanente de Acompanhamento dos Planos de Carreiras da Educação.
Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 25 de setembro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:D0A6D871

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 21.142/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Capitulo II do Decreto N°12.116 de 22 de Março de 2024, **AUTORIZA** o **Processo nº 21.142/2024** - **Inexigibilidade de Licitação nº 11/2024**, cujo objeto é o **Credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidade da Secretaria de Educação,** em relação aos seguintes credenciados Dayane de Camargo Casas dos Santos; Lorena Vitoria Vidal Guttierrez; Paula Tamyres Julião Romanisio; Michelle Abrange de Andrade, Paula Daniele de Campos Oliveira, em 25 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:58931664

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 34.667/2026 – DISPENSA Nº 12/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, inciso VIII e 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a **Dispensa nº 12/2026** - **Processo nº 34.667/2026**, para para contratação da empresa MAIS ACONCHEGO SERVIÇO ASSISTENCIAL LTDA, CNPJ n° 30.192.531/0001-94, para prestação de serviço de acolhimento, em casa de apoio, destinado ao atendimento imediato e ininterrupto de 02 (duas) mulheres adultas com deficiência intelectual ou múltipla em situação de vulnerabilidade e risco social, sob o valor mensal 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) e valor máximo estimado de **R$186.000,00** (cento e oitenta e seis mil reais). Piraquara, 25 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:BA4A9832

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FILIAÇÃO À FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS – FNP

OBJETO: Filiação do Município de Piraquara-PR à Frente Nacional de Prefeitos - FNP; associação de representação de municípios, de direito privado, sem fins lucrativos, constituída na forma de associação de representação de municípios, de abrangência nacional; atua na defesa de interesses gerais dos municípios brasileiros, consoante os termos da Lei nº 14.341/2022 e de suas normas estatutárias. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 8º, da Lei 14.341, de 18 de maio de 2022. DOTAÇÃO: O pagamento da contribuição anual e os repasses de valores à associação, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.341/2022, obedecerão a créditos orçamentários específicos, previstos na lei orçamentária anual do Município - LOA. VIGÊNCIA: O Município poderá solicitar sua desfiliação a qualquer momento, mediante comunicação escrita do chefe do Poder Executivo, a qual produzirá efeitos imediatos. PARTES: Prefeitura Municipal de Piraquara-PR - CNPJ 76.105.675/0001-67; e a Frente Nacional de Prefeitos - CNPJ 05.703.933/0001-69. VALOR: O Município contribuirá para manutenção da Frente Nacional de Prefeitos, referente ao pagamento da Contribuição FNP – Ano 2027, com valor anual de R$ 42.000,00, fixado em Assembleia Geral. Piraquara, 25 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:4FEB0AC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº 33.051/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº 12/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 25 e 26 da Lei Federal nº 8.666/1993, **RATIFICA** o **Processo nº 33.051/2023** - **Inexigibilidade de Licitação nº 12/2023**, cujo objeto é o **Credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidades das Secretarias Municipais**, em relação aos seguintes**:** Ana Paula Pereira; Lidiane Conceição Gomes, Yasmin da Silva Pereira; Dirceu Fernandes; Vanessa Pereira de Paula Soares Bueno; Tayna Jordana Clarismundo Lessa; Elizane Tote da Silva, Giuliane de Almeida Garrido, Geisiane Marcia Carneiro; Eli de Fatima Dobis Biscorovaine; Alysson Hiarrin Barbosa da Silva; Aline Neto; Tayna Jordana Clarismundo Lessa. Vilenia Almeida de Santana, Yasmin da Silva Pereira; Jaqueline Rocha Cruz, em 25 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:C058BCE1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº 42.778/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº 20/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 25 e 26 da Lei Federal nº 8.666/1993, **RATIFICA** o **Processo nº 42.778/2023** - **Inexigibilidade de Licitação nº 20/2023**, cujo objeto é o **Credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidades das Secretarias Municipais**, em relação aos seguintes credenciados: Andreia Maria da

Cruz. Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 25 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F5902EDE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 06/2026

Dispõe sobre os procedimentos para identificação, acompanhamento, busca ativa e encaminhamento dos casos de infrequência escolar das crianças e estudantes matriculados nas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Piraquara, em consonância com o Protocolo Municipal da Rede de Proteção.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º Estabelecer procedimentos para identificação, registro, acompanhamento, busca ativa e encaminhamento dos casos de infrequência escolar das crianças e estudantes matriculados nas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Piraquara.
Art. 2º As ações previstas nesta Instrução Normativa terão caráter prioritariamente preventivo, protetivo, educativo e intersetorial, devendo buscar:
I) garantir o direito de acesso, permanência, participação e aprendizagem;
II) identificar precocemente situações de infrequência;
III) prevenir o abandono e a evasão escolar;
IV) identificar as possíveis causas das ausências;
V) fortalecer o diálogo e a corresponsabilidade entre instituição de ensino e família;
VI) realizar busca ativa quando necessária;
VII) promover a articulação entre Educação, Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar e demais integrantes da Rede de Proteção;
VIII) assegurar acompanhamento contínuo até o efetivo retorno e regularização da frequência.
Art. 3º A instituição de ensino deverá acompanhar diariamente a frequência das crianças e estudantes, investigando situações de ausência reiterada e adotando estratégias pedagógicas e institucionais para assegurar sua permanência e sucesso escolar.
Parágrafo único. O Protocolo Municipal estabelece que a instituição escolar é responsável pelo acompanhamento diário da frequência, pela investigação das possíveis causas do abandono e pela adoção de iniciativas pedagógicas destinadas à permanência da criança ou estudante.
Art. 4º Compete ao/à professor/a:
I) realizar diariamente o registro e acompanhamento da frequência;
II) ao identificar 3 (três) faltas consecutivas ou 5 (cinco) faltas alternadas injustificadas, comunicar a situação à Coordenação Pedagógica e/ou Direção;
III) realizar, em articulação com a Equipe Gestora, o primeiro contato com os familiares ou responsáveis, preferencialmente mediante bilhete padrão da Instituição ou contato telefônico;
IV) registrar as providências adotadas e as informações obtidas;
V) acompanhar o retorno e a frequência da criança/estudante;
VI) ao atingir 5 (cinco) faltas consecutivas ou 7 (sete) faltas alternadas injustificadas, deve preencher o Formulário de Controle Interno – Anexo I do Protocolo Municipal da Rede de Proteção, entregando-o à Coordenação Pedagógica e/ou Direção.
§1º O marco de 3 faltas consecutivas ou 5 alternadas constitui medida preventiva de identificação precoce, instituída por esta normativa para evitar o agravamento da infrequência.
§2º O marco de 5 faltas consecutivas ou 7 alternadas corresponde ao início dos procedimentos formais previstos no Protocolo Municipal.
§3º O documento previsto no inciso VI deverá ser arquivado na pasta física individual da criança/estudante, não devendo ser anexado ao Sistema IDS Cidadão.
Art. 5º Compete à equipe gestora: Direção e à Coordenação Pedagógica:
I) organizar e manter atualizada pasta física e/ou on-line de acompanhamento das crianças/estudantes infrequentes;
II) acompanhar sistematicamente os registros de frequência;
III) preencher e atualizar imediatamente os instrumentos previstos no fluxo;
IV) orientar e acompanhar as providências adotadas pelos professores;
V) preservar o sigilo das informações relativas às crianças, estudantes e suas famílias.
Art. 6º Recebido o formulário referente à ocorrência de 5 faltas consecutivas ou 7 alternadas injustificadas, a Equipe Diretiva deverá:
I) convocar os familiares ou responsáveis para comparecimento à Instituição de Ensino, mediante bilhete, contato telefônico e/ou outro meio institucional disponível;
II) realizar conversa de acolhimento e orientação acerca da infrequência;
III) identificar, junto à família, as possíveis causas das ausências e as estratégias necessárias para garantir o retorno;
IV) orientar acerca da importância da frequência escolar e das responsabilidades decorrentes do direito à educação;
V) registrar a conversa em Ata de Ciência e Responsabilização da Infrequência Escolar;
VI) arquivar os documentos na pasta individual da criança/estudante ou conforme organização institucional.
Art. 7º Caso os familiares ou responsáveis não compareçam à Instituição de Ensino após as tentativas de convocação, deverá ser realizada busca ativa por meio de visita domiciliar.
§1º A visita domiciliar será realizada pelo/a Diretor/a, acompanhado/a de um membro do Conselho Escolar.
§2º A busca ativa deverá ser registrada no formulário próprio – Formulário de Notificação de Busca Ativa/Visita Domiciliar.
§3º Conforme avaliação da Direção, poderá ser solicitado apoio do Serviço Social da Equipe Multidisciplinar da Educação, mediante agendamento prévio, para participação ou apoio à estratégia de busca ativa.
§4º Na visita, deverão ser priorizados o acolhimento, a orientação e a identificação dos fatores que estejam dificultando ou impedindo a frequência escolar.
Art. 8º Quando a criança/estudante retornar à instituição após as ações realizadas, a Equipe Gestora e o/a professor/a deverão continuar acompanhando sua frequência, evitando a reincidência da situação.
Art. 9º Esgotadas as providências institucionais e permanecendo a infrequência, a situação deverá ser encaminhada e acompanhada em articulação com a Rede de Proteção Local.
Art. 10 No prazo de acompanhamento de até 60 (sessenta) dias letivos, caso a criança/estudante que não retornou apresente 7 (sete) faltas consecutivas ou até 15 (quinze) faltas alternadas, o caso deverá ser apresentado na reunião da Rede Local, conforme o fluxo municipal vigente.
§1º A apresentação deverá conter o histórico das providências já adotadas pela Instituição.
§2º O caso deverá ser formalizado no Sistema IDS CIDADÃO, conforme procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pela Rede de Proteção.
§3º Tanto o responsável pela apresentação do caso quanto os demais serviços que realizarem acompanhamento deverão acompanhar os encaminhamentos registrados no sistema.
Art. 11 A Instituição de Ensino que apresentar o caso à Rede de Proteção permanece corresponsável pelo seu acompanhamento, devendo retomá-lo sempre que necessário até que seja identificado o efetivo retorno da criança/estudante ao processo educacional.
Art. 12 A atuação da Rede deverá buscar estratégias intersetoriais para superação das causas da infrequência, respeitando as atribuições de cada serviço e evitando a fragmentação dos atendimentos.
Art. 13 Todas as providências adotadas deverão ser devidamente registradas, incluindo: frequência escolar; contatos telefônicos; bilhetes e convocações; contatos realizados por aplicativos institucionais; reuniões e atendimentos aos responsáveis; atas; busca ativa domiciliar; formulários; encaminhamentos à Rede de Proteção; devolutivas recebidas dos serviços; retorno ou permanência da infrequência.
Art. 14 Os registros deverão ser objetivos, técnicos e restritos às informações necessárias ao acompanhamento da situação, observados o sigilo profissional, a proteção dos dados pessoais e a preservação da dignidade da criança/estudante e de sua família.

Art. 15 Nos casos de transferência, as informações necessárias à continuidade do acompanhamento deverão ser encaminhadas à instituição de destino, respeitados os procedimentos institucionais e o sigilo das informações.
Art. 16 Os casos que apresentarem, além da infrequência, indícios de vulnerabilidade social, negligência, violência ou outra forma de violação de direitos deverão seguir, concomitantemente, os fluxos específicos previstos no Protocolo Municipal da Rede de Proteção.
Art. 17 Os casos omissos serão analisados e orientados pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com os serviços da Rede de Proteção, quando necessário.
Art. 18 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 25 de setembro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:73CEEDAA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 05/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Piraquara e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação do município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, especialmente no que estabelece acerca do direito à educação e da garantia de padrão de qualidade do ensino;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, e nas disposições legais que o sucederem;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, e no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituem e regulamentam o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO as políticas, programas, estratégias e ações de alfabetização desenvolvidas no âmbito do Estado do Paraná, em regime de colaboração com os municípios;
CONSIDERANDO o disposto na Lei municipal nº 2.699, de 28 de agosto de 2026, que institui o Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Piraquara;
CONSIDERANDO a importância da articulação entre gestão educacional, unidades educacionais, profissionais da educação, Conselho Municipal de Educação e demais setores envolvidos na garantia do direito à alfabetização.
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Piraquara, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa no âmbito pedagógico, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de planejar, articular, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização e das ações dela decorrentes.
Parágrafo único. O Comitê Estratégico Municipal atuará em regime de colaboração com as unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino e em articulação com os órgãos e instituições que contribuam para a garantia do direito à alfabetização.
Art. 2º O Comitê terá como finalidade contribuir para que todas as crianças da Rede Municipal de Ensino tenham assegurado o direito à alfabetização, considerando:
I) os princípios e fundamentos da Política Municipal de Alfabetização de Piraquara;
II) a Proposta Curricular Municipal de Piraquara;
III) as especificidades e necessidades dos diferentes territórios do Município;
IV) a equidade na garantia do direito à alfabetização;
V) a redução das desigualdades educacionais;
VI) o acompanhamento sistemático das aprendizagens;
VII) a recomposição das aprendizagens e o atendimento às defasagens;
VIII) a articulação entre avaliação, planejamento pedagógico e intervenção educacional;
IX) a participação dos profissionais da educação na construção e no acompanhamento das ações da política municipal.
Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I) acompanhar a implementação e o desenvolvimento da Política Municipal de Alfabetização de Piraquara;
II) acompanhar a execução das ações, programas, projetos e estratégias vinculados à Política Municipal de Alfabetização;
III) analisar indicadores educacionais relacionados à alfabetização, provenientes de avaliações internas e externas;
IV) acompanhar os resultados das avaliações diagnósticas, formativas e de larga escala relacionadas à alfabetização e à fluência leitora;
V) analisar os indicadores considerando as diferenças territoriais, sociais, econômicas e educacionais existentes no Município;
VI) identificar desafios, avanços e desigualdades relacionados à garantia do direito à alfabetização;
VII) acompanhar as ações destinadas aos estudantes que não tenham consolidado as aprendizagens esperadas para a etapa de escolarização;
VIII) acompanhar o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos na Política Municipal de Alfabetização;
IX) elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto por representantes titulares e respectivos suplentes dos seguintes segmentos:
I) 4 (quatro) representantes da Secretaria Municipal de Educação sendo: 1 da Educação Infantil, 1 do Ensino Fundamental, 1 da Educação Especial e 1 da equipe de Formação Continuada;
II) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III) 2(dois) representantes da Direção Escolar de instituição de ensino sendo: 1 da Educação Infantil e 1 do Ensino Fundamental;
IV) 2 (dois) representantes da Coordenação Pedagógica de instituição de ensino sendo: 1 da Educação Infantil e 1 do Ensino Fundamental;
V) 2 (dois) representante de professores sendo 1 que atua no I Ciclo de Alfabetização e 1 que atua no II Ciclo de Alfabetização;
VI) Articuladora Renalfa;
§ 1º A composição prevista neste artigo poderá ser ampliada, mediante ato da Secretaria Municipal de Educação, para assegurar a participação de outros setores ou profissionais cuja atuação esteja relacionada à garantia do direito à alfabetização.
§ 2º Os membros do Comitê serão designados por ato do Poder Executivo ou da Secretaria Municipal de Educação, conforme regulamentação própria.
§ 3º O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
§ 4º A substituição de membro titular será realizada pelo respectivo suplente até o término do mandato.
Art. 5º O Comitê será coordenado por representante da Secretaria Municipal de Educação, designado pela Secretária Municipal de Educação.
Parágrafo único. A organização, as atribuições da coordenação, a secretaria executiva, o funcionamento das reuniões e demais procedimentos serão estabelecidos no Regimento Interno.
Art. 6º O Comitê reunir-se-á:
I) ordinariamente, uma vez a cada trimestre;
II) extraordinariamente, sempre que convocado por sua coordenação ou pela maioria de seus membros.
§ 2º Poderão ser convidados para participar das reuniões, sem direito a voto, profissionais da educação, pesquisadores, representantes de instituições de ensino superior, órgãos públicos, organizações da sociedade civil ou outras pessoas cuja contribuição seja pertinente às pautas em discussão.
Art. 7º O Comitê Estratégico Municipal acompanhará sistematicamente os indicadores de alfabetização da Rede Municipal de Ensino, considerando, entre outros:
I) resultados das avaliações internas e externas;
II) níveis de aprendizagem e alfabetização dos estudantes;
III) resultados de fluência leitora;
IV) indicadores de aprovação, reprovação, abandono e permanência;
V) dados referentes à recomposição das aprendizagens;

Art. 8º O exercício das funções de membro do Comitê será considerado serviço público relevante e não será remunerado.
Parágrafo único. A participação no Comitê não implicará prejuízo ao cumprimento das atribuições funcionais dos servidores que dele participarem.
Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação fornecerá o suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.
Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, quando necessário.
Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 25 de setembro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:5C761C9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 185, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Altera os membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para o biênio 2025-2027.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando nº 20.849/2026 do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC,

RESOLVE

Art. 1º Alterar os membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para o biênio 2025-2027, criado através da Lei nº 2479, de 07 de novembro de 2023, e constituído pelo Decreto nº 06, de 07 de janeiro de 2026.

Art. 2º O Conselho ficará constituído pelos seguintes membros:
I - Representantes da Secretaria de Gestão Pública:
a) Titular: Lucas Mateus Botelho
b) Suplente: Adryan de Paula Egler

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
a) Titular: Antonio Marcos da Silva
b) Suplente: Cirlete Eurich

III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
a) Titular: Marcia Stoski
b) Suplente: Nerci Aparecida Tizott

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável:
a) Titular: Charli Fernando Martins
b) Suplente: João Reginaldo Oliveira Freitas

V - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania:
a) Titular: Ivonice Quintiliano
b) Suplente: Cliciane Stein

VI - Representantes do Gabinete do Prefeito
a) Titular: Claudinei Batista Moraes
b) Suplente: Thiago Ramon Aguiar

VII - Representantes do Setor de Artesanato:
a) Titular: Magna Gonçalves
b) Suplente: Serlene dos Santos Aguiar Dal Santos

VIII - Representantes do Setor de Música:
A) Titular: Josiane da Silva Santos Santiago
b) Suplente: Ana Flávia Bolzani de Oliveira

IX - Representantes do Setor de Manifestações Populares (CTG's, Grupos Tradicionais):
a) Titular: Sidineia dos Santos Conrado
b) Suplente: José Rodrigues de Souza

X - Representantes do Setor de Dança:
a) Titular: Francisco Antonio de Lima
b) Suplente: Carlos Alexandre dos Santos

XI - Representante do Setor de Teatro:
a) Titular: Luana Fernanda Campanharo
b) Suplente: Thaís Egler de Paula

XI - Representante do Setor de Literatura:
a) Titular: Larissa Volf Jascente
b) Suplente: Joceni Aparecida Besuchko

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 23 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:90B6BA8A

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL N.º 009/2026 3ª CONVOCAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS

A Comissão de Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado do ano de 2026, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 633, de 04 de agosto de 2026,

CONVOCA

Os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado/2026, conforme Edital nº 01/2026 e Edital nº 06/2026 (Resultado Final das Inscrições e Classificação Final dos candidatos), do município de Pitanga, para que apresentem a comprovação dos títulos declarados no formulário de inscrição online na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Mauricio Orlando dos Santos, nº 400, Bairro São Basílio no dia **01 de outubro (quinta-feira) de 2026 das 13h30min às 14h30min.**

do 17º ao 23º, lugar do Anexo I - Ampla Concorrência do Edital nº 006/2026:

NOME	CLASSIFICAÇÃO
SHIRLENE MARTINS	17º
LUCIANE GULKA	18º
SIMONE APARECIDA PADIR	19º
JULIANE DOMINGUES	20º
SOLANGE EUFRÁSIO COSTA	21º
ELIANE ZIMERMANN	22º
BRENDA MAYARA BUENO	23º

b) o 74º lugar do Anexo II - do Edital no 006/2026; que corresponde ao 5º lugar da classificação da seleção de vagas para Afrodescendente;

NOME	CLASSIFICAÇÃO
ALEXANDRO MURYG ADOLFO	74º

DOS TÍTULOS COMPROBATÓRIOS

Os candidatos deverão comparecer no dia da convocação, munidos de documentos pessoais originais com fotos, conforme declarado no processo de inscrição online.

Os candidatos com idade acima de 50 anos deverão apresentar o Relatório de Pesquisa por nome - PESNOM conforme item 19.8.1., do Edital no 006/2026;

"19.8.1. **O tempo de serviço constante na inscrição de candidatos do sexo feminino com idade acima de 50 anos, e de candidatos do sexo masculino com idade acima de 55 anos, somente será validado mediante apresentação do relatório de pesquisa por nome - PESNOM, emitido pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INSS, sendo que, se positivo, o tempo utilizado para a aposentadoria para a data de início do benefício (D.I.B.) constante do documento, não será admitido para pontuação nesse Processo Seletivo Simplificado"**.

Os candidatos convocados que estiverem impedidos de se apresentar no dia da convocação, poderão comprovar sua documentação comprobatória por meio de procurador com documento de procuração autenticada em cartório, conforme item 19.3., do Edital no 01/2026. O procurador nomeado deverá apresentar seus documentos pessoais, bem como, os documentos do candidato que representa.

"19.3. **"A documentação comprobatória dos itens declarados deverá ser realizada pelo candidato, em data e local previstos em edital, ou por seu representante legal munido de procuração autenticada em cartório".**

Os candidatos deverão apresentar **cópias dos documentos pessoais, dispensada a autenticação**, acompanhadas dos respectivos documentos originais para conferência. Quanto aos **demais documentos declarados no formulário online de inscrição**, deverão ser apresentadas **cópias autenticadas**, acompanhadas dos respectivos originais, conforme previsto no Edital nº 01/2026.

A documentação exigida conforme edital no 01/2026, somente será aceita se legível e em perfeito estado de resolução. Documentos ilegíveis ou rasurados não serão aceitos, podendo acarretar a eliminação do candidato do processo.

O dia da apresentação da documentação comprobatória será no dia **01 de outubro (quinta-feira) de 2026 das 13h30min às 14h30min**, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, situada à Rua Maurício Orlando dos Santos, no 400 - Parque São Basílio anexo ao Centro da Juventude, Pitanga – Pr.

ATENÇÃO: O horário estabelecido para a apresentação da documentação é **OBRIGATÓRIO E IMPRORROGÁVEL**. O candidato deverá comparecer e apresentar a documentação **dentro do período compreendido entre 13h30min e 14h30min**.

O não comparecimento do candidato no dia, local e horário estabelecidos, bem como a apresentação da documentação fora do horário determinado, implicará na eliminação do candidato, não sendo admitida qualquer tolerância ou prorrogação do horário.

O candidato que não comparecer no dia da convocação e/ou não comprovar a titulação declarada no ato da inscrição de acordo com o Anexo I do Edital no 001/2026, será eliminado do processo seletivo.

Para a comprovação da titulação, o candidato deverá observar os critérios contidos no edital no 001/2026 especificamente os itens 19.4, 19.5, 19.6 e 19.7.

A certidão classificatória assinada pelo presidente da comissão para a contratação, conforme item 23.2., do edital no 001/2026, será emitida caso o candidato compareça e comprove toda a documentação necessária:

A participação dos candidatos na comprovação da titulação do processo seletivo, **NÃO IMPLICA OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO**, ocorrendo apenas **EXPECTATIVA DE CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO** (grifo nosso).

Pitanga, 25 de setembro de 2026.

CLEIDE APARECIDA RIBEIRO
Presidente

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F0CB477C

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 05/2026 - PSS 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.

CONTRATADO(A): MARIA ELEAN BUENO, brasileira, divorciada, residente no Povoado Barro Preto, portadora do CPF nº. ***.666.969-**.

OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.

REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância bruta de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 22 de setembro de 2026 e término em 21 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.

FORO: Pitanga.

Pitanga, 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

MARIA ELEAN BUENO
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:6CF5E1B6

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 06/2026 - PSS 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.

CONTRATADO(A): JOELMA APARECIDA CASTELARI, brasileira, solteira, residente na Presidente Getúlio Vargas, 364, portadora do CPF nº. ***.897.479-**.

OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.

REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância bruta de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 22 de setembro de 2026 e término em 21 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.

FORO: Pitanga.

Pitanga, 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

JOELMA APARECIDA CASTELARI
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:C968966D

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 07/2026 - PSS 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.

CONTRATADO(A): GISELLI DE FATIMA LUBCZYK, brasileira, casada, residente na Rua Arthur Mehl, 621, portadora do CPF nº. ***.239.639-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância bruta de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 22 de setembro de 2026 e término em 21 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

GISELLI DE FATIMA LUBCZYK
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:0DCA536F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 08/2026 - PSS 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): ELIZETE DE LIMA BONIFACIO, brasileira, casada, residente na Rua Portão, nº 2, portadora do CPF nº. ***.171.029-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância bruta de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 22 de setembro de 2026 e término em 21 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

ELIZETE DE LIMA BONIFACIO
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:E0310089

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 09/2026 - PSS 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): JOSIELI FERREIRA DA LUZ LUDWIG, brasileira, solteira, residente na Rua Projetada, 982, portadora do CPF nº. ***.432.399-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância bruta de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 22 de setembro de 2026 e término em 21 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

JOSIELI FERREIRA DA LUZ LUDWIG
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:7695E013

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 738, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder licença maternidade a servidora Jociele Ribaski da Rosa Grimbor, matricula nº 2570, no cargo de Professor Pss 20 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O atestado médico da servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **180 (cento e oitenta)** dias de **LICENÇA MATERNIDADE**, à servidora **JOCIELE RIBASKI DA ROSA GRIMBOR**, matrícula nº **2570**, no cargo de Professor Pss 20 h, a contar de 20 de setembro de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 19 de março de 2027.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:C08B266E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 739, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor Ivan Pohlod, matrícula nº 503981, no cargo de Agente de Combate a Endemias 40 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O requerimento do servidor.

RESOLVE

Art.1º Conceder **10 (dez)** dias de **férias** ao servidor **IVAN POHLOD,** matrícula nº **503981**, no cargo de Agente de Combate a Endemias 40 h**,** referente ao período aquisitivo 2023/2024, a contar de 23 de setembro de 2026.

Art.2º Decorrido o prazo descrito no artigo anterior, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 05 de outubro de 2026.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:E1AC20B0

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 740, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Simone Lie Ota, matrícula nº 239981, no cargo de Enfermeiro 35 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º Conceder **10 (dez)** dias de **f**érias a servidora **SIMONE LIE OTA,** matricula nº **239981,** no cargo de Enfermeiro 35 h, referente ao período aquisitivo de 2020/2021 – 5 (cinco) dias e 2021/2022 – 5 (cinco) dias, a contar de 23 de setembro de 2026

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo anterior, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 05 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:03CE83CA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 741, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder Férias à Servidora Camila Pauluk Stocki, matrícula nº 50331, no cargo de Auxiliar Administrativo 40 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1° Conceder **15 (quinze)** dias de **férias** a servidora **CAMILA PAULUK STOCKI,** matricula nº **50331,** no cargo de Auxiliar Administrativo 40 horas, referente ao período de 2025/2026, a contar de 21 de setembro de 2026.
Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 06 de outubro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 23 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F015679F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 742, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Olga Stoski, matricula nº 25060, ocupante do cargo de Assessor Especial da Secretaria Municipal de Saúde II.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **10 (dez)** dias de **férias** a servidora **OLGA STOSKI,** matrícula nº **25060**, ocupante do cargo de Assessor Especial da Secretaria Municipal de Saúde II, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a contar de 23 de setembro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 05 de outubro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 23 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:AEA26FE9

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 743, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Maria José Barbosa, matrícula nº 54364, no cargo de Agente Comunitário de Saúde 40 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º Conceder **30 (trinta)** dias de **férias** a servidora **MARIA JOSE BARBOSA,** matricula nº **54364,** no cargo de Agente Comunitário de Saúde 40 horas, referente ao período aquisitivo de 2022/2023 – 6 (seis) dias e 2023/2024 – 24 (vinte e quatro) dias, a contar de 29 de setembro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo anterior, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 29 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 23 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:7AAF4374

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 744, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor Adão Correia Choma, matrícula nº 54284, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O Requerimento do Servidor.

RESOLVE

Art. 1º Conceder **15 (quinze)** dias de **férias** ao servidor **ADAO CORREIA CHOMA**, matrícula nº 54284**,** no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 44 horas, referente ao período de 2025/2026, a contar de 02 de outubro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 17 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 23 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:ACF610ED

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 745, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder Férias a servidora Eliane Cardoso Silva de Lima, matrícula nº 50267, no cargo de Nutricionista 40 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O Requerimento da Servidora.

RESOLVE

Art. 1º Conceder **26 (vinte e seis)** dias de **férias** a servidora **ELIANE CARDOSO SILVA DE LIMA,** matrícula nº **50267**, no cargo de Nutricionista 40 horas, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, a contar de 08 de setembro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 05 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 23 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:B3E01BC0

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 746, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder licença para tratamento de saúde a servidora Elizete Messias dos Santos, matrícula nº 54355**,** no cargo de Professor 20 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: o atestado médico e o laudo da Junta Médica Oficial do Município.

RESOLVE

Art.1º - Conceder **180 (cento e oitenta)** dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora **ELIZETE MESSIAS DOS SANTOS**, matrícula nº **54355**, no cargo de Professor 20 horas, a contar de 08 de setembro de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de março de 2027.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 24 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:A1C261B2

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 747, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Rosilda Aparecida da Costa Loch, matricula nº 76922, ocupante do cargo de Professor 20 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **20 (vinte)** dias de **férias** a servidora **ROSILDA APARECIDA DA COSTA LOCH,** matrícula nº **76922,** ocupante do cargo de Professor 20 h, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a contar de 24 de setembro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 14 de outubro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 24 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:20951122

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 748, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

Readaptar a servidora Vanderleia Alves Michalak, matricula nº 50134, no cargo de Auxiliar De Serviços Gerais 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O atestado e laudo da Junta Médica.

RESOLVE

Art.1º **READAPTAR** a servidora **VANDERLEIA ALVES MICHALAK,** matrícula nº **50134**, ocupante do cargo de Auxiliar De Serviços Gerais 44 horas**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde,

para exercer atividades administrativas no âmbito da mesma Secretaria, a contar de 24 de setembro de 2026.
Art. 2º - A presente readaptação tera terá validade de 6 (seis) meses, devendo a servidora passar por nova avaliação da junta médica. E não implica alteração da carga horária, classe ou vencimentos, permanecendo inalterada a remuneração e o vínculo funcional da servidora.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 508/2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 24 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:09FCF80B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 749, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

Readaptar a servidora Giovania Maria de França Sacon, matricula nº 50720, no cargo de Auxiliar De Serviços Gerais 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O atestado e laudo da Junta Médica.

RESOLVE

Art.1º **READAPTAR** a servidora **GIOVANEA MARIA DE FRANÇA SACON,** matrícula nº **50720**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 44 horas**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer atividades administrativas no âmbito da mesma Secretaria, a contar de 24 de setembro de 2026.
Art.2º A presente readaptação tera terá validade de 6 (seis) meses, devendo a servidora passar por nova avaliação da junta médica. E não implica alteração da carga horária, classe ou vencimentos, permanecendo inalterada a remuneração e o vínculo funcional da servidora.
Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 600/2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 24 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:411AA6F4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 750, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiros, Comissão de Contratação e equipe de apoio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o " Art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece: "Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei.(…)"
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 46 DE 14 DE MARÇO DE 2023,
CONSIDERANDO o Memorando nº 21.086/2026, da Assessoria de Assuntos Técnicos/Seção de Solicitação de Procedimentos Licitatórios,

RESOLVE

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Agente de Contratação, Pregoeiros, da comissão de contratação e da equipe de apoio, para conduzir os atos das Licitações e Contratações derivadas da Lei nº 14.133/2021.
Art. 2º Fica nomeado para atuar como Agente de Contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 o servidor:
Marcio Sokoloski - Auxiliar Administrativo - matrícula nº 208101.
Art. 3º Ficam nomeados para atuarem como pregoeiros, nos termos da Lei nº 14.133/2021 os servidores:
Jean Marcel Grande Huber – Auxiliar Administrativo, matrícula n° 52969;
Angelica de Paula Egler- Auxiliar Administrativo, matrícula nº 50421.
Art. 4º Ficam nomeados para atuarem como Comissão de Contratação e equipe de apoio e servidores
I - Helcio Luiz Klosowski Ferreira - Auxiliar Administrativo, matrícula nº 34091;
II- Alex Antonio dos Santos, Engenheiro Civil, matrícula nº 506714;
III– Roberto Cesar Cargnin – Topógrafo, matrícula nº 52844;
IV – Angelica dos Santos Scandolara Peron- Fiscal Geral, matrícula nº 50322;
V - Jorge Paulo Paulino dos Santos - Auxiliar Administrativo, matrícula nº 51287;
VI- Vanessa dos Santos Franco - Oficial Administrativo, matrícula nº 50159;
VII- Ilma Gzegoski da Fonseca Auxiliar Administrativo, matrícula nº 50417.
Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 206, de 04 de março de 2026.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 24 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:9280B86B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO N° 19/2026 - CMDCA

SÚMULA: APROVA A MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO DO REGISTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 1.743/2012, alterada pela Lei nº. 2459 de 2023.
RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a **MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO DO REGISTRO DA APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pitanga,** sob n° 04/2019, com validade de 04 anos.
A aprovação da manutenção se deu em reunião ordinária realizada dia 10 de setembro de 2026, conforme consta em Ata n° 327/2026.

Art. 2° Essa Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pitanga, 24 de setembro de 2026.

ESLAINE ESPANHOL MEIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:BAC7781B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO N° 20/2026 - CMDCA

SÚMULA: APROVA A MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO DO REGISTRO DA INSTITUIÇÃO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 1.743/2012, alterada pela Lei nº. 2459 de 2023.

RESOLVE:
Art. 1° - Aprovar a **MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO DO REGISTRO DA INSTITUIÇÃO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO,** sob n° 03/2019, com validade de 04 anos.
A aprovação se deu em reunião ordinária realizada dia 10 de setembro de 2026, conforme consta em Ata n° 327/2026.

Art. 2° Essa Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pitanga, 24 de setembro de 2026.

ESLAINE ESPANHOL MEIRA DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3D581FB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO CONTRATO 207/2021 GEODADOS

TERMO ADITIVO Nº. 09
CONTRATO Nº. 207/2021

Termo Aditivo de prazo de vigência ao Contrato nº. 207/2021, celebrado entre o Município de Pitanga e a empresa GEODADOS GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA, na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PITANGA** e a EMPRESA **GEODADOS GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA,** com sede à RUA INGLATERRA, 826; 840 EMPRESA - CEP: 15015510 - BAIRRO: VILA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, inscrita no CNPJ sob 03.338.574/0001-62, têm ajustado por mútuo consenso, o seguinte Termo Aditivo ao Contrato nº.207/2021, referente à licitação nº. 05/2021, na modalidade Tomada de Preço, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO PRELIMINAR, GEOPROCESSAMENTO DE ZONA HOMOGÊNEA, DE PONTO E EIXO DE VALORIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO, DE INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTO PÚBLICO, DE FACE DE QUADRA COM VALOR DO METRO QUADRADO, LAUDOS E AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIA, PROJETO DE LEI E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL. Conforme o disposto a Seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
O prazo de vigência do Contrato nº 207/2021, já aditivado sob nº 8, qual vencimento é **13/09/2026**, fica **prorrogado por 03 (três) meses**, passando a vigorar de **14/09/2026 a 13/12/2026**, nos termos do artigo 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme solicitação e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal da Fazenda.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Os valores para execução dos serviços permanecem inalterados, sendo **R$ 7.810,00 (sete mil oitocentos e dez reais) mensais**, totalizando **R$ 23.430,00 (vinte e três mil quatrocentos e trinta reais)** para o período da presente prorrogação.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 207/2021 e seus respectivos termos aditivos, que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Pitanga, 13 de setembro de 2026.

Originalmente Assinado

DIRCEU MORAES	***FLAVIO GONÇALVES BASKOVITZ***
Prefeito	Geodados Geoprocessamento e Serviços Aéreos Especializados LTDA.

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:FC7F56CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
DECISÃO DO PREGOEIRO SOBRE A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

DECISÃO DO PREGOEIRO SOBRE A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 288/2026
Impugnante: Pietro E-Commerce Ltda.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos integrantes da frota municipal.

1. RELATÓRIO A empresa Pietro E-Commerce Ltda. apresentou tempestivamente peça de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 59/2026. Em apertada síntese, a impugnante sustenta que a exigência do subitem 2.3 do edital, que cinge a participação a marcas previamente padronizadas pelo Município, violaria a competitividade, a isonomia e a jurisprudência dos tribunais de contas, pugnando pela retificação do edital para liberação de marcas genéricas. É o relatório. Passa-se à fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E MÉRITO A impugnação não comporta provimento, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir: Primeiramente, cumpre destacar que a padronização adotada por este Município não constitui imposição arbitrária ou imotivada. Pelo contrário, o ato decorre de procedimento específico e regular devidamente formalizado, aprovado e ratificado pela autoridade competente nos autos do Processo Administrativo nº 288/2026, cumprindo rigorosamente as exigências legais para a adoção da prerrogativa de padronização. A Lei Federal nº 14.133/2021 chancela expressamente a adoção de marcas padronizadas quando a Administração Pública demonstra a necessidade de compatibilidade com bens já existentes, manutenção da qualidade técnica da frota e segurança na operação de serviços essenciais. No caso específico de aquisição de pneus para veículos e maquinários pesados da frota municipal, a utilização de carcaças e compostos de comprovada durabilidade e desempenho em regime severo é medida que se impõe para resguardar o erário, evitando manutenções corretivas prematuras e riscos à segurança viária. Ademais, ao contrário do alegado pela impugnante, o edital não restringe a competitividade a uma única marca fabricante ou a um grupo exíguo que inviabilize a disputa. O rol de marcas padronizadas abrange um leque diversificado e altamente competitivo no mercado nacional e internacional (incluindo marcas líderes e opções de excelente custo-benefício), assegurando ampla disputa entre diversos fornecedores e distribuidores habilitados. Desta forma, demonstrada a existência de estudo prévio de padronização (Processo nº 288/2026) e o atendimento ao interesse público e à eficiência administrativa, os termos do edital encontram-se em perfeita harmonia com a ordem jurídica vigente.

3. DISPOSITIVO Ante o exposto, conheço da impugnação interposta por Pietro E-Commerce Ltda., por preencher os requisitos de tempestividade, mas, no mérito, JULGO-A IMPROCEDENTE, mantendo inalteradas todas as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 59/2026.
Publique-se e intime-se a impugnante por meio do endereço eletrônico.

Pitanga - PR, 25 de setembro de 2026.

JEAN MARCEL GRANDE
Huber Pregoeiro

Publicado por:
Edina Dos Santos da Luz
Código Identificador:C1EA6595

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
DECISAO RECURSO ADMINISTRATIVO CONC 14/2026

DECISÃO
RECURSO ADMINISTRATIVO

Concorrência Eletrônica nº 14/2026
Processo Administrativo nº 243/2026

Recorrente: D FERREIRA DOS SANTOS LTDA CNPJ: 21.819.434/0001-98 **Endereço:** Rua Pioneiro Rovedo Ziegmann, nº 850, Centro, Pitanga/PR.

Recorrida: AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. CNPJ: 04.886.943/0001-14 **Endereço:** Av. Central, nº 90, RS-129, Distrito Industrial, Guaporé/RS

Objeto: Ampliação da vala existente do Aterro Sanitário Municipal de Pitanga/PR.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **D. FERREIRA DOS SANTOS LTDA**, em face da decisão que determinou sua inabilitação no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 14/2026.

A recorrente sustenta, em síntese, que a documentação apresentada seria suficiente para comprovar sua capacidade técnica, argumentando que o item 1.5.5.2 do Edital utiliza as expressões **"tais como"** e **"uma ou mais"**, não podendo, segundo sua interpretação, ser exigida a comprovação específica da execução de geomembrana PEAD como requisito isolado de habilitação.

A recorrente também apresentou questionamentos relacionados à documentação e à proposta da empresa AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

A empresa recorrida apresentou contrarrazões.

Os documentos apresentados, o recurso, as contrarrazões e os questionamentos técnicos foram submetidos à análise do setor de Engenharia do Município, que emitiu o **Parecer Técnico datado de 23 de setembro de 2026**, subscrito pelo Engenheiro Civil Alex Antonio dos Santos, CREA/PR nº 144.568/D.

É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

O recurso foi apresentado dentro do prazo legal e atende aos pressupostos de admissibilidade.

Nos termos do art. 165, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, cabe recurso contra atos de habilitação ou inabilitação de licitante.

Assim, **CONHEÇO do Recurso Administrativo** interposto pela empresa **D. FERREIRA DOS SANTOS LTDA.**

III – DA FUNDAMENTAÇÃO

A análise do recurso deve observar os princípios previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios da **legalidade, igualdade, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade e proporcionalidade**.

A habilitação constitui fase destinada à verificação da documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto, conforme dispõe o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

No tocante à qualificação técnica, o art. 67, inciso I, da mesma Lei estabelece a possibilidade de exigência de profissional registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por **execução de obra ou serviço de características semelhantes**.

O inciso II do mesmo artigo trata da capacidade técnico-operacional, mediante certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Além disso, o §1º do art. 67 determina que a exigência de atestados seja restrita às parcelas de **maior relevância ou valor significativo** do objeto.

No presente caso, o Edital estabeleceu, nos itens 1.5.4.1 e 1.5.5, requisitos específicos de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, os quais devem ser analisados de forma distinta.

A interpretação adotada encontra respaldo, ainda, na **Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União**, segundo a qual a comprovação da capacidade técnico-operacional pode ser exigida em relação às parcelas de maior relevância e valor significativo, desde que a exigência seja compatível e proporcional à dimensão e à complexidade do objeto.

IV – DA ANÁLISE TÉCNICA

A matéria foi submetida à análise do setor técnico competente, que examinou os documentos de qualificação técnica apresentados pela recorrente, bem como os argumentos constantes do recurso e das contrarrazões.

O Parecer Técnico concluiu que a **geomembrana PEAD constitui parcela de elevada relevância técnica e econômica do objeto**, destacando que a impermeabilização integra o núcleo tecnológico da obra de ampliação da vala do aterro sanitário.

O setor técnico também examinou especificamente os documentos referentes ao profissional indicado pela recorrente, Engenheiro Franciolli Peretti.

Segundo o parecer, especialmente na análise da CAT nº 6435/2019, os registros relacionados a aterro sanitário, terraplenagem e drenagem contemplam atividades de **elaboração de projeto, dimensionamento, orçamento, estudo e fiscalização**, não demonstrando, de forma suficiente, a efetiva execução da impermeabilização com geomembrana PEAD.

O item 1.5.4.1 do Edital exige expressamente experiência na **execução de obra ou serviço**, e não apenas experiência em atividades de projeto, estudo ou fiscalização.

O parecer técnico concluiu, portanto, que os acervos apresentados não comprovaram a efetiva execução da manta geomembrana PEAD pelo profissional indicado, concluindo pela não habilitação da recorrente.

V – DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

O Parecer Técnico também analisou os documentos apresentados em nome da pessoa jurídica.

Foram identificados atestados relacionados a serviços de locação de horas-máquina, terraplenagem, execução de calçadas e instalação de geomembrana em lagoas e biodigestor. O parecer também examinou atestado emitido por pessoa física relativo à execução de obra de engenharia ambiental.

Contudo, o setor técnico registrou que o item 1.5.5.1 do Edital exige atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito público ou privado**, bem como apontou a ausência de ART e CAT relacionadas ao documento emitido por pessoa física, concluindo pela insuficiência da comprovação para fins de qualificação técnica.

Diante da manifestação do setor técnico, acolho, para fins de julgamento do recurso, a conclusão de que a documentação apresentada **não demonstrou de forma suficiente o atendimento dos requisitos de capacidade técnico-operacional exigidos pelo Edital para a parcela de impermeabilização com geomembrana PEAD**.

VI – DO PEDIDO DE DILIGÊNCIA

A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 64, admite diligências para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, desde que destinadas à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, bem como permite o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

No presente caso, conforme analisado pelo setor técnico, os documentos apresentados foram suficientes para identificar as atividades constantes dos acervos e para distinguir as atividades de projeto, estudo e fiscalização daquelas de efetiva execução.

Não foi identificada informação específica cuja simples confirmação pudesse suprir a ausência de comprovação técnica apontada no parecer.

Dessa forma, **não se mostra necessária a realização de diligência destinada à apresentação de novo acervo ou documento substancialmente novo**, uma vez que isso ultrapassaria a finalidade de esclarecimento ou saneamento prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

VII – DOS QUESTIONAMENTOS RELATIVOS À AVISERRA
Os questionamentos apresentados pela recorrente em relação à empresa AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. também foram submetidos à análise técnica.
Conforme registrado no Parecer Técnico:

•a situação do FGTS foi objeto de verificação, tendo sido constatada a regularidade preexistente;

•a diferença de R$ 21,35 entre o lance e a proposta final decorreu de ajustes e arredondamentos da planilha, resultando em redução adicional do valor;

•não foi constatada irregularidade no BDI ou no ISS capaz, por si só, de justificar a desclassificação da proposta.

Quanto à distribuição do desconto na proposta da AVISERRA, o próprio parecer técnico consignou ressalva específica e propôs providência própria pela Administração.

VIII – DA CONCLUSÃO
Considerando:
a) as disposições do Edital da Concorrência Eletrônica nº 14/2026;
b) os documentos apresentados pela recorrente;
c) as razões constantes do Recurso Administrativo;
d) as Contrarrazões apresentadas pela AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.;
e) o Parecer Técnico emitido pelo Engenheiro Civil do Município, CREA/PR nº 144.568/D;
f) os arts. 5º, 62, 64, 65, 67 e 165 da Lei Federal nº 14.133/2021; e
conclui-se que os argumentos apresentados pela recorrente **não são suficientes para afastar a conclusão técnica quanto ao não atendimento dos requisitos de qualificação técnica estabelecidos no Edital**.
XI – DECISÃO
Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 62, 64, 65, 67 e 165, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando o Parecer Técnico emitido pela Engenharia, **CONHEÇO do recurso apresentado pela empresa D. FERREIRA DOS SANTOS LTDA e, no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo sua **INABILITAÇÃO** na Concorrência Eletrônica nº 14/2026.

Determino o encaminhamento dos autos à autoridade competente, nos termos do art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, para as providências cabíveis.

Pitanga/PR, 25 de setembro de 2026.

Originalmente Assinado

MARCIO SOKOLOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:1C490EA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
DECISAO RECURSO CONCORRENCIA 14-2026 PREFEITO

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 243/2026

RECORRENTE: D FERREIRA DOS SANTOS LTDA, **CNPJ:** 21.819.434/0001-98, **Endereço:** Rua Pioneiro Rovedo Ziegmann, nº 850, Centro, Pitanga/PR.
RECORRIDA: AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, **CNPJ:** 04.886.943/0001-14, **Endereço:** Av. Central, nº 90, RS-129, Distrito Industrial, Guaporé/RS
OBJETO: AMPLIAÇÃO/EXTENSÃO DA VALA EXISTENTE DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL DE PITANGA/PR.
DECISÃO
Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **D FERREIRA DOS SANTOS LTDA** contra sua inabilitação na Concorrência Eletrônica nº 14/2026.
O recurso foi analisado pelo Agente de Contratação, que, considerando a documentação apresentada, as razões recursais, as contrarrazões e o **Parecer Técnico do setor de Engenharia**, concluiu pelo seu **não provimento**, mantendo a inabilitação da recorrente.
O Parecer Técnico concluiu que a documentação apresentada **não comprovou de forma suficiente a efetiva experiência de execução de impermeabilização com geomembrana/manta PEAD**, especialmente em relação às exigências de **qualificação técnica** previstas no edital.
A análise técnica também esclareceu que a expressão **"uma ou mais"**, constante do item 1.5.5.2 do edital, não exige a comprovação cumulativa de todas as parcelas ali relacionadas, mas igualmente não afasta a exigência específica de experiência na execução prevista no item 1.5.4.1.
A decisão observa os princípios previstos no A**rt. 5º da Lei nº 14.133/2021**, especialmente a legalidade, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica.
Nos termos dos A**rts. 62, 65 e 67 da Lei nº 14.133/2021**, cabe à Administração verificar o atendimento das condições de habilitação estabelecidas no edital, inclusive quanto à qualificação técnica profissional e operacional.
Dessa forma, considerando os documentos constantes dos autos, o Parecer Técnico e a decisão do Agente de Contratação, **não foram identificados elementos suficientes para modificar a decisão de inabilitação**.
DECIDO:
1. CONHECER do recurso administrativo apresentado pela empresa **D FERREIRA DOS SANTOS LTDA**;
2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo sua **INABILITAÇÃO** na Concorrência Eletrônica nº 14/2026;
3. ACOLHER o Parecer Técnico do setor de Engenharia e a decisão do Agente de Contratação como fundamentos da presente decisão;
4. DETERMINAR o prosseguimento do processo licitatório, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do edital.
Dê-se ciência aos interessados e publicidade ao presente ato.
Pitanga/PR, 25 de setembro de 2026.

Originalmente Assinado
DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:1AE2E181

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
EXTRATO DO CONTRATO DO PREGÃO N.°54/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 165/2026.

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa, **LOJAO EXTRA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 03.815.703/0001-66.**

OBJETO: *Aquisição de itens para utilização das ACS e nas UBS em todo o território municipal, considerando o plano de ação intersetorial do Programa Bolsa Família, em atendimento a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.*

VALOR: R$4.160,00 (quatro mil, cento e sessenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

378 11004081221101206744905200000 1940 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
378 11004081221101206744905200000 91940 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

VIGÊNCIA: 18 de março de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
MODALIDADE: **Pregão eletrônico n°. 54/2026.**

FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:31566F80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 767/2026

SÚMULA: Concede Aposentadoria Compulsória ao servidor José Cardoso Araújo.

O VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica concedida APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, ao servidor **JOSÉ CARDOSO ARAÚJO**, brasileiro, maior, portador da CI/RG nº 3.857.792-1 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 682.374.569-04, lotado no Quadro de Pessoal Ativo, ocupante do cargo efetivo de Motorista.

Art. 2º – A presente aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 40, § 1º, II da CF e LC n° 152/15, c/c Art. 12, VI da Lei Municipal nº 750/2022, com proventos proporcionais, e a forma de reajuste será sem paridade.

Art. 3º – O valor do provento de aposentadoria será de R$ 2.380,90 (dois mil, trezentos e oitenta reais e noventa centavos), conforme demonstrativo de cálculo.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 04 de setembro de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
Vice- Prefeito em Exercício

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:B12CB90B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 770/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo 1Doc n° 3.401/2026,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica alterada a composição do **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**, com os representantes indicados pelos Órgãos Governamentais e pela Sociedade Civil, em conformidade com o disposto no Art. 9º da Lei nº 085/95, de 18 de setembro de 1995, com redação alterada pela Lei nº 445/2010, de 30 de setembro de 2010, que passa a vigorar conforme a relação abaixo:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Nome	Função	Órgão/Segmento
Gabriele Cristina Simões de Souza Nunes	Titular	Secretaria Municipal de Assistência Social
Beatriz Aparecida Gonçalves dos Santos	Suplente	
Samira Silva Santos	Titular	Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária
Werika de Castro Viana Pardinho	Suplente	
Alessandra Regina da Silva Conrado	Titular	Secretaria Municipal de Educação
Luciana Luzia Micheletti	Suplente	
Juan Felipe Ferreira	Titular	Secretaria Municipal de Esportes
Rozinaldo Matheus dos Santos	Suplente	

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Nome	Função	Representando
Tania Cristina Bento da Silva	Titular	Representante dos usuários da política de Assistência Social
Maria José de Souza Herman	Suplente	
Edna Maria Pona	Titular	Representante dos usuários da política de Assistência Social
Ana Claudia de Almeida Azanha dos Santos	Suplente	
Géssica Aparecida dos Santos Matara	Titular	Representante dos usuários da política de Assistência Social
Silvandira Costa	Suplente	
Márcia Pinaffi	Titular	Representante de trabalhadores do setor
Samira Silveira dos Santos	Suplente	

Art. 2º – O presente Decreto substitui e atualiza a composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS anteriormente estabelecida.

Art. 3º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 24 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:760930A7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 771/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo 1Doc n° 3.401/2026,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica alterada a composição do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**, com nomeados os representantes indicados pelos Órgãos Governamentais e pela Sociedade Civil, em conformidade com o Art. 7º da Lei nº 086/95 de 18 de setembro de 1995, com a redação dada pela Lei nº 578/2014 de 19 de dezembro de 2014, que passa a vigorar conforme relação abaixo:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

REPRESENTANTES	FUNÇÃO	ÓRGÃO/SEGMENTO
Beatriz Aparecida Gonçalves dos Santos Gabriele Cristina Simões de Souza Nunes	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Assistência Social
Alan Henrique da Silva Werika de Castro Viana Pardinho	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária
Valquiria da Silva Santos Corrêa Márcia Rodrigues Stefanowicz	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Educação
Heloise Resqueti Almeida Aline Sarri Gonçalves Benetolli	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Administração e Finanças

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

REPRESENTANTES	FUNÇÃO	ÓRGÃO/SEGMENTO
Viviane Nathália Rodrigues Sgorlon Francislaine Apª. de Almeida Sgorlon	Titular Suplente	APMF – Escola Municipal Santo Antônio
Luciani de Freitas Mendonça Marta da Silva Santos Calixto	Titular Suplente	APMF – Colégio Estadual Odete Borges Botelho
Camila Guimarães de Oliveira Cazelotto Eliane Ezequiel da Silva Santos	Titular Suplente	APMF – Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz

Norma Silvana Pereira Rosemary Aparecida Maronezzi Garcia	Titular Suplente	Entidades Religiosas

Art. 2º – O presente Decreto substitui e atualiza a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA anteriormente estabelecida.

Art. 3º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará m vigor na data de sua publicação

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 24 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:9D009BDC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 773/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo 1Doc n° 3.401/2026,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica alterada a composição do Conselho Municipal dos Diretos da Mulher – COMDIM, com os representantes indicados pelos Órgãos Governamentais e pela Sociedade Civil, em conformidade com o Art. 5º da Lei nº 861/2025, de 07 de maio de 2025, que passa a vigorar conforme relação abaixo:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

REPRESENTANTES	FUNÇÃO	ÓRGÃO/SEGMENTO
Samira Silva Santos Werika de Castro Viana Pardinho	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária
Valquíria da Silva Santos Correa Márcia Rodrigues Stefanowicz	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Educação
Beatriz Aparecida Gonçalves dos Santos Gabriele Cristina Simões de Souza Nunes	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Assistência Social

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

REPRESENTANTES	FUNÇÃO	ÓRGÃO/SEGMENTO
Luzia Pedra Antunes Elisangela Camilo de Souza	Titular Suplente	Representantes de Coletoras de Material Reciclável
Grazieli Pereira Coutinho Patrícia Navarro Sanches	Titular Suplente	Representante de Agricultoras
Marcia Pinaffi Irene Pereira Bento	Titular Suplente	Representante de Pessoas Idosas

Art. 2º – O presente Decreto substitui e atualiza a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM anteriormente estabelecida.

Art. 3º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará m vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 24 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:00F66C0C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 774/2026

SÚMULA: Regulamenta a utilização, o porte, a cautela, a guarda, o armazenamento e o controle das armas de fogo de propriedade do Município destinadas à Guarda Municipal de Pitangueiras, aprova o Regulamento constante do Anexo Único, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023, especialmente quanto à regulamentação da utilização das armas de fogo de propriedade das instituições, inclusive fora do serviço;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa DG/PF nº 310, de 10 de junho de 2025, da Polícia Federal, que estabelece normas e procedimentos para a concessão de porte de arma de fogo funcional condicionado às Guardas Municipais mediante Termo de Adesão e Compromisso – TAD;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 774, de 2022, que dispõe sobre a criação, organização e funcionamento da Guarda Municipal de Pitangueiras e prevê a regulamentação de seu Regimento Interno por Decreto do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 775, de 2022, que estabelece o Estatuto e Plano de Carreira da Guarda Municipal de Pitangueiras e disciplina, entre outras matérias, os deveres funcionais, a utilização e fiscalização do armamento institucional e a responsabilidade disciplinar dos seus integrantes;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer regramento próprio para a utilização, cautela, guarda e controle das armas de fogo de propriedade do Município destinadas à Guarda Municipal;

DECRETA:–

Art. 1º – Fica aprovado o Regulamento de Utilização, Porte, Cautela, Guarda, Armazenamento e Controle de Armas de Fogo da Guarda Municipal de Pitangueiras, constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º – O Regulamento de que trata o artigo anterior aplica-se às armas de fogo, munições e acessórios de propriedade do Município destinados à Guarda Municipal.

Art. 3º – O porte de arma de fogo funcional pelos integrantes da Guarda Municipal fica condicionado ao cumprimento integral dos requisitos estabelecidos na legislação federal aplicável e nos atos normativos expedidos pela Polícia Federal.

§ 1º – A condição de integrante da Guarda Municipal, isoladamente, não constitui autorização para o porte de arma de fogo.

§ 2º – A concessão, emissão, validade, suspensão e cancelamento do porte funcional observarão as competências e os procedimentos estabelecidos pela legislação federal e pela Polícia Federal.

Art. 4º – A utilização de arma de fogo institucional fora do horário de serviço somente será permitida ao Guarda Municipal que esteja regularmente autorizado ao porte funcional e enquanto permanecerem atendidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 5º – As disposições deste Decreto serão aplicadas em conjunto com a legislação federal e com os atos normativos expedidos pela

Polícia Federal, prevalecendo as disposições supervenientes de natureza federal sobre eventual disposição municipal incompatível.

Art. 6º – O Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito poderá expedir instruções e procedimentos complementares necessários à execução deste Decreto, observado o disposto na legislação federal, nas normas da Polícia Federal e neste Regulamento.

Art. 7º – Este Decreto constitui o regramento próprio do Município de Pitangueiras para utilização das armas de fogo de sua propriedade destinadas à Guarda Municipal, inclusive fora do serviço e em locais onde haja aglomeração de pessoas.

Art. 8º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 25 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO, PORTE, CAUTELA, GUARDA, ARMAZENAMENTO E CONTROLE DE ARMAS DE FOGO DA GUARDA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – Este Regulamento estabelece as condições para utilização, porte, cautela, guarda, armazenamento, distribuição, controle, manutenção e recolhimento das armas de fogo, munições e acessórios de propriedade do Município destinados à Guarda Municipal de Pitangueiras.

Art. 2º – Para os fins deste Regulamento, considera-se:
I. arma institucional: arma de fogo de propriedade do Município de Pitangueiras destinada ao emprego pelos integrantes da Guarda Municipal no exercício de suas atribuições legais;
II. cautela: ato administrativo pelo qual determinada arma de fogo, munição ou acessório é entregue temporariamente a Guarda Municipal regularmente autorizado;
III. responsável pela cautela: Guarda Municipal que tenha recebido formalmente arma, munição ou acessório sob sua responsabilidade;
IV. porte funcional: autorização para portar arma de fogo em razão do exercício da função, concedida e disciplinada segundo a legislação federal e os procedimentos da Polícia Federal;
V. recolhimento: retirada da arma institucional da cautela do Guarda Municipal por determinação da autoridade competente.

Art. 3º – A utilização das armas institucionais observará cumulativamente:
I. a legislação federal aplicável;
II. as normas expedidas pela Polícia Federal;
III. este Regulamento;
IV. a legislação municipal aplicável;
V. os procedimentos administrativos e operacionais regularmente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito;
VI. os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, razoabilidade, precaução e segurança.

Art. 4º – As disposições deste Regulamento serão aplicadas em conformidade com a legislação federal vigente e com as normas expedidas pela Polícia Federal.

CAPÍTULO II
DO PORTE DE ARMA DE FOGO FUNCIONAL

Art. 5º – O porte de arma de fogo funcional pelos integrantes da Guarda Municipal de Pitangueiras fica condicionado ao cumprimento integral dos requisitos previstos na legislação federal e nos atos normativos expedidos pela Polícia Federal.

§ 1º – Entre os requisitos aplicáveis, deverão ser observadas as exigências relativas à formação, habilitação, aptidão psicológica, capacidade técnica e demais condições estabelecidas pelos órgãos competentes.

§ 2º – O Município não substitui a competência da Polícia Federal para concessão, emissão, suspensão ou cancelamento do porte funcional.

Art. 6º – Somente poderá receber arma institucional o Guarda Municipal regularmente habilitado e autorizado, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 7º – O porte funcional poderá ocorrer em serviço e fora dele, dentro dos limites territoriais e das demais condições estabelecidas pela legislação federal, pela Polícia Federal e pelo respectivo porte funcional.

Art. 8º – O Guarda Municipal regularmente autorizado ao porte funcional poderá permanecer com a arma institucional fora do horário de serviço, inclusive durante o deslocamento para sua residência, enquanto mantidos os requisitos legais e regulamentares para o porte.

Parágrafo Único: A permanência com a arma institucional fora do serviço não afasta a responsabilidade do Guarda Municipal pela sua guarda, conservação e utilização regular.

CAPÍTULO III
DA CAUTELA, ENTREGA E DEVOLUÇÃO

Art. 9º – A entrega de arma de fogo institucional será formalizada mediante termo de cautela ou instrumento de controle equivalente.

Art. 10 – O termo de cautela deverá conter, no mínimo:
I. identificação funcional do Guarda Municipal;
II. identificação da arma;
III. marca, modelo e número de série;
IV. data e horário da entrega;
V. quantidade de munições fornecidas;
VI. acessórios entregues;
VII. identificação do responsável pela entrega;
VIII. assinatura ou registro eletrônico do responsável pelo recebimento.

Art. 11 – O Guarda Municipal deverá verificar as condições aparentes do armamento no momento do recebimento, comunicando imediatamente à autoridade competente qualquer irregularidade constatada.

Art. 12 – A devolução da arma, munições e acessórios será registrada no instrumento de controle utilizado pela Guarda Municipal.

Art. 13 – O Guarda Municipal responderá pela guarda, conservação e utilização regular do armamento enquanto este estiver sob sua cautela, ressalvadas as situações decorrentes de caso fortuito, força maior ou circunstâncias não imputáveis ao servidor.

CAPÍTULO IV
DA PERMANÊNCIA COM A ARMA FORA DO SERVIÇO

Art. 14 – O Guarda Municipal regularmente autorizado poderá permanecer com a arma institucional fora do horário de serviço, inclusive em sua residência, observadas as condições estabelecidas neste Regulamento e na legislação federal.

Art. 15 – Durante a permanência fora do serviço, o Guarda Municipal deverá manter a arma sob sua guarda e controle, adotando as medidas necessárias para impedir o acesso de pessoas não autorizadas.

Art. 16 – É vedado disponibilizar, emprestar, ceder ou entregar a arma institucional a terceiros, ainda que integrantes do núcleo familiar

do Guarda Municipal ou outros servidores que não estejam regularmente autorizados.

Art. 17 – Na residência, a arma institucional deverá permanecer em condições seguras e em local que impeça o acesso indevido por terceiros.

Art. 18 – O Guarda Municipal deverá observar, na guarda residencial da arma institucional, as orientações de segurança estabelecidas pela Administração e as normas federais aplicáveis.

CAPÍTULO V
DA UTILIZAÇÃO EM LOCAIS DE AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS

Art. 19 – O porte e a utilização de arma institucional fora do serviço em locais onde haja aglomeração de pessoas observarão integralmente a legislação federal, as normas expedidas pela Polícia Federal e este Regulamento.

Art. 20 – Para fins deste Regulamento, consideram-se locais de aglomeração de pessoas, entre outros:
I. eventos públicos e privados;
II. festas e festividades;
III. estádios, ginásios e arenas;
IV. clubes e espaços recreativos;
V. estabelecimentos comerciais de grande circulação;
VI. templos e locais destinados a atividades religiosas;
VII. estabelecimentos de ensino;
VIII. demais locais caracterizados pela concentração significativa de pessoas.

Art. 21 – Nos locais previstos neste Capítulo, o Guarda Municipal deverá manter a arma sob controle direto, de forma segura e discreta, evitando sua exposição ou manuseio desnecessário.

Parágrafo Único: O disposto neste Capítulo não afasta eventual restrição de acesso ou permanência decorrente de lei, determinação de autoridade competente ou norma de segurança legalmente aplicável.

CAPÍTULO VI
DA UTILIZAÇÃO E DAS VEDAÇÕES

Art. 22 – A utilização da arma de fogo deverá observar os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, razoabilidade, precaução e segurança.

Art. 23 – É vedado ao Guarda Municipal:
I. permitir que pessoa não autorizada tenha acesso à arma institucional;
II. emprestar, ceder ou transferir a arma a terceiro;
III. utilizar o armamento para finalidade estranha às atribuições legais;
IV. realizar alterações ou modificações não autorizadas;
V. transportar a arma de maneira incompatível com as normas de segurança;
VI. abandonar ou deixar a arma em local desprotegido;
VII. utilizar ou portar a arma em desacordo com a legislação federal, as normas da Polícia Federal ou este Regulamento;
VIII. utilizar munição diversa daquela autorizada para o respectivo armamento;
IX. realizar disparo em desacordo com as hipóteses legalmente admitidas;
X. omitir ocorrência relacionada à perda, extravio, dano, furto, roubo ou disparo envolvendo arma ou munição institucional.

CAPÍTULO VII
DO ARMAZENAMENTO INSTITUCIONAL

Art. 24 – As armas de fogo e munições que não estiverem sob cautela individual deverão permanecer armazenadas em local seguro, de acesso restrito e sob controle da Guarda Municipal.

Art. 25 – O local destinado ao armazenamento institucional deverá possuir mecanismos de controle de acesso e de registro das movimentações do armamento e das munições.

Art. 26 – O acesso ao armamento armazenado será restrito aos servidores formalmente autorizados.

Art. 27 – A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito manterá controle atualizado das armas, munições e acessórios armazenados, cautelados, distribuídos, recolhidos ou encaminhados para manutenção.

CAPÍTULO VIII
DO CONTROLE DE MUNIÇÕES

Art. 28 – O fornecimento de munições será registrado individualmente, com indicação do Guarda Municipal responsável e da quantidade fornecida.

Art. 29 – O Guarda Municipal deverá comunicar imediatamente qualquer divergência, perda ou extravio de munição.

Art. 30 – A munição institucional será empregada exclusivamente nas hipóteses autorizadas pela legislação e pelos procedimentos oficiais de serviço e treinamento.

CAPÍTULO IX
DA MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO

Art. 31 – As armas institucionais deverão ser submetidas a manutenção e inspeção periódicas, observadas as orientações técnicas aplicáveis.

Art. 32 – É vedada a realização, pelo Guarda Municipal, de intervenção técnica ou modificação do armamento que não tenha sido previamente autorizada.

Art. 33 – Toda manutenção, reparo ou intervenção realizada no armamento deverá ser registrada no respectivo controle administrativo.

CAPÍTULO X
DAS OCORRÊNCIAS

Art. 34 – O Guarda Municipal deverá comunicar imediatamente ao superior hierárquico ou à autoridade administrativa competente qualquer ocorrência envolvendo:
I. perda ou extravio da arma;
II. furto ou roubo;
III. dano ou avaria;
IV. disparo acidental;
V. perda ou extravio de munição;
VI. acesso indevido ao armamento;
VII. qualquer situação que comprometa a segurança ou o controle da arma.

Art. 35 – Nas hipóteses previstas no artigo anterior, serão adotadas as providências administrativas e legais pertinentes, inclusive comunicação às autoridades competentes quando exigida.

CAPÍTULO XI
DO RECOLHIMENTO

Art. 36 – A arma institucional será recolhida quando:
I. houver determinação da autoridade competente;
II. houver suspensão ou cancelamento do porte funcional;
III. deixar de ser atendido requisito necessário à manutenção do porte;
IV. houver determinação da Polícia Federal;
V. ocorrer afastamento do servidor em situação que justifique o recolhimento;
VI. houver necessidade decorrente de procedimento administrativo ou disciplinar;
VII. ocorrer qualquer outra hipótese prevista na legislação aplicável.

Art. 37 – O recolhimento será formalizado mediante registro próprio, com identificação do armamento, munições e acessórios devolvidos.

Parágrafo Único: O recolhimento cautelar não constitui, por si só, aplicação de penalidade disciplinar.

CAPÍTULO XII
DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 38 – A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito manterá registros capazes de identificar, a qualquer momento:
I. a localização de cada arma institucional;
II. o responsável por sua cautela;
III. a quantidade de munição fornecida;
IV. as movimentações do armamento;
V. as ocorrências relacionadas à arma;
VI. as manutenções e inspeções realizadas.

Art. 39 – A fiscalização do cumprimento deste Regulamento será exercida pelas autoridades competentes da Administração Municipal e pela estrutura de comando e correição da Guarda Municipal, sem prejuízo das atribuições legalmente conferidas à Polícia Federal.

Art. 40 – As irregularidades constatadas serão encaminhadas para apuração na forma da legislação municipal aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 – O Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito poderá editar instruções e procedimentos complementares destinados à execução deste Regulamento, especialmente quanto:
I. à entrega e devolução de armamentos;
II. ao controle de munições;
III. à inspeção e manutenção;
IV. ao armazenamento;
V. aos registros de cautela;
VI. aos procedimentos de comunicação de ocorrências;
VII. às medidas de segurança para utilização fora do serviço.

Parágrafo Único: As instruções e procedimentos complementares não poderão contrariar a legislação federal, os atos normativos da Polícia Federal ou este Regulamento.

Art. 42 – Na hipótese de alteração da legislação federal ou das normas expedidas pela Polícia Federal relativas ao porte e à utilização de armas de fogo pelas Guardas Municipais, as disposições supervenientes serão observadas pela Guarda Municipal de Pitangueiras, devendo os procedimentos administrativos ser adequados quando necessário.

Art. 43 – Este Regulamento constitui o regramento próprio do Município de Pitangueiras para utilização das armas de fogo de sua propriedade destinadas à Guarda Municipal, inclusive fora do serviço e em locais onde haja aglomeração de pessoas, para os fins previstos na legislação federal e nas normas da Polícia Federal.

Art. 44 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito, observadas a legislação federal, as normas da Polícia Federal, as leis municipais aplicáveis e as competências estabelecidas na estrutura administrativa municipal.

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:229760C6

GABINETE DO PREFEITO
ESTRATO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO

CONTRATO DE FINANCIAMENTO - Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM **CONTRATO FOMENTO PARANÁ - SFM N.º 4666/2026**

PREÂMBULO

I - PARTES:	
AGENTE FINANCEIRO: Agência de Fomento do Paraná S.A., instituição financeira sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Comendador Araújo, 652, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.584.906/0001-99, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, pelos seus Diretores signatários, doravante denominada FOMENTO PARANÁ.	
BENEFICIÁRIO: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.543.427/0001-42, neste ato representado por seu Prefeito, Sr.(a) SAMUEL TEIXEIRA, doravante denominado MUNICÍPIO.	
II - AGENTE TÉCNICO OPERACIONAL DO SFM - Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, doravante denominado PARANACIDADE.	
III - FINALIDADE DO FINANCIAMENTO: Construção do Paço Municipal.	
IV - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA MUNICIPAL: Lei Municipal nº 859/2025 de 28/04/2025, publicada em 29/04/2025, Lei Municipal nº 871/2025 de 01/07/2025, publicada em 02/07/2025.	
V - APROVAÇÃO STN / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Ofício n.º 37/2026 de 14/07/2026.	
VI - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO	
VI.1 - VALOR DO FINANCIAMENTO	R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).
VI.2 - DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	24 de setembro de 2026
VI.3 - DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO	03/09/2034
VI.4 - CARÊNCIA	Prazo de carência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato 24 de setembro de 2026.
VI.5 - PRAZO MÁXIMO PARA A PRIMEIRA LIBERAÇÃO	6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato 24 de setembro de 2026.
VI.6 - SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	Sistema de Amortização Constante (SAC).
VI.7 - INDEXADOR	Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
VI.8 - JUROS	7% a.a.
VI.9 - JUROS REMUNERATÓRIOS	Os juros são calculados tomando-se por base o IPCA, aplicado na forma cheia, acrescido de uma margem de juros fixa de 7 % ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o saldo devedor, de acordo com o exposto na cláusula dos ENCARGOS FINANCEIROS.
VI.10 - ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO	
VI.10.1 - JUROS REMUNERATÓRIOS	Mesmos juros remuneratórios previstos para o período de adimplemento.
VI.10.2 - JUROS MORATÓRIOS	1% (um por cento) ao mês, observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VI.10.3 - MULTA	2% (dois por cento), observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VII - GARANTIA	Cota-parte do MUNICÍPIO do ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ou receitas que venham a substituir, complementar ou suceder o ICMS

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:E88BC251

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026

Ratifico, nos termos da justificativa apresentada e do Parecer Jurídico, a Inexigibilidade nº 21/2026 e homologo-a
locação de imóvel comercial, destinado a abrigar e guardar a frota oficial de veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pitangueiras-PR, no valor de R$ 19.440,00 (dezenove mil, quatrocentos e quarenta reais), cujo recurso correrá por conta da Dotação Orçamentária: DESP Nº 235 -3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSI ...00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - ..., citada no referido processo, nos termos da Lei nº 14.133/21, determinando a publicação deste ato por força da mesma Lei.

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:BAE99E7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº. 19 DE SETEMBRO DE 2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PLANALTO - PR

RESOLUÇÃO Nº. 19 de setembro de 2026 do
Conselho Municipal de Saúde do Município de Planalto - PR

Dispõe sobre AUDIÊNCIA PÚBLICA SEGUNDO QUADRIMESTRE 2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de PLANALTO, em reunião ordinária realizada em 24 de setembro de 2026, APROVOU o documento apresentado com os dados dos indicadores e serviços ofertados bem como demonstrativo de receitas e despesas, referente à Audiência Pública do SEGUNDO QUADRIMESTRE de 2026, onde até o referido quadrimestre o percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita de impostos líquidos e transferências constitucionais e legais foi de 26,87 % TCE.

Planalto, 24 de setembro de 2026

PEDRO MOMBACH
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Planalto -PR

ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:4A2C8CE0

ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº.20 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PLANALTO - PR

RESOLUÇÃO Nº.20 de 24 de setembro de 2026 do
Conselho Municipal de Saúde do Município de Planalto - PR

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de PLANALTO, em reunião ordinária realizada em 24 de setembro de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº1511, de 25 de maio de 2010, resolve aprovar o Plano de Trabalho do convênio a ser celebrada entre o município de Planalto e o **Instituto de Saúde Nossa Senhora De Lourdes**, CNPJ 75.981.290/00001-09, Associação Sem Fins Lucrativos, cujo objeto do Plano de Trabalho foi apresentado nesta reunião, e o repasse será para **custeio e manutenção dos serviços médicos hospitalares prestados pelo ISNSL**, de caráter complementar referente a atenção às urgências e emergências 24h, em Pronto Atendimento, a serem prestados aos munícipes, previstas no **Plano de Trabalho** apresentado, sendo que o mesmo passara por análise jurídica e posterior envio a Câmara Municipal de Vereadores, cujo valor global anual proposto será de R$ 4.282.774,90 (quatro milhões, duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e noventa centavos), sendo R$ 4.068.636,15 (Quatro milhões, sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais e quinze centavos) de repasse do município, dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 339.053,01 (Trezentos e trinta e nove mil, cinquenta e três reais e um centavo), somados a R$ 214.138,75 (Duzentos e quatorze mil, cento e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme documento apresentado na reunião.

Planalto, 24 de setembro de 2026

PEDRO MOMBACH
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Planalto-PR

ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:FD8875E4

ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 21 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PLANALTO – PR

RESOLUÇÃO Nº 21 de 24 de setembro de 2026 do
Conselho Municipal de Saúde do Município de Planalto – PR

DISPÕE SOBRE PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - RESOLUÇÃO SESA N.º 739/2026.

O Conselho Municipal de Saúde de PLANALTO, aprovou o Plano de Aplicação que trata do planejamento para execução financeira dos recursos transferidos por meio do Programa ProVigiA-PR, conforme disposto na Resolução Sesa n.º 739/2026 com valores de investimento abaixo relacionados. A utilização do incentivo financeiro é voltada aos serviços para o fortalecimento da Vigilância em Saúde no município, e leva em conta as necessidades locais para programação e planejamento de execução com valor total R$ 87.296,66, onde a coordenação da Vigilância em Saúde apresentou justificativa de melhorias do espaço físico onde o setor tem a sede. **Quadro 1**: Descritivo das despesas de investimento.

Descrição	Quantitativo	Valor Estimado
Mobiliário planejado	Vários	R$ 50.000,00
Troca de aberturas (janelas e portas)	Vários	R$ 12.585,00
Reforma banheiros vigilância em saúde	2	R$ 7.500,00
Reforma piso vigilância em saúde	1	R$ 13.211,66
Impressora colorida	1	R$ 4.000,00
	Total	**87.296,66**

PLANALTO, 24 DE SETEMBRO DE 2026

PEDRO MOMBACH
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Planalto-PR

ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:109EA43D

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE OBRA Nº 175/2024

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE OBRA Nº 175/2024, EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.

Aos vinte e quatro do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, o MUNICIPIO DE PLANALTO, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. LUIZ CARLOS BONI e FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, neste ato representada por seu Administrador o Sr. FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES, resolvem em comum acordo prorrogar o prazo de vigência do contrato administrativo de empreitada de obra nº 175/2024, firmado entre as partes em data de 28 de maio de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa para Pavimentação de Estrada Vicinal em CBUQ, com área de 41.834,94 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, serviços diversos, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual., sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude de mutuo acordo entre as partes, fica alterada a Cláusula quarta (da vigência), prorrogando em 240 (duzentos e quarenta) dias a vigência do presente contrato, com término em 30/05/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES
FEG Engenharia De Obras LTDA

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA FATIMA MOMBACH STURM
RG nº 6.772.151-9/PR

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:33D2D7F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA Nº. 35/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 458/2026
Dispensa Nº. 35/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a dispensa nº 35/2026, que tem por Objeto: Contratação de Instituição Residência Inclusiva (RI), baseado na necessidade de garantir proteção integral e moradia subsidiada de jovens e adultos entre 18 e 59 anos, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, expostos a riscos sociais como negligência, isolamento, abandono ou violação de direitos fundamentais, e que estejam impossibilitados de conviver com a família, e necessitando de cuidados contínuos. Empresa Contratada: ESPAÇO VINCENT CASA DE APOIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 33.698.177/0002-43. Data da ratificação e homologação**:** 25 de setembro de 2026. Valor homologado: **R$ 228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil reais)** Dotação orçamentária: 06003082460009202033909000 0 - CR 194 - FR 1000. Pontal do Paraná, 25 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:27334F48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA/2027 PONTAL DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA/2027
PONTAL DO PARANÁ

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, com início às dezoito horas e quinze minutos, no Auditório da Casa de Cultura, sito à Avenida Tom Jobim, 184, Balneário Primavera, no município de Pontal do Paraná, publicado no site do município e diário oficial dos municípios; realizou-se a audiência pública da Lei Orçamentária Anual – LOA para 2027, em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso III, § 5º da Constituição Federal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), Art. 4º e 44, bem como na Lei Orgânica Municipal. A audiência se iniciou com a saudação inicial do Sr. Marcelo Amaral, servidor estatutário do Departamento de Planejamento da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, que em seguida apresentou as despesas previstas por Secretarias, para o ano de dois mil e vinte e sete; o mesmo explicou que a apresentação aconteceria da seguinte maneira: primeiro as explanações técnicas e orçamentárias por relevância de recursos das Secretarias responsáveis pelas principais políticas públicas municipais, em seguida seria aberta a palavra aos presentes, as dúvidas e/ou sugestões seriam respondidas pelos secretários presentes. Sendo assim, iniciou a apresentação das despesas da Secretaria de Educação, com as projeções de custeio e investimentos que compõem o orçamento da educação, bem como as atividades de valorização, saúde e bem estar dos profissionais da área, aberta a palavra aos presentes para suas considerações, não foram apresentados questionamentos. Prosseguindo com a apresentação, deu-se início ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde. A Sra. Márcia Regina, seguida pela Sra. Silvia Albertini, reclamaram da dotação de vinte mil reais, destinada à manutenção do Conselho Municipal de Saúde, sendo que a Secretária de Saúde, Sra. Letícia Andres, explicou que iria reavaliar o valor, para que os Conselheiros possam ter mais apoio para o desempenho de suas atividades. Dando sequência a apresentação foram elencados os projetos e atividades referentes à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, com ênfase na nova atividade de manutenção do armazém da família, na ordem de seiscentos e sessenta e sete mil reais, que irá atender a população na aquisição de produtos alimentícios com valores reduzidos, através dos programas sociais já desenvolvidos. Outra novidade no orçamento, diz respeito a Construção do CMEI Baleia Encantada, dentro da política pública da Criança e Adolescente, sendo um Convênio firmado com o Governo Estadual, com contrapartida do Município para atendimento no Bairro Monções II, recentemente regularizado, mas considerado área de vulnerabilidade social. Dentro da unidade Fundo Municipal de Assistência Social, que totaliza mais de um milhão e quinhentos reais de recursos destinados, a Sra. Márcia Regina questionou o quanto desse valor é constituído de verba federal e estadual e quanto corresponde a recursos de fonte exclusiva do município. A Sra. Kátia Salomão, Secretária da Família e Desenvolvimento Social informou que cerca de trezentos mil reais vem do repasse estadual e federal, e o restante é aportado pelo município. Novamente ouve reclamação referente ao valor destinado à manutenção dos conselhos sociais, sendo informado que os valores destinados não são significativos pois o município dá apoio às atividades dos conselhos, fornecendo espaço adequado e insumos, ficando a dotação consignada destinada quase exclusivamente para a percepção de diárias aos Conselheiros. Outra novidade dentro do orçamento foi a criação da atividade Gestão de Políticas Públicas de Promoção a Igualdade Social, regulamentando assim o Fundo Municipal para a Promoção da Igualdade Racial. Sem mais questionamentos o Sr. Marcelo Amaral prosseguiu com a audiência apresentando então as chamadas secretarias meios, que não operam especificamente com a consecução de políticas públicas, foi apresentado o quadro orçamentário do Gabinete do Poder Executivo, Secretaria Municipal de Administração e Inovação Tecnológica, Secretaria de Finanças e Orçamento, Procuradoria Geral, com consignação em seu orçamento de valores destinados ao pagamento de precatórios, que por determinação do Tribunal de Justiça, devem ser da ordem de um por cento da receita corrente líquida, para o ano vindouro. Retornando-se às secretarias meios, iniciou-se as tratativas acerca da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Departamento de Indústria e Comércio e as Ações do Conselho Municipal de Turismo. Quando foi aberta a palavra para os presentes, não houve colocações da plenária. Prosseguimos com a programação orçamentária da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com questões relativas a iluminação pública, limpeza urbana, gerenciamento de obras e serviços públicos, projeto de implantação de usina de concreto e aquisição de máquinas e equipamentos. Na sequência foram apresentadas as atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, que possui projetos e atividades como a reforma do cemitério municipal, reforma e adequação da usina de reciclagem, ações de proteção animal, gerenciamento de resíduos sólidos que irá demandar um montante de dezenove milhões e novecentos e sessenta mil reais, representando um valor significativo em virtude do embargo de nosso aterro sanitário, que mostra-se extremamente dispendioso em razão do transbordo e destinação dos resíduos fora do limite municipal. A Sra Márcia Regina perguntou sobre os ecopontos, que são contêiners para a destinação de materiais recicláveis. A Sra. Flávia Deable, Diretora Geral da Secretaria, informou que os mesmos custam cerca de treze mil reais a unidade de separação. Prosseguindo-se com a audiência, foi apresentada a situação orçamentária da Secretaria de Planejamento Urbano e Infraestrutura, que possui os projetos de expansão da rede

elétrica municipal, recursos de pavimentação, elaboração de projetos de engenharia, construção de equipamentos urbanos e projetos de drenagem urbana, além de gerenciar o transporte coletivo, através de subvenção econômica. Foi questionado o montante de cinco milhões destinado a essa atividade, perguntando-se porque o município não gerencia ele mesmo o transporte público. A resposta foi que essa atividade seria bem mais dispendiosa para a municipalidade, mantendo-se assim o contrato do concessionário, sendo esse valor destinado a permitir que a tarifa do transporte público permaneça abaixo de quatro reais, essa subvenção se faz necessária, devido ao número elevado de gratuidades concedidas, essa subvenção também permitiu que a empresa operadora renovasse sua frota e disponibilizasse mais horários, aumentando assim a satisfação dos munícipes que dela fazem uso. Na sequência apresentou-se a proposta da Secretaria de Segurança Pública, responsável pelas atividades da Guarda Civil Municipal, questões relativas a trânsito e mobilidade, políticas de drogas e de alternativas penais. Como não houve questionamentos na área, prosseguimos com a apresentação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude. Em seguida foi apresentado o orçamento do Poder Legislativo, Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, onde houve questionamentos referente às Casas Populares. Como não havia representantes da Secretaria presentes, Sr. Marcelo Amaral solicitou que os contribuintes dirijam-se a Sede da Secretaria para verificar o andamento das construções, bem como efetuar seus respectivos cadastros para a obtenção da moradia. Por último houve a exposição dos slides da Secretaria Municipal de Governo, em seguida foi apresentado a totalização da despesa fixada em duzentos e sessenta milhões de reais, sendo que um milhão e trezentos mil reais, desse montante são destinados à reserva de contingência, para a utilização em situação de intempéries e desastres climáticos. Sr Wagner Perin, perguntou se não existe uma verba destinada no orçamento da segurança pública, para as ações de defesa civil. Sr. Giovani Rosário, Secretário de Segurança Pública informou que recentemente foi aprovada uma lei para formalizar o convênio com a Defesa Civil Estadual que permitirá o repasse de valores para possíveis desastres naturais que porventura possam ocorrer, nesse ínterim se tais situações acontecerem e o prefeito venha a decretar estado de calamidade pública, essa verba de contingência é utilizada sem burocracia, bem como os trâmites e apoio da defesa civil na ajuda aos desabrigados. Considerando o link disponibilizado no site do município, foi solicitado à população que apresentasse as demandas que consideram prioritárias para serem incluídas na lei orçamentária. Obtivemos a participação popular de treze munícipes que contribuíram para a construção dessa audiência, os quais exaltamos nominativamente nessa audiência, sendo as principais demandas relacionadas a seguir: Segurança Pública, Regularização do Balneário Carmery, Canalização de Águas Pluviais e demandas da Saúde, Manutenção Corretiva e Preventiva das Ruas, Saneamento Básico, Luz, Água, Esgoto e Asfalto, Infraestrutura para Fomentar o Turismo, Coleta de Lixo Reciclável, maior apoio à Cultura e Artesanato, Feiras Livres, Saúde e Atendimento de Emergência, Revitalização e Requalificação do Calçadão de Santa Terezinha, Continuidade e Finalização da Urbanização da Orla e Segurança Viária e Sinalização. Essas demandas serão encaminhadas aos Secretários das Pastas, para que verifiquem as atividades em andamento e possam atender àquelas que necessitem de implementação ou expansão. Sr. Marcelo Amaral agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência às dezenove horas e quinze minutos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata e eu, Damaris de Lana Chaves Vicente, secretária *ad hoc*, digitei e assino _____.

Pontal do Paraná, 24 de setembro de 2026.

WILLIAM PEREIRA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D3C23675

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.696 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula:"Institui o Fluxo Municipal da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, destinado a orientar a atuação articulada dos órgãos, serviços, programas e políticas públicas integrantes do Sistema de Garantia de Direitos e dá outras providências ."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso das competências e conforme solicitado no **Memorando nº 25.579/2026**.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que estabelece a doutrina da proteção integral e determina a atuação articulada das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e dispõe sobre a escuta especializada e o depoimento especial;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431 de 2017, e estabelece diretrizes para a atuação integrada dos órgãos e serviços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.069, de 15 de setembro de 2020 , que Institui a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente de Pontal do Paraná;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar, no âmbito municipal, procedimentos e responsabilidades para o acolhimento, atendimento, encaminhamento, acompanhamento e compartilhamento de informações referentes a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;
CONSIDERANDO que a proteção integral exige atuação articulada, contínua e corresponsável entre os diferentes órgãos, serviços, programas e políticas públicas que integram a Rede de Proteção e o Sistema de Garantia de Direitos;
CONSIDERANDO a necessidade de prevenir a revitimização, evitando a repetição desnecessária da narrativa dos fatos e assegurando atendimento humanizado, ético, qualificado e compatível com a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
CONSIDERANDO as pactuações realizadas nas reuniões mensais da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a comunicação permanente, a horizontalidade das relações institucionais, o respeito às competências de cada setor e a corresponsabilidade na proteção de crianças e adolescentes;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pontal do Paraná, o Fluxo Municipal da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, destinado a orientar a atuação articulada dos órgãos, serviços, programas e políticas públicas integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.
Parágrafo único. O Fluxo Municipal da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, bem como os demais instrumentos e documentos complementares que integram este Decreto, constam dos **Anexos**, que dele são parte integrante.
Art. 2º O Fluxo Municipal tem por finalidade orientar os profissionais e serviços quanto aos procedimentos, responsabilidades, encaminhamentos e acompanhamentos necessários diante de situações de suspeita, revelação ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, respeitadas as atribuições legais e institucionais de cada órgão.
Art. 3º A atuação dos órgãos e serviços observará os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, da não revitimização, do atendimento humanizado, da atuação intersetorial, da corresponsabilidade e do respeito às competências de cada política pública e órgão integrante do Sistema de Garantia de Direitos.
CAPÍTULO II
DO APRIMORAMENTO E DAS PACTUAÇÕES DA REDE

Art. 4º O Fluxo Municipal será objeto de acompanhamento e aprimoramento permanente, considerando as pactuações realizadas nas reuniões mensais da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.
Art. 5º As alterações de caráter operacional decorrentes das pactuações da Rede de Proteção deverão ser formalizadas nos instrumentos próprios, observadas as competências legais e institucionais dos órgãos envolvidos.
Parágrafo único. As alterações que impliquem modificação deste Decreto deverão ser formalizadas por ato normativo próprio.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Os órgãos e serviços integrantes da Rede de Proteção deverão promover a divulgação do Fluxo Municipal entre os profissionais que atuam no atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 23 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

ANEXOS DO DECRETO N° 13.696 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:7BF35881

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.696 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

ANEXO III
Registro de Informações para compartilhamento na rede do SGD

Data e hora:	Órgão que realizou o atendimento:	
Nome da vítima:		Data de nascimento:
Naturalidade:		Possui deficiência?
Local de residência:		Telefone:
Sexo:	Identidade de gênero:	Cor (branca, preta, parda, amarela e indígena):
Responsável legal/relação de parentesco/Data de nascimento:		
Demanda algum atendimento específico?		
Primeiro atendimento? (se não, indicar órgão anterior e existência de documentos de registro do caso, como Boletim de Ocorrência, Ficha de Notificação, Prontuário ou outros relatos e registros)		
Descrição objetiva dos possíveis fatos/relato do responsável ou acompanhante:		
Relato da ocorrência pela vítima (descrever com as palavras utilizadas pela vítima, atentando para observação do ambiente, da situação, reincidência, indicação de possível agressor e possíveis provas colhidas)		
Encaminhamentos:		

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:AA3D0163

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.698 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelos arts. 67, incisos IV, da Lei Orgânica do Município e conforme solicitado no **Memorando nº 205.791/2026.**

Considerando a redação legal dos artigos 229 e 233 do Código Tributário Municipal, que fixam a possibilidade de concessão de desconto para pagamento à vista dos valores lançados a título de IPTU, bem como a forma de impugnação, nos casos de eventuais irresignações do contribuinte com relação ao lançamento;

Considerando que o Município, por meio da Lei Municipal nº 1.712, de 28 de setembro de 2017, e suas alterações posteriores, regulamentou a Planta Genérica de Valores Imobiliários, instituindo o cálculo para fixação do IPTU;

D E C R E T A:

Art. 1°. A base de cálculo para efeito do valor venal dos imóveis da área urbana do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o exercício de 2.027, são os valores estabelecidos na Lei Municipal nº 1.712/2017, com seus anexos e alterações, considerando as atualizações da Unidade Fiscal Municipal – UFM.

Art. 2º O IPTU será lançado e arrecadado em cota única ou em até dez parcelas.

§ 1º. Os números de parcelas dependerão do valor de cada uma delas, as quais não poderão ser inferiores ao valor correspondente ao de meia UFM em vigor.

§ 2º. As datas de vencimento das cotas únicas e de cada uma das parcelas referidas no caput deste artigo são as seguintes:

I – Cota única com vencimento em 10 de fevereiro de 2027, será aplicado o desconto à vista de 15% (quinze per cento);

II – Cota única com vencimento em 10 de março de 2027, será aplicado o desconto à vista de 10% (dez per cento);

III – Para o caso dos contribuintes que optarem em pagar o tributo em parcelas as datas de vencimento das mesmas, serão as seguintes:

a) 1ª Parcela em 10 de março de 2027;
b) 2ª Parcela em 10 de abril de 2027;
c) 3ª Parcela em 10 de maio de 2027;
d) 4ª Parcela em 10 de junho de 2027;
e) 5ª Parcela em 10 de julho de 2027;
f) 6ª Parcela em 10 de agosto de 2027;
g) 7ª Parcela em 10 de setembro de 2027;
h) 8ª Parcela em 10 de outubro de 2027;
i) 9ª Parcela em 10 de novembro de 2027;
j) 10ª Parcela em 10 de dezembro de 2027.

Art. 3º O prazo para impugnação será até o dia 10 de fevereiro de 2027, devendo o contribuinte verificar a emissão de seu carnê junto à Prefeitura ou no site Oficial do Município, considerando o disposto nos artigos 226, 228 e 229 do Código Tributário Municipal, a partir de 02 de janeiro de 2026, ressaltando que conforme autorização legislativa, não mais será encaminhado carnê para o endereço do contribuinte.

Parágrafo Único. As impugnações poderão ser protocoladas de forma eletrônica, por meio do sistema disponível no site oficial do Município, observados os prazos estabelecidos no caput deste artigo.

Art 4º Os demais Tributos que compões os lançamentos do IPTU (CDRU, Contribuição de Melhorias, TOIP, taxas, etc), seguirão as mesmas regras estabelecidas neste Decreto.

Art. 5º Os pedidos de isenção deverão ser protocolados dentro dos prazos estipulados pelas leis municipais específicas, sob pena de não conhecimento pela intempestividade.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 24 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:DAE85B74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 645 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Substituir membro da Comissão de Sindicância e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme solicitado no **Protocolo n.º 20.933/2024.**

Artigo 1º - Substituir membro da Comissão de Sindicância, o senhor Abraão de Oliveira pelo senhor FÁBIO JUNIOR PEDRO, ficando assim constituída:
FÁBIO JUNIOR PEDRO
IZABEL CRISTINA PEREIRA
LILIAN DA VEIGA GABARDO

Artigo 2º - A Comissão será presidida pelo servidor FÁBIO JUNIOR PEDRO, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do trabalho.

Artigo 3º – Esta Portaria entra em vigor nesta data revogando a PORTARIA N.º 268 DE 22 DE ABRIL DE 2026.

Artigo 4º – Publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 23 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:6C94CD56

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 649 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO
PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e no Art.7º da Lei Municipal n º 2635/2024 e conforme solicitado no **Protocolo nº 10.580/2026.**

RESOLVE

Artigo1º - Conceder Gratificação de Função, ao servidor municipal o Sr. **DIONALDO CONSTANTINO PIRES ,** ocupante do cargo de **AGENTE DE SAUDE PUBLICA** , lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme Lei acima especificada **.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de início da respectiva concessão da gratificação em **SETEMBRO/2026.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 24 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4B73858F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 650 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Designa os membros da Comissão de Sindicância e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e o contido no **Protocolo n° 15.133/2026.**

Artigo 1º– Designa os membros da Comissão de Sindicância, composta pelos seguintes servidores:

CRISTHIANE IGNES VALE DE ASNES
LILIANE DE SOUZA RAMALHO DE CAMARGO
TATIANA DE FÁTIMA SANTOS

Artigo 2º - A Comissão será presidido pela servidora Cristhiane Ignes Vale de Asnes , terá o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão do trabalho.

Artigo 3º – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Artigo 4º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 25 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EA4EBC3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 651 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 12.931/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a) DIONALDO CONSTANTINO PIRES - MATRICULA 9571, ocupante do cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA , lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 19/04/2014 a 18/04/2019 , LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 30 (trinta) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação* , *revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 25 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:77EDF8B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO AMAZONAS

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO AMAZONAS – PR

O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Amazonas - PR, de acordo com a Lei 616/1997, Lei 818/2007 e demais legislações do SUAS vigentes.

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º. O presente Regimento Interno regula as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Porto Amazonas, Estado do Paraná, conforme previsto na Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) alterada

pela Lei Federal nº 12.435/2011, e Leis Municipais nº 616 de 14 de abril de 1997 e nº 818 de 14 de dezembro de 2007.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Assistência Social, doravante denominado CMAS, é um órgão deliberativo, autônomo, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à estrutura do órgão gestor da política de assistência social.
Parágrafo único: No exercício de suas atribuições, os conselhos normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social prestados pela rede socioassistencial.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é composto por 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, respeitada a composição paritária entre governo e sociedade civil, constituindo-se da seguinte forma:

- 03 (três) representantes governamentais, dos seguintes Departamentos municipais:
1 (um) representante do Departamento Municipal de Educação e Cultura;
1 (um) representante do Departamento Municipal da Saúde e/ou Meio Ambiente;
– 03 (três) representantes da sociedade civil, dos seguintes segmentos:
1 (um) representante das associações prestadoras de serviço de atendimento as pessoas com deficiencia e suas familias;
1 (um) representante dos Profissionais da área, podendo ser dos assistentes sociais, ou pedagogos,ou psicologos, ou fisioterapeutas ou profissionais afins;
1 (um) representante dos usuários, podendo se das entidades socioassistenciais e/ou associações comunitarias , dos sindicatos afins.
§1º. Os representantes não governamentais serão eleitos por assembléia especifica de Eleição.
§2º. Os representantes governamentais serão indicados pelo Prefeito Municipal dentre os servidores que integram os departamentos denominadas no item I do caput.
§3º. Os membros do CMAS, eleitos e indicados, serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, e com possibilidade de ser substituído, a qualquer tempo, a critério de sua representação, mediante comunicação escrita dirigida à Presidência por representante legal da representação.
§4º. A função de conselheiro reveste-se de relevante interesse público e seu exercício tem prioridade, justificando as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às plenárias, reuniões de comissões ou participação em diligências ou atividades de representação do Conselho Municipal de Assistência Social.
§5º. Se necessário, o conselho emitirá, sempre que solicitado, documento de comprovação de comparecimento a fim de que o conselheiro representante não tenha qualquer tipo de prejuízo.
§6º. A função de conselheiro não será remunerada, sendo os serviços prestados considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.
§7º. Os membros titulares do CMAS serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos seus respectivos suplentes.
§8º. Os conselheiros titulares que não puderem comparecer aos eventos e reuniões do CMAS têm a obrigação de justificar sua ausência e de comunicar seu suplente, bem como à Secretaria Executiva.
§9º. Os suplentes assumirão automaticamente nas ausências e impedimentos dos titulares, sendo recomendadas suas presenças em todas as reuniões plenárias, nas quais poderão participar dos assuntos e matérias discutidos, com direito a voz e sem direito a voto.
§10º. O conselheiro suplente que não puder comparecer em substituição ao titular deverá justificar a ausência comunicando à Secretaria Executiva.

Art. 4o. A participação de representantes do Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público na composição do conselho é incompatível com o regime jurídico destes Poderes e o desempenho do controle social.

Parágrafo Único: é vedado que ocupantes de cargos em comissão ou funções gratificadas no Poder Executivo e Legislativo ocupem vagas destinadas à sociedade civil.

Art. 5o. O conselheiro que for candidato a cargo eletivo dos poderes executivo ou legislativo, deve afastar-se de suas funções no conselho até a decisão do pleito e, se eleito, não poderá continuar ocupando a função de conselheiro, devendo o suplente assumir.
Parágrafo Único: A solicitação de afastamento do conselheiro deve ser realizada pelo interessado através de requerimento encaminhado ao Conselho de Assistência Social no período de até 90 (noventa) dias - corridos - anteriores ao pleito e/ou conforme regras gerais do Tribunal Regional Eleitoral -TRE.

Art. 6º. Entendem-se como categorias representativas do CMAS:
I – Representante de usuários e/ou organizações de usuários, aquele que frequenta/participa dos serviços conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), programas e projetos da assistência social.
II – representante dos Profissionais da área, podendo ser dos assistentes sociais, ou pedagogos,ou psicologos, ou fisioterapeutas ou profissionais afins sendo Trabalhadores do setor, as pessoas que em âmbito municipal, possuem atuação específica comprovada no campo da Assistência Social.

Art. 7º. Ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS compete:
I - Apreciar e aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e as diretrizes do Sistema Único
de Assistência Social- SUAS, consideradas as propostas aprovadas na Conferência Municipal de Assistência Social;
Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Política Municipal de Assistência Social;
Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Política de Assistência Social, em consonância com as diretrizes da Conferência Municipal e do Plano Municipal de Assistência Social;
Convocar, em processo articulado com a Conferência Nacional, a Conferência Municipal de Assistência Social, de acordo com os arts. 116 a 118 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (2012), estabelecendo suas normas de funcionamento através de regimento próprio; Elaborar, aprovar e publicar seu Regimento Interno; Zelar pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município;
VII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão e coordenação do Programa Bolsa Família – PBF; Apreciar e aprovar o Plano de capacitação permanente dos trabalhadores da Política de Assistência Social; Solicitar a qualquer tempo, aos responsáveis pelos serviços, programas, projetos, benefícios e ações assistenciais, as informações necessárias para o acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela rede socioassistencial do município;
Aprovar as propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Plano Plurianual – PPA e da Lei Orçamentária Anual – LOA, formalizadas e elaboradas pelo Departamento de Assistência Social.
Planejar a aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto oriundos de outros entes federativos, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;
Zelar pelo cumprimento da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB/RH/SUAS, com o acompanhamento da materialização dos princípios e diretrizes da gestão do trabalho no âmbito do SUAS, visando a valorização do trabalhador, a continuidade e a qualidade dos serviços prestados;
Normatizar, através de resoluções, as comissões necessárias para o andamento das pautas do conselho;
Realizar a inscrição e a fiscalização de entidades e/ou organizações de assistência social que vierem a se instalar no município, conforme regulamento elaborado pelo conselho e em consonância com as legislações vigentes;
Informar ao órgão gestor da Política municipal de assistência social sobre a inscrição e/ou cancelamento de inscrição de entidades e/ou organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
Publicar no diário oficial do município, suas pautas, resoluções e demais documentos que forem produzidos pelo conselho;

– Dar posse aos seus conselheiros;
– Alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de informações e aprovação de prestação de contas da utilização de recursos federais e estaduais, bem como sobre demais informações do conselho;
– Zelar pela efetivação da participação da população na formulação da Política municipal de assistência social e no controle social de sua implementação;
Acionar, quando necessário, o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais; Divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;
- Fiscalizar a prestação de serviços de natureza pública e privada, no campo da Assistência Social, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pelas Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS;
- Receber, apurar e dar o devido prosseguimento às denúncias;
– Registrar ata em todas as suas reuniões, publicando as atas ou resoluções posteriormente no Portal da Transparência do município;

Art. 8º. As publicações do Conselho Municipal de Assistência Social seguirão as mesmas regras para publicação dos demais atos do Poder Executivo, no site oficial do Município, através de sua secretaria executiva.

Art. 9º. Compete aos Conselheiros do CMAS:
– Participar de todas as reuniões, ordinárias e extraordinárias do Conselho, devendo manifestar-se a respeito de matérias em discussão e participar das comissões ou grupos de trabalho para o qual for designado;
– Solicitar a convocação de reunião extraordinária na forma estabelecida pelo presente Regimento;
- Propor temas à pauta das reuniões no grupo oficial com uma semana de antecedencia aos membros;
– Votar as proposições apresentadas;
– Assinar atos e pareceres deliberados em reunião;
– Apresentar proposições sobre assuntos de interesse da Assistência Social, fiscalizando sua execução;
– Justificar as ausências em reuniões do CMAS;
– Votar e ser votado para os cargos do Conselho;
– Desempenhar com qualidade e responsabilidade, o cargo para o qual foi eleito ou designado;
- Cumprir todas as tarefas e encargos que lhes forem solicitados;
– Sugerir alterações no Regimento Interno se necessário;
– Exercer atribuições no âmbito de sua competência ou outras designadas pelo Plenário;
– Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno, bem como, a legislação vigente;
– Ser interlocutor das matérias tratadas no Conselho, mantendo informado o seu suplente e o segmento que representa, sobre os atos e deliberações do CMAS.
- Prestigiar o Conselho por todos os meios ou alcance e promovê-lo entre os seus componentes;
- Participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento na área de Assistência Social.
- Ter acesso à documentação do Conselho, a qualquer tempo;
- Propor a convocação de autoridades para conhecimento e esclarecimentos no que for necessário;
– Solicitar à Secretaria Executiva as informações que julgar necessárias para o desempenho de suas funções.
Acatar as decisões do Plenário;
Zelar pelo bom nome do Conselho notadamente em público;
- Denunciar aos órgãos competentes, qualquer infração aos direitos socioassistenciais;
- Zelar para que se cumpra a Política Municipal de Assistência Social;
Participar das Comissões Temáticas;
Manter sigilo dos assuntos em discussão nas Comissões Temáticas;
XXVI – Manter a Secretária Executiva informada sobre as alterações dos seus dados pessoais.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 10. O Conselho Municipal de Assistência Social terá a seguinte estrutura:
I – Mesa Diretora, composta por:
Presidente;
Vice-presidente;
Secretário executivo;
II– Comissões;
III – Plenária.

Art. 11. A Mesa Diretora será eleita na primeira reunião ordinária pelos membros do conselho.
§1º. O Presidente e o Vice-presidente serão eleitos dentre os membros titulares do conselho, para mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.
§2º. A presidência e vice-presidência do CMAS será exercida alternadamente por representante do poder executivo e da sociedade civil.
§3º. Será considerado eleito para qualquer dos cargos previstos no art.11 deste regimento, aquele que obtiver a maioria dos votos.
§4º. A escolha dos membros da diretoria dar-se-á na assembléia de eleição ou na primeira sessão subsequente ao término do mandato da diretoria anterior, sendo a inscrição efetuada verbalmente pelo aspirante ao cargo e a votação tomada de forma nominal entre os Conselheiros presentes.
§5º. Havendo empate na votação, será considerado eleito, para cada um dos cargos da Diretoria, o concorrente mais idoso.

Art. 12. O Conselho será presidido pelo Presidente e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-presidente, e nas ausências e impedimentos de ambos, o secretário executivo presidirá a reunião.

Art. 13. Havendo vacância do cargo de Presidente, o Vice-presidente assumirá interinamente e, convocará imediatamente nova eleição para Presidente, a fim de completar o respectivo mandato, não interrompendo a alternância da presidência entre governo e sociedade civil.
§1º. Sendo entregue, por escrito, por qualquer dos membros da Mesa Diretora, o pedido de renúncia, deverá ser realizada nova eleição da diretoria executiva para o término do mandato em curso, cabendo ao plenário do conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, respeitando sempre a respectiva correspondência do mandato governamental ou não governamental.

Seção I Do Presidente

Art. 14. Cabe ao Presidente do CMAS:
– Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do CMAS, tomando parte nas discussões e votações;
– Cumprir e fazer cumprir as deliberações da plenária;
– Representar o CMAS, judicial, extrajudicialmente e em solenidades, zelando pela sua consolidação;
– Orientar o funcionamento das Comissões;
– Assinar, depois de discutidas e votadas, as Resoluções e Pareceres do CMAS;
– Assinar as correspondências oficiais do Conselho;
– Praticar todos os atos administrativos fundamentais ao funcionamento do Conselho;
– Exercer o direito de voto de qualidade em casos de empate, se necessário;
– Constituir, por meio de Resolução, os componentes das comissões do Conselho;

Seção II
Do Vice-presidente

Art. 15. Cabe ao Vice-presidente assessorar o Presidente, bem como, substituí-lo nas suas ausências e impedimentos, exercendo as atribuições conferidas pela plenária.

Seção III
Do Secretário executivo

Art. 16. Cabe ao Secretário executivo:
– Elaborar, acompanhar, coordenar e revisar as atas elaboradas.
– Substituir o Vice-presidente nas ausências e impedimentos deste;
- Adotar medidas destinadas ao bom funcionamento das plenárias.

Seção IV
CAPÍTULO III
DOS COORDENADORES DAS COMISSÕES

Art. 17. Aos Coordenadores das Comissões compete:
- Elaborar e divulgar aos demais integrantes a pauta das reuniões das Comissões Temáticas.
- Coordenar reuniões das Comissões.
- Assinar as atas das reuniões e das propostas, pareceres, memórias, notas e recomendações elaboradas pela Comissão e relatá-las em Plenária.
- Pleitear junto à Secretaria Executiva os recursos necessários ao funcionamento técnico-operacional da respectiva Comissão.
- Articular com os demais órgãos do CMAS, para tratar de assuntos correlatos à matéria de interesse de suas Comissões.
- Decidir junto à Presidência, ou a seus pares, sobre reuniões de trabalho privativas dos Conselheiros.

CAPÍTULO IV
DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 18. Serão criadas Comissões temáticas, permanentes ou temporárias, conforme houver necessidade, as quais serão formadas por conselheiros titulares e suplentes, devendo ser paritárias, com a função de analisar, emitir e encaminhar parecer e sugestões à Plenária para apreciação e deliberação.

Art. 19. Compete às Comissões, partes delegadas auxiliares do plenário, verificar, vistoriar, fiscalizar e emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem distribuídas ou atribuídas, na forma deste Regimento, podendo emitir ofícios, assinados pelo presidente da respectiva Comissão.
§ 1º - As Comissões serão compostas por até quatro (04) Conselheiros, escolhidos pelo Plenário, observando-se a paridade entre os representantes governamentais e não governamentais.
§ 2º - Os componentes das Comissões serão nomeados pelo Presidente do Conselho por meio de resolução.
§ 3º - Os componentes das Comissões deverão participar de visitas de monitoramento, sempre que solicitado pelo plenário.
§ 4º - A emissão de ofício, de que trata o caput deste artigo, deverá constar dos relatórios das Comissões, mas somente se dará com o objetivo de encaminhar relatórios mais conclusivos às sessões plenárias, contribuindo assim para a dinamicidade dos trabalhos do CMAS.
§ 5º - As Comissões Temáticas instalar-se-ão e discutirão as matérias que lhes forem pertinentes, com a presença da maioria de seus membros.

Art. 20. A qualquer conselheiro é facultado participar das reuniões de qualquer Comissão com direito a voz.
Parágrafo Único: Poderão participar das reuniões das Comissões Temáticas pessoas convidadas, a critério de cada Comissão.

Art. 21. As reuniões das Comissões Temáticas serão públicas, para participação na condição de ouvinte, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo, na forma da legislação pertinente.

Art. 22. As comissões permanentes serão as seguintes:
– Instância de Controle Social – ICS do Programa Bolsa Família.

Art. 23. As comissões temporárias são constituídas provisoriamente para discussão de temas que necessitam de maior aprofundamento, ou para a organização de eventos, principalmente para a Conferência Municipal.

Art. 24. O documento final do trabalho realizado pelas Comissões Temáticas será relatado na Plenária, para discussão e deliberação.

Seção I
Da ICS – Instâncias De Controle Social

Art. 25. Compete a ICS – Instâncias de Controle Social:
– Avaliar e fiscalizar a execução das estratégias adotadas pelo município em relação à identificação, mapeamento e cadastramento das famílias mais vulneráveis no Cadastro Único do Governo Federal.
– Identificar as situações de impedimento do cadastramento e articular junto ao poder público municipal a superação das dificuldades.
– Verificar periodicamente a quantidade de famílias cadastradas, considerando que o Município pode, a qualquer tempo, incluir novas famílias no Cadastro Único, desde que se enquadrem nos critérios de renda.
– Avaliar e acompanhar as estratégias de atualização cadastral realizada pelo Município.
– Acompanhar e avaliar se os atos de gestão de benefícios estão sendo realizados corretamente.
– Trabalhar em parceria com os conselhos de saúde e educação do município para garantir que os serviços acompanhados por eles sejam ofertados pelo poder público às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
– Monitorar os registros das condicionalidades, avaliando as dificuldades encontradas para o cumprimento desses compromissos e demandar soluções ao poder público municipal.
– Estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas que favoreçam a autonomia e a emancipação das famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda.
– Identificar as potencialidades para a criação de programas próprios ou de integração com programas federais e estaduais, observando as características do município e as necessidades da população em situação de vulnerabilidade social.
– Fiscalizar os programas de transferência de renda, acompanhando os processos orientados pelo MDS, e pela rede pública de fiscalização, bem como, solicitar
ao gestor e/ou coordenador municipal, em caso de denúncias comprovadas, que tome as devidas providências para solucionar as irregularidades.

CAPÍTULO V
DA COMPETÊNCIA DA PLENÁRIA

Art. 26. O Plenário é composto pelos membros presentes na reunião, ao qual compete:
– Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social;
– Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada, no campo da assistência social, no âmbito do Município de Porto Amazonas;
– cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, a lei orgânica da assistência social e toda a legislação pertinente à assistência social;
Apreciar e aprovar a proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, sugerindo as prioridades a serem incluídas na mesma, no que se refere ou possam afetar as condições de vida da população;
Opinar sobre as prioridades para a consecução das ações da política municipal de assistência social, considerando, para tanto, indicadores sociais que informem as maiores necessidades do município;
– Disciplinar os procedimentos de repasses de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, sem prejuízo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e da legislação que rege a matéria;
– Acompanhar, controlar e avaliar a gestão dos recursos e a execução da política municipal de assistência social, bem como, os ganhos sociais e o desempenho das ações desenvolvidas na área de assistência social tanto no âmbito público como privado.
– Fixar normas para concessão de: inscrição, suspensão ou cancelamento das entidades privadas de assistência social com sede no Município;
– Propor alterações e aprovar o seu Regimento Interno;
– Regulamentar assuntos de sua competência por resoluções ou pareceres, aprovados conforme Regimento Interno;
– Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente conforme dispuser o Regimento Interno;
– Convocar, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência municipal de assistência social de Porto Amazonas, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

– Regulamentar a concessão de benefícios eventuais em âmbito municipal;
– Estimular e apoiar a realização de palestras, eventos, estudos e pesquisas no âmbito da assistência social;
– Estabelecer critérios, formas e meios de controle das atividades públicas municipais e das entidades privadas relacionadas com as suas deliberações, encaminhando para o Poder Legislativo, eventuais irregularidades encontradas;
– Distribuir às comissões, matéria para estudos e trabalhos relativos à competência do CMAS;
– Apreciar, discutir e votar pareceres elaborados pelas comissões;
– Articular reuniões com outros conselhos existentes no Município;
– Solicitar visitas, pareceres e adiamento de discussões e votações, conforme prazo estabelecido pela plenária;
– Requerer urgência para discussões e votações de assuntos não incluídos na pauta, bem como, preferência nas discussões e votações de estudos, justificando sua prioridade;
– Propor ao Município convênios de mútua cooperação, conforme disposto
Em Lei.
– Justificar por escrito, previamente, a impossibilidade de comparecimento
à reunião do CMAS.

Art. 27. Para melhor desempenho do CMAS, poderão ser convidadas pessoas físicas com notória qualificação na área de assistência social, bem como representantes de instituições afins, com o objetivo de prestar assessoramento ao Colegiado em assuntos específicos.

Art. 28. Nas ausências do Presidente e do Vice-presidente, a presidência será exercida pelo primeiro secretário do CMAS.

CAPÍTULO VI
DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Art. 29. O CMAS reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, ou pela maioria de seus membros.
§1º - As reuniões do CMAS serão realizadas de forma presencial em local e horário a serem estipulados pela plenária e divulgados no Órgão oficial do município.
§2° - Excepcionalmente, em casos de situação de emergência e/ou calamidade pública, as reuniões do CMAS poderão ser realizadas no formato online.
§3° - As reuniões do CMAS serão públicas, abertas e precedidas de ampla divulgação.
§4º - As reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social serão abertas à participação de qualquer cidadão ou entidades interessadas, com direito a voz e para apresentar denúncias e/ou sugestões pertinentes à Política de Assistência Social.
§5º - Os conselheiros deverão receber a convocação por WhatsApp, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da reunião ordinária ou extraordinária.
§6º - As sessões serão consideradas instaladas após atingidos o horário regulamentar e o quórum mínimo de metade mais um do número total de membros do Conselho.

Art. 30. A pauta contendo as matérias a serem objeto de discussão e deliberação nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social será previamente divulgada no grupo de wattswap.
§1º Em casos de urgência ou de relevância, a plenária do CMAS poderá alterar a pauta da reunião.
§2º Os assuntos não apreciados na reunião do Colegiado, a critério da plenária, deverão ser incluídos na ordem do dia da reunião subseqüente.
§3º A matéria que entrar na pauta da reunião deverá ser apreciada e votada.

Art. 31. As deliberações do Conselho serão proclamadas pelo presidente, com base nos votos da maioria e, terão a forma de resolução quando necessário.
§1º - Ao proceder a votação, o presidente deverá solicitar a manifestação da plenária quanto aos votos favoráveis, contrários e às abstenções.
§2º - Havendo empate, após duas tentativas de votação, o plenário poderá buscar subsídios para ampliação da discussão do tema, implicando em novo processo de votação.

Art. 32. Terão direito a voto os conselheiros titulares e os suplentes no exercício da titularidade.
§1º - Os Conselheiros suplentes terão direito à voz e serão chamados a votar nos casos de vacância, impedimento, suspenção ou ausência do respectivo titular.
§2º - Configura-se ausência o não comparecimento do conselheiro à plenária com prévia justificativa, por escrito, encaminhada à presidência.
§3º - Não se configura ausência o afastamento momentâneo do titular do recinto das sessões.

Art. 33. As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro.
§1º - A recontagem de votos poderá ser solicitada por qualquer conselheiro.
§2º - Os votos divergentes serão registrados na ata da reunião, a pedido dos conselheiros que os proferirem.

Art. 34. As decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos conselheiros presentes à sessão.

Art. 35. Todas as decisões do conselho deverão constar de registro em ata, que será assinada em listas separadas.
Parágrafo Único: As resoluções do CMAS entrarão em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município e/ou similar.

CAPITULO VII
DAS PENALIDADES E PERDA DE MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 36. Os membros do CMAS, eleitos e indicados, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.
§1º - Perderá o mandato o conselheiro que faltar, sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou cinco alternadas.
§2º - O CMAS solicitará ao Chefe do Poder Executivo a nomeação do conselheiro governamental indicado em substituição ao antigo titular, nos casos descritos no §1º.
§3º - Os conselheiros que se enquadrarem nas penalidades descritas no §1º, do presente artigo, não poderão ser indicados para exercerem novos cargos de conselheiros durante o período de dois anos, a contar da data da decretação da perda do mandato.

Art. 37. Na forma do disposto no art. 11, da Lei Municipal nº 3.479/2025 e do art. 1º da Lei Municipal nº 3.553/2025, os membros do CMAS representantes da sociedade civil deverão ser substituídos, obrigatoriamente, mediante solicitação das representações às quais estejam vinculados, nos seguintes casos:
- Morte;
- Renúncia;
- Doença que exija licença por mais de 01 (um) ano;
- Procedimento incompatível com a dignidade da função;
- Condenação por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal;
Apresentação de renúncia na plenária do conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção na secretaria do conselho; Perda de vínculo com a representação.

Art. 38. O conselheiro que deixar de cumprir com as competências que lhe são atribuídas, ferindo o exercício de sua função, estará sujeito às seguintes penalidades:
– Advertência;
– Suspensão;
– Perda de mandato.

Art. 39. Ensejará a penalidade de advertência:

– Atuar com negligência ou imprudência, não cumprindo plenamente suas atribuições.
– Durante manifestação, tratar ofensivamente participante da plenária.
– Não apresentar justificativa às ausências reiteradas à plenária.
– Deixar de cumprir com obrigações assumidas nas comissões temáticas.

Art. 40. Serão suspensos os direitos do conselheiro que:
– Sem prévia autorização do conselho, praticar atos que comprometam os objetivos do órgão.
- Desacatar as deliberações emanadas das reuniões, com manifesto intuito de causar perturbações ao conselho.
– For reincidente nas condutas sujeitas a advertência.

Parágrafo Único: A pena de suspensão será de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

Art. 41. A perda de mandato do conselheiro do CMAS ocorrerá por:
– Aplicação de mais de uma penalidade de suspensão.
–Provocação ou participação em atos de agressão ou algazarra nas dependências do conselho e/ou em locais que ao CMAS represente.
III- A prática comprovada de crime que viole direitos humanos fundamentais.
– Violações reiteradas ao presente Regimento.
– Subtração, para si ou para outrem, sem autorização competente, de qualquer objeto que pertença ao CMAS.

Art. 42. As punições só serão efetuadas mediante a abertura de processo, por escrito, devidamente assinadas pelo Presidente e/ou Vice-presidente, sendo registradas em ata de reunião a autorização do conselho para abertura da apuração.
§1º - Para julgar aplicação de sanção disciplinar será constituída uma comissão responsável pela apuração e apresentação de posterior relatório ao conselho na plenária ordinária subsequente.
§2º – As penas disciplinares somente poderão ser impostas por deliberação da plenária do Conselho, para a qual poderá ser feito pedido de prorrogação do prazo pela comissão responsável.
§3º - O conselheiro cujo CMAS autorizar a abertura de processo disciplinar, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para, por escrito, apresentar sua defesa.
§4º - A perda do mandato e substituição de conselheiros do CMAS deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município ou seu equivalente.

CAPÍTULO VIII
DA ESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 43. O CMAS deverá contar com uma secretaria executiva para o conselho,
com profissional de nível médio, vinculado a politica publica da assistencia social.
Parágrafo Único: A secretaria executiva é a unidade de apoio para o funcionamento do CMAS, tendo por objetivo assessorar as reuniões do colegiado, divulgar suas deliberações, organizar as rotinas administrativas do conselho, subsidiar, assessorar, levantar e sistematizar as informações que permitam à presidência, ao colegiado, comissões e grupos de trabalhos tomarem decisões.

Seção I
Das atribuições da Secretaria Executiva

Art. 44. Compete a Secretária Executiva:
– Distribuir documentos.
– Organizar espaços físicos e materiais das reuniões.
– Coletar assinatura dos conselheiros na lista de presença das reuniões e capacitações.
– Redigir a ata da reunião Plenária.
– Digitar e expedir a correspondência a ser assinada pelo Presidente.
– Manter a guarda de bens, livros, documentos e correspondências do Conselho.
– Receber e encaminhar aos membros das comissões, os documentos para inscrição de entidades que executam programas, serviços ou projetos de assistência aocial.
– Providenciar o documento de inscrição das entidades e organizações de assistência Social, aprovadas pelo CMAS.
– Prestar conta dos seus atos à presidência, informando-a de todos os fatos que tenham ocorrido no conselho.
– Informar os compromissos agendados à presidência.
– Manter os conselheiros informados das reuniões e da pauta a ser discutida.
– Receber, previamente, relatórios e documentos a serem apresentados na reunião, para o fim de processamento e inclusão na pauta.
– Providenciar a publicação dos atos do conselho no Diário Oficial do Município.
– Informar aos órgãos governamentais e organizações da sociedade civil das faltas dos conselheiros.
– Zelar pelo bom funcionamento do conselho.

CAPÍTULO IX
DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 45. Os representantes não governamentais serão eleitos por ocasião da Asembleia de Eleição.

Art. 46. O CMAS irá encaminhar oficio para as representações que compõem o referido conselho, solicitando que os mesmos realizem a indicação de representantes para compor o referido conselho. Os nomes indicados serão apresentados na reunião Plenária onde os conselheiros não-governamentais serão eleitos e os governamentais que foram indicados dos departamentos municipais serão referendados.

Art. 47. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS dará posse aos conselheiros governamentais e não – governamentais eleitos.
Parágrafo Único: Os membros do CMAS serão nomeados por ato do Chefe do Executivo municipal, sendo esta nomeação publicada em órgão oficial do município.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48. O conselho funcionará em prédio e instalações fornecidos pelo Poder público municipal.

Art. 49. No exercício de suas atribuições, os conselheiros terão acesso a qualquer momento, as entidades ou órgãos integrantes do Sistema Municipal de assistência social.

Art. 50. O Poder Executivo Municipal propiciará o necessário apoio técnico e administrativo, através de recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para a consecução das finalidades do CMAS.
§1º. O Executivo Municipal deverá custear as despesas dos conselheiros em participações em cursos e eventos fora do municipio.
§2º O Executivo Municipal disponibilizará veículo oficial vinculado ao Departamento Municipal de Assistência Social para o transporte dos conselheiros, exclusivamente para fins de participação em reuniões e/ou em eventos organizados ou representando o Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 51. Os casos omissos serão decididos em plenária.

Art. 52. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas, 25 de setembro de 2026.

LUCIELI CRISTINA DE MELLO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:774629C0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL RETIFICADO PE 027/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL RETIFICADO DE LICITAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - PROCESSO Nº 1250/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

MENOR VALOR GLOBAL

EXCLUSIVA PARA ME E EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de implantação e manutenção de reflorestamento com espécies florestais nativas, visando ao cumprimento das compensações ambientais estabelecidas pelo Instituto Água e Terra – IAT, compreendendo o plantio e a manutenção de 1.867 (mil oitocentas e sessenta e sete) mudas, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com os Projetos Técnicos de Compensação Ambiental (PRADs) aprovados.

NOVA DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 15 de outubro de 2026.

NOVA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 15 de outubro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 30.637,47 (trinta mil, seiscentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 25 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:551569AB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL RETIFICADO PE 028/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL RETIFICADO DE LICITAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - PROCESSO Nº630/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº028/2026

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de recebimento, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos não perigosos (Classe II), gerados pelo município de Porto Amazonas – PR, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos, pelo período de 12 (doze) meses.

NOVA DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 14 de outubro de 2026.

NOVA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 14 de outubro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 218.557,50 (Duzentos e dezoito mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 25 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:EF0FD170

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 137/2026

DECRETO Nº 137 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE PORTO AMAZONAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA, Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1344 de 17 de dezembro de 2025,
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional para o exercício de 2026, no valor de R$ 460.526,75 (Quatrocentos e Sessenta Mil Quinhentos e Vinte e Seis Reais e Setenta e Cinco Centavos), no Orçamento Geral do Município, conforme segue:
04 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04.001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04.123.0004.2004 – Manutenção do Departamento de Administração Financeira
3.3.30.93.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
0377 00783 – Plano Paraná Mais Cidades lll – PPMClll.....R$ 31.155,40
05 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.0007.2007 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
0560 00104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica.....R$ 100.000,00
12.361.0008.2008 – Transporte Escolar
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
0780 00104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica.....R$ 10.000,00
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
0800 00104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica.....R$ 10.000,00
12.365.0010.2010 – Manutenção do Ensino Infantil
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1042 00128 – FNDE ETI – ESCOLA TEMPO INTEGRAL.....R$ 320,00
05.002 – FUNDEB
12.361.0013.2013 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Fundamental
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
1162 04101 – FUNDEB 101 TEMPO INTEGRAL.....R$ 3.038,36
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
1181 04101 – FUNDEB 101 TEMPO INTEGRAL.....R$ 771,74
12.365.0014.2014 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Infantil
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
1251 04101 – FUNDEB 101 TEMPO INTEGRAL.....R$ 9.465,28
3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
1271 04101 – FUNDEB 101 TEMPO INTEGRAL.....R$ 2.404,17

09 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE
09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0029.2029 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VENTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
1862 01064 – Assistência Financeira da União destinada a complementação ao pagam.....R$ 16.683,30
1864 00329 – Emendas de Bancadas OB 032599.....R$ 6.000,00
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
1981 00330 – Emendas Individuais Impositivas OB 018784.....R$ 20.000,00
3.3.90.93.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
2057 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 50.000,00
10.302.0037.2037 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
1835 00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 200.000,00
10 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0031.2031 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
2181 00945 – VIDAS AQUECIDAS CEAS/PR.....R$ 688,50

_____

TOTAL .....R$ 460.526,75

Art. 2º - Para cobertura do valor previsto no Art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos:

Superávit Financeiro

00783 – Plano Paraná Mais Cidades lll – PPMClll.....R$ 31.155,40
00945 – VIDAS AQUECIDAS CEAS/PR.....R$ 688,50

Excesso de Arrecadação

00104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica.....R$ 120.000,00
00128 – FNDE ETI – ESCOLA TEMPO INTEGRAL.....R$ 320,00
04101 – FUNDEB 101 TEMPO INTEGRAL.....R$ 15.679,55
01064 – Assistência Financeira da União destinada a complementação ao pagam.....R$ 16.683,30
00329 – Emendas de Bancadas OB 032599.....R$ 6.000,00
00330 – Emendas Individuais Impositivas OB 018784.....R$ 20.000,00
00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 250.000,00

_____

TOTAL .....R$ 460.526,75

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Porto Amazonas, 25 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:933AB19B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PE 025/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº1280/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº025/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVA PARA ME E EPP

MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO
Registro de Preços para contratação de empresa para aquisição de material médico hospitalar utilizados na atenção básica do município – Kit sensor para monitoramento de glicose/para atender crianças que utilizam insulina, pelo período de 12 (doze) meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

RESOLVE:

ADJUDICAR a licitante abaixo para o item que compõe o objeto do Pregão Eletrônico n°025/2026:

CIRURGICA PRIME LTDA CNPJ: 46.116.717/0001-02 com o lote: 1 no valor total de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Porto Amazonas, 25 de setembro de 2026.

MICHELE DE OLIVEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:8056E83A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO
PÚBLICO Nº 09/2026 – EMENDA IMPOSITIVA AMAS

PARTES: Município de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno e AMAS – Associação Menonita de Assistência Social.

OBJETO: TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS, Pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, e a AMAS- ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica com sede nesta cidade, na Rua Newton Craveiro de Amorin, nº 45, inscrita no CNPJ sob o nº 79.573.499/0005-00. O presente instrumento tem por objeto a destinação da Emenda Impositiva prevista na Lei Municipal nº 1.363/2026 destinada a Associação Menonita de Assistência Social no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, inciso II, c/c 32, ambos da Lei Federal *n.º* 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 030, de 27 de setembro de 2017, c/c as Lei Municipal Nº 1344/2025 e Lei Municipal nº 1363/2026, ação 14, destinadas pelos vereadores: Edson Orchanheski, João Eduardo Cordeiro e Luiz Gomes da Costa Junior.

JUSTIFICATIVA: com fulcro no artigo 31, inciso II, combinado com o artigo 32, ambos da Lei Federal 13.019/2014, elencam-se as razões pelas quais não será realizado o processo seletivo por intermédio de chamamento público, para efetivação do Termo de Fomento a ser firmado entre este Departamento Municipal de Assistência Social e pessoa jurídica com sede nesta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.573.499/0005-00**. A AMAS- ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** é uma entidade de assistência social, ligada a área de educação e assistência social, tradicional em nossa comunidade e tem prestado, ao longo de sua história no Município, relevantes trabalhos sociais, que incluem projetos na área de educação infantil e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV e outros projetos que atendem às crianças e adolescentes e as famílias. Destaca-se que a AMAS é uma Entidade Colaboradora do município, pois atende uma demanda que no presente momento o município não consegue absorver na sua integralidade, sendo assim é uma parceira na prestação de serviços à comunidade auxiliando na oferta de atendimentos com qualidade para

o público de crianças e adolescentes. Além do mais, é uma entidade privada sem fins lucrativos que desempenha atividades e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Observa-se ainda, que a AMAS é a única entidade do terceiro setor no município que atua nessa área, sendo viável o repasse a esta instituição, uma vez que o atendimento das crianças e de adolescentes se faz no âmbito municipal.

VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais) referente a Ação Nº 14, de autoria dos vereadores: Edson Orchanheski, João Eduardo Cordeiro e Luiz Gomes da Costa Junior.

VALOR TOTAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
ÓRGÃO: 10 – Departamento de Assistência Social
UNIDADE: 10.001- Fundo Municipal de Assistência Social.
PROJETO/ATIVIDADE – 08.244.0031.2031-Manutenção do Fundo de Assistência Social.
NATUREZA DE DESPESAS – 3.3.50.43.00.00- SUBVENÇÕES SOCIAIS.

VIGÊNCIA: 25 setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXECUÇÃO: Da assinatura até 31 de dezembro de 2027.

LOCAL E DATA: Município de Porto Amazonas 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:BD8600BD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2026

EXTRATO DO TERMO DE INEXEXGIBILIDADE DE CHAMAMENTO
PÚBLICO Nº 10/2026 – EMENDA IMPOSITIVA AMAS

PARTES: Município de Porto Amazonas e AMAS – Associação Menonita de Assistência Social.

OBJETO: TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS, Pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob o nº 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, e a AMAS- ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica com sede nesta cidade na Rua Newton Craveiro de Amorin,45 , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.573.499/0005-00, O presente instrumento tem por objeto a destinação da Emenda Impositiva prevista na Lei Municipal nº 1.363/2026, Ação nº 05, destinada a Associação Menonita de Assistência Social no valor de R$ 98.952,93 (noventa e oito mil novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, inciso II, c/c 32, ambos da Lei Federal *n.º* 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 030, de 27 de setembro de 2017, c/c a Lei Municipal nº 1344/2025 e Lei Municipal nº 1363/2026, Ação 05, indicada pelos vereadores: Arnaldo Alves, Leonidas Vinicius Schuhli e Marcelo Ferreira.

JUSTIFICATIVA: com fulcro no artigo 31, inciso II, combinado com o artigo 32, ambos da Lei Federal 13.019/2014, elencam-se as razões pelas quais não será realizado o processo seletivo por intermédio de chamamento público, para efetivação do Termo de Fomento a ser firmado entre este Departamento Municipal de Assistência Social e pessoa jurídica com sede nesta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.573.499/0005-00**. A AMAS- ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** é uma entidade de assistência social, ligada a área de educação e assistência social, tradicional em nossa comunidade e tem prestado, ao longo de sua história no Município, relevantes trabalhos sociais, que incluem projetos na área de educação infantil e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV e outros projetos que atendem às crianças e adolescentes e as famílias. Destaca-se que a AMAS é uma Entidade Colaboradora do município, pois atende uma demanda que no presente momento o município não consegue absorver na sua integralidade, sendo assim é uma parceira na prestação de serviços à comunidade auxiliando na oferta de atendimentos com qualidade para o público de crianças e adolescentes. Além do mais, é uma entidade privada sem fins lucrativos que desempenha atividades e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Observa-se ainda, que a AMAS é a única entidade do terceiro setor no município que atua nessa área, sendo viável o repasse a esta instituição, uma vez que o atendimento das crianças e de adolescentes se faz no âmbito municipal.

VALOR: R$ 98.952,93 (noventa e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos) referente a Ação Nº 05, de autoria dos vereadores: Arnaldo Alves, Leonidas Vinicius Schuhli e Marcelo Ferreira.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO: 10 – Departamento de Assistência Social
UNIDADE: 10.001- Fundo Municipal de Assistência Social.
PROJETO/ATIVIDADE – 08.244.0031.2031-Manutenção do Fundo de Assistência Social.
NATUREZA DE DESPESAS – 3.3.50.43.00.00- SUBVENÇÕES SOCIAIS.

VIGÊNCIA: 25 setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXECUÇÃO: Da assinatura até 31 de dezembro de 2027.

LOCAL E DATA: Município de Porto Amazonas 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:B3336C13

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO
PÚBLICO Nº 11/2026 – EMENDA IMPOSITIVA APAE

PARTES: Município de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno e APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

OBJETO: TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, e a APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, pessoa jurídica com sede nesta cidade, na Rua João Azevedo da Silveira, n° 296, inscrita no CNPJ sob o nº 81.641.524/0001-63. O presente instrumento tem por objeto a destinação da Emenda Impositiva prevista na Lei Municipal nº 1.363/2026 destinada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, inciso II, c/c 32, ambos da Lei Federal *n.º* 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 030, de 27 de setembro de 2017, c/c as Lei Municipal Nº 1344/2025 e Lei Municipal nº 1363/2026, ação 10, destinadas pelos vereadores: Edson Orchanheski, João Eduardo Cordeiro, Luiz Gomes da Costa Junior e Luiz Carlos Chimiloski.

JUSTIFICATIVA: com fulcro no artigo 31, inciso II, combinado com o artigo 32, ambos da Lei Federal 13.019/2014, elencam-se as razões pelas quais não será realizado o processo seletivo por intermédio de chamamento público, para efetivação do Termo de Fomento a ser firmado entre este Departamento Municipal de Assistência Social e pessoa jurídica com sede nesta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.641.524/0001-63**. A APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**, é uma Associação Civil, beneficente de Assistência Social, com a atuação nas áreas de Assistência Social, educação, saúde, prevenção, trabalho,

profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros sem fins lucrativos. A APAE é tradicional em nossa comunidade e tem prestado, ao longo de sua história no Município, relevantes trabalhos voltados ao atendimento da Pessoa com Deficiência. A Entidade proporciona atendimento de habilitação e reabilitação à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, promovendo seu desenvolvimento biopsicossocial e profissional, facilitando sua inclusão junto a família e sociedade para o exercício pleno de sua cidadania A APAE oferta os serviços desde a sua fundação na comunidade de Porto Amazonas, tendo visibilidade no desenvolvimento ao trabalho voltado ao seu público específico.

VALOR: R$ 20.000,00 (vinte mil reais) referente a Ação Nº 10, de autoria dos vereadores: Edson Orchanheski, João Eduardo Cordeiro, Luiz Gomes da Costa Junior, Luiz Carlos Chimiloski.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ÓRGÃO: 10 – Departamento de Assistência Social
UNIDADE: 10.001- Fundo Municipal de Assistência Social.
PROJETO/ATIVIDADE – 08.244.0031.2031-Manutenção do Fundo de Assistência Social.
NATUREZA DE DESPESAS – 3.3.50.43.00.00- SUBVENÇÕES SOCIAIS.

VIGÊNCIA: 25 setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXECUÇÃO: Da assinatura até 31 de dezembro de 2027.

LOCAL E DATA: Município de Porto Amazonas 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:3A929609

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
ATA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR

ATA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR PLENÁRIO VEREADOR GILDÁSIO FRANCELINO DOS SANTOS
SEGUNDA-FEIRA (14/09/2026) ÀS 19 HORAS

VEREADORES
Álvaro Gonçalves da Rocha (PSD) – Presidente
Isau Maria de Souza (União Brasil) – Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto (PSD) – 1º Secretário
Joel Marcos da Silva Machado (Republicanos) – 2º Secretário
Deivid Sirqueira Couto (MDB) – Vereador
Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos) – Vereador
Leirianne de Caires Sartori (MDB) – Vereadora
Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB) – Vereadora
Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil) – Vereador

COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS
Geovani Ribeiro de Oliveira – Presidente
Odair Fernandes de Oliveira – Vice-Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Membro

COMISSÃO DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTE
Joel Marcos da Silva Machado - Presidente
Odair Fernandes de Oliveira - Vice-Presidente
Deivid Sirqueira Couto - Membro

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Leirianne de Caires Sartori – Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Vice-Presidente
Joel Marcos da Silva Machado – Membro

COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DA MULHER
Isau Maria de Souza - Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Membro

EXPEDIENTE
01. Esta Sessão foi transmitida on-line e está integralmente disponível em áudio e vídeo no Facebook e no Youtube da Câmara Municipal;
02. Lida Ata da 28ª Sessão Ordinária de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade do Plenário;

MATÉRIAS DA ORDEM DO DIA
O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 02/2026 que, Dispõe sobre a estrutura administrativa e o funcionamento do Poder Executivo Municipal de Prado Ferreira, consolida a legislação vigente, e dá outras providências. Na sequência, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, que apresentou nova Emenda Modificativa ao Projeto e se manifestou pela sua aprovação. O Senhor Presidente submeteu à votação única a Emenda apresentada pela Comissão de Justiça, a qual foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra à Vereadora Leirianne de Caires, que apresentou Emenda Aditiva ao Projeto de Lei Complementar. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, que se manifestou pela legalidade e constitucionalidade da Emenda apresentada pela Vereadora. O Senhor Presidente submeteu à votação única a Emenda apresentada pela Vereadora Leirianne, a qual foi rejeitada, com voto de desempate do Senhor Presidente. Ato contínuo, a Vereadora Leirianne de Caires requereu destaque para o artigo 46 do Projeto de Lei Complementar nº 02/2026, para que o referido dispositivo fosse apreciado e votado de forma destacada. Submetido o texto de destaque à apreciação do Plenário, este foi rejeitado, com voto de desempate do Senhor Presidente. Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à discussão e à segunda votação o Projeto de Lei Complementar nº 02/2026, com as emendas aprovadas, o qual foi aprovado por maioria absoluta, conforme registrado no SAPL.
O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 17/2026 que, Dispõe sobre as normas de segurança, fomento e função social para a realização de eventos esportivos e automobilísticos no Centro de Eventos e Parque de Rodeio Vereador Samuel de Moura Gonzáles, em consonância com a Lei Municipal nº 376/2014, e dá outras providências. Na sequência, o senhor Presidente submeteu à segunda votação o Projeto de Lei nº 17/2026, o qual foi aprovado por unanimidade, conforme registrado no SAPL.

O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 18/2026 que, Institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC no Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências. Na sequência, o senhor Presidente submeteu em discussão e à segunda votação o Projeto de Lei nº 18/2026, o qual foi aprovado por maioria absoluta, conforme registrado no SAPL.

MATÉRIAS DO LEGISLATIVO
Indicações: Não houve indicação apresentada;
Requerimento(s): A Vereadora Leirianne de Caires Sartori apresentou requerimento ao Poder Executivo Municipal, requerendo informações acerca do fornecimento e da disponibilidade de alimentos no Hospital Municipal; ainda, apresentou ofício à Copel solicitando providências diante de constantes oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica no Município de Prado Ferreira/PR; também, a Vereadora apresentou requerimento de informações na qual reitera pedido de informações acerca do funcionamento da Biblioteca Municipal e da jornada de trabalho do servidor Israel Souza, diante do não atendimento integral de requerimento anteriormente apresentado ao Executivo Municipal;

As indicações e requerimentos apresentados na sessão foram aprovados pelo Plenário, de acordo com as normas regimentais e em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, com o objetivo de serem encaminhados aos órgãos públicos responsáveis. Comentários, agradecimentos, felicitações e debates políticos sobre os projetos em discussão e/ou tramitação nesta Câmara Municipal, assim como os assuntos de interesse local, políticas públicas e outros temas de interesse público, estão disponíveis em formato de áudio e vídeo nas contas oficiais das redes sociais (Facebook e Youtube) deste Poder Legislativo. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, cuja ata será lida e, se achada conforme, assinado pelo Presidente e pelo 1º Secretário. "Plenário Vereador Gildásio Francelino dos Santos", às 20h08min do dia 14 de setembro de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA	*MANOEL GONÇALVES CARRASCO NETO*
Presidente	1º Secretário

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:B005B10F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 190/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 042/2026

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Pesquisa de Mercado, a Certidão de Estimativa de Despesa, o Termo de Referência, a Consulta às Condições de Habilitação, o Parecer Contábil e o Parecer Jurídico, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021,
HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação em epígrafe e **AUTORIZO** a contratação direta do objeto abaixo descrito, nos termos do art. 74, Inciso I da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição devidamente demonstrada nos autos.

OBJETO: Contratação de empresa especializada e autorizada com exclusividade pela fabricante VECOFLOW LTDA. para prestação de serviços de substituição dos filtros das Cabines de Segurança Biológica Biosafe Plus A2, números de série FL 15841 e FL 15842, pertencentes ao Laboratório do CISPAR

CONTRATADA: CCL PARANA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 06.167.061/0001-24

VALOR TOTAL: R$ 2.880,00 (Dois mil e oitocentos e oitenta e oito reais).

Estando cumpridas as formalidades legais e regulamentares, determino a adoção das providências administrativas subsequentes para a formalização da contratação.

Maringá – PR, 24 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:591ABD5D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR.
CNPJ: 04.823.494/0001-65

CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS.
CNPJ: 61.198.164/0001-60.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro predial, com cobertura destinada à proteção dos bens móveis e imóveis (prédio e conteúdo), pertencente e/ou em uso pelo **ORCISPAR**, compreendendo edificações, instalações físicas, equipamentos, mobiliários e demais bens vinculados às suas atividades institucionais.

VALOR GLOBAL: R$ 1.534,87 (Mil quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

DOTAÇÃO: 01.001.17.122.0004.2004.3.3.90.39.00.

Maringá/PR, 25 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo – CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:A1FF7C0A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 64, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores dos preços públicos, a serem aplicados no Município de Santa Isabel do Ivaí-PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Santa Isabel do Ivaí-PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores dos preços públicos, a serem praticados no Município;
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo administrativo nº 114/2026 e Parecer Técnico nº 35/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 24 de setembro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Santa Isabel do Ivaí -PR, no percentual de 13,92 (treze inteiros e noventa e dois centésimo por cento) incidente sobre os preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, *caput*, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.
Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 24 de setembro de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação e Fiscalização do ORCISPAR

Anexo Único
Quadro 1: VALORES DE OUTROS PREÇOS PÚBLICOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
TAXA FIXA (SEM HIDRÔMETRO)	
Ligações domiciliares	R$ 105,17
Ligações comerciais	R$ 183,32
Ligações industriais	R$ 183,32

TAXA DE SERVIÇOS	
Ligação de Água	R$ 273,00
Ligação de Esgoto (segunda espera)	R$ 120,00
Taxa de religação	R$ 39,00
Mudança de cavalete	R$ 110,00
Taxa emissão de segunda via	R$ 3,55
Limpeza de Fossa (sede)	R$ 180,32
Limpeza de Fossa (distrito e vila rural)	R$ 211,70
Limpeza de Fossa Rural	R$ 250,00

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:8DDF346C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 65, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores dos preços públicos, a serem aplicados no Município de Jardim Olinda -PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Jardim Olinda -PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores dos preços públicos, a serem praticados no Município;
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo administrativo nº 155/2026 e Parecer Técnico nº 36/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 24 de setembro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Jardim Olinda -PR, no percentual de 27,62% (vinte e sete inteiros e sessenta e dois centésimo por cento) incidente sobre os preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, *caput*, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.
Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Maringá (PR), 24 de setembro de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação e Fiscalização do Orcispar

Anexo Único
Quadro 1: VALORES DE OUTROS PREÇOS PÚBLICOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA - RELIGAÇÃO	
No cavalete por falta de pagamento	R$43,59
No cavalete por falta de pagamento, com lacre violado	-
DESLIGAMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
Por solicitação do usuário	R$ 43,59
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO E VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL	
Por solicitação do usuário	R$ 64,04
MÃO DE OBRA POR HORA	
De encanador	R$ 28,05
De auxiliar de encanador	R$ 16,60
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E ATIVIDADES SIMILARES	
Custo fixo para consumo de até 15 dias	R$ 195,64
Custo fixo para consumo superior a 15 dias	R$ 313,79
DESLOCAMENTO DE CAVALETE	
Por solicitação do usuário	R$ 195,64
Conserto do cavalete danificado de responsabilidade do usuário	R$ 110,75
Troca de registro no cavalete	R$ 36,92
TAXA DE EXPEDIENTE	
Emissão de 2ª via de fatura de água	R$ 1,84
Emissão de comprovante de residência	R$ 1,84
Lacre adesivado	R$ 1,84
LIMPEZA DE FOSSA	
Limpeza de fossa (preço público ora instituído)	R$ 250,00

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:EBFA00B5

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 66, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a inclusão, no quadro de Preços Públicos do SAAE de Marechal Cândido Rondon, do preço público "Desobstrução de ligação predial de esgoto com utilização de caminhão combinado de hidrojateamento e sucção.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Marechal Cândido Rondon -PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores dos preços públicos, a serem praticados no Município;
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do protocolo nº 081/2026 e Parecer Técnico nº 37/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 24 de setembro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Fica deferida a inclusão de preço público ao quadro de Preços Públicos do SAAE de Marechal Cândido Rondon, denominado "desobstrução de ligação predial de esgoto com utilização de caminhão combinado de hidrojateamento e sucção", conforme o quadro disposto no anexo único observando-se o disposto no art. 39, *caput*, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que o valor seja aplicado após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.
Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Maringá (PR), 24 de setembro de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação e Fiscalização do ORCISPAR

Anexo Único
Quadro 1: INCLUSÃO NA TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS

DESCRIÇÃO	VALOR
Desobstrução de ligação predial de esgoto com utilização de caminhão combinado de hidrojateamento e sucção	454,71/hora
Atendimento emergencial solicitado fora do horário comercial, finais de semana e feriados	Acréscimo de 50% sobre o valor do serviço
Limpeza e desobstrução de rede coletora predial com hidrojateamento em extensão superior à ligação padrão	R$ 15,00/m

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:6F206B31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 01/2023

OBJETO: Aquisição de 06 (seis) vagas para o Município de Quatro Barras no SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA DE PASSAGEM PARA HOMENS ADULTOS ENTRE 18-59 ANOS.

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PROPONENTE / OSC PARCEIRA: CERV – COMUNIDADE ESPERANÇA RESGATE VIDAS
FINALIDADE: Alteração no Plano de Aplicação do Plano de Trabalho autorizado através de remanejamento de valores, resultando no plano abaixo:

Código	Descrição	Valor – R$
3.1.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS**	**R$ 171.071,96**
3.1.90.11.01.00	Vencimentos e Salários	R$ 171.071,96
3.1.90.13.00.00	**OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**R$ 78.865,93**
3.1.90.13.01.00	FGTS	R$ 19.897,56
3.1.90.13.02.00	Contribuições Previdenciais	R$ 58.968,37
3.3.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 61.750,11**
3.3.90.30.07.00	Gêneros de Alimentação	R$ 54.103,11
3.3.90.30.04.00	Gás e outros materiais engarrafados	R$ 7.647,00
3.3.90.36.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA**	**R$ 26.400,00**
3.3.90.36.30.00	Serviços Médicos e Afins (Psicólogo e Assistente Social)	R$ 26.400,00
TOTAL		**R$ 338.088,00**

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo de Colaboração é oriundo de autorização do Prefeito Municipal, Sr. Loreno Bernardo Tolardo, com amparo no fundamento legal da Lei 13.019/2014 e alterações, Decreto Municipal 5606/2017 e Decreto Federal 8.726/2016, com autorização expressa para alteração do plano de trabalho, conforme Clausula Terceira do Termo de Colaboração 03/2023 e citada legislação.
DATA DA ASSINATURA: 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:402C9907

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO Nº 20/2026

Considerando o disposto na **Lei nº41/2023** que diz em seus artigos:

Art.114 Os terrenos urbanos não edificados, localizados em vias públicas, deverão, obrigatoriamente, ser mantidos limpos, roçados e drenados, independentemente de sua localização.
§1º Aos proprietários de terreno, nas condições previstas neste artigo, será concedido o prazo de 15 dias, a partir da notificação ou publicação em edital no órgão oficial de imprensa do Município...
§ 2º Expirado o prazo, o Município ou terceiro por ele contratado executará o serviço, exigindo do proprietário, além da multa equivalente a 50% da URMQB, o pagamento das despesas efetuadas sobre o valor dos serviços realizados pelo Município.
§ 3º Em caso de reincidência, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta com acréscimo de 20% (vinte por cento), cumulativamente.
Nesse momento, através de informações em processo administrativo instaurado, o departamento de fiscalização notifica Espolio de Olimpio Kern dos Santos CPF 017 *** *** 25 através desse meio de comunicação que deverá providenciar a manutenção/roçada/limpeza do lote com cadastro 2580, centro em Quatro Barras no prazo de 15 dias após a publicação. Poderá realizar manutenção em outros lotes que houver necessidade.
O não atendimento às determinações administrativas/legais, poderá resultar na imposição de penalidades contidas nos artigos da lei supra referida.

LUIZ HENRIQUE SCHMIDLIN
Fiscal de Obras e Posturas

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:3D61BEFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:

OBJETO: Registro de Preços para eventual necessidade de aquisição de cestas básicas, visando ao atendimento emergencial e temporário de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social acompanhadas pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Família, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 28/09/2026 às 08:29 min do dia 08/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 8h30min do dia 08/10/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.

LOCAL: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC - **www.bnc.com.br "Acesso Identificado"**
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 25 de setembro de 2026.

JUCILENE DE FÁTIMA OLIVEIRA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:FD86D8F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 60/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, **Processo n° 11886/2026**. **Objeto:** contratação de empresa para Prestação De Serviços Técnicos Especializados De Consultoria E Assessoria Para A Coordenação Metodológica, Elaboração Do Diagnóstico Socioterritorial, Mobilização Social, Redação Final E Estruturação Do Sistema De Monitoramento Do Plano Municipal Dos Direitos Da Pessoa Idosa Do Município De Quatro Barras/Pr". Na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea "f", §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.
CONTRATADA: UILSON ARAUJO CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA
CNPJ Nº: 32.110.624/0001-58
VALOR TOTAL DE: R$ 37.500,00(trinta e sete mil e quinhetos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Código Reduzido	Subação	Natureza	Fonte
04.003	115	04.003.08.244.0005.2.209.3.3.90.39.00.00.	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1000 – Recurso Livre

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:833F4843

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 61/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, **Processo n° 11887/2026**. **Objeto:** contratação de empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Consultoria, Assessoria Técnica, Coordenação Metodológica, Elaboração De Diagnóstico Socioterritorial E Redação Final Do Plano Municipal Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência Do Município De Quatro Barras/Pr, Com Prazo De Validade De 10 (Dez) Anos Na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea "f", §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.
CONTRATADA: UILSON ARAUJO CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA
CNPJ Nº: 32.110.624/0001-58
VALOR TOTAL DE: R$ 37.500,00(trinta e sete mil e quinhetos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Código Reduzido	Subação	Natureza	Fonte
04.003	115	04.003.08.244.0005.2.209.3.3.90.39.00.00.	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1000 – Recurso Livre

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:C5C65EBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº.122/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a Servidora **MARIA ANGÉLICA GROSS,** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO**, portadora da Cédula de Identidade com RG. nº. 6.5**.**0-1 e do CPF nº. 971.***.***-04, referente ao período aquisitivo de **2018/2023,** conforme Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º. da Lei nº 1.268 de 20/12/2012, retroativo em 03/09/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 25 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:3D0A0424

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº. 121/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a Servidora **MARIA APARECIDA DA ROCHA SILVA,** ocupante do cargo de PROFESSORA, portadora da Cédula de Identidade com RG. nº 1.***.*07 e do CPF nº.460.***.***-72, referente ao período aquisitivo de 2019/2024, conforme Artigo 47 da Lei 1120/2011 e Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º. da Lei nº. 1.268 de 20/12/2012, retroativo em 31/08/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 25 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:C924AA97

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº. 123/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao Servidor **JUSCELINO ANTONIO JOSÉ GONÇALVES,** ocupante do cargo de **PROFESSOR – 2º PADRÃO**, portador da Cédula de Identidade com RG. nº.4.***.*81-3 e do CPF nº. 560.***.***-49, referente ao período aquisitivo de **2012/2017,** conforme Artigo 47 da Lei 1120/2011 e Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º. da Lei nº. 1.268 de 20/12/2012, retroativo em 21/09/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 25 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:823867AD

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº. 124/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando que a licença prêmio referente ao período aquisitivo de **2007/2012** foi devidamente usufruída pela servidora no ano de **2018**;
RESOLVE:

Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a Servidora **MARIA DE FÁTIMA VALÊNCIO REGINATO,** ocupante do cargo de **PROFESSORA**, portadora da Cédula de Identidade com RG. nº.4.4**.**5-7 e do CPF nº. 608.***.***-87, referente ao período aquisitivo de **2012/2017,** conforme Artigo 47 da Lei 1120/2011 e Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º. da Lei nº. 1.268 de 20/12/2012, retroativo em 21/09/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 25 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:C2EA52A3

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº. 125/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença Prêmio a Servidora **MARIA LENIR NERY DA SILVA,** ocupante do cargo de PROFESSORA, portadora da Cédula de Identidade com RG. nº 4.2**.**.**1-3 e do CPF nº.725.***.***-49, referente aos períodos aquisitivos de **2012/2017** e **2017/2022**, conforme Artigo 47 da Lei 1120/2011 e Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º. da Lei nº. 1.268 de 20/12/2012, retroativo em 21/09/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 25 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:4160CC84

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Querência do Norte - Pr, 22 de setembro de 2026.

CONVITE

Vimos através deste, convidar a Vossa Senhoria para uma AUDIENCIA PUBLICA, que será realizada no dia 30/09/2026, ás 11h00min nas dependências da Câmara Municipal, sito a Rua Waldemar dos Santos, nº 1213, Para demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º quadrimestre do exercício de 2.026, Conforme Lei de Responsabilidade Fiscal.
.

Certo de seu comparecimento, antecipamos nossos sinceros votos de cordialidade e apreço.
Atenciosamente

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:80E46A3A

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°126/2026

PORTARIA Nº126/2026

Súmula: Concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria voluntária do servidor FLORENTINO DA SILVA REIS.
RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedido a partir de 30/09/2026, ao servidor **FLORENTINO DA SILVA REIS**, brasileiro, servidor público municipal, ocupante do cargo pedreiro, matrícula 600108, residente e domiciliado na cidade de Querência do Norte–PR, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, nos termos do art. 51 e 65 da Lei Complementar 051/2025.
Art. 2º. Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 4.947,37 (quatro mil novecentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos), conforme cálculo de proventos.
Art. 3°. Os proventos de aposentadoria do servidor serão revistos nos termos do artigo 65 da Lei Complementar 051/2025.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 25 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:CB803C76

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°127/2026

PORTARIA Nº. 127/2026

SÚMULA: Institui e compõe o Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Querência do Norte, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o **COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE QUERÊNCIA DO NORTE – PR**, com a finalidade de acompanhar, articular, apoiar e fortalecer as ações voltadas à alfabetização e ao desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º O Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização será composto pelos seguintes representantes:
I – Representantes da Educação Infantil:
a) Rosângela Moreira da Silva Eger – Diretora representante da Educação Infantil;
b) Anita Kerber – Professora representante da Educação Infantil;
c) Sandra da Conceição Nascimento Bernardes – Coordenadora Pedagógica representante da Educação Infantil.
II – Representantes da coordenação pedagógica dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental:
a) Vanusa Miranda Penteado – Coordenadora Pedagógica representante dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
b) Rosimeire Salles da Silva – Coordenadora Pedagógica representante dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.
III – Representantes dos professores dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental:
a) Daniele Lazzarotto – Professora representante das turmas de 1º ano do Ensino Fundamental;
b) Mônica Andrade Ramalho – Professora representante das turmas de 2º ano do Ensino Fundamental.
IV – Representantes dos diretores das unidades escolares que atendem aos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental:
a) Creicimar Souza Santos Barth – Diretora representante;
b) Valéria Soares de Lima – Diretora representante;
c) Osmara Ilze de Oliveira Martins de Souza – Diretora representante;
d) Emiliane Coelho de Lima – Diretora representante.
Art. 3º Compete ao Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização:

I – acompanhar e contribuir para a implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, gestores, coordenadores pedagógicos e professores envolvidos nas ações de alfabetização;
III – acompanhar os resultados das ações de alfabetização e propor estratégias para o fortalecimento das aprendizagens dos estudantes;
IV – contribuir para a elaboração, acompanhamento e avaliação de ações e estratégias destinadas à melhoria dos processos de alfabetização;
V – promover a integração entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, visando à continuidade e à progressão das aprendizagens;
VI – participar de reuniões, estudos, formações e demais atividades relacionadas à Política Municipal de Alfabetização;
VII – colaborar com a Secretaria Municipal de Educação na definição de estratégias que contribuam para a garantia do direito à alfabetização;
VIII – exercer outras atribuições relacionadas à implementação e ao acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 4º A participação dos membros no Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada.
Art. 5º O Comitê Gestor reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação da Secretaria Municipal de Educação ou de seu representante, para tratar das ações e demandas relacionadas à Política Municipal de Alfabetização.
Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Querência do Norte – PR, 25 de setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:69AE72D9

LICITAÇÃO
ADITIVO 95/2025

2º TERMO ADITIVO – CONTRATO 95/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 43/2025
Vencimento 07/07/2027

I - "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16, doravante denominada CONTRATANTE e **50.816.274 THAINA SOARES GONCALVES**, situado à RUA MARIA DE LOURDES DIONISIO CARDOSO, nº 217, CENTRO, CEP 87930-000, QUERÊNCIA DO NORTE - PR, inscrito no CNPJ nº 50.816.274/0001-21, doravante denominada CONTRATADA.
II - REPRESENTANTES: Representa a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, O Prefeito Municipal Alex Sandro Fernandes portador do CPF/MF no. 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG 10.***.514-* SSP/PR, e a empresa Sr. THAINA SOARES GONÇALVES, portador da cédula de identidade nº 13.***.390-** e portador do CPF/MF nº 103.***.989-**.
III - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo aumento de meta.
CLÁUSULA PRIMEIRA – AUMENTO DE META
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 134.730,00 (cento e trinta e quatro mil, setecentos e trinta reais).
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 21 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

THAINA SOARES GONÇALVES
Contratado

TESTEMUNHAS:
_____ _____

C.P.F._____ C.P.F._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:9CC33C53

LICITAÇÃO
ADITIVO 98/2025

2º TERMO ADITIVO – CONTRATO 98/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 46/2025
Vencimento 07/07/2027

I - "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16, doravante denominada CONTRATANTE e 61.131.335 PAULO ANTONIO VALENCIA CORREIA, situado à RUA BENTO SIMOES DOS SANTOS, nº 257, CENTRO, CEP 87930-000, QUERÊNCIA DO NORTE – PR, inscrito no CNPJ nº 61.131.335/0001-33, doravante denominada CONTRATADA.
II - REPRESENTANTES: Representa a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, O Prefeito Municipal Alex Sandro Fernandes portador do CPF/MF no. 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG 10.***.514-* SSP/PR, e a empresa Sr. PAULO ANTONIO VALENCA CORREIA, portador da cédula de identidade nº 13.***.483-** e portador do CPF/MF nº 147.***.029-**.
III - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo aumento de meta.
CLÁUSULA PRIMEIRA – AUMENTO DE META
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 152.820,00 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte reais).
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 21 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

PAULO ANTONIO VALENCA CORREIA
Contratado

TESTEMUNHAS:
_____ _____

C.P.F._____ C.P.F._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:35E8B486

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 73 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 73 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

"Suplementação por cancelamento para o orçamento geral do exercício de 2026, no valor de R$ 295.000,00".

O Prefeito Municipal de Quitandinha, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta a Lei Municipal nº 1.351/2025, de 12 de dezembro de 2025 e Lei Federal n º 4.320/64. :
DECRETA

Art. 1 º - Ficam suplementada as seguintes dotações orçamentárias em R$ 295.000,00 (Duzentos e Noventa e cinco mil reais), conforme abaixo especificadas:

04 – S M DE DESENV HUMANO, ADM , FINANÇAS E INOVAÇÃO
401 – S M DE DESENV HUMANO, ADM , FINANÇAS E INOVAÇÃO
04.122.0004.2004 – MANUT DA S M DE DESENV HUMANO, ADM, FINANÇAS E INOVAÇÃO
33.90.46.00.00 – Auxilio Alimentação
770 – 000 - Recursos Livre .....R$ 35.000,00

06 – SECR MUNICIPALM DE DESENV EM SAÚDE E BEM ESTAR
601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2008 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33.90.39.00.00 – Outros serv de terc Pessoa jurídica
1740 – 494 – Bloco custeio das Ações e Serv Publicos de Saúde .....R$ 200.000,00

08 – S M DE DESENV SOCIAL, ASSISTÊNCIA, CIDADANIA E INCLUSÃO
801 - S M DE DESENV SOCIAL, ASSISTÊNCIA, CIDADANIA E INCLUSÃO
08.244.0010.2020 – MANUT DA S DESENV SOCIAL, ASSISTÊNCIA, CIDADANIA E INCLUSÃO
31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
3680 – 000 – Recursos Livres ..... R$ 60.000,00

TOTAL.....R$ 295.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior será utilizado recurso de cancelamento de dotação, para o orçamento geral do exercício:

Cancelamento:
04 – S M DE DESENV HUMANO, ADM , FINANÇAS E INOVAÇÃO
401 – S M DE DESENV HUMANO, ADM , FINANÇAS E INOVAÇÃO
04.122.0004.2004 – MANUT DA S M DE DESENV HUMANO, ADM, FINANÇAS E INOVAÇÃO
33.90.91.00.00 – Sentenças Judiciais
810 – 000 - Recursos Livre .....R$ 35.000,00

06 – SECR MUNICIPALM DE DESENV EM SAÚDE E BEM ESTAR
601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2008 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas
1380 – 494 – Bloco custeio das Ações e Serv Publicos de Saúde .....R$ 200.000,00

08 – S M DE DESENV SOCIAL, ASSISTÊNCIA, CIDADANIA E INCLUSÃO
801 - S M DE DESENV SOCIAL, ASSISTÊNCIA, CIDADANIA E INCLUSÃO
08.244.0010.2020 – MANUT DA S DESENV SOCIAL, ASSISTÊNCIA, CIDADANIA E INCLUSÃO
33.90.32.00.00 – Material, bem ou serv para dist gratuita
3780 – 000 – Recursos Livres ..... R$ 60.000,00

TOTAL GERAL.....R$ 295.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha.

Gabinete do Prefeito – Quitandinha 25 de setembro de 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:EA139D47

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 13/2026 – TESTE SELETIVO 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Edital de Convocação 13/2026 – Teste Seletivo 01/2026
A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
52ª	DESIRE APARECIDA DE SOUZA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
53ª	DAYANA SKOVRONSKI	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL

Quitandinha, 25 de setembro de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:84F905B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

O MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR, torna público aos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
OBJETO: Contratação de Empresa especializada para Fornecimento de 01 (UMA) MÁQUINA DE PINTURA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA E 01 (UM) TRATOR CORTADOR DE GRAMA destinados atender as necessidades do Departamento de Esporte, Lazer e Turismo e o Departamento de Planejamento, Obras e Serviços Públicos do Município de Rancho Alegre D'Oeste-PR, conforme quantidades e especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste processo e seus anexos.

Data e Horário do recebimento das Propostas e Documentos de habilitação a partir das 08h30min do dia 28 de setembro de 2026 às 08h30min do dia 08 de outubro de 2026.
Data e Hora da Disputa: às 09h00min dia 08 de outubro de 2026 (Horário de Brasília).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
INFORMAÇÕES: O Edital e anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com, nos sites www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br e www.bll.org.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 25 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:180C2426

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR

CONTRATO N° 099/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE-PR
CONTRATADA: PRESTAR ASSISTÊNCIA E SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA – ME inscrita no **CNPJ nº 00.754.822/0001-68.**

OBJETO: Aquisição de Coroas, todos compostos por flores naturais, em atendimento as necessidades das secretarias da Administração Municipal**,** conforme quantidade e especificações constantes Termo de Referência.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R$ 17.176,00 (Dezessete mil e cento e setenta e seis reais).
DATA DO ADITIVO: 23 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA DO ADITIVO: De 26/09/2026 até 26/09/2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n° 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar n°. 123/06, introduzidas pela Lei Complementar 147/2014 com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93, e suas regulamentações.

Rancho Alegre D'Oeste-PR, 24 de setembro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rose Silva Moreira Mourão
Código Identificador:7A12D6A6

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 7º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023
CONTRATO Nº 025/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE-PR
CONTRATADA: ELETROFIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EIRELI
CNPJ nº 85.062.099/0001-09
OBJETO: Contratação de Empresa especializada para Execução de Extensão de Rede de Iluminação Pública, com Fornecimento e Instalação de Luminárias em LED, Conjunto composto por Poste e Luminárias em LED Modelo Ornamental, conforme especificado no Memorial Descritivo, Planilha de Serviços - Cronograma Físico Financeiro e Projeto Elétrico.
DATA DO ADITIVO: 25/09/2026.
VIGÊNCIA DO ADITIVO: Até 29/10/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n° 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar n°. 123/06, introduzidas pela Lei Complementar 147/2014 com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93, e suas regulamentações.

Rancho Alegre D'Oeste-PR, 25 de Setembro de 2.026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:CC43EDA8

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 325/09/2026

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, à MICHELY DOS SANTOS ANTONIO por 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, a partir de 21/09/2026 à 17/02/2027 nos termos da lei Federal nº 8861 de 15/03/1994 e mediante apresentação de Atestado médico para concessão de Licença Maternidade.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, **Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, bem como, mediante Atestado médico apresentado pela Servidora,

C O N C E D E

Art. 1º – **Licença à Maternidade à MICHELY DOS SANTOS ANTONIO** portadora do RG-CPF nº 093.570.529-50, ocupante do **Cargo de PROFESSOR,** mediante Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado – PSS admitida em 01/02/2024, lotada no Departamento de Educação, junto a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre D'Oeste – Paraná, pelo prazo de **150 (cento e cinquenta) dias consecutivos**, **no período de compreendido entre 21/09/2026 à 17/02/2026**, nos termos Artigo 71 da Lei Federal nº 8861 de 25/03/1994 do Requerimento protocolado sob o nº 301 de 25/09/2026.
Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21/09/2026, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 25 DE SETEMBRO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:E3633A8D

ASSISTÊNCIA SOCIAL
REPUBLICAMOS POR INCORREÇÃO PORTARIA 323/09/2026

PORTARIA 323/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR

I – A Servidora **JANAINA NAYARA SILVA MARIANO**, ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL,** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Concessão de diárias para participação no Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial do Paraná - 2026, fortalecendo a execução das políticas públicas socioassistenciais nos municípios em Curitiba-PR.
III – Data: **28/09/2026 a 01/10/2026.**
IV – Cidade de **Curitiba/PR**.

V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D´Oeste, PR., 25 de setembro de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:5148D14F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.129/2026 25/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **NATALI JAMILE DE LIMA**, cadastrada sob a matrícula Nº3106800, ocupante do cargo Temporário do PSS 04/2024 de Professor de Apoio Educacional Especializado, na da data de hoje 25/09/2026 para suprir o afastamento por atestado da servidora **ELIETE LUCIR MACCARINI**, Matricula Nº256231 em cargo efetivo de Professor 1ºpadrão e na data dos dias 28/09/26 e 29/09/2026 para suprir o afastamento por atestado da servidora **ELIETE LUCIR MACCARINI**, Matricula Nº256232 em cargo efetivo de Professor 2ºpadrão, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:69C65B2A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.130/2026 25/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **ELIZ REGINA GOMES**, cadastrada sob a matrícula Nº18211, ocupante do cargo efetivo de Professor, nos dias 28/09/ até a data de 02/10/2026 para suprir o afastamento por atestado da servidora **MICHELI FABIANA FOIATTO**, Matricula Nº256661 em cargo efetivo de Professor 1ºpadrão, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:C3623C48

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2025 EDITAL Nº 26 – CONVOCAÇÃO

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 07/2025, conforme Edital de Homologação nº 09/2025, a comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, situado na Rua Srg. Ramiro da Silva, S/N, Centro Cívico, Realeza – PR, CEP 85770-000, no período da manhã, das 07h30 às 11h00, ou no período da tarde, das 13h00 às 15h00, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, compreendido entre os dias 28 de setembro a 02 de outubro de 2026, munidos da documentação exigida no Anexo I deste Edital, para manifestar interesse na contratação e dar início aos procedimentos de admissão.

O candidato deverá apresentar toda a documentação exigida dentro do prazo estabelecido, sob pena de ser considerado desistente, com a consequente perda do direito à contratação, observadas as disposições do edital de abertura e demais normas aplicáveis.

CARGO: MONITOR EDUCACIONAL			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO DE INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
2016	DHYENIFER GABRIELY MARTIN DE ARAUJO	AC	44°

A contratação dos candidatos convocados observará a necessidade da Administração Pública, a ordem de classificação, as disposições do edital de abertura e demais normas aplicáveis ao Processo Seletivo Simplificado.

O contrato de trabalho terá duração e condições estabelecidas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e com as disposições previstas no edital de abertura e na legislação aplicável.

Realeza, 25 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO I
CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____
CARGO: _____
O candidato deverá apresentar cópias simples acompanhadas dos documentos originais para conferência, conforme relação abaixo:
( ) 1. Ficha Cadastral;
( ) 2. Carteira de Identidade (RG);
( ) 3. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
( ) 4. Comprovante de endereço atualizado;
( ) 5. Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral;
( ) 6. PIS/PASEP e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
( ) 7. Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, quando do sexo masculino;
( ) 8. Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
( ) 9. Comprovante de estado civil, mediante apresentação de Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento;
( ) 10. Diploma ou certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo;
( ) 11. Registro no respectivo Conselho de Classe e registro da especialidade, quando exigido para o exercício do cargo;
( ) 12. Certidão de nascimento dos filhos, quando houver, até 18 (dezoito) anos;

( ) 13. Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná ou do Estado em que o candidato reside, disponível em: Atestados da Polícia Civil do Paraná;
( ) 14. Certidão de Antecedentes Criminais fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida, no máximo, 03 (três) meses antes da apresentação;
( ) 15. Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Polícia Federal;
( ) 16. Última Declaração de Imposto de Renda apresentada à Receita Federal ou, caso não seja obrigado a apresentar declaração, Declaração de Bens e Valores, conforme modelo constante deste Edital;
( ) 17. Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos, funções públicas ou proventos, conforme modelo constante deste Edital;
( ) 18. Declaração de que não sofreu penalidade de demissão ou dispensa por justa causa decorrente de processo administrativo disciplinar, conforme modelo constante deste Edital;
( ) 19. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por Médico do Trabalho devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato se encontra apto para o exercício das atribuições do cargo.

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas destinadas a afrodescendentes:
( ) Foto 5x7, colorida, de rosto inteiro;
( ) Autodeclaração, conforme normas estabelecidas no edital do Processo Seletivo Simplificado.

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas destinadas a pessoas com deficiência (PCD):
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à convocação, observado o disposto no edital do Processo Seletivo Simplificado.

DECLARAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados e pelas informações prestadas.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

CONFERÊNCIA PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Declaro que conferi as informações constantes deste documento, bem como os documentos e respectivas cópias apresentados pelo(a) candidato(a).

_____
Assinatura do(a) servidor(a) responsável

Realeza, ____ de _____ de 2026.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL

Nome: _____
Função: _____
Raça: _____
Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____
Nome do Cônjuge: _____
Tipo Sanguíneo _____
PIS/PASEP: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____
Celular: ( ) _____

Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____

Declaro que aceito a vaga para a qual fui convocado(a) e que são verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza. Declaro, ainda, estar ciente de que poderei perder o direito à contratação caso não cumpra as normas e exigências estabelecidas no Processo Seletivo Simplificado e neste Edital de Convocação.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO OU ACUMULAÇÃO LÍCITA DE CARGOS, EMPREGOS, FUNÇÕES PÚBLICAS OU PROVENTOS

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, em razão da minha convocação para contratação pelo Município de Realeza, para a função de _____, **DECLARO**, para os devidos fins e sob as penas da lei, em conformidade com o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, e demais normas aplicáveis, que:

1. Sou aposentado(a) e recebo proventos decorrentes de cargo, emprego ou função pública:
( ) NÃO
( ) SIM. Órgão/entidade: _____
Cargo que originou a aposentadoria: _____
Valor aproximado dos proventos: R$ _____

2. Possuo outro cargo, emprego ou função pública atualmente:
( ) NÃO
( ) SIM. Órgão/entidade: _____
Cargo/emprego/função: _____
Jornada semanal: _____ horas.
Horário de trabalho: _____
Remuneração aproximada: R$ _____

3. Caso possua outro vínculo público, declaro que a acumulação é constitucionalmente permitida e que os horários são compatíveis, responsabilizando-me pela veracidade das informações prestadas.

Declaro, ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal, bem como das implicações administrativas, civis e criminais decorrentes de eventual declaração falsa, inclusive aquelas previstas no artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
Assinatura do(a) declarante
ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, nº _____, Bairro _____, em _____, declaro, sob as penas da lei, que meu patrimônio é composto pelos seguintes bens e respectivos valores atuais:

1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____

_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro, ainda, que os valores e informações acima apresentados são verdadeiros, estando ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes poderá implicar a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e a averiguação das informações acima prestadas.

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES – NADA A DECLARAR

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, nº _____, Bairro _____, em _____, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que até a presente data não possuo bens ou valores a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) declarante

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado nº ____/202__, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar e convocado(a) por meio do Edital de Convocação nº ____/202__, venho, por meio desta, manifestar expressamente minha DESISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO para o cargo acima indicado.

Declaro estar ciente de que a presente manifestação implica a perda do direito à contratação decorrente da presente convocação, não cabendo qualquer reivindicação posterior relacionada a esta convocação.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE NADA CONSTA – PENALIDADE DISCIPLINAR

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado nº ---____/202__, para o cargo de _____, DECLARO, para todos os efeitos legais e sob as penas da lei, que:

( ) NÃO sofri, nos últimos 05 (cinco) anos, penalidade disciplinar de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou dispensa por justa causa, aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

( ) SIM, sofri penalidade disciplinar, conforme descrição abaixo:
_____

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade ou omissão de informações poderá acarretar as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII

SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____,à _____, nº _____, Bairro _____, aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado nº ____/202__, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar, venho, por meio deste, solicitar expressamente o deslocamento para o final da lista de classificação, nos termos previstos no edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Declaro estar ciente de que o deferimento deste pedido e os efeitos decorrentes da permanência em final de lista observarão as regras estabelecidas no edital do Processo Seletivo Simplificado nº ____/202__, bem como a existência de novas convocações e a vigência do certame.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:885228B1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N°028/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE REALEZA – ESTADO DO PARANÁ

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde **do Município de Realeza, Estado do Paraná** no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal 563/91 de 20/05/1991 e suas alterações, **RESOLVE:**

ART. 1º Aprovar a Prestação de Contas do 2° Quadrimestre de 2026 da Secretaria de Saúde de Realeza, conforme reunião ordinária realizada no dia 24 de setembro de 2026.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 25 de setembro de 2026.

MAIARA INÊS GAMBATTO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde Realeza

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:43D10F0E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO PE-RP 44

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA**, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 112/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO COMPRASGOV: Nº 987805-18/2026

OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE baldes plásticos de 20 litros, com tampa e alça metálica galvanizada, destinados ao acondicionamento de resíduos orgânicos domiciliares, visando atender ao Programa Municipal de Compostagem desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente do Município de Realeza/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 09 de outubro de 2026 às 08:30h.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 25 de setembro de 2026, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASGOV

REALEZA, AOS vinte e quatro dias de setembro de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:039515CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA DA 35º SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA
Terça-Feira, 29 de Setembro de 2026 - 19:00 horas.

ABERTURA		
	Cumprimentar o Presidente da Casa a Mesa Diretora os colegas vereadores, servidores da Casa e demais pessoas que assistem a sessão.	**Autoridades presentes:**
	Observar a presença de todos os Vereadores (ou ausência, caso alguém falte	**Vereadores ausentes:**
	Solicitar que seja feita a leitura da ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária (anterior)	
	Colocar em votação e declarar se aprovada ou não.	**Resultado da Votação:**
MATÉRIA EM EXPEDIENTE		
Oficio nº341/2026 do Executivo Municipal. **Projeto de Lei nº041/2026 do Executivo Municipal** (baixar para as comissões)		
Oficio nº343/2026 do Executivo Municipal (responde requerimento nº019/2026)		
Indicação nº025/2026 do vereador: Marcos Antônio Valandro **(**colocar em votação)		

ORDEM DO DIA

Matéria em segunda discussão e votação:	
Projeto de Lei nº036/2026 do Executivo Municipal (LDO)	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	Convocar todos os vereadores para próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 06 de outubro de 2026 (terça-feira) às 19h00.

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente sessão.

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:5A4995A1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL Nº 6/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

O Município de Renascença, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.681/0001-96, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro, Renascença/PR, por intermédio da Pregoeira/Agente de Contratação **Luciana Almeri Morcelli**, torna público o **PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026**, cujo objeto é o **Registro de Preços para contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes, estojos e mochilas escolares para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**, nos seguintes termos:

1. DAS ALTERAÇÕES

1.1. Modo de disputa indicado na capa do edital
ONDE SE LÊ:
MODO DE DISPUTA: Aberto
LEIA-SE:
MODO DE DISPUTA: Aberto/Fechado

1.2. Especificações dos itens 05, 06 e 07 do Termo de Referência
Ficam retificadas as descrições do **item 05 — estojo escolar duplo** e dos **itens 06 e 07 — mochilas escolares**. As novas redações detalham o material de fabricação, as dimensões e a variação admitida, os compartimentos, fechos, alças, acabamento e personalização, bem como as condições de verificação da conformidade dos produtos.
As descrições integrais desses itens passam a ser aquelas constantes da relação de itens do **Termo de Referência retificado**, publicado juntamente com este adendo.

1.3. Normas técnicas e regulamentação — itens 4.2, 4.3 e 4.3.1 do Termo de Referência
Ficam retificadas as disposições referentes às normas técnicas e à regulamentação aplicável aos uniformes, mochilas e estojos escolares. As exigências passam a observar as normas técnicas e regulamentações aplicáveis a cada produto, conforme a redação dos itens **4.2, 4.3 e 4.3.1 do Termo de Referência retificado**.
Para os estojos escolares, a comprovação de certificação, registro e Selo de Identificação da Conformidade será exigida quando prevista na regulamentação vigente, nas condições estabelecidas no item **4.3.1**.

1.4. Apresentação e avaliação das amostras — item 5.3 e seguintes do Termo de Referência
Ficam retificadas as disposições relativas à apresentação e à avaliação das amostras. Após a classificação provisória da proposta e a verificação de sua aceitabilidade quanto ao preço, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar as amostras indicadas no **item 5.3 do Termo de Referência retificado**.
Foram incluídos critérios para a avaliação das especificações, dimensões, materiais, acabamento, funcionalidade, segurança, cores e personalização dos produtos, bem como a previsão de registro fundamentado de eventual reprovação da amostra.

1.5. Prazo de entrega — item 5.12 do Termo de Referência
ONDE SE LÊ:
O prazo de entrega da peça é de **30 (trinta) dias**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.
LEIA-SE:
O prazo de entrega da peça é de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.
Fica incluído o item **5.12.1**, que apresenta a justificativa para o prazo estabelecido. Aplicam-se as demais condições de entrega constantes do Termo de Referência retificado.

1.6. Qualificação técnica — itens 5.18 e 5.19 do Termo de Referência
Fica retificada a redação do item **5.18**, substituindo-se a previsão referente à equipe especializada pela exigência de **atestado de capacidade técnica de fornecimento similar**, bem como de certificados, registros ou documentos emitidos pelo órgão competente quando houver exigência legal ou regulamentar específica aplicável ao produto, conforme a redação integral do Termo de Referência retificado.
A disposição referente aos materiais e padrões de confecção dos uniformes passa a constar do item **5.19**.

2. DA NOVA DATA DE ABERTURA
2.1. 2.1. Fica comunicada a **reabertura do Pregão Eletrônico nº 033/2026**, anteriormente suspenso. A sessão pública será realizada no dia **15 de outubro de 2026, às 08h00**, horário de Brasília, no **Compras.gov.br**.
2.2. O edital retificado, seus anexos e o presente adendo serão disponibilizados nos mesmos meios utilizados para a divulgação do instrumento convocatório.

3. DAS DEMAIS CLÁUSULAS
3.1. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2026 que não foram modificadas pelo presente adendo e pelo edital retificado.
3.2. O presente adendo passa a integrar o Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2026 para todos os fins.
Renascença/PR, **25 de setembro de 2026**.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Pregoeira/Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:AC635992

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 008/2026

Dispõe sobre a aprovação da alteração do Plano de Ação e Plano de Trabalho a Deliberação Estadual 059/2023.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Renascença – Pr., no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1513 de 17/11/2016,

Considerando a deliberação da Plenária realizada em 24 de setembro de 2026, ata nº 313.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a alteração do plano de ação municipal e plano de trabalho, referente a adesão a deliberação 059/2023 PAS – Piso Único da Assistência Social,

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Renascença/PR, 25 de setembro de 2026.

EDUARDO PAVAN GUERREIRO
Presidente – CMAS

PLANO DE TRABALHO
Piso Único de Assistência Social - 2026
Deliberação CEAS/PR nº 059/2023
Município: Renascença – Paraná
Órgão responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social
Fundo: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
Fonte: Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS

1. APRESENTAÇÃO
O presente Plano de Ação tem por finalidade alterar as ações da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Renascença para inclusão ao **atendimento das famílias atingidas por situações de calamidades públicas e de emergências**.

2. OBJETIVO GERAL
Garantir **atendimento emergencial e proteção social às famílias que forem atingidas por situações de calamidades públicas e de emergências**, assegurando condições mínimas de acolhimento, subsistência, higiene e proteção enquanto permanecer a impossibilidade de retorno às suas residências.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

• Identificar e cadastrar todas as famílias que ficaram desabrigadas;
• Levantar as necessidades específicas de cada família;
• Garantir acolhimento temporário às famílias desabrigadas;
• Fornecer ou viabilizar itens essenciais para a permanência temporária;
• Garantir alimentação durante o período de acolhimento, quando necessário;
• Disponibilizar materiais de higiene pessoal e limpeza;
• Disponibilizar roupas de cama, colchões e demais itens necessários ao acolhimento, conforme demanda;
• Garantir atendimento prioritário às famílias que possuam crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência;
• Realizar encaminhamentos para a rede de serviços públicos;
• Acompanhar as famílias durante o período em que permanecerem desabrigadas;
• Identificar a possibilidade e as condições para retorno das famílias às suas residências;
• Manter registros dos atendimentos e das despesas realizadas;
• Garantir a adequada aplicação dos recursos públicos.

4. DA ALTERAÇÃO
Fica incluída no Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS a oferta de Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, e a Concessão de benefícios eventuais para calamidade pública, incluindo material de consumo, serviços de terceiros e pequenos reparos. Podendo ser utilizados tanto em ações de preparação e organização prévia para situações de emergência e calamidade quanto nas ações devido a ocorrência desses eventos.

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:23E6452E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 009/2026

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão Municipal e Plano de Ação e Plano de Trabalho a Deliberação Estadual 059/2023.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Renascença – Pr., no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1513 de 17/11/2016,

Considerando a deliberação da Plenária realizada em 24 de setembro de 2026, ata nº 313.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o termo de adesão, plano de ação municipal e plano de trabalho, referente a adesão a deliberação 060/2023,

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Renascença/PR, 25 de setembro de 2026.

EDUARDO PAVAN GUERREIRO
Presidente – CMAS

PLANO DE TRABALHO
Atendimento às Famílias Desabrigadas em Decorrência do Evento Climático de Granizo
Deliberação CEAS/PR nº 060/2023
Município: Renascença – Paraná
Órgão responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social
Fundo: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
Fonte: Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS
Vigência: 180 dias.

1. APRESENTAÇÃO
O presente Plano de Ação tem por finalidade organizar as ações da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Renascença destinadas ao **atendimento das famílias que ficaram desabrigadas em decorrência do evento climático de granizo ocorrido no Município no dia 30/08/2026**, ocasionando danos às suas residências e comprometendo as condições de habitabilidade e segurança para permanência nos imóveis.
As ações estão fundamentadas na **Deliberação CEAS/PR nº 060/2023**, que dispõe sobre o custeio de ações de enfrentamento às situações de emergência e calamidade pública, incluindo medidas destinadas à proteção e atendimento da população atingida.
Diante da situação vivenciada, faz-se necessária a adoção de medidas emergenciais para assegurar às famílias desabrigadas condições mínimas de proteção, acolhimento, higiene, alimentação e demais necessidades básicas, enquanto perdurar a impossibilidade de retorno seguro às suas residências.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO
O Município de Renascença foi atingido por evento climático de forte intensidade, com ocorrência de **granizo**, que provocou danos em diversas residências, ocasionando a perda ou comprometimento das condições de moradia de famílias do Município.
Em razão dos danos provocados, algumas famílias ficaram **desabrigadas**, necessitando deixar suas residências por não

apresentarem, naquele momento, condições adequadas e seguras de habitabilidade.
A situação de emergência ocasionou necessidades imediatas relacionadas à moradia temporária, alimentação, higiene, limpeza, vestuário, itens de uso pessoal e demais necessidades básicas.
Diante disso, a Secretaria Municipal de Assistência Social, em articulação com a Defesa Civil e demais órgãos municipais, realizou o levantamento e acompanhamento das famílias desabrigadas, identificando suas necessidades individuais e familiares e promovendo as providências necessárias para garantir proteção social durante o período emergencial.

3. JUSTIFICATIVA
A ocorrência do evento climático provocou danos às residências de famílias do Município de Renascença, fazendo com que algumas delas **ficassem impossibilitadas de permanecer em suas casas**, caracterizando situação que demanda resposta imediata do Poder Público.
As famílias desabrigadas encontram-se em situação excepcional de vulnerabilidade, uma vez que, além dos prejuízos materiais ocasionados pelo granizo, passaram a necessitar de local adequado para permanência temporária e de provisões básicas para sua subsistência.
Nesse contexto, a Política de Assistência Social possui papel fundamental na garantia da proteção social emergencial, devendo atuar de forma articulada com a Defesa Civil e demais políticas públicas para assegurar atendimento às famílias que tiveram sua condição de moradia diretamente afetada.
A utilização dos recursos disponibilizados no âmbito da **Deliberação CEAS/PR nº 060/2023** permitirá ao Município fortalecer as ações de atendimento emergencial, possibilitando a aquisição de materiais e a contratação de serviços necessários ao acolhimento e atendimento das famílias desabrigadas, observadas as despesas autorizadas pela normativa.

4. OBJETIVO GERAL
Garantir **atendimento emergencial e proteção social às famílias que ficaram desabrigadas em decorrência do evento climático de granizo ocorrido no Município de Renascença**, assegurando condições mínimas de acolhimento, subsistência, higiene e proteção enquanto permanecer a impossibilidade de retorno às suas residências.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

• Identificar e cadastrar todas as famílias que ficaram desabrigadas;
• Levantar as necessidades específicas de cada família;
• Garantir acolhimento temporário às famílias desabrigadas;
• Fornecer ou viabilizar itens essenciais para a permanência temporária;
• Garantir alimentação durante o período de acolhimento, quando necessário;
• Disponibilizar materiais de higiene pessoal e limpeza;
• Disponibilizar roupas de cama, colchões e demais itens necessários ao acolhimento, conforme demanda;
• Garantir atendimento prioritário às famílias que possuam crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência;
• Realizar encaminhamentos para a rede de serviços públicos;
• Acompanhar as famílias durante o período em que permanecerem desabrigadas;
• Identificar a possibilidade e as condições para retorno das famílias às suas residências;
• Manter registros dos atendimentos e das despesas realizadas;
• Garantir a adequada aplicação dos recursos públicos.

6. PÚBLICO-ALVO
O público-alvo deste Plano de Ação será composto **exclusivamente pelas famílias que ficaram desabrigadas em decorrência dos danos provocados pelo evento climático de granizo**, conforme identificação e avaliação realizadas pela Defesa Civil e pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

7. AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS
7.1 Identificação das famílias
Será realizado levantamento das famílias que tiveram suas residências atingidas e que, em razão dos danos, ficaram impossibilitadas de permanecer em seus imóveis.
7.2 Cadastro e avaliação
Cada família será cadastrada e avaliada pela equipe responsável, considerando:

• composição familiar;
• endereço da residência atingida;
• quantidade de pessoas;
• condições da residência;
• existência de crianças, idosos ou pessoas com deficiência;
• necessidade de acolhimento;
• necessidade de alimentação;
• necessidade de materiais de higiene;
• necessidade de roupas de cama e banho;
• demais necessidades emergenciais.

7.3 Acolhimento temporário
As famílias que não puderem permanecer em suas residências deverão ser encaminhadas para **local adequado de acolhimento temporário**, conforme estrutura disponível no Município e necessidade identificada.
Quando necessário e permitido pela regulamentação aplicável, poderá ser utilizado serviço de hospedagem ou estrutura congênere para garantir condições adequadas de acolhimento.
7.4 Provisão de itens essenciais
Conforme avaliação das necessidades, foram disponibilizados às famílias desabrigadas:

• alimentos;
• água potável;
• produtos de higiene pessoal;
• materiais de limpeza;
• roupas de cama;
• roupas de banho;
• colchões;
• cobertores;
• utensílios básicos;
• outros itens necessários ao atendimento emergencial, desde que compatíveis com a finalidade do recurso.

8. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS
Os recursos provenientes do cofinanciamento estadual serão utilizados exclusivamente para ações relacionadas ao atendimento emergencial das famílias desabrigadas, respeitando as disposições da Deliberação CEAS/PR nº 060/2023 e demais orientações do órgão gestor estadual.
A aplicação poderá contemplar, conforme necessidade identificada e despesas autorizadas:

Despesa	Finalidade
Alimentação	Atendimento das necessidades alimentares das famílias desabrigadas, durante o acolhimento e concessão de beneficio eventual após o retorno as suas residências.
Higiene pessoal	Garantia das condições básicas de higiene
Materiais de limpeza	Higienização dos locais utilizados pelas famílias
Colchões e roupas de cama	Estruturação do acolhimento temporário
Cobertores	Proteção e conforto durante o período de acolhimento
Roupas de banho	Atendimento das necessidades básicas
Utensílios essenciais	Apoio à permanência temporária
Hospedagem	Acolhimento temporário, quando cabível
Outros itens emergenciais	Conforme necessidade identificada e possibilidade legal

9. MONITORAMENTO
O monitoramento será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social mediante acompanhamento das famílias e registro das ações realizadas.
Serão utilizados como indicadores:

• número de famílias desabrigadas identificadas;
• número de famílias cadastradas;
• número de pessoas acolhidas;
• número de dias de acolhimento;
• quantidade de refeições fornecidas;

• quantidade de kits e materiais distribuídos;
• número de atendimentos sociais realizados;
• número de encaminhamentos realizados;
• número de famílias que retornaram às suas residências;
• número de famílias que permaneceram necessitando de acompanhamento;
• valor dos recursos utilizados.

10. RESULTADOS ESPERADOS
Com a execução do presente Plano, espera-se:

• garantir atendimento imediato às famílias que ficaram desabrigadas;
• assegurar local adequado para permanência temporária;
• garantir condições mínimas de alimentação, higiene e proteção;
• reduzir os impactos sociais provocados pelo evento climático;
• priorizar as famílias em maior situação de vulnerabilidade;
• assegurar acompanhamento durante o período de desabrigo;
• promover a articulação entre Assistência Social, Defesa Civil e demais políticas públicas;
• possibilitar o retorno das famílias às suas residências tão logo existam condições adequadas de segurança e habitabilidade;
• garantir aplicação transparente e adequada dos recursos públicos.

11. DOCUMENTAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS
Deverão ser mantidos no processo administrativo os documentos que comprovem a execução das ações, tais como:

• Decreto Municipal;
• reconhecimento/homologação estadual;
• relatório da Defesa Civil;
• relação das famílias desabrigadas;
• cadastros e avaliações socioassistenciais;
• registros de acolhimento;
• requisições;
• processos de aquisição ou contratação;
• notas fiscais;
• comprovantes de pagamento;
• comprovantes de entrega dos materiais;
• relatórios de atendimento;
• registros das ações realizadas;
• relatório final de execução;
• documentação exigida para prestação de contas.

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:037BBDA0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 321 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Concede férias aos servidores abaixo relacionados**.**

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Alvaro Bedin	Dentista	12/03/2024 a 11/03/2025	13/10/2026 a 22/10/2026
Arthur Bazzo Faggion	Engenheiro Civil	27/03/2025 a 26/03/2026	07/12/2026 a 21/12/2026
Daisy Berlatto	Dir. Depto de Indústria e Comércio	27/10/2024 a 26/10/2025	13/10/2026 a 27/10/2026
Davi Borges	Técnico Agrícola	05/03/2025 a 04/03/2026	06/01/2027 a 15/01/2027
Edivania Lavinia dos Santos	ACS	01/07/2025 a 30/06/2026	13/10/2026 A 27/10/2026
Luana Krug	Dir. de Dpto. Gestão do SUAS	08/05/2025 a 07/05/2026	03/11/2026 a 13/11/2026
Lucas Henrique de Lima Marques	Secretário Municipal de Finanças	22/04/2025 a 21/04/2026	05/10/2026 a 19/10/2026
Luciano Alievi Raimundo	Tec. Enfermagem	17/11/2024 a 16/11/2025	13/10/2026 a 27/10/2026
Maysa Carolina Deola	Escriturária	21/05/2023 a 20/05/2024	01/10/2026 a 30/10/2026
Sidinei Antonio Pagno	Sec. Municipal de Agrop. e Meio Ambiente	02/01/2025 a 01/01/2026	07/10/2026 a 21/10/2026
Tatiane Aralde	Aux. Serviços Gerais	12/03/2025 a 11/03/2026	26/10/2026 a 14/11/2026

Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:ACEB52DE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 323 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Concede avanço promocional horizontal por tempo de serviço as servidoras abaixo relacionadas.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 47º da Lei Municipal nº 1101 de 15/12/2009 – Estatuto do Magistério Público Municipal e ainda de tudo o que mais consta na legislação vigente,

R E S O L V E:

Conceder avanço promocional horizontal por tempo de serviço as servidoras abaixo relacionadas:

Nome	Cargo	Da Referencia	Para a Referencia	Período Aquisitivo
Luciane Aparecida Varela	Prof. c/ Licenciatura Plena e Pós Graduação	C-2	C-3	08/09/2026

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:DC5F8280

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 EDITAL Nº 248 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

1. A Prefeita do Município de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; artigo 236, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015, Lei Municipal nº 1928 de 28 de janeiro de 2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para que no **dia seguinte ao da publicação da presente convocação** compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença para assumir a vaga e assinar o contrato:

Cargo: **Farmacêutico 40h (Temporário)**

Classificação	Nome	Pontuação Final
05º	RAFAELA PIZZATTO	72,00

Candidata optante por final de fila*

2. Os candidatos convocados de acordo com a ordem de classificação deverão apresentar-se no dia seguinte ao da convocação para assumir a vaga e assinar o contrato, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, munido dos seguintes documentos:

2.1- Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (filhos, conjugue, etc)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta.
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI – Carteira de Reservista (se sexo masculino)
XII- Apresentar todos os originais declarados para a prova de títulos no momento da inscrição para o Processo Seletivo Simplificado.

2.2 - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.

III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).

3 - As declarações a que se referem os Incisos II e III do item 2 deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

4. Não ocorrendo a apresentação, os candidatos serão considerados desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

5. Os candidatos convocados que não aceitarem a vaga, poderão uma única vez, ser incluído no final da relação dos Candidatos classificados, desde que requeiram este reposicionamento.

6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:F92A1E7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
ERRATA DO DECRETO 045/2023

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 81 da Lei Orgânica Municipal e legislação vigente torna pública a seguinte **ERRATA:**

No Decreto Municipal n° 045/2022 que aposenta servidor público.

ONDE SE LÊ:
DECRETO N°: 45/2022
SÚMULA: APOSENTA SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas
atribuições que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:
Art. 1º - Aposenta o servidor JOSE ERNESTO MARTINS, brasileiro, portador da cédula de identidade de nº: 96797656 e inscrito no CPF sob nº: 522.786.209-59, servidor público do Município de Reserva do Iguaçu, ocupante do cargo efetivo de operador de máquina rodoviária I, lotado junto à Secretaria Municipal de Viação Transporte e Obras. Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição, com paridade de acordo com art. 50, §2º, I da LC Nº 1146/2021.
Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 2.675,54 (dois mil seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.
Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 13 de março de 2023.

Vitório Antunes de Paula
Prefeito Municipal

LEIA-SE:
DECRETO N°: 45/2023
SÚMULA: APOSENTA SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas
atribuições que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:
Art. 1º - Aposenta o servidor JOSE ERNESTO MARTINS, brasileiro, portador da cédula de identidade de nº: 96797656 e inscrito no CPF sob nº: 522.786.209-59, servidor público do Município de Reserva do Iguaçu, ocupante do cargo efetivo de operador de máquina rodoviária I, lotado junto à Secretaria Municipal de Viação Transporte e Obras. Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição, com paridade de acordo com art. 50, §2º, I da LC Nº 1146/2021.
Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 3.202,89(três mil duzentos e dois reais e oitenta e nove centavos).
Art. 3º - Esta Errata entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 19/04/2026.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, em 24 de setembro de 2026.

VITORIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:2A55D0AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 0015/2026(0037/2026)

EXTRATO DE
AVISO DE CONTRATAÇÃO
DIRETA
0015/2026(0037/2026)

CONTRATANTE (UASG)
Município de Reserva do Iguaçu (000980878)

OBJETO
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de brinquedos infláveis, destinados à realização de evento comemorativo do Dia das Crianças, conforme condições, quantidades

e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ R$ 9.472,00 (nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais).

DATA DA SESSÃO
De **02/10/2026**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
Das 8h 30 min até 14h 30min

LOCAL
Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por grupo

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
SIM

Publicado por:
Alessandro Dos Anjos
Código Identificador:10C1FA32

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 237/2025 - CONCORRÊNCIA N.º 90003/2025

EXTRATO TERMO ADITIVO
DE PRAZO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa juridica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.612.911/0001-32, com endereço à Avenida 04 de Setembro, n.º 614, Bairro Centro, cidade de Reserva do Iguaçu/PR.
CONTRATADO: A empresa G VENITES EMPREENDIMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 43.885.766/0001-03, com endereço na Rua Juvino Ferreira Santos, n.º 007, Centro, cidade de Mangueirinha/PR.
LICITAÇÃO: Concorrência n.º 90003/2025 – Contrato n.º 237/2025.
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 237/2025, ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90003/2025, CUJO OBJETO CONTRATUAL A: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA INTEGRADA AO COMPLEXO ESPORTIVO DO BAIRRO DOS TROPEIROS, NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, RELATÓRIO TÉCNICO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA."

PRAZO DE VIGÊNCIA: De 02 de outubro de 2026 à 31 de março de 2027.

PRAZO DE EXECUÇÃO: De 02 de outubro de 2026 à 31 de março de 2027.

DATA DE ASSINATURA:25 de setembro de 2026.

Reserva do Iguaçu, 25 de setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:E935027C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 087/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**, pessoa juridica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.612.911/0001-32, com endereço à Avenida 04 de Setembro, n.º 614, Bairro Centro, cidade de Reserva do Iguaçu/PR.
CONTRATADO: A empresa **SOLUÇÃO ATACADISTA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.588.387/0001-20, com endereço à Rodovia Acesso Deputado Genésio Tureck, Acesso Oeste, n.º 4159 - Sala 02, Bairro Lençol, cidade de São Bento do Sul/SC.
LICITAÇÃO: Ata de Registro de Preços n.º 087/2026 – Pregão n.º 90003/2026.
OBJETO: Rescisão contratual, junto a solicitação da empresa contratada, formalizado na data de 09 de setembro de 2026, referente a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 087/2026**, firmado entre as partes no **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026**, este na Lei Federal n.º 14.133/2021, com suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis à matéria.
DATA DE ASSINATURA:25 de setembro de 2026.

Reserva do Iguaçu, 25 de setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:BA948F37

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
01º EXTRATO DE TERMO ADITIVO REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
01º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 77/2025
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **AMBSERV TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Pelo presente termo aditivo, e com fundamento nos arts. 106 e 107 da Lei no 14.133/2021, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA E EXECUÇÃO contratual, pelo período de 12 (doze) meses, passando a vencer em 29 de setembro de 2027.
ASSINATURA: 22/09/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) HANOKH CAMILO VILELA YAMAGISHI –
Representante

(A) JUAREZ FALCATO VECINA -
Representante

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:171D42BD

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - FPMRA

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O **FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL**, entidade vinculada à Secretaria Municipal de Administração do Município de Rio Azul, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrita no CNPJ sob o n° 11.468.330/0001-22, com sede na Rua Guilherme Pereira, nº 482, Centro, Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-000, CERTIFICA, que o (a), **BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A,** através da **BB DTVM**, **Sob o CNPJ 30.822.936/0001-69,** aqui representada pelo Sr. Thiago Bauer, matrícula 9.342.977-0, Gerente da Agência Local, 4787-2, apresentou a documentação solicitada pelo Edital de Credenciamento 01/2017, devidamente atualizada, a qual foi analisada e aprovada pelo Comitê de Investimentos do FPMRA, é considerada **CREDENCIADA**, para o recebimento de depósitos de recursos financeiros previdenciários para aplicação no mercado financeiro e para o exercício de administração de carteiras de investimentos, respeitadas as diretrizes da Resolução CMN n° 5.272/2025 de 18 de dezembro de 2025 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

Rio Azul (PR), 25 de setembro de 2026.

Comitê de Investimentos:

IGOR POPOVICZ
Presidente do Comitê

JACIEL POROCHNIAK
Analista do Comitê

VILMA JOSELI VERONEZ
Analista do Comitê

ELI JOSÉ CABRAL DA SILVA
Analista do Comitê

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:0F1E5941

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 182/2026

DECRETO No 182/2026

Declara como REURB-S, para fins de regularização fundiária urbana de interesse social, nas Quadras VB01, VB02 E VB03 do núcleo urbano informal consolidado denominado Vila Baran no município de Rio Azul/PR.

O Prefeito Municipal de Rio Azul/PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, amparado nos artigos 13, I e 30, I da Lei Federal 13.465/2017 e artigo 5º, I, do Decreto Federal 9.310/2018; e

CONSIDERANDO que o Município deve promover a integração social, garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas, a função social da propriedade, dignidade da pessoa humana e ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes;

CONSIDERANDO que constitui objetivo da Regularização Fundiária Urbana (REURB), a ser observado pelos entes federativos, especialmente pelo Poder Público Municipal, a ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Estadual n.º 18.573/2015, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná, com a finalidade de promover a regularização fundiária, em seu art. 1º, §1º, inciso VI, alínea "b";

CONSIDERANDO que os atuais ocupantes/possuidores firmaram contrato particular com a empresa Olivério Pereira Machado - ME, para a execução e regularização de 33 (trinta e três) imóveis localizados nas Quadras VB01, VB02 e VB03 bem como a Rua das Andorinhas, Rua Vereador Sebastião Bucco e Rua Santa Maria, no bairro denominado Vila Baran localizado no perímetro urbano do município de Rio Azul/PR, o que gerou o processo administrativo nº. 69/2026;

CONSIDERANDO o inciso I do art. 13 da Lei Federal nº 13.465 de 2017, que determina que a REURB de Interesse Social (REUBR-S) é a regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a disposição do art. 30 da Lei Federal nº 13.465, de 2017, que trata da classificação da modalidade da REURB, além da prescrição dos incisos do §1º do artigo 13, que preceituam a isenção de custas e emolumentos para atos registrais da REURB-S;

CONSIDERANDO o inciso I e o §1º, do artigo 5º, o §2º do art. 53 e o parágrafo único e todos os incisos do artigo 54 do Decreto Federal n.º 9310/2018, que conceituam a REURB-S, a isenção de custas aos atos necessários ao registro e preceituam sua aplicação a partir da classificação da modalidade de regularização fundiária em REURB-S por ato do Poder Executivo Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica classificado como núcleo urbano informal consolidado e ocupado predominantemente por população de baixa renda, as Quadras VB01, VB02 e VB03, neste município de Rio Azul/PR, com o objetivo de implantação de REURB-S, para todos os fins de direito.

Art. 2º. A empresa Olivério Pereira Machado – ME poderá prestar apoio técnico e executar os serviços contratados pelos ocupantes, nos limites do contrato celebrado e da legislação aplicável, sem transferência das competências administrativas próprias do Município, que permanecerá responsável pela análise, fiscalização, decisão, aprovação do projeto e expedição da Certidão de Regularização Fundiária.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIO AZUL, em 03 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:A302DCB3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
INEXIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026 - APAE

INEXIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026
TERMO DE FOMENTO – LEI Nº 13.019/2014

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL/PROPONENTE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Rio Azul/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.046.265/0001-18, com sede na Rua Cafiero Corsi, nº 196, Rio Azul, Estado do Paraná.
TIPO DA PARCERIA: Termo de fomento.
OBJETO DA PARCERIA: Repasse financeiro para aquisição e instalação de cobertura em polipropileno para proteção de veículos da entidade e instalação de coifa para a cozinha institucional, visando a melhoria da infraestrutura física, a conservação do patrimônio e o aprimoramento das condições de funcionamento e segurança dos ambientes utilizados pela APAE.
FUNDAMENTO LEGAL DA INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO: Art. 31, *caput* e inciso II, da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 23/2017.
JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – é uma instituição que presta serviços na

Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência, compondo a rede socioassistencial do município, com oferta de Serviços de Proteção Social Especial para a pessoa com deficiência e suas famílias na entidade e no domicílio do usuário. É a única instituição no Município que atua na atividade proposta e por longo tempo vem desenvolvendo essas atividades em parceria com a Administração Pública Municipal de maneira satisfatória, promovendo a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais de desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania. O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes, contando com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A parceria tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados à *aquisição e instalação de cobertura em polipropileno para proteção de veículos da entidade e instalação de coifa para a cozinha institucional*, visando a melhoria da infraestrutura física, a conservação do patrimônio e o aprimoramento das condições de funcionamento e segurança dos ambientes utilizados pela APAE. Os recursos são provenientes do **Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA)**, cuja gestão, definição das regras de aplicação e fiscalização competem ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). No caso concreto, o próprio CMDCA destinou os recursos à APAE, conforme a **Resolução CMDCA nº 10/2026**, tendo a Secretaria Municipal de Assistência Social igualmente se manifestado favoravelmente à parceria, em razão de sua relevância para a estruturação e manutenção dos serviços de reabilitação e acessibilidade prestados pela entidade. A APAE é a única instituição existente no Município de Rio Azul/PR que presta os serviços especializados relacionados ao objeto da parceria, possuindo capacidade técnica e operacional para executar as metas previstas, além de manter histórica e contínua colaboração com a Administração Pública Municipal. Dessa forma, verifica-se a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, seja em razão da natureza singular do objeto, seja porque as metas somente podem ser atingidas por entidade específica, especialmente diante da destinação dos recursos do FIA à APAE pelo órgão competente. O art. 31 da Lei nº 13.019/2014 considera inexigível o chamamento público quando houver inviabilidade de competição ou quando as metas somente puderem ser atingidas por entidade específica, inclusive nas hipóteses de transferência autorizada em lei com identificação da entidade beneficiária. Deste modo, considerando a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil no presente caso, em razão da natureza singular do objeto da parceria onde as metas somente podem ser atingidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE -, nos termos do art. 31 da Lei nº 13.019/2014, é inexigível o chamamento público para a celebração de termo de fomento para o repasse de recursos financeiros à entidade.

(Justificativa publicada no Diário Oficial dos Municípios de Rio Azul, Edição nº 3607, em 01/09/2026), em conformidade com o disposto no art. 32, §1º e §2º da Lei nº 13.019/2024, sobre a qual não houve impugnação).

VALOR DA PARCERIA: R$ 42.740,00 (quarenta e dois mil setecentos e quarenta reais – Recursos do FIA – Fundo da Criança e do Adolescente).

VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias a partir da assinatura do Termo de Fomento.

Rio Azul – PR, 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:5942ACEA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - T.F - LAR DOS VELHINHOS - R$ 12.158,62

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
TERMO DE FOMENTO

O Lar dos Velhinhos de Rio Azul-, CNPJ 79.261.731/0001/40, é uma instituição que acolhe idosos naturais de Rio Azul - PR, assim como oriundos de outros Municípios, com capacidade total de 40 (quarenta) idosos. É a única instituição na região onde o acolhimento institucional é na modalidade de residências, proporcionando atendimento individualizado e preservando a identidade dos idosos, cumprindo assim com o que é pautado pela Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), Lei nº 12.435/2011 (Lei do SUAS); Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social e Resolução nº 269/2013 - NOB/RH/SUAS, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS, conforme ata nº 243 de 27 de novembro de 2017).

A entidade é a única instituição socioassistencial de longa permanência para pessoas idosas existente e em regular funcionamento no Município de Rio Azul/PR, prestando atendimento integral e ininterrupto (24 horas) em regime residencial individualizado e em pequenos grupos a dezenas de munícipes em condição de vulnerabilidade, abandono ou sem capacidade de autocuidado familiar.

O acolhimento institucional de idosos pressupõe a proximidade comunitária e a preservação do meio social e dos laços afetivos dos acolhidos, mostrando-se fática e juridicamente inviável transferir os idosos locais ou buscar entidade sediada em outra base territorial para a execução do serviço contínuo já prestado no território do Município.

Existem parcelas já creditadas de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade – Componente Piso de Transição de Alta Complexidade I, repassados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R$ 12.158,62 (doze mil cento e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos)

Portanto, considerando a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil no presente caso, em razão da natureza singular do objeto da parceria onde as metas somente podem ser atingidas pelo Lar dos Velhinhos de Rio Azul, nos termos do art. 31 da Lei nº 13.019/2014, é inexigível o chamamento público para a celebração de termo de colaboração/fomento para o repasse de recursos financeiros à entidade.

Nos termos do art. 32 da Lei nº 13.019/2014, admite-se impugnação à presente justificativa, por qualquer cidadão, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação desta.

As impugnações deverão ser encaminhadas por escrito, entregues e protocoladas na Recepção da Prefeitura Municipal, dirigidas ao Prefeito Municipal, na Rua Guilherme Pereira, nº 482, centro, cidade de Rio Azul/PR, no horário compreendido entre às 08h às 11h30m e das 13h até às 17h.

VALOR DA PARCERIA:

Recursos Federais: R$ 12.158,62 (doze mil cento e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos), a ser repassado conforme plano de trabalho e aplicação.

Rio Azul (PR), 25 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:AE09AB53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO 077-2026- SMS

DECRETO Nº 077/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.
DECRETA,

Artigo 1º – A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.
Artigo 2º – Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, de 16/07/2026, fica convocada a **XIª Conferência de Saúde do Município** para o dia 10/12/2026.
Artigo 3º – O tema central da Conferência será "Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil".
Artigo 4º – A Conferência de Saúde, será realizada na Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí.
Artigo 5º – A Conferência será presidida pela coordenadora e coordenada pela Comissão Organizadora instituída pelo Conselho Municipal de Saúde.
Artigo 7º – Serão realizadas 06 Pré-Conferências que terão por finalidade levantar os problemas por área geográfica e escolher os delegados da Conferência.
Artigo 8º – As Pré-Conferências serão realizadas nos seguintes locais:
06/11/2026- Rio Branco do Ivaí - Local :Câmara Mun. de Vereadores Rio Branco do Ivaí - com Usuários do Sus -comunidade Geral às 13:00 horas (local)
06/11/2026- Bairro Assentamento Egídio Brunetto- Local :Barracão da Comunidade - com Usuários do Sus -comunidade Geral às 14:00 horas (local)
11/11/2026 – Rio Branco do Ivaí- Local: Câmara Mun. de Vereadores - com Funcionários da Saúde às 13:00 horas
13/11/2026- Bairro Pinhal Grande- Local: Barracão da Comunidade Pinhal Grande - com Usuários do Sus -comunidade Geral às 14:00 horas
13/11/2026 – Bairro Emboeiro - Local Ponto de atendimento da saúde - com Usuários do Sus -comunidade Geral às 14:00 horas.
18/11/2026 – Bairro Porto Espanhol- Local: Escola Municipal Ari Borba Carneiro - com Usuários do Sus -comunidade Geral às 14:00 horas.
Artigo 6º – As normas de organização e funcionamento da Conferência serão deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.
Artigo 7º – Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.
Rio Branco do Ivaí, Paraná 25 de setembro de 2026

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:1B39DE4E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO 082-2026-RH

DECRETO Nº. 082/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Exonerado a partir do dia 25 de setembro de 2026, a Sra. **BRUNA GABRIELA DOS SANTOS BERNARDES**, lotado no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO , conforme Decreto de nomeação de nº 118/2024.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 28/09/2026, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de setembro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:B943B764

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 249/2026 -SME

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº249 /2026

Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa e pedagógica responsável pela implementação da Política Municipal de Alfabetização de Rio Branco do Ivaí, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 785, de 23 de setembro de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 785, de 23 de setembro de 2026, que estabelece a implementação da Política Municipal de Alfabetização em consonância com a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, e a Resolução SEED nº 5.158, de 7 de agosto de 2023;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos;
CONSIDERANDO a Resolução SEED nº 5.158, de 7 de agosto de 2023, que institui a estratégia Alfabetiza Juntos;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 785, de 23 de setembro de 2026, que atribui à Secretaria Municipal de Educação a coordenação, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a gestão administrativa e pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, assegurando a integração das ações desenvolvidas no âmbito da Rede Municipal de Ensino,
RESOLVE:
Art. 1º Fica organizada, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco do Ivaí, a estrutura administrativa e pedagógica responsável pelo planejamento, coordenação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, instituída pela Lei Municipal nº 785, de 23 de setembro de 2026.
Art. 2º A estrutura administrativa e pedagógica da Política Municipal de Alfabetização fica constituída pelos seguintes membros:
Secretária Municipal de Educação
Carmen Julia do Nascimento Veloso.
Articuladora RENALFA Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e Coordenadora Municipal de Alfabetização
Patrícia Maria Gonçalves.
Pedagogos responsáveis pelo acompanhamento da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Amanda Valeria Almeida da Silva
Araripe Gomes da Fonseca-
Técnica Administrativa responsável pela organização documental, sistematização de dados e apoio técnico às ações da Política Municipal
Liliane Teider
Professora Formadora responsável pela formação continuada e acompanhamento pedagógico dos professores alfabetizadores
Jamile Assad Bochenski Nunis.
Art. 3º Compete à estrutura administrativa e pedagógica da Política Municipal de Alfabetização:
coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Alfabetização;
coordenar, no âmbito municipal, as ações decorrentes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Programa Educa Juntos e da estratégia Alfabetiza Juntos;

promover a articulação entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
organizar e acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais da educação;
acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes, mediante avaliações diagnósticas, formativas e externas;
monitorar indicadores educacionais e elaborar relatórios técnicos;
apoiar pedagogicamente os gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores;
propor estratégias de recomposição das aprendizagens;
acompanhar a execução das metas e estratégias da Política Municipal de Alfabetização;
articular ações junto ao Comitê Estratégico Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
promover ações de comunicação, mobilização e participação das famílias e da comunidade escolar.

Art. 4º Compete aos Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares, no âmbito da implementação da Política Municipal de Alfabetização:
acompanhar o planejamento dos professores alfabetizadores;
monitorar o desenvolvimento das aprendizagens;
orientar a implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
analisar os resultados das avaliações internas e externas;
propor intervenções pedagógicas voltadas à melhoria da aprendizagem;
acompanhar as ações de recomposição das aprendizagens;
apoiar a implementação das formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Compete aos Professores Alfabetizadores, no âmbito da implementação da Política Municipal de Alfabetização:
desenvolver práticas pedagógicas alinhadas à Política Municipal de Alfabetização;
utilizar os resultados das avaliações para replanejamento das ações pedagógicas;
participar das formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;
registrar e acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes;
desenvolver ações de recomposição das aprendizagens sempre que necessário.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação promoverá o acompanhamento permanente da implementação da Política Municipal de Alfabetização por meio da estrutura administrativa e pedagógica instituída por esta Portaria, em articulação com o Comitê Estratégico Municipal e com os demais instrumentos de monitoramento previstos na legislação aplicável.

Art. 7º Os servidores designados nesta Portaria exercerão as atribuições nela previstas sem prejuízo das competências inerentes aos respectivos cargos e funções.

Art. 8º As alterações na composição da estrutura administrativa e pedagógica poderão ser realizadas mediante nova Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Ivaí, 25 de setembro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:69CE171A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 250/2026 -SME

Departamento Municipal de Educação

PORTARIA Nº250/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, no âmbito do Município de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **Pedro Taborda Desplanches**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei.
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 785, de 23 de setembro de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Rio Branco do Ivaí;
CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 785, de 23 de setembro de 2026, que estabelece a implementação da Política Municipal de Alfabetização em consonância com a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 e a Resolução SEED nº 5.158, de 7 de agosto de 2023;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos;
CONSIDERANDO a Resolução SEED nº 5.158, de 7 de agosto de 2023, que institui a estratégia Alfabetiza Juntos;
CONSIDERANDO o disposto no art. 8º e em seu parágrafo único da Lei Municipal nº 785, de 23 de setembro de 2026, que atribuem à Secretaria Municipal de Educação a coordenação da Política Municipal de Alfabetização e preveem a instituição do Comitê Estratégico Municipal;
CONSIDERANDO a adesão do Município de Rio Branco do Ivaí ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o regime de colaboração entre União, Estado e Município, visando assegurar o direito de todas as crianças à alfabetização na idade adequada,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco do Ivaí, o Comitê Estratégico de governança Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, previsto no art. 6º I. II. III. IV. V. VI. VII. VIII. IX. X. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. Representante do Conselho Municipal de Educação:
Tatiane Martineli

Art. 4º Os membros do Comitê poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por ato da Secretária Municipal de Educação, mediante publicação de nova Portaria.

Art. 5º O Comitê Estratégico Municipal reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por sua coordenação.

Art. 6º A coordenação do Comitê será exercida pela Secretária Municipal de Educação. Cabendo a Articuladora RENALFA Municipal a organização técnica e acompanhamento das ações.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Educação prestar apoio técnico, administrativo e operacional ao funcionamento do Comitê Estratégico Municipal, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 8º A participação dos membros no Comitê Estratégico Municipal será considerada serviço público e não será remunerada.

Art. 9º As deliberações do Comitê terão caráter consultivo e orientador, subsidiando a implementação da Política Municipal de Alfabetização pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Ivaí, 25 de setembro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:CE19DE4B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 07/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 08/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL/PR.
CONTRATADA: ERALDO GEFFER MATIAS SORVETERIA NELATTO (CNPJ nº43.594.197/0001-47).
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado, sob demanda, de kits de coffee break, para atender as necessidades da Câmara Municipal.
VALOR GLOBAL: R$ 32.540,00 (trinta e dois mil reais e quinhentos e quarenta reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3339039230000000000.
DATA DE ASSINATURA: 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:195925CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 152/2026

Dispõe sobre alterações no Decreto nº 084, de 3 de junho de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 084, de 3 de junho de 2026, que Nomeia os membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Rio Negro, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º...

I - ...
c) Secretaria Municipal de Saúde
1. Titular: Nordson Arten;
2. Suplente: Tatiane Maria Soares Matoso.” (NR)

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 084, de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 24 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1FE7CC79

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 153/2026

Dispõe sobre alterações no Decreto nº 100, de 7 de junho de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 100, de 7 de junho de 2026, que Nomeia membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio Negro, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º...

I - ...
b) Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Nordson Arten; ” (NR)

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 100, de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 24 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6F927DC1

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 154/2026

Dispõe sobre alterações no Decreto nº 113, de 2 de julho de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 113, de 2 de julho de 2025, que dispõe sobre nomeação do Conselho Municipal do Idoso, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º...
I - ...
...

b) ...
1.Titular: Priscila do Prado;
2. Suplente: Edina Regina dos Santos.” (NR)

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 113, de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 24 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:AA89ECC7

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 155/2026

Dispõe sobre alterações no Decreto nº 106, de 23 de junho de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 106, de 23 de junho de 2025, que dispõe sobre nomeação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º...
I - ...
...
...
c)...
1. Titular: Edina Regina dos Santos." (NR)

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 106, de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 24 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:CB044EE0

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1008/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor público, por tempo determinado, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 160, de 18 de dezembro de 2025, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final, pelo Edital nº 22, de 19 de fevereiro de 2026,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 23 de setembro do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Renato Hass de Souza***, com matrícula nº 110239-7/1, para o cargo de "Motorista II", com remuneração mensal e com carga horária estabelecida pelo o Edital nº 160, de 2025, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1ABC7847

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1009/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 3 à 17 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Ana Letícia Valerio Hirt,*** com matrícula de nº 1740-0/1, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:231B1469

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1010/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 18 de setembro à 17 de outubro de 2026, para a servidora municipal ***Ana Letícia Valerio Hirt,*** com matrícula de nº 1740-0/1, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:04172258

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1011/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 15 de setembro à 13 de outubro de 2026, para a servidora municipal ***Angela Maria Chableski Moreira,*** matrícula nº 1121-5/5, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:FD06E3FF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1012/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 25 de agosto à 23 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Bruna Fernandes Cardoso Perosa,*** com matrícula de nº 1013-8/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de agosto de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:F5BB00CE

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1013/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 1º de setembro a 29 de outubro de 2026, para a servidora municipal ***Carine Aparecida Becker,*** matrícula nº 110207-5/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:666E6E28

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1014/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 15 à 28 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Cassiane de Chaves,*** matrícula nº 1694-2/2, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E2261F84

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1015/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 11 de setembro à 9 de dezembro de 2026, para a servidora municipal ***Cintia Grasiela Ferreira Ribas,*** matrícula nº 10021-8/4, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:A86164E5

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1016/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 26 agosto à 18 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Claudilene Dittrich Martins,*** com matrícula de nº 0186-4/2, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de agosto de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:32CEE52B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1017/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V,

do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 21 setembro à 19 de dezembro de 2026, para a servidora municipal ***Claudilene Dittrich Martins,*** com matrícula de nº 0186-4/2, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:78C40A2D

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1018/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 8 de setembro de 2026 a 8 de setembro de 2027, para a servidora municipal ***Cleusa Hirt,*** matrícula nº 1287-4/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:CC27A970

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1019/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 20 de setembro a 28 de novembro de 2026, para o servidor municipal ***Edinaldo Sauer,*** com matrícula nº 2221-7/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:190D23A8

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1020/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 25 de agosto à 6 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Iraci de Fátima Spuldaro da Silva,*** com matrícula de nº 2593-3/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de agosto de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:A9C5592C

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1021/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 14 de setembro à 13 de outubro de 2026, para a servidora municipal ***Josiane Alves da Silva dos Santos,*** com matrícula de nº 109752-7/4, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:BEE2099A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1022/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 26 de agosto à 8 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Juliane Ferreira,*** com matrícula de nº 2474-0/5, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:EC4D652F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1023/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 25 de agosto à 3 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Kelly Cristyni da Silva Leineker,*** com matrícula de nº 1543-1/2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de agosto de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D01B5D57

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1024/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 9 de setembro à 7 de dezembro de 2026, para a servidora municipal ***Kelly Regina França,*** matrícula nº 2487-2/2, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:F5EBE9C4

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1025/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 17 de setembro a 1º de outubro de 2026, para o servidor municipal ***Luiz Augusto de Ramos Ribeiro,*** com matrícula nº 110226-5/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:F6E3CCAB

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1026/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 8 de setembro de 2026 à 5 de janeiro de 2027, para a servidora municipal ***Maria Inês Vesoloski Custódio de Oliveira,*** matrícula nº 2136-9/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:64926F26

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1027/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 14 à 23 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Maria Zeli Hungaro,*** matrícula nº 0488-0/2, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E95C0D78

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1028/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 2 à 16 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Rosa Angelina Peters,*** matrícula nº 2142-3/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:81022EF1

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1029/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 11 à 20 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Sandra Maria Vosiak Dittrich,*** matrícula nº 2239-0/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de setembro de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:701F2F67

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1030/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 27 de agosto à 5 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Sara Maas de Souza,*** matrícula nº 110197-4/1, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de agosto de 2026.

Rio Negro, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:53A8DD9E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO -058/2026
UASG 987823 - CONTRATAÇÃO: 27/2026

Processo: 286/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE PLATAFORMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS, COM A INTEGRAÇÃO DE DADOS FUNDIÁRIOS, AMBIENTAIS E VALORES DE MERCADO DE TERRAS RURAIS, DESTINADA A FORNECER SUPORTE TÉCNICO ÀS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 28/09/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 28/09/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **14/10/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 24 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:1CBB4552

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 112/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: CHIPRUN CRONOMETRAGEM LTDA - CNPJ/MF sob n.º 21.173.852/0001-50, neste ato representada por ELTON HARRISSON ESTEFANSKI, em decorrência do processo de licitação Dispensa de Licitação Presencial n.º 130/2026. OBJETO: Serviço de cronometragem eletrônica para a 10ª Corrida da Colonização do Município. Vigência: 17/09/2026 até 17/12/2026. Execução: 90 (noventa) dias. Preço: R$ 4.550,00 (quatro mil e quinhentos e cinquenta reais). Recursos: 08.002.0027.0812.0011.2078.33390399999000000000-532 Fonte 00000
Foro: Comarca de Rio Negro - PR.

Rio Negro, 16/09/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:9A1617A6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 118/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: SOCIEDADE RECREATIVA UNIAO - CNPJ/MF

sob n.º 78.124.880/0001-03, neste ato representada por ADINALDO ALUIZIO FUCHS, em decorrência do processo de licitação Dispensa de Licitação Presencial n.º 134/2026. OBJETO: Locação de espaço físico destinado à realização dos eventos "Baile da Terceira Idade" e "Seminário Cidade que cuida: Rio Negro amigo da Pessoa Idosa". Vigência: 22/09/2026 até 22/11/2026. Execução: 60 (sessenta) dias. Preço: R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Recursos: 12.006.0008.0241.0010.2098.3339039100000000000-1393 Fonte 10215
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 21/09/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:AEF5D1CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 273/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 139/2026

OBJETO: Aquisição de materiais de crochê para execução do Projeto "Fios de Recomeço", desenvolvido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	45,00	UN	NOVELO DE LÃ - 100 MG CORES DIVERSAS	13,90	ELSA KELLERMANN
2	15,00	UN	AGULHA - DE CROCHE 3,5MM	6,80	ELSA KELLERMANN

Rio Negro, 25 de setembro de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:A48B033C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 031/2026 PROCESSO N° 431/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2025

Aos dezessete dias do mês de setembro de 2026 o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 936.249.729-87 e **BENEFICIÁRIA: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº **02.520.829/0001-40**, sediada na Rodovia BR 480, nº 180, CENTRO, município de Barão de Cotegipe - RS, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **SUEMA TUSSI BRUNELO**, , Portador(a) da Carteira de Identidade nº **1038690028 SJS/RS** e do CPF/MF nº **448.443.280-34**, devidamente qualificado(a) nos autos do processo, bem como junto ao **SICAF** (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) do Governo Federal. **RESOLVEM REEQUILIBRAR PREÇOS, conforme segue: 1 – DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE, SAMU 192 E CORPO DE BOMBEIROS**

Item	Un.	Especificação	Preço Atual	Preço Reequilibrado
139	un	SERINGA 20 ML, SEM AGULHA, BICO LISO (DESCARTÁVEL, ESTERILIZADA POR ÓXIDO ETILENO).	R$ 0,33	R$ 0,4821
141	un	SERINGA 3ML, SEM AGULHA (DESCARTÁVEL, ESTERILIZADA POR ÓXIDO ETILENO).	R$ 0,109	R$ 0,1620

2 – As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas**.** E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente TERMO, na presença das testemunhas abaixo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0573F6D4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 001 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 169/2026 PROCESSO N° 161/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 RESCISÃO AMIGÁVEL

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2026 o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, Sr. **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN,** CPF/MF sob o número 936.249.729-87 e BENEFICIÁRIO(A): **ANGULAR PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº **24.118.004/0001-37**, sediada na AVENIDA JACOB MACANHAN, nº 4316, BARRACAO C, JARDIM CLAUDIA, município de PINHAIS - PR, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **SANDRA DA SILVA**, Portador(a) da Carteira de Identidade nº **64153390 SSP/PR** e do CPF/MF nº **019.680.009-92**, devidamente qualificado (a) nos autos do processo, bem como junto ao **SICAF** (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) do Governo Federal, acordam e ajustam firmar o presente termo. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL** O MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR e a Empresa BENEFICIÁRIA resolvem rescindir amigavelmente a presente Ata de Registro de Preços, acolhendo os argumentos apresentados pela empresa e diante dos fatos supervenientes apresentados e da manifestação de concordância das partes, justifica-se o **cancelamento do item 60 da Ata de Registro de Preços**, que acarreta na rescisão da própria ata. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente termo, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:7AEDA37C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 468 24 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
830/2026	**Contribuinte: RICARDO LUCAS DA SILVA**	Rua Arlete Pinto Liberatti, Nº 50, CJTO. Pe. Angelo Matiuzzi	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU do **ano de 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 24 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

SERGIO DOMINGUES
Secretário Municipal de Finanças (Interino)

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:9A567BB6

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 469 24 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
1.487/2026	**Contribuinte:** JULIANA FRANCISCA RODRIGUES SANTANA	Rua Pedro Zorzetti, Nº 350, JD. Nobre IV	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2024 e 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 24 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

SERGIO DOMINGUES
Secretário Municipal de Finanças (Interino)

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:A63D6F1D

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 470 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 2.810.000,00, para reforço de dotações das Secretarias Municipais e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº, 666 de 31 de dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, parágrafo único do artigo 25 da Lei n°4.297 de 30 de junho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, e artigo 8º da Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 2.810.000,00 (dois milhões, oitocentos e dez mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
08.02.12.361.0008.6.043	3.1.90.94.00.00.00	101	R$ 60.000,00
08.02.12.365.0008.6.044	3.1.90.04.00.00.00	101	R$ 500.000,00
08.02.12.365.0008.6.061	3.1.90.11.00.00.00	101	R$ 2.000.000,00
08.02.12.365.0008.6.061	3.1.91.13.00.00.00	101	R$ 200.000,00
09.01.10.301.0009.2.046	3.1.90.94.00.00.00	000	R$ 7.000,00
09.01.10.303.0009.2.088	3.1.90.94.00.00.00	000	R$ 2.000,00
10.01.08.244.0010.2.054	3.1.90.94.00.00.00	000	R$ 11.000,00
11.01.27.812.0011.6.107	3.3.90.33.00.00.00	000	R$ 30.000,00
TOTAL			**R$ 2.810.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
08.02.12.365.0008.6.044	3.1.90.11.00.00.00	101	R$ 2.760.000,00
11.02.27.811.0024.6.108	3.3.90.48.00.00.00	000	R$ 30.000,00
15.01.04.122.0015.2.117	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 20.000,00
TOTAL			**R$ 2.810.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 2.810.000,00 (dois milhões, oitocentos e dez mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Acréscimo
08.02	3.1	101	Setembro	R$ 2.760.000,00
09.01	3.1	000		R$ 9.000,00
10.01	3.1	000		R$ 11.000,00
11.01	3.3	000		R$ 30.000,00
TOTAL				**R$ 2.810.000,00**

Art. 4º - Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Redução
08.02	3.1	101	Setembro	R$ 2.760.000,00
11.02	3.3	000		R$ 30.000,00
15.02	3.1	000		R$ 20.000,00
TOTAL				**R$ 2.810.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 25 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***SERGIO DOMINGUES***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças (Interino)
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:CFECA719

SECRETARIA GERAL
EDITAL Nº 002/2026

Dispõe sobre a audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA), para o exercício de 2027

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal n º 101/2000 torna público às entidades civis organizadas e à população em geral que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no dia **29 de setembro de 2026 às 13:00 horas, no auditório da Câmara Municipal, localizada na Rua Duque de Caxias nº 288, que será transmitida pelo FACEBOOK em sua página oficial,** para apresentação e discussão no processo de elaboração do Projeto de Lei da Lei Orçamentária (LOA) para o exercício de 2027.

Paço Municipal de Rolândia, em 14 de Setembro de 2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:234D2B09

SECRETARIA GERAL
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE VERBA

Ficam notificados os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município que o mesmo

recebeu o crédito de recursos financeiros, em 22/09/2026, no valor de R$ 83.319,79 (Oitenta e Três Mil, Trezentos e Dezenove Reais e Setenta e Nove Centavos) na conta bancária nº 74334-8 Banco do Brasil Ag. 0349-2 vinculada ao Convenio nº 464-2023 de SIT nº 61205, firmado com o Município de Rolândia/PR, e a SECID (Secretaria das Cidades para a Revitalização do Campo de Futebol.

Rolândia,25 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:C53BBCC8

SECRETARIA GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA EDITAL 001/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 04ª CONVOCAÇÃO DO PSS – CADASTRO RESERVA

CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DOS SEGUINTES CANDIDATOS

A Secretária Municipal de Educação de Rolândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, nos termos da Constituição Federal, art. 37, item IX, bem como da Lei Municipal nº 3.731 de 05 de novembro de 2015, e em conformidade com as Leis Municipais Complementares nº 055/2011, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal e nº 60/2011, que dispõe sobre Plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais do magistério e demais trabalhadores da educação do município de Rolândia;
Resolve,
Fazer pública para conhecimento dos interessados, em concordância com o Edital 001/2026 – PSS/SME e respectivo resultado final do PSS-SME, a convocação para entrega de exames médicos e apresentação de documentação dos candidatos aprovados e classificados.

Professor do Ensino Básico – 40 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL -**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
27	CARMEM ANTONIA SAMPAIO PEREIRA
28	SILVIA DE ALMEIDA DA HORA
29	AIDIA CRISTINA ROMERA BRITO
30	ANA REGINA MACIEL DA SILVA
31	JESSICA BEATRIZ SOUZA NEVES
32	SUELEN RODRIGUES SOUZA
33	MARIA DE FÁTIMA ANTUNES
34	MIRELLE KARINE BANCI TELES DA SILVA
35	SUZIANI BATISTA DA SILVA
36	MAYARA KELLY SANTOS TORRES
37	ALDA GONÇALVES
38	REGIANE MADALENA RIBEIRO
39	SIMONIA CRISTINA BORGES DA COSTA
40	ADRIANA ALVES DOS SANTOS
41	RUTH AFONSO
42	CRISTIANE CORREIA VIEIRA
43	ROSA MARIA DA SILVA TEODORO
44	ZILDA PEREIRA DANTAS
45	CRISTIANE GOUVEIA

Professor do Ensino Básico – 40 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO AFRODESCENDENTE**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
2	LUCIANA TEREZINHA DA SILVA
3	LUIZ FELIPE DUARTE GONCALVES FRANCO*

*Candidato já contratado na Classificação Geral.

Professor do Ensino Básico – 40 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
2	THAIANY RODRIGUES PEREIRA

Os candidatos convocados deverão protocolar até a data e horário abaixo especificados, a documentação destinada a comprovação do preenchimento dos requisitos específicos exigidos, compreendendo todos os documentos e títulos informados no ato da inscrição, devidamente acompanhados dos documentos exigidos, bem como do laudo médico de aptidão e do atestado de vacinação atualizado.

DATA E HORÁRIO	Até as 15h do dia 29/09/2026

Link para protocolo:
https://rolandia.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=14203&iser=01M08R549MW50H6N0759XW01E4

1. Os resultados das avaliações clínicas, apresentados pelos candidatos, poderão ser submetidos a uma avaliação de laudo oficial do município.
2. A Avaliação Médica terá caráter eliminatório, sendo os candidatos considerados aptos ou inaptos.
3. Caberá aos candidatos providenciar os itens solicitados, conforme estabelece o Edital 001/2026.
Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.

EXAMES MÉDICOS:
1. Comprovante deVacinas (Atestado de Vacinação atualizado) e o atestado médicodeverão ser providenciados pelo próprio candidato.

Nota do Edital
11.12 Todos os candidatos poderão ser submetidos a uma Avaliação Clínica, sendo considerado inapto para o cargo ocupacional aquele que não gozar de boa saúde.

Lista dos seguintes documentos necessários:
01. Documentos pessoais (RG, CPF, Título de Eleitor, comprovante de votação, ou justificativa, relativas à última Eleição ou Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pela Justiça Eleitoral, e Carteira de Reservista);
02. Carteira de Trabalho, (mais recente possível) com cédula do PIS/PASEP (no caso dos modelos mais antigos) e qualificação civil;
03. Certidão de Nascimento, se solteiro (a), ou de Casamento, se casado (a), divorciado (a) ou viúvo (a);
04. Comprovante de Residência atualizado (últimos 60 dias, preferencialmente telefone residencial, porém contas de água e luz serão igualmente aceitas), em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
05. Diploma de Escolaridade constando grau de instrução mínimo exigido para investidura no cargo prevista em Edital 001/2026;
06. Fotografia 3x4;
07. Certidão de Antecedentes Criminais;
08. CPF e Certidão de Nascimento dos filhos de até 21 anos para fins de eventuais deduções de Imposto de Renda (até 24 anos se estiver cursando alguma graduação em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC) e pagamento de Salário-Família para filhos menores de 14 anos, conforme proventos brutos a serem percebidos por V.S.;
09. Ficha Cadastral;
10. Declaração de não acúmulo de serviço público, conforme a Constituição Federal vigente;
11. Declaração de bens e valores. Declaração de Imposto de Renda atual supre o documento solicitado neste item;
12. Declaração de não demissão de serviço público;
13. Carteira de Vacinação dos filhos de até 05 anos;
14. Documentos originais utilizados para obtenção de pontuação no referido Processo Seletivo Simplificado (Escolaridade e tempo de serviço);

Os itens 09, 10, 11 e 12 estão disponíveis em:
https://www.rolandia.pr.gov.br/concursos_view/44

Observações: a) O local de residência e domicílio deverá ser comprovado por meio da apresentação do último talão de energia elétrica e/ou de conta de água, expedidos em data anterior à nomeação e posse, ou por meio legal. O candidato deverá assinar, no ato da nomeação e posse, termo de responsabilidade indicando e afirmando o

endereço completo de sua residência e domicílio. b) Será fornecido documento para abertura de Conta pela Diretoria de Recursos Humanos c) A documentação solicitada deverá ser protocolada, para o cargo acima mencionado, sob pena de eliminação do processo seletivo na falta de algum item.

LEISE MÁRCIA DE MORAES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:C52FE763

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO Nº 026/2.026

Súmula: Aprova a alteração do Plano de Ação: Piso Único da Assistência Social – PAS/2026 para a inserção do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergências, com provisão para Capital, Custeio e RH e Benefícios Eventuais na modalidade Calamidade Pública.

O **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe confere a Lei Municipal nº 2.981, de 02 de maio de 2.003, em reunião ordinária realizada em 23 de setembro de 2.026.

Resolve:

Art. 1º- Aprovar a alteração do Plano de Ação: Piso Único da Assistência Social – PAS/2026 para a inserção do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência, com provisão para Capital, Custeio e RH e Benefícios Eventuais na modalidade Calamidade Pública.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões, 23/09/2.026

Assinatura Digital
FABIANY COGO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:FD8CA9E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2026 – PMR. PROCESSO Nº 166/2026.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de encadernação e plastificação para atender as necessidades das Instituições Públicas Municipais de Ensino e das Secretarias Municipais de Rolândia/PR.

Critério de Regionalidade: REGIONAL – REGIÃO DA AMEPAR.

Tipo: Menor Preço por LOTE.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 90.066,75.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 13/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 13/10/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: A Entrega dos Envelopes será até a data e hora marcada, na sede da prefeitura Municipal de Rolândia, prédio anexo, no departamento de licitações, início da sessão na data e hora marcada, no Prédio da Prefeitura Municipal, sala 03.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 25 de setembro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:4A28F4DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ERRATA DO 3º ADITIVO DO CONTRATO N.º 070/2024

ERRATA DO 3º ADITIVO DO CONTRATO N.º 070/2024

Referente ao 3º aditivo do Contrato n.º 070/2024 com a empresa **ROCHAPAVI LTDA**; conforme publicação do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 03 de setembro de 2025, edição 3355.

ONDE SE LÊ:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS
Fica aditivada a cláusula quarta deste contrato, prorrogando por mais240 (duzentos e quarenta) dias o prazo de execução, com início em 29/08/2025 e término em 26/04/2026.

LEIA-SE:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica aditivada a cláusula quarta deste contrato, prorrogando por mais 240 (duzentos e quarenta) dias o prazo de execução, com início em 31/08/2025 e término em 28/04/2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 23 de setembro de 2026.

MUNÍCIPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

ROCHAPAVI LTDA
Contratada

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:5A3ACF66

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ERRATA DO 4º ADITIVO DO CONTRATO N.º 070/2024

ERRATA DO 4º ADITIVO DO CONTRATO N.º 070/2024

Referente ao 4º aditivo do Contrato n.º 070/2024 com a empresa **ROCHAPAVI LTDA**; conforme publicação do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 28 de abril de 2026, edição 3518.

ONDE SE LÊ:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS
Fica aditivada a cláusula quarta e quinta deste contrato, prorrogando por mais 150 (cento e cinquenta) dias os prazos, com início em 27/04/2026 e término em 24/09/2026 para o prazo de execução e mais 150 (cento e cinquenta) dias para vigência após o término da execução, para os fins burocráticos da contratação

LEIA-SE:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica aditivada a cláusula quarta e quinta deste contrato, prorrogando por mais 150 (cento e cinquenta) dias os prazos, com início em 29/04/2026 e término em 26/09/2026 para o prazo de execução e mais 150 (cento e cinquenta) dias para vigência após o término da execução, com início em 27/09/2026 e término em 24/02/2027, para os fins burocráticos da contratação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 23 de setembro de 2026.

MUNÍCIPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

ROCHAPAVI LTDA
Contratada

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:A65192C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ERRATA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2026 – PMR.
PROCESSO Nº 164/2026.

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos, compreendendo canetas odontológicas de alta rotação, contra-ângulos odontológicos de baixa rotação e micromotores odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades dos serviços de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Rolândia/PR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

No Edital, pagina 1, onde lê-se:
"REGISTRO DE PREÇOS"

Leia-se:
"CONTRATO"

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 25 de setembro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:AE8A8A81

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 5º ADITIVO DO CONTRATO N.º 070/2024

EXTRATO DO 5º ADITIVO DO CONTRATO N.º 070/2024

CONTRATO N.º: 070/2024.

ADITIVO DE N.º: 05.

PROCESSO N.º: Concorrência n.º 004/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, conforme publicação da Ata de Sessão Solene n.º 01/2025, do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 06 de janeiro de 2025, edição 3187.

CONTRATADA: ROCHAPAVI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.712.958/0001-82, estabelecida na Rodovia BR 376, n.º 4.670, Km 231, sala 01, Parque Industrial, Zona Oeste II, CEP 86800-762, na cidade de APUCARANA - PR.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base na Lei 14.133/2021 e suas alterações, aplica-se o seguinte aditivo:

DOS PRAZOS: Fica aditivada a cláusula quarta deste contrato, prorrogando por mais 60 (sessenta) dias o prazo de execução, com início em 27/09/2026 e término em 26/11/2026.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 23 de setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:9A041CE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º067/2026

PORTARIA N.º067/2026
DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal da Ata nº230/2025, nº231/2025 Pregão prorrogado nº127/2025 referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 9.983/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – Os servidores: **ROSIMEIRI DE FARIA BAVILONI ADAS**, **JÉSSICA RODRIGUES DE AMORIM, ADRIANA DA COSTA, BRUNA SUELLEN SANTOS DE MORAES, ANGELA CRISTINA SCHNEIDER, ÉRICO ALENCAR DA SILVA IGNÁCIO, FÁBIO MARTINS**, como fiscais.

II – Os servidores: **ALESSANDRA DE MOURA TARGA RODRIGUES DE PÃO**, **ELOISA FERNANDA BORASCHI, ALINE BREND ALVES DE ASSIS, ANDRESSA FERNANDA BUENO FERRO, DENISE FREIRE, VÂNIA BONFIM SANTOS YOSHIDA, RUTH GONÇALVES MODENA CARVALHO**, como suplentes dos fiscais.

III – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 24 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:3DCA3971

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2026 – PMR. PROCESSO Nº 156/2026.

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para realização de locação, transporte, montagem, manutenção e desmontagem de decorações para os anos de 2026/2027 na cidade de Rolândia-PR. As especificações técnicas detalhadas e referência visual dos itens estão descritas no Anexo 1.

Tendo em vista um erro insanável em alguns dos itens da licitação, fica o processo REVOGADO.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 25 de setembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:876D2236

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADITIVO DE RENOVAÇÃO Nº.: 01/2026 - CONTRATO Nº: 53/2025

Aditivo de Renovação Nº.: 01/2026 - Contrato Nº: 53/2025
Contratante: Município de Salgado Filho
Contratada.: MANIA KIDS LOCAÇÕES PARA FESTAS E EVENTOS LTDA
Valor: R$ 73.463,94
Vigência: Início: 26 de setembro de 2026 Término: 26 de setembro de 2027
Licitação: Pregão Nº.: 38/2025
Recursos: Dotação: 323 - 1 . 9004 . 8 . 243 . 28 . 6.1 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
156 - 1 . 6001 . 12 . 365 . 5 . 2.15 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
138 - 1 . 6001 . 12 . 365 . 5 . 2.14 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
118 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 4 . 2.13 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
44 - 1 . 4003 . 4 . 122 . 2 . 2.7 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Locação de Brinquedos Infláveis para as crianças do município de Salgado Filho, em comemoração as datas festivas

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Salgado Filho-Paraná, 24 de setembro de 2026.

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:94889FA7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026

MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO – PARANÁ
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos para atender à dispensação gratuita na Farmácia Municipal, na Unidade de Saúde e no Plantão 24 Horas deste Município de Salgado Filho – PR, conforme condições e exigências estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 100/2025.
DESPACHO
O Prefeito do Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** que o **Pregão Eletrônico nº 47/2026**, referente ao Processo Administrativo nº 71/2026, fica **SUSPENSO**, por tempo indeterminado, para realização de retificações no processo licitatório.
A suspensão decorre da necessidade de promover as seguintes adequações:
I – Retificação do Edital, por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, para inclusão da seguinte cláusula:
Inclui-se o item 1.7:
1.7. Os objetos deste Registro de Preços (medicamentos descritos na tabela acima) deverão ser entregues com prazo de validade mínimo de **01 (um) ano**, contado a partir da data da entrega do objeto no local destinado.
II – Migração da plataforma de realização do certame, em atendimento à recomendação do Departamento Jurídico e às determinações da Autoridade Competente, visando à adequação da condução do procedimento licitatório.
As **novas datas** para recebimento das propostas e realização da sessão pública, bem como o **Edital retificado**, serão divulgados oportunamente pelos canais oficiais do Município, com a reabertura dos prazos legais cabíveis.
Salgado Filho – PR, 25 de setembro de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:5C3BEEB5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 90/2026

Contrato Nº: 90/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: SAFRA DIESEL LTDA
Valor.....: R$ 1.995.000,00
Vigência...: Início: 25/09/2026 Término: 25/09/2031
Licitação..: Credenciamento Nº.: 12/2026
Recursos...: Dotação: 267 - 1 . 9001 . 8 . 244 . 2037 . 2.460 . 0 . 339030 Material de Consumo
440 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 339030 Material de Consumo
352 - 1 . 12002 . 15 . 452 . 10 . 2.31 . 0 . 339030 Material de Consumo
196 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
170 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 4 . 2.19 . 0 . 339030 Material de Consumo
485 - 1 . 14002 . 20 . 608 . 15 . 2.56 . 0 . 339030 Material de Consumo
244 - 1 . 8004 . 26 . 782 . 11 . 2.29 . 0 . 339030 Material de Consumo
40 - 1 . 4003 . 4 . 122 . 2 . 2.7 . 0 . 339030 Material de Consumo
Objeto.....: "Credenciar Empresas para fornecimento de Combustível para abastecimento da frota municipal pelo período de 12 (doze) meses"

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal
Salgado Filho, 22/09/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:D60A06CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 91/2026

Contrato Nº: 91/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: CLINICA DE QUIROPRAXIA RAVANELLI LTDA
Valor.....: R$ 36.000,00
Vigência...: Início: 14/10/2026 Término: 14/10/2027
Licitação..: Credenciamento Nº.: 14/2025
Recursos...: Dotação: 221 - 1 . 7002 . 10 . 302 . 8 . 2.24 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto.....: Visa credenciar PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUIROPRAXIA EM ATENDIMENTO A POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal
Salgado Filho, 24/09/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:F097DCBA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 92/2026

Contrato Nº: 92/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: CLA ESPORTE E AVENTURA LTDA
Valor.....: R$ 285.000,00
Vigência...: Início: 25/09/2026 Término: 25/09/2027
Licitação..: Pregão Nº.: 46/2026
Recursos...: Dotação: 433 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 4 . 1.13 . 0 . 449051 Obras e Instalações
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICIPIO DE SALGADO FILHO

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal
Salgado Filho, 24/09/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:7734A446

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 93/2026

Contrato Nº: 93/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: AUTO POSTO AGUIA LTDA
Valor.....: R$ 2.435.000,00
Vigência...: Início: 25/09/2026 Término: 24/09/2031
Licitação..: Credenciamento Nº.: 12/2026
Recursos...: Dotação: 267 - 1 . 9001 . 8 . 244 . 2037 . 2.460 . 0 . 339030 Material de Consumo
440 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 339030 Material de Consumo
352 - 1 . 12002 . 15 . 452 . 10 . 2.31 . 0 . 339030 Material de Consumo
196 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
170 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 4 . 2.19 . 0 . 339030 Material de Consumo
485 - 1 . 14002 . 20 . 608 . 15 . 2.56 . 0 . 339030 Material de Consumo
244 - 1 . 8004 . 26 . 782 . 11 . 2.29 . 0 . 339030 Material de Consumo
40 - 1 . 4003 . 4 . 122 . 2 . 2.7 . 0 . 339030 Material de Consumo
Objeto.....: “Credenciar Empresas para fornecimento de Combustível para abastecimento da frota municipal pelo período de 12 (doze) meses”

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 24/09/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:B492DB30

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 94/2026

Contrato Nº: 94/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: ANDRE ARISI & CIA LTDA
Valor.....: R$ 2.435.000,00
Vigência...: Início: 25/09/2026 Término: 24/09/2031
Licitação..: Credenciamento Nº.: 12/2026
Recursos...: Dotação: 267 - 1 . 9001 . 8 . 244 . 2037 . 2.460 . 0 . 339030 Material de Consumo
440 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 339030 Material de Consumo
352 - 1 . 12002 . 15 . 452 . 10 . 2.31 . 0 . 339030 Material de Consumo
196 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
170 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 4 . 2.19 . 0 . 339030 Material de Consumo
485 - 1 . 14002 . 20 . 608 . 15 . 2.56 . 0 . 339030 Material de Consumo
244 - 1 . 8004 . 26 . 782 . 11 . 2.29 . 0 . 339030 Material de Consumo
40 - 1 . 4003 . 4 . 122 . 2 . 2.7 . 0 . 339030 Material de Consumo
Objeto.....: “Credenciar Empresas para fornecimento de Combustível para abastecimento da frota municipal pelo período de 12 (doze) meses”

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 24/09/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:7BB6D7C5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 03/2026

EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL
CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 03/2026

(Lei Municipal nº 09, de 02 de março de 2026)
Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026

DAS PARTES:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO/PR

CONTRATADO: ANA LUIZA BONETTI VESCOVI

CARGO: PSICÓLOGO – 30 HORAS

VALOR MENSAL: O contratado perceberá do contratante, a quantia de R$ 3.900,00(Três mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: A partir de 01 de outubro de 2026 a 01 de outubro de 2027.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:37D4DD38

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 04/2026

EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL
CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 04/2026

(Lei Municipal nº 09, de 02 de março de 2026)
Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026

DAS PARTES:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO/PR

CONTRATADO: DANIELI BORTOLINI

CARGO: PSICÓLOGO – 30 HORAS

VALOR MENSAL: O contratado perceberá do contratante, a quantia de R$ 3.900,00(Três mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: A partir de 01 de outubro de 2026 a 01 de outubro de 2027.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:A5465C4E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 05/2026

EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL
CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 05/2026

(Lei Municipal nº 09, de 02 de março de 2026)
Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026

DAS PARTES:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO/PR

CONTRATADO: ELIZIANE CRISTINA ROHDEN

CARGO: CONTADOR – 40 HORAS

VALOR MENSAL: O contratado perceberá do contratante, a quantia de R$ 9.380,74(Nove mil trezentos e oitenta reais e setenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: A partir de 01 de outubro de 2026 a 01 de outubro de 2027.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:7E53B01A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 280/2026

PORTARIA Nº 280/2026

SÚMULA: Designa os membros do Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização de Salgado Filho – CEPMA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 103/2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Salgado Filho – CEPMA;
CONSIDERANDO a necessidade de designar formalmente os representantes que integrarão o referido Comitê;
RESOLVE:
Art. 1º Designar os seguintes membros para compor o Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização de Salgado Filho – CEPMA, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução:

Nº	Representação	Nome do membro	Função
01	Secretaria Municipal de Educação	Eliane Marcia Ruch	Coordenador(a)
02	Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	Paula Joziane Picini	Membro
03	Articulador(a) Municipal da Política de Alfabetização	Vanessa Lougen	Membro
04	Diretor de Departamento	Marise Sturmer Milckwicz	Membro
05	Direção – Escola Municipal Professora Jaci Maria Lopes	Cibelli Royer	Membro
06	Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Professora Jaci Maria Lopes	Fernanda Camargos Pego	Membro
07	Professor(a) Alfabetizador(a) – Rede Municipal	Adriana Boff	Membro
08	Representante da Direção - Educação Infantil	Rozane Cordeiro Pilger	Membro
09	Representante da Coordenação Pedagógica - Educação Infantil	Bruna Dartora Pavan	Membro
10	Representante do Conselho Municipal de Educação	Margarete Carbonera	Membro

§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê, sem direito a voto, representantes de órgãos públicos, instituições de ensino superior, profissionais especializados, entidades parceiras e demais pessoas cuja contribuição seja considerada relevante para o desenvolvimento da Política Municipal de Alfabetização.
§ 2º A composição do Comitê poderá ser alterada sempre que houver mudança na representação dos segmentos que o integram.
Art. 2º São atribuições dos membros do Comitê, no âmbito de suas respectivas representações:
I – participar das reuniões ordinárias e extraordinárias;
II – contribuir para o planejamento das ações da Política Municipal de Alfabetização;
III – analisar dados e indicadores educacionais;
IV – acompanhar as metas estabelecidas;
V – contribuir para a identificação de dificuldades e definição de estratégias de intervenção;
VI – acompanhar as ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens;
VII – colaborar na avaliação dos resultados alcançados;
VIII – apresentar sugestões e proposições para o aprimoramento da Política Municipal de Alfabetização;
IX – cumprir os encaminhamentos definidos pelo Comitê.
Art. 3º Compete ao(à) Coordenador(a) do Comitê:
I – convocar e presidir as reuniões;
II – organizar as pautas dos encontros;
III – coordenar as discussões;
IV – acompanhar o cumprimento dos encaminhamentos;
V – representar o Comitê perante os órgãos e instituições;
VI – solicitar informações e documentos necessários ao desenvolvimento das atividades;
VII – encaminhar os relatórios e documentos produzidos pelo Comitê.
Art. 4º A participação no Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada e não gerando qualquer vínculo empregatício ou vantagem financeira adicional.
Art. 5º Os membros designados deverão atuar de forma articulada, colaborativa e integrada, tendo como finalidade principal contribuir para a garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino.
Art.6º O Comitê deverá reunir-se ordinariamente, no mínimo, trimestralmente, e extraordinariamente sempre que necessário, conforme estabelecido em seu ato instituidor e/ou Regimento Interno.
Art. 7º Ao final de cada ano letivo, o Comitê deverá contribuir para a elaboração do Relatório Anual de Monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, contendo os principais avanços, desafios, resultados e recomendações para o período seguinte.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.
Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho, Estado do Paraná, 09 de setembro de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

ELIANE MARCIA RUCH
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:9414AA3C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 297, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 297, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a aplicação da Lei Complementar Municipal nº 04/2026 às designações vigentes para o exercício da função de Diretor de Escola e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a entrada em vigor da Lei Complementar Municipal nº 04/2026, que dispõe sobre a revisão do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Salgado Filho,

RESOLVE:

Art. 1º Permanecem válidas e inalteradas as designações para o exercício da função de Diretor de Escola realizadas por meio das **Portarias nº 49/2024, nº 146/2026 e nº 255/2026**, passando a observar as disposições estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 04/2026.

Art. 2º A remuneração dos servidores designados para o exercício da função de Diretor de Escola de que trata o art. 1º observará o disposto no art. 43, inciso II e §§ 1º a 4º, e no Anexo V da Lei Complementar Municipal nº 04/2026.

Art. 3º A presente Portaria não implica nova designação, interrupção ou alteração da continuidade do exercício das funções de direção, permanecendo válidos os demais termos das Portarias mencionadas no art. 1º que não contrariem a Lei Complementar Municipal nº 04/2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, em 24 de setembro de 2026.

Publique-se.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:48C9543F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 298, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 298, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a aplicação da Lei Complementar Municipal nº 04/2026 às designações vigentes para o exercício da função de Suporte Pedagógico e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 04/2026, que dispõe sobre a revisão do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Salgado Filho,

RESOLVE:

Art. 1º Permanecem válidas e inalteradas as designações para o exercício da função de Suporte Pedagógico realizadas por meio das **Portarias nº 50/2024, nº 150/2025, nº 48/2026 e nº 66/2026**, passando a observar as disposições estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 04/2026.

Art. 2º A remuneração dos servidores designados para o exercício da função de Suporte Pedagógico de que trata o art. 1º observará o disposto no art. 49, inciso II e §§ 1º a 4º, e no Anexo V da Lei Complementar Municipal nº 04/2026.

Art. 3º A presente Portaria não implica nova designação, interrupção ou alteração da continuidade do exercício das funções de Suporte Pedagógico, permanecendo válidos os demais termos das Portarias mencionadas no art. 1º que não contrariem a Lei Complementar Municipal nº 04/2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, em 24 de setembro de 2026.

Publique-se.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:2CE26ACA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 300, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 300, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Servidora Pública Municipal junto ao Quadro Único de Pessoal, sob Regime Jurídico Estatutário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 03 de 24 de junho de 2026, que "Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Salgado Filho", bem como Lei Municipal nº 34 de 20 de junho de 2018 que "Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do município de Salgado Filho";
RESOLVE:
Artigo 1º - **NOMEAR,** à partir de 28 de setembro de 2026, sob o Regime Jurídico Único Estatutário, a servidora **JULIA PORTO,** inscrita no CPF/MF sob nº ***.465.***-09, aprovada no Concurso Público Municipal nº 01/2024, realizado nos termos delineados pelo Edital de Abertura nº 01/2024, datado de 09 de setembro de 2024, e suas alterações posteriores, com classificação final dos cargos mediante Edital de Homologação nº 012/2024 de 30 de dezembro de 2024, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de **ENFERMEIRO** com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com o Anexo I e II, Grupo "I", Classe "A", Nível "I", da Lei Complementar nº 03 de 24 de junho de 2026.
.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, vigésimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:BF3EE699

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 301, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 301, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Servidora Pública Municipal junto ao Quadro Único de Pessoal, sob Regime Jurídico Estatutário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o estabelecido na

Lei Complementar nº 04 de 24 de junho de 2026, que "Dispõe sobre as revisão do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Salgado Filho", bem como a Lei Municipal nº 34 de 20 de junho de 2018, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Salgado Filho";
RESOLVE:
Artigo 1º - **NOMEAR,** à partir de 01 de outubro de 2026, sob o Regime Jurídico Único Estatutário, a servidora **LUCIANA BAILKE,** portadora da Cédula de Identidade sob nº 15.***.066-* SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº ***.147.***-51, aprovada no Concurso Público Municipal nº 01/2024, realizado nos termos delineados pelo Edital de Abertura nº 01/2024, datado de 09 de setembro de 2024, e suas alterações posteriores, com classificação final dos cargos mediante Edital de Homologação nº 012/2024 de 30 de dezembro de 2024, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL** com carga horária de 30 horas semanais, de acordo com os Anexos I e III, Classe "NP", Nível "I", da Lei Complementar nº 04 de 24 de junho de 2026.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao vigésimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:253EAF7E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 302, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 302, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Retifica o período aquisitivo de Licença-Prêmio constante da Portaria nº 368/2025 da servidora pública municipal Adrieli Boff Pallas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e
Considerando o disposto no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 226, de 12 de janeiro de 2026, que restabeleceu a contagem do tempo de serviço relativa ao período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021;
Considerando o Decreto Municipal nº 64, de 09 de junho de 2026, que regulamentou, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o restabelecimento da contagem do tempo de serviço para fins de aquisição de vantagens funcionais;
Considerando a necessidade de adequação dos assentamentos funcionais da servidora em razão da recomposição do tempo de serviço anteriormente desconsiderado para fins de contagem dos períodos aquisitivos;
RESOLVE:
Art. 1º Fica retificado o período aquisitivo da Licença-Prêmio constantes da Portaria nº 368/2025, concedida à servidora pública municipal **ADRIELI BOFF PALLAS**, matrícula nº **1334**, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, passando a corresponder ao período de **18.03.2019 a 18.03.2024.**

Art. 2º A presente retificação decorre exclusivamente da recomposição da contagem do tempo de serviço prevista na legislação federal e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 64/2026, permanecendo inalterados os demais termos da Portaria ora retificada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho Estado do Paraná, ao vigésimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:467BDA59

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 303, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 303, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede Licença-Prêmio para servidora pública municipal e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,
Considerando o requerimento apresentado pela servidora;
Considerando o preenchimento dos requisitos legais para a concessão da Licença-Prêmio;
RESOLVE:
Art. 1º **CONCEDER** Licença-Prêmio de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 01 de outubro de 2026, à servidora pública municipal **ADRIELI BOFF PALLAS**, matrícula nº 1334, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, correspondente ao período aquisitivo de 18.03.2019 a 18.03.2024.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho Estado do Paraná, ao vigésimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:E322137A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 643/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Luiz Walter Brasilino	Motorista de veículos pesados	23/09/2026	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 25 de Setembro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:2A9AB447

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 293/2026

Dispõe sobre a Extinção Consensual da Ata de Registro de Preços nº 103/2025-PMSF, oriunda do Pregão Eletrônico nº 030/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
Considerando que a Cláusula Décima Segunda da Ata de Registro de Preços nº 103/2025-PMSF prevê a possibilidade de extinção consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

Considerando o pedido apresentado pela empresa SOS DISTRIBUIDORA, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA., que informou dificuldades econômico-financeiras e operacionais, bem como o encerramento gradual e definitivo de suas atividades empresariais;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Memorando nº 11/2026, quanto à extinção consensual relativamente aos quantitativos, saldos e fornecimentos futuros ainda não solicitados;

Considerando que a extinção consensual se mostra adequada à regularização da relação administrativa e à preservação do interesse público;

Considerando, ainda, o disposto no art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

DECRETA

Art. 1º Fica extinta, de forma consensual, a Ata de Registro de Preços nº 103/2025-PMSF, oriunda do Pregão Eletrônico nº 030/2025, celebrada com a empresa SOS DISTRIBUIDORA, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.289.799/0001-05, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e da Cláusula Décima Segunda do respectivo instrumento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, 25 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:6D46F50E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 292/2026

Anula a Dispensa de Licitação nº 52/2026, Processo Administrativo nº 168/2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o art. 71, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe que compete à Administração proceder à anulação do procedimento sempre que presente ilegalidade insanável;

CONSIDERANDO a Dispensa de Licitação nº 52/2026, Processo Administrativo nº 168/2026;

CONSIDERANDO as irregularidades constatadas no curso do procedimento de contratação direta, especialmente quanto aos orçamentos e à manifestação de interesse apresentados por intermédio de corretoras de seguros;

CONSIDERANDO os entendimentos firmados pelo TCE-PR (Acórdão nº 1.593/2016 – Tribunal Pleno) e TCU (Acórdão nº 600/2015 – Plenário);

CONSIDERANDO que a utilização de orçamentos e manifestações intermediados por corretoras comprometeu elementos essenciais da instrução do procedimento, especialmente a formação da pesquisa de preços e a regularidade da manifestação de interesse, em desconformidade com o regime jurídico aplicável à contratação pública de seguros;

CONSIDERANDO que as irregularidades identificadas atingem os atos essenciais à formação da referida Dispensa de Licitação, comprometendo a legalidade do procedimento;

CONSIDERANDO que não se mostra possível o saneamento dos vícios no âmbito do procedimento tal como instruído;

CONSIDERANDO, por fim, memorando do Departamento de Licitação constante do Processo Administrativo nº 168/2026, que apontou as irregularidades verificadas e a impossibilidade de prosseguimento da contratação nos moldes em que foi instruída;

DECRETA

Art. 1º Fica ANULADA a Dispensa de Licitação nº 52/2026, Processo Administrativo nº 168/2026, instaurada para a contratação de serviços de seguro veicular para 07 (sete) veículos da frota municipal vinculados às Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico e Obras, nos termos do art. 71, inciso III, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 25 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:BC071842

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 042/2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto nº 002/2025, e os protocolados sob nº 2488, 2654, 2673, 2674, 2675, 2712, 2789 e 2803/2026,

RESOLVE
Art. 1º – Conceder 30(trinta) dias de férias regulamentares a servidora MIRIAN CARLA FAVARIM, Diretora de Compras, referente ao período trabalhado de 14/01/25 a 13/01/26, optando pelo recebimento de 10 (dez) dias em pecúnia, ficando 20(vinte) dias a serem usufruídos retroativo ao dia 21/09/26 e término dia 10/10/26. Conforme determina o Art. 110, da Lei Complementar nº 003/2011.

Art. 2º - Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio aos servidores abaixo em seus cargos, referente ao período aquisitivo, conforme determina o Art. 136, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Deise Pouciano Coelho	Professora – 201.388	17/02/16 a 16/02/21	21/09/26 a 19/12/26
Genilza Maria Favato Ita	Professora	04/03/17 a 03/03/22	21/09/26 a 19/12/26
Eduara Roldan da Silva Rubira	Professora – 201.330	01/06/16 a 31/05/20	01/06/16 a 31/05/20
André Luiz da Silva	Assis. Administrativo	01/04/10 a 31/03/15	22/09/26 a 20/12/26

Art. 3º – Interromper as férias do servidor SANDRO APARECIDO VIDAL, requerida através da Port. nº038, art 3º, de 28/08/26, a partir do dia 28/09/26, restando 7 (sete) dias para usufruir posteriormente, conforme Art. 110, da Lei Complementar nº003/11.

Art. 4º - Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio a servidora PRISCILA ALMEIDA PEDRAZZANI SIMARDI, Nutricionista, referente ao período aquisitivo de 31/05/21 a 30/05/26, optando pelo recebimento de 30(trinta) dias em pecúnia, conforme determina o Art. 136, § 2º, da LC nº 003/2011, 60(sessenta) dias usufruir com início 05/10/26 a 02/12/26.

Art. 5º - Alterar o período de férias da Servidora SONIA APARECIDA MOLINARI, Agente Administrativo, concedida através do Art 3º, da Portaria nº 040, para a seguinte período; início dia 21/09/26 e término dia 05/10/26.

Art. 6º - Alterar a data de saída das férias do Servidor ANISIO DOS SANTOS, Agente de Serviços Operacionais, concedida através do Art 1º, da Portaria nº 040, para a seguinte período; início dia 21/09/26 e término dia 20/10/26.

Art. 7º - Conceder licença para tratamento de Saúde ao servidor abaixo, em seu respectivo cargo e período de afastamento. Conforme art. 115, da Lei municipal nº003/2011.

NOME	CARGO	INICIO E TÉRMINO
Richardson Marcelo Velosos Vieira	Advogado 20h	21/09/26 a 04/10/26

Art. 8º – Prorrogar a licença para tratamento de saúde da servidora ADELIA SILVA DOS SANTOS, Agente de Serviços Operacionais, por mais 90(noventa) dias, com início dia 20/09/26 e término dia 18/12/26, Conforme o Art.115, da Lei Complementar nº003/11.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 25 de setembro de 2026.

MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SÁ
Secretária de Administração.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:2C0EE138

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 104/2026

Dispõe sobre nomeação de servidores como gestor e fiscal de convênio com a Secretaria de Estado do Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1° Nomear o servidor **CLAUDIO FERREIRA AMANCIO**, matrícula 401-583, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, como **Gestor**, e o servidor **DOURIVALDO MANOEL DOS SANTOS**, matrícula 401-592, ocupante do cargo de Diretor de Indústria, Comércio, Prestação de Serviços e Turismo, como **Fiscal**, dos Convênios do Município junto à Secretaria de Estado do Turismo, que tem por objeto: Apoio à realização de viagem beneficente destinada a 80 participantes, alunos da EOCA/SCFV, em situação de vulnerabilidade social, com destino a parque aquático, a ser realizada em 22 de outubro de 2026, visando proporcionar lazer, bem-estar, integração social, fortalecimento de vínculos comunitários e promoção da qualidade de vida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 25 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:1C5FC370

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 102/2026

Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Santa Fé e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 284/2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Santa Fé – CEMPA;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação dos diferentes segmentos envolvidos na implementação, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados os seguintes representantes para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Santa Fé – CEMPA, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

I – Presidente - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
Léslier Maria Pelegrini.

II – Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:
Gislaine Righeto Ferreira.

III – Coordenador(a) Pedagógico(a) da Secretaria Municipal de Educação:
Lourdes Mendes Arantes.

IV – Representantes da Direção dos CMEIs e/ou das Escolas Municipais:
Titular: Clélia Aparecida Marchini Soares;
Suplente: Cleide Moraes.

V – Representantes da Coordenação Pedagógica:
Titular: Marta Eloisa Lalli.
Suplente: Maria Aparecida de Almeida;

VI – Representantes dos Professores da Educação Infantil:
Titular: Gisele Fantinati;
Suplente: Vanda Alcione de Matos Silva.

VII – Representantes dos Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
Titular: Rosemeire Damaceno Grolla;
Suplente: Eduara Roldan da Silva Rubira.

VIII – Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Titular: Dirlene Viana Barbosa;

Suplente: Juliana Aparecida Vertuan.

Art. 2º Compete aos membros do Comitê exercer as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 284/2026, colaborando na implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens.

Art. 3º O mandato dos membros do Comitê observará a vigência e as demais disposições estabelecidas em seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Comitê, podendo haver substituição de seus membros a qualquer tempo, mediante nova Portaria.

Art. 4º A participação no Comitê é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 25 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:6084D98F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 03/2026

COMISSÃO TÉCNICA DE GERENCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)
MUNICÍPIO DE SANTA FÉ – PR

Ao vigésimo quarto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis **(24 de setembro de 2026)**, às 14:00 horas, reuniram-se de forma presencial, na Biblioteca Municipal Emilio Pedrazzani de Santa Fé, os membros da **Comissão Técnica de Gerenciamento da Política Nacional Aldir Blanc**, instituída no âmbito do Município de Santa Fé - PR, contando com a presença dos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil ao final assinados, para deliberar sobre a seguinte **Pauta: Análise e aprovação de proposta de remanejamento e transferência de metas e recursos financeiros da PNAB e retificação do Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR).**

Abertos os trabalhos, a Presidência sublinhou a base legal da reunião, respaldada na Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022 (Lei PNAB), e no Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023. Foi exposta aos presentes a necessidade premente de adequação das metas originalmente previstas no Plano de Ação cadastrado na plataforma Transferegov.br face às demandas atuais da comunidade e ao calendário cultural do corrente exercício orçamentário de 2026.

Após debates e considerações técnicas sobre a viabilidade das ações propostas, a Comissão Técnica **APROVOU, por 05(CINCO) votos à favor e 01 (um) voto contra**, o remanejamento financeiro e a alteração do PAAR na seguinte conformidade:

1. Primeiro Remanejamento:

Meta de Origem (Redução): Meta 1 - Ações Gerais | 1.1.1 Fomento Cultural | 1.1.1 Aulas de Dança Urbana. Valor a ser reduzido: **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).**

Meta de Destino (Acréscimo): Meta 1 - Ações Gerais | 1.1 Fomento Cultural | 1.1.2 Edital de Fomento Cultural para Apresentação Artística em comemoração ao Outubro Rosa. Valor a ser acrescido: **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)**.

2. Segundo Remanejamento:

Meta de Origem (Redução): Meta 1 - Ações Gerais | 1.1.1 Fomento Cultural | 1.1.3 Show de Calouros. Valor a ser reduzido: **R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).**

Meta de Destino (Acréscimo): Meta 1 - Ações Gerais | 1.1 Fomento Cultural | 1.1.3 Edital de Fomento Cultural para Apresentação Artística em comemoração ao Natal. Valor a ser acrescido: **R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).**

Aprovou-se, outrossim, que tais remanejamentos preservam integralmente o equilíbrio financeiro global dos recursos repassados ao Município de Santa Fé - PR pela União (no montante total de R$ 101.197,90), cumprindo os preceitos e as diretrizes estabelecidas na legislação federal regulamentar.

Ficou deliberado que esta aprovação seja encaminhada imediatamente ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Santa Fé - PR para subsidiar a edição e publicação de Decreto Executivo correspondente, bem como autorizar o órgão gestor da cultura a proceder às atualizações necessárias junto à plataforma Transferegov.br e publicar os referidos editais de chamamento público.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14:40 horas, da qual eu, Francielli Roberta Boian, na qualidade de Diretora de Cultura da presente reunião, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e por todos os membros presentes da Comissão.

Santa Fé - PR, 24 de setembro de 2026.

FRANCIELLI ROBERTA BOIAN
Secretária da Reunião

Assinatura dos Demais Membros Presentes:
1- Léslier Maria Pelegrini:
2- Lourdes Mendes Arantes Lemos:
3 – Rosimeire Lazzari:
4 – Janaína Silva:
5- Thabata Furtado:
6 – Nivaldo Cesar Passeri:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:FC196900

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
ATA Nº. 34/2026 – SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

As **17h00min** do dia **dez** do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e seis**, reuniram-se os **Senhores Vereadores** e **Senhora Vereadora** para realizar a **Sessão Legislativa Extraordinária** da **62ª Sessão Legislativa** da **15ª Legislatura**, do **2º Período** de Sessões Ordinárias, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste, situado na Rua Canela, 731, Centro, Prédio do Centro Administrativo Municipal, Térreo, denominado de "Plenário Santa Isabel", convocada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, através de seu Presidente **Eduardo Martins** na **Sessão Legislativa Ordinária** do Dia **08 de setembro de 2026**, conforme determina a Legislação Vigente, com o seguinte objetivo: **"Apreciação das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, Exercício Financeiro de 2024, Processo nº 183397/25, de responsabilidade do Sr. JEAN PIERR CATTO, em conformidade com o Capítulo III – Do Julgamento de Contas, Artigo 183 do Regimento Interno".** Sobre a Presidência do Vereador **Eduardo Martins** e Secretariado pelo Vereador **Elivelton Agazzi** 1º Secretário, compondo ainda a Mesa Diretora o Vereador **Nilso do Nascimento** Vice Presidente e o Vereador **Leonir Pessini** 2º Secretário. Procedida à chamada verificou-se a presença de mais os seguintes Vereadores e Vereadora: **Cleverson Rampanelli, Erica do Nascimento, Valdecir Lazarotto, Vilmar Glowacki** e **Vilson Matciulevicz.** Havendo número Regimental e sobre a Proteção de Deus, o Senhor Presidente **Eduardo Martins** instalou a **Sessão Legislativa Extraordinária** e comunicou aos **Senhores Vereadores** e **Senhora Vereadora** que a **Sessão Legislativa Extraordinária** foi convocada pela **Mesa Diretora** da Câmara Municipal para apreciação de matéria objeto de convocação, sendo que só poderá os Vereadores e Vereadoras se reportar sobre assuntos relacionados à convocação, conforme determina o Regimento Interno. Em seguida solicitou a todos que ficassem em Pé e após Rezar a **Oração do "Pai Nosso"** e ouvir a Leitura do **Salmo Responsorial SL 138-139.** Após solicitou do 1º Secretário **Elivelton Agazzi** e do Secretário Executivo **Gerson Luiz Ghiggi** proceder à Leitura do **Expediente**: **- Expediente da Mesa Diretora –** Leitura da **Ata nº 33/2026 - Sessão Legislativa**

Ordinária do dia **08 de setembro de 2026**, após discutida, votada e **APROVADA** por unanimidade em única discussão e votação; Leitura do **Capítulo III – Do Julgamento de Contas – Art. 183;** Leitura do **Ofício nº 22/2026** e Leitura do **Ofício nº 25/2026**. **- Expediente do Tribunal de Contas do Paraná –** Leitura do **Ofício nº 154/26**, OPD-GP, datado de 09 de abril de 2026 – TCE - Pr e Leitura do **Item 6** do **Parecer Prévio nº 95/2026 – TCE – PR**, ambos publicados no **Diário Oficial dos Município do Paraná no dia 08 de maio de 2026. Edição nº 3325. - Expediente do Executivo Municipal –** Leitura do **Ofício nº 374/2026-GAB**, datado de **21 de agosto 2026. - Expediente das Comissões –** Leitura da **correspondência datada de 11 de agosto de 2026** – **Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Publicas**, encaminhada a Presidência; Leitura do **Parecer nº 66/2026 – Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas - EMENTA:** Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Santa Izabel do Oeste – Pr, relativo ao **Exercício Financeiro de 2024 - Processo TCE-PR nº 183397/25 - AUTOR:** Executivo Municipal - **RELATOR:** Vereador **Leonir Pessini.** Após a Leitura do **Parecer nº 66/2026**, o Presidente **Eduardo Martins** deixou registrado que: aonde consta no **Item IV – CONCLUSÃO** – **"que será apreciado pela Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste em 02 turnos de votação nas Sessões Legislativas Ordinárias dos dias 08 e 15 de setembro, ambas no horário das 18h00min".** Lê-se **"que será apreciado pela Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste em 02 turnos de votação nas Sessões Legislativas Extraordinárias dos dias 10 e 11 de setembro, ambas no horário das 17h00min";** Comunicado da Presidência que o **Parecer nº 66/2026**, foi discutido, votado e **APROVADO** por unanimidade na **ReuniãoExtraordinária da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas**, ocorrida no **Dia 01 de setembro de 2026, às 16h00min;** Comunicado que o **Parecer nº 66/2026**, foi publicado no **Diário Oficial dos Municípios do Paraná** no dia **04 de setembro de 2026**, **Edição nº 3610** e no site da Câmara Municipal; Leitura da **Mensagem Legislativa nº 07/2026** e **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026,** datado de **01 de setembro de 2026 – Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas.** Após a **Mensagem Legislativa nº 07/2026** e o **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026,** foi encaminhado pela Presidência à **Ordem do Dia** da presente **Sessão Legislativa Extraordinária,** para a 1ª discussão e votação; Leitura do **Parecer nº 67/2026 – Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas;** Comunicado que o **Parecer nº 67/2026**, foi discutido, votado e **APROVADO** por unanimidade na **Reunião Extraordinária da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas**, ocorrida no **Dia 01 de setembro de 2026,** às **16h00min;** Leitura da **Ata nº 31/2026 – Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas;** Comunicado que a **Ata nº 31/2026**, foi discutida, votada e **APROVADA** por unanimidade na **Reunião Extraordinária da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas**, ocorrida no **Dia 01 de setembro de 2026,** às **16h00min. – Expediente Jurídico –** A Presidência solicitou da Procuradora Jurídica **Dra. Cristiane Welter** a Leitura do **Parecer Jurídico Opinativo**, datado de **01 de setembro de 2026**, referente ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026.** No **Pequeno Expediente** não houve inscrições de Vereadores e Vereadora. Na **Ordem do Dia** houve a inscrição das seguintes matérias: **Apreciação das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, Exercício Financeiro de 2024, Processo nº 183397/25,** de responsabilidade do **Sr. JEAN PIERR CATTO,** em conformidade com o **Capítulo III – Do Julgamento de Contas**, **Artigo 183** do **Regimento Interno.** Primeiramente o Presidente **Eduardo Martins** deixou a palavra aberta ao **Advogado** constituído pelo **Ordenador de Despesa** para a realização de **defesa oral** pelo prazo de **15 minutos**, conforme o **artigo 183 Inciso VII do Regimento Interno**. Após solicitou a Leitura do **Oficio nº 402/2026**, datado de **09 de setembro de 2026** do Prefeito Municipal licenciado **Jean Pierr Catto**, informando que a administração municipal optou por não se manifestar através de seu Advogado sobre o assunto. Na seqüência foi deixada à palavra para cada Vereador e Vereadora, querendo, prazo de **03 minutos** para se manifestar sobre o julgamento, sem interrupções ou aparte – **artigo 183 Inciso IX do Regimento Interno**, sendo que os Vereadores e Vereadora optaram por não fazer uso da palavra. Dando seqüência o Presidente **Eduardo Martins** anunciou a 1ª discussão e votação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026** em processo de votação que será **Nominal – artigo 183 Inciso X do Regimento Interno,** sendo que os Vereadores e Vereadora deverão votar **SIM – A FAVOR** ou **NÃO – CONTRÁRIO.** Após lido o **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026 – Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Publicas,** o Presidente solicitou do 1º Secretário Vereador **Elivelton Agazzi**, proceder a chamada **Nominal** dos Senhores Vereadores e Senhora Vereadora para a votação. Na seqüência votaram: Vereador **Cleverson Rampanelli – SIM;** Vereador **Eduardo Martins – SIM;** Vereador **Elivelton Agazzi – SIM;** Vereadora **Erica do Nascimento – SIM;** Vereador **Leonir Pessini – SIM;** Vereador **Nilso do Nascimento – SIM;** Vereador **Valdecir Lazarotto – SIM;** Vereador **Vilmar Glowacki - SIM** e Vereador **Vilson Matceiulevicz – SIM,** ficando **APROVADO** em 1ª discussão e votação por **09(nove) votos FAVORÁVEIS e 00(zero) votos CONTRÁRIOS** o **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026, datado de 01 de setembro de 2026,** de autoria da **Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Publicas,** que **DISPÕE SOBRE ACOLHIMENTO DO ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 95/2026-S2C – Tribunal de Contas do Paraná E APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR JEAN PIERR CATTO.** Na **Ordem do Dia da Sessão Seguinte** houve a inscrição da seguinte matéria: 2ª discussão e votação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026** em processo de votação que será **Nominal** – **Artigo 183 – Inciso X**. Em **Explicações Pessoais** não houve inscrições de Vereadores e Vereadora. Em **Atividades da Mesa** não houve assuntos a serem deliberados. Nada mais havendo a ser tratado na presente **Sessão Legislativa Extraordinária**, o Senhor Presidente **Eduardo Martins** agradeceu a presença dos Senhores Vereadores, da Senhora Vereadora, Funcionários, pessoas em Plenário e agradeceu as pessoas que acompanharam a **Sessão Legislativa Extraordinária** Via Facebook e Youtube nas Páginas da Câmara Municipal e convidou a todos para a **Sessão Legislativa Extraordinária** do dia **11 de setembro – sexta feira** no horário das **17h00min.** Solicitou a Leitura da Ata que achada conforme foi aprovada e no final assinada pelos Senhores Vereadores e Senhora Vereadora. Estando a mesma gravada em sua integra em **Arquivo de Áudio de Computador e Vídeo. Levante-se a Sessão.**

EDUARDO MARTINS
Presidente

NILSO DO NASCIMENTO
Vice Presidente

ELIVELTON AGAZZI
1º Secretário

LEONIR PESSINI
2º Secretário

CLEVERSON RAMPANELLI
Vereador

ERICA DO NASCIMENTO
Vereadora

VALDECIR LAZAROTTO
Vereador

VILMAR GLOWACKI
Vereador

VILSON MATCIULEVICZ
Vereador

Publicado por:
Gerson Luiz Ghiggi
Código Identificador:5F160757

CÂMARA MUNICIPAL
ATA Nº. 35/2026 – SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

As **17h00min** do dia **onze** do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e seis**, reuniram-se os **Senhores Vereadores** e **Senhora Vereadora** para realizar a **Sessão Legislativa Extraordinária** da **62ª Sessão Legislativa** da **15ª Legislatura**, do **2º Período** de Sessões Ordinárias, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste, situado na Rua Canela, 731, Centro, Prédio do Centro Administrativo Municipal, Térreo, denominado de "Plenário Santa Isabel", convocada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, através de seu Presidente **Eduardo Martins** na **Sessão Legislativa Ordinária** do Dia **08 de setembro de 2026**, conforme determina a Legislação Vigente, com o seguinte objetivo: **"Apreciação das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, Exercício Financeiro de 2024, Processo nº 183397/25, de responsabilidade do Sr. JEAN PIERR CATTO, em conformidade com o Capítulo III – Do Julgamento de Contas, Artigo 183 do Regimento Interno".** Sobre a Presidência do Vereador **Eduardo Martins** e Secretariado pelo Vereador **Elivelton Agazzi** 1º Secretário, compondo ainda a Mesa Diretora o Vereador **Nilso do Nascimento** Vice Presidente e o Vereador **Leonir Pessini** 2º Secretário. Procedida à chamada verificou-se a presença de mais os seguintes Vereadores e Vereadora: **Cleverson Rampanelli, Erica do Nascimento, Valdecir Lazarotto, Vilmar Glowacki** e **Vilson Matciulevicz.** Havendo número Regimental e sobre a Proteção de Deus, o Senhor Presidente **Eduardo Martins** instalou a **Sessão Legislativa Extraordinária** e comunicou aos **Senhores Vereadores** e **Senhora Vereadora** que a **Sessão Legislativa Extraordinária** foi convocada pela **Mesa Diretora** da Câmara Municipal para apreciação de matéria objeto de convocação, sendo que só poderá os Vereadores e Vereadoras se reportar sobre assuntos relacionados à convocação, conforme determina o Regimento Interno. Em seguida solicitou a todos que ficassem em Pé e após Rezar a **Oração do "Pai Nosso"** e ouvir a Leitura do **Salmo Responsorial SL 83-84.** Após solicitou do 1º Secretário **Elivelton Agazzi** e do Secretário Executivo **Gerson Luiz Ghiggi** proceder à Leitura do **Expediente**: **- Expediente da Mesa Diretora –** Leitura da **Ata nº 34/2026 - Sessão Legislativa Extraordinária** do dia 10 **de setembro de 2026**, após discutida, votada e **APROVADA** por unanimidade em única discussão e votação. **- Expediente do Executivo Municipal –** Não houve matérias a serem deliberadas. **- Expediente das Comissões –** Não houve matérias a serem deliberadas. **– Expediente Jurídico –** Não houve assuntos a serem deliberados. No **Pequeno Expediente** não houve inscrições de Vereadores e Vereadora. Na **Ordem do Dia** houve a inscrição da seguinte matéria: O Presidente **Eduardo Martins** anunciou a 2ª discussão e votação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026** em processo de votação que será **Nominal – artigo 183 Inciso X do Regimento Interno,** sendo que os Vereadores e Vereadora deverão votar **SIM – A FAVOR** ou **NÃO – CONTRÁRIO.** Após lido o **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026 – Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Publicas,** o Presidente solicitou do 1º Secretário Vereador **Elivelton Agazzi**, proceder a chamada **Nominal** dos Senhores Vereadores e Senhora Vereadora para a votação. Na seqüência votaram: Vereador **Cleverson Rampanelli – SIM;** Vereador **Eduardo Martins – SIM;** Vereador **Elivelton Agazzi – SIM;** Vereadora **Erica do Nascimento – SIM;** Vereador **Leonir Pessini – SIM;** Vereador **Nilso do Nascimento – SIM;** Vereador **Valdecir Lazarotto – SIM;** Vereador **Vilmar Glowacki - SIM** e Vereador **Vilson Matceiulevicz – SIM,** ficando **APROVADO** em 2ª discussão e votação por **09(nove) votos FAVORÁVEIS e 00(zero) votos CONTRÁRIOS** o **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026, datado de 01 de setembro de 2026,** de autoria da **Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Publicas,** que **DISPÕE SOBRE ACOLHIMENTO DO ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 95/2026-S2C – Tribunal de Contas do Paraná E APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, DERESPONSABILIDADE DO SENHOR JEAN PIERR CATTO.** Na **Ordem do Dia da Sessão Seguinte** não houve matérias a inscrever. Em **Explicações Pessoais** não houve inscrições de Vereadores e Vereadora. Em **Atividades da Mesa** houve os seguintes assuntos a serem deliberados: Informação a todos que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026**, foi **APROVADO** em 02 turnos de discussão e votação, por unanimidade; Informação que foi acolhido todos os termos do **Parecer Prévio nº 95/26 – S2C**, datado de 05 de março de 2026 – Sessão Virtual nº 3, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná nos autos do Processo **nº 183397/25**, relativo às Contas do **Exercício Financeiro de 2024** do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná; Informação que ficam **APROVADAS** as contas da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, **Exercício Financeiro de 2024**, porque **REGULARES, com ressalvas**, de responsabilidade do Senhor **Jean Pierr Catto e** Informação que o resultado do **Julgamento das Contas**, com o respectivo **Decreto Legislativo**, as **Atas das Sessões**, **constando de forma clara todos os votos exarados e sua publicação** será divulgado e encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme dispõe o **Capítulo III – Do Julgamento de Contas, Artigo 183 Inciso XII do Regimento Interno.** Nada mais havendo a ser tratado na presente **Sessão Legislativa Extraordinária**, o Senhor Presidente **Eduardo Martins** agradeceu a presença dos Senhores Vereadores, da Senhora Vereadora, Funcionários, pessoas em Plenário e agradeceu as pessoas que acompanharam a **Sessão Legislativa Extraordinária** Via **Facebook e Youtube** nas Páginas da Câmara Municipal e convidou a todos para as **Sessões Legislativas Ordinárias** dos dias: **15 – terça feira, 16 – quarta feira** e **17 - quinta feira,** todas no horário das **18h00min.** Solicitou a Leitura da Ata que achada conforme foi aprovada e no final assinada pelos Senhores Vereadores e Senhora Vereadora. Estando a mesma gravada em sua integra em **Arquivo de Áudio de Computador e Vídeo. Levante-se a Sessão.**

EDUARDO MARTINS
Presidente

NILSO DO NASCIMENTO
Vice Presidente

ELIVELTON AGAZZI
1º Secretário

LEONIR PESSINI
2º Secretário

CLEVERSON RAMPANELLI
Vereador

ERICA DO NASCIMENTO
Vereadora

VALDECIR LAZAROTTO
Vereador

VILMAR GLOWACKI
Vereador

VILSON MATCIULEVICZ
Vereador

Publicado por:
Gerson Luiz Ghiggi
Código Identificador:F3B9E04D

CÂMARA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE PROPOSIÇÕES VOTADAS POR SESSÃO - DETALHADA

Legislatura: 2025/2028 **Cadeiras:** 09

Sessão: 1ª Sessão Legislativa Extraordinária 2026 **Data:** 10/09/2026 **Horas:** 17h00min

Proposição: Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026 – 01/09/2026

Autor: COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

EMENTA: "DISPÕE SOBRE ACOLHIMENTO DO ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 95/202-S2C – Tribunal de Contas do Estado do Paraná E APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL

DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 2024, DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR JEAN PIERR CATTO".

Votação: Nominal **Fase:** 1ª Discussão **Resultado:** Aprovado

PARLAMENTAR	PARTIDO	VOTO
CLEVERSON RAMPANELLI	PSD	Favorável
EDUARDO MARTINS	PSD	Favorável
ELIVELTON AGAZZI	PL	Favorável
ERICA DO NASCIMENTO	PROGRESSISTAS	Favorável
LEONIR PESSINI	PL	Favorável
NILSO DO NASCIMENTO	PROGRESSISTAS	Favorável
VALDECIR LAZAROTTO	AVANTE	Favorável
VILMAR GLOWACKI	REPUBLICANOS	Favorável
VILSON MATCIULEVICZ	MDB	Favorável

SIM	NÃO	ABSTENÇÕES	AUSÊNCIAS	VOTARAM	NÃO VOTARAM
09	00	00	00	09	00

Fonte
Gerson Luiz Ghiggi
Secretario Executivo

Publicado por:
Gerson Luiz Ghiggi
Código Identificador:4C16D7CB

CÂMARA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE PROPOSIÇÕES VOTADAS POR SESSÃO - DETALHADA

Legislatura: 2025/2028 **Cadeiras:** 09

Sessão: 2ª Sessão Legislativa Extraordinária 2026 **Data:** 11/09/2026 **Horas:** 17h00min

Proposição: Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2026 – 01/09/2026

Autor: COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS.

EMENTA: "DISPÕE SOBRE ACOLHIMENTO DO ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 95/202-S2C – Tribunal de Contas do Estado do Paraná E APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 2024, DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR JEAN PIERR CATTO".

Votação: Nominal **Fase:** 2ª Discussão **Resultado:** Aprovado

PARLAMENTAR	PARTIDO	VOTO
CLEVERSON RAMPANELLI	PSD	Favorável
EDUARDO MARTINS	PSD	Favorável
ELIVELTON AGAZZI	PL	Favorável
ERICA DO NASCIMENTO	PROGRESSISTAS	Favorável
LEONIR PESSINI	PL	Favorável
NILSO DO NASCIMENTO	PROGRESSISTAS	Favorável
VALDECIR LAZAROTTO	AVANTE	Favorável
VILMAR GLOWACKI	REPUBLICANOS	Favorável
VILSON MATCIULEVICZ	MDB	Favorável

SIM	NÃO	ABSTENÇÕES	AUSÊNCIAS	VOTARAM	NÃO VOTARAM
09	00	00	00	09	00

Fonte
GERSON LUIZ GHIGGI
Secretario Executivo

Publicado por:
Gerson Luiz Ghiggi
Código Identificador:739A4731

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.976 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026 ALTERA O INCISO I DO § 1º DO ART. 1º DO DECRETO Nº 3.904, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026, QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OES

DECRETO Nº 3.976 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o inciso I do § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.904, de 23 de fevereiro de 2026, que nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO os incisos IV e VIII do art. 67 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.696, de 13 de março de 2015, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
CONSIDERANDO o Decreto nº 3.904, de 23 de fevereiro de 2026, que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para o biênio 2026/2028;
CONSIDERANDO o desligamento da servidora Lucielle Honesko, anteriormente nomeada como representante titular da Secretaria Municipal de Assistência Social junto ao CMDCA;
CONSIDERANDO a indicação formal apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social para substituição de sua representante titular junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
DECRETA:
Art. 1º O inciso I do § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.904, de 23 de fevereiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º .....
§ 1º Representantes Governamentais:
I – Representantes da Secretaria de Assistência Social, como Titular Jéssica Rech e como Suplente Juliane Schmoller Quoss;
.....
Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições do Decreto nº 3.904, de 23 de fevereiro de 2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:5B85A166

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

O **Instituto Euvaldo Lodi**, considerando o processo de seleção para a função de **Assistente Administrativo – Aprendiz**, e em conformidade com os critérios estabelecidos no **Edital nº 001/2026**, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, classificada no referido

processo seletivo, para apresentação da documentação necessária à admissão:

Ordem	Candidato(a)
21º	Julia Martins Leite

– A candidata deverá comparecer à **Divisão de Recursos Humanos – DRH, da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste**, situada à **Rua Canela, esquina com a Rua Angico, nº 731 – Santa Izabel do Oeste – PR**, **até o dia 30 de setembro de 2026**.

– A candidata convocada iniciará suas atividades laborativas no dia **05 de outubro de 2026**.

– Para fins de admissão, a candidata deverá apresentar os seguintes documentos **ORIGINAIS**:
01 (uma) foto 3 x 4;
Carteira de Identidade;
CPF;
Título de Eleitor e Comprovante de Regularidade Eleitoral;
Comprovante de Regularidade Militar, para os candidatos do sexo masculino;
Carteira de Trabalho;
PIS/PASEP;
Carteira de Motorista;
Cartão de Vacinação e declaração de regularidade vacinal, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde do município onde reside;
Certidão de Nascimento ou Casamento;
CPF do cônjuge, caso seja casado;
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos ou dependentes de até 24 anos;
Certidão ou Diploma de Conclusão de Escolaridade, correspondente à função;
Comprovante de Residência atualizado dos últimos 90 (noventa) dias;
Exame Médico Admissional;
Declaração de que não ocupa cargo público estadual ou municipal;
Declaração de Bens;
Certidão do Cartório Criminal da Comarca onde reside, referente aos últimos 05 (cinco) anos.

– O não comparecimento da candidata no prazo estabelecido neste Edital, bem como a não apresentação da documentação exigida, observará as disposições e os critérios estabelecidos no Edital nº 001/2026.

Santa Izabel do Oeste – PR, 28 de setembro de 2026.

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:E43739D8

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°322/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 322/2026
INEXIGIBILIDADE N° 19/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 88/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Deoniz Moraes.
OBJETO: Chamamento Público de serviços culturais para a Secretaria de Cultura e Turismo, de Santa Izabel do Oeste – PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc - Ciclo II Previsto na Lei nº 14.399/2022.
VIGÊNCIA: 09/09/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).
DATA: 09/09/2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 326/2026
INEXIGIBILIDADE N° 19/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 88/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Edemir Fontoura.
OBJETO: Chamamento Público de serviços culturais para a Secretaria de Cultura e Turismo, de Santa Izabel do Oeste – PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc - Ciclo II Previsto na Lei nº 14.399/2022.
VIGÊNCIA: 09/09/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).
DATA: 09/09/2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 320/2026
INEXIGIBILIDADE N° 19/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 88/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Leonir Alves da Silva.
OBJETO: Chamamento Público de serviços culturais para a Secretaria de Cultura e Turismo, de Santa Izabel do Oeste – PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc - Ciclo II Previsto na Lei nº 14.399/2022.
VIGÊNCIA: 09/09/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).
DATA: 09/09/2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 321/2026
INEXIGIBILIDADE N° 19/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 88/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Germano Pelentil Leite Júnior.
OBJETO: Chamamento Público de serviços culturais para a Secretaria de Cultura e Turismo, de Santa Izabel do Oeste – PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc - Ciclo II Previsto na Lei nº 14.399/2022.
VIGÊNCIA: 09/09/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).
DATA: 09/09/2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 327/2026
INEXIGIBILIDADE N° 19/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 88/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Luiz Eduardo Munaro.
OBJETO: Chamamento Público de serviços culturais para a Secretaria de Cultura e Turismo, de Santa Izabel do Oeste – PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc - Ciclo II Previsto na Lei nº 14.399/2022.
VIGÊNCIA: 09/09/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).
DATA: 09/09/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:AC9C22B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 118/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº39/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 118/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº39/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** EVOLUA SPORTS CAPITAO LTDA;
Objeto:
Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 63.728,00 (Sessenta e Três Mil, Setecentos e Vinte e Oito Reais).

Prazo de Execução: 22/09/2027.
Prazo de Vigência: 22/09/2027.
Data da Assinatura: 23/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:709D7F1C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 139/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº39/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 139/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº39/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** ALEX POSSAMAI ME;
Objeto:
Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 1.584,00 (Um Mil, Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais).

Prazo de Execução: 22/09/2027.
Prazo de Vigência: 22/09/2027.
Data da Assinatura: 23/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:6E76C0EE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 140/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº39/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 140/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº39/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** SOUZA E AMARAL ESPORTES LTDA;
Objeto:
Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 10.765,00 (Dez Mil, Setecentos e Sessenta e Cinco Reais).

Prazo de Execução: 22/09/2027.
Prazo de Vigência: 22/09/2027.
Data da Assinatura: 23/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:97868087

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 141/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº39/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 141/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº39/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** ELO TEXTIL LTDA - EPP;
Objeto:
Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 24.500,00 (Vinte e Quatro Mil e Quinhentos Reais).

Prazo de Execução: 22/09/2027.
Prazo de Vigência: 22/09/2027.
Data da Assinatura: 23/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:8B40CBD5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 143/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº39/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 143/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº39/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA;
Objeto:
Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR
Valor:
R$ 114,78 (Cento e Quatorze Reais e Setenta e Oito Centavos).

Prazo de Execução: 22/09/2027.
Prazo de Vigência: 22/09/2027.
Data da Assinatura: 23/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:15F2591D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 144/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº39/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 144/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº39/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** H L MANICA LTDA;
Objeto:
Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR
Valor:
R$ 11.588,00 (Onze Mil, Quinhentos e Oitenta e Oito Reais).

Prazo de Execução: 22/09/2027.
Prazo de Vigência: 22/09/2027.
Data da Assinatura: 23/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:606D25C0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CONTRATO Nº 145/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº39/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 145/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº39/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** JEVERSON IVAN PAESE PITTY SPORTS;
Objeto:
Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR
Valor:
R$ 20.041,30 (Vinte Mil e Quarenta e Um Reais e Trinta Centavos).

Prazo de Execução: 22/09/2027.
Prazo de Vigência: 22/09/2027.
Data da Assinatura: 23/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:4563E1EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CONTRATO Nº 146/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº39/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 146/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº39/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** OLMIR LUIS PECCIN;
Objeto:
Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR
Valor:
R$ 6.980,00 (Seis Mil, Novecentos e Oitenta Reais).

Prazo de Execução: 22/09/2027.
Prazo de Vigência: 22/09/2027.
Data da Assinatura: 23/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:C20A4383

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CONTRATO Nº 147/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO DISPENSA Nº16/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 147/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Dispensa Nº16/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** URBAN CONTROLE TECNOLOGICO LTDA;
Objeto:
Contratação de empresa especializada para realização de ensaios tecnológicos de pavimentação e emissão dos respectivos laudos técnicos de contraprova, com vistas à verificação da qualidade do revestimento asfáltico, das condições da base, sub-base e subleito do pavimento executado no âmbito do Contrato nº 16/2024 - Pavimentação de Vias Urbanas - SAM/Lote 34/01, no Município de Santa Lúcia/PR., no valor de R$ 11.980,00 (Onze Mil, Novecentos e Oitenta Reais), por um período de 60 Dias
Valor:
R$ 11.980,00 (Onze Mil, Novecentos e Oitenta Reais).

Prazo de Execução: 23/11/2026.
Prazo de Vigência: 23/11/2026.
Data da Assinatura: 25/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:5BBCBEC5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CONTRATO Nº 148/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº28/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 148/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Inexigibilidade Nº28/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** ATUATI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA;
Objeto:
Aquisição de ensiladeira agrícola nova para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 007/2025 gerenciada pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai CIRAU.
Valor:
R$ 122.463,36 (Cento e Vinte e Dois Mil, Quatrocentos e Sessenta e Três Reais e Trinta e Seis Centavos).
Prazo de Execução: 24/09/2027.
Prazo de Vigência: 24/09/2027.
Data da Assinatura: 25/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:C44F84E9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS LISTA DE CREDENCIADOS LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE NORMAL Nº 23/2026

LISTA DE CREDENCIADOS

LICITAÇÃO MODALIDADE
Inexigibilidade Normal
Nº 23/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Divulgara lista de Credenciados do Credenciamento nº 09/2026, que teve como objeto ***Contratação de empresas para a prestação de serviços de assistência técnica em informática, compreendendo suporte preventivo e corretivo em hardware e software, sistemas e***

redes, visando atender às necessidades operacionais das Secretarias e Departamentos da Administração Municipal.
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, comporão a lista pela ordem de protocolo do envelope as empresas da seguinte maneira:
OLIVIO CORREA DE MELLO SERVICOS LTDA
60.112.074/0001-41
R PRUDENTOPOLIS, 209 - CEP: 85795000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Santa Lúcia/PR
OLIVIO CORREA DE MELLO
524.316.579-49

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em vinte e cinco dias de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:37D636EA

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 150/2026 DATA: 21/09/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **MEIA DIÁRIA** para o servidor **CICERO DOS SANTOS PEREIRA (Motorista)**, para levar paciente para internamento hospitalar na cidade de Foz do Iguaçú – PR, no dia 20 de setembro de 2026. Saída e retorno no 20 de setembro de 2026.

VEÍCULO: STRADA
PLACA: TAT 4J30

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 21 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:60DDDE9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
ATA DE REALIZAÇÃO DE SORTEIO PARA DEFINIÇÃO DE LEILOEIRO

Aos 25 dias do mês de Setembro de 2026, às 15:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste/Pr, conforme aviso de sorteio publicado no Diário Oficial dos Municípios SIGpub, na data de 22 de Setembro de 2026, Edição 3621, reuniram-se os membros responsáveis pelo procedimento de seleção de leiloeiro, em cumprimento ao disposto no Edital/Regulamento e conforme Ata de Habilitação/Classificação constante dos autos do processo Chamamento Público nº 01/2026.

Iniciados os trabalhos, foi realizada a conferência dos nomes dos leiloeiros aptos a participar do sorteio, conforme relação constante da ata nº 12/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios SIGpub, na data de 23 de Julho de 2026, Edição 3579, e Ata registrada no processo na data de 21 de Setembro de 2026, com habilitação de mais um leiloeiro, anteriormente elaborada, sendo os seguintes:
PEDRO LERNER KRONBERG
HELCIO KRONBERG
JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA
JAQUELINE SPERANÇA
JOACIR MONZON POUEY
CLEVER ELMES MILANI
GUSTAVO MORETTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA
LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA 01472188616 ME
ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA
EVANILDE AQUINO PIMENTEL
PAULO ALEXANDRE HEISLER
FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO
FERNANDA RIBEIRO
ALEXANDER PRETTI DOMINGOS
LUCAS EDUARDO DALCANALE
DANIEL ELIAS GARCIA
RICARDO FERREIRA GOMES
CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI
LUIZ CARLOS DALL AGNOL
JORGE MARCO AURELIO BIAVATI
LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR
LELIA MARIA DE PAULA LENZ CÉZAR
SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR
CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES
GUILHERME EDUARDO STUTZ TOPOROSKI
CATIA FERNANDA ALIEVI TOPOROSKI
GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO
CAROLINE DE SOUZA RIBAS
TATIANA PAULA ZANI DE SOUSA
DIEGO WOLF DE OLIVEIRA
ADALBERTO SCHERER FILHO
PAULO ROBERTO NAKAKOGUE
DANIEL RIBAS ROSA FRAHM
ANDRÉ LUIZ WUITSCHIK
MARCOS ANTONIO TULIO

Após a conferência, os nomes foram inseridos na plataforma eletrônica Sorteador de Nomes Online, utilizada para a realização do sorteio de forma aleatória e transparente.

O sorteio foi realizado de forma pública, tendo sido sorteado o seguinte leiloeiro:

LEILOEIRO SORTEADO:
1º LUGAR — LEILOEIRO SORTEADO (TITULAR)

• **Nome:** Jaqueline Sperança
• **CPF:** 859.917.759-15
• **JUCEPAR:** 21/328-L
• **Endereço:** Rua André de Barros, nº 226, sala 602, Centro — Curitiba/PR, CEP: 80.010-080
• **Telefone:** (41) 99672-8786
• **E-mail:** sperancaleiloes@gmail.com
• **Website:** www.sperancaleiloes.com.br

Segundo: DANIEL RIBAS ROSA FRAHM
Terceiro: JOACIR MONZON POUEY
Quarto: LELIA MARIA DE PAULA LENZ CÉZAR
Quinto: GUSTAVO MORETTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA
Sexto: LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR
Sétimo: LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA 01472188616 ME
Oitavo: LUIZ CARLOS DALL AGNOL
Nono: RICARDO FERREIRA GOMES
Décimo: ANDRÉ LUIZ WUITSCHIK
Décimo Primeiro: JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA
Décimo Segundo: FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO
Décimo Terceiro: SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR
Décimo Quarto: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE
Décimo Quinto: TATIANA PAULA ZANI DE SOUSA
Décimo Sexto: LUCAS EDUARDO DALCANALE
Décimo Sétimo: JORGE MARCO AURELIO BIAVATI
Décimo Oitavo: GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO
Décimo Nono: DANIEL ELIAS GARCIA

Vigésimo: PEDRO LERNER KRONBERG
21º: FERNANDA RIBEIRO
22º: ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA
23º: DIEGO WOLF DE OLIVEIRA
24º: ADALBERTO SCHERER FILHO
25º: CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES
26º: CLEVER ELMES MILANI
27º: MARCOS ANTONIO TULIO
28º: GUILHERME EDUARDO STUTZ TOPOROSKI
29º: CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI
30º: PAULO ALEXANDRE HEISLER
31º: EVANILDE AQUINO PIMENTEL
32º: CAROLINE DE SOUZA RIBAS
33º: HELCIO KRONBERG
34º: ALEXANDER PRETTI DOMINGOS
35º: CATIA FERNANDA ALIEVI TOPOROSKI

O resultado foi conferido pelos presentes e registrado para fins de formalização e prosseguimento do procedimento, ficando o comprovante/registro do sorteio juntado aos autos.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme, segue assinada pelos responsáveis presentes.

Santa Maria do Oeste/PR, 25 de Setembro de 2026.

LUCAS TIAGO MINHUK
Presidente da Comissão de Licitação

MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS
Membro

ELIANE DE FARIA RODRIGUES
Membro

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:B1125E58

LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N°28/2026

Ref.: **PROCESSO N.º 098/2026**
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 028/2026

Nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica, declaro a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para a contratação da Empresa **GRID BR SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ Sob nº 23.324.543/0001-60, com sede na Rua Alameda dos Maracatins, nº 992, Conj. 93 Bloco A, CEP 04089-900, Indianopolis/SP, para a **"AQUISIÇÃO/SUBSCRIÇÃO (ASSINATURA) DE LICENÇAS DE SOFTWARE PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA COM UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE." Conforme adesão da Ata de Registro de Preços SEI-CED: 198/2023 proveniente do Pregão nº PREG-e- 1037/2023.**

Assim, com base no Art. 86, § 3.º, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

Publique-se.

Santa Maria do Oeste – Pr, 24 de Setembro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

REFERENTE: Processo Licitatório n.º098/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 028/2026

OBJETO: **"AQUISIÇÃO/SUBSCRIÇÃO (ASSINATURA) DE LICENÇAS DE SOFTWARE PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA COM UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE." Conforme adesão da Ata de Registro de Preços SEI-CED: 198/2023 proveniente do Pregão nº PREG-e-1037/2023.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – Pr, inscrita no CNPJ sob nº. 95.684.544/0001-26, com sede administrativa na Rua Jose de França Pereira, 10- na cidade de Santa Maria do Oeste – Pr.

CONTRATADO: GRID BR SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ Sob nº 23.324.543/0001-60, com sede na Rua Alameda dos Maracatins, nº 992, Conj. 93 Bloco A, CEP 04089-900, Indianopolis/SP.

- Valor total: R$85.958,70 (Oitenta e cinco mil novecentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos)

De acordo com o disposto no Art. 86, § 3.º, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, DECLARO RATIFICADO o Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 028/2026.

Santa Maria do Oeste/PR, 24 de Setembro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:D8522296

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº158/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José de França Pereira nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pelo Secretario Municipal de Administração, **Sr. Luiz Zenaide Gomes**.

CONTRATADA: **A empresa GRID BR SOLUÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.324.543/0001-60, com sede na Alameda dos Maracatins, nº 992, Cj. 93, Bloco A, Indianópolis, São Paulo/SP, CEP 04089-900.

OBJETO: "**AQUISIÇÃO/SUBSCRIÇÃO (ASSINATURA) DE LICENÇAS DE SOFTWARE PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA COM UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE." Conforme adesão da Ata de Registro de Preços SEI-CED: 198/2023 proveniente do Pregão nº PREG-e-1037/2023.**

- Valor total: R$85.958,70 (Oitenta e cinco mil novecentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos)

Data de assinatura: 25 de Setembro de 2026.
Vigência:24/09/2029

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:6EF99108

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01348/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01348/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: WILLIAM MELLO DE LORENA **MATRÍCULA n.º** 9996874
CARGO: SECRETARIO EDUCAÇÃO **CPF Nº** 095.***.***-04

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO AO MUNICIPIO DE FOZ DE IGUAÇU, PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO II SEMINARIO DE COOPERAÇÃO PEDAGOGICA COM OS MUNICIPIOS CONSTRUINDO CAMINHOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026
Data de Retorno: 01/09/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: FOZ DO IGUAÇU PR **Código do IBGE:** 08304
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 03 (TRES) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$175,00 (CENTO SETENTA E CINCO CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$525,00 (QUINHENTOS E VINTE E CINCO CEM REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 25 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:35EB96DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01349/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01349/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: TIAGO GULANOSKI **MATRÍCULA n.º** 9996863
CARGO: PROFESSOR **CPF Nº** 008.***.***-62

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO AO MUNICIPIO DE FOZ DE IGUAÇU, PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO II SEMINARIO DE COOPERAÇÃO PEDAGOGICA COM OS MUNICIPIOS CONSTRUINDO CAMINHOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026
Data de Retorno: 01/09/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: FOZ DO IGUAÇU PR **Código do IBGE:** 08304
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 03 (TRES) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$300,00 (TREZENTOS REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 25 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:603EF7F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01350/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01350/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VILMAR BATISTA DE LIMA **MATRÍCULA n.º** 9997252
CARGO: MOTORISTA **CPF N.º** 083.***.***-96

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE ARAPONGAS, PARA TRANSPORTE DE ALUNOS PARA PARTICIPAÇAO 68º JOGOS DA ABERTOS DO PARANA JAPS 2026.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 21/08/2026
Data de Retorno: 23/08/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: ARAPONGAS PR **Código do IBGE:** 01507
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 02 (TRES) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$200,00 (DUZENTOS REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 25 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:E013606D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026

Em conformidade com o disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 2.962/2023** e demais normas aplicáveis, **RATIFICO os atos praticados no presente processo de contratação direta**, considerando a regularidade de sua tramitação, a documentação constante dos autos e o atendimento aos requisitos legais pertinentes à contratação, referente à **Inexigibilidade de Licitação nº 029/2026**, conforme Ato de Declaração emitido pelo Chefe de Gabinete, no âmbito do **Processo Administrativo nº 075/2026**.

A contratação tem por objeto a:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL "FISCAIS DE CONTRATO E PAPEL DO GESTOR", DESTINADO A 04 (QUATRO) SERVIDORES MUNICIPAIS, A SER REALIZADO EM CURITIBA/PR, NOS DIAS 29 E 30 DE SETEMBRO E 01 E 02 DE OUTUBRO DE 2026, COM O OBJETIVO DE APRIMORAR OS CONHECIMENTOS TÉCNICOS DOS SERVIDORES QUANTO À GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS E ÀS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO REQUISITANTE.

A contratação será realizada com a empresa **UNYFLEX – UNYGOV GOVERNANCE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **55.930.096/0001-89**, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 547, Conj. 04, Cond. Rosa Leal Ed., Centro, Curitiba/PR, CEP 80.020-000, pelo valor total de **R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)**.

A presente contratação direta fundamenta-se na hipótese de **inexigibilidade de licitação**, nos termos do **art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando tratar-se de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, observada a documentação e as justificativas constantes dos autos.

Diante do exposto, **RATIFICO e AUTORIZO a contratação direta**, determinando aos setores competentes desta Administração que adotem as providências necessárias à formalização da contratação, inclusive a elaboração do respectivo instrumento contratual, quando cabível.

Determino, ainda, que sejam providenciadas a divulgação do ato que autoriza a contratação direta ou do respectivo extrato, bem como a publicação dos atos pertinentes, nos termos do **art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021**, observando-se as exigências de publicidade aplicáveis, inclusive perante o **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**.

Santo Antonio do Paraíso/PR, 25 de setembro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Feliciano Dos Santos
Código Identificador:C97BA69E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 547/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 127/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 547/2025
Inexigibilidade Nº 127/2025

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Física e Jurídica, qualificada tecnicamente para elaboração de projetos de engenharia para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Santo Antonio do Sudoeste, de acordo com Chamamento Público Nº 012/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: IVAN RODRIGO DAL BERTI & CIA LTDA.
VIGÊNCIA: 28/09/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 135.000,00 (Cento e Trinta e Cinco Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 25/09/2026.
PELA CONTRATANTE: JOSE DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal em exercício
e pela contratada: IVAN RODRIGO DAL BERTI - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:253EE7DE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 16 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 6/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 2/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 16 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 6/2025
Inexigibilidade Nº 2/2025
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis destinados à frota de veículos do Município de Santo Antonio do Sudoeste, conforme Chamamento Público 012/2024.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: PANDA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E SERVICOS LTDA;
VALOR DO REEQUILÍBRIO: 17.859,05 (Dezessete Mil e Oitocentos e Cinquenta e Nove Reais e Cinco Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 25/09/2026
Pela contratante: JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal
e pela contratada: Valdir Gervinski - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:8CC0D8D0

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0277/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 092/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0277/2026
Inexigibilidade nº 092/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: FEKIP - FEDERAÇÃO DE KARATE INTERESTILOS DO PARANA
CNPJ Nº 08.944.109/0001-99
Representante: MARCO AURELIO GAZZONI
CPF nº 022.656.789-37
OBJETO: Contratação da Federação de Karatê Interestilos do Paraná FEKIP, para a realização da Copa Paraná de Karatê Interestilos 2026, a ser realizada no dia 17 de outubro de 2026, no município de Santo Antônio do Sudoeste Paraná.
VALOR TOTAL: R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)
VIGÊNCIA: 24/09/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 25/09/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C823B3B4

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 092/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 092/2026

OBJETO: Contratação da Federação de Karatê Interestilos do Paraná FEKIP, para a realização da Copa Paraná de Karatê Interestilos 2026, a ser realizada no dia 17 de outubro de 2026, no município de Santo Antônio do Sudoeste Paraná.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
FEKIP - FEDERAÇÃO DE KARATE INTERESTILOS DO PARANA	1	1	Pagamento para a realização da Copa Paraná de Karatê Interestilos 2026 promovida pela FEKIP Federação de Karatê Interestilos do Paraná, para custear despesas com premiação medalhas e troféus, alimentação, ornamentação, estrutura banners, treliças e telão de LED, hospedagem e demais custos para organização do evento.	1,00	25.000,00

Homologo a presente licitação,
Santo Antônio do Sudoeste, em 24/09/2026.

JOSE DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:533A161C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
TERMO DE CANCELAMENTO CONSENSUAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

TERMO DE CANCELAMENTO CONSENSUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, na sede do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº **08.146.697/0001-15**, com sede junto ao Centro Administrativo, localizado na Praça Coronel Deolindo, s/nº, Centro, São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, Sr. **VENICIUS DJALMA ROSA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 8.241.196-8 e inscrito no CPF sob nº 036.270.189-07, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e, de outro lado, a empresa **WDA DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ nº 46.527.609/0001-14, Fone 15 3531-1592 OU 15 9 9809-3951– e-mail: wdadistribuidoraitapeva@gmail.com, neste ato representada pelo senhor Álvaro Donizete Wenzel, Portador do CPF nº 072.078.818-86, RG nº 15.754.121-6 SSP/SP, residente e domiciliado Rua Professora Rivadavia Marques Jr, nº 138 Sala 01 - Centro Itapeva/SP Cep: 18.400.370, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, resolvem, de comum acordo, formalizar o presente **TERMO DE CANCELAMENTO CONSENSUAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 02/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto formalizar, de comum acordo entre as partes, o cancelamento consensual da Ata de Registro de Preços nº 03/2025, celebrada em 27 de março de 2025, cujo objeto consiste no: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PAVER, MEIO-FIO, LAJOTA SEXTAVADA E GUIA DE TRAVAMENTO/FINCADINHA, PARA O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL de Desenvolvimento do Território Nordeste do Paraná – CODENOP."**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente cancelamento consensual fundamenta-se nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina as licitações e contratações administrativas, especialmente nas normas relativas ao Sistema de Registro de Preços e à extinção consensual dos ajustes administrativos, observadas, ainda, as disposições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2025, da própria Ata de Registro de Preços nº 03/2025 e do regulamento aplicável ao CODENOP.
Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que admite a extinção consensual dos ajustes administrativos, desde que haja conveniência para a Administração e manifestação de concordância entre as partes.
O cancelamento também observa os princípios que regem a Administração Pública e as contratações administrativas, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, interesse público, economicidade e segurança jurídica, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DAS PARTES

O presente cancelamento decorre da manifestação expressa e consensual das partes, que, de forma livre e sem qualquer vício de consentimento, concordam com o encerramento da Ata de Registro de Preços nº 03/2025.
As partes declaram que a presente medida atende ao interesse administrativo e não decorre de imposição unilateral, sendo formalizada mediante consenso entre o Órgão Gerenciador e a empresa detentora da Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DOS SALDOS E OBRIGAÇÕES

Com a formalização do presente Termo, ficam cancelados os registros de preços constantes da Ata de Registro de Preços nº 03/2025, relativamente à empresa **WDA DISTRIBUIDORA LTDA**, cessando-se, a partir da data de sua formalização, a possibilidade de emissão de novas autorizações de fornecimento ou instrumentos equivalentes com fundamento na referida Ata.
Fica ressalvado o cumprimento das obrigações eventualmente constituídas anteriormente à data do cancelamento, inclusive aquelas relativas a fornecimentos já efetivamente realizados, empenhados ou formalmente requisitados, caso existentes.
Parágrafo único. Caso não existam obrigações pendentes, as partes declaram, para todos os fins, que não há fornecimentos, pagamentos, indenizações ou outras obrigações remanescentes decorrentes da Ata de Registro de Preços ora cancelada.

CLÁUSULA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE PENALIDADES

Considerando que o presente cancelamento é realizado de forma consensual, não decorrendo de inadimplemento contratual ou de conduta imputável à empresa que justifique a aplicação de penalidade, fica afastada a aplicação de sanções administrativas exclusivamente em razão do presente cancelamento, ressalvada a existência de fatos anteriores que, por sua natureza, demandem apuração própria.

CLÁUSULA SEXTA – DA QUITAÇÃO

Após o cumprimento de eventuais obrigações pendentes, as partes dar-se-ão plena, geral e recíproca quitação relativamente às obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços nº 03/2025, nada tendo a reclamar uma da outra em razão do seu cancelamento, ressalvadas obrigações legalmente constituídas ou fatos que venham a ser posteriormente apurados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

O presente Termo será encaminhado para os atos de publicidade e divulgação pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando cabível, bem como nos demais meios oficiais adotados pelo CODENOP, em observância ao princípio da publicidade e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CANCELAMENTO

O cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 03/2025 produzirá efeitos a partir da assinatura do presente Termo, salvo disposição administrativa diversa expressamente consignada no processo.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro competente para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Termo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Cancelamento Consensual da Ata de Registro de Preços nº 02/2025, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Jerônimo da Serra/PR, 25 de setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Preseidente do Consórcio

WDA DISTRIBUIDORA LTDA
Empresa Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:19E8E75F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Luiz Paulo Semiceki Marcelino
Cargo/Função	Motorista
Data	18/09/2026 a 08/10/2026
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina – PR
Motivação	Transporte de alunos universitários

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Gilmar Rocha
Cargo/Função	Motorista
Data	26/09/2026
Quantidade	1 diárias de R$ 45,00,
Valor	R$ 45,00
Destino	Ibiporã – PR
Motivação	Transporte de pessoas para prestarem serviços no Frigorifica Rainha da Paz

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Nelson Alcebiades Graciano Monteiro
Cargo/Função	Técnico de Vigilância
Data	06 a 08/10/2026
Quantidade	3 de R$ 500,00
Valor	R$ 1.500,00
Destino	Foz do Iguaçu – PR.
Motivação	Participação no curso Atualização em Processo Administrativo Sanitário (PAS)

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Ellen Beatriz Vieira Bernardo
Cargo/Função	Psicóloga
Data	23/09/2026
Quantidade	1 diária de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Cornélio Procópio – PR
Motivação	Participação na capacitação Fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Publicado por:
João Elizeu Bernardo
Código Identificador:4858969F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - PROVOPAR – PROGRAMA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

A **PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense de São Jerônimo da Serra**, por meio de sua Presidente, **CAMILA PEREIRA**, no uso de suas atribuições, **CONVOCA** todos os membros e associados para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada conforme as informações abaixo:
DATA: 02 de outubro de 2026
HORÁRIO: 14h00
LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra – PR.
ORDEM DO DIA
I – Alinhamento e organização das próximas **ações sociais da PROVOPAR**;
II – Planejamento e organização de **novo evento beneficente**, incluindo as ações necessárias para sua realização;
III – Definição de responsabilidades, organização e encaminhamentos para as próximas ações da entidade;
IV – Assuntos gerais de interesse da PROVOPAR.
A participação de todos é de fundamental importância para o planejamento e fortalecimento das ações sociais desenvolvidas pela PROVOPAR em benefício da comunidade de São Jerônimo da Serra.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, **expede-se o presente Edital de Convocação**.
São Jerônimo da Serra – Paraná, 25 de setembro de 2026.

CAMILA PEREIRA
Presidente da PROVOPAR
São Jerônimo da Serra – PR

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:F4762F3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO GERAL ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA - ACAMAR – ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

A **ACAMAR – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Jerônimo da Serra**, por meio de sua Diretoria, **CONVOCA todos os associados** para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia **30 de setembro de 2026, às 14h00**, na **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra**.
A Assembleia terá como objetivo promover o alinhamento, a apresentação e a discussão de assuntos de interesse da Associação e de seus associados, conforme a seguinte:
PAUTA

• **Apresentação e reapresentação do Estatuto Social e do Regimento Interno da ACAMAR**, para conhecimento, esclarecimento e reforço das normas, direitos, deveres e responsabilidades dos associados;
• **Apresentação dos novos equipamentos recebidos pela Associação**, adquiridos por meio de convênio, com esclarecimentos sobre sua finalidade, utilização, responsabilidade, conservação e organização para o desenvolvimento das atividades da ACAMAR;
• **Apresentação e discussão do Plano de Trabalho da ACAMAR para o exercício de 2027**, contemplando as ações, metas, projetos, organização das atividades e perspectivas para o próximo ano;
• **Assuntos gerais de interesse da Associação e dos associados.**

A participação de todos os associados é de fundamental importância para o fortalecimento da Associação, para a organização das atividades e para a construção coletiva das ações que serão desenvolvidas no próximo exercício.
Contamos com a presença e a participação de todos.

São Jerônimo da Serra – PR, 25 de setembro de 2026.

Presidente da ACAMAR
SUELI DE FÁTIMA ALMEIDA FORTUNATO
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis
São Jerônimo da Serra – Paraná

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:9358CA8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR

A **Presidente do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR de São Jerônimo da Serra**, **MARIA ADRIANA PARISSENTI**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **CONVOCA todos os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR** para participarem da **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia **01 de outubro de 2026, às 14h00**, na **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra – PR**.
ORDEM DO DIA
I – FECAT – apresentação e alinhamento das ações, organização e encaminhamentos necessários;
II – Vídeo Institucional do Turismo de São Jerônimo da Serra – alinhamento das informações, conteúdo, participação dos envolvidos e demais providências para sua elaboração;
III – Planejamento e alinhamento das **próximas ações do COMTUR e da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente**;
IV – Definição de encaminhamentos e responsabilidades referentes às ações discutidas;
V – Demais assuntos pertinentes ao Conselho Municipal de Turismo.
A participação dos membros é de fundamental importância para o fortalecimento da **gestão participativa e da governança do turismo municipal**, bem como para o planejamento conjunto das ações e projetos turísticos de São Jerônimo da Serra.
E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, **expede-se o presente Edital de Convocação**.
São Jerônimo da Serra – Paraná, 25 de setembro de 2026.

MARIA ADRIANA PARISSENTI
Presidente do COMTUR
Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente
São Jerônimo da Serra – PR

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:84F77245

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 34/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 205/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER UMA DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**

CONTRATADA:
AS3 AUTOMOTIVA LTDA C.N.P.J. nº 09.151.179/0001-52 com sede na RUA ALCINDO FERREIRA TOLEDO, 83 - JARDIM CURITIBA, Cidade Campo Mourão / Paraná CEP: 87.303-313, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor MARCO AURELIO ASSAD DOS SANTOS, portador do CPF n° 072.347.729-95. Com o valor de R$ 4.380,00 (quatro mil trezentos e oitenta reais).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 25 de setembro de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
AS3 AUTOMOTIVA LTDA

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 34/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 206/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER UMA DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**

CONTRATADA:
JLA PNEUMATICOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA C.N.P.J. nº 67.118.591/0001-77 com sede na RUA ANTONIO PIEROSAN, 1041 - FUNDOSPAVILHAO SALA ANEXA - INDUSTRIAL, Cidade Gaurama / Rio Grande do Sul CEP: 99.830-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor JOAO LAORENCE AIMI, portador do CPF n° 012.760.440-54. Com o valor de R$ 33.140,00 (trinta e três mil cento e quarenta reais).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 25 de setembro de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
JLA PNEUMATICOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 34/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER UMA DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**

CONTRATADA:
MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA C.N.P.J. nº 36.097.231/0001-02 com sede na RUA JOAO CARLOS MARINHO, 25 - BORTOLON, Cidade Xanxerê / Santa Catarina CEP: 89.820-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhora EDITE TEREZINHA MORETTO BOMBASSARO, portador do CPF n° 516.757.819-15. Com o valor de R$ 1.559.198,00 (um milhão quinhentos e cinquenta e nove mil cento e noventa e oito reais).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 25 de setembro de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 34/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 208/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER UMA DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**

CONTRATADA:
MODELO PNEUS LTDA C.N.P.J. nº 94.510.682/0001-26 com sede na AVENIDA MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR

CASTELO BRANCO, 56 - LICORSUL, Cidade Bento Gonçalves / Rio Grande do Sul CEP: 95.705-880, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor IGELSO LUDOVICO CECON, portador do CPF n° 102.757.970-15. Com o valor de R$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 25 de setembro de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
MODELO PNEUS LTDA

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 34/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 209/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER UMA DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**

CONTRATADA:
TEREZA PNEUS LTDA C.N.P.J. nº 01.179.914/0001-24 com sede na RUA FRANCISCO NUNES, 432 - CASA - REBOUCAS, Cidade Curitiba / Paraná CEP: 80.215-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhora MARIA TEREZINHA DOS ANJOS SENFF, portador do CPF n° 072.226.459-34. Com o valor de R$ 257.747,28 (duzentos e cinquenta e sete mil setecentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 25 de setembro de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
TEREZA PNEUS LTDA

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:1BF4E734

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 35/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E ELEMENTOS DECORATIVOS DESTINADOS À ORNAMENTAÇÃO NATALINA E DE FIM DE ANO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR, PARA UTILIZAÇÃO NO PERÍODO DE 23 (VINTE E TRÊS) DE NOVEMBRO DE 2026 A 10 (DEZ) DE JANEIRO DE 2027, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ADMINISTRAÇÃO, CULTURA E TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**
CONTRATADA:
TS ELETRIFICACAO LTDA, CPNJ n.º 24.692.099/0001-06 com sede na Rua Braz Izzo, 423 - Vila Zonta, Cidade Marialva / Paraná, e-mail: licitaca.ts2022@gmail.com, telefone: (43) 3259-3093 responsável Sr. TIAGO SANCHES DE JESUS DOS SANTOS, CPF nº 069.344.739-73 e RG n° 10.453.464-3. Com o valor de R$248.800,00 (duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 25 de setembro de 2026.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
TS ELETRIFICACAO LTDA

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:E862A7D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026 PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER UMA DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**
Empresa Vencedora:

AS3 AUTOMOTIVA LTDA C.N.P.J. nº 09.151.179/0001-52 com sede na RUA ALCINDO FERREIRA TOLEDO, 83 - JARDIM CURITIBA, Cidade Campo Mourão / Paraná CEP: 87.303-313, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor MARCO AURELIO ASSAD DOS SANTOS, portador do CPF n° 072.347.729-95. Com o valor de R$ 4.380,00 (quatro mil trezentos e oitenta reais).
JLA PNEUMATICOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA C.N.P.J. nº 67.118.591/0001-77 com sede na RUA ANTONIO PIEROSAN, 1041 - FUNDOSPAVILHAO SALA ANEXA - INDUSTRIAL, Cidade Gaurama / Rio Grande do Sul CEP: 99.830-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor JOAO LAORENCE AIMI, portador do CPF n° 012.760.440-54. Com o valor de R$ 33.140,00 (trinta e três mil cento e quarenta reais).
MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA C.N.P.J. nº 36.097.231/0001-02 com sede na RUA JOAO CARLOS MARINHO, 25 - BORTOLON, Cidade Xanxerê / Santa Catarina CEP: 89.820-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhora EDITE TEREZINHA MORETTO BOMBASSARO, portador do CPF n° 516.757.819-15. Com o valor de R$ 1.559.198,00 (um milhão quinhentos e cinquenta e nove mil cento e noventa e oito reais).
MODELO PNEUS LTDA C.N.P.J. nº 94.510.682/0001-26 com sede na AVENIDA MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, 56 - LICORSUL, Cidade Bento Gonçalves / Rio Grande do Sul CEP: 95.705-880, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor IGELSO LUDOVICO CECON, portador do CPF n° 102.757.970-15. Com o valor de R$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais).

• TEREZA PNEUS LTDA C.N.P.J. nº 01.179.914/0001-24 com sede na RUA FRANCISCO NUNES, 432 - CASA - REBOUCAS, Cidade Curitiba / Paraná CEP: 80.215-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhora MARIA TEREZINHA DOS ANJOS SENFF, portador do CPF n° 072.226.459-34. Com o valor de R$ 257.747,28 (duzentos e cinquenta e sete mil setecentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos).

São Jerônimo da Serra, 25 de setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:EAADB0AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E ELEMENTOS DECORATIVOS DESTINADOS À ORNAMENTAÇÃO NATALINA E DE FIM DE ANO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR, PARA UTILIZAÇÃO NO PERÍODO DE 23 (VINTE E TRÊS) DE NOVEMBRO DE 2026 A 10 (DEZ) DE JANEIRO DE 2027, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ADMINISTRAÇÃO, CULTURA E TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**
Empresa Vencedora:

TS ELETRIFICACAO LTDA, CPNJ n.º 24.692.099/0001-06 com sede na Rua Braz Izzo, 423 - Vila Zonta, Cidade Marialva / Paraná, e-mail: licitaca.ts2022@gmail.com, telefone: (43) 3259-3093 responsável Sr. TIAGO SANCHES DE JESUS DOS SANTOS, CPF nº 069.344.739-73 e RG n° 10.453.464-3. Com o valor de R$248.800,00 (duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais).

São Jerônimo da Serra, 25 de setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:46F22CD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
REF. PROCESSO-AUTOS 81/2026
Objeto: Contratação de Psicóloga com qualificação comprovada em Neuropsicologia, para realização de 1 (uma) avaliação completa.
O Município de São José da Boa Vista PR; para fins do disposto na Lei de Licitações, torna público que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal José Lázaro Ferraz, proferiu decisão no processo em destaque supra, Adjudicando e Homologando o objeto da Dispensa de Licitação nº. 37/2026, para a Contratação junto à profissional FRANCIELLI DIAS NOGUEIRA, que indicou o valor total de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), tudo conforme documentado nos autos.
SJBV, data 25 de setembro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:AB481197

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Contrato nº 65/2026 - Processo administrativo nº 81/2026
Objeto: Contratação de Psicóloga com qualificação comprovada em Neuropsicologia, para realização de 1 (uma) avaliação completa.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: FRANCIELLI DIAS NOGUEIRA
Valor Total: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Período de vigência: 25/09/2026 à 25/03/2027.
Fundamento legal: art.75, VIII, da Lei nº. 14.133/2021.

São José da Boa Vista PR, 25 de setembro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:4A2A81B7

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 240/2026

PORTARIA nº 240/2026
JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 81/2026 – Dispensa de licitação nº 37/2026, tendo por objeto a Contratação de Psicóloga com qualificação comprovada em Neuropsicologia, para realização de 1 (uma) avaliação completa;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestora do Contrato de nº 65/2026 a sra. Sandra Regina Pereira – Secretaria de Saúde e como fiscal a sra Katiane Keyt Vieira Simões – Assistente social.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.

Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:A66A6D92

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 119/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 75/2025

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 075/2025, e na Portaria 271/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 075/2025;
CONSIDERANDO os Ofícios 62, 63 e 166/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO que o candidato Psicólogo, classificado em 14–SAYMEEN GONÇALVES MULLER DE MOIZES, convocado através do Edital 117/2026 e as candidatas Técnica em Enfermagem, classificadas em 20–ALESSANDRA LOPES PIRONATTO MATOCHEK e 21-KARINA DE MELO SOARES convocadas através do Edital 112/2026 – NÃO ATENDERAM à convocação

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
PSICÓLOGO	15	PIERA CENSI BOARETTO	006
Técnico em Enfermagem	22	CARLOS ROGER VENTURA DE SOUZA	001
Técnico em Enfermagem	23	LIVIA MARIA PEREIRA MONTEIRO	016

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 28/09/2026 a 02/10/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 075/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 25 de setembro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:4A651894

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 120/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 20/2024

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 20/2024, e na Portaria 104/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 20/2024;
CONSIDERANDO o ofício 118/2026 da Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO que a candidata Auxiliar de Serviços Gerais, classificada em 86- NAYARA APARECIDA DE SOUZA, convocada através do edital 111/2026 – NÃO ATENDEU a convocação
RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classif.**	**Candidato**	**Nº inscrição**
Auxiliar de Serviços Gerais	87	LUIZ GUILHERME MENDES DE MORAES SILVEIRA	56

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 28/09 à 02/10/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação de documentos e realização de exames médicos conforme solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 20/2024

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 25 de setembro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:DA963F5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 013/2026
DATA: 25 de setembro de 2026

SUMULA: Dispõe sobre Abertura de Credito ADICIONAL SUPLEMENTAR, e dá outras Providencias.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras, no uso de suas atribuições legais:
DECRETA
Art. 1º - Abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais),** incorporando ao orçamento geral do legislativo para o Exercício Financeiro de 2026 as seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL
001- CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.1002 – EQUIPAMENTOS PARA CAMARA MUNICIPAL
4.4.90.52.00.00 – 020 – 001 – Equipamento e Material Permanente..... R$ 5.300,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R$ 5.300,00

Art. 2º - Como recursos para cobertura ao crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos de acordo com o artigo 6º da Lei nº 20/2017 combinado com o artigo 43, Parágrafo 1.º, Inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64 de 17 de março de 1964, provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL
001- CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2003 – Manutenção atividades do legislativo
3.3.90.39.00.00 – 040 – 001 – Obrigações Patronais..... R$ 5.300,00

TOTAL DA ANULAÇÃO..... R$ 5.300,00

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José das Palmeiras, aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2026

JONES SILAS GONÇALVES LOURENÇO
Presidente

Publicado por:
Ademir Junkes
Código Identificador:ECA18DE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e materiais de enfermagem, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR: R$ 2.497,00 (dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 23 de setembro de 2027.

São José das Palmeiras, em 23 de setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:44F4F6A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e materiais de enfermagem, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR: R$ 1.110,00 (um mil, cento e dez reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 23 de setembro de 2027.

São José das Palmeiras, em 23 de setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:E9D314FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e materiais de enfermagem, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA
VALOR: R$ 3.249,00 (três mil, duzentos e quarenta e nove reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 23 de setembro de 2027.

São José das Palmeiras, em 25 de setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:82C1D93B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação o Pregão Eletrônico nº 028/2026, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e materiais de enfermagem, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR.
As empresas vencedoras foram: **ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** com o valor de R$ 2.497,00 (dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais); **K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES,** com o valor de R$ 1.110,00 (um mil, cento e dez reais); **J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA**, com o valor de R$ 3.249,00 (três mil, duzentos e quarenta e nove reais).

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.
São José das Palmeiras, 23 de setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:61B401FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 171/2026 - CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

PORTARIA Nº 171/2026
DATA: 25 de setembro de 2026

SÚMULA: Concede férias aos servidores municipais

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022,
RESOLVE

Art. 1º Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados

Nome	Matrícula	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
ADEMIR AGOSTINHO ZAMBAN	58621	Diretor do Departamento de Agricultura, Meio Ambiente, Industria, Comércio e Turismo	2024 a 2025	28.09.2026 a 17.10.2026
ENI NERY PLETSCH	49521	Agente Comunitário de Saúde	2025 a 2026	28.09.2026 a 27.10.2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 25 de setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:FF2206EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2026

Resultado da sessão do Pregão Eletrônico n° 028/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e materiais de enfermagem, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR

Em cumprimento ao disposto no art. 20, inciso XI da Lei Municipal n° 402/2009, torna-se público o resultado do Pregão Eletrônico n° 028/2026, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, o seguinte resultado:

ITEM	Proponente Vencedora	Valor Total do Item em R$
ITEM 01	ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 96,00
ITEM 02	FRACASSADO	FRACASSADO
ITEM 03	DESERTO	DESERTO
ITEM 04	ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 695,00
ITEM 05	K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.110,00
ITEM 06	FRACASSADO	FRACASSADO
ITEM 07	ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 360,00
ITEM 08	ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 615,00
ITEM 09	FRACASSADO	FRACASSADO
ITEM 10	ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 56,00
ITEM 11	J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA	R$ 3.249,00
ITEM 12	ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 425,00
ITEM 13	ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 250,00

São José das Palmeiras, 23 de setembro de 2026.
Publique-se

CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:145C2C04

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 174/2026 - DESIGNA SERVIDORES PARA PRESTAR APOIO TÉCNICO AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

PORTARIA Nº 174/2026

Designa servidores para prestar apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **BRUNO VINICIUS DA SILVA**, ocupante do cargo de **Assessor Jurídico do CRAS**, para prestar assessoria e suporte jurídico ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, quando solicitado.
Art. 2º Designar o servidor **JHONNI RICARDO DE CASTRO**, ocupante do cargo de **Contador**, para prestar assessoria e suporte contábil ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, quando solicitado.
Art. 3º O apoio técnico de que trata esta Portaria será prestado sem prejuízo das atribuições dos cargos ocupados pelos servidores designados, não implicando criação de função gratificada, cargo ou remuneração adicional.
Art. 4º A presente designação não afasta a autonomia, as competências legais e o caráter deliberativo do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras – PR, 25 de setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:0FC032B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 97/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 97/2026
DATA: 25 de setembro de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 7º, do parágrafo único da Lei nº 753 de 07 de outubro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até **R$ 669.915,37 (Seiscentos e sessenta e nove mil novecentos e quinze reais e trinta e sete**

centavos), incorporando ao Orçamento Geral do município para o exercício financeiro de 2026 a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE SAUDE
002 – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
10.301.0007-2034– Manutenção das Ações e do Fundo Municipal de Saúde
2200 – 3.1.90.11.00.00 – 00303 – Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 520.815,37
2260 – 3.1.90.16.00.00 – 0303 – Outras Despesas Variáveis – Pessoa Civil R$ 100.000,00
2450 – 3.3.93.93.00.00 – 00000 – Indenização e Restituição R$ 2.000,00

10.305.0007.2037 – Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica
2730 – 3.1.90.16.00.00 – 0494 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 1.600,00

07 – SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.452.0008.2044 – Manutenção das atividades do departamento de obras e urbanismo
3070 – 3.1.90.16.00.00 – 0000 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 40.000,00

08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
002 – DEPARTAMENTO FOMENTO E AGROPECUARIO ECONOMICO
20.606.0010.2052 – Manutenção das Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura
3440 – 3.1.90.13.00.00 – 00000 – Contribuições Patronais R$ 5.000,00

09 –SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESCENTE
08.243.0012.2061- Manutenção do Conselho Tutelar
4180 – 3.3.90.93.00.00 – 00000 – Indenização e Restituição R$ 500,00

Art. 2º - **Como recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes do cancelamento totalou parcial da seguinte dotação orçamentária:**

06 – SECRETARIA DE SAUDE
002 – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
10.301.0007-2034 – Manutenção das Ações e do Fundo Municipal de Saúde
2190 – 3.1.90.11.00.00 – 00303 – Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 622.815,37

10.305.0007.2037 – Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica
2740 – 3.3.90.14.00.00 – 0494 – Diárias – Pessoal Civil R$ 1.600,00

07 – SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.452.0008.2042 – Manutenção das Politica Municipal de Resíduos Sólidos
2910 – 3.1.90.11.00.00 – 00000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 20.000,00
2930 – 3.1.90.16.00.00 – 00000 – Outras Despesas Variáveis – Pessoa Civil R$ 20.000,00

08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
001 – DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO IND E COMERCIAL
23.691.0011.2046 – Gestão de Apoio ao Comercio e Industria
3310 – 3.3.90.30.00.00 – 00000 – Material de Consumo R$ 5.000,00

09 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESCENTE
08.243.0012.2061- Manutenção do Conselho Tutelar
4120 – 3.3.90.30.00.00 – 00000 – Material de Consumo R$ 500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:14A8DA86

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO CONCORRENCIA Nº 11/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e HF ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF nº 17.877.204/0001-08

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO INDUSTRIAL

Modalidade: Concorrência nº 11/2026-PMSPPR de 16 de julho de 2026
09.001.22.661.0012.1079 - Construção de Barracões Industriais
4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

No Valor Máximo de R$ 1.060.385,31 (um milhão, sessenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e um centavos), em favor do proponente:

HF ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.877.204/0001-08, com o lote 1 no valor total de R$ 1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais).

Prazo de Execução: em até 240 (duzentos e quarenta) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou Diário Oficial.

Prazo de Vigência do Contrato: 480 (quatrocentos e oitenta) dias, contados a partir da **data da assinatura citada no extrato** do contrato publicado

São Pedro do Paraná-PR, 25 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:2222B70E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 386/2026

DECRETO 386/2026

Sumula:Estabelece Preço Pública para Prestação de Serviços

O Prefeito do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 44 e

130 da Lei Orgânica Municipal e artigo 299 § 1º da Lei Municipal nº 125/20210

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos como serviços prestados diretamente aos interessados as atividades constantes do presente decreto sujeito ao pagamento de preço público conforme estabelece os artigos 44 e 113 da Lei Orgânica do Município de São Pedro do Paraná, e artigo 299 § 1º da Lei Municipal nº 125/2010 (Código Tributário Municipal).
Art. 2º. Os interessados deverão requerer os serviços junto à Secretaria competente para a prestação dos serviços solicitados.
Art. 3º. A programação e a prestação dos serviços solicitados serão efetuadas pela secretaria competente de acordo com a disponibilidade de equipamentos e calendário de atendimento ao público.
Art.4º. Após efetuar o requerimento do serviço, o interessado deverá retirar junto à Divisão de Tributação e Cadastro o boleto bancário destinado ao pagamento da prestação de serviço.
Art. 5º. A solicitação do interessado somente será atendida após pagamento do boleto bancário diretamente nos estabelecimentos autorizados.
Art. 6º. Ficam estabelecidas as atividades e os valores dos serviços prestados a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	UNIDADE	VALOR-2026
Serviço de roçagem	M²	R$ 2,00
Serviço de Capina	M²	R$ 2,00
Transporte de terra/perímetro urbano	Viagem	R$ 80,00
Retirada de entulhos/perímetro urbano	Viagem	R$ 500,00
Motoniveladora ou Patrola	Hora	R$ 200,00
Caminhão Pipa	Unidade	R$ 240,00
Pá Carregadeira	Hora	R$ 120,00
Retroescavadeira	Hora	R$ 120,00
Escavadeira Hidráulica	Hora	R$ 200,00
Transporte Escavadeira Hidráulica	Por Km	R$ 6,00
Trator 4x4	Hora	R$ 120,00
Trator 4x2	Hora	R$ 100,00
Transporte Rodoviário em geral	Por km	R$ 3,00
Serviço de Auto Fossa	Por viagem	R$ 469,00
Utilização de espaços em bens imoveis	Por dia/m	R$ 2,50
Mini Carregadeira (BobCat)	Hora	R$ 120,00

Art. 7º. Os valores constantes do artigo anterior serão atualizados sempre que ocorrer elevação dos custos para a prestação dos serviços.
Art. 8º . Revoga-se o Decreto nº 126/2026 de 18 de março de 2026.
Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANA, em 25 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador: A809022E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - LEI 62/2026

LEI Nº 62/2026

SÚMULA: Institui a "Feira do Pôr do Sol" no Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, destinada à promoção da agricultura familiar, produção local, artesanato, gastronomia, cultura, turismo e economia municipal, e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONO O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E DAS FINALIDADES

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, a "Feira do Pôr do Sol", como espaço destinado à exposição, divulgação e comercialização de produtos da agricultura familiar, produção rural, artesanato, gastronomia artesanal e demais produtos compatíveis com suas finalidades.

Parágrafo único. A Feira do Pôr do Sol constitui instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social, de valorização da produção local, de incentivo ao empreendedorismo, à cultura, ao turismo e à geração de trabalho e renda no Município.

Art. 2º A Feira do Pôr do Sol terá como objetivos:

I – incentivar e valorizar a agricultura familiar e a produção rural local;

II – proporcionar aos produtores rurais espaço para comercialização direta de seus produtos ao consumidor;

III – estimular o artesanato, a gastronomia artesanal e as manifestações culturais locais;

IV – fortalecer os pequenos produtores, artesãos, microempreendedores individuais e pequenos empreendedores;

V – fomentar a geração de trabalho e renda;

VI – estimular o consumo de produtos produzidos no Município;

VII – aproximar produtores, artesãos, comerciantes e consumidores;

VIII – promover a integração e a convivência da comunidade;

IX – contribuir para o desenvolvimento do turismo municipal, especialmente mediante a valorização dos atrativos naturais, culturais e gastronômicos de São Pedro do Paraná;

X – divulgar o Município, sua cultura, seus produtos e seus atrativos turísticos;

XI – criar ambiente de lazer, convivência, cultura e entretenimento para a população e visitantes;

XII – estimular a participação de mulheres, jovens e pequenos empreendedores nas atividades econômicas e culturais desenvolvidas na Feira.

CAPÍTULO II

DA LOCALIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 3º A Feira do Pôr do Sol será realizada periodicamente em local público previamente definido pelo Poder Executivo Municipal, preferencialmente em área de interesse turístico, cultural ou de convivência comunitária, observadas as condições de segurança, acessibilidade, mobilidade urbana e infraestrutura necessárias ao seu funcionamento.

§ 1º O Poder Executivo definirá, por regulamento:

I – o local ou locais de realização da Feira;

II – os dias e horários de funcionamento;

III – a periodicidade;

IV – o número e a distribuição dos espaços destinados aos participantes;

V – as regras para montagem, funcionamento e desmontagem das barracas, tendas ou demais estruturas;

VI – os procedimentos de inscrição e cadastramento;

VII – os critérios de seleção e ocupação dos espaços, quando houver número de interessados superior à capacidade disponível;

VIII – as normas de higiene, segurança, limpeza, acessibilidade e organização;

IX – os produtos e atividades permitidos;

X – as demais condições necessárias ao adequado funcionamento da Feira.

§ 2º A realização da Feira poderá ser suspensa, excepcionalmente, em razão de condições climáticas adversas, obras, eventos públicos, questões de segurança ou outras circunstâncias devidamente justificadas.

CAPÍTULO III

DOS PARTICIPANTES

Art. 4º Poderão participar da Feira do Pôr do Sol, mediante cadastramento e autorização do Poder Executivo:

I – agricultores familiares e produtores rurais;

II – produtores de hortifrutigranjeiros;

III – artesãos;

IV – produtores de alimentos e produtos gastronômicos artesanais;

V – microempreendedores individuais – MEIs;

VI – pequenos empreendedores;

VII – associações e cooperativas de produtores e artesãos;

VIII – artistas e agentes culturais locais;

IX – empreendedores do setor turístico e gastronômico, observadas as finalidades da Feira;

X – expositores convidados, mediante autorização do Poder Executivo.

§ 1º Terão prioridade, sempre que possível, os produtores rurais, agricultores familiares, artesãos, microempreendedores individuais e pequenos empreendedores estabelecidos ou residentes no Município de São Pedro do Paraná.

§ 2º A participação de pessoas ou empreendedores de outros municípios poderá ser admitida quando houver disponibilidade de espaço ou quando sua participação contribuir para a diversidade e atratividade da Feira, na forma do regulamento.

§ 3º A condição de associado a entidade ou associação de produtores, artesãos ou feirantes será requisito obrigatório para participação na Feira.

CAPÍTULO IV
DOS PRODUTOS E ATIVIDADES

Art. 5º Poderão ser comercializados ou expostos na Feira, observada a legislação aplicável:

I – frutas, verduras, legumes, hortaliças e demais produtos hortifrutigranjeiros;

II – produtos da agricultura familiar;

III – produtos rurais e derivados;

IV – alimentos artesanais;

V – panificados, doces, compotas, conservas e produtos similares;

VI – produtos de origem animal, desde que atendidas as exigências da legislação sanitária e de inspeção aplicável;

VII – artesanatos e produtos confeccionados manualmente;

VIII – produtos culturais e artísticos;

IX – produtos gastronômicos;

X – produtos turísticos e itens relacionados à identidade cultural do Município;

XI – outros produtos e atividades compatíveis com os objetivos da Feira, definidos em regulamento.

Parágrafo único. A comercialização de alimentos e produtos sujeitos à fiscalização sanitária dependerá do atendimento às exigências previstas na legislação municipal, estadual e federal.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO E DO CADASTRAMENTO
Art. 6º A organização, coordenação e fiscalização da Feira do Pôr do Sol caberão ao Poder Executivo Municipal, por meio do órgão ou secretaria competente, que poderá atuar de forma integrada com as Secretarias Municipais relacionadas à agricultura, desenvolvimento econômico, turismo, cultura, saúde, meio ambiente e obras.

Art. 7º A participação na Feira dependerá de inscrição e cadastramento prévio, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

§ 1º O cadastramento deverá identificar, no mínimo:

I – nome ou razão social do participante;

II – CPF ou CNPJ;

III – atividade desenvolvida;

IV – produtos ou serviços que pretende comercializar ou expor;

V – documentos e licenças exigidos pela legislação aplicável.

§ 2º Quando o número de interessados for superior ao número de espaços disponíveis, deverão ser utilizados critérios objetivos, transparentes e previamente divulgados.

§ 3º Poderão ser adotados sistema de rodízio ou critérios de alternância, de modo a possibilitar a participação do maior número possível de interessados.

CAPÍTULO VI

DA PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 8º O Município poderá estabelecer parcerias, mediante instrumento jurídico adequado, com associações de produtores, artesãos e feirantes, cooperativas, entidades culturais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e demais entidades públicas ou privadas para apoio à realização e ao desenvolvimento da Feira do Pôr do Sol.

§ 1º A Associação dos Produtores e Artesãos do Rio Paraná – ASPROAR poderá participar da organização e do desenvolvimento das atividades da Feira, mediante parceria ou instrumento jurídico próprio, observadas a legislação aplicável e as competências do Poder Público.

§ 2º A participação de associação ou entidade parceira não poderá resultar em exclusividade na ocupação dos espaços públicos nem impedir, por si só, a participação de outros produtores, artesãos ou empreendedores regularmente cadastrados.

§ 3º Eventual cessão, comodato ou disponibilização de equipamentos, tendas, barracas ou outros bens públicos deverá observar a legislação aplicável e o respectivo instrumento jurídico.

§ 4º Os associados da ASPROAR serão isentos de pagamento de alvará de localização e funcionamento, e alvará da vigilância sanitária.

CAPÍTULO VII

DA INFRAESTRUTURA E DO APOIO MUNICIPAL

Art. 9º O Poder Executivo poderá, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, disponibilizar infraestrutura e apoio para a realização da Feira do Pôr do Sol, compreendendo, entre outras medidas:

I – disponibilização ou preparação do espaço público;

II – instalação ou disponibilização de barracas, tendas ou estruturas padronizadas;

III – iluminação e instalações elétricas necessárias;

IV – disponibilização de pontos de energia elétrica e água, quando tecnicamente possível;

V – instalação de lixeiras e apoio à limpeza;

VI – sinalização e organização do espaço;

VII – apoio logístico;

VIII – divulgação institucional da Feira;

IX – apoio cultural e artístico;

X – outras medidas necessárias ao adequado funcionamento do evento.

Parágrafo único. A disponibilização de estruturas e equipamentos pelo Município dependerá da existência de disponibilidade orçamentária e observará as normas de segurança, patrimônio público e responsabilidade administrativa.

CAPÍTULO VIII

DOS DEVERES DOS FEIRANTES

Art. 10. São deveres dos participantes da Feira:

I – manter o espaço utilizado limpo, organizado e em boas condições de conservação;

II – cumprir as normas sanitárias, ambientais, tributárias e de posturas municipais;

III – comercializar somente produtos previamente autorizados;

IV – manter os produtos em condições adequadas de higiene, conservação e segurança;

V – apresentar, quando exigidos, os documentos, licenças, registros ou autorizações pertinentes;

VI – respeitar os horários estabelecidos;

VII – não utilizar espaço diverso daquele que lhe tenha sido autorizado;

VIII – não ceder, transferir ou comercializar o direito de utilização do espaço;

IX – respeitar os demais participantes, servidores públicos e consumidores;

X – recolher e destinar adequadamente os resíduos decorrentes de sua atividade;

XI – cumprir as determinações dos órgãos municipais responsáveis pela organização e fiscalização da Feira.

CAPÍTULO IX

DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 11. A fiscalização das atividades desenvolvidas na Feira do Pôr do Sol será exercida pelos órgãos municipais competentes, de acordo com suas respectivas atribuições legais.

Art. 12. O descumprimento desta Lei, de seu regulamento ou das normas sanitárias, ambientais e de posturas aplicáveis poderá acarretar, observado o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis:

I – advertência;

II – suspensão temporária da autorização de participação;
III – cancelamento da autorização de participação;

IV – apreensão de produtos, quando prevista na legislação específica;

V – aplicação das demais penalidades previstas na legislação municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades previstas neste artigo não exclui outras responsabilidades administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A utilização de espaço público para participação na Feira observará a legislação municipal relativa ao uso e ocupação dos bens públicos, podendo ser autorizada mediante instrumento administrativo próprio.

Art. 14. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, estabelecendo as normas necessárias ao funcionamento da Feira do Pôr do Sol.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, observada a legislação orçamentária e fiscal aplicável.

Art. 16. O Poder Executivo poderá incluir a “Feira do Pôr do Sol” no Calendário Oficial de Eventos do Município, na forma da legislação pertinente.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 25 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito do Município de São Pedro do Paraná

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:A91DC020

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 85/2026

PORTARIA Nº85/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente, dispõe sobre a estrutura e as competências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o Plano de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização do Município de São Pedro do Paraná, constante do Anexo Único desta Portaria, em consonância com o Decreto Municipal nº 316/2026 e com as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
Art. 2º O Plano de Comunicação tem por finalidade orientar e sistematizar as ações de comunicação, divulgação, mobilização e transparência relacionadas à Política Municipal de Alfabetização, contemplando seus objetivos, públicos-alvo, canais de comunicação, periodicidade, estratégias de mobilização e mecanismos de divulgação dos resultados.
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com apoio do Núcleo Técnico Administrativo e Pedagógico e acompanhamento do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, coordenar a execução, o monitoramento e a atualização do Plano de Comunicação.
Art. 4º As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino deverão colaborar com a execução das ações previstas no Plano, no âmbito de suas respectivas atribuições.
Art. 5º As ações executadas deverão ser devidamente registradas, mediante publicações, relatórios, fotografias, materiais de divulgação, links, atas ou outros meios idôneos de comprovação.
Art. 6º O Plano de Comunicação poderá ser atualizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura sempre que necessário, em razão das necessidades da Rede Municipal de Ensino ou das orientações dos programas desenvolvidos em regime de colaboração.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 25 deSsetembro de 2026.

EZÍDIO BIASI REDE
Secretário Municipal de Educação e Cultura
São Pedro do Paraná – PR

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 85/2026
PLANO DE COMUNICAÇÃO 2026
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
1. APRESENTAÇÃO
A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Pedro do Paraná apresenta o presente Plano de Comunicação da Rede Municipal de Educação, instrumento destinado a organizar, orientar e fortalecer a comunicação institucional das ações desenvolvidas no âmbito da educação municipal.
O documento estabelece diretrizes para a divulgação de programas, projetos, formações, eventos, orientações, resultados e demais iniciativas da Secretaria e das unidades educacionais, assegurando comunicação clara, acessível, contínua e transparente com os diferentes segmentos da comunidade escolar e com a sociedade.
A comunicação institucional constitui importante instrumento de gestão, contribuindo para a transparência dos atos e ações educacionais, para a valorização das práticas desenvolvidas e para o fortalecimento da participação da comunidade.
2. JUSTIFICATIVA
A comunicação sistemática das ações educacionais favorece a aproximação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, os estudantes, as famílias e a comunidade. Dessa forma, torna-se necessário estabelecer uma rotina institucional de divulgação, utilizando os canais oficiais do Município.
O presente Plano organiza os procedimentos e estratégias de comunicação, garantindo maior regularidade, alcance e transparência na divulgação das ações e dos resultados da Rede Municipal de Educação.
3. OBJETIVO GERAL
Organizar e fortalecer a comunicação institucional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, garantindo a divulgação contínua, transparente e acessível das ações, projetos, programas, eventos e resultados da Rede Municipal de Educação.
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

• Divulgar as principais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pelas unidades educacionais;
• Informar os profissionais da educação sobre reuniões, formações, programas, projetos, cronogramas e orientações;
• Ampliar a comunicação com as famílias e a comunidade;
• Dar visibilidade às boas práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades educacionais;
• Divulgar resultados, avanços e indicadores educacionais da Rede Municipal;
• Fortalecer a participação da comunidade escolar nas ações promovidas pela Secretaria;
• Garantir transparência na divulgação das ações e iniciativas da educação municipal;
• Utilizar diferentes canais de comunicação para ampliar o alcance das informações;
• Estabelecer rotina de divulgação das ações realizadas pela Rede Municipal de Educação;
• Valorizar o trabalho desenvolvido pelos profissionais e estudantes.

5. PÚBLICO-ALVO
O Plano de Comunicação contempla os seguintes públicos:

• Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
• Gestores escolares e coordenadores pedagógicos;
• Professores e demais profissionais da educação;
• Estudantes;
• Pais, responsáveis e famílias;
• Conselhos e órgãos vinculados à educação municipal;
• Instituições parceiras e demais órgãos públicos;
• Comunidade local e sociedade em geral.

6. CANAIS OFICIAIS DE COMUNICAÇÃO
A Secretaria Municipal de Educação e Cultura utilizará prioritariamente os canais oficiais do Município, de forma integrada e adequada à natureza de cada informação.
6.1 Grupo Oficial da Educação
Canal destinado prioritariamente à comunicação com os profissionais da Rede Municipal de Educação, para divulgação de comunicados, orientações, convocações, cronogramas, formações, reuniões, eventos, programas, projetos, materiais e informações institucionais. A divulgação ocorrerá semanalmente e sempre que houver necessidade de comunicação imediata.
6.2 Site Oficial da Prefeitura Municipal
Canal institucional destinado à publicação de notícias, ações, projetos, programas, eventos, resultados, comunicados e demais informações de interesse público relacionadas à educação municipal. As publicações ocorrerão semanalmente ou conforme a realização das ações.
6.3 Redes Sociais Oficiais da Prefeitura
Utilizadas para ampliar o alcance das informações e aproximar a comunidade das ações da Rede Municipal de Educação, mediante divulgação de projetos, eventos, campanhas, formações, boas práticas, conquistas e resultados. A periodicidade será semanal, podendo ocorrer publicações adicionais conforme a demanda.
7. PERIODICIDADE DAS AÇÕES
A comunicação institucional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura será realizada de forma planejada, contínua e sistemática, observando a periodicidade ordinária estabelecida para cada canal de comunicação. A tabela abaixo estabelece a rotina regular de divulgação, podendo os conteúdos e a frequência ser ajustados de acordo com o calendário escolar, as ações desenvolvidas pela Secretaria e as demandas da rede municipal de ensino.

Canal	Periodicidade	Principais conteúdos
Grupo Oficial da Educação	Semanal e conforme necessidade	Avisos, orientações, reuniões, formações, cronogramas, comunicados, encaminhamentos e demais ações destinadas aos profissionais da rede municipal de ensino.
Site Oficial da Prefeitura	Semanal e conforme as ações realizadas	Notícias, projetos, resultados, eventos, comunicados institucionais, ações pedagógicas e informações de interesse da comunidade.
Redes Sociais Oficiais da Prefeitura	Semanal e conforme as ações realizadas	Divulgação de projetos, eventos, campanhas, boas práticas, atividades escolares, resultados e ações de destaque da Educação Municipal.

A periodicidade indicada na tabela corresponde à rotina ordinária de comunicação, devendo ser mantida sempre que houver conteúdos institucionais pertinentes a serem divulgados. A frequência poderá ser ampliada ou ajustada conforme o volume de ações, o calendário da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a relevância das informações.

Além das divulgações ordinárias, poderão ser realizadas divulgações extraordinárias, sempre que houver situações que demandem comunicação imediata ou em prazo específico, tais como alterações de cronograma, convocações, orientações urgentes, comunicados institucionais, mudanças de procedimentos, informações de interesse da comunidade escolar e demais situações que exijam ampla e rápida divulgação.

As divulgações deverão observar, sempre que possível, a clareza, objetividade, linguagem institucional e adequação do conteúdo ao público-alvo e ao canal utilizado, garantindo que as informações relevantes sejam comunicadas de maneira acessível e tempestiva.

8. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

• Divulgação antecipada de eventos, projetos e ações;
• Utilização de linguagem clara, objetiva e acessível;
• Produção de materiais informativos e registros fotográficos e audiovisuais;
• Valorização das boas práticas realizadas pelas unidades educacionais;
• Incentivo à participação dos profissionais, estudantes e famílias;
• Articulação entre Secretaria, gestores, coordenadores e professores para disseminação das informações;
• Utilização integrada dos canais oficiais;
• Divulgação de resultados e conquistas da Rede Municipal;
• Incentivo ao compartilhamento das publicações oficiais;
• Realização de campanhas e ações temáticas conforme o calendário educacional;
• Organização prévia das informações para garantir agilidade e qualidade nas divulgações.

9. MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados das ações e dos projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação serão divulgados nos canais oficiais do Município, observando a natureza da informação e o público a que se destina.

• Resultados de avaliações e indicadores educacionais;
• Resultados de programas e projetos;
• Participação em formações e eventos;
• Conquistas e reconhecimentos;
• Boas práticas pedagógicas;
• Ações de melhoria da infraestrutura e dos espaços educacionais;
• Atividades desenvolvidas com estudantes e famílias;
• Resultados de campanhas e projetos institucionais.

As informações poderão ser apresentadas por meio de notícias, textos informativos, fotografias, vídeos, cards, relatórios, gráficos e outros recursos adequados. A divulgação deverá observar as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais e à autorização de uso de imagem.

10. FLUXO INSTITUCIONAL DE DIVULGAÇÃO

Sempre que possível, será observado o seguinte fluxo:

• Identificação e definição da ação a ser divulgada;
• Organização das informações e dos registros;
• Seleção do canal de comunicação adequado;
• Produção do material de divulgação;
• Validação pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, quando aplicável;
• Publicação nos canais oficiais;
• Registro e acompanhamento da divulgação.

11. RESPONSABILIDADES

11.1 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

• Planejar e organizar as informações institucionais da educação;
• Definir as ações prioritárias para divulgação;
• Encaminhar informações e registros para publicação;
• Acompanhar as divulgações realizadas;
• Orientar e incentivar as unidades educacionais quanto à comunicação institucional.

11.2 Unidades Educacionais

• Informar à Secretaria sobre ações, projetos, eventos e resultados relevantes;
• Encaminhar registros e informações necessários para divulgação;
• Colaborar para o fortalecimento da comunicação institucional da Rede Municipal.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano de Comunicação será acompanhado continuamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, considerando a regularidade das publicações, a quantidade e diversidade de ações divulgadas, o alcance das informações, a participação da comunidade, o retorno dos profissionais e o desempenho dos canais oficiais.

Os resultados do acompanhamento poderão subsidiar ajustes nas estratégias e nos canais de comunicação, conforme as necessidades identificadas ao longo do período de vigência.

13. RESULTADOS ESPERADOS

• Fortalecimento da comunicação institucional da Secretaria Municipal de Educação;
• Ampliação da transparência das ações desenvolvidas;
• Maior participação da comunidade escolar;
• Maior visibilidade dos projetos e práticas pedagógicas;
• Valorização dos profissionais e estudantes;
• Melhoria do fluxo de informações entre Secretaria, unidades educacionais e comunidade;
• Ampliação do acesso da população às informações sobre a educação municipal;
• Fortalecimento da integração da Rede Municipal de Educação.

14. ATUALIZAÇÃO E CONTROLE DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

O Plano de Comunicação poderá ser atualizado sempre que houver necessidade de adequação dos canais, procedimentos, periodicidade, estratégias ou demais ações previstas, em razão de alterações administrativas, institucionais ou das demandas da Rede Municipal de Educação.

§ 1º As atualizações do Plano de Comunicação serão formalizadas por meio de ato administrativo próprio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que deverá indicar, no mínimo, a data da alteração, a versão atualizada do documento e os itens modificados.

§ 2º A versão atualizada do Plano de Comunicação deverá ser publicada e disponibilizada pelos canais oficiais do Município, de modo a assegurar sua publicidade, transparência e acesso pelos profissionais da educação e demais interessados.

§ 3º Toda versão atualizada deverá conter identificação de sua versão e data de vigência, devendo a versão anterior ser considerada substituída a partir da entrada em vigor da nova versão.

§ 4º Não serão consideradas oficiais alterações ou versões do Plano de Comunicação que não tenham sido formalizadas e divulgadas nos termos deste artigo.

15. VIGÊNCIA E DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Plano de Comunicação terá vigência durante o ano de 2026, podendo ser revisado e atualizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura sempre que necessário, em razão de alterações administrativas, novas demandas institucionais ou aperfeiçoamento dos processos de comunicação.

Os canais e periodicidades previstos neste documento constituem referência para a organização da comunicação institucional, sem prejuízo de outras formas oficiais de divulgação que venham a ser adotadas pelo Município.

São Pedro do Paraná – PR, 25 de Setembro de 2026.

EZÍDIO BIASI REDE
Secretário Municipal de Educação e Cultura
São Pedro do Paraná – PR

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:56D63052

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 267, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 136.586,09 (cento e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e nove centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.222/2025, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 136.586,09 (cento e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e nove centavos*)* para reforço de dotação específica ao atendimento das despesas das secretarias municipais, a saber:

03 – Secretaria de Adm., Planejamento e Desenvolvimento Local
03.001 – Adm. Geral, Gestão e Planejamento
04.122.0002.2005 Manutenção das Atividades Administrativas
24 – 3.3.90.39.00.00.00.00 31009 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 482,53

03 – Secretaria de Adm., Planejamento e Desenvolvimento Local
03.001 – Adm. Geral, Gestão e Planejamento
28.843.002.2015 Encargos de Dívida Contratual
59 – 4.6.90.71.00.00.00.00 31015 Principal da Dívida Contratual.....R$ 19.887,81

04 – Secretaria de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente
04.001 – Divisão de Urbanismo
15.452.0003.2022 Manutenção dos Serviços Urbanos
73 – 3.3.90.39.00.00.00.00 31057 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 18.982,25
73 – 3.3.90.39.00.00.00.00 31060 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 3.441,60
73 – 3.3.90.39.00.00.00.00 31073 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 71.889,22

05 – Secretaria de Educação e Cultura
05.001 – Setor Educacional
12.361.0004.2029 Manutenção do Ensino Fundamental
110 - 3.3.90.39.00.00.00.00 31056 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 1.265,49
110 - 3.3.90.39.00.00.00.00 31061 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 11.449,61

07 – Secretaria de saúde
07.001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0006.2041 Manutenção da Atenção Primária A Saúde
159 – 3.3.90.39.00.00.00.00 326 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 4.267,73
159 – 3.3.90.39.00.00.00.00 794 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 8,36
159 – 3.3.90.39.00.00.00.00 324 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 8,62
163 – 4.4.90.52.00.00.00.00 340 Equipamentos e Material Permanente.....R$ 1.572,85

08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Secretaria de Assistência Social
08.244.0007.2053 Manutenção do Prog. Bolsa Família e Cad. Único
237 – 3.3.90.39.00.00.00.00 3745 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 3.330,00

08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Secretaria de Assistência Social
08.244.0007.2047 Manutenção das Ações de Assistência Social
201 – 3.3.90.39.00.00.00.00 31934 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 0,02

Art. 2º - Para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido o superávit financeiro apurado em balanço em 31/12/2026 e o excesso de arrecadação, conforme segue:

-SUPERÁVIT FINANCEIRO:
Fonte 1009 – Operação de Crédito.....R$ 482,53
Fonte 1015 – Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13.885/2019.....R$ 19.887,81
Fonte 1057 – Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário ICMS-Livre.....R$ 18.982,25
Fonte 1060 – Recursos não Vinculados da Compensação de Impostos – Livre.....R$ 3.441,60
Fonte 1073 – Demais Transferências Obrigatórias não decorrentes e repartição de receitas.....R$ 71.889,22
Fonte 1056 – Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário ICMS – Educação.....R$ 1.265,49
Fonte 1061 – Recursos não Vinculados da Compensação de Impostos – Recursos Educação.....R$ 11.449,61
Fonte 1934 – Transferências do Sistema Único de Asss. Social – SUAS (COVID-19).....R$ 0,02
Fonte 745 – Programa Bolsa Família.....R$ 3.330,00

-EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:
Fonte 326 – Projeto Melhor Idade em Movimento.....R$ 4.267,73
Fonte 794 – Programa de Qualificação da Atenção Primária A Saúde.....R$ 8,36
Fonte 324 – Fonte da Saúde.....R$ 8,62
Fonte 340 – FNS BLINV construção UBS.....R$ 1.572,85

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 25 de setembro de 2.026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

ISABELLA LOURENÇO PARAIZO
Sec. Mun. Adm., Gestão e Planejamento

GENITO SEVERINO DOS SANTOS
Sec. Mun. Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente

FRANCISCA B. DA SILVA BUENO
Sec. Mun. Educação e Cultura

SUELEN A. JUSTINO DOS SANTOS
Sec. Mun. Assistência Social

PRISCILA SOUZA DERBLI
Sec. Mun. Saúde

UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR
Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:2A5CD628

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 268 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Dispõe sobre a regulamentação para aplicação da Lei Federal nº13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito do Município de São Sebastião da Amoreira-Pr, e dá outras providências.

A PREFEITA do Município de SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 89, inc. I, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da Administração Pública Municipal às disposições da Lei Federal nº13.709 de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos de tratamento de dados pessoais no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, transparência, segurança da informação, eficiência administrativa e proteção à privacidade dos cidadãos, DECRETA:

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Sebastião da Amoreira - PR, a aplicação da Lei Federal nº13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelecendo normas, procedimentos e responsabilidades para o tratamento de dados pessoais.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, aplicam-se as definições previstas na Lei Federal nº13.709/2018.

Art. 3º. O tratamento de dados pessoais realizado pelos órgãos e entidades municipais deverá observar a boa-fé e os princípios previstos no art. 6º. da Lei Federal nº13.709/2018, especialmente:
I - finalidade;
II - adequação;
III - necessidade;
IV - livre acesso;
V - qualidade dos dados;
VI - transparência;
VII - segurança;
VIII - prevenção;
IX - não discriminação;
X - responsabilização e prestação de contas.

CAPÍTULO II
DA APLICAÇÃO DA LGPD NO ÂMBITO MUNICIPAL

Art. 4º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão adequar seus procedimentos administrativos, sistemas, bancos de dados, contratos e demais instrumentos às disposições da LGPD.

Artigo 5º. O tratamento de dados pessoais pelo Município deverá ocorrer para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público e na execução das competências legais ou cumprimento das atribuições legais do serviço público.

Artigo 6º. Os dados pessoais somente poderão ser compartilhados:
I - nos casos autorizados pela legislação vigente;
II - para execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos;
III - mediante convênios, contratos ou instrumentos congêneres, observadas as normas da LGPD;
IV - por determinação judicial ou de órgãos de controle.

CAPÍTULO III
DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Artigo 7º. Fica designado o Ouvidor-Geral do Município como o Encarregado da Proteção de Dados Pessoais, para fins do artigo 41 da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 8ºA estrutura necessária para a implantação e operacionalização da LGPD no município obrigatoriamente conterá indicação de:
I - Comissão Municipal de Proteção de Dados (CMPD) composta por representantes indicados pelos Secretários Municipais das seguintes pastas:
a) Secretaria de Administração e Planejamento;
b) Secretaria de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente;
c) Secretaria da Saúde;
d) Secretaria de Educação;
e) Secretaria Municipal de Esportes;

Art. 9º.Compete ao encarregado geral de proteção de dados do Município, além das atribuições ordinárias para o desempenho das funções previstas na Lei nº13.709/2018 e demais dispositivos deste Decreto:
I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestando esclarecimentos e adotando as devidas providências;
II - atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), cumprindo com atribuições que possam vir a ser estabelecidas pela ANPD;
III - recomendar a elaboração de planos de adequação relativos à proteção de dados pessoais aos encarregados setoriais para guiar os órgãos e as entidades da administração direta e indireta;
IV - elaborar o relatório de impacto à proteção de dados pessoais com a descrição dos processos de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como, as medidas e salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos;
V - submeter à comissão municipal de proteção de dados (CMPD), sempre que julgar necessário, matérias atinentes a este decreto;
VI - comunicar a autoridade nacional de proteção de dados (ANPD) a transferência de dados pessoais a entidades privadas, sempre que informada pelos responsáveis de cada órgão ou entidade, desde que prevista em lei ou respaldada em contratos, convênios ou outros ajustes;
VII - informar a autoridade nacional de proteção de dados a comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado;
VIII - encaminhar ao chefe do executivo as indicações dos encarregados setoriais de proteção de dados e dos membros da Comissão Municipal de Proteção de dados (CMPD), recebidas na forma deste Decreto;
IX - encaminhar ofícios e expedientes aos titulares das pastas dos órgãos municipais destinatários do presente Decreto;
X - encaminhar orientações e diretrizes acerca da matéria, que devem ser atendidas por todos os servidores e respectivos titulares das pastas nos prazos eventualmente por ele consignados, sob pena de responsabilização se do não atendimento resultar prejuízo ao Município;
XI - providenciar, em caso de recebimento de informe da autoridade nacional com medidas cabíveis para fazer cessar uma afirmada violação da lei federal nº13.709, de 2018, nos termos do art. 31 daquela lei, o encaminhamento ao órgão municipal responsável pelo tratamento de dados pessoais, fixando prazo para atendimento à solicitação ou apresentação das justificativas pertinentes.
§ 1º Caso avalie ter havido a violação, determinar a adoção das medidas solicitadas pela autoridade nacional;
§ 2º Caso avalie não ter havido a violação, apresentar as justificativas pertinentes à autoridade nacional, segundo o procedimento cabível;
§ 3º Na qualidade de encarregado da proteção de dados está vinculado à obrigação de sigilo ou de confidencialidade no exercício das suas funções, em conformidade com a Lei Federal nº13.709, de 2018, com a Lei Federal nº12.527, de 18 de novembro de 2011.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES DOS ÓRGÃOS E SERVIDORES

Art. 10 Os órgãos e entidades municipais deverão adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de

acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Art. 11 Os servidores públicos, empregados, contratados e demais agentes que realizarem tratamento de dados pessoais deverão:
I - observar as normas previstas na LGPD e neste Decreto;
II - manter sigilo sobre os dados pessoais acessados em razão de suas atribuições;
III - comunicar imediatamente o titular dos dados, como à autoridade competente qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais.

Art. 12 O descumprimento das disposições deste Decreto poderá ensejar responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V
DA TRANSPARÊNCIA E DOS DIREITOS DOS TITULARES

Art. 13 O Município assegurará aos titulares dos dados pessoais o exercício dos direitos previstos na Lei Federal nº13.709/2018, especialmente quanto:
I - à confirmação da existência de tratamento;
II - ao acesso aos dados;
III - à correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
IV - à anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários;
V - à informação sobre compartilhamento de dados;
VI - à revisão de decisões automatizadas, quando aplicável;

Art. 14 Os órgãos municipais deverão disponibilizar, em seus meios oficiais de comunicação, informações claras e atualizadas acerca do tratamento de dados pessoais realizados pela Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Poderão ser expedidas normas complementares, manuais, instruções normativas e procedimentos operacionais para regulamentação e execução deste Decreto.

Art.16 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 25 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:383CCD81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 269 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Institui o Código de Ética e Conduta da Administração Pública no âmbito do Município de São Sebastião da Amoreira-Pr, e dá outras providências.

A PREFEITA do Município de SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 89, inc. I, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer um conjunto de normas que define padrões de conduta para os agentes públicos na prestação de serviços de qualidade;

CONSIDERANDO que a orientação, a preparação e a profissionalização dos agentes públicos são necessárias para que tenham conhecimento e clareza das normas de conduta ética voltadas ao correto cumprimento de suas funções;

CONSIDERANDO que se impõe prevenir condutas incompatíveis com o padrão ético esperado dos agentes públicos, de modo a inclusive contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de controle interno no combate à corrupção;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Código de Ética dos Servidores Públicos do município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná.
Parágrafo único. Este Código estabelece os princípios e as normas de conduta ética aplicáveis aos servidores públicos municipais, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

Art. 2° Os servidores públicos do município de São Sebastião da Amoreira, para os fins de aplicação deste Código, são:
I - os ocupantes dos cargos efetivos e em comissão;
II - aqueles que, mesmo pertencendo à outra instituição, prestem serviços ou desenvolvam quaisquer atividades junto ao Município de São Sebastião da Amoreira, de natureza permanente, temporária ou excepcional;

Art. 3º O exercício de cargo efetivo ou em comissão exige conduta compatível com os preceitos deste Código, em especial com os seguintes:
I - a legalidade, a dignidade, a publicidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios éticos e morais que devem nortear o servidor, seja no exercício de seu cargo, função ou fora dele;
II - o servidor público deverá sempre observar o elemento ético de sua conduta, zelando pela excelência na prestação de seus serviços, o que gerará a eficiência na realização dos seus atos, mantendo conduta ilibada em sua vida social, sendo compatível com o cargo que ocupa;
III - a moralidade do ato administrativo será consolidada mediante o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade da conduta do servidor.

Art. 4° Este Código tem como objetivos:
I - tornar transparentes as regras éticas de conduta dos servidores públicos do Município de São Sebastião da Amoreira, para que a sociedade possa aferir sua integridade e a lisura dos procedimentos realizados pelos mesmos na execução de suas atividades;
II - contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos dos integrantes do Município de São Sebastião da Amoreira;
III - assegurar aos servidores públicos municipais a preservação de sua imagem e reputação, quando seu comportamento se pautar pelas normas éticas estabelecidas neste Código;
IV - propiciar, no campo ético, regras específicas sobre o conflito de interesses públicos e privados, e limitar a utilização de informação privilegiada após o exercício do cargo;
V - estimular, no campo ético, o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os setores público e privado.

TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 5° São princípios e valores fundamentais a serem observados pelos servidores públicos do município de São Sebastião da Amoreira, no exercício do seu cargo ou função:
I - o interesse público, a preservação e a defesa do patrimônio público;
II - a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a transparência;
III - a honestidade, a dignidade, o respeito e o decoro;
IV - a qualidade, a eficiência e a equidade dos serviços públicos;
V - a integridade;
VI - a independência, a objetividade e a imparcialidade;
VII - a neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica;
VIII - o sigilo profissional;
IX - a competência;
X - o desenvolvimento profissional.
Parágrafo único. Os atos, comportamentos e atitudes dos servidores observarão critérios éticos, de modo a harmonizar as práticas pessoais com os valores institucionais.

TÍTULO III
CAPÍTULO I

DOS DIREITOS

Art. 6° É direito de todos os servidores públicos do município de São Sebastião da Amoreira:
I - trabalhar em ambiente adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental, psicológica e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
II - ser tratado com equidade nos sistemas de avaliação e reconhecimento de desempenho individual, bem como ter acesso aos resultados;
III - participar das atividades de motivação, capacitação e treinamento, que contribuam com seu desenvolvimento profissional;
IV- estabelecer interlocuções livres com seus colegas e seus superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões, inclusive para discutir aspecto controverso em instrução processual ou em outras atividades do município;
V- ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, que somente a ele digam respeito, inclusive médicas, ficando restritas somente ao próprio servidor e ao pessoal responsável pela guarda, manutenção e tratamento dessas informações.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES

Art. 7º Além do que dispõe o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião da Amoreira (Lei Municipal nº 599/2001), são deveres fundamentais do servidor:
I - exercer suas atribuições nos prazos estabelecidos, com qualidade e eficiência;
II - proceder com honestidade, probidade e tempestividade, escolhendo sempre, quando estiver diante de algum impasse, a opção que melhor se adequar à ética e ao interesse público;
III - tratar respeitosamente e com a atenção necessária os usuários dos serviços públicos, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
IV - ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos municipais;
V - ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários dos serviços públicos;
VI ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Municipal;
VII - resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas, em decorrência de ações imorais, ilegais ou antiéticas, e denunciá-las;
VIII - ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;
IX - comunicar imediatamente a seus superiores, todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público;
X - manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;
XI - participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;
XII - apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;
XIII - manter-se atualizado com as instruções e normas de serviço, bem como com legislação pertinente ao órgão ou entidade onde exerce suas funções;
XIV - cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo, emprego ou função, tanto quanto possível com critério, segurança e rapidez;
XV - exercer, com estrita moderação, as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de exercê-las contrariamente aos legítimos interesses dos usuários dos serviços públicos;
XVI - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa em lei;
XVII - divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento;
XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
XIX- utilizar os materiais fornecidos para a execução do trabalho com economia e consciência, evitando o desperdício e contribuindo para a preservação do meio ambiente;
XX - transmitir aos demais servidores informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de experiência profissional, contribuindo para o aprimoramento dos trabalhos a serem realizados;
XXI - manter neutralidade no exercício profissional, conservando sua independência em relação às influências político-partidárias, ideológicas ou religiosas, de modo a evitar que estas venham a afetar a sua capacidade de desempenhar com imparcialidade suas responsabilidades profissionais;
XXII - preservar dados e informações obtidos no exercício de suas atividades ou, ainda, de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito, às quais, porventura, tenha acesso em decorrência do exercício profissional;
XXIII - informar à chefia imediata, quando notificado ou intimado para prestar depoimento em juízo sobre atos ou fatos de que tenha tomado conhecimento em razão do exercício das atribuições do cargo que ocupa, com vistas ao exame do assunto.

Art. 8° São deveres dos servidores públicos municipais em relação aos Poderes Públicos e Instituições Fiscalizadas:
I - zelar pela adequada aplicação das normas constitucionais, das leis e regulamentos;
II - exercer as prerrogativas do cargo com dignidade e respeito à causa pública;
III - receber respeitosamente as autoridades públicas, as partes e terceiros interessados; IV - zelar pela celeridade na tramitação dos processos.

CAPÍTULO III
DAS VEDAÇÕES

Art. 9º Aos servidores públicos municipais é vedada a prática de qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade da função pública, os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais.
§ 1° Em acréscimo às proibições do art. 144 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião da Amoreira, é vedado aos servidores:
I - valer-se de sua condição e influência para obter qualquer facilitação e ou favorecimento proveito próprio ou de terceiros, ainda que após seu desligamento do cargo;
II - utilizar para fins privados, de outros servidores, bens ou serviços exclusivos da administração pública;
III - discriminar os colegas de trabalho, superiores ou subordinados e demais pessoas com quem se relacionar, em virtude do seu cargo ou função, motivado por preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, visão política, posição social ou quaisquer outras formas de discriminação;
IV - descurar-se do interesse público, conforme expresso na Constituição Federal e nas leis vigentes do País;
V - pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação, presente ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor público para o mesmo fim;
VI - alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; VII - iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite de atendimento em serviços públicos;
VIII - desviar servidor público para atendimento a interesse particular;
IX - retirar da repartição pública, sem estar autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;
X - fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito de seu serviço, em beneficio próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;
XI - apresentar-se embriagado ou sob efeito de quaisquer drogas ilegais no ambiente trabalho, em situações que comprometam a imagem institucional;

XII - praticar qualquer ato que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou de intimidação, tais como ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo e especialmente o assédio sexual de qualquer natureza ou o assédio moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes que ofendam a autoestima, a segurança, o profissionalismo ou a imagem;
XIII - atribuir a outrem conduta ou erro próprio;
XIV - apresentar como de sua autoria ideias ou trabalhos de outrem;
XV - fazer ou extrair cópias de relatórios ou de quaisquer outros trabalhos ou documentos ainda não publicados, pertencentes ao município, para utilização em fins estranhos aos seus objetivos ou à execução dos trabalhos a seu encargo, sem prévia autorização da autoridade competente;
XVI - divulgar ou facilitar a divulgação, por qualquer meio, de informações sigilosas obtidas por qualquer forma em razão do cargo ou função e, ainda, de relatórios, instruções e informações constantes em processos ou procedimentos, cujo objeto ainda não tenha sido apreciado, sem prévia autorização da autoridade competente;
XVII - publicar, sem prévia e expressa autorização, estudos, pareceres e pesquisas realizados no desempenho de suas atividades no cargo ou função, cujo objeto ainda não tenha sido apreciado;
XVIII - cooperar com qualquer organização que atente contra a dignidade da pessoa humana;
XIX - utilizar sistemas e canais de comunicação do município para a propagação e divulgação de trotes, boatos, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária, bem como para acessar ou difundir conteúdos pornográficos;
XX - manifestar-se em nome do município quando não autorizado e habilitado para tal.
§ 2°. Para efeito do inciso V do § 1°, não se consideram presentes os objetos de valor comercial ínfimo.

CAPÍTULO IV
DAS RELAÇÕES COM O FISCALIZADO

Art. 10 Durante os trabalhos de fiscalização a cargo do município, o servidor deverá:
I - estar preparado para esclarecer questionamentos acerca das competências do município, bem como sobre normas regimentais pertinentes às ações de fiscalização; II- manter atitude de independência em relação ao fiscalizado, evitando postura de superioridade, inferioridade ou preconceito relativo a indivíduos, órgãos e entidades, projetos e programas;
III - evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e tratamentos dos fatos levantados, bem como abster-se de emitir opinião preconcebida ou induzida por convicção político-partidária, religiosa ou ideológica; IV - manter a necessária cautela no manuseio de papéis de trabalho, documentos extraídos de sistemas informatizados, exibição, gravação e transmissão de dados em meio eletrônicos, a fim de que deles não venham tomar ciência pessoas não autorizadas pelo município;
V - cumprir os horários e os compromissos agendados com os fiscalizados;
VI - manter discrição na solicitação de documentos e informações necessários aos trabalhos de fiscalização;
VII - evitar empreender caráter inquisitorial às indagações formuladas aos fiscalizados; VIII - manter-se neutro em relação às afirmações feitas pelos fiscalizados, no decorrer dos trabalhos de fiscalização, salvo para esclarecer dúvidas sobre os assuntos previstos no inciso I deste artigo;
IX - abster-se de emitir opiniões pessoais ou apresentar sugestões sobre assunto administrativo interno do órgão, entidade ou programa fiscalizado durante os trabalhos de campo;
X - alertar o fiscalizado, quando necessário, das sanções aplicáveis em virtude de sonegação de processo, documento ou informação e obstrução ao livre exercício das atividades de controle externo.

CAPÍTULO V
DAS SITUAÇÕES DE IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO

Art. 11. O servidor deverá declarar impedimento ou suspeição nas situações que possam afetar, ou parecem afetar, a independência e a imparcialidade no desempenho de suas funções, sempre que participar de fiscalização ou de instrução de processo que envolva:
I - interesse próprio, de cônjuge, de companheiro(a), de parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;
II - interesse de pessoa de quem seja amigo íntimo ou inimigo, ou de quem tenha recebido vantagem de qualquer natureza;
III - órgão ou entidade com a qual tenha mantido vínculo profissional nos últimos dois anos;
IV - processo em que tenha funcionado como advogado, perito ou servidor do sistema de controle interno;
V - outras hipóteses que configurem conflito de interesse.
Parágrafo único. A fim de garantir a fiel observância a esse dispositivo, deverá ser apresentada pelo servidor, individualmente, declaração de impedimento no modelo que consta do Anexo a este Decreto, e cujo conteúdo será de sua responsabilidade.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSO ÉTICO

Art. 12. Ao processo ético, instaurado de oficio ou por representação fundamentada em razão de ato desrespeitoso ao preceituado neste Código, aplicam-se as normas e procedimentos da Lei Municipal nº599/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião da Amoreira, e demais atos normativos que tratem da matéria.

TÍTULO IV
DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES

Art. 13. A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sujeitando o infrator às penalidades na forma estabelecida no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião da Amoreira, e respectivos regulamentos.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Aplica-se subsidiariamente a este normativo, o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná.

Art. 15. Este Código de Ética entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, 25 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:2881C1B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 270 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública.

A PREFEITA do Município de SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 89, inc. I, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o Programa de Integridade e Maturidade do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

DECRETA:

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta no âmbito do Município de São Sebastião da Amoreira/PR, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO II
DOS ATOS LESIVOS Á ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Constituem atos lesivos à administração pública municipal para os fins deste decreto, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º da Lei 12.846/2013, que atentem contra o patrimônio público municipal, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos neste decreto;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - no tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

CAPÍTULO III
DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
Seção I
Disposições gerais

Art. 3º A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013 e outras previstas nesta lei, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
Parágrafo único: A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é do Prefeito Municipal.
Seção II
Do Processo Administrativo de Responsabilização
Art. 4º O processo administrativo de que trata o artigo 3º deste decreto respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa e observará o disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
Subseção I
Da instauração, tramitação e julgamento
Art. 5º A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa dar-se-á mediante portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:
I - O nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da comissão;
II - A indicação do membro que presidirá a comissão;
III - O número do processo administrativo onde estão narrados os fatos a serem apurados; e
IV - o prazo para conclusão do processo.
Art. 6º O PAR será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.
Art. 7º O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 8º Instaurado o PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.
§1º A pessoa jurídica poderá acompanhar o PAR por meio de seus representantes legais ou procuradores, sendo-lhes assegurado acesso aos autos.
§2º Quando solicitada cópia dos autos esta deve ser disponibilizada através de meios digitais.
§3º Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, provas propostas pela pessoa jurídica que sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
Art. 9º As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.
Parágrafo único. Estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do caput, será feita nova intimação por meio de edital.
Art. 10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.
Art. 11. Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013 e Capítulo IV, do Decreto Federal nº 8.420/2015, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.
Art. 12. Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.
§ 1º O relatório final do PAR será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.
§ 2º A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.
§ 3º Na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.
Art. 13. Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.
Art. 14. Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município.
Art. 15. A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor recurso, deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.
Parágrafo único. Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no caput, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.
CAPÍTULO IV
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS
Seção I
Disposições gerais
Art. 16. As pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos neste Decreto estão sujeitas às seguintes sanções

administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013:
I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e
II - publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.
§ 1º As sanções previstas nos incisos I e II deste artigo serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente.
§ 2º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a incidência das sanções administrativas previstas na legislação de licitações e contratos administrativos em vigor (Lei Federal nº 14.133, de 2021), inclusive a rescisão unilateral dos contratos vigentes e a declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

Seção II
Da dosimetria das sanções

Art. 17. As sanções levarão em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
Art. 18. Para o cálculo da multa e do tempo de restrição do direito de participar de licitações públicas municipais, devem ser considerados os elementos presentes no art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, descritos abaixo:
I - a gravidade da infração;
II - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
III - a consumação ou não da infração;
IV - o grau de lesão ou perigo de lesão;
V - o efeito negativo produzido pela infração;
VI - a situação econômica do infrator;
VII - a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;
VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;
IX - o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados; e
§1º A existência e quantificação dos elementos de dosimetria das sanções devem estar evidenciadas no relatório final da comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.
§2º O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.
Art. 19. O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.
§1º. Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R$ 6.000,00 (seis mil reais) e R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).
§2º Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três vezes) a vantagem pretendida ou auferida.
Art. 20. O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma do art. 15.

Seção III
Da publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora

Art. 21. A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meios de comunicação no município, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico, caso existente.

CAPÍTULO V
DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 22. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.
Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal 12.846, de 2013.

CAPÍTULO VI
DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 23. O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 24. Compete à autoridade máxima do órgão municipal celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo municipal, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 12.846, de 2013, sendo vedada a sua delegação.

Art. 25. O acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
§1º A proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e tramitará em autos apartados do PAR.
§ 2º A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.
§ 3º A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e deverá conter, no mínimo:
I - A previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;
II - O resumo da prática supostamente ilícita; e
III - A descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.
§ 4º Uma vez proposto o acordo de leniência, a autoridade competente nos termos do art. 24 deste Decreto poderá requisitar cópia dos autos de processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública municipal relacionados aos fatos objeto do acordo.
Art. 26. Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por dois servidores estáveis para a negociação do acordo.

Art. 27. Compete à comissão responsável pela condução da negociação:
I - Esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;
II - Avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem:
a) Ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;
b) A admissão de sua participação na infração administrativa;
c) O compromisso de ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo; e
d) A efetividade da cooperação ofertada pela proponente às investigações e ao processo administrativo.
III - propor a assinatura de memorando de entendimentos;
IV - proceder à avaliação do programa de integridade, caso existente, nos termos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal;
V - Propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, reputem-se necessárias para assegurar:
a) A efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;

b) O comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;
c) A obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e
d) O acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.
Parágrafo único. O relatório conclusivo acerca das negociações será submetido pela comissão à autoridade competente, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos pelo art. 31 deste Decreto.

Art. 28. Após manifestação de interesse da pessoa jurídica em colaborar com a investigação ou a apuração de ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013, poderá ser firmado memorando de entendimentos com a autoridade competente para celebrar o acordo de leniência, a fim de formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo.
Art. 29. A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período, caso presentes circunstâncias que o exijam.
§ 1º A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social.
§ 2º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados em atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art. 30. A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação rejeitá-la.
§ 1º A desistência da proposta de acordo de leniência ou sua rejeição:
I - Não importará em confissão quanto à matéria de fato, nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica; e
II - Implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a administração pública tiver conhecimento deles por outros meios.
§ 2º O não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente durante a etapa de negociação importará a desistência da proposta.

Art. 31. A celebração do acordo de leniência poderá:
I - Isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;
II - Reduzir em até 2/3 (dois terços), nos termos do acordo, o valor da multa aplicável, prevista no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013; e
III - Isentar ou atenuar, nos termos do acordo, as sanções administrativas previstas nos arts. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras normas de licitações e contratos cabíveis.
§ 1º Os benefícios previstos no caput ficam condicionados ao cumprimento do acordo.
§ 2º Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrarem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

Art. 32. No caso de descumprimento do acordo de leniência:
I - A pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;
II - O PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e
III - Será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.
Parágrafo único. O descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, administrado pelo Poder Executivo federal.

Art. 33. Concluído o acompanhamento do acordo de leniência, este será considerado definitivamente cumprido com a declaração da isenção ou cumprimento das respectivas sanções.

CAPÍTULO VII
DOS CADASTROS

Art. 34. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública municipal, entre as quais:
I - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme art. 156 da Lei Federal no 14.133, de 2021;
II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do art. 156 da Lei Federal no 14.133, de 2021.
III - Impedimento de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 156 da Lei Federal 14.133 de 2021.

Art. 35. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP informações referentes:
I - Às sanções impostas com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013; e
II - Ao descumprimento de acordo de leniência celebrado com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, nos termos do parágrafo único do art. 32 deste Decreto.
Parágrafo único. As informações sobre os acordos de leniência celebrados com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, serão registradas no CNEP após a celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo.
CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 36. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, 25 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:514D5690

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 365/2023 - PREGÃO N° 24/2023

CONTRATANTE
O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrita no CNPJ nº 14.926.555/0001-73, neste ato representado pela PREFEITA MUNICIPAL, Senhora Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
KEILA BRANDÃO DA SILVA, inscrita no CNPJ sob nº 10.378.141/0001-83, domiciliada à Avenida Presidente Kennedy, nº 747, Centro, CEP: 86.240-000 – São Sebastião da Amoreira, Paraná, neste ato representada pela Senhora Keila Brandão da Silva, portadora da Cédula de Identidade nº 10.323.887-0 e do CPF/MF nº 086.161.629-41, residente e domiciliada no município de São Sebastião da Amoreira/PR.

OBJETO DO ADITIVO

- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução do contrato 365/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 24/2023, com nova data de vigência até 26 de setembro de 2027, nos termos da Cláusula Terceira do contrato original e do art. 57, II, parágrafo 2°, da Lei 8666/93.

- Cláusula Segunda: Conforme previsão contratual e legal, o valor total do contrato nº 365/2023, passa a ser de R$ 27.059,88 (vinte e sete mil e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos). O pagamento será efetuado de forma parcelada, segundo as solicitações da Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada das certidões negativas exigidas (FGTS, INSS, Municipal e Trabalhista), observada a ordem cronológica de exigibilidade prevista na Lei nº 14.133/2021, e em até 10 (dez) dias úteis após o atesto pela Secretaria requisitante.

- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas contratuais explicitadas no contrato original, desde que não venha a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO

Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:C33E38F8

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 71/2025 - PREGÃO N°48/2025

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
61.224.854 LINCOLN YOSHIKAZU HARA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Osvaldo Cruz, nº 197, Centro, na cidade de São Sebastião da Amoreira – PR, cadastrada no CNPJ n° 61.224.854/0001-46, representada pelo Sr. Lincoln Yoshikazu Hara, portador do CPF n° 066.640.639-13.

OBJETO DO ADITIVO
- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução da ata de registro de preço 71/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 48/2025, com nova data de vigência até 25 de setembro de 2027, nos termos da Cláusula Quinta da ata de registro de preço original e do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

- Cláusula Segunda: Conforme previsão contratual e legal, após a correção pelo IPCA (IBGE), correspondente a 4,108810% no período de 08/2025 a 08/2026, o valor total da ata de registro de preço nº 71/2025 passa a ser de R$ 64.320,50 (sessenta e quatro mil trezentos e vinte reais e cinquenta centavos). O pagamento será efetuado de forma parcelada, segundo as solicitações da Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada das certidões negativas exigidas (FGTS, INSS, Municipal e Trabalhista), observada a ordem cronológica de exigibilidade prevista na Lei nº 14.133/2021, e em até 10 (dez) dias úteis após o atesto pela Secretaria requisitante.

- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas explicitadas na ata de registro de preço original, desde que não venham a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO Comarca de Assaí – PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:78098050

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 103/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: SANETRAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação dos seguintes serviços, de forma conjunta e indissociável: a) Coleta, transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, até aterro sanitário devidamente licenciado pelo órgão ambiental estadual (IAT – Instituto Água e Terra), com frequência mínima de três vezes por semana no perímetro urbano (terça-feira, quinta-feira e sábado) e frequência mínima de uma vez por semana (sábado) na zona rural; b) Destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário devidamente licenciado pelo órgão ambiental estadual (IAT – Instituto Água e Terra); c) realização do estudo gravimétrico e do programa de educação ambiental.

Valor anual estimado: R$ 858.016,25 (oitocentos e cinquenta e oito mil e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), com renovação do saldo quantitativo e financeiro a cada período de 12 (doze) meses.

Vigência: 60 (sessenta) meses, correspondentes a 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada sucessivamente, mediante termo aditivo, até o limite máximo de 10 (dez) anos, observadas as condições previstas no Edital e no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:FAC42725

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA – PR.

CONTRATADA: HISSAE W. YUHARA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 04.876.985/0001-74.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 53/2025.

OBJETO: Extinção consensual da Ata de Registro de Preços nº 80/2025, por interesse público e incompatibilidade operacional entre a dinâmica das demandas municipais e os prazos necessários aos fornecimentos, com anuência expressa da CONTRATADA, sem aplicação de sanções e preservado o pagamento dos fornecimentos efetivamente executados, conforme Parecer Jurídico nº 235/2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 138, inciso II e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme Parecer Jurídico nº 235/2026 e autorização da autoridade competente.

DATA DA RESCISÃO: 24 de setembro de 2026.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:A7DF515F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVALIAÇÃO DAS METAS DE GASTOS COM PESSOAL SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema	
PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL	
CNPJ – 76.167.733/0001-87	
Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000	
www.sapopema.pr.gov.br Fone/Fax 0900 090 4201 - Sapopema - PR	
AVALIAÇÃO DAS METAS DE GASTOS COM PESSOAL	
SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026	
Descrição	**Valores**
Índice de Pessoal previsto para o Executivo no Exercício	54,00 %
Índice de Pessoal previsto para o Legislativo no Exercício	6,00 %
Total dos gastos com Pessoal previstos pelo Município	**60,00 %**
Índice de Pessoal do Executivo verificado no Período	48,29 %
Índice de Pessoal do Legislativo verificado no Período	2,56 %
Total dos gastos com Pessoal realizados pelo Município	**50,85 %**
Da Definição:	
O artigo 18 da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal define Despesa Total com Pessoal como sendo: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativo a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.	
Da legislação:	
Os limites de gastos com pessoal estão dispostos no Artigo 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os limites estabelecidos são de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Executivo.	
Dos resultados apresentados:	
Ao término do período analisado, as entidades apresentaram um gasto consolidado com pessoal de 50,85%, sendo 2,56% do Legislativo e 48,29% do Executivo. Estes números indicam que os gastos consolidados estão 15,25% (pontos percentuais) abaixo do que fora previsto para o exercício.	
Dos gastos de cada Poder:	
Comparando os gastos com Pessoal previsto para o Executivo, na ordem de 54,00%, com o índice realizado de 48,29%, verificamos que as despesas está 10,57% (pontos percentuais) abaixo da previsão. Em se tratando do Poder Legislativo, tínhamos uma previsão de gastos de 6,00% e fora realizado uma despesa de 2,56%. Isto significa dizer que as despesas está 57,33% (pontos percentuais) abaixo da previsão para o exercício.	
Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.	
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:9BEC8912

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVALIAÇÃO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema
PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL
CNPJ – 76.167.733/0001-87
Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000
Fone/Fax 0900 090 4201 - Sapopema – PR
www.sapopema.pr.gov.br

AVALIAÇÃO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026		
Período	**Meta Alcançada Primaria**	**Meta Alcançada Nominal**
Meta de Resultado fixada na LOA para o Exer. Financeiro	0,00	0,00
Resultado Verificado no 1º Quadrimestre	-1.428.337,20	-1.406.884,04
Resultado Verificado no 2º Quadrimestre	1.457.568,67	1.518.140,47
Resultado Verificado no 3º Quadrimestre		
Dívida Fiscal Líquida no início do exercício		**-2.271.968,50**
Dívida Fiscal Líquida apurada no Quadrimestre		**3.500.247,92**

Definição:
Resultado Primário, para fins da Lei Complementar nº. 101/2000, é apurado através da diferença entre a receita arrecadada e as despesas realizadas, deduzindo-se daquela as aplicações financeiras, receitas de privatização, operações de crédito, anulação de restos a pagar, (art. 38, Lei nº. 4.320/64), retorno das operações de crédito e transferências intra-governamentais; e dessa o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, concessão de empréstimos, aquisição de títulos de capital já integralizados e transferências intra-governamentais.
Do Confronto com os valores previstos:
Como pode ser avaliado no quadro acima, o Resultado Primário verificado ao término do período analisado, na importância de R$. 1.457.568,67, está acima da previsão estabelecida na LDO para o exercício, no montante de R$. 0,00.
Dos resultados apresentados:
O Resultado Primário apurado no período apresenta valores positivo. Isto caracteriza uma situação desfavorável, pois significa dizer que as despesas não financeiras predominam sobre as Receitas não Financeiras.
Definição:
Resultado Nominal, para fins da Lei Complementar nº. 101/2000, é apurado através da diferença entre a Dívida Consolidada Líquida de dois períodos, resultante esta do somatório entre a Dívida Consolidada e a Receita de Privatizações, deduzidas as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e demais ativos financeiros.
Do Confronto com os valores previstos:
De acordo com o quadro acima, o Resultado Nominal verificado ao término do período analisado, na importância de R$. 1.518.140,47, está acima da previsão estabelecida na LDO para o exercício, no montante de R$. -0,00.
Dos resultados apresentados:
A Dívida Fiscal Líquida apurada no término do período analisado, apresenta valores positivo. Isto caracteriza uma situação desfavorável, pois significa dizer que a Dívida Consolidada está superando o valor das Disponibilidades Financeiras.
Do comportamento do Quociente da Dívida Fiscal Líquida:
Comparando a Dívida Fiscal Líquida do início do exercício, na importância de R$. -2.271.968,50 com o valor apurado ao término do período analisado, no valor de R$. 3.500.247,92, podemos deduzir que houve uma situação desfavorável no confronto das dívidas existentes com os recursos disponíveis.

Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA
Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:AAA2A708

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DEMONSTRATIVO DOS SUPRIMENTOS DA CÂMARA SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema
PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL
CNPJ – 76.167.733/0001-87
Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000
Fone/Fax 0900 090 4201 - Sapopema – PR
www.sapopema.pr.gov.br

DEMONSTRATIVO DOS SUPRIMENTOS DA CÂMARA SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026	
Período	**Valores**
Valor do Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício	2.500.000,00
Valor do Suprimento repassado até o Primeiro Quadrimestre	820.000,00
Valor do Suprimento repassado até o Segundo Quadrimestre	1.470.000,00
Valor do Suprimento repassado até o Terceiro Quadrimestre	

Definição:
SUPRIMENTOS são os repasses efetuados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo para fazer frente aos seus compromissos. A parcela mensal corresponde ao duodécimo do Orçamento fixado para a Câmara de Vereadores. Deve ser repassado até o vigésimo dia de cada mês.
Do Confronto com os valores previstos:
O Orçamento Municipal atualizado contempla até o quadrimestre os repasses para a Câmara de Vereadores no montante equivalente a R$. 2.500.000,00. Até o término do período analisado, os totais de Suprimentos repassados registram a importância de R$ 1.470.000,00. Fazendo uma análise dos repasses efetuados, podemos dizer que os Suprimentos foram abaixo do que está fixados na LDO, o valor máximo calculado pelo TCE-PR para repasse até o quadrimestre é de R$ 1.736.644,72 (Limite para repasse ao Legislativo), sendo que o valor repassado até o quadrimestre é R$ 1.470.000,00, a Câmara Municipal devolveu um valor de R$ 80.000,00 para o Município.
Dos resultados apresentados:

De acordo com os dados apresentados na tabela, concluímos que o Duodécimo de Suprimentos previstos pelo TCE-PR é de R$. 217.080,59. Tendo em vista que o Suprimento Mensal Médio repassado no período foi de R$ 183.750,00, podemos dizer que o município não cumpriu o valor da previsão, uma vez que representa 84,65% da média mensal prevista para o quadrimestre.

Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA
Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:7C99439C

ADMINISTRAÇÃO GERAL
INDICADORES DOS GASTOS COM SAUDE SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema
PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL
CNPJ – 76.167.733/0001-87
Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000
Fone/Fax 0900 090 4201 - Sapopema - PR
www.sapopema.pr.gov.br

INDICADORES DOS GASTOS COM SAUDE SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026		
Total de Gastos com Saúde até o período	**Recursos Executado do SUS e outros até o período**	**Recursos Próprios Aplicados em Saúde**
10.204.224,70	3.768.845,38	6.435.379,32
Percentual de Gastos com Saúde previstos para o Exercício		**15,00 %**
Percentual aplicado em Saúde no Primeiro Quadrimestre		**28,72 %**
Percentual aplicado em Saúde no Segundo Quadrimestre		**26,65 %**
Percentual aplicado em Saúde no Terceiro Quadrimestre		**%**

Do cumprimento do índice legal
De acordo com o artigo 198 da Constituição Federal, combinado com o disposto no § 1º do artigo 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, os municípios devem aplicar em ações básicas de Saúde, no mínimo 15% das suas Receitas Provenientes de Impostos.
Do confronto do previsto com o realizado:
O orçamento do município prevê uma aplicação de 15,00 % em despesas com Saúde. A aplicação efetiva foi de 26,65%, ou seja, foi aplicado 77,67% acima do que havia sido previsto.
Do confronto do executado município e saúde:
O município executou um total empenhado ate o quadrimestre de R$ 64.072.948,79 e na saúde foi empenhado R$ 10.204.224,70 isto significa que foi executo 15,93% do total de despesa somente em saúde.
Da aplicação percápita:
Fazendo uma análise percápita dos recursos executados, podemos afirmar que as despesas com recursos do SUS representam R$. 556,04 por habitante, enquanto que o município investiu de recursos próprios o montante de R$. 949,45 por habitante.

Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA
Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:299A962E

ADMINISTRAÇÃO GERAL
VERIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema
PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL
CNPJ – 76.167.733/0001-87
Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000
www.sapopema.pr.gov.br
Fone/Fax 0900 090 4201 - Sapopema - PR

VERIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Descrição	Valores
Despesas Correntes atualizadas previstas para o Quadrimestre	30.944.368,14
Despesas de Capital atualizada previstas para o Quadrimestre	27.515.504,68
Despesas Intra orçamentária prevista atual. para o Quadrimestre	926.666,66
Despesas de Reserva de Contingência previstas p/ o Quadrimestre	305.856,00
Total do Desembolso prevista para o período	59.692.395,48
Despesas Correntes realizadas até o Quadrimestre	31.488.165,02
Despesas de Capital realizadas até o Quadrimestre	31.687.459,36
Despesas Intra orçamentária realizadas até o Quadrimestre	897.324,41
Transferência Financeira (Câmara Municipal)	1.470.000,00
Total da Despesa contraída até o Quadrimestre	65.542.948,79

Da legislação:
Diz o Artigo 8º. da Lei de Responsabilidade Fiscal que até trinta dias após a publicação dos Orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias e observado a alínea c do inciso I do artigo 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.'

Dos resultados apresentados:
Pelos dados acima apresentados, conclui-se que até o término do período analisado, o município não cumprir o Artigo 8º, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que o total da Despesa empenhado, no montante de R$. 65.542.948,79, ficaram acima das Despesas Previstas atualizadas para o período, que estavam estimadas em R$. 59.692.395,48. Com relação ainda aos resultados apresentados, concluímos que para cada R$. 1,00 (um real) de Despesa Prevista, o município contraiu R$. 1,10. Isto significa dizer que a Despesa ficou 0,10% a maior que a da previsão atualizada estimada para o período.

Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA
Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:AAE2CFA2

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
ATA SESSÃO SOLENE TOMADA DE POSSE VEREADOR SUPLENTE HERMÍNIO BEZERRA DA SILVA.

ATA DA SESSÃO SOLENE DE TOMADA DE POSSE DO VEREADOR SUPLENTE, REALIZADA AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2026.

Aos dez dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e seis, às dezenove horas na Sede da Câmara Municipal de Sapopema, sita a Avenida Manoel Ribas, 362 Centro, nesta Cidade de Sapopema, Comarca de Curiúva Estado do Paraná. Presentes os Vereadores: Cláudio Kava, Edmar Vieira Rodrigues, Hermínio Bezerra da Silva, Jeanderson da Silva Guerreiro, Laércio Brizola, Maria Lúcia de Paula Mainardes, Roberto Brito Abrão, Sirineu Moreira David dos Santos. Ausente o Vereador Luiz Alberto Kava dos Santos. Dando inicio a presente Sessão Solene o Senhor Presidente Edmar Vieira Rodrigues, Convocou o Vereador Suplente Hermínio Bezerra da Silva para ser empossado nesta data e proceder ao juramento, previsto no artigo 5º, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sapopema, com os seguintes dizeres: "***PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE, MORALIDADE E***

TRANSPARÊNCIA O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM ESTAR DE SEU POVO. Posterior a leitura do compromisso o Vereador devidamente empossado pronunciará em pé o seguinte: "***ASSIM O PROMETO***" Devidamente compromissado, foi dado posse ao vereador suplente, Sr. Hermínio Bezerra da Silva, para que possa exercer mandato eletivo no período de setembro de 2026 a dezembro de 2028. Na seqüência fez o uso da palavra, o Vereador empossado, agradecendo a oportunidade de mostrar seu trabalho e somar forças nesta administração. Por fim, todos os Vereadores deram as boas vindas ao vereador empossado, e desejaram boa sorte nesta caminhada estamos juntos pelo mesmo propósito pelo bem do nosso Município. Na continuidade foi encerrada a Sessão Solene pelo Presidente da Câmara Edmar Vieira Rodrigues. Nada mais havendo a constar deu-se por encerrada a presente Sessão Solene com a lavratura da presente ata que vai assinada pelos presentes. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Sapopema em 10 de setembro de 2026.

CLÁUDIO KAVA	
EDMAR VIEIRA RODRIGUES	
HERMÍNIO BEZERRA DA SILVA	
JEANDERSON DA SILVA GUERREIRO	
LAÉRCIO BRIZOLA	
LUIZ ALBERTO KAVA DOS SANTOS	**AUSENTE**
MARIA LÚCIA DE PAULA MAINARDES	
ROBERTO BRITO ABRÃO	
SIRINEU MOREIRA DAVID DOS SANTOS	

Publicado por:
Alessandra Oliveira Isidoro
Código Identificador:D2199A13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2026

ORIGEM: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9-0003/2026– PRESERV
CONTRATANTE: CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI – PRESERV – CNPJ: 73.310.153/0001-09
CONTRATADA: CPD BRASIL TECH LTDA, CNPJ nº 64.986.808/0001-72
OBJETO: Contratação de empresa para Cessão de Licença de Uso de Software de Produtividade e Colaboração (Microsoft 365 E3, com Microsoft Teams), visando atender às necessidades administrativas e operacionais desta Autarquia, com suporte técnico e
atualizações inclusas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Código	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Total
27502	Pacote Office 365 E3, com Microsoft Teams. Plano anual	13	Unidades	18.199,22

Vigência: 0 prazo de vigência da contratação é para 12 (doze) meses contados de sua assinatura na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Data da Assinatura: 25 de setembro de 2026.

Sarandi, 25 de setembro de 2026.

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente

Publicado por:
Vinicius Ziv Masukawa
Código Identificador:C08EBCAA

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026 CONTRATO Nº 190/2026 – ID: 10822

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**EQUIPE GESTÃO EM SAÚDE LTDA**
CNPJ/CPF:	**46.602.691/0001-02**
OBJETO:	Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.
ADITIVO:	CLÁUSULA I - DO OBJETO 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 190/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr. CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 26 de setembro de 2026 a 25 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula III do contrato originário.
ASSINATURA	24 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:DF35A8C9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026 – PMS UASG 988461 (CONTRATAÇÃO: 988461-39/2026)

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na realização de shows pirotécnicos de baixo ruído e shows piromusicais, incluindo o fornecimento dos artefatos, transporte, montagem, programação, execução e desmontagem, destinados aos eventos promovidos pelo Município de Sarandi/PR.
Data e horário de abertura da Sessão: **14 de outubro de 2026 às 09:00 horas**.
Local: http://www.compras.gov.br/ (Contratação: 988461-39/2026)
As informações complementares e o edital completo poderão ser obtidos no departamento de licitações compras e patrimônio – Paço Municipal – Fone: (44) 3264-8600.
E-mails: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro2@sarandi.pr.gov.br
O edital completo poderá ser retirado nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br, https://sarandi.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/ e http://www.sarandi.pr.gov.br,

Sarandi, 25 de setembro de 2026.

RENATO MACEDO FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:B05954C6

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2652/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR , Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de realização de shows pirotécnicos de baixo ruído e shows piromusicais, incluindo o fornecimento dos artefatos, transporte, montagem, programação, execução e desmontagem, destinados aos eventos promovidos pelo Município de Sarandi/PR"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	SECRETARIA
PAULO ROBERTO BAU	FISCAL	GABINETE

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 24 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:4FE60165

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
CITAÇÃO POR EDITAL

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA - PORTARIA n° 2272/2026
Prefeitura do Município de Sarandi - Estado do Paraná

Citação por Edital

Ilmo. Servidor:
WILLIAN GABRIEL TAVARES COSTA

Portaria n°2272/2026

Através do presente expediente e em cumprimento a Portaria n° 2272/2026 o Poder Executivo Municipal, a Comissão Sindicante, composta pelos membros que ao final assinam, considerando declaração firmada por servidor público Municipal que atestou Sr. WILLIAN GABRIEL TAVARES COSTA encontra-se em lugar incerto e não sabido, vem CITÁ-LO por Edital de acordo com o artigo 248 $3° da Lei Municipal 10/92 para querendo apresentar defesa escrita Sindicância Administrativa, onde Vossa Senhoria figura como indiciado sob a acusação, em tese, de ter violado, em tese, o artigo do Estatuto dos Servidores – Art. 224 da LC10/92.

Para o exercício da ampla defesa e do contraditório fica-lhe assegurado o direito de fazer-se representar/acompanhar por advogado, devidamente constituído para este fim. Fica facultado também, vistas ao processo e/ou cópias no local onde funciona a Comissão Sindicante, Prédio da Prefeitura do Município de Sarandi, sito a Rua José Emiliano de Gusmão, nº 565, Centro neste Município. onde também deverá ser protocolada a vossa defesa.

PAÇO MUNICIPAL, 25 de setembro de 2026.

Publique-se

DIEGO WILLIAM SANCHES
Presidente

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:CC305064

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO

OBRIGATORIEDADE DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS
Ficam Vossas Senhorias, proprietários ou possuidores a quaisquer títulos de imóveis urbanos, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação asfáltica, **NOTIFICADOS** da obrigação de manter seus imóveis limpos, capinados e drenados, sob pena de responder, em qualquer situação, por sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer natureza.
Art. 13 - Para preservar a estética e a higiene pública é proibido:
I-Manter terrenos baldios ou não, com detritos ou vegetação indevida. (LEI 409/2022).
Art. 36 - Sempre que os serviços municipais entendam existir perigo de salubridade, os proprietários ou usufrutuários de terrenos onde se encontrem lixos, detritos ou entulhos, mesmo que depositados abusivamente por terceiros, ou cobertos de mato ou vegetação, serão notificados a limpá-los. (Decreto 1314/2011).
NOTIFICAMOS, ***para procederem no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data recebimento da presente notificação, a execução dos serviços necessários.***
Verificado o não atendimento da notificação dentro do prazo estabelecido, ficará sujeito a **AUTUAÇÃO** sem necessidade de notificação posterior a esta; Multa conforme artigos 34; 35 e 36 do Decreto 1314/2011 e ART. 8º do Decreto 1012/2022.
Após a limpeza, deverá garantir que os imóveis continuem limpos, caso contrário, ocorrerá cobrança de multa, com valor dobrado, a cada reincidência e progressivamente.
Caso o imóvel esteja edificado ou limpo, favor desconsiderar a notificação.
É obrigação do proprietário manter o cadastro de correspondência atualizado na Secretaria de Fazenda na Prefeitura.

Local do Imóvel : Quadra: 47 Lote: 27
AV NOVA AURORA, 1097
Bairro: JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE
Nome do Proprietário: LAURA APARECIDA A MASSARO

Local do Imóvel : Quadra: 4 Lote: 9
AV NOVA SAO PAULO, 375
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 5 Lote: 7
RUA ANTONIO AVANÇO, 329
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 8 Lote: 3
RUA ANTONIO AVANÇO, 499
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: OMAR CESAR MORAES

Local do Imóvel : Quadra: 55 Lote: 7
RUA URSA MAIOR, 116
Bairro: JD. UNIVERSAL
Nome do Proprietário: MARIA JULIA ROQUE MELEGARI

Local do Imóvel : Quadra: 285B3 Lote: B3B8
RUA JOSE MARTI, 353
Bairro: GLEBA RIBEIRÃO SARANDI
Nome do Proprietário: MAURO ANTONIO ARMELIN

Local do Imóvel : Quadra: 13 Lote: 4
RUA DAS TULIPAS, 286
Bairro: PARQUE RESIDENCIAL NOVO CENTRO
Nome do Proprietário: SILVIO APARECIDO DE OLIVEIRA

Local do Imóvel : Quadra: 8 Lote: 1
AV PIONEIRO ISRAEL SOUZA MORAES, 379
Bairro: JD. NOVA SARANDI II (DOIS)
Nome do Proprietário: MARGARETE APARECIDA CAMPOS DE SANTANA

Local do Imóvel : Quadra: 30 Lote: 8
RUA CARLOS GOMES, 1912
Bairro: JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
Nome do Proprietário: WELLINGTON DIAS PEREIRA

Local do Imóvel : Quadra: 71 Lote: 16
RUA IRACI MESSIAS THEDORO, 210
Bairro: JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE
Nome do Proprietário: LOURDES DA SILVA RIBEIRO

Local do Imóvel : Quadra: 80 Lote: 27
RUA SANTOS DIAS, 168
Bairro: JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE
Nome do Proprietário: FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS

Local do Imóvel : Quadra: 9 Lote: 16
RUA F, 2074
Bairro: JD. NOVA SARANDI III
Nome do Proprietário: VERONICA KURTEN

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:E9AEEDE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO CALÇADA

OBRIGATORIEDADE DE EFETUAR A ROÇADA DO MATO NA CALÇADA
SENHORES CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS/RESPONSÁVEIS POR IMÓVEIS URBANOS, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação asfáltica, ficam NOTIFICADOS da obrigação de limpar o passeio público (calçada) e as guias de águas pluviais, e mantê-lo limpos e capinados.
Art. 17 da lei complementar nº 409/2022 - Que todos os proprietários ou ocupantes de terras às margens das vias públicas são obrigados a roçar as testadas das mesmas, a conservarem limpas e desobstruídas as vias e valetas existentes em seus terrenos ou que com eles limitarem, removendo convenientemente os detritos.
NOTIFICAMOS, ***para procederem no prazo de 10 (dez) dias, contado da data recebimento da presente notificação, a execução dos serviços necessários*.**
Verificado o não atendimento da notificação dentro do prazo estabelecido, ficará sujeito a **AUTUAÇÃO** sem necessidade de notificação posterior a esta; Multa conforme Art. 17 da Lei Complementar nº 409/2022 e Artigo 8° do Decreto 1012/2022.
Após a limpeza, deverá garantir que a calçada continue limpa, caso contrário, ocorrerá
cobrança de multa, com valor dobrado, a cada reincidência e progressivamente.
Caso o local esteja limpo, favor desconsiderar a notificação.
É obrigação do proprietário manter o cadastro de correspondência atualizado na
Secretaria de Fazenda na Prefeitura.

Local do Imóvel : Quadra: 1 Lote: 1
AV NOVA SAO PAULO, 141
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 1 Lote: 2
AV NOVA SAO PAULO, 159
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: TIAGO LOPES CESCHINI

Local do Imóvel : Quadra: 1 Lote: 3
AV NOVA SAO PAULO, 177
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: URGEMED SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 4 Lote: 5
AV NOVA SAO PAULO, 303
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 4 Lote: 9
AV NOVA SAO PAULO, 375
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 8 Lote: 3
RUA ANTONIO AVANÇO, 499
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: OMAR CESAR MORAES

Local do Imóvel : Quadra: 175 Lote: A1
AV OCTAVIO COLLI, 915
Bairro: PQ.RES.BELA VISTA 2º PARTE
Nome do Proprietário: PASCHOALINO LACHI

Local do Imóvel : Quadra: 8 Lote: 1
AV PIONEIRO ISRAEL SOUZA MORAES, 379
Bairro: JD. NOVA SARANDI II (DOIS)
Nome do Proprietário: MARGARETE APARECIDA CAMPOS DE SANTANA

Local do Imóvel : Quadra: 8 Lote: 3
RUA FRANCISCO DE ALMEIDA, 608 - CONDOMINIO SALÃO COMERCIAL- B
Bairro: PQ.RES.NOVA ALIANÇA
Nome do Proprietário: MARIA ALVES TAVEIRA CARDOSO

Local do Imóvel : Quadra: 7 Lote: 19/20REM
RUA OLGA FAVERI BELLI, 601
Bairro: PARQUE DAS CEREJEIRAS
Nome do Proprietário: ANDRE KOUTALOU IKI

Local do Imóvel : Quadra: 30 Lote: 8
RUA CARLOS GOMES, 1912
Bairro: JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
Nome do Proprietário: WELLINGTON DIAS PEREIRA

Local do Imóvel : Quadra: 41 Lote: 1
AV MARIO ANTONIO FARKAS, 1006
Bairro: PARQUE RESIDENCIAL ALVAMAR II
Nome do Proprietário: APARECIDA DA SILVA

Local do Imóvel : Quadra: 285C Lote: C4-18
AV DEPUTADO BORSARI NETTO, 1552- A
Bairro: JD. SOCIAL
Nome do Proprietário: CLARICE MARIA DE SOUZA

Local do Imóvel : Quadra: 9 Lote: 16
RUA F, 2074
Bairro: JD. NOVA SARANDI III
Nome do Proprietário: VERONICA KURTEN

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:C94F3AD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5.198/2026

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Gestora (Comissão Central) do Plano Municipal de Educação – PME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENGÉS, GERSON NUNES, no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO necessidade de elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), em conformidade com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação Lei nº 15.388;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal e na Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026-2036;
CONSIDERANDO a Lei Orgânica do Município de Sengés;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 5191/2026 de 17 de setembro de 2026, que instituiu a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Sengés, e as funções atribuídas ao Comite Gestor e as Equipes Técnicas;
CONSIDERANDO a gestão democrática e da participação social na construção das políticas públicas educacionais;
CONSIDERANDO o compromisso do Município com a garantia do direito à educação de qualidade, equidade e inclusão
CONSIDERANDO a necessidade de instalação imediata da Comissão Gestora para o cumprimento do cronograma de elaboração do PME,

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituída a Comissão Gestora, também denominada Comissão Central, do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Sengés, responsável pela coordenação, elaboração e acompanhamento do referido Plano.

Art. 2º – A Comissão Gestora (Comissão Central) será composta e nomeada pelos seguintes membros:
Como representantes da Secretaria Municipal de Educação, sendo o (a) titular indicado(a) para o exercício da Coordenação Geral da Comissão Gestora: Valdirene Aparecida Bulka
Titular: Susiane Aparecida Ferreira dos Santos
Suplente: Rosane da Silva Ferraz

Como representantes do Conselho Municipal de Educação - CME:
Titular: Leda Renata Ferreira Oliveira
Suplente: Franciele Cristina de Mello Santos

Como representantes do Fórum Municipal de Educação;
Titular: Susiane Aparecida Ferreira dos Santos
Suplente: Alessandra Rodrigues

Como representantes da Comissão de Educação da Câmara Municipal de
Vereadores;
Titular: Mariane Lupinacci
Suplente: Hilldebrand de Boer

Como representantes da Secretaria de Finanças e Orçamento do Município;
Titular: Luciana Aparecida Veiga
Suplente: Carlos Eduardo Fuzeto

Art. 3º – A Equipe Tecnica será composta pelos seguintes membros:
Educação Infantil, Acesso, Permanência e Qualidade.
Titular: Beatriz Carolina Resende
Suplente: Camile dos Santos

Alfabetização
Titular: Nelson Antônio Ciola Júnior
Suplente: Jeniffer Larissa Venério

Acesso, Trajetória, Conclusão e Aprendizagem no Ensino Fundamental
Titular: Luís Rogério Garcia Fante
Suplente: Adriele Aparecida dos Santos

Acesso, Trajetória, Conclusão e Aprendizagem no Ensino Fundamental Anos Finais Ensino Médio
Titular: Odirlei Alves dos Santos
Suplente: Érila Rodrigues Balbino

Educação Integral em Tempo Integral
Titular: Nelson Antonio Ciola Junior
Suplente: Vanessa Ferreira dos Santos

Conectividade, educação digital e integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação
Titular: Jean Lucas dos Santos
Suplente: Luis Rogério Garcia Fante

Sustentabilidade Socioambiental na Educação
Titular: Cristiano S. Mazur
Suplente: Jefferson Garcia de Azevedo

Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola
Titular: Beatriz Carolina Resende
Suplente: Lázaro Cordeiro Junior

Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos
Titular: Adriele Aparecida dos Santos
Suplente: Camila Souza

Educação de Jovens, Adultos e Idosos
Titular: Delma Lúcia Alves
Suplente: Caroline Leonor Nogueira Schaitel Fernandes

Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica
Titular: Fabiane Nunes Gonçalves
Suplente: Nelson Antônio Ciola Junior

Participação e Controle Social e Gestão Democrática na Educação Pública
Titular: Luiz Magno de Queiroz Vieira
Suplente: Jean Paulo Martins

Financiamento e Infraestrutura da Educação
Titular: Rosinei Maria de Oliveira Rodrigues
Suplente: Rosane da Silva Ferraz

Art. 4º - Os Grupos de Trabalho serão compostos e nomeados pelos seguintes membros, um titular e um suplente por eixo temático:
I. Educação Infantil, Acesso, Permanência e Qualidade.
Titular: Yara Gois
Suplente: Sueli Aparecida Lourenço

II. Alfabetização
Titular: Maria Izabel Nogueira Ferreira
Suplente: Maria Sandra Bueno Ribeiro

III. Acesso, Trajetória, Conclusão e Aprendizagem no Ensino Fundamental
Titular: Vanessa Ferreira dos Santos
Suplente: Luana Savagin Jorge

IV. Acesso, Trajetória, Conclusão e Aprendizagem no Ensino Médio
Titular: Odirlei Alves dos Santos
Suplente: Luís Rogério Garcia Fante

V. Educação Integral em Tempo Integral
Titular: Andressa de Lima Pinheiro da Silva
Suplente: Elaine Ferreira dos Santos

VI. Conectividade, educação digital e integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação
Titular: Jeniffer Larissa Venério
Suplente: Amanda Camargo dos Santos
VII. Sustentabilidade Socioambiental na Educação
Titular: Jefferson Garcia de Azevedo
Suplente: Francisco Dias Neto

VIII. Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola
Titular: Jean Carlos Alves da Silva
Suplente: Ana Cristina de Anhaia da Silva Leal

IX. Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos
Titular: Kátia Alves Rodrigues
Suplente: Silvia Cristiane Ferreira Ramos Giliet

X. Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Titular: Silvia Cristiane Ferreira Ramos Giliet
Suplente: Nayara Letícia Lepinski

XI. Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica
Titular: Rosinei Maria de Oliveira Rodrigues
Suplente: Rosane da Silva Ferraz

XII. Participação e Controle Social e Gestão Democrática na Educação Pública
Titular: Glaucelene Fogaça
Suplente: Anne Priscila Copetti

XIII. Financiamento e Infraestrutura da Educação
Titular: Rosane da Silva Ferraz
Suplente: José Elias Ribeiro

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 25 setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:69F423FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO V TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 077/2026

Pregão Presencial nº 013/2026 - Processo Licitatório nº 041/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DIB LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 04.173.883/0001-92.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo aditivo tem por fim o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio da revisão de preços do Lote 01 (Gasolina Comum) passando de R$ 7,15 (sete reais e quinze centavos) para R$ 6,99 (seis reais e noventa e nove centavos), do Lote 02 (Óleo Diesel Comum) de R$ 6,07 (seis reais e sete centavos) para R$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos), e do Lote 03 (Óleo Diesel S10) de R$ 6,89 (seis reais e oitenta e nove centavos) para R$ 7,96 (sete reais e noventa e seis centavos). Em decorrência da altera, o valor total do Contrato será acrescido no montante de R$ 378.634,20 (trezentos e setenta e oito mil seiscentos e trinta e quatro reais e vinte centavos) ALÉM DE INCLUIR AS CONSTAS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO QUE FARÃO JUS AS NOVAS DESPESAS.
DO OBJETO E REQUISITOS: A coluna *"Preço"* dos Lotes 1, 2 e 3 da tabela constante no § 1º da Cláusula Primeira do Contrato, passa a vigorar com a seguinte redação:

Preço
6,99
6,60
7,96

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: O *caput* da Cláusula Terceira do contrato passa a vigorar com a seguinte redação: "Estima-se para fins contratuais o valor total de R$ 5.586.993,45 (cinco milhões quinhentos e oitenta e seis mil novecentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos)." O parágrafo único da Cláusula Terceira passa a vigorar com a seguinte inclusão:
"09 – Sec. Cult. Esporte e Turismo
3.3.90.30.00.00 – Materia de Consumo
5080 – 000
12 – Sec. Transp. e Viação
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
7310 – 000
20 – Sec. Meio Ambiente
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
8390 - 000"
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 24/09/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 25 de setembro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:F9F9E88A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PARCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026
(Processo Licitatório n.º 143/**2026**)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a aquisição de sacolas de papel personalizadas e bolsas térmicas personalizadas destinadas às ações comemorativas e institucionais da Secretaria Municipal de Educação, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VENCEDOR:
IMPERIUM SOLUCOES EM PREMIACOES LTDA CNPJ 49.504.744/0001-32 com o lote: 2 no valor total de R$ 11.792,00 (onze mil setecentos e noventa e dois reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25/09/2026

Sengés, 25 de setembro de 2026.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:D04ACBE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 215 25/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.388, de 18/12/2025

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 1.763.000,00 (um milhão setecentos e sessenta e três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

18.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORAMENTO	
18.010.00.000.0000.0.000.		Divisão de Gestão Administrativa	
18.010.10.122.0002.2.203		Manter os Serviços Administrativos	
8- 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	520.000,00
9- 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.301.0007.2.220		Manutenção das Atividades da Atenção Básica de Saúde	
31- 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	943.000,00

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.303.0007.2.221		Manter os serviços de Farmácia Básica	
61- 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	220.000,00
62- 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00

Total da Suplementação: 1.763.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Cancelamento de Dotação Orçamentária, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação abaixo.

19.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE FAZENDA	
19.010.00.000.0000.0.000.		Divisão de Tesouraria	
19.010.28.846.0022.0.085		Pagamento de Sentenças Judiciais, Pasep, Indenizações e Restituições	
20- 3.1.90.91.00.00	1303	SENTENÇAS JUDICIAIS	50.000,00

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.301.0007.2.215		Manutenção das Atividades da Atenção Básica de Saúde - ACS	
28- 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	50.000,00

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA A SAUDE	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.301.0007.2.220		Manutenção das Atividades da Atenção Básica de Saúde	
34- 3.3.72.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	100.000,00
36- 3.3.90.30.00.00	1303	MATERIAL DE CONSUMO	500.000,00
40- 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	600.000,00

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA A SAUDE	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.302.0006.2.226		Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade	
55- 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	200.000,00

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.304.0008.2.233		Manutenção das Atividades De Vigilância Sanitária	
70- 3.3.90.30.00.00	1303	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
71- 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	50.000,00
72- 4.4.90.52.00.00	1303	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.305.0008.2.234		Manutenção das Atividades De Vigilância Epidemiológica - ACE	
74- 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.306.0007.2.237		NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO	
83- 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	30.000,00
84- 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
85- 3.3.90.32.00.00	1303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00

Total da Redução: 1.763.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani, em 25 de setembro 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço
Municipal de Saúde-SERMUSA

SUELY ROQUE DE SOUZA SANTOS
Diretora do Departamento de Fazenda-SERMUSA

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:94CD3E1F

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA N.º 132, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal SUZIANE ANDREA TOTTI AGUILERA, ocupante do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, portadora do RG n°. 6.325.976-4 e CPF n° 906.416.639-00, como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente a viagem para Guaratuba e Vila Velha, Estado do Paraná, do que consta o Protocolo nº 25.834.958-0.

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal LUCIVANE CASAGRANDE DIAS, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, portadora do RG n°. 3.967.291-9 e CPF n°625.967.809-68, como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente a viagem para Guaratuba e Vila Velha, Estado do Paraná, do que consta o Protocolo nº 25.834.958-0.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 24 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:7CC993F5

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA N.º 133, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal SUZIANE ANDREA TOTTI AGUILERA, ocupante do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, portadora do RG n°. 6.325.976-4 e CPF n° 906.416.639-00, como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente a viagem para MORRETES/GUARATUBA, Estado do Paraná, com os alunos atendidos pela Escola César Soriani, do que consta o Protocolo nº 25.883.373-2.

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal LUCIVANE CASAGRANDE DIAS, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, portadora do RG n°. 3.967.291-9 e CPF n°625.967.809-68, como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente a viagem para MORRETES/GUARATUBA, Estado do Paraná, com os alunos atendidos pela Escola César Soriani, do que consta o Protocolo nº 25.883.373-2.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 24 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:E00AB3EB

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 191-2026

EXTRATO DA ATA Nº 191/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 191/2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: AMILTON GUIMARÃES E CIA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85208.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 725,00 (SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:8DD80E00

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 192-2026

EXTRATO DA ATA Nº 192/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 192/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: ATENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85209.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 6.196,02 (SEIS MIL, CENTO E NOVENTA E SEIS REAIS E DOIS CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:6121FD3C

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 193-2026

EXTRATO DA ATA Nº 193/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 193/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85210.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 9.329,36 (NOVE MIL, TREZENTOS E VINTE E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:2AB13D9C

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 194-2026

EXTRATO DA ATA Nº 194/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 194/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: DAISY SANTOS LIMA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85211.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 807,50 (OITOCENTOS E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:994A2A2F

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 195-2026

EXTRATO DA ATA Nº 195/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 195/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: DANIEL HERINGER CARLOS AIRES.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85212.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 26.235,40 (VINTE E SEIS MIL, DUZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:738A57E1

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 196-2026

EXTRATO DA ATA Nº 196/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: DLS COMERCIO LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85213.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 3.535,00 (TRES MIL, QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópol

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:C9A963F5

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 197-2026

EXTRATO DA ATA Nº 197/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 197/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: DTRM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85214.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 14.109,30 (QUATORZE MIL, CENTO E NOVE REAIS E TRINTA CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:CEF8E95E

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 198-2026

EXTRATO DA ATA Nº 198/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 198/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: EDER BASTOS & CIA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85215.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 5.086,80 (CINCO MIL E OITENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:6ADC12DC

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 199-2026

EXTRATO DA ATA Nº 199/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 199/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: HANDOUR COMERCIAL E VAREJO LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85216.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 4.510,00 (QUATRO MIL, QUINHENTOS E DEZ REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:6BA59209

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 200-2026

EXTRATO DA ATA Nº 200/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 200/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: HORUS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85217.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 84.735,00 (OITENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:0AB085E2

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 201-2026

EXTRATO DA ATA Nº 201/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 201/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.

CONTRATADO: IRD PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85218.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 13.932,00 (TREZE MIL, NOVECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:7ADE1029

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 202-2026

EXTRATO DA ATA Nº 202/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 202/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85219.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:B8BBE734

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 203-2026

EXTRATO DA ATA Nº 203/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 203/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: JL GESTAO & COMERCIO LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85220.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 4.128,00 (QUATRO MIL, CENTO E VINTE E OITO REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:804E3D37

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 204-2026

EXTRATO DA ATA Nº 204/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 204/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: K. LUMERTZ CARDOSO.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85221.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 4.192,16 (QUATRO MIL, CENTO E NOVENTA E DOIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:E2AD30CD

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 205-2026

EXTRATO DA ATA Nº 205/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 205/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: LICITA SHOP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85222.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 574,56 (QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:F38AA219

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 206-2026

EXTRATO DA ATA Nº 206/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 206/2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: M3. BUSINESS GROUP LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85223.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 3.412,52 (TRÊS MIL, QUATROCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:9D5834B3

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 207-2026

EXTRATO DA ATA Nº 207/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 207/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: MAX QUALITY COMERCIO LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85224.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 2.561,00 (DOIS MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E UM REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:50CC362A

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 208-2026

EXTRATO DA ATA Nº 208/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 208/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: MOURA ELETRONICOS E IMPORTAÇÃO LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85225.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 170,94 (CENTO E SETENTA REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:093B5913

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 209-2026

EXTRATO DA ATA Nº 209/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 209/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: MOURA ELETRONICOS E IMPORTAÇÃO LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85226.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 863,06 (OITOCENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E SEIS CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:6EEFDA42

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 210-2026

EXTRATO DA ATA Nº 210/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 210/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: PADUA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85227.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 58.528,40 (CINQUENTA E OITO MIL, QUINHENTOS E VINTE E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:38156A5E

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 211-2026

EXTRATO DA ATA Nº 211/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 211/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: SPOTECH INFORMATICA CORAL LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85228.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 8.171,57 (OITO MIL, CENTO E SETENTA E UM REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:50A1D03F

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 212-2026

EXTRATO DA ATA Nº 212/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 212/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: TEIXEIRA OTO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85229.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 434,40 (QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:2E27C8B5

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 213-2026

EXTRATO DA ATA Nº 213/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 213/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: TJ COMERCIO DE PRODUTOS LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 23 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 204/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026, ID. 85230.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 23 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 23.066,67 (VINTE E TRES MIL, SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:225D4199

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 244/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 244/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: R.R SOLAR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.
OBJETO: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES NO ABATEDOURO MUNICIPAL.
VALOR: R$19.400,00(DEZENOVE MIL E QUATROCENTOS REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 25 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:05E3AE4E

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO Nº: 29/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

FORNECEDOR: 65.668.789 JEAN CARLOS YUKIO HOKAZONO, CNPJ n.º 65.668.789/0001-07

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E TRATAMENTO DE EFLUENTES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, INCLUINDO OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS COLETIVAS E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 25 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 25 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 25 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 30.146,00 (TRINTA MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS).

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:0F78638D

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO Nº: 30/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

FORNECEDOR: DNA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, CNPJ n.º 39.878.167/0001-95

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E TRATAMENTO DE EFLUENTES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, INCLUINDO OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS COLETIVAS E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 25 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 25 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 25 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 74.500,00 (SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS).

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:3B5E3FC5

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
PORTARIA N.º 19, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo, nos termos do Decreto Municipal n.º 055, de 30 de março de 2023, e dá outras providências.

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Capítulo X do Decreto Municipal n.º 055/2023;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para atuar na gestão e fiscalização das Atas de Registro de Preços n.ºs 29 e 30 de 2026, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de produtos químicos para tratamento de água de abastecimento público e tratamento de efluentes do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sertanópolis, incluindo os sistemas de abastecimento de água, as soluções alternativas coletivas e estação de tratamento de esgoto/ete, firmado com as empresas **65.668.789 JEAN CARLOS YUKIO HOKAZONO** e **DNA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA**:

I – GESTOR(A) DO CONTRATO:

• **Titular: Flávio Marcelino Fantin**, Diretor Superintendente, CPF: n.º 053.434.649-98.

II – FISCAL DO CONTRATO:
• **Titular: Maik Mauro Alves**, Operador de ETE, CPF n.º 082.702.239-56 .

Art. 2º As atribuições e responsabilidades do Gestor e do Fiscal nomeados por esta Portaria são aquelas previstas, respectivamente, nos artigos 82 e 83 do Decreto Municipal n.º 055/2023, sem prejuízo das demais normas legais aplicáveis.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de setembro de 2026.

Sertanópolis, 25 de setembro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:9AE2A0E6

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO NO M 7/2026 - SERMUSA
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE BUCAL I - RELATÓRIO

Trata-se de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde (SERMUSA), destinado à aquisição de materiais odontológicos para atendimento à rede municipal de saúde bucal. O certame encontra-se suspenso desde 26 de junho de 2026, por força de Comunicação de Achados formulada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), que apontou as seguintes inconsistências no processo licitatório:
Achado 01- ausência de análise crítica dos valores cotados na fase preparatória, sem o expurgo de valores manifestamente superiores ou inferiores, e ausência de consulta ao Banco de preços Saúde (BB), fonte de pesquisa Obrigatória para a estimativa de preços de produtos para a saúde;
Achado 02 — ausência. no instrumento de exigências de habilitação técnica compatíveis com a natureza do Objeto (Alvará de Licença Sanitária, Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE. e Certidão de Regularidade Técnica);

Achado 03 - indicação de marca comercial nos itens 7 ("ALBOCRESIL') e 12 ("CKTAPRESSIN*), bem como direcionamento indireto a fabricante específico nos itens 128a 134, com reprodução de jargão publicitário de material de marketing: além da ausência de indicação do código BR para os itens licitados:

Achado 04 - divergência ou ausência de definição completa, quanto à quantidade numérica unidade de fornecimento, em itens do edital (a exemplo dos itens I I e 126); e ausência de estudos técnicos ou levantamentos que fundamentassem adequadamente o quantitativo a ser adquirido, tendo o Estudo Técnico Preliminar se limitado a referir, de forma genérica. 0 número de atendimentos realizados nos últimos 12 (doze) meses.

Em atenção à solicitação do órgão de controle, foi apresentada resposta indicando, para cada achado, as medidas corretivas então formuladas: nova pesquisa de preços com inclusão do BPS e aplicação de média saneada: inclusão, no Termo de Referência, das exigências de habilitação técnica .pertinentes: inclusão do código BR; correção dos descritivos, unidades e quantidades divergentes: e elaboração de Justificativa Técnica de Quantitativos, com base no histórico de consumo da ata do Pregão no 28/2023 (SERMUSA). É o relatório.

II - DA ANÁLISE
Da análise conjunta dos quatro achados, verifica—se que as inconsistências não se limitam a falhas pontuais ou de natureza estritamente formal. alcançando, isto sim, elementos estruturantes do certame, a saber: (I) o próprio valor de referência da licitação, base de todo o julgamento das propostas, integralmente refeito a partir de nova

pesquisa de preços; (II) os requisitos de habilitação técnica, inexistentes na redação original e agora inseridos no Termo deReferência; (III) a redação de itens inteiros do objeto licitado, alterada em razão do direcionamento a marca comercial: e (IV) o próprio quantitativo licitado. elemento nuclear da estimativa de despesa. substancialmente revisado a partir de justificativa técnica não constante do processo original.

Neste sentido, sob o ponto de vista da segurança jurídica, da transparência processual e da economia procedimental, a revogação do presente processo licitatório é matéria que se impõe, vez que as alterações realizadas foram substanciais, inclusive, no que tange a novos valores.

Dispõe o art. 71 da Lei no 14.133/2021 que a autoridade competente deverá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

A Comunicação de Achados formulada pelo TCE/PR, órgão de controle externo competente para a fiscalização da regularidade das licitações públicas, constitui fato superveniente apto a caracterizar tal interesse público, na medida em que revela, de forma conjunta, vícios que comprometem elementos essenciais do certame originário.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto. OPINO pela do presente processo licitatório (Pregão Eletrônico n' 017/2026 - SERMUSA), por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, nos termos do art. 71 da Lei no 14.133/2021 , pelos fundamentos acima

Sertanópolis/PR, 24 de setembro de 2026.

RAFAELLA MOREIRA BALSANELO
procuradora Municipal

Considerando as razões expostas no opinativo jurídico, que acolho integralmente, o presente processo licitatório, determinando a imediata instauração de novo processo licitatório para a aquisição de materiais odontológicos, devidamente saneado nos termos da manifestação jurídica supra. Sertanópolis, 24/09/2026.

GIOVANNA ZANIN MARTINS SILVA -
Diretora Superintendente

Publicado por:
Lucilene de Fátima Morilho da Silva
Código Identificador:ED58B017

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
NOTIFICAÇÕES LEI 9.452/1997

NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - Ministério das Cidades, no valor de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), destinação a execução do Contrato de Repasse 983416/2025, Tipo Parcial, em 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:4B62E732

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026

A **Pregoeira Oficial do Município de Sulina/PR**, nomeada pela Portaria nº 217/2025, no uso de suas atribuições legais, **DECIDE CONHECER DO PEDIDO APRESENTADO** e, em atendimento ao parecer jurídico exarado pela Procuradoria Jurídica Municipal, **DETERMINA A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA COMPLEMENTAR** junto à empresa **O2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA.**, destinada ao esclarecimento e à comprovação de fatos e informações suscitados no recurso administrativo interposto pela empresa **VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA.**
Para tanto, fica designado o dia **28 de setembro de 2026, às 14h00min**, para o retorno da sessão pública e realização da referida diligência, nos termos e limites estabelecidos no parecer jurídico. Sulina(Pr), 25 de setembro de 2026.

EDICEIA SCHAEFER ROSA,
Pregoeira.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:B3306B9E

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **15/10/2026**, às **09:00 horas**, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, **tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MUDAS DE FLORES DE ESTAÇÃO, DESTINADAS À MANUTENÇÃO, RENOVAÇÃO, AJARDINAMENTO E ORNAMENTAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SULINA – PR"**.
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 28/09/2026 até dia 15/10/2026 às 08h:30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15/10/2026, às 09h:00min.
LOCAL: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
Oedital estará disponível nos sites: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ewww.sulina.pr.gov.br. Informações e esclarecimentos na Rua Tupinambá, nº 68, Centro, Sulina – PR, na Secretaria da Comissão de Licitação. Fone/WhatsApp: (46) 98800-1015 – e-mail: licitasulinapr@hotmail.com. Sulina, 25 de setembro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:39FADB44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 11/2026

Processo Administrativo nº. 39/2026

CHAMADA PÚBLICA N° 02/2026

O Município de Tapira através de seu prefeito municipal, Senhor Ronald Rogerio Lopes Smarzaro, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZA a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 11/2026**, que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE**, conforme licitantes credenciados relacionados abaixo:

FORNECEDOR	CPF	VALOR EM REAIS
AGNALDO BARBOSA	803.***.**9-00	5.375,50
ANDRÉ VITOR FUMAGALI MILESKI	113.***.**9-24	3.663,00
APARECIDO DONIZETE PAÍSCA	484.***.**9-20	1.992,00
DEVAIR APARECIDO PALOMBO	906.***.**9-72	3.942,50
IRINEU RAMOS	388.***.**9-04	4.860,00
JOANIZIO RODRIGUES	026.***.**9-90	3.338,50
JOSÉ DA SILVA HORTA	140.***.**9-91	7.490,50
JUDITE DE ALMEIDA BIFFI	047.***.**9-97	7.155,00
MARIA JOSÉ FERNANDES PRADO	019.***.**9-62	7.155,00
NEUSA GNANN NOVAIS DE ARAÚJO	764.***.**9-15	8.000,40
ROGERIO DA SILVA RAYMUNDO	041.***.**9-41	3.798,00
VALOR TOTAL		**56.770,40**

Base legal: Art. 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Tapira/PR, 25 de setembro de 2026.

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:5832729B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 62/2026

ID: 2806

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – AGNALDO BARBOSA

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 5.375,50 (cinco mil trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Tapira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:5858B706

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 63/2026

ID: 2807

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – ANDRE VICTOR FUMAGALI MILESKI

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 3.663,00 (três mil seiscentos e sessenta e três reais)

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Tapira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:68F87519

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 64/2026

ID: 2808

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – APARECIDO DONIZETE PAÍSCA

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 1.992,00 (mil novecentos e noventa e dois reais)

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Tapira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:13BF8768

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 65/2026

ID: 2809

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – DEVAIR APARECIDO PALOMBO

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 3.942,50 (três mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
Tapira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:35A8C210

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 66/2026

ID: 2810

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – IRINEU RAMOS

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 4.860,00 (quatro mil oitocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Tapira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:58ECA993

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 67/2026

ID: 2811

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – JOANIZIO RODRIGUES DE NOVAIS

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 3.338,50 (três mil e trezentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Tapira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:0E5570A0

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 68/2026

ID: 2812

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – JOSÉ DA SILVA HORTA

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 7.490,50 (sete mil quatrocentos e noventa reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Tapira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:2686652E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 69/2026

ID: 2813

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – JUDITE DE ALMEIDA BIFFI

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 7.155,00 (sete mil e cento e cinquenta e cinco reais)

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Tapira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:AE6FC4F3

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 70/2026

ID: 2814

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – MARIA JOSE FERNANDES DO PRADO

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 7.155,00 (sete mil e cento e cinquenta e cinco reais)

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Tapira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:D686F810

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 71/2026

ID: 2815

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – NEUSA GNANN NOVAIS DE ARAUJO

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 8.000,40 (oito mil reais e quarenta centavos

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Tapira, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:1C559361

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 72/2026

ID: 2816

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA

CONTRATADO – ROGÉRIO DA SILVA RAYMUNDO

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

VALOR – R$ 3.798,00 (três mil setecentos e noventa e oito reais)

VIGÊNCIA – 25 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Tapira, 26 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:4A3663FF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 02/2026

Diante dos elementos constantes neste processo licitatório e de acordo com o art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, resolvo:

1. **HOMOLOGAR** a Concorrência Nº 02/2026, referente à **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TAPIRA-PR**.

2. **ADJUDICAR** a favor da empresa **UMUARAMA PUBLICIDADES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº. **08.649.029/0001-00** o objeto da licitação acima no valor máximo de **R$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS).**

Tapira, 25 de setembro de 2026.

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:41A11260

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
RESULTADO FINAL

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TAPIRA-PR

Após a análise realizada pelo Agente de Contratação, com o apoio da Equipe de Apoio, torna-se público o resultado final da fase de técnica da licitante participante, conforme segue:
VENCEDORA: Umuarama Publicidades Ltda - **CNPJ nº** 08.649.029/0001-00;

	NOTA
NT = Nota Técnica	39,00
NP = Nota de Preço	60,00
NF = Nota Final	99,00

Tapira, 25 de setembro de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:65A53F38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 002/2026 – COMISSÃO CENTRAL

EDITAL Nº 002/2026 – COMISSÃO CENTRAL
RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES

A COMISSÃO CENTRAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES – PR, instituída pelo Decreto nº 290/2026, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Decreto Municipal nº 283, de 25 de agosto de 2026, e com o Edital nº 001/2026, que estabelece as normas para o Processo de Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal, **TORNA PÚBLICO** o resultado preliminar da análise das inscrições, conforme deliberação registrada na Ata nº 002/2026, de 25 de setembro de 2026.

1. DO RESULTADO PRELIMINAR
Após análise das candidaturas apresentadas, a Comissão Central deliberou pela aprovação de todas as inscrições recebidas, totalizando 9 (nove) candidaturas, conforme relação abaixo:

Nº - Candidata - Instituição de Ensino
01 - Simone Wagner - Escola Alteny Maria de Lourdes Gubert Marquardt
02 - Daiane Danieleski - CMEI Mundo Encantado
03 - Natana Ferreira - CMEI Mundo Encantado
04 - Maira Francine Mulinari – Escola Madre Rosa Rosato
05 - Marines Sander Mendes - Escola Padre Ladislau Maibuk
06 - Elaine Aparecida Viegandt - Escola Padre Ladislau Maibuk
07 - Orli da Aparecida Kuller Ferreira - Escola Machado de Assis
08 - Luciana de Lima França - Escola São Sebastião
09 - Claudia Pereira dos Santos - Escola São Sebastião

2. DOS RECURSOS
Fica estabelecido o dia 29 de setembro de 2026 como prazo para interposição de recursos referentes ao resultado preliminar das inscrições, conforme previsto no cronograma do Edital nº 001/2026.
Os recursos deverão ser apresentados, através de requerimento próprio encaminhado para a Comissão Central.
A análise dos recursos será realizada pela Comissão Central no dia 30 de setembro de 2026, com publicação do resultado dos julgamentos e homologação das inscrições prevista para 1º de outubro de 2026, conforme cronograma oficial.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A aprovação preliminar das inscrições não representa a homologação definitiva das candidaturas, ficando esta condicionada ao encerramento da fase recursal e ao cumprimento das demais disposições previstas no Edital nº 001/2026.
Os casos omissos serão analisados pela Comissão Central, observadas as normas que regem o Processo de Escolha de Diretores Escolares.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Teixeira Soares – PR, 28 de setembro de 2026.

EDSON LUIS MENDES
Secretário da Comissão Central
Processo de Escolha de Diretores Escolares

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:099CF4BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 40, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Pedro Paulo Weber, s/n - Parque Cidade Nova
Fone: (42) 3460 1155 ramais 1028 e 1029
E-mail: educacao_teixeira@yahoo.com.br

CNPJ: 30.484.573/0001-07 CEP: 84.530-000
TEIXEIRA SOARES - PARANÁ

PORTARIA Nº 40, de 25 de setembro de 2026.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO COMITÊ GESTOR PARA COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM A INCLUSÃO DE MEMBROS DO FME E SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CAE.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e daquelas estabelecidas pelo Decreto Municipal Nº 19/2025, de 08/01/2025,
CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino SASE;
CONSIDERANDO a necessidade de constituição formal de Comitê Gestor para coordenação dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação;
CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 2.305 de 11 de agosto de 2026, a qual instituiu o Fórum Municipal de Educação de Teixeira Soares – FME e dá outras providências;
CONSIDERANDO o Decreto Nº 288/2026 de 03 de setembro de 2026 que constitui o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE de Teixeira Soares, Estado do Paraná, e nomeia seus membros;
R E S O L V E
Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor para elaboração do Plano Municipal de Educação – PME 2026/2036, composto pelos seguintes membros:
I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
a) Alexandra Ruppel da Silva
b) Eliane Maria Roos Matte
c) Mireila Aparecida Jacomel Pugsley
d) Paula Michele Marchinski

II – Representantes do Conselho Municipal de Educação (CME):
a) Fabíola Gubert Matte
b) Samanta Jagher

III – Representantes do CACS - FUNDEB:
a) Karina Fogaça Mendes
b) Sandra Colossi Pott

IV – Representantes do Conselho de Alimentação Escolar (CAE):
a) Ana Flávia Zuaretch
b) Ana Paula Ruppel dos Santos

V – Representantes do CMDCA:
a) Renata de Andrade
b) Evelyn Muriel Vieira Bindas

VI – Representantes das Equipes Gestoras das Escolas e Professores Municipais:
a) Maira Francine Mulinari - Diretora
b) Celui Maria Tyski - Coordenadora Pedagógica
c) Renata Surryan Ribeiro - Professor de Educação Infantil
d) Margarida Kupczak de Graauw - Professor do Ensino Fundamental

VII – Representantes do Fórum Municipal de Educação – FME
a) Claudinei de Souza - Representante da Câmara de Vereadores
b) Elisiane do Rocio Oliveira dos Santos – Representante da Educação do Campo
c) Claudia Mara Gorte Schapuis – Representante dos Professores da Educação Infantil
d) Simone Wagner – Representante dos Professores do Ensino Fundamental

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor coordenar, organizar e acompanhar os trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME 2026/2036, em consonância com as diretrizes nacionais e orientações técnicas do Ministério da Educação.
Art. 3º A participação no Comitê Gestor não ensejará o pagamento de gratificações ou quaisquer outras vantagens pecuniárias.
Art. 4º Esta Portaria revoga a Portaria Nº 39 de 21 de setembro de 2026 e entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, 25 de setembro de 2026.

KELLY REGINA CAMARGO
Secretária Municipal de Educação
Dec. 19/2025 de 08/01/25

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:A8C07F8E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 61/2026

PORTARIA Nº 61/2026

SÚMULA: Institui e nomeia a Comissão Permanente de Avaliação, Acompanhamento e Verificação das Propostas relativas à concessão de direito real de uso de imóveis públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, I, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece sobre a aplicação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos para a concessão de direito real de uso de imóveis públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar critérios objetivos, transparência, isonomia, impessoalidade e segurança na avaliação das propostas apresentadas nos procedimentos licitatórios destinados à concessão de direito real de uso de imóveis públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de constituição de comissão específica para análise e avaliação dos aspectos técnicos das propostas e dos planos de implantação apresentados pelos licitantes;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar a efetiva implantação da proposta apresentada pelo licitante vencedor, especialmente quanto ao cumprimento dos compromissos que tenham sido considerados para fins de avaliação e classificação no procedimento licitatório;

CONSIDERANDO que a proposta técnica e o respectivo plano de implantação constituirão parâmetros para o acompanhamento da execução da concessão, nos termos estabelecidos no edital e no instrumento contratual;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, a Comissão Permanente de Avaliação, Acompanhamento e Verificação das Propostas relativas à Concessão de Direito Real de Uso de Imóveis Públicos Municipais, destinada a atuar nos procedimentos licitatórios que tenham por objeto a concessão de imóveis públicos municipais.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de que trata o art. 1º os seguintes servidores:
I – Presidente: CARLOS ALBERTO GORTE;
II – Membro: JOSÉ SANTOS DA ROSA; e,
III – Membro: FLÁVIA CRISTINA RIBEIRO.

Art. 3º Compete à Comissão Permanente de Avaliação, Acompanhamento e Verificação:

I – analisar as propostas técnicas e os planos de implantação apresentados pelos licitantes, observando os critérios, requisitos e parâmetros estabelecidos no respectivo edital e seus anexos;
II – verificar a compatibilidade das propostas apresentadas com a finalidade prevista para o imóvel objeto da concessão;
III – avaliar os aspectos relacionados aos investimentos, cronograma de implantação, geração de empregos, movimentação econômica, sustentabilidade, adequação das instalações e demais critérios objetivos estabelecidos no instrumento convocatório;
IV – atribuir a pontuação correspondente a cada critério de avaliação, observando estritamente os parâmetros, pesos e requisitos previamente estabelecidos no edital;
V – solicitar, quando cabível, esclarecimentos ou diligências destinados a complementar informações necessárias à análise das propostas, observados os limites previstos na legislação e no edital;
VI – elaborar relatório ou ata circunstanciada contendo a análise, fundamentação e resultado da avaliação das propostas;
VII – encaminhar suas conclusões à Comissão de Contratação para prosseguimento do procedimento licitatório;
VIII – exercer outras atribuições relacionadas à avaliação técnica das propostas que lhe sejam expressamente atribuídas pelo edital ou pela autoridade competente.

Art. 4º Após a homologação do procedimento licitatório e a formalização do respectivo instrumento contratual, competirá à Comissão acompanhar e avaliar tecnicamente a implantação da proposta apresentada pela concessionária vencedora, especialmente quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos no Plano de Implantação e que tenham sido considerados para fins de classificação e pontuação no procedimento licitatório.
§ 1º O acompanhamento de que trata o caput compreenderá, entre outros aspectos, a verificação:
I – dos investimentos e benfeitorias comprometidos na proposta vencedora;
II – do cumprimento do cronograma de implantação e do prazo para início das atividades;
III – da geração e manutenção dos empregos comprometidos na proposta;
IV – da implantação e funcionamento das atividades econômicas previstas;
V – do cumprimento dos demais compromissos, metas e indicadores que tenham sido objeto de avaliação e pontuação no procedimento licitatório;
VI – da compatibilidade das instalações e benfeitorias executadas com a finalidade prevista para o imóvel e com a proposta vencedora.
§ 2º Para o exercício de suas atribuições, a Comissão poderá realizar vistorias no imóvel, solicitar documentos e informações comprobatórias, verificar cronogramas, registros e demais elementos pertinentes, bem como elaborar relatórios técnicos acerca da implantação da proposta.
§ 3º A Comissão poderá, sempre que necessário, solicitar apoio técnico de servidores municipais ou de profissionais de áreas específicas para subsidiar suas avaliações, observadas as competências e responsabilidades funcionais correspondentes.
§ 4º O acompanhamento realizado pela Comissão terá caráter de avaliação e assessoramento técnico, não substituindo as atribuições do fiscal do contrato, a quem compete o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação aplicável.
§ 5º Constatado o descumprimento total ou parcial dos compromissos assumidos na proposta vencedora, a Comissão deverá registrar a ocorrência em relatório circunstanciado, contendo os fatos constatados, documentos ou evidências pertinentes e, quando possível, a indicação do compromisso ou obrigação não cumprida, encaminhando-o ao fiscal do contrato e à autoridade competente para adoção das providências administrativas cabíveis.

Art. 5º A Comissão deverá observar, no exercício de suas atribuições, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório, transparência e interesse público, bem como as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, de lei municipal que disponha sobre a autorização de concessão de uso de imóvel público, do edital e do respectivo instrumento contratual.

Art. 6º A Comissão Permanente de Avaliação, Acompanhamento e Verificação atuará sem prejuízo das competências atribuídas à Comissão de Contratação, cabendo a esta última a condução dos atos do procedimento licitatório que lhe sejam legalmente atribuídos.
Parágrafo único. A atuação da Comissão ora instituída ficará restrita à avaliação técnica das propostas e ao acompanhamento técnico da implantação da proposta vencedora, conforme estabelecido nesta Portaria, no edital e no instrumento contratual.

Art. 7º As avaliações, verificações, vistorias e demais atos realizados pela Comissão deverão ser devidamente registrados nos autos do respectivo processo administrativo, mediante atas, relatórios, registros fotográficos, documentos comprobatórios ou outros elementos pertinentes, de modo a assegurar a rastreabilidade e a transparência dos atos praticados.

Art. 8º A Comissão deverá comunicar ao fiscal do contrato quaisquer fatos que possam caracterizar descumprimento das obrigações assumidas pela concessionária, especialmente aquelas relacionadas ao Plano de Implantação e aos compromissos que tenham sido considerados para fins de avaliação da proposta vencedora.

Art. 9º A Comissão Permanente de Avaliação, Acompanhamento e Verificação terá caráter permanente, podendo atuar nos procedimentos de concessão de direito real de uso de imóveis públicos municipais realizados durante o período de vigência desta Portaria, até que sobrevenha ato que altere ou revogue sua composição.

Art. 10 A participação dos membros da Comissão será considerada de relevante interesse público, não implicando, por si só, alteração de suas respectivas atribuições funcionais.

Art. 11 Os casos omissos serão dirimidos pela autoridade competente, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:657010E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 43-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS (atenção especializada) contendo equipe mínima: Cirurgião Dentista e Técnico em prótese dentaria (Protético), abrangendo as etapas clínicas e laboratoriais, visando atender os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Terra Boa, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
Departamento Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde

Processo: 178/2026
Modalidade: INEXIGIBILIDADE/Credenciamento nº 43/2026
Tipo: seleção dos interessados
Valor total estimado: R$ 285.059,00 (duzentos e oitenta e cinco mil cinquenta e nove reais).
Fundamentação Legal: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei n.º 14.133/2021 Lei Federal nº. 8.080/90, Lei Federal nº. 8.142/90, Lei Complementar 141/2012, Resoluções n°. 5351/04-TC de 10/08/2004 e 1420/04-TC de 18/04/2004, Acórdão nº 408/2012, Acórdão nº

352/2016, Acórdão nº 784/2018 todos do TCU, Acórdão nº 549/11 - Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) Portaria do Sistema Único de Saúde nº 2567/2016 e demais legislações aplicáveis.
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO: **A partir do dia 28/09/2026.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo as disposições em contrário.
Informações: O Edital de Licitação com detalhes do Credenciamento nº 43/2026 estará à disposição dos interessados a partir do dia 28 de setembro de 2026, no endereço eletrônico: www.terraboa.pr.gov.br *em "Portal da Transparência" e* na Departamento de Licitação situada no Paço Municipal ou através do e-mail licitacao@terraboa.pr.gov.br

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:110E6301

LICITAÇÕES
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 44-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Objeto: Credenciamento de Profissionais para prestação de serviços na área de esportes, junto à Secretaria Municipal de Esportes, visando à implementação e ao desenvolvimento do Projeto das Escolinhas Municipais de Futebol, Futsal, Basquete e Voleibol, conforme Convênio nº 748/2025 – TransfereGov nº 981237/2025, firmado com o Ministério do Esporte e condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais anexos.
Departamento Solicitante: Secretaria Municipal de Esportes.
Processo: 179/2026
Modalidade: INEXIGIBILIDADE/Credenciamento nº 44/2026
Tipo: seleção dos interessados
Valor total estimado: R$ 116.827,20 (cento e dezesseis mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos).
Fundamentação Legal: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei n.º 14.133/2021.
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO: **A partir do dia 29/09/2026.**
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo as disposições em contrário.
Informações: O Edital de Licitação com detalhes do Credenciamento nº 44/2026 estará à disposição dos interessados a partir do dia 29 de setembro de 2026, no endereço eletrônico: www.terraboa.pr.gov.br *em "Portal da Transparência" e* na Departamento de Licitação situada no Paço Municipal ou através do e-mail licitacao@terraboa.pr.gov.br

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:62FCF4B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação n. 06/2026
AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA** CNPJ nº 01.432.222/0001-46	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física.	Nome: CPF nº
	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: G. TOKUNAGA DE FIGUEIREDO ZAMBONINI LTDA **CNPJ nº** 50.628.656/0001-21
OBJETO	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e higienização de vidros, fachadas e calçadas do prédio da Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com execução periódica, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, produtos, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à adequada execução dos serviços, conforme condições, periodicidade, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência	
VALOR	R$ 53.996,00 (Cinquenta e três mil, novecentos e noventa e seis reais)	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.78.99	

PUBLIQUE-SE o resultado.
Terra Rica-Pr, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:D5F2762B

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº 06/2026

Eu **ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ**, Presidente da Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal 14.133 e Resolução n. 11/2023,
TORNO PÚBLICO
Para conhecimento de todos interessados que foi **ADJUDICADA e HOMOLOGADA** da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026, das empresas abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR
01	G. TOKUNAGA DE FIGUEIREDO ZAMBONINI LTDA	50.628.656/0001-21	53.996,00

Terra Rica-Pr, 25 de setembro de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:925D91A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 134/2026

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **J E M CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA, CNPJ 59.161.353/0001-16** com endereço na RUA CONSTANCIO CUCATO, 1045 SALA A - CEP: 87880000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por JOSIMAR DE OLIVEIRA JUNIOR ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 060.126.269-75, com domicilio na RUA CONSTANCIO CUCATO, 1059 - CEP: 87880000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Concorrência 4/2026, objetivando a **CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO NA CMEI JOÃO MARCOS.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente Termo Aditivo, no contrato acima identificado, fica acrescido o valor de **R$ 25.015,61 (vinte e cinco mil quinze reais e sessenta e um centavos)**, correspondente a **24,891% do valor inicial do contrato**.

CLAUSULA TERCEIRA: Fica também suprimido o valor de **R$ 21.374,75 (vinte e um mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**, correspondente a **17,03% do valor inicial do contrato**, resultando em um **acréscimo líquido de R$ 3.640,86 (três mil seiscentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos)** ao valor contratual, conforme parecer técnico nº 34/2026.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 134/2026 de 09/04/2026.

Terra Rica-Pr, 24/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	*JOSIMAR DE OLIVEIRA JUNIOR*
Prefeito Municipal	J E M Construções E Engenharia LTDA

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:650964CE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Destinada exclusivamente para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 95/2026.
Processo nº 149/2026

OBJETO: Registro de preço para materiais de limpeza e de higienização**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 08/10/2026.

Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 25/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:48F25E6E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 97/2026.
Processo nº 151/2026

OBJETO: Contratação de empresa para erradicação total de árvores de grande porte localizadas no Cemitério Municipal.**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 12/10/2026.

Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 25/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:AF07CBE0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 90/2026.
Processo nº 145/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos diversos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Terra Rica – PR, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 09/10/2026.

Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 25/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:E22CAD7F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 91/2026.
Processo nº 144/2026

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos, materiais laboratoriais, materiais médico-hospitalares e higiene**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 14:00min do dia 08/10/2026.

Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 25/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:B59CC7CC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO N° 426/2026

SÚMULA: ANULA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 96/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...
D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica **ANULADO** o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 96/2026 de 16/09/2026, que tinha por objeto a **Aquisição de playgrounds e gira-gira para espaços esportivos comunitários.**

Art. 2º. – A presente anulação dá-se pela constatação da existência de vício insanável na confecção do edital, necessitando ser revisado para adequação e regularização do mesmo.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica 25/09/2026 (vinte e cinco dias de setembro de 2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:5FABADE2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 427/2026

SÚMULA: ANULA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 69/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica **ANULADO** o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 69/2026 de 21/07/2026, que tinha por objeto a **Registro de preços de serviços mecânicos e fornecimento de peças originais de reposição para linha média, conforme tabela Traz Valor conforme tabela Traz Valor.**

Art. 2º. – A presente anulação decorre da constatação de vício na elaboração do edital, relacionado à previsão de possibilidade de sorteio como critério de desempate, sendo necessária a revisão das regras estabelecidas para sua adequação e regularização.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica 25/09/2026 (vinte e cinco dias de setembro de 2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:926C1770

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 304/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: ATAIR MACHADO ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **78.337.896/0001-96**.

DOMICÍLIO: AVENIDA PARANÃ¡, 617 - CEP: 87704100 - BAIRRO: CENTRO, Paranavaí/PR.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais gráficos e brindes personalizados (distribuição em campanhas de saúde) para atender as necessidades dos departamentos municipais de saúde., Pregão - Eletrônico N° 65/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 21/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **5.250,00 (Cinco Mil, Duzentos e Cinqüenta Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e dois dias de setembro de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Atair Machado ME
ATAIR MACHADO

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:161EB745

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 312/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: F B ELETRICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **34.691.822/0001-88**.

DOMICÍLIO: RUA MIGUEL CARLOS DECAROLLI, 423 - CEP: 87711740 - BAIRRO: PARQUE DOS IPES, Paranavaí/PR.

OBJETO: Registro de preço para ares condicionados e ventiladores, Pregão - Eletrônico N° 84/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 24/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **51.599,85 (Cinquenta e Um Mil, Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Oitenta e Cinco Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e quatro dias de setembro de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

F B Eletricas LTDA
FELIPE BATISTA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:CCBABA17

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 313/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: IMPACTO ADMINISTRAÇÃO E EFICIENCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **60.173.263/0001-24**.

DOMICÍLIO: AVENIDA OITOCENTOS, 55 - CEP: 29161389 - BAIRRO: TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, Serra/ES.

OBJETO: Registro de preço para ares condicionados e ventiladores, Pregão - Eletrônico N° 84/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 24/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **10.556,10 (Dez Mil, Quinhentos e Cinquenta e Seis Reais e Dez Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e quatro dias de setembro de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Impacto Administração e Eficiencia LTDA
DUDILYAN RAFAEL PADILHA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:A87ED46E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N.º 423/2026

Súmula: Concede Pensão por Morte**.**

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e **Considerando** o processo de Pensão por Morte do servidor Inativo **JOÃO AUGUSTO FERRO**.

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a partir de 23 de Setembro de 2026, a **MATHEUS AUGUSTO PEREIRA FERRO**, menor, cota temporária e a **SUELI PEREIRA FERRO**, viúva, cota vitalícia, na qualidade de dependentes do servidor inativo **JOÃO AUGUSTO FERRO**, matrícula nº 24.291, conforme planilha de cálculos, com fundamento no artigo 55 da Lei Complementar nº 75/2024 e com aplicação do disposto no artigo 24 da E.C. 103/2019.
Art. 2º- Fica estipulado como valor mensal da pensão em R$ 2.211,50 (dois mil, duzentos e onze reais e cinquenta centavos), correspondente a cota familiar de 70% e cotas para cada dependente de 10% cada. O valor será pago na proporção de 50% para cada dependente e será reajustada anualmente na mesma data em que for dado reposição salarial aos servidores ativos e inativos com fundamento no § 8º do artigo 40 da C.F./88.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (25/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:93BE5FE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 416/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA JUCILENE SILVA DE SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **JUCILENE SILVA DE SOUZA,** matrícula Nº 1190, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 01/02/2024 a 31/01/2025, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **28/09/2026 a 17/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (25/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:2D63B135

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 417/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR HENRIQUE GONÇALVES BRIGANTINI, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **HENRIQUE GONÇALVES BRIGANTINI,** matrícula Nº 12006, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 02/01/2025 a 01/01/2026, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **28/09/2026 a 27/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (25/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:1A9437B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 075/2026

EDITAL Nº 075/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, por meio do Prefeito Municipal, IVAN REIS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e por intermédio da Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, nomeada pelo Decreto nº 4.529/2025, de 09 de outubro de 2025,

TORNA PÚBLICO:

Art. 1º Fica indeferida a contratação do candidato DIONES DOMINGUES, aprovado no Concurso Público regido pelo Edital de Abertura nº 09/2026, de 02 de fevereiro de 2026, classificado em 8º (oitavo) lugar para o cargo de Auxiliar Operacional, convocado por meio do Edital nº 074/2026, de 16 de setembro de 2026, em razão do não atendimento às exigências previstas na alínea **"g"** do item 4 do referido Edital de Abertura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:05C9657C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17603/2026

PORTARIA Nº 17603/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **Haroldo Brehm**, matrícula nº **25429-01**, ocupante do cargo em comissão de **Secretário Municipal da Fazenda**, para responder interinamente pela **Secretaria Municipal de Administração**, no período de **28 de setembro de 2026 a 02 de outubro de 2026**, e pela **Secretaria Municipal de Planejamento,** no período de **28 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026**, em razão das férias do Senhor **Eder Simões**, Secretário Municipal de Administração, ficando o servidor designado autorizado, para tanto, a praticar os atos necessários ao regular exercício das atribuições das referidas Secretarias, inclusive a assinar os documentos pertinentes às respectivas competências.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:052B4BC1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 108/2025

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 108/2025
Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34, com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, PAMELA ROBERTA ALVES DE AZEVEDO, inscrita no CPF sob n° ***.***.279**, neste ato denominada EMPREGADO(A) no cargo de Enfermeira Padrão, mediante as seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente contrato será prorrogado por mais 06 (seis) meses, com início em 27/09/2026 e término em 25/03/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.
Terra Roxa, 25 de setembro de 2026.

_____
Empregador

_____
Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:69198818

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4716/2026

DECRETO Nº 4716/2026

SUMULA: Designa membros para comporem o CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

Ivan Reis da Silva, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os representantes governamentais e não governamentais para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, passando a ter os seguintes membros:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:
Titular: Amaíres Meirelles Gonçalves Siqueira

Suplente: Willian Jeferson Alves de Azedo.
Titular: Antonia Darlly de Oliveira Santos;
Suplente: Josiane Marques Tondato;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Titular: Dulcileia Aparecida de Souza Silva;
Suplente: Izabel Leal Vitoriano da Silva;
Titular: Rosangela Franco da Silva;
Suplente: Rosemir Alves nava.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Titular: Tailine Adriele Fernandes de Souza.
Suplente: Maria Aparecida da Silva

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS

USUÁRIOS DA POLÍTICA
Titular: Maria Lucia de Jesus Bosquete;
Suplente: Sirlei Cipriano da Silva.

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Titular: Maria Marta Pinaffi Fontes;
Suplente: Renata Cesário Rodrigues Frasson.

Associação Beneficente Projeto Vida
Titular: Lindinalva Fernandes Souza;
Suplente: Cristina Donizeti Laguna Grassmanm.
Pastoral da Saúde - Diocese de Toledo/PR
Titular: Vitor Gabriel Verediano Nabão;
Suplente: Evita Mariano Rasteiro.

PROFISSIONAIS DA ÀREA
Titular: Marlene Martim de Oliveira
Suplente: Claudio Rafael Teixeira Martins.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 4697/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:2F2856B2

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4717/2026

DECRETO 4717/2026

SUMULA: NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER CMDM.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n o 2106 de 23 de abril de 2024,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados, os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM – da seguinte forma:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:
Titular: Amaíres Meirelles Gonçalves Siqueira;
Suplente: Antonia Darlly de Oliveira Santos;
Titular: Vera Lucia Zanatta;
Suplente: Jéssica Renata de Souza

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TITULAR: Aparecida Lourenço da Silva;
Suplente: Izabel Leal Vitoriano da Silva;
Titular: Vanessa Betânia Marque Palma;
Suplente: Rosemir Alves Nava.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
TITULAR: Tailine Adriele Fernandes de Souza;
SUPLENTE: Maria Aparecida da Silva.

REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:
AÇÃO SOLIDÁRIA ADVENTISTA – ASA
Titular: Soeli Valentim;
Suplente: Ethiane Gleici Mariano Dos Santos.

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Titular: Maria Marta Pinaffi Fontes;
Suplente: Renata Cesário Rodrigues Frasson.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROJETO VIDA
Titular: Lindinalva Fernandes Souza;
Suplente: Marlene Martim de Oliveira.

REPRESENTANTES DAS MULHERES NEGRAS
Titular: Francieli dos Santos Vieira;
Suplente: Leticia Gabriela dos Santos.

REPRESENTANTE ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
Titular: Jessica da Costa Serra;
Suplente: Ana Maria Bergamo.

Art. 2º - Conforme disposto no artigo 4º, capítulo IV da Lei nº 2106/2024 de 23 de abril de 2024, o mandato do presente conselho será de 2(dois) anos e sem direito a remuneração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4695/2026.

Prefeitura do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito do Município de Terra Roxa

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:D44ED913

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 08/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N° 08/2026

Súmula: Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Terra Roxa – Paraná.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE TERRA ROXA – PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a legislação municipal que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e sobre a organização e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre o Poder Executivo e a Sociedade Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas que disciplinem a organização, o funcionamento e os procedimentos internos do Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a efetiva participação e o controle social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

O Conselho Municipal da Assistência Social de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 1808/2020, e considerando a deliberação da plenária realizada em reunião extraordinária em data de 25 de setembro de 2026, sob a ata 03/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Terra Roxa – Paraná, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º O Regimento Interno aprovado por esta Resolução estabelece as normas de organização, funcionamento, competências, reuniões, participação dos conselheiros, publicidade dos atos e demais procedimentos necessários ao regular funcionamento do CMAS.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Terra Roxa/PR, 25 de setembro de 2026

MARLENE MARTIM DE OLIVEIRA
Presidente do CMAS

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE TERRA ROXA/PR

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Terra Roxa – PR, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre Governo e Sociedade Civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, reger-se-á por este Regimento Interno e pela legislação vigente.
Art. 2º O CMAS tem por finalidade exercer o controle social da Política Municipal de Assistência Social, assegurando a participação da sociedade na formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 3º Compete ao CMAS, além das atribuições previstas na legislação municipal e nas normas do SUAS:
I – deliberar sobre as matérias de sua competência;
II – acompanhar e fiscalizar a execução da Política Municipal de Assistência Social;
III – apreciar e aprovar o Plano Municipal de Assistência Social e demais instrumentos de planejamento, quando de sua competência;
IV – acompanhar a execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
V – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à assistência social;
VI – realizar a inscrição e fiscalização das entidades e organizações de assistência social;
VII – receber, analisar e encaminhar denúncias relacionadas à política de assistência social;
VIII – acompanhar a execução das deliberações das Conferências Municipais de Assistência Social;
IX – promover a articulação com outros conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos;
X – expedir resoluções, recomendações, pareceres e demais atos necessários ao exercício de suas competências.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO
Art. 4º O CMAS será composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, assegurada a paridade entre Governo e Sociedade Civil, conforme estabelecido na legislação municipal.
Art. 5º A representação governamental será composta por:
I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
III – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 6º A representação da sociedade civil será composta por:
I – 2 (dois) representantes de entidades prestadoras de serviços de assistência social;
II – 2 (dois) representantes de usuários ou organizações de usuários da assistência social;
III – 1 (um) representante dos trabalhadores do SUAS.
Art. 7º Os membros do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, conforme legislação vigente.
Art. 8º A função de conselheiro é considerada de interesse público e relevante valor social, não sendo remunerada.
Art. 9º O mandato do conselheiro poderá ser encerrado antes do prazo nas hipóteses previstas na legislação, mediante substituição formalmente comunicada ao Conselho e ao órgão competente.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO
Art. 10. São instâncias de organização e funcionamento do CMAS:
I – Plenário;
II – Presidência;

III – Secretaria Executiva.
Seção I
Do Plenário
Art. 11. O Plenário é a instância máxima de deliberação do CMAS, sendo composto por todos os conselheiros titulares ou, na ausência destes, pelos respectivos suplentes.
Art. 12. Compete ao Plenário:
I – apreciar e deliberar sobre as matérias submetidas ao Conselho;
II – aprovar planos, relatórios, prestações de contas e demais instrumentos de sua competência;
III – aprovar resoluções e outros atos normativos do Conselho;
IV – eleger o Presidente do Conselho;
V – deliberar sobre assuntos de interesse da Política de Assistência Social no Município.
Seção II
Da Presidência
Art. 13. O CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito pelo Plenário, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.
§ 1º A eleição para a Presidência do CMAS deverá assegurar a alternância entre os segmentos que compõem o Conselho, de modo que o cargo seja exercido alternadamente por representante do Poder Executivo e por representante da Sociedade Civil.
§ 2º A alternância prevista no § 1º deverá ser observada nos atos de eleição e nas respectivas atas do Conselho, garantindo-se a participação paritária dos segmentos na condução do órgão.
Art. 14. Compete ao Presidente:
I – representar o CMAS, ou designar representante, quando necessário;
II – convocar e presidir as reuniões;
III – cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno e as deliberações do Plenário;
IV – encaminhar as deliberações do Conselho aos órgãos competentes;
V – assinar as resoluções, atas, ofícios e demais documentos oficiais do Conselho;
VI – exercer outras atribuições determinadas pelo Plenário.
Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Presidente, o Plenário poderá designar, entre seus membros, quem o substituirá na reunião.
Seção III
Da Secretaria Executiva
Art. 15. A Secretaria Executiva será responsável pelo apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CMAS, observadas as condições disponibilizadas pelo órgão gestor da Assistência Social.
Art. 16. Compete à Secretaria Executiva:
I – organizar as reuniões e providenciar as convocações;
II – preparar a pauta e os documentos necessários às reuniões;
III – elaborar e manter as atas das reuniões;

IV – organizar arquivos, documentos e registros do Conselho;
V – acompanhar a publicação e divulgação das deliberações;
VI – prestar apoio administrativo ao Conselho;
VII – executar outras atividades determinadas pelo Presidente ou pelo Plenário.

CAPÍTULO IV
DAS REUNIÕES
Art. 17. O CMAS reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.
Art. 18. As reuniões serão convocadas pelo Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis para reuniões ordinárias e de 24 (vinte e quatro) horas para reuniões extraordinárias, sempre que houver necessidade de deliberação urgente.
Art. 19. As reuniões do CMAS serão abertas ao público, garantindo-se a transparência e a participação social.

§ 1º É assegurado aos não conselheiros presentes nas reuniões o direito à voz, mediante manifestação durante o período destinado à participação do público ou quando autorizado pelo Presidente.
§ 2º A manifestação dos não conselheiros não confere direito a voto ou participação nas deliberações do Conselho.
§ 3º O Presidente poderá organizar a ordem e o tempo das manifestações, de modo a assegurar o adequado andamento dos trabalhos e o respeito aos participantes.
Art. 20. As reuniões observarão, preferencialmente, a seguinte ordem:
I – apresentação e apreciação da pauta;
II – informes;
III – participação e manifestação do público;
IV – discussão e deliberação das matérias;
V – assuntos gerais;
VI – encerramento.
Art. 21. As deliberações serão tomadas pela maioria dos conselheiros presentes, observados os quóruns estabelecidos pela legislação aplicável.
Art. 22. Cada conselheiro titular terá direito a 1 (um) voto.
Parágrafo único. O suplente exercerá direito a voto quando estiver substituindo o respectivo titular.
Art. 23. As deliberações do CMAS serão registradas em ata e, quando necessário, formalizadas por meio de Resolução, conforme a matéria deliberada.

CAPÍTULO V
DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSELHEIROS
Art. 24. São direitos dos conselheiros:
I – participar das reuniões e deliberações do Conselho;
II – apresentar propostas, requerimentos e sugestões;
III – solicitar informações necessárias ao exercício de suas funções;
IV – participar das atividades do Conselho;
V – ter acesso aos documentos necessários ao exercício do controle social.
Art. 25. São deveres dos conselheiros:
I – participar das reuniões e atividades do Conselho;
II – estudar e analisar previamente as matérias constantes da pauta;
III – cumprir e respeitar as deliberações do Plenário;
IV – atuar com responsabilidade, ética e respeito aos demais membros;
V – manter sigilo sobre informações protegidas por legislação específica;
VI – comunicar previamente eventual impossibilidade de comparecimento às reuniões.
Art. 26. O conselheiro titular que não puder comparecer à reunião deverá comunicar a ausência ao Conselho e solicitar ao respectivo suplente que o represente.

CAPÍTULO VI
DAS ATAS, RESOLUÇÕES E PUBLICIDADE
Art. 27. De cada reunião será lavrada ata, contendo, no mínimo:
I – data, horário e local ou meio de realização;
II – pauta;
III – principais manifestações e discussões;
IV – deliberações e resultados das votações;
V – encaminhamentos definidos.
Art. 28. As atas serão submetidas à apreciação e aprovação do Plenário.
Art. 29. As decisões do CMAS que produzirem efeitos externos serão formalizadas, quando cabível, por meio de Resolução e divulgadas nos meios oficiais do Município, observada a legislação vigente.
Art. 30. O CMAS assegurará a publicidade de suas deliberações, respeitados os casos de sigilo previstos em lei.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 31. Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pelo Plenário do CMAS, observada a legislação vigente e as normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 32. Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta apresentada por qualquer conselheiro e aprovação do Plenário, observadas as disposições legais.
Art. 33. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e posterior publicação, quando exigida.
Terra Roxa – Paraná, 25 de setembro de 2026.

MARLENE MARTIM DE OLIVEIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:D3EB4391

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESPLUÇÃO N° 09/2026 - CPNSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N° 09/2026

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS 2026, no Sistema de Informação do Fundo a Fundo – SIFF, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para exercer o controle social da Política de Assistência Social no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a abertura do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS 2026, no Sistema de Informação do Fundo a Fundo – SIFF, para os municípios do Estado do Paraná, no período de 21 a 30 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a orientação para que os Municípios realizem a conferência e, quando necessário, a atualização do Plano de Ação, contemplando o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com previsão de recursos de capital, custeio e recursos humanos – RH;

CONSIDERANDO a necessidade de contemplar no Plano de Ação os Benefícios Eventuais – modalidade Calamidade Pública, como medida de planejamento e preparação da Política Municipal de Assistência Social para eventual ocorrência de situações de emergência ou calamidade pública;

CONSIDERANDO o caráter preventivo da orientação, independentemente da existência, neste momento, de situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município;

O Conselho Municipal da Assistência Social de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 1808/2020, e considerando a deliberação da plenária realizada em reunião extraordinária em data de 25 de setembro de 2026, sob a ata 03/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS 2026, a ser registrado no Sistema de Informação do Fundo a Fundo – SIFF, no âmbito do Município de Terra Roxa – Paraná.

Art. 2º Fica aprovada, no âmbito do Plano de Ação PAS 2026, a previsão do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, contemplando as naturezas de despesa e recursos necessários à sua execução, especialmente capital, custeio e recursos humanos – RH, conforme as orientações vigentes.

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Terra Roxa/PR, 25 de setembro de 2026

MARLENE MARTIM DE OLIVEIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:12BA36E6

SECRETARIA DE FINANÇAS
LEI LDO 2027

LEI Nº 2311/2026

SUMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE2027.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte

LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º, inciso II, do art. 165, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e Lei Orgânica do Município de Terra Roxa, as diretrizes orçamentárias do Município, relativas ao exercício financeiro de 2027, compreendendo:
– as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
– a organização e a estrutura dos orçamentos;
– as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
– as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
– as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
– as disposições sobre a Legislação Tributária do Município;
– as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e
– as disposições finais.
Parágrafo único – Integram esta lei os seguintes anexos:
Anexo da Despesa;
Anexo da Receita por Categoria Econômica;
Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
Demonstrativo IV – Evolução do patrimônio líquido;
Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
Demonstrativo VI – Receitas, despesas e Projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa;
Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; e

Demonstrativo de Obras em andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesas nos últimos três anos;
Anexo de Metas Fiscais – Resultado Primário;
Anexo de riscos fiscais;

CAPÍTULO I
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2027 são aquelas estabelecidas no Plano Plurianual, relativo ao período de 2026 a 2029.
Parágrafo Único - Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas no Anexo da Despesa desta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.
Art. 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2027 será dada maior prioridade:
– à promoção na área da saúde de forma a garantir o acesso a serviços de qualidade a toda a população;
– à promoção do desenvolvimento social, visando à redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população;
– ao atendimento integral à criança e ao adolescente, em especial a educação infantil;
– à promoção ao desenvolvimento da cultura, esporte e lazer.
– à austeridade e transparência na gestão dos recursos públicos;
- à geração de emprego e renda,continuar apoiando o desenvolvimento da indústria têxtil Moda Bebê, nossa destacada vocação e a preservação dos recursos naturais;
– à promoção do desenvolvimento urbano;
– à promoção do desenvolvimento rural;

Art. 4º - Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal/88 e no art. 4º da Lei Federal n. º 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações – Estatuto da Criança e do Adolescente e determinado na Lei Municipal nº 365/2008 de 19 de março de 2008, Lei 701/2010 de 12 de maio de 2010 e Lei nº 732 de12 de agosto de 2010, que definem o percentual de aplicação e políticas para o setor.

Art. 5º - Implementar o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, atendendo determinação da Constituição Federal, os incisos VI e IX do art. 23 que estabelecem ser competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas, bem como promover programas de melhorias do saneamento básico e os incisos I e V do art.30 que estabelecem

atribuição municipal legislar sobre assuntos de interesse local,especialmente quanto à organização dos seus serviços públicos, como é o caso da limpeza urbana.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias com finalidades de interesse público, definindo diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil, visando instituir termos de colaboração e fomento, de conformidade com a Lei nº 13.019 de 31.07.2014.

CAPÍTULO II
DAS METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS

Art. 7º - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, os constantes do Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 8º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência.
Parágrafo Único - Sendo insuficiente, a reserva de contingência, para o atendimento dos riscos fiscais concretizados, poderão ser abertos créditos adicionais, utilizando-se, como recursos, os constantes do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 9º - Até o final dos meses de maio e setembro de 2027 e fevereiro de 2028, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência

pública na Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Terra Roxa.

CAPÍTULO III
A ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 10 - O orçamento para o exercício financeiro de 2027 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e a Autarquia de Previdência Municipal dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa – PREVISTERRA e será em conformidade com a estrutura organizacional dos referidos Poderes.

Art.11- A proposta orçamentária para 2027 será estruturada em conformidade com as disposições contidas nos Títulos I - da Lei de Orçamento e II - da Proposta Orçamentária da Lei Federal n. º 4.320/64.

Art. 12 - A Lei Orçamentária para 2027 evidenciará as receitas e as despesas sendo desdobradas por função, subfunção, programa, projetos, atividades ou operações especiais e, quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e por elementos de despesa, conforme disposições nas Portarias SOF/STN n. º 42/1999 e n. º 163/2001 e ainda as Instruções e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CAPÍTULO IV
AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 13 - O orçamento para 2027 obedecerá ao princípio do equilíbrio entre receitas e despesas, e também, aos princípios da anualidade, da unidade, da exclusividade, da especificação, da universalidade, da programação, da clareza e da transparência.
Parágrafo Único - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estarão limitados ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 14 - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2027 deverão observar os efeitos da alteração na legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 15 - O montante da reserva de contingência para o exercício de 2027 será de, no mínimo, 0,5% (zero ponto cinco por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos imprevistos.
Parágrafo Único - Caso não se concretize, os riscos fiscais, até o dia 31 de Outubro de 2027, o saldo orçamentário da reserva de contingência poderá ser utilizada, por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

Art. 16 - Até trinta dias após a publicação do orçamento o Poder Executivo:
- estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- Desdobrarão, em metas bimestrais de arrecadação, as receitas previstas, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Art. 17 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2027 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.
§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43º, parágrafo 3º da Lei 4.320/64, será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.
§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual a Receita e a Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 18 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, em ato próprio, de forma proporcional às suas dotações e observada a fonte de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, conforme os seguintes critérios e formas:
- obras em geral, exceto as decorrentes de convênios, e desde que ainda não iniciadas;
- redução de empenhos relativos a serviços com terceiros;
- redução dos empenhos com despesas de consumo;

Art. 19 - O Orçamento Geral do Município consignará recursos para contratação de serviços de sua responsabilidade, mas que possam ser executados por entidade privada, mediante contrato ou convênio, desde que seja de conveniência do governo e tenha demonstrado padrão de eficiência dos objetivos determinados.

Art. 20 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal ao setor privado beneficiará aquelas entidades de caráter educativo, assistencial, cultural, esportiva, associativista, cooperativista, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.
§ 1º - Estarão aptas a receber os recursos de que trata o *caput* do artigo 18 as entidades que:
- estiverem adimplentes e regulares com prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- estiverem devidamente regulamentadas;
§ 2º - A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do Executivo Municipal deve ser de conformidade com os elementos dispostos no termo do convênio.

Art. 21 - Consideram-se como irrelevantes, para os efeitos do § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, as despesas com obras, serviços e compras que não ultrapassem os limites dispostos constantes na Lei Federal nº.14.133/2021.

Art. 22 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2027 a preços correntes.

Art. 24 - O projeto de Lei do Orçamento para o ano de 2027 destinará recursos para atender prioritariamente:
- às despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;
-à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações de saúde,de acordo com dispositivos constitucionais;
-à manutenção das atividades e dos bens públicos;

- a outras despesas com custeios administrativos.
- aos empréstimos e as contrapartidas de programas objeto de financiamentos e convênios;
- ao pagamento do serviço e do principal da dívida pública;
- ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 2026;

Art. 25 - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal/88.

Art. 26 - O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de Saúde, conforme disposto no inciso III, do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no inciso III, do art. 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88.

Art. 27 - Fica o Executivo municipal autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a realizar alteração orçamentária, na forma de créditos adicionais, no orçamento da administração direta, autárquica ou de fundos especiais, independentemente, até o limite de 5,00% (cinco por cento) do valor total atualizado do orçamento.
§ 1º - Excluem-se do limite de que trata o **caput** deste artigo os créditos adicionais que decorrerem das alterações orçamentárias e vinculadas aos seguintes tipos:
– Excesso de Arrecadação;
– Operação de Crédito;
– Superávit Financeiro.

CAPÍTULO V
AS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 - A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital.

Art. 29 - Na Lei Orçamentária para o exercício de 2027, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 30 - Os limites para a contratação de operações de crédito, bem como da dívida pública municipal atenderá ao disposto na Lei Complementar Federal n. º 101/2000, em seu Capitulo VII - Da Dívida e do Endividamento, e, também, nas disposições de portarias e resoluções do Senado Federal.

CAPÍTULO VI
AS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 31 - No exercício financeiro de 2027, as despesas com pessoal, ativo e inativo, e encargos sociais, dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de Terra Roxa, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal n.º101/2000, assegurada à revisão anual geral, conforme dispõe o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 32 - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal n. º 101/2000, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes.

Art. 33 - O Executivo**,** Legislativo e a Autarquia da Previdência Municipal, mediante lei, poderão em 2027, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, observada a repartição dos limites de que trata o artigo 20 da Lei Complementar Federal n. º 101/2000.

Art. 34 - Os poderes Executivo e Legislativo Municipal adotarão as medidas dispostas nos artigos 23 e 63 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000 para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos no artigo 20 da referida Lei Complementar.

CAPÍTULO VII
AS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributáriada qual decorra renúncia de receita somente entrará em vigor se atendidas às exigências do artigo 14 Lei Complementar Federal n. º 101/2000 e do artigo 150 da Constituição Federal.

Art. 36 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser dispensados de cobrança judicial, promovendo-se cobrança administrativa direta, mediante parcelamentos autorizados em lei, não se constituindo como renúncia de receita, de conformidade com o § 3º do artigo 14 da Lei Complementar Federal n. º 101/2000.

Art. 37 - A atualização dos créditos tributários, bem como as penalidades sobre tributos vencidos e não pagos deverão estar previstos em legislação específica.

Art. 38 - Os recolhimentos de tributos poderão ser efetuados em parcelas e com desconto para pagamento à vista, mediante regulamentação por decreto.

Art.39 - Proposta de reforma tributária através de novo Código Tributário Municipal– CTM, atualizando a legislação municipal com as ocorridas e vigentes no Estado e União, e permanente atualização do cadastro imobiliário firmando nova gestão tributária de modo a atender o princípio da equidade e melhor justiça tributária.

CAPÍTULO VIII
AS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo para compor o Projeto de Lei do Orçamento do Município, até trinta dias antes do seu encaminhamento ao Legislativo.

Art. 41 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser incorporadas emendas desde que observadas às disposições do § 3º do artigo 95 da Lei Orgânica do Município deTerra Roxa.

Art. 42 - Caberá à Assessoria de Planejamento juntamente com a Secretaria de Finanças, Departamento de Controle Contábil, a coordenação da elaboração da proposta orçamentária de 2027, bem como do controle da execução do orçamento.

Art. 43 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Terra Roxa, em 21 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:5C7E5B5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°387-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 387/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 68/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: VEAR TECNOLOGIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 45.704.834/0001-16, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. DANIEL FONTANELLA DOS SANTOS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 029.773.129-78, com endereço à Rua CORONEL PEDRO BENEDET, 333, CENTRO - 88.801-250, Criciúma - SC.

OBJETO: Aquisição, Eventual e Futura de Materiais de Construção para Atender as Diversas Secretarias desta Municipalidade.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 7.840,00 (sete mil e oitocentos e quarenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 562, 563, 564, 565, 570.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:0C125A03

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°392-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 392/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 68/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: AOS COMERCIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 66.201.035/0001-05, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ALICE DE OLIVEIRA SANTOS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 020.959.008-47, com endereço à Rua VINTE E QUATRO DE ABRIL, 2493, CENTRO - 88.131-030, Palhoça - SC.

OBJETO: Aquisição, Eventual e Futura de Materiais de Construção para Atender as Diversas Secretarias desta Municipalidade.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 19.864,20 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 21, 135, 136, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 164, 166, 682, 683, 696, 697.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:FF3A244B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°418-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 418/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 86/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 150/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 22 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: MORI, ROSSO & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 76.628.031/0001-53, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. OLGA TIEKA MORI ROSSO, Administrador, portador do RG/CI nº 14035540 e no CPF/MF nº 524.490.339-04, com endereço à Avenida Avenida Presidente Castelo Branco, 1082, Centro - 85.990-000, Terra Roxa - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL, A SER REALIZADO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR, MEDIANTE APLICAÇÃO DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÉDIO APURADO NO LEVANTAMENTO DE PREÇOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 1.599.275,00 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil e duzentos e setenta e cinco reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1, 2, 3.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:5F55895F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°420-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 420/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 63/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 24 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: 52.098.237 FABIANO BRAGHETTO BIANO, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 52.098.237/0001-50, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. FABIANO BRAGHETTO BIANO, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 224.754.598-08, com endereço à Rua Pedro Ramos Molina, 2603, Residencial Moreira Junior - 14.407-512, Franca - SP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E REDE CONVENIADA AO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR..

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 137.700,00 (cento e trinta e sete mil e setecentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1, 2, 3, 4.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:B4CAC552

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°421-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 421/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 63/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 24 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: BIDS CENTER LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 50.283.826/0001-83, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. DAVID NERES DE OLIVEIRA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 064.018.121-09, com endereço à Rua Quadra 12 Modulo 3, lt 02, Setor Habitacional Mestre Darmas (Planaltina) - 73.401-086, Brasília - DF.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E REDE CONVENIADA AO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR..

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1, 2.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:1604664B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°422-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 422/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 63/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 24 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: J D COMERCIO ATACADISTA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 44.210.000/0001-91, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. MARCOS VINICIUS GARCIA DOS SANTOS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 102.615.229-14, com endereço à RODOVIA Rodolfo Jahn, 326, Vila Nova - 89.237-680, Joinville - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E REDE CONVENIADA AO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR..

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 292.084,35 (duzentos e noventa e dois mil, oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:014D93CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO INEXIGILIBIDADE 41-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Inexigibilidade Nº 41/2026
A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Inexigibilidade nº 41/2026, Processo Administrativo nº 160 / 2026, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DA EMPRESA REVIMEDIC EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 27.074.498/0001-93, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, RECALIBRAÇÃO DO SENSOR CONTROLADOR DE TEMPERATURA E TROCA DE BATERIA ESTACIONÁRIA DE 185 AH/12 V, DESTINADOS À CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR, do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

Fornecedor	Itens Vencedores
1219901 - REVIMEDIC - EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	1, 2

Terra Roxa, 24 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:133BAD40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 63-2026

Termo de Adjudicação
Processo n°: 115/2026
Licitação n°: 63/2026
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico
Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E REDE CONVENIADA AO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR.
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
52.098.237 FABIANO BRAGHETTO BIANO	2.1, 2.2, 2.3, 2.4
R$137.700,00 (cento e trinta e sete mil e setecentos reais)	
BIDS CENTER LTDA	3.1, 3.2
R$15.200,00 (quinze mil e duzentos reais)	
J D COMERCIO ATACADISTA LTDA	1.1, 1.10, 1.11, 1.12, 1.13, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9
R$292.084,35 (duzentos e noventa e dois mil, oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.
É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 24 de setembro de 2026

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:F6D5910E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGILIBIDADE 41-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 160/2026, MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 41/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 160/2026, Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 41/2026, o(s) participante(s):

1219901 - REVIMEDIC - EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E RECALIBRAÇÃO DE SENSOR CONTROLADOR DE TEMPERATURA - CAMARA DE CONSERVAÇÃO DE MEDICAMENTOS - MODELO REVIMEDIC - NUMERO DE SÉRIE: REVIMEDIC N° 484/2026S	SERVICOS		1	R$1.406,00	R$1.406,00
2 - BATERIA 185 AH 12V ESTACIONÁRIA - MODELO REVIMEDIC - NUMERO DE SÉRIE: REVIMEDIC N° 484/2026S	UNIDADE		1	R$2.650,00	R$2.650,00
				Total Fornecedor:	R$4.056,00

Terra Roxa, 23 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:8B6AC1B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6377, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia membros da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Esporte de Tijucas do Sul, que será realizada no dia 08 de outubro de 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições;

DECRETA
REGULAMENTO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE DE TIJUCAS DO SUL
Art. 1º Fica regulamentada, nos termos deste Regulamento, a 1ª Conferência Municipal de Esporte de Tijucas do Sul, que será realizada no dia 08 de outubro de 2026, no Auditório da Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul, situado na Rua Jorge Leprevost, nº 1000, Centro, Tijucas do Sul – Paraná.

Art. 2º A 1ª Conferência Municipal de Esporte constitui-se em instância de participação social destinada à discussão, elaboração e definição de propostas e diretrizes para o desenvolvimento das políticas públicas de esporte, lazer e atividade física no Município de Tijucas do Sul.

Art. 3º A 1ª Conferência Municipal de Esporte tem como tema central:

"CONSTRUINDO O ESPORTE DE TIJUCAS DO SUL PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS".

Art. 4º A Conferência Municipal de Esporte tem por objetivos:
I – Promover a participação da sociedade na construção da política municipal de esporte;
II – Analisar a realidade esportiva do Município e identificar suas principais necessidades e demandas;
III – Discutir e propor diretrizes para o desenvolvimento do esporte, lazer e atividade física;
IV – Contribuir para a elaboração e implementação do Plano Municipal de Esporte de Tijucas do Sul;
V – Definir prioridades e propostas para os próximos 10 anos;
VI – Promover o diálogo entre o Poder Público, atletas, profissionais, entidades esportivas, instituições de ensino e sociedade civil;
VII – Fortalecer a participação social, a inclusão e o acesso da população às atividades esportivas e de lazer.

Art. 5º A Conferência será organizada em 3 (três) eixos temáticos, observando as diretrizes da política esportiva municipal:
I – Formação Esportiva;
II – Esporte para Toda a Vida;
III – Excelência Esportiva**.**
Parágrafo único. Os três eixos temáticos serão discutidos conjuntamente pelos participantes no Grupo de Trabalho, servindo como referência para a elaboração das propostas e definição das prioridades da política municipal de esporte.

Art. 6º A Comissão Organizadora será a instância responsável pela organização, coordenação e realização da 1ª Conferência Municipal de Esporte, sendo composta por representantes da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude e do Conselho Municipal de Esporte.

Art. 7º A 1ª Conferência Municipal de Esporte será presidida pelo Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.
Parágrafo único. Na ausência Secretário, a Conferência será presidida por representante indicado pela Comissão Organizadora.

Art. 8º Poderá participar da Conferência Municipal de Esporte qualquer pessoa interessada na política esportiva do Município, devidamente inscrita, assegurada a ampla participação da sociedade.

Art. 9º O credenciamento dos participantes da 1ª Conferência Municipal de Esporte será realizado no dia 08 de outubro de 2026, das 17:30 às 18:00 horas, no local de realização do evento.

Art. 10. Na 1ª Conferência Municipal de Esporte, terão direito à **voz e voto** todos os participantes devidamente credenciados, incluindo os membros do Conselho Municipal de Esporte e os representantes dos diversos segmentos esportivos do Município.
§ 1º Poderão participar da Conferência, com direito à voz e voto, representantes dos seguintes segmentos:
I – Atletas e paratletas;
II – Profissionais de Educação Física e demais profissionais ligados ao esporte;
III – Associações, clubes e entidades esportivas;
IV – Equipes e projetos esportivos;
V – Instituições de ensino;
VI – Representantes do Poder Público;
VII – Membros do Conselho Municipal de Esporte;
VIII – Representantes da sociedade civil;
IX – Demais pessoas interessadas na política municipal de esporte.
§ 2º Todos os participantes devidamente credenciados terão igualdade de direito à manifestação, participação nos debates e votação das propostas apresentadas durante a Conferência.
§ 3º As excepcionalidades surgidas durante o credenciamento serão analisadas e resolvidas pela Comissão Organizadora.

Art. 11. Após o encerramento do credenciamento, a Comissão Organizadora divulgará o número de participantes aptos a votar, bem como o número de convidados e observadores.

Art. 12. A 1ª Conferência Municipal de Esporte deverá observar, preferencialmente, a seguinte programação:
a) Abertura oficial e apresentação da programação;
b) Apresentação da realidade esportiva do Município;
c) Apresentação dos três eixos temáticos;
d) Formação de um único Grupo de Trabalho, com a participação dos participantes credenciados;
e) Discussão conjunta dos três eixos temáticos;
f) Elaboração e apresentação das propostas;
g) Plenária Final;
h) Priorização e aprovação das propostas.

Art. 13. A dinâmica da Conferência terá por finalidade promover o debate e a participação dos presentes na construção das diretrizes da política municipal de esporte.

Art. 14. Será constituído um único Grupo de Trabalho, responsável por discutir conjuntamente os três eixos temáticos definidos no art. 5º deste Regulamento.

Art. 15. O Grupo de Trabalho deverá discutir as necessidades, desafios, oportunidades e possibilidades relacionadas aos eixos Formação Esportiva, Esporte para Toda a Vida e Excelência Esportiva, considerando a realidade do Município de Tijucas do Sul.

Art. 16. O Grupo de Trabalho deverá assegurar a discussão dos três eixos temáticos durante os trabalhos da Conferência.

Art. 17. O Grupo de Trabalho deverá elaborar propostas objetivas para cada um dos três eixos temáticos, considerando as necessidades e prioridades identificadas pelos participantes.

Art. 18. As propostas construídas pelo Grupo de Trabalho deverão ser registradas e encaminhadas à Comissão Organizadora para apresentação e apreciação na Plenária Final.

Art. 19. A Plenária Final constitui-se no momento destinado à apresentação, discussão, priorização e aprovação das propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho.

Art. 20. As deliberações da Plenária Final serão definidas a partir das propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho e submetidas à apreciação dos participantes com direito a voto.

Art. 21. As propostas aprovadas na Plenária Final servirão como subsídio para a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Esporte de Tijucas do Sul.

Art. 22. Na Plenária Final terão direito a voto os participantes devidamente credenciados na 1ª Conferência Municipal de Esporte.

Art. 23. As propostas serão aprovadas pela maioria simples dos participantes com direito a voto presentes na Plenária Final, salvo disposição diversa estabelecida pela Comissão Organizadora.

Art. 24. As propostas aprovadas serão sistematizadas pela Comissão Organizadora e integrarão o relatório final da 1ª Conferência Municipal de Esporte.

Art. 25. O relatório final da 1ª Conferência Municipal de Esporte deverá contemplar:
I – A data e o horário da Conferência, com a redação da data por extenso;
II – Os participantes;
III – Os pontos de discussão considerados importantes durante a Conferência;
IV – As decisões tomadas durante a Conferência;
V – As ações a realizar, os resultados esperados e as etapas seguintes.

Art. 26. As propostas aprovadas serão consideradas como subsídio para a definição das metas, ações e prioridades do Plano Municipal de Esporte de Tijucas do Sul para os próximos 10 anos.

Art. 27. Todo o material apresentado e produzido durante a 1ª Conferência Municipal de Esporte deverá ser disponibilizado ao público em geral, por meio do **site oficial da Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul, do Diário Oficial e dos demais canais institucionais de comunicação do Município**, assegurando transparência e amplo acesso às informações, propostas, decisões e resultados da Conferência.

Art. 28. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Esporte.

Art. 29. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:8BFC2A8F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 406, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **LUCIANA MICKUS PICHORIM**, inscrita no R.G. sob o nº 6.159.318-7/SSP/PR, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula funcional nº 1633, em virtude de sua participação em "Fórum de Obras Públicas- Fiscalização de Obras e Pavimentações" promovido pelo TCE/PR, a ser realizado no dia 28 de setembro de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 391/2026 – Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:C8463B90

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 407, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **JOÃO LUCAS MACHADO DE OLIVEIRA**, inscrito no R.G. sob o nº 13.500.692-0/SSP/PR, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula funcional nº 119776, em virtude de sua participação em "Fórum de Obras Públicas- Fiscalização de Obras e Pavimentações" promovido pelo TCE/PR, a ser realizado no dia 28 de setembro de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 391/2026 – Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:88EE5A07

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 408, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **ALEKSANDER VERSALLI PEREIRA**, inscrito no R.G. sob o nº 5.415.093-8/SSP/PR, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula funcional nº 445, em virtude de sua participação em "Fórum de Obras Públicas- Fiscalização de Obras e Pavimentações" promovido pelo TCE/PR, a ser realizado no dia 28 de setembro de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 391/2026 – Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:C348CF1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE SUPRESSÃO DE INFORMAÇÃO - P.E. Nº 33/2026

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

Considerando a necessidade de correção no Termo de referência ao edital, publicado no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, https://www.diariomunicipal.com.br/amp/.
Onde se lê:
11.2.3.1. Para equipamentos considerados críticos ao atendimento assistencial, tais como ventiladores pulmonares, cardioversores, desfibriladores, monitores multiparamétricos, bombas de infusão, berços aquecidos, aparelhos de raio X e outros assim definidos pela fiscalização, o atendimento deverá ocorrer em prazo reduzido, conforme a urgência do caso, **preferencialmente** em até 08 (oito) horas após a abertura do chamado técnico.

Leia-se:
11.2.3.1. Para equipamentos considerados críticos ao atendimento assistencial, tais como ventiladores pulmonares, cardioversores, desfibriladores, monitores multiparamétricos, bombas de infusão, berços aquecidos, aparelhos de raio X e outros assim definidos pela fiscalização, o atendimento deverá ocorrer em prazo reduzido, conforme a urgência do caso, em até 08 (oito) horas após a abertura do chamado técnico.
Considerando que a referida alteração não compromete a formulação das propostas e, ao contrário, amplia a participação de outras empresas, e que a informação já se encontrava presente no termo de referência, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 55, a data de abertura da sessão permanece mantida para o dia **29 de setembro de 2026.**

Tijucas do Sul, 25 de setembro de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:BBCAA6B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, e em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal 14.133/2021 CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, da Lei de Licitações, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 39/2026. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DO REISEN – ECOSSISTEMA INTELIGENTE DE TURISMO, MEDIANTE ADESÃO AO PACOTE BÁSICO, 15 TRADE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL/PR.**

Credenciado:
REISEN CLUBE – MÍDIA E TECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 61.072.097/0001-32
Valor: R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 39/2026.

Dotação Orçamentária:
14 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
002 Departamento de Turismo
27.695.0006.2036 – Departamento de Promoção do Turismo
6280 (000) 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 25 de setembro de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:D7D44449

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
DECRETO N.º 072/2026

O Prefeito de Tomazina, senhor Cezar Bueno de Melo no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solene instalação do Santuário Basílica Menor de Nossa Senhora Aparecida e Santo Inocêncio Mártir no Município de Tomazina;

D E C R E T A

Art. 1º Em comemoração à histórica instalação do Santuário Basílica Menor de Nossa Senhora Aparecida e Santo Inocêncio Mártir, fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no período da tarde do dia 27 de outubro de 2026 (terça-feira).

Art. 2º Ficam excluídos deste decreto, os serviços essenciais que se fizerem necessários à manutenção do interesse público.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 25 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:62769414

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DE PRAZO E VALOR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DE PRAZO E VALOR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2023
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2023

Contratado: ESCOLINHA DE FUTEBOL PROFESSOR LEAL LTDA - ME – CNPJ: 24.854.464/0001-23
Objeto: Contratação de pessoa jurídica com instrutor para dar aulas de Futsal, Futebol de campo, Voleibol e Canoagem, conforme quantitativos e especificações constantes no termo de referência e Edital de Licitação.
Valor: Reajustado pelo índice IGP–M de 2,16% totalizando o valor de R$ 32.748,12 (trinta e dois mil e setecentos e quarenta e oito reais e doze centavos), sendo no LOTE 02 R$2.729,01 (dois mil e setecentos e vinte e nove reais e um centavo) por mês.
Vigência: 25/09/2026 a 25/09/2027.

Tomazina, 25 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DE PRAZO E VALOR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2023
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2023

Contratado: INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS EIRELI EPP – CNPJ: 05.501.153/0001-36
Objeto: Contratação de pessoa jurídica com instrutor para dar aulas de Futsal, Futebol de campo, Voleibol e Canoagem, conforme quantitativos e especificações constantes no termo de referência e Edital de Licitação.
Valor: Reajustado pelo índice IGP–M de 2,16% totalizando o valor de R$ 36.218,88 (trinta e seis mil e duzentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos), sendo no LOTE 01 R$ 3.018,24 (três mil e dezoito reais e vinte e quatro centavos) por mês.
Vigência: 25/09/2026 a 25/09/2027.

Tomazina, 25 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:0ABEB7F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2025 EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2025

Contratado: IRMÃOS FURINI LTDA, CNPJ 78.693.355/0001/09
Objeto: Aquisição de óleo Diesel Comum S500, para abastecimento dos Veículos da Frota Municipal de Tomazina-PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital.
Valor: R$ 422.100,00 (quatrocentos e vinte e dois mil e cem reais).
Vigência: 25/09/2026 a 25/09/2027.

Tomazina, 25 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:87C70574

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7308/2026

DECRETO Nº 7308/2026
Data 24.09.2026

Súmula. Concede Licença Especial a servidor efetivo lotado na Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o contido no art. 60, da Lei Municipal 2626/2024 (estatuto do servidor),

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Licença Especial de 3 (três) meses, ao servidor conforme abaixo descrito:

Matricula	Nome	Cargo	Período da Licença
23847-3/1	Gilberto Guisi	Motorista	24/09/2026 a 22/12/2026

Art. 2º. O servidor nominado e beneficiado com a Licença Especial deverá retomar suas atividades no primeiro dia trabalhado subsequente ao último dia da licença que ora é concedida, sem qualquer aviso ou notificação.

Art. 3º. Fica igualmente suspenso o adicional de insalubridade e a gratificação.
Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:1EDDF315

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 PROCESSO ADM: Nº 86/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO QUILÔMETRO, SENDO 01 VEÍCULO TIPO SEDAN, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO MÍNIMO 2026/2026, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Empresas vencedoras valor total: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): **ZACARIAS VEÍCULOS LTDA.** (79138608000560) com os lotes: 1 no valor total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), sexta-feira, 25 de setembro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:0CC5E280

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 PROCESSO ADM: Nº 86/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO QUILÔMETRO, SENDO 01 VEÍCULO TIPO SEDAN, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO MÍNIMO 2026/2026, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Empresas vencedoras valor total: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): **ZACARIAS VEÍCULOS LTDA.** (79138608000560) com os lotes: 1 no valor total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), sexta-feira, 25 de setembro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:3FE0B8C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ com sede à Rua Eros Ruppel Abdalla, 129 – Centro, Tunas do Paraná-PR, através deste Edital, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, CONVOCA e CONVIDA toda a população do Município para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** a ser realizada:
DATA: 09 de outubro de 2026.
HORÁRIO: 10:00 horas.
LOCAL: Câmara Municipal de Tunas do Paraná, localizado na Rua Simão Ribas Cordeiro, nº 88 – Tunas do Paraná-PR.
TEMA: Audiência Pública do Plano Diretor Municipal
Ficam assim convocadas todas as Associações e demais Entidades representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.
Nestes termos, é expedido o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, que será publicado no Diário Oficial do Município, e afixado na sede da Prefeitura, bem como na sede das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Tunas do Paraná/PR, 23 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:3A1B0092

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 10/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 10/2026

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, e nas demais leis que regem a espécie e, considerando a homologação do resultado do Concurso Público objeto do Edital 001/2024 e homologado pelo Edital complementar nº 014/2024 na data de 24 de junho de 2024, **TORNA PUBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS**, relacionados no anexo II deste Edital, para provimento de cargo do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná.

Os(a) candidatos(a) relacionados(a) no Anexo II do presente Edital deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, na sede da Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, situado na Rua Eros Ruppel Abdalla, 129, Centro, Tunas do Paraná/PR, CEP 83480-000, no prazo de 10 (dez) dias úteis, **iniciando-se em 28/09/2026 data de sua publicação no Diário Eletrônico dos Municípios e encerrando-se no dia 09/10/2026, no horário das 08:30h às 11:30h e 14:00h às 17:00h**, para apresentação, entrega dos documentos e exames de saúde pré-admissionais constantes do anexo I deste Edital.

Em relação à apresentação dos exames de saúde pré-admissionais, antes de protocolar toda a documentação exigida no Setor de Recursos Humanos, o(a) candidato(a) convocado(a) deverá comparecer ao RH da Prefeitura Municipal para receber encaminhamento para comparecimento na unidade de saúde municipal ou clínica credenciada. ***O não comparecimento no prazo estipulado no presente Edital provocará ao candidato a perda da referida vaga***.

Por fim, apresenta ao convocado os modelos de declarações que deverão ser preenchidas adequadamente pelo(a) candidato(a), com

suas informações pessoais e deverão ser apresentadas no prazo acima descrito. Sendo que, as declarações dos anexos III e IV são obrigatórias e a do anexo V é facultativa, conforme decisão pessoal e espontânea do candidato.

Tunas do Paraná, 25 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2024

Cédula de Identidade (cópia legível);
Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Cartão PIS/PASEP;
Título de Eleitor;
Registro no Conselho de Classe, quando necessário;
Certificado de Reservista, se homem;
Comprovante de Escolaridade;
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Caso seja casado (a), cópia do CPF do (a) cônjuge;
Certidão de nascimento dos filhos (se for o caso);
Cópia do CPF dos filhos (quaisquer idades – obrigatório);
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
Certidão de quitação Eleitoral
Atestado Admissional (Deverá ser emitido pelo médico do município de Tunas do Paraná)
01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;
Comprovante de endereço residencial atualizado;
Carteira de trabalho;
Certidão de Distribuição Criminal;
Consulta de qualificação Cadastral e-Social;
Declaração de Bens ou Declaração de IRRF do exercido;
Certidão negativa de Antecedentes Criminais;
Declaração de não acúmulo de Cargo.

.

ANEXO II

RELAÇÃO DE CANDIDATO HABILITADO E CONVOCADO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2024

CARGO – Dentista da Atenção Básica

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
54950	ISADORA PERBONI PEREIRA	01	167.000

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (numero de RG), inscrito(a) no CPF sob nº (**numero do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade, sob as penas da Lei de que não existe qualquer impedimento de ordem legal ou ética e inexiste qualquer incompatibilidade, para o exercício do cargo publico de (**descrever o cargo em que foi aprovado**) referente a aprovação no Concurso público 01/2024, regido sob o Edital 01/2024 realizado pela Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
Declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE BENS

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (**numero de RG**), inscrito(a) no CPF sob nº (**numero do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA para os devidos fins que:

( ) Não possui bens.
( ) Possui os bens e conforme discriminação e valor abaixo especificado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R$

Para os devidos fins de direito, firma data e assinatura.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
Declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (**numero de RG**), inscrito(a) no CPF sob nº (**numero do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade e sem nenhuma coação, que desiste de tomar posse no cargo publico em que houve a aprovação e convocação no Concurso Publico 01/2024 realizado pela Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná; em virtude de ter em emprego publico em outro órgão, não podendo assim acumular mais um cargo. Para maior clareza, firma a presente declaração.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
Declarante

.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:B39A59C8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º80/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º80/2026

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **TATIAN FRANCISCO DIAS 00920141943** CNPJ: sob nº. 35.541.255/0001-46,
OBJETO: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de **Refeições Prontas (marmitex)**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.

	Lote 1:R$ 49.900,00 (Quarenta e nove mil e novecentos reais)			
Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)

Fornecimento de **REFEIÇÕES PRONTAS(MARMITEX)** Refeição completa individual, acondicionada em embalagem descartável de isopor - tipo marmitex - com peso mínimo de 500g Contendo as seguintes especificações: arroz, feijão, salada ou legumes, macarrão, farofa, verdura e 01 pedaço de carne pesando cerca de 200g ,01(um) suco de 200ml, e com talheres descartáveis.	Unid	2000	24,95	49.900,00

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n.º14.133/2021.

DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

06.002.10.302.0014.2.044. - Manutenção da Rede Municipal de Saúde Média Complexidade			
Cód. Red.	**Elemento de Despesa**		**Fonte**
222	3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1303
06.002.10.302.0014.2.044. - Manutenção da Rede Municipal de Saúde Média Complexidade			
Cód. Red.	**Elemento de Despesa**		**Fonte**
226	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1303
227	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1496

DATA: Tunas do Paraná, 25 de setembro de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal.
TATIAN FRANCISCO DIAS - Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:09035039

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 66/2026 cujo objeto é **Aquisição de FOGÕES INDUSTRIAIS, conforme o anexo I - Termo de referência,** para a empresa:

REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA - CNPJ: 52.386.933/0001-62

LOTE 01: no valor total de R$ 10.294,98 (dez mil, duzentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.135/2021.
Tunas do Paraná, 25 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:B66E4205

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA)

CONTRATANTE: FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO, inscrito no CNPJ **04.942.517/0001-50,** com endereço sito à Rua Ernesto Rickli, 750, centro CEP 85.150.000, Turvo/PR, neste ato representado pelo Diretor do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de TURVO/PR, senhor **Diogo Augusto de Oliveira.**

CONTRATADA: FOPA & GOLANOSKI LTDA, CNPJ 05.678.197/0001-36, ROD PRT 466 KM 223,5 CEP 85.150-000 **Turvo** PR. neste ato representada por seu representante legal, o Sr. **MARCOS**, **ANTONIO FOPA** brasileiro, natural de São José do Cedro, SC, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG Nº 1.659.835 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 657.871.619-04.

VALOR: R$ 12.580,00 (doze mil, quinhentos e oitenta reais).
Validade: 12 de setembro 2027.
Assinatura: 11 de setembro de 2026.
FORO: GUARAPUAVA /PR.

DIOGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
Diretor Presidente - FUNPREV

Publicado por:
Diogo Augusto de Oliveira
Código Identificador:9903ACC4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 108/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude do excesso de arrecadação do exercício.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 60.000,00** (sessenta mil reais), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1921	00150-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	60.000,00
	TOTAL	**60.000,00**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fonte vinculada do orçamento vigente no valor de **R$ 60.000,00** (sessenta mil reais), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00150	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	60.000,00
	TOTAL	**60.000,00**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo na data da sua assinatura.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 25 de setembro de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:B86F7BD4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2026 COMPRAS.GOV N° 58/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de uso médico-veterinário destinados à identificação eletrônica e ao controle de animais.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 16 de outubro de 2026.
Início da Sessão: 16 de outubro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "Acesso Identificado"
Valor: R$ 15.035,44 (quinze mil e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 25 de setembro de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:384B6340

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 204/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/785
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 204/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **DEMAY SERVICOS DE ENFERMAGEM LTDA,** para a prestação de serviços de enfermeiro ao Município de Umuarama, atendendo na Secretaria Municipal de Saúde e nas Unidades Básicas de Saúde urbanas e distritais que atuam como porta de entrada do Sistema Único de Saúde do Município de Umuarama-PR., conforme Edital de Chamamento Público nº 014/2024 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Total: **R$ 124.791,12 (cento e vinte e quatro mil e setecentos e noventa e um reais e doze centavos)**.

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/08/785 de 18 de agosto de 2026, anexo.

Umuarama, 23 de setembro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:BDD957E6

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - ACESF

RESUMO DE TERMO ADITIVO - ACESF

TERMO ADITIVO 001 – A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 072/2025
Contratante: ACESF – ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS
Contratado: HIDROL SERVIÇOS HIDRAULICOS UMUARAMA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 15 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o quantitativo da ata no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ $ 13.000,00 (treze mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
40.001.23.692.0021.2.089. - ED: 3.3.90.30.00.00. - D:20 - F:76
40.001.23.692.0021.2.089. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:23 - F:76
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 18 de setembro de 2026

Umuarama, 24 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:5B4ED0D3

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 355/2024
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: BEATRIZ STECCA FELISBERTO
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 09 de setembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal do contrato em até R$ 10.489,72 (dez mil quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 125.876,64 (cento e vinte e cinco mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.252 – ED:3.3.90.39.00.00 D:138 F:494 – Federal
Cláusula Quarta: Altera-se o fiscal **ROSAINE DE OLIVEIRA FERREIRA SHIRABAYASHI** inscrito no CPF sob n.º ***.885.249-** para **FERNANDA CRISTINE TORRES DE ALMEIDA**, inscrita no CPF n.º ***.170.119-**.
Cláusula Quinta: Altera-se o gestor **FERNANDA CRISTINE TORRES DE ALMEIDA**, inscrita no CPF n.º ***.170.119-**, para

VALVERLEIA INES DE ANDRADE SILVA, inscrita no CPF n.º ***.973.789-**.
Cláusula Sexta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas
Umuarama, 04 de setembro de 2026.

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 368/2024
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: JGN SERVIÇOS MEDICOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 05 de setembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal do presente contrato de até R$ 27.813,90 (vinte e sete mil, oitocentos e treze reais e noventa centavos), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 333.766,80 (trezentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.032 – ED:3.3.90.39.00.00 – D: 97 – F:001 - Livres
70.001.10.301.0024.2.032 – ED:3.3.90.39.00.00 – D: 98 – F:303 – 15%
Cláusula Quarta: Altera-se o fiscal EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE, inscrito no CPF n.º ***.109.749-** para MARIA ANDRÉA DOS SANTOS DE MORAIS, inscrita no CPF n.º ***.996.519-**.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 03 de fevereiro de 2026.

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE COMPRA Nº 017/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 08 de setembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor quantitativo em até R$ 125.238,83 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e três centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D: 99 – F:001 - Livres
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D: 100 – F:303 – 15%
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D: 101 – F:494 – Federal
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D: 102 – F:70014 – Estadual
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas
Umuarama, 04 de setembro de 2026.

Umuarama, 25 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:6AEA4AFD

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
P O R T A R I A Nº 28/2026

P O R T A R I A Nº 28/2026

Homologação do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preço nº 16/2026 - EPISU.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA – EPISU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 257/2025 que aprovou o Estatuto Social da EPISU, o RICL e pela Lei nº 13.303/2016.

R E S O L V E:
ART.1º - Fica homologado o julgamento proferido pelo Agente de Contratação sobre o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preço nº 16/2026 - EPISU cujo objeto contempla a contratação de empresa especializada para execução, com fornecimento de materiais de mão de obra, equipamentos e demais insumos necessarios, visando ampliação, alargamento, contenção e obras especiais no viaduto, sendo esta obra integrante do processo de duplicação da estrada Bonfim (antiga PR482) no municipio de Umuarama. Em favor da empresa **COBREBEM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**, bem como ao relatório de classificação anexado ao referido processo, para que a adjudicação nela produza seus efeitos jurídicos e legais.
Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.
ART.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama-PR, 25 de setembro de 2026.

JOÃO HENRIQUE SIMÃO SCOPEL
Diretor-Presidente

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D05DC115

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 047/2026-SMMA

Extrato do Termo de Colaboração nº 047/2026-SMMA que entre si celebram de um lado, o Município de Umuarama, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL**, e de outro, a **SAAU – SOCIEDADE DE AMPARO AOS ANIMAIS DE UMUARAMA**, celebrado em razão da Inexigibilidade de Chamamento Público, com recursos em emenda parlamentar impositiva, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, consoante previsão contida na Lei Federal nº 13.019/2014 no Decreto Municipal nº 108/2017 e pela Lei Municipal nº 4.928, de 12 de dezembro de 2025, publicada em 16 de dezembro de 2025, e demais normas aplicáveis,e nos termos a seguir:

- OBJETIVO GERAL : Garantir a manutenção e o adequado funcionamento da clínica e do canil da SAAU – Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama, por meio da aquisição de materiais de limpeza e higienização, manutenção de bens móveis e imóveis e aquisição de materiais destinados à manutenção desses bens, assegurando melhores condições de funcionamento, organização, higiene e conservação, proporcionando ambiente adequado para o cuidado e bem-estar dos animais atendidos pela entidade.”de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação, que foi analisado e aprovado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL, constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.
- DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS: São objetivos específicos da parceria:
I – Adquirir materiais de limpeza e higienização necessários à manutenção da clínica, do canil e demais espaços utilizados pela entidade;
II – Assegurar a limpeza e a higienização periódica dos ambientes destinados ao acolhimento, tratamento e cuidados dos animais;
III – Realizar a manutenção preventiva e corretiva de bens móveis utilizados nas atividades da entidade;
IV – Realizar serviços de manutenção e conservação dos bens imóveis e das estruturas físicas da clínica e do canil, quando necessários ao adequado funcionamento dos espaços;
V – Melhorar as condições de organização, conservação e funcionamento dos ambientes destinados aos animais;

- DAS METAS

Meta 1 – Aquisição de materiais de limpeza e higienização
Quantidade: 01 conjunto de aquisição de materiais, conforme demanda e Plano de Aplicação.
Valor: R$ 10.000,00.
Resultado esperado: garantir o abastecimento de materiais necessários à limpeza e higienização dos ambientes da clínica e do canil durante o período de execução da parceria.
Indicador: materiais adquiridos e efetivamente utilizados na limpeza e higienização dos espaços.

Meta 2 – Manutenção de bens móveis
Quantidade: conforme necessidade identificada durante a execução.
Valor: R$ 3.500,00.
Resultado esperado: manter os bens móveis utilizados nas atividades da entidade em condições adequadas de uso.
Indicador: serviços de manutenção realizados e bens mantidos/reparados.

Meta 3 – Manutenção de bens imóveis
Quantidade: conforme necessidades de conservação identificadas.
Valor: R$ 3.500,00.
Resultado esperado: conservar as instalações físicas utilizadas para atendimento e acolhimento dos animais.
Indicador: serviços de manutenção realizados e instalações conservadas.

Meta 4 – Aquisição de material para manutenção de bens imóveis
Quantidade: conforme demanda.
Valor: R$ 1.500,00.
Resultado esperado: disponibilizar materiais necessários à realização de reparos e manutenção das instalações.
Indicador: materiais adquiridos e utilizados na manutenção do imóvel.

Meta 5 – Aquisição de material para manutenção de bens móveis
Quantidade: conforme demanda.
Valor: R$ 1.500,00.
Resultado esperado: disponibilizar materiais necessários à manutenção e conservação dos bens móveis.
Indicador: materiais adquiridos e empregados na manutenção dos bens.

- PÚBLICO ALVO: Constituem público-alvo da parceria, todos os animais atendidos, acolhidos, tratados ou mantidos sob responsabilidade da SAAU, sendo aproximadamente 1.200 animais, bem como, indiretamente, a população do Município de Umuarama, na medida em que a adequada estruturação das ações de proteção e bem-estar animal contribui para a melhoria das condições sanitárias, ambientais e de convivência comunitária.

- RESULTADO ESPERADOS
melhoria das condições de higiene dos ambientes;
melhoria da organização da clínica e do canil;
conservação adequada das instalações;
manutenção dos bens móveis utilizados nas atividades;
redução da deterioração da estrutura física;
disponibilidade de materiais necessários para pequenos reparos;
melhoria das condições de atendimento e acolhimento;
ambiente mais adequado aos animais;
fortalecimento da capacidade operacional da entidade;
continuidade das ações de proteção e bem-estar animal desenvolvidas pela SAAU.

– DOS REPASSES
Para a execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de até **R$20.000,00 (vinte mil reais)** que será repassado em uma única parcela no valor de **R$20.000,00 (vinte mil reais),** cujo recurso é proveniente de:
Lei Municipal 4928 de 12/12/2025 e publicado em 16/12/2025.
A OSC deverá manter e movimentar os recursos em conta bancária específica da parceria em instituição financeira pública, conforme segue:

- O Município efetuará o repasse financeiro em **parcela única**, após:
assinatura do Termo de Colaboração;
publicação do extrato;
apresentação da documentação exigida pela Lei nº 13.019/2014;
abertura de conta bancária específica da parceria.

Para a cobertura dos repasses oriundas do presente Termo de Colaboração, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:
25.001.18.122.0011.1.419-ED:3.3.50.41.00.00 - D:1605 - F:1000

– DA VIGÊNCIA : O presente termo terá sua vigência por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste Termo de Colaboração, podendo ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda a 5 (cinco) anos.

Umuarama-PR, 31 de agosto de 2026.

NELSON BIGESCHI JUNIOR
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Saúde,
Proteção e Bem-Estar Animal

ANA MARIA POLAQUINI
Presidente da SAAU
CPF. nº 391.682.129-68

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:79D6C096

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL
JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO

Por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL,** torna de conhecimento público o interesse em **formalizar** parceria com a **SAAU - SOCIEDADE DE AMPARO AOS ANIMAIS DE UMUARAMA,**denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ sob nº. 02.030.845/0001-55, com sede em Umuarama - Paraná, através de **inexigibilidade de Chamamento Público,** devidamente autorizada através da LOA, aprovado através da Lei nº 4928 de 12 de dezembro de 2025 e publicado em 16 de dezembro de 2025, entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o repasse financeiro com o objetivo geral de: **"Garantir a manutenção e o adequado funcionamento da clínica e do canil da SAAU – Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama, por meio da aquisição de materiais de limpeza e higienização, manutenção de bens móveis e imóveis e aquisição de materiais destinados à manutenção desses bens, assegurando melhores condições de funcionamento, organização, higiene e conservação, proporcionando ambiente adequado para o cuidado e bem-estar dos animais atendidos pela entidade."**
Referência: Formalização da Parceria e Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração
Base Legal: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14, pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017 e pela Lei nº 4928 de 12 de dezembro de 2025 e publicado em 16 de dezembro de 2025.

Organização da Sociedade Civil:SAAU - SOCIEDADE DE AMPARO AOS ANIMAIS DE UMUARAMA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ sob nº. 02.030.845/0001-55, em Umuarama - Paraná,
Valor total da parceria: R$. 20.000,00 (vinte mil reais)
Tipo de Parceria: Termo de Colaboração
Fonte de financiamento
Devidamente autorizada através da Lei nº Lei nº 4928 de 12 de dezembro de 2025 e publicado em 16 de dezembro de 2025.que

autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse para a **SAAU - SOCIEDADE DE AMPARO AOS ANIMAIS DE UMUARAMA,**

I – DO OBJETO DA PARCERIA
A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a **inexigibilidade de chamamento público** para a formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a **SAAU – Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama**, por meio de **Termo de Colaboração**, com repasse de recursos públicos no valor de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, oriundos de emenda impositiva.

A parceria tem por objeto apoiar a manutenção e o adequado funcionamento da clínica e do canil mantidos pela SAAU, mediante a aplicação dos recursos em **aquisição de materiais de limpeza e higienização, bem como na manutenção de bens móveis**, conforme especificações, metas, etapas e cronograma estabelecidos no Plano de Trabalho.

II – DO INTERESSE PÚBLICO
A parceria apresenta relevante interesse público, considerando que a SAAU desenvolve atividades voltadas à proteção, assistência, acolhimento e bem-estar de animais em situação de abandono, vulnerabilidade ou que necessitem de atendimento e cuidados.

A manutenção adequada da clínica e do canil constitui medida indispensável para assegurar condições mínimas de higiene, limpeza, organização, conservação e segurança dos ambientes destinados ao atendimento e permanência dos animais.

O apoio financeiro permitirá a continuidade das atividades desenvolvidas pela entidade, contribuindo para a adequada prestação dos serviços de interesse coletivo relacionados à proteção e ao bem-estar animal.

A parceria também se mostra alinhada às políticas públicas municipais voltadas à **proteção e defesa dos animais, saúde pública, controle populacional, prevenção de zoonoses, educação ambiental e preservação do meio ambiente**, naquilo que se relacionar às atribuições do Município.

III - DA VINCULAÇÃO À LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
A presente parceria encontra-se vinculada às **políticas públicas e à legislação municipal de Umuarama relacionadas à proteção e ao bem-estar animal e às ações de interesse ambiental**, especialmente às normas que atribuem ao Poder Público Municipal responsabilidades quanto à proteção dos animais, prevenção de situações que possam comprometer a saúde pública e promoção de ações destinadas à melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

Nesse contexto, a atuação da SAAU mostra-se convergente com as finalidades de interesse público previstas na legislação municipal, uma vez que suas atividades contribuem para o atendimento de animais em situação de vulnerabilidade, a manutenção de espaços destinados ao acolhimento e tratamento e a promoção de condições adequadas de proteção e bem-estar animal.

A parceria também deverá observar as disposições da **legislação orçamentária municipal vigente**, da **Lei de Diretrizes Orçamentárias**, da **Lei Orçamentária Anual**, da legislação municipal que disciplina as parcerias com Organizações da Sociedade Civil e, especialmente, as disposições da **Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 108/2017**, bem como suas regulamentações aplicáveis no âmbito municipal.

IV – DA EMENDA IMPOSITIVA
Os recursos objeto da presente parceria são provenientes de **emenda impositiva**, no valor de R$ 20.000,00, destinada ao atendimento da finalidade prevista no orçamento municipal.

A destinação dos recursos para a SAAU encontra-se vinculada à finalidade indicada na emenda e ao respectivo Plano de Trabalho, devendo a Organização da Sociedade Civil utilizar os valores exclusivamente para a execução do objeto pactuado.

A existência de previsão orçamentária específica e a indicação da entidade beneficiária na emenda impositiva demonstram a existência de finalidade pública previamente estabelecida, sem afastar, contudo, a necessidade de observância dos demais requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e na legislação municipal aplicável.

V – DA INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO
Nos termos do **Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 108/2017**, será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as Organizações da Sociedade Civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

No presente caso, a inviabilidade de competição decorre da necessidade de execução do objeto por entidade que possua **vínculo direto com a estrutura, funcionamento e manutenção dos espaços objeto da parceria**, considerando que os recursos serão destinados especificamente à manutenção da clínica e do canil utilizados pela SAAU, bem como à aquisição de materiais necessários à higienização e à conservação desses espaços e à manutenção de seus bens móveis.

A SAAU é a entidade diretamente responsável pela administração e execução das atividades desenvolvidas nos espaços objeto da parceria, sendo, portanto, a organização que possui a relação direta e necessária com a estrutura física, os equipamentos, os bens e os animais atendidos no âmbito de suas atividades.

Dessa forma, a realização de chamamento público, nessas circunstâncias, não proporcionaria competição efetiva entre diferentes organizações, uma vez que o objeto está diretamente relacionado à estrutura e às atividades específicas desenvolvidas pela SAAU.

Ressalta-se que a inexigibilidade não decorre exclusivamente da existência da emenda impositiva, mas da **inviabilidade de competição concretamente demonstrada em razão das características do objeto e da entidade diretamente vinculada à sua execução**, devendo essa circunstância estar devidamente comprovada nos autos do processo administrativo.

VI – DA ADEQUAÇÃO DA ENTIDADE AO OBJETO
A SAAU – Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama apresenta atuação diretamente relacionada à finalidade da parceria, desenvolvendo atividades de proteção e assistência aos animais e mantendo estrutura destinada ao atendimento, acolhimento e cuidados necessários.

A entidade dispõe de estrutura física e operacional compatível com a execução das ações previstas no Plano de Trabalho, sendo responsável pela manutenção da clínica e do canil e pela continuidade das atividades que justificam a destinação dos recursos.
Assim, verifica-se a compatibilidade entre:
a finalidade institucional da SAAU;
o objeto da parceria;
as metas previstas no Plano de Trabalho;
a destinação dos recursos da emenda impositiva; e
o interesse público municipal.

VII – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS
O valor de **R$ 20.000,00** será aplicado exclusivamente na execução das metas previstas no Plano de Trabalho, especialmente para:
a) aquisição de materiais de limpeza e higienização necessários à manutenção das condições sanitárias da clínica e do canil;
b) aquisição de materiais necessários à organização e conservação dos espaços;
c) manutenção de bens móveis utilizados nas atividades da entidade; e
d) demais despesas diretamente vinculadas às metas previstas no Plano de Trabalho e autorizadas pela legislação aplicável.
A utilização dos recursos deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, bem como as regras de execução financeira, movimentação bancária e prestação de contas estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, regulamentado através do Decreto Municipal nº 108/2017 e demais normas aplicáveis.

VIII – DO MONITORAMENTO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo Município, por meio do gestor da parceria e dos mecanismos de monitoramento e avaliação previstos na legislação vigente.

A SAAU deverá demonstrar o cumprimento das metas e dos resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, bem como apresentar a respectiva prestação de contas, observando os prazos, documentos e procedimentos estabelecidos pela legislação aplicável e pelo Município.

O acompanhamento deverá considerar, entre outros aspectos, a efetiva aplicação dos recursos no objeto pactuado, a manutenção das condições adequadas de funcionamento da clínica e do canil e o atendimento das metas estabelecidas.

IX – DA CONCLUSÃO
Diante do exposto, considerando:
o relevante interesse público envolvido na proteção e no bem-estar dos animais;
a compatibilidade entre as finalidades institucionais da SAAU e o objeto da parceria;
a existência de emenda impositiva no valor de R$ 20.000,00 destinada à finalidade prevista no Plano de Trabalho;
a necessidade de manutenção da clínica e do canil utilizados pela entidade;
a vinculação do objeto às políticas públicas e à legislação municipal relacionadas à proteção animal e ao meio ambiente;
a inviabilidade de competição decorrente das características específicas do objeto e da vinculação direta da SAAU à estrutura e às atividades que serão beneficiadas pelos recursos; e
o disposto no **art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014**, **e do Decreto Municipal nº 108/2017.**

JUSTIFICA-SE a inexigibilidade de chamamento público para a celebração de **Termo de Colaboração entre o Município de Umuarama e a SAAU – Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama**, no valor de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, destinado à manutenção e ao adequado funcionamento da clínica e do canil da entidade, observadas todas as exigências legais, regulamentares, orçamentárias e de prestação de contas aplicáveis.

Publique-se a presente justificativa no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação desta justificativa, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue na SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL**,** cujo teor será analisado pelo Secretário Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Umuarama, 28 de agosto de 2026.

NELSON BIGESCHI JUNIOR
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Saúde, Proteção e Bem-estar Animal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9DE4F1A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS.
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/473.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 42.323,37 (quarenta e dois mil, trezentos e vinte e três reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **PAVIMAK INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.572.063/0001-36**, para fornecimento de máquina extrusora de concreto para meio-fio com sarjeta personalizada para atendimento no Município de Umuarama/PR, com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2026/08/473, de 07 de agosto de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:44E59858

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS.
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3520-26-UMU-LIC.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **TORNEARIA METAL TORNO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 27.509.531/0001-60**, para prestação de serviços de fornecimento e instalação de bomba centrífuga monoestágio para combate a incêndio na frota 936 da Prefeitura Municipal de Umuarama/PR, com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 3520-26-UMU-LIC, de 08 de setembro de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 25 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:BF1957EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO N° 2026/09/854 – SAÚDE

O Município de Umuarama-PR, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que o fundo municipal de saúde pretende realizar a dispensa de licitação para a aquisição dos itens abaixo.
ITEM 1 – 44 M² - Fabricação e instalação de cobertura em chapas galvanizadas, com estrutura em tubos metálicos com pintura sintética, nas medidas 8,30 x 5,30m.
Objeto entregue sem custo adicional no : R. Padre João Maria Daniel, 1925 – Jardim Alto Boa Vista, Umuarama-PR, CEP 87506-410.

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até ás 23:59h do dia 30 de Setembro de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O

NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação.
Comprovante de Inscrição de Situação Cadastral e quadro societário.
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
Certidão Negativa de Débitos Municipais.
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
Declaração de Responsabilidade Unificada.
Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.

Umuarama, 25 de Setembro de 2026.

VÂNIO CESAR PRESSINATTE
Diretor de Compras e Almoxarifado

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3663E457

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 243/2026

Altera a vinculação da função de Assessor Especial à estrutura organizacional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o art. 111 da Lei Complementar nº 493, de 25 de janeiro de 2022,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica transferido da estrutura organizacional da Administração de Cemitérios e Serviços Funerários - ACESF para a Secretaria Municipal de Fazenda, 01 (um) assessor especial – símbolo CC-7.

Art. 2º Fica transferido da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Serviços Públicos para a Secretaria Municipal de Fazenda, 01 (um) assessor especial – símbolo CC-7.

Art. 3º Fica transferido da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura para a Secretaria Municipal de Fazenda, 01 (um) assessor especial – símbolo CC-7.

Art. 4º Fica transferido da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor para a Secretaria Municipal de Fazenda, 01 (um) assessor especial – símbolo CC-7.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 21 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E4E86B2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 247/2026

Altera a vinculação da função de Assessor Especial à estrutura organizacional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o art. 111 da Lei Complementar nº 493, de 25 de janeiro de 2022,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica transferido da estrutura organizacional da Secretaria da Procuradoria Geral do Município para a Secretaria Municipal de Fazenda, 01 (um) assessor especial – símbolo CC-7.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:87E61EB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.223/2026

PORTARIA Nº 1.223/2026

Concede licença maternidade a servidora MARIANA DE ALMEIDA LIMA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a servidora **MARIANA DE ALMEIDA LIMA**, matricula 1082721, portador da Cédula de Identidade RG nº 41.853.389-1 – SSPII-SP e inscrita no CPF nº 328.389.298-95 nomeada em 02 de março de 2026, para exercer a função de emprego público de Professor 20 HRS, pelo Regime Administrativo Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença maternidade no período de 02 de setembro de 2026 à 30 de dezembro de 2026, sem prejuízo de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 22 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4A2A3CCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.224/2026

PORTARIA Nº 1.224/2026

Concede licença maternidade a servidora HELOISA PODADEIRO ORTIZ.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a servidora **HELOISA PODADEIRO ORTIZ**, matricula 1083143, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.423.589-2 – SESP-PR e inscrita no CPF nº 120.531.389-39 nomeada em 01 de junho de 2026, para exercer a função de emprego público de Professor 20 HRS, pelo Regime Administrativo Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença maternidade no

período de 11 de setembro de 2026 à 08 de janeiro de 2027, sem prejuízo de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 22 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:BF58DD46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.225/2026

PORTARIA Nº 1.225/2026

Incorpora Tempo de Contribuição ao acervo do Serviço Público em favor da servidora ROSA CIPRIANO CELINI DE SOUZA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Incorporar para fins de aposentadoria comum ao acervo do Serviço Público, em favor da servidora **ROSA CIPRIANO CELINI DE SOUZA,** matrícula 666561, portadora do RG n.º 4.946.840-7-SSP/PR e inscrita no CPF n.º 850.384.159-20, nomeada em 01 de março de 2000, para ocupar o cargo de carreira de Guarda Municipal, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana, nos termos do Processo n.º 13.476/2026, com base no artigo 115, inciso V da Lei Complementar n.º 018/92, o tempo de 1.272 (mil duzentos e setenta e dois) dias, ou 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 27 (vinte e sete) dias de serviços prestados ao Regime Geral da Previdência Social - INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 22 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:FDAC207C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.226/2026

PORTARIA Nº 1.226/2026

Incorpora Tempo de Contribuição ao acervo do Serviço Público em favor da servidora CLEIDE DE SOUZA BENTO ARAUJO.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Incorporar para fins de aposentadoria especial ao acervo do Serviço Público, em favor da servidora **CLEIDE DE SOUZA BENTO ARAUJO,** matrícula 988681, portadora do RG n.º 5.754.657-3-SESP/PR e inscrita no CPF n.º 016.386.979-06, nomeada em 16 de maio de 2013, para ocupar o cargo de carreira de Professora, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Processo n.º 11.179/2026, com base no artigo 115, inciso V da Lei Complementar n.º 018/92, o tempo de 2.458 (dois mil quatrocentos e cinquenta e oito) dias, ou seja, 06 (seis) anos, 08 (oito) meses e 28 (vinte e oito) dias, de serviços prestados ao Regime Geral da Previdência Social - INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 22 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:501066CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.227/2026

PORTARIA Nº 1.227/2026

Incorpora Tempo de Contribuição ao acervo do Serviço Público em favor da servidora ELIZABETE BARBOSA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Incorporar para fins de aposentadoria comum ao acervo do Serviço Público, em favor da servidora **ELIZABETE BARBOSA,** matrícula 1001221, portadora do RG n.º 6.955.907-7-SSP/PR e inscrita no CPF n.º 015.619.089-32, nomeada em 11 de abril de 2016, para ocupar o cargo de carreira de Professora de Educação Infantil, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Processo n.º 12.363/2026, com base no artigo 115, inciso V da Lei Complementar n.º 018/92, o tempo de 695 (seiscentos e noventa e cinco) dias, ou 01 (um) ano e 11 (onze) meses de serviços prestados ao Regime Geral da Previdência Social - INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 22 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CCF4A3B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.228/2026

PORTARIA Nº 1.228/2026

Incorpora Tempo de Contribuição ao acervo do Serviço Público em favor da servidora ELIZABETE BARBOSA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Incorporar para fins de aposentadoria comum ao acervo do Serviço Público, em favor da servidora **ELIZABETE BARBOSA,**

matrícula 1001221, portadora do RG n.º 6.955.907-7-SSP/PR e inscrita no CPF n.º 015.619.089-32, nomeada em 11 de abril de 2016, para ocupar o cargo de carreira de Professora de Educação Infantil, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Processo n.º 12.363/2026, com base no artigo 115, inciso I da Lei Complementar n.º 018/92, o tempo de 5.208 (cinco mil duzentos e oito) dias, ou seja, 14 (quatorze) anos, 03 (três) meses e 08 (oito) dias, de serviços prestados ao Município de Santa Mônica-PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 22 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9FE4AC5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.229/2026

PORTARIA Nº 1.229/2026

Incorpora Tempo de Contribuição ao acervo do Serviço Público em favor do servidor DANIEL CARLOS DA CUNHA**.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Incorporar para fins de aposentadoria comum ao acervo do Serviço Público, em favor do servidor **DANIEL CARLOS DA CUNHA,** matrícula 371761, portador do RG n.º 4.761.089-3-SSP/PR e inscrito no CPF n.º 667.873.009-72, nomeado em 07 de março de 1991, para ocupar o cargo de carreira de Fiscal de Tributos, pelo Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, nos termos do Processo n.º 11.957/2026, com base no Art. 201, parágrafo 9º-A, da Constituição Federal, o tempo de 80 (oitenta) dias, ou 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de serviços prestados ao Serviço Militar Obrigatório.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 22 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:DC10EC49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.232/2026

PORTARIA Nº 1.232/2026

Admite servidora para o provimento de emprego público municipal, em caráter temporário.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Edital n. º 027 de 02 de fevereiro de 2026, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 03 de fevereiro de 2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, realizado em decorrência do Edital n.º 089/2025,

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 37, II, da Constituição Federal; e a Lei Complementar nº 432 de 25 de maio de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado,

R E S O L V E:

Art. 1º Admitir a servidora abaixo relacionada, para exercer o emprego público sob regime administrativo especial, por tempo determinado.

AGENTE DE APOIO ESCOLAR
40 HORAS SEMANAIS

Item 01 – Classificação: 94º
Nome: NADIELE BEATRIZ THIAGO
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/10/2026
RG/CPF: 399.726.188-11
Salário: R$ 2.384,56

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EB5BC7B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.233/2026

PORTARIA Nº 1.233/2026

Demitir a pedido WAGNER JOSE PERES DA ROCHA**,** em cumprimento ao disposto no §14 do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constituição nº 103 de 13 de Novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Demitir a pedido **WAGNER JOSE PERES DA ROCHA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.653.273-8 SSP-PR, inscrito no CPF nº 691.948.829-91, admitido em 05 de junho 2001, ocupante do emprego público de Medico Clinico Geral 2H, pelo regime CLT, lotado no Fundo Municipal de Saúde, a contar de 08 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:AB5FC470

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.234/2026

PORTARIA Nº 1.234/2026

Demitir a pedido ELIUDE BARONI MAZIERI**,** em cumprimento ao disposto no §14 do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constituição nº 103 de 13 de Novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Demitir a pedido **ELIUDE BARONI MAZIERI**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.263.562-6 SSP-PR, inscrito no CPF nº 674.232.139-34, admitido em 05 de junho 2001, ocupante do emprego público de DENTISTA 4H, pelo regime CLT, lotado no Fundo Municipal de Saúde, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:36089302

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.235/2026

PORTARIA Nº 1.235/2026

Demitir a pedido EMANUELLE MANDUCA PEIXE.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Demitir a pedido, **EMANUELLE MANDUCA PEIXE,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 099.204.889-33 SESP/SP, inscrita no CPF nº 099.204.889-33, admitida em 22 de julho de 2026, ocupante do emprego público de Agente Administrativo, regime adminstrativo especial, lotada no Fundo Municipal de Saúde, a contar de 01 de setembro de 2026, revogando o Item 05 da Portaria 951/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C1DD2B17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.236/2026

PORTARIA Nº 1.236/2026

Exonera a pedido HELLEN RODRIGUES LOUREIRO.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido **HELLEN RODRIGUES LOUREIRO,** portador (a) da Cédula de Identidade nº 55.751.003-X SSP, inscrito (a) no CPF nº 15472742986, nomeado (a) em 03 de Junho de 2026 , ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial - CC-9, lotado (a) na Fundo Municipal de Saúde, a partir de 03/06/2026, ficando revogada a portaria nº 691/2026 de 21 de Maio de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:2048ECE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.237/2026

PORTARIA Nº 1.237/2026

Exonera a pedido LUCAS GABRIEL TIMOTEO DOS SANTOS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido **LUCAS GABRIEL TIMOTEO DOS SANTOS,** portador (a) da Cédula de Identidade nº 15.253.065-0 SESP, inscrito (a) no CPF nº 13876971969, nomeado (a) em 02 de Junho de 2026 , ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial - CC-9, lotado (a) na Fundo Municipal de Saúde, a partir de 03/06/2026, ficando revogada a portaria nº 726/2026 de 29 de Maio de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:659EFB52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.238/2026

PORTARIA Nº 1.238/2026

Demitir a pedido MARCIA CLIVATI DA SILVA**,** em cumprimento ao disposto no §14 do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constituição nº 103 de 13 de Novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Demitir a pedido **MARCIA CLIVATI DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.493.540-8 SSP-PR, inscrita no CPF nº 058.847.958-66, admitida em 05 de junho de 2001, ocupante do emprego público de DENTISTA 4H pelo regime CLT, lotado no Fundo Municipal de Saúde, acontar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:125F61A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.239/2026

PORTARIA Nº 1.239/2026

Demitir a pedido RUTH DE LIMA FEITOZA ANDRADE, em cumprimento ao disposto no §14 do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constituição nº 103 de 13 de Novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Demitir a pedido **RUTH DE LIMA FEITOZA ANDRADE**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.993.883-9 SSP-PR, inscrita no CPF nº 611.040.279-68, admitida em 02 de julho de 2012, ocupante do emprego público de PROFESSOR EDUC FISICA pelo regime CLT, lotado no Fundo Municipal de Saúde, acontar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:468D667E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.240/2026

PORTARIA Nº 1.240/2026

Demitir a pedido VALDECIR MARTINS ROMAN**,** em cumprimento ao disposto no §14 do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constituição nº 103 de 13 de Novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Demitir a pedido **VALDECIR MARTINS ROMAN**, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.563.119-4 SSP-PR, inscrito no CPF nº 483.339.999-72, admitido em 07 de agosto 2000, ocupante do emprego público de MOTORISTA I , pelo regime CLT, lotado no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9BB0CAC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.241/2026

PORTARIA Nº 1.241/2026

Declara vacância de cargo público por morte da servidora MONICA DA SILVA CORDEIRO**.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente o que dispõe o art. 91, inciso II, "a", da Lei Orgânica Municipal, e artigo 49, V da Lei Municipal 018 de 28 de maio 1992 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama).
CONSIDERANDO o Óbito da servidora **MONICA DA SILVA CORDEIRO** que se deu na data de 14 de setembro de 2026, conforme certidão de óbito Nº087304015520264000042l2, LIVRO 0001526, FOLHA 14.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo de Técnico de Enfermagem, regime estatutário, pela morte da Sra **MONICA DA SILVA CORDEIRO**, matricula nº 994721, CPF/MF nº 060.742.049-93, RG nº 9.915.793-3 SSP/PR, a contar de 14 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7130C384

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.242/2026

PORTARIA Nº 1.242/2026

Altera a Portaria n.º 722 de 28 de maio de 2026, que concedeu Função de Gestão Pública ao servidor KAIO ALEXANDRE LUZ DA SILVA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Altera a Portaria n.º 722 de 28 de maio de 2026, que concedeu Função de Gestão Pública ao servidor **KAIO ALEXANDRE LUZ DA SILVA**, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder ao servidor **KAIO ALEXANDRE LUZ DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 13.678.607-5-SSP-PR, inscrito no CPF n.º 105.108.879-88, nomeado em 11 de maio de 2026, pelo regime jurídico estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Agente Comunitário de Saúde - PSP, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Função de Gestão Pública, símbolo FGP-8, com fundamento na alínea "a", do inciso I do Artigo 1º e item I do Anexo I, ambos da Lei Complementar nº 582 de 24 de fevereiro de 2025, a partir de 01 de outubro de 2026."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:36C7BAC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.243/2026

PORTARIA Nº 1.243/2026

Concede Função de Gestão Pública símbolo FGP-6 à servidora INES APARECIDA ULIAN VISCARDI.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder à servidora **INES APARECIDA ULIAN VISCARDI**, portadora da Cédula de Identidade RG n° 6.970.302-0-SSP-PR, inscrita no CPF n° 958.746.159-20, admitida em 07 de agosto de 2000, ocupante do emprego público de Auxiliar de Enfermagem, pelo regime Clt, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Função de Gestão Pública, símbolo FGP-6, com fundamento na alínea "a", do inciso I do Artigo 1º e item I do Anexo I, ambos da Lei Complementar nº 582 de 24 de fevereiro de 2025, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:57316617

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.244/2026

PORTARIA Nº 1.244/2026

Altera a Portaria n.º 437 de 31 de março de 2026, que concedeu Função de Gestão Pública ao servidor EDIEFISON DA SILVA PARRA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Altera a Portaria n.º 437 de 31 de março de 2026, que concedeu Função de Gestão Pública ao servidor **EDIEFISON DA SILVA PARRA**, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder ao servidor **EDIEFISON DA SILVA PARRA**, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 8.407.569-8-SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.476.439-20, nomeado em 12 de julho de 2022, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Função de Gestão Pública, símbolo FGP-7, com fundamento na alínea "a", do inciso I do Artigo 1º e item I do Anexo I, ambos da Lei Complementar nº 582 de 24 de fevereiro de 2025, a partir de 01 de outubro de 2026."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B61E85B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.245/2026

PORTARIA Nº 1.245/2026

Admite servidor para o provimento de emprego público municipal, em caráter temporário.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Edital n. º 80 de 08 de fevereiro de 2026, publicado no "Diário Oficial dos Municípios do Paraná" do dia 09 de julho de 2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, realizado em decorrência do Edital n.º 048/2026,

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 37, II, da Constituição Federal; e a Lei Complementar nº 432 de 25 de maio de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado,

R E S O L V E:

Art. 1º Admitir o servidor abaixo relacionado, para exercer o emprego público sob regime administrativo especial, por tempo determinado.

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS
40 HORAS SEMANAIS
Item 01
Nome: WAGNER ASSIS DE JESUS
Lotação: Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários
Admissão: 01/10/2026
RG/CPF: 056.098.699-86
Salário: R$ 3.058,14
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4676121F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMUARAMA-PR ATA 11/2026.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMUARAMA-PR

Ata 11/2026. Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, foi realizada, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos, sito à Avenida Presidente Castelo Branco, sob o nº 3370, salas 5 e 6, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, com início às oito horas e dezoito minutos, a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, sob a presidência da Presidente, Sra. Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima, com a presença de conselheiros(as) e convidados(as) conforme lista anexa. Verificada a existência de quórum regimental, a Presidente declarou aberta a reunião em segunda convocação e submeteu à apreciação do colegiado a pauta previamente encaminhada, a qual foi aprovada pela plenária, por unanimidade, conforme a seguinte ordem: **1) Apreciação e aprovação da Ata nº 10/2026; 2) Apresentação das Organizações da Sociedade Civil: a) Associação de Recuperação de Alcoólatras – ARA; b) Associação Vida e Solidariedade do Parque Industrial; 3) Apreciação e deliberação do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026-2029; 4) Apreciação e deliberação da minuta de Lei que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e a Conferência Municipal de Assistência Social; 5) Comissão de Cadastro e Fiscalização: a) Apreciação do parecer da Comissão e deliberação sobre o pedido de inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, executado pela Associação de Recuperação de Alcoólatras (ARA Parque Jabuticabeiras); 6) Comissão de Comunicação Articulação, Mobilização e Capacitação: a) Proposições de encaminhamentos das demandas decorrentes da Reunião Descentralizada do CMAS, realizada em junho, na Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Umuarama e Região – AMA; b) Alinhamento da capacitação destinada aos conselheiros do CMAS e à rede socioassistencial em setembro; 7) Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Serviços Socioassistenciais Governamentais – apreciação e deliberação dos Relatórios de Visita de Acompanhamento e Monitoramento referentes às seguintes unidades: a) Centro da Juventude Agnaldo Mackert Barbosa – CEJU; b) Central do Cadastro Único; c) Conselho Tutelar; 8) Ofício Circular nº 009/2026 – CEAS/PR – Informação sobre atrasos na análise de benefícios e precarização do atendimento digital e presencial do INSS: discussão e definição de estratégias para reforçar as orientações aos beneficiários e seus familiares quanto ao registro de reclamações nas ouvidorias oficiais do INSS e do MDS e, quando necessário, à busca por atendimento jurídico gratuito perante a Defensoria Pública da União (DPU), para a garantia de seus direitos; 9) Ofício Circular nº 010/2026 – CEAS/PR – Resolução CNAS nº 213/2025 – Parâmetros orientativos para a provisão de Benefícios Eventuais: discussão da normativa e avaliação das demandas específicas do município para definição, se necessária, dos encaminhamentos e articulações pertinentes; 10) Ofício Circular nº 011/2026 – CEAS/PR – Informação Técnica DGSUAS nº 040/2026 – Levantamento sobre os recursos do IGD nos municípios: apresentação e discussão da Informação Técnica e definição de estratégias para sua ampla divulgação; 11) Ofício n° 1071/2026/SNAS/DEFNAS/CGPC/CAPC-GND4 – Comunicação Processo n° 71000.069535/2022-67 – referente à prestação de contas pertinente à transferência relativa à Programação nº 412810420220009 cadastrada no SIGTV; 12) Avaliação do Plano de Ação do CMAS – 1º semestre de 2026; 13) Informes Gerais.** A Presidente Annie iniciou os trabalhos com o primeiro item em pauta: **1) Apreciação e aprovação da Ata nº 10/2026:** informou que a ata havia sido previamente disponibilizada aos conselheiros e consultou a plenária acerca da existência de sugestões ou correções. Não havendo manifestações, a matéria foi submetida à votação, sendo a Ata nº 10/2026 aprovada por unanimidade. **2) Apresentação das Organizações da Sociedade Civil: a) Associação de Recuperação de Alcoólatras – ARA:** com a palavra, a representante da OSC, assistente social Maria Rosa, realizou a apresentação institucional, informando que a ARA desenvolve ações de acolhimento e apoio a pessoas e famílias relacionadas ao uso abusivo de álcool, por meio de reuniões, espaços de convivência, compartilhamento de experiências e atividades voltadas ao fortalecimento dos participantes. Na sequência, apresentou vídeo com registros da trajetória e das atividades desenvolvidas pela instituição ao longo de seus cinquenta anos de atuação, destacando a participação de associados, profissionais, voluntários, famílias, parceiros e comunidade. Foram mencionadas ações destinadas a crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas, incluindo oficinas e atividades socioeducativas, acompanhamento social e psicológico, escuta, orientação, visitas domiciliares, encaminhamentos à rede, palestras, formações e momentos de integração com usuários e famílias. Quanto à manutenção das atividades, informou que a OSC conta com parcerias com o poder público, projetos, campanhas, promoções, doações e apoio da comunidade para custeio de alimentação, água, energia, manutenção do espaço físico e demais despesas, ressaltando as dificuldades relacionadas à disponibilidade de recursos humanos e financeiros e a permanente busca por novas parcerias e apoios. Destacou que, mesmo diante dessas dificuldades, a ARA permanece comprometida com seu propósito de apoiar, proteger, promover a recuperação, fortalecer vínculos e contribuir para a transformação de vidas. Ao final, Maria Rosa informou sobre atividade comemorativa que seria realizada pela OSC no dia seguinte, com entrega de medalhas a participantes com longo período de sobriedade, convidando os presentes a participarem e ressaltando as transformações vivenciadas pela instituição ao longo de sua trajetória. **b) Associação Vida e Solidariedade do Parque Industrial:** com a palavra, a Sra. Maria, Presidente da Associação, e a assistente social Karina relataram que a OSC iniciou suas atividades no ano de mil novecentos e noventa e sete, no Parque Industrial, a partir de iniciativa voluntária da Sra. Maria, que passou a oferecer alimentação, em sua própria residência, a famílias em situação de vulnerabilidade, dando origem ao Projeto da Sopa. A Presidente recordou que, à época, o território apresentava expressivas situações de vulnerabilidade e violência, o que dificultava inclusive a obtenção de doações, e relatou situações em que os alimentos recebidos pelas famílias eram utilizados para outras finalidades, permanecendo as crianças em situação de privação. Diante dessa realidade, o trabalho foi sendo estruturado com o apoio da comunidade e de parceiros, inicialmente sem recursos regulares ou subvenções. A assistente social Karina informou que, atualmente, a Associação atende mensalmente aproximadamente 80 (oitenta) a 120 (cento e vinte) crianças, por meio de oficinas de informática, artes marciais, musicalização, artesanato, entre outras atividades. Destacou, ainda, a continuidade da oferta de alimentação, iniciada com o Projeto da Sopa, sendo atualmente distribuídas aproximadamente 150 (cento e cinquenta) marmitas às famílias do território. A Sra. Maria ressaltou as transformações observadas no bairro ao longo da trajetória da instituição, bem como a permanência de necessidades significativas, especialmente relacionadas à alimentação e à proteção das crianças, e convidou os conselheiros a conhecerem presencialmente o trabalho desenvolvido e a realidade das famílias atendidas. Encerradas as apresentações, a Presidente Annie agradeceu às representantes das OSCs. **3) Apreciação e deliberação do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026-2029:** a conselheira e Secretária Municipal de Assistência Social, Maria Luisa, realizou a apresentação do documento, destacando que sua elaboração buscou contemplar os diferentes públicos, políticas e realidades que perpassam a assistência social no município. Inicialmente, apresentou a organização do Plano, a metodologia adotada em sua construção, os referenciais utilizados, a contextualização histórica da política de assistência social e o diagnóstico socioterritorial. Informou que o diagnóstico reúne dados referentes aos distritos e às áreas urbana e rural, população por faixa etária e sexo, renda, pessoas com deficiência, população migrante, escolaridade, estrutura urbana e Cadastro Único, além de mapas territoriais e indicadores relacionados às situações de pobreza, emergências e calamidades públicas. Na sequência, abordou a estruturação da política de assistência social no município, a evolução histórica dos serviços, a localização territorial das unidades, os CRAS, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e as Organizações da Sociedade Civil, bem como dados de atendimento e outras informações destinadas a evidenciar as potencialidades, necessidades e fragilidades identificadas. Quanto aos objetivos e metas, destacou a organização do planejamento ao longo do

quadriênio, possibilitando o acompanhamento progressivo de sua execução até dois mil e vinte e nove, observada a disponibilidade orçamentária da política de assistência social. Ressaltou que as prioridades e os valores previstos devem guardar compatibilidade com o orçamento municipal e com a disponibilidade de recursos destinados à política. Foram exibidas, ainda, fotografias e registros do processo de construção do Plano, evidenciando a participação de trabalhadores e demais atores envolvidos. Ao final da apresentação, os conselheiros manifestaram avaliação positiva quanto à abrangência do diagnóstico, à organização e ao conteúdo do documento. Não havendo questionamentos, a Presidente Annie submeteu o PMAS 2026-2029 à votação, sendo aprovado pela plenária. **4) Apreciação e deliberação da minuta de Lei que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e a Conferência Municipal de Assistência Social:** o Vice-Presidente Rogério informou que a minuta havia sido previamente disponibilizada aos conselheiros para leitura e contribuições, registrando que as alterações realizadas após a versão anteriormente aprovada foram pontuais e decorreram, especialmente, das reflexões promovidas durante a capacitação do Conselho. Destacou, entre as modificações, a proposta de adequação da composição do CMAS, com a redução do número de membros de 48 (quarenta e oito) para 36 (trinta e seis); ajustes na organização da Mesa Diretora; disposições relativas à vacância e à substituição de membros; adequações quanto à titularidade e à forma de convocação; e revisão dos dispositivos referentes ao Fundo Municipal de Assistência Social, de modo a distinguir as atribuições do Conselho das competências de gestão e gerenciamento do Fundo pelo órgão gestor. Ressaltou que a lei estabelece a estrutura geral de organização e funcionamento, cabendo ao Regimento Interno disciplinar, de forma mais detalhada, os procedimentos e a dinâmica de funcionamento do Conselho. A Presidente Annie relembrou que a minuta já havia sido analisada pela Comissão e aprovada anteriormente, mas retornou à apreciação em razão da identificação, após a capacitação, de pontos que demandavam ajustes, inclusive quanto ao quantitativo de conselheiros e à efetividade da atuação do colegiado. Não havendo destaques, a minuta de Lei foi submetida à votação, sendo aprovada pela plenária. **5) Comissão de Cadastro e Fiscalização: a) Apreciação do parecer da Comissão e deliberação sobre o pedido de inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, executado pela Associação de Recuperação de Alcoólatras (ARA Parque Jabuticabeiras):** o Vice-Presidente Rogério apresentou o parecer da Comissão referente ao pedido de inscrição do SCFV, informando que a análise do Plano de Trabalho e a visita institucional evidenciaram aspectos que não permitiram caracterizar a oferta, na forma apresentada e executada, como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Entre os principais apontamentos, destacaram-se a ausência de definição adequada do público socioassistencial e de critérios objetivos para identificação das situações de vulnerabilidade; a insuficiente definição da equipe de referência e das atribuições relacionadas ao acompanhamento dos usuários; fragilidades na metodologia; insuficiente demonstração do referenciamento ao CRAS e da articulação com o PAIF; inconsistências quanto à territorialidade; e ausência de demonstração das aquisições, seguranças socioassistenciais, formas de acompanhamento e avaliação próprias do SCFV. Registrou-se, ainda, que as atividades apresentadas e observadas estavam predominantemente direcionadas à abordagem do uso de álcool, à manutenção da sobriedade, ao apoio emocional, ao atendimento psicológico e às práticas de espiritualidade, não sendo identificada correspondência suficiente com os objetivos e a metodologia estabelecidos para o SCFV. A Comissão ressaltou que tais apontamentos não constituem juízo sobre a relevância social, comunitária ou religiosa das ações desenvolvidas pela entidade, restringindo-se à análise de sua conformidade com as normativas do SUAS. Diante disso, concluiu pelo indeferimento do pedido de inscrição, com arquivamento do processo e comunicação formal à entidade acerca dos fundamentos da decisão. Não havendo questionamentos, a Presidente submeteu o parecer à votação, sendo aprovado pela plenária, restando, consequentemente, indeferido o pedido de inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV apresentado pela Associação de Recuperação de Alcoólatras – ARA Parque Jabuticabeiras. **6) Comissão de Comunicação Articulação, Mobilização e Capacitação: a) Proposições de encaminhamentos das demandas decorrentes da Reunião Descentralizada do CMAS, realizada em junho, na Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Umuarama e Região – AMA:** a Presidente Annie contextualizou que, durante a reunião descentralizada realizada na AMA, familiares de usuários apresentaram diversas demandas relacionadas à garantia de direitos e ao atendimento das pessoas autistas. Informou que a Comissão analisou os apontamentos e elaborou minutas de ofícios aos órgãos competentes, previamente disponibilizadas aos conselheiros, com a finalidade de dar conhecimento às instâncias responsáveis e fomentar as discussões e providências cabíveis. Foram mencionados encaminhamentos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, especialmente quanto a situações relacionadas ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, acesso a direitos e fragilidades percebidas nos atendimentos; ao Conselho Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Educação, quanto às demandas relativas ao atendimento escolar, manejo das situações e necessidade de aprimoramento do suporte oferecido às crianças; ao Conselho Municipal de Saúde, diante das questões relacionadas à troca de profissionais, demora nos atendimentos, medicações, filas de espera e acesso às terapias; e ao Núcleo Regional de Educação, quanto à continuidade do atendimento e suporte na transição dos estudantes da rede municipal para a rede estadual. A Presidente ressaltou que os encaminhamentos permitiriam que as demandas fossem discutidas nos espaços institucionais competentes. Após manifestações sobre a relevância da escuta realizada na AMA e a necessidade de fortalecimento dos atendimentos, as minutas e respectivos encaminhamentos foram submetidos à votação e aprovados pela plenária. **b) Alinhamento da capacitação destinada aos conselheiros do CMAS e à rede socioassistencial em setembro:** a Presidente Annie informou que estavam programados dois momentos de capacitação, nos dias onze e dezoito de setembro, na Unipar Campus III, tendo a Comissão realizado alinhamento prévio com as convidadas responsáveis pela condução das atividades, as professoras Fernanda Velasquez e Débora Baggio, acerca das temáticas a serem trabalhadas. Registrou-se que os conteúdos foram definidos a partir das necessidades identificadas pelo Conselho, envolvendo aspectos relacionados aos direitos humanos e sua interface com o atendimento socioassistencial. A conselheira Kethyner informou que, em reunião realizada no dia anterior com as convidadas, foi destacada a necessidade de estimar o número de participantes para a organização da metodologia e do espaço, tendo sido inicialmente considerada a participação de aproximadamente cinquenta pessoas, quantitativo a ser confirmado em articulação com o órgão gestor da assistência social e com as OSCs, considerando a participação dos trabalhadores governamentais, da sociedade civil e dos membros do CMAS. Relembrou que a capacitação decorre de necessidade já identificada pelo próprio Conselho e vem sendo planejada desde o ano anterior, dando continuidade ao processo formativo realizado no primeiro semestre. Informou que os novos módulos abordarão temas relacionados aos Direitos Humanos, LGPD, sigilo profissional, garantia de direitos, humanização no atendimento, escuta qualificada, acolhimento, ética e respeito à diversidade. A Presidente ressaltou a importância da participação dos conselheiros e solicitou que reservassem as datas em suas agendas, registrando-se que a realização da capacitação já havia sido anteriormente aprovada, razão pela qual o item teve caráter de alinhamento e informação, sem necessidade de nova deliberação. **7) Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Serviços Socioassistenciais Governamentais – apreciação e deliberação dos Relatórios de Visita de Acompanhamento e Monitoramento referentes às seguintes unidades:** a conselheira Patrícia apresentou os apontamentos realizados pela Comissão e os encaminhamentos propostos nos três relatórios submetidos à apreciação do colegiado, referentes às seguintes unidades: **a) Centro da Juventude Agnaldo Mackert Barbosa – CEJU:** quanto ao CEJU, informou que a Comissão, ao confrontar as normativas aplicáveis com a realidade observada, avaliou que o equipamento, dentro de suas limitações, oferta atendimento de qualidade aos usuários, porém identificou adequações necessárias. Entre os apontamentos, registrou-se a necessidade de revisão da compatibilidade do Centro da Juventude com sua identificação como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV no âmbito da Política de Assistência Social. Caso

mantida essa referência, indicou-se a adequação do público-alvo, de modo a contemplar as faixas etárias previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, bem como a regularização da equipe técnica, com profissionais de Psicologia e Serviço Social, para a realização dos atendimentos e acompanhamentos necessários à execução do SCFV. Na impossibilidade de contratação imediata, recomendou-se o planejamento e a implementação de atendimento e acompanhamento semanal no espaço do CEJU pelos técnicos de referência dos CRAS, a fim de favorecer a estruturação e a oferta contínua do SCFV no âmbito da Proteção Social Básica. A Comissão recomendou, ainda, o encaminhamento do relatório à Secretaria Municipal de Assistência Social, para conhecimento e adoção, em caráter prioritário e no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da comunicação oficial, das medidas necessárias ao ajustamento do serviço, com previsão de nova visita técnica e, em caso de inércia, encaminhamento aos órgãos competentes. Não havendo manifestações, o relatório foi submetido à votação e aprovado pela plenária. **b) Central do Cadastro Único:** em relação à Central do Cadastro Único, informou que a Comissão avaliou que o equipamento, dentro de suas limitações, oferta atendimento de qualidade, porém necessita de regularização da equipe técnica, de modo a assegurar quantitativo suficiente de profissionais para atendimento da expressiva demanda. O relatório mencionava dados da Vigilância Socioassistencial referentes a 40.718 (quarenta mil, setecentas e dezoito) pessoas no ano anterior. A partir de questionamento, foi retomado trecho no qual a coordenação da unidade apontou a necessidade de ampliação da equipe, incluindo entrevistadores, estagiários, equipe destinada às entrevistas domiciliares e profissional de nível superior em Serviço Social para suporte, registrando-se que a exigência relativa a este último encontrava-se temporariamente suspensa pela Portaria MDS nº 1.199/2026. Durante a discussão, foram levantadas dúvidas quanto à interpretação do quantitativo mencionado no relatório. A coordenadora da Vigilância Socioassistencial, Janaína, informou que o número de 40.718 (quarenta mil, setecentas e dezoito) corresponde às pessoas cadastradas, enquanto a unidade atende, em média, 800 (oitocentas) famílias por mês, conforme registrado no próprio relatório. Diante dos apontamentos, a Diretora de Assistência Social, Caroline, informou que a Secretaria Municipal de Assistência Social poderia encaminhar manifestação em resposta ao relatório, apresentando as informações pertinentes. A Comissão recomendou o encaminhamento do documento à Secretaria Municipal de Assistência Social para conhecimento e adoção, em caráter prioritário e no prazo de 60 (sessenta) dias, das medidas necessárias ao ajustamento do serviço, com previsão de nova visita técnica e, em caso de inércia, encaminhamento aos órgãos competentes. Encerradas as manifestações, o relatório foi submetido à votação e aprovado pela plenária. **c) Conselho Tutelar:** quanto ao Conselho Tutelar, informou que a Comissão avaliou que o equipamento, dentro de suas limitações, presta atendimento de qualidade, apontando a necessidade de implantação de mais uma unidade no município, considerando o parâmetro de um Conselho Tutelar para cada 100.000 (cem mil) habitantes previsto na Resolução CONANDA nº 231/2022. Na impossibilidade de implantação imediata, o relatório indicava a ampliação do número de conselheiros da estrutura atual, visando favorecer o atendimento da demanda e o desenvolvimento das atribuições do órgão. Durante a apreciação, o Vice-Presidente Rogério questionou a competência do CMAS para o acompanhamento do Conselho Tutelar, considerando que este não integra a Política de Assistência Social, embora esteja administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social. A Diretora de Assistência Social, Caroline, pontuou que essa vinculação não altera a natureza e a autonomia do Conselho Tutelar, sendo também mencionadas as atribuições do CMDCA na matéria. Diante da discussão, foi proposta a alteração do encaminhamento final do relatório, substituindo seu direcionamento à Secretaria Municipal de Assistência Social pelo encaminhamento ao CMDCA, para conhecimento, acompanhamento e providências cabíveis no âmbito de suas atribuições. A alteração foi submetida à votação e aprovada pela plenária, restando o relatório aprovado com a adequação do encaminhamento final. **8) Ofício Circular nº 009/2026 – CEAS/PR – Informação sobre atrasos na análise de benefícios e precarização do atendimento digital e presencial do INSS: discussão e definição de estratégias para reforçar as orientações aos beneficiários e seus familiares quanto ao registro de reclamações nas ouvidorias oficiais do INSS e do MDS e, quando necessário, à busca por atendimento jurídico gratuito perante a Defensoria Pública da União (DPU), para a garantia de seus direitos:** a Presidente Annie informou que o documento orientava os Conselhos Municipais a reforçarem, junto aos beneficiários e seus familiares, as informações sobre os canais disponíveis para registro de reclamações nas ouvidorias oficiais do INSS e do MDS e, quando necessário, para acesso ao atendimento jurídico gratuito perante a Defensoria Pública da União – DPU. A plenária discutiu as dificuldades práticas para que o CMAS realizasse divulgação direta junto ao público, considerando a abrangência nacional da problemática, sendo relatadas dificuldades de atendimento, baixa resolutividade e limitações dos canais existentes. O Vice-Presidente Rogério propôs responder ao CEAS/PR, registrando que as unidades da Política de Assistência Social já realizam, sempre que possível, orientações às famílias quanto aos canais disponíveis, e sugerindo que a questão seja levada à Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Único de Assistência Social – CIT SUAS, para discussão em âmbito nacional. Não havendo outras propostas, o encaminhamento foi submetido à votação e aprovado pela plenária. **9) Ofício Circular nº 010/2026 – CEAS/PR – Resolução CNAS nº 213/2025 – Parâmetros orientativos para a provisão de Benefícios Eventuais: discussão da normativa e avaliação das demandas específicas do município para definição, se necessária, dos encaminhamentos e articulações pertinentes:** a Presidente Annie apresentou a orientação do CEAS/PR para que os Conselhos Municipais avaliem as demandas específicas de seus territórios e, quando identificada a necessidade de suporte ou alinhamento, articulem com os Escritórios Regionais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família a realização de encontros regionalizados. A Secretária Executiva Gláucia informou que o Município de Umuarama possui legislação própria sobre Benefícios Eventuais, destacando, contudo, a necessidade de sua atualização à luz da Resolução CNAS nº 213/2025, inclusive quanto à atribuição do CMAS de estabelecer os prazos máximos para concessão e efetivação dos benefícios pelo órgão gestor. Pontuou, ainda, que a revisão das regulamentações municipais deverá ser concluída até o final de outubro. Foi sugerido que a Comissão Temporária de Revisão da Lei e Regimento Interno do CMAS analise a matéria em conjunto com o órgão gestor, contemplando a atualização da lei municipal e, posteriormente, a elaboração de resolução do CMAS acerca dos prazos. A Presidente propôs o encaminhamento do Ofício e da Resolução à referida Comissão para análise e adoção das providências necessárias, observado o prazo mencionado. Não havendo outras manifestações, a proposta foi submetida à votação e aprovada pela plenária. **10) Ofício Circular nº 011/2026 – CEAS/PR – Informação Técnica DGSUAS nº 040/2026 – Levantamento sobre os recursos do IGD nos municípios: apresentação e discussão da Informação Técnica e definição de estratégias para sua ampla divulgação:** a Presidente informou que o CEAS/PR solicitou ampla divulgação da Informação Técnica e inclusão da temática nas pautas dos Conselhos Municipais. Considerando que o CMAS possui comissões com atribuições relacionadas ao Fundo Municipal de Assistência Social e ao controle social do Programa Bolsa Família, sugeriu que ambas realizassem análise conjunta do documento e apresentassem posteriormente ao colegiado informações e encaminhamentos pertinentes. A proposta foi submetida à votação e aprovada pela plenária. **11) Ofício n° 1071/2026/SNAS/DEFNAS/CGPC/CAPC-GND4 – Comunicação Processo n° 71000.069535/2022-67 – referente à prestação de contas pertinente à transferência relativa à Programação nº 412810420220009 cadastrada no SIGTV:** com a palavra, a Diretora de Assistência Social, Caroline, informou que houve devolução de valores de emenda parlamentar não executados dentro do prazo, tendo o órgão federal solicitado documentação fiscal para verificação do cumprimento do objeto. Informou que o órgão gestor já havia solicitado as respectivas notas fiscais ao setor de contabilidade da Prefeitura para encaminhamento ao Fundo Nacional de Assistência Social, comprometendo-se a disponibilizar cópia ao CMAS para análise. A Presidente Annie destacou a atribuição do Conselho no acompanhamento das emendas e aquisições submetidas ao controle social. Caroline explicou que os recursos classificados como GND3 destinam-se ao custeio, enquanto os classificados como GND4 são destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes,

cabendo, nesse último caso, a apreciação pelo CMAS dos itens a serem adquiridos e o posterior acompanhamento da prestação de contas. Ressaltou-se, ainda, a importância de as comissões terem acesso às normativas atualizadas sobre a matéria. Após discussão, a Presidente propôs formalizar o encaminhamento de cópia do Ofício nº 1071/2026/SNAS/DEFNAS/CGPC/ CAPC-GND4, à Secretaria Municipal de Assistência Social, para conhecimento e adoção das providências cabíveis, solicitando que o Conselho seja informado acerca dos encaminhamentos realizados e, paralelamente, encaminhar a matéria à Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social e à Comissão Temporária de Revisão da Lei, para estudo e elaboração de proposta de regulamentação, por meio de resolução do CMAS, dos procedimentos de acompanhamento e monitoramento das emendas, de modo a estabelecer padrão institucional. Ambas as propostas foram submetidas à votação e aprovadas pela plenária, por unanimidade. **12) Avaliação do Plano de Ação do CMAS – 1º semestre de 2026:** a Presidente Annie contextualizou que se tratava da primeira avaliação semestral do Plano de Ação elaborado pelo Conselho, instrumento destinado a permitir o acompanhamento periódico das ações previstas, identificando o que foi executado, o que se encontra em andamento e as pendências a serem retomadas. A Secretária Executiva Gláucia apresentou quadro demonstrativo com legenda por cores, a fim de facilitar a visualização do status das ações, distinguindo-as entre concluídas/cumpridas; em execução ou de caráter contínuo; parcialmente cumpridas ou prorrogadas; não aplicáveis ao período ou programadas para o segundo semestre; e não cumpridas. Durante a apresentação, foram mencionadas, entre outras, a participação das Organizações da Sociedade Civil nas reuniões do Conselho; a revisão da legislação do CMAS, cujo prazo inicialmente previsto não foi integralmente cumprido em razão da necessidade de nova análise após a capacitação; as pendências relacionadas às prestações de contas, em razão da transição dos sistemas federais; a elaboração e aprovação do PMAS 2026-2029, cujo cronograma sofreu prorrogação; as ações de fiscalização e monitoramento dos serviços e OSCs; o acompanhamento de recursos e saldos; as ações de educação permanente e capacitação dos conselheiros; o acompanhamento de editais e chamamentos; a atuação das comissões; e as demais ações previstas para continuidade no segundo semestre. A Presidente destacou que o instrumento deve ser consultado periodicamente pelas comissões, para que acompanhem os prazos e as providências sob sua responsabilidade, reforçando a importância da participação dos membros nas respectivas reuniões para o cumprimento do planejamento. O Vice-Presidente Rogério registrou reconhecimento ao trabalho da Secretária Executiva na elaboração do instrumento, destacando sua organização e seu caráter didático para o monitoramento das ações. A plenária tomou conhecimento da avaliação apresentada, ficando registrado que o acompanhamento terá continuidade no segundo semestre, não sendo indicada a necessidade de edição de resolução específica para o ato. **13) Informes Gerais:** a Secretária Executiva Gláucia apresentou os seguintes comunicados encaminhados aos conselheiros via e-mail: Ofício Circular nº 012/2026 do CEAS/PR referente à Reunião Regional Sul, programada para os dias 27 e 28 de agosto de 2026, em formato on-line, destacando a importância da participação dos conselheiros municipais e Secretarias Executivas, e informando que a Mesa Diretora e a Secretaria Executiva já haviam realizado inscrição; Ofício Circular nº 015/2026 do CEAS/PR, referente à Portaria MDS nº 1.199/2026 que altera os prazos para a obrigatoriedade de cadastramento domiciliar para famílias unipessoais, documento já encaminhado pela Presidência à Comissão de Controle Social do Programa Bolsa Família para análise; Ofício Circular nº 014/2026 do CEAS/PR, relativo à Lei nº 12.317/2010 e à jornada de trabalho de assistentes sociais, fixada em trinta horas semanais, encaminhado à Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Serviços Socioassistenciais Governamentais; Nota Técnica Conjunta SEDEF/PARANACIDADE nº 001/2026 referente às orientações quanto a formalização de instrumentos, medições de obras e realização de repasses financeiros aos município durante o período eleitoral; resposta da 4ª Promotoria de Justiça ao ofício nº 43/2026/CMAS, acerca da solicitação de informações relacionadas a Ação Civil Pública para realização de concurso público para a Assistência Social e implantação de um novo CRAS em Umuarama, informando que a referida Ação Civil Pública foi autuada sob o nº 0013178-87.2025.8.16.0173 e pode ser consultada no sistema PROJUDI, ficando a plenária ciente; divulgação de reuniões on-line de Apoio Técnico, da Secretaria Nacional de Assistência Social, realizadas durante o mês de agosto, voltadas à preparação do SUAS para fenômenos naturais; Ofício 88/2026 do Grupo União pela Vida convidando para o 1º Seminário de Educação Popular Itinerante em Saúde Pública e Preventiva, realizado em 12 de agosto e convite para o encontro Julho das Pretas, realizado em 25 de julho; Diagnóstico Municipal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos elaborado pela Vigilância Socioassistencial; comunicado do Centro de Integração Social Bem-Viver acerca de férias coletivas no período de 20 a 29 de julho; e reforço da divulgação do Fórum de Controle Social, com próxima etapa prevista para 20 de agosto, em Paranavaí, para a qual já haviam sido designados quatro conselheiros. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada às dez horas e quarenta minutos, da qual eu, Gláucia Yamamoto Moreno de Freitas, Secretária Executiva deste Conselho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, pela Presidente Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima e pelos conselheiros presentes, sendo anexada a lista de presença.

ANNIE CRISTINY L. DE ARAUJO DE LIMA –
Presidente

ROGÉRIO ANGELO DA SILVA –
Vice- Presidente

GLÁUCIA Y. M. DE FREITAS –
Secretária Executiva

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO

JULIANA MANDUCA JANUÁRIO CATARIN

ALLANA CARLA GARCIA DOS SANTOS GRANADOS

ELAINE CRISTINA FLORIAN

CLEUDIMAR GUIJO PONCE RISSATO

PATRICIA KARLA DA SILVA MANTOVI

NATHÁLIA SILVA DE OLIVEIRA SOUZA

ROBERTO DE OLIVEIRA MEDA

ROSEMERI BERTA SZEZERBATZ AUGUSTO

ELENA TRIGO DA SILVA

NINA CASTILLO FERNANDEZ DE SANTANA

SEBASTIANA RUIZ GARCIA

KETHYNER RENATA RAMOS LESSE

CLAUDIO ALVES JUNIOR

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:0F847E4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 29, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Av. Pres. Castelo Branco, nº 3370, salas 5 e 6 CEP: 87503-200 Umuarama-PR
Fones: (44) 3906-1019 / 3906-1092 Celular: (44) 98457-1109
E-mail: cmas@umuarama.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 29, de 24 de setembro de 2026

Súmula: Dispõe sobre a aprovação da Proposta de Lei Orçamentária Anual da Assistência Social –

PLOA/SUAS, referente ao exercício de 2027, e estabelece recomendações.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Umuarama – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e suas alterações, a Lei Municipal nº 4.081, de 25 de maio de 2015, e suas alterações, e o seu Regimento Interno, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 85, inciso I, da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, que atribui aos Conselhos de Assistência Social o controle e a fiscalização dos Fundos de Assistência Social, mediante, entre outras atribuições, a aprovação da proposta orçamentária;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 25, de 12 de julho de 2018, que dispõe sobre a forma de acompanhamento da elaboração da Proposta Orçamentária para a Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Proposta de Lei Orçamentária Anual da Assistência Social – PLOA/SUAS, referente ao exercício de 2027, apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, emitido em 22 de setembro de 2026, favorável à aprovação da PLOA/SUAS para o exercício de 2027, com recomendações destinadas à estruturação e ao fortalecimento da rede socioassistencial do Município;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMAS em Reunião Extraordinária realizada em 24 de setembro de 2026, convocada, entre outras matérias, especificamente para apreciação e deliberação da Proposta de Lei Orçamentária Anual da Assistência Social referente ao exercício de 2027;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Proposta de Lei Orçamentária Anual da Assistência Social – PLOA/SUAS, referente ao exercício de 2027, apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Umuarama, destinada ao financiamento, manutenção e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como das demais ações necessárias à operacionalização da Política Municipal de Assistência Social e à gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no valor global estimado de R$ 30.556.622,64 (trinta milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos), conforme distribuição orçamentária a seguir:

ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$	13.790.800,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$	12.207.064,90
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	R$	3.310.561,28
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	R$	170.622,14
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	R$	605.119,65
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	R$	400.754.67
FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO À IGUALDADE RACIAL	R$	71.700,00
TOTAL ORÇAMENTO 2027	**R$**	**30.556.622,64**

Art. 2º Recomendar ao Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social e à Administração Municipal a adoção das providências necessárias para o atendimento dos seguintes aspectos estruturantes, conforme apontado no Parecer da Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – implantação do 4º Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, considerando a necessidade de ampliação da cobertura territorial e do atendimento às famílias e indivíduos referenciados à Proteção Social Básica, observados os parâmetros e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

II – recomposição e ampliação das equipes de referência, considerando que houve recomposição parcial mediante contratação de profissionais por Processo Seletivo Simplificado – PSS, permanecendo a necessidade de realização de concurso público para provimento dos cargos necessários à adequada composição das equipes, observadas as normativas aplicáveis à gestão do trabalho no SUAS, de modo a assegurar continuidade, estabilidade e qualidade na oferta dos serviços socioassistenciais;

III – implantação de Unidade de Centro-Dia, destinada à execução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Art. 3º O CMAS acompanhará, no exercício de suas atribuições de deliberação, fiscalização e controle social, as recomendações previstas no art. 2º desta Resolução, especialmente quanto à previsão e à execução dos recursos orçamentários necessários à estruturação e ao fortalecimento da rede socioassistencial do Município.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama-PR, 24 de setembro de 2026.

ANNIE CRISTINY LOPES DE ARAUJO DE LIMA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:34C97C8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 1.246/2026

PORTARIA Nº 1.246/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e designa seus membros.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.987, de 24 de julho de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização no Município de Umuarama;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, inciso X e parágrafo único, da Lei Municipal nº 4.987/2026, que prevê a criação do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização por meio de ato específico;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégica das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, conforme estabelece o art. 9º da Lei Municipal nº 4.987/2026;

R E S O L V E :

Art. 1º Instituir o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização**, com a finalidade de contribuir para o planejamento, a articulação, o acompanhamento, o monitoramento e o fortalecimento das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º Designar os seguintes membros para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:

I – representantes dos professores da Educação Infantil, atuantes nas turmas de Infantil 4 e 5:
a) Loana Pereira de Souza
b) Sirlei de Souza Antunes

II – representantes dos professores das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental:
a) Mayara Ferreira Duarte;
b) Márcia Regina Silva.

III – representantes da equipe pedagógica da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação:
a) Fátima Regina dos Santos Silva
b) Patrícia Karla da Silva Mantovi

IV – representantes da equipe pedagógica de Língua Portuguesa e Matemática do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação:
a) Patrícia de Araújo Abucarma Stevanato
b) Mariana Salesse Salgado

V – representantes do Conselho Municipal de Educação de Umuarama:
a) Cláudia Regina Ramos Pietchaki

b) Wilson Miranda de Freitas

Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:

I – contribuir para o planejamento e a implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização;

II – acompanhar e monitorar as ações destinadas à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

III – analisar os resultados das avaliações de aprendizagem e propor ações de intervenção e recomposição das aprendizagens;

IV – colaborar com a definição de orientações, estratégias, indicadores e metas relacionadas à alfabetização;

V – contribuir para a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;

VI – apoiar a realização de ações formativas destinadas aos professores, gestores e equipes pedagógicas;

VII – incentivar o compartilhamento de experiências e a disseminação de práticas pedagógicas e de gestão consideradas exitosas;

VIII – propor medidas para o enfrentamento das desigualdades educacionais e para a garantia da equidade no processo de alfabetização;

IX – acompanhar a execução das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização; e

X – elaborar e aprovar seu regimento próprio.

Art. 4º O Comitê desenvolverá suas atividades em consonância com a Política Municipal de Alfabetização, sob a orientação e o apoio da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º A organização, o funcionamento, a periodicidade das reuniões, as atribuições específicas dos membros e os procedimentos para deliberação serão definidos em regimento próprio.

Art. 6º O Comitê poderá convidar profissionais, representantes de instituições e especialistas para participar de reuniões ou contribuir tecnicamente com temas específicos, sem direito a voto.

Art. 7º A participação no Comitê será considerada atividade de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 8º Os membros poderão ser substituídos mediante solicitação formal do órgão, setor ou segmento representado, ficando a nova designação condicionada à publicação de ato próprio.

Art. 9º Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições da Lei Municipal nº 4.987/2026 e das demais normas aplicáveis.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4E11E3D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O **Município de Umuarama,** por meio da **Secretaria Municipal de Saúde,** torna de conhecimento público o interesse em formalizar parceria com a **Associação Desafio Jovem Canaã - ADEJOC,** situada na Rua Desembargador Lauro Lopes, Nº3550, Zona I, CEP: 87.501-210, na cidade de Umuarama - Paraná, inscrita no CNPJ nº 80.901.838/0001-95, **com vistas ao atendimento do interesse público.**

I - OBJETO:

Repasse financeiro de emendas impositivas para aprimoramento das condições físicas e estruturais do serviço residencial terapêutico de caráter transitório fornecido pela organização através da construção de novos quartos e banheiros na unidade.

II - OBJETIVO GERAL:

Garantir a prestação de serviços mais eficazes e qualificados por meio de melhorias estruturais na instituição, contribuindo assim para o aperfeiçoamento do atendimento, o acolhimento, a recuperação, a reinserção social e uma vida mais plena, digna e segura para os residentes.

III - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Contratar empresa especializada, mediante regime de empreitada global, para executar integralmente a construção de 02 (dois) dormitórios e 02 (dois) banheiros, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, descarte de resíduos, encargos e demais recursos necessários à execução e conclusão da obra, de acordo com o projeto aprovado, memorial descritivo, normas técnicas aplicáveis e orientações do responsável técnico. A empresa contratada será responsável por todas as etapas e providências necessárias à execução da construção, desde a preparação do local até a entrega definitiva da obra, incluindo, sem se limitar a:

Providências iniciais e preparação do local: mobilização da equipe, organização e instalação do canteiro de obras, limpeza e preparação do terreno, instalação de tapumes e demais medidas necessárias à segurança e organização da obra.

Projeto, locação e implantação: execução da locação da obra conforme projeto aprovado, com transferência das medidas, eixos, recuos, alinhamentos e demais referências para o terreno, mediante utilização de gabarito adequado. Caberá ao responsável técnico da contratada conferir previamente as dimensões, níveis, alinhamentos, ângulos e demais condições existentes no local, comunicando formalmente qualquer incompatibilidade identificada antes do início da execução.

Fundações e infraestrutura: execução das escavações, fundações, sapatas, blocos, vigas baldrames e demais elementos previstos em projeto, incluindo armação, concretagem, nivelamento e impermeabilização da base.

Estrutura e alvenaria: execução dos elementos estruturais previstos em projeto, incluindo pilares, vigas, vergas, contravergas e demais componentes necessários, bem como assentamento de blocos cerâmicos ou tijolos, respeitando os alinhamentos, níveis e dimensões estabelecidos.

Cobertura: execução completa da cobertura, incluindo estrutura de madeira ou metálica, telhamento, arremates e demais componentes necessários à adequada proteção da edificação. **Instalações hidráulicas e sanitárias:** execução completa das redes de água fria, esgoto e demais instalações hidráulicas previstas, utilizando materiais adequados e compatíveis com o projeto, incluindo pontos destinados a vasos sanitários, lavatórios, chuveiros e demais equipamentos. Deverão ser realizados testes de estanqueidade e funcionamento antes do fechamento das instalações.

Instalações elétricas: execução completa das instalações elétricas, incluindo caixas, eletrodutos, fiação, tomadas, interruptores, pontos de iluminação, quadro de distribuição, dispositivos de proteção e demais componentes previstos no projeto, com realização dos testes necessários para verificação do funcionamento e segurança da instalação. **Revestimentos e impermeabilização:** execução de chapisco, emboço e reboco nas áreas previstas, bem como impermeabilização das áreas molhadas, especialmente dos banheiros, observando os procedimentos técnicos necessários para evitar infiltrações e patologias construtivas.

Pisos e revestimentos cerâmicos: execução de contrapiso e assentamento dos revestimentos de piso e parede previstos para os banheiros, incluindo rejuntamento, nivelamento e acabamento adequado.

Limpeza, desmobilização e entrega: retirada de entulhos, resíduos, materiais excedentes e equipamentos, limpeza geral das áreas internas e externas afetadas pela obra, desmobilização do canteiro e entrega da edificação em condições adequadas de utilização.

Responsabilidade técnica e acompanhamento: a contratada deverá manter responsável técnico habilitado pela execução da obra, incluindo o acompanhamento técnico, conferência dos serviços executados, observância das normas técnicas aplicáveis e emissão dos documentos de responsabilidade técnica exigíveis.

Correção de inconformidades: quaisquer serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou padrões de qualidade deverão ser corrigidos pela contratada, sem prejuízo dos prazos e obrigações assumidos.

IV - REFERÊNCIA: Formalização da Parceria e Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração.

V - TIPO DE PARCERIA: Termo de Colaboração.
VI - BASE LEGAL: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14, art. 36, inciso II, do Decreto Municipal nº. 108/2017, Lei Municipal nº 4.928 e Lei Municipal nº 4.929, ambas de 12 de dezembro de 2025.
VII - VIGÊNCIA: a parceria terá sua vigência por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do Termo de Colaboração em Diário Oficial do Município.
VIII - VALOR TOTAL DA PARCERIA: R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).
IX - FONTE DE FINANCIAMENTO:
Devidamente autorizada pela Lei Orçamentária Anual Nº4.929/2025, aprovada através da Lei nº 4.928 de 12 de dezembro de 2025 e publicada em 16 de dezembro de 2025, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse a título de emenda impositiva para a **Associação Desafio Jovem Canaã - ADEJOC de Umuarama.**
X - DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO:
Considerando que, a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, estabelecem o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as suas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos inseridos no Termo de Colaboração;
Considerando que, em atendimento ao art. 31, inciso II, da Lei Federal n.º 13.019/2014, a parceria e/ou a transferência de recursos encontra-se **devidamente autorizada através da LOA Nº4.929/2025, aprovada pela Lei nº 4.928, de 12 de dezembro de 2025, e publicada em 23 de dezembro de 2025,** que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro a **Associação Desafio Jovem Canaã - ADEJOC,** denominada Organização da Sociedade Civil - OSC, garantida também pelo art. 36, inciso II, do Decreto Municipal nº. 108/2017;
Considerando que, precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder a dispensa ou inexigibilidade para tanto;
Considerando que a presente formalização de parceria, por meio de Inexigibilidade de Chamamento Público, foi plenamente justificável pela inviabilidade de competição, visto o recurso ser destinado através de emenda impositiva, a qual indica expressamente a entidade beneficiária e o objeto a ser executado, respeitando assim os fundamentos legais estabelecidos pelo art. 31, inciso II, da Lei Federal n.º 13.019/14, e o art. 36, inciso II, do Decreto Municipal nº. 108/2017;
Considerando que observaram-se todos os demais requisitos legais, administrativos, técnicos e de prestação de contas previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal regulamentador e nas orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
Considerando que as emendas impositivas, ferramenta que regulamentou o valor que será repassado para a Associação Desafio Jovem Canaã, são alterações no orçamento do Município para o ano seguinte feitas pelos Vereadores, e que, o orçamento Impositivo é o instrumento pelo qual os vereadores têm espaço para apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual, indicando recursos do Município para determinadas obras, projetos ou instituições de seu interesse;
Considerando que as demais disposições da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, assim como o Decreto Municipal nº 108/2017, foram rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com a **Associação Desafio Jovem Canaã - ADEJOC,** e que tal setor também providenciou toda a documentação necessária para firmar o Termo de Colaboração, **devidamente autorizado através da LOA Nº4.929/2025, aprovada pela Lei nº 4.928 de 12 de dezembro de 2025, e publicada em 23 de dezembro de 2025**, situação que caracteriza e motiva a inexigibilidade de Chamamento Público pela indicação de Emenda Parlamentar Impositiva, **DECLARAMOS A INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO** para firmar parceria, por meio de TERMO DE COLABORAÇÃO, com a **ASSOCIAÇÃO DESAFIO JOVEM CANAÃ - ADEJOC**, tendo como objeto a transferência de recursos no valor total de **R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).**
Publique-se, portanto, o presente extrato de justificativa no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação deste, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue no setor de **Serviço de Atendimento Psicológico da Secretaria Municipal de Saúde,** situado na Rua Desembargador Lauro Lopes, s/nº, Zona Armazém, próximo ao Hemonúcleo de Umuarama, cujo teor será analisado pela Secretária Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.
Umuarama - Paraná, 31 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:DEE37F41

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2026 - SMS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº004/2026 - SMS firmado entre o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.º 3717, Centro, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **LISBETH PITITTO SCANAVACA,** e a **ASSOCIAÇÃO DESAFIO JOVEM CANAÃ - ADEJOC**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob n.º **80.901.838/0001-95,** situada na Rua Desembargador Lauro Lopes, Nº3550, Zona I, CEP: 87.501-210, na cidade de Umuarama - Paraná, representada por sua **Presidente Marlene Manganotti,** inexigindo a realização de Chamamento Público, consoante com a previsão contida no art. 31 da Lei 13.019/2014 e em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, tal qual com o regulamentado pelo Decreto Municipal nº 108/2017;

- OBJETO DA PARCERIA
Repasse financeiro de emendas impositivas para aprimoramento das condições físicas e estruturais do serviço residencial terapêutico de caráter transitório fornecido pela organização através da construção de novos quartos e banheiros na unidade, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação apresentado pela OSC e analisado e aprovado pela Secretária Municipal de Saúde e pela Gestora da Parceria, constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.

- OBJETIVO GERAL
Garantir a prestação de serviços mais eficazes e qualificados por meio de melhorias estruturais na instituição, contribuindo assim para o aperfeiçoamento do atendimento, o acolhimento, a recuperação, a reinserção social e uma vida mais plena, digna e segura para os residentes.

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PARCERIA
Contratar empresa especializada, mediante regime de empreitada global, para executar integralmente a construção de 02 (dois) dormitórios e 02 (dois) banheiros, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, descarte de resíduos, encargos e demais recursos necessários à execução e conclusão da obra, de acordo com o projeto aprovado, memorial descritivo, normas técnicas aplicáveis e orientações do responsável técnico. A empresa contratada será responsável por todas as etapas e providências necessárias à execução da construção, desde a preparação do local até a entrega definitiva da obra, incluindo, sem se limitar a:
Providências iniciais e preparação do local: mobilização da equipe, organização e instalação do canteiro de obras, limpeza e preparação do terreno, instalação de tapumes e demais medidas necessárias à segurança e organização da obra;

Projeto, locação e implantação: execução da locação da obra conforme projeto aprovado, com transferência das medidas, eixos, recuos, alinhamentos e demais referências para o terreno, mediante utilização de gabarito adequado. Caberá ao responsável técnico da contratada conferir previamente as dimensões, níveis, alinhamentos, ângulos e demais condições existentes no local, comunicando formalmente qualquer incompatibilidade identificada antes do início da execução;
Fundações e infraestrutura: execução das escavações, fundações, sapatas, blocos, vigas baldrames e demais elementos previstos em projeto, incluindo armação, concretagem, nivelamento e impermeabilização da base;
Estrutura e alvenaria: execução dos elementos estruturais previstos em projeto, incluindo pilares, vigas, vergas, contravergas e demais componentes necessários, bem como assentamento de blocos cerâmicos ou tijolos, respeitando os alinhamentos, níveis e dimensões estabelecidos;
Cobertura: execução completa da cobertura, incluindo estrutura de madeira ou metálica, telhamento, arremates e demais componentes necessários à adequada proteção da edificação;
Instalações hidráulicas e sanitárias: execução completa das redes de água fria, esgoto e demais instalações hidráulicas previstas, utilizando materiais adequados e compatíveis com o projeto, incluindo pontos destinados a vasos sanitários, lavatórios, chuveiros e demais equipamentos. Deverão ser realizados testes de estanqueidade e funcionamento antes do fechamento das instalações;
Instalações elétricas: execução completa das instalações elétricas, incluindo caixas, eletrodutos, fiação, tomadas, interruptores, pontos de iluminação, quadro de distribuição, dispositivos de proteção e demais componentes previstos no projeto, com realização dos testes necessários para verificação do funcionamento e segurança da instalação;
Revestimentos e impermeabilização: execução de chapisco, emboço e reboco nas áreas previstas, bem como impermeabilização das áreas molhadas, especialmente dos banheiros, observando os procedimentos técnicos necessários para evitar infiltrações e patologias construtivas;
Pisos e revestimentos cerâmicos: execução de contrapiso e assentamento dos revestimentos de piso e parede previstos para os banheiros, incluindo rejuntamento, nivelamento e acabamento adequado;
Limpeza, desmobilização e entrega: retirada de entulhos, resíduos, materiais excedentes e equipamentos, limpeza geral das áreas internas e externas afetadas pela obra, desmobilização do canteiro e entrega da edificação em condições adequadas de utilização;
Responsabilidade técnica e acompanhamento: a contratada deverá manter responsável técnico habilitado pela execução da obra, incluindo o acompanhamento técnico, conferência dos serviços executados, observância das normas técnicas aplicáveis e emissão dos documentos de responsabilidade técnica exigíveis;
Correção de inconformidades: quaisquer serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou padrões de qualidade deverão ser corrigidos pela contratada, sem prejuízo dos prazos e obrigações assumidos.

– DOS REPASSES
Para a execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à Organização da Sociedade Civil o montante de até **R$89.000,00 (oitenta e nove mil reais)**, recurso este que será repassado em parcela única no valor total de até **R$89.000,00 (oitenta e nove mil reais),** cuja proveniência é de Emenda Impositiva**, devidamente autorizada através da Lei Orçamentária Anual Nº4.929/2025, aprovada pela Lei nº 4.928, de 12 de dezembro de 2025 e publicada em 23 de dezembro de 2025;**
Para a cobertura dos repasses oriundos do presente Termo de Colaboração, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.122.0002.1.521 - ED:3.3.50.43.00.00 - D:13 - F:1
- DA VIGÊNCIA
O presente termo terá sua vigência por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste Termo de Colaboração em Diário Oficial do Município, podendo ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda o prazo máximo de 05 (cinco) anos.

Umuarama - Paraná, 31 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 003/2025

MARLENE MANGANOTTI
Presidente da Associação Desafio Jovem Canaã - ADEJOC
Ata de Eleição de 11/11/2025

Testemunhas:

Nome: Elaine Cristina Florian
Coordenadora da Divisão de Saúde Mental
Psicóloga

Nome: Kethyner Renata Ramos Lesse
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:55CA1319

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
RETIFICAÇÃO

Retifica-se a publicação referente ao **Contrato nº 02/2026**, para correção de sua numeração, em razão da necessidade de adequação ao sistema SIMAM.
Onde se lê: Contrato nº 02/2026.
Leia-se: Contrato nº 28/2026.
Permanecem inalteradas as demais informações e condições do instrumento contratual.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO
Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:7B6780AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 498/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada **VACÂNCIA**, de acordo com o Artigo 88°, Inciso VI, da Lei Municipal n° 1847/92, do **QUADRO DE SERVIDORES** da Prefeitura Municipal, de uma VAGA para o cargo de provimento efetivo de **SERVENTE**, em razão da posse em outro cargo, ao Servidor Municipal Senhor **ANDERSON DA SILVA MOREIRA**, em razão de sua posse no cargo efetivo de **MOTORISTA,** conforme processo protocolo sob nº 13342/2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 03 de agosto de 2026.

União da Vitória, 23 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:E1E6BBC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 695/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 5232, de 02 de outubro de 2025, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

SÍMBOLO	PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	A PARTIR DE:
GF	50%	PAULO MARCIO CHELIGA	Responsável pela Divisão de Acompanhamento e Controladoria	24/09/2026

Art. 2º Fica revogada a Portaria 694/2025.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 24 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:79070EE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 696/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **Lotar** o(s) seguinte(s) Servidor(es) Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	LOCAL LOTAÇÃO	CARGO	A PARTIR DE:
PAULO MARCIO CHELIGA	1512551	CONTROLADORIA GERAL	CONTADOR	24/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 24 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:EB81FFC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 697/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao (aos) seguinte (s) Servidor (es) Municipal (is):

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO EM DIAS	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA
FABIANE CRISTINA BRUCKMANN DOS SANTOS				31/10/2026
ELIANE CRISTINA DOS SANTOS	1499901	90	PROFESSORA	31/08/2026 A 28/11/2026

Art. 2º. Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 24 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:12AF535C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 698/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao seguinte Servidor Público Municipal:

NOME	MATRICULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA PRÊMIO
ROSELAINE DE ALMEIDA BULSING	1328501	2007/2012	PROFESSORA	25/09/2026 A 23/12/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 24 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:035CFB4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 699/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
GABRIELA FERREIRA	991505267	2024/2025	CIRURGIÃ DENTISTA - ESF	28/09/2026 A 17/10/2026
GABRIELA FERREIRA	991505267	2025/2026	CIRURGIÃ DENTISTA - ESF	18/10/2026 A 27/10/2026
MARILENE SCHELIGA BABI	369	2024/2025	AUXILIAR ENFERMAGEM SAUDE FAMILIA	13/10/2026 A 01/11/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 24 de setembro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:BDA2BED5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 700/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Leilão Eletrônico n° 01/2026 - Processo Administrativo nº 86/2024- Objeto: venda, mediante Leilão Público Virtual (on-line), de bens pertencentes à Administração do Município de União da Vitória/PR, conforme relação constante no Anexo I deste Edital.
***CAMINHOES BR 476 PEÇAS USADAS PARA CAMINHOES E CAMIONETES LTDA – inscrito no CNPJ n° 33.113.698/0001-00*.**
Valor de Arrematação: item 02 R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais); **Item 09** – R$ 60.100,00 (Sessenta mil e cem reais); **Item 25** - R$ 15.050,00 (Quinze mil e cinquenta reais); **Item 31** – R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais) e **Item 32** – R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)
Bens arrematados:
Item 02 - 01 (UM) VW / Caminhão, Placa AKJ 6146, Ano (2002), RENAVAM 00784824959, Chassi (9bwne72s92r214133), Cor: Amarela.
Item 09 – 01 (UM) Motoniveladora R 835 SERIE N 1305 KOMATSU ano 1990 14454B6830.
Item 25 - 01 (UM) VW/Masca Granmini Ônibus, placa ARP 9841, ano 2009, RENAVAM 15890681-0, combustível Diesel.
Item 31 - 01 M. Benz/ 1113 caminhão, placa AJD 8877, ano 1974, RENAVAM 51576453-1, combustível Diesel.
Item 32 - Ferro velho/ Sucatas no geral / Semi Reboque e Sucatas de Trator.

ALEXANDRE MARTINS XAVIER – inscrito no CPF n° 361.145.238.65.
Valor de Arrematação: item 04 foi de R$ 5.900,00 (Cinco mil e novecentos reais);
Bens arrematados:
Item 04 - 01 (UM) Renault / Kangoo Express 1.6), Placa AYI 7217, Ano (2014), RENAVAM (01007546287), Chassi (8a1fc1405el935054), Cor: Branco.
ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA – inscrito no CPF n° 532.011.679-91.
Valor de Arrematação: item 16 - R$ 3.000,00 (Três mil reais);
Bens arrematados:
Item 16 - 01 (UM) VW Saveiro cabine simples - PLACA AXN 7930 - RENAVAM 0057.946372-9 Ano: 2013- CHASSI 9BWKB05U9EP083351
LIANDRA RINALDI DOS SANTOS – inscrito no CPF n° 096.415.379.38.
Valor de Arrematação: item 08 - R$ 2.408,00 (Dois mil e quatrocentos e oito reais);
Bens arrematados:
Item 08 - 01 (UM) Yamaha/TDM 225, Placa AJW 7641, Ano (2001), RENAVAM (75881367-8), Chassi (9C6KG010010005402), Cor: Cinza.
***LUCAS HELLER ONIBUS LTDA – inscrito no CNPJ n° 16.096.434/0001-77*.**
Valor de Arrematação: item 03 - R$ 32.800,00 trinta e dois mil e oitocentos reais); **Item 11** - R$ 42.800 (Quarenta e dois mil e oitocentos reais);
Bens arrematados:
Item 03 - 01 (UM) VW / Ônibus Escolar, Placa AVN 5438, Ano (2012), RENAVAM (00472136631), Chassi (9532a62r0cr235207), Cor: Branco

Item 11 - 01 (UM) Marcopolo / Volare, ano 2008, placa AQP 1419, RENAVAM 98595390-0, combustível Diesel, chassi 93PB12E3P9C027235, Cor: branco
· **Gestor:** Paulo Pschwosne – Diretor de Serviços de Oficina.
· **Fiscal:** Jorge Leandro Szymkowiak – Tecnico Administrativo – Setor de Patrimônio
· **Fiscal Substituto: Guilherme Presendo Slewinski.- Diretor de DTI**

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 24 de setembro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:D89A00A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 701/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307, de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	PRISCILA GUTH KUKLA WISNIEWSKI	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• CMEI Angela Crestani • CMEI Isadir Barcelos do Amaral • CMEI Mário Riesemberg	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:F7F4865B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 702/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	MIRIAN CARDOSO	COORDENADOR PEDAGÓGICO	CMEI Leonice Hirch • CMEI Eneida Fagundes • CMEI Zuleika P. Barbosa	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:FAD6DB1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 703/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	DÉBORA ELIANE HOEPERS	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• CMEI Sagrada Família • CMEI Odete Conti • CMEI Lavínia	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:25601B63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 704/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	EVELIN SAYONARA GLEICH BORTOLOSO	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• CMEI Maria Flenik • CMEI Ruth Forte • CMEI Estela Caus	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:A27B791B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 705/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	PATRÍCIA BAIAK	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• CMEI Zilá Fernandes • CMEI Herbert Woehl • CMEI Ilta Lúcia	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:71A86396

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 706/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	CRISTIANE APARECIDA GUERELUS FRANKOSKI	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• Esc. M. Waldomiro Antônio de Souza • Esc. M. Manoel Ribas • Esc. M. Pe. João Piamarta	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:1A488E32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 707/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	ESTELA WEISSHAAR	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• Esc. M. Miguelina H. Treuki • Esc. M. Maridalva Palamar • Esc. M. Melvin Jones	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:7A5F4308

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 708/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	SILVANA APARECIDA CHAGAS SERPA	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• Esc. M. Fruma Ruthemberg • Esc. M. Jacintho Pasin • Esc. M. Dario Bordin	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:33B4426F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 709/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	JANAINA BEATRIZ VOLZ	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• Esc. M. Professor Serapião • Esc. M. Vitória Fernandes • Esc. Guia Lopes	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:D8882FFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 710/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	LÉIA APARECIDA ANTUNES BORILLE	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• Esc. M. Clementina L. Costa • Esc. M. Lina Forte • Esc. M. Antonieta Montanari	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:BFDFB100

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 711/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	JEFFERSON RODRIGUES LIRIO	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• Esc. M. Duque de Caxias • Esc. M. Judith Goss de Lima • Esc. M. Didio Augusto	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:E273D43C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 712/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	MICHELI CADORIN	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• Esc. M. Vicente Codagnone •Esc. M. José Moura • Esc. M. David	09/09/2026

			Carneiro	

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:75AA1EE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 713/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 3621, de 14 de outubro de 2008, alterada pela Lei 5307 de 28 de agosto de 2026, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO RESPONSÁVEIS	A PARTIR DE:
40%	JAMILI SOLAREVICZ GUIMARÃES	COORDENADOR PEDAGÓGICO	• Esc. M. Dille Testi • Esc. M. Amélia Hobi • Esc. M. Hilda Melo	09/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:83582F76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 714/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **Lotar** o(s) seguinte(s) Servidor(es) Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	LOCAL LOTAÇÃO	CARGO	A PARTIR DE:
TIAGO SEJANOSKI	1366801	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	NUTRICIONISTA	28/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:E1773802

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 715/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER ADICIONAL DE ESCOLARIDADE**, a seguinte Servidora Pública Municipal, a partir de **SETEMBRO - 2026**, conforme relação abaixo:

MATRICULA	SERVIDOR	ESCOLARIDADE	CARGO	A PARTIR DE
991504276	MARIA DA GLÓRIA FERNANDES DOS SANTOS	**GRADUAÇÃO 40 %**	ZELADOR	21/08/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:EB3E220F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 716/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes **PORTARIAS**, que concederam **FUNÇÃO GRATIFICADA, COM EFEITOS RETROATIVOS A 09 DE SETEMBRO DE 2026,** conforme relação abaixo:

NUMERO DA PORTARIA	NOME SERVIDOR
629/2026	JANAINA BEATRIZ VOLZ
727/2025	MICHELI CADORIN
728/2025	JAMILI SOLAREVICZ GUIMARÃES
924/2025	JEFFERSON RODRIGUES LIRIO
984/2025	LÉIA APARECIDA ANTUNES BORILLE

Art. 2º Registre-se.
Cumpra-se.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:1D978AD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 4/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E A REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Cruz Machado, 205, Centro, inscrito no CNPJ sob n° 75.967.760/0001-71, a seguir denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL,** Senhor **ARY CARNEIRO JUNIOR**, portador do RG n. 744175-4 SESP/PR, CPF n. 168.827.259-34, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a **REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER,** inscrita no CNPJ nº 04.426.710/0001-39, com sede na Rua Coronel João Gualberto, 300, União da Vitória-PR,CEP 84600-000, Entidade Filantrópica sem fins lucrativos, a seguir denominada **TOMADORA,** neste ato representada por sua Presidente, Senhora **SIRLEI TEREZINHA WENINGKAMP ZANDONA,** portador da carteira de identidade sob

n°3.461.410, e inscrito no CPF/MF sob n°549.817.789-53, celebram o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O termo de colaboração tem por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de conjugação de esforços entre a Administração Pública Municipal e a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE UNIÃO DA VITÓRIA para fornecer suplementos alimentares, órteses, próteses e materiais especiais destinados ao atendimento de pacientes portadores de câncer, visando garantir suporte nutricional, reabilitação física, melhoria da qualidade de vida, recuperação funcional e promoção da dignidade humana durante o tratamento oncológico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Para a realização do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO a **CONCEDENTE**, poderá repassar a **TOMADORA**, a importância de R$ 129.540,00 (cento e vinte e nove mil quinhentos e quarenta reais) distribuídos conforme abaixo:

- Para o exercício de 2026: O valor previsto para execução do objeto proposto será de R$ 129.540,00 (cento e vinte e nove mil quinhentos e quarenta reais), em parcela única durante o exercício.

O valor previsto para execução do objeto proposto pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 08 – Secretária Municipal de Saúde 01 – Secretária Municipal de Saúde; Projeto/Atividade: 2.072 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES A CONCEDENTE obriga-se a:

I – Efetuar o repasse dos recursos financeiros a **TOMADORA.**

A TOMADORA obriga-se a:

I – responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste TERMO DE COLABORAÇÃO, sob pena da rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II – ressarcir a CONCEDENTE os recursos recebidos, através deste TERMO DE COLABORAÇÃO, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III – responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus ou reivindicações, perante a terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - submeter-se à supervisão, orientação técnica e fiscalização promovida pela CONCEDENTE, que será exercida pela representante designada desta Prefeitura Municipal Senhora SUELEN DE CASSIA FARIA, portadora do CPF de nº 312.917.958-55, e ocorrerá por meio de relatórios, inspeções, visitas e a emissão de certificado ou relatórios, devendo a Entidade fornecer as informações necessárias a sua execução, conforme especificado na lei federal nº13.019/2014".

V – manter conta corrente específica para recebimento e movimentação dos recursos proveniente deste TERMO DE COLABORAÇÃO;

VI – propiciar aos credenciados pela CONCEDENTE meios e condições necessárias ao acompanhamento à supervisão e a fiscalização da execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, a qualquer tempo ou lugar, mantendo atualizada a instrução contábil específica dos atos e fatos relativos à execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como o cadastro e histórico dos usuários dos serviços;

VII – arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela CONCEDENTE;

VIII – Apresentar relatório bimestral e prestar contas semestralmente, ao Setor de Contabilidade, desta Prefeitura Municipal, sob pena de suspensão do repasse dos recursos financeiros.

IX – Apresentar durante a vigência do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, prévia e anualmente, sob pena de suspensão do repasse dos recursos financeiros, a seguinte documentação:

Copia do CNPJ da Entidade;

Cópia do RG do representante da Entidade;

Copia do CPF do representante da Entidade;

Copia da Lei de Utilidade Pública;

Certidão liberatória do Tribunal de Contas do estado do Paraná (www.tce.pr.gov.br);

Certidão liberatória ou documento equivalente, expedido pelo Setor de Contabilidade, desta Prefeitura Municipal, certificando a aprovação da prestação de contas de Transferências Voluntarias Municipais dos recursos recebidos no exercício anterior;

Certidão Negativa quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos junto a Entidade concedente dos recursos, nos termos do art. 25, § 1º, inciso IV, alínea A, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Plano de trabalho deve conter no mínimo:

Razões que justifiquem a formalização do ato de transferência voluntaria, ou seja, do TERMO DE COLABORAÇÃO;
Descrição completa do objeto a ser executado;
Descrição das metas a serem atingidas, qualitativa e quantitativamente;
Etapas ou fases da execução do objeto, com previsão de inicio e fim;
Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela entidade concedente e a contrapartida financeira da entidade proponente, se for o caso, para cada projeto ou evento;
Cronograma de desembolso;
Parâmetros para aferição do cumprimento das metas.

CLÁUSULA QUARTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser denunciado, por qualquer das partes por escrito a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer umas das cláusulas ou condições.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESTITUIÇÃO

A TOMADORA compromete-se a restituir os valores transferidos pela CONCEDENTE, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do recebimento, na hipótese de inexecução do objeto da avença, ou de outra irregularidade em que resulte prejuízo ao Erário, conforme exigência da Lei n° 14.133 no seu artigo 184.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente termo de colaboração é até 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CHAMAMENTO

Para firmar tal parceria foi efetuada a dispensa de chamamento público nº 03/2026 publicada no dia 16 de setembro de 2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição 3617, com base no Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro de União da Vitória para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo de colaboração, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente termo de colaboração em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito de União da Vitória

SIRLEI TEREZINHA WENINGKAMP ZANDONA
Presidente da Associação

Testemunhas:

ASS:		**ASS:**	
NOME:		**NOME:**	
CPF:		**CPF:**	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:A5F5FBF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 5/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS E DA FALA

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Cruz Machado, 205, Centro, inscrito no CNPJ sob n° 75.967.760/0001-71, a seguir denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL,** Senhor **ARY CARNEIRO JUNIOR**, portador do RG n. 744175-4 SESP/PR, CPF n. 168.827.259-34, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS E DA FALA, inscrita no CNPJ nº 83.747.477/0001-62,** com sede na Av. General Bormann, 532, Porto União - SC, Entidade Filantrópica sem fins lucrativos, a seguir denominada **TOMADORA**, neste ato representada por seu Presidente, Senhor **EUFRAZIO XAVIER DE BARROS**, portador da carteira de identidade sob n°3.991.167, e inscrito no CPF/MF sob n° 253.465.639-20, celebram o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O termo de colaboração tem por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de conjugação de esforços entre a Administração Pública Municipal e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS E DA FALA –APADAF visando ofertar atendimentos especializados, direcionados à usuários com Transtorno do Espectro Autista (TEA), promovendo a melhoria da qualidade de vida e buscando assegurar o pleno exercício da cidadania dos usuários, contribuindo para sua independência e autonomia nas atividades da vida diária.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Para a realização do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO a **CONCEDENTE**, poderá repassar a **TOMADORA**, a importância de R$ 460.800,00 (quatrocentos e sessenta mil e oitocentos reais) distribuídos conforme abaixo:

Para o exercício de 2026: O valor previsto para execução do objeto proposto será de R$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil, e seiscentos reais), divididos em parcelas mensais de igual valor durante o período de setembro a dezembro de 2026.

Para o exercício de 2027: O valor previsto para execução do objeto proposto será de R$ 307.200,00 (trezentos e sete mil e duzentos reais), divididos em parcelas mensais de igual valor durante o período de janeiro a agosto de 2027.

O valor previsto para execução do objeto proposto pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 08 – Secretária Municipal de Saúde 01 – Secretária Municipal de Saúde; Projeto/Atividade: 2.072 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES A CONCEDENTE obriga-se a:

I – Efetuar o repasse dos recursos financeiros a **TOMADORA.**

A TOMADORA obriga-se a:

I – responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste TERMO DE COLABORAÇÃO, sob pena da rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II – ressarcir a CONCEDENTE os recursos recebidos, através deste TERMO DE COLABORAÇÃO, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III – responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus ou reivindicações, perante a terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - submeter-se à supervisão, orientação técnica e fiscalização promovida pela CONCEDENTE, que será exercida pela representante designada desta Prefeitura Municipal Senhora SUELEN DE CASSIA FARIA, portadora do CPF de nº 312.917.958-55, e ocorrerá por meio de relatórios, inspeções, visitas e a emissão de certificado ou relatórios, devendo a Entidade fornecer as informações necessárias a sua execução, conforme especificado na lei federal nº13.019/2014".

V – manter conta corrente específica para recebimento e movimentação dos recursos proveniente deste TERMO DE COLABORAÇÃO;

VI – propiciar aos credenciados pela CONCEDENTE meios e condições necessárias ao acompanhamento à supervisão e a fiscalização da execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, a qualquer tempo ou lugar, mantendo atualizada a instrução contábil específica dos atos e fatos relativos à execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como o cadastro e histórico dos usuários dos serviços;

VII – arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela CONCEDENTE;

VIII – Apresentar relatório bimestral e prestar contas semestralmente, ao Setor de Contabilidade, desta Prefeitura Municipal, sob pena de suspensão do repasse dos recursos financeiros.

IX – Apresentar durante a vigência do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, prévia e anualmente, sob pena de suspensão do repasse dos recursos financeiros, a seguinte documentação:

Copia do CNPJ da Entidade;

Cópia do RG do representante da Entidade;

Copia do CPF do representante da Entidade;

Copia da Lei de Utilidade Pública;

Certidão liberatória do Tribunal de Contas do estado do Paraná (www.tce.pr.gov.br);

Certidão liberatória ou documento equivalente, expedido pelo Setor de Contabilidade, desta Prefeitura Municipal, certificando a aprovação da prestação de contas de Transferências Voluntarias Municipais dos recursos recebidos no exercício anterior;

Certidão Negativa quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos junto a Entidade concedente dos recursos, nos termos do art. 25, § 1º, inciso IV, alínea A, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Plano de trabalho deve conter no mínimo:

Razões que justifiquem a formalização do ato de transferência voluntaria, ou seja, do TERMO DE COLABORAÇÃO;
Descrição completa do objeto a ser executado;
Descrição das metas a serem atingidas, qualitativa e quantitativamente;
Etapas ou fases da execução do objeto, com previsão de inicio e fim;
Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela entidade concedente e a contrapartida financeira da entidade proponente, se for o caso, para cada projeto ou evento;
Cronograma de desembolso;
Parâmetros para aferição do cumprimento das metas.

CLÁUSULA QUARTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser denunciado, por qualquer das partes por escrito a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer umas das cláusulas ou condições.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESTITUIÇÃO

A TOMADORA compromete-se a restituir os valores transferidos pela CONCEDENTE, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do recebimento, na hipótese de inexecução do objeto da avença, ou de outra irregularidade em que resulte prejuízo ao Erário, conforme exigência da Lei n° 14.133 no seu artigo 184.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente termo de colaboração é até 31 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CHAMAMENTO

Para firmar tal parceria foi efetuada a dispensa de chamamento público nº 05/2026 publicada no dia 17 de setembro de 2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição 3618, com base no Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro de União da Vitória para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo de colaboração, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e acordados, firmam o presente termo de colaboração em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

União da Vitória, 25 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito de União da Vitória

EUFRAZIO XAVIER DE BARROS
Presidente da Associação

Testemunhas:

ASS:		**ASS:**	
NOME:		**NOME:**	
CPF:		**CPF:**	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:8F0ED097

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 9912720471

Origem: Contratada
CONTRATANTE: Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – Uniuv
CNPJ: 75.967.745/0001-23
CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
CNPJ Nº 34.028.316/0020-76
OBJETO: Contratação de produtos e serviços por meio de pacote de serviços dos Correios mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais e Anexos.
VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$1.000,00 (Um mil reais)
VIGÊNCIA: 01/10/2026 a 30/09/2027
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2026

Publicado por:
Rayssa Cristiane Zamboni
Código Identificador:6AE28BE8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO CONTRATOS 120-121-122

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, Participante: LUIZ F. SANVACINSKI LTDA (11.438.855/0001-15), Participante: NAIZ & SILVA LTDA (28.636.965/0001-94), Participante: SABRINA SACHET BERNIERI (36.108.726/0001-90)

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:A5C3C479

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.296, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.296, de 25 de setembro de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na lei nº 1917, de 27 de janeiro de 2021, que estabeleceu novas gratificações, bem como estabeleceu critérios objetivos e percentuais para a concessão de gratificações aos servidores efetivos;

DECRETA

Art. 1º Fica investida na Função Gratificada FG/SS-13, a servidora Leticia de Campos Prestes, portador do CPF/MF nº. 115.309.xxx-xx, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 2.141/2025;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 19 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 25 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:77893714

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.297, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.297, de 25 de setembro de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e

Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na lei nº 1917, de 27 de janeiro de 2021, que estabeleceu novas gratificações, bem como estabeleceu critérios objetivos e percentuais para a concessão de gratificações aos servidores efetivos;

DECRETA

Art. 1º Fica investido na Função Gratificada FG/SS-10, o servidor Alan Iung, portador do CPF/MF nº. 080.938.xxx-xx, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 2.141/2025;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 22 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 25 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:08576B7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.298, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.298, de 25 de setembro de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na lei nº 1079, de 21 de maio de 2010, que estabeleceu a Vantagem pecuniária fixada por mérito;

DECRETA

Art. 1º - Fica atribuído a Vantagem pecuniária fixada por mérito, conforme previsto no Artigo 54 da Lei 478/94 e suas alterações, ao servidor Alan Iung, CPF nº 080.938.xxx-x, ocupante do cargo de Motorista;
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 25 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:F702B7C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.299, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.299, de 25 de setembro de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na lei nº 1917, de 27 de janeiro de 2021, que estabeleceu novas gratificações, bem como estabeleceu critérios objetivos e percentuais para a concessão de gratificações aos servidores efetivos;
Considerando as justificativas apresentadas pelas Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA

Art. 1º- Fica concedida a Gratificação Por Tempo Integral, no percentual de 60% (sessenta por cento), conforme previsto no Art. 83-B, I, da Lei 478/94 e suas alterações, a servidora Dejanira Antunes de Oliveira, portadora do CPF nº. 077.69952.xxx-xx, servidora efetiva investida no cargo de Agente de Zeladoria;
Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 25 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:3955358E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.300 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.300 de 25 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora Marcia Aparecida de Godoi, portadora do CPF/MF n.° 020.778.xxx-xx, do cargo de Professor 40 horas, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 25 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:DBBC0092

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ERRATA DECRETO Nº 6.294/2026

ERRATA DECRETO Nº 6.294/2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal, vem determinar a publicação da Errata do Decreto nº. 6294 de 23 de setembro de 2026, publicado na Edição nº. 3622 de 23 de setembro de 2026, do Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMP, tendo em vista a necessidade de alteração devido lapso de digitação. Sendo assim:

Onde se lê:

"Decreto 6.293, de 23 de setembro de 2026"

Leia-se:

"Decreto 6.294, de 23 de setembro de 2026"

Com a devida correção por meio da presente errata, o Decreto passa a vigorar com a seguinte redação:

Decreto 6.294, de 23 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Edenilce Rodrigues da Fonseca Celestino, portadora do CPF/MF n.° 084.824.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Zeladoria, junto à Secretaria Municipal de Educação, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 23 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:26750D75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NOTA DE ANULAÇÃO PE 38/2026

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE ADMINISTRATIVO Nr.:70/2026–Pregão Eletrônico Nr.: 28/2026 – PE, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, JOGOS PEDAGÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE VITORINO-PR, processo anulado para reformulação.

Publicado por:
Rafael Geremia
Código Identificador:EA09851B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 004, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Portaria 004, de 25 de setembro de 2026.

Súmula: Constitui Comissão Técnica de Avaliação de Amostras e Verificação de Conformidade de Materiais, no âmbito dos procedimentos destinados à aquisição de materiais de expediente e de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, e dá outras providências.

Carla Beatriz Rachwal, Secretária Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de materiais de expediente e de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais das Secretarias Municipais do Município de Vitorino/PR;
CONSIDERANDO que as respectivas contratações foram ou serão realizadas mediante procedimentos licitatórios destinados à formação de Sistema de Registro de Preços, observadas as especificações constantes dos respectivos Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência, editais e demais documentos integrantes de cada processo;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que os materiais e equipamentos ofertados e/ou fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas, aos padrões mínimos de qualidade, desempenho, funcionalidade, durabilidade e segurança estabelecidos pela Administração;
CONSIDERANDO que os respectivos Termos de Referência estabelecem, para determinados itens, procedimentos de apresentação de amostras, avaliação técnica e/ou verificação de conformidade, mediante critérios objetivos previamente definidos;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a designação dos servidores responsáveis pela realização das avaliações técnicas, assegurando uniformidade, objetividade, transparência e adequada documentação dos procedimentos realizados;
CONSIDERANDO os princípios que regem as contratações públicas e a Administração Pública, especialmente a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade e economicidade;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:
Art. 1º CONSTITUIR a Comissão Técnica de Avaliação de Amostras e Verificação de Conformidade de Materiais, destinada à análise e avaliação técnica dos produtos apresentados no âmbito:
I – Do procedimento licitatório destinado à formação de Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente destinados às Secretarias Municipais de Vitorino/PR; e
II – Do procedimento destinado à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e demais itens correlatos destinados às Secretarias Municipais de Vitorino/PR.
Parágro único. A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

NOME	RG	CARGO
Dirlei de Lima	066.091.819-69	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Aline Carla Badia	13.614.054-0	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Andressa Ghedin	13.654.856-5	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Art. 2º Compete à Comissão Técnica de Avaliação de Amostras:
I – Receber e proceder à avaliação conjunta das amostras, materiais ou produtos apresentados, relativamente aos itens para os quais o respectivo Termo de Referência, edital, Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente estabeleça a necessidade de avaliação ou verificação de conformidade;
II – Verificar a conformidade das amostras com as especificações técnicas, características, condições e requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência, no edital e em seus anexos;
III – Realizar os testes e procedimentos de avaliação previstos no Termo de Referência, utilizando critérios objetivos e aplicando as mesmas condições de análise a todos os licitantes submetidos à avaliação;
IV – Observar rigorosamente a metodologia de avaliação e os parâmetros mínimos de aprovação estabelecidos para cada item no Termo de Referência, vedada a utilização de critérios subjetivos ou a exigência de desempenho, característica ou qualidade não prevista nos documentos que regem o certame;
V – Registrar os resultados da avaliação em **ficha própria**, indicando, para cada requisito analisado, o resultado **"ATENDE" ou "NÃO ATENDE"**, com a correspondente fundamentação quando constatada desconformidade;
VI – Repetir, uma única vez e nas mesmas condições, o procedimento de avaliação quando o resultado inicialmente obtido for inconclusivo em razão da própria execução do teste, nos termos previstos no Termo de Referência;
VII – Manusear, abrir, testar ou submeter as amostras aos procedimentos necessários à avaliação de sua conformidade, observados os limites e condições estabelecidos no instrumento convocatório;
VIII – Elaborar e assinar, conjuntamente, **parecer técnico conclusivo** acerca da aprovação ou reprovação das amostras analisadas, indicando objetivamente os critérios e resultados que fundamentaram a conclusão;
IX – Encaminhar o parecer técnico ao Pregoeiro e/ou ao agente responsável pela condução do certame, para adoção das providências cabíveis no âmbito do procedimento licitatório;
X – Prestar, quando solicitado, os esclarecimentos técnicos necessários acerca dos testes realizados e das conclusões constantes do parecer de avaliação.
§ 1º A avaliação deverá observar, em cada procedimento, exclusivamente as especificações, critérios, metodologias e parâmetros estabelecidos nos respectivos documentos da contratação, vedada a aplicação indistinta de critérios previstos para outro certame.
§ 2º Nos itens classificados como Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, a Comissão deverá verificar, quando aplicável, a correspondência do produto com as especificações técnicas exigidas, a documentação técnica apresentada e o respectivo Certificado de Aprovação – CA, sem prejuízo da solicitação de apoio técnico de servidor competente quando a natureza da análise assim o exigir.
Art. 3º A avaliação das amostras deverá limitar-se aos requisitos, critérios, metodologias e parâmetros expressamente previstos no

Termo de Referência e no instrumento convocatório, não competindo à Comissão criar exigências adicionais ou estabelecer critérios de aprovação não previstos previamente no processo licitatório.

Art. 4º A Comissão realizará a avaliação das amostras no prazo estabelecido no Termo de Referência, devendo os trabalhos ser devidamente documentados e integrar os autos do respectivo processo administrativo.

§ 1º As avaliações serão realizadas conjuntamente pelos membros da Comissão, assegurando-se tratamento isonômico aos licitantes e uniformidade na aplicação dos critérios previstos para cada item.

§ 2º Sempre que possível, os testes deverão ser registrados de maneira suficiente para permitir a identificação da amostra avaliada, do procedimento realizado e do respectivo resultado.

Art. 4º-A. A atuação da Comissão observará a fase em que se encontre cada procedimento administrativo:

I – Na fase de julgamento da licitação, a avaliação de amostras produzirá os efeitos previstos no respectivo edital e Termo de Referência, cabendo ao Pregoeiro ou agente responsável adotar as providências decorrentes da aprovação ou reprovação;

II – Após a formalização da Ata de Registro de Preços ou contratação, a atuação da Comissão terá por finalidade a verificação da conformidade do produto apresentado ou fornecido com as especificações que integram a contratação, cabendo ao gestor, fiscal ou autoridade competente adotar as medidas administrativas decorrentes de eventual desconformidade.

Parágrafo único. A avaliação realizada durante a execução da Ata de Registro de Preços ou contratação não terá por finalidade modificar retroativamente o resultado do procedimento licitatório, destinando-se exclusivamente à verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor.

Art. 5º A aprovação ou reprovação técnica realizada pela Comissão terá caráter estritamente técnico, competindo:

I – Ao Pregoeiro ou agente responsável pela condução do certame, quando a avaliação ocorrer durante a fase de julgamento, adotar as providências decorrentes do resultado, inclusive quanto à continuidade do procedimento e eventual convocação do licitante subsequente, conforme o edital;

II – Ao gestor ou fiscal competente, quando a avaliação ocorrer após a formalização da Ata de Registro de Preços ou contratação, adotar as providências cabíveis quanto ao recebimento, rejeição, substituição do produto, notificação do fornecedor e demais medidas previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

Art. 6º Os membros da Comissão deverão atuar com imparcialidade, observando os princípios do julgamento objetivo, da isonomia, da motivação, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 7º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Comissão serão considerados de relevante interesse público, em favor do Município de Vitorino/PR, não gerando qualquer ônus financeiro adicional ao erário municipal.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente durante o período necessário à realização das avaliações e verificações de conformidade relacionadas aos procedimentos abrangidos pelo art. 1º.

CARLA BEATRIZ RACHWAL
Secretária de Administração e Planejamento

Publicado por:
Izadora Carniel
Código Identificador:DB1970DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 005, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Portaria 005, de 21 de setembro de 2026.

Súmula: Constitui Comissão Técnica de Avaliação de Amostras de Gêneros Alimentícios no âmbito do processo licitatório destinado à formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, itens para coffee break, bebidas e refeições prontas, e dá outras providências.

Carla Beatriz Rachwal, Secretária Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, itens destinados à composição de coffee break, bebidas e refeições prontas, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do Município de Vitorino/PR;

CONSIDERANDO que a contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme condições, especificações e requisitos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no respectivo instrumento convocatório;

CONSIDERANDO a natureza dos produtos alimentícios objeto da contratação e a necessidade de assegurar padrões mínimos de qualidade, higiene, segurança alimentar, conservação, acondicionamento e adequação ao consumo;

CONSIDERANDO que o Termo de Referência prevê a apresentação e avaliação de amostras de determinados produtos, mediante análise técnica e, quando aplicável, avaliação sensorial e degustação;

CONSIDERANDO a necessidade de que a avaliação das amostras seja realizada por equipe multidisciplinar, composta por profissional da área de nutrição, fiscal de contrato e servidor com experiência relacionada à manipulação, preparo ou fornecimento de alimentos;

CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, planejamento, transparência, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade e economicidade;

CONSIDERANDO os princípios previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR a Comissão Técnica de Avaliação de Amostras de Gêneros Alimentícios, destinada à análise e avaliação das amostras apresentadas pelos licitantes no processo licitatório para formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, itens para coffee break, bebidas e refeições prontas, composta pelos seguintes servidores:

NOME	RG	CARGO
Rejane Cristina Gonçalves	91.379.434-87	Analista Administrativo / Fiscal de Contrato da Secretária de Indústria e Comércio
Jaqueline Souza	099.698.479-88	Nutricionista
Rozane Gobatto Lavendoski	7.649.456-8	Merendeira Escolar

Art. 2º Compete à Comissão Técnica de Avaliação de Amostras de Gêneros Alimentícios:

I – Receber e proceder à avaliação das amostras apresentadas pelos licitantes convocados, relativamente aos lotes ou itens para os quais o Termo de Referência estabeleça a necessidade de apresentação de amostras;

II – Verificar a conformidade dos produtos apresentados com as especificações, características, composição, apresentação, quantidade, gramatura, acondicionamento, embalagem e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento convocatório;

III – Realizar, quando aplicável, avaliação sensorial dos produtos, inclusive mediante preparo e degustação, observando os critérios e procedimentos previamente estabelecidos no Termo de Referência;

IV – Avaliar, conforme aplicável ao produto, os seguintes aspectos:

a) aparência geral;
b) cor e aspecto visual;
c) aroma ou odor;
d) sabor;
e) textura e consistência;
f) qualidade geral e aceitabilidade;
g) peso, rendimento ou gramatura;
h) qualidade e composição dos ingredientes;
i) acondicionamento e embalagem;
j) rotulagem;
k) condições de conservação e integridade;

l) conformidade com as especificações técnicas; e
m) atendimento às normas sanitárias aplicáveis.
V – Realizar a avaliação do café torrado e moído, quando exigida amostra, mediante análise dos requisitos técnicos e documentais e avaliação sensorial, observando, dentre outros aspectos, aroma, sabor, corpo, equilíbrio, ausência de sabores estranhos e aceitabilidade, nos termos estabelecidos no Termo de Referência;
VI – Analisar, quando pertinente à avaliação da amostra, rótulos, fichas técnicas, certificados, laudos, registros sanitários e demais documentos apresentados para comprovação das características e da qualidade do produto;
VII – Atribuir individualmente as notas correspondentes aos critérios de avaliação, de acordo com o sistema de pontuação estabelecido no Termo de Referência;
VIII – Registrar adequadamente os resultados das avaliações realizadas, inclusive por meio das fichas, mapas de avaliação e demais instrumentos previstos no Termo de Referência e em seus anexos;
IX – Elaborar e assinar **ata e/ou parecer técnico conclusivo**, devidamente fundamentado, contendo a identificação da licitante, do produto e/ou item avaliado, os critérios analisados, as notas atribuídas e a conclusão quanto à aprovação ou reprovação da amostra;
X – Encaminhar o resultado da avaliação ao Pregoeiro ou ao agente responsável pela condução do certame para adoção das providências cabíveis;
XI – Prestar os esclarecimentos técnicos que se fizerem necessários acerca dos procedimentos realizados e das conclusões alcançadas durante a avaliação.
Art. 3º A avaliação das amostras terá caráter **exclusivamente técnico** e deverá observar rigorosamente os requisitos, critérios, metodologias e parâmetros previamente estabelecidos no Termo de Referência, no edital e em seus anexos.
§ 1º É vedada a utilização de critérios subjetivos desvinculados dos documentos que regem o certame, bem como a criação, pela Comissão, de exigências adicionais não previstas previamente no processo licitatório.
§ 2º A avaliação deverá ser realizada de maneira uniforme e isonômica, aplicando-se às amostras submetidas à análise os mesmos critérios, procedimentos e parâmetros técnicos.
Art. 4º Cada critério sujeito à pontuação será avaliado pelos membros da Comissão nos termos estabelecidos no Termo de Referência, sendo o resultado final apurado conforme a metodologia nele prevista.
§ 1º Será considerada aprovada a amostra que atingir a pontuação mínima estabelecida no Termo de Referência e que não apresente desconformidade técnica de caráter eliminatório.
§ 2º A eventual reprovação por desconformidade técnica essencial deverá ser **expressamente fundamentada**, com indicação objetiva do requisito não atendido.
Art. 5º O resultado da avaliação deverá ser formalizado em **ata circunstanciada ou parecer técnico**, acompanhado, quando pertinente, das fichas individuais de avaliação, mapa de notas, registros fotográficos, documentos técnicos e demais elementos utilizados na formação da conclusão da Comissão.
Art. 6º Compete exclusivamente ao Pregoeiro ou ao agente responsável pela condução do certame adotar as providências administrativas decorrentes da aprovação ou reprovação das amostras, inclusive quanto à aceitação ou não da proposta e à eventual convocação do licitante su
bsequente.
Parágrafo único. A Comissão limitar-se-á à análise técnica das amostras e à emissão de conclusão fundamentada, não lhe competindo praticar atos próprios da condução do procedimento licitatório.
Art. 7º A aprovação de determinada amostra não impede que, durante a execução da Ata de Registro de Preços ou contratação dela decorrente, sejam recusados produtos cuja qualidade seja inferior àquela aprovada ou que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas no instrumento convocatório e na contratação.
Art. 8º Os membros da Comissão deverão atuar de forma imparcial, observando especialmente os princípios da isonomia, motivação, transparência, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório.
Art. 9º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Comissão serão considerados de relevante interesse público em favor do Município de Vitorino/PR, não gerando qualquer ônus financeiro adicional ao erário municipal.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo vigente durante o período necessário à realização das avaliações relacionadas ao respectivo processo licitatório.

CARLA BEATRIZ RACHWAL
Secretária de Administração e Planejamento

Publicado por:
Izadora Carniel
Código Identificador:3417E344

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 460, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 460, de 25 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Vanderley Dimas Martinello – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 326/2026, protocolo n. º 8013/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 24 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa BEP-6F75.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 25 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:F1F1374D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 461, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 461, de 25 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Fabiano de Moura – Motorista, conforme requerimento de diárias n. º 327/2026, protocolo n. º 8014/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 25 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa UAW-8I31.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 25 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:DFB7245E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE FAZENDA
DECRETO 2311/2026

DECRETO Nº 2311/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	138	05.002.0027.0812.0128.2019 - ATIVIDADES ESPORTIVAS.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000	7.500,00
			Total		**7.500,00**
Origem de Recursos					
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**		**Vínculo**	**Valor**
Anulação Dotação	136	05.002.0027.0812.0128.2019 - ATIVIDADES ESPORTIVAS.3339030000000000000 - Material de consumo		00000	7.500,00
		Total		**7.500,00**	
Resumo por Vínculos					
Vínculo		**Anulação**		**Superavit**	**Excesso**
0		7.500,00		0,00	0,00
Total		**7.500,00**		**0,00**	**0,00**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR

Em 25 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Simoni Pereira Rydz
Código Identificador:4B471F10

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 99/2026 - PMSI

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº. 39/2026.

VALIDADE: 12 (doze) meses

1.DO OBJETO

Registro de preços visando à futura e eventual aquisição de cortadores de grama, destinados à manutenção e conservação dos campos esportivos, áreas verdes, praças e demais espaços públicos do Município de Saudade do Iguaçu/PR.

2.O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3.DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.

4.DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1.Os preços, a empresa, as quantidades estimadas e as especificações dos objetos registrados na presente Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2026 – PMSI FM PEÇAS E MAQUINAS LTDA; CNPJ/MF sob Nº 14.233.242/0001-30					
Item	**Descrição**	**Quant.**	**Marca**	**V. Unit.**	**V. Total**
1	Cortador de grama equipado com motor a gasolina, com sistema de corte 3 em 1, coleta com bloqueador de pó, descarte lateral, reciclador, descarte lateral, plataforma de corte, fabricado em aço inox resistente e lâminas para manter o resíduo e acabamento limpo, guidão ergométrico e ajustável, duas alturas, dobrável para facilitar o transporte e armazenamento, ajuste central da altura de corte. Motor com potência mínima de 2,7KW/3.6HP, cilindrada 166 cm³ ou superior, rotação máxima de 2.800 rpm tração manual, largura de corte de 51 cm, altura de corte 7 posições ajustáveis de 2,5 cm a 7,5 cm, área recomendada de até 4.000 m², peso recomendado de 33,9 kg (com tanque vazio), nível de ruído 86 dB(A), em operação 96 dB(A) de potência sonora Dimensões dos pneus: dianteiros: 203 mm; traseiros: 279 mm, base de roda 68,7 cm. Incluso manual e entrega técnica.	8	HUSQVARNA LC 151	R$ 2.700,00	R$ 21.600,00
2	Cortador de grama equipado com motor a gasolina, com sistema de corte 3 em 1, coleta com bloqueador de pó, opções de corte: coleta, reciclador e descarte traseiro para lidar com gramado alto, fabricado em aço inox resistente e lâminas para manter o resíduo e acabamento limpo, guidão ergométrico e ajustável, duas alturas, dobrável para facilitar o transporte e armazenamento, ajuste central da altura de corte, rodas traseiras altas, dianteira com proteção reforçada contra colisão. Motor com potência nominal mínima de 4.2HP, cilindrada 166 cm³ ou superior, rotação máxima de 2.800 rpm tração integral, largura de corte de 53 cm, ajuste de altura com 9 posições, altura de corte de 2,5 cm a 7,5 cm, área recomendada de até 5.000 m², peso recomendado de 41,7 kg (com tanque vazio), nível de ruído 86 dB(A), em operação 96 dB(A) de potência sonora Dimensões dos pneus: dianteiros: 203 mm; traseiros: 279 mm, base de roda 68,7 cm. Incluso manual e entrega técnica.	8	HUSQVARNA LC 353AWD	R$ 4.914,00	R$ 39.312,00
	VALOR TOTAL				R$ 60.912,00

Saudade do Iguaçu – PR 25 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU – PR.

***ROGÉRIO GALLINA* –**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:5F3756FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 281/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA, inscrito sob CNPJ nº 48.097.911/0001-05, para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos constantes na relação municipal de medicamentos essenciais (REMUNE), destinados a reposição de estoques e garantia do abastecimento regular da farmácia municipal de saúde de Abatiá/PR.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 004 - Lote 004	1	18258	CICLOBENZAPRINA 10 MG (CLORIDRATO)	CIMED GENERICO	UNID	1.500,00	0,10	150,00
LOTE: 006 - Lote 006	1	18260	CITALOPRAM 20MG (BROMIDRATO)	PRATI GENERICO	UNID	1.500,00	0,11	165,00
LOTE: 008 - Lote 008	1	18262	DEXCLORFENIRAMINA 2MG + BETAMETASONA 0,25MG/5ML XAROPE.	CIMED GENERICO	UNID	200,00	3,10	620,00
LOTE: 012 - Lote 012	1	18266	ESCITALOPRAM 20MG (OXALATO)	CIMED GENERICO	UNID	16.000,00	0,20	3.200,00
LOTE: 021 - Lote 021	1	18275	PAROXETINA 20MG (CLORIDRATO)	ZYDUS GENERICO	UNID	2.100,00	0,23	483,00
LOTE: 025 - Lote 025	1	18279	RISPERIDONA 2MG.	PRATI GENERICO	UNID	1.000,00	0,12	120,00
LOTE: 026 - Lote 026	1	18280	RIVAROXABANA 20MG.	EMS VYNAXA	UNID	1.500,00	0,28	420,00
LOTE: 030 - Lote 030	1	18284	TRAZODONA 50 MG (CLORIDRATO)	ZYDUS GENERICO	UNID	500,00	0,24	120,00
TOTAL								5.278,00

VALOR TOTAL R$ 5.278,00 (cinco mil duzentos e setenta e oito reais)

VIGÊNCIA: 28/09/2026 a 27/09/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:4B1529C1

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 281/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa A.D. DAMINELLI LTDA, inscrito sob CNPJ nº 10.749.758/0001-80, para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos constantes na relação municipal de medicamentos essenciais (REMUNE), destinados a reposição de estoques e garantia do abastecimento regular da farmácia municipal de saúde de Abatiá/PR.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 007 - Lote 007	1	18261	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML	FARMACE / GENERICO FARMACE / GENERICO	UNID	60,00	2,40	144,00
LOTE: 014 - Lote 014	1	18268	IMIPRAMINA 25MG (CLORIDRATO)	CRISTALIA / IMIPRA CRISTALIA / IMIPRA	UNID	3.000,00	0,54	1.620,00
LOTE: 016 - Lote 016	1	18270	LEVOMEPROMAZINA 25MG (CLORIDRATO)	BLANVER / NEOZINE BLANVER / NEOZINE	UNID	1.500,00	0,60	900,00
LOTE: 017 - Lote 017	1	18271	MELOXICAN 15MG (COMPRIMIDO SULCADO)	PHARLAB / ARTRITEC PHARLAB / ARTRITEC	UNID	360,00	0,13	46,80
LOTE: 020 - Lote 020	1	18274	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG/G + 250UI/G	PRATI DONADUZZI / GENERICO PRATI DONADUZZI / GENERICO	UNID	50,00	2,90	145,00
LOTE: 022 -	1	18276	PREGABALINA 150MG.	GLOBO / GENERICO	UNID	720,00	0,31	223,20

Lote 022				GLOBO / GENERICO				
LOTE: 023 - Lote 023	1	18277	PREGABALINA 75MG.	GLOBO / GENERICO GLOBO / GENERICO	UNID	7.650,00	0,20	1.530,00
TOTAL								4.609,00

VALOR TOTAL R$ 4.609,00 (quatro mil seiscentos e nove reais)

VIGÊNCIA: 28/09/2026 a 27/09/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:3DE6597B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 281/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa NEXXA FARMACÊUTICA LTDA, inscrito sob CNPJ nº 61.812.902/0001-17, para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos constantes na relação municipal de medicamentos essenciais (REMUNE), destinados a reposição de estoques e garantia do abastecimento regular da farmácia municipal de saúde de Abatiá/PR.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 018 - Lote 018	1	18272	METILFENIDATO 10MG	ALTHAIA GENERICO	UNID	27.300,00	0,25	6.825,00
TOTAL								6.825,00

VALOR TOTAL R$ 6.825,00 (seis mil oitocentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: 28/09/2026 a 27/09/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:ADEDC158

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 281/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa ITAMARATY CARE LTDA, inscrito sob CNPJ nº 58.489.781/0001-00, para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos constantes na relação municipal de medicamentos essenciais (REMUNE), destinados a reposição de estoques e garantia do abastecimento regular da farmácia municipal de saúde de Abatiá/PR.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 029 -	1	18283	SERTRALINA 50MG	CIMED CIMED	UNID	9.000,00	0,12	1.080,00

Lote 029			(CLORIDRATO)					
TOTAL								1.080,00

VALOR TOTAL R$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais)

VIGÊNCIA: 28/09/2026 a 27/09/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:4BCED62B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 281/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrito sob CNPJ nº35.042.079/0001-06, para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos constantes na relação municipal de medicamentos essenciais (REMUNE), destinados a reposição de estoques e garantia do abastecimento regular da farmácia municipal de saúde de Abatiá/PR.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	18257	BETAISTINA 24MG (DICLORIDRATO)	prati prati	UNID	1.000,00	0,36	360,00
LOTE: 011 - Lote 011	1	18265	DULOXETINA 60MG.	e.m.s e.m.s	UNID	1.500,00	1,34	2.010,00
LOTE: 019 - Lote 019	1	18273	MIRTAZAPINA 30MG	prati prati	UNID	1.110,00	0,63	699,30
LOTE: 024 - Lote 024	1	18278	RISPERIDONA 1MG.	accord accord	UNID	5.000,00	0,11	550,00
LOTE: 028 - Lote 028	1	18282	SERTRALINA 100MG (CLORIDRATO)	globo globo	UNID	1.500,00	0,30	450,00
TOTAL								4.069,30

VALOR TOTAL R$ 4.069,30 (quatro mil e sessenta e nove reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: 28/09/2026 a 27/09/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:B4C3BA85

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 281/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP, inscrito sob CNPJ nº 32.743.242/0001-61, para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos constantes na relação municipal de medicamentos essenciais (REMUNE), destinados a reposição de estoques e garantia do abastecimento regular da farmácia municipal de saúde de Abatiá/PR.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	18255	AMBROXOL 30 MG/5ML (CLORIDATO) - FRASCO 120 ML.	FARMACE	UNID	600,00	2,58	1.548,00
LOTE: 005 - Lote 005	1	18259	CILOSTAZOL 100MG	BOISINTETICA	UNID	3.900,00	0,44	1.716,00
LOTE: 009 - Lote 009	1	18263	DIOSMINA + HESPERIDINA 450MG + 50MG.	CIMED	UNID	11.700,00	0,43	5.031,00
LOTE: 015 - Lote 015	1	18269	LACOSAMIDA 100MG	BIOPHA	UNID	720,00	2,60	1.872,00
LOTE: 027 - Lote 027	1	18281	ROSUVASTATINA CALCICA 20MG	EMS	UNID	3.500,00	0,21	735,00
TOTAL								10.902,00

VALOR TOTAL R$ 10.902,00 (dez mil novecentos e dois reais)

VIGÊNCIA: 28/09/2026 a 27/09/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:C67FC0C9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 281/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa SANTINI MEDICAMENTOS LTDA, inscrito sob CNPJ nº 58.676.108/0001-89, para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos constantes na relação municipal de medicamentos essenciais (REMUNE), destinados a reposição de estoques e garantia do abastecimento regular da farmácia municipal de saúde de Abatiá/PR.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 010 - Lote 010	1	18264	DULOXETINA 30MG.	UNIAO QUIMICA CPR	UNID	4.800,00	0,80	3.840,00
TOTAL								3.840,00

VALOR TOTAL R$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: 28/09/2026 a 27/09/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:CEA6FE50

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 281/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA, inscrito sob CNPJ nº 32.282.308/0001-63, para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos constantes na relação municipal de medicamentos essenciais (REMUNE), destinados a reposição de estoques e garantia do abastecimento regular da farmácia municipal de saúde de Abatiá/PR.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 013 - Lote 013	1	18267	ESCOPOLAMINA 10MG (BUTILBROMETO)	HYPERA COSMED	UNID	4.000,00	1,34	5.360,00
TOTAL								5.360,00

VALOR TOTAL R$ 5.360,00 (cinco mil trezentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: 28/09/2026 a 27/09/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:C8534A3B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 433, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução das atas de registro de preços e dos contratos,por representantes da Administração;

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal dos contratos, os servidores abaixo relacionados:

Modalidade:	Inexigibilidade	**Nº:**	15/2026	
Objeto:	Fornecimento parcelado e sob demanda de materiais de construção em geral, materiais elétricos e hidráulicos, ferramentas, tintas, ferragens, agregados, artefatos de cimento, madeiras, materiais para cobertura, acabamentos e demais insumos correlatos, destinados à manutenção, conservação, reparação e adequação dos próprios municipais, tendo como referência a Tabela SINAPI/PR, quando aplicável, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 02/2026			
Gestor:	Diego Valente Lopes		**CPF:**	***.389.209-**
Fiscal:	Diego Valente Lopes		**CPF:**	***.389.209-**
	Josiane Rosario da Cruz de Andrade			***.200.429-**
	Jaime Junior Ferreira			***.822.009-**
	Viviane Picazewicz			***.746.189-**
	Everson Luan Adolphatto		**CPF:**	***.591.649-**
	Brauli Gonçalves da Luz			***.151.699-**
	Mayara Alanna de Lima Nogueira Zoellner			***.161.179-**
	Adriano José Tureck			***.512.989-**
	Irvando Luiz Zollner			***.420.969-**
Contrato:	95/2026	**Vigência:**	23/09/2026 a 23/09/2027	
Contratada:	JFA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ 24.294.771/0001-05			
Contrato:	96/2026	**Vigência:**	23/09/2026 a 23/09/2027	
Contratada:	ANGELA CRISTINA HENRIQUE LTDA CNPJ 31.012.085/0001-51			
Contrato:	97/2026	**Vigência:**	23/09/2026 a 23/09/2027	

Contratada:	RODINEI DA ROCHA OLIVEIRA CNPJ 19.692.467/0001-78		
Contrato:	98/2026	**Vigência:**	23/09/2026 a 23/09/2027
Contratada:	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CASA GUERREIRO LTDA CNPJ 06.372.701/0001-38		
Contrato:	99/2026	**Vigência:**	23/09/2026 a 23/09/2027
Contratada:	MIL FERRAGENS LTDA CNPJ 50.717.948/0001-30		
Contrato:	100/2026	**Vigência:**	23/09/2026 a 23/09/2027
Contratada:	COM. DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ANDERLE LTDA ME 79.579.876/0001-94		

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do contrato mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente o Contrato acima mencionado.

Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, em 25 de setembro de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:D5743B3F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2026 ID 3846

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

DAS PARTES:

Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

Contratado: EXTIN EXTINTORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.307.203/0001-00.

DO OBJETO: **Contratação de Empresa Especializada para Recarga e Aquisição de Extintores de Incêndio (Ônibus e Prédios)**, para atender as necessidades das Secretarias e Departamentos.

Item	Quantid.	Unidade	Descrição do Objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	19	Unid.	Recarga de Extintor PQS 04 KG BC	Própria	R$ 34,00	R$ 646,00
2	30	Unid.	Recarga de Extintor PQS 04 KG ABC	Própria	R$ 34,00	R$ 1.020,00
3	15	Unid.	Recarga de Extintor ÁGUA 10 Litros	Própria	R$ 49,00	R$ 735,00
4	12	Unid.	Recarga de Extintor PQS 06 KG ABC	Própria	R$ 40,00	R$ 480,00
5	6	Unid.	Recarga de Extintor PQS 06 KG BC	Própria	R$ 53,00	R$ 318,00
6	4	Unid.	Recarga de Extintor CO2 06 KG	Própria	R$ 81,00	R$ 324,00
7	4	Unid.	Recarga de Extintor PQS 08 KG BC	Própria	R$ 63,00	R$ 252,00

DO VALOR:

O valor total, de acordo com os preços obtidos mapa comparativo e quantidades previstas é de **R$ 3.775,00** (Três mil e setecentos e setenta e cinco reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os Recursos Orçamentários para o pagamento dos serviços executados, é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2026, e superávit financeiro de 2025, através das dotações abaixo:

40 - 05.001.04.122.0003.2.010.3.3.90.30.00.00 - Gestão da Secretaria de Administração

Material De Consumo – Fonte 1000

189 - 06.001.15.452.0007.2.034.3.3.90.30.00.00 - Manter a Gestão das Atividades do Setor de Serviços Urbanos

Material De Consumo – Fonte 1000

291 - 07.001.12.361.0013.2049.3.3.90.30.00.00 - Manter o Transporte Escolar

Material De Consumo – Fonte 1000

282 - 07.001.12.361.0013.2.043.3.3.90.30.00.00 - Gestão das Despesas com o Ensino Básico Fundamental

Material De Consumo – Fonte 1000

312 - 07.001.12.365.0013.2049.3.3.90.30.00.00 - Manter o Transporte Escolar

Material De Consumo – Fonte 1000

304 - 07.001.12.365.0013.2.048.3.3.90.30.00.00 - Manter a Gestão das Atividades da Educação Infantil

Material De Consumo – Fonte 1000

335 - 07.002.27.812.0011.2.054.3.3.90.30.00.00 - Manter as Atividades do Setor de Esportes do Município

Material De Consumo – Fonte 1000

349 - 08.001.10.122.0003.2.059.3.3.90.30.00.00 - Manter a Gestão da Secretaria de Saúde

Material De Consumo – Fonte 1000

366 - 08.001.10.301.0010.2.060.3.3.90.30.00.00 - Manter a Gestão das Unidades Básicas de Saúde

Material De Consumo – Fonte 311914

390 - 08.001.10.302.0010.2.061.3.3.90.30.00.00 - Manter a Gestão do Hospital Municipal

Material De Consumo – Fonte 9496

450 - 09.001.08.122.0003.2.107.3.3.90.30.00.00 - Gestão da Secretaria de Assistência Social

Material De Consumo – Fonte 1000

506 - 09.001.08.244.0014.2.120.3.3.90.30.00.00 - Gestão das Atividades do CRAS e SCFV

Material De Consumo – Fonte 3175

484 - 09.001.08.243.0014.6114. 3.3.90.30.00.00 - Apoio ao Conselho Tutelar

Material De Consumo – Fonte 1000

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O Município de Amaporã efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal, conferência do objeto entregue e atesto do(s) responsável(is) pelo recebimento do objeto/serviços, conforme Portaria 24/2026.

DA VALIDADE:

O prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, com fulcro na Lei n° 14.133/21.

Amaporã/PR, 25 de setembro de 2026.

Munícipio de Amaporã

MARCOS MARIN

Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:6103D6B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.361 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre o cancelamento de empenhos não processados, que consta em restos a pagar e dá outras providências.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei, tendo em vista os artigos. 1º e 42º da Lei de Responsabilidade Fiscal Nº 101/00, artigo 36 da lei 4.320/64, artigos 35, 67 ao 70 do Decreto nº 93.872/86, Decreto nº 6.708/2008, e;

Considerando que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;

Considerando que restos a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento, pelo produto não ter sido entregue e/ou serviço não ter sido prestado.

DECRETA

ARTIGO 1º- Fica a Prefeitura Municipal de Andirá, autorizada a cancelar o valor de R$ 108.742,24 (cento e oito mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos), referente aos empenhos não processados dos exercícios de 2024 e 2025, conforme segue relação abaixo:

EMPENHO	ANO	CREDOR	FONTE	VALOR
9073	2024	ANDRE MATIAS 01018656944	3949	59,30
6444	2024	CRS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA	3934	377,42
1967	2024	PLATMADEIRAS LTDA	1000	1.552,50
7700	2024	SUPERMERCADO GOLD LTDA	1949	87,50
9676	2025	15.385.640 ANGELA PIA PICCIONI DE ARAUJO	1981	1.004,66
568	2025	2B DISTRIBUIDORA LTDA	1000	420,00
6801	2025	51.463.760 LUIZ FELIPE DOS REIS FRANCISCO	3940	395,52
1738	2025	ALPHA MIX DISTRIBUIDORA LTDA	1000	431,80
7970	2025	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	1491	20,26
3393	2025	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	1494	93,00
1076	2025	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	3491	40,52
7860	2025	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	3494	17,52
3641	2025	AMMO INFORMATICA LTDA	3970	2.816,91
1741	2025	BRASCOMPAR EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA	1000	28,40
1903	2025	BRASCOMPAR EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA	3949	142,00
340	2025	CAMILA CRISTINA POLO	1000	454,48
11132	2025	CAMILA CRISTINA POLO	1000	2.281,34
4889	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1000	89,07
5011	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1000	1.334,47
8639	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1000	356,20
9754	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1000	172,70
9846	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1000	307,84
11690	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1000	120,90
11691	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1000	519,80
7523	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1303	11.459,48
992	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1934	908,30
993	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1934	208,80
12083	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	1972	76,62
11064	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	3000	657,60
12080	2025	CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME	3960	4.750,27
888	2025	CRS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA	1000	47,20
935	2025	CRS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA	1000	110,82
988	2025	CRS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA	1949	287,92
2733	2025	CURAMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	1494	136,00
6958	2025	DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1491	3,00
803	2025	E.L.A DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA	1000	576,00
9069	2025	E.L.A DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA	1000	465,52
9753	2025	E.L.A DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA	1000	306,48
12228	2025	EDMUNDO DOS SANTOS NETO	1000	137,57
1734	2025	EMPÓRIO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	1000	8,52
5619	2025	ÉRICA DOS SANTOS BENTO HENRIQUE 04961837962	1000	197,00
8455	2025	EXTINCOP - COMERCIO DE EXTINTORES LTDA	3494	648,00
3400	2025	HERVERTON MILHAN JORDAO	1000	879,12
8536	2025	HERVERTON MILHAN JORDAO	1000	195,00
6468	2025	JOE WEIDER FERNANDES TROINA LTDA	1000	45,00
12223	2025	JOSÉ MARIO ROSSATTO	1000	200,00
7665	2025	JOSE ODECIO FURLAN	1000	15,50
6802	2025	JOSE ODECIO FURLAN	3940	140,79
5798	2025	K. LUMERTZ CARDOSO	1000	96,90
4530	2025	LUCIANO APARECIDO DA SILVA GÁS	1000	105,76
11473	2025	LUCIANO APARECIDO DA SILVA GÁS	1000	112,17
10973	2025	LUCIANO APARECIDO DA SILVA GÁS	3000	336,51
6472	2025	M I P SOARES & SOARES LTDA - ME	1000	197,47
6550	2025	M I P SOARES & SOARES LTDA - ME	1000	70,00
9739	2025	M I P SOARES & SOARES LTDA - ME	1000	231,50
4091	2025	M I P SOARES & SOARES LTDA - ME	1510	1.176,00
5496	2025	MARCOS VINICIUS VASCONCELOS	1000	2.719,50
9129	2025	MEDIC TEC AMBIENTAL LTDA	1000	5,40
6857	2025	MR MANFIO CONSTRUTORA LTDA	3016	7.492,01
12132	2025	PEDRO HENRIQUE C. GALHARDO	1000	1.788,83
2963	2025	PROGRESSO MED	1000	105,90
8447	2025	PROGRESSO MED	1491	3.388,80
8483	2025	PROGRESSO MED	3494	1.059,00
3929	2025	RADIONET LTDA	1000	170,01

3954	2025	RADIONET LTDA	1000	94,45
3955	2025	RADIONET LTDA	1000	94,45
3957	2025	RADIONET LTDA	1000	70,08
3958	2025	RADIONET LTDA	1000	102,37
4034	2025	RADIONET LTDA	1000	101,15
5107	2025	RADIONET LTDA	1000	170,01
3949	2025	RADIONET LTDA	1510	1.163,26
10007	2025	REGINALDO DE MELO 74965930959	1000	292,00
6526	2025	RESIDENCIAL ACONCHEGO DAS FLORES LTDA	1000	7.000,00
424	2025	RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO - INFORMÁTICA ME	1000	196,00
5801	2025	RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO - INFORMÁTICA ME	1000	456,00
7936	2025	RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO - INFORMÁTICA ME	1491	1.845,00
7969	2025	RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA	1491	618,30
5519	2025	RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA	3491	25,85
11006	2025	RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA	3491	55,92
1785	2025	RWAF TEXTIL INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTACAO DE TECIDOS LTDA	1000	407,40
10061	2025	SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	1000	783,60
1743	2025	SCA DISTRIBUIDORA LTDA	1000	13,80
5546	2025	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	1000	728,96
11501	2025	SHIGEMOTO & CIA LTDA	1303	2.979,80
10025	2025	SHIGEMOTO & CIA LTDA	1493	7.747,48
7066	2025	SOARES & CUNHA LTDA - ME	3303	23.275,00
4111	2025	SRC COMERCIO DE VARIEDADES LTDA	1000	108,30
12668	2025	SRC COMERCIO DE VARIEDADES LTDA	1103	2.626,60
12669	2025	SRC COMERCIO DE VARIEDADES LTDA	1103	1.953,15
11504	2025	SRC COMERCIO DE VARIEDADES LTDA	3491	7,22
2483	2025	SUPERMEDCOMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	3491	595,20
1742	2025	SUPERMERCADO GOLD LTDA	1000	84,00
917	2025	SUPERMERCADO GOLD LTDA	1949	334,18
2035	2025	VALTER JOSE DUARTE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	1303	62,64
2034	2025	VALTER JOSE DUARTE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	3491	40,70
418	2025	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA	1000	68,99
			Total: 108.742,24	

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal “Bráulio Barbosa Ferraz”, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:17CDE967

GABINETE DA PREFEITA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE ANDIRA										
ESTADO DO PARANÁ										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO										
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R$ 1,00
Função/Subfunção	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (a)**	**Despesas Empenhadas**			**Saldo (c) = (a-b)**	**Despesas Liquidadas**			**Saldo (e) = (a-d)**
			No Periodo	**Até o Periodo (b)**	**% (b/total b)**		**No Periodo**	**Até o Periodo (d)**	**% (d/total d)**	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	160.732.579,30	198.474.877,33	18.051.882,17	111.989.060,82	90,56	86.485.816,51	24.177.395,83	89.708.099,87	88,59	108.766.777,46
LEGISLATIVA	2.982.164,00	2.982.164,00	352.609,71	1.452.855,48	1,17	1.529.308,52	319.551,51	1.373.184,80	1,36	1.608.979,20
Ação Legislativa	2.982.164,00	2.982.164,00	352.609,71	1.452.855,48	1,17	1.529.308,52	319.551,51	1.373.184,80	1,36	1.608.979,20
ADMINISTRAÇÃO	19.539.283,81	20.038.595,76	2.408.080,47	11.692.703,98	9,46	8.345.891,78	2.687.597,40	10.715.301,02	10,58	9.323.294,74
Administração Geral	17.358.483,81	17.843.290,76	2.128.425,80	10.348.505,69	8,37	7.494.785,07	2.361.340,32	9.445.361,26	9,33	8.397.929,50
Administração Financeira	2.168.800,00	2.168.800,00	279.654,67	1.329.693,29	1,08	839.106,71	326.257,08	1.255.434,76	1,24	913.365,24
Formação de Recursos Humanos	12.000,00	26.505,00	0,00	14.505,00	0,01	12.000,00	0,00	14.505,00	0,01	12.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.659.100,00	4.263.500,63	546.295,90	2.881.900,03	2,33	1.381.600,60	786.222,66	2.073.049,78	2,05	2.190.450,85
Administração Geral	9.000,00	3.000,00	0,00	2.000,00	0,00	1.000,00	457,03	1.354,15	0,00	1.645,85
Assistência à Pessoa Idosa	230.800,00	506.069,71	36.537,10	275.663,78	0,22	230.405,93	56.358,06	164.343,50	0,16	341.726,21
Assistência à Pessoa com Deficiência	2.000,00	83.805,65	0,00	48.959,09	0,04	34.846,56	27.504,06	40.434,05	0,04	43.371,60
Assistência à Criança a ao Adolescente	940.700,00	1.639.846,08	169.943,64	1.047.216,58	0,85	592.629,50	251.364,76	650.320,49	0,64	989.525,59
Assistência Comunitária	1.476.600,00	2.030.779,19	339.815,16	1.508.060,58	1,22	522.718,61	450.538,75	1.216.597,59	1,20	814.181,60
PREVIDÊNCIA SOCIAL	26.245.311,02	26.245.311,02	4.037.203,16	15.652.003,40	12,66	10.593.307,62	4.037.851,55	15.650.251,79	15,46	10.595.059,23
Previdência do Regime Estatutário	25.635.311,02	25.635.311,02	3.952.814,20	15.314.447,56	12,38	10.320.863,46	3.953.462,59	15.312.695,95	15,12	10.322.615,07
Previdência Especial	610.000,00	610.000,00	84.388,96	337.555,84	0,27	272.444,16	84.388,96	337.555,84	0,33	272.444,16
SAÚDE	31.132.731,31	38.685.340,79	4.505.636,75	28.603.827,23	23,13	10.081.513,56	5.308.778,34	21.717.802,78	21,45	16.967.538,01

Atenção Básica	23.564.090,86	29.412.090,32	2.710.635,40	21.855.142,89	17,67	7.556.947,43	3.902.026,93	17.192.448,59	16,98	12.219.641,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.624.940,45	7.153.493,43	1.534.951,42	5.663.739,54	4,58	1.489.753,89	1.129.495,35	3.481.674,34	3,44	3.671.819,09
Suporte Profilático e Terapêutico	62.800,00	168.300,00	5.922,97	41.950,47	0,03	126.349,53	10.583,52	38.082,72	0,04	130.217,28
Vigilância Sanitária	474.900,00	488.030,00	50.679,84	244.413,58	0,20	243.616,42	59.601,00	228.016,72	0,23	260.013,28
Vigilância Epidemiológica	1.406.000,00	1.463.427,04	203.447,12	798.580,75	0,65	664.846,29	207.071,54	777.580,41	0,77	685.846,63
TRABALHO	1.137.282,78	1.497.102,78	0,00	1.185.298,19	0,96	311.804,59	48.564,01	189.707,37	0,19	1.307.395,41
Empregabilidade	1.137.282,78	1.497.102,78	0,00	1.185.298,19	0,96	311.804,59	48.564,01	189.707,37	0,19	1.307.395,41
EDUCAÇÃO	31.348.812,58	32.602.472,91	3.987.226,19	21.386.739,41	17,29	11.215.733,50	4.849.636,49	19.378.618,59	19,14	13.223.854,32
Administração Geral	1.961.467,50	2.070.967,50	278.489,43	1.212.841,09	0,98	858.126,41	294.127,57	1.182.696,66	1,17	888.270,84
Alimentação e Nutrição	1.275.000,00	1.275.622,57	219.959,92	869.997,45	0,70	405.625,12	215.739,60	823.220,06	0,81	452.402,51
Ensino Fundamental	18.631.070,08	19.290.276,74	2.092.768,08	12.510.571,14	10,12	6.779.705,60	2.541.555,31	11.158.975,20	11,02	8.131.301,54
Ensino Superior	537.000,00	566.979,07	71.513,05	445.573,77	0,36	121.405,30	96.064,38	410.556,07	0,41	156.423,00
Educação Infantil	7.551.275,00	7.995.827,03	1.212.430,30	5.438.211,71	4,40	2.557.615,32	1.537.963,42	5.118.424,73	5,05	2.877.402,30
Educação Especial	1.393.000,00	1.402.800,00	112.065,41	909.544,25	0,74	493.255,75	164.186,21	684.745,87	0,68	718.054,13
CULTURA	1.939.900,00	2.794.806,00	135.658,86	1.829.309,87	1,48	965.496,13	104.213,48	662.900,86	0,65	2.131.905,14
Difusão Cultural	1.939.900,00	2.794.806,00	135.658,86	1.829.309,87	1,48	965.496,13	104.213,48	662.900,86	0,65	2.131.905,14
URBANISMO	9.453.909,14	28.717.189,54	88.034,83	7.217.344,64	5,84	21.499.844,90	932.727,85	4.803.143,86	4,74	23.914.045,68
Infra-Estrutura Urbana	3.615.300,00	22.244.728,09	-242.250,00	1.898.550,78	1,54	20.346.177,31	14.598,45	790.800,92	0,78	21.453.927,17
Serviços Urbanos	5.838.609,14	6.472.461,45	330.284,83	5.318.793,86	4,30	1.153.667,59	918.129,40	4.012.342,94	3,96	2.460.118,51
HABITAÇÃO	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	1,62	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	1,98	0,00
Habitação Urbana	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	1,62	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	1,98	0,00
SANEAMENTO	9.068.558,94	9.228.803,44	728.157,51	5.438.063,43	4,40	3.790.740,01	1.095.032,29	3.827.044,17	3,78	5.401.759,27
Saneamento Básico Urbano	9.068.558,94	9.228.803,44	728.157,51	5.438.063,43	4,40	3.790.740,01	1.095.032,29	3.827.044,17	3,78	5.401.759,27
GESTÃO AMBIENTAL	3.525.521,90	3.672.462,32	65.872,67	3.417.404,37	2,76	255.057,95	593.373,88	1.809.821,82	1,79	1.862.640,50
Administração Geral	33.400,00	161.720,07	27.300,00	136.595,10	0,11	25.124,97	22.921,46	107.803,90	0,11	53.916,17
Serviços Urbanos	3.437.621,90	3.450.524,98	38.572,67	3.229.092,00	2,61	221.432,98	561.004,51	1.692.570,01	1,67	1.757.954,97
Preservação e Conservação Ambiental	54.500,00	60.217,27	0,00	51.717,27	0,04	8.500,00	9.447,91	9.447,91	0,01	50.769,36
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
AGRICULTURA	4.465.940,16	5.089.748,28	102.399,47	1.155.626,72	0,93	3.934.121,56	136.123,43	629.813,04	0,62	4.459.935,24
Abastecimento	39.000,00	39.000,00	16.621,84	38.621,84	0,03	378,16	1.097,98	5.253,46	0,01	33.746,54
Extensão Rural	12.000,00	12.000,00	0,00	642,00	0,00	11.358,00	0,00	642,00	0,00	11.358,00
Promoção da Produção Agropecuária	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Transporte Rodoviário	4.410.940,16	5.034.748,28	85.777,63	1.116.362,88	0,90	3.918.385,40	135.025,45	623.917,58	0,62	4.410.830,70
COMÉRCIO E SERVIÇOS	111.000,00	359.750,00	0,00	0,00	0,00	359.750,00	0,00	0,00	0,00	359.750,00
Turismo	111.000,00	359.750,00	0,00	0,00	0,00	359.750,00	0,00	0,00	0,00	359.750,00
ENERGIA	606.237,47	2.346.236,62	20.500,57	2.203.016,85	1,78	143.219,77	98.814,85	98.814,85	0,10	2.247.421,77
Energia Elétrica	606.237,47	2.346.236,62	20.500,57	2.203.016,85	1,78	143.219,77	98.814,85	98.814,85	0,10	2.247.421,77
TRANSPORTE	152.000,00	152.000,00	3.284,40	101.755,22	0,08	50.244,78	25.695,60	85.071,02	0,08	66.928,98
Infra-Estrutura Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	10.206,02	0,01	9.793,98	3.450,00	10.206,02	0,01	9.793,98
Transporte Rodoviário	132.000,00	132.000,00	3.284,40	91.549,20	0,07	40.450,80	22.245,60	74.865,00	0,07	57.135,00
DESPORTO E LAZER	2.089.310,32	3.161.002,43	339.562,80	1.646.141,20	1,33	1.514.861,23	199.678,73	1.015.501,69	1,00	2.145.500,74
Desporto Comunitário	2.089.310,32	3.161.002,43	339.562,80	1.646.141,20	1,33	1.514.861,23	199.678,73	1.015.501,69	1,00	2.145.500,74
ENCARGOS ESPECIAIS	5.071.249,79	5.434.124,73	731.358,88	4.125.070,80	3,34	1.309.053,93	953.533,76	3.678.072,43	3,63	1.756.052,30
Outros Encargos Especiais	5.071.249,79	5.434.124,73	731.358,88	4.125.070,80	3,34	1.309.053,93	953.533,76	3.678.072,43	3,63	1.756.052,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.196.266,08	9.196.266,08	0,00	0,00	0,00	9.196.266,08	0,00	0,00	0,00	9.196.266,08
Reserva de contigência para o RPPS	8.509.474,98	8.509.474,98	0,00	0,00	0,00	8.509.474,98	0,00	0,00	0,00	8.509.474,98
Reserva de Contingência geral	686.791,10	686.791,10	0,00	0,00	0,00	686.791,10	0,00	0,00	0,00	686.791,10
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIA	19.672.182,56	19.500.422,41	2.845.367,03	11.676.173,29	9,44	7.824.249,12	2.904.947,05	11.554.515,34	11,41	7.945.907,07
LEGISLATIVA	106.549,00	106.549,00	14.637,38	62.713,00	0,05	43.836,00	14.637,38	62.713,00	0,06	43.836,00
Ação Legislativa	106.549,00	106.549,00	14.637,38	62.713,00	0,05	43.836,00	14.637,38	62.713,00	0,06	43.836,00
ADMINISTRAÇÃO	12.389.138,15	12.382.938,15	1.971.866,79	7.944.530,31	6,42	4.438.407,84	1.979.484,87	7.934.496,06	7,84	4.448.442,09
Administração Geral	12.139.138,15	12.132.938,15	1.932.236,46	7.788.200,12	6,30	4.344.738,03	1.939.854,54	7.778.165,87	7,68	4.354.772,28
Administração Financeira	250.000,00	250.000,00	39.630,33	156.330,19	0,13	93.669,81	39.630,33	156.330,19	0,15	93.669,81
ASSISTÊNCIA SOCIAL	59.800,00	72.900,00	1.485,00	57.121,61	0,05	15.778,39	9.358,95	30.059,75	0,03	42.840,25
Assistência à Pessoa Idosa	30.000,00	30.000,00	0,00	26.000,00	0,02	4.000,00	4.088,97	9.955,77	0,01	20.044,23
Assistência à Criança a ao Adolescente	15.500,00	15.500,00	0,00	14.500,00	0,01	1.000,00	2.837,07	6.559,14	0,01	8.940,86
Assistência Comunitária	14.300,00	27.400,00	1.485,00	16.621,61	0,01	10.778,39	2.432,91	13.544,84	0,01	13.855,16
SAÚDE	2.051.600,00	2.108.300,00	298.328,81	1.207.817,02	0,98	900.482,98	306.831,09	1.201.039,81	1,19	907.260,19
Atenção Básica	1.733.000,00	1.753.600,00	243.617,79	984.496,72	0,80	769.103,28	250.337,17	980.023,42	0,97	773.576,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	57.100,00	93.200,00	15.396,39	66.277,80	0,05	26.922,20	16.704,49	64.395,52	0,06	28.804,48
Vigilância Sanitária	66.500,00	66.500,00	8.221,74	34.201,68	0,03	32.298,32	8.696,54	33.780,05	0,03	32.719,95
Vigilância Epidemiológica	195.000,00	195.000,00	31.092,89	122.840,82	0,10	72.159,18	31.092,89	122.840,82	0,12	72.159,18
EDUCAÇÃO	3.420.000,00	3.545.839,85	473.941,53	2.025.417,73	1,64	1.520.422,12	504.604,96	1.985.151,37	1,96	1.560.688,48
Administração Geral	244.000,00	292.500,00	42.181,58	179.155,57	0,14	113.344,43	44.449,26	175.065,93	0,17	117.434,07
Ensino Fundamental	2.030.000,00	2.127.339,85	277.989,82	1.197.503,22	0,97	929.836,63	296.142,97	1.178.012,04	1,16	949.327,81
Educação Infantil	1.015.000,00	1.000.000,00	139.566,83	590.006,13	0,48	409.993,87	149.809,43	573.320,59	0,57	426.679,41
Educação Especial	131.000,00	126.000,00	14.203,30	58.752,81	0,05	67.247,19	14.203,30	58.752,81	0,06	67.247,19
CULTURA	15.600,00	16.400,00	800,00	10.600,00	0,01	5.800,00	2.501,69	5.762,38	0,01	10.637,62
Difusão Cultural	15.600,00	16.400,00	800,00	10.600,00	0,01	5.800,00	2.501,69	5.762,38	0,01	10.637,62
URBANISMO	45.000,00	53.000,00	10.000,00	49.500,00	0,04	3.500,00	8.575,46	26.144,02	0,03	26.855,98
Serviços Urbanos	45.000,00	53.000,00	10.000,00	49.500,00	0,04	3.500,00	8.575,46	26.144,02	0,03	26.855,98
SANEAMENTO	354.495,41	334.495,41	47.239,01	188.374,50	0,15	146.120,91	47.239,01	188.374,50	0,19	146.120,91
Saneamento Básico Urbano	354.495,41	334.495,41	47.239,01	188.374,50	0,15	146.120,91	47.239,01	188.374,50	0,19	146.120,91
GESTÃO AMBIENTAL	16.000,00	16.000,00	1.629,84	6.400,84	0,01	9.599,16	1.629,84	6.400,84	0,01	9.599,16
Serviços Urbanos	16.000,00	16.000,00	1.629,84	6.400,84	0,01	9.599,16	1.629,84	6.400,84	0,01	9.599,16
DESPORTO E LAZER	114.000,00	114.000,00	12.283,42	72.371,21	0,06	41.628,79	16.928,55	63.046,54	0,06	50.953,46
Desporto Comunitário	114.000,00	114.000,00	12.283,42	72.371,21	0,06	41.628,79	16.928,55	63.046,54	0,06	50.953,46
ENCARGOS ESPECIAIS	1.100.000,00	750.000,00	13.155,25	51.327,07	0,04	698.672,93	13.155,25	51.327,07	0,05	698.672,93
Outros Encargos Especiais	1.100.000,00	750.000,00	13.155,25	51.327,07	0,04	698.672,93	13.155,25	51.327,07	0,05	698.672,93
TOTAL	**180.404.761,86**	**217.975.299,74**	**20.897.249,20**	**123.665.234,11**	**100,00**	**94.310.065,63**	**27.082.342,88**	**101.262.615,21**	**100,00**	**116.712.684,53**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ, emitido em 24/set/2026 as 17h e 28m.

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:D713A171

GABINETE DA PREFEITA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE ANDIRA		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO		
E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO		
RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	**23.581.870,00**	**13.437.410,59**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	5.932.970,00	3.596.058,50
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	2.727.500,00	1.080.999,91
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	9.035.400,00	5.340.438,17
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	5.886.000,00	3.419.914,01
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**71.420.000,00**	**43.818.949,24**
2.1- Cota-Parte FPM	46.810.000,00	29.497.529,46
2.1.1- Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	42.500.000,00	27.739.032,85
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	4.310.000,00	1.758.496,61
2.2- Cota-Parte ICMS	17.825.000,00	10.161.114,65
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	285.000,00	163.278,89
2.4- Cota-Parte ITR	1.800.000,00	96.752,04
2.5- Cota-Parte IPVA	4.500.000,00	3.900.274,20
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	200.000,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**95.001.870,00**	**57.256.359,83**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**R$ 13.422.000,00**	**R$ 8.412.090,53**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	**10.328.467,50**	**5.901.999,43**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	**19.382.565,28**	**12.124.589,24**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	19.028.225,00	11.611.433,48
6.1.1- Principal	18.929.225,00	11.514.256,20
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	97.000,00	81.600,92
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	2.000,00	15.576,36
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	37.340,28	37.340,28
6.2.1- Principal	37.340,28	37.340,28
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	317.000,00	475.815,48
6.4.1- Principal	317.000,00	475.815,48
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**5.507.225,00**	**3.102.165,67**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**196.228,43**	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	196.228,43	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**12.320.817,67**	

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)					R$ 1,00
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**19.583.593,71**	**12.552.388,41**	**12.079.843,72**	**11.698.878,51**	**472.544,69**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	16.212.314,23	10.501.272,05	10.501.272,05	10.145.968,66	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	4.649.000,00	3.475.793,00	3.475.793,00	3.342.622,91	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	11.026.314,23	6.811.758,72	6.811.758,72	6.593.606,16	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	328.000,00	213.720,33	213.720,33	209.739,59	0,00
10.1.5- Administração Geral	209.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	3.371.279,48	2.051.116,36	1.578.571,67	1.552.909,85	472.544,69
10.2.1- Educação Infantil	870.073,00	193.421,38	115.407,81	115.407,81	78.013,57
10.2.2- Ensino Fundamental	1.970.406,48	1.383.909,59	1.212.106,25	1.186.444,43	171.803,34
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	530.800,00	473.785,39	251.057,61	251.057,61	222.727,78
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO**

						EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**12.354.959,98**	**11.882.415,29**	**11.501.450,08**	**472.544,69**	**0,00**	**230.370,74**
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	12.267.677,47	11.811.774,91	11.430.809,70	455.902,56	0,00	656.243,99
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	37.305,64	37.305,64	37.305,64	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	49.976,87	33.334,74	33.334,74	16.642,13	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	10.419.096,02	10.419.096,02	10.063.792,63	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.154.141,63	10.419.096,02	10.419.096,02	89,44
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	1.212.458,92	242.173,95	242.173,95	0,00	2,00

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)						R$ 1,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	1.693.927,83	196.228,43	158.087,60	0,00	38.140,83	38.140,83
19.1- Total das Despesas custeadadsa com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.624.972,19	147.026,78	147.026,78	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	68.955,64	49.201,65	11.060,82	0,00	38.140,83	38.140,83

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**12.651.461,72**	**7.388.393,77**	**6.347.572,13**	**6.282.718,00**	**1.040.821,64**
20.1- Educação Infantil	3.148.568,00	1.912.653,08	1.737.984,62	1.721.155,00	174.668,46
20.2- Ensino Fundamental	6.023.926,22	3.838.232,53	2.997.890,35	2.977.106,93	840.342,18
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	670.000,00	275.991,34	273.920,74	270.799,83	2.070,60
20.5- Administração Geral	2.144.467,50	1.361.516,82	1.337.776,42	1.313.656,24	23.740,40
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	664.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**27.688.287,93**	**17.418.339,87**	**16.153.512,32**	**15.738.914,81**	**1.264.827,55**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.667.641,00	5.581.867,46	5.329.185,43	5.179.185,72	252.682,03
21.1.1- Creche	8.667.641,00	5.581.867,46	5.329.185,43	5.179.185,72	252.682,03
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	19.020.646,93	11.836.472,41	10.824.326,89	10.559.729,09	1.012.145,52
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**VALOR**
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					6.347.572,13
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					8.412.090,53
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00

25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af) + L30.2(af))	38.690,34
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**14.720.972,32**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	14.314.089,96	14.720.972,32	25,71

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**542.050,02**	**251.947,35**	**492.487,37**	**43.490,34**	**6.072,31**
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	305.888,90	186.634,89	261.126,25	38.690,34	6.072,31
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	236.161,12	65.312,46	231.361,12	4.800,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)	R$ 1,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**2.860.050,00**	**1.672.635,41**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**1.835.200,00**	**1.232.826,81**
31.1.1- Salário-Educação	1.213.000,00	861.616,21
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	388.000,00	343.527,46
31.1.4 - PNATE	25.200,00	27.597,16
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	209.000,00	85,98
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**471.750,00**	**65.911,63**
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**553.100,00**	**373.896,97**

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	**3.913.257,33**	**2.808.710,12**	**2.324.027,13**	**2.282.691,60**	**484.682,99**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	328.186,03	273.717,08	206.612,13	206.612,13	67.104,95
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	2.396.969,66	1.307.525,50	972.098,80	972.098,80	335.426,70
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	566.979,07	445.573,77	410.556,07	396.216,07	35.017,70
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	621.122,57	781.893,77	734.760,13	707.764,60	47.133,64
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**36.148.312,76**	**23.600.715,94**	**21.602.666,62**	**20.944.976,32**	**1.998.049,32**
33.1- Despesas Correntes	**34.473.178,76**	**23.209.432,35**	**21.369.257,56**	**20.711.567,26**	**1.840.174,79**
33.1.1- Pessoal Ativo	25.283.832,13	15.352.730,11	15.352.730,11	14.916.950,77	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	501.800,00	458.785,39	236.057,61	236.057,61	222.727,78
33.1.4- Outras Despesas Correntes	8.687.546,63	7.397.916,85	5.780.469,84	5.558.558,88	1.617.447,01
33.2- Despesas de Capital	**1.675.134,00**	**391.283,59**	**233.409,06**	**233.409,06**	**157.874,53**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	29.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.646.134,00	376.283,59	218.409,06	218.409,06	157.874,53

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**VALOR**	
	FUNDEB (ah)	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	432.389,55	145.298,14
35- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	12.124.589,24	861.616,21
36- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	11.859.593,16	865.405,50
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	697.385,63	141.508,85
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	697.385,63	141.508,85

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ, emitido em 25/set/2026 as 08h e 27m.

1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de

caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9.Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA	***SIMONE ZANON***	***DIRCEU LUIZ***
Prefeita Municipal	Contadora CRC/PR 05.2002/O-8	Secretario Municipal de Finanças

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:923F799C

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ

CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RETIFICAÇÃO

O presente termo aditivo tem por objeto - Outras Operações de Aditivos, para **Alteração de Marca do Lote 39 - Item 1** (LUVA CIRURGICA ESTERIL 6,5-LUVA CIRURGICA, LÁTEX NATURAL, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MINIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORSÍVEL, ATOXICA, DESCARTAVEL, ANATOMICO, CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA), da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 034/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 072/2025:**

Onde se lê:

Empresa	Lote	Item	Descrição	Marca
CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	39	1	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6,5-LUVA CIRURGICA, LÁTEX NATURAL, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MINIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORSÍVEL, ATOXICA,DESCARTAVEL,ANATOMICO, CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA	DESCARPACK PAR (TAM 6,5)

Leia-se:

Empresa	Lote	Item	Descrição	Marca
CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	39	1	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6,5-LUVA CIRURGICA, LÁTEX NATURAL, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MINIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORSÍVEL, ATOXICA,DESCARTAVEL,ANATOMICO, CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA	MEDIX BRASIL PROD. HOSP. E ODONT. LTDA

** A substituição não implicará alteração do preço unitário registrado de R$ 1,10, quantidade, valor global, equilíbrio econômico-financeiro ou demais condições da Ata;*

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 23 de setembro de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 072/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita

ADRIANO RODRIGUES DA SILVA

Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:8B3927EB

GABINETE DA PREFEITA
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ			
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA			
JANEIRO A AGOSTO 2026			
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS
000 - RECURSOS ORDINARIOS - LIVRES	**415.600,00**	**442.546,40**	**244.221,46**
Outras Despesas Correntes	406.200,00	428.131,40	231.768,46
Investimentos	9.400,00	14.415,00	12.453,00
880 - CONTRIBUIÇÕES E LEGADOS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS	**83.200,00**	**174.342,97**	**4.018,10**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	50.800,00	70.942,97	4.018,10
Investimentos	32.400,00	103.400,00	0,00
934- MANTER O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - PROJETO ESPERANÇA	**51.000,00**	**62.638,78**	**45.702,67**
Outras Despesas Correntes	51.000,00	62.638,78	45.702,67
949 -BLOCO DE FINANCIAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	**84.300,00**	**106.556,34**	**27.695,05**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	80.800,00	103.056,34	27.695,05
Investimentos	3.500,00	3.500,00	0,00
964 - APOIO E FORTALECIMENTO AS FAMÍLIAS DE GESTANTES E CRIANÇAS - DELIBERAÇÃO Nº 047/2022 - CEDCA-PR -	**4.500,00**	**5.637,66**	**1.137,66**
Outras Despesas Correntes	4.500,00	5.637,66	1.137,66
Investimentos	0,00	0,00	0,00
966 - Deliberação 80/2022 - CEDCA/PR - PARQUE ACESSÍVEL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00	0,00
968 - Deliberação 78/2022 - CEDCA/PR - PROGRAMA DE APOIO À HIGIENE ÍNTIMA	**2.000,00**	**2.254,47**	**185,30**
Outras Despesas Correntes	2.000,00	2.254,47	185,30
969 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS-SIGTV Serviço de Proteção Social Básica	**2.000,00**	**2.000,00**	**0,00**
Outras Despesas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00
970 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS-Centro de Convivência e Projeto Esperança-Emenda de Bancada	**25.000,00**	**118.241,24**	**41.587,96**
Investimentos	25.000,00	118.241,24	41.587,96
975 - Piso Único de Assistência Social - PAS	**51.000,00**	**65.625,45**	**19.575,12**
Outras Despesas Correntes	46.000,00	60.625,45	19.302,76
Investimentos	5.000,00	5.000,00	272,36
979 - Deliberação nº 013/2024 - CEDCA- Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço	**100,00**	**28.707,22**	**7.936,33**
Outras Despesas Correntes	100,00	25.707,22	4.956,63
Investimentos	0,00	3.000,00	2.979,70
981 - Deliberação 13/2025 - CEDCA/PR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente	**6.000,00**	**235.578,82**	**91.564,81**
Outras Despesas Correntes	6.000,00	215.578,82	91.564,81

Investimentos	0,00	20.000,00	0,00
986-Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emenda Individual 202543130006 - custeio	**0,00**	**90.000,00**	**20.000,00**
Outras Despesas Correntes	0,00	90.000,00	20.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	**724.700,00**	**1.334.129,35**	**503.624,46**
FONTE - Sistema Elotech Gestão Pública - Secretaria Municipal de Finanças			

EDNYRA AP. S. B. DE GODOY FERREIRA	***SIMONE ZANON***	***DIRCEU LUIZ***
Prefeita Municipal	Contadora-CRC 05.2002/O-8 PR	Secretário Municipal De Finanças

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:3EA6ECF4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, (24/09/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 043/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR

Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **A.D. DAMINELLI – LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **10.749.758/0001-80**, com endereço na Avenida General Andrade Neves, nº 1108, bairro: Jardim São Jorge, CEP: 87.710-040, na cidade de Paranavaí/PR, Telefone (44) 3423-0984, endereço eletrônico e-mail arenitomed@gmail.com, neste ato representado pela Sra. ALINE DIAS DAMINELLI, inscrito no CPF sob nº 062.284.489-00 e portadora do RG nº 9.308.564-7, conforme relação em anexo.

OBJETO

O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de dietas, suplementos alimentares, fórmulas infantis e materiais para administração de dietas enterais, através da modalidade de Registro de Preços, para atender aos pacientes cadastrados no Programa Municipal de Dietas Especiais (PMDE) do Município de Balsa Nova"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 043/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço, Nota de Empenho, e/ou formalização de contrato por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 043/2026.

As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.

Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX / 100) / 365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do

fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou

IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA

Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;

Mantiveram sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;

Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA

A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:

Advertência;

Impedimento de licitar e contratar;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;

Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;

No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.

Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;

Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.

A fixação da multa compensatória referida nos subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.

As sanções de que trata os subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.

O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.

Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 11.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.

A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE

O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.

Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 043/2026 para Registro de Preços.

O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.

Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.

Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 043/2026.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 043/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

Órgão Gerenciador

A.D. DAMINELLI - LTDA.

SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:

CPF:

Testemunha:

CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 139/2026

Signatário da Ata: Empresa **A.D. DAMINELLI – LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **10.749.758/0001-80.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
11	1	DIETA ENTERAL POLIMÉRICA INFANTIL - Apresentação: Dieta polimérica, nutricionalmente completa e balanceada, indicada para faixa etária até 10 anos. Para uso via oral ou via enteral. Sabor baunilha ou sabores diversos ou sem sabor. Com, no mínimo, 80% de proteína animal. Isento de glúten. Podendo conter traços de lactose, sendo esta derivada de matéria-prima, não adicionada, não excedendo o limite máximo de 0,6 gramas em 100 gramas. Apresentação padrão na forma pó. Embalagens: Lata de 380g a 900g, com colher-medida. Data de validade mínima de 12 meses no momento da entrega. Indispensável registro no órgão competente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	DANONE / FORTINI COMPLETE	GR	390.000	0,10	39.000,00
31	1	EQUIPO COM CONEXÃO UNIVERSAL - Equipo Macrogotas para nutrição enteral. Com ponta perfurante adaptável com facilidade e segurança em qualquer tipo de frasco, contendo protetor, com conexão universal; Câmara de gotejamento flexível e transparente; Tubo flexível com no mínimo 1,20m de comprimento; Regulador de fluxo (pinça rolete) de alta precisão; conector escalonado. Embalado individualmente em papel grau cirúrgico e filme termoplástico. Contendo os dados impressos de identificação, código, lote, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.	MEDIX	UND	2.600	1,02	2.652,00
VALOR TOTAL: R$ 41.652,00 (quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:93B15D3D

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, (24/09/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 043/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR

Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **24.658.613/0001-89**, com endereço na Rua Professor Ulisses Vieira, nº 610, loja 01, Andar TR, Cond. Ilha de Capri Ed., bairro Vila Izabel, CEP: 80.320-090, na cidade de Curitiba/PR, Telefone (41) 3011 9005 / (41) 99974 1297, endereço eletrônico e-mail licitacao@integrasm.com.br, neste ato representado pela Sra. MATILDE DIAS VICENTE, inscrito no CPF sob nº 874.858.269-72 e portadora do RG nº 6.138.788-9, conforme relação em anexo

OBJETO

O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de dietas, suplementos alimentares, fórmulas infantis e materiais para administração de dietas enterais, através da modalidade de Registro de Preços, para atender aos pacientes cadastrados no Programa Municipal de Dietas Especiais (PMDE) do Município de Balsa Nova"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 043/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço, Nota de Empenho, e/ou formalização de contrato por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 043/2026.

As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.

Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX / 100) / 365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou

IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA

Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;

Mantiveram sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;

Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA

A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:

Advertência;

Impedimento de licitar e contratar;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;

Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;

No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.

Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;

Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.

A fixação da multa compensatória referida nos subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.

As sanções de que trata os subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.

O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.

Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 11.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.

A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE

O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.

Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 043/2026 para Registro de Preços.

O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.

Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.

Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 043/2026.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 043/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

Órgão Gerenciador

INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA.

SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:

CPF:

Testemunha:

CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 141/2026

Signatário da Ata: Empresa **INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **24.658.613/0001-89.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
15	1	DIETA ENTERAL A BASE DE PROTEÍNA DE SOJA- Apresentação: Dieta nutricionalmente completa, balanceada, polimérica, à base de proteína isolada de soja, hipoalergênica. Com no mínimo 70% de proteína isolada de soja. Com ou sem fibras. Isenta de glúten, sacarose e de lactose adicionadas. Apresentação padrão na forma de pó. Embalagem: Apresentação em lata/pote 400g a 900g com colher medida. Data de validade mínima de 12 meses no momento da entrega. Indispensável registro no órgão competente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	PRODIET	GR	487.500	0,07	34.125,00
20	1	SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA CRIANÇAS, ADULTOS E IDOSOS À BASE DE LEITE- Apresentação: Complemento alimentar à base de leite de vaca contendo maltodextrina e/ou sacarose, enriquecidos com vitaminas e minerais. Recomendado para crianças a partir de 4 anos, adultos e idosos. Sabores diversos ou isento de sabor. Apresentação padrão na forma de pó. Embalagem: Apresentação em lata/pote de 300g a 800g. Data de validade mínima de 12 meses no momento da entrega. Indispensável registro no órgão competente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	PRODIET	GR	500.000	0,06	30.000,00
22	1	SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA ADULTOS E IDOSOS COM LEITE- Apresentação: Suplemento alimentar normocalórico e hiperproteico, à base de leite de vaca contendo maltodextrina em sua composição. Enriquecido de vitaminas e minerais. Recomendado para complementação da alimentação de adultos e idosos. Sabores diversos ou isento de sabor. Isento de sacarose e glúten. Apresentação padrão na forma de pó. Embalagem: Apresentação em lata 300 a 800g. Data de validade mínima de 12 meses no momento da entrega. Indispensável registro no órgão competente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	PRODIET	GRAMA	330.000	0,09	29.700,00
27	1	SUPLEMENTO ESPECÍFICO PARA PACIENTES ONCOLÓGICOS - Apresentação: Suplemento nutricional hiperproteico, com densidade calórica igual ou superior a 1,0 kcal/mL, com teor de proteína de alto valor biológico correspondente a, no mínimo, 20% do valor calórico total, e enriquecido com zinco. Indispensável teor mínimo de leucina correspondente a 2,5 g por porção diária recomendada pelo fabricante, independentemente de a leucina ser oriunda de adição isolada (L-leucina livre) ou de sua presença intrínseca à(s) fonte(s) proteica(s) utilizada(s) (ex.: proteína isolada e/ou concentrada do soro do leite, caseína), devendo o teor declarado ser comprovado por meio de laudo de aminograma do produto pronto para consumo, emitido por laboratório acreditado ou pelo próprio fabricante. Indicado para manutenção e recuperação do	PRODIET	GR	156.000	0,21	32.760,00

		estado nutricional de pacientes com alterações no apetite e paladar. Sem sabor ou com sabores variados. Apresentação padrão na forma de pó. Embalagem: apresentação em lata de 300 a 800g. Data de validade mínima de 12 meses no momento da entrega. Indispensável registro no órgão competente atendendo às exigências do Códex alimentarius e portaria SVS/MS n° 977/1998."					
28	1	MÓDULO DE FIBRAS- Apresentação: Módulo de fibras alimentares composto por fibras solúveis e insolúveis para nutrição via oral ou enteral. Capaz de atuar ao longo de todo o cólon, possibilitando o desenvolvimento de uma microflora saudável. Isento de sabor. Isenta de glúten. Apresentação padrão na forma de pó. Embalagem: Lata de 225g a 400g. Data de validade mínima de 12 meses no momento da entrega. Indispensável registro no órgão competente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	PRODIET	GR	28.800	0,13	3.744,00
36	36	DIETA ENTERAL A BASE DE PROTEÍNA DE SOJA- Apresentação: Dieta nutricionalmente completa, balanceada, polimérica, à base de proteína isolada de soja, hipoalergênica. Com no mínimo 70% de proteína isolada de soja. Com ou sem fibras. Isenta de glúten, sacarose e de lactose adicionadas. Apresentação padrão na forma de pó. Embalagem: Apresentação em lata/pote 400g a 900g com colher medida. Data de validade mínima de 12 meses no momento da entrega. Indispensável registro no órgão competente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	PRODIET	GR	162.500	0,07	11.375,00
VALOR TOTAL: R$ 141.704,00 (cento e quarenta e um mil, setecentos e quatro reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:E5158763

ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE SEGURANÇA DO PACIENTE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE BALSA NOVA

PLANO DE SEGURANÇA DO PACIENTE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE BALSA NOVA

Balsa Nova Atualizado em 2026

SUMÁRIO

Lista de Siglas..... 3

Introdução..... 4

1. Justificativa..... 5

1.1 Diagnóstico Situacional..... 8

1.2 Doenças – Causas de Óbito..... 9

1.3 Indicadores de Saúde e Saneamento no Município..... 10

2. NúcleoMunicipaldeSegurançadoPaciente..... 11

2.1 Atribuições do Núcleo de Segurança do Paciente..... 12

3. Objetivo Geral..... 12

4. Objetivos Específicos..... 13

5. Ações Estratégicas e Comunicação..... 14

5.1 Ações estratégicas..... 14

5.2 Comunicação..... 14

5.3 Verificação da Efetividade da Comunicação..... 15

6. Notificação de Eventos Adversos..... 16

7. Comunicação de Riscos..... 17

8. Avaliação e Monitoramento..... 18

Referências..... 20

Anexo I..... 21

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APS	Atenção Primária à Saúde
CID-10	Classificação Internacional de Doenças
CMBJ	Centro Médico Bom Jesus
EAs	Eventos Adversos
IRAS	Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
NSP	Núcleo de Saúde do Paciente
OMS	Organização Mundial da Saúde
PcD	Pessoa com Deficiência
PSP	Plano de Segurança do Paciente
PNSP	Plano Nacional de Segurança do Paciente
PMSP	Plano Municipal de Segurança do Paciente
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
SUS	Sistema Único de Saúde
NOTIVISA	Sistema de Notificações para a Vigilância Sanitária
UBS	Unidade Básica de Saúde
VISA	Vigilância Sanitária

INTRODUÇÃO

A comunicação de riscos é uma das ações estratégicas mais importantes no âmbito do Plano de Segurança do Paciente – PSP, conforme previsto na Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que institui ações para a promoção da segurança do paciente em serviços de saúde, sejam eles públicos, privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa, excluindo-se os consultórios individualizados, laboratórios clínicos e os serviços móveis e de atenção domiciliar.

A correta comunicação de riscos contribui para a prevenção de incidentes, o fortalecimento da cultura de segurança e o engajamento de profissionais e usuários nos processos de melhoria da qualidade do cuidado.

A segurança do paciente é um tema de importância global, que tem ganhado destaque nas últimas décadas devido ao aumento da complexidade dos sistemas de saúde e à crescente conscientização sobre os danos causados por eventos adversos no processo de cuidado.

No contexto mundial, a Organização Mundial da Saúde1,2– OMS tem liderado esforços para promover a segurança do paciente, instituindo programas como a Campanha "Segurança do Paciente: Uma Prioridade Global", que destaca a importância de protocolos padronizados, educação contínua e a criação de uma cultura de segurança para prevenir danos aos pacientes.

As evidências internacionais mostram que os erros médicos e eventos adversos, como quedas e infecções hospitalares, podem causar consequências devastadoras para a saúde dos pacientes, sendo frequentemente evitáveis por meio de práticas seguras.

No Brasil, o conceito de segurança do paciente ganhou relevância com a criação de políticas públicas voltadas à qualidade do cuidado e à redução de

_____

1 https://www.who.int/teams/integrated-health-services/patient-safety/policy/global-patient-safety-action-plan

2 https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/343477/9789240032705-por.pdf

danos. Em 2013, o Plano Nacional de Segurança do Paciente – PNSP foi instituído pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria MS/GM nº 529, com o objetivo de qualificar a atenção à saúde e reduzir os eventos adversos em todos os níveis do sistema de saúde.

No município de Balsa Nova, a Atenção Primária à Saúde – APS é a principal porta de entrada para o sistema de saúde, sendo responsável pelo acompanhamento contínuo da saúde dos usuários. Em se tratando de serviços de média complexidade, tem-se o Centro Médico Bom Jesus – CMBJ, unidade de atendimento de urgência e emergência com funcionamento 24 horas por dia, todos os dias da semana.

As diretrizes, responsabilidades, protocolos, ações de capacitação, notificação de incidentes e monitoramento previstos neste plano aplicam-se à APS e ao CMBJ, respeitadas as atividades e os riscos de cada serviço, abrangendo todos os turnos e equipes da unidade.

A implementação do Plano Municipal de Segurança do Paciente – PMSP visa, portanto, não apenas alinhar o município às diretrizes nacionais e internacionais, mas também considerar as particularidades locais. Dessa forma, é imperioso a análise da infraestrutura existente, das condições de trabalho dos profissionais de saúde, do perfil epidemiológico da população e das dificuldades logísticas enfrentadas.

O objetivo deste documento é criar um plano que garanta a segurança do paciente de forma eficiente e realista, considerando as potencialidades e limitações do município.

1. JUSTIFICATIVA

A elaboração do Plano Municipal de Segurança do Paciente na Atenção Primária à Saúde e no Centro Médico Bom Jesus representa um passo estratégico e necessário para a qualificação do cuidado em saúde no município, em consonância com os princípios constitucionais e legais que regem o Sistema Único de Saúde – SUS.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 196, estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado", assegurando o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Essa diretriz é reforçada pela Lei nº 8.080/1990, que regula o SUS e define a saúde como um direito fundamental do ser humano, sendo o cuidado seguro e de qualidade um de seus pilares essenciais.

Em alinhamento com esses marcos legais, o Programa Nacional de Segurança do Paciente foi instituído por meio da Portaria MS/GM nº 529, de 1º de abril de 2013, com o objetivo geral de contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos do território nacional.

O Plano Municipal de Segurança do Paciente será estruturado com base nas diretrizes do PNSP, adaptando as estratégias e ações para as características do município, conforme os seguintes eixos principais:

I. Gestão de Riscos e Qualificação dos Profissionais de Saúde: A capacitação contínua dos profissionais da saúde será uma prioridade, com o desenvolvimento de treinamentos específicos para a identificação e manejo de riscos, especialmente na Atenção Primária à Saúde e nos atendimentos de urgência e emergência do CMBJ, abrangendo todos os plantões. Além disso, será promovida a implementação de sistemas de notificação e análise de eventos adversos, como forma de aprender com os erros e melhorar os processos.

II. Protocolos de Segurança: Serão estabelecidos protocolos e práticas de segurança alinhados às melhores evidências científicas, incluindo, por exemplo, a prevenção de infecções, o controle de medicamentos, informações sobre risco de queda e a garantia de um ambiente seguro e acolhedor para os pacientes. A personalização desses protocolos será feita com base nas necessidades locais, levando em consideração a alta prevalência de doenças crônicas, a vulnerabilidade social da população atendida e os riscos próprios do atendimento de urgência e emergência do CMBJ.

III. Cultura de Segurança: A promoção de uma cultura de segurança será um dos pilares do plano. Serão adotadas ações para envolver todos os atores do processo de cuidado, incluindo profissionais de saúde, pacientes e seus familiares, na construção de um ambiente onde a segurança seja uma prioridade e os erros sejam vistos como oportunidades de aprendizado. A conscientização sobre a importância da comunicação aberta e da participação ativa de todos também será incentivada.

IV. Atenção ao Usuário e à Família: O plano buscará envolver os usuários e seus familiares nas estratégias de segurança, garantindo que se sintam informados e engajados no processo de cuidado. Isso inclui a implementação de canais de comunicação eficazes para esclarecimento de dúvidas, orientação sobre procedimentos e formas de participação no monitoramento do cuidado prestado.

V. Monitoramento e Avaliação: O acompanhamento contínuo das ações implementadas será fundamental para garantir a efetividade do plano. Serão estabelecidos indicadores de desempenho, como a redução de eventos adversos, aumento da satisfação dos pacientes e melhoria na capacitação dos profissionais, além da realização de auditorias regulares nos processos de segurança.

O PNSP enfatiza a importância da gestão de riscos, da cultura da segurança e da adoção de práticas baseadas em evidências para reduzir a ocorrência de incidentes que possam causar dano aos usuários.

A realidade do município, marcada por desafios próprios da organização dos processos de trabalho, como a alta demanda, a complexidade das condições crônicas, a rotatividade de profissionais e limitações estruturais, exige uma abordagem planejada e sistematizada para a promoção da segurança do paciente. A implantação do Plano Municipal de Segurança do Paciente nos serviços de saúde permitirá, de forma estruturada, a

identificação e mitigação de riscos, a padronização de protocolos assistenciais, o fortalecimento do trabalho em equipe, a capacitação contínua dos profissionais e o envolvimento ativo dos usuários e seus familiares no cuidado.

Espera-se, com isso, promover uma melhoria contínua tanto na qualidade dos serviços quanto na experiência dos usuários e no ambiente de trabalho dos profissionais de saúde. O plano também reforça o compromisso ético e institucional com a humanização e o respeito à vida, transformando a segurança do paciente em uma diretriz transversal a todas as ações de saúde do município.

Assim, a implementação do Plano Municipal de Segurança do Paciente alinha o município às políticas públicas nacionais e aos princípios constitucionais, contribuindo para um cuidado mais resolutivo, seguro e humanizado serviços de saúde ofertados ao público, consolidando-se como uma política pública essencial para a garantia do direito à saúde e à vida.

1.1 Diagnóstico Situacional

Atualmente, o município de Balsa Nova conta com 09 (nove) estabelecimentos de saúde públicos, distribuídos entre Unidades Básicas de Saúde – UBS, Centro Médico Bom Jesus - CMBJ, Academia da Saúde e Atenção Farmacêutica. Ainda que também haja alguns estabelecimentos de saúde particulares no município, esses são, predominantemente, consultórios individualizados e laboratórios clínicos (posto de coleta), os quais são excluídos do campo de aplicabilidade da RDC ANVISA nº 36/2013. Por sua vez, o município não dispõe de serviços de saúde filantrópicos, civis ou militares, tampouco algum que exerça ações de ensino e pesquisa.

As Unidades Básicas de Saúde estão localizadas nas comunidades de São Luiz do Purunã, Bugre, Jardim Serrinha, São Caetano e duas na região central/sede do município. Além das UBS, o município dispõe do Centro Médico Bom Jesus – CMBJ, unidade que realiza atendimentos de urgência e emergência 24 horas por dia, 7 dias por semana, e integra a abrangência deste plano.

De acordo com dados do Caderno IPARDES 2025, a população estimada de Balsa Nova para o ano de 2024 era de 13.871 habitantes. Em 2022, a população censitária era de 13.395 habitantes, com a maioria de 7.353 residindo em domicílios urbanos e 6.042 em domicílios rurais.

No CMBJ, a aplicação do plano deverá acompanhar o percurso do paciente desde o acolhimento até a alta ou transferência, contemplando sua identificação correta, a avaliação de riscos, os procedimentos e medicamentos utilizados, a observação quando indicada e a comunicação entre profissionais, plantões e serviços de referência, conforme as atividades efetivamente desenvolvidas na unidade.

No ano de 2023, o município registrou 153 nascimentos, resultando em uma Taxa Bruta de Natalidade de 11,15 por mil habitantes.

Com relação a Pessoas com Deficiência – PcD, os dados do Caderno IPARDES 2025, indicam que 2.244 pessoas possuíam pelo menos um tipo de deficiência investigada, sendo a visual a mais frequente, com 1.618, seguida pela auditiva com 634, física e/ou motora com 617 e mental e/ou intelectual com 103. Contudo o número de PcD no município pode ser inferior ao total, pois uma mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência.

No mesmo período, foram contabilizados 112 óbitos, o que corresponde a uma Taxa de Mortalidade Geral de 8,16 por mil habitantes. Importante destacar que, em 2023, não houve registro de óbitos maternos no município. Esses indicadores contribuem para a análise do perfil demográfico local e para o planejamento de políticas públicas voltadas à saúde e ao bem-estar da população.

Ainda com relação aos registros de óbito, em 2023, foram registrados 1 óbito em menores de 1 ano e 1 óbito em menores de 5 anos. A causa para ambos foi registrada como "Algumas afecções originadas no período perinatal3. A Taxa

3 Capítulo XVI do CID10 - http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/p00_p96.htm.

de Mortalidade Infantil e a Taxa de Mortalidade em menores de 5 anos foi de 6,54 por mil nascidos vivos em 2023.

1.2 Doenças – Causas de Óbito. (Fonte: Caderno IPARDES 2025)

Em 2023, as principais causas de óbito foram distribuídas conforme os capítulos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10, em ordem decrescente de frequência:

· Doenças do aparelho circulatório: 30 óbitos;

· Neoplasias: 24 óbitos;

· Doenças do aparelho respiratório: 17 óbitos;

· Causas externas de morbidade e mortalidade: 13 óbitos;

· Doenças do aparelho digestivo: 8 óbitos;

· Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas: 6 óbitos;

· Doenças infecciosas e parasitárias: 4 óbitos;

· Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório: 4 óbitos;

· Doenças do sistema nervoso: 3 óbitos;

· Doenças do aparelho geniturinário: 2 óbitos;

· Algumas afecções originadas no período perinatal: 1 óbito.

No decorrer do ano de 2023, não foi registrado nenhum óbito associado às categorias listadas a seguir, indicando a ausência de ocorrências fatais relacionadas a essas causas específicas no período avaliado:

· Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos;

· Transtornos mentais e comportamentais;

· Doenças do olho e anexos;

· Doenças do ouvido e da apófise mastoide;

· Doenças da pele e do tecido subcutâneo;

· Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo;

· Gravidez, parto e puerpério;

· Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas.

1.3 Indicadores de Saúde e Saneamento no Município

O Índice IPARDES de Desempenho Municipal para a área de Saúde em 2022 foi de 0,7482, classificando o município na faixa de médio desempenho, entre 0,600 e 0,800.

Em 2023, o abastecimento de água atendia a 5.073 unidades, com 4.716 ligações, já o atendimento de esgoto cobria 1.084 unidades, com 992 ligações. Domicílios com abastecimento de água canalizada eram 4.780, com esgotamento sanitário eram 4.791 e com lixo coletado eram 4.692.

Essas informações relacionadas ao saneamento básico possuem grande relevância para a saúde pública, por estarem diretamente ligadas à promoção da qualidade de vida da população e ao controle e prevenção de diversas doenças, especialmente aquelas de origem hídrica ou associadas à falta de infraestrutura sanitária adequada.

2. NÚCLEO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE

Nova:

Compõem o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente de Balsa

a. Coordenação da Atenção Primária à Saúde;

b. Coordenação da Vigilância Sanitária;

c. Coordenação da Odontologia;

d. Coordenação da Saúde Mental;

e. Coordenação da Atenção Farmacêutica;

f. Representante do Centro Médico Bom Jesus;

g. Farmacêutico do Centro Médico Bom Jesus;

h. Responsável pelo sistema NOTIVISA

i. Representante das Equipes de Estratégia de Saúde da Família;

j. Representante da Equipe Multiprofissional;

k. Médico;

l. Enfermeira.

A direção e as lideranças assistenciais das UBS e do CMBJ, em articulação com seu representante no Núcleo Municipal de Segurança do Paciente, deverão assegurar a execução e o acompanhamento das ações do plano em todos os plantões, a participação das equipes nas capacitações e o encaminhamento das informações sobre riscos, incidentes e indicadores ao NSP.

2.1 Atribuições do Núcleo de Segurança do Paciente

· Ações para a gestão de risco no serviço de saúde; integração e a articulação multiprofissional no serviço de saúde;

· Identificação e avaliação de não conformidades nos processos e procedimentos realizados e na utilização de equipamentos, medicamentos e insumos propondo ações preventivas e corretivas;

· Elaboração, implantação, divulgação e atualização anual do Plano de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde; acompanhamento das ações do Plano;

· Implantação dos Protocolos de Segurança do Paciente;

· Monitoramento dos seus indicadores; estabelecimento de barreiras para a prevenção de incidentes nos serviços de saúde;

· Implementação de programas de capacitação em segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde;

· Análise e avaliação dos dados sobre incidentes e eventos adversos;

· Disponibilização dos resultados da análise e avaliação dos dados sobre incidentes e eventos adversos;

· Notificação dos eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;

· Guarda das notificações de eventos adversos;

· Acompanhamento dos alertas sanitários e;

· Outras comunicações de risco divulgadas pelas autoridades sanitárias.

3. OBJETIVO GERAL

Estabelecer ações estratégicas e integradas de segurança do paciente na rede municipal de saúde de Balsa Nova, incluindoa Atenção Primária à Saúde e o Centro Médico Bom Jesus, unidade de urgência e emergência 24 horas, para o gerenciamento de riscos e a prevenção de danos desnecessários aos pacientes e aos trabalhadores do SUS.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Elaborar e implementar protocolos de segurança do paciente, prevenção e controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde na APS e no CMBJ, de acordo com a realidade do município;

II. Notificar os Eventos Adversos ocorridos na APS e no CMBJ no Sistema NOTIVISA;

III. Investigar, em parceria com a VISA, os Eventos Adversos ocorridos na APS e no CMBJ e registrados no Sistema NOTIVISA;

IV. Divulgar e discutir os dados dos Eventos Adversos nas reuniões mensais das equipes, traçando estratégias de melhoria contínua;

V. Integrar toda rede de atenção à saúde do município nas discussões sobre as estratégias de melhoria e redução de riscos identificados;

VI. Construir um processo de comunicação efetiva em toda a rede de atenção à saúde do município, por meio de fluxo de contrarreferência para os casos de pacientes submetidos às intervenções cirúrgicas realizadas em outros municípios;

VII. Envolver os pacientes e familiares nas ações de segurança do paciente durante as consultas nas UBS e os atendimentos de urgência e emergência no CMBJ, atividades de educação em saúde e visita domiciliar;

VIII. Promover o engajamento dos pacientes e dos seus familiares durante o seu processo de cuidado, conscientizando-os sobre os seus direitos;

IX. Promover a cultura de segurança do paciente na APS e nos atendimentos de urgência e emergência do CMBJ, em todos os plantões, com a participação de todos os gestores e profissionais das unidades básicas de saúde, especialidades ambulatoriais e do CMBJ.

As ações, responsáveis e prazos previstos para os objetivos específicos estão detalhados no Anexo I deste plano.

5. AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMUNICAÇÃO

As ações estratégicas são construídas a partir do diagnóstico local, priorizando as áreas de maior risco, e alinhadas aos Protocolos Básicos de Segurança do Paciente do Ministério da Saúde e metas internacionais.

No CMBJ, as ações deverão considerar o atendimento contínuo de urgência e emergência, com atenção à identificação segura, ao acolhimento e à avaliação de riscos, à segurança no uso de medicamentos, à prevenção de quedas e infecções e à comunicação na passagem de plantão, na alta e na transferência. Os protocolos serão adaptados às atividades realizadas e deverão estar disponíveis às equipes de todos os turnos.

5.1 Ações estratégicas

O Núcleo de Segurança do Paciente deve assegurar que a comunicação de riscos esteja presente em todas as etapas do PSP – planejamento, execução, monitoramento e revisão.

As principais estratégias incluem:

· Disseminação contínua de informações sobre riscos e eventos adversos;

· Sensibilização e capacitação das equipes multiprofissionais;

· Integração da comunicação de riscos aos processos institucionais de gestão da qualidade e segurança;

· Inclusão da comunicação como rotina em reuniões de setores e comitês.

5.2 Comunicação

A comunicação se dará através de múltiplos canais e ferramentas (folder, cartaz, redes sociais, capacitações, dentre outros) para garantir a ampla disseminação das informações, adaptando a linguagem utilizada ao público-alvo.

Entre os instrumentos utilizados, destacam-se:

· Cartaz com alertas de risco;

· Comunicados internos e murais informativos;

· E-mails institucionais direcionados aos setores e profissionais;

· Vídeos divulgados nos equipamentos eletrônicos (televisões) disponíveis nas áreas de espera;

· Informes e boletins periódicos de segurança;

· Publicações no site institucional e intranet;

· Reuniões presenciais ou virtuais com as equipes assistenciais e administrativas;

· Capacitações e treinamentos com foco na gestão de riscos;

No CMBJ, os comunicados e treinamentos deverão alcançar as equipes dos plantões diurnos e noturnos, inclusive nos finais de semana e feriados. A passagem de plantão e a comunicação de altas e transferências deverão registrar as informações essenciais para a continuidade segura do cuidado, incluindo identificação, situação clínica, alergias, medicamentos e pendências assistenciais.

A comunicação dos resultados obtidos a partir da implementação do PSP é essencial para dar transparência às ações e evidenciar o progresso alcançado.

· Comparação entre os dados atuais e o diagnóstico situacional inicial;

· Apresentação de indicadores de segurança (taxas de eventos adversos, notificações, entre outros);

· Divulgação de casos de sucesso ou melhorias implementadas.

5.3 Verificação da Efetividade da Comunicação

Para avaliar se as estratégias de comunicação estão sendo eficazes, o PSP deverá incluir metodologias de monitoramento, como:

· Aplicação de questionários de avaliação e *Feedback* com servidores, pacientes e seus familiares;

· Auditorias internas para verificar a disseminação e compreensão das mensagens;

· Análise de indicadores relacionados à comunicação e à resposta da equipe frente aos alertas e protocolos;

· Observação direta e reuniões de análise crítica com gestores e líderes.

Ao tabular essas ações, será possível ter a compreensão da realidade e assim identificar as falhas na comunicação e promover melhorias contínuas no processo.

6. NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS

Antes de abordar a temática das notificações de eventos adversos, acredita-se ser oportuno trazer os ensinamentos de Lucian L. Leape (2002), ao considerar que para que um sistema de notificação de incidentes seja efetivo são necessárias as seguintes características:

I. Não punitivo;

II. Confidencial;

III. Independente – os dados analisados por organizações;

IV. Resposta oportuna para os usuários do sistema;

V. Orientado para soluções dos problemas notificados;

VI. As organizações participantes devem ser responsivas as mudanças sugeridas.

Ainda baseando-se nos ensinamentos de LEAPE (2002), na ocorrência de evento adverso, este deve ser relatado à administração, para que haja investigação com objetivo precípuo de descobrir as causas e efetivar mudanças para evitar uma recorrência.

Por outro lado, nos dizeres de CLINCO (2007), um dos eventos adversos que podem ocorrer com um paciente são os erros de medicação, cuja definição é o uso inapropriado de medicamentos incluindo prescrição, dispensação e administração do fármaco.

Outrossim, a notificação do cidadão é voluntária, os dados sobre os notificadores são confidenciais, obedecidos aos dispositivos legais, e sua guarda é de responsabilidade do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS.

Se torna imperioso ressaltar que a identificação do notificador não será divulgada para o serviço de saúde, de forma que a confidencialidade esteja garantida. As notificações também estarão acessíveis à unidade de saúde envolvida no relato para o devido tratamento.

A notificação de eventos adversos pelo NSP é obrigatória, de acordo com a RDC nº 36/2013, e a identificação do serviço de saúde também é confidencial, obedecidos aos dispositivos legais. Os dados, analisados pela Anvisa, serão divulgados de forma agregada, gerando produção de conhecimento e informação, não sendo possível identificar a fonte geradora da informação.

Ela é também uma ferramenta reativa para a gestão do risco e, portanto, deve ser utilizada tanto nos serviços de saúde quanto das instâncias de gestão do Sistema Único de Saúde, sendo essencial que a vigilância e o monitoramento do que é notificado seja praticada.

No CMBJ, o fluxo interno de comunicação de incidentes deverá funcionar em todos os plantões. A equipe deverá adotar as medidas assistenciais imediatas necessárias, registrar a ocorrência e comunicá-la à liderança responsável, sendo imprescindível a notificação dos eventos adversos no NOTIVISA, nos prazos regulamentares, conforme o fluxo institucional. A direção da unidade deverá assegurar o encaminhamento das informações ao NSP para ciência, análise e encaminhamentos, conforme necessário.

7. COMUNICAÇÃO DE RISCOS

A comunicação de riscos é uma etapa essencial no desenvolvimento e implementação do Plano de Segurança do Paciente. Para que o Núcleo de Segurança do Paciente consiga alcançar os objetivos propostos, é imprescindível que todas as ações e diretrizes estabelecidas no PSP sejam claramente comunicadas a toda a organização, incluindo o CMBJ em todos os seus plantões, abrangendo desde o planejamento até a fase de revisão.

Essa comunicação contínua tem como propósito de sensibilização para a importância da segurança do paciente, promovendo a socialização das práticas e facilitando a adesão das diferentes unidades ou áreas envolvidas. Ao garantir que todos compreendam os riscos e as medidas adotadas para mitigá-los, o NSP fortalece a cultura organizacional voltada à segurança.

Além disso, a divulgação dos resultados obtidos com a implantação do PSP é uma estratégia eficaz para promover a transparência e o engajamento. Comparar os avanços com o diagnóstico da situação inicial permite avaliar o progresso e reforça o comprometimento dos profissionais e usuários com a melhoria contínua dos processos de cuidado. Assim, a comunicação de riscos não apenas dissemina informações, mas também constrói um ambiente mais seguro, colaborativo e consciente da importância da prevenção de eventos adversos.

8. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

As ações de avaliação e monitoramento abrangerão a APS e o CMBJ, observando os prazos e frequências do quadro abaixo. Os dados deverão ser identificados por unidade e, no CMBJ, por turno quando aplicável, permitindo acompanhar a implantação dos protocolos, a participação das equipes nas capacitações, as notificações e as ações de melhoria.

Objetivo	Ação	Indicador de Monitoramento	Prazo	Frequência
1	1.1	Protocolos adaptados elaborados (%)	90 dias	Trimestral
1	1.2	Protocolos implementados nas UBS e no CMBJ (%)	180 dias	Semestral
1	1.3	Indicadores de processo/resultados monitorados	Semestral	Semestral
1	1.4	Treinamentos realizados (%)	Início em até 90 dias	Trimestral
2	2.1	Nº de profissionais capacitados	24 meses	Semestral
2	2.2	Fluxo interno elaborado e divulgado	180 dias	Trimestral
2	2.3	Nº de notificações registradas no NOTIVISA	Contínuo	Mensal
3	3.1	Critérios e fluxo definidos	90 dias	Trimestral
3	3.2	Nº de EAs investigados	Contínuo	Mensal
3	3.3	Planos de ação elaborados	90 dias	Trimestral
4	4.1	Nº de análises mensais realizadas	Mensal	Mensal
4	4.2	Relatórios produzidos	Anual	Anual
4	4.3	Nº de reuniões com discussão de dados	Mensal	Mensal
4	4.4	Nº de estratégias traçadas/monitoradas	Mensal	Mensal
5	5.1	Serviços mapeados (%)	Mensal	Trimestral
5	5.2	Reuniões de diálogo realizadas	Mensal	Mensal
5	5.3	Reuniões de articulação intersetorial realizadas	Semestral	Semestral
6	6.1	Fluxos APS, CMBJ e serviços de referência mapeados (%)	Mensal	Trimestral
6	6.2	Documento padronizado disponível	180 dias	Trimestral
6	6.3	Canais de comunicação instituídos	180 dias	Trimestral
6	6.4	Profissionais treinados (%)	24 meses	Semestral
7	7.1	Nº de pacientes/familiares envolvidos na identificação	24 meses	Semestral
7	7.2	Registros de participação de pacientes em decisões	24 meses	Semestral
7	7.3	Ações educativas realizadas (consultas/grupos)	24 meses	Trimestral
7	7.4	*Feedback*s recebidos e analisados	24 meses	Semestral
8	8.1	Ações educativas com foco em direitos realizadas	24 meses	Semestral
8	8.2	Participações ativas registradas (%)	24 meses	Semestral
8	8.3	Materiais de informação distribuídos	180 dias	Trimestral
8	8.4	Nº de orientações sobre manejo de pacientes acamados	180 dias	Trimestral
8	8.5	Orientações sobre acessibilidade prestadas	180 dias	Trimestral
9	9.1	Ações de engajamento da gestão mapeadas	Contínuo	Semestral

Objetivo	Ação	Indicador de Monitoramento	Prazo	Frequência
9	9.2	Divulgação de conteúdos sobre cultura de segurança	Mensal	Mensal
9	9.3	Ambiente de cultura justa promovido	Contínuo	Semestral
9	9.4	Avaliações da cultura realizadas	Semestral	Semestral
9	9.5	Ações de promoção do trabalho em equipe executadas	Contínuo	Trimestral
9	9.6	Apoio prestado a profissionais envolvidos em EAs	Contínuo	Trimestral

8.1 Avaliação da Efetividade da Comunicação

O Núcleo de Segurança do Paciente reunir-se-á ordinariamente toda 3ª quarta-feira do mês, no período matutino,. com o objetivo de monitorar a qualidade e a clareza das informações transmitidas entre as equipes, ocasião em que irá avaliar os casos trazidos a seu conhecimento e deliberar sobre o que for necessário, dentro de suas atribuições e competências, visando o alinhamento e a eficácia dos fluxos comunicativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE

1988. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 14 maio 2025.

. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Brasília, DF: [Diário Oficial da União], 20 de setembro de 1990.

. **MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 abr. 2013

. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução da**

Diretoria Colegiada – RDC n. 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jul. 2013.

. MINISTÉRIO DA SAÚDE; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; AGÊNCIA

NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Implantação do**

Núcleo de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde – Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Brasília: Anvisa, 2016.

CLINCO, Sandra Denise de Oliveira. **O hospital é seguro? Percepções de profissionais de saúde sobre segurança do paciente** / Sandra Denise de Oliveira Clinco. - 2007. 98 f.

LEAPE, L.L. **Reporting of adverse events**. N Engl J Med. 2002; 347.20. PARANÁ. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Caderno Estatístico Município De Balsa Nova**. Paraná, 2025.

ANEXO I – TABELAS DE OBJETIVOS ESPECÍFICOS COM DESCRIÇÃO DE AÇÕES, RESPONSÁVEIS E PRAZOS.

OBJETIVO 1: Elaborar e implementar protocolos de segurança do paciente, prevenção e controle de IRAS na APS e CMBJ.

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Local
1.1. Elaborar/Adaptar protocolos básicos de segurança (higiene das mãos, identificação, medicamentos, quedas, UPP, IRAS) à realidade da APS e do atendimento de urgência e emergência 24 horas do CMBJ.	NSP, Equipes de Saúde.	90 dias	Município, Unidades de Saúde, CMBJ
1.2. Implementar os protocolos elaborados/adaptados (higiene das mãos, identificação, 13 certos da medicação, dentre outros).	NSP, Gestão das UBS e do CMBJ, Profissionais de Saúde	180 dias	Unidades de Saúde, CMBJ
1.3. Monitorar indicadores de processo e resultado da implementação dos protocolos, identificados por unidade e, no CMBJ, por turno quando aplicável.	NSP, Gestão das UBS e do CMBJ	Semestral	Unidades de Saúde, CMBJ, NSP
1.4. Promover treinamentos contínuos para as equipes sobre os protocolos, alcançando todos os turnos e equipes do CMBJ.	NSP, Gestão de Pessoas, Lideranças das UBS e do CMBJ	Início em até 90 dias	Unidades de Saúde, CMBJ

OBJETIVO 2: Notificar os Eventos Adversos ocorridos na APS e no CMBJ no Sistema NOTIVISA.

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Local
2.1. Capacitar os profissionais sobre a importância e o processo de notificação de incidentes/EAs, incluindo as equipes de todos os plantões do CMBJCapacitar todos os profissionais de saúde sobre a importância e o processo de notificação de incidentes/EAs no NOTIVISA.	NSP, Lideranças das UBS e do CMBJ	24 meses	Unidades de Saúde, CMBJ
2.2. Estabelecer e divulgar o fluxo interno de comunicação de incidentes/EAs ao NSP, contemplando todos os plantões do CMBJ.	NSP, Direção das UBS e do CMBJ	Início em até 180 dias	Unidades de Saúde, CMBJ
2.3. Realizar as notificações de EAs da APS e do CMBJ no Sistema NOTIVISA.	NSP, Direção e técnicos designados das UBS e do CMBJ	Contínuo	NSP, Unidades de Saúde, CMBJ

OBJETIVO 3: Investigar os Eventos Adversos ocorridos na APS e no CMBJ no Sistema NOTIVISA.

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Local
3.1. Definir critérios e fluxo para a investigação dos EAs notificados.	NSP	90 dias	NSP
3.2. Realizar a investigação dos EAs priorizados.	NSP, Equipe de Investigação, VISA, Direção da unidade envolvida	Contínuo	NSP, Local do incidente
3.3. Elaborar recomendações e planos de ação para mitigar riscos e prevenir recorrências.	NSP, Equipe de Investigação, VISA, Direção da unidade envolvida	90 dias	NSP

OBJETIVO 4: Divulgar e discutir os dados dos Eventos Adversos nas reuniões mensais das equipes.

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Local
4.1. Analisar periodicamente os dados de incidentes/EAs notificados (frequência, tipos, locais, etc.).	NSP	Mensal	NSP
4.2. Elaborar relatórios/apresentações com os dados analisados e os resultados das investigações.	NSP	Anual	NSP
4.3. Apresentar e discutir os dados de EAs e resultados das investigações nas reuniões mensais das equipes de APS e do CMBJ.	NSP, Lideranças das UBS e do CMBJ	Mensal	Unidades de Saúde, CMBJ
4.4. Traçar e monitorar as estratégias de melhoria contínua a partir da discussão dos dados.	NSP, Equipes de Saúde	Mensal	Unidades de Saúde, CMBJ, NSP

OBJETIVO 5: Integrar toda rede de atenção à saúde do município nas discussões sobre as estratégias de melhoria e redução de riscos identificados.

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Local
5.1. Mapear os serviços e as equipes de saúde que compõem a rede municipal de Balsa Nova.	NSP	Mensal	NSP
5.2. Dialogar com representantes dos diferentes serviços da rede nas discussões e planejamento das ações de segurança.	NSP	Mensal	NSP, Locais de reunião definidos
5.3. Realizar reuniões periódicas entre o NSP e representantes dos serviços da rede para articulação e integração das ações de segurança.	NSP, Gestão Municipal de Saúde, Lideranças da Rede	Semestral	Locais de reunião definidos

OBJETIVO 6: Construir um processo de comunicação efetiva em toda a rede de atenção à saúde do município, com fluxos de referência e contrarreferência entre a APS, o CMBJ e os serviços de referência, incluindo altas, transferências e o acompanhamento dos pacientes submetidos a intervenções cirúrgicas em outros municípios.

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Local
6.1. Mapear os fluxos de referência e contrarreferência na rede municipal de saúde.	NSP, Gestão Municipal de Saúde, Regulamentação	Mensal	NSP, Gestão Municipal de Saúde
6.2. Padronizar as informações essenciais a serem incluídas nos documentos de contrarreferência.	NSP, Profissionais de Saúde, Gestão da Rede	180 dias	Rede de Saúde
6.3. Estabelecer canais e instrumentos para comunicação de riscos entre os serviços da rede.	NSP, Gestão da Rede	180 dias	Rede de Saúde
6.4. Treinar equipes na comunicação efetiva com pacientes e entre profissionais.	NSP, Gestão de Pessoas, Lideranças das Unidades	24 meses	Unidades de Saúde, CMBJ

OBJETIVO 7: Envolver os pacientes e familiares nas ações de segurança do paciente durante as consultas nas UBS e os atendimentos de urgência e emergência no CMBJ, atividades de educação em saúde e visita domiciliar.

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Local
7.1. Incluir ativamente pacientes e familiares no processo de identificação segura.	Profissionais de Saúde	24 meses	Unidades de Saúde, CMBJ, Visitas Domiciliares
7.2. Envolver pacientes/familiares na identificação de riscos (alergias, medicamentos, etc.) durante as consultas e os atendimentos no CMBJ.	Profissionais de Saúde	24 meses	Unidades de Saúde, CMBJ
7.3. Promover educação em saúde sobre temas de segurança (higiene das mãos, uso de medicamentos, etc.) em consultas, grupos e visitas domiciliares.	Profissionais de Saúde, NSP	24 meses	Unidades de Saúde, CMBJ, Comunidade, Domicílios
7.4. Obter *Feedback* de pacientes e familiares sobre a segurança do cuidado recebido.	NSP, Profissionais de Saúde, Gestão das Unidades	24 meses	Unidades de Saúde, CMBJ, Canais de Ouvidoria/*Feedback*

OBJETIVO 8: Promover o engajamento dos pacientes e dos seus familiares durante o seu processo de cuidado, conscientizando-os sobre os seus direitos.

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Local
8.1. Conscientizar pacientes e familiares sobre seus direitos no cuidado em saúde, incluindo o direito de participar e questionar.	Profissionais de Saúde, NSP	24 meses	Unidades de Saúde, CMBJ, Atividades Educativas, Domicílios
8.2. Incentivar ativamente o engajamento e a participação dos pacientes e familiares nas decisões e no monitoramento do seu cuidado.	Profissionais de Saúde	24 meses	Unidades de Saúde, CMBJ, Domicílios
8.3. Disponibilizar informações sobre segurança do paciente em linguagem clara e acessível para a população.	NSP, Gestão Municipal de Saúde, Profissionais de Comunicação	180 dias	Unidades de Saúde, CMBJ, Meios de Comunicação Municipal
8.4. Orientar familiares e cuidadores sobre o manejo de pacientes acamados, com objetivo de evitar feridas de pressão.	NSP, Gestão Municipal de Saúde, Profissionais de Comunicação	180 dias	Unidades de Saúde, CMBJ, Meios de Comunicação Municipal
8.5. Orientar familiares e cuidadores sobre os cuidados, acessibilidade e adaptações físicas para o bem-estar da pessoa idosa e PcD.	NSP, Gestão Municipal de Saúde, Profissionais de Comunicação	180 dias	Unidades de Saúde, CMBJ, Meios de Comunicação Municipal

OBJETIVO 9: Promover a cultura de segurança do paciente na APS e nos atendimentos de urgência e emergência do CMBJ, em todos os plantões, com a participação de todos os gestores e profissionais.

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Local
9.1. Assegurar o comprometimento e o engajamento da gestão municipal e das lideranças das unidades e do CMBJ com a segurança do paciente.	NSP, Gestão Municipal de Saúde	Contínuo	Gestão Municipal, Unidades de Saúde, CMBJ
9.2. Disseminar sistematicamente os princípios e a importância da cultura de segurança para todos os profissionais.	NSP, Lideranças das UBS e do CMBJ, Gestão de Pessoas	Mensal	Unidades de Saúde, CMBJ
9.3. Promover um ambiente que encoraje a notificação, o aprendizado com os erros e a não punição individual – cultura justa.	NSP, Gestão Municipal de Saúde, Lideranças das UBS e do CMBJ	Contínuo	Unidades de Saúde, CMBJ
9.4. Realizar avaliações periódicas da cultura de segurança nas unidades de saúde e no CMBJ.	NSP, Gestão Municipal de Saúde	Semestral	Unidades de Saúde, CMBJ
9.5. Promover o trabalho em equipe, a colaboração e a comunicação aberta entre os profissionais.	Lideranças das UBS e do CMBJ, NSP	Contínuo	Unidades de Saúde, CMBJ
9.6. Apoiar e capacitar os profissionais envolvidos em incidentes.	NSP, Gestão de Pessoas	Contínuo	Unidades de Saúde, CMBJ

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:E0D0B79C

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 98/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 98/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2026

PROTOCOLO Nº 21699/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EXECUÇÃO DE EXTENÇÃO DE REDE BAIXA TENSÃO PARA ATENDER A 8 NOVOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 30W NA ESTRADA DA CATA, EM BALSA NOVA/PR**, nos termos do caput do Artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: COPEL DISTRIBUICAO S.A. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 04.368.898/0001-06 com sede na Rua Jose Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco "C" Bairro: Mossungue, CEP: 81.200-240 na cidade de Curitiba/PR.						
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTDE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	1	EXTENSÃO DE REDE BAIXA TENSÃO PARA ATENDER A 8 NOVOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 30W	SRV	1	85,59	85,59

Total: R$ 85,59 (oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	**FONTE**	**DESCRIÇÃO**
06001154520005103844905100000	2507	OBRAS E INSTALAÇÕES

Balsa Nova, em 25 de Setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTONIO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:3EB458C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

Nº Processo: 94/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE OLÉO DIESEL S10 e S500**. Fundamento Legal: Art. 72, inciso lV, da Lei nº 14.133/2021. Ratificação em 25/09/2026 por Luiz Fabiano Zanatta, Prefeito Municipal.

Valor: R$1.385.000,00 (Um Milhão, Trezentos e Oitenta e Cinco Mil Reais),

Parceria com COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BARRA DO JACARÉ LTDA, CNPJ 79.713.020/0001-60, conforme quadro a seguir:

EUROPA SHOW EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA EUROPA SHOW EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA, PARA O SHOW DA VIRADA DE ANO, NO DIA 31 DE DEZEMBRO.			UN	1,00	100.000,00	100.000,00
TOTAL								100.000,00

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 24 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:D4D70946

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 120/2025

1º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 120/2025

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO N.º 120/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA IJ STRAPASSON & CIA LTDA.

O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF nº 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa IJ STRAPASSON & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.723.036/0001-91, sita na AV. SÃO ROQUE, 0, Centro, SALA COMERCIAL, Boa Ventura de São Roque/ PR, CEP: 85225000 - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) IDENILSON JOÃO STRAPASSON, portador (a) do CPF sob nº601.068.400-53, domiciliada na RUA MICHEL DALZOTTO FERREIRA, 921, Centro, Boa Ventura de São Roque/ PR, CEP: 85225000 - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência da ata nº 120/2025, passando sua vigência até 22 de setembro de 2027, em conformidade com as disposições previstas no instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO DO SALDO CONTRATUAL

Em razão da prorrogação da vigência contratual, fica renovado o saldo necessário à continuidade da prestação dos serviços durante o novo período de 12 (doze) meses, conforme os quantitativos constantes na tabela abaixo.

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
1	1	369	ALICATE / AMPERÍMETRO DIGITAL 1000A	UNIDADE	1,00	104,11	104,11
2	1	17087	AREIA MEDIA	METRO CÚBICO	92,00	153,04	14.079,68
2	1	17087	AREIA MEDIA	METRO CÚBICO	300,00	153,04	45.912,00
11	1	532	LONA / PLASTICA PRETA 6 METROS L 100 MIGRAS	METRO	1.000,00	2,00	2.000,00
12	1	28242	PLACA PRÉ MOLDADO / KIT PLACAS PRÉ MOLDADAS E 0.51CM (ALTURA) X 0.89CM (COMPRIMENTO) E 0.3CM (ESPESSURA) + COLUNAS PRONTAS DE 3.05MT DE ALTURA – 9,5CMX9,5CM – PARA CASAS	UNIDADE	300,00	143,67	43.101,06
16	1	12262	POSTE P/ PLACA PRÉ MOLDADO DE CANTO 3,20 / POSTE PRE MOLDADO DE CANTO/ EM "L"	UNIDADE	118,00	49,94	5.892,79
16	2	12261	POSTE P/ PLACA PRÉ MOLDADO 3,20 / POSTE PRE MOLDADO EM "T"	UNIDADE	128,00	49,94	6.392,05
TOTAL							117.481,69

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DO VALOR CONTRATUAL

Conforme previsão constante no contrato, os valores dos serviços ficam reajustados pela variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, aplicando-se o percentual acumulado de **4,108810%** sobre os valores contratuais sujeitos ao reajuste.

Em decorrência da aplicação do referido índice e considerando os quantitativos renovados para o novo período contratual, o valor do presente Termo Aditivo corresponde a **R$ 117.481,69 (Cento e dezessete mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos)**, conforme valores discriminados na tabela constante da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotações					
Exercício	**Conta**	**Funcional**	**Fonte**	**Natureza**	**Grupo d**
2025	06600	18.542.1001.2146	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata registro de preço **nº 120/2025** que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por assim estarem ajustados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 22/09/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***IDENILSON JOÃO STRAPASSON***
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:545D03C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 29-2025

1º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 29-2025

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO N.º 29-2025, CELEBRADO ENTRE O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA IJ STRAPASSON & CIA LTDA.

O SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa IJ STRAPASSON & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.723.036/0001-91, sita na AV. SÃO ROQUE, 0, Centro, SALA COMERCIAL, Boa Ventura de São Roque/ PR, CEP: 85225000 - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) IDENILSON JOÃO STRAPASSON, portador (a) do CPF sob nº601.068.400-53, domiciliada na RUA MICHEL DALZOTTO FERREIRA, 921, Centro, Boa Ventura de São Roque/ PR, CEP: 85225000 - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência da ata nº 29/2025, passando sua vigência até 22 de setembro de 2027, em conformidade com as disposições previstas no instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO DO SALDO CONTRATUAL

Em razão da prorrogação da vigência contratual, fica renovado o saldo necessário à continuidade da prestação dos serviços durante o novo período de 12 (doze) meses, conforme os quantitativos constantes na tabela abaixo.

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
2	1	17087	AREIA MEDIA	METRO CÚBICO	30,00	153,04	4.591,20
TOTAL							4.591,20

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DO VALOR CONTRATUAL

Conforme previsão constante no contrato, os valores dos serviços ficam reajustados pela variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, aplicando-se o percentual acumulado de **4,108810%** sobre os valores contratuais sujeitos ao reajuste.

Em decorrência da aplicação do referido índice e considerando os quantitativos renovados para o novo período contratual, o valor do presente Termo Aditivo corresponde a **R$ 4.591,20 (Quatro mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte centavos)**, conforme valores discriminados na tabela constante da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotações					
Exercício	**Conta**	**Funcional**	**Fonte**	**Natureza**	**Grupo d**
2025	06600	18.542.1001.2146	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata registro de preço **nº 29/2025** que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por assim estarem ajustados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 22/09/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***IDENILSON JOÃO STRAPASSON***
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:82B726A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
ANEXO I - ESTIMATIVA DAS RECEITAS LDO 2027

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR			
Lei de Diretrizes Orçamentárias			
Anexo I - Estimativa das receitas			
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais			
Dados Aprovados pelo Legislativo			
Estimativa das Receitas Orçamentárias			
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 2222 Data: 01/01/2027 Tipo: Lei			
Unidade Gestora: CONSOLIDADO			
Especificação	Receitas Previstas		
	2027		Total
	Direta	Indireta	
Receitas Correntes			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	54.262.890,00	-	54.262.890,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.774.300,00	-	3.774.300,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos	3.098.500,00	-	3.098.500,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio	787.000,00	-	787.000,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualque	1.549.000,00	-	1.549.000,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos s/ a Produção, Circulação de Mercadori	762.500,00	-	762.500,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas	660.400,00	-	660.400,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	222.900,00	-	222.900,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	437.500,00	-	437.500,00
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição de Melhoria	15.400,00	-	15.400,00
1.1.3.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição de Melhoria	15.400,00	-	15.400,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuições	304.900,00	-	304.900,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	304.900,00	-	304.900,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	304.900,00	-	304.900,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receita Patrimonial	846.130,00	-	846.130,00

1.3.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	21.500,00	-	21.500,00
1.3.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	21.500,00	-	21.500,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Valores Mobiliários	824.630,00	-	824.630,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Juros e Correções Monetárias	824.630,00	-	824.630,00
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receita Agropecuária	110.000,00	-	110.000,00
1.4.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receita Agropecuária	110.000,00	-	110.000,00
1.4.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Receita Agropecuária	110.000,00	-	110.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receita de Serviços	110.000,00	-	110.000,00
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Outros Serviços	110.000,00	-	110.000,00
1.6.9.9.00.0.0.00.00.00.00.00 Outros Serviços	110.000,00	-	110.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências Correntes	49.057.760,00	-	49.057.760,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências da União e de suas Entidades	27.044.260,00	-	27.044.260,00
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências Decorrentes Participação na Rece	23.738.000,00	-	23.738.000,00
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Transf. das Comp. Financ. p/ Exploração de Rec	380.000,00	-	380.000,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Recursos do Sistema Único d	1.839.100,00	-	1.839.100,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00 Transfe. do Fundo Nacional do Desenvolvi. da	499.690,00	-	499.690,00
1.7.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Complementação da União a	294.000,00	-	294.000,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00 Transf. de Rec. Fundo Nacional de Assistência S	201.050,00	-	201.050,00
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00 Outras Transferências de Recursos da União	92.420,00	-	92.420,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transfe. dos Estados, Distrito Federal e de suas	18.205.500,00	-	18.205.500,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados e Distrito F	17.406.900,00	-	17.406.900,00
1.7.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Transf. Compensações Financ. pela Expl. de Rec	14.300,00	-	14.300,00
1.7.2.3.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Recursos do Sistema Único d	388.000,00	-	388.000,00
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados e Distrito Fed	396.300,00	-	396.300,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Outras Instituições Públicas	3.808.000,00	-	3.808.000,00
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Recursos do FUNDEB	3.808.000,00	-	3.808.000,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Outras Receitas Correntes	59.800,00	-	59.800,00
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	58.800,00	-	58.800,00
1.9.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	58.800,00	-	58.800,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	-	1.000,00
1.9.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Restituições	1.000,00	-	1.000,00
Receitas de capital			
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receitas de Capital	465.000,00	-	465.000,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Alienação de Bens	465.000,00	-	465.000,00
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis	465.000,00	-	465.000,00
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	465.000,00	-	465.000,00

Especificação	Receitas Previstas		
	2027		Total
	Direta	Indireta	
Total de Receitas	**54.727.890,00**	**-**	**54.727.890,00**
Deduções da receita			
Renúncia			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	92.940,00	-	92.940,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	90.970,00	-	90.970,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos	71.200,00	-	71.200,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio	70.500,00	-	70.500,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos s/ a Produção, Circulação de Mercadori	700,00	-	700,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas	19.770,00	-	19.770,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3.500,00	-	3.500,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	16.270,00	-	16.270,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuições	1.970,00	-	1.970,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	1.970,00	-	1.970,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	1.970,00	-	1.970,00
Descontos Concedidos			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	49.690,00	-	49.690,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.520,00	-	49.520,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos	48.500,00	-	48.500,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio	48.185,00	-	48.185,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualque	300,00	-	300,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00 Impostos s/ a Produção, Circulação de Mercadori	15,00	-	15,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas	1.020,00	-	1.020,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	925,00	-	925,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	95,00	-	95,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuições	170,00	-	170,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	170,00	-	170,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi	170,00	-	170,00
FUNDEB			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	7.763.600,00	-	7.763.600,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências Correntes	7.763.600,00	-	7.763.600,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências da União e de suas Entidades	4.293.600,00	-	4.293.600,00
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Transferências Decorrentes Participação na Rece	4.293.600,00	-	4.293.600,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00 Transfe. dos Estados, Distrito Federal e de suas	3.470.000,00	-	3.470.000,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados e Distrito F	3.470.000,00	-	3.470.000,00
Total das Deduções	**7.906.230,00**	**-**	**7.906.230,00**
Total Liquido das Receitas	**46.821.660,00**	**-**	
Total Geral	**46.821.660,00**		**46.821.660,00**

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:12ECF0A5

CHEFE DE GABINETE
ANEXO V - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS LDO 2027

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício

2027			
Dados Aprovados pelo Legislativo			
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 2222 Data: 01/01/2027 Tipo: Lei			
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO			
Classificação Institucional: 99.99-Todos			
INICIAL			
PROGRAMA			
Operações Especiais			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	0	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇAÕ E PLANEJAMENTO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	30100	
OBJETIVO			
Operações Especiais			
JUSTIFICATIVA			
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.594.600,00**
PROGRAMA			
PROCESSO LEGISLATIVO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	1	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
CÂMARA DOS VEREADORES			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	10100	
OBJETIVO			
Assegurar o funcionamento da câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos Vereadores no exercício de suas funções; legislar, com a sanção do Prefeito, sobre matérias de competência do Município; organizar e administrar os seus serviços internos; exercer externamente o controle sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos municipais; revisar periodicamente a legislação municipal.			
JUSTIFICATIVA			
Legislar de acordo com a Lei Orgânica Municipal e legislação vigente.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 913.500,00**
PROGRAMA			
GESTÃO E COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	2	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
CHEFE DE GABINETE			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	20200	
OBJETIVO			
Coordenar e controlar os objetivos e metas programadas pelos departamentos municipais; assessorar o Chefe do Poder Executivo nas relações com os diversos segmentos da sociedade e na sua representatividade diante setores e autoridades municipais, estaduais e federais; repassar recursos e controlar as atividades executadas pelos órgãos da administração indireta; executar ações de natureza jurídica; promover ações de controle interno; e coordenar o processo de modernização estrutura administrativa.			
JUSTIFICATIVA			
Dotar o gabinete municipal de condições para supervisionar e coordenar as atividades desenvolvida no demais órgãos.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.205.500,00**
PROGRAMA			
COORDENAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO E DE PLANEJAMENTO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	3	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇAÕ E PLANEJAMENTO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	30100	
OBJETIVO			
Executar atividades de natureza administrativa, coordenar as questões relacionadas ao planejamento municipal; financeira e de recursos humanos; avaliar e proceder ajustes nas estruturas de pessoal face as metas estabelecidas neste plano; implantar plano de carreira para os servidores municipais; implantar programa de capacitação de recursos humanos; executar os processos de aquisição armazenagem e distribuição de materiais; maximizar os serviços de natureza administrativa.			
JUSTIFICATIVA			
Apoio e suprimento das estruturas administrativas e técnicas dos diferentes setores da municipalidade.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 3.333.613,40**
PROGRAMA			
GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	4	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	40100	
OBJETIVO			
Compreender, modernizar e operacionalizar o sistema de tributação, fiscalização e ações relacionadas aos mecanismos de arrecadação, fiscalização, controles de receitas públicas, execução orçamentária e financeira, patrimonial, visando o atendimento das normas gerais de gestão fiscal.			
JUSTIFICATIVA			
Conjunto de ações desenvolvidas visando garantir os recursos necessarios ao custeio dos meios administrativos, recursos humanos, materiais, serviços técnicos e institucionais, com vista a assegurar as condições operacionais da administração.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.329.500,00**
PROGRAMA			
GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	5	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	50100	
OBJETIVO			
Manter a unidade com recursos capazes de desenvolver as ações e controle, mapeamento das estradas vicinais, dotar de recursos para a manutenção de pessoal, veículos e maquinários, garantir a trafegabilidade nas estradas vicinais, locação de máquinas, caminhões e veículos leves, aquisição de equipamentos rodoviários, aquisição de caminhões basculantes, veículos entre outros, pavimentação com pedras irregulares em rodovias municipais, construção de pontes, bueiros e pontilhões.			
JUSTIFICATIVA			

Manter a unidade com recursos capazes de desenvolver as ações correlatas ao departamento.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 7.229.100,00**
PROGRAMA			
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	6	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	60100	
OBJETIVO			
Planejar e apoiar a construção de conjunto habitacional; conservar e proceder melhorias em parques, praças, ruas urbanas e outros logradouros públicos; executar obras de saneamento urbano; arborizar parques, praças e ruas; executar serviços de limpeza pública e coleta de lixo; operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; proceder a análise de projetos arquitetônicos, expedir alvarás, fiscalizar a construção de casas, prédios e outras edificações.			
JUSTIFICATIVA			
Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos da malha viária central e periferica em atendimento das ações do departamento.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 4.761.460,00**
PROGRAMA			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS DIRETRIZES DA SAÚDE			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	7	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	70100	
OBJETIVO			
Desenvolver ações de saúde pública e elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção; proporcionar atendimento médico básico e especializado a toda população; operacionalizar as ações do Sistema Único de Saúde, através do atendimento médico ambulatorial e hospitalar; executar programas preventivos de saúde materno/infantil, de higiene bucal e de combate ao uso de drogas; realizar exames laboratoriais entre outros.			
JUSTIFICATIVA			
Desenvolver ações de saúde pública e elevar os niveis de atendimento a população do municipio de forma a reduzir os custos sociais.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Consulta por habitante	Unidade	3,80	3,80
Taxa de Vacinação	%	98,00	98,00
Taxa de Mortalidade Infantil	%	0,00	0,00
Combate a AIDS. Malaria e Outras Doenças	%	96,00	67,00
Melhorar a Saúde das Gestantes	%	100,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 12.913.850,00**
PROGRAMA			
GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	8	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIV.ASSIST.SOCIAL E PROM.DIR.INF.E JUV.			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	80100	
OBJETIVO			
Execução de programas e projetos de atenção básica nas áreas da criança, adolescentes, idoso e pessoas portadoras de deficiência física e mental; Atendimento a criança com problemas de carência nutricional; Projetos e ações de assistência à terceira idade; Execução do programa de desfavelamento, moradias para pessoas carentes; Aquisição de terrenos para programas de desfavelamento; Execução das ações básicas preconizadas pela LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social 8742/93, especialmente as relacionadas ao auxilio funderal e natalidade; Auxilio a população carente com passagens, alimentação, medicamentos e documentação; Aquisição de equipamentos de informática para o trabalho social; Ampliação, reforma e aquisição de materiais e utensilios para ações sociais; Construção de casas populares para familias que se encontram em situação precária de moradia ou em faixas de risco; Apoio em parceria com a sociedade civil organizada para atendimento a calamidades públicas; Apoio as atividades dos Conselhos: Tutelar, da Criança e Adolescente e de Assistência Social; Apoio financeiro e técnico através de convênio, a programas executados por entidades não governamentais.			
JUSTIFICATIVA			
Executar programas sociais de natureza comunitáriom atender crianças e adolescentes, e idosos propiciando condições ao seu desenvolvimento e integração na sociedade.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Atendimento de Idosos	Pessoas	47,00	48,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.188.800,00**
PROGRAMA			
ASSISTÊNCIA AO MENOR INFRATOR			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	9	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
FUNDO M.DIR.DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	80200	
OBJETIVO			
Operacionalização do Fundo Municipal da Criança e Adolescentes.			
JUSTIFICATIVA			
Operacionalização do Fundo Municipal da Criança e Adolescentes			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Atendimento de Crianças e Adolescentes	%	97,00	98,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 317.500,00**
PROGRAMA			
GESTÃO E COORDENAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	10	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE ENSINO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	90100	
OBJETIVO			
Dotar a rede municipal de educação e cultura de meios necessários a manutenção e melhoria do ensino de primeiro grau; fortalecer o ciclo básico de alfabetização; promover a capacitação profissional do quadro de pessoal que atua no ensino fundamental; desenvolver ações para valorização do magistério; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar o serviço de merenda escolar.			
JUSTIFICATIVA			
Dotar a rede municipal de educação e cultura de meios necessários a manutenção e melhoria do ensino de primeiro grau.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**

Aprovação Escolar Rede Municipal	%	100,00	100,00
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
Taxa de Evasão Escolar	%	0,00	0,00
Taxa de Alfabestimo	%	2,00	2,00
Taxa de Frequência Escolar	%	96,00	97,00
Taxa de Analfabetismo de Adultos	%	1,50	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 9.179.990,00**
PROGRAMA			
GESTÃO E DIFUSÃO DA CULTURA			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	11	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE CULTURA			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	90300	
OBJETIVO			
Realização de eventos culturais e promoção de festividades turisticas.			
JUSTIFICATIVA			
Realização de eventos culturais e turisticos tais como festivais e festa gastronomica.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 208.000,00**
PROGRAMA			
COORDENAÇÃO DO DESPORTO AMADOR			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	12	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE ESPORTES			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	90400	
OBJETIVO			
Execução de programas voltados a pratica desportiva.			
JUSTIFICATIVA			
Promover a pratica desportiva no municipio, melhorando a qualidade de vida da população			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 261.200,00**
PROGRAMA			
PROMOÇÃO, COORDENAÇÃO AGROPECUÁRIA			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	13	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIV. FOM. AGRIC. PEC. PROT.MEIO AMBIENTE			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	100100	
OBJETIVO			
Apoiar o aumento da produtividade e da renda do setor agropecuário; aumentar a área de proteção e preservação do meio ambiente; estimular a exploração racional dos recursos naturais renováveis; identificar fontes poluidoras do meio ambiente; promover ações para redução dos índices de poluição, inclusive pelo uso de agrotóxico; manter viveiro florestal e produzir mudas; realização de convênios com empresas e entidades; estímulos a instalação de agroindústrias no município.			
JUSTIFICATIVA			
Aumentar a área de proteção e preservação do meio ambiente, estimular a exploração racional dos recursos renovaveis			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 713.130,00**
PROGRAMA			
APOIO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	14	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	110100	
OBJETIVO			
Promover o processo de desenvolvimento industrial e de infra-estrutura para implantação de incubadoras de empresas, apoio as atividades comerciais e prestadoras de serviços, incentivos a indústria, promover o processo de desenvolvimento do turismo em especial na Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Monumento Cristo Luz e promoção de eventos turísticos.			
JUSTIFICATIVA			
Apoio as atividades comerciais e prestadoras deservços, incentivos a indústria, promover o processo de desenvolvimento do turismo.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.028.000,00**
PROGRAMA			
APOIO AO TURISMO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	15	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	110100	
OBJETIVO			
Execução de obras de infra-estrutura na área turistica.			
JUSTIFICATIVA			
Promover o turismo com execução de infra-estrutura e melhoramento das áreas turisca no municipio			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 120.000,00**
PROGRAMA			
GESTÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	16	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
FUNDO DE DESEN. CIENTIFICO E TECNOLOGICO			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	110200	
OBJETIVO			
Manutenção das atividades operacionais do Centro de Desenvolvimento Cientifico e Técnologico.			
JUSTIFICATIVA			

Operacionalização e manutenção do Centro para capacitação dos jovens para o mercado de trabalho			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 10.500,00**
PROGRAMA			
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	17	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	80300	
OBJETIVO			
AÇÕES EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
JUSTIFICATIVA			
Avançara na construção do desenvolvimento local e regional com impactos positivos na redução da pobreza e desigualdade social.			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 34.500,00**
PROGRAMA			
APRENDIZAGEM PROFISSIONAL			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	19	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	80300	
OBJETIVO			
Aprendizagem Profissional			
JUSTIFICATIVA			
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 4.200,00**
PROGRAMA			
ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	20	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	80300	
OBJETIVO			
Atendimento Socio Educativo			
JUSTIFICATIVA			
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 6.500,00**
PROGRAMA			
RESERVA DE CONTINGÊNCIAS			
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	9999	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA			
DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA			
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA	**Nº**	40100	
OBJETIVO			
RESERVA DE CONTINGÊNCIAS			
JUSTIFICATIVA			
Atender as disposições da Lei 101/00 com passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos			
METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Manutenção das Atividades	Meses	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 468.216,60**
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA OS PROGRAMAS			**R$ 46.821.660,00**

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:5DC0F1AA

CHEFE DE GABINETE
DEMONSTRATIVO 2 - ÃVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR LDO 2027

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR								
2027								
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)							R$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.950.000,00	0,005	86,006	60.146.197,59	0,008	83,697	23.196.197,59	62,78
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	36.264.378,00	0,005	84,410	58.832.454,97	0,007	82,144	22.568.076,97	62,23
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.950.000,00	0,005	86,006	60.713.277,04	0,008	83,697	23.763.277,04	64,31
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	35.685.000,00	0,005	83,062	58.810.858,09	0,007	80,832	23.125.858,09	64,81
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	579.378,00	0,000	1,349	21.596,88	0,000	1,312	(557.781,12)	-96,27
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III –	579.378,00	0,000	1,349	43.193,76	0,000	1,312	(536.184,24)	-92,54
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	-	3.921.526,64	0,000	-	3.921.526,64	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	-	(4.616.611,53)	(0,001)	-	(4.616.611,53)	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	-	(733.412,03)	(0,000)	-	(733.412,03)	

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
PIB Nominal	784.677.000.000,00	784.677.000.000,00

Receita Corrente Líquida - RCL	42.961.971,88	44.147.190,66
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha.		
Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.		
Fonte da Informação:		

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:23CD7004

CHEFE DE GABINETE
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LDO 2027

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2027						
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III)						R$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	128.851.204,87	100,00	104.323.012,04	100,00	88.849.178,75	100,00
TOTAL	128.851.204,87	100,00	104.323.012,04	100,00	88.849.178,75	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-
Fonte da Informação:						
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO						

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:D06B1CB7

CHEFE DE GABINETE
DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DAS RENÚNCIAS DE RECEITA LDO 2027

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
2026						
AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)						R$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
Imposto Predial e Territorial Urbana - IPTU	Outros benefícios	Valores lançados em duplicidade	13.700,00	15.500,00	17.300,00	Projeção de aumento da UFM
ITBI	Outros benefícios	Valores lançados em duplicidade	50.000,00	55.000,00	58.000,00	Valores previstos de acordo com a execução exercicios anteriores
ISS	Outros benefícios	Valores lançados em duplicidade	500,00	700,00	900,00	Valores previstos de acordo com a execução exercicios anteriores
Taxas	Outros benefícios	Valores lançados em duplicidade	8.000,00	9.000,00	10.000,00	Valores previstos de acordo com a execução exercicios anteriores
TOTAL			72.200,00	80.200,00	86.200,00	

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:C8E5AC86

CHEFE DE GABINETE
METAS DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE GOVERNO LDO 2027

Unidade Gestora: CONSOLIDADO Prefeitura Municipal Bom Sucesso doSul-PR		
LDO-2027-Alteração Legal 1		
Metas das Ações Prog. Gov.		
Fundamento Legal: 024 - Projeto de Lei - Em Elaboração		
	Valores	
	2027	Total
0-Operações Especiais	1.594.600,00	1.594.600,00
1-PROCESSO LEGISLATIVO	913.500,00	913.500,00
2-GESTÃO E COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL	1.205.500,00	1.205.500,00
3-COORDENAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO E DE PLANEJAMENTO	3.333.613,40	3.333.613,40
4-GESTÃO CONTÁBIL,FINANCEIRA E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO	1.329.500,00	1.329.500,00
5-GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	7.229.100,00	7.229.100,00
6-GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.761.460,00	4.761.460,00
7-COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS DIRETRIZES DA SAÚDE	12.913.850,00	12.913.850,00
8-GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.188.800,00	1.188.800,00
9-ASSISTÊNCIA AO MENOR INFRATOR	317.500,00	317.500,00
10-GESTÃO E COORDENAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	9.179.990,00	9.179.990,00
11-GESTÃO E DIFUSÃO DA CULTURA	208.000,00	208.000,00
12-COORDENAÇÃO DO DESPORTO AMADOR	261.200,00	261.200,00
13-PROMOÇÃO, COORDENAÇÃO AGROPECUÁRIA	713.130,00	713.130,00
14-APOIO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	1.028.000,00	1.028.000,00
15-APOIO AO TURISMO	120.000,00	120.000,00
16-GESTÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	10.500,00	10.500,00
17-SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	34.500,00	34.500,00
19-APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	4.200,00	4.200,00
20-ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO	6.500,00	6.500,00

9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIAS	468.216,60	468.216,60
TOTAL DA LDO	46.821.660,00	46.821.660,00
Dados Enviados ao Legislativo		
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, DIVISÃO FINANÇAS, CONTABIL. E TESOURARIA, 14/Ago/2026, 14h e 22m.		

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:698191C5

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 – *REGISTRO DE PREÇOS 33/2026 (Processo Licitatório 104/2026)*

De acordo com o parecer jurídico e em concordância com a Ata Eletrônica, de Abertura do processo licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 45/2026**, que teve como objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de prestador de serviços de inseminação artificial em bovinos, bem como para aquisição de botijões destinados ao armazenamento e conservação de sêmen em nitrogênio líquido, a serem utilizados no âmbito do Programa Leite Bom, visando atender às demandas dos produtores rurais participantes do programa conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência.** O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos, **HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos determinando que seja **ADJUDICADO** o seu objeto a favor das empresas abaixo descritas, junto com seus itens e valores relacionados:

EMPRESA FORNECEDORA: LETICIA & JOICE AGROPECUARIA LTDA - EPP - CNPJ: 31.047.654/0001-02

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
1	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL** no rebanho bovino em todo território municipal: custear as despesas de pessoal, veículo e combustível. O sêmen, nitrogênio líquido, luvas e bainhas serão fornecidos pela Prefeitura - Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, e o prestador de serviço responsabilizar-se-á pela armazenagem e qualidade do sêmen, mantendo-o em boas condições de conservação; deverá abastecer o botijão criogênico com nitrogênio líquido, periodicamente e sempre que necessário; emitir relatório mensal de inseminação juntamente com as palhetas de sêmen já utilizadas, a ser entregue junto com os comprovantes de inseminação assinados pelo produtor; deverá estar à disposição, todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, mediante serviço de plantão, informando no mínimo duas linhas telefônicas; o atendimento deverá ser impreterivelmente em horário previamente agendado com o proprietário do animal a ser inseminado, respeitando o comportamento reprodutivo do animal, deverá possuir no mínimo 01 (um) profissional (inseminador), para executar os trabalhos, ter no mínimo 01 (um) veículo para o bom atendimento dos produtores de Bom Sucesso do Sul/PR.	Unid.	2000	serviço	87,50	175.000,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR		**R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)**				

EMPRESA FORNECEDORA: RD PRODUTOS CRIOGENICOS LTDA -ME - CNPJ: 55.422.008/0001-38

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
2	**BOTIJÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO**, recomendado para transporte de sêmen bovino, com as seguintes características mínimas: capacidade de nitrogênio líquido de 20,5 litros e número de 6 canister; diâmetro interno da boca: 55 mm; altura total: 660 mm; com capacidade para 720 doses (palheta média) e 1.440 doses (palheta fina); Garantia para defeitos de fabricação: 5 anos contados da data da entrega. Sugestão de marca: MVE.	Unid.	3	Haier Biomedical YDS-20	3.659,80	10.979,40
3	**BOTIJÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO**, recomendado para transporte de sêmen bovino, com as seguintes características mínimas: capacidade de nitrogênio líquido de 34,8 litros e número de 6 canister; diâmetro interno da boca: 89 mm; altura total: 675 mm; com capacidade para 2.100 doses (palheta média) e 4.200 doses (palheta fina); Garantia para defeitos de fabricação: 5 anos contados da data da entrega. Sugestão de marca: MVE.	Unid.	1	Haier Biomedical YDS-35-125	7.879,00	7.879,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR		**R$ 18.858,40 (dezoito mil oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos)**				

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO

R$ 193.858,40 (cento e noventa e três mil oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

Bom Sucesso do Sul, 25 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:4878F8E9

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS LDO 2027

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
2026			
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)	R$ 1,00		
RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	982.315,18	842.280,45	815.264,38
Alienação de Bens Móveis	982.315,18	842.280,45	815.264,38
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATI	48.975,00	20.000,00	167.680,00
DESPESAS DE CAPITAL	48.975,00	20.000,00	167.680,00
Investimentos	48.975,00	20.000,00	167.680,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊN	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2024 (g)=((Ia-IId)+IIIh)	2023 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)	2022 (i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	2.403.205,01	1.469.864,83	647.584,38
Fonte da Informação:			

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:2EB11707

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO14- DEMONSTRATIVO SIMPLIFICAO DO RREO

MUNICÍPIO DE BRAGANEY	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	40.700.000,00
Previsão Atualizada	51.054.712,55
Receitas Realizadas	35.167.999,93
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	6.548.651,71
DESPESAS	
Dotação Inicial	40.700.000,00
Dotação Atualizada	57.603.364,26
Despesas Empenhadas	42.361.762,46
Despesas Liquidadas	31.492.560,76
Despesas Pagas	29.966.873,68
Superávit Orçamentário	3.675.439,17
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	42.361.762,46
Despesas Liquidadas	31.492.560,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	46.277.277,55
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	44.799.527,55
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	44.520.617,55
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00

Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	2.003.550,91	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	-845.235,39	2.481.046,05	-293,53

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	307.762,15	0,00	307.762,15	0,00
Poder Executivo	307.762,15	0,00	307.762,15	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.015.428,93	64.274,00	2.431.881,55	1.519.273,38
Poder Executivo	4.015.428,93	64.274,00	2.431.881,55	1.519.273,38
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.323.191,08	64.274,00	2.739.643,70	1.519.273,38

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.440.323,88	25,00	25,97
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.750.025,15	70,00	87,06
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	93.101,78	50,00	32,39
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	5.546,00	15,00	1,93

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício		Saldo não realizado	
Receita de Operação de Crédito	335.561,22		-313.361,22	
Despesa de Capital Líquida	12.003.383,13		2.227.469,88	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**2026**	**2036**	**2046**	**2061**
Plano Previdenciário	38.843.583,78	48.627.467,74	50.754.598,67	23.752.334,36
Receitas Previdenciárias	19.421.791,89	24.313.733,87	25.377.299,33	11.876.167,18
Despesas Previdenciárias	12.325.364,02	17.654.272,42	26.303.285,25	18.322.931,78
Resultado Previdenciário	7.096.427,87	6.659.461,45	-925.985,91	-6.446.764,60
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	18.772,78		-16.772,78	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	355.431,85		7.850,01	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.315.801,12	15,00	18,05
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***		
Controle Interno	Prefeito		
LILIAN RIGAMONTI			
Contador(a)			

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:F549B6CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 2- DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE BRAGANEY
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO
GF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.959.200,79	6.787.443,79	6.874.549,41	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00

Dívida Contratual	6.754.121,41	6.582.364,41	6.627.387,41	0,00
Empréstimos	6.754.121,41	6.582.364,41	6.627.387,41	0,00
Internos	6.754.121,41	6.582.364,41	6.627.387,41	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	205.079,38	205.079,38	247.162,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	13.606.738,82	13.912.167,99	14.800.296,44	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	13.606.738,82	13.912.167,99	14.800.296,44	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.917.016,78	15.446.980,89	16.497.752,95	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	307.762,15	1.117.806,91	1.525.687,08	0,00
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	2.515,81	417.005,99	171.769,43	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA[2] (DCL) (III) = (I - II)	-6.647.538,03	-7.124.724,20	-7.925.747,03	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	43.556.052,93	44.154.615,71	46.277.277,55	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.159.000,00	1.159.000,00	1.477.750,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	42.397.052,93	42.995.615,71	44.799.527,55	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	16,41	15,79	15,35	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-15,68	-16,57	-17,69	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: (120% da RCL AJUSTADA)	50.876.463,52	51.594.738,85	53.759.433,06	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1o do art. 59 da LRF): (108% da RCL AJUSTADA)	45.788.817,16	46.435.264,97	48.383.489,75	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	477.152,50	506.680,07	506.680,07	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	4.015.428,93	2.087.838,30	1.519.273,38	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***			
Controle Interno	Prefeito			
LILIAN RIGAMONTI				
Contador(A)				

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:F283915B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO3- DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE BRAGANEY				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO				
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R$ 1,00		
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	43.556.052,93	44.154.615,71	46.277.277,55	0,00
(-) T ransferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1o, da CF) (VII)	1.159.000,00	1.159.000,00	1.477.750,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT ES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	42.397.052,93	42.995.615,71	44.799.527,55	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9o da Res. 43/01) - 22%	9.327.351,64	9.459.035,46	9.855.896,06	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1o do art. 59 da LRF) - 90%	8.394.616,48	8.513.131,91	8.870.306,45	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
EXTERNAS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00

INTERNAS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
FLAVIA WRONSKI	***LILIAN RIGAMONTI***			
Controle Interno	Contador(A)			
VALDIR ZIELINSKI				
Prefeito				

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:0E2A7CEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO4- DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE BRAGANEY		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	232.523,00	335.561,22
Interna	232.523,00	335.561,22
Empréstimos	232.523,00	335.561,22
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**232.523,00**	**335.561,22**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	46.277.277,55	0,00
(-) T ransferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1o, art. 166-A da CF) (V)	1.477.750,00	0,00
RECEIT A CORRENT E LÍQUIDA AJUST ADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT ES DE ENDIVIDAMENT O (VI) = (IV - V)	44.799.527,55	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
T OT AL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENT O DO LIMIT E (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	335.561,22	0,75
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	7.167.924,41	16,00
LIMIT E DE ALERTA (inciso III do §1o do art. 59 da LRF) - <%>	6.451.131,97	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.135.966,93	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Notas Explicativas		
FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***	***LILIAN RIGAMONTI***
Controle Interno	Prefeito	Contador(a)

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:622D5CB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO4- DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO RPPS

MUNICÍPIO DE BRAGANEY		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00

Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores	0,00
Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
OutrosBensDireitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FLAVIA WRONSKI			***VALDIR ZIELINSKI***		
Controle Interno			Prefeito		
LILIAN RIGAMONTI					
Contador(A)					

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:4554A331

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO6- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIOS

MUNICÍPIO DE BRAGANEY		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)	R$1,00	
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre 2026**

		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	42.307.682,89	31.561.859,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.431.584,44	2.825.525,67
IPTU	547.473,98	403.936,30
ISS	952.231,07	408.616,98
ITBI	422.072,37	765.094,24
IRRF	825.948,27	720.871,15
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	683.858,75	527.007,00
Contribuições	458.532,26	373.691,38
Receita Patrimonial	1.103.661,19	1.155.661,49
Aplicações Financeiras (II)	1.103.661,19	1.155.661,49
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	37.303.020,36	27.100.001,14
Cota-Parte do FPM	19.249.979,21	11.972.149,53
Cota-Parte do ICMS	8.800.000,00	5.563.560,98
Cota-Parte do IPVA	413.914,15	535.343,40
Cota-Parte do ITR	119.707,77	13.689,48
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	78.174,46	88.354,53
Transferências do FUNDEB	4.493.438,67	4.267.438,87
Outras Transferências Correntes	4.147.806,10	4.659.464,35
Demais Receitas Correntes	10.884,64	106.980,22
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	65.087,88
Receitas Correntes Restantes	10.884,64	41.892,34
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I -	41.204.021,70	30.341.110,53
(II + III)]		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	5,31
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	8.747.029,66	3.606.134,72
Operações de Crédito (VI)	22.200,00	335.561,22
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	2.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	2.000,00	0,00
Transferências de Capital	8.722.829,66	3.270.573,50
Convênios	8.722.829,66	3.099.640,10
Outras Transferências de Capital	0,00	170.933,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX	8.724.829,66	3.270.573,50
+ X + XI + XII)]		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	49.928.851,36	33.611.684,03
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	49.928.851,36	33.611.684,03

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/ 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	43.169.011,25	30.358.379,33	28.312.573,96	27.057.243,98	198.192,95	54.365,72	54.365,72
Pessoal e Encargos Sociais	18.053.262,99	13.448.499,49	13.231.389,46	13.008.100,78	133.738,99	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	900.000,00	636.089,04	636.089,04	636.089,04	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	24.215.748,26	16.273.790,80	14.445.095,46	13.413.054,16	64.453,96	54.365,72	54.365,72
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	42.269.011,25	29.722.290,29	27.676.484,92	26.421.154,94	198.192,95	54.365,72	54.365,72
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	14.230.853,01	12.003.383,13	3.179.986,80	2.909.629,70	109.569,20	2.377.515,83	2.377.515,83
Investimentos	13.199.853,01	11.541.087,91	2.717.691,58	2.447.334,48	109.569,20	2.377.515,83	2.377.515,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.031.000,00	462.295,22	462.295,22	462.295,22	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	13.199.853,01	11.541.087,91	2.717.691,58	2.447.334,48	109.569,20	2.377.515,83	2.377.515,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	203.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	55.672.364,26	41.263.378,20	30.394.176,50	28.868.489,42	307.762,15	2.431.881,55	2.431.881,55
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	55.672.364,26	41.263.378,20	30.394.176,50	28.868.489,42	307.762,15	2.431.881,55	2.431.881,55

ESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	2.003.550,91
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	2.003.550,91

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.155.666,80
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	678.171,66
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**2.481.046,05**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-845.235,39

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o bimestre/ 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	6.959.200,79	6.874.549,41
DEDUÇÕES (XL)	13.606.738,82	14.800.296,44
Disponibilidade de Caixa	13.606.738,82	14.800.296,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.917.016,78	16.497.752,95
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	307.762,15	1.525.687,08
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.515,81	171.769,43
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-6.647.538,03	-7.925.747,03
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	1.278.209,00	

AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/ 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa	1.217.924,93
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	2.496.133,93
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**2.018.638,79**
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.548.651,71
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	6.548.651,71
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***
Controle Interno	Prefeito
LILIAN RIGAMONTI	
Contador(A)	

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:B11E1533

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO6- DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF DO PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE BRAGANEY		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELÁTORIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO		
LRF, art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	46.277.277,55	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	44.799.527,55	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	44.520.617,55	
DESPESA COM O PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.757.048,28	42,13
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	24.041.133,48	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	22.839.076,81	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	21.637.020,13	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	-7.925.747,03	-17,69
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	53.759.433,06	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.601.386,37	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	335.561,22	0,75
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.167.924,41	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.135.966,93	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	10.869.201,70	3.121.177,79

FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***
Controle Interno	Prefeito
LILIAN RIGAMONTI	
Contador(A)	

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:48022B41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO8- RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE BRAGANEY		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	2.747.725,69	2.298.518,67
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	547.473,98	403.936,30
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	422.072,37	765.094,24
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	952.231,07	408.616,98
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	825.948,27	720.871,15
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.414.724,67	22.496.559,85
2.1- Cota-Parte FPM	23.649.979,21	14.745.374,44
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.000.000,00	13.866.126,13
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.649.979,21	879.248,31
2.2- Cota-Parte ICMS	11.000.000,00	6.954.451,05
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	97.718,07	110.443,22
2.4- Cota-Parte ITR	149.634,71	17.111,73
2.5- Cota-Parte IPVA	517.392,68	669.179,41
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**38.162.450,36**	**24.795.078,52**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**6.752.949,09**	**4.323.462,31**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**2.787.663,50**	**1.875.307,32**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	4.493.438,67	4.324.378,13
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.348.851,22	3.993.578,41
6.1.1- Principal	4.348.851,22	3.936.639,15
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	45.386,59
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	11.552,67
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	26.253,67
6.2.1- Principal	0,00	26.253,67
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	113.061,55	287.482,89
6.3.1- Principal	113.061,55	287.482,89
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	31.525,90	17.063,16
6.4.1- Principal	31.525,90	17.063,16
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**-2.404.097,87**	**-386.823,16**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		387.388,54
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		387.388,54
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		**4.711.766,67**

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	5.002.470,45	4.092.989,59	4.086.649,88	3.979.505,70	6.339,71
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.376.255,15	3.926.571,27	3.926.571,27	3.858.273,35	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.399.513,78	2.112.359,28	2.112.359,28	2.068.604,48	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	1.656.039,36	1.530.832,62	1.530.832,62	1.510.775,89	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	240.865,03	236.008,68	236.008,68	231.522,29	0,00
10.1.5- Administração Geral	79.836,98	47.370,69	47.370,69	47.370,69	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	626.215,30	166.418,32	160.078,61	121.232,35	6.339,71
10.2.1- Educação Infantil	66.424,80	66.143,80	62.065,74	38.853,76	4.078,06

10.2.2- Ensino Fundamental	158.962,37	100.274,52	98.012,87	82.378,59	2.261,65
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	354.885,12	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	45.943,01	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.830.229,99	3.824.755,28	3.719.321,10	5.474,71	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.717.729,22	3.717.729,22	3.658.938,88	0,00	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	112.500,77	107.026,06	60.382,22	5.474,71	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.750.025,15	3.750.025,15	3.681.727,23	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	97.179,84	93.101,78	60.382,22	4.078,06	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	5.546,00	5.546,00	27,42	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		3.015.120,48	3.750.025,15	3.750.025,15	87,06
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB- VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)		143.741,45	93.101,78	93.101,78	32,39
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		43.122,43	5.546,00	5.546,00	1,93
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	432.437,81	499.622,85	499.622,85	67.185,04	11,55

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	534.047,02	387.388,54	210.829,92	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	516.338,89	210.307,21	210.829,92	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	17.708,13	177.081,33	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.192.691,02	2.370.984,85	2.184.046,61	2.103.932,34	186.938,24
20.1- Educação Infantil	1.523.726,78	561.123,67	496.377,18	478.394,72	64.746,49
20.2- Ensino Fundamental	2.003.597,75	1.272.679,11	1.184.139,46	1.147.078,59	88.539,65
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	102.500,00	47.720,72	46.580,72	46.580,72	1.140,00
20.5- Administração Geral	562.866,49	489.461,35	456.949,25	431.878,31	32.512,10
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	7.808.264,84	5.380.653,40	5.221.892,55	5.065.901,43	158.760,85
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.989.665,36	2.528.796,83	2.459.972,28	2.375.023,04	68.824,55
21.1.1- Creche	3.989.665,36	2.528.796,83	2.459.972,28	2.375.023,04	68.824,55
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	3.818.599,48	2.851.856,57	2.761.920,27	2.690.878,39	89.936,30

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.184.046,61
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.323.462,31
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	67.185,04
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**6.440.323,88**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	6.198.769,63	6.440.323,88	25,97

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	73.978,96	0,00	72.510,85	0,00	1.468,11
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	43.703,47	0,00	42.235,36	0,00	1.468,11
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	30.275,49	0,00	30.275,49	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	621.205,66	544.495,46
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	284.232,87	265.977,77
31.1.1- Salário-Educação	284.232,87	265.977,77
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	1.520,39
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	336.972,79	276.997,30

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.715.375,85	1.618.454,11	1.545.556,20	1.227.651,49	72.897,91
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	325.508,90	557.071,75	529.079,90	400.147,65	27.991,85
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	701.617,07	830.751,89	805.549,07	671.185,78	25.202,82
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	616.280,00	173.668,18	158.682,05	146.470,14	14.986,13
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	41.969,88	56.962,29	52.245,18	9.847,92	4.717,11

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	10.910.537,32	8.082.428,55	7.816.252,69	7.311.089,53	266.175,86
33.1- Despesas Correntes	10.563.501,68	7.832.384,55	7.566.208,69	7.187.418,53	266.175,86
33.1.1- Pessoal Ativo	5.552.680,35	4.773.658,10	4.773.658,10	4.683.521,39	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	384.885,12	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	4.625.936,21	3.058.726,45	2.792.550,59	2.503.897,14	266.175,86
33.2- Despesas de Capital	347.035,64	250.044,00	250.044,00	123.671,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	347.035,64	250.044,00	250.044,00	123.671,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	390.916,59	220.038,06
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.324.378,13	265.977,77
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	4.009.816,00	307.603,63
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	705.478,72	178.412,20
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	269.911,34	198,94
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	344.185,84	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	631.204,22	178.611,14
Notas Explicativas		

FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***	***LILIAN RIGAMONTI***
Controle Interno	Prefeito	Contador(a)

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:4A573BB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATORIO DE GESTAO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

MUNICÍPIO DE BRAGANEY				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA				
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO				
IN 36/2009- TCE-PR				R$ 1,00
Receitas	**Previsão Inicial**	**Previsão Atualizada (a)**	**Receitas Realizadas**	
			Até Período (b)	**% (b/a)**
RECEITAS CORRENTES	40.698.000,00	42.307.682,89	31.561.865,21	74,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.031.584,44	3.431.584,44	2.825.525,67	82,34
Contribuições	458.532,26	458.532,26	373.691,38	81,50
Receita Patrimonial	1.083.740,50	1.103.661,19	1.155.666,80	104,71
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.172,23	6.172,23	6.650,96	107,76
Transferências Correntes	36.113.258,16	37.303.020,36	27.100.001,14	72,65
Outras Receitas Correntes	4.712,41	4.712,41	100.329,26	2.129,04
RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	8.747.029,66	3.606.134,72	41,23
Operações de Crédito	0,00	22.200,00	335.561,22	1.511,54
Alienação de Bens	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	8.722.829,66	3.270.573,50	37,49
TOTAL	40.700.000,00	51.054.712,55	35.167.999,93	68,88
Despesas com Assistência (Grupo de Natureza de Despesa)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (a)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (b)	**% (b/a)**
DESPESAS CORRENTES	6.849.322,22	7.785.645,24	4.562.826,02	58,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.264.918,61	2.293.300,73	1.435.111,86	62,58
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.584.403,61	5.492.344,51	3.127.714,16	56,95
DESPESAS DE CAPITAL	752.000,00	9.758.324,47	9.098.662,47	93,24
INVESTIMENTOS	752.000,00	9.758.324,47	9.098.662,47	93,24
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.601.322,22	17.543.969,71	13.661.488,49	77,87
Despesas com Assistência (243 - Assistência à Criança e ao Adolescente)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (c)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (d)	**% (d/c)**
DESPESAS CORRENTES	603.560,00	564.720,00	207.689,89	36,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	270.000,00	245.000,00	151.985,46	62,03
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333.560,00	319.720,00	55.704,43	17,42
DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	106.550,00	101.541,16	95,30
INVESTIMENTOS	5.000,00	106.550,00	101.541,16	95,30
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	608.560,00	671.270,00	309.231,05	46,07
Despesas com Assistência (SubFunção)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (e)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (f)	**% (f/e)**
(243 - Assistência à Criança e ao Adolescente)	608.560,00	671.270,00	309.231,05	46,07
TOTAL	608.560,00	671.270,00	309.231,05	46,07
Percentual (Relação à Receita)	**% (e/a)**	**% (f/b)**		
	1,31	0,88		
FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***			
Controle Interno	Prefeito			
LILIAN RIGAMONTI				
Contador(a)				

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:DEBE3E4D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO 002/2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº005/2026 (ATO DE PROVIMENTO – NOMEAÇÃO)

O Município de Campo do Tenente – PR, por intermédio de seu Prefeito, Weverton Willian Vizentin, no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO a homologação final do resultado do concurso público do Edital nº 02/2024, para provimento de cargos do seu quadro de pessoal permanente, **TORNA PÚBLICO** o presente edital, nos seguintes termos:

1 – **DA CONVOCAÇÃO**

1.1 **Convoca-se** os seguintes servidores:

Cargo: Técnico em Enfermagem – ESF

Classif	Lista	Nome	
2°	AC	Valéria Pscheidt	

1.1 O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio a ser requisitado no Departamento de Recursos humanos e protocolar impreterivelmente até o dia anterior ao exame admissional. Após o exame, não serão aceitos pedidos de final de lista.

1.2 Caso o candidato não tenha interesse na vaga, deverá assinar o termo de desistência da vaga, que será fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos.

2 – DOS DOCUMENTOS E DAS DECLARAÇÕES:

2.1 O convocado deverá apresentar e protocolar ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Campo do Tenente – PR, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, contados da data da publicação deste Edital de convocação, os documentos abaixo elencados:

a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;

b) Certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar, para o sexo masculino (dispensável caso o candidato tenha 46 anos ou mais).

c) Cópia do documento de Identificação;

d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

e) Cópia do Título de Eleitor;

e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade, com histórico escolar, exigido pelo requisito do cargo;

f) Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;

g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;

h) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos, se houver;

i) Cópia do comprovante de residência;

j) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;

l) Número do PIS/PASEP;

m) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos cinco anos;

n) Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral;

o) Atestado médico que comprove a deficiência alegada (somente para candidatos optantes pelas vagas PCD).

p) Apresentar ao Departamento de Pessoal as declarações a seguir, devidamente assinadas e reconhecidas em cartório, conforme modelos dos Anexos 1, 2 e 3 (Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992; Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a cargo público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um, sob pena de desclassificação; Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;

2.3 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação, sem justo motivo, será considerado como desistente, independentemente da assinatura do termo de desistência.

2.4 Protocolada toda a documentação, o candidato será submetido a inspeção médica, para atestar aptidão ao exercício do cargo.

3. DO EXAME MÉDICO

3.1 – Apresentados os documentos elencados no item 2, será designado o exame admissional perante a junta médica do Município de Campo do Tenente.

3.2 – De acordo com o cargo, cada candidato deverá apresentar os exames exigidos conforme o **ANEXO 4 no ato do exame admissional.**

3.4 – O exame admissional e o de acuidade visual serão realizados pelo Município, os demais deverão ser providenciados pelo convocado.

3.5 – O candidato convocado somente será nomeado se for julgado **APTO** física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida à ordem de classificação.

3.6 Os candidatos com deficiência serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

3.6 Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato de mesma condição, conforme a ordem de classificação.

4. DA POSSE E DO EXERCÍCIO

4.1 A posse será precedida da apresentação dos documentos (item 2) e de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal (item 3).

4.2 Estando correta a documentação solicitada no item 2, bem como sendo considerado apto pela inspeção médica, será emitida a portaria de nomeação e o candidato assinará o termo de posse.

4.3 A contar da assinatura do termo de posse o servidor terá 30 dias para entrar em exercício.

Campo do tenente, PR, 25 de Setembro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN

Prefeito Municipal

ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome:	
CPF:	
Endereço:	

Relação de bens, direitos e valores	
Especificação	Valor (R$)
Total:	R$

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a Administração a proceder, por meio eletrônico, a guarda das informações constantes neste formulário, bem como das informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____

Assinatura do declarante

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS E/OU FUNÇÕES

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro, nos termos do art. 37, inciso XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações desta são expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo.

Não ocupar outro cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos das esferas Federal, Estadual ou Municipal, no âmbito da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.

Ser detentor do cargo/emprego de _____ , na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas semanais e remuneração de R$ _____.

Receber proventos de aposentadoria, por ter se inativado(a) no cargo, emprego e/ou função pública de _____, na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas e proventos de R$ _____.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____

Assinatura do declarante

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro:

Não ter exercido cargo efetivo ou em comissão, ou emprego de natureza temporária (PSS), nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, nos últimos 5 anos.

Ter exercido cargo efetivo ou em comissão nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.

Ter exercido cargo temporário federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____

Assinatura do declarante

ANEXO 4

Funções	**Exames** **ADMISSIONAL**
•ADVOGADO •ARQUITETO •ASSISTENTE SOCIAL •AGENTE ADMINISTRATIVO •ANALISTA ADMINSITRATIVO AUXILIAR DE CONTABILIDADE, AUXILIAR DE FARMÁCIA •CONTADOR •ENGENHEIRO •FISCAL GERAL •MONITOR DE ALUNO ORIENTADOR EDUCACIONAL •TÉCNICO ADMINISTRATIVO •TÉCNICO AGRIMESURA •TÉCNICO AMBIENTAL TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO TÉCNICO DE INFORMÁTICA, TÉCNICO DE RECURSOS HUMANOS TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO TESOUREIRO VIGIAS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296
•MÉDICO CLÍNICO GERAL •CIRURGIÃO DENTISTA •ENFERMEIRO •TÉCNICO ENFERMAGEM •TÉCNICO HIGIENE BUCAL •AUXILIAR DE ENFERMAGEM •AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO •AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo:• TGO: • TGP • Ureia • Creatinina: •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV:
MOTORISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693

	• EEG: 0536• ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999 Exame toxicológico
FISIOTERAPEUTA FARMACÊUTICA FONOALDIOLOGA PROFESSOR PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL PSICOLOGO PROFESSOR CMI VIGILANTE SANITARIO EDUCADOR INFANTIL	Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV: 9999
•TÉCNICO EM RADIOLOGIA	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 • TGO: 9999 • TGP: 9999 • Ureia: 1242 • Creatinina: 0456 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Contagem de plaquetas: 9999
•MECANICO GERAL •GARI •SEPULTADOR	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999
NUTRICIONISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EPF: 0974 VDRL
•OPERADOR DE MAQUINAS	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Audiometria: 0281

	• Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536 • ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:B05F41AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2026			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §			
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**49.695.594,57**	**54.958.866,65**	**38.419.592,21**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**0,00**	**1.133.401,00**	**1.133.401,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	**49.695.594,57**	**53.825.465,65**	**37.286.191,21**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**10.933.030,81**	**11.841.602,44**	**8.202.962,07**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**9.839.727,72**	**10.657.442,20**	**7.382.665,86**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades:			
Município de Campo do Tenente			

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:22B7FC67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00

Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	38.419.592,21	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.133.401,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	37.286.191,21	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.965.790,59	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	5.369.211,53	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	2.610.033,38	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Entidades:		
Município de Campo do Tenente		

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:DF750654

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	587.000,00	1.142.174,89		(555.174,89)
DESPESAS		**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL		11.918.756,10	7.338.547,02	4.580.209,08
Investimentos		9.718.756,10	5.935.722,08	3.783.034,02
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		2.200.000,00	1.402.824,94	797.175,06
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte		0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras		0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)		11.918.756,10	7.338.547,02	4.580.209,08
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)		11.331.756,10	6.196.372,13	5.135.383,97
Entidades:				
Município de Campo do Tenente				

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:0F5146AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	4.809.000,00	2.538.333,77
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.216.800,00	444.770,63
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	740.900,00	113.726,32
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.160.400,00	1.261.590,33
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	690.900,00	718.246,49
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	47.638.000,00	22.126.278,66
2.1 - Cota-parte FPM	26.387.000,00	14.748.386,24
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.387.000,00	13.869.137,93
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	4.000.000,00	879.248,31
2.2 - Cota-parte ICMS	16.231.000,00	6.395.846,78
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	520.000,00	100.297,18
2.4 - Cota-parte ITR	700.000,00	4.659,19
2.5 - Cota-parte IPVA	3.800.000,00	877.089,27
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	52.447.000,00	24.664.612,43

4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	8.727.600,00	4.249.406,07
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	4.384.150,00	1.916.747,04

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.033.000,00	5.861.792,20
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	9.033.000,00	5.861.792,20
6.1.1 - Principal	9.033.000,00	5.802.129,34
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	59.662,86
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	305.400,00	1.552.723,27
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	322.254,22	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	322.254,22	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	6.184.046,42	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	9.270.917,36	5.217.150,57	5.181.655,34	5.113.887,01	35.495,23
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.754.665,50	5.176.465,61	5.176.465,61	5.108.697,28	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.814.000,00	2.373.180,84	2.373.180,84	2.341.074,05	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	5.940.665,50	2.803.284,77	2.803.284,77	2.767.623,23	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	516.251,86	40.684,96	5.189,73	5.189,73	35.495,23
10.2.1 - Educação Infantil	291.917,36	40.684,96	5.189,73	5.189,73	35.495,23
10.2.2 - Ensino Fundamental	224.334,50	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	5.176.465,61	5.176.465,61	5.108.697,28	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.176.465,61	5.176.465,61	5.108.697,28	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.176.465,61	5.176.465,61	5.108.697,28	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.103.254,54	5.176.465,61	5.176.465,61	88,31
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	586.179,22	685.326,59	685.326,59	99.147,37	11,69

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	763.493,79	322.254,22	2.017,98	0,00	0,00	319.983,51
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	763.266,72	319.983,51	0,00	0,00	0,00	319.983,51
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	227,07	2.270,71	2.017,98	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.706.500,00	3.344.013,87	3.030.011,31	2.867.954,43	314.002,56

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20.1 - Educação Infantil	513.000,00	55.625,12	49.293,12	49.293,12	6.332,00
20.2 - Ensino Fundamental	5.943.500,00	3.288.373,75	2.980.703,19	2.818.661,31	307.670,56
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	250.000,00	15,00	15,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	15.729.688,07	8.520.464,48	8.206.461,92	7.976.651,71	314.002,56
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.621.188,07	2.428.805,96	2.422.473,96	2.390.367,17	6.332,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	12.108.500,00	6.091.658,52	5.783.987,96	5.586.284,54	307.670,56
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					3.030.011,31
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					4.249.406,07
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					99.147,37
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					319.983,51
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					487.487,29
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					6.372.799,21

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	6.166.153,11	6.372.799,21	25,84

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.495.468,99	197.688,91	349.837,11	487.487,29	658.144,59
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	596.568,07	197.688,91	294.849,82	125.808,83	175.909,42
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	898.900,92	0,00	54.987,29	361.678,46	482.235,17
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.568.500,00	821.563,87
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.124.500,00	380.813,04
31.1.1 - Salário-Educação	824.500,00	192.579,27

31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	200.000,00	137.131,06
31.1.4 - PNATE	100.000,00	51.102,71
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	444.000,00	135.687,93
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	305.062,90

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.614.329,73	852.343,75	716.896,95	621.269,84	135.446,80
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	3.252,50	3.252,50	3.252,50	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.589.329,73	849.091,25	713.644,45	618.017,34	135.446,80
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	17.594.017,80	9.510.567,57	9.025.622,98	8.692.681,95	484.944,59
33.1 - Despesas Correntes	17.440.412,59	9.484.712,47	9.023.605,00	8.690.663,97	461.107,47
33.1.1 - Pessoal Ativo	10.569.311,20	6.252.227,55	6.252.227,55	6.169.069,36	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	276.000,00	15,00	15,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	6.595.101,39	3.232.469,92	2.771.362,45	2.521.594,61	461.107,47
33.2 - Despesas de Capital	153.605,21	25.855,10	2.017,98	2.017,98	23.837,12
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	153.605,21	25.855,10	2.017,98	2.017,98	23.837,12

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	402.651,29	89,10
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.861.792,20	192.579,27
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.801.352,36	192.393,46
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	463.091,13	274,91
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	463.091,13	274,91
Entidades:		
Município de Campo do Tenente		

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:1E692253

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 08-2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA POR LOTES N°08/2026 PROCESSO N° 015/2026.	
A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ DISPENSA ELETRÔNICA SEM DISPUTA, NA FORMA DO ARTIGO 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.	
OBJETO:	**AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, GALÕES DE ÁGUA MINERAL 20 L E GÁS DE COZINHA.**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	**MENOR PREÇO POR LOTE.**
DE 28 DE SETEMBRO DE 2026 – 08:00 HORAS (Horário de Brasília) ATÉ DE 02 DE OUTUBRO DE 2026 – 08:00 HORAS (Horário de Brasília)	
DATA E HORÁRIO DO PERÍODO DE LANCES	
DE 02 DE OUTUBRO DE 2026 09:00 HORAS (Horário de Brasília) ATÉ DE 02 DE OUTUBRO DE 2026– 15:00 HORAS (Horário de Brasília) (TEMPO DA DISPUTA DE 6 HORAS)	
LOCAL DE REALIZAÇÃO: site *www.gov.br/compras/pt-br* **QUALQUER ESCLARECIMENTO ENTRAR EM CONTATO COM A CÂMARA MUNICIPAL SETOR DE LICITAÇÕES** **SUPORTE AO FORNECEDOR 41 3677-1253** **E-MAIL: camaralicitacao2024@gmail.com**	

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição por dispensa de licitação alimentos, material de limpeza, galões de água mineral 20L e gás de cozinha para o legislativo Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

A contratação será dividida em lotes, conforme tabela constante abaixo.

LOTE 01	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
01	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Copo 200 Mililitro	1.152	0,9039	1.041,29
02	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa 500 Mililitro	288	1,6039	461,92
03	Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Melitta Tradicional, Empacotamento: Vácuo, Prazo Validade Mínimo: 12 Meses	Caixa 500 Grama	36	32,6077	1.173,87
04	Chá Alimentação Tipo: Chá Mate, Uso: Alimentício, Sabor: Natural	Caixa 25 Unidade	12	6,6905	80,29
05	Fermento Tipo: Químico, Apresentação: Pó	Embalagem 100 Grama	8	7,2913	58,33
06	Gordura Vegetal / Margarina Tipo: Margarina, Subtipo: Cremosa, Composição Básica: Mínimo De 80% De Gordura, Sabor: Com Sal	Embalagem 500 Grama	20	9,0876	181,75
07	Molho De Mesa Tipo: Maionese, Composição: Tradicional, Apresentação: Creme	Embalagem 500 Grama	12	10,8607	130,33
08	Legume Em Conserva Tipo: Milho Verde	Embalagem 170 Grama	10	6,3859	63,86
09	Leite Fluido Origem: De Vaca, Tipo: A, Teor Gordura: Integral, Processamento: Cru Refrigerado	Caixa 1 Litro	288	6,1182	1.762,04
10	Frios Variedade: Presunto De Pernil, Tipo: Frimesa, Tipo Preparação: Cozido, Composição: Sem Capa De Gordura, Apresentação: Fatiado, Estado De Conservação: Resfriado(A)	Embalagem 200 Grama	48	9,6040	460,99
11	Queijo Origem: De Vaca, Tipo: Frimesa, Variedade: Muçarela, Apresentação: Fatiado, Teor Gordura: Baixo Teor De Gordura	Embalagem 200 Grama	48	15,6800	752,64
12	Leite Condensado Tipo: Integral, Ingrediente Básico: Leite In Natura, Prazo Validade Mínimo: 12 Meses	Caixa 395 Grama	30	7,2108	216,32
13	Creme De Leite Teor Gordura: Até 20% De Gordura, Processamento: Uht, Tratamento: Homogeneizado	Embalagem 200 Grama	15	4,9793	74,69
14	Requeijão Ingredientes: Leite Desnatado, Creme De Leite, Acidulante, Tipo: Cremoso, Conservação: 1 A 10 °C, Tipo Embalagem: Pote Plástico, Prazo Validade: 60 (Fechado) DIA	Copo 200 Grama	15	10,4131	156,20
15	Farinha De Trigo Grupo: Doméstico, Tipo: Integral, Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico	Embalagem 5 Quilograma	12	22,9900	275,88
16	Achocolatado Apresentação: Pó, Sabor: Tradicional, Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas	Lata 400 Grama	5	17,2772	86,39
17	Açúcar Tipo: Refinado, Coloração: Branca, Prazo Validade Mínimo: 24 Meses	Embalagem 5 Quilograma	15	20,0719	301,08
18	Farinha De Milho Grão: Amarelo, Tipo: Fubá, Característica Adicional: Não Transgênico	Embalagem 1 Quilograma	5	6,0656	30,33
19	Adoçante Aspecto Físico: Líquido Transparente, Ingredientes: Sucralose, Prazo Validade: 1 ANOS, Tipo: Dietético, Características Adicionais: Bico Dosador	Frasco 100 Mililitro	12	8,4929	101,91
20	Peixe Em Conserva Variedade: Atum, Apresentação: Sólido, Meio De Cobertura: Ao Natural	Embalagem 170 Grama	25	12,8800	322,00
21	Carne De Ave In Natura Tipo Animal: Frango, Tipo Corte: Filé De Peito, Apresentação: Fatiado, Estado De Conservação: Resfriado(A), Processamento: Sem Pele, Sem Osso	Quilograma	30	20,7906	623,72
22	Coador Descartável Café Material: Papel, Tamanho: 103, Característica Adicionais: Costura Dupla, 30 Unidades	Unidade	12	6,1173	73,41
23	Óleo Vegetal Comestível Tipo: Puro, Espécie Vegetal: Soja, Tipo Qualidade: Tipo 1	Embalagem 900 Mililitro	40	9,1383	365,53
24	Ovo Origem: Galinha, Grupo: Branco, Classe: A, Tipo: Jumbo	Bandeja 30 Unidade	48	25,1946	1.209,34
25	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Cola	Embalagem 2 Litro	120	10,9909	1.318,91
26	Massa De Tomate Tipo: Molho Pronto, Composição: Tradicional, Apresentação: Líquido	Embalagem 200 Grama	12	4,5000	54,00
27	Suco Apresentação: Líquido, Sabor: Laranja, Tipo: Prats Integral, Características Adicionais: Concentrado E Sem Adição De Açúcar.	Garrafa 1600 Mililitro	60	25,8700	1.552,20
28	Embutido Tipo: Salsicha Hot Dog, Tipo Preparação: Cozida , Estado De Conservação: Resfriado(A)	Embalagem 5 Quilograma	4	46,8725	187,49
29	Pão Base: De Farinha De Trigo Refinada, Tipo: De Forma, Tipo: Panco Tradicional, Apresentação: Fatiado, Característica Adicional: Baixa Caloria, Tipo Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	60	11,3100	678,60
				VALOR TOTAL	13.795,31

LOTE 02	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
01	Fruta Tipo: Maçã Fuji, Apresentação: Natural	Quilograma	10	7,0774	70,77
02	Legume In Natura Tipo: Cebola Amarela	Quilograma	5	6,6190	33,09
03	Legume In Natura Tipo: Tomate Salada, Apresentação: Orgânico	Quilograma	5	8,1530	40,76
04	Verdura In Natura Tipo: Salsinha, Apresentação: Natural, Adicional: Cortada, Higienizada	Unidade	20	5,0381	100,76

05	Fruta Tipo: Banana Prata / Banana Branca, Apresentação: Natural, Adicional: Orgânica	Quilograma	10	9,2859	92,86
				VALOR TOTAL	338,24

LOTE 03	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
01	Água Sanitária Composição Química: Hipoclorito De Sódio, Hidróxido De Sódio, Cloreto, Cor: Incolor, Aplicação: Lavagem E Alvejante De Roupas, Banheiras, Pias, Tipo: Comum	Garrafa 2 Litro	15	12,0863	181,29
02	Desodorante / Aromatizante De Ambiente Tipo: Aerosol, Aroma: Variado, Características Adicionais: Spray	Frasco 360 Mililitro	5	21,0000	105,00
03	Copo Descartável Material: Polipropileno, Capacidade: 200 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes, Características Adicionais: Atóxico, De Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Incolor	Pacote 100 Unidade	100	13,1773	1.317,73
04	Esponja Limpeza Material: Lã De Aço Carbono, Formato: Retangular, Aplicação: Utensílios E Limpeza Em Geral, Características Adicionais: Textura Macia E Isenta De Sinais De Oxidação, Comprimento Mínimo: 100 MM, Largura Mínima: 50 M	Pacote 8 Unidade	30	3,4852	104,56
05	Papel Higiênico Material: Celulose Virgem, Comprimento: 30 M, Largura: 10 CM, Tipo: Picotado, Quantidade Folhas: Dupla, Cor: Branca, Características Adicionais: Extra Macio E Sem Perfume	Fardo 16 Unidade	50	37,2759	1.863,79
06	Toalha De Papel Material: Celulose (100% Fibras Naturais), Tipo Folha: Dupla, Comprimento: 22 CM, Largura: 20 CM, Cor: Branca, Características Adicionais: Alto Grau De Absorção, Aplicação: Limpeza Em Geral	Pacote 2 Unidade	50	9,1000	455,00
07	Sabão Pó Aspecto Físico: Pó, Composição: Ácidos Graxos Vegetais, Álcalis, Sulfato, Carbona, Características Adicionais: Amarelo, Utiizado Em Limpeza Em Geral	Caixa 800 Grama	10	20,1649	201,65
08	Saco Plástico Lixo Material: Polietileno, Capacidade: 100 L, Cor: Preta, Aplicação: Coleta De Lixo	Pacote 10 Unidade	40	14,9900	599,60
09	Saco Plástico Lixo Capacidade: 15 L, Largura: 25 CM, Altura: 50 CM, Espessura: 0,6 Mm, Cor: Preta, Características Adicionais: Leitoso Super Resistente, Apresentação: Rolo	Pacote 40 Unidade	20	19,1600	383,20
10	Saco Plástico Lixo Material: Polietileno, Capacidade: 30 L, Largura: 59 CM, Altura: 62 CM, Espessura: 0,08 Mm, Cor: Preta, Características Adicionais: Material Orgânico, Normas Técnicas: Nbr 9190 E 9191	Pacote 30 Unidade	10	12,8900	128,90
11	Toalha De Papel Material: 100% Celulose Virgem, Tipo Folha: 2 Dobras, Comprimento: 20 CM, Largura: 21 CM, Cor: Branca, Características Adicionais: Interfolhada	Fardo 1000 Folha	50	21,6621	1.083,10
12	Guardanapo De Papel Material: Celulose, Largura: 22 CM, Comprimento: 23 CM, Cor: Branca, Tipo Folhas: Simples	Pacote 50 Unidade	20	4,8445	96,89
13	Detergente Composição: Tensoativo Aniônico,Tesoativo Não-Iônico Agente Um , Aplicação: Limpeza Em Geral , Aroma: Neutro , Características Adicionais: Ph 6,5 A 7,5 , Aspecto Físico: Líquido	Frasco 500 Mililitro	10	2,9725	29,72
14	Esponja Limpeza Material: Espuma / Nylon, Formato: Retangular, Abrasividade: Mínima / Média, Aplicação: Utensílios E Limpeza Em Geral, Características Adicionais: Dupla Face, Comprimento Mínimo: 110 MM, Largura Mínima: 75 MM, Espessura Mínima: 20 M	Pacote 4 Unidade	20	7,1900	143,8
				VALOR TOTAL	6.694,23

LOTE 04	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
01	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável	Garrafão 20 Litro	200	18,4027	3.680,54
02	Botijão Para Gás Uso: Doméstico, Capacidade: Cerca De 13 KG, Acessórios: Com Válvula E Mecanismo De Segurança	Unidade	12	135,6780	1.628,14
				VALOR TOTAL	5.308,68

LOTE 5	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total

01	Salgados Diversos Tipo: Diversos, Tamanho: Mini, Aplicação: Alimentação, Sabor: Diversos, Características Adicionais: Pronto Para Consumo	Unidade	500	0,8950	447,50
				VALOR TOTAL	447,50

Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

O critério de julgamento adotado será o *menor preço* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – ComprasGov, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br

Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

Que se enquadrem nas seguintes vedações:

Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

FASE DE LANCES

A partir das 9:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *0,10 centavos.*

Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (dias) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

Será desclassificada a proposta vencedora que:

Contiver vícios insanáveis;

Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

HABILITAÇÃO

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor.

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados,o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

CONTRATAÇÃO

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

O adjudicatário terá o prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

O prazo de vigência da contratação é de 180 dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

SANÇÕES

Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

Dar causa à inexecução parcial do contrato;

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento.

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

Praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Multa de .5 % (cinco. Por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

Na aplicação das sanções serão considerados:

A natureza e a gravidade da infração cometida;

As peculiaridades do caso concreto;

As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O procedimento será divulgado no Comprasgov e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

Republicar o presente aviso com uma nova data;

Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

As providências acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

II - Termo de Referência;

ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica:

No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, assim como comprovação de NIRE da Junta comercial de seu estado, que poderá ser comprovada com a Certidão Simplificada da Junta Comercial;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* ***ou*** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

TERMO DE REFERENCIA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição por dispensa de licitação alimentos, material de limpeza, galões de água mineral 20L e gás de cozinha para o legislativo Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

A contratação será dividida em lotes, conforme tabela constante abaixo.

LOTE 01	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
01	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Copo 200 Mililitro	1.152	0,9039	1.041,29
02	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa 500 Mililitro	288	1,6039	461,92
03	Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Melitta Tradicional, Empacotamento: Vácuo, Prazo Validade Mínimo: 12 Meses	Caixa 500 Grama	36	32,6077	1.173,87
04	Chá Alimentação Tipo: Chá Mate, Uso: Alimentício, Sabor: Natural	Caixa 25 Unidade	12	6,6905	80,29
05	Fermento Tipo: Químico, Apresentação: Pó	Embalagem 100 Grama	8	7,2913	58,33
06	Gordura Vegetal / Margarina Tipo: Margarina, Subtipo: Cremosa, Composição Básica: Mínimo De 80% De Gordura, Sabor: Com Sal	Embalagem 500 Grama	20	9,0876	181,75
07	Molho De Mesa Tipo: Maionese, Composição: Tradicional, Apresentação: Creme	Embalagem 500 Grama	12	10,8607	130,33
08	Legume Em Conserva Tipo: Milho Verde	Embalagem 170 Grama	10	6,3859	63,86
09	Leite Fluido Origem: De Vaca, Tipo: A, Teor Gordura: Integral, Processamento: Cru Refrigerado	Caixa 1 Litro	288	6,1182	1.762,04
10	Frios Variedade: Presunto De Pernil, Tipo: Frimesa, Tipo Preparação: Cozido, Composição: Sem Capa De Gordura, Apresentação: Fatiado, Estado De Conservação: Resfriado(A)	Embalagem 200 Grama	48	9,6040	460,99
11	Queijo Origem: De Vaca, Tipo: Frimesa, Variedade: Muçarela, Apresentação: Fatiado, Teor Gordura: Baixo Teor De Gordura	Embalagem 200 Grama	48	15,6800	752,64
12	Leite Condensado Tipo: Integral, Ingrediente Básico: Leite In Natura, Prazo Validade Mínimo: 12 Meses	Caixa 395 Grama	30	7,2108	216,32
13	Creme De Leite Teor Gordura: Até 20% De Gordura, Processamento: Uht, Tratamento: Homogeneizado	Embalagem 200 Grama	15	4,9793	74,69
14	Requeijão Ingredientes: Leite Desnatado, Creme De Leite, Acidulante, Tipo: Cremoso, Conservação: 1 A 10 °C, Tipo Embalagem: Pote Plástico, Prazo Validade: 60 (Fechado) DIA	Copo 200 Grama	15	10,4131	156,20
15	Farinha De Trigo Grupo: Doméstico, Tipo: Integral, Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico	Embalagem 5 Quilograma	12	22,9900	275,88
16	Achocolatado Apresentação: Pó, Sabor: Tradicional, Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas	Lata 400 Grama	5	17,2772	86,39
17	Açúcar Tipo: Refinado, Coloração: Branca, Prazo Validade Mínimo: 24 Meses	Embalagem 5 Quilograma	15	20,0719	301,08
18	Farinha De Milho Grão: Amarelo, Tipo: Fubá, Característica Adicional: Não Transgênico	Embalagem 1 Quilograma	5	6,0656	30,33
19	Adoçante Aspecto Físico: Líquido Transparente, Ingredientes: Sucralose, Prazo Validade: 1 ANOS, Tipo: Dietético, Características Adicionais: Bico Dosador	Frasco 100 Mililitro	12	8,4929	101,91
20	Peixe Em Conserva Variedade: Atum, Apresentação: Sólido, Meio De Cobertura: Ao Natural	Embalagem 170 Grama	25	12,8800	322,00
21	Carne De Ave In Natura Tipo Animal: Frango, Tipo Corte: Filé De Peito, Apresentação: Fatiado, Estado De Conservação: Resfriado(A), Processamento: Sem Pele, Sem Osso	Quilograma	30	20,7906	623,72
22	Coador Descartável Café Material: Papel, Tamanho: 103, Característica Adicionais: Costura Dupla, 30 Unidades	Unidade	12	6,1173	73,41
23	Óleo Vegetal Comestível Tipo: Puro, Espécie Vegetal: Soja, Tipo Qualidade: Tipo 1	Embalagem 900 Mililitro	40	9,1383	365,53
24	Ovo Origem: Galinha, Grupo: Branco, Classe: A, Tipo: Jumbo	Bandeja 30 Unidade	48	25,1946	1.209,34
25	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Cola	Embalagem 2 Litro	120	10,9909	1.318,91
26	Massa De Tomate Tipo: Molho Pronto, Composição: Tradicional, Apresentação: Líquido	Embalagem 200 Grama	12	4,5000	54,00

27	Suco Apresentação: Líquido, Sabor: Laranja, Tipo: Prats Integral, Características Adicionais: Concentrado E Sem Adição De Açúcar.	Garrafa 1600 Mililitro	60	25,8700	1.552,20
28	Embutido Tipo: Salsicha Hot Dog, Tipo Preparação: Cozida , Estado De Conservação: Resfriado(A)	Embalagem 5 Quilograma	4	46,8725	187,49
29	Pão Base: De Farinha De Trigo Refinada, Tipo: De Forma, Tipo: Panco Tradicional, Apresentação: Fatiado, Característica Adicional: Baixa Caloria, Tipo Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	60	11,3100	678,60
				VALOR TOTAL	13.795,31

LOTE 02	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
01	Fruta Tipo: Maçã Fuji, Apresentação: Natural	Quilograma	10	7,0774	70,77
02	Legume In Natura Tipo: Cebola Amarela	Quilograma	5	6,6190	33,09
03	Legume In Natura Tipo: Tomate Salada, Apresentação: Orgânico	Quilograma	5	8,1530	40,76
04	Verdura In Natura Tipo: Salsinha, Apresentação: Natural, Adicional: Cortada, Higienizada	Unidade	20	5,0381	100,76
05	Fruta Tipo: Banana Prata / Banana Branca, Apresentação: Natural, Adicional: Orgânica	Quilograma	10	9,2859	92,86
				VALOR TOTAL	338,24

LOTE 03	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
01	Água Sanitária Composição Química: Hipoclorito De Sódio, Hidróxido De Sódio, Cloreto, Cor: Incolor, Aplicação: Lavagem E Alvejante De Roupas, Banheiras, Pias, Tipo: Comum	Garrafa 2 Litro	15	12,0863	181,29
02	Desodorante / Aromatizante De Ambiente Tipo: Aerosol, Aroma: Variado, Características Adicionais: Spray	Frasco 360 Mililitro	5	21,0000	105,00
03	Copo Descartável Material: Polipropileno, Capacidade: 200 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes, Características Adicionais: Atóxico, De Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Incolor	Pacote 100 Unidade	100	13,1773	1.317,73
04	Esponja Limpeza Material: Lã De Aço Carbono, Formato: Retangular, Aplicação: Utensílios E Limpeza Em Geral, Características Adicionais: Textura Macia E Isenta De Sinais De Oxidação, Comprimento Mínimo: 100 MM, Largura Mínima: 50 M	Pacote 8 Unidade	30	3,4852	104,56
05	Papel Higiênico Material: Celulose Virgem, Comprimento: 30 M, Largura: 10 CM, Tipo: Picotado, Quantidade Folhas: Dupla, Cor: Branca, Características Adicionais: Extra Macio E Sem Perfume	Fardo 16 Unidade	50	37,2759	1.863,79
06	Toalha De Papel Material: Celulose (100% Fibras Naturais), Tipo Folha: Dupla, Comprimento: 22 CM, Largura: 20 CM, Cor: Branca, Características Adicionais: Alto Grau De Absorção, Aplicação: Limpeza Em Geral	Pacote 2 Unidade	50	9,1000	455,00
07	Sabão Pó Aspecto Físico: Pó, Composição: Ácidos Graxos Vegetais, Álcalis, Sulfato, Carbona, Características Adicionais: Amarelo, Utiizado Em Limpeza Em Geral	Caixa 800 Grama	10	20,1649	201,65
08	Saco Plástico Lixo Material: Polietileno, Capacidade: 100 L, Cor: Preta, Aplicação: Coleta De Lixo	Pacote 10 Unidade	40	14,9900	599,60
09	Saco Plástico Lixo Capacidade: 15 L, Largura: 25 CM, Altura: 50 CM, Espessura: 0,6 Mm, Cor: Preta, Características Adicionais: Leitoso Super Resistente, Apresentação: Rolo	Pacote 40 Unidade	20	19,1600	383,20
10	Saco Plástico Lixo Material: Polietileno, Capacidade: 30 L, Largura: 59 CM, Altura: 62 CM, Espessura: 0,08 Mm, Cor: Preta, Características Adicionais: Material Orgânico, Normas Técnicas: Nbr 9190 E 9191	Pacote 30 Unidade	10	12,8900	128,90
11	Toalha De Papel Material: 100% Celulose Virgem, Tipo Folha: 2 Dobras, Comprimento: 20 CM, Largura: 21 CM, Cor: Branca, Características Adicionais: Interfolhada	Fardo 1000 Folha	50	21,6621	1.083,10
12	Guardanapo De Papel Material: Celulose, Largura: 22 CM, Comprimento: 23 CM, Cor: Branca, Tipo Folhas: Simples	Pacote 50 Unidade	20	4,8445	96,89
13	Detergente Composição: Tensoativo Aniônico,Tesoativo Não-Iônico Agente Um , Aplicação: Limpeza Em Geral , Aroma: Neutro , Características Adicionais: Ph 6,5 A 7,5 , Aspecto Físico: Líquido	Frasco 500 Mililitro	10	2,9725	29,72
14	Esponja Limpeza Material: Espuma / Nylon, Formato: Retangular, Abrasividade: Mínima / Média, Aplicação: Utensílios E Limpeza Em Geral, Características Adicionais: Dupla Face, Comprimento Mínimo: 110 MM, Largura Mínima: 75 MM, Espessura Mínima: 20 M	Pacote 4 Unidade	20	7,1900	143,8
				VALOR TOTAL	6.694,23

LOTE 04	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
01	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável	Garrafão 20 Litro	200	18,4027	3.680,54
02	Botijão Para Gás Uso: Doméstico, Capacidade: Cerca De 13 KG, Acessórios: Com Válvula E Mecanismo De Segurança	Unidade	12	135,6780	1.628,14
				VALOR TOTAL	5.308,68

LOTE 5	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
01	Salgados Diversos Tipo: Diversos, Tamanho: Mini, Aplicação: Alimentação, Sabor: Diversos, Características Adicionais: Pronto Para Consumo	Unidade	500	0,8950	447,50
				VALOR TOTAL	447,50

JUSTIFICATIVA

Diante das necessidades de constantes de aquisição de alimentos e materiais de limpeza, faz-se necessário a aquisição dos materiais acima mencionados.

DO VALOR ESTIMADO

O valor total para fornecimento dos itens é de R$ 26.583,96 (Vinte e seis mil e quinhentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos).

Órgão:	0100	-	Câmara Municipal de Campo Magro		
Unidade Orçamentária:	01001	-	Câmara dos Vereadores		
0101.01.031.10012.001		-	Manutenção da Câmara Municipal de Campo Magro		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	26.583,96

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Para julgamento das propostas, será considerada vencedora aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, ofertar o MENOR VALOR POR LOTE

PRAZO E CONDIÇÕES DA ENTREGA / EXECUÇÃO / VIGÊNCIA

O prazo máximo para o início do fornecimento será de até **15 (quinze) dias corridos após a homologação da contratação**, observadas as condições estabelecidas neste instrumento e na proposta apresentada pela contratada.

Os produtos serão fornecidos de forma **parcelada e conforme a demanda da Câmara Municipal de Campo Magro**, durante o período de vigência da contratação.

As entregas serão realizadas, **mensalmente**, mediante solicitação da Câmara Municipal, de acordo com as quantidades e necessidades verificadas pelo órgão, não havendo obrigatoriedade de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados em uma única entrega.

A Câmara Municipal poderá solicitar, sempre que necessário, a entrega dos produtos de acordo com a sua demanda, devendo a contratada atender às solicitações dentro do prazo estabelecido pela Administração, observados os quantitativos e as especificações constantes no processo de contratação.

Local de entrega: Rua Silvestre Jarek, nº 120 – Centro – Campo Magro – Paraná, na sede da Câmara Municipal de Campo Magro, no horário previamente estabelecido pela Administração.

Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, qualidade, higiene, acondicionamento e validade, observadas rigorosamente as especificações, quantidades e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

Eventuais produtos entregues em desacordo com as especificações, com avarias, vencidos ou em condições inadequadas de utilização serão recusados pela Administração, ficando a contratada responsável pela substituição, sem qualquer ônus adicional para a Câmara Municipal.

RECEBIMENTO DO OBJETO

O FISCAL de Contrato fará o recebimento dos itens

Itens a verificar no momento do recebimento • Fiel cumprimento das obrigações contratuais; • Análise dos produtos; • Análise da documentação fornecida, a saber: manuais, garantias, notas ficais dos produtos, dentre outros. • O material entregue deverá ser idêntico as especificações enviadas pelo Vencedor da Licitação.

No caso de inadimplência do Vencedor da Dispensa Eletrônica Sem Disputa, entrega dos bens com especificações diferentes ao ofertado, com imperfeições ou quantidades inferiores ao registrado em nota de empenho, considerar-se-á efetuado o recebimento definitivo após a composição total dos bens tais como solicitados, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Caberá à Câmara Municipal de Campo Magro, se quando do recebimento dos bens ficar constatado o não atendimento às especificações, substituí-los por outros que atendam a este instrumento, dentro do prazo máximo contratual, a contar da comunicação de irregularidade, em função da existência de irregularidades, incorreções e/ou defeitos, responsabilizando-se integralmente pelas despesas decorrentes da troca, ou seja, da entrega do bem novo e da retirada do bem a ser substituído, considerar-se-á efetuado o recebimento definitivo após a composição total dos bens tais como solicitados, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Os bens reprovados deverão ser retirados em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação eletrônica enviada, presumindo-se o seu recebimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis do envio, sem o prejuízo das cominações legais.

Na hipótese de haver necessidade de substituição de determinado item por outro de marca diversa, deverá o Vencedor da Licitação requerer previamente a sua substituição, informando as justificativas, o modelo e marca substituta, comprovando ser esta de qualidade similar ou superior à marca substituída, não podendo o valor do item ser alterado.

FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

Atuará como Gestor deste ajuste, o Presidente da Câmara de Campo Magro;

Atuará como fiscal nos termos da portaria 039/2025 o Sr. Mario Bueno de Lara.

OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR DA LICITAÇÃO

São obrigações do Vencedor da Licitação:

Proporcionar à Câmara Municipal todas as informações e esclarecimentos por ela solicitados, bem como prover todas as facilidades de forma a possibilitar o bom cumprimento de suas obrigações contratuais.

Proceder à fiscalização do objeto especificado no contrato e, na hipótese de necessidade, notificar a Câmara Municipal e recusar itens que não estiverem em conformidade com o pedido e/ou com a qualidade desejável.

Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado e nas condições estabelecidas.

Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do Contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Vencedora do Certame Licitatório:

Proceder à entrega do objeto solicitado, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes das entregas, tributos, fretes, carga, descarga, embalagens, seguro, demais encargos e como também pelos riscos decorrentes de perdas e/ou danos até o efetivo recebimento.

Responder por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados nas dependências da Câmara Municipal de Campo Magro

Executar o objeto na forma determinada neste Termo de Referência, observando os prazos, os preços e as condições estabelecidas.

Comunicar imediatamente ao Câmara Municipal de Campo Magro toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado.

PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CÂMARA MUNICIPAL pagará à Vencedora os valores devidos pelo objeto em conformidade com a proposta/contrato apresentado, em parcela única, após o recebimento definitivo. A liberação da NF-e para pagamento ficará condicionada ao ateste pelo FISCAL e GESTOR O pagamento, deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do ateste da nota fiscal

12. SANÇÕES

Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

Dar causa à inexecução parcial do contrato;

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa.

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

Praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Multa de .5 % (cinco. Por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

Na aplicação das sanções serão considerados:

A natureza e a gravidade da infração cometida;

As peculiaridades do caso concreto;

As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO DA DEMANDA (PROBLEMA A SER SOLUCIONADO)

Necessidade de aquisição de produtos alimentícios e material de higiene e limpeza ao legislativo para a manutenção do mesmo e alimentação de servidores locais.

JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

A Câmara Municipal necessita para oferecer cantina e limpeza do ambiente a aquisição constante de produtos alimentícios e material de higiene e limpeza.

PRAZOS DESEJADOS PARA CONCLUSÃO DOS ESTUDOS E EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O prazo previsto para a conclusão dos estudos é 02/10/2026 e efetivação da contração no

Começo do mês de outubro de 2026.

NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE INTEGRANTES TÉCNICO OU TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Não há necessidade de indicação de integrantes técnico e/ou administrativo para a equipe de planejamento da contratação.

Quais os requisitos necessários para o atendimento da necessidade?

Contratar, por meio de Dispensa Eletrônica Sem Disputa, empresa especializada para fornecer os materiais ao legislativo

Quais as soluções disponíveis no mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados?

O mercado dispõe de potenciais fornecedores dos citados materiais, sendo comum a realização de procedimentos licitatórios ou dispensas eletrônicas sem disputa para semelhantes aquisições conforme pesquisa feita no compras.gov, conforme relatório de pesquisa de preço em anexo definiu o preço médio que servirá de base para o preço máximo aceita em procedimento de dispensa eletrônica.

Campo Magro 22 de Setembro de 2026.

RONES ORLANDO RIBAS MACHADO

Presidente da Câmara

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:E3AFED65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 06.2026 – CMDM

Republicado por haver incorreções

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, com início às 14:00 horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Campo Magro, em sessão ordinária, realizada de forma presencial com possibilidade de participação online, na Sala dos Conselhos, situado na Rodovia Gumercindo Boza, nº 13.440, Samambaia, Campo Magro. Na ocasião se fizeram presentes as conselheiras governamentais: **Caroline** Adrielly Antunes Meira; **Valdenice** Klaine Tavares; **Gabrielle** Koppen Ferreira; as conselheiras sociedade civil: **Rosangela** Ramos Soares; **Filisbina** de Fátima Rodrigues; **Maria** Luiza Wiederkehr; **Marilza** Laureano Santiago Gogola; convidadas e observadoras: **Jeanine** Luzia Ferreira de Paula; residente técnica **Ariane** Lara Luz Oliveira dos Santos e **Selma** Cristiane Batista Xavier Queiroz - Secretária Executiva.	6ª Reunião Ordinária do CMDM 25/08/2026
A Vice-Presidente, Jeanine, agradeceu a presença de todas e declarou aberta a plenária.	Abertura da Plenária
• Ata de Reunião Ordinária 05.2026 - CMDM; • Ofício 252.2026 - SAS; • Capacitação; • Vacância de cadeira conselheira - Jamili Camargo Govatiski; • Atualização site; • Projeto de Lei 55/2025 - Agosto Lilás • Assuntos Gerais;	Pautas
Após a abertura da reunião, a Secretária Executiva apresentou a Ata da Reunião Ordinária nº 05/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, para apreciação do Plenário, sendo aprovada por unanimidade, sem ressalvas.	1. Ata de Reunião Ordinária 05.2026 - CMDM.
Dando continuidade, a Secretária Executiva apresentou ao Plenário o Ofício 252.2026 - SAS, referente à alteração da titularidade e da suplência da representação governamental junto ao Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM. Foi informado que a Sra. Caroline Adrielly Antunes Meira passará a exercer a função de conselheira titular, enquanto a Sra. Adriana Faveri de Oliveira atuará como conselheira suplente. A alteração decorre da nomeação da Sra. Jeanine Luzia Ferreira de Paula para o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social de Campo Magro, visando garantir a continuidade dos trabalhos e o regular funcionamento do Conselho. O Plenário tomou ciência e aprovou a alteração apresentada.	2. Ofício 252.2026 - SAS.
Na sequência, as conselheiras foram informadas da capacitação do Fórum de Controle Social, que ocorreu em 11 de agosto de 2026 em Ponta Grossa. Todas declaram ciência.	3. Capacitação.

Na sequência, foi apresentada a Pauta 4, referente à vacância da cadeira da Sociedade Civil anteriormente ocupada pela conselheira Jamile. O Plenário discutiu a necessidade de identificar a representação correspondente à referida cadeira, não havendo, no momento, indicação para seu preenchimento. Diante disso, deliberou-se pela realização de consulta aos arquivos da Conferência e demais registros do Conselho, a fim de identificar a representatividade da cadeira e verificar a possibilidade de indicação de novo representante. Ficou ainda acordado que será realizado contato com a ex-conselheira para verificar eventual indicação de suplente ou representante da mesma organização, bem como que o tema será retomado na próxima reunião ordinária, com vistas à recomposição da vaga.	4. Vacância de cadeira conselheira - Jamili Camargo Govatiski
Em seguida, foi apresentada a pauta referente à atualização da página do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no site oficial da Prefeitura. Foi informado que a página se encontra atualizada, contendo informações sobre o Conselho, suas atribuições, calendário e datas das reuniões, composição da atual Diretoria, atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como as resoluções publicadas no ano de 2026. Também constam informações relacionadas à legislação de criação do Departamento da Mulher e registros de anos anteriores. Destacou-se a importância da atualização do site como ferramenta de transparência, acesso às informações e divulgação das atividades do Conselho. As conselheiras presentes manifestaram ciência quanto à atualização realizada.	5. Atualização site CMDM
Na sequência, foi apresentada a pauta referente ao Projeto de Lei nº 55/2025, que institui, no âmbito do Município de Campo Magro, o "Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo Fim da Violência contra a Mulher", e dá outras providências. O Plenário tomou ciência do projeto e de sua tramitação, destacando a relevância da iniciativa para o fortalecimento das ações de conscientização, prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no município.	6. Projeto de Lei 55/2025 - Agosto Lilás
Na sequência, em informes gerais, foi realizado o convite para o evento "Agosto Lilás", a ser realizado no dia 28 de agosto, sexta-feira, das 8h às 12h, na praça do Boa Vista, junto à Academia da Saúde. Foi informado que a programação contará com a participação de representantes da OAB, da Patrulha Maria da Penha e da Guarda Municipal, além de ações de vacinação, distribuição de materiais informativos e apresentação artística. As conselheiras foram convidadas a participar e a divulgar o evento junto às mulheres do município, destacando-se a importância da iniciativa para a conscientização, prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, bem como para o fortalecimento da rede de proteção. Também foi realizado um balanço das ações do "Agosto Lilás" já realizadas no município, destacando-se a caminhada promovida com a participação de mulheres, grupos e representantes das secretarias municipais, com apoio da Guarda Municipal, Patrulha Maria da Penha e Polícia Civil. Foi ressaltada a repercussão positiva da atividade e a importância da continuidade das ações de conscientização e fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Na sequência, foi abordada a vacância da Vice-Presidência do CMDM, decorrente da alteração na representação anteriormente ocupada pela Sra. Jeanine Luzia Ferreira de Paula. Foi informado que a função deverá ser preenchida por representante governamental, mediante indicação e eleição do Plenário. Não havendo, no momento, definição de candidata, deliberou-se por retomar o assunto na próxima reunião ordinária, prevista para o dia 02 de setembro de 2026, possibilitando que as conselheiras avaliem e apresentem indicações.	7. Assuntos gerais.
Após o exposto, eu, Selma Cristiane Batista Xavier Queiroz, declaro que a ata foi lavrada por mim e que o registro de presença encontra-se em anexo.	
SELMA CRISTIANE BATISTA XAVIER QUEIROZ	***JEANINE LUZIA FERREIRA DE SOUZA***
Secretária Executiva	Vice - Presidente do CMDM

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:018DBC2F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
1º TERMO ADITIVO AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 46/2025

1º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **L.R COMÉRCIO E SERVIÇOS,** estabelecida na Rua das Oliveiras, Nº 228, bairro Alto Bela Vista, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 47.627.155/0001-16, neste ato representado por seu representante legal o Sr. Luiz Rafael Francisco, brasileiro, portador do CPF nº 046.xxx.xxx-75, residente e domiciliado a Rua das Oliveiras, Nº 228, bairro Alto Bela Vista, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo a ata decorrente do Pregão Presencial nº 46/2025, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogando o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 25 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 180.256,96 (cento e oitenta mil, duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	20	Unidade	Caixa de Som para PC, Alimentação USB, Potência mínima de 15w RMS, Sistema 2.1, Subwoofer ativo, Controle de volume, Preto/Grafite. Acompanha também 2 caixas satélites.	MULTILASER	99,01	1.980,20
59	10	rolo	Cordão de cetim 1mm c/ 50 metros. Cores sortidas a escolher.	FITANYL	9,26	92,60
67	30	Unidade	Encadernação espiral até 100 folhas.	LR	10,01	300,30
68	50	Unidade	Encadernação espiral de 100 a 200 folhas.	LR	19,00	950,00
69	20	Caixa	Envelope pardo, com aba, tamanho 11,5x23 cm, em papel Kraft. Caixa com 250 unidades.	OFF PAPER	44,77	895,40
74	10	Rolo	Etiquetas 50x30-1 branco rolo com 1.000 etiquetas.	BEMATECH	16,87	168,70
77	20	Unidade	filtro de linha com 5 tomadas espaçadas, chave liga/desliga, led indicador, comprimento do fio de 3 metros, cor preta, bivolt.	UPSAI	39,21	784,20
85	10	Unidade	Fonte para computador com PFC ativo com potência REAL de 500 Watts, certificada com o selo 80 Plus White ou superior.	C3TECH	239,71	2.397,10

86	20	Unidade	Fonte para microcomputador 200W.	C3TECH	58,35	1.167,00
94	10	Unidade	Grampeador de mesa 23/8, capacidade para grampear de até 100 folhas.	GRAMP LINE	50,11	501,10
101	10	Unidade	HD externo de 2TB USB 3.0 - Preto	MULTILASER	505,48	5.054,80
106	10	Unidade	Leitor de cartão de memória ugreen. Usb 3.0, compatível com cartões CF/ TF/ SD/ MS. Conta com cabo de 50cm.	MULTILASER	40,65	406,50
111	50	unidade	Lousa mágica infantil digital, tablet escrita colorida para desenho LCD 10" cores variadas, 10 cm.	LIDER PAPEL	25,01	1.250,50
113	30	Unidade	Mouse óptico para computador, via sem fio, com pilhas AA ou AAA, com vida útil de 5 milhões de cliques ou mais.	MULTILASER	19,80	594,00
132	600	Caixa	Papel sulfite A4, formato 210x297mm, caixa com 10 resmas ou 5000 folhas.	CHAMEX	230,00	138.000,00
135	1000	Unidade	Pasta de AZ ofício, lombo largo.	DAC	11,77	11.770,00
167	20	unidade	Stencil 19x7cm Barrinha Molde Pintura pano prato. Material: plástico, Dimensões: 19C x 7L centímetros. (temas a escolher).	CONDOR	26,06	521,20
168	19	Unidade	Suporte de mesa para monitor, articulado, até 34 polegadas, estrutura em aço carbono. Cor Preto. Estrutura com carga máxima de 8 kg, padrão de fixação vesa (100x100,75x75) e com organizador de cabos. Com ajuste vertical de 440 mm. Giro horizontal de até 90° (Esquerda/Direita). Ajuste de inclinação frontal (TILT) de até +45°/-45° (para baixo ou para cima). Ajuste de nível (giro da tela): 360° (posição retrato/paisagem). Ajuste de inclinação lateral de 360° (posição retrato/paisagem).	MULTILASER	208,44	3.960,36
173	10	Unidade	Teclado multimidia em português, silencioso, com fio USB e Layout ABNT2, compatibilidade Windows 10 ou superior, material borracha, silicone, com 107 teclas, cor preto. Teclas baixas, slim.	MULTILASER	45,86	458,60
174	50	Unidade	Telefone sem fio com identificador de chamadas, ergonômico, com displey luminoso e tecnologia DECT 6.0, cor preto.	INTELBRAS	149,03	7.451,50
182	10	Unidade	Unidade SSD para computador com capacidade mínima de 240 Gigabytes, com interface Sata ou M2 NVMe.	MULTILASER	155,29	1.552,90

CLÁUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 25 de setembro de 2026.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.XXX.XXX-01

L.R Comércio E Serviços

LUIZ RAFAEL FRANCISCO

Representante Legal

CPF 046.xxx.xxx-75

1º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **ECOLIMP COMÉRCIO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA,** estabelecida na Av. dos Pioneiros, Nº 683, bairro Centro, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 30.634.243/0001-42, neste ato representado por seu representante legal o Sr. Valmir

Americano Marcelino, brasileiro, portador do CPF nº 058.xxx.xxx-32, residente e domiciliado a Av. dos Pioneiros, Nº 683, bairro Centro, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo a ata decorrente do Pregão Presencial nº 46/2025, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogando o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 25 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 11.573,24 (onze mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte e quatro centavos, valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
56	3	Caixa	Colchete de metal n° 12, caixa contendo 72 unidades.	SALENAS	10,42	31,26
57	3	Caixa	Colchete de metal n° 15, caixa contendo 72 unidades.	SALENAS	16,68	50,04
71	40	Caixa	Envelope pardo, com aba, tamanho 24x34 cm, em papel Kraft. Caixa com 250 unidades.	FORONI	70,87	2.834,80
91	6	Unidade	Globo terrestre físico político 30cm com luz, cores que delimitam os países, base e meridiano em plástico transparente, com lâmpada led bivolt blindada inclusa, idioma: Português.	PRIMA	211,57	1.269,42
102	20	unidade	Jogo de dominó, Estojo Com 28 Peças. Material: resina, estojo com cores variadas.	UNYHOME	21,89	437,80
129	30	Caixa	Papel reciclado A4, gramatura 75g, formato 210x297 mm, caixa com 10 resmas ou 5000 folhas.	PASPAPER	187,60	5.628,00
148	15	unidade	Pincel n 04 cerdas naturais. Cabo plástico/madeira. Formato redondo pituá.	LEONORA	1,81	27,15
149	15	unidade	Pincel n 08 cerdas naturais. Cabo plástico/madeira. Formato redondo pituá.	LEONORA	2,14	32,10
150	15	Unidade	Pincel n 10 cerdas pelo de pônei. Cabo plástico. Formato chato.	LEONORA	3,02	45,30
170	1	Unidade	Tábua Proprioceptiva Retangular Material: madeira natural eucalipto, revestida com película seladora; Piso antiderrapante de revestimento de ravena de feijão; Base em madeira com revestimento em EVA; Cor: Preto; Capacidade máxima suportada: 140 Kg; Dimensões: Comprimento: 60 cm; Largura: 39 cm; Altura: 10 cm.	MODULAR	164,67	164,67
171	20	Kit	Tapete alfabeto em E.V.A, tamanho 30x 30cm, 8mm de espessura, kit com 26 peças.	ECATEX	45,86	917,20
172	10	metro	Tecido tela de Juta, largura 1 m.	NIAZI	13,55	135,50

CLÁUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 25 de setembro de 2026.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.XXX.XXX-01

Ecolimp Comércio E Serv. Terc. LTDA

VALMIR AMERICANO MARCELINO

Representante Legal

CPF 058.xxx.xxx-32

1º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **DAMAZIO LICITAÇÕES E SERVIÇOS LTDA,** estabelecida na Rua Ernesto Nazareth, Nº 96, bairro Brasília, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 41.730.450/0001-17, neste ato representada por sua representante legal a Sra. Eveline Miotto Damazio, brasileira, portadora do CPF nº 065.xxx.xxx-03, residente e domiciliada a Rua Salete Crespi, Nº 2303, bairro Universitário, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo a ata decorrente do Pregão Presencial nº 46/2025, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogando o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 25 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 17.534,67 (dezessete mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	60	kit	Alfabeto móvel colorido em E.V.A, kit com 36 peças, medidas aproximadas 8 cm.	EVAMAX	15,59	935,40
40	200	unidade	Chaveiros Para Foto De Acrílico Porta Foto Lembrança, largura 3,5 cm, altura 3,5 cm.	TESLA STORE	1,13	226,00
49	1200	Unidade	Cola bastão, não tóxica e lavável, plástico 100% reciclado, embalagem 36g Medida: Altura: 11,5 cm Diâmetro: 3 cm Cor: Incolor Validade: 1 Ano	JANDAIA	2,12	2.544,00
53	150	Unidade	Cola p/ E.V.A. e isopor, bico aplicador, embalagem de 35g	PIRA	2,81	421,50
62	50	Unidade	DVD virgem, 120 minutos, 4.7gb.	MAKETECH	1,40	70,00
63	100	Pacote	Elástico Látex amarelo nº 18, pacote com 200 unidades.	REDBOR	5,11	511,00
64	100	unidade	Elástico látex- Composição: 58% Elastodieno 42% Poliéster. Cor: Branco. Medida: 8mm x 10mt.	SÃO JOSÉ	1,76	176,00
83	100	unidades	Fita dupla face massa acrílica – 12mm x 2m.	WORKER	9,38	938,00
97	50	Caixa	Grampo para grampeador 23/8 galvanizado, caixa com 1000 unidades.	BACCHI	9,74	487,00
99	2	Caixa	Grampo reto zincado, altura 8mm para grampeador de parede, caixa com 1000 unidades.	FORTGPRO	6,96	13,92
105	100	Unidade	Lapiseira, corpo em plástico, cores diversas, ponteira retrátil, utiliza mina de grafite de 0,7 mm, com mecanismo resistente para avanço da carga, borracha embutida na parte traseira.	FUTURO	3,10	310,00
123	10	Pacote	Papel fotográfico, tipo glossy brilhante adesivo, A4, branco, 130g, embalagem com 50 folhas	MASTERPRINT	27,31	273,10
124	10	Pacote	Papel fotográfico, tipo glossy, A4, branco, 180g, embalagem com 50 folhas.	MASTERPRINT	15,76	157,60
131	300	Pacote	Papel Sulfite A4 75g com 4 Cores (Amarelo, Azul, Rosa e Verde) com 100 Folhas.	REPORT	6,90	2.070,00
139	200	Pacote	Pilha Alcalina Palito AAA, Pacote de 4 unidades.	ELGIN	5,25	1.050,00
140	200	Pacote	Pilha Alcalina Pequena AA, Pacote de 4 unidades.	ELGIN	5,81	1.162,00
141	30	Pacote	Pilha CR 2032 3V Lithium 3V, embalagem com 5 unidades.	ELGIN	4,90	147,00
142	80	Pacote	Pilha grande C Alcalina, embalagem com 2 unidades, fabricação nacional	ALFACELL	12,34	987,20
143	20	Pacote	Pilha PR 312, embalagem com 6 unidades.	ELGIN	25,01	500,20
153	50	Unidade	Pistola aplicadora cola quente, espessura do bastão 7,5mm, 110 volts.	FUTURO	21,11	1.055,50
178	1000	Unidade	Tinta guache, embalagem de 250 ml cada, dimensões: 9 x 6,8 x 6,8 cm (C x L x A), não tóxica, solúvel em água. Pode ser aplicada em papel, papel cartão, cartolina, gesso, madeira e cerâmica. Cores variadas.	PIRA	3,39	3.390,00
179	25	Frasco	Tinta para carimbo, dimensões da embalagem C x L x A 35 x 90 x 35 milímetros, frasco com 42 ml, cores azul e preta.	RADEX	4,37	109,25

CLÁUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 25 de setembro de 2026.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.XXX.XXX-01

Damazio Licitações E Serviços LTDA

EVELINE MIOTTO DAMAZIO

Representante Legal

CPF 065.xxx.xxx-03

1º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **SCHUSTER.COM.BR LTDA,** estabelecida na Rua do Rosário, Nº 352, bairro Parque São Paulo, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 45.271.697/0001-73, neste ato representada por sua representante legal a Sra. Bruna Schmitt Schuster, brasileira, portadora do CPF nº 089.xxx.xxx-73, residente e domiciliada a Rua Curitiba, Nº 70, bairro Parque São Paulo, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo a ata decorrente do Pregão Presencial nº 46/2025, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogando o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 25 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 105.144,60 (cento e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	10	Caixa	Alfinete colorido 5mm para mapa, embalagem com 50 unidades	ONDA	2,19	21,90
5	20	Unidade	Almofada para carimbo nº 3, tam. 10,5x6,4 cm	MASTER PRINT	5,21	104,20
6	100	unidades	Apagador Quadro Negro com Porta Giz. Em madeira com estojo pinus natural, confeccionado em madeira de reflorestamento, contém estojo para guardar giz e feltro macio, que não agride a tela do quadro ou da lousa. Especificações: - Material: Pinus Natural;	SOUZA	5,42	542,00

			- Estojo para guardar o giz; - Feltro macio não agride a tela do quadro; - Confeccionado com madeira de reflorestamento; Formato:- 19 x 4 x 4 cm (Comprimento x Largura x Altura);			
7	14	Unidade	Apoio Ergonômico, pés c/Regulagem Inclinação.	SOUZA	51,49	720,86
12	100	Rolo	Barbante, cru, 4/6, rolo de 200 metros.	RJC	6,04	604,00
15	400	Pacote	Bloco adesivo, 38x50mm - Embalagem com 4 blocos de 50 folhas cada.	MASTER	3,13	1.252,00
16	200	unidade	Bloco Anotações. número de folhas: 40, medidas: 10x7cm, capa e contra capa em kraft 180 gramas.	PANAMERICANA	1,98	396,00
17	50	Bobina	Bobina de TNT com 50 metros de comprimento x 1,40 metro de largura gramatura 40 composições: 100% polipropileno. Nas cores: branco, lilás, preto, vermelho, amarelo, pink, azul claro, azul anil, marrom, rosa claro, rosa, laranja, verde claro, verde bandeira.	NEW TNT	52,11	2.605,50
20	3000	Unidade	Caderno 1/4 brochura laser, 48 folhas, tamanho 14x20 cm	PANAMERICANA	1,77	5.310,00
21	3000	Unidade	Caderno 1/4 caligrafia, 40 folhas, brochura, tamanho 20x14 cm, capa em off-set 90g/m²	PANAMERICANA	1,98	5.940,00
22	2000	Unidade	Caderno Aritmética Brochura 1/4 - 7x7mm 40 Fls Capa Flex.	PANAMERICANA	1,98	3.960,00
23	500	Unidade	Caderno espiral universitário, capa dura 1x1, 96 folhas.	ANIMATIVA	8,34	4.170,00
24	2000	Unidade	Caderno p/ desenho 40 folhas horizontal, brochura, tamanho 20x14 cm, capa simples.	PANAMERICANA	1,88	3.760,00
25	2500	Unidade	Caixa arquivo morto papelão, medidas aproximadas (C x L x A): 350 x 135 x 240mm.	ROTER	2,50	6.250,00
28	50	Caixa	Caneta esferográfica, cor azul, escrita grossa, rendimento mínimo 2000 metros de escrita, formato sextavado, corpo com resina termoplástica, com orifício para respiro, tinta à base de corantes orgânicos e solventes (atóxica), tampa em polipropileno com furo antiasfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, ponta em latão, esfera em tungstênio, com espessura de 1,0mm, tubo transparente, não rosqueável e removível. Caixa com 50 unidades.	BIC	30,49	1.524,50
29	50	Caixa	Caneta esferográfica, cor preta, escrita grossa, rendimento mínimo 2000 metros de escrita, formato sextavado, corpo com resina termoplástica, com orifício para respiro, tinta à base de corantes orgânicos e solventes (atóxica), tampa em polipropileno com furo antiasfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, ponta em latão, esfera em tungstênio, com espessura de 1,0mm, tubo transparente, não rosqueável e removível. Caixa com 50 unidades.	BIC	30,49	1.524,50
30	10	Caixa	Caneta esferográfica, cor vermelha, escrita grossa, rendimento mínimo 2000 metros de escrita, formato sextavado, corpo com resina termoplástica, com orifício para respiro, tinta à base de corantes orgânicos e solventes (atóxica), tampa em polipropileno com furo antiasfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, ponta em latão, esfera em tungstênio, com espessura de 1,0mm, tubo transparente, não rosqueável e removível. Caixa com 50 unidades.	BIC	30,49	304,90
31	400	Unidade	Caneta marca texto, cores sortidas, tinta à base de água, atóxico, corpo fino, tampa com flip plástico para fixação em pastas, livros e bolsos, ponta chanfrada, traçado duplo: fino para sublinhar e grosso para destacar.	MASTER PRINT	0,80	320,00
33	15	Caixa	Canetinha Hidrográfica 6 Cores Jumbo Lavável Corpo triangular Tinta de alta qualidade que garante cores mais vivas Ponta grossa Caixa com 6 canetas	ONDA	5,73	85,95
34	50	Pacote	Canudo plástico, pacote com 500 unidades, medidas aproximadas 205mmx6mm.	STRAWPLAST	21,21	1.060,50
35	80	Unidade	Cartucho de toner novo, compatível ou original com modelo HPCB 435/436/285/278, para 1000 cópias.	MASTER PRINT	29,50	2.360,00
36	30	Unidade	Cartucho de toner novo, preto compatível ou original com modelo Q2612A, para 1000 cópias.	MASTER PRINT	29,50	885,00
37	10	Unidade	Cartucho toner para impressora HP Laserjet M203DW (CF230A) novo, compatível ou original, para 1600 cópias.	MASTER PRINT	31,27	312,70
38	80	Unidade	Cartucho toner, novo, preto, compatível ou original com o modelo CF283A, para 1000 cópias	MASTER PRINT	29,81	2.384,80
39	100	Unidade	Cartucho toner, preto, original ou compatível para impressora Brother HL-L2320D, para 2600 cópias.	MASTER PRINT	23,71	2.371,00
41	20	Unidade	Cilindro original ou compatível para impressora Brother HL-L2320D.	MASTER PRINT	32,50	650,00
42	10	Unidade	Cilindro para impressora HP Laserjet M130FW e HP Laserjet M102W (CF219A) novo, compatível ou original.	MASTER PRINT	31,27	312,70
43	5	Caixa	Clip nº 3/0, em aço galvanizado com tratamento antiferrugem, caixa com 500 gramas.	CLIPS TOP	9,22	46,10
44	5	Caixa	Clips 2/0, em aço galvanizado com tratamento antiferrugem, caixa com 500 gramas.	CLIPS TOP	9,22	46,10
46	5	Caixa	Clips 8/0, em aço galvanizado com tratamento antiferrugem, caixa com 500 gramas.	CLIPS TOP	9,22	46,10
48	5	Caixa	Clips nº 6/0, em aço galvanizado com tratamento antiferrugem, caixa com 500 gramas.	CLIPS TOP	8,42	42,10
50	110	Unidade	Cola branca escolar, lavável a base de PVA, não tóxica, ideal para colagens em papel, papel cartão, cartolina e slime, embalagem de 1 kg, com bico aplicador. Tipo tenaz.	PIRATININGA	9,38	1.031,80
51	1900	Unidade	Cola branca líquida, à base de água, não tóxica, segura para as crianças. Livre de solventes, livre de PVC, lavável. Embalagem com 110g. Tipo tenaz.	PIRATININGA	2,08	3.952,00
52	40	Unidade	Cola instantânea, adere peças de metal ou borracha (epdm) com rápida secagem, embalagem com 5g.	YINS	5,73	229,20
54	15	Unidade	Cola silicone liquido, para trabalhos manuais, embalagem de 100g.	RENDICOLA	5,21	78,15
58	3	Caixa	Colchete de metal nº 8, caixa contendo 72 unidades.	BACCHI	6,93	20,79
60	60	Unidade	Corretivo líquido a base de água, não tóxico, indicado para correções de esferográfica, datilografia e fotocópia, sem odor, cobre na primeira aplicação, não inflamável, dispensa solvente, embalagem com 18 ml. Dimensões da embalagem altura (m) 0,070, largura (m) 0,025 e comprimento (m) 0,025.	RADEX	1,72	103,20
65	5	pacote	Embalagem plástica lisa, transparente e incolor, para presentes (saco). tamanho 20x30 cm, embalagem com 100 unidades.	ROTER	14,21	71,05
70	40	Caixa	Envelope pardo, com aba, tamanho 18x25 cm, em papel Kraft. Caixa com 250 unidades.	FORONI	48,77	1.950,80
72	40	Unidade	Estilete retrátil com lâmina de 18 mm, corpo em plástico reforçado.	MASTER PRINT	1,30	52,00
73	20	Unidade	Etiqueta INKJET + LASER papel A4, Código A4349 com 100 folhas e 126 etiquetas por folha tamanho 15,0mmx26,0mm	COLACRIL	40,65	813,00
75	10	Caixa	Extrator de grampos reforçado tipo espátula, composto por inox antiferrugem. Caixa com 12 unidades, medidas: 14 x 2 x 1,5 cm.	YINS	28,14	281,40
76	50	blocos	Ficha pautada 4"x6", bloco com 100 folhas.	ANIMATINVA	7,30	365,00

78	80	Unidade	Fita adesiva dupla face, polipropileno transparente, 12mmx1,5m.	KORETECH	6,20	496,00
80	800	Unidade	Fita adesiva transparente 12mmx40m	KORETECH	0,83	664,00
82	1500	Unidade	Fita crepe 18mmx50m.	KORETECH	3,34	5.010,00
88	350	Caixa	Giz branco escolar não tóxico, peso líquido 220g contendo 55 unidades cada caixa.	SETE BELO	2,29	801,50
89	350	Caixa	Giz colorido escolar não tóxico, peso líquido 220g, com 55 unidades cada caixa.	SETE BELO	2,85	997,50
90	800	Caixa	Giz de cera jumbo, não tóxico, cores vivas e sortidas, caixa contendo 12 unidades.	PIRDATININGA	3,19	2.552,00
95	50	Unidade	Grampeador de mesa 26/6, capacidade para grampear até 20 folhas.	MASTER PRINT	10,82	541,00
96	7	Unidade	Grampeador de Tapeceiro Profissional Metálico, altura: 4 mm a 14 mm. Largura: 11,3mm. Espessura do grampo: 0,7mm, aceita grampos retos de 4 mm a 14mm. Alta Pressão. Controle de Pressão da Mola. Corpo em Aço.	MASTER PRINT	39,60	277,20
100	50	Pacote	Grampo trilho, metalizado, tamanho 80mm, para 200 folhas, embalagem com 50 unidades.	YINS	6,77	338,50
103	1500	Caixa	Lápis de cor ecolápis, formato sextavado, ponta durável e resistente, possui o nome da cor gravada no lápis, caixa com 12 cores.	MASTER PRINT	5,21	7.815,00
107	50	Unidade	Livro ata, capa dura, com 50 folhas numeradas, sem margem, formato 216mm x 320mm.	ANIMATIVA	8,34	417,00
108	150	Unidade	Livro pasta catálogo PVC, com 50 folhas plásticas.	DAC	10,42	1.563,00
109	30	Unidade	Livro ponto, com 100 folhas, formato no tamanho 215x315mm.	ANIVATIVA	16,68	500,40
110	10	Unidade	Livro protocolo, capa de papelão resistente, com 100 folhas.	ANIMATIVA	9,38	93,80
112	1800	Caixa	Massa de modelar atóxica, a base de cera, textura macia, que não grude nas mãos, não esfarela, multicor, caixa com 12 cores, dimensões do produto 1.5 x 11 x 15 cm; 0.74 g.	MASTER	2,77	4.986,00
115	150	Pacote	Palito para churrasco em madeira, 30 cm, pacote com 50 unidades	INOVEN	3,64	546,00
116	400	Unidade	Papel camurça, cores variadas, formato 40x60cm	VMP	1,41	564,00
117	2	Pacote	Papel carbono filme preto, 21X29,7 (A4), 100 unidades.	YINS	56,78	113,56
119	1000	Unidade	Papel cartão, cores variadas, formato 48x66 cm	VMP	1,04	1.040,00
121	2000	Unidade	Papel crepom cores variadas, formato 48cmx2metros	VMP	0,95	1.900,00
122	10	Pacote	Papel flip chart, medindo 66x96cm, pacote com 50 folhas.	SAN REMO	54,71	547,10
127	10	Pacote	Papel multiuso A4 branco, 180g/m², pacote com 50 folhas.	ART & ART	10,42	104,20
128	30	Bobina	Papel para presente, bobina couchê, 60 cmx100m, cores a escolher.	ROTER	65,76	1.972,80
133	50	Unidade	Pasta catálogo simples com 50 plásticos	DAC	10,42	521,00
137	800	Unidade	Pasta suspensa para arquivo, com haste plástica removível.	ACRIMET	1,93	1.544,00
138	20	Unidade	Perfurador de papel, 2 furos, capacidade 30 folhas ou mais.	YINS	22,93	458,60
144	500	Unidade	Pincel atômico, marcador, ponta de feltro, chanfrada e indeformável, cores vermelho, preto, verde e azul, recarregável com tinta à base de álcool.	MASTER PRINT	1,56	780,00
145	50	caixa	Pincel marcador para quadro branco, na cor azul, caixa com 12 unidades.	MASTER PRINT	19,63	981,50
146	15	unidade	Pincel n 00 cerdas naturais. Cabo plástico/madeira. Formato redondo pituá.	TIGRE	2,08	31,20
147	15	unidade	Pincel n 02 cerdas naturais. Cabo plástico. Formato chato.	TIGRE	1,56	23,40
152	15	unidade	Pincel nº 00 cerdas naturais. Cabo plástico/madeira. Formato redondo pituá.	TIGRE	3,02	45,30
155	24	Pacote	Plástico transparente e brilhante para plastificação, tamanho A4, com acabamento profissional, com cantos arredondados. Pacote com 100 unidades no tamanho (220x307mm).	LASSANE	61,26	1.470,24
156	100	Unidade	Prancheta A4, material poliestireno, com prendedor metálico.	WALEU	11,45	1.145,00
169	10	Unidade	Suporte para fita adesiva, modelo 2 em 1 para fitas pequenas e grandes, fabricado em plástico - durável, menos propenso a quebras, lâmina aço inox, para fitas de 12mm.	ACRIMET	31,27	312,70
175	20	unidade	Tesoura em inox para picotar, tamanho aproximado 22cm.	MASTER PRINT	53,99	1.079,80
176	800	Unidade	Tesoura escolar, sem ponta com cabo em plástico com forma anatômica, de aço inoxidável, medidas aproximadas 13 cm.	MASTER PRINT	2,33	1.864,00
177	50	Unidade	Tesoura uso geral em inox, tamanho 21,3 cm.	MB UITLITY	6,09	304,50
180	50	Unidade	Toner para impressora HP Laserjet M130FW e HP Laserjet M102W (CF217A) novo, compatível ou original, para 1600 cópias.	MASTER PRINT	28,66	1.433,00
181	100	unidade	Tinta para tecido 37ml, cores variadas.	ACRILEX	4,48	448,00

CLÁUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 25 de setembro de 2026.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.XXX.XXX-01

Schuster.Com.Br LTDA

BRUNA SCHMITT SCHUSTER

Representante Legal

CPF 089.xxx.xxx-73

1º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **LILIAN DE SOUZA ME,** estabelecida na Rua Presidente Costa e Silva, Nº 594, bairro Centro, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 16.880.789/0001-52, neste ato representada por sua representante legal a Sra. Lilian de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 288.xxx.xxx-52, residente e domiciliada a Rua Presidente Costa e Silva, Nº 594, bairro Centro, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo a ata decorrente do Pregão Presencial nº 46/2025, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogando o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 25 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 10.987,25 (dez mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	30	caixa	Alfinete costura, nº 29, em aço niquelado, embalagem de 50 gramas.	ACC	6,46	193,80
27	45	Unidade	Calculadora de mesa (bateria/solar) 12 dígitos, com visor inclinado.	MASTER PRINT	17,72	797,40
32	20	Unidade	Canetas para tecido, marcadores para tecido. Material plástico. Tipo de ponta: cônica. Tipo de tinta: pigmentada. Cores: vermelho, azul, preto e verde. Espessura traço 2 mm. Altura 14 cm. Diâmetro 2 cm. Peso: 29 g	RADEX	4,59	91,80
61	10	unidade	Diluente Para Tinta de Tecido, 60 ml, incolor.	ACRILEX	10,11	101,10
66	5	Pacote	Embalagem plástica lisa, transparente e incolor, para presentes (saco), tamanho 30x44 cm, embalagem com 100 unidades.	CROMUS	37,94	189,70
87	10	Caixa	Formulário continuo 1 via, branco, formato 240x280mm, caixa com 3000 folhas.	AGAPRINT	234,40	2.344,00
92	85	Tubo	Grafite 0.5 2b, 60mm, tubo com 24 unidades.	BIC	3,91	332,35
93	30	Tubo	Grafite 0.7 2b, 60mm, tubo com 24 unidades.	BIC	4,16	124,80
104	70	Caixa	Lápis preto, 2B, ecolápis, sextavado, pré-apontado, sem borracha, com nome do fabricante impresso no corpo do lápis. Caixa com 144 unidades.	MULTICOLOR	54,20	3.794,00
120	2500	Unidade	Papel cartolina na cor branca, azul e rosa, formato 50x66cm, fibra 66.	VMP	0,78	1.950,00
125	10	Bobina	Papel Kraft, natural, bobina de 60cm x 200m, peso mínimo 10kg.	SANTECK	93,80	938,00
157	5	Pacote	Protetor para RG, transparente, tamanho 105x70 mm, embalagem com 100 unidades	ACP	26,06	130,30

CLÁUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 25 de setembro de 2026.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.XXX.XXX-01

Lilian De Souza ME

LILIAN DE SOUZA

Representante Legal

CPF 288.xxx.xxx-52

1º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **ANDERPEL PAPELARIA LTDA,** estabelecida na Rua Erechim, Nº 1725, sala 02 bairro Centro, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 85.514.214/0001-39, neste ato representado por seu representante legal o Sr. Angelo Luis Anderle, brasileiro, portador do CPF nº 813.xxx.xxx-82, residente e domiciliado a Rua Erechim, Nº 1725, sala 02 bairro Centro, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo a ata decorrente do Pregão Presencial nº 46/2025, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogando o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 25 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 45.421,72 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e dois centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	20	Unidade	Almofada para carimbo nº 2, tam. 5,9x9,4cm	MASTER PRINT	5,26	105,20
8	2000	Unidade	Apontador simples para lápis, em resina termoplástica e lâmina de aço carbono.	MASTER PRINT	0,23	460,00
9	200	unidade	Argola para Chaveiro com Corrente 25mm, dourado, Largura: 2,5cm aproximadamente. Espessura 3mm	KIT	0,25	50,00
10	800	Pacote	Balão de látex, colorido, nº 08, embalagem com 50 unidades	SÃO ROQUE	9,09	7.272,00
11	30	Unidade	Banner Didático Educativo com alfabeto nas 4 formas – 60x90cm	PRÓPRIA	81,61	2.448,30
13	800	Unidade	Bastão de silicone para cola quente semitransparente, 11mmx30cm	RENDICOLLA	1,08	864,00
14	1200	Unidade	Bastão de silicone para cola quente semitransparente, 7,5mmx30cm	RENDICOLLA	0,52	624,00
18	500	Unidade	Borracha branca nº 20 de látex- Dimensões: 4,2x2,9x1cm	RED BOR	0,77	385,00
19	3000	Unidade	Borracha branca nº 40, não tóxica, dimensões aproximadas 3,3x2,3 cm	RED BOR	0,35	1.050,00
45	5	Caixa	Clips 4/0, em aço galvanizado com tratamento antiferrugem, caixa com 500 gramas.	TOP	9,27	46,35
47	5	Caixa	Clips nº 1/0, em aço galvanizado com tratamento antiferrugem, caixa com 500 gramas.	TOP	8,81	44,05
55	30	unidade	Cola universal para artesanato, 17g.	RENDICOLLA	7,30	219,00
79	100	Unidade	Fita adesiva multiuso, cor marrom, 48mmx50m.	FIT PEL	3,13	313,00
81	1200	Unidade	Fita adesiva transparente em PVC, larga, 50mmx50m.	FIT PEL	3,13	3.756,00
84	1500	Unidade	Folha E.V.A cores variadas, não tóxico, formato 40x60cm.	HAITI	1,66	2.490,00
98	70	Caixa	Grampo para grampeador 26/6 cobreado, caixa com 5000 unidades.	FRAMA	3,17	221,90
114	100	Pacote	Palito de madeira para sorvete, medidas aproximadas 11,5X1cm, ponta redonda, pacote com 100 unidades.	PRÓPRIA	3,54	354,00
118	50	Pacote	Papel cartão especial A4 pérsico, 180g/m² cor branca ou marfim, pacote com 50 folhas.	MASTER PRINT	15,11	755,50
126	500	Unidade	Papel laminado cores variadas, formato 48x60cm.	CMP	1,35	675,00
130	5	Unidade	Papel sublimatico (transfer) alta definição 90gr, tam A4, branco, embalagem com 500 folhas.	NILPEL	114,65	573,25

134	1000	Unidade	Pasta com aba ofício soft cristal 0x235x335MM.	DAC	1,67	1.670,00
136	400	Unidade	Pasta plástica, com aba e com elástico, tamanho oficio, ideal para transportar e guardar trabalhos, documentos e outros tipos de papéis, produzida em material de alta qualidade, tamanho aproximado 238x350mm. Diversas cores.	DAC	2,08	832,00
151	15	Unidade	Pincel n 16 cerdas pelo de pônei. Cabo plástico. Formato chato.	LEONORA	3,65	54,75
154	1	Rolo	Plastico autoadesivo cristal (papel contact) rolo com 45cm x 25m, 80 micras, transparente.	COLACRIL	63,32	63,32
158	50	Unidade	Refil com selo de original para Epson Ecotank amarelo T544420, de 65ml cada.	EPSON	50,03	2.501,50
159	30	Unidade	Refil com selo de original para Epson Ecotank amarelo, T664420AL, de 70 ml cada.	EPSON	50,03	1.500,90
160	50	Unidade	Refil com selo de original para Epson Ecotank ciano T544420, de 65ml cada.	EPSON	50,03	2.501,50
161	30	Unidade	Refil com selo de original para Epson Ecotank ciano, T664420AL, de 70 ml cada.	EPSON	50,03	1.500,90
162	50	Unidade	Refil com selo de original para Epson Ecotank magenta T544420, de 65ml cada.	EPSON	50,03	2.501,50
163	30	Unidade	Refil com selo de original para Epson Ecotank magenta, T664420AL, de 70 ml cada.	EPSON	50,03	1.500,90
164	80	Unidade	Refil com selo de original para Epson Ecotank preto T544420, de 65ml cada.	EPSON	50,03	4.002,40
165	50	Unidade	Refil com selo de original para Epson Ecotank preto, T664420AL, de 70 ml cada.	EPSON	50,03	2.501,50
166	800	Unidade	Régua em PVC 30cm, com escala em mm, transparente vulcanizado de alto brilho de 1, 5 mm de espessura, polimento perfeito e borda chanfrada, dimensão 310 x 32 x 1, 5 mm, cantos arredondados, com certificado do Inmetro, escalas de precisão, com gravação em fotoquímica.	FAÇA FÁCIL	1,98	1.584,00

CLÁUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 25 de setembro de 2026.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.XXX.XXX-01

Anderpel Papelaria LTDA

ANGELO LUIS ANDERLE

Representante Legal

CPF 813.xxx.xxx-82

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:ABC68560

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CATANDUVAS- PR

RESOLUÇÃO N.º 11/2026

Súmula: Aprova a atualização do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social para Cofinanciamento do Governo Estadual através do Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS para o ano de 2026, do Município de Catanduvas – Paraná.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Municipal n.º 45/2017, de 12/12/2017 e considerando a deliberação da Plenária extraordinária realizada em 24/09/2026,

RESOLVE,

Art. 1º - Aprovar a atualização do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social para Cofinanciamento do Governo Estadual através do Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS para o ano de 2026, do Município de Catanduvas – Paraná, incluindo o Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, conforme segue:

SERVIÇO	PREVISÃO DE ATENDIMENTO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA		
		Custeio	Capital	RH
PROTEÇAO SOCIAL BÁSICA				
Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF	30 Famílias e indivíduos acompanhadas	X	X	X
	700 Famílias e indivíduos atendidos	X	X	X
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	180 (crianças até 6 anos; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; adolescentes de 15 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos; pessoas de 30 a 59 anos e pessoas idosos)	X	X	X
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				
Média Complexidade				
Serviço de Proteção Social a Adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviço a Comunidade – PSC	10 (adolescentes)	X	X	X
Alta Complexidade				
Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar	10 (crianças e adolescentes)	X	X	X
Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências	100 famílias	X	X	X
	400 indivíduos	X	X	X
BENEFÍCIOS EVENTUAIS				
Auxílio Natalidade	40	X		
Vulnerabilidade Temporária	100	X		
Calamidade Pública	100	X		
APRIMORAMENTO DE GESTÃO				
Gestão e organização da rede de serviços socioassistenciais	02	X	X	X
Gestão e Organização do SUAS	02	X	X	X
Gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistenciais.	02	X	X	X
Gestão da informação do SUAS	02	X	X	X
Implementação da Vigilância Socioassistencial	01	X	X	X
Apoio Técnico e Operacional aos conselhos de assistência social,	12	X	X	X
Gestão financeira dos fundos de assistência social	03	X	X	X
Monitoramento do SUAS	01	X	X	X
Gestão do trabalho	01	X	X	X

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/PR, 24 de setembro de 2026.

ANA CLAUDIA CASANOVA FINGER

Presidente do CMAS

Publicado por:
Eliziane Blem da Silva Pavan
Código Identificador:CA886300

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 284/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA**.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.02.04.122.1050.2.003	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 24.599,95
02.02.04.122.1050.2.003	3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0	R$ 1.185,17
02.06.04.121.1053.2.007	3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 569,88
02.07.12.361.1400.2.010	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	101	R$ 48.179,89
02.07.12.361.1400.2.010	3.1.90.49.00.00.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE	103	R$ 3.243,72
02.07.12.361.1400.2.010	3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	104	R$ 79.250,30
02.07.12.365.1400.2.081	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	101	R$ 151.594,00
02.07.12.365.1400.2.081	3.1.91.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	R$ 19.559,83
02.07.12.365.1400.2.081	3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	103	R$ 3.642,35
02.07.12.365.1400.2.081	3.3.90.08.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	103	R$ 675,00
02.07.12.365.1400.2.081	3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	104	R$ 33.576,18
02.09.08.122.1200.2.022	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 46.260,39
02.09.08.122.1200.2.022	3.1.90.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 843,17
02.09.08.244.1200.2.023	3.1.90.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 181,21
02.10.20.606.1700.2.029	3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 1.043,87
02.11.10.304.1300.2.037	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	R$ 11.529,55
02.11.10.305.1300.2.038	3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	R$ 83,12
02.14.11.334.1350.2.027	3.1.90.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 3.067,97

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.07.12.361.1400.2.010	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	101	R$ 219.333,72
02.07.12.365.1400.2.082	3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	103	R$ 7.561,07
02.07.12.365.1400.2.082	3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	104	R$ 112.826,48
02.09.08.244.1200.2.023	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 77.751,61
02.11.10.301.1300.2.033	3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	303	R$ 11.612,67

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 25 de Setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:5E3B33A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA DE GOVERNO
EDITAL Nº 016.005/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 005/2026

A **COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO**

SIMPLIFICADO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no **Edital nº 005/2026**, torna pública a presente **CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS**, para fins de apresentação e adoção das demais providências necessárias à contratação, observada a ordem de classificação e a necessidade da Administração Pública.

Os candidatos relacionados no presente Edital ficam **CONVOCADOS a comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos – RH**, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da publicação deste Edital, para apresentação da documentação exigida e realização dos demais procedimentos necessários à formalização da contratação.

O candidato que **não comparecer dentro do prazo estabelecido**, sem justificativa aceita pela Administração, estará sujeito às disposições previstas no **Edital nº 005/2026**, inclusive quanto à perda do direito à contratação.

Da mesma forma, os candidatos que manifestaram interesse em **ser posicionados ao final da lista de classificação** terão sua situação registrada conforme as regras estabelecidas no edital do Processo Seletivo Simplificado, respeitando-se a ordem de classificação e os critérios aplicáveis às futuras convocações.

O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, poderá implicar a **perda do direito à contratação**, observadas as disposições previstas no Edital nº 005/2026.

A convocação observará rigorosamente a **ordem de classificação**, bem como a necessidade e disponibilidade de vagas da Administração.

REGISTRO DE FINAL DE LISTA E NÃO COMPARECIMENTO

Para fins de transparência e organização do Processo Seletivo Simplificado, ficam registrados os candidatos que, em decorrência da presente convocação, **solicitaram final de lista** ou **não compareceram no prazo estabelecido**, conforme relação abaixo

SEDE - Geral		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**SITUAÇÃO**
3°	Claudete de Jesus Farias Bestel	**NÃO COMPARECEU**
4°	Andréia Cristiane Coutinho	**FINAL DE LISTA**
5°	Ivete Aparecida dos Santos Pedroso	**FINAL DE LISTA**
6°	Renata Rosário Miranda	**NÃO COMPARECEU**
7°	Adriane do Carmo Lourenço	**FINAL DE LISTA**
8°	Marcos Pereira dos Santos	**NÃO COMPARECEU**
10°	Andreia Falavigna de Oliveira	**FINAL DE LISTA**
11°	Katiele Coutinho de França	**FINAL DE LISTA**
13°	Vanessa Mangger	**FINAL DE LISTA**
14°	Idiméia da Silva	**FINAL DE LISTA**
15°	Niqueli Cristini de Souza	**FINAL DE LISTA**
16°	Laercio dos Anjos do Nascimento	**NÃO COMPARECEU**
17°	Mariete Santana de França	**NÃO COMPARECEU**
18°	Cristiane Mottim	**FINAL DE LISTA**
20°	Suzana aparecida Board Platner	**FINAL DE LISTA**
23º	Eliane Lagrange	**FINAL DE LISTA**
24º	Leonice do Carmo Jaquetti	**FINAL DE LISTA**
25º	Aclerice Souza de França de Ramos	**FINAL DE LISTA**
28º	Juliana da Guia Raab	**FINAL DE LISTA**
30º	Lucieni de Lourdes Zela de Meira	**FINAL DE LISTA**
31º	Bianca Paulin Alves Cordeiro	**FINAL DE LISTA**
34º	Elizangela Mottim Monteiro	**NÃO COMPARECEU**
35º	Ronaldo do Santos	**FINAL DE LISTA**
37º	Sheila Boccaldi Cordeiro da Silva	**FINAL DE LISTA**
38º	Thais Aparecida Doblins dos Santos	**NÃO COMPARECEU**
39º	Jeinny Caroline dos Santos	**FINAL DE LISTA**

REGIÃO 2 - GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	SITUAÇÃO
2°	Janete Krawczuzuk	FINAL DE LISTA
3º	Deuzeli Rodrigues Lopes	FINAL DE LISTA
4º	Roziane de Fátima de Souza	FINAL DE LISTA

REGIÃO 3 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	SITUAÇÃO
2°	Sirlene Cordeiro de Matos	FINAL DE LISTA
3°	Daniele Aparecida Martins	FINAL DE LISTA
4°	Andriele da Aparecida Martins Uebe	NÃO COMPARECEU
5°	Andreia Raab Mathias	FINAL DE LISTA

REGIÃO 4 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	SITUAÇÃO
1°	Tatiane Prodossimo Padrilha	NÃO COMPARECEU

Em razão das solicitações de final de lista e dos não comparecimentos registrados, **ficam convocados os candidatos a seguir relacionados**, observada a ordem de classificação e a necessidade da Administração Pública:

SEDE - Geral		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	VAGA
42º	Suele Cristina dos Santos Mottim	AC
43º	Madalena Melo dos Santos	AC
44º	Karine Simioni Ribeiro	AC
45º	Alane Erat Scremim	AC
46º	Cristina Coutinho	AC
47º	Daniele Alves Cordeiro	AC
48º	Josiéli Méris dos Santos Martins	AC
49º	Osmari Santana	AC
50º	Andressa Raab	AC
51º	Janaina do Prado Mangger	AC
52º	Daniela Charquetti	AC
53º	Natalia Coutinho Paulin	AC
54º	Thais Fernanda Lins	AC
55º	Jaqueline Webre dos Santos	AC

REGIÃO 2 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	VAGA
7°	Alessandra Suelenn Tiblier	AC

REGIÃO 3 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	VAGA
6°	Erica Mathias	AC
7°	Jaciane Aparecida Pereira	AC

REGIÃO 4 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	VAGA
2°	Valdineia da Ap. Silva Debastiane	AC

Cerro Azul/PR, 24 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:6AAE074B

SECRETARIA DE GOVERNO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 06/2026 EDITAL DE ABERTURA Nº 01.06/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas com amparo na Lei Orgânica do Município, e ainda, com fulcro no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional de interesse público e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, por meio da Comissão Especial de Seleção de Pessoal instituída pela Portaria N° 637 de 20 de Maio de 2026, **TORNA PÚBLICO** a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2026, destinado a selecionar candidatos para os cargos de **DENTISTA, ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO, FISIOTERAPÊUTA, FONOAUDIÓLOGO, MÉDICO VETERINÁRIO, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, TÉCNICO DE RADIOLOGIA,** para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da rede de Saúde considerando:

A urgência e necessidade de contratar profissionais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

A presente vacância do quadro geral de servidores profissionais de Saúde;

A necessidade de assegurar os serviços essenciais à população com qualidade e pronto atendimento.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O processo seletivo simplificado será realizado via execução direta, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificada nomeada pela Portaria N° 637 de 20 de maio de 2026.

A seleção visa o preenchimento de vagas e a formação de cadastro reserva, em Regime de **Contrato por Prazo Determinado**, para atuar no serviço público municipal de Cerro Azul/PR, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste edital.

É vedada a contratação de servidores pertencentes ao quadro de pessoal efetivo da Administração Direta, Indireta do Município de Cerro Azul – PR.

O presente certame terá prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública Municipal.

À Comissão Organizadora designada pela Portaria N° 637 de 20 de maio de 2026, ficam delegados todos os poderes necessários para o pleno desenvolvimento do processo de seleção, e fornecer documentos/informações na esfera administrativa e judicial.

DO PROCESSO DE SELEÇÃO

A seleção dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Simplificado de que trata o presente Edital dar-se-á exclusivamente por meio de **Prova de Títulos e Experiência Profissional (PTEP)** de caráter eliminatório e classificatório

A convocação para as vagas ofertadas será feita de acordo com a necessidade e a conveniência do Poder Executivo Municipal, observando-se o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

Caso haja demanda de novos provimentos acima do número de vagas previamente disponibilizadas, desde que dentro do prazo de validade do certame, o Poder Executivo Municipal poderá convocar os candidatos classificados, observando a ordem de classificação.

As atribuições do cargo ofertado estão descritas no **Anexo I** deste Edital.

O cronograma de execução do certame encontra-se disposto no **Anexo II** deste Edital.

A autodeclaração para os candidatos que desejarem concorrer na condição de pessoa com deficiência encontra-se disposta no **Anexo III** deste Edital.

A autodeclaração para os candidatos que desejarem concorrer na condição de pessoas pretas e parda encontra-se disposta no **Anexo IV** deste Edital.

O formulário de solicitação de inscrição encontra-se disposto no **Anexo V** deste Edital.

O formulário de Requerimento de recurso encontra-se disposto no **Anexo VI** deste Edital.

O modelo de etiqueta de identificação de envelope encontra-se disposto no **Anexo VII** deste Edital

Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização dos eventos. O candidato deverá observar, rigorosamente, as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico www.cerroazul.pr.gov.br.

É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações.

DO CARGO PÚBLICO

O cargo, o requisito, a carga horária, o número de vagas para ampla concorrência, o número de vagas para pessoa com deficiência, o número de vagas para pretas e pardas, os vencimentos iniciais são os estabelecidos a seguir:

Quadro 1 - Relação de cargos e vagas

CARGO	AC	PcD	PP	VENCIMENTO	ESCOLARIDADE / REQUISITOS	CHS
DENTISTA	**CR**	-	-	R$ 13.407,84	Curso de graduação na área específica e registro no CRO-PR	40 horas
ENFERMEIRO	**CR**	-	-	R$ 5.647,76	Curso de graduação na área específica e registro no COREN-PR	40 horas
FARMACÊUTICO	**CR**	-	-	R$ 6.568,38	Curso de graduação na área específica e registro no CRF-PR	40 horas
FISIOTERAPÊUTA	**CR**	-	-	R$ 6.568,38	Curso de graduação na área específica e registro no CREFITO-8	30 horas
FONOAUDIÓLOGO	**CR**	-	-	R$ 5.210,91	Curso de graduação na área específica e registro no CREFONO-3	40 horas
MÉDICO VETERINÁRIO	**CR**	-	-	R$ 6.568,38	Curso de graduação na área específica e registro no CRMV-PR	40 horas
NUTRICIONISTA	**CR**	-	-	R$ 5.210,91	Curso de graduação na área específica e registro no CRN-8	40 horas
PSICÓLOGO	**CR**	-	-	R$ 5.210,91	Curso de graduação na área específica e registro no CRP-PR	40 horas
TERAPEUTA OCUPACIONAL	**CR**	-	-	R$ 6.568,38	Curso de graduação na área específica e registro no CREFITO-8	30 horas
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	**CR**	-	-	R$ 3.137,83	Curso de formação na área específica e registro no CRTR-10	24 horas

AC: ampla concorrência; **CR:** Cadastro Reserva; CHS: Carga Horária Semanal **PcD**: Pessoa com deficiência; **PP**: Pessoas pretas ou pardas.

A concessão do Adicional de Insalubridade e/ou periculosidade será avaliada de acordo com o LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, vigente.

Independente da escolaridade, as vantagens da carreira do servidor concursado não serão aplicadas aos contratos aprovados neste Processo Seletivo.

O contratado terá garantido, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 da remuneração e 13º salário, proporcional ao período efetivamente trabalhado durante a vigência do contrato.

O contratado, a partir da data de admissão, terá o seu contrato inicial fixado em 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, independente de validade do vencimento do edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado – PSS.

DO REQUESITOS PARA POSSE DO CARGO

São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores efetivos do Poder Executivo do Município de Cerro Azul, Estado do Paraná:

ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;

ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

possuir, na data da contratação, os requisitos de escolaridade, habilitação e registro profissional indicados no item 3 deste Edital, ressalvada a possibilidade de inscrição e participação de candidatos concluintes na forma estabelecida no item 5.2 e seus subitens.;

não ter sofrido, no exercício de cargo/ emprego/ função pública, penalidade administrativa, cível ou criminal incompatível com a nomeação;

não estar ocupando cargo ou emprego na administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nem ser empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo os casos de acumulação expressas em lei;

cumprir as determinações deste edital, ter sido aprovado no presente PSS e ser considerado apto após submeter-se aos exames médicos exigidos.

No caso de portadores de necessidades especiais, compatibilidade da deficiência atestada, com o cargo de opção do candidato, comprovada através de Junta Médica Oficial do Município, que emitirá parecer sobre o enquadramento do tipo ou grau de deficiência e sua compatibilidade com o cargo.

Atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Junta Médica do Município ou por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física.

DAS INSCRIÇÕES

A inscrição no Processo Seletivo Simplificado implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos estabelecidos neste Edital.

Excepcionalmente, será admitida a inscrição de candidato que esteja regularmente matriculado no último período, semestre ou etapa de curso correspondente à formação exigida para o cargo pretendido, ainda que, na data da inscrição, não possua diploma, certificado de conclusão de curso ou registro definitivo perante o respectivo conselho profissional.

Para fins do disposto no item anterior, o candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, declaração ou documento equivalente emitido pela instituição de ensino, comprovando sua regular matrícula e a condição de concluinte do respectivo curso.

A participação e eventual classificação do candidato concluinte no Processo Seletivo Simplificado não dispensam o atendimento integral dos requisitos de escolaridade e habilitação profissional previstos para o cargo.

O candidato concluinte, quando convocado para contratação, deverá apresentar, dentro do prazo estabelecido no ato de convocação, **diploma, certificado ou declaração oficial de conclusão do curso**, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, bem como **comprovante de registro ativo e regular no respectivo conselho profissional**, quando exigido para o exercício da função.

A ausência de comprovação dos requisitos previstos no item anterior, no prazo estabelecido para a contratação, implicará perda do direito à contratação decorrente daquela convocação, com a convocação do candidato subsequente, observada a ordem de classificação.

O candidato, ao efetuar sua inscrição, não poderá utilizar abreviaturas quanto ao nome, data de nascimento e localidades de nascimento e residência.

Será assegurado a utilização de nome social mediante preenchimento no formulário de inscrição.

O "nome social" é o nome que a pessoa travesti, transexual ou transgênera se identifica e/ou é reconhecida socialmente e possui a mesma proteção concedida ao nome de registro, assegurada pelo Decreto Federal n.º 8.727/2016.

O nome social será utilizado para todas as formas de tratamento e identificação pública do candidato ao longo do certame. Contudo, para fins de emissão de atos oficiais que exijam conformidade com os sistemas governamentais, prevalecerá o nome constante do registro civil, enquanto não houver a retificação judicial ou extrajudicial, para evitar inconsistências nos sistemas da Receita Federal e do Ministério do Trabalho.

É de exclusiva responsabilidade do candidato aprovado comunicar formalmente ao Departamento de Recursos Humanos a eventual retificação de seu nome e/ou gênero no registro civil, apresentando a documentação comprobatória para as devidas atualizações cadastrais.

O candidato inscrito por terceiro assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário de solicitação de inscrição.

As informações prestadas no formulário de solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

A declaração falsa ou inexata dos dados constantes do formulário de solicitação de inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando, em

qualquer época, a eliminação automática do candidato, sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a contratação do candidato, este poderá ser demitido mediante prévio procedimento administrativo, assegurado a ampla defesa e o contraditório.

Não será aceita solicitação de inscrição encaminhada/ protocolada por qualquer outro meio não previsto neste Edital.

O candidato poderá inscrever-se para mais de um cargo previsto neste Processo Seletivo Simplificado, desde que realize uma inscrição distinta para cada cargo pretendido, mediante preenchimento de formulário próprio e apresentação da respectiva documentação exigida neste Edital.

Para cada cargo pretendido, o candidato deverá apresentar envelope individualizado contendo o Formulário de Solicitação de Inscrição e os documentos comprobatórios exigidos, não sendo permitida a utilização da mesma inscrição para concorrer a mais de um cargo.

No ato da inscrição, o candidato poderá optar por concorrer a mais de uma função pública.

As inscrições para este Processo Seletivo Simplificado serão realizadas exclusivamente de forma presencial, mediante protocolo de entrega de envelope lacrado contendo o Formulário de Solicitação de Inscrição e a documentação exigida neste Edital, observados o local, período e horário de inscrição.

DAS SOLICITAÇÕES DE INSCRIÇÃO:

As inscrições para o presente Processo Seletivo Simplificado (PSS) serão realizadas no período estabelecido neste Edital, mediante entrega da documentação exigida junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cerro Azul. As inscrições serão recebidas presencialmente no endereço **Rua Barão do Cerro Azul, esquina com a Rua Prefeito Athanagildo de Souza Laio, Centro, Cerro Azul/PR, CEP 83570-000**, no prédio da secretaria de Assistência Social 2º andar, durante o horário de expediente da Administração Municipal. Não serão aceitas inscrições fora do prazo, horário ou local estabelecidos neste Edital.

O candidato deverá preencher integralmente o Formulário de Solicitação de Inscrição, informando seus dados pessoais, o cargo pretendido e a relação dos títulos apresentados para fins de pontuação.

No ato da inscrição, o candidato deverá entregar envelope lacrado contendo:

Formulário de Solicitação de Inscrição devidamente preenchido e assinado;

Cópia de documento oficial de identificação com foto;

Cópia do comprovante de residência atualizado;

Cópias dos títulos e demais documentos comprobatórios para fins de avaliação curricular, conforme os critérios estabelecidos neste Edital.

para o candidato que se inscrever na condição de concluinte, declaração emitida pela instituição de ensino, informando que se encontra regularmente matriculado no último período, semestre ou etapa do curso correspondente ao cargo pretendido.

Na parte externa do envelope deverá constar obrigatoriamente etiqueta com as informações, conforme modelo em disposta no **Anexo VII:**

Nome completo do candidato;

Número do CPF;

Cargo pretendido;

Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 006/2026.

O servidor responsável pelo recebimento realizará apenas a conferência da identificação externa do envelope e fornecerá comprovante de protocolo ao candidato, não sendo efetuada conferência do conteúdo no momento da entrega.

Após a entrega do envelope, não será permitida a inclusão, substituição ou retirada de documentos, permanecendo o candidato responsável pela integridade e completude da documentação apresentada.

A abertura dos envelopes e a análise da documentação serão realizadas posteriormente pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

Não serão aceitas inscrições por fax, correspondência ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

DA RESERVA DE VAGAS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Às pessoas com deficiência serão reservados o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a cada função e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do processo, desde que as atribuições da função sejam compatíveis com a deficiência do candidato.

As disposições deste Edital, referentes às Pessoas com Deficiência são correspondentes às da Lei Estadual n.º 18.419/2015, bem como a Súmula no 377 do STJ, e às demais normas que venham a ampliar o rol de critérios para as Pessoas com Deficiência.

Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 6.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitando o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no certame.

Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nas funções com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).

No decorrer da validade do concurso, caso surja(m) nova(s) vaga(s) para o cargo que o candidato com deficiência concorreu, o candidato com deficiência classificado em 1º lugar na lista de vagas reservadas será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta. Os demais candidatos classificados como PcD serão convocados para ocupar a 21ª, a 41ª e a 61ª vagas e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação e o número máximo de aprovados. A compatibilidade da pessoa com deficiência com a função para a qual se inscreveu será declarada por junta médica especial, perdendo o candidato o direito à contratação caso seja considerado inapto para o exercício da função.

A pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no presente Edital.

Para concorrer como Pessoa com Deficiência, o candidato deverá:

No ato da inscrição, declarar que pretende participar do processo como pessoa com deficiência e especificar no campo indicado o tipo de deficiência que possui;

Enviar cópia legível e digitalizada do Laudo Médico com as informações descritas no subitem 6.3.2.1 deste Edital;

O laudo médico deverá ser cópia legível e digitalizada, estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença - CID, com citação do nome por extenso do candidato, carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão.

É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a situação do pedido de reserva.

O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não deficiente, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD e passando à ampla concorrência.

Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde e de acordo com as Legislações pertinentes, a opção de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência, será desconsiderada, passando o candidato à ampla concorrência.

O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência será publicado no site oficial da Prefeitura municipal de Cerro Azul/PR <www.cerroazul.pr.gov.br> e Diário Oficial dos Municípios do Paraná <www.diariomunicipal.com.br>.

O candidato que tiver a sua inscrição indeferida como Pessoa com Deficiência (PcD) poderá interpor recurso, em formulário próprio disposto no **Anexo III**, disponível no endereço eletrônico www.cerroazul.pr.gov.br, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis subsequentes à publicação do deferimento das inscrições.

O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência (PcD), se aprovado no Processo Seletivo Simplificado, terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista específica dos candidatos aprovados para pessoas com deficiência.

Não havendo candidatos aprovados para a(s) vaga(s) reservada(s) às pessoas com deficiência, esta será preenchida com estrita observância da ordem de classificação geral.

DA RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

Ficará reservado o percentual de 10% (dez por cento) das contratações que surgirem durante a validade do processo seletivo aos candidatos que se autodeclararem pessoa negra, na forma da Lei Estadual nº 14.274, de 24 de dezembro de 2003, aplicada por analogia ao Município de Cerro Azul – PR.

Quando o número de vagas reservadas as pessoas pretas e pardas resultar em fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), arredondar-se-á para o número inteiro superior; quando resultar em fração menor que 0,5 (cinco décimos), arredondar-se-á para o número inteiro inferior.

O percentual de vagas reservadas as pessoas pretas e pardas será observado ao longo do período de validade do Processo Seletivo Simplificado, inclusive em relação às vagas que surgirem ou forem criadas.

No decorrer da validade do concurso, caso surja(m) nova(s) vaga(s) que o candidato negro e pardo concorreu, o candidato classificado em 1º lugar na lista de vagas reservadas será convocado para ocupar a 6ª vaga aberta. Os demais candidatos classificados na condição de negros e pardos serão convocados para ocupar a 16ª, a 26ª e a 36ª vaga e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação e o número máximo de aprovados.

Para fazer jus à reserva de vagas de que trata o subitem 7.1 deste Edital, o candidato deverá optar, no ato da inscrição, por concorrer como pessoa preta ou parda.

Para concorrer às vagas reservadas que se refere o presente item, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros e autodeclarar-se (Vide **Anexo IV**) como negro, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade, logo, terá validade somente para este Processo Seletivo, devendo ser confirmada mediante procedimento de heteroidentificação.

A presunção relativa de veracidade prevalecerá em caso de dúvida razoável a respeito do seu fenótipo, motivada no parecer da comissão de heteroidentificação.

As informações prestadas no momento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

O candidato que, no ato da inscrição, não declarar a opção de concorrer às vagas reservadas para pessoas negras e pardas, conforme determinado no subitem 7.3, deixará de concorrer às vagas reservadas e não poderá interpor recurso em desfavor desta situação.

O candidato que se autodeclarar negro participará do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação de títulos e experiência profissional e aos critérios de aprovação e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos e todas as demais normas de regência do Processo Seletivo Simplificado.

É de exclusiva responsabilidade do candidato a opção por vaga destinada as pessoas pretas e pardas, no momento da inscrição.

DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO DOS CANDIDATOS NEGROS:

Para concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, o candidato deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preto ou pardo, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A autodeclaração terá validade exclusivamente para este Processo Seletivo Simplificado.

O candidato aprovado e convocado para contratação por vaga reservada às pessoas negras será submetido ao procedimento de heteroidentificação, que ocorrerá previamente à formalização da contratação.

O procedimento de heteroidentificação será realizado por Comissão composta por 03 (três) servidores públicos municipais, designados pelo Departamento de Recursos Humanos para essa finalidade.

A Comissão utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato, observando as características físicas presentes no momento da avaliação.

Não serão considerados, para fins de heteroidentificação, documentos, registros, certidões, decisões proferidas em outros concursos ou processos seletivos, tampouco informações relacionadas à ascendência do candidato.

A Comissão poderá realizar registro fotográfico e/ou audiovisual do procedimento, exclusivamente para fins de instrução processual e garantia da segurança jurídica do certame.

O candidato convocado deverá apresentar a Autodeclaração de Pessoa Preta ou Parda, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

Será excluído da lista de candidatos negros o candidato que:

não comparecer ao procedimento de heteroidentificação na data e horário estabelecidos;

recusar-se a participar do procedimento;

não tiver sua autodeclaração confirmada pela Comissão;

prestar declaração falsa.

O candidato cuja autodeclaração não for confirmada pela Comissão passará a figurar exclusivamente na lista de ampla concorrência, desde que possua classificação suficiente para convocação.

Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado e, se já contratado, terá seu contrato rescindido após processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

O candidato que, no ato da inscrição, não optar por concorrer às vagas reservadas às pessoas negras não poderá fazê-lo posteriormente.

O candidato inscrito como pessoa negra figurará, quando aprovado, tanto na lista específica de candidatos negros quanto na lista de ampla concorrência.

DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

O edital de deferimento das inscrições será divulgado no site oficial da Prefeitura municipal de Cerro Azul/PR <www.cerroazul.pr.gov.br> e Diário Oficial dos Municípios do Paraná <www.diariomunicipal.com.br>.

No edital de deferimento das inscrições constará a listagem dos candidatos às vagas para ampla concorrência, às vagas para candidatos pretos e pardos e às vagas para pessoa com deficiência.

O candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá interpor recurso, no prazo de 02 (dois) dias, contados da data de divulgação da relação de candidatos inscritos, devendo, necessariamente utilizar-se do meio online, via e-mail **psssmscerroazul@gmail.com** .

Não serão admitidos recursos fora do prazo, recursos interpostos de maneira diferente da estipulada no item 12 deste Edital, recursos sem fundamentação ou interpostos utilizando termos desrespeitosos ou ofensivos.

DA PROVA DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (PTEP)

O período para cadastramento dos títulos e experiência profissional ocorrerá no prazo constante do **ANEXO II** deste edital.

Será de exclusiva responsabilidade do candidato o anexo dos títulos e dos documentos comprovantes da experiência profissional como forma de participação neste Processo Seletivo Simplificado.

Os candidatos inscritos e habilitados a participar da prova de títulos e experiência profissional deverão observar o seguinte procedimento:

anexar os documentos no junto ao envelope de inscrição;

As cópias dos documentos devem ser legíveis e completas.

A avaliação de títulos e experiência profissional será avaliada numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com as tabelas constantes deste item.

a prova de títulos e experiência profissional terá o valor máximo de 100 (cem) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos e experiência profissional apresentados seja superior a este valor, conforme prescreve as respectivas tabelas deste Edital.

Somente serão avaliados os títulos e a experiência profissional cadastrados em conformidade com o disposto neste edital.

Os documentos pertinentes à prova de títulos e experiência profissional deverão ser apresentados em cópias legíveis de frente e verso.

Para comprovação dos títulos de APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL:

Para comprovação da conclusão do curso de aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, será aceito diploma ou certificado atestando que o curso atende às normas da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). Também será aceita declaração de conclusão de Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que acompanhada do respectivo histórico escolar, no qual conste a carga

horária do curso, as disciplinas cursadas com as respectivas menções e a comprovação da apresentação e aprovação da monografia, dissertação ou tese, quando não abrangidos pela Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018. A declaração de conclusão de Especialização lato sensu deverá também atestar que o curso atende às normas da Lei Federal nº 9.394/1996, do CNE, ou está de acordo com as normas do extinto CFE. Deverá constar ainda declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, e indicação do ato legal de credenciamento da instituição. Caso o histórico escolar ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração ou diploma não será aceito.

Para os cursos de mestrado e doutorado concluídos no exterior, somente serão aceitos quando revalidados por universidades credenciadas que tenham curso de Graduação e Pós-Graduação reconhecidos e avaliados no mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação, seguindo a Portaria n.º 22/2016 – MEC.

Os certificados/declarações ou diplomas de pós-graduação, em nível de especialização lato sensu, deverão conter a carga horária cursada e histórico.

Somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições, dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

Quando o nome do candidato for diferente do constante do Título apresentado, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).

Para comprovação dos títulos de ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL:

Serão considerados títulos de Atualização Profissional os cursos de capacitação, aperfeiçoamento, atualização, extensão, qualificação ou formação continuada, relacionados à área de atuação do cargo pretendido, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas ou de 100 (cem) horas, conforme previsto na tabela de pontuação deste Edital.

A comprovação dos cursos de Atualização Profissional deverá ser realizada mediante apresentação de certificado, declaração ou certidão de conclusão emitida pela instituição promotora do curso, contendo obrigatoriamente o nome do participante, a denominação do curso, a carga horária, o período de realização, a data de conclusão e a identificação da instituição emissora.

Somente serão aceitos certificados, declarações ou certidões expedidas por instituições públicas ou privadas legalmente constituídas, que permitam a perfeita identificação da entidade promotora e da atividade realizada.

Os certificados ou declarações deverão indicar expressamente a carga horária cumprida pelo candidato, não sendo admitida a soma de cargas horárias de certificados distintos para atingir a carga horária mínima exigida para cada título.

Não serão aceitos como títulos de Atualização Profissional comprovantes de matrícula, frequência, participação parcial, inscrição em eventos, programas de treinamento sem certificação de conclusão ou documentos que não contenham a carga horária efetivamente cumprida.

Somente serão pontuados os cursos de Atualização Profissional concluídos até a data de publicação do Edital de Abertura deste Processo Seletivo Simplificado.

A data de conclusão do curso deverá estar expressamente indicada no certificado, declaração ou certidão apresentada. Na ausência dessa informação, o título não será pontuado.

Serão aceitos certificados, declarações ou certidões emitidas após a publicação do Edital de Abertura, desde que comprovem de forma inequívoca que a conclusão do curso ocorreu em data anterior à publicação do referido Edital.

Não serão aceitos certificados, declarações ou certidões emitidas em data posterior à publicação do Edital de Abertura quando se referirem a cursos concluídos anteriormente e cuja emissão tenha ocorrido exclusivamente para fins de participação neste certame, salvo quando constar expressamente a data de conclusão do curso anterior à publicação do Edital.

Somente serão aceitos documentos apresentados em papel timbrado ou contendo certificação eletrônica verificável, com os respectivos registros e informações necessárias à identificação da instituição emissora e à adequada avaliação do título.

Quando o nome do candidato constante do certificado for diferente daquele informado na inscrição, deverá ser apresentado documento comprobatório da alteração do nome, sob pena de não pontuação do título.

Serão considerados válidos apenas os certificados de cursos de atualização profissional, realizados nos últimos 5 (cinco) anos contados a partir da data de publicação deste Edital.

Para a comprovação da EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Será pontuado somente o tempo de serviço dos 10 (dez) últimos anos, contados a partir da data de publicação deste Edital, no cargo pretendido pelo candidato

Caso a experiência seja decorrente do Setor Privado:

Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, versão digital e/ou física, obrigatoriamente com página da foto, página da qualificação civil/dados de identificação, página onde conste o contrato de trabalho, com período trabalhado e cargo/função desempenhada e página de alterações que constem mudança de cargo/função, quando for o caso);

Contrato de trabalho em regime especial;

Caso a experiência seja decorrente do Setor Público:

Apresentação de Certidão/Declaração/Portaria ou afins com indicação clara e legível do cargo/função/emprego, tempo de serviço com (início e fim) e tempo de serviço computados em anos completos, a espécie/ natureza do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas, devidamente preenchido e assinado pelo responsável da unidade de gestão de pessoas do serviço, da área de recursos humanos ou por outro setor da Administração Pública competente para fim;

Ato de nomeação e exoneração, dispondo dos mesmos preceitos exauridos no item 9.7.2 (quando for o caso);

Apresentação de Dossiê funcional;

Quando exercida na condição de profissional liberal (autônomo), a experiência deverá ser comprovada mediante apresentação de Recibos de Pagamento de Autônomo (RPA), declaração do contratante contendo a descrição das atividades desempenhadas e o período de prestação dos serviços, ou Contrato de Prestação de Serviços. Serão considerados apenas os períodos devidamente comprovados pelos documentos apresentados.

Quando forem trabalhos realizados como pessoa jurídica, apresentar cópia autenticada do Contrato de Prestação de Serviços.

O tempo trabalhado em mais de uma função no mesmo período será considerado uma única vez. Caso o candidato venha a informar, o tempo concomitante será desconsiderado automaticamente.

O tempo de serviço será considerado para fins de pontuação, dentre os tópicos constantes do **Quadro 2 e 3**, uma ÚNICA VEZ.

Caso haja o cadastro da mesma experiência profissional em múltiplos tópicos, será considerado válido somente aquele que propicie ao candidato alcançar maior pontuação na prova de títulos e experiência profissional.

O período de estágio profissional de graduação (remunerado e voluntário), monitoria, bolsa de estudo ou de trabalho voluntário e afins, não será computado para fins de experiência profissional.

Somente serão aceitos documentos apresentados timbrado pelo órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições, dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

Não serão avaliados os documentos:

cadastrados fora do prazo ou de forma diferente da estabelecida neste edital;

cuja digitalização esteja ilegível;

sem data de expedição;

de mestrado ou doutorado concluídos no exterior que não estejam revalidados por instituição de ensino superior no Brasil e sem tradução juramentada.

Na avaliação dos documentos atinentes a prova de títulos e experiência profissional, aqueles que excederem ao limite máximo de pontos estabelecidos nas tabelas deste item não serão considerados.

Não será admitida, sob hipótese nenhuma, o pedido de inclusão de novos documentos, seja pela via recursal ou por outro meio inidôneo.

O período de trabalho será computado em frações mínimas de 1 (um) mês completo, atribuindo-se 0,33 (zero vírgula trinta e três) ponto para cada mês integralmente trabalhado.

A comprovação do requisito obrigatório exigido para assunção da função pública em que o candidato concorre devem estar de acordo com o **Quadro 2 e 3**.

Os documentos apresentados não serão devolvidos em hipótese nenhuma, tampouco serão fornecidas cópias dos mesmos.

Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação atribuída, sem prejuízo das cominações legais cabíveis, seja na esfera administrativa, cível ou penal.

Não serão aferidos quaisquer títulos, tampouco experiência profissional, distinta das estabelecidas nas tabelas deste item.

Quanto ao resultado da avaliação de currículo e títulos, caberá interposição de recurso administrativo, devidamente fundamentado, nos termos do item 12 deste Edital.

Somente será considerada como títulos e experiência profissional pontuável, aquelas que estejam em conformidade com as áreas delimitadas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Pontuação para prova de títulos - Cargos de nível técnico e médio

Aperfeiçoamento Profissional			
Título	Pontuação por título	Número máximo de títulos	Pontuação máxima
Escolaridade Mínima – Certificado ou Diploma de conclusão do curso de formação, expedidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), na função em que concorre ou da conclusão de ensino médio para o cargo de **agente administrativo**	10	1	10
		Subtotal	**10**
Atualização Profissional			
Curso de aperfeiçoamento profissional na área correlata (carga horária mínima 100 horas)	7,5	4	30
Curso de atualização em área correlata (carga horária mínima 40 horas)	2,5	8	20
		Subtotal	**50**
Experiencia Profissional			
Tempo de exercício da Profissão no cargo pretendido	4/ano	10	40
		Subtotal	**40**
		Total	**100**

Quadro 3 - Pontuação para prova de títulos - Cargos de nível superior

Aperfeiçoamento Profissional			
Título	Pontuação por título	Número máximo de títulos	Pontuação máxima
Escolaridade Mínima – Diploma ou certificado de conclusão do curso de graduação ou, exclusivamente para candidato concluinte, declaração de matrícula no último período, semestre ou etapa do respectivo curso, emitida por instituição de ensino credenciada pelo MEC.	5	1	5
Curso de Especialização *Lattu Sensu* na área de Saúde	5	2	10
Pós-Graduação *Strictu Sensu* (Mestrado)	10	1	10
Pós-Graduação *Strictu Sensu* (Doutorado)	15	1	15
		Subtotal	**40**
Atualização Profissional			
Curso de aperfeiçoamento profissional na área correlata (carga horária mínima 100 horas)	2,5	4	10
Curso de atualização em área correlata (carga horária mínima 40 horas)	2	5	10
		Subtotal	**20**
Experiencia Profissional			
Tempo de exercício da Profissão no cargo pretendido	4/ano	10	40
		Subtotal	**40**
		Total	**100**

DA CLASSIFICAÇÃO

Será considerado aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, o candidato que apresentar a documentação disposta no item 9 e obtiver a classificação mínima exigida para aprovação, nos termos deste Edital.

Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de nota final, observado a função pública em que concorrem.

A Nota Final será igual correspondente à pontuação obtida na prova de títulos e experiência profissional.

Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até a data de publicação do resultado e classificação deste certame, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003);

Maior nota no critério aperfeiçoamento profissional;

Maior nota no critério experiência profissional.

Maior nota no critério atualização profissional;

Persistindo o empate, terá preferência o candidato com:

tiver maior número de filhos;

Sorteio Público.

O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será publicado por meio de 03 (três) listagens, a saber:

Lista de Candidatos com Deficiência, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como Pessoa com Deficiência em ordem de classificação;

Lista de Candidatos Pretos e Pardos, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como Pessoa preta ou parda em ordem de classificação;

Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como Pessoa com Deficiência e como Pessoa preta ou parda em ordem de classificação.

A Prefeitura Municipal de Cerro Azul divulgará o resultado desta seleção de candidatos, através de edital a ser publicado no site do Município <www.cerroazul.pr.gov.br> e Diário Oficial dos Municípios do Paraná <www.diariomunicipal.com.br>.

DA ELIMINAÇÃO

Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtenha nota igual ou equivalente a 0 (zero) na prova de títulos e experiência profissional ou que não comprove que detenha o requisito mínimo para assunção da função pública que concorre, bem como aquele que não obtenha classificação dentro da linha de corte estabelecida ou, que a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter se utilizado de procedimento ilícito ou que deixar de observar as regras contidas neste edital.

O disposto no item 11.1 quanto à comprovação do requisito mínimo de escolaridade não se aplica, durante as etapas de inscrição, avaliação e classificação, aos candidatos inscritos na condição de concluintes, nos termos dos itens 5.2.1 a 5.2.5, ficando a comprovação da conclusão do curso e do registro profissional, quando exigido, postergada para o momento da convocação para contratação.

DOS RECURSOS:

O candidato poderá apresentar recurso quanto a homologação ou não homologação e outros erros de identificação do candidato, perante as inscrições e pontuação (notas) obtida após análise de títulos, a partir da publicação em site oficial <www.cerroazul.pr.gov.br> e Diário Oficial dos Municípios do Paraná <www.diariomunicipal.com.br>.

Os recursos serão apresentados exclusivamente online, via e-mail **psssmscerroazul@gmail.com** .

Os recursos deverão observar o modelo do formulário constante no **Anexo VI**, devendo esclarecer a discordância que ampara seu recurso e conter o nome do candidato, número de inscrição, emprego a que concorre e e-mail.

Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo estabelecido, sendo considerada, para tanto, a data de seu envio online, de acordo com os prazos constantes do cronograma de execução do PSS.

Caso esteja inscrito em mais de um cargo público, o candidato deverá apresentar os recursos individualmente para cada um dos cargos públicos.

Não serão conhecidos recursos apresentados conjuntamente ante a impossibilidade de correta identificação do cargo para o qual foi apresentado o recurso conjunto.

Não será aceita a revisão de recurso ou recurso de recurso.

DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O resultado final do Processo Seletivo Simplificado, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado pelo Município de Cerro Azul - PR e publicado em site oficial <www.cerroazul.pr.gov.br> e Diário Oficial dos Municípios do Paraná <www.diariomunicipal.com.br>, em três listas, em ordem classificatória e pontuadas a saber:

lista contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com

deficiência e pessoas pretas e pardas;

lista exclusiva com classificação dos candidatos pretos e pardos e;

outra listagem somente com a classificação dos candidatos inscritos na condição de Pessoa com deficiência.

DOS ATOS CONVOCATÓRIOS

Os atos convocatórios para os trâmites de contratação, serão organizados e publicados no site oficial <www.cerroazul.pr.gov.br> e Diário Oficial dos Municípios do Paraná <www.diariomunicipal.com.br>, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados.

DA CONVOCAÇÃO

A convocação dos candidatos aprovados, dentro do número de vagas ofertadas, ocorrerá de acordo com a necessidade, disponibilidade e conveniência do Município de Cerro Azul – PR, respeitando ordem de classificação e a vigência do Edital.

O candidato convocado para a admissão, deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Cerro Azul – PR, munido de documento de identificação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do edital, conforme o item 14.1.

O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de convocação, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Até o encerramento da vigência do edital, deverão ser contratados todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas para a respectiva função pública, salvo no caso de prorrogação, caso em que a contratação poderá ser postergada até o final de referido prazo.

Caberá ao Município de Cerro Azul – PR a definição da data de contratação dos candidatos, não sendo permitida modificação desta data para qualquer fim que não seja necessidade e conveniência da Administração Pública Municipal.

Será eliminado do processo o candidato que não comparecer ao local, dia e hora designados para os trâmites contratuais

DA CONTRATAÇÃO

A contratação será precedida de análise de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, esse será a expensas da prefeitura municipal de Cerro Azul, que deverá ser providenciado após sua convocação inicial, no momento de entrega da documentação. O candidato convocado somente será contratado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício da função. Caso seja considerado inapto para exercer a função, não será contratado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.

Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à contratação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

Caso seja necessário exames complementares para contratação, deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Cerro Azul – PR, cujas expensas correrão por conta da prefeitura municipal de Cerro Azul.

Para contratação, o candidato deverá apresentar, os seguintes documentos:

Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;

Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;

Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;

Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;

Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral (www.tse.jus.br);

Comprovante de escolaridade e habilitação exigida para o cargo;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do atestado de vacinas, da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;

Cadastro de Pessoa Física dos dependentes - Cônjuge/Companheiro(a) e Filhos(as);

Uma foto selfie estilo 3x4, colorida e com fundo branco;

Comprovante do PIS/PASEP/NIT/NIS;

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou internet residencial) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);

Declaração de imposto de renda ou formulário próprio de bens e valores que constituem o patrimônio preenchido;

Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;

Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;

Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;

Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;

Atestado de Saúde Ocupacional (ASO);

Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Polícia Federal;

Atestado de Antecedentes Criminais emitida pela Polícia Civil do Paraná;

Demais documentos solicitados pela Administração.

A falta da apresentação dos documentos e declarações mencionados no item 16.2, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do comparecimento do candidato para aceite da convocação será considerado desistência do candidato.

O candidato deverá entrar em exercício no dia de assinatura do contrato.

Será excluído do processo o candidato que não aceitar as condições estabelecidas para o exercício da função.

Os candidatos aprovados serão admitidos por contrato de trabalho por tempo determinado, com direitos, vantagens e obrigações especificadas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Sem prejuízo da apuração de eventuais ilícitos criminais cabíveis a que estarão sujeitos os candidatos, a Comissão de Processo Seletivo poderá, a qualquer tempo, anular a inscrição e demais atos subsequentes, desde que sejam verificadas falsidade de declaração e apresentação de documentos falsos.

Será excluído do Processo Seletivo o candidato que agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada do Processo Seletivo.

O resultado final do Processo Seletivo será publicado no órgão de divulgação dos Atos Oficiais do Município de Cerro Azul - Estado do Paraná e no sítio eletrônico <www.cerroazul.pr.gov.br> e Diário Oficial dos Municípios do Paraná <www.diariomunicipal.com.br>.

É de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes a este processo seletivo, divulgados no endereço eletrônico <www.cerroazul.pr.gov.br> e Diário Oficial dos Municípios do Paraná <www.diariomunicipal.com.br>.bem como atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o PSS.

Não serão fornecidos quaisquer atestados, certificados ou certidões relativas à classificação ou pontuação.

A Secretaria de Municipal de Saúde não fornecerá cópias de documentos já apresentados em outros certames, nem se responsabilizará por documentação que exija prazo de emissão, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a providência antecipada dos documentos, cópias, custas ou impressão por sistemas de computador.

Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

O prazo de validade do Processo Seletivo será de até 12 meses, a partir da data da homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública.

O Contrato de Trabalho decorrente deste Processo Seletivo será firmado pelo prazo de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

O contrato extinguir-se-á pelo término do prazo contratual, por iniciativa do contratado comunicada com antecedência mínima de 30 dias ou por iniciativa da contratante.

A classificação dos candidatos gera para estes apenas a expectativa de direito à contratação.

A Secretaria Municipal de saúde reserva-se o direito de proceder as contratações em número que atenda ao interesse e as necessidades do serviço, de acordo com a conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e as vagas existentes e as que porventura vagarem no prazo de validade do Processo Seletivo.

Todas as convocações, avisos e resultados do Processo Seletivo serão publicados no órgão de divulgação dos Atos Oficiais do Município de Cerro Azul - Estado do Paraná– PR e no endereço eletrônico <www.cerroazul.pr.gov.br> e Diário Oficial dos Municípios do Paraná <www.diariomunicipal.com.br>.

O resultado final do Processo Seletivo será homologado pelo Prefeito Municipal e publicado no órgão de divulgação dos Atos Oficiais, no endereço eletrônico <www.cerroazul.pr.gov.br> e Diário Oficial dos Municípios do Paraná <www.diariomunicipal.com.br>

O candidato deverá manter seu endereço atualizado junto à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Executiva do Processo Seletivo Simplificado.

Cerro Azul, 24 de setembro de 2026.

COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL

Portaria n° 637/2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

ANEXO I - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

DENTISTA

prestar atendimento odontológico aos munícipes, objetivando prevenção, diagnóstico e tratamento das afecções dos dentes e da boca, aliviando a dor, visando a recuperação e conservação da saúde bucal, bem como o seu restabelecimento fisiológico e estético, assegurando ou resgatando, ao paciente, sua autoestima;

realizar exames nos dentes e na cavidade bucal, utilizando aparelhos específicos para verificar a presença de cáries e outras afecções;

priorizar o atendimento a pacientes que apresentem quadros de infecção e dor;

identificar as afecções quanto à extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos e exames adequados para estabelecer o tipo de tratamento;

efetuar administração de anestésicos, para dar conforto ao paciente e facilitar o tratamento

prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em Odontologia, inclusive para prevenir hemorragia pós-cirúrgica ou tratar de infecções da boca e dentes;

atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive, para justificação de faltas ao emprego. (Redação dada pela Lei nº 6.215, de 1975);

efetuar restaurações, extrações, limpeza profilática dos dentes e gengivas, extrair o tártaro para eliminar a instalação de focos de infecção, aplicar selantes, flúor e realizar os demais procedimentos necessários à boa saúde bucal;

orientar os pacientes quanto os cuidados com a higiene bucal;

praticar todos os atos pertinentes a Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos pós-graduação ou de atualização;

participar da equipe multidisciplinar, efetuando treinamentos e desenvolvendo programas e projetos;

realizar cirurgias de pequeno porte, extrações dentárias, biópsias, frenotomias;

atuar no alívio da dor do paciente, aplicando a técnica adequada a ser aplicada segundo o diagnóstico, inclusive com prescrição de medicamentos;

solicitar equipamentos, instrumentais e materiais adequados e necessários à prestação de serviço visando o bom atendimento da população;

providenciar o preenchimento das fichas e relatórios informando as atividades dos serviços prestados, registrar os dados coletados, lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratamento;

aconselhar os pacientes quanto aos cuidados de higiene, orientando-os na proteção dos dentes e gengivas;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

utilizar recursos de informática;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ENFERMEIRO

ser responsável pela direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica de saúde, conforme organograma administrativo do Poder Executivo do Município de Cerro Azul, e chefiar o serviço da unidade de enfermagem;

organizar e dirigir os serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nos órgãos de saúde pública do Poder Executivo do Município de Cerro Azul;

planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços da assistência de enfermagem;

realizar consulta de enfermagem;

realizar prescrição da assistência de enfermagem;

realizar cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;

realizar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;

participar do planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;

participar da elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;

prescrever medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pelo órgão de saúde;

participar de projetos de construção ou reforma de unidades de internação;

realizar prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral;

realizar prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;

realizar a assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera ao parto normal, este último quando necessário;

acompanhar da evolução e do trabalho de parto, quando necessário;

realizar a execução do parto sem distocia, quando necessário;

identificar as distocias obstétricas e tomada de providências até a chegada do médico, quando necessário;

realizar episiotomia e episiorrafia e aplicação de anestesia local, quando necessário;

atuar na educação visando à melhoria de saúde da população;

realizar outras atividades relativas à sua área de atuação ou de mesma natureza e nível de complexidade.

FARMACÊUTICO

estabelecer uma relação de cuidado centrada no paciente;

participar das ações de prevenção de doenças, de promoção, proteção e recuperação da saúde;

participar ativamente na formulação e no acompanhamento da farmacoterapia;

controlar os medicamentos, inclusive quanto a qualidade e a manutenção desta, desde sua aquisição até a sua chegada ao consumidor final;

realizar intervenções farmacêuticas, segundo sua competência e previsão legais;

responsabilizar-se por medicamentos que exijam, pela legislação, controle mais rigoroso, em função de seus efeitos adversos;

analisar a prescrição de medicamentos quanto aos aspectos legais e técnico;

acompanhar a adesão dos pacientes ao tratamento, e realizar ações para a sua promoção;

fornecer informação sobre medicamentos à equipe de saúde, aconselhando sobre o uso de medicamentos esclarecendo sua ação, efeitos indesejados, de acordo com a realidade de cada paciente;

fazer a anamnese farmacêutica, bem como verificar sinais e sintomas, com o propósito de prover cuidado ao paciente;

orientar e educar os pacientes, a família, os cuidadores e a sociedade sobre temas relacionados à saúde e o uso dos medicamentos;

desenvolver e participar de programas de treinamento e educação continuada de recursos humanos na área de saúde;

praticar todos os atos pertinentes a farmacologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos pós-graduação ou de atualização

participar da gestão de processos e projetos, visando a qualidade dos serviços clínicos prestados;

participar da elaboração de protocolos de serviços e demais normativas que envolvam as atividades clínicas e o uso de fármacos;

desenvolver ações para prevenção, identificação e notificação de incidentes relacionados aos medicamentos e outras tecnologias em saúde;

documentar todo o processo de trabalho do farmacêutico;

utilizar recursos de informática;

executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional, atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

FISIOTERAPEUTA

prestar atendimento fisioterapêutico à população, elaborar diagnóstico fisioterápico: avaliar e reavaliar o estado de saúde de doentes e acidentados, com base nos testes musculares, funcionais, de verificação da cinética e da movimentação de pesquisas de reflexos, de provas de esforços entre outros, de modo a identificar o nível de capacidade funcional do órgão afetado;

elaborar com base no diagnóstico fisioterápico efetuado e em recomendações médicas, programa de tratamento adequado às condições peculiares do paciente;

orientar o uso, no tratamento de incapacitados físicos, de aparelhagem elétrica, massagem, exercícios respiratórios, cardiorrespiratórios, cardiovasculares, de educação ou reeducação neuromuscular, de regeneração e ou relaxamento muscular, de regeneração osteoarticular, de correção de vício postural, de adaptação ao uso de órtese, de prótese e de adaptação dos meios e materiais disponíveis, pessoais ou ambientais para o desempenho físico do paciente;

orientar os familiares quanto ao procedimento a ser adotado em caso de limitações de capacidade física, bem como orientar o paciente para a execução de terapia em sua residência, quando for o caso;

prescrever e ministrar terapia física por meio de agentes fototerápicos, termoterápicos, eletroterápicos e aeroterápicos, regulando suas áreas de aplicação e limite de tempo e intensidade;

onsignar no prontuário avaliações, reavaliações e observações sobre o paciente, zelando pela provisão, assistência e manutenção adequada ao mesmo;

executar outras tarefas referentes ao cargo, praticar todos os atos pertinentes a Fisioterapia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos pós-graduação ou de atualização;

atuar na prevenção do desconforto ou queixas musculoesqueléticas, disseminando a conscientização, capacitação e treinamento preventivo de doenças relacionadas a sua área de atuação;

utilizar recursos de informática;

executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional, e tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com o cargo e função.

FONOAUDIÓLOGO

atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos defonoaudiologia;

tratar de pacientes;

efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico;

orientar pacientes e familiares;

desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida;

utilizar recursos de informática;

executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional, e tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com o cargo e função.

MÉDICO VETERINÁRIO

fomentar produção animal no território do Município de Cerro Azul;

dimensionar plantel, bem como estudar a viabilidade econômica da atividade em auxílio técnico aos produtores estabelecidos no município;

desenvolver programas de controle sanitáriode plantéis existentes no município;

elaborar projetos de instalações e equipamentos zootécnicos;

auxiliar no desenvolver programas de melhoramento genético junto aos produtores estabelecidos no município;

elaborar programas de nutrição animal aos produtores estabelecidos no município;

projetar instalações para animais; supervisionar implantação e funcionamento dos sistemas de produção;

auxiliar na utilização de tecnologia de informática à produção animal;

praticar clínica médica veterinária, em todas as suas especialidades a fim de realizar e interpretar resultados exame clínico de animais, diagnosticar patologias prescrever tratamento, indicar medidas de proteção e prevenção, realizar sedação, anestesia, e tranquilização de animais, realizar cirurgias e intervenções de odontologia veterinária; coletar material para exames laboratoriais, realizar exames auxiliares de diagnóstico, realizar necrópsias;

exercer defesa sanitária animal, elaborando diagnóstico situacional para elaboração de programas, ainda, elaborar e executar programas de controle e erradicação de doenças, coletar material para diagnóstico de doenças, executar atividades de vigilância epidemiológica, realizar sacrifício de animais, analisar relatório técnico de produtos de uso veterinário, analisar material para diagnóstico de doenças, avaliar programas de controle e erradicação de doenças notificar doenças de interesse à saúde animal, controlar trânsito de animais, eventos agropecuários e propriedades;

promover a saúde pública analisando o processamento, a fabricação e rotulagem de produtos, avaliar riscos do uso de insumos; coletar e analisar produtos para análise laboratorial, inspecionar produtos de origem animal, fazer levantamento epidemiológico de zoonoses, elaborar programas de controle e erradicação de zoonoses; elaborar programas de controle de pragas e vetores, executar programas de controle de qualidade de alimentos, executar programas de controle e erradicação de zoonoses, executar programas de controle de pragas e vetores, orientar acondicionamento e destino de lixo causador de danos à saúde pública, elaborar programas de controle de qualidade de alimentos, notificar ocorrências de zoonoses às autoridades competentes;

elaborar laudos, pareceres e atestados, emitir atestado de saúde animal, emitir laudo de necrópsia, emitir parecer técnico, emitir laudo técnico, realizar atividades de peritagem em demandas judiciais, quando requisitado e, elaborar projetos técnicos;

atuar no Sistema de Inspeção Municipal (SIM), realizando a fiscalização da produção industrial e o controle de qualidade dos produtos de origem animal;

executar análises laboratoriais de controle de qualidade, monitorarpadrõesde qualidade de matérias-primas e produtos, testar produtos, equipamentos e processos;

utilizar recursos de Informática;

realizar outras atividades relativas à sua área de atuação ou de mesma natureza e nível de complexidade.

NUTRICIONISTA

planejar, implantar e acompanhar a UAN;

realizar avaliação nutricional;

realizar educação alimentar para as crianças, pais, professores e funcionários com ênfase em atividades práticas (oficinas, jogos de trabalhos em grupo, visitas técnicas, horizontalização de técnicas de otimização dos alimentos) e desenvolvimento da conscientização ecológica e ambiental;

realizar educação ambiental em casos específicos com acompanhamento sistemático até solução/estabilização do quadro;

participar de equipe multiprofissional;

promover a avaliação nutricional e do consumo alimentar das crianças;

promover adequação alimentar considerando as necessidades específicas da faixa etária atendida;

promover programas de educação alimentar e nutricional, visando crianças, pais, professores, funcionários e diretoria;

executar atendimento individualizado de pais e alunos, orientando sobre a alimentação da criança e da família;

integrar a equipe multidisciplinar com participação plena na atenção prestada aos usuários;

planejar, implantar e coordenar a UAN, de acordo com as atribuições estabelecidas para a área de alimentação coletiva;

velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente;

planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal;

guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;

apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise;

executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

PSICÓLOGO

proceder à formulação de hipóteses e à sua comprovação experimental, observando a realidade e efetivando experiências de laboratório e de outra natureza, para obter elementos relevantes ao estudo dos processos de crescimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano e animal;

analisar a influência dos fatores hereditários, ambientais e de outra espécie que atuam sobre o indivíduo, entrevistando o paciente, consultando sua ficha de atendimento, aplicando testes, elaborando psicodiagnóstico e outros métodos de verificação, para orientar-se no diagnóstico e tratamento psicológico de certos distúrbios emocionais e de personalidades;

promover a correção de distúrbios psíquicos, estudando características individuais e aplicando técnicas adequadas, para restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano;

elaborar e aplicar testes, utilizando seu conhecimento e prática dos métodos psicológicos, para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais, possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomendar a terapia adequada;

atuar no campo educacional, estudando a importância da motivação no ensino, novos métodos de ensino e treinamento, a fim de contribuir para o estabelecimento de currículos escolares e técnicas de ensino adequadas e determinação de características especiais ao professor;

reunir informações a respeito dos pacientes, transcrevendo os dados psicopatológicos obtidos em testes e exames, para fornecer a médicos analistas e psiquiatras subsídios indispensáveis ao diagnóstico e tratamento das respectivas enfermidades;

diagnosticar a existência de possíveis problemas na área de psicomotricidade, disfunções cerebrais mínimas, disritmias dislexias e outros distúrbios psíquicos, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentâneas.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

executar métodos e técnicos terapêuticas e recreacional com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente;

atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação utilizando protocolos e procedimentos específicos de terapia ocupacional;

realizar diagnósticos específicos;

analisar condições dos pacientes;

orientar pacientes e familiares;

desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;

exercer atividades técnicos-cientificas;

assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

avaliar o paciente quanto às suas capacidades e deficiências;

eleger procedimentos de habilitação para atingir os objetivos propostos a partir da avaliação; facilitar e estimular a participação e colaboração do paciente no processo de habilitação ou de reabilitação;

avaliar os efeitos da terapia, estimular e medir mudanças e evolução;

planejar atividades terapêuticas de acordo com as prescrições médicas

redefinir os objetivos, reformular programas e orientar pacientes e familiares;

promover campanhas educativas;

produzir manuais e folhetos explicativos;

utilizar recursos de informática;

executar outras tarefas da mesa natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

organizar equipamento, sala de exame e material, averiguar condições técnicas de equipamentos e acessórios, calibrar o aparelho no seu padrão, averiguar a disponibilidade de material para exame, organizar câmara escura e clara;

planejar o atendimento, adaptar agenda para atendimento de pacientes prioritários, ordenar a sequência de exames, receber pedido de exames e ou prontuário do paciente, cumprir procedimentos administrativos, auxiliar no planejamento de tratamento radioterápico;

preparar o paciente para exame e ou radioterapia, verificar condições físicas e preparo do paciente, providenciar preparos adicionais do paciente retirando próteses móveis e adornos do paciente, higienizar o paciente, efetuar sustentação de mamas;

prestar atendimento aos pacientes, realizando as atividades segundo boas práticas, normas e procedimento de biossegurança e código de conduta;

realizar exames e ou radioterapia, segundo as técnicas preconizadas e operando o aparelho adequadamente, inclusive, orientando o paciente e buscando sua colaboração para obter o melhor resultado;

eliminar interferência de outros aparelhos; determinar a remoção de pessoas não envolvidas no exame, isolar área de trabalho para exame;

remover o equipamento do paciente ou vice-versa, limpar o paciente após o exame, manter o paciente sob observação após o exame, imprimir resultado de exames, a partir do arquivo eletrônico, entregar protocolo ao paciente ou responsável, entregar exame ao médico, paciente ou responsável;

trabalhar com biossegurança, providenciar limpeza e assepsia da sala e equipamentos, paramentar-se; usar EPI (luvas, óculos, máscara, avental, protetor de gônadas e tireóide), oferecer recursos de proteção a outros profissionais presentes e acompanhantes, usar dosímetro (medição da radiação recebida), minimizar o tempo de exposição à radiação, substituir medicamentos e materiais com validade vencida, acondicionar materiais radioativos para transporte ou descarte, acondicionar materiais perfurocortante para descarte, submeter-se a exames periódicos;

instruir o paciente sobre preparação para o exame, obter informações do paciente, orientar o paciente, o acompanhante e auxiliares sobre os procedimentos durante o exame, descrever as condições e reações do paciente durante o exame, registrar exames realizados, identificar exame, orientar o paciente sobre cuidados após o exame, discutir o caso com equipe de trabalho, requerer manutenção dos equipamentos, solicitar reposição de material;

operar equipamentos computadorizados e analógicos;

manipular materiais radioativos;

revelar chapas e filmes radiológicos;

controlar radiografias realizadas, registrando números, discriminando tipo e requisitante;

zelar pela conservação e manutenção do aparelho de Raios X e componentes;

executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior Imediato, que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

ANEXO II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	
Etapa ou atividade	**Datas**
Publicação Edital de Abertura	25/09/2026
Período para solicitação de inscrição	28/09/2026 a 02/10/2026
Divulgação do deferimento da inscrição	07/10/2026
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	08/10/2026 a 09/10/2026
Homologação das inscrições	12/10/2026
Divulgação do resultado preliminar da prova de títulos	12/10/2026
Período para recurso contra resultado preliminar da prova de títulos	13/10/2026 a 14/10/2026
Divulgação do resultado final e classificação	19/10/2026

ANEXO III – AUTO DECLARAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Eu, _____,

abaixo assinado(a), de nacionalidade _____, nascido(a) em ___ /___ /___,

no município de _____, UF ____ , Filho (a) De _____ , estado civil ( ) Solteiro ( ) casado, residente no endereço_____, município de, _____, portador do RG n.º_____, UF ____, expedido em ___ /___ /___ , órgão expedidor ____, CPF n.º _____ **INSCRITO (A) E CONVOCADO (A)** pela lista de pessoa com deficiência (PcD) para comprovação de títulos pelo Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde, **declaro, sob as penas da lei, que sou com deficiência, bem como estou apto a exercer as atribuições da função na qual pretendo atuar**. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeita(o) às sanções prescritas no Código Penal1 e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, ____ de_____ de 2026.

Assinatura da(o) candidata(o)

A validade deste documento estará sujeita à homologação pela Comissão de Processo Seletivo.

1 Decreto-Lei n. º2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica. Art.299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO IV – AUTO DECLARAÇÃO DE PESSOA PRETA ou PARDA

Eu, _____,

abaixo assinado(a), de nacionalidade _____, nascido(a) em ___ /___ /___,

no município de _____, UF ____ , Filho (a) De _____ , estado civil ( ) Solteiro ( ) casado, residente no endereço_____, município de, _____, portador do RG n.º_____, UF ____, expedido em ___ /___ /___ , órgão expedidor ____, CPF n.º _____ **INSCRITO (A) E CONVOCADO (A)** pela lista de pessoa negra (preta ou parda) para comprovação de títulos pelo Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde, **declaro, sob as penas da lei, que sou com pessoa negra, apresentando características fenotípicas negroides**. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeita(o) às sanções prescritas no Código Penal1 e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, ____ de_____ de 2026.

Assinatura da(o) candidata(o)

A validade deste documento estará sujeita à homologação pela Comissão de Processo Seletivo.

1 Decreto-Lei n. º2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica. Art.299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO V – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 006/2026

• DADOS PESSOAIS		
Nome Completo:		
Nome Social (se houver):		
CPF:	RG:	
Data de Nascimento:	Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Outro	
Endereço:		
Bairro:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone 1:	Telefone 1:	
E-mail:		
• CARGO PRETENDIDO		
( ) Dentista	( ) Médico Veterinário	( ) Técnico em Saúde Bucal
( ) Enfermeiro	( ) Nutricionista	( ) Auxiliar em Saúde Bucal
( ) Farmacêutico	( ) Psicólogo	( ) Agente administrativo

( ) Fisioterapeuta	( ) Terapeuta Ocupacional	
( ) Fonoaudiólogo	( ) Técnico em Radiologia	
• CONDIÇÕES ESPECIAIS		
Deseja concorrer às vagas reservadas para Pessoa com Deficiência? ( ) Sim ( ) Não		
Deseja concorrer às vagas reservadas para Pessoas Pretas e Pardas? ( ) Sim ( ) Não		
• RELAÇÃO DE TÍTULOS APRESENTADOS		
Aperfeiçoamento Profissional	**Atualização Profissional**	
( ) Escolaridade Mínima: _____ documento(s)	( ) Curso CH mínima 40 h - _____ certificado(s)	
( ) Especialização: _____ documento(s)	( ) Curso CH mínima 100 h - _____ certificado(s)	
( ) Mestrado: _____ documento(s)		
( ) Doutorado: _____ documento(s)	Experiência Profissional: _____ documento(s)	
• DECLARAÇÃO		
Declaro que as informações prestadas são verdadeiras e que conheço e aceito integralmente as normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2026. Cerro Azul/PR, _____ de _____ de 2026. Assinatura do Candidato:		

ANEXO VI – REQUERIMENTO DE RECURSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 006/2026

Nome do Candidato:

CPF:

Cargo Pretendido:

Objeto do Recurso:

( ) Indeferimento da Inscrição

( ) Resultado Preliminar da Prova de Títulos

( ) Outro: _____

Fundamentação do Recurso:

Pedido do Recorrente:

Nestes termos, pede deferimento.

Cerro Azul/PR, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Candidato:

ANEXO VII – ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DE ENVELOPE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 006/2026

Nome Completo:

CPF: Data de nascimento:

Cargo Pretendido:

Concorre às vagas reservadas para Pessoa com Deficiência?

( ) Sim ( ) Não

Concorre às vagas reservadas para Pessoas Pretas e Pardas?

( ) Sim ( ) Não

Telefone:

E-mail:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL – PR SETOR DE RECURSOS HUMANOS

NÃO ABRIR – DOCUMENTAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Data da Entrega: ____ /____ /_____ Horário: ____: ____

Servidor Responsável pelo Recebimento

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:D0C8A976

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
ANEXO_14___DEMONSTRATIVO_SIMPLIFICADO_DO_RREO (1)

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	**Em Reais**
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	30.500.000,00
Previsão Atualizada	30.500.000,00
Receitas Realizadas	26.846.449,46
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)	5.334.596,09
DESPESAS	
Dotação Inicial	32.100.000,00
Créditos Adicionais	34.508.286,50
Dotação Atualizada	66.608.286,50
Despesas Empenhadas	27.792.468,43
Despesas Liquidadas	25.495.928,77
Despesas Pagas	24.215.763,58
Superávit Orçamentário	1.350.520,69
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	27.792.468,43
Despesas Liquidadas	25.495.928,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	34.669.317,40
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	34.069.317,40
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	32.236.187,40

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	2.719.503,73	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	2.635.528,29	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	118.943,95	0,00	118.943,95	0,00
Poder Executivo	118.943,95	0,00	118.943,95	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	118.943,95	0,00	118.943,95	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.775.002,57	25,00	25,16
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.297.894,28	70,00	104,15
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.840.156,21	15,00	15,69

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1871-8453-583). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 08:17.	
1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.	

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:0C9BE19D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
ANEXO_6___DEMONSTRATIVO_DOS_RESULTADOS_PRIMARIO_E_NOMINAL (1)

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)		Em Reais
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	30.500.000,00	22.482.357,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.254.950,00	836.398,49
IPTU	20.000,00	7.915,47
ISS	400.000,00	302.513,84
ITBI	400.000,00	337.608,22
IRRF	425.000,00	178.766,22
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.950,00	9.594,74
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	119.250,00	695.217,35
Aplicações Financeiras (II)	119.250,00	695.217,35
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Tranferências Correntes	29.120.750,00	20.919.854,55
Cota-Parte do FPM	19.604.850,00	11.979.233,78
Cota-Parte do ICMS	3.040.000,00	2.471.735,67
Cota-Parte do IPVA	400.000,00	194.264,96
Cota-Parte do ITR	40.000,00	14.703,53
Transferências da LC 61/1989	48.000,00	34.868,57
Transferências do FUNDEB	3.242.500,00	2.398.223,19
Outras Transferências Correntes	2.745.400,00	3.826.824,85

Demais Receitas Correntes	5.050,00	30.887,46
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	5.050,00	30.887,46
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	30.380.750,00	21.787.140,50
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	4.364.091,61
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00

Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	4.364.091,61
Convênios	0,00	4.259.187,86
Outras Transferências de Capital	0,00	104.903,75
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	4.364.091,61
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	30.380.750,00	26.151.232,11
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	30.380.750,00	26.151.232,11

DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/2026**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTO A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO**	
						LIQUIDADOS	**PAGO (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	30.928.163,28	21.028.121,73	19.782.692,56	18.538.308,27	118.943,95	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	13.069.859,54	8.950.898,82	8.950.898,82	8.795.354,95	105.925,95	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.456.127,11	997.528,45	665.059,62	665.059,62	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.402.176,63	11.079.694,46	10.166.734,12	9.077.893,70	13.018,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	16.402.176,63	11.079.694,46	10.166.734,12	9.077.893,70	13.018,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	29.472.036,17	20.030.593,28	19.117.632,94	17.873.248,65	118.943,95	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	33.668.123,22	6.764.346,70	5.713.236,21	5.677.455,31	0,00	0,00	0,00
Investimentos	32.868.123,22	6.526.427,17	5.475.316,68	5.439.535,78	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	800.000,00	237.919,53	237.919,53	237.919,53	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	32.868.123,22	6.526.427,17	5.475.316,68	5.439.535,78	0,00	0,00	0,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	412.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	62.752.159,39	26.557.020,45	24.592.949,62	23.312.784,43	118.943,95	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	62.752.159,39	26.557.020,45	24.592.949,62	23.312.784,43	118.943,95	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							2.719.503,73
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							2.719.503,73

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre/2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	695.217,35
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	686.506,55
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.728.214,53

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	Até o Bimestre/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	5.644.309,90	5.417.790,67
DEDUÇÕES (XL)	9.238.769,88	11.647.778,94
Disponibilidade de Caixa	9.238.769,88	11.647.778,94
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.312.959,54	11.901.437,93
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	74.189,66	253.658,99
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-3.594.459,98	-6.229.988,27
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		2.635.528,29

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	2.635.528,29
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	2.626.817,49
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.334.596,09
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.334.596,09
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (2061-7897-860). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 08:20.	

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:1E87DF67

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
ANEXO_8___DEMONSTRATIVO_DAS_RECEITAS_E_DESPESAS_COM_MDE (1)

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		**R$ 1,00**
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1-RECEITA DE IMPOSTOS	1.245.000,00	826.803,75
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	20.000,00	7.915,47
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	400.000,00	337.608,22
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	400.000,00	302.513,84
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	425.000,00	178.766,22
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	28.444.850,00	18.148.695,37
2.1-Cota Parte FPM	24.034.850,00	14.754.229,73
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.150.000,00	13.874.981,42
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.884.850,00	879.248,31
2.2-Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.089.669,43
2.3-Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	43.585,68
2.4-Cota-Parte ITR	50.000,00	18.379,33
2.5-Cota-Parte IPVA	500.000,00	242.831,20
2.6-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7-Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	29.689.850,00	18.975.499,12
4-TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	5.312.000,00	3.453.888,86
5-VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.110.462,50	1.289.985,37
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6-TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	3.253.000,00	2.399.539,23
6.1-FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.253.000,00	2.206.297,69
6.1.1-Principal	3.242.500,00	2.191.700,20
6.1.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	10.500,00	14.597,49
6.1.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2-FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1-Principal	0,00	0,00
6.2.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3-FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1-Principal	0,00	0,00
6.3.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4-FUNDEB - Complementação da União – VAAR	0,00	193.241,54
6.4.1-Principal	0,00	193.241,54
6.4.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	-2.069.500,00	-1.262.188,66

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**
8-TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1-SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00

8.2-SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9-TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	2.399.539,23

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10-TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.198.000,00	2.297.894,28	2.297.894,28	2.260.988,84	0,00
10.1-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.198.000,00	2.297.894,28	2.297.894,28	2.260.988,84	0,00
10.1.1-Educação Infantil	468.000,00	287.311,22	287.311,22	287.311,22	0,00
10.1.2-Ensino Fundamental	2.730.000,00	2.010.583,06	2.010.583,06	1.973.677,62	0,00
10.1.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2-OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2.1-Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2-Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6-Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)7 (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO9 (i)
11-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.462.816,64	2.462.816,64	2.425.258,99	0,00	0,00	63.277,41
11.1-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.332.605,81	2.332.605,81	2.295.048,16	0,00	0,00	126.308,12
11.2-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	130.210,83	130.210,83	130.210,83	0,00	0,00	0,00
12-OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.1-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.297.894,28	2.297.894,28	2.260.988,84	0,00	0,00	0,00
12.2-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, incisos XI e XV, e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15-INDICADORES FUNDEB (70% E 4%)	0,00	0,00	0,00	0,00
15.1-MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.544.408,38	2.297.894,28	2.297.894,28	104,15
15.2-MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB NA CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI[11]	95.981,57	0,00	0,00	0,00
16-PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17-MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18-TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	239.953,92	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO(w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL(x)
19-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	88.854,39	40.138,61	-128.993,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	2.167.462,50	1.386.348,83	1.321.113,71	1.116.849,33	0,00
20.1-Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2-Ensino Fundamental	2.167.462,50	1.386.348,83	1.321.113,71	1.116.849,33	0,00
20.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6-Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2-ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22-TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.321.113,71
23-TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.453.888,86
24-(-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25-(-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	0,00
26-(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27-(-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	4.775.002,57

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29-APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			4.743.874,78	4.775.002,57	25,16
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL ag = (ac) – (ae) – (af)**
30-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	35.760,89	35.760,89	35.760,89	0,00	0,00
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	22.553,55	22.553,55	22.553,55	0,00	0,00
30.2-Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	13.207,34	13.207,34	13.207,34	0,00	0,00
30.3-Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	510.000,00	424.113,97
31.1-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	330.000,00	298.316,30
31.1.1-Salário-Educação	190.000,00	169.359,52
31.1.2-PDDE	0,00	0,00
31.1.3-PNAE	75.000,00	58.551,47
31.1.4-PNATE	65.000,00	70.027,99
31.1.5-Outras Transferências do FNDE	0,00	377,32
31.2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3-RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00

31.5–RECEITAS DE PRECATÓRIOS – FUNDEF E FUNDEB	0,00			0,00	
31.6-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	180.000,00			125.797,67	
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	1.283.885,71	783.187,70	712.551,52	590.071,98	0,00
32.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	120.000,00	112.186,86	99.049,81	74.792,09	0,00
32.2-ENSINO FUNDAMENTAL	1.163.885,71	671.000,84	613.501,71	515.279,89	0,00
32.3-ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4-ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5-ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7-EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8-OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	6.649.348,21	4.467.430,81	4.331.559,51	3.967.910,15	0,00
33.1-Despesas Correntes	6.958.487,75	4.719.368,66	4.584.482,36	4.240.235,69	0,00

33.1.1-Pessoal Ativo	3.980.439,54	2.810.059,51	2.810.059,51	2.758.214,14	0,00
33.1.2-Pessoal Inativo	20.700,00	14.604,32	14.604,32	14.604,32	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4-Outras Despesas Correntes	2.957.348,21	1.894.704,83	1.759.818,53	1.467.417,23	0,00
33.2-Despesas de Capital	49.300,00	41.977,51	40.992,51	20.937,61	0,00
33.2.1-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2-Outras Despesas de Capital	49.300,00	41.977,51	40.992,51	20.937,61	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	79.615,26	122.885,71
35-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.399.539,23	169.359,52
36-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.541.046,29	181.104,70

37-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-61.891,80	111.140,53
38-(+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39-(-)AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	-61.891,80	111.140,53
FONTE: Sistema e-Pública (1861-6043-809). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 08:15.		
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
11 Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.		

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:DB0C7805

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO I – CATEGORIAS - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2026

RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 62.530,00 (sessenta dois mil quinhentos e trinta reais) distribuídos da seguinte forma:

a) Até R$ 62.529,96 (sessenta dois mil quinhentos e trinta reais) para CATEGORIA MULTIARTES;

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

CATEGORIA MULTIARTES: Qualquer proposta cultural em artesanato, exposições, oficinas, festivais, artes visuais e execução de produtos culturais relacionados a história e cultura do município de Fernandes Pinheiro.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊN CIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDA DE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA MULTIARTES	2	1	1	1	5	R$ 12.506,00	R$ 62.530,00

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:FBEFD8D3

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO III - PLANO DE TRABALHO

Mini Currículo ou Mini portfólio da organização:

(Escreva aqui um resumo do seu currículo, destacando as principais atuações culturais realizadas. Você pode encaminhar o currículo em anexo, se preferir)

Resumo do projeto:

(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto:

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas:

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto:

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto:

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Para mais informações sobre acessibilidade cultural, acesse o GUIA PRÁTICO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL NA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/politica-nacional-aldir-blanc/arquivos/materiais-de-orientacao/guias-manuais-e-cartilhas/25_minc_guia-de-acessibilidade-pnab-4-22-10.pdf .

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;

( ) piso tátil;

( ) rampas;

( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;

( ) corrimãos e guarda-corpos;

( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;

( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;

( ) assentos para pessoas obesas;

( ) iluminação adequada;

( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) Língua Brasileira de Sinais - Libras;

( ) sistema Braille;

( ) sistema de sinalização ou comunicação tátil;

( ) audiodescrição;

( ) legendas;

( ) linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela;

( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;

( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;

( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e

( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Data de início da execução do projeto

Data de término da execução do projeto

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, incluindo NOME, FUNÇÃO NO PROJETO, CPF/CNPJ, MINI-CURRÍCULO. Use o modelo de quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetóriada pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto, incluindo ATIVIDADE, ETAPA, DESCRIÇÃO, INÍCIO e FIM. Use o modelo de quadro a seguir:

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Planilha orçamentária

Preencha a tabela informando todas as despesas, indicando a META/ETAPA RELACIONADA, DESCRIÇÃO, JUSTIFICATIVA, UNIDADE DE MEDIDA, VALOR UNITÁRIO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL e REFERÊNCIA DE PREÇO.

OBS.: Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

DICA PARA O ENTE FEDERATIVO! A PLANILHA ABAIXO PODE SER DISPONIBILIZADA TAMBÉM EM FORMATO EXCEL PARA FACILITAR A SOMA DOS VALORES.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros

( ) Apoio financeiro municipal

( ) Apoio financeiro estadual

( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal

( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual

( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal

( ) Patrocínio privado direto

( ) Patrocínio de instituição internacional

( ) Doações de Pessoas Físicas

( ) Doações de Empresas

( ) Cobrança de ingressos

( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

Documentos complementares

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:6D70F072

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

JURIDICO
LEI COMPLEMENTAR Nº 1.004/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.004/2026

Altera a Lei Municipal nº 936/2025, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários do Município de Flor da Serra do Sul/PR, para alterar o número de vagas para o cargo de Farmacêutico.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado no Plano de Cargos e Salários do Município de Flor da Serra do Sul/PR, instituído pela Lei Municipal nº 936/2025, o número de vagas para o cargo de Farmacêutico, de provimento efetivo, que passa a ter 4 (quatro) vagas.

		Grupo Ocupacional	Carga Horária Semanal		Número de vagas por carga horária			
Nº	Cargo			40 horas	30 horas	20 horas	12 horas	
18	Farmacêutico	Profissional	20	0	00	04	00	R$ 3.754,74

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, 25 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adalberto Luiz Klauck
Código Identificador:891E25DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS RECURSOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Município de Foz do Jordão - 2026								
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RESUMIDO								
Período: 01/01/2026 até 31/08/2026								
	Orçado	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo a empenhar	Saldo a liquidar	Saldo a pagar
06 - SECRETARIA DE SAUDE								
	90.000,00	90.000,00	56.249,69	56.249,69	55.515,37	33.750,31	0,00	734,32

06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
90.000,00	90.000,00	56.249,69	56.249,69	55.515,37	33.750,31	0,00	734,32
06.002 3.1.90.11.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL							
79.000,00	79.000,00	50.210,69	50.210,69	50.210,69	28.789,31	0,00	0,00
06.002 3.1.90.13.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS							
1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
06.002 3.1.91.13.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS							
9.000,00	9.000,00	5.847,00	5.847,00	5.112,68	3.153,00	0,00	734,32
06.002 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO							
1.000,00	1.000,00	192,00	192,00	192,00	808,00	0,00	0,00
07 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL							
90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00
07.002 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO							
5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
07.002 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
07.002 4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES							
5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL							
180.000,00	180.000,00	56.249,69	56.249,69	55.515,37	123.750,31	0,00	734,32
Critério de seleção:							
- Período: 01/01/2026 até 31/08/2026							
- Tipo: 6							
- Observação: Nãoinclui os restos apagar							

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:3A097A28

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS RECURSOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Município de Foz do Jordão - 2026							
RELATÓRIO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RESUMIDO							
Período: 01/01/2026 até 31/08/2026							
Orçado	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo a empenhar	Saldo a liquidar	Saldo a pagar
12 - SECRETARIA DE ESPORTES							
140.000,00	140.000,00	103.573,93	103.509,93	99.578,41	36.426,07	64,00	3.931,52
12.002 - COMPARTILHAR AÇÕES A CRIANÇAS E ADOLESCENTES							
140.000,00	140.000,00	103.573,93	103.509,93	99.578,41	36.426,07	64,00	3.931,52
12.002 3.1.90.11.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL							
110.000,00	110.000,00	88.791,08	88.791,08	88.791,08	21.208,92	0,00	0,00
12.002 3.1.91.13.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS							
15.000,00	15.000,00	11.433,46	11.433,46	9.997,54	3.566,54	0,00	1.435,92
12.002 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO							
10.000,00	10.000,00	1.385,49	1.385,49	661,79	8.614,51	0,00	723,70
12.002 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
5.000,00	5.000,00	1.963,90	1.899,90	128,00	3.036,10	64,00	1.771,90
TOTAL GERAL							
140.000,00	140.000,00	103.573,93	103.509,93	99.578,41	36.426,07	64,00	3.931,52
Critério de seleção:							
- Período: 01/01/2026 até 31/08/2026							
- Órgão: 12até12							
- Unidade: 2 até 2							
- Observação: Nãoinclui os restos apagar							

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:CE9F4FAF

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RREO - BALANÇO DA DESPESA

CONSOLIDADO DE FOZ DO JORDÃO									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	53.372.200,00	57.841.170,88	7.251.337,34	29.876.369,35	27.964.801,53	7.417.847,04	26.973.470,61	30.867.700,27	25.921.250,30
DESPESAS CORRENTES	47.515.200,00	50.510.264,18	6.763.072,89	27.930.177,14	22.580.087,04	6.929.581,12	25.755.690,08	24.754.574,10	25.001.375,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.958.550,00	29.071.962,67	3.947.180,83	15.603.133,13	13.468.829,54	3.947.180,83	15.603.133,13	13.468.829,54	15.536.425,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	416.000,00	415.700,00	0,00	403.354,69	12.345,31	98.426,14	301.780,83	113.919,17	272.273,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.140.650,00	21.022.601,51	2.815.892,06	11.923.689,32	9.098.912,19	2.883.974,15	9.850.776,12	11.171.825,39	9.192.675,84
DESPESAS DE CAPITAL	5.437.000,00	6.910.906,70	488.264,45	1.946.192,21	4.964.714,49	488.265,92	1.217.780,53	5.693.126,17	919.875,19
INVESTIMENTOS	5.037.000,00	6.510.858,19	488.264,45	1.547.690,50	4.963.167,69	389.039,60	920.052,50	5.590.805,69	655.222,60
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00	400.048,51	0,00	398.501,71	1.546,80	99.226,32	297.728,03	102.320,48	264.652,59

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	420.000,00	0,00	0,00	420.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	2.627.800,00	2.738.923,26	277.565,80	1.682.222,57	1.056.700,69	277.567,08	1.104.787,02	1.634.136,24	968.815,75
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	56.000.000,00	60.580.094,14	7.528.903,14	31.558.591,92	29.021.502,22	7.695.414,12	28.078.257,63	32.501.836,51	26.890.066,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	56.000.000,00	60.580.094,14	7.528.903,14	31.558.591,92	29.021.502,22	7.695.414,12	28.078.257,63	32.501.836,51	26.890.066,05
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	1.596.388,49	10.964.761,27	(10.964.761,27)	1.429.877,51	14.445.095,56	(14.445.095,56)	15.633.287,14
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	56.000.000,00	60.580.094,14	9.125.291,63	42.523.353,19	18.056.740,95	9.125.291,63	42.523.353,19	18.056.740,95	42.523.353,19
ITAMARA PRESA HILARIO		***ERIC KRACHINSKI DA SILVA***			***FRANCISCO CLEI DA SILVA***				
Contador CRC: 057712/O-5		Secretaria De Administração			Prefeito Municipal				
Entidades:									
Câmara Municipal de Foz do Jordão									
Município de Foz do Jordão									
REGIME PROPRIO DE PREV SOCIAL DO MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO - PREVFOZ									

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:C4AD2106

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RREO - BALANÇO DA RECEITA

CONSOLIDADO DE FOZ DO JORDÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.700.000,00	54.656.189,87	8.847.822,18	16,19	41.425.041,43	75,79	13.231.148,44
RECEITAS CORRENTES	51.765.000,00	52.153.146,46	8.767.221,09	16,81	35.107.685,31	67,32	17.045.461,15
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.900.000,00	3.900.000,00	544.034,41	13,95	2.392.041,19	61,33	1.507.958,81
IMPOSTOS	3.690.000,00	3.690.000,00	521.694,09	14,14	2.230.749,54	60,45	1.459.250,46
TAXAS	210.000,00	210.000,00	22.340,32	10,64	161.291,65	76,81	48.708,35
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.220.000,00	2.355.000,00	356.720,14	15,15	1.378.361,01	58,53	976.638,99
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.800.000,00	1.800.000,00	277.469,45	15,41	1.098.311,76	61,02	701.688,24
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	420.000,00	555.000,00	79.250,69	14,28	280.049,25	50,46	274.950,75
RECEITA PATRIMONIAL	4.036.000,00	4.067.666,17	1.500.229,99	36,88	5.295.827,35	130,19	(1.228.161,18)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	30.000,00	30.000,00	4.894,43	16,31	27.935,17	93,12	2.064,83
VALORES MOBILIÁRIOS	4.006.000,00	4.037.666,17	1.480.350,56	36,66	5.252.907,18	130,10	(1.215.241,01)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	14.985,00	0,00	14.985,00	0,00	(14.985,00)
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	36.000,00	36.000,00	456,54	1,27	3.452,55	9,59	32.547,45
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	16.000,00	16.000,00	456,54	2,85	3.452,55	21,58	12.547,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.135.000,00	41.314.551,18	6.348.356,05	15,37	25.918.946,32	62,74	15.395.604,86
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	28.055.000,00	28.232.551,18	4.394.156,48	15,56	17.514.350,93	62,04	10.718.200,25
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	7.847.000,00	7.849.000,00	1.080.800,03	13,77	4.652.590,10	59,28	3.196.409,90
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	5.223.000,00	5.223.000,00	873.399,54	16,72	3.752.005,29	71,84	1.470.994,71
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	438.000,00	479.929,11	17.423,96	3,63	119.056,89	24,81	360.872,22
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	1.000,00	1.000,00	3.448,50	344,85	7.394,64	739,46	(6.394,64)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	32.000,00	73.929,11	0,00	0,00	50.875,20	68,82	23.053,91
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	405.000,00	405.000,00	13.975,46	3,45	60.787,05	15,01	344.212,95
RECEITAS DE CAPITAL	1.935.000,00	2.503.043,41	80.601,09	3,22	6.317.356,12	252,39	(3.814.312,71)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.825.000,00	2.393.043,41	80.601,09	3,37	6.317.356,12	263,99	(3.924.312,71)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	600.000,00	799.000,00	0,00	0,00	1.159.019,00	145,06	(360.019,00)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	1.225.000,00	1.594.043,41	80.601,09	5,06	5.158.337,12	323,60	(3.564.293,71)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSOLIDADO DE FOZ DO JORDÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO A AGOSTO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	2.300.000,00	2.300.000,00	277.469,45	12,06	1.098.311,76	47,75	1.201.688,24
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	56.000.000,00	56.956.189,87	9.125.291,63	16,02	42.523.353,19	74,66	14.432.836,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	56.000.000,00	56.956.189,87	9.125.291,63	16,02	42.523.353,19	74,66	14.432.836,68
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	56.000.000,00	56.956.189,87	9.125.291,63	16,02	42.523.353,19	74,66	14.432.836,68
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	605.981,53	0,00	0,00	605.981,53	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	605.981,53	0,00	0,00	605.981,53	100,00	0,00

ITAMARA PRESA HILARIO	***ERIC KRACHINSKI DA SILVA***	***FRANCISCO CLEI DA SILVA***
Contador	Secretaria De Administração	Prefeito Municipal
CRC: 057712/O-5		

Entidades:

Câmara Municipal de Foz do Jordão

Município de Foz do Jordão

REGIME PROPRIO DE PREV SOCIAL DO MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO - PREVFOZ

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:9A3082FF

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RREO - RECEITAS E DESPESAS COM MDE

CONSOLIDADO DE FOZ DO JORDÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO A AGOSTO DE 2026

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	3.690.000,00	2.230.749,54
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	550.000,00	169.991,08
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	300.000,00	223.349,32
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	1.100.000,00	1.008.109,33
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.740.000,00	829.299,81
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	34.010.000,00	20.049.921,87
2.1 - Cota-parte FPM	24.100.000,00	14.748.764,75
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.000.000,00	13.869.516,44
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.100.000,00	879.248,31
2.2 - Cota-parte ICMS	7.900.000,00	4.632.071,17
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	160.000,00	73.508,93
2.4 - Cota-parte ITR	900.000,00	133.881,57
2.5 - Cota-parte IPVA	950.000,00	461.695,45
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	37.700.000,00	22.280.671,41
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	6.382.000,00	3.834.134,71
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	3.043.000,00	1.736.033,14

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.226.600,00	4.123.966,92
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.215.000,00	3.774.586,83
6.1.1 - Principal	5.200.000,00	3.742.011,25

6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	15.000,00	32.575,58
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	11.600,00	82.814,78
6.3.1 - Principal	11.600,00	82.814,78
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	266.565,31
6.4.1 - Principal	0,00	266.565,31
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(1.182.000,00)	(92.123,46)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	19.076,50
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	19.076,50
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00

9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)					4.143.043,42
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	5.264.695,49	3.664.349,80	3.650.989,80	3.590.917,27	13.360,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.707.076,50	3.476.327,20	3.476.327,20	3.418.035,10	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.409.500,00	1.264.853,26	1.264.853,26	1.240.100,41	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	3.297.576,50	2.211.473,94	2.211.473,94	2.177.934,69	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	557.618,99	188.022,60	174.662,60	172.882,17	13.360,00
10.2.1 - Educação Infantil	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	557.118,99	188.022,60	174.662,60	172.882,17	13.360,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.624.564,79	3.611.204,79	3.551.132,26	13.360,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.612.964,79	3.611.204,79	3.551.132,26	1.760,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	11.600,00	0,00	0,00	11.600,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.457.250,70	3.457.250,70	3.398.958,60	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	11.600,00	0,00	0,00	11.600,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.700.181,13	3.457.250,70	3.457.250,70	89,63
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	41.407,39	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	12.422,22	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	412.396,69	512.762,13	512.762,13	100.365,44	12,43

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	468.566,61	19.076,50	19.076,50	0,00	0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	468.566,61	19.076,50	19.076,50	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.887.238,35	1.384.105,83	1.283.101,58	1.214.844,77	101.004,25
20.1 - Educação Infantil	905.138,39	199.843,58	165.115,39	164.834,18	34.728,19
20.2 - Ensino Fundamental	2.775.199,96	1.103.331,11	1.037.055,05	970.240,05	66.276,06
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	206.900,00	80.931,14	80.931,14	79.770,54	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	8.947.533,84	4.948.791,63	4.834.427,38	4.707.258,64	114.364,25
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.316.638,39	1.464.967,00	1.430.238,81	1.405.204,75	34.728,19
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	6.630.895,45	3.483.824,63	3.404.188,57	3.302.053,89	79.636,06

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	Valor
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.283.101,58
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.834.134,71
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	100.365,44
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	11.187,07
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	5.005.683,78

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.570.167,85	5.005.683,78	22,47

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	222.875,23	106.323,60	211.688,16	11.187,07	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	195.233,30	106.323,60	184.046,23	11.187,07	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	27.641,93	0,00	27.641,93	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	733.156,82	573.247,36
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	580.000,00	414.425,33
31.1.1 - Salário-Educação	430.000,00	289.489,04
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00

31.1.3 - PNAE	105.000,00	101.237,71
31.1.4 - PNATE	45.000,00	23.698,58
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	63.156,82	94.182,24
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	90.000,00	64.639,79

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.254.333,12	1.010.965,39	869.070,32	755.759,77	141.895,07
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	113.500,00	67.614,93	64.843,60	63.511,30	2.771,33
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	460.268,94	565.128,90	447.910,28	346.514,46	117.218,62
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	500.000,00	207.779,74	197.994,94	190.414,41	9.784,80
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	180.564,18	170.441,82	158.321,50	155.319,60	12.120,32

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	10.408.766,96	6.060.231,50	5.803.972,18	5.562.332,29	256.259,32
33.1 - Despesas Correntes	10.167.916,96	5.955.245,61	5.728.252,29	5.554.602,30	226.993,32
33.1.1 - Pessoal Ativo	7.646.713,53	4.409.984,50	4.409.984,50	4.340.227,23	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	157.250,00	104.150,00	104.150,00	104.150,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	2.363.953,43	1.441.111,11	1.214.117,79	1.110.225,07	226.993,32
33.2 - Despesas de Capital	240.850,00	104.985,89	75.719,89	7.729,99	29.266,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	32.750,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	208.100,00	99.485,89	70.219,89	2.229,99	29.266,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	46.718,43	38.253,58
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.146.959,85	289.489,04
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.619.369,68	238.405,96
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	574.308,60	89.336,66
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	574.308,60	89.336,66

Entidades:		
Câmara Municipal de Foz do Jordão		
Município de Foz do Jordão		
REGIME PROPRIO DE PREV SOCIAL DO MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO - PREVFOZ		
ITAMARA PRESA HILARIO	***ERIC KRACHINSKI DA SILVA***	***FRANCISCO CLEI DA SILVA***
Contador	Secretaria De Administração	Prefeito Municipal
CRC: 057712/O-5		

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:EE99280B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 EDITAL Nº169/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:

1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2025 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 059/2026 nos termos deste edital.

2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **28/09/2026 a 02/10/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
9º	4.583	FELIPE AUGUSTO COSTA	Rádio Operador	Cascavel
10º	3.184	VICTOR ALEXANDRE MACHADO DA SILVA	Rádio Operador	Cascavel
30º	4.394	SILVANA MARIA PARECY **	TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA	Cascavel
6º	232	EDLA SAMARA WILMSEN BATISTA	Enfermeiro / UPA / HOSPITAL	Marechal Cândido Rondon
12º	4.823	LALIDANE BERLANDA ANTONIO	Enfermeiro / UPA / HOSPITAL	Marechal Cândido Rondon

** *Candidato autodeclarado portador de deficiência*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.

4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.

5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.

6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:

- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;

- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;

- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;

- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

- Comprovante de votação referente à última eleição;

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);

- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);

- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);

- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);

- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;

- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;

- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.

- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;

- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;

- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se. Cascavel, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO

Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:88E04EB5

PROJUR
MUNICÍPIO DE GUAÍRA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA DIRETORIA DE CULTURA RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO (ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL) REGISTRADO NO MEMORANDO ONLINE SOB O Nº 1848/2025

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026 – 2º CICLO PNAB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026

A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, por meio da Diretoria de Cultura do Município de Guaíra - PR, no uso de suas atribuições legais e em estrito cumprimento às diretrizes da Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), do Marco Regulatório do Fomento à Cultura (Lei nº 14.903/2024), do Decreto nº 11.453/2023, da Instrução Normativa MinC nº 10/2023 e do edital regulador, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado Final da Etapa de Seleção (Avaliação de Mérito Cultural)** dos projetos culturais submetidos ao Edital de Chamamento Público nº 006/2026.

A distribuição de vagas, a aplicação das cotas por concorrência concomitante e o remanejamento dos saldos de vagas reservadas não preenchidas seguiram rigidamente os critérios técnicos do Edital (Anexo I e IV). Os empates na nota média final foram dirimidos com base na ordem de prioridade dos critérios obrigatórios estabelecida no Anexo IV (maior nota nos critérios A, B, C, D, E, F e G, sucessivamente).

A análise de recursos da etapa de seleção encontra-se disponível para consulta dos interessados no site oficial do Município, no endereço eletrônico: https://www.guaira.pr.gov.br/chamamentos/todos/119

1. RELAÇÃO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO – BLOCO 1: ÁREA URBANA

(Vagas Regimentais: 10 Ampla Concorrência | 5 Cotas Negros | 2 Cotas Indígenas | 1 Cota PcD)

1.1. SELECIONADOS – AMPLA CONCORRÊNCIA (Urbano)

Ordem	Proponente	Projeto	Média	Cota ocupada
1	Tatiane de Souza Araújo	Sem Ajuda	96,00	Ampla (PCD)
2	Espaço de Artes Hope	Entre Ventos - Um filme-dança pelos caminhos de Guaíra	93,33	Ampla
3	Marcos da Cruz Moritz	Caminhos de Guayrá: Memórias em cerâmica	90,66	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
4	Gustavo Henrique Magnani Ferreira	UH! Contra a Ilha Secreta que não para de Surpreender!	90,66	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
5	John Êder Xisto	Guaíra em 60 segundos	90,66	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
6	Sandro Gonçalves	Frei Pacífico: Arte, Memória e Natureza	89,33	Ampla
7	Pedro Eduardo Candia	Arte e Memória Frei Pacifico	88,00	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
8	Lucas Rafacho Rodrigues	ARTE & LUCRO	88,00	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
9	Alexia Hening	Paisagens da Memória: Guaíra Retratada pela Arte	85,33	Ampla (Negra)
10	JV Studio Fitness	Sou eu, Maculelê sou eu	84,00	Ampla
11	Ruth de Lima	Deriva – Malabares Musicais	82,66	Ampla (remanejamento)
12	Djenyfer Escher de Paula	Arte sem Fronteira	80,00	Ampla (remanejamento)
13	Ademilson Cordeiro	Recanto do Paraná	78,66	Ampla (remanejamento)
14	ACIAG	Memória Viva 60 Anos de História contada por quem Construiu	77,33	Ampla (remanejamento)
15	Identidade Singular Duo	Divertida Musica com ID Singular	74,66	Ampla (remanejamento) (desempate pelo critério anexo IV)
16	Diego Adriano do Prado	Cultura Digital na Escola...	74,66	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
17	Gislaine da Cruz de Castro	EP – ACORDES DA ALMA	68,00	**Cota Negra**
18	Leidiana Samara da Cruz de Castro	Regência Fácil em Foco	66,66	**Cota Negra**

OBSERVAÇÕES:

Vagas para Pessoas Negras (5 Vagas Regimentais – 3 Preenchidas):

Como houve 5 vagas previstas e apenas 3 proponentes autodeclarados Negros foram habilitados na lista urbana, os 3 candidatos estão selecionados. O saldo de 2 vagas remanescentes foi revertido para a Ampla Concorrência:

Vagas para Pessoas Indígenas (2 Vagas) e Pessoas com Deficiência - PcD (1 Vaga):

Não houve inscritos validados para a cota Indígena Urbana. Os únicos candidatos PcD urbanos classificaram-se na ampla concorrência por mérito de nota. Portanto, as 3 vagas de reserva restaram livres e foram remanejadas para a lista geral de ampla concorrência.

1.2. CADASTRO DE RESERVA / SUPLENTES (Urbano)

Candidatos aptos que poderão ser convocados em caso de desclassificação, inabilitação jurídica ou desistência dos primeiros colocados, respeitada a ordem de desempate:

Ordem	Proponente	Projeto	Média
1	Luana Gabriela Pez	Onde há nós, há voz	74,66
2	Leandro de Moraes da Silva	Workshop de Captação e Tratamento de Áudio...	73,33
3	E de Lima Ensino de Musica	Curso de Teoria Elementar da Música	70,66
4	NO MAD Filmes	Concurso Cultural Guaíra Animada...	70,00
5	Luís Rodrigues Ávila de Sá	Amanhecer Sertanejo	69,33
6	Rozilene Neves Bufara	Costura Criativa...	68,00
7	Lucas Leone Jesus de Oliveira	Tradição e Memória das Sete Quedas	64,00
8	A L dos Reis Informática	Oficina de Cultura Maker para a melhor idade	52,66

2. RELAÇÃO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO – BLOCO 2: PERIFERIA, ZONA RURAL E POVOS TRADICIONAIS

(Vagas Regimentais: 2 Ampla Concorrência | 1 Cota Negros | 1 Cota Indígenas | 1 Cota PcD)

2.1. SELECIONADOS – AMPLA CONCORRÊNCIA (Rural/Periférico)

Ordem	Proponente	Projeto	Média	Cota ocupada
1	Pablo Henrique de Oliveira da Silva	Comunidade em Cena	96,00	Ampla
2	Yago Henrique Marques	A Jornada dos Sonhadores	89,33	Ampla
3	Flavio Henrique Cordeiro da Silva	O Ribeirinho - PODCAST	85,33	Ampla (remanejamento)
4	Noeli Garcia	Entre Cores – Pintura Artesanal em Taças e Cristais	82,66	Ampla (remanejamento)
5	Inocêncio Barros Martins	Acervo Digital	79,33	**Cota Indígena**

OBSERVAÇÕES:

Vagas para Pessoas Negras (1 Vaga) e Pessoas com Deficiência - PcD (1 Vaga):

Não houve proponentes autodeclarados Negros ou PcD inscritos e validados para este bloco territorial. Ambas as vagas de reserva foram destinadas para a ampla concorrência do próprio Bloco Rural/Periférico por interesse público (item 2.3).

2.2. CADASTRO DE RESERVA / SUPLENTES (Rural/Periférico)

Candidatos aptos que poderão ser convocados em caso de desclassificação, inabilitação jurídica ou desistência dos primeiros colocados, respeitada a ordem de desempate:

Ordem	Proponente	Projeto	Média
1	Catarse Produções Artisticas	Acervo em Cena – Estruturação do Acervo Cênico...	81,33
2	Isabela Noetzold - Cia Trupeiros	A Floresta dos Segredos	80,00
3	Celso de Paula Franco	PROGER – Produção, gravação e edição de áudio	70,67
4	Ricardo Martins de Souza	Rock on Barrack	64,00
5	Vanuza Roseno da Silva	Costura Criativa com Ecobag e Retalhos	58,67
6	Dirlene Aparecida Pez Fricks	Sindy Ferlin	52,00

3. DESCLASSIFICADOS

Ordem	Proponente	Projeto	Média

1	Papelaria Pufe	Patrimônio Virtual: Tours Interativos do Patrimônio Histórico	74,66

Motivo: Configuração de vedação por duplicidade de proponente e ausência de envio de Ficha de Inscrição obrigatória.

4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

Com a publicação do presente Resultado Final da Etapa de Seleção (Análise de Mérito Cultural), os proponentes classificados dentro do número de vagas estabelecido no Edital ficam convocados para a **Etapa de Habilitação Jurídica que ocorrerá entre os dias 28/09/2026 e 02/10/2026, até as 17:00 horas**, que consistirá na análise da documentação exigida para a formalização do Termo de Execução Cultural.

A documentação deverá ser apresentada no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital, observando-se integralmente os documentos e requisitos previstos para esta etapa.

O resultado preliminar da habilitação jurídica será publicado posteriormente, após a conclusão da análise da documentação apresentada.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:8BA417D1

PROJUR
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS 2026

Guaíra – Paraná - 2026

Prefeito Municipal: Gileade Gabriel Osti

Vice-Prefeito: Luiz Carlos Lima

Secretária Municipal de Assistência Social: Lígia Lumi Tsukamoto Suga

Diretores e Coordenadores:

Diretor de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS: Rosmari Aparecida Michels

Diretor da Proteção Social Básica: Jose Moreira dos Santos

Diretora de Proteção Social Especial Média e Alta Complexidade: Paula de Matos Auler **Coordenador da Gestão do SUAS:** Igor Moscovitz Queiroz

Coordenador do CRAS: Fernando Silva Vilhalva

Coordenadora do CREAS: Luciane dos Santos da Silva

Coordenadora do Centro Atendimento Criança e ao Adolescente – CEACA: Marli Jardim

Coordenadora do Programa de Atenção à Pessoa Idosa – PAPI: Maria Valdir da Silva

Coordenador do Cadunico e Programa Bolsa Família: Adenir Pinheiro

Coordenadora do Abrigo Institucional: Josinete Rodrigues dos Santos Bacovicz

MESA DIRETORA DO CMAS - 2026

Presidente do CMAS: Ronaldo Martinez Esquivel

Vice-Presidente do CMAS: Guilherme Sertório Bartolli

Primeiro Secretário: Quendra Ramos da Silva

Segundo Secretário: Luciane dos Santos da Silva

Secretário Executivo: José Moreira dos Santos

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS BIÊNIO 2026-2027

I – REPRESENTANTES DO SEGMENTOS SOCIEDADE CIVIL:

TITULAR	SUPLENTE
Ana Carolina Noguchi Representante de Entidades e Organizações de Assistência Social	Naomi Kumagai Representante de Entidades e Organizações de Assistência Social
Maria Carmem Pez Representante de Entidades e Organizações de Assistência Social	Felipe Antoni Pedroso Representante de Entidades e Organizações de Assistência Social
Ronaldo Martinez Esquivel Representante de Usuários e/ou Organizações de Usuários	Mônica Ayumi Suga Bueno Representante de Usuários e/ou Organizações de Usuários
Liliana Elizabeth Gimenez Acosta Representante de Usuários e/ou Organizações de Usuários	Eliana Aparecida Nunes Fernandes Representante de Usuários e/ou Organizações de Usuários
André Rafael de Marchi Representante dos Trabalhadores da Área	Diego Braucelino Ferreira Representante dos Trabalhadores da Área
Suséle Aparecida Cesco Representante dos Trabalhadores da Área	Beatriz Fialho da Costa Representante dos Trabalhadores da Área

I – REPRESENTANTES INDICADOS PELAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS:

TITULAR	SUPLENTE
Guilherme Sertório Bartolli Secretaria Municipal de Assistência Social	Marli de Souza Jardim Secretaria Municipal de Assistência Social
Paula de Matos Auler Secretaria Municipal de Assistência Social	Angélica Cristina de Matos Secretaria Municipal de Assistência Social
Roselene Evangelista de Assis Secretaria Municipal de Saúde	Roberta Barbosa Secretaria Municipal de Saúde
Lays Pereira Bastos Secretaria Municipal de Educação	Tamires Cristiane Tramarin Secretaria Municipal de Educação
Gelsi Mari Becker Secretaria Municipal de Fazenda	Fabiane Cristina Lopes Zimmermann Secretaria Municipal de Fazenda
Elaine Cristina da Silva de Medeiros Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Eliane de Oliveira Schubak Franciscatti Secretaria de Desenvolvimento Econômico

PLANO DE TRABALHO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUAÍRA- PARANÁ - 2026

O Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS Guaíra - PR é um Órgão superior de deliberação colegiada, instituído pela Lei Municipal nº 1.068 de 06/11/1995 e alterada pela Lei Municipal nº 1.944 de 01/09/2015 de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social de Guaíra -PR, responsável pela Política Municipal de Assistência Social, reger-se-á por suas Resoluções e pelas Leis que lhe forem aplicáveis.

O objetivo do Conselho Municipal da Assistência Social é avaliar e deliberar sobre a política de assistência social, através de debates, estabelecimento de normas e fiscalização da prestação de serviços sociais no município, com base nos princípios e diretrizes da Lei Orgânica (LOAS) Lei Federal nº 8742 de dezembro de 1993. Visando assim, garantir um sistema de gestão organizado e descentralizado conforme determina a Norma Operacional Básica NOB-SUAS/2005. E a Lei 12.435/11 que dispõe sobre a organização da Assistência Social através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

PERIODO DE EXECUÇÃO: 01/01/2026 A 31/12/2026

Este Plano de Trabalho tem como objetivo orientar a gestão do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Guaíra, organizando, priorizando e direcionando as ações a serem realizadas ao longo do ano de 2026. Seu propósito é evidenciar a intencionalidade do Conselho em relação ao exercício do Controle Social, por meio do planejamento e do registro das atividades que serão executadas.

Para a elaboração deste Plano de Trabalho, foram utilizados como referência os questionamentos do CENSO SUAS, com o objetivo de alinhar as ações do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Guaíra às diretrizes e exigências do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Isso garantiu a adequação das estratégias e a integração com o os processos de monitoramento e avaliação estabelecidos pelo CENSO, visando fortalecer o controle social e a gestão participativa no município.

PLANO DE TRABALHO 2026

MÊS	**ATIVIDADE**
JANEIRO	---
FEVEREIRO	Deliberação e provação do Plano de Ação do CMAS para o ano de 2026; Deliberação e aprovação do Calendário de reuniões ordinárias para 2026; Deliberação e aprovação da minuta do projeto Lei que institui o Programa Novos Caminhos, dos egressos que completam 18 anos em abrigo institucional; Deliberação e autorização para a transferência do veículo (caminhão Kia Bongo K2500 Baú) para Secretaria de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente; Deliberação sobre a inscrição no Conselho Municipal da Associação Casa Orirosa; Deliberação sobre a Inscrição no conselho Municipal do Programa de Socioaprendizagem - Modalidade EaD do Centro de Integração Empresa-Escola CIEE; Prestação de Contas dos Recursos Federais 2025; Apresentação do Plano de Aplicação Recursos IGD;
MARÇO	Reunião descentralizada Casa da Sopa. Deliberação para provação do projeto de lei que institui o "Programa de Acolhimento Familiar para a Pessoa Idosa no Município de Guaíra/PR; Deliberação para aprovação da emenda individual nº 20380014 do Senador Flávio Arns, para Associação Pestalozzi; Deliberação para aprovação da emenda parlamentar nº 28740002/2026 – Deputado Federal Luiz Nishimori para o fundo de Assistência Social; Deliberação para provação do projeto de lei que institui o "Programa de Acolhimento Familiar para a Pessoa Idosa no Município de Guaíra/PR; Deliberação para aprovação da emenda individual nº 20380014 do Senador Flávio Arns, para Associação Pestalozzi; Deliberação para aprovação da emenda parlamentar nº 28740002/2026 – Deputado Federal Luiz Nishimori para o fundo de Assistência Social;
ABRIL	Reunião descentralizada na Entidade Associação Pestalozzi; Deliberação pela aprovação da minuta de Resolução que regulamenta a provisão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social no Município de Guaíra/PR; Deliberação pela aprovação da minuta de Decreto que Institui o Programa Municipal "Guaíra Mais Alimentação", no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, estabelecer modalidades, critérios e condicionalidades, e dá outras providências.
MAIO	Reunião ordinária mensal Sala de Reuniões do CRAS
JUNHO	Reunião descentralizada do CMAS no Lar São José. Monitoramento do Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS.
JULHO	1. Reunião ordinária mensal Sala de Reuniões do CRAS
AGOSTO	Reunião descentralizada no Salão Comunitário Vila Eletrosul.
SETEMBRO	Reunião ordinária mensal Sala de Reuniões do CRAS
OUTUBRO	Reunião descentralizada no Centro de Convivência da Pessoa Idosa – CCPI.

NOVEMBRO	Reunião descentralizada do CMAS na Comunidade indígena. Monitoramento do Plano de Assistência Social; Deliberação para promulgação de normativa que regulamente o serviço de Casamento Comunitário, no município;
DEZEMBRO	Avaliação das ações realizadas em 2026;

CALENDÁRIO – REUNIÕES ORDINÁRIAS CMAS 2026

MÊS	DATA	HORÁRIO	LOCAL
JANEIRO	-	-	-
FEVEREIRO	05/02/2026	14:00H	Sala de Reuniões do CRAS
MARÇO	19/03/2026	14:00H	Casa da Sopa
ABRIL	16/04/2026	14:00H	Entidade Pestalozzi
MAIO	21/05/2026	14:00H	Sala de Reuniões do CRAS
JUNHO	18/06/2026	14:00H	Entidade Lar São José
JULHO	16/07/2026	14:00H	Sala de Reuniões do CRAS
AGOSTO	20/08/2026	14:00H	Salão Comunitário Vila Eletrosul
SETEMBRO	17/09/2026	14:00H	Sala de Reuniões do CRAS
OUTUBRO	15/10/2025	14:00H	Centro de Convivência da Pessoa Idosa - CCPI
NOVEMBRO	19/11/2026	14:00H	Comunidade Indígena
DEZEMBRO	17/12/2026	14:00H	Sala de Reuniões do CRAS

Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social	
Presidente do Conselho	**Ronaldo Martinez Esquivel** Representante de Usuários e/ou Organizações de Usuários
Vice-Presidente	**Guilherme Sertório Bartolli** Secretaria Municipal de Assistência Social
Primeiro/a Secretário/a	**Suséle Aparecida Cesco** Representante dos Trabalhadores da Área
Segundo/a Secretário/a	**Angélica Cristina de Matos** Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:81AC7BE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	108/2026
b) Licitação Nº:	023/2026
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Homologação:	25/09/2026
e) Objeto Homologado:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS MAL SUCEDIDOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE GUARACI-PR POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
05002041220003200633390300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
05002041220003200633390300000	1510	MATERIAL DE CONSUMO
27001082440010205133390300000	1934	MATERIAL DE CONSUMO
15001041220007201933390300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
15001041220007201933390300000	1511	MATERIAL DE CONSUMO
05002041220003200633390300000	1511	MATERIAL DE CONSUMO
25001103010012204533390300000	1303	MATERIAL DE CONSUMO
25001103010012204533390300000	3500	MATERIAL DE CONSUMO
30001041220013212333390300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
25001103010012204533390300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: CANARINHO ATACADO LTDA - CNPJ: 65.870.543/0001-05 - Valor total homologado: R$ 4.549,30 (quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	1	Margarina vegetal cremosa com sal em pote plástico de 500g. O produto deve conter no mínimo 70% de lipídios, livre de gordura trans e contendo máximo de água de 16% sobre o peso do produto. Deve ser fabricado a partir de matérias primas selecionadas, livre de matéria terrosa, parasitas e de detritos animais e vegetais, isento de bolor e outras características indesejáveis. O produto deve apresentar aspecto de emulsão plástica, homogênea e uniforme, e cor amarelada homogênea. O produto deve apresentar selo do SIF e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 50 (Normas Técnicas para óleos e Gorduras Comestíveis - Decreto nº 12.486 de 20/10/78 e RDC Anvisa nº 270 de 22/09/2005). O produto deve estar acondicionado em embalagem plástica atóxica, resistentes, com lacre de proteção intacto.	DORIANA	UNIDADES	670	6,79	4549,30

Fornecedor: E. ANTONINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - CNPJ: 58.545.693/0001-88 - Valor total homologado: R$ 2.233,50 (dois mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	1	Doce leite puro e cremoso, embalados em baldes de aproximadamente 4,8kg.	Aurea	BALDE	15	68,90	1.033,50
4	1	Tipo chup-chup, ingrediente: Água, açúcar. acidulante, ácido cítrico, conservador benzoato de sódio, conservador sorbato de potássio, espessante goma xantana, corante amarelo crepúsculo, azul brilhante, corante vermelho bordeaux. BEBIDA NÃO ALCOÓLICA E NÃO FERMENTADA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Conteúdo da embalagem: Pacote com 40 geladinhos sabores sortidos. 55ml cada.	Milut	PACOTE	100	12,00	1.200,00

Fornecedor: GALERA DA CESTA BASICA LTDA - CNPJ: 45.693.344/0001-61 - Valor total homologado: R$ 20.260,00 (vinte mil, duzentos e sessenta reais)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Bombom de wafer com cobertura de chocolate preto ou branco (a escolher) e recheado com creme de castanha de caju, coberto por uma camada fina de wafer e chocolate ao leite, embalados individualmente, pacote de 1Kg.	SONHO DE VALSA	PACOTE	310	56,00	17.360,00
2	1	Chocolate Tipo: Bis, wafer crocante, coberto com chocolate ao leite, preto e branco (a escolher), caixinha com 20 unidades cada.	HERSHEYS	CAIXA	500	5,80	2.900,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 27.042,80 (vinte e sete mil e quarenta e dois reais e oitenta centavos)

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 25 de setembro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:E2493B3C

SECRETARIA DE FINANÇAS
ALIENAÇÃO DE BENS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO							
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**					**SALDO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	19.420,00	466,59					18.953,41
Receita de Alienação de Bens Móveis	19.420,00	0,00					19.420,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00					0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00					0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	466,59					-466,59
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d-e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	19.420,00	3.351,91	0,00	0,00	0,00	0,00	16.068,09
Despesas de Capital	19.420,00	3.351,91	0,00	0,00	0,00	0,00	16.068,09
Investimentos	19.420,00	3.351,91	0,00	0,00	0,00	0,00	16.068,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	**2025 (i)**	**2026 (j) = (Ib –(IIf+ IIg))**					**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)	6.326,43	466,59					6.793,02
Notas Explicativas							
MARCOS ANTONIO DE SOUZA		***CLEVERSON NALDO PINA***		***JEFFERSON DE SOUZA***			
Prefeito		Controle Interno		Contador			

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:F5A45639

SECRETARIA DE FINANÇAS
DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE GUARACI				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO				
GF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	506.872,43	413.837,37	324.395,83	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	506.872,43	413.837,37	324.395,83	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	506.872,43	413.837,37	324.395,83	0,00
Internos	506.872,43	413.837,37	324.395,83	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	11.901.679,02	9.845.322,91	10.792.059,65	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	11.901.679,02	9.845.322,91	10.792.059,65	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.073.365,91	10.375.025,79	11.297.368,38	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	121.018,01	476.843,11	311.766,10	0,00
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	50.668,88	52.859,77	193.542,63	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA[2] (DCL) (III) = (I - II)	-11.394.806,59	-9.431.485,54	-10.467.663,82	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	44.179.687,96	44.635.813,92	44.733.633,43	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.658.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	43.179.687,96	43.635.813,92	43.075.633,43	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	1,17	0,95	0,75	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-26,39	-21,61	-24,30	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: (120% da RCL AJUSTADA)	51.815.625,55	52.362.976,70	51.690.760,12	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1o do art. 59 da LRF): (108% da RCL AJUSTADA)	46.634.063,00	47.126.679,03	46.521.684,10	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		

	ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)²	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	87.456.679,40	87.456.679,40	87.456.679,40	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	3.412.839,73	1.553.385,93	23.337,78	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
MARCOS ANTONIO DE SOUZA		***CLEVERSON NALDO PINA***		
Prefeito		Controle Interno		
JEFFERSON DE SOUZA				
Contador				

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:9EA4776A

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	4.871.258,62	2.302.457,98
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	856.527,03	527.690,79
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	830.799,24	167.644,64
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.078.799,63	484.870,96
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.105.132,72	1.122.251,59
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.264.956,87	22.564.161,14
2.1- Cota-Parte FPM	23.129.313,79	14.748.764,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.296.735,00	13.869.516,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	832.578,79	879.248,31
2.2- Cota-Parte ICMS	15.100.000,00	6.960.597,35
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	148.843,08	110.475,43
2.4- Cota-Parte ITR	913.720,00	166.718,25
2.5- Cota-Parte IPVA	973.080,00	577.605,36
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**45.136.215,49**	**24.866.619,12**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**7.886.475,62**	**4.336.982,57**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**3.397.578,26**	**1.879.672,21**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	5.402.552,66	3.016.119,17
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.390.531,66	3.016.119,17
6.1.1- Principal	5.390.531,66	3.001.295,32
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	14.823,85
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	12.021,00	0,00
6.4.1- Principal	12.021,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**-2.495.943,96**	**-1.335.687,25**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	6.055.652,70	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	6.055.652,70	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**9.071.771,87**	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	5.586.080,47	3.059.482,54	3.059.482,54	3.051.001,66	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.465.835,43	3.058.032,78	3.058.032,78	3.049.551,90	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.928.735,77	1.535.389,30	1.535.389,30	1.529.140,25	0,00

10.1.2- Ensino Fundamental	2.537.099,66	1.522.643,48	1.522.643,48	1.520.411,65	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	120.245,04	1.449,76	1.449,76	1.449,76	0,00
10.2.1- Educação Infantil	91.567,77	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	28.677,27	1.449,76	1.449,76	1.449,76	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.968.392,63	2.968.392,63	2.959.911,75	0,00	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.968.392,63	2.968.392,63	2.959.911,75	0,00	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.968.392,63	2.968.392,63	2.959.911,75	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.111.283,42	2.968.392,63	2.968.392,63	98,42
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	301.611,92	47.726,54	47.726,54	0,00	1,58

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	420.229,32	-4.021.016,33	0,00	91.089,91	0,00	90.638,45
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	420.229,32	90.638,45	0,00	89.640,15	0,00	90.638,45
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	-4.111.654,78	0,00	1.449,76	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.911.609,18	2.622.531,20	2.457.661,25	2.447.506,37	164.869,95
20.1- Educação Infantil	833.060,84	558.268,93	554.268,93	554.268,93	4.000,00
20.2- Ensino Fundamental	3.466.279,34	1.935.048,10	1.817.249,54	1.807.094,66	117.798,56
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	195.061,00	129.214,17	86.142,78	86.142,78	43.071,39
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	417.208,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	9.794.484,88	5.461.709,66	5.339.911,10	5.321.275,34	121.798,56

CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB					
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.762.428,61	2.004.018,08	2.000.018,08	1.993.769,03	4.000,00
21.1.1- Creche	3.762.428,61	2.004.018,08	2.000.018,08	1.993.769,03	4.000,00
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	6.032.056,27	3.457.691,58	3.339.893,02	3.327.506,31	117.798,56

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)	R$1,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.457.661,25
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.336.982,57
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	90.638,45
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**6.704.005,37**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)			VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	6.216.654,78			6.704.005,37	26,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	32.622,35	13.294,18	29.396,67	0,00	3.225,68
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	32.622,35	13.294,18	29.396,67	0,00	3.225,68
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	769.223,00	485.567,39
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	582.696,00	357.871,01
31.1.1- Salário-Educação	401.460,00	241.337,37
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	121.932,00	81.503,27
31.1.4 - PNATE	59.304,00	35.030,37
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	36,73
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	186.527,00	127.659,65

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.080.744,34	1.004.542,40	780.407,30	751.601,22	224.135,10
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	6.701,57	6.701,57	6.701,57	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	893.688,00	629.171,97	452.237,16	444.762,16	176.934,81
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.703,00	1.663,61	1.663,61	1.663,61	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	63.421,34	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	121.932,00	367.005,25	319.804,96	298.473,88	47.200,29

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	11.387.498,22	6.686.556,14	6.297.551,09	6.250.109,25	389.005,05
33.1- Despesas Correntes	10.993.205,22	6.315.331,94	6.085.207,38	6.037.765,54	230.124,56
33.1.1- Pessoal Ativo	8.171.482,61	4.790.607,46	4.790.607,46	4.778.550,88	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	258.482,34	129.214,17	86.142,78	86.142,78	43.071,39
33.1.4- Outras Despesas Correntes	2.563.240,27	1.395.510,31	1.208.457,14	1.173.071,88	187.053,17
33.2- Despesas de Capital	394.293,00	371.224,20	212.343,71	212.343,71	158.880,49
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	394.293,00	371.224,20	212.343,71	212.343,71	158.880,49

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	92.592,04	176.059,86
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.016.119,17	241.337,37
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.060.407,80	271.810,74
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	48.303,41	145.586,49
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	6.723,16	0,00

39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	55.026,57	145.586,49
Notas Explicativas		

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***	***JEFFERSON DE SOUZA***
Prefeito	Controle Interno	Contador

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:09505A30

SECRETARIA DE FINANÇAS
OPERAÇÃO DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE GUARACI		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	R$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	44.733.633,43	0,00
(-) T ransferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1o, art. 166-A da CF) (V)	1.658.000,00	0,00
RECEIT A CORRENT E LÍQUIDA AJUST ADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT ES DE ENDIVIDAMENT O (VI) = (IV - V)	43.075.633,43	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
T OT AL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENT O DO LIMIT E (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	6.892.101,35	16,00
LIMIT E DE ALERTA (inciso III do §1o do art. 59 da LRF) - <%>	6.202.891,21	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.015.294,34	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Notas Explicativas		
MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***	***JEFFERSON DE SOUZA***
Prefeito	Controle Interno	Contador

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:FE96009B

SECRETARIA DE FINANÇAS
OPERAÇÃO DE CRÉDITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º,			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESA INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	27.080.193,65	8.805.054,46	2.191.202,25	0,00	18.275.139,19
Investimentos	26.830.193,65	8.598.453,12	1.984.600,91	0,00	18.231.740,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	250.000,00	206.601,34	206.601,34	0,00	43.398,66
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	27.080.193,65	8.805.054,46	2.191.202,25	0,00	18.275.139,19
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	**27.080.193,65**	**8.805.054,46**	**0,00**	**0,00**	**18.275.139,19**

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***
Prefeito	Controle Interno
JEFFERSON DE SOUZA	
Contador	

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:86EAFDC6

SECRETARIA DE FINANÇAS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE GUARACI		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	5.905.816,00	3.790.262,82	3.790.262,82	3.790.262,82	0,00
Aposentadorias	4.820.300,00	3.157.932,71	3.157.932,71	3.157.932,71	0,00
Pensões por Morte	1.085.516,00	632.330,11	632.330,11	632.330,11	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	169.000,00	5.132,34	3.243,09	3.243,09	1.889,25
Compensação Financeira entre os regimes	157.500,00	1.032,34	1.032,34	1.032,34	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	11.500,00	4.100,00	2.210,75	2.210,75	1.889,25
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**6.074.816,00**	**3.795.395,16**	**3.793.505,91**	**3.793.505,91**	**1.889,25**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	**-6.074.816,00**	**-3.795.395,16**	**-3.793.505,91**	**-3.793.505,91**	**-1.889,25**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores	-1.601.680,72
Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.919,08
Investimentos e Aplicações	22.950.340,24
Outros Bens e Direitos	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	5.848.973,00	5.383.757,93
Receita de Contribuições dos Segurados	2.058.648,00	1.406.882,42
Ativo	1.676.412,00	1.138.695,54
Inativo	320.226,00	230.807,99
Pensionista	62.010,00	37.378,89
Receita de Contribuições Patronais	1.677.441,00	1.370.961,53
Ativo	1.677.441,00	1.370.961,53
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.105.018,00	2.145.321,25
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.105.018,00	2.145.321,25
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	7.866,00	460.592,73
Compensação Financeira entre os regimes	7.866,00	460.592,73
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**5.848.973,00**	**5.383.757,93**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	4.989.300,00	3.163.065,05	3.161.175,80	3.161.175,80	1.889,25
Aposentadorias	4.820.300,00	3.157.932,71	3.157.932,71	3.157.932,71	0,00
Pensões por Morte	1.085.516,00	632.330,11	632.330,11	632.330,11	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	169.000,00	5.132,34	3.243,09	3.243,09	1.889,25
Compensação Financeira entre os regimes	157.500,00	1.032,34	1.032,34	1.032,34	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	11.500,00	4.100,00	2.210,75	2.210,75	1.889,25
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**5.158.300,00**	**3.168.197,39**	**3.164.418,89**	**3.164.418,89**	**3.778,50**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	**690.673,00**	**2.215.560,54**	**2.219.339,04**	**2.219.339,04**	**5.379.979,43**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.919,08
Investimentos e Aplicações	0,00
OutrosBensDireitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***
Prefeito	Controle Interno
JEFFERSON DE SOUZA	
Contador	

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:4406012B

SECRETARIA DE FINANÇAS
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE GUARACI		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre 2026**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	49.606.472,20	28.665.882,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.350.893,62	2.508.829,33
IPTU	856.527,03	527.690,79
ISS	1.078.799,63	484.870,96
ITBI	830.799,24	167.644,64
IRRF	2.105.132,72	1.122.251,59
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	479.635,00	206.371,35
Contribuições	635.546,00	334.043,82
Receita Patrimonial	119.850,98	820.197,37
Aplicações Financeiras (II)	99.818,04	820.197,37
Outras Receitas Patrimoniais	20.032,94	0,00
Transferências Correntes	43.486.278,64	24.872.590,16
Cota-Parte do FPM	18.669.966,79	11.974.861,79
Cota-Parte do ICMS	12.080.000,00	5.568.478,02
Cota-Parte do IPVA	778.464,00	462.084,18
Cota-Parte do ITR	731.120,00	133.374,68
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	119.080,40	88.380,33
Transferências do FUNDEB	5.402.552,66	3.001.295,32
Outras Transferências Correntes	5.705.094,79	3.644.115,84
Demais Receitas Correntes	13.902,96	130.222,15
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	13.902,96	130.222,15
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	49.506.654,16	27.845.685,46
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	21.773.522,59	3.540.653,67
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	19.420,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	19.420,00	0,00
Transferências de Capital	21.754.102,59	3.540.653,67
Convênios	21.204.280,07	3.449.481,79
Outras Transferências de Capital	549.822,52	91.171,88
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	21.773.522,59	3.540.653,67
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	71.280.176,75	31.386.339,13

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	71.280.176,75	31.386.339,13

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)							R$1,00
DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/ 2026**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**RESTOS A PAGAR DESPESAS PAGAS (a)**	**PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	
						LIQUIDADOS	**PAGOS (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	50.499.223,46	28.277.838,35	27.262.737,21	26.975.546,32	106.681,40	393.605,76	406.497,75
Pessoal e Encargos Sociais	26.331.090,60	16.112.926,24	16.112.926,24	16.041.151,03	47.217,81	97.235,40	97.240,80
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	24.088.132,86	12.164.912,11	11.149.810,97	10.934.395,29	59.463,59	296.370,36	309.256,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	50.419.223,46	28.277.838,35	27.262.737,21	26.975.546,32	106.681,40	393.605,76	406.497,75
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	27.119.519,65	8.817.242,46	2.197.640,25	2.174.457,46	0,00	2.995.300,39	2.995.300,39
Investimentos	26.869.519,65	8.610.641,12	1.991.038,91	1.967.856,12	0,00	2.995.300,39	2.995.300,39
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	250.000,00	206.601,34	206.601,34	206.601,34	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	26.869.519,65	8.610.641,12	1.991.038,91	1.967.856,12	0,00	2.995.300,39	2.995.300,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	200.562,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	77.489.305,11	36.888.479,47	29.253.776,12	28.943.402,44	106.681,40	3.388.906,15	3.401.798,14
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	77.489.305,11	36.888.479,47	29.253.776,12	28.943.402,44	106.681,40	3.388.906,15	3.401.798,14

ESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	-1.065.542,85
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	-1.065.542,85
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	763.196,07
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	222.205,84
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**-524.552,62**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	11.348.098,08

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$1,00
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o bimestre/ 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	506.872,43	324.395,83
DEDUÇÕES (XL)	11.901.679,02	11.259.819,88
Disponibilidade de Caixa	11.901.679,02	11.259.819,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.073.365,91	11.765.128,61
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	121.018,01	311.766,10
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.668,88	193.542,63
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-11.394.806,59	-10.935.424,05
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-459.382,54
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/ 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa	190.748,09	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-268.634,45	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**-809.624,68**	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.439.310,36	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	6.439.310,36	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***
Prefeito	Controle Interno
JEFFERSON DE SOUZA	
Contador	

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:9AAF9565

SECRETARIA DE FINANÇAS
RGF SIMPLIFICADO

MUNICÍPIO DE GUARACI		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELÁTORIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO		
LRF, art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	44.733.633,43	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	43.075.633,43	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	42.605.141,43	
DESPESA COM O PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	23.505.863,05	55,17
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	23.006.776,37	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	21.856.437,55	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	20.706.098,73	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	-10.467.663,82	-24,30
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	51.690.760,12	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.567.154,17	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.892.101,35	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.015.294,34	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	7.620.667,60	25.906.916,83
MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***	
Prefeito	Controle Interno	
JEFFERSON DE SOUZA		
CONTADOR		

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:3A98443B

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO SIMPLIFICADO

MUNICÍPIO DE GUARACI	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	69.274.641,04
Previsão Atualizada	79.678.415,79
Receitas Realizadas	39.191.975,15
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	6.481.690,36
DESPESAS	
Dotação Inicial	67.372.641,00
Dotação Atualizada	84.215.726,11
Despesas Empenhadas	40.068.621,73
Despesas Liquidadas	32.447.954,13
Despesas Pagas	32.137.580,45
Superávit Orçamentário	6.744.021,02
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	39.993.597,52
Despesas Liquidadas	32.372.929,92
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	44.733.633,43
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	43.075.633,43
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	42.605.141,43

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**3.795.395,16**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	3.795.395,16
Despesas Previdenciárias Liquidadas	3.793.505,91
Resultado Previdenciário	-3.793.505,91
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	**13.935.713,25**
Receitas Previdenciárias Realizadas	5.383.757,93
Despesas Previdenciárias Empenhadas	3.168.197,39
Despesas Previdenciárias Liquidadas	3.164.418,89
Resultado Previdenciário	2.219.339,04

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	-26.155.426,36	-259.613,61	0,99
Resultado Nominal - Acima da Linha	11.348.098,08	281.376,62	2,48

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	114.961,48	0,00	114.660,69	300,79
Poder Executivo	114.961,48	0,00	114.660,69	300,79
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.412.839,73	648,00	3.387.776,02	24.415,71
Poder Executivo	3.412.839,73	648,00	3.387.776,02	24.415,71
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.527.801,21	648,00	3.502.436,71	24.716,50

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.704.005,37	25,00	26,96
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.968.392,63	70,00	98,42
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício		Saldo não realizado	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	8.805.054,46		18.275.139,19	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**2026**	**2036**	**2046**	**2061**
Plano Previdenciário	38.843.583,78	48.627.467,74	50.754.598,67	23.752.334,36
Receitas Previdenciárias	19.421.791,89	24.313.733,87	25.377.299,33	11.876.167,18
Despesas Previdenciárias	12.325.364,02	17.654.272,42	26.303.285,25	18.322.931,78
Resultado Previdenciário	7.096.427,87	6.659.461,45	-925.985,91	-6.446.764,60
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	466,59		18.953,41	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	3.351,91		16.068,09	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	5.710.153,18	15,00	23,80
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***		
Prefeito	Controle Interno		
JEFFERSON DE SOUZA			
Contador			

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:F2FEAE87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 91/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA V DO ROCIO COMERCIO ATACADISTA

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede na Travessa Sete de setembro Bairro Centro, Guaraqueçaba/PR, CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA:EMPRESA V DO ROCIO COMERCIO ATACADISTA, com sede na cidade de CURITIBA, sito no Endereço: RUA BORTOLO PARISE, SÃO BRAZ, inscrito no CNPJ/MF sob n o 38.145.318/0001-33, neste ato representado por seu procurador o Sr. (a) VILMARA DO ROCIO TOALDO , inscrito no CPF/MF sob n o 865.363.979-91 e portador da Carteira de Identidade RG n o 4964240-7 , doravante denominado CONTRATADA, nos termos da Lei Federal no 14.133, de 1 0 de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências deste Edital; têm entre si justos e avençados, e celebra, por força deste instrumento, o presente contrato conforme consta do Pregão Eletrônico no 04/2025 Processo 45/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

As partes, acima qualificadas, MUN ICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA V DO ROCIO COMERCIO ATACADISTA, com sede na cidade de CURITIBA, sito no Endereço: RUA BORTOLO PARISE, SÃO BRAZ, inscrito no CNPJ/MF sob n o 38.145.318/0001-33, doravante denominada CONTRATADA de comum acordo e com base na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, processo licitatório nº 45/2025, Pregão Eletrônico nº 04/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2025, Pregão Eletrônico nº 04/2025, com objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE CESTA BÁSICA COM KIT DE HIGIENE, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO QUANTITATIVO

As partes de comum acordo procedem aumento quantitativo da Ata de Registro de Preços n.º 91/2025.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do item	Marcam Mdelo	Valor unit. R$	Valor total R$
01	125	UM	Arroz parboilizado tipo 01 fino, embalagem de 05 kg, procedência nacional, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas, embalagem plástica transparente, prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da data da entrega.	SAFRA	24,97	3.121,25
02	125	UM	Açucar branco, refinado embalagem de 05 kg, procedência nacional, livre de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Embalagem primária, plástica, prazo mínimo de validade de 06 meses, a partir da data de entrega	ALTO ALEGRE	20,43	2.553,75
03	125	UM	Achocolatado em pó instantâneo com vitaminas e minerais, preparado a partir de matérias-primas sãs, limpas e isentas de matéria terrosa, parasitas, detritos animais, cascas de sementes de cacau e outros detritos vegetais, com composição básica dos seguintes ingredientes: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, soro leite em pó, emulsificante lecitina de soja e aromatizantes, sal refinado, vitaminas a, d, c, bl, b2, b6, b12, minerais ferro, iodo e zinco, aroma natural de chocolate. Embalagem em lata de 370 g, prazo de validade de 6 meses a partir da data de entre a.	NESCAU	9,54	1.192,50
04	215	UM	Biscoito água e sal, tipo cream cracker, embalagem plástica contendo mínimo 350 gramas, prazo mínimo de validade de 06 meses, a partir da data de entrega.	NINFA	3,51	754,65
05	125	UM	Biscoito doce, tipo maisena, fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, devendo estar em perfeito estado de conservação, a embalagem deverá conter externamente os dados, de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, embalagem plástica com dupla proteção ou protetores externos, contendo mínimo 350 gramas, prazo mínimo de validade de 06 meses, a partir da data de entrega.	NINFA	3,51	438,75
07	125	UN	Farinha de trigo especial, enriquecido de ferro e ácido fólico, embalagem plástica de 05 kg, isento de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas, odores estranhos, prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da data de entrega.	SUDOESTE	16,94	2.117,50
08	125	UN	Feijão preto tipo 01, novo, constituídos de grãos inteiros e sãos, embalagem de 01 kg, livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entre a.	PE VERMELHO	4,46	557,50
09	125	UN	Feijão carioca tipo 01, novo, constituídos de grãos inteiros e sãos, embalagem de 01 kg, livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	SUPERCALDO	4,35	543,75
13	125	UN	Leite em pó integral, instantâneo, embalagem laminada, contendo no mínimo 400 g, livre de parasitas ou substâncias nocivas, odores estranhos, prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.	GABRIEL	13,48	1.685,00
15	377	UN	Macarrão massa com ovos, tipo espaguete, com 500 gramas, embalagem plástica transparente, isento de qualquer substância estranha ou nociva, prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da data de entrega.	FLORIANE	2,72	1.025,44
16	125	UN	Sal marinho refinado e iodado pacote de 01 kg. O sal deve ser obrigatoriamente iodado de acordo como preconizado pelas regulamentações da ANVISA. Validade mínima de 06 meses a partir da data de	CAMPEÃO	1,21	151,25

			entrega. Na embalagem deverá conter informação nutricional, informação sobre glúten, prazo de validade bem visível e número do lote			
17	125	UN	Sardinha ao molho de tomate, lata com 125 gramas. Pescado em conserva; sardinha, elaborado com peixe descabeçado, e viscerado e submetido à esterilização comercial, inteiro e com espinha, composto de sardinha, óleo, água, sal e outros ingredientes permitidos, conservado em óleo comestível, com aparência, odor, sabor e textura próprios. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. Na embalagem deverá conter informação nutricional, informação sobre glúten, prazo de validade bem visível e número do lote.	PALMEIRA	4,36	545,00
18	125	UN	Sardinha em óleo conserva com 125 gramas. Pescado em conserva; sardinha, elaborado com peixe descabeçado, e viscerado e submetido à esterilização comercial, inteiro e com espinha, composto de sardinha, óleo, água, sal e outros ingredientes permitidos, conservado em óleo comestível, com aparência, odor, sabor e textura próprios. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. Na embalagem deverá conter informação nutricional, informação sobre glúten, prazo de validade bem visível e número do lote.	PALMEIRA	4,36	545,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.32.00.00 - Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 91/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 24 de setembro de 2026.

Município De Guaraqueçaba/PR	***V DO ROCIO COMERCIO ATACADISTA***
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI	
CPF n.º 039.773.459-07	
Prefeito de Guaraqueçaba – PR	CNP: 38.145.318/0001-33

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:DE8D2A28

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO-02

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA		
ESTADO DO PARANÁ		
Rua Elpídio dos Santos, n° 541 –Fone (46) 3245-1130		
CEP – 85548-000 – Honório Serpa – PR		
Contrato de Trabalho Nº 31/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa	**CNPJ:95585444/0001-42**	
Endereço: Rua Elpídio dos	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Santos,541		
Empregado(a): Marilene de Oliveira		
Endereço: Av. Tupy nº 1680	**Cidade: Pato Branco**	**Estado: Paraná**
Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA**: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **NUTRICIONISTA PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 001/2026, do Edital nº. 01-A de 27 de fevereiro de 2026 e Edital de Convocação nº 01-Z.3/2026 de 23 de setembro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 731/2017.		
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.826,84(quatro mil e oitocentos e vinte seis reais e oitenta e quatro centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.		
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.		
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Saúde deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Saúde.		
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.		

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa- PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 24 de setembro de 2026, vencendo-se em 27 de setembro de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia
24 de setembro de 2026.
Honório Serpa, 24 de setembro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***MARILENE DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:BBEDE745

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - N° 7595/00006/2026

Notificação de Lançamento - N° 7595/00006/2026

Identificação do Sujeito Passivo

Nome: AGROPECUARIA ESTRELA DO SUL LTDA. **CPF/CNPJ**: 02.175.820/0001-40

Logradouro: DEPUTADO RENATO CELIDONIO. **Número**: 190. **Complemento**:

Bairro: CENTRO. **Cidade/UF**: MARINGA/PR. **CEP**: 87013-220

Identificação do Imóvel

CIB: 1364317-7. **Nome do Imóvel**: FAZENDA ESTRELA DA MANHA. **Área Total/ha**: 376,3

Endereço: RODOVIA IGUARACU PARA ASTORGA KM 3 LADO DIREITO. **Distrito**: SEDE

Município: IGUARACU

Identificação da Declaração

Declaração nº: 09.76241.17 **Data de Entrega**: 23/09/2022. **Exercício**: 2022

Demonstrativo do Crédito Tributário

	Código da Receita - Darf	Valores em Reais (R$)
Imposto a pagar - Suplementar	7051	228,95
Juros de Mora (calculados ate 12/05/2026)		102,52
Multa de Ofício (passível de redução)		171,71
Valor do Crédito Tributário Apurado		503,18

Intimação

Fica o sujeito passivo intimado a recolher ou impugnar, no prazo de 20 [vinte] dias úteis contados da data de ciência deste documento, o débito para com a Fazenda Nacional constituído pela presente Notificação de Lançamento.

Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal

A descrição dos fatos que originaram a presente Notificação de Lançamento e os respectivos enquadramentos legais encontram-se em folhas de continuação anexas.

Local e Data de Lavratura

Data: 12/05/2026. **Hora:** 08:37

Logradouro: Rua Otávio Pedro da Silva. **Número:** 294. **Complemento:** Prefeitura

Bairro: Centro. **Cidade/UF**: IGUARACU/PR. **CEP**: 86750-040

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal

Nome: José Teodomiro Prudente. **Matrícula**: 00000144

Cargo/Portaria de Nomeação nº: Secretário de Fazenda / 62025. Assinatura:

Ciência do Sujeito Passivo

Declaro-me desta Notificação de Lançamento, da qual recebi cópia.

Nome

CPF/DATA/ASSINATURA

Identificação do Sujeito Passivo

CPF/CNPJ: 02.175.820/0001-40. **Exercício**: 2022

Nome: AGROPECUARIA ESTRELA DO SUL LTDA

Continuação da Intimação

O montante do débito para com a Fazenda Nacional, objeto desta Notificação de Lançamento será recalculado, na data do efetivo pagamento, de acordo com a legislação aplicável. Se o pagamento for efetuado até o vencimento desta intimação, a multa de oficio será reduzida em 50%. Se no mesmo prazo for solicitado o parcelamento do débito, a multa de oficio será reduzida em 40%. Esta intimação é válida, também, para cobrança amigável.

Caso não concorde com o lançamento, o sujeito passivo poderá apresentar impugnação, no prazo de 20 [vinte] dias úteis contados da data da ciência desta Notificação, dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento de sua jurisdição, de acordo com os arts. 5°, 14, 15, 16 e 17 do Decreto n° 70.235/72, com as alterações introduzidas pelas Leis n° 8.748/93, n° 9.532/97 e n° 11.196/05.

O presente lançamento é realizado pelo município IGUARACU , em razão de delegação, por Convênio, das atribuições de fiscalização e cobrança do ITR, conforme inciso Ill do parágrafo 4° do art. 153 da Constituição Federal do Brasil, de 5 de outubro de 1988, e art. 1° da Lei n° 11.250 /2005. ENDEREÇO PARA APRESENTAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO: a impugnação deverá ser protocolizada no endereço informado no quadro LOCAL E DATA DE LAVRATURA desta Notificação, de acordo com o §1°, do art. 15 do Decreto n° 6.433/2008. Orientações sobre pagamento, parcelamento e impugnação constam na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na internet: www.receita.fazenda.gov.br.

Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal

Valor da Terra Nua declarado não comprovado Descrição dos Fatos: Após regularmente intimado, o sujeito passivo não comprovou o valor da terra nua declarado. No Documento de Informação e Apuração do ITR [DIAT], o valor da terra nua foi alterado, tendo como base os valores informados pelo sujeito passivo no atendimento A intimação. Os valores do DIAT encontram-se no Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido, em folha anexa.

Enquadramento Legal: Art. 10, § 1°, inciso I e art. 14 da Lei n° 9.393/96.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DO IMPOSTO DEVIDO

Identificação do Sujeito Passivo		
CPF/CNPJ: 02.175.820/0001-40. **Exercício**: 2022 **Nome**: AGROPECUARIA ESTRELA DO SUL LTDA		
Distribuição da Área do Imóvel Rural (ha)	**Declarado**	**Apurado**
01. Área Total do Imóvel	376,3	376,3
02. Área de Preservação Permanente	20,5	20,5
03. Área de Reserva Legal	64,3	64,3
04. Área de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	0,0	0,0
05. Áreas de Interesse Ecológico	0,0	0,0
06. Área de Servidão Florestal ou Ambiental	0,0	0,0
07. Área Coberta por Florestas Nativas	0,0	0,0
08. Área Alagada de Reservatório de Usinas Hidrelétricas Autorizada pelo Poder Público	0,0	0,0
09. Área Tributável (01 - 02 - 03 - 04 - 05 - 06 - 07 - 08)	291,5	291,5
10. Área Ocupada com Benfeitorias Úteis e Necessárias Destinadas à Atividade Rural	2,0	2,0
11. Área Aproveitável (09 - 10)	289,5	289,5

Distribuição da Área Utilizada pela Atividade Rural (ha)	**Declarado**	**Apurado**
12. Área de Produtos Vegetais	0,0	0,0
13. Área com Descanso	0,0	0,0
14. Área com Reflorestamento (Essências Exóticas ou Nativas	0,0	0,0
15. Área de Pastagens	289,5	289,5
16. Área de Exploração Extrativa	0,0	0,0
17. Área de Atividade Granjeira ou Aqüícola	0,0	0,0
18. Área de Frusração de Safra ou Destruição de Pastagem por Calamidade Pública	0,0	0,0
19. Área utilizada pela Atividade Rural (12+...+18)	289,5	289,5
20. Grau de Utilização do Solo	100,0	100,0

Distribuição da Área Não Utilizada pela Atividade Rural (ha)	**Declarado**	**Apurado**
21. Área com Demais Benfeitorias	0,0	0,0
22. Área de Mineração (Jazida/Mina)	0,0	0,0
23. Área Impretável Para a Atividade Rural Não Declarada de Interesse Ecológico	0,0	0,0
24. Área Inexplorada	0,0	0,0
25. Outras Áreas	0,0	0,0
26. Área Não utilizada pela Atividade Rural (21+...+25)	0,0	0,0

Cálculo do Valor da Terra Nua (R$)	**Declarado**	**Apurado**
27. Valor Total do Imóvel	10.734.203,46	11.029.777,46
28. Valor das benfeitorias	300.000,00	300.000,00
29. Valor das Culturas, Pastagens Cultivadas e Melhoradas e Florestas Plantadas	86.700,00	86.700,00
30. Valor da Terra Nua (27 - 28 - 29)	10.347.503,46	10.643.077,46

Cálculo do Imposto (R$)	**Declarado**	**Apurado**
31. Valor da Terra Nua Tributável (09/01)*30	8.015.176,18	8.244.127,80
32. Alíquota	0,10	0,10
33. Imposto Devido (31*32)/100	8.015,17	8.015,12
Diferença de Imposto (Apurado - Declarado)		**228,95**

DEMONSTRATIVO DE MULTA DE OFÍCIO E JUROS DE MORA

Identificação do Sujeito Passivo						
CPF/CNPJ: 02.175.820/0001-40. **Exercício:** 2022 **Nome:** AGROPECUARIA ESTRELA DO SUL LTDA						
Exercício	**Vencimento**	**Imposto Suplementar Apurado**	Multa		Juros de Multa	
			(%)	Valor R$ (*)	(%)	Valor R$ (*)
2022	30/09/2022	228,95	75,00	171,71	44,78	102,52

(*) para obtenção dos valores da multa de ofício e dos juros de mora, os respectivos percentuais foram aplicados sobre o imposto suplementar

Enquadramento legal:

Multas Passíveis de Redução:

Art. 44, inciso I, §§ 10 e 3°, da Lei n° 9.430/96, com alterações introduzidas pelo art. 14 da Lei n° 11.488/07.

Juros de Mora:

Na apuração dos juros de mora é utilizado o percentual equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculado a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do tributo, informado no quadro acima, até o mês anterior ao pagamento, acrescida de 1% [um por cento] referente ao mês do pagamento. Enquadramento Legal: art. 61, § 3° da Lei n° 9.430/96.

COMO EMITIR 0 DARF PARA PAGAMENTO DO ITR

I - Para emitir o DARF já preenchido a partir do e-cac:

a) após 15 dias do recebimento desta notificação, acesse o Portal e-CAC, no site da Receita Federal (https://www.gov.br/receitafederal/pt-br) e siga o caminho Certidões e Situação Fiscal, Consulta Pendências - Situação Fiscal;

b) em seguida, clique em Diagnóstico Fiscal. Procure o número do processo informado nesta notificação de lançamento. Em caso de dúvidas, acesse nosso CHAT em: https://www.gov.br/receitafederal/pt br/canaisatendimento/chat

II - Para emitir o Darf em branco, preenchimento manual, acesse desde já o site da Receita Federal em https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/formularios/modelos/darf. E siga as orientações abaixo:

a) Campo 02 (Período de Apuração): deve ser obrigatoriamente preenchido com a data de 07/07/1980. 0 preenchimento desse campo com data diferente não quitará automaticamente o débito nos sistemas da Receita Federal;

b) Campo 03 (CPF/CNPJ): preencha com seu número de inscrição CPF ou CNPJ;

c) Campo 04 (Código da Receita): preencha com o código 7051;

d) Campo 05 (Número de Referência): informe o número do imóvel no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB);

e) Campo 06 (Data de Vencimento): conte 20 dias úteis após o dia do recebimento desta Notificação de Lançamento e preencha com essa data;

f) Nos campos 07, 08 e 09, preencha os valores referentes ao imposto, multa e juros de mora. Para pagamento em mês posterior ao de emissão desta notificação, atualize o valor dos juros (acrescente a taxa Selic de cada mês, até a data em que esta fazendo o pagamento). Verifique os valores da taxa Selic no site https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/pagamentos-e-parcelamentos

Atenção 0 pagamento, a compensação ou o parcelamento dentro do prazo de 20 dias úteis, contados da data de recebimento desta notificação, permitem a redução da multa, conforme indicado abaixo: Percentual de Redução: 50% Pagamento ou Compensação 40% Parcelamento

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:0729ABDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO FRACASSADO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 041/2026

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando os ditames da Lei Federal n.º 14.133/21 face ao constante nos autos de Processo nº. 196/2026, referente ao Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe,

HOMOLOGO COMO FRACASSADO OS ITENS DAS TABELAS ABAIXO, referente ao procedimento licitatório, na Modalidade Pregão Eletrônico instaurado e registrado sob o n.º 041/2026, com fulcro no art. 71 da Lei 14.133/21, a qual objetiva o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais e bens diversos destinados ao atendimento das demandas das secretarias, departamentos e unidades da administração pública municipal de Iguaraçu/PR, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

ITENS FRACASSADOS

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
02	**2**	10	UNID.	**RECHAUD RETANGULAR PARA SERVIÇO E MANUTENÇÃO DE ALIMENTOS AQUECIDOS, COM 2 CUBAS GASTRONÔMICAS GN 1/2:** equipamento retangular destinado à conservação e manutenção da temperatura de alimentos durante o serviço, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, de fácil higienização e adequado para uso em serviços de alimentação. Deverá possuir 2 (duas) cubas gastronômicas removíveis, padrão GN 1/2, em aço inoxidável, compatíveis com o equipamento. Deverá possuir compartimento destinado à utilização de água para aquecimento indireto dos alimentos, bem como 2 (dois) fogareiros/queimadores próprios para manutenção do aquecimento. Estrutura com acabamento adequado para uso em alimentação, com cantos arredondados e superfícies de fácil limpeza e higienização. As cubas deverão ser removíveis, permitindo facilidade de abastecimento, limpeza e substituição. Dimensões aproximadas de 57 a 62 cm de largura, 35 a 37 cm de profundidade e 30 a 34 cm de altura, admitida tolerância dimensional de até 5%. Produto novo, sem uso anterior, acompanhado de todos os acessórios necessários ao seu funcionamento.
	3	10	UNID.	**CUBA GASTRONÔMICA GN 1/1 – 65 MM:** recipiente gastronômico confeccionado em aço inoxidável, destinado ao acondicionamento, preparo, armazenamento, transporte e/ou exposição de alimentos, padrão GN 1/1, com dimensões aproximadas de 530 x 325 x 65 mm, admitida tolerância dimensional de até 5%. Deve possuir acabamento liso, resistente à corrosão, de fácil higienização, com bordas reforçadas e adequado para utilização em serviços de alimentação. Deve ser resistente a variações de temperatura e compatível com equipamentos e sistemas que utilizem o padrão gastronorm. A cuba deverá ser plenamente compatível com o equipamento descrito no item anterior, permitindo seu adequado encaixe, utilização e funcionamento no equipamento, sem adaptações ou alterações. Produto novo, sem uso anterior.
09	**10**	50	UNID.	**TATAME EM EVA:** placa tipo tatame confeccionada em EVA (etileno acetato de vinila) de alta densidade, destinada à utilização em atividades recreativas, esportivas, educacionais e de lazer, proporcionando superfície de proteção e amortecimento. Deverá possuir dimensões aproximadas de 1,00 m x 1,00 m, com espessura mínima de 20 mm, admitida tolerância dimensional de até 5%. Deverá possuir sistema de encaixe tipo quebra-cabeça nas laterais, permitindo a união firme entre as placas e a montagem de áreas de diferentes dimensões, sem necessidade de cola ou outros elementos de fixação. Material atóxico, impermeável, lavável, resistente à umidade, de fácil higienização e com acabamento uniforme, adequado ao contato direto dos usuários. Deverá possuir superfície antiderrapante, proporcionando maior segurança durante sua utilização, e bordas de acabamento que permitam montagem regular da área. O material deverá apresentar boa resistência ao uso contínuo, não se desagregando ou deformando facilmente em condições normais de utilização. Produto novo, sem uso anterior. O tatame deverá ser fornecido acompanhado de bordas/acabamentos laterais compatíveis com o sistema de encaixe, quando disponíveis para o modelo ofertado, permitindo o acabamento periférico da área montada.

Iguaraçu, 25 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:322FDDC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	60.049.900,00	73.737.623,51	10.679.672,05	43.677.840,28	30.059.783,23	12.100.757,85	42.017.322,28	31.720.301,23	40.567.685,13
DESPESAS CORRENTES	54.290.987,81	57.799.331,32	8.534.284,56	33.138.747,58	24.660.583,74	8.434.135,92	32.760.671,45	25.038.659,87	31.898.065,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.471.289,13	30.979.321,46	4.421.794,36	17.899.085,16	13.080.236,30	4.421.794,36	17.899.085,16	13.080.236,30	17.693.566,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.500.000,00	1.300.000,00	159.984,93	689.986,77	610.013,23	159.984,93	689.986,77	610.013,23	689.897,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.319.698,68	25.520.009,86	3.952.505,27	14.549.675,65	10.970.334,21	3.852.356,63	14.171.599,52	11.348.410,34	13.514.601,98
DESPESAS DE CAPITAL	4.107.792,00	14.408.202,62	2.145.387,49	10.539.092,70	3.869.109,92	3.666.621,93	9.256.650,83	5.151.551,79	8.669.619,24
INVESTIMENTOS	1.607.792,00	11.908.202,62	1.761.442,87	9.013.581,34	2.894.621,28	3.282.677,31	7.731.139,47	4.177.063,15	7.144.107,88
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.500.000,00	2.500.000,00	383.944,62	1.525.511,36	974.488,64	383.944,62	1.525.511,36	974.488,64	1.525.511,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.651.120,19	1.530.089,57	0,00	0,00	1.530.089,57	0,00	0,00	1.530.089,57	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	8.442.100,00	8.726.316,44	1.236.928,82	4.979.345,80	3.746.970,64	1.236.928,82	4.979.345,80	3.746.970,64	4.646.587,48
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	68.492.000,00	82.463.939,95	11.916.600,87	48.657.186,08	33.806.753,87	13.337.686,67	46.996.668,08	35.467.271,87	45.214.272,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	68.492.000,00	82.463.939,95	11.916.600,87	48.657.186,08	33.806.753,87	13.337.686,67	46.996.668,08	35.467.271,87	45.214.272,61
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	3.120.000,00	0,00	3.335.732,24	2.926.139,18	(2.926.139,18)	1.914.646,44	4.586.657,18	(4.586.657,18)	6.369.052,65
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	71.612.000,00	82.463.939,95	15.252.333,11	51.583.325,26	30.880.614,69	15.252.333,11	51.583.325,26	30.880.614,69	51.583.325,26
Entidades:									

Município de Inácio Martins

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:E9A965F3

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	8.442.100,00	8.726.316,44	1.236.928,82	4.979.345,80	3.746.970,64	1.236.928,82	4.979.345,80	3.746.970,64	4.646.587,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.994.100,00	3.367.941,80	508.267,30	2.045.461,87	1.322.479,93	508.267,30	2.045.461,87	1.322.479,93	2.045.461,87
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.448.000,00	5.358.374,64	728.661,52	2.933.883,93	2.424.490,71	728.661,52	2.933.883,93	2.424.490,71	2.601.125,61
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	8.442.100,00	8.726.316,44	1.236.928,82	4.979.345,80	3.746.970,64	1.236.928,82	4.979.345,80	3.746.970,64	4.646.587,48
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	8.442.100,00	8.726.316,44	1.236.928,82	4.979.345,80	3.746.970,64	1.236.928,82	4.979.345,80	3.746.970,64	4.646.587,48

Entidades:
Município de Inácio Martins

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:CEC8C932

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	71.612.000,00	78.022.196,73	15.252.333,11	19,55	51.583.325,26	66,11	26.438.871,47
RECEITAS CORRENTES	71.498.800,00	72.927.884,22	11.427.656,86	15,67	44.224.042,97	60,64	28.703.841,25
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	9.371.000,00	9.371.000,00	1.465.471,74	15,64	4.592.529,69	49,01	4.778.470,31
IMPOSTOS	8.091.000,00	8.091.000,00	1.224.583,99	15,14	3.652.027,93	45,14	4.438.972,07
TAXAS	1.280.000,00	1.280.000,00	240.887,75	18,82	940.501,76	73,48	339.498,24
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	414.000,00	414.000,00	95.908,82	23,17	373.484,75	90,21	40.515,25
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	414.000,00	414.000,00	95.908,82	23,17	373.484,75	90,21	40.515,25
RECEITA PATRIMONIAL	850.000,00	957.998,85	325.070,21	33,93	1.111.746,61	116,05	(153.747,76)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	41.000,00	41.000,00	6.192,14	15,10	18.236,12	44,48	22.763,88
VALORES MOBILIÁRIOS	809.000,00	916.998,85	318.878,07	34,77	1.093.510,49	119,25	(176.511,64)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	18.000,00	18.000,00	583,47	3,24	10.028,98	55,72	7.971,02
RECEITA AGROPECUÁRIA	18.000,00	18.000,00	583,47	3,24	10.028,98	55,72	7.971,02
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	42.000,00	42.000,00	11.192,41	26,65	36.173,69	86,13	5.826,31
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	11.192,41	27,98	36.173,69	90,43	3.826,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.792.700,00	61.784.191,74	9.496.350,88	15,37	37.495.650,38	60,69	24.288.541,36
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	32.782.000,00	33.474.271,46	5.257.600,46	15,71	20.111.390,31	60,08	13.362.881,15
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	16.024.600,00	16.323.820,28	2.557.720,24	15,67	10.245.217,37	62,76	6.078.602,91
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	11.946.100,00	11.946.100,00	1.681.030,18	14,07	7.139.042,70	59,76	4.807.057,30
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.100,00	340.693,63	33.079,33	9,71	604.428,87	177,41	(263.735,24)
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	4.979,13	0,00	16.691,56	0,00	(16.691,56)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	1.100,00	1.100,00	4.316,14	392,38	52.944,40	4.813,13	(51.844,40)
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	339.593,63	23.784,06	7,00	534.792,91	157,48	(195.199,28)

RECEITAS DE CAPITAL	113.200,00	5.094.312,51	3.824.676,25	75,08	7.359.282,29	144,46	(2.264.969,78)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	6.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	107.200,00	5.085.312,51	3.824.676,25	75,21	7.359.282,29	144,72	(2.273.969,78)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	2.700,00	642.619,23	194.828,88	30,32	881.523,49	137,18	(238.904,26)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	104.500,00	4.442.693,28	3.629.847,37	81,70	6.477.758,80	145,81	(2.035.065,52)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	71.612.000,00	78.022.196,73	15.252.333,11	19,55	51.583.325,26	66,11	26.438.871,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	71.612.000,00	78.022.196,73	15.252.333,11	19,55	51.583.325,26	66,11	26.438.871,47
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	71.612.000,00	78.022.196,73	15.252.333,11	19,55	51.583.325,26	66,11	26.438.871,47
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.561.743,22	0,00	0,00	7.561.743,22	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	7.561.743,22	0,00	0,00	7.561.743,22	100,00	0,00
Entidades:							
Município de Inácio Martins							
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 23/09/2026 09:31							

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:D71334DC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JULHO A AGOSTO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	8.442.100,00	8.726.316,44	1.236.928,82		4.979.345,80		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	8.442.100,00	8.726.316,44	1.236.928,82	14,17	4.979.345,80	57,06	0,00
Entidades:							
Município de Inácio Martins							

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:7DBF7DBC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea				
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.851.739,69	6.092.437,58	5.326.228,33	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	6.851.739,69	6.092.437,58	5.326.228,33	0,00
Empréstimos	6.782.074,62	6.032.724,63	5.276.467,50	0,00
Internos	6.782.074,62	6.032.724,63	5.276.467,50	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00

Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	69.665,07	59.712,95	49.760,83	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	69.665,07	59.712,95	49.760,83	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	11.499.609,64	8.642.541,26	13.881.090,55	0,00
Disponibilidade de Caixa	11.499.609,64	8.642.541,26	13.881.090,55	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.940.245,56	15.646.749,71	16.169.896,58	0,00
(-) Restos a pagar processados	5.422.349,74	6.987.722,99	2.251.804,88	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.286,18	16.485,46	37.001,15	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(4.647.869,95)	(2.550.103,68)	(8.554.862,22)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	64.319.105,07	64.566.247,22	67.498.045,19	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.600.000,00	1.600.000,00	2.575.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	62.719.105,07	62.966.247,22	64.923.045,19	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	10,92	9,68	8,20	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(7,41)	(4,05)	(13,18)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	75.262.926,08	75.559.496,66	77.907.654,23	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	67.736.633,48	68.003.547,00	70.116.888,81	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	142.713,94	5.714,08	5.714,08	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:				
Município de Inácio Martins				

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:5413C898

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE2026				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §				
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**64.319.105,07**	**64.566.247,22**	**67.498.045,19**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §	**1.600.000,00**	**1.600.000,00**	**2.575.000,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI -	**62.719.105,07**	**62.966.247,22**	**64.923.045,19**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**13.798.203,12**	**13.852.574,39**	**14.283.069,94**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**12.418.382,80**	**12.467.316,95**	**12.854.762,95**	**0,00**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Entidades:
Município de Inácio Martins

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:3DE5D77F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	67.498.045,19	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.575.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	64.923.045,19	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	10.387.687,23	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	9.348.918,51	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	4.544.613,16	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Entidades:		
Município de Inácio Martins		

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:96D95FFC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	8.091.000,00	3.652.027,93
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.166.000,00	619.556,81
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.130.000,00	195.783,53
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.465.000,00	881.879,91
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.330.000,00	1.954.807,68
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	49.961.000,00	28.994.337,20
2.1 - Cota-parte FPM	31.700.000,00	18.091.970,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	28.000.000,00	17.013.416,36

2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	3.700.000,00	1.078.553,64
2.2 - Cota-parte ICMS	16.000.000,00	9.755.736,72
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	261.000,00	154.834,44
2.4 - Cota-parte ITR	300.000,00	25.543,95
2.5 - Cota-parte IPVA	1.500.000,00	966.252,09
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	200.000,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	58.052.000,00	32.646.365,13
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	9.252.200,00	5.583.156,71
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	5.260.800,00	2.578.434,57

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.218.274,26	7.270.825,20
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	12.000.000,00	7.167.153,54
6.1.1 - Principal	11.936.300,00	7.134.001,05
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	63.700,00	33.152,49
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	7.274,26	103.671,66
6.3.1 - Principal	7.274,26	103.671,66
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	211.000,00	0,00
6.4.1 - Principal	209.000,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	2.000,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	2.684.100,00	1.550.844,34

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	207.038,54
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	207.038,54
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	7.477.863,74

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	12.281.248,67	7.285.968,10	7.285.968,10	7.260.622,70	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11.404.413,98	7.042.697,24	7.042.697,24	7.017.351,84	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	5.053.500,00	2.825.457,03	2.825.457,03	2.818.244,23	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	5.915.913,98	4.217.240,21	4.217.240,21	4.199.107,61	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.4 - Educação Especial	345.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	876.834,69	243.270,86	243.270,86	243.270,86	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	191.274,26	20.536,53	20.536,53	20.536,53	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	293.860,43	122.029,05	122.029,05	122.029,05	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	325.700,00	100.705,28	100.705,28	100.705,28	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	7.242.519,84	7.242.519,84	7.217.174,44	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.242.519,84	7.242.519,84	7.217.174,44	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.042.697,24	7.042.697,24	7.017.351,84	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.089.577,64	7.042.697,24	7.042.697,24	96,86
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	51.835,83	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	15.550,75	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	727.082,52	28.305,36	28.305,36	0,00	0,39

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.007.727,73	207.038,54	0,00	0,00	0,00	207.038,54
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.004.638,32	207.038,54	0,00	0,00	0,00	207.038,54
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	3.089,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.425.133,58	3.082.735,55	3.006.136,54	2.856.283,43	76.599,01

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)
20.1 - Educação Infantil	1.432.276,32	689.279,63	668.246,28	621.272,40	21.033,35
20.2 - Ensino Fundamental	3.576.457,26	1.952.837,67	1.916.615,96	1.823.305,00	36.221,71
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	57.300,00	11.120,99	163,73	0,00	10.957,26
20.4 - Educação Especial	716.500,00	191.515,15	184.086,95	180.761,04	7.428,20
20.5 - Administração Geral	557.000,00	234.760,69	233.802,20	227.723,57	958,49
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	85.600,00	3.221,42	3.221,42	3.221,42	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	16.463.282,25	9.826.082,95	9.768.827,89	9.603.197,65	57.255,06
CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB					
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	6.677.050,58	3.535.273,19	3.514.239,84	3.460.053,16	21.033,35
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.786.231,67	6.290.809,76	6.254.588,05	6.143.144,49	36.221,71
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					3.006.136,54
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					5.583.156,71
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					207.038,54
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					8.382.254,71

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			8.161.591,28	8.382.254,71	25,68
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.066.680,62	0,00	962.750,72	0,00	103.929,90
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	370.762,58	0,00	266.832,68	0,00	103.929,90
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	695.918,04	0,00	695.918,04	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.086.919,23	2.304.668,86
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.389.000,00	908.947,85
31.1.1 - Salário-Educação	864.000,00	560.234,14
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	253.000,00	190.241,40
31.1.4 - PNATE	127.000,00	158.472,31
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	145.000,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	641.919,23	699.701,72
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.056.000,00	696.019,29

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	4.033.843,99	2.940.032,71	2.897.230,50	2.881.565,33	42.802,21
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.550.347,59	1.870.252,27	1.870.252,27	1.870.252,27	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.456.496,40	1.058.334,62	1.015.532,41	1.002.496,36	42.802,21
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	22.000,00	1.779,12	1.779,12	1.779,12	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	9.666,70	9.666,70	7.037,58	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	22.740.226,24	13.308.736,36	13.189.335,14	12.998.471,46	119.401,22
33.1 - Despesas Correntes	20.869.248,46	11.717.056,52	11.597.655,30	11.406.791,62	119.401,22
33.1.1 - Pessoal Ativo	14.477.230,39	8.150.972,45	8.150.972,45	8.124.465,97	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou	166.000,00	90.947,50	90.947,50	90.947,50	0,00
filantrópicas sem fins lucrativos					
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	6.226.018,07	3.475.136,57	3.355.735,35	3.191.378,15	119.401,22
33.2 - Despesas de Capital	1.870.977,78	1.591.679,84	1.591.679,84	1.591.679,84	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.870.977,78	1.591.679,84	1.591.679,84	1.591.679,84	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	695.918,04	13.437,02
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	7.313.002,44	560.234,14
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	7.956.540,74	508.117,98
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	52.379,74	65.553,18
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	52.379,74	65.553,18
Entidades:		
Município de Inácio Martins		

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:2770CF25

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

INÁCIO MARTINS PREV		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53,		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	22.780.000,00	19.136.442,03
Receita de Contribuições dos Segurados	3.220.000,00	1.908.530,70
Civil	3.220.000,00	1.908.530,70
Ativo	3.100.000,00	1.848.924,41
Inativo	120.000,00	58.344,95
Pensionista	0,00	1.261,34
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00

Receita de Contribuições Patronais	3.640.000,00	2.366.530,91
Civil	3.640.000,00	2.366.530,91
Ativo	3.640.000,00	2.366.530,91
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	10.650.000,00	10.198.707,88
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	10.650.000,00	10.198.707,88
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	59.212,83
Outras Receitas Correntes	5.270.000,00	4.603.459,71
Compensação Financeira entre os regimes	300.000,00	1.089.330,09
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	4.970.000,00	3.514.129,62
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	17.810.000,00	15.622.312,41

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
Benefícios - Civil	11.361.000,00	6.639.206,95	6.639.206,95	6.639.206,95
Aposentadorias	9.970.000,00	5.822.224,22	5.822.224,22	5.822.224,22
Pensões	1.391.000,00	816.982,73	816.982,73	816.982,73
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	202.500,00	64.759,96	33.066,25	26.407,31
Compensação Financeira entre os regimes	201.000,00	64.759,96	33.066,25	26.407,31
Demais Despesas Previdenciárias	1.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	11.563.500,00	6.703.966,91	6.672.273,20	6.665.614,26
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	6.246.500,00	8.918.345,50	8.950.039,21	(6.665.614,26)

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	10.423.500,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	1.052.583,37
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	3.486.573,68
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	729.504,66
Investimentos e Aplicações	99.280.157,32
Outros Bens e Direitos	76.550.304,02

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00

Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.336,74
Investimentos e Aplicações	3.061.949,21
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre**
Contribuições dos Servidores	6.860.000,00	4.275.061,61
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	6.860.000,00	4.275.061,61

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO	**DOTAÇÃO**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS**

TESOURO)	ATUALIZADA	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:				
Inácio Martins Prev				

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:CBCB7A15

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	72.927.884,22	44.224.042,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.371.000,00	4.592.529,69
IPTU	1.166.000,00	619.556,81
ISS	2.465.000,00	881.879,91
ITBI	1.130.000,00	195.783,53
IRRF	3.330.000,00	1.954.807,68
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.280.000,00	940.501,76
Contribuições	414.000,00	373.484,75
Receita patrimonial	957.998,85	1.111.746,61
Aplicações Financeiras (II)	916.998,85	1.093.510,49
Outras Receitas Patrimoniais	41.000,00	18.236,12
Transferências correntes	61.784.191,74	37.495.650,38
Cota-Parte do FPM	26.100.000,00	14.689.286,91
Cota-Parte do ICMS	12.800.000,00	7.804.589,51
Cota-Parte do IPVA	1.200.000,00	773.002,82
Cota-Parte do ITR	240.000,00	20.435,24
Transferências da LC 61/1989	208.800,00	123.867,62
Transferências do FUNDEB	12.194.751,50	7.279.849,95
Outras transferências correntes	9.040.640,24	6.804.618,33
Demais receitas correntes	400.693,63	650.631,54
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	400.693,63	650.631,54
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	72.010.885,37	43.130.532,48
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	5.094.312,51	7.359.282,29
Operações de Crédito (VIII)	9.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.085.312,51	7.359.282,29
Convênios	4.272.593,28	3.114.412,75
Outras Transferências de Capital	812.719,23	4.244.869,54
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	5.085.312,51	7.359.282,29
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	77.096.197,88	50.489.814,77
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	77.096.197,88	50.489.814,77

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	66.525.647,76	38.118.093,38	37.740.017,25	36.544.653,37	4.172.625,49	1.463,66	1.463,66
Pessoal e encargos sociais	34.347.263,26	19.944.547,03	19.944.547,03	19.739.028,60	2.572.942,46	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.300.000,00	689.986,77	689.986,77	689.897,18	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	30.878.384,50	17.483.559,58	17.105.483,45	16.115.727,59	1.599.683,03	1.463,66	1.463,66
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	65.225.647,76	37.428.106,61	37.050.030,48	35.854.756,19	4.172.625,49	1.463,66	1.463,66
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	14.408.202,62	10.539.092,70	9.256.650,83	8.669.619,24	765.102,98	135.536,20	135.536,20
Investimentos	11.908.202,62	9.013.581,34	7.731.139,47	7.144.107,88	765.102,98	135.536,20	135.536,20

Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	2.500.000,00	1.525.511,36	1.525.511,36	1.525.511,36	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	11.908.202,62	9.013.581,34	7.731.139,47	7.144.107,88	765.102,98	135.536,20	135.536,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	1.530.089,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS **RPPS) (XXX)**	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	78.663.939,95	46.441.687,95	44.781.169,95	42.998.864,07	4.937.728,47	136.999,86	136.999,86
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	78.663.939,95	46.441.687,95	44.781.169,95	42.998.864,07	4.937.728,47	136.999,86	136.999,86
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							2.416.222,37
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							2.416.222,37

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.540.970,65	
JUROS NOMINAIS	Até Agosto / 2026	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.093.510,49	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	697.069,42	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.812.663,44	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Agosto / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	6.851.739,69	5.326.228,33
DEDUÇÕES (XL)	11.499.609,64	13.881.090,55
Disponibilidade de Caixa	11.499.609,64	13.881.090,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.940.245,56	16.169.896,58
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	5.422.349,74	2.251.804,88
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.286,18	37.001,15
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(4.647.869,95)	(8.554.862,22)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	3.906.992,27	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	205.167,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Agosto / 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(3.170.544,86)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	736.447,41	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	340.006,34	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.561.743,22	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	7.561.743,22	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
Entidades:		
Município de Inácio Martins		

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:573B1F52

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCA

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	67.498.045,19	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	64.923.045,19	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	64.275.533,19	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	32.009.108,50	49,80
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	34.708.787,92	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	32.973.348,53	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	31.237.909,13	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**

Dívida consolidada líquida	-8.554.862,22	-13,18
Limite definido por resolução do senado federal	77.907.654,23	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	14.283.069,94	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	10.387.687,23	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	4.544.613,16	7,00
Entidades:		
Município de Inácio Martins		

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:5667F458

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	71.612.000,00
Previsão Atualizada da Receita	78.022.196,73
Receitas Realizadas	51.583.325,26
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	7.561.743,22
Dotação Inicial	68.492.000,00
Créditos Adicionais	13.971.939,95
Dotação Atualizada	82.463.939,95
Despesas Empenhadas	48.657.186,08
Despesas Liquidadas	46.996.668,08
Despesas Pagas	45.214.272,61
Superávit Orçamentário	4.586.657,18
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	48.657.186,08
Despesas Liquidadas	46.996.668,08
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	67.498.045,19
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	64.923.045,19
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	64.275.533,19
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	8.521.019,87	0,00 %
Resultado Primário	1.540.970,65	8.124.578,80	527,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.422.349,74	15.122,27	4.937.728,47	469.499,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	142.713,94	0,00	136.999,86	5.714,08
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.565.063,68	15.122,27	5.074.728,33	475.213,08

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	8.382.254,71	25% / 18%	25,68
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	7.042.697,24	70%	96,86

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**
Receita de Operações de Crédito	0,00	9.000,00

Despesa de Capital Líquida	10.539.092,70	3.869.109,92

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	3.136,81

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.256.074,00	15%	22,99
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			
Entidades:			
Município de Inácio Martins			

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:68DE9801

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
EDITAL Nº 001.13/2026 – 9ª CONVOCAÇÃO

Irati, 28 de setembro de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 003/2026, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 002/2026 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Francieli Dwulatka; Menbros Gerson Arnold e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em 06/01/2026, Edição 3441, **TORNA PÚBLICO a nona convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMASDH visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 001.1/2026, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 01 de outubro de 2026, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

Cuidador(a) Social							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
129	VALDÍRIA DE SOUZA	15	100	0	0	115	54
135	ERIDIANE DOS SANTOS COLAÇO	15	100	0	0	115	55
014	STEPHANY TAUANI RODRIGUES	15	100	0	0	115	56
009	MANOELA MENDES	15	100	0	0	115	57
052	FABIELLE VITÓRIA DIBAS KAMINSKI	10	100	0	0	110	58

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:

a) Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;

b) Carteira de Identidade – RG (cópia);

c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);

d) PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);

e) Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;

f) Título de Eleitor (cópia);

g) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);

h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);

i) Certidão de Casamento (se couber, cópia);

j) Certidão de Divórcio (se couber, cópia);

k) Comprovante de endereço atual (cópia);

l) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;

m) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;

n) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

o) Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);

p) Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;

q) Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;

r) O cargo de Terapeuta Ocupacional deverá apresentar documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;

s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

FRANCIELI DWULATKA

Decreto nº 002/2026

Presidente do PSS

Publicado por:
Joao Lucas Gomes da Silva
Código Identificador:A3F1EBAD

PROCURADORIA
EDITAL Nº 001.2./2026 - 39ª CONVOCAÇÃO

Irati, 28 de setembro de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 421/2025, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 420/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Francieli Dwulatka; Membros: Gerson Arnold e Delma Braz Serenato) publicados no Diário Oficial do Município em 27/06/2025, Edição 3307, **TORNA PÚBLICO a trigéssima nona convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMAS/SEMUCI visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 001.2/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 01 de outubro de 2026, com horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

PSICÓLOGO(A) PARA PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIO							
Inscrição	**Nome do candidato**	**Grupo I**	**Grupo II**	**Grupo III**	**Grupo IV**	**TOTAL**	**Classificação**
179	JOSUÉ DOS SANTOS MARQUES	0	0	0	0	0	32º

OFICINEIRO(A) de YOGA							
Inscrição	**Nome do candidato**	**Grupo I**	**Grupo II**	**Grupo III**	**Grupo IV**	**TOTAL**	**Classificação**
085	LARYSSA EMILIA PASZKO	0	0	0	228	228	2ª

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:

a. Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;

b. Carteira de Identidade – RG (cópia);

c. Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);

d. PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);

e. Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;

f. Título de Eleitor (cópia);

g. Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);

h. Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);

i. Certidão de Casamento (se couber, cópia);

j. Certidão de Divórcio (se couber, cópia);

k. Comprovante de endereço atual (cópia);

l. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;

m. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;

n. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

o. Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);

p. Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;

q. Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;

r. O cargo em Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional, Oficineiro(a) Práticas Corporais, Oficineiro(a) Práticas Esportivas, Oficineiro(a) Pilates, Oficineiro(a) de Natação e Hidroginástica, deverão apresentar declaração ou documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;

s. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), dentro do prazo de validade, para os candidatos convocados à função de Motorista;

t. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

u. Declaração de Entrega dos Documentos Comprobatórios, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

FRANCIELI DWULATKA

Decreto nº 420/2025

Presidente do PSS

Publicado por:
Joao Lucas Gomes da Silva
Código Identificador:39D4599E

PROCURADORIA
EDITAL Nº 002.33/2026 – 29ª CONVOCAÇÃO

Irati, 28 de setembro de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 588/2025, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 703/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Gerson Arnold; Membros: Francieli Dwulatka e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em 13/10/2025, Edição 3383, **TORNA PÚBLICO a vigéssima nona convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMASDH visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 002.1/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 01 de outubro de 2026, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

Entrevistadora Social							
Nº	CANDIDATO	Grupo I (100)	Grupo II (100)	Grupo III (50)	Grupo IV (250)	TOTAL	Classif.

038	ELAINE SIQUEIRA DE LIMA	0	100	0	04	104	28ª
103	MÁRCIA REGINA STACKIW	0	100	0	0	100	29ª
168	JEFERSON DOS SANTOS CRISTO	0	100	0	0	100	30º

Orientadora Social							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
127	GISLAINE SCHREIDER	25	100	0	0	125	12ª
258	ANA HUL	0	100	0	17	117	13ª

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:

a) Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;

b) Carteira de Identidade – RG (cópia);

c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);

d) PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);

e) Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;

f) Título de Eleitor (cópia);

g) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);

h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);

i) Certidão de Casamento (se couber, cópia);

j) Certidão de Divórcio (se couber, cópia);

k) Comprovante de endereço atual (cópia);

l) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;

m) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;

n) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

o) Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);

p) Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;

q) Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;

r) O cargo de Terapeuta Ocupacional deverá apresentar documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;

s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

GERSON ARNOLD

Decreto nº 703/2025

Presidente do PSS

Publicado por:
Joao Lucas Gomes da Silva
Código Identificador:9DE4799B

PROCURADORIA
EDITAL Nº 009/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI – PARANÁ

1º CONCURSO DE PIEROGUE DE IRATI – 2026

Seleção do Representante de Irati para o 1º Festival Regional do Pierogue e escolha do Melhor Pierogue de Irati

O presente Edital tem por objeto regulamentar o 1º Concurso de Pierogue de Irati, destinado a valorizar a gastronomia e a identidade cultural do Município, mediante avaliação técnica e sensorial de receitas de pierogue, com seleção de vencedor na categoria I Pessoa Física – Representante de Irati, e na categoria II Pessoa Jurídica – Melhor Pierogue de Irati.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto regulamentar o 1º Concurso de Pierogue de Irati, destinado à seleção e premiação de participantes em duas categorias distintas:

I – CATEGORIA I PESSOA FÍSICA (PF): destinada a pessoas físicas, que concorrerá a representação oficial de Irati na etapa regional, onde na etapa regional o ganhador terá como prêmio principal uma viagem à Polônia, observadas as condições previstas no edital Regional e as regras da organização/parceria responsável pelo prêmio.

II – CATEGORIA II PESSOA JURÍDICA (PJ): destinada a empresas, estabelecimentos gastronômicos, restaurantes, lanchonetes, cozinhas profissionais, agroindústrias e demais pessoas jurídicas regularmente constituídas, que concorrerão ao título de “Melhor Pierogue de Irati”.

2. DOS OBJETIVOS

2.1. Valorizar o pierogue como manifestação da cultura e da gastronomia de influência polonesa presente em Irati.

2.2. Identificar e reconhecer pessoas e empresas que preservam e aprimoram a produção do pierogue.

2.3. Fortalecer a identidade gastronômica de Irati e estimular o turismo cultural e gastronômico.

2.4. Promover os empreendedores e estabelecimentos locais, incentivando a qualidade, a inovação e a profissionalização.

2.5. Selecionar o representante de Irati para participação no 1º Festival Regional do Pierogue.

2.6. Criar uma referência municipal de qualidade para o pierogue produzido em Irati.

3. DAS CATEGORIAS E DA PARTICIPAÇÃO

3.1. As inscrições serão independentes e realizadas em formulário próprio para cada categoria.

3.2. CATEGORIA I PF – REPRESENTANTE DE IRATI: poderá participar qualquer pessoa física maior de 18 (dezoito) anos, domiciliado em Irati/PR, conforme documentação exigida.

3.3. CATEGORIA II PJ – MELHOR PIEROGUE DE IRATI: poderão participar pessoas jurídicas regularmente constituídas e estabelecidas em Irati/PR, com atividade compatível com produção, preparo ou comercialização de alimentos, observadas as exigências sanitárias aplicáveis.

3.4. Cada participante poderá concorrer com 01 (uma) receita de pierogue por categoria.

3.5. É vedada a inscrição da mesma receita simultaneamente por PF e PJ quando houver vínculo direto entre o participante PF e o estabelecimento PJ, salvo autorização expressa da Comissão Organizadora.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e realizadas no período de 28 de setembro de 2026 a 06 de outubro de 2026, até as 17h00min.

4.2. O local, endereço, formulário eletrônico ou demais meios de inscrição serão divulgados pela Prefeitura Municipal de Irati e pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

4.3. Não serão aceitas inscrições após o prazo estabelecido, salvo prorrogação formalmente publicada pela Administração Municipal.

4.4. A inscrição implica ciência e aceitação integral deste Edital.

4.5. A Comissão Organizadora poderá solicitar informações ou documentos complementares para confirmação da habilitação.

4.6. É vedada a participação de agentes públicos municipais vinculados à Prefeitura Municipal de Irati, incluindo servidores efetivos, empregados públicos, comissionados, contratados temporários e estagiários, bem como de seus respectivos cônjuges e companheiros, quando houver risco de conflito de interesses.

5. DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. Para a CATEGORIA PF, deverão ser apresentados:

I – documento oficial de identificação com foto;

II – CPF;

III – CND municipal;

IV – comprovante de residência em Irati/PR;

V – ficha de inscrição e termo de responsabilidade;

VI – descrição da receita apresentada, contendo ingredientes e modo de preparo, quando solicitado pela Comissão.

5.2. Para a CATEGORIA PJ, deverão ser apresentados:

I – cartão ou comprovante de CNPJ estabelecido no município de Irati;

II – documento de identificação do representante legal;

III – CND municipal;

IV – ficha de inscrição e termo de responsabilidade;

V – documento que comprove atividade compatível, quando necessário;

VI – Alvará Sanitário vigente, quando exigível para a atividade.

5.3. A ausência de documentação essencial poderá resultar na inabilitação do inscrito.

6. DA RECEITA E DA APRESENTAÇÃO DO PIEROGUE

6.1. O participante deverá apresentar pierogue de receita própria ou tradicional, respeitando as características essenciais do produto.

6.2. A Comissão poderá estabelecer previamente a quantidade de unidades a serem apresentadas para degustação e avaliação, bem como o padrão de tamanho e forma de apresentação.

6.3. O participante deverá informar os principais ingredientes e eventuais alergênicos.

6.4. Na avaliação, serão considerados exclusivamente os produtos apresentados no momento oficial do concurso.

6.5. Para assegurar maior imparcialidade, sempre que possível, a degustação poderá ocorrer de forma identificada apenas por número ou código, sem divulgação do nome do participante aos avaliadores durante a prova.

7. DA COMISSÃO JULGADORA

7.1. A avaliação será realizada por Comissão Julgadora designada pela Prefeitura Municipal de Irati, composta por número ímpar de avaliadores, preferencialmente com conhecimentos nas áreas de gastronomia, cultura, turismo, alimentação ou áreas correlatas.

7.2. Os membros da Comissão deverão declarar eventual impedimento ou conflito de interesses.

7.3. A Comissão Julgadora atribuirá notas individuais conforme os critérios e pesos estabelecidos neste Edital.

7.4. A nota final será obtida pela soma das notas atribuídas aos critérios, conforme a pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

7.5. As decisões da Comissão Julgadora quanto aos aspectos técnicos e sensoriais da avaliação serão registradas em ata.

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO – CATEGORIA I PF

Critério	Pontuação máxima	O que será avaliado
Sabor e equilíbrio	40 pontos	Sabor geral, equilíbrio dos ingredientes, tempero e intensidade adequada.
Massa	20 pontos	Textura, espessura, cozimento, maciez e qualidade da massa.
Recheio	20 pontos	Qualidade, textura, proporção e harmonia do recheio.
Apresentação	10 pontos	Formato, acabamento, uniformidade e apresentação do produto.
Tradição e identidade cultural	10 pontos	Relação com a tradição do pierogue e valorização da identidade

		gastronômica.
TOTAL	100 pontos	

8.1. Será considerado vencedor da Categoria I PF o participante que obtiver a maior pontuação final.

8.2. O vencedor da Categoria I Pessoa Física – PF será reconhecido como representante oficial do Município de Irati no 1º Festival Regional do Pierogue, ficando habilitado a participar da etapa regional do concurso, juntamente com os representantes dos demais municípios participantes.

8.3. A classificação obtida no 1º Concurso de Pierogue de Irati **não implica concessão automática de viagem à Polônia**, sendo que eventual viagem ou outra premiação internacional será destinada exclusivamente ao vencedor da etapa regional, conforme regulamento, critérios e condições estabelecidos pelos organizadores do 1º Festival Regional do Pierogue e seus respectivos parceiros.

A participação do representante de Irati na etapa regional estará condicionada ao cumprimento das regras, prazos, condições e critérios estabelecidos pela organização do Festival Regional.

9. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO – CATEGORIA PJ

Critério	**Pontuação máxima**	**O que será avaliado**
Sabor e equilíbrio	40 pontos	Sabor geral, equilíbrio dos ingredientes, tempero e qualidade sensorial.
Massa	20 pontos	Textura, espessura, cozimento, maciez e qualidade da massa.
Recheio	20 pontos	Qualidade, textura, proporção, sabor e harmonia do recheio.
Apresentação e acabamento	10 pontos	Formato, padronização, acabamento e apresentação do produto.
Identidade e qualidade do produto	10 pontos	Preservação da identidade do pierogue, qualidade dos ingredientes e coerência da proposta.
TOTAL	100 pontos	

9.1. Será considerado vencedor da Categoria PJ o estabelecimento que obtiver a maior pontuação final, recebendo o título de **"Melhor Pierogue de Irati".**

9.2. A premiação e o uso do título poderão ser divulgados pelo Município e pelo estabelecimento vencedor em materiais institucionais e promocionais, observadas as regras de identidade visual e comunicação institucional.

10. DO SISTEMA DE NOTAS

10.1. Cada avaliador atribuirá nota dentro da pontuação máxima prevista para cada critério.

10.2. A nota final de cada participante será calculada pela média das notas dos avaliadores em cada critério, somadas ao final.

10.3. Exemplo: se um participante receber as notas médias de 36 pontos em Sabor, 18 em Massa, 17 em Recheio, 9 em Apresentação e 8 em Tradição/Identidade, sua pontuação final será de 88 pontos.

10.4. Será elaborado ranking de classificação para cada categoria.

11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Em caso de empate na pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios:

I–maiorpontuaçãoemSaboreequilíbrio;

II–maiorpontuaçãoemMassa;

III–maiorpontuaçãoemRecheio;

IV–maiorpontuaçãoemApresentação;

V–maiorpontuaçãonoquintocritérioespecíficodacategoria;

VI– persistindo o empate, sorteio público.

11.2. Para a Categoria PF, o desempate seguirá os mesmos critérios, sem prejuízo das regras específicas do 1º Festival Regional do Pierogue.

12. DA PREMIAÇÃO

CONFORME LEI Nº 5.383, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

12.1. CATEGORIA I – PESSOA FÍSICA (PF):

I – O 1º colocado receberá prêmio no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e será classificado para representar o Município de Irati na etapa regional do 1º Festival Regional do Pierogue;

II – O 2º colocado receberá prêmio no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) e também será classificado para a etapa regional do 1º Festival Regional do Pierogue, na condição e forma estabelecidas pela organização do evento regional;

III – O 3º colocado receberá prêmio no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais).

12.2. Os participantes classificados em 1º e 2º lugares na Categoria PF estarão habilitados a participar da etapa regional do 1º Festival Regional do Pierogue, observadas as regras, critérios, prazos e demais condições estabelecidas pela organização do evento regional.

12.3. A classificação para a etapa regional não implica concessão automática de viagem à Polônia ou de qualquer outra premiação internacional. Eventual viagem ou premiação será concedida conforme o regulamento e as condições estabelecidas pelos organizadores do Festival Regional e seus respectivos parceiros.

12.4. CATEGORIA II – PESSOA JURÍDICA (PJ):

I – O 1º colocado receberá prêmio no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e o título oficial de “MELHOR PIEROGUE DE IRATI – 2026”;

II – O 2º colocado receberá prêmio no valor de R$ 1.000,00 (mil reais);

III – O 3º colocado receberá prêmio no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais).

12.5. Todos os valores referentes à premiação serão pagos aos respectivos vencedores/classificados mediante os procedimentos administrativos estabelecidos pelo Município, observada a legislação aplicável.

12.6. A Prefeitura Municipal de Irati poderá divulgar os resultados, imagens, nomes dos vencedores e informações do concurso em seus canais oficiais, respeitada a legislação aplicável.

13. DA REPRESENTAÇÃO NO 1º FESTIVAL REGIONAL DO PIEROGUE

13.1. O primeiro colocado, na condição de representante titular, e o segundo colocado, na condição de representante suplente da Categoria PF comprometem-se, caso sejam convocados, a representar Irati no 1º Festival Regional do Pierogue, participando das atividades previstas pela organização do Festival.

13.2. Os representantes deverão observar as regras do Festival Regional, inclusive quanto à receita, quantidade, preparo, apresentação, horários e demais exigências.

13.3. A participação no Festival Regional constitui condição vinculada ao reconhecimento obtido no concurso municipal.

14. DO CRONOGRAMA

Etapa	Data
Período de inscrições – PF e PJ	28/09/2026 a 06/10/2026
Análise/habilitação das inscrições	07/10/2026 a 08/10/2026
Divulgação dos habilitados	09/10/2026
Prazo para recursos	12/10/2026 a 14/10/2026
Análise dos recursos e resultado definitivo	15/10/2026
Realização do concurso/avaliação	17/10/2026
Divulgação da classificação final	17/10/2026

14.1. A data, horário e local da etapa presencial de avaliação será no dia 17 de outubro de 2026.

14.2. O cronograma poderá ser alterado por motivo de interesse público, necessidade operacional ou força maior, mediante divulgação oficial.

15. DOS RECURSOS

15.1. Caberá recurso contra a decisão de habilitação/inabilitação, no prazo definido no cronograma.

15.2. Não caberá recurso para revisão subjetiva das notas técnicas atribuídas pelos jurados após a realização da degustação, salvo erro material, erro de soma, identificação equivocada ou descumprimento comprovado das regras do Edital.

15.3. Os recursos deverão ser apresentados por escrito à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, pelos meios oficialmente divulgados.

16. DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPANTES

16.1. Cumprir integralmente este Edital e as orientações da Comissão Organizadora.

16.2. Apresentar produto próprio, em condições adequadas de higiene, armazenamento e consumo.

16.3. Informar corretamente ingredientes e alergênicos.

16.4. Responsabilizar-se pela segurança sanitária e pela qualidade do alimento apresentado.

16.5. Comparecer no horário estabelecido para a avaliação, sob pena de desclassificação.

16.6. Não apresentar produto diferente daquele informado na inscrição sem autorização da Comissão.

16.7. Assumir responsabilidade civil, administrativa e eventualmente penal pelas informações e produtos apresentados.

17. DA DESCLASSIFICAÇÃO

17.1. Poderá ser desclassificado o participante que apresentar documentação falsa ou informação inverídica.

17.2. Será desclassificado o participante que não comparecer à etapa de avaliação no horário estabelecido, salvo situação excepcional aceita pela Comissão.

17.3. Poderá ser desclassificado o participante que apresentar alimento em condições inadequadas de higiene ou conservação.

17.4. Poderá ser desclassificado o participante que tentar identificar ou influenciar os avaliadores durante avaliação realizada de forma cega.

17.5. A constatação de fraude, adulteração ou substituição do produto apresentado poderá acarretar desclassificação imediata.

18. DA PUBLICIDADE, USO DE IMAGEM E DIVULGAÇÃO

18.1. A participação no concurso implica autorização para registro fotográfico e audiovisual das atividades do evento, para fins institucionais e de divulgação do concurso e das ações de promoção cultural, turística e econômica do Município, observada a legislação aplicável.

18.2. Os resultados poderão ser publicados nos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Irati.

19. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. Os dados pessoais coletados no âmbito deste Edital serão tratados nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), exclusivamente para fins relacionados à inscrição, organização, avaliação, divulgação dos resultados e execução das atividades decorrentes do concurso.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A inscrição implica plena concordância com todas as disposições deste Edital.

20.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, observada a legislação aplicável.

20.3. A Prefeitura Municipal de Irati poderá divulgar regulamento complementar para detalhar aspectos operacionais do concurso, desde que não altere os critérios de julgamento ou prejudique a isonomia entre os participantes.

20.4. O presente Edital será publicado nos canais oficiais do Município.

20.5. Integram este Edital, para todos os fins, os modelos de ficha de inscrição e termo de responsabilidade das categorias PF e PJ.

Irati – PR, 25 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES

Prefeito Municipal de Irati

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO – CATEGORIA PESSOA FÍSICA (PF)

NOME COMPLETO: _____

CPF: _____ RG: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/_____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

NOME DA RECEITA / IDENTIFICAÇÃO DO PIEROGUE: _____

DESCRIÇÃO DA RECEITA: _____

PRINCIPAIS INGREDIENTES: _____

ALERGÊNICOS: _____

DECLARAÇÃO: Declaro que as informações prestadas são verdadeiras, que conheço e aceito integralmente o Edital do 1º Concurso de Pierogue de Irati e que me comprometo a cumprir suas regras, inclusive as condições relacionadas à representação de Irati no 1º Festival Regional do Pierogue, caso seja vencedor.

Irati – PR, ____ de _____ de 2026.

Assinatura: _____

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO – CATEGORIA PESSOA JURÍDICA (PJ)

RAZÃO SOCIAL: _____

NOME FANTASIA: _____

CNPJ: _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____

CPF DO REPRESENTANTE: _____

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

NOME DA RECEITA / IDENTIFICAÇÃO DO PIEROGUE: _____

DESCRIÇÃO DA RECEITA:

_____

PRINCIPAIS INGREDIENTES: _____

ALERGÊNICOS: _____

DECLARAÇÃO: Declaro, na qualidade de representante legal, que as informações prestadas são verdadeiras, que conheço e aceito integralmente o Edital do 1º Concurso de Pierogue de Irati e que o estabelecimento se responsabiliza pelas condições sanitárias e pela qualidade do produto apresentado.

Irati – PR, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal: _____

ANEXO III – FICHA DE AVALIAÇÃO DOS JURADOS

CATEGORIA: ( ) PF – REPRESENTANTE DE IRATI ( ) PJ – MELHOR PIEROGUE DE IRATI

CÓDIGO DO PARTICIPANTE: _____

Critério	Máximo	Nota atribuída
Sabor e equilíbrio	40	_____
Massa	20	
Recheio	20	_____
Apresentação / acabamento	10	
Tradição / identidade / qualidade do produto	10	
TOTAL	100	_____

OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR:

_____

Declaro não possuir impedimento ou conflito de interesse em relação aos participantes.

Nome do avaliador: _____

Assinatura: _____

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:05A4E26A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CONTABILIDADE
EXTRATOS DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 70/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Matheus Carvalho	*Motorista*	*Bandeirantes*	*14, 15, 16, 17, 18/09/2026*	*Transporte de Universitários*	*R$ 150,00*
Edimar Aparecido Martimiano	*Motorista*	*Assis*	*14, 15, 16, 17, 18/09/2026*	*Transporte de Universitários*	*R$ 300,00*
Odair José de Souza	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*14, 15, 16, 17, 18/09/2026*	*Transporte de Universitários*	*R$ 300,00*
Rodrigo Aparecido Ramos	*Motorista*	*Apucarana*	*16/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 120,00*
Rodrigo Aparecido Ramos	*Motorista*	*Maringá*	*17/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 120,00*
Francisco Sanches Filho	*Motorista*	*Cornélio Prcópio*	*19/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
Joel Rodrigues da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*19/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
Valdir da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*19/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
Salvador Paulo Dias	*Motorista*	*Londrina*	*20/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
César Augusto da Silva Carrara	*Motorista*	*Londrina*	*28, 29, 30/09, 01, 02/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Cristian Guilherme Zamboni	*Motorista*	*Londrina*	*30/09, 01, 02/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 180,00*
Joel Rodrigues da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*28, 29, 30/09, 01, 02/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Rodrigo Aparecido Ramos	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*28, 29, 30/09, 01, 02/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Salvador Paulo Dias	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*28, 29, 30/09, 01, 02/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Tiago Aparecido Borges	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*28, 29, 30/09, 01, 02/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
William Medeiros da Silva	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*28, 29, 30/09, 01, 02/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*

Evaldo Aparecido Roberto	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*28, 29, 30/09, 01, 02/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Valdir da Silva	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*28, 29, 30/09, 01, 02/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Francisco Sanches Filho	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*28, 29, 30/09, 01, 02, 03/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 360,00*
Regiane da Silva Mendes Polizel	*Secretária da Saúde*	*Nova Fátima*	*25/09/2026*	*7ª Reunião Ordinária do ConselhoRegional de Secretarias Municipais de Saúde- CRESEMS*	*R$ 102,50*
Leticia Roble	*Diretora da Saúde*	*Nova Fátima*	*25/09/2026*	*7ª Reunião Ordinária do ConselhoRegional de Secretarias Municipais de Saúde- CRESEMS*	*R$ 72,50*

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 25 de setembro de 2026.

CANCELAMENTO DE DIÁRIAS:

Ficam canceladas as diárias publicadas no extrato nº 67//2026, em 10 de setembro de 2026, Edição 3613, onde se lê:

NOME	***CARGO***	***DESTINO***	***PERÍODO***	***ATIVIDADE***	***VALOR***
Rodrigo Aparecido Ramos	*Motorista*	*Londrina*	*16 e 17/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 120,00*

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 25 de setembro de 2026

Publicado por:
Elaine ap Munhoz da Silva
Código Identificador:9BFC01A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2026

M U N I C Í P I O D E I T A P E J A R A D ' O E S T E - P R

E D I T A L D E A B E R T U R A D O P R O C E S S O S E L E T I V O S I M P L I F I C A D O N º . 0 0 4 / 2 0 2 6

A PREFEITURA DE ITAPEJARA D` OESTE, Estado do Paraná, por meio do INSTITUTO OMNI, na forma prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público o Edital nº 004/2026 que dispõe sobre a abertura de inscrições do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS OBJETIVAS**, visando selecionar candidatos. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será regido pelas instruções a seguir:

1. DA FUNÇÃO

1.1 A Função a ser provida, o requisito mínimo, a carga horária mínima, o salário base, as vagas são os seguintes:

FUNÇÃO	Vagas	Carga horária semanal	Salário Base	Requisitos Mínimos
Professor - I	20	20 h	R$ 2.565,31	Habilitação Mínima: Curso de Pedagogia, Curso Normal Superior ou outra licenciatura plena precedida de formação em magistério em Nível Médio Área de Atuação: Multidisciplinar na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental ou em conteúdo especifico de Educação Física , Arte ou Língua Inglesa

1.2 A aplicação das provas do Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026, será composta por Prova Objetiva.

1.3 As atribuições e funções inerentes a cada função estão detalhadas no Anexo I.

1.4 Os candidatos nomeados estarão sujeitos ao **regime jurídico CLT**, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de **ITAPEJARA D` OESTE /PR** e demais legislações aplicáveis.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e será organizado pelo INSTITUTO OMNI, bem como regido pelas instruções especiais constantes do presente Edital, elaborado em conformidade com os ditames das Legislações Federal e Municipal vigentes e pelas normas cabíveis que vierem a surgir.

2.2 O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO compreenderá a aplicação de **Prova Escrita Objetiva de caráter classificatório e eliminatório**

2.3 As provas serão realizadas na cidade de **ITAPEJARA D` OESTE - PR**, por definição conjunta do Município de **ITAPEJARA D` OESTE – PR** e o INSTITUTO OMNI.

2.4 O edital completo e respectivas retificações serão publicadas no site www.omniinstituto.org.br , www.itapejaradoeste.pr.gov.br e jornal diário da região.

2.5 Os meios oficiais de divulgação dos atos deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão, bem como no www.itapejaradoeste.pr.gov.br *e* no site www.omniinstituto.org.br

2.6 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e a divulgação desses documentos através do site www.omniinstituto.org.br e demais meios oficiais de divulgação definidos no **item 2.5**.

2.7 Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário de Brasília.

3. REQUISITOS PARA INVESTIDURA NA FUNÇÃO

3.1 São condições para ingresso em função pública:

3.1.1 Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal 70.436/72.

3.2 São requisitos para nomeação:

3.2.1 Ser aprovado neste Processo Seletivo Simplificado;

3.2.2 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos

3.2.3 Ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições da função mediante confirmação de exame

médico admissional;

3.2.4 Estar quite com o Serviço Militar, se do sexo masculino;

3.2.5 Estar no gozo dos direitos civis e políticos;

3.2.6 Atender as condições de escolaridade e requisitos da função;

3.2.7 Possuir habilitação profissional para o exercício das funções, quando for o caso;

3.2.8 Atender as condições especiais, prescritas em lei ou decreto, para determinadas funções;

3.2.9 Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado “a bem do serviço público”, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental;

3.2.10 Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite acumulação de Cargos, empregos e funções, ressalvados os casos contidos nas alíneas “a”, “b” e “c”, inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal, inclusive no que concerne à compatibilidade de horários.

3.2.11 Não ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo cargo, empregos e funções, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória.

3.3 Os requisitos citados acima, assim como os dispostos no **Item 1,** deste Edital são essenciais para contratação, devendo o candidato na ocasião da convocação, apresentar os documentos exigidos no Departamento de Recursos Humanos do Município de **ITAPEJARA D` OESTE - PR**. No caso do não cumprimento das referidas exigências, o candidato perderá o direito à vaga.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão exclusivas pela internet, conforme item **4.2**. Não serão admitidas inscrições pelo Correio, Fax, E-mail ou outra forma diferente da definida no item **4.2.**

4.2 - Será admitida a inscrição apenas via INTERNET, no endereço eletrônico www.omniinstituto.org.br **a partir do dia 26/09/2026 até o dia 20/10/2026** após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição no endereço www.omniinstituto.org.br

4.2.1 – As Inscrições são gratuitas, conforme o presente Edital.

4.2.2 - O INSTITUTO OMNI, não se responsabiliza por inscrições via internet, não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilite a transferência dos dados, salvo por culpa exclusiva da instituição organizadora.

4.2.3 - Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o site www.omniinstituto.org.br em caso de dúvida para efetivar a sua inscrição, o candidato poderá consultar a "Área do Candidato" de como realizar a sua Inscrição, disponível na página inicial do site ou entrar em contato com a empresa através do e-mail atendimento@omniinstituto.org.br.

4.3 - Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória.

4.4 - Não serão recebidas inscrições por via postal, fac-símile ou condicional, sob qualquer pretexto, fora do prazo estabelecido ou que não atenda rigorosamente às disposições contidas neste edital.

4.5 - Não serão aceitas inscrições contendo dados incompletos.

4.5.1 - Os dados cadastrais fornecidos pelos candidatos poderão ser retificados no prazo máximo da data recursal das Homologações das Inscrições, posteriormente não serão aceitas alterações.

4.6 - No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o INSTITUTO OMNI procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição Formulário estará em posse do Coordenador do INSTITUTO OMNI.

4.7 - A inclusão de que trata o item **4.6** será realizada de forma condicional e será confirmada pela INSTITUTO OMNI, na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

4.7.1 - Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item **4.6**, a mesma será cancelada, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

4.8 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas contidas neste edital.

4.9 - A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no requerimento de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas, implicará no cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, após processo administrativo em que se garantam os princípios do contraditório e ampla defesa.

4.10 - A partir do dia 22/10/2026 o candidato deverá conferir no site www.omniinstituto.org.br, se foi deferido seu requerimento de inscrição, o prazo para recurso referente as inscrições homologadas serão no período de **23/10/2026 a 24/10/2026**

5. DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA E CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR A PROVA

5.1. Nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, e demais

normas aplicáveis, fica assegurado às pessoas com deficiência o direito de inscrição no presente certame.

5.2. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas definidas na Lei Federal nº 13.146/2015 e na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, observadas as demais disposições legais vigentes, inclusive a Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça e a Lei Federal nº 14.126/2021, quando aplicáveis.

5.3. Do total de vagas ofertadas durante o prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, 5% (cinco por cento) serão reservadas às pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, a Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, e demais normas aplicáveis à matéria, observada a compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atribuições do Empregopara o qual concorre.

5.4. A convocação dos candidatos com deficiência observará o percentual de reserva de vagas previsto neste edital, de modo que a primeira convocação ocorrerá para a 5ª vaga, a segunda para a 21ª vaga, a terceira para a 41ª vaga, a quarta para a 61ª vaga e, sucessivamente, a cada 20 vagas providas, respeitada a quantidade de vagas existentes para cada Emprego e a ordem de classificação específica.

5.5. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste Edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

5.6. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

5.7. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas.

5.8. O candidato portador de deficiência deverá enviar, através da área do candidato no período de **26/09/2026 até o dia 20/10/2026** especificando que deseja concorrer às vagas reservadas.

5.8.1. OS PEDIDOS DE VAGAS RESERVADAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR A PROVA

SERÃO ENVIADOS DE FORMA ELETRÔNICA (VIA ÁREA DO CANDIDATO)Para a apresentação eletrônica dos documentos referente aos Pedidos de Vagas Reservadas o candidato deve acessar a "Área do Candidato" a partir da página www.omniinstituto.org.br utilizando o seu CPF e senha pessoal. Na área do candidato deve localizar a sua inscrição para o evento, clicar em "Mais Informações" e em seguida no item "PCD-Portador de Deficiência".

5.8.2. Os documentos devem ser digitalizados em "frente e verso" no mesmo arquivo em formato PDF em formato que permita a sua perfeita identificação.

5.9. Serão considerados somente documentos enviados dentro do prazo estabelecido, sob pena de indeferimento:

a) Laudo Médico expedido no prazo máximo de 06 (seis) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão,

b) O candidato com **deficiência visual** que necessitar de prova especial em Braille ou ampliada ou leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação dentro do prazo previsto para envio da documentação.

c) O candidato com **deficiência auditiva** que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá anexar solicitação

d) O candidato com **deficiência física** que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá solicitar, mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas dissertativas (quando houver) e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc.;

e) O candidato com deficiência que necessitar de **tempo adicional** para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, dentro do prazo de envio do laudo.

f) A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, desde que deferido a solicitação de atendimento especial a este fim, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala

reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará a prova, deverá encaminhar solicitação com justificativa acompanhada de comprovação, certidão de nascimento ou atestado médico, dentro do prazo de envio dos documentos.

g) A **candidata gestante** que necessitar de atendimento especial para realização das provas deverá encaminhar solicitação fundamentada, acompanhada de atestado médico ou documento equivalente que comprove sua condição, dentro do prazo estabelecido para requerimento de atendimento especial.

h) O candidato que, por motivo de crença religiosa, necessitar realizar a prova em horário diferenciado deverá requerer atendimento especial dentro do prazo previsto neste Edital, observadas as disposições constitucionais relativas à liberdade de crença e ao exercício dos cultos religiosos.

i) O candidato acometido por **doença contagiosa, infectocontagiosa ou outra condição de saúde superveniente** que possa comprometer sua participação nas condições ordinárias de aplicação da prova deverá comunicar a banca organizadora imediatamente após o diagnóstico, encaminhando documentação médica comprobatória para análise da viabilidade de atendimento especial.

j) O candidato que possuir **limitação física temporária** decorrente de acidente, cirurgia, parto ou condição clínica superveniente poderá solicitar atendimento especial mediante apresentação de documentação médica comprobatória, observados os prazos e critérios estabelecidos neste Edital.

k) A pessoa travesti, transexual ou transgênero que desejar ser identificada pelo **nome social** durante a realização das provas poderá requerer essa condição no ato da inscrição ou dentro do prazo previsto no cronograma, nos termos da legislação vigente, devendo ser observada sua identificação nos documentos oficiais e registros internos do certame.

5.10.1. Os atendimentos especiais previstos neste Edital serão concedidos em conformidade com a Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), bem como demais normas aplicáveis à matéria.

5.10.2. Os dados pessoais e os documentos médicos encaminhados pelos candidatos para fins de atendimento especial serão tratados exclusivamente para os fins previstos neste certame, observados os princípios e disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).

5.10.3. O deferimento da solicitação de atendimento especial dependerá da análise da documentação apresentada e da viabilidade técnica e operacional de sua implementação, não implicando deferimento automático pelo simples requerimento do candidato.

5.10. Aos **deficientes visuais** (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utilizar-se de soroban.

5.11. Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas nesse sistema. Sua prova ampliada será em fonte 24.

5.12. O candidato que encaminhar laudo médico, de acordo com o especificado no item **5.7** letra "a", e que, não tenha indicado no ato da inscrição que deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como "concorrendo às vagas reservadas".

5.13. Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados neste Item e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

5.14. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Item não poderão interpor recurso administrativo em favor de sua condição.

5.15. O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.

5.16. Ao ser convocado para investidura no Emprego público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura Municipal de ITAPEJARA D` OESTE - PR, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência incapacitante para o exercício da Emprego. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

5.17. A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original oficial e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item **5.7** deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código

correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

5.18. Caberá recurso contra decisão proferida pela perícia Médica da Prefeitura Municipal de ITAPEJARA D` OESTE - PR A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

5.19. O laudo médico apresentado terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado não será devolvido.

5.20. Após a contratação do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação ou aposentadoria por invalidez.

6. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

6.1 Em cumprimento a Lei Estadual nº 14.274/2003 ficam reservadas aos negros o percentual de 10% (dez por cento) sempre que o número for igual ou superior a 03 (três) vagas existentes, das que vierem a surgir ou das que forem criadas no prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, vedada a declaração em momento posterior, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

6.1.1 A ordem de convocação dos candidatos negros ou pardos dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada as pessoas negras ou pardas será a 6ª vaga, a 2ª vaga será a 22ª vaga, a 3ª vaga será a 42ª vaga, a 4ª vaga será a 62ª vaga, e assim sucessivamente.

6.1.2 A declaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, caso não a faça no ato de inscrição.

6.1.3 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato:

a) será eliminado do Processo Seletivo Simplificado;

b) se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;

c) deverá ressarcir o erário quanto aos prejuízos causados e restituir a remuneração eventualmente recebida;

d) terá contra si promovida a responsabilidade penal.

6.2 Para concorrer às vagas reservadas o candidato negro deverá:

6.2.1 Realizar a sua inscrição conforme disposto no item 4 e se declarar candidato negro;

6.2.2 O candidato negro deverá enviar, via internet, através da Área do Candidato no site www.omniinstituto.org.br no período de **26/09/2026 até o dia 20/10/2026,** especificando que deseja concorrer às vagas reservadas. Deverá providenciar a Auto declaração de candidato negro e anexar na opção de envio de documentos disponível na Área do candidato;

6.3 Serão considerados somente a Auto declaração de candidato negro enviados dentro do prazo estabelecido, sob pena de indeferimento.

6.4 Somente serão analisadas as solicitações dos candidatos que atenderem integralmente ao subitem 6.2.2.

6.5 As informações prestadas são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder, administrativa, civil e penalmente, em caso de declaração falsa ou inexata.

6.6 Os candidatos autodeclarados afrodescendentes que optarem por concorrer às vagas reservadas na forma deste capítulo, concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação.

6.7 A relação dos candidatos, que tiverem a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas para negros, será divulgada, de acordo com o Cronograma Processo Seletivo Simplificado, no endereço eletrônico www.omniinstituto.org.br.

6.7.1 O candidato que tenha sua solicitação INDEFERIDA poderá interpor recursos, obedecendo o período constante no cronograma do Processo Seletivo Simplificado

6.7.2.Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Processo Seletivo Simplificado Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

6.8 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

6.9 Os candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento das funções, deverão manifestar opção por uma delas.

6.10 Na hipótese de que trata o item anterior, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

7. DAS PROVAS OBJETIVAS

7.1 A aplicação das provas objetivas do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Edital nº. 004/2026 será

constituída por:

7.1.1 Prova Objetiva de Múltipla Escolha de caráter classificatório e eliminatório.

7.1.2 A Prova Objetiva será composta por 25 (vinte e cinco) questões, todas com 4 (quatro) opções de resposta (a, b, c e d), sendo apenas uma correta, de acordo com a tabela abaixo:

FUNÇÃO	DISCIPLINA	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Professor I	Língua Portuguesa	05	4,0	20
	Matemática	05	4,0	20
	Conhecimentos específicos	15	4,0	60
TOTAL		25		100

7.1.3 A Prova Objetiva será avaliada de acordo com as tabelas de pontuação constantes nos itens acima deste edital.

7.1.3.1 Será considerado habilitado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50% (cinquenta) por cento do total.

7.2 A realização da **Prova Objetiva** terá duração de **03 (três) horas,** já incluído o tempo para distribuição e orientações sobre as provas e o preenchimento da Folha de Respostas.

7.3 O Conteúdo Programático para as **Provas Objetivas** será apresentado no **Anexo II.**

7.4 Sempre que o candidato observar qualquer anormalidade na prova, deverá se manifestar no momento da prova, sob pena de não poder apresentar, posteriormente, eventual recurso junto à banca examinadora.

8. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA

8.1 A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia **01/11/2026**, no município de ITAPEJARA D` OESTE – PR, em locais que serão divulgados em 27/10/2026, nos sites www.omniinstituto.org.br e www.itapejaradoeste.pr.gov.br

8.1.1 O candidato deverá comparecer ao local de realização das Provas Objetivas, com antecedência, portando documento de identidade original, caneta transparente azul ou preta,

8.1.2 O candidato poderá ausentar-se do local de provas, depois de decorridos **01h (uma hora)** do início das mesmas, levando consigo o caderno de questões.

8.1.3 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala onde estiver sendo realizada a prova somente poderão retirar-se do local simultaneamente.

8.1.4 O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identificação.

8.1.5 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no local, data e horário determinado, com todos os custos sob sua responsabilidade.

8.1.6 O ingresso do candidato na sala onde se realizarão as provas só será permitido no horário estabelecido, mediante a apresentação do Documento de Identidade Oficial (original), preferencialmente o usado na inscrição.

8.1.7 O documento de identificação deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura. Não serão aceitos como documentos de identificação: CPF (CIC), certidões de nascimento, títulos eleitorais, CNH (modelo antigo, sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem cópias de documentos de identificação, ainda que autenticados, ou protocolos de entrega de documentos.

8.1.8 Serão considerados documentos de identidade: Documento de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97).

8.1.9 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência policial com data de no máximo 30 dias antes da data de realização das provas, bem como outro documento que o identifique. Nesta ocasião poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio de ocorrências.

8.1.10 A identificação especial poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

8.2 O candidato que não apresentar documento de identidade oficial original, na forma definida nos subitens **8.1.4, 8.1.5, 8.1.6 e 8.1.7** deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Concurso Público.

8.2.1 Não serão realizadas provas fora do local, cidade, data e horário determinado.

8.2.2 Será excluído deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADOo candidato que:

a) Não apresentar documento de identificação exigida;

b) Não devolver a folha de respostas assinada cedida para realização das provas;

c) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;

d) Ausentar-se da sala no período das provas sem acompanhamento do fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido ou portando caderno de questões ou folha de resposta;

e) For surpreendido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos, durante a realização da prova.

f) Tumultuar a realização das provas, podendo responder legalmente pelos atos ilícitos praticados;

g) Fizer anotações de informação relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;

h) Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões e/ou nas folhas de respostas;

i) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;

j) Constatado, após as provas por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado;

k) Faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e/ou com outros candidatos;

8.2.3 Não será permitido ao candidato permanecer no local das Provas Objetivas com aparelhos eletrônicos ligados (bip, telefone celular, relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador etc.). Caso o candidato leve algum aparelho eletrônico, deverá estar desligado e, em caso de aparelho telefone celular, deixar desligado ou retirar a bateria e colocar no envelope de segurança lacrado. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tal ato como tentativa de fraude.

8.2.4 É expressamente proibido ao candidato permanecer com armas no local de realização das provas, ainda que detenha o porte legal de arma, sob pena de sua desclassificação.

8.2.5 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, anotações, impressos, livros ou qualquer outro material de consulta.

8.2.6 Não será permitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados.

8.2.7 O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização das provas, sem acompanhamento de fiscal, após ter assinado a lista de presença.

8.2.8 O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal, a folha de respostas e poderá levar o caderno das questões.

8.2.9 Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento a quaisquer das provas resultará na eliminação automática.

8.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

8.3.1 A condição de saúde do candidato no dia da aplicação das provas será de sua exclusiva responsabilidade, não haverá segunda chamada por motivo de enfermidade que esteja acometido no dia da prova, e ainda será de responsabilidade o risco de transmissão de enfermidade aos demais.

8.3.2 Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio necessário.

l) Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

8.3.3 No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.3.4 As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico de leitura óptica.

m) As respostas das provas objetivas deverão ser transcritas a caneta transparente de tinta azul ou preta para a Folha de Respostas, que é o único documento válido para correção eletrônica. Não haverá substituição da Folha de Respostas ou de qualquer outro material, exceto por ocorrência de responsabilidade exclusiva da Administração ou da organização do Processo Seletivo Simplificado;

8.3.5 , sendo da responsabilidade exclusiva do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, emenda ou rasura, ainda que legível e serão consideradas ERRADAS, as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

8.3.6 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, desde que deferido a solicitação de atendimento especial a este fim, nos termos do edital, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará a prova.

8.3.7 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em

caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim no ato da inscrição. Nesse caso, se deferido o seu pedido, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado pela coordenação do Processo Seletivo Simplificado.

9.DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

9.1 A publicação do resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será feita em 03 (listas) listas, contendo a Primeira Lista Geral dos candidatos classificados, e a Segunda Lista somente a classificação das Pessoas com Deficiência e a Terceira Lista com candidatos negros.

9.2 Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será aplicado o disposto no art. 27 da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso – candidatos com idade superior ou igual a 60 anos) aplicando-se subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que:

9.2.1 Obtiver o maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Específicos. (Quando a FUNÇÃO exigir)

9.2.2 Obtiver o maior número de pontos na Prova de Português. (Quando a FUNÇÃO exigir)

9.2.3 O candidato com maior idade, não alcançados pelo Estatuto do Idoso.

9.3 O Resultado Final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADOserá publicado no site do Município de ITAPEJARA D` OESTE - PR e no site do INSTITUTO OMNI.

10. DOS RECURSOS

10.1 Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados no prazo de 02 (dois) dias subsequente à data de publicação do objeto de recurso contra todas as decisões proferidas no decorrer do Processo Seletivo Simplificado que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, em especial em relação quanto:

a) Divulgação do edital de abertura.

b) Divulgação do indeferimento das inscrições.

c) Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva.

d) Divulgação da classificação Preliminar após Prova Objetiva.

e) Divulgação da classificação após Prova Prática.

10.1.1 Para a interposição de recurso, o candidato deverá obrigatoriamente acessar o site www.omniinstituto.org.br realizar a consulta do andamento de sua inscrição informando seu login e senha, acessar o Formulário de Recurso que estará disponível apenas no período estabelecido em cada divulgação, preencher corretamente todos os campos do formulário de acordo com as orientações disponíveis no site e enviá-lo para análise. Ao enviar corretamente o formulário, o candidato receberá um número de protocolo para acompanhamento da resposta do recurso interposto.

10.1.1.1 Para envio de recursos referente ao Gabarito Preliminar, será permitido 01 (um) recurso para cada questão de prova, sendo enviado de acordo com a numeração selecionada, com argumentação e fundamentação referente a respectiva questão, caso não for enviado de acordo o disposto neste item, será indeferido conforme item **10.2.**

10.1.2 No formulário de recurso deverá constar obrigatoriamente a síntese das razões que motivaram a solicitação do recurso. Não serão aceitos recursos relativos à divulgação já questionada pelo candidato, ou relativo a assunto já divulgado anteriormente.

10.1.3 Caso seja necessário o candidato poderá anexar documentos que auxilie na elaboração dos recursos, sendo obrigatório o anexo do comprovante de pagamento apenas no recurso contra a relação de candidatos.

10.1.4 Antes de enviar o recurso para análise, o candidato deve fazer a revisão do texto que compõe a síntese das razões. Após o envio do recurso (protocolado), não será mais possível realizar alterações no conteúdo do mesmo.

10.2 Serão INDEFERIDOS os recursos apresentados em desacordo com as especificações estabelecidas no Formulário de Recurso, bem como recursos que apresentem mais de uma questão por protocolo ou recursos que apresentem questões e/ou função diferentes do selecionado no formulário. Também serão indeferidos os recursos enviados fora do período estabelecido nas divulgações ou recursos relativos a divulgações com período de recurso já encerrado, assim como os que forem encaminhados por outros meios que não seja o preenchimento do Formulário de Recurso disponibilizado no site (Não serão aceitos recursos enviados por meio de carta, correio, e-mail, suporte aos candidatos do site, fax, telefone, etc.).

10.3 O INSTITUTO OMNI e/ou Município de **ITAPEJARA D` OESTE - PR** não se responsabilizam por solicitações de recursos não recebidas por dificuldades de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação e acesso à internet, congestionamento das linhas de comunicação, bem como qualquer outro fator externo ao site do INSTITUTO OMNI que impossibilite o correto envio do formulário de recurso.

10.4 O Recurso recebido será encaminhado para a Banca Examinadora para análise e manifestação a propósito do arguido, não havendo ao candidato requerente direito de vista ou revisão pessoal da prova escrita.

10.4.1 O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação do recurso.

10.4.2 O Gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

10.4.3 Na ocorrência do disposto nos itens **10.4.1 e 10.4.2**, poderá haver, eventualmente, alterações da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior.

10.4.4 O prazo para interposição de recursos é preclusivo e comum a todos os candidatos.

10.4.5 As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas aos candidatos através do site www.omninstituto.org.br por meio de consulta da inscrição do candidato informando seu login e senha, tendo como referência sempre o número de inscrição.

10.5 Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, a anulação de qualquer questão do certame, seja por recurso administrativo, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo, e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas.

10.5.1 O parecer contendo a decisão relativa ao recurso estará à disposição do candidato recorrente, nas datas determinadas no Cronograma do Processo Seletivo Simplificado, até a data de homologação. Sendo que os resultados e as respostas dos recursos serão divulgados na internet no site www.omniinstituto.org.br na "Área do Candidato", e procedendo-se, caso necessário, a reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados.

10.6 A banca examinadora do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1 A convocação para contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade do Município de ITAPEJARA D` OESTE - PR, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO que será de 1 (um) ano, podendo ou não ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame, com base no inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal.

11.2 A simples aprovação no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO não gera direito à contratação, pois o Município de ITAPEJARA D` OESTE - PR convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário.

11.3 Caso o candidato convocado possua outra função público, acumulável na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce sua função, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

11.4 No ato da admissão os candidatos classificados deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;

b) Comprovação de nacionalidade brasileira;

c) Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos Políticos;

d) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;

e) Quitação com as obrigações eleitorais;

f) Idade mínima de 18 anos;

g) Declaração de bens e fontes de renda;

h) Declaração de não-acumulação de FUNÇÃO, função, emprego ou percepção de proventos;

i) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício da função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;

j) Documentos pessoais:

11.5 O Prazo que o candidato terá para manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação será de 10 (dez) dias.

11.6 Caso haja necessidade, o Município de ITAPEJARA D` OESTE - PR poderá solicitar outros documentos complementares.

11.7 A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.8 Os candidatos nomeados estarão sujeitos ao regime estatutário, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de ITAPEJARA D` OESTE /PR e demais legislações aplicáveis.

11.9 O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado.

11.10 O não comparecimento do candidato, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo Simplificado.

11.11 É de responsabilidade do candidato manter e-mail e telefone atualizados para convocação a vaga.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1 Todas as informações referentes à realização do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão fornecidas

pelo INSTITUTO OMNI.

12.1.1 O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO é valido por 1 (um) ano, podendo ou não ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame.

12.2 Ao efetuar a inscrição o candidato deverá ter conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do presente processo seletivo simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

12.3 O Município de ITAPEJARA D` OESTE - PR e o INSTITUTO OMNI não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este processo seletivo simplificado.

12.4 A aprovação no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO assegura direito à contratação até o número de vagas previstas (cadastro reserva), e esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e limites de vagas existentes, bem como as que vierem a vagar ou que forem criadas posteriormente. Isto vale dizer que a administração poderá contratar candidatos aprovados além das vagas previstas no item 1 obedecendo sempre à ordem de classificação final.

12.5 Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pelo INSTITUTO OMNI.

12.6 Também integram este Edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO os anexos:

Anexo I: Atribuições/ Pré- Requisitos da função.

Anexo II: Conteúdo Programático.

Anexo III: Cronograma.

12.7 Todas as publicações referentes ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO estarão disponíveis na Internet, no endereço www.omniinstituto.org.br salvo por motivo de força maior. Será afixada cópia no afixado no mural da Prefeitura de ITAPEJARA D` OESTE - PR.

12.8 Caberá ao Prefeito Municipal a homologação do resultado final.

ITAPEJARA D` OESTE - PR, 25 de setembro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER

Prefeito do Município de ITAPEJARA D` OESTE – PR

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES/ PRÉ – REQUISITOS DOS FUNÇÃOS PROFESSOR - I

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS FUNÇÕES DOCENTE

Exerce à docência na Rede Municipal de Ensino, ensinando os conteúdos científicos pertinentes, conforme Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino, de forma integrada, proporcionando ao aluno seu desenvolvimento pleno e condições de exercer sua cidadania;Exerce atividades técnico-pedagógicas que dão diretamente suporte às atividades de ensino;planeja e executa o processo ensino e de aprendizagem de acordo com os pressupostos epistemológicos da disciplina ou área de ensino em que atuar;Planeja, coordena, avalia e reformula o processo ensino e aprendizagem, e propor estratégias metodológicas compatíveis com os programas a serem operacionalizados;Pesquisa e propõe práticas de ensino, adequando as ações pedagógicas de forma a promover a aprendizagem de todos os alunos, considerando as especificidades dos mesmos; desenvolve o educando para o exercício pleno de sua cidadania, proporcionando a compreensão de coparticipação e corresponsabilidade de cidadão perante sua comunidade, Município, Estado e País, tornando-o agente de transformação social;Gerencia, planeja, organiza e coordena a execução de propostas administrativo-pedagógicas, possibilitando desempenho com qualidade das atividades docentes e discentes.Participa das atividades de atualização e aperfeiçoamento visando aprofundar conhecimentos pertinentes à educação;Mantem-se informado acerca das legislações vigentes, diretrizes e determinações das unidades de ensino e dos órgãos superiores;Participa da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino;Divulga as experiências educacionais realizadas;Participa de reuniões ordinárias e extraordinárias quando for convocado;Planeja o seu trabalho didático de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino.

FUNÇÕES ESPECÍFICAS EM ATIVIDADES DE DOCÊNCIA

Planeja e ministra aulas nos dias letivos e horas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;Indica material didático e bibliográfico a serem utilizados nas atividades escolares;Planeja, acompanha e avalia o processo de ensino e aprendizagem/rendimento dos alunos em consonância ao Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino e documentos orientadores de Órgãos Superiores;Reformula o processo ensino e aprendizagem, e propor estratégias metodológicas compatíveis com o Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino e documentos orientadores de Órgãos Superiores, todas as vezes que se fizerem necessário;Informa os pais e responsáveis sobre a frequência e os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;Participa de atividades cívicas, sociais, culturais, recreativas e esportivas;Participa com o pessoal técnico-administrativo e demais profissionais de reuniões de conselho de classe, pedagógicas, administrativas, festivas e outras atividades da

Unidade de Ensino que exijam decisões coletivas;Participa do planejamento geral da Unidade de Ensino;Contribui e apresenta propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino, zelando pelo princípio da equidade no processo de ensino e aprendizagem;Participa da escolha do livro didático;Participa de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos, ofertados ou não pelo Órgão Superior;Acompanha, orientar e avaliar estagiários;Zela pela integridade física, higiênica, mental e moral do aluno;Executa práticas pedagógicas, em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;Realiza atividades que envolvem o cuidar, o educar e o brincar em um processo de interação, considerando as especificidades de cada faixa etária;Participa da

elaboração e avaliação de propostas curriculares;Elabora projetos pedagógicos;Participa de reuniões interdisciplinares;Confecciona e utiliza materiais e/ou recursos didáticos pedagógicos objetivando favorecer aos alunos melhor compreensão dos conteúdos trabalhados;Realiza atividades extraclasse em bibliotecas, museus, laboratórios e outros em consonância com a Proposta Curricular;Avalia e participa do encaminhamento dos alunos com necessidades educativas especiais, para os setores específicos de atendimento;Seleciona conteúdos, planeja e executa as aulas, avalia o processo de ensino e aprendizagem e replaneja os conteúdos pertinentes sempre que os objetivos previstos não forem devidamente alcançados;Participa e contribui para o processo de inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular;Possibilita aos alunos, com necessidades educativas especiais temporárias e/ou permanentes, práticas pedagógicas e processos de ensino e aprendizagem que atendam suas especificidades;Incentiva os alunos a participarem de concursos, eventos culturais, atividades físicas, esportivas e/ou similares;Participa e realiza atividades que promovem a articulação da Unidade de Ensino com a família do aluno e a comunidade;Orienta e incentiva o aluno para a pesquisa;Participa do Conselho de Classe, conforme estabelece o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino e orientações de Órgãos Superiores;Prepara o aluno para o exercício da cidadania;Incentiva o gosto pela leitura, atividades culturais, atividades físicas e esportivas;Zelar pelo desenvolvimento da autoestima do aluno;Participa da elaboração e aplicação do Regimento da Unidade de Ensino;Participa da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino;Orienta e acompanha o aluno quanto à conservação da Unidade de Ensino e dos seus equipamentos;Contribui para a aplicação da Política Pedagógica do Município e o cumprimento das Legislações educacionais vigentes;Sugere e participa dos processos de aquisição de materiais e/ou recursos pedagógicos que venham contribuir para a qualidade das atividades de ensino e aprendizagem;Planeja e realiza atividades de recuperação, segundo as Legislações, Diretrizes Pedagógicas, Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico;Analisa dados referentes à recuperação, aprovação, reprovação e evasão escolar, bem como propor estratégias para superações dos resultados alcançados;Realiza e participa de estudos e pesquisas em sua área de atuação;Mantem atualizados os registros de aula, frequência e de aproveitamento escolar do aluno, conforme orientações de Órgãos Superiores;Cumpre e faz cumprir o horário e o calendário escolar;Avalia a aprendizagem, o desenvolvimento e o trabalho do aluno, de acordo com o proposto no Regimento Escolar e diretrizes pedagógicas;Zela pelo cumprimento da legislação escolar e educacional;Zela pela manutenção e conservação do patrimônio escolar;Apresenta propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino;Participa da gestão democrática da Instituição Escolar;Realiza as demais tarefas indispensáveis ao cumprimento dos objetivos educacionais da Unidade de Ensino e ao processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, conforme orientações pertinentes;Executa outras atividades correlatas.Elabora Plano de Atendimento Educacional Especializado, com metodologia e estratégias diferenciadas, organizando-o de forma a atender as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação psicoeducacional no contexto escolar;

ATIVIDADES ESPECÍFICAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Desenvolve atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas do aluno: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores;Produz materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo; Atua de forma colaborativa com o professor do ensino regular para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua interação no grupo;Orienta os professores do ensino regular, juntamente com equipe pedagógica, na flexibilização curricular, avaliação e metodologias que serão utilizadas na sala regular;Orienta as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;Registra sistematicamente todos os avanços e dificuldades do aluno, conforme Plano de Atendimento;Elabora pareceres e relatórios sobre o aluno em acompanhamento, arquivando-o em pasta própria que ficará sob a responsabilidade da Instituição;Participa de reuniões junto ao Departamento de Municipal de Educação, com finalidade de orientações, troca de saberes, suportes técnicos, encaminhamentos etc.;Promove e garante a participação dos alunos atendidos em todos os ambientes e ações escolares que fazem parte da integração biopsicossocial do aluno, tais como: intervalo, atividades esportivas e culturais;Articula, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR

Interpretação do texto. Gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período. Termos essenciais da oração. Termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal). Termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto). Conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto). Concordância verbal e nominal. Crase. Pontuação. Funções do QUE e do SE. Uso dos porquês. Figuras de linguagem. Vícios de linguagem. Sinônimos e Antônimos. Divisão silábica. Tipos de Frases. Aumentativo e Diminutivo. Funções da linguagem: referencial conativa, emotiva, metalinguística, poética e fática. Prosa, poesia, soneto e poema. Abordagem tripartida dos gêneros literários: lírico, épico e dramático. As categorias básicas da narrativa. Teorias e elementos da Comunicação. Linguagem, Língua e Fala. Dificuldades mais frequentes da Língua Portuguesa. Emprego dos verbos.

MATEMÁTICA– SUPERIOR

Números Naturais. Números fracionários. Números racionais. Operações com números naturais. Adição, subtração, multiplicação e divisão. Espaço e forma, grandezas e medidas. Expressões numéricas Resolução de problemas, Sistema de numeração decimal. Raízes. Proporcionalidade entre seguimentos. Figuras e formas geométricas. Ângulos e retas. Números primos. Frações. Porcentagem. Medidas de comprimento. Medidas de superfície. Medidas de capacidade. Medidas de tempo. Medidas de massa. Gráficos e tabelas. Álgebra. Trigonometria, geometria, geometria analítica. Equações de primeiro e segundo grau. Noções de estatística. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Polinômios e equações polinomiais

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS PROFESSOR

As concepções de Educação e suas repercussões na organização do trabalho escolar. Avaliação na aprendizagem. A Didática e o processo de ensino-aprendizagem. Concepções de Currículo: teorias críticas e pós-críticas. Alfabetização e letramento no Ensino Fundamental. A prática educativa nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. As principais teorias pedagógicas: tradicional, tecnicista, progressista, construtivista e sociointeracionista. O pensamento de Jean Piaget, Lev Semionovich Vygotsky, Emília Ferreiro, Maria da Graça Nicoletti Mizukami, Demerval Saviani, Ana Teberosky, Henri Wallon, Paulo Freire. Desenvolvimento infantil: físico, afetivo, cognitivo e social. A construção do raciocínio matemático. Pensamento e linguagem, leitura e escrita, letramento. O brincar, o brinquedo, o jogo e a ludicidade. Projeto Político Pedagógico (PPP). Temas contemporâneos transversais (TCTs). Base Nacional Comum Curricular (BNCC).Visão histórica da Educação Infantil no Brasil. Concepção de Educação Infantil, de infância e de criança. O imaginário infantil. O professor de Educação Infantil: Perfil. Desenvolvimento infantil: físico, afetivo, cognitivo e social. Função atual da Educação Infantil: educar-cuidar. Relação entre o cuidar e o educar. A construção do raciocínio matemático. Pensamento e linguagem, leitura e escrita, letramento. A instituição e o projeto educativo. O brincar e o brinquedo. Construção das diferentes linguagens pelas crianças: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e ambiente e matemática. O jogo como recurso privilegiado. Avaliação do processo educativo na Educação Infantil. A criança e a Educação Infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na Educação Infantil. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: as brincadeiras e as interações. Avaliação na educação infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. O jogo e a educação infantil. A brincadeira de faz-de-conta: lugar do simbolismo, da representação e do imaginário. A Etapa da Educação Infantil (Base Nacional Comum Curricular – páginas 35 a 55). Processos de aprendizagem e desenvolvimento humano – perspectivas interacionistas: papel do meio sociocultural no desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor da criança. A brincadeira, a linguagem e o movimento como dimensões do desenvolvimento infantil. Visão geral da disciplina Educação Infantil: abordagens curriculares. Currículo na Educação Infantil. Grafismo infantil: leitura e desenvolvimento. Música na Educação Infantil.

ANEXO III- CRONOGRAMA MUNICIPIO DE ITAPEJARA D` OESTE - PR – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2026.**

DATAS	EVENTOS
25/09/2026	Publicação do Edital do Processo Seletivo Simplificado
26/09/2026 a 20/10/2026	Impugnação do Edital de Abertura
26/09/2026 a 20/10/2026	Período para realizar a inscrição via internet no site da organizadora, nos termos deste Edital.
26/09/2026 a 20/10/2026	Período para realizar a inscrição na qualidade de Deficiente e Lactante, nos termos deste Edital.
22/10/2026	Publicação das inscrições homologadas (deferidas e indeferidas), inclusive às referente à condição de Deficiente e Lactante.
23/10/2026 e 24/10/2026	Prazo para recurso referente à homologação das inscrições
27/10/2026	Publicação da Convocação Prova Objetiva/Ensalamento
01/11/2026	Realização da Prova Escrita Objetiva
03/11/2026	Divulgação do gabarito preliminar da Prova Escrita Objetiva
04/11/2026 a 05/11/2026	Prazo para recurso contra o gabarito preliminar
09/11/2026	Publicação da classificação preliminar da Prova Escrita Objetiva, Prova de Títulos e divulgação do gabarito oficial.
10/11/2026 e 11/11/2026	Prazo para recurso contra a classificação preliminar.
13/11/2026	Divulgação do Resultado da Classificação Final e respostas dos recursos/Homologação do Processo Seletivo Simplificado

**Este cronograma tem caráter orientador, podendo ter suas datas alteradas em caso de necessidade de ajustes operacionais, a critério do Município de ITAPEJARA D` OESTE - PR em acordo com o INSTITUTO OMNI.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:86DC4803

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2026-PMI

CONTRATO Nº. 112/2026.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**

CONTRATADA: **PINHEIROS MOTORS LTDA, inscrita no CNPJ n° 09.552.307/0001-70.**

OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de um veículo automotor do tipo Sport Utility Vehicle (SUV).**

FISCAL DESIGNADO: **Luiz Henrique Lazzaretti, lotado na Secretaria Municipal de Agropecuária.**

O objeto do presente termo é o seguinte:

Item	Unid.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	1	Veículo automotor, novo, zero quilômetro, tipo SUV, categoria, com motorização híbrida, flex, gasolina ou etanol, com as seguintes características mínimas: Ano/modelo: vigente ou superior ao ano de entrega. Tipo de motorização: sistema híbrido (combinação de motor a combustão e motor elétrico) ou somente combustão, com potência total mínima de 170 cv. Combustível: gasolina/etanol (flex) com potência total mínima de 170 cv, gasolina com potência total mínima de 170 cv, etanol com potência total mínima de 170 cv, ou conforme tecnologia híbrida oferecida. Transmissão: automática ou continuamente variável (CVT), com no mínimo 6 marchas ou equivalente. Tração: 4x2 ou 4x4, conforme disponibilidade do modelo, devendo garantir desempenho e estabilidade. Carroceria: SUV de porte médio, 4 portas, capacidade mínima para 5 ocupantes. Direção: elétrica ou eletroassistida. Suspensão: adequada para uso urbano e rodoviário, com sistema independente dianteiro. Segurança: mínimo de 6 airbags (frontais, laterais e de cortina), controles de estabilidade e tração, assistente de partida em rampa, freios ABS com EBD. Ar-condicionado digital (preferencialmente dual zone); Vidros elétricos nas quatro portas; Bancos com ajuste elétrico para o motorista; Sistema multimídia com tela sensível ao toque, conectividade Bluetooth, Android Auto e Apple CarPlay; Piloto automático (cruise control). Itens externos: rodas de liga leve; faróis em LED; câmeras e sensores de estacionamento (traseiro, e preferencialmente frontal). Tecnologia e eficiência: sistema de regeneração de energia, modo de condução econômico, computador de bordo. Capacidade do porta-malas: mínimo de 200 litros. Cor: padrão da montadora, preferencialmente discreta, conforme disponibilidade. Garantia: mínima de 3 anos para o veículo e, quando aplicável, garantia adicional para o sistema híbrido conforme política do fabricante. Documentação: entrega com nota fiscal, manual, chave reserva, tapetes, pelicula nos vidros e demais itens obrigatórios. Demais exigências: atendimento integral às normas do CONTRAN, DENATRAN e legislações ambientais vigentes.	184.300,00	184.300,00
TOTAL					**184.300,00**

VALOR: **R$ 184.300,00 (cento e oitenta e quatro mil e trezentos reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INICIO DE VIGÊNCIA: **25 de setembro de 2026.**

TERMINO DA VIGÊNCIA: **25 de setembro de 2027.**

FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 25 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:8ACE4F62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 87/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

C.N.P.J. 75.457.341/0001-90

Av. Minas Gerais Nº 220

Decreto nº 87/2026 de 17/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 17/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 4.354.982,20 (quatro milhões trezentos e cinqüenta e quatro mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos Anulação de Dotação , Excesso de Arrecadação , Superávit Financeiro, verificado a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64:

SUPLEMENTAÇÃO			
03		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
03.010		**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**	
03.010.04.122.0002.2.003		**Gestão Administrativa de Recursos Humanos**	
20 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	55.000,00
23 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	7.000,00
03.020		**DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**	
03.020.04.122.0002.2.004		**Manutenção das Atividades da Divisão de Serviços Administrativos**	
31 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.000,00
36 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	500,00
43 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
47 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	12.500,00
44 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
31 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
38 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
44 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
44 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
03.020.04.122.0002.6.016		**Manutenção do Conselhor Tutelar**	
58 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
53 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	18.000,00
54 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.300,00
03.020.28.846.0002.0.007		**Indenizações e Restituições**	
1005 - 3.3.30.93.00.00	31984	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.705,29
1006 - 3.3.30.93.00.00	31984	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	32.100,26
04		**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
04.010		**DIVISÃO DE CONTABILIDADE**	
04.010.04.123.0004.2.007		**Manutenção da Divisão de Contabilidade**	
73 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
04.020		**DIVISÃO DE TESOURARIA**	
04.020.04.123.0004.2.008		**Manutenção da Divisão de Tesouraria**	
85 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
04.030		**DIVISÃO DE CADASTRO, FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO**	
04.030.04.123.0004.2.010		**Divisão de Cadastro, Fiscalização e Tributação**	
102 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
101 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
05		**SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO**	
05.010		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
05.010.26.782.0020.2.073		**Manutenção do Serviço Rodoviário Municipal**	
110 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	66.000,00
108 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	14.000,00
110 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
110 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
05.020		**DIVISÃO DE GARAGEM E OFICINAS**	
05.020.26.782.0020.2.074		**Manutenção da Oficina Mecânica e Garagem Municipal**	
123 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	13.000,00
06		**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
06.010		**DIVISÃO DE OBRAS**	
06.010.04.122.0007.2.015		**Manutenção da Secretaria de Obras**	
139 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
139 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
139 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
139 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
130 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.500,00
133 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	9.000,00
139 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	45.000,00
142 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	500,00
139 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.000,00
843 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
06.010.15.451.0007.1.225		**Construção de Prédios Públicos**	
1003 - 4.4.90.51.00.00	501	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.848,19
08		**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**	
08.010		**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**	
08.010.12.306.0011.2.016		**Manutenção da Merenda Escolar - Pré Escola**	
178 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	60.000,00
08.010.12.306.0011.2.026	**Escolar - CRECHE**	**Manutenção da Merenda**	
181 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	45.000,00
182 - 3.3.90.32.00.00	107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	45.000,00
08.010.12.306.0011.2.042		**Manutenção da Merenda Escolar Ensino Fundamental**	
185 - 3.3.90.32.00.00	107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00
08.010.12.306.0011.2.169		**Manutenção da Merenda Escolar - PNAE - Educação Especial**	
190 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	40.000,00

08.010.12.361.0011.2.044		**Encargos do FUNDEB 30%**	
199 - 3.1.90.11.00.00	102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	59.000,00
08.010.12.361.0011.2.045		**Manutenção do Ensino Fundamental - MDE**	
225 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
207 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.000,00
209 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
216 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00
217 - 3.1.90.94.00.00	103	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.900,00
235 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
235 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
236 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
217 - 3.1.90.94.00.00	103	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	500,00
226 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
233 - 3.3.90.36.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	62.600,00
236 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	58.700,00
226 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
236 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
08.010.12.361.0011.2.047		**Manutenção do Transporte Escolar**	
265 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
265 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	100,00
267 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.800,00
267 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
267 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
264 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
267 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
267 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
264 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
266 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00
08.010.12.361.0011.2.226		**Programa de Estágio e Remuneração - Educação Fundamental**	
292 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.000,00
08.010.12.363.0011.2.080		**Programa Passe Livre - Curso Técnico Profissionalizante**	
293 - 3.3.90.48.00.00	000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	17.000,00
08.010.12.365.0011.2.051		**Encargos do FUNDEB - Educação Infantil 30%**	
313 - 3.1.90.11.00.00	102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17.000,00
314 - 3.1.90.13.00.00	102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
08.010.12.365.0011.2.052		**Manutenção da Educação Infantil - MDE**	
344 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
343 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
342 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
344 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
344 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	116.200,00
344 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
344 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	65.000,00
344 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200,00
08.010.12.365.0011.2.227		**Programa de Estágio e Remuneração - Educação Infantil**	
358 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	61.000,00
08.010.12.366.0011.2.054		**Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos - MDE**	
359 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.000,00
08.020		**DIVISÃO DE CULTURA**	
08.020.13.392.0012.2.055		**Manutenção das Atividades da Divisão de Cultura**	
372 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.000,00
379 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
10		**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.010		**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.010.10.122.0010.2.123		**Manutenção da Casa de Apoio em Londrina**	
424 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
10.010.10.301.0010.2.034		**Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica**	
483 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
472 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.200,00
479 - 3.3.90.34.00.00	303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	13.000,00
483 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
484 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
1002 - 4.4.90.52.00.00	32048	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	570.000,00
483 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.500,00
472 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
453 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	201.000,00
458 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	37.000,00
459 - 3.1.90.13.00.00	1051	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	19.000,00
472 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
483 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	72.300,00
479 - 3.3.90.34.00.00	303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	191.534,21
484 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	27.074,99
484 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	27.205,10
10.010.10.302.0010.2.037		**Assistência Hospitalar e Ambulatorial e Alta Complexidade**	
508 - 3.3.90.34.00.00	303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	58.000,00
505 - 3.3.90.30.00.00	4494	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
494 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	85.000,00
504 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
493 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	184.000,00
918 - 3.1.90.11.00.00	31988	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
495 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	36.000,00
497 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
499 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.000,00
499 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	500,00
884 - 3.3.90.30.00.00	4494	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
511 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	138.000,00

507 - 3.3.90.34.00.00	000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	67.830,00
511 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	148.849,16
10.010.10.302.0010.2.302		**Consórcio CISMEPAR**	
520 - 3.1.71.70.00.00	000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	19.600,00
10.010.10.303.0010.2.303		**Acesso a Insumos Essenciais de Saúde**	
525 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	172.000,00
10.010.10.305.0010.2.305		**Vigilância Epidemiológica**	
560 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	37.000,00
563 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
11		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
11.010		**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
11.010.08.122.0024.2.029		**Manutenção de Serviços Administrativos da Assistência Social**	
594 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
942 - 3.3.90.39.00.00	31971	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
594 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.200,00
582 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
11.010.08.243.0023.6.020		**Implantação/Manut Programa Guarda Subsidiada para Criança e Adolescente**	
614 - 3.3.90.48.00.00	000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	8.105,00
11.010.08.244.0024.2.030		**Manutenção do Programa Auxílio Brasil e Cad Único**	
615 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
11.010.08.245.0009.2.081		**Manutenção Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos para a Pessoa I**	
646 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	650,00
638 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.500,00
639 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.100,00
646 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.500,00
645 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
646 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
642 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
11.010.08.245.0009.2.082		**Manutenção do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social**	
666 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.000,00
665 - 3.3.90.36.00.00	934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.500,00
11.010.08.245.0009.6.019		**Manutenção do SCFV - Crianças e Adolescentes - Caminho do Bem**	
1001 - 3.3.90.39.00.00	31971	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
680 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	300,00
672 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
673 - 3.1.90.11.00.00	31971	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
674 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	500,00
681 - 3.3.90.30.00.00	31971	MATERIAL DE CONSUMO	1.080,00
11.010.08.245.0023.6.027		**Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS**	
700 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
702 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.000,00
702 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
700 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
11.010.08.245.0023.6.028		**Manutenção da Casa Lar**	
708 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
716 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	26.000,00
716 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
11.010.08.245.0023.6.163		**Manutenção do Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes em MSE d**	
721 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.800,00
723 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.500,00
11.040		**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO**	
11.040.08.241.0022.2.027		**Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso**	
980 - 3.3.90.39.00.00	32043	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
12		**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA**	
12.010		**SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA**	
12.010.20.606.0016.2.065		**Manutenção da Secretaria de Agropecuária**	
782 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
14		**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
14.010		**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**	
14.010.18.122.0018.2.106		**Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente**	
792 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
792 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
793 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.600,00
793 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
14.010.18.541.0018.2.058		**Manutenção e Conservação de Praças, Parques e Jardins Urbanos**	
803 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	56.000,00
14.010.18.541.0018.2.059		**Execução dos Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana**	
814 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
814 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	75.000,00
814 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	56.000,00
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
15		**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
15.010 MANUTENÇÃO		**DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMI**	
15.010.22.661.0005.2.192		**Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico**	
829 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.100,00
829 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
Total.....:			**4.354.982,20**

Artigo 3º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

REDUÇÃO			
03		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
03.010		**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**	
03.010.04.122.0002.2.003		**Gestão Administrativa de Recursos Humanos**	
21 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
03.020		**DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**	
03.020.04.122.0002.2.004		**Manutenção das Atividades da Divisão de Serviços Administrativos**	
35 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
33 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
04		**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
04.030		**DIVISÃO DE CADASTRO, FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO**	
04.030.04.123.0004.2.010		**Divisão de Cadastro, Fiscalização e Tributação**	
95 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
05		**SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO**	
05.010		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
05.010.26.782.0020.2.073		**Manutenção do Serviço Rodoviário Municipal**	
105 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
06		**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
06.010		**DIVISÃO DE OBRAS**	
06.010.04.122.0007.2.015		**Manutenção da Secretaria de Obras**	
131 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	500,00
135 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
135 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
135 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
135 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	28.000,00
08		**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**	
08.010		**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**	
08.010.12.361.0011.2.045		**Manutenção do Ensino Fundamental - MDE**	
238 - 3.3.90.40.00.00	103	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	500,00
224 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
08.010.12.361.0011.2.047		**Manutenção do Transporte Escolar**	
261 - 3.1.90.94.00.00	103	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00
261 - 3.1.90.94.00.00	103	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	100,00
270 - 3.3.90.46.00.00	000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.800,00
08.010.12.364.0011.2.033		**Programa Passe Livre - Curso Superior**	
303 - 3.3.90.48.00.00	000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	17.000,00
08.010.12.365.0011.2.052		**Manutenção da Educação Infantil - MDE**	
330 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00
339 - 3.3.90.32.00.00	104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.500,00
347 - 3.3.90.40.00.00	104	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	200,00
10		**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.010		**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.010.10.301.0010.2.034		**Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica**	
463 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.200,00
470 - 3.3.90.14.00.00	303	DIÁRIAS - CIVIL	13.000,00
463 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.500,00
485 - 3.3.90.39.00.00	4494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
469 - 3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
889 - 3.3.90.30.00.00	4494	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
473 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	191.534,21
456 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	27.074,99
473 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	27.205,10
10.010.10.302.0010.2.037		**Assistência Hospitalar e Ambulatorial e Alta Complexidade**	
512 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	58.000,00
512 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
10.010.10.303.0010.2.211		**Convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde**	
523 - 3.3.71.70.00.00	000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	19.600,00
11		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
11.010		**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
11.010.08.122.0024.2.029		**Manutenção de Serviços Administrativos da Assistência Social**	
582 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
593 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.200,00
11.010.08.244.0024.2.030		**Manutenção do Programa Auxílio Brasil e Cad Único**	
615 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.105,00
625 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	650,00
11.010.08.244.0025.2.202		**Benefícios Eventuais**	
632 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.500,00
11.010.08.245.0009.2.081		**Manutenção Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos para a Pessoa I**	
643 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.000,00
11.010.08.245.0009.2.082		**Manutenção do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social**	
652 - 3.1.90.11.00.00	31971	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	765,00
655 - 3.1.90.13.00.00	31971	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	315,00
667 - 3.3.90.39.00.00	934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
651 - 3.1.90.11.00.00	934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.500,00

11.010.08.245.0023.6.027		**Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS**	
700 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
14		**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
14.010		**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**	
14.010.18.122.0018.2.106		**Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente**	
789 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
791 - 3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	1.600,00
14.010.18.541.0018.2.059		**Execução dos Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana**	
807 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	7.000,00

807 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	56.000,00
807 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
Total.....:			**602.849,30**
Superavit Financeiro nas Fonte(s):			
33984 CONVÊNIO 338/2024 - SEAB FEIRA LIVRE		31984	32.100,26
Total:			**32.100,26**

Excesso de Arrecadação:	
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	6.000,00
Receita: 1.1.1.2.50.0.3.0.0.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	15.000,00
Receita: 1.1.1.2.50.0.1.0.0.00.00.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	20.000,00
Receita: 1.1.1.4.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	22.000,00
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.0.2.00.00.00.00.00 PAS - PISO ÚNICO - C/C 23314-0	2.000,00
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.1.6.00.00.00.00.00 Transporte Sanitário - Resolução SESA 1984/2025	570.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	10.000,00
Receita: 1.1.1.2.53.0.1.0.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIP	150.000,00
Receita: 1.7.1.4.50.0.1.0.1.00.00.00.00.00 Transferências do Salário-Educação - Principal	100.000,00
Receita: 1.1.1.3.03.4.1.0.1.01.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo - Principal	20.000,00
Receita: 1.7.2.1.50.0.1.0.0.00.00.00.00.00 Cota-Parte do ICMS - Principal	5.000,00
Receita: 1.1.1.3.03.4.1.0.1.01.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo - Principal	3.000,00
Receita: 2.2.1.3.01.0.1.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	3.848,19
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	5.000,00
Receita: 1.1.1.3.03.4.1.0.1.01.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo - Principal	40.000,00
Receita: 1.1.1.2.53.0.1.0.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIP	50.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	66.300,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	8.000,00
Receita: 1.1.1.3.03.1.1.0.1.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	85.000,00
Receita: 1.1.1.4.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	400.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	482.700,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.1.3.00.00.00.00 Piso Nacional dos Agentes de Endemias	19.000,00
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.0.6.00.00.00.00 MAC–Produção Hospitalar (Sistema de Informação Ambulatorial–SIA/SUS) –Atenção Hospitalar	30.000,00
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.0.2.00.00.00.00.00 PAS - PISO ÚNICO - C/C 23314-0	2.000,00
Receita: 1.7.5.1.50.0.1.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZA	61.000,00
Receita: 1.1.1.2.50.0.2.0.0.00.00.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	3.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	14.500,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	10.000,00
Receita: 1.1.1.2.50.0.3.0.0.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	500,00
Receita: 1.1.1.2.50.0.3.0.0.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	500,00
Receita: 1.1.1.2.50.0.3.0.0.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	84.000,00
Receita: 1.1.1.3.03.4.1.0.1.01.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo - Principal	172.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	5.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.0.1.00.00.00.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL - PRINCIPAL	7.705,29
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	12.500,00
Receita: 1.1.1.3.03.4.1.0.1.01.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo - Principal	36.600,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	80.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	50.000,00
Receita: 1.7.2.1.50.0.1.0.0.00.00.00.00.00 Cota-Parte do ICMS - Principal	20.000,00
Receita: 1.1.1.3.03.4.1.0.1.01.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo - Principal	63.200,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	400.000,00
Receita: 1.7.2.1.50.0.1.0.0.00.00.00.00.00 Cota-Parte do ICMS - Principal	150.000,00
Receita: 1.1.1.2.50.0.2.0.0.00.00.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	4.000,00
Receita: 1.1.1.2.50.0.1.0.0.00.00.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	500,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	56.000,00
Receita: 1.7.2.1.50.0.1.0.0.00.00.00.00.00 Cota-Parte do ICMS - Principal	24.500,00
Receita: 1.7.1.2.52.4.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	10.000,00
Receita: 1.1.1.4.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	67.830,00
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.0.3.00.00.00.00.00 Incentivo Viaja Mais 60 c/c 28930	2.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	9.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	7.000,00
Receita: 1.1.1.2.50.0.1.0.0.00.00.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	65.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	40.000,00
Receita: 1.1.1.4.51.1.1.0.0.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	148.849,16
Total:	**3.720.032,64**

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã , em 17 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Lana Taiane Cruz
Código Identificador:DD57F567

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 049-A/2026

PORTARIA Nº 049-A/2026

*Republicação para correção de dados

O Prefeito Municipal de Mallet/PR, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o disposto no art. 76 e seguintes do Estatuto dos Servidores de Mallet (Lei Municipal n° 632/99);

RESOLVE:

Art. 1. Tornar Público a concessão de férias aos funcionários abaixo indicados:

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
354	ADRIANA SACHSER	30/06/2024	29/06/2025	22/09/2026	06/10/2026
60539	ADRIELLY SANTOS	02/01/2025	01/01/2026	28/09/2026	07/10/2026
5120	ALINE GOMES LINHARES	04/03/2025	03/03/2026	08/09/2026	17/09/2026
1200	DANIEL MATIAS DOS SANTOS STOEBERL	22/03/2025	21/03/2026	22/09/2026	01/10/2026
60589	DEBORA REGINA GALICKI	17/02/2025	16/02/2026	14/09/2026	28/09/2026
920	EZEQUIEL JACKOWSKI	03/03/2025	02/03/2026	01/09/2026	30/09/2026
60695	FRANCIANE BOROCZ	03/07/2025	02/07/2026	01/09/2026	30/09/2026
60420	FRANCIELI MARIA MARTINS PRINCIVAL	27/05/2025	26/05/2026	08/09/2026	27/09/2026
2508	HELIM CRISTINA SOUZA	30/05/2023	29/05/2024	08/09/2026	20/09/2026
60396	JAMYLE TECHELAK	13/05/2025	12/05/2026	23/09/2026	02/10/2026
2507	JULIANE MYGAS LEAL	03/11/2023	02/11/2024	08/09/2026	22/09/2026
4319	JULIANE VERBOSKI	14/09/2024	13/09/2025	01/09/2026	30/09/2026
4017	LUCAS JOSE MYSKIEVICZ	14/08/2025	13/08/2026	01/09/2026	30/09/2026
60505	LUCIANE MARIA ROGOSKI HORNY	10/10/2024	09/10/2025	22/09/2026	01/10/2026
60435	MARCELO TROJAN	03/06/2025	02/06/2026	14/09/2026	28/09/2026
2561	MARIA DE FÁTIMA SZCZEPKOWSKI	18/04/2025	17/04/202	01/09/2026	30/09/2026
60433	MATEUS FRANCISCO KRINSKI	03/06/2025	02/06/2026	14/09/2026	28/09/2026
60529	NELSON JUCTCHECHEN	08/01/2025	07/01/2026	01/09/2026	30/09/2026
60195	ROBSON MIRANDA DE LEMOS	01/03/2025	28/02/2026	14/09/2026	28/09/2026
60710	SOLANGE PREIDUM KOLODA	01/08/2025	31/07/2026	01/09/2026	30/09/2026
1379	SUELI APARECIDA DOMARADZKI	03/02/2024	02/02/2025	22/09/2026	06/10/2026
60570	VALDINEIA APARECIDA DE BARROS	03/02/2025	02/02/2026	14/09/2026	27/09/2026
60304	VALERIA SOKOLOWSKI	10/01/2025	09/01/2026	02/09/2026	01/10/2026

Art. 2. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos na data de fruição de cada servidor acima indicado.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 25 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK

Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:BD82C3D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO 2026/BIMESTRAL SETEMBRO-OUTUBRO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	33.851.595,00	25.860.779,65
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	9.902.415,00	6.864.108,11
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	3.822.000,00	3.704.692,07
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	11.503.780,00	9.699.812,01
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	8.623.400,00	5.592.167,46
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	130.221.929,32	98.755.321,73
2.1 - Cota-Parte FPM	62.124.290,42	49.512.510,93
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	55.194.290,42	44.198.357,78
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas 'd', 'e' e 'f'	6.930.000,00	5.314.153,15
2.2 - Cota-Parte ICMS	61.673.170,00	42.226.318,17
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	831.600,00	647.572,53
2.4 - Cota-Parte ITR	292.552,90	44.207,61
2.5 - Cota-Parte IPVA	5.300.316,00	6.324.712,49
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	164.073.524,32	124.616.101,38
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	24.658.385,86	18.688.233,72
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	16.359.995,22	12.465.791,63

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	39.014.526,46	27.934.061,68
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	35.436.193,75	26.024.566,21
6.1.1- Principal	35.130.643,75	25.877.124,96
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	305.550,00	145.601,37
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	1.839,88
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	46.298,34	46.298,34
6.2.1- Principal	46.298,34	46.298,34
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.146.300,00	920.540,62
6.3.1- Principal	2.146.300,00	920.540,62
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.385.734,37	942.656,51
6.4.1- Principal	1.385.734,37	942.656,51
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**10.472.257,89**	**7.188.891,24**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	1.016.249,55	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.015.830,10	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	419,45	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**28.950.311,23**	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	40.030.776,01	25.947.342,60	25.913.975,40	25.910.712,02	33.367,20
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	31.034.201,74	22.036.737,40	22.036.737,40	22.033.741,70	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	14.136.239,49	10.425.214,25	10.425.214,25	10.423.724,16	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	16.052.199,30	10.890.133,92	10.890.133,92	10.888.628,31	0,00

10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	256.312,95	145.122,71	145.122,71	145.122,71	0,00
10.1.4- Educação Especial	589.450,00	576.266,52	576.266,52	576.266,52	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	8.996.574,27	3.910.605,20	3.877.238,00	3.876.970,32	33.367,20
10.2.1- Educação Infantil	3.237.355,32	1.454.133,52	1.420.766,32	1.420.766,32	33.367,20
10.2.2- Ensino Fundamental	5.759.218,95	2.456.471,68	2.456.471,68	2.456.204,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	24.981.708,92	24.948.341,72	24.945.078,34	33.367,20	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	23.387.925,63	23.387.925,63	23.384.662,25	0,00	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	1.110,00	1.110,00	1.110,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	767.892,22	734.525,02	734.525,02	33.367,20	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	824.781,07	824.781,07	824.781,07	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	22.036.737,40	22.036.737,40	22.033.741,70	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	767.892,22	734.525,02	734.525,02	33.367,20	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	201.553,79	168.186,59	168.186,59	33.367,20	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)		VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	18.893.983,62		22.036.737,40	22.036.737,40	81,64
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI) VAAT	460.270,31		734.525,02	734.525,02	79,79
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	138.081,09		168.186,59	168.186,59	18,27
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	2.793.406,17	2.985.719,96	2.985.719,96	192.313,79	10,69

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	3.779.427,59	1.015.830,10	921.554,02	44.079,66	-21.906,38	94.276,08
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.442.667,12	941.448,11	849.759,69	52.704,61	-21.906,38	91.688,42
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	336.760,47	74.381,99	71.794,33	-8.624,95	0,00	2.587,66

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	29.016.008,81	14.289.076,01	13.459.757,21	13.450.395,33	829.318,80
20.1- Educação Infantil	14.054.413,83	5.890.005,77	5.553.618,06	5.551.424,79	336.387,71
20.2- Ensino Fundamental	8.614.044,21	5.574.333,32	5.128.368,42	5.121.664,78	445.964,90
20.3- Educação de Jovens e Adultos	25.302,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	355.219,90	273.000,72	266.545,52	266.545,52	6.455,20
20.5- Administração Geral	4.938.307,37	2.551.736,20	2.511.225,21	2.510.760,24	40.510,99
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	1.028.721,50	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	61.853.471,10	35.724.658,78	34.908.938,97	34.896.778,68	815.719,81
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	31.428.008,64	17.292.594,44	16.922.839,53	16.919.156,17	369.754,91
21.1.1- Creche	31.428.008,64	17.292.594,44	16.922.839,53	16.919.156,17	369.754,91
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	30.425.462,46	18.432.064,34	17.986.099,44	17.977.622,51	445.964,90

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	13.459.757,21
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	18.688.233,72
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	192.313,79
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	91.688,42
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af)	96.819,92
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**31.767.168,80**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)			VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	31.154.025,35			31.767.168,80	25,49
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.642.413,83	1.176.615,01	1.524.234,38	96.819,92	21.359,53
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.363.275,18	1.121.055,34	1.245.161,73	96.819,92	21.293,53
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	189.027,90	0,00	189.027,90	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	90.110,75	55.559,67	94.044,75	0,00	66,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	10.001.760,37	4.162.698,14
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	3.165.245,00	2.337.944,34
31.1.1 - Salário-Educação	3.165.245,00	2.334.165,51
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	3.778,83
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.721.994,22	82.180,19
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.114.521,15	1.742.573,61

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A

	(c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	17.446.141,74	9.352.664,71	7.153.131,26	6.990.767,98	2.199.533,45
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.440.249,03	1.907.332,99	1.539.944,54	1.539.944,54	367.388,45
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	8.495.995,09	4.213.119,30	3.597.264,59	3.596.522,23	615.854,71
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	1.385.444,72	966.965,14	423.893,14	389.149,16	543.072,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	6.272,00	0,00	0,00	6.272,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	6.899,20	0,00	0,00	6.899,20
32.8- OUTRAS	1.124.452,90	2.252.076,08	1.592.028,99	1.465.152,05	660.047,09

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	86.992.926,56	48.909.043,32	46.389.895,87	46.216.107,33	2.519.147,45
33.1- Despesas Correntes	75.523.363,84	48.515.995,30	46.069.763,74	45.895.975,20	2.446.231,56
33.1.1- Pessoal Ativo	54.809.428,31	33.981.881,48	33.981.881,48	33.962.254,40	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	678.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	20.035.095,53	14.534.113,82	12.087.882,26	11.933.720,80	2.446.231,56
33.2- Despesas de Capital	11.469.562,72	393.048,02	320.132,13	320.132,13	72.915,89
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	11.469.562,72	393.048,02	320.132,13	320.132,13	72.915,89

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.295.388,20	6.486.265,01
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	27.934.061,68	2.334.165,51
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	26.457.948,52	3.597.760,62
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.771.501,36	5.222.669,90
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.771.501,36	5.222.669,90
Notas Explicativas		
MARIA APARECIDA JOB DE SOUZA COUTO	***DANIEL TROVAO MELO***	***IVONEIA DE ANDRADE AP. FURTADO***
Secretaria de Planejamento, Finanças e	Controle Interno	Prefeita
MARCIA MARIA DE CASTRO		
Contador		

Publicado por:
Márcia Maria de Castro
Código Identificador:AD63DE24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

PUBLICAÇÃO

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE MANDIRITUBA, com sede à Praça Bom Jesus nº44, Centro, Mandirituba-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.105.550/0001-37, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, FELIPE CLAUDINO MACHADO, brasileiro, solteiro, matrícula funcional n.º 4346.

Validade das Atas de Registro de Preços é de 12 meses a partir de 18 de setembro de 2026.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2026

FORNECEDOR: A. M. MENDES - ACESSÓRIOS, inscrita no CNPJ/MF n.º 06.009.600/0001-05, sediada na RUA NHAMBU, N.º 41, CENTRO, ARAPONGAS/PR, CEP 86.701-360, telefone n.º (43) 3162-1504, e-mail A.M.MENDESACESSORIOS@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, ADRIANA MICHELE MENDES, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 034.***.***-90.

Itens	COTA	Descrição	Quant	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
5	E	Pneu 215/75 R17.5 lisos com 12 mínimo lonas micro ônibus para eixo de tração material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: GOLDEN GROWN – AZ170A	54	UN	R$ 497,00	R$ 23.838,00
7	E	Pneu 215/75 r17.5. Misto material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: WESTLAKE – CM988	8	UN	R$ 619,00	R$ 4.952,00
22	E	Pneu 175/70 r14 material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: ROADKING – RADIAL 109	30	UN	R$ 200,00	R$ 6.000,00
23	E	Pneu 175/65 r14. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: ROADKING – RADIAL 109	12	UN	R$ 194,00	R$ 2.328,00
24	E	Pneu 185/65 r14 material banda rodagem borracha alta resistência BLACK ARROW – SP 01	8	UN	R$ 215,00	R$ 1.720,00
25	E	Pneu 185 r14c 102/100r kombi. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: XBRI – CARGO PLUS	14	UN	R$ 249,00	R$ 3.486,00
49	E	Pneu 265/70 R16 para uso misto (terra/asfalto). MARCA: WESTLAKE – SL 369	28	UN	R$ 559,00	R$ 15.652,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 60.976,00 (sessenta mil, novecentos e setenta e seis reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2026

FORNECEDOR: COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 88.197.330/0001-60, sediada na AV. SETE DE SETEMBRO, Nº 236, TAPEJARA-RS, CEP 99.950-000, telefone n.º (54) 3344-1174, e-mail COPALPNEUS@YAHOO.COM.BR, neste ato por seu representante legal, SIRINEI PANIZZON, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 204.***.***-91.

Itens	COTA	Descrição	Quant	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
50	L	Pneu 14.00R24, construção radial, classificação G2, mínimo 16PR, para motoniveladora. MARCA: ADVANCE/GLR82	23	UN	R$ 5.290,00	R$ 121.670,00
51	L	Pneu 17.5R25, construção radial, classificação L3, mínimo 16PR para pá carregadeira	23	UN	R$ 5.880,00	R$ 135.240,00
59	R	Pneu 17.5R25, construção radial, classificação L3, mínimo 16PR para pá carregadeira MARCA: ADVANCE/GLR09	7	UN	R$ 5.880,00	R$ 41.160,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 298.070,00 (duzentos e noventa e oito mil e setenta reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2026

FORNECEDOR: COUTINHO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 49.230.882/0001-70, sediada na RUA WALLY BLOCK, N.º 114, ENCANO, INDAIAL-SC, CEP 89.086-365, telefone n.º (47) 3180-0570, e-mail CONTATO@COUTINHOSC.COM.BR, neste ato por seu representante legal, RODRIGO COUTINHO NILES, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 096.***.***-79.

Itens	COTA	Descrição	Quant	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	L	Pneu 1000x20 radial borrachudo com mínimo 16 lonas para uso misto (terra / asfalto) . Material banda rodagem borracha alta resistência. MARCA: 10.00R20 143/146K CASUMINA BS667H	30	UN	R$ 1.363,64	R$ 40.909,20
2	E	Pneu 1000x20 radial liso com mínimo 16 lonas para uso misto (terra / asfalto) material banda rodagem borracha alta resistência.	22	UN	R$ 1.375,95	R$ 30.270,90

		MARCA: 10.00R20 146/143K CASUMINA BS661H				
6	L	Pneu 215/75 r17.5 borrachudo com 12 mínimo lonas micro ônibus para eixo de tração. Material banda rodagem borracha alta resistência. MARCA: 215/75R17.5 135/133J 16PR OVATION VI-628	57	UN	R$ 539,54	R$ 30.753,78
13	E	Pneu 7.50x16 borrachudo convencional com mínimo 12 lonas. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 7.50-16 122/118G 14PR WESTLAKE CL830	8	UN	R$ 494,32	R$ 3.954,56
19	E	Pneu 175/70 r 13 material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 175/70R13 82T LANVIGATOR FASTONE	12	UN	R$ 207,21	R$ 2.486,52
26	E	Pneu 185/65 r15 material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 185/65R15 88H MASSIMO OTTIMA PLUS	16	UN	R$ 207,41	R$ 3.318,56
27	E	Pneu 185/60 r15 material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 185/60R15 88H MASSIMO OTTIMA PLUS	4	UN	R$ 200,46	R$ 801,84
28	E	Pneu 195/65 r15. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 195/65R15 91V MASSIMO OTTIMA PLUS	16	UN	R$ 222,01	R$ 3.552,16
29	E	Pneu 195/70 r15c. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 195/70R15C 104/102S MASSIMO DUREVO V1	8	UN	R$ 446,24	R$ 3.569,92
30	E	Pneu 205/60 r15. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 205/60R15 91H MASSIMO AQUILA A1	8	UN	R$ 278,01	R$ 2.224,08
31	E	Pneu 205/60 r16 material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 205/60R16 96V MASSIMO OTTIMA PLUS	12	UN	R$ 246,63	R$ 2.959,56
32	E	Pneu 225/65 r16 112/110r com mínimo 8 lonas. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 225/65R16C 112/110T 08PR MASSIMO DUREVO V1	36	UN	R$ 319,24	R$ 11.492,64
33	E	Pneu 215/65 r16c 106/104t. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 215/65R16C 109/107T 08PR MASSIMO DUREVO V1	18	UN	R$ 322,75	R$ 5.809,50
35	E	Pneu 225/75 r16c 118/116r. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: 225/75R16C 10PR 121/120R MASSIMO DUREVO V1	8	UN	R$ 357,65	R$ 2.861,20
52		Pneu 1000x20 radial borrachudo com mínimo 16 lonas para uso misto (terra / asfalto) . Material banda rodagem borracha alta resistência. MARCA: 10.00R20 143/146K CASUMINA BS667H	10	UN	R$ 1.363,64	R$ 13.636,40
55	R	Pneu 215/75 r17.5 borrachudo com 12 mínimo lonas micro ônibus para eixo de tração. Material banda rodagem borracha alta resistência. MARCA: 215/75R17.5 135/133J 16PR OVATION VI-628	19	UN	R$ 539,51	R$ 10.251,26

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 168.852,08 (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oito centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2026

FORNECEDOR: JLA PNEUMATICOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 67.118.591/0001-77, sediada na RUA ANTONIO PIEROSAN, BAIRRO INDUSTRIAL, FUNDOS PAVILHAO, GAURAMA-RS, CEP 99.830-000, telefone n.º (54) 99148-4836, e-mail JLAPNEUMATICOS@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, JOÃO LAORENCE AIMI, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 012.***.***-54.

Itens	**COTA**	**Descrição**	**Quant**	**Unid.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
38	E	Câmara de pneu 17.5x25 MARCA: QBOM/TORTUGA FEG 17.5X25 TR 220	64	UN	R$ 225,00	R$ 14.400,00
39	E	Câmara de pneu 12.5x80x18 MARCA: QBOM/TORTUGA AGQ 12.5/80 TR 15	28	UN	R$ 93,00	R$ 2.604,00
40	E	Câmara de pneu 1000/20 MARCA: QBOM/TORTUGA 10.00X20 TC 131	54	UN	R$ 96,00	R$ 5.184,00
41	E	Câmara de pneu 1.400 x 24 MARCA: QBOM/TORTUGA FEQ 14.00X24 TR 220	72	UN	R$ 145,00	R$ 10.440,00
43	E	Protetor de pneu 1000/20	40	UN	R$ 37,00	R$ 1.480,00

		MARCA: SBN/SBN PROTETOR ARO 20				
46	E	Câmara de pneu 23. 1-26 MARCA: QBOM/TORTUGA AGQ 23.1X26 218	4	UN	R$ 415,00	R$ 1.660,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 35.768,00 (trinta e cinco mil setecentos e sessenta e oito reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2026

FORNECEDOR: JN PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 44.472.217/0001-70, sediada na AV. SETE DE SETEMBRO, N.º 553, RIO FORTUNA-SC, CEP 88.760-000, telefone n.º (48) 3653-1482, e-mail LICITACAO@JNPNEUS.COM.BR, neste ato por seu representante legal, NATHÁLIA RICKEN OENNING, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 114.***.***-83.

Itens	COTA	Descrição	Quant	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
10	L	Pneu 17.5x25 com mínimo 16 lonas da retroescavadeira. Material banda rodagem borracha alta resistência. MARCA: SOLID ROCK G2/L2	35	UN	R$ 2.045,00	R$ 71.575,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 71.575,00 (setenta e um mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026

FORNECEDOR: MAURIVAN VICENTE E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 09.026.761/0001-97, sediada na RUA SIMÃO FAQUINELLO, N.º 07, CENTRO, PRANCHITA-PR, CEP 85.730-000, telefone n.º (46) 3540-1334, e-mail MAURIVANVICENTE@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, MAURIVAN VICENTE, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 018.***.***-97.

Itens	COTA	Descrição	Quant	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
34	E	Pneu 225/70 r16. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: ROADKING	8	UN	R$ 540,00	R$ 4.320,00
37	E	Pneu 23.1-26 com no mínimo 12 lonas. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: BRANSALES	2	UN	R$ 6.000,00	R$ 12.000,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 16.320,00 (dezesseis mil, trezentos e vinte reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2026

FORNECEDOR: RK COMERCIO DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 64.793.970/0001-74, sediada na AV. DUQUE DE CAXIAS, N.º 2006, VILA ALBA, CAMPO GRANDE-MS, CEP 79.100-401, telefone n.º (67) 99632-7080, e-mail RKPNEUS.COMPRAS@HOTMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, ARI RIBAS DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 053.***.***-16.

Itens	COTA	Descrição	Quant	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
3	L	Pneu 275/80/22.5 radial borrachudo de ônibus com mínimo de 16 lonas para uso misto (terra/asfalto). Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: HIFLY HH356	169	UN	R$ 1.260,00	R$ 212.940,00
4	L	Pneu 275/80/22.5 radial liso do ônibus com mínimo 16 lonas para uso misto (terra/asfalto). Material banda rodagem borracha alta resistência. MARCA: HIFLY HH162+	75	UN	R$ 1.250,00	R$ 93.750,00
53	R	Pneu 275/80/22.5 radial borrachudo de ônibus com mínimo de 16 lonas para uso misto (terra/asfalto). Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: HIFLY HH356	27	UN	R$ 1.260,00	R$ 34.020,00
54	R	Pneu 275/80/22.5 radial liso do ônibus com mínimo 16 lonas para uso misto (terra/asfalto). Material banda rodagem borracha alta resistência. MARCA: HIFLY HH162+	25	UN	R$ 1.250,00	R$ 31.250,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 371.960,00 (trezentos e setenta e um mil, novecentos e sessenta reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2026

FORNECEDOR: RODOKAS COMERCIO DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 53.389.965/0001-84, sediada na RUA ANDRADE NEVES, N.º 1215, TRIANON, GUARAPUAVA-PR, CEP 85.012-020, telefone n.º (42) 98419-3766, e-mail RODOKASLICITACAO@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, PEDRO LUCCA KASCZUK, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 066.***.***-89.

Itens	COTA	Descrição	Quant	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
20	E	Pneu 185/70 r13 material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: JKTYRES	4	UN	R$ 289,00	R$ 1.156,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 1.156,00 (mil cento e cinquenta e seis reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026

FORNECEDOR: TEREZA PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 01.179.914/0001-24, sediada na RUA FRANCISCO NUNES, Nº 432, REBOUÇAS, CURITIBA-PR, CEP 80.215-000, telefone n.º (41) 3333-4322, e-mail IVERSON@TEREZAPNEUS.COM.BR, neste ato por seu representante legal, MARIA TEREZINHA DOS ANJOS SENFF, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 072.***.***-34

Itens	COTA	Descrição	Quant	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
48	E	PNEU 235/65R 16C, INDICE DE CARGA 121/119, CÓDIGO DE VELOCIDADE R DESTINADO A VEÍCULOS UTIILITÁRIOS/AMBULÂNCIAS, PRÓPRIO PARA USO EM SERVIÇOS PESADO MARCA: ROADX/RXQUEST C0-121/119R	16	UN	R$ 680,00	R$ 10.880,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 10.880,00 (dez mil oitocentos e oitenta reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026

FORNECEDOR: VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 39.859.999/0001-64, sediada na RUA FREDERICO JENSEN, N.º 4396, ITOUPAVAZINHA, BLUMENAU-SC, CEP 89.066-301, telefone n.º (47) 3091-2833, e-mail CONTRATOS@VICENZOPNEUS.COM.BR, neste ato por seu representante legal, RAFAEL CASCALES DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 360.***.***-26.

Itens	COTA	Descrição	Quant	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
8	E	Pneu 20.5x25 com mínimo 16 lonas da pá carregadeira. Material banda rodagem borracha alta resistência. MARCA: SPEEDROAD – O901	4	UN	R$ 4.210,00	R$ 16.840,00
9	E	Pneu 19.5/24 16 lonas Retro escavadeira traseiro. material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: SPEEDROAD – O4510	10	UN	R$ 2.280,00	R$ 22.800,00
11	E	Pneu 12.5/80/18 retro com mínimo de 14 lonas escavadeira dianteiro. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: SPEEDROAD – O4510	24	UN	R$ 1.018,00	R$ 24.432,00
12	L	Pneu 1400x24 com mínimo 20 lonas G2/L2 material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: SPEEDROAD – O901	27	UN	R$ 1.870,00	R$ 50.490,00
14	E	Pneu 18x4x30 com 10 lonas traseiro para trator agrícola material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: SPEEDROAD – O1351	4	UN	R$ 2.380,00	R$ 9.520,00
15	E	Pneu 12x4x24 com 10 lonas dianteiro para trator agrícola material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: SPEEDROAD – O1351	4	UN	R$ 1.190,00	R$ 4.760,00

16	E	Pneu 14x9x24 com 10 lonas dianteiro para trator agrícola material banda rodagem borracha alta resistência. MARCA: SPEEDROAD – O1351	6	UN	R$ 1.225,00	R$ 7.350,00
17	E	Pneu 18x4x34 com 10 lonas traseiro para trator agrícola. Material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: SPEEDROAD – O1351	6	UN	R$ 2.660,00	R$ 15.960,00
18	E	Pneu 14.9/24 – com 10 lonas material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: SPEEDROAD – O1351	2	UN	R$ 1.225,00	R$ 2.450,00
42	E	Câmara de pneu 20.5 x 25 MARCA: JABUTI – TRJ1175	8	UN	R$ 364,00	R$ 2.912,00
44	E	Protetor aro 24 Patrola MARCA: JABUTI	72	UN	R$ 70,00	R$ 5.040,00
45	E	Protetor aro 25. MARCA: JABUTI	72	UN	R$ 94,00	R$ 6.768,00
47	E	Protetor de pneu 23. 1-26 MARCA: JABUTI	4	UN	R$ 94,00	R$ 376,00
56	R	Pneu 17.5x25 com mínimo 16 lonas da retroescavadeira. Material banda rodagem borracha alta resistência. MARCA: SPEEDROAD – O901	11	UN	R$ 2.361,00	R$ 25.971,00
57	R	Pneu 1400x24 com mínimo 20 lonas G2/L2 material banda rodagem borracha alta resistência MARCA: SPEEDROAD – O9010	9	UN	R$ 1.870,00	R$ 16.830,00
58	R	Pneu 14.00R24, construção radial, classificação G2, mínimo 16PR, para motoniveladora. MARCA: TRIAGLE – TB515	7	UN	R$ 5.250,00	R$ 36.750,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 249.249,00 (duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais).

FELIPE CLAUDINO MACHADO

Prefeito

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:47D4BA43

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ESTADO DO PARANÁ	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA	DISPENSA ELETRÔNICA
Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba	**Nr.: 24/2026**
CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122	**Processo Adm.: 90/2026**
E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**Data do Processo: 26/08/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	90/2026
b) Nr. Licitação:	24/2026 - DE
c) Modalidade:	Dispensa eletrônica
d) Data de Homologação:	24/09/2026
e) Objeto da Licitação:	*AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA*

Participante: RACIONAL MATERIAL DIDATICO E RECURSOS HUMANOS LTDA - CNPJ: 77.063.527/0001-90 - *Enquadrado como MPE/EPP*						
Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

1	L	KIT PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA WISC IV, CONTENDO: 1) WISC IV PROTOCOLO DE REGISTRO COM 60 UNIDADES. 2) WISC IV PROTOCOLO DE RESPOSTA 1 – CÓDIGO E PROCURA SÍMBOLOS COM 60 UNIDADES 3) WISC IV PROTOCOLO DE RESPOSTA 2 - CANCELAMENTO COM 30 UNIDADES	1,000	UN	6.117,00	6.117,00
2	L	KIT PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA VINELAND-3, CONTENDO: 1) FORMULÁRIO DOS PROFESSORES DE NÍVEIS DE DOMÍNIO COM 20 UNIDADES 2) FORMULÁRIO DE PAIS/CUIDADORES DOS NÍVEIS DE DOMÍNIO COM 20 UNIDADES 3) FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DOS NÍVEIS DE DOMÍNIO COM 20 UNIDADES	1,000	UN	912,60	912,60
3	L	TESTE DE APERCEPÇÃO INFANTIL FIGURAS DE ANIMAIS – CAT- A (KIT COMPLETO)	1,000	UN	679,25	679,25
4	L	SRS-2 (MENSURAR SINTOMAS ASSOCIADOS AO TEA) (KIT COMPLETO)	1,000	UN	521,75	521,75
5	L	NEUPSILIN-INF (AVALIAÇÃO NEOROPSICOLÓGICA) (KIT COMPLETO)	1,000	UN	1.130,50	1.130,50
6	L	TRIAGEM DE INDICADORES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO (TIAH/S)	1,000	UN	386,65	386,65
					Total do Participante:	**9.747,75**
					Total Geral:	**9.747,75**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	09.002.12.361.0005.2019.3.3.90.30.00	R$ 9.755,55

Mandirituba, 24 de Setembro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Kimiecik
Código Identificador:F162CC5C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRFBALANCOORCAMENTARIO - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	51.024.480,00	56.387.001,63	5.560.399,02	22.098.351,38	34.288.650,25	5.560.547,08	22.034.140,99	34.352.860,64	21.514.166,17
DESPESAS CORRENTES	35.496.768,21	38.578.361,46	5.027.903,20	19.717.651,32	18.860.710,14	5.028.051,26	19.709.958,93	18.868.402,53	19.232.076,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.013.460,30	15.018.460,30	1.999.081,59	8.127.435,59	6.891.024,71	1.999.081,59	8.127.435,59	6.891.024,71	7.962.724,28
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	372.680,00	372.680,00	37.668,21	133.266,21	239.413,79	37.668,21	133.266,21	239.413,79	133.266,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.110.627,91	23.187.221,16	2.991.153,40	11.456.949,52	11.730.271,64	2.991.301,46	11.449.257,13	11.737.964,03	11.136.086,06
DESPESAS DE CAPITAL	15.377.711,79	17.658.640,17	532.495,82	2.380.700,06	15.277.940,11	532.495,82	2.324.182,06	15.334.458,11	2.282.089,62
INVESTIMENTOS	14.778.761,79	17.059.690,17	496.656,64	2.255.262,93	14.804.427,24	496.656,64	2.198.744,93	14.860.945,24	2.156.652,49
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	598.950,00	598.950,00	35.839,18	125.437,13	473.512,87	35.839,18	125.437,13	473.512,87	125.437,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	51.024.480,00	56.387.001,63	5.560.399,02	22.098.351,38	34.288.650,25	5.560.547,08	22.034.140,99	34.352.860,64	21.514.166,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	51.024.480,00	56.387.001,63	5.560.399,02	22.098.351,38	34.288.650,25	5.560.547,08	22.034.140,99	34.352.860,64	21.514.166,17
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	2.075.520,00	0,00	247.852,80	2.511.094,02	(2.511.094,02)	247.704,74	2.575.304,41	(2.575.304,41)	3.095.279,23
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	53.100.000,00	56.387.001,63	5.808.251,82	24.609.445,40	31.777.556,23	5.808.251,82	24.609.445,40	31.777.556,23	24.609.445,40

AMARILDO ALVES CARNEIRO	*ISABEL CAROLINA MOCHNACZ*	*JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE*
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:64BB4C4C

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF BALANCO ORCAMENTARIO INTRA - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	*ISABEL CAROLINA MOCHNACZ*	*JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE*
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:3D1A368E

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF BALANCO ORCAMENTARIO RECEITA - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.100.000,00	55.333.431,55	5.808.251,82	10,50	24.609.445,40	44,47	30.723.986,15
RECEITAS CORRENTES	41.510.599,86	43.166.238,80	5.544.100,92	12,84	22.264.019,31	51,58	20.902.219,49
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	1.612.894,60	1.612.894,60	248.455,28	15,40	986.373,25	61,16	626.521,35
IMPOSTOS	1.458.171,00	1.458.171,00	247.538,81	16,98	961.964,22	65,97	496.206,78
TAXAS	154.723,60	154.723,60	916,47	0,59	24.409,03	15,78	130.314,57
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	87.846,00	87.846,00	2.258,38	2,57	22.971,36	26,15	64.874,64
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	87.846,00	87.846,00	2.258,38	2,57	22.971,36	26,15	64.874,64
RECEITA PATRIMONIAL	163.745,66	227.803,40	140.174,99	61,53	528.106,37	231,83	(300.302,97)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	36.300,00	36.300,00	6.484,00	17,86	9.726,00	26,79	26.574,00
VALORES MOBILIÁRIOS	127.445,66	191.503,40	133.690,99	69,81	518.380,37	270,69	(326.876,97)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	368.500,00	368.500,00	17.251,76	4,68	38.338,41	10,40	330.161,59
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	368.500,00	368.500,00	771,96	0,21	1.586,54	0,43	366.913,46
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	16.479,80	0,00	36.751,87	0,00	(36.751,87)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.277.613,60	40.869.194,80	5.045.781,09	12,35	20.501.400,32	50,16	20.367.794,48
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	28.355.494,30	29.909.575,50	3.615.704,35	12,09	14.706.680,68	49,17	15.202.894,82
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	8.244.389,30	8.281.889,30	1.094.184,45	13,21	4.302.267,41	51,95	3.979.621,89

TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	2.662.000,00	2.662.000,00	334.596,29	12,57	1.424.143,23	53,50	1.237.856,77
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.730,00	15.730,00	1.296,00	8,24	68.309,00	434,26	(52.579,00)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	90.179,42	0,00	186.829,60	0,00	(186.829,60)
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	90.179,42	0,00	186.829,60	0,00	(186.829,60)
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	11.589.400,14	12.167.192,75	264.150,90	2,17	2.345.426,09	19,28	9.821.766,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.369.400,14	11.947.192,75	264.150,90	2,21	2.345.426,09	19,63	9.601.766,66
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	7.524.575,14	8.007.013,88	0,00	0,00	247.031,87	3,09	7.759.982,01
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	3.844.825,00	3.940.178,87	264.150,90	6,70	2.098.394,22	53,26	1.841.784,65
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	53.100.000,00	55.333.431,55	5.808.251,82	10,50	24.609.445,40	44,47	30.723.986,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	53.100.000,00	55.333.431,55	5.808.251,82	10,50	24.609.445,40	44,47	30.723.986,15
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	53.100.000,00	55.333.431,55	5.808.251,82	10,50	24.609.445,40	44,47	30.723.986,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.203.790,08	0,00	0,00	3.203.790,08	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	3.203.790,08	0,00	0,00	3.203.790,08	100,00	0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:FDB8069B

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRFBALANCOORCAMENTARIORECEITAINTRA - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
PREFEITO	CONTADOR	CONTROLADOR INTERNO
	CRC: 066669/O-6	
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:928F6BE3

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RECEITA ALIENACAO APLICACAO RECURSO - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO DE 2026			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	220.000,00	742,87	219.257,13
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	220.000,00	742,87	219.257,13
Alienação de Bens Móveis	220.000,00	0,00	220.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	742,87	(742,87)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	220.000,00	742,87	219.257,13

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	220.000,00	25.023,78	25.023,78	25.023,78	5.095,00	194.976,22
Investimentos	220.000,00	25.023,78	25.023,78	25.023,78	5.095,00	194.976,22
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	220.000,00	25.023,78	25.023,78	25.023,78	5.095,00	194.976,22
SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR(h)**		**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**			**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	(35.203,02)		(24.280,91)			(59.483,93)

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:A26FB82E

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RECEITA DESPESA MANUTENCAO DESENV ENSINO - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.458.171,00	961.964,22
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	294.151,00	24.438,89
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	363.000,00	87.516,91
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	484.000,00	449.385,16
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	317.020,00	400.623,26
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	40.502.572,00	19.488.744,05
2.1 - Cota-parte FPM	30.976.000,00	14.748.764,75
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	29.040.000,00	13.869.516,44
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.936.000,00	879.248,31
2.2 - Cota-parte ICMS	8.712.000,00	4.385.987,23
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	119.790,00	67.517,06
2.4 - Cota-parte ITR	29.282,00	7.912,09
2.5 - Cota-parte IPVA	665.500,00	278.562,92
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	41.960.743,00	20.450.708,27
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	7.713.314,40	3.721.899,15
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.776.871,35	1.390.777,92
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.662.000,00	1.429.500,07
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.662.000,00	1.429.500,07
6.1.1 - Principal	2.662.000,00	1.424.143,23

6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	5.356,84
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(5.051.314,40)	(2.297.755,92)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	1.975,97	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.975,97	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	1.431.476,04	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	2.667.000,00	1.555.636,83	1.555.636,83	1.523.959,89	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.667.000,00	1.555.636,83	1.555.636,83	1.523.959,89	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	654.585,80	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	2.012.414,20	1.555.636,83	1.555.636,83	1.523.959,89	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.555.636,83	1.555.636,83	1.523.959,89	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.555.636,83	1.555.636,83	1.523.959,89	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.555.636,83	1.555.636,83	1.523.959,89	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.000.650,05	1.555.636,83	1.555.636,83	108,82
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 -	**VALOR MÁXIMO**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO**	**VALOR NÃO APLICADO**	**% NÃO APLICADO (r)**

(Máximo de 10% de Superávit)[3]	PERMITIDO (n)		APÓS AJUSTE (p)	EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	142.950,01	(126.136,76)	(126.136,76)	0,00	(8,82)

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	198.493,34	1.975,97	0,00	0,00	0,00	1.975,97
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	198.493,34	1.975,97	0,00	0,00	0,00	1.975,97
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.561.363,04	1.814.164,55	1.814.108,03	1.755.172,63	56,52

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20.1 - Educação Infantil	850.909,60	26.799,71	26.799,71	26.675,87	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	4.388.530,44	1.692.695,07	1.692.638,55	1.635.381,04	56,52
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	43.923,00	28.874,92	28.874,92	28.874,92	0,00
20.5 - Administração Geral	278.000,00	65.794,85	65.794,85	64.240,80	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	7.906.440,04	3.275.131,61	3.275.075,09	3.186.016,80	56,52
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.505.495,40	26.799,71	26.799,71	26.675,87	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	6.400.944,64	3.248.331,90	3.248.275,38	3.159.340,93	56,52
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					1.814.108,03
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					3.721.899,15
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					1.975,97
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					5.534.031,21
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			5.112.677,07	5.534.031,21	27,06
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	51.726,78	0,00	51.726,78	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	51.726,78	0,00	51.726,78	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	698.889,40	444.908,74
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	406.069,40	206.996,32
31.1.1 - Salário-Educação	196.189,40	121.237,05
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	65.890,00	37.038,18
31.1.4 - PNATE	143.990,00	48.721,09
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	113.904,13
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	292.820,00	124.008,29

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.264.377,19	833.098,21	776.636,73	674.153,42	56.461,48
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	351.472,45	317.070,96	317.070,96	312.178,77	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	912.904,74	514.364,05	457.902,57	360.311,45	56.461,48
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	1.663,20	1.663,20	1.663,20	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	9.530.806,83	4.202.089,08	4.145.571,08	3.952.475,43	56.518,00
33.1 - Despesas Correntes	8.582.456,84	3.858.065,98	3.858.065,98	3.707.062,77	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	5.118.817,40	2.628.969,37	2.628.969,37	2.573.561,60	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	3.463.639,44	1.229.096,61	1.229.096,61	1.133.501,17	0,00
33.2 - Despesas de Capital	948.349,99	344.023,10	287.505,10	245.412,66	56.518,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	948.349,99	344.023,10	287.505,10	245.412,66	56.518,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	16.647,49	291,98
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.437.355,36	121.237,05
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.523.959,89	104.421,90
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	(69.957,04)	17.107,13
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	(69.957,04)	17.107,13
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		
AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:EFC53D14

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRFRECEITAOPERACAOCREDITODESPESACAPITAL - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	17.658.640,17	2.380.700,06	15.277.940,11
Investimentos	17.059.690,17	2.255.262,93	14.804.427,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	598.950,00	125.437,13	473.512,87
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	17.658.640,17	2.380.700,06	15.277.940,11
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	17.658.640,17	2.380.700,06	15.277.940,11

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:3862C1A0

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RESULTADO PRIMARIO NOMINAL - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	43.166.238,80	22.264.019,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.612.894,60	986.373,25
IPTU	294.151,00	24.438,89
ISS	484.000,00	449.385,16
ITBI	363.000,00	87.516,91
IRRF	317.020,00	400.623,26
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	154.723,60	24.409,03
Contribuições	87.846,00	22.971,36
Receita patrimonial	227.803,40	528.106,37
Aplicações Financeiras (II)	191.503,40	518.380,37
Outras Receitas Patrimoniais	36.300,00	9.726,00
Transferências correntes	40.869.194,80	20.501.400,32
Cota-Parte do FPM	25.168.000,00	11.974.861,79
Cota-Parte do ICMS	6.969.600,00	3.508.789,92
Cota-Parte do IPVA	532.400,00	222.850,32
Cota-Parte do ITR	23.425,60	6.329,76
Transferências da LC 61/1989	95.832,00	55.722,30
Transferências do FUNDEB	2.662.000,00	1.424.143,23
Outras transferências correntes	5.417.937,20	3.308.703,00
Demais receitas correntes	368.500,00	225.168,01
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	368.500,00	225.168,01
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	42.974.735,40	21.745.638,94
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	11.986.465,66	2.345.426,09
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	220.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	220.000,00	0,00
Transferências de Capital	11.766.465,66	2.345.426,09
Convênios	3.940.178,87	2.267.028,57
Outras Transferências de Capital	7.826.286,79	78.397,52
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	11.986.465,66	2.345.426,09
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	54.961.201,06	24.091.065,03
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	54.961.201,06	24.091.065,03

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	38.578.361,46	19.717.651,32	19.709.958,93	19.232.076,55	304.521,13	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	15.018.460,30	8.127.435,59	8.127.435,59	7.962.724,28	141.319,87	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	372.680,00	133.266,21	133.266,21	133.266,21	20.439,49	0,00	0,00
Outras despesas correntes	23.187.221,16	11.456.949,52	11.449.257,13	11.136.086,06	142.761,77	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	38.205.681,46	19.584.385,11	19.576.692,72	19.098.810,34	284.081,64	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	17.658.640,17	2.380.700,06	2.324.182,06	2.282.089,62	298.147,46	1.608.569,32	1.608.569,32
Investimentos	17.059.690,17	2.255.262,93	2.198.744,93	2.156.652,49	280.227,87	1.608.569,32	1.608.569,32
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	598.950,00	125.437,13	125.437,13	125.437,13	17.919,59	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	17.059.690,17	2.255.262,93	2.198.744,93	2.156.652,49	280.227,87	1.608.569,32	1.608.569,32

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	55.415.371,63	21.839.648,04	21.775.437,65	21.255.462,83	564.309,51	1.608.569,32	1.608.569,32
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	55.415.371,63	21.839.648,04	21.775.437,65	21.255.462,83	564.309,51	1.608.569,32	1.608.569,32
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							662.723,37
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							662.723,37

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.121.630,00
JUROS NOMINAIS	Até Agosto / 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	518.380,37
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	133.266,21
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.047.837,53

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Agosto / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.272.291,68	1.185.361,71
DEDUÇÕES (XL)	6.648.288,76	6.189.903,82
Disponibilidade de Caixa	6.648.288,76	6.189.903,82
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.405.226,04	7.087.623,17
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	568.097,90	523.763,21
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	188.839,38	373.956,14
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)		

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	(371.454,97)
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Agosto / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(44.334,69)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	(415.789,66)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(800.903,82)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.203.790,08
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.203.790,08
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:CF7EA3BE

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RESULTADO PRIMARIO NOMINAL - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026 RECEITAS REALIZADAS (a)

RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	43.166.238,80	22.264.019,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.612.894,60	986.373,25
IPTU	294.151,00	24.438,89
ISS	484.000,00	449.385,16
ITBI	363.000,00	87.516,91
IRRF	317.020,00	400.623,26
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	154.723,60	24.409,03
Contribuições	87.846,00	22.971,36
Receita patrimonial	227.803,40	528.106,37
Aplicações Financeiras (II)	191.503,40	518.380,37
Outras Receitas Patrimoniais	36.300,00	9.726,00
Transferências correntes	40.869.194,80	20.501.400,32
Cota-Parte do FPM	25.168.000,00	11.974.861,79
Cota-Parte do ICMS	6.969.600,00	3.508.789,92
Cota-Parte do IPVA	532.400,00	222.850,32
Cota-Parte do ITR	23.425,60	6.329,76
Transferências da LC 61/1989	95.832,00	55.722,30
Transferências do FUNDEB	2.662.000,00	1.424.143,23
Outras transferências correntes	5.417.937,20	3.308.703,00
Demais receitas correntes	368.500,00	225.168,01
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	368.500,00	225.168,01
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	42.974.735,40	21.745.638,94
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	11.986.465,66	2.345.426,09
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	220.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	220.000,00	0,00
Transferências de Capital	11.766.465,66	2.345.426,09
Convênios	3.940.178,87	2.267.028,57
Outras Transferências de Capital	7.826.286,79	78.397,52
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	11.986.465,66	2.345.426,09
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	54.961.201,06	24.091.065,03
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	54.961.201,06	24.091.065,03

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	38.578.361,46	19.717.651,32	19.709.958,93	19.232.076,55	304.521,13	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	15.018.460,30	8.127.435,59	8.127.435,59	7.962.724,28	141.319,87	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	372.680,00	133.266,21	133.266,21	133.266,21	20.439,49	0,00	0,00
Outras despesas correntes	23.187.221,16	11.456.949,52	11.449.257,13	11.136.086,06	142.761,77	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	38.205.681,46	19.584.385,11	19.576.692,72	19.098.810,34	284.081,64	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	17.658.640,17	2.380.700,06	2.324.182,06	2.282.089,62	298.147,46	1.608.569,32	1.608.569,32
Investimentos	17.059.690,17	2.255.262,93	2.198.744,93	2.156.652,49	280.227,87	1.608.569,32	1.608.569,32
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	598.950,00	125.437,13	125.437,13	125.437,13	17.919,59	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	17.059.690,17	2.255.262,93	2.198.744,93	2.156.652,49	280.227,87	1.608.569,32	1.608.569,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	55.415.371,63	21.839.648,04	21.775.437,65	21.255.462,83	564.309,51	1.608.569,32	1.608.569,32
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	55.415.371,63	21.839.648,04	21.775.437,65	21.255.462,83	564.309,51	1.608.569,32	1.608.569,32
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							662.723,37

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							662.723,37

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.121.630,00
	Até Agosto / 2026
JUROS NOMINAIS	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	518.380,37
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	133.266,21
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.047.837,53

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Agosto / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.272.291,68	1.185.361,71
DEDUÇÕES (XL)	6.648.288,76	6.189.903,82
Disponibilidade de Caixa	6.648.288,76	6.189.903,82
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.405.226,04	7.087.623,17
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	568.097,90	523.763,21
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	188.839,38	373.956,14
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(5.375.997,08)	(5.004.542,11)

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	(371.454,97)
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Agosto / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(44.334,69)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	(415.789,66)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(800.903,82)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.203.790,08
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.203.790,08
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:AE8BA8B4

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	53.100.000,00
Previsão Atualizada da Receita	55.333.431,55
Receitas Realizadas	24.609.445,40
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	3.203.790,08
Dotação Inicial	51.024.480,00
Créditos Adicionais	5.362.521,63
Dotação Atualizada	56.387.001,63
Despesas Empenhadas	22.098.351,38
Despesas Liquidadas	22.034.140,99
Despesas Pagas	21.514.166,17
Superávit Orçamentário	2.575.304,41
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	22.098.351,38
Despesas Liquidadas	22.034.140,99
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	33.592.476,77
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.192.476,77

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	32.192.476,77
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	1.047.837,53	0,00 %
Resultado Primário	0,00	662.723,37	0,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	606.456,98	0,00	602.668,59	3.788,39
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.634.471,32	0,00	1.608.569,32	25.902,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.240.928,30	0,00	2.211.237,91	29.690,39

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	5.534.031,21	25% / 18%	27,06
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	1.555.636,83	70%	108,82

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	2.380.700,06		15.277.940,11	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	220.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	25.023,78	194.976,22	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.145.080,08	15%	16,07
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			
AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***	
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno	
Entidades:			
Município de Manfrinópolis			

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:D1372023

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	53.100.000,00
Previsão Atualizada da Receita	55.333.431,55

Receitas Realizadas	24.609.445,40
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	3.203.790,08
Dotação Inicial	51.024.480,00
Créditos Adicionais	5.362.521,63
Dotação Atualizada	56.387.001,63
Despesas Empenhadas	22.098.351,38
Despesas Liquidadas	22.034.140,99
Despesas Pagas	21.514.166,17
Superávit Orçamentário	2.575.304,41
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	22.098.351,38
Despesas Liquidadas	22.034.140,99
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	33.592.476,77
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.192.476,77
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	32.192.476,77
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	1.047.837,53	0,00 %
Resultado Primário	0,00	662.723,37	0,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	606.456,98	0,00	602.668,59	3.788,39
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.634.471,32	0,00	1.608.569,32	25.902,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.240.928,30	0,00	2.211.237,91	29.690,39

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	5.534.031,21	25% / 18%	27,06
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	1.555.636,83	70%	108,82

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	2.380.700,06	15.277.940,11

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	220.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	25.023,78	194.976,22

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.145.080,08	15%	16,07
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			**Valor apurado no Exercício Corrente**
Total das Despesas/RCL (%)			

AMARILDO ALVES CARNEIRO	*ISABEL CAROLINA MOCHNACZ*	*JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE*
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:56FB66DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO N. 36/2026

RESULTADO PREGÃO N. 36/2026. VENCEDORES DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 556/2026. OBJETO: O objeto da presente licitação é a implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de peças (linha leve) para a frota de veículos do Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos, Administração, Assistência Social e Indústria, Comércio e Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN	UNIT.	TOTAL	MARCA	FORNECEDOR
1	21	Biela - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	155,00	155,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	22	Bieleta - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	70,00	70,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	23	Bobina de ignição - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	170,00	680,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	24	Bomba de água - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	230,00	230,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	25	Bomba de combustível - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	450,00	450,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	26	Bomba de direção - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	1.200,00	1.200,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	27	Bomba de óleo - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	300,00	300,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	28	Bronzina de mancal - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	120,00	120,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	29	Bucha bandeja dianteira parte dianteira - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	40,50	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	30	Bucha bandeja parte traseira - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	49,50	99,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	31	Bucha eixo traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	81,00	162,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	32	Bucha da barra estabilizadora - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	27,00	54,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	33	Cabeçote - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	2.000,00	2.000,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	34	Cabo acelerador - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	140,00	140,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	35	Cabo de embreagem - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	110,00	110,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	36	Cabo de vela - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	120,00	120,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	37	Cabo freio de mão - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	94,50	94,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	38	Cabo seletor de marchas - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	380,00	380,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	39	Cachorrete do sincronizado - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	42,75	42,75	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	40	Caixa de direção hidráulica - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	1.430,00	1.430,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	41	Capa proteção correia dentada - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	68,00	68,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	42	Capo dianteiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	716,00	716,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	43	Carcaça da válvula termostática - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	151,00	151,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	44	Cárter do motor - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	261,00	261,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	45	Cilindro de roda - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	83,00	83,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	46	Cilindro mestre freio - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	347,00	347,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	47	Cilindro roda traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	84,00	84,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	48	Coifa da caixa de direção - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	42,75	42,75	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	49	Coifa homocinética externa - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	61,00	122,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	50	Coifa homocinética interna - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	63,00	126,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	51	Coletor escape - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	530,00	530,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	52	Coletor de escape - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-	1	UND	790,00	790,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		7540						
1	53	Comando de válvulas - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	485,00	485,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	54	Compressor ar condicionado - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	1.300,00	1.300,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	55	Correia alternador - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	67,50	67,50	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	56	Correia dentada - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	81,00	81,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	57	Coxim dianteiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	200,00	800,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	58	Coxim do cambio - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	232,00	928,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	59	Coxim do motor - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	288,00	1.152,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	60	Coxim traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	214,00	856,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	61	Cubo de roda traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	216,00	432,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	62	Cubo de roda dianteiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	216,00	432,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	63	Disco de freio dianteiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	144,00	576,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	64	Eixo comando de válvula - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	493,00	493,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	65	Eixo piloto - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	380,00	380,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	66	Eixo secundário - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	425,00	425,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	67	Eixo virabrequim - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	1.050,00	1.050,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	68	Eletroventilador - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	382,50	382,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	69	Embreagem do virabrequim - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	540,00	540,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	70	Engrenagem 1ª marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	184,50	184,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	71	Engrenagem 2ª marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	184,50	184,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	72	Engrenagem 3ª marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	171,00	171,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	73	Engrenagem 4ª marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	171,00	171,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	74	Engrenagem 5ª marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	202,50	202,50	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	75	Engrenagem do velocímetro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	63,00	63,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	76	Engrenagem marcha ré - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	216,00	216,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	77	Espigão água para-brisa (esguicho) - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	1	UND	20,25	20,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	78	Espelho retrovisor externo - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	292,50	585,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	79	Fechadura capo traseira - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	126,00	126,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	80	Fechadura completa porta dianteira - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	1	UND	153,00	153,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	81	Fechadura completa porta traseira - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	1	UND	144,00	144,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	82	Flexível de freio dianteiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	58,50	117,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	83	Garfo 1ª a 2ª marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	117,00	117,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	84	Garfo 3ª e 4ª marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	117,00	117,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	85	Flexível de freio traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	117,00	234,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	86	Garfo da 5ª marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	130,50	130,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	87	Garfo da marcha ré - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	130,50	130,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	88	Grade frontal - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	202,50	202,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	89	Hidro vácuo - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	495,00	495,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	90	Jogo bronzina de biela - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	108,00	108,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	91	Jogo bronzina de mancal - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	126,00	126,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	92	Jogo de calço virabrequim - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	58,50	58,50	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	93	Jogo de pastilha de freio dianteiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	1	UND	130,50	130,50	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	94	Jogo de pistão e anéis - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	495,00	495,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	95	Junta do cárter - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	63,00	63,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	96	Junta coletor de admissão - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	38,25	38,25	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	97	Junta do coletor escape - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	42,75	42,75	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	98	Junta da tampa de válvula - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	58,50	58,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	99	Junta do cabeçote - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	81,00	81,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	100	Junta escape - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	33,75	33,75	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	101	Junta homocinética - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	261,00	261,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	102	Kit batente amortecedor traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	2	UND	72,00	144,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	103	Kit batente amortecedor dianteiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	2	UND	63,00	126,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	104	Kit embreagem (plato, disco e rolamento) - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	427,50	427,50	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	105	Kit reparo freio dianteiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	49,50	49,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	106	Kit tensor e correia dentada - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	189,00	189,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	107	Lona de freio - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	81,00	324,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	108	Magnete externa - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	382,50	382,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	109	Mangueira ar quente - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	72,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	110	Mangueira anti chama - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	40,50	40,50	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	111	Mangueira inferior do radiador - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	1	UND	72,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	112	Mangueira superior do radiador - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	1	UND	72,00	72,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	113	Máquina de vidro dianteira - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	202,50	202,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	114	Máquina de vidro traseira - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	202,50	202,50	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	115	Molas dianteiras - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	117,00	234,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	116	Molas traseiras - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	117,00	234,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	117	Palheta do limpador - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	54,00	216,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	118	Paralama - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	306,00	612,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	119	Parabrisa - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	630,00	630,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	120	Parachoque - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	382,50	382,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	121	Parachoque traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	382,50	382,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	122	Parafuso de roda - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	16	UND	11,25	180,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	123	Pastilhas de freio - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	130,00	520,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	124	Patim freio traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	108,00	432,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	125	Pinça de freio dianteira - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	2	UND	441,00	882,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	126	Pivo de suspensão - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	85,50	342,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	127	Polia comando válvula - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	126,00	126,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	128	Polia do virabrequim - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	202,50	202,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	129	Porca de roda - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	16	UND	9,00	144,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	130	Porta dianteira direita - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	990,00	990,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	131	Porta dianteira esquerda - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	990,00	990,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	132	Porta traseira direita - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	900,00	900,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	133	Porta traseira esquerda - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	990,00	990,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	134	Radiador de arrefecimento água - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	1	UND	427,50	427,50	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	135	Radiador do ar condicionado - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	495,00	495,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	136	Regulador de pressão - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	144,00	144,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	137	Reparo freio traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	32,75	32,75	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	138	Reservatório de água - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	81,00	81,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	139	Reservatório de água limpador parabrisa - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	94,50	94,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	140	Reservatório de óleo direção hidráulica - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa	1	UND	108,00	108,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		BBG-7540						
1	141	Reservatório do cilindro mestre - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	82,50	82,50	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	142	Retentor de válvula - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	2,99	2,99	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	143	Retentor dianteiro do virabrequim - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	38,25	38,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	144	Retentor do cambio - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	42,75	42,75	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	145	Retentor eixo piloto - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	33,75	33,75	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	146	Retentor saída caixa - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	42,75	42,75	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	147	Retentor traseiro do virabrequim - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	65,25	65,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	148	Roda em alumínio - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	5	UND	540,00	2.700,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	149	Rolamento cubo traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	171,00	171,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	150	Coifa homocinética externa - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	49,50	49,50	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	151	Rolamento eixo secundário dianteiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	72,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	152	Rolamento eixo secundário traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	72,00	72,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	153	Rolamento traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	171,00	171,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	154	Semi-eixo direito - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	399,00	399,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	155	Semi-eixo esquerdo - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	299,00	299,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	156	Semi-eixo homocinético - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	298,00	298,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	157	Sensor ABS - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	202,50	202,50	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	158	Sensor de rotação - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	171,00	171,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	159	Sensor de temperatura da água - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	85,50	85,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	160	Sensor lambda - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	247,50	247,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	161	Sensor MAP - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	189,00	189,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	162	Tambor freio traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	139,50	558,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	163	Tampa da válvula termostática - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	164	Tampa de óleo do motor - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	29,25	29,25	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	165	Tampa de válvula - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	306,00	306,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	166	Tampa do reservatório - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	20,25	20,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	167	Tampa do reservatório de água - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	20,25	20,25	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	168	Tensor da correia dentada - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	108,00	108,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	169	Tensor da correia do alternador - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	139,50	139,50	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	170	Terminal de direçao - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	81,00	81,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	171	Trambulador - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	337,50	337,50	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	172	Trava de válvula - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	11,25	11,25	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	173	Tubo escape intermediário - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	292,50	292,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	174	Tucho hidráulico - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	16	UND	42,75	684,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	175	Válvula admissão - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	29,25	29,25	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	176	Válvula escape - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	33,75	33,75	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	177	Válvula termostática - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	99,00	99,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	178	Vela de ignição - Ethios SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	27,00	108,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	179	Vidro traseiro (vigia) - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	382,50	382,50	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	180	Volante do motor - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	540,00	540,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	181	Alavanca freio de mão - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	171,00	171,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	182	Amortecedor capô traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019,	4	UND	99,00	396,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		Placa BDQ- 3D57						
1	183	Amortecedor dianteiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	4	UND	261,00	1.044,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	184	Amortecedor traseira - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	4	UND	189,00	756,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	185	Aneis de pistão - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	12	UND	202,50	2.430,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	186	Anel sincronizado 1° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	81,00	81,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	187	Anel sincronizado 2° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	188	Anel sincronizado 3° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	81,00	81,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	189	Anel sincronizado 4° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	190	Anel sincronizado 5° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	81,00	81,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	191	Anel sincronizado da marcha Ré - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	87,75	87,75	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	192	Antichama - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	54,00	54,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	193	Atuador hidáulico de embreagem - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	292,50	292,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	194	Axial de direção - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	108,00	108,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	195	Balancim - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	16	UND	49,50	792,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	196	bandeja de suspensão - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	337,50	337,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	197	Barra axial (articulação) - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	108,00	108,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	198	Barra de direção - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	216,00	216,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	199	Barra estabilizadora - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	310,54	310,54	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	200	Bico injetor - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	4	UND	189,00	756,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	201	Biela - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	200,00	200,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	202	Bieleta - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	203	Bobina de ignição - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	4	UND	175,50	702,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	204	Bomba de agua - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	234,00	234,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	205	Bomba de combustível - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	997,00	997,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	206	Bomba de direção - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	306,00	306,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	207	Bomba de Oleo - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	126,00	126,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	208	Bronzina de mancal - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	126,00	126,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	209	Bucha bandeija dianteira parte traseira - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	40,50	81,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	210	Bucha eixo traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	81,00	162,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	211	Bucha estabilizadora - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	27,00	54,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	212	Bucha da bandeja parte diateira - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ- 3D57	2	UND	40,50	81,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	213	Cabeçote - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	1.998,00	1.998,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	214	Cabo acelerador - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	138,90	138,90	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	215	Cabo da enbreagem - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	112,50	112,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	216	Flasher/relé de seta - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	126,00	126,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	217	Cabo freio de mão - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	94,50	94,50	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	218	Cachorrete do sincronizado - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	42,75	42,75	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	219	Cabo seletor de marchas - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	382,50	382,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	220	Caixa de direção hidráulica - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	1.440,00	1.440,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	221	Capa proteção correia dentada - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	72,00	72,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	222	Capô dianteiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	720,00	720,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	223	Carcaça da valvula termostática - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	153,00	153,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	224	Carter - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	161,00	161,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	225	Cilindro de roda - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	85,00	85,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	226	cilindro mestre freio - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	351,00	351,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	227	Cilindro roda traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	85,50	85,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	228	Coifa da caixa de direção - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	42,75	85,50	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	229	Coifa homocinética externa - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	63,00	126,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	230	Coifa homocinética interna - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	63,00	126,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	231	Coletor admissao - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	540,00	540,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	232	Coletor escape - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	810,00	810,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	233	Comando de válvulas - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	195,00	195,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	234	Compreenssor ar condicionado - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	1.305,00	1.305,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	235	Correia alternador - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	67,50	67,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	236	Correia dentada - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	237	Coxim dianteiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	4	UND	202,50	810,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	238	Coxim do cambio - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	4	UND	234,00	936,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	239	Coxim do motor - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	4	UND	292,50	1.170,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	240	Coxim traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	4	UND	216,00	864,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	241	Cubo de roda traseiro - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	2	UND	214,00	428,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	242	Cubo dianteiro Direito - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	214,00	428,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	243	Disco de freio dianteiro - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	4	UND	144,00	576,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	244	Eixo comando de valvula - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	495,00	495,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	245	Eixo piloto - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	400,50	400,50	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	246	Eixo secundário - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	427,50	427,50	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	247	Eixo Virabrequim - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	1.080,00	1.080,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	248	Eletroventilador - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	382,50	382,50	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	249	Embreagem do virabrequim - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	540,00	540,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	250	Engrenagem 1° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	184,50	184,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	251	Engrenagem 2° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	184,50	184,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	252	Engrenagem 3° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	171,00	171,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	253	Engrenagem 4° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	171,00	171,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	254	Engrenagem 5° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	202,50	202,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	255	Engrenagem do Velocimetro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	63,00	63,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	256	Engrenagem marcha Ré - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa	1	UND	216,00	216,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		BDQ- 3D57						
1	257	Esguicho agua parabrisa (brucutu) - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	20,25	20,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	258	Espelho retrovisor externo - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	2	UND	292,00	584,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	259	Fechadura capô traseira - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	126,00	126,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	260	Fechadura completa porta dianteira - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	153,00	153,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	261	Fechadura completa porta traseira - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	144,00	144,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	262	Flexivel de freio dianteiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	2	UND	58,50	117,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	263	Flexivel freio traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	58,50	117,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	264	Garfo 1° e 2° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	117,00	117,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	265	Garfo 3° e 4° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	117,00	117,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	266	Garfo da 5° marcha - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	130,50	130,50	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	267	Garfo da marcha Ré - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	130,50	130,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	268	Grade frontal - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	202,50	202,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	269	Hidro vacuo - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	495,00	495,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	270	Jogo bronzina de biela - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	108,00	108,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	271	Jogo bronzina de mancal - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	126,00	126,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	272	jogo calço virabrequim - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	58,50	58,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	273	Jogo de pastilha de freio dianteiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	130,50	130,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	274	Jogo pistão e anéis - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	495,00	495,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	275	Junta carter - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	63,00	63,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	276	Junta coletor de admissão - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	38,25	38,25	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	277	Junta coletor escape - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	42,75	42,75	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	278	Junta tampa de valvula - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	58,50	58,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	279	Junta de cabeçote - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	280	junta escape - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	33,75	33,75	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	281	Junta homocinética - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	261,00	261,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	282	Kit batente amortecedor dianteiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	72,00	144,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	283	Kit batente amortecedor traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	63,00	126,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	284	kit embreagem (plato, disco e rolamento) - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	427,00	427,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	285	Kit reparo freio dianteiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	49,50	49,50	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	286	Kit tensor e correia dentada - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019,	1	UND	189,00	189,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		Placa BDQ- 3D57						
1	287	Lona de freio - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	4	UND	81,00	324,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	288	Magnete externa - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	382,50	382,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	289	Mangueira de ar quente - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	72,00	72,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	290	Mangueira do anti chama - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	40,50	40,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	291	mangueira inferior do radiador - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	72,00	72,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	292	Mangueira superior radiador - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	72,00	72,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	293	Maquina de vidro dinateira - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	202,00	202,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	294	Maquina de vidro traseira - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	117,00	117,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	295	Mola dinateira - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	117,00	234,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	296	Mola traseira - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	54,00	108,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	297	Palheta limpador - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	4	UND	109,00	436,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	298	Paralama - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	2	UND	630,00	1.260,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	299	Parabrisa - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	630,00	630,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	300	Parachoque dianteiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	382,00	382,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	301	Parachoque traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	382,00	382,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	302	Parafuso de roda - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	16	UND	11,00	176,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	303	Pastilha de freio - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	4	UND	130,00	520,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	304	Patim freio traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	4	UND	108,00	432,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	305	Pinça de freio dianteira - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	2	UND	441,00	882,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	306	Pivo da suspensão - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	4	UND	85,80	343,20	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	307	Polia comando valvula - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	126,00	126,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	308	Polia do virabrequim - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	202,50	202,50	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	309	Porca de roda - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	16	UND	9,00	144,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	310	Porta dianteira direita - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	990,00	990,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	311	Porta dianteira esquerda - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	990,00	990,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	312	Porta traseira direita - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	990,00	990,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	313	Porta traseira esquerda - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	990,00	990,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	314	Radiador de arrefecimento agua - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	427,50	427,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	315	Radiador do ar condicionado - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ- 3D57	1	UND	495,00	495,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	316	Regulador de pressão - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	144,00	144,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	317	Reparo freio traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	42,75	42,75	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	318	Reservatório de agua - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	319	Reservatorio de agua limpador parabrisa - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	94,50	94,50	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	320	Reservatorio de oleo direçao hidraulico - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	108,00	108,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	321	Reservatório do cilndro mestre - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	90,00	90,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	322	Retentor de valvula- Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	15,75	15,75	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	323	Retentor dianteiro do virabrequim - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	38,25	38,25	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	324	Retentor do cambio - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	42,75	42,75	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	325	Semi-eixo direito - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	810,00	810,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	326	Retentor saida caixa - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	42,75	42,75	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	327	Retentor traseiro virabrequim- Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	65,25	65,25	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	328	Roda - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	5	UND	540,00	2.700,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	329	Rolamento cubo traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	171,00	171,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	330	Rolamento do eixo piloto - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	49,50	49,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	331	Rolamento eixo secundário dianteiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	72,00	72,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	332	Rolamento eixo secundário traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	72,00	72,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	333	Rolamento traseiro - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	171,00	171,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	334	Retentor eixo piloto - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	33,75	33,75	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	335	Semi-eixo esquerdo - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	810,00	810,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	336	Semi-eixo homocinético - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	810,00	810,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	337	Sensor ABS - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	202,50	202,50	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	338	Sensor de rotação - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	171,00	171,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	339	Sensor de temperatura da água - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	85,50	85,50	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	340	Sensor lambda - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	247,00	247,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	341	Sensor MAP - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	189,00	189,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	342	Tambor freio traseiro - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	140,00	140,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	343	Tampa da Valvula termostática - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	72,00	72,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	344	Tampa de oleo do motor - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	30,00	30,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	345	Tampa de valvula - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	306,00	306,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	346	Tampa do reservatório - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	20,00	20,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	347	Tampa do reservatorio de agua - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	20,00	20,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	348	Tensor da correia dentada - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	108,00	108,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	349	Tensor da correia do alternador - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	140,00	140,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	350	Terminal de direção - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	82,00	82,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	351	Trambulador - Voyage 1.6L MB5 Urban, ano 2019, placa BDQ-3D57	1	UND	340,00	340,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	352	Trava de valvula - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	12,00	12,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	353	Tubo escape intermediario - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	292,00	292,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	354	Tucho hidraulico - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	16	UND	45,00	720,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	355	Valvula admissao - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	30,00	30,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	356	Valvula escape - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	34,00	34,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	357	Valvula Termostática - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	99,00	99,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	358	Velas- Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	4	UND	27,00	108,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	359	Vidro traseiro (vigia) - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	390,00	390,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	360	Volante do motor - Voyage 1.6L. MB5 Urban, Ano 2019, Placa BDQ-3D57	1	UND	540,00	540,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	361	Alavanca freio de mão - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	171,00	171,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	362	Amortecedor capô traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	4	UND	99,00	396,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	363	Amortecedor dianteiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	4	UND	261,00	1.044,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	364	Amortecedor traseira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	4	UND	189,00	756,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	365	Anel de pistão - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	12	UND	202,00	2.424,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	366	Anel sincronizado 1° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	367	Anel sincronizado 2° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	368	Anel sincronizado 3° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	369	Anel sincronizado 4° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	370	Anel sincronizado 5° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	371	Anel sincronizado da marcha Ré - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	89,00	89,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	372	Antichama - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	54,00	54,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	373	Atuador de embreagem - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	300,00	300,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	374	Axial de direção - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	108,00	108,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	375	Balancim - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	16	UND	50,00	800,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	376	bandeija dianteira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	340,00	340,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	377	Barra axial (articulação) - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	108,00	108,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	378	Barra de direção - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	216,00	216,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	379	Barra estabilizadora - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	310,00	310,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	380	Bico injetor - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	4	UND	189,00	756,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	381	Biela - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	157,00	157,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	382	Bieleta - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	72,00	72,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	383	Chave do limpador de parabrisa - Palio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	4	UND	175,00	700,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	384	Bomba de agua - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	235,00	235,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	385	Bomba de combustível - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	500,00	500,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	386	Bomba de direção - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	1.260,00	1.260,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	387	Bomba de Oleo - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	306,00	306,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	388	Bronzina de mancal - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	130,00	130,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	389	Bucha bandeija dianteira parte dianteira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	40,00	80,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	390	Bucha bandeija dianteira parte traseira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	50,00	100,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	391	Bucha eixo traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	82,00	164,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	392	Bucha da barra estabilizadora - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	27,00	54,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	393	Cabeçote - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	2.030,00	2.030,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	394	Cabo acelerador - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	144,00	144,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	395	Cabo da enbreagem - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	115,00	115,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	396	Chicote da injeção eletronica - Palio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	126,00	126,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	397	Cabo freio de mão - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	95,00	95,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	398	Cabo seletor de marchas - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	382,00	382,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	399	Cachorrete do sincronizado - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	52,00	52,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	400	Caixa de direção hidráulica - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	1.440,00	1.440,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	401	Capa proteção correia dentada - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	72,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	402	Capô dianteiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	720,00	720,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	403	Carcaça da valvula termostática - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	153,00	153,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	404	Carter do motor - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	261,00	261,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	405	Cilindro de roda - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	86,00	86,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	406	cilindro mestre freio - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	260,00	260,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	407	Cilindro roda traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	86,00	86,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	408	Coifa da caixa de direção - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	43,00	86,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	409	Coifa homocinética externa - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	63,00	126,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	410	Coifa homocinética interna - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	63,00	126,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	411	Coletor admissao - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	540,00	540,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	412	Coletor escape - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	810,00	810,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	413	Comando de válvula - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	500,00	500,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	414	Compreenssor ar condicionado - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	1.400,00	1.400,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	415	Correia alternador - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	67,00	67,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	416	Correia dentada - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	417	Coxim dianteiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	4	UND	202,00	808,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	418	Coxim do cambio - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	4	UND	234,00	936,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	419	Coxim do motor - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	4	UND	300,00	1.200,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	420	Coxim traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	4	UND	216,00	864,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	421	Cubo de roda traseiro - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	2	UND	216,00	432,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	422	Cubo dianteiro Direito - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	216,00	432,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	423	Disco de freio dianteiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	4	UND	309,90	1.239,60	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	424	Eixo comando de valvula - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	495,00	495,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	425	Eixo piloto - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	400,00	400,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	426	Eixo secundário - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	430,00	430,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	427	Eixo Virabrequim - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	1.080,00	1.080,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	428	Eletroventilador - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	382,00	382,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	429	Embreagem do virabrequim - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	550,00	550,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	430	Engrenagem 1° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	185,00	185,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	431	Engrenagem 2° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	185,00	185,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	432	Engrenagem 3° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	180,00	180,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	433	Engrenagem 4° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	202,00	202,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	434	Engrenagem 5° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	63,00	63,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	435	Engrenagem do Velocimetro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	129,90	129,90	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	436	Engrenagem marcha Ré - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	20,25	20,25	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	438	Espelho retrovisor externo - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	126,00	252,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	439	Fechadura capô traseira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	160,00	160,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	440	Fechadura completa porta dianteira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	144,00	144,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	441	Fechadura completa porta traseira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	144,00	144,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	442	Flexivel de freio dianteiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	58,00	116,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	443	Flexivel freio traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	58,00	116,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	444	Garfo 1° e 2° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	120,00	120,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	445	Garfo 3° e 4° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	120,00	120,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	446	Garfo da 5° marcha - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	130,00	130,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	447	Garfo da marcha Ré - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	130,00	130,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	448	Grade frontal - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	202,00	202,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	449	Hidro vacuo - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	500,00	500,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	450	Jogo bronzina de biela - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	108,00	108,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	451	Jogo bronzina de mancal - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	126,00	126,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	452	jogo calço virabrequim - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	58,50	58,50	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	453	Jogo de pastilha de freio dianteiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	130,00	130,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	454	Jogo pistão e anéis - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	63,00	63,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	455	Junta carter - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	63,00	63,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	456	Junta coletor de admissão - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	42,75	42,75	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	457	Junta coletor escape - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	42,00	42,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	458	Junta tampa de valvula - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	60,00	60,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	459	Junta do cabeçote - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	82,00	82,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	460	junta escape - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	33,75	33,75	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	461	Junta homocinética - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	262,00	262,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	462	Kit batente amortecedor dianteiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	72,00	144,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	463	Kit batente amortecedor traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	63,00	126,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	464	kit embreagem (plato, disco e rolamento) - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG- 9960	1	UND	430,00	430,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	465	Kit reparo freio dianteiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	50,00	50,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	466	Kit tensor e correia dentada - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	200,00	200,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	467	Lona de freio - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	4	UND	81,00	324,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	468	Magnete externa - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	382,00	382,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	469	Mangueira ar quente - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	470	Mangueira do anti chama - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	40,50	40,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	471	mangueira inferior do radiador - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	472	Mangueira superior radiador - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	473	Maquina de vidro dinateira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	202,00	202,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	474	Maquina de vidro traseira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	202,50	202,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	475	Mola dinateira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	117,00	234,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	476	Mola traseira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	117,00	234,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	477	Palheta limpador - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	4	UND	54,00	216,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	478	Paralama - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	2	UND	306,00	612,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	479	Parabrisa - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	630,00	630,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	480	Parachoque dianteiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	382,00	382,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	481	Parachoque traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	382,00	382,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	482	Parafuso de roda - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	16	UND	11,25	180,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	483	Pastilha de freio - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	4	UND	130,00	520,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	484	Patim freio traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	4	UND	108,00	432,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	485	Pinça de freio dianteira - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	2	UND	441,00	882,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	486	Pivo de suspensão - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	4	UND	85,50	342,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	487	Polia comando valvula - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	126,00	126,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	488	Polia do virabrequim - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	202,50	202,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	489	Porca de roda - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	16	UND	9,00	144,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	490	Porta dianteira direita - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	990,00	990,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	491	Porta dianteira esquerda - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	990,00	990,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	492	Porta traseira direita - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	990,00	990,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	493	Porta traseira esquerda - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	990,00	990,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	494	Radiador de arrefecimento agua- Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	427,00	427,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	495	Radiador do ar condicionado - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	495,00	495,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	496	Regulador de pressão- Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	114,00	114,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	497	Reparo freio traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	42,00	42,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	498	Reservatório de agua - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	81,00	81,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	499	Reservatorio de agua limpador parabrisa - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	94,50	94,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	500	Reservatorio de oleo direçao hidraulico - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	108,00	108,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	501	Reservatório do cilndro mestre - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	85,50	85,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	502	Retentor de valvula - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	15,75	15,75	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	503	Retentor dianteiro do virabrequim - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	38,25	38,25	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	504	Retentor do cambio - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	42,75	42,75	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	505	Retentor eixo piloto - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	42,75	42,75	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	506	Retentor saida caixa - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	65,25	65,25	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	507	Retentor traseiro virabrequim - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	42,75	42,75	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	508	Roda em alumínio - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	5	UND	65,25	326,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	509	Rolamento cubo traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	171,00	171,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	510	Rolamento do eixo piloto - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	49,50	49,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	511	Rolamento eixo secundário dianteiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	75,00	75,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	512	Rolamento eixo secundário traseiro- Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	72,00	72,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	513	Rolamento traseiro - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	174,00	174,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	514	Semi-eixo direito - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	810,00	810,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	515	Semi-eixo esquerdo - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	810,00	810,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	516	Semi-eixo homocinético - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	810,00	810,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	517	Sensor ABS - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	202,50	202,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	518	Sensor de rotação - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	171,00	171,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	519	Sensor de temperatura da água - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	85,50	85,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	520	Sensor lambda - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	247,00	247,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	521	Sensor MAP - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	189,00	189,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	522	Tambor freio traseiro - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	4	UND	139,00	556,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	523	Tampa da Valvula termostática - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	524	Tampa de valvula - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	59,98	59,98	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	525	Tampa do reservatorio de agua - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	20,25	20,25	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	526	Tensor da correia dentada - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	108,00	108,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	527	Tensor da correia do alternador- Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	140,00	140,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	528	Terminal de direção - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	529	Trambulador - Pálio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	1	UND	337,00	337,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	530	Trava de valvula - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	12,00	12,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	531	Tubo escape intermediario - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	300,00	300,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	532	Tucho hidraulico - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	16	UND	50,00	800,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	533	Valvula admissao - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	30,00	30,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	534	Valvula escape - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	34,00	34,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	535	Valvula Termostática - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	100,00	100,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	536	Velas de ignição - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	4	UND	30,00	120,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	537	Vidro traseiro (vigia) - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	382,00	382,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	538	Volante do motor - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	540,00	540,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	539	Alavanca freio de mão - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	171,00	171,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	540	Amortecedor capô traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	4	UND	100,00	400,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	541	Amortecedor dianteiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	4	UND	261,00	1.044,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	542	Amortecedor traseira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	4	UND	190,00	760,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	543	Anel de pistão - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	12	UND	205,00	2.460,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	544	Anel sincronizado 1° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	81,00	81,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	545	Anel sincronizado 2° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	546	Anel sincronizado 3° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	547	Anel sincronizado 4° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	81,00	81,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	548	Anel sincronizado 5° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	549	Anel sincronizado da marcha Ré - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	88,00	88,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	550	Antichama - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	88,00	88,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	551	Atuador hidráulico de embreagem - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	300,00	300,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	552	Balancim - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	16	UND	50,00	800,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	553	bandeja suspensão - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	340,00	340,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	554	Barra axial (articulação) - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	110,00	110,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	555	Barra de direção - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	216,00	216,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	556	Barra estabilizadora - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	310,00	310,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	557	Bico injetor - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	4	UND	200,00	800,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	558	Biela - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	160,00	160,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	559	Bieleta - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	72,00	72,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	560	Estator do motor de partida - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	4	UND	175,00	700,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	561	Bomba de agua - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	234,00	234,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	562	Bomba de direção - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	1.260,00	1.260,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	563	Bomba de Oleo - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	306,00	306,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	564	Bucha bandeija dianteira parte dianteira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF- 6D05	2	UND	40,50	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	565	Bucha bandeija dianteira parte traseira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	50,00	100,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	566	Bucha eixo traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	81,00	162,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	568	Cabeçote - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	2.025,00	2.025,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	569	Cabo acelerador - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	144,00	144,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	570	Cabo da enbreagem - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	112,00	112,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	571	Cabo de vela - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	126,00	126,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	572	Cabo freio de mão - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	95,00	95,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	573	Cabo seletor de marchas - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	390,00	390,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	574	Cachorrete do sincronizado - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	42,00	42,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	575	Caixa de direção hidráulica - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	1.444,00	1.444,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	576	Capa proteção correia dentada - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	577	Capô dianteiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	720,00	720,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	578	Carcaça da valvula termostática - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	153,00	153,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	579	Carter do motor - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	261,00	261,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	580	Cilindro da roda - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	86,00	86,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	581	cilindro mestre freio - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	351,00	351,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	582	Cilindro roda traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	86,00	86,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	583	Coifa da caixa de direção - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	45,00	90,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	584	Coifa homocinética externa - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	64,00	128,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	585	Coifa homocinética interna - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	63,00	126,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	586	Coletor admissao - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	540,00	540,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	587	Coletor escape - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	810,00	810,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	588	Comando de válvulas - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	500,00	500,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	589	Compreenssor ar condicionado - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	1.400,00	1.400,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	590	Correia alternador - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	80,00	80,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	591	Correia dentada - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	100,00	100,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	592	Coxim dianteiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	4	UND	230,00	920,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	593	Coxim do cambio - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	4	UND	250,00	1.000,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	594	Coxim do motor - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	4	UND	269,00	1.076,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	595	Coxim traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	4	UND	250,00	1.000,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	596	Cubo de roda traseiro - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	2	UND	216,00	432,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	597	Cubo dianteiro Direito - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	230,00	460,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	598	Axial de direção - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	130,00	130,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	599	Bomba de combustível - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	520,00	520,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	600	Bronzina de mancal - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	126,00	126,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	601	Disco de freio dianteiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	4	UND	144,00	576,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	602	Eixo comando de valvula - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	500,00	500,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	603	Eixo piloto - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	430,00	430,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	604	Eixo secundário - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	450,00	450,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	605	Eixo Virabrequim - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	1.100,00	1.100,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	606	Eletroventilador - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	400,00	400,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	607	Embreagem do virabrequim - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	590,00	590,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	608	Engrenagem 1° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	230,00	230,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	609	Engrenagem 2° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	120,00	120,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	610	Engrenagem 3° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	200,00	200,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	611	Engrenagem 4° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	171,00	171,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	612	Engrenagem 5° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	202,00	202,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	613	Engrenagem do Velocimetro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	75,00	75,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	614	Engrenagem marcha Ré - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	216,00	216,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	615	Esguicho agua parabrisa (brucutu) - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	39,00	39,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	616	Espelho retrovisor externo - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	320,00	640,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	617	Fechadura capô traseira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	130,00	130,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	618	Fechadura completa porta dianteira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	153,00	153,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	619	Fechadura completa porta traseira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	144,00	144,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	620	Flexivel de freio dianteiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	60,00	120,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	621	Flexivel freio traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	60,00	120,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	622	Garfo 1° e 2° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	117,00	117,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	623	Garfo 3° e 4° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	120,00	120,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	624	Garfo da 5° marcha - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	140,00	140,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	625	Garfo da marcha Ré - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	140,00	140,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	626	Grade frontal - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	230,00	230,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	627	Hidro vacuo - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	520,00	520,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	628	Jogo bronzina de biela - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	130,00	130,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	629	Jogo bronzina de mancal - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	130,00	130,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	632	Jogo pistão e anéis - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	500,00	500,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	633	Junta carter - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	65,00	65,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	634	Junta coletor de admissão - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	40,00	40,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	635	Junta coletor escape - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	50,00	50,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	636	Junta tampa de valvula - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	60,00	60,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	637	Junta do cabeçote - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	82,00	82,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	638	junta escape - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	40,00	40,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	639	Junta homocinética - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	261,00	261,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	640	Kit batente amortecedor dianteiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	80,00	160,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	641	Kit batente amortecedor traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	63,00	126,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	642	kit embreagem (plato, disco e rolamento) - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF- 6D05	1	UND	427,00	427,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	643	Kit reparo freio dianteiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	50,00	50,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	644	Kit tensor e correia dentada - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	200,00	200,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	645	Lona de freio - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	4	UND	82,00	328,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	646	Magnete externa - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	380,00	380,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	647	Mangueira ar quente - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	72,00	72,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	648	Mangueira do anti chama - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	40,00	40,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	649	mangueira inferior do radiador - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	72,00	72,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	650	Mangueira superior radiador - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	72,00	72,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	651	Maquina de vidro dinateira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	220,00	220,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	652	Maquina de vidro traseira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	250,00	250,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	653	Mola dinateira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	117,00	234,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	654	Mola traseira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	117,00	234,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	655	Palheta limpador - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	4	UND	54,00	216,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	656	Paralama - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	2	UND	306,00	612,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	657	Parabrisa - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	630,00	630,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	658	Parachoque dianteiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	400,00	400,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	659	Parachoque traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	382,00	382,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	660	Parafuso de roda - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	16	UND	12,00	192,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	661	Pastilha de freio - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	4	UND	130,00	520,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	662	Patim freio traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	4	UND	110,00	440,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	663	Pinça de freio dianteira - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	441,00	882,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	664	Pivo de suspensão - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	4	UND	86,00	344,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	665	Polia comando valvula - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	130,00	130,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	666	Polia do virabrequim - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	202,00	202,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	667	Porca de roda - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	16	UND	9,00	144,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	668	Porta dianteira direita - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	1.000,00	1.000,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	669	Porta dianteira esquerda - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	1.000,00	1.000,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	670	Porta traseira direita - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	990,00	990,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	671	Porta traseira esquerda - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	990,00	990,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	672	Radiador de arrefecimento agua - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	430,00	430,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	673	Radiador do ar condicionado - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	500,00	500,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	674	Regulador de pressão - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	144,00	144,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	675	Reparo freio traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	50,00	50,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	676	Reservatório de agua - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	677	Reservatorio de agua limpador parabrisa - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF- 6D05	1	UND	100,00	100,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	678	Reservatorio de oleo direçao hidraulico - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	110,00	110,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	679	Reservatório do cilndro mestre - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	86,00	86,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	680	Retentor de valvula - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	20,00	20,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	681	Retentor dianteiro do virabrequim - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	38,25	38,25	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	682	Retentor do cambio - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	42,75	42,75	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	683	Retentor eixo piloto - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	33,75	33,75	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	684	Retentor saida caixa - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	42,75	42,75	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	685	Retentor traseiro virabrequim - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	65,25	65,25	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	686	Roda em alumínio - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	5	UND	540,00	2.700,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	687	Rolamento cubo traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	171,00	171,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	688	Rolamento do eixo piloto - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	49,50	49,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	689	Rolamento eixo secundário dianteiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	72,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	690	Rolamento eixo secundário traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	72,00	72,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	691	Semi-eixo direito - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	810,00	810,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	692	Semi-eixo esquerdo - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	810,00	810,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	693	Semi-eixo homocinético - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	810,00	810,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	694	Sensor ABS - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	202,50	202,50	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	695	Sensor de rotação - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	171,00	171,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	696	Sensor de temperatura da água - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	85,50	85,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	697	Sensor lambda - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	247,50	247,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	698	Sensor MAP - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	189,00	189,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	699	Tampa da Valvula termostática - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	72,00	72,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	700	Tambor freio traseiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	4	UND	139,50	558,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	701	Tampa de oleo do motor - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	25,29	25,29	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	702	Tampa de valvula - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	306,00	306,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	703	Tampa do reservatorio de agua - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	20,25	20,25	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	704	Tensor da correia dentada - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	108,00	108,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	705	Tensor da correia do alternador - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	139,50	139,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	706	Terminal de direção - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	81,00	81,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	707	Trambulador - Voyage 1.6, ano 2019, placa BDF-6D05	1	UND	337,50	337,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	708	Trava de valvula - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	11,25	11,25	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	709	Tubo escape intermediario - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	292,50	292,50	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	710	Tucho hidraulico - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	16	UND	42,75	684,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	711	Valvula admissao - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	29,25	29,25	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	712	Valvula escape - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	33,75	33,75	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	713	Valvula Termostática - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	99,00	99,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	714	Velas de ignição - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	4	UND	27,00	108,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	715	Vidro traseiro (vigia) - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	382,50	382,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	716	Volante do motor - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	540,00	540,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	717	Alavanca freio de mão - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	171,00	171,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	718	Amortecedor capô traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	4	UND	99,00	396,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	719	Amortecedor dianteiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	4	UND	261,00	1.044,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	720	Amortecedor traseira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	4	UND	189,00	756,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	721	Anel de pistão - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	12	UND	202,50	2.430,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	722	Anel sincronizado 1° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		PBX-9C39						
1	723	Anel sincronizado 2° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	724	Anel sincronizado 3° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	81,00	81,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	725	Anel sincronizado 4° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	726	Anel sincronizado 5° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	81,00	81,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	729	Atuador hidráulico de embreagem - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	108,00	108,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	730	Axial de direção - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	49,50	49,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	731	Balancim - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	16	UND	49,50	792,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	732	bandeja de suspensão - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	334,50	334,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	733	Barra axial (articulação) - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	108,00	108,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	734	Barra de direção - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	216,00	216,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	735	Barra estabilizadora - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	310,50	310,50	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	736	Bico injetor - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	4	UND	189,00	756,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	737	Biela - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	157,50	157,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	738	Bieleta - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	72,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	739	Bobina de ignição - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	4	UND	175,50	702,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	740	Bomba de agua - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	234,00	234,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	741	Bomba de combustível - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	495,00	495,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	742	Bomba de direção - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	1.260,00	1.260,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	743	Bomba de Oleo - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	306,00	306,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	744	Bronzina de mancal - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	126,00	126,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	745	Bucha bandeija dianteira parte dianteira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	40,50	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	746	Bucha bandeija dianteira parte traseira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	49,50	99,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	747	Bucha eixo traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	81,00	162,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	748	Bucha da barra estabilizadora - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	2	UND	27,00	54,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	749	Cabeçote - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	2.025,00	2.025,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	750	Cabo acelerador - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	144,00	144,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	751	Cabo da enbreagem - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	112,50	112,50	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	752	Cabo de vela - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	126,00	126,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	753	Cabo freio de mão - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	94,50	94,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	754	Cabo seletor de marchas - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	382,50	382,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	755	Cachorrete do sincronizado - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	42,75	42,75	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	756	Caixa de direção hidráulica - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	1.440,00	1.440,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	757	Capa proteção correia dentada - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	758	Capô dianteiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	720,00	720,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	759	Carcaça da valvula termostática - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	153,00	153,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	760	Carter do motor - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	261,00	261,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	761	Cilindro de roda - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	85,50	85,50	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	762	cilindro mestre freio - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	351,00	351,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	763	Cilindro roda traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	85,50	85,50	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	764	Coifa da caixa de direção - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	42,75	85,50	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	765	Coifa homocinética externa - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	63,00	126,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	766	Coifa homocinética interna - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	63,00	126,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	767	Coletor admissao - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	540,00	540,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	768	Coletor escape - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	810,00	810,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	769	Comando de válvulas - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	495,00	495,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	770	Compreenssor ar condicionado - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	1.305,00	1.305,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	771	Correia alternador - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	67,50	67,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	772	Correia dentada - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	81,00	81,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	773	Coxim dianteiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	4	UND	202,50	810,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	774	Coxim do cambio - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	4	UND	234,00	936,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	775	Coxim do motor - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	4	UND	292,50	1.170,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	776	Coxim traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	4	UND	216,00	864,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	777	Cubo da roda traseiro - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	2	UND	216,00	432,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	778	Cubo dianteiro Direito - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	216,00	432,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	779	Disco de freio dianteiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	4	UND	144,00	576,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	780	Eixo comando de valvula - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	495,00	495,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	781	Eixo piloto - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	400,50	400,50	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	782	Eixo secundário - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	427,50	427,50	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	783	Eixo Virabrequim - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	1.080,00	1.080,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	784	Eletroventilador - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	382,50	382,50	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	785	Embreagem do virabrequim - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	540,00	540,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	786	Engrenagem 1° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	184,50	184,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	787	Engrenagem 2° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	184,50	184,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	788	Engrenagem 3° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	171,00	171,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	789	Engrenagem 4° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	171,00	171,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	790	Engrenagem 5° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	202,50	202,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	791	Engrenagem do Velocimetro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	63,00	63,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	792	Engrenagem marcha Ré - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	216,00	216,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	793	Esguicho agua parabrisa (brucutu) - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX- 9C39	1	UND	20,25	20,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	794	Espelho retrovisor externo - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	292,50	585,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	795	Fechadura capô traseira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	126,00	126,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	796	Fechadura completa porta dianteira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	153,00	153,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	797	Fechadura completa porta traseira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX- 9C39	1	UND	144,00	144,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	798	Flexivel de freio dianteiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	58,50	117,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	799	Flexivel freio traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	58,50	117,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	800	Garfo 1° e 2° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	117,00	117,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	801	Garfo 3° e 4° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	117,00	117,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	802	Garfo da 5° marcha - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	130,50	130,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	803	Garfo da marcha Ré - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	130,50	130,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	804	Grade frontal - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	202,50	202,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	805	Hidro vacuo - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	495,00	495,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	806	Jogo bronzina de biela - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	108,00	108,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	807	Jogo bronzina de mancal - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	126,00	126,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	808	jogo calço virabrequim - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	58,50	58,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	809	Jogo de pastilha de freio dianteiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	130,50	130,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	810	Jogo pistão e anéis - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	495,00	495,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	811	Junta carter - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	63,00	63,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	812	Junta coletor de admissão - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	38,25	38,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	813	Junta coletor escape - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	42,75	42,75	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	814	Junta tampa de valvula - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	58,50	58,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	815	Junta do cabeçote - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	81,00	81,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	816	junta escape - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	33,75	33,75	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	817	Junta homocinética - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	261,00	261,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	818	Kit batente amortecedor dianteiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX- 9C39	2	UND	72,00	144,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	819	Kit batente amortecedor traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX- 9C39	2	UND	63,00	126,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	820	kit embreagem (plato, disco e rolamento) - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	427,50	427,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	824	Magnete externa - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	382,50	382,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	825	Mangueira ar quente - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	826	Mangueira do anti chama - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	40,50	40,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	827	mangueira inferior do radiador - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	828	Mangueira superior radiador - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	72,00	72,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	829	Maquina de vidro dinateira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	202,50	202,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	830	Maquina de vidro traseira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	202,50	202,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	841	Pinça de freio dianteira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	441,00	882,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	842	Pivo de suspensão - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	4	UND	83,00	332,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	843	Polia comando valvula - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	124,00	124,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	844	Polia do virabrequim - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	200,00	200,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	845	Porca de roda - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	16	UND	9,00	144,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	846	Porta dianteira direita - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	980,00	980,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	847	Porta dianteira esquerda - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	397,90	397,90	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	848	Porta traseira direita - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	396,90	396,90	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	849	Porta traseira esquerda - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	297,90	297,90	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	850	Radiador de arrefecimento agua - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	89,90	89,90	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	851	Radiador do ar condicionado - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	99,00	99,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	852	Regulador de pressão - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	99,00	99,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	853	Reparo freio traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	41,00	41,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	854	Reservatório de agua - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	79,00	79,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	855	Reservatorio de agua limpador parabrisa - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa	1	UND	83,00	83,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		PBX-9C39						
1	856	Reservatorio de oleo direçao hidraulico - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	106,00	106,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	857	Reservatório do cilndro mestre - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	84,00	84,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	858	Retentor de valvula - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	14,00	14,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	859	Retentor dianteiro do virabrequim - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	37,00	37,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	860	Retentor do cambio - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	41,00	41,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	861	Retentor eixo piloto - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	32,00	32,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	862	Retentor saida caixa - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	42,75	42,75	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	863	Retentor traseiro virabrequim - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	65,25	65,25	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	864	Roda em aluminío - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	5	UND	299,90	1.499,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	865	Rolamento cubo traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	171,00	171,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	866	Rolamento do eixo piloto - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	49,50	49,50	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	867	Rolamento eixo secundário dianteiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	72,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	868	Rolamento eixo secundário traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	72,00	72,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	869	Rolamento traseiro - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	171,00	171,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	870	Semi-eixo direito - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	399,00	399,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	871	Semi-eixo esquerdo - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	399,00	399,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	872	Semi-eixo homocinético - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	399,00	399,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	874	Sensor de rotação - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	59,90	59,90	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	875	Sensor de temperatura de água - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	85,50	85,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	876	Sensor lambda - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	199,00	199,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	877	Sensor MAP - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	189,00	189,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	878	Tambor freio traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	4	UND	99,99	399,96	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	879	Tampa da Valvula termostática - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	49,90	49,90	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	880	Tampa de oleo do motor - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	29,25	29,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	881	Tampa de valvula - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	199,00	199,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	882	Tampa do reservatorio de agua - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	20,25	20,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	883	Tensor da correia dentada - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	108,00	108,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	884	Tensor da correia do alternador - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	139,50	139,50	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	885	Terminal de direção - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	886	Trambulador - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	337,50	337,50	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	887	Trava de valvula - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	11,25	11,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	888	Tubo escape intermediario - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	292,50	292,50	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	889	Tucho hidraulico - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	16	UND	42,75	684,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	890	Valvula admissao - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	29,25	29,25	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	891	Valvula escape - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	33,75	33,75	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	892	Valvula Termostática - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	99,00	99,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	893	Velas - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	4	UND	27,00	108,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	894	Vidro traseiro (vigia) - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	382,50	382,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	895	Volante do motor - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	540,00	540,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	896	Alavanca freio de mão - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	171,00	171,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	897	Amortecedor capo traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	99,00	396,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	898	Amortecedor dianteiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	261,00	1.044,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	899	Anel de pistão - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	12	UND	202,50	2.430,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	900	Anel sincronizado 1ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	901	Anel sincronizado 2ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	81,00	81,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	902	Anel sincronizado 3ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	903	Anel sincronizado 4ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	81,00	81,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	904	Anel sincronizado 5ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	81,00	81,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	905	Anel sincronizado da marcha ré - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	87,75	87,75	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	906	Antichama - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	54,00	54,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	907	Atuador hidráulico da embreagem - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	292,50	292,50	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	908	Axial de direção - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	108,00	108,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	909	Balancim - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	16	UND	49,50	792,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	910	Bandeja suspensão - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	337,50	337,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	911	Barra axial (articulação) - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	108,00	108,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	912	Barra de direção - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	216,00	216,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	913	Barra estabilizadora - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	310,50	310,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	914	Bico injetor - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	189,00	756,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	915	Biela - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	157,50	157,50	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	916	Bieleta - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	72,00	72,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	917	Bobina de ignição - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	175,50	702,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	918	Bomba de água - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	234,00	234,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	919	Bomba de combustível - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	495,00	495,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	920	Bomba de direção - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	1.260,00	1.260,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	921	Bomba de óleo - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	306,00	306,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	922	Bronzina de mancal - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	126,00	126,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	923	Bucha bandeja dianteira parte dianteira - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG- 5E46	2	UND	40,50	81,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	924	Bucha bandeja dianteira parte traseira - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	49,50	99,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	925	Bucha eixo traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	81,00	162,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	926	Bucha da barra estabilizadora - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	27,00	54,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	927	Cabeçote - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	2.025,00	2.025,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	928	Cabo acelerador - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	144,00	144,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	929	Cabo de embreagem - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	112,50	112,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	930	Cabo de vela - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	126,00	126,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	931	Cabo de freio de mão - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	94,50	94,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	932	Cabo seletor de marchas - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	382,50	382,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	933	Cachorrete do sincronizado - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	42,75	42,75	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	934	Caixa de direção hidráulica - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	1.440,00	1.440,00	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	935	Capa de proteção correia dentada - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	72,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	936	Capo dianteiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	720,00	720,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	937	Carcaça de válvula termostática - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	153,00	153,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	938	Cárter do motor - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	261,00	261,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	939	Cilindro de roda - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	85,50	85,50	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	940	Cilindro mestre freio - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	351,00	351,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	941	Cilindro roda traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	85,50	85,50	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	942	Coifa da caixa de direção - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	42,75	85,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	943	Coifa homocinética externa - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	63,00	126,00	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	944	Coifa homocinética interna - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	63,00	126,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	945	Coletor admissão - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	540,00	540,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	946	Coletor escape - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	810,00	810,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	947	Comando de válvulas - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	495,00	495,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	948	Compressor ar condicionado - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	1.305,00	1.305,00	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	949	Correia alternador - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	67,50	67,50	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	950	Correia dentada - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	951	Coxim dianteiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	202,50	810,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	952	Coxim do cambio - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	234,00	936,00	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	953	Coxim do motor - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	292,50	1.170,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	954	Coxim traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	216,00	864,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	955	Cubo de roda traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	216,00	432,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	956	Cubo dianteiro direito - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	216,00	432,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	957	Disco de freio dianteiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	144,00	576,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	958	Eixo comando de válvula - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	495,00	495,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	959	Eixo piloto - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	400,50	400,50	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	960	Eixo secundário - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	427,50	427,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	961	Eixo virabrequim - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	1.080,00	1.080,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	962	Eletroventilador - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	382,50	382,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	963	Embreagem do virabrequim - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	540,00	540,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	964	Engrenagem 1ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	184,50	184,50	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	965	Engrenagem 2ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	184,50	184,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	966	Engrenagem 3ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	171,00	171,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	967	Engrenagem 4ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	171,00	171,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	968	Engrenagem 5ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	202,50	202,50	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	969	Engrenagem do velocímetro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	63,00	63,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	970	Engrenagem marcha ré - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	216,00	216,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	971	Espigão água parabrisa (esguicho) - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	20,25	20,25	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	972	Espelho retrovisor externo - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	292,50	585,00	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	973	Fechadura capo traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	126,00	126,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	974	Fechadura completo porta dianteira - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG- 5E46	1	UND	153,00	153,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	975	Fechadura completa porta traseira - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	144,00	144,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	976	Flexível de freio dianteiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	58,50	117,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	977	Flexível de freio traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	58,50	117,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	978	Garfo 1ª e 2ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	117,00	117,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	979	Garfo 3° e 4° marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	117,00	117,00	MARELI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	980	Garfo 5ª marcha - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	130,50	130,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	981	Garfo da marcha ré - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	130,50	130,50	URBA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	982	Grade frontal - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	202,50	202,50	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	983	Hidrovácuo - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	495,00	495,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	984	Jogo bronzina de biela - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	108,00	108,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	985	Jogo bronzina de mancal - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	126,00	126,00	MONBENZANI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	986	Jogo calço virabrequim - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	58,50	58,50	VTO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	987	Jogo de pastilha de freio dianteiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	130,50	130,50	FRONTIER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	988	Jogo pistão e anel - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	495,00	495,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	989	Junta carter - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	63,00	63,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	990	Junta coletor de admissão - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	38,25	38,25	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	992	Junta da tampa de válvula - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	42,75	42,75	IMCE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	993	Junta do cabeçote - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	81,00	81,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	994	Junta escape - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	33,75	33,75	DELPHI	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	995	Junta homocinética - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	261,00	261,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	996	Kit batente amortecedor dianteiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	72,00	144,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	997	Kit batente amortecedor traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	63,00	126,00	IGUAÇU	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	998	Terminal de direção - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	427,50	427,50	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	999	Kit reparo freio dianteiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	49,50	49,50	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	1000	Kit tensor e correia dentada - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	189,00	189,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	1001	Lona de freio - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	81,00	324,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	1002	Magnete externa - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	382,50	382,50	UNIVESAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	1003	Mangueira ar quente - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	72,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	1004	Mangueira do anti chama - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	40,50	40,50	UNIVESAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	1005	Mangueira inferior do radiador - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	72,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	1	Alavanca freio de mão - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	120,00	120,00	TOYOTA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2	Amortecedor capo traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	80,00	320,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	3	Amortecedor dianteiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	200,00	800,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	4	Amortecedor traseiro - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	150,00	600,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	5	Anel de pistão - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	12	UND	150,00	1.800,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	6	Anel sincronizado 1° marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	1	UND	70,00	70,00	MOTOPEÇAS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	7	Anel sincronizado 2° marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	70,00	70,00	MOTOPEÇAS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	8	Anel sincronizado 3° marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	70,00	70,00	MOTOPEÇAS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	9	Anel sincronizado 4° marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	70,00	70,00	MOTOPEÇAS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	10	Anel sincronizado 5° marcha - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	70,00	70,00	MOTOPEÇAS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	11	Anel sincronizado da marcha Ré - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	1	UND	75,00	75,00	MOTOPEÇAS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	12	Antichama - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	40,00	40,00	TOYOTA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	13	Atuador hidráulico de embreagem - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG- 7540	1	UND	250,00	250,00	LUK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	14	Axial de direção - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	95,00	95,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	15	Balancim - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	16	UND	40,00	640,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	16	Bandeja de suspensão - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	300,00	300,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	17	Barra axial (articulação) - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	95,00	95,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	18	Barra de direção - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	200,00	200,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	19	Barra estabilizadora - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	1	UND	300,00	300,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	20	Bico injetor - ETIOS SD X 15L AT, ano 2017, placa BBG-7540	4	UND	180,00	720,00	BOSCH	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	437	Esguicho agua parabrisa (brucutu) - Palio Fire, Ano 2014, Placa AZG-9960	1	UND	40,00	40,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	567	Bucha da barra estabilizadora - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	2	UND	50,00	100,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	630	jogo calço virabrequim - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	120,00	120,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	631	Jogo de pastilha de freio dianteiro - Voyage 1.6, Ano 2019, Placa BDF-6D05	1	UND	280,00	280,00	LONAFLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	727	Anel sincronizado da marcha Ré - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	150,00	150,00	CITROEN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	728	Antichama - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	110,00	110,00	TOYOTA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	821	Kit reparo freio dianteiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	100,00	100,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	831	Mola dinateira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	250,00	500,00	CITROEN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	838	Parafuso de roda - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	16	UND	20,00	320,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	991	Junta coletor escape - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	90,00	90,00	WAS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1006	Mangueira superior do radiador - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	150,00	150,00	JAMAISCA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1007	Máquina de vidro dianteira - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	440,00	440,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1008	Máquina de vidro traseira - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	440,00	440,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1009	Molas dianteiras - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	250,00	500,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1010	Molas traseiras - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	250,00	500,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1011	palheta limpador - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	110,00	440,00	AUTOIMPACT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1012	Paralama - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	670,00	1.340,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1014	Parachoque dianteiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	840,00	840,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1015	Parachoque traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	840,00	840,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1016	Parafuso de roda - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	16	UND	20,00	320,00	REX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1017	Patim freio traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	230,00	920,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1018	Pinça de freio dianteira - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	2	UND	970,00	1.940,00	TOYOTA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1019	Pivo da suspensão - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	180,00	720,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1020	Polia do comando válvula - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	270,00	270,00	TOYOTA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1021	Polia do virabrequim - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	400,00	400,00	TOYOTA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1022	Porca de roda - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	16	UND	19,00	304,00	REX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1023	Porta dianteira direita - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	2.100,00	2.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1024	Porta dianteira esquerda - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	2.100,00	2.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1025	Porta traseira direita - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	2.100,00	2.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1026	Porta traseira esquerda - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	2.100,00	2.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1027	Radiador de arrefecimento água - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	940,00	940,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1028	Radiador do ar condicionado - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	1.000,00	1.000,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1029	Regulador de pressão - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	310,00	310,00	DS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1030	Reparo freio traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	90,00	90,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1032	Reservatório de água limpador parabrisa - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG- 5E46	1	UND	200,00	200,00	FLORIO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1033	Reservatório de óleo direção hidráulica - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG- 5E46	1	UND	210,00	210,00	FLORIO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1034	Reservatório do cilindro mestre - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	180,00	180,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1035	Retentor de válvula - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	30,00	30,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1036	Retentor dianteiro virabrequim - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	80,00	80,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1037	Retentor do cambio - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1038	Retentor eixo piloto - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	70,00	70,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1039	Retentor saída caixa - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1040	Retentor traseiro do virabrequim - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	140,00	140,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1041	Roda em alumínio - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	5	UND	1.100,00	5.500,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1042	Rolamento cubo traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	350,00	350,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1043	Rolamento do eixo piloto - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	100,00	100,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1044	Rolamento eixo secundário dianteiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG- 5E46	1	UND	150,00	150,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1045	Rolamento eixo secundário traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	150,00	150,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1046	Rolamento traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	350,00	350,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1047	Semi-eixo direito - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças

								Ltda
1	1048	Semi eixo-esquerdo - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1049	Semi-eixo homocinético - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1050	Sensor ABS - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	440,00	440,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1051	Sensor de rotação - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	370,00	370,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1052	Sensor de temperatura da água - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	180,00	180,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1053	Sensor lambda - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	540,00	540,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1054	Sensor MAP - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	410,00	410,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1055	Tambor freio traseiro - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	300,00	1.200,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1056	Tampa da válvula termostática - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	150,00	150,00	YMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1057	Tampa de óleo do motor - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	60,00	60,00	YMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1058	Tampa de válvula - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	650,00	650,00	YMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1059	Tampa do reservatório de água - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	40,00	40,00	FLORIO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1060	Tensor da correia dentada - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	220,00	220,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1061	Tensor da correia do alternador - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	300,00	300,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1062	Trambulador - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	740,00	740,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1063	Tubo escape intermediário - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	640,00	640,00	FABBOF	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1064	Tuchos hidráulicos - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	16	UND	90,00	1.440,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1065	Válvula admissão - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	60,00	60,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1066	Válvula escape - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	70,00	70,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1067	Válvula termostática - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	210,00	210,00	YMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1068	Vela de ignição - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	4	UND	40,00	160,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1069	Vidro traseiro (vigia) - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	840,00	840,00	AMÉRICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1070	Volante do motor - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	1.100,00	1.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1071	Alavanca freio de mão - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	400,00	400,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1072	Amortecedor capo traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	220,00	440,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1073	Amortecedor dianteiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	590,00	1.180,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1074	Amortecedor traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	450,00	900,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1075	Anel de pistão - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	12	UND	450,00	5.400,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1076	Anel sincronizado 1° marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	200,00	200,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1077	Anel sincronizado 2° marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	200,00	200,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1078	Anel sincronizado 3° marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	200,00	200,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1079	Anel sincronizado 4° marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	200,00	200,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1080	Anel sincronizado 5° marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	200,00	200,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1081	Anel sincronizado da marcha ré - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	220,00	220,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1082	Antichama - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	150,00	150,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1083	Atuador hidráulico da embreagem - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	710,00	710,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1084	Axial de direção - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	250,00	250,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1085	Balancim - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	16	UND	90,00	1.440,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1086	Bandeja de suspensão - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	680,00	680,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1087	Barra axial (articulação) - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	250,00	250,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1088	Barra de direção - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	510,00	510,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1090	Bico injetor - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	450,00	1.800,00	BOSCH	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1091	Biela - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	410,00	410,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1092	Bieleta - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	150,00	150,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1093	Condensador - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	240,00	960,00	BOSCH	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1094	Bomba de água - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	210,00	210,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1095	Bomba de direção - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	3.100,00	3.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	1096	Bomba de óleo - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	770,00	770,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1097	Bronzina de biela - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	250,00	250,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1098	Bronzina de mancal - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	310,00	310,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1099	Bucha bandeja parte dianteira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	90,00	180,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1100	Bucha bandeja parte traseira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	120,00	240,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1101	Bucha eixo traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	190,00	380,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1102	Bucha da barra estabilizadora - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	60,00	120,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1103	Cabeçote - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	5.700,00	5.700,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1104	Cabo acelerador - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	320,00	320,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1105	Cabo da embreagem - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	250,00	250,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1106	Diodo negativo - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	300,00	300,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1107	Cabo freio de mão - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	220,00	220,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1108	Cabo seletor de marchas - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	910,00	910,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1109	Cachorrete do sincronizado - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	100,00	100,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1110	Capa proteção correia dentada - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	120,00	120,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1111	Capo dianteiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.700,00	1.700,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1112	Carcaça da válvula termostática - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	380,00	380,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1113	Carter do motor - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	620,00	620,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1114	Cilindro de roda - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	200,00	200,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1115	Cilindro mestre freio - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	800,00	800,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1116	Cilindro roda traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	200,00	200,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1117	Coifa da caixa de direção - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	100,00	200,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1118	Coifa homocinética externa - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	150,00	300,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1119	Coifa homocinética interna - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	150,00	300,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1120	Coletor de admissão - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.200,00	1.200,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1121	Coletor escape - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.900,00	1.900,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1122	Comando de válvulas - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.300,00	1.300,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1123	Compressor ar condicionado - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	3.100,00	3.100,00	SCAPEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1124	Correia alternador - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	150,00	150,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1125	Correia dentada - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	200,00	200,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1126	Coxim dianteiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	450,00	1.800,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1127	Coxim do cambio - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	550,00	2.200,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1128	Coxim do motor - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	710,00	2.840,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1129	Coxim traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	500,00	2.000,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	1130	Bomba de combustível - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.300,00	1.300,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1131	Caixa de direção hidráulica - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	3.500,00	3.500,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1132	Cubo de roda traseira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	510,00	510,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1133	Cubo dianteiro direito - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	530,00	530,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1134	Cubo dianteiro esquerdo - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	530,00	530,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1135	Disco de freio dianteiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	350,00	1.400,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1136	Eixo comando de valvula - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.300,00	1.300,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1137	Eixo piloto - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	950,00	950,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1138	Eixo primário - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.000,00	1.000,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1139	Eixo secundário - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.200,00	1.200,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1140	Eixo virabrequim - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	2.800,00	2.800,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1142	Embreagem do virabrequim - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.200,00	1.200,00	SACHS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1143	Engrenagem 1º marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	450,00	450,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1144	Engrenagem 2° marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	450,00	450,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças

								Ltda
1	1145	Engrenagem 3° marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	420,00	420,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1146	Engrenagem 4° marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	420,00	420,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1147	Engrenagem 5° marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	480,00	480,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1148	Engrenagem do velocímetro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	160,00	160,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1149	Engrenagem marcha ré - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	510,00	510,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1150	Esguicho agua parabrisa (brucutu) - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	50,00	50,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1151	Espelho retrovisor externo - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	750,00	1.500,00	FICOSA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1152	Fechadura capo traseira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	310,00	310,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1153	Fechadura completa porta dianteira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	380,00	380,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1154	Fechadura completa porta traseira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	350,00	350,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1155	Fechadura da porta - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	350,00	350,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1156	Flexível de freio dianteiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	140,00	280,00	FLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1157	Flexivel de freio traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	140,00	280,00	FLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1158	Garfo 1º e 2º marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	250,00	250,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1159	Garfo 3º e 4º marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	280,00	280,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1160	Garfo da 5° marcha - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	300,00	300,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1161	Garfo da marcha ré - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	300,00	300,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1162	Grade frontal - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	510,00	510,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1163	Hidro vacuo - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.200,00	1.200,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1164	Jogo bronzina de biela - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	220,00	220,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1165	Jogo bronzina de mancal - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	300,00	300,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1166	Jogo calço virabrequim - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	120,00	120,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1167	Jogo de pastilha de freio dianteira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	500,00	500,00	LONAFLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1168	Jogo pistão e aneis - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.400,00	1.400,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1169	Junta carter - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	150,00	150,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1170	Junta coletor de admissão - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1171	Junta coletor escape - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	100,00	100,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1172	Junta da tampa de válvula - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	140,00	140,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1173	Junta de cabeçote - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	210,00	210,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1174	Junta escape - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	80,00	80,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1175	Junta homocinética - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	600,00	600,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1176	Kit batente amortecedor dianteiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	150,00	300,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1177	Kit batente amortecedor traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	140,00	280,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1178	Kit embreagem (plato, disco e rolamento) - Polo Sense, ano 2026, placa UBB- 9D42	1	UND	1.100,00	1.100,00	SACHS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1179	Kit reparo freio dianteiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	120,00	120,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1180	Kit tensor e correia dentada - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	520,00	520,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1181	Lona de freio - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	200,00	800,00	LONAFLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1182	Maçaneta externa - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	200,00	200,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1183	Maçaneta interna - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	120,00	120,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1184	Mangueira da injeção - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	180,00	180,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1185	Mangueira do anti chama - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	100,00	100,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1186	Mangueira inferior do radiador - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1187	Mangueira superior do radiador - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1188	Máquina de vidro dianteira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	510,00	510,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1189	Máquina de vidro traseira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	510,00	510,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1191	Mola traseira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	300,00	600,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças

								Ltda
1	1192	Palheta limpadora - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	120,00	480,00	AUTOIMPACT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1193	Paralama - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	720,00	1.440,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1194	Parabrisa - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.540,00	1.540,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1196	Parachoque traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	950,00	950,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1197	Parafuso de roda - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	16	UND	29,00	464,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1198	Pastilha de freio - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	500,00	2.000,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1199	Patim de freio traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	250,00	1.000,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1200	Pivo de suspensão - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	4	UND	200,00	800,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1201	Polia comando válvula - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	300,00	300,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1202	Polia do virabrequim - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	500,00	500,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1203	Porca de roda - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	16	UND	20,00	320,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1204	Porta dianteira direita - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	2.500,00	2.500,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1205	Porta dianteira esquerda - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	2.500,00	2.500,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1206	Porta traseira direita - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	2.500,00	2.500,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1207	Porta traseira esquerda - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	2.500,00	2.500,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1208	Radiador de arrefecimento de água - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.000,00	1.000,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1209	Radiador de ar condicionado - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.200,00	1.200,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1210	Regulador de pressão - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	340,00	340,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1211	Reparo freio traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	100,00	100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1212	Reservatório de água - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	200,00	200,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1213	Reservatório de água do limpador parabrisa - Polo Sense, ano 2026, placa UBB- 9D42	1	UND	230,00	230,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1214	Reservatório de óleo direção hidráulica - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	250,00	250,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1215	Reservatório do cilindro mestre - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	210,00	210,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1216	Retentor de válvula - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	39,00	39,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1217	Retentor dianteiro do virabrequim - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1218	Retentor do cambio - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	100,00	100,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1219	Retentor eixo piloto - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	89,00	89,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1220	Retentor saida caixa - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	100,00	100,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1221	Retentor traseiro do virabrequim - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	170,00	170,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1222	Roda em alumínio - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	5	UND	1.400,00	7.000,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1223	Rolamento cubo traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	410,00	410,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1224	Rolamento do eixo piloto - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	120,00	120,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1225	Rolamento eixo secundário dianteiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	180,00	180,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1226	Rolamento eixo secundário traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	180,00	180,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1227	Rolamento traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	410,00	410,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1228	Rolamento do cambio - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	570,00	570,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1229	Semi-eixo direito - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.900,00	1.900,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1230	Semi-eixo esquerdo - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.900,00	1.900,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1231	Semi-eixo homocinético - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.900,00	1.900,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1232	Sensor ABS - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	480,00	480,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1233	Sensor de rotação - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	400,00	400,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1234	Sensor de temperatura da água - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	150,00	150,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1235	Sensor lambda - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	610,00	610,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1236	Sensor Map - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	450,00	450,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1237	Tambor freio traseiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	350,00	350,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1238	Tampa da válvula termostática - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-	1	UND	150,00	150,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças

		9D42						Ltda
1	1239	Tampa de óleo do motor - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	70,00	70,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1240	Tampa de válvula - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	750,00	750,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1241	Tampa do reservatório de água - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	50,00	50,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1242	Tensor da correia dentada - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	350,00	350,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1243	Tensor da correia do alternador - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	350,00	350,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1244	Terminal de direção - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	190,00	190,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1245	Trambulador - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	810,00	810,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1246	Trava de válvula - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	29,00	29,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1247	Tubo escape intermediário - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	770,00	770,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1248	Tucho hidráulico - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	16	UND	100,00	1.600,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1249	Válvula admissão - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	70,00	70,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1250	Válvula escape - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	80,00	80,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1251	Válvula termostática - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	220,00	220,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1252	Chave de luz - Palio Fire, ano 2014, placa AZG-9960	4	UND	70,00	280,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1253	Vidro traseiro (vigia) - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	970,00	970,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1254	Volante do motor - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	1.500,00	1.500,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1255	Alavanca freio de mão - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	370,00	370,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1256	Amortecedor capô traseiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	4	UND	210,00	840,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1257	Amortecedor dianteiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	4	UND	550,00	2.200,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1258	Amortecedor traseira - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	4	UND	440,00	1.760,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1259	Anel de pistão - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	12	UND	150,00	1.800,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1260	Anel sincronizado 1° marcha - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1261	Anel sincronizado 2° marcha - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1262	Anel sincronizado 3° marcha - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1263	Anel sincronizado 4° marcha - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1264	Anel sincronizado 5° marcha - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1265	Anel sincronizado da marcha Ré - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	190,00	190,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1466	Fechadura completa porta dianteira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU- 7C46	1	UND	198,00	198,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1467	Fechadura completa porta traseira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	298,00	298,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1468	Flexivel de freio dianteiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	100,00	200,00	FLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1469	Flexivel freio traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	100,00	200,00	FLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1470	Garfo 1° e 2° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	240,00	240,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1471	Garfo 3° e 4° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	240,00	240,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1472	Garfo da 5° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	260,00	260,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1473	Garfo da marcha Ré - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	265,00	265,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1474	Grade frontal - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	199,00	199,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1475	Hidro vacuo - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	596,00	596,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1476	Jogo bronzina de biela - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	210,00	210,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1477	Jogo bronzina de mancal - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	240,00	240,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1478	jogo calço virabrequim - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	110,00	110,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1479	Jogo de pastilha de freio dianteiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	270,00	270,00	LONAFLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1480	Jogo pistão e anéis - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	296,00	296,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1481	Junta carter - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	123,00	123,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1482	Junta coletor de admissão - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	73,00	73,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1483	Junta coletor escape - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	83,00	83,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1484	Junta do cabeçote - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	165,00	165,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças

								Ltda
1	1485	junta escape - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	65,00	65,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1486	Junta homocinética - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	570,00	570,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1487	Kit batente amortecedor dianteiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	150,00	300,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1488	Kit batente amortecedor traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	138,00	276,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1489	kit embreagem e platô - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	940,00	940,00	SACHS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1490	Kit reparo freio dianteiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	100,00	100,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1491	Kit tensor e correia dentada - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	410,00	410,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1492	Lona de freio - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46 3	4	UND	170,00	680,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1493	Magnete externa - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	840,00	840,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1494	Mangueira ar quente - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1495	Mangueira do anti chama - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	80,00	80,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1496	mangueira inferior do radiador - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1497	Mangueira superior radiador - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1498	Maquina de vidro dinateira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	440,00	440,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1499	Maquina de vidro traseira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	440,00	440,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1500	Junta da tampa de válvula - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	120,00	120,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1501	Mola dinateira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	250,00	500,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1502	Mola traseira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	250,00	500,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1503	Palheta limpador - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	4	UND	110,00	440,00	AUTOIMPACT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1504	Paralama - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	2	UND	670,00	1.340,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1505	Parabrisa - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	1.200,00	1.200,00	AMERICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1506	Parachoque dianteiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	840,00	840,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1507	Parachoque traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	840,00	840,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1508	Parafuso de roda - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	16	UND	20,00	320,00	REX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1509	Patim freio traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	4	UND	220,00	880,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1510	Pinça de freio dianteira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	970,00	1.940,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1511	Pivo de suspensão - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46 ,	4	UND	180,00	720,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1512	Polia comando valvula - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	270,00	270,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1513	Polia do virabrequim - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	440,00	440,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1514	Porca de roda - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	16	UND	19,00	304,00	REX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1515	Porta dianteira direita - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	2.100,00	2.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1516	Porta dianteira esquerda - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	2.100,00	2.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1517	Pastilha de freio - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	4	UND	280,00	1.120,00	LONAFLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1518	Porta traseira direita - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	2.100,00	2.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1519	Porta traseira esquerda - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	2.100,00	2.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1520	Radiador de arrefecimento agua - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	940,00	940,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1521	Radiador do ar condicionado - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	1.000,00	1.000,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1522	Regulador de pressão - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	310,00	310,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1523	Reparo freio traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	90,00	90,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1524	Reservatório de agua - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	170,00	170,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1525	Reservatorio de agua limpador parabrisa - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	200,00	200,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1526	Reservatorio de oleo direçao hidraulico - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	220,00	220,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1527	Reservatório do cilndro mestre - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	180,00	180,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1528	Retentor de valvula - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	30,00	30,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1529	Retentor dianteiro do virabrequim - Saveiro Robust, ano 2018, placa	1	UND	80,00	80,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças

		BCU-7C46						Ltda
1	1530	Retentor do cambio - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1531	Retentor eixo piloto - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	70,00	70,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1532	Retentor saida caixa - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1533	Retentor traseiro virabrequim - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	140,00	140,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1534	Roda em alumínio - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	5	UND	1.100,00	5.500,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1535	Rolamento cubo traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	340,00	340,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1536	Rolamento do eixo piloto - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	100,00	100,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1537	Rolamento eixo secundário dianteiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU- 7C46	1	UND	150,00	150,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1538	Rolamento eixo secundário traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU- 7C46	1	UND	150,00	150,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1539	Rolamento traseiro - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	370,00	370,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1540	Semi-eixo direito - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1541	Semi-eixo esquerdo - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1542	Semi-eixo homocinético - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1543	Sensor ABS - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	440,00	440,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1544	Sensor de rotação - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	370,00	370,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1545	Sensor de temperatura da água - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	180,00	180,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1546	Sensor lambda - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	500,00	500,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1547	Sensor MAP - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	410,00	410,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1548	Tambor freio traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	4	UND	300,00	1.200,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1549	Tampa da Valvula termostática - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	150,00	150,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1550	Tampa de oleo do motor - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	60,00	60,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1551	Tampa de valvula - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	670,00	670,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1552	Tampa do reservatorio de agua - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	40,00	40,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1553	Tensor da correia dentada - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	220,00	220,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1554	Tensor da correia do alternador - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	300,00	300,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1555	Terminal de direção - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	150,00	150,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1556	Trambulador - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	700,00	700,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1557	Trava de valvula - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	20,00	20,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1558	Tubo escape intermediario - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	640,00	640,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1559	Tucho hidraulico - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	16	UND	90,00	1.440,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1560	Valvula admissao - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	60,00	60,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1561	Valvula escape - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	70,00	70,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1562	Valvula Termostática - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	210,00	210,00	COLUMBIA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1563	Flasher/relé de seta - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	4	UND	50,00	200,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1564	Vidro traseiro (vigia) - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	840,00	840,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1565	Volante do motor - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	1.100,00	1.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1566	Alavanca freio de mão -Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	370,00	370,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1567	Amortecedor capô traseiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	4	UND	210,00	840,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1568	Amortecedor dianteiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	4	UND	570,00	2.280,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1569	Amortecedor traseira - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	4	UND	410,00	1.640,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1570	Anel de pistão - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	12	UND	410,00	4.920,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1571	Anel sincronizado 1° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	170,00	170,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1572	Anel sincronizado 2° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	170,00	170,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1573	Anel sincronizado 3° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	170,00	170,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1574	Anel sincronizado 4° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa	1	UND	170,00	170,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças

		AXF-6F16						Ltda
1	1575	Anel sincronizado 5° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	170,00	170,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1576	Anel sincronizado da marcha Ré - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	190,00	190,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1577	Antichama - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	110,00	110,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1578	Atuador hidráulico de embreagem - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	640,00	640,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1579	Axial de direção - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	230,00	230,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1580	Balancim - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	16	UND	100,00	1.600,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1581	bandeja de suspensão - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	740,00	740,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1582	Barra axial (articulação) - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	230,00	230,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1583	Barra de direção - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	470,00	470,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1584	Barra estabilizadora - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	680,00	680,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1585	Bico injetor - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	4	UND	410,00	1.640,00	BOSCH	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1600	Cabo da embreagem - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	200,00	200,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1601	Cabo de vela - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	260,00	260,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1602	Cabo freio de mão - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	198,00	198,00	CURTI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1603	Cabo seletor de marchas - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	730,00	730,00	CURTI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1604	Cachorrete do sincronizado - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	80,00	80,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1605	Caixa de direção hidráulica - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	1.199,00	1.199,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1606	Capa proteção correia dentada - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	140,00	140,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1608	Carcaça da valvula termostática - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	299,00	299,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1609	Carter do motor - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	344,00	344,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1610	Cilindro de roda - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	141,00	141,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1611	cilindro mestre freio - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	440,00	440,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1612	Cilindro roda traseiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	175,00	175,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1613	Coifa da caixa de direção - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	85,00	170,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1614	Coifa homocinética externa - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	125,00	250,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1615	Coifa homocinética interna - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	125,00	250,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1616	Coletor admissao - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	449,00	449,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1618	Comando de válvulas - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	399,00	399,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1619	Compreenssor ar condicionado - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	899,00	899,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1620	Correia alternador - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	140,00	140,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1621	Correia dentada - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	109,00	109,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1622	Coxim dianteiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	4	UND	249,00	996,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1626	Cubo de roda traseiro - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	2	UND	199,00	398,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1627	Cubo dianteiro Direito - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	299,00	598,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1628	Disco de freio dianteiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	4	UND	199,00	796,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1630	Eixo piloto - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	540,00	540,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1632	Eixo Virabrequim - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	1.100,00	1.100,00	SUZIM	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1633	Eletroventilador - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	730,00	730,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1635	Engrenagem 1° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	249,00	249,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1636	Engrenagem 2° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	299,00	299,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1637	Engrenagem 3° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	287,00	287,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1638	Engrenagem 4° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	279,00	279,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1639	Engrenagem 5° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	270,00	270,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1640	Engrenagem do Velocimetro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	94,00	94,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1641	Engrenagem marcha Ré - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	399,00	399,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1642	Engrenagem satelite - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	40,00	40,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1643	Espelho retrovisor externo - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	397,00	794,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	1644	Fechadura capô traseira -Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	219,00	219,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1645	Fechadura completa porta dianteira - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF- 6F16	1	UND	245,00	245,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1646	Fechadura completa porta traseira - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	235,00	235,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1647	Flexivel de freio dianteiro -Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	120,00	240,00	FLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1648	Flexivel freio traseiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	89,00	178,00	FLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1649	Garfo 1° e 2° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	250,00	250,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1650	Garfo 3° e 4° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	250,00	250,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1651	Garfo da 5° marcha - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	267,00	267,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1652	Garfo da marcha Ré - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	267,00	267,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1653	Grade frontal - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	399,00	399,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1654	Hidro vacuo - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	699,00	699,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1655	Jogo bronzina de biela - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	219,00	219,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1656	Jogo bronzina de mancal - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	249,00	249,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1657	jogo calço virabrequim - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	99,00	99,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1658	Jogo de pastilha de freio dianteiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	249,00	249,00	LONAFLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1659	Jogo pistão e anéis - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	749,00	749,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1660	Junta carter -Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	89,00	89,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1661	Junta coletor de admissão - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	59,00	59,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1662	Junta coletor escape - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	59,00	59,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1663	Junta tampa de valvula - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	99,00	99,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1664	Junta do cabeçote - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	149,00	149,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1665	Junta homocinética - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	499,00	499,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1666	Kit batente amortecedor dianteiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	119,00	238,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1667	Kit batente amortecedor traseiro -Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	133,00	266,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1668	kit embreagem (plato, disco e rolamento) - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	940,00	940,00	SACHS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1669	Kit reparo freio dianteiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	100,00	100,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1670	Kit tensor e correia dentada - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	410,00	410,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1671	Lona de freio - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	4	UND	170,00	680,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1672	Magnete externa - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	840,00	840,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1673	Mangueira ar quente - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1674	Mangueira do anti chama - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	80,00	80,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1675	mangueira inferior do radiador - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1676	Mangueira superior radiador - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1677	Maquina de vidro dinateira - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	440,00	440,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1678	Maquina de vidro traseira - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	440,00	440,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1679	Mola dinateira - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	250,00	500,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1680	Mola traseira - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	250,00	500,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1681	Palheta limpador - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	4	UND	100,00	400,00	AUTOIMPAC	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1682	Paralama - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	2	UND	666,00	1.332,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1683	Parabrisa -Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	799,00	799,00	AMERICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1684	Parachoque dianteiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	499,00	499,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1685	Parachoque traseiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	499,00	499,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1687	Pastilha de freio - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	4	UND	149,00	596,00	LONAFLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1688	Patim freio traseiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	4	UND	139,00	556,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1689	Pinça de freio dianteira - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	499,00	998,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1690	Pivo suspensão - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	4	UND	99,00	396,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	1692	Polia do virabrequim - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	319,00	319,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1698	Radiador de arrefecimento agua - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	549,00	549,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1699	Radiador do ar condicionado Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	64,00	64,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1702	Reservatório de agua - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	134,00	134,00	REPLASTEC	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1703	Reservatorio de agua limpador parabrisa - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	139,00	139,00	REPLASTEC	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1704	Reservatorio de oleo direçao hidraulico - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF- 6F16	1	UND	149,00	149,00	REPLASTEC	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1705	Reservatório do cilndro mestre - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	149,00	149,00	REPLASTEC	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1707	Retentor do cambio - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	64,00	64,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1708	Retentor eixo piloto - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	64,00	64,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1709	Retentor saida caixa - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	69,00	69,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1711	Roda em alumínio - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	5	UND	299,00	1.495,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1713	Rolamento do eixo piloto - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	64,00	64,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1714	Rolamento eixo secundário dianteiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF- 6F16	1	UND	97,00	97,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1716	Rolamento traseiro - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	219,00	219,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1720	Sensor ABS - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	249,00	249,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1721	Sensor de rotação - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	249,00	249,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1722	Sensor de temperatura da água - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	169,00	169,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1725	Tambor freio traseiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	4	UND	139,00	556,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1726	Tampa da Valvula termostática - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	89,00	89,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1728	Tampa de valvula - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	399,00	399,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1729	Tampa do reservatorio de agua - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	24,00	24,00	CLICK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1730	Tensor da correia dentada - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	149,00	149,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1731	Tensor da correia do alternador - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	149,00	149,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1732	Terminal de direção - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	124,00	124,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1735	Tubo escape intermediario - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	299,00	299,00	FABBOF	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1736	Tucho hidraulico - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	16	UND	64,00	1.024,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1737	Valvula admissao - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	58,00	58,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1738	Valvula escape - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	57,00	57,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1739	Valvula Termostática - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	208,00	208,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1741	Vidro traseiro (vigia) - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	799,00	799,00	AMERICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1742	Volante do motor - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	999,00	999,00	RENAULT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1744	Amortecedor capo traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	134,00	536,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1745	Amortecedor dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	339,00	1.356,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1746	Amortecedor traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	214,00	856,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1747	Anel de pistão - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	12	UND	229,00	2.748,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1748	Anel sincronizado 1ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	109,00	109,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1749	Anel sincronizado 2ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	150,00	150,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1750	Anel sincronizado 3ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	129,00	129,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1751	Anel sincronizado 4ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	119,00	119,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1753	Anel sincronizado da marcha ré - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	131,00	131,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1754	Antichama - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	69,00	69,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1757	Balancim - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	16	UND	69,00	1.104,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1760	Barra de direção - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	289,00	289,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1762	Bico injetor - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	239,00	956,00	BOSCH	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	1763	Biela - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	299,00	299,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	1764	Bieleta - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	139,00	139,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1765	Bobina de ignição - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	329,00	1.316,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1766	Bomba de água - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	297,00	297,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1769	Bomba de óleo - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	349,00	349,00	URBA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1770	Bronzina de mancal - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	199,00	199,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1771	Bucha bandeja parte dianteira - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	69,00	138,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1772	Bucha bandeja parte traseira - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	81,00	162,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1773	Bucha eixo traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	134,00	268,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1774	Bucha da barra estabilizadora - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	50,00	100,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1781	Cachorrete do sincronizado - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	61,00	61,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1782	Caixa de direção hidráulica - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	2.999,00	2.999,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1783	Capa proteção correia dentada - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	150,00	150,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1785	Carcaça da válvula termostática - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	320,00	320,00	URBA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1786	Cárter do motor - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	570,00	570,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1787	Cilindro de roda - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	180,00	180,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1789	Cilindro roda traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	122,00	122,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1790	Coifa da caixa de direção - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	58,00	116,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1791	Coifa homocinética externa - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	100,00	200,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1792	Coifa homocinética interna - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	94,00	188,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1795	Comando de válvulas - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	594,00	594,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1796	Correia alternador - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	127,00	127,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1797	Correia dentada - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	170,00	170,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1798	Coxim dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	324,00	1.296,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1799	Coxim do cambio - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	310,00	1.240,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1800	Coxim do motor - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	629,00	2.516,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1801	Coxim traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	448,00	1.792,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1802	Cubo dianteiro direito - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	446,00	892,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1803	Disco de freio dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	306,00	1.224,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1804	Eixo comando de válvula - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	996,00	996,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1805	Eixo piloto - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	880,00	880,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1807	Eixo virabrequim - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	1.199,00	1.199,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1808	Eletroventilador - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	530,00	530,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1809	Embreagem do virabrequim - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	710,00	710,00	SACHSS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1810	Engrenagem 1ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	320,00	320,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1811	Engrenagem 2ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	324,00	324,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1812	Engrenagem 3ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	310,00	310,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1813	Engrenagem 4ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	347,00	347,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1814	Engrenagem 5ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	347,00	347,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1815	Engrenagem do velocímetro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	100,00	100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1816	Engrenagem marcha ré - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	440,00	440,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1817	Espigão água parabrisa (esguicho) - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	30,00	30,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1818	Espelho retrovisor externo - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	330,00	660,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1819	Fechadura capo traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	270,00	270,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1820	Fechadura completa porta dianteira - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	310,00	310,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1821	Fechadura completa porta traseira - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	310,00	310,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1822	Flexível de freio dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	120,00	240,00	FLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1823	Flexível de freio traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	120,00	240,00	FLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1824	Garfo 1ª e 2ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	250,00	250,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	1825	Garfo 3ª e 4ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	250,00	250,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1826	Garfo da 5ª marcha - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	280,00	280,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1827	Garfo da marcha ré - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	280,00	280,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1828	Grade frontal - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	440,00	440,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1829	Hidrovácuo - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	1.000,00	1.000,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1830	Jogo bronzina de biela - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	230,00	230,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1831	Jogo bronzina de mancal - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	270,00	270,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1832	Jogo calço virabrequim - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	120,00	120,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1838	Junta da tampa de válvula - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	64,00	64,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1839	Junta do cabeçote - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	129,00	129,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1840	Junta homocinética - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	338,00	338,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1841	Kit batente amortecedor dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	117,00	234,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1842	Kit batente amortecedor traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	108,00	216,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1843	Kit embreagem (plato, disco e rolamento) - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	449,00	449,00	SACHS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1845	Kit tensor e correia dentada - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	239,00	239,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1846	Lona de freio - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	139,00	556,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1847	Magnete externa - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	579,00	579,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1848	Mangueira ar quente - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	107,00	107,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1850	Mangueira inferior do radiador - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	129,00	129,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1851	Mangueira superior do radiador - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	129,00	129,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1852	Máquina de vidro dianteira - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	429,00	429,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1853	Máquina de vidro traseira - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	400,00	400,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1854	Mola dianteira - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	228,00	456,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1855	Mola traseira - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	228,00	456,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1856	Palheta limpador - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	96,00	384,00	AUTOIMPACT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1857	Paralama - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	649,00	1.298,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1858	Parabrisa - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	999,00	999,00	AMERICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1859	Parachoque dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	840,00	840,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1860	Parachoque traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	840,00	840,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1861	Parafuso de roda - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	16	UND	20,00	320,00	REX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1862	Pastilha de freio - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	280,00	1.120,00	LONAFLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1863	Patim freio dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	220,00	880,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1864	Pinça de freio dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	2	UND	970,00	1.940,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1865	Pivo de suspensão - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	180,00	720,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1866	Polia comando válvulas - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	270,00	270,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1867	Polia do virabrequim - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	440,00	440,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1868	Porca de roda - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	16	UND	19,00	304,00	REX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1869	Porta dianteira direita - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	2.100,00	2.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1870	Porta dianteira esquerda - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	2.100,00	2.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1871	Porta traseira direita - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	2.100,00	2.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1872	Porta traseira esquerda - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	2.100,00	2.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1873	Radiador de arrefecimento água - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	940,00	940,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1874	Radiador do ar condicionado - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	1.000,00	1.000,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1875	Regulador de pressão - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	310,00	310,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1876	Reparo freio traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	90,00	90,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1877	Reservatório de água - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	150,00	150,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1878	Reservatório de água limpador parabrisa - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-	1	UND	200,00	200,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

		4C18						

1	1879	Reservatório de óleo direção hidráulica - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ- 4C18	1	UND	237,00	237,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1880	Reservatório do cilindro mestre - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	180,00	180,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1881	Retentor de válvula - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	30,00	30,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1882	Retentor dianteiro do virabrequim - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	80,00	80,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1883	Retentor do cambio - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1884	Retentor eixo piloto - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	70,00	70,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1885	Retentor saída caixa - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1886	Retentor traseiro do virabrequim - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	140,00	140,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1887	Roda em alumínio - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	5	UND	1.100,00	5.500,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1888	Rolamento cubo traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	370,00	370,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1889	Rolamento do eixo piloto - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	100,00	100,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1890	Rolamento eixo secundário dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ- 4C18	1	UND	150,00	150,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1891	Rolamento eixo secundário traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ- 4C18	1	UND	150,00	150,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1892	Rolamento traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	370,00	370,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1893	Semi-eixo direito - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1894	Semi-eixo esquerdo - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1895	Semi-eixo homocinético - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1896	Sensor ABS - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	440,00	440,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1897	Sensor de rotação - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	370,00	370,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1898	Sensor de temperatura de água - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	180,00	180,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1899	Sensor lambda - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	540,00	540,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1900	Sensor MAP - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	410,00	410,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1901	Tambor freio traseiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	306,00	1.224,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1902	Tampa da válvula termostática - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	150,00	150,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1903	Tampa de óleo do motor - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	60,00	60,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1904	Tampa de válvula - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	670,00	670,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1905	Tampa do reservatório - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	40,00	40,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1906	Tampa do reservatório da água - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	40,00	40,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1907	Tensor da correia dentada - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	230,00	230,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1908	Tensor da correia do alternador - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	300,00	300,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1909	Terminal de direção - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	150,00	150,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1910	Trambulador - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	740,00	740,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1911	Trava de válvula - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	20,00	20,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1912	Tubo escape intermediário - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	640,00	640,00	FABBOF	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1913	Tucho hidráulico - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	16	UND	90,00	1.440,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1914	Válvula admissão - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	60,00	60,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1915	Válvula escape - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	70,00	70,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1916	Válvula termostática - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	210,00	210,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1917	Vela de ignição - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	4	UND	50,00	200,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1918	Vidro traseiro (vigia) - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	840,00	840,00	AMERICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1919	Volante do motor - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	1.100,00	1.100,00	VW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1920	Alavanca freio de mão - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	370,00	370,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1921	Amortecedor capô traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	4	UND	210,00	840,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	1922	Amortecedor dianteiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	4	UND	550,00	2.200,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1923	Amortecedor traseira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	4	UND	410,00	1.640,00	BAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1924	Anel de pistão - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	12	UND	440,00	5.280,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1925	Anel sincronizado 1° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1926	Anel sincronizado 2° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1927	Anel sincronizado 3° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1928	Anel sincronizado 4° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1929	Anel sincronizado 5° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1930	Anel sincronizado da marcha Ré - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	190,00	190,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1931	Antichama - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	110,00	110,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1932	Atuador hidráulico de embreagem - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	640,00	640,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1933	Axial de direção - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	230,00	230,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1934	Balancim - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	16	UND	100,00	1.600,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1935	bandeja de suspensão - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	740,00	740,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1936	Barra axial (articulação) - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	230,00	230,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1937	Barra de direção - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	470,00	470,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1938	Barra estabilizadora - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	680,00	680,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1939	Bico injetor - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	4	UND	410,00	1.640,00	BOSCK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1940	Biela - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	340,00	340,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1941	Bieleta - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1942	Fusível de diversas amperagens - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	4	UND	380,00	1.520,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1943	Bomba de agua - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	510,00	510,00	URBA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1944	Bomba de combustível - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	1.000,00	1.000,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1945	Bomba de direção - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	2.700,00	2.700,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1946	Bomba de Oleo - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	670,00	670,00	URBA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1947	Bronzina de mancal - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	270,00	270,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1948	Bucha bandeija dianteira parte dianteira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	80,00	160,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1949	Bucha bandeija dianteira parte traseira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	100,00	200,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1950	Bucha eixo traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	170,00	340,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1951	Bucha estabilizadora - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	50,00	100,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1952	Cabeçote - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	4.400,00	4.400,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1953	Cabo acelerador - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	310,00	310,00	CURTI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1954	Cabo da enbreagem - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	240,00	240,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1955	Cabo de vela - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	270,00	270,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1956	Cabo freio de mão - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	200,00	200,00	CURTI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1957	Cabo seletor de marchas - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	840,00	840,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1958	Cachorrete do sincronizado - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	90,00	90,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1959	Caixa de direção hidráulica - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	3.100,00	3.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1960	Capa proteção correia dentada - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1961	Capô dianteiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.500,00	1.500,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1962	Carcaça da valvula termostática - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	320,00	320,00	URBA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1963	Carter do motor - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	570,00	570,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1964	cilindro mestre freio - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	770,00	770,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1965	Cilindro roda traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	180,00	180,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1966	Coifa da caixa de direção - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	90,00	180,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1967	Coifa homocinética externa - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	130,00	260,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1968	Coifa homocinética interna - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	130,00	260,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1969	Coletor admissao - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.100,00	1.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças

								Ltda
1	1970	Coletor escape - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.700,00	1.700,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1971	Comando de válvulas - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	1.000,00	1.000,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1972	Compreenssor ar condicionado - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	2.800,00	2.800,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1973	Correia alternador - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	140,00	140,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1974	Correia dentada - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	170,00	170,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1975	Coxim dianteiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	4	UND	440,00	1.760,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1976	Coxim do motor - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	4	UND	640,00	2.560,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1977	Coxim do cambio - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	4	UND	510,00	2.040,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1978	Coxim traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	4	UND	470,00	1.880,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1979	Cubo de roda traseiro - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	2	UND	470,00	940,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1980	Cubo dianteiro Direito - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	470,00	940,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1981	Disco de freio dianteiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	4	UND	310,00	1.240,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1982	Eixo comando de valvula - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.000,00	1.000,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1983	Eixo piloto - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	880,00	880,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1984	Eixo secundário - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	940,00	940,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1985	Eixo Virabrequim - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	2.300,00	2.300,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1986	Eletroventilador - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	840,00	840,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1987	Embreagem do virabrequim - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.100,00	1.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1988	Engrenagem 1° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	400,00	400,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1989	Engrenagem 2° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	405,00	405,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1990	Engrenagem 3° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	370,00	370,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1991	Engrenagem 4° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	370,00	370,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1992	Engrenagem 5° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	440,00	440,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1993	Engrenagem do Velocimetro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	130,00	130,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1994	Engrenagem marcha Ré - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	470,00	470,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1995	Esguicho agua parabrisa (brucutu) - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	40,00	40,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1996	Espelho retrovisor externo - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	640,00	1.280,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1997	Fechadura capô traseira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	270,00	270,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1998	Fechadura completa porta dianteira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	320,00	320,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1999	Fechadura completa porta traseira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	310,00	310,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2000	Flexivel de freio dianteiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	120,00	240,00	FLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2001	Flexivel freio traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	120,00	240,00	FLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2002	Garfo 1° e 2° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	250,00	250,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2003	Garfo 3° e 4° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	250,00	250,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2004	Garfo da 5° marcha - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	280,00	280,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2005	Garfo da marcha Ré - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	280,00	280,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2006	Grade frontal - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	440,00	440,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2007	Hidrovácuo - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	1.000,00	1.000,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2008	Jogo bronzina de biela - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	230,00	230,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2009	Jogo bronzina de mancal - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	270,00	270,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2010	Jogo de calço virabrequim - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	120,00	120,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2011	Jogo de pastilha de freio dianteiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	280,00	280,00	LONAFLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2012	Jogo pistão e anéis - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.000,00	1.000,00	MAHLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2013	Junta carter - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	130,00	130,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2014	Junta coletor de admissão - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	80,00	80,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2015	Junta coletor escape - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2016	Junta tampa de valvula - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	120,00	120,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	2017	Junta do cabeçote - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	170,00	170,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2018	Junta homocinética - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	570,00	570,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2019	Kit batente amortecedor dianteiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	150,00	300,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2020	Kit batente amortecedor traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	130,00	260,00	COFAP	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2021	kit embreagem e platô - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	940,00	940,00	SACHS	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2022	Kit reparo freio dianteiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	100,00	100,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2023	Kit tensor e correia dentada - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	410,00	410,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2024	Lona de freio - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	4	UND	178,00	712,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2025	Mangueira art quente - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2026	Mangueira do anti chama - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	80,00	80,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2027	mangueira inferior do radiador - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2028	Mangueira superior radiador - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	JAMAICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2029	Maquina de vidro dinateira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	440,00	440,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2030	Maquina de vidro traseira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	440,00	440,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2031	Mola dinateira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	250,00	500,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2032	Mola traseira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	250,00	500,00	FAMA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2033	Palheta limpador - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	4	UND	110,00	440,00	AUTOIMPACT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2034	Paralama - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	2	UND	670,00	1.340,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2035	Parabrisa - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.200,00	1.200,00	AMERICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2036	Parachoque dianteiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	840,00	840,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2037	Parachoque traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	840,00	840,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2038	Parafuso de roda - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	16	UND	20,00	320,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2039	Pastilha de freio - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	4	UND	280,00	1.120,00	LONAFLEX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2040	Patim freio traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	4	UND	220,00	880,00	FRASLE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2041	Pinça de freio dianteira - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	2	UND	970,00	1.940,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2042	Pivo de suspensão - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	4	UND	180,00	720,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2043	Polia comando valvula - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	270,00	270,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2044	Polia do virabrequim - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	440,00	440,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2045	Porca de roda - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	16	UND	19,00	304,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2046	Porta dianteira direita - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	2.100,00	2.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2047	Porta dianteira esquerda - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	2.100,00	2.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2048	Porta traseira direita - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	2.100,00	2.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2049	Porta traseira esquerda - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	2.100,00	2.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2050	Radiador de arrefecimento agua - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	940,00	940,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2051	Radiador do ar condicionado - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.000,00	1.000,00	VISCONDE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2052	Regulador de pressão - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	310,00	310,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2053	Reparo freio traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	90,00	90,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2054	Reservatório de agua - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	170,00	170,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2055	Reservatorio de agua limpador parabrisa - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB- 3G79	1	UND	200,00	200,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2056	Reservatorio de oleo direçao hidraulico - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB- 3G79	1	UND	230,00	230,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2057	Reservatório do cilndro mestre - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	180,00	180,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2058	Retentor de valvula - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	30,00	30,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2059	Retentor dianteiro do virabrequim - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	80,00	80,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2060	Retentor do cambio - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2061	Retentor eixo piloto - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	70,00	70,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda

1	2062	Retentor saida caixa - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	90,00	90,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2063	Retentor traseiro virabrequim - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	140,00	140,00	SABO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2064	Roda em alumínio - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	5	UND	1.100,00	5.500,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2065	Rolamento cubo traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	370,00	370,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2066	Rolamento do eixo piloto - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	100,00	100,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2067	Rolamento eixo secundário dianteiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2068	Rolamento eixo secundário traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	NTN	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2069	Semi-eixo direito - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2070	Semi-eixo esquerdo - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2071	Semi-eixo homocinético - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	1.700,00	1.700,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2072	Sensor ABS - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	440,00	440,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2073	Sensor de rotação - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	370,00	370,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2074	Sensor de temperatura de água - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	180,00	180,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2075	Sensor lambda - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	500,00	500,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2076	Sensor MAP - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	410,00	410,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2077	Tambor freio traseiro - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	4	UND	300,00	1.200,00	FREMAX	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2078	Tampa da Valvula termostática - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	150,00	150,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2079	Tampa de oleo do motor - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	60,00	60,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2080	Tampa de valvula - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	670,00	670,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2081	Tampa do reservatório - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	40,00	40,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2082	Tampa do reservatorio de agua - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	40,00	40,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2083	Tensor da correia dentada - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	230,00	230,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2084	Tensor da correia do alternador - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	300,00	300,00	GATES	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2085	Terminal de direção - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	170,00	170,00	TRW	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2086	Trambulador - Strada Fire, ano 2012, placa AVB-3G79	1	UND	740,00	740,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2087	Trava de valvula - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	20,00	20,00	UNIVERSAL	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2088	Tubo escape intermediario - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	640,00	640,00	FABBOF	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2089	Tucho hidraulico - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	16	UND	90,00	1.440,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2090	Valvula admissao - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	60,00	60,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2091	Valvula escape - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	70,00	70,00	TARANTO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2092	Valvula Termostática - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	210,00	210,00	MTE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2093	Vela de ignição - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	4	UND	50,00	200,00	NGK	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2094	Vidro traseiro (vigia) - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	840,00	840,00	AMERICA	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	2095	Volante do motor - Strada Fire, Ano 2012, Placa AVB-3G79	1	UND	1.100,00	1.100,00	FIAT	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	822	Kit tensor e correia dentada - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	188,00	188,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	823	Lona de freio - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	4	UND	80,00	320,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	832	Mola traseira - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	2	UND	116,00	232,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	833	Palheta limpador - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	4	UND	52,00	208,00	TIGER AUTO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	834	Paralama - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	2	UND	305,00	610,00	LUMINAR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	835	Parabrisa - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	629,00	629,00	AMERICA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	836	Parachoque dianteiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	381,00	381,00	AMALCABURIO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	837	Parachoque traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	1	UND	381,00	381,00	AMALCABURIO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	839	Pastilha de freio - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	4	UND	129,00	516,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	840	Patim freio traseiro - Citroen Aircross, Ano 2019, Placa PBX-9C39	4	UND	219,00	876,00	ORLI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	873	Sensor ABS - Aircross, ano 2019, placa PBX-9C39	1	UND	80,00	80,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1013	Parabrisa - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	1.386,00	1.386,00	AMERICA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1031	Reservatório de água - Strada Freedom, ano 2024, placa SFG-5E46	1	UND	178,20	178,20	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1089	Barra estabilizadora - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	732,60	732,60	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1141	Eletroventilador - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	940,50	940,50	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1190	Mola dianteira - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	2	UND	306,90	613,80	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1195	Parachoque dianteiro - Polo Sense, ano 2026, placa UBB-9D42	1	UND	970,20	970,20	AMALCABURIO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

							O	
1	1266	Antichama - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	109,00	109,00	AJE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1267	Atuador hidráulico de embreagem - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW- 8158	1	UND	639,00	639,00	EATON	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1268	Axial de direção - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	219,00	219,00	DRIVE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1269	Balancim - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	16	UND	99,00	1.584,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1270	bandeja de suspensão - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	739,00	739,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1271	Barra axial (articulação) - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	219,00	219,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1272	Barra de direção - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	449,00	449,00	WR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1273	Barra estabilizadora - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	679,00	679,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1274	Bico injetor - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	4	UND	409,00	1.636,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1275	Biela - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	339,00	339,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1276	Bieleta - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	149,00	149,00	DRIVE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1277	Bobina de ignição - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	4	UND	349,00	1.396,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1278	Bomba de agua - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	509,00	509,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1279	Bomba de combustível - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	999,00	999,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1280	Bomba de direção - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	2.690,00	2.690,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1281	Bomba de Oleo - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	669,00	669,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1282	Bronzina de mancal - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	269,00	269,00	MAHLE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1283	Bucha bandeija dianteira parte dianteira - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	2	UND	79,00	158,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1284	Bucha bandeija dianteira parte traseira - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW- 8158	2	UND	99,00	198,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1285	Bucha eixo traseiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	2	UND	169,00	338,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1286	Bucha da barra estabilizadora - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	2	UND	49,00	98,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1287	Cabeçote - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	4.399,00	4.399,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1288	Cabo acelerador - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	309,00	309,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1289	Cabo da enbreagem - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	247,50	247,50	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1290	Cabo de vela - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	269,00	269,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1291	Cabo freio de mão - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	199,00	199,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1292	Cabo seletor de marchas - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	839,00	839,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1293	Cachorrete do sincronizado - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	89,00	89,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1294	Caixa de direção hidráulica - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	3.099,00	3.099,00	ZF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1295	Capa proteção correia dentada - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	149,00	149,00	WISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1296	Capô dianteiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	1.490,00	1.490,00	CENTAURO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1297	Carcaça da valvula termostática - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	319,00	319,00	MTE THOMSON	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1298	Carter do motor - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	549,00	549,00	ATOS	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1299	Cilindro de roda - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	179,00	179,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1300	cilindro mestre freio - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	749,00	749,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1301	Jogo pistão e anéis - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	999,00	999,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1302	Junta coletor de admissão - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	79,00	79,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1303	Junta carter - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	129,00	129,00	ATOS	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1304	Junta coletor escape - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	89,00	89,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1305	Junta tampa de valvula - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	119,00	119,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1306	Junta do cabeçote - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	169,00	169,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1307	junta escape - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	69,00	69,00	SABÓ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1308	Junta homocinética - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	569,00	569,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1309	Kit batente amortecedor dianteiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	2	UND	149,00	298,00	COFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1310	Kit batente amortecedor traseiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	2	UND	129,00	258,00	COFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1311	kit embreagem e platô - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	940,50	940,50	SACHS	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1312	Kit reparo freio dianteiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	99,00	99,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1313	Kit tensor e correia dentada - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	409,00	409,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1314	Lona de freio - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	4	UND	149,00	596,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1315	Magnete externa - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	149,00	149,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1316	Mangueira ar quente - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	149,00	149,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1317	Mangueira do anti chama - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	79,00	79,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1318	mangueira inferior do radiador - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	149,00	149,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1319	Mangueira superior radiador - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	149,00	149,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1320	Maquina de vidro dinateira - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	409,00	409,00	VIDREX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1321	Maquina de vidro traseira - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	418,00	418,00	VIDREX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1322	Mola dinateira - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	2	UND	248,00	496,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	1323	Mola traseira - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	2	UND	248,00	496,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1324	Palheta limpador - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	4	UND	109,00	436,00	TIGER AUTO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1325	Paralama - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	2	UND	649,00	1.298,00	LUMINAR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1326	Parabrisa - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	1.199,00	1.199,00	AMERICA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1327	Parachoque dianteiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	838,00	838,00	AMALCABURIO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1328	Parachoque traseiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	838,00	838,00	AMALCABURIO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1329	Parafuso de roda - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	16	UND	19,00	304,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1330	Pastilha de freio - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	4	UND	279,00	1.116,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1331	Patim freio traseiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	4	UND	219,00	876,00	ORLI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1332	Pinça de freio dianteira - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	2	UND	969,00	1.938,00	TRW	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1333	Pivo de suspenção - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	4	UND	179,00	716,00	TRW	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1334	Polia comando valvula - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	269,00	269,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1335	Polia do virabrequim - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	408,00	408,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1336	Porca de roda - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	16	UND	18,00	288,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1337	Porta dianteira direita - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	2.099,00	2.099,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1338	Porta dianteira esquerda - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	2.099,00	2.099,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1339	Porta traseira direita - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	2.099,00	2.099,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1340	Porta traseira esquerda - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	2.099,00	2.099,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1341	Radiador de arrefecimento agua - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	939,00	939,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1342	Radiador do ar condicionado - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	999,00	999,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1343	Regulador de pressão - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	308,00	308,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1344	Reparo freio traseiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	88,00	88,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1345	Reservatório de agua - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	169,00	169,00	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1346	Reservatorio de agua limpador parabrisa - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	198,00	198,00	AMERICA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1347	Reservatorio de oleo direçao hidraulico - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	218,00	218,00	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1348	Reservatório do cilndro mestre - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	179,00	179,00	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1349	Retentor de valvula - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	29,00	29,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1350	Retentor dianteiro do virabrequim - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	79,00	79,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1351	Retentor do cambio - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	89,00	89,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1352	Retentor eixo piloto - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	69,00	69,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1353	Retentor saida caixa - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	89,00	89,00	SABBO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1354	Retentor traseiro virabrequim - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	139,00	139,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1355	Roda em alumínio - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	5	UND	1.099,00	5.495,00	BZ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1356	Rolamento cubo traseiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	349,00	349,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1357	Rolamento do eixo piloto - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	99,00	99,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1358	Rolamento eixo secundário dianteiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	149,00	149,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1359	Rolamento eixo secundário traseiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	149,00	149,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1360	Rolamento traseiro - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	349,00	349,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1361	Semi-eixo direito - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	1.699,00	1.699,00	CINPAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1362	Semi-eixo esquerdo - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	1.699,00	1.699,00	CINPAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1363	Semi-eixo homocinético - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	1.698,00	1.698,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1364	Sensor ABS - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	438,00	438,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1365	Sensor de rotação - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	369,00	369,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1366	Sensor de temperatura - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	179,00	179,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1367	Sensor lambda - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	538,00	538,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1368	Sensor MAP - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	408,00	408,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1369	Tambor freio traseiro - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	4	UND	299,00	1.196,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1370	Tampa da Valvula termostática - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	149,00	149,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1371	Tampa de oleo do motor - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	58,00	58,00	CLICK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1372	Tampa de valvula - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	668,00	668,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1373	Tampa do reservatorio de agua - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	39,00	39,00	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1374	Tensor da correia dentada - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	219,00	219,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1375	Tensor da correia do alternador - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	299,00	299,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1376	Terminal de direção - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	149,00	149,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1377	Trambulador - Strada Working, ano 2015, placa AZW-8158	1	UND	739,00	739,00	RX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1378	Trava de valvula - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	19,00	19,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1379	Tubo escape intermediario - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-	1	UND	639,00	639,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

		8158						
1	1380	Tucho hidraulico - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	16	UND	89,00	1.424,00	COFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1381	Valvula admissao - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	58,00	58,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1382	Valvula escape - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	68,00	68,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1383	Valvula Termostática - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	208,00	208,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1384	Velas - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	4	UND	48,00	192,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1385	Vidro traseiro (vigia) - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	838,00	838,00	VIDREX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1386	Volante do motor - Strada Working, Ano 2015, Placa AZW-8158	1	UND	1.099,00	1.099,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1387	Alavanca freio de mão - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	369,00	369,00	NET	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1388	Amortecedor capô traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	4	UND	209,00	836,00	COFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1389	Amortecedor dianteiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	4	UND	569,00	2.276,00	COFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1390	Amortecedor traseira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	4	UND	409,00	1.636,00	COFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1391	Anel de pistão - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	12	UND	409,00	4.908,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1392	Anel sincronizado 1° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	168,00	168,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1393	Anel sincronizado 2° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	168,00	168,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1394	Anel sincronizado 3° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	168,00	168,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1395	Anel sincronizado 4° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	168,00	168,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1396	Anel sincronizado 5° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	168,00	168,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1397	Anel sincronizado da marcha Ré - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	188,00	188,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1398	Antichama - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	109,00	109,00	AJE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1399	Atuador hidráulico de embreagem - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	639,00	639,00	EATON	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1400	Axial de direção - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	219,00	219,00	DRIVE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1401	Balancim - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	16	UND	99,00	1.584,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1402	bandeja de suspenção - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	739,00	739,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1403	Barra axial (articulação) - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	229,00	229,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1404	Barra de direção - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	469,00	469,00	WR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1405	Barra estabilizadora - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	679,00	679,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1406	Bico injetor - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	4	UND	408,00	1.632,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1407	Biela - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	308,00	308,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1408	Bieleta - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	149,00	149,00	DRIVE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1409	Bobina de ignação - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	4	UND	378,00	1.512,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1410	Bomba de agua - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	508,00	508,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1411	Bomba de combustível - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	999,00	999,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1412	Bomba de direção - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	2.699,00	2.699,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1413	Bomba de Oleo - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	649,00	649,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1414	Bronzina de mancal - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	249,00	249,00	MAHLE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1415	Bucha bandeija dianteira parte dianteira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	79,00	158,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1416	Bucha bandeija dianteira parte traseira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	99,00	198,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1417	Bucha eixo traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	149,00	298,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1418	Bucha da barra estabilizadora - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	48,00	48,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1419	Cabeçote - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	4.399,00	4.399,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1420	Cabo acelerador - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	309,00	309,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1421	Cabo da enbreagem - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	239,00	239,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1422	Chicote de injeção eletronica - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	269,00	269,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1423	Cabo freio de mão - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	198,00	198,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1424	Cabo seletor de marchas - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	839,00	839,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1425	Cachorrete do sincronizado - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	89,00	89,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1426	Caixa de direção hidráulica - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	3.099,00	3.099,00	ZF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1427	Capa proteção correia dentada - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	149,00	149,00	WISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1428	Capô dianteiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	1.499,00	1.499,00	CENTAURO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1429	Carcaça da valvula termostática - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	319,00	319,00	MTE THOMSON	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1430	Carter do motor - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	569,00	569,00	ATOS	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1431	cilindro mestre freio - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	769,00	769,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1432	Cilindro roda traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	179,00	179,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1433	Coifa da caixa de direção - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	89,00	178,00	ZF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1434	Coifa homocinética externa - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	129,00	258,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1435	Coifa homocinética interna - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	129,00	258,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1436	Coletor admissao - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	1.099,00	1.099,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1437	Coletor escape - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	1.699,00	1.699,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1438	Compreenssor ar condicionado - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	2.799,00	2.799,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1439	Correia alternador - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	139,00	139,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1440	Correia dentada - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	169,00	169,00	GATES	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1441	Coxim dianteiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	4	UND	439,00	1.756,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1442	Coxim do cambio - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	4	UND	509,00	2.036,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	1443	Coxim do motor - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	4	UND	639,00	2.556,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1444	Coxim traseiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	4	UND	469,00	1.876,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1445	Cubo de roda traseiro - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	2	UND	469,00	938,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1446	Cubo dianteiro Direito - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	469,00	938,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1447	Disco de freio dianteiro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	4	UND	309,00	1.236,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1448	Eixo comando de valvula - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	999,00	999,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1449	Eixo piloto - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	879,00	879,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	1450	Eixo secundário - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	899,00	899,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1451	Eixo Virabrequim - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	2.100,00	2.100,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1452	Eletroventilador - Saveiro Robust, ano 2018, placa BCU-7C46	1	UND	839,00	839,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1453	Embreagem do virabrequim - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	1.099,00	1.099,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1454	Engrenagem 1° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	399,00	399,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1455	Engrenagem 2° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	399,00	399,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1456	Engrenagem 3° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	369,00	369,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1457	Engrenagem 4° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	369,00	369,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1458	Engrenagem 5° marcha - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	439,00	439,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1459	Engrenagem do Velocimetro - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	129,00	129,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1460	Engrenagem marcha Ré - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	469,00	469,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1461	Cilindro de roda - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	179,00	179,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1462	Comando de válvula - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	999,00	999,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1463	Esguicho agua parabrisa (brucutu) - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU- 7C46	1	UND	39,00	39,00	VIBRASIL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1464	Espelho retrovisor externo - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	2	UND	639,00	1.278,00	UNIVERSAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1465	Fechadura capô traseira - Saveiro Robust, Ano 2018, Placa BCU-7C46	1	UND	269,00	269,00	CENTAURO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1586	Biela - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	339,00	339,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1587	Bieleta - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	149,00	149,00	DRIVE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1588	Escovas do motor de partida - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	4	UND	379,00	1.516,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1589	Bomba de agua - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	509,00	509,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1590	Bomba de combustível - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	999,00	999,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1591	Bomba de direção - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	2.699,00	2.699,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1592	Bomba de Oleo -Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	669,00	669,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1593	Bronzina de mancal - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	269,00	269,00	MAHLE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1594	Bucha bandeija dianteira parte dianteira - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	79,00	158,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1595	Bucha bandeija dianteira parte traseira - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	99,00	198,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1596	Bucha eixo traseiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	169,00	338,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1597	Bucha da barra estabilizadora - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	2	UND	49,00	98,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1598	Cabeçote - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	4.399,00	4.399,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1599	Cabo acelerador - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	309,00	309,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1607	Capô dianteiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	600,00	600,00	CENTAURO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1617	Coletor escape - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	598,00	598,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1623	Coxim do cambio - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	4	UND	198,00	792,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1624	Coxim do motor - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	4	UND	240,00	960,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1625	Coxim traseiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	4	UND	200,00	800,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1629	Eixo comando de valvula - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	500,00	500,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1631	Eixo secundário - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	335,00	335,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1634	Embreagem do virabrequim - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	595,00	595,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1686	Parafuso de roda - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	16	UND	10,00	160,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1691	Polia comando valvula - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	140,00	140,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1693	Porca de roda - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	16	UND	15,00	240,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1694	Porta dianteira direita - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	900,00	900,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1695	Porta dianteira esquerda - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	900,00	900,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1696	Porta traseira direita - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	900,00	900,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1697	Porta traseira esquerda - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	1.000,00	1.000,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1700	Regulador de pressão - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	316,80	316,80	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	1701	Reparo freio traseiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	94,05	94,05	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1706	Retentor de valvula - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	34,65	34,65	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1710	Retentor traseiro virabrequim - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	70,00	70,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1712	Rolamento cubo traseiro - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	376,20	376,20	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1715	Rolamento eixo secundário traseiro Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF- 6F16	1	UND	90,00	90,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1717	Semi-eixo direito - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	900,00	900,00	CINPAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1718	Semi-eixo esquerdo - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	900,00	900,00	CINPAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1719	Semi-eixo homocinético - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	900,00	900,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1723	Sensor lambda - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	390,00	390,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1724	Sensor MAP - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	200,00	200,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	1727	Tampa de oleo do motor - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	30,00	30,00	CLICK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1733	Trambulador - Clio Aut 10H3P, ano 2014, placa AXF-6F16	1	UND	300,00	300,00	RX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1734	Trava de valvula - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	1	UND	19,00	19,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1740	Vela de ignição - Clio Aut 10H3P, Ano 2014, Placa AXF-6F16	4	UND	49,00	196,00	NGK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1743	Alavanca freio de mão - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	150,00	150,00	NET	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1755	Atuador hidráulico da embreagem - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	250,00	250,00	EATON	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1756	Axial de direção - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	100,00	100,00	DRIVE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1758	Bandeja de suspensão - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	350,00	350,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1759	Barra axial (articulação) - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	120,00	120,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1761	Barra estabilizadora - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	290,00	290,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1767	Bomba de combustível - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	550,00	550,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1768	Bomba de direção - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	1.300,00	1.300,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1775	Cabeçote - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	1.800,00	1.800,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1776	Cabo acelerador - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	160,00	160,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1777	Cabo da embreagem - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	124,00	124,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1778	Cabo de vela - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	140,00	140,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1779	Cabo freio de mão - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	100,00	100,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1780	Cabo seletor de marchas - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	424,00	424,00	CABOVEL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1784	Capo dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	800,00	800,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1788	Cilindro mestre de freio - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	390,00	390,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1793	Coletor admissão - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	600,00	600,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1794	Coletor escape - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	900,00	900,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1833	Jogo de pastilha de freio dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	277,00	277,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1834	Jogo pistão e aneis - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	997,00	997,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1835	Junta cárter - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	127,00	127,00	ATOS	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1836	Junta coletor de admissão - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	79,00	79,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1837	Junta coletor de escape - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	89,00	89,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1844	Kit reparo freio dianteiro - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	55,00	55,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1849	Mangueira do antichama - Kombi 80cv 1.4, ano 2012, placa AVJ-4C18	1	UND	45,00	45,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

TOTAL POR FORNECEDOR:

FORNECEDOR	CNPJ	TOTAL FORNECEDOR
Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda	09.232.143/0001-01	309.667,01
LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda	20.777.790/0001-23	522.451,00
Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda	04.325.195/0001-09	192.962,00

TOTAL HOMOLOGADO:1.025.080,01

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:03DA1D0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E O INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA PREVENTIVA-INTP S/A

CONTRATANTE	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

CONTRATADA	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA PREVENTIVA-INTP S/A inscrita no CNPJ Nº 17.659.315/0001-48 com sede à Rua Dr.Olivio Lira, nº353 sala 508,Centro - Edifício Centro Empresarial Bloco V, Torre Leste, bairro Praia da Costa, Vila Velha-ES, CEP: 29101-094- endereço eletrônico: contato@inpt.com.br neste ato representada pelo seu representante legal o Sra. Rosangela Nielsen Vieira, portadora do RG nº 669.372 e inscrito no CPF sob nº 867.721.637-53.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA PREVENTIVA-INTP S/A, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, no Contrato Administrativo n.º 017/2025, Inexigibilidade n°005/2025, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO "BOTÃO DO PÂNICO", QUE ATENDERÁ AOS USUÁRIOS DA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER, firmam o presente TERMO ADITIVO PRAZO conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES.

As partes, de comum acordo, procedem à PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 017/2025, assinado em 26/03/2025, pelo período de 06 (seis) meses, com início em 26 de setembro de 2026 e término em 26 de março de 2027.

PARÁGRAFO ÚNICO. Fica estabelecido que o presente contrato poderá ser rescindido antecipadamente, sem aplicação de penalidades a quaisquer das partes, quando da conclusão do novo processo licitatório e consequente formalização de nova contratação pela Administração, mediante comunicação prévia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

	Lote 01 - HARDWARES, SOFTWARES E SISTEMAS			
Item	Descrição	Un.	Valor Un.	Valor Total
1	Locação de equipamento. Descrição: dispositivo portátil de acionamento de socorro para usuários(as), com recurso de captação e transmissão de áudio ambiente, GPS (Sistema de Posicionamento Global), equipados com chip de telefonia móvel com pacote de dados. Botão do Pânico é uma marca registrada do INTP S/A para o mecanismo de acionamento de socorro com todos os requisitos técnicos e devidamente configurado para promover o adequado funcionamento da Solução de Tecnologia Botão do Pânico implementada pelo software Skybox©.	50	R$ 51,50	R$ 2.575,00
2	Locação de equipamento. Descrição: Smartphone devidamente equipado com chip de telefonia móvel com pacote de dados.	3	R$ 132,00	R$ 396,00
3	Fornecimento de licença de uso para vinculação no programa Skybox© em plataforma WEB, com recurso de: a) Rastreamento de informações georreferenciadas dos dispositivos dos usuários(as); b) Cadastro dos usuários(as) dos dispositivos e dos smartphones em poder das Patrulhas; c) Registro de login e senha dos Operadores do Sistema da administração pública contratante; d) Emissão de relatórios gerenciais contendo informações dos dispositivos dos usuários(as); e) Transmissão e gravação do áudio captado pelo dispositivo do usuário(a) no momento do acionamento; f) Envio de notificações emergenciais e alertas customizados ao usuário(a) dos dispositivos; g) Armazenamento das informações em servidor localizado em nuvem.	50	R$ 218,00	R$ 10.900,00
4	Fornecimento de licença de uso do programa Skybox© Em plataforma mobile para uso nos smartphones com recurso de recebimento e transmissão das informações geradas nos acionamentos dos dispositivos dos usuários(as).	3	R$ 218,00	R$ 654,00
	Valor Mensal			R$14.525,00
	Valor Total 6 Meses			R$ 87.150,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n°017/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente ao Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 25 de setembro de 2026.

Município de Matinhos

EDUARDO ANTONIO DALMORA

CPF nº 337.613.459-68

Prefeito Municipal

Contratante

Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva- INTP S/A

CPF n° 867.721.637-53

ROSANGELA NIELSEN VIEIRA

Contratada

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:62D098B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº05/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Mato Rico/Pr.,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14133/21, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nº	05/2026
Modalidade:	Concorrência Eletrônica
Data	19/08/2026
Objeto	Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação asfáltica em vias rurais do Município de Mato Rico/PR, compreendendo pavimentação em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente). Estrada Rural (Trecho estrada rural Coapmel até a Ponte Rio da Anta)

Dotações Orçamentárias:

05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

05.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE

05.001.26.782.2601.1085 – Pavimentação de Vias Rurais

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

FORNECEDOR: PAVILLUZZO PAVIMENTACAO LTDA - CNPJ: 82.570.342/0001-01

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) de Estrada Rural 21.489,57 m²	1	4.967.000,00	4.967.000,00
			4.967.000,00	

Valor total adjudicado e homologado é de R$ 4.967.000,00 (quatro milhões novecentos e sessenta e sete mil reais).

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

03- **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de 05 - (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da homologação, comparecer na Prefeitura Municipal de Mato Rico, na Avenida das Araucárias, s/n, a fim de assinar o contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação e no Artigo 90 da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Mato Rico/PR, 25 de setembro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:7A07465A

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RGF - DEMONSTRATIVO DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA 2º QUADRIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO				
GF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	723.048,28	671.560,60	622.846,21	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	723.048,28	671.560,60	622.846,21	0,00
Empréstimos	723.048,28	671.560,60	622.846,21	0,00
Internos	723.048,28	671.560,60	622.846,21	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	10.618.292,82	9.783.605,04	9.881.752,30	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	10.618.292,82	9.783.605,04	9.881.752,30	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.751.270,63	11.450.085,13	11.545.959,83	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	757.954,35	1.258.135,49	1.192.110,83	0,00
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	375.023,46	408.344,60	472.096,70	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA[2] (DCL) (III) = (I - II)	-9.895.244,54	-9.112.044,44	-9.258.906,09	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	47.036.554,90	50.098.553,93	51.112.327,89	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	500.000,00	500.000,00	750.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	46.536.554,90	49.598.553,93	50.362.327,89	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	1,55	1,35	1,24	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-21,26	-18,37	-18,38	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: (120% da RCL AJUSTADA)	55.843.865,88	59.518.264,72	60.434.793,47	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1o do art. 59 da LRF): (108% da RCL AJUSTADA)	50.259.479,29	53.566.438,24	54.391.314,12	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	6.138.952,42	5.804.434,16	5.251.610,62	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE MATO RICO	24/09/2026 - 17:32:20

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:FB2A0ADC

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RGF - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RGF 2º QUADRIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELÁTORIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	51.112.327,89	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	51.112.327,89	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	49.872.540,91	
DESPESA COM O PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	23.974.515,02	48,07
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	26.931.140,00	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	25.584.583,00	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	24.238.026,00	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	-9.258.906,09	-18,11
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	60.434.793,47	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.911.681,86	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.057.972,46	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.525.362,95	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	22.597.006,58	150.088.301,70

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:1EAB9754

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RGF - GARANTIAS E CONTRA-GARANTIAS 2º QUADRIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO				
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R$ 1,00		
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	47.036.554,90	50.098.553,93	51.112.327,89	0,00
(-) T ransferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1o, da CF) (VII)	500.000,00	500.000,00	750.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT ES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	46.536.554,90	49.598.553,93	50.362.327,89	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9o da Res. 43/01) - 22%	10.238.042,08	10.911.681,86	11.079.712,14	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1o do art. 59 da LRF) - 90%	9.214.237,87	9.820.513,67	9.971.740,93	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
EXTERNAS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:EF29BD26

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RGF - OPERAÇÕES DE CREDITO 2º QUADRIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	51.112.327,89	0,00
(-) T ransferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1o, art. 166-A da CF) (V)	750.000,00	0,00
RECEIT A CORRENT E LÍQUIDA AJUST ADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT ES DE ENDIVIDAMENT O (VI) = (IV - V)	50.362.327,89	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
T OT AL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENT O DO LIMIT E (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.057.972,46	16,00
LIMIT E DE ALERTA (inciso III do §1o do art. 59 da LRF) - <%>	7.252.175,22	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.525.362,95	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Notas Explicativas		
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null		24/09/2026 - 17:34:29

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:DC3148FD

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RREO - DEMONSTRATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 4º BIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS Até o

	ATUALIZADA (a)	Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.526.515,20	1.154.419,26
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	136.004,40	9.928,59
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	532.126,80	296.450,16
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	150.519,60	107.736,84
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	707.864,40	740.303,67
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	43.316.078,36	28.972.145,90
2.1- Cota-Parte FPM	21.808.311,34	14.748.764,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.068.755,34	13.869.516,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.739.556,00	879.248,31
2.2- Cota-Parte ICMS	20.333.061,82	13.659.939,06
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	205.221,60	216.765,89
2.4- Cota-Parte ITR	525.333,60	82.657,69
2.5- Cota-Parte IPVA	444.150,00	264.018,51
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**44.842.593,56**	**30.126.565,16**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**8.315.304,47**	**5.618.579,52**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**2.895.343,92**	**1.913.061,77**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	3.404.654,25	2.620.136,76
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.296.034,80	2.498.675,99
6.1.1- Principal	3.296.034,80	2.491.128,49
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	7.547,50
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	108.619,45	121.460,77
6.4.1- Principal	108.619,45	121.460,77
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**-5.019.269,67**	**-3.127.451,03**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		1.130.401,58
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		1.130.401,58
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		**3.750.538,34**

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.405.639,03	2.329.512,73	2.329.512,73	2.292.635,48	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.308.845,68	2.148.841,25	2.148.841,25	2.112.856,19	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	2.308.845,68	2.148.841,25	2.148.841,25	2.112.856,19	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.096.793,35	180.671,48	180.671,48	179.779,29	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.096.793,35	180.671,48	180.671,48	179.779,29	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO

				(g)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.329.512,73	2.329.512,73	2.292.635,48	0,00	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.219.908,50	2.219.908,50	2.183.923,44	0,00	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	109.604,23	109.604,23	108.712,04	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.148.841,25	2.148.841,25	2.112.856,19	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		1.749.073,19	2.148.841,25	2.148.841,25	86,00
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	262.013,68	290.624,03	290.624,03	28.610,35	11,09

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	367.358,76	1.130.401,58	101.525,87	0,00	1.028.875,71	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	346.585,84	1.036.672,94	0,00	0,00	1.036.672,94	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	20.772,92	93.728,64	101.525,87	0,00	-7.797,23	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.858.969,94	2.967.839,64	2.966.928,56	2.868.517,99	911,08
20.1- Educação Infantil	1.052.154,70	814.899,88	814.899,88	794.713,12	0,00
20.2- Ensino Fundamental	3.623.952,24	2.095.111,88	2.094.200,80	2.021.182,43	911,08
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	182.863,00	57.827,88	57.827,88	52.622,44	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	8.081.745,97	5.284.000,83	5.283.089,75	5.142.290,65	911,08
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.052.154,70	859.376,22	859.376,22	828.472,74	0,00
21.1.1- Creche	1.052.154,70	859.376,22	859.376,22	828.472,74	0,00
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	7.029.591,27	4.424.624,61	4.423.713,53	4.313.817,91	911,08

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.966.928,56
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	5.618.579,52
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	28.610,35
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**8.556.897,73**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	7.531.641,29	8.556.897,73	28,40

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	128.983,63	0,00	24.540,44	0,00	104.443,19
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	100.735,07	0,00	0,00	0,00	100.735,07
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	23.452,61	0,00	19.744,49	0,00	3.708,12
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	4.795,95	0,00	4.795,95	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	471.968,64	351.802,70
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	197.802,00	188.280,51
31.1.1- Salário-Educação	197.802,00	187.747,00
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	533,51
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	274.166,64	163.522,19

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	816.873,62	736.301,05	708.606,31	653.940,02	27.694,74
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	154.241,42	12.485,64	12.485,64	11.312,32	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	650.706,20	664.776,44	637.081,70	591.793,75	27.694,74
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	11.926,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	59.038,97	59.038,97	50.833,95	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	9.081.482,59	6.033.653,42	6.005.047,60	5.815.093,49	28.605,82
33.1- Despesas Correntes	8.660.736,29	6.023.413,42	5.994.807,60	5.807.123,49	28.605,82
33.1.1- Pessoal Ativo	5.756.559,45	4.156.869,67	4.156.869,37	4.086.450,51	0,30
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	47.640,00	30.683,01	30.683,01	30.683,01	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	2.856.536,84	1.835.860,74	1.807.255,22	1.689.989,97	28.605,52
33.2- Despesas de Capital	420.746,30	10.240,00	10.240,00	7.970,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	420.746,30	10.240,00	10.240,00	7.970,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.585,90	27.506,70
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.620.136,76	187.747,00
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.317.175,92	187.648,97
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	307.546,74	27.604,73
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	100.211,09	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	364.263,46	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	43.494,37	27.604,73
Notas Explicativas		

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:E0F3CF53

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RREO - RELATORIO SIMPLIFICADO DO RREO 4º BIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	41.505.401,16
Previsão Atualizada	48.228.604,42
Receitas Realizadas	35.272.387,02
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	3.668.784,59
DESPESAS	
Dotação Inicial	38.975.307,20
Dotação Atualizada	49.367.295,05
Despesas Empenhadas	34.486.112,93
Despesas Liquidadas	33.793.585,74
Despesas Pagas	32.807.350,14
Superávit Orçamentário	1.478.801,28
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	32.913.678,93
Despesas Liquidadas	32.222.973,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	51.112.327,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	50.362.327,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	49.872.481,49
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**		**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00		330.359,65	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00		1.107.031,39	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	757.999,35	0,00	552.079,15	205.920,20
Poder Executivo	757.999,35	0,00	552.079,15	205.920,20
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.138.952,42	0,00	887.341,77	5.251.610,65
Poder Executivo	6.138.952,42	0,00	887.341,77	5.251.610,65
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.896.951,77	0,00	1.439.420,92	5.457.530,85

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Limites Constitucionais Anuais**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	8.556.897,73		25,00	28,40
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.148.841,25		70,00	86,00
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00		50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00		15,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		400.051,44	
Despesa de Capital Líquida	7.385.105,55		3.776.956,35	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**2026**	**2036**	**2046**	**2061**
Plano Previdenciário	38.843.583,78	48.627.467,74	50.754.598,67	23.752.334,36
Receitas Previdenciárias	19.421.791,89	24.313.733,87	25.377.299,33	11.876.167,18
Despesas Previdenciárias	12.325.364,02	17.654.272,42	26.303.285,25	18.322.931,78
Resultado Previdenciário	7.096.427,87	6.659.461,45	-925.985,91	-6.446.764,60
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	10.500,83		-10.500,83	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Limite Constitucional Anual**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	6.334.450,34		15,00	21,66
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:CED9DA2D

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RREO - RESULTADO NOMINAL 4º BIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL		JULHO-AGOSTO
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre 2026**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	47.828.552,98	34.201.692,63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.548.201,60	1.203.305,93
IPTU	136.004,40	9.928,59
ISS	150.519,60	107.736,84
ITBI	532.126,80	296.450,16
IRRF	707.864,40	740.303,67
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.686,40	48.886,67
Contribuições	71.083,44	34.261,92
Receita Patrimonial	496.920,96	821.003,79
Aplicações Financeiras (II)	496.920,96	821.003,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	45.622.566,58	31.808.305,26
Cota-Parte do FPM	18.068.547,82	11.974.861,79
Cota-Parte do ICMS	16.564.110,22	10.927.951,38
Cota-Parte do IPVA	355.320,00	211.215,41
Cota-Parte do ITR	420.266,88	66.126,26
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	164.177,28	173.412,74
Transferências do FUNDEB	3.404.654,25	2.612.589,26
Outras Transferências Correntes	6.645.490,13	5.842.148,42
Demais Receitas Correntes	89.780,40	334.815,73
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	89.780,40	334.815,73
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	47.331.632,02	33.380.688,84
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	39,45
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	400.051,44	1.070.654,94
Operações de Crédito (VI)	400.051,44	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.070.654,94
Convênios	0,00	429.750,00
Outras Transferências de Capital	0,00	640.904,94
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	1.070.654,94
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	47.331.632,02	34.451.343,78
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	47.331.632,02	34.451.343,78

DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/ 2026**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	
						LIQUIDADOS	**PAGOS (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	38.205.138,33	27.101.007,38	26.946.054,17	26.066.004,22	399.353,59	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.964.937,88	16.028.336,12	16.028.335,82	15.733.693,16	207.948,84	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	95.040,00	25.584,86	25.584,86	25.584,86	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.145.160,45	11.047.086,40	10.892.133,49	10.306.726,20	191.404,75	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	38.110.098,33	27.075.422,52	26.920.469,31	26.040.419,36	399.353,59	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	11.162.061,90	7.385.105,55	6.847.531,57	6.741.345,92	152.725,56	887.341,80	887.341,77
Investimentos	10.879.629,61	7.284.457,80	6.747.329,50	6.641.143,85	152.725,56	887.341,80	887.341,77
Inversões Financeiras	23.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	23.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII) DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO	258.672,29	100.647,75	100.202,07	100.202,07	0,00	0,00	0,00
FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	10.903.389,61	7.284.457,80	6.747.329,50	6.641.143,85	152.725,56	887.341,80	887.341,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	94,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	49.013.582,76	34.359.880,32	33.667.798,81	32.681.563,21	552.079,15	887.341,80	887.341,77
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	49.013.582,76	34.359.880,32	33.667.798,81	32.681.563,21	552.079,15	887.341,80	887.341,77

ESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	330.359,65
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	330.359,65
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	821.043,24
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	44.371,50
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**1.107.031,39**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o bimestre/ 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	723.048,28	622.846,21
DEDUÇÕES (XL)	10.618.292,82	9.881.752,30
Disponibilidade de Caixa	10.618.292,82	9.881.752,30
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.751.270,63	11.545.959,83
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	757.954,35	1.192.110,83
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	375.023,46	472.096,70
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-9.895.244,54	-9.258.906,09
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	-636.338,45	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/ 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa	434.156,48	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-202.181,97	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**-978.853,71**	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.668.784,59	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.668.784,59	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:AC8D89BC

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RREO - RESULTADO PRIMARIO 4º BIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre 2026 RECEITAS REALIZADAS (a)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	47.828.552,98	34.201.692,63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.548.201,60	1.203.305,93
IPTU	136.004,40	9.928,59

ISS	150.519,60	107.736,84
ITBI	532.126,80	296.450,16
IRRF	707.864,40	740.303,67
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.686,40	48.886,67
Contribuições	71.083,44	34.261,92
Receita Patrimonial	496.920,96	821.003,79
Aplicações Financeiras (II)	496.920,96	821.003,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	45.622.566,58	31.808.305,26
Cota-Parte do FPM	18.068.547,82	11.974.861,79
Cota-Parte do ICMS	16.564.110,22	10.927.951,38
Cota-Parte do IPVA	355.320,00	211.215,41
Cota-Parte do ITR	420.266,88	66.126,26
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	164.177,28	173.412,74
Transferências do FUNDEB	3.404.654,25	2.612.589,26
Outras Transferências Correntes	6.645.490,13	5.842.148,42
Demais Receitas Correntes	89.780,40	334.815,73
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	89.780,40	334.815,73
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	47.331.632,02	33.380.688,84
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	39,45
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	400.051,44	1.070.654,94
Operações de Crédito (VI)	400.051,44	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.070.654,94
Convênios	0,00	429.750,00
Outras Transferências de Capital	0,00	640.904,94
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	1.070.654,94
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	47.331.632,02	34.451.343,78
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	47.331.632,02	34.451.343,78

DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/ 2026**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	
						LIQUIDADOS	**PAGOS (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	38.205.138,33	27.101.007,38	26.946.054,17	26.066.004,22	399.353,59	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.964.937,88	16.028.336,12	16.028.335,82	15.733.693,16	207.948,84	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	95.040,00	25.584,86	25.584,86	25.584,86	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.145.160,45	11.047.086,40	10.892.133,49	10.306.726,20	191.404,75	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	38.110.098,33	27.075.422,52	26.920.469,31	26.040.419,36	399.353,59	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	11.162.061,90	7.385.105,55	6.847.531,57	6.741.345,92	152.725,56	887.341,80	887.341,77
Investimentos	10.879.629,61	7.284.457,80	6.747.329,50	6.641.143,85	152.725,56	887.341,80	887.341,77
Inversões Financeiras	23.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	23.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	258.672,29	100.647,75	100.202,07	100.202,07	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO	10.903.389,61	7.284.457,80	6.747.329,50	6.641.143,85	152.725,56	887.341,80	887.341,77

FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	94,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	49.013.582,76	34.359.880,32	33.667.798,81	32.681.563,21	552.079,15	887.341,80	887.341,77
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	49.013.582,76	34.359.880,32	33.667.798,81	32.681.563,21	552.079,15	887.341,80	887.341,77
ESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							330.359,65
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa -(XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							330.359,65

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	821.043,24
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	44.371,50
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**1.107.031,39**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025	**Até o bimestre/ 2026**
	(a)	**(b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	723.048,28	622.846,21
DEDUÇÕES (XL)	10.618.292,82	9.881.752,30
Disponibilidade de Caixa	10.618.292,82	9.881.752,30
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.751.270,63	11.545.959,83
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	757.954,35	1.192.110,83
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	375.023,46	472.096,70
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-9.895.244,54	-9.258.906,09
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-636.338,45

AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/ 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa	434.156,48
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-202.181,97
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**-978.853,71**
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.668.784,59
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.668.784,59
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE MATO RICO	24/09/2026 - 17:16:10

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:DA9939FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS N° 002/2026

Contratante: FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 48.402.912/0001-16, com sede no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000, neste ato representado pela DIRETOR (A) GERAL INTERINO (A), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022.

Objeto: Contratação temporária de profissionais para o exercício das funções especificadas na tabela abaixo, conforme as condições estabelecidas no Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 002/2026.

Contratado(a):

MÉDICO (A) PEDIATRA						
NOME	**CPF**	**N° CONTRATO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**DATA ASSINATURA**	**VIGÊNCIA**
CASSIANO CUBAS MACHADO	039.XXX.399- XX	40/2026	08 HRS	R$ 6.163,20	23/09/2026	06 (seis) meses.

Vigência: O contrato terá vigência por prazo determinado de 06 (seis) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme Legislação Vigente.

Remuneração: A remuneração do emprego público de Médico (a) Pediatra corresponde a R$ 192,60 (cento e noventa e dois reais e sessenta centavos) por hora, com reajuste de 7% (sete por cento) a partir de outubro de 2026, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho.

Fundamento Legal: Contratação realizada com fundamento na legislação municipal vigente que autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público, bem como nas disposições e no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026.

MAYARA ARIADNE DE SOUZA

Diretor (a) Administrativo (a) e Financeiro (a)

Diretor (a) Geral – Interino (a)

Portaria n° 27/2025

Decreto n° 2963/2026

Publicado por:
Mayara Ariadne de Souza
Código Identificador:694DBDA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 64/2026**, **processo administrativo nº 4475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de mobiliário em geral e eletrodomésticos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: 58.345.126 MATHEUS SPOSITO LUCAS

CNPJ: 58.345.126/0001-88

LOTES: 9

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
9	1	GRADE DE PROTEÇÃO PARA CAMA INFANTIL, TELA COR BRANCO. ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR C/ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI. COR BRANCA. REVESTIDA COM TELA 100% POLIÉSTER. ESTRUTURA DOBRÁVEL. FÁCIL INSTALAÇÃO. SERVE PARA COLCHÕES DE 10 CM A 25 CM. FÁCIL DE LIMPAR. NÃO OCUPA ESPAÇO. PRÁTICA PARA TRANSPORTAR. MEDIDAS: 87 CM DE COMPRIMENTO, POR 41 CM DE ALTURA E O FERRO QUE FICA EMBAIXO DO COLCHÃO TEM 35 CM DE PROFUNDIDADE.	CONF TERM DE REF	UN	15	R$ 80,6300	R$ 1.209,45

Valor Total Homologado – R$ 1.209,45

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 As solicitações serão realizadas pelas Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma parcelada, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:

- Os itens que estão sendo solicitados e suas especificidades;

- Integridade dos itens;

- Local de entrega;

- Condições e Prazo para pagamento da nota.

- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

A empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira. Telefone para contato –

(42) 3909-5016.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.

3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.

3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:

E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com

Contato: (42) 99107-9616

Controladoria:

E-mail: controladoria@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5012

Educação:

E-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5050 (Educação)

Gestão Pública:

E-mail: adm@palmeira.pr.gov.br

Saúde:

E-mail: nafsaude1@gmail.com

Contato: (42) 99123-9881

Planejamento e Urbanismo:

E-mail: secretariadesenvolvimentourbano@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5007

Agricultura e Pecuária:

E-mail: agricultura@palmeira.pr.gov.br

Contato: 42 3909-5011 (somente WhatsApp)

IMASP:

E-mail: licitacao.imasp@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5125

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:

Carla Daiana de Souza Kavalkeviski

Giovana Leonel Vieira

Marlana Sanson

Michele Aparecida Batista

CRAS:

Daiane Maria Ribas Santo

Cristiane Hartmann

CEMID:

Daiane Maria Ribas Santos

Cristiane Hartmann

CREAS:

Patrícia Juscinski

Rosivalda Barros dos Santos

Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único

Letícia Correa

Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:

Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:

Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:

Cristina Rocha Mezzadri

Maria Eduarda Dziadzio

Educação:

Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;

Thiago Landarin Rodrigues – titular;

Cristiane Pereira – titular;

Esporte:

Titular: Ernesto Kindl Junior

Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:

Diego Rodrigues Camargo

Rafael Dzierva

Saúde:

Geovane Rocha de Souza – titular

Jordana Ferrando Trindade – titular

Isabely de Araujo – titular

Daiana Santana – suplente

Wilson Carlos Hass – titular

Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 01 de setembro de 2026.

PAOLA REGINA TURRA ALVES

Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 9

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 58.345.126 MATHEUS SPOSITO LUCAS	410	58.345.126/0001-88	80,63	80,63		Sim
2 DAC MOVEIS LTDA	364	56.101.450/0001-25	80,63	80,63	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:4466FEBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 64/2026**, **processo administrativo nº 4475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de mobiliário em geral e eletrodomésticos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA

CNPJ: 28.453.476/0001-05

LOTES: 11

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
11	1	COLCHÃO PARA BERÇO (70X130X10) - ESPUMA D18, IMPERMEÁVEL E COM TRATAMENTO ANTIALÉRGICO E ANTIÁCARO, PROTEÇÃO CONTRA FUNGOS E BACTÉRIAS. - PLACA DE ESPUMA 100% POLIURETANO D18, TECIDO 100% POLIÉSTER, LADO INFERIOR IMPERMEÁVEL. - ESTRUTURA INTERNA: ESPUMA D18 PRÓ ADITIVADA DE ALTA PERFORMANCE. - ESTRUTURA EXTERNA: TECIDO POLIÉSTER. - ATURA: 10 CM / LARGURA: 70 CM / PROFUNDIDADE: 130 CM. - SUPORTA ATÉ 40 KG POR PESSOA. - ESPUMA MACIA IDEAL PARA CONFORTO DO SEU BEBÊ OU CRIANÇA.	FA COL-CHOES	UN	55	R$ 105,0000	R$ 5.775,00

Valor Total Homologado – R$ 5.775,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 As solicitações serão realizadas pelas Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma parcelada, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:

- Os itens que estão sendo solicitados e suas especificidades;

- Integridade dos itens;

- Local de entrega;

- Condições e Prazo para pagamento da nota.

- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

A empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira. Telefone para contato –

(42) 3909-5016.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.

3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.

3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:

E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com

Contato: (42) 99107-9616

Controladoria:

E-mail: controladoria@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5012

Educação:

E-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5050 (Educação)

Gestão Pública:

E-mail: adm@palmeira.pr.gov.br

Saúde:

E-mail: nafsaude1@gmail.com

Contato: (42) 99123-9881

Planejamento e Urbanismo:

E-mail: secretariadesenvolvimentourbano@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5007

Agricultura e Pecuária:

E-mail: agricultura@palmeira.pr.gov.br

Contato: 42 3909-5011 (somente WhatsApp)

IMASP:

E-mail: licitacao.imasp@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5125

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:

Carla Daiana de Souza Kavalkeviski

Giovana Leonel Vieira

Marlana Sanson

Michele Aparecida Batista

CRAS:

Daiane Maria Ribas Santo

Cristiane Hartmann

CEMID:

Daiane Maria Ribas Santos

Cristiane Hartmann

CREAS:

Patrícia Juscinski

Rosivalda Barros dos Santos

Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único

Letícia Correa

Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:

Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:

Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:

Cristina Rocha Mezzadri

Maria Eduarda Dziadzio

Educação:

Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;

Thiago Landarin Rodrigues – titular;

Cristiane Pereira – titular;

Esporte:

Titular: Ernesto Kindl Junior

Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:

Diego Rodrigues Camargo

Rafael Dzierva

Saúde:

Geovane Rocha de Souza – titular

Jordana Ferrando Trindade – titular

Isabely de Araujo – titular

Daiana Santana – suplente

Wilson Carlos Hass – titular

Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 01 de setembro de 2026.

PAOLA REGINA TURRA ALVES

Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 11

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	659	28.453.476/0001-05	235,90	105,00		Sim
2 V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA	380	18.770.897/0001-06	235,92	128,00	21,90	Sim
3 DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA	472	49.641.888/0001-30	235,92	138,00	7,81	Sim
4 68.484.406 RENATO SILVA FARIAS	244	68.484.406/0001-20	235,00	140,00	1,45	Sim
5 ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE	943	19.336.532/0001-22	235,92	141,00	0,71	Sim
6 MRS ELETROMOVEIS LTDA	675	59.166.872/0001-77	235,68	179,00	26,95	Sim
7 LICITARE LICITAÇÃO LTDA	899	65.173.747/0001-97	235,92	180,00	0,56	Sim
8 BR SILVA LTDA	056	43.172.124/0001-67	235,90	232,00	28,89	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:27926C8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 64/2026**, **processo administrativo nº 4475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de mobiliário em geral e eletrodomésticos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA

CNPJ: 49.641.888/0001-30

LOTES: 10 e 18

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
10	1	BERÇO EVOLUTIVO 2 EM 1 COM GRADES PALITO EM MADEIRA MACIÇA, COR OFFWHITE/ MEL. COM DESIGN CLEAN E MODERNO. PINTURA ATÓXICA EM UV QUE PROTEGE A SAÚDE, E BORDAS EM LACA QUE AGREGAM UM TOQUE DE SOFISTICAÇÃO. OS PÉS, OS PALITOS DAS GRADES E O DETALHE SUPERIOR DA CABECEIRA SÃO FEITOS EM MADEIRA MACIÇA COM ACABAMENTO EM VERNIZ, GARANTINDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA. O BERÇO CONTA COM TRÊS NÍVEIS DE ALTURA DO ESTRADO, AJUSTÁVEIS CONFORME O CRESCIMENTO DO BEBÊ. ESTILO: CLÁSSICO. PESO (KG): 35.3. ALTURA (CM): 82. ACABAMENTO: PINTURA UV. LARGURA (CM): 75.4. BERÇO 3 EM 1. SUPORTA ATÉ 20 KG. PINTURA ATÓXICA. PROFUNDIDADE (CM): 133. ESTRADO FIXO. BRILHO SEMI-FOSCO. MATERIAL DOS PÉS: MADEIRA MACIÇA. MATERIAL PRINCIPAL: MDF. POSSUI PRATELEIRAS: NÃO. SAPATAS NIVELADORAS: NÃO. SISTEMA ANTI-REFLUXO: NÃO. MATERIAL DA CABECEIRA: MDF. TIPO DE GRADE DO BERÇO: FIXA. ACOMPANHA CAMA AUXILIAR: NÃO. ALTURA DO ESTRADO ATÉ O CHÃO: 39. TIPO DE MADEIRA MACIÇA DOS PÉS: PINUS. ESTRADO COM REGULAGEM DE ALTURA. ACOMPANHA SUPORTE PARA MOSQUITEIRO: NÃO. ESTRADO REGULÁVEL EM 3 POSIÇÕES. NÃO PERMITE A UTILIZAÇÃO DE CAMA AUXILIAR. FABRICANTE CASATEMA. COR DO PRODUTO: OFFWHITE/MEL. ITENS INCLUSOS: 1 BERÇO, 1 MANUAL DE MONTAGEM E 1 KIT FERRAGENS. COR PREDOMINANTE: BEGE LINHA. OPÇÕES DE ALTURA DO ESTRADO: 39 CM; 29 CM; 13 CM.	QMOVI	UN	55	R$ 599,4500	R$ 32.969,75
18	1	BALCÃO PARA COZINHA COM TAMPO DE MADEIRA 1,80 M: 4 PORTAS COM DOBRADIÇAS METÁLICAS; 1 PRATELEIRA INTERNA QUE SUPORTA 7 KG; 3 GAVETAS COM CORREDIÇA METÁLICA QUE SUPORTAM ATÉ 7 KG; ESTRUTURA QUE SUPORTA ATÉ 20 KG; FABRICADO EM MDP; PUXADORES DE PERFIL EM PLÁSTICO PVC; 6 PÉS DE APOIO DE 20 CM; ACABAMENTO TOUCH ALTO-RELEVO E ALTO BRILHO UV; MANUAL DE MONTAGEM INCLUSO; ALTURA:82 CM. LARGURA: 174 CM. PROFUNDIDADE: 53,5 CM. PESO 38 KG MEDIDAS DA GAVETAS: GAVETAS 1 E 2: 37,5 CM (LARGURA) X 14,7 CM (ALTURA) X 38 CM (PROFUNDIDADE) GAVETA 3: 37,5 CM (LARGURA) X 33,7 CM (ALTURA) X 38 CM (PROFUNDIDADE) MONTADO.	GEFLEX	UN	15	R$ 654,0000	R$ 9.810,00

Valor Total Homologado – R$ 42.779,75

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 As solicitações serão realizadas pelas Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma parcelada, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:

- Os itens que estão sendo solicitados e suas especificidades;

- Integridade dos itens;

- Local de entrega;

- Condições e Prazo para pagamento da nota.

- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

A empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira. Telefone para contato –

(42) 3909-5016.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.

3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.

3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:

E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com

Contato: (42) 99107-9616

Controladoria:

E-mail: controladoria@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5012

Educação:

E-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5050 (Educação)

Gestão Pública:

E-mail: adm@palmeira.pr.gov.br

Saúde:

E-mail: nafsaude1@gmail.com

Contato: (42) 99123-9881

Planejamento e Urbanismo:

E-mail: secretariadesenvolvimentourbano@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5007

Agricultura e Pecuária:

E-mail: agricultura@palmeira.pr.gov.br

Contato: 42 3909-5011 (somente WhatsApp)

IMASP:

E-mail: licitacao.imasp@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5125

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:

Carla Daiana de Souza Kavalkeviski

Giovana Leonel Vieira

Marlana Sanson

Michele Aparecida Batista

CRAS:

Daiane Maria Ribas Santo

Cristiane Hartmann

CEMID:

Daiane Maria Ribas Santos

Cristiane Hartmann

CREAS:

Patrícia Juscinski

Rosivalda Barros dos Santos

Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único

Letícia Correa

Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:

Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:

Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:

Cristina Rocha Mezzadri

Maria Eduarda Dziadzio

Educação:

Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;

Thiago Landarin Rodrigues – titular;

Cristiane Pereira – titular;

Esporte:

Titular: Ernesto Kindl Junior

Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:

Diego Rodrigues Camargo

Rafael Dzierva

Saúde:

Geovane Rocha de Souza – titular

Jordana Ferrando Trindade – titular

Isabely de Araujo – titular

Daiana Santana – suplente

Wilson Carlos Hass – titular

Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 01 de setembro de 2026.

_____

Paola Regina Turra Alves

Fiscal de contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:9E55E7B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 64/2026**, **processo administrativo nº 4475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de mobiliário em geral e eletrodomésticos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: MRS ELETROMOVEIS LTDA

CNPJ: 59.166.872/0001-77

LOTES: 4, 5, 6, 7, 8, 12 e 14.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
4	1	MESA MADEIRA IMBUIA, MEDINDO 3,05 M DE COMPRIMENTO X 90 CM DE LARGURA X 80 CM DE ALTURA.	MADEC	UN	7	R$ 3.184,00	R$ 22.288,00
5	1	CADEIRAS PARA COZINHA, TUBULAR, ALTURA 95 CM, LARGURA DO ASSENTO 40 CM, ESPESSURA DO ASSENTO1,5 CM, PROFUNDIDADE DA CADEIRA 42 CM, PESO MÁXIMO 120 KG. LARGURA DA CADEIRA 40 CM, ALTURA DO ASSENTO A PARTIR DO SOLO 46 CM. DESNHO DO TECIDO: FLORAL. COR DA ESTRUTURA DA CADEIRA: BRANCA.	QUALITY	UN	85	R$ 117,0000	R$ 9.945,00
6	1	RACK PARA SALA ALTURA 74 CM, LARGURA 1,80 CM, PROFUNDIDADE 39,5 CM. PESO 37,5. MATERIAL MDF, COM PORTAS COR DE IMBUIA.	DJ	UN	5	R$ 474,0000	R$ 2.370,00
7	1	PAINEL PARA TV 50 POLEGADAS. PINTURA LAQUEADA COM BRILHO, ALTURA 90 CM, 1,25 LARGURA.	NOTA-VEL	UN	9	R$ 446,0000	R$ 4.014,00

		COM PRATELEIRA. COR DE IMBUIA					
8	1	TELEVISÃO SMART TV 50”. - 50” - 50 POLEGADAS - TELA LED PLANA 50” (127 CM) 4K UHD (3840 X 2160) - PROCESSADOR DE IMAGEM: PIXEL PRECISE UHD - HDR: HDR10+ - FREQUÊNCIA: 60 HZ - CONTRASTE: 1:200.000 - BRILHO 230 NITS - ÂNGULO DE VISÃO: 178° - TEMPO DE RESPOSTA: < 8MS - POTÊNCIA DE ÁUDIO RMS: 20 W COM DOLBY - SISTEMA OPERACIONAL: TITAN OS - CONECTIVIDADE: WI-FI DUAL BAND, BLUETOOTH, 3 HDMI, 2 USB, ETHERNET RJ-45, 1 RF, 1 SPDIF - COMPATÍVEL COM ALEXA, APPLE AIRPLAY E HOME - RECURSOS GAMERS: VRR, ALLM, GAMEBAR, CLOUD GAMING (BLACKNUT) WI-FI INTEGRADO STREAMINGS DISPONÍVEIS: AMAZON PRIME VÍDEO – DISNEY+ – HBO – NETFLIX – STAR+ – YOUTUBE – GLOBOPLAY. TECNOLOGIA DA TELA: LED TIMER ON/TIMER OFF TELA PLANA, ESTÉREO, RESOLUÇÃO ULTRA HD 4K. COM FUNÇÃO SAP. SISTEMA OPERACIONAL: TITAN OS TAXA DE ATUALIZAÇÃO (HZ): 60 HZ COM CONTROLE REMOTO.	HQ	UN	20	R$ 1.984,00	R$ 39.680,00
12	1	TRELICHE WOODSTORE COM 3 CAMAS DE SOLTEIRO – BELICHE COM 2 CAMAS DE SOLTEIRO E CAMA AUXILIAR COM GAVETAS. CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS: 3 CAMAS EM 1 MÓVEL: 1 BELICHE COM 2 CAMAS DE SOLTEIRO + 1 CAMA AUXILIAR DE SOLTEIRO COM GAVETAS. ESTRUTURA ROBUSTA: FABRICADA EM MADEIRA MACIÇA DE PINUS COMBINADO COM MDF REFORÇADO DE 2,2 CM, GARANTINDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. ACABAMENTO DE ALTA QUALIDADE: PINTURA EM LACA FOSCA DISPONÍVEIS NAS CORES BRANCO, CASTANHO OU MEL, QUE DESTACA OS VEIOS NATURAIS DA MADEIRA. CAMA AUXILIAR PRÁTICA: COM RODÍZIOS PARA FÁCIL MOVIMENTAÇÃO E GAVETAS AMPLAS PARA ARMAZENAGEM DE ROUPAS, BRINQUEDOS E OUTROS ITENS. SEGURANÇA E CONFORTO: A CAMA SUPERIOR POSSUI GRADES DE PROTEÇÃO. CAPACIDADE DE PESO: CADA CAMA SUPORTA ATÉ 120 KG. IDEAL PARA OTIMIZAR O ESPAÇO: PERFEITA PARA QUARTOS COMPACTOS OU PARA QUEM PRECISA DE MAIS CAMAS. DIMENSÕES: TRELICHE COM BELICHE DE 2 CAMAS DE SOLTEIRO: 204 CM (COMPRIMENTO) X 170 CM (ALTURA) X 97 CM (LARGURA). CAMA AUXILIAR DE SOLTEIRO COM GAVETAS: 188 CM (COMPRIMENTO) X 30 CM (ALTURA) X 88 CM (LARGURA). ALTURA ENTRE AS CAMAS: 70 CM. DIMENSÕES COM CAMA AUXILIAR ABERTA: 200 CM.	MADEC	UN	7	R$ 1.284,00	R$ 8.988,00
14	1	ARMÁRIO COM PIA PARA COZINHA BALCÃO DE PIA 120 CM CINZA FOSCO – AJL - DESENVOLVIDO 100% EM MDP - PINTURA NA COR CINZA - ACABAMENTO U.V FOSCO - 3 PORTAS – 1 GAVETA -1 PRATELEIRA INTERNA - DOBRADIÇAS EM AÇO - PUXADORES EMBUTIDOS - PÉS EM PVC COM REGULAGEM DE ALTURA - NÃO ACOMPANHA TAMPO - NÃO ACOMPANHA CUBA PARA PIA DIMENSÕES: ALTURA: 80 CM LARGURA: 120 CM PROFUNDIDADE: 51 CM COZINHA CINZA FOSCO – AJL - DESENVOLVIDO 100% EM MDP - ACABAMENTO EM PINTURA NA COR CINZA FOSCO - POSSUI 9 PORTAS COM DOBRADIÇAS METÁLICAS - 12 PRATELEIRAS - 1 GAVETA COM CORREDIÇAS METÁLICAS - NICHO COM 4 REPARTIÇÕES - PUXADORES EM PLÁSTICO NA COR PRATA -KIT 9 PÉS EM PVC NA COR PRATA - AMPLO ESPAÇO INTERNO - LINDO DESIGN DIMENSÕES: ALTURA:202 CM LARGURA: 230 CM PROFUNDIDADE: 27 CM	INDEKES	UN	5	R$ 1.984,00	R$ 9.920,00

Valor Total Homologado – R$97.205,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 As solicitações serão realizadas pelas Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma parcelada, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:

- Os itens que estão sendo solicitados e suas especificidades;

- Integridade dos itens;

- Local de entrega;

- Condições e Prazo para pagamento da nota.

- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

A empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira. Telefone para contato –

(42) 3909-5016.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.

3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.

3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:

E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com

Contato: (42) 99107-9616

Controladoria:

E-mail: controladoria@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5012

Educação:

E-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5050 (Educação)

Gestão Pública:

E-mail: adm@palmeira.pr.gov.br

Saúde:

E-mail: nafsaude1@gmail.com

Contato: (42) 99123-9881

Planejamento e Urbanismo:

E-mail: secretariadesenvolvimentourbano@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5007

Agricultura e Pecuária:

E-mail: agricultura@palmeira.pr.gov.br

Contato: 42 3909-5011 (somente WhatsApp)

IMASP:

E-mail: licitacao.imasp@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5125

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:

Carla Daiana de Souza Kavalkeviski

Giovana Leonel Vieira

Marlana Sanson

Michele Aparecida Batista

CRAS:

Daiane Maria Ribas Santo

Cristiane Hartmann

CEMID:

Daiane Maria Ribas Santos

Cristiane Hartmann

CREAS:

Patrícia Juscinski

Rosivalda Barros dos Santos

Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único

Letícia Correa

Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:

Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:

Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:

Cristina Rocha Mezzadri

Maria Eduarda Dziadzio

Educação:

Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;

Thiago Landarin Rodrigues – titular;

Cristiane Pereira – titular;

Esporte:

Titular: Ernesto Kindl Junior

Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:

Diego Rodrigues Camargo

Rafael Dzierva

Saúde:

Geovane Rocha de Souza – titular

Jordana Ferrando Trindade – titular

Isabely de Araujo – titular

Daiana Santana – suplente

Wilson Carlos Hass – titular

Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 01 de setembro de 2026.

PAOLA REGINA TURRA ALVES

Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 4

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	659	28.453.476/0001-05	235,90	105,00		Sim
2 V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA	380	18.770.897/0001-06	235,92	128,00	21,90	Sim

LOTE 5

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MRS ELETROMOVEIS LTDA	725	59.166.872/0001-77	142,88	117,00		Sim
2 DAC MOVEIS LTDA	555	56.101.450/0001-25	143,02	130,00	11,11	Sim

LOTE 6

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MRS ELETROMOVEIS LTDA	767	59.166.872/0001-77	580,66	474,00		Sim
2 EMGESA EMPRESA DE	717	32.005.178/0001-11	581,00	581,00	22,57	Sim
3 DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA	075	49.641.888/0001-30	581,24	581,24	0,04	Sim

LOTE 7

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MRS ELETROMOVEIS LTDA	938	59.166.872/0001-77	475,66	446,00		Sim
2 DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA	786	49.641.888/0001-30	476,14	476,14	6,76	Sim

LOTE 8

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MRS ELETROMOVEIS LTDA	233	59.166.872/0001-77	2.237,76	1.984,00		Sim
2 ROCI DO CARMO CARDOSO	480	50.124.605/0001-62	2.240,00	2.000,00	0,81	Sim
3 COMERCIO NOVO RUMO LTDA	393	23.964.820/0001-07	2.230,00	2.034,00	1,70	Sim
4 DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	022	18.861.730/0001-42	2.240,00	2.096,99	3,10	Sim
5 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	978	39.581.101/0001-39	2.240,00	2.097,00	0,00	Sim
6 CHM CONSULTORIA DE TECNOLOGIA	638	13.976.189/0001-02	2.200,00	2.098,00	0,05	Sim
7 DANTAS REPRESENTACOES,	032	57.990.512/0001-60	2.239,00	2.239,00	6,72	Sim
8 MICRON INFORMATICA LTDA	663	39.791.096/0001-99	2.240,00	2.240,00	0,04	Sim
9 PANCHESKI & VOINASKI LTDA	293	50.198.461/0001-99	2.240,00	2.240,00	0,00	Sim

LOTE 12

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MRS ELETROMOVEIS LTDA	658	59.166.872/0001-77	1.645,88	1.284,00		Sim
2 DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA	936	49.641.888/0001-30	1647,53	1647,53	28,31	Sim

LOTE 14

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MRS ELETROMOVEIS LTDA	331	59.166.872/0001-77	2.212,79	1.984,00		Sim
2 DAC MOVEIS LTDA	956	56.101.450/0001-25	2.215,00	1.990,00	0,30	Sim
3 DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA	762	49.641.888/0001-30	2.215,00	2.215,00	11,31	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:AADF91AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 64/2026**, **processo administrativo nº 4475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de mobiliário em geral e eletrodomésticos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: PANCHESKI & VOINASKI LTDA

CNPJ: 50.198.461/0001-99

LOTES: 2

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
2	1	VENTILADOR 110, DE COLUNA, COM MANUAL DE INSTRUÇÃO. FREQUÊNCIA 60HZ. QUANTIDADE PÁS: 6. MATERIAL DAS PÁS: PLÁSTICO. COR PRETO. AJUSTES DIFERENTES DE ALTURA, 3 VELOCIDADES, POTÊNCIA 52 W. GRADE REMOVÍVEL, MOTOR TURBO. DIMENSÃO DO PRODUTO: COMPRIMENTO 40 CM, LARGURA 40 CM E ALTURA 116 CM	VEN-TISOL	Un	165	R$ 135,0000	R$ 22.275,00

Valor Total Homologado – R$22.275,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 As solicitações serão realizadas pelas Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma parcelada, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:

- Os itens que estão sendo solicitados e suas especificidades;

- Integridade dos itens;

- Local de entrega;

- Condições e Prazo para pagamento da nota.

- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

A empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira. Telefone para contato –

(42) 3909-5016.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.

3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.

3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:

E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com

Contato: (42) 99107-9616

Controladoria:

E-mail: controladoria@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5012

Educação:

E-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5050 (Educação)

Gestão Pública:

E-mail: adm@palmeira.pr.gov.br

Saúde:

E-mail: nafsaude1@gmail.com

Contato: (42) 99123-9881

Planejamento e Urbanismo:

E-mail: secretariadesenvolvimentourbano@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5007

Agricultura e Pecuária:

E-mail: agricultura@palmeira.pr.gov.br

Contato: 42 3909-5011 (somente WhatsApp)

IMASP:

E-mail: licitacao.imasp@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5125

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:

Carla Daiana de Souza Kavalkeviski

Giovana Leonel Vieira

Marlana Sanson

Michele Aparecida Batista

CRAS:

Daiane Maria Ribas Santo

Cristiane Hartmann

CEMID:

Daiane Maria Ribas Santos

Cristiane Hartmann

CREAS:

Patrícia Juscinski

Rosivalda Barros dos Santos

Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único

Letícia Correa

Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:

Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:

Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:

Cristina Rocha Mezzadri

Maria Eduarda Dziadzio

Educação:

Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;

Thiago Landarin Rodrigues – titular;

Cristiane Pereira – titular;

Esporte:

Titular: Ernesto Kindl Junior

Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:

Diego Rodrigues Camargo

Rafael Dzierva

Saúde:

Geovane Rocha de Souza – titular

Jordana Ferrando Trindade – titular

Isabely de Araujo – titular

Daiana Santana – suplente

Wilson Carlos Hass – titular

Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 01 de setembro de 2026.

PAOLA REGINA TURRA ALVES

Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PANCHESKI & VOINASKI LTDA	921	50.198.461/0001-99	228,00	135,00		Sim
2 EGIDE COMERCIO DE VESTUARIO E	339	02.309.765/0001-33	228,10	139,78	3,54	Sim
3 ROCI DO CARMO CARDOSO	819	50.124.605/0001-62	228,10	166,30	18,97	Sim
4 62628807 JOAO PAULO DE JESUS DOS	511	62.628.807/0001-20	228,10	184,86	11,16	Sim
5 EXCELÊNCIA LICITAÇÕES LTDA	710	57.222.097/0001-02	228,10	185,00	0,08	Sim
6 INFANTARIA COMERCIAL LTDA	924	20.795.155/0001-79	228,10	188,57	1,93	Sim
7 BAUER COMERCIO E LICITACOES LTDA	031	45.740.175/0001-73	228,10	195,52	3,69	Sim
8 FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	613	20.481.118/0001-96	228,10	195,53	0,01	Sim
9 MRS ELETROMOVEIS LTDA	591	59.166.872/0001-77	227,87	196,00	0,24	Sim
10 53.419.369 VANESCA SILVA BATISTA	104	53.419.369/0001-08	228,10	201,00	2,55	Sim
11 ROKA ASSISTANCE COMERCIO E	654	22.665.775/0001-19	228,00	227,99	13,43	Sim
12 JM LICITACOES LTDA	161	67.288.646/0001-97	228,00	228,00	0,00	Sim
13 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	942	28.453.476/0001-05	228,00	228,00	0,00	Sim
14 CASA MIX LTDA	704	37.429.301/0001-45	228,00	228,00	0,00	Sim
15 EMGESA EMPRESA DE	432	32.005.178/0001-11	228,00	228,00	0,00	Sim
16 LINCE SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS	147	49.316.260/0001-60	228,05	228,05	0,02	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:2A2B9DA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 64/2026**, **processo administrativo nº 4475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de mobiliário em geral e eletrodomésticos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: V A OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 18.770.897/0001-06

LOTES: 15

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
15	1	TAMPO DE PIA EM AÇO INOX MEDINDO 1,20 DE COMPRIMENTO, PESO 3,95 KG, PROFUNDIDADE 52,50, PROFUNDIDADE DA CUBA 13, ALTURA 13 CM, INOX POLIDO, BORDAS ELEVADAS, FURO DA	PIANOX	UN	30	R$ 224,00	R$ 6.720,00

Valor Total Homologado – R$6.720,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 As solicitações serão realizadas pelas Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma parcelada, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:

- Os itens que estão sendo solicitados e suas especificidades;

- Integridade dos itens;

- Local de entrega;

- Condições e Prazo para pagamento da nota.

- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

A empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira. Telefone para contato –

(42) 3909-5016.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.

3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.

3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:

E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com

Contato: (42) 99107-9616

Controladoria:

E-mail: controladoria@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5012

Educação:

E-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5050 (Educação)

Gestão Pública:

E-mail: adm@palmeira.pr.gov.br

Saúde:

E-mail: nafsaude1@gmail.com

Contato: (42) 99123-9881

Planejamento e Urbanismo:

E-mail: secretariadesenvolvimentourbano@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5007

Agricultura e Pecuária:

E-mail: agricultura@palmeira.pr.gov.br

Contato: 42 3909-5011 (somente WhatsApp)

IMASP:

E-mail: licitacao.imasp@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5125

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:

Carla Daiana de Souza Kavalkeviski

Giovana Leonel Vieira

Marlana Sanson

Michele Aparecida Batista

CRAS:

Daiane Maria Ribas Santo

Cristiane Hartmann

CEMID:

Daiane Maria Ribas Santos

Cristiane Hartmann

CREAS:

Patrícia Juscinski

Rosivalda Barros dos Santos

Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único

Letícia Correa

Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:

Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:

Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:

Cristina Rocha Mezzadri

Maria Eduarda Dziadzio

Educação:

Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;

Thiago Landarin Rodrigues – titular;

Cristiane Pereira – titular;

Esporte:

Titular: Ernesto Kindl Junior

Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:

Diego Rodrigues Camargo

Rafael Dzierva

Saúde:

Geovane Rocha de Souza – titular

Jordana Ferrando Trindade – titular

Isabely de Araujo – titular

Daiana Santana – suplente

Wilson Carlos Hass – titular

Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 01 de setembro de 2026.

PAOLA REGINA TURRA ALVES

Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 15

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA	147	18.770.897/0001-06	299,90	224,00		Sim
2 MRS ELETROMOVEIS LTDA	983	59.166.872/0001-77	299,60	248,00	10,71	Sim
3 DAC MOVEIS LTDA	267	56.101.450/0001-25	299,00	280,00	12,90	Sim
4 C H BARBOSA MATERIAIS DE	739	50.034.926/0001-76	299,80	299,80	7,07	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:358558F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 64/2026**, **processo administrativo nº 4475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de mobiliário em geral e eletrodomésticos.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ROCI DO CARMO CARDOSO

CNPJ: 50.124.605/0001-62

LOTES: 1, 3 e 16.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	1	MICROONDAS 34 LITROS POTÊNCIA DE 1.400W. DIMENSÕES: 53,8 CM DE LARGURA, 30 CM DE ALTURA E 43,3 CM DE PROFUNDIDADE. COM BLOQUEIO DE SEGURANÇA.	Britania	UN	34	R$ 630,00	R$ 21.420,00
3	1	AQUECEDOR 2 EM 1, 1500 W, AB 110 W. PROTEÇÃO DE SUPERAQUECIMENTO. TEMPERATURA AJUSTÁVEL. FATOR DE FORMA PRATO. 3 NÍVEIS DE POTÊNCIA. LUZ VERMELHA DE FUNCIONAMENTO, ALÇAS PARA TRANSPORTAR, SISTEMA DE ARTICULAÇÃO	Britania	UN	80	R$ 105,00	R$ 8.400,00
16	1	FRITADEIRA ELÉTRICA TEMPERATURA MÁXIMA (°C): 200 CONSUMO DE ENERGIA (KW/H): 1,5 CAPACIDADE (LITROS): 3,5 POTÊNCIA (W): 1500 COR: PRETO TENSÃO/VOLTAGEM: 110 V CONTEÚDO DA EMBALAGEM - 1 FRITADEIRA ELÉTRICA SEM ÓLEO AIR FRYER - 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES	Britania	UN	12	R$ 229,00	R$ 2.748,00

Valor Total Homologado – R$32.568,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 As solicitações serão realizadas pelas Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma parcelada, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:

- Os itens que estão sendo solicitados e suas especificidades;

- Integridade dos itens;

- Local de entrega;

- Condições e Prazo para pagamento da nota.

- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

A empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira. Telefone para contato –

(42) 3909-5016.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.

3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.

3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:

E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com

Contato: (42) 99107-9616

Controladoria:

E-mail: controladoria@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5012

Educação:

E-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5050 (Educação)

Gestão Pública:

E-mail: adm@palmeira.pr.gov.br

Saúde:

E-mail: nafsaude1@gmail.com

Contato: (42) 99123-9881

Planejamento e Urbanismo:

E-mail: secretariadesenvolvimentourbano@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5007

Agricultura e Pecuária:

E-mail: agricultura@palmeira.pr.gov.br

Contato: 42 3909-5011 (somente WhatsApp)

IMASP:

E-mail: licitacao.imasp@palmeira.pr.gov.br

Contato: (42) 3909-5125

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:

Carla Daiana de Souza Kavalkeviski

Giovana Leonel Vieira

Marlana Sanson

Michele Aparecida Batista

CRAS:

Daiane Maria Ribas Santo

Cristiane Hartmann

CEMID:

Daiane Maria Ribas Santos

Cristiane Hartmann

CREAS:

Patrícia Juscinski

Rosivalda Barros dos Santos

Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único

Letícia Correa

Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:

Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:

Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:

Cristina Rocha Mezzadri

Maria Eduarda Dziadzio

Educação:

Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;

Thiago Landarin Rodrigues – titular;

Cristiane Pereira – titular;

Esporte:

Titular: Ernesto Kindl Junior

Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:

Diego Rodrigues Camargo

Rafael Dzierva

Saúde:

Geovane Rocha de Souza – titular

Jordana Ferrando Trindade – titular

Isabely de Araujo – titular

Daiana Santana – suplente

Wilson Carlos Hass – titular

Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 01 de setembro de 2026.

PAOLA REGINA TURRA ALVES

Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ROCI DO CARMO CARDOSO	221	50.124.605/0001-62	729,00	630,00		Sim
2 62628807 JOAO PAULO DE JESUS DOS	535	62.628.807/0001-20	729,00	655,50	4,05	Sim
3 AR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS	139	18.710.690/0001-38	728,00	662,00	0,99	Sim
4 CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	714	42.753.718/0001-07	729,00	667,86	0,89	Sim
5 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	500	28.453.476/0001-05	729,00	673,45	0,84	Sim
6 FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	697	20.481.118/0001-96	729,00	709,00	5,28	Sim
7 PHM COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA	958	35.794.003/0001-29	720,00	715,00	0,85	Sim
8 A. J. T. F. LTDA	317	62.231.351/0001-60	729,00	722,00	0,98	Sim
9 MICRON INFORMATICA LTDA	152	39.791.096/0001-99	725,00	725,00	0,42	Sim
10 PANCHESKI & VOINASKI LTDA	163	50.198.461/0001-99	729,00	729,00	0,55	Sim
11 INCOTECH COMPANY LTDA ME	258	22.816.315/0001-44	729,00	729,00	0,00	Sim

LOTE 3

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ROCI DO CARMO CARDOSO	537	50.124.605/0001-62	142,40	105,00		Sim
2 V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA	049	18.770.897/0001-06	142,40	122,00	16,19	Sim
3 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	178	28.453.476/0001-05	142,30	141,88	16,30	Sim
4 EMGESA EMPRESA DE	314	32.005.178/0001-11	142,00	142,00	0,08	Sim
5 JM LICITACOES LTDA	164	67.288.646/0001-97	142,00	142,00	0,00	Sim

LOTE 16

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ROCI DO CARMO CARDOSO	288	50.124.605/0001-62	299,90	229,00		Sim
2 DIGIPLUS TECNOLOGIA EIRELI EPP	486	00.478.911/0001-29	299,90	279,32	21,97	Sim
3 62628807 JOAO PAULO DE JESUS DOS	536	62.628.807/0001-20	299,90	297,99	6,68	Sim
4 EMGESA EMPRESA DE	479	32.005.178/0001-11	299,80	299,80	0,61	Sim
5 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	597	28.453.476/0001-05	299,80	299,80	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:237AA72F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 22/2026

CRECENDIAMENTO Nº10/2026

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 22/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 103/2026

CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIROS(AS) E TÉCNICOS(AS) DE ENFERMAGEM, PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE PLANTÃO DE 12 (DOZE) HORAS, ESCALA 12X36, COM EVENTUAL REMUNERAÇÃO DE HORA DE PLANTÃO EXTRAORDINÁRIA QUANDO HOUVER EXTRAPOLAÇÃO DO HORÁRIO REGULAR DE PLANTÃO, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES ASSISTENCIAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITAL, ESPECIALMENTE DO PRONTO-SOCORRO MUNICIPAL, MEDIANTE CONVOCAÇÃO CONFORME A DEMANDA DAS ESCALAS.

VALOR R$ 298.352,10 (Duzentos e noventa e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dez centavos)

CREDENCIADAS:

Nº	Nome	CNPJ
01	JOSILDA DE OLIVEIRA	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
02	LORENI DE ALMEIDA SANTOS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
03	JAQUELINE VITORIO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
04	MARCIA CAMARGO DOS SANTOS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
05	EDICARLA MATULLE	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
06	ZELI ALVES DE SOUZA	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
07	DAIANE FRANCIELI DE LIMA	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
08	KEILISTIANE CAMARGO MONTERIRO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
09	MARCILÉIA DA CRUZ	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
10	AMANDA JULIANA RICKEN	ENFERMEIRA
11	SABRINA MIKAELY SILVA NUNES	ENFERMEIRA
12	DEBORA PRISCILA DE SANTANA	ENFERMEIRA
13	MARIA VITORIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	ENFERMEIRA

PRAZO DE VIGÊNCIA: 180(Doze) Meses.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante apresentação das respectivas Notas Dotações.

Exercício	Conta	Funcional programática	Fonte	Natureza	Grupo da fonte
2026	3430	08.002.10.301.1001.2064	303	3.3.90.36.00.00	De Exercícios

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de **INEXIGIBILIDADE** tem fundamento no art. 74, Inciso IV, da Lei 14.133/2021, em razão de baixo valor, nos termos do Ofício da Secretaria responsável, bem como parecer jurídico, que embasam esse processo.

Palmital-PR, 10/09/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI

PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO

CHAMAMENTO 10/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 103/2026

CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIROS(AS) E TÉCNICOS(AS) DE ENFERMAGEM, PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE PLANTÃO DE 12 (DOZE) HORAS, ESCALA 12X36, COM EVENTUAL REMUNERAÇÃO DE HORA DE PLANTÃO EXTRAORDINÁRIA QUANDO HOUVER EXTRAPOLAÇÃO DO HORÁRIO REGULAR DE PLANTÃO, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES ASSISTENCIAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITAL, ESPECIALMENTE DO PRONTO-SOCORRO MUNICIPAL, MEDIANTE CONVOCAÇÃO CONFORME A DEMANDA DAS ESCALAS. Com fundamento nas informações constantes no Ofício da Secretaria Municipal de Saúde, ante as justificativas que se embasam no art. 74, Inciso IV, da Lei 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve **HOMOLOGAR** a **INEXIGIBILIDADE** de licitação **para a contratação supra supramencionada,** para a efetivação da presente **INEXIGIBILIDADE** levou-se em conta a necessidade de publicidade e transparência dos atos administrativos, visando o atendimento ao interesse público.

CREDENCIADAS:

Nº	Nome	CNPJ
01	JOSILDA DE OLIVEIRA	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
02	LORENI DE ALMEIDA SANTOS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
03	JAQUELINE VITORIO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
04	MARCIA CAMARGO DOS SANTOS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
05	EDICARLA MATULLE	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
06	ZELI ALVES DE SOUZA	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
07	DAIANE FRANCIELI DE LIMA	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
08	KEILISTIANE CAMARGO MONTERIRO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
09	MARCILÉIA DA CRUZ	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
10	AMANDA JULIANA RICKEN	ENFERMEIRA
11	SABRINA MIKAELY SILVA NUNES	ENFERMEIRA
12	DEBORA PRISCILA DE SANTANA	ENFERMEIRA
13	MARIA VITORIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	ENFERMEIRA

Edifício da Prefeitura Municipal de Palmital, 10/09/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026

CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIROS(AS) E TÉCNICOS(AS) DE ENFERMAGEM, PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE PLANTÃO DE 12 (DOZE) HORAS, ESCALA 12X36, COM EVENTUAL REMUNERAÇÃO DE HORA DE PLANTÃO EXTRAORDINÁRIA QUANDO HOUVER EXTRAPOLAÇÃO DO HORÁRIO REGULAR DE PLANTÃO, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES ASSISTENCIAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITAL, ESPECIALMENTE DO PRONTO-SOCORRO MUNICIPAL, MEDIANTE CONVOCAÇÃO CONFORME A DEMANDA DAS ESCALAS.

. A documentação referente ao PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 125/2025, **INEXIGIBILIDADE de Licitação n° 22/2026,** atende a todos os requisitos do Conforme art. 74, Inciso IV, da Lei 14.133/2021.

Com efeito, **RATIFICO** todas as formalidades legais e autorizo a INEXIGIBILIDADE de Licitação n°22/2026, para a contratação dos serviços supramencionados.

Nº	Nome	CNPJ
01	JOSILDA DE OLIVEIRA	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
02	LORENI DE ALMEIDA SANTOS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM

03	JAQUELINE VITORIO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
04	MARCIA CAMARGO DOS SANTOS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
05	EDICARLA MATULLE	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
06	ZELI ALVES DE SOUZA	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
07	DAIANE FRANCIELI DE LIMA	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
08	KEILISTIANE CAMARGO MONTERIRO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
09	MARCILÉIA DA CRUZ	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
10	AMANDA JULIANA RICKEN	ENFERMEIRA
11	SABRINA MIKAELY SILVA NUNES	ENFERMEIRA
12	DEBORA PRISCILA DE SANTANA	ENFERMEIRA
13	MARIA VITORIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	ENFERMEIRA

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais

Palmital-PR-10/09/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:6EB94468

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI 14133/2021

Município de Paranaguá – CNPJ nº. 76.017.458/0001-15

O Município de Paranaguá, através da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento de todos, que tem interesse na aquisição de **1(um) Gerador de Ozônio Medicinal e 2(dois) Equipamentos de Laser de Baixa Intensidade / Fotobiomodulação portáteis,** conforme descrição abaixo.

INICIO DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 28/09/2026 AS 00:h00m

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 30/09/2026 às 23:h59m

EM CASO DE EMPATE:

A fim de garantir isonomia e celeridade elencou-se os seguintes critérios de desempate:

1° critério: Envio de nova proposta até o final do 2° dia útil subsequente a data limite para apresentação de proposta inicial. Se ainda assim o empate persistir ou se nenhum novo envio ocorrer dentro do prazo, um segundo critério será utilizado:

2° critério: Benefício para ME/EPP, conforme estabelecido na lei 123/2006;

3° critério: Sorteio Público

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR UNI
1	DESCRITIVO TÉCNICO - GERADOR DE OZÔNIO MEDICINAL: Equipamento destinado à geração controlada de mistura oxigênio-ozônio para utilização em	1	

	ozonioterapia, apropriado para aplicação terapêutica adjuvante em feridas, conforme indicações e regulamentações aplicáveis. **1.** Equipamento novo, sem uso, destinado à produção de ozônio medicinal a partir de oxigênio medicinal, por sistema de geração tecnicamente apropriado para uso em saúde; **2.** Permitir controle e ajuste da concentração de ozônio produzido, compatível com protocolos assistenciais de ozonioterapia; **3.** Possuir sistema de controle que possibilite utilização segura e reprodutível das concentrações selecionadas; **4.** Ser compatível com as modalidades de aplicação em feridas autorizadas pela regulamentação vigente e pelo protocolo assistencial institucional; **5.** Possuir conexão/entrada apropriada para alimentação por fonte de oxigênio medicinal; **6.** Possuir saída para mistura oxigênio-ozônio compatível com acessórios próprios para aplicação terapêutica; **7.** Possuir sistema destinado a minimizar a exposição ocupacional e ambiental ao ozônio, incluindo sistema de destruição/catalisação do ozônio residual quando tecnicamente aplicável ao modelo ofertado; **8.** Possuir indicadores e/ou comandos que permitam operação e acompanhamento adequado dos parâmetros selecionados; **9.** Construção em materiais resistentes, adequados ao uso assistencial e à rotina de limpeza e desinfecção; **10.** Alimentação elétrica compatível com a rede elétrica da unidade ou sistema bivolt automático, quando aplicável; **11.** Acompanhar todos os cabos, conexões, mangueiras e demais acessórios indispensáveis ao funcionamento integral do equipamento; **12.** Acompanhar acessórios necessários para sua utilização na modalidade terapêutica pretendida, quando reutilizáveis; **13.** Possuir manual de operação e instruções de uso em língua portuguesa; **14.** Possuir identificação do fabricante, modelo e número de série; **15.** Possuir regularização sanitária vigente perante a Anvisa, devendo a licitante apresentar o número de registro/notificação aplicável ao equipamento ofertado; **16.** A indicação/finalidade de uso constante da regularização sanitária do equipamento deverá ser compatível com a finalidade clínica pretendida pela Administração; **17.** Atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis aos equipamentos eletromédicos, quando pertinentes à classificação do produto; **18.** Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo; **19.** Disponibilizar assistência técnica no território nacional durante o período de garantia; **20.** Prever instalação, teste de funcionamento e treinamento operacional inicial dos profissionais indicados pela Administração, sem ônus adicional, quando necessário; **21.** Fornecimento acompanhado da documentação técnica, sanitária e de garantia correspondente.		
2	DESCRITIVO TÉCNICO - EQUIPAMENTO DE LASER DE BAIXA INTENSIDADE / FOTOBIOMODULAÇÃO Equipamento portátil destinado à realização de laserterapia de baixa intensidade/fotobiomodulação, para utilização por profissionais legalmente habilitados, como recurso terapêutico adjuvante em processos de reparação tecidual e tratamento de feridas, conforme indicações constantes da regularização sanitária do produto. **1.** Equipamento novo, sem uso, de laser terapêutico de baixa intensidade, próprio para fotobiomodulação; **2.** Possuir emissor de laser vermelho com comprimento de onda nominal em torno de 660 nm, admitida variação tecnicamente compatível com a finalidade terapêutica; **3.** Poder disponibilizar adicionalmente emissor na faixa do infravermelho, desde que devidamente regularizado para a finalidade proposta, sem prejuízo do requisito essencial do emissor vermelho; **4.** Possuir potência óptica de saída compatível com aplicações de laserterapia de baixa intensidade e com as doses terapêuticas previstas em protocolos de fotobiomodulação; **5.** Permitir programação e/ou ajuste de energia e/ou densidade de energia, devendo ter capacidade para aplicação de doses na faixa de 3 a 6 J/cm², sem que essa faixa constitua limite máximo obrigatório do equipamento; **6.** Permitir aplicação pontual; **7.** Permitir operação em modo contínuo, admitindo-se equipamento que também disponha de modo pulsado; **8.** Possuir controle do tempo de aplicação; **9.** Possuir display ou interface que permita visualização dos principais parâmetros selecionados; **10.** Possuir aplicador/caneta ergonômico e apropriado para uso clínico;	2	

	11. Permitir higienização e desinfecção das superfícies externas e do aplicador conforme recomendações do fabricante; **12.** Possuir recursos de segurança para reduzir o risco de emissão acidental do laser; **13.** Possuir sinalização visual e/ou sonora de funcionamento e emissão; **14.** Acompanhar óculos de proteção compatíveis com os comprimentos de onda fornecidos, em quantidade mínima suficiente para operador e paciente; **15.** Acompanhar todos os acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento; **16.** Alimentação elétrica compatível com a rede local, preferencialmente bivolt automático 127/220 V, quando tecnicamente disponível; **17.** Possuir manual de operação e instruções de uso em língua portuguesa; **18.** Possuir identificação do fabricante, modelo e número de série; **19.** Possuir regularização sanitária vigente perante a Anvisa, devendo a licitante apresentar o número de registro/notificação aplicável ao equipamento ofertado; **20.** A indicação/finalidade de uso constante da regularização sanitária deverá ser compatível com a finalidade clínica pretendida pela Administração; **21.** Atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis aos equipamentos eletromédicos e equipamentos a laser, quando pertinentes à classificação do produto; **22.** Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo; **23.** Disponibilizar assistência técnica no território nacional durante o período de garantia; **24.** Prever instalação, teste de funcionamento e treinamento operacional inicial dos profissionais indicados pela Administração, sem ônus adicional, quando necessário; **25.** Fornecimento acompanhado da documentação técnica, sanitária e de garantia correspondente.		

OBS: ***A proposta deverá conter o timbre e identificação da empresa (razão social), CNPJ, responsável para contato, telefone e e-mail, validade da proposta, prazo de entrega. O envio da proposta deverá ser via e-mail em arquivo anexado (escaneado) e assinada.*** ***Preços Líquidos:*** ***Todas as despesas deverão ser incluídas no preço.***

E***n***dereço eletrônico para envio dos orçamentos: **compras.saude@paranagua.pr.gov.br**

Paranaguá, 24 de setembro de 2026.

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO

Secretário Municipal de Saúde

Decreto n.º 1.267/20225

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:B46CABBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO CP 01/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR	
Compras e Contratos	
Termo Homologação - Credenciamento	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	**Inexigibilidade Nº 1/2026**
	Processo Administrativo: 1/2026

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 210/2025.

Homologa

Nesta data a referida decisão constante do julgamento aplicada a credenciada para o objeto da Inexigibilidade nº. 1/2026, como segue:

Vencedores dos Itens						
11637 - VIVIANE BARBALHO VIANA - PD 4388/2026						
Lote: 1 - ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS NOS MUNICÍPIOS						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	ATENDIMENTOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS (CONSULTAS/PROCEDIMENTOS/TERAPIAS) NAS ESTRUTURAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	SERVIÇO		1	R$2.471.902,20	R$2.471.902,20
				Total do Fornecedor:		R$2.471.902,20
Dos recursos orçamentários:						
35 - 00.000.0000.33390395030000000000.00000000 - Serviços e procedimentos em saúde de média e alta complexidade						
EDIVAN GUERREIRO BARÃO						
Diretor Geral						
CIS/AMUNPAR						
Paranavaí, 24 de setembro de 2026.						

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:0F1F35E4

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 15 2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR

Compras e Contratos Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 25703 Ano - Minuta - Licitação: 2026 Número - Minuta - Licitação: 47 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2026 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 15/2026

Processo Administrativo: 45/2026

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 34/2026.

Homologa

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 15/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens						
104 - YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
95	ALGODÃO HIDRÓFILO: 100% PUROALGODÃO, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 50 GR	UNIDADE	FAROL algodão hidrófilo: 100% puroalgodão, embalagem p	50	R$3,67	R$183,50
111	HIDRATANTE CORPORAL PARA BEBÊ: FRASCO EM PLÁSTICO COMTAMPA ARTICULADA PARA FACILITAR A ABERTURA, HIPOALÊRGICO, EMBALAGEM COM 200ML	UNIDADE	BEBELOVE hidratante corporal para bebê: fras	30	R$10,37	R$311,10
137	CONDICIONADOR INFANTIL: DESENVOLVIDO PARA CONDICIONAR EDESEMBARAÇAR SUAVEMENTE OS CABELOS DO BEBÊ, QUE NÃO IRRITEOSOLHOS NEM A PELE, SEM ÁLCOOL, FRASCO COM 200 A 350 ML.	UNIDADE	BEBELOVE condicionador infantil: desenvolvido para c	50	R$10,83	R$541,50
320	ADESIVO (COLA) À BASE DE PVA DE 1 LITRO (COR BRANCA) COM ALTA FORÇA DE COLAGEM E FÁCIL APLICAÇÃO. COLAGENS DE ALTO DESEMPENHO, PRINCIPALMENTE DE ARTEFATOS DE MADEIRA, LAMINADOS PLÁSTICOS, PAPEL, PAPELÃO, ENTRE OUTROS.	LITRO	VONDER 1672001001 adesivo (cola) à base de pva de 1 litro (cor br	12	R$24,33	R$291,96
				Total do Fornecedor:		R$1.328,06
808 - EXPRESS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
5	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO - 100% STEVIA: INGREDIENTES: ÁGUA,EDULCORANTES NATURAIS GLICOSÍDEOS DE STEVIOL, CONSERVANTES:BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO, ACIDULANTE: ÁCIDOCÍTRICO. SEM ASPARTAME, SEM CICLAMATO, SEM SACARINA, SEMACESULFAME K.EMBALAGEM DE 80ML	UNIDADE	ADOCYL ADOCYL	15	R$9,95	R$149,25

9	ARROZ INTEGRAL: TIPO 1, LONGO FINO, CONSTITUÍDO DEGRÃOS INTEIROS, COM TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	NUTRIPAR NUTRIPAR	30	R$6,50	R$195,00
15	BEBIDA À BASE DE SOJA: BEBIDA À BASE DE SOJA - SABOR ORIGINAL, BEBIDA INDUSTRIALIZADA, SEM GLÚTEN,COM EXTRATODE SOJA, ÁGUA, MALTO DEXTRINA, SAL, VITAMINAS, MINERAIS, AROMATIZANTE, ESTABILIZANTE, ESTABILIZANTE GOMA GELANA, CITRATO DE SÓDIO, GOMA XANTANA, LECITINA DE SOJA E EDULCORANTE SULCRALOSE. EMBALAGEM DE 1LT	UNIDADE	PURITY PURITY	150	R$8,04	R$1.206,00
33	EXTRATO DE TOMATE: SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, SAL E AÇÚCAR.NÃO DEVENDO ESTAR ESTUFADA, COM ESPUMA OU VAZAMENTO.EMBALAGEM DE 350GR	UNIDADE	QUERO QUERO	200	R$4,67	R$934,00
59	ÓLEO DE SOJA: ÓLEO COMESTÍVEL - SOJA, OBTIDO DE ESPÉCIE VEGETAL, TIPO 1 DE GOMADO, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA EM LITROS. ÓLEO DE SOJA REFINADO TIPO 1, QUE SOFREU PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO COMO DE GOMAGEM, NEUTRALIZAÇÃO, CLARIFICAÇÃO E FRIGORIFICAÇÃO. EMBALAGENS PLÁSTICAS/PET. EMBALAGEM DE 900ML	UNIDADE	COAMO COAMO	200	R$7,00	R$1.400,00
60	OVOS DE GALINHA: OVO - DE GALINHA, BRANCO, MÉDIO, ISENTO DE SUJIDADES, FUNGOS E SUBSTÂNCIAS TÓXICAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. ISENTO DE TRINCOS E QUEBRADURAS NA CASCA. DE PRODUÇÃO RECENTE E EMBALADA EM CARTELAS DE 12 UNIDADES.	DUZIA	NAKAMURA NAKAMURA	220	R$8,50	R$1.870,00
64	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ: COMPOSTO DE ÁGUA GASEIFICADA, EXTRATO VEGETAL DE GUARANÁ, AROMA NATURA, BENZOATODE SÓDIO, ÁCIDO CÍTRICO, CORANTE: CARAMELO TIPO IV, E DULCORANTES ARTIFICIAIS, SACARINA SÓDICA E CICLAMATO DE SÓDIO. EMBALAGEM COM 2 LITROS.	UNIDADE	GAROTO GAROTO	120	R$7,00	R$840,00
68	SARDINHA ENLATADA EM ÓLEO: A EMBALAGEM NÃO DEVE ESTAR AMASSADA, ENFERRUJADA OU ESTUFADA, COM ESPUMA OU VAZAMENTO NA EMBALAGEM. EMBALAGEM DE 125GR	UNIDADE	NAUTIQUE NAUTIQUE	150	R$5,00	R$750,00
100	CREME INFANTIL PARA ASSADURAS: CREME PREVENTIVO PARAASSADURAS DE BEBÊS, COM VITAMINA A E VITAMINA E. TESTADO POR DERMATOLOGISTAS E RECOMENDADO POR PEDIATRAS. BISNAGA COM 60G	UNIDADE	BABYMED BABYMED	50	R$11,99	R$599,50
				Total do Fornecedor:		R$7.943,75

837 - ZENITH LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
98	CREME DENTAL: COM TEOR DE FLÚOR DE NO MÁXIMO 1500 PPM,BISNAGA PLÁSTICA COM 90GR	UNIDADE	ALG ALG	350	R$2,10	R$735,00
103	ESCOVA DENTAL ADULTO: COM CERDAS MACIA COM FORMATO ANATÔMICO, CONFECIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, COM CABOEM POLIPROPILENO, COM NO MÍNIMO 150MM DE COMPRIMENTO E COM LARGURA DA CABEÇA MEDINDO ENTRE 13 E 16MM. CERDAS MACIAS EMNYLON, POLIDAS E ARREDONDADAS NA COR NATURAL, DISPOSTAS EMQUATRO FILEIRAS DE TUFOS, RETAS, COM CANTOS ARREDONDADOS E CONTENDO NO MÍNIMO 32 TUFOS. EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXE DO FABRICANTE TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CORES VARIADAS	UNIDADE	ALG ALG	150	R$0,90	R$135,00
104	ESCOVA DENTAL INFANTIL:, CABEÇA PEQUENA E ARREDONDADA; CERDAS FIRMES E MACIAS; EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXE DO FABRICANTE TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. CORES VARIADAS	UNIDADE	ALG ALG	100	R$1,05	R$105,00
107	FIO DENTAL: PARA REMOÇÃO DE PLACA BACTERIANA INTERPROXIMAL,CONFECCIONADO EM NYLON RESISTENTE, LUBRIFICADO COM CERA NATURAL,LIVRE DE IMPUREZAS, EMBALAGEM COM CORTADOR METÁLICO EM AÇO INOXIDÁVEL, QUE CORTE O FIO SEM DESFIÁ-LO, EMBALADO EM ESTOJO INDIVIDUAL DE POLIPROPILENO COM 100M	UNIDADE	ALG ALG	60	R$1,99	R$119,40
				Total do Fornecedor:		R$1.094,40

840 - KARLA KAROLINE FONTES MENESES 06749199550

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
121	SHAMPOO PARA CABELOS ADULTOS: PARATODOS OS TIPOS DE CABELOS FEMININO E MASCULINO,EMBALAGEM COM 325ML	UNIDADE	VENEZA 325ML	200	R$6,10	R$1.220,00
122	SHAMPOO INFANTIL: DESENVOLVIDO PARA OS CABELOS DO BEBÊ, QUENÃO IRRITEOS OLHOS NEM A PELE, SEM ÁLCOOL, FRASCO COM 200 A 350ML.	UNIDADE	VENEZA KIDS 350ML	50	R$5,90	R$295,00
123	TALCO: COM 200G, ANTIALÉRGICO, ANTIMICROBIANO, DESCONTAMINADO. AÇÃO CONTRA O ATRITO E UMIDADE QUE PODEM CAUSAR ASSADURAS E IRRITAÇÕES. NÃO IRRITA A PELE.	UNIDADE	HALLEY 200G	50	R$10,20	R$510,00
124	TALCO P/ PÉS: ANTISSÉPTICO, USO ADULTO,FRAGRÂNCIA UNISSEX,EMBALAGEM COM 100GR	UNIDADE	HALLEY 100G	50	R$6,80	R$340,00
131	ESCOVA PARA LIMPEZA DE MAMADEIRAS E BICOS: CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, ATÓXICO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COM CERDAS MACIAS E FORMATO ADEQUADO PARA LIMPEZA INTERNA DE MAMADEIRAS E BICOS. POSSUIR CABO ERGONÔMICO PARA MELHOR MANUSEIO.	UNIDADE	CCA PLÁSTICO	30	R$9,80	R$294,00
136	CREME DE PENTEAR PARA CABELOS; USO ADULTO, SEM ENXAGUE, PARA CABELOS CACHEADOS, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS SEDA, ELSEVE E PANTENE, EMBALAGEM DE 300ML.	UNIDADE	WM DOYTH 300ML	100	R$5,95	R$595,00
138	PENTE PARA CABELOS CACHEADOS E CRESPOS, COM DENTES LARGOS, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM PONTAS ARREDONDADAS E ACABAMENTO UNIFORME, INDICADO PARA DESEMBARAÇAR E MODELAR CABELOS COM CURVATURAS DIVERSAS.	UNIDADE	SANTA CLARA PLÁSTICO	100	R$2,80	R$280,00
139	PORTA ESCOVA DE DENTE INDIVIDUAL ESTOJO, PORTÁTIL, CAPACIDADE PARA UMA ESCOVA DE DENTE - DIMENSÃO: 19,5 CM X 2 CM X 2,5CM. MATERIAL HIGIÊNICO E RESISTENTE, FABRICADO EM POLIPROPILENO (PP), CORES VARIADAS.	UNIDADE	IMPORT PLÁSTICO	100	R$3,45	R$345,00
166	SABONETEIRA: DE PLÁSTICO, CORES VARIADAS, COR A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	MAMITA PLÁSTICO	20	R$3,60	R$72,00
172	BICO DE MAMADEIRA, SILICONE, CONFECCIONADO EM MATERIAL ATÓXICO, LIVRE DE BPA, MACIO E RESISTENTE, ADEQUADO PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COMPATÍVEL COM MAMADEIRAS DE USO PADRÃO.	UNIDADE	MAMITA SILICONE	50	R$3,90	R$195,00
175	CHUPETA: BICO ORTODÔNTICO OU ANATÔMICO E DE SILICONE, LIVRE DE BPA, PARA CRIANÇAACIMA DE 6 MESES, CORES VARIADAS, COR A DEFINIR QUANDO DAAUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	MAMITA SILICONE	100	R$3,90	R$390,00
176	CHUPETA: BICO ORTODÔNTICO OU ANATÔMICO E DE SILICONE, LIVRE DE BPA, PARA CRIANÇA DE 0 A 6 MESES, CORES VARIADAS, COR A DEFINIR QUANDO DAAUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	MAMITA SILICONE	100	R$4,05	R$405,00
179	MAMADEIRA: DE PLÁSTICO, BICO DE SILICONE, LIVRE DE BPA, CAPACIDADE 120ML, NAS CORES AZUL E ROSA, COR A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	MAMITA 120ML	50	R$5,80	R$290,00
180	MAMADEIRA: DE PLÁSTICO, BICO DE SILICONE, LIVRE DE BPA, CAPACIDADE 240ML, NAS CORES AZUL E ROSA, COR A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	MAMITA 240ML	50	R$7,70	R$385,00
181	ESCOVA DENTAL INFANTIL PARA BEBÊS, COM CABEÇA PEQUENA, CERDAS ULTRAMACIAS DE NYLON COM PONTAS ARREDONDADAS, CABO ANATÔMICO DE FÁCIL MANUSEIO E MATERIAL ATÓXICO, LIVRE DE BPA. INDICADA PARA HIGIENE BUCAL DESDE OS PRIMEIROS DENTES. PRODUTO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	MEDFIO INFANTIL	30	R$1,40	R$42,00
186	LIXA PARA UNHAS DESCARTÁVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 13 CM DE COMPRIMENTO, COM DUPLA FACE, GRAMATURAS 100 E 180, INDICADA PARA DESBASTE E ACABAMENTO DAS UNHAS, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, DE BOA DURABILIDADE E ACABAMENTO UNIFORME, ISENTA DE DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PACOTE	SANTA CLARA DESCARTAVEL	30	R$10,90	R$327,00
187	PRESILHA PARA CABELO TIPO PIRANHA/ TRIDENTE, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM MECANISMO DE MOLA DE BOA FIXAÇÃO E DURABILIDADE, ACABAMENTO UNIFORME, ISENTA DE REBARBAS, TRINCAS OU DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS PEQUENO, MÉDIO, GRANDE E EM CORES VARIADAS. COR E TAMANHO A SEREM DEFINIDOS NA AUTORIZAÇÃO DO EMPENHO.	UNIDADE	SANTA CLARA PLÁSTICO	1.000	R$2,60	R$2.600,00
188	ELASTICO RABICO PARA CABELO, TIPO MEIA, XUXINHA, CORES VARIADAS.	UNIDADE	IMPORT 1.000 TIPO MEIA		R$0,90	R$900,00
				Total do Fornecedor:		R$9.485,00

944 - ÁGUIA COMERCIAL LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	AÇÚCAR CRISTAL, COLORAÇÃO BRANCA DE 1° QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 5 KG (CINCO QUILOS), COM TODAS AS INFORMAÇÕES PERTINENTES AO PRODUTO, PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE NOS PACOTES INDIVIDUAIS.	PACOTE	Doce Sucar	200	R$13,60	R$2.720,00

4	ACHOCOLATADO EM PÓ: MISTURA DE CACAU EM PÓ SOLÚVEL, AÇÚCAR, PODENDO CONTER LEITE, EXTRATO DE MALTE, COM NO MÍNIMO 7 VITAMINAS E FERRO. EMBALAGEM 400GR	UNIDADE	La Rend	200	R$4,10	R$820,00
11	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM: EM EMBALAGEM APROPRIADA DE VIDRO ESCURO, DEVE CONSTAR OS INGREDIENTES,DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE. EMBALAGEM DE 500ML	UNIDADE	RENATA	100	R$31,50	R$3.150,00
12	AZEITONA: CONSERVADAS EM ÁGUA E SAL DE COLORAÇÃO VERDE ESCURO, TAMANHOS MÉDIOS, SEM MANCHAS. EMBALAGEM 120G.	UNIDADE	atalaia	100	R$4,85	R$485,00
17	BISCOITO SALGADO CREAM CRACKER: BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSIÇÃO BÁSICA, AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, COM GLÚTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLÓGICO. TRADICIONAL. ISENTO DE GORDURA TRANS. EMBALAGEM DE 400GR	UNIDADE	RENATA	200	R$4,35	R$870,00
28	COLORÍFICO: EM PÓ FINO, HOMOGÊNEO, OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE ESPÉCIMES GENUÍNOS, GRÃOS SÃOS, LIMPOS, DESSECADOS E MOÍDOS, DE COLORAÇÃOVERMELHO INTENSO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO ESABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPÉCIE. EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	CATEMAR	10	R$4,80	R$48,00
30	CREME DE LEITE DO TIPO UHT: A EMBALAGEM TETRA PARK DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA COM 200GR	UNIDADE	LIDER	200	R$2,68	R$536,00
47	LEITE UHT INTEGRAL: LEITE LONGA VIDA-UHT INTEGRAL, TEOR DE MATÉRIA GORDA, COMPOSTO DE CARBOIDRATOS, PROTEÍNAS, GORDURAS TOTAIS E SATURADAS, GORDURAS TRANS, FIBRA ALIMENTAR, SÓDIO E CÁLCIO, RECIPIENTE HERMÉTICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 90 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM DE 1LT	UNIDADE	LIDER	800	R$5,60	R$4.480,00
57	MILHO PARA PIPOCA: EMBALAGEM: PACOTES DE PLÁSTICO ATÓXICO,CONTENDO ATÉ 500 G DO PRODUTO. LIVRE DE SUJIDADES ECONTAMINANTES, INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM DADOS DEINDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, DATA DE FABRICAÇÃO EVALIDADE. EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	CATEMAR	100	R$3,00	R$300,00
58	NOZ MOSCADA EM PÓ PACOTES DE 8 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE DATA DE VALIDADE NO MÍNIMO 06 MESES	UNIDADE	CATEMAR	100	R$2,35	R$235,00
63	QUEIJO RALADO DO TIPO PARMESÃO: NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS DE IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. A EMBALAGEM DEVE CONSTAR OS INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE. EMBALAGEM DE 50GR	UNIDADE	SELETI	100	R$2,85	R$285,00
65	REFRIGERANTE SABOR LIMÃO E LARANJA: ELABORADO COM ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SUCO NATURAL DE LIMÃO E LIMA ÁCIDA, ACIDULANTE, CONSERVADOR, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE. EMBALAGEM COM 2 LITROS.	UNIDADE	SUKITA	150	R$6,36	R$954,00
80	LEITE UHT SEMI DESNATADO ZERO LACTOSE: LEITE LONGA VIDA - PROCESSADO POR UHT (ULTRA HIGHT TEMPERATURE), ZERO LACTOSE, SEMI DESNATADO, APRESENTAÇÃO NA FORMA LÍQUIDA, EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO. NÃO SERÁ ACEITO PRODUTO COM CARACTERÍSTICAS ORGANO LÉPTICAS ANORMAIS. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS VIGENTES. NA EMBALAGEM DEVERÁ TER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, IMPORTADOR OU DISTRIBUIDOR. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. QUALIDADE E QUANTIDADE. INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. RECIPIENTE HERMÉTICO EM TIPO TETRA PAK. EMBALAGEM DE 1LT	UNIDADE	LIDER	200	R$6,28	R$1.256,00
82	BISCOITO SALGADO INTEGRAL: O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRO, CROCANTE, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA. EMBALAGEM DE 400GR	UNIDADE	RENATA	50	R$4,98	R$249,00
84	CREME DE LEITE DO TIPO UHT ZERO LACTOSE: A EMBALAGEMTETRA PARK DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA COM 200GR	UNIDADE	CCGL	100	R$4,65	R$465,00
97	CORTADOR DE UNHA GRANDE: ALICATES PARA CORTEDE UNHAS, COM LÂMINAS AFIADAS, COM ALTADURABILIDADE, GARANTINDO UM CORTE PRECISO,EM AÇO INOXIDÁVEL, COMO MOLA RESISTENTE ECABO LONGO.	UNIDADE	original	50	R$3,50	R$175,00
102	ENXAGUANTE BUCAL: ANTISSEPTICO 500ML	UNIDADE	cepacol	50	R$13,45	R$672,50
109	GEL PARA CABELOS: PARA PENTEAR E MODELAR, COM GRAUDE FIXACAO 04, ACAO PROLONGADA, CABELOS DE TODOSOS TIPOS, USO ADULTOS, EMBALAGEM COM 240GR	UNIDADE	FIXED	50	R$6,50	R$325,00
126	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 46%: EMBALAGEM 1L	UNIDADE	SUPER VALE	100	R$4,25	R$425,00
134	DESODORANTE/AROMATIZANTE DE AMBIENTE, TIPO AEROSSOL, USO GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL 360ML	FRASCO	LEV&USE	220	R$7,25	R$1.595,00
135	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO/ DISPENSER HIGIENIZADOR, MATERIAL PLÁSTICO ABS, CAPACIDADE 800 ML, TIPO FIXAÇÃO PAREDE, COR BRANCA, APLICAÇÃO MÃOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VISOR FRONTAL PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO	UNI	nobre	21	R$18,85	R$395,85
143	ESPONJA DUPLA FACE VERDE/AMARELO PARA LIMPEZA, MATERIAL ESPUMA/ FIBRA SINTÉTICA, FORMATO RETANGULAR, ABRASIVIDADE ALTA/ MÍNIMA, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UMA FACE MACIA OUTRA ÁSPERA EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNI	STARLUX	400	R$0,56	R$224,00
144	FLANELA DE MICROFIBRA, IDEAL PARA LIMPEZA DE MÓVEIS, OBJETOS, PIAS, VIDROS E UTENSÍLIOS EM GERAL - ALTA ABSORVIÇÃO, SUPER RESISTENTE E NÃO SOLTA PELOS. MEDIDAS APROMADAS: 30CM X 35CM.	UNIDADE	JS	60	R$2,10	R$126,00
155	PEDRA SANITÁRIA, DESODORIZADOR SANITÁRIO PASTILHA COM SUPORTE/REDE PROTETORA, DETERGENTE BIODEGRADÁVEL, SEM ADIÇÃO DE FOSFATO, PESO 25 GR, ODOR AGRADÁVEL, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, REGISTRO/NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, CAIXA 1.0 UNIDADE.	UNI	sany	200	R$1,65	R$330,00
162	SABONETE LÍQUIDO, FRAGRÂNCIAS: ERVA DOCE E FRUTAS VERMELHAS, GALÃO 5 LITROS - FRAGRÂNCIA A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO DO EMPENHO.	GALAO	Brasil Clean	80	R$18,75	R$1.500,00
165	SABONETEIRA PLASTICA COM VALVULA PUMP, FRASCO TRANSPARENTE COM 500ML, FABRICADA EM MATERIAL REFORÇADO E RESISTENTE DE ALTA DURABILIDADE. MODELO PUMP DOSADOR COM OPÇÃO DE TRAVAMENTO, DESING MODERNO E SUAVE.	UNIDADE	PR	25	R$5,98	R$149,50
168	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, 100 LITROS, 6 MICRAS, COR PRETA, MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 70CM, ALTURA 85CM, DE POLIPROPILENO. PACOTE COM 100.	PACOTE	RPM	260	R$26,60	R$6.916,00
169	VASSOURA PIAÇAVA NATURAL MULTIUSO REFORÇADA, DIMENSÕES APROXIMADAS 26CM X 5CM X 10,5CM . CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,50 CM, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE E DURABILIDADE.	UNIDADE	STYLE	65	R$12,20	R$793,00
190	DISPENSER PARA COPO DE ÁGUA DESCARTÁVEL 180/200 ML, FABRICADO EM AÇO INOX, MATERIAL RESISTENTE DE ALTA QUALIDADE E DURABILIDADE.	UNIDADE	nobre	15	R$50,10	R$751,50
191	DISPENSER PARA COPO DESCARTÁVEL 50 ML, FABRICADO EM AÇO INOX, MATERIAL RESISTENTE DE ALTA QUALIDADE E DURABILIDADE.	UNIDADE	nobre	15	R$39,80	R$597,00
192	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA COM BASE EM ABS, PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, CAPACIDADE PARA PAPEL TOALHA DE 2 OU 3 DOBRAS	UNI	nobre	15	R$22,55	R$338,25
194	ESPONJA FIBRA ABRASIVA PARA PISOS E AZULEJOS E LIMPEZA EM GERAL, COR VERDE, MEDIDAS 25CM X 10CM.	UNIDADE	nobre	30	R$1,75	R$52,50
196	LIXEIRA, MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CAPACIDADE 20 L, TIPO COM TAMPA E PEDAL ACOPLADOS	UNI	PR	30	R$32,75	R$982,50
199	LIMPA TUDO COM CABO DE ALUMÍNIO, COM 2 FIBRAS, CHAPA DE 22CM, PARA LIMPEZA DIFÍCIL EM TETOS, PAREDES, RODAPÉ, AZULEJOS, ARMÁRIOS, PISOS E OUTROS	UNI	SANCHES	12	R$53,50	R$642,00
200	LIMPADOR DE ALUMINIO 500 ML.	FRASCO	Só Aroma	48	R$1,68	R$80,64
203	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO 30M, LARGURA 10CM, TIPO PICOTADO, QUANTIDADE FOLHAS DUPLA, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MACIO, SEM PERFUME, PACOTE COM 4 ROLOS	PACOTE	tropicos	200	R$3,05	R$610,00
206	SAPONACEO, PO, FRASCO COM 300 GRAMAS	FRASCO	sany	15	R$5,15	R$77,25
209	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, TAMANHO 28CM X 42CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	PR	20	R$11,89	R$237,80
210	SACOLA PLASTICA BRANCA 38X48CM DE ALTA DENSIDADE, EMBALAGEM CONTENDO 1000 UNIDADES	PACOTE	BIOSAC	5	R$75,82	R$379,10
212	AVENTAL DE COZINHA: DE PANO BRAÇO E COM BOLSO	UNIDADE	PR	10	R$19,70	R$197,00
214	AMASSADOR ESPREMEDOR DE BATATA E LEGUMES: EM AÇO INOXIDÁVEL, DIMENSÕES APROX.:COMPRIMENTO TOTAL 22CM, DIÂMETRO DO AMASSADOR 8CM	UNIDADE	original	4	R$7,25	R$29,00
215	ABRIDOR DE LATA E GARRAFA EM AÇO INOXIDÁVEL, ALTURA DE APROXIMADAMENTE 9CM, LARGURA DE APROXIMADAMENTE 4CM	UNIDADE	original	2	R$1,48	R$2,96
216	CHALEIRA: INOX OU ALUMÍNIO, CAPACIDADE 5L	UNIDADE	PR	2	R$96,90	R$193,80
218	TRAVESSA DE VIDRO COM TAMPA, TAMANHO APROX. 36CM	UNIDADE	MARINEX	4	R$58,75	R$235,00

219	TRAVESSA DE VIDRO COM TAMPA, TAMANHO APROX. 24CM	UNIDADE	MARINEX	4	R$42,53	R$170,12
220	TIGELA BOWL: DE INOX, COM APROX. 30CM DE DIÂMETRO	UNIDADE	PR	2	R$33,05	R$66,10
221	TAÇA/TIGELA PARA SOBREMESA: DE PLÁSTICO RESISTENTE, LIVRE DE BPA, CAPACIDADE 400ML	UNIDADE	PR	50	R$3,60	R$180,00
222	TÁBUA MULTIUSO: DE PVC, DIMENSÕES APROX.: 30X38CM, COR PRETA	UNIDADE	SÃO JOSÉ	6	R$29,62	R$177,72
223	SALEIRO: DE PLÁSTICO, LIVRE BPA, COM TAMPA, CAPACIDADE 1KG	UNIDADE	RAINHA	4	R$11,43	R$45,72
224	SALADEIRA: DE PLÁSTICO, LIVRE BPA, CAPACIDADE DE 4LT	UNIDADE	PR	4	R$14,50	R$58,00
225	RODO DE PIA: DE PLÁSTICO, CABO ANATÔMICO, DIMENSÕES APROX.: 21X16CM, NA COR PRETA	UNIDADE	plasutil	2	R$8,66	R$17,32
226	ROLO PARA MASSAS: DE MADEIRA, DIMENSÕES APROX.: 38CM	UNIDADE	TODA CASA	2	R$15,49	R$30,98
227	RALADOR E FATIADOR: 4 FACES, EM INOX, DIMENSÕES APROX.: 21CM DE ALTURA	UNIDADE	VIEL	4	R$9,10	R$36,40
228	PROCESSADOR DE ALIMENTOS MANUAL: DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM 5 LÂMINAS DE AÇO INOX, CAPACIDADE 900ML	UNIDADE	original	5	R$18,45	R$92,25
229	PRATO: DE VIDRO, RASO, APROXIMADAMENTE 22CM DE DIÂMETRO	UNIDADE	NADIR	30	R$5,25	R$157,50
230	PRATO: DE VIDRO, FUNDO, APROXIMADAMENTE 22CM DE DIÂMETRO	UNIDADE	NADIR	30	R$4,50	R$135,00
233	POTE QUADRADO COM TAMPA, CAPACIDADE 5 LITROS	UNIDADE	PARAMONT	10	R$27,77	R$277,70
234	POTE QUADRADO COM TAMPA, CAPACIDADE 10 LITROS	UNIDADE	PLEION	10	R$37,45	R$374,50
235	POTE RETANGULAR COM TAMPA, CAPACIDADE 3 LITROS	UNIDADE	PLASMONT	10	R$15,50	R$155,00
236	POTE RETANGULAR COM TAMPA, CAPACIDADE 5 LITROS	UNIDADE	PARAMONT	10	R$26,70	R$267,00
237	POTE RETANGULAR COM TAMPA, CAPACIDADE 10 LITROS	UNIDADE	PLEION	10	R$28,74	R$287,40
238	PORTA FRIOS: DE PLÁSTICO, COM 2 DIVISÓRIAS, LIVRE DE BPA, CAPACIDADE MINÍMA 1250ML	UNIDADE	DELTA	2	R$19,23	R$38,46
239	PORTA PAPEL TOALHA: EM INOX, DIMENSÕES APROX.: 28CM DE COMPRIMENTO E 12CM DE DIÂMETRO	UNIDADE	PR	5	R$22,47	R$112,35
240	PORTA TALHERES: DE PLÁSTICO, LIVRE BPA, PARA GAVETA, COM 5 DIVISÓRIAS, NA COR PRETA	UNIDADE	MICROMAX	2	R$26,15	R$52,30
241	KIT PORTA MANTIMENTOS: DE PLÁSTICO, COM TAMPA, LIVRE BPA, KIT COM 5 POTES, COM A IDENTIFICAÇÃO: ARROZ, AÇÚCAR, FEIJÃO, CAFÉ E FARINHA	UNIDADE	OLIPLAS	2	R$57,12	R$114,24
242	PORTA FILTRO DE CAFÉ 103: DE PLÁSTICO, LIVRE BPA	UNIDADE	atalaia	4	R$13,53	R$54,12
243	PINCEL DE SILICONE	UNIDADE	PR	4	R$7,40	R$29,60
244	PENEIRA GRANDE: DE PLÁSTICO, COM MEDIDAS APROXIMADAS LXC= 18X34CM	UNIDADE	PR	2	R$11,82	R$23,64
245	PENEIRA: DE PLÁSTICO, APROXIMADAMENTE 10CM	UNIDADE	PR	4	R$8,89	R$35,56
246	PEGADOR DE MACARRÃO EM INOX, TAMANHO GRANDE	UNIDADE	original	2	R$6,30	R$12,60
248	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMÍNIO COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE 4,5 LITROS, APROVADA PELO IMETRO	UNI	EIRILAR	2	R$93,36	R$186,72
249	PANELA CAÇAROLA: DE ALUMÍNIO GROSSO COM TAMPA, TAMANHO Nº 32	UNIDADE	HAVAI	2	R$141,42	R$282,84
250	PANELA CAÇAROLA: DE ALUMÍNIO GROSSO COM TAMPA, TAMANHO Nº 30	UNIDADE	HAVAI	2	R$106,76	R$213,52
251	PANELA CAÇAROLA: DE ALUMÍNIO GROSSO COM TAMPA, TAMANHO Nº 28	UNIDADE	HAVAI	2	R$99,40	R$198,80
252	PANELA CAÇAROLA: DE ALUMÍNIO GROSSO COM TAMPA, TAMANHO Nº 24	UNIDADE	HAVAI	2	R$95,71	R$191,42
253	PANELA CAÇAROLA: DE ALUMÍNIO GROSSO COM TAMPA,TAMANHO Nº 22	UNIDADE	global	2	R$70,54	R$141,08
254	ORGANIZADOR DE TEMPERO: DE PLÁSTICO, COM 16 POTES COM CAPACIDADE DE 90ML, GIRATÓRIO. MEDIDAS APROXIMADAS: CXLXA=16X16X26CM	UNIDADE	PR	2	R$75,12	R$150,24
255	MINI PROCESSADOR DE ALIMENTOS MANUAL: DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 3 LÂMINAS DE AÇO INOX, CAPACIDADE 500ML	UNIDADE	original	4	R$18,45	R$73,80
257	JARRA DE PLASTICO COM TAMPA, LIVRE DE BPA, CAPACIDADE 2 LITROS.	UNI	RAINHA	4	R$9,90	R$39,60
258	GARRAFA TÉRMICA COM TAMPA ROSCA: MATERIAL EXTERIOR PLÁSTICO, LIVRE DE BPA, CAPACIDADE 5 LITROS	UNIDADE	ANTARES	2	R$39,30	R$78,60
259	GARRAFA TÉRMICA COM TAMPA ROSCA: MATERIAL EXTERIOR PLÁSTICO, INTERIOR VIDRO, , LIVRE DE BPA,CAPACIDADE 1,8 L	UNIDADE	termolar	2	R$68,94	R$137,88
260	GARFO DE MESA: EM INOX OU INOX/COM CABO EM POLIPROPILENO	UNIDADE	original	50	R$2,05	R$102,50
263	FRIGIDEIRA: ANTIADERENTE, EM ALUMÍNIO TAMANHO APROX. 28CM	UNIDADE	SANYMORE	4	R$74,89	R$299,56
264	FUÊ: EM AÇO INOXIDÁVEL, COM APROXIMADAMENTE 30CM	UNIDADE	KEHOME	4	R$20,75	R$83,00
266	FACA PARA COZINHA TAMANHO GRANDE EM INOX COM CABO EM POLIPROPILENO, MEDIDAS APROXIMADAS: LÂMINA 23CM E CABO 14CM	UNIDADE	original	4	R$11,75	R$47,00
267	FACA DE MESA: EM INOX OU INOX/COM CABO EM POLIPROPILENO	UNIDADE	original	50	R$1,32	R$66,00
268	FACA: GRANDE DE SERRA PARA CORTAR PÃO, APROX. 40CM	UNIDADE	original	2	R$7,45	R$14,90
269	ESPREMEDOR DE ALHO: MANUAL, DE ALUMÍNIO, DIMENSÕES APROX.: 15X3X3CM	UNIDADE	PR	2	R$14,69	R$29,38
270	ESPREMEDOR DE LIMÃO: MANUAL, DE ALUMÍNIO, DIMENSÕES APROX.: 17X6X3,5CM	UNIDADE	PR	2	R$14,72	R$29,44
271	PRATO: DE VIDRO, PARA SOBREMESA, APROXIMADAMENTE 19CM DE DIÂMETRO	UNIDADE	NADIR	30	R$8,16	R$244,80
273	ESPÁTULA PARA BOLO: EM AÇO INOXIDÁVEL, APROXIMADAMENTE 24CM	UNIDADE	original	4	R$13,33	R$53,32
275	ESCUMADEIRA: EM INOX, TAMANHO MÉDIO, APROXIMADAMENTE 30CM	UNIDADE	original	4	R$13,20	R$52,80
277	ESCORREDOR LAVADOR DE ARROZ: DE PLÁSTICO, LIVRE DE BPA, DIMENSÕES APROX.: 28X20,4X16,5CM	UNIDADE	RAINHA	4	R$26,01	R$104,04
279	GARFO DE SOBREMESA: EM INOX OU INOX/COM CABO EM POLIPROPILENO	UNIDADE	original	20	R$1,32	R$26,40
281	ESCORREDOR DE MACARRÃO: EM ALUMÍNIO, DIÂMETRO APROX. 30CM	UNIDADE	PR	4	R$85,10	R$340,40
282	ESCORREDOR DE LOUÇA: EM AÇO CROMADO, DIMENSÕES APROX.: 51X37X16CM	UNIDADE	PR	2	R$82,50	R$165,00
283	CORTADOR DE PIZZA: LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL, DIMENSÕES APROX.:19CM	UNIDADE	KEHOME	2	R$6,75	R$13,50
285	CORTADOR DE REPOLHO: LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM PLÁSTICO, DIMENSÕES APROX.: 17X10CM	UNIDADE	PR	4	R$23,01	R$92,04
286	COPO: DE PLÁSTICO, COM TAMPA E BICO, CAPACIDADE APROX. 200ML, LIVRE DE BPA, CORES VARIADAS, COR A DEFINIR QUANDO DAAUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	PR	40	R$3,75	R$150,00
287	COPO: DE PLÁSTICO, CAPACIDADE APROX. 250 ML, LIVRE DE BPA, CORES VARIADAS, COR A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	PR	60	R$2,50	R$150,00
288	COPO: DE VIDRO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 250 ML	UNIDADE	NADIR	30	R$4,40	R$132,00
289	CONCHA: EM INOX, TAMANHO MÉDIO, APROXIMADAMENTE 30CM	UNIDADE	original	2	R$12,05	R$24,10
291	COLHER DE SORVETE: DE INOX, APROXIMADAMENTE 20CM	UNIDADE	KEHOME	2	R$7,50	R$15,00
293	COLHER DE MESA/SOPA: DE PLÁSTICO, LIVRE DE BPA	UNIDADE	PR	100	R$1,38	R$138,00
294	COLHER DE MESA/SOPA: EM INOX OU INOX/CABO DE POLIPROPILENO	UNIDADE	original	50	R$2,25	R$112,50
295	COLHER DE CAFÉ: EM INOX OU INOX/CABO DE POLIPROPILENO	UNIDADE	IMPORT	20	R$1,65	R$33,00
296	COLHER: EM INOX, TAMANHO GRANDE, APROXIMADAMENTE 32CM	UNIDADE	original	2	R$10,80	R$21,60
298	COLHER: DE MADEIRA, GRANDE, APROXIMADAMENTE 30CM	UNIDADE	ALVES	4	R$5,50	R$22,00
299	CHALEIRA: INOX OU ALUMÍNIO, CAPACIDADE 3L	UNIDADE	PR	2	R$69,90	R$139,80
300	CANECA: DE PLÁSTICO, CAPACIDADE APROXIMADA: 450ML, CORES VARIADAS	UNIDADE	PR	6	R$5,24	R$31,44
301	CANECA: ALUMÍNIO, CAPACIDADE 6LT	UNIDADE	PR	2	R$67,45	R$134,90
302	CANECA: ANTIADERENTE, CAPACIDADE 2LT	UNIDADE	MARTINAZZO	2	R$49,80	R$99,60
312	FOSFORO, CAIXA COM 40 PALITOS	UNI	BILLA	100	R$2,30	R$230,00
316	BACIA: DE INOX, APROXIMADAMENTE 40CM	UNIDADE	FERIMTE	2	R$58,75	R$117,50
317	BACIA DE PÁSTICO CANELADA, ALTA RESISTENCIA E DURABILIDADE, LIVRE DE BISFENOL A - BPA, FORMATO REDONDO, CAPACIADE 3 LITROS	UNIDADE	INPLAST	10	R$11,61	R$116,10
318	COPO DESCARTÁVEL FABRICADO EM POLIPROPILENO (PP); ATÓXICO; COM CAPACIDADE DE 50 ML; APLICAÇÃO: LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES; OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES: EM CONFORMIDADE COM NORMA DA ABNT - NBR 14865/2002; COPOS ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS E DEFORMAÇÕES - PESO MÍNIMO POR PACOTE: 80 GRAMAS. (PACOTES DE 100 UNIDADES).	PACOTE	ALTACOPPO	100	R$2,20	R$220,00
319	COPO DESCARTÁVEL FABRICADO EM POLIPROPILENO (PP); ATÓXICO; COM CAPACIDADE DE 180 ML; APLICAÇÃO: LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES; OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES: EM CONFORMIDADE COM NORMA DA ABNT - NBR 14865/2002; COPOS ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS E DEFORMAÇÕES; PESO MÍNIMO POR PACOTE: 170 GRAMAS; (PACOTES DE 100 UNIDADES).	PACOTE	ECOCOPPO	8.500	R$4,20	R$35.700,00
				Total do		R$79.933,85

				Fornecedor:		

975 - ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
197	LIXEIRA, MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CAPACIDADE 40 L, TIPO COM TAMPA E PEDAL ACOPLADOS	UNI	INJE LIXEIRA 40LT	20	R$60,00	R$1.200,00
				Total do Fornecedor:		R$1.200,00

1664 - ALA-X COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
307	PANO DE PRATO BRANCO RISCADO COM BAINHA PARA PINTURA, MATERIAL: ALGODÃO MEDIDAS (CM): 64C X 40L, ESTAMPAS TRADICIONAIS VARIADAS, LINHA ARTESANATO.	UNIDADE	Ala-x Ala-x	1.060	R$5,99	R$6.349,40
				Total do Fornecedor:		R$6.349,40

1666 - ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
400	MOCHILA GRANDE: EM TECIDO POLIÉSTER, MEDINDO APROXIMADAMENTE 44CM DE ALTURA, 30CM LARGURA FECHAMENTO COM ZÍPER. NAS CORES PRETO, ROSA E AZUL. CORES A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	Propria Mochila	30	R$36,10	R$1.083,00
401	MOCHILA MÉDIA: EM TECIDO POLIÉSTER, MEDINDO APROXIMADAMENTE 35CM DE ALTURA, 27CM LARGURA FECHAMENTO COM ZÍPER. NAS CORES PRETO, ROSA E AZUL. CORES A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	Propria Mochila	30	R$33,93	R$1.017,90
				Total do Fornecedor:		R$2.100,90

1668 - MAP BRASIL REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
447	PILHA ALCALINA AA, 1,5 V CC, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.	PACOTE	MAXPRINT AA	120	R$2,30	R$276,00
456	BATERIA ALCALINA 9 VOLTS	UNI	MAXPRINT 9V	5	R$5,52	R$27,60
				Total do Fornecedor:		R$303,60

1669 - EL SUPPLY COM. & CONTRATOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
20	BOMBOM: BOMBOM RECHEADO COM CREME DE CASTANHA DE CAJU,COM CAMADA CROCANTE TIPO WAFFER E COBERTURA DE CHOCOLATE AO LEITE, PESANDO APROXIMADAMENTE 21,5G CADA. PACOTE COM 01 QUILO.	PACOTE	Lacta BOMBOM	150	R$57,00	R$8.550,00
				Total do Fornecedor:		R$8.550,00

1670 - M3. BUSINESS GROUP LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
321	ALMOFADA PARA CARIMBO: Nº 3, AZUL COM BASE EM PLÁSTICO, DIMENSÕES APROX. 6,7X11,0 CM, RESINAS TERMOPLÁSTICA, FELTRO, TINTA À BASE DE ÁGUA CORANTES, ADITIVOS E TAMPA DE METAL COM SELO DO INMETRO, QUAL	UNIDADE	MASTERPRINT ALMOFADA PARA CARIMBO: Nº 3, AZUL	14	R$5,29	R$74,06
341	BORRACHA ESCOLAR BRANCA MACIA Nº 40, ESPECIAL PARA APAGAR ESCRITA A LAPIS SEM BORRAR OU MANCHAR O PAPEL, COM PRAZO DE VALIDADE, MODELO E MARCA DO PRODUTO ESTAMPADA NA MESMA, COMPOSIÇÃO: BORRACHA NATURAL E ESTIRENO BUTADIENO, NÃO TÓXICO. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, OCP 0006 E ABNT/NBR 15236/09, ESTAMPADO NA EMBALAGEM.	UNI	LEO LEO BORRACHA ESCOLAR BRANCA MACIA Nº 40,	90	R$0,26	R$23,40
344	CALCULADORA DE MESA, GRANDE, 12 DIGITOS, BATERIA, VISOR INCLINADO, AUTO POWER OFF, COM 11 TECLAS NUMÉRICAS, 4 OPERAÇÕES, SINAL DE IGUAL, TECLA PARA APAGAR NUMEROS, +/-, M+, M-, MR, MC, GT, CE, AC, PORCENTAGEM, RAIZ QUADRADA.	UNI	TOMATE CALCULADORA DE MESA, GRANDE, 12 DIGITOS	20	R$13,36	R$267,20
347	CANETA MARCA TEXTO, NÃO TÓXICA, COR FLUORESCENTE, PONTA CHANFRADA, COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLASTICA, TINTA A BASE DE AGUA, CORANTES, ADITIVOS E PONTA DE POLIÉSTER. TAMPA ANTI SUFOCANTE NA MESMA COR DA TINTA, COM MARCA E NACIONALIDADE DO PRODUTO IMPRESSA NA MESMA, CORPO NA MESMA COR DA TINTA COM MARCA, COR E MODELO DO PRODUTO ESTAMPADA NA MESMA, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, OCP 0046 E NBR 15236/2009 ESTAMPADO NA EMBALAGEM (CORES DIVERSAS).	UNI	MASTERPRINT CANETA MARCA TEXTO, NÃO TÓXICA, COR FLUORESCENTE	300	R$0,51	R$153,00
349	CANETA HIDROGRÁFICA ESCOLAR: PONTA FINA, ESTOJO COM 12 CORES.	CAIXA	LEO LEO CANETA HIDROGRÁFICA ESCOLAR: PONTA FINA,	30	R$2,84	R$85,20
360	CLIPS Nº 3.0, FABRICADO EM AÇO GALVANIZADO, CAIXA COM 500 GR	CAIXA	JUSSARA CLIPS Nº 3.0	30	R$9,21	R$276,30
361	CLIPS Nº 6.0, FABRICADO EM AÇO GALVANIZADO, CAIXA COM 500 GR	CAIXA	JUSSARA CLIPS Nº 6.0	30	R$9,21	R$276,30
362	CLIPS Nº 8.0 FABRICADO EM AÇO GALVANIZADO, CAIXA COM 500 GR	CAIXA	JUSSARA CLIPS Nº 8.0 F	10	R$9,21	R$92,10
367	COLA BRANCA LÍQUIDA: FRASCO DE 1KG, LAVAVEL, NÃO TÓXICA, COMPOSIÇÃO: ACETATO DE POLIVINILA; TAMPA GIRATÓRIA, COM MARCA DO FABRICANTE, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UNIDADE	PIRA COLA BRANCA LÍQUIDA: FRASCO DE 1KG	6	R$9,24	R$55,44
384	GRAMPEADOR DE MESA PEQUENO PARA GRAMPOS 26/6, ESTRUTURA METÁLICA, 10CM, PRETO EM ESTRUTURA METALICA	UNI	MASTERPRINT GRAMPEADOR DE MESA PEQUENO PARA GRAMPOS 26/6	30	R$6,84	R$205,20
386	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE AÇO GALVANIZADO MEDINDO 26/6 CAIXA COM 5000	CAIXA	JOCAR OFFICE GRAMPO PARA GRAMPEADOR26/6 5000 un	50	R$2,60	R$130,00
418	PERFURADOR/FURADOR DE PAPEL COM DOIS FUROS PERFURA ATÉ 20 FOLHAS	UNI	MASTERPRINT PERFURADOR/ FURADOR DE PAPEL 20 folhas	2	R$13,97	R$27,94
427	PRANCHETA DE ACRILICO COM PRENDEDOR DE PLASTICO TAMANHO A4	UNI	YINS PRANCHETA DE ACRILICO	16	R$9,53	R$152,48
438	TESOURA MULTIUSO, COM LÂMINAS EM AÇO INÓX 7" PONTAS ARREDONDADAS, CABO ANATÔMICO EM POLIPROPILENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 21CM, MARCA DO PRODUTO IMPRESSA NA LÂMINA.	UNIDADE	MASTERPRINT TESOURA MULTIUSO 21 cm	30	R$5,07	R$152,10
439	TESOURA ESCOLAR: COM PONTA ARREDONDADA, CABO PLÁSTICO, LÂMINA DE 1,5 MM DE ESPESSURA, EM AÇO INOX COM 13 CM DE COMPRIMENTO	UNIDADE	GATTE 1ESOURA ESCOLAR: COM PONTA ARREDONDADA 13 cm	30	R$1,73	R$51,90
457	BATERIA DE LITIO TIPO MOEDA CR2032 3V	UNI	LITHIUM BATERIA DE LITIO TIPO MOEDA CR2032 3V	20	R$0,72	R$14,40
461	CAIXA ARTICULADA DE MESA PARA CORRESPONDENCIA TRIPLA FIXA TRANSPARENTE TAMANHO A4	UNI	FACA FACIL CAIXA ARTICULADA CORRESPONDENCIA TRIPla	2	R$35,87	R$71,74
462	CAIXA ARTICULADA TRIPLA PARA CORRESPONDENCIA CRISTAL (SUPORTE EM ACRILICO DE PAREDE COM 3 DIVISÓRIAS).	UNI	FACA FACIL CAIXA ARTICULADA TRIPLA PARA CORRESPONDENCIA CRIST	2	R$35,87	R$71,74
				Total do Fornecedor:		R$2.180,50

1672 - IMGG COMERCIO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
183	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO: COM FORMATOANATÔMICO, ALTO GRAU DE ABSORVÊNCIA,	PACOTE	Bigfral Regular Plus M / pacote	1.000	R$31,00	R$31.000,00

	CAMADAINTERNA DE GEL RETENTOR DE UMIDADE, BARREIRACONTRA VAZAMENTO E NO MÍNIMO TRÊS FIOS DEELÁSTICOS E DUAS FITAS ADESIVAS DE CADA LADO.DEVERÁ SER COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSEANTIALÉRGICAS E ATÓXICAS. TAMANHO P, M E G COM 8UNIDADES		8 unidades			
184	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO: COM FORMATOANATÔMICO, ALTO GRAU DE ABSORVÊNCIA, CAMADAINTERNA DE GEL RETENTOR DE UMIDADE, BARREIRACONTRA VAZAMENTO E NO MÍNIMO TRÊS FIOS DEELÁSTICOS E DUAS FITAS ADESIVAS DE CADA LADO.DEVERÁ SER COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSEANTIALÉRGICAS E ATÓXICAS. TAMANHO XG, COM 7 UNIDADES	PACOTE	Bigfral Clássica XG / 7 unidades	400	R$24,50	R$9.800,00
				Total do Fornecedor:		R$40.800,00

1675 - DSR AGRO VET LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
92	ABSORVENTE ÍNTIMO NOTURNO: COM ABAS, FLUXO: INTENSO; COBERTURA: SECA; FORMATO ANATÔMICO; COM CANAIS LATERAIS; CIRCUITO COMPLETO ANTIVAZAMENTO; MÚLTIPLA PROTEÇÃO; COM GEL; COMPONENTES ATÓXICOS; NÃO PROPENSOS A CAUSAR IRRITAÇÃO EM CONTATO COM A PELE; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. EMBALAGEM COM 32 UNIDADES.	PACOTE	MODESS MODESS	300	R$17,00	R$5.100,00
93	ABSORVENTE ÍNTIMO: COM ABAS, FLUXO: NORMAL; COBERTURA: SUAVE; FORMATO ANATÔMICO; COM CANAIS LATERAIS; CIRCUITO COMPLETO ANTIVAZAMENTO; MÚLTIPLA PROTEÇÃO; COM GEL; COMPONENTES ATÓXICOS; NÃO PROPENSOS A CAUSAR IRRITAÇÃO EM CONTATO COM A PELE; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. EMBALAGEM COM 32 UNIDADES.	PACOTE	MODESS MODESS	200	R$14,90	R$2.980,00
				Total do Fornecedor:		R$8.080,00

1676 - ANGELA FABRES 27355742884

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
158	RODO DE PLÁSTICO 60 CM, COM CABO EM ALUMÍNIO MEDINDO 1,50 METROS.	UNIDADE	SPAZZOLE BELLE RODO PLASTICO	32	R$37,00	R$1.184,00
171	VASSOURA MULTIUSO DE PLÁSTICO SINTÉTICO, CERDAS DE NYLON DE ALTA QUALIDADE E DURABILIDADE, MEDIDAS APROXIMADAS: 15CM X 30CM, CABO DE ALUMÍNIO MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,50 CM. APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL.	UNIDADE	SPAZZOLE BELLE VASSOURA SINTETICA	65	R$34,75	R$2.258,75
				Total do Fornecedor:		R$3.442,75

1679 - HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
153	PANO MÁGICO DE MICROFIBRA (PANO DE CHÃO), IDEAL PARA LIMPEZA DE MÓVEIS, OBJETOS, PIAS, VIDROS E UTENSÍLIOS EM GERAL - ALTA ABSORVIÇÃO, SUPER RESISTENTE E NÃO SOLTA PELOS. MEDIDAS APROMADAS: 60CM X 80CM.	UNIDADE	NEOTEX NEOTEX	180	R$7,80	R$1.404,00
167	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, 40 LITROS, 6 MICRAS, COR PRETA, MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 53CM, ALTURA 57VM, DE POLIPROPILENO. PACOTE CO 100.	PACOTE	ECOO ECOO	260	R$9,58	R$2.490,80
261	PAPEL TOALHA INTERFOLHA BRANCO, LINHA LUXO, COMPOSIÇÃO: 100% CELULOSE VIRGEM, 2 DOBRAS, GRAMATURA: MÍNIMO 20 GRAMAS, MEDIDAS APROXIMADAS: 20CM X 20CM, PACOTE COM 1000 FOLHAS. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: PRODUTO DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE E COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO.	PACOTE	ECOOPEL ECOOPEL	3.000	R$9,22	R$27.660,00
				Total do Fornecedor:		R$31.554,80

1680 - QUIMICA KEMFOR INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
125	ÁGUA SANITÁRIA, GALÃO DE 5 LITROS, INDICADO PARA USO GERAL EM BANHEIROS, COZINHAS E PISOS. LIMPEZA EFICAZ E DESINFECÇÃO DE ROUPAS, TECIDOS E SUPERFÍCIES.	GALAO	MARCA PROPRIA MARCA PROPRIA	120	R$6,95	R$834,00
127	AMACIANTE PARA USO EM ROUPA, AROMATIZADO, LÍQUIDO, HIPOALERGÊNICO E DERMATOLOGICAMENTE TESTADO . EMBALAGEM COM 2 LITROS.	UNI	MARCA PROPRIA MARCA PROPRIA	230	R$3,99	R$917,70
146	LIMPA VIDRO: TIPO LÍQUIDO. COR INCOLOR/AZUL. FRASCOPLÁSTICO DE 500ML, COM GATILHO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE,VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	UNIDADE	marca promarca propriapria marca propria	20	R$3,20	R$64,00
				Total do Fornecedor:		R$1.815,70

1684 - RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS EIRELI

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
333	BOLA INFANTIL: CONFECCIONADA EM VINIL E/OU PVC, LEVE, MACIA, COM MEDIDA APROXIMADA DE 21CM DE DIÂMETRO.	UNIDADE	SPORTS VINIL	20	R$3,90	R$78,00
334	BOLA PARA VOLEI: DE MICROFIBRA, CIRCUFERÊNCIA APROX. 65-67CM	UNIDADE	MAGUSSY VOLEI	10	R$64,50	R$645,00
336	BOLA BASQUETE: DE BORRACHA, COR LARANJA, CIRCUNFERÊNCIA APROX. 75-78CM	UNIDADE	SPORTS BASQUETE	5	R$36,60	R$183,00
				Total do Fornecedor:		R$906,00

1685 - 19.253.584 EMANUEL ARAUJO DE ARRUDA MELLO

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
475	GUILHOTINA PAPEL A4, BASE EM AÇO 30CM, CAPACIDADE DE CORTE ATÉ 10 FOLHAS POR VEZ, COM TRAVA. INDICADA PARA ACABAMENTOS GRÁFICOS, CARTÕES, FOTOS, ENCADERNAÇÕES, CONVITES, PLASTIFICADOS, IMÃS, ETC. MARCAÇÕES: A4, A5, B5, B6, B7 E EM CENTÍMETROS. POSSUI PRENSA COM TRAVA NA LATERAL E PÉS EMBORRACHADOS. ACOMPANHA ALINHADOR DE FOLHAS REMOVÍVEL. MATERIAL: BASE EM AÇO, CABO DE PLÁSTICO ABS E LÂMINA DE AÇO CARBONO.	UNIDADE	papercutter a4	2	R$139,00	R$278,00
				Total do Fornecedor:		R$278,00

1690 - 65.943.307 VANESSA TAIS PEREIR

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
292	COLHER DE SOBREMESA: EM INOX OU INOX/ CABO POLIPROPILENO	UNIDADE	ORIGINAL LINE ORIGINAL LINE	30	R$2,40	R$72,00
				Total do Fornecedor:		R$72,00

1691 - MARTIVA COMERCIAL LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
105	ESCOVA PARA CABELO: CABO EM POLIPROPILENO; CERDAS MACIAS DE PLÁSTICO. CORES DIVERSAS. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	DELLA	80	R$13,70	R$1.096,00
112	KIT DE PENTE E ESCOVA INFANTIL: ESCOVA EM PLÁSTICO COM CERDAS MACIAS EM NYLON E PENTE EM PLÁSTICO COM PONTAS ARREDONDADAS. MATERIAL ATÓXICO. DIVERSAS CORES. EMBALAGEM CONTENDO 1 PENTE E 1 ESCOVA	KIT	20 COMERCIAL	30	R$13,89	R$416,70
115	PENTE PARA CABELO: PARA CABELO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	UNIDADE	20 COMERCIAL	80	R$2,97	R$237,60
173	MORDEDOR INFANTIL, CONFECCIONADO EM MATERIAL ATÓXICO, LIVRE DE BPA, SEGURO PARA USO INFANTIL, COM ACABAMENTO ADEQUADO, RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO	UNIDADE	KIT STAR	30	R$13,70	R$411,00
177	PRENDEDOR DE CHUPETA, COM CLIP FÁCIL DE PRENDER. LIVRE DE BPA E FTALATOS; COMPOSIÇÃO: ALCA: 100% POLIESTER, PRENDEDOR: 100% POLIPROPILENO (PP), CORDAO: 100% POLIAMIDA. CORES VARIADAS.	UNIDADE	PF	100	R$13,20	R$1.320,00
185	NECESSAIRE OU ESTOJO DE HIGIENE INDIVIDUAL: CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE,	UNIDADE	FWB	100	R$18,50	R$1.850,00

	LAVÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COM FECHAMENTO SEGURO POR ZÍPER OU SISTEMA SIMILAR, EMPERMEÁVEL, COM ALÇA LATERAL. DESTINADO AO ACONDICIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS ITENS DE HIGIENE PESSOAL. DIMENSÕES APROXIMADAS: 25 CM (COMPRIMENTO) X 15 CM (LARGURA) X 10 CM (ALTURA), PERMITINDO O ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS DE USO DIÁRIO.					
217	XÍCARA PARA CHÁ: DE VIDRO, CAPACIDADE 240ML	UNIDADE	WELMIX	30	R$6,70	R$201,00
232	POTE QUADRADO COM TAMPA, CAPACIDADE 3 LITROS	UNIDADE	UNIJET	10	R$13,85	R$138,50
338	BONECA: TIPO MEU BEBÊ, MATERIAL PLÁSTICO, ALTURA MÍNIMA APROX. 20CM, DIVERSOS MODELOS DE ROUPAS E ACESSÓRIOS	UNIDADE	SIDNYL	30	R$24,70	R$741,00
373	ESTOJO ESCOLAR: EM TECIDO POLIÉSTER, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 21 X 7 X 7 CM. NAS CORES PRETO, ROSA E AZUL. CORES A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	WING	60	R$9,30	R$558,00
387	JOGO DE MEMORIA: EM MADEIRA, 24 PEÇAS, DIVERSAS OPÇÕES DE IMAGENS A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	CARLÚ	2	R$20,30	R$40,60
388	JOGO DE DOMINÓ: TRADICIONAL, PEÇAS FABRICADAS EM RESINA OU PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 46X23X10MM, COM 28 PEÇAS	UNIDADE	HM COMERCIO	2	R$21,50	R$43,00
390	JOGO TWISTER: COM 1 TAPETE TWISTER, 1 ROLETA COM BASE E SETA, REGRAS.	UNIDADE	BRINCADEIRA DE CRIANÇA	2	R$91,90	R$183,80
392	JOGO UNO: 56 CARTAS E INSTRUÇÕES, MATERIAL PAPEL, PRODUTO COM EMBALAGEM APROXIMADA DE 9X14,5X2CM	UNIDADE	MATTEL	2	R$15,95	R$31,90
393	JOGO DE MESA: 6X1, MADEIRA, TABULEIROS QUE PERMITAM JOGAR JOGO DA VELHA, TRILHA, XADREZ, LUDO, DAMA E DOMINÓ	UNIDADE	ZARAMELA	2	R$100,10	R$200,20
394	JOGO DE MESA DE PEBOLIM: COM 22 JOGADORES, 1 REGRA, 2 BOLINHAS, MATERIAL PLÁSTICO, DIMENSÕES APROXIMADAS 56X45CM	UNIDADE	BRASKIT	2	R$225,00	R$450,00
431	QUEBRA CABEÇA: PROGRESSIVO EM MADEIRA, 30 PEÇAS, CENÁRIOS VARIADOS, A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DO EMPENHO.	UNIDADE	BRINCADEIRA DE CRIANÇA	2	R$45,50	R$91,00
				Total do Fornecedor:		R$8.010,30

1692 - USELAR COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
195	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12% PARA LIMPEZA EMBALAGEM COM 5 LITROS	GALAO	BRASIL CLEAN HIPOCLORITO DE SÓDIO 12% / 5 LITROS	120	R$37,97	R$4.556,40
				Total do Fornecedor:		R$4.556,40

10642 - PROMISSE COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
86	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO À BASE DE SOJA PARA CRIANÇAS A PARTIR DO 6 MESES DE IDADE: LEITE EM PÓ MODIFICADO - FÓRMULA INFANTIL DE ORIGEM VEGETAL, PARA LACTENTES E CRIANÇAS, ELABORADO A BASE HIDROLISADO PROTEICO, COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ISENTO DE SACAROSE E LACTOSE, ENRIQUECIDO COM L-METIONINA, EM PÓ, ACONDICIONADO EM LATA HERMETICAMENTE FECHADA. EMBALAGEM DE 800GR	UNIDADE	Danone Aptamil Soja 800g	50	R$85,00	R$4.250,00
87	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE SOJA PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES DE IDADE: LEITE EM PÓ MODIFICADO - FÓRMULA INFANTIL DE ORIGEM VEGETAL, PARA LACTENTES ECRIANÇAS, ELABORADO A BASE HIDROLISADO PROTEICO, COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ISENTO DE SACAROSE E LACTOSE, ENRIQUECIDO COM L- METIONINA,EM PÓ, ACONDICIONADO EM LATA HERMETICAMENTE FECHADA. EMBALAGEM LATA 800GR	UNIDADE	Danone Aptamil Soja 800g	50	R$83,00	R$4.150,00
88	FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL SEM LACTOSE: LEITE EM PÓ - FÓRMULA INFANTIL - PARA LACTENTES DESTINADA A NECESSIDADES DIETO TERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, NÃO CONTÉM GLÚTEN, CONTÉM DERIVADOS DE LEITE E SOJA. INGREDIENTES MALTODEXTRINA, OLEÍNA DE PALMA, PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE COCO,CASEINATO DE POTÁSSIO, MINERAIS (CITRATO DE CÁLCIO, CLORETO DE POTÁSSIO, CITRATO SÓDICO, FOSFATO DE CÁLCIO DIBÁSICO, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, CLORETO DE MAGNÉSIO, SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO E SULFATO DE MANGANÊS), ÓLEO DE GIRASSOL, LECITINA DE SOJA, TAURINA E REGULADOR DE ACIDEZ HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO, CONTÉM DERIVADOS DE LEITE E SOJA. EMBALAGEM DE 800GR	UNIDADE	Danone Aptamil SL 800g	50	R$96,45	R$4.822,50
89	FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA CRIANÇAS A PARTIR DOS 6 MESES DE IDADE: COM PROTEÍNAS LÁCTEAS, CONTÉM EXCLUSIVA MISTURA DE PREBIÓTICOS E DHA E ARA. INGREDIENTES: LACTOSE, LEITE PARCIALMENTE DESNATADO EM PÓ, ÓLEOS VEGETAIS (ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE COCO, ÓLEO DE GIRASSOL, ÓLEO DEPALMA), SORO DE LEITE, GALACTO OLIGOSACARÍDEO, FRUTO OLIGOSACARÍDEO, MALTODEXTRINA, CARBONATO DE CÁLCIO, ÓLEO DE PEIXE, MORTIERELLA ALPINA, VITAMINA C, CASEINATO DE CÁLCIO, TAURINA, INOSITOL, NUCLEOTÍDEOS (URIDINA, CITIDINA, ADENOSINA, INOSINAE GUANOSINA), SULFATO DE FERRO, VITAMINA E,FOSFATO DE POTÁSSIO, SULFATO DE ZINCO, CLORETODE COLINA, NIACINA, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, GLUCONATO CÚPRICO, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO,VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA D, VITAMINA B2,VITAMINA B6, IODATO DE POTÁSSIO, SULFATO DE MANGANÊS, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K, SELÊNIO, BIOTINA, VITAMINA B12, EMULSIFICANTE MONO E DIGLICERÍDEOS. ISENTO DE GLÚTEN. EMBALAGEM DE 800GR	UNIDADE	Danone Aptamil Premium 2 800g	50	R$69,05	R$3.452,50
90	FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES DE IDADE: COM PROTEÍNAS LÁCTEAS, CONTÉM EXCLUSIVA MISTURA DE PREBIÓTICOS E DHA E ARA. INGREDIENTES: LACTOSE, LEITE PARCIALMENTE DESNATADO EM PÓ, ÓLEOS VEGETAIS (ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE COCO, ÓLEO DE GIRASSOL, ÓLEO DEPALMA), SORO DE LEITE, GALACTO OLIGOSACARÍDEO, FRUTO OLIGOSACARÍDEO, MALTODEXTRINA, CARBONATO DE CÁLCIO, ÓLEO DE PEIXE, MORTIERELLA ALPINA,VITAMINA C, CASEINATO DE CÁLCIO, TAURINA, INOSITOL, NUCLEOTÍDEOS (URIDINA, CITIDINA, ADENOSINA, INOSINAE GUANOSINA), SULFATO DE FERRO, VITAMINA E,FOSFATO DE POTÁSSIO, SULFATO DE ZINCO, CLORETO DE COLINA, NIACINA, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, GLUCONATO CÚPRICO, D- PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA D, VITAMINA B2, VITAMINA B6, IODATO DE POTÁSSIO, SULFATO DEMANGANÊS, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K, SELÊNIO, BIOTINA, VITAMINA B12, EMULSIFICANTE MONO EDIGLICERÍDEOS. ISENTO DE GLÚTEN. EMBALAGEM DE 800GR	UNIDADE	Danone Aptamil Premium 1 800g	50	R$67,20	R$3.360,00
				Total do Fornecedor:		R$20.035,00

15318 - MOURA LEAL LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
322	APLICADOR MANUAL DE FITA ADESIVA 50MM PARA FECHAMENTO DE CAIXAS E PACOTES.	UNI	masterprint masterprint	4	R$21,90	R$87,60
323	APONTADOR PARA LÁPIS, SEM DEPOSITO, COM 1 FURO, COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLASTICAS E LAMINA EM AÇO TEMPERADO, DE ALTA QUALIDADE, MAIOR DURABILIDADE, FIXADA POR PARAFUSO METALICO, RETANGULAR, DIMENSÕES APROX. 2,7X1,5X1CM. DESIGN ERGONÔMICO, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, OCP 0006 E ABNT/NBR 15236/09, ESTAMPADO NA EMBALAGEM.	UNI	GATTE MAKE +	20	R$0,35	R$7,00
324	APONTADOR PARA LÁPIS: COM DEPÓSITO, COM UM FURO, COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLÁSTICAS E LAMINA EM AÇO TEMPERADO, DE ALTA QUALIDADE, MAIOR DURABILIDADE, FIXADA POR PARAFUSO METÁLICO, RETANGULAR	UNIDADE	GATTE MAKE +	50	R$1,00	R$50,00
325	APOIO PARA PÉS ERGONÔMICO INCLINÁVEL COM REGULAGEM, DE ACORDO COM A NR17, ESTRUTURA EM AÇO CARBONO EXTREMAMENTE RESISTENTE E REVESTIMENTO EM ZINCO ANTIOXIDANTE, APOIO EM POLIPROPILENO COM BASE ANTIDERRAPANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO (CM): 47C X 30L X 18A - COR PRETA.	UNIDADE	MULTIVISÃO MULTIVISÃO	45	R$63,00	R$2.835,00
343	CAIXA ARQUIVO MORTO FABRICADA EM PAPELÃO, COM REVESTIMENTO EXTERNO EM KRAFT, DIMENSÕES 365X255X140. COM DADOS PARA INFORMAÇÕES IMPRESSOS NO MESMO. REFERENCIA DO PRODUTO COM PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR AO PRODUTO DELLO EM RAZÃO DAS MEDIDAS QUE SÃO INDISPENSÁVEIS PARA ARQUIVOLOGIA DO TIPO DE PASTA UTILIZADO NO SETOR CONTÁBIL.	UNI	dello dello	150	R$8,90	R$1.335,00
346	CANETA MARCA TECIDO, PLÁSTICO RÍGIDO OPACO, 3 A 5MM, PRETA	UNI	radex radex	16	R$3,90	R$62,40
356	CADERNO UNIVERSITÁRIO: 10 MATÉRIAS, CAPA DURA, COM ESPIRAL, 160 FOLHAS, FOLHA BRANCO COM PAUTA, COM APROX. 27,5X20CM - ESTAMPA A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO, SENDO AS OPÇÕES FEMININO E MASCULINO	UNIDADE	CREDEAL HAPPY	20	R$13,90	R$278,00

369	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, RESINAS, PLASTIFICANTE, PIGMENTOS E CARGAS, TAMPA GIRATÓRIA COM PINCEL PARA APLICAÇÃO, FRASCO COM 18 ML.	UNI	MAKE+ MAKE +	35	R$1,40	R$49,00
370	ELASTICO PARA DINHEIRO, BORRACHA, SUPER RESISTENTES COMPOSICAO: BORRACHA NATURAL, PACOTE COM 100G	PACOTE	PREMIER PREMIER	40	R$3,35	R$134,00
371	ENVELOPE AMARELO MEDIDAS APROXIMADAS 18X25CM	UNI	FILIMAIL FILIMAIL	1.750	R$0,20	R$350,00
379	FITA ADESIVA TRANSPARENTE TAMANHO: 12 MM X 40M. COMPOSIÇÃO: FILME B.O.P.P./COLA ACRÍLICA COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS OPÇÕES ADELBRAS E ATLAS.	ROLO	KORETECH KORETECH	20	R$1,05	R$21,00
383	GIZ DE CERA ESCOLAR: CAIXA C/ 12 CORES, APROX. 48 GRAMAS, NÃO TOXICO, FORMATO ANATÔMICO	CAIXA	pira pira	50	R$2,05	R$102,50
385	GRAMPEADOR GRANDE DE METAL COM BASE PLÁSTICA, BASE DE FECHAMENTO DOS GRAMPOS EM CHAPA DE AÇO, MOLA RESISTENTE COM CONTRAÇÃO AUTOMÁTICA, 20CM. COMPOSIÇÃO: AÇO, BASE DE APOIO EM PLÁSTICO, PINTURA ELETROSTÁTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, UTILIZA GRAMPOS 24/6 OU 26/6, COM CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 30 FOLHAS, PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS JOCAR OU LIKE	UNI	Jocar Office	10	R$24,20	R$242,00
389	JOGO DE DOMINÓ: ALFABETIZAÇÃO, MADEIRA, 28 PEÇAS, COM APROXIMADAMENTE 7CM CADA.	UNIDADE	XALINGO XALINGO	2	R$23,05	R$46,10
395	LÁPIS DE COR AQUARELADO CAIXA COM 24 CORES/UNIDADES, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FABER CASTELL.	CAIXA	ACRILEX ACRILEX	35	R$25,65	R$897,75
396	LÁPIS DE ESCREVER, PRETO Nº 2, PRODUZIDO COM MADEIRA REFLORESTADA MACIA E CLARA, ISENTA DE NÓS, CONTENDO NOME OU MARCA DO FABRICANTE E A IDENTIFICAÇÃO DA DUREZA DO GRAFITE. GRAFITE RESISTENTE DE ESCRITA MACIA, TRAÇO ESCURO COM EXCELENTE APAGABILIDADE, GRADUAÇÃO Nº 2 HB. FORMATO SEXTAVADO, PRODUTO NÃO PERECÍVEL E ATÓXICO, BOA QUALIDADE, COM SELO DO INMETRO NA EMBALAGEM.	UNI	MAKE+ MAKE +	101	R$0,35	R$35,35
398	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA 104 FOLHAS, FORMATO: 154X216MM, CAPA/CONTRA CAPA EM PAPELÃO 700 GRS, REVESTIDO EM PAPEL 90 G, PLASTIFICADO, FOLHAS INTERNAS EM PAPEL OFF-SET 63GRS, COM CERTIFICAÇÃO, ISO 9001, CERFLOR, E PEFC, ESTAMPADO NO MESMO.	UNI	TILIBRA TILIBRA	10	R$12,55	R$125,50
399	MASSA DE MODELAR ESCOLAR: CX C/06 CORES, NÃO TOXICA A BASE DE AMIDO, APROX. 90 GRAMAS.	CAIXA	MAKE+ MAKE +	50	R$1,70	R$85,00
403	PAPEL CARTOLINA AMERICANA 48X66CM DIVERSAS CORES (ROSA, AZUL, AMARELA, PRETA, VERMELHA E VERDE) A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNI	VMP VMP	100	R$1,15	R$115,00
404	PAPEL SEDA (48CM X 60CM), (ROSA PINK, AMARELA, LILAS, VERMELHA, BRANCO, AZUL, VERDE, ROXO, LARANJA) A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DO EMPENHO - PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	VMP VMP	16	R$24,23	R$387,68
406	PAPEL LAMINADO DIVERSAS CORES (PINK, VERDE, AZUL, PRATA E DOURADO) A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNI	VMP VMP	120	R$1,73	R$207,60
407	PAPEL DOBRADURA A4 - (ROSA, PINK, AMARELA, LILAS, VERMELHA, AZUL, VERDE, ROXO, LARANJA) A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DO EMPENHO. PACOTE COM 50 FOLHAS.	PACOTE	masterprint masterprint	14	R$27,79	R$389,06
413	PASTA PAPELAO, COM ABA, EM PAPEL KRAFT, RESISTENTE, PLASTIFICADA, GRAMATURA 260 G/ M², 24,5X33,5CM (FINA) COM ELASTICO, CORES VARIADAS.	UNI	ICL ICL	40	R$1,95	R$78,00
414	PASTA PAPELAO, COM GRAMPO TRILHO, EM PAPEL KRAFT, RESISTENTE, PLASTIFICADA, GRAMATURA 260 G/M², 24,5X33,5CM, CORES VARIADAS.	UNI	ICL ICL	50	R$1,60	R$80,00
415	PASTA POLIONDA LARGA, 55MM, CRISTAL, MEDIDAS APROXIMADAS 245 X 55 X 335 MM.	UNI	POLIBRÁS POLIBRÁS	30	R$5,20	R$156,00
419	PINCEL ATOMICO 1100-P, PERMANENTE, AZUL DE MATERIAL PLASTICO COM PONTA CHANFRADA, COM TRÊS ESPESSURA DE ESCRITA: 2.0MM, 4.5MM E 8.0MM, CARGA RECARREGÁVEL, COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLÁSTICAS, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, CORANTES, RESINAS, SOLVENTES, ADITIVOS E PONTA DE FELTRO. COM SELO DO INMETRO ESTAMPADO NA EMBALAGEM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PILOT.	UNI	compactor compactor	20	R$3,50	R$70,00
420	PINCEL CHATO Nº 284-0, CONDOR OU MARCA SIMILAR, COM CERDA SINTÉTICO SUAVE E CABO LONGO VERMELHO.	UNIDADE	CONDOR CONDOR	20	R$6,90	R$138,00
421	PINCEL CHATO Nº 284-2, CONDOR OU MARCA SIMILAR, COM CERDA SINTÉTICO SUAVE E CABO LONGO VERMELHO.	UNIDADE	CONDOR CONDOR	20	R$10,00	R$200,00
422	PINCEL CHATO Nº 284-4, CONDOR OU MARCA SIMILAR, COM CERDA SINTÉTICO SUAVE E CABO LONGO VERMELHO.	UNIDADE	CONDOR CONDOR	20	R$9,11	R$182,20
423	PINCEL CHATO Nº 284-6, CONDOR OU MARCA SIMILAR, COM CERDA SINTÉTICO SUAVE E CABO LONGO VERMELHO.	UNIDADE	CONDOR CONDOR	20	R$10,98	R$219,60
424	PINCEL CHATO Nº 284-8, CONDOR OU MARCA SIMILAR, COM CERDA SINTÉTICO SUAVE E CABO LONGO VERMELHO.	UNIDADE	CONDOR CONDOR	20	R$13,35	R$267,00
428	QUADRO DE AVISO MULTIUSO TAMANHO A4 RETRATO, FIXAÇÃO ADESIVA, EM ACETATO OU EQUIVALENTE, MATERIAL QUE PROPICIA ALTA VISIBILIDADE E ÓTIMA RESISTÊNCIA	UNI	NOVACRIL FAÇA FACIL	30	R$12,25	R$367,50
433	REFIL PARA COLA QUENTE GROSSO 11,5MM X 30CM	UNI	RENDICOLA ECONOMIC	50	R$1,30	R$65,00
435	SUPORTE PARA MONITOR COM NICHO, COR PRETA, PARA MONITORES ATÉ 23 POLEGADAS, COM DISCO GIRATÓRIO INTERNO E SISTEMA ANTI-DESLIZAMENTO NA BASE, MATERIAL RESISTENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 30 X 30 X 15 CM.	UNIDADE	MASTICMOL MASTICMOL	26	R$40,00	R$1.040,00
436	TAPETE TATAME: INFANTIL DE EVA ALFANUMÉRICO, COM 36 PEÇAS, DIMENSÕES DAS PEÇAS 30X30CM	UNIDADE	EVAMAX EVAMAX	5	R$147,17	R$735,85
442	TINTA GUACHE 250ML NAS CORES PRETO, VERDE ESCURO, BRANCO, MARROM, VERMELHO, ROSA, AZUL, AMARELO, ROXO E LARANAJA, A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DO EMPENHO.	UNI	pira pira	50	R$3,70	R$185,00
443	TINTA PARA CARIMBO - COR AZUL 40ML	UNI	radex radex	7	R$3,40	R$23,80
444	TINTA PVA 250ML NAS CORES PRETO, VERDE ESCURO, LARANJA, MARROM, VERMELHO, ROSA, AZUL, AMARELO, ROXO, PRATA METALICO, OURO METALICO, A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO.	UNI	ACRILEX ACRILEX	60	R$22,50	R$1.350,00
446	VERNIZ ACRILICO BRILHANTE COM 100ML	UNI	ACRILEX ACRILEX	8	R$10,00	R$80,00
448	PILHA PALITO ALCALINA AAA, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.	PACOTE	MAXPRINT MAXPRINT	620	R$2,18	R$1.351,60
449	ORGANIZADOR DE MESA PARA CANETAS, SUPORTE ARAMADO EM METAL COM PINTURA ELETROSTÁTICA, FORMATO: QUADRADO, COR: PRETO, DIMENSÕES DO PRODUTO: 8L X 8C X 10A (CENTÍMETROS).	UNIDADE	VIGHS VIGHS	20	R$7,00	R$140,00
458	BOBINA DE PLASTICO BOLHA, MEDIDAS: 1,20 X 100 METROS, 25 MICRAS.	UNIDADE	PLASTBOLHA PLASTBOLHA	2	R$116,35	R$232,70
460	BOBINA PAPEL, APARELHO OFTALMOLOGICO/ LABORATORIO 57MMX22MTS EXPESSURA DO PAPEL 56 GR	ROLO	PREMIER PREMIER	60	R$1,80	R$108,00
467	ENVELOPE AMARELO MEDIDAS APROXIMADAS 16X23CM	UNI	FILIMAIL 1.000 FILIMAIL		R$0,20	R$200,00
469	ETIQUETA INK/LASER 23X37MM A5, 25 ETIQUETAS POR FOLHA, CAIXA COM 10 FOLHAS	CAIXA	colacril colacril	10	R$15,11	R$151,10
480	MALETA ARQUIVO SLIM, COM 6 PASTAS SUSPENSAS, FEITA EM POLIPROPILENO, ATÓXICO, LEVE E RESISTENTE, DESIGN COM CANTOS ARREDONDADOS IDEAL PARA ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS. PRODUTO COM ELÁSTICO REFORÇADO E PONTEIRA DE PLÁSTICO, DIMENSÃO: 390MM X 90MM X 265MM - COR: PRETA	UNIDADE	dello dello	12	R$51,20	R$614,40
486	PINCEL CHATO Nº 421-2, CONDOR OU MARCA SIMILAR, COM CERDA SINTÉTICO SUAVE E CABO LONGO VERMELHO.	UNIDADE	CONDOR CONDOR	10	R$11,56	R$115,60
487	PINCEL CHATO Nº 421-4, CONDOR OU MARCA SIMILAR, COM CERDA SINTÉTICO SUAVE E CABO LONGO VERMELHO.	UNIDADE	CONDOR CONDOR	10	R$10,24	R$102,40
488	PINCEL CHATO Nº 421-6, CONDOR OU MARCA SIMILAR, COM CERDA SINTÉTICO SUAVE E CABO LONGO VERMELHO.	UNIDADE	CONDOR CONDOR	10	R$14,83	R$148,30
489	PINCEL CHATO Nº 421-8, CONDOR OU MARCA SIMILAR, COM CERDA SINTÉTICO SUAVE E CABO LONGO VERMELHO.	UNIDADE	CONDOR CONDOR	10	R$18,86	R$188,60
490	TELA DE ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA PARA PINTURA A ÓLEO, GUAGUE E ACRÍLICA, MOLDURA FABRICADA EM MADEIRA COM ESPESSURA DE 2CM, TAMANHO (CM): 15L X 20C, LINHA ARTESANATO.	UNIDADE	SOUZA SOUZA	50	R$10,75	R$537,50
491	TELA DE ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA PARA PINTURA A ÓLEO, GUAGUE E ACRÍLICA, MOLDURA FABRICADA COM MADEIRA, TAMANHO (LARGURA-COMPRIMENTO-ESPESSURA): 30CM X 40CM X 2CM, LINHA ARTESANATO.	UNIDADE	SOUZA SOUZA	30	R$11,50	R$345,00
493	GOMA LACA INCOLOR, EMBALAGEM COM 100ML.	UNIDADE	ACRILEX ACRILEX	4	R$10,80	R$43,20
494	BETUME DA JUDEIA EMBALAGEM COM 500 ML QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR DA ACRILEX	UNI	ACRILEX ACRILEX	2	R$48,33	R$96,66
				Total do Fornecedor:		R$17.455,55

15490 - K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

108	HASTES FLEXIVEIS COM PONTAS REVESTIDAS DE ALGODAO COM 75 UNIDADES	UNI	Nathy	30	R$1,65	R$49,50
				Total do Fornecedor:		R$49,50

40495 - COMERCIAL BEIRA RIO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
8	ARROZ AGULHINHA: TIPO 1, LONGO FINO, SUBGRUPO POLIDO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, COM TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR-SE QUEBRADIÇO A OLHO NU. EMBALAGEM DE 5KG	UNIDADE	Vitabom	200	R$18,89	R$3.778,00
10	AVEIA EM FLOCOS FINOS: AVEIA - INTEGRAL 100%NATURAL, EM FLOCOS FINOS, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE15% POR PESO. CONTÉM GLÚTEN, FONTE DE FIBRAS E MAGNÉSIO. EM UMA PORÇÃO DE 30G CONTENHA 105KCAL, 17G DE CARBOIDRATO, 4,2G DE PROTEÍNA, 2,2G DEGORDURA TOTAL, 0G DE GORDURA TRANS E 0,6G DESATURADA, 2,8G DE FIBRA E 0G DE SÓDIO. EMBALAGEM DE 400GR	UNIDADE	Naturale	60	R$4,52	R$271,20
13	BATATA PALHA: BATATA FRITA EM ÓLEO VEGETAL, FINA SEQUINHA, ISENTA DE ÁCIDO GRAXOS TRANS, LIVRE DE CONSERVANTES E CORANTES. EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	Mais Sabor	50	R$21,59	R$1.079,50
14	BALA: MASTIGÁVEL SABOR IOGURTE. EMBALAGEM 600GR	UNIDADE	Prodasa	100	R$8,62	R$862,00
19	BISCOITO SALGADO SEM LACTOSE: BISCOITO COM SAL -TIPO SALGADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS PERMITIDAS, ISENTO DE LACTOSE, PROTEÍNA DO LEITE E E/OU TRAÇOS DE LEITE, ACONDICIONADO EM PACOTE PLÁSTICO RESISTENTE. EMBALAGEM DE 330GR	UNIDADE	LIANE	50	R$4,36	R$218,00
22	AÇAFRÃO EM PÓ: HOMOGÊNEO, NA COR PARDO- AVERMELHADA, COM ODOR CARACTERÍSTICO E SABOR ACRE. EMBALAGEM DE 30GR	UNIDADE	D´mille	100	R$0,69	R$69,00
23	CANJICA BRANCA, PACOTE DE 500 GRAMAS, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE. INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS NA EMBALAGEM.	UNIDADE	D´mille	30	R$3,53	R$105,90
25	CANELA EM PÓ: FINA HOMOGÊNEA, OBTIDA DA CASCA DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS, GRÃOS SÃOS E LIMPOS, PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO. ASPECTO, CHEIRO AROMÁTICO E SABOR PRÓPRIO, LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPÉCIE. EMBALAGEM DE 10GR	UNIDADE	D´mille	100	R$0,69	R$69,00
26	CATCHUP: TIPO TRADICIONAL, COMPOSTO DE POLPA DE TOMATE, ÁGUA, AÇÚCAR, VINAGRE, SAL E CONDIMENTOS. EMBALAGEM CONTENDO 400GR	UNIDADE	DUSUL	50	R$4,15	R$207,50
27	CHIMICHURRI: TEMPERO COMPLETO EM FLOCOS:PIMENTA CALABRESA, PIMENTA DOCE, SALSA, ALHO EM FLOCOS, ORÉGANO, COMINHO, PIMENTA DO REINO ESAL. CHEIRO AROMÁTICO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPÉCIE, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO. EMBALAGEM DE 15GR	UNIDADE	D´mille	100	R$0,69	R$69,00
29	COCO RALADO: AMÊNDOAS DE COCO PURO, PARCIALMENTE DESIDRATADO, OBTIDO POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM UMIDADE MÁXIMA DE4% P/P E LIPÍDIOS ENTRE 35% A 60%, ISENTO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E RANÇO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. EMBALAGEM DE 100GR	UNIDADE	D´mille	50	R$3,19	R$159,50
32	ERVILHA EM CONSERVA: SIMPLES, GRÃOS INTEIROS, IMERSO EM LÍQUIDO. TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES. EMBALAGEM SACHÊ DE 170GR	UNIDADE	Olé	50	R$2,26	R$113,00
36	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL: OBTIDA DA MOAGEM DO TRIGO, DE COR BRANCA, ENRIQUECIDA COM ÁCIDO FÓLICO, FERRO, ISENTA DE SUJIDADE E SEM FERMENTO. EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	Adria	250	R$2,89	R$722,50
38	FARINHA DE MANDIOCA: TORRADA, SECA, FINA, TIPO 1,BRANCA. ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM ASPECTO, ODOR E SABOR PRÓPRIOS. EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	Monsil	50	R$4,48	R$224,00
41	FERMENTO BIOLÓGICO: TIPO GRANULADO SECO INSTANTÂNEO, COMPOSTO DE SACCHAR ORNY CESCER E VISIAL, AGENTE DE REIDRATAÇÃO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. EMBALAGEM DE 125GR	UNIDADE	atalaia	50	R$6,97	R$348,50
42	FERMENTO QUÍMICO: FERMENTO QUÍMICO - TIPO EM PÓ,COMPOSTO DE AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DEMANDIOCA, FOSFATO MONOCÀLCICO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. EMBALAGEM DE 250GR	UNIDADE	D´mille	50	R$6,03	R$301,50
43	FUBÁ: SIMPLES, DO GRÃO DE MILHO MOÍDO, DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE, FERMENTAÇÃO,RANÇO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO. TIPO FINO, 100% MILHO. EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	Zanin	30	R$1,45	R$43,50
44	GELATINA: COMESTÍVEL, SABORES VARIADOS, EMBALAGEM COM 20GR	UNIDADE	Trisant	300	R$1,08	R$324,00
45	LEITE DE CÔCO: LEITE DE COCO, ÁGUA E CONSERVADORES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO PRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. EMBALAGEM DE 200ML	UNIDADE	INGACOCO	100	R$2,19	R$219,00
48	LOURO EM FOLHAS, EM PACOTES DE 5 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE	D´mille	100	R$0,69	R$69,00
50	MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO ALETRIA: MASSA ALIMENTÍCIA - MACARRÃO TIPO ALETRIA, SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. MASSA COM OVOS E CORANTES NATURAIS. CONTÉM GLÚTEN. EM UMA PORÇÃO DE 80 G CONTENHA 283 KCAL, 60G DE CARBOIDRATO, 8,8 G DE PROTEÍNA, 0,9 G DE GORDURA TOTAL, 0 G DE GORDURA TRANS E SATURADA, 2G DE FIBRA E 0G DE SÓDIO. EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	LIANE	50	R$5,07	R$253,50
55	MANJERICÃO: UNIFORME, DESIDRATADO, BEM DESENVOLVIDO, SEM DANIFICAÇÕES FÍSICAS. ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO. EMBALAGEM DE 7GR	UNIDADE	D´mille	100	R$0,69	R$69,00
56	MILHO VERDE EM CONSERVA: SIMPLES, GRÃOS INTEIROS, IMERSO EM LÍQUIDO.TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES. EMBALAGEM SACHÊ DE 170GR	UNIDADE	Olé	150	R$2,97	R$445,50
61	ORÉGANO: EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPÉCIMESVEGETAIS GENUÍNOS, GRÃOS SÃOS E LIMPOS, DECOLORAÇÃO VERDE PARDACENTA, COM CHEIROAROMÁTICO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE SUJIDADES EMATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPÉCIE,ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE,ATÓXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO. EMBALAGEM DE 100GR	UNIDADE	D´mille	100	R$3,02	R$302,00
62	POLVILHO AZEDO: BRANCO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	D´mille	30	R$5,87	R$176,10
67	SAL REFINADO: IODADO, COM NO MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO, ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO. EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	pop	120	R$1,75	R$210,00
70	SUCO DE FRUTAS PRONTO: DIVERSOS SABORES. A ESCOLHER NA EMISSÃO DA ORDEM DE COMPRA. EMBALAGEM TETRA PAK COM 01 LITRO.	UNIDADE	Aki	150	R$5,42	R$813,00
72	TRIGO PARA QUIBE: TRIGO EM GRÃO INTEGRAL, TORRADO E MOÍDO. EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	D´mille	20	R$2,79	R$55,80
73	UVA PASSA: UVA DESIDRATADA ESCURA. EMBALAGEM A VÁCUO 500GR.	UNIDADE	D´mille	20	R$8,49	R$169,80
75	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE: SEM RECHEIO - TIPO BOLACHA, SEM LACTOSE, COMPOSTA DE FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. BISCOITO DOCE ISENTO DE LACTOSE, PROTEÍNA DO LEITE E/OU TRAÇOS DE LEITE. SABORES DIVERSOS: COCO, LEITE, MAISENA, MARIA, CHOCOLATE E NATA. EMBALAGEM DE 330GR	UNIDADE	LIANE	50	R$4,36	R$218,00
91	CREME DENTAL INFANTIL: BISNAGA PLÁSTICA COM 50GR, SEMFLÚOR DIVERSOS SABORES	UNIDADE	Freedent Kids	100	R$3,00	R$300,00
94	APARELHO DE BARBEAR: COM 02 (DUAS) LÂMINAS PARALELAS, EM AÇO INOXIDÁVEL; CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE; COM FITA LUBRIFICANTE; EMBALAGEM COM 02 (DUAS) UNIDADES. VÁRIAS CORES	UNIDADE	Fiat Lux	100	R$2,69	R$269,00
106	ESPONJA PARA BANHO: MACIA E ANATÔMICO, TEXTURA HIPOALERGÊNICA.	UNIDADE	Ober Fresh	150	R$1,29	R$193,50
113	LENÇO UMEDECIDO ÍNTIMO: DERMATOLOGICAMENTE TESTADO COM 48 UNIDADES	UNIDADE	Baby Free	150	R$3,16	R$474,00
116	PROTETOR SOLAR: FPS 50 COM 120ML	UNIDADE	Action	100	R$9,49	R$949,00
117	REPELENTE DE ISENTOS: AÇÃO REPELENTE P/ BORRACHUDOS,MURIÇOCAS, EMBALAGEM COM 200ML	UNIDADE	Action	30	R$8,99	R$269,70
118	SABONETE: EM BARRA PERFUMADO. EMBALAGEM COM 90GR	UNIDADE	Cliss	350	R$0,89	R$311,50
119	SABONETE USO INFANTIL: PH NEUTRO, APROXIMADAMENTE 80G.TESTADO DERMATOLOGICAMENTE E HIPOALERGÊNICO.	UNIDADE	123 BABY	100	R$2,53	R$253,00
129	BACIA PLÁSTICA: MATERIAL RESISTENTE, CAPACIDADE 18 LITROS	UNIDADE	ARQ PLAST	10	R$10,53	R$105,30
130	BALDE DE PLÁSTICO, CAPACIDADE PARA 15 LITROS, MATERIAL RESISTENTE DE ALTA QUALIDADE E	UNIDADE	ARQ PLAST	30	R$8,64	R$259,20

	DURABILIDADE. CORES: CINZA, VERDE, AZUL, AMARELO E VERMELHO. CORES A DECIDIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DO EMPENHO.					
140	ESCOVA DE LAVAR ROUPA: FORMATO OVAL, CERDAS DE POLIPROPILENO,BASE PLÁSTICA	UNIDADE	DALCIN	20	R$2,25	R$45,00
141	ESCOVA SANITÁRIA, MATERIAL CERDAS NAYLON, MATERIAL CABO PLÁSTICO, APLICAÇÃO LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO COM SUPORTE	UNI	DALCIN	40	R$5,45	R$218,00
142	ESPONJA DE LIMPEZA, MATERIAL LÃ DE AÇO CARBONO, FORMATO RETANGULAR, APLICAÇÃO UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, COMPRIMENTO MÍNIMO 90 MM, LARGURA MÍNIMA 40 MM, PESO LÍQUIDO MÍNIMO 42G/ PACOTE COM 8 UNIDADES	PACOTE	Reluz	120	R$1,55	R$186,00
145	INSETICIDA AEROSOL APROXIMADAMENTE 300 ML / 177GR	UNI	buzz	40	R$7,34	R$293,60
148	LIXEIRA: CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, COM TAMPA,CAPACIDADE 100 LITROS	UNIDADE	ARQ PLAST	6	R$86,32	R$517,92
149	LIXEIRA: CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, COM TAMPA, CAPACIDADE 50 LITROS	UNIDADE	ARQ PLAST	6	R$31,50	R$189,00
150	LUSTRA MOVEIS, 500 ML	UNI	Worker	10	R$6,45	R$64,50
152	PA DE LIXO METAL CABO LONGO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 60 CM.	UNI	locatelli	11	R$4,99	R$54,89
154	SAPONÁCEO CREMOSO: COM TENSOATIVO ANIÔNICOS E BIODEGRADÁVEIS, AGENTES ABRASIVOS ANIÔNICOS E BRANQUEADOR, ESPUMANTE E FRAGRÂNCIA, EMBALAGEM 300ML	UNIDADE	CASA LIMPA	10	R$4,45	R$44,50
156	PRENDEDOR DE ROUPA EM PLÁSTICO: EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	PACOTE	Reluz	30	R$1,55	R$46,50
157	PRENDEDOR DE ROUPA EM MADEIRA: EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	PACOTE	Reluz	30	R$1,39	R$41,70
159	RODO PASSA CERA MULTIUSO, ESPUMA MACIA PARA PISO E MADEIRA , RODO COM 28 CM DE COMPRIMENTO E CABO DE 120 CM.	UNIDADE	Apolo	6	R$4,49	R$26,94
160	SABÃO EM BARRA GLICERINADO, NEUTRO, 200 GRAMAS. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, PACOTE COM 5 UNIDADES.	PACOTE	UNIC	80	R$6,93	R$554,40
161	SABÃO EM PÓ, APLICAÇÃO PARA LAVAR ROUPAS E LIMPEZA EM GERAL, EMBALAGEM COM 1,6 KG. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS TIXAN IPE, OMO, BRILHANTE, ASSIM E MINUANO.	PACOTE	Mr Clean	320	R$6,81	R$2.179,20
163	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL GLICERINADO, ACONDICIONADO EM FRASCO COM CONTEÚDO MÍNIMO DE 400 ML, HIPOALERGÊNICO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM FÓRMULA SUAVE, INDICADO PARA A HIGIENE DA PELE INFANTIL.	UNIDADE	Biorama	150	R$5,07	R$760,50
170	VASSOURA CAIPIRA DE PALHA NATURAL REFORÇADA, 30 CM DE LARGURA E 50 CM DE ALTURA, COM 3 FIOS DE AMARRAÇÃO E 3 ALTURAS DE AMARRILHO EM SUAS PALHAS - CERDAS DE PALHA NATURAL DE ALTA QUALIDADE E DURABILIDADE, COM CABO DE MADEIRA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20CM - MATERIAL LEVE E ROBUSTO PROPORCIONANDO UMA VARREDURA EFICAZ.	UNIDADE	Apolo	130	R$14,82	R$1.926,60
178	BANHEIRA INFANTIL: DE PLÁSTICO, COM CAPACIDADE ENTRE 22L A 35L, COR AZUL E ROSA, COR A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO.	UNIDADE	ARQ PLAST	10	R$22,53	R$225,30
189	CESTO DE LIXO TELADO, CAPACIDADE PARA 10 LITROS	UNI	ARQ PLAST	20	R$4,09	R$81,80
198	LIXEIRA MATERIAL PLASTICO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTENCIA, CAPACIDADE PARA 60 LITROS TIPO COM TAMPA E PEDAL ACOPLADOS	UNI	ARQ PLAST	15	R$68,95	R$1.034,25
201	LUVA DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, RELEVO ANTIDERRAPANTE NA PALMA E PONTA DOS DEDOS, DETALHES DE RANHURA NO PUNHO, AVELUDADA INTERNAMENTE EM VERNIZ SILVER, DISPENSA O USO DE TALCO; CORES: AZUL E AMARELA; TAMANHOS: PEQUENA, MÉDIA E GRANDE. COR E TAMANHO A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO DO EMPENHO.	PAR	medix	200	R$1,91	R$382,00
202	LUSTRADOR MÓVEIS, COMPONENTES CERAS NATURAIS, AROMATIZADO, APLICAÇÃO MÓVEIS E SUPERFÍCIES LISAS. EMBALAGEM DE 200ML.	UNI	Worker	10	R$3,69	R$36,90
207	SACO DE ALGODAO CRU SEM ALVEJAR, MEDIDAS APROXIMADAS 50X70 CM	UNI	martins	60	R$4,19	R$251,40
211	PAPEL ALUMÍNIO: MATERIAL ALUMÍNIO, COMPRIMENTO7,50 M, LARGURA 30 CM, APRESENTAÇÃO ROLO.	UNIDADE	termica	20	R$4,66	R$93,20
213	PANO DE PRATO: 100% ALGODÃO, TAMANHO 40X60CMCOM BAINHA.	UNIDADE	martins	60	R$1,96	R$117,60
231	PRATO: DE PLÁSTICO, COM ALTA DURABILIDADE, LIVRE DE BPA, APROXIMADAMENTE 21CM DE DIÂMETRO	UNIDADE	Oi	60	R$2,06	R$123,60
247	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMÍNIO COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE 12 LITROS, APROVADA PELO IMETRO	UNIDADE	NIGRO	2	R$465,50	R$931,00
305	FILTRO DE PAPEL PARA CAFE, 103, PACOTE COM 30 UNIDADES	PACOTE	Bom Jesus	100	R$2,96	R$296,00
309	FILTRO DE PAPEL PARA CAFE, 103, PACOTE COM 30 UNIDADES	UNI	Bom Jesus	100	R$2,96	R$296,00
313	GARRAFA TERMICA, CAPACIDADE DE 1,8 LITROS COM VALVULA PUMP.	UNI	INVICTA	15	R$66,17	R$992,55
314	GARRAFA TÉRMICA, CAPACIDADE DE 1 LITRO, COM VÁLVULA PUMP.	UNI	INVICTA	15	R$48,49	R$727,35
315	GUARDANAPO DE TECIDO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 60CM DE COMPRIMENTO E 40CM DE LARGURA.	UNI	martins	120	R$2,60	R$312,00
				Total do Fornecedor:		R$28.400,70

45705 - LAPIS DE COR LIVRARIA E PAPELARIA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
332	ALFINETES MARCADORES CAIXA COM 100	CAIXA	leonora leonora	8	R$6,40	R$51,20
337	BOMBA DE AR: PARA ENCHER BOLAS. PRESSÃO MÁXIMA 200PSI, DIMENSÕES APROX. 5X0,021X5CM	UNIDADE	POKER POKER	2	R$14,50	R$29,00
339	BLOCO ADESIVO PARA ANOTACOES, AMARELO, TAM. 38X51MM, EMBALAGEM COM 4 BLOCOS COM 100 FOLHAS.	UNI	masterprint masterprint	35	R$3,70	R$129,50
340	BLOCO ADESIVO PARA ANOTACOES, AMARELO, TAM. 76X76MM, PACOTE COM 100 FOLHAS	UNI	masterprint masterprint	90	R$1,83	R$164,70
342	BLOCOS DE MONTAR: COM NO MÍNIMO AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: CONTENDO 500 PEÇAS COM DIVERSOS TAMANHOS, CORES SORTIDAS, COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. COM ÓTIMO ENCAIXE E COM PINOS GRANDES	UNIDADE	OEM OEM	10	R$100,00	R$1.000,00
345	CANETA ESFEROGRÁFICA CRISTAL CORES DIVERSAS, PONTA MÉDIA (1.0 MM), PONTA DE LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO DE 1MM, RESINAS TERMOPLÁSTICAS, TINTA Á BASE DE CORANTES ORGANICOS E SOLVENTE, CARGA REMOVIVEL NÃO ROSQUEAVEL, CORPO EM PLASTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADA, COM SUSPIRO LATERAL, COM TAMPA ANTI SUFOCANTE, NA COR DA TINTA , EM SEU CORPO CONTENDO MARCA DO PRODUTO, COM SELO DO INMETRO ESTAMPADO NA EMBALAGEM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA BIC (ESCOLHA DA COR NO PEDIDO: VERMELHA, PRETA OU AZUL)	UNIDADE	bic bic	800	R$0,72	R$576,00
348	CANETA MARCADOR PARA RETROPROJETOR, CORES DIVERSAS , PONTA MEDIA 2.0MM, ARREDONDADA, TINTA PERMANENTE, RESINAS TERMOPLASTICAS, TINTA A BASE DE ALCOOL, CORANTES, RESINAS, SOLVENTES, ADITIVOS E PONTA DE POLIESTER, COM SELO DO INMETRO NA EMBALAGEM FAB. NACIONAL, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS PILOT OU FABER CASTELL. DEFINIÇÃO DA COR NO PEDIDO (AZUL, PRETA)	UNIDADE	VIGHS VIGHS	72	R$1,37	R$98,64
350	CADERNO ESCOLAR: 48 FOLHAS, PEQUENO, CAPA DURA, FOLHA BRANCA PAUTADA, BROCHURA COM APROX. 21X14CM - CORES AZUL, VERDE, VERMELHO, ROSA, ROXO, AMARELO - CORES A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	CREDEAL CREDEAL	100	R$3,10	R$310,00
351	CADERNO ESCOLAR: 48 FOLHAS, GRANDE, CAPA DURA, FOLHA BRANCA PAUTADA, BROCHURA COM APROX. 27,5 X20CM- CORES AZUL, VERDE, VERMELHO, PRETO, ROSA, ROXO, AMARELO - CORES A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	CREDEAL CREDEAL	100	R$5,10	R$510,00
352	CADERNO ESCOLAR GRANDE: 96 FOLHAS, CAPA DURA, FOLHA BRANCA PAUTADA, BROCHURA COM APROX. 27,5 X20CM - CORES AZUL, VERDE, VERMELHO, ROSA, ROXO, AMARELO - CORES A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	CREDEAL CREDEAL	100	R$7,10	R$710,00
353	CADERNO DE DESENHO ESCOLAR: GRANDE, 96 FOLHAS, FOLHAS BRANCAS, SEM PAUTA, BROCHURA COM APROX. 27,5X20CM, CAPA DURA - CORES AZUL, VERDE, VERMELHO, ROSA, ROXO, AMARELO - CORES A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	CREDEAL CREDEAL	100	R$10,00	R$1.000,00
355	CADERNO UNIVERSITÁRIO: 12 MATÉRIAS, CAPA DURA, COM ESPIRAL, 192 FOLHAS, FOLHA BRANCO COM PAUTA, COM APROX. 27,5X20CM - ESTAMPA A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO, SENDO AS OPÇÕES FEMININO E MASCULINO	UNIDADE	CREDEAL CREDEAL	20	R$16,80	R$336,00
357	CARTOLINA: TAMANHO A4 COR BRANCA (PACOTE C/ 50 FOLHAS)	PACOTE	REPORT REPORT	30	R$4,95	R$148,50
359	CLIPS Nº 10, FABRICADO EM ACO GALVANIZADO, CAIXA COM 500 GRAMAS.	CAIXA	BACCHI BACCHI	10	R$10,35	R$103,50
364	COLA EM BASTÃO 10G, NÃO TÓXICA, COM SELO DO INMETRO NA EMBALAGEM	UNI	leonora leonora	60	R$0,75	R$45,00

366	COLA BRANCA LIQUIDA, FRASCO DE 35 G, LAVAVEL, NÃO TOXICA, COMPOSIÇÃO: ACETATO DE POLIVINILA; TAMPA GIRATÓRIA, COM MARCA DO FABRICANTE, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UNI	frama frama	80	R$1,00	R$80,00
372	ENVELOPE AMARELO MEDIDAS APROXIMADAS 34X24CM	UNI	Scrity Scrity 1.250		R$0,34	R$425,00
374	FITA ADESIVA CREPE 19X50 MM COMPOSIÇÃO COLA AQUOSA, ATÓXICA EM PAPEL CREPADO, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS OPÇÕES ADELBRAS E ATLAS	UNI	ADERE ADERE	80	R$4,05	R$324,00
375	FITA ADESIVA DUPLA FACE COM FIXAÇÃO EXTREMA E PEMANENTE (20 CM SUPORTA 5 KG, SUBSTITUI USO DE PREGOS E PARAFUSOS), MEDIDAS 24MM X 2M	UNI	ADELBRAS ADELBRAS	10	R$24,70	R$247,00
376	PISTOLA DE COLA QUENTE PARA REFIL GROSSO 11,5X30 CM	UNI	leonora leonora	4	R$17,20	R$68,80
377	ESTILETE PROFISSIONAL EMBORRACHADO COM TRAVA 18MM	UNI	Fertak Fertak	6	R$7,10	R$42,60
378	FITA DE EMPACOTAMENTO TRANSPARENTE, TAMANHO: 48MM X 100M, COMPOSIÇÃO: FILME DE POLIPROPILENO (BOPP) COM COLA ADESIVA ACRILICA.	UNIDADE	ADERE ADERE	230	R$6,72	R$1.545,60
381	FOLHA DE EVA 2MM MEDINDO 60X40CM DIVERSAS CORES, A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNI	leonora leonora	90	R$1,50	R$135,00
382	FOLHA DE EVA COM GLITER 2MM MEDINDO 60X40CM DIVERSAS CORES (PINK, AMARELO,AZUL, PRATEADO, VERMELHO, VERDE, DOURADO, ROXO), A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNI	leonora leonora	140	R$3,22	R$450,80
397	LIVRO ATA 100 FOLHAS COSTURADO CAPA DURA PRETO MEDINDO 210 X 300MM	UNI	TILIBRA TILIBRA	20	R$12,35	R$247,00
405	PAPEL CREPON LISO DIVERSAS CORES (ROSA,PINK, AMARELA, PRETA, VERMELHA, BRANCO, AZUL E VERDE) A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNI	VMP VMP	130	R$1,30	R$169,00
408	PASTA EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE: COM ABA E ELASTICO TAMANHO OFICIO 335X235 MM	UNIDADE	acp acp	20	R$1,98	R$39,60
410	PASTA CATALOGO, COR PRETA, TAMANHO A4, COM 40 PLASTICOS.	UNI	acp acp	22	R$13,20	R$290,40
411	PASTA DE POLIPROPILENO COM ELÁSTICO: BRANCA TRANSPARENTE, COM ALTURA APROX. DE 4 CM, TAMANHO A4	UNIDADE	acp acp	20	R$3,55	R$71,00
412	PASTA DE PLASTICO TRASPARENTE EM L TAMANHO A4	UNI	DAC DAC	70	R$0,69	R$48,30
416	PASTA SANFONADA PLASTICA A4 COM 31 DIVISORIAS TRANSPARENTES	UNI	DAC DAC	18	R$31,55	R$567,90
417	PASTA SUSPENSA: MARMORIZADA, COM 4 PONTEIRAS PLÁSTICAS, 1 VISOR, 1 ETIQUETA, 1 GRAMPO PLÁSTICO, GRAMATURA APROX. 336G/ M2	UNIDADE	frama frama	20	R$2,12	R$42,40
425	PISTOLA DE COLA QUENTE: PARA REFIL FINO 7,0 MMX30CM	UNIDADE	leonora leonora	2	R$12,80	R$25,60
426	PAPEL ALTO ADESIVO CON-TACT, TRANSPARENTE, 450 MMX25 M.	ROLO	leonora leonora	2	R$70,90	R$141,80
434	RÉGUA TRANSPARENTE, ACRILICA, COM 30 CM DE COMPRIMENTO, 0,4MM DE ESPESSURA, E 3,05 CM DE LARGURA. COM DIVISÃO EM MILÍMETROS, DEMARCADA DE FORMA CLARA E PRECISA EM SILK-SCREEN, NA COR PRETA.	UNI	FAÇA FACIL FAÇA FACIL	60	R$1,38	R$82,80
441	TINTA PARA TECIDO POTE COM 37ML, CORES VARIADAS	UNI	ACRILEX ACRILEX	180	R$4,80	R$864,00
445	TNT TECIDO LISO 40G- NÃO TECIDO, ROLO COM 1.40 X 50M NAS CORES ROSA, BRANCO, AZUL, VERMELHO A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	ROLO	santa fé santa fé	16	R$75,00	R$1.200,00
450	EXTRATOR DE GRAMPO, TAMANHO APROXIMADO: 141X18X10MM, CROMADO, RESISTENTE, ALTA DURABILIDADE, PROPRIO PARA EXTRAIR GRAMPOS 24/6, 26/6, 26/8	UNI	MAXCRIL MAXCRIL	10	R$1,20	R$12,00
463	CAIXA CORRESPONDENCIA INDIVIDUAL CRISTAL. SUPORTE EM ACRILICO DE MESA.	UNI	MAXCRIL MAXCRIL	5	R$10,95	R$54,75
464	MAQUINA DE CALCULAR, PROFISSIONAL DE MESA COM BOBINA, 12 DIGITOS	UNI	CASIO CASIO	1	R$354,00	R$354,00
465	CANETA FIXA CHAPÉU EM ALUMINIO COM SUPORTE PARA REPOUSO NA VERTICAL E CORRENTE DE 50 CM	UNI	Caneta Fixa Caneta Fixa	6	R$21,50	R$129,00
466	MOLHA DEDO, EM PASTA, COMPOSIÇÃO: ACIDO GRAXO, GLICOIS, CORANTE ALIMENTICIO E ESSÊNCIA AROMATICA, POTE COM 12G.	UNI	MAXCRIL MAXCRIL	20	R$2,40	R$48,00
473	COLA DE SILICONE LÍQUIDA PARA ARTESANATO, EMBALAGEM COM 100 ML.	UNIDADE	leonora leonora	12	R$3,90	R$46,80
476	PAPEL FOTOGRÁFICO FOTO 180G, PREMIUM BRILHANTE, DIMENSÕES: A4 - 210MM X 297MM, PACOTE COM 100 FOLHAS	PACOTE	masterprint masterprint	2	R$11,50	R$23,00
477	PAPEL KRAFT 80G, DIMENSAO APROXIMADA 60CM X 150MTS, COM PESO APROXIMADO DE 10KG.	ROLO	Scrity Scrity	1	R$120,90	R$120,90
478	PASTA ACRILICA TRANSPARENTE COM ABA E ELASTICO TAMANHO OFICIO 335X235 MM	UNI	acp acp	20	R$1,98	R$39,60
479	PASTA COM ELÁSTICO, BRANCA TRANSPARENTE, COM ALTURA DE 4CM, TAMANHO A4	UNI	acp acp	30	R$3,55	R$106,50
492	SOLVENTE DILUENTE 100ML, PARA VERNIZ VITRAL E DILUIÇÃO DE TINTAS E LIMPEZA DE PINCEIS.	UNIDADE	ACRILEX ACRILEX	5	R$11,99	R$59,95
				Total do Fornecedor:		R$13.315,14

46221 - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
132	CERA ACRÍLICA INCOLOR (PROPILENO, POLIETILENO, PLASTIFICANTE, RESINAS ACRÍLICAS E ALCALI SOLÚVEIS) GALÃO DE 5 LITROS	GALAO	KARINA	18	R$77,78	R$1.400,04
147	LIMPADOR CONCENTRADO PERFUMADO DE USO EM GERAL, GALAO COM 5 LITROS (NONIFENOL POLIGLICOL ETER, CONSERVANTES, ESSÊNCIAS FRAGRÂNCIA) DILUIÇÃO EM ATÉ 300 LITROSETER, CONSERVANTES, ESSENCIAS FRAGANCIA) DILUICAO EM ATE 300 LITROS.	GALAO	veryclean bte	200	R$33,82	R$6.764,00
151	LUVA DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, RELEVO ANTIDERRAPANTE NA PALMA E PONTA DOS DEDOS, DETALHES DE RANHURA NO PUNHO, AVELUDADA INTERNAMENTE EM VERNIZ SILVER, DISPENSA O USO DE TALCO; CORES: AZUL E AMARELA; TAMANHOS: PEQUENA, MÉDIA E GRANDE. COR E TAMANHO A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO DO EMPENHO.	UNIDADE	medix	50	R$3,81	R$190,50
164	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO PERFUMADO, ACIDEZ NEUTRO, APLICAÇÃO REFIL PARA SABONETEIRA LÍQUIDO 800 ML	UNI	premisse	230	R$6,60	R$1.518,00
193	DISPENSER COM FIXAÇÃO EM PAREDE, PARA PAPEL HIGIENICO, ROLO DE 300 M	UNI	premisse	15	R$22,01	R$330,15
				Total do Fornecedor:		R$10.202,69

46361 - ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
96	CONDICIONADOR PARA CABELOS ADULTOS: PARA TODOS OS TIPOSDE CABELOSFEMININO E MASCULINO, EMBALAGEM COM 350ML	UNIDADE	DARLING DARLING	200	R$9,28	R$1.856,00
99	CREME DE PENTEAR PARA CABELOS: USO ADULTO, SEMENXAGUE, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, EMBALAGEM DE 300ML	UNIDADE	SEDA SEDA	130	R$11,24	R$1.461,20
101	DESODORANTE ROLLON: ANTITRANSPIRANTE, FRASCO COM NOMÍNIMO 50ML. MASCULINO E FEMININO	UNIDADE	RED APPLE RED APPLE	150	R$5,50	R$825,00
110	HIDRATANTE CORPORAL: FRASCO EM PLÁSTICO COM TAMPA ARTICULADA PARA FACILITAR A ABERTURA, EMBALAGEM COM 400ML	UNIDADE	SKALA SKALA	60	R$13,78	R$826,80
120	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL, AROMA NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 500ML. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS YPE, LIMPOL OU MINUANO.	UNIDADE	LIMPOL LIMPOL	700	R$2,90	R$2.030,00
182	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL: COM ELÁSTICO NAS PERNAS, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRA ANTIVAZAMENTO, COM GEL ABSORVENTE, PROTEÇÃO ATÉ 12 HORAS, HIPOALERGÊNICO, TAMANHO P, M, G, XG E XXG.	UNIDADE	HUGGIES HUGGIES	20.000	R$1,55	R$31.000,00
327	BALÃO LATEX (BEXIGAS) LISO Nº07 PACOTE COM 50 UNIDADES - CORES VARIADAS- AMARELO, AZUL, BRANCO, LARANJA, ROSA, VERMELHO- CORES A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	PACOTE	PARANÁ FEST PARANÁ FEST	80	R$7,86	R$628,80
335	BOLA PARA FUTEBOL: MATERIAL LAMINADO PV, CIRCUFERÊNCIA APROX. 68-70CM	UNIDADE	ALPHA ALPHA	10	R$46,13	R$461,30
354	CADERNO ESCOLAR CALIGRAFIA: GRANDE, 96 FOLHAS, CAPA DURA, FOLHA BRANCA PAUTADA ESPECIFICAMENTE PARA CALIGRAFIA, BROCHURA COM APROX. 27,5X20CM - CORES AZUL, VERDE, VERMELHO, ROSA, ROXO, AMARELO - CORES A DEFINIR QUANDO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO	UNIDADE	JANDAIA JANDAIA	100	R$8,48	R$848,00
				Total do Fornecedor:		R$39.937,10

50474 - SUPERMERCADO IPE DE PARANAVAI LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	CHÁ MATE TOSTADO A GRANEL, SABOR NATURAL, DE 1ª QUALIDADE, ISENTO DE SUJIDADES, FRAGMENTOS DE INSETOS E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS, EMBALADO EM CAIXA COM PESO LÍQUIDO	CAIXA	PICOLO	400	R$3,70	R$1.480,00

	DE NO MÍNIMO 250 G, DEVENDO CONSTAR DE FORMA LEGÍVEL, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, BEM COMO O NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.					
6	ÁGUA DE COCO DE 1 LITRO - ÁGUA DE COCO ESTERILIZADA ACONDICIONADA EM CAIXINHAS DE 1 (UM) LITRO, DE 1ª QUALIDADE, CONSTANDO A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE NAS CAIXINHAS INDIVIDUAIS.	UNIDADE	VITCOCO	50	R$10,98	R$549,00
7	AMIDO DE MILHO: O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, MISTURA E PESO INSATISFATÓRIO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA E DEVE CONSTAR DATA DEFABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO 1 MÊS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	DO ZE	50	R$3,29	R$164,50
16	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA: BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE DIVERSOS SABORES, COMPOSIÇÃO BÁSICA, FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS. CONTÉM GLÚTEN. ISENTO DE GORDURA TRANS. EMBALAGEM DE 600GR	UNIDADE	TODESCHINI	200	R$7,18	R$1.436,00
21	CAFÉ TORRADO E MOIDO, DE 1° QUALIDADE, INTENSIDADE TRADICIONAL (8) COM AROMA INTENSO, TORRAGEM MAIS ESCURA, TIPO DO GRÃO ARABICO, EMPACOTADO A VÁCUO PURO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G, INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR, COM CERTIFICAÇÃO "ABIC".	PACOTE	3 corações	1.000	R$25,98	R$25.980,00
31	DOCE DE LEITE EM PASTA: LEITE PASTEURIZADO INTEGRAL E /OU LEITE EM PÓ RECONSTITUIDO, AÇUCAR CONCENTRADO PROTEICO DE SORO DE LEITE, BICARBONATO DE SÓDIO, ENZIMA LACTASE E CONSERVADOR SORBATO DE POTASSIO. NÃO DEVE CONTER GLÚTEN. DEVE APRESENTAR SELO DO SIF. PODE CONTER OS ADITIVOS PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO, EMBALAGEM DE 400GR	UNIDADE	frimesa	100	R$10,00	R$1.000,00
34	FAROFA PRONTA: TIPO TRADICIONAL, SABOR AROMATIZADO IDÊNTICO AO NATURAL, FARINHA DE MANDIOCA TEMPERADA. EMBALAGEM 400GR	UNIDADE	PINDUCA	30	R$5,99	R$179,70
35	FARINHA DE MILHO: FLOCÃO, PRÉ-COZIDA, OBTIDA DO GRÃO DO MILHO TORRADO E PENEIRADO, NA COR AMARELA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	SAILIC	20	R$2,95	R$59,00
37	FARINHA LÁCTEA: SUPLEMENTO ALIMENTAR - A BASE DE FARINHA DE TRIGO TORRADA, LEITE (MISTURA LÁCTEA), INGREDIENTES: FARINHA DE CEREAIS, VITAMINAS, MINERAIS E OUTROS PRODUTOS PERMITIDOS, EM PÓ, ACONDICIONADO EM LATA APROPRIADA, HERMETICAMENTE FECHADA. FARINHA LÁCTEA TRADICIONAL COM SABOR NATURAL. EMBALAGEM LATA 360GR	UNIDADE	nestle	30	R$22,00	R$660,00
39	FEIJÃO CARIOCA: TIPO 1, NOVO, CONSTITUÍDO DEGRÃOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDAEM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES EMISTURAS DE OUTRAS ESPÉCIES. CONSTITUÍDO DE NO MÍNIMO 95% DE GRÃOS INTEIROS E CORRESPONDENTES À VARIEDADE NO TAMANHO E COR. EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	PEROLA BRANCA	150	R$10,30	R$1.545,00
40	FEIJÃO PRETO:TIPO 1, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS, COM TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES EMISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO. CONSTITUÍDO DENO MÍNIMO 95% DE GRÃOS INTEIROS E ORRESPONDENTES À VARIEDADE NO TAMANHO E COR. EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	GRAO DE OURO	50	R$7,90	R$395,00
51	MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO ESPAGUETE: MASSA ALIMENTÍCIA - MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CORANTES NATURAIS: URUCUM E CÚRCUMA. CONTÉM GLÚTEN. EM UMA PORÇÃO DE 80G CONTENHA 283 KCAL, 60G DE CARBOIDRATO, 8,8 G DE PROTEÍNA, 0,9 G DE GORDURA TOTAL, 0G DE GORDURA TRANS E SATURADA, 2 G DE FIBRA E 0 G DE SÓDIO. EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	joia	50	R$2,58	R$129,00
52	MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO PARAFUSO: MASSA ALIMENTÍCIA - MACARRÃO TIPO PARAFUSO, CONTÉM SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDOFÓLICO, CORANTES NATURAIS: URUCUM E CÚRCUMA. CONTÉM GLÚTEN. EM UMA PORÇÃO DE 80G CONTENHA 283 KCAL, 60G DE CARBOIDRATO, 8,8G DE PROTEÍNA, 0,9G DE GORDURA TOTAL, 0G DE GORDURA TRANS ESATURADA, 2G DE FIBRA E 0G DE SÓDIO. EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	joia	200	R$2,58	R$516,00
53	MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO PADRE NOSSO: MASSA ALIMENTÍCIA, CONTÉM SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CORANTES NATURAIS: URUCUM E CÚRCUMA. CONTÉM GLÚTEN. EM UMA PORÇÃO DE 80G CONTENHA 283 KCAL, 60G DE CARBOIDRATO, 8,8G DE PROTEÍNA, 0,9G DE GORDURA TOTAL, 0G DE GORDURA TRANS E SATURADA, 2G DE FIBRA E 0G DE SÓDIO. EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	joia	100	R$2,58	R$258,00
54	MAIONESE, TRADICIONAL, ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, AMIDO MODIFICADO, VINAGRE, AÇÚCAR, OVO, SAL, CLORETO DE POTÁSSIO, SUCO DE LIMÃO, AROMATIZANTES, CONSERVADOR ÁCIDO SÓRBICO, ESTABILIZANTE GOMA XANTANA, ACIDULANTE ÁCIDO FOSFÓRICO, SEQUESTRANTE EDTA CÁLCIO DISSÓDICO E CORANTE NATURAL PÁPRICA. EMBALAGEM, DE 500G	UNIDADE	SUAVIT	150	R$6,75	R$1.012,50
69	SELETA DE LEGUMES: SIMPLES, GRÃOS INTEIROS, IMERSO EM LÍQUIDO. TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES. EMBALAGEM SACHÊ DE 170GR	UNIDADE	BONARE	100	R$4,15	R$415,00
71	TAPIOCA: FARINHA DE MANDIOCA - TIPO GOMA DETAPIOCA, FÉCULA EXTRAÍDA DA MANDIOCA, SUBSTÂNCIAFARINÁCEA, NA COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADES, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, TAPIOCA GRANULADA TIPO I. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	LOPES	50	R$7,98	R$399,00
78	PASTA DE AMENDOIM TRADICIONAL: DOCES EM PASTA -PASTA DE AMENDOIM TRADICIONAL. PRODUZIDA COM O AMENDOIM TORRADO. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, SEM GLÚTEN E ZERO LACTOSE. EM UMA PORÇÃO DE 15GCONTENHA 92 KCAL, 1,4G DE CARBOIDRATO, 4,5G DEPROTEÍNA, 7,6G DE GORDURA TOTAL, 0G DE GORDURA TRANS, 1G GORDURA SATURADA, 1,2G DE FIBRA E 0G DE SÓDIO. EMBALAGEM DE 500GR	UNIDADE	MANIFORCE	20	R$17,50	R$350,00
114	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, FOLHA DUPLA, ROLO COM 60 METROS, PICOTADO, GOFRADO, 100% CELULOSE, NEUTRO, PACOTE COM 04 ROLOS. FOLHA DUPLA QUE GARANTA RESISTENCIA, MACIEZ E CONFORTO DURANTE O USO.	PACOTE	tropicos	600	R$10,98	R$6.588,00
128	BACIA PLÁSTICA: MATERIAL RESISTENTE, COR BRANCA, 3,3 LITROS	UNIDADE	ARQ PLAST	10	R$9,79	R$97,90
133	CORDA DE NYLON (SINTÉTICO): N° 5, PARA VARAL, EMBALAGEM CONTENDO 01 UNIDADE COM 10 METROS	UNIDADE	STIK	5	R$3,35	R$16,75
205	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, SEM CHEIRO, COMPOSIÇÃO: 100% CELULOSE VIRGEM, ROLO COM 300M X 10CM.	ROLO	RIGOPEL 2.000		R$6,25	R$12.500,00
310	GUARDANAPO DE PAPEL, NA COR BRANCA, MACIO E ABSORVENTE, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 22 X 24 CM, EM PACOTES DE 50 FOLHAS.	PACOTE	fofinho	30	R$2,55	R$76,50
				Total do Fornecedor:		R$55.806,85

57606 - ESKIP DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
402	PAPEL A4 210X297MM RESMA COM 500 FOLHAS	PC	PINHEIRO A4	2.050	R$22,60	R$46.330,00
				Total do Fornecedor:		R$46.330,00
				Total Geral:		R$451.517,94

Dos recursos orçamentários:

1 - 00.000.0000.3339030079900000000.00000000 - Outras despesas com gêneros alimentícios

1 - 00.000.0000.3339030140000000000.00000000 - Material educativo e esportivo

1 - 00.000.0000.3339030150000000000.00000000 - Material para festividades e homenagens

1 - 00.000.0000.33390301600000000000.00000000 - Material de expediente

1 - 00.000.0000.33390301900000000000.00000000 - Material de acondicionamento e embalagem

1 - 00.000.0000.33390302100000000000.00000000 - Material de limpeza e produção de higienização

1 - 00.000.0000.33390302600000000000.00000000 - Material elétrico e eletrônico

1 - 00.000.0000.33390302800000000000.00000000 - Material de proteção e segurança

1 - 00.000.0000.33390309908000000000.00000000 - MATERIAS E UTENSÍLIOS PARA COPA E COZINHA

1 - 00.000.0000.33390309912000000000.00000000 - MAMADEIRA E CHUPETA

1 - 00.000.0000.33390309914000000000.00000000 - MATERIAL ESCOLAR

13 - 00.000.0000.33390300799000000000.00000000 - Outras despesas com gêneros alimentícios

13 - 00.000.0000.33390301600000000000.00000000 - Material de expediente

13 - 00.000.0000.33390302100000000000.00000000 - Material de limpeza e produção de higienização

13 - 00.000.0000.33390302800000000000.00000000 - Material de proteção e segurança

13 - 00.000.0000.33390309908000000000.00000000 - MATERIAS E UTENSÍLIOS PARA COPA E COZINHA

25 - 00.000.0000.33390300799000000000.00000000 - Outras despesas com gêneros alimentícios

25 - 00.000.0000.33390301600000000000.00000000 - Material de expediente

25 - 00.000.0000.33390302100000000000.00000000 - Material de limpeza e produção de higienização

25 - 00.000.0000.33390302800000000000.00000000 - Material de proteção e segurança

25 - 00.000.0000.33390309908000000000.00000000 - MATERIAS E UTENSÍLIOS PARA COPA E COZINHA

_____

DIREÇÃO GERAL CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 24 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:CA87A4C6

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AAO1538	277490NIC0045623	01/09/2026	50020
ABS0775	277490NIC0045583	01/09/2026	50020
ABW1624	277490NIC0045636	01/09/2026	50020
ABW8J90	277490NIC0045561	01/09/2026	50020
ACS3E35	277490W000046516	05/09/2026	55412
ADY1A06	277490W000046466	04/09/2026	55412
AFS1H30	277490NIC0045581	01/09/2026	50020
AGH6001	277490NIC0045535	01/09/2026	50020

AGX8131	277490W000046484	04/09/2026	55412
AHN4195	277490W000046510	05/09/2026	55412
AIB0D01	277490W000046436	04/09/2026	55412
AJR1100	277490W000046447	04/09/2026	55412
AKG7192	277490W000046498	05/09/2026	55412
AKM3C23	277490W000046530	05/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046441	04/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046485	04/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046500	05/09/2026	55412
ALC0D73	277490NIC0045568	01/09/2026	50020
ALZ9016	277490W000046529	05/09/2026	55412
AMF4541	277490W000046477	04/09/2026	55412
AMH4445	277490NIC0045575	01/09/2026	50020
AMH4445	277490W000046515	05/09/2026	55412
AMY1759	277490W000046453	04/09/2026	55412
AMY1759	277490W000046470	04/09/2026	55412
ANB8A65	277490W000046475	04/09/2026	55412
ANO4J22	277490NIC0045558	01/09/2026	50020
AOE6G06	277490NIC0045552	01/09/2026	50020
AOK1566	277490W000046438	04/09/2026	55412
APU1245	277490W000046488	04/09/2026	55412
APV6196	277490W000046444	04/09/2026	55412
APZ0405	277490W000046486	04/09/2026	55412
APZ7J13	277490NIC0045580	01/09/2026	50020
APZ7J13	277490NIC0045555	01/09/2026	50020
AQA4A71	277490W000046454	04/09/2026	55412
AQE3D03	277490W000046428	04/09/2026	55412
AQR2746	277490W000046531	05/09/2026	55412
AQW1916	277490NIC0045571	01/09/2026	50020
ASJ0809	277490W000046448	04/09/2026	55412
ASJ8490	277490W000046487	04/09/2026	55412
ASM8E06	277490W000046504	05/09/2026	55412
ATH3H43	277490W000046459	04/09/2026	55412
ATL5901	277490W000046507	05/09/2026	55412
ATS9781	277490W000046430	04/09/2026	55412
ATY6A18	277490W000046517	05/09/2026	55412
AUJ0D77	277490W000046465	04/09/2026	55412
AUL2D08	277490NIC0045605	01/09/2026	50020
AUU3751	277490NIC0045564	01/09/2026	50020
AUY6854	277490NIC0045624	01/09/2026	50020
AUY6854	277490NIC0045539	01/09/2026	50020
AUY6854	277490NIC0045538	01/09/2026	50020
AUY6854	277490NIC0045537	01/09/2026	50020
AUY6854	277490NIC0045536	01/09/2026	50020
AVE0J56	277490NIC0045554	01/09/2026	50020
AVJ5856	277490NIC0045566	01/09/2026	50020
AVN8J56	277490W000046474	04/09/2026	55412
AVU0759	277490NIC0045606	01/09/2026	50020
AWE6128	277490W000046509	05/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046435	04/09/2026	55412
AWF5D00	277490NIC0045586	01/09/2026	50020
AXH1824	277490W000046472	04/09/2026	55412
AXH7B95	277490NIC0045619	01/09/2026	50020
AXJ4G29	277490NIC0045549	01/09/2026	50020
AXJ4G29	277490NIC0045548	01/09/2026	50020
AXM9G63	277490W000046460	04/09/2026	55412
AXN2074	277490NIC0045614	01/09/2026	50020
AXN4J68	277490NIC0045556	01/09/2026	50020
AYJ7A37	277490W000046462	04/09/2026	55412
AYQ2513	277490NIC0045625	01/09/2026	50020
AYU9295	277490W000046519	05/09/2026	55412
AYW5262	277490NIC0045616	01/09/2026	50020
AZD0E62	277490NIC0045600	01/09/2026	50020
AZE0B44	277490W000046458	04/09/2026	55412
AZG7091	277490W000046427	04/09/2026	55412
AZI3B30	277490NIC0045596	01/09/2026	50020
AZS6J64	277490W000046523	05/09/2026	55412
AZU8606	277490W000046456	04/09/2026	55412
AZU9H45	277490NIC0045591	01/09/2026	50020
AZZ7780	277490NIC0045551	01/09/2026	50020
BAA4I34	277490W000046476	04/09/2026	55412
BAG4709	277490NIC0045620	01/09/2026	50020
BAG4709	277490NIC0045609	01/09/2026	50020
BAG4709	277490NIC0045544	01/09/2026	50020
BAG4709	277490NIC0045617	01/09/2026	50020
BAI2979	277490W000046506	05/09/2026	55412
BAY6C75	277490NIC0045630	01/09/2026	50020
BAY7F90	277490W000046521	05/09/2026	55412
BBV9695	277490NIC0045585	01/09/2026	50020
BBW7I96	277490W000046449	04/09/2026	55412
BCE9D89	277490NIC0045560	01/09/2026	50020
BCG2612	277490W000046478	04/09/2026	55412
BCH6545	277490NIC0045594	01/09/2026	50020
BCM6929	277490NIC0045603	01/09/2026	50020
BCQ7313	277490W000046491	04/09/2026	55412
BCR2H67	277490NIC0045534	01/09/2026	50020
BCX1E50	277490NIC0045604	01/09/2026	50020
BDD9H40	277490NIC0045637	01/09/2026	50020
BDE5I70	277490W000046434	04/09/2026	55412

BDF5D94	277490W000046433	04/09/2026	55412
BDO8I16	277490NIC0045570	01/09/2026	50020
BDQ4G86	277490NIC0045590	01/09/2026	50020
BDT8B42	277490NIC0045638	01/09/2026	50020
BDU9E99	277490NIC0045541	01/09/2026	50020
BDX9H77	277490W000046532	05/09/2026	55412
BEE6F29	277490NIC0045592	01/09/2026	50020
BEF6F90	277490NIC0045550	01/09/2026	50020
BEF6F90	277490NIC0045593	01/09/2026	50020
BEH8G09	277490NIC0045567	01/09/2026	50020
BES5F40	277490NIC0045621	01/09/2026	50020
BEV0B36	277490NIC0045546	01/09/2026	50020
CSY8383	277490W000046468	04/09/2026	55412
DIC1D74	277490W000046524	05/09/2026	55412
DND5034	277490W000046494	04/09/2026	55412
DUN3F83	277490NIC0045574	01/09/2026	50020
DYJ7E35	277490W000046497	04/09/2026	55412
ELB9B00	277490W000046473	04/09/2026	55412
ELG7838	277490W000046457	04/09/2026	55412
ENX6E24	277490W000046499	05/09/2026	55412
EVF1D18	277490NIC0045595	01/09/2026	50020
EXJ6D51	277490NIC0045540	01/09/2026	50020
FWN3F52	277490W000046518	05/09/2026	55412
FXN5A80	277490NIC0045547	01/09/2026	50020
HFG7A66	277490W000046483	04/09/2026	55412
HOJ2609	277490NIC0045578	01/09/2026	50020
HRL7I19	277490W000046511	05/09/2026	55412
IVX1D52	277490NIC0045598	01/09/2026	50020
IZQ0H21	277490NIC0045634	01/09/2026	50020
JKP9B99	277490W000046503	05/09/2026	55412
JOV5685	277490NIC0045565	01/09/2026	50020
JQZ1A74	277490NIC0045612	01/09/2026	50020
LXV6356	277490NIC0045569	01/09/2026	50020
MBA7A63	277490W000046445	04/09/2026	55412
NRS2F48	277490W000046451	04/09/2026	55412
NYF3F64	277490W000046526	05/09/2026	55412
OBA1A20	277490NIC0045563	01/09/2026	50020
PHW3F21	277490NIC0045633	01/09/2026	50020
PQL4I50	277490W000046490	04/09/2026	55412
QRR3B94	277490NIC0045576	01/09/2026	50020
QUH4H15	277490W000046469	04/09/2026	55412
RAE5G13	277490NIC0045579	01/09/2026	50020
RAN5J28	277490W000046437	04/09/2026	55412
RAN5J28	277490W000046461	04/09/2026	55412
RCE4H78	277490NIC0045608	01/09/2026	50020
RHB3E90	277490NIC0045635	01/09/2026	50020
RHE3F33	277490W000046443	04/09/2026	55412
RHE3F33	277490W000046464	04/09/2026	55412
RHE3F33	277490W000046482	04/09/2026	55412
RHE3F33	277490W000046512	05/09/2026	55412
RHI2J25	277490NIC0045559	01/09/2026	50020
RHL8B97	277490W000046514	05/09/2026	55412
RHR1B01	277490NIC0045618	01/09/2026	50020
RHT3D05	277490NIC0045543	01/09/2026	50020
RHT9G54	277490NIC0045615	01/09/2026	50020
RJI2J30	277490NIC0045572	01/09/2026	50020
RVT7C13	277490NIC0045626	01/09/2026	50020
SEI1J99	277490NIC0045589	01/09/2026	50020
SEJ1E81	277490NIC0045622	01/09/2026	50020
SEL4C15	277490W000046501	05/09/2026	55412
SEO2D97	277490NIC0045631	01/09/2026	50020
SER6G66	277490NIC0045613	01/09/2026	50020
SEX4B88	277490W000046528	05/09/2026	55412
SEZ4H96	277490NIC0045627	01/09/2026	50020
SFA2A47	277490NIC0045562	01/09/2026	50020
SFA3J79	277490NIC0045545	01/09/2026	50020
SFO4J12	277490W000046493	04/09/2026	55412
SHA2F39	277490NIC0045643	01/09/2026	50020
SHT1E84	277490NIC0045557	01/09/2026	50020
TAN5H73	277490W000046492	04/09/2026	55412
TAP1G09	277490NIC0045628	01/09/2026	50020
TBD7I62	277490NIC0045639	01/09/2026	50020
TBJ3E74	277490W000046496	04/09/2026	55412
TBR9C99	277490NIC0045587	01/09/2026	50020
TBU1A46	277490NIC0045629	01/09/2026	50020
TBU6F66	277490NIC0045610	01/09/2026	50020
TDA7E91	277490NIC0045599	01/09/2026	50020
TDL0D66	277490W000046513	05/09/2026	55412
TJM9E05	277490W000046450	04/09/2026	55412
TQI0F12	277490NIC0045644	01/09/2026	50020
UAT9F27	277490NIC0045553	01/09/2026	50020
UAV4B97	277490NIC0045607	01/09/2026	50020
UBA0I87	277490W000046439	04/09/2026	55412
UBA0I87	277490W000046463	04/09/2026	55412
UBE0J81	277490NIC0045597	01/09/2026	50020
UBK5D07	277490NIC0045640	01/09/2026	50020
UBO7J92	277490NIC0045542	01/09/2026	50020
UBQ6B43	277490NIC0045573	01/09/2026	50020
UBV8J02	277490NIC0045588	01/09/2026	50020

UBW3E04	277490NIC0045632	01/09/2026	50020
UBY7I44	277490NIC0045611	01/09/2026	50020
UBZ8J84	277490NIC0045602	01/09/2026	50020
UCA3B68	277490NIC0045582	01/09/2026	50020
UCD5I51	277490NIC0045601	01/09/2026	50020
UCN9A78	277490W000046432	04/09/2026	55412

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:B8061F32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2025

(Reajuste de Valores)

(Processo Digital nº 53578/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fomento e Inovação o Sr**. FELIPE CESCA VILASBOA DE VASCONCELOS**, inscrito no CPF 076.224.889-09; pelo Ilmo. pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, inscrito no CPF 101.727.179-81; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, inscrito no CPF 361.953.089-00; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, inscrito no CPF nº 596.187.609-87; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA,** inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA,** inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Segurança e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de Preços é Registro de Preços Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, através das Secretarias Municipais de: Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Fazenda, Fundação Cultural, Gabinete, Infraestrutura, Esporte e Lazer, Procuradoria Geral, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano, Assistência Social, Administração. Educação e Proteção a Vida patrimônio Público e Trânsito.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,223453% referente variação do IPCA no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da **Ata de Registro de Preços n° 56/2025** e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Paragrafo Primeiro: Fica atualizado o valor unitário do item da **Ata de Registro de Preços n° 56/2025**, conforme tabela abaixo:

Fornecedor: EDITORA PROGRESSIVA LTDA				
Item	**Especificação**	**Quant.**	**Preço Únit.**	**Preço Total**
34	Cartilha/Revista do PROERD - CAINDO NA REAL, Capa: 28.5 x 56 cm, 4 x 4 cores, tinta escala em couchê brilhante 250 g/m²; CTP Incluso. Miolo: 52 páginas, 21.5 x 5,28 cm, 4 x 4 cores, tinta escala em papel couchê fosco 90 g/m². CTP Incluso. Dobra, Grampeado, Corte/Vinco (Capa).	2.000	R$ 4,31	R$ 8.620,00
R$ 8.620,00 (oito mil, seiscentos e vinte reais)				

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO

5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2025), datada de 24 de Março de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.

LUCAS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA

Secretário Municipal de Agricultura

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social

FELIPE CESCA VILASBOA DE VASCONCELOS

Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação (Interino – Portaria nº 1.711/2026)

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

WANESSA DURANTE

Secretária Municipal de Educação

JANE NUNES DE LIMA

Secretária Municipal de Esporte e Lazer

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO

Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ADILSON FRANCISCO

Chefe de Gabinete

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA

Secretário Municipal de Meio Ambiente

CÉLIA APARECIDA ZANATTA

Procuradora Geral do Município

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Fornecedor:

Empresa:

Editora Progressiva LTDA

CNPJ: 04.772.585/0001-19

Endereço: Rua GUILERME LAGNER, 99 - Endereço não informado, Paranavaí - PR, 87.700-001

Nome do Representante:

MARCOS CEZAR FELIPPE

CPF: 549.511.949-53

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:BA298F1E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 01 - RGF 2º QUADRIMESTRE/2026 CONSOLIDADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	341.222.013,14	77.874,45
Pessoal Ativo	309.094.735,15	77.874,45
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	269.539.181,29	0,04
Obrigações Patronais	39.555.553,86	77.874,41
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.127.277,99	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	30.575.691,99	-
Pensões	1.551.586,00	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	43.844.075,10	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	24,72	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	7.345.578,26	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.429.378,13	-
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198,	5.212.158,00	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	2.856.935,99	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	297.377.938,04	77.874,45
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	676.018.872,32	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	3.242.500,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	-	-
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	5.345.080,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	667.431.292,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	297.455.812,49	44,57
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	400.458.775,39	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	380.435.836,62	57,00
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	360.412.897,85	54,00
1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados incritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota:		

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:E96C3757

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 01 - RGF 2º QUADRIMESTRE/2026 EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	334.397.688,20	77.874,45
Pessoal Ativo	302.270.410,21	77.874,45
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	263.583.906,12	0,04
Obrigações Patronais	38.686.504,09	77.874,41
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.127.277,99	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	30.575.691,99	-
Pensões	1.551.586,00	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	43.844.075,10	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	24,72	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	7.345.578,26	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.429.378,13	-

Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198,	5.212.158,00	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	2.856.935,99	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	290.553.613,10	77.874,45
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	676.018.872,32	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	3.242.500,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	-	-
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	5.345.080,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	667.431.292,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	290.631.487,55	43,54
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	360.412.897,85	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	342.392.252,96	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	324.371.608,07	48,60
1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados incritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota:		

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:BCF7B8DD

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 01 RREO 4º BIMESTRE/2026

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials							
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	675.245.857,87	791.230.642,06	116.602.844,43	14,74	116.602.844,43	14,74	674.627.797,63
RECEITAS CORRENTES	674.554.595,31	790.319.379,50	116.382.844,43	14,73	116.382.844,43	14,73	673.936.535,07
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	201.333.877,03	201.333.877,03	25.941.213,35	12,88	25.941.213,35	12,88	175.392.663,68
Impostos	186.496.915,79	186.496.915,79	23.594.865,83	12,65	23.594.865,83	12,65	162.902.049,96
Taxas	14.836.961,24	14.836.961,24	2.346.334,34	15,81	2.346.334,34	15,81	12.490.626,90
Contribuição de Melhoria	-	-	13,18	-	13,18	-	(13,18)
CONTRIBUIÇÕES	23.157.357,87	23.157.357,87	5.863.116,80	25,32	5.863.116,80	25,32	17.294.241,07
Contribuições Sociais	15.453.357,87	15.453.357,87	3.655.020,86	23,65	3.655.020,86	23,65	11.798.337,01
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	7.704.000,00	7.704.000,00	2.208.095,94	28,66	2.208.095,94	28,66	5.495.904,06
RECEITA PATRIMONIAL	4.260.216,82	4.278.275,84	7.346.457,18	171,72	7.346.457,18	171,72	(3.068.181,34)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.490.243,57	1.490.243,57	133.268,23	8,94	133.268,23	8,94	1.356.975,34
Valores Mobiliários	2.769.973,25	2.788.032,27	7.213.188,95	258,72	7.213.188,95	258,72	(4.425.156,68)
RECEITA DE SERVIÇOS	1.695.950,00	1.695.950,00	195.026,32	11,50	195.026,32	11,50	1.500.923,68
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	909.500,00	909.500,00	6.063,00	0,67	6.063,00	0,67	903.437,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	786.450,00	786.450,00	127.130,95	16,17	127.130,95	16,17	659.319,05
Serviços e Atividades referentes à Saúde	-	-	61.832,37	-	61.832,37	-	(61.832,37)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	432.047.456,76	547.794.181,93	74.898.180,94	13,67	74.898.180,94	13,67	472.896.000,99
Transferências da União e de suas Entidades	216.487.851,69	220.337.836,48	33.021.887,49	14,99	33.021.887,49	14,99	187.315.948,99
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	151.157.092,07	263.053.832,45	27.617.267,23	10,50	27.617.267,23	10,50	235.436.565,22
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.827.000,00	1.827.000,00	281.265,04	15,39	281.265,04	15,39	1.545.734,96
Transferências de Instituições Privadas	1.402.000,00	1.402.000,00	12.051,00	0,86	12.051,00	0,86	1.389.949,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	60.925.273,89	60.925.273,89	13.782.441,96	22,62	13.782.441,96	22,62	47.142.831,93
Outras Transferências	248.239,11	248.239,11	183.268,22	73,83	183.268,22	73,83	64.970,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.059.736,83	12.059.736,83	2.138.849,84	17,74	2.138.849,84	17,74	9.920.886,99
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.158.919,49	5.158.919,49	626.657,09	12,15	626.657,09	12,15	4.532.262,40
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	513.600,00	513.600,00	287.997,46	56,07	287.997,46	56,07	225.602,54
Demais Receitas Correntes	6.387.217,34	6.387.217,34	1.224.195,29	19,17	1.224.195,29	19,17	5.163.022,05
RECEITAS DE CAPITAL	691.262,56	911.262,56	220.000,00	24,14	220.000,00	24,14	691.262,56
ALIENAÇÃO DE BENS	691.262,56	691.262,56	-	-	-	-	691.262,56
Alienação de Bens Móveis	691.262,56	691.262,56	-	-	-	-	691.262,56
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	220.000,00	220.000,00	100,00	220.000,00	100,00	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	220.000,00	220.000,00	100,00	220.000,00	100,00	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	29.754.142,13	29.754.142,13	5.499.388,44	18,48	5.499.388,44	18,48	24.254.753,69
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	705.000.000,00	820.984.784,19	122.102.232,87	14,87	122.102.232,87	14,87	698.882.551,32
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	705.000.000,00	820.984.784,19	122.102.232,87	14,87	122.102.232,87	14,87	698.882.551,32
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	705.000.000,00	820.984.784,19	122.102.232,87	14,87	122.102.232,87	14,87	-

RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	19.024.085,51	-	-	19.024.085,51	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	19.024.085,51	-	-	19.024.085,51	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	661.606.851,37	827.284.131,50	92.025.725,52	92.025.725,52	735.258.405,98	71.481.803,73	71.481.803,73	755.802.327,77	65.082.385,08	-
DESPESAS CORRENTES	597.701.941,32	618.813.404,06	86.832.601,16	86.832.601,16	531.980.802,90	68.838.472,69	68.838.472,69	549.974.931,37	62.443.332,79	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	277.434.239,84	278.428.606,03	47.605.710,07	47.605.710,07	230.822.895,96	47.584.500,17	47.584.500,17	230.844.105,86	45.908.690,85	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	12.150.000,00	12.150.000,00	1.774.400,98	1.774.400,98	10.375.599,02	1.774.400,98	1.774.400,98	10.375.599,02	1.774.400,98	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	308.117.701,48	328.234.798,03	37.452.490,11	37.452.490,11	290.782.307,92	19.479.571,54	19.479.571,54	308.755.226,49	14.760.240,96	-
DESPESAS DE CAPITAL	60.994.908,98	205.560.726,37	5.193.124,36	5.193.124,36	200.367.602,01	2.643.331,04	2.643.331,04	202.917.395,33	2.639.052,29	-
INVESTIMENTOS	45.763.908,98	190.329.726,37	2.597.264,19	2.597.264,19	187.732.462,18	47.470,87	47.470,87	190.282.255,50	43.192,12	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	31.000,00	31.000,00	-	-	31.000,00	-	-	31.000,00	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	15.200.000,00	15.200.000,00	2.595.860,17	2.595.860,17	12.604.139,83	2.595.860,17	2.595.860,17	12.604.139,83	2.595.860,17	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.910.001,07	2.910.001,07	-	-	2.910.001,07	-	-	2.910.001,07	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	43.121.598,00	42.957.198,00	6.272.489,31	6.272.489,31	36.684.708,69	5.586.316,99	5.586.316,99	37.370.881,01	3.132.363,50	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	704.728.449,37	870.241.329,50	98.298.214,83	98.298.214,83	771.943.114,67	77.068.120,72	77.068.120,72	793.173.208,78	68.214.748,58	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	150.000,00	150.000,00	-	-	150.000,00	-	-	150.000,00	-	-
Amortização da Dívida Interna	150.000,00	150.000,00	-	-	150.000,00	-	-	150.000,00	-	-
Dívida Contratual	150.000,00	150.000,00	-	-	150.000,00	-	-	150.000,00	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	704.878.449,37	870.391.329,50	98.298.214,83	98.298.214,83	772.093.114,67	77.068.120,72	77.068.120,72	793.323.208,78	68.214.748,58	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	23.804.018,04	-	-	45.034.112,15	-	53.887.484,29	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	704.878.449,37	870.391.329,50	98.298.214,83	122.102.232,87	-	77.068.120,72	122.102.232,87	793.323.208,78	122.102.232,87	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	29.754.142,13	29.754.142,13	5.499.388,44	18,48	5.499.388,44	18,48	24.254.753,69
RECEITAS CORRENTES	29.754.142,13	29.754.142,13	5.499.388,44	18,48	5.499.388,44	18,48	24.254.753,69
CONTRIBUIÇÕES	20.307.011,04	20.307.011,04	4.813.216,12	23,70	4.813.216,12	23,70	15.493.794,92
Contribuições Sociais	20.307.011,04	20.307.011,04	4.813.216,12	23,70	4.813.216,12	23,70	15.493.794,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.447.131,09	9.447.131,09	686.172,32	7,26	686.172,32	7,26	8.760.958,77
Demais Receitas Correntes	9.447.131,09	9.447.131,09	686.172,32	7,26	686.172,32	7,26	8.760.958,77

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	43.121.598,00	42.957.198,00	6.272.489,31	6.272.489,31	36.684.708,69	5.586.316,99	5.586.316,99	37.370.881,01	3.132.363,50	-
DESPESAS CORRENTES	43.121.598,00	42.957.198,00	6.272.489,31	6.272.489,31	36.684.708,69	5.586.316,99	5.586.316,99	37.370.881,01	3.132.363,50	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.063.700,00	24.899.300,00	4.900.144,67	4.900.144,67	19.999.155,33	4.900.144,67	4.900.144,67	19.999.155,33	2.446.191,18	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.057.898,00	18.057.898,00	1.372.344,64	1.372.344,64	16.685.553,36	686.172,32	686.172,32	17.371.725,68	686.172,32	-
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:53AA5FAE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 02 - RGF 2º QUADRIMESTRE/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	152.256.584,97	138.886.966,16	148.592.337,25	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	71.590.637,97	66.416.010,70	76.555.874,79	-
Empréstimos	14.473.209,16	13.291.417,35	12.102.761,77	-

Internos	14.473.209,16	13.291.417,35	12.102.761,77	-
Externos	-	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	56.547.026,53	52.644.191,07	54.333.530,76	-
Internos	56.547.026,53	52.644.191,07	54.333.530,76	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	570.402,28	480.402,28	10.119.582,26	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	567.107,53	477.107,53	10.119.582,26	-
De Demais Contribuições Sociais	3.294,75	3.294,75	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não	80.665.947,00	72.470.955,46	72.036.462,46	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	62.313.220,60	98.356.921,19	111.696.294,62	-
Disponibilidade de Caixa[1]	62.313.220,60	98.356.921,19	111.696.294,62	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	101.487.942,43	109.034.330,03	117.639.693,86	-
(-) Restos a Pagar Processados	31.322.937,59	4.330.941,37	1.615.199,98	-
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.851.784,24	6.346.467,47	4.328.199,26	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	89.943.364,37	40.530.044,97	36.896.042,63	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	623.781.679,51	649.294.157,53	676.018.872,32	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individu (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	3.297.500,00	2.092.500,00	3.242.500,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS L ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	620.484.179,51	647.201.657,53	672.776.372,32	-
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	24,54	21,46	22,09	-
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	14,50	6,26	5,48	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <12	744.581.015,41	776.641.989,04	807.331.646,78	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108,00%>	670.122.913,87	698.977.790,14	726.598.482,10	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000[2] (Não incluídos na DC	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	676.322.335,28	676.322.335,28	676.322.335,28	-
RP NÃO-PROCESSADOS	64.447.277,61	22.123.545,53	11.989.977,00	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-	-	-

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo n não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consol Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:85760368

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 03 - RGF 2º QUADRIMESTRE/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RGF - ANEXO 3 (LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS(I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(V)=(I+II+III+IV)	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(VI)	623.781.679,51	649.294.157,53	676.018.872,32	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas as emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF)(VII)	3.297.500,00	2.092.500,00	3.242.500,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA C	620.484.179,51	647.201.657,53	672.776.372,32	-
DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)				
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTA	-	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22%	137.231.969,49	142.844.714,66	148.724.151,91	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	123.508.772,54	128.560.243,19	133.851.736,72	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-

Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(XIII)=(IX+	-	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:				

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:FC4BFC15

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 03 RREO 4º BIMESTRE/2026

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária								
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida								
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social								
Março/2025 a Fevereiro/2026								
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**							
	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	64.203.705,59	56.285.035,93	58.913.946,20	66.379.799,65	57.812.013,33	50.143.237,74	724.122.911,43	849.005.554,80
	57.072.612,67	61.738.107,40	55.089.972,18	70.505.340,80	71.537.902,75	54.441.237,19		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.037.478,53	11.923.969,71	14.491.605,23	12.706.228,42	11.693.463,69	10.935.806,15	154.763.546,31	201.333.877,03
	10.655.760,36	11.530.300,54	10.457.000,75	11.390.719,58	13.218.199,61	12.723.013,74	26.367.618,78	38.384.973,95
IPTU	10.797.608,79	1.956.525,52	2.216.985,04	1.611.794,05	1.427.452,21	1.260.212,54		
	1.323.793,14	1.262.817,69	962.011,46	570.874,73	924.257,57	2.053.286,04	59.409.803,32	75.994.516,05
ISS	4.569.881,53	4.786.638,83	5.023.411,43	5.090.513,06	5.111.445,64	5.063.781,96		
	4.726.606,34	5.060.176,24	5.144.038,18	5.176.054,62	5.119.261,12	4.537.994,37	16.229.898,05	25.966.785,16
ITBI	1.066.019,87	1.034.956,86	1.351.955,09	1.050.455,22	1.088.341,72	1.285.895,33		
	1.197.612,97	1.762.845,67	940.727,85	1.618.406,00	1.738.344,75	2.094.336,72	34.467.336,47	46.150.640,63
IRRF	2.415.282,46	2.676.129,39	2.618.387,92	2.596.732,91	2.791.627,22	2.621.114,60		
	2.689.103,75	2.730.872,90	2.865.696,30	3.335.003,76	4.600.260,21	2.527.125,05	18.288.889,69	14.836.961,24
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.188.685,88	1.469.719,11	3.280.865,75	2.356.733,18	1.274.596,90	704.801,72		
	718.644,16	713.588,04	544.526,96	690.380,47	836.075,96	1.510.271,56	35.658.304,45	23.157.357,87
Contribuições	2.569.831,68	2.647.295,29	2.542.251,44	2.548.586,58	2.293.190,05	2.854.623,02		
	2.900.083,16	2.815.765,71	3.961.007,77	4.662.552,95	2.926.004,30	2.937.112,50	42.960.040,74	4.278.275,84
Receita Patrimonial	2.396.691,95	3.180.193,92	4.166.491,50	3.510.408,64	3.378.269,22	3.670.854,05		
	3.702.798,91	3.965.331,96	3.485.069,35	4.157.474,06	3.989.170,91	3.357.286,27	41.578.921,53	2.788.032,27
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.317.188,59	2.937.515,70	4.098.131,22	3.371.634,67	3.258.851,78	3.570.500,35		
	3.608.615,95	3.869.412,05	3.394.228,12	3.939.654,15	3.915.886,32	3.297.302,63	1.381.119,21	1.490.243,57
Outras Receitas Patrimoniais	79.503,36	242.678,22	68.360,28	138.773,97	119.417,44	100.353,70		
	94.182,96	95.919,91	90.841,23	217.819,91	73.284,59	59.983,64	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	1.113.307,03	1.695.950,00
Receita de Serviços	66.261,31	81.515,51	107.685,11	86.606,65	66.758,54	96.153,51		
	96.942,87	108.773,33	123.484,54	84.099,34	95.219,53	99.806,79	476.315.446,18	606.480.357,23
Transferências Correntes	35.195.060,58	37.447.777,78	36.087.090,06	46.466.927,14	38.896.936,47	30.298.450,83		
	38.625.014,70	42.405.962,80	37.513.436,28	48.884.313,09	50.176.460,96	34.318.015,49	107.984.552,51	129.716.433,84
Cota-Parte do FPM	6.947.409,40	7.059.753,45	9.005.716,51	9.250.108,18	9.722.442,17	7.491.680,01		
	9.507.236,27	6.376.169,41	8.667.380,40	13.957.712,10	8.859.676,77	11.139.267,84	86.500.646,55	117.443.200,00
Cota-Parte do ICMS	6.935.385,49	7.748.357,83	5.913.507,07	7.023.008,24	8.065.039,30	6.475.822,65		
	7.962.938,26	7.214.460,92	6.722.540,20	8.526.069,30	7.727.002,49	6.186.514,80	31.281.269,53	55.126.400,00
Cota-Parte do IPVA	3.847.210,09	3.694.395,97	3.463.051,17	1.317.668,94	1.049.417,05	896.561,51		
	849.149,93	827.657,97	598.248,75	889.302,21	11.166.122,17	2.682.483,77		
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**							
	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026		
Cota-Parte do ITR	727,92	1.526,69	2.799,69	2.541,84	1.301,57	7.793,52	252.343,54	416.189,34
	49.467,64	156.059,39	14.657,47	4.950,23	3.989,11	6.528,47		
Transferências da LC 61/1989	107.340,60	100.780,37	97.910,12	111.462,88	95.632,69	105.637,17	1.282.919,70	1.803.487,14
	112.026,02	107.433,69	106.183,35	128.620,20	102.416,82	107.475,79		
Transferências do FUNDEB	5.961.055,08	6.616.229,17	5.712.801,84	6.076.437,39	5.804.783,04	5.405.305,28	74.777.288,66	59.103.458,39
	5.299.418,96	6.726.988,78	6.010.096,04	7.200.006,56	7.990.291,52	5.973.875,00		
Outras Transferências Correntes	11.395.932,00	12.226.734,30	11.891.303,66	22.685.699,67	14.158.320,65	9.915.650,69	174.236.425,69	242.871.188,52
	14.844.777,62	20.997.192,64	15.394.330,07	18.177.652,49	14.326.962,08	8.221.869,82		
Outras Receitas Correntes	938.381,54	1.004.283,72	1.518.822,86	1.061.042,22	1.483.395,36	2.287.350,18	13.312.266,72	12.059.736,83
	1.092.012,67	911.973,06	-450.026,51	1.326.181,78	1.132.847,44	1.006.002,40		
DEDUÇÕES (II)	6.798.718,82	7.599.921,71	8.599.953,89	7.751.057,19	6.946.863,40	7.482.798,20	96.980.172,27	77.022.856,42
	7.541.283,01	7.576.567,08	7.522.065,07	10.365.090,84	10.359.278,44	8.436.574,62		
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	1.611.898,75	1.733.731,95	1.702.704,61	1.723.253,64	1.749.396,14	1.777.911,82	22.946.219,31	15.453.357,87
	1.812.493,48	1.753.769,95	1.784.625,69	3.641.412,42	1.797.677,21	1.857.343,65		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	84.830,49	84.830,49	84.830,49	128.344,52	92.452,27	92.452,27	1.059.018,15	113.350,00
	115.712,43	93.404,01	394,24	188.203,94	-	93.563,00		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	1.534.374,93	2.060.396,44	3.115.821,93	2.358.501,05	2.127.074,04	2.616.935,17	29.850.036,71	2.769.973,25
	2.608.605,52	2.793.036,86	2.515.243,13	2.669.073,95	2.989.759,82	2.461.213,87		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.567.614,65	3.720.962,83	3.696.596,86	3.540.957,98	2.977.940,95	2.995.498,94	43.124.898,10	58.686.175,30
	3.004.471,58	2.936.356,26	3.221.802,01	3.866.400,53	5.571.841,41	4.024.454,10		
Transferencias de Convênios	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Outras Exclusões	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Compensação Financeira entre Regime Prev	-	-	-	-	-	-	-	-

	-	-	-	-	-	-		
Transferencias de Convênios	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
	57.404.986,77	**48.685.114,22**	**50.313.992,31**	**58.628.742,46**	**50.865.149,93**	**42.660.439,54**	**627.142.739,16**	**771.982.698,38**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	**49.531.329,66**	**54.161.540,32**	**47.567.907,11**	**60.140.249,96**	**61.178.624,31**	**46.004.662,57**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	-	-	-	-	-	**2.092.500,00**	**247.500,00**
	1.845.000,00	-	-	**247.500,00**	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**57.404.986,77**	**48.685.114,22**	**50.313.992,31**	**58.628.742,46**	**50.865.149,93**	**42.660.439,54**	**625.050.239,16**	**771.735.198,38**
	47.686.329,66	**54.161.540,32**	**47.567.907,11**	**59.892.749,96**	**61.178.624,31**	**46.004.662,57**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	**394.680,00**	**394.680,00**	**394.680,00**	**394.680,00**	**394.680,00**	**394.680,00**	**5.184.400,00**	**5.400.000,00**
	394.680,00	**394.680,00**	**394.680,00**	**789.360,00**	**421.460,00**	**421.460,00**		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**57.010.306,77**	**48.290.434,22**	**49.919.312,31**	**58.234.062,46**	**50.470.469,93**	**42.265.759,54**	**619.865.839,16**	**766.335.198,38**
	47.291.649,66	**53.766.860,32**	**47.173.227,11**	**59.103.389,96**	**60.757.164,31**	**45.583.202,57**		

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:DEB722AD

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 03 RREO 4º BIMESTRE/2026

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária								
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida								
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social								
Março/2025 a Fevereiro/2026								
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**							
	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	64.203.705,59	56.285.035,93	58.913.946,20	66.379.799,65	57.812.013,33	50.143.237,74	724.122.911,43	849.005.554,80
	57.072.612,67	61.738.107,40	55.089.972,18	70.505.340,80	71.537.902,75	54.441.237,19		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.037.478,53	11.923.969,71	14.491.605,23	12.706.228,42	11.693.463,69	10.935.806,15	154.763.546,31	201.333.877,03
	10.655.760,36	11.530.300,54	10.457.000,75	11.390.719,58	13.218.199,61	12.723.013,74		
IPTU	10.797.608,79	1.956.525,52	2.216.985,04	1.611.794,05	1.427.452,21	1.260.212,54	26.367.618,78	38.384.973,95
	1.323.793,14	1.262.817,69	962.011,46	570.874,73	924.257,57	2.053.286,04		
ISS	4.569.881,53	4.786.638,83	5.023.411,43	5.090.513,06	5.111.445,64	5.063.781,96	59.409.803,32	75.994.516,05
	4.726.606,34	5.060.176,24	5.144.038,18	5.176.054,62	5.119.261,12	4.537.994,37		
ITBI	1.066.019,87	1.034.956,86	1.351.955,09	1.050.455,22	1.088.341,72	1.285.895,33	16.229.898,05	25.966.785,16
	1.197.612,97	1.762.845,67	940.727,85	1.618.406,00	1.738.344,75	2.094.336,72		
IRRF	2.415.282,46	2.676.129,39	2.618.387,92	2.596.732,91	2.791.627,22	2.621.114,60	34.467.336,47	46.150.640,63
	2.689.103,75	2.730.872,90	2.865.696,30	3.335.003,76	4.600.260,21	2.527.125,05		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.188.685,88	1.469.719,11	3.280.865,75	2.356.733,18	1.274.596,90	704.801,72	18.288.889,69	14.836.961,24
	718.644,16	713.588,04	544.526,96	690.380,47	836.075,96	1.510.271,56		
Contribuições	2.569.831,68	2.647.295,29	2.542.251,44	2.548.586,58	2.293.190,05	2.854.623,02	35.658.304,45	23.157.357,87
	2.900.083,16	2.815.765,71	3.961.007,77	4.662.552,95	2.926.004,30	2.937.112,50		
Receita Patrimonial	2.396.691,95	3.180.193,92	4.166.491,50	3.510.408,64	3.378.269,22	3.670.854,05	42.960.040,74	4.278.275,84
	3.702.798,91	3.965.331,96	3.485.069,35	4.157.474,06	3.989.170,91	3.357.286,27		
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.317.188,59	2.937.515,70	4.098.131,22	3.371.634,67	3.258.851,78	3.570.500,35	41.578.921,53	2.788.032,27
	3.608.615,95	3.869.412,05	3.394.228,12	3.939.654,15	3.915.886,32	3.297.302,63		
Outras Receitas Patrimoniais	79.503,36	242.678,22	68.360,28	138.773,97	119.417,44	100.353,70	1.381.119,21	1.490.243,57
	94.182,96	95.919,91	90.841,23	217.819,91	73.284,59	59.983,64		
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Receita de Serviços	66.261,31	81.515,51	107.685,11	86.606,65	66.758,54	96.153,51	1.113.307,03	1.695.950,00
	96.942,87	108.773,33	123.484,54	84.099,34	95.219,53	99.806,79		
Transferências Correntes	35.195.060,58	37.447.777,78	36.087.090,06	46.466.927,14	38.896.936,47	30.298.450,83	476.315.446,18	606.480.357,23
	38.625.014,70	42.405.962,80	37.513.436,28	48.884.313,09	50.176.460,96	34.318.015,49		
Cota-Parte do FPM	6.947.409,40	7.059.753,45	9.005.716,51	9.250.108,18	9.722.442,17	7.491.680,01	107.984.552,51	129.716.433,84
	9.507.236,27	6.376.169,41	8.667.380,40	13.957.712,10	8.859.676,77	11.139.267,84		
Cota-Parte do ICMS	6.935.385,49	7.748.357,83	5.913.507,07	7.023.008,24	8.065.039,30	6.475.822,65	86.500.646,55	117.443.200,00
	7.962.938,26	7.214.460,92	6.722.540,20	8.526.069,30	7.727.002,49	6.186.514,80		
Cota-Parte do IPVA	3.847.210,09	3.694.395,97	3.463.051,17	1.317.668,94	1.049.417,05	896.561,51	31.281.269,53	55.126.400,00
	849.149,93	827.657,97	598.248,75	889.302,21	11.166.122,17	2.682.483,77		
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**							
	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026		
Cota-Parte do ITR	727,92	1.526,69	2.799,69	2.541,84	1.301,57	7.793,52	252.343,54	416.189,34
	49.467,64	156.059,39	14.657,47	4.950,23	3.989,11	6.528,47		
Transferências da LC 61/1989	107.340,60	100.780,37	97.910,12	111.462,88	95.632,69	105.637,17	1.282.919,70	1.803.487,14
	112.026,02	107.433,69	106.183,35	128.620,20	102.416,82	107.475,79		
Transferências do FUNDEB	5.961.055,08	6.616.229,17	5.712.801,84	6.076.437,39	5.804.783,04	5.405.305,28	74.777.288,66	59.103.458,39
	5.299.418,96	6.726.988,78	6.010.096,04	7.200.006,56	7.990.291,52	5.973.875,00		
Outras Transferências Correntes	11.395.932,00	12.226.734,30	11.891.303,66	22.685.699,67	14.158.320,65	9.915.650,69	174.236.425,69	242.871.188,52
	14.844.777,62	20.997.192,64	15.394.330,07	18.177.652,49	14.326.962,08	8.221.869,82		
Outras Receitas Correntes	938.381,54	1.004.283,72	1.518.822,86	1.061.042,22	1.483.395,36	2.287.350,18	13.312.266,72	12.059.736,83
	1.092.012,67	911.973,06	-450.026,51	1.326.181,78	1.132.847,44	1.006.002,40		

DEDUÇÕES (II)	6.798.718,82	7.599.921,71	8.599.953,89	7.751.057,19	6.946.863,40	7.482.798,20	96.980.172,27	77.022.856,42
	7.541.283,01	7.576.567,08	7.522.065,07	10.365.090,84	10.359.278,44	8.436.574,62		
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	1.611.898,75	1.733.731,95	1.702.704,61	1.723.253,64	1.749.396,14	1.777.911,82	22.946.219,31	15.453.357,87
	1.812.493,48	1.753.769,95	1.784.625,69	3.641.412,42	1.797.677,21	1.857.343,65		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	84.830,49	84.830,49	84.830,49	128.344,52	92.452,27	92.452,27	1.059.018,15	113.350,00
	115.712,43	93.404,01	394,24	188.203,94	-	93.563,00		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	1.534.374,93	2.060.396,44	3.115.821,93	2.358.501,05	2.127.074,04	2.616.935,17	29.850.036,71	2.769.973,25
	2.608.605,52	2.793.036,86	2.515.243,13	2.669.073,95	2.989.759,82	2.461.213,87		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.567.614,65	3.720.962,83	3.696.596,86	3.540.957,98	2.977.940,95	2.995.498,94	43.124.898,10	58.686.175,30
	3.004.471,58	2.936.356,26	3.221.802,01	3.866.400,53	5.571.841,41	4.024.454,10		
Transferencias de Convênios	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Outras Exclusões	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Compensação Financeira entre Regime Prev	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Transferencias de Convênios	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	**57.404.986,77**	**48.685.114,22**	**50.313.992,31**	**58.628.742,46**	**50.865.149,93**	**42.660.439,54**	**627.142.739,16**	**771.982.698,38**
	49.531.329,66	**54.161.540,32**	**47.567.907,11**	**60.140.249,96**	**61.178.624,31**	**46.004.662,57**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	-	-	-	-	-	**2.092.500,00**	**247.500,00**
	1.845.000,00	-	-	**247.500,00**	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**57.404.986,77**	**48.685.114,22**	**50.313.992,31**	**58.628.742,46**	**50.865.149,93**	**42.660.439,54**	**625.050.239,16**	**771.735.198,38**
	47.686.329,66	**54.161.540,32**	**47.567.907,11**	**59.892.749,96**	**61.178.624,31**	**46.004.662,57**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	**394.680,00**	**394.680,00**	**394.680,00**	**394.680,00**	**394.680,00**	**394.680,00**	**5.184.400,00**	**5.400.000,00**
	394.680,00	**394.680,00**	**394.680,00**	**789.360,00**	**421.460,00**	**421.460,00**		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**57.010.306,77**	**48.290.434,22**	**49.919.312,31**	**58.234.062,46**	**50.470.469,93**	**42.265.759,54**	**619.865.839,16**	**766.335.198,38**
	47.291.649,66	**53.766.860,32**	**47.173.227,11**	**59.103.389,96**	**60.757.164,31**	**45.583.202,57**		

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador: AFCFC5BA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 04 - RGF 2º QUADRIMESTRE/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	5.295.000,00	5.745.000,00
Interna	5.295.000,00	5.745.000,00
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (I)	5.295.000,00	5.745.000,00
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (II)	-	-
TOTAL (III)	**5.295.000,00**	**5.745.000,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	676.018.872,32	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§13, art. 166 da CF) (V	3.242.500,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMEN	672.776.372,32	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + V -		-

LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS	107.644.219,57	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	96.879.797,61	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	47.094.346,06	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-
1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites.		
No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:9A5D5418

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 04 RREO 4º BIMESTRE/2026

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	Em Reais	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	**48.090.823,25**	**14.698.945,99**
Receita de Contribuições dos Segurados	**15.453.357,87**	**3.653.029,99**
Ativo	13.313.357,87	3.211.755,67
Inativo	2.140.000,00	426.969,96
Pensionista	-	14.304,36
Receita de Contribuições Patronais	**20.307.011,04**	**4.815.206,99**
Ativo	20.307.011,04	4.815.206,99
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	**2.769.973,25**	**5.450.973,69**
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	2.769.973,25	5.450.973,69
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	**9.560.481,09**	**779.735,32**
Compensação Financeira entre os regimes	113.350,00	93.563,00
Receitas de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	9.447.131,09	686.172,32
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I+III-II)	**38.643.692,16**	**14.012.773,67**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	36.769.765,86	4.528.101,25	4.528.101,25	4.528.101,25	-
Aposentadorias	34.144.765,86	4.293.849,67	4.293.849,67	4.293.849,67	-
Pensões por Morte	2.625.000,00	234.251,58	234.251,58	234.251,58	-
Outras Despesas Previdenciárias	3.800.631,56	169.028,28	169.028,28	169.028,28	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	3.800.631,56	169.028,28	169.028,28	169.028,28	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**40.570.397,42**	**4.697.129,53**	**4.697.129,53**	**4.697.129,53**	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	**(1.926.705,26)**	**9.315.644,14**	**9.315.644,14**	**9.315.644,14**	

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	-
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-

Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-
Outros Aportes para o RPPS	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	48.418.866,35
Outros Bens e Direitos	108.202.462,37

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (e)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	-	-	-	-	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-
Recursos para Formação de Reserva	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	213.482.370,71
Outros Bens e Direitos	-

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	-	-

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

		Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	1.576.387,71	171.789,75	92.869,90	91.832,13	-
Pessoal e Encargos Sociais	584.500,00	57.640,81	57.640,81	57.640,81	-
Demais Despesas Correntes	991.887,71	114.148,94	35.229,09	34.191,32	-
Despesas de Capital (XIV)	57.612,29	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**1.634.000,00**	**171.789,75**	**92.869,90**	**91.832,13**	**-**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	**(1.634.000,00)**	**(171.789,75)**	**(92.869,90)**	**(91.832,13)**	

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.767,87
Investimentos e Aplicações	-
Outros Bens e Direitos	-

BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	-	-
Demais receitas Previdenciárias	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIARIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	-	-	-	-	-
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	-	-	-	-	

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração

2 O resultado previdenciário será apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º

bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre)

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:CC1CE7A7

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 06 - RGF 2º QUADRIMESTRE/2026 CONSOLIDADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2º QUADRIMESTRE DE 2026		
LRF, Art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	676.018.872,32	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	672.776.372,32	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoa	667.431.292,32	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal DTP	297.455.812,49	44,57
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 60,00%	400.458.775,39	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 57,00%	380.435.836,62	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	360.412.897,85	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	36.896.042,63	5,48
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	807.331.646,78	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	148.724.151,91	120,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	107.644.219,57	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	47.094.346,06	7,00
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 25/Set/2026, 09h e 15m.		

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:9F70AD93

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 06 - RGF 2º QUADRIMESTRE/2026 EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2º QUADRIMESTRE DE 2026		
LRF, Art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	676.018.872,32	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	672.776.372,32	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoa	667.431.292,32	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal DTP	290.631.487,55	43,54
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	360.412.897,85	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	342.392.252,96	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	324.371.608,07	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	36.896.042,63	5,48
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	807.331.646,78	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	148.724.151,91	120,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	107.644.219,57	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	47.094.346,06	7,00
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 25/Set/2026, 09h e 12m.		

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:9727C456

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 253/2026 – DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N.º 253/2026 – de 24 de Setembro de 2026.

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diárias.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	Dias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Paulo José Rodrigues	18/09/2026	18/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	VWMASCA TBA 5C93	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	18/09/2026	18/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	18/09/2026	18/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN EEZ 1B07	Transporte de Pacientes
Igor Marcelo Mendes de Oliveira	19/09/2026	19/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	LOGAN GDD 1E83	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	21/09/2026	21/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	21/09/2026	21/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	21/09/2026	21/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN BAH 8569	Transporte de Pacientes
Igor Marcelo Mendes de Oliveira	21/09/2026	21/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN TBG 1F89	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	22/09/2026	22/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Igor Marcelo Mendes de Oliveira	22/09/2026	22/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	LOGAN GDD 1E83	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	22/09/2026	22/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	AMBULANCIA TBC 0H10	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	22/09/2026	22/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN EEZ 1B07	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	22/09/2026	22/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Irati/PR	VAN BAH 8569	Transporte de Pacientes

Silvio Renato Lalik	22/09/2026	22/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	23/09/2026	23/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	23/09/2026	23/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Igor Marcelo Mendes de Oliveira	23/09/2026	23/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN GDD 1E83	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	24/09/2026	24/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	24/09/2026	24/09/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Rafael Dilay Malucelli	27/09/2026	28/09/2026	1	R$ 342,45	R$ 342,45	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Administração

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 24 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:2F6C39D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 145/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 145/2026

MODALIDADE: REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2026

CONTRATADO: ZANATTA EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 05.647.178/0001-42

OBJETO: Contratação de empresa para locação de aparelho de CPAP com máscara e tubo incluso conforme solicitação Secretaria Municipal de Saúde.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE 04 (quatro) APARELHOS AUTO CPAP COM MÁSCARA E TUBO INCLUSO. Especificação técnica: faixa de pressão operacional: 04 a 20 cm H20; sistema que ajusta automaticamente a pressão de acordo com o estado da via respiratória do paciente. Voltagem: 110/220 V; Rampa: 05 a 45 minutos; Acessórios (máscara e tubo) descartáveis necessários e adequados conforme indicação do fabricante para uma melhor adaptação do paciente.	MÊS	12	R$ 548,00	R$ 6.576,00

VALOR TOTAL: R$ 6.576,00 (seis mil e quinhentos e setenta e seis reais)

FISCAL: Marina do Carmo Stracke de Lima, Matrícula 4765951.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 22 de setembro de 2026.

Coordenação de Contratos.

Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:5D0ECF5C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°292 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO N.º 292 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 341.141,15.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 341.141,15, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
4.122.3.2.4	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
830	0000 Recursos Ordinários (Livres)	11.877,38
	SUBTOTAL	11.877,38
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
15.451.6.2.9	INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1091	0554 Sanepar - Recursos para o Fundo Municipal de Saneamento Básico	9.234,00
25.451.6.1.12	REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1150	0507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	19.980,64
	SUBTOTAL	29.214,64
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2250	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	18.615,00
	SUBTOTAL	18.615,00
11	SECRETARIA DE SAUDE	
11.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.14.2.34	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	

3.3.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	
4210	**0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)**	**281.434,13**
	SUBTOTAL	**281.434,13**
	TOTAL	**341.141,15**

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....341.141,15

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
4.122.3.2.4	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
730	0000 Recursos Ordinários (Livres)	11.877,38
	SUBTOTAL	11.877,38
	TOTAL	11.877,38

2. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00	**FONTE 507 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO**	**19.980,64**
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00	**FONTE 554 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO**	**9.234,00**
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	**FONTE 303 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL**	**281.434,13**
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	**FONTE 104 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL**	**18.615,00**
	TOTAL	**329.263,77**

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....341.141,15

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên , 23 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG

Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:2A740DCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui a metodologia e estabelece procedimentos para identificação, classificação, mensuração, tratamento e monitoramento dos riscos fiscais a serem considerados na elaboração do Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do Município de Piên.

A Secretária de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no § 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimentos padronizados para identificação, avaliação e tratamento dos riscos fiscais que possam afetar o equilíbrio das contas públicas;

Considerando a necessidade de aprimorar a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

Considerando as orientações constantes do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a metodologia de gestão dos riscos fiscais no âmbito do Município de Piên, compreendendo os procedimentos de identificação, classificação, mensuração, tratamento e monitoramento dos riscos fiscais.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, consideram-se riscos fiscais os eventos ou situações capazes de afetar negativamente o equilíbrio das contas públicas, especialmente aqueles que possam provocar aumento de despesas, redução de receitas ou necessidade de utilização de recursos não previstos.

Art. 3º A metodologia estabelecida nesta Instrução Normativa será utilizada como subsídio para a elaboração e atualização do Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

CAPÍTULO II

DA IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS FISCAIS

Art. 4º Os riscos fiscais serão identificados mediante levantamento de informações junto aos órgãos e unidades administrativas do Município, considerando, entre outros:

I – Passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais;

II – Riscos relacionados à arrecadação das receitas municipais;

III – Frustração de receitas previstas;

IV – Restituição de tributos;

V – Despesas decorrentes de situações emergenciais ou imprevisíveis;

VI – Riscos relacionados à dívida pública;

VII – Alterações na legislação com impacto financeiro;

VIII – Riscos relacionados às transferências constitucionais e legais;

IX – Garantias, avais e outras obrigações financeiras;

X – Demais eventos que possam comprometer o equilíbrio fiscal.

Art. 5º As Secretarias Municipais e demais unidades administrativas deverão comunicar à Secretaria Municipal responsável pela elaboração do Anexo de Riscos Fiscais a existência de eventos que possam representar risco fiscal para o Município.

CAPÍTULO III

DA CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

Art. 6º Os riscos identificados serão classificados de acordo com:

I – A probabilidade de ocorrência; e

II – O potencial impacto financeiro sobre as contas públicas.

Art. 7º A probabilidade de ocorrência será classificada em:

I – Baixa: possibilidade reduzida de ocorrência;

II – Média: possibilidade moderada de ocorrência;

III – Alta: possibilidade elevada de ocorrência.

Art. 8º O impacto financeiro será classificado em:

I – Baixo: impacto que não comprometa significativamente o equilíbrio fiscal;

II – Médio: impacto capaz de exigir medidas de adequação orçamentária ou financeira;

III – Alto: impacto capaz de comprometer significativamente o equilíbrio das contas públicas.

Art. 9º Sempre que possível, os riscos fiscais deverão ser mensurados financeiramente, mediante estimativa do valor potencial da obrigação, perda de receita ou aumento de despesa.

CAPÍTULO IV

DO TRATAMENTO DOS RISCOS

Art. 10. Após a identificação e avaliação dos riscos fiscais, deverão ser definidas, quando cabíveis, medidas de prevenção, mitigação ou tratamento.

Art. 11. As medidas de tratamento poderão compreender, entre outras:

I – acompanhamento e monitoramento do evento;

II – Constituição ou utilização de reserva de contingência;

III – limitação de empenho e movimentação financeira;

IV – Abertura de créditos adicionais, quando legalmente cabível;

V – Revisão das estimativas de receitas e despesas;

VI – Adoção de medidas administrativas, judiciais ou financeiras destinadas à redução do impacto do risco.

CAPÍTULO V

DA MATRIZ DE RISCOS FISCAIS

Art. 12. Os riscos identificados deverão ser registrados em Matriz de Riscos Fiscais, contendo, no mínimo:

Risco	Probabilidade	Impacto	Valor estimado	Nível de risco	Medida de tratamento	Responsável
Descrição do risco	Baixa/Média/Alta	Baixo/Médio/Alto	R$	Baixo/Médio/Alto	Providência	Unidade responsável

Art. 13. A Matriz de Riscos Fiscais deverá ser atualizada, no mínimo, anualmente, ou sempre que ocorrer fato relevante que altere a situação dos riscos identificados.

CAPÍTULO VI

DA ELABORAÇÃO DO ANEXO DE RISCOS FISCAIS DA LDO

Art. 14. As informações constantes da Matriz de Riscos Fiscais serão utilizadas como subsídio para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 15. O Anexo de Riscos Fiscais deverá contemplar, quando aplicável:

I – Os passivos contingentes identificados;

II – Os demais riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas;

III – a estimativa dos valores envolvidos;

IV – As providências a serem adotadas caso os riscos se concretizem.

Art. 16. A Secretaria Municipal responsável pela elaboração da LDO ficará encarregada de consolidar as informações fornecidas pelos órgãos e unidades administrativas e elaborar o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO VII

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17. Compete aos órgãos e unidades administrativas:

I – Identificar os riscos relacionados às suas atividades;

II – Fornecer informações necessárias à avaliação dos riscos;

III – comunicar alterações relevantes nos riscos identificados;

IV – Colaborar na definição das medidas de tratamento.

Art. 18. Compete à Secretaria Municipal responsável pela área de Finanças:

I – Coordenar a metodologia de gestão dos riscos fiscais;

II – Consolidar as informações recebidas;

III – Elaborar e atualizar a Matriz de Riscos Fiscais;

IV – Elaborar o Anexo de Riscos Fiscais da LDO;

V – Acompanhar a evolução dos riscos fiscais identificados.

Art. 19. Compete ao Controle Interno, no âmbito de suas atribuições, acompanhar a aplicação dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa e propor aperfeiçoamentos na metodologia.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Os procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa deverão observar a legislação vigente, as normas de contabilidade aplicadas ao setor público e as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal responsável pela área de Finanças, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 22. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 25 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

MATRIZ DE RISCOS FISCAIS

A Matriz de Riscos Fiscais constitui instrumento de identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento dos eventos que possam afetar o equilíbrio das contas públicas do Município.

1. IDENTIFICAÇÃO DO RISCO

Nº	Categoria	Descrição do risco	Unidade responsável	Período de referência
01	Receita			
02	Despesa			
03	Passivo contingente			
04	Dívida pública			
05	Previdenciário			
06	Judicial			
07	Transferências			
08	Outros			

2. AVALIAÇÃO DO RISCO

A avaliação deverá considerar a probabilidade de ocorrência e o impacto financeiro potencial do evento.

2.1 Probabilidade de ocorrência

Classificação	Pontuação	Critério
Baixa	1	Possibilidade reduzida de ocorrência
Média	2	Possibilidade moderada de ocorrência
Alta	3	Possibilidade elevada de ocorrência

2.2 Impacto financeiro

Classificação	Pontuação	Critério
Baixo	1	Impacto financeiro reduzido, sem comprometimento relevante do equilíbrio fiscal
Médio	2	Impacto capaz de exigir adequações orçamentárias ou financeiras
Alto	3	Impacto capaz de comprometer significativamente o equilíbrio fiscal

3. CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO

O nível de risco será obtido pela multiplicação da pontuação atribuída à probabilidade pela pontuação atribuída ao impacto.

Nível de Risco = Probabilidade × Impacto

Pontuação	Nível de risco	Tratamento
1 a 2	Baixo	Monitoramento periódico
3 a 4	Médio	Acompanhamento e adoção de medidas preventivas, quando necessárias
6 a 9	Alto	Prioridade de tratamento, monitoramento e definição de medidas de mitigação

4. QUADRO CONSOLIDADO

Nº	Risco identificado	Probabilidade	Impacto	Pontuação	Nível	Valor estimado	Medida de tratamento	Responsável
01						R$		
02						R$		
03						R$		
04						R$		
05						R$		

5. TRATAMENTO DOS RISCOS

Para cada risco identificado deverão ser avaliadas as medidas necessárias para prevenção, redução ou tratamento de seus possíveis impactos financeiros.

Poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I – Acompanhamento sistemático do evento;

II – Revisão das estimativas de receitas e despesas;

III – Adoção de medidas de contingenciamento;

IV – Constituição ou utilização de Reserva de Contingência, quando cabível;

V – Limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos da legislação;

VI – Acompanhamento de processos judiciais e administrativos;

VII – Adoção de medidas administrativas para redução dos impactos;

VIII – Atualização periódica das estimativas financeiras;

IX – Outras medidas consideradas necessárias pela Administração.

6. MONITORAMENTO

Os riscos classificados como alto deverão receber acompanhamento prioritário.

A Matriz de Riscos Fiscais deverá ser revisada:

I – Anualmente, para subsidiar a elaboração da LDO;

II – Sempre que ocorrer fato relevante que altere a probabilidade ou o impacto do risco;

III – Quando houver alteração significativa nas estimativas de receitas, despesas, passivos ou obrigações do Município.

7. RESPONSÁVEIS

A unidade administrativa responsável pelo risco deverá fornecer as informações necessárias para sua identificação, avaliação, mensuração e acompanhamento.

A Secretaria Municipal responsável pela área de Finanças realizará a consolidação das informações e utilizará os dados da Matriz como subsídio para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Piên, ____ de _____ de 202x.

Responsável pela Unidade Administrativa

Responsável pela Secretaria Municipal de Finanças

Responsável pelo Controle Interno

ANEXO II

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS FISCAIS

1. IDENTIFICAÇÃO

Órgão/Unidade: _____

Responsável: _____

Data: / / .

2. DESCRIÇÃO DO RISCO

Qual o evento que poderá afetar as receitas, despesas, patrimônio ou equilíbrio fiscal do Município?

3. CAUSA DO RISCO

4. POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS

5. PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA

( ) Baixa – 1 ponto

( ) Média – 2 pontos

( ) Alta – 3 pontos

6. IMPACTO FINANCEIRO ESTIMADO

( ) Baixo – 1 ponto

( ) Médio – 2 pontos

( ) Alto – 3 pontos

7. VALOR FINANCEIRO ESTIMADO

R$ _____

8. NÍVEL DE RISCO

Probabilidade: _____ × Impacto: _____ = **Pontuação: _____**

Nível:

( ) Baixo

( ) Médio

( ) Alto

9. MEDIDAS DE TRATAMENTO/MITIGAÇÃO

10. RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO

Unidade: _____

Servidor responsável: _____

11. PERIODICIDADE DO MONITORAMENTO

( ) Mensal

( ) Trimestral

( ) Semestral

( ) Anual

( ) Conforme necessidade

12. OBSERVAÇÕES

Piên, ____ de _____ de 2026.

ANEXO III

FLUXO DE GESTÃO DOS RISCOS FISCAIS

ETAPA 1 – IDENTIFICAÇÃO

Os órgãos e unidades administrativas identificam eventos que possam afetar as receitas, despesas, obrigações ou o equilíbrio fiscal do Município.

↓

ETAPA 2 – REGISTRO

O risco identificado é registrado no Formulário de Identificação e Avaliação dos Riscos Fiscais.

↓

ETAPA 3 – AVALIAÇÃO

São avaliados:

probabilidade de ocorrência;

impacto financeiro;

valor financeiro estimado;

nível de risco.

↓

ETAPA 4 – CLASSIFICAÇÃO

O risco é classificado como:

BAIXO → MÉDIO → ALTO

↓

ETAPA 5 – TRATAMENTO

São definidas as medidas de prevenção, mitigação ou tratamento necessárias.

↓

ETAPA 6 – CONSOLIDAÇÃO

A Secretaria Municipal responsável pelas Finanças consolida as informações na **Matriz de Riscos Fiscais**.

↓

ETAPA 7 – MONITORAMENTO

Os riscos são acompanhados periodicamente e atualizados quando houver alteração relevante.

↓

ETAPA 8 – ELABORAÇÃO DA LDO

As informações consolidadas são utilizadas para elaboração do **Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**.

↓

ETAPA 9 – REVISÃO

A metodologia e a Matriz de Riscos Fiscais são revisadas anualmente ou sempre que houver alteração relevante nos riscos identificados.

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:CFF05D4B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 202/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5973 - Decreto n° 202/2026 de 24/09/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		208.000,00
Despesa			
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	40.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.365.1201.2029	Manter as Atividades do Ensino Infantil - Creche - FUNDEB		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1452 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	15.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.365.1201.2029	Manter as Atividades do Ensino Infantil - Creche - FUNDEB		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1462 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	100.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1880 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	26.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1900 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	27.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
1920 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Anulação	153.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.302.1001.2048	RECURSOS DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2210 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Anulação	55.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027	Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
14644 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	208.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	208.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:6E33B1E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 203/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026					
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA					
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026					
Lei/Ato n° 5974 - Decreto n° 203/2026 de 24/09/2026			**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária			Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional			**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar			Anulação de Dotações		3.000,00
Despesa					
	05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Anulação		3.000,00
	05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura		
	12.361.1201.2025	Manter as Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB			

	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1150	101	Fundeb 60%		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
	05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	3.000,00
	05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
	12.361.1201.2025	Manter as Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB		
	3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1160	101	Fundeb 60%		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações	Acréscimo	3.000,00
Suplementar		Anulação de Dotações	Anulação	3.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4F222F0C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 204/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5975 - Decreto n° 204/2026 de 24/09/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação		36.300,00

Despesa				
05		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	14.000,00
05.002		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2025		Manter as Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1154	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação		
05		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	2.300,00
05.002		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2025		Manter as Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1164	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação		
05		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	14.000,00
05.002		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027		Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1240	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação		
05		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	6.000,00
05.002		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027		Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1260	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação		
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar		Excesso de Arrecadação	Acréscimo	36.300,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2CBE1B67

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

6° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 77/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFANCIA

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR: O contrato fica aditivado no valor de **R$ 71.445,00 (setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais),** nos termos do Processo de Inexigibilidade n.º 4/2022 e da solicitação da secretaria responsável, conforme relação de itens abaixo:

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Valor Unitário	Quantidade de Criança	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	11818	Manutenção da casa Lar a fim de atender as necessidades de 0 a 18 anos , órfãos abandonados e em situação de risco pessoal e social, encaminhados a casa lar por determinação judicial, de mandatários das políticas de proteção, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. A manutenção compreende: alimentação, vencimentos e cantagens, material de higienização, limpeza e energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, manutenção de bens e Imóveis, combustíveis, material de informática, outros serviços de terceiras pessoas jurídicas.	Valor fixo/mês R$ 4.950,00	Capacidade da Casa Lar é de até 10 (dez) crianças e adolescentes por vez.	12,00	MÊS	4.950,00	59.400,00
2	11819	Contratação de Serviços de hospedagem casa lar, incluindo pernoite, alimentação (café da manhã, almoço e jantar).	R$ 33,00 por dia por criança/adolescente atendida.		365,00	DIA	33,00	12.045,00
TOTAL: 71.445,00								

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, 25 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:0840F368

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 327/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Selso Claudio Burtet Matrícula: 321-1

Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista

DADOS DA VIAGEM

Data da Viagem: 28/09/2026 (Saída 10:00 horas)

Destino: Pato Branco/PR.

Valor de diárias: 142,18 x 0,5 -= 71,09

Transporte utilizado: carro oficial

Finalidade da viagem: Levar a paciente Alba Valentina dos Santos com acompanhante para consulta na Policlínica em Pato Branco/PR.

Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Policlínica em Pato Branco/PR.

Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
001	1434-6	13566-6	750.342.209-20

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta

solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 25 de setembro de 2026

Solicitante da viagem: Selso Claudio Burtet

(X) Autorizado ( ) Não autorizado

Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:04BAC1B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°235/2026 DO PREGÃO N.°49/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°235/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º49/2026	**PROTOCOLO N.º238/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:21/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 49/2026, por mim homologado**, registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos,** conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de Preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **F.COMM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ/MF nº. 49.535.491/0001-64, estabelecida na Rua Luiza Meneghel Mancini, N.° 96, Jardim Paulista, Americana – SP, CEP 13468-274, neste ato

representada pelo **Sr. Fernanda Aparecida Versolatto Silva**, portador da Cédula de Identidade nº. 33745954X SSP/SP, CPF nº. 276.911.808-02, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
18	76274	Balança Pediátrica Digital 30kg C/ Capa Principais características: - Capacidade de até 30 kg, com divisões precisas de 10 g, ideal para acompanhar o crescimento saudável dos bebês; - Display LED duplo: leitura fácil para operador e paciente, com dígitos claros de 20 mm de altura. - Concha anatômica com medidas 540x280 mm, feita de material anti-germes, garantindo higiene e segurança durante o uso. - Painel à prova de respingos e teclas práticas para operações de ZERO e TARA. - Função TARA até 100% da capacidade de pesagem, proporcionando maior praticidade. - Aferida pelo IPEM, conforme Portaria 177/2020. - Fonte externa bivolt (110 a 240 VAC) com chaveamento automático e tecnologia de ponta. Dimensões: Altura: 14cm Largura: 37cm Comprimento: 37cm Peso bruto: 3,500kg Capacidade até 30kg, alta capacidade, divisões precisas, pesagem detalhada, cuidado infantil, pediátrico, pesagem de bebês, acompanhamento de crescimento, precisão, exatidão, confiabilidade, alta qualidade, controle de peso, monitoramento de saúde, acompanhamento pediátrico, balança digital, leitura clara, display de LED, fácil uso, operação intuitiva, design ergonômico, suporte confortável.	WELMY	UN	5	R$ 579,99	R$ 2.899,95

2.3. Preço Total Registrado: R$ 2.899,95 (dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 599 de 23 de Julho de 2026, servidores:

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

Rita Marilei de Lara Manchur, matricula nº 25108

13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo de entrega dos materiais simples será de até 10 (dez) dias úteis e, para os equipamentos permanentes/eletromédicos, de até 20 (vinte) dias úteis,, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento.

14.2 Em se tratando de compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta

14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.

14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).

14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.

14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DOTAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
224	08002103010801104244905200000	303	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	9304	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	15	Equipamentos e Material Permanente
264	08002103010801204844905200000	303	Equipamentos e Material Permanente
295	08002103020801204544905200000	494	Equipamentos e Material Permanente
295	08002103020801204544905200000	95187	Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.

18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.

18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, que não será admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;

II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.

19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS

22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES	***GUARACI MARCOS DE OLIVEIRA***
Prefeito	(Procurador)
Município de Pitanga	F.Comm Comércio E Distribuidora LTDA – EPP
	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:C865C0B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°236/2026 DO PREGÃO N.°49/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°236/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º49/2026	**PROTOCOLO N.º238/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:21/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 49/2026, por mim homologado**, registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos,** conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de Preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 46.884.097/0001-43, estabelecida na Avenida Maripá, n.° 5457, Centro, Toledo – MG, CEP 85901-000, neste ato representada pelo Sr. Cezar Fioravanti S. Junior, portador do CPF nº. 048.804.349-22**, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
2	66302	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:KELLY, FORMATO PONTA:PONTA CURVA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 16 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	100	R$ 19,99	R$ 1.999,00
3	76202	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1:DENTE DE RATO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	100	R$ 7,43	R$ 743,00
4	66304	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1:DISSECÇÃO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 16 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	100	R$ 13,50	R$ 1.350,00
5	66266	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:KELLY, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	100	R$ 22,63	R$ 2.263,00
6	66276	TESOURA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO:8 CM, TIPO PONTA:RETA, TIPO:ÍRIS	COOPERFLEX	UN	50	R$ 15,19	R$ 759,50
7	75409	CABO PARA BISTURI Nº 4, AÇO INOX	COOPERFLEX	UND	30	R$ 6,23	R$ 186,90
8	76203	CABO PARA BISTURI Nº 3, AÇO INOX	COOPERFLEX	UN	30	R$ 5,99	R$ 179,70
9	66284	BANDEJA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:LISA, DIMENSÕES:CERCA DE 30 X 20 X 3 CM, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	30	R$ 49,99	R$ 1.499,70
10	76341	CUBA USO HOSPITALAR, AÇO INOXIDÁVEL, TIPO RIM, Cerca De 700 ML	COOPERFLEX	UN	30	R$ 31,61	R$ 948,30
11	76342	CUBA USO HOSPITALAR, MATERIAL: AÇO INOX, FORMATO: REDONDO, CAPACIDADE: CERCA DE 500 ML	COOPERFLEX	und	30	R$ 20,22	R$ 606,60
12	66301	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:KELLY, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 16 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	50	R$ 26,82	R$ 1.341,00
13	66311	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:HALSTEAD MOSQUITO, FORMATO PONTA:PONTA CURVA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 12 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	30	R$ 13,99	R$ 419,70

2.3. Preço Total Registrado: R$12.296,40 (doze mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do

contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 599 de 23 de Julho de 2026, servidores:

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

Rita Marilei de Lara Manchur, matricula nº 25108

13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo de entrega dos materiais simples será de até 10 (dez) dias úteis e, para os equipamentos permanentes/eletromédicos, de até 20 (vinte) dias úteis,, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento.

14.2 Em se tratando de compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta

14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.

14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).

14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.

14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DOTAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
224	08002103010801104244905200000	303	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	9304	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	15	Equipamentos e Material Permanente
264	08002103010801204844905200000	303	Equipamentos e Material Permanente
295	08002103020801204544905200000	494	Equipamentos e Material Permanente
295	08002103020801204544905200000	95187	Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.

18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.

18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, que não será admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;

II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.

19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS

22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES	***CEZAR FIORAVANTI S. JUNIOR***
Prefeito	Golden Produtos Odontologicos LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:9A200303

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°237/2026 DO PREGÃO N.°49/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°237/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º49/2026	**PROTOCOLO N.º238/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:21/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 49/2026, por mim homologado**, registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos,** conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de Preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **GUIMARAES E SOARES LTDA inscrita no CNPJ/MF nº. 17.330.681/0001-59, estabelecida na Rua Osvaldo Aranha, n.° 116, Centro, Pitanga – PR, CEP 85200-000, neste ato representada pelo Sr. Marilene De Paula Soares, portador da Cédula do CPF nº. 776.176.309-72**, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
1	66256	PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL, MODELO:MAYO HEGAR, TIPO PONTA:PONTA RETA, CARACTERÍSTICA PONTA:C/ VÍDEA, HASTE:HASTE RETA, ADICIONAL 1:COM TRAVA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	ec endocommerce	UN	50	R$ 53,10	R$ 2.655,00
14	76343	BACIA - USO HOSPITALAR, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: CERCA DE 35 CM, CAPACIDADE: CERCA DE 4500 ML, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL	abc	UN	10	R$ 90,00	R$ 900,00
17	76275	Balança Antropométrica com Analisador de Composição Corporal por Bioimpedância Balança eletrônica profissional destinada à avaliação da composição corporal por meio da tecnologia de bioimpedância elétrica multifrequencial ou monofrequencial segmentar, indicada para uso em consultórios, ambulatórios, unidades de saúde e serviços de nutrição. O equipamento deverá possuir as seguintes características mínimas: • Capacidade de pesagem até 200 kg; • Divisão de leitura de, no máximo, 100 g; • Plataforma antiderrapante e estrutura resistente para uso profissional; • Sistema de bioimpedância com, no mínimo, 08 eletrodos táteis (04 para os pés e 04 para as mãos), permitindo análise segmentada do corpo; • Medição da composição corporal de corpo inteiro, incluindo, no mínimo: ◦ Peso corporal; ◦ Índice de Massa Corporal (IMC); ◦ Percentual de gordura corporal; ◦ Massa muscular; ◦ Gordura visceral; ◦ Água corporal total; ◦ Massa óssea; ◦ Taxa metabólica basal (TMB); • Possibilidade de cadastro de usuários e armazenamento de medições; • Display digital de fácil visualização; • Operação por bateria recarregável ou alimentação elétrica bivolt automática (100–240 V); • Comunicação com computador ou dispositivos móveis por meio de interface USB, Bluetooth ou tecnologia equivalente (quando aplicável ao modelo); • Software ou aplicativo compatível para armazenamento, gerenciamento e emissão de relatórios das avaliações, quando disponibilizado pelo fabricante; • Precisão compatível com uso clínico e profissional; • Equipamento com registro vigente na ANVISA, quando aplicável; • Manual de instruções em português; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	REGENPRO	UN	5	R$ 1.295,03	R$ 6.475,15
19	70613	ADIPÔMETRO, OPERAÇÃO:DIGITAL, MATERIAL:PLÁSTICO, RESOLUÇÃO:RESOLUÇÃO 0,1 MM, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 60 MM, PRESSÃO:CERCA DE 10 G/MM², TOLERÂNCIA:TOLERÂNCIA ATÉ 0,5 MM	avanutri	UN	5	R$ 700,00	R$ 3.500,00
21	76279	BOLA PARA PILATES, MODELO: BOLA SUIÇA, MATERIAL: PVC ANTIDERRAPANTE, APLICAÇÃO: CONDICIONAMENTO FÍSICO, DIMENSÕES: CARGA ATE 300 KG E DIÂMETRO 65 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ BOMBA P/ INFLAR, ADAPTADOR E EXTRATOR DE PINO CATMAT BR0426781	maxboost	UN	50	R$ 75,00	R$ 3.750,00

2.3. Preço Total Registrado: R$17.280,15 (dezessete mil, duzentos e oitenta reais e quinze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 599 de 23 de Julho de 2026, servidores:

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

Rita Marilei de Lara Manchur, matricula nº 25108

13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo de entrega dos materiais simples será de até 10 (dez) dias úteis e, para os equipamentos permanentes/eletromédicos, de até 20 (vinte) dias úteis,, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento.

14.2 Em se tratando de compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta

14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.

14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).

14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.

14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DOTAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
224	08002103010801104244905200000	303	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	9304	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	15	Equipamentos e Material Permanente
264	08002103010801204844905200000	303	Equipamentos e Material Permanente
295	08002103020801204544905200000	494	Equipamentos e Material Permanente
295	08002103020801204544905200000	95187	Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.

18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.

18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, que não será admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;

II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.

19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS

22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES	***MARILENE DE PAULA SOARES***
Prefeito	Guimaraes E Soares LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:3BE5A3E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°238/2026 DO PREGÃO N.°49/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°238/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°49/2026	**PROTOCOLO N.°238/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:21/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 49/2026, por mim homologado**, registro de preço, por um período de 01**

(um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de Preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **MEDICAL IMPORT LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 67.680.402/0001-55, estabelecida na Rio Grande Do Sul, n.° 431, Centro, Ivaiporã – PR, CEP 86870-059, neste ato representada pelo Sr. Carmolucia Gomes Jardim Carvalho, portador do CPF nº. 307.005.159-68**, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt.(R$)	Valor Total (R$)
16	76345	BANHO MARIA LABORATORIAL, AJUSTE DIGITAL COM PAINEL DE CONTROLE, VOLUME CERCA DE 10 L, COMPONENTES COM TERMÔMETRO DIGITAL, TEMPERATURA ATÉ 100 ¨C, ADICIONAL COM AGITAÇÃO DE ÁGUA, TEMPORIZAÇÃO COM TEMPORIZADOR ATÉ 10.000 MIN	VDR	UN	1	R$ 1.250,00	R$ 1.250,00
22	76280	ELETROCARDIÓGRAFO DIGITAL COMPUTADORIZADO – 12 DERIVAÇÕES Eletrocardiógrafo digital computadorizado destinado à realização de exames de eletrocardiograma em repouso, com aquisição simultânea de 12 derivações, para utilização em computador desktop ou notebook. O equipamento deverá possuir as seguintes características mínimas: • Aquisição simultânea das 12 derivações (12 canais) padrão de ECG; • Conexão ao computador através de interface USB; • Alimentação elétrica através da própria porta USB, dispensando o uso de baterias ou pilhas; • Equipamento portátil, compacto e de fácil operação; • Visualização e monitorização do traçado eletrocardiográfico em tempo real; • Registro, armazenamento e gerenciamento dos exames em banco de dados informatizado; • Possibilidade de impressão dos exames em impressora convencional compatível com o computador, durante ou após a realização do exame; • Capacidade de gravação dos exames em meio digital, contendo identificação do paciente, data e horário do exame; • Possibilidade de exportação e compartilhamento dos exames para emissão de laudos à distância por meio eletrônico; • Software em português, de fácil instalação e utilização; • Compatibilidade com sistema operacional Microsoft Windows 10 ou versão superior; • Funcionamento em computadores desktop ou notebooks conectados em rede ou não. O software deverá permitir, no mínimo: a) Monitorização do ECG em tempo real; b) Visualização e interpretação do traçado em tempo real; c) Realização de medições através de cursores eletrônicos; d) Impressão simultânea das 12 derivações em diferentes formatos; e) Cadastro e gerenciamento de pacientes e exames; f) Armazenamento dos exames em banco de dados local; g) Exportação e compartilhamento dos exames para emissão de laudos remotos. Normas e Certificações: • Registro vigente na ANVISA; • Atender às normas de segurança elétrica e desempenho aplicáveis aos eletrocardiógrafos médicos, incluindo ABNT NBR IEC 60601-1 e ABNT NBR IEC 60601-2-25, ou normas técnicas equivalentes vigentes. Acessórios mínimos que deverão acompanhar o equipamento: • 01 módulo eletrocardiógrafo digital; • 01 cabo USB para comunicação e alimentação; • 01 cabo paciente de 10 vias; • 06 eletrodos precordiais tipo sucção; • 04 eletrodos para membros tipo garra; • Software de aquisição e gerenciamento de exames; • Manual de operação em português; • Instalação, configuração, treinamento operacional e entrega técnica sem custos adicionais; • Todos os acessórios, cabos, conectores e dispositivos necessários ao perfeito funcionamento do equipamento. Referência de qualidade: CardioCare 2000 ou equipamento equivalente, similar ou de qualidade superior.	CONTEC	und	2	R$ 2.800,00	R$ 5.600,00

2.3. Preço Total Registrado: R$6.850,00 (seis mil, oitocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 599 de 23 de Julho de 2026, servidores:

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

Rita Marilei de Lara Manchur, matricula nº 25108

13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo de entrega dos materiais simples será de até 10 (dez) dias úteis e, para os equipamentos permanentes/eletromédicos, de até 20 (vinte) dias úteis,, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento.

14.2 Em se tratando de compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta

14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.

14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).

14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.

14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DOTAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
224	08002103010801104244905200000	303	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	9304	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	15	Equipamentos e Material Permanente
264	08002103010801204844905200000	303	Equipamentos e Material Permanente

295	08002103020801204544905200000	494	Equipamentos e Material Permanente
295	08002103020801204544905200000	95187	Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.

18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.

18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, que não será admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;

II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.

19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS

22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES

Prefeito

Município de Pitanga

CARMOLUCIA GOMES JARDIM CARVALHO

Medical Import LTDA

Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:A53C02E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°239/2026 DO PREGÃO N.°49/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°239/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º49/2026	**PROTOCOLO N.º238/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:21/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 49/2026, por mim homologado**, registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos,** conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de Preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 09.254.808/0001-70, estabelecida na Rua Pedro Alves, n.° 1535, Centro, Guarapuava – PR, CEP 85010-080, neste ato representada pelo Sr. Rafael Torres Antoniazzi, portador do CPF nº. 047.950.999-95**, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
20	72348	COLETOR DE URINA, MATERIAL :PLÁSTICO, TIPO :SISTEMA ABERTO, CAPACIDADE :CERCA DE 2000 ML, GRADUAÇÃO:GRADUAÇÃO DE 100 EM 100 ML, ESTERILIDADE :NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.	LETOMED	UN	6.000	R$ 0,60	R$ 3.600,00

2.3. Preço Total Registrado: R$3.600,00 (três mil, seiscentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 599 de 23 de Julho de 2026, servidores:

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

Rita Marilei de Lara Manchur, matricula nº 25108

13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo de entrega dos materiais simples será de até 10 (dez) dias úteis e, para os equipamentos permanentes/eletromédicos, de até 20 (vinte) dias úteis,, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento.

14.2 Em se tratando de compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta

14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.

14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).

14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.

14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DOTAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
224	08002103010801104244905200000	303	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	9304	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	15	Equipamentos e Material Permanente
264	08002103010801204844905200000	303	Equipamentos e Material Permanente

295	08002103020801204544905200000	494	Equipamentos e Material Permanente
295	08002103020801204544905200000	95187	Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.

18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.

18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, que não será admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;

II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.

19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS

22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES	*RAFAEL TORRES ANTONIAZZI*
Prefeito	MMW Produtos Hospitalares LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:E014F66E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°240/2026 DO PREGÃO N.°49/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°240/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º49/2026	**PROTOCOLO N.º238/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:21/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 49/2026, por mim homologado**, registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos,** conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de Preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **ROYAL ATACADISTA E COMERCIO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº. 24.103.721/0001-95, estabelecida na Avenida SAo Paulo, S/N, Vila Brasilia, Aparecida De Goiânia – GO, CEP 74905-770, neste ato representada pelo Sr. Diego Sammer Santos, portador do CPF nº. 068.630.796-82**, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
15	76344	DOPPLER VASCULAR – APARELHO DE DOPPLER VASCULAR PORTÁTIL, MODELO SONORO, NÃO GRÁFICO, EQUIPADO COM TRANSDUTOR (SONDA) DE 8 A 10 MHZ DE ALTA SENSIBILIDADE DO TIPO CANETA. DEVE POSSUIR ALTO-FALANTE INTEGRADO COM ÁUDIO DE ALTA FIDELIDADE E BAIXO RUÍDO, CONTROLE DE VOLUME AJUSTÁVEL E ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO. ALIMENTAÇÃO VIA BATERIA RECARREGÁVEL COM CARREGADOR. O EQUIPAMENTO DEVE SER LEVE, PORTÁTIL E ACOMPANHAR ESTOJO DE PROTEÇÃO. EXIGE-SE REGISTRO NA ANVISA E	MED PEJ	UN	1	R$ 1.468,99	R$ 1.468,99

		CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. INDICAÇÃO (FINALIDADE DE USO): O APARELHO É EMPREGADO PARA DIAGNÓSTICO IMEDIATO DE OCLUSÃO ARTERIAL AGUDA, INVESTIGAÇÃO DE TROMBOSE VENOSA E MEDIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL DOS MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES. GARANTIA MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES.					

2.3. Preço Total Registrado: R$1.468,99 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 599 de 23 de Julho de 2026, servidores:

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

Rita Marilei de Lara Manchur, matricula nº 25108

13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo de entrega dos materiais simples será de até 10 (dez) dias úteis e, para os equipamentos permanentes/eletromédicos, de até 20 (vinte) dias úteis,, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento.

14.2 Em se tratando de compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta

14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.

14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).

14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.

14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DOTAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
224	08002103010801104244905200000	303	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	9304	Equipamentos e Material Permanente
224	08002103010801104244905200000	15	Equipamentos e Material Permanente
264	08002103010801204844905200000	303	Equipamentos e Material Permanente
295	08002103020801204544905200000	494	Equipamentos e Material Permanente
295	08002103020801204544905200000	95187	Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.

18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.

18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, que não será admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;

II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.

19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS

22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES	***DIEGO SAMMER SANTOS***
Prefeito	Royal Atacadista E Comercio EIRELI
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:B2DA3C66

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°241/2026 DO PREGÃO N.°40/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°241/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 40/2026	**PROTOCOLO N.º 191/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 22/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 40/2026, por mim homologado **REGISTRO DE PREÇO, POR UM PERÍODO DE 01 (UM) ANO PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO (COM RENOVAÇÃO DE SALDO), PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO EM COMODATO,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição cargas de oxigênio medicinal e concentrador de oxigênio em comodato, em atendimento a secretaria municipal de saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 00.331.788/0033-04, estabelecida na Rua Jose Rodrigues Pinheiro,3033, Cidade Industrial, Curitiba – PR, CEP 81170-200, neste ato representada pelo **Sr. Adriana Ferreira Rosa Da Silva Desengrini**, portador do CPF nº. 824.548.501-25, conforme quadro a seguir:

LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
1	68817	Concentrador de oxigênio em regime de comodato - Oxigenioterapia Domiciliar com fornecimento em regime de comodato de um concentrador de oxigênio e um cilindro de back up com capacidade de no mínimo 3m³ (a serem mantidos como back-up reserva junto a cada concentrador); suporte ou base fixa para o cilindro; válvulas reguladoras com manômetro para os respectivos cilindros; umidificadores; mangueiras; máscaras; sondas e cânulas nasais de silicone, PVC ou outro material equivalente para uso medicinal, desde que compatíveis com os equipamentos e em conformidade com a legislação sanitária aplicável,; voltagem 110/220 volts (alimentação elétrica: devem	PHILIPS	UNID	312	R$ 250,00	R$ 78.000,00

		ser disponibilizadas, dependendo da instalação elétrica da residência do paciente); Fluxo mínimo de gás: vazão de 0,5 a litros, concentração mínima de oxigênio à máxima vazão de 87% (oitenta e sete por cento); nível máximo de ruído acústico produzido pelo compressor: 48 dBA; possuir rodízios; possuir dispositivos de controle de fluxo de incrementos igual ou inferior a 0,5 (meio) litros por minuto; possuir filtros para a remoção de poeira, bactérias e outras partículas; sistema de alarmes para a indicação de defeitos: como queda de pressão, falha de energia elétrica, baixa pureza de oxigênio zero, concentração de oxigênio para fora dos parâmetros. Incluindo instalação no domicilio do paciente e orientações quanto o uso dos equipamentos.					
1	68818	Concentrador de Oxigênio de 10 litros/min, portátil, com as seguintes características mínimas: Aparelho Concentrador de Oxigênio, com voltagem 110 V, com fluxo de 10 l/m (litros por minuto); nível de ruído máximo de 45 db; níveis de concentração de oxigênio: variável de 87% a 96% de pureza de oxigênio. Acessórios Obrigatórios: 01 cilindro de reserva com capacidade de 6 a 10 m³ (cilindro de backup), com válvula reguladora, fluxômetro, extensão para cateter nasal, cateter nasal tipo óculos ou mascara nasal, umidificador e base fixa para o cilindro backup. Proteção contra choques elétricos. Registro na Anvisa para todos os equipamentos e acessórios.	LUMIAR	UNID	132	R$ 300,00	R$ 39.600,00

Preço Total Registrado: R$117.600,00 (cento e dezessete mil, seiscentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

Parágrafo Único. Para os itens classificados como gás medicinal sujeitos à regulação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, os preços praticados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, inclusive após reajustes ou revisões, deverão observar o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) vigente, não sendo admitida contratação por valor superior ao limite estabelecido pela CMED/ANVISA.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecimento dos itens deverá ocorrer conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação formal e emissão da respectiva Nota de Empenho ou Pedido de Fornecimento.

14.2 Os itens do Lote 02 – Gás Medicinal deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Travessa João Leite Ferreira, nº 10, Centro, Pitanga/PR, ou em outro local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde dentro dos limites do Município de Pitanga/PR.

14.3 Os itens do Lote 01 – Concentradores de Oxigênio destinados à oxigenoterapia domiciliar deverão ser entregues e instalados no endereço do paciente informado pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.4 O prazo para a primeira entrega será de até 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou solicitação formal pela contratada.

14.5 As entregas posteriores e reposições deverão observar os seguintes prazos máximos:

I – atendimento emergencial nas unidades da rede municipal de saúde: até 03 (três) horas após a solicitação formal;

II – atendimento domiciliar emergencial: até 05 (cinco) horas após a solicitação formal;

III – atendimento ordinário ou programado: até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação formal.

14.6 Em situações excepcionais devidamente justificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, o fornecimento poderá ser solicitado fora do horário comercial, devendo a contratada manter condições de atendimento para cumprimento dos prazos emergenciais estabelecidos.

14.7 O fornecimento, armazenamento, transporte e utilização do gás medicinal deverão atender à legislação sanitária vigente, especialmente às normas da ANVISA e demais regulamentos aplicáveis.

14.8 Todos os equipamentos, ferramentas, acessórios e materiais necessários à instalação e funcionamento dos concentradores e sistemas de suprimento deverão ser fornecidos pela contratada, sem custos adicionais para a Administração.

14.9 Os cilindros deverão atender às normas técnicas aplicáveis, estar devidamente identificados, lacrados, dentro dos prazos de inspeção e testes obrigatórios e em perfeito estado de conservação, possuindo dispositivos de proteção adequados e demais requisitos de segurança exigidos pela legislação vigente.

14.10 As quantidades fornecidas serão conferidas no ato da entrega por servidor ou comissão de recebimento designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.11 O recebimento inicial do objeto será considerado provisório, para fins de conferência das quantidades, especificações, integridade dos produtos, equipamentos e documentação exigida.

14.12 Serão verificados, no mínimo:

I – conformidade do produto com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora;

II – integridade dos cilindros, equipamentos e acessórios;

III – condições de transporte, armazenamento e identificação dos produtos;

IV – qualidade, quantidade e funcionamento dos equipamentos fornecidos.

14.13 Os produtos ou equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas, devendo a contratada promover sua substituição ou correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

14.14 A CONTRATADA deverá substituir no prazo máximo de 05 dias úteis o produto que apresentar divergências administrativas na entrega. Parágrafo Único: Tratando-se de falha técnica do concentrador ou vazamento do cilindro durante o uso pelo paciente, a substituição possui caráter emergencial e deverá ocorrer de forma inadiável no prazo máximo de 24 horas.

14.15 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade do objeto, mediante ateste do fiscal do contrato ou da comissão de recebimento designada pela Administração.

14.16 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos, falhas de qualidade, segurança ou desconformidades verificadas posteriormente, nem afasta sua responsabilidade civil e contratual pela perfeita execução do objeto.

14.17 Constatada a entrega de produtos ou equipamentos em desacordo com as especificações contratadas, a Administração poderá recusar o recebimento e aplicar as sanções previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e na legislação vigente.

14.18 A contratada deverá manter canal de atendimento para recebimento de solicitações emergenciais, garantindo o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos.

14.19 Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar certificados de qualidade do oxigênio medicinal fornecido, bem como documentos comprobatórios das inspeções e testes realizados nos cilindros e equipamentos disponibilizados em comodato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
231	08002103010801204633900000000	303	Material de Consumo
231	08002103010801204633900300000	494	Material de Consumo
231	08002103010801204633900300000	1494	Material de Consumo
232	08002103010801204633900320000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
232	08002103010801204633900320000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833900300000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833900300000	303	Material de Consumo
254	08002103010801204833900300000	510	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do

Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.

18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.

18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a observar e fazer observar, por seus agentes, representantes, empregados e prepostos, os mais elevados padrões éticos durante o processo licitatório e a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

19.2 Para os fins desta cláusula, consideram-se:

I – prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a atuação de agente público no processo licitatório ou na execução contratual;

II – prática fraudulenta: falsificar, omitir ou deturpar fatos, documentos ou informações com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou a execução da Ata de Registro de Preços ou do contrato;

III – prática colusiva: estabelecer acordo ou ajuste entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento da Administração, visando obter vantagem indevida ou frustrar o caráter competitivo da licitação;

IV – prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, a pessoas ou bens, com o objetivo de influenciar a participação em procedimento licitatório ou afetar a execução contratual;

V – prática obstrutiva: impedir, dificultar ou interferir em auditorias, inspeções ou atividades de fiscalização realizadas pelos órgãos de controle ou pela Administração Pública.

19.3 A prática de quaisquer dos atos descritos nesta cláusula sujeitará os responsáveis às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.

19.4 Na hipótese de o objeto ser financiado, total ou parcialmente, por organismo financeiro nacional ou internacional, a contratada deverá observar as normas e diretrizes aplicáveis ao respectivo financiamento.

19.5 A contratada autoriza a realização de auditorias, inspeções e diligências pelos órgãos de controle interno e externo, pela Administração Pública e, quando aplicável, pelo organismo financiador, facultando o acesso aos documentos, registros, instalações e demais informações relacionadas à execução contratual.

19.6 A constatação de fraude, corrupção, conluio, obstrução à fiscalização ou qualquer ato ilícito relacionado à licitação ou à execução contratual poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, inclusive a rescisão contratual, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESERVA DE CARGOS PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REABILITADOS E APRENDIZES

20.1.A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução contratual, o cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos estritos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único. Caso a CONTRATADA não se enquadre nas exigências quantitativas mínimas dispostas na legislação trabalhista para o cumprimento das referidas cotas, em razão do seu porte empresarial ou número de empregados, deverá apresentar à fiscalização do contrato justificativa formal acompanhada da documentação comprobatória pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

22.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

22.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES

Prefeito

Município de Pitanga

ADRIANA FERREIRA ROSA DA SILVA DESENGRINI

Air Liquide Brasil LTDA

Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:93DFAAD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°242/2026 DO PREGÃO N.°40/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°242/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 40/2026	**PROTOCOLO N.º 191/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 22/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 40/2026, por mim homologado **REGISTRO DE PREÇO, POR UM PERÍODO DE 01 (UM) ANO PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO (COM RENOVAÇÃO DE SALDO), PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO EM COMODATO,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição cargas de oxigênio medicinal e concentrador de oxigênio em comodato, em atendimento a secretaria municipal de saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **TECGAS COM.E REPARACOES EQUIP.HOSP.LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 78.546.306/0001-35, estabelecida na Avenida Manoel Ribas, n.° 3715, Bonsucesso, Guarapuava – PR, CEP 85055-010, neste ato representada pelo **Sr. Elizabeth Ferreira Thomaz**, portador do CPF nº. 192.404.499-49, conforme quadro a seguir:

LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
2	46679	RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL COMPRIMIDO - INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR: 31,9888, SEM EFEITO TOXICOLÓGICO - GRAU DE PUREZA MÍNIMO DE 99,0% - SÍMBOLO O2 – CILINDRO DE 1M3. CILINDROS FORNECIDOS PELA CONTRATADA EM COMODATO.	Messer	UNID	396	R$ 31,3297	R$ 12.406,5612
2	68819	Recarga de oxigênio medicinal comprimido - cilindro de 4m³. Compátivel com suportes em ambulância, inodoro, insípido, não inflável, comburente, peso molecular: 31,9888, sem efeito toxicológico - grau de pureza mínimo de 99,0% - símbolo 02 – cilindros fornecidos pela contratada em comodato.	Messer	UNID	400	R$ 38,6839	R$ 15.473,56
2	46681	RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL COMPRIMIDO - INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR: 31,9888, SEM EFEITO TOXICOLÓGICO - GRAU DE PUREZA MÍNIMO DE 99,0% - SÍMBOLO O2 - CILINDRO DE 7 A 10M3. CILINDROS FORNECIDOS PELA CONTRATADA EM COMODATO. INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL.	Messer	M3	7.128	R$ 6,3731	R$ 45.427,4568
2	68820	Cargas de ar comprimido 8 a 10 m³. ar comprimido medicinal não liquefeito, n202, insípido e inodoro. ar comprimido medicinal, não liquefeito, n202, grau de pureza mínimo de 99,5%, incolor, insípido e inodoro.	Messer	M3	105	R$ 6,5944	R$ 692,412

Preço Total Registrado: R$73.999,99 (setenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

Parágrafo Único. Para os itens classificados como gás medicinal sujeitos à regulação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, os preços praticados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, inclusive após reajustes ou revisões, deverão observar o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) vigente, não sendo admitida contratação por valor superior ao limite estabelecido pela CMED/ANVISA.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecimento dos itens deverá ocorrer conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação formal e emissão da respectiva Nota de Empenho ou Pedido de Fornecimento.

14.2 Os itens do Lote 02 – Gás Medicinal deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Travessa João Leite Ferreira, nº 10, Centro, Pitanga/PR, ou em outro local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde dentro dos limites do Município de Pitanga/PR.

14.3 Os itens do Lote 01 – Concentradores de Oxigênio destinados à oxigenoterapia domiciliar deverão ser entregues e instalados no endereço do paciente informado pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.4 O prazo para a primeira entrega será de até 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou solicitação formal pela contratada.

14.5 As entregas posteriores e reposições deverão observar os seguintes prazos máximos:

I – atendimento emergencial nas unidades da rede municipal de saúde: até 03 (três) horas após a solicitação formal;

II – atendimento domiciliar emergencial: até 05 (cinco) horas após a solicitação formal;

III – atendimento ordinário ou programado: até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação formal.

14.6 Em situações excepcionais devidamente justificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, o fornecimento poderá ser solicitado fora do horário comercial, devendo a contratada manter condições de atendimento para cumprimento dos prazos emergenciais estabelecidos.

14.7 O fornecimento, armazenamento, transporte e utilização do gás medicinal deverão atender à legislação sanitária vigente, especialmente às normas da ANVISA e demais regulamentos aplicáveis.

14.8 Todos os equipamentos, ferramentas, acessórios e materiais necessários à instalação e funcionamento dos concentradores e sistemas de suprimento deverão ser fornecidos pela contratada, sem custos adicionais para a Administração.

14.9 Os cilindros deverão atender às normas técnicas aplicáveis, estar devidamente identificados, lacrados, dentro dos prazos de inspeção e testes obrigatórios e em perfeito estado de conservação, possuindo dispositivos de proteção adequados e demais requisitos de segurança exigidos pela legislação vigente.

14.10 As quantidades fornecidas serão conferidas no ato da entrega por servidor ou comissão de recebimento designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.11 O recebimento inicial do objeto será considerado provisório, para fins de conferência das quantidades, especificações, integridade dos produtos, equipamentos e documentação exigida.

14.12 Serão verificados, no mínimo:

I – conformidade do produto com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora;

II – integridade dos cilindros, equipamentos e acessórios;

III – condições de transporte, armazenamento e identificação dos produtos;

IV – qualidade, quantidade e funcionamento dos equipamentos fornecidos.

14.13 Os produtos ou equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas, devendo a contratada promover sua substituição ou correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

14.14 A CONTRATADA deverá substituir no prazo máximo de 05 dias úteis o produto que apresentar divergências administrativas na entrega. Parágrafo Único: Tratando-se de falha técnica do concentrador ou vazamento do cilindro durante o uso pelo paciente, a substituição possui caráter emergencial e deverá ocorrer de forma inadiável no prazo máximo de 24 horas.

14.15 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade do objeto, mediante ateste do fiscal do contrato ou da comissão de recebimento designada pela Administração.

14.16 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos, falhas de qualidade, segurança ou desconformidades verificadas posteriormente, nem afasta sua responsabilidade civil e contratual pela perfeita execução do objeto.

14.17 Constatada a entrega de produtos ou equipamentos em desacordo com as especificações contratadas, a Administração poderá recusar o recebimento e aplicar as sanções previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e na legislação vigente.

14.18 A contratada deverá manter canal de atendimento para recebimento de solicitações emergenciais, garantindo o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos.

14.19 Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar certificados de qualidade do oxigênio medicinal fornecido, bem como documentos comprobatórios das inspeções e testes realizados nos cilindros e equipamentos disponibilizados em comodato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
231	08002103010801204633903000000	1494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.

18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.

18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a observar e fazer observar, por seus agentes, representantes, empregados e prepostos, os mais elevados padrões éticos durante o processo licitatório e a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

19.2 Para os fins desta cláusula, consideram-se:

I – prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a atuação de agente público no processo licitatório ou na execução contratual;

II – prática fraudulenta: falsificar, omitir ou deturpar fatos, documentos ou informações com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou a execução da Ata de Registro de Preços ou do contrato;

III – prática colusiva: estabelecer acordo ou ajuste entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento da Administração, visando obter vantagem indevida ou frustrar o caráter competitivo da licitação;

IV – prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, a pessoas ou bens, com o objetivo de influenciar a participação em procedimento licitatório ou afetar a execução contratual;

V – prática obstrutiva: impedir, dificultar ou interferir em auditorias, inspeções ou atividades de fiscalização realizadas pelos órgãos de controle ou pela Administração Pública.

19.3 A prática de quaisquer dos atos descritos nesta cláusula sujeitará os responsáveis às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.

19.4 Na hipótese de o objeto ser financiado, total ou parcialmente, por organismo financeiro nacional ou internacional, a contratada deverá observar as normas e diretrizes aplicáveis ao respectivo financiamento.

19.5 A contratada autoriza a realização de auditorias, inspeções e diligências pelos órgãos de controle interno e externo, pela Administração Pública e, quando aplicável, pelo organismo financiador, facultando o acesso aos documentos, registros, instalações e demais informações relacionadas à execução contratual.

19.6 A constatação de fraude, corrupção, conluio, obstrução à fiscalização ou qualquer ato ilícito relacionado à licitação ou à execução contratual poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, inclusive a rescisão contratual, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESERVA DE CARGOS PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REABILITADOS E APRENDIZES

20.1.A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução contratual, o cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos estritos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único. Caso a CONTRATADA não se enquadre nas exigências quantitativas mínimas dispostas na legislação trabalhista para o cumprimento das referidas cotas, em razão do seu porte empresarial ou número de empregados, deverá apresentar à fiscalização do contrato justificativa formal acompanhada da documentação comprobatória pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

22.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

22.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES

Prefeito

Município de Pitanga

ELIZABETH FERREIRA THOMAZ

TECGAS Com.e Reparacoes Equip.Hosp.LTDA

Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:3B6E37DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°40/2026.

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão N.°40/2026, nestes termos:

Data Pregão**:**11/09/2026.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO, POR UM PERÍODO DE 01 (UM) ANO PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO (COM RENOVAÇÃO DE SALDO), PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO EM COMODATO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	00.331.788/0033-04	R$ 117.600,00
TECGAS COM.E REPARACOES EQUIP.HOSP.LTDA	78.546.306/0001-35	R$ 73.999,99

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 191.599,99 (cento e noventa e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	Concentrador de oxigênio em regime de comodato - Oxigenioterapia Domiciliar com fornecimento em regime de comodato de um concentrador de oxigênio e um cilindro de back up com capacidade de no mínimo 3m³ (a serem mantidos como back-up reserva junto a cada concentrador); suporte ou base fixa para o cilindro; válvulas reguladoras com manômetro para os respectivos cilindros; umidificadores; mangueiras; máscaras; sondas e cânulas nasais de silicone, PVC ou outro material equivalente para uso medicinal, desde que compatíveis com os equipamentos e em conformidade com a legislação sanitária aplicável,; voltagem 110/220 volts (alimentação elétrica: devem ser disponibilizadas, dependendo da instalação elétrica da residência do paciente); Fluxo mínimo de gás: vazão de 0,5 a litros, concentração mínima de oxigênio à máxima vazão de 87% (oitenta e sete por cento); nível máximo de ruído acústico produzido pelo compressor: 48 dBA; possuir rodízios; possuir dispositivos de controle de fluxo de incrementos igual ou inferior a 0,5 (meio) litros por minuto; possuir filtros para a remoção de poeira, bactérias e outras partículas; sistema de alarmes para a indicação de defeitos: como queda de pressão, falha de energia elétrica, baixa pureza de oxigênio zero, concentração de oxigênio para fora dos parâmetros. Incluindo instalação no domicilio do paciente e orientações quanto o uso dos	PHILIPS	UNID	312	R$ 250,00	R$ 78.000,00	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA

	equipamentos.						
1	Concentrador de Oxigênio de 10 litros/min, portátil, com as seguintes características mínimas: Aparelho Concentrador de Oxigênio, com voltagem 110 V, com fluxo de 10 l/m (litros por minuto); nível de ruído máximo de 45 db; níveis de concentração de oxigênio: variável de 87% a 96% de pureza de oxigênio. Acessórios Obrigatórios: 01 cilindro de reserva com capacidade de 6 a 10 m³ (cilindro de backup), com válvula reguladora, fluxômetro, extensão para cateter nasal, cateter nasal tipo óculos ou mascara nasal, umidificador e base fixa para o cilindro backup. Proteção contra choques elétricos. Registro na Anvisa para todos os equipamentos e acessórios.	LUMIAR	UNID	132	R$ 300,00	R$ 39.600,00	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA
2	RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL COMPRIMIDO - INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR: 31,9888, SEM EFEITO TOXICOLÓGICO - GRAU DE PUREZA MÍNIMO DE 99,0% - SÍMBOLO O2 – CILINDRO DE 1M3. CILINDROS FORNECIDOS PELA CONTRATADA EM COMODATO.	Messer	UNID	396	R$ 31,3297	R$ 12.406,5612	TECGAS COM.E REPARACOES EQUIP.HOSP.LTDA
2	Recarga de oxigênio medicinal comprimido - cilindro de 4m³. Compátivel com suportes em ambulância, inodoro, insípido, não inflável, comburente, peso molecular: 31,9888, sem efeito toxicológico - grau de pureza mínimo de 99,0% - símbolo 02 – cilindros fornecidos pela contratada em comodato.	Messer	UNID	400	R$ 38,6839	R$ 15.473,56	TECGAS COM.E REPARACOES EQUIP.HOSP.LTDA
2	RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL COMPRIMIDO - INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR: 31,9888, SEM EFEITO TOXICOLÓGICO - GRAU DE PUREZA MÍNIMO DE 99,0% - SÍMBOLO O2 - CILINDRO DE 7 A 10M3. CILINDROS FORNECIDOS PELA CONTRATADA EM COMODATO. INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL.	Messer	M3	7.128	R$ 6,3731	R$ 45.427,4568	TECGAS COM.E REPARACOES EQUIP.HOSP.LTDA
2	Cargas de ar comprimido 8 a 10 m³. ar comprimido medicinal não liquefeito, n202, insípido e inodoro. ar comprimido medicinal, não liquefeito, n202, grau de pureza mínimo de 99,5%, incolor, insípido e inodoro.	Messer	M3	105	R$ 6,5944	R$ 692,412	TECGAS COM.E REPARACOES EQUIP.HOSP.LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

03 – **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de 0**5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, as Atas de registro de preços ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar a Ata de Registro de Preço referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 21 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES

Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:0DF32364

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°49/2026.

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão N.° 49/2026, nestes termos:

Data Pregão 19/08/2026.

Objeto: Registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, para eventual e futura aquisição de equipamentos médicos e instrumentais cirúrgicos, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
F.COMM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP.	49.535.491/0001-64	R$ 2.899,95
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	46.884.097/0001-43	R$ 12.296,40
GUIMARAES E SOARES LTDA	17.330.681/0001-59	R$ 17.280,15
MEDICAL IMPORT LTDA	67.680.402/0001-55	R$ 6.850,00
MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.254.808/0001-70	R$ 3.600,00
ROYAL ATACADISTA E COMERCIO EIRELI	24.103.721/0001-95	R$ 1.468,99

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$44.395,49 (quarenta e quatro mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos)

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL, MODELO:MAYO HEGAR, TIPO PONTA:PONTA RETA, CARACTERÍSTICA PONTA:C/ VÍDEA, HASTE:HASTE RETA, ADICIONAL 1:COM TRAVA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	ec endocommerce	UN	50	R$ 53,10	R$ 2.655,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
2	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:KELLY, FORMATO PONTA:PONTA CURVA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 16 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	100	R$ 19,99	R$ 1.999,00	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
3	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1:DENTE DE RATO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	100	R$ 7,43	R$ 743,00	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
4	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1:DISSECÇÃO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 16 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	100	R$ 13,50	R$ 1.350,00	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
5	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:KELLY, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	100	R$ 22,63	R$ 2.263,00	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
6	TESOURA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO:8 CM, TIPO PONTA:RETA, TIPO:ÍRIS	COOPERFLEX	UN	50	R$ 15,19	R$ 759,50	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
7	CABO PARA BISTURI Nº 4, AÇO INOX	COOPERFLEX	UND	30	R$ 6,23	R$ 186,90	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
8	CABO PARA BISTURI Nº 3, AÇO INOX	COOPERFLEX	UN	30	R$ 5,99	R$ 179,70	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
9	BANDEJA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:LISA, DIMENSÕES:CERCA DE 30 X 20 X 3 CM, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	30	R$ 49,99	R$ 1.499,70	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
10	CUBA USO HOSPITALAR, AÇO INOXIDÁVEL, TIPO RIM, Cerca De 700 ML	COOPERFLEX	UN	30	R$ 31,61	R$ 948,30	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
11	CUBA USO HOSPITALAR, MATERIAL: AÇO INOX, FORMATO: REDONDO, CAPACIDADE: CERCA DE 500 ML	COOPERFLEX	und	30	R$ 20,22	R$ 606,60	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
12	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:KELLY, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 16 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	50	R$ 26,82	R$ 1.341,00	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
13	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:HALSTEAD MOSQUITO, FORMATO PONTA:PONTA CURVA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 12 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	COOPERFLEX	UN	30	R$ 13,99	R$ 419,70	GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
14	BACIA - USO HOSPITALAR, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: CERCA DE 35 CM, CAPACIDADE: CERCA DE 4500 ML, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL	abc	UN	10	R$ 90,00	R$ 900,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
15	DOPPLER VASCULAR – APARELHO DE DOPPLER VASCULAR PORTÁTIL, MODELO SONORO, NÃO GRÁFICO, EQUIPADO COM TRANSDUTOR (SONDA) DE 8 A 10 MHZ DE ALTA SENSIBILIDADE DO TIPO CANETA. DEVE POSSUIR ALTO-FALANTE INTEGRADO COM ÁUDIO DE ALTA FIDELIDADE E BAIXO RUÍDO, CONTROLE DE VOLUME AJUSTÁVEL E ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO. ALIMENTAÇÃO VIA BATERIA RECARREGÁVEL COM CARREGADOR. O EQUIPAMENTO DEVE SER LEVE, PORTÁTIL E ACOMPANHAR ESTOJO DE PROTEÇÃO. EXIGE-SE REGISTRO NA ANVISA E CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. INDICAÇÃO (FINALIDADE DE USO): O APARELHO É EMPREGADO PARA DIAGNÓSTICO IMEDIATO DE OCLUSÃO ARTERIAL AGUDA, INVESTIGAÇÃO DE TROMBOSE VENOSA E MEDIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL DOS MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES. GARANTIA MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES.	MED PEJ	UN	1	R$ 1.468,99	R$ 1.468,99	ROYAL ATACADISTA E COMERCIO EIRELI
16	BANHO MARIA LABORATORIAL, AJUSTE DIGITAL COM PAINEL DE CONTROLE, VOLUME CERCA DE 10 L, COMPONENTES COM TERMÔMETRO DIGITAL, TEMPERATURA ATÉ 100 ¯C, ADICIONAL COM AGITAÇÃO DE ÁGUA, TEMPORIZAÇÃO COM TEMPORIZADOR ATÉ 10.000 MIN	VDR	UN	1	R$ 1.250,00	R$ 1.250,00	MEDICAL IMPORT LTDA
17	Balança Antropométrica com Analisador de Composição Corporal por Bioimpedância Balança eletrônica profissional destinada à avaliação da composição corporal por meio da tecnologia de bioimpedância elétrica multifrequencial ou monofrequencial segmentar, indicada para uso em consultórios, ambulatórios, unidades de saúde e serviços de nutrição. O equipamento deverá possuir as seguintes características mínimas: • Capacidade de pesagem até 200 kg; • Divisão de leitura de, no máximo, 100 g; • Plataforma antiderrapante e estrutura resistente para uso profissional; • Sistema de bioimpedância com, no mínimo, 08 eletrodos táteis (04 para os pés e 04 para as mãos), permitindo análise segmentada do corpo; • Medição da composição corporal de corpo inteiro, incluindo, no mínimo: ◦ Peso corporal; ◦ Índice de Massa Corporal (IMC); ◦ Percentual de gordura corporal; ◦ Massa muscular; ◦ Gordura visceral; ◦ Água corporal total; ◦ Massa óssea; ◦ Taxa metabólica basal (TMB); • Possibilidade de cadastro de usuários e armazenamento de medições; • Display digital de fácil visualização; • Operação por bateria recarregável ou alimentação elétrica bivolt automática (100–240 V); • Comunicação com computador ou dispositivos móveis por meio de interface USB, Bluetooth ou tecnologia equivalente (quando aplicável ao modelo); • Software ou aplicativo compatível para armazenamento, gerenciamento e emissão de relatórios das avaliações, quando disponibilizado pelo fabricante; • Precisão compatível com uso clínico e profissional; • Equipamento com registro vigente na ANVISA, quando aplicável; • Manual de instruções em português; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	REGENPRO	UN	5	R$ 1.295,03	R$ 6.475,15	GUIMARAES E SOARES LTDA
18	Balança Pediátrica Digital 30kg C/ Capa Principais características: - Capacidade de até 30 kg, com divisões precisas de 10 g, ideal para acompanhar o crescimento saudável dos bebês; - Display LED duplo: leitura fácil para operador e paciente, com dígitos claros de 20 mm de altura. - Concha anatômica com medidas 540x280 mm, feita de material anti-germes, garantindo higiene e segurança durante o uso. - Painel à prova de respingos e teclas práticas para operações de ZERO e TARA. -	WELMY	UN	5	R$ 579,99	R$ 2.899,95	F.COMM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP.

	Função TARA até 100% da capacidade de pesagem, proporcionando maior praticidade. - Aferida pelo IPEM, conforme Portaria 177/2020. - Fonte externa bivolt (110 a 240 VAC) com chaveamento automático e tecnologia de ponta. Dimensões: Altura: 14cm Largura: 37cm Comprimento: 37cm Peso bruto: 3,500kg Capacidade até 30kg, alta capacidade, divisões precisas, pesagem detalhada, cuidado infantil, pediátrico, pesagem de bebês, acompanhamento de crescimento, precisão, exatidão, confiabilidade, alta qualidade, controle de peso, monitoramento de saúde, acompanhamento pediátrico, balança digital, leitura clara, display de LED, fácil uso, operação intuitiva, design ergonômico, suporte confortável.						
19	ADIPÔMETRO, OPERAÇÃO:DIGITAL, MATERIAL:PLÁSTICO, RESOLUÇÃO:RESOLUÇÃO 0,1 MM, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 60 MM, PRESSÃO:CERCA DE 10 G/MM², TOLERÂNCIA:TOLERÂNCIA ATÉ 0,5 MM	avanutri	UN	5	R$ 700,00	R$ 3.500,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
20	COLETOR DE URINA, MATERIAL :PLÁSTICO, TIPO :SISTEMA ABERTO, CAPACIDADE :CERCA DE 2000 ML, GRADUAÇÃO:GRADUAÇÃO DE 100 EM 100 ML, ESTERILIDADE :NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.	LETOMED	UN	6.000	R$ 0,60	R$ 3.600,00	MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
21	BOLA PARA PILATES, MODELO: BOLA SUIÇA, MATERIAL: PVC ANTIDERRAPANTE, APLICAÇÃO: CONDICIONAMENTO FÍSICO, DIMENSÕES: CARGA ATE 300 KG E DIÂMETRO 65 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ BOMBA P/ INFLAR, ADAPTADOR E EXTRATOR DE PINO CATMAT BR0426781	maxboost	UN	50	R$ 75,00	R$ 3.750,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
22	ELETROCARDIÓGRAFO DIGITAL COMPUTADORIZADO – 12 DERIVAÇÕES Eletrocardiógrafo digital computadorizado destinado à realização de exames de eletrocardiograma em repouso, com aquisição simultânea de 12 derivações, para utilização em computador desktop ou notebook. O equipamento deverá possuir as seguintes características mínimas: • Aquisição simultânea das 12 derivações (12 canais) padrão de ECG; • Conexão ao computador através de interface USB; • Alimentação elétrica através da própria porta USB, dispensando o uso de baterias ou pilhas; • Equipamento portátil, compacto e de fácil operação; • Visualização e monitorização do traçado eletrocardiográfico em tempo real; • Registro, armazenamento e gerenciamento dos exames em banco de dados informatizado; • Possibilidade de impressão dos exames em impressora convencional compatível com o computador, durante ou após a realização do exame; • Capacidade de gravação dos exames em meio digital, contendo identificação do paciente, data e horário do exame; • Possibilidade de exportação e compartilhamento dos exames para emissão de laudos à distância por meio eletrônico; • Software em português, de fácil instalação e utilização; • Compatibilidade com sistema operacional Microsoft Windows 10 ou versão superior; • Funcionamento em computadores desktop ou notebooks conectados em rede ou não. O software deverá permitir, no mínimo: a) Monitorização do ECG em tempo real; b) Visualização e interpretação do traçado em tempo real; c) Realização de medições através de cursores eletrônicos; d) Impressão simultânea das 12 derivações em diferentes formatos; e) Cadastro e gerenciamento de pacientes e exames; f) Armazenamento dos exames em banco de dados local; g) Exportação e compartilhamento dos exames para emissão de laudos remotos. Normas e Certificações: • Registro vigente na ANVISA; • Atender às normas de segurança elétrica e desempenho aplicáveis aos eletrocardiógrafos médicos, incluindo ABNT NBR IEC 60601-1 e ABNT NBR IEC 60601-2-25, ou normas técnicas equivalentes vigentes. Acessórios mínimos que deverão acompanhar o equipamento: • 01 módulo eletrocardiógrafo digital; • 01 cabo USB para comunicação e alimentação; • 01 cabo paciente de 10 vias; • 06 eletrodos precordiais tipo sucção; • 04 eletrodos para membros tipo garra; • Software de aquisição e gerenciamento de exames; • Manual de operação em português; • Instalação, configuração, treinamento operacional e entrega técnica sem custos adicionais; • Todos os acessórios, cabos, conectores e dispositivos necessários ao perfeito funcionamento do equipamento. Referência de qualidade: CardioCare 2000 ou equipamento equivalente, similar ou de qualidade superior.	CONTEC	und	2	R$ 2.800,00	R$ 5.600,00	MEDICAL IMPORT LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

03 – **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Lotes acima descritos, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, as Atas de registro de preços assinada ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar a Ata referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 21 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES

Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:4DF3C8E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°54/2026.

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão n.°54/2026, nestes termos:

Data Pregão**:** 28/08/2026.

Objeto: Aquisição de itens para utilização das ACS e nas UBS em todo o território municipal, considerando o plano de ação intersetorial do Programa Bolsa Família, em atendimento a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
LOJAO EXTRA LTDA	03.815.703/0001-66	R$ 4.160,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 4.160,00 (quatro mil, cento e sessenta reais)

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	Balança digital portátil: com capacidade de 150 kg; com plataforma que proporcione segurança durante a utilização; display digital LCD de fácil leitura; sistema de alta precisão para aferição do peso e função tara. Equipamento leve, compacto e de fácil transporte, indicado para uso em Unidades Básicas de Saúde e atendimentos domiciliares; alimentação por pilhas ou bateria; garantia mínima de 12 meses; o produto deverá ser novo, sem uso, de boa qualidade e atender às normas técnicas aplicáveis.	ORIGINAL	UN	80	R$ 49,00	R$ 3.920,00	LOJAO EXTRA LTDA
2	Fita métrica Antropométrica: Instrumento de medição confeccionado em material flexível, resistente e não elástico, destinado à aferição de perímetros e circunferências corporais. Possui graduação em centímetros e milímetros, com marcações nítidas e de fácil leitura em ambas as faces. Deve apresentar comprimento mínimo de 150 cm e adequada para monitoramento do crescimento e desenvolvimento infantil.	WONDER	UN	80	R$ 3,00	R$ 240,00	LOJAO EXTRA LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora dos Lotes acima descritos, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, o Contrato assinado ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o Contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 18 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES

Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:CEF8D998

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
RATIFICAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO DA DISPENSA N.°33/2026.

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA N.° 33/2026

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve. Ratificar a presente Dispensa n.° 33/2026 em conformidade com Artigo 75, inciso I da Lei Federal 14.133/21. Nestes termos:

Data da Dispensa	15/09/2026

Objeto	*Contratação de empresa especializada, sob o regime de CONTRATAÇÃO INTEGRADA, para elaboração e desenvolvimento do Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo, incluindo levantamentos, estudos, memoriais, memoriais de cálculo, dimensionamentos, especificações técnicas e respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, bem como para a execução integral da solução de implantação de sistema elevado de reservação de água na Vila Rural do Xaxim, compreendendo fundação, estrutura pré-fabricada de concreto armado, fornecimento e instalação de reservatório de polietileno com capacidade mínima de 20.000 litros, transporte, montagem, içamento, instalações hidráulicas, dispositivos de segurança, testes, comissionamento, limpeza final e demais serviços, materiais, equipamentos e providências necessários à entrega do sistema completo, funcional e em condições de operação, em atendimento à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.*

Fornecedor: ANTUNES CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrito no CNPJ/MF: 53.630.095/0001-93, com endereço na R Antônio Vieira, n.° 571, Bairro Planalto, CEP: 85.201-030, na cidade de Pitanga PR.

LOTE 01:

Lote	Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Máximo Unit. (R$)	Valor Máximo Total (R$)
1	76489	Elaboração e desenvolvimento do Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo, incluindo levantamentos, estudos, memoriais, memoriais de cálculo, dimensionamentos, especificações técnicas e respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, bem como para a execução integral da solução de implantação de sistema elevado de reservação de água na Vila Rural do Xaxim, compreendendo fundação, estrutura pré-fabricada de concreto armado, fornecimento e instalação de reservatório de polietileno com capacidade mínima de 20.000 litros, transporte, montagem, içamento, instalações hidráulicas, dispositivos de segurança, testes, comissionamento, limpeza final e demais serviços, materiais, equipamentos e providências necessários à entrega do sistema completo, funcional e em condições de operação.	UN	1	R$ 77.924,00	R$ 77.924,00

VALOR TOTAL DA DISPENSA: R$ 77.924,00 (setenta e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais).

Fundamentado no Artigo 75, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

Art. 75, da Lei Federal 14.133/2021. É dispensável a licitação:

I – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; (Vide Decreto nº 12.807, de 2025):

Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.;

Art. 75, caput, inciso I – R$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos).

Pitanga, 15 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 162/2026.

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa, **ANTUNES CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrito no CNPJ/MF: 53.630.095/0001-93.**

OBJETO: *Contratação de empresa especializada, sob o regime de CONTRATAÇÃO INTEGRADA, para elaboração e desenvolvimento do Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo, incluindo levantamentos, estudos, memoriais, memoriais de cálculo, dimensionamentos, especificações técnicas e respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, bem como para a execução integral da solução de implantação de sistema elevado de reservação de água na Vila Rural do Xaxim, compreendendo fundação, estrutura pré-fabricada de concreto armado, fornecimento e instalação de reservatório de polietileno com capacidade mínima de 20.000 litros, transporte, montagem, içamento, instalações hidráulicas, dispositivos de segurança, testes, comissionamento, limpeza final e demais serviços, materiais, equipamentos e providências necessários à entrega do sistema completo, funcional e em condições de operação, em atendimento à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.*

VALOR: R$77.924,00 (setenta e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

567 17004206061701209744905100000 1000 OBRAS E INSTALAÇÕES

589 17007267821701216244905100000 1000 OBRAS E INSTALAÇÕES

VIGÊNCIA: 13 de janeiro de 2027.

DATA DA ASSINATURA: 15 de setembro de 2026.

MODALIDADE: **Dispensa n°. 33/2026.**

FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:A5A6384E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 772/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo 1Doc n° 3.401/2026,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica alterada a composição do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD**, com os representantes indicados pelos Órgãos Governamentais e pela Sociedade Civil, em conformidade com o Art. 5º da Lei nº 855/2025, de 16 de abril de 2025, que passa a vigorar conforme relação abaixo:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

REPRESENTANTES	FUNÇÃO	ÓRGÃO/SEGMENTO
Beatriz Apª. Gonçalves dos Santos	Titular	Secretaria Municipal de Assistência Social
Kathellyn Simões da Silva	Suplente	

Alan Henrique da Silva Werika de Castro Viana Pardinho	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária
Eva Wilma Teixeira da Costa Rosa Maria Venâncio	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Educação
Maria Jaine do Nascimento Marcos André Teles	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Administração e Finanças

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

REPRESENTANTES	**FUNÇÃO**	**ÓRGÃO/SEGMENTO**
Cristiano dos Santos Florisvaldo Ferreira da Silva	Titular Suplente	Representantes de Pessoas com deficiência física
Deise Cristina Daniel Maria de Fátima Alves dos Santos	Titular Suplente	Representantes de Pessoas com deficiência intelectual
Fabiola Machado Juliana Pacheco Elacrino	Titular Suplente	Representantes de Pessoas com deficiência múltipla
Aparecida Silvério de Freitas Bárbara Aline de Oliveira Martins	Titular Suplente	Representantes de Pessoas com deficiência auditiva

Art. 2º – O presente Decreto substitui e atualiza a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD anteriormente estabelecida.

Art. 3º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará m vigor na data de sua publicação

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 24 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:5D55BB4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
BALANÇO FINANCEIRO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR		
BALANÇO FINANCEIRO		
AGOSTO/2026		
Exercício: 2026		
R$ 1,00		
INGRESSOS		
	2026	**2025**
Receita Orçamentária (I)	**31.538.123,02**	**50.114.835,56**
Ordinária	10.512.380,12	16.704.510,10
Vinculada	10.512.871,45	16.705.162,73
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	10.512.871,45	16.705.162,73

Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o Sistema de pagamento de Pensões	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**17.847.978,50**	**-51.052,06**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	17.935.904,50	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	23.476,71	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-111.402,71	-51.052,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	**46.908.517,77**	**-1.331.135,90**
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.908.517,77	-1.331.135,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**96.294.619,29**	**48.732.647,60**
DISPÊNDIOS		
	2026	**2025**
Despesa Orçamentária (VI)	**22.628.980,58**	**0,00**
Ordinária	11.314.490,29	0,00
Vinculada	11.314.490,29	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	11.314.490,29	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**-22.270,12**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o Sistema de pagamento de Pensões	-22.270,12	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**-133.672,83**	**-51.052,06**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-22.270,12	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-111.402,71	-51.052,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	**46.908.517,77**	**-1.331.135,90**
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.908.517,77	-1.331.135,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**69.381.555,40**	**-1.382.187,96**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR	23/09/2026 - 16:16:30	
Notas Explicativas		

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:4B0E1A83

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR				
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
AGOSTO/2026				
Exercício: 2026				
R$ 1,00				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Previsão Inicial** (a)	**Previsão Atualizada** (b)	**Receitas Realizadas** (c)	**Saldo** (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**34.186.423,93**	**34.186.423,93**	**13.852.106,93**	**-20.334.317,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	880.000,00	880.000,00	3.713.814,25	2.833.814,25
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	14.546.000,00	14.546.000,00	6.213.869,14	-8.332.130,86
Transferências Correntes	9.595.423,93	9.595.423,93	1.541.199,63	-8.054.224,30
Outras Receitas Correntes	9.165.000,00	9.165.000,00	2.383.223,91	-6.781.776,09
Receitas de Capital (II)	**51.313.576,07**	**51.313.576,07**	**3.577.360,00**	**-47.736.216,07**
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	51.313.576,07	51.313.576,07	3.577.360,00	-47.736.216,07
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**85.500.000,00**	**85.500.000,00**	**17.429.466,93**	**-68.070.533,07**
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	**85.500.000,00**	**85.500.000,00**	**17.429.466,93**	**-68.070.533,07**
Déficit (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	**85.500.000,00**	**85.500.000,00**	**17.429.466,93**	**-68.070.533,07**
Saldos de Exercícios Anteriores	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionai	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)	**29.956.423,93**	**31.496.423,93**	**14.325.979,12**	**12.078.114,80**	**11.643.542,10**	**17.170.444,81**
Pessoal e Encargos Sociais	8.204.625,94	8.164.625,94	4.201.275,93	4.201.275,93	4.090.071,62	3.963.350,01
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	21.751.797,99	23.331.797,99	10.124.703,19	7.876.838,87	7.553.470,48	13.207.094,80
Despesas de Capital (IX)	**55.543.576,07**	**54.003.576,07**	**14.263.344,03**	**2.448.347,50**	**2.448.347,50**	**39.740.232,04**
Investimentos	55.543.576,07	54.003.576,07	14.263.344,03	2.448.347,50	2.448.347,50	39.740.232,04
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**85.500.000,00**	**85.500.000,00**	**28.589.323,15**	**14.526.462,30**	**14.091.889,60**	**56.910.676,85**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**85.500.000,00**	**85.500.000,00**	**28.589.323,15**	**14.526.462,30**	**14.091.889,60**	**56.910.676,85**
Superávit (XIII)	8.204.625,94	8.164.625,94	4.201.275,93	4.201.275,93	4.090.071,62	3.963.350,01
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**93.704.625,94**	**93.664.625,94**	**32.790.599,08**	**18.727.738,23**	**18.181.961,22**	**60.874.026,86**
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		**Liquidados (c)**	**Pagos (d)**	**Cancelados (e)**	**Saldo a Pagar (f) = (a+b-d-e)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)**				
Despesas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	**16.501.438,97**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.501.438,97**
Investimentos	16.501.438,97	0,00	0,00	0,00	0,00	16.501.438,97
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**16.501.438,97**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.501.438,97**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo a Pagar (e) = (a+b-c-d)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)**			
Despesas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR					23/09/2026 - 16:25:29
Notas Explicativas					

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:919E39F8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR		
BALANÇO PATRIMONIAL		
AGOSTO/2026		
R$ 1,00		
Exercício: 2026		
	2026	**2025**
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	46.908.517,77	59.238.004,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.908.517,77	59.238.004,91
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Crédito de Transferências a Receber	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00

Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	16.386.562,73	10.238.823,25
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00
Clientes a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
Imobilizado	16.386.562,73	10.238.823,25
Bens Móveis	16.335.443,72	10.187.704,24
Bens Imóveis	51.119,01	51.119,01
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	**63.295.080,50**	**69.476.828,16**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante	**548.437,00**	**71.994,38**
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	111.577,90	373,59
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	323.276,39	23.103,12
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	113.582,71	48.517,67
Total do Passivo Circulante	**548.437,00**	**71.994,38**
Passivo Não Circulante	**0,00**	**0,00**
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	**0,00**	**0,00**
Patrimônio Líquido	**62.746.643,50**	**69.404.833,78**
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	62.746.643,50	69.404.833,78
Resultado do Exercício	57.914.558,28	64.572.748,56
Resultado de Exercícios Anteriores	4.308.115,22	4.308.115,22
Ajustes de Exercícios Anteriores	523.970,00	523.970,00
Outros Resultados	0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	**62.746.643,50**	**69.404.833,78**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**63.295.080,50**	**69.476.828,16**
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
(Lei no 4.320/1964)		
Ativo Financeiro	46.908.517,77	59.238.004,91
Ativo Permanente	16.386.562,73	10.238.823,25
Total do Ativo	**63.295.080,50**	**69.476.828,16**
Passivo Financeiro	0,00	0,00
Passivo Permanente	0,00	0,00
Total do Passivo	**0,00**	**0,00**
Saldo Patrimonial (III) = (I – II)	**63.295.080,50**	**69.476.828,16**
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
(Lei no 4.320/1964)		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	**0,00**	**0,00**
Garantias e Contragarantias concedidas	**0,00**	**0,00**
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	**0,00**	**0,00**
Obrigações contratuais	**0,00**	**0,00**
Outros atos potenciais passivos	**0,00**	**0,00**
Total dos Atos Potenciais Passivos		

		0,00	**0,00**

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO				
(Lei no 4.320/1964)				
FONTE	**SALDO DA FONTE**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**SUPERÁVIT FINANCEIRO**	**DÉFICIT FINANCEIRO**
000 - Recursos Ordinários (Livres)		0,00	0,00	0,00
001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)		2.784.308,98	4.877.411,08	0,00
002 - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM		0,00	0,00	0,00
003 - Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		0,00	0,00	0,00
040 - Regime Próprio de Previdência Social RPPS		0,00	0,00	0,00
068 - Fundo Especial da Câmara Municipal		0,00	0,00	0,00
069 - Receitas Intra-Orçamentárias P. 869/05 STN		0,00	0,00	0,00
075 - Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária ARO		0,00	0,00	0,00
094 - Retenções em Caráter Consignatário		111.402,71	0,00	0,00
100 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração / Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS		0,00	0,00	0,00
101 - Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF		0,00	0,00	0,00
102 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF		0,00	0,00	0,00
103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		0,00	0,00	0,00
104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		0,00	0,00	0,00
105 - Alienação de Ativos/Indenização de Sinistros Educação		0,00	0,00	0,00
107 - Salário-Educação		0,00	0,00	0,00
303 - Saúde Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 15%)		0,00	0,00	0,00
304 - Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros		0,00	0,00	0,00
369 - Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs		0,00	0,00	0,00
494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		0,00	0,00	0,00
495 - Atenção Básica		0,00	0,00	0,00
496 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		0,00	0,00	0,00
497 - Vigilância em Saúde		0,00	0,00	0,00
498 - Assistência Farmacêutica		0,00	0,00	0,00
499 - Gestão do SUS		0,00	0,00	0,00
500 - Investimentos na Rede de Serviços de Saúde Portaria 204-GM, de 2007		0,00	0,00	0,00
501 - Receitas de Alienações de Ativos		0,00	7.051,63	0,00
502 - Receita de Alienação de Ativos COSIP		0,00	0,00	0,00
503 - Receitas de Alienações de Ativos ECA/FMDCA		0,00	0,00	0,00
504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional / Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos		0,00	0,00	0,00
506 - Receitas de Alienações de Ativos FUNREBOM		0,00	0,00	0,00
507 - COSIP Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF		0,00	0,00	0,00
508 - Fundo de Reserva Depósitos Judiciais (Lei 10819/03, art. 3º e Lei Complementar nº 151/2015)		0,00	0,00	0,00
509 - Gerenciamento do Trânsito		0,00	0,00	0,00
510 - Taxas Exercício Poder de Polícia		0,00	0,00	0,00
511 - Taxas Prestação de Serviços		0,00	0,00	0,00
512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)		0,00	0,00	0,00
513 - Penalidades Administrativas Lei n. 8069/90 Art. 214-ECA/FMDCA		0,00	0,00	0,00
514 - Indenizações Recebidas por bens sinistrados de outras áreas		0,00	0,00	0,00
515 - FUNREBOM		0,00	0,00	0,00
516 - Precatórios E.C. 062/2009		0,00	0,00	0,00
517 - ROYALTIES/ANP - Produção de Petróleo e Gás Natural		0,00	0,00	0,00
518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde		0,00	0,00	0,00
550 - Receita de Extinção da Entidade Previdenciária		0,00	0,00	0,00
551 - Compensação entre Regimes Previdenciários		0,00	0,00	0,00
552 - Alienação de Ativos para amortização dívida/capitalização do RPPS		0,00	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO				
(Lei no 4.320/1964)				
FONTE	**SALDO DA FONTE**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**SUPERÁVIT FINANCEIRO**	**DÉFICIT FINANCEIRO**
555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município		0,00	0,00	0,00
556 - Transferências Lei 9615/98		0,00	0,00	0,00
879 - Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais ECA/FMDCA		0,00	0,00	0,00
880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA		0,00	0,00	0,00
900 - Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011		0,00	0,00	0,00
932 - IGDMSuas Portaria MDS 754/2010 (3% Conselho de Assistência Social)		0,00	0,00	0,00
933 - IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)		0,00	0,00	0,00
934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS		0,00	0,00	0,00
935 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial SUAS		0,00	0,00	0,00
936 - Componente para Qualificação da Gestão SUAS		0,00	0,00	0,00
937 - Bloco de Investimentos SUAS		0,00	0,00	0,00
938 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015		0,00	0,00	0,00
939 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015		0,00	0,00	0,00
940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015		0,00	0,00	0,00
941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade		0,00	0,00	0,00
999 - Reservas de Contingências		0,00	0,00	0,00
1000 - Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Pessoal e Encargos Sociais		0,00	0,00	0,00
1001 - Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00
1002 - Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00
1003 - Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Investimentos		0,00	0,00	0,00
1004 - Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00
1005 - Transferências Voluntárias Públicas Estaduais		0,00	0,00	0,00
1006 - Transferências Voluntárias Públicas Federais		0,00	3.795.553,25	0,00
1007 - Outras Transferências Voluntárias Públicas		0,00	0,00	0,00
1008 - Transferências Voluntárias Privadas Internas		0,00	0,00	0,00

1009 - Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00
1010 - Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00
1011 - Transferências de Outros Programas		0,00	0,00	0,00
1012 - Transferências Voluntárias Privadas Externas		0,00	0,00	0,00
1013 - Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE		0,00	0,00	0,00
1014 - Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados		0,00	0,00	0,00
1015 - Cessão Onerosa Pré-Sal Lei nº 13.885/2019		0,00	0,00	0,00
1016 - Emendas Individuais Impositivas transferência especial (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019).		0,00	0,00	0,00
1017 - Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)		0,00	0,00	0,00
1018 - Emendas Individuais Impositivas transferência com finalidade definida (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)		0,00	0,00	0,00
1019 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Coronavírus (COVID- 19)		0,00	0,00	0,00
1020 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Coronavírus (COVID-19)		0,00	0,00	0,00
1021 - FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Incentivo Benefício Eventual - COVID- 19		0,00	0,00	0,00
1022 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social SUAS (COVID-19)		0,00	0,00	0,00
1023 - Prestação Pecuniária do Poder Judiciário alocado no Fundo Estadual de Saúde - (COVID-19)		0,00	0,00	0,00
1024 - Auxílio Financeiro para ações de Saúde Assistência Social para enfrentamento à COVID-19 L.C nº 173/2020 Inciso I, art. 5º.		0,00	0,00	0,00
1025 - Depósitos Judiciais (E.C. nº 94/2016) Lides que o ente é parte		0,00	0,00	0,00
1026 - Depósitos Judiciais (E.C. nº 99/2017) Lides que o ente é parte		0,00	0,00	0,00
1027 - Depósitos Judiciais (E.C. nº 94/2016) Lides de Terceiros		0,00	0,00	0,00
1028 - Depósitos Judiciais (E.C. nº 99/2017) Lides de Terceiros		0,00	0,00	0,00
1029 - Outras Transferências Voluntárias Públicas - (COVID-19)		0,00	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO				
(Lei no 4.320/1964)				
FONTE	**SALDO DA FONTE**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**SUPERÁVIT FINANCEIRO**	**DÉFICIT FINANCEIRO**
1030 - Outras Transferências Voluntárias Privadas - (COVID-19)		0,00	0,00	0,00
1031 - Ações Emergenciais destinadas ao Setor Cultural - Lei Federal nº 14.017/2020 - (COVID-19)		0,00	0,00	0,00
1032 - Recursos de Custeio para Oferta de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva Resolução SESA nº 864/2020 - (COVID-19)		0,00	0,00	0,00
1033 - Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - (COVID-19) no bojo da ação 21C0		0,00	0,00	0,00
1034 - Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde - (COVID-19)		0,00	0,00	0,00
1035 - Incentivo Financeiro aos Municípios - (COVID-19) - Escolas Públicas da Rede Básica de ensino - Portaria nº 1857/2020 do Ministério da Saúde		0,00	0,00	0,00
1036 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAF percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF		0,00	0,00	0,00
1037 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAF máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF		0,00	0,00	0,00
1038 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF		0,00	0,00	0,00
1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF		0,00	0,00	0,00
1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR		0,00	0,00	0,00
1041 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)		0,00	0,00	0,00
1042 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		0,00	0,00	0,00
1043 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)		0,00	0,00	0,00
1044 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		0,00	0,00	0,00
1045 - Outros Recursos não Vinculados		0,00	0,00	0,00
1046 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		0,00	0,00	0,00
1047 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta		0,00	0,00	0,00
1048 - Recursos de Depósitos de Terceiros		0,00	0,00	0,00
1049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00
1050 - Recursos Vinculados a Fundos		0,00	0,00	0,00
1051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias		0,00	0,00	0,00
1052 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais		0,00	0,00	0,00
1053 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual		0,00	0,00	0,00
1054 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura		0,00	0,00	0,00
1055 - Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022		0,00	0,00	0,00
1056 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Recursos Educação		0,00	0,00	0,00
1057 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Recursos Livres		0,00	0,00	0,00
1058 - Receitas de Alienações de Ativos - Recursos Vinculados ao RPPS (Plano Financeiro)		0,00	0,00	0,00
1059 - Receitas de Alienações de Ativos - Recursos Vinculados ao RPPS (Plano Previdenciário)		0,00	0,00	0,00
1060 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres		0,00	0,00	0,00
1061 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Educação		0,00	0,00	0,00
1062 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde		0,00	0,00	0,00
1063 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022		0,00	0,00	0,00
1064 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.		0,00	0,00	0,00
1065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997.		0,00	0,00	0,00
1066 - Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo - Lei nº 13.885/2019.		0,00	0,00	0,00
1067 - Complementação Estadual ao Pagamento dos Pisos Salariais para Profissionais da Enfermagem		0,00	0,00	0,00
1068 - Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas FECAP Lei Estadual n° 21.720/2023		0,00	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO				
(Lei no 4.320/1964)				
FONTE	**SALDO DA FONTE**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**SUPERÁVIT FINANCEIRO**	**DÉFICIT FINANCEIRO**
1069 - Recursos de Precatórios do FUNDEF		0,00	0,00	0,00
1070 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		0,00	0,00	0,00
1071 - Transferências Federais Destinadas às Situações de Emergência e de Calamidades Públicas.		0,00	0,00	0,00
1072 - Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA		13.931.551,27	21.401.238,85	0,00
1073 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.		0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR	23/09/2026 - 16:24:25

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:367AFF94

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
AGOSTO/2026			
			Exercício: 2026
			R$ 1,00
	Nota	**2026**	**2025**
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6.161.162,64	684.900,83
Contribuições		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3.764.343,75	179.355,21
Transferências e Delegações Recebidas		5.118.559,63	121.900,30
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.385.400,91	332.535,11
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**17.429.466,93**	**1.318.691,45**
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		4.201.275,93	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		8.514.777,75	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		576.887,45	
Transferências e Delegações Concedidas		0,00	
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		10.794.716,08	
Tributárias		0,00	
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		0,00	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**24.087.657,21**	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)		**-6.658.190,28**	
Variações Patrimoniais Qualitativas			
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR 23/09/2026 - 16:29:24			

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:31C540A7

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
AGOSTO/2026		
Exercício: 2026		
	2026	**2025**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	**17.429.466,93**	**49.346.873,98**
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.713.814,25	4.044.440,80
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.213.869,14	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Transferências recebidas	5.118.559,63	40.605.116,79
Outras Receitas / Ingressos Operacionais	2.383.223,91	4.697.316,39
Desembolsos	**11.643.542,10**	**16.996.204,33**
Pessoal e demais despesas	11.643.542,10	16.996.204,33
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	**5.785.924,83**	**32.350.669,65**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	**0,00**	**59.130.577,50**
Alienação de bens	0,00	59.130.577,50
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	**16.540.237,10**	**3.295.905,80**
Aquisição de ativo não circulante	2.448.347,50	1.647.952,90
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	14.091.889,60	1.647.952,90
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	**-16.540.237,10**	**55.834.671,70**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	**0,00**	**0,00**
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamento	0,00	0,00

Desembolsos	**0,00**	**0,00**
Amortização /Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	**0,00**	**0,00**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**-10.754.312,27**	**88.185.341,35**
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	46.908.517,77	-1.331.135,90
Caixa e Equivalente de caixa final	36.154.205,50	86.854.205,45
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	1.387.819,63	1.621.228,89
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	1.387.819,63	1.621.228,89
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências correntes recebidas	3.730.740,00	38.983.887,90
Total das Transferências Correntes Recebidas	**5.118.559,63**	**40.605.116,79**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	14.091.889,60	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
a Consórcios Públicos	14.091.889,60	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	**14.091.889,60**	**0,00**
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Legislativa	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	11.643.542,10	16.996.204,33
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**11.643.542,10**	**16.996.204,33**
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**
Notas Explicativas		
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR	23/09/2026 - 16:28:03	

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:6130C50C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO			
RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº72, art. 15, inciso IV, a)			
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**		
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**	**TOTAL (c = a + b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	6.304.957,05	0,00	6.304.957,05
Pessoal Ativo	6.304.957,05	0,00	6.304.957,05
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	6.304.957,05	0,00	6.304.957,05

DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DT P (V) = (III + IV)	6.304.957,05	0,00	6.304.957,05

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
Abatiá	17.500,00	0,00
Alvorada do Sul	20.440,00	0,00
Andirá	13.140,00	0,00
Ângulo	6.840,00	0,00
Antonina	0,00	0,00
Bandeirantes	34.560,00	0,00
Boa Ventura de São Roque	13.760,00	0,00
Tapejara	20.580,00	0,00
Colorado	0,00	0,00
Doutor Ulysses	8.744,00	0,00
Entre Rios do Oeste	11.340,00	0,00
Ibiporã	0,00	0,00
Iguaraçu	17.500,00	0,00
Jaguapitã	23.240,00	0,00
Japurá	19.920,00	0,00
Jardim Olinda	13.252,00	0,00
Jataizinho	20.040,00	0,00
Jussara	29.640,00	0,00
Kaloré	13.140,00	0,00
Lobato	17.500,00	0,00
Marechal Cândido Rondon	35.330,00	0,00
Marialva	35.800,00	0,00
Mariluz	17.520,00	0,00
Marumbi	13.230,00	0,00
Mercedes	17.600,00	0,00
Miraselva	11.704,00	0,00
Munhoz de Mello	13.140,00	0,00
N Sen das Graças	22.098,00	0,00
Nova Fátima	19.500,00	0,00
Nova Santa Bárbara	13.230,00	0,00
Paranapoema	11.950,00	0,00
Peabiru	0,00	0,00
Porto Barreiro	11.772,00	0,00
Prado Ferreira	15.030,00	0,00
Prefeitura Municipal de Flórida	12.110,00	0,00
Presidente Castelo Branco	16.830,00	0,00
Ribeirão Claro	20.040,00	0,00

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
Santa Cecília do Pavão	14.400,00	0,00
Santa Isabel do Ivaí	19.920,00	0,00
Santa Mônica	23.580,00	0,00
Santo Antônio do Paraíso	13.184,00	0,00
São Jerônimo da Serra	20.160,00	0,00
São Jorge do Ivaí	25.200,00	0,00
Sarandi	55.980,58	0,00
Sertaneja	0,00	0,00
Sertanópolis	23.380,00	0,00
Tapejara	20.580,00	0,00
Terra Rica	20.580,00	0,00
Tupãssi	17.500,00	0,00
TOTAL	842.484,58	0,00

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:623806BC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	85.500.000,00	85.500.000,00	7.587.707,51	0,09	17.429.466,93	0,20	68.070.533,07
RECEITAS CORRENTES	34.186.423,93	34.186.423,93	4.010.347,51	0,12	13.852.106,93	0,41	20.334.317,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	880.000,00	880.000,00	872.672,05	0,99	3.713.814,25	4,22	-2.833.814,25
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	880.000,00	880.000,00	872.672,05	0,99	3.713.814,25	4,22	-2.833.814,25
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.546.000,00	14.546.000,00	1.829.758,11	0,13	6.213.869,14	0,43	8.332.130,86
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	6.072,00	0,00	52.706,50	0,00	-52.706,50
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	14.546.000,00	14.546.000,00	1.823.686,11	0,13	6.161.162,64	0,42	8.384.837,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.595.423,93	9.595.423,93	528.179,12	0,06	1.541.199,63	0,16	8.054.224,30
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	2.242.000,00	2.242.000,00	374.799,12	0,17	1.387.819,63	0,62	854.180,37
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	7.353.423,93	7.353.423,93	153.380,00	0,02	153.380,00	0,02	7.200.043,93
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.165.000,00	9.165.000,00	779.738,23	0,09	2.383.223,91	0,26	6.781.776,09
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	9.165.000,00	9.165.000,00	779.738,23	0,09	2.383.223,91	0,26	6.781.776,09
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	51.313.576,07	51.313.576,07	3.577.360,00	0,07	3.577.360,00	0,07	47.736.216,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	51.313.576,07	51.313.576,07	3.577.360,00	0,07	3.577.360,00	0,07	47.736.216,07
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	51.313.576,07	51.313.576,07	3.577.360,00	0,07	3.577.360,00	0,07	47.736.216,07
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	85.500.000,00	85.500.000,00	7.587.707,51	0,09	17.429.466,93	0,20	68.070.533,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	85.500.000,00	85.500.000,00	7.587.707,51	0,09	17.429.466,93	0,20	68.070.533,07
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	11.159.856,22	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	85.500.000,00	85.500.000,00	7.587.707,51	0,09	28.589.323,15	0,33	68.070.533,07
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	85.500.000,00	85.500.000,00	3.891.625,69	28.589.323,15	56.910.676,85	4.897.786,39	14.526.462,30	70.973.537,70	14.091.889,60	14.062.860,85
DESPESAS CORRENTES	29.956.423,93	31.496.423,93	3.126.746,95	14.325.979,12	17.170.444,81	4.822.303,75	12.078.114,80	19.418.309,13	11.643.542,10	2.247.864,32

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.204.625,94	8.164.625,94	1.490.409,44	4.201.275,93	3.963.350,01	1.490.409,44	4.201.275,93	3.963.350,01	4.090.071,62	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.751.797,99	23.331.797,99	1.636.337,51	10.124.703,19	13.207.094,80	3.331.894,31	7.876.838,87	15.454.959,12	7.553.470,48	2.247.864,32
DESPESAS DE CAPITAL	55.543.576,07	54.003.576,07	764.878,74	14.263.344,03	39.740.232,04	75.482,64	2.448.347,50	51.555.228,57	2.448.347,50	11.814.996,53
INVESTIMENTOS	55.543.576,07	54.003.576,07	764.878,74	14.263.344,03	39.740.232,04	75.482,64	2.448.347,50	51.555.228,57	2.448.347,50	11.814.996,53
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	85.500.000,00	85.500.000,00	3.891.625,69	28.589.323,15	56.910.676,85	4.897.786,39	14.526.462,30	70.973.537,70	14.091.889,60	14.062.860,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	85.500.000,00	85.500.000,00	3.891.625,69	28.589.323,15	56.910.676,85	4.897.786,39	14.526.462,30	70.973.537,70	14.091.889,60	14.062.860,85
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.903.004,63	0,00	3.337.577,33	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	85.500.000,00	85.500.000,00	3.891.625,69	28.589.323,15	56.910.676,85	4.897.786,39	17.429.466,93	70.973.537,70	17.429.466,93	14.062.860,85
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:F970399D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELÁTORIO DE GESTÃO FISCAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELÁTORIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	15.936.258,51	
Receita Corrente líquida Ajustada	15.936.258,51	
DESPESA COM O PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.426.085,85	34,05
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.605.579,60	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.175.300,62	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	7.745.021,64	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.123.510,21	0,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.505.976,87	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.549.801,36	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.115.538,10	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	58.302.229,15

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:EF61DEEB

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA	
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	85.500.000,00
Previsão Atualizada	85.500.000,00
Receitas Realizadas	17.429.466,93
Déficit Orçamentário	28.589.323,15
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	85.500.000,00
Dotação Atualizada	85.500.000,00
Despesas Empenhadas	3.891.625,69
Despesas Liquidadas	4.897.786,39
Despesas Pagas	14.091.889,60

Superávit Orçamentário	28.589.323,15
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	3.891.625,69
Despesas Liquidadas	4.897.786,39
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	15.936.258,51
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	15.936.258,51
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	15.936.258,51
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	-1.157.111,20	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00	0,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70,00	0,00
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	14.263.344,03	39.740.232,04

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2026	2036	2046	2061
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	5.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			**Valor Apurado no Exercício Corrente**

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:32BEF99F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 67, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores das tarifas de água e de esgoto para implementação da tarifa social e preços públicos, a serem aplicados no Município de Pato Bragado - PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Município de Pato Bragado - PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores das tarifas de água esgoto e preços públicos, a serem praticados no Município;

CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo de revisão protocolo nº 214/2026 e Parecer Técnico nº 38/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 24 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Pato Bragado - PR, no percentual de 36,40% (trinta e seis inteiros e quarenta centésimos) incidente sobre as tarifas de água e esgoto e dos preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, caput, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.

Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 24 de setembro de 2026.

THIAGO B. MARIN

Presidente do Conselho de Regulação do ORCISPAR

Anexo único

Quadro 1: TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

	TARIFA SOCIAL R$/M3		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Valor do esgoto**
Até 10	mínimo	20,04	-
11 a 15	m³	2,33	-
16 a 25	m³	4,65	-
>26	m³	6,07	-
	TARIFA DOMICILIAR R$/M3		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Valor do esgoto**
Até 10	mínimo	40,09	-
11 a 25	m³	4,65	-
>26	m³	6,07	-
	TARIFA COMERCIAL R$/M3		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Valor do esgoto**
Até 10	mínimo	62,92	-
11 a 25	m³	5,63	-
>26	m³	6,07	-
	TARIFA INDUSTRIAL R$/M3		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Valor do esgoto**
Até 10	mínimo	159,27	-
>41	m³	2,28	-
	TARIFA ESPECIAL R$/M3		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Valor do esgoto**
Até 60	mínimo	214,51	-

>61	m³	6,29	-
	TARIFA RURAL R$/M3		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Valor do esgoto**
Até 10	mínimo	40,09	-
11 a 20	m³	49,2	-
>21	m³	2,28	-

Quadro 02: SERVIÇOS

CUSTOS TARIFARIOS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **SOLICITADOS**	
SERVIÇO	**VALOR**
Alienação de Bens Hidrômetros	R$ 245,94
Taxa de Material e Serviços	R$ 368,38
Taxa de Expediente	R$ 16,23
Total	R$ 630,57
Ligação de água em dois pagamentos	R$ 676,11
	R$ 338,06 de entrada + R$ 338,06 em 30 dias
Taxa de aferição de hidrômetro	R$ 128,92
Multa por lacre com fita – por falta de pagamento	R$ 27,09
Taxa de desligamento e religação	R$ 61,76
Taxa de religação corte	R$ 65,01
Taxa de religação p/ violação de lacre	R$ 276,28
Taxa mínima para conserto	R$ 43,32
Caixa de proteção avulsa	R$ 169,01
Ligações provisórias, parques, circos até 10 dias	R$ 460,49
Taxa de 2° via de conta	R$ 15,17
Taxa de mudança de ponto	R$ 75,84

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:9992DAA2

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 68, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores das tarifas de água e de esgoto para implementação da tarifa social e preços públicos, a serem aplicados no Município de Quatro Pontes - PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Município de Quatro Pontes- PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores das tarifas de água esgoto e preços públicos, a serem praticados no Município;

CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo de revisão protocolo nº 216/2025 e Parecer Técnico nº 39/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 24 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Quatro Pontes - PR, no percentual de 12,55% (doze inteiros e cinquenta e cinco centésimo) incidente sobre as tarifas de água e esgoto e dos preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, *caput*, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.

Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 24 de setembro de 2026.

THIAGO B. MARIN

Presidente do Conselho de Regulação do ORCISPAR

Anexo Único

Quadro 1: TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

	TARIFA DOMICILIAR SOCIAL R$/M3		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	mínimo	27,46	0%
De 11 até 15	m³	2,77	0%
De 16 até 35	m³	5,54	0%
Acima de 36	m³	6,39	0%
	TARIFA DOMICILIAR R$/M3		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	mínimo	54,93	0%
De 11 até 35	m³	5,54	0%
Acima de 36	m³	6,39	0%
	TARIFA COMERCIAL R$/M3		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	mínimo	67,36	0%
De 11 até 35	m³	5,79	0%
De 36 até 60	m³	6,39	0%
Acima de 60	m³	7	0%
	TARIFA INDUSTRIAL R$/M3		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Percentual de Esgoto**
Até 60	mínimo	198,29	0%
Acima de 60	m³	5,79	0%
	TARIFA PÚBLICA R$/M3		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	mínimo	54,93	0%
De 11 até 35	m³	5,54	0%
Acima de 36	m³	6,39	0%
	TARIFA RURAL R$/M3		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	mínimo	54,93	0%
De 11 até 35	m³	5,54	0%
Acima de 36	m³	6,39	0%

Quadro 02: SERVIÇOS

DESCRIÇÃO	**VALOR**
Acesso irregular à rede de abastecimento de água (lacre violado)	R$ 823,87
Aferição de hidrômetros	R$ 64,10
Conserto de ligação	R$ 64,10
Corte na rede	R$ 64,10
Corte no cavalete	R$ 64,10
Desligamento	R$ 64,10
Ligação de água	R$ 286,86
Mudança de cavalete	R$ 275,34
Mudança de ligação	R$ 275,34
Pedido de desligamento	R$ 64,10
Re-ligação	R$ 64,10
Religação - corte falta de pagamento	R$ 64,10
Religação na rede	R$ 64,10

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:9E8F9AA4

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 69, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores das tarifas de água e de esgoto para implementação da tarifa social e preços públicos, a serem aplicados no Município de Pitangueiras - PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Município de Pitangueiras-PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores das tarifas de água esgoto e preços públicos, a serem praticados no Município;

CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo de revisão protocolo nº 083/2026 e Parecer Técnico nº 40/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 24 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Pitangueiras- PR, no percentual de 17,54 (dezessete inteiros e cinquenta e quatro centésimo) incidente sobre as tarifas de água e esgoto e dos preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, *caput*, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.

Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 24 de setembro de 2026.

Anexo Único

Quadro 01: TARIFAS ÁGUA E ESGOTO

	TARIFA RESIDENCIAL R$/M3		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	mínimo	39,73	-
De 11 até 30	m³	2,64	-
De 31 até 50	m³	3,82	-
Acima de 51	m³	5,88	-
	TARIFA RESIDENCIAL SOCIAL R$/M3		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	mínimo	19,86	-
De 11 até 15	m³	1,32	-
De 15 até 30	m³	2,64	-
De 31 até 50	m³	3,82	-
Acima de 51	m³	5,88	-
	TARIFA COMERCIAL/PÚBLICA R$/M3		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	mínimo	70,47	-
De 11 até 30	m³	1,76	-
De 31 até 50	m³	2,94	-
Acima de 51	m³	4,11	-
	TARIFA AGROINDUSTRIA R$/M3		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor p/ m³**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	mínimo	39,73	-
De 11 até 200	m³	0,88	-
De 201 até 300	m³	0,82	-
De 301 até 400	m³	0,71	-
De 401 até 500	m³	0,59	-
De 501 até 1000	m³	0,47	-
Acima de 1001	m³	0,2	-

Quadro 02: Outros valores

ESPECIFICAÇÃO	**VALOR**
OUTROS SERVIÇOS	
Restabelecimento do fornecimento de água – religação no registro ou com junta cega (lacre) e/ou no ramal	R$ 43,96
Restabelecimento do fornecimento de água – religação no passeio, no registro ou com junta cega (lacre), inclusive com mão de obra e reparos	R$ 105,67
Taxa de expediente – emissão de 2ª via de fatura de água e esgoto e/ou emissão de extrato de conta, mediante solicitação do usuário	R$ 1,76
Serviços de ligações novas e provisórias – serviços de ligação, inclusive hidrômetros, materiais e mão de obra	R$ 293,40
Tarifa mínima de 50 m³/mensal para ligações provisórias – tarifa comercial mensal, para pagamento antecipado	R$ 235,08
Vistoria de consumo – solicitação do usuário	R$ 32,91
Elevação de cavalete – em mesma unidade usuária	R$ 64,65
MULTA POR INFRAÇÃO AO REGULAMENTO	
Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto	R$ 235,08
Ligações clandestinas	R$ 470,16
Violação ou retirada de hidrômetros	R$ 176,31

Interconexão da instalação predial com canalização de água não procedente	R$ 470,16
Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia	R$ 176,31
Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial	R$ 176,31
Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio	R$ 176,31
Lançamento de despejos na rede coletora de esgoto que exijam tratamento prévio, sem atendimento à normativa do regulamento	R$ 176,31
Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamento ou conjunto de edificações, sem prévia autorização da Autarquia	R$ 176,31
Qualquer impedimento ao hidrômetro para realização de leitura	R$ 29,39
Intervenção nos ramais ou coletores prediais	R$ 58,77
Religação por conta própria	R$ 88,16
Execução de instalações de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações sem autorização da Autarquia	R$ 152,80
Inobservância das normas e/ou instalações da Autarquia na execução de obras e serviços de água e esgoto	R$ 235,08
MATERIAIS HIDRÁULICOS	
Registro ½" (meia polegada)	R$ 29,39
Registro ¾" (três quartos de polegada)	R$ 41,14
Hidrômetro ½" e ¾"	R$ 164,56
Luvas R/R ½" e ¾"	R$ 17,63
Joelho L/R ½" e ¾"	R$ 17,63
Joelho R/R ½" e ¾"	R$ 17,63
Tubos ½" e ¾"	R$ 17,63
Luvas soldável ½" e ¾"	R$ 17,63

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:FA5BCF2D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	46.164.607,20	50.431.175,93	7.163.163,80	14,20	30.103.414,90	59,69	20.327.761,03
RECEITAS CORRENTES	36.264.107,20	37.107.198,97	6.182.763,57	16,66	25.818.428,59	69,58	11.288.770,38
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	2.043.040,00	2.043.040,00	306.905,31	15,02	2.553.499,87	124,99	(510.459,87)
IMPOSTOS	1.830.700,00	1.830.700,00	278.286,39	15,20	2.363.124,45	129,08	(532.424,45)
TAXAS	171.340,00	171.340,00	23.608,34	13,78	175.018,60	102,15	(3.678,60)
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	41.000,00	41.000,00	5.010,58	12,22	15.356,82	37,46	25.643,18
CONTRIBUIÇÕES	729.740,00	729.740,00	147.870,21	20,26	475.058,00	65,10	254.682,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	729.740,00	729.740,00	147.870,21	20,26	475.058,00	65,10	254.682,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.169.264,80	1.181.818,88	413.852,23	35,02	1.529.710,36	129,44	(347.891,48)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	40.000,00	49.000,00	4.321,26	8,82	30.248,82	61,73	18.751,18
VALORES MOBILIÁRIOS	1.129.264,80	1.132.818,88	409.530,97	36,15	1.499.461,54	132,37	(366.642,66)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.100,00	75.970,00	271,00	0,36	129.035,32	169,85	(53.065,32)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	1.100,00	75.970,00	271,00	0,36	129.035,32	169,85	(53.065,32)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.300.962,40	33.056.630,09	5.340.721,81	16,16	21.115.713,65	63,88	11.940.916,44
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	20.967.603,00	21.385.209,61	3.684.873,58	17,23	13.523.879,65	63,24	7.861.329,96
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	7.449.375,00	7.787.436,08	995.139,41	12,78	4.780.425,76	61,39	3.007.010,32
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	3.883.984,40	3.883.984,40	660.708,82	17,01	2.811.408,24	72,38	1.072.576,16
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00	20.000,00	(26.856,99)	(134,28)	15.411,39	77,06	4.588,61
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	(27.025,29)	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	13.816,76	92,11	1.183,24
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	168,30	3,37	1.594,63	31,89	3.405,37
RECEITAS DE CAPITAL	9.900.500,00	13.323.976,96	980.400,23	7,36	4.284.986,31	32,16	9.038.990,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.900.500,00	13.323.976,96	980.400,23	7,36	4.284.986,31	32,16	9.038.990,65
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	1.096.500,00	1.096.500,00	0,00	0,00	497.500,00	45,37	599.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	8.804.000,00	12.227.476,96	980.400,23	8,02	3.787.486,31	30,98	8.439.990,65
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	(a - c)
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	46.164.607,20	50.431.175,93	7.163.163,80	14,20	30.103.414,90	59,69	20.327.761,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	46.164.607,20	50.431.175,93	7.163.163,80	14,20	30.103.414,90	59,69	20.327.761,03
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	46.164.607,20	50.431.175,93	7.163.163,80	14,20	30.103.414,90	59,69	20.327.761,03
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.189.567,18	0,00	0,00	3.189.567,18	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	3.189.567,18	0,00	0,00	3.189.567,18	100,00	0,00
Entidades:							
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira							

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:74D26485

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea				
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	294.598,64	248.582,39	200.480,31	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	294.598,64	248.582,39	200.480,31	0,00
Empréstimos	294.598,64	248.582,39	200.480,31	0,00
Internos	294.598,64	248.582,39	200.480,31	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	17.622.054,80	18.616.249,05	15.827.437,62	0,00
Disponibilidade de Caixa	17.622.054,80	18.616.249,05	15.827.437,62	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.545.464,75	21.343.454,09	17.112.308,29	0,00
(-) Restos a pagar processados	3.923.409,95	2.727.205,04	978.696,98	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	306.173,69	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(17.327.456,16)	(18.367.666,66)	(15.626.957,31)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	38.134.564,35	39.131.583,77	39.723.105,93	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	620.000,00	620.000,00	520.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	37.514.564,35	38.511.583,77	39.203.105,93	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,79	0,65	0,51	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(46,19)	(47,69)	(39,86)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	45.017.477,22	46.213.900,52	47.043.727,12	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	40.515.729,50	41.592.510,47	42.339.354,40	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00

PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	3.887.676,87	1.766.619,90	235.850,43	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:				
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira				

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:DE327B0E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §				
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**38.134.564,35**	**39.131.583,77**	**39.723.105,93**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §	**620.000,00**	**620.000,00**	**520.000,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI -	**37.514.564,35**	**38.511.583,77**	**39.203.105,93**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**8.253.204,16**	**8.472.548,43**	**8.624.683,30**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**7.427.883,74**	**7.625.293,59**	**7.762.214,97**	**0,00**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades:				
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira				

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:06E0AD90

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00

Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	39.723.105,93	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	520.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	39.203.105,93	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	6.272.496,95	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	5.645.247,25	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	2.744.217,42	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Entidades:		
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira		

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:537AFEA9

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	37.107.198,97	25.818.428,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.043.040,00	2.553.499,87
IPTU	243.770,00	246.744,63
ISS	214.290,00	253.543,85
ITBI	250.000,00	1.302.829,57
IRRF	1.122.640,00	560.006,40
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	212.340,00	190.375,42
Contribuições	729.740,00	475.058,00
Receita patrimonial	1.181.818,88	1.529.710,36
Aplicações Financeiras (II)	1.132.818,88	1.499.461,54
Outras Receitas Patrimoniais	49.000,00	30.248,82
Transferências correntes	33.056.630,09	21.115.713,65
Cota-Parte do FPM	18.944.685,35	11.974.861,80
Cota-Parte do ICMS	6.127.504,00	3.364.554,59
Cota-Parte do IPVA	560.000,00	425.648,33
Cota-Parte do ITR	596.000,00	55.268,33
Transferências da LC 61/1989	72.000,00	53.393,56
Transferências do FUNDEB	3.883.984,40	3.068.046,03
Outras transferências correntes	2.872.456,34	2.173.941,01
Demais receitas correntes	95.970,00	144.446,71
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	95.970,00	144.446,71
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	35.974.380,09	24.318.967,05
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	13.323.976,96	4.284.986,31
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	13.323.976,96	4.284.986,31
Convênios	12.227.476,96	3.787.486,31
Outras Transferências de Capital	1.096.500,00	497.500,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	13.323.976,96	4.284.986,31
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	49.298.357,05	28.603.953,36

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	49.298.357,05	28.603.953,36

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	31.354.498,04	20.664.995,39	20.245.615,08	19.599.481,13	20.119,73	579.714,36	579.714,36
Pessoal e encargos sociais	15.628.620,13	9.997.207,64	9.997.207,64	9.744.103,33	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	50.000,00	22.526,29	22.526,29	22.526,29	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	15.675.877,91	10.645.261,46	10.225.881,15	9.832.851,51	20.119,73	579.714,36	579.714,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	31.304.498,04	20.642.469,10	20.223.088,79	19.576.954,84	20.119,73	579.714,36	579.714,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	19.867.700,27	6.791.095,97	6.280.867,95	6.166.065,82	3.884.590,00	2.847.711,22	2.648.650,54
Investimentos	18.057.794,07	5.022.071,44	4.511.843,42	4.397.041,29	124.590,00	2.847.711,22	2.648.650,54
Inversões financeiras	1.674.906,20	1.674.906,20	1.674.906,20	1.674.906,20	3.760.000,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	1.674.906,20	1.674.906,20	1.674.906,20	1.674.906,20	3.760.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	135.000,00	94.118,33	94.118,33	94.118,33	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	19.732.700,27	6.696.977,64	6.186.749,62	6.071.947,49	3.884.590,00	2.847.711,22	2.648.650,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	51.357.198,31	27.339.446,74	26.409.838,41	25.648.902,33	3.904.709,73	3.427.425,58	3.228.364,90
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	51.357.198,31	27.339.446,74	26.409.838,41	25.648.902,33	3.904.709,73	3.427.425,58	3.228.364,90
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]					(4.178.023,60)		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]					(4.178.023,60)		

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
JUROS NOMINAIS	Até Agosto / 2026	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.499.461,54	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	(2.678.562,06)	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Agosto / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	294.598,64	200.480,31
DEDUÇÕES (XL)	17.622.054,80	15.827.437,62
Disponibilidade de Caixa	17.622.054,80	15.827.437,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.545.464,75	17.112.308,29
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	3.923.409,95	978.696,98
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	306.173,69
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(17.327.456,16)	(15.626.957,31)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		(1.700.498,85)
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Agosto / 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(2.944.712,97)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	(4.645.211,82)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(6.144.673,36)	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.189.567,18	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.189.567,18	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
Entidades:		
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira		

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:0FC62970

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	46.164.607,20
Previsão Atualizada da Receita	50.431.175,93
Receitas Realizadas	30.103.414,90
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	3.189.567,18
Dotação Inicial	44.036.062,40
Créditos Adicionais	7.506.135,91
Dotação Atualizada	51.542.198,31
Despesas Empenhadas	27.456.091,36
Despesas Liquidadas	26.526.483,03
Despesas Pagas	25.765.546,95
Superávit Orçamentário	3.576.931,87
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	27.456.091,36
Despesas Liquidadas	26.526.483,03
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	39.723.105,93
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	39.203.105,93
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	38.914.735,74
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	(2.678.562,06)	0,00 %
Resultado Primário	0,00	(4.178.023,60)	0,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	3.923.409,95	0,00	3.904.709,73	18.700,22
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	3.887.676,87	224.400,86	3.228.364,90	434.911,11
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.811.086,82	224.400,86	7.133.074,63	453.611,33

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - 5.736.135,95		25% / 18%	26,09
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação 2.413.165,88		70%	83,41

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	6.791.095,97	13.076.604,30

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	1.152,00	53,67

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.700.116,87	15%	22,27
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			
Entidades:			
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira			

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:038FBDBA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	46.164.607,20
Previsão Atualizada da Receita	50.431.175,93
Receitas Realizadas	30.103.414,90
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	3.189.567,18
Dotação Inicial	44.036.062,40
Créditos Adicionais	7.506.135,91
Dotação Atualizada	51.542.198,31
Despesas Empenhadas	27.456.091,36
Despesas Liquidadas	26.526.483,03
Despesas Pagas	25.765.546,95
Superávit Orçamentário	3.576.931,87
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	27.456.091,36
Despesas Liquidadas	26.526.483,03
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	39.723.105,93
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	39.203.105,93
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	38.914.735,74
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de	Resultado apurado até o	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	(2.678.562,06)	0,00 %
Resultado Primário	0,00	(4.178.023,60)	0,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	3.923.409,95	0,00	3.904.709,73	18.700,22
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	3.887.676,87	224.400,86	3.228.364,90	434.911,11
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.811.086,82	224.400,86	7.133.074,63	453.611,33

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	5.736.135,95	25% / 18%	26,09
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	2.413.165,88	70%	83,41

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	6.791.095,97	13.076.604,30

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	1.152,00	53,67

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.700.116,87	15%	22,27
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			
Entidades:			
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira			

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:5F9679BE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ENSINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.830.700,00	2.363.124,45
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	243.770,00	246.744,63
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	250.000,00	1.302.829,57
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	214.290,00	253.543,85
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.122.640,00	560.006,40
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	32.284.935,35	19.622.344,71
2.1 - Cota-parte FPM	23.090.555,35	14.748.764,75
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.805.105,35	13.869.516,44
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.285.450,00	879.248,31
2.2 - Cota-parte ICMS	7.659.380,00	4.205.693,05
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	90.000,00	66.741,84
2.4 - Cota-parte ITR	745.000,00	69.085,35
2.5 - Cota-parte IPVA	700.000,00	532.059,72
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	34.115.635,35	21.985.469,16
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	5.999.897,07	3.748.619,28
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.529.011,77	1.747.748,01

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.933.984,40	3.149.822,09
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.933.984,40	2.893.184,30
6.1.1 - Principal	3.883.984,40	2.811.408,24

6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	50.000,00	81.776,06
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	256.637,79
6.4.1 - Principal	0,00	256.637,79
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(2.115.912,67)	(937.211,04)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	231.602,66
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	231.602,66
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	3.381.424,75

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.933.984,40	2.413.165,88	2.413.165,88	2.349.031,07	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.808.000,00	2.413.165,88	2.413.165,88	2.349.031,07	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.731.000,00	1.186.334,93	1.186.334,93	1.154.059,36	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	2.077.000,00	1.226.830,95	1.226.830,95	1.194.971,71	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	125.984,40	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	125.984,40	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.413.165,88	2.413.165,88	2.349.031,07	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.413.165,88	2.413.165,88	2.349.031,07	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.413.165,88	2.413.165,88	2.349.031,07	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.025.229,01	2.413.165,88	2.413.165,88	83,41
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	314.982,21	736.656,21	736.656,21	421.674,00	23,39

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	398.421,18	259.735,42	0,00	0,00	0,00	25.973,54
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	372.447,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	25.973,54	259.735,42	0,00	0,00	0,00	25.973,54

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.525.895,70	2.431.501,34	2.430.975,66	2.328.676,93	525,68

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO**

					PROCESSADOS (g)
20.1 - Educação Infantil	1.764.655,64	1.018.122,19	1.018.122,19	965.614,60	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	2.367.735,81	1.303.663,33	1.303.137,65	1.256.136,41	525,68
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	393.504,25	109.715,82	109.715,82	106.925,92	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	7.940.391,45	4.734.951,40	4.734.425,72	4.570.782,08	525,68
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.495.655,64	2.204.457,12	2.204.457,12	2.119.673,96	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.444.735,81	2.530.494,28	2.529.968,60	2.451.108,12	525,68

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	Valor
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.430.975,66
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.748.619,28
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	421.674,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	21.784,99
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	5.736.135,95

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.496.367,29	5.736.135,95	26,09

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	694.715,72	506.348,72	628.623,01	21.784,99	44.307,72
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	694.715,72	506.348,72	628.623,01	21.784,99	44.307,72
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.342.807,08	902.139,40
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	457.000,00	339.655,57
31.1.1 - Salário-Educação	378.000,00	242.190,15
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	70.000,00	79.027,44
31.1.4 - PNATE	9.000,00	7.958,73
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	10.479,25
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	658.041,08	480.755,46
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	227.766,00	81.728,37

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE	1.235.041,08	820.636,62	811.841,98	782.063,67	8.794,64

MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS					
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	27.000,00	42.284,04	42.284,04	42.044,54	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	550.000,00	442.835,18	434.040,54	404.501,73	8.794,64
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	658.041,08	335.517,40	335.517,40	335.517,40	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA** **(c)**	**DESPESAS EMPENHADAS** **Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS** **Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS** **Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS** **(g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	9.694.921,18	5.665.303,84	5.655.983,52	5.459.771,67	9.320,32
33.1 - Despesas Correntes	8.492.403,78	5.277.858,90	5.268.538,58	5.072.326,73	9.320,32
33.1.1 - Pessoal Ativo	5.878.892,33	3.764.263,18	3.764.263,18	3.662.894,58	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	167.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	2.446.511,45	1.513.595,72	1.504.275,40	1.409.432,15	9.320,32
33.2 - Despesas de Capital	1.202.517,40	387.444,94	387.444,94	387.444,94	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.202.517,40	387.444,94	387.444,94	387.444,94	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB** **(ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO** **(ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	449.377,67	334.275,42
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.149.822,09	242.190,15
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.349.031,07	524.501,81
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.250.168,69	51.963,76
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.250.168,69	51.963,76
Entidades: Prefeitura Municipal de Prado Ferreira		

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:E5379E93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
ANEXO VI DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS		
Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Quadrimestre Maio-Agosto		
RGF - ANEXO 6 (LRF, Art.48)	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ 2º QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	203.722.980,45	
Receita Corrente Líquida Ajustada	200.747.610,65	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.622.753,43	2,80
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.044.856,64	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	11.442.613,81	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.840.370,98	5,40
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS. Emissão: 24/09/2026, às 15:43:15.		
NOTA:		
FERNANDO CUNHA	***DIRCELLI SELENKA DEL PENTOR***	***LUIZ FABIANO ANDRUSZEZIN***
Presidente da Câmara	CRC: 052015/O-6	Controlador Interno

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:DA71BCEA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11941, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, e dá outras providências."

O(A) PREFEITO(A) DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1751 de 19 deDezembrode 2025:

DECRETA:

Art. 1ºFica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor deR$4.147.650,00(quatromilhões,cento eequarenta e setemil,seiscentose cinquentareais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):		
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.001	Gabinete do Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Juventude	
Funcional Programática:25.001.0012.0122.0022.2029	Atividade:Açõesa Cargo da Secretaria Municipal de Educação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 7.100,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.001	Gabinete do Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Juventude	
Funcional Programática:25.001.0012.0122.0022.2029	Atividade:Açõesa Cargo da Secretaria Municipal de Educação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.004	Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - FUNDEB	
Funcional Programática:25.004.0012.0361.0017.2027	Atividade:Açõespara Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01101 - FUNDEB mínimo 70% - inciso XXI do art. 212-A da CF	R$ 2.100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.004	Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - FUNDEB	
Funcional Programática:25.004.0012.0361.0017.2027	Atividade:Açõespara Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02101 - Fundeb-Complementação da União ETI 4% - 70%	R$ 107.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.004	Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - FUNDEB	
Funcional Programática:25.004.0012.0361.0017.2027	Atividade:Açõespara Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	02101 - Fundeb-Complementação da União ETI 4% - 70%	R$ 8.200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.004	Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - FUNDEB	
Funcional Programática:25.004.0012.0365.0018.2185	Atividade:Açõespara Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01101 - FUNDEB mínimo 70% - inciso XXI do art. 212-A da CF	R$ 134.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.004	Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - FUNDEB	
Funcional Programática:25.004.0012.0365.0018.2185	Atividade:Açõespara Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	01101 - FUNDEB mínimo 70% - inciso XXI do art. 212-A da CF	R$ 9.200,00

SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária:03.001	Gabinete doSecretariode Administração, Finanças e Planejamento	
Funcional Programática:03.001.0004.0122.0002.2008	Atividade:Açõesda Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 6.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
Unidade Orçamentária:17.004	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
Funcional Programática:17.004.0023.0695.0041.2205	Atividade:Açõespara Manutenção do Departamento de Turismo	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 2.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária:31.001	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática:31.001.0015.0451.0016.2213	Atividade:Açõespara Gerenciamento do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 4.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ÀS PSICOPATOLOGIAS E NEURODIVERSIDADES		
Unidade Orçamentária:30.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
Funcional Programática:30.001.0004.0122.0040.2210	Atividade:Açõespara Manutenção da Secretaria Municipal de Atendimento às Patologias Mentais eNeurodiversas	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 4.200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ÀS PSICOPATOLOGIAS E NEURODIVERSIDADES		
Unidade Orçamentária:30.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
Funcional Programática:30.001.0004.0122.0040.2210	Atividade:Açõespara Manutenção da Secretaria Municipal de Atendimento às Patologias Mentais eNeurodiversas	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 18.100,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS		
Unidade Orçamentária:29.001	GABINETE DA SECRETARIA DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS	
Funcional Programática:29.001.0014.0422.0039.2202	Atividade:Açõespara Atender a Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor

3191130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 3.100,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária:22.004	DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	
Funcional Programática:22.004.0018.0304.0033.2043	Atividade:Açõesde Defesa e Bem Estar Animal	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 14.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária:22.003	FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	
Funcional Programática:22.003.0006.0182.0007.2090	Atividade:Açõespara Manutenção e Prevenção de Situações de Emergências e Desastres	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 7.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária:22.003	FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	
Funcional Programática:22.003.0006.0182.0007.2090	Atividade:Açõespara Manutenção e Prevenção de Situações de Emergências e Desastres	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária:22.001	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática:22.001.0018.0542.0010.2180	Atividade:Açõespara Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 3.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária:22.001	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática:22.001.0018.0542.0010.2067	Atividade:Açõespara Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária:21.001	Departamento de Ordem Pública	
Funcional Programática:21.001.0006.0181.0007.2021	Atividade:Açõespara Manutenção da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 7.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária:21.001	Departamento de Ordem Pública	
Funcional Programática:21.001.0006.0181.0007.2021	Atividade:Açõespara Manutenção da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 1.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária:21.001	Departamento de Ordem Pública	
Funcional Programática:21.001.0006.0181.0007.2010	Atividade:Açõespara Manutenção da Guarda Municipal	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390080000 - Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 250,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária:21.001	Departamento de Ordem Pública	
Funcional Programática:21.001.0006.0181.0007.2010	Atividade:Açõespara Manutenção da Guarda Municipal	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 26.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
Unidade Orçamentária:17.004	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
Funcional Programática:17.004.0023.0695.0041.2205	Atividade:Açõespara Manutenção do Departamento de Turismo	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 24.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
Unidade Orçamentária:17.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Funcional Programática:17.003.0013.0392.0014.2204	Atividade:Açõespara Manutenção do Departamento de Cultura	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 3.500,00
SUBPREFEITURA DO JARDIM MENINO DEUS		
Unidade Orçamentária:16.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
Funcional Programática:16.001.0004.0122.0021.2184	Atividade:Açõespara Atender a Administração Regional do Jardim Menino Deus	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 12.000,00
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO		
Unidade Orçamentária:12.001	COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
Funcional Programática:12.001.0004.0124.0019.2177	Atividade:Açõesa Cargo da Coordenadoria de Controle Interno	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 1.100,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Unidade Orçamentária:08.001	GABINETE DO PROCURADOR GERAL	
Funcional Programática:08.001.0002.0062.0013.2084	Atividade:Açõesa Cargo da Procuradoria Geral do Município	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 7.500,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Unidade Orçamentária:08.001	GABINETE DO PROCURADOR GERAL	
Funcional Programática:08.001.0002.0062.0013.2084	Atividade:Açõesa Cargo da Procuradoria Geral do Município	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária:04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática:04.003.0008.0244.0037.2199	Atividade:Açõespara Manutenção do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 35.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária:04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática:04.003.0008.0244.0034.2190	Atividade:Açõespara Manutenção dos Serviços da Politica Municipal de Assistência Social	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária:04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática:04.003.0008.0244.0034.2190	Atividade:Açõespara Manutenção dos Serviços da Politica Municipal de Assistência Social	

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária:04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática:04.003.0008.0244.0034.2190	Atividade:Açõespara Manutenção dos Serviços da Politica Municipal de Assistência Social	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 93.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária:04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática:04.003.0008.0244.0005.2224	Atividade:Açõespara Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária:04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática:04.003.0008.0244.0005.2224	Atividade:Açõespara Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 7.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária:04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática:04.003.0008.0244.0005.2224	Atividade:Açõespara Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 110.000,00
SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária:03.001	Gabinete doSecretariode Administração, Finanças e Planejamento	
Funcional Programática:03.001.0004.0122.0002.2008	Atividade:Açõesda Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 6.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS		
Unidade Orçamentária:33.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
Funcional Programática:33.001.0015.0451.0041.2222	Atividade:Açõespara Manutenção do Departamento de Obras	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 5.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0301.0012.2079	Atividade:Açõespara Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 130.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0301.0012.2080	Atividade:Açõespara Manutenção do Programa Saúde daFamilia- PSF	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 675.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0301.0012.2080	Atividade:Açõespara Manutenção do Programa Saúde daFamilia- PSF	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 43.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0302.0031.2081	Atividade:Açõespara Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 219.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0302.0031.2081	Atividade:Açõespara Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 9.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0302.0031.2081	Atividade:Açõespara Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 23.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0305.0028.2225	Atividade:Açõesa Cargo da Vigilância Epidemiológica	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 4.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO		
Unidade Orçamentária:02.002	Gabinete doSecretariode Governo e Comunicação	
Funcional Programática:02.002.0004.0122.0041.2089	Atividade:Açõesa Cargo da Secretaria Municipal de Governo	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 112.400,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO		
Unidade Orçamentária:02.002	Gabinete doSecretariode Governo e Comunicação	
Funcional Programática:02.002.0004.0122.0041.2089	Atividade:Açõesa Cargo da Secretaria Municipal de Governo	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 20.400,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO		
Unidade Orçamentária:02.003	Departamento de Comunicação	
Funcional Programática:02.003.0004.0131.0030.2219	Atividade:Açõesde Manutenção do Departamento de Comunicação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 21.400,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO		
Unidade Orçamentária:02.003	Departamento de Comunicação	
Funcional Programática:02.003.0004.0131.0030.2219	Atividade:Açõesde Manutenção do Departamento de Comunicação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO		
Unidade Orçamentária:02.003	Departamento de Comunicação	

Funcional Programática:02.003.0004.0131.0030.2219	Atividade:Açõesde Manutenção do Departamento de Comunicação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 5.200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		
Unidade Orçamentária:07.004	Departamento de Trabalho	
Funcional Programática:07.004.0011.0333.0041.2220	Atividade:Açõespara Manutenção da Agência do Trabalhador	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 28.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		
Unidade Orçamentária:07.005	Departamento de Indústria, Comércio e Serviços	
Funcional Programática:07.005.0022.0661.0041.2221	Atividade:Açõespara Manutenção do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 6.500,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		R$4.147.650,00

Art. 2ºPara dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado no artigo anterior será(ão) indicado(s) o(s)seguinte(s) recurso(s):

I -Oriundo da anulação parcial de dotação consignada no orçamento vigente, a saber:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.001	Gabinete do Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Juventude	
Funcional Programática:25.001.0012.0122.0022.2029	Atividade:Ações a Cargo da Secretaria Municipal de Educação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190040000 - Contratação por tempo determinado	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 17.100,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.004	Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - FUNDEB	
Funcional Programática:25.004.0012.0361.0017.2101	Atividade:Ações para Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01102 - Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 2.358.900,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		R$2.376.000,00

II - Oriundo de recurso deEXCESSO DE ARRECADAÇÃOda receita 1112530100 - Impostos sobre transmissão "intervivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal da fonte 1000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)), no valor deR$1.771.650,00(um milhão,setecentose setenta eummil,seiscetose cinquenta reais).

Art. 3ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 25de setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:131CE4A7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11942, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, e dá outras providências.”

O(A) PREFEITO(A) DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1751 de 19 deDezembrode 2025:

DECRETA:

Art. 1ºFica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 610.048,81 (seiscentos e dez mil, quarenta e oito reais e oitenta e um centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.003	Departamento de Educação Fundamental	
Funcional Programática:25.003.0012.0361.0017.2034	Atividade:Açõespara Manutenção do Ensino Fundamental - LDB	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01103 - EDUCAÇÃO 5% sobre Transferências Constitucionais	R$ 31.600,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.003	Departamento de Educação Fundamental	
Funcional Programática:25.003.0012.0361.0017.2034	Atividade:Açõespara Manutenção do Ensino Fundamental - LDB	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01103 - EDUCAÇÃO 5% sobre Transferências Constitucionais	R$ 31.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.003	Departamento de Educação Fundamental	
Funcional Programática:25.003.0012.0361.0017.2034	Atividade:Açõespara Manutenção do Ensino Fundamental - LDB	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01103 - EDUCAÇÃO 5% sobre Transferências Constitucionais	R$ 42.400,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.002	Departamento de Educação Infantil	
Funcional Programática:25.002.0012.0365.0018.2039	Atividade:Açõespara Manutenção da Educação Infantil	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 60.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.003	Departamento de Educação Fundamental	
Funcional Programática:25.003.0012.0361.0017.2034	Atividade:Açõespara Manutenção do Ensino Fundamental - LDB	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 55.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.003	Departamento de Educação Fundamental	
Funcional Programática:25.003.0012.0361.0017.2034	Atividade:Açõespara Manutenção do Ensino Fundamental - LDB	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 120.114,71
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.001	Gabinete do Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Juventude	
Funcional Programática:25.001.0012.0122.0022.2029	Atividade:Açõesa Cargo da Secretaria Municipal de Educação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390310000 - Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 26.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0301.0012.2076	Atividade:Açõespara Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390460000 - Auxílio-alimentação	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 3.326,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0301.0012.2076	Atividade:Açõespara Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3372300000 - Material de consumo	61494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde-Programas Federais	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0301.0012.2076	Atividade:Açõespara Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3371700000 - Rateio pela participação em consórcio público	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 16.812,99
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária:21.001	Departamento de Ordem Pública	
Funcional Programática:21.001.0006.0181.0007.2010	Atividade:Açõespara Manutenção da Guarda Municipal	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 3.625,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária:04.001	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Funcional Programática:04.001.0008.0243.0006.6019	Atividade:Açõespara Atendimento a Criança e ao Adolescente - Proteção Especial	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 184.168,38
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária:04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática:04.003.0008.0244.0005.2053	Atividade:Açõespara AtenderBeneficiosEventuais do LOAS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 26.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		R$610.048,81

Art. 2ºPara dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.002	Departamento de Educação Infantil	
Funcional Programática:25.002.0012.0365.0018.2039	Atividade:Ações para Manutenção da Educação Infantil	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor

3390300000 - Material de consumo	01103 - EDUCAÇÃO 5% sobre Transferências Constitucionais	R$ 67.700,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.003	Departamento de Educação Fundamental	
Funcional Programática:25.003.0012.0361.0017.2034	Atividade:Ações para Manutenção do Ensino Fundamental - LDB	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	01103 - EDUCAÇÃO 5% sobre Transferências Constitucionais	R$ 36.600,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.001	Gabinete do Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Juventude	
Funcional Programática:25.001.0012.0122.0022.2029	Atividade:Ações a Cargo da Secretaria Municipal de Educação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	01103 - EDUCAÇÃO 5% sobre Transferências Constitucionais	R$ 700,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.001	Gabinete do Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Juventude	
Funcional Programática:25.001.0012.0122.0022.2029	Atividade:Ações a Cargo da Secretaria Municipal de Educação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 75.624,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.003	Departamento de Educação Fundamental	
Funcional Programática:25.003.0012.0361.0017.2034	Atividade:Ações para Manutenção do Ensino Fundamental - LDB	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 25.114,71
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.003	Departamento de Educação Fundamental	
Funcional Programática:25.003.0012.0361.0017.1001	Projeto:Ações para Construção, Reforma e Ampliação da Rede Municipal de Ensino Fundamental	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490510000 - Obras e instalações	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.002	Departamento de Educação Infantil	
Funcional Programática:25.002.0012.0365.0018.2039	Atividade:Ações para Manutenção da Educação Infantil	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 65.375,67
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.002	Departamento de Educação Infantil	
Funcional Programática:25.002.0012.0365.0018.1123	Projeto:Ações para Construção, Reforma e Ampliação da Rede Municipal de Ensino Infantil	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490510000 - Obras e instalações	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 45.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0302.0031.2014	Atividade:Ações para Manutenção do Serviço Móvel de Urgência e Emergência - SAMU	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 3.326,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0301.0012.2076	Atividade:Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	61494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde-Programas Federais	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária:06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática:06.001.0010.0301.0012.2076	Atividade:Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde percentualvinvulados/areceita de impostos	R$ 16.812,99
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária:21.001	Departamento de Ordem Pública	
Funcional Programática:21.001.0006.0181.0007.2010	Atividade:Ações para Manutenção da Guarda Municipal	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 3.625,81
SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária:03.002	Departamento de Finanças e Planejamento	
Funcional Programática:03.002.0099.0999.0999.9999	Atividade:Reserva de Contingência	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
9999990000 - Reserva de contingência	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 210.168,38
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		R$610.048,81

Art. 3ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 25de setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:2B9A724D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11943, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 11943, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, e dá outras providências."

O(A) PREFEITO(A) DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1751 de 19 deDezembrode 2025:

DECRETA:

Art. 1ºFica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 2.275.030,22 (dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, trinta reais e vinte e dois centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS		
Unidade Orçamentária:29.001	GABINETE DA SECRETARIA DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS	
Funcional Programática:29.001.0014.0422.0039.2202	Atividade:Açõespara Atender a Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01963 - Transferência de Outros Programas-Outras Vinculações de Transferência	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.003	Departamento de Educação Fundamental	
Funcional Programática:25.003.0012.0361.0017.2228	Atividade:Açõespara Gestão de Terceirização da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 1.139.792,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária:25.003	Departamento de Educação Fundamental	
Funcional Programática:25.003.0012.0361.0017.2034	Atividade:Açõespara Manutenção do Ensino Fundamental - LDB	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01104 - Educação 25% sobre Impostos	R$ 275.250,90
SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária:03.003	Departamento de Tecnologia da Informação	
Funcional Programática:03.003.0004.0126.0025.2211	Atividade:Açõespara Manutenção do Departamento de Tecnologia da Informação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 445.105,24
SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária:03.001	Gabinete doSecretariode Administração, Finanças e Planejamento	
Funcional Programática:03.001.0004.0122.0002.2008	Atividade:Açõesda Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 18.400,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária:21.001	Departamento de Ordem Pública	
Funcional Programática:21.001.0006.0181.0007.2010	Atividade:Açõespara Manutenção da Guarda Municipal	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 66.544,17
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária:21.001	Departamento de Ordem Pública	
Funcional Programática:21.001.0006.0181.0007.2010	Atividade:Açõespara Manutenção da Guarda Municipal	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 18.937,91
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS		
Unidade Orçamentária:15.002	Departamento de Logística e Frotas	
Funcional Programática:15.002.0015.0452.0022.2011	Atividade:Açõespara a Manutenção da Frota Oficial de Veículos	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 217.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária:22.001	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática:22.001.0018.0542.0010.2067	Atividade:Açõespara Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 81.000,00
SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária:03.001	Gabinete doSecretariode Administração, Finanças e Planejamento	
Funcional Programática:03.001.0004.0122.0002.2008	Atividade:Açõesda Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 3.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		R$2.275.030,22

Art. 2ºPara dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) doEXCESSO DE ARRECADAÇÃOda(s) receita(s): 1112530100 - Impostos sobre transmissão "intervivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal,da fonte 1000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados) no valor de R$2.265.030,22 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e

trinta reais, e vinte e dois centavos)e da receita1729990104 - Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher-Custeio-Del.007/2026,da fonte1963 - Transferência de Outros Programas-Outras Vinculações de Transferênciano valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 3ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 25de setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:608A1B0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
EXTRATO 215/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 46/2026

CONTRATO Nº. 215/2026

VENCIMENTO: 17/03/2027

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE/PR E **68.723.090 JULIANA FERREIRA**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado **MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 76.973.692/0001-16, com sede à Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. *ALEX SANDRO FERNANDES*, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, doravante simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **68.723.090 JULIANA FERREIRA, CNPJ sob o nº 68.723.090/0001-82 com sede Rua Italo Vargas Farah, 60 CEP: 87930-000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR**, neste ato representado por Sra. JULIANA FERREIRA, brasileira, inscrita no CPF 043.***.609-**, portadora do RG 9***730-* SSP/PR, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, firmam o presente instrumento, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto do presente termo o credenciamento dos serviços de de preparo de alimentos para refeições, lanches, cafés conforme credenciamento 001/2024, conforme especificações contidas na função por ela credenciada e no termo de referência, partes integrantes deste contrato como se nele transcritas fossem.

LOTE 1: LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	46196	PRODUÇÃO DE ALIMENTOS - conforme Chamada Pública nº 001/2024 para o credenciamento de Microempreendedor Individual MEI, para contratação de serviços preparo de alimentos para refeições, lanches, cafés para atender as demandas e suprir as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Querência do Norte.	HORA	1.128	R$ 9,66	10.896,48
					TOTAL:	10.896,48

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 06 (SEIS) meses contados da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação de seu extrato, podendo ser alterado nos termos estabelecido na lei 14.133/21, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor estimativo do presente contrato é de R$ 9,66 (Nove reais e sessenta e seis centavos), que corresponde a uma estimativa de 1.128 (Um Mil e Cento e Vinte e Oito) horas de serviço prestado, totalizando o valor de R$ 10.896,48 (dez mil, oitocentos e noventa e seis reias e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Loanda, Estado do Paraná para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

QUERÊNCIA DO NORTE-PR, 17 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES	***JULIANA FERREIRA***
Prefeito Municipal	Contratada

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:8D788EB7

LICITAÇÃO
EXTRATO 220/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA - MODALIDADE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13/2026

TERMO DE CONTRATO – CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI Nº 14.133/21)

CONTRATO Nº 220/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA ELM EMPREENDIMENTO LTDA.

O **Município de Querência do Norte, centro, nesta cidade, com sede administrativa na Rua Waldemar dos Santos, 1197, inscrito no CNPJ nº 76.973.692/0001-16**, através do FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, sob CNPJ/MF **nº. 12.290.390/0001-60**, Rua Maria de Lourdes Dionísio Cardoso, Sn, Querência do Norte – Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Alex Sandro Fernandes, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa ELM EMPREENDIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.682.658/0001-52, sediada na Rua São Paulo, 1500, centro, CEP 86.840-000, Faxinal (PR), neste ato representada por JOÃO MATHEUS DE OLIVEIRA NASCIMENTO, brasileiro, inscrito no CPF nº 094.***.369-**,conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designado CONTRATADA, com fundamento no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis, e considerando o resultado do Processo Administrativo nº 102/2026, Dispensa Eletrônica de Licitação nº 13/2026 e em observância às disposições, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

DO OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa para efetuar AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PRA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme condições e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Os itens a serem fornecidos devem observar as especificações, os quantitativos e valores na(s) tabela(s) abaixo:

LOTE 01 R$ 18.184,95 (Dezoito Mil, Cento e Oitenta e Quatro Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Cód.Item	Ordem	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total (R$)
60033	1	BRINQUEDO GIRATÓRIO TIPO FIDGET TOY CILÍNDRICO (LATA MÁGICA) MULTICOLORIDO brinquedo tipo quebra-cabeça de manipulação manual, em formato cilíndrico, confeccionado em material plástico resistente, constituído por fileiras/faixas horizontais giratórias sobrepostas, contendo bolinhas coloridas móveis encaixadas na estrutura. O mecanismo deverá permitir o giro/rotação das fileiras/faixas horizontais e a movimentação das bolinhas coloridas, possibilitando diferentes combinações e o alinhamento/organização das cores durante o manuseio. Deverá ser multicolorido, contendo, no mínimo, 4 (quatro) cores distintas e contrastantes na mesma unidade. Dimensões aproximadas: altura entre 6 e 8 cm e diâmetro/largura entre 5 e 6,5 cm, admitidas variações dentro desses limites, desde que preservados o formato cilíndrico, as características funcionais e o porte do brinquedo. Deverá apresentar acabamento liso e uniforme, sem pontas, rebarbas ou arestas cortantes, estrutura resistente ao manuseio repetitivo e mecanismo com movimentação adequada, sem travamentos que prejudiquem sua utilização. Produto novo e de primeiro uso, devendo atender aos requisitos de segurança aplicáveis a brinquedos e possuir certificação compulsória, registro e Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, em conformidade com a Portaria Inmetro nº 302/2021 e demais normas vigentes aplicáveis.	UNID	1.255	14,49	18.184,95

LOTE 02 R$ 1.715,70 (Um Mil, Setecentos e Quinze Reais e Setenta Centavos)

Cód.Item	Ordem	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total (R$)
60034	1	BRINQUEDO SENSORIAL TIPO POP IT (PUSH POP) MULTICOLORIDO brinquedo sensorial de manipulação manual, confeccionado em silicone ou material flexível equivalente, resistente, atóxico e lavável, constituído por estrutura contendo bolhas pressionáveis integradas ao corpo do brinquedo, que, ao serem pressionadas, deverão inverter de posição, permitindo a repetição do movimento pelo lado oposto. Deverá possuir formato geométrico neutro, como circular, quadrado, retangular ou similar, e ser multicolorido, contendo no mínimo 4 (quatro) cores distintas e contrastantes na mesma unidade. Deverá possuir dimensão mínima de 10 cm em seu maior eixo e conter, no mínimo, 20 (vinte) bolhas pressionáveis, não sendo admitidos modelos tipo miniatura ou chaveiro. As bolhas deverão apresentar flexibilidade e funcionamento adequado, estar integradas à estrutura do brinquedo e permitir movimentos repetitivos de pressionar e inverter a posição, sem rompimentos, desprendimentos ou deformações que prejudiquem sua utilização. Deverá apresentar acabamento liso e uniforme, sem pontas, rebarbas ou arestas cortantes, estrutura resistente ao manuseio repetitivo e adequada à higienização. Produto novo e de primeiro uso, devendo atender aos requisitos de segurança aplicáveis a brinquedos e possuir certificação compulsória e Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, em conformidade com a Portaria Inmetro nº 302/2021 e demais normas vigentes aplicáveis.	UNID	133	12,90	1.715,70

O valor total a ser pago à CONTRATADA pela execução do objeto do presente contrato será de R$ 19.900,65 (Dezenove Mil, Novecentos Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo da vigência da contratação será pelo período de 06 (meses), após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021, desde que mantidos os requisitos da contratação mediante dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 92, IV e VII)

O local de entrega dos produtos demandados será na Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, sito à Avenida São Paulo, n° 563, Centro, Querência do Norte – Paraná, conforme agendamento a ser realizado pelo e-mail licitacao@querenciadonorte.pr.gov.br, com acompanhamento de um servidor designado a esta contratação, o qual procederá com a verificação da conformidade dos produtos e especificações técnicas.

5.13.1. **A entrega deverá ocorrer em dias úteis, até o dia 05 de Outubro de 2026, das 8:00 às 10:30 e das 13:30 às 16:00.**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o foro da Comarca de Loanda, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, que também o subscrevem, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais.

Querência do Norte PR, 23 de setembro de 2026

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 07 de janeiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES

Prefeito Municipal

JOÃO MATHEUS DE OLIVEIRA NASCIMENTO

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:7441A4F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO PREGÂO 41-2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 342/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA

CONTRATADA: JOSE CARLOS KOZIKOSKI E CIA LTDA

OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda das escolas, CMEIs e APAE, garantindo a oferta de alimentos nutritivos e de qualidade, promovendo a alimentação saudável e o bem-estar dos estudantes, crianças e pessoas atendidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente Ata Registro de Preços para **24 de Setembro de 2027,** conforme faculta o disposto no Artigo 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes; aplicar o reajuste econômico decorrente do último intervalo de vigência, conforme faculta o disposto no artigo 124, da Lei Federal nº. 14133/21, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes. Fica determinada a aplicação.

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço Reajuste
LOTE: 001 - Lote 001	1	80400	ABACATE – FRUTA DE BOA QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE amadurecimento, no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos e firme.		KG	100,00	2,09
LOTE: 001 - Lote 001	2	80401	ABÓBORA CABOTIA – PRODUTO DE BOA QUALIDADE, SEM FERIMENTOS OU INDÍCIOS de podridão. Tamanho médio, c/casca sã, sem rupturas, madura, de 1ª qualidade. Devem estar fisiologicamente desenvolvias, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.		KG	600,00	2,05
LOTE: 001 - Lote 001	6	80405	ALFACE CRESPA OU AMERICANA - FRESCA, DE 1ª QUALIDADE, ÍNTEGRA E COM características organolépticas mantidas. No ponto de maturação adequado para o consumo. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em quantidade conforme solicitação em embalagem de polietileno atóxico.		UNID	1.000,00	3,31
LOTE: 001 - Lote 001	7	80406	ALHO IMPORTADO - CABEÇA TAMANHO GRANDE COM CASCA, DE 1ª QUALIDADE. Dentes graúdos, íntegros e sãs. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos escuros ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Tamanho 5, 6 ou 7.		KG	600,00	11,90
LOTE: 001 - Lote 001	9	80399	AMEIXA IMPORTADA- FRUTA DE BOA QUALIDADE, COM APARÊNCIA FRESCA E COR viva, sem partes moles, manchadas ou machucadas.		KG	200,00	15,36
LOTE: 001 - Lote 001	21	80419	BRÓCOLIS COM FOLHAS E TALOS, FRESCA, DE 1ª QUALIDADE, FIRME, COM coloração e tamanho uniformes, livre de corpos estranhos aderidos, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte em rama ou cabeça pesando em torno de 0,500kg por unidade.		UNID	1.000,00	4,71
LOTE: 001 - Lote 001	26	80424	CENOURA – NOVA, FRESCA, DE 1ª QUALIDADE, COM TAMANHO MÉDIO E COLORAÇÃO uniforme, com casca sã, sem rupturas, sem rachaduras ou cortes na casca e com características organolépticas mantidas. Livre de sujidades, isenta de partes pútridas.		KG	2.500,00	3,21
LOTE: 001 - Lote 001	34	80432	COUVE - FLOR FRESCA, DE 1ª QUALIDADE, FIRME, COM COLORAÇÃO E TAMANHO uniformes, livre de corpos estranhos aderidos, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, pesando em torno de 0,500kg por unidade.		UNID	1.000,00	5,59
LOTE: 001 - Lote 001	42	80440	GOIABA VERMELHA - FRUTA DE BOA QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO , no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos e firme.		KG	300,00	4,99
LOTE: 001 - Lote 001	47	80445	KIWI - FRUTA DE BOA QUALIDADE, COM A CASCA SEM RACHADURAS OU MACHAS, sem ferimentos ou defeitos e firme.		KG	200,00	23,64
LOTE: 001 - Lote 001	54	80452	MANDIOCA - NOVA, DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM CASCA, CONGELADA, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente e resistente rotulagem e informações nutricionais de acordo com a legislação vigente. Solicitação por kg.		KG	2.000,00	6,34
LOTE: 001 - Lote 001	57	80455	MARACUJÁ - FRUTA DE BOA QUALIDADE, SEM FERIMENTOS OU INDÍCIOS DE podridão.		KG	150,00	4,62
LOTE: 001 - Lote 001	61	80459	MORANGO IN NATURA - FRUTA DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.		KG	300,00	29,96
LOTE: 001 - Lote 001	62	80460	NECTARINA IMPORTADA - FRUTA DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta. Com peso médio unitário entre 100 a 120 gramas.		KG	150,00	10,87
LOTE: 001 - Lote 001	66	80481	OVO DE GALINHA – EM DÚZIAS, DE GRANJA, NOVO, TAMANHO GRANDE OU JUMBO, acondicionados em cartelas, não pode estar com casca trincada ou quebrada, de 1ª qualidade. COTA ME/EPP.		DZ	2.000,00	8,97
LOTE: 001 - Lote 001	68	80465	PEPINO JAPONES FIRMES, COM POLPA INTACTA E LIMPA, COLORAÇÃO E TAMANHO uniformes, sem defeitos que possam alterar a aparência e qualidade.		KG	400,00	2,19
LOTE: 001 - Lote 001	69	80466	PÊRA – FRUTA DE BOA QUALIDADE, CASCA SÃ, SEM FERIMENTOS, FIRMES, COM grau de maturação adequado para servir. Com peso unitário entre 130 a 150 gramas.		KG	150,00	5,54

LOTE: 001 - Lote 001	70	80467	PÊSSEGO NACIONAL - FRUTA DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.		KG	200,00	10,77
LOTE: 001 - Lote 001	73	80468	PITAYA - POLPA VERMELHA, IN NATURA, LIMPA, MADURA, FIRME, COM CASCA íntegra, cor, odor e sabor próprios. Sem podridão, sem bolores, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, insetos, parasitas e larvas. Bem desenvolvida. Em embalagem limpa, adequada para o transporte de alimentos. Solicitação por kg.		KG	150,00	9,31
LOTE: 001 - Lote 001	78	80472	REPOLHO - DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO adequado para o consumo e com tamanho médio. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em quantidade conforme solicitação em embalagem de polietileno atóxico.		KG	2.500,00	2,45
LOTE: 001 - Lote 001	83	80475	UVA ITALIA - FRUTA DE BOA QUALIDADE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E madura, livre de danos físicos causados pelo manuseio e transporte.		KG	150,00	10,09
LOTE: 001 - Lote 001	85	80477	VAGEM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FIRME E COMPACTA, ISENTO DE enfermidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.		KG	300,00	11,43

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 41/2025

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 343/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA

CONTRATADA: LEON INDUSTRIA E EMPACOTADORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda das escolas, CMEIs e APAE, garantindo a oferta de alimentos nutritivos e de qualidade, promovendo a alimentação saudável e o bem-estar dos estudantes, crianças e pessoas atendidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente Ata Registro de Preços para **24 de Setembro de 2027,** conforme faculta o disposto no Artigo 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes; aplicar o reajuste econômico decorrente do último intervalo de vigência, conforme faculta o disposto no artigo 124, da Lei Federal nº. 14133/21, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes. Fica determinada a aplicação.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço Reajuste
LOTE: 001 - Lote 001	3	80402	AÇAFRÃO EM PÓ - EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 100 GRAMAS DO PRODUTO; DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; NÃO DEVERÁ CONTER UMIDADE, ODOR DESAGRADÁVEL, BOLOR E SHUJIDADES; VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.		PCT	500,00	2,39	2,44
LOTE: 001 - Lote 001	4	80403	AÇÚCAR MASCAVO - PACOTE DE 1 KG. EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE TRANSPARENTE atóxico, não violado e resistente à manipulação e ao transporte. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Não deve ter resíduos, umidade e/ou odores estranhos.		KG	300,00	7,99	8,15
LOTE: 001 - Lote 001	5	80404	ALECRIM SECO - EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 100 gramas de produto; deve constar data de fabricação e validade; não deverá conter umidade, odor desagradável, bolor e sujidades; validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.		UNID	300,00	2,49	2,54
LOTE: 001 - Lote 001	10	80408	AMEIXA PRETA, SECA, SEM CAROÇO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA DE polietileno de 01 kg de peso líquido, e em embalagem secundária de		KG	250,00	39,58	40,36

			polietileno ou de papelão (caixa), ambas próprias para alimentos. Prazo de validade: Mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.					
LOTE: 001 - Lote 001	11	80409	AMIDO DE MILHO - PRODUTO AMILÁCEO, EXTRAÍDO DO MILHO PARA USO COMO espessante. Pó fino, branco e puro livre de qualquer alteração de aroma e coloração. Embalada em papel impermeável, limpo, não violado, resistente, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, contendo 1 Kg do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.		KG	600,00	4,44	4,53
LOTE: 001 - Lote 001	13	80411	AVEIA – EM FLOCOS FINOS. EMBALADA EM PAPEL IMPERMEÁVEL, LIMPO, NÃO violado, resistente e acondicionado em caixas de papelão resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, contendo 1 Kg do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.		KG	300,00	9,19	9,37
LOTE: 001 - Lote 001	16	80414	BICARBONATO DE SÓDIO - EMBALAGEM COM 40 GRAMAS.		UNID	100,00	1,29	1,32
LOTE: 001 - Lote 001	22	80420	CAMOMILA - FLORES DE CAMOMILA, SEM ADIÇÃO DE CORANTES, AROMATIZANTES, CAMOMILA - FLORES DE CAMOMILA, SEM ADIÇÃO DE CORANTES, AROMATIZANTES, conservantes e outros aditivos. Embalagem de 15g.		UNID	1.000,00	1,49	1,52
LOTE: 001 - Lote 001	23	80421	CANELA EM PÓ – EMBALAGEM COM 30 A 35 GRAMAS. NÃO PODE CONTER TRAÇOS DE glúten. deve constar data de fabricação e validade; não deverá conter umidade, odor desagradável, bolor e sujidades; validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.		UNID	500,00	1,31	1,34
LOTE: 001 - Lote 001	24	80422	CANELA EM RAMA - EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 10 gramas de produto in natura; deve constar data de fabricação e validade; não deverá conter umidade, odor desagradável, bolor e sujidades; validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega do produto.		UNID	300,00	1,09	1,11
LOTE: 001 - Lote 001	25	80423	CANJICA BRANCA - CANJICA BRANCA, EMBALAGEM DE 500G. FABRICADO A PARTIR de matérias primas sãs e limpas. Isento de impurezas, sujidades, parasitas e larvas. Data de fabricação de no máximo 30 dias antes da entrega. Validade 12 meses a partir da data de entrega do produto.		UNID	500,00	2,91	2,97
LOTE: 001 - Lote 001	27	80425	CHÁ ERVA DOCE/ CAMOMILA/ ERVA CIDREIRA/CAPIM LIMÃO OU HORTELÃ – C/ 10 saquinhos.		UNID	1.000,00	2,65	2,70
LOTE: 001 - Lote 001	29	80427	CHIA EM GRÃO - CHIA EM GRÃO, EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE, resistente, vedada, contendo 150 gramas. Com prazo de validade no mínimo de 3 (três) meses a contar da data de entrega.		UNID	500,00	4,90	5,00
LOTE: 001 - Lote 001	31	80429	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL 70% DE CACAU. DEVE SER CONSTITUÍDO DE: CACAU em pó, açúcar orgânico, cálcio, ferro, zinco e no mínimo 6 vitaminas. Embalagem de 1kg. Prazo de validade: 1 ano após a data de entrega. (Apresentar Amostra).		KG	400,00	52,29	53,32
LOTE: 001 - Lote 001	32	80430	COCO RALADO - EMBALAGEM DE 100G, DESIDRATADO, PURO, SEM ADIÇÃO DE açúcar. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.		UNID	800,00	3,44	3,51
LOTE: 001 - Lote 001	33	80431	COLORAU - CORANTE NATURAL VERMELHO. CONDIMENTO PREPARADO principalmente à base de sementes de urucum dessecadas e trituradas ao pó fino. Embalagem de polietileno transparente; deve constar data de fabricação e validade; não deverá conter umidade, odor desagradável, bolor e sujidades; validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega do produto. Embalagem de 500g.		UNID	1.600,00	3,29	3,35
LOTE: 001 - Lote 001	35	80433	CRAVO DA ÍNDIA - EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 10 gramas de produto; deve constar data de fabricação e validade; não deverá conter umidade, odor desagradável, bolor e sujidades; validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.		UNID	400,00	1,69	1,72
LOTE: 001 - Lote 001	36	80434	ENDRO - EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 15 GRAMAS DE produto; deve constar data de fabricação e validade; não deverá conter umidade, odor desagradável, bolor e sujidades; validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega do		UNID	1.000,00	1,19	1,21

			produto.					
LOTE: 001 - Lote 001	37	80435	ERVA DOCE – EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 15 GRAMAS de produto; deve constar data de fabricação e validade; não deverá conter umidade, odor desagradável, bolor e sujidades; validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.		UNID	1.000,00	1,24	1,26
LOTE: 001 - Lote 001	44	80442	GRANOLA TRADICIONAL - INGREDIENTES: FLOCOS DE AVEIA, FLOCOS DE MILHO, melado de cana, uva passa, óleos vegetais (milho, girassol e/ou algodão), flocos de arroz, fibra e germe de trigo, açúcar mascavo, extrato de malte, coco ralado, gergelim, mix de vitaminas e minerais. Pacote com 01 Kg.		KG	300,00	19,89	20,28
LOTE: 001 - Lote 001	45	80443	GRÃO DE BICO - COMPOSTO DE MATÉRIA PRIMA SÃO, LIMPA, ISENTA DE MATÉRIA terrosa, substâncias nocivas, parasitas e insetos vivos, não podendo estar úmido ou fermentado. Embalagem plástica atóxica contendo 500g. Não pode conter traços de glúten.		UNID	100,00	5,29	5,39
LOTE: 001 - Lote 001	50	80448	LINHAÇA SEMENTE MARRON - SEMENTE DE LINHAÇA, EMBALAGEM PLÁSTICA, resistente, vedada, contendo 500 gramas. Com prazo de validade no mínimo de 3 (três) meses a contar da data de entrega.		UNID	150,00	8,97	9,15
LOTE: 001 - Lote 001	55	80453	MANJERICÃO DESIDRATADO – EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE contendo 100 gramas de produto; deve constar data de fabricação e validade; não deverá conter umidade, odor desagradável, bolor e sujidades; validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.		UNID	150,00	4,39	4,48
LOTE: 001 - Lote 001	63	80461	NOZ MOSCADA - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O produto contendo rótulo com número de lote, data de fabricação, validade mínima de 6 meses a partir da entrega, fórmula e procedência em pct. c/ 8 grs.		UNID	150,00	2,09	2,13
LOTE: 001 - Lote 001	64	80462	ORÉGANO SECO - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA o produto contendo rótulo com número de lote, data de fabricação, validade mínima de 6 meses a partir da entrega, fórmula e procedência em pct. c/ 100 grs.		UNID	200,00	4,39	4,48
LOTE: 001 - Lote 001	67	80464	PÁPRICA DOCE - EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 100 gramas de produto; deve constar data de fabricação e validade; não deverá conter umidade, odor desagradável, bolor e sujidades; validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.		UNID	300,00	2,39	2,44
LOTE: 001 - Lote 001	80	80473	SUCRILHOS DE MILHO SEM AÇÚCAR – FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR (SUCRILHOS) , produto de qualidade, elaborado a partir de milho integral, processado de forma a manter a integridade dos nutrientes essenciais. Não contém açúcar adicionado. Apresenta cor, odor e sabor característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica e lacrada, contendo 1kg. AMPLA CONCORRÊNCIA.		KG	1.875,00	16,99	17,32
LOTE: 001 - Lote 001	81	80483	SUCRILHOS DE MILHO SEM AÇÚCAR – FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR (SUCRILHOS) , produto de qualidade, elaborado a partir de milho integral, processado de forma a manter a integridade dos nutrientes essenciais. Não contém açúcar adicionado. Apresenta cor, odor e sabor característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica e lacrada, contendo 1kg. COTA ME/EPP.		KG	625,00	16,99	17,32
LOTE: 001 - Lote 001	82	80474	TRIGO PARA KIBE - TRIGO PARA KIBE, EMBALAGEM DE 500G. FABRICADO A partir de matérias primas sãs e limpas. Isento de impurezas, sujidades, parasitas e larvas. Data de fabricação de no máximo 30 dias antes da entrega. Validade 12 meses a partir da data de entrega do produto.		UNID	300,00	4,97	5,07
LOTE: 001 - Lote 001	84	80476	UVA PASSA BRANCA, SEM SEMENTE, SEM AÇÚCAR, EMBALAGEM COM DADOS DE identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Embalagem plástica termos selada com peso aproximado de 1 KG. Prazo de validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega.		KG	400,00	19,79	20,18

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 41/2025

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 344/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA

CONTRATADA: MULTINEGOCIOS JMC

OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda das escolas, CMEIs e APAE, garantindo a oferta de alimentos nutritivos e de qualidade, promovendo a alimentação saudável e o bem-estar dos estudantes, crianças e pessoas atendidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente Ata Registro de Preços para **24 de Setembro de 2027,** conforme faculta o disposto no Artigo 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes; aplicar o reajuste econômico decorrente do último intervalo de vigência, conforme faculta o disposto no artigo 124, da Lei Federal nº. 14133/21, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes. Fica determinada a aplicação.

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço Reajuste
LOTE: 001 - Lote 001	8	80407	ALHO TRITURADO PARA TEMPERO - IDEAL PARA TEMPERAR ARROZ, FEIJÃO, carnes, aves, peixes, saladas diversas, dentre outras. Não contém glúten. Embalagem de 1kg.		KG	500,00	34,66
LOTE: 001 - Lote 001	12	80410	AROMA ARTIFICIAL DE BAUNILHA INGREDIENTES: ÁGUA DESTILADA, ÁLCOOL etílico, corante caramelo IV e aromatizante. Embalagem de 30ml.		UNID	400,00	3,56
LOTE: 001 - Lote 001	19	80417	BISCOITO SEM GLÚTEN – AMIDO DE MILHO; FARINHA DE ARROZ; AÇÚCAR demerara; gordura de palma; leite de coco; fibra psyllium; fibra inulina; fibra de acácia; fécula de batata; emulsificantes: lecitina de soja, goma xantana, mono e diglicerídeos de ácidos graxos; manteiga de cacau; sal; agentes de crescimento: fermento químico, bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio; aromatizante sintético idêntico ao natural; antioxidante natural extrato de alecrim e corante natural betacaroteno. NÃO CONTER GLÚTEN. EMBALAGEM DE 150G A 200G.		UNID	100,00	11,21
LOTE: 001 - Lote 001	38	80436	ERVAS FINAS DESIDRATADAS – PACOTE DE 10 GRAMAS. NÃO PODE CONTER TRAÇOS de glúten.		UNID	800,00	1,38
LOTE: 001 - Lote 001	41	80439	FARINHA DE ROSCA – EMBALAGEM 500 GRAMAS.		UNID	250,00	5,02
LOTE: 001 - Lote 001	43	80441	GRANOLA SEM GLÚTEN. INGREDIENTES: FLOCOS DE PROTEÍNA DE SOJA texturizada, flocos de arroz, açúcar mascavo, coco, amêndoa ou castanha de caju ou castanha do Pará, uva passa, maçã, flocos de milho, amaranto, canela, chia, gergelim, linhaça, quinoa, óleos vegetais (milho e ou girassol e ou algodão) e sal marinho. Embalagem 250 Gramas. 30 UNIDADES.		UNID	100,00	14,48
LOTE: 001 - Lote 001	48	80446	LEMON PEPPER, TEMPERO NATURAL PARA CARNES E LEGUMES. EMBALAGEM COM 20G Não pode conter traços de glúten.		UNID	400,00	2,07
LOTE: 001 - Lote 001	51	80449	MACARRÃO DE ARROZ: A BASE DE ARROZ, SEM GLÚTEN. INGREDIENTES: ARROZ, ovos, corantes naturais urucum e cúrcuma e emulsificante. Embalagem 500g. (Produto destinada aos alunos com necessidade de alimentação especial).		UNID	100,00	4,58
LOTE: 001 - Lote 001	56	80454	MANTEIGA VEGANA – FEITA ESPECIALMENTE DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, para alérgicos ao leite e derivados. Embalagem de 180g a 220g.		UNID	200,00	20,94
LOTE: 001 - Lote 001	74	80469	PRESUNTO COZIDO (NÃO APRESUNTADO), SEM CAPA DE GORDURA, FATIADO A embalagem original, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/dipoa e carimbo de inspeção do sif. deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega. Embalagem de 150g a 200g. AMPLA CONCORRÊNCIA.		UNID	6.750,00	6,02
LOTE: 001 - Lote 001	75	80482	PRESUNTO COZIDO (NÃO APRESUNTADO), SEM CAPA DE GORDURA, FATIADO A embalagem original, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/dipoa e carimbo de inspeção do sif. deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega. Embalagem de 150g a 200g. COTA ME/EPP.		UNID	2.250,00	6,02

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 41/2025

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 346/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA

CONTRATADA: ANA MARIA GUIDINI DALL AGNOL

OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda das escolas, CMEIs e APAE, garantindo a oferta de alimentos nutritivos e de qualidade, promovendo a alimentação saudável e o bem-estar dos estudantes, crianças e pessoas atendidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente Ata Registro de Preços para **24 de Setembro de 2027,** conforme faculta o disposto no Artigo 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes; aplicar o reajuste econômico decorrente do último intervalo de vigência, conforme faculta o disposto no artigo 124, da Lei Federal nº. 14133/21, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes. Fica determinada a aplicação.

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço Reajuste
LOTE: 001 - Lote 001	15	80413	BERGAMOTA - FRESCA, DE 1ª QUALIDADE E COM CARACTERÍSTICAS organolépticas mantidas. No ponto de maturação adequados para o consumo. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos escuros ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas.		KG	5.000,00	3,04
TOTAL: 15.200,00							

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 41/2025

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 350/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA

CONTRATADA: SUCOS FLORAI LTDA

OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda das escolas, CMEIs e APAE, garantindo a oferta de alimentos nutritivos e de qualidade, promovendo a alimentação saudável e o bem-estar dos estudantes, crianças e pessoas atendidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente Ata Registro de Preços para **24 de Setembro de 2027,** conforme faculta o disposto no Artigo 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes; aplicar o reajuste econômico decorrente do último intervalo de vigência, conforme faculta o disposto no artigo 124, da Lei Federal nº. 14133/21, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes. Fica determinada a aplicação.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	71	80478	PICOLÉ DE LARANJA INTEGRAL (PALITO) – SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. COMPOSTO 100% de suco de laranja integral e polpa de laranja, sem conservantes. Informação Nutricional 60 g a unidade VALOR ENERGÉTICO DE NO		UNID	2.600,00	2,96	7.696,00

			MAXIMO 25,2 Kcal, CARBOIDRATOS 5,4 g, PROTEINAS 0,4g, FIBRA ALIMENTAR 0,58g, VITAMINA C 24mg. O rótulo deve conter a identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. Produto com validade mínima de 365 dias no momento da entrega. A entrega do produto deverá ser realizada por veículo com refrigeração, sendo que este veículo deverá possuir Alvará sanitário, expedida pela vigilância sanitária do município sede da empresa. SOLICITAR AMOSTRA.					
LOTE: 001 - Lote 001	72	80479	PICOLÉ DE UVA NATURAL (PALITO) – SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. COMPOSTO DE suco natural de uva (14,5% brix) e polpa de uva (65% brix), sem conservantes e sem açúcar. Informação Nutricional 60 gramas a unidade, com valor energético de no máximo 41,3 kcal, carboidratos 9,8 g, açúcares totais 9,1 mg. O rótulo deve conter a identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. Produto com validade mínima de 365 dias no momento da entrega. A entrega do produto deverá ser realizada por veículo com refrigeração, sendo que este veículo deverá possuir Alvará sanitário, expedida pela vigilância sanitária do município sede da empresa. SOLICITAR AMOSTRA.		UNID	2.600,00	3,83	9.958,00
LOTE: 001 - Lote 001	79	80480	SUCO DE LARANJA INTEGRAL NÃO PASTEURIZADO 200 ML – sem adição de açúcar. Composto 100% de suco de laranja integral, não pasteurizado, sem conservantes, não alcoólico, não fermentado e sem açúcar. Pronto para consumo, acondicionado em embalagens adequadas de 200 ML. Frasco Pet Transparente, Tampa Plástica com material PEAD não tóxico, lacre com rosca, Rótulo com material BOPP, contendo a identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. Produto com validade mínima de 10 dias no momento da entrega. O produto deverá ter registro no MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO; e Licença de Operação simplificada junto ao IAT – INSTITUTO DE ÁGUA E TERRA; A entrega do produto deverá ser realizada por veículo com refrigeração, sendo que este veículo deverá possuir Alvará sanitário, expedida pela vigilância sanitária do município sede da empresa.		UNID	3.000,00	4,94	14.820,00
TOTAL								32.474,00

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 41/2025

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 351/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA

CONTRATADA: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA

OBJETO: Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda das escolas, CMEIs e APAE, garantindo a oferta de alimentos nutritivos e de qualidade, promovendo a alimentação saudável e o bem-estar dos estudantes, crianças e pessoas atendidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente Ata Registro de Preços para **24 de Setembro de 2027,** conforme faculta o disposto no Artigo 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes; aplicar o reajuste econômico decorrente do último intervalo de vigência, conforme faculta o disposto no artigo 124, da Lei Federal nº. 14133/21, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes. Fica determinada a aplicação.

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço Reajuste	
LOTE: 001 - Lote 001	76	80470	QUEIJO FATIADO SEM LACTOSE – EMBALAGEM DE 150 A 200G. FATIADO A EMBALA gem original, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. a		UNID	200,00	10,18	

			embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/dipoa e carimbo de inspeção do sif. deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega. Embalagem de 150g a 200g.					
TOTAL ; 2.036,00								

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 41/2025

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:4515A04E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 322 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Concede adicional por tempo de serviço aos servidores abaixo relacionados**.**

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Art. 130 da Lei Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Renascença,

R E S O L V E:

Conceder 5% (cinco por cento) de adicional por tempo de serviço aos servidores abaixo relacionados, conforme período aquisitivo dos servidores:

Matricula	Nome	Cargo	Lotação	Período Aquisitivo
77301	Cristiane Melina Wazilewski Muner	Médica Veterinário	Secr. Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente	01/09/2026
126881	Luciane Aparecida Varela	Prof. c/ Licenciatura Plena e Pós Graduação	Secr. Municipal de Educação Cultura e Esportes	08/09/2026
126451	Irma Teresinha de Carvalho	Prof. c/ Licenciatura Plena e Pós Graduação	Secr. Municipal de Educação Cultura e Esportes	02/08/2026

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil vinte e seis.

FABIELI MANFREDI

Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:16BF7BB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2026 PROCESSO Nº 3.428/2026

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO N.º 34/2026

PROCESSO N.3.428/2026

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público aos interessados que o procedimento **licitatório modalidade "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.**

Está **HOMOLOGADO,** conforme vencedores abaixo:

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	1	ACICLOVIR, 200 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268370	RANBAXY	1.000,00	0,1887
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	2	1	ACICLOVIR, 50 MG/G, CREME BISNAGA 10,00 G CÓDIGO BR 268375	PRATI	200,00	2,50
SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	3	1	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, 100 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267502	IMEC	40.000,00	0,035
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	4	1	ÁCIDO FÓLICO, 5 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267503	HIPOLABOR	5.000,00	0,04
AMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	5	1	ÁCIDO FÓLICO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30ML CÓDIGO BR 278489	NATUFOLIC NTS	500,00	2,07
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	6	1	ALBENDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 10,00 ML CÓDIGOBR 267507	GEOLAB	1.000,00	1,25
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	7	1	ALBENDAZOL, 400 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267506	PRATI	2.000,00	0,40
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	8	1	ALENDRONATO DE SÓDIO, 70 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 269462	e.m.s	200,00	0,4799
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	9	1	ALOPURINOL, 300 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267509	PRATI	2.000,00	0,23
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	10	1	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 3 MG/ML, XAROPE, FRASCO 100,00 ML CÓDIGO BR 446264	FARMACE	4.000,00	2,29
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	11	1	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 6 MG/ML, XAROPE, FRASCO 100,00 ML CODIGO BR 446263??	FARMACE	4.000,00	2,46
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	12	1	AMINOFILINA 100MG CÓDGO BR 267511	HIPOLABOR	6.000,00	0,08
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	13	1	AMIODARONA, 200 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267510	geolab	3.000,00	0,3899
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	14	1	ANLODIPINO BESILATO, 5 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272434	GEOLAB	50.000,00	0,02
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	15	1	ATENOLOL, DOSAGEM:25MG, COMPRIMIDO CODIGO BR 267516-A	PRATI	90.000,00	0,03
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	16	1	BACLOFENO, 10 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 271746	TEUTO	12.000,00	0,1399
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	17	1	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS, FRASCO 20,00 ML CÓDIGO BR 269956	airela	1.800,00	2,2699
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	18	1	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, 10 MG/ML, GOTAS, FRASCO20 ML CÓDIGO BR 267281-1	HIPOLABOR	2.000,00	6,50
SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	19	1	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA, 10 MG + 250 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 270620	BRAINFARMA	60.000,00	0,28
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E	20	1	CAPTOPRIL, 25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267613	PRATI	45.000,00	0,02

HOSPITALARES LTDA ME						
GET MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	21	1	CARBONATO DE CÁLCIO (CÁLCIO ELEMENTAR) 500MG CÓDIGO BR 270895	BEDALM PHARMA	6.000,00	0,068
GET MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	22	1	CARBONATO DE CÁLCIO, COLECALCIFEROL, 600 MG, 400 UI, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 396076	BEDALM PHARMA	9.000,00	0,068
LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA	23	1	CARVEDILOL, 12,5 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267564	EMS	24.000,00	0,0972
LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA	24	1	CARVEDILOL, 25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267567	CIMED	24.000,00	0,1339
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	25	1	CARVEDILOL, 3,125 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267566	e.m.s	24.000,00	0,1062
LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA	26	1	CARVEDILOL, 6,25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267565	CIMED	24.000,00	0,0739
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	27	1	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO, FRASCO 100,00 ML CÓDIGO BR 271103	NATIVITA	100,00	5,08
PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	28	1	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO, 10 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 282313	cimed	45.000,00	0,08
PROLICITA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	29	1	CIPROFIBRATO, 100 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 308738	BIOLAB	30.000,00	0,30
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	30	1	CLOPIDOGREL, 75 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272045	aurobindo	21.000,00	0,4146
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	31	1	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10,00 MG CÓDIGO BR 267643	PRATI	1.500,00	1,33
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	32	1	DEXAMETASONA, 4 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 269388	TEUTO	1.000,00	0,1888
VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	33	1	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 100,00 ML CÓDIGO BR 267646	NATULAB	1.500,00	1,90
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	34	1	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267645	geolab	12.000,00	0,0511
ITAMARATY CARE LTDA	35	1	DICLOFENACO, COMPOSIÇÃO:SAL DIETILAMÔNIO, CONCENTRAÇÃO:11,6MG/G, GEL, BISNAGA 60G, CÓDIGO BR 448612	CIMED	2.400,00	4,02
SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	36	1	DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 50 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 271000	BRAINFARMA	90.000,00	0,049
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	37	1	DIGOXINA 0,25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267647	PHARLAB	300,00	0,2574
SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	38	1	DIOSMINA, HESPERIDINA, 450 MG, 50 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 273818	UNIÃO QUIMICA	60.000,00	0,435
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	39	1	DIPIRONA 500 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267203	PRATI	60.000,00	0,11
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	40	1	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), FRASCO 10,00 ML CÓDIGO BR 267205	FARMACE	3.000,00	1,17
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	41	1	DOMPERIDONA, 10 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 269962	e.m.s	12.000,00	0,0599
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	42	1	DOXAZOSINA MESILATO, 2 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268493	EMS	12.000,00	0,088
ITAMARATY CARE LTDA	43	1	ENALAPRIL MALEATO, 10 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267651	CIMED	45.000,00	0,04
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	44	1	ESPIRONOLACTONA, 25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267653	EMS	30.000,00	0,18
FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	45	1	ESPIRONOLACTONA, 100 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267654	EMS	3.000,00	0,675
FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	46	1	FINASTERIDA 5MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 275963	CIMED	9.000,00	0,258
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	47	1	FLUCONAZOL, 150 MG, CÁPSULA CÓDIGO BR 267662	GLOBO	1.000,00	0,4299
VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	48	1	FLUNARIZINA 10 MG COMPRIMIDO BR 272478??	VITAMEDIC	30.000,00	0,0888
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	49	1	FUROSEMIDA, 40 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267663	HIPOLABOR	15.000,00	0,0637
SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	50	1	GLIBENCLAMIDA, 5 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267671	BRAINFARMA	15.000,00	0,0399
SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	51	1	GLICLAZIDA 30MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA CÓDIGOBR 442754	TORRENT	18.000,00	0,15
LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA	52	1	HIDROCLOROTIAZIDA, 25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267674	CIMED	60.000,00	0,0278
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E	53	1	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, 61,5 MG/ML, SOL. ORAL, FRASCO 240 ML CÓDIGO BR 340783	BELFAR	600,00	5,05

HOSPITALARES LTDA ME						
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	54	1	IBUPROFENO, 600 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267676	PRATI	60.000,00	0,12
SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	55	1	IBUPROFENO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL (GOTAS) FRASCO COM 30 ML, CÓDIGO BR 294643	BRAINFARMA	3.000,00	2,07
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	58	1	ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG-GLYCINE MAX CÓDIGO BR 395620	PHARMASCIENCE	1.500,00	0,80
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	59	1	IPRATRÓPIO BROMETO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA, FRASCO 20,00 ML INALAÇÃO CÓDIGO BR 268331	PRATI	300,00	1,04
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	60	1	ISOSSORBIDA, DINITRATO, 5 MG, COMPRIMIDO SUBLINGUAL CÓDIGO BR 273395	EMS	300,00	0,29
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	61	1	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 273400	BIOLAB	3.000,00	0,16
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	62	1	IVERMECTINA, 6 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 376767	VITAMEDIC	600,00	0,3139
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	63	1	LACTULOSE 667 MG, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 120 ML CÓDIGO BR 305247	NUTRIEX	500,00	5,49
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	64	1	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100+25MG CÓDIGO BR 270128	ACHE	1.500,00	1,28
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	65	1	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200+50MG CÓDIGO BR 270126	ROCHE	3.000,00	2,3499
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	66	1	LEVODOPA + BENSERAZIDA 250+25MG CÓDIGO BR 270130	TEUTO	1.500,00	0,72
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	67	1	LEVOTIROXINA SÓDICA, 100 MCG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268125	MERCK	15.000,00	0,20
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	68	1	LEVOTIROXINA SÓDICA, 25 MCG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268124	MERCK	15.000,00	0,20
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	69	1	LEVOTIROXINA SÓDICA, 50 MCG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268123	MERCK	15.000,00	0,22
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	70	1	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA, BISNAGA 30G CÓDIGO BR 269846	PHARLAB	300,00	3,9999
ITAMARATY CARE LTDA	71	1	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, SEM VASOCONSTRITOR, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 20 ML CÓDIGO BR 269843U0086	HIPOLABOR	200,00	4,90
LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA	72	1	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 273466	CIMED	12.000,00	0,069
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	73	1	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO 100,00 ML CÓDIGO BR 273467	PRATI	2.000,00	2,60
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	74	1	LOSARTANA POTÁSSICA, 50 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268856	PRATI	150.000,00	0,04
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	75	1	METFORMINA CLORIDRATO, 850 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267691	PRATI	150.000,00	0,11
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	76	1	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267690	PRATI	100.000,00	0,10
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	77	1	METILDOPA, 250 MG , COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267689	HIPOLABOR	9.000,00	0,30
PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	78	1	METOPROLOL SUCCINATO 50MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA CÓDIGO BR 276657	cimed	15.000,00	0,37
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	79	1	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267312	BELFAR	12.000,00	0,06
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	80	1	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 10,00 ML CÓDIGO BR 267311	BELFAR	500,00	1,46
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	81	1	MICONAZOL NITRATO, 2%, CREME VAGINAL, BISNAGA 80,00 G CÓDIGO BR 268162	nativita	300,00	9,6297
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	82	1	MICONAZOL NITRATO, 20 MG/G, CREME, BISNAGA 28,00 G CÓDIGO BR 268286	HIPOLABOR	300,00	2,5799
SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	83	1	MIKANIA GLOMERATA 0,1 ML/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML CÓDIGO BR 397280	NATULAB	4.000,00	3,3999
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	84	1	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG, 250UI/G, POMADA BISNAGA 10,00 G - CÓDIGO BR 273167	PRATI	3.000,00	2,13
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	85	1	NIFEDIPINO 20 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267729	NEOQUIMICA	3.000,00	0,089
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	86	1	NISTATINA, 100.000 UI/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50,00 ML CÓDIGO BR 267378	PRATI	300,00	5,11
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	87	1	NORETISTERONA, CONCENTRAÇAO:0,35 MG, BLISTER CODIGO BR 0448808 COMPRIMIDO	BIOLAB	2.000,00	0,24
ITAMARATY CARE LTDA	88	1	ÓLEO MINERAL, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 100 ML CÓDIGO BR 233632	IMEC	300,00	3,99
PROLICITA DISTRIBUIDORA DE	89	1	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 0268506U0042	BIOLAB	5.000,00	0,249

MEDICAMENTOS LTDA						
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	90	1	OMEPRAZOL, 20 MG, CÁPSULA CÓDIGO BR 267712	HIPOLABOR	45.000,00	0,05
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	91	1	OXIBUTININA CLORIDRATO, 5 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272327	SUPERA	9.000,00	0,77
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	92	1	PARACETAMOL, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 15,00 ML CÓDIGOBR 267777	FARMACE	2.000,00	1,10
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	93	1	PARACETAMOL, 500 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267778	PRATI	60.000,00	0,05
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	94	1	PERMETRINA, 10 MG/ML, LOÇÃO, FRASCO 60,00 ML CÓDIGO BR 267773	IFAL	300,00	2,4798
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	95	1	PERMETRINA 50 MG/ML LOÇÃO 60ML CÓDIGO BR 363597	nativita	300,00	3,7499
FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	96	1	PIROXICAM, 20 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 274036	EMS	45.000,00	0,232
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	97	1	PREDNISOLONA,FOSFATO SÓDICO,3 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO60,00 ML CÓD. BR 448595	PRATI	900,00	4,15
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	98	1	PREDNISONA, 20 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267743	HIPOLABOR	5.000,00	0,1399
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	99	1	PREDNISONA, 5 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267741	HIPOLABOR	5.000,00	0,0689
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	100	1	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267768	TEUTO	3.000,00	0,134
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	101	1	PROPATILNITRATO, 10 MG, COMPRIMIDO SUBLINGUAL CÓDIGO BR 273135	FQM	300,00	0,44
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	102	1	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267772	OSORIO	5.000,00	0,0472
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	103	1	RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL E ÓXIDO DE ZINCO, 5.000UI, 900UI 150MG/G, POMADA, BISNAGA 45,00 G CÓDIGO BR 279493	BELFAR	1.000,00	3,42
AMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	104	1	RETINOL + COLECALCIFEROL 50.000 + 10.000 UI SOLUÇÃO ORAL 10 ML. CÓDIGO BR 0272568	ADVITA-WAVE B2NUTRI	2.000,00	4,53
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	105	1	RIVAROXABANA, 20 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 412091	PRATI	21.000,00	0,27
SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	106	1	SAIS PARA REIDRATAÇÃO, 27,9 G, PÓ PARA SOL. ORAL, ENVELOPE CÓDIGO BR 268390	NATULAB	1.000,00	0,75
VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	107	1	SALBUTAMOL, SULFATO, 100 MCG/DOSE, AEROSSOL INALATÓRIO, FRASCO 200 DOS CÓDIGO BR 294887	PHARMASCIENCE	1.000,00	10,2799
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	108	1	SIMETICONA, 75MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 10,00 ML CÓDIGO BR 412965	LUFTY 10ML	3.000,00	1,56
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	109	1	SINVASTATINA, 20 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO 267747	CIMED	5.000,00	0,0742
CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	110	1	SULFATO FERROSO, 125MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS, FRASCO 30ML CÓDIGO BR 323590	AIRELA	500,00	1,26
KADFAR MEDICAMENTOS LTDA	111	1	SULFATO FERROSO, 40 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 292344	SOOLIS	10.000,00	0,035
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	112	1	TIAMINA, 300 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272341	PRATI	1.000,00	0,24
MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	113	1	TIMOLOL MALEATO 0,5% SOLUÇÃO OFTALMICA 5ML CÓDIGO BR 272581	TEUTO	100,00	4,65
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	114	1	VARFARINA SÓDICA, 5 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 279269	fqm	1.000,00	0,1999
KADFAR MEDICAMENTOS LTDA	115	1	VITAMINAS DO COMPLEXO B COMPOSIÇÃO :B1, B2, B3, B5, B6, B12 COMPRIMIDO CÓDIGO BR 437109	SOOLIS	45.000,00	0,0399
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	116	1	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10,00 ML CÓDIGO 292402	HIPOLABOR	300,00	1,75
SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	118	1	BETAMETASONA, ACETATO + BETAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO5 +3 MG/ML SUSPENSÃO INJETÁVEL 1 ML. CÓDIGO BR 270590	COSMED	500,00	8,00
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	119	1	CETOPROFENO, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJ FRASCO-AMPOLA, CÓDIGO BR 340101	UNIAO QUIMICA	600,00	3,0799
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	120	1	CETOPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA, 2 ML, CÓDIGO BR 340100	HIPOLABOR	3.000,00	0,96
ITAMARATY CARE LTDA	121	1	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG, 100 MG 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1,00 ML, CÓDIGO BR 401890	ARESE PHAR	1.000,00	4,94
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	122	1	CIMETIDINA CLORIDRATO, 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA2,00 ML CÓDIGO BR 340167	HYPOFARMA	1.000,00	0,8599
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	123	1	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2,50 ML CÓDIGO BR 292427	HYPOFARMA	3.000,00	0,8199
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	124	1	DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 3,00 ML CÓDIGO BR 271003	FARMACE	6.000,00	0,68
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	126	1	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2,00 ML CÓDIGO BR 268252	SANTISA	3.000,00	0,64
OESTE SUL CIRÚRGICA	127	1	EPINEFRINA 1 MG/ML, AMPOLA 1 ML CÓDIGO BR	HYPOFARMA	300,00	1,0899

LTDA			268255			
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	128	1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1,00 ML CÓDIGO BR 267282	HIPOLABOR	2.000,00	0,77
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	129	1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 4MG, 500MGML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5,00 ML, CÓDIGO BR 270621	FARMACE	3.000,00	1,26
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	130	1	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORETISTERONA ENANTATO, 5MG + 50MGML INJETÁVEL, AMPOLA 1,00 ML, CÓDIGO BR 270846	EUROFARMA	350,00	11,02
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	131	1	FITOMENADIONA 10 MG/ML, AMPOLA 1 ML CÓDIGO BR 292399	HIPOLABOR	300,00	1,57
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	132	1	FUROSEMIDA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2,00 ML CÓDIGO BR 267666	SANTISA	1.000,00	0,53
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	133	1	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SÓDICO, 500 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA, CÓDIGO BR 342134	TEUTO	2.000,00	3,85
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	134	1	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG PÓ SOLUÇÃO INJETAVEL CÓDIGO BR 270220	UNIAO QUIMICA	500,00	2,70
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	135	1	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML, CÓDIGO BR 398702	germed	50,00	16,4899
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	136	1	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2,00 ML CÓDIGO BR 267310	SANTISA	3.000,00	0,57
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	137	1	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML CÓDIGO BR 267769	HIPOLABOR	1.000,00	2,68
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	138	1	VITAMINAS DO COMPLEXO B COMPOSIÇÃO: B1, B2, B3, B5, B6, B12 INJ AMPOLA 2,00 ML, CÓDIGO BR 272091	SANTISA	5.000,00	0,81
VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	139	1	AMOXICILINA 500 MG CÁPSULA CÓDIGO BR 271089	UNICHEM	15.000,00	0,19
LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA	140	1	AMOXICILINA, 50MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 150,00 ML CÓDIGO BR 271111	EMS	1.200,00	7,605
SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	141	1	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 50 +12,5 MG/ML, SUSP. ORAL, FRASCO COM 100 ML CÓDIGO BR 281135	UNIÃO QUIMICA	1.200,00	17,46
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	142	1	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 500MG + 125MG, COM CÓDIGO BR 271217	RANBAXY	9.000,00	0,86
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	143	1	AZITROMICINA, 500 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267140	PHARLAB	9.000,00	0,7599
VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	144	1	AZITROMICINA, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL 600,00 MG, FRASCO 15 ML CÓDIGO BR 314517	PHARLAB	1.200,00	6,1299
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	145	1	BENZILPENICILINABENZATINA, 1200000 UI, FRASCO AMPOLA CÓDIGO BR 270612	TEUTO	600,00	5,28
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	146	1	CEFALEXINA, 50 MG/ML, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100,00 ML CÓDIGO BR 331555	ABL	1.200,00	10,5486
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	147	1	CEFALEXINA, 500 MG, CÁPSULA CODIGO BR 267625??	TEUTO	9.000,00	0,33
SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	148	1	CEFTRIAXONA SÓDICA, 500 MG, PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA CÓDIGO BR 442703	EUROFARMA	1.000,00	10,00
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	149	1	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA CÓDIGO BR 442701	BLAU	1.000,00	4,0599
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	150	1	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267632	PRATI	9.000,00	0,20
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	151	1	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO, NEOMICINA, SULFATO CONCENTRAÇÃO:0,1%, 0,35%, USO:SOLUçãO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML, CÓDIGO BR 270457	DECADRON	500,00	15,431
OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	152	1	FLUOCINOLONA, NEOMICINA, POLIMIXINA B, LIDOCAÍNA 0,275MG, 3,850MG 11000 UI, 20 MG, SOL. OTOLÓGICA, FRASCO 5 ML - CÓDIGO BR 270229	ELOTIN	500,00	10,517
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	153	1	LEVOFLOXACINO, 500 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 305270	cimed	6.000,00	0,7499
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	154	1	METRONIDAZOL, 100 MG/G, GEL VAGINAL, COM APLICADOR, BISNAGA 50,00 G CÓDIGO BR 345300	PRATI	300,00	5,39
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	155	1	METRONIDAZOL, 250 MG , COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267717	PRATI	6.000,00	0,15
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	156	1	NITROFURANTOÍNA, 100 MG, CÁPSULA CÓDIGO BR 268273	TEUTO	6.000,00	0,27
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	157	1	SULFADIAZINA DE PRATA 1%, CREME, BISNAGA 30 G CÓDIGO BR 272089	UNIAO QUIMICA	1.000,00	4,7997
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	158	1	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 400MG, 80MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 308882	PRATI	9.000,00	0,14
VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	159	1	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 40MG, 8MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100,00 ML, CÓDIGO BR 308884	VITAMEDIC	1.200,00	3,4846
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	160	1	ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG COMPRIMIDO CÓDIGO 267505 U0042	BIOLAB	10.000,00	0,649
SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-	161	1	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267512	BRAINFARMA	30.000,00	0,042

HOSPITALAR LTDA						
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	162	1	BIPERIDENO, 2 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 270140	CRISTALIA	3.000,00	0,3689
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	163	1	BROMAZEPAM, 6 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 271774	TEUTO	3.000,00	0,1399
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	164	1	CARBAMAZEPINA, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100,00 ML CÓDIGO BR 272454	HIPOLABOR	100,00	7,4825
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	165	1	CARBAMAZEPINA, 200 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267618	HIPOLABOR	30.000,00	0,14
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	166	1	CARBONATO DE LÍTIO, 300 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267621	BIOLAB	6.000,00	0,219
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	167	1	CITALOPRAM, 20 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272903	PRATI DONADUZZI	30.000,00	0,1126
NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	168	1	CLOBAZAM, 10 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272901	pharlab	9.000,00	0,8349
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	169	1	CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS, FRASCO 20,00 ML CÓDIGO BR 270120	HIPOLABOR	600,00	2,1499
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	170	1	CLORPROMAZINA, 100 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267638	UNIAO QUIMICA	3.000,00	0,3099
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	171	1	CLORPROMAZINA, 25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267635	CRISTALIA	3.000,00	0,37
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	172	1	DIAZEPAM, 5 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267195	SANTISA	30.000,00	0,0435
LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA	173	1	ESCITALOPRAM OXALATO, 10 MG, COMPRIMIDO CX COM 450 UNID CÓDIGO BR 291770	CIMED	60.000,00	0,1144
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	174	1	FENITOÍNA SÓDICA, 100 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267657	HIPOLABOR	3.000,00	0,1399
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	175	1	FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267660	UNIAO QUIMICA	6.000,00	0,1699
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	176	1	FENOBARBITAL SÓDICO, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 20,00 ML CÓDIGO BR 300723	CRISTALIA	100,00	4,4399
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	177	1	FLUOXETINA, 20 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 273009	TEUTO	60.000,00	0,0649
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	178	1	HALOPERIDOL, 5 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267669	CRISTALIA	3.000,00	0,11
VIVAMEDI COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	179	1	HALOPERIDOL 1MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267670	uniao quimica	1.500,00	0,45
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	180	1	LAMOTRIGINA, 25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 295040	UNICHEM	3.000,00	0,1429
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	181	1	LEVOMEPROMAZINA, 100 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268129	HIPOLABOR	6.000,00	0,6389
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	182	1	LEVOMEPROMAZINA, 25 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268128	CRISTALIA	6.000,00	0,62
PROLICITA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	183	1	LEVOMEPROMAZINA, SOL. ORAL, 40 MG/ML, FRASCO 20,00 ML CÓDIGO BR 268130	CRISTALIA	100,00	14,119
VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	184	1	METILFENIDATO CLORIDRATO, 10 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272320	ALTHAIA	15.000,00	0,23
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	185	1	NALTREXONA, 50 MG, COMPRIMIDO, CÓDIGO BR 273266	UNIAO QUIMICA	6.000,00	3,81
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	186	1	NITRAZEPAM, 5 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268285	e.m.s	1.500,00	0,3738
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	187	1	RISPERIDONA, 1 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, COM PIPETA DOSADORA, FRASCO 30,00 CÓDIGO BR 284106	CRISTALIA	100,00	10,872
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	188	1	RISPERIDONA, 2 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268149	PRATI DONADUZZI	30.000,00	0,112
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	189	1	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272365	PRATI DONADUZZI	60.000,00	0,1299
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	190	1	TIORIDAZINA, 100 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272367	UNIAO QUIMICA	1.500,00	1,8899
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	191	1	VALPROATO DE SÓDIO, 250 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 267504	BIOLAB	10.000,00	0,3499
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	192	1	VALPROATO DE SÓDIO, 50 MG/ML, XAROPE, FRASCO 100,00 ML CÓDIGO BR 328532	HIPOLABOR	500,00	6,5193
FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	193	1	ZOLPIDEM, 10 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 278316	EMS	30.000,00	0,1321
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI	194	1	DIAZEPAM, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2,00 ML CÓDIGO BR 267194	SANTISA	500,00	0,679
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	195	1	FENITOÍNA SÓDICA, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5,00 ML CÓDIGO BR 267107	HIPOLABOR	200,00	2,4155
ITAMARATY CARE LTDA	196	1	FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2,00 ML CÓDIGO BR 300725	CRISTALIA	200,00	3,05
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	197	1	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1,00 ML CÓDIGO BR 292196	UNIAO QUIMICA	200,00	1,6445
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	198	1	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1,00 M CÓDIGO BR 292194	UNIAO QUIMICA	100,00	5,168
CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	199	1	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 5,00 ML CÓDIGO BR 268481	HIPOLABOR	100,00	2,81
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	200	1	MORFINA, SULFATO, 0,1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2,00 ML	HIPOLABOR	300,00	3,20
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	201	1	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2,00 ML CÓDIGO BR 292382	TEUTO	1.000,00	1,0899
GET MED COMERCIO DE	202	1	BUDESONIDA 32 MCG/DOSE SUSPENSÃO NASAL	E.M.S	600,00	13,90

MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			120 DOSES. CÓDIGO BR 0266706U0066			
ITAMARATY CARE LTDA	203	1	CETOCONAZOL + BETAMETASONA + NEOMICINA 20 + 0,5 + 2,5 MG/GCREME 30 G CÓD. BR 449185	BELFAR	1.200,00	6,92
MWC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	204	1	DULOXETINA, CLORIDRATO 30 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 0302442	EMS	60.000,00	0,75
SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	205	1	PARACETAMOL + CODEÍNA, FOSFATO 500 MG + 30 MG CÓDIGO BR 0270907	UNIÃO QUIMICA	30.000,00	0,4799
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	206	1	PAROXETINA, CLORIDRATO 20 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 0273940	ZYDUS	30.000,00	0,2163
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	207	1	TOBRAMICINA 0,3 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML, CÓDIGO BR 0271581	GEOLAB	500,00	5,7999
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	208	1	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 75 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 0272382	globo	15.000,00	0,4099
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	209	1	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML CÓDIGOBR327566	HIPOLABOR	50,00	4,09
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	210	1	CLORETO DE POTÁSSIO 19,10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML CÓDIGOBR267162	FARMACE	50,00	0,59
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	211	1	DESLANOSÍDEO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML CÓDIGOBR276283	UNIAO QUIMICA	50,00	2,07
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	212	1	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML CÓDIGO BR 268510	TEUTO	50,00	6,25
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	213	1	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% -10 ML CÓDIGO BR	ISOFARMA	50,00	3,29
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	214	1	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL CÓDIGOBR268115	CRISTALIA	50,00	5,85
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	215	1	METOPROLOL, TARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML CÓDIGOBR 345259	CRISTALIA	50,00	11,2897
ITAMARATY CARE LTDA	216	1	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML CÓDIGO BR 272326	HIPOLABOR	50,00	8,66
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	217	1	MAGNÉSIO, SULFATO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML CÓDIGO BR 268076	SAMTEC	50,00	0,97
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	218	1	TERBUTALINA 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML CÓDIGO BR 269818	HIPOLABOR	50,00	1,31
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	219	1	ENOXAPARINA SÓDICA 20 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,2 ML CÓDIGOBR272644	BLAU	20,00	12,16
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	220	1	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,4 ML ELENCO ESTADUAL CÓDIGO BR 272645	BLAU	20,00	13,96
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	221	1	AMIODARONA, CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 3 ML CÓDIGO BR 271710	HIPOLABOR	50,00	2,67
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	222	1	ATROPINA, SULFATO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML CÓDIGOBR268214	SANTISA	50,00	0,86
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	223	1	CETAMINA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML CÓDIGO BR 407461	SANTISA	50,00	15,82
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	224	1	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 ML CÓDIGO BR 268446	TEUTO	50,00	5,66
ITAMARATY CARE LTDA	225	1	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 M CÓDIGO BR 270116	BLAU	50,00	11,77
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	226	1	FENTANILA, CITRATO 0,05 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML CÓDIGOBR271950	hipolabor	50,00	3,9098
CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	228	1	MORFINA, SULFATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 1ML CÓDIGOBR304871	UNIAO QUIMICA	50,00	1,9286
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	229	1	NOREPINEFRINA 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 4 ML CÓDIGO BR 442584	HIPOLABOR	50,00	2,08
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	230	1	SUXAMETÔNIO, CLORETO 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL CÓDIGO BR 268442	UNIAO QUIMICA	50,00	15,9899
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	231	1	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETÁVEL 20 ML CÓDIGO BR 305935	TEUTO	50,00	7,9299
MWC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	232	1	ACETILCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE 100 ML CÓDIGO BR 0270558	NATUBRAS	1.500,00	4,05
LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA	233	1	BISOPROLOL, FUMARATO 2,5 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 362720	EMS	30.000,00	0,1967
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	234	1	BROMOPRIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML CÓDIGO BR 269958	HIPOLABOR	1.000,00	0,89
FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	235	1	BUPROPIONA, CLORIDRATO 150 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 268994	EMS	60.000,00	0,38
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	236	1	CLONAZEPAM 0,5 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 270118	geolab	30.000,00	0,0651
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	237	1	CLONAZEPAM 2 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 270119	geolab	30.000,00	0,048
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE	239	1	DESLORATADINA 0,5 MG/ML XAROPE 100 ML CÓDIGO BR 0337468	globo	1.500,00	6,788

MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA						
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	240	1	DULOXETINA, CLORIDRATO 60 MG CÁPSULA CÓDIGO BR 302443	e.m.s	30.000,00	1,3299
FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	241	1	OLANZAPINA 5 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 271620	EMS	30.000,00	0,235
FR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	242	1	OLANZAPINA 10 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 271621	EMS	30.000,00	0,35
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	243	1	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML CÓDIGO BR 268504	HIPOLABOR	1.000,00	0,87
L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	244	1	PREGABALINA 75 MG CÁPSULA CÓDIGO BR 388712	GLOBO	30.000,00	0,2006
RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	245	1	QUETIAPINA, 25 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272831	cristalia	30.000,00	0,1199
CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	246	1	QUETIAPINA 100 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272832	TEUTO	30.000,00	0,3788
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	247	1	RISPERIDONA 1 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272839	PRATI DONADUZZI	30.000,00	0,0999
OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	248	1	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 282881	PHARLAB	30.000,00	0,1323
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	250	1	TIAMAZOL 5 MG COMPRIMIDO CÓDIGO BR 273700	BIOLAB	1.500,00	0,23
ITAMARATY CARE LTDA	251	1	TRIANCINOLONA, ACETONIDA 1 MG/G ORABASE 10 G CÓDIGO BR 326010	PRATTI	300,00	4,13
NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	252	1	HIDROXIQUINOLINA, BORATO + TROLAMINA 0,04 + 140 MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA 8 ML CÓDIGO BR 278265	novartis	1.000,00	23,0499

Reserva do Iguaçu/PR, 25 de setembro de 2026

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:4B6D4A05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LRF BALANCO ORCAMENTARIO RECEITA - 4º BIMESTRE 2026

CONSOLIDADO DE RIO AZUL							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JULHO A AGOSTO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e							
RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	113.760.000,00	130.156.861,36	23.708.604,18	18,22	84.439.639,31	64,88	45.717.222,05
RECEITAS CORRENTES	112.660.000,00	120.461.332,18	20.487.930,29	17,01	76.669.911,67	63,65	43.791.420,51
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	11.351.000,00	11.351.000,00	1.426.334,94	12,57	5.652.956,56	49,80	5.698.043,44
IMPOSTOS	10.616.000,00	10.616.000,00	1.381.485,64	13,01	5.190.244,41	48,89	5.425.755,59
TAXAS	735.000,00	735.000,00	44.551,49	6,06	461.403,37	62,78	273.596,63
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	297,81	0,00	1.308,78	0,00	(1.308,78)
CONTRIBUIÇÕES	5.450.000,00	5.450.000,00	738.013,59	13,54	3.088.119,33	56,66	2.361.880,67
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.650.000,00	3.650.000,00	470.613,27	12,89	1.898.472,26	52,01	1.751.527,74
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	1.800.000,00	1.800.000,00	267.400,32	14,86	1.189.647,07	66,09	610.352,93
RECEITA PATRIMONIAL	12.994.800,00	13.035.093,85	4.312.276,43	33,08	12.358.488,38	94,81	676.605,47
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	24.800,00	24.800,00	4.556,78	18,37	14.208,06	57,29	10.591,94
VALORES MOBILIÁRIOS	12.970.000,00	13.010.293,85	4.307.719,65	33,11	12.344.280,32	94,88	666.013,53
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DE SERVIÇOS	120.000,00	120.000,00	201.276,84	167,73	276.179,55	230,15	(156.179,55)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	120.000,00	120.000,00	201.276,84	167,73	276.179,55	230,15	(156.179,55)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	79.654.200,00	87.415.238,33	13.610.417,73	15,57	54.089.365,79	61,88	33.325.872,54
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	40.172.200,00	43.983.100,00	7.832.194,48	17,81	29.080.632,83	66,12	14.902.467,17
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	26.470.000,00	30.420.138,33	3.885.182,62	12,77	16.951.124,44	55,72	13.469.013,89
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	13.000.000,00	13.000.000,00	1.893.040,63	14,56	8.057.608,52	61,98	4.942.391,48
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.090.000,00	3.090.000,00	199.610,76	6,46	1.204.802,06	38,99	1.885.197,94
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	40.794,06	0,00	344.032,89	0,00	(344.032,89)
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	3.090.000,00	3.090.000,00	158.816,70	5,14	860.769,17	27,86	2.229.230,83
RECEITAS DE CAPITAL	1.100.000,00	9.695.529,18	3.220.673,89	33,22	7.769.727,64	80,14	1.925.801,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	511.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	511.400,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	511.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	511.400,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	9.084.129,18	3.220.673,89	35,45	7.769.727,64	85,53	1.314.401,54
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	0,00	800.000,00	1.309.078,84	163,63	2.520.500,00	315,06	(1.720.500,00)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	1.000.000,00	8.284.129,18	1.911.595,05	23,08	5.249.227,64	63,36	3.034.901,54
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	6.240.000,00	6.240.000,00	920.929,82	14,76	3.715.299,92	59,54	2.524.700,08
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	120.000.000,00	136.396.861,36	24.629.534,00	18,06	88.154.939,23	64,63	48.241.922,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	120.000.000,00	136.396.861,36	24.629.534,00	18,06	88.154.939,23	64,63	48.241.922,13
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	120.000.000,00	136.396.861,36	24.629.534,00	18,06	88.154.939,23	64,63	48.241.922,13
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.454.742,71	0,00	0,00	4.454.742,71	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	4.454.742,71	0,00	0,00	4.454.742,71	100,00	0,00

LEANDRO JASINSKI	***VILMA JOSELI VERONEZ***	***ROZILDA FERRAZ ZIPIELA***
Prefeito Municipal	Contadora	Controle Interno
	CRC: PR 043378/O	
Entidades:		
Fundo de Previdência de Rio Azul		
Município de Rio Azul		

Publicado por:
Vilma Joseli Veronez
Código Identificador:A907DE1D

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LRF RECEITA DESPESA MANUTENCAO DESENVENSINO - 4º BIMESTRE 2026

CONSOLIDADO DE RIO AZUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	10.616.000,00	5.168.896,45
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	875.000,00	699.478,14
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.150.000,00	558.844,67

1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	3.241.000,00	1.590.155,29
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.350.000,00	2.320.418,35
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	75.078.700,00	44.124.723,10
2.1 - Cota-parte FPM	40.700.000,00	24.581.274,60
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	36.500.000,00	23.115.860,76
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	4.200.000,00	1.465.413,84
2.2 - Cota-parte ICMS	31.728.700,00	17.393.148,97
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	276.267,47
2.4 - Cota-parte ITR	50.000,00	6.745,53
2.5 - Cota-parte IPVA	2.200.000,00	1.867.286,53
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	85.694.700,00	49.293.619,55
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	14.175.740,00	8.531.861,85
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	7.247.935,00	3.791.543,04

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.850.000,00	8.830.024,74
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	13.000.000,00	8.114.665,02
6.1.1 - Principal	13.000.000,00	8.057.608,52
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	57.056,50
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	850.000,00	715.359,72
6.4.1 - Principal	850.000,00	715.359,72
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(1.175.740,00)	(474.253,33)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	14.185,68
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	14.185,68
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	8.844.210,42

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	14.116.046,40	7.954.785,72	7.954.265,46	7.954.265,46	520,26
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.751.200,00	6.510.773,96	6.510.773,96	6.510.773,96	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	3.351.000,00	1.615.961,79	1.615.961,79	1.615.961,79	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	6.063.200,00	4.894.812,17	4.894.812,17	4.894.812,17	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.4 - Educação Especial	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	4.364.846,40	1.444.011,76	1.443.491,50	1.443.491,50	520,26
10.2.1 - Educação Infantil	1.295.000,00	246.876,06	246.876,06	246.876,06	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	2.669.846,40	1.197.135,70	1.196.615,44	1.196.615,44	520,26
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	7.690.105,27	7.689.585,01	7.689.585,01	520,26	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.690.105,27	7.689.585,01	7.689.585,01	520,26	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.510.773,96	6.510.773,96	6.510.773,96	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.680.265,51	6.510.773,96	6.510.773,96	80,23
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	883.002,47	1.140.439,73	1.140.439,73	257.437,26	12,92

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.193.804,91	14.185,68	0,00	0,00	0,00	14.185,68
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.126.720,27	6.738,13	0,00	0,00	0,00	6.738,13
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	67.084,64	7.447,55	0,00	0,00	0,00	7.447,55

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	9.058.168,82	5.601.318,23	5.081.394,80	4.998.755,99	519.923,43

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20.1 - Educação Infantil	2.079.925,82	854.154,13	769.937,46	760.502,16	84.216,67
20.2 - Ensino Fundamental	5.347.318,97	3.690.472,57	3.300.068,19	3.234.260,35	390.404,38
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	1.279.200,00	1.056.691,53	1.011.389,15	1.003.993,48	45.302,38
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	318.724,03	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	20.815.291,19	12.234.731,97	11.759.590,66	11.684.347,52	475.141,31
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	6.732.925,82	2.716.991,98	2.632.775,31	2.623.340,01	84.216,67
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	14.082.365,37	9.517.739,99	9.126.815,35	9.061.007,51	390.924,64

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	5.081.394,80
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	8.531.861,85
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	257.437,26
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	6.738,13
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	783,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	13.348.298,27

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	12.323.404,89	13.348.298,27	27,08

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**

30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	125.979,60	23.820,18	75.904,22	783,00	49.292,38
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	106.403,14	23.820,18	56.327,76	783,00	49.292,38
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	19.576,46	0,00	19.576,46	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.563.000,00	1.855.319,14
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	880.000,00	745.243,88
31.1.1 - Salário-Educação	880.000,00	745.243,88
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	160,94
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.683.000,00	1.109.914,32

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	4.494.742,12	3.593.224,84	2.249.149,74	1.491.829,12	1.344.075,10
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.239.337,53	943.573,96	163.511,44	12.757,40	780.062,52
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.128.565,56	1.479.485,52	1.279.106,54	833.110,59	200.378,98
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	425.000,00	415.250,00	415.030,00	415.030,00	220,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	691.839,03	754.915,36	391.501,76	230.931,13	363.413,60
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	27.677.957,34	17.150.860,70	15.286.341,91	14.446.382,48	1.864.518,79
33.1 - Despesas Correntes	26.468.716,22	16.047.767,27	14.925.699,90	14.099.218,41	1.122.067,37
33.1.1 - Pessoal Ativo	18.498.737,62	11.639.621,38	11.639.621,38	11.589.233,08	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	7.569.978,60	4.408.145,89	3.286.078,52	2.509.985,33	1.122.067,37
33.2 - Despesas de Capital	1.209.241,12	1.103.093,43	360.642,01	347.164,07	742.451,42
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.209.241,12	1.103.093,43	360.642,01	347.164,07	742.451,42

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	30.502,85	1.197.652,15
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	8.876.762,34	745.243,88
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	7.975.943,12	157.878,01
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	931.322,07	1.785.018,02
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	931.322,07	1.785.018,02

Entidades:		
Fundo de Previdência de Rio Azul		
Município de Rio Azul		
LEANDRO JASINSKI	***VILMA JOSELI VERONEZ***	***ROZILDA FERRAZ ZIPIELA***
Prefeito Municipal	Contadora	Controle Interno
	CRC: PR 043378/O	

Publicado por:
Vilma Joseli Veronez
Código Identificador:49394412

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LRF RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA - 4º BIMESTRE 2026

CONSOLIDADO DE RIO AZUL	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	120.000.000,00
Previsão Atualizada da Receita	136.396.861,36
Receitas Realizadas	88.154.939,23

Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	4.454.742,71
Dotação Inicial	116.325.000,00
Créditos Adicionais	25.917.821,58
Dotação Atualizada	142.242.821,58
Despesas Empenhadas	82.000.815,10
Despesas Liquidadas	68.772.231,64
Despesas Pagas	64.639.739,47
Superávit Orçamentário	19.382.707,59
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	82.000.815,10
Despesas Liquidadas	68.772.231,64
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	93.895.797,46
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	90.695.797,46
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	89.043.437,46
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	6.144.276,76
Despesas Previdenciárias Liquidadas	6.144.276,76
Despesas Previdenciárias Pagas	6.144.276,76
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**		**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	7.849.619,21		0,00 %
Resultado Primário	0,00	6.838.849,39		0,00 %
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.019.977,36	0,00	1.973.973,74	46.003,62
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.150.064,32	53.075,71	4.227.691,24	869.297,37
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.170.041,68	53.075,71	6.201.664,98	915.300,99

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	13.348.298,27	25% / 18%	27,08
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	6.510.773,96	70%	80,23

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**
Receita de Operações de Crédito	0,00	511.400,00
Despesa de Capital Líquida	15.736.566,35	6.078.893,89

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	100.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	751.619,64	100.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.140.754,66	15%	17,02

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**
Total das Despesas/RCL (%)	
Entidades:	
Fundo de Previdência de Rio Azul	
Município de Rio Azul	

Publicado por:
Vilma Joseli Veronez
Código Identificador:CC37E690

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
RGF ANEXO 05 - 2º QUADRIMESTRE 2026

CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL - PR									
Relatório de Gestão Fiscal									
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR									
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL									
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Quadrimestre Maio-Agosto									
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")									R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) [1] (f) = (a-(b+c+d+e))**	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)**	**EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigações Financeiras (e)**				
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**829.946,54**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**829.946,54**	**0,00**	**0,00**	**829.946,54**
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	**37.993,06**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**37.993,06**	**0,00**	**0,00**	**37.993,06**
Recursos Vinculados à Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recusos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	37.993,06	0,00	0,00	0,00	0,00	37.993,06	0,00	0,00	37.993,06
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**867.939,60**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**867.939,60**	**0,00**	**0,00**	**867.939,60**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL. Emissão: 24/09/2026, às 16:05:28.									
[1] Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.									
NOTA:									

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:3357B0FF

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
RGF ANEXO 06 - 2º QUADRIMESTRE 2026

CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL - PR		
Relatório de Gestão Fiscal		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Quadrimestre Maio-Agosto		
LRF, art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ 2º QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	221.609.704,42	
Receita Corrente Líquida Ajustada	220.933.214,42	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.013.614,93	3,17
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.255.992,87	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	12.593.193,23	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.930.393,58	5,40
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL. Emissão: 24/09/2026, às 16:11:01.		
NOTA:		
JULIANE MOREIRA VELOSO	***DANIEL LEANDRO DE OLIVEIRA NETO***	
Contadora da Câmara	Controlador Interno da Câmara	
CRC 058371/O-9		

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:C039782C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 295/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 140/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	9.000,00	COM	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG - COMPRIMIDO	0,47	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
2	18.000,00	COM	DIOSMINA 450 MG E HESPERIDINA 50 MG (FRAÇÃO FLAVONÓICA MICRONIZADA 500 MG) - COMPRIMIDOS REVESTIDOS	0,41	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
3	200,00	BG	MUPIROCINA 20 MG/ G POMADA BISNAGA 15 G	19,45	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
4	200,00	BG	NISTATINA 25.000 UI/ G CREME VAGINAL (BISNAGA 60 G)	6,37	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
5	250,00	BG	ÓXIDO DE ZINCO 150MG/ G + ACETATO DE RETINOL 5000 UI/ G + COLECALCIFEROL 900 UI/ G POMADA (BISNAGA C/ 45 G)	3,14	INOVAMED HOSPITALAR LTDA
6	48.000,00	COM	PARACETAMOL 300 MG + DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + CARISOPRODOL 125 MG + CAFEÍNA 30 MG COMPRIMIDO	0,16	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
7	3.000,00	FR	SIMETICONA 75 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL GOTAS - FRASCO 15 ML.	1,38	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
8	2.400,00	CAP	DULOXETINA, CLORIDRATO 60 MG	1,10	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
9	10,00	FR	FLUTICASONA, FUROATO 27,5 MG/ DOSE. SPRAY NASAL (FRASCO 120 DOSES)	65,95	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
10	4.800,00	CAP	PREGABALINA 75 MG – CÁPSULAS (EMBALAGEM COM 14 OU 28 CÁPSULAS)	0,20	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
11	3.000,00	COM	RIVAROXABANA 20 MG	0,20	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
12	50,00	AMP	DESLANÓSIDO 0,2MG/ML (AMPOLA 2ML)	2,10	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
13	150,00	AMP	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG/ ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (AMPOLA 2 ML)	0,94	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
14	16,00	UN	ESPAÇADOR PARA MEDICAMENTO EM AEROSSOL. COMPOSTO DE TUBO TRANSPARENTE COM VÁLVULA DUPLA NO TUBO E MÁSCARA (BIVALVULADA), PRODUTO DEVE SER COMPATÍVEL COM TODOS OS DISPENSADORES DE MEDICAMENTO AEROSSOL (ENCAIXE UNIVERSAL) E O MATERIAL DO ESPAÇADOR E BOCAL DEVE SER LIVRE DE BPA E DEHP E DEVE ACOMPANHAR MÁSCARA TAMANHO ADULTO FORMATO ANATÔMICO COMPATÍVEL EXTRA MACIA. PRODUTO DEVE CONTER REGISTRO NA ANVISA E TODAS AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO DEVEM ESTAR EM EMBALAGEM	15,71	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
15	16,00	UN	ESPAÇADOR PARA MEDICAMENTO EM AEROSSOL. COMPOSTO DE TUBO TRANSPARENTE COM VÁLVULA DUPLA NO TUBO E MÁSCARA (BIVALVULADA), PRODUTO DEVE SER COMPATÍVEL COM TODOS OS DISPENSADORES DE MEDICAMENTO AEROSSOL (ENCAIXE UNIVERSAL) E O MATERIAL DO ESPAÇADOR E BOCAL DEVE SER LIVRE DE BPA E DEHP E DEVE ACOMPANHAR MÁSCARA TAMANHO INFANTIL/PEDIÁTRICO FORMATO ANATÔMICO COMPATÍVEL EXTRA MACIA. PRODUTO DEVE CONTER REGISTRO NA ANVISA E TODAS AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO DEVEM ESTAR EM EMBALAGEM	15,71	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Rio Negro, 25 de setembro de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –

Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:BC1228C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.132/2026 – RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER aos (a) servidores (a) desta Municipalidade, as **FÉRIAS** regulamentares a que tem direito, de acordo com o **Art. 150, da lei Complementar 55/2011**, conforme segue abaixo:

Matrícula	Nome do Servidor	Período	Início	Termino	Dias	Secretaria
33465-0/2	Ademilson Lourenço da Silva	2025/2026	21/09/2026	05/10/2026	15	Saúde
378543-2/1	Adriana Camila Fileti	2025/2026	02/09/2026	01/10/2026	30	Saúde
32621-6/1	Adriana Christina Betoni	2025/2026	13/10/2026	22/10/2026	10	Saúde
32838-3/1	Adriana da Costa	2024/2025	28/09/2026	07/10/2026	10	Assistência Social
377195-4/1	Adriane de Fatima dos Santos	2024/2025	21/09/2026	05/10/2026	15	Saúde
378703-6/1	Aldo Coelho Silva	2025/2026	13/07/2026	22/07/2026	10	Esportes
33590-8/1	Alecio Quinhone Junior	2024/2025	24/08/2026	22/09/2026	30	Saúde
33770-6/1	Alexandra Souza Neuba	2025/2026	16/08/2026	30/08/2026	15	Saúde
33587-8/1	Alexsandra C. Xavier Barbosa	2024/2025	28/09/2026	07/10/2026	10	Saúde
378421-5/1	Ana Paula M. de S. Gouveia	2024/2025	24/09/2026	03/10/2026	10	Saúde
33406-5/1	Ana Paula M. da Silva Afonso	2025/2026	01/10/2026	10/10/2026	10	Compras
32659-3/1	Anadelia Liaschi Ducci	2024/2025	17/08/2026	05/09/2026	20	Saúde
378489-4/1	Angela Cristina Lopes	2025/2026	12/08/2026	31/08/2026	20	Saúde
33247-0/1	Angelica Antonia Delfino	2025/2026	08/09/2026	07/10/2026	30	Saúde
919-9/1	Aparecida De Oliveira Silva	2025/2026	30/09/2026	09/10/2026	10	Saúde
378422-3/1	Ariane Itimura Cestari Delicato	2024/2025	09/09/2026	08/10/2026	30	Saúde
32616-0/1	Auraly Ohana Moraes Marques	2025/2026	28/09/2026	07/10/2026	10	Saúde
378470-3/1	Bruna Leme de C. Vitorino	2024/2025	26/10/2026	04/11/2026	10	Saúde
33579-7/1	Bruna Vicente M. dos Reis	2024/2025	17/08/2026	31/08/2026	15	Saúde
378481-9/1	Caio Massoni	2024/2025	12/09/2026	21/09/2026	10	Saúde
33663-7/1	Camila Amancio da Paz	2025/2026	09/09/2026	18/09/2026	10	Saúde
378451-7/1	Carla Leal de Carvalho	2024/2025	17/08/2026	05/09/2026	20	Saúde
33305-0/1	Carlos Gulzow	2025/2026	14/10/2026	23/10/2026	10	Finanças
33373-5/1	Carlos Henrique F. Beltrame	2024/2025	21/10/2026	30/10/2026	10	Saúde
378466-5/1	Carolina Dorigon Bantle	2024/2025	05/10/2026	24/10/2026	20	Saúde
378740-0/1	Carolina Nagy Correia	2025/2026	13/10/2026	22/10/2026	10	Finanças
378442-8/1	Cesar de Arruda Penteado	2025/2026	01/10/2026	15/10/2026	15	Saúde
377351-5/1	Charles Jean Rissato	2025/2026	01/09/2026	15/09/2026	15	Saúde
32813-8/1	Cicera da Silva Pereira	2025/2026	13/10/2026	22/10/2026	10	Saúde
1033-2/1	Cilso Jose Gomes	2024/2025	08/09/2026	27/09/2026	20	Saúde
377296-9/1	Cintia Paludo	2024/2025	07/10/2026	16/10/2026	10	Saúde
33409-0/1	Clarice Rodrigues de Oliveira	2025/2026	24/08/2026	12/09/2026	20	Saúde
33869-9/1	Claudia Kely Medeiros	2025/2026	15/10/2026	29/10/2026	15	Saúde
2177-6/1	Claudia Strassacappa	2024/2025	13/10/2026	27/10/2026	15	Assistência Social
33482-0/1	Claudiana Alves da Cruz Ilidio	2025/2026	24/08/2026	22/09/2026	30	Assistência Social
1741-8/1	Cleri Pereira Silva	2025/2026	23/09/2026	02/10/2026	10	Saúde
378502-5/1	Creusa Justina S. da Silva	2025/2026	26/08/2026	04/09/2026	10	Saúde
33581-9/1	Cristina Fujiko Hiraiama	2024/2025	24/08/2026	22/09/2026	30	Saúde
32655-0/1	Cristina Vicente dos Reis	2024/2025	08/09/2026	07/10/2026	30	Saúde
377348-5/1	Daiana de Andrade	2025/2026	08/09/2026	07/10/2026	30	Fianaças
32628-3/1	Daiani Cristina Pessoa Cidade	2025/2026	14/09/2026	13/10/2026	30	Saúde
33768-4/1	Dania Etiane V. Vanço	2025/2026	01/09/2026	30/09/2026	30	Saúde
33866-4/1	Daniela Aparecida Dos Santos	2025/2026	08/09/2026	22/09/2026	15	Saúde
378716-8/1	Danilo Tomazeli Nalin	2025/2026	10/08/2026	19/08/2026	10	Saúde
32619-4/1	Darlene Aparecida da Silva	2024/2025	24/08/2026	12/09/2026	20	Saúde
32619-4/1	Darlene Aparecida da Silva	2025/2026	13/09/2026	22/09/2026	10	Saúde
378479-7/1	Diego Alves Bianchini	2024/2025	26/08/2026	04/09/2026	10	Saúde
378688-9/1	Douglas Henrique P. da Silva	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Administração
377686-7/2	Eder Junior Evangelista	2025/2026	16/09/2026	25/09/2026	10	Finanças
32852-9/1	Ederson Fabio da Silva	2024/2025	24/08/2026	02/09/2026	10	Saúde
378462-2/1	Edilaine Aparecida Costa	2024/2025	20/08/2026	08/09/2026	20	Saúde
34016-2/1	Edina Raimundo de Lima	2024/2025	03/08/2026	01/09/2026	30	Esportes
33591-6/1	Edna Midori Ono F. Yokosawa	2024/2025	08/09/2026	07/10/2026	30	Saúde
1594-6/1	Elenice Gomes Dorta Theodoro	2025/2026	21/09/2026	05/10/2026	15	Saúde
33347-6/1	Eliane da Silva Zampa	2024/2025	08/09/2026	27/09/2026	20	Saúde
1591-1/1	Eliane Fonseca	2025/2026	30/09/2026	09/10/2026	10	Assistência Social
377255-1/1	Eliane Paiva	2025/2026	14/10/2026	23/10/2026	10	Saúde
32534-1/1	Eliete Serafim	2025/2026	17/08/2026	26/08/2026	10	Saúde
33430-8/1	Emilli Zuliani de Assis	2024/2025	20/08/2026	08/09/2026	20	Cultura
33430-8/1	Emilli Zuliani de Assis	2025/2026	09/09/2026	08/10/2026	30	Cultura
33430-8/2	Emilli Zuliani de Assis	2026/2027	15/02/2027	24/02/2027	10	Cultura
1410-9/1	Eugenia Pessoa F.dos Santos	2025/2026	26/10/2026	14/11/2026	20	Des. Econômico
2200-4/1	Fabiana Hiroko Osawa	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
32656-9/1	Fabiane Claudia Rodrigues	2025/2026	01/10/2026	10/10/2026	10	Saúde
378646-3/1	Fabiane Margareth Giordani	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Jurídico
33440-5/1	Fabiany Cogo	2025/2026	17/08/2026	26/08/2026	10	Saúde
377988-2/2	Fabio Martins	2025/2026	01/09/2026	15/09/2026	15	Saúde
378711-7/1	Fabio Rodrigues Ezidio	2025/2026	13/10/2026	01/11/2026	20	Saúde
378455-0/1	Fabricio Antonio de Lima Sena	2024/2025	17/08/2026	31/08/2026	15	Saúde
378436-3/1	Felipe Sambati Bonete	2025/2026	17/08/2026	05/09/2026	20	Saúde
33852-4/1	Fernanda de Oliveira da Silva	2024/2025	30/09/2026	09/10/2026	10	Administração
337314-2/3	Fernanda Maria B. C. Aguiar	2025/2026	14/09/2026	28/09/2026	15	Saúde
337229-4/1	Fernanda Sousa da S. Schimidt	2024/2025	13/08/2026	27/08/2026	15	Saúde
337231-6/1	Filipe Eduardo Jordão Cogo	2024/2025	24/08/2026	02/09/2026	10	Saúde
33922-9/1	Flávia Luiza Novaes	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Assistência Social
378503-3/1	Franciele Dias Rodrigues Jota	2025/2026	14/09/2026	23/09/2026	10	Saúde
378762-1/1	Gabriela Gonçalves Tassi	2025/2026	19/10/2026	28/10/2026	10	Saúde
378685-4/1	Gabriela Matesco Carreteiro	2025/2026	13/10/2026	01/11/2026	20	Saúde
337341-0/5	Geraldo Lucio dos Santos	2025/2026	13/10/2026	27/10/2026	15	Saúde
33867-2/1	Gisele Aparecida Fagundes	2025/2026	13/10/2026	22/10/2026	10	Saúde
32843-0/1	Gislaine Cristina Xavier	2025/2026	01/09/2026	30/09/2026	30	Esportes

32796-4/1	Gleysi Renata de Oliveira Melo	2025/2026	19/08/2026	28/08/2026	10	Saúde
377479-1/4	Graciele Tudisco Rodrigues	2025/2026	21/09/2026	30/09/2026	10	Saúde
33862-1/1	Graziele Aparecida Quarelli	2024/2025	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
378677-3/1	Greice Kelly Barbosa	2025/2026	13/10/2026	22/10/2026	10	Compras
33592-4/1	Herica Vanessa C. Delalibera	2024/2025	21/09/2026	10/10/2026	20	Saúde
33027-2/4	Hilso Gonçalves da Rocha	2025/2026	08/09/2026	07/10/2026	30	Esportes
378691-9/1	Hugo Cezar Freze	2025/2026	14/10/2026	23/10/2026	10	Assistência Social
378510-6/1	Iara Regina Fioravante	2025/2026	24/08/2026	02/09/2026	10	Saúde
378721-4/1	Ilka Maria Ramos Elorza	2025/2026	13/10/2026	27/10/2026	15	Saúde
378438-0/1	Isabela Leonel da Silva Pereira	2024/2025	21/09/2026	30/09/2026	10	Saúde
1470-2/1	Ivanete de Fatima Oliveira	2025/2026	15/09/2026	29/09/2026	15	Saúde
378690-0/1	Jéssica Nathalia F. Bossa	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Finanças
33941-5/1	Jessica Rodrigues de Amorim	2025/2026	21/10/2026	30/10/2026	10	Saúde
2078-8/1	João Batista da Silva	2025/2026	10/08/2026	08/09/2026	30	Esportes
32807-3/1	José Augusto Liasch da Silva	2025/2026	17/08/2026	31/08/2026	15	Compras
32682-8/1	Jose Sabino de Lemos	2024/2025	13/10/2026	27/10/2026	15	Saúde
32560-0/1	Josieli Bazoni Silva Candido	2024/2025	17/08/2026	31/08/2026	15	Saúde
337139-5/6	Jovalcir Jonas do Amaral	2025/2026	14/09/2026	03/10/2026	20	Assistência Social
32736-0/1	Juliana Alves Sant Ana Paganini	2025/2026	13/10/2026	22/10/2026	10	Saúde
378542-4/1	Juliane Araujo Vieira	2025/2026	02/10/2026	31/10/2026	30	Saúde
33667-0/2	Junior Garcia Genaro	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
33872-9/1	Karly Garcia Delamuta	2025/2026	13/10/2026	22/10/2026	10	Saúde
377900-9/3	Larissa Fernanda D. Z. Monteiro	2025/2026	19/10/2026	28/10/2026	10	Saúde
378200-0/2	Letícia Bernardino N. dos Santos	2025/2026	02/09/2026	11/09/2026	10	Administração
33967-9/1	Leticia Franceschini Kubiak	2025/2026	28/09/2026	07/10/2026	10	Saúde
32518-0/1	Ligia Maria Motta	2025/2026	30/09/2026	09/10/2026	10	Saúde
33331-0/1	Liliane Maria T. Costa Pierolli	2024/2025	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
378445-2/1	Liria Eiko de Barros	2024/2025	18/08/2026	01/09/2026	15	Saúde
377200-4/1	Lizeloth Weiss Klauberg	2025/2026	24/08/2026	02/09/2026	10	Saúde
378469-0/1	Lucas Colombari Santos	2024/2025	09/09/2026	18/09/2026	10	Saúde
378469-0/1	Lucas Colombari Santos	2025/2025	14/10/2026	23/10/2026	10	Saúde
337228-6/1	Luciana Alves Amaro	2025/2026	13/10/2026	22/10/2026	10	Saúde
377654-9/3	Luciana Aparecida Caldana	2025/2026	08/09/2026	22/09/2026	15	Saúde
377368-0/1	Luciana Blanco Serra	2024/2025	12/08/2026	21/08/2026	10	Educação
32478-7/1	Luciana Cavequia Garcia	2025/2026	02/10/2026	11/10/2026	10	Saúde
32477-9/1	Luciana Rodrigues Ciola	2024/2025	24/08/2026	02/09/2026	10	Saúde
32477-9/2	Luciana Rodrigues Ciola	2025/2026	03/09/2026	22/09/2026	20	Saúde
377358-2/1	Luciane da Silva Onça Jacoboski	2024/2025	07/10/2026	16/10/2026	10	Juridico
32588-0/1	Lucimara Morais Silva	2025/2026	24/08/2026	02/09/2026	10	Saúde
33407-3/1	Luiza Pereira Haagsma	2025/2026	08/09/2026	27/09/2026	20	Saúde
377336-1/1	Marcela Correa Barboza	2025/2026	13/10/2026	01/11/2026	20	Saúde
34010-3/1	Marcello Jordão Gomes Ribeiro	2024/2025	08/09/2026	22/09/2026	15	Meio Ambiente
32677-1/1	Marcelo Marques Ferreira	2025/2026	19/08/2026	28/08/2026	10	Saúde
378592-0/1	Marcelo Shozo Correia Okabe	2025/2026	28/09/2026	07/10/2026	10	Saúde
378459-2/1	Marcia Sayuri Oguido	2024/2025	14/08/2026	23/08/2026	10	Saúde
33292-5/1	Marcio Rocha Ferraz	2024/2025	14/09/2026	23/09/2026	10	Assistência Social
33292-5/2	Marcio Rocha Ferraz	2025/2026	24/09/2026	03/10/2026	10	Assistência Social
1602-0/1	Maria Aparecida da C. Chiconato	2025/2026	13/10/2026	27/10/2026	15	Saúde
33979-2/1	Maria Eliane Peres	2025/2026	31/08/2026	09/09/2026	10	Saúde
32550-3/1	Maria Jose Morais Almeida	2024/2025	19/08/2026	02/09/2026	15	Saúde
378450-9/1	Maria Luiza Nonino	2024/2025	25/08/2026	03/09/2026	10	Saúde
378694-3/1	Maria Paula Pereira Salles	2025/2026	13/10/2026	27/10/2026	15	Assistência Social
378456-8/1	Maria Vitoria Silva Martins	2024/2025	11/10/2026	20/10/2026	10	Saúde
378651-0/1	Mariana Aparecida Lopes Cruz	2025/2026	19/10/2026	28/10/2026	10	Saúde
378460-6/1	Mariana Aparecida M. Nakano	2024/2025	25/09/2026	09/10/2026	15	Saúde
1751-5/1	Marisa Regina Correa	2024/2025	21/09/2026	05/10/2026	15	Saúde
127-9/1	Marlei Abigail Dias	2024/2025	08/09/2026	07/10/2026	30	Saúde
378485-1/1	Marlon Cesar Sandi	2025/2025	08/09/2026	27/09/2026	20	Saúde
377356-6/1	Mary Ariane Januário	2024/2025	16/09/2026	25/09/2026	10	Saúde
377356-6/1	Mary Ariane Januário	2025/2026	28/09/2026	07/10/2026	10	Saúde
1458-3/1	Mateus Inacio Pereira	2025/2026	24/08/2026	22/09/2026	30	Gabinete
377233-0/1	Mayara Franco dos S. Oliveira	2025/2026	01/10/2026	20/10/2026	20	Saúde
128-7/1	Meire Denise Rodrigues Casoti	2025/2026	26/08/2026	04/09/2026	10	Saúde
33971-7/2	Michael Felipe da Costa	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
32719-0/2	Miguel Guilherme C. Nogueira	2024/2025	18/08/2026	06/09/2026	20	Meio Ambiente
378634-0/1	Mônica Lissa Saito	2025/2026	21/09/2026	05/10/2026	15	Assistência Social
378500-9/1	Natalia Stacholski da Costa	2025/2026	18/09/2026	02/10/2026	15	Finanças
32574-0/1	Nilza Rocio Garrido	2024/2025	17/08/2026	31/08/2026	15	Saúde
32414-0/1	Olivia de Andrade Rosa	2024/2025	03/08/2026	17/08/2026	15	Saúde
337129-8/1	Palmira Lazaro de A. Santos	2024/2025	03/08/2026	12/08/2026	10	Assistência Social
33413-8/1	Patricia Gomes de Castro	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
378408-8/2	Paulo Ricardo da Silva	2025/2026	24/08/2026	12/09/2026	20	Des. Econômico
34012-0/1	Paulo Sergio do Carmo	2024/2025	13/10/2026	22/10/2026	10	Saúde
34012-0/1	Paulo Sérgio do Carmo	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
378590-4/1	Pricila Santini Gonzalez	2025/2026	24/10/2026	22/11/2026	30	Saúde
33598-3/1	Rafael D Athayde Bock	2023/2024	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
378487-8/1	Rafaela Dos Santos Pinheiro	2024/2025	28/10/2026	06/11/2026	10	Saúde
377180-6/4	Raquel Tiemi Takata	2024/2025	12/08/2026	26/08/2026	15	Saúde
378057-0/3	Reginaldo Severiano	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Cultura
33609-2/2	Reinier Alexsander R. Utiyama	2025/2026	20/09/2026	09/10/2026	20	Saúde
2320-5/1	Renate Kopp	2024/2025	12/08/2026	31/08/2026	20	Finanças
1449-4/1	Roberto Ortiz	2025/2026	23/09/2026	02/10/2026	10	Saúde
32199-0/1	Rodirlei Azeredo Campi	2024/2025	14/09/2026	23/09/2026	10	Compras
33769-2/1	Rodolpho Pizolato	2024/2025	03/09/2026	17/09/2026	15	Saúde
378224-7/3	Rodrigo Emanuel Rodrigues	2025/2026	21/10/2026	30/10/2026	10	Planejamento
337301-0/1	Rodrigo Gervazoni Delanheze	2024/2025	20/10/2026	29/10/2026	10	Saúde
2173-3/1	Rosa Maria Rossaneis	2024/2025	31/08/2026	09/09/2026	10	Assistência Social
32615-1/2	Rosana Gonçalves do Carmo	2024/2025	13/10/2026	22/10/2026	10	Saúde
32803-0/1	Rosana Maria Genaro	2025/2026	14/09/2026	28/09/2026	15	Saúde

32716-6/1	Roseli Gomes de Souza Berta	2024/2025	21/09/2026	05/10/2026	15	Assistência Social
337261-8/1	Rosemeire Hortência Pagano	2024/2025	01/09/2026	10/09/2026	10	Administração
337261-8/2	Rosemeire Hortência Pagano	2025/2026	11/09/2026	30/09/2026	20	Administração
378446-0/1	Sandra Raquel R. Guimarães	2024/2025	16/08/2026	30/08/2026	15	Saúde
2184-9/1	Sandra Regina Silva Bosso	2024/2025	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
378507-6/1	Sandra Regina Sorje	2025/2026	01/09/2026	30/09/2026	30	Saúde
378424-0/1	Sheila Luciana Ferreira	2024/2025	01/09/2026	10/09/2026	10	Saúde
337262-6/1	Silvia Moribe Tominaga	2025/2026	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
32949-5/1	Simone Aparecida Faião Scarpi	2025/2026	26/08/2026	04/09/2026	10	Saúde
32838-3/1	Sirlei Gomes da Silva	2025/2026	14/09/2026	13/10/2026	30	Assistência Social
33377-8/1	Solange Simone dos Santos	2024/2025	01/10/2026	15/10/2026	15	Saúde
33806-0/1	Soraya Mathie Ayhara	2025/2026	01/09/2026	30/09/2026	30	Saúde
1629-2/1	Stenia Simone Sakiyama Maeda	2024/2025	27/07/2026	10/08/2026	15	Saúde
378497-5/1	Stephane Christina dos Santos	2025/2026	10/09/2026	29/09/2026	20	Saúde
1439-7/1	Sueli Aparecida Tonin	2025/2026	24/08/2026	22/09/2026	30	Saúde
2132-6/1	Tania Cristina Valoni	2025/2026	24/08/2026	02/09/2026	10	Saúde
378453-3/1	Thaianne Carolina da Silva	2024/2025	08/09/2026	17/09/2026	10	Saúde
378746-0/1	Thais Martins dos Santos	2025/2026	21/09/2026	30/09/2026	10	Saúde
378631-5/1	Thiago Marquez Fernandes	2025/2026	26/08/2026	04/09/2026	10	Meio Ambiente
337264-2/1	Vagner Pereira da Silva	2024/2025	03/08/2026	12/08/2026	10	Gabinete
337264-2/1	Vagner Pereira da Silva	2024/2025	13/08/2026	22/08/2026	10	Chefia de Gabinete
2062-1/1	Valmir Alves dos Reis	2025/2026	20/10/2026	29/10/2026	10	Saúde
337265-0/1	Vania Lucia Leite Grosskreutz	2025/2026	19/08/2026	02/09/2026	15	Saúde
378474-6/1	Vera Lucia Forti	2024/2025	19/10/2026	28/10/2026	10	Saúde
378016-3/3	Vinicius Keiske Miura	2025/2026	17/08/2026	26/08/2026	10	Planejamento
378728-1/1	Vinicius Massari Gobbo	2025/2026	20/09/2026	09/10/2026	20	Trânsito
33740-4/1	Walmir Dias dos Santos	2025/2026	02/09/2026	11/09/2026	10	Saúde
2141-5/1	Walquiria Aparecida de Barros	2024/2025	21/09/2026	05/10/2026	15	Assistência Social
33351-4/1	Zelia Ribeiro Eziquiel	2024/2025	26/08/2026	04/09/2026	10	Saúde

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 24 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO

Prefeito Municipal

AULO ROGÉRIO DE LIMA

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:F7E25F56

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.133/2026 – RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme Art. 117 e 118, da Lei Complementar 55/2011, de acordo com o que segue abaixo:

Matricula	Nome do Servidor	Início	Término	Dias	Secretaria
377861-4/3	Adiana Peres Dos Santos	26/08/2026	31/08/2026	06	Educação
1010-3/1	Adilson Gonçalves de Oliveira	27/07/2026	05/08/2026	10	Saúde
33217-8/3	Adriana Regina Rodrigues Alves	08/09/2026	14/09/2026	07	Educação
2170-9/1	Adriana Silva	08/09/2026	14/09/2026	07	Serv. Públicos
377195-4/1	Adriane de Fátima dos S. de Moraes	23/07/2026	27/07/2026	05	Saúde
33496-0/1	Aline Pereira da Silva dos Santos	13/09/2026	18/09/2026	06	Educação
378476-2/1	Amanda Rodrigues Leite	24/08/2026	28/08/2026	05	Saúde
33738-2/1	Ana Luisa Dias	20/08/2026	29/08/2026	10	Saúde
32732-8/1	Andreia dos Reis Prece	13/08/2026	22/08/2026	10	Educação
33240-2/1	Andreia Moreira da Silva	21/07/2026	24/07/2026	04	Serv. Públicos
33240-2/1	Andreia Moreira da Silva	24/07/2026	31/07/2026	08	Saúde

33247-0/1	Angelica Antonio Delfino	27/07/2026	06/08/2026	11	Saúde
32658-5/1	Angelita Maria Teotonio	19/09/2026	24/09/2026	06	Educação
33285-2/1	Angelita Maria Teotonio	19/09/2026	24/09/2026	06	Educação
32715-8/1	Antônio Marcos da Silva	27/07/2026	02/08/2026	07	Infraestrutura
337213-8/1	Bruna Fernanda Felix da Silva	10/08/2026	16/08/2026	07	Educação
378470-3/1	Bruna Leme de Carvalho Vitorino	07/08/2026	11/08/2026	05	Saúde
1999-2/1	Cassia Fernanda Cavalheiro Puzzi	29/07/2026	02/08/2026	05	Finanças
32548-1/1	Cirlene Paduan Baliero	17/07/2026	13/08/2026	28	Educação
377889-4/3	Clarice Fatima dos Santos	14/08/2026	18/08/2026	05	Educação
117-1/1	Claucineia Sorpresi Schmidt	12/08/2026	16/08/2026	05	Saúde
32983-5/1	Cleusa Batista de Carvalho	29/08/2026	27/09/2026	30	Saúde
32772-7/1	Cleusa Radigonda Priandi	04/05/2026	03/06/2026	31	Educação
32772-7/1	Cleusa Radigonda Priandi	17/08/2026	21/08/2026	05	Educação
337191-3/1	Cristina Marques Bueno	10/09/2026	17/09/2026	08	Educação
377348-5/1	Daiana de Andrade	23/08/2026	29/08/2026	07	Finanças
378605-6/1	Daiane Gisele de Lima	03/08/2026	09/08/2026	07	Educação
378605-6/1	Daiane Gisele de Lima	10/08/2026	16/08/2026	07	Educação
33593-2/1	Daniele Fernandes Piveta	28/07/2026	11/08/2026	15	Saúde
377268-3/1	Daniele Gomedi	27/08/2026	03/09/2026	08	Educação
378233-6/2	Danielly Patricia de Moraes	11/09/2026	17/09/2026	07	Educação
378356-1/2	Denise Fernandes de Oliveira	05/08/2026	18/08/2026	14	Educação
2035-4/2	Denise Freire Cardozo	04/08/2026	10/08/2026	07	Saúde
2035-4/2	Denise Freire Cardozo	21/08/2026	25/08/2026	05	Saúde
377615-8/1	Dulcimeire Silva Soares	11/09/2026	24/09/2026	14	Educação
33347-6/1	Eliane da Silva Zampa	23/07/2026	28/08/2026	37	Saúde
378509-2/2	Erci Conceição Inacio	21/08/2026	25/08/2026	05	Saúde
33267-4/3	Fabiana Petruscke Niyama	05/08/2026	23/08/2026	19	Saúde
377706-5/6	Fabiana Rosa de Brito	31/08/2026	14/09/2026	15	Saúde
377824-0/3	Fatima Aparecida V. Lazari da Silva	23/07/2026	18/08/2026	27	Educação
378436-3/1	Felipe Sambati Bonete	03/05/2026	23/05/2026	21	Saúde
337229-4/1	Fernanda Sousa da Silva Schmidt	22/07/2026	31/07/2026	10	Saúde
33294-1/1	Flaviana Anhezini	15/08/2026	28/08/2026	14	Finanças
33653-0/2	Flaviane Ramos Moreira	18/08/2026	31/08/2026	14	Educação
33653-0/2	Flaviane Ramos Moreira	18/08/2026	31/08/2026	14	Educação
378834-2/1	Gabriela Graziani de Assis	28/07/2026	03/08/2026	07	Educação
378830-0/1	Gabriele Regina Tavares	08/08/2026	17/08/2026	10	Educação
378830-0/1	Gabriele Regina Tavares	20/09/2026	26/09/2026	07	Educação
33195-3/1	Gabrieli Paula Campos	06/08/2026	30/09/2026	56	Educação
378697-8/1	Gelcilene Ramos de Freitas	26/08/2026	04/09/2026	10	Educação
33252-6/1	Gislaine Rodrigues Alves Brunosi	13/08/2026	10/09/2026	29	Saúde
32660-7/1	Hilda Belchior Ribeiro	23/06/2026	15/01/2027	207	Educação
378721-4/1	Ilka Maria Ramos Elorza	30/08/2026	04/09/2026	06	Saúde
1365-0/1	Iyone Lopes	10/08/2026	16/08/2026	07	Educação
1365-0/1	Iyone Lopes	04/08/2026	10/08/2026	07	Educação
378759-1/1	Izabela Souza de Castro	04/07/2026	31/07/2026	28	Esportes
378759-1/2	Izabela Souza de Castro	06/08/2026	03/11/2026	90	Esportes
33193-7/1	Jacqueline Daniele Guido Sarmento Silva	20/07/2026	17/09/2026	60	Educação
2013-3/1	João Wanderlei Dias Lima	19/08/2026	29/08/2026	11	Gabiente
1475-3/1	Jose Ricardo Moraes	27/07/2026	28/08/2026	33	Esportes
378454-1/1	Josieli da Silva de Oliveira	28/07/2026	26/08/2026	30	Saúde
33227-5/3	Juliana Nascimento	28/07/2026	26/09/2026	61	Educação
377319-1/1	Karla da Silva Pereira	27/07/2026	25/08/2026	30	Saúde
378836-9/1	Letícia Horacio Valentin Lonardoni	24/08/2026	06/09/2026	14	Educação
33841-9/1	Lissandra Chanquini Urbaneja	01/08/2026	05/08/2026	05	Saúde
32477-9/1	Luciana Rodrigues Ciola	20/07/2026	24/07/2026	05	Saúde
32477-9/1	Luciana Rodrigues Ciola	14/08/2026	23/08/2026	10	Saúde
33505-3/1	Lucimar Barbosa	10/09/2026	19/09/2026	10	Educação
377189-0/1	Luiz José Mariano	27/04/2026	27/05/2026	31	Educação
33185-6/1	Marcela Raquel Aparecida de Abreu Turci	19/09/2026	23/09/2026	05	Educação
34010-3/1	Marcello Jordão Gomes Ribeiro	11/05/2026	26/05/2026	16	Meio Ambiente
33262-3/1	Marcia Aparecida Ananias	18/09/2026	25/09/2026	08	Educação
32633-0/1	Maria Bernadete da Silva Massei	30/07/2026	27/08/2026	29	Saúde
32633-0/1	Maria Bernadete da Silva Massei	30/07/2026	27/08/2026	29	Saúde
378599-8/1	Maria Eduarda Deitos Klabunde	24/08/2026	28/08/2026	05	Educação
32665-8/1	Maria Inez dos Santos Cogo	03/08/2026	02/09/2026	31	Educação
378651-0/1	Mariana Aparecida Lopes Cruz	25/07/2026	07/08/2026	14	Saúde
33965-2/1	Mariana Vieira	27/08/2026	31/08/2026	05	Gabinete
33959-8/1	Marilei Vaterkemper dos Santos	13/07/2026	25/07/2026	13	Educação
33404-9/1	Marilsa Niles Zamboni	28/08/2026	03/09/2026	07	Administração
337278-2/1	Marisol Pelaquim	06/09/2026	19/09/2026	14	Educação
310616-6/1	Maura Rosalina Calixto	11/08/2026	17/08/2026	07	Educação
377474-0/3	Muriel Matias Melo	03/08/2026	07/08/2026	05	Saúde
377474-0/3	Muriel Matias Melo	31/03/2026	07/05/2026	38	Saúde
2026-5/1	Nelson Eduardo Degan	02/06/2026	01/08/2026	61	Serv. Públicos
32850-2/1	Neusa Candida de Souza Gonçalves	29/07/2026	04/08/2026	07	Saúde
1496-6/1	Neuza Maria Frazon Medeiros	24/08/2026	03/09/2026	11	Saúde
32520-1/2	Nivea Daniela Serafim Apolinário	06/08/2026	05/10/2026	61	Educação
337130-1/1	Patrícia Oliveira da Silva Braga	17/08/2026	21/08/2026	05	Assis. Social
337130-1/1	Patrícia Oliveira da Silva Braga	24/08/2026	28/08/2026	05	Assis. Social
377264-0/1	Paula Cristina Pereira	07/09/2026	11/09/2026	05	Esportes
33558-4/1	Paulo Sergio Tozini	13/09/2026	19/09/2026	07	Assis. Social
32528-7/1	Pedro Floriano Vicente	01/08/2026	30/07/2027	364	Saúde
34015-4/1	Priscila Cristina Toloto	24/08/2026	28/08/2026	05	Meio Ambiente
378723-0/1	Regiana de Souza Dubas	11/08/2026	15/08/2026	05	Saúde
1449-4/1	Roberto Ortiz	25/03/2026	29/04/2026	36	Saúde
33364-6/1	Rosana da Silva	17/07/2026	02/08/2026	17	Saúde
33364-6/1	Rosana da Silva	05/09/2026	25/01/2027	143	Saúde
2267-5/1	Rosangela Aparecida Dutra	26/08/2026	23/10/2026	59	Educação
33275-5/1	Roseli Gonçalves Soares	03/08/2026	16/08/2026	14	Saúde

337261-8/1	Rosemeire Hortência Pagano	03/08/2026	09/08/2026	07	Administração
377718-9/4	Solange Caparelli	11/08/2026	20/08/2026	10	Saúde
378865-2/1	Sueli Aparecida Cavallini Medeiros	03/08/2026	17/08/2026	15	Saúde
378865-2/1	Sueli Aparecida Cavallini Medeiros	03/08/2026	17/08/2026	15	Saúde
32981-9/1	Sueli Vieira da Silva Quimentão	25/06/2026	07/10/2026	105	Saúde
33276-3/2	Telma Giesen Darini	13/08/2026	17/08/2026	05	Saúde
378626-9/1	Thaisa Almeida Hretciuk Catafesta	09/08/2026	13/08/2026	05	Educação
32722-0/1	Vanessa Vieira da Silsa	27/06/2026	01/10/2026	97	Saúde
33594-0/1	Viviane Dalto	27/07/2026	31/07/2026	05	Saúde

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 24 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO

Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:61BF5331

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 230/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 230/2025

Ref. Pregão nº 127/2025 – Cortina Blackout, Varão e Tapete Capacho – PA – 9.983/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa G DE BORBA - MARISKAP, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 78.796.778/0001-46, com sede à Avenida Republica Argentina, nº 1530, Vila Isabel, CEP nº 80620-010, fone nº(41)3082-5627, (41)9119-5626 e-mail: mariskap@mariskap.com.br, contato@mariskap.com.br, na cidade de Curitiba - PR, representada pelo Senhor GUILHERME DE BORBA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de cortinas de blackout em tecido, incluindo todos os acessórios necessários; fornecimento de varão e tapete capacho, com o objetivo de atender a demanda das escolas e CMEI's da rede pública municipal de educação e das demais secretarias da cidade de Rolândia/PR, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 127/2025, devidamente homologado pelo Município em 29/09/2025.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
2	4	und	69,00	70873	Tapete capacho personalizado - 1,80 m x 1,20 m - com fibra sintética entrelaçada, vulcanizado, altura da superfície (espessura) aproximada 10 mm, antichamas, flutuante, borracha antiderrapante, letras da personalização vulcanizadas, cor do tapete e da escrita a ser definida pela secretaria solicitante e o layout/arte a ser desenvolvida pela empresa vencedora e aprovada junto à secretaria solicitante.	512,78	35.381,82	Própria
2	5	und	72,00	70874	Tapete capacho personalizado - 0,80 m x 0,60 m - com fibra sintética entrelaçada, vulcanizado, altura da superfície (espessura) aproximada 10 mm, antichamas, flutuante, borracha antiderrapante, letras da personalização vulcanizadas, cor do tapete e da escrita a ser definida pela secretaria solicitante e o layout/arte a ser desenvolvida pela empresa vencedora e aprovada junto à secretaria solicitante.	113,05	8.139,60	Própria

CLÁUSULA SEGUNDA –OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;

Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;

Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.

Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverá atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores, referente ao ramo de atividades.

O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal da ata de registro de preços, realizando a

notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento dos produtos/serviços deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

Referente ao LOTE 1 – itens 1, 2 e 3, A MEDIÇÃO É OBRIGATÓRIA ANTES DA CONFECÇÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO.

O fornecimento dos produtos/serviços deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos/serviços entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto/serviço fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme da ata de registro de preços. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Caso a proponente entregue um produto/serviço que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.

Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.

O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.

A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).

Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe o a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.

Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).

O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.

A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.

O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia se obriga a pagar ao Detentor do Registro de Preços o valor total estimado de R$ 43.521,42 (quarenta e três mil, quinhentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos) a ser pago, conforme nota de empenho e entrega dos itens, em até 30 (trinta) dias posterior ao recebimento da fatura após a confirmação de entrega dos produtos, por intermédio da tesouraria, mediante depósito eletrônico em conta corrente, conforme emissão de autorização de fornecimento, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.

A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;

Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365

EM = I x N x VP

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;

• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;

• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;

• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

• Apresentar declaração ou documentação falsa;

• Fraudar a licitação ou a execução do registro;

• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;

• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;

• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;

• Apresentar documentação falsa;

• Ensejar o retardamento da execução do registro;

• Não manter a proposta;

• Falhar ou fraudar na execução do registro;

• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;

• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;

• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;

• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;

• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.

Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.

Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.

Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.

Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

1. O prazo de entrega dos itens será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.

2. A ata de registro de preços **terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.**

3. A prorrogação estará condicionada:

a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;

b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;

c. à necessidade administrativa devidamente justificada;

d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.

4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura da ata de registro de preços**, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.**

4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.

5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.

7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.

8. A Administração poderá recusar a prorrogação da ata de registro de preços **ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.**

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:

I – Pelo Município de Rolândia:

Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;

Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;

Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;

Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:

Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;

Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração; 08 – Secretaria Municipal de Educação; 09 – Secretaria Municipal de Saúde; 10 – Secretaria Municipal de Assistência Social; 14 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Classificação Orçamentária:

Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.

Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE–DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 29 de setembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	—
Prefeito Municipal De Rolândia	***G DE BORBA - MARISKAP***

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:EE5597E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2025

Ref. Pregão nº 127/2025 – Cortina Blackout, Varão e Tapete Capacho – PA – 9.983/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa HASHTAG CONFECÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 30.682.734/0001-69, com sede à Rua Almirante Alexandrino, nº 2538, Bairro Afonso Pena, CEP nº83.045-210, fone nº(41) 3146-2831, e-mail: hashtag.licitacoes@gmail.com, na cidade de São José dos Pinhais - PR, representada pelo Senhor WAEL ASSAF, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de cortinas de blackout em tecido, incluindo todos os acessórios necessários; fornecimento de varão e tapete capacho, com o objetivo de atender a demanda das escolas e CMEI's da rede pública municipal de educação e das demais secretarias da cidade de Rolândia/PR, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 127/2025, devidamente homologado pelo Município em 29/09/2025.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	1	M2	8.538,00	70870	Fornecimento, confecção sob medida e instalação de cortina em tecido 100% poliéster, gramatura mínima de 200 g/m², com blackout de até 70% e franzimento mínimo de 2 vezes a metragem do varão. Acabamento inferior com barra de 10 cm. Fixação por ilhós de 28 mm, metálicos ou em PVC de alta resistência. Varão em PVC rígido, diâmetro de 28 mm, com cor a definir pela secretaria solicitante, ponteiras e todos os acessórios necessários para fixação (suportes, buchas e parafusos). Conforme descrição no Anexo I - Termo de Referência.	26,07	222.585,66	Própria
1	2	M2	3.125,00	70871	Confecção de cortina blackout em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 200 g/m² e capacidade de vedação de até 70% da luz. Acabamento inferior com barra de 10 cm e superior 20 cm para aplicação de ilhós. A cortina será confeccionada com ilhós de 28 mm, metálicos ou em PVC de alta resistência, compatíveis com o varão utilizado, e com franzimento mínimo equivalente ao dobro da metragem do varão para garantir caimento adequado. Medição prévia no local por conta da empresa vencedora, antes da confecção. Conforme des	14,72	46.000,00	Própria
1	3	MT	3.850,00	70872	Fornecimento, medição e instalação de varão em PVC rígido com diâmetro de 28 mm, incluindo suporte, ponteiras e todos os acessórios necessários para fixação segura, como buchas e parafusos adequados ao tipo de parede. A medição dos locais de instalação será realizada pela empresa responsável antes da execução do serviço, considerando uma sobra de 15 cm para cada lado da largura da janela para garantir proteção solar eficiente. Deve ser instalado um suporte a cada metro linear de varão, com no mínimo dois suportes por unidade. O acabamento nas pontas deverá ser executado com ponteiras apropriadas para acabamento estético e funcional.	20,98	80.773,00	Própria

CLÁUSULA SEGUNDA –OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;

Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;

Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.

Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverá atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores, referente ao ramo de atividades.

O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal da ata de registro de preços, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento dos produtos/serviços deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

Referente ao LOTE 1 – itens 1, 2 e 3, A MEDIÇÃO É OBRIGATÓRIA ANTES DA CONFECÇÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO.

O fornecimento dos produtos/serviços deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos/serviços entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto/serviço fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme da ata de registro de preços. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Caso a proponente entregue um produto/serviço que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.

Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.

O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.

A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).

Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe o a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.

Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).

O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.

A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.

O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia se obriga a pagar ao Detentor do Registro de Preços o valor total estimado de R$ 349.358,66 (trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos) a ser pago, conforme nota de empenho e entrega dos itens, em até 30 (trinta) dias

posterior ao recebimento da fatura após a confirmação de entrega dos produtos, por intermédio da tesouraria, mediante depósito eletrônico em conta corrente, conforme emissão de autorização de fornecimento, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.

A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;

Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365

EM = I x N x VP

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;

• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;

• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;

• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

• Apresentar declaração ou documentação falsa;

• Fraudar a licitação ou a execução do registro;

• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;

• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;

• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;

• Apresentar documentação falsa;

• Ensejar o retardamento da execução do registro;

• Não manter a proposta;

• Falhar ou fraudar na execução do registro;

• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;

• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;

• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;

• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;

• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.

Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.

Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.

Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.

Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

1. O prazo de entrega dos itens será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.

2. A ata de registro de preços **terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.**

3. A prorrogação estará condicionada:

a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;

b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;

c. à necessidade administrativa devidamente justificada;

d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.

4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura da ata de registro de preços**, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.**

4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.

5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.

7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.

8. A Administração poderá recusar a prorrogação da ata de registro de preços **ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.**

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:

I – Pelo Município de Rolândia:

Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;

Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;

Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;

Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:

Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;

Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração; 08 – Secretaria Municipal de Educação; 09 – Secretaria Municipal de Saúde; 10 – Secretaria Municipal de Assistência Social; 14 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Classificação Orçamentária:

Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.

Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE–DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 29 de setembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***HASHTAG CONFECÇÕES LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:C9625042

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - I - BO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de Salgado Filho							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							**Em Reais**
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**40.685.550,00**	**41.123.571,21**	**7.123.453,13**	**17,32**	**29.644.886,04**	**72,09**	**11.478.685,17**
RECEITAS CORRENTES	**39.785.550,00**	**40.075.550,00**	**6.126.751,48**	**15,29**	**26.421.203,69**	**65,93**	**13.654.346,31**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.847.271,40	3.847.271,40	267.294,71	6,95	1.058.577,57	27,52	2.788.693,83
Impostos	3.653.471,40	3.653.471,40	262.020,17	7,17	1.013.809,96	27,75	2.639.661,44
Taxas	162.300,00	162.300,00	5.274,54	3,25	44.767,61	27,58	117.532,39
Contribuição de Melhoria	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00
CONTRIBUIÇÕES	230.000,00	230.000,00	36.725,97	15,97	161.519,21	70,23	68.480,79
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	230.000,00	230.000,00	36.725,97	15,97	161.519,21	70,23	68.480,79
RECEITA PATRIMONIAL	501.500,00	501.500,00	217.276,86	43,33	796.474,80	158,82	-294.974,80
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	51.500,00	51.500,00	1.041,86	2,02	5.016,90	9,74	46.483,10
Valores Mobiliários	450.000,00	450.000,00	216.235,00	48,05	791.457,90	175,88	-341.457,90
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	371.000,00	371.000,00	54.366,93	14,65	173.788,27	46,84	197.211,73
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	371.000,00	371.000,00	54.366,93	14,65	173.788,27	46,84	197.211,73
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.735.778,60	35.025.778,60	5.536.496,62	15,81	24.172.599,06	69,01	10.853.179,54
Transferências da União e de suas Entidades	22.711.801,60	22.961.801,60	3.753.452,90	16,35	15.622.326,49	68,04	7.339.475,11
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.507.977,00	7.547.977,00	1.111.335,58	14,72	5.673.676,23	75,17	1.874.300,77
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	16.000,00	16.000,00	5.984,78	37,40	50.984,78	318,65	-34.984,78
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.500.000,00	4.500.000,00	665.723,36	14,79	2.825.611,56	62,79	1.674.388,44
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.000,00	100.000,00	14.590,39	14,59	58.244,78	58,24	41.755,22
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	50.000,00	50.000,00	1.233,33	2,47	10.843,82	21,69	39.156,18
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00	13.357,06	26,71	47.400,96	94,80	2.599,04
RECEITAS DE CAPITAL	**900.000,00**	**1.048.021,21**	**996.701,65**	**95,10**	**3.223.682,35**	**307,60**	**-2.175.661,14**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	900.000,00	1.048.021,21	996.701,65	95,10	3.223.682,35	307,60	-2.175.661,14
Transferências da União e de suas Entidades	900.000,00	1.048.021,21	0,00	0,00	203.644,08	19,43	844.377,13
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	996.701,65	0,00	3.020.038,27	0,00	-3.020.038,27
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**40.685.550,00**	**41.123.571,21**	**7.123.453,13**	**17,32**	**29.644.886,04**	**72,09**	**11.478.685,17**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	**40.685.550,00**	**41.123.571,21**	**7.123.453,13**	**17,32**	**29.644.886,04**	**72,09**	**11.478.685,17**

DÉFICIT (VI)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**40.685.550,00**	**41.123.571,21**	**7.123.453,13**	**17,32**	**29.644.886,04**	**72,09**	**11.478.685,17**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)	-------	6.417.965,95	-------	-------	-------	-------	-------
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-------	6.417.965,95	-------	-------	-------	-------	-------

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**SALDO (i) = (e-h)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**40.685.550,00**	**59.808.268,01**	**7.380.649,89**	**28.382.764,72**	**31.425.503,29**	**7.270.221,49**	**28.200.751,86**	**27.692.002,93**	**31.607.516,15**
DESPESAS CORRENTES	**36.510.050,00**	**40.717.406,36**	**6.524.428,38**	**23.898.849,11**	**16.818.557,25**	**6.413.681,00**	**23.717.372,33**	**23.235.520,40**	**17.000.034,03**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.833.600,00	19.302.094,10	3.018.496,02	11.466.296,69	7.835.797,41	2.988.686,86	11.409.413,77	11.201.063,35	7.892.680,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	110.000,00	110.000,00	11.521,86	48.149,40	61.850,60	11.521,86	48.149,40	48.149,40	61.850,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.566.450,00	21.305.312,26	3.494.410,50	12.384.403,02	8.920.909,24	3.413.472,28	12.259.809,16	11.986.307,65	9.045.503,10
DESPESAS DE CAPITAL	**3.915.500,00**	**18.830.861,65**	**856.221,51**	**4.483.915,61**	**14.346.946,04**	**856.540,49**	**4.483.379,53**	**4.456.482,53**	**14.347.482,12**
INVESTIMENTOS	3.615.500,00	18.530.861,65	815.469,46	4.323.378,04	14.207.483,61	815.788,44	4.322.841,96	4.295.944,96	14.208.019,69
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	300.000,00	40.752,05	160.537,57	139.462,43	40.752,05	160.537,57	160.537,57	139.462,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**40.685.550,00**	**59.808.268,01**	**7.380.649,89**	**28.382.764,72**	**31.425.503,29**	**7.270.221,49**	**28.200.751,86**	**27.692.002,93**	**31.607.516,15**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	**600.000,00**	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Dívida Mobiliária	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Dívida Contratual	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**41.285.550,00**	**60.408.268,01**	**7.380.649,89**	**28.382.764,72**	**32.025.503,29**	**7.270.221,49**	**28.200.751,86**	**27.692.002,93**	**32.207.516,15**
SUPERÁVIT (XIII)	-------	-------	-------	**1.262.121,32**	-------	-------	**1.444.134,18**	**1.952.883,11**	-------
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**41.285.550,00**	**60.408.268,01**	**7.380.649,89**	**29.644.886,04**	**30.763.381,97**	**7.270.221,49**	**29.644.886,04**	**29.644.886,04**	**32.207.516,15**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema e-Pública (1591-6923-270). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:36									

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:A030C4E5

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - III - RCL - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de Salgado Filho							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto							
RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)							**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026
RECEITAS CORRENTES (I)	3.540.980,49	3.326.851,49	3.288.090,35	5.562.932,40	3.614.820,50	3.607.750,45	3.048.237,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	251.450,70	268.051,61	256.598,48	233.475,63	113.374,50	109.948,65	119.099,05
IPTU	63.080,59	116.450,96	10.360,02	18.515,13	8.781,18	4.954,08	3.627,00
ISS	44.539,04	45.180,50	56.256,72	42.758,54	38.754,42	33.099,97	43.598,64
ITBI	16.856,67	12.344,50	15.867,06	21.169,48	5.850,00	9.340,54	5.144,00
IRRF	123.321,24	92.608,56	173.227,48	149.684,97	59.671,77	61.501,13	66.406,89
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.653,16	1.467,09	887,20	1.347,51	317,13	1.052,93	322,52
Contribuições	15.329,89	16.675,25	16.238,01	15.391,52	19.124,85	19.625,07	19.713,52
Receita Patrimonial	83.848,53	83.474,31	72.978,89	106.187,79	94.150,16	84.686,68	98.067,67
Rendimentos de Aplicação Financeira	82.691,88	83.474,31	68.860,83	91.425,01	93.950,16	84.686,68	97.106,23
Outras Receitas Patrimoniais	1.156,65	0,00	4.118,06	14.762,78	200,00	0,00	961,44
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	11.859,68	16.684,91	12.685,03	21.508,59	16.317,19	17.523,00	18.602,84
Transferências Correntes	3.177.891,69	2.941.965,41	2.928.793,88	5.127.392,42	3.369.936,18	3.368.767,05	2.791.032,25
Cota-Parte do FPM	1.901.447,25	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,54	2.227.853,55	1.349.100,18
Cota-Parte do ICMS	678.235,08	614.484,29	572.585,45	726.199,18	618.495,75	493.359,17	684.984,80
Cota-Parte do IPVA	25.386,16	8.674,51	13.090,72	7.064,36	342.614,07	59.888,34	50.361,89
Cota-Parte do ITR	3.379,77	7.990,36	173,59	694,48	0,00	0,00	115,64
Transferências da LC 61/1989	9.541,70	9.150,55	9.044,07	10.955,08	8.167,49	8.570,93	8.484,40
Transferências do FUNDEB	273.021,16	375.489,51	324.101,44	385.841,16	429.618,66	313.888,41	305.841,90
Outras Transferências Correntes	286.880,57	650.942,32	276.322,53	1.205.095,74	199.104,67	265.206,65	392.143,44
Outras Receitas Correntes	600,00	0,00	796,06	58.976,45	1.917,62	7.200,00	1.721,75
DEDUÇÕES (II)	385.259,54	383.106,57	465.673,87	540.304,91	548.242,21	557.934,22	418.609,16
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	385.259,54	383.106,57	465.673,87	540.304,91	548.242,21	557.934,22	418.609,16
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	3.155.720,95	2.943.744,92	2.822.416,48	5.022.627,49	3.066.578,29	3.049.816,23	2.629.627,92
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	300.000,00	0,00	377.000,00	0,00	0,00	120.000,00
ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.155.720,95	2.643.744,92	2.822.416,48	4.645.627,49	3.066.578,29	3.049.816,23	2.509.627,92
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	36.432,00	36.432,00	33.396,00	69.828,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	3.119.288,95	2.607.312,92	2.789.020,48	4.575.799,49	3.030.916,29	3.014.154,23	2.473.965,92

ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026	Julho/2026	Agosto/2026	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2026
RECEITAS CORRENTES (I)	3.926.442,38	5.332.762,88	3.783.029,09	3.712.900,69	3.257.325,70	46.002.123,50	45.831.250,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	147.565,76	158.516,11	142.778,79	121.078,44	146.216,27	2.068.153,99	3.847.271,40
IPTU	27.690,94	8.837,70	1.611,31	1.951,32	2.122,45	267.982,68	1.112.200,00
ISS	44.500,27	45.103,99	49.627,27	45.798,38	54.201,54	543.419,28	724.000,00
ITBI	14.475,00	10.043,00	5.400,00	5.700,00	26.837,05	149.027,30	313.271,40
IRRF	57.089,12	71.746,70	74.934,87	65.100,49	60.308,94	1.055.602,16	1.504.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.810,43	22.784,72	11.205,34	2.528,25	2.746,29	52.122,57	193.800,00
Contribuições	23.010,67	22.740,54	20.578,59	19.060,69	17.665,28	225.153,88	230.000,00
Receita Patrimonial	92.922,04	91.399,05	117.972,34	117.249,62	100.027,24	1.142.964,32	501.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	91.708,92	91.238,81	116.532,10	116.848,72	99.386,28	1.117.909,93	450.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.213,12	160,24	1.440,24	400,90	640,96	25.054,39	51.500,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	20.414,48	22.041,50	24.522,33	29.894,64	24.472,29	236.526,48	371.000,00
Transferências Correntes	3.641.929,43	5.029.894,44	3.453.133,26	3.411.631,99	2.968.339,54	42.210.707,54	40.781.479,00
Cota-Parte do FPM	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.709.414,20	22.450.464,55	22.583.502,00
Cota-Parte do ICMS	633.425,69	514.165,17	665.318,38	602.611,86	584.622,96	7.388.487,78	7.999.977,00
Cota-Parte do IPVA	36.938,80	37.800,60	15.986,90	10.344,51	11.884,16	620.035,02	800.000,00
Cota-Parte do ITR	7,87	0,00	487,26	98,59	1.152,69	14.100,25	20.000,00
Transferências da LC 61/1989	7.463,58	8.969,03	11.977,68	10.842,70	11.675,39	114.842,60	115.000,00
Transferências do FUNDEB	350.949,44	438.069,12	341.090,45	335.063,39	330.659,97	4.203.634,61	4.650.000,00
Outras Transferências Correntes	1.024.709,64	2.108.380,58	392.732,72	298.693,70	318.930,17	7.419.142,73	4.613.000,00
Outras Receitas Correntes	600,00	8.171,24	24.043,78	13.985,31	605,08	118.617,29	100.000,00
DEDUÇÕES (II)	453.253,92	496.688,77	543.861,89	379.725,18	463.749,73	5.636.409,97	5.755.700,40
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	453.253,92	496.688,77	543.861,89	379.725,18	463.749,73	5.636.409,97	5.755.700,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	3.473.188,46	4.836.074,11	3.239.167,20	3.333.175,51	2.793.575,97	40.365.713,53	40.075.550,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	1.694.000,00	0,00	0,00	0,00	2.491.000,00	1.250.000,00

ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026	Julho/2026	Agosto/2026	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2026
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.473.188,46	3.142.074,11	3.239.167,20	3.333.175,51	2.793.575,97	37.874.713,53	38.825.550,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	461.384,00	520.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	3.437.526,46	3.106.412,11	3.203.505,20	3.297.513,51	2.757.913,97	37.413.329,53	38.305.550,00

FONTE: Sistema e-Pública (1802-7961-806). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:45.

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:B7A16FD6

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - IV - RPPS - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Município de Salgado Filho		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO - ANEXO 04 (LRF,Art. 53, inciso II)		**Em Reais**
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**

Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00

TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (2122-4557-259). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:46.				
Nota:				
² O resultado previdenciário será apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).				

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:F8CFC734

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - IX - RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DA CAPITAL

Município de Salgado Filho			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2026			
RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)			**Em Reais**
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	18.920.861,65	4.640.915,61	14.279.946,04
Investimentos	18.620.861,65	4.480.378,04	14.140.483,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	300.000,00	160.537,57	139.462,43
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	**18.920.861,65**	**4.640.915,61**	**14.279.946,04**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	**(d - a)**	**(e - b)**	**(f - c)**
	18.920.861,65	**4.640.915,61**	**14.279.946,04**
FONTE: Sistema e-Pública (1743-3770-812). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:48.			
Notas:			
1 Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:290EECAD

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - VIII - RECEITAS E DESPESAS COM MDE

Município de Salgado Filho		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		**R$ 1,00**
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1-RECEITA DE IMPOSTOS	3.653.471,40	1.013.809,96
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.112.200,00	59.575,98
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	313.271,40	82.789,59
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	724.000,00	354.684,48
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.504.000,00	516.759,91
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	31.518.479,00	20.189.581,23
2.1-Cota Parte FPM	22.583.502,00	14.748.764,93
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.843.502,00	13.869.516,62
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.740.000,00	879.248,31
2.2-Cota-Parte ICMS	7.999.977,00	4.796.983,78
2.3-Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	76.151,20
2.4-Cota-Parte ITR	20.000,00	1.862,05
2.5-Cota-Parte IPVA	800.000,00	565.819,27
2.6-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7-Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00

3-TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	35.171.950,40	21.203.391,19
4-TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	5.755.700,40	3.862.065,08
5-VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	3.037.291,80	1.438.781,22
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6-TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	4.650.000,00	2.732.047,43
6.1-FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.500.000,00	2.712.477,65
6.1.1-Principal	4.500.000,00	2.698.904,56
6.1.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	13.573,09
6.1.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2-FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	19.569,78
6.2.1-Principal	0,00	19.569,78
6.2.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3-FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1-Principal	0,00	0,00
6.3.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4-FUNDEB - Complementação da União – VAAR	150.000,00	0,00
6.4.1-Principal	150.000,00	0,00
6.4.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	-1.255.700,40	-1.163.160,52
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		**VALOR**
8-TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		0,00
8.1-SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		0,00
8.2-SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9-TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		2.732.047,43

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10-TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	4.369.419,84	2.662.274,19	2.662.274,19	2.662.274,19	0,00
10.1-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.369.419,84	2.662.274,19	2.662.274,19	2.662.274,19	0,00
10.1.1-Educação Infantil	2.244.569,84	979.123,49	979.123,49	979.123,49	0,00
10.1.2-Ensino Fundamental	2.124.850,00	1.683.150,70	1.683.150,70	1.683.150,70	0,00
10.1.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2-OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1-Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2-Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6-Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)7 (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO9 (i)**
11-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.858.754,43	2.858.754,43	2.858.754,43	0,00	0,00	126.707,00
11.1-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.712.477,65	2.712.477,65	2.712.477,65	0,00	0,00	0,00
11.2-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	146.276,78	146.276,78	146.276,78	0,00	0,00	126.707,00
11.3-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12-OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.1-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.662.274,19	2.662.274,19	2.662.274,19	0,00	0,00	0,00
12.2-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	126.707,00	126.707,00	126.707,00	0,00	0,00	0,00
13-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, incisos XI e XV, e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15-INDICADORES FUNDEB (70% E 4%)	0,00	0,00	0,00	0,00
15.1-MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.912.433,20	2.662.274,19	2.662.274,19	97,45
15.2-MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB NA CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI[11]	109.281,90	126.707,00	126.707,00	4,64
16-PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17-MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18-TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	273.204,74	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO(w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL(x)
19-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.888.137,24	2.493.728,27	2.493.728,27	2.394.952,80	0,00
20.1-Educação Infantil	2.162.000,00	880.110,74	880.110,74	803.902,02	0,00
20.2-Ensino Fundamental	2.560.637,24	1.562.078,82	1.562.078,82	1.540.182,88	0,00
20.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5-Administração Geral	165.500,00	51.538,71	51.538,71	50.867,90	0,00
20.6-Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2-ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22-TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.493.728,27
23-TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.862.065,08
24-(-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25-(-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	0,00
26-(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27-(-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	6.355.793,35

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29-APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.300.847,80	6.355.793,35	29,98

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL ag = (ac) – (ae) – (af)
30-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	25.270,06	25.269,86	25.269,86	0,00	0,20
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	25.270,06	25.269,86	25.269,86	0,00	0,20
30.2-Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3-Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.025.000,00	469.447,47

31.1-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	795.000,00	340.092,59
31.1.1-Salário-Educação	320.000,00	218.683,44
31.1.2-PDDE	0,00	0,00
31.1.3-PNAE	120.000,00	75.813,96
31.1.4-PNATE	55.000,00	45.595,19
31.1.5-Outras Transferências do FNDE	300.000,00	0,00
31.2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3-RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5–RECEITAS DE PRECATÓRIOS – FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	230.000,00	129.354,88

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	1.987.546,43	915.566,11	915.566,11	893.716,93	0,00
32.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	64.000,00	21.103,16	21.103,16	21.103,16	0,00
32.2-ENSINO FUNDAMENTAL	1.083.546,43	420.111,28	420.111,28	399.861,28	0,00
32.3-ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4-ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5-ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7-EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8-OUTRAS	840.000,00	474.351,67	474.351,67	472.752,49	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	11.245.103,51	6.071.568,57	6.071.568,57	5.950.943,92	0,00
33.1-Despesas Correntes	10.861.753,51	6.130.085,81	6.130.085,81	6.013.981,16	0,00
33.1.1-Pessoal Ativo	6.952.057,08	4.204.615,95	4.204.615,95	4.131.010,29	0,00
33.1.2-Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	300.150,00	196.480,24	196.480,24	196.480,24	0,00
33.1.4-Outras Despesas Correntes	3.609.546,43	1.728.989,62	1.728.989,62	1.686.490,63	0,00
33.2-Despesas de Capital	683.500,00	137.963,00	137.963,00	133.443,00	0,00
33.2.1-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2-Outras Despesas de Capital	683.500,00	137.963,00	137.963,00	133.443,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	-2.605,94	3.531,58
35-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.858.754,43	218.683,44
36-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.691.670,66	181.920,80
37-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	164.477,83	40.294,22
38-(+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39-(-)AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	164.477,83	40.294,22

FONTE: Sistema e-Pública (1897-8318-675). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:48.

1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

11 Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:863BC62E

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Município de Salgado **Filho**	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto	
RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)	**Em Reais**
ACIMA DA LINHA	
Até o Bimestre/2026	

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	40.075.550,00	26.421.203,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.847.271,40	1.058.577,57
IPTU	1.112.200,00	59.575,98
ISS	724.000,00	354.684,48
ITBI	313.271,40	82.789,59
IRRF	1.504.000,00	516.759,91
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	193.800,00	44.767,61
Contribuições	230.000,00	161.519,21
Receita Patrimonial	501.500,00	796.474,80
Aplicações Financeiras (II)	450.000,00	791.457,90
Outras Receitas Patrimoniais	51.500,00	5.016,90
Tranferências Correntes	35.025.778,60	24.172.599,06
Cota-Parte do FPM	18.614.801,60	11.974.861,97
Cota-Parte do ICMS	6.399.977,00	3.837.587,17
Cota-Parte do IPVA	640.000,00	452.656,38
Cota-Parte do ITR	16.000,00	1.489,69
Transferências da LC 61/1989	92.000,00	60.920,94
Transferências do FUNDEB	4.650.000,00	2.845.181,34
Outras Transferências Correntes	4.613.000,00	4.999.901,57
Demais Receitas Correntes	471.000,00	232.033,05
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	471.000,00	232.033,05
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	39.625.550,00	25.629.745,79
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1.048.021,21	3.223.682,35
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferência de Capital	1.048.021,21	3.223.682,35
Convênios	148.021,21	2.214.907,46
Outras Transferências de Capital	900.000,00	1.008.774,89
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	1.048.021,21	3.223.682,35
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	40.673.571,21	28.853.428,14
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	40.673.571,21	28.853.428,14

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTO A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PAGO (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	40.694.520,39	23.898.849,11	23.717.372,33	23.235.520,40	67.256,80	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	19.302.094,10	11.466.296,69	11.409.413,77	11.201.063,35	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	110.000,00	48.149,40	48.149,40	48.149,40	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	21.282.426,29	12.384.403,02	12.259.809,16	11.986.307,65	67.256,80	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	21.282.426,29	12.384.403,02	12.259.809,16	11.986.307,65	67.256,80	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	40.584.520,39	23.850.699,71	23.669.222,93	23.187.371,00	67.256,80	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	18.853.747,62	4.483.915,61	4.483.379,53	4.456.482,53	0,00	0,00	0,00
Investimentos	18.553.747,62	4.323.378,04	4.322.841,96	4.295.944,96	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	300.000,00	160.537,57	160.537,57	160.537,57	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	18.553.747,62	4.323.378,04	4.322.841,96	4.295.944,96	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	59.398.268,01	28.174.077,75	27.992.064,89	27.483.315,96	67.256,80	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	59.398.268,01	28.174.077,75	27.992.064,89	27.483.315,96	67.256,80	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							1.302.855,38
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							1.302.855,38

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre/2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	785.362,44
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	48.149,40
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.040.068,42

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025	Até o Bimestre/2026
	(a)	(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.120.625,50	960.087,93
DEDUÇÕES (XL)	9.566.839,75	11.441.119,87
Disponibilidade de Caixa	9.566.839,75	11.441.119,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.601.591,25	11.602.987,88
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	0,40
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	34.751,50	161.867,61
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-8.446.214,25	-10.481.031,94
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		2.034.817,69

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	0,40
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	2.034.818,09
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	1.297.605,05
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.417.965,95
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	6.417.965,95
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (2283-4584-589). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:47.	

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:46631943

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - XI - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Município de Salgado Filho			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2026			
RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			**Em Reais**
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	**2025 (i)**			**2026 (j) = (Ib - (IIf + IIg))**			**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**

VALOR (III)	23.918,18	0,00	23.918,18
FONTE: Sistema e-Pública (1715-0005-193). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:49.			
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.			

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:ABBAE5C3

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - XIV - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RREO

Município de Salgado Filho	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	**Em Reais**
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	40.685.550,00
Previsão Atualizada	41.123.571,21
Receitas Realizadas	29.644.886,04
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)	6.417.965,95
DESPESAS	
Dotação Inicial	41.285.550,00
Créditos Adicionais	19.122.718,01
Dotação Atualizada	60.408.268,01
Despesas Empenhadas	28.382.764,72
Despesas Liquidadas	28.200.751,86
Despesas Pagas	27.692.002,93
Superávit Orçamentário	1.444.134,18
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	28.382.764,72
Despesas Liquidadas	28.200.751,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	40.365.713,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	37.874.713,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	37.413.329,53
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		**Meta Fixada no AMF da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		0,00	1.302.855,38	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		0,00	2.034.817,69	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	76.779,81	9.522,61	67.256,80	0,40
Poder Executivo	76.779,81	9.522,61	67.256,80	0,40
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,20	0,00	0,00	0,20
Poder Executivo	0,20	0,00	0,00	0,20
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	76.780,01	9.522,61	67.256,80	0,60
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.355.793,35	25,00	29,98
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		2.662.274,19	70,00	97,45
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		0,00	15,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		3.461.807,43	15,00	17,03
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		0,00		
FONTE: Sistema e-Pública (2217-1321-641). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:53.				
1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.				

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:F493BE15

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026

Respaldado no Art. 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

Lote	Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Meses	12	Licença de uso de software de gerenciamento, controle e tratamento de ponto eletrônico, pelo período de 12 (doze) meses, compatível e integrado ao REP-C EVO REP-C E3, incluindo implantação, configuração, integração, treinamento e suporte técnico, para no mínimo 10 (dez) servidores/usuários	R$ 115,00	R$ 1.380,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
ANDERSON GUSMAO C DE LARA – CNPJ: 23.655.909/0001-83	R$ 1.380,00

Salto do Lontra, 25 de setembro de 2026.

MARCOS RAVANELI

Presidente do Legislativo

Publicado por:
Junior Henrique Formaio
Código Identificador:C3530558

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 45/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Inciso I do Art. 74 da Lei nº 14.133/21, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	REVISÃO DE 40.000 KM (REV 40)	OPEN VEICULOS LTDA	1,60	364,26	582,82
1	2	FILTRO DE AR DO MOTOR (165465171R)	OPEN VEICULOS LTDA	1,00	148,71	148,71
1	3	FILTRO DE OLEO DO MOTOR (152093920R)	OPEN VEICULOS LTDA	1,00	73,06	73,06
1	4	FILTRO COMBUSTIVEL COMPLETO MASTER 2023 (164004350R)	OPEN VEICULOS LTDA	1,00	536,92	536,92
1	5	OLEO 5W30 C/ DPF MOTRIO NO TAMBOR 200 L (8660089615)	OPEN VEICULOS LTDA	10,00	62,07	620,70
1	6	FILTRO DE AR CONDICIONADO (8201676037)	OPEN VEICULOS LTDA	1,00	62,34	62,34
1	7	JUNTA DE COBRE DA TAMPA DE ÓLEO (331729798R)	OPEN VEICULOS LTDA	1,00	6,45	6,45

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
OPEN VEICULOS LTDA	2.031,00

Salto do Lontra, 25 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:CD740B88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	43.385.000,00	54.856.541,13	6.855.685,51	30.171.186,47	24.685.354,66	5.669.739,90	19.276.127,69	35.580.413,44	18.805.660,39
DESPESAS CORRENTES	37.224.865,00	39.065.514,92	4.336.704,96	20.232.713,97	18.832.800,95	4.567.389,19	16.920.884,70	22.144.630,22	16.451.117,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.677.414,00	17.439.322,20	2.285.130,67	8.762.207,87	8.677.114,33	2.285.130,67	8.762.207,87	8.677.114,33	8.606.033,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	22.000,00	0,00	12.000,00	10.000,00	0,00	12.000,00	10.000,00	12.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.537.451,00	21.604.192,72	2.051.574,29	11.458.506,10	10.145.686,62	2.282.258,52	8.146.676,83	13.457.515,89	7.833.083,50
DESPESAS DE CAPITAL	5.772.100,00	15.402.991,21	2.518.980,55	9.938.472,50	5.464.518,71	1.102.350,71	2.355.242,99	13.047.748,22	2.354.542,99
INVESTIMENTOS	5.652.100,00	15.282.991,21	2.518.980,55	9.838.472,50	5.444.518,71	1.085.187,78	2.287.611,96	12.995.379,25	2.286.911,96
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	120.000,00	120.000,00	0,00	100.000,00	20.000,00	17.162,93	67.631,03	52.368,97	67.631,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	388.035,00	388.035,00	0,00	0,00	388.035,00	0,00	0,00	388.035,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	43.385.000,00	54.856.541,13	6.855.685,51	30.171.186,47	24.685.354,66	5.669.739,90	19.276.127,69	35.580.413,44	18.805.660,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	43.385.000,00	54.856.541,13	6.855.685,51	30.171.186,47	24.685.354,66	5.669.739,90	19.276.127,69	35.580.413,44	18.805.660,39
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	158.206,00	0,00	0,00	1.344.151,61	5.035.354,16	(5.035.354,16)	5.505.821,46
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	43.385.000,00	54.856.541,13	7.013.891,51	30.171.186,47	24.685.354,66	7.013.891,51	24.311.481,85	30.545.059,28	24.311.481,85
Entidades:									
Município de Santa Amélia									

Publicado por:
Odilon Campos Silveira Filho
Código Identificador:80E54A5F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA

MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	

RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.385.000,00	50.244.169,14	7.013.891,51	13,96	24.311.481,85	48,39	25.932.687,29
RECEITAS CORRENTES	38.803.500,00	39.137.310,65	5.765.305,63	14,73	21.255.239,10	54,31	17.882.071,55
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	2.238.150,00	2.238.150,00	540.031,64	24,13	1.206.489,78	53,91	1.031.660,22
IMPOSTOS	1.866.200,00	1.866.200,00	400.882,21	21,48	1.031.985,20	55,30	834.214,80
TAXAS	371.950,00	371.950,00	139.149,43	37,41	174.504,58	46,92	197.445,42
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	373.842,00	373.842,00	49.507,97	13,24	197.495,89	52,83	176.346,11
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	373.842,00	373.842,00	49.507,97	13,24	197.495,89	52,83	176.346,11
RECEITA PATRIMONIAL	1.350.000,00	1.350.000,00	388.774,17	28,80	1.425.502,30	105,59	(75.502,30)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	5.300,00	5.300,00	360,00	6,79	720,00	13,58	4.580,00
VALORES MOBILIÁRIOS	1.344.700,00	1.344.700,00	388.414,17	28,88	1.424.782,30	105,96	(80.082,30)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	94.500,00	94.500,00	348,58	0,37	3.434,63	3,63	91.065,37
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	94.500,00	94.500,00	348,58	0,37	3.434,63	3,63	91.065,37
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.612.008,00	34.945.818,65	4.781.909,53	13,68	18.383.449,11	52,61	16.562.369,54
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	24.672.850,00	24.672.850,00	3.590.043,95	14,55	13.177.018,54	53,41	11.495.831,46
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	4.533.744,00	4.867.554,65	619.253,82	12,72	2.768.573,63	56,88	2.098.981,02
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	5.405.414,00	5.405.414,00	572.611,76	10,59	2.437.856,94	45,10	2.967.557,06
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	135.000,00	135.000,00	4.733,74	3,51	38.867,39	28,79	96.132,61
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	3.000,00	3.000,00	844,48	28,15	1.435,79	47,86	1.564,21
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	132.000,00	132.000,00	3.889,26	2,95	37.431,60	28,36	94.568,40
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.581.500,00	11.106.858,49	1.248.585,88	11,24	3.056.242,75	27,52	8.050.615,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	215.000,00	215.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	215.000,00	215.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.966.500,00	8.491.858,49	1.248.585,88	14,70	3.056.242,75	35,99	5.435.615,74
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	1.056.500,00	1.056.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.056.500,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	910.000,00	7.435.358,49	1.248.585,88	16,79	3.056.242,75	41,10	4.379.115,74
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	43.385.000,00	50.244.169,14	7.013.891,51	13,96	24.311.481,85	48,39	25.932.687,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	43.385.000,00	50.244.169,14	7.013.891,51	13,96	24.311.481,85	48,39	25.932.687,29
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	43.385.000,00	50.244.169,14	7.013.891,51	13,96	24.311.481,85	48,39	25.932.687,29
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.882.931,99	0,00	0,00	4.882.931,99	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	4.882.931,99	0,00	0,00	4.882.931,99	100,00	0,00

Entidades:

Município de Santa Amélia

Publicado por:
Odilon Campos Silveira Filho
Código Identificador:BCFA4B12

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS COM MDE

MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.866.200,00	1.031.985,20
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	736.750,00	168.531,71
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	174.580,00	93.589,14
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	323.555,00	214.683,56
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	631.315,00	555.180,79
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	31.904.660,00	17.645.758,93
2.1 - Cota-parte FPM	26.523.000,00	14.748.764,75
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	24.610.000,00	13.869.516,44
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.913.000,00	879.248,31
2.2 - Cota-parte ICMS	4.704.000,00	2.602.770,35
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	72.350,00	41.298,15
2.4 - Cota-parte ITR	59.480,00	1.681,73
2.5 - Cota-parte IPVA	545.830,00	251.243,95
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.770.860,00	18.677.744,13
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	5.998.332,00	3.353.302,12
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.444.383,00	1.316.133,91
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.425.414,00	2.453.080,65
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.425.414,00	2.453.080,65
6.1.1 - Principal	5.405.414,00	2.437.856,94
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	20.000,00	15.223,71
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(592.918,00)	(915.445,18)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	2.453.080,65

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	5.425.414,00	2.039.460,25	2.039.460,25	2.039.019,26	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.425.414,00	2.039.460,25	2.039.460,25	2.039.019,26	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.180.000,00	617.682,78	617.682,78	617.682,78	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	2.940.414,00	1.217.087,30	1.217.087,30	1.216.646,31	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.4 - Educação Especial	305.000,00	204.690,17	204.690,17	204.690,17	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.039.460,25	2.039.460,25	2.039.019,26	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.039.460,25	2.039.460,25	2.039.019,26	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.039.460,25	2.039.460,25	2.039.019,26	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.717.156,46	2.039.460,25	2.039.460,25	83,14
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	245.308,06	413.620,40	413.620,40	168.312,34	16,86

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	358.257,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	358.257,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.237.741,00	3.297.354,51	3.130.148,88	3.038.665,23	167.205,63

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20.1 - Educação Infantil	1.270.000,00	1.004.757,34	1.004.757,34	977.524,79	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	3.696.441,00	1.497.981,02	1.330.775,39	1.281.202,24	167.205,63
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	1.268.300,00	794.616,15	794.616,15	779.938,20	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	10.086.855,00	4.337.508,44	4.170.302,81	4.093.056,12	167.205,63
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.450.000,00	1.622.440,12	1.622.440,12	1.595.207,57	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	6.636.855,00	2.715.068,32	2.547.862,69	2.497.848,55	167.205,63
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					3.130.148,88
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					3.353.302,12
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					168.312,34
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					6.315.138,67
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			4.669.436,03	6.315.138,67	33,81
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	222.710,29	51.495,06	145.319,41	0,00	77.390,88
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	157.881,99	51.495,06	80.491,11	0,00	77.390,88
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	64.828,30	0,00	64.828,30	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	620.387,00	400.608,60
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	259.775,00	188.400,50
31.1.1 - Salário-Educação	259.775,00	188.400,50
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	274.337,00	155.341,52
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	86.275,00	56.866,58

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	589.862,00	384.831,18	326.488,11	316.164,45	58.343,07
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	589.862,00	384.831,18	326.488,11	316.164,45	58.343,07
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	12.253.017,00	5.721.645,94	5.496.097,24	5.393.848,94	225.548,70
33.1 - Despesas Correntes	12.132.267,00	5.687.871,82	5.467.211,00	5.364.962,70	220.660,82
33.1.1 - Pessoal Ativo	9.026.714,00	4.375.707,22	4.375.707,22	4.294.982,33	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	3.105.553,00	1.312.164,60	1.091.503,78	1.069.980,37	220.660,82
33.2 - Despesas de Capital	120.750,00	33.774,12	28.886,24	28.886,24	4.887,88
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	120.750,00	33.774,12	28.886,24	28.886,24	4.887,88

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	85.642,57	19.696,55
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.453.080,65	188.400,50
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.103.847,56	128.029,84
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	434.875,66	80.067,21
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	434.875,66	80.067,21
Entidades:		
Município de Santa Amélia		
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 24/09/2026 11:42		

Publicado por:
Odilon Campos Silveira Filho
Código Identificador:8105A1EB

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	43.385.000,00
Previsão Atualizada da Receita	50.244.169,14
Receitas Realizadas	24.311.481,85
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	4.882.931,99
Dotação Inicial	43.385.000,00
Créditos Adicionais	11.471.541,13
Dotação Atualizada	54.856.541,13
Despesas Empenhadas	30.171.186,47
Despesas Liquidadas	19.276.127,69
Despesas Pagas	18.805.660,39
Superávit Orçamentário	5.035.354,16
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	30.171.186,47
Despesas Liquidadas	19.276.127,69
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	32.855.465,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.754.892,28
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	32.754.892,28
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	3.662.412,80	0,00 %
Resultado Primário	0,00	2.249.630,50	0,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	604.114,77	0,00	590.973,00	13.141,77
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.593.369,07	2.579.307,19	1.320.066,69	1.693.995,19
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.197.483,84	2.579.307,19	1.911.039,69	1.707.136,96

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	6.315.138,67	25% / 18%	33,81
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	2.039.460,25	70%	83,14
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	0,00	2.400.000,00	
Despesa de Capital Líquida	9.938.472,50	5.464.518,71	

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	215.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	71.174,34	186.825,66	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.179.276,80	15%	17,86
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			
Entidades:			
Município de Santa Amélia			

Publicado por:
Odilon Campos Silveira Filho
Código Identificador:AF993F43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO DISPENSAVEL 20/2026

PREGÃO DISPENSAVEL 20/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 120/2026

Validade da ata: de 25/09/2026 até 25/09/2027

ANEXO I – DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS

ORIS AUDIOVISUAL LTDA

Item	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Bolsa Térmica Lancheira Marmita 13,5L, 2 Compartimentos, Frasqueira Impermeável; Dupla Camada; Alça de Ombro; Preta e Personalizada. Dupla camada de isolamento térmico; Estrutura com dois compartimentos independentes que possibilita a separação física entre alimentos e bebidas; Volume total de 13,5 L; Dimensões de 27,5 cm de altura por 18 cm de largura e 25 cm de comprimento; Alça transversal ajustável integrada; Possui 03 bolsos estratégicos de acesso rápido; Material resistente, acabamento reforçado e costuras bem estruturadas; Frasqueira térmica com revestimento externo em Oxford impermeável.	Import+	UND	144,0000	R$37,90	R$5.457,60

Valor total R$ 5.457,60

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:85386071

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 20/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO								
PROCESSO ADMINISTRATIVO								
	Modalidade:	Licitação dispensável						
	Número/Ano:	20/2026		Data de abertura:		16/09/2026		
	Data adjudicação:	25/09/2026		Data homologação:		25/09/2026		
	Tipo de avaliação:	Por item		Critério de avaliação:		Menor preço		
	Modo de disputa:	Proposta - Lance		Condição de pagamento:				
	Credenciamento:	Não		Chamamento:	Não		Registro de preço:	Sim
	Objeto da licitação:							

	AQUISIÇÃO DE BOLSA TERMICA PARA PROFESSORES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL

Nos termos do Art. 75, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
ORIS AUDIOVISUAL LTDA	61.805.745/0001-12	R$ 5.457,60
Total:		**R$ 5.457,60**

ORIS AUDIOVISUAL LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
18732	Bolsa Térmica Lancheira Marmita 13,5L, 2 Compartimentos, Frasqueira Impermeável; Dupla Camada; Alça de Ombro; Preta e Personalizada. Dupla camada de isolamento térmico; Estrutura com dois compartimentos independentes que possibilita a separação física entre alimentos e bebidas; Volume total de 13,5 L; Dimensões de 27,5 cm de altura por 18 cm de largura e 25 cm de comprimento; Alça transversal ajustável integrada; Possui 03 bolsos estratégicos de acesso rápido; Material resistente, acabamento reforçado e costuras bem estruturadas; Frasqueira térmica com revestimento externo em Oxford impermeável.	UND	144,0000	R$ 37,9000	R$ 5.457,60
Valor Total: R$ 5.457,60					

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 25 de setembro de 2026

CLAUDIO COVRE

Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:26A2EE24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
21AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE C/ CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026 CHAMAMENTO 003/2026 CREDENCIAMENTO 003/2026

21AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE C/ CREDENCIAMENTO

Inexigibilidade nº 007/2026

Chamamento 003/2026

Credenciamento 003/2026

AUTORIZO a contratação por CREDENCIAMENTO, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO** CNPJ nº 75.462.820/0001-02

CONTRATADO	☒ Pessoa Física	**Nome: CLOVIS MACEDO BASTOS** CPF nº: 507.754.999-00 **Nome: LAWANE GABRIELI MARIN GONÇALVES** CPF nº: 114.806.519-90 **Nome: CRISTIAN DOUGLAS FAZOLI** CPF nº: 024.463.449-17
	☐ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: **CNPJ nº:**
OBJETO	**CREDENCIAMENTO DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E NA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 06/2020, COM RECURSOS DO PNAE, DURANTE O ANO DE 2026, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**	
VALOR ESTIMADO	**R$ 111.536,00 (Cento e onze mil, quinhentos e trinta e seis reais).**	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/21	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 06.001.12.306.0024.2031 - Manutenção da merenda escolar - ensino fundamental 06.001.12.306.0025.2114 - Manutenção da merenda escolar - creche 06.001.12.306.0025.2115 - Manutenção da merenda escolar - Pré-escola 3.3.90.32.00.00 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuíta Fontes:1001 - Recursos ordinários livres - exercício corrente 1902 - FNDE/Programa Nacional de alimentação escolar 3.3.90.32.00.00 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuíta Fontes:1001 - Recursos ordinários livres - exercício corrente 1902 - FNDE/Programa Nacional de alimentação escolar	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 21 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:87A8269D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE ABERTURA DE ENVELOPES – ABERTURA E JULGAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026 CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2026

ATA DE ABERTURA DE ENVELOPES – Abertura e Julgamento

Inexigibilidade nº 007/2026

Credenciamento nº 003/2026

Processo Administrativo nº 023/2026

Aos (21) dias do mês de setembro do exercício financeiro de 2026, às 10:00, na Sala de Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Av. Paulo Libanio, 700, do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, com a presença de Membros da Comissão Permanente de Licitações, devidamente designada através da Portaria n.º 2.786/2026 procedeu-se o recebimento, abertura e julgamento dos envelopes que foram entregues e protocolados neste setor, o qual objetiva o **CREDENCIAMENTO DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E NA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 06/2020, COM RECURSOS DO PNAE, DURANTE O ANO DE 2026, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

01 – CLOVIS MACEDO BASTOS, portador do RG de nº 349.656-2 SESP-PR e do CPF de 507.754.999-00, residente e domiciliado na Est. Svi a Scc Ian – Lt 05 661 304001 St Dois irmãos – Rurais, Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Portador do CAF de nº PR032025.01.003329096CAF; com os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
24	GOIABA: FRUTA PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, SER FRESCOS, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO NO TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE, APRESENTAR GRAU MÁXIMO DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA E A POLPA. NÃO SERÃO PERMITIDOS MANCHAS OU DEFEITOS NA CASCA.	KG	250	R$ 14,00	R$ 3.500,00
59	PERA: FRESCA, DE PRIMEIRA; FRUTOS BEM DESENVOLVIDOS; FIRMES E ÍNTEGROS; FORMATO CARACTERÍSTICO DA VARIEDADE; CASCA LISA, LIMPA E ÍNTEGRA; COLORAÇÃO VERDE A AMARELADA, UNIFORME, CONFORME O ESTÁGIO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA CONSUMO; POLPA FIRME E SUCULENTA; ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAIS TERROSOS E UMIDADE EXTERNA ANORMAL; LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; SEM AMASSAMENTOS, RACHADURAS OU DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE; ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.	KG	1.000	R$ 20,85	20.850,00
65	ACEROLA: FRESCA, DE PRIMEIRA; FRUTOS BEM DESENVOLVIDOS; FIRMES E INTACTOS; FORMATO CARACTERÍSTICO; COLORAÇÃO VERMELHA A VERMELHO-INTENSA, UNIFORME, CONFORME O ESTÁGIO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA CONSUMO; POLPA FIRME E SUCULENTA; ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAIS TERROSOS E UMIDADE EXTERNA ANORMAL; LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; SEM RACHADURAS, AMASSAMENTOS OU DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE; ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.	KG	500	R$ 16,08	R$ 8.040,00
VALOR MÁXIMO TOTAL:					R$ 32.390,00

Valor total a ser adquirido R$ 32.390,00 (Trinta e dois mil, trezentos e noventa reais).

02 – LAWANE GABRIELI MARIN GONÇALVES, portador do RG de nº 349.656-2 SESP-PR e do CPF de 114.806.519-90, residente e domiciliado na Rua Juscelino Kubstheck – Centro, Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Portadora do CAF de nº PR072025.01.003688623CAF; com os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
48	CARNE BOVINA DIANTEIRA: SEM OSSO DE PRIMEIRA QUALIDADE. A CARNE DEVE SER PROVENIENTE DE BOVINOS SELECIONADOS, COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, APRESENTANDO EXCELENTE MARMOREIO, MACIEZ E SABOR.	KG	400	R$ 40,77	R$ 16.308,00
49	CARNE BOVINA TRASEIRA SEM OSSO DE PRIMEIRA QUALIDADE. A CARNE DEVE SER PROVENIENTE DE BOVINOS SELECIONADOS, COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, APRESENTANDO EXCELENTE MARMOREIO, MACIEZ E SABOR.	KG	550	R$ 42,30	R$ 23.265,00
VALOR MÁXIMO TOTAL:					R$ 39.573,00

Valor total a ser adquirido R$ 39.573,00 (Trinta e nove mil, quinhentos e setenta e três e reais).

03 – CRISTIAN DOUGLAS FAZOLI, portador do RG de nº 6.135.054-3 IIPR e do CPF de 024.463.449-17, residente e domiciliado na Rua Paraguai nº 233 – Centro, Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Portador do CAF de nº PR062023.01.000479052CAF; com os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
48	CARNE BOVINA DIANTEIRA: SEM OSSO DE PRIMEIRA QUALIDADE. A CARNE DEVE SER PROVENIENTE DE BOVINOS SELECIONADOS, COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, APRESENTANDO EXCELENTE MARMOREIO, MACIEZ E SABOR.	KG	400	R$ 40,77	R$ 16.308,00
49	CARNE BOVINA TRASEIRA SEM OSSO DE PRIMEIRA QUALIDADE. A CARNE DEVE SER PROVENIENTE DE BOVINOS SELECIONADOS, COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, APRESENTANDO EXCELENTE MARMOREIO, MACIEZ E SABOR.	KG	550	R$ 42,30	R$ 23.265,00
VALOR MÁXIMO TOTAL:					R$ 39.573,00

Valor total a ser adquirido R$ 39.573,00 (Trinta e nove mil, quinhentos e setenta e três e reais).

Todos os proponentes apresentaram os documentos necessários, e estão aptos a entregar os gêneros alimentícios.

Ante o exposto, considerando os ditames do Edital Chamamento Publico - Credenciamento nº 003/2026, combinado com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e a Lei Federal nº 11.947/2009, julgamos o presente certame de acordo ao supracitado, declarando vencedoras as empresas acima citadas e seus respectivos itens.

Outrossim, segue a presente ATA, devidamente rubricada por todos os membros da Comissão de Licitações.

ANDRESSA XAVIER CATOSSI	*DAIANE DOS SANTOS GOMES*	*MARIANE ROMA GURSON FUZA*
Membro da Comissão	Agente de Contratação	Membro de Comissão

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:3E368E2E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2026

Eu **Willian Cezar Viega**, Prefeito do município de Santa Cruz do Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2026, com fundamento no Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº14.133/21, nos seguintes termos:

OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.

Resolve: Adjudicar em favor das seguintes Produtores Rurais:

CONTRATADA: CLOVIS MACEDO BASTOS, inscrito(a) no CAF de n.º PR032025.01.003329096CAF, agricultor, portadora do CPF de n.º507.***.***-00, residente e domiciliado no Sitio Scc Ian – Lt05 661 304001 St Dois Irmãos – Rurais, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, com valor total de **R$ 32.390,00** (trinta e dois mil trezentos e noventa reais), com os seguintes itens.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
24	GOIABA: FRUTA PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, SER FRESCOS, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO NO TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE, APRESENTAR GRAU MÁXIMO DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA E A POLPA. NÃO SERÃO PERMITIDOS MANCHAS OU DEFEITOS NA CASCA.	KG	250	R$ 14,00	R$ 3.500,00
65	ACEROLA: FRESCA, DE PRIMEIRA; FRUTOS BEM DESENVOLVIDOS; FIRMES E INTACTOS; FORMATO CARACTERÍSTICO; COLORAÇÃO VERMELHA A VERMELHO-INTENSA, UNIFORME, CONFORME O ESTÁGIO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA CONSUMO; POLPA FIRME E SUCULENTA; ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAIS TERROSOS E UMIDADE EXTERNA ANORMAL; LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; SEM RACHADURAS, AMASSAMENTOS OU DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE; ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.	KG	500	R$ 16,08	R$ 8.040,00
65	ACEROLA: FRESCA, DE PRIMEIRA; FRUTOS BEM DESENVOLVIDOS; FIRMES E INTACTOS; FORMATO CARACTERÍSTICO; COLORAÇÃO VERMELHA A VERMELHO-INTENSA, UNIFORME, CONFORME O ESTÁGIO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA CONSUMO; POLPA FIRME E SUCULENTA; ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAIS TERROSOS E UMIDADE EXTERNA ANORMAL; LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; SEM RACHADURAS, AMASSAMENTOS OU DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE; ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.	KG	500	R$ 16,08	R$ 8.040,00

CONTRATADA: LAWANE GABRIELI MARIN GONÇALVES, inscrito(a) no CAF de n.º PR072025.01.003688623CAF, agricultora, portadora do CPF de n.º114.***.***-90, residente e domiciliado no Estância Freitas, Rua Juscelino Kubstchek – 682, centro, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, com valor total de **R$ 39.573,00** (trinta e nove mil quinhentos e setenta e três reais), com os seguintes itens.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
48	CARNE BOVINA DIANTEIRA: SEM OSSO DE PRIMEIRA QUALIDADE. A CARNE DEVE SER PROVENIENTE DE BOVINOS SELECIONADOS, COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, APRESENTANDO EXCELENTE MARMOREIO, MACIEZ E SABOR.	KG	400	R$ 40,77	R$ 16.308,00
49	CARNE BOVINA TRASEIRA SEM OSSO DE PRIMEIRA QUALIDADE. A CARNE DEVE SER PROVENIENTE DE BOVINOS SELECIONADOS, COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, APRESENTANDO EXCELENTE MARMOREIO, MACIEZ E SABOR.	KG	550	R$ 42,30	R$ 23.265,00

CONTRATADA: CHISTIAN DOUGLAS FAZOLI, inscrito(a) no CAF de n.º PR062023.01.000479052CAF, agricultora, portadora do CPF de n.º024.***.***-17, residente e domiciliado na Rua Paraguai – 233, centro, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, com valor total de **R$ 39.573,00** (trinta e nove mil quinhentos e setenta e três reais), com os seguintes itens.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
48	CARNE BOVINA DIANTEIRA: SEM OSSO DE PRIMEIRA QUALIDADE. A CARNE DEVE SER PROVENIENTE DE BOVINOS SELECIONADOS, COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, APRESENTANDO EXCELENTE MARMOREIO, MACIEZ E SABOR.	KG	400	R$ 40,77	R$ 16.308,00
49	CARNE BOVINA TRASEIRA SEM OSSO DE PRIMEIRA QUALIDADE. A CARNE DEVE SER PROVENIENTE DE BOVINOS SELECIONADOS, COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, APRESENTANDO EXCELENTE	KG	550	R$ 42,30	R$ 23.265,00

	MARMOREIO, MACIEZ E SABOR.				

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.

Santa Cruz do Monte Castelo/PR, 25 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:037059A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- CIAS			
CONSÓRCIO PÚBLICO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026			
RGF – ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)			R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS**		
	(Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**	**TOTAL (c = a + b)**
DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)			
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)			

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	**VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO**	**VALOR EXECUTADO**
TOTAL		

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 22/set/2026 as 10h e 20m.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

SANDRO APARECIDO VIDAL	***EDSON PALOTTA NETTO.***	***MARCELO REGINALDO FERREIRA***
Controle Interno	Presidente	Contador CRC-PR 046668-0/PR

Publicado por:
Marina do Nascimento Gonçalves
Código Identificador:502ABCC3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- CIAS							
CONSÓRCIO PÚBLICO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	% (b/a)	**Até o Período (c)**	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	889.970,00	889.970,00	189.240,21	21,26	682.320,81	76,67	207.649,19
RECEITAS CORRENTES	889.970,00	889.970,00	189.240,21	21,26	682.320,81	76,67	207.649,19
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.390,00	5.390,00	2,71	0,05	9,07	0,17	5.380,93
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	5.390,00	5.390,00	2,71	0,05	9,07	0,17	5.380,93
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	884.580,00	884.580,00	189.237,50	21,39	682.311,74	77,13	202.268,26
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	884.580,00	884.580,00	189.237,50	21,39	682.311,74	77,13	202.268,26
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	889.970,00	889.970,00	189.240,21	21,26	682.320,81	76,67	207.649,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	889.970,00	889.970,00	189.240,21	21,26	682.320,81	76,67	207.649,19
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	889.970,00	889.970,00	189.240,21	21,26	682.320,81	76,67	207.649,19
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO PAGAS ATÉ (i)=(e-h)	DESPESAS O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	889.970,00	889.970,00	135.823,48	757.681,02	132.288,98	88.333,59	598.195,39	291.774,61	584.851,91
DESPESAS CORRENTES	834.970,00	844.970,00	135.823,48	757.681,02	87.288,98	88.333,59	598.195,39	246.774,61	584.851,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	600,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	834.370,00	844.370,00	135.823,48	757.681,02	86.688,98	88.333,59	598.195,39	246.174,61	584.851,91
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	834.370,00	844.370,00	135.823,48	757.681,02	86.688,98	88.333,59	598.195,39	246.174,61	584.851,91
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	50.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	889.970,00	889.970,00	135.823,48	757.681,02	132.288,98	88.333,59	598.195,39	291.774,61	584.851,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	889.970,00	889.970,00	135.823,48	757.681,02	132.288,98	88.333,59	598.195,39	291.774,61	584.851,91
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	84.125,42	-	97.468,90
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	889.970,00	889.970,00	135.823,48	757.681,02	-	88.333,59	682.320,81	-	682.320,81
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- CIAS, emitido em 22/set/2026 as 10h e 21m.									
SANDRO APARECIDO VIDAL			***EDSON PALOTTA NETTO.***				***MARCELO REGINALDO FERREIRA***		
Controle Interno			Presidente				Contador CRC-PR 046668-0/PR		

Publicado por:
Marina do Nascimento Gonçalves
Código Identificador:21658EFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 271/2026. DATA DA REALIZAÇÃO: 25/09/2026.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 271/2026.

DATA DA REALIZAÇÃO: 25/09/2026.

O **MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA,** entidade pública estabelecido na Avenida do Rosário, nº 228, Centro Santa Lúcia - Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93 , **DISPENSA** a Licitação, conforme o inciso II do Artigo 75, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, a favor da empresa **URBAN CONTROLE TECNOLOGICO LTDA**, sito à Rua Israel Da Vigo Silveira, 351 Sala 01 - Cep: 85803040 - Bairro: Santa Felicidade Cidade/Uf: Cascavel/PR, inscrita no CNPJ sob nº 36.357.589/0001-27, para **Contratação de empresa especializada para realização de ensaios tecnológicos de pavimentação e emissão dos respectivos laudos técnicos de contraprova, com vistas à verificação da qualidade do revestimento asfáltico, das condições da base, sub-base e subleito do pavimento executado no âmbito do Contrato nº 16/2024 - Pavimentação de Vias Urbanas - SAM/Lote 34/01, no Município de Santa Lúcia/PR.**, no valor de ***R$ 11.980,00 (Onze Mil, Novecentos e Oitenta Reais),*** por um período de **60 Dias**, conforme abaixo descrito:

URBAN CONTROLE TECNOLOGICO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ENSAIO DE PERCENTAGEM DE BETUME - MISTURAS BETUMINOSAS			UN	18,00	150,00	2.700,00
1	2	ENSAIO DE CONTROLE DO GRAU DE COMPACTAÇÃO DA MISTURA ASFÁLTICA			UN	18,00	50,00	900,00
1	3	POÇO DE INSPEÇÃO (VERIFICAÇÃO GRAUDE DE COMPACTAÇÃO BASE E SUB BASE)			UN	3,00	600,00	1.800,00
1	4	ENSAIO IN-SITU (VERIFICAR GRAU DE COMPACTAÇÃO BASE)			UN	3,00	100,00	300,00
1	5	ENSAIO IN-SITU (VERIFICAR GRAU DE COMPACTAÇÃO SUB-LEITO)			UN	3,00	100,00	300,00
1	6	EXTRAÇÃO DE CORPO DE PROVA DE CONCRETO ASFÁLTICO COM SONDA ROTATIVA)			UN	18,00	70,00	1.260,00
1	7	TAMPOAMENTO FUROS DE SONDAGEM E POÇO DE INSPEÇÃO			UN	18,00	40,00	720,00
1	8	ENSAIO VIGA BENKELMAN (DEFLEXÃO PAVIMENTO)			UN	1,00	2.500,00	2.500,00
1	9	MOBILIZAÇÃO E DIÁRIA DE EQUIPE			UN	1,00	1.500,00	1.500,00
TOTAL								11.980,00

As razões que levaram á escolha do contratado, nos termo do art. 72, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 37/2025 são: nos termos do art. § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 art. 15, inciso I do Decreto Municipal nº 37/2025.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná,

vinte e cinco dias de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:F9A6A0D5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2026. DATA DA REALIZAÇÃO: 25/09/2026.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2026.

DATA DA REALIZAÇÃO: 25/09/2026.

O **MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA,** entidade pública estabelecido na Rua do Rosário, nº 228, Centro Município de Santa Lúcia - Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93, declara **INEXIGÍVEL** o Processo de Licitação, fundamentado pelo art. 74 e 86 paragráfo §2°, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, a favor da empresa **ATUATI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA**, sito à R Jose Schmitt, 1585 - Cep: 98690000 - Bairro: Centro Cidade/Uf: São Martinho/RS, inscrita no CNPJ sob nº 01.435.215/0001-06, para a Aquisição de ensiladeira agrícola nova para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 007/2025 gerenciada pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai CIRAU., no valor de **R$ 122.463,36 (Cento e Vinte e Dois Mil, Quatrocentos e Sessenta e Três Reais e Trinta e Seis Centavos),** por um período de 365 Dias, conforme abaixo descrito:

ATUATI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ENSILADEIRA Ensiladeira com as seguintes características mínimas: equipamento novo; capacidade de corte de duas linhas; transmissão caixa cardan e comando hidráulico completo; plataforma de área total de corte 1 metro; duas linhas para milho; sistema de afiação de facas redondo; bica de saída em aço carbono e acionamento hidráulico total; rotor com 12 facas e 6 lançadores; sistema quebra grãos de série; número de rolos 4; potência para acionamento mínimo de 65 cv; capacidade de produtividade mínimo de 30 t/h	NOGUEIRA		UN	2,00	61.231,68	122.463,36
TOTAL								122.463,36

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, 25/09/2026.

SILVANO TORTELLI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:DB07ABCC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 061/2026

LEI MUNICIPAL Nº 061/2026.

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional Suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Suplementar, na importância total de R$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), destinado a execução do CONVÊNIO Nº 997943/2026 - M.A.P. AQUIS. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, cuja consignação far-se-á nas seguintes dotações do orçamento vigente:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
09.	DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E FOMENTO AGROPECUÁRIO	
09.001.	DIRETORIA GERAL DA D.I.C.F.A.	
09.001.20.	AGRICULTURA	
09.001.20.605.	ABASTECIMENTO	
09.001.20.605.0028.	INCENTIVO À AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001.20.605.0028.1.423.	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 32085 Código Local 32085 Fonte Padrão 1006.03.99.01.02	CONVÊNIO Nº 997943/2026 - M.A.P. AQUIS. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	477.500,00
Total do Credito Autorizado		**477.500,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do Excesso de Arrecadação Alínea de Receita do Exercício Corrente, a seguir discriminado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	DENOMINAÇÃO DA FONTE	VALOR
Fonte TCE 32085 Código Local 32085 Fonte Padrão 1006.03.99.01.02	RECEITA 2.4.1.9.99.0.1.06.00.00.00.00. CONVÊNIO Nº 997943/2026 - M.A.P. AQUIS. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	477.500,00
	TOTAL GERAL DA LEI	**477.500,00**

Artigo 3º Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional Suplementar na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 25 dias do mês de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:705F2367

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA – SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema

PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL

CNPJ – 76.167.733/0001-87

Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000

Fone/Fax 0900 090 4201 – Sapopema - PR

www.sapopema.pr.gov.br

AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA – SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026						
Nro. Contrato	**Nome do Contratado**	**Saldo Inicial**	**INSCRIÇÃO**	**Valor Depreciação**	**Valor Amortização**	**Saldo Atual**
6/2013	FUNPREV I	108.582,69	677.588,03	0,00	786.170,72	0,00
3/2021	Programa Finisa–Pavimentação	1.047.988,76	124.787,42	0,00	249.920,38	922.855,80
2/2024	OP CRED GINASIO ESPORTES	3.791.335,47	2.055.677,46	0,00	1.027.593,47	4.819.419,46
1/2026	PREC. ANTONIO H DA SILVA	0,00	16.197,23	0,00	16.197,23	0,00
Total da Movimentação ocorrida no Período		**4.947.906,92**	**2.874.250,14**	**0,00**	**2.079.881,80**	**5.742.275,26**

Definição:

DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA - montante apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de Crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - Dívida Consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Confronto do Saldo Inicial com o Saldo Final

Analisando o Saldo Inicial do montante da Dívida Pública Municipal, na importância de R$. 4.947.906,92, com o Saldo Final do período analisado que registrou R$. 5.742.275,26, concluímos que o montante da Dívida teve um acréscimo no valor de R$. 794.368,34, o que representa uma alta de 16,05%.

Representação percápita da Dívida Pública Municipal:

De acordo com os dados do IBGE, a população do município é de 6.778 habitantes. Analisando percapitamente a Dívida Pública Atual do município, podemos dizer que ela seria paga com uma contribuição de R$. 847,19 de cada habitante de nosso município.

Do comprometimento das Receitas Municipais:

A arrecadação média mensal do município no período foi de R$. 6.554.437,97. Fazendo uma projeção do saldo da dívida com a média da arrecadação, podemos dizer que toda a dívida seria paga com 87,61% da média mensal arrecadação no período.

Da previsão de amortização da Dívida:

A LDO prevê uma média mensal de amortização da dívida de R$. 166.250,00. No período analisado a média mensal de amortização foi de R$. 259.985,23. Nesse mesmo período foi feito uma inscrição de R$ 2.874.250,14 referente a juros, operações de credito, inscrições sentença e fundo de previdência.

Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR

Prefeito Municipal

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA

Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:A08E7600

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVALIAÇÃO DAS METAS DE ARRECADAÇÃO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema	
PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL	
CNPJ – 76.167.733/0001-87	
Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000	
www.sapopema.pr.gov.br	Fone/Fax 0900 090 4201 -Sapopema - PR
AVALIAÇÃO DAS METAS DE ARRECADAÇÃO	
SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026	
Descrição	**Valores**
Receitas Correntes previstas atualizada até o Quadrimestre	33.117.634,40
Receitas de Capital previstas atualizada até o Quadrimestre	22.237.724,80
Receitas Intra-orçamentária previstas atualizada até o Quadrimestre	926.666,66
Superávit Financeiro em fontes vinculadas de 2025	6.461.059,54
Total das Metas de Arrecadação previstas até o quadrimestre	62.743.085,40
Receitas Correntes arrecadadas até o Quadrimestre	35.560.159,57
Receitas de Capital arrecadadas até o Quadrimestre	9.512.728,97
Receitas Intra orçamentária arrecadadas até o Quadrimestre	821.555,65
Transferência Financeira (Devolução Câmara Municipal)	80.000,00
Superávit Financeiro em fontes vinculadas de 2025	6.461.059,54
Total da Arrecadação verificada até o quadrimestre	52.435.503,73
Da legislação:	
O Artigo 13º da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal traz o seguinte enunciado: 'No prazo previsto no Artigo 8º, (trinta dias após a publicação do Orçamento) as receitas previstas serão desdobradas em metas bimestrais de arrecadação...'.	
Dos resultados apresentados:	
Pelos dados acima apresentados, conclui-se que até o término do período analisado, o município não cumpriu o Artigo 13, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal após as previsões de receitas terem atualizadas, tendo em vista que o total da Receita Arrecadada, no montante de R$ 52.435.503,73, ficou abaixo das Metas de Arrecadação Previstas atualizada, que estão estimadas em R$ 62.743.085,40.	
Com relação ainda aos resultados apresentados, concluímos que houve um déficit verificado no confronto da previsão atualizada com a arrecadação realizada de R$. 10.307.581,67, comparando com a previsão inicial em que o valor previsto era de R$ 30.585.600,00 houve um superávit de R$ 21.849.903,73, tirando o superávit de 2025, ficaríamos com um Superávit de R$ 15.388.844,19.	
Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.	
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:FB692142

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONFRONTO ARRECADAÇÃO X DESEMBOLSO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema			
PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL			
CNPJ – 76.167.733/0001-87			
Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000			
www.sapopema.pr.gov.br		Fone/Fax 0900 090 4201 - Sapopema - PR	
CONFRONTO ARRECADAÇÃO x DESEMBOLSO			
SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026			
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Receita Corrente Arrecadada	35.560.159,57	Despesa Corrente Empenhada	31.488.165,02
Receita de Capital Arrecadada	9.512.728,97	Despesa de Capital Empenhada	31.687.459,36
Receitas Intraorçamentária arrecadadas	821.555,65	Despesa Intraorçamentaria Empenhada	897.324,41
Transf. Financeira Dev.Câmara Municipal	80.000,00	Transferência Financeira (Câmara Municipal)	1.470.000,00
Superávit Financeiro em fontes vinc de 2025	6.461.059,54		
Total das Receitas Arrecadadas	52.435.503,73	**Total das Despesas Empenhadas**	65.542.948,79
Resultado	**Quociente**		
13.107.445,06	**1,25**		

Da legislação aplicada:

PLANEJAMENTO é o grande princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei 4.320/64, em seu Artigo 48, Alínea 'b', define como necessário: 'manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesas realizadas, de modo a deduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria'.

Do resultado apresentado:

O confronto das Receitas Arrecadadas com as Despesas Empenhadas no período apresenta valores positivo, ou seja, existiu no planejamento para manutenção um desequilíbrio financeiro. Enquanto as receitas do período registram a cifra de R$. 52.435.503,73, as despesas empenhadas e transferências contabilizam a soma de R$. 65.542.948,79, proporcionando um Déficit de R$. 13.107.445,06.

Da limitação de Empenho

Os números apontam que houve um Superávit da receita, ou seja, a receita arrecadada ficou maior do que a despesa empenhada. Como a situação é de desequilíbrio, faz a necessidade da limitação de empenho e/ou contingenciamento de despesa, na forma de que trata o Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR

Prefeito Municipal

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA

Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:B4B4B171

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONFRONTO ARRECADAÇÃO X DESEMBOLSO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema	
PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL	
CNPJ – 76.167.733/0001-87	
Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000	
www.sapopema.pr.gov.br	Fone/Fax 0900 090 4201 - Sapopema - PR
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE INVESTIMENTO	
SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026	
Período	**Meta Alcançada**
Média mensal da Meta de Despesas com Investimentos previstos atualizada para o Exercício Financeiro	4.901.244,75
Despesa com Investimentos realizada até o Primeiro Quadrimestre	6.375.113,76
Despesa com Investimentos realizada até o Segundo Quadrimestre	30.175.381,09
Despesa com Investimentos realizada até o Terceiro Quadrimestre	

Definição:

INVESTIMENTOS são despesas resultantes da execução de obras, aquisição de bens móveis e imóveis, sejam eles instalações ou equipamentos e material permanente. São recursos investidos que resultam no aumento do Patrimônio do município.

Do Confronto com os valores previstos:

O quadro acima demonstra que o valor das Despesas com INVESTIMENTO verificado ao término do período analisado, foi de R$ 30.175.381,09, enquanto que o valor total da previsão inicial na LDO para o exercício é de R$. 1.034.600,00.

Dos resultados apresentados:

Comparando a média mensal das Despesas com INVESTIMENTO previsão inicial na LDO, na importância de R$ 86.216,67, com a média mensal apurada ao término do período analisado, no valor de R$ 3.771.922,64, podemos deduzir que os Investimentos ficaram 4.374,93% acima da previsão inicial estimada.

Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR

Prefeito Municipal

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA

Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:9728DF40

ADMINISTRAÇÃO GERAL
INDICADORES DOS GASTOS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema		
PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL		
CNPJ – 76.167.733/0001-87		
Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000		
www.sapopema.pr.gov.br	Fone/Fax 0900 090	4201 - Sapopema - PR
INDICADORES DOS GASTOS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL		
SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026		
Total de Gastos até o período	**Recursos executado do SUAS e outros até o período**	**Recursos Próprios Aplicados**
4.242.395,47	2.680.996,06	1.561.399,41
Percentual aplicado no Primeiro Quadrimestre		**5,05 %**
Percentual aplicado no Segundo Quadrimestre		**6,62 %**
Percentual aplicado no Terceiro Quadrimestre		**%**
Do cumprimento do índice legal		
De acordo com a Lei 8.742/1993 alterada pela Lei 12.435/2011, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas		
Do confronto do previsto com o realizado:		
O orçamento inicial do município prevê uma aplicação de 4,65% em despesas com Assistência Social. A aplicação efetiva foi de 6,62%, ou seja, foi aplicado		
42,37% a maior do que havia sido previsto.		
Da aplicação percápita:		
Fazendo uma análise percápita dos recursos executados, podemos afirmar que os executados do SUAS representam R$. 395,54 por habitante do município, enquanto que o município investiu de recursos próprios o montante de R$. 230,36 por habitante. O total de despesas com Assistência Social por habitante representa uma aplicação de R$. 625,90, dos quais 36,80% foram oriundos de		
recursos próprios do município.		

Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR

Prefeito Municipal

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA

Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2EBF4565

ADMINISTRAÇÃO GERAL
INDICADORES DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Prefeitura Municipal de Sapopema			
PIONEIRO DO URÂNIO NO BRASIL SUL			
CNPJ – 76.167.733/0001-87			
Av. Manoel Ribas, 818 – CEP: 84.290-000			
www.sapopema.pr.gov.br		Fone/Fax 0900 090 4201	- Sapopema - PR
INDICADORES DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO			
SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026			
Total de Gastos na Função 12 - Educação	**Total de gastos no Ensino Fundamental**	**Total de Gastos no ensino infantil**	**Outros Gastos em Ed. (EJA) – Ens.Superior**
9.960.975,04	7.862.790,20	1.225.392,92	872.791,92
Percentual Gastos c/ Educação previstos para o Exercício			**25,00 %**
Percentual aplicado em Educação até o 1º Quadrimestre			**20,69 %**
Percentual aplicado em Educação até o 2º Quadrimestre			**22,95 %**
Percentual aplicado em Educação até o 3º Quadrimestre			**%**
Receita do FUNDEB arrecadada até o Quadrimestre			5.721.001,01
Receita do FUNDEB VAAT arrecadada até o Quadrimestre			1.011.398,57
Receita do FUNDEB VAAR arrecadada até o Quadrimestre			475.415,42
Receita do FUNDEB ETI arrecadada até o Quadrimestre			6.095,60
Receita de Aplicação Financeira			81.318,07
Despesas realizadas com Magistério até o Quadrimestre			4.404.816,63
% aplicado com o Magistério			**64,65 %**
Do cumprimento do índice legal			
O artigo 212 da Constituição Federal define a obrigatoriedade da aplicação mínima de 25,00% da Receita Resultante de Impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.			
Do confronto do previsto com o realizado:			
O orçamento do município prevê uma aplicação de 25,00 % em despesas com			
Educação. A aplicação efetiva foi de 22,95%, ou seja, foi aplicado 8,20% a menor que a previsão.			
Das Despesas com o Magistério:			
A Receita do FUNDEB, VAAT E ETI no período contabilizou R$. 6.738.495,18, mais uma aplic. Financ. de R$ 81.318,07 e foi aplicado com a remuneração dos profissionais da educação e professores em efetivo exercício no magistério a importância de R$. 4.404.816,63. Isto representa uma aplicação de 64,65%.			

Prefeitura Municipal de Sapopema, em 28 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR

Prefeito Municipal

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA

Contador

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:0E66947A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5197/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 5.611.728,30 (Cinco Milhões, Seiscentos e Onze Mil, Setecentos e Vinte e Oito Reais e Trinta Centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.841 de 25/09/2026.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 5.611.728,30 (Cinco Milhões, Seiscentos e Onze Mil, Setecentos e Vinte e Oito Reais e Trinta Centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2051	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	414.170,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2261	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	224.600,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1900	00101-Fundeb 60%	143.800,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2050	00101-Fundeb 60%	2.414.890,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2380	00101-Fundeb 60%	15.000,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1910	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	12.230,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2070	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	383.000,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2271	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	704.910,30
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2400	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	32.500,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2081	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	79.100,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2281	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	40.807,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1920	00101-Fundeb 60%	50.360,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2080	00101-Fundeb 60%	402.593,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2410	00101-Fundeb 60%	98.000,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1930	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.900,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2291	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	191.500,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2430	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	7.500,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2030	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	17.000,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2190	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	193.295,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2370	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	82.000,00

12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2520	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	17.940,00
08.002	DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
12.361.0025.2032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2541	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	11.950,00
2550	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	19.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2561	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	3.049,00
2560	00101-Fundeb 60%	11.000,00
2570	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	11.500,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2690	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	14.664,00
08.003	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.365.0026.2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PRE ESCOLAR	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3140	00101-Fundeb 60%	3.000,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
3270	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.470,00
	SUBTOTAL	5.611.728,30
	TOTAL	5.611.728,30

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2060	00102-Fundeb 40%	170.000,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2260	00101-Fundeb 60%	1.030.000,00
2270	00102-Fundeb 40%	410.510,87
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2390	00102-Fundeb 40%	461.700,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2090	00102-Fundeb 40%	60.000,00
2100	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
2101	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.838,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2280	00101-Fundeb 60%	113.000,00
2290	00102-Fundeb 40%	45.600,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2420	00102-Fundeb 40%	51.500,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1940	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2110	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.000,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2300	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.500,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2440	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.600,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
1950	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2120	00102-Fundeb 40%	44.470,00
2130	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	19.210,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2310	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2460	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	510,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
1970	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	23.500,00

12.365.0011.2027	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PRÉ ESCOLAR	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2210	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	13.000,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1990	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	450,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2150	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	237,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2330	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.225,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2480	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.688,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2000	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2010	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2170	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2350	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2500	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.000,00
08.002	DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
12.361.0025.2032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2580	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.365.0025.2034	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2800	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.361.0025.2032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2590	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.365.0025.2034	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2810	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.361.0025.2032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2600	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.695,00
12.365.0025.2034	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2820	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.000,00
12.361.0025.2032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2670	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	4.816,00
12.365.0025.2034	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2890	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	6.775,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2920	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.000,00
08.003	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2930	00101-Fundeb 60%	928.000,00
12.365.0026.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3290	00101-Fundeb 60%	79.000,00
3300	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2940	00101-Fundeb 60%	123.000,00
12.365.0026.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3310	00101-Fundeb 60%	12.000,00
3320	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2950	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.365.0026.2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PRE ESCOLAR	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3150	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.365.0026.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3330	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2960	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	16.000,00
12.365.0026.2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PRE ESCOLAR	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3160	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00

12.365.0026.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3340	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2980	00102-Fundeb 40%	25.918,13
2990	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	54.015,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3040	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3060	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	425.010,00
12.365.0026.2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PRE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3230	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	40.884,00
12.365.0026.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR CRECHE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3390	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.770,00
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
3110	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	50.000,00
08.004	DEPARTAMENTO DE APOIO À INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	
12.361.0027.2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3430	00101-Fundeb 60%	40.000,00
3440	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3450	00101-Fundeb 60%	18.000,00
3460	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.100,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3470	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3480	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3500	00102-Fundeb 40%	140.000,00
3510	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	65.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3530	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3550	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	28.633,00
12.365.0027.2040	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL CRECHES	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3670	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	8.000,00
12.361.0027.2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
3570	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	9.960,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3580	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	40.000,00
12.365.0027.2039	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL PRE ESCOLAR	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3630	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
12.365.0027.2040	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL CRECHES	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3690	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
08.005	DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMA	
12.361.0028.2042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3730	00101-Fundeb 60%	8.950,00
3740	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3750	00101-Fundeb 60%	19.170,00
3760	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	110,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3770	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3780	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	4.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3790	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0028.2041	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3700	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.365.0028.2043	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS PRE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3860	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
12.365.0028.2044	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS CRECHES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3900	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.361.0028.2042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
3820	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	9.960,00
12.361.0028.2041	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3720	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.361.0028.2042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3830	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00

12.365.0028.2043	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS PRE ESCOLAR	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3880	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
08.006	DEPARTAMENTO DE COMPRAS	
12.365.0029.2048	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS CRECHES	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
4410	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.000,00
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4040	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
4050	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4090	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	640,00
12.365.0029.2048	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS CRECHES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4430	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	45.459,00
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4160	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	355.950,00
12.365.0029.2047	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS PRE ESCOLAR	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4350	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	101.000,00
12.361.0029.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS EDUCAÇÃO ESPECIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3970	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	9.732,30
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4190	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	13.500,00
12.365.0029.2048	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS CRECHES	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4520	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.500,00
12.361.0029.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS EDUCAÇÃO ESPECIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3990	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	41.096,00
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4210	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.647,00
12.365.0029.2047	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS PRE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4380	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	91,00
12.365.0029.2048	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS CRECHES	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4540	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.965,00
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4250	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	19.920,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4260	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.000,00
08.007	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	
12.361.0030.2049	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4580	00101-Fundeb 60%	116.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4590	00101-Fundeb 60%	15.500,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4600	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
4610	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.365.0030.2050	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PRE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4720	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0030.2049	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4660	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.365.0030.2051	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS CRECHE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4740	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0030.2049	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
4670	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	9.060,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4680	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	4.980,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4700	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	49.900,00
12.365.0030.2050	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PRE ESCOLAR	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4730	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.365.0030.2051	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS CRECHE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4750	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.983,00
	SUBTOTAL	5.611.728,30
	TOTAL	5.611.728,30

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua promulgação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 25/09/2026

GERSON NUNES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:37AA783E

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 841/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 5.611.728,30 (Cinco Milhões, Seiscentos e Onze Mil, Setecentos e Vinte e Oito Reais e Trinta Centavos), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SENGÉS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU GERSON NUNES, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 5.611.728,30 (Cinco Milhões, Seiscentos e Onze Mil, Setecentos e Vinte e Oito Reais e Trinta Centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2051	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	414.170,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2261	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	224.600,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1900	00101-Fundeb 60%	143.800,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2050	00101-Fundeb 60%	2.414.890,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2380	00101-Fundeb 60%	15.000,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1910	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	12.230,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2070	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	383.000,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2271	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	704.910,30
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2400	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	32.500,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2081	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	79.100,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2281	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	40.807,00

12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1920	00101-Fundeb 60%	50.360,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2080	00101-Fundeb 60%	402.593,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2410	00101-Fundeb 60%	98.000,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1930	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.900,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2291	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	191.500,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2430	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	7.500,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2030	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	17.000,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2190	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	193.295,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2370	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	82.000,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2520	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	17.940,00
08.002	DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
12.361.0025.2032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2541	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	11.950,00
2550	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	19.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2561	00098-Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	3.049,00
2560	00101-Fundeb 60%	11.000,00
2570	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	11.500,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2690	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	14.664,00
08.003	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.365.0026.2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PRE ESCOLAR	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3140	00101-Fundeb 60%	3.000,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
3270	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.470,00
	SUBTOTAL	5.611.728,30
	TOTAL	5.611.728,30

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2060	00102-Fundeb 40%	170.000,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2260	00101-Fundeb 60%	1.030.000,00
2270	00102-Fundeb 40%	410.510,87
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2390	00102-Fundeb 40%	461.700,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2090	00102-Fundeb 40%	60.000,00
2100	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
2101	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.838,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2280	00101-Fundeb 60%	113.000,00
2290	00102-Fundeb 40%	45.600,00

12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2420	00102-Fundeb 40%	51.500,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1940	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2110	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.000,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2300	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.500,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2440	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.600,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
1950	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2120	00102-Fundeb 40%	44.470,00
2130	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	19.210,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2310	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2460	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	510,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
1970	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	23.500,00
12.365.0011.2027	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PRÉ ESCOLAR	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2210	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	13.000,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1990	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	450,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2150	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	237,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2330	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.225,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2480	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.688,00
12.361.0011.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2000	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2010	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2170	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2350	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2500	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.000,00
08.002	DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
12.361.0025.2032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2580	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.365.0025.2034	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2800	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.361.0025.2032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2590	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.365.0025.2034	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2810	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.361.0025.2032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2600	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.695,00
12.365.0025.2034	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2820	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.000,00
12.361.0025.2032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

2670	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	4.816,00
12.365.0025.2034	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2890	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	6.775,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2920	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.000,00
08.003	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2930	00101-Fundeb 60%	928.000,00
12.365.0026.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3290	00101-Fundeb 60%	79.000,00
3300	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2940	00101-Fundeb 60%	123.000,00
12.365.0026.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3310	00101-Fundeb 60%	12.000,00
3320	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2950	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.365.0026.2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PRE ESCOLAR	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3150	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.365.0026.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3330	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2960	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	16.000,00
12.365.0026.2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PRE ESCOLAR	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3160	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
12.365.0026.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR CRECHE	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3340	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2980	00102-Fundeb 40%	25.918,13
2990	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	54.015,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3040	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3060	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	425.010,00
12.365.0026.2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PRE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3230	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	40.884,00
12.365.0026.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR CRECHE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3390	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.770,00
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
3110	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	50.000,00
08.004	DEPARTAMENTO DE APOIO À INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	
12.361.0027.2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3430	00101-Fundeb 60%	40.000,00
3440	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3450	00101-Fundeb 60%	18.000,00
3460	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.100,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3470	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3480	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3500	00102-Fundeb 40%	140.000,00
3510	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	65.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3530	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3550	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	28.633,00
12.365.0027.2040	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL CRECHES	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3670	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	8.000,00
12.361.0027.2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
3570	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	9.960,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3580	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	40.000,00
12.365.0027.2039	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL PRE ESCOLAR	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	

3630	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
12.365.0027.2040	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL CRECHES	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3690	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
08.005	DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMA	
12.361.0028.2042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3730	00101-Fundeb 60%	8.950,00
3740	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3750	00101-Fundeb 60%	19.170,00
3760	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	110,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3770	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3780	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	4.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3790	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0028.2041	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3700	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.365.0028.2043	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS PRE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3860	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
12.365.0028.2044	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS CRECHES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3900	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.361.0028.2042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
3820	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	9.960,00
12.361.0028.2041	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS EDUCAÇÃO ESPECIAL ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3720	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.361.0028.2042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3830	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
12.365.0028.2043	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMAS PRE ESCOLAR	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3880	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
08.006	DEPARTAMENTO DE COMPRAS	
12.365.0029.2048	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS CRECHES	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
4410	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.000,00
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4040	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
4050	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4090	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	640,00
12.365.0029.2048	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS CRECHES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4430	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	45.459,00
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4160	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	355.950,00
12.365.0029.2047	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS PRE ESCOLAR	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4350	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	101.000,00
12.361.0029.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS EDUCAÇÃO ESPECIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3970	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	9.732,30
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4190	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	13.500,00
12.365.0029.2048	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS CRECHES	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4520	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.500,00
12.361.0029.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS EDUCAÇÃO ESPECIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3990	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	41.096,00
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4210	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.647,00
12.365.0029.2047	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS PRE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4380	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	91,00
12.365.0029.2048	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS CRECHES	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4540	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.965,00
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4250	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	19.920,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4260	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.000,00

08.007	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	
12.361.0030.2049	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4580	00101-Fundeb 60%	116.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4590	00101-Fundeb 60%	15.500,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4600	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
4610	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
12.365.0030.2050	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PRE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4720	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0030.2049	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4660	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.365.0030.2051	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS CRECHE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4740	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0030.2049	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
4670	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	9.060,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4680	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	4.980,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4700	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	49.900,00
12.365.0030.2050	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PRE ESCOLAR	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4730	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.365.0030.2051	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS CRECHE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4750	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.983,00
	SUBTOTAL	5.611.728,30
	TOTAL	5.611.728,30

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 25/09/2026

GERSON NUNES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:86DD1746

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO VI TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026

Pregão Presencial nº 013/2026 - Processo Licitatório nº 041/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DIB LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 04.173.883/0001-92.

OBJETO DO ADITIVO: Este termo tem por fim reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços através da revisão dos Lotes 01 (Gasolina Comum), 02 (Óleo Diesel Comum) e 03 (Óleo Diesel S10).

DO VALOR REGISTRADO RESULTANTE DA REVISÃO: O valor unitário do Lote 01 (Gasolina Comum) de R$ 7,15 (sete reais e quinze centavos) para R$ 6,99 (seis reais e noventa e nove centavos), do Lote 02 (Óleo Diesel Comum) de R$ 6,07 (seis reais e sete centavos) para R$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos), e do Lote 03 (Óleo Diesel S10) de R$ 6,89 (seis reais e oitenta e nove centavos) para R$ 7,96 (sete reais e noventa e seis centavos), conforme abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Procedência Bandeira	Unidade	Quantidade pendente de fornecimento	Preço
1	1	GASOLINA GASOLINA	RDP DISTR	LTS	25.600,00	6,99

2	1	ÓLEO DIESEL ÓLEO DIESEL	RDP DISTR	LTS	3.500,00	6,60
3	1	ÓLEO DIESEL S10	RDP DISTR	LTS	98.970,00	7,96

DO VALOR TOTAL: Em razão ao exposto no presente, acrecer-se-á ao valor total da Ata de Registro de Preços em epígrafe o montante equivalente a R$ 103.656,90 (cento e três mil seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos).

DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 24/09/2026.

FORO: Sengés/PR.

Sengés, 25 de setembro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:972E3E4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **Flávio Marcelino Fantin**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	82/2026
b) Licitação Nº:	8/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	25/09/2026
e) Objeto Homologado:	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E TRATAMENTO DE EFLUENTES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, INCLUINDO OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS COLETIVAS E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE.

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
101	**33040175120020231433903000000**	**1076**	**MATERIAL DE CONSUMO**
91	**33030175120020231333903000000**	**1076**	**MATERIAL DE CONSUMO**

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: 65.668.789 JEAN CARLOS YUKIO HOKAZONO - CNPJ: 65.668.789/0001-07 - Valor total homologado: R$ 30.146,0000							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	FLUOSSILICATO DE SÓDIO, Na2SiF6, PRODUTO EM PÓ BRANCO COM CONCENTRAÇÃO MÍNIIMA 98,5% EM EMBALAGEM 25 KG.	HIDRODOMI	Saco	50	R$ 475,0000	R$ 23.750,00
1	3	PASTILHAS DE CLORO TABLETE SÓLIDO DE CLORO. Composição química: Ácido Tricloroisocianúrico. Teor de cloro ativo 90%. Tabletes Sólidos de 200 g cada. Embalados em bombonas de 50 kg.	HIDRODOMI	Unidade	4	R$ 1.599,0000	R$ 6.396,00

Fornecedor: DNA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - CNPJ: 39.878.167/0001-95 - Valor total homologado: R$ 74.500,0000							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	SAL GRANULADO (CLORETO DE SÓDIO) SEM IODO EM EMBALAGEM 25 KG	SDB	Saco	2000	R$ 37,2500	R$ 74.500,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 104.646,00

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Sertanópolis, 25 de setembro de 2026

FLÁVIO MARCELINO FANTIN

Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:DCBFFB20

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **Flávio Marcelino Fantin**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	88/2026
b) Licitação Nº:	77/2026
c) Modalidade:	Dispensa
d) Data Homologação:	25/09/2026
e) Objeto Homologado:	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS.

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
34	**3103017122000223063390300000**	**1076**	**MATERIAL DE CONSUMO**

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: JN PNEUS LTDA - CNPJ: 44.472.217/0001-70 - Valor total homologado: R$ 2.080,00							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	PNEU 12.4.24 AGRÍCOLA 12 LONAS APROVADO PELO INMETRO	SUPERGUIDER QH611	Unidade	2	R$ 1.040,00	R$ 2.080,00

Fornecedor: VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA - CNPJ: 39.859.999/0001-64 - Valor total homologado: R$ 4.660,00							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	PNEU 18.4.30 AGRÍCOLA 12 LONAS APROVADO PELO INMETRO	SPEEDROAD 01351	Unidade	2	R$ 2.330,00	R$ 4.660,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 6.740,00

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Sertanópolis, 25 de setembro de 2026

FLÁVIO MARCELINO FANTIN

Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:A4CAB4A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 424/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 77/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 77/2026 de 14/08/2026(quatorze dias de agosto de 2026) que tem por objeto a **Aquisição de materiais e equipamentos para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Art. 2º. – Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

FISIOFIT FABRICACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	APARELHO DE PILATES TIPO REFORMER COMPLETO COM ESTOFAMENTO Especificações mínimas Aparelho de Pilates tipo Reformer, destinado à prática de exercícios de reabilitação física, fortalecimento muscular e condicionamento físico, contendo, no mínimo, as seguintes especificações: Estrutura confeccionada em madeira maciça certificada originaria de reflorestamento (eucalipto, lyptus ou material de resistência equivalente); Capacidade mínima de carga de 140 kg; Estrutura reforçada com componentes metálicos em aço carbono, aço inoxidável ou material de resistência equivalente; Carrinho deslizante equipado com sistema de, no mínimo, 8 rodas com rolamentos, proporcionando deslocamento suave e silencioso; Sistema de travamento de segurança para fixação da barra inferior;	FISIOFIT	REFORMER	UNID	2,00	6.100,00	12.200,00

		Barra de regulagem da tensão das molas com, no mínimo, 3 níveis de ajuste; Estofamento confeccionado em espuma de alta densidade, revestido em material sintético impermeável, resistente ao desgaste e de fácil higienização, na cor preta ou equivalente; Molas confeccionadas em aço carbono com tratamento anticorrosivo ou material de resistência equivalente. Acessórios mínimos O equipamento deverá ser fornecido com, no mínimo: 01 par de alças para mãos; 01 par de alças para pés; 01 prancha de salto (Jump Board); 01 torre simples; 01 par de cordas; 02 molas de alta resistência; 02 molas de média resistência; 01 mola de baixa resistência; 01 estofamento principal do carrinho; 01 estofamento do apoio de cabeça; 01 par de estofamentos para apoio dos ombros; 01 plataforma de extensão.						

2	1	APARELHO DE PILATES TIPO LADDER BARREL COM ESTOFAMENTO Especificações mínimas: Aparelho de Pilates tipo Ladder Barrel, destinado à prática de exercícios de reabilitação física, fortalecimento muscular, alongamento e condicionamento físico, contendo, no mínimo, as seguintes especificações: Estrutura confeccionada em madeira maciça certificada originaria de reflorestamento (eucalipto ou material de resistência equivalente), reforçada com componentes metálicos em aço carbono, aço inoxidável ou material de resistência equivalente; Capacidade mínima de carga de 140 kg; Espaldar equipado com barra superior contendo olhais (ganchos) em ambas as extremidades para fixação de acessórios, quando aplicável; Estrutura do espaldar confeccionada em perfil de aço oblongo (arredondado) ou material de resistência equivalente; Barrel revestido com espuma de alta densidade ou EVA de alta resistência, recoberto por material sintético impermeável, resistente ao desgaste e de fácil higienização; Sistema de regulagem da distância entre o barrel e o espaldar, por meio de barra móvel com travamento seguro; Dimensões aproximadas: Comprimento: 106,5 cm; Largura: 62 cm; Altura: 97 cm; Admitida variação de até ±5%;	FISIOFIT	LADDER BARREL	UNID	2,00	1.900,00	3.800,00

		Peso aproximado de 30 kg. Acessórios mínimos O equipamento deverá ser fornecido com, no mínimo: 01 barra móvel; 02 presilhas para fixação da barra móvel; 02 buchas de proteção para a barra; 01 estofamento completo do Ladder Barrel.						
5	1	CADILLAC PARA PILATES COMPLETO COM ESTOFAMENTO Especificações mínimas: Equipamento tipo Cadillac para Pilates, destinado à realização de exercícios de reabilitação física e condicionamento, contendo as seguintes especificações mínimas: Estrutura confeccionada em madeira maciça certificada originaria de reflorestamento (eucalipto ou material de resistência equivalente), reforçada com componentes em aço carbono e aço inoxidável; Capacidade mínima de carga de 140 kg; Dimensões aproximadas de 230 cm (comprimento) × 78 cm (largura) × 220 cm (altura), admitindo variação de até ±5%; Barra móvel confeccionada em madeira ou material de resistência equivalente, com regulagem de altura e inclinação, permitindo no mínimo 5 posições de ajuste; Barra-torre equipada com sistema de regulagem de altura e conectores para fixação das molas; Apoios de ombro ajustáveis e reversíveis;	FISIOFIT	CADILLAC	UNID	2,00	7.850,00	15.700,00

		Apoio de cabeça com regulagem de inclinação de, no mínimo, 0° a 70°; Estofamento de alta densidade, revestido em material sintético impermeável, resistente ao desgaste e de fácil higienização, na cor preta. Acessórios mínimos: O equipamento deverá ser fornecido com, no mínimo: 01 par de alças para pés; 01 par de alças para mãos; 01 par de alças tipo fuzzy curtas; 01 par de alças tipo fuzzy longas; 01 cinto de segurança; 01 cinto de segurança com argolas; 01 balancinho com 2 argolas; 01 balancinho com 4 argolas; 01 balancinho em madeira com 2 argolas; 02 molas de baixa resistência; 02 molas de resistência média; 02 molas de resistência média/alta; 02 molas de alta resistência;						

		02 molas de resistência extra forte.						
9	1	PRANCHA DE SALTO Especificações mínimas: Base confeccionada em madeira maciça certificada originaria de reflorestamento (eucalipto ou material de resistência equivalente); Estrutura resistente para uso profissional contínuo; Sistema de fixação compatível com aparelhos Reformer profissionais; Estofamento em Espuma de alta densidade ou EVA de alta resistência, com espessura mínima de 30 mm; Revestimento em material sintético impermeável, resistente ao desgaste e de fácil higienização; Costuras reforçadas. Dimensões aproximadas: Altura: 81,5 cm; Largura: 51,8 cm; Espessura/Comprimento: 6,3 cm; Admite-se variação de até ±5% nas dimensões. Acabamento com bordas arredondadas ou protegidas, sem arestas cortantes; Acabamento em verniz ou revestimento de alta resistência.	FISIOFIT	PRANCHA DE SALTO	UNID	2,00	400,00	800,00
10	1	STEP CHAIR (WUNDA CHAIR) COM ESTOFAMENTO Especificações mínimas Aparelho de Pilates tipo Step Chair (Wunda Chair), destinado à prática de exercícios de reabilitação física, fortalecimento muscular e	FISIOFIT	STEP CHAIR	UNID	2,00	3.500,00	7.000,00

		condicionamento físico, contendo, no mínimo, as seguintes especificações: Estrutura confeccionada em madeira maciça certificada originaria de reflorestamento (eucalipto ou material de resistência equivalente); Base estrutural reforçada em aço carbono, aço inoxidável ou material de resistência equivalente; Capacidade mínima de carga de 140 kg; Acabamento em verniz fosco acetinado ou revestimento equivalente de alta resistência; Pedal com sistema de molas reguláveis, permitindo ajuste da resistência para diferentes níveis de exercício; Sistema de apoio (bengala) confeccionado em alumínio fundido ou material de resistência equivalente, com regulagem de altura em, no mínimo, 5 posições; Estofamento confeccionado em espuma de alta densidade, revestido em material sintético impermeável, resistente ao desgaste e de fácil higienização, na cor preta ou equivalente; Dimensões aproximadas: Comprimento: 105 cm; Largura: 61,5 cm; Altura: 98 cm; Admitida variação de até ±5%; Peso aproximado de 40 kg. Acessórios mínimos						

		O equipamento deverá ser fornecido com, no mínimo: 04 molas de alta resistência ou equivalente; 04 alças para fixação das molas; 01 estofamento completo para o assento.						
TOTAL								39.500,00
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR - LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	BOLA SUÍÇA PARA PILATES - 55 CM Especificações mínimas: Bola suíça destinada à prática de Pilates, fisioterapia, condicionamento físico, alongamento e reabilitação, confeccionada em PVC de alta resistência. Superfície antiderrapante; Tecnologia Anti-Burst (antiestouro) ou sistema equivalente de segurança, permitindo esvaziamento gradual em caso de perfuração. Diâmetro nominal: 55 cm; Capacidade mínima de carga estática de 200 kg. Cor preta.	ARKTUS	ARKTUS	UNID	6,00	83,00	498,00
6	1	CAIXA PARA REFORMER (REFORMER BOX) Especificações mínimas: Caixa para Reformer (Reformer Box), destinada à utilização em aparelhos de Pilates tipo Reformer, para apoio durante exercícios de fortalecimento, alongamento, reabilitação e condicionamento físico, contendo, no mínimo, as seguintes especificações: Estrutura Estrutura confeccionada em madeira	ARKTUS	ARKTUS	UNID	2,00	590,00	1.180,00

		maciça certificada originaria de reflorestamento (eucalipto ou material de resistência equivalente); Estrutura resistente ao uso profissional contínuo; Acabamento em verniz ou revestimento de alta resistência. Estofamento Revestimento em espuma de alta densidade ou EVA de alta resistência, com espessura mínima de 30 mm; Revestimento externo em material sintético impermeável, resistente ao desgaste e de fácil higienização; Costuras reforçadas. Dimensões Dimensões aproximadas: Comprimento: 60 cm; Largura: 36 cm; Altura: 76 cm; Admite-se variação de até ±5% nas dimensões. Acabamento Bordas arredondadas ou acabamento que elimine arestas cortantes; Base estável e resistente, adequada ao uso em equipamentos profissionais de Pilates.						
TOTAL								1.678,00
ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA								

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
7	1	COLCHONETE IMPERMEÁVEL PARA EXERCÍCIOS E PILATES Especificações mínimas: Colchonete destinado à prática de Pilates, fisioterapia, alongamento, exercícios físicos e reabilitação, confeccionado em espuma de poliuretano com densidade mínima D23; Revestimento em material sintético impermeável (courvin, couríssimo, napa ou equivalente), na cor preta, resistente ao desgaste, rasgos e de fácil higienização; Costuras reforçadas e acabamento de alta resistência. Dimensões: Comprimento mínimo: 90 cm; Largura mínima: 40 cm; Espessura mínima: 3 cm; Admite-se variação dimensional de até ±5%.	ORTHOVIDA	COLCHONETE D23	UNID	20,00	49,00	980,00
TOTAL								980,00

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias de setembro de 2026. (25/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:AE2F61F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 425/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 86/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 86/2026 de 04/09/2026(quatro dias de setembro de 2026) que tem por objeto a **Registro de preço para compra de material e equipamentos de informática.**

Art. 2º. – Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

64.990.853 SIMONE CRISTINA DROSSON DA SILVA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	PROCESSADOR PARA COMPUTADOR DESKTOP Especificações mínimas: - Processador para computadores desktop; - Arquitetura de 64 bits; - Compatível com soquete LGA 1700; - Possuir 10 núcleos físicos; - Possuir 16 threads; - Frequência de 2,5 GHz; - Frequência turbo de 4,6 GHz; - Cache inteligente de 20 MB; - Potência base (TDP) de 65 W; - Compatível com memórias DDR4 de 3200 MT/s e DDR5 de 4800 MT/s ou superiores; - Controladora gráfica integrada; - Suporte à resolução mínima 4K	INTEL	I514400	UND	20,00	1.700,00	34.000,00

		(3840 × 2160 pixels) a 60 Hz; - Frequência gráfica 300 Mhz compatível com o pleno funcionamento da controladora integrada; - Frequência dinâmica de gráficos 1.55 GHz; - Suporte à utilização de memória 64 GB compartilhada do sistema para processamento gráfico; - Compatível com barramento PCI Express 5.0 ou superior; - Produto novo, sem uso.						
TOTAL								34.000,00
F & N PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	FRAGMENTADORA DE PAPEL Especificações mínimas: - Fragmentadora de papel para uso em escritório; - Capacidade mínima de fragmentação de 15 folhas de papel A4 (75 g/m²) por operação; - Tipo de corte em partículas (corte transversal) ou superior; - Possuir cesto coletor com capacidade mínima de 18 litros; - Permitir a fragmentação de documentos em papel; - Possuir recipiente para coleta dos resíduos fragmentados; - Alimentação elétrica em 127 V ou bivolt; - Equipamento destinado ao uso contínuo em ambiente administrativo;	EVISYS	NÃ£O INFORMADO	UND	5,00	1.434,99	7.174,95

		- Produto novo, sem uso; - Garantia mínima de 12 meses.						
3	1	PEN DRIVE 16 GB Especificações mínimas: - Dispositivo de armazenamento portátil do tipo Pen Drive; - Capacidade mínima de armazenamento de 16 GB; - Interface USB 3.0 ou superior; - Compatível com portas USB 2.0, 3.0 e superiores; - Tecnologia Plug and Play; - Compatível com sistemas operacionais Windows, Linux e macOS; - Produto novo, sem uso.	KINGSTON	NÃ£O INFORMADO	UND	90,00	39,00	3.510,00
5	1	RACK DE PAREDE 8U Especificações mínimas: -Rack padrão 19", para fixação em parede; - Altura mínima de 8U; - Profundidade mínima de 570 mm; - Estrutura metálica resistente, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática na cor preta; - Capacidade para instalação e organização de equipamentos de rede, telecomunicações e informática compatíveis com padrão 19"; - Planos de montagem dianteiro e traseiro com regulagem e furação compatível com equipamentos padrão 19"; - Porta frontal com visor em	MAX ELETRON	NÃ£O INFORMADO	UND	2,00	590,00	1.180,00

		material transparente resistente (vidro temperado ou acrílico de alta resistência), dotada de fechadura com chave; - Laterais removíveis ou de fácil acesso para manutenção dos equipamentos internos; - Sistema de ventilação passiva e preparação para instalação de ventiladores no teto do rack; - Fechamento traseiro adequado para fixação segura em parede; - Aberturas para passagem e organização de cabos de energia e dados; - Fornecido com todos os acessórios necessários para fixação e montagem; - Produto novo, sem uso.						
TOTAL								11.864,95

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias de setembro de 2026. (25/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:499D6266

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 422/2026

DECRETO Nº 422/2026

Súmula: Regulamenta o processo de escolha e exercício do mandato dos Diretores nas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art.206, inciso VI e art.37 da Constituição Federal; no art. 14, inciso II, da Lei Federal nº 9.394; no art. 2º, diretriz XVIII, do Decreto Federal nº 6094; no art.14 da Lei Federal 14.113 de 2020; na Meta 19 dos Planos Nacional e Municipal de Educação e na lei Municipal 021/2010,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º A escolha de Diretores de instituições educacionais tem por finalidade consolidar o processo de gestão democrática, por meio de voto direto e secreto dos segmentos que compõem a comunidade educacional, em conformidade com a Lei nº 076, de 26 de agosto de 2022.

Art. 2º A escolha de Diretores (as) das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino: Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Centros Municipais de Educação Infantil-CMEIs e Educação de Jovens e Adultos – EJA, dar-se-à pelo disposto neste Decreto, observada a legislação que dispõe sobre a matéria.

Parágrafo Único. Unidades Escolares são estabelecimentos integrantes da Rede Municipal de Ensino que desenvolvem atividades ligadas a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º Ano) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA)- Fase I.

Art. 3º O exercício da função de diretor (a) exige o cumprimento de normas legais relativas à autonomia administrativa, financeira e pedagógica da unidade de ensino.

Art. 4º A função de diretor (a) abrange as responsabilidades de gerir tanto os processos formativos dos alunos (as), quanto os recursos administrativos, humanos, financeiros e patrimoniais, colocados à disposição da instituição bem como a relação desta com a comunidade.

Art. 5º A escolha será realizada em toda a Rede Municipal de Ensino antes do final do mandato, respeitada a sua duração e obedecido o cronograma da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CAPÍTULO I

DOS CANDIDATOS E DOS ELEITORES

Art. 6º Para o exercício da função de direção, o profissional do magistério deverá:

– ser profissional integrante da Carreira do Magistério Público Municipal;

– se candidatar no cargo para qual é concursado;

– compor o quadro da respectiva instituição educacional desde o início do ano letivo da consulta;

Ter disponibilidade de carga horária conforme estabelecido em edital em conformidade com o porte da unidade escolar que deseja concorrer;

– ter estabilidade no serviço público municipal no mínimo em um padrão;

– ser habilitado em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena;

- ter obtido nota a partir de 8.5 na última Avaliação de Mérito e Desempenho Municipal;

– não ter sido condenado por sindicância ou processo administrativo nos últimos dois anos que antecederem a consulta;

– se comprometer a participar do Curso de Gestão Escolar ofertado na área de gestão pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, realizado nos últimos três anos.

– apresentar o Plano de Gestão com as ações e estratégias;

§ 1º A candidatura à direção somente poderá ser pleiteada na Instituição de Ensino em que os referidos servidores possuam 2 (dois) anos de efetivo exercício, vedada a candidatura simultânea em mais de uma instituição, exceto hipótese em que o executivo tiver que escolher o gestor por falta de candidato.

§ 2º Em caso de candidato com 2 (dois) vínculos em escolas diferentes, o mesmo optará por uma das escolas para candidatar-se, sendo automática a sua transferência para a escola em que for eleito.

Art. 7º Não poderá concorrer ao pleito o servidor que tenha cumprido penalidade disciplinar nos últimos 2 (dois) anos contados a partir da data da publicação deste Decreto.

§1º Está impedido de candidatar-se o professor que:

Não possuir curso de graduação de Licenciatura Plena na área da Educação no início do mandato em 1º de janeiro de 2027.

Estiver no exercício de qualquer licença e/ou redução de carga horária que afaste o candidato do trabalho parcial ou integralmente.

For incurso em qualquer das penalidades das disposição da Consolidação das leis de Trabalho, registrada em ficha funcional nos últimos cinco anos.

Estar readaptado ou restrito da função de professor.

Possui faltas injustificadas nos últimos três anos.

Art. 8º Considerando o contido no art. 7o e seus incisos, caso o servidor venha a entrar em readequação funcional, após a eleição, a Secretaria Municipal da Educação e Cultura em conjunto com a Diretoria da Saúde Ocupacional analisará se as restrições são impeditivas à realização das atividades inerentes ao cargo, podendo ser revogada a nomeação.

Art. 9º Os profissionais do magistério que preencham as condições estabelecidas no art. 6º e que, por vontade expressa, desejarem participar do processo de consulta à função de direção, deverão protocolar a candidatura na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, obedecendo o cronograma estabelecido pela Secretaria, devendo no ato da inscrição anexar:

I - requerimento de inscrição conforme formulário constante no Anexo I deste Decreto;

II - Seu Plano de Gestão contendo objetivos e metas para melhoria da instituição educacional e do processo ensino-aprendizagem em consonância com a Legislação Educacional e Política Educacional do município:

- Ações e estratégias para a preservação do patrimônio público;

- Ações e estratégias com vistas a uma gestão democrática e participava voltadas a uma verdadeira educação de qualidade;

- Ações para cumprimento da meta 7 do PME que garante a qualidade da educação básica pública em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias municipais para o IDEB";

- Ações para recuperação de alunos com defasagem de aprendizagem;

- Ações para solução da evasão escolar e garantia do aluno;

- Ações para uma alfabetização de qualidade e estratégias para combater a reprova escolar;

- Ações para a promoção e garantia da educação especial inclusiva e qualitativa.

III - participação no Curso para Gestores da Educação oferecido pela SMEC em data a ser divulgada, com frequência mínima de 80%.

§1o No ato da inscrição, o candidato deverá informar, opcionalmente que seja utilizado na cédula de votação, o pseudônimo ou apelido, caso o candidato não informe será usado o primeiro nome.

Art. 10. A relação nominal dos candidatos, será divulgada por meio de Edital expedido pela Comissão Central Organizadora.

CAPÍTUL II

DA DIREÇÃO

Art. 11. A função de Diretor deverá ser exercida em favor do bom funcionamento administrativo e da função pedagógica da instituição educacional, com conhecimento das técnicas de gestão pedagógica, administrativo-financeira e democrática.

§1º. O Diretor deverá exercer a gestão democrática garantindo um processo político por meio do qual os diferentes segmentos na instituição educacional discutam, deliberem e planejem, solucionem problemas e os encaminhem, acompanhem, controlem e avaliem o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da instituição educacional por meio de:

I – Sustentação do diálogo e da alteridade;

II – Participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar;

III – respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomadas de decisões;

IV – Garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da instituição educacional.

Art. 12 O servidor eleito para a função de Diretor, além do cumprimento do proposto no Plano de Trabalho apresentado no momento da inscrição, estará aceitando, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Zelar pelo patrimônio público, conservação e preservação aplicando adequadamente e integralmente as verbas destinadas para este fim, no que diz respeito à manutenção e reparos, sendo de sua responsabilidade as providências para que o ambiente físico seja adequado à tarefa de ensino e aprendizagem;

II - Manter a ordem e a disciplina na unidade escolar;

III - Respeitar a hierarquia existente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, utilizando roteiros, formulários e documentos padronizados, bem como seguir orientações pedagógicas e administrativas apresentadas pela mesma;

IV - Assinar a frequência final de todos os servidores lotados na instituição educacional;

V - Zelar pela harmonia, respeito, colaboração, responsabilidade no dia-a-dia das relações que envolvem educandos, professores e demais funcionários;

VI - Zelar pelo controle de desperdício de água, energia elétrica e telefone respondendo pelos atos que causem gastos excessivos;

VII - Priorizar a igualdade de direitos e condições a todos os educandos, professores e demais funcionários;

VIII - Esclarecer e acompanhar, em conjunto com o Conselho Escolar as contas de Associações de Pais, Mestres e Funcionários – APMF – subvenções e recursos oriundos das esferas federal e municipal, zelando pela alocação de recursos nas áreas de destinação, sob pena de responsabilização;

IX - Zelar pela apresentação das prestações de contas da APMF nos prazos legais estabelecidos em lei e regulamentos, notificando a diretoria da entidade quando do seu descumprimento sob pena de responsabilidade;

X - Providenciar e/ou dar andamento com responsabilidade, transparência, presteza e organização quaisquer documentos que lhes forem solicitados, cumprindo o prazo estabelecido;

XI - Agir e transmitir recados com objetividade, pautados sempre em livros de recados com assinatura e ciência dos funcionários;

XII - Acompanhar as questões educacionais e tomar decisões administrativas pautadas em princípios éticos, baseadas na democracia e na igualdade de condições humanas existentes;

XIII - Ter ética, respeito, agindo sempre através do diálogo como princípio norteador dos processos que envolvem as relações tanto na área pedagógica, quanto na área administrativa, comunicando imediatamente qualquer fato ou situação estranha que ocorrer na instituição educacional à Secretaria Municipal da Educação e Cultura;

XIV - Registrar as situações conflitantes ou problemas ocorridos, a fim de produzir documentos comprobatórios para qualquer situação nova que vier a existir, no âmbito das relações que envolvam os mesmos com os funcionários da instituição educacional, bem como com os membros da instituição educacional;

XV - Comparecer às reuniões quando convocado, repassando fidedignamente aos servidores da instituição educacional os assuntos pautados;

XVI - Não ausentar-se do trabalho sem o prévio conhecimento e autorização formal da chefia imediata na Secretaria Municipal da Educação e Cultura;

XVII - Não tomar decisões precipitadas quando em situações que envolvam o Município de Terra Rica e, por conseguinte, a Secretaria Municipal da Educação e Cultura;

XVIII - Responder por quaisquer atos e situações que envolvam a instituição educacional com objetivo de esclarecê-los;

XIX - Fazer cumprir os horários de atendimento e funcionamento da instituição educacional;

XX - Respeitar, zelar e assegurar o cumprimento do calendário escolar no que diz respeito ao cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos e, quando houver sugestão para sua alteração, aguardar o deferimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo vedada a dispensa de aulas sem prévia autorização da SMEC;

XXI - Respeitar o patrimônio público quando da sua reforma, construção ou alteração, sendo que para execução dos mesmos deverá ser realizada consulta à Secretaria Municipal de Educação e Cultura com parecer por escrito;

XXII - Participar obrigatoriamente das formações, cursos e seminários determinados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

XXIII - Dar entrada no acervo da unidade educacional de todo material comprado, doado e/ou recebido do Município ou de qualquer outro órgão público ou privado;

XXIV - Elaborar e executar sua proposta de trabalho;

XXV - Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

XXVI - Acompanhar, juntamente com a Coordenação Pedagógica, a elaboração e primar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

XXVII - Acompanhar, juntamente com a Coordenação Pedagógica o processo de ensino e aprendizagem da instituição proporcionando subsídios para a recuperação dos alunos de baixo rendimento escolar;

XXVIII - Acompanhar o desenvolvimento de todo o trabalho realizado pela Equipe Pedagógica;

XXIX - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a instituição escolar;

XXX - Participar obrigatoriamente de cursos de gestão escolar oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

XXXI - Assegurar o direito à participação em formações, cursos e seminários a todos os docentes, conforme área de atuação;

XXXII - Assegurar o direito à escolarização e permanência a todos os discentes;

XXXIII - Garantir o processo de inclusão escolar de acordo com a legislação vigente;

XXXIV - O contido no Regimento Escolar;

XXXV- Cumprir e fazer cumprir o Calendário Escolar.

§2º - O Diretor(a) poderá permanecer na função por 02 (dois) anos, podendo participar de uma nova escolha e permanecer por igual período

CAPÍTULO III

DO VOTO

Art. 13. Poderão votar no processo de escolha para Diretor da Instituição Educacional:

I - Servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e na instituição educacional em que for realizada a escolha, desde que em exercício;

II - Pai ou mãe ou responsável (que assinam a matrícula) de aluno regularmente matriculado na instituição, seja a que título for;

III - Alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos – maiores de 16 (dezesseis) anos, votarão na instituição em que estudam, circunstância em que fica vedada a participação do pai ou mãe ou responsável.

§ **1o** Entende-se por “em exercício”, de que trata o inciso I deste artigo, o servidor que não esteja afastado por período superior a 180 dias até a data da eleição.

§ **2o** O servidor que tiver filho matriculado na instituição em que trabalha, votará apenas uma vez na condição de servidor;

§ 3o O aluno maior, que tiver filho na instituição em que estuda, votará apenas como aluno.

§ **4o** Somente será permitido um único voto de família, manifestado pelo pai, mãe ou responsável, independentemente do número de filhos na instituição;

Art. 14. No ato da votação, o votante deverá identificar-se através de documentos legais com foto.

Parágrafo único. Não será permitido o voto por procuração.

Art. 15. Não terá direito a voto o professor temporário contratado em regime celetista e estagiário.

Art. 16. Haverá processo de escolha em todas as Instituições de Ensino Municipais de Terra Rica, Paraná.

CAPITULO IV

DO SISTEMA DE ESCOLHA

Art. 17. O voto para a escolha de diretores para as instituições educacionais dar-se-á de forma paritária entre os eleitores.

§1º Entende-se por eleitores:

I – Servidores públicos em exercício e lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Pais ou responsáveis pela matrícula de alunos devidamente matriculados na rede municipal de ensino;

III – Alunos maiores de dezesseis anos de idade.

§ 2o A lista de votantes, servidores, pais e alunos deverá ser elaborada pela Comissão Consultiva, disponibilizando uma cópia para cada candidato, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes do pleito, na qual deverá constar ao lado do nome do servidor que está afastado por período superior a 180 dias.

§ 3o Para fins de identificação e cálculo de paridade, as cédulas serão de cores distintas para os votos dos servidores, pais e alunos.

§ 4o O cálculo de apuração do total de votos será efetuado pelo número de votos válidos no dia do pleito e não pelo número de votantes, obedecendo à seguinte fórmula:

I - número de votos de pais para cada candidato multiplicado por 100 (cem) e dividido pelo número de votos válidos na categoria de pais;

II - número de votos de servidores para cada candidato multiplicado por 100 (cem) e dividido pelo número de votos válidos na categoria de servidores;

III – número de votos de alunos para cada candidato multiplicado por 100 (cem) e dividido pelo número de votos válidos na categoria de servidores; e

IV - o percentual obtido no 1o (primeiro) cálculo deve ser somado ao percentual obtido no 2o (segundo) cálculo e dividido por 2 (dois). O resultado será a média percentual de votos de cada candidato.

CAPITULO V

DA COMISSÃO DE ESCOLHA

Art. 18. Para coordenar o processo de consulta para direção da instituição educacional, será nomeada uma Comissão Central, composta por membros da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. Caberá à Comissão a que se refere este artigo, por seu Presidente, divulgar por meio de Edital, as datas referentes ao Processo.

Art. 19. Cabe à Comissão Central:

I – organizar e implantar o processo de consulta;

II – divulgar a instalação do processo de consulta mediante o Edital de Divulgação;

III – designar Preposto para acompanhar o Processo de Consulta nas instituições educacionais;

IV – preparar e repassar às Comissões Consultivas das instituições educacionais, todas as informações necessárias, bem como todo o material necessário à realização do processo de consulta;

V – assessorar as Comissões Consultivas das instituições educacionais, quando necessário;

VI – coordenar e supervisionar as ações das Comissões Consultivas das instituições educacionais;

VII – orientar a direção da instituição educacional sobre as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento deste Decreto;

VIII – receber da direção da instituição educacional a relação dos membros da Comissão Consultiva da Instituição, respeitando os prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

IX – apreciar e esclarecer dúvidas ocorridas durante o processo de consulta e não resolvidas pela Comissão Consultiva da instituição educacional;

X – analisar e dar os devidos encaminhamentos aos casos omissos, bem como julgar os recursos interpostos recebidos das Comissões Consultivas das instituições educacionais;

XI – receber e manter sob guarda, as Atas de Votação, Escrituração e Ata do resultado final da votação, acompanhada das cédulas, devidamente lacradas, que será arquivado por um período de dois anos.

Art. 20. Para organizar, acompanhar e zelar pela fluência normal do processo de consulta, será nomeada em cada instituição educacional uma Comissão Consultiva.

Art. 21. A Comissão Consultiva das Instituições Educacionais será composta da seguinte forma:

I - um representante do corpo docente, escolhido em reunião dos professores da instituição;

II - o Presidente da Associação de Pais, Mestres e Funcionários da instituição ou outro membro da Associação, indicado pelo Presidente;

III - um pai/mãe/responsável de aluno da instituição escolhido em assembleia;

IV - um representante dos servidores da instituição, escolhido pelos servidores da mesma; e

V - um representante da Secretaria Municipal da Educação designado pela mesma.

§ 1º Não poderá representar o corpo docente ou dos servidores da instituição na Comissão Consultiva o servidor que concorrer à escolha ao cargo de diretor.

§ 2o O Presidente e o Secretário da Comissão Consultiva serão escolhidos entre os membros que compõem a referida Comissão, no início dos trabalhos.

Art. 22. Caberá à Comissão Consultiva, por si ou privativamente por seu Presidente, conforme o estabelecido neste Decreto, as seguintes atribuições:

I - afixar em local público, nas unidades escolares, a convocação para as escolhas e demais atos pertinentes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

II - elaborar e afixar a lista dos candidatos ao cargo de Diretor, regularmente inscritos, dando ciência à comunidade votante;

III - acompanhar a elaboração da relação de votantes em ordem alfabética.

IV - carimbar e rubricar todas as cédulas de votação com o nome da instituição no verso da cédula ou validar com sua senha no caso de votação eletrônica;

V - supervisionar os trabalhos da Escolha de Diretores e apuração;

VI - designar e credenciar as Mesas Receptoras;

VII - credenciar os fiscais dos candidatos; e

VIII - - providenciar as urnas de acordo com o número de votantes.

CAPITULO VI

DA PROPAGANDA E DOS PROCEDIMENTOS

Art. 23. A promoção da candidatura dos concorrentes poderá ser feita, após a divulgação pelo Presidente da Comissão Central, dos nomes dos candidatos inscritos ao pleito e até 48 (quarenta e oito) horas antes da sua realização. Os candidatos apresentar-se-ão ao Diretor da Instituição, cabendo a este determinar os horários em que os candidatos poderão visitar as salas.

§ 1o Para campanha em sala de aula ou sala dos professores, os candidatos deverão apresentar-se acompanhados de um representante da Comissão Consultiva.

§ 2o A duração da apresentação não poderá ser superior a 10 (dez) minutos em cada sala de aula ou sala dos professores.

§ 3o É vedada a propaganda que possa degradar ou ridicularizar candidatos ou outras pessoas.

§ 4o O candidato infrator, a juízo da Comissão Consultiva, oportunizada a ampla defesa e contraditório, perderá o direito à promoção da candidatura na instituição durante dois dias, ou até que seja julgado os fatos.

§ 5o Em caso de reincidência, o candidato infrator perderá o direito à divulgação na instituição pelo restante do período de propaganda. Da decisão da Comissão Consultiva caberá recurso à Comissão Especial a partir da ciência da decisão, até o próximo dia útil em horário de expediente.

§ 6o Não será permitido no recinto da instituição de ensino, compreendido nele o pátio, qualquer tipo de propaganda eleitoral, aliciamento ou convencimento dos eleitores nas 48 (quarenta e oito) horas que antecederem ao dia do pleito, bem como no dia de sua realização.

§ 7o É considerada infração gravíssima propagandas baseadas em falsas promessas e que maculem o Estatuto do Servidor Público Municipal quanto ao exercício de suas funções e a organização da unidade educacional sendo passível, após devido julgamento e ampla defesa, de destituição da candidatura.

§ 8o À Comissão Central e Consultiva caberá apreciar e decidir em instância única os casos de infração às normas de bom procedimento na campanha de escolha, podendo, inclusive, o candidato infrator ter a sua candidatura cassada.

Art. 24. As mesas de votação serão instaladas em local adequado e num arranjo físico que assegure a privacidade e voto secreto do eleitor.

§ 1o A mesa recolherá os votos dos eleitores no horário compreendido entre 7 horas e 30 minutos e 16 horas e 00 minutos, ininterruptamente.

§ 2o Em cada mesa de votação haverá uma listagem de eleitores, baseada na estatística de novembro de 2025, de acordo como os alunos matriculados e ativos até a data da escolha organizada pela Comissão Consultiva.

Art. 25. A mesa de votação será composta por 3 (três) pessoas do eleitorado, designados e credenciados pela Comissão Central, sendo obrigatória a participação de pais e servidores nesta composição.

§ 1o Os mesários escolherão entre si o Presidente e o Secretário da Mesa.

§ 2o Na ausência temporária do Presidente, o Secretário assumirá suas funções, respondendo pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

§ 3o Não poderão ausentar-se simultaneamente o Presidente e o Secretário.

§ 4o Não poderão integrar a Mesa de Votação quaisquer dos candidatos.

§ 5o Os candidatos não poderão permanecer na sala de votação.

Art. 26. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de votantes, recebendo uma cédula oficial, carimbada e rubricada e nela marcará com X, caneta de tinta azul, única forma de marcação aceita, o quadro do candidato escolhido, de maneira pessoal e secreta, dobrando-a e depositando-a na urna.

Parágrafo único. Não constando na lista de votação o nome de algum eleitor devidamente habilitado e com direito ao voto, este deverá assinar em separado, colocando o voto na urna, se obtiver a legitimidade reconhecida pelo Presidente da Comissão de Consultiva o que será lavrado em ata.

Art. 27. Dos trabalhos da mesa de votação será lavrada ata circunstanciada.

Art. 28. Cada concorrente terá direito a dispor de 1 (um) fiscal por urna, escolhido dentre os eleitores da instituição, antecipadamente credenciados pelo Presidente da Comissão Consultiva, que solicitará ao Presidente da Mesa de Votação o registro em ata de eventuais irregularidades.

Art. 29. Compete à Mesa de Votação:

I - solucionar, imediatamente, todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;

II - autenticar com suas rubricas as cédulas de votação;

III - lavrar a ata de votação, anotando todas as ocorrências; e

IV - concluída a votação, remeter toda a documentação referente às eleições à Mesa Apuradora.

Art. 30. Às 16 horas, o Presidente da Mesa designará a distribuição de senhas aos presentes, habilitando-os a votar e impedindo aqueles que se apresentarem após esse horário.

Art. 31. Os trabalhos da Mesa Receptora poderão ser encerrados antes do horário preestabelecido, desde que tenham comparecido todos os eleitores.

CAPITULO VII

DA APURAÇÃO

Art. 32. A apuração dos votos será em sessão pública e única, no mesmo local da votação, e efetuada imediatamente após seu encerramento.

§ 1o Nas instituições em que não for possível a escolha de escrutinadores a apuração deverá ser feita pela Comissão Consultiva.

§ 2o No ato da apuração deverão ser registradas em ata as pessoas que foram eleitas, quem participou da apuração dos votos, bem como declarar qual foi o critério utilizado para os casos de desempate.

Art. 33. A Mesa Apuradora será constituída por 3 (três) escrutinadores, constituídos por 1 representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo Presidente e Secretário da Comissão Consultiva, designados e credenciados pela Comissão Central, podendo ser acompanhados pelos fiscais de cada candidato, bem como pelos respectivos candidatos.

Art. 34. O resultado será proclamado pelo Presidente da Comissão Consultiva.

Art. 35. Serão nulas as cédulas que:

I - não corresponderem ao modelo oficial;

II - tiverem assinalados mais de um nome;

III - tiverem assinalados, no quadro do candidato, com qualquer outro símbolo diferente do X, ou com caneta diferente de tinta azul;

IV - contenham expressões, frases ou palavras estranhas ao procedimento da eleição ou que identifiquem o eleitor, bem como qualquer símbolo ou sinal; e

V - não estiverem rubricadas pela Mesa de Votação e pelo Presidente da Comissão Consultiva.

Parágrafo único. As dúvidas que forem levantadas na escrutinação serão resolvidas pela Mesa Apuradora, em decisão da maioria de votos, da qual caberá recurso à Comissão Central da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 36. Concluídos os trabalhos de escrutinação e lavrada a ata resumida dos resultados e da sua divulgação, deverão os membros da Mesa Apuradora:

I - encaminhar as atas de votação para a Comissão Central da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, através do Presidente da Comissão Consultiva, ou por representante da Secretaria Municipal de Educação até as 17h (dezessete) horas do dia do pleito;

§ 1º Em caso de dúvidas, recursos ou impugnações assinaladas nas Atas de Votação e/ou Ata de Apuração, a Comissão Consultiva remeterá todo o material para a Comissão Central.

§ 2º Os recursos deverão estar devidamente instruídos com documentos que comprovem o alegado.

CAPÍTULO VIII

DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO

Art. 37. O candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidade no desenvolvimento do processo de consulta de direção poderá dirigir representação à Comissão Consultiva do Processo.

Art. 38. Das decisões da Comissão Consultiva cabem recursos dirigido à Comissão Central da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. O prazo para interposição de recurso é de vinte e quatro horas improrrogáveis.

CAPITULO IX

DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA, DA DOCUMENTAÇÃO,

DOS ELEITOS E DE SUAS DESIGNAÇÕES.

Art. 39. Compete à Secretaria Municipal da Educação:

I - determinar ao Diretor em exercício de cada instituição educacional ou a quem estiver respondendo pela mesma, a adoção das providências preconizadas nas instruções do presente Decreto, prestando todo o apoio necessário a fim de assegurar seu fiel cumprimento, nos prazos e formas estabelecidos;

II - dar apoio às instituições para a perfeita divulgação e execução do processo eleitoral;

III - fazer chegar às instituições o material necessário para as eleições; e

IV - datar e registrar o horário de recebimento dos recursos sobre as Consultas.

Art. 40. A documentação que instruirá o processo eleitoral compreenderá os seguintes documentos:

I - composição da Comissão de Consultiva;

II - convocação das eleições;

III - nomeação das Mesas de Votação;

IV - nomeação das Mesas Apuradoras;

V - credenciamento dos Fiscais;

VI - relação dos candidatos ao cargo;

VII - relação dos votantes habilitados: pai ou mãe ou responsável ou aluno maior de 16 anos;

VIII - relação dos votantes: professores e servidores;

IX - cédulas;

X - ata de votação; e

XI - ata de apuração.

Art. 41. Fica estabelecido o seguinte cronograma eleitoral:

DATAS 2026	ATIVIDADES
28/09/2026	Divulgação do processo eleitoral pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir da publicação do Regulamento no Diário Oficial.
01/09/2026 à 16/10/2026	Inscrição dos candidatos para concorrer na eleição na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em horário de expediente.
19/10/2026	Resultado provisório das inscrições deferidas/indeferidas.
22/10/2026 à 23/10/2026	Protocolo de Recursos contra deferimento e indeferimento de candidaturas.
30/10/2026	Homologação final das inscrições.
11/11/2026	Escolha dos representantes das Comissões de Trabalho (Central e Consultiva).
12/11/2026 e 13/11/2026	Protocolo do Plano de Ação do Candidato.
18/11/2026	Escolha do Diretor pela Comunidade Escolar.
21/12/2026 a 20/01/2027	Período de transição entre Gestores.

CAPÍTULO X

DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 42. Será considerado vencedor quem obtiver a maioria paritária dos votos.

Parágrafo único. Ocorrendo empate dos candidatos, será considerado vencedor, nessa ordem, o candidato à Direção que tiver:

I – doutorado na área da educação; entende-se por doutorado na área da educação curso de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecido pelo CNE/MEC, no qual a pesquisa esteja vinculada ao contexto educacional;

II- mestrado na área da educação; entende-se por mestrado na área da educação curso de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecido pelo CNE/MEC, no qual a pesquisa esteja vinculada ao contexto educacional;

III -mais de uma especialização em nível de pós-graduação na área da educação; entende-se por especialização o curso de pós-graduação *lato sensu*, oferecido por instituição de ensino superior, no qual a finalidade do curso esteja vinculada ao contexto educacional;

IV - mais de um curso superior na área da educação;

V - maior tempo de serviço na rede municipal de educação;

VI – maior tempo de serviço na unidade educacional em que presta serviço.

VII - maior idade.

VIII- maior número de filhos.

Art. 43. No caso de candidato único será considerado vencedor se obtiver 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos votos válidos nas duas categorias de votantes, através do cálculo paritário.

Art. 44. No caso de mais de um candidato será considerado vencedor se obtiver maioria simples dos votos válidos nas duas categorias de votantes, através do cálculo paritário.

Art. 45. A designação de Diretor nas instituições onde não ocorrerem eleições por falta de candidato e onde o candidato único não obtiver 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos votos válidos será de exclusiva escolha do Poder Executivo Municipal, respeitados os mesmos pré-requisitos qualitativos impostos para os demais candidatos, não sendo possível eleição interna.

Parágrafo único. O Diretor indicado pelo Poder Executivo Municipal terá prazo de 30 dias para apresentação de Plano de Ação, bem como dar cumprimento ao descrito no art. 6o deste Decreto.

Art. 46. Os atuais Diretores permanecerão em exercício com todas as responsabilidades que lhe são cabíveis, até a transmissão do cargo ao novo nomeado, oportunidade em que farão a entrega de balanço financeiro, acervo documental e inventário de material da instituição (documentado).

§ 1o No caso de Diretor concorrendo à reeleição, este será responsabilizado funcionalmente pelos embaraços à normalidade do pleito, se formalizadas as irregularidades pelo Presidente da Comissão de Escolha e/ou em forma de denúncia devidamente formalizada e comprovada.

§ 2o Sendo reeleito o Diretor, ratificada a sua designação por ato do Chefe do Poder Executivo, o mesmo realizará uma Assembleia Geral Extraordinária na instituição educacional, e nela apresentará relatório técnico-pedagógico e prestação de contas da gestão anterior.

§ 3o O não cumprimento do disposto neste artigo poderá resultar em responsabilização funcional.

Art. 47. O mandato dos Diretores será de 2 (dois) anos, iniciados a partir do dia 1o de janeiro de 2027.

Art. 48. As reclamações por parte de candidato ou votante, relativamente ao descumprimento de normas eleitorais, devem ser direcionadas à Comissão Central, na forma escrita, em horário de expediente até 24 horas após o pleito, através do Protocolo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 1o Apresentada a reclamação ou instaurado o respectivo processo de ofício, o reclamado será intimado para opor defesa em 24 (vinte e quatro horas), com a indicação das provas que pretende produzir.

§ 2o Havendo necessidade de instrução, a audiência ocorrerá dentro das 24 (vinte e quatro) horas subsequentes à apresentação da defesa, devendo a decisão ser proferida na própria audiência ou, sendo necessário, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes.

Art. 49. Em caso de vacância do cargo a substituição do Diretor será feita da seguinte forma:

I - ocorrendo na primeira metade do mandato, far-se-á nova eleição nos moldes deste Decreto;

II - ocorrendo na segunda metade do mandato, far-se-á eleição indireta, na qual serão votantes todos os servidores lotados na instituição.

Art. 50. Na ausência, impedimento ou afastamento do Diretor, o Coordenador Pedagógico responderá interina e cumulativamente pela Direção da Instituição.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51. O Dirigente da Educação Municipal poderá, mediante Instrução Normativa, ouvida a Comissão Central Organizadora, baixar instruções que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento do presente Decreto.

Art. 52. A inexatidão das afirmativas ou irregularidades de documentos ou outros constatados em qualquer fase do processo de escolha, verificados a qualquer tempo, ainda que posterior a nomeação, acarretará na eliminação do(a)candidato(a).

Art. 53. Os casos omissos ao presente Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ouvido o Conselho Municipal de Educação.

Art. 54. O presente Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 401/2010.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte seis (24/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Ilmo. Sr,

Presidente da Comissão Central Instituída pelo Decreto no_____/_____.

R E Q U E R I M E N T O

Matrícula(s)		(nome do servidor)			
CPF:			RG:		
Residente na rua:				No	
Bairro:			Telefone		
Cargo:					

Abaixo assinado (a), servidor (a) desta Prefeitura Municipal, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, vem respeitosamente requerer a Vossa Senhoria conceder o seguinte:

Inscrição para concorrer ao cargo de DIRETOR(A) na(o) *(nome da Escola ou CMEI)*:

_____

Nome ou Apelido para a Cédula de Votação:_____

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Terra Rica, _____ de _____de 2026.

	Assinatura
Para uso da Comissão Central	
( ) Deferido (atende aos requisitos do Decreto que regulamenta o Processo Eleitoral 2026.) ( ) Indeferido (não atende aos requisitos do Decreto que regulamenta o Processo Eleitoral 2026.)	

ANEXO II – PARTE GERAL

EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA

PLANO DE AÇÃO NA GESTÃO DA ESCOLA (Gestão 2027-2028)

O Plano de Ação na Gestão Escolar tem por objetivo planejar as ações do gestor escolar tendo como eixo a gestão participativa e democrática e, especificamente:

propõe ações para a execução do Projeto Político Pedagógico da escola;

apresenta a sua proposta de trabalho, conforme os problemas e objetivos, relacionando as ações com vistas às soluções, tendo como parâmetro o trabalho coletivo;

deve ser escrito de forma clara, objetiva, coesa e coerente, seguindo as normas da ABNT;

deve conter no mínimo 15 e no máximo 30 páginas.

ESTRUTURA

CAPA

Na capa é o único lugar onde o(a) candidato(a) deve colocar seu nome completo.

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA

Na justificativa o(a) candidato(a) deve elencar os motivos pelos quais quer ser diretor deixando clara sua concepção de gestão.

OBJETIVO GERAL

Aqui o(a) candidato(a) deve descrever o propósito principal do plano de ação.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR (máximo 1 lauda):

Neste item devem constar:

Nome da escola, endereço, CEP, telefone, e-mail, site, blog.

Organização da escola: curso, nível, modalidade, turnos (quantitativo por ano e período de funcionamento) e horários.

Histórico, criação, patrono, localização, contextualização da comunidade em que a escola está inserida.

Prédio escolar: data da construção, número de salas, ambientes pedagógicos e administrativos.

Recursos humanos e função conforme regimento escolar e projeto político pedagógico: direção, coordenação pedagógica, secretário, corpo docente, serviços gerais, merendeiras (número efetivo).

Indicadores (IDEB, Prova Paraná, etc.)

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA GESTÃO ESCOLAR (fundamentados no regimento e PPP, LDB, BNCC, REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ (máximo 2 laudas) Explicitação dos objetivos da escola, da concepção do homem que se deseja formar, concepções de ensino e aprendizagem, avaliação. Aspectos legais e teóricos dos processos fundamentais de gestão e função do gestor.

DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO (máximo 10 laudas)

Neste item o(a) candidato(a) deve, com base em fundamentação teórica, contextualizar brevemente cada um dos quatro eixos que envolvem a gestão escolar. A partir da contextualização traçar um diagnóstico e levantar quais os problemas existentes na escola em relação ao eixo descrito. Em seguida, deve-se fazer a problematização, ou seja, apontar o que precisa ser resolvido. Partindo do diagnóstico e da problematização, estabelecer metas que sejam objetivas, tangíveis e mensuráveis e elencar ações que ajudarão a atingir as metas propostas. Deve-se também indicar quais instrumentos serão utilizados para avaliar se as metas foram alcançadas ao longo do período do mandato. É item obrigatório, estabelecer um prazo objetivo para que as metas sejam cumpridas. As metas podem ser de curto, médio prazo e longo prazo, mensuradas em datas.

Gestão Escolar Democrática

Organização das atividades escolares e administrativas: Calendário escolar, hora atividade, horários, faltas, eventos e promoções.

Gestão Participativa/Democrática:

a) Contextualização do eixo: descrição sobre o envolvimento da comunidade escolar, a participação nos Conselhos de Classe, APMF, Conselho Escolar. Utilização dos dados para melhorar, aperfeiçoar a participação. Formas de divulgação do Projeto Político Pedagógico, do Regimento Interno, formas de socialização de informações.

Problematização e diagnóstico.

Gestão Pedagógica

Contextualização do eixo: formas de acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas pela equipe docente, utilização de dados para aprimoramento do processo de avaliação, adaptação curricular e avaliações externas, utilização de dados para replanejar e corrigir os rumos, desenvolvimento de ações para fortalecer o compromisso, vínculo entre aluno, professor, família e comunidade.

Gestão de Pessoas:

Descrição do eixo: ações para integração entre os profissionais da escola, pais, alunos e comunidade, ações de formação continuada em serviço e troca de experiências vivenciadas, práticas de valorização e reconhecimento do trabalho da equipe escolar.

Problematização e diagnóstico.

Gestão de serviços de apoio, recursos físicos e financeiros:

Contextualização do eixo: organização dos recursos didáticos disponíveis nos espaços pedagógicos da escola; preservação do patrimônio escolar, espaço, instalações, equipamentos e materiais pedagógicos, favorecendo a conservação, manutenção e a utilização por parte de toda a comunidade escolar. Aplicação dos recursos financeiros da escola, planejamento, acompanhamento, prestação de contas e avaliação do uso dos recursos financeiros, com ações que contribuam para a transparência dos procedimentos.

Problematização e diagnóstico.

AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Indicar formas de avaliação do plano de ação e em que momentos ocorrerão.

REFERÊNCIAS

ANEXO III – PARTE ESPECÍFICA

EDUCAÇÃO INFANTIL / CRECHE

PLANO DE AÇÃO DE CANDIDATOS À DIREÇÃO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEI's

INSTITUIÇÃO:

NOME DO CANDIDATO:

RG: CPF:

FORMAÇÃO INICIAL:

GRADUAÇÃO (listar todas):

PÓS-GRADUAÇÃO (listar todas):

MESTRADO E/OU DOUTORADO (listar todos):

1) DESCRIÇÃO DO PAPEL DO DIRETOR:

2) JUSTIFICATIVA PARA A CANDIDATURA:

3) OBJETIVO GERAL DO TRABALHO DO DIRETOR:

4) OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TRABALHO DO DIRETOR:

4.1 -

4.2 -

4.3 -

4.4 -

4.5 -

5) INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

DIMENSÃO DO AMBIENTE EDUCATIVO

Ações para cooperação e solidariedade, de comprometimento e participação, de respeito nas relações escolares, de combate à discriminação, disciplina, respeito aos direitos da criança e adolescente e dignidade humana.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO

a) Ações para subsidiar o trabalho da coordenação pedagógica. Além de ações propostas pelo gestor o Plano de Ação deve considerar obrigatoriamente as ações abaixo.

Metas	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas
Brincar, cuidar e Educar			
Organização da rotina dos Cmeis			
Resgate dos alunos infrequentes			
Organização, orientação e suporte para a plena realização do trabalho pedagógico na instituição			
Projetos complementares de atividades educacionais contemplando atividades extra classe relacionadas aos objetivos de aprendizagem da BNCC na Educação Infantil			
Formação continuada dos profissionais da educação na unidade escolar			
Promoção de alimentação saudável considerando o cardápio Municipal de Nutrição			

b) Organização do processo de avaliação da qualidade na educação. Definição de indicadores qualitativos que possam apontar as fragilidades e lacunas, bem como os acertos e as experiências exitosas na prática educacional.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

c) Ações de implementação das políticas educacionais propostas pela secretaria municipal da educação no ambiente escolar.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

a) Ações que postulam a necessidade de a criança ter contato com diferentes tipologias textuais durante o início do processo de alfabetização, ouvindo histórias e observando adultos que leem;

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Ações que indicam que aescola tenha proposta pedagógica definida para que o professor nela se norteie na elaboração de atividades e avaliações adequadas a cada série nesse processo;

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

c) Ações que salientam que ospaisconheçam a proposta e que acompanhem o progresso do aluno segundo essas diretrizes;

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

d) Ações que ressaltam, também, que a equipe de gestores da escola, precisa estar apar do progresso dos alunospara avaliar resultados e, eventualmente, compará-los com os obtidos em outras instituições.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

a) Organização das atividades escolares e administrativas (calendário escolar, hora atividade, horários, faltas, eventos e promoções);

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Aplicação dos recursos oriundos do PDDE (aquisição de equipamentos, sistematização de como gastar e prestação de contas dos diferentes programas para a comunidade, pais e demais órgãos competentes);

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

c) Ações que garantam uma gestão democrática na instituição.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

d) Proposição de ações para interação entre família e escola.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DA FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

a) Ações para a formação continuada e permanente dos profissionais da educação.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Ações de organização, estruturação e planejamento da hora atividade docente.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DO ESPAÇO FÍSICO ESCOLAR

a) Ações que promovam um ambiente escolar limpo, arejado, lúdico e educativo.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Ações de cooperação e solidariedade, comprometimento e participação, respeito nas relações interpessoais, combate à discriminação e indisciplina, respeito aos direitos da criança e adolescente e promoção da dignidade humana.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DO ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

a) Ações para que alunos permaneçam na escola e consigam concluir os níveis de ensino na idade adequada e, no caso da Educação de Jovens e Adultos, concluam as etapas de alfabetização.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

ANEXO IV – PARTE ESPECÍFICA

ENSINO FUNDAMENTAL

PLANO DE AÇÃO DE CANDIDATOS À DIREÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

INSTITUIÇÃO:

NOME DO CANDIDATO:

RG: CPF:

FORMAÇÃO INICIAL:

GRADUAÇÃO (listar todas):

PÓS-GRADUAÇÃO (listar todas):

MESTRADO E/OU DOUTORADO (listar todos):

1) DESCRIÇÃO DO PAPEL DO DIRETOR:

2) JUSTIFICATIVA PARA A CANDIDATURA:

3) OBJETIVO GERAL DO TRABALHO DO DIRETOR:

4) OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TRABALHO DO DIRETOR:

4.1 -

4.2 -

4.3 -

4.4 -

4.5 -

5) INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

DIMENSÃO DO AMBIENTE EDUCATIVO

a) Ações para cooperação e solidariedade, de comprometimento e participação, de respeito nas relações escolares, de combate à discriminação, disciplina, respeito aos direitos da criança e adolescente e dignidade humana.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO

a) Ações para subsidiar o trabalho da coordenação pedagógica. Além de ações propostas pelo gestor o Plano de Ação deve considerar obrigatoriamente as ações abaixo.

Metas	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas
Qualidade da Educação Básica Municipal/IDEB			
Qualidade da Educação Básica Municipal/Prova Paraná			
Transparência de resultados da qualidade da educação			
Conselho de Classe participativo e resolutivo			
Acesso da Comunidade Escolar aos objetivos/ expectativas de aprendizagem de cada ano			
Combate e prevenção à repetência escolar			
Busca ativa de infrequência escolar			
Acompanhamento e recomposição da aprendizagem de alunos com baixo rendimento			
Recuperação paralela dos alunos com baixo rendimento			
Recuperação de alunos não alfabetizados na idade certa			
Premissa de educação Inclusiva: Atendimento e planejamento pedagógico			
Transição do Fundamental I para o Fundamental II			
Projetos Pedagógicos complementares e extraclasse			
Avaliação e melhoria contínua do Projeto Político Pedagógico da Escola			
Saúde Mental dos profissionais e alunos: Prevenção e Acompanhamento			
Identificação dos níveis de satisfação da comunidade escolar com o trabalho do Gestor			

b) Organização do processo de avaliação da qualidade na educação. Definição de indicadores qualitativos que possam apontar as fragilidades e lacunas, bem como os acertos e as experiências exitosas na prática educacional.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

c) Ações de implementação das políticas educacionais propostas pela secretaria municipal da educação no ambiente escolar.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

a) Ações que postulam a necessidade de a criança ter contato com diferentes tipologias textuais durante o início do processo de alfabetização, ouvindo histórias e observando adultos que leem;

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Ações que indicam que aescola tenha proposta pedagógica definida para que o professor nela se norteie na elaboração de atividades e avaliações adequadas a cada série nesse processo;

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

c) Ações que salientam que ospaisconheçam a proposta e que acompanhem o progresso do aluno segundo essas diretrizes;

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

d) Ações que ressaltam, também, que a equipe de gestores da escola, precisa estar apar do progresso dos alunospara avaliar resultados e, eventualmente, compará-los com os obtidos em outras instituições.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

a) Organização das atividades escolares e administrativas (calendário escolar, hora atividade, horários, faltas, eventos e promoções);

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Aplicação dos recursos oriundos do PDDE (aquisição de equipamentos, sistematização de como gastar e prestação de contas dos diferentes programas para a comunidade, pais e demais órgãos competentes);

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

c) Ações que garantam uma gestão democrática na instituição.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

d) Proposição de ações para interação entre família e escola.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DA FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

a) Ações para a formação continuada e permanente dos profissionais da educação.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Ações de organização, estruturação e planejamento da hora atividade docente.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DO ESPAÇO FÍSICO ESCOLAR

a) Ações que promovam um ambiente escolar limpo, arejado, lúdico e educativo.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Ações de cooperação e solidariedade, comprometimento e participação, respeito nas relações interpessoais, combate à discriminação e indisciplina, respeito aos direitos da criança e adolescente e promoção da dignidade humana.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DO ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

a) Ações para que alunos permaneçam na escola e consigam concluir os níveis de ensino na idade adequada e, no caso da Educação de Jovens e Adultos, concluam as etapas de alfabetização.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

ANEXO V – PARTE ESPECÍFICA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

PLANO DE AÇÃO DE CANDIDATOS À DIREÇÃO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

INSTITUIÇÃO:

NOME DO CANDIDATO:

RG: CPF:

FORMAÇÃO INICIAL:

GRADUAÇÃO (listar todas):

PÓS-GRADUAÇÃO (listar todas):

MESTRADO E/OU DOUTORADO (listar todos):

1) DESCRIÇÃO DO PAPEL DO DIRETOR:

2) JUSTIFICATIVA PARA A CANDIDATURA:

3) OBJETIVO GERAL DO TRABALHO DO DIRETOR:

4) OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TRABALHO DO DIRETOR:

4.1 -

4.2 -

4.3 -

4.4 -

4.5 -

5) INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

DIMENSÃO DO AMBIENTE EDUCATIVO

a) Ações para cooperação e solidariedade, de comprometimento e participação, de respeito nas relações escolares, de combate à discriminação, disciplina, respeito aos direitos da criança e adolescente e dignidade humana.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO

a) Ações para subsidiar o trabalho da coordenação pedagógica. Além de ações propostas pelo gestor o Plano de Ação deve considerar obrigatoriamente as ações abaixo.

Metas	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas
Busca ativa e campanha de incentivo para a retomada dos estudos			
Alfabetização e Letramento de Jovens e adultos			
Organização da rotina educacional: Uma modalidade em busca de identidade			
Clareza nos objetivos e expectativas de aprendizagem			
Resgate de alunos infrequentes			
Acompanhamento específico de alunos não alfabetizados			
Conselho de Clase participativo e resolutivo na Eja			
Avaliação da Aprendizagem			
Recuperação paralela da Aprendizagem			
Avaliação diagnóstica			
Combate à repetência escolar			
Transição entre as fases da Eja			
Planejamento e replanejamento do trabalho pedagógico			
Projetos pedagógicos complementares contextualizados à vivência do aluno			
Avaliação e melhoria contínua do Projeto Político Pedagógico da Escola			
Saúde mental do profissionais e alunos (prevenção e acompanhamento)			
Identificação dos níveis de satisfação da Comunidade Escolar com o trabalho do Gestor			

b) Organização do processo de avaliação da qualidade na educação. Definição de indicadores qualitativos que possam apontar as fragilidades e lacunas, bem como os acertos e as experiências exitosas na prática educacional.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

c) Ações de implementação das políticas educacionais propostas pela secretaria municipal da educação no ambiente escolar.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

a) Ações que postulam a necessidade de a criança ter contato com diferentes tipologias textuais durante o início do processo de alfabetização, ouvindo histórias e observando adultos que leem;

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Ações que indicam que aescola tenha proposta pedagógica definida para que o professor nela se norteie na elaboração de atividades e avaliações adequadas a cada série nesse processo;

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

c) Ações que salientam que ospaisconheçam a proposta e que acompanhem o progresso do aluno segundo essas diretrizes;

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

d) Ações que ressaltam, também, que a equipe de gestores da escola, precisa estar apar do progresso dos alunospara avaliar resultados e, eventualmente, compará-los com os obtidos em outras instituições.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

a) Organização das atividades escolares e administrativas (calendário escolar, hora atividade, horários, faltas, eventos e promoções);

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Aplicação dos recursos oriundos do PDDE (aquisição de equipamentos, sistematização de como gastar e prestação de contas dos diferentes programas para a comunidade, pais e demais órgãos competentes);

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

c) Ações que garantam uma gestão democrática na instituição.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

d) Proposição de ações para interação entre família e escola.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DA FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

a) Ações para a formação continuada e permanente dos profissionais da educação.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Ações de organização, estruturação e planejamento da hora atividade docente.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DO ESPAÇO FÍSICO ESCOLAR

a) Ações que promovam um ambiente escolar limpo, arejado, lúdico e educativo.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

b) Ações de cooperação e solidariedade, comprometimento e participação, respeito nas relações interpessoais, combate à discriminação e indisciplina, respeito aos direitos da criança e adolescente e promoção da dignidade humana.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

DIMENSÃO DO ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

a) Ações para que alunos permaneçam na escola e consigam concluir os níveis de ensino na idade adequada e, no caso da Educação de Jovens e Adultos, concluam as etapas de alfabetização.

Ações	Estratégias	Período de Execução	Avaliação semestral das metas

Publicado por:
Daiane Moreirade Souza Silva
Código Identificador:D11F5593

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
HOMOLOGA CONCORRENCIA 01/2026

Sumula: Homologação de Processo Licitatório N.º 101/2026, Instrumento Convocatório N.º 1/2026.

ARIANO SERGIO NUNES, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Terra Rica, no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei, resolve:

HOMOLOGAR:

Art. 1º - - A homologação da Ata da Pregoeira, nomeada pela Portaria sob N.º 38 datada de 26 (vinte e seis) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente à Licitação Modalidade **CONCORRENCIA ELETROÔNICO N.º 1/2026** Processo Licitatório N.º 101, datado de 25

EMICOL ELETRO ELETRONICA S.A, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob Nº **61.685.723/0001-66**> à Contratação de empresa para **fornecimento e instalação de sistema de aeração para o atendimento das diversas áreas do Samae** perfazendo um valor total de R$ 675.000,00

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
EMICOL ELETRO ELETRONICA S. A	1	1	AERADORES SUPERFICIAIS Características dos aeradores: Quantidade: 16 aeradores Forma de instalação: quatro linhas com 4 aeradores cada Tipo escova, baixa rotação; Taxa de transferência mínima de oxigênio 1,71 kg O2kW/h; Rotação nominal: 90 rpm; Potência nominal: 1,5 CV; Pintura resistente a ambientes agressivos (esgoto); Rotor de aeração tipo tubular horizontal executado em polipropileno, com mínimo 48 pás, com carenagem anti aerossóis. Mancal do rotor lado não acoplado em bucha cerâmica. Motor edutor e mancal apoiados em estrutura metálica em aço inox 304, para perfeito alinhamento do conjunto; Montados em flutuadores de PP ou PVC preenchidos de poliuretano com fixação através de cabos de aço inox; Dimensões aproximadas – altura: 1,1m, comprimento: 2,10m, largura 2,10m; Eixo de saída do redutor em aço inox 316 resistente a corrosão; Rolamento do motor tipo radial; Haste de fixação, parafusos, porcas e arruelas em aço inoxidável. Acionamento Elétrico: Motor elétrico ventilado. Tensão de funcionamento 220/380/440V, trifásico; Frequência 60Hz; Isolamento do tipo F, grau de proteção IP 55; Cobertura em aço inox 304 do conjunto moto redutor. Fabricado segundo especificações NEMA/ABNT; as juntas do motor devem ser perfeitamente seladas;		16,00	15.500,00
EMICOL ELETRO ELETRONICA S.A	1	2	PAINEL ELÉTRICO DE COMANDO Descrição: Fornecimento de painel elétrico de comando destinado ao acionamento e proteção dos aeradores superficiais		1,00	150.000,00

			instalados na ETE.Características mínimas: Quantidade: Fornecimento de 01 painel de comando central com 16 acionamentos individuais (partida direta), com espaço para 4 acionamentos futuros, grau de proteção IP 55 Acionamento por Partida Direta individual para motores de 1,5CV / 4 Polos / 60Hz;Acionamento por Contator Modular Trifásico Proteção por disjunto-motor magnético; Disjuntor geral em caixa moldada para proteção de entrada, com capacidade em 20% acima da demanda instalada no painel elétrico, com manopla instalada no frontal do painel, permitindo bloqueio elétrico com até 3 cadeados; Dispositivo antissurto para proteção de entrada nas 3x Fases; Quadro de comando em estrutura metálica em chapa de aço, grau de proteção IP 55;Rele eletrônico de monitoramento de falta de fase e sequência de fase na entrada da rede elétrica; Comando (frontal do painel): seleção manual/OFF/Automático (individual por acionamento);Cabo elétrico alimentação painel-aeradores: Cabo PP 4X2,5mm² 0,6/1kV na quantidade necessária para ligação painel-aeradores; Cabo de aço: Cabo de aço inox 304, D-10mm na quantidade necessária para as quatro linhas de aeração, incluindo os periféricos necessários para seu esticamento e fixação. Flutuadores para cabo de aço: Deverá estar incluso 4 flutuadores de cabo de aço, um por linha de aeração			
EMICOL ELETRO ELETRONICA S.A	1	3	INSTALAÇÃO ELETROMECÂNICA Fornecimento de mão de obra necessária para montagem e instalação eletromecânica dos aeradores, incluindo: Lançamento de cabo de aço inox D-10mm para as linhas de aeração, com flutuador de cabo por linha de aeração; Instalação de 01 (um) painel elétrico de comando único e centralizado, dotado de no mínimo 16 acionamentos individuais, a ser instalado no poste/estrutura de energia disponível no local da ETE;Lançamento e ligação do cabeamento elétrico de alimentação de todos os aeradores até o painel de comando único Supervisionar a partida dos aeradores; Disponibilizar presilhas de fixação, haste, rosca e grampos para fixação dos aeradores; Fornecimento dos materiais necessários para a instalação: Cabo PP 4X2,5mm² 0,6/1kV na quantidade necessária para ligação do painel aos aeradores;?? Cabo de aço inox 304, D-10mm na quantidade necessária para as quatro linhas de aeração, incluindo os periféricos necessários para seu esticamento e fixação; 04 (quatro) flutuadores para cabo de aço, sendo um por linha de aeração; Arcar com despesas de deslocamento, refeições e hospedagem dos funcionários; Fretes e aluguel de caminhão guincho tipo Munck para apoio à montagem e à instalação.5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO A empresa contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, transporte e acessórios necessários à perfeita execução dos serviços. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, de fabricação atual e destinados especificamente para aplicação em sistemas de tratamento de esgoto sanitário. A instalação deverá ser executada por profissionais habilitados, observando normas técnicas aplicáveis, normas de segurança do trabalho, normas ambientais e recomendações do fabricante. A contratada deverá realizar testes de funcionamento e partida assistida dos equipamentos, garantindo plena operacionalidade do sistema instalado. A emissão de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica será obrigatória tanto para o fornecimento quanto para a execução dos serviços de instalação		1,00	277.000,00

Art. 2º - Esta Homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficando revogadas as disposições em contrário.

Terra Rica – Estado do Paraná, vinte e cinco dias de setembro de 2026

ADRIANO SERGIO NUNES

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador: ADD7F849

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 63-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 115/2026,

MODALIDADE: PREGÃO Nº 63/2026

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 115/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 63/2026, o(s) participante(s):

428441 - 52.098.237 FABIANO BRAGHETTO BIANO						
Lote: 2 - LOTE 02 - MOCHILAS						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	MOCHILA INFANTIL MÉDIA	UNIDADE		1.095	R$39,00	R$42.705,00
2	MOCHILA INFANTIL GRANDE	UNIDADE		1.400	R$39,00	R$54.600,00
3	PASTA PROFESSOR	UNIDADE		300	R$39,50	R$11.850,00
4	ESTOJO ESCOLAR	UNIDADE		2.595	R$11,00	R$28.545,00
				Total	do Fornecedor:	R$137.700,00
428444 - BIDS CENTER LTDA						
Lote: 3 - LOTE 03 - RECIPIENTES						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	COPO TREINO	UNIDADE		200	R$22,70	R$4.540,00
2	GARRAFINHA PARA AGUA	UNIDADE		2.600	R$4,10	R$10.660,00
				Total	do Fornecedor:	R$15.200,00
428446 - J D COMERCIO ATACADISTA LTDA						
Lote: 1 - LOTE 01 - KIT ESCOLAR						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	KIT ESCOLAR 01 - INFANTIL 0 E 1, CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 01 CAIXA DE GIZ DE CERA INFANTIL 02 CAIXAS DE MASSA DE MODELAR 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT	KIT		200	R$35,40	R$7.080,00
2	KIT ESCOLAR 02 - INFANTIL 2, CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 01 CAIXA DE LÁPIS DE COR JUMBO 3/4 01 CAIXA DE GIZ DE CERA INFANTIL 03 CAIXAS DE MASSA DE MODELAR 01 CAIXA DE TINTA GUACHE 01 PINCEL BROXINHA 01 PINCEL CHATO N° 12 02 TUBOS DE COLA	KIT		150	R$87,07	R$13.060,50

	01 PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT					
3	KIT ESCOLAR 03 - INFANTIL 3, CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 01 CADERNO DE DESENHO 01 CAIXA DE LÁPIS DE COR JUMBO 3/4 01 CAIXA DE GIZ DE CERA INFANTIL 03 CAIXAS DE MASSA DE MODELAR 01 CAIXA DE TINTA GUACHE 01 PINCEL BROXINHA 01 PINCEL CHATO N° 12 02 TUBOS DE COLA 01 TESOURA ESCOLAR 01 PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT	KIT		180	R$99,27	R$17.868,60
4	KIT ESCOLAR 04 - INFANTIL 4, CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 02 CADERNOS DE DESENHO 01 CADERNOS BROCHURÃO 48 FOLHAS 01 CAIXA DE LÁPIS DE COR JUMBO 3/4 01 CAIXA DE LÁPIS DE COR FUNDAMENTAL 01 CAIXA DE GIZ DE CERA INFANTIL 03 CAIXAS DE MASSA DE MODELAR 01 CAIXA DE TINTA GUACHE 01 PINCEL CHATO N° 12 01 RÉGUA 30 CM 01 RÉGUA 10 CM 03 TUBOS DE COLA 01 TESOURA ESCOLAR 01 APONTADOR 01 BORRACHAS 03 LÁPIS GRAFITE 01 ESTOJO DE CANETINHAS 01 PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT	KIT		285	R$131,80	R$37.563,00

5	KIT ESCOLAR 05 - INFANTIL 5, CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 02 CADERNOS DE DESENHO 01 CADERNOS BROCHURÃO 96 FOLHAS 01 CADERNO CALIGRAFIA LINHA AMERICANA 02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR FUNDAMENTAL 01 CAIXA DE GIZ DE CERA FUNDAMENTAL 02 CAIXAS DE MASSA DE MODELAR 01 CAIXA DE TINTA GUACHE 01 PINCEL CHATO N° 08 01 RÉGUA 30 CM 01 RÉGUA 10 CM 03 TUBOS DE COLA 01 TESOURA ESCOLAR 01 APONTADOR 02 BORRACHAS 03 LÁPIS GRAFITE 01 ESTOJO DE CANETINHAS 01 PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT	KIT		280	R$101,232	R$28.344,96
6	KIT ESCOLAR 06 - ANOS INICIAIS (1° ANO), CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 01 CADERNO DE DESENHO 04 CADERNOS BROCHURÃO 96 FOLHAS 04 CADERNOS BROCHURÃO 48 FOLHAS 01 CADERNO CALIGRAFIA LINHA AMERICANA 02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR FUNDAMENTAL 02 CAIXAS DE MASSA DE MODELAR 01 CAIXA DE TINTA GUACHE 01 PINCEL CHATO N° 08 01 RÉGUA 30 CM 01 RÉGUA 10 CM 03 TUBOS DE COLA 01 TESOURA ESCOLAR 01 APONTADOR	KIT		245	R$119,532	R$29.285,34

	03 BORRACHAS 04 LÁPIS GRAFITE 01 PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT					
7	KIT ESCOLAR 07 - ANOS INICIAIS (2° ANO), CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 01 CADERNO DE DESENHO 04 CADERNOS BROCHURÃO 96 FOLHAS 04 CADERNOS BROCHURÃO 48 FOLHAS 01 CADERNO DE CALIGRAFIA 02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR FUNDAMENTAL 01 CAIXA DE TINTA GUACHE 01 PINCEL CHATO N° 08 01 RÉGUA 30 CM 03 TUBOS DE COLA 01 TESOURA ESCOLAR 01 APONTADOR 03 BORRACHAS 06 LÁPIS GRAFITE 01 PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT	KIT		240	R$112,27	R$26.944,80
8	KIT ESCOLAR 08 - ANOS INICIAIS (3° ANO), CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 01 CADERNO DE DESENHO 04 CADERNOS BROCHURÃO 96 FOLHAS 04 CADERNOS BROCHURÃO 48 FOLHAS 01 CADERNO CALIGRAFIA 02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR FUNDAMENTAL 01 CAIXA DE TINTA GUACHE 01 PINCEL CHATO N° 08 01 RÉGUA 30 CM 03 TUBOS DE COLA 01 TESOURA ESCOLAR 01 APONTADOR 03 BORRACHAS	KIT		255	R$112,27	R$28.628,85

	06 LÁPIS GRAFITE 01 PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT					
9	KIT ESCOLAR 09 - ANOS INICIAIS (4° ANO), CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 01 CADERNO DE DESENHO 04 CADERNOS BROCHURÃO 96 FOLHAS 05 CADERNOS BROCHURÃO 48 FOLHAS 02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR FUNDAMENTAL 01 CAIXA DE TINTA GUACHE 01 PINCEL CHATO N° 08 01 RÉGUA 30 CM 02 TUBOS DE COLA 01 TESOURA ESCOLAR 01 APONTADOR 03 BORRACHAS 06 LÁPIS GRAFITE 01 PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT	KIT		270	R$110,82	R$29.921,40
10	KIT ESCOLAR 10 - ANOS INICIAIS (5° ANO), CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 01 CADERNO DE DESENHO 04 CADERNOS BROCHURÃO 96 FOLHAS 05 CADERNOS BROCHURÃO 48 FOLHAS 02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR FUNDAMENTAL 01 CAIXA DE TINTA GUACHE 01 PINCEL CHATO N° 08 01 RÉGUA 30 CM 02 TUBOS DE COLA 01 TESOURA ESCOLAR 01 APONTADOR 03 BORRACHAS 04 LÁPIS GRAFITE 01 CANETAS AZUL 01 CANETAS PRETA 01 CANETAS VERMELHA 01 COMPASSO	KIT		250	R$115,97	R$28.992,50

	01 TRANSFERIDOR 01 PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT					
11	KIT ESCOLAR 11 - ACESSIBILIDADE INFANTIL, CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 02 CADERNO DE DESENHO 01 CAIXA DE LÁPIS DE COR JUMBO ¾ 02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR FUNDAMENTAL 01 CAIXA DE GIZ DE CERA INFANTIL 03 CAIXAS DE MASSA DE MODELAR 01 CAIXAS DE TINTA GUACHE 01 PINCEL BROXINHA 01 PINCEL CHATO N° 12 03 TUBOS DE COLA 01 TESOURA ESCOLAR 02 BORRACHAS 03 LÁPIS GRAFITE 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT	KIT		20	R$120,47	R$2.409,40
12	KIT ESCOLAR 12 - ACESSIBILIDADE FUNDAMENTAL, CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR 01 CADERNO DE DESENHO 02 CADERNOS BROCHURÃO 96 FOLHAS 02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR FUNDAMENTAL 01 CAIXA DE GIZ DE CERA FUNDAMENTAL 01 CAIXAS DE MASSA DE MODELAR 01 CAIXAS DE TINTA GUACHE 01 PINCEL CHATO N° 08 01 RÉGUA 30 CM 03 TUBOS DE COLA 01 TESOURA ESCOLAR 01 APONTADOR 03 BORRACHAS 06 LÁPIS GRAFITE 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT	KIT		100	R$81,72	R$8.172,00
13	KIT ESCOLAR 13 - PROFESSORES,	KIT		300	R$112,71	R$33.813,00

	CONTENDO: 01 CADERNO UNIVERSITÁRIO (PROFESSOR) 02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR FUNDAMENTAL 01 RÉGUA 30 CM 02 TUBOS DE COLA 01 APONTADOR 02 BORRACHAS 03 LÁPIS GRAFITE 02 CANETAS AZUL 02 CANETAS PRETA 02 CANETAS VERMELHA 02 MARCA TEXTO 01 TESOURA GRANDE 01 GRAMPEADOR 01 PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO 02 PINCEL PARA QUADRO BRANCO AZUL 02 PINCEL PARA QUADRO PRETO 02 PINCEL PARA QUADRO VERMELHO 02 FITA LARGA 01 MARCADOR PERMANENTE 01 GRAMPO PARA GRAMPEADOS 01 CLIPS DE PAPEL 01 ESTOJO DE CANETINHAS 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT						
				Total do Fornecedor:		R$292.084,35

428441 - 52.098.237 FABIANO BRAGHETTO BIANO			
Lote	% Desc.	% Desc. Neg.	Valor Total
2 - LOTE 02 - MOCHILAS		0	R$ 137.700,00
	Total Fornecedor:		R$ 137.700,00
428444 - BIDS CENTER LTDA			
Lote	% Desc.	% Desc. Neg.	Valor Total
3 - LOTE 03 - RECIPIENTES		0	R$ 15.200,00
	Total Fornecedor:		R$ 15.200,00
428446 - J D COMERCIO ATACADISTA LTDA			
Lote	% Desc.	% Desc. Neg.	Valor Total
1 - LOTE 01 - KIT ESCOLAR		0	R$ 292.084,35
Total Fornecedor:			R$ 292.084,35
Terra Roxa, 24 de setembro de 2026.			
IVAN REIS DA SILVA			
Prefeito Municipal			

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:373A2116

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	133.119.480,32	202.591.528,93	26.065.859,71	137.415.944,94	65.175.583,99	20.296.051,20	81.972.204,53	120.619.324,40	76.286.826,66
DESPESAS CORRENTES	113.893.480,32	123.840.398,57	20.842.219,30	77.568.544,60	46.271.853,97	19.225.258,81	71.610.056,57	52.230.342,00	66.102.709,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	56.507.133,14	59.341.376,82	10.736.684,91	37.459.021,27	21.882.355,55	10.732.586,40	37.453.505,51	21.887.871,31	33.484.261,28
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.200.000,00	1.750.000,00	432.388,15	1.714.329,89	35.670,11	507.482,46	1.714.329,89	35.670,11	1.714.072,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.186.347,18	62.749.021,75	9.673.146,24	38.395.193,44	24.353.828,31	7.985.189,95	32.442.221,17	30.306.800,58	30.904.375,37
DESPESAS DE CAPITAL	7.318.000,00	66.550.940,34	5.223.640,41	59.847.400,34	6.703.540,00	1.070.792,39	10.362.147,96	56.188.792,38	10.184.117,33
INVESTIMENTOS	5.518.000,00	64.550.940,34	5.004.059,02	58.133.047,53	6.417.892,81	603.002,75	8.647.795,15	55.903.145,19	8.469.764,52
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.800.000,00	2.000.000,00	219.581,39	1.714.352,81	285.647,19	467.789,64	1.714.352,81	285.647,19	1.714.352,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.908.000,00	12.200.190,02	0,00	0,00	12.200.190,02	0,00	0,00	12.200.190,02	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	8.168.000,00	7.957.714,11	1.012.547,24	4.737.112,74	3.220.601,37	1.196.943,62	4.728.880,90	3.228.833,21	4.354.295,14
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	141.287.480,32	210.549.243,04	27.078.406,95	142.153.057,68	68.396.185,36	21.492.994,82	86.701.085,43	123.848.157,61	80.641.121,80
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	141.287.480,32	210.549.243,04	27.078.406,95	142.153.057,68	68.396.185,36	21.492.994,82	86.701.085,43	123.848.157,61	80.641.121,80
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.490.020,09	21.867.430,26	(21.867.430,26)	27.927.393,89
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	141.287.480,32	210.549.243,04	27.078.406,95	142.153.057,68	68.396.185,36	24.983.014,91	108.568.515,69	101.980.727,35	108.568.515,69
Entidades:									
Câmara Municipal de Tijucas do Sul									
Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul									
Município de Tijucas do Sul									

Publicado por:
Rosa Maria de Lima Cruz
Código Identificador:9E993C9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"									
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	7.868.000,00	7.857.714,11	1.012.547,24	4.689.611,12	3.168.102,99	1.196.943,62	4.681.379,28	3.176.334,83	4.306.793,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.168.000,00	5.276.000,00	769.967,16	3.076.132,83	2.199.867,17	774.083,08	3.067.900,99	2.208.099,01	2.693.315,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	100.000,00	6.500,00	66.044,82	33.955,18	6.500,00	66.044,82	33.955,18	66.044,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.400.000,00	2.481.714,11	236.080,08	1.547.433,47	934.280,64	416.360,54	1.547.433,47	934.280,64	1.547.433,47
DESPESAS DE CAPITAL (II)	300.000,00	100.000,00	0,00	47.501,62	52.498,38	0,00	47.501,62	52.498,38	47.501,62
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	100.000,00	0,00	47.501,62	52.498,38	0,00	47.501,62	52.498,38	47.501,62
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	8.168.000,00	7.957.714,11	1.012.547,24	4.737.112,74	3.220.601,37	1.196.943,62	4.728.880,90	3.228.833,21	4.354.295,14
SUPERÁVIT (IV)	0,00	210.285,89	0,00	0,00	210.285,89	0,00	0,00	210.285,89	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	8.168.000,00	8.168.000,00	1.012.547,24	4.737.112,74	3.430.887,26	1.196.943,62	4.728.880,90	3.439.119,10	4.354.295,14
Entidades:									
Câmara Municipal de Tijucas do Sul									
Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul									
Município de Tijucas do Sul									

Publicado por:
Rosa Maria de Lima Cruz
Código Identificador:6590D117

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JULHO A AGOSTO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e							
RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	129.427.480,31	183.824.030,18	24.054.045,85	13,09	104.403.082,10	56,80	79.420.948,08
RECEITAS CORRENTES	128.427.480,31	132.958.558,04	20.197.997,32	15,19	89.624.302,31	67,41	43.334.255,73

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	18.040.000,00	18.040.000,00	2.917.023,81	16,17	10.715.068,37	59,40	7.324.931,63
IMPOSTOS	15.840.000,00	15.840.000,00	2.407.379,01	15,20	9.293.845,15	58,67	6.546.154,85
TAXAS	2.200.000,00	2.200.000,00	509.644,80	23,17	1.421.223,22	64,60	778.776,78
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	5.806.000,00	5.806.000,00	1.017.155,90	17,52	4.321.915,55	74,44	1.484.084,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.506.000,00	4.506.000,00	768.424,21	17,05	3.382.251,85	75,06	1.123.748,15
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	1.300.000,00	1.300.000,00	248.731,69	19,13	939.663,70	72,28	360.336,30
RECEITA PATRIMONIAL	6.070.000,00	6.070.000,00	716.045,45	11,80	5.121.021,07	84,37	948.978,93
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	6.070.000,00	6.070.000,00	716.045,45	11,80	5.121.021,07	84,37	948.978,93
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	96.411.480,31	100.942.558,04	15.540.236,98	15,40	68.012.878,45	67,38	32.929.679,59
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	50.921.650,39	54.382.478,12	8.967.223,98	16,49	35.452.388,88	65,19	18.930.089,24
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	27.489.829,92	28.220.079,92	3.776.568,31	13,38	19.530.204,47	69,21	8.689.875,45
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	18.000.000,00	18.340.000,00	2.796.444,69	15,25	13.030.285,10	71,05	5.309.714,90
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.100.000,00	2.100.000,00	7.535,18	0,36	1.453.418,87	69,21	646.581,13
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	1.236,82	0,00	4.947,34	0,00	(4.947,34)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	76.568,32	0,00	232.509,46	0,00	(232.509,46)
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.100.000,00	2.100.000,00	(70.269,96)	(3,35)	1.215.962,07	57,90	884.037,93
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	50.865.472,14	3.856.048,53	7,58	14.778.779,79	29,05	36.086.692,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	1.498.445,03	178.000,00	11,88	6.337.138,67	422,91	(4.838.693,64)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	1.498.445,03	178.000,00	11,88	6.337.138,67	422,91	(4.838.693,64)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	673.703,80	328.950,00	48,83	711.750,00	105,65	(38.046,20)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	673.703,80	328.950,00	48,83	711.750,00	105,65	(38.046,20)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	48.693.323,31	3.349.098,53	6,88	7.729.891,12	15,87	40.963.432,19
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	0,00	2.593.000,00	0,00	0,00	220.349,49	8,50	2.372.650,51
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	1.000.000,00	46.100.323,31	3.349.098,53	7,26	7.509.541,63	16,29	38.590.781,68
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	5.660.000,00	5.660.000,00	928.969,06	16,41	4.165.433,59	73,59	1.494.566,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	135.087.480,31	189.484.030,18	24.983.014,91	13,18	108.568.515,69	57,30	80.915.514,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	135.087.480,31	189.484.030,18	24.983.014,91	13,18	108.568.515,69	57,30	80.915.514,49
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	135.087.480,31	189.484.030,18	24.983.014,91	13,18	108.568.515,69	57,30	80.915.514,49
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	14.865.212,85	0,00	0,00	14.865.212,85	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	14.865.212,85	0,00	0,00	14.865.212,85	100,00	0,00

Entidades:

Câmara Municipal de Tijucas do Sul

Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul

Município de Tijucas do Sul

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até24/09/2026 16:45

Publicado por:
Rosa Maria de Lima Cruz
Código Identificador:D1F1EB3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO A AGOSTO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES - INTRAORÇAMENTÁRIAS	5.660.000,00	5.660.000,00	928.969,06	16,41	4.165.433,59	73,59	1.494.566,41
CONTRIBUIÇÕES	5.660.000,00	5.660.000,00	928.969,06	16,41	4.165.433,59	73,59	1.494.566,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.660.000,00	5.660.000,00	928.969,06	16,41	4.165.433,59	73,59	1.494.566,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	5.660.000,00	5.660.000,00	928.969,06	16,41	4.165.433,59	73,59	1.494.566,41
DÉFICIT (IV)	2.508.000,00	2.297.714,11	267.974,56		563.447,31		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	8.168.000,00	7.957.714,11	1.196.943,62	15,04	4.728.880,90	59,43	1.494.566,41

Entidades:

Câmara Municipal de Tijucas do Sul

Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul

Município de Tijucas do Sul

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 24/09/2026 16:48

Publicado por:
Rosa Maria de Lima Cruz
Código Identificador:4D349C4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO A AGOSTO DE 2026

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	15.200.000,00	9.121.427,17
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.500.000,00	1.021.254,82
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.500.000,00	596.268,57
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	7.000.000,00	4.860.327,42
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.200.000,00	2.643.576,36
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	82.028.069,82	47.418.612,38
2.1 - Cota-parte FPM	49.978.282,42	29.497.529,46
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	45.300.660,11	27.739.032,85
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	4.677.622,31	1.758.496,61
2.2 - Cota-parte ICMS	27.299.787,40	15.326.080,23
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	243.253,32
2.4 - Cota-parte ITR	800.000,00	215.522,35
2.5 - Cota-parte IPVA	3.500.000,00	2.136.227,02
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	97.228.069,82	56.540.039,55
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	15.470.089,50	9.132.023,15
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	8.836.927,95	5.002.986,73

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	18.932.667,21	13.595.930,67
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	18.340.000,00	13.060.185,10
6.1.1 - Principal	18.340.000,00	13.030.285,10
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	29.900,00
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	493.078,36
6.3.1 - Principal	0,00	493.078,36
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	592.667,21	42.667,21
6.4.1 - Principal	592.667,21	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	42.667,21

6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	2.869.910,50	3.898.261,95
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		414.696,38
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		414.696,38
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		14.010.627,05

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	19.363.861,41	14.231.356,72	14.220.556,72	13.130.436,56	10.800,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	16.570.134,11	12.683.468,51	12.683.468,51	11.637.073,43	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	6.832.000,00	3.787.786,27	3.787.786,27	3.442.797,87	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	9.738.134,11	8.895.682,24	8.895.682,24	8.194.275,56	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	2.793.727,30	1.547.888,21	1.537.088,21	1.493.363,13	10.800,00
10.2.1 - Educação Infantil	339.000,00	185.378,15	185.378,15	177.593,85	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	2.222.727,30	1.204.427,58	1.193.627,58	1.157.686,80	10.800,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	232.000,00	158.082,48	158.082,48	158.082,48	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	13.665.385,57	13.654.585,57	12.562.612,72	10.800,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	13.655.948,89	13.645.148,89	12.553.176,04	10.800,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	9.436,68	9.436,68	9.436,68	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	12.306.334,40	12.306.334,40	11.259.939,32	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	9.487.284,42	12.306.334,40	12.306.334,40	90,80
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	246.539,18	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	73.961,75	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	1.359.593,07	(58.654,90)	(58.654,90)	0,00	(0,43)

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.744.406,79	414.696,38	377.134,11	0,00	0,00	36.400,18
19.1 - Total das Despesas	1.736.132,20	405.259,70	377.134,11	0,00	0,00	28.125,59

custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	8.274,59	9.436,68	0,00	0,00	0,00	8.274,59

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	9.297.290,49	5.732.034,61	5.190.768,23	4.200.884,03	541.266,38

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20.1 - Educação Infantil	4.507.427,96	2.711.574,29	2.278.517,55	1.967.925,28	433.056,74
20.2 - Ensino Fundamental	2.621.862,53	1.690.822,54	1.599.463,11	943.975,89	91.359,43
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	315.000,00	59.200,00	59.200,00	59.200,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	1.847.000,00	1.270.437,78	1.253.587,57	1.229.782,86	16.850,21
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	26.508.151,90	17.928.860,44	17.393.644,27	15.335.591,93	535.216,17
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	11.858.427,96	6.697.939,94	6.264.883,20	5.600.511,39	433.056,74
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	14.649.723,94	11.230.920,50	11.128.761,07	9.735.080,54	102.159,43
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					5.190.768,23
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					9.132.023,15
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					28.125,59
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					708,08
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					14.293.957,71
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			14.135.009,89	14.293.957,71	25,28
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	387.853,29	47.616,50	371.258,32	708,08	15.886,89
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	251.361,10	47.616,50	234.766,13	708,08	15.886,89
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	136.492,19	0,00	136.492,19	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.400.000,00	2.310.318,77
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.150.000,00	1.769.186,90
31.1.1 - Salário-Educação	1.200.000,00	966.916,44
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	350.000,00	318.688,59
31.1.4 - PNATE	600.000,00	483.581,87
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.250.000,00	541.131,87

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	4.487.234,56	2.747.012,83	2.228.948,96	2.047.528,54	518.063,87
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	685.713,33	540.306,64	512.484,00	408.669,14	27.822,64
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.449.797,34	1.338.195,60	922.299,12	899.094,25	415.896,48
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	850.000,00	45.800,00	45.800,00	45.800,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

32.8 - OUTRAS	1.501.723,89	822.710,59	748.365,84	693.965,15	74.344,75
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	33.395.386,46	22.743.126,12	21.677.094,38	19.413.816,91	1.066.031,74
33.1 - Despesas Correntes	32.297.075,93	22.007.221,13	21.379.578,89	19.237.218,35	627.642,24
33.1.1 - Pessoal Ativo	19.489.243,68	14.648.836,62	14.648.836,62	12.875.654,69	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	527.000,00	217.282,48	217.282,48	217.282,48	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	12.280.832,25	7.141.102,03	6.513.459,79	6.144.281,18	627.642,24
33.2 - Despesas de Capital	1.098.310,53	735.904,99	297.515,49	176.598,56	438.389,50
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.098.310,53	735.904,99	297.515,49	176.598,56	438.389,50

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	518.254,62	37.105,39
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	13.662.956,44	966.916,44
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	13.370.969,71	793.582,35
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	810.241,35	210.439,48
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	810.241,35	210.439,48

Entidades:
Câmara Municipal de Tijucas do Sul
Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul
Município de Tijucas do Sul
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 25/09/2026 08:24

Publicado por:
Rosa Maria de Lima Cruz
Código Identificador:EA082F16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)	Em Reais	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	6.328.000,00	4.891.640,02
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	745.000,00	820.493,24
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	656.000,00	823.222,77
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.522.000,00	1.146.528,05
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.405.000,00	2.101.395,96
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	61.000.000,00	39.807.816,20
2.1- Cota-Parte FPM	28.465.000,00	19.665.019,66
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.765.000,00	18.492.688,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	2.700.000,00	1.172.331,08
2.2- Cota-Parte ICMS	28.500.000,00	17.934.518,44
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	435.000,00	288.429,99
2.4- Cota-Parte ITR	600.000,00	45.336,94
2.5- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	1.874.511,17
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	67.328.000,00	44.699.456,22
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	11.660.000,00	7.727.095,32
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	5.172.000,00	3.447.767,03
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	10.895.047,72	7.402.426,74
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	10.852.000,00	7.359.379,02
6.1.1- Principal	10.764.000,00	7.303.335,39
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	88.000,00	56.043,63
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	43.047,72	43.047,72
6.2.1- Principal	43.047,72	43.047,72
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
6.3.1- Principal	-	-
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)

6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-
6.4.1- Principal	-	-
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(896.000,00)	(423.759,93)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		-
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		-
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		-
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		7.402.426,74

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	10.984.143,19	7.158.630,03	7.158.287,03	7.155.887,03	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.531.000,00	6.773.408,91	6.773.408,91	6.773.408,91	-
10.1.1 - Educação Infantil	2.973.000,00	2.627.360,82	2.627.360,82	2.627.360,82	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	4.862.000,00	3.553.747,53	3.553.747,53	3.553.747,53	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	14.000,00	-	-	-	-
10.1.4 - Educação Especial	682.000,00	592.300,56	592.300,56	592.300,56	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.453.143,19	385.221,12	384.878,12	382.478,12	-
10.2.1 - Educação Infantil	-	-	-	-	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	2.453.143,19	385.221,12	384.878,12	382.478,12	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	7.069.534,56	7.069.191,56	7.066.791,56	-	-	-
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.038.802,56	7.038.459,56	7.036.059,56	-	-	-
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	30.732,00	30.732,00	30.732,00	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-	-
12- OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES	-	-	-	-	-	-
12.1- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.773.408,91	6.773.408,91	6.773.408,91	-	-	-
12.2- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	179.688,15	179.688,15	179.688,15	-	-	-
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- Indicadores do FUNDEB (70% e 4%)	-	-	-	-
15.1- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.181.698,72	6.773.408,91	6.773.408,91	91,50
15.2- Mínimo de 4% do FUNDEB na Criação de Matrículas em ETI[11]	296.097,07	179.688,15	179.688,15	2,43
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)

18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	740.242,67	333.235,18	333.235,18	-	4,50

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	-	-	89.095,47	-	-89.095,47	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	8.737.501,00	5.237.850,53	5.174.397,52	4.892.152,61	-
20.1- Educação Infantil	4.748.001,00	2.874.594,59	2.856.587,15	2.728.695,31	-
20.2- Ensino Fundamental	3.390.500,00	2.104.436,60	2.074.804,70	1.920.713,19	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	31.000,00	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	568.000,00	258.819,34	243.005,67	242.744,11	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	19.721.644,19	12.396.480,56	12.332.684,55	12.048.039,64	-
21.1- Educação Infantil	7.721.001,00	5.501.955,41	5.483.947,97	5.356.056,13	-
21.1.1- Creche	2.127.000,00	1.087.964,46	1.077.694,51	1.075.606,14	-
21.1.2- Pré-escola	5.594.001,00	4.413.990,95	4.406.253,46	4.280.449,99	-
21.2- Ensino Fundamental	12.000.643,19	6.894.525,15	6.848.736,58	6.691.983,51	-
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					5.174.397,52
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					7.727.095,32
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					-
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)					-
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)					12.901.492,84

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	11.174.862,35	12.901.492,84	28,86

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	-	-	-	-	-
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	-	-	-	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.043.000,00	1.329.361,86
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.529.000,00	930.638,56
31.1.1- Salário-Educação	767.000,00	594.214,59
31.1.2- PDDE	-	-
31.1.3- PNAE	227.000,00	204.308,27
31.1.4- PNATE	135.000,00	132.115,70
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	400.000,00	-
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	349,24
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	-	-
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	514.000,00	398.374,06

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	3.036.027,21	1.279.926,89	1.252.738,27	1.079.904,61	-

32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	252.000,00	216.810,22	207.085,85	174.823,43	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.970.027,21	1.059.048,00	1.041.583,75	901.012,51	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	7.000,00	1.896,90	1.896,90	1.896,90	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	807.000,00	2.171,77	2.171,77	2.171,77	-
32.8- OUTRAS	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	22.757.671,40	13.635.375,92	13.544.391,29	13.086.912,72	-
33.1- Despesas Correntes	21.009.896,47	13.580.177,09	13.490.237,95	13.035.844,38	-
33.1.1- Pessoal Ativo	12.601.500,00	9.030.092,44	9.030.092,44	9.030.092,44	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	8.408.396,47	4.550.084,65	4.460.145,51	4.005.751,94	-
33.2- Despesas de Capital	1.747.774,93	55.198,83	54.153,34	51.068,34	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.747.774,93	55.198,83	54.153,34	51.068,34	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	89.095,47	-
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	7.402.426,74	594.214,59
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	7.196.918,56	506.783,86
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	294.603,65	87.430,73
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	294.603,65	87.430,73
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
11 Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:08EAE63B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7295/2026

DATA 16/09/2026

Súmula. Abre um crédito suplementar no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NAS LEIS Nº 2910/2025 de 07/08/2025 E 3023/2025 de 16/12/2025.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 2.435.500,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02	Poder Executivo Municipal	
02.03	Dpto de Assessoria e Controlad. Interna	
041220002.2.005000	Manutenção do Dpto de Assessoria e Controlad. Interna	
3.3.90.14 (3458) (000)	Diárias – pessoal civil	8.000,00

03	Secret. Munic. da Adm. e Planejamento	
03.01	Dpto Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
041220003.2.006000	Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
3.3.90.93 (3491) (000)	Indenizações e restituições	1.000,00

04	Secretaria Munic. da Fazenda	
04.01	Dpto de Faz. Tesouraria e Contabilidade	
041230004.2.007000	Manutenção do Dpto de Faz. Tesouraria e Contabilidade.	
3.3.90.14 (3508) (000)	Diárias – pessoal civil	3.500,00
288460000.0.002000	Amortização e Encargos das Dívidas	
4.6.90.71 (3522) (000)	Principal da dívida contratual resgatado	276.000,00

04	Secretaria Munic. da Fazenda	
04.02	Dpto de Tributação, Fiscaliz. e Arrec.	
041230004.2.008000	Manutenção do Dpto de Trib. Fisc. e Arrecadação.	
3.3.90.39 (3535) (000)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	3.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.01	Departamento de Promoção Social	
082440009.2.020000	Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	
3.3.90.14 (3613) (000)	Diárias – pessoal civil	1.000,00
3.3.90.36 (3617) (000)	Outros serviços de terceiros - pessoa física	7.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.02	Fundo Munic. da Criança e Adolescente	
082430023.6.003000	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA	
3.3.90.36 (3665) (000)	Outros serviços de terceiros - pessoa física	4.000,00
3.3.90.39 (3666) (000)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	7.500,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.04	Fundo Municipal do Idoso	
082410009.2.085000	Fundo Municipal do Idoso	
3.3.90.39 (3731) (000)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	10.000,00

08	Secretaria Munic. de Esportes	
08.01	Departamento de Esportes	
278120014.2.040000	Manutenção do Desporto Amador	
3.3.90.14 (3809) (000)	Diárias – pessoal civil	5.000,00
3.3.90.30 (3810) (000)	Material de consumo	40.000,00
3.3.90.39 (3815) (000)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	100.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.32 (3848) (000)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	100.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.032000	Manutenção da Educação Infantil/Creche	
3.3.90.32 (3966) (000)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	40.000,00

10	Secret. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente	
10.01	Departamento de Agricultura	
206060015.2.041000	Manutenção do Departamento de Agricultura	
3.1.90.13 (4055) (000)	Contribuições patronais	66.000,00
206060015.2.050000	Manutenção da Casa Familiar Rural	
3.1.90.13 (4074) (000)	Contribuições patronais	7.000,00

10	Secret. Munic. de Agricultura e Meio Amb.	
10.03	Fundo Municipal do Meio Ambiente	
185410016.2.061000	Gestão dos resíduos sólidos e recicláveis	
3.3.90.40 (4092) (000)	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	500,00

12	Secretaria Municipal de Cultura	
12.01	Fundo Munic. de Cultura e Turismo	
133920013.2.086000	Fundo Municipal de Cultura	
3.1.90.13 (4131) (000)	Contribuições patronais	10.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.031000	Pré-escola – FUNDEB 70%	
3.1.90.11 (3952) (101)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	300.000,00
3.1.90.13 (3953) (101)	Contribuições patronais	50.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.03	Departamento de Ensino Especial	
123670012.2.034000	EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 70%	
3.1.90.11 (4035) (101)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	30.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.33 (3853) (103)	Passagens e despesas com locomoção	30.000,00
3.3.90.49 (3865) (103)	Auxílio-transporte	40.000,00
123610010.2.102000	Manutenção do Ensino Fundamental da Educação no Campo	
3.3.90.40 (3911) (103)	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	1.500,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.03	Departamento de Ensino Especial	
123670012.2.033000	Manutenção da Educação Especial	
3.3.90.33 (4028) (103)	Passagens e despesas com locomoção	40.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.102000	Manutenção do Ensino Fundamental da Educação no Campo	
3.3.90.40 (3912) (104)	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	1.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.029000	Manutenção da Educação Infantil/Pré-Escola	
3.1.90.11 (3922) (104)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	140.000,00
3.1.90.13 (3924) (104)	Contribuições patronais	65.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.1.90.13 (3375) (303)	Contribuições patronais	200.000,00
3.3.90.93 (3391) (303)	Indenizações e restituições	1.000,00
103020021.2.012000	Manutenção do Hospital Municipal	
3.3.90.14 (3396) (303)	Diárias – pessoal civil	30.000,00
103020021.2.013000	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná - CISOP	
3.3.71.70 (3408) (303)	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	42.500,00
103060008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.32 (3800) (303)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	17.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.2.012000	Manutenção do Hospital Municipal	
3.3.90.30 (3758) (369)	Material de consumo	23.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.054000	Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públ. de Saúde/Atenção Básica	
3.3.90.39 (3750) (494)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	100.000,00
103060008.2.054000	Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públ. de Saúde/Atenção Básica	
3.3.90.32 (3804) (494)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	50.000,00

03	Secret. Munic. da Adm. e Planejamento	
03.01	Dpto Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
041220003.2.006000	Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
3.3.90.30 (3474) (504)	Material de consumo	40.000,00

3.3.90.40 (3489) (504)	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	20.000,00

05	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serv. Urbanos	
05.01	Departamento de Serviços Rodoviário	
267820006.2.014000	Manutenção do Depto de Serviços Rodoviário	
3.3.90.39 (3552) (504)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	100.000,00

10	Secret. Munic. de Agricultura e Meio Amb.	
10.03	Fundo Municipal do Meio Ambiente	
185410016.2.061000	Gestão dos resíduos sólidos e recicláveis	
3.3.90.39 (4091) (504)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	400.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Fundo Munic. de Assistência Social	
082440005.2.026000	Manutenção do Bloco de Financ. da Proteção Social Básica (SUAS)	
3.3.90.30 (3719) (934)	Material de consumo	13.000,00
3.3.90.40 (3722) (934)	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	2.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.024000	Manutenção do Bloco de Gestão do Progr. Bolsa Fam. e Cad. Único	
3.3.90.30 (3708) (940)	Material de consumo	10.000,00

Total.....R$ 2.435.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será à anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

05	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serv. Urbanos	
05.01	Departamento de Serviços Rodoviário	
267820006.2.014000	Manutenção do Depto de Serviços Rodoviário	
3.3.90.30 (3545) (000)	Material de consumo	689.500,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.027000	Ensino Fundamental - FUNDEB 70%	
3.1.90.11 (3823) (101)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	236.000,00
123610010.2.099000	Ensino Fundamental/ Educação no Campo- FUNDEB 70%	
3.1.90.11 (3872) (101)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	50.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.031000	Pré-escola – FUNDEB 70%	
3.1.90.94 (3954) (101)	Indenizações e restituições trabalhistas	50.000,00
123650011.2.100000	Pré-Escola/ Educação no Campo - FUNDEB 70%	
3.1.90.11 (3984) (101)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	30.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.04	Dpto de Ensino de Jovens e Adultos	
123660020.2.036000	EJA - FUNDEB 70%	
3.1.90.11 (4038) (101)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	10.000,00
3.1.90.13 (4039) (101)	Contribuições patronais	2.000,00
3.1.90.94 (4040) (101)	Indenizações e restituições trabalhistas	2.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.102000	Manutenção do Ensino Fundamental da Educação no Campo	
4.4.90.51 (3916) (103)	Obras e instalações	1.500,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.029000	Manutenção da Educação Infantil/Pré-Escola	
3.3.90.36 (3940) (103)	Outros serviços de terceiros - pessoa física	20.000,00
123650011.2.032000	Manutenção da Educação Infantil/Creche	
3.3.90.36 (3972) (103)	Outros serviços de terceiros - pessoa física	30.000,00
123650011.2.103000	Manutenção da Educação Infantil/ Pré-escola da Educação no Campo	
3.1.90.11 (3987) (103)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	30.000,00
3.1.90.13 (3989) (103)	Contribuições patronais	10.000,00
3.1.90.94 (3991) (103)	Indenizações e restituições trabalhistas	10.000,00
3.3.90.36 (4005 (103)	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.33 (3854) (104)	Passagens e despesas com locomoção	35.000,00
3.3.90.40 (3864) (104)	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	8.000,00
4.4.90.51 (3869) (104)	Obras e instalações	8.000,00
123610010.2.102000	Manutenção do Ensino Fundamental da Educação no Campo	
3.1.90.11 (3888) (104)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	17.000,00
3.1.90.13 (3890) (104)	Contribuições patronais	5.000,00
3.1.90.94 (3892) (104)	Indenizações e restituições trabalhistas	3.000,00
3.3.90.30 (3895) (104)	Material de consumo	10.000,00
3.3.90.33 (3903) (104)	Passagens e despesas com locomoção	100.000,00
3.3.90.36 (3907) (104)	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00
3.3.90.39 (3909) (104)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	10.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.33 (3383) (303)	Passagens e despesas com locomoção	10.000,00
3.3.90.34 (3384) (303)	Outras despesas de pessoal dec. de cont. de terceirização	20.000,00
3.3.90.39 (3386) (303)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	30.000,00
3.3.90.40 (3387) (303)	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	20.000,00
103020021.2.012000	Manutenção do Hospital Municipal	
3.1.90.11 (3393) (303)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	50.000,00
3.3.90.30 (3397) (303)	Material de consumo	160.500,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.2.012000	Manutenção do Hospital Municipal	
3.1.90.11 (3755) (369)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	20.000,00
3.1.90.13 (3757) (369)	Contribuições patronais	3.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
1030100008.2.054000	Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públ. de Saúde/Atenção Básica	
3.1.90.13 (3746) (494)	Contribuições patronais	15.000,00
3.3.90.30 (3747) (494)	Material de consumo	8.000,00
103020021.2.045000	Manutenção do Consórcio Intermunicipal SAMU OESTE - CONSAMU	
3.1.71.70 (3764) (494)	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	10.000,00
103030008.2.054000	Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públ. de Saúde/Atenção Básica	
3.3.90.30 (3786) (494)	Material de consumo	5.000,00
3.3.90.32 (3787) (494)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	55.000,00
103050022.2.056000	Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv.Públ.de Saúde/Vigilância em Saúde	
3.1.90.11 (3791) (494)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	15.000,00
3.3.90.30 (3793) (494)	Material de consumo	30.000,00
3.3.90.36 (3794) (494)	Outros serviços de terceiros - pessoa física	7.000,00
4.4.90.52 (3796) (494)	Equipamentos e material permanente	5.000,00

03	Secret. Munic. da Adm. e Planejamento	
03.01	Dpto Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
041220003.2.006000	Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
3.3.90.36 (3483) (504)	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00

05	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serv. Urbanos	
05.01	Departamento de Serviços Rodoviário	
267820006.1.002000	Execução de obras de infraestrutura rodoviária	
4.4.90.51 (3540) (504)	Obras e instalações	100.000,00

05	Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos.	
05.03	Departamento de Obras	
154510007.1.003000	Execução de obras de infraestrutura urbana	
4.4.90.51 (3582) (504)	Obras e instalações	180.000,00
154510007.1.015000	Aquisição de terrenos e imóveis p/ infraestrutura Administrativa	
4.4.90.61 (3584) (504)	Aquisição de imóveis	90.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.01	Departamento de Promoção Social	
082440009.1.007000	Execução de obras de infraestrutura social	
4.4.90.51 (3599) (504)	Obras e instalações	50.000,00
082440009.1.016000	Aquisição de terrenos e imóveis p/ habitação e infraestr. social	
4.4.90.61 (3601) (504)	Aquisição de imóveis	20.000,00

10	Secret. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente	
10.01	Departamento de Agricultura	
206060015.1.027000	Execução de obra p/ implantação de sistemas de Abastecimento de Água	
4.4.90.51 (4053) (504)	Obras e instalações	20.000,00
206060015.2.041000	Manutenção do Departamento de Agricultura	
3.3.90.39 (4065) (504)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	60.000,00
4.4.90.52 (4070) (504)	Equipamentos e material permanente	30.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Fundo Munic. de Assistência Social	
082440005.2.026000	Manutenção do Bloco de Financ. da Proteção Social Básica (SUAS)	
3.1.90.11 (3716) (934)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	15.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.024000	Manutenção do Bloco de Gestão do Progr. Bolsa Fam. e Cad. Único	
3.3.90.39 (3710) (940)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	10.000,00

Total.....R$ 2.435.500,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 16 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:55C2AE64

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026.

O Pregoeiro, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 45/2026, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

Ø ZACARIAS VEÍCULOS LTDA. - CNPJ N° 79.138.608/0005-60

ITEM	QNT	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	VEÍCULO 0 (ZERO) KM, CARROCERIA TIPO SEDAN, CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS, 04 PORTAS LATERAIS E TAMPA DO COMPARTIMENTO DE BAGAGENS, ANO FABRICAÇÃO/MODELO MÍNIMO 2026/2026. MOTORIZAÇÃO MÍNIMA Ø Motor flex, podendo ser abastecido com etanol e gasolina;	CHEVROLET/Onix Plus LTZ	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00

		Ø Tecnologia turbo; Ø Cilindrada mínima de 1.0 litro; Ø Potência mínima de 115 cv; Ø Torque mínimo de 16,0 kgfm **DEMAIS REQUISITOS MÍNIMOS:** Ø Transmissão automática de no mínimo 06 velocidades; Ø Tração dianteira; Ø Direção hidráulica, elétrica ou eletroassistida; Ø Capacidade mínima para 05 ocupantes; Ø Capacidade mínima do porta malas de 475 litros; Ø Comprimento total mínimo de 4.300 mm; Ø Largura total mínima de 1.700 mm; Ø Distância mínima entre eixos de 2.530 mm; Ø Rodas de liga leve com aro mínimo 16 polegadas; Ø Freios ABS; Ø Controle eletrônico de estabilidade, Controle de tração; Ø Assistente de partida em rampa; Ø Airbags em quantidade mínima de 06 unidades; Ø Cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes; Ø Sistema de fixação infantil ISOFIX ou equivalente; Ø Ar condicionado; Ø Vidros elétricos nas quatro portas; Ø Travas elétricas; Ø Retrovisores externos com regulagem elétrica; Ø Banco do motorista com regulagem de altura; Ø Volante multifuncional; Ø Computador de bordo; Ø Alarme ou imobilizador eletrônico; Ø Câmera de ré ou sensor de estacionamento traseiro; Ø Central multimídia original de fábrica, com tela sensível ao toque; Ø Conectividade Bluetooth; Ø Entrada USB; Ø Compatibilidade com Android Auto e Apple CarPlay; Ø Manual do proprietário; Ø Chave reserva;			

		Ø Tapetes; Ø Garantia mínima de fábrica **Emplacamento e licenciamento em nome do Município, com todas as despesas inclusas no valor ofertado.** **Primeiro ano de revisões obrigatórias ou programadas sem custos ao Município, incluindo mão de obra e peças necessárias às revisões ordinárias do período em Concessionária localizado a no máximo 150 km da sede do Município de Três Barras do Paraná**			
				TOTAL	**120.000,00**

Valor total para o fornecedor: R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

Lotes Fracassados

Lotes Desertos

Desclassificações / Inabilitações

Três Barras do Paraná/Pr. 25 de setembro de 2026.

CARLOS SNIEZKO

Pregoeiro

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:CE37D434

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 107/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotação orçamentária do exercício, superávit financeiro do exercício anterior e excesso de arrecadação do exercício.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 2.066.200,00** (dois milhões, sessenta e seis mil e duzentos reais), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	PODER EXECUTIVO	
02.002	ASSESSORIA DE GABINETE	
24.131.0201.2007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO ESTRATEGICA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
160	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.100,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.003	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0201.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
05.002	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	
15.451.0501.2031	GESTÃO DE COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1413	00996-CONVENIO FEDERAL SICONV N° 995110/2026 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR	1.432.500,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1900	00102-Fundeb 40%	60.000,00
12.365.0601.2040	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2860	00102-Fundeb 40%	90.000,00
12.361.0601.2049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2232	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	39.000,00
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1921	00150-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	34.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1950	00102-Fundeb 40%	8.000,00
12.365.0601.2040	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2910	00102-Fundeb 40%	4.500,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2960	00102-Fundeb 40%	10.500,00
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2031	00150-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	16.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2130	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	13.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0701.2022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3920	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	150.000,00
10.301.0701.2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3690	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.008	FUNDO DA MULHER	
08.245.0801.2060	DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5500	00937-Bloco de Investimentos - SUAS	600,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
10.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
22.661.1001.2087	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
6070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
22.333.1001.2088	DIVISÃO DE EMPREENDEDORISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
22.661.1001.2087	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
27.812.1101.2074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.2096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	TOTAL	**2.066.200,00**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 320.700,00** (trezentos e vinte mil e setecentos reais), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	PODER EXECUTIVO	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0201.2015	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DO PREFEITO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
10	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.100,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.004	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	
04.122.0201.2012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
04.122.0201.2013	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ALMOXARIFADO	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0601.2040	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2870	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	40.000,00
12.365.0601.2052	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3300	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	12.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0701.2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3580	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
3620	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
3630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
10.301.0701.2024	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4230	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
10.301.0701.2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
3720	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	70.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.008	FUNDO DA MULHER	
08.245.0801.2060	DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5470	00937-Bloco de Investimentos - SUAS	600,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
10.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
22.122.1001.2086	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
10.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
22.661.1001.2087	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
6090	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
22.333.1001.2088	DIVISÃO DE EMPREENDEDORISMO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.004	DEPARTAMENTO DE TURISMO E EVENTOS	
23.695.1103.2076	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E EVENTOS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.2098	ESTAÇÃO ECOLÓGICA MUNICIPAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
18.541.1201.2096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	TOTAL	**320.700,00**

§ 2º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso I, os provenientes do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior de fontes livres do orçamento vigente no valor de **R$ 90.000,00** (noventa mil reais), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00
	TOTAL	**90.000,00**

§ 3º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 1.655.500,00** (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00102	Fundeb 40%	173.000,00
00150	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	50.000,00
00996	CONVENIO FEDERAL SICONV N° 995110/2026 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR	1.432.500,00
	TOTAL	**1.655.500,00**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo na data da sua assinatura.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 25 de setembro de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:B34A4470

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TURVO/PR

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Equipe Técnica - *Decreto 106/2026*

Silvane Rickli Horst Schneider

Samoel Cordeiro de Souza Primo

Silvia Seiffertt de Almeida

Alexandra de Quadros

Neusa Biavati

Dimarilda do Nascimento

Barbara Cristina Schinemann Yamamoto

Anselmo Roque Miranda

Jéssica Aparecida Machado

Daniela Bottega

Noeli Maria Bastos Seguro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....04

ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO.....05

METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OBSERVADAS NO PERÍODO.....06

META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL.....06

META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL.....12

META 3 – ENSINO MÉDIO.....22

META 4 – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA.....26

META 5 – ALFABETIZAÇÃO.....33

META 6 – EDUCAÇÃO INTEGRAL.....38

META 7 – APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA.....40

META 8 – ESCOLARIDADE MÉDIA.....43

META 9 – ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS.....45

META 10 – EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....46

META 11 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....47

META 12 – EDUCAÇÃO SUPERIOR.....48

META 13 – TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....49

META 14 - PÓS-GRADUAÇÃO.....50

META 15 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....51

META 16 – FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES 52

META 17 – VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR 53

META 18 – PLANO DE CARREIRA DOCENTE 56

META 19 – GESTÃO DEMOCRÁTICA 59

META 20 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO 65

CONSIDERAÇÕES FINAIS. 67

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Turvo foi elaborado em 2015, em consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que orienta os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na construção de seus respectivos Planos de Educação. Esses planos devem ser alinhados entre os entes federados, atuando em regime de colaboração com o objetivo de atender às metas nacionais.

Neste documento, intitulado "Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Turvo/PR (2026)", apresentamos uma importante ferramenta para avaliar a implementação das políticas educacionais em nosso município, conforme estabelecido no Plano Municipal de Educação.

A educação é um direito fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento social e econômico da sociedade. Assim, o monitoramento contínuo e a avaliação sistemática da execução das políticas educacionais são cruciais para garantir que as ações implementadas sejam eficazes e atendam às necessidades dos cidadãos turvenses. Este relatório inclui a descrição, previsão orçamentária e situação de execução de cada meta e estratégia.

Um plano de educação com vigência de uma década exige acompanhamento contínuo e controle rigoroso de sua execução, já que a sociedade está em constante transformação. É imprescindível realizar um monitoramento regular para garantir que as metas e estratégias sejam devidamente implementadas. Este relatório reflete as ações executadas na última década, considerando as diversas etapas e modalidades ofertadas na rede municipal de ensino de Turvo.

A avaliação do Plano Municipal de Educação segue as diretrizes das avaliações dos Planos Nacional e Estadual de Educação, formando um conjunto articulado e integrado de ações. A responsabilidade pela execução das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação é dos órgãos responsáveis pela educação no município, que têm a função de coordenar e implementar o processo permanente de acompanhamento e avaliação, assegurando o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Turvo foi realizada em setembro de 2026, com o objetivo de acompanhar a execução das metas e estratégias estabelecidas no documento original de 2015. A equipe responsável pelo monitoramento foi formalmente designada por meio do Decreto nº 106/2026, garantindo a participação de profissionais capacitados e representantes das diferentes áreas da educação e demais setores do município.

O processo de monitoramento seguiu uma abordagem estruturada e participativa. Inicialmente, a equipe técnica, composta por especialistas da Secretaria Municipal de Educação, fez uma análise preliminar do plano, revisando as metas e estratégias, avaliando os indicadores e identificando avanços, dificuldades e possíveis adequações. Essa fase de análise interna foi essencial para a identificação dos principais pontos que requerem atenção e para a organização dos dados que seriam apresentados nas fases subsequentes.

Após essa revisão inicial, o documento foi encaminhado para consulta e apreciação dos demais envolvidos no processo educacional, conforme previsto no decreto de designação. Entre esses participantes estavam diretores de escolas, coordenadores pedagógicos e membros de órgãos colegiados vinculados à Secretaria de Educação, que desempenham um papel essencial na validação das informações e no monitoramento das políticas públicas educacionais.

Em seguida, foi realizada uma assembleia pública, envolvendo todos os membros da comissão de monitoramento e os conselhos municipais, promovendo um diálogo aberto e democrático. Nessa etapa, foram discutidos os dados levantados pela equipe técnica, bem como as contribuições dos demais envolvidos. O processo de monitoramento seguiu uma metodologia colaborativa, orientada pela transparência e pela escuta ativa dos diversos segmentos da comunidade escolar. O documento apresenta as estratégias *consolidadas, parcialmente consolidadas e não iniciadas.*

METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OBSERVADAS NO PERÍODO

META 01: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
1.1	Avaliar semestralmente em conjunto com a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social o atendimento em tempo integral dos alunos advindos de famílias vulneráveis a fim de verificar a necessidade da continuidade ou não deste atendimento. Buscar junto a Secretaria de Saúde os dados estatísticos a fim de verificar se há crianças de 4 e 5 anos fora da escola.	Uma equipe multidisciplinar realiza avaliações contínuas para monitorar o caso de cada criança, encaminhando-os à Rede de Proteção quando necessário. Todas as crianças identificadas na faixa etária de 4 e 5 anos estão matriculados, chegando a atingir 100% das crianças identificadas nesta faixa etária.	Consolidada

1.2	Com a alocação deste CMEI onde hoje funciona a atual Escola Municipal Frida Rickli Naiverth, as adequações serão realizadas neste espaço de acordo com a necessidade, com a contemplação de uma nova unidade escolar no município.	O município aguarda a liberação de recursos do FNDE para a construção de uma nova escola.	Não Consolidada
1.3	Fazer as reformas necessárias no ambiente hoje utilizado, assim que a Empresa IBEMAPAR realiza a doação para o município.	Aguardando a doação do espaço para iniciar as reformas.	Não Consolidada
1.4	O espaço externo junto à Escola Santa Anita foi reformado, porém, a educação Infantil permanece nas salas juntamente com os Anos Iniciais em dualidade com a Rede estadual o que dificulta a adequação para atendimento às crianças de Educação Infantil (4 a 5 anos) atendendo a todos os requisitos que a faixa etária exige, como: estrutura, mobiliário e equipamentos, além do parquinho com brinquedos.	Em processo de avaliação sobre a construção de novas salas dentro da escola.	Não Consolidada
1.5	Excluída.		
1.6	Garantir que a mantenedora utilize instrumentos de acompanhamento e avaliação do trabalho exercido na Educação Infantil, tendo em vista a obrigatoriedade de se executar os documentos norteadores vigentes: Base Nacional Comum Curricular e Referencial Curricular do Paraná.	A Secretaria de Educação monitora as ações por meio de pareceres pedagógicos registrados no LRCO.	Consolidada
1.7	Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais.	Houve expansão no atendimento, tanto na cidade quanto no interior, diminuindo e até mesmo zerando as filas de espera.	Consolidada
1.8	Monitorar o Plano de Ações Articuladas (PAR) acompanhando constantemente e mantendo atualizadas as informações necessárias.	As ações são monitoradas pela Técnicas dos Programas do FNDE.	Consolidada
1.9	Excluída		
1.10	Garantir a oferta de vagas nas creches existentes para todas as crianças, especialmente as pertencentes a famílias em situação de alta vulnerabilidade identificadas e atendidas pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.	Todas as crianças em situação de vulnerabilidade social estão sendo atendidas nos CMEIs. Dados do IBGE (2022) indicam que 47,9% das crianças estão matriculadas nessa etapa em Turvo.	Consolidada
1.11	Dar continuidade às formações continuadas aos docentes da Educação Infantil, principalmente nas áreas de Educação Especial onde existe demanda crescente.	Houve diversas formações, principalmente pela Editora OPET, contratada pelo município para esta finalidade. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
1.12	Garantir a efetivação do Currículo de Educação Infantil construído com base no Referencial Curricular do Paraná.	Já existe o currículo alinhado ao RCP e no momento o currículo da Educação Infantil está em reestruturação para melhor atender o público dessa etapa.	Consolidada
1.13	Acompanhar as ações do Comitê do Transporte Escolar, solicitando que este seja mais atuante a fim de fiscalizar as condições dos ônibus, bem como a condução do trabalho dos motoristas, além do acompanhamento dos motoristas cadastrados.	Equipe do Comitê nomeada através da Portaria 978/2024.	Consolidada
1.14	Respeitar a identidade dos povos tradicionais na execução do currículo da educação infantil, assegurando-lhes o direito nas questões que afetam sua identidade étnica, incluindo temas específicos da cultura local.	Estratégia presente no currículo da rede municipal e temos socioeducacionais.	Consolidada
1.15	Garantir que as crianças com Necessidades Educacionais Especiais possam ser atendidas nas unidades de Educação Infantil do município em Sala de Recurso Multifuncional ou dependendo da necessidade do aluno ter acompanhamento de auxiliar educacional para auxiliá-lo no desenvolvimento de suas habilidades físicas, motoras, emocionais, de interação e ou independência.	Todos os estudantes de todas as instituições que têm necessidade têm acesso à Sala de Recurso Multifuncional, inclusive alunos de Educação Infantil. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
1.16	Excluída		
1.17	Melhorias na estrutura física (construção do muro), aquisição de equipamentos e adequação do espaço externo do CMEI Semente do Amanhã para atender com mais qualidade às crianças de 0 a 3 anos, incluindo a implementação de parquinho no pátio e melhorias nas divisas da escola.	O muro foi construído. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres recursos e do FUNDEB.	Consolidada
1.18	Ampliar gradativamente a oferta de Educação Integral nas creches municipais durante a vigência deste PME.	Falta de espaço nos CMEIS.	Não Consolidada

1.19	Utilizar-se dos diferentes serviços do município a fim informar aos familiares sobre a obrigatoriedade da matrícula e a frequência das crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil com base na Legislação Vigente.	São utilizadas ferramentas digitais, como grupos de WhatsApp e divulgação no site da Prefeitura.	Consolidada
1.20	Proporcionar grupos de estudos e palestras que mostrem a importância da articulação entre a Educação Infantil e o 1º ano, tornando esta transição o mais tranquila possível para alunos e professores.	Previsto no calendário escolar, especialmente em dias de estudo e planejamento.	Consolidada
1.21	Realizar busca ativa a fim de levantar o número de crianças que necessitam de creche e pré-escola.	Contratação de uma assistente social, através de concurso para acompanhar e monitorar os casos de evasão escolar.	Consolidada
1.22	Dar continuidade nas avaliações da qualidade da merenda escolar, por meio de relatórios elaborados pelo(a) nutricionista que permita atestar as condições físicas/ estruturais da cozinha, higienização, acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto nos CMEIs do município.	Acompanhamento feito pela nutricionista e disponibilizado no Portal da Transparência.	Consolidada
1.23	Utilizar os indicadores de qualidade da Educação Infantil para analisar esta etapa de ensino no município.		Consolidada
1.24	Construir o currículo da Educação Infantil, a fim de nortear o planejamento a ser desenvolvido com bases nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação e na Base Comum Curricular.	Currículo construído e no momento passa por adaptações e modificações para melhor atender as demandas.	Consolidada
1.25	Realizar reparos para melhor adequação do espaço e pintura no CMEI Irmã Ancila.	Reparos realizados.	Consolidada
1.26	Instalar as mesas educacionais nos CMEIs que atendem crianças de 4 e 5 anos a fim de oportunizar o acesso às Tecnologias da informação, além de estimular o letramento.	Todos os CMEIS nessa faixa etária possuem a mesa digital.	Consolidada
1.27	Promover formações específicas para os professores da Educação Infantil de 4 e 5 anos, enfatizando a importância da colaboração desta etapa de ensino para alcançar a meta 5, tendo em vista que a obrigatoriedade dos alunos de 4 anos frequentar a escola deve-se ao fato de promover o letramento por meio dos Campos de Experiências que facilitam o processo de alfabetização.	Formações realizadas pelo Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada (CNA) e pela Editora OPET. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
1.28	Ofertar capacitação aos motoristas condutores do transporte escolar, no sentido de cuidado e segurança com as crianças.	Curso de atualização para condutores de veículos do transporte escolar e coletivo de passageiros.	Consolidada
1.29	Em processo de efetivação a abertura da Sala de Recursos Multifuncional para atendimento dos alunos com laudo matriculados na rede municipal.	Escolas e CMEI's foram atendidos com a abertura e ampliação de Salas de Recursos.	Consolidada
1.30	Aquisição de brinquedos, materiais pedagógicos e caixa de areia para o atendimento aos alunos da Educação Infantil na Escola Municipal do Campo Infância Feliz.	Foram distribuídos ao longo da vigência deste PME para estas escolas.	Consolidada

META 02: Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Nº	**DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA**	**AÇÕES** **OBSERVAÇÕES**	**SITUAÇÃO**
2.1	Promover o acesso, a permanência e a qualidade do ensino para os alunos do ensino fundamental anos iniciais na Rede Municipal de Ensino, assegurando a matrícula em escola perto de sua casa, acompanhando junto a equipe pedagógica da escola o rendimento escolar dos alunos. Estimular a permanência dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, garantindo o transporte escolar destes até as escolas mais próximas do lugar onde vivem.	Estratégia cumprida, com todos com acesso à escolarização. *Previsões orçamentárias:* FUNDEB, recursos livres, Salário Educação e PNATE.	Consolidada
2.2	Garantir aos alunos com dificuldade de aprendizagem da Rede Municipal, atendimento individualizado em sala de aula e Sala de Recursos Multifuncional, quando for o caso, possibilitando transporte e alimentação. Oferecer transporte para que alunos da Rede Estadual possam ter as mesmas oportunidades de ensino em contra turno escolar nas suas respectivas escolas.	Todos os estudantes que possuem necessidade tem acesso a SRM, com oferta de transporte.	Consolidada

		Previsões orçamentárias: FUNDEB, recursos livres, Salário Educação e PNATE.	
2.3	Assegurar que os alunos tenham seus direitos de aprendizagem garantidos em cada etapa escolar, a fim de evitar reprovação que leva a distorção idade/série e por consequência a evasão escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e apoiar ações que possam minimizar estes malefícios na Rede Estadual de Ensino.	Para assegurar o cumprimento da estratégia são ofertados turmas de pré-escolar e dos Anos Iniciais na sede e no interior.	Consolidada
2.4	Participar das Redes de Proteção à criança e do adolescente, junto às diferentes Secretarias Municipais a fim de detectar se existem crianças e adolescentes fora da escola e consequentemente efetivar a matrícula dos mesmos em escolas e programas sociais.	Diretores, pedagogos das escolas e CMEIs, além da equipe técnica da Secretaria de Educação, possuem representatividade na Rede de Proteção.	Consolidada
2.5	Excluída		
2.6	Excluída		
2.7	Assegurar o cumprimento dos duzentos dias letivos expressos por Lei, garantindo a aprovação e acompanhamento do Calendário Escolar pelos Conselhos Escolares, conscientizando os gestores de que toda e qualquer ação pedagógica prevista no Projeto Político Pedagógico da escola que envolva a comunidade escolar deve acontecer no turno em que a criança estuda, a fim de não causar prejuízo aos direitos de aprendizagem dos alunos. Garantir o transporte escolar aos alunos da Rede Estadual de Ensino durante os duzentos dias letivos previstos em seus calendários.	Demanda atendida conforme a Deliberação nº 02/2018 CEE/PR, estando todos cientes da necessidade do cumprimento da normativa.	Consolidada
2.8	Excluída.		
2.9	Assegurar a formação continuada dos profissionais da educação que atuam nas escolas do campo, considerando as especificidades e a identidade cultural da comunidade em que a escola está inserida.	Foram ofertadas formações, porém sem especificidades do campo. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Parcialmente Consolidada
2.10	Proporcionar um diálogo entre a rede municipal e estadual a fim de proporcionar a percepção da importância da articulação do 5º para o 6º ano, tornando esta transição o mais tranquila possível para alunos e professores.	Demanda atendida através do desenvolvimento do Projeto de Transição.	Consolidada
2.11	Dar continuidade às melhorias cabíveis a cada instituição, por meio da escuta ativa das diversas comunidades escolares, a fim de atender suas reivindicações quanto à construção, ampliação e reformas.	Estratégia atendida ouvindo a comunidade escolar através de reuniões e visitas nas instituições escolares.	Consolidada
2.12	Proporcionar espaços físicos a fim de ir contemplando gradativamente todas as escolas municipais com espaços educativos e bibliotecas.	Quase todas as instituições possuem bibliotecas. Algumas estão em fase de organização e readaptação do espaço. *Previsões* orçamentárias*:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Parcialmente Consolidada
2.13	Excluída		
2.14	Excluída		
2.15	Aprimorar ações que façam com que os veículos terceirizados que alimentam o transporte escolar do município, estejam em boas condições de uso, garantindo a segurança dos estudantes no deslocamento, estabelecendo.	Os veículos passam por vistorias e aprovação do órgão competente.	Consolidada
2.16	Excluída.		
2.17	Excluída.		
2.18	Excluída.		
2.19	Excluída.		
2.20	Excluída.		
2.21	Estimular e apoiar os professores na oferta de atividades de incentivo aos estudantes de modo a desenvolver diferentes habilidades, proporcionando espaço físico adequado, bem como materiais que possibilitem o desenvolvimento dessas atividades, tais como: projetos artísticos, feiras de conhecimento, projetos culturais, entre outros.	Estratégia cumprida através de projetos como o União Faz a Vida e JEPP. Orientações *Previsões Orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.22	Todas as escolas da rede municipal foram contempladas com o Programa Educação Conectada o que proporcionou melhorias no acesso à internet, porém, faz – se necessário a aquisição de equipamentos para a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação promovendo o acesso dos estudantes às mesmas.	Escolas contempladas com o Programa Educação Conectada e aquisição de *notebooks* para o uso no ambiente escolar.	Consolidada
2.23	Excluída.		
2.24	Com a contemplação de uma escola nova no município, a ampliação não cabe mais nesta estratégia, porém, ainda faz – se necessário a construção de espaço para biblioteca, Sala de Recursos Multifuncional, Espaço educativo, além do fechamento do saguão e da quadra esportiva, com construção de almoxarifado e troca da cobertura da mesma (Escola Elias Abrahão).	Para consolidar a estratégia ainda falta o fechamento da quadra esportiva e a construção do almoxarifado.	Parcialmente consolidada

		Previsões orçamentárias: Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	
2.25	Construção de banheiros para uso da rede municipal, tendo em vista que os hoje utilizados são em dualidade com a rede estadual o que tem causado desconfortos entre alunos, educadores e pais, devido a diferença de faixa etária entre os estudantes (Escola Infância Feliz).	Foram construídos dois banheiros para uso exclusivo dos alunos da rede estadual de ensino. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.26	Buscar junto aos órgãos governamentais a construção de uma cozinha para o Colégio Estadual Faxinal da Boa Vista, para que este possa desmembrar-se da escola municipal, de modo a adequar o espaço ao ensino que a faixa etária necessita e realizar a ampliação de mais duas salas de aula na Escola Municipal João Miguel Maia.	A direção da rede estadual está trabalhando com o projeto da construção da nova cozinha, com a finalidade de cada escola possuir a sua própria cozinha.	Não Consolidada
2.27	Construção de quadra de areia no pátio da escola João Miguel Maia.	Foi feita a construção da quadra de areia e está em fase final a construção de uma outra quadra poliesportiva para atender os estudantes. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.28	A estratégia prevista foi contemplada, porém a escola ainda necessita de ampliação de espaço físico para biblioteca, almoxarifado e laboratório de informática (Escola Municipal do Campo Santa Anita).	Foi realizada a construção da quadra esportiva, porém ainda é necessário ampliar os demais espaços físicos da escola. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Parcialmente consolidada
2.29	A estratégia prevista foi contemplada, porém a escola ainda necessita de reforma na cozinha, isolamento das fossas, adequação das saídas de emergência. (Escola Municipal Frida Rickli Naiverth)	A cozinha está em fase final de construção. As fossas não estão sendo utilizadas. Saídas de emergências ainda precisam finalizar a adequação. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.30	Proporcionar ações de parceria entre escola e a comunidade escolar no acompanhamento individual do desempenho escolar dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental e na própria interação com a escola, mantendo vínculo com as famílias por meio dos grupos de WhatsApp.	A estratégia vem sendo cumprida por todas as instituições de ensino.	Consolidada
2.31	Garantir que a cada ano de vigência deste plano todos os alunos da rede municipal de ensino recebam gratuitamente uniforme escolar e seja disponibilizado material escolar gratuito aos alunos que apresentarem necessidade durante o ano letivo.	O uniforme escolar é distribuído anualmente a todos os estudantes da rede. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.32	Assegurar aos docentes do Quadro próprio do magistério recebam formação continuada direcionada ao público alvo ao qual cada professor atende, tal como: educação infantil, ensino fundamental anos iniciais, educação física, atendimento especializado, educação do campo, etc.	Todos receberam formação continuada nos últimos anos. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.33	Organizar espaços físicos nas escolas para que possam atender em contraturno alunos que necessitam de atendimento individualizado, prevendo na montagem das turmas a distribuição dos espaços a fim de disponibilizar para contraturno.	É oferecido atendimento na SRM.	Consolidada

2.34	Efetivação do Comitê a fim de elaborar fluxos de atendimento à violação de direitos, dentre eles a evasão escolar em consonância com o Conselho da Criança e do Adolescente.	Já existe um Comitê específico, mas sim uma equipe multidisciplinar atuando para evitar a evasão escolar.	Consolidada
2.35	Fortalecer as ações de busca ativa ocorridas pelos técnicos da secretaria de educação, buscando a integração entre a unidade educacional, a família e a rede de proteção social.	Busca ativa está sendo realizada pela assistente social.	Consolidada
2.36	Assegurar que as escolas tenham acompanhamento de profissionais como psicólogo e assistente social a fim de articular as unidades escolares com outros serviços públicos que possam propiciar melhor qualidade de vida aos estudantes e seus familiares e comunidade escolar.	As psicólogas e a assistente social do Departamento de Educação Especial estão dispostas para auxiliar as escolas e CMEIS.	Consolidada
2.37	Promover e estimular a formação Inicial e continuada de professores na área da tecnologia.	Oferta de cursos de informática no ano de 2023. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.38	Ampliar o uso da tecnologia na sala de aula, como recurso didático, aumentando para isso os recursos e equipamentos em cada escola.	Aquisição de *notebooks* e aluguel da tela digital. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.39	Conscientizar a comunidade escolar que devido a Lei 11.947/2009, cabe à escola fomentar a alimentação saudável, que proíbe a oferta de alimentos diferentes da merenda escolar nos espaços escolares.	Orientação realizada pela nutricionista e acompanhamento pela mesma.	Consolidada
2.40	Criar um plano de ação para efetivar o **Programa Educação e Família** que visa fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade escolar, com projetos como: Acompanhamento da vida escolar; Projeto de vida; Oficinas; Palestras; Reunião de talentos; Rodas de conversa;	Algumas instituições de ensino possuem programas de fortalecimento de vínculos, enquanto outras ainda precisam aprimorar.	Parcialmente Consolidada
2.41	Possibilitar a diversificação curricular, integrando a formação à preparação para o mundo do trabalho, a inter-relação entre teoria e prática, abrangendo os eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura, de modo a adequar ao tempo e à organização do espaço pedagógico da escola ao se trabalhar com os Temas Sócio obrigatórios em sala de aula.	Estratégia atendida ao adequar o currículo da rede municipal a BNCC e Referencial Curricular do Paraná.	Consolidada
2.42	Proporcionar a construção de uma quadra específica para uso somente da rede municipal junto à Escola Municipal João Miguel Maia.	Quadra Construída. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.43	Abertura de portão no muro lateral e demolir o outro muro lateral da escola a fim de proporcionar mais espaço para os alunos na Escola Municipal João Miguel Maia.	Foi realizada a abertura do portão. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.44	Programar a construção de um espaço para biblioteca na Escola Municipal João Miguel Maia.	Construído o espaço e a biblioteca tem um espaço próprio. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do	Consolidada

		FUNDEB.	
2.45	Programar a aquisição de laboratórios de informática móvel a fim de contemplar o ensino das tecnologias com os alunos.	Foi realizada a compra de notebooks para as unidades escolares. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.46	Contemplar a Escola Municipal do Campo Infância Feliz com um espaço para construção de uma biblioteca.	A escola possui um espaço para biblioteca. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.47	Contemplar a Escola Municipal Professor Elias Abrahão com um espaço para construção de uma biblioteca.	A escola possui um espaço para biblioteca. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.48	Fechamento da quadra com construção de dois banheiros e espaço para almoxarifado na Escola Municipal Professor Elias Abrahão.	*Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Não Consolidada
2.49	Alocação de armários na parede lateral do espaço hoje utilizado como biblioteca a fim de acomodar materiais pedagógicos, até a construção da nova biblioteca.	*Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
2.50	Aquisição de um sistema educacional que cruze informações que toda comunidade escolar tenha acesso ao desenvolvimento escolar de seu filho.	Há um sistema educacional (IDS). Porém os pais não têm acesso ao desenvolvimento escolar do filho. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Parcialmente consolidada
2.51	Apoiar as ações promovidas pelas escolas municipais e estaduais expressas no Projeto Político Pedagógico de cada escola, construídas coletiva e democraticamente por toda comunidade escolar, que visam a oferta de atividades esportivas e culturais, exposições e feiras sempre voltadas para o âmbito pedagógico nos espaços escolares, sem prejuízo aos duzentos dias letivos a que os alunos têm direito e respeitando a Lei 11.947/2009 que proíbe a oferta de produtos alimentícios diferentes da merenda escolar.	Estratégia atendida pela Secretaria de Educação, principalmente através de orientações sobre o tema.	Consolidada

META 03: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Nº	**DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA**	**AÇÕES** **OBSERVAÇÕES**	**SITUAÇÃO**
3.1	Construir o calendário escolar Municipal juntamente com as escolas da Rede Estadual, a fim de respeitar as datas previstas para formação continuada dos profissionais da Educação Básica que atuam no sistema estadual e municipal de ensino.	O calendário tem sido construído conjuntamente, respeitando as datas de formação e feriados previstos.	Consolidada
3.2	Apoiar as solicitações das escolas estaduais junto ao Núcleo Regional de Educação, quanto aos ajustes entre o número de alunos por turma, tendo em vista que a superlotação preconiza a qualidade do processo ensino aprendizagem. Oferta de Ensino Médio noturno.	Através do Núcleo de Cooperação Pedagógica está sendo mantido o diálogo, com a finalidade garantir a continuidade da aprendizagem dos estudantes da rede municipal e estadual de ensino.	Consolidada
3.3	Manter na Biblioteca Cidadã, um acervo bibliográfico atualizado, a fim de colaborar com as Escolas de Anos Finais do Ensino Fundamental e dos Colégios Estaduais de Ensino Médio nas pesquisas propostas aos alunos, além de disponibilizar agendamento no Telecentro para que os estudantes possam utilizar de mais esta ferramenta de ensino no período em que não estão na escola.	A Biblioteca Cidadã possui um acervo, porém não foi possível analisar se atende as especificidades do Ensino Médio.	Parcialmente consolidada

3.4	Incentivar o uso de simuladores, como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, a fim de aproximar os alunos deste instrumento de avaliação, promovendo sua interação e estímulo para os estudos visando o ingresso numa universidade.	Não foi possível atender a estratégia, pois o Ensino Médio não é de competência dos municípios.	Não Consolidada
3.5	Colaborar na implementação de programas e projetos que visem o acompanhamento individualizado dos alunos com rendimento escolar defasado, de forma a reduzir as taxas de distorção idade-série.	O município tem atendido no Departamento de Educação Especial os estudantes encaminhados para avaliação.	Consolidada
3.6	Oferecer apoio de implementação do programa nacional de diversificação curricular no ensino médio em todos os Colégios que ofertam Ensino Médio.	O município não tem competência e equipe necessária para atender a estratégia.	Não Consolidada
3.7	Implantar programas e ações no ensino fundamental por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a posicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.	Algumas escolas possuem reforço escolar em contraturno, enquanto em outras ainda não foi possível iniciar.	Parcialmente Consolidado
3.8	Excluída		
3.9	Incentivar a retomada e implantação de cursos técnicos e de formação de docentes como o Magistério, de modo a integrar o estudo à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.	No momento a estratégia se faz desnecessária, considerando que a Lei Complementar 04/2023 exige curso superior em Pedagogia para ingresso no Quadro Próprio do Magistério.	Não Consolidada
3.10	Excluída		
3.11	Garantir a continuidade da contratação de estudantes estagiários do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.	Foram feitos inúmeros Processos Seletivos Simplificados para a contratação de estagiários de Pedagogia. *Previsões orçamentárias*: Recursos livres, Recursos e do FUNDEB.	Consolidada
3.12	Excluída		
3.13	Utilizar-se do Programa Estadual Família Paranaense para identificar se existem jovens entre 15 e 17 anos fora da escola, e realizar visitas a fim de estimulá-los a retomar os estudos.	A Secretaria da Família e Desenvolvimento Social juntamente com a rede estadual de ensino realizam esta ação.	Parcialmente Consolidada
3.14	Promover palestras ao público jovem das escolas estaduais, com convidados especialistas que abordem temas relacionados ao combate à discriminação e ao preconceito.	Palestras promovidas em parceria entre a Secretaria de Educação e Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.	Parcialmente Consolidada
3.15	Favorecer e apoiar a implementação de Programas de Educação de Jovens e Adultos para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 17 anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.	Programas desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.	Consolidada
3.16	Incentivar a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas da rede pública de ensino médio.	O município auxilia nas questões necessárias, porém não atua diretamente nesta etapa educacional.	Parcialmente Consolidada
3.17	Articular juntamente com a equipe gestora do Colégio Estadual a melhor forma de atender a demanda de estudantes do município que esta modalidade de ensino compõe, verificando a prevalência de estudantes trabalhadores que necessitam de vaga no período noturno ou os que utilizam transporte escolar.	Demanda atendida. O transporte escolar é oferecido a toda rede estadual. Houve fechamento de turmas noturnas, porém não por iniciativa do município.	Consolidada

META 04: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
4.1	Garantir o cumprimento das legislações vigentes e acompanhar as ações do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, buscando promover em parceria com o mesmo, ações que beneficiem o acesso e permanência dos alunos com deficiência na escola.	Todos os estudantes com deficiência que procuraram a rede municipal de ensino foram atendidos. A Secretaria de Educação possui representantes no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	Consolidada
4.2	Alocar os profissionais que já atendem junto ao Departamento de Educação especial para um espaço mais adequado para a realização do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais e realizar a contratação por meio de concurso público de outros	Os profissionais foram alocados em um espaço adequado no térreo da Câmara de Vereadores. Foi realizado concurso público,	

	profissionais que possam atender a demanda, tais como: fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e psicopedagogo, podendo assim, implantar oficialmente o Centro Pedagógico Especializado e Multiprofissional no município.	porém, não atendeu a toda a demanda necessária. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres Recursos do FUNDEB	Consolidada
4.3	Garantir o atendimento contínuo aos alunos avaliados e com laudo médico no Departamento de Educação especial com base em cronograma específico dos alunos da sede e oportunizar o mesmo atendimento nas escolas do interior proporcionando os recursos necessários para que os profissionais possam se deslocar.	O atendimento tem sido realizado nas instituições de ensino localizadas no campo.	Consolidada
4.4	Utilizar dos Meios de comunicação do Município, dentre eles, o Aplicativo do município e utilização de espaço na Rádio do município e por meio do Conselho dos direitos da pessoa com deficiência, para aproximar a população das ações efetivadas na área de educação especial, informando pais e comunidade acerca dos programas, ações, projetos e Legislações que permeiam essa Modalidade de ensino.	As informações estão sendo divulgadas nos programas de rádio e nas redes sociais do município, assim como no site.	Consolidada
4.5	Divulgar os serviços de apoio e complementação ofertados pelo município, conscientizando a população público alvo da educação especial de que esses projetos existem e que podem ser utilizados por todos os que tiverem interesse, independentemente da faixa etária e de sua condição.	Foram realizadas reuniões com os responsáveis pelos estudantes da educação especial sobre os atendimentos oferecidos nas áreas de educação e saúde.	Consolidada
4.6	Ampliar o número de profissionais junto ao Departamento de Educação Especial de modo a atender toda a população pela educação especial independentemente de sua deficiência. Solicitar que os profissionais que atendem o aluno enviem e orientem presencialmente os professores que trabalham com os alunos em sala de aula.	Foi aumentado o número de psicólogas e contratada a assistente social, além de realizados encaminhamentos para outros setores. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
4.7	Garantir a contratação imediata de professor bilíngue, sempre que surgir demanda.	No momento, não há necessidade de contratação desse profissional, porém foram feitas tentativas, mas não foram encontrados profissionais disponíveis. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Não Consolidada
4.8	Adaptar e ou melhorar os prédios que ainda não contam com acessibilidade para pessoas com deficiência nas escolas públicas.	Todas as instituições foram beneficiadas com melhorias na acessibilidade. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
4.9	Programar em parceria com o Governo Federal a aquisição de ônibus adaptados assegurando o transporte escolar acessível a estudantes com deficiência.	Houve melhoria na frota de veículos próprios. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
4.10	Fortalecer parcerias com ONGs, CAS, CAPS (Francisco Beltrão) e Governo Estadual a fim de buscar recursos financeiros para a aquisição de materiais ampliados, para as pessoas cegas e com baixa visão e Língua Brasileira de sinais para pessoas surdas.	Foram realizadas formações pedagógicas para professores e pedagogos da rede. Há disponibilidade de material necessário para atender a essa demanda.	Consolidada
4.11	Equipar as salas do Departamento de educação especial com os recursos a serem utilizados pelos profissionais para que possam atender com qualidade os alunos.	As salas são equipadas com os materiais necessários, e as demandas são encaminhadas para a gestão. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
4.12	Expandir as formações principalmente na educação infantil, no intuito de orientar os docentes na observação do comportamento do aluno, que podem colaborar como um diagnóstico preventivo.	Houve oferta de formação por meio da OPET e NRE, com orientação pedagógica realizada pela equipe da Secretaria de Educação. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada

4.13	Assegurar o atendimento e o direito de aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial, instituindo práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, flexibilizando o currículo conforme a necessidade do aluno com acompanhamento pedagógico e gestor constante e avaliação funcional do professor que esteja condizente com o trabalho realizado em sala de aula.	Essa demanda vem sendo atendida pelas escolas e CMEIs, com orientação constante da equipe pedagógica e da Secretaria de Educação. Atualmente em torno de 5% dos alunos da rede municipal estão matriculados na Sala de Recurso Multifuncional.	Consolidada
4.14	Apoiar as escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial (APAE) na oferta de cursos para a qualificação profissional de jovens e adultos, público alvo da educação especial.	O município faz repasses para a APAE para auxiliar no desenvolvimento educacional dos estudantes, mas não especificamente para a qualificação profissional.	Parcialmente Consolidada
4.15	Excluída		
4.16	Excluída		
4.17	Manter as parcerias com os programas já existentes em todas as áreas, incentivando a formação a fim de proporcionar mais espaços para que a pessoa com deficiência possa participar.	Há incentivos para participação, porém não há uma maior diversidade de espaços para que possam participar.	Parcialmente Consolidada
4.18	Esclarecer aos órgãos que ofertam cursos profissionalizantes que é preciso adaptações a fim de atender o público alvo da Educação Especial, objetivando sua inserção no mercado de trabalho em empresas do município.	Há diálogo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, que oferece esses cursos; porém, não há interação com as faculdades EAD do município.	Parcialmente consolidada
4.19	Excluída		
4.20	Excluída		
4.21	Garantir o atendimento educacional especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais, nas escolas da rede comum de ensino, conforme demanda de cada instituição, incluindo transporte, para que, em conformidade com a legislação, ocorra em contra turno.	Os estudantes de todas as instituições que precisam estão sendo atendidos.. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
4.22	Efetivar a participação de professores atuantes em SRM em Conselhos do município, até para que fiquem a par da situação vivenciada pelo estudante.	Alguns professores da Sala de Recurso participam dos conselhos, e o trabalho está focado em ampliar essa participação.	Parcialmente Consolidada
4.23	Excluída		
4.24	Garantir recursos financeiros para a oferta de cursos de formação continuada aos profissionais do QPM a fim de qualificá-los para o atendimento aos alunos com deficiência.	Foram ofertadas formações para os professores nos últimos anos. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
4.25	Excluída		
4.26	Garantir assessoramento pedagógico por parte do departamento de educação Especial aos professores que atendem alunos com NEE e profissionais das SRM.	O atendimento e a orientação são realizados por toda a equipe: coordenadora, psicólogas e assistente social.	Consolidada
4.27	Garantir e contribuir com a oferta de formação continuada para os profissionais da educação, por meio da disponibilização de orientações pedagógicas e materiais teórico- metodológicos que venham subsidiar as discussões referentes à organização do trabalho pedagógico na Educação Especial, bem como a prática docente nessa modalidade de ensino (comum e AEE).	Demanda atendida com a ampliação da oferta de materiais pedagógicos e formação para os professores. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
4.28	Excluída		
4.29	Alterar no Estatuto do Magistério que fala sobre a gratificação para docentes que atendem alunos com necessidades educacionais especiais, tendo em vista que este fato evidencia o atendimento indo de encontro a legislação vigente que estabelece a inclusão do aluno deficiente na rede regular de ensino.	Reformulado através da Lei Municipal 04/2023.	Consolidada

4.30	Assegurar que a Educação Especial seja atendida dentro de todas as suas necessidades com base no orçamento destinado à educação do município.	Demanda atendida de acordo com os profissionais disponíveis no município. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
4.31	Dar continuidade do apoio financeiro e recursos humanos às instituições privadas, sem fins lucrativos e com atuação exclusiva em educação especial, que realizem atendimento de qualidade; reforçando e ampliando as parcerias entre as entidades mantenedoras de escolas de Educação Básica, modalidade Educação Especial, com o governo do município, como previsto na Lei Estadual n.º 17.656/2013, e em outras que a sucederem durante a vigência deste Plano.	Convênio com a APAE – Escola Emílio Mudrey.	Consolidada
4.32	Excluída		
4.33	Excluída		
4.34	Excluída		
4.35	Promover a formação continuada dos professores de Sala de Recursos e periodicamente formação para os professores regentes que atendem alunos inclusos em turmas regulares.	Foram ofertadas formações com profissionais do quadro próprio e com profissionais contratados pela Secretaria.	Consolidada
4.36	Realizar um cadastro para identificar e fazer o levantamento de pessoas com deficiência no município.	A Secretaria de Educação possui alguns dados que são coletados através da matrícula, porém não é de toda a população.	Parcialmente Consolidada
4.37	Observar as determinações legais e dispor de regramentos próprios para identificar e eliminar barreiras físicas, de comunicação, de informação e de transporte que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de educandos com deficiência.	O município segue as determinações propostas pelo Estado e oferece auxiliar educacional para todos os alunos autistas que têm necessidade, conforme a legislação municipal.	Consolidada
4.38	Realizar o acompanhamento do acesso e permanência, nas unidades educacionais, das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).	O acompanhamento é realizado através do Sistema Presença.	Consolidada
4.39	Desenvolver ações de acompanhamento intersetoriais, envolvendo as áreas da saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer etc.	Ações determinadas principalmente pela Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.	Consolidada
4.40	Assegurar a continuidade dos cursos na área de Educação Especial ofertados pelo CAP.	Foram oferecidos alguns cursos, conforme demanda da Secretaria de Educação.	Parcialmente consolidada
4.41	Aprimorar o exercício funcional dos profissionais ao realizar atendimento aos alunos da zona rural, sem contar o tempo de deslocamento destes, pois este fato prejudica o atendimento aos alunos.	Segue-se o disposto no calendário escolar para atender a esta estratégia.	Consolidada
4.42	Assegurar que o horário de cada profissional seja cumprido conforme a sua carga horária no período determinado. (20 ou 40 horas. semanais).	Isso é assegurado por meio da contratação via concurso público, processo seletivo simplificado ou contratação terceirizada.	Consolidada
4.43	Garantir a adaptação de materiais de acordo com a necessidade do aluno.	Os professores são orientados a adaptar os materiais pedagógicos, conforme necessidade dos estudantes.	Parcialmente consolidada

META 05: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

Nº	**DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA**	**AÇÕES** **OBSERVAÇÕES**	**SITUAÇÃO**

5.1	Assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental, de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) proporcionando as mesmas o desenvolvimento das habilidades e competências nas mais diversas áreas do conhecimento.	Estão sendo implementadas ações para garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até esta etapa.	Consolidada
5.2	Aplicar periodicamente avaliações diagnósticas a fim de verificar os níveis de aprendizagem dos alunos no período de alfabetização, no intuito de programar ações que possam auxiliar no progresso dos alunos, tendo especificado no Projeto Político Pedagógico da escola, como deve ocorrer a avaliação e como serão expostos estes indicadores levando ao conhecimento de toda comunidade escolar.	Aplicação de avaliações diagnósticas próprias. Avaliações externas: Prova Paraná Mais e Avaliação de Fluência.	Consolidada
5.3	Excluída		
5.4	Assegurar a formação continuada para que o professor tenha condições necessárias para desempenhar seu trabalho com competência e entusiasmo, sabendo utilizar os recursos tecnológicos que a escola dispõe.	Houve oferta de formação continuada com profissionais externos contratados pelo município e ofertas de curso EAD pelo governo federal. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
5.5	Promover formação continuada aos professores que receberem alunos indígenas de modo a auxiliar no trabalho em sala de aula.	Não há estudantes indígenas matriculados na rede municipal de ensino.	Não Consolidada
5.6	Excluída		
5.7	Excluída		
5.8	Prever no calendário escolar momentos para discussão acerca dos resultados obtidos nas avaliações institucionais e momentos de formação continuada com certificação, tendo em vista que os 200 dias letivos referem-se ao trabalho com alunos, podendo ser utilizados demais datas do ano para formação continuada garantindo os 30 dias de férias dos servidores.	O calendário escolar prevê os dias de formação continuada e planejamento.	Consolidada
5.9	Estimular e apoiar a contextualização dos conteúdos do currículo com o cotidiano vivenciado pelos alunos, por meio de visitas, passeios e experiências nos arredores da escola, bairros vizinhos e também a prédios públicos e patrimoniais.	Esta estratégia tem sido cumprida em todas as escolas sob supervisão do pedagogo.	Consolidada
5.10	Manter acessível os materiais e recursos que a escola dispõe a fim de que o professor possa visualizar e assim utilizar estes em sala de aula e também prever a aquisição de outros que se fazem necessários.	Os materiais pedagógicos são de acesso dos professores, podendo ser utilizados para consolidar o processo de alfabetização.	Consolidada
5.11	Buscar a efetiva participação dos gestores das escolas tanto municipais quanto estaduais nas reuniões da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, a fim de expor, acompanhar e pensar em soluções para casos de alunos que podem estar com algum direito violado.	Todos fazem parte da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente e participam das reuniões mensais, conforme estabelecido em Decreto Municipal.	Consolidada
5.12	Criar e aplicar um programa semestral de avaliação de rendimento escolar em todas as etapas (1º ao 5º ano) a ser aplicado pela Secretaria de Educação a fim de realizar levantamentos acerca do ensino aprendizagem e assim propor ações.	Há acompanhamento da aplicação das avaliações internas e externas para verificar a proficiência**.**	Consolidada
5.13	Dar continuidade à elaboração de relatórios elaborados pelo(a) nutricionista que permita atestar as condições físicas/ estruturais da cozinha, higienização, acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal.	A nutricionista faz o acompanhamento constante em todas as unidades escolares e o cardápio é disponibilizado no site da prefeitura.	Consolidada
5.14	Utilizar os indicadores de qualidade do Ensino Fundamental nas reuniões com as equipes gestoras e pedagógicas no intuito de analisar o que está sendo consolidado e o que ainda precisa ser desenvolvido nas escolas para melhorar o ensino aprendizagem.	Todas as ações são debatidas nas reuniões de gestores, seja com diretores ou pedagogos.	Consolidada
5.15	Garantir que haja maior interação dos Conselhos Escolares na aprovação da Proposta Pedagógica das escolas atendendo os interesses de toda comunidade escolar.	A Secretaria de Educação estimula e preza por momentos de estudo da proposta pedagógica curricular.	Consolidada
5.16	Assegurar a condição dos veículos do transporte escolar visando a segurança das crianças e evitar transtornos que possam prejudicar a frequência do aluno na escola.	Os estudantes mantêm bom índice de frequência. O transporte é assegurado diariamente. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do	Consolidada

		FUNDEB.	
5.17	Manter parcerias com o Governo Federal e Estadual a fim de receber materiais específicos e formação que auxilie o professor no desenvolvimento das competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal.	A adesão ao Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada fortaleceu esta estratégia. Há parceria também com o governo estadual na oferta do material Educa Juntos.	Consolidada
5.18	Esclarecer aos docentes que a função de alfabetizar cabe a todos os profissionais que estão em contato direto com os alunos seja qual for o componente em que atua.	Orientações fornecidas pelos pedagogos e equipe da Secretaria de Educação.	Consolidada
5.19	Retomar os projetos de leitura na escola e na comunidade, como: Cantinho da leitura; Leitura diária e compartilhada; Pasta dos gêneros textuais; Biblioteca ambulante; Mala viajante; Feiras com exposição de livros e barracas de leitura; Momento da leitura;	Cada escola desenvolve um projeto diferente, conforme exposto, com a finalidade de melhorar os índices de fluência leitora.	Consolidada
5.20	Implantação do Sistema de Ensino que comporta material apostilado, formação para os professores e gestores, além de encontros com familiares.	Não há um sistema no ensino fundamental. Foram feitas tentativas, porém não foi dada continuidade.	Não Consolidada
5.21	Formação específica com os docentes a fim de parear os conteúdos do **CREMUTUR** e as atividades da apostila de modo a utilizá-las como material de apoio aos direitos de aprendizagem.	Houve formação e estudos do currículo. O mesmo está alinhado à BNCC e ao Referencial Curricular do Paraná.	Consolidada

META 06: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Nº	**DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA**	**AÇÕES** **OBSERVAÇÕES**	**SITUAÇÃO**
6.1	Manter a parceria com a Secretaria da Família e desenvolvimento Social, buscando atender prioritariamente alunos em situação de alta vulnerabilidade em grupos de convivência por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, estendendo para as escolas do campo esta oferta.	A Educação em Tempo Integral teve início na Escola Municipal do Campo Santa Anita, após uma decisão intersetorial de atender aos estudantes mais vulneráveis.	Consolidada
6.2	Buscar parcerias com programas nacionais a fim de solicitar recursos para gradativamente atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica até o final deste plano, priorizando os alunos em situação de risco.	O município ainda não conseguiu atingir este percentual, devido a falta de espaço para ampliar a Educação em Tempo Integral.	Não Consolidada
6.3	Excluída		
6.4	Excluída		

META 07: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
7.1	Propor ações que minimizem os impactos causados pela pandemia que levaram ao ensino remoto, o que ocasionou uma grande defasagem na aprendizagem dos estudantes, tais como: mudança de metodologia em sala de aula tendo como princípio norteador a leitura e a interpretação em todos os componentes curriculares; reforço escolar para os alunos com maiores dificuldades;	Foram propostas e executadas ações no período pós-pandemia, principalmente em relação à leitura e interpretação. Contudo, não foi possível realizar o reforço escolar devido à necessidade de um espaço mais amplo para atender a essa demanda.	Parcialmente Consolidada
7.2	Excluída		
7.3	Excluída		
7.4	O município conta com currículo próprio (CREMUTUR), o que facilita a continuidade da aprendizagem dos alunos que migram de escola dentro do município, cabendo neste momento proporcionar encontros para estudos acerca deste, no intuito de aprimorar as práticas que atendam as habilidades ali expostas.	Foram realizados estudos e o currículo está em fase de reformulação.	Consolidada
7.5	Adquirir recursos e equipamentos tecnológicos para que os professores possam programar projetos educacionais que auxiliem na aprendizagem.	Foram feitas aquisições de notebooks e telas digitais para melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
7.6	Divulgar e analisar continuamente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativos às escolas, assegurando a contextualização desses resultados, na busca pelo aumento dos índices e superação das metas.	Os dados são divulgados pela Secretaria de Educação e pelas próprias escolas.	Consolidada
7.7	Excluída		
7.8	Realizar concurso público para bibliotecário com critérios estabelecidos como: formação em curso superior com especialização na área.	Não realizado.	Não Consolidada
7.9	Prever momentos nas instituições escolares para que o grupo possa avaliar o seu plano de ação a fim de aprimorar as ações planejadas e desenvolvidas.	São propiciados momentos de estudo e planejamento.	Consolidada
7.10	Excluída		
7.11	Excluída		
7.12	Promover iniciativas estruturadas para o enfrentamento dos desafios ligados à promoção da saúde, prevenção das doenças e agravos e enfrentamento dos problemas decorrentes especialmente do uso de drogas, álcool e tabaco.	São realizadas palestras nas escolas e CMEIS, principalmente para alunos, com apoio da equipe de saúde.	Consolidada
7.13	Excluída		
7.14	Criar na Secretaria municipal de educação mecanismos institucionalizados para a aplicação dos resultados de avaliação e fiscalização da oferta conduzidos pelo Núcleo de Cooperação enquanto não tem instituído sistema próprio.	A aplicação das provas externas é orientada pelo Núcleo de Cooperação Pedagógica, garantindo que estejam alinhadas às políticas vigentes. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
7.15	Elaborar diagnóstico para identificação das necessidades de formação inicial de docentes da rede pública que atuam na rede municipal.	Foram elaborados formulários para identificar as necessidades, e os professores são ouvidos no dia a dia. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
7.16	Implementação do Projeto de Robótica para os 4º e 5º anos a partir do ano de 2022, como aumento do interesse do aluno pela aprendizagem, além de proporcionar desenvolvimento de concentração, coordenação motora, criatividade, raciocínio lógico, atenção, memória e outros.	Os alunos de todas as instituições, nas turmas de quarto e quinto ano, têm aula de robótica. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada

META 08: Colaborar para a elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
8.1	Incentivar e apoiar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade série, ofertando transporte escolar gratuito e a oferta de informações sobre onde buscar esses programas.	Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, está sendo ofertada a EJA no município.	Consolidada
8.2	Excluída		
8.3	Buscar ampliar parceria com as áreas de assistência social e saúde, a fim de promover a busca ativa de jovens e adultos fora da escola.	Os índices de evasão são tratados nas reuniões da Rede de Proteção, e soluções são buscadas por meio de parcerias entre diferentes segmentos do setor público.	Consolidada
8.4	Buscar parcerias com Universidades e Instituições privadas que ofertam Educação Profissional, proporcionando vínculo entre estas e a rede estadual com o intuito de articular estratégias diversificadas que assegurem a continuidade do processo de escolarização, a essas populações.	São divulgadas as instituições que oferecem a educação profissional e disponibilizado transporte para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA.	Consolidada
8.5	Excluída		
8.6	Incentivar a retomada de oferta gratuita de Educação Profissional por intermédio de parcerias com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional, de forma concomitante ao ensino ofertado no sistema escolar público, para atendimento aos segmentos populacionais considerados, tanto dentro do espaço escolar quanto em centros de formação.	Esta demanda está mais direcionada à rede estadual de ensino. Foram propostas formações da EJA no município, mas, para atender à estratégia, é preciso parcerias mais amplas com outras instituições.	Parcialmente Consolidada
8.7	Estimular a permanência, bem como identificar causas de afastamentos e baixa frequência, de maneira a reorganizar a oferta a fim de ampliar o atendimento desses alunos no sistema público regular de ensino.	São realizadas as buscas ativas e os casos são encaminhados para a Rede de Proteção, que avalia a maneira mais competente de agir e qual ação seguir.	Consolidada
8.8	Excluída		
8.9	Excluída		
8.10	Excluída		

META 09: Colaborar para a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
9.1	Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, realizando um levantamento acerca da demanda para então programar ações de atendimento.	As demandas que chegam à Secretaria de Educação são encaminhadas aos setores responsáveis, porém não há um levantamento específico.	Parcialmente Consolidada
9.2	Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização (EJA) e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem.	A população é orientada a procurar os órgãos competentes, com a oferta dessa demanda, e é disponibilizado transporte para o exame de reclassificação.	Parcialmente Consolidada
9.3	Excluída		
9.4	Excluída		
9.5	Implantar na Secretaria de educação um sistema de identificação sobre o analfabetismo local: taxa de analfabetismo absoluto e funcional, perfil etário, distribuição espacial - rural/ urbano - das pessoas em situação de analfabetismo e dados sobre a escolaridade de jovens, adultos e idosos.	Não há um sistema na Secretaria de Educação para identificar essas demandas.	Não Consolidada

META 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
10.1	Buscar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, realizando um levantamento acerca da demanda para então programar ações de atendimento, fomentando a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional.	O município possui parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação para a oferta da EJA e Educação Profissional, porém não mantém um documento específico para o levantamento da demanda.	Parcialmente Consolidada
10.2	Excluída		
10.3	Excluída		
10.4	Excluída		
10.5	Excluída		
10.6	Excluída		
10.7	Excluída		
10.8	Excluída		

META 11: Colaborar para o aumento das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
11.1	Aprimorar consultas públicas a fim de levantar o interesse da demanda de Ensino Técnico Profissionalizante no município.	Não são realizadas consultas públicas específicas na Secretaria de Educação. Os encaminhamentos são feitos ao setor responsável.	Parcialmente Consolidada
11.2	Incentivar e apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino, de acordo com a demanda existente no município.	A Secretaria de Educação incentiva e apoia ações de educação profissional e realiza os encaminhamentos necessários.	Consolidada
11.3	Proporcionar a reabertura de turmas de Educação de Jovens e Adultos para posteriormente vinculá-las à Educação Profissional e Tecnológica.	Não realizado, devido a não ter espaço adequado para atendimento.	Não Consolidada
11.4	Solicitar cursos de formação de docentes - Magistério em nível médio considerando que se trata de um curso profissionalizante.	Esta estratégia não é mais necessária, pois, com a reformulação do Plano de Cargos, é exigido curso de Pedagogia para ingresso no Quadro Próprio do Magistério.	Não Consolidada

META 12: Fomentar e apoiar a elevação de matrículas no ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
12.1	Dar continuidade na oferta do transporte escolar a fim de estimular a matrícula na educação superior da população de 18 a 24 anos.	O transporte é oferecido para incentivar o acesso ao ensino superior. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres Recursos, FUNDEB e PNATE.	Consolidada
12.2	Manter a oferta de transporte escolar gratuito para que os estudantes do ensino médio do município possam participar de cursinhos preparatórios para vestibular nas cidades vizinhas que oferecem este tipo de ensino.	O transporte é oferecido para incentivar o acesso aos cursos preparatórios para acesso ao ensino superior. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres Recursos, FUNDEB e PNATE.	Consolidada
12.3	Manter a divulgação dos programas do governo federal de financiamento do ensino superior, como PROUNI, FIES nas escolas de ensino médio.	São divulgados nas escolas e nas redes sociais da prefeitura.	

			Consolidada
12.4	Dar condições de acesso ao Ensino Superior proporcionando o transporte escolar gratuito.	Durante todos os anos de vigência deste PME foram ofertados o transporte escolar. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres Recursos, FUNDEB e PNATE.	Consolidada

META 13: Colaborar para a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
13.1	Excluída		
13.2	Prever na Lei 17/2015 o afastamento temporário e gradual para o profissional que quiser cursar mestrado ou doutorado presencial.	Atualizado na Lei Municipal 04/2024 – Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Turvo, Estado do Paraná e dá outras providências.	Consolidada

META 14: Colaborar para a elevação gradual do número de matrículas na pós- graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
14.1	Incentivar a busca por especialização, prevendo que os professores que adentrarem por meio de concurso público possam já ser beneficiados com a pós graduação.	Todos os professores com curso superior em Pedagogia são beneficiados no plano de cargos e remuneração após a conclusão do estágio probatório.	Consolidada
14.2	Excluída		

META 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
15.1	Manter e buscar parcerias com as instituições, a fim de oferecer formação inicial e continuada para docentes e não docentes de acordo com a necessidade observada na rede.	Foram feitas ofertas de formação para os professores da rede municipal de ensino.	Consolidada
15.2	Buscar parceria com Instituições de Ensino Superior quanto a oferta de Residência Pedagógica incentivando a formação específica de nível superior.	Não foi possível atender a esta estratégia.	Não Consolidada
15.3	Excluída		
15.4	Excluída		
15.5	Manter em parceria com os cursos de formação inicial e continuada das Instituições de Ensino Superior, com os profissionais da educação para a formação de núcleos educacionais, a fim de fomentar a discussão sobre o processo pedagógico, as condições necessárias para produção de materiais pedagógicos e tecnologias educacionais.	Foram realizadas formações pedagógicas para atender a estratégia.	Consolidada

META 16: Incentivar a formação em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	SITUAÇÃO
16.1	Excluída		
16.2	Excluída		
16.3	Excluída		
16.4	Excluída		
16.5	Excluída		
16.6	Excluída		
16.7	Incentivar a busca por formação específica, facilitando e apoiando a oferta por instituições de qualidade.	Os professores foram estimulados a cursar o ensino superior, sendo que mais de 90% concluíram, e foram ofertadas bolsas de estudo para atender à demanda.	Consolidada
16.8	Excluída		
16.9	Excluída		
16.10	Excluída		

META 17: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
17.1	Ampliar gradativamente a jornada de trabalho com o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme prevê a Lei 11.738/08.	Já é uma realidade na rede municipal e está reforçado pela Lei Municipal 04/2023.	Consolidada
17.2	Excluída		
17.3	Excluída		
17.4	Solicitar a nomeação de uma Comissão a fim de reformular a Lei 24/2009 conforme legislação vigente.	Foi reforçado e está amparado pela Lei Complementar 04/2023.	Consolidada
17.5	Manter a legislação vigente que garante que o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica seja atualizado, anualmente, no mês de janeiro.	Amparado pela Lei Complementar 04/2023. *Previsões orçamentárias:* Recursos do FUNDEB e Recursos livres.	Consolidada
17.6	Excluída		
17.7	Excluída		
17.8	Excluída		
17.9	Excluída		
17.10	Excluída		
17.11	Garantir mecanismos institucionais que auxiliem no trabalho contínuo e articulado entre a equipe pedagógica da secretaria de educação e as equipes pedagógicas das unidades educacionais.	Ocorrem orientações pedagógicas, reuniões, visitas técnicas etc.	Consolidada
17.12	Proporcionar momentos de estudo para que as equipes pedagógicas realizem orientações curriculares, com base nas diretrizes gerais nacionais e específicas para a rede de ensino.	Momentos de estudos conjuntos são realizados sempre que solicitados pela equipe gestora da Secretaria de Educação.	Consolidada
17.13	Proporcionar momentos para que as equipes pedagógicas identifiquem necessidades de formação complementar e continuada de docentes.	Esse levantamento ocorre durante as reuniões e formações, assim como nas demandas identificadas nas visitas técnicas.	Consolidada
17.14	Efetivar o trabalho das equipes pedagógicas da secretaria no exercício da supervisão e o acompanhamento da realização do trabalho pedagógico em suas unidades escolares. Para tanto, é necessário proporcionar formação continuada no intuito de que os professores dominem as atribuições do sistema de modo que o pedagogo possa contribuir para a práxis do professor, proporcionando a melhoria do ensino.	A formação pedagógica ocorre com equipes da Secretaria de Educação através de outros órgãos contratados pela Prefeitura para esta finalidade. Ocorrem ainda formações específicas com o NCPM.	Consolidada

17.15	Oferecer cursos de formação e desenvolvimento profissional para as equipes pedagógicas.	Foram oferecidas formações pedagógicas e também foi ofertado o curso de formação de gestores pelo NCPM. *Previsões orçamentárias:* Recursos do FUNDEB e Recursos livres.	Consolidada
17.16	Desenvolver projetos de formação continuada articulados a políticas de valorização do profissional docente, referentes a planos de carreira, remuneração e condições de trabalho, entre outras políticas.	Foi realizada a revisão do plano de carreiras, porém não foi realizada a formação continuada, posteriormente. (Formadores, Moderna, Opet, LEEI).	Parcialmente Consolidada

META 18: Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional).

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
18.1	Consolidada		
18.2	Consolidada		
18.3	Excluída		
18.4	Manter o Quadro Próprio do Magistério com número suficiente de professores de acordo com a necessidade.	Há professores suficientes para atender à demanda, e um novo edital de aprovados em concurso público foi divulgado para convocação. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
18.5	Solicitar a nomeação de uma Comissão a fim de reformular a Lei 24/2009 conforme legislação vigente.	Esta lei já foi reformulada, resultando na nova Lei Complementar 04/2023.	Consolidada
18.6	Reduzir para dois anos o tempo na direção escolar, podendo haver uma reeleição após este período.	Atualizado na Lei Ordinária 34/2023.	Consolidada
18.7	Regularizar a situação das escolas que ainda não contam com pedagogo concursado em seu quadro próprio (Escola João Miguel Maia/ CMEI Semente do Amanhã/ Escola Municipal do Campo Santa Anita).	Foi realizado concurso público, sendo previsto a convocação no início de 2025. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e Recursos do FUNDEB.	Consolidada
18.8	Excluída		
18.9	Excluída		
18.10	Excluída		
18.11	Acrescentar no Estatuto do Magistério o direito à licença-prêmio de 90 (noventa) dias aos profissionais da educação a cada 5 (cinco) anos, cabendo a Secretaria de Educação juntamente com o jurídico estabelecer os critérios de sequência para gozo da referida licença, prevista na Lei 17/2015 Estatuto do Servidor.	Não há viabilidade nem recursos necessários para a execução desta estratégia. As licenças foram regularizadas pela Lei 03/2023.	Não Consolidada
18.12	Excluída		
18.13	Melhorar o Plano de carreira com regras claras para ingresso e avaliação de desempenho referenciado por concurso público.	Previsto na Lei Complementar 04/2023 - Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Turvo, Estado do Paraná e dá outras providências.	Consolidada
18.14	Ofertar programa de formação continuada implantado para os profissionais que atuam na rede de ensino.	Foram realizadas formações pedagógicas de diferentes temáticas nos últimos anos. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada

18.15	Programar ações e programas com foco nos cuidados com a saúde e condições de trabalho dos profissionais que atuam na rede de ensino.	Avaliações de saúde dos servidores realizadas anualmente. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
18.16	Assegurar que a hora atividade do professor aconteça com orientação pedagógica na escola, no intuito de auxiliar na reflexão acerca da práxis docente.	Todas as escolas e CMEIs contam com o apoio pedagógico do pedagogo para o desenvolvimento das atividades escolares**.**	Consolidada
18.17	Manter cadastro atualizado de cada profissional que atua nas unidades educacionais e na secretaria de educação.	Os dados são atualizados mensalmente.	Consolidada
18.18	Criar um software de gestão que trata da movimentação de profissionais nas unidades educacionais e na secretaria de educação.	Utiliza-se como parâmetro o BIOMOBILE para atualizar a lotação dos profissionais. *Previsões orçamentárias:* Recursos livres e recursos do FUNDEB.	Consolidada
18.19	Propor melhorias na Lei 24/2009 que define regras claras e divulgadas de movimentação de pessoal nas unidades educacionais e na secretaria de educação.	Reformuladas e presentes na Lei Complementar 04/2023.	Consolidada
18.20	Aperfeiçoar as regras para a definição da relação professor-aluno na rede de ensino e número de alunos por turma.	Regulamentado através da Lei Municipal 69/2025.	Consolidada

META 19: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional).

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
19.1	Incentivar e acompanhar a efetiva participação dos Conselhos Escolares nas instituições da rede para promover a gestão democrática do ensino público a partir da participação efetiva dos pais na gestão, explanando para todo o quadro de funcionários e comunidade escolar, a composição do Conselho bem como suas ações.	Os conselheiros escolares são convidados a participar dos conselhos municipais, como o Conselho Municipal de Educação e o Conselho do FUNDEB.	Consolidada
19.2	Acompanhar a efetiva participação do Conselho do FUNDEB, garantindo que suas ações sejam compartilhadas de modo que toda comunidade esteja a par da distribuição dos recursos.	Os conselheiros do FUNDEB têm uma participação efetiva, com reuniões regulares. Eles estão amparados pelo Decreto 056/2024.	Consolidada
19.3	Assegurar condições, durante a vigência do plano, para a efetivação da gestão democrática nas escolas da rede municipal, promovendo o fortalecimento do conselho do FUNDEB, a criação do Conselho Municipal de Educação e a formação dos Conselhos Escolares considerando a descentralização de recursos e ampliação dos mecanismos de autonomia financeira e administrativa, a participação de comunidade escolar na elaboração da PPP e transparência das ações efetuadas nas escolas.	Conselho Municipal de Educação – Decreto 055/2024. Conselho do FUNDEB - Decreto 056/2024. As demais ações já ocorrem há mais tempo nas unidades escolares, sendo uma prática estabelecida.	Consolidada
19.4	Criar avaliações internas e externas para as escolas e CMEIs em parceria com a secretaria municipal, propiciando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, com a finalidade de levantar subsídios para a promoção de melhorias e auxiliar a escola nas questões administrativas, pedagógicas e financeiras, considerando as diretrizes curriculares nacionais em cada etapa e modalidade.	São aplicadas as avaliações internas da própria instituição e as avaliações externas por órgãos governamentais. Além disso, há acompanhamento pedagógico pela Secretaria Municipal de Educação. *Previsões orçamentárias:* Recursos do FUNDEB e recursos livres.	Consolidada
19.5	Promover a formação continuada para gestores, Conselhos escolares e APMF, visando o esclarecimento das funções de cada instância e desse modo melhorar a qualidade do trabalho dentro do ambiente escolar.	Houve diversas formações para gestores, porém ainda não foi possível atender aos conselheiros escolares e membros da APMF.	Parcialmente Consolidada

		Previsões orçamentárias: Recursos do FUNDEB e recursos livres.	
19.6	Estabelecer um espaço físico cedido pelo município, disposto com equipamentos e um profissional responsável pelos agendamentos a fim de facilitar e incentivar o trabalho dos mesmos.	Não há espaço específico para atender a esta demanda. _____	Não Consolidada
19.7	Criar mecanismos de divulgação das ações do Conselho de modo a garantir a transparência, com o objetivo de monitorar e avaliar as metas deste plano, efetivando o acompanhamento da execução do PME.	Não há um mecanismo específico, mas representantes de todas as unidades escolares estão nos conselhos para divulgar as ações e as propostas debatidas nas reuniões. *Previsões orçamentárias:* Recursos do FUNDEB e recursos livres.	Parcialmente Consolidada
19.8	Excluída		
19.9	Excluída		
19.10	Promover semestralmente estudos do PPP das escolas, realizando avaliação deste documento.	Todos os PPP's foram reformulados.	Consolidada
19.11	Excluída		
19.12	Criar o Conselho Municipal de Educação.	Decreto 055/2024.	Consolidada
19.13	Atender para que o Conselho de Educação elabore e zele pelo cumprimento de normas, em consonância com a legislação nacional e com o Conselho Nacional de Educação (CNE), auxiliando na organização e articulação da educação no território.	O Conselho Municipal de Educação tem atuado para atender a essas demandas com reuniões periódicas, as quais são registradas em ata.	Consolidada
19.14	Garantir que a indicação dos conselheiros seja democrática, considerando a representatividade social e a experiência em educação e envolvimento com a causa.	Para atender a esta estratégia, é garantido que diferentes segmentos da sociedade participem dos conselhos e de todas as unidades escolares.	Consolidada
19.15	Criar o sistema municipal de ensino organizado em lei atualizada, em sintonia com a Constituição Federal e com a LDB, implementando na própria Lei, a explicitação da vinculação municipal ao sistema estadual de ensino, em sintonia com a Constituição Federal e a LDB, prevendo o papel de coordenação política da secretaria municipal.	Não foi criado o sistema municipal de ensino.	Não Consolidada
19.16	Atualizar o diagnóstico da realidade municipal, apresentando educação oferecida no território municipal, contando com mediação tecnopolítica construída pela equipe da secretaria, entre a realidade, o projeto institucional, além da capacidade financeira e de pessoal e as condições de governabilidade, com previsão de mecanismos sistemáticos de monitoramento das ações.	Reuniões periódicas são realizadas com a equipe gestora para levantar essa demanda e a necessidade de atuação da Secretaria de Educação, a fim de nortear o trabalho educacional no município.	Consolidada
19.17	Tomar o plano decenal de educação como referência para construir o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).	Realizado anualmente.	Consolidada
19.18	Formular o PPA, a LDO e a LOA de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME.	Atendido em parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Fazenda.	Consolidada
19.19	Dar continuidade as divulgações de participação social na elaboração de sugestões ao Plano Plurianual (PPA) e demais instrumentos de planejamento existentes, de modo a torná-los compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME.	São apresentados aos conselhos as propostas e são debatidos entre a equipe gestora a melhor forma de aplicação dos recursos	Consolidada
19.20	Criar iniciativas de articulação territorial com a participação de existem Organizações Não Governamentais (ONGs), fundações, institutos ou empresas, universidades, institutos de pesquisa ou órgãos do governo federal, além de movimentos sociais, não restringindo as iniciativas apenas órgãos públicos da educação básica (secretarias de educação, escolas).	Há projetos em andamento de articulação com outras instituições, como o projeto de Educação Ambiental, desenvolvido conjuntamente com a Universidade Estadual do Centro-Oeste.	Consolidada
19.21	Acompanhar Os mecanismos institucionalizados de descentralização de recursos financeiros para as escolas da rede de ensino. PDDE BÁSICO PDDE EMERGENCIAL PDDE QUALIDADE EDUCAÇÃO CONECTADA PROGRAMA TEMPO DE APRENDER.	É acompanhado pela técnica dos programas do FNDE, que monitora e presta assessoria em todas as instituições educacionais.	Consolidada
19.22	Orientar os gestores a realizar reuniões com toda equipe escolar periodicamente a fim de definir o investimento dos recursos que chegam até a escola, para posteriormente construir planos de	São orientados a realizar a prestação de contas de todos os recursos investidos na instituição, visando à melhoria da educação. A transparência das ações é obrigatória.	Consolidada

	trabalho para a descentralização de recursos financeiros de maneira transparente e cordial.		
19.22	Garantir que os conselhos escolares presentes em todas as unidades educativas da rede de ensino, participem da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade educativa.	Os gestores escolares são orientados a realizar reuniões periódicas com os conselheiros escolares.	Consolidada
19.23	Acompanhar as ações do Comitê de transporte escolar de modo a garantir sua eficiência nas ações quanto à: atendimento suficiente das necessidades locais elaboração de mecanismos de colaboração entre o estado e os municípios bem com os parâmetros para o atendimento em gestão conjunta do transporte escolar; verificar se há participação efetiva do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS) no diagnóstico e acompanhamento do transporte escolar;	As ações têm sido monitoradas pelos órgãos responsáveis. Toda demanda de transporte escolar é atendida para garantir que todas as crianças e adolescentes possam frequentar a escola. Além disso, atuam na fiscalização do transporte escolar oferecido ao ensino superior.	Consolidada
19.24	Acompanhar as ações do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) a fim de verificar se atende toda a rede de ensino.	O município acompanha as ações do conselho e vice-versa. A alimentação escolar no município atende a toda a demanda.	Consolidada
19.25	Levar ao conhecimento dos gestores escolares o descrito na Lei 11.947/2009, salientando que: - não deve ser oferecido aos alunos no ambiente escolar durante o ano letivo: refrigerantes, sucos industrializados, doces industrializados em geral, balas, chocolates, sorvetes, biscoitos recheados, bolos, salgadinhos, frituras, café puro entre outros. não pode adentrar o ambiente escolar qualquer alimento advindo de fora, tendo em vista, o desconhecimento de sua natureza biológica, física ou química.	A instrução já é aplicada no município há alguns anos e atende à Lei 11.947/2009.	Consolidada
19.26	Estabelecer na forma da lei critérios definidos para a escolha de diretores das unidades educativas da rede de ensino, considerando experiência educacional, formação, mérito e desempenho.	Regulamentado através da Lei Ordinária 34/2023.	Consolidada

META 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio. (Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional).

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÕES OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
20.1	Solicitar que os recursos tanto de receita quanto de gastos sejam apresentados aos Conselhos do FUNDEB e da Educação de maneira simplificada assegurando a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação para explanação nas unidades escolares e periodicamente em audiências públicas e portais eletrônicos.	As informações são apresentadas nas reuniões realizadas periodicamente.	Consolidada
20.2	Proporcionar momentos nas unidades escolares para que sejam apresentadas aos funcionários as prestações de contas discutidas nos conselhos.	Todas as unidades escolares fazem prestação de contas.	Consolidada
20.3	Excluída		
20.4	Excluída		
20.5	Excluída		
20.6	Excluída		
20.7	Dispor na Secretaria de educação um responsável pela gestão dos recursos que conhece as regras orçamentárias e os fluxos financeiros e acompanha mensalmente as receitas e despesas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), além de realizar estudos de custos da oferta educacional na rede de ensino, com o objetivo de aperfeiçoar continuamente os gastos em MDE.	Há uma pessoa responsável por realizar esta atividade e trabalha com a parceria coma Secretaria de Fazenda além da assessoria de uma empresa contratada.	Consolidada
20.8	Garantir que o secretário de educação e sua equipe conheçam e apliquem a legislação que disciplina as diferentes receitas e despesas possíveis em cada caso (PDDE, PNAE, PNATE, convênios, Salário Educação, FUNDEB, Recursos de Impostos e Transferências para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino).	Os servidores da Secretaria de Educação participam de formações constantes para saber como aplicar os recursos e repasses destinados a esta secretaria.	Consolidada
20.9	O(a) secretário(a) de educação prestará contas às instâncias de participação e controle social de forma permanente, mantendo os dados públicos e atualizados.	A Secretária de Educação faz prestação de contas aos Conselhos Municipais e demais instâncias de fiscalização.	Consolidada
20.10	As receitas e despesas devem ser acompanhadas pelos conselhos do FUNDEB e da EDUCAÇÃO.	Ambos os Conselhos acompanham as receitas e despesas das contas vinculadas à Secretaria de Educação.	Consolidada

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das metas e estratégias aqui apresentadas e avaliadas através de dados e constatações via fontes fidedignas, é possível apontar algumas análises necessárias para este registro. No contexto histórico de construção do Plano, a realidade econômica do país apresentava uma condição favorável quanto a investimentos significativos no campo da educação, a realidade vivida no contexto social, político e econômico do país durante o período acima analisado, passou por inúmeras crises financeiras e institucionais que fizeram com que os investimentos em Educação fossem revistos e repensados, exigindo mudanças drásticas na concretização de inúmeras metas do Plano.

Historicamente, com a execução do Plano Municipal de Educação é importante ressaltar que algumas estratégias passaram por adaptação e outras até mesmo foram excluídas, devendo a nova realidade educacional que se apresentou no município de Turvo. A avaliação deste Plano Municipal de Educação foi sendo construída coletivamente, com a participação de diferentes segmentos públicos, para que o mesmo se efetivasse e o município tivesse condições de ofertar uma educação de qualidade a todos os munícipes.

O trabalho de execução do Plano Municipal de Educação foi com diálogo entre diferentes profissionais que trabalham na área de educação do município de Turvo. O trabalho interinstitucional buscou manter um debate entre as várias instâncias, a fim de garantir a execução de parte do plano e, com isso, promover avanços significativos e quantificáveis na área educativa.

Quanto aos dados aqui utilizados para desenhar os avanços das metas, é importante frisar que são de maiores fontes confiáveis e atuais. Os dados apresentados em cada meta representam a realidade do município, sendo que algumas foram consolidadas, outras parcialmente consolidadas e outras que ainda não iniciaram.

Por fim, é importante registrar que, como o Plano Municipal de Educação é um Plano Territorial, algumas metas não são de competência municipal, outras, são compartilhadas com outras esferas. Isto dificulta a gerência e o cumprimento das metas, uma vez que não pode haver uma interferência direta nas demais autarquias. Cabe destacar aqui, novamente, a necessidade de uma metodologia concisa de articulação institucional entre os diversos níveis administrativos: municipal, estadual, federal e iniciativa privada para que de fato as estratégias propostas sejam alcançadas.

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:69E1164E



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE ANDIRA							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	% (b/a)	**Até o Período (c)**	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	158.033.451,01	184.697.236,73	22.956.638,59	12,43	104.367.966,34	56,51	80.329.270,39
RECEITAS CORRENTES	144.974.951,01	148.213.731,29	22.365.152,25	15,09	97.071.961,10	65,49	51.141.770,19
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	25.120.640,00	25.120.640,00	3.033.455,34	12,08	14.174.968,86	56,43	10.945.671,14
Impostos	23.581.870,00	23.581.870,00	2.948.242,41	12,50	13.437.410,59	56,98	10.144.459,41
Taxas	1.227.300,00	1.227.300,00	85.133,56	6,94	737.338,47	60,08	489.961,53
Contribuição de Melhoria	311.470,00	311.470,00	79,37	0,03	219,80	0,07	311.250,20
CONTRIBUIÇÕES	7.888.176,49	7.888.176,49	1.229.066,81	15,58	5.008.267,31	63,49	2.879.909,18
Contribuições Sociais	5.740.951,49	5.740.951,49	890.498,93	15,51	3.522.314,53	61,35	2.218.636,96
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.147.225,00	2.147.225,00	338.567,88	15,77	1.485.952,78	69,20	661.272,22
RECEITA PATRIMONIAL	7.966.474,82	8.005.021,82	2.353.125,23	29,40	10.352.615,13	129,33	-2.347.593,31
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	72.340,00	72.340,00	7.115,07	9,84	22.770,97	31,48	49.569,03
Valores Mobiliários	7.882.134,82	7.920.681,82	2.344.646,78	29,60	10.324.432,68	130,35	-2.403.750,86
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	12.000,00	12.000,00	1.363,38	11,36	5.411,48	45,10	6.588,52
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	12.170.544,70	12.170.544,70	2.002.363,86	16,45	8.045.769,13	66,11	4.124.775,57
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	111,00	0,00	-111,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	16.580,00	16.580,00	7.446,17	44,91	16.007,60	96,55	572,40
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	12.153.964,70	12.153.964,70	1.994.917,69	16,41	8.029.650,53	66,07	4.124.314,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	90.705.675,00	93.905.908,28	13.582.078,01	14,46	58.419.440,49	62,21	35.486.467,79
Transferências da União e de suas Entidades	52.265.250,00	55.260.670,28	8.371.919,13	15,15	34.383.977,71	62,22	20.876.692,57
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.426.000,00	19.630.813,00	2.474.450,22	12,60	12.490.544,00	63,63	7.140.269,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	85.200,00	85.200,00	30.662,58	35,99	30.662,58	35,99	54.537,42
Transferências de Outras Instituições Públicas	18.929.225,00	18.929.225,00	2.705.046,08	14,29	11.514.256,20	60,83	7.414.968,80
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.123.440,00	1.123.440,00	165.063,00	14,69	1.070.900,18	95,32	52.539,82
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	24.050,00	24.050,00	2.624,16	10,91	11.320,08	47,07	12.729,92
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	82.790,00	82.790,00	21.886,53	26,44	226.328,04	273,38	-143.538,04
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.016.600,00	1.016.600,00	140.552,31	13,83	833.252,06	81,96	183.347,94
RECEITAS DE CAPITAL	13.058.500,00	36.483.505,44	591.486,34	1,62	7.296.005,24	20,00	29.187.500,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.100.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	2.798.273,54	55,97	2.201.726,46
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.100.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	2.798.273,54	55,97	2.201.726,46

Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	138.660,00	235,02	-79.660,00
Alienação de Bens Móveis	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	138.660,00	235,02	-79.660,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.899.500,00	31.424.505,44	591.486,34	1,88	4.359.071,70	13,87	27.065.433,74
Transferências da União e de suas Entidades	435.000,00	1.907.416,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.907.416,67
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.105.900,00	27.158.488,77	591.486,34	2,18	4.335.071,70	15,96	22.823.417,07
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	2.358.600,00	2.358.600,00	0,00	0,00	24.000,00	1,02	2.334.600,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ANDIRA

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	22.371.310,85	22.371.310,85	2.888.557,18	12,91	11.533.480,84	51,55	10.837.830,01
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	180.404.761,86	207.068.547,58	25.845.195,77	12,48	115.901.447,18	55,97	91.167.100,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	180.404.761,86	207.068.547,58	25.845.195,77	12,48	115.901.447,18	55,97	91.167.100,40
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	180.404.761,86	207.068.547,58	25.845.195,77	12,48	115.901.447,18	55,97	91.167.100,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	10.906.752,16	-	-	10.906.752,16	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	10.906.752,16	-	-	4.552.024,18	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	152.223.104,32	189.965.402,35	18.051.882,17	111.989.060,82	77.976.341,53	24.177.395,83	89.708.099,87	100.257.302,48	89.141.920,08
DESPESAS CORRENTES	132.989.518,11	140.468.325,01	17.712.847,63	96.012.921,41	44.455.403,60	21.181.820,39	80.518.204,94	59.950.120,07	79.966.349,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	82.662.161,56	82.999.773,81	12.249.194,88	49.881.461,81	33.118.312,00	12.384.728,10	49.488.089,63	33.511.684,18	49.110.022,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	785.000,00	1.135.000,00	227.767,42	765.298,58	369.701,42	227.767,42	765.298,58	369.701,42	765.298,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.542.356,55	56.333.551,20	5.235.885,33	45.366.161,02	10.967.390,18	8.569.324,87	30.264.816,73	26.068.734,47	30.091.028,34
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	49.542.356,55	56.333.551,20	5.235.885,33	45.366.161,02	10.967.390,18	8.569.324,87	30.264.816,73	26.068.734,47	30.091.028,34
DESPESAS DE CAPITAL	18.546.795,11	48.810.286,24	339.034,54	15.976.139,41	32.834.146,83	2.995.575,44	9.189.894,93	39.620.391,31	9.175.570,93
INVESTIMENTOS	17.041.795,11	47.305.286,24	51.485,88	14.799.343,16	32.505.943,08	2.708.026,78	8.013.098,68	39.292.187,56	7.998.774,68
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.505.000,00	1.505.000,00	287.548,66	1.176.796,25	328.203,75	287.548,66	1.176.796,25	328.203,75	1.176.796,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	686.791,10	686.791,10	0,00	0,00	686.791,10	0,00	0,00	686.791,10	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	19.672.182,56	19.500.422,41	2.845.367,03	11.676.173,29	7.824.249,12	2.904.947,05	11.554.515,34	7.945.907,07	11.024.141,21

SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	171.895.286,88	209.465.824,76	20.897.249,20	123.665.234,11	85.800.590,65	27.082.342,88	101.262.615,21	108.203.209,55	100.166.061,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	171.895.286,88	209.465.824,76	20.897.249,20	123.665.234,11	85.800.590,65	27.082.342,88	101.262.615,21	108.203.209,55	100.166.061,29
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	14.638.831,97	-	15.735.385,89
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	171.895.286,88	209.465.824,76	20.897.249,20	123.665.234,11	-	27.082.342,88	115.901.447,18	-	115.901.447,18
RESERVA DO RPPS	8.509.474,98	8.509.474,98	1.641.313,72	8.179.991,49	329.483,49			266.901,71	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ, emitido em 24/set/2026 as 17h e 31m.									

MUNICÍPIO DE ANDIRA
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	% (b/a)	**Até o Período (c)**	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	22.371.310,85	22.371.310,85	2.888.557,18	12,91	11.533.480,84	51,55	10.837.830,01
RECEITAS CORRENTES	22.371.310,85	22.371.310,85	2.888.557,18	12,91	11.533.480,84	51,55	10.837.830,01
CONTRIBUIÇÕES	8.507.382,80	8.507.382,80	1.121.802,09	13,19	4.476.763,42	52,62	4.030.619,38
Contribuições Sociais	8.507.382,80	8.507.382,80	1.121.802,09	13,19	4.476.763,42	52,62	4.030.619,38
RECEITA DE SERVIÇOS	285.000,00	285.000,00	48.957,45	17,18	185.526,86	65,10	99.473,14
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	285.000,00	285.000,00	48.957,45	17,18	185.526,86	65,10	99.473,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.578.928,05	13.578.928,05	1.717.797,64	12,65	6.871.190,56	50,60	6.707.737,49
Demais Receitas Correntes	13.578.928,05	13.578.928,05	1.717.797,64	12,65	6.871.190,56	50,60	6.707.737,49

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	19.672.182,56	19.500.422,41	2.845.367,03	11.676.173,29	7.824.249,12	2.904.947,05	11.554.515,34	7.945.907,07	11.024.141,21
DESPESAS CORRENTES	19.522.182,56	19.350.422,41	2.839.920,57	11.654.387,45	7.696.034,96	2.899.500,59	11.532.729,50	7.817.692,91	11.002.355,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.760.877,37	7.928.817,22	1.103.114,14	4.448.055,66	3.480.761,56	1.103.114,14	4.448.055,65	3.480.761,57	3.939.851,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	950.000,00	600.000,00	7.708,79	29.541,23	570.458,77	7.708,79	29.541,23	570.458,77	29.541,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.811.305,19	10.821.605,19	1.729.097,64	7.176.790,56	3.644.814,63	1.788.677,66	7.055.132,62	3.766.472,57	7.032.962,42
DESPESAS DE CAPITAL	150.000,00	150.000,00	5.446,46	21.785,84	128.214,16	5.446,46	21.785,84	128.214,16	21.785,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	150.000,00	150.000,00	5.446,46	21.785,84	128.214,16	5.446,46	21.785,84	128.214,16	21.785,84
EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA		***SIMONE ZANON***			***DIRCEU LUIZ***				
Prefeita Municipal		Contadora CRC/PR 05.2002/O-8			Secretario Municipal De Finanças				

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:7C932489

GABINETE DA PREFEITA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE ANDIRA
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	23.581.870,00	23.581.870,00	13.437.410,59	56,98
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.932.970,00	5.932.970,00	3.596.058,50	60,61
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.727.500,00	2.727.500,00	1.080.999,91	39,63
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	9.035.400,00	9.035.400,00	5.340.438,17	59,11
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	5.886.000,00	5.886.000,00	3.419.914,01	58,10
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	67.110.000,00	67.110.000,00	42.060.452,63	62,67
Cota-Parte FPM	42.500.000,00	42.500.000,00	27.739.032,85	65,27
Cota-Parte ITR	1.800.000,00	1.800.000,00	96.752,04	5,38
Cota-Parte IPVA	4.500.000,00	4.500.000,00	3.900.274,20	86,67
Cota-Parte ICMS	17.825.000,00	17.825.000,00	10.161.114,65	57,00
Cota-Parte IPI-Exportação	285.000,00	285.000,00	163.278,89	57,29
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**90.691.870,00**	**90.691.870,00**	**55.497.863,22**	**61,19**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	18.596.890,86	19.295.162,99	14.469.274,49	74,99	11.645.297,81	60,35	11.506.287,75	59,63
Despesas Correntes	17.799.190,68	18.046.636,67	13.391.923,24	74,21	10.609.491,17	58,79	10.484.805,11	58,10
Despesas de Capital	797.700,18	1.248.526,32	1.077.351,25	86,29	1.035.806,64	82,96	1.021.482,64	81,82
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.755.040,45	3.916.390,45	3.542.619,65	90,46	2.730.464,74	69,72	2.730.464,74	69,72
Despesas Correntes	3.755.040,45	3.916.390,45	3.542.619,65	90,46	2.730.464,74	69,72	2.730.464,74	69,72
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	541.400,00	554.530,00	271.115,26	48,89	256.560,28	46,27	252.449,41	45,52
Despesas Correntes	538.500,00	551.630,00	271.115,26	49,15	256.560,28	46,51	252.449,41	45,76
Despesas de Capital	2.900,00	2.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	780.000,00	780.000,00	515.147,15	66,04	511.359,43	65,56	494.674,90	63,42
Despesas Correntes	780.000,00	780.000,00	515.147,15	66,04	511.359,43	65,56	494.674,90	63,42
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**23.673.331,31**	**24.546.083,44**	**18.798.156,55**	**76.58**	**15.143.682,26**	**61,69**	**14.983.876,80**	**61,04**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	18.798.156,55	15.143.682,26	14.983.876,80
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	1.048.898,39	1.048.898,39	1.048.898,39
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**17.749.258,16**	**14.094.783,87**	**13.934.978,41**
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		8.324.679,48	
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00	
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI (D OU E) - XVII)[1]	9.424.578,68	5.770.104,39	5.610.298,93
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC N° 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	**31,98**	**25,40**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023					0,00
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022					
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) =(n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidad e Financeira (q) = (XIVd)	Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2026	8.324.679,48	18.798.156,55	10.473.477,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.473.477,07
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.128.528,59	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539.632,50	61.124,11	25.866,37	-25.866,37
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	824.738,98	727,00	125.798,88	-125.798,88
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.702.373,40	0,00	865.052,06	-865.052,06
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII)										

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	299.986,69	299.986,69	299.986,69	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	299.986,69	299.986,69	299.986,69	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	9.276.200,00	12.970.343,00	7.937.698,95	61,20
Proveniente da União	8.328.200,00	10.937.530,00	6.732.334,55	61,55
Proveniente dos Estados	948.000,00	2.032.813,00	1.205.364,40	59,30
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	229.850,00	236.550,00	345.930,72	146,24
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**9.506.050,00**	**13.206.893,00**	**8.283.629,67**	**62,72**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	6.700.200,00	11.870.527,33	7.627.410,47	64,26	5.962.680,76	50,23	5.934.576,04	49,99
Despesas Correntes	6.336.800,00	8.651.270,87	5.038.262,48	58,24	4.246.184,12	49,08	4.218.079,40	48,76
Despesas de Capital	363.400,00	3.219.256,46	2.589.147,99	80,43	1.716.496,64	53,32	1.716.496,64	53,32
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.927.000,00	3.330.302,98	2.176.297,69	65,35	808.431,41	24,28	792.852,38	23,81
Despesas Correntes	1.925.400,00	3.328.702,98	2.175.217,69	65,35	807.351,41	24,25	791.772,38	23,79
Despesas de Capital	1.600,00	1.600,00	1.080,00	67,50	1.080,00	67,50	1.080,00	67,50
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	62.800,00	168.300,00	41.950,47	24,93	38.082,72	22,63	38.082,72	22,63
Despesas Correntes	27.000,00	92.500,00	41.300,47	44,65	38.082,72	41,17	38.082,72	41,17
Despesas de Capital	35.800,00	75.800,00	650,00	0,86	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	821.000,00	878.427,04	406.274,42	46,25	389.061,80	44,29	389.061,80	44,29
Despesas Correntes	745.000,00	752.427,04	390.015,42	51,83	376.002,80	49,97	376.002,80	49,97
Despesas de Capital	76.000,00	126.000,00	16.259,00	12,90	13.059,00	10,36	13.059,00	10,36
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**9.511.000,00**	**16.247.557,35**	**10.251.933,05**	**63,10**	**7.198.256,69**	**44,30**	**7.154.572,94**	**44,03**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	25.297.090,86	31.165.690,32	22.096.684,96	70,90	17.607.978,57	56,50	17.440.863,79	55,96
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	5.682.040,45	7.246.693,43	5.718.917,34	78,92	3.538.896,15	48,83	3.523.317,12	48,62
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	62.800,00	168.300,00	41.950,47	24,93	38.082,72	22,63	38.082,72	22,63
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	541.400,00	554.530,00	271.115,26	48,89	256.560,28	46,27	252.449,41	45,52
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.601.000,00	1.658.427,04	921.421,57	55,56	900.421,23	54,29	883.736,70	53,29
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**33.184.331,31**	**40.793.640,79**	**29.050.089,60**	**71,21**	**22.341.938,95**	**54,77**	**22.138.449,74**	**54,27**
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ, emitido em 25/set/2026 as 08h e 52m.								

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA	***SIMONE ZANON***	***DIRCEU LUIZ***
Prefeita Municipal	Contadora CRC/PR 05.2002/O-8	Secretario Municipal De Finanças

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:0A67155D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS LDO 2027

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS												
ANEXO DE METAS FISCAIS												
METAS ANUAIS												
2027												
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)												R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	46.821.660,00	46.821.660,00	0,005	101,003	50.099.275,00	50.099.275,00	0,005	100,967	53.368.205,00	53.368.205,00	0,005	100,936
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	45.997.030,00	45.997.030,00	0,005	99,224	49.230.715,00	49.230.715,00	0,005	99,217	52.453.760,00	52.453.760,00	0,005	99,207
Receitas Primárias Correntes	45.532.030,00	45.532.030,00	0,005	98,221	48.750.715,00	48.750.715,00	0,005	98,250	51.958.760,00	51.958.760,00	0,005	98,270
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.633.810,00	3.633.810,00	0,000	7,839	3.816.025,00	3.816.025,00	0,000	7,691	4.002.140,00	4.002.140,00	0,000	7,569
Transferências Correntes	41.294.160,00	41.294.160,00	0,005	89,079	44.306.870,00	44.306.870,00	0,005	89,294	47.297.540,00	47.297.540,00	0,005	89,455
Demais Receitas Primárias Correntes	604.060,00	604.060,00	0,000	1,303	627.820,00	627.820,00	0,000	1,265	659.080,00	659.080,00	0,000	1,247

Receitas Primárias de Capital	465.000,00	465.000,00	0,000	1,003	480.000,00	480.000,00	0,000	0,967	495.000,00	495.000,00	0,000	0,936
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	46.821.660,00	46.821.660,00	0,005	101,003	50.099.275,00	50.099.275,00	0,005	100,967	53.368.205,00	53.368.205,00	0,005	100,936
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	45.218.443,40	45.218.443,40	0,005	97,545	48.408.282,25	48.408.282,25	0,005	97,559	51.569.522,95	51.569.522,95	0,005	97,534
Despesas Primárias Correntes	41.062.843,40	41.062.843,40	0,005	88,580	44.053.362,25	44.053.362,25	0,005	88,783	47.310.922,95	47.310.922,95	0,005	89,480
Pessoal e Encargos Sociais	18.823.850,00	18.823.850,00	0,002	40,607	20.461.070,00	20.461.070,00	0,002	41,236	22.453.820,00	22.453.820,00	0,002	42,467
Outras Despesas Correntes	22.238.993,40	22.238.993,40	0,003	47,974	23.592.292,25	23.592.292,25	0,003	47,547	24.857.102,95	24.857.102,95	0,002	47,013
Despesas Primárias de Capital	4.155.600,00	4.155.600,00	0,000	8,964	4.354.920,00	4.354.920,00	0,000	8,777	4.258.600,00	4.258.600,00	0,000	8,054
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	778.586,60	778.586,60	0,000	1,680	822.432,75	822.432,75	0,000	1,657	884.237,05	884.237,05	0,000	1,672
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	778.586,60	778.586,60	0,000	1,680	822.432,75	822.432,75	0,000	1,657	884.237,05	884.237,05	0,000	1,672
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	824.630,00	824.630,00	0,000	1,779	868.560,00	868.560,00	0,000	1,750	914.445,00	914.445,00	0,000	1,730
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	420.000,00	420.000,00	0,000	0,906	440.000,00	440.000,00	0,000	0,887	465.000,00	465.000,00	0,000	0,879
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.799.168,90	1.799.168,90	0,000	3,881	518.184,56	518.184,56	0,000	1,044	401.713,32	401.713,32	0,000	0,760
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(6.200.831,10)	(6.200.831,10)	(0,001)	(13,376)	(7.481.815,44)	(7.481.815,44)	(0,001)	(15,078)	(7.598.286,68)	(7.598.286,68)	(0,001)	(14,371)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	868.192,30	868.192,30	0,000	1,873	1.280.984,34	1.280.984,34	0,000	2,582	116.471,24	116.471,24	0,000	0,220
PARÂMETROS	2027	2028	2029									
PIB Nominal	883.803.000.000,00	937.604.000.000,00	994.681.000.000,00									
Receita Corrente Líquida - RCL	46.356.660,00	49.619.275,00	52.873.205,00									

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Fonte da Informação:

Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

As metas foram elaboradas considerando as projeções das receitas e despesas municipais para o período, tendo como referência o comportamento histórico da arrecadação, a expectativa de crescimento das receitas próprias e das transferências correntes, as perspectivas econômicas para os exercícios projetados e as necessidades de manutenção dos serviços públicos e realização dos investimentos municipais.

O demonstrativo apresenta os valores projetados para cada exercício em valores correntes e constantes, bem como sua representatividade em relação ao Produto Interno Bruto – PIB e à Receita Corrente Líquida – RCL, permitindo a análise da evolução das metas fiscais sob diferentes perspectivas.

Para o exercício de 2027, a Receita Total, exceto fontes do RPPS, está estimada em R$ 46.821.660,00, enquanto as Receitas Primárias estão projetadas em R$ 45.532.030,00. Para os exercícios seguintes, estima-se Receita Total de R$ 50.099.275,00 em 2028 e R$ 53.368.205,00 em 2029, com Receitas Primárias projetadas em R$ 49.230.715,00 e R$ 52.453.760,00, respectivamente.

As Receitas Primárias Correntes são constituídas principalmente pelas receitas provenientes de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, das Transferências Correntes e das demais receitas primárias correntes. Para 2027, foram estimadas receitas de R$ 3.633.810,00 com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, R$ 41.294.160,00 com Transferências Correntes e R$ 604.060,00 com Demais Receitas Primárias Correntes.

Para 2028, as mesmas receitas estão projetadas em R$ 3.816.025,00, R$ 44.306.870,00 e R$ 627.820,00, respectivamente. Para 2029, as projeções correspondem a R$ 4.002.140,00, R$ 47.297.540,00 e R$ 659.080,00.

No âmbito das despesas, a Despesa Total, exceto fontes do RPPS, está estimada em R$ 46.821.660,00 para 2027, R$ 50.099.275,00 para 2028 e R$ 53.368.205,00 para 2029.

As Despesas Primárias foram projetadas em R$ 45.218.443,40 para 2027, R$ 48.408.282,25 para 2028 e R$ 51.569.522,95 para 2029. Deste montante, as Despesas Primárias Correntes correspondem a R$ 41.062.843,40 em 2027, R$ 44.053.362,25 em 2028 e R$ 47.310.922,95 em 2029.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais estão estimadas em R$ 18.823.850,00 para 2027, R$ 20.461.070,00 para 2028 e R$ 22.453.820,00 para 2029. As Outras Despesas Correntes estão projetadas em R$ 22.238.993,40, R$ 23.592.292,25 e R$ 24.857.102,95, respectivamente.

As Despesas Primárias de Capital foram estimadas em R$ 4.155.600,00 para 2027, R$ 4.354.920,00 para 2028 e R$ 4.258.600,00 para 2029, contemplando a programação de investimentos e demais despesas de capital de natureza primária previstas para o período.

A partir das projeções de receitas e despesas primárias, foi estabelecida meta de Resultado Primário positiva de R$ 778.586,60 para 2027, R$ 822.432,75 para 2028 e R$ 884.237,05 para 2029. O resultado demonstra a expectativa de manutenção de equilíbrio entre as receitas e despesas primárias e contribui para a sustentabilidade fiscal do Município. Em relação as dívidas consolidadas, foram considerados os valores previstos dos contratos que estão vigentes no no momento de elaboração da LDO.

As projeções das metas fiscais poderão ser revistas quando da elaboração das respectivas Leis Orçamentárias Anuais e durante a execução dos orçamentos, em função de alterações nas condições econômicas, no comportamento da arrecadação, nas transferências constitucionais e legais, na legislação vigente ou em outros fatores que possam influenciar as receitas e despesas municipais.

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:81C97972

CHEFE DE GABINETE
DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES LDO 2027

Município de BOM SUCESSO DO SUL - PR												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS												
ANEXO DE METAS FISCAIS												
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES												
2027												
AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)												R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	

Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.000.000,00	36.950.000,00	5,57	43.794.465,00	18,52	46.821.660,00	6,91	50.099.275,00	7,00	53.368.205,00	6,52
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	34.346.070,00	36.264.378,00	5,59	38.077.597,00	5,00	45.997.030,00	20,80	49.230.715,00	7,03	52.453.760,00	6,55
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.000.000,00	36.950.000,00	5,57	43.794.465,00	18,52	46.821.660,00	6,91	50.099.275,00	7,00	53.368.205,00	6,52
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	33.810.000,00	35.685.000,00	5,55	43.794.465,00	22,73	45.218.443,40	3,25	48.408.282,25	7,05	51.569.522,95	6,53
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	536.070,00	579.378,00	8,08	(5.716.868,00)	-1086,73	778.586,60	-113,62	822.432,75	5,63	884.237,05	7,51
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V	536.070,00	579.378,00	8,08	(5.716.868,00)	-1086,73	778.586,60	-113,62	822.432,75	5,63	884.237,05	7,51
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	0,00	-	0,00	1.799.168,90	0,00	518.184,56	-71,20	401.713,32	-22,48
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	0,00	-	0,00	(6.200.831,10)	0,00	(7.481.815,44)	20,66	(7.598.286,68)	1,56
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	0,00	-	0,00	868.192,30	0,00	1.280.984,34	47,55	116.471,24	-90,91
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.000.000,00	36.950.000,00	5,57	43.794.465,00	18,52	46.821.660,00	6,91	50.099.275,00	7,00	53.368.205,00	6,52
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	34.346.070,00	36.264.378,00	5,59	38.077.597,00	5,00	45.997.030,00	20,80	49.230.715,00	7,03	52.453.760,00	6,55
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.000.000,00	36.950.000,00	5,57	43.794.465,00	18,52	46.821.660,00	6,91	50.099.275,00	7,00	53.368.205,00	6,52
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	33.810.000,00	35.685.000,00	5,55	43.794.465,00	22,73	45.218.443,40	3,25	48.408.282,25	7,05	51.569.522,95	6,53
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	536.070,00	579.378,00	8,08	(5.716.868,00)	-1086,73	778.586,60	-113,62	822.432,75	5,63	884.237,05	7,51
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V	536.070,00	579.378,00	8,08	(5.716.868,00)	-1086,73	778.586,60	-113,62	822.432,75	5,63	884.237,05	7,51
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	0,00	-	0,00	1.799.168,90	0,00	518.184,56	-71,20	401.713,32	-22,48
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	0,00	-	0,00	(6.200.831,10)	0,00	(7.481.815,44)	20,66	(7.598.286,68)	1,56
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	0,00	-	0,00	868.192,30	0,00	1.280.984,34	47,55	116.471,24	-90,91
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.											
Fonte da Informação:											

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:37188DD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO12- RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE BRAGANEY				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.347.725,69	2.747.725,69	2.298.518,67	83,65
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	547.473,98	547.473,98	403.936,30	73,78
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	422.072,37	422.072,37	765.094,24	181,27
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	552.231,07	952.231,07	408.616,98	42,91
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	825.948,27	825.948,27	720.871,15	87,28
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	33.764.745,46	33.764.745,46	21.617.311,54	64,02
Cota-Parte FPM	22.000.000,00	22.000.000,00	13.866.126,13	63,03

Cota-Parte ITR	149.634,71	149.634,71	17.111,73	11,44
Cota-Parte IPVA	517.392,68	517.392,68	669.179,41	129,34
Cota-Parte ICMS	11.000.000,00	11.000.000,00	6.954.451,05	63,22
Cota-Parte IPI-Exportação	97.718,07	97.718,07	110.443,22	113,02
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**36.112.471,15**	**36.512.471,15**	**23.915.830,21**	**65,50**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.696.070,67	3.310.245,75	2.673.143,08	80,75	2.625.757,10	79,32	2.574.382,42	77,77	47.385,98
Despesas Correntes	2.586.070,67	3.171.349,75	2.639.997,08	83,25	2.592.611,10	81,75	2.554.228,62	80,54	47.385,98
Despesas de Capital	110.000,00	138.896,00	33.146,00	23,86	33.146,00	23,86	20.153,80	14,51	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.809.000,00	1.660.565,08	1.318.159,44	79,38	1.240.786,19	74,72	1.240.786,19	74,72	77.373,25
Despesas Correntes	1.805.000,00	1.656.500,00	1.316.094,36	79,45	1.239.409,56	74,82	1.239.409,56	74,82	76.684,80
Despesas de Capital	4.000,00	4.065,08	2.065,08	50,80	1.376,63	33,86	1.376,63	33,86	688,45
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	600.000,00	600.000,00	393.916,44	65,65	341.185,43	56,86	328.371,98	54,73	52.731,01
Despesas Correntes	600.000,00	600.000,00	393.916,44	65,65	341.185,43	56,86	328.371,98	54,73	52.731,01
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	147.060,14	148.097,51	35.217,68	23,78	30.375,87	20,51	29.377,21	19,84	4.841,81
Despesas Correntes	142.060,14	143.097,51	35.217,68	24,61	30.375,87	21,23	29.377,21	20,53	4.841,81
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	153.840,00	160.327,91	127.187,91	79,33	126.010,47	78,60	123.711,72	77,16	1.177,44
Despesas Correntes	148.840,00	155.327,91	127.187,91	81,88	126.010,47	81,13	123.711,72	79,65	1.177,44
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	30.000,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	30.000,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**5.435.970,81**	**5.890.986,25**	**4.547.624,55**	**77,20**	**4.364.115,06**	**74,08**	**4.296.629,52**	**72,94**	**183.509,49**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.547.624,55	4.364.115,06	4.296.629,52
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	48.313,94	48.313,94	48.313,94
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**4.499.310,61**	**4.315.801,12**	**4.248.315,58**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		3.587.374,53	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	911.936,08	728.426,59	660.941,05
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**18,81**	**18,05**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))	
Empenhos de 2026	3.587.374,53	4.499.310,61	911.936,08	0,00	48.313,94	0,00	0,00	0,00	0,00	960.250,02	
Empenhos de 2025	5.064.098,45	6.532.522,88	1.468.424,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.468.424,43	
Empenhos de 2024	4.776.376,18	6.430.548,89	1.654.172,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.654.172,71	
Empenhos de 2023	4.226.636,55	6.448.017,89	2.221.381,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.221.381,34	
Empenhos de 2022 e anteriores	3.310.833,48	5.006.231,89	1.695.398,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.695.398,41	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	61.194,38	61.194,38	61.194,38	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**61.194,38**	**61.194,38**	**61.194,38**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.372.236,00	1.653.960,14	2.802.117,07	169,42
Proveniente da União	1.322.236,00	1.322.236,00	2.443.543,21	184,80
Proveniente dos Estados	50.000,00	331.724,14	358.573,86	108,09
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	245.985,77	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**1.372.236,00**	**1.653.960,14**	**3.048.102,84**	**184,29**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	

ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.175.236,00	2.591.518,54	2.219.793,07	85,66	2.067.330,70	79,77	1.906.303,36	73,56	152.462,37
Despesas Correntes	1.175.236,00	2.382.860,56	2.011.165,09	84,40	1.870.057,62	78,48	1.731.352,48	72,66	141.107,47
Despesas de Capital	0,00	208.657,98	208.627,98	99,99	197.273,08	94,54	174.950,88	83,85	11.354,90
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	105.000,00	276.302,42	220.821,15	79,92	210.512,15	76,19	204.043,08	73,85	10.309,00
Despesas Correntes	105.000,00	276.302,42	220.821,15	79,92	210.512,15	76,19	204.043,08	73,85	10.309,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	262.728,49	308.190,11	119.610,73	38,81	93.975,60	30,49	78.195,35	25,37	25.635,13
Despesas Correntes	240.728,49	247.890,11	81.324,96	32,81	79.725,82	32,16	68.796,44	27,75	1.599,14
Despesas de Capital	22.000,00	60.300,00	38.285,77	63,49	14.249,78	23,63	9.398,91	15,59	24.035,99
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	10.000,00	35.099,73	14.948,97	42,59	12.844,41	36,59	12.281,01	34,99	2.104,56
Despesas Correntes	10.000,00	35.099,73	14.948,97	42,59	12.844,41	36,59	12.281,01	34,99	2.104,56
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	100.000,00	84.974,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	84.974,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**1.652.964,49**	**3.296.085,20**	**2.575.173,92**	**78,13**	**2.384.662,86**	**72,35**	**2.200.822,80**	**66,77**	**190.511,06**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.871.306,67	5.901.764,29	4.892.936,15	82,91	4.693.087,80	79,52	4.480.685,78	75,92	199.848,35
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.914.000,00	1.936.867,50	1.538.980,59	79,46	1.451.298,34	74,93	1.444.829,27	74,60	87.682,25
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	600.000,00	600.000,00	393.916,44	65,65	341.185,43	56,86	328.371,98	54,73	52.731,01
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	409.788,63	456.287,62	154.828,41	33,93	124.351,47	27,25	107.572,56	23,58	30.476,94
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	163.840,00	195.427,64	142.136,88	72,73	138.854,88	71,05	135.992,73	69,59	3.282,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	130.000,00	96.724,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**7.088.935,30**	**9.187.071,45**	**7.122.798,47**	**77,53**	**6.748.777,92**	**73,46**	**6.497.452,32**	**70,72**	**374.020,55**
Notas Explicativas									

FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***	***LILIAN RIGAMONTI***
Controle Interno	Prefeito	Contador(a)

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:1BF5A225

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO13- DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE BRAGANEY
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25			R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**REGISTROS EFETUADOS EM 2026**	
		No bimestre	**Até o Bimestre**
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											
FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***							***LILIAN RIGAMONTI***			
Controle Interno	Prefeito							Contador(a)			

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:E14B649C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO1- BALANÇO ORÇAMENTARIO

MUNICIPIO DE BRAGANEY							
PODER EXECUTIVO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.700.000,00	51.054.712,55	9.414.652,66	18,44	35.167.999,93	68,88	15.886.712,62
RECEITAS CORRENTES	40.698.000,00	42.307.682,89	8.522.726,30	20,14	31.561.865,21	74,60	10.745.817,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.031.584,44	3.431.584,44	1.151.780,05	33,56	2.825.525,67	82,34	606.058,77
Impostos	2.347.725,69	2.747.725,69	1.057.458,33	38,48	2.298.518,67	83,65	449.207,02
Taxas	683.858,75	683.858,75	94.321,72	13,79	527.007,00	77,06	156.851,75
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	458.532,26	458.532,26	94.351,01	20,58	373.691,38	81,50	84.840,88
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	458.532,26	458.532,26	94.351,01	20,58	373.691,38	81,50	84.840,88
RECEITA PATRIMONIAL	1.083.740,50	1.103.661,19	305.159,82	27,65	1.155.666,80	104,71	-52.005,61
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.083.740,50	1.103.661,19	305.159,82	27,65	1.155.666,80	104,71	-52.005,61
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	6.172,23	6.172,23	550,96	8,93	6.650,96	107,76	-478,73
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.172,23	6.172,23	550,96	8,93	6.650,96	107,76	-478,73
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.113.258,16	37.303.020,36	6.967.421,93	18,68	27.100.001,14	72,65	10.203.019,22
Transferências da União e de suas Entidades	21.810.244,43	22.161.461,98	3.921.789,90	17,70	15.785.907,68	71,23	6.375.554,30
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.858.434,02	10.696.978,67	2.121.125,05	19,83	7.376.105,47	68,96	3.320.873,20
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	95.728,49	95.728,49	0,00	0,00	0,00	0,00	95.728,49
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.348.851,22	4.348.851,22	923.158,14	21,23	3.936.639,15	90,52	412.212,07
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	1.348,84	0,00	1.348,84	0,00	-1.348,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.712,41	4.712,41	3.462,53	73,48	100.329,26	2.129,04	-95.616,85
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	4.712,41	4.712,41	0,00	0,00	76.640,55	1.626,36	-71.928,14
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	3.462,53	0,00	23.688,71	0,00	-23.688,71
RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	8.747.029,66	891.926,36	10,20	3.606.134,72	41,23	5.140.894,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	22.200,00	150.028,86	675,81	335.561,22	1.511,54	-313.361,22
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	22.200,00	150.028,86	675,81	335.561,22	1.511,54	-313.361,22
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Alienação de Bens Móveis	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	8.722.829,66	741.897,50	8,51	3.270.573,50	37,49	5.452.256,16
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	97.516,00	0,00	-97.516,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	8.722.829,66	741.897,50	8,51	3.173.057,50	36,38	5.549.772,16
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	40.700.000,00	51.054.712,55	9.414.652,66	18,44	35.167.999,93	68,88	15.886.712,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	40.700.000,00	51.054.712,55	9.414.652,66	18,44	35.167.999,93	68,88	15.886.712,62
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	40.700.000,00	51.054.712,55	9.414.652,66	18,44	35.167.999,93	68,88	15.886.712,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.548.651,71	0,00	0,00	6.548.651,71	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	6.548.651,71	0,00	0,00	6.548.651,71	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	38.900.000,00	55.803.364,26	14.564.659,05	41.461.688,97	14.341.675,29	9.126.818,47	30.592.487,27	25.210.876,99	29.066.800,19	10.869.201,70
DESPESAS CORRENTES	35.612.500,00	41.445.880,09	7.411.539,74	29.460.305,84	11.985.574,25	8.481.485,95	27.414.500,47	14.031.379,62	26.159.170,49	2.045.805,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.500.621,69	16.789.694,23	3.364.194,91	12.693.179,12	4.096.515,11	3.226.708,15	12.476.069,09	4.313.625,14	12.252.780,41	217.110,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	900.000,00	900.000,00	159.117,08	636.089,04	263.910,96	159.117,08	636.089,04	263.910,96	636.089,04	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.211.878,31	23.756.185,86	3.888.227,75	16.131.037,68	7.625.148,18	5.095.660,72	14.302.342,34	9.453.843,52	13.270.301,04	1.828.695,34
DESPESAS DE CAPITAL	3.084.000,00	14.153.984,17	7.153.119,31	12.001.383,13	2.152.601,04	645.332,52	3.177.986,80	10.975.997,37	2.907.629,70	8.823.396,33
INVESTIMENTOS	2.032.000,00	13.122.984,17	7.059.369,31	11.539.087,91	1.583.896,26	551.582,52	2.715.691,58	10.407.292,59	2.445.334,48	8.823.396,33
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.052.000,00	1.031.000,00	93.750,00	462.295,22	568.704,78	93.750,00	462.295,22	568.704,78	462.295,22	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	203.500,00	203.500,00	0,00	0,00	203.500,00	0,00	0,00	203.500,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.900.000,00	55.803.364,26	14.564.659,05	41.461.688,97	14.341.675,29	9.126.818,47	30.592.487,27	25.210.876,99	29.066.800,19	10.869.201,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	38.900.000,00	55.803.364,26	14.564.659,05	41.461.688,97	14.341.675,29	9.126.818,47	30.592.487,27	25.210.876,99	29.066.800,19	10.869.201,70
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.575.512,66	0,00	6.101.199,74	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	38.900.000,00	55.803.364,26	14.564.659,05	41.461.688,97	14.341.675,29	9.126.818,47	35.167.999,93	0,00	35.167.999,93	10.869.201,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***
Controle Interno	Prefeito
LILIAN RIGAMONTI	
Contador(A)	

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:481D8CE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO1- DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL EO PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE BRAGANEY														
PODER EXECUTIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS**													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)**
	Setembro 2025	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**Janeiro 2026**	**Fevereiro 2026**	**Março 2026**	**Abril 2026**	**Maio 2026**	**Junho 2026**	**Julho 2026**	**Agosto 2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.353.091,89	1.399.515,09	1.410.735,59	2.562.649,05	1.579.420,49	1.555.165,35	1.528.188,92	1.497.322,82	1.548.291,83	1.580.171,53	1.678.814,21	1.656.906,44	19.350.273,21	0,00
Pessoal Ativo	1.336.242,29	1.382.665,49	1.393.885,99	2.528.949,85	1.561.643,89	1.537.388,75	1.510.412,32	1.479.546,22	1.530.515,23	1.523.194,93	1.608.860,11	1.582.294,84	18.975.599,91	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.185.500,54	1.229.995,25	1.241.255,73	2.245.946,70	1.346.024,09	1.335.187,86	1.309.083,79	1.261.569,97	1.308.770,05	1.297.427,31	1.379.109,54	1.356.017,09	16.495.887,92	0,00
Obrigações Patronais	150.741,75	152.670,24	152.630,26	283.003,15	215.619,80	202.200,89	201.328,53	217.976,25	221.745,18	225.767,62	229.750,57	226.277,75	2.479.711,99	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.849,60	16.849,60	16.849,60	33.699,20	17.776,60	17.776,60	17.776,60	17.776,60	17.776,60	17.776,60	17.776,60	17.776,60	226.460,80	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.306,93	10.306,93	10.306,93	20.613,86	10.821,93	10.821,93	10.821,93	10.821,93	10.821,93	10.821,93	10.821,93	10.821,93	138.110,09	0,00
Pensões	6.542,67	6.542,67	6.542,67	13.085,34	6.954,67	6.954,67	6.954,67	6.954,67	6.954,67	6.954,67	6.954,67	6.954,67	88.350,71	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.200,00	52.177,50	56.835,00	148.212,50	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	26.779,37	27.008,78	31.977,63	35.110,87	49.825,93	127.844,79	63.131,28	26.631,22	25.386,50	25.126,79	69.885,16	84.516,61	593.224,93	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	7.805,30	7.405,74	7.158,88	0,00	28.131,60	85.547,65	38.207,85	0,00	0,00	0,00	4.063,04	0,00	178.320,06	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	105,37	105,37	105,37	105,37	120,96	29.644,37	116,86	121,59	119,50	104,30	40.719,63	40.719,82	112.088,51	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	18.868,70	19.497,67	20.274,36	30.566,48	21.572,67	12.652,07	24.805,87	26.508,93	25.266,30	25.021,79	25.101,79	43.796,09	293.932,72	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	4.439,02	4.439,02	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	8.883,64	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.326.312,52	1.372.506,31	1.378.757,96	2.527.538,18	1.529.594,56	1.427.320,56	1.465.057,64	1.470.691,60	1.522.905,33	1.555.044,74	1.608.929,05	1.572.389,83	18.757.048,28	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**46.277.277,55**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**1.477.750,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	**278.910,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**44.520.617,55**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**18.757.048,28**	**42,13**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**24.041.133,48**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**22.839.076,81**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**21.637.020,13**	**48,60**
Notas Explicativas		

FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***	***LILIAN RIGAMONTI***
Controle Interno	Prefeito	Contador(a)
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: CAMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY; MUNICIPIO DE BRAGANEY	24/09/2026 - 15:20:43	

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:A76AA3DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO2- DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO

MUNICÍPIO DE BRAGANEY
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.700.000,00	57.603.364,26	14.809.596,77	42.361.762,46	100,00	15.241.601,80	9.371.756,19	31.492.560,76	100,00	26.110.803,50	10.869.201,70
LEGISLATIVA	1.800.000,00	1.800.000,00	244.937,72	900.073,49	2,12	899.926,51	244.937,72	900.073,49	2,86	899.926,51	0,00
Ação Legislativa	1.800.000,00	1.800.000,00	244.937,72	900.073,49	2,12	899.926,51	244.937,72	900.073,49	2,86	899.926,51	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	8.189.882,66	9.691.934,64	1.759.839,65	7.154.647,15	16,89	2.537.287,49	1.734.152,13	6.123.566,13	19,44	3.568.368,51	1.031.081,02
Planejamento e Orçamento	0,00	821.442,03	0,00	821.442,03	1,94	0,00	0,00	821.442,03	2,61	0,00	0,00
Administração Geral	4.313.322,66	4.462.185,69	620.672,60	3.200.842,70	7,56	1.261.342,99	698.906,37	2.729.571,05	8,67	1.732.614,64	471.271,65
Administração Financeira	2.599.000,00	2.952.332,11	1.006.701,80	2.073.451,58	4,89	878.880,53	765.051,77	1.607.897,23	5,11	1.344.434,88	465.554,35
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	1.277.560,00	1.455.974,81	132.465,25	1.058.910,84	2,50	397.063,97	270.193,99	964.655,82	3,06	491.318,99	94.255,02
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.543.153,53	2.902.762,95	270.533,77	1.205.501,97	2,85	1.697.260,98	255.820,94	1.049.683,13	3,33	1.853.079,82	155.818,84
Assistência ao Idoso	107.000,00	144.688,21	14.571,06	85.232,25	0,20	59.455,96	14.841,06	82.724,27	0,26	61.963,94	2.507,98
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	608.560,00	671.270,00	67.692,51	309.231,05	0,73	362.038,95	59.363,35	232.646,19	0,74	438.623,81	76.584,86
Assistência Comunitária	1.325.593,53	1.559.364,74	131.790,67	545.371,58	1,29	1.013.993,16	115.278,36	482.130,37	1,53	1.077.234,37	63.241,21
Administração Geral	502.000,00	527.440,00	56.479,53	265.667,09	0,63	261.772,91	66.338,17	252.182,30	0,80	275.257,70	13.484,79
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	7.088.935,30	9.187.071,45	1.835.181,88	7.234.350,32	17,08	1.952.721,13	1.931.576,51	6.858.399,77	21,78	2.328.671,68	375.950,55
Atenção Básica	3.871.306,67	5.901.764,29	1.314.645,15	4.949.527,65	11,68	952.236,64	1.386.513,65	4.749.679,30	15,08	1.152.084,99	199.848,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.914.000,00	1.936.867,50	386.277,75	1.538.980,59	3,63	397.886,91	411.108,56	1.451.298,34	4,61	485.569,16	87.682,25
Suporte Profilático e Terapêutico	600.000,00	600.000,00	37.724,92	396.146,44	0,94	203.853,56	56.881,65	341.485,43	1,08	258.514,57	54.661,01
Vigilância Sanitária	409.788,63	456.287,62	61.907,40	154.828,41	0,37	301.459,21	43.986,88	124.351,47	0,39	331.936,15	30.476,94
Vigilância Epidemiológica	163.840,00	195.427,64	34.626,66	148.262,63	0,35	47.165,01	33.085,77	144.980,63	0,46	50.447,01	3.282,00
Alimentação e Nutrição	130.000,00	96.724,40	0,00	46.604,60	0,11	50.119,80	0,00	46.604,60	0,15	50.119,80	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	9.205.526,29	10.910.537,32	1.989.269,06	8.178.586,48	19,31	2.731.950,84	2.159.795,89	7.898.849,47	25,08	3.011.687,85	279.737,01
Ensino Fundamental	3.612.876,63	4.520.216,55	786.504,29	3.748.699,43	8,85	771.517,12	860.025,26	3.632.695,31	11,54	887.521,24	116.004,12
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	616.280,00	616.280,00	23.603,32	188.682,95	0,45	427.597,05	44.132,46	168.691,81	0,54	447.588,19	19.991,14
Educação Infantil	3.683.484,54	4.315.174,26	947.449,04	3.304.212,47	7,80	1.010.961,79	971.021,27	3.207.396,07	10,18	1.107.778,19	96.816,40
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	634.885,12	728.250,15	71.269,44	313.729,40	0,74	414.520,75	91.649,44	312.589,40	0,99	415.660,75	1.140,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	658.000,00	730.616,36	160.442,97	623.262,23	1,47	107.354,13	192.967,46	577.476,88	1,83	153.139,48	45.785,35
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	1.196.280,00	1.794.629,19	81.606,55	1.714.725,52	4,05	79.903,67	925.668,43	1.658.751,13	5,27	135.878,06	55.974,39
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	1.196.280,00	1.794.629,19	81.606,55	1.714.725,52	4,05	79.903,67	925.668,43	1.658.751,13	5,27	135.878,06	55.974,39
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
URBANISMO	3.270.724,29	5.976.906,67	1.483.721,21	3.918.385,82	9,25	2.058.520,85	829.981,54	1.828.662,35	5,81	4.148.244,32	2.089.723,47
Infra-Estrutura Urbana	1.695.332,26	4.385.901,86	1.349.914,56	3.316.143,26	7,83	1.069.758,60	671.889,16	1.254.082,49	3,98	3.131.819,37	2.062.060,77
Serviços Urbanos	1.224.392,03	1.240.004,81	78.733,20	440.001,96	1,04	800.002,85	101.707,72	415.344,36	1,32	824.660,45	24.657,60
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	351.000,00	351.000,00	55.073,45	162.240,60	0,38	188.759,40	56.384,66	159.235,50	0,51	191.764,50	3.005,10
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	485.000,00	485.000,00	13.242,05	300.126,35	0,71	184.873,65	46.471,26	274.908,48	0,87	210.091,52	25.217,87
Preservação e Conservação Ambiental	485.000,00	485.000,00	13.242,05	300.126,35	0,71	184.873,65	46.471,26	274.908,48	0,87	210.091,52	25.217,87
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	843.680,00	2.045.434,49	199.245,59	1.431.114,17	3,38	614.320,32	225.014,11	1.388.369,86	4,41	657.064,63	42.744,31
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	843.680,00	2.045.434,49	199.245,59	1.431.114,17	3,38	614.320,32	225.014,11	1.388.369,86	4,41	657.064,63	42.744,31
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	293.280,00	246.830,00	35.161,25	138.274,20	0,33	108.555,80	35.502,49	137.520,32	0,44	109.309,68	753,88
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	293.280,00	246.830,00	35.161,25	138.274,20	0,33	108.555,80	35.502,49	137.520,32	0,44	109.309,68	753,88

Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	3.053.037,93	10.111.088,23	6.532.569,02	8.684.191,83	20,50	1.426.896,40	643.641,35	1.925.922,71	6,12	8.185.165,52	6.758.269,12
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	3.053.037,93	10.111.088,23	6.532.569,02	8.684.191,83	20,50	1.426.896,40	643.641,35	1.925.922,71	6,12	8.185.165,52	6.758.269,12
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	427.000,00	447.669,32	111.421,94	403.400,90	0,95	44.268,42	86.326,74	349.469,66	1,11	98.199,66	53.931,24
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	427.000,00	447.669,32	111.421,94	403.400,90	0,95	44.268,42	86.326,74	349.469,66	1,11	98.199,66	53.931,24
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.800.000,00	1.800.000,00	252.867,08	1.098.384,26	2,59	701.615,74	252.867,08	1.098.384,26	3,49	701.615,74	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	1.800.000,00	1.800.000,00	252.867,08	1.098.384,26	2,59	701.615,74	252.867,08	1.098.384,26	3,49	701.615,74	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	203.500,00	203.500,00	0,00	0,00	0,00	203.500,00	0,00	0,00	0,00	203.500,00	0,00
Reserva de Contingência	203.500,00	203.500,00	0,00	0,00	0,00	203.500,00	0,00	0,00	0,00	203.500,00	0,00
Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor – RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
TOTAL (III) = (I + II)	40.700.000,00	57.603.364,26	14.809.596,77	42.361.762,46	100,00	15.241.601,80	9.371.756,19	31.492.560,76	100,00	26.110.803,50	10.869.201,70

Notas Explicativas

FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***
Controle Interno	Prefeito
LILIAN RIGAMONTI	
Contador(A)	

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:383E3C2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO3- DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE BRAGANEY
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) **R$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026	Abril 2026	Maio 2026	Junho 2026	Julho 2026	Agosto 2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	**3.864.916,35**	**3.784.297,69**	**3.546.159,34**	**5.530.378,20**	**4.193.147,63**	**4.151.618,21**	**3.797.243,75**	**4.289.726,75**	**4.150.100,63**	**5.824.914,68**	**4.979.656,53**	**4.498.918,96**	**52.611.078,72**	**49.060.631,97**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	133.457,94	367.769,40	141.925,85	354.200,07	175.342,31	196.029,52	268.558,00	340.161,14	310.365,18	383.289,47	319.540,98	832.239,07	3.822.878,93	3.431.584,44
IPTU	34.511,16	38.860,33	23.167,80	10.398,65	8.377,44	6.343,61	33.778,72	26.605,09	17.035,61	8.889,09	57.210,52	245.696,22	510.874,24	547.473,98
ISS	37.549,82	38.317,50	42.219,93	26.666,50	20.795,51	25.543,34	50.264,74	25.619,54	50.520,15	33.294,82	40.087,16	162.491,72	553.370,73	952.231,07
ITBI	4.602,17	71.393,55	7.884,80	14.802,49	118.527,92	20.349,61	11.536,65	74.803,07	33.743,49	208.254,51	9.723,21	288.155,78	863.777,25	422.072,37
IRRF	14.217,26	193.427,22	35.651,94	274.986,62	7.854,29	93.471,85	80.040,24	63.905,53	143.828,61	77.676,91	169.245,63	84.848,09	1.239.154,19	825.948,27
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	42.577,53	25.770,80	33.001,38	27.345,81	19.787,15	50.321,11	92.937,65	149.227,91	65.237,32	55.174,14	43.274,46	51.047,26	655.702,52	683.858,75
Receita de Contribuições	54.721,11	42.009,32	40.685,25	38.127,38	42.954,53	45.281,08	45.601,70	50.214,11	51.802,09	43.486,86	43.682,56	50.668,45	549.234,44	458.532,26
Receita Patrimonial	135.161,95	138.900,46	120.173,72	204.804,13	144.498,84	133.080,70	156.243,67	135.710,62	135.769,72	145.203,43	161.279,61	143.880,21	1.754.707,06	1.103.661,19
Rendimentos de Aplicação Financeira	135.161,95	138.900,46	120.173,72	204.804,13	144.498,84	133.080,70	156.243,67	135.710,62	135.769,72	145.203,43	161.279,61	143.880,21	1.754.707,06	1.103.661,19
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	19,42	56,92	0,00	0,00	1.900,00	4.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550,96	6.727,30	6.172,23
Transferências Correntes	3.540.282,92	3.231.800,05	3.240.381,98	4.930.617,88	3.822.444,09	3.750.895,69	3.264.568,61	3.760.690,24	3.650.399,36	5.251.193,96	4.453.412,42	3.469.858,70	46.366.545,90	44.055.969,44
Cota-Parte do FPM	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.345.709,87	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.709.414,20	22.447.074,05	23.649.979,21
Cota-Parte do ICMS	932.888,84	845.201,85	787.571,43	998.861,82	894.327,34	715.526,19	993.443,70	918.666,74	745.701,44	964.921,22	873.976,99	847.887,43	10.518.974,99	11.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	27.201,73	29.068,18	13.146,51	26.348,62	315.028,70	84.411,37	108.063,67	62.645,46	41.018,80	21.314,53	10.958,13	25.738,75	764.944,45	517.392,68
Cota-Parte do ITR	40.719,04	107.203,56	7.747,77	7.401,90	5.788,74	1.930,55	4.155,72	319,26	587,98	445,73	1.077,82	2.805,93	180.184,00	149.634,71
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	13.124,28	12.586,28	12.439,79	15.068,36	11.845,43	12.430,56	12.305,04	10.824,54	13.007,92	17.371,41	15.725,32	16.933,00	163.661,93	97.718,07
Transferências do FUNDEB	364.573,74	501.747,24	433.076,86	524.061,16	620.289,73	457.490,72	446.461,35	511.889,03	607.988,92	558.681,58	533.206,40	531.431,14	6.090.897,87	4.493.438,67
Outras Transferências Correntes	260.328,05	460.759,07	252.923,54	567.333,60	203.228,79	251.252,75	354.429,26	667.910,80	319.584,36	1.662.919,62	864.490,52	335.648,25	6.200.808,61	4.147.806,10
Outras Receitas Correntes	1.292,43	3.799,04	2.935,62	2.628,74	7.907,86	24.431,22	58.071,77	2.950,64	1.764,28	1.740,96	1.740,96	1.721,57	110.985,09	4.712,41
DEDUÇÕES (II)	**444.738,47**	**453.859,39**	**510.876,88**	**600.859,19**	**599.785,72**	**608.431,00**	**492.736,27**	**516.178,67**	**544.565,82**	**605.919,18**	**435.294,10**	**520.556,48**	**6.333.801,17**	**6.752.949,08**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,68	0,71	0,60	0,69	0,68	0,58	0,71	0,64	0,64	0,67	0,73	0,66	7,99	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	444.737,79	453.858,68	510.876,28	600.858,50	599.785,04	608.430,42	492.735,56	516.178,03	544.565,18	605.918,51	435.293,37	520.555,82	6.333.793,18	6.752.949,08
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**3.420.177,88**	**3.330.438,30**	**3.035.282,46**	**4.929.519,01**	**3.593.361,91**	**3.543.187,21**	**3.304.507,48**	**3.773.548,08**	**3.605.534,81**	**5.218.995,50**	**4.544.362,43**	**3.978.362,48**	**46.277.277,55**	**42.307.682,89**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	159.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.318.750,00	0,00	0,00	1.477.750,00	238.156,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.420.177,88	3.171.438,30	3.035.282,46	4.929.519,01	3.593.361,91	3.543.187,21	3.304.507,48	3.773.548,08	3.605.534,81	3.900.245,50	4.544.362,43	3.978.362,48	44.799.527,55	42.069.526,89
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	18.216,00	18.216,00	18.216,00	39.468,00	22.694,00	22.694,00	22.694,00	22.694,00	22.694,00	19.452,00	16.210,00	35.662,00	278.910,00	280.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI - VII-VIII)	3.401.961,88	3.153.222,30	3.017.066,46	4.890.051,01	3.570.667,91	3.520.493,21	3.281.813,48	3.750.854,08	3.582.840,81	3.880.793,50	4.528.152,43	3.942.700,48	44.520.617,55	41.789.526,89

Notas Explicativas

FLAVIA WRONSKI	***VALDIR ZIELINSKI***	***LILIAN RIGAMONTI***
Controle Interno	Prefeito	Contador(a)

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:69440CCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO7- DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR ÓRGAO

MUNICÍPIO DE BRAGANEY

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e + k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c + d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**307.762,15**	**307.762,15**	**0,00**	**0,00**	**496.751,93**	**3.518.677,00**	**2.431.881,55**	**2.431.881,55**	**64.274,00**	**1.519.273,38**	**1.519.273,38**
PODER EXECUTIVO	**0,00**	**307.762,15**	**307.762,15**	**0,00**	**0,00**	**496.751,93**	**3.518.677,00**	**2.431.881,55**	**2.431.881,55**	**64.274,00**	**1.519.273,38**	**1.519.273,38**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Câmara Municipal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Tribunal de Contas do Município	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**307.762,15**	**307.762,15**	**0,00**	**0,00**	**496.751,93**	**3.518.677,00**	**2.431.881,55**	**2.431.881,55**	**64.274,00**	**1.519.273,38**	**1.519.273,38**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null											24/09/2026 - 14:55:36	
Notas Explicativas												
FLAVIA WRONSKI			***VALDIR ZIELINSKI***							***LILIAN RIGAMONTI***		
Controle Interno			Prefeito							Contador(a)		

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:01F9059D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE		
RELATÓRIO **RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Julho a Agosto de 2026		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts.		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00

Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-											
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	53.170.127,54	71.180.719,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:											
Município de Campo do Tenente											

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:59438126

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	4.794.000,00	4.809.000,00	2.538.333,77	52,78
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.201.800,00	1.216.800,00	444.770,63	36,55
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	740.900,00	740.900,00	113.726,32	15,35
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.160.400,00	2.160.400,00	1.261.590,33	58,40
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	690.900,00	690.900,00	718.246,49	103,96
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	42.620.000,00	43.638.000,00	21.247.030,35	48,69
Cota-Parte FPM	21.600.000,00	22.387.000,00	13.869.137,93	61,95
Cota-Parte ITR	700.000,00	700.000,00	4.659,19	0,67
Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	877.089,27	23,08
Cota-Parte ICMS	16.000.000,00	16.231.000,00	6.395.846,78	39,41
Cota-Parte IPI-Exportação	520.000,00	520.000,00	100.297,18	19,29
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	47.414.000,00	48.447.000,00	23.785.364,12	49,10

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	9.652.000,0	9.647.000,0	5.059.809,73	52,45	4.913.631,00	50,93	4.750.239,52	49,24
Despesas Correntes	9.652.000,0	9.548.000,0	4.964.963,90	52,00	4.845.684,30	50,75	4.682.292,82	49,04
Despesas de Capital	0,00	99.000,00	94.845,83	95,80	67.946,70	68,63	67.946,70	68,63
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	245.000,00	245.000,00	77.550,58	31,65	48.739,99	19,89	5.260,61	2,15
Despesas Correntes	245.000,00	245.000,00	77.550,58	31,65	48.739,99	19,89	5.260,61	2,15

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	30.000,00	30.000,00	143.003,92	476,68	143.003,92	476,68	143.003,92	476,68
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	143.003,92	476,68	143.003,92	476,68	143.003,92	476,68
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	5.000,00	15.000,00	1.000,00	6,67	1.000,00	6,67	1.000,00	6,67
Despesas Correntes	5.000,00	15.000,00	1.000,00	6,67	1.000,00	6,67	1.000,00	6,67
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	9.932.000,0	9.937.000,0	5.281.364,23	53,15	5.106.374,91	51,39	4.899.504,05	49,31

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.281.364,23	5.106.374,91	4.899.504,05
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	142.382,61	142.382,61	142.382,61
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	5.138.981,62	4.963.992,30	4.757.121,44
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.567.804,62
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.571.177,00	1.396.187,68	1.189.316,82
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	21,61	20,87	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2026	3.567.804,6	5.138.981,6	1.571.177,0	0,00	142.382,61	0,00	0,00	0,00	80.128,57	1.713.559,6
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	80.128,57	80.128,57	80.128,57	-80.128,57
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS

			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.692.000,00	2.817.000,00	3.326.015,09	118,07
Proveniente da União	2.692.000,00	2.817.000,00	3.326.015,09	118,07
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	27.000,00	27.000,00	156.324,75	578,98
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.719.000,00	2.844.000,00	3.482.339,84	122,45

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.292.000,0	5.799.577,6	3.413.108,82	58,85	2.955.562,25	50,96	2.695.548,03	46,48
Despesas Correntes	2.163.000,0	5.670.577,6	3.339.087,75	58,88	2.948.142,25	51,99	2.688.128,03	47,40
Despesas de Capital	129.000,00	129.000,00	74.021,07	57,38	7.420,00	5,75	7.420,00	5,75
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	115.000,00	275.000,00	177.535,61	64,56	177.535,61	64,56	148.198,37	53,89
Despesas Correntes	95.000,00	255.000,00	177.535,61	69,62	177.535,61	69,62	148.198,37	58,12
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	45.000,00	85.000,00	38.958,54	45,83	31.278,54	36,80	31.278,54	36,80
Despesas Correntes	35.000,00	75.000,00	38.958,54	51,94	31.278,54	41,70	31.278,54	41,70
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.672.000,0	6.379.577,6	3.629.602,97	56,89	3.164.376,40	49,60	2.875.024,94	45,07

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	11.944.000,	15.446.577,	8.472.918,55	54,85	7.869.193,25	50,94	7.445.787,55	48,20
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	360.000,00	520.000,00	255.086,19	49,06	226.275,60	43,51	153.458,98	29,51
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	150.000,00	150.000,00	143.003,92	95,34	143.003,92	95,34	143.003,92	95,34
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	50.000,00	100.000,00	39.958,54	39,96	32.278,54	32,28	32.278,54	32,28
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	12.604.000,	16.316.577,	8.910.967,20	54,61	8.270.751,31	50,69	7.774.528,99	47,65
Entidades:								
Município de Campo do Tenente								

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:F8ED4D08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICIPIO DE CERRO AZUL - PR							
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	88.353.641,94	88.353.641,94	17.193.952,18	19,46	70.335.546,24	79,61	18.018.095,70
RECEITAS CORRENTES	87.353.641,94	87.353.641,94	16.345.697,35	18,71	62.902.883,06	72,01	24.450.758,88
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.793.877,40	5.793.877,40	1.001.394,36	17,28	4.704.000,88	81,19	1.089.876,52
Impostos	4.762.148,38	4.762.148,38	936.211,57	19,66	4.307.791,47	90,46	454.356,91
Taxas	1.031.729,02	1.031.729,02	65.182,79	6,32	396.209,41	38,40	635.519,61
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	539.238,40	539.238,40	92.434,03	17,14	375.993,57	69,73	163.244,83
Contribuições Sociais	539.238,40	539.238,40	0,00	0,00	0,00	0,00	539.238,40
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	0,00	0,00	92.434,03	0,00	375.993,57	0,00	-375.993,57
RECEITA PATRIMONIAL	2.523.899,46	2.523.899,46	626.116,07	24,81	2.492.565,97	98,76	31.333,49
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	8.123,45	8.123,45	552,14	6,80	552,14	6,80	7.571,31
Valores Mobiliários	2.515.776,01	2.515.776,01	625.563,93	24,87	2.492.013,83	99,06	23.762,18
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	344.653,51	344.653,51	632.854,59	183,62	632.854,59	183,62	-288.201,08
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	16.164,29	16.164,29	0,00	0,00	0,00	0,00	16.164,29
Serviços e Atividades referentes à Saúde	328.489,22	328.489,22	632.854,59	192,66	632.854,59	192,66	-304.365,37
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	77.854.507,97	77.854.507,97	13.836.481,75	17,77	54.388.599,20	69,86	23.465.908,77
Transferências da União e de suas Entidades	44.308.149,47	44.308.149,47	8.164.276,27	18,43	31.011.633,77	69,99	13.296.515,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.896.933,72	19.896.933,72	3.386.734,17	17,02	13.943.324,00	70,08	5.953.609,72
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	13.649.424,78	13.649.424,78	2.285.471,31	16,74	9.433.641,43	69,11	4.215.783,35
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	297.465,20	297.465,20	156.416,55	52,58	308.868,85	103,83	-11.403,65
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	81.502,71	81.502,71	146.741,73	180,05	282.687,45	346,84	-201.184,74
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	215.962,49	215.962,49	9.674,82	4,48	26.181,40	12,12	189.781,09

RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	848.254,83	84,83	7.432.663,18	743,27	-6.432.663,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	848.254,83	84,83	7.432.663,18	743,27	-6.432.663,18
Transferências da União e de suas Entidades	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	1.999.279,79	399,86	-1.499.279,79
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	500.000,00	500.000,00	848.254,83	169,65	5.433.383,39	1.086,68	-4.933.383,39
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	88.353.641,94	88.353.641,94	17.193.952,18	19,46	70.335.546,24	79,61	18.018.095,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	88.353.641,94	88.353.641,94	17.193.952,18	19,46	70.335.546,24	79,61	18.018.095,70
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	----	0,00	----	47.850.161,96
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	88.353.641,94	88.353.641,94	17.193.952,18	19,46	70.335.546,24	79,61	65.868.257,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	24.525.929,18	----	----	24.525.929,18	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	14.248.547,75	----	----	14.248.547,75	----	----
Reabertura de Créditos Adicionais	----	10.277.381,43	----	----	10.277.381,43	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	72.262.641,94	112.000.441,67	17.840.682,65	67.040.944,96	44.959.496,71	18.014.275,59	59.150.368,17	52.850.073,50	55.233.933,56
DESPESAS CORRENTES	68.477.186,02	83.477.212,65	15.132.648,60	53.226.924,95	30.250.287,70	14.236.746,60	50.344.044,75	33.133.167,90	46.433.169,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.235.441,76	36.419.941,76	6.758.225,58	25.605.784,02	10.814.157,74	6.744.670,61	25.570.728,11	10.849.213,65	22.331.762,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	300.000,00	98.526,59	98.526,59	201.473,41	98.526,59	98.526,59	201.473,41	98.526,59
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.941.744,26	46.757.270,89	8.275.896,43	27.522.614,34	19.234.656,55	7.393.549,40	24.674.790,05	22.082.480,84	24.002.879,75
DESPESAS DE CAPITAL	3.335.455,92	28.179.229,02	2.708.034,05	13.814.020,01	14.365.209,01	3.777.528,99	8.806.323,42	19.372.905,60	8.800.764,42
INVESTIMENTOS	2.585.455,92	27.429.229,02	2.609.985,40	13.152.818,37	14.276.410,65	3.679.480,34	8.145.121,78	19.284.107,24	8.139.562,78
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	750.000,00	750.000,00	98.048,65	661.201,64	88.798,36	98.048,65	661.201,64	88.798,36	661.201,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	450.000,00	344.000,00	----	----	344.000,00	----	----	344.000,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	11.158.000,00	11.098.000,00	567.749,92	7.366.982,79	3.731.017,21	567.749,92	6.717.889,49	4.380.110,51	6.405.776,14
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	83.420.641,94	123.098.441,67	18.408.432,57	74.407.927,75	48.690.513,92	18.582.025,51	65.868.257,66	57.230.184,01	61.639.709,70
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	83.420.641,94	123.098.441,67	18.408.432,57	74.407.927,75	48.690.513,92	18.582.025,51	65.868.257,66	57.230.184,01	61.639.709,70
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	4.467.288,58	----	8.695.836,54
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	83.420.641,94	123.098.441,67	18.408.432,57	74.407.927,75	----	18.582.025,51	70.335.546,24	----	70.335.546,24
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	11.158.000,00	11.098.000,00	567.749,92	7.366.982,79	3.731.017,21	567.749,92	6.717.889,49	4.380.110,51	6.405.776,14	649.093,30
DESPESAS CORRENTES	11.158.000,00	11.098.000,00	567.749,92	7.366.982,79	3.731.017,21	567.749,92	6.717.889,49	4.380.110,51	6.405.776,14	649.093,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.558.000,00	3.498.000,00	567.749,92	2.300.982,79	1.197.017,21	567.749,92	2.300.982,79	1.197.017,21	1.988.869,44	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.600.000,00	7.600.000,00	0,00	5.066.000,00	2.534.000,00	0,00	4.416.906,70	3.183.093,30	4.416.906,70	649.093,30
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL. Emissão: 25/09/2026, às 08:48:53.										
Nota(s) Explicativa(s):										
EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO	***CLEVERSON DE FREITAS***		***LUIZ ANTONIO PAULUS***							
Prefeito	Contador		Controlador Interno							

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:7A975748

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONST EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUB FUNÇAO

MUNICIPIO DE CERRO AZUL - PR										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA								Exercício de 2026		
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")								R$ 1,00		
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	72.262.641,94	112.000.441,67	17.840.682,65	67.040.944,96	90,099	44.959.496,71	18.014.275,59	59.150.368,17	89,80	52.850.073,50
JUDICIÁRIA	437.200,00	442.200,00	122.304,51	392.012,36	0,53	50.187,64	118.083,34	376.875,22	0,57	65.324,78
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	437.200,00	442.200,00	122.304,51	392.012,36	0,53	50.187,64	118.083,34	376.875,22	0,57	65.324,78
ADMINISTRAÇÃO	6.224.714,22	9.030.414,22	2.355.185,66	5.959.369,10	8,01	3.071.045,12	2.439.345,31	5.625.952,61	8,54	3.404.461,61
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	560.000,00	1.305.000,00	114.289,67	699.739,89	0,94	605.260,11	119.750,95	684.293,96	1,04	620.706,04
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.847.814,22	6.622.014,22	2.068.368,95	4.634.192,80	6,23	1.987.821,42	2.157.419,97	4.400.301,08	6,68	2.221.713,14
CONTROLE INTERNO	160.200,00	160.200,00	38.910,38	119.169,96	0,16	41.030,04	38.910,38	119.169,96	0,18	41.030,04
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	31.000,00	31.000,00	8.150,00	11.375,28	0,02	19.624,72	2.650,00	5.875,28	0,01	25.124,72
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	479.200,00	765.700,00	125.066,66	465.309,65	0,63	300.390,35	120.214,01	386.730,81	0,59	378.969,19
DEMAIS SUBFUNÇÕES	146.500,00	146.500,00	400,00	29.581,52	0,04	116.918,48	400,00	29.581,52	0,04	116.918,48
SEGURANÇA PÚBLICA	18.000,00	18.000,00	960,00	14.160,14	0,02	3.839,86	4.860,00	14.160,14	0,02	3.839,86
DEFESA CIVIL	18.000,00	18.000,00	960,00	14.160,14	0,02	3.839,86	4.860,00	14.160,14	0,02	3.839,86
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.531.929,03	10.666.572,77	958.545,90	3.917.837,81	5,27	6.748.734,96	906.768,27	3.701.765,88	5,62	6.964.806,89
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.433.776,78	8.358.439,35	606.752,25	2.861.115,47	3,85	5.497.323,88	622.451,75	2.817.533,79	4,28	5.540.905,56
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	373.000,00	1.038.000,00	73.133,16	288.109,14	0,39	749.890,86	72.704,36	259.057,60	0,39	778.942,40

ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	725.152,25	1.270.133,42	278.660,49	768.613,20	1,03	501.520,22	211.612,16	625.174,49	0,95	644.958,93
SAÚDE	20.752.676,10	27.817.050,15	3.706.692,69	14.671.259,91	19,72	13.145.790,24	3.818.012,20	14.291.309,44	21,70	13.525.740,71
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.653.935,58	5.676.552,70	584.235,67	2.218.030,21	2,98	3.458.522,49	592.665,67	1.996.392,16	3,03	3.680.160,54
ATENÇÃO BÁSICA	16.872.740,52	21.704.497,45	3.122.457,02	12.355.318,35	16,60	9.349.179,10	3.134.346,53	12.197.158,49	18,52	9.507.338,96
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	122.000,00	222.000,00	0,00	800,00	0,00	221.200,00	0,00	800,00	0,00	221.200,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	104.000,00	214.000,00	0,00	97.111,35	0,13	116.888,65	91.000,00	96.958,79	0,15	117.041,21
EDUCAÇÃO	21.741.270,81	23.809.069,62	4.245.708,98	16.973.222,07	22,81	6.835.847,55	4.727.266,92	16.367.158,90	24,85	7.441.910,72
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	76.000,00	76.000,00	4.485,00	4.839,60	0,01	71.160,40	4.485,00	4.839,60	0,01	71.160,40
EDUCAÇÃO ESPECIAL	61.000,00	106.000,00	16.348,19	63.969,06	0,09	42.030,94	20.946,55	61.909,07	0,09	44.090,93
EDUCAÇÃO INFANTIL	173.000,00	339.030,33	39.228,47	238.316,68	0,32	100.713,65	41.747,23	234.027,94	0,36	105.002,39
ENSINO FUNDAMENTAL	20.537.792,13	22.379.145,80	3.909.094,81	15.758.087,90	21,18	6.621.057,90	4.431.575,91	15.438.549,34	23,44	6.940.596,46
DEMAIS SUBFUNÇÕES	893.478,68	908.893,49	276.552,51	908.008,83	1,22	884,66	228.512,23	627.832,95	0,95	281.060,54
CULTURA	270.200,00	2.202.500,00	387.742,84	1.671.981,16	2,25	530.518,84	485.786,49	1.649.881,88	2,50	552.618,12
DIFUSÃO CULTURAL	270.200,00	2.202.500,00	387.742,84	1.671.981,16	2,25	530.518,84	485.786,49	1.649.881,88	2,50	552.618,12
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
URBANISMO	3.571.817,53	12.966.471,58	2.186.228,73	9.202.340,14	12,37	3.764.131,44	1.457.759,85	3.549.143,15	5,39	9.417.328,43
INFRA-ESTRUTURA URBANA	589.238,40	8.255.639,44	1.526.086,43	6.614.008,71	8,89	1.641.630,73	805.453,92	1.093.376,21	1,66	7.162.263,23
SERVIÇOS URBANOS	2.982.579,13	4.710.832,14	660.142,30	2.588.331,43	3,48	2.122.500,71	652.305,93	2.455.766,94	3,73	2.255.065,20
GESTÃO AMBIENTAL	1.265.000,00	1.502.000,00	113.311,51	704.918,99	0,95	797.081,01	124.209,40	674.700,57	1,02	827.299,43
ADMINISTRAÇÃO GERAL	85.000,00	115.000,00	6.484,00	71.366,75	0,10	43.633,25	6.484,00	71.366,75	0,11	43.633,25
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.180.000,00	1.387.000,00	106.827,51	633.552,24	0,85	753.447,76	117.725,40	603.333,82	0,92	783.666,18
AGRICULTURA	2.043.200,00	9.505.992,77	623.818,16	5.530.159,20	7,43	3.975.833,57	923.184,92	5.238.797,04	7,95	4.267.195,73
ABASTECIMENTO	140.000,00	140.000,00	456,90	76.993,30	0,10	63.006,70	456,90	75.455,30	0,11	64.544,70
EXTENSÃO RURAL	1.903.200,00	9.365.992,77	623.361,26	5.453.165,90	7,33	3.912.826,87	922.728,02	5.163.341,74	7,84	4.202.651,03
TRANSPORTE	7.573.434,25	8.788.434,25	1.439.418,90	4.766.538,13	6,41	4.021.896,12	1.391.781,91	4.584.704,39	6,96	4.203.729,86
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	7.573.434,25	8.788.434,25	1.439.418,90	4.766.538,13	6,41	4.021.896,12	1.391.781,91	4.584.704,39	6,96	4.203.729,86
DESPORTO E LAZER	423.200,00	1.603.920,00	61.678,16	365.700,48	0,49	1.238.219,52	58.575,65	309.112,55	0,47	1.294.807,45
DESPORTO COMUNITÁRIO	423.200,00	1.603.920,00	61.678,16	365.700,48	0,49	1.238.219,52	58.575,65	309.112,55	0,47	1.294.807,45
ENCARGOS ESPECIAIS	2.960.000,00	3.303.816,31	1.639.086,61	2.871.445,47	3,86	432.370,84	1.558.641,33	2.766.806,40	4,20	537.009,91
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.180.000,00	1.523.816,31	1.264.702,39	1.497.990,84	2,01	25.825,47	1.264.702,39	1.497.990,84	2,27	25.825,47
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.780.000,00	1.780.000,00	374.384,22	1.373.454,63	1,85	406.545,37	293.938,94	1.268.815,56	1,93	511.184,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	450.000,00	344.000,00	0,00	0,00	0,00	344.000,00	0,00	0,00	0,00	344.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	450.000,00	344.000,00	0,00	0,00	0,00	344.000,00	0,00	0,00	0,00	344.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	11.158.000,00	11.098.000,00	567.749,92	7.366.982,79	9,901	3.731.017,21	567.749,92	6.717.889,49	10,20	4.380.110,51
JUDICIÁRIA	48.000,00	48.000,00	11.991,63	46.808,00	0,06	1.192,00	11.991,63	46.808,00	0,07	1.192,00
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	48.000,00	48.000,00	11.991,63	46.808,00	0,06	1.192,00	11.991,63	46.808,00	0,07	1.192,00
ADMINISTRAÇÃO	391.000,00	431.000,00	61.822,87	249.897,26	0,34	181.102,74	61.822,87	249.897,26	0,38	181.102,74
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	48.000,00	88.000,00	15.195,07	53.067,12	0,07	34.932,88	15.195,07	53.067,12	0,08	34.932,88
ADMINISTRAÇÃO GERAL	280.000,00	280.000,00	40.095,82	170.457,09	0,23	109.542,91	40.095,82	170.457,09	0,26	109.542,91
CONTROLE INTERNO	15.000,00	15.000,00	2.521,51	10.086,02	0,01	4.913,98	2.521,51	10.086,02	0,02	4.913,98
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	35.000,00	35.000,00	4.010,47	16.287,03	0,02	18.712,97	4.010,47	16.287,03	0,02	18.712,97
DEMAIS SUBFUNÇÕES	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	288.000,00	288.000,00	48.923,11	195.316,99	0,26	92.683,01	48.923,11	195.316,99	0,30	92.683,01
ADMINISTRAÇÃO GERAL	288.000,00	288.000,00	48.923,11	195.316,99	0,26	92.683,01	48.923,11	195.316,99	0,30	92.683,01
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
SAÚDE	1.160.000,00	1.160.000,00	184.437,12	757.295,35	1,02	402.704,65	184.437,12	757.295,35	1,15	402.704,65
ATENÇÃO BÁSICA	1.160.000,00	1.160.000,00	184.437,12	757.295,35	1,02	402.704,65	184.437,12	757.295,35	1,15	402.704,65
EDUCAÇÃO	1.388.000,00	1.288.000,00	224.760,15	904.720,78	1,22	383.279,22	224.760,15	904.720,78	1,37	383.279,22
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
ENSINO FUNDAMENTAL	1.385.000,00	1.285.000,00	224.760,15	904.720,78	1,22	380.279,22	224.760,15	904.720,78	1,37	380.279,22
CULTURA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
URBANISMO	77.000,00	77.000,00	9.654,59	39.436,72	0,05	37.563,28	9.654,59	39.436,72	0,06	37.563,28
SERVIÇOS URBANOS	77.000,00	77.000,00	9.654,59	39.436,72	0,05	37.563,28	9.654,59	39.436,72	0,06	37.563,28
GESTÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	1.433,00	5.738,23	0,01	4.261,77	1.433,00	5.738,23	0,01	4.261,77
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	1.433,00	5.738,23	0,01	4.261,77	1.433,00	5.738,23	0,01	4.261,77
AGRICULTURA	65.000,00	65.000,00	10.810,44	45.015,39	0,06	19.984,61	10.810,44	45.015,39	0,07	19.984,61
EXTENSÃO RURAL	65.000,00	65.000,00	10.810,44	45.015,39	0,06	19.984,61	10.810,44	45.015,39	0,07	19.984,61
TRANSPORTE	124.000,00	124.000,00	13.917,01	56.754,07	0,08	67.245,93	13.917,01	56.754,07	0,09	67.245,93

TRANSPORTE RODOVIÁRIO	124.000,00	124.000,00	13.917,01	56.754,07	0,08	67.245,93	13.917,01	56.754,07	0,09	67.245,93
DESPORTO E LAZER	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	7.600.000,00	7.600.000,00	0,00	5.066.000,00	6,81	2.534.000,00	0,00	4.416.906,70	6,71	3.183.093,30
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	7.600.000,00	7.600.000,00	0,00	5.066.000,00	6,81	2.534.000,00	0,00	4.416.906,70	6,71	3.183.093,30
TOTAL (III) = (I + II)	**83.420.641,94**	**123.098.441,67**	**18.408.432,57**	**74.407.927,75**	**100,00**	**48.690.513,92**	**18.582.025,51**	**65.868.257,66**	**100,00**	**57.230.184,01**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL. Emissão: 25/09/2026, às 08:58:39.										
Nota(s) Explicativa(s):										
EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO			***CLEVERSON DE FREITAS***				***LUIZ ANTONIO PAULUS***			
Prefeito			Contador				Controlador Interno			

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:29309ECF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

MUNICIPIO DE CERRO AZUL - PR												
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											Exercício de 2026	
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A AGOSTO 2026 / MÊS AGOSTO 2026												
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)											R$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	116.361,55	333.251,85	331.347,60	0,00	118.265,80	611.030,79	5.881.070,93	4.755.854,27	4.749.423,54	227.034,00	1.515.644,18	1.633.909,98
PODER EXECUTIVO	116.361,55	333.251,85	331.347,60	0,00	118.265,80	611.030,79	5.881.070,93	4.755.854,27	4.749.423,54	227.034,00	1.515.644,18	1.633.909,98
DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO	0,00	93.970,00	93.373,27	0,00	596,73	0,00	163.615,61	118.274,37	118.274,37	0,00	45.341,24	45.937,97
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,60	0,00	0,00	0,00	0,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,60
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	207,35	207,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	1.101,19	0,00	0,00	0,00	1.101,19	1.766,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.766,45	2.867,64
SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	21.634,78	21.634,58	0,00	0,20	0,00	111.409,90	98.500,96	98.500,96	0,00	12.908,94	12.909,14
SECRETARIA DE URBANISMO E PAISAGISMO	0,00	9.691,61	9.691,61	0,00	0,00	0,00	1.371.647,45	1.162.543,15	1.158.575,64	98.780,00	114.291,81	114.291,81
SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO ANBIENT	0,00	20.595,79	20.506,28	0,00	89,51	420.321,00	311.709,61	99.441,20	99.441,20	110.906,00	521.683,41	521.772,92
SECRETARIA MUN.EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE,LAZER E TU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.731,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1.731,61	1.731,61
SECRETARIA MUNIC. EDUC, CULT. ESP. LAZER	0,00	50.526,55	50.109,01	0,00	417,54	81.179,19	1.291.297,70	755.874,03	755.662,43	12.000,00	604.814,46	605.232,00
SECRETARIA MUNIC. RELAÇÕES PÚBLICAS, DES. ECON. E	0,00	2.250,37	2.250,37	0,00	0,00	0,00	11.742,99	1.800,00	1.800,00	0,00	9.942,99	9.942,99
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	1.167,90	0,00	0,00	0,00	1.167,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.167,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	10.691,57	10.691,57	0,00	0,00	1.636,74	87.167,81	60.169,43	60.169,43	0,00	28.635,12	28.635,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	6.236,00	0,00	0,00	0,00	6.236,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.236,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DE SAUDE	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1.067,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.067,17	1.077,17
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	92.806,42	0,00	0,00	0,00	92.806,42	987,65	0,00	0,00	0,00	0,00	987,65	93.794,07
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.329,31	0,00	0,00	0,00	0,00	3.329,31	3.329,31
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	1.490,00	6.212,34	6.212,34	0,00	1.490,00	0,00	120.994,19	117.818,53	116.971,53	0,00	4.022,66	5.512,66
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO	3.710,87	0,00	0,00	0,00	3.710,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.710,87
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	1.430,52	0,00	0,00	0,00	1.430,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.430,52
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	5.258,50	116.809,22	116.008,95	0,00	6.058,77	99.011,67	2.411.485,67	2.341.432,60	2.340.027,98	5.348,00	165.121,36	171.180,13
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	8.840,73	0,00	0,00	0,00	8.840,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.840,73
PODER EXECUTIVO	8.840,73	0,00	0,00	0,00	8.840,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.840,73
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	8.736,98	0,00	0,00	0,00	8.736,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.736,98
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	103,75	0,00	0,00	0,00	103,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103,75
Total (III) = (I + II):	**125.202,28**	**333.251,85**	**331.347,60**	**0,00**	**127.106,53**	**611.030,79**	**5.881.070,93**	**4.755.854,27**	**4.749.423,54**	**227.034,00**	**1.515.644,18**	**1.642.750,71**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL. Emissão: 25/09/2026, às 11:14:37.												
Nota(s) Explicativa(s):												
EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO	***CLEVERSON DE FREITAS***			***LUIZ ANTONIO PAULUS***								

Prefeito	Contador	Controlador Interno

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:629C090A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RECEITA CORRENTE LIQUIDA

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - PR														
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	Jul/2026	Ago/2026	TOTAL(ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**158.021,34**	**181.250,20**	**187.546,05**	**354.488,29**	**8.803.799,06**	**8.540.171,21**	**8.133.030,69**	**9.336.766,53**	**9.049.321,62**	**9.100.102,45**	**10.378.025,75**	**7.782.885,81**	**72.005.409,00**	**99.647.536,04**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	158.021,34	181.250,20	187.546,05	354.488,29	182.087,49	491.451,67	572.397,23	775.461,68	958.221,25	722.987,20	699.477,63	301.916,73	5.585.306,76	5.793.877,40
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	3.781,78	3.979,18	26.846,58	31.107,30	192.150,68	43.755,04	36.367,26	2.372,66	340.360,48	566.872,95
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	122.012,44	198.334,99	217.164,61	204.833,24	193.737,08	255.819,07	218.937,14	161.834,13	1.572.672,70	1.958.338,12
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	13.164,69	39.700,00	15.733,90	29.000,00	144.372,04	5.040,00	100.738,01	24.168,60	371.917,24	331.221,19
I.R.R.F.	158.021,34	181.250,20	187.546,05	354.488,29	17.516,68	235.489,90	270.164,66	475.349,89	268.702,52	363.823,63	302.655,42	89.138,35	2.904.146,93	1.905.716,12
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	25.611,90	13.947,60	42.487,48	35.171,25	159.258,93	54.549,46	40.779,80	24.402,99	396.209,41	1.031.729,02
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	46.848,88	45.888,55	43.997,26	49.851,92	49.435,09	47.537,84	45.241,80	47.192,23	375.993,57	539.238,40
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	362.103,98	291.398,78	341.032,05	298.500,98	285.591,83	287.822,28	359.412,10	266.553,65	2.492.415,65	2.523.899,46
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	362.103,98	291.398,78	341.032,05	298.500,98	285.591,83	287.822,28	359.412,10	266.001,51	2.491.863,51	2.515.433,34
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552,14	552,14	8.466,12
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	587.599,69	45.254,90	632.854,59	344.653,51
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	8.209.895,11	7.708.129,97	7.172.720,34	8.145.034,96	7.684.343,99	8.037.998,93	8.558.483,84	7.093.362,44	62.609.969,58	90.148.402,07
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	3.348.507,00	4.210.076,45	2.549.456,12	3.001.736,95	3.633.054,67	3.827.755,05	4.070.469,00	3.230.357,98	27.871.413,22	41.493.901,60
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	1.621.092,87	1.297.245,97	1.801.109,24	1.665.538,95	1.351.953,58	1.749.397,92	1.584.516,63	1.537.216,34	12.608.071,50	19.347.347,11
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	728.415,25	219.812,40	185.605,64	166.817,77	137.205,90	89.380,76	68.001,32	44.349,91	1.639.588,95	2.902.102,10
Cota-Parte do I.T.R.	0,00	0,00	0,00	0,00	40.850,59	42.263,67	79.338,66	46.996,60	45.386,77	81.503,74	73.022,43	130.445,34	539.807,80	1.317.282,85
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	21.475,70	22.536,50	22.308,98	19.624,85	23.583,29	0,00	0,00	0,00	109.529,32	292.547,04
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	1.641.889,66	1.172.720,19	1.146.350,97	1.323.229,75	1.050.675,50	1.168.443,20	1.147.458,70	1.136.911,62	9.787.679,59	14.406.424,78
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	807.664,04	743.474,79	1.388.550,73	1.921.090,09	1.442.484,28	1.121.518,26	1.615.015,76	1.014.081,25	10.053.879,20	10.388.796,59
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	2.863,60	3.302,24	2.883,81	67.916,99	71.729,46	3.756,20	127.810,69	28.605,86	308.868,85	297.465,20
DEDUÇÕES (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.152.068,22**	**1.158.386,94**	**927.563,67**	**980.142,90**	**1.038.236,81**	**1.149.607,31**	**826.890,71**	**988.473,82**	**8.221.370,38**	**12.833.132,50**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539.238,40
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	1.152.068,22	1.158.386,94	927.563,67	980.142,90	1.038.236,81	1.149.607,31	826.890,71	988.473,82	8.221.370,38	12.293.894,10
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**158.021,34**	**181.250,20**	**187.546,05**	**354.488,29**	**7.651.730,84**	**7.381.784,27**	**7.205.467,02**	**8.356.623,63**	**8.011.084,81**	**7.950.495,14**	**9.551.135,04**	**6.794.411,99**	**63.784.038,62**	**86.814.403,54**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	200.000,00	0,00	600.000,00	0,00	300.000,00	0,00	1.200.000,00	439.903,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	158.021,34	181.250,20	187.546,05	354.488,29	7.551.730,84	7.381.784,27	7.005.467,02	8.356.623,63	7.411.084,81	7.950.495,14	9.251.135,04	6.794.411,99	62.584.038,62	86.374.500,34
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	126.438,00	126.438,00	126.438,00	129.680,00	129.680,00	129.680,00	126.438,00	126.438,00	1.021.230,00	1.055.943,54
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	158.021,34	181.250,20	187.546,05	354.488,29	7.425.292,84	7.255.346,27	6.879.029,02	8.226.943,63	7.281.404,81	7.820.815,14	9.124.697,04	6.667.973,99	61.562.808,62	85.318.556,80
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL. Emissão: 24/09/2026, às 09:36:10.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:6248C354

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - 4º BIM/2026 - IPRECONTENDA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CONTENDA - IPRECONTENDA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.933.300,00	6.933.300,00	2.449.695,53	35,33	7.739.383,43	111,63	-806.083,43
RECEITAS CORRENTES	6.933.300,00	6.933.300,00	2.449.695,53	35,33	7.739.383,43	111,63	-806.083,43
CONTRIBUIÇÕES	3.499.200,00	3.499.200,00	573.537,84	16,39	2.410.654,10	68,89	1.088.545,90
Contribuições Sociais	3.499.200,00	3.499.200,00	573.537,84	16,39	2.410.654,10	68,89	1.088.545,90
RECEITA PATRIMONIAL	3.384.100,00	3.384.100,00	1.315.513,91	38,87	4.718.286,35	139,43	-1.334.186,35
Valores Mobiliários	3.384.100,00	3.384.100,00	1.315.513,91	38,87	4.718.286,35	139,43	-1.334.186,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.000,00	50.000,00	560.643,78	1.121,29	610.442,98	1.220,89	-560.442,98
Demais Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00	560.643,78	1.121,29	610.442,98	1.220,89	-560.442,98
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.916.700,00	8.916.700,00	1.475.819,75	16,55	6.071.723,27	68,09	2.844.976,73
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.850.000,00	15.850.000,00	3.925.515,28	24,77	13.811.106,70	87,14	2.038.893,30
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	15.850.000,00	15.850.000,00	3.925.515,28	24,77	13.811.106,70	87,14	2.038.893,30
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	15.850.000,00	15.850.000,00	3.925.515,28	24,77	13.811.106,70	87,14	2.038.893,30
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	379.000,00	0,00	0,00	379.000,00	100,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	379.000,00	0,00	0,00	379.000,00	100,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.453.400,00	16.832.400,00	1.715.306,41	7.196.721,52	9.635.678,48	1.689.938,64	7.086.261,67	9.746.138,33	7.086.261,67	110.459,85
DESPESAS CORRENTES	11.803.400,00	12.132.400,00	1.715.306,41	7.175.200,52	4.957.199,48	1.689.938,64	7.064.740,67	5.067.659,33	7.064.740,67	110.459,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.387.900,00	11.396.900,00	1.645.337,44	6.874.329,74	4.522.570,26	1.645.337,44	6.874.329,74	4.522.570,26	6.874.329,74	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	415.500,00	735.500,00	69.968,97	300.870,78	434.629,22	44.601,20	190.410,93	545.089,07	190.410,93	110.459,85
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	100.000,00	0,00	21.521,00	78.479,00	0,00	21.521,00	78.479,00	21.521,00	0,00
INVESTIMENTOS	50.000,00	100.000,00	0,00	21.521,00	78.479,00	0,00	21.521,00	78.479,00	21.521,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.600.000,00	4.600.000,00	0,00	0,00	4.600.000,00	0,00	0,00	4.600.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	46.600,00	46.600,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.500.000,00	16.879.000,00	1.715.306,41	7.196.721,52	9.682.278,48	1.689.938,64	7.086.261,67	9.792.738,33	7.086.261,67	110.459,85
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	16.500.000,00	16.879.000,00	1.715.306,41	7.196.721,52	9.682.278,48	1.689.938,64	7.086.261,67	9.792.738,33	7.086.261,67	110.459,85
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	6.614.385,18	-6.614.385,18	0,00	6.724.845,03	0,00	6.724.845,03	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	16.500.000,00	16.879.000,00	1.715.306,41	13.811.106,70	3.067.893,30	1.689.938,64	13.811.106,70	0,00	13.811.106,70	110.459,85
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	2.210.208,87	6.614.385,18	-6.614.385,18	0,00	0,00	-6.724.845,03	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.916.700,00	8.916.700,00	1.475.819,75	0,17	6.071.723,27	0,68	2.844.976,73
RECEITAS CORRENTES	8.916.700,00	8.916.700,00	1.475.819,75	0,17	6.071.723,27	0,68	2.844.976,73
CONTRIBUIÇÕES	4.834.000,00	4.834.000,00	789.004,75	0,16	3.356.279,27	0,69	1.477.720,73
Contribuições Sociais	4.834.000,00	4.834.000,00	789.004,75	0,16	3.356.279,27	0,69	1.477.720,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.082.700,00	4.082.700,00	686.815,00	0,17	2.715.444,00	0,67	1.367.256,00
Demais Receitas Correntes	4.082.700,00	4.082.700,00	686.815,00	0,17	2.715.444,00	0,67	1.367.256,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	46.600,00	46.600,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	46.600,00	46.600,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.600,00	22.600,00	0,00	0,00	22.600,00	0,00	0,00	22.600,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00
CELY CRISTINA PADILHA BAUMEL					MARIO CELSO DZIERVA					
CONTADOR(A)					CONTROLE INTERNO					
FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA										
PRESIDENTE										

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CONTENDA - IPRECONTENDA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
			No	Até o	%		No	Até o	%		
		(a)	Bimestre	Bimestre (b)	(b/total b)	(c) = (a-b)	Bimestre	Bimestre (d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.453.400,00	16.832.400,00	1.715.306,41	7.196.721,52	100,00	9.635.678,48	1.689.938,64	7.086.261,67	100,00	9.746.138,33	110.459,85
PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.853.400,00	12.232.400,00	1.715.306,41	7.196.721,52	100,00	5.035.678,48	1.689.938,64	7.086.261,67	100,00	5.146.138,33	110.459,85
Previdência do Regime Estatutário	11.200.000,00	11.400.000,00	1.637.709,09	6.856.472,68	95,27	4.543.527,32	1.637.709,09	6.856.472,68	96,76	4.543.527,32	0,00
Administração Geral	653.400,00	832.400,00	77.597,32	340.248,84	4,73	492.151,16	52.229,55	229.788,99	3,24	602.611,01	110.459,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.600.000,00	4.600.000,00	0,00	0,00	0,00	4.600.000,00	0,00	0,00	0,00	4.600.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	46.600,00	46.600,00	0,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.500.000,00	16.879.000,00	1.715.306,41	7.196.721,52	100,00	9.682.278,48	1.689.938,64	7.086.261,67	100,00	9.792.738,33	110.459,85

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
			No	Até o	%		No	Até o	%		
			Bimestre	Bimestre	(b/III b)		Bimestre	Bimestre	(d/III d)		
		(a)		(b)		(c) = (a-b)		(d)		(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	46.600,00	46.600,00	0,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	46.600,00	46.600,00	0,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00
Administração Geral	46.600,00	46.600,00	0,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00	0,00	0,00	46.600,00	0,00

Notas Explicativas

CELY CRISTINA PADILHA BAUMEL	***MARIO CELSO DZIERVA***
Contador(A)	Controle Interno
FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA	

Presidente

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CONTENDA - IPRECONTENDA	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO	
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS	
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	15.800.000,00	13.750.264,07
Receita de Contribuições dos Segurados	3.476.600,00	2.410.654,10
Ativo	3.418.600,00	2.371.733,34
Inativo	58.000,00	34.631,32
Pensionista	0,00	4.289,44
Receita de Contribuições Patronais	4.856.600,00	3.356.279,27
Ativo	3.418.600,00	2.370.716,87
Inativo	1.438.000,00Z	884.330,25
Pensionista	0,00	101.232,15
Receita Patrimonial	3.334.100,00	4.657.443,72
Receitas de Valores Mobiliários	3.334.100,00	4.657.443,72
Outras Receitas Correntes	4.132.700,00	3.325.886,98
Compensação Financeira entre os regimes	50.000,00	610.442,98
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	4.082.700,00	2.715.444,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**11.717.300,00**	**11.034.820,07**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	10.700.000,00	6.344.578,23	6.344.578,23	6.344.578,23	0,00
Aposentadorias	9.600.000,00	5.678.550,74	5.678.550,74	5.678.550,74	0,00
Pensões por Morte	1.100.000,00	666.027,49	666.027,49	666.027,49	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	700.000,00	511.894,45	511.894,45	511.894,45	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	240.000,00	68.963,13	68.963,13	68.963,13	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	460.000,00	442.931,32	442.931,32	442.931,32	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**11.400.000,00**	**6.856.472,68**	**6.856.472,68**	**6.856.472,68**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	**317.300,00**	**4.178.347,39**	**4.178.347,39**	**4.178.347,39**	**11.034.820,07**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	4.600.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-2.715.444,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	867.659,55
Investimentos e Aplicações	63.245.158,10

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CONTENDA - IPRECONTENDA	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO	
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	R$ 1,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	50.000,00	60.842,63
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**50.000,00**	**60.842,63**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Despesas Correntes (XIII)	779.000,00	318.727,84	208.267,99	208.267,99	110.459,85
Pessoal e Encargos Sociais	259.500,00	86.820,19	86.820,19	86.820,19	0,00
Demais Despesas Correntes	519.500,00	231.907,65	121.447,80	121.447,80	110.459,85
Despesas de Capital (XIV)	100.000,00	21.521,00	21.521,00	21.521,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**879.000,00**	**340.248,84**	**229.788,99**	**229.788,99**	**110.459,85**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)2	**-829.000,00**	**-279.406,21**	**-168.946,36**	**-168.946,36**	**-49.617,22**
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	845.192,87				
CELY CRISTINA PADILHA BAUMEL	***MARIO CELSO DZIERVA***				
Contador(A)	Controle Interno				
FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA					
Presidente					

Publicado por:
Cely Cristina Padilha Baumel
Código Identificador:1F571E43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
ANEXO_12___DEMONSTRATIVO_DAS_RECEITAS_E_DESPESAS_COM_ACOES_E_SERVICOS_PUBLICOS_DE_SAUDE (1)

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)			**R$ 1,00**	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a)x100**

RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.245.000,00	1.245.000,00	826.803,75	66,41
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	20.000,00	20.000,00	7.915,47	39,58
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	400.000,00	400.000,00	337.608,22	84,40
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	400.000,00	400.000,00	302.513,84	75,63
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	425.000,00	425.000,00	178.766,22	42,06
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	26.560.000,00	26.560.000,00	17.269.447,06	65,02
Cota-Parte FPM	22.150.000,00	22.150.000,00	13.874.981,42	62,64
Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	18.379,33	36,76
Cota-Parte IPVA	500.000,00	500.000,00	242.831,20	48,57
Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	3.089.669,43	81,31
Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	43.585,68	72,64
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	27.805.000,00	27.805.000,00	18.096.250,81	65,08

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (f/c) x100 (f)**	**%**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.838.000,00	3.991.418,56	2.882.104,97	72,21	2.840.156,21	71,16	2.645.282,70	66,27
Despesas Correntes	3.808.000,00	3.941.418,56	2.859.685,26	72,55	2.819.021,49	71,52	2.624.147,98	66,58
Despesas de Capital	30.000,00	50.000,00	22.419,71	44,84	21.134,72	42,27	21.134,72	42,27
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	3.838.000,00	3.991.418,56	2.882.104,97	72,21	2.840.156,21	71,16	2.645.282,70	66,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.882.104,97	2.840.156,21	2.645.282,70
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.882.104,97	2.840.156,21	2.645.282,70
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		2.714.437,62	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		-------	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	-------	125.718,59	-69.154,92
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-------	-------	-------
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-------	**15,69**	-------

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**		
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas custeadas no exercício de referência**	**Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**

		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	-------	-------	-------	-------	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	**RPNP Inscritos Indevidamente no considerado no Limite Exercício sem (r) = (p - (o + q)) se < Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP 0 então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)**	**Total de RP cancelados aplicado além do limite ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2026	2.714.437,62	2.840.156,21	125.718,59	11.947.593,23	0,00	11.821.874,64	-------	0,00	-------	125.718,59
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.969,52	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.437,89	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282,00	-282,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										282,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										282,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas custeadas no exercício de referência**			**Saldo Final (Não Aplicado) (aa) = (w-(x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV)	282,00	0,00	0,00	0,00	282,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	282,00	0,00	0,00	0,00	282,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a)x100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.585.000,00	1.585.000,00	1.332.250,59	84,05
Proveniente da União	1.435.700,00	1.435.700,00	952.195,26	66,32
Proveniente dos Estados	149.300,00	149.300,00	380.055,33	254,56
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.585.000,00	1.585.000,00	1.332.250,59	84,05

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.816.000,00	3.544.038,06	1.595.237,75	45,01	1.464.665,98	41,33	1.353.153,53	38,18
Despesas Correntes	1.813.000,00	2.825.895,44	1.551.724,82	54,91	1.433.445,98	50,73	1.335.263,53	47,25
Despesas de Capital	3.000,00	718.142,62	43.512,93	6,06	31.220,00	4,35	17.890,00	2,49
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.816.000,00	3.544.038,06	1.595.237,75	45,01	1.464.665,98	41,33	1.353.153,53	38,18

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.654.000,00	7.535.456,62	4.477.342,72	59,42	4.304.822,19	57,13	3.998.436,23	53,06
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	5.654.000,00	7.535.456,62	4.477.342,72	59,42	4.304.822,19	57,13	3.998.436,23	53,06
FONTE: Sistema e-Pública (1833-3288-427). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 08:16.								
Notas:								
1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:1C440B91

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
ANEXO_13___DEMONSTRATIVO_DAS_PARCERIAS_PUBLICO_PRIVADAS (1)

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)		**R$ 1,00**
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL Até o bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	2.472.475,84
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	2.472.475,84
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	30.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1610-0171-051). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 08:16.											

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:A8EB0961

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RREO - EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO DE FOZ DO JORDÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	53.372.200,00	57.841.170,88	7.251.337,34	29.876.369,35	94,67	27.964.801,53	7.417.847,04	26.973.470,61	96,07	30.867.700,27
LEGISLATIVA	2.325.000,00	2.325.000,00	324.731,47	1.414.467,39	4,48	910.532,61	339.727,67	1.367.294,71	4,87	957.705,29
AÇÃO LEGISLATIVA	2.325.000,00	2.325.000,00	324.731,47	1.414.467,39	4,48	910.532,61	339.727,67	1.367.294,71	4,87	957.705,29
ESSENCIAL À JUSTIÇA	295.000,00	295.000,00	71.492,36	262.518,80	0,83	32.481,20	71.492,36	262.518,80	0,93	32.481,20
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO	295.000,00	295.000,00	71.492,36	262.518,80	0,83	32.481,20	71.492,36	262.518,80	0,93	32.481,20
ADMINISTRAÇÃO	5.423.000,00	5.603.305,19	676.167,94	3.545.295,44	11,23	2.058.009,75	833.962,12	3.076.429,42	10,96	2.526.875,77
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	415.000,00	415.000,00	32.669,78	160.476,01	0,51	254.523,99	33.425,64	159.833,00	0,57	255.167,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.635.000,00	2.668.552,57	300.811,03	2.000.954,51	6,34	667.598,06	423.615,67	1.638.287,48	5,83	1.030.265,09
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.300.000,00	2.456.752,62	341.241,93	1.378.919,72	4,37	1.077.832,90	374.575,61	1.274.563,74	4,54	1.182.188,88
TURISMO	73.000,00	63.000,00	1.445,20	4.945,20	0,02	58.054,80	2.345,20	3.745,20	0,01	59.254,80
SEGURANÇA PÚBLICA	180.000,00	180.000,00	8.368,94	97.971,47	0,31	82.028,53	21.111,95	97.634,39	0,35	82.365,61
POLICIAMENTO	180.000,00	180.000,00	8.368,94	97.971,47	0,31	82.028,53	21.111,95	97.634,39	0,35	82.365,61
DEFESA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.093.100,00	3.533.246,41	532.226,97	1.882.601,23	5,97	1.650.645,18	475.382,71	1.581.330,50	5,63	1.951.915,91
ADMINISTRAÇÃO GERAL	234.000,00	269.888,83	47.296,66	157.062,42	0,50	112.826,41	45.990,68	150.069,68	0,53	119.819,15
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	43.000,00	75.450,01	5.135,10	51.991,90	0,16	23.458,11	4.323,87	51.112,18	0,18	24.337,83
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	217.000,00	217.000,00	0,00	38.439,99	0,12	178.560,01	15.563,53	24.639,99	0,09	192.360,01
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	824.100,00	1.032.565,75	151.470,25	526.125,91	1,67	506.439,84	115.634,14	450.350,54	1,60	582.215,21
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	525.000,00	638.017,07	63.511,00	364.028,25	1,15	273.988,82	65.816,30	234.527,13	0,84	403.489,94
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	1.250.000,00	1.300.324,75	264.813,96	744.952,76	2,36	555.371,99	228.054,19	670.630,98	2,39	629.693,77
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.350.000,00	8.402.509,95	363.374,97	1.679.825,55	5,32	6.722.684,40	372.128,99	1.621.435,58	5,77	6.781.074,37
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	8.350.000,00	8.402.509,95	363.374,97	1.679.825,55	5,32	6.722.684,40	372.128,99	1.621.435,58	5,77	6.781.074,37
SAÚDE	10.269.000,00	12.145.078,76	1.693.241,11	7.547.066,78	23,91	4.598.011,98	1.899.551,32	6.847.351,35	24,39	5.297.727,41
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	81.000,00	81.000,00	14.375,81	50.402,69	0,16	30.597,31	14.375,81	50.402,69	0,18	30.597,31
ATENÇÃO BÁSICA	9.259.000,00	10.777.592,22	1.541.205,76	6.941.726,24	22,00	3.835.865,98	1.768.635,29	6.313.018,04	22,48	4.464.574,18

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	515.000,00	643.583,39	82.518,23	228.028,70	0,72	415.554,69	66.941,82	164.479,38	0,59	479.104,01
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	354.000,00	582.903,15	55.141,31	326.909,15	1,04	255.994,00	49.598,40	319.451,24	1,14	263.451,91
EDUCAÇÃO	9.212.000,00	9.586.361,27	1.460.858,95	5.663.401,98	17,95	3.922.959,29	1.425.827,90	5.397.449,90	19,22	4.188.911,37
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	363.000,00	370.464,18	52.998,40	242.199,12	0,77	128.265,06	47.822,29	230.078,80	0,82	140.385,38
ENSINO FUNDAMENTAL	6.283.000,00	6.507.258,70	969.309,13	3.788.416,40	12,00	2.718.842,30	963.242,55	3.586.295,52	12,77	2.920.963,18
ENSINO SUPERIOR	480.000,00	480.000,00	54.679,85	203.439,39	0,64	276.560,61	54.662,32	193.654,59	0,69	286.345,41
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.086.000,00	2.228.638,39	383.871,57	1.429.347,07	4,53	799.291,32	360.100,74	1.387.420,99	4,94	841.217,40
CULTURA	1.088.000,00	1.348.761,91	136.255,82	574.292,82	1,82	774.469,09	85.004,98	501.835,32	1,79	846.926,59
DIFUSÃO CULTURAL	1.088.000,00	1.348.761,91	136.255,82	574.292,82	1,82	774.469,09	85.004,98	501.835,32	1,79	846.926,59
URBANISMO	7.752.000,00	8.190.107,25	923.079,94	3.014.691,88	9,55	5.175.415,37	815.071,45	2.703.283,90	9,63	5.486.823,35
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	358.000,00	352.000,00	48.209,43	179.477,64	0,57	172.522,36	48.209,43	179.477,64	0,64	172.522,36
INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.430.000,00	3.497.671,34	57.049,16	308.663,66	0,98	3.189.007,68	56.985,16	268.206,93	0,96	3.229.464,41
SERVIÇOS URBANOS	3.964.000,00	4.340.435,91	817.821,35	2.526.550,58	8,01	1.813.885,33	709.876,86	2.255.599,33	8,03	2.084.836,58
HABITAÇÃO	20.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
HABITAÇÃO URBANA	20.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
SANEAMENTO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	654.000,00	713.712,14	280.271,28	562.168,07	1,78	151.544,07	109.343,74	326.499,00	1,16	387.213,14
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	654.000,00	713.712,14	280.271,28	562.168,07	1,78	151.544,07	109.343,74	326.499,00	1,16	387.213,14
AGRICULTURA	1.369.000,00	1.430.585,13	232.460,65	862.070,42	2,73	568.514,71	207.136,24	794.216,10	2,83	636.369,03
ADMINISTRAÇÃO GERAL	179.000,00	176.200,00	15.310,95	97.356,18	0,31	78.843,82	15.310,95	97.356,18	0,35	78.843,82
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	20.000,00	20.000,00	1.784,44	2.726,87	0,01	17.273,13	1.784,44	2.726,87	0,01	17.273,13
ABASTECIMENTO	100.000,00	101.017,52	36.630,00	37.548,00	0,12	63.469,52	0,00	0,00	0,00	101.017,52
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	1.070.000,00	1.133.367,61	178.735,26	724.439,37	2,30	408.928,24	190.040,85	694.133,05	2,47	439.234,56
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	61.000,00	61.000,00	12.444,04	43.371,08	0,14	17.628,92	12.444,04	43.371,08	0,15	17.628,92
ORDENAMENTO TERRITORIAL	61.000,00	61.000,00	12.444,04	43.371,08	0,14	17.628,92	12.444,04	43.371,08	0,15	17.628,92
INDÚSTRIA	144.100,00	141.040,00	34.827,26	80.606,46	0,26	60.433,54	19.195,64	58.931,10	0,21	82.108,90
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	144.100,00	141.040,00	34.827,26	80.606,46	0,26	60.433,54	19.195,64	58.931,10	0,21	82.108,90
COMÉRCIO E SERVIÇOS	179.000,00	172.944,51	24.548,30	106.979,43	0,34	65.965,08	24.548,30	106.979,43	0,38	65.965,08
PROMOÇÃO COMERCIAL	179.000,00	172.944,51	24.548,30	106.979,43	0,34	65.965,08	24.548,30	106.979,43	0,38	65.965,08
TRANSPORTE	270.000,00	331.426,00	151.999,20	151.999,20	0,48	179.426,80	127.746,00	127.746,00	0,45	203.680,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	270.000,00	331.426,00	151.999,20	151.999,20	0,48	179.426,80	127.746,00	127.746,00	0,45	203.680,00
DESPORTO E LAZER	800.000,00	1.163.834,89	289.778,10	797.821,24	2,53	366.013,65	277.191,43	724.173,76	2,58	439.661,13
DESPORTO COMUNITÁRIO	800.000,00	1.163.834,89	289.778,10	797.821,24	2,53	366.013,65	277.191,43	724.173,76	2,58	439.661,13
ENCARGOS ESPECIAIS	1.418.000,00	1.732.257,47	35.210,04	1.589.220,11	5,04	143.037,36	300.980,20	1.334.990,27	4,75	397.267,20
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.418.000,00	1.732.257,47	35.210,04	1.589.220,11	5,04	143.037,36	300.980,20	1.334.990,27	4,75	397.267,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.627.800,00	2.738.923,26	277.565,80	1.682.222,57	5,33	1.056.700,69	277.567,08	1.104.787,02	3,93	1.634.136,24
TOTAL III = (I + II)	56.000.000,00	60.580.094,14	7.528.903,14	31.558.591,92	100,00	29.021.502,22	7.695.414,12	28.078.257,63	100,00	32.501.836,51
ITAMARA PRESA HILARIO		***ERIC KRACHINSKI DA SILVA***				***FRANCISCO CLEI DA SILVA***				
Contador		Secretaria De Administração				Prefeito Municipal				
CRC: 057712/O-5										
Entidades:										
Câmara Municipal de Foz do Jordão										
Município de Foz do Jordão										
REGIME PROPRIO DE PREV SOCIAL DO MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO - PREVFOZ										

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:7F925E7D

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RREO - RECEITAS E DESPESAS COM ASPS

CONSOLIDADO DE FOZ DO JORDÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE

JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.690.000,00	3.690.000,00	2.230.749,54	60,45
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	550.000,00	550.000,00	169.991,08	30,91
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	300.000,00	300.000,00	223.349,32	74,45
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	1.008.109,33	91,65
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.740.000,00	1.740.000,00	829.299,81	47,66
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	31.910.000,00	31.910.000,00	19.170.673,56	60,08
Cota-Parte FPM	22.000.000,00	22.000.000,00	13.869.516,44	63,04
Cota-Parte ITR	900.000,00	900.000,00	133.881,57	14,88
Cota-Parte IPVA	950.000,00	950.000,00	461.695,45	48,60
Cota-Parte ICMS	7.900.000,00	7.900.000,00	4.632.071,17	58,63
Cota-Parte IPI-Exportação	160.000,00	160.000,00	73.508,93	45,94
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	35.600.000,00	35.600.000,00	21.401.423,10	60,12

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.345.450,0	6.259.717,8	4.968.437,70	79,37	4.688.240,97	74,90	4.528.051,51	72,34
Despesas Correntes	5.179.450,0	6.050.414,9	4.919.988,53	81,32	4.681.720,91	77,38	4.521.531,45	74,73
Despesas de Capital	166.000,00	209.302,87	48.449,17	23,15	6.520,06	3,12	6.520,06	3,12
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	12.550,00	12.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	12.550,00	12.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	8.000,00	8.000,00	107.023,33	1.337,79	99.638,83	1.245,49	49.021,15	612,76
Despesas Correntes	8.000,00	8.000,00	107.023,33	1.337,79	99.638,83	1.245,49	49.021,15	612,76
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	122.000,00	122.000,00	80.570,87	66,04	80.570,87	66,04	78.898,71	64,67
Despesas Correntes	117.000,00	117.000,00	80.570,87	68,86	80.570,87	68,86	78.898,71	67,43
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	90.000,00	90.000,00	56.249,69	62,50	56.249,69	62,50	55.515,37	61,68
Despesas Correntes	90.000,00	90.000,00	56.249,69	62,50	56.249,69	62,50	55.515,37	61,68
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.578.000,0	6.492.267,8	5.212.281,59	80,28	4.924.700,36	75,85	4.711.486,74	72,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.212.281,59	4.924.700,36	4.711.486,74
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	5.212.281,59	4.924.700,36	4.711.486,74
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.210.213,46
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	2.002.068,12	1.714.486,90	1.501.273,28
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	24,35	23,01	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) -
Empenhos de 2026	3.210.213,46	5.212.281,59	2.002.068,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.744,18	2.002.068,12
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	3.744,18	3.744,18	3.744,18	-3.744,18
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.127.000,00	4.244.233,54	3.139.284,48	73,97
Proveniente da União	3.410.000,00	3.527.233,54	2.791.870,99	79,15
Proveniente dos Estados	717.000,00	717.000,00	347.413,49	48,45
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	105.000,00	105.000,00	170.970,43	162,83
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.232.000,00	4.349.233,54	3.310.254,91	76,11

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.209.550,0	4.807.010,8	2.150.620,62	44,74	1.824.453,82	37,95	1.717.746,46	35,73
Despesas Correntes	3.824.550,0	4.138.939,9	1.862.359,73	45,00	1.819.263,82	43,95	1.717.746,46	41,50
Despesas de Capital	385.000,00	668.070,89	288.260,89	43,15	5.190,00	0,78	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	47.450,00	47.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	47.450,00	47.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	37.000,00	71.581,57	111.234,90	155,40	55.070,08	76,93	54.351,88	75,93
Despesas Correntes	29.000,00	39.042,75	83.435,90	213,70	55.070,08	141,05	54.351,88	139,21
Despesas de Capital	8.000,00	32.538,82	27.799,00	85,43	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	258.000,00	491.868,75	259.621,53	52,78	252.163,62	51,27	245.571,68	49,93
Despesas Correntes	183.000,00	284.388,75	127.141,53	44,71	119.683,62	42,08	113.091,68	39,77
Despesas de Capital	75.000,00	207.480,00	132.480,00	63,85	132.480,00	63,85	132.480,00	63,85
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.552.000,0	5.417.911,1	2.521.477,05	46,54	2.131.687,52	39,35	2.017.670,02	37,24

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.555.000,0	11.066.728,	7.119.058,32	64,33	6.512.694,79	58,85	6.245.797,97	56,44
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	45.000,00	79.581,57	218.258,23	274,26	154.708,91	194,40	103.373,03	129,90
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	380.000,00	613.868,75	340.192,40	55,42	332.734,49	54,20	324.470,39	52,86
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	90.000,00	90.000,00	56.249,69	62,50	56.249,69	62,50	55.515,37	61,68
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	10.130.000,	11.910.179,	7.733.758,64	64,93	7.056.387,88	59,25	6.729.156,76	56,50
ITAMARA PRESA HILARIO		***ERIC KRACHINSKI DA SILVA***			***FRANCISCO CLEI DA SILVA***			
Contador CRC: 057712/O-5		Secretaria De Administração			Prefeito Municipal			
Entidades:								
Câmara Municipal de Foz do Jordão								
Município de Foz do Jordão								
REGIME PROPRIO DE PREV SOCIAL DO MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO - PREVFOZ								

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:70BFC5B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE FINANÇAS
ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
PARANÁ
Exercício: 2026
Balancete da despesa
Período: Janeiro/2026 até Agosto/2026 R$ 1,00

Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld.Empenhar
27.001.04.128.0006.2018 - CAPACITACAO DE SERVIDORES DA ASSISTENCIA SOCIAL.1000					**7.578,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.578,00**
369	O	27.001.04.128.0006.2018.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	3.157,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.157,00
370	O	27.001.04.128.0006.2018.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	1.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.264,00
371	O	27.001.04.128.0006.2018.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	3.157,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.157,00
27.001.08.244.0010.1245 - CONCLUSAO DO CREAS.1000					**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**
372	O	27.001.08.244.0010.1245.4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALACOES	1000	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
27.001.08.244.0010.2029 - MANUTENCAO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA ASSISTENCIA SOCIAL.1000					**486.323,00**	**89.590,08**	**89.590,08**	**89.590,08**	**0,00**	**0,00**	**396.732,92**
373	O	27.001.08.244.0010.2029.3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	179.776,00	21.870,83	21.870,83	21.870,83	0,00	0,00	157.905,17
374	O	27.001.08.244.0010.2029.3.1.90.13.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1000	1.124,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.124,00
375	O	27.001.08.244.0010.2029.3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	5.618,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.618,00
376	O	27.001.08.244.0010.2029.3.1.90.94.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	1000	1.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.340,00
377	O	27.001.08.244.0010.2029.3.1.91.13.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1000	22.472,00	2.205,45	2.205,45	2.205,45	0,00	0,00	20.266,55
378	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	632,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632,00
379	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	1000	11.100,00	7.595,00	7.595,00	7.595,00	0,00	0,00	3.505,00
379	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	3978	1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
380	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	45.000,00	730,55	730,55	730,55	0,00	0,00	44.269,45
380	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3504	9.000,00	5.086,73	5.086,73	5.086,73	0,00	0,00	3.913,27
381	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1000	1.896,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896,00

381	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1978	750,00	714,20	714,20	714,20	0,00	0,00	35,80
382	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	1.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.264,00
383	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	56.180,00	7.289,31	7.289,31	7.289,31	0,00	0,00	48.890,69
384	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.40.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	1000	3.371,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.371,00
385	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.46.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	1000	15.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.900,00
386	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.90.93.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1000	562,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	562,00
387	O	27.001.08.244.0010.2029.3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	110.000,00	44.098,01	44.098,01	44.098,01	0,00	0,00	65.901,99
388	O	27.001.08.244.0010.2029.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	18.938,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.938,00
27.001.08.244.0010.2038 - MANUTENCAO DO CMAS; CMDC E CMDI.1000					**18.000,00**	**770,00**	**770,00**	**770,00**	**0,00**	**0,00**	**17.230,00**
389	O	27.001.08.244.0010.2038.3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	1000	5.000,00	770,00	770,00	770,00	0,00	0,00	4.230,00

Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld.Empenhar
390	O	27.001.08.244.0010.2038.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
391	O	27.001.08.244.0010.2038.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
392	O	27.001.08.244.0010.2038.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
27.001.08.244.0010.2039 - MANUTENCAO DO BLOCO GESTAO DO SUAS-GSUAS.1936					**29.013,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**29.013,37**
393	O	27.001.08.244.0010.2039.3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	1936	8.525,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.525,37
394	O	27.001.08.244.0010.2039.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1936	10.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.070,00
395	O	27.001.08.244.0010.2039.3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	1936	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
396	O	27.001.08.244.0010.2039.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1936	1.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.264,00
397	O	27.001.08.244.0010.2039.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1936	2.974,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.974,00
398	O	27.001.08.244.0010.2039.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1936	3.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.180,00
27.001.08.244.0010.2051 - MANUTENCAO DO BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA - FONTE 934.1934					**333.333,62**	**143.230,98**	**130.579,39**	**127.888,22**	**15.342,76**	**0,00**	**190.102,64**
399	O	27.001.08.244.0010.2051.3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1934	150.500,00	51.794,47	51.794,47	51.794,47	0,00	0,00	98.705,53
400	O	27.001.08.244.0010.2051.3.1.90.13.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1934	5.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.300,00
401	O	27.001.08.244.0010.2051.3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1934	2.526,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.526,00
402	O	27.001.08.244.0010.2051.3.1.91.13.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1000	16.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.440,00
402	O	27.001.08.244.0010.2051.3.1.91.13.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1934	11.339,00	4.465,10	4.465,10	4.465,10	0,00	0,00	6.873,90
403	O	27.001.08.244.0010.2051.3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	1934	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
404	O	27.001.08.244.0010.2051.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1934	57.726,00	29.627,58	19.233,69	16.794,52	12.833,06	0,00	28.098,42
404	O	27.001.08.244.0010.2051.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3934	55.596,69	55.440,83	53.183,13	52.931,13	2.509,70	0,00	155,86
405	O	27.001.08.244.0010.2051.3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	1000	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00
406	O	27.001.08.244.0010.2051.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1934	8.916,93	1.903,00	1.903,00	1.903,00	0,00	0,00	7.013,93
407	O	27.001.08.244.0010.2051.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1934	3.789,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.789,00
27.001.08.244.0010.2245 - MANUTENCAO DO CREAS.1000					**267.438,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**267.438,00**
408	O	27.001.08.244.0010.2245.3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	173.628,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	173.628,00
409	O	27.001.08.244.0010.2245.3.1.90.13.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1000	24.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.380,00
410	O	27.001.08.244.0010.2245.3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	1.590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.590,00
411	O	27.001.08.244.0010.2245.3.1.91.13.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1000	12.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.720,00
412	O	27.001.08.244.0010.2245.3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530,00
413	O	27.001.08.244.0010.2245.3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	1000	3.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.180,00

Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld.Empenhar
414	O	27.001.08.244.0010.2245.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	10.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.600,00
415	O	27.001.08.244.0010.2245.3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	1000	5.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.300,00
416	O	27.001.08.244.0010.2245.3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1000	530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530,00
417	O	27.001.08.244.0010.2245.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	3.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.180,00
418	O	27.001.08.244.0010.2245.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	5.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.300,00
419	O	27.001.08.244.0010.2245.3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1000	5.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.300,00
420	O	27.001.08.244.0010.2245.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00
27.002.08.244.0010.2031 - EXECUCAO DAS POLITICAS DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS.1000					**1.223.983,26**	**837.932,51**	**820.844,93**	**806.507,20**	**31.425,31**	**0,00**	**386.050,75**
421	O	27.002.08.244.0010.2031.3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	387.100,00	386.176,76	386.176,76	386.176,76	0,00	0,00	923,24
421	O	27.002.08.244.0010.2031.3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3978	14.399,96	13.024,71	13.024,71	13.024,71	0,00	0,00	1.375,25
422	O	27.002.08.244.0010.2031.3.1.90.13.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1000	14.500,00	8.266,49	8.266,49	7.519,21	747,28	0,00	6.233,51
422	O	27.002.08.244.0010.2031.3.1.90.13.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	3978	2.014,58	2.014,51	2.014,51	1.510,89	503,62	0,00	0,07
423	O	27.002.08.244.0010.2031.3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	7.500,00	2.812,60	2.812,60	2.812,60	0,00	0,00	4.687,40
424	O	27.002.08.244.0010.2031.3.1.91.13.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1000	33.500,00	33.221,86	33.221,86	33.221,86	0,00	0,00	278,14

425	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	1.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.264,00
426	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	1000	8.480,00	8.470,00	8.470,00	8.470,00	0,00	0,00	10,00
426	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	3000	10.000,00	6.125,00	6.125,00	6.125,00	0,00	0,00	3.875,00
427	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	73.000,00	31.510,57	27.275,20	27.275,20	4.235,37	0,00	41.489,43
427	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1989	446,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	446,71
427	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3989	12.699,52	7.667,06	7.667,06	7.667,06	0,00	0,00	5.032,46
427	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3990	29.000,00	12.078,41	12.078,41	12.078,41	0,00	0,00	16.921,59
428	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	1000	225.900,00	67.977,45	67.977,45	55.618,90	12.358,55	0,00	157.922,55
428	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	1990	21.296,42	21.244,34	21.244,34	21.244,34	0,00	0,00	52,08
428	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	3990	30.856,07	30.756,30	30.756,30	30.756,30	0,00	0,00	99,77
429	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE	1000	5.618,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.618,00
430	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	257.500,00	168.232,66	155.380,45	154.652,17	13.580,49	0,00	89.267,34
430	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1990	10.000,00	71,88	71,88	71,88	0,00	0,00	9.928,12
430	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3990	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00
431	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.46.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	1000	19.200,00	14.280,00	14.280,00	14.280,00	0,00	0,00	4.920,00
432	O	27.002.08.244.0010.2031.3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1000	11.236,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.236,00

Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld.Empenhar
433	O	27.002.08.244.0010.2031.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	22.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.472,00
433	O	27.002.08.244.0010.2031.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3940	10.000,00	8.150,00	8.150,00	8.150,00	0,00	0,00	1.850,00
433	O	27.002.08.244.0010.2031.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3990	3.500,00	3.351,91	3.351,91	3.351,91	0,00	0,00	148,09
27.002.08.244.0010.2032 - MANUTENCAO DO BLOCO GESTAO DO BF E CAD. UN..1940					**29.013,37**	**1.734,25**	**1.734,25**	**1.734,25**	**0,00**	**0,00**	**27.279,12**
434	O	27.002.08.244.0010.2032.3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	1940	4.500,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00	3.450,00
435	O	27.002.08.244.0010.2032.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1940	8.743,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.743,00
436	O	27.002.08.244.0010.2032.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1940	1.896,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896,00
437	O	27.002.08.244.0010.2032.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1940	13.874,37	684,25	684,25	684,25	0,00	0,00	13.190,12
27.002.08.246.0010.2246 - PROGRAMA DE ASSISTENCIA AO TRABALHADOR.1000					**415.800,00**	**123.700,00**	**123.700,00**	**123.700,00**	**0,00**	**0,00**	**292.100,00**
438	O	27.002.08.246.0010.2246.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	415.800,00	123.700,00	123.700,00	123.700,00	0,00	0,00	292.100,00
27.003.08.243.0009.6022 - ATENDIMENTO INTEGRAL A CRIANCA E O ADOLESCENTE.1000					**208.116,00**	**85.602,32**	**77.187,28**	**77.187,28**	**8.415,04**	**0,00**	**122.513,68**
439	O	27.003.08.243.0009.6022.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	5.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.600,00
439	O	27.003.08.243.0009.6022.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3941	10.000,00	9.282,00	9.282,00	9.282,00	0,00	0,00	718,00
440	O	27.003.08.243.0009.6022.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	1.516,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.516,00
441	O	27.003.08.243.0009.6022.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	110.000,00	67.320,32	58.905,28	58.905,28	8.415,04	0,00	42.679,68
441	O	27.003.08.243.0009.6022.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3941	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00
534	E	27.003.08.243.0009.6022.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3941	72.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
27.003.08.243.0009.6023 - MANUTENCAO DO SERVICO DE CONVIVENCIA.1000					**57.607,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**57.607,00**
442	O	27.003.08.243.0009.6023.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	9.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.250,00
443	O	27.003.08.243.0009.6023.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	10.733,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.733,00
444	O	27.003.08.243.0009.6023.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	37.624,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.624,00
27.003.08.243.0009.6025 - ATENDIMENTO A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIO- EDUCATIVAS.1000					**17.679,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.679,00**
445	O	27.003.08.243.0009.6025.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	3.789,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.789,00
446	O	27.003.08.243.0009.6025.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	1.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.264,00
447	O	27.003.08.243.0009.6025.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	12.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.626,00
27.003.08.243.0009.6026 - IMPLANTACAO/MANUT. PROGRAMA GUARDA SUBSIDIADA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES.1000					**25.251,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**25.251,00**
448	O	27.003.08.243.0009.6026.3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1000	25.251,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.251,00
27.003.08.243.0009.6027 - REALIZACAO DE CONFERENCIAS MUNICIPAIS E CAPACITACAO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS.1000					**8.589,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.589,00**

Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld.Empenhar
449	O	27.003.08.243.0009.6027.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	3.789,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.789,00
450	O	27.003.08.243.0009.6027.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	2.274,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.274,00
451	O	27.003.08.243.0009.6027.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	2.526,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.526,00
27.003.08.243.0009.6028 - FAMILIA ACOLHEDORA.1000					**21.200,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21.200,00**
452	O	27.003.08.243.0009.6028.3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1000	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00
27.003.08.243.0009.6623 - MANTENCAO DO PROJETO GUARA.1000					**29.043,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**29.043,00**
453	O	27.003.08.243.0009.6623.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	6.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.314,00
454	O	27.003.08.243.0009.6623.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	3.789,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.789,00
455	O	27.003.08.243.0009.6623.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	12.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.626,00

456	O	27.003.08.243.0009.6623.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	6.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.314,00
27.003.08.243.0243.6243 - MANUTENCAO DO PROGRAMA CRIANCA FELIZ.1000					**50.676,00**	**10.486,00**	**10.486,00**	**10.486,00**	**0,00**	**0,00**	**40.190,00**
457	O	27.003.08.243.0243.6243.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	10.281,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.281,00
458	O	27.003.08.243.0243.6243.3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	1000	37.866,00	10.486,00	10.486,00	10.486,00	0,00	0,00	27.380,00
459	O	27.003.08.243.0243.6243.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	2.529,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.529,00
27.003.12.361.0011.1103 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DELIBERACAO 13/2025 CEDCA.3941					**64.600,00**	**63.280,00**	**0,00**	**0,00**	**63.280,00**	**0,00**	**1.320,00**
460	E	27.003.12.361.0011.1103.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3941	64.600,00	63.280,00	0,00	0,00	63.280,00	0,00	1.320,00
27.004.08.241.0010.1856 - CONSTRUCAO DO CENTRO DE CONVIVENCIA DE IDOSOS.1856					**1.776.516,84**	**1.272.360,21**	**410.314,88**	**410.314,88**	**862.045,33**	**0,00**	**504.156,63**
461	O	27.004.08.241.0010.1856.4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALACOES	1856	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
461	O	27.004.08.241.0010.1856.4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALACOES	3857	1.276.516,84	1.272.360,21	410.314,88	410.314,88	862.045,33	0,00	4.156,63
27.004.08.241.0010.2036 - ATENDIMENTO INTEGRAL AO IDOSO.1000					**124.826,48**	**9.600,00**	**9.600,00**	**9.600,00**	**0,00**	**0,00**	**115.226,48**
462	O	27.004.08.241.0010.2036.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	3.157,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.157,00
462	O	27.004.08.241.0010.2036.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1861	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
462	O	27.004.08.241.0010.2036.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3946	11.000,00	9.600,00	9.600,00	9.600,00	0,00	0,00	1.400,00
462	O	27.004.08.241.0010.2036.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3947	52.113,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.113,48
463	O	27.004.08.241.0010.2036.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	6.742,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.742,00
464	O	27.004.08.241.0010.2036.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	6.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.314,00
464	O	27.004.08.241.0010.2036.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3947	20.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.500,00
27.004.08.241.0010.2037 - REALIZACAO DE CONFERENCIAS MUNICIPAIS E CAPACITACAO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS.1000					**12.115,00**	**35,00**	**35,00**	**35,00**	**0,00**	**0,00**	**12.080,00**

Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld.Empenhar
465	O	27.004.08.241.0010.2037.3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	1000	2.526,00	35,00	35,00	35,00	0,00	0,00	2.491,00
466	O	27.004.08.241.0010.2037.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	2.526,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.526,00
467	O	27.004.08.241.0010.2037.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	1.896,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896,00
468	O	27.004.08.241.0010.2037.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	3.157,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.157,00
468	O	27.004.08.241.0010.2037.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1934	2.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.010,00
27.004.08.241.0010.2241 - SUBVENCAO AO LAR DA DIVINA PROVIDENCIA.1000					**114.608,00**	**54.000,00**	**32.400,00**	**32.400,00**	**21.600,00**	**0,00**	**60.608,00**
469	O	27.004.08.241.0010.2241.3.3.50.43.00.00	SUBVENCOES SOCIAIS	1000	114.608,00	54.000,00	32.400,00	32.400,00	21.600,00	0,00	60.608,00
			Totais		**5.331.309,94**	**2.692.321,35**	**1.707.241,81**	**1.690.212,91**	**1.002.108,44**	**0,00**	**2.638.988,59**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI											25/09/2026 - 08:35:5

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***	***JEFFERSON DE SOUZA***
Prefeito	Controle Interno	Contador

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:AF467409

SECRETARIA DE FINANÇAS
BALALNÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE GUARACI
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	60.976.220,04	71.379.994,79	8.086.533,40	11,33	32.206.536,50	45,12	39.173.458,29
RECEITAS CORRENTES	48.028.404,16	49.606.472,20	7.111.257,16	14,34	28.665.882,83	57,79	20.940.589,37
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.133.893,62	5.350.893,62	579.285,87	10,83	2.508.829,33	46,89	2.842.064,29
Impostos	4.654.258,62	4.871.258,62	561.823,21	11,53	2.302.457,98	47,27	2.568.800,64
Taxas	479.635,00	479.635,00	17.462,66	3,64	206.371,35	43,03	273.263,65

Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	635.546,00	635.546,00	75.325,78	11,85	334.043,82	52,56	301.502,18
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	635.546,00	635.546,00	75.325,78	11,85	334.043,82	52,56	301.502,18
RECEITA PATRIMONIAL	110.132,94	119.850,98	227.715,28	190,00	820.197,37	684,35	-700.346,39
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	20.032,94	20.032,94	0,00	0,00	0,00	0,00	20.032,94
Valores Mobiliários	90.100,00	99.818,04	227.715,28	228,13	820.197,37	821,69	-720.379,33
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	970,00	0,00	-970,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.902,96	13.902,96	9.614,58	69,15	79.577,27	572,38	-65.674,31
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	13.902,96	13.902,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.902,96
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	9.614,58	0,00	79.577,27	0,00	-79.577,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.134.928,64	43.486.278,64	6.204.181,33	14,27	24.872.590,16	57,20	18.613.688,48
Transferências da União e de suas Entidades	22.888.799,46	24.186.399,46	3.943.694,84	16,31	15.412.652,49	63,72	8.773.746,97
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.855.597,52	13.884.347,52	1.553.040,67	11,19	6.433.642,35	46,34	7.450.705,17
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.390.531,66	5.390.531,66	707.445,82	13,12	3.001.295,32	55,68	2.389.236,34
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	100,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	15.134,32	0,00	49.674,88	0,00	-49.674,88
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	14.276,26	0,00	48.139,91	0,00	-48.139,91
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	858,06	0,00	1.534,97	0,00	-1.534,97
RECEITAS DE CAPITAL	12.947.815,88	21.773.522,59	975.276,24	4,48	3.540.653,67	16,26	18.232.868,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	19.420,00	19.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.420,00
Alienação de Bens Móveis	19.420,00	19.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.420,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.928.395,88	21.754.102,59	975.276,24	4,48	3.540.653,67	16,28	18.213.448,92
Transferências da União e de suas Entidades	875.792,00	1.651.792,00	0,00	0,00	788.000,00	47,71	863.792,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	12.052.603,88	20.102.310,59	975.276,24	4,85	2.752.653,67	13,69	17.349.656,92
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	60.976.220,04	71.379.994,79	8.086.533,40	11,33	32.206.536,50	45,12	39.173.458,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	60.976.220,04	71.379.994,79	8.086.533,40	11,33	32.206.536,50	45,12	39.173.458,29
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	60.976.220,04	71.379.994,79	8.086.533,40	11,33	32.206.536,50	45,12	39.173.458,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.481.690,36	0,00	0,00	6.481.690,36	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	6.481.690,36	0,00	0,00	6.481.690,36	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.288.503,00	71.982.950,00	13.249.971,13	34.332.152,07	37.650.797,93	8.193.560,13	26.697.448,72	45.285.501,28	26.389.698,05	7.634.703,35
DESPESAS CORRENTES	39.702.652,00	44.662.868,35	7.353.066,88	25.514.909,61	19.147.958,74	7.064.209,53	24.499.808,47	20.163.059,88	24.215.240,59	1.015.101,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.803.220,29	24.092.532,49	4.297.052,40	14.957.649,05	9.134.883,44	4.297.052,40	14.957.649,05	9.134.883,44	14.888.496,85	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.819.431,71	20.490.335,86	3.056.014,48	10.557.260,56	9.933.075,30	2.767.157,13	9.542.159,42	10.948.176,44	9.326.743,74	1.015.101,14
DESPESAS DE CAPITAL	14.385.289,00	27.119.519,65	5.896.904,25	8.817.242,46	18.302.277,19	1.129.350,60	2.197.640,25	24.921.879,40	2.174.457,46	6.619.602,21
INVESTIMENTOS	14.135.289,00	26.869.519,65	5.852.127,84	8.610.641,12	18.258.878,53	1.084.574,19	1.991.038,91	24.878.480,74	1.967.856,12	6.619.602,21
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.000,00	250.000,00	44.776,41	206.601,34	43.398,66	44.776,41	206.601,34	43.398,66	206.601,34	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.562,00	200.562,00	0,00	0,00	200.562,00	0,00	0,00	200.562,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.687.717,00	5.836.355,11	514.141,65	2.762.928,74	3.073.426,37	514.141,65	2.762.928,74	3.073.426,37	2.760.305,73	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	60.976.220,00	77.819.305,11	13.764.112,78	37.095.080,81	40.724.224,30	8.707.701,78	29.460.377,46	48.358.927,65	29.150.003,78	7.634.703,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	60.976.220,00	77.819.305,11	13.764.112,78	37.095.080,81	40.724.224,30	8.707.701,78	29.460.377,46	48.358.927,65	29.150.003,78	7.634.703,35
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.746.159,04	0,00	3.056.532,72	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	60.976.220,00	77.819.305,11	13.764.112,78	37.095.080,81	40.724.224,30	8.707.701,78	32.206.536,50	0,00	32.206.536,50	7.634.703,35
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g) = (e - f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO (I) = (e - h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.687.717,00	5.836.355,11	514.141,65	2.762.928,74	3.073.426,37	514.141,65	2.762.928,74	3.073.426,37	2.760.305,73	0,00
DESPESAS CORRENTES	6.687.717,00	5.836.355,11	514.141,65	2.762.928,74	3.073.426,37	514.141,65	2.762.928,74	3.073.426,37	2.760.305,73	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.245.420,00	2.238.558,11	292.451,25	1.155.277,19	1.083.280,92	292.451,25	1.155.277,19	1.083.280,92	1.152.654,18	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.442.297,00	3.597.797,00	221.690,40	1.607.651,55	1.990.145,45	221.690,40	1.607.651,55	1.990.145,45	1.607.651,55	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:2D58CEE5

SECRETARIA DE FINANÇAS
CRIANÇA E ADOLESCENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
PARANÁ
Exercício: 2026
Balancete da despesa
Período: Janeiro/2026 até Agosto/2026

R$ 1,00

Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld.Empenhar
05.006.13.243.0014.6160 - MANUTENCAO DE OFICINAS CULTURAIS.1000					**428.465,00**	**312.596,70**	**282.242,88**	**282.242,88**	**30.353,82**	**0,00**	**115.868,30**
85	O	05.006.13.243.0014.6160.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	13.889,00	3.918,20	3.918,20	3.918,20	0,00	0,00	9.970,80
86	O	05.006.13.243.0014.6160.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	O	05.006.13.243.0014.6160.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	267.576,00	266.470,12	266.470,12	266.470,12	0,00	0,00	1.105,88
87	O	05.006.13.243.0014.6160.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3000	147.000,00	42.208,38	11.854,56	11.854,56	30.353,82	0,00	104.791,62
27.003.08.243.0009.6022 - ATENDIMENTO INTEGRAL A CRIANCA E O ADOLESCENTE.1000					**208.116,00**	**85.602,32**	**77.187,28**	**77.187,28**	**8.415,04**	**0,00**	**122.513,68**
439	O	27.003.08.243.0009.6022.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	5.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.600,00
439	O	27.003.08.243.0009.6022.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3941	10.000,00	9.282,00	9.282,00	9.282,00	0,00	0,00	718,00
440	O	27.003.08.243.0009.6022.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	1.516,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.516,00
441	O	27.003.08.243.0009.6022.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	110.000,00	67.320,32	58.905,28	58.905,28	8.415,04	0,00	42.679,68
441	O	27.003.08.243.0009.6022.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3941	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00
534	E	27.003.08.243.0009.6022.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3941	72.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
27.003.08.243.0009.6023 - MANUTENCAO DO SERVICO DE CONVIVENCIA.1000					**57.607,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**57.607,00**
442	O	27.003.08.243.0009.6023.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	9.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.250,00
443	O	27.003.08.243.0009.6023.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	10.733,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.733,00
444	O	27.003.08.243.0009.6023.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	37.624,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.624,00
27.003.08.243.0009.6025 - ATENDIMENTO A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIO- EDUCATIVAS.1000					**17.679,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.679,00**
445	O	27.003.08.243.0009.6025.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	3.789,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.789,00
446	O	27.003.08.243.0009.6025.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	1.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.264,00
447	O	27.003.08.243.0009.6025.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	12.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.626,00
27.003.08.243.0009.6026 - IMPLANTACAO/MANUT. PROGRAMA GUARDA SUBSIDIADA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES.1000					**25.251,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**25.251,00**
448	O	27.003.08.243.0009.6026.3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1000	25.251,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.251,00
27.003.08.243.0009.6027 - REALIZACAO DE CONFERENCIAS MUNICIPAIS E CAPACITACAO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS.1000					**8.589,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.589,00**
449	O	27.003.08.243.0009.6027.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	3.789,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.789,00
450	O	27.003.08.243.0009.6027.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	2.274,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.274,00
451	O	27.003.08.243.0009.6027.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	2.526,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.526,00
27.003.08.243.0009.6028 - FAMILIA ACOLHEDORA.1000					**21.200,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21.200,00**
Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld.Empenhar
452	O	27.003.08.243.0009.6028.3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS	1000	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00
			FISICAS								
27.003.08.243.0009.6623 - MANTENCAO DO PROJETO GUARA.1000					**29.043,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**29.043,00**
453	O	27.003.08.243.0009.6623.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	6.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.314,00
454	O	27.003.08.243.0009.6623.3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000	3.789,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.789,00
455	O	27.003.08.243.0009.6623.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	12.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.626,00
456	O	27.003.08.243.0009.6623.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	6.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.314,00
27.003.08.243.0243.6243 - MANUTENCAO DO PROGRAMA CRIANCA FELIZ.1000					**50.676,00**	**10.486,00**	**10.486,00**	**10.486,00**	**0,00**	**0,00**	**40.190,00**
457	O	27.003.08.243.0243.6243.3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	10.281,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.281,00
458	O	27.003.08.243.0243.6243.3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	1000	37.866,00	10.486,00	10.486,00	10.486,00	0,00	0,00	27.380,00
459	O	27.003.08.243.0243.6243.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	2.529,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.529,00
Totais					**846.626,00**	**408.685,02**	**369.916,16**	**369.916,16**	**38.768,86**	**0,00**	**437.940,98**

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI		25/09/2026 - 08:37:01
MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***	***JEFFERSON DE SOUZA***
Prefeito	Controle Interno	Contador

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:26DE44C6

SECRETARIA DE FINANÇAS
DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE GUARACI														
PODER EXECUTIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)**
	Setembro 2025	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**Janeiro 2026**	**Fevereiro 2026**	**Março 2026**	**Abril 2026**	**Maio 2026**	**Junho 2026**	**Julho 2026**	**Agosto 2026**		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.239.538,66	2.241.915,85	2.321.606,39	3.411.060,31	2.175.260,82	2.307.716,26	2.351.680,17	2.357.511,14	2.372.383,39	2.358.514,54	3.325.150,26	2.347.956,39	29.810.294,18	141.217,28
Pessoal Ativo	1.766.660,79	1.744.335,45	1.821.659,56	2.700.685,39	1.742.467,81	1.823.160,49	1.852.495,51	1.872.352,86	1.848.703,12	1.858.481,62	2.587.366,41	1.835.605,04	23.453.974,05	97.240,80
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.582.156,67	1.560.836,27	1.635.319,18	2.341.034,15	1.546.936,37	1.623.865,19	1.647.499,45	1.666.342,56	1.641.140,55	1.650.708,23	2.376.988,84	1.631.662,89	20.904.490,35	97.240,80
Obrigações Patronais	184.504,12	183.499,18	186.340,38	359.651,24	195.531,44	199.295,30	204.996,06	206.010,30	207.562,57	207.773,39	210.377,57	203.942,15	2.549.483,70	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	433.141,07	430.181,15	428.550,39	645.337,68	432.793,01	432.896,01	447.260,82	446.708,84	447.497,72	450.558,86	679.390,23	453.157,33	5.727.473,11	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	361.607,43	358.647,51	355.195,15	536.425,79	360.512,71	360.512,71	372.229,12	371.863,52	371.863,52	375.713,54	566.521,58	378.716,01	4.769.808,59	0,00
Pensões	71.533,64	71.533,64	73.355,24	108.911,89	72.280,30	72.383,30	75.031,70	74.845,32	75.634,20	74.845,32	112.868,65	74.441,32	957.664,52	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	39.736,80	67.399,25	71.396,44	65.037,24	0,00	51.659,76	51.923,84	38.449,44	76.182,55	49.474,06	58.393,62	59.194,02	628.847,02	43.976,48
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	494.459,38	472.516,67	521.668,28	722.339,87	482.491,07	475.115,61	493.710,07	487.575,30	491.420,37	496.496,90	728.896,97	481.717,12	6.348.407,61	97.240,80
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	14.885,65	0,00	50.422,83	26.858,21	8.150,87	916,18	5.009,80	1.849,83	2.078,90	3.974,96	11.673,50	2.846,12	128.666,85	97.240,80
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	433.141,07	430.181,15	428.550,39	645.337,68	432.793,01	432.896,01	447.260,82	446.708,84	447.497,72	450.558,86	679.390,23	453.157,33	5.727.473,11	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento	40.147,70	36.050,56	36.322,55	39.256,30	41.546,49	41.302,72	41.438,75	39.015,93	41.843,05	41.962,38	37.832,54	25.712,97	462.431,94	0,00

ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)														
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	6.284,96	6.284,96	6.372,51	10.887,68	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	29.835,71	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.745.079,28	1.769.399,18	1.799.938,11	2.688.720,44	1.692.769,75	1.832.600,65	1.857.970,10	1.869.935,84	1.880.963,02	1.862.017,64	2.596.253,29	1.866.239,27	23.461.886,57	43.976,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**44.733.633,43**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**1.658.000,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	**470.492,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**42.605.141,43**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**23.505.863,05**	**55,17**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**23.006.776,37**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**21.856.437,55**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**20.706.098,73**	**48,60**
Notas Explicativas		
Notas Explicativas		
1 **INFORMAÇÕES INICIAIS**		
1. OBJETIVO E BASE LEGAL		
As presentes notas explicativas integram o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - Demonstrativo da Despesa com Pessoal, do Poder Executivo do Município de Guaraci/PR, consolidado dos orçamentos fiscal e da seguridade social, relativo ao quadrimestre maio a agosto de 2026, e têm por finalidade detalhar os critérios de apuração, a composição dos valores e as informações relevantes para a compreensão e a transparência do demonstrativo.		
O relatório atende ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a", e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), no art. 169 da Constituição Federal, no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e nas instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).		
2. CRITÉRIOS DE APURAÇÃO		
A despesa total com pessoal foi apurada pela soma das despesas liquidadas no mês em referência e nos 11 (onze) meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho, acrescida dos restos a pagar não processados, nos termos do art. 18, § 2º, da LRF (redação dada pela LC nº 178/2021).		
O percentual foi calculado sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) Ajustada dos últimos 12 (doze) meses, apurada na forma do art. 2º, inciso IV, da LRF, deduzidas as transferências da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) e os recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (art. 198, § 11, da CF, com redação da EC nº 120/2022).		
Resulta, assim, a despesa líquida com pessoal de R$ 23.461.886,56, que, acrescida dos restos a pagar não processados (R$ 43.976,48), totaliza a despesa total com pessoal (DTP) de R$ 23.505.863,04.		
5. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E AJUSTES		
Componente		
Valor (R$)		
Receita Corrente Líquida - RCL (12 meses) 44.733.576,98		
(-) Transferências da União - emendas individuais (art. 166-A, § 1º, CF) 1.658.000,00		
(-) Transferências da União - emendas de bancada (art. 166, § 16, CF) 0,00		
(-) Recursos destinados aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (art. 198, § 11, CF) 470.492,00		
(=) RCL Ajustada para cálculo dos limites 42.605.084,98		
Notas Explicativas		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
Referência		
Valor (R$)		
% da RCL Ajustada		
Despesa Total com Pessoal - DTP 23.505.863,04 55,17%		
Limite Máximo (art. 20, III, "b", LRF) 23.006.745,89 54,00%		
Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF) 21.856.408,60 51,30%		
Limite de Alerta (art. 59, § 1º, II, LRF) 20.706.071,30 48,60%		

Excesso sobre o limite máximo 499.117,15 +1,17 p.p.
2 **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**
Em razão da superação do limite máximo, o Município, nos termos do art. 23 da LRF e do art. 169, §§ 3º a 6º, da Constituição Federal, adotará as seguintes providências:
Eliminação do percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes ao da apuração, sendo de pelo menos um terço no primeiro (setembro a dezembro/2026) que equivale ao valor de R$ 166.372,38 e a totalidade no segundo (janeiro a abril/2027).
Observância das vedações do art. 22, parágrafo único, da LRF: não concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título; não criação de cargo, emprego ou função; não alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; não provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título (ressalvadas as reposições legais nas áreas de educação, saúde e segurança); e não contratação de hora extra, salvo nas exceções legais.
Revisão das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, com redução de pelo menos 20% (art. 169, § 3º, I, CF), redução de horas extras e reavaliação dos contratos de terceirização de mão de obra.
Perdurando o excesso após abril de 2027, poderá ocorrer abstenção de receber transferências voluntárias, de obter garantia de outro ente e de contratar operações de crédito, ressalvadas as hipóteses legais (art. 23, § 3º, LRF).
Adoção de medidas de reforço da arrecadação própria (cadastro imobiliário, cobrança de tributos e dívida ativa) e de compatibilização da Lei Orçamentária Anual e da LDO com o limite de despesa com pessoal, visando à ampliação da RCL e à recomposição da margem

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***	***JEFFERSON DE SOUZA***
Prefeito	Controle Interno	Contador

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:6815829E

SECRETARIA DE FINANÇAS
DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE GUARACI
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**					**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPO NIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EMPENHADOS E EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a – (b + c + d + e) - f)**	**RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
	DISPO NIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	**Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos**		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**1.485.103,73**	**1.392,35**	**245.463,12**	**6.840,58**	**197.163,56**	**0,00**	**1.034.244,12**	**926.246,32**	**0,00**	**107.997,80**
Recursos Não Vinculados de Impostos	1.013.161,37	1.392,35	245.463,12	6.840,58	197.163,56	0,00	562.301,76	910.321,32	0,00	-348.019,56
Outros Recursos não Vinculados	471.942,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	471.942,36	15.925,00	0,00	456.017,36
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	10.325.106,39	0,00	64.910,56	5.721,48	0,00	0,00	10.254.474,35	6.708.457,03	0,00	3.546.017,32
Recursos Vinculados à Educação	455.985,88	0,00	13.441,39	0,00	0,00	0,00	442.544,49	51.589,81	0,00	390.954,68
Transferências do FUNDEB	48.303,41	0,00	8.480,88	0,00	0,00	0,00	39.822,53	0,00	0,00	39.822,53
Outros Recursos Vinculados à Educação	407.682,47	0,00	4.960,51	0,00	0,00	0,00	402.721,96	51.589,81	0,00	351.132,15
Recursos Vinculados à Saúde	2.945.420,48	0,00	30.922,33	2.012,00	0,00	0,00	2.912.486,15	86.993,38	0,00	2.825.492,77
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	1.761.285,26	0,00	18.505,33	0,00	0,00	0,00	1.742.779,93	85.063,92	0,00	1.657.716,01
Outros Recursos Vinculados à Saúde	1.184.135,22	0,00	12.417,00	2.012,00	0,00	0,00	1.169.706,22	1.929,46	0,00	1.167.776,76
Recursos Vinculados à Assistência Social	2.253.708,28	0,00	3.194,79	1.170,00	0,00	0,00	2.249.343,49	937.976,92	0,00	1.311.366,57
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	3.707.584,66	0,00	0,00	1.412,02	0,00	0,00	3.706.172,64	5.594.299,85	0,00	-1.888.127,21
Transferências de Convênios e Instrumentos										

Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	2.332.072,95	0,00	0,00	644,57	0,00	0,00	2.331.428,38	5.553.288,63	0,00	-3.221.860,25
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	1.375.511,71	0,00	0,00	767,45	0,00	0,00	1.374.744,26	41.011,22	0,00	1.333.733,04
Demais Vinculações Legais	6.793,02	0,00	0,00	1.127,46	0,00	0,00	5.665,56	3.351,91	0,00	2.313,65
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	6.793,02	0,00	0,00	1.127,46	0,00	0,00	5.665,56	3.351,91	0,00	2.313,65
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	758.450,51	0,00	17.352,05	0,00	0,00	0,00	741.098,46	34.245,16	0,00	706.853,30
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**					**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPO NIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EMPENHADOS E EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a – (b + c + d + e) - f)**	**RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
	DISPO NIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	**Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos**		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
Recursos Extraorçamentários	197.163,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.163,56	0,00	0,00	197.163,56
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	22.950.638,39	0,04	0,00	0,00	3.620,93	0,00	22.947.017,42	1.889,25	0,00	22.945.128,17
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em	22.950.638,39	0,04	0,00	0,00	3.620,93	0,00	22.947.017,42	1.889,25	0,00	22.945.128,17
Capitalização (Plano Previdenciário)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	34.760.848,51	1.392,39	310.373,68	12.562,06	200.784,49	0,00	34.235.735,89	7.636.592,60	0,00	26.599.143,29
Notas Explicativas										
MARCOS ANTONIO DE SOUZA			***CLEVERSON NALDO PINA***					***JEFFERSON DE SOUZA***		
Prefeito			Controle Interno					Contador		

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:5217ABCD

SECRETARIA DE FINANÇAS
FUNÇÃO E SUB FUNÇÃO

MUNICÍPIO DE GUARACI											
PODER EXECUTIVO											
ESTADO DO PARANÁ											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.116.370,00	71.810.817,00	13.230.349,75	34.257.127,86	92,54	37.553.689,14	8.173.938,75	26.622.424,51	90,60	45.188.392,49	7.634.703,35
LEGISLATIVA	1.705.287,00	1.705.287,00	170.477,44	737.705,64	1,99	967.581,36	172.227,44	721.780,64	2,46	983.506,36	15.925,00
Ação Legislativa	1.705.287,00	1.705.287,00	170.477,44	737.705,64	1,99	967.581,36	172.227,44	721.780,64	2,46	983.506,36	15.925,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	12.248.603,00	13.890.672,72	1.868.769,25	6.943.512,32	18,76	6.947.160,40	1.785.055,59	6.506.219,12	22,14	7.384.453,60	437.293,20
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	8.763.325,00	10.405.394,72	1.428.023,14	5.461.487,56	14,75	4.943.907,16	1.360.749,12	5.087.782,48	17,31	5.317.612,24	373.705,08
Administração Financeira	2.599.974,00	2.599.974,00	303.560,28	999.986,12	2,70	1.599.987,88	287.120,64	936.398,00	3,19	1.663.576,00	63.588,12
Controle Interno	251.489,00	251.489,00	42.041,71	136.662,93	0,37	114.826,07	42.041,71	136.662,93	0,47	114.826,07	0,00
Normatização e Fiscalização	252.302,00	252.302,00	33.883,33	131.101,69	0,35	121.200,31	33.883,33	131.101,69	0,45	121.200,31	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	7.578,00	7.578,00	0,00	0,00	0,00	7.578,00	0,00	0,00	0,00	7.578,00	0,00
Administração de Receitas	373.935,00	373.935,00	61.260,79	214.274,02	0,58	159.660,98	61.260,79	214.274,02	0,73	159.660,98	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	206.500,00	505.000,00	0,00	0,00	0,00	505.000,00	0,00	0,00	0,00	505.000,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	206.500,00	505.000,00	0,00	0,00	0,00	505.000,00	0,00	0,00	0,00	505.000,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.343.570,67	5.052.660,94	359.747,10	2.545.050,93	6,87	2.507.610,01	580.205,87	1.623.251,39	5,52	3.429.409,55	921.799,54
Assistência ao Idoso	642.936,00	2.028.066,32	9.600,00	1.335.995,21	3,61	692.071,11	207.508,64	452.349,88	1,54	1.575.716,44	883.645,33
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	327.161,00	418.161,00	26.112,08	96.088,32	0,26	322.072,68	26.112,08	87.673,28	0,30	330.487,72	8.415,04
Assistência Comunitária	1.957.673,67	2.190.633,62	284.735,02	989.267,40	2,67	1.201.366,22	307.285,15	959.528,23	3,27	1.231.105,39	29.739,17
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	415.800,00	415.800,00	39.300,00	123.700,00	0,33	292.100,00	39.300,00	123.700,00	0,42	292.100,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	11.063.578,50	13.998.262,19	2.318.048,73	8.040.895,64	21,72	5.957.366,55	2.250.467,68	7.788.226,83	26,50	6.210.035,36	252.668,81
Atenção Básica	9.610.101,50	12.517.785,19	2.073.915,14	7.355.912,34	19,87	5.161.872,85	2.062.432,57	7.203.769,93	24,51	5.314.015,26	152.142,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	197.901,00	197.901,00	24.616,14	113.452,48	0,31	84.448,52	32.584,38	97.516,00	0,33	100.385,00	15.936,48
Suporte Profilático e Terapêutico	337.334,00	337.334,00	150.000,00	215.165,93	0,58	122.168,07	69.488,08	134.654,01	0,46	202.679,99	80.511,92
Vigilância Sanitária	796.786,00	823.786,00	53.365,29	339.862,73	0,92	483.923,27	69.810,49	335.784,73	1,14	488.001,27	4.078,00

Vigilância Epidemiológica	55.055,00	55.055,00	16.152,16	16.502,16	0,04	38.552,84	16.152,16	16.502,16	0,06	38.552,84	0,00
Alimentação e Nutrição	50.501,00	50.501,00	0,00	0,00	0,00	50.501,00	0,00	0,00	0,00	50.501,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	15.900,00	15.900,00	0,00	0,00	0,00	15.900,00	0,00	0,00	0,00	15.900,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	9.857.711,84	10.585.890,11	1.829.390,37	6.290.915,44	16,99	4.294.974,67	1.683.799,72	5.901.910,39	20,08	4.683.979,72	389.005,05
Ensino Fundamental	5.882.418,00	6.419.174,27	1.064.468,65	3.875.628,00	10,47	2.543.546,27	978.438,91	3.580.894,63	12,19	2.838.279,64	294.733,37
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	3.241.092,84	3.367.390,50	520.750,53	1.917.404,41	5,18	1.449.986,09	522.654,53	1.913.404,41	6,51	1.453.986,09	4.000,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	1.703,00	1.663,61	1.663,61	0,00	39,39	1.663,61	1.663,61	0,01	39,39	0,00
Educação Especial	195.061,00	258.482,34	129.214,17	129.214,17	0,35	129.268,17	86.142,78	86.142,78	0,29	172.339,56	43.071,39
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	539.140,00	539.140,00	113.293,41	367.005,25	0,99	172.134,75	94.899,89	319.804,96	1,09	219.335,04	47.200,29
CULTURA	1.170.704,00	1.832.344,00	194.664,32	641.469,23	1,73	1.190.874,77	173.626,66	590.178,61	2,01	1.242.165,39	51.290,62
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	889.239,00	1.403.879,00	106.671,10	328.872,53	0,89	1.075.006,47	87.371,10	307.935,73	1,05	1.095.943,27	20.936,80
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	281.465,00	428.465,00	87.993,22	312.596,70	0,84	115.868,30	86.255,56	282.242,88	0,96	146.222,12	30.353,82
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
URBANISMO	2.334.115,00	2.334.115,00	242.868,40	771.956,11	2,09	1.562.158,89	242.868,42	771.866,11	2,63	1.562.248,89	90,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	2.334.115,00	2.334.115,00	242.868,40	771.956,11	2,09	1.562.158,89	242.868,42	771.866,11	2,63	1.562.248,89	90,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	1.400.783,00	1.809.783,00	120.123,61	1.131.575,19	3,06	678.207,81	224.402,58	630.189,80	2,14	1.179.593,20	501.385,39
Preservação e Conservação Ambiental	1.400.783,00	1.809.783,00	120.123,61	1.131.575,19	3,06	678.207,81	224.402,58	630.189,80	2,14	1.179.593,20	501.385,39
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	19.444,00	19.444,00	2.529,26	9.637,71	0,03	9.806,29	2.529,26	9.637,71	0,03	9.806,29	0,00

Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	19.444,00	19.444,00	2.529,26	9.637,71	0,03	9.806,29	2.529,26	9.637,71	0,03	9.806,29	0,00
AGRICULTURA	5.687.392,99	12.104.759,70	3.838.806,08	3.910.836,18	10,56	8.193.923,52	394.618,32	466.648,42	1,59	11.638.111,28	3.444.187,76
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	5.687.392,99	12.104.759,70	3.838.806,08	3.910.836,18	10,56	8.193.923,52	394.618,32	466.648,42	1,59	11.638.111,28	3.444.187,76
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	1.814.480,00	4.019.020,00	1.857.340,00	1.857.340,00	5,02	2.161.680,00	249.534,52	249.534,52	0,85	3.769.485,48	1.607.805,48
Promoção Industrial	1.814.480,00	4.019.020,00	1.857.340,00	1.857.340,00	5,02	2.161.680,00	249.534,52	249.534,52	0,85	3.769.485,48	1.607.805,48
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	652.316,00	653.316,00	135.487,30	414.327,01	1,12	238.988,99	135.487,30	414.327,01	1,41	238.988,99	0,00
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	652.316,00	653.316,00	135.487,30	414.327,01	1,12	238.988,99	135.487,30	414.327,01	1,41	238.988,99	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	891.884,00	1.535.551,50	152.828,10	380.487,55	1,03	1.155.063,95	139.845,60	367.235,05	1,25	1.168.316,45	13.252,50
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	891.884,00	1.535.551,50	152.828,10	380.487,55	1,03	1.155.063,95	139.845,60	367.235,05	1,25	1.168.316,45	13.252,50

Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	870.000,00	914.710,84	139.269,79	581.418,91	1,57	333.291,93	139.269,79	581.418,91	1,98	333.291,93	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	331.000,00	375.710,84	44.776,41	251.555,07	0,68	124.155,77	44.776,41	251.555,07	0,86	124.155,77	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	539.000,00	539.000,00	94.493,38	329.863,84	0,89	209.136,16	94.493,38	329.863,84	1,12	209.136,16	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor – RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.687.717,00	5.836.355,11	514.141,65	2.762.928,74	7,46	3.073.426,37	514.141,65	2.762.928,74	9,40	3.073.426,37	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
TOTAL (III) = (I + II)	60.804.087,00	77.647.172,11	13.744.491,40	37.020.056,60	100,00	40.627.115,51	8.688.080,40	29.385.353,25	100,00	48.261.818,86	7.634.703,35
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	6.687.717,00	5.836.355,11	514.141,65	2.762.928,74	6,75	3.073.426,37	514.141,65	2.762.928,74	8,51	3.073.426,37	0,00
LEGISLATIVA	196.713,00	196.713,00	15.667,38	84.148,60	0,21	112.564,40	15.667,38	84.148,60	0,26	112.564,40	0,00
Ação Legislativa	196.713,00	196.713,00	15.667,38	84.148,60	0,21	112.564,40	15.667,38	84.148,60	0,26	112.564,40	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.907.116,00	1.907.116,00	118.948,47	668.372,86	1,63	1.238.743,14	118.948,47	668.372,86	2,06	1.238.743,14	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.708.889,00	1.708.889,00	97.589,46	584.994,92	1,43	1.123.894,08	97.589,46	584.994,92	1,80	1.123.894,08	0,00
Administração Financeira	104.100,00	104.100,00	10.989,40	43.487,93	0,11	60.612,07	10.989,40	43.487,93	0,13	60.612,07	0,00
Controle Interno	32.700,00	32.700,00	2.640,72	10.438,43	0,03	22.261,57	2.640,72	10.438,43	0,03	22.261,57	0,00
Normatização e Fiscalização	22.472,00	22.472,00	2.629,22	9.781,78	0,02	12.690,22	2.629,22	9.781,78	0,03	12.690,22	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	38.955,00	38.955,00	5.099,67	19.669,80	0,05	19.285,20	5.099,67	19.669,80	0,06	19.285,20	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	205.971,00	206.471,00	16.536,57	83.990,42	0,21	122.480,58	16.536,57	83.990,42	0,26	122.480,58	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	205.971,00	206.471,00	16.536,57	83.990,42	0,21	122.480,58	16.536,57	83.990,42	0,26	122.480,58	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	1.720.309,00	1.187.809,00	139.440,60	756.640,63	1,85	431.168,37	139.440,60	756.640,63	2,33	431.168,37	0,00
Atenção Básica	1.706.637,00	1.174.137,00	138.532,84	753.009,59	1,84	421.127,41	138.532,84	753.009,59	2,32	421.127,41	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	6.600,00	6.600,00	907,76	3.631,04	0,01	2.968,96	907,76	3.631,04	0,01	2.968,96	0,00
Vigilância Epidemiológica	7.072,00	7.072,00	0,00	0,00	0,00	7.072,00	0,00	0,00	0,00	7.072,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	2.435.970,00	2.116.608,11	189.530,11	1.039.746,73	2,54	1.076.861,38	189.530,11	1.039.746,73	3,20	1.076.861,38	0,00
Ensino Fundamental	2.005.570,00	1.721.570,00	158.575,33	856.791,34	2,09	864.778,66	158.575,33	856.791,34	2,64	864.778,66	0,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	430.400,00	395.038,11	30.954,78	182.955,39	0,45	212.082,72	30.954,78	182.955,39	0,56	212.082,72	0,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	16.414,00	16.414,00	1.255,72	4.971,58	0,01	11.442,42	1.255,72	4.971,58	0,02	11.442,42	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	16.414,00	16.414,00	1.255,72	4.971,58	0,01	11.442,42	1.255,72	4.971,58	0,02	11.442,42	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
URBANISMO	73.700,00	73.700,00	11.535,65	44.457,13	0,11	29.242,87	11.535,65	44.457,13	0,14	29.242,87	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	73.700,00	73.700,00	11.535,65	44.457,13	0,11	29.242,87	11.535,65	44.457,13	0,14	29.242,87	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	42.400,00	42.400,00	6.824,54	26.602,87	0,06	15.797,13	6.824,54	26.602,87	0,08	15.797,13	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	42.400,00	42.400,00	6.824,54	26.602,87	0,06	15.797,13	6.824,54	26.602,87	0,08	15.797,13	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	19.444,00	19.444,00	2.529,26	9.637,71	0,02	9.806,29	2.529,26	9.637,71	0,03	9.806,29	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	19.444,00	19.444,00	2.529,26	9.637,71	0,02	9.806,29	2.529,26	9.637,71	0,03	9.806,29	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	40.000,00	40.000,00	7.371,59	26.680,99	0,07	13.319,01	7.371,59	26.680,99	0,08	13.319,01	0,00
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	40.000,00	40.000,00	7.371,59	26.680,99	0,07	13.319,01	7.371,59	26.680,99	0,08	13.319,01	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	29.680,00	29.680,00	4.501,76	17.679,22	0,04	12.000,78	4.501,76	17.679,22	0,05	12.000,78	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	29.680,00	29.680,00	4.501,76	17.679,22	0,04	12.000,78	4.501,76	17.679,22	0,05	12.000,78	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											
MARCOS ANTONIO DE SOUZA							***CLEVERSON NALDO PINA***				
Prefeito							Controle Interno				
JEFFERSON DE SOUZA											
Contador											

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:9BA05215

SECRETARIA DE FINANÇAS
GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS

MUNICÍPIO DE GUARACI
PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO				
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	44.179.687,96	44.635.813,92	44.733.633,43	0,00
(-) T ransferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1o, da CF) (VII)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.658.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT ES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	43.179.687,96	43.635.813,92	43.075.633,43	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9o da Res. 43/01) - 22%	9.499.531,35	9.599.879,06	9.476.639,35	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1o do art. 59 da LRF) - 90%	8.549.578,22	8.639.891,15	8.528.975,42	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
EXTERNAS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***
Prefeito	Controle Interno
JEFFERSON DE SOUZA	
Contador	

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:6C5941A0

SECRETARIA DE FINANÇAS
PPP PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO			
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25			R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**REGISTROS EFETUADOS EM 2026**	
		No bimestre	**Até o Bimestre**
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***	***JEFFERSON DE SOUZA***
Prefeito	Controle Interno	Contador

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:F43ECB0E

SECRETARIA DE FINANÇAS
RCL - RECEITA CORRENTE LIQUIDA

MUNICÍPIO DE GUARACI														
PODER EXECUTIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO														
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA 2026**
	Setembro 2025	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**Janeiro 2026**	**Fevereiro 2026**	**Março 2026**	**Abril 2026**	**Maio 2026**	**Junho 2026**	**Julho 2026**	**Agosto 2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	**4.963.090,58**	**4.998.876,97**	**4.652.840,94**	**7.328.601,80**	**5.188.602,23**	**4.187.805,08**	**5.237.576,79**	**4.948.348,31**	**5.511.236,23**	**5.233.093,66**	**5.191.740,51**	**4.489.900,81**	**61.931.713,91**	**65.791.218,88**
Impostos, Taxas e	255.637,58	422.587,23	311.341,32	411.896,07	235.931,48	95.081,39	458.517,84	572.584,43	271.664,64	295.763,68	271.073,82	308.212,05	3.910.291,53	5.350.893,62

Contribuições de Melhoria														
IPTU	25.552,57	20.274,89	13.643,07	26.227,40	14.122,20	3.971,42	75.371,04	282.202,56	42.776,48	54.928,03	36.541,36	17.777,70	613.388,72	856.527,03
ISS	41.572,15	76.399,95	98.300,14	72.999,50	50.539,80	29.640,63	61.319,23	48.347,61	58.465,28	59.452,86	58.094,34	119.011,21	774.142,70	1.078.799,63
ITBI	25.218,34	164.418,82	27.481,97	18.591,57	10.230,68	24.420,00	55.700,01	21.625,62	29.600,00	7.641,52	7.366,32	11.060,49	403.355,34	830.799,24
IRRF	152.714,57	154.447,86	158.992,00	284.717,07	143.609,67	11.948,07	242.264,10	136.937,05	121.985,75	153.535,16	158.304,45	153.667,34	1.873.123,09	2.105.132,72
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.579,95	7.045,71	12.924,14	9.360,53	17.429,13	25.101,27	23.863,46	83.471,59	18.837,13	20.206,11	10.767,35	6.695,31	246.281,68	479.635,00
Receita de Contribuições	326.238,80	324.803,45	373.144,25	634.005,94	326.945,49	27.525,41	881.416,78	430.807,51	329.952,92	387.470,42	370.243,13	357.526,11	4.770.080,21	4.371.635,00
Receita Patrimonial	306.538,29	326.516,22	272.063,67	322.865,85	372.218,36	311.917,03	373.816,73	452.102,13	401.828,43	316.369,86	375.656,67	361.609,41	4.193.502,65	2.224.868,98
Rendimentos de Aplicação Financeira	306.538,29	326.356,71	272.063,67	322.865,85	372.218,36	311.917,03	373.816,73	452.102,13	401.828,43	316.369,86	375.656,67	361.609,41	4.193.343,14	2.204.836,04
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	159,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159,51	20.032,94
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	970,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	3.207,01	40.405,48	3.096,30	2.251,84	12.798,04	4.447,40	34.353,58	4.203,44	11.908,39	2.514,58	7.100,00	126.286,06	13.902,96
Transferências Correntes	3.612.035,35	3.560.813,15	3.288.390,30	5.807.240,50	3.656.728,74	3.719.607,32	3.047.818,57	3.328.005,82	4.338.359,93	3.950.841,87	3.841.405,14	3.326.804,91	45.478.051,60	51.372.604,32
Cota-Parte do FPM	1.901.447,24	1.275.233,87	1.819.788,10	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.709.414,20	22.536.776,38	23.129.313,79
Cota-Parte do ICMS	984.581,38	892.035,53	744.899,74	1.054.209,99	897.309,28	715.735,00	993.733,62	918.934,84	745.919,06	965.202,82	875.627,85	848.134,88	10.636.323,99	15.100.000,00
Cota-Parte do IPVA	30.865,37	29.906,47	16.021,12	34.592,78	238.487,88	86.645,07	69.741,91	61.257,87	56.903,19	26.651,82	21.189,30	16.728,32	688.991,10	973.080,00
Cota-Parte do ITR	94.188,00	480.365,62	89.282,43	86.370,75	61.255,01	17.862,91	5.064,36	8.522,91	13.684,37	18.675,71	10.688,56	30.964,42	916.925,05	913.720,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	13.851,50	13.283,70	13.129,10	15.903,31	11.848,88	12.434,18	12.308,63	10.827,70	13.011,70	17.376,50	15.729,92	16.937,92	166.643,04	148.843,08
Transferências do FUNDEB	299.438,76	351.009,10	324.811,17	375.423,20	452.786,39	346.719,54	337.831,40	387.656,98	406.387,78	362.467,41	356.062,59	351.383,23	4.351.977,55	5.402.552,66
Outras Transferências Correntes	287.663,10	518.978,86	280.458,64	1.449.198,05	223.105,94	312.357,07	280.038,47	352.371,11	1.179.943,89	534.927,74	408.129,68	353.241,94	6.180.414,49	5.705.094,79
Outras Receitas Correntes	462.640,56	360.949,91	367.495,92	149.497,14	593.556,32	20.875,89	471.559,47	130.494,84	165.226,87	270.739,44	330.847,17	128.648,33	3.452.531,86	2.457.314,00
DEDUÇÕES (II)	**1.445.022,82**	**1.433.140,21**	**1.392.577,45**	**1.604.919,21**	**1.754.839,04**	**857.899,53**	**2.066.101,44**	**1.325.294,22**	**1.298.815,85**	**1.449.086,55**	**1.337.765,95**	**1.232.618,21**	**17.198.080,48**	**16.184.746,68**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	170.388,78	169.929,41	170.979,29	338.444,01	168.375,27	4.191,62	340.736,84	176.698,45	143.960,87	212.304,35	179.733,85	180.881,17	2.256.623,91	2.058.648,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	594.932,27	495.734,48	493.716,94	414.278,29	727.940,55	22.658,87	974.030,86	269.038,92	290.116,42	413.259,74	468.476,42	267.713,20	5.431.896,96	4.134.755,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	213.053,54	229.311,33	191.257,18	222.659,16	262.356,00	218.942,93	265.344,08	361.961,34	314.332,95	212.833,15	249.962,83	259.587,97	3.001.602,46	2.105.018,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	466.648,23	538.164,99	536.624,04	629.537,75	596.167,22	612.106,11	485.989,66	517.595,51	550.405,61	610.689,31	439.592,85	524.435,87	6.507.957,15	7.886.325,68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**3.518.067,76**	**3.565.736,76**	**3.260.263,49**	**5.723.682,59**	**3.433.763,19**	**3.329.905,55**	**3.171.475,35**	**3.623.054,09**	**4.212.420,38**	**3.784.007,11**	**3.853.974,56**	**3.257.282,60**	**44.733.633,43**	**49.606.472,20**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	10.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	898.000,00	250.000,00	0,00	0,00	1.658.000,00	1.148.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.518.067,76	3.565.736,76	3.250.263,49	5.223.682,59	3.433.763,19	3.329.905,55	3.171.475,35	3.623.054,09	3.314.420,38	3.534.007,11	3.853.974,56	3.257.282,60	43.075.633,43	48.458.472,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	39.468,00	36.432,00	36.432,00	72.864,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	470.492,00	802.412,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS	3.478.599,76	3.529.304,76	3.213.831,49	5.150.818,59	3.398.101,19	3.294.243,55	3.135.813,35	3.587.392,09	3.278.758,38	3.498.345,11	3.818.312,56	3.221.620,60	42.605.141,43	47.656.060,20

LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI - VII-VIII)														
Notas Explicativas														

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***	***JEFFERSON DE SOUZA***
Prefeito	Controle Interno	Contador

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:62C0CFFA

SECRETARIA DE FINANÇAS
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE GUARACI												
PODER EXECUTIVO												
ESTADO DO PARANÁ												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO Em Exercícios	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e + k)**
	Inscritos					**Inscritos**						
	Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro 2025 (b)**	**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c + d)**	**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro 2025 (g)**	**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (**	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**114.961,48**	**114.660,69**	**0,00**	**300,79**	**0,00**	**3.412.839,73**	**3.388.859,35**	**3.387.776,02**	**648,00**	**24.415,71**	**24.716,50**
PODER EXECUTIVO	**0,00**	**114.961,48**	**114.660,69**	**0,00**	**300,79**	**0,00**	**3.412.839,73**	**3.388.859,35**	**3.387.776,02**	**648,00**	**24.415,71**	**24.716,50**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Câmara Municipal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Tribunal de Contas do Município	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**6.056,57**	**6.042,83**	**0,00**	**13,74**	**0,00**	**0,00**	**-5,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13,74**
PODER EXECUTIVO	**0,00**	**6.056,57**	**6.042,83**	**0,00**	**13,74**	**0,00**	**0,00**	**-5,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13,74**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**121.018,05**	**120.703,52**	**0,00**	**314,53**	**0,00**	**3.412.839,73**	**3.388.853,95**	**3.387.776,02**	**648,00**	**24.415,71**	**24.730,24**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null											22/09/2026 - 08:37:53	
Notas Explicativas												
MARCOS ANTONIO DE SOUZA				***CLEVERSON NALDO PINA***						***JEFFERSON DE SOUZA***		
Prefeito				Controle Interno						Contador		

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:47F76490

SECRETARIA DE FINANÇAS
SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO			
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)			R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS**

		(a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	4.654.258,62	4.871.258,62	2.302.457,98	47,27
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	856.527,03	856.527,03	527.690,79	61,61
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	830.799,24	830.799,24	167.644,64	20,18
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.078.799,63	1.078.799,63	484.870,96	44,95
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.888.132,72	2.105.132,72	1.122.251,59	53,31
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	39.432.378,08	39.432.378,08	21.684.912,83	54,99
Cota-Parte FPM	22.296.735,00	22.296.735,00	13.869.516,44	62,20
Cota-Parte ITR	913.720,00	913.720,00	166.718,25	18,25
Cota-Parte IPVA	973.080,00	973.080,00	577.605,36	59,36
Cota-Parte ICMS	15.100.000,00	15.100.000,00	6.960.597,35	46,10
Cota-Parte IPI-Exportação	148.843,08	148.843,08	110.475,43	74,22
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**44.086.636,70**	**44.303.636,70**	**23.987.370,81**	**54,14**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.995.752,50	7.948.110,00	5.377.690,75	67,66	5.313.269,52	66,85	5.272.704,04	66,34	64.421,23
Despesas Correntes	6.922.549,50	7.824.907,00	5.289.767,91	67,60	5.227.707,66	66,81	5.187.142,18	66,29	62.060,25
Despesas de Capital	73.203,00	123.203,00	87.922,84	71,36	85.561,86	69,45	85.561,86	69,45	2.360,98
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	197.901,00	197.901,00	113.452,48	57,33	97.516,00	49,28	89.310,62	45,13	15.936,48
Despesas Correntes	195.401,00	195.401,00	113.000,56	57,83	97.064,08	49,67	88.915,19	45,50	15.936,48
Despesas de Capital	2.500,00	2.500,00	451,92	18,08	451,92	18,08	395,43	15,82	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	337.334,00	337.334,00	215.165,93	63,78	134.654,01	39,92	134.654,01	39,92	80.511,92
Despesas Correntes	337.334,00	337.334,00	215.165,93	63,78	134.654,01	39,92	134.654,01	39,92	80.511,92
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	477.810,00	504.810,00	157.727,42	31,24	153.649,42	30,44	149.781,99	29,67	4.078,00
Despesas Correntes	280.956,00	307.956,00	157.727,42	51,22	153.649,42	49,89	149.781,99	48,64	4.078,00
Despesas de Capital	196.854,00	196.854,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	62.127,00	62.127,00	16.502,16	26,56	16.502,16	26,56	16.502,16	26,56	0,00
Despesas Correntes	57.707,00	57.707,00	16.502,16	28,60	16.502,16	28,60	16.502,16	28,60	0,00
Despesas de Capital	4.420,00	4.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	50.501,00	50.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	50.501,00	50.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	15.900,00	15.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	15.900,00	15.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**8.137.325,50**	**9.116.683,00**	**5.880.538,74**	**64,50**	**5.715.591,11**	**62,69**	**5.662.952,82**	**62,12**	**164.947,63**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.880.538,74	5.715.591,11	5.662.952,82
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	5.437,93	5.437,93	5.437,93
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**5.875.100,81**	**5.710.153,18**	**5.657.514,89**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		3.598.105,62	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	

Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	2.276.995,19	2.112.047,56	2.059.409,27
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**24,49**	**23,80**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2026	3.598.105,62	5.875.100,81	2.276.995,19	0,00	5.437,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.282.433,12
Empenhos de 2025	5.445.327,30	8.770.283,57	3.324.956,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.324.956,27
Empenhos de 2024	5.072.125,55	7.938.363,80	2.866.238,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.866.238,25
Empenhos de 2023	4.389.131,77	7.879.431,79	3.490.300,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.490.300,02
Empenhos de 2022 e anteriores	3.294.523,19	6.686.445,60	3.391.922,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.391.922,41
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	61.194,46	61.194,46	61.194,46	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**61.194,46**	**61.194,46**	**61.194,46**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.150.320,00	4.900.320,00	2.304.029,70	47,02
Proveniente da União	2.302.799,00	3.052.799,00	2.072.797,55	67,90
Proveniente dos Estados	1.847.521,00	1.847.521,00	231.232,15	12,52
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	3.314,96	195.629,94	5.901,43
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**4.150.320,00**	**4.903.634,96**	**2.499.659,64**	**50,98**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.162.120,00	5.142.446,19	2.277.407,06	44,29	2.190.413,68	42,59	2.159.491,35	41,99	86.993,38
Despesas Correntes	2.526.620,00	4.091.831,19	2.253.497,58	55,07	2.168.303,68	52,99	2.149.798,35	52,54	85.193,90
Despesas de Capital	635.500,00	1.050.615,00	23.909,48	2,28	22.110,00	2,10	9.693,00	0,92	1.799,48
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	325.576,00	325.576,00	104.689,24	32,16	104.689,24	32,16	104.689,24	32,16	0,00
Despesas Correntes	325.576,00	325.576,00	104.689,24	32,16	104.689,24	32,16	104.689,24	32,16	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**3.487.696,00**	**5.468.022,19**	**2.382.096,30**	**43,56**	**2.295.102,92**	**41,97**	**2.264.180,59**	**41,41**	**86.993,38**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	10.157.872,50	13.090.556,19	7.655.097,81	58,48	7.503.683,20	57,32	7.432.195,39	56,78	151.414,61
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	197.901,00	197.901,00	113.452,48	57,33	97.516,00	49,28	89.310,62	45,13	15.936,48
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	337.334,00	337.334,00	215.165,93	63,78	134.654,01	39,92	134.654,01	39,92	80.511,92
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	803.386,00	830.386,00	262.416,66	31,60	258.338,66	31,11	254.471,23	30,64	4.078,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	62.127,00	62.127,00	16.502,16	26,56	16.502,16	26,56	16.502,16	26,56	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	50.501,00	50.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	15.900,00	15.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**11.625.021,50**	**14.584.705,19**	**8.262.635,04**	**56,65**	**8.010.694,03**	**54,93**	**7.927.133,41**	**54,35**	**251.941,01**
Notas Explicativas									

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***CLEVERSON NALDO PINA***	***JEFFERSON DE SOUZA***
Prefeito	Controle Interno	Contador

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:EFE92258

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	09/2025	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**07/2026**	**08/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.663.670,11	2.728.067,78	2.562.716,61	4.852.230,35	2.679.269,14	2.544.135,40	2.552.292,18	2.693.108,50	2.551.983,80	2.663.342,42	2.570.439,77	2.567.302,94	33.628.559,00	0,00
Pessoal Ativo	2.497.283,65	2.606.134,74	2.479.385,25	4.730.514,77	2.576.624,80	2.439.168,37	2.447.844,80	2.568.063,79	2.424.312,09	2.558.471,52	2.468.866,63	2.461.195,03	32.257.865,44	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.196.780,10	2.301.647,80	2.176.227,67	4.194.786,29	2.258.436,26	2.125.279,12	2.136.457,20	2.250.388,66	2.115.259,75	2.246.278,00	2.157.967,35	2.146.331,52	28.305.839,72	0,00
Obrigações Patronais	300.503,55	304.486,94	303.157,58	535.728,48	318.188,54	313.889,25	311.387,60	317.675,13	309.052,34	312.193,52	310.899,28	314.863,51	3.952.025,72	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	166.386,46	121.933,04	83.331,36	121.715,58	102.644,34	104.967,03	104.447,38	125.044,71	127.671,71	104.870,90	101.573,14	106.107,91	1.370.693,56	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	52.899,52	55.060,34	349.933,69	257.770,95	219.877,82	79.616,26	73.347,05	131.871,30	87.909,35	137.544,81	110.619,81	62.999,60	1.619.450,50	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	307.716,47	170.271,83	167.250,56	26.989,00	14.559,40	77.957,62	32.159,39	90.659,81	57.538,67	16.661,82	961.764,57	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	378,24	378,24	378,24	378,24	378,24	378,24	378,24	378,24	3.025,92	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	52.448,54	55.060,34	42.217,22	87.499,12	52.249,02	52.249,02	58.409,41	53.535,44	55.371,72	46.506,76	52.702,90	45.959,54	654.209,03	0,00

combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)														
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	450,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,98	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.610.770,59	2.673.007,44	2.212.782,92	4.594.459,40	2.459.391,32	2.464.519,14	2.478.945,13	2.561.237,20	2.464.074,45	2.525.797,61	2.459.819,96	2.504.303,34	32.009.108,50	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	67.498.045,19	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.575.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	647.512,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	64.275.533,19	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	32.009.108,50	49,8%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	34.708.787,92	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	32.973.348,53	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	31.237.909,13	48,6%

Entidades:

Município de Inácio Martins

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 23/09/2026 11:02

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:B858B322

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	60.049.900,00	73.737.623,51	10.679.672,05	43.677.840,28	89,77	30.059.783,23	12.100.757,85	42.017.322,28	89,40	31.720.301,23
ADMINISTRAÇÃO	8.158.065,41	9.693.543,03	1.439.975,92	6.290.171,98	12,93	3.403.371,05	1.439.696,41	6.274.711,65	13,35	3.418.831,38
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	103.600,00	103.600,00	14.872,88	62.490,06	0,13	41.109,94	14.872,88	62.490,06	0,13	41.109,94
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	102.600,00	102.600,00	14.557,60	60.222,67	0,12	42.377,33	14.557,60	60.222,67	0,13	42.377,33
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.795.165,41	7.463.789,00	1.159.859,59	4.933.259,45	10,14	2.530.529,55	1.159.580,08	4.917.799,12	10,46	2.545.989,88
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.668.100,00	1.537.147,31	185.808,88	968.941,63	1,99	568.205,68	185.808,88	968.941,63	2,06	568.205,68
CONTROLE INTERNO	91.500,00	91.500,00	13.365,77	55.161,62	0,11	36.338,38	13.365,77	55.161,62	0,12	36.338,38
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	118.500,00	118.500,00	16.283,91	64.156,10	0,13	54.343,90	16.283,91	64.156,10	0,14	54.343,90

TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO	56.500,00	56.500,00	7.952,06	31.052,97	0,06	25.447,03	7.952,06	31.052,97	0,07	25.447,03
ORDENAMENTO TERRITORIAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	205.100,00	202.906,72	27.275,23	114.887,48	0,24	88.019,24	27.275,23	114.887,48	0,24	88.019,24
COMUNICAÇÃO SOCIAL	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
SEGURANÇA PÚBLICA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DEFESA CIVIL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.649.300,00	3.076.659,55	430.917,28	1.783.458,09	3,67	1.293.201,46	393.368,61	1.717.364,82	3,65	1.359.294,73
ADMINISTRAÇÃO GERAL	103.600,00	105.600,00	14.937,67	62.017,22	0,13	43.582,78	14.937,67	62.017,22	0,13	43.582,78
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	17.000,00	46.663,57	2.693,05	33.893,51	0,07	12.770,06	1.726,53	32.596,65	0,07	14.066,92
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	76.500,00	182.580,70	12.727,28	150.626,18	0,31	31.954,52	12.727,28	150.626,18	0,32	31.954,52
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	609.800,00	701.534,37	142.705,38	420.923,05	0,87	280.611,32	102.289,68	368.729,09	0,78	332.805,28
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	73.400,00	137.440,91	7.952,06	104.096,24	0,21	33.344,67	7.952,06	104.096,24	0,22	33.344,67
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	1.769.000,00	1.902.840,00	249.901,84	1.011.901,89	2,08	890.938,11	253.735,39	999.299,44	2,13	903.540,56
SAÚDE	14.645.114,40	20.567.328,13	3.000.818,07	12.164.720,47	25,00	8.402.607,66	4.418.208,12	11.881.170,66	25,28	8.686.157,47
ADMINISTRAÇÃO GERAL	121.700,00	249.426,53	38.649,78	132.697,40	0,27	116.729,13	38.649,78	132.697,40	0,28	116.729,13
ATENÇÃO BÁSICA	9.010.300,00	13.627.491,03	1.914.057,82	8.317.227,33	17,09	5.310.263,70	3.289.509,54	8.048.889,80	17,13	5.578.601,23
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.634.114,40	5.318.022,87	862.425,40	3.043.381,08	6,25	2.274.641,79	905.763,73	3.031.639,01	6,45	2.286.383,86
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	250.000,00	320.000,00	80.000,00	240.000,00	0,49	80.000,00	80.000,00	240.000,00	0,51	80.000,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	629.000,00	1.052.387,70	105.685,07	431.414,66	0,89	620.973,04	104.285,07	427.944,45	0,91	624.443,25
EDUCAÇÃO	19.562.600,00	21.566.596,30	3.002.425,08	12.643.574,42	25,99	8.923.021,88	2.978.663,01	12.524.173,20	26,65	9.042.423,10
ADMINISTRAÇÃO GERAL	471.500,00	556.000,00	46.807,47	244.427,39	0,50	311.572,61	49.362,76	243.468,90	0,52	312.531,10
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	75.000,00	75.000,00	3.221,42	3.221,42	0,01	71.778,58	3.221,42	3.221,42	0,01	71.778,58
ENSINO FUNDAMENTAL	10.554.300,00	10.659.173,02	1.798.728,34	6.950.143,61	14,28	3.709.029,41	1.805.176,08	6.871.119,69	14,62	3.788.053,33
EDUCAÇÃO INFANTIL	6.933.300,00	8.788.923,28	1.068.271,37	5.155.853,14	10,60	3.633.070,14	1.053.891,73	5.134.819,79	10,93	3.654.103,49
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	240.000,00	198.000,00	11.120,99	11.120,99	0,02	186.879,01	163,73	163,73	0,00	197.836,27
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.288.500,00	1.289.500,00	74.275,49	278.807,87	0,57	1.010.692,13	66.847,29	271.379,67	0,58	1.018.120,33
CULTURA	149.000,00	149.288,32	24.881,01	32.216,15	0,07	117.072,17	5.591,19	12.195,78	0,03	137.092,54
DIFUSÃO CULTURAL	149.000,00	149.288,32	24.881,01	32.216,15	0,07	117.072,17	5.591,19	12.195,78	0,03	137.092,54
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
URBANISMO	2.686.900,00	5.319.492,88	1.599.319,43	4.024.179,84	8,27	1.295.313,04	823.556,48	2.911.642,45	6,20	2.407.850,43
ADMINISTRAÇÃO GERAL	103.600,00	103.600,00	13.532,52	40.299,20	0,08	63.300,80	13.532,52	40.299,20	0,09	63.300,80
INFRA-ESTRUTURA URBANA	342.000,00	2.635.843,33	1.175.732,09	2.386.129,59	4,90	249.713,74	468.026,32	1.341.845,52	2,86	1.293.997,81
SERVIÇOS URBANOS	2.241.300,00	2.580.049,55	410.054,82	1.597.751,05	3,28	982.298,50	341.997,64	1.529.497,73	3,25	1.050.551,82
SANEAMENTO	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	803.000,00	943.917,23	130.262,85	558.999,62	1,15	384.917,61	112.545,31	534.556,54	1,14	409.360,69
ADMINISTRAÇÃO GERAL	104.000,00	104.093,91	18.534,03	54.975,11	0,11	49.118,80	18.534,03	54.975,11	0,12	49.118,80
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	699.000,00	839.823,32	111.728,82	504.024,51	1,04	335.798,81	94.011,28	479.581,43	1,02	360.241,89
AGRICULTURA	962.200,00	1.733.778,74	99.186,38	1.301.529,59	2,67	432.249,15	100.036,48	1.300.715,26	2,77	433.063,48
ADMINISTRAÇÃO GERAL	103.600,00	46.733,34	0,00	33.533,74	0,07	13.199,60	0,00	33.533,74	0,07	13.199,60
EXTENSÃO RURAL	858.600,00	1.687.045,40	99.186,38	1.267.995,85	2,61	419.049,55	100.036,48	1.267.181,52	2,70	419.863,88
INDÚSTRIA	13.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	13.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	331.500,00	117.052,24	3.781,94	74.915,87	0,15	42.136,37	3.781,94	74.915,87	0,16	42.136,37
PROMOÇÃO COMERCIAL	57.500,00	38.583,51	3.781,94	21.879,94	0,04	16.703,57	3.781,94	21.879,94	0,05	16.703,57
TURISMO	274.000,00	78.468,73	0,00	53.035,93	0,11	25.432,80	0,00	53.035,93	0,11	25.432,80
TRANSPORTE	2.566.200,00	3.708.488,66	331.106,45	2.175.830,39	4,47	1.532.658,27	1.210.114,08	2.162.956,79	4,60	1.545.531,87
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.566.200,00	3.708.488,66	331.106,45	2.175.830,39	4,47	1.532.658,27	1.210.114,08	2.162.956,79	4,60	1.545.531,87
DESPORTO E LAZER	297.900,00	337.900,00	51.651,25	181.351,14	0,37	156.548,86	49.849,83	176.026,54	0,37	161.873,46
DESPORTO COMUNITÁRIO	297.900,00	337.900,00	51.651,25	181.351,14	0,37	156.548,86	49.849,83	176.026,54	0,37	161.873,46
ENCARGOS ESPECIAIS	5.516.000,00	4.925.488,86	565.346,39	2.446.892,72	5,03	2.478.596,14	565.346,39	2.446.892,72	5,21	2.478.596,14
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	4.000.000,00	3.800.000,00	543.929,55	2.215.498,13	4,55	1.584.501,87	543.929,55	2.215.498,13	4,71	1.584.501,87
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.516.000,00	1.125.488,86	21.416,84	231.394,59	0,48	894.094,27	21.416,84	231.394,59	0,49	894.094,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.651.120,19	1.530.089,57	0,00	0,00	0,00	1.530.089,57	0,00	0,00	0,00	1.530.089,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.651.120,19	1.530.089,57	0,00	0,00	0,00	1.530.089,57	0,00	0,00	0,00	1.530.089,57
DESPESAS (INTRA-	8.442.100,00	8.726.316,44	1.236.928,82	4.979.345,80	10,23	3.746.970,64	1.236.928,82	4.979.345,80	10,60	3.746.970,64

ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
TOTAL III = (I +	68.492.000,00	82.463.939,95	11.916.600,87	48.657.186,08	100,00	33.806.753,87	13.337.686,67	46.996.668,08	100,00	35.467.271,87
Entidades:										
Município de Inácio Martins										

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:60AD00DE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.442.100,00	8.726.316,44	1.236.928,82	4.979.345,80	10,23	3.746.970,64	1.236.928,82	4.979.345,80	10,60	3.746.970,64
ADMINISTRAÇÃO	1.246.500,00	1.772.504,21	286.254,23	1.149.206,06	2,36	623.298,15	286.254,23	1.149.206,06	2,45	623.298,15
ADMINISTRAÇÃO GERAL	716.400,00	1.247.428,86	223.387,16	893.351,30	1,84	354.077,56	223.387,16	893.351,30	1,90	354.077,56
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	441.500,00	430.422,60	49.569,60	202.263,53	0,42	228.159,07	49.569,60	202.263,53	0,43	228.159,07
CONTROLE INTERNO	21.900,00	22.879,92	3.187,88	12.568,58	0,03	10.311,34	3.187,88	12.568,58	0,03	10.311,34
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	16.500,00	17.232,36	2.382,51	9.348,73	0,02	7.883,63	2.382,51	9.348,73	0,02	7.883,63
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	50.200,00	54.540,47	7.727,08	31.673,92	0,07	22.866,55	7.727,08	31.673,92	0,07	22.866,55
ASSISTÊNCIA SOCIAL	378.200,00	382.494,72	46.982,43	191.169,89	0,39	191.324,83	46.982,43	191.169,89	0,41	191.324,83
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	12.400,00	12.400,00	0,00	2.639,08	0,01	9.760,92	0,00	2.639,08	0,01	9.760,92
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	364.800,00	370.094,72	46.982,43	188.530,81	0,39	181.563,91	46.982,43	188.530,81	0,40	181.563,91
PREVIDÊNCIA SOCIAL	450.000,00	450.000,00	67.430,99	268.150,97	0,55	181.849,03	67.430,99	268.150,97	0,57	181.849,03
PREVIDÊNCIA BÁSICA	450.000,00	450.000,00	67.430,99	268.150,97	0,55	181.849,03	67.430,99	268.150,97	0,57	181.849,03
SAÚDE	2.327.400,00	2.190.481,43	318.629,74	1.285.305,79	2,64	905.175,64	318.629,74	1.285.305,79	2,73	905.175,64
ADMINISTRAÇÃO GERAL	19.700,00	24.282,05	3.610,58	15.082,95	0,03	9.199,10	3.610,58	15.082,95	0,03	9.199,10
ATENÇÃO BÁSICA	2.151.500,00	1.986.993,29	295.710,45	1.190.421,73	2,45	796.571,56	295.710,45	1.190.421,73	2,53	796.571,56
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	156.200,00	179.206,09	19.308,71	79.801,11	0,16	99.404,98	19.308,71	79.801,11	0,17	99.404,98
EDUCAÇÃO	3.424.900,00	3.306.336,66	446.288,11	1.782.846,98	3,66	1.523.489,68	446.288,11	1.782.846,98	3,79	1.523.489,68
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	28.200,00	28.200,00	0,00	0,00	0,00	28.200,00	0,00	0,00	0,00	28.200,00
ENSINO FUNDAMENTAL	1.692.100,00	1.662.392,36	266.518,57	1.066.265,14	2,19	596.127,22	266.518,57	1.066.265,14	2,27	596.127,22
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.358.300,00	1.264.437,00	170.170,40	671.083,87	1,38	593.353,13	170.170,40	671.083,87	1,43	593.353,13
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	32.200,00	32.200,00	0,00	0,00	0,00	32.200,00	0,00	0,00	0,00	32.200,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	312.100,00	318.107,30	9.599,14	45.497,97	0,09	272.609,33	9.599,14	45.497,97	0,10	272.609,33
CULTURA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
URBANISMO	215.400,00	172.815,26	19.094,40	86.726,27	0,18	86.088,99	19.094,40	86.726,27	0,18	86.088,99
SERVIÇOS URBANOS	215.400,00	172.815,26	19.094,40	86.726,27	0,18	86.088,99	19.094,40	86.726,27	0,18	86.088,99
GESTÃO AMBIENTAL	99.500,00	101.680,77	7.388,22	36.877,02	0,08	64.803,75	7.388,22	36.877,02	0,08	64.803,75
ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.600,00	52.395,86	6.147,82	18.208,26	0,04	34.187,60	6.147,82	18.208,26	0,04	34.187,60
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	48.900,00	49.284,91	1.240,40	18.668,76	0,04	30.616,15	1.240,40	18.668,76	0,04	30.616,15
AGRICULTURA	145.400,00	147.589,09	23.103,82	88.834,79	0,18	58.754,30	23.103,82	88.834,79	0,19	58.754,30
EXTENSÃO RURAL	145.400,00	147.589,09	23.103,82	88.834,79	0,18	58.754,30	23.103,82	88.834,79	0,19	58.754,30
TRANSPORTE	141.800,00	189.414,30	21.756,88	90.228,03	0,19	99.186,27	21.756,88	90.228,03	0,19	99.186,27
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	141.800,00	189.414,30	21.756,88	90.228,03	0,19	99.186,27	21.756,88	90.228,03	0,19	99.186,27
DESPORTO E LAZER	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPORTO COMUNITÁRIO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (I) =	8.442.100,00	8.726.316,44	1.236.928,82	4.979.345,80	100,00	3.746.970,64	1.236.928,82	4.979.345,80	100,00	3.746.970,64
Entidades:										
Município de Inácio Martins										

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:D04615DD

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													Previsão atualiza 2026
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026	TOTAL	
RECEITAS CORRENTES (I)	5.790.171,35	7.020.288,46	5.379.247,33	7.822.130,70	6.007.153,56	5.885.094,37	5.549.390,49	5.503.169,66	6.447.406,13	7.748.953,32	6.922.954,02	5.743.076,52	75.819.035,91	82.180.084,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	402.944,85	624.131,50	417.052,58	832.610,68	416.242,30	385.565,74	790.639,48	298.063,80	539.995,93	696.550,70	782.262,70	683.209,04	6.869.269,30	9.371.000,00
IPTU	37.527,86	40.830,09	37.570,58	17.866,16	25.062,97	22.203,66	40.609,23	46.354,69	65.540,01	179.490,39	116.208,44	124.087,42	753.351,50	1.166.000,00
ISS	139.309,08	185.291,53	105.032,21	145.129,43	101.683,07	98.480,32	118.831,74	100.835,20	106.834,17	100.315,62	127.514,72	127.385,07	1.456.642,16	2.465.000,00
ITBI	(64.580,00)	6.120,00	21.420,00	1.800,00	17.523,32	8.906,22	28.404,38	13.600,00	27.788,51	8.840,00	14.915,88	75.805,22	160.543,53	1.130.000,00
IRRF	240.731,88	334.498,96	212.024,03	636.011,09	232.133,17	212.374,35	371.633,60	53.113,97	223.385,57	223.499,78	401.344,67	237.322,57	3.378.073,64	3.330.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.956,03	57.390,92	41.005,76	31.804,00	39.839,77	43.601,19	231.160,53	84.159,94	116.447,67	184.404,91	122.278,99	118.608,76	1.120.658,47	1.280.000,00
Contribuições	43.334,49	42.904,96	52.984,13	42.542,00	45.597,54	43.129,70	43.605,82	46.736,03	46.410,02	52.096,82	47.535,76	48.373,06	555.250,33	414.000,00
Receita patrimonial	111.329,45	133.615,61	114.414,87	154.119,07	140.739,45	117.599,90	141.481,99	123.898,63	125.222,17	137.734,26	174.252,06	150.818,15	1.625.225,61	957.998,85
Rendimentos de Aplicação Financeira	110.697,31	132.979,37	113.778,63	153.482,83	139.679,41	116.963,66	139.967,75	121.015,21	122.398,93	134.607,46	171.665,06	147.213,01	1.604.448,63	916.998,85
Outras Receitas Patrimoniais	632,14	636,24	636,24	636,24	1.060,04	636,24	1.514,24	2.883,42	2.823,24	3.126,80	2.587,00	3.605,14	20.776,98	41.000,00
Receita agropecuária	4.943,95	4.410,90	2.899,34	685,30	2.946,00	3.191,50	916,53	1.242,71	608,37	540,40	405,60	177,87	22.968,47	18.000,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	4.307,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.928,00	0,00	18.576,33	1.350,95	1.126,00	5.914,40	5.278,01	40.481,29	42.000,00
Transferências correntes	5.213.151,41	6.207.674,34	4.787.425,95	6.773.584,59	5.361.344,66	5.325.790,26	4.556.310,01	5.002.948,24	5.723.117,00	6.374.570,75	5.892.198,00	4.842.526,56	66.060.641,77	71.036.391,74
Cota parte do FPM	2.399.782,46	1.609.449,82	2.187.789,05	3.523.155,60	2.173.592,28	2.732.856,64	1.654.910,13	1.948.495,91	2.358.298,65	2.484.683,09	2.642.234,25	2.096.899,05	27.812.146,93	31.700.000,00
Cota parte do ICMS	1.421.735,17	1.288.099,00	1.200.269,49	1.522.278,85	1.259.817,83	1.003.123,48	1.392.746,68	1.287.914,01	1.045.427,32	1.352.759,90	1.225.261,73	1.188.685,77	15.188.119,23	16.000.000,00
Cota parte do IPVA	30.301,06	52.956,93	24.027,43	19.668,58	368.017,48	148.186,83	102.763,56	96.549,76	159.548,92	31.043,40	37.539,16	22.602,98	1.093.206,09	1.500.000,00
Cota parte do ITR	13.220,08	209.472,05	25.844,73	6.747,45	3.633,38	520,09	1.001,62	7.051,76	1.413,16	508,22	10.397,73	1.017,99	280.828,26	300.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	20.001,56	19.181,62	18.958,40	22.964,36	16.606,54	17.426,85	17.250,91	15.175,33	18.236,28	24.353,62	22.045,92	23.738,99	235.940,38	261.000,00
Transferências do FUNDEB	712.417,90	954.615,10	833.114,93	994.217,63	1.141.309,43	842.058,20	820.472,04	941.480,62	920.406,40	884.609,78	869.436,31	860.077,17	10.774.215,51	12.194.751,50
Outras transferências correntes	615.693,18	2.073.899,82	497.421,92	684.552,12	398.367,72	581.618,17	567.165,07	706.280,85	1.219.786,27	1.596.612,74	1.085.282,90	649.504,61	10.676.185,37	9.080.640,24
Outras receitas correntes	10.159,60	7.551,15	4.470,46	18.589,06	40.283,61	5.889,27	16.436,66	11.703,92	10.701,69	486.334,39	20.385,50	12.693,83	645.199,14	340.693,63
DEDUÇÕES (II)	602.413,52	635.831,71	691.377,68	808.212,71	764.333,18	780.422,58	633.734,38	671.037,16	716.584,65	778.669,47	571.784,87	666.588,81	8.320.990,72	9.252.200,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	602.413,52	635.831,71	691.377,68	808.212,71	764.333,18	780.422,58	633.734,38	671.037,16	716.584,65	778.669,47	571.784,87	666.588,81	8.320.990,72	9.252.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.187.757,83	6.384.456,75	4.687.869,65	7.013.917,99	5.242.820,38	5.104.671,79	4.915.656,11	4.832.132,50	5.730.821,48	6.970.283,85	6.351.169,15	5.076.487,71	67.498.045,19	72.927.884,22
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais														
(art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	675.000,00	0,00	300.000,00	0,00	2.575.000,00	412.819,96
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	5.187.757,83	4.784.456,75	4.687.869,65	7.013.917,99	5.242.820,38	5.104.671,79	4.915.656,11	4.832.132,50	5.055.821,48	6.970.283,85	6.051.169,15	5.076.487,71	64.923.045,19	72.515.064,26
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	51.612,00	51.612,00	48.576,00	100.188,00	51.872,00	51.872,00	48.630,00	48.630,00	48.630,00	48.630,00	48.630,00	48.630,00	647.512,00	696.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	5.136.145,83	4.732.844,75	4.639.293,65	6.913.729,99	5.190.948,38	5.052.799,79	4.867.026,11	4.783.502,50	5.007.191,48	6.921.653,85	6.002.539,15	5.027.857,71	64.275.533,19	71.819.064,26
Entidades:										Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 23/09/2026 09:43				
Município de Inácio Martins														

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:40EB79A5

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Julho a Agosto de 2026		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts.		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	61.385.695,00	72.927.884,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:											
Município de Inácio Martins											

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:0AC4331A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o bimestre	 % (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	8.091.000,00	8.091.000,00	3.652.027,93	45,14
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.166.000,00	1.166.000,00	619.556,81	53,14

Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.130.000,00	1.130.000,00	195.783,53	17,33
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.465.000,00	2.465.000,00	881.879,91	35,78
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.330.000,00	3.330.000,00	1.954.807,68	58,70
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	46.261.000,00	46.261.000,00	27.915.783,56	60,34
Cota-Parte FPM	28.000.000,00	28.000.000,00	17.013.416,36	60,76
Cota-Parte ITR	300.000,00	300.000,00	25.543,95	8,51
Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	966.252,09	64,42
Cota-Parte ICMS	16.000.000,00	16.000.000,00	9.755.736,72	60,97
Cota-Parte IPI-Exportação	261.000,00	261.000,00	154.834,44	59,32
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	54.352.000,00	54.352.000,00	31.567.811,49	58,08

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.711.800,0	6.717.759,8	4.462.375,32	66,43	4.421.547,56	65,82	4.296.073,04	63,95
Despesas Correntes	6.654.800,0	6.599.212,5	4.398.827,96	66,66	4.385.636,90	66,46	4.296.073,04	65,10
Despesas de Capital	57.000,00	118.547,36	63.547,36	53,61	35.910,66	30,29	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.958.561,0	4.146.431,3	2.174.719,37	52,45	2.163.797,06	52,18	2.111.300,72	50,92
Despesas Correntes	3.952.269,0	4.140.139,3	2.174.136,66	52,51	2.163.214,35	52,25	2.110.718,01	50,98
Despesas de Capital	6.292,00	6.292,00	582,71	9,26	582,71	9,26	582,71	9,26
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	250.000,00	320.000,00	240.000,00	75,00	240.000,00	75,00	240.000,00	75,00
Despesas Correntes	250.000,00	320.000,00	240.000,00	75,00	240.000,00	75,00	240.000,00	75,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	363.000,00	362.500,00	285.700,12	78,81	285.700,12	78,81	285.667,90	78,80
Despesas Correntes	363.000,00	362.500,00	285.700,12	78,81	285.700,12	78,81	285.667,90	78,80
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	128.400,00	243.648,91	145.029,26	59,52	145.029,26	59,52	145.029,26	59,52
Despesas Correntes	128.400,00	243.648,91	145.029,26	59,52	145.029,26	59,52	145.029,26	59,52
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	11.411.761,	11.790.340,	7.307.824,07	61,98	7.256.074,00	61,54	7.078.070,92	60,03

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	7.307.824,07	7.256.074,00	7.078.070,92
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	7.307.824,07	7.256.074,00	7.078.070,92
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			4.735.171,72
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	2.572.652,35	2.520.902,28	2.342.899,20
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	23,15	22,99	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2026	4.735.171,7	7.307.824,0	2.572.652,3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.572.652,3
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.826.000,00	4.567.128,54	7.155.916,78	156,68
Proveniente da União	3.226.000,00	3.868.819,96	3.821.331,83	98,77
Proveniente dos Estados	600.000,00	698.308,58	3.334.584,95	477,52
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	208.000,00	309.443,81	558.789,36	180,58
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.034.000,00	4.876.572,35	7.714.706,14	158,20

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.098.000,0	7.391.248,8	4.161.046,87	56,30	3.933.537,10	53,22	3.375.618,67	45,67
Despesas Correntes	3.064.500,0	4.395.888,9	2.370.686,13	53,93	2.334.329,66	53,10	2.260.500,57	51,42
Despesas de Capital	33.500,00	2.995.359,9	1.790.360,74	59,77	1.599.207,44	53,39	1.115.118,10	37,23
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	554.000,00	1.050.411,4	783.112,12	74,55	782.292,36	74,47	782.292,36	74,47
Despesas Correntes	554.000,00	1.029.412,7	762.113,42	74,03	761.293,66	73,95	761.293,66	73,95
Despesas de Capital	0,00	20.998,70	20.998,70	100,00	20.998,70	100,00	20.998,70	100,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	326.000,00	708.333,41	177.006,77	24,99	173.536,56	24,50	168.464,09	23,78
Despesas Correntes	216.000,00	362.048,15	172.286,77	47,59	168.816,56	46,63	163.744,09	45,23
Despesas de Capital	110.000,00	346.285,26	4.720,00	1,36	4.720,00	1,36	4.720,00	1,36
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	27.308,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	27.308,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.978.000,0	9.177.302,3	5.121.165,76	55,80	4.889.366,02	53,28	4.326.375,12	47,14

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.809.800,0	14.109.008,	8.623.422,19	61,12	8.355.084,66	59,22	7.671.691,71	54,37
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	4.512.561,0	5.196.842,8	2.957.831,49	56,92	2.946.089,42	56,69	2.893.593,08	55,68
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	250.000,00	320.000,00	240.000,00	75,00	240.000,00	75,00	240.000,00	75,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	689.000,00	1.070.833,4	462.706,89	43,21	459.236,68	42,89	454.131,99	42,41
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	128.400,00	270.957,49	145.029,26	53,52	145.029,26	53,52	145.029,26	53,52
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	15.389.761,	20.967.642,	12.428.989,83	59,28	12.145.440,02	57,92	11.404.446,04	54,39
Entidades:								
Município de Inácio Martins								

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:46051BA4

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JULHO A AGOSTO DE 2026												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e + k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) -**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**469.499,00**	**3.875.959,52**	**3.875.959,52**	**0,00**	**469.499,00**	**5.212,20**	**137.501,74**	**136.999,86**	**136.999,86**	**0,00**	**5.714,08**	**475.213,08**
EXECUTIVO												
Município de Inácio Martins	**469.499,00**	**3.875.959,52**	**3.875.959,52**	**0,00**	**469.499,00**	**5.212,20**	**137.501,74**	**136.999,86**	**136.999,86**	**0,00**	**5.714,08**	**475.213,08**
GOVERNO MUNICIPAL	0,00	44.188,73	44.188,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	0,00	335.645,91	335.645,91	0,00	0,00	0,00	130.400,00	130.400,00	130.400,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	0,00	127.293,46	127.293,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	469.499,00	980.037,63	980.037,63	0,00	469.499,00	0,00	4.467,20	4.467,20	4.467,20	0,00	0,00	469.499,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	1.175.131,61	1.175.131,61	0,00	0,00	5.212,20	2.457,58	1.955,70	1.955,70	0,00	5.714,08	5.714,08
SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E URBANISMO	0,00	134.786,15	134.786,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIM DA INDÚSTRIA,	0,00	6.643,92	6.643,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	0,00	184.240,94	184.240,94	0,00	0,00	0,00	176,96	176,96	176,96	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	0,00	724.181,52	724.181,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	0,00	150.247,44	150.247,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ESPORTES	0,00	13.562,21	13.562,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**1.076.891,22**	**1.061.768,95**	**15.122,27**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
EXECUTIVO												
Município de Inácio Martins	**0,00**	**1.076.891,22**	**1.061.768,95**	**15.122,27**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	0,00	928.149,29	913.027,02	15.122,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	85.424,61	85.424,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	53.711,82	53.711,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	0,00	9.605,50	9.605,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) =	**469.499,00**	**4.952.850,74**	**4.937.728,47**	**15.122,27**	**469.499,00**	**5.212,20**	**137.501,74**	**136.999,86**	**136.999,86**	**0,00**	**5.714,08**	**475.213,08**
Entidades:												
Município de Inácio Martins												

Publicado por:
Waldemar Otto Junior
Código Identificador:9B276F15

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI							
PODER EXECUTIVO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO							
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A OUTUBRO 2026/BIMESTRAL SETEMBRO-OUTUBRO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	240.859.936,39	254.947.002,41	15.916.499,97	6,24	196.104.866,82	76,92	58.842.135,59
RECEITAS CORRENTES	224.217.298,60	234.961.040,62	14.331.123,16	6,10	176.153.288,50	74,97	58.807.752,12
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	38.303.276,40	38.303.276,40	1.340.298,34	3,50	29.479.890,94	76,96	8.823.385,46
Impostos	33.851.595,00	33.851.595,00	1.245.770,29	3,68	25.860.779,65	76,39	7.990.815,35
Taxas	4.451.681,40	4.451.681,40	94.528,05	2,12	3.619.111,29	81,30	832.570,11
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	4.775.640,00	4.775.640,00	397.090,07	8,31	3.914.950,03	81,98	860.689,97
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	4.775.640,00	4.775.640,00	397.090,07	8,31	3.914.950,03	81,98	860.689,97
RECEITA PATRIMONIAL	10.595.895,16	10.598.134,39	-7.126,12	-0,07	11.288.667,41	106,52	-690.533,02
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	91.895,16	91.895,16	0,00	0,00	7.692,00	8,37	84.203,16
Valores Mobiliários	10.504.000,00	10.506.239,23	-7.126,12	-0,07	11.280.975,41	107,37	-774.736,18
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.504.175,41	2.504.175,41	778,77	0,03	368.919,57	14,73	2.135.255,84
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.484.225,41	2.484.225,41	778,77	0,03	368.919,57	14,85	2.115.305,84
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	19.950,00	19.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.950,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	166.022.331,30	176.762.349,39	12.518.397,63	7,08	130.251.796,75	73,69	46.510.552,64
Transferências da União e de suas Entidades	72.594.026,23	78.388.045,74	6.041.359,62	7,71	59.020.066,06	75,29	19.367.979,68
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	57.937.241,32	62.883.239,90	4.115.469,24	6,54	41.912.143,48	66,65	20.971.096,42
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	360.420,00	360.420,00	0,00	0,00	3.442.462,25	955,13	-3.082.042,25
Transferências de Outras Instituições Públicas	35.130.643,75	35.130.643,75	2.361.568,77	6,72	25.877.124,96	73,66	9.253.518,79
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.015.980,33	2.017.465,03	81.684,47	4,05	849.063,80	42,09	1.168.401,23
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	191.500,00	191.500,00	3.016,70	1,58	60.963,52	31,83	130.536,48
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	289.918,00	291.402,70	68.222,52	23,41	192.295,71	65,99	99.106,99

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.509.562,33	1.509.562,33	10.445,25	0,69	595.804,57	39,47	913.757,76
RECEITAS DE CAPITAL	16.642.637,79	19.985.961,79	1.585.376,81	7,93	19.951.578,32	99,83	34.383,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.447.497,59	3.447.497,59	1.215.157,81	35,25	7.127.160,06	206,73	-3.679.662,47
Operações de Crédito - Mercado Interno	3.447.497,59	3.447.497,59	1.215.157,81	35,25	7.127.160,06	206,73	-3.679.662,47
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00
Alienação de Bens Móveis	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.158.390,20	16.501.714,20	370.000,00	2,24	12.823.442,87	77,71	3.678.271,33
Transferências da União e de suas Entidades	4.721.994,22	4.721.994,22	0,00	0,00	0,00	0,00	4.721.994,22
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.436.395,98	11.779.719,98	370.000,00	3,14	12.823.442,87	108,86	-1.043.722,89
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.250,00	5.250,00	219,00	4,17	975,39	18,58	4.274,61
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	5.250,00	5.250,00	219,00	4,17	975,39	18,58	4.274,61
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	240.859.936,39	254.947.002,41	15.916.499,97	6,24	196.104.866,82	76,92	58.842.135,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	240.859.936,39	254.947.002,41	15.916.499,97	6,24	196.104.866,82	76,92	58.842.135,59
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	240.859.936,39	254.947.002,41	15.916.499,97	6,24	196.104.866,82	76,92	58.842.135,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	92.179.325,37	0,00	0,00	92.179.325,37	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	92.179.325,37	0,00	0,00	92.179.325,37	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	240.859.936,39	346.362.267,57	5.665.897,46	177.895.148,89	168.467.118,68	9.388.003,93	151.731.057,20	194.631.210,37	150.837.788,38	26.164.091,69
DESPESAS CORRENTES	196.491.728,25	257.586.466,52	4.495.933,01	161.895.783,61	95.690.682,91	6.400.576,23	138.049.411,84	119.537.054,68	137.271.267,80	23.846.371,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	115.900.165,35	124.752.298,03	180.777,94	76.213.970,66	48.538.327,37	314.990,05	75.939.389,46	48.812.908,57	75.835.890,92	274.581,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.200.000,00	2.638.000,00	268.248,26	2.081.227,40	556.772,60	268.248,26	2.081.227,40	556.772,60	2.081.227,40	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	79.391.562,90	130.196.168,49	4.046.906,81	83.600.585,55	46.595.582,94	5.817.337,92	60.028.794,98	70.167.373,51	59.354.149,48	23.571.790,57
DESPESAS DE CAPITAL	43.676.408,14	88.084.001,05	1.169.964,45	15.999.365,28	72.084.635,77	2.987.427,70	13.681.645,36	74.402.355,69	13.566.520,58	2.317.719,92
INVESTIMENTOS	38.340.408,14	81.742.506,35	950.141,91	10.892.623,02	70.849.883,33	2.652.522,79	8.939.676,74	72.802.829,61	8.855.724,58	1.952.946,28

INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.336.000,00	6.341.494,70	219.822,54	5.106.742,26	1.234.752,44	334.904,91	4.741.968,62	1.599.526,08	4.710.796,00	364.773,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	691.800,00	691.800,00	0,00	0,00	691.800,00	0,00	0,00	691.800,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	240.859.936,39	346.362.267,57	5.665.897,46	177.895.148,89	168.467.118,68	9.388.003,93	151.731.057,20	194.631.210,37	150.837.788,38	26.164.091,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	240.859.936,39	346.362.267,57	5.665.897,46	177.895.148,89	168.467.118,68	9.388.003,93	151.731.057,20	194.631.210,37	150.837.788,38	26.164.091,69
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	18.209.717,93	-18.209.717,93	0,00	44.373.809,62	0,00	45.267.078,44	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	240.859.936,39	346.362.267,57	5.665.897,46	196.104.866,82	150.257.400,75	9.388.003,93	196.104.866,82	0,00	196.104.866,82	26.164.091,69
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DANIEL TROVAO MELO	***MARIA APARECIDA JOB DE SOUZA COUTO***
Controle Interno	Secretaria De Planejamento, Finanças E Gestão
IVONEIA DE ANDRADE AP. FURTADO	***MARCIA MARIA DE CASTRO***
Prefeita	Contador
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: MANDAGUARI CAMARA MUNICIPAL; MUNICIPIO DE MANDAGUARI; FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA DE MANDAGUARI - FAFIMAN	24/09/2026 - 09:03:56

Publicado por:
Márcia Maria de Castro
Código Identificador:6651CC40

CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI											
PODER EXECUTIVO											
ESTADO DO PARANÁ											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A OUTUBRO 2026/BIMESTRAL SETEMBRO-OUTUBRO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	240.859.936,39	346.362.267,57	5.665.897,46	177.895.148,89	100,00	168.467.118,68	9.390.823,20	151.733.876,47	100,00	194.628.391,10	26.161.272,42
LEGISLATIVA	5.800.000,00	5.800.000,00	180.878,10	3.327.294,03	1,87	2.472.705,97	68.981,70	2.827.728,52	1,86	2.972.271,48	499.565,51
Ação Legislativa	5.800.000,00	5.800.000,00	180.878,10	3.327.294,03	1,87	2.472.705,97	68.981,70	2.827.728,52	1,86	2.972.271,48	499.565,51
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	21.058.006,45	25.714.344,46	193.163,11	16.084.151,17	9,04	9.630.193,29	369.916,50	13.856.022,24	9,13	11.858.322,22	2.228.128,93
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	9.878.821,90	11.583.923,76	110.849,23	6.823.266,44	3,84	4.760.657,32	132.520,25	6.060.947,44	3,99	5.522.976,32	762.319,00
Administração Financeira	5.983.284,33	7.628.385,42	61.821,18	4.874.361,73	2,74	2.754.023,69	147.290,07	4.216.534,15	2,78	3.411.851,27	657.827,58

Controle Interno	255.489,58	249.589,58	1.591,95	116.814,90	0,07	132.774,68	1.494,69	108.124,27	0,07	141.465,31	8.690,63
Normatização e Fiscalização	2.544.891,74	3.711.035,40	13.222,38	2.773.483,55	1,56	937.551,85	58.131,69	2.103.987,06	1,39	1.607.048,34	669.496,49
Tecnologia da Informação	464.456,13	479.456,13	2.358,19	308.753,69	0,17	170.702,44	11.016,10	252.389,55	0,17	227.066,58	56.364,14
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	364.103,90	370.203,90	3.205,88	185.486,39	0,10	184.717,51	0,00	180.007,40	0,12	190.196,50	5.478,99
Demais Subfunções	1.566.958,87	1.691.750,27	114,30	1.001.984,47	0,56	689.765,80	19.463,70	934.032,37	0,62	757.717,90	67.952,10
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	6.403.337,95	7.055.088,99	388.630,30	2.953.226,67	1,66	4.101.862,32	180.837,23	2.077.485,40	1,37	4.977.603,59	875.741,27
Policiamento	6.202.837,95	6.432.363,74	388.630,30	2.865.154,83	1,61	3.567.208,91	173.779,63	2.035.879,66	1,34	4.396.484,08	829.275,17
Defesa Civil	200.500,00	622.725,25	0,00	88.071,84	0,05	534.653,41	7.057,60	41.605,74	0,03	581.119,51	46.466,10
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.126.510,91	15.030.947,50	180.337,28	5.812.204,85	3,27	9.218.742,65	294.722,25	5.165.918,32	3,40	9.865.029,18	646.286,53
Assistência ao Idoso	1.161.294,55	1.854.956,41	11.025,11	582.339,77	0,33	1.272.616,64	17.233,99	481.024,69	0,32	1.373.931,72	101.315,08
Assistência ao Portador de Deficiência	259.526,20	344.255,15	0,00	207.255,15	0,12	137.000,00	22.877,54	190.777,79	0,13	153.477,36	16.477,36

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2026/BIMESTRAL SETEMBRO-OUTUBRO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Assistência à Criança e ao Adolescente	4.039.257,21	5.847.702,10	70.263,66	1.216.792,45	0,68	4.630.909,65	116.269,87	986.997,73	0,65	4.860.704,37	229.794,72
Assistência Comunitária	4.666.432,95	6.984.033,84	99.048,51	3.805.817,48	2,14	3.178.216,36	138.340,85	3.507.118,11	2,31	3.476.915,73	298.699,37
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	61.682.725,08	92.872.387,06	678.182,32	49.202.556,08	27,66	43.669.830,98	3.939.258,16	40.941.811,77	26,98	51.930.575,29	8.260.744,31
Atenção Básica	21.484.545,37	35.441.204,77	367.531,11	17.283.544,04	9,72	18.157.660,73	883.838,65	15.243.761,07	10,05	20.197.443,70	2.039.782,97
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.069.824,90	50.434.556,68	130.294,17	28.609.709,92	16,08	21.824.846,76	2.981.052,62	22.737.210,94	14,98	27.697.345,74	5.872.498,98
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	3.362.402,56	4.382.158,26	34.965,80	2.127.685,00	1,20	2.254.473,26	25.529,16	1.993.441,02	1,31	2.388.717,24	134.243,98
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.520.952,25	1.967.390,22	87.030,92	903.247,08	0,51	1.064.143,14	46.084,93	780.577,02	0,51	1.186.813,20	122.670,06

Demais Subfunções	245.000,00	647.077,13	58.360,32	278.370,04	0,16	368.707,09	2.752,80	186.821,72	0,12	460.255,41	91.548,32
TRABALHO	93.000,00	77.664,25	753,18	8.544,93	0,00	69.119,32	182,64	3.583,59	0,00	74.080,66	4.961,34
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	93.000,00	77.664,25	753,18	8.544,93	0,00	69.119,32	182,64	3.583,59	0,00	74.080,66	4.961,34
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	75.572.641,87	86.992.926,56	538.658,50	50.441.890,91	28,35	36.551.035,65	819.169,05	47.376.859,84	31,22	39.616.066,72	3.065.031,07
Ensino Fundamental	31.099.452,25	38.921.457,55	65.604,83	23.315.484,54	13,11	15.605.973,01	323.497,99	22.253.664,93	14,67	16.667.792,62	1.061.819,61
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	1.526.381,42	1.385.444,72	1.200,00	966.965,14	0,54	418.479,58	9.058,02	423.893,14	0,28	961.551,58	543.072,00
Educação Infantil	35.274.027,60	37.868.257,67	144.939,10	19.995.098,18	11,24	17.873.159,49	258.194,77	19.255.143,20	12,69	18.613.114,47	739.954,98
Educação de Jovens e Adultos	296.412,95	281.614,95	0,00	151.394,71	0,09	130.220,24	0,00	145.122,71	0,10	136.492,24	6.272,00
Educação Especial	988.024,70	944.669,90	0,00	856.692,06	0,48	87.977,84	6.455,20	843.337,66	0,56	101.332,24	13.354,40
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	4.263.187,75	4.938.308,37	25.206,26	2.993.959,66	1,68	1.944.348,71	27.941,97	2.946.308,40	1,94	1.991.999,97	47.651,26
Demais Subfunções	2.125.155,20	2.653.173,40	301.708,31	2.162.296,62	1,22	490.876,78	194.021,10	1.509.389,80	0,99	1.143.783,60	652.906,82
CULTURA	2.230.273,21	5.219.189,74	280.418,23	2.974.634,55	1,67	2.244.555,19	34.558,64	1.997.035,12	1,32	3.222.154,62	977.599,43
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	2.142.551,21	5.131.467,74	280.418,23	2.949.634,55	1,66	2.181.833,19	34.558,64	1.997.035,12	1,32	3.134.432,62	952.599,43
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	87.722,00	87.722,00	0,00	25.000,00	0,01	62.722,00	0,00	0,00	0,00	87.722,00	25.000,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2026/BIMESTRAL SETEMBRO-OUTUBRO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
URBANISMO	23.878.022,22	37.447.123,16	1.313.974,63	15.970.972,58	8,98	21.476.150,58	1.168.320,17	11.387.629,11	7,51	26.059.494,05	4.583.343,47
Infra-Estrutura Urbana	23.878.022,22	37.447.123,16	1.313.974,63	15.970.972,58	8,98	21.476.150,58	1.168.320,17	11.387.629,11	7,51	26.059.494,05	4.583.343,47
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	44.000,00	3.935.008,28	0,00	0,00	0,00	3.935.008,28	0,00	0,00	0,00	3.935.008,28	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	44.000,00	3.935.008,28	0,00	0,00	0,00	3.935.008,28	0,00	0,00	0,00	3.935.008,28	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	4.592.796,07	5.994.888,86	31.831,46	3.222.731,01	1,81	2.772.157,85	375.201,94	2.639.731,09	1,74	3.355.157,77	582.999,92
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.928.576,07	2.323.002,02	0,00	523.223,64	0,29	1.799.778,38	0,00	482.522,43	0,32	1.840.479,59	40.701,21
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	2.664.220,00	3.671.886,84	31.831,46	2.699.507,37	1,52	972.379,47	375.201,94	2.157.208,66	1,42	1.514.678,18	542.298,71
GESTÃO AMBIENTAL	2.000.000,00	8.169.300,01	53.706,00	1.136.603,87	0,64	7.032.696,14	161.745,01	636.712,93	0,42	7.532.587,08	499.890,94
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Controle Ambiental	2.000.000,00	8.169.300,01	53.706,00	1.136.603,87	0,64	7.032.696,14	161.745,01	636.712,93	0,42	7.532.587,08	499.890,94
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	8.372.934,55	15.276.603,74	896.460,37	8.306.916,22	4,67	6.969.687,52	565.517,15	6.929.806,78	4,57	8.346.796,96	1.377.109,44
Abastecimento	8.372.934,55	15.139.072,68	896.460,37	8.306.916,22	4,67	6.832.156,46	565.517,15	6.929.806,78	4,57	8.209.265,90	1.377.109,44
Extensão Rural	0,00	137.531,06	0,00	0,00	0,00	137.531,06	0,00	0,00	0,00	137.531,06	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	1.062.488,80	1.431.873,75	1.532,13	476.580,58	0,27	955.293,17	788,40	464.133,77	0,31	967.739,98	12.446,81
Promoção Industrial	1.062.488,80	1.431.873,75	1.532,13	476.580,58	0,27	955.293,17	788,40	464.133,77	0,31	967.739,98	12.446,81
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2026/BIMESTRAL SETEMBRO-OUTUBRO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	42.000,00	92.835,75	2.195,00	75.176,86	0,04	17.658,89	0,00	42.868,91	0,03	49.966,84	32.307,95
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	42.000,00	92.835,75	2.195,00	75.176,86	0,04	17.658,89	0,00	42.868,91	0,03	49.966,84	32.307,95
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	4.211.130,00	13.201.603,10	-44.800,00	2.708.383,32	1,52	10.493.219,78	137.063,54	1.391.431,13	0,92	11.810.171,97	1.316.952,19
Conservação de Energia	180.000,00	183.411,88	0,00	0,00	0,00	183.411,88	0,00	0,00	0,00	183.411,88	0,00

Energia Elétrica	4.031.130,00	13.018.191,22	-44.800,00	2.708.383,32	1,52	10.309.807,90	137.063,54	1.391.431,13	0,92	11.626.760,09	1.316.952,19
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	504.000,00	1.127.547,63	52.555,90	396.166,27	0,22	731.381,36	540,60	140.529,15	0,09	987.018,48	255.637,12
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	504.000,00	1.127.547,63	52.555,90	396.166,27	0,22	731.381,36	540,60	140.529,15	0,09	987.018,48	255.637,12
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	2.807.269,28	6.565.134,73	97.059,46	4.049.024,04	2,28	2.516.110,69	285.215,75	3.724.213,35	2,45	2.840.921,38	324.810,69
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	1.880.588,94	5.501.454,39	94.534,60	3.359.437,56	1,89	2.142.016,83	242.980,89	3.092.616,87	2,04	2.408.837,52	266.820,69
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	926.680,34	1.063.680,34	2.524,86	689.586,48	0,39	374.093,86	42.234,86	631.596,48	0,42	432.083,86	57.990,00
ENCARGOS ESPECIAIS	9.657.000,00	13.636.000,00	820.361,49	10.748.090,95	6,04	2.887.909,05	988.804,47	10.130.375,45	6,68	3.505.624,55	617.715,50
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	9.657.000,00	13.636.000,00	820.361,49	10.748.090,95	6,04	2.887.909,05	988.804,47	10.130.375,45	6,68	3.505.624,55	617.715,50
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	691.800,00	691.800,00	0,00	0,00	0,00	691.800,00	0,00	0,00	0,00	691.800,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	240.859.936,39	346.362.267,57	5.665.897,46	177.895.148,89	100,00	168.467.118,68	9.390.823,20	151.733.876,47	100,00	194.628.391,10	26.161.272,42

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO	
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A OUTUBRO 2026/BIMESTRAL SETEMBRO-OUTUBRO	
Notas Explicativas	
DANIEL TROVAO MELO	***MARIA APARECIDA JOB DE SOUZA COUTO***
Controle Interno	Secretaria De Planejamento, Finanças E Gestão
MARCIA MARIA DE CASTRO	***IVONEIA DE ANDRADE AP. FURTADO***
Contador	Prefeita

Publicado por:
Márcia Maria de Castro
Código Identificador:7F927D04

CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES ESERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICIPIO DE MANDAGUARI
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2026/BIMESTRAL SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)			R$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	33.851.595,00	33.851.595,00	25.860.779,65	76,39
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	9.902.415,00	9.902.415,00	6.864.108,11	69,32
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.822.000,00	3.822.000,00	3.704.692,07	96,93
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.503.780,00	11.503.780,00	9.699.812,01	84,32
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	8.623.400,00	8.623.400,00	5.592.167,46	64,85
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	123.291.929,32	123.291.929,32	93.441.168,58	75,79
Cota-Parte FPM	55.194.290,42	55.194.290,42	44.198.357,78	80,08
Cota-Parte ITR	292.552,90	292.552,90	44.207,61	15,11
Cota-Parte IPVA	5.300.316,00	5.300.316,00	6.324.712,49	119,33
Cota-Parte ICMS	61.673.170,00	61.673.170,00	42.226.318,17	68,47
Cota-Parte IPI-Exportação	831.600,00	831.600,00	647.572,53	77,87
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**157.143.524,32**	**157.143.524,32**	**119.301.948,23**	**75,92**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	14.620.936,94	17.275.169,68	10.445.138,68	60,46	9.472.492,24	54,83	9.465.151,18	54,79	972.646,44
Despesas Correntes	14.017.936,94	15.363.226,29	10.154.573,12	66,10	9.298.905,12	60,53	9.291.564,06	60,48	855.668,00
Despesas de Capital	603.000,00	1.911.943,39	290.565,56	15,20	173.587,12	9,08	173.587,12	9,08	116.978,44
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	25.492.520,13	31.685.747,44	20.655.290,63	65,19	16.985.832,07	53,61	16.956.048,19	53,51	3.669.458,56
Despesas Correntes	24.143.958,18	28.037.185,49	19.095.527,83	68,11	16.013.995,88	57,12	15.984.212,00	57,01	3.081.531,95
Despesas de Capital	1.348.561,95	3.648.561,95	1.559.762,80	42,75	971.836,19	26,64	971.836,19	26,64	587.926,61
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	2.239.768,45	2.792.717,41	1.330.178,16	47,63	1.288.433,44	46,14	1.288.103,66	46,12	41.744,72
Despesas Correntes	2.003.268,45	2.266.268,45	1.327.046,16	58,56	1.288.433,44	56,85	1.288.103,66	56,84	38.612,72
Despesas de Capital	236.500,00	526.448,96	3.132,00	0,59	0,00	0,00	0,00	0,00	3.132,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.520.952,25	1.881.863,49	901.106,72	47,88	778.236,66	41,35	774.010,15	41,13	122.870,06
Despesas Correntes	1.338.327,25	1.464.327,25	835.893,68	57,08	740.076,36	50,54	735.849,85	50,25	95.817,32
Despesas de Capital	182.625,00	417.536,24	65.213,04	15,62	38.160,30	9,14	38.160,30	9,14	27.052,74
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**43.874.177,77**	**53.635.498,02**	**33.331.714,19**	**62,14**	**28.524.994,41**	**53,18**	**28.483.313,18**	**53,11**	**4.806.719,78**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	33.331.714,19	28.524.994,41	28.483.313,18
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	19.760,34	19.760,34	19.760,34
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**33.311.953,85**	**28.505.234,07**	**28.463.552,84**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	17.895.292,23		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	15.416.661,62	10.609.941,84	10.568.260,61
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**27,92**	**23,89**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	17.895.292,23	33.311.953,85	15.416.661,62	0,00	19.760,34	0,00	0,00	0,00	0,00	15.436.421,96
Empenhos de 2025	23.117.897,40	37.223.372,48	14.105.475,08	2.944.375,97	0,00	0,00	1.858.123,17	1.067.159,70	19.093,10	14.086.381,98
Empenhos de 2024	19.655.602,20	30.374.837,34	10.719.235,14	360,00	0,00	0,00	0,00	360,00	0,00	10.719.235,14
Empenhos de 2023	17.079.474,74	29.883.165,46	12.803.690,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.803.690,72
Empenhos de 2022 e anteriores	28.863.700,22	45.620.064,40	16.756.364,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.756.364,18
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	882.413,57	882.413,57	882.413,57	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**882.413,57**	**882.413,57**	**882.413,57**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	12.847.649,72	20.883.783,98	15.825.297,34	75,78
Proveniente da União	11.853.656,97	17.021.202,97	11.688.075,21	68,67
Proveniente dos Estados	993.992,75	3.862.581,01	4.137.222,13	107,11
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	3.447.497,59	3.447.497,59	7.127.160,06	206,73
OUTRAS RECEITAS (XXX)	1.866.268,00	1.866.268,00	1.889.945,47	101,27
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**18.161.415,31**	**26.197.549,57**	**24.842.402,87**	**94,83**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	6.863.608,43	18.166.035,09	6.753.532,35	37,18	5.687.702,29	31,31	5.651.199,93	31,11	1.065.830,06
Despesas Correntes	6.841.608,43	13.674.514,01	6.264.720,04	45,81	5.280.107,92	38,61	5.253.171,81	38,42	984.612,12
Despesas de Capital	22.000,00	4.491.521,08	488.812,31	10,88	407.594,37	9,07	398.028,12	8,86	81.217,94
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	9.577.304,77	18.748.809,24	7.654.664,03	40,83	5.451.623,61	29,08	5.374.123,01	28,66	2.203.040,42
Despesas Correntes	6.129.807,18	12.209.337,36	7.307.982,37	59,86	5.128.034,95	42,00	5.059.123,01	41,44	2.179.947,42
Despesas de Capital	3.447.497,59	6.539.471,88	346.681,66	5,30	323.588,66	4,95	315.000,00	4,82	23.093,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	1.122.634,11	1.589.440,85	797.506,84	50,18	705.007,58	44,36	704.217,02	44,31	92.499,26
Despesas Correntes	1.037.634,11	1.357.415,55	737.560,89	54,34	705.007,58	51,94	704.217,02	51,88	32.553,31
Despesas de Capital	85.000,00	232.025,30	59.945,95	25,84	0,00	0,00	0,00	0,00	59.945,95
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	85.526,73	2.340,36	2,74	2.340,36	2,74	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	56.574,73	2.340,36	4,14	2.340,36	4,14	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	28.952,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**17.563.547,31**	**38.589.811,91**	**15.208.043,58**	**39,41**	**11.846.673,84**	**30,70**	**11.729.539,96**	**30,40**	**3.361.369,74**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	21.484.545,37	35.441.204,77	17.198.671,03	48,53	15.160.194,53	42,78	15.116.351,11	42,65	2.038.476,50
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	35.069.824,90	50.434.556,68	28.309.954,66	56,13	22.437.455,68	44,49	22.330.171,20	44,28	5.872.498,98
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	3.362.402,56	4.382.158,26	2.127.685,00	48,55	1.993.441,02	45,49	1.992.320,68	45,46	134.243,98
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.520.952,25	1.967.390,22	903.447,08	45,92	780.577,02	39,68	774.010,15	39,34	122.870,06
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**61.437.725,08**	**92.225.309,93**	**48.539.757,77**	**52,63**	**40.371.668,25**	**43,78**	**40.212.853,14**	**43,60**	**8.168.089,52**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	14.116.049,72	35.085.973,96	15.205.703,22	43,34	11.844.333,48	33,76	11.729.539,96	33,43	3.361.369,74
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**47.321.675,36**	**57.139.335,97**	**33.334.054,55**	**58,34**	**28.527.334,77**	**49,93**	**28.483.313,18**	**49,85**	**4.806.719,78**
Notas Explicativas									
DANIEL TROVAO MELO			***MARIA APARECIDA JOB DE SOUZA COUTO***				***IVONEIA DE ANDRADE AP. FURTADO***		
Controle Interno			Secretaria de Planejamento, Finanças e				Prefeita		
MARCIA MARIA DE CASTRO									
Contador									

Publicado por:
Márcia Maria de Castro
Código Identificador:26C768F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRFDESPESAFUNCAOSUBFUNCAO - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO A AGOSTO DE 2026

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	51.024.480,00	56.387.001,63	5.560.399,02	22.098.351,38	100,00	34.288.650,25	5.560.547,08	22.034.140,99	100,00	34.352.860,64
ADMINISTRAÇÃO	6.690.484,70	6.633.472,47	488.615,25	2.086.308,51	9,44	4.547.163,96	488.615,25	2.086.308,51	9,47	4.547.163,96
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	231.079,10	189.079,10	35.573,86	125.740,34	0,57	63.338,76	35.573,86	125.740,34	0,57	63.338,76
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	710.420,30	710.420,30	83.794,50	336.584,39	1,52	373.835,91	83.794,50	336.584,39	1,53	373.835,91
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.491.969,20	5.476.956,97	350.026,75	1.536.527,41	6,95	3.940.429,56	350.026,75	1.536.527,41	6,97	3.940.429,56
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	257.016,10	257.016,10	19.220,14	87.456,37	0,40	169.559,73	19.220,14	87.456,37	0,40	169.559,73
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.569.051,27	5.195.205,62	464.798,74	1.616.158,59	7,31	3.579.047,03	464.798,74	1.616.158,59	7,33	3.579.047,03
ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.100,00	12.100,00	0,00	6.479,00	0,03	5.621,00	0,00	6.479,00	0,03	5.621,00
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	308.480,00	404.131,31	40.173,72	152.334,74	0,69	251.796,57	40.173,72	152.334,74	0,69	251.796,57
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.472.528,06	2.494.031,10	62.753,74	275.909,12	1,25	2.218.121,98	62.753,74	275.909,12	1,25	2.218.121,98
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.350.943,21	1.810.943,21	330.069,11	1.102.010,54	4,99	708.932,67	330.069,11	1.102.010,54	5,00	708.932,67
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	365.000,00	414.000,00	31.802,17	79.425,19	0,36	334.574,81	31.802,17	79.425,19	0,36	334.574,81
HABITAÇÃO URBANA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
SAÚDE	10.015.805,51	12.471.513,44	1.404.361,13	5.819.621,14	26,34	6.651.892,30	1.404.509,19	5.811.928,75	26,38	6.659.584,69
ATENÇÃO BÁSICA	7.672.645,86	8.884.543,21	1.041.346,30	4.598.591,56	20,81	4.285.951,65	1.041.494,36	4.590.899,17	20,84	4.293.644,04
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.098.965,15	3.342.775,73	345.120,26	1.174.742,74	5,32	2.168.032,99	345.120,26	1.174.742,74	5,33	2.168.032,99
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	174.194,50	174.194,50	12.606,97	36.564,49	0,17	137.630,01	12.606,97	36.564,49	0,17	137.630,01
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	70.000,00	70.000,00	5.287,60	9.722,35	0,04	60.277,65	5.287,60	9.722,35	0,04	60.277,65
EDUCAÇÃO	8.968.650,84	9.671.138,63	1.155.323,13	4.258.271,80	19,27	5.412.866,83	1.155.323,13	4.201.753,80	19,07	5.469.384,83
ADMINISTRAÇÃO GERAL	278.000,00	278.000,00	27.647,84	68.308,05	0,31	209.691,95	27.647,84	68.308,05	0,31	209.691,95
FOMENTO AO TRABALHO	140.331,80	140.331,80	496,00	10.969,05	0,05	129.362,75	496,00	10.969,05	0,05	129.362,75
ENSINO FUNDAMENTAL	7.077.010,64	7.313.849,38	1.011.511,13	3.803.310,52	17,21	3.510.538,86	1.011.511,13	3.746.792,52	17,00	3.567.056,86
ENSINO MÉDIO	38.066,60	38.066,60	0,00	0,00	0,00	38.066,60	0,00	0,00	0,00	38.066,60
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.391.318,80	1.856.967,85	115.668,16	346.809,26	1,57	1.510.158,59	115.668,16	346.809,26	1,57	1.510.158,59
EDUCAÇÃO ESPECIAL	43.923,00	43.923,00	0,00	28.874,92	0,13	15.048,08	0,00	28.874,92	0,13	15.048,08
CULTURA	368.292,70	436.373,90	27.457,34	199.664,64	0,90	236.709,26	27.457,34	199.664,64	0,91	236.709,26
DIFUSÃO CULTURAL	368.292,70	436.373,90	27.457,34	199.664,64	0,90	236.709,26	27.457,34	199.664,64	0,91	236.709,26
URBANISMO	2.432.396,60	2.564.196,60	197.830,04	897.689,18	4,06	1.666.507,42	197.830,04	897.689,18	4,07	1.666.507,42
INFRA-ESTRUTURA URBANA	625.000,00	682.000,00	0,00	35.999,01	0,16	646.000,99	0,00	35.999,01	0,16	646.000,99
SERVIÇOS URBANOS	1.807.396,60	1.882.196,60	197.830,04	861.690,17	3,90	1.020.506,43	197.830,04	861.690,17	3,91	1.020.506,43
SANEAMENTO	605.400,00	846.011,46	98.861,39	301.616,01	1,36	544.395,45	98.861,39	301.616,01	1,37	544.395,45
SANEAMENTO BÁSICO RURAL	200.000,00	189.011,46	0,00	51.921,06	0,23	137.090,40	0,00	51.921,06	0,24	137.090,40
ABASTECIMENTO	405.400,00	657.000,00	98.861,39	249.694,95	1,13	407.305,05	98.861,39	249.694,95	1,13	407.305,05
GESTÃO AMBIENTAL	310.200,00	350.600,00	44.393,49	231.150,08	1,05	119.449,92	44.393,49	231.150,08	1,05	119.449,92
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	310.200,00	350.600,00	44.393,49	231.150,08	1,05	119.449,92	44.393,49	231.150,08	1,05	119.449,92
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
AGRICULTURA	2.633.007,68	3.133.580,03	342.747,52	1.452.867,10	6,57	1.680.712,93	342.747,52	1.452.867,10	6,59	1.680.712,93
EXTENSÃO RURAL	2.322.145,68	2.822.718,03	313.924,53	1.375.185,35	6,22	1.447.532,68	313.924,53	1.375.185,35	6,24	1.447.532,68
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	152.000,00	152.000,00	18.877,22	42.078,42	0,19	109.921,58	18.877,22	42.078,42	0,19	109.921,58
DEFESA AGROPECUÁRIA	158.862,00	158.862,00	9.945,77	35.603,33	0,16	123.258,67	9.945,77	35.603,33	0,16	123.258,67
INDÚSTRIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

ENERGIA	245.246,00	265.246,00	10.440,53	53.922,30	0,24	211.323,70	10.440,53	53.922,30	0,24	211.323,70
ENERGIA ELÉTRICA	245.246,00	265.246,00	10.440,53	53.922,30	0,24	211.323,70	10.440,53	53.922,30	0,24	211.323,70
TRANSPORTE	8.014.206,90	8.177.925,68	424.705,41	1.095.364,08	4,96	7.082.561,60	424.705,41	1.095.364,08	4,97	7.082.561,60
INFRA-ESTRUTURA URBANA	672.330,00	672.330,00	0,00	80.982,55	0,37	591.347,45	0,00	80.982,55	0,37	591.347,45
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	7.341.876,90	7.505.595,68	424.705,41	1.014.381,53	4,59	6.491.214,15	424.705,41	1.014.381,53	4,60	6.491.214,15
DESPORTO E LAZER	4.850.107,80	5.320.107,80	827.357,66	3.827.014,61	17,32	1.493.093,19	827.357,66	3.827.014,61	17,37	1.493.093,19
TURISMO	109.000,00	109.000,00	13.624,55	26.490,10	0,12	82.509,90	13.624,55	26.490,10	0,12	82.509,90
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.991.267,80	4.061.267,80	746.343,11	3.419.041,97	15,47	642.225,83	746.343,11	3.419.041,97	15,52	642.225,83
DESPORTO COMUNITÁRIO	749.840,00	1.149.840,00	67.390,00	381.482,54	1,73	768.357,46	67.390,00	381.482,54	1,73	768.357,46
ENCARGOS ESPECIAIS	1.121.630,00	1.121.630,00	73.507,39	258.703,34	1,17	862.926,66	73.507,39	258.703,34	1,17	862.926,66
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	971.630,00	971.630,00	73.507,39	258.703,34	1,17	712.926,66	73.507,39	258.703,34	1,17	712.926,66
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I +	51.024.480,00	56.387.001,63	5.560.399,02	22.098.351,38	100,00	34.288.650,25	5.560.547,08	22.034.140,99	100,00	34.352.860,64

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno

Entidades:

Município de Manfrinópolis

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:18F5B640

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF DESPESA FUNCAO SUBFUNCAO INTRA - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) =	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno

Entidades:

Município de Manfrinópolis

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:4A8F03CC

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRFRECEITACORRENTELIQUIDA - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026	TOTAL	Previsão atualiza 2026
RECEITAS CORRENTES (I)	3.183.618,05	2.487.295,16	2.883.747,62	4.472.147,77	3.040.290,09	3.269.191,20	2.637.199,99	2.996.385,50	4.134.168,51	3.542.887,88	3.464.320,30	2.899.765,80	39.011.017,87	50.879.553,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	218.215,54	173.504,53	216.146,97	200.281,43	106.561,69	117.805,48	136.605,17	120.266,87	119.488,96	137.189,80	153.475,04	94.980,24	1.794.521,72	1.612.894,60
IPTU	1.029,06	17.241,65	39.287,79	11.642,23	7.971,89	1.176,48	2.086,68	1.061,74	2.103,87	2.725,94	6.586,00	726,29	93.639,62	294.151,00
ISS	56.362,33	53.300,23	68.984,97	67.670,33	47.845,33	53.348,08	63.604,94	63.597,03	48.734,18	73.750,27	60.520,59	37.984,74	695.703,02	484.000,00
ITBI	94.204,57	24.933,41	28.300,08	9.472,89	10.751,23	5.575,36	9.932,45	1.317,69	21.874,81	6.139,47	25.386,54	6.539,36	244.427,86	363.000,00
IRRF	63.095,39	63.972,94	77.555,19	109.755,61	31.211,51	48.908,08	60.509,62	53.094,78	43.774,62	53.329,36	60.166,54	49.628,75	715.002,39	317.020,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.524,19	14.056,30	2.018,94	1.740,37	8.781,73	8.797,48	471,48	1.195,63	3.001,48	1.244,76	815,37	101,10	45.748,83	154.723,60
Contribuições	1.112,04	642,63	1.009,13	1.504,61	2.354,67	2.632,03	2.556,69	4.605,52	5.344,44	3.219,63	664,38	1.594,00	27.239,77	87.846,00
Receita patrimonial	86.571,43	80.846,29	72.157,22	71.220,76	69.869,50	60.962,19	71.543,95	56.551,28	58.854,97	70.149,49	76.853,60	63.321,39	838.902,07	227.803,40
Rendimentos de Aplicação Financeira	86.571,43	80.846,29	72.157,22	71.220,76	69.869,50	60.962,19	71.543,95	56.551,28	58.854,97	66.907,49	73.611,60	60.079,39	829.176,07	191.503,40
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.242,00	3.242,00	3.242,00	9.726,00	36.300,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	462,00	819,00	1.071,00	2.100,00	165,83	1.456,07	3.150,00	8.778,00	5.436,75	12.281,76	4.970,00	40.690,41	368.500,00
Transferências correntes	2.877.719,04	2.231.839,71	2.593.615,30	4.197.918,56	2.856.988,32	3.087.625,67	2.425.038,11	2.811.811,83	3.941.702,14	3.232.657,94	3.183.154,84	2.682.611,43	36.122.682,89	48.582.509,20
Cota parte do FPM	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.709.414,20	22.450.464,36	30.976.000,00
Cota parte do ICMS	589.160,83	533.782,58	497.386,41	630.825,69	564.066,20	451.258,87	626.532,32	579.372,95	470.289,41	608.544,12	551.188,59	534.734,77	6.637.142,74	8.712.000,00
Cota parte do IPVA	7.941,60	8.925,77	3.625,79	11.420,55	134.327,18	30.995,78	28.366,55	26.650,97	23.772,71	16.763,86	8.582,48	9.103,39	310.476,63	665.500,00
Cota parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392,03	2.360,21	765,30	879,65	19,68	238,32	1.584,31	672,59	7.912,09	29.282,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	8.288,58	7.948,79	7.856,28	9.516,34	7.470,53	7.839,54	7.760,38	6.826,68	8.203,66	10.955,56	9.917,45	8.543,26	101.127,05	119.790,00
Transferências do FUNDEB	139.956,97	186.317,44	163.058,30	194.707,52	226.589,41	173.836,02	169.379,74	194.360,95	153.946,82	171.434,00	168.404,72	166.191,57	2.108.183,46	2.662.000,00
Outras transferências correntes	230.923,82	219.631,26	188.212,44	559.906,04	151.207,61	193.481,70	243.133,64	415.286,22	1.362.959,92	399.182,21	289.500,05	253.951,65	4.507.376,56	5.417.937,20
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	151,41	2.415,91	0,00	0,00	0,00	0,00	94.234,27	37.890,68	52.288,74	186.981,01	0,00
DEDUÇÕES (II)	363.029,22	365.178,15	448.468,88	521.674,89	495.838,21	544.061,53	402.504,88	440.432,87	484.959,01	532.408,28	369.200,27	450.784,91	5.418.541,10	7.713.314,40
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	363.029,22	365.178,15	448.468,88	521.674,89	495.838,21	544.061,53	402.504,88	440.432,87	484.959,01	532.408,28	369.200,27	450.784,91	5.418.541,10	7.713.314,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.820.588,83	2.122.117,01	2.435.278,74	3.950.472,88	2.544.451,88	2.725.129,67	2.234.695,11	2.555.952,63	3.649.209,50	3.010.479,60	3.095.120,03	2.448.980,89	33.592.476,77	43.166.238,80
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	1.150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.820.588,83	2.122.117,01	2.435.278,74	3.950.472,88	2.544.451,88	2.725.129,67	2.234.695,11	2.455.952,63	2.499.209,50	2.860.479,60	3.095.120,03	2.448.980,89	32.192.476,77	41.766.238,80
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	665.500,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	2.820.588,83	2.122.117,01	2.435.278,74	3.950.472,88	2.544.451,88	2.725.129,67	2.234.695,11	2.455.952,63	2.499.209,50	2.860.479,60	3.095.120,03	2.448.980,89	32.192.476,77	41.100.738,80

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:194B0C39

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RESTOS PAGAR - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JULHO A AGOSTO DE 2026												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**3.788,39**	**602.668,59**	**602.668,59**	**0,00**	**3.788,39**	**0,00**	**1.634.471,32**	**1.608.569,32**	**1.608.569,32**	**0,00**	**25.902,00**	**29.690,39**
EXECUTIVO												
Município de Manfrinópolis	**3.788,39**	**602.668,59**	**602.668,59**	**0,00**	**3.788,39**	**0,00**	**1.634.471,32**	**1.608.569,32**	**1.608.569,32**	**0,00**	**25.902,00**	**29.690,39**
Executivo Municipal	0,00	3.244,56	3.244,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	0,00	59.645,52	59.645,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Planejamento	0,00	3.204,87	3.204,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Saúde	0,00	158.861,10	158.861,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	41.898,70	41.898,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Educação	1.737,89	84.286,01	84.286,01	0,00	1.737,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.737,89
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	0,00	78.855,44	78.855,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Esportes	2.050,46	116.369,06	116.369,06	0,00	2.050,46	0,00	1.145.000,00	1.119.098,00	1.119.098,00	0,00	25.902,00	27.952,46
Secretaria Municipal de Interior	0,04	53.928,15	53.928,15	0,00	0,04	0,00	489.471,32	489.471,32	489.471,32	0,00	0,00	0,04
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	0,00	2.375,18	2.375,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) =	**3.788,39**	**602.668,59**	**602.668,59**	**0,00**	**3.788,39**	**0,00**	**1.634.471,32**	**1.608.569,32**	**1.608.569,32**	**0,00**	**25.902,00**	**29.690,39**

AMARILDO ALVES CARNEIRO	*ISABEL CAROLINA MOCHNACZ*	*JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE*
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:199DF923

EXECUTIVO MUNICIPAL
RPT LRF DEMONSTRATIVO RECEITA E DESPESAS SAUDE - 4º BIM.2026

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.458.171,00	1.458.171,00	961.964,22	65,97
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	294.151,00	294.151,00	24.438,89	8,31
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	363.000,00	363.000,00	87.516,91	24,11
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	484.000,00	484.000,00	449.385,16	92,85
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	317.020,00	317.020,00	400.623,26	126,37
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	38.566.572,00	38.566.572,00	18.609.495,74	48,25
Cota-Parte FPM	29.040.000,00	29.040.000,00	13.869.516,44	47,76
Cota-Parte ITR	29.282,00	29.282,00	7.912,09	27,02
Cota-Parte IPVA	665.500,00	665.500,00	278.562,92	41,86
Cota-Parte ICMS	8.712.000,00	8.712.000,00	4.385.987,23	50,34
Cota-Parte IPI-Exportação	119.790,00	119.790,00	67.517,06	56,36
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	40.024.743,00	40.024.743,00	19.571.459,96	48,90

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.990.045,8	5.144.045,8	2.947.249,88	57,29	2.939.557,49	57,14	2.872.484,84	55,84
Despesas Correntes	4.788.154,3	4.792.154,3	2.794.097,38	58,31	2.786.404,99	58,15	2.719.332,34	56,75
Despesas de Capital	201.891,50	351.891,50	153.152,50	43,52	153.152,50	43,52	153.152,50	43,52
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.553.965,1	1.403.965,1	163.399,16	11,64	163.399,16	11,64	163.399,16	11,64
Despesas Correntes	1.551.769,0	1.401.769,0	163.045,96	11,63	163.045,96	11,63	163.045,96	11,63
Despesas de Capital	2.196,15	2.196,15	353,20	16,08	353,20	16,08	353,20	16,08
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	134.194,50	134.194,50	32.401,08	24,14	32.401,08	24,14	31.731,83	23,65
Despesas Correntes	126.874,00	126.874,00	32.401,08	25,54	32.401,08	25,54	31.731,83	25,01
Despesas de Capital	7.320,50	7.320,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	70.000,00	70.000,00	9.722,35	13,89	9.722,35	13,89	9.279,96	13,26
Despesas Correntes	60.000,00	60.000,00	9.722,35	16,20	9.722,35	16,20	9.279,96	15,47
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	6.748.205,5	6.752.205,5	3.152.772,47	46,69	3.145.080,08	46,58	3.076.895,79	45,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.152.772,47	3.145.080,08	3.076.895,79
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.152.772,47	3.145.080,08	3.076.895,79
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.935.718,99
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	217.053,48	209.361,09	141.176,80
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	16,11	16,07	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2026	2.935.718,9	3.152.772,4	217.053,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.053,48
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.823.600,00	4.123.600,00	2.276.876,63	55,22
Proveniente da União	2.125.500,00	3.425.500,00	1.932.753,97	56,42
Proveniente dos Estados	698.100,00	698.100,00	344.122,66	49,29
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	54.200,00	101.490,42	187,25
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.823.600,00	4.177.800,00	2.378.367,05	56,93

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.130.600,0	3.020.997,0	1.391.105,85	46,05	1.391.105,85	46,05	1.385.247,63	45,85
Despesas Correntes	1.667.500,0	2.175.703,3	988.745,14	45,44	988.745,14	45,44	982.886,92	45,18
Despesas de Capital	463.100,00	845.293,71	402.360,71	47,60	402.360,71	47,60	402.360,71	47,60
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	513.000,00	1.906.810,5	1.011.343,58	53,04	1.011.343,58	53,04	1.011.343,58	53,04
Despesas Correntes	513.000,00	1.906.810,5	1.011.343,58	53,04	1.011.343,58	53,04	1.011.343,58	53,04
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	40.000,00	40.000,00	4.163,41	10,41	4.163,41	10,41	3.736,00	9,34
Despesas Correntes	40.000,00	40.000,00	4.163,41	10,41	4.163,41	10,41	3.736,00	9,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.683.600,0	4.967.807,6	2.406.612,84	48,44	2.406.612,84	48,44	2.400.327,21	48,32

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.120.645,8	8.165.042,9	4.338.355,73	53,13	4.330.663,34	53,04	4.257.732,47	52,15
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.066.965,1	3.310.775,7	1.174.742,74	35,48	1.174.742,74	35,48	1.174.742,74	35,48
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	174.194,50	174.194,50	36.564,49	20,99	36.564,49	20,99	35.467,83	20,36
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	70.000,00	70.000,00	9.722,35	13,89	9.722,35	13,89	9.279,96	13,26

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	9.431.805,5	11.720.013,	5.559.385,31	47,43	5.551.692,92	47,37	5.477.223,00	46,73

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:A0CDC080

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Proposto	**Cargo/Função**	**Número da Solicitação**	**Justificativa**	**Trecho**				**Período**		**Valores das Diárias**
				Origem	**UF**	**Destino**	**UF**	**Início**	**Término**	
Izaltino dos Santos Pinto	Motorista, Nº6389	Nº341/2026	Levar a escolinha de futsal do município, para disputa da rodada Paranavaí CUP.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	04/07/2026	04/07/2026	R$120,00
Robson Lopes dos Reis	Motorista, nº6130	Nº342/2026	Levar os atletas do município para a segunda rodada de campeonato regional de futsal adulto.	Marilena	PR	Guairaça	PR	03/07/2026	03/07/2026	R$120,00
Daniel Nicolau Macedo	Operador de Maquinas Pesadas, Nº6068	Nº343/2026	Retirar veículo destinado ao transporte escolar, viabilizado por meio da SEED.	Marilena	PR	Pinhais	PR	04/07/2026	06/07/2026	R$1.200,00
	Motorista, Nº5657		Retirar veículo destinado ao transporte escolar,							

Osmar dos Santos		Nº344/2026	viabilizado por meio da SEED.	Marilena	PR	Pinhais	PR	04/07/2026	06/07/2026	R$1.200,00
Marilia D'ortas Souza	Conselheiro Tutelar, Nº6370	Nº345/2026	Acompanhamento médico da infante à genitora.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	06/07/2026	06/07/2026	R$120,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Vilmar da Silva Martins	Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, Nº6356	Nº346/2026	Levar o munícipe Yuri Gabriel Moreira Miguel para perícia no INSS.	Marilena	PR	Maringá	PR	06/07/2026	06/07/2026	R$120,00
Adriana dos Santos Meneguetti	Professora, Nº648	Nº347/2026	Participar do evento Capacitação para os municípios sobre o Plano Municipal de Educação – PME.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	07/07/2026	07/07/2026	R$120,00
Dulce Aparecida de Barros	Assessor Da Secretaria De Educação, Nº6338	Nº348/2026	Participar do evento Capacitação para os municípios sobre o Plano Municipal de Educação – PME.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	07/07/2026	07/07/2026	R$120,00
Loraine Ezidio Meneguetti	Professora de Educação Infantil, Nº5912	Nº349/2026	Participar do evento Capacitação para os municípios sobre o Plano Municipal de Educação – PME.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	07/07/2026	07/07/2026	R$120,00
Darlene de Souza Barbosa	Secretária de Educação, Nº6336	Nº350/2026	Participar do evento Capacitação para os municípios sobre o Plano Municipal de Educação – PME.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	07/07/2026	07/07/2026	R$150,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Vilmar da Silva Martins	Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, Nº6356	Nº351/2026	Levar o munícipe Dejanira Alves de Mattes Dias para fazer exame de cintilografia do miocárdio.	Marilena	PR	Arapongas	PR	07/07/2026	07/07/2026	R$120,00
Moises dos Anjos Silva	Motorista, Nº386	Nº352/2026	Levar a paciente Maria Helena Paulo, para cirurgia de cataratas no Hospital de Olhos.	Marilena	PR	Jacarezinho	PR	06/07/2026	07/07/2026	R$800,00
Elizeu da Silva Sobreira	Motorista, Nº242	Nº353/2026	Levar o paciente Edefonso Ricardo Vieira para internamento cirúrgico no Hospital Evangélico.	Marilena	PR	Curitiba	PR	07/07/2026	08/07/2026	R$600,00
Jonatan Soares Leite da Silva	Motorista, Nº6126	Nº354/2026	Levar o paciente José Carlos de Oliveira no Ambulatório Santa Casa.	Marilena	PR	Londrina	PR	07/07/2026	07/07/2026	R$120,00
Maurilio Tavares Bariani	Motorista, Nº6384	Nº355/2026	Levar os pacientes Marcos Vinicius Lourenço e Melina Quintino no Hospital São José, para exames e cirurgia.	Marilena	PR	Carlópolis	PR	07/07/2026	08/07/2026	R$400,00
Maurilio Tavares Bariani	Motorista, Nº6384	Nº356/2026	Buscar a paciente de alta Melina Quintino no Hospital São José.	Marilena	PR	Carlópolis	PR	09/07/2026	10/07/2026	R$400,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Emerson Henrique Moreira	Diretor de Meio Ambiente, Nº6348	Nº357/2026	Solicitar orçamentos de uma carreta prancha, caminhão basculante e caminhão lixo.	Marilena	PR	Marialva	PR	09/07/2026	09/07/2026	R$120,00
Solange Aparecida Lucio Almeida	Conselheiro Tutelar, Nº6268	Nº358/2026	Acompanhar adolescentes ao Centro de Socioeducação (CENSE) Waldir Colli, conforme determinação do Juiz da Comarca de Nova Londrina.	Marilena	PR	Umuarama	PR	08/07/2026	08/07/2026	R$120,00
Marilia D'ortas Souza	Conselheiro Tutelar, Nº6370	Nº359/2026	Acompanhar adolescentes ao Centro de Socioeducação (CENSE) Waldir Colli, conforme determinação do Juiz da Comarca de Nova Londrina.	Marilena	PR	Umuarama	PR	08/07/2026	08/07/2026	R$120,00
Edilson Pereira dos Santos	Motorista, Nº260	Nº360/2026	Levar os pacientes Ines Ap. do Nascimento, Pedro Saraiva, Marcia Firmino, Eunice Izidio dos Santos, Euridice Alves Santos, Adenir Souza da Graça, Rosangela Maria	Marilena	PR	Mamborê	PR	09/07/2026	10/07/2026	R$400,00

			S. Oliveira, Maria Fatima Costa Santos, Dirce							

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

			Possani das Neves, Jaime Sebastião Santos, Jose Brasil e Aparecido Marion, para consulta e avaliações.							
Izaltino dos Santos Pinto	Motorista, Nº6389	Nº361/2026	Levar os atletas do colégio para participar do Jogos Escolares do Paraná.	Marilena	PR	Guarapuava	PR	10/07/2026	12/07/2026	R$1.200,00
Robson Lopes dos Reis	Motorista, Nº6130	Nº362/2026	Levar os atletas do município para que disputem a taça projeto cidadão.	Marilena	PR	Nova Londrina	PR	11/07/2026	11/07/2026	R$120,00
Celio Lelis da Mata	Prefeito, Nº6322	Nº363/2026	Participar de reuniões na Regional de Saúde e Consórcio de Saúde.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	09/07/2026	09/07/2026	R$250,00
Divino Deusdete De Souza	Motorista, Nº6209	Nº364/2026	Levar micro ônibus placa: SFM1D73, para revisão.	Marilena	PR	Londrina	PR	10/07/2026	10/07/2026	R$120,00
Moises dos Anjos Silva	Motorista, Nº386	Nº365/2026	Buscar a paciente de alta Eloá Rodrigues Julião, no Hospital Pequeno Príncipe.	Marilena	PR	Curitiba	PR	10/07/2026	11/07/2026	R$400,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Jose Donizete Balico	Motorista, Nº302	Nº366/2026	Buscar a paciente de alta Eloá Rodrigues Julião, no Hospital Pequeno Príncipe.	Marilena	PR	Curitiba	PR	10/07/2026	11/07/2026	R$400,00
Olminda Alves de Lima	Enfermeira, N5650	Nº367/2026	Participar da Capacitação Técnica nos Sistemas SIES, SI-PNI e GSUS.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	13/07/2026	14/07/2026	R$240,00
Ellen Cortez Vasconcelos	Técnica em Enfermagem, Nº6048	Nº368/2026	Participar da Capacitação Técnica nos Sistemas SIES, SI-PNI e GSUS.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	13/07/2026	14/07/2026	R$240,00
Maria Rozilene da Silva Aprigio	Agente Comunitário de Saúde, Nº481	Nº369/2026	Participar da Capacitação Técnica referente ao Bolsa Família.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	13/07/2026	13/07/2026	R$120,00
Celio Lelis da Mata	Prefeito, Nº6322	Nº370/2026	Participar de reuniões na Assembleia, Secid, Cohapar e IAT.	Marilena	PR	Curitiba	PR	12/07/2026	14/07/2026	R$3.600,00
Valter Celeste Silva	Motorista, Nº448	Nº371/2026	Levar o paciente Vagner Canova, para sessão de hemodiálise, na clínica do rim.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	11/07/2026	11/07/2026	R$120,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Edilson Pereira dos Santos	Motorista, Nº260	Nº372/2026	Levar a paciente Jessica Pereira de Oliveira, para consulta no Hospital do Trabalhador.	Marilena	PR	Curitiba	PR	13/07/2026	15/07/2026	R$800,00
Juliano Cosme dos Santos Cerquiari	Secretário de Esportes, Nº6326	Nº373/2026	Acompanhar os atletas do time de futsal na participação do campeonato sub-14.	Marilena	PR	Nova Londrina	PR	11/07/2026	11/07/2026	R$150,00
Vinicius Monteiro da Silva	Diretor de Esportes, Nº6369	Nº374/2026	Acompanhar os atletas do time de futsal na participação do campeonato sub-14.	Marilena	PR	Nova Londrina	PR	11/07/2026	11/07/2026	R$120,00
Gessica Nayara Alves Magalhães	Chefe do Dep. De Programas Sociais, Nº6353	Nº375/2026	Participar da reunião de alinhamento estratégico Regional – Operação El Niño 2026/2027.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	15/07/2026	15/07/2026	R$120,00
Thaís da Silva Martins	Assistente Social, Nº6056	Nº376/2026	Participar da reunião de alinhamento estratégico Regional – Operação El Niño 2026/2027.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	15/07/2026	15/07/2026	R$120,00

Vanderson Aparecido Martins	Diretor de Desenvolvimento econômico, Nº6333	Nº377/2026	Participar da reunião de alinhamento estratégico Regional – Operação El Niño 2026/2027.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	15/07/2026	15/07/2026	R$120,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Regison Gentil Scotta	Secretário de Turismo, Nº259	Nº378/2026	Participar da reunião de alinhamento estratégico Regional – Operação El Niño 2026/2027.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	15/07/2026	15/07/2026	R$120,00
Gabrielle Prudencio Meira	Agente de Vigilância Sanitária Temporário, Nº6452	Nº379/2026	Participar da capacitação do Programa Vigidesastres.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	15/07/2026	15/07/2026	R$120,00
Marco Patrik dos Santos Giraldi Santana	Diretor de Obras, Nº6441	Nº380/2026	Participar da capacitação do Programa Vigidesastres.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	15/07/2026	15/07/2026	R$120,00
Edmar Rocha Junior	Vice-Prefeito, Nº6323	Nº381/2026	Participar da solenidade da entrega dos computadores do “Projeto Aliança BIM Paraná”.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	14/07/2026	14/07/2026	R$250,00
Osmar dos Santos	Motorista, Nº5657	Nº382/2026	Levar o munícipe Valmor Maldaner de Araujo para perícia no INSS.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	17/07/2026	17/07/2026	R$120,00
Laercio Paulo Da Silva	Motorista, Nº6192	Nº383/2026	Levar os atletas do município para disputarem mais uma rodada do campeonato Regional de Guairaça.	Marilena	PR	Guairaça	PR	17/07/2026	17/07/2026	R$120,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Izaltino dos Santos Pinto	Motorista, Nº6389	Nº384/2026	Levar os atletas da escolinha de futebol para disputa da Copa Beira Rio de Futebol.	Marilena	PR	Santa Cruz de Monte Castelo	PR	18/07/2026	18/07/2026	R$120,00
Izaltino dos Santos Pinto	Motorista, Nº6389	Nº385/2026	Levar os atletas da escolinha de vôlei para disputa da Copa Castelo de Voleibol.	Marilena	PR	Santa Cruz de Monte Castelo	PR	19/07/2026	19/07/2026	R$120,00
Leonardo Henrique de Pontes Patrício	Chefe Do Dep. De Segurança Públicos, Nº6354	Nº386/2026	Buscar materiais de limpeza entregues pelo Estado.	Marilena	PR	Umuarama	PR	21/07/2026	21/07/2026	R$120,00
Emerson Henrique Moreira	Diretor de Meio Ambiente, Nº6348	Nº387/2026	Levar a camionete Ford Ranger da administração na empresa Autoglass para troca de para-brisas.	Marilena	PR	Maringá	PR	21/07/2026	21/07/2026	R$120,00
Jonatan Soares Leite da Silva	Motorista, Nº6126	Nº388/2026	Levar os pacientes Marcos Vinicius Lourenço e Ademir Carlos de Oliveira para internamento de cirurgia, Claudemir de Souza, Magno Mac Inter de Oliveira Cardoso, Melina Quintino e Teresa Bezerra Pichitelli para consulta no Hospital São José.	Marilena	PR	Carlópolis	PR	21/07/2026	22/07/2026	R$400,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Celio Lelis da Mata	Prefeito, Nº6322	Nº389/2026	Participar de reuniões na Assembleia, IAT e participar da reunião com os prefeitos membros da Amunpar e com o Governador Ratinho Junior.	Marilena	PR	Curitiba	PR	23/07/2026	24/07/2026	R$2.400,00
Marcio Pinheiro Anziliero	Advogado, Nº713	Nº390/2026	Participar de reuniões junto ao prefeito, na sede da Justiça Federal.	Marilena	PR	Curitiba	PR	23/07/2026	24/07/2026	R$1.600,00
Divino Deusdete De Souza	Motorista, Nº6209	Nº391/2026	Levar os pacientes Ademir Carlos de Oliveira e Marcos Vinicius Lourenço, no Hospital São José.	Marilena	PR	Carlópolis	PR	22/07/2026	23/07/2026	R$400,00
Elizeu da Silva Sobreira	Motorista, Nº242	Nº392/2026	Levar o paciente João Pedro Alves Pinheiro, no Hospital San Julian.	Marilena	PR	Curitiba	PR	23/07/2026	24/07/2026	R$400,00
			Levar o paciente João Pedro Alves Pinheiro, no Hospital San Julian.							

Jose Donizete Balico	Motorista, Nº302	Nº393/2026		Marilena	PR	Curitiba	PR	23/07/2026	24/07/2026	R$400,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Edilson Pereira dos Santos	Motorista, Nº260	Nº394/2026	Levar os pacientes Maria Helena Paulo, José Balico, Nilton Balico, Reinaldo Lino dos Santos e Aguinaldo Soares para consulta e avaliação no Hospital de Olhos.	Marilena	PR	Cornélio Procópio	PR	23/07/2026	24/07/2026	R$400,00
Robson Lopes dos Reis	Motorista, Nº6130	Nº395/2026	Levar os atletas do município para que disputem mais uma rodada do Campeonato Regional de Guairaça.	Marilena	PR	Guairaça	PR	24/07/2026	24/07/2026	R$120,00
Izaltino dos Santos Pinto	Motorista, Nº6389	Nº396/2026	Levar os atletas da escolinha de vôlei para disputa de mais uma etapa da Copa Extremo Noroeste.	Marilena	PR	Inajá	PR	25/07/2026	25/07/2026	R$120,00
Vilmar da Silva Martins	Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, Nº6356	Nº397/2026	Levar o munícipe Rafael Feliciano Ferreira Pinto, na clínica Proneuro.	Marilena	PR	Maringá	PR	27/07/2026	27/07/2026	R$120,00
Carlos Augusto de Carvalho	Secretário de Saúde, Nº653	Nº398/2026	Participar da 5ª reunião ordinária da CIR de 2026.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	28/07/2026	28/07/2026	R$150,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Renata Caroline Balico	Enfermeira, Nº5811	Nº399/2026	Participar da 5ª reunião ordinária da CIR de 2026.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	28/07/2026	28/07/2026	R$120,00
Vanderson Aparecido Martins	Diretor de Desenvolvimento econômico, Nº6333	Nº400/2026	Participar do Encontro Integração Território Costa Noroeste.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	28/07/2026	28/07/2026	R$120,00
Valter Celeste Silva	Motorista, Nº448	Nº401/2026	Levar o paciente Vagner Canova, para sessão de hemodiálise, na clínica do rim.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	25/07/2026	25/07/2026	R$120,00
Maurilio Tavares Bariani	Motorista, Nº6384	Nº402/2026	Buscar a paciente de alta Vanderleia Maria dos Santos, no Hospital Vida de Londrina.	Marilena	PR	Londrina	PR	28/07/2026	28/07/2026	R$120,00
Aline Aparecida Gomes da Silva	Odontóloga, Nº466	Nº403/2026	Participar do evento CRO-PR SUMMIT 2026.	Marilena	PR	Londrina	PR	29/07/2026	31/07/2026	R$1.200,00
Giovana Vieira Major	Odontóloga, Nº6415	Nº404/2026	Participar do evento CRO-PR SUMMIT 2026.	Marilena	PR	Londrina	PR	29/07/2026	31/07/2026	R$1.200,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Marta Helena Neves Oslem	Odontóloga, Nº375	Nº405/2026	Participar do evento CRO-PR SUMMIT 2026.	Marilena	PR	Londrina	PR	29/07/2026	31/07/2026	R$1.200,00
Augusto Bernardes Carvalho Junior	Motorista, Nº5675	Nº406/2026	Levar os pacientes Melina Quintino e Claudemir de Souza para internamento cirúrgico e Marcos Vinicius Lourenço para consulta, no Hospital São José.	Marilena	PR	Carlópolis	PR	28/07/2026	30/07/2026	R$800,00
Fagner Batista	Diretor do centro de ref. Da Assis. Social, Nº6111	Nº407/2026	Levar dois pacientes para consulta, a pedido da Secretaria de Saúde.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	29/07/2026	29/07/2026	R$120,00
Izaltino dos Santos Pinto	Motorista, Nº6389	Nº408/2026	Levar os atletas da modalidade Judô, para participar da fase final dos Jogos Escolares do Paraná.	Marilena	PR	Campo Mourão	PR	31/07/2026	02/08/2026	R$1.200,00
Daniel Nicolau Macedo	Operador de Maquinas Pesadas, Nº6068	Nº409/2026	Levar os atletas do time de futebol de campo Santana, para disputa de amistoso.	Marilena	PR	São Pedro do Paraná	PR	02/08/2026	02/08/2026	R$120,00

BOLETIM INTERNO Nº 007/2026

Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2026.

Wesley dos Santos Lima	Engenheiro Civil, Nº6220	Nº410/2026	Participar da capacitação BIM para servidores públicos municipais, voltada para equipe técnica de arquitetura, engenharia e construção das prefeituras.	Marilena	PR	Cianorte	PR	29/07/2026	31/07/2026	R$1.200,00
Valter Celeste Silva	Motorista, Nº448	Nº411/2026	Levar o paciente Vagner Canova, para sessão de hemodiálise, na clínica do rim.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	01/08/2026	01/08/2026	R$120,00
Elizeu da Silva Sobreira	Motorista, Nº242	Nº412/2026	Levar os pacientes Maria Helena Paulo, José Balico, Nilton Balico e Reinaldo Lino dos Santos para aplicação no Hospital de Olhos.	Marilena	PR	Jacarezinho	PR	02/08/2026	03/08/2026	R$400,00
Celio Lelis da Mata	Prefeito, Nº6322	Nº413/2026	Participar de reuniões na Assembleia, Incra, Secretaria de Turismo e Secretaria das Cidades.	Marilena	PR	Curitiba	PR	02/08/2026	04/08/2026	R$3.600,00
CELIO LELIS DA MATA								**TOTAL**		**R$34.310,00**

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:F3A33EC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RGF - DESPESA COM PESSOAL 2º QUADRIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO														
PODER EXECUTIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)**
	Setembro 2025	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**Janeiro 2026**	**Fevereiro 2026**	**Março 2026**	**Abril 2026**	**Maio 2026**	**Junho 2026**	**Julho 2026**	**Agosto 2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.747.867,99	1.804.452,09	1.744.445,61	3.137.520,03	1.956.669,11	1.743.920,49	2.190.107,26	1.999.839,46	2.052.040,34	2.031.029,79	2.033.391,63	2.021.337,74	24.462.621,54	0,00
Pessoal Ativo	1.744.799,53	1.804.452,09	1.744.445,61	3.130.197,31	1.956.669,11	1.743.920,49	2.190.107,26	1.992.019,89	2.052.040,34	2.023.210,22	2.024.415,42	2.018.076,55	24.424.353,82	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.546.971,95	1.604.572,20	1.545.551,20	2.742.036,48	1.719.202,98	1.492.881,84	1.875.189,72	1.697.072,76	1.754.910,10	1.721.349,40	1.727.157,25	1.721.197,56	21.148.093,44	0,00

Obrigações Patronais	197.827,58	199.879,89	198.894,41	388.160,83	237.466,13	251.038,65	314.917,54	294.947,13	297.130,24	301.860,82	297.258,17	296.878,99	3.276.260,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.068,46	0,00	0,00	7.322,72	0,00	0,00	0,00	7.819,57	0,00	7.819,57	8.976,21	3.261,19	38.267,72	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.068,46	0,00	0,00	7.322,72	0,00	0,00	0,00	7.819,57	0,00	7.819,57	8.976,21	3.261,19	38.267,72	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	38.522,50	39.007,46	36.433,08	72.498,68	36.433,78	39.469,87	39.428,69	39.294,84	38.905,78	38.797,71	38.984,20	30.329,93	488.106,52	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	36.190,19	36.433,08	36.433,08	69.880,57	36.433,08	39.469,17	39.427,99	39.294,14	38.905,08	38.797,01	38.983,50	30.329,23	480.576,12	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	2.332,31	2.574,38	0,00	2.618,11	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	7.530,40	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.709.345,49	1.765.444,63	1.708.012,53	3.065.021,35	1.920.235,33	1.704.450,62	2.150.678,57	1.960.544,62	2.013.134,56	1.992.232,08	1.994.407,43	1.991.007,81	23.974.515,02	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**51.112.327,89**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**750.000,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	**489.846,40**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**49.872.481,49**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**23.974.515,02**	**48,07**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**26.931.140,00**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**25.584.583,00**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**24.238.026,00**	**48,60**
Notas Explicativas		

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:7B10D771

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 4º BIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO							
PODER EXECUTIVO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.505.401,16	48.228.604,42	7.944.395,87	16,47	35.272.387,02	73,14	12.956.217,40
RECEITAS CORRENTES	41.105.349,72	47.828.552,98	7.863.490,93	16,44	34.201.732,08	71,51	13.626.820,90
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.548.201,60	1.548.201,60	244.547,79	15,80	1.203.305,93	77,72	344.895,67
Impostos	1.526.515,20	1.526.515,20	223.083,83	14,61	1.154.419,26	75,62	372.095,94
Taxas	21.686,40	21.686,40	21.463,96	98,97	48.886,67	225,43	-27.200,27
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRIBUIÇÕES	71.083,44	71.083,44	6.569,30	9,24	34.261,92	48,20	36.821,52
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	71.083,44	71.083,44	6.569,30	9,24	34.261,92	48,20	36.821,52
RECEITA PATRIMONIAL	496.920,96	496.920,96	216.963,95	43,66	821.043,24	165,23	-324.122,28
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	496.920,96	496.920,96	216.963,95	43,66	821.043,24	165,23	-324.122,28
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	8.585,00	0,00	18.945,00	0,00	-18.945,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	63.300,96	63.300,96	11.258,25	17,79	27.934,80	44,13	35.366,16
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	7.702,56	7.702,56	0,00	0,00	0,00	0,00	7.702,56
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	55.598,40	55.598,40	0,00	0,00	3.077,74	5,54	52.520,66
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	11.258,25	0,00	24.857,06	0,00	-24.857,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.899.363,32	45.622.566,58	7.241.770,61	15,87	31.808.305,26	69,72	13.814.261,32
Transferências da União e de suas Entidades	19.310.279,04	21.314.921,08	3.714.881,49	17,43	14.241.803,10	66,82	7.073.117,98
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.298.453,88	21.011.610,70	2.941.627,51	14,00	15.075.373,67	71,75	5.936.237,03
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.290.630,40	3.296.034,80	585.261,61	17,76	2.491.128,49	75,58	804.906,31
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.479,44	26.479,44	133.796,03	505,28	287.935,93	1.087,39	-261.456,49
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	44.188,52	0,00	148.569,31	0,00	-148.569,31
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	26.479,44	26.479,44	89.607,51	338,40	139.366,62	526,32	-112.887,18
RECEITAS DE CAPITAL	400.051,44	400.051,44	80.904,94	20,22	1.070.654,94	267,63	-670.603,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	400.051,44	400.051,44	0,00	0,00	0,00	0,00	400.051,44
Operações de Crédito - Mercado Interno	400.051,44	400.051,44	0,00	0,00	0,00	0,00	400.051,44
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	80.904,94	0,00	1.070.654,94	0,00	-1.070.654,94
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	429.750,00	0,00	-429.750,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	80.904,94	0,00	640.904,94	0,00	-640.904,94
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	41.505.401,16	48.228.604,42	7.944.395,87	16,47	35.272.387,02	73,14	12.956.217,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	41.505.401,16	48.228.604,42	7.944.395,87	16,47	35.272.387,02	73,14	12.956.217,40
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	41.505.401,16	48.228.604,42	7.944.395,87	16,47	35.272.387,02	73,14	12.956.217,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.668.784,59	0,00	0,00	3.668.784,59	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	3.668.784,59	0,00	0,00	3.668.784,59	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	38.975.307,20	49.367.295,05	8.124.079,38	34.486.112,93	14.881.182,12	7.779.865,37	33.793.585,74	15.573.709,31	32.807.350,14	692.527,19
DESPESAS CORRENTES	31.149.793,08	38.205.138,33	7.057.769,39	27.101.007,38	11.104.130,95	7.051.650,89	26.946.054,17	11.259.084,16	26.066.004,22	154.953,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.184.211,64	20.964.937,88	4.054.729,67	16.028.336,12	4.936.601,76	4.054.729,37	16.028.335,82	4.936.602,06	15.733.693,16	0,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	95.040,00	95.040,00	7.132,82	25.584,86	69.455,14	7.132,82	25.584,86	69.455,14	25.584,86	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.870.541,44	17.145.160,45	2.995.906,90	11.047.086,40	6.098.074,05	2.989.788,70	10.892.133,49	6.253.026,96	10.306.726,20	154.952,91
DESPESAS DE CAPITAL	6.597.065,96	11.162.061,90	1.066.309,99	7.385.105,55	3.776.956,35	728.214,48	6.847.531,57	4.314.530,33	6.741.345,92	537.573,98
INVESTIMENTOS	6.074.345,96	10.879.629,61	1.041.515,87	7.284.457,80	3.595.171,81	703.866,04	6.747.329,50	4.132.300,11	6.641.143,85	537.128,30
INVERSÕES FINANCEIRAS	23.760,00	23.760,00	0,00	0,00	23.760,00	0,00	0,00	23.760,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	498.960,00	258.672,29	24.794,12	100.647,75	158.024,54	24.348,44	100.202,07	158.470,22	100.202,07	445,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.228.448,16	94,82	0,00	0,00	94,82	0,00	0,00	94,82	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.975.307,20	49.367.295,05	8.124.079,38	34.486.112,93	14.881.182,12	7.779.865,37	33.793.585,74	15.573.709,31	32.807.350,14	692.527,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	38.975.307,20	49.367.295,05	8.124.079,38	34.486.112,93	14.881.182,12	7.779.865,37	33.793.585,74	15.573.709,31	32.807.350,14	692.527,19
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	786.274,09	-786.274,09	0,00	1.478.801,28	0,00	2.465.036,88	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	38.975.307,20	49.367.295,05	8.124.079,38	35.272.387,02	14.094.908,03	7.779.865,37	35.272.387,02	0,00	35.272.387,02	692.527,19
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:11FE174B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RREO - DEMONSTRATIVO PARCERIA PUBLICO PRIVADA

MUNICIPIO DE MATO RICO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO			
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25			R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**REGISTROS EFETUADOS EM 2026**	
		No bimestre	**Até o Bimestre**
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:AAAFA39E

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RREO- DEMONSTRATIVO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO 4º BIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO											
PODER EXECUTIVO											
ESTADO DO PARANÁ											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.643.534,36	47.181.251,35	7.663.699,78	32.913.678,93	100,00	14.267.572,42	7.317.110,88	32.222.973,56	100,00	14.958.277,79	690.705,37
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	7.132.792,40	5.821.564,32	901.683,29	3.734.228,94	11,35	2.087.335,38	901.927,19	3.707.058,66	11,50	2.114.505,66	27.170,28
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	5.411.653,64	4.032.433,36	636.812,72	2.703.624,65	8,21	1.328.808,71	636.149,10	2.676.454,37	8,31	1.355.978,99	27.170,28
Administração Financeira	290.819,16	290.819,16	32.882,16	137.491,44	0,42	153.327,72	32.882,16	137.491,44	0,43	153.327,72	0,00
Controle Interno	1.260.394,56	1.299.790,56	193.295,83	726.773,21	2,21	573.017,35	194.203,35	726.773,21	2,26	573.017,35	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	169.925,04	198.521,24	38.692,58	166.339,64	0,51	32.181,60	38.692,58	166.339,64	0,52	32.181,60	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	104.641,20	104.641,20	8.060,86	35.316,00	0,11	69.325,20	8.060,86	35.316,00	0,11	69.325,20	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	104.641,20	104.641,20	8.060,86	35.316,00	0,11	69.325,20	8.060,86	35.316,00	0,11	69.325,20	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.357.477,92	2.099.621,28	784.791,77	1.145.924,63	3,48	953.696,65	306.354,44	664.747,42	2,06	1.434.873,86	481.177,21
Assistência ao Idoso	247.246,56	278.648,56	24.461,12	81.054,53	0,25	197.594,03	24.461,12	81.054,53	0,25	197.594,03	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	700.549,56	1.348.115,42	695.109,16	864.276,61	2,63	483.838,81	216.171,83	383.099,40	1,19	965.016,02	481.177,21
Assistência Comunitária	409.681,80	472.857,30	65.221,49	200.593,49	0,61	272.263,81	65.721,49	200.593,49	0,62	272.263,81	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	7.698.679,56	10.442.235,09	2.050.853,38	8.083.715,04	24,56	2.358.520,05	2.032.285,80	8.026.632,93	24,91	2.415.602,16	57.082,11
Atenção Básica	7.093.500,48	9.779.204,01	1.984.618,79	7.717.319,15	23,45	2.061.884,86	1.966.051,21	7.660.237,04	23,77	2.118.966,97	57.082,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	258.746,40	321.583,40	52.901,35	311.531,86	0,95	10.051,54	52.901,35	311.531,86	0,97	10.051,54	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	273.121,20	268.136,20	13.333,24	50.808,40	0,15	217.327,80	13.333,24	50.808,40	0,16	217.327,80	0,00
Vigilância Sanitária	47.436,84	47.436,84	0,00	0,00	0,00	47.436,84	0,00	0,00	0,00	47.436,84	0,00
Vigilância Epidemiológica	25.874,64	25.874,64	0,00	4.055,63	0,01	21.819,01	0,00	4.055,63	0,01	21.819,01	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	7.391.163,60	9.081.482,59	1.348.412,74	6.154.593,57	18,70	2.926.889,02	1.490.156,38	6.125.987,75	19,01	2.955.494,84	28.605,82
Ensino Fundamental	6.775.306,56	7.680.297,47	1.246.539,95	5.165.020,77	15,69	2.515.276,70	1.243.723,82	5.136.414,95	15,94	2.543.882,52	28.605,82
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	23.760,00	11.926,00	0,00	0,00	0,00	11.926,00	0,00	0,00	0,00	11.926,00	0,00
Educação Infantil	508.937,04	1.206.396,12	63.798,49	859.376,22	2,61	347.019,90	207.325,87	859.376,22	2,67	347.019,90	0,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	83.160,00	182.863,00	38.074,30	130.196,58	0,40	52.666,42	39.106,69	130.196,58	0,40	52.666,42	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	121.689,00	268.741,83	47.929,45	187.067,10	0,57	81.674,73	47.929,45	187.067,10	0,58	81.674,73	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	121.689,00	268.741,83	47.929,45	187.067,10	0,57	81.674,73	47.929,45	187.067,10	0,58	81.674,73	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	334.800,00	335.800,00	43.348,06	172.886,06	0,53	162.913,94	44.230,68	172.670,61	0,54	163.129,39	215,45
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	334.800,00	335.800,00	43.348,06	172.886,06	0,53	162.913,94	44.230,68	172.670,61	0,54	163.129,39	215,45
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
URBANISMO	2.920.021,92	2.969.233,91	276.148,81	1.146.977,38	3,48	1.822.256,53	276.148,81	1.146.977,38	3,56	1.822.256,53	0,00
Infra-Estrutura Urbana	2.125.643,04	2.174.855,03	145.228,96	625.289,32	1,90	1.549.565,71	145.228,96	625.289,32	1,94	1.549.565,71	0,00
Serviços Urbanos	794.378,88	794.378,88	130.919,85	521.688,06	1,59	272.690,82	130.919,85	521.688,06	1,62	272.690,82	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	102.524,40	104.524,40	9.930,82	14.985,10	0,05	89.539,30	9.930,82	14.985,10	0,05	89.539,30	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	102.524,40	104.524,40	9.930,82	14.985,10	0,05	89.539,30	9.930,82	14.985,10	0,05	89.539,30	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	71.280,00	98.174,00	10.458,86	67.946,23	0,21	30.227,77	10.458,86	67.946,23	0,21	30.227,77	0,00
Saneamento Básico Rural	47.520,00	86.294,00	10.458,86	67.946,23	0,21	18.347,77	10.458,86	67.946,23	0,21	18.347,77	0,00
Saneamento Básico Urbano	23.760,00	11.880,00	0,00	0,00	0,00	11.880,00	0,00	0,00	0,00	11.880,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	1.665.486,36	3.562.061,88	705.529,96	2.968.239,01	9,02	593.822,87	710.920,20	2.964.524,27	9,20	597.537,61	3.714,74
Preservação e Conservação Ambiental	1.665.486,36	3.562.061,88	705.529,96	2.968.239,01	9,02	593.822,87	710.920,20	2.964.524,27	9,20	597.537,61	3.714,74
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	1.463.017,68	5.318.394,37	453.273,92	4.659.466,31	14,16	658.928,06	451.470,16	4.647.594,48	14,42	670.799,89	11.871,83
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	1.463.017,68	5.318.394,37	453.273,92	4.659.466,31	14,16	658.928,06	451.470,16	4.647.594,48	14,42	670.799,89	11.871,83
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	108.000,00	132.450,00	1.119,36	40.977,34	0,12	91.472,66	3.848,82	40.977,34	0,13	91.472,66	0,00
Promoção Industrial	108.000,00	132.450,00	1.119,36	40.977,34	0,12	91.472,66	3.848,82	40.977,34	0,13	91.472,66	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	223.933,68	372.573,68	39.477,62	194.243,25	0,59	178.330,43	39.477,62	194.243,25	0,60	178.330,43	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	223.933,68	372.573,68	39.477,62	194.243,25	0,59	178.330,43	39.477,62	194.243,25	0,60	178.330,43	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	71.083,44	93.119,49	19.717,43	63.581,23	0,19	29.538,26	19.717,43	63.581,23	0,20	29.538,26	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	71.083,44	93.119,49	19.717,43	63.581,23	0,19	29.538,26	19.717,43	63.581,23	0,20	29.538,26	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	4.398.876,72	4.687.933,86	717.004,01	3.266.194,04	9,92	1.421.739,82	717.823,41	3.185.771,79	9,89	1.502.162,07	80.422,25
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	4.398.876,72	4.687.933,86	717.004,01	3.266.194,04	9,92	1.421.739,82	717.823,41	3.185.771,79	9,89	1.502.162,07	80.422,25
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	655.618,32	1.334.892,34	214.032,50	851.105,09	2,59	483.787,25	214.888,69	851.105,09	2,64	483.787,25	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	619.978,32	1.299.252,34	214.032,50	851.105,09	2,59	448.147,25	214.888,69	851.105,09	2,64	448.147,25	0,00
Lazer	35.640,00	35.640,00	0,00	0,00	0,00	35.640,00	0,00	0,00	0,00	35.640,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	594.000,00	353.712,29	31.926,94	126.232,61	0,38	227.479,68	31.481,26	125.786,93	0,39	227.925,36	445,68
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Serviço da Dívida Interna	594.000,00	353.712,29	31.926,94	126.232,61	0,38	227.479,68	31.481,26	125.786,93	0,39	227.925,36	445,68
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.228.448,16	94,82	0,00	0,00	0,00	94,82	0,00	0,00	0,00	94,82	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	37.643.534,36	47.181.251,35	7.663.699,78	32.913.678,93	100,00	14.267.572,42	7.317.110,88	32.222.973,56	100,00	14.958.277,79	690.705,37
Notas Explicativas											

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:7D51B37B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RREO - DEMONSTRATIVO POR PODER E ORGÃO 4º BIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO												
PODER EXECUTIVO												
ESTADO DO PARANÁ												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e + k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c + d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**306.951,37**	**451.047,98**	**552.079,15**	**0,00**	**205.920,20**	**5.321.590,20**	**817.362,22**	**887.341,80**	**887.341,77**	**0,00**	**5.251.610,65**	**5.457.530,85**
PODER EXECUTIVO	**306.951,37**	**451.047,98**	**552.079,15**	**0,00**	**205.920,20**	**5.321.590,20**	**817.362,22**	**887.341,80**	**887.341,77**	**0,00**	**5.251.610,65**	**5.457.530,85**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Câmara Municipal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Tribunal de Contas do Município	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**306.951,37**	**451.047,98**	**552.079,15**	**0,00**	**205.920,20**	**5.321.590,20**	**817.362,22**	**887.341,80**	**887.341,77**	**0,00**	**5.251.610,65**	**5.457.530,85**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null 24/09/2026 - 17:17:20												
Notas Explicativas												

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:7FDCF6A8

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RREO - DEMONSTRATIVO SAÚDE 4º BIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)			R$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.526.515,20	1.526.515,20	1.154.419,26	75,62

Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	136.004,40	136.004,40	9.928,59	7,30
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	532.126,80	532.126,80	296.450,16	55,71
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	150.519,60	150.519,60	107.736,84	71,58
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	707.864,40	707.864,40	740.303,67	104,58
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	38.718.280,80	41.576.522,36	28.092.897,59	67,57
Cota-Parte FPM	18.698.817,60	20.068.755,34	13.869.516,44	69,11
Cota-Parte ITR	525.333,60	525.333,60	82.657,69	15,73
Cota-Parte IPVA	444.150,00	444.150,00	264.018,51	59,44
Cota-Parte ICMS	18.844.758,00	20.333.061,82	13.659.939,06	67,18
Cota-Parte IPI-Exportação	205.221,60	205.221,60	216.765,89	105,63
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**40.244.796,00**	**43.103.037,56**	**29.247.316,85**	**67,85**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.185.886,84	7.776.597,02	6.365.705,39	81,86	6.315.214,67	81,21	6.198.701,24	79,71	50.490,72
Despesas Correntes	5.474.631,24	7.278.701,52	6.141.027,54	84,37	6.090.536,82	83,68	5.975.163,39	82,09	50.490,72
Despesas de Capital	711.255,60	497.895,50	224.677,85	45,13	224.677,85	45,13	223.537,85	44,90	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	258.746,40	321.583,40	311.531,86	96,87	311.531,86	96,87	311.531,86	96,87	0,00
Despesas Correntes	258.746,40	321.583,40	311.531,86	96,87	311.531,86	96,87	311.531,86	96,87	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	201.247,20	194.247,20	45.557,88	23,45	45.557,88	23,45	45.557,88	23,45	0,00
Despesas Correntes	186.872,40	186.872,40	45.557,88	24,38	45.557,88	24,38	45.557,88	24,38	0,00
Despesas de Capital	14.374,80	7.374,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	25.874,64	25.874,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	21.562,20	21.562,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	4.312,44	4.312,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	12.937,32	12.937,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	8.624,88	8.624,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	4.312,44	4.312,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**6.684.692,40**	**8.331.239,58**	**6.722.795,13**	**80,69**	**6.672.304,41**	**80,09**	**6.555.790,98**	**78,69**	**50.490,72**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	6.722.795,13	6.672.304,41	6.555.790,98
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	337.854,07	337.854,07	337.854,07
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**6.384.941,06**	**6.334.450,34**	**6.217.936,91**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		4.387.097,53	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	1.997.843,53	1.947.352,81	1.830.839,38
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**21,83**	**21,66**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	4.387.097,53	6.384.941,06	1.997.843,53	0,00	337.854,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2.335.697,60
Empenhos de 2024	24.396.343,67	40.788.969,05	16.392.625,38	51.141,11	0,00	0,00	46.477,21	1.455,12	3.208,78	16.389.416,60
Empenhos de 2023	21.588.782,43	40.013.611,72	18.424.829,29	50.354,43	0,00	0,00	41.585,72	0,00	8.768,71	18.416.060,58
Empenhos de 2022	18.817.529,25	28.721.241,81	9.903.712,56	87.529,16	0,00	0,00	86.466,96	0,00	1.062,20	9.902.650,36
Empenhos de 2021 e anteriores	15.772.893,73	24.016.501,91	8.243.608,18	372.676,96	0,00	0,00	346.643,33	0,00	26.033,43	8.217.574,75
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	215.622,33	215.622,33	215.622,33	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**215.622,33**	**215.622,33**	**215.622,33**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.461.197,88	1.995.939,23	2.023.512,32	101,38
Proveniente da União	1.126.110,60	1.605.618,95	1.222.671,88	76,15
Proveniente dos Estados	335.087,28	390.320,28	800.840,44	205,18
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	194.145,80	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**1.461.197,88**	**1.995.939,23**	**2.217.658,12**	**111,11**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	907.613,64	2.002.606,99	1.330.843,56	66,46	1.324.252,17	66,13	1.313.052,97	65,57	6.591,39
Despesas Correntes	907.613,64	1.462.606,99	790.843,56	54,07	784.252,17	53,62	773.052,97	52,85	6.591,39
Despesas de Capital	0,00	540.000,00	540.000,00	100,00	540.000,00	100,00	540.000,00	100,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	71.874,00	73.889,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	71.874,00	73.889,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	21.562,20	21.562,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	21.562,20	21.562,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	12.937,32	12.937,32	4.055,63	31,35	4.055,63	31,35	4.055,63	31,35	0,00

Despesas Correntes	12.937,32	12.937,32	4.055,63	31,35	4.055,63	31,35	4.055,63	31,35	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**1.013.987,16**	**2.110.995,51**	**1.334.899,19**	**63,24**	**1.328.307,80**	**62,92**	**1.317.108,60**	**62,39**	**6.591,39**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.093.500,48	9.779.204,01	7.696.548,95	78,70	7.639.466,84	78,12	7.511.754,21	76,81	57.082,11
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	258.746,40	321.583,40	311.531,86	96,87	311.531,86	96,87	311.531,86	96,87	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	273.121,20	268.136,20	45.557,88	16,99	45.557,88	16,99	45.557,88	16,99	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	47.436,84	47.436,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	25.874,64	25.874,64	4.055,63	15,67	4.055,63	15,67	4.055,63	15,67	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**7.698.679,56**	**10.442.235,09**	**8.057.694,32**	**77,16**	**8.000.612,21**	**76,62**	**7.872.899,58**	**75,39**	**57.082,11**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	1.013.987,16	2.110.995,51	1.334.899,19	63,24	1.328.307,80	62,92	1.317.108,60	62,39	6.591,39
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**6.684.692,40**	**8.331.239,58**	**6.722.795,13**	**80,69**	**6.672.304,41**	**80,09**	**6.555.790,98**	**78,69**	**50.490,72**
Notas Explicativas									

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:0B0D8421

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RREO - RECEITA CORRENTE LIQUIDA 4º BIMESTRE 2026

MUNICIPIO DE MATO RICO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA 2026**
	Setembro 2025	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**Janeiro 2026**	**Fevereiro 2026**	**Março 2026**	**Abril 2026**	**Maio 2026**	**Junho 2026**	**Julho 2026**	**Agosto 2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	**4.876.046,58**	**4.230.815,79**	**4.430.058,03**	**6.274.132,46**	**4.515.338,90**	**4.495.306,97**	**4.279.997,86**	**7.428.731,67**	**4.526.823,61**	**5.420.030,73**	**4.878.063,30**	**4.276.017,36**	**59.631.363,26**	**55.572.209,14**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	186.803,57	191.600,89	118.374,40	272.499,36	92.665,99	140.762,68	259.728,57	134.596,80	205.106,94	125.897,16	199.160,02	45.387,77	1.972.584,15	1.548.201,60
IPTU	1.811,92	229,00	650,55	209,98	127,86	46,49	68,48	676,31	538,17	377,73	2.723,89	5.369,66	12.830,04	136.004,40
ISS	8.054,44	14.211,22	6.349,37	15.289,94	10.073,94	9.843,72	14.829,27	13.574,51	28.915,84	7.151,29	17.765,28	5.582,99	151.641,81	150.519,60
ITBI	45.626,14	66.914,59	0,00	35.477,20	0,00	53.184,00	76.410,19	19.000,00	67.969,77	800,00	62.967,20	16.119,00	444.468,09	532.126,80
IRRF	126.588,53	109.716,03	110.704,22	221.129,41	79.528,96	75.516,10	167.314,80	98.129,89	99.468,19	107.789,92	105.854,78	6.701,03	1.308.441,86	707.864,40
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.722,54	530,05	670,26	392,83	2.935,23	2.172,37	1.105,83	3.216,09	8.214,97	9.778,22	9.848,87	11.615,09	55.202,35	21.686,40
Receita de Contribuições	1.748,13	457,17	1.666,42	23.063,18	6.449,51	5.476,90	3.636,05	4.406,39	3.566,75	4.157,02	3.081,26	3.488,04	61.196,82	71.083,44
Receita Patrimonial	97.860,54	100.315,37	90.970,45	98.285,49	108.380,84	96.455,78	114.304,15	98.816,24	89.742,46	96.379,82	109.615,60	107.348,35	1.208.475,09	496.920,96
Rendimentos de Aplicação Financeira	97.860,54	100.315,37	90.970,45	98.285,49	108.380,84	96.455,78	114.304,15	98.816,24	89.742,46	96.379,82	109.615,60	107.348,35	1.208.475,09	496.920,96
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	900,30	600,00	2.146,00	350,00	500,00	210,00	4.400,00	2.400,00	1.000,00	1.850,00	5.885,00	2.700,00	22.941,30	0,00

Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	20.011,95	16.394,34	3.668,89	10.746,65	4.169,25	6.769,25	2.424,72	1.483,31	0,00	1.830,02	6.045,00	5.213,25	78.756,63	63.300,96
Transferências Correntes	4.553.156,07	3.902.143,62	4.189.350,38	5.774.094,13	4.299.308,51	4.210.974,26	3.883.356,80	7.149.251,71	4.197.414,91	5.154.217,05	4.455.885,22	4.076.475,12	55.845.627,78	53.366.222,74
Cota-Parte do FPM	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.709.414,20	22.450.464,36	21.808.311,34
Cota-Parte do ICMS	2.029.253,96	1.838.514,00	1.713.154,22	2.172.760,77	1.765.781,45	1.404.357,67	1.949.824,22	1.803.060,06	1.463.582,41	1.893.843,36	1.715.347,84	1.664.142,05	21.413.622,01	20.333.061,82
Cota-Parte do IPVA	11.812,82	4.873,33	2.445,56	17.384,68	125.417,65	32.280,14	31.947,45	26.280,97	20.556,54	13.375,78	8.856,74	5.303,24	300.534,90	444.150,00
Cota-Parte do ITR	71.944,01	242.364,22	57.106,77	49.535,20	47.996,67	4.188,44	5.778,13	8.545,95	4.274,68	814,85	734,55	10.324,42	503.607,89	525.333,60
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	28.548,40	27.378,10	27.059,48	32.777,25	23.248,91	24.397,32	24.150,99	21.245,24	25.530,52	34.094,73	30.863,94	33.234,24	332.529,12	205.221,60
Transferências do FUNDEB	263.060,89	305.678,17	244.524,47	364.651,92	405.934,49	287.347,96	280.970,66	322.346,84	393.029,53	312.201,91	306.903,30	303.854,57	3.790.504,71	3.404.654,25
Outras Transferências Correntes	247.088,75	208.101,93	411.583,80	345.441,89	158.993,98	230.549,18	241.585,17	3.379.338,24	367.931,29	874.346,55	239.201,61	350.202,40	7.054.364,79	6.645.490,13
Outras Receitas Correntes	15.566,02	19.304,40	23.881,49	95.093,65	3.864,80	34.658,10	12.147,57	37.777,22	29.992,55	35.699,66	98.391,20	35.404,83	441.781,49	26.479,44
DEDUÇÕES (II)	**670.267,82**	**677.677,91**	**706.652,76**	**845.819,11**	**746.880,81**	**738.619,64**	**672.165,29**	**689.517,97**	**687.295,40**	**793.538,59**	**606.111,66**	**684.488,41**	**8.519.035,37**	**7.743.656,16**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	5,04	5,32	4,44	5,17	4,99	4,33	5,29	4,79	4,73	4,98	5,43	4,91	59,42	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	670.262,78	677.672,59	706.648,32	845.813,94	746.875,82	738.615,31	672.160,00	689.513,18	687.290,67	793.533,61	606.106,23	684.483,50	8.518.975,95	7.743.656,16
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**4.205.778,76**	**3.553.137,88**	**3.723.405,27**	**5.428.313,35**	**3.768.458,09**	**3.756.687,33**	**3.607.832,57**	**6.739.213,70**	**3.839.528,21**	**4.626.492,14**	**4.271.951,64**	**3.591.528,95**	**51.112.327,89**	**47.828.552,98**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	400.000,00	0,00	0,00	750.000,00	158.915,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.205.778,76	3.553.137,88	3.523.405,27	5.428.313,35	3.768.458,09	3.756.687,33	3.607.832,57	6.739.213,70	3.689.528,21	4.226.492,14	4.271.951,64	3.591.528,95	50.362.327,89	47.669.637,98
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	36.280,20	36.432,00	36.432,00	72.712,20	35.824,10	38.904,00	38.904,00	38.904,00	38.904,00	38.904,00	38.741,90	38.904,00	489.846,40	301.639,20
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI - VII-VIII)	4.169.498,56	3.516.705,88	3.486.973,27	5.355.601,15	3.732.633,99	3.717.783,33	3.568.928,57	6.700.309,70	3.650.624,21	4.187.588,14	4.233.209,74	3.552.624,95	49.872.481,49	47.367.998,78
Notas Explicativas														

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:663D4EE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 02 RREO 4º BIMESTRE/2026

Prefeitura Municipal de Pato Branco -PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	**661.878.402,00**	**827.555.682,13**	**92.025.725,52**	**92.025.725,52**	**93,62**	**735.529.956,61**	**71.481.803,73**	**71.481.803,73**	**92,75**	**756.073.878,40**
Legislativa	12.945.000,00	12.945.000,00	1.026.379,08	1.026.379,08	1,04	11.918.620,92	930.746,95	930.746,95	1,21	12.014.253,05
Ação Legislativa	12.945.000,00	12.945.000,00	1.026.379,08	1.026.379,08	1,04	11.918.620,92	930.746,95	930.746,95	1,21	12.014.253,05
Judiciária	1.586.000,00	1.486.000,00	35.010,16	35.010,16	0,04	1.450.989,84	35.010,16	35.010,16	0,05	1.450.989,84
Defesa do Interesse Público no Processo J	286.000,00	286.000,00	35.010,16	35.010,16	0,04	250.989,84	35.010,16	35.010,16	0,05	250.989,84

Promoção da Produção Agropecuária	1.300.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Essencial à Justiça	40.641.000,00	40.661.000,00	1.030.741,29	1.030.741,29	1,05	39.630.258,71	1.019.807,26	1.019.807,26	1,32	39.641.192,74
Ação Judiciária	38.300.000,00	38.300.000,00	689.885,73	689.885,73	0,70	37.610.114,27	689.885,73	689.885,73	0,90	37.610.114,27
Defesa da Ordem Jurídica	2.341.000,00	2.361.000,00	340.855,56	340.855,56	0,35	2.020.144,44	329.921,53	329.921,53	0,43	2.031.078,47
Administração	37.253.274,37	35.877.089,37	4.510.177,49	4.510.177,49	4,59	31.366.911,88	2.990.914,95	2.990.914,95	3,88	32.886.174,42
Planejamento e Orçamento	1.410.000,00	1.415.415,00	196.285,01	196.285,01	0,20	1.219.129,99	160.906,26	160.906,26	0,21	1.254.508,74
Administração Geral	24.034.274,37	22.667.674,37	2.773.859,11	2.773.859,11	2,82	19.893.815,26	1.508.263,96	1.508.263,96	1,96	21.159.410,41
Administração Financeira	761.000,00	761.000,00	24.804,69	24.804,69	0,03	736.195,31	24.804,69	24.804,69	0,03	736.195,31
Controle Interno	380.000,00	380.000,00	41.954,94	41.954,94	0,04	338.045,06	34.945,21	34.945,21	0,05	345.054,79
Formação de Recursos Humanos	5.079.000,00	5.079.000,00	682.517,87	682.517,87	0,69	4.396.482,13	635.376,11	635.376,11	0,82	4.443.623,89
Administração de Receitas	4.681.000,00	4.681.000,00	668.651,32	668.651,32	0,68	4.012.348,68	504.951,94	504.951,94	0,66	4.176.048,06
Comunicação Social	908.000,00	893.000,00	122.104,55	122.104,55	0,12	770.895,45	121.666,78	121.666,78	0,16	771.333,22
Segurança Pública	1.942.838,00	1.942.838,00	3.553,74	3.553,74	0,00	1.939.284,26	529,80	529,80	0,00	1.942.308,20
Defesa Civil	417.838,00	417.838,00	1.996,06	1.996,06	0,00	415.841,94	529,80	529,80	0,00	417.308,20
Informação e Inteligência	1.525.000,00	1.525.000,00	1.557,68	1.557,68	0,00	1.523.442,32	0,00	0,00	0,00	1.525.000,00
Assistência Social	28.657.914,36	34.497.015,93	2.322.041,65	2.322.041,65	2,36	32.174.974,28	2.053.616,20	2.053.616,20	2,66	32.443.399,73
Administração Geral	7.196.700,00	7.196.700,00	710.627,06	710.627,06	0,72	6.486.072,94	667.252,00	667.252,00	0,87	6.529.448,00
Assistência à Pessoa Idosa	1.211.351,08	1.272.388,63	9.812,04	9.812,04	0,01	1.262.576,59	9.812,04	9.812,04	0,01	1.262.576,59
Assistência à Pessoa com Deficiência	285.000,00	285.000,00	0,00	0,00	0,00	285.000,00	0,00	0,00	0,00	285.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.246.855,28	7.750.452,98	151.527,99	151.527,99	0,15	7.598.924,99	126.866,83	126.866,83	0,16	7.623.586,15
Assistência Comunitária	1.825.000,00	1.825.000,00	74.142,20	74.142,20	0,08	1.750.857,80	49.790,99	49.790,99	0,06	1.775.209,01
Serviços Socioassistenciais	13.393.008,00	14.667.474,32	1.305.230,19	1.305.230,19	1,33	13.362.244,13	1.129.192,17	1.129.192,17	1,47	13.538.282,15
Segurança de Renda	1.500.000,00	1.500.000,00	70.702,17	70.702,17	0,07	1.429.297,83	70.702,17	70.702,17	0,09	1.429.297,83
Previdência Social	42.293.448,05	42.293.448,05	4.868.919,28	4.868.919,28	4,95	37.424.528,77	4.789.999,43	4.789.999,43	6,22	37.503.448,62
Previdência do Regime Estatutário	42.293.448,05	42.293.448,05	4.868.919,28	4.868.919,28	4,95	37.424.528,77	4.789.999,43	4.789.999,43	6,22	37.503.448,62
Saúde	219.022.599,29	238.102.304,24	42.404.051,34	42.404.051,34	43,14	195.698.252,90	31.989.237,86	31.989.237,86	41,51	206.113.066,38
Administração Geral	19.065.361,56	19.461.196,46	2.526.564,09	2.526.564,09	2,57	16.934.632,37	2.373.417,56	2.373.417,56	3,08	17.087.778,90
Formação de Recursos Humanos	50.000,00	61.870,00	0,00	0,00	0,00	61.870,00	0,00	0,00	0,00	61.870,00
Atenção Básica	50.165.000,00	54.725.011,78	10.511.591,55	10.511.591,55	10,69	44.213.420,23	9.905.009,44	9.905.009,44	12,85	44.820.002,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	128.562.237,73	142.084.755,62	25.985.867,43	25.985.867,43	26,44	116.098.888,19	16.539.309,85	16.539.309,85	21,46	125.545.445,77
Suporte Profilático e Terapêutico	12.235.000,00	12.579.647,63	2.012.021,58	2.012.021,58	2,05	10.567.626,05	1.884.759,41	1.884.759,41	2,45	10.694.888,22
Vigilância Sanitária	3.990.000,00	4.174.888,33	731.541,80	731.541,80	0,74	3.443.346,53	704.384,37	704.384,37	0,91	3.470.503,96

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública,

26/Mar/2026,

13h e 58m.

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Vigilância Epidemiológica	4.950.000,00	4.984.326,87	636.464,89	636.464,89	0,65	4.347.861,98	582.357,23	582.357,23	0,76	4.401.969,64
Alimentação e Nutrição	5.000,00	30.607,55	0,00	0,00	0,00	30.607,55	0,00	0,00	0,00	30.607,55
Trabalho	4.500.000,00	4.500.000,00	89.197,52	89.197,52	0,09	4.410.802,48	88.288,04	88.288,04	0,11	4.411.711,96
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.740.000,00	3.740.000,00	21.345,61	21.345,61	0,02	3.718.654,39	21.345,61	21.345,61	0,03	3.718.654,39
Empregabilidade	760.000,00	760.000,00	67.851,91	67.851,91	0,07	692.148,09	66.942,43	66.942,43	0,09	693.057,57
Educação	97.636.355,89	101.794.189,75	15.334.860,96	15.334.860,96	15,60	86.459.328,79	13.430.947,82	13.430.947,82	17,43	88.363.241,93
Administração Geral	1.093.000,00	1.567.810,00	711.661,39	711.661,39	0,72	856.148,61	670.792,76	670.792,76	0,87	897.017,24
Ensino Fundamental	54.587.492,73	56.482.326,59	9.206.839,42	9.206.839,42	9,37	47.275.487,17	8.041.751,90	8.041.751,90	10,43	48.440.574,69
Ensino Superior	251.000,00	251.000,00	0,00	0,00	0,00	251.000,00	0,00	0,00	0,00	251.000,00
Educação Infantil	38.004.863,16	39.436.006,18	4.930.174,03	4.930.174,03	5,02	34.505.832,15	4.237.506,64	4.237.506,64	5,50	35.198.499,54
Educação de Jovens e Adultos	295.000,00	300.000,00	1.082,80	1.082,80	0,00	298.917,20	1.082,80	1.082,80	0,00	298.917,20
Educação Especial	3.405.000,00	3.757.046,98	485.103,32	485.103,32	0,49	3.271.943,66	479.813,72	479.813,72	0,62	3.277.233,26
Cultura	12.623.051,20	13.850.496,00	357.498,20	357.498,20	0,36	13.492.997,80	292.027,33	292.027,33	0,38	13.558.468,67
Difusão Cultural	12.623.051,20	13.850.496,00	357.498,20	357.498,20	0,36	13.492.997,80	292.027,33	292.027,33	0,38	13.558.468,67

Direitos da Cidadania	4.423.300,00	4.482.499,20	197.418,63	197.418,63	0,20	4.285.080,57	151.862,60	151.862,60	0,20	4.330.636,60
Administração Geral	3.120.800,00	3.154.999,20	93.817,07	93.817,07	0,10	3.061.182,13	70.923,04	70.923,04	0,09	3.084.076,16
Assistência à Pessoa Idosa	131.000,00	131.000,00	0,00	0,00	0,00	131.000,00	0,00	0,00	0,00	131.000,00
Assistência à Pessoa com Deficiência	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	49.000,00	49.000,00	0,00	0,00	0,00	49.000,00	0,00	0,00	0,00	49.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	962.500,00	987.500,00	103.601,56	103.601,56	0,11	883.898,44	80.939,56	80.939,56	0,11	906.560,44
Urbanismo	20.254.585,03	94.074.932,33	1.073.245,00	1.073.245,00	1,09	93.001.687,33	908.396,60	908.396,60	1,18	93.166.535,73
Infra-estrutura Urbana	11.355.000,00	19.255.000,00	320.187,00	320.187,00	0,33	18.934.813,00	293.526,65	293.526,65	0,38	18.961.473,35
Serviços Urbanos	8.099.585,03	74.819.932,33	753.058,00	753.058,00	0,77	74.066.874,33	614.869,95	614.869,95	0,80	74.205.062,38
Transportes Coletivos Urbanos	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	995.000,00	995.000,00	75.858,30	75.858,30	0,08	919.141,70	10.161,10	10.161,10	0,01	984.838,90
Habitação Rural	100.000,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Habitação Urbana	895.000,00	993.500,00	75.858,30	75.858,30	0,08	917.641,70	10.161,10	10.161,10	0,01	983.338,90
Saneamento	5.087.000,00	5.157.000,00	2.376.560,57	2.376.560,57	2,42	2.780.439,43	2.086.389,13	2.086.389,13	2,71	3.070.610,87
Saneamento Básico Urbano	5.087.000,00	5.157.000,00	2.376.560,57	2.376.560,57	2,42	2.780.439,43	2.086.389,13	2.086.389,13	2,71	3.070.610,87
Gestão Ambiental	18.001.684,86	20.136.684,86	1.450.482,92	1.450.482,92	1,48	18.686.201,94	945.284,30	945.284,30	1,23	19.191.400,56
Administração Geral	240.000,00	240.000,00	31.005,86	31.005,86	0,03	208.994,14	31.005,86	31.005,86	0,04	208.994,14
Defesa Civil	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Serviços Urbanos	9.456.644,08	9.686.644,08	25.589,97	25.589,97	0,03	9.661.054,11	10.855,67	10.855,67	0,01	9.675.788,41
Saneamento Básico Rural	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	7.745.040,78	9.650.040,78	1.393.887,09	1.393.887,09	1,42	8.256.153,69	903.422,77	903.422,77	1,17	8.746.618,01
Ciência e Tecnologia	6.479.702,00	6.469.887,00	270.776,94	270.776,94	0,28	6.199.110,06	245.150,18	245.150,18	0,32	6.224.736,82
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3.124.900,00	2.954.900,00	31.289,49	31.289,49	0,03	2.923.610,51	31.289,49	31.289,49	0,04	2.923.610,51

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública,

26/Mar/2026,

13h e 58m.

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecn	3.354.802,00	3.514.987,00	239.487,45	239.487,45	0,24	3.275.499,55	213.860,69	213.860,69	0,28	3.301.126,31
Agricultura	17.634.500,00	70.217.914,08	3.228.227,16	3.228.227,16	3,28	66.989.686,92	1.205.463,69	1.205.463,69	1,56	69.012.450,39
Administração Geral	4.774.000,00	4.817.000,00	496.748,22	496.748,22	0,51	4.320.251,78	444.369,03	444.369,03	0,58	4.372.630,97
Extensão Rural	10.025.500,00	58.904.082,48	2.731.478,94	2.731.478,94	2,78	56.172.603,54	761.094,66	761.094,66	0,99	58.142.987,82
Promoção da Produção Agropecuária	2.835.000,00	6.496.831,60	0,00	0,00	0,00	6.496.831,60	0,00	0,00	0,00	6.496.831,60
Indústria	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00
Promoção Industrial	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00
Comércio e Serviços	6.294.000,00	6.579.256,97	620.584,15	620.584,15	0,63	5.958.672,82	593.174,26	593.174,26	0,77	5.986.082,71
Administração Geral	1.671.000,00	1.956.256,97	507.316,00	507.316,00	0,52	1.448.940,97	501.756,89	501.756,89	0,65	1.454.500,08
Promoção Comercial	4.023.000,00	4.023.000,00	94.893,43	94.893,43	0,10	3.928.106,57	77.542,65	77.542,65	0,10	3.945.457,35
Turismo	600.000,00	600.000,00	18.374,72	18.374,72	0,02	581.625,28	13.874,72	13.874,72	0,02	586.125,28
Energia	4.789.582,14	6.661.559,54	2.495.510,32	2.495.510,32	2,54	4.166.049,22	516.674,75	516.674,75	0,67	6.144.884,79
Energia Elétrica	4.789.582,14	6.661.559,54	2.495.510,32	2.495.510,32	2,54	4.166.049,22	516.674,75	516.674,75	0,67	6.144.884,79
Transporte	17.938.111,72	22.352.111,72	2.067.545,81	2.067.545,81	2,10	20.284.565,91	1.101.565,36	1.101.565,36	1,43	21.250.546,36
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	780.000,00
Transporte Aéreo	8.155.000,00	11.125.000,00	531.085,21	531.085,21	0,54	10.593.914,79	174.050,42	174.050,42	0,23	10.950.949,58
Transporte Rodoviário	9.783.111,72	10.447.111,72	1.536.460,60	1.536.460,60	1,56	8.910.651,12	927.514,94	927.514,94	1,20	9.519.596,78
Desporto e Lazer	21.679.454,02	23.279.454,02	533.454,44	533.454,44	0,54	22.745.999,58	442.925,39	442.925,39	0,57	22.836.528,63
Administração Geral	10.843.454,02	10.843.454,02	500.769,37	500.769,37	0,51	10.342.684,65	432.901,79	432.901,79	0,56	10.410.552,23
Desporto de Rendimento	2.941.000,00	2.941.000,00	0,00	0,00	0,00	2.941.000,00	0,00	0,00	0,00	2.941.000,00
Desporto Comunitário	7.795.000,00	9.395.000,00	32.685,07	32.685,07	0,03	9.362.314,93	10.023,60	10.023,60	0,01	9.384.976,40
Lazer	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Encargos Especiais	34.590.000,00	34.590.000,00	5.653.630,57	5.653.630,57	5,75	28.936.369,43	5.653.630,57	5.653.630,57	7,34	28.936.369,43

Refinanciamento da Dívida Interna	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Serviço da Dívida Interna	27.200.000,00	27.200.000,00	4.370.261,15	4.370.261,15	4,45	22.829.738,85	4.370.261,15	4.370.261,15	5,67	22.829.738,85
Outros Encargos Especiais	7.090.000,00	7.090.000,00	1.283.369,42	1.283.369,42	1,31	5.806.630,58	1.283.369,42	1.283.369,42	1,67	5.806.630,58
Reservas	2.910.001,07	2.910.001,07	0,00	0,00	0,00	2.910.001,07	0,00	0,00	0,00	2.910.001,07
Reserva de Contingência	2.910.001,07	2.910.001,07	0,00	0,00	0,00	2.910.001,07	0,00	0,00	0,00	2.910.001,07
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	43.121.598,00	42.957.198,00	6.272.489,31	6.272.489,31	6,38	36.684.708,69	5.586.316,99	5.586.316,99	7,25	37.370.881,01
TOTAL (III)=(I+II)	**705.000.000,00**	**870.512.880,13**	**98.298.214,83**	**98.298.214,83**	**100**	**772.214.665,30**	**77.068.120,72**	**77.068.120,72**	**100**	**793.444.759,41**

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública,

26/Mar/2026,

13h e 58m.

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	43.121.598,00	42.957.198,00	6.272.489,31	6.272.489,31	6,38	36.684.708,69	5.586.316,99	5.586.316,99	7,25	37.370.881,01
Legislativa	614.000,00	614.000,00	66.363,96	66.363,96	0,07	547.636,04	66.363,96	66.363,96	0,09	547.636,04
Ação Legislativa	614.000,00	614.000,00	66.363,96	66.363,96	0,07	547.636,04	66.363,96	66.363,96	0,09	547.636,04
Judiciária	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Defesa do Interesse Público no Processo J	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Essencial à Justiça	200.000,00	200.000,00	46.249,55	46.249,55	0,05	153.750,45	46.249,55	46.249,55	0,06	153.750,45
Defesa da Ordem Jurídica	200.000,00	200.000,00	46.249,55	46.249,55	0,05	153.750,45	46.249,55	46.249,55	0,06	153.750,45
Administração	11.575.498,00	11.558.498,00	1.523.891,23	1.523.891,23	1,55	10.034.606,77	837.718,91	837.718,91	1,09	10.720.779,09
Planejamento e Orçamento	90.000,00	90.000,00	12.748,20	12.748,20	0,01	77.251,80	12.748,20	12.748,20	0,02	77.251,80
Administração Geral	10.821.498,00	10.804.498,00	1.442.181,75	1.442.181,75	1,47	9.362.316,25	756.009,43	756.009,43	0,98	10.048.488,57
Administração Financeira	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
Controle Interno	25.000,00	25.000,00	4.427,20	4.427,20	0,00	20.572,80	4.427,20	4.427,20	0,01	20.572,80
Formação de Recursos Humanos	93.000,00	93.000,00	16.837,16	16.837,16	0,02	76.162,84	16.837,16	16.837,16	0,02	76.162,84
Administração de Receitas	499.000,00	499.000,00	46.746,28	46.746,28	0,05	452.253,72	46.746,28	46.746,28	0,06	452.253,72
Comunicação Social	10.000,00	10.000,00	950,64	950,64	0,00	9.049,36	950,64	950,64	0,00	9.049,36
Segurança Pública	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Social	1.994.500,00	1.994.500,00	231.854,80	231.854,80	0,24	1.762.645,20	231.854,80	231.854,80	0,30	1.762.645,20
Administração Geral	802.000,00	802.000,00	63.397,12	63.397,12	0,06	738.602,88	63.397,12	63.397,12	0,08	738.602,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.000,00	2.000,00	1.765,99	1.765,99	0,00	234,01	1.765,99	1.765,99	0,00	234,01
Assistência Comunitária	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Serviços Socioassistenciais	1.190.000,00	1.190.000,00	166.691,69	166.691,69	0,17	1.023.308,31	166.691,69	166.691,69	0,22	1.023.308,31
Previdência Social	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00
Previdência do Regime Estatutário	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00
Saúde	7.877.000,00	7.877.000,00	1.704.691,09	1.704.691,09	1,73	6.172.308,91	1.704.691,09	1.704.691,09	2,21	6.172.308,91
Administração Geral	2.015.000,00	2.015.000,00	196.674,04	196.674,04	0,20	1.818.325,96	196.674,04	196.674,04	0,26	1.818.325,96
Atenção Básica	2.852.000,00	2.852.000,00	920.668,48	920.668,48	0,94	1.931.331,52	920.668,48	920.668,48	1,19	1.931.331,52
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.580.000,00	2.580.000,00	400.602,30	400.602,30	0,41	2.179.397,70	400.602,30	400.602,30	0,52	2.179.397,70
Suporte Profilático e Terapêutico	260.000,00	260.000,00	96.886,95	96.886,95	0,10	163.113,05	96.886,95	96.886,95	0,13	163.113,05
Vigilância Sanitária	170.000,00	170.000,00	89.859,32	89.859,32	0,09	80.140,68	89.859,32	89.859,32	0,12	80.140,68
Trabalho	56.000,00	56.000,00	7.529,28	7.529,28	0,01	48.470,72	7.529,28	7.529,28	0,01	48.470,72
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	6.000,00	6.000,00	486,97	486,97	0,00	5.513,03	486,97	486,97	0,00	5.513,03
Empregabilidade	50.000,00	50.000,00	7.042,31	7.042,31	0,01	42.957,69	7.042,31	7.042,31	0,01	42.957,69
Educação	8.577.000,00	8.313.600,00	2.122.317,63	2.122.317,63	2,16	6.191.282,37	2.122.317,63	2.122.317,63	2,75	6.191.282,37
Administração Geral	52.000,00	108.300,00	88.178,94	88.178,94	0,09	20.121,06	88.178,94	88.178,94	0,11	20.121,06
Ensino Fundamental	4.065.000,00	4.065.000,00	1.230.894,78	1.230.894,78	1,25	2.834.105,22	1.230.894,78	1.230.894,78	1,60	2.834.105,22
Ensino Superior	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública,

26/Mar/2026,

13h e 58m.

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Educação Infantil	3.710.000,00	3.710.000,00	803.243,91	803.243,91	0,82	2.906.756,09	803.243,91	803.243,91	1,04	2.906.756,09
Educação de Jovens e Adultos	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Educação Especial	700.000,00	380.300,00	0,00	0,00	0,00	380.300,00	0,00	0,00	0,00	380.300,00
Cultura	200.000,00	200.000,00	35.426,90	35.426,90	0,04	164.573,10	35.426,90	35.426,90	0,05	164.573,10
Difusão Cultural	200.000,00	200.000,00	35.426,90	35.426,90	0,04	164.573,10	35.426,90	35.426,90	0,05	164.573,10
Direitos da Cidadania	100.000,00	100.000,00	11.417,83	11.417,83	0,01	88.582,17	11.417,83	11.417,83	0,01	88.582,17
Administração Geral	35.000,00	35.000,00	4.262,14	4.262,14	0,00	30.737,86	4.262,14	4.262,14	0,01	30.737,86
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	65.000,00	65.000,00	7.155,69	7.155,69	0,01	57.844,31	7.155,69	7.155,69	0,01	57.844,31
Urbanismo	602.000,00	602.000,00	76.892,23	76.892,23	0,08	525.107,77	76.892,23	76.892,23	0,10	525.107,77
Infra-estrutura Urbana	102.000,00	102.000,00	22.339,14	22.339,14	0,02	79.660,86	22.339,14	22.339,14	0,03	79.660,86
Serviços Urbanos	500.000,00	500.000,00	54.553,09	54.553,09	0,06	445.446,91	54.553,09	54.553,09	0,07	445.446,91
Habitação	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Habitação Urbana	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saneamento	450.000,00	450.000,00	161.698,53	161.698,53	0,16	288.301,47	161.698,53	161.698,53	0,21	288.301,47
Saneamento Básico Urbano	450.000,00	450.000,00	161.698,53	161.698,53	0,16	288.301,47	161.698,53	161.698,53	0,21	288.301,47
Gestão Ambiental	318.000,00	318.000,00	46.947,68	46.947,68	0,05	271.052,32	46.947,68	46.947,68	0,06	271.052,32
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Serviços Urbanos	33.000,00	33.000,00	876,10	876,10	0,00	32.123,90	876,10	876,10	0,00	32.123,90
Preservação e Conservação Ambiental	280.000,00	280.000,00	46.071,58	46.071,58	0,05	233.928,42	46.071,58	46.071,58	0,06	233.928,42
Ciência e Tecnologia	86.100,00	86.100,00	10.869,69	10.869,69	0,01	75.230,31	10.869,69	10.869,69	0,01	75.230,31
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecn	86.000,00	86.000,00	10.869,69	10.869,69	0,01	75.130,31	10.869,69	10.869,69	0,01	75.130,31
Agricultura	321.000,00	321.000,00	45.862,08	45.862,08	0,05	275.137,92	45.862,08	45.862,08	0,06	275.137,92
Administração Geral	321.000,00	321.000,00	45.862,08	45.862,08	0,05	275.137,92	45.862,08	45.862,08	0,06	275.137,92
Comércio e Serviços	129.000,00	129.000,00	28.614,78	28.614,78	0,03	100.385,22	28.614,78	28.614,78	0,04	100.385,22
Administração Geral	80.000,00	80.000,00	23.159,96	23.159,96	0,02	56.840,04	23.159,96	23.159,96	0,03	56.840,04
Promoção Comercial	29.000,00	29.000,00	4.005,96	4.005,96	0,00	24.994,04	4.005,96	4.005,96	0,01	24.994,04
Turismo	20.000,00	20.000,00	1.448,86	1.448,86	0,00	18.551,14	1.448,86	1.448,86	0,00	18.551,14
Energia	80.000,00	80.000,00	12.210,32	12.210,32	0,01	67.789,68	12.210,32	12.210,32	0,02	67.789,68
Energia Elétrica	80.000,00	80.000,00	12.210,32	12.210,32	0,01	67.789,68	12.210,32	12.210,32	0,02	67.789,68
Transporte	652.000,00	768.000,00	101.872,30	101.872,30	0,10	666.127,70	101.872,30	101.872,30	0,13	666.127,70
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transporte Aéreo	95.000,00	125.000,00	10.909,32	10.909,32	0,01	114.090,68	10.909,32	10.909,32	0,01	114.090,68
Transporte Rodoviário	557.000,00	623.000,00	90.962,98	90.962,98	0,09	532.037,02	90.962,98	90.962,98	0,12	532.037,02
Desporto e Lazer	225.000,00	225.000,00	37.779,43	37.779,43	0,04	187.220,57	37.779,43	37.779,43	0,05	187.220,57
Administração Geral	225.000,00	225.000,00	37.779,43	37.779,43	0,04	187.220,57	37.779,43	37.779,43	0,05	187.220,57
Encargos Especiais	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000.000,00

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública,

26/Mar/2026,

13h e 58m.

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação	Dotação	Despesas Empenhadas	SALDO	Despesas Liquidadas	Saldo

	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c)=(a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e)=(a-d)
Outros Encargos Especiais	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000.000,00
TOTAL	43.121.598,00	42.957.198,00	6.272.489,31	6.272.489,31	6,38	36.684.708,69	5.586.316,99	5.586.316,99	7,25	37.370.881,01
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 26/Mar/2026, 13h e 58m.										

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:4011EBDE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 05 - RGF 2º QUADRIMESTRE/2026 CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Consolidado										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
Janeiro a Agosto 2026										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] (g) = (a – (b + c + d + e) - f)**	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigações Financeiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**1.538.679,71**	**1.321.110,67**	-	**4.021.547,92**	**3.960.874,17**	-	**(7.764.853,05)**	-	-	**(7.764.853,05)**
Recursos Não Vinculados de Impostos	(37.902.321,24)	1.294.603,39	-	2.539.167,16	3.960.874,17	-	(45.696.965,96)	-	-	(45.696.965,96)
Outros Recursos não Vinculados	39.441.000,95	26.507,28	-	1.482.380,76	-	-	37.932.112,91	-	-	37.932.112,91
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**116.101.014,15**	**294.089,31**	-	**7.968.429,08**	**367.325,09**	-	**107.471.170,67**	-	-	**107.471.170,67**
Recursos Vinculados à Educação	**9.496.358,54**	**129.021,74**	-	**4.468.669,33**	-	-	**4.898.667,47**	-	-	**4.898.667,47**
Transferências do FUNDEB	1.714.502,11	-	-	(12.559,49)	-	-	1.727.061,60	-	-	1.727.061,60
Outros Recursos Vinculados à Educação	7.781.856,43	129.021,74	-	4.481.228,82	-	-	3.171.605,87	-	-	3.171.605,87
Recursos Vinculados à Saúde	**29.427.485,81**	-	-	**5.314.530,93**	-	-	**24.112.954,88**	-	-	**24.112.954,88**
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	26.966.184,27	-	-	1.981.271,49	-	-	24.984.912,78	-	-	24.984.912,78
Outros Recursos Vinculados à Saúde	2.461.301,54	-	-	3.333.259,44	-	-	(871.957,90)	-	-	(871.957,90)
Recursos Vinculados à Assistência Social	**4.613.882,47**	-	-	**76.327,00**	-	-	**4.537.555,47**	-	-	**4.537.555,47**
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**18.487.295,28**	**873.119,46**	-	**751.933,03**	-	-	**16.862.242,79**	-	-	**16.862.242,79**
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	8.599.188,94	866.063,04	-	1.689.413,02	-	-	6.043.712,88	-	-	6.043.712,88
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	9.888.106,34	7.056,42	-	(937.479,99)	-	-	10.818.529,91	-	-	10.818.529,91
Demais Vinculações Legais	**54.847.709,25**	**(116.898,75)**	-	**(5.709.533,35)**	-	-	**60.674.141,35**	-	-	**60.674.141,35**
Recursos de Operações de	5.714.779,09	(90.520,07)	-	(2.759.511,74)	-	-	8.564.810,90	-	-	8.564.810,90

Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)											
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	3.062.941,07	-	-	(2.188.000,00)	-	-	5.250.941,07	-	-	5.250.941,07
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	4.652.849,07	-	-	-	-	-	4.652.849,07	-	-	4.652.849,07
Outras Vinculações Legais	41.417.140,02	(26.378,68)	-	(762.021,61)	-	-	42.205.540,31	-	-	42.205.540,31
Recursos Extraorçamentários	**(1.466.515,44)**	**(682.337,41)**	-	-	**367.325,09**	-	**(1.151.503,12)**	-	-	**(1.151.503,12)**
Outras Vinculações	**694.798,24**	**91.184,27**	-	**3.066.502,14**	-	-	**(2.462.888,17)**	-	-	**(2.462.888,17)**
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	**3.837,20**	-	-	-	-	-	**3.837,20**	-	-	**3.837,20**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]	3.388,83	-	-	-	-	-	3.388,83	-	-	3.388,83
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	448,37	-	-	-	-	-	448,37	-	-	448,37
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**117.643.531,06**	**1.615.199,98**	-	**11.989.977,00**	**4.328.199,26**	-	**99.710.154,82**	-	-	**99.710.154,82**

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 25/Set/2026, 09h e 11m.

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:DBF966F6

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 05 - RGF 2º QUADRIMESTRE/2026 EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Agosto 2026

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] (g) = (a – (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**(3.284.043,92)**	**1.320.317,87**	-	**3.640.039,88**	**3.758.842,88**	-	**(12.003.244,55)**	-	-	**(12.003.244,55)**
Recursos Não Vinculados de Impostos	(38.104.352,53)	1.294.603,39	-	2.147.559,13	3.758.842,88	-	(45.305.357,93)	-	-	(45.305.357,93)
Outros Recursos não Vinculados	34.820.308,61	25.714,48	-	1.492.480,75	-	-	33.302.113,38	-	-	33.302.113,38
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**115.768.981,57**	**294.089,31**	-	**7.968.429,08**	**237.323,80**	-	**107.269.139,38**	-	-	**107.269.139,38**
Recursos Vinculados à Educação	**9.496.358,54**	**129.021,74**	-	**4.468.669,33**	-	-	**4.898.667,47**	-	-	**4.898.667,47**
Transferências do FUNDEB	1.714.502,11	-	-	(12.559,49)	-	-	1.727.061,60	-	-	1.727.061,60
Outros Recursos Vinculados à Educação	7.781.856,43	129.021,74	-	4.481.228,82	-	-	3.171.605,87	-	-	3.171.605,87
Recursos Vinculados à Saúde	**29.427.485,81**	-	-	**5.314.530,93**	-	-	**24.112.954,88**	-	-	**24.112.954,88**
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	26.966.184,27	-	-	1.981.271,49	-	-	24.984.912,78	-	-	24.984.912,78
Outros Recursos Vinculados à Saúde	2.461.301,54	-	-	3.333.259,44	-	-	(871.957,90)	-	-	(871.957,90)
Recursos Vinculados à	**4.613.882,47**	-	-	**76.327,00**	-	-	**4.537.555,47**	-	-	**4.537.555,47**

Assistência Social										
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**18.487.295,28**	**873.119,46**	-	**751.933,03**	-	-	**16.862.242,79**	-	-	**16.862.242,79**
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	8.599.188,94	866.063,04	-	1.689.413,02	-	-	6.043.712,88	-	-	6.043.712,88
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	9.888.106,34	7.056,42	-	(937.479,99)	-	-	10.818.529,91	-	-	10.818.529,91
Demais Vinculações Legais	**54.847.709,25**	**(116.898,75)**	-	**(5.709.533,35)**	-	-	**60.674.141,35**	-	-	**60.674.141,35**
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	5.714.779,09	(90.520,07)	-	(2.759.511,74)	-	-	8.564.810,90	-	-	8.564.810,90
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	3.062.941,07	-	-	(2.188.000,00)	-	-	5.250.941,07	-	-	5.250.941,07
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	4.652.849,07	-	-	-	-	-	4.652.849,07	-	-	4.652.849,07
Outras Vinculações Legais	41.417.140,02	(26.378,68)	-	(762.021,61)	-	-	42.205.540,31	-	-	42.205.540,31
Recursos Extraorçamentários	**(1.798.548,02)**	**(682.337,41)**	-	-	**237.323,80**	-	**(1.353.534,41)**	-	-	**(1.353.534,41)**
Outras Vinculações	**694.798,24**	**91.184,27**	-	**3.066.502,14**	-	-	**(2.462.888,17)**	-	-	**(2.462.888,17)**
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	**3.837,20**	-	-	-	-	-	**3.837,20**	-	-	**3.837,20**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]	3.388,83	-	-	-	-	-	3.388,83	-	-	3.388,83
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	448,37	-	-	-	-	-	448,37	-	-	448,37
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**112.488.774,85**	**1.614.407,18**	-	**11.608.468,96**	**3.996.166,68**	-	**95.269.732,03**	-	-	**95.269.732,03**
1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.										
2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.										

Publicado por:
Elizandra Kovalski da Silva
Código Identificador:14BC486E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR														
PODER EXECUTIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)**
	Setembro 2025	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**Janeiro 2026**	**Fevereiro 2026**	**Março 2026**	**Abril 2026**	**Maio 2026**	**Junho 2026**	**Julho 2026**	**Agosto 2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	398.669,93	396.146,14	479.768,18	551.185,26	430.456,81	414.493,00	418.660,46	498.901,58	99.120,49	490.522,20	775.001,46	473.160,34	5.426.085,85	0,00

Pessoal Ativo	342.009,78	338.998,70	479.768,18	474.768,97	401.867,06	359.377,77	400.444,93	430.070,47	99.120,49	442.813,42	767.754,74	392.738,94	4.929.733,45	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	342.009,78	338.998,70	479.768,18	474.768,97	401.867,06	359.377,77	400.444,93	430.070,47	99.120,49	442.813,42	767.754,74	392.738,94	4.929.733,45	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	56.660,15	57.147,44	0,00	76.416,29	28.589,75	55.115,23	18.215,53	68.831,11	0,00	47.708,78	7.246,72	80.421,40	496.352,40	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	398.669,93	396.146,14	479.768,18	551.185,26	430.456,81	414.493,00	418.660,46	498.901,58	99.120,49	490.522,20	775.001,46	473.160,34	5.426.085,85	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**15.936.258,51**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**0,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**15.936.258,51**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**5.426.085,85**	**34,05**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**8.605.579,60**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**8.175.300,62**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**7.745.021,64**	**48,60**
Notas Explicativas		

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:14FE7206

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	85.500.000,00	85.500.000,00	3.891.625,69	28.589.323,15	100,00	56.910.676,85	4.897.786,39	14.526.462,30	100,00	70.973.537,70	14.062.860,85
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	85.500.000,00	85.500.000,00	3.891.625,69	28.589.323,15	100,00	56.910.676,85	4.897.786,39	14.526.462,30	100,00	70.973.537,70	14.062.860,85
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	85.500.000,00	85.500.000,00	3.891.625,69	28.589.323,15	100,00	56.910.676,85	4.897.786,39	14.526.462,30	100,00	70.973.537,70	14.062.860,85
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	85.500.000,00	85.500.000,00	3.891.625,69	28.589.323,15	100,00	56.910.676,85	4.897.786,39	14.526.462,30	100,00	70.973.537,70	14.062.860,85

Notas Explicativas

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:D7F88857

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO														
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA 2026**
	Setembro 2025	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**Janeiro 2026**	**Fevereiro 2026**	**Março 2026**	**Abril 2026**	**Maio 2026**	**Junho 2026**	**Julho 2026**	**Agosto 2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	**1.430.943,87**	**2.578.338,83**	**1.155.725,97**	**2.174.156,79**	**662.626,76**	**778.010,33**	**980.021,54**	**1.100.325,13**	**1.225.139,29**	**1.241.473,66**	**1.432.580,85**	**1.176.915,49**	**15.936.258,51**	**34.186.423,93**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	687.737,16	1.514.487,91	940.247,97	1.602.216,68	436.410,58	559.214,32	620.238,85	721.035,13	1.028.104,08	1.019.108,07	1.044.018,39	785.739,72	10.958.558,86	14.546.000,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.595.423,93
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.595.423,93
Outras Receitas Correntes	743.206,71	1.063.850,92	215.478,00	571.940,11	226.216,18	218.796,01	359.782,69	379.290,00	197.035,21	222.365,59	388.562,46	391.175,77	4.977.699,65	9.165.000,00
DEDUÇÕES (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**1.430.943,87**	**2.578.338,83**	**1.155.725,97**	**2.174.156,79**	**662.626,76**	**778.010,33**	**980.021,54**	**1.100.325,13**	**1.225.139,29**	**1.241.473,66**	**1.432.580,85**	**1.176.915,49**	**15.936.258,51**	**34.186.423,93**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.430.943,87	2.578.338,83	1.155.725,97	2.174.156,79	662.626,76	778.010,33	980.021,54	1.100.325,13	1.225.139,29	1.241.473,66	1.432.580,85	1.176.915,49	15.936.258,51	34.186.423,93
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA	**1.430.943,87**	**2.578.338,83**	**1.155.725,97**	**2.174.156,79**	**662.626,76**	**778.010,33**	**980.021,54**	**1.100.325,13**	**1.225.139,29**	**1.241.473,66**	**1.432.580,85**	**1.176.915,49**	**15.936.258,51**	**34.186.423,93**

COM PESSOAL (VII) = (V - VI)														
Notas Explicativas														

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:55CA205F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	44.036.062,40	51.542.198,31	7.475.652,00	27.456.091,36	24.086.106,95	6.988.528,41	26.526.483,03	25.015.715,28	25.765.546,95
DESPESAS CORRENTES	29.199.162,40	31.354.498,04	5.807.703,50	20.664.995,39	10.689.502,65	5.813.925,56	20.245.615,08	11.108.882,96	19.599.481,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.898.400,00	15.628.620,13	2.492.893,78	9.997.207,64	5.631.412,49	2.492.893,78	9.997.207,64	5.631.412,49	9.744.103,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	4.843,62	22.526,29	27.473,71	4.843,62	22.526,29	27.473,71	22.526,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.250.762,40	15.675.877,91	3.309.966,10	10.645.261,46	5.030.616,45	3.316.188,16	10.225.881,15	5.449.996,76	9.832.851,51
DESPESAS DE CAPITAL	14.516.900,00	19.867.700,27	1.667.948,50	6.791.095,97	13.076.604,30	1.174.602,85	6.280.867,95	13.586.832,32	6.166.065,82
INVESTIMENTOS	13.133.900,00	18.057.794,07	1.643.633,24	5.022.071,44	13.035.722,63	1.150.287,59	4.511.843,42	13.545.950,65	4.397.041,29
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.248.000,00	1.674.906,20	0,00	1.674.906,20	0,00	0,00	1.674.906,20	0,00	1.674.906,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	135.000,00	135.000,00	24.315,26	94.118,33	40.881,67	24.315,26	94.118,33	40.881,67	94.118,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	44.036.062,40	51.542.198,31	7.475.652,00	27.456.091,36	24.086.106,95	6.988.528,41	26.526.483,03	25.015.715,28	25.765.546,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	44.036.062,40	51.542.198,31	7.475.652,00	27.456.091,36	24.086.106,95	6.988.528,41	26.526.483,03	25.015.715,28	25.765.546,95
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	2.128.544,80	0,00	0,00	2.647.323,54	(2.647.323,54)	174.635,39	3.576.931,87	(3.576.931,87)	4.337.867,95
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	46.164.607,20	51.542.198,31	7.475.652,00	30.103.414,90	21.438.783,41	7.163.163,80	30.103.414,90	21.438.783,41	30.103.414,90
Entidades:									
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira									

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:EAAD03DB

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026	
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea	1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.279.496,12	1.212.656,51	1.196.969,80	2.604.883,88	759.954,70	1.230.238,00	1.324.222,75	1.316.111,57	1.272.585,41	1.747.165,76	1.308.852,75	1.393.601,86	16.646.739,11	0,00
Pessoal Ativo	1.164.226,12	1.151.288,83	1.190.151,16	2.503.407,36	705.755,27	1.187.409,04	1.313.032,21	1.302.095,22	1.259.066,70	1.736.955,42	1.248.106,15	1.244.787,63	16.006.281,11	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	966.569,08	957.101,29	1.001.214,91	2.034.679,68	554.151,38	961.711,88	1.052.143,96	1.039.521,61	1.006.080,19	1.455.380,03	998.160,77	994.644,34	13.021.359,12	0,00
Obrigações Patronais	197.657,04	194.187,54	188.936,25	468.727,68	151.603,89	225.697,16	260.888,25	262.573,61	252.986,51	281.575,39	249.945,38	250.143,29	2.984.921,99	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	115.270,00	61.367,68	6.818,64	101.476,52	54.199,43	42.828,96	11.190,54	14.016,35	13.518,71	10.210,34	60.746,60	148.814,23	640.458,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.504,98	19.370,64	45.703,83	11.745,26	0,00	9.987,29	42.004,05	36.861,10	39.450,57	33.404,44	34.689,68	34.478,46	329.200,30	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	25.425,42	0,00	0,00	9.987,29	0,00	0,00	2.537,04	0,00	0,00	0,00	37.949,75	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	21.504,98	19.370,64	20.278,41	11.745,26	0,00	0,00	42.004,05	36.861,10	36.913,53	33.404,44	34.689,68	34.478,46	291.250,55	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA	1.257.991,14	1.193.285,87	1.151.265,97	2.593.138,62	759.954,70	1.220.250,71	1.282.218,70	1.279.250,47	1.233.134,84	1.713.761,32	1.274.163,07	1.359.123,40	16.317.538,81	0,00

COM PESSOAL (III) = (I - II)														
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL											**VALOR**		**% SOBRE A RCL AJUSTADA**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)											39.723.105,93			
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)											520.000,00			
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)											0,00			
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)											288.370,19			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)											38.914.735,74			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)											16.317.538,81		41,93%	
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	09/2025	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**07/2026**	**08/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL											**VALOR**		**% SOBRE A RCL AJUSTADA**	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)											21.013.957,30		54%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)											19.963.259,43		51,3%	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)											18.912.561,57		48,6%	
Entidades:														
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira														

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:83C48821

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JULHO A AGOSTO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	44.036.062,40	51.542.198,31	7.475.652,00	27.456.091,36	100,00	24.086.106,95	6.988.528,41	26.526.483,03	100,00	25.015.715,28
ESSENCIAL À JUSTIÇA	590.000,00	590.000,00	107.693,46	393.307,83	1,43	196.692,17	107.693,46	393.307,83	1,48	196.692,17
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	590.000,00	590.000,00	107.693,46	393.307,83	1,43	196.692,17	107.693,46	393.307,83	1,48	196.692,17
ADMINISTRAÇÃO	5.380.040,00	5.994.231,65	1.759.171,68	4.428.717,76	16,13	1.565.513,89	1.775.075,65	4.407.949,39	16,62	1.586.282,26
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.703.840,00	5.318.031,65	1.641.283,49	3.968.769,65	14,45	1.349.262,00	1.657.187,46	3.948.001,28	14,88	1.370.030,37
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	509.160,00	509.160,00	92.750,34	360.373,07	1,31	148.786,93	92.750,34	360.373,07	1,36	148.786,93
CONTROLE INTERNO	167.040,00	167.040,00	25.137,85	99.575,04	0,36	67.464,96	25.137,85	99.575,04	0,38	67.464,96
SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00	10.000,00	0,00	3.974,83	0,01	6.025,17	0,00	3.974,83	0,01	6.025,17
INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	3.974,83	0,01	6.025,17	0,00	3.974,83	0,01	6.025,17
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.426.780,00	1.901.631,24	336.652,75	1.354.162,34	4,93	547.468,90	273.972,68	1.235.925,40	4,66	665.705,84
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	106.000,00	190.580,00	12.922,66	115.024,86	0,42	75.555,14	20.068,75	85.906,73	0,32	104.673,27
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.000,00	166.706,50	0,00	162.706,50	0,59	4.000,00	0,00	162.706,50	0,61	4.000,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	367.200,00	523.700,00	115.975,75	401.511,56	1,46	122.188,44	116.953,98	385.160,56	1,45	138.539,44
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	874.540,00	930.260,00	186.808,01	584.534,68	2,13	345.725,32	116.003,62	511.766,87	1,93	418.493,13
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	78.040,00	90.384,74	20.946,33	90.384,74	0,33	0,00	20.946,33	90.384,74	0,34	0,00
SAÚDE	7.646.614,00	8.412.216,63	1.489.416,42	5.948.075,92	21,66	2.464.140,71	1.500.571,73	5.896.480,00	22,23	2.515.736,63
ADMINISTRAÇÃO GERAL	407.160,00	369.660,00	68.623,53	313.880,07	1,14	55.779,93	68.623,53	313.880,07	1,18	55.779,93
ATENÇÃO BÁSICA	2.203.449,00	2.530.757,52	354.107,36	1.815.286,31	6,61	715.471,21	359.935,54	1.800.894,29	6,79	729.863,23
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.596.620,00	4.844.009,95	947.071,72	3.371.722,12	12,28	1.472.287,83	952.398,85	3.334.518,22	12,57	1.509.491,73
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	73.540,00	123.721,10	7.074,22	30.465,74	0,11	93.255,36	7.074,22	30.465,74	0,11	93.255,36
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	78.040,00	79.300,00	13.439,96	54.128,94	0,20	25.171,06	13.439,96	54.128,94	0,20	25.171,06
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	287.805,00	464.768,06	99.099,63	362.592,74	1,32	102.175,32	99.099,63	362.592,74	1,37	102.175,32
EDUCAÇÃO	9.086.648,40	9.694.921,18	1.342.501,06	5.665.640,68	20,64	4.029.280,50	1.336.002,84	5.656.320,36	21,32	4.038.600,82
ENSINO FUNDAMENTAL	4.889.288,40	4.994.735,81	757.458,77	2.973.666,30	10,83	2.021.069,51	750.960,55	2.964.345,98	11,18	2.030.389,83

EDUCAÇÃO INFANTIL	3.390.240,00	3.522.655,64	556.644,19	2.246.741,16	8,18	1.275.914,48	556.644,19	2.246.741,16	8,47	1.275.914,48
EDUCAÇÃO ESPECIAL	807.120,00	1.177.529,73	28.398,10	445.233,22	1,62	732.296,51	28.398,10	445.233,22	1,68	732.296,51
CULTURA	398.580,00	398.580,00	80.670,30	200.510,25	0,73	198.069,75	80.704,41	200.510,25	0,76	198.069,75
DIFUSÃO CULTURAL	398.580,00	398.580,00	80.670,30	200.510,25	0,73	198.069,75	80.704,41	200.510,25	0,76	198.069,75
URBANISMO	10.386.280,00	12.786.276,08	1.719.381,81	4.145.987,15	15,10	8.640.288,93	1.261.578,12	3.455.293,20	13,03	9.330.982,88
INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.480.000,00	9.881.496,08	1.433.375,23	2.895.129,19	10,54	6.986.366,89	975.632,64	2.204.496,34	8,31	7.676.999,74
SERVIÇOS URBANOS	2.906.280,00	2.904.780,00	286.006,58	1.250.857,96	4,56	1.653.922,04	285.945,48	1.250.796,86	4,72	1.653.983,14
HABITAÇÃO	1.685.000,00	1.645.000,00	0,00	0,00	0,00	1.645.000,00	0,00	0,00	0,00	1.645.000,00
HABITAÇÃO URBANA	1.685.000,00	1.645.000,00	0,00	0,00	0,00	1.645.000,00	0,00	0,00	0,00	1.645.000,00
SANEAMENTO	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	375.000,00	375.000,00	0,00	0,00	0,00	375.000,00	0,00	0,00	0,00	375.000,00
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	18.000,00	80.000,00	1.422,00	69.994,58	0,25	10.005,42	43.239,60	60.701,78	0,23	19.298,22
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E	18.000,00	80.000,00	1.422,00	69.994,58	0,25	10.005,42	43.239,60	60.701,78	0,23	19.298,22
AGRICULTURA	65.040,00	1.989.940,00	5.569,81	1.918.150,91	6,99	71.789,09	5.569,81	1.918.150,91	7,23	71.789,09
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	65.040,00	1.989.940,00	5.569,81	1.918.150,91	6,99	71.789,09	5.569,81	1.918.150,91	7,23	71.789,09
INDÚSTRIA	3.850.940,00	4.277.846,20	68.658,41	1.743.564,61	6,35	2.534.281,59	68.658,41	1.743.564,61	6,57	2.534.281,59
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	3.850.940,00	4.277.846,20	68.658,41	1.743.564,61	6,35	2.534.281,59	68.658,41	1.743.564,61	6,57	2.534.281,59
COMÉRCIO E SERVIÇOS	45.000,00	45.000,00	0,00	1.758,90	0,01	43.241,10	0,00	1.758,90	0,01	43.241,10
PROMOÇÃO COMERCIAL	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
TURISMO	30.000,00	30.000,00	0,00	1.758,90	0,01	28.241,10	0,00	1.758,90	0,01	28.241,10
TRANSPORTE	1.286.920,00	1.337.549,00	219.290,72	823.392,40	3,00	514.156,60	190.237,82	793.692,37	2,99	543.856,63
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.286.920,00	1.337.549,00	219.290,72	823.392,40	3,00	514.156,60	190.237,82	793.692,37	2,99	543.856,63
DESPORTO E LAZER	891.120,00	1.109.832,80	264.858,62	439.497,78	1,60	670.335,02	264.858,92	439.497,78	1,66	670.335,02
DESPORTO COMUNITÁRIO	801.120,00	1.019.832,80	264.858,62	439.497,78	1,60	580.335,02	264.858,92	439.497,78	1,66	580.335,02
LAZER	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	566.100,00	566.173,53	80.364,96	319.355,42	1,16	246.818,11	80.364,96	319.355,42	1,20	246.818,11
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	180.000,00	180.000,00	29.158,88	116.644,62	0,42	63.355,38	29.158,88	116.644,62	0,44	63.355,38
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	386.100,00	386.173,53	51.206,08	202.710,80	0,74	183.462,73	51.206,08	202.710,80	0,76	183.462,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I +	44.036.062,40	51.542.198,31	7.475.652,00	27.456.091,36	100,00	24.086.106,95	6.988.528,41	26.526.483,03	100,00	25.015.715,28
Entidades:										
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira										

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:57CE7063

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III														
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL**	**Previsão atualiza 2026**
	09/2025	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**07/2026**	**08/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.316.453,62	3.292.144,21	3.214.976,37	4.929.755,92	3.506.495,58	3.798.279,83	3.070.395,79	4.649.826,50	3.710.459,75	3.832.295,44	3.861.093,43	3.138.200,37	45.320.376,81	43.091.944,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	195.840,47	130.042,94	118.346,54	264.363,68	94.826,70	107.442,04	202.090,79	1.582.074,61	186.402,81	73.757,61	256.183,40	50.721,91	3.262.093,50	2.043.040,00
IPTU	4.966,90	2.580,78	2.092,92	4.794,42	9.554,48	4.636,60	37.150,42	127.797,12	24.363,58	18.605,42	15.224,32	9.412,69	261.179,65	243.770,00
ISS	45.298,82	21.361,17	21.281,33	22.485,61	23.058,01	11.514,77	25.266,93	17.553,87	34.329,53	34.973,77	81.938,45	24.908,52	363.970,78	214.290,00
ITBI	17.786,00	7.400,00	2.447,27	5.940,00	6.325,00	3.400,00	6.224,44	1.242.821,09	1.050,00	8.329,44	31.179,60	3.500,00	1.336.402,84	250.000,00

IRRF	122.476,61	94.372,45	88.012,29	225.866,98	45.813,13	82.065,46	107.896,52	101.971,19	110.137,29	0,00	111.431,76	691,05	1.090.734,73	1.122.640,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.312,14	4.328,54	4.512,73	5.276,67	10.076,08	5.825,21	25.552,48	91.931,34	16.522,41	11.848,98	16.409,27	12.209,65	209.805,50	212.340,00
Contribuições	40.874,78	1.121,76	84.155,25	42.423,40	48.363,57	46.678,98	53.428,30	71.596,44	56.765,64	50.354,86	95.876,92	51.993,29	643.633,19	729.740,00
Receita patrimonial	194.704,56	196.041,69	169.080,75	217.308,70	198.815,19	179.343,14	204.335,23	186.521,12	173.930,83	172.912,62	262.040,92	151.811,31	2.306.846,06	1.181.818,88
Rendimentos de Aplicação Financeira	194.704,56	196.041,69	169.080,75	217.308,70	198.815,19	179.343,14	191.371,45	182.199,86	169.609,57	168.591,36	257.719,66	151.811,31	2.276.597,24	1.132.818,88
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.963,78	4.321,26	4.321,26	4.321,26	4.321,26	0,00	30.248,82	49.000,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	65,88	29,60	14,11	61,65	35,44	22,48	24,62	58,00	128.561,04	62,74	254,53	16,47	129.206,56	75.970,00
Transferências correntes	3.884.967,93	2.964.908,22	2.843.289,89	4.405.019,80	3.164.454,68	3.464.793,19	2.609.235,03	2.809.431,82	3.164.799,43	3.494.365,56	3.273.706,21	2.883.545,83	38.962.517,59	39.041.376,09
Cota parte do FPM	1.901.447,24	1.265.333,87	1.733.476,08	2.793.354,00	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.709.414,20	22.442.375,94	23.090.555,35
Cota parte do ICMS	621.315,02	562.914,44	524.531,91	665.253,80	543.497,18	432.399,92	600.348,38	555.159,89	450.635,15	583.111,94	528.153,39	512.387,20	6.579.708,22	7.659.380,00
Cota parte do IPVA	20.163,95	20.234,80	12.705,40	16.836,10	175.264,87	71.722,61	100.368,39	67.163,48	71.712,39	17.121,40	20.709,64	7.996,94	601.999,97	700.000,00
Cota parte do ITR	38.770,56	453.245,02	68.297,62	36.563,25	38.307,92	11.655,37	2.100,78	2.253,12	2.251,63	2.989,98	7.426,34	2.100,21	665.961,80	745.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	8.740,91	8.382,58	8.285,03	10.037,64	7.158,30	7.511,90	7.436,05	6.541,38	7.860,79	10.497,70	9.502,95	10.232,77	102.188,00	90.000,00
Transferências do FUNDEB	279.719,82	324.348,07	281.298,08	362.256,61	489.137,76	349.981,91	343.617,36	393.386,53	395.409,25	338.521,23	332.539,52	425.452,47	4.315.668,61	3.883.984,40
Outras transferências correntes	1.014.810,43	330.449,44	214.695,77	520.718,40	139.153,29	363.667,93	206.263,89	196.493,01	314.420,28	516.583,44	221.397,13	215.962,04	4.254.615,05	2.872.456,34
Outras receitas correntes	0,00	0,00	89,83	578,69	0,00	0,00	1.281,82	144,51	0,00	40.842,05	(26.968,55)	111,56	16.079,91	20.000,00
DEDUÇÕES (II)	379.749,01	462.022,23	469.459,10	537.422,44	507.232,57	550.228,52	411.870,59	443.910,31	490.993,82	527.852,06	368.104,09	448.426,14	5.597.270,88	5.984.746,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	379.749,01	462.022,23	469.459,10	537.422,44	507.232,57	550.228,52	411.870,59	443.910,31	490.993,82	527.852,06	368.104,09	448.426,14	5.597.270,88	5.984.746,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.936.704,61	2.830.121,98	2.745.517,27	4.392.333,48	2.999.263,01	3.248.051,31	2.658.525,20	4.205.916,19	3.219.465,93	3.304.443,38	3.492.989,34	2.689.774,23	39.723.105,93	37.107.198,97
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	350.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	520.000,00	150.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.586.704,61	2.830.121,98	2.745.517,27	4.322.333,48	2.999.263,01	3.248.051,31	2.658.525,20	4.205.916,19	3.119.465,93	3.304.443,38	3.492.989,34	2.689.774,23	39.203.105,93	36.957.198,97
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	21.900,19	21.555,60	20.948,40	42.504,00	22.604,00	22.694,00	22.694,00	22.694,00	22.694,00	22.694,00	22.694,00	22.694,00	288.370,19	218.351,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	3.564.804,42	2.808.566,38	2.724.568,87	4.279.829,48	2.976.659,01	3.225.357,31	2.635.831,20	4.183.222,19	3.096.771,93	3.281.749,38	3.470.295,34	2.667.080,23	38.914.735,74	36.738.847,71
Entidades:														
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira														

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:B0C68593

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2026		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts.		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00

Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	38.134.564,35	28.217.889,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:											
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira											

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:26F75D09

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JULHO A AGOSTO DE 2026												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L=(e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k=(f+g)-**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**18.099,93**	**3.905.310,02**	**3.904.709,73**	**0,00**	**18.700,22**	**273.406,23**	**3.614.270,64**	**3.427.425,58**	**3.228.364,90**	**224.400,86**	**434.911,11**	**453.611,33**
EXECUTIVO												
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira	**18.099,93**	**3.905.310,02**	**3.904.709,73**	**0,00**	**18.700,22**	**273.406,23**	**3.614.270,64**	**3.427.425,58**	**3.228.364,90**	**224.400,86**	**434.911,11**	**453.611,33**
GOVERNO MUNICIPAL	0,00	705,55	705,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	15.917,39	573,87	573,87	0,00	15.917,39	6.912,50	800,00	844,13	844,13	6.868,37	0,00	15.917,39
DEPARTAMENTO DE SAÚDE	637,23	5.412,59	5.095,17	0,00	954,65	55.283,66	1.881.195,55	1.868.381,51	1.868.381,51	55.283,66	12.814,04	13.768,69
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	40,96	498,42	498,42	0,00	40,96	32.877,67	30.272,30	13.302,92	13.302,92	47.334,67	2.512,38	2.553,34
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	1.299,85	126.076,67	125.793,80	0,00	1.582,72	25.091,69	1.043.497,42	1.003.501,21	804.440,53	25.386,73	238.761,85	240.344,57
DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	200,00	463,44	463,44	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.722,59	530.023,90	469.007,25	469.007,25	47.722,59	61.016,65	61.016,65
DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES	0,00	5.368,28	5.368,28	0,00	0,00	15.300,92	116.091,07	72.388,56	72.388,56	29.414,44	29.588,99	29.588,99
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TRABALHO E	0,00	3.760.000,00	3.760.000,00	0,00	0,00	90.217,20	0,00	0,00	0,00	0,00	90.217,20	90.217,20
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4,50	6.211,20	6.211,20	0,00	4,50	0,00	12.390,40	0,00	0,00	12.390,40	0,00	4,50
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) =	**18.099,93**	**3.905.310,02**	**3.904.709,73**	**0,00**	**18.700,22**	**273.406,23**	**3.614.270,64**	**3.427.425,58**	**3.228.364,90**	**224.400,86**	**434.911,11**	**453.611,33**
Entidades:												
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira												

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:4D0605F4

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.830.700,00	1.830.700,00	2.363.124,45	129,08
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	243.770,00	243.770,00	246.744,63	101,22
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	250.000,00	250.000,00	1.302.829,57	521,13
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	214.290,00	214.290,00	253.543,85	118,32
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.122.640,00	1.122.640,00	560.006,40	49,88
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.923.730,00	29.999.485,35	18.743.096,40	62,48
Cota-Parte FPM	20.729.350,00	20.805.105,35	13.869.516,44	66,66
Cota-Parte ITR	745.000,00	745.000,00	69.085,35	9,27
Cota-Parte IPVA	700.000,00	700.000,00	532.059,72	76,01
Cota-Parte ICMS	7.659.380,00	7.659.380,00	4.205.693,05	54,91
Cota-Parte IPI-Exportação	90.000,00	90.000,00	66.741,84	74,16
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	31.754.430,00	31.830.185,35	21.106.220,85	66,31

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre % (d)	(d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.497.640,0	1.513.999,5	1.082.709,54	71,51	1.082.330,32	71,49	1.053.486,96	69,58
Despesas Correntes	1.447.640,0	1.508.640,0	1.078.255,54	71,47	1.077.876,32	71,45	1.049.032,96	69,54
Despesas de Capital	50.000,00	5.359,55	4.454,00	83,10	4.454,00	83,10	4.454,00	83,10
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	4.314.620,0	4.454.388,6	3.115.047,48	69,93	3.082.844,27	69,21	2.999.298,92	67,33
Despesas Correntes	4.263.120,0	4.421.779,7	3.112.863,58	70,40	3.080.660,37	69,67	2.997.115,02	67,78
Despesas de Capital	51.500,00	32.608,84	2.183,90	6,70	2.183,90	6,70	2.183,90	6,70
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	58.540,00	58.540,00	30.465,74	52,04	30.465,74	52,04	29.941,50	51,15
Despesas Correntes	58.540,00	58.540,00	30.465,74	52,04	30.465,74	52,04	29.941,50	51,15
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	78.040,00	79.300,00	54.128,94	68,26	54.128,94	68,26	52.739,53	66,51
Despesas Correntes	78.040,00	79.300,00	54.128,94	68,26	54.128,94	68,26	52.739,53	66,51
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	188.080,00	219.191,80	136.467,53	62,26	136.467,53	62,26	126.869,17	57,88
Despesas Correntes	188.080,00	219.191,80	136.467,53	62,26	136.467,53	62,26	126.869,17	57,88
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	407.160,00	369.660,00	313.880,07	84,91	313.880,07	84,91	306.130,44	82,81
Despesas Correntes	407.160,00	369.660,00	313.880,07	84,91	313.880,07	84,91	306.130,44	82,81
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	6.544.080,0	6.695.079,9	4.732.699,30	70,69	4.700.116,87	70,20	4.568.466,52	68,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.732.699,30	4.700.116,87	4.568.466,52
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.732.699,30	4.700.116,87	4.568.466,52
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.165.933,13
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.566.766,17	1.534.183,74	1.402.533,39
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	22,42	22,27	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado	
Empenhos de 2026	3.165.933,1	4.732.699,3	1.566.766,1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.895,20	1.566.766,1	
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00	

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	1.895,20	1.895,20	1.895,20	-1.895,20
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.057.534,00	1.229.405,26	724.326,26	58,92
Proveniente da União	720.223,00	862.074,26	500.405,30	58,05
Proveniente dos Estados	337.311,00	367.331,00	223.920,96	60,96
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	126.906,00	126.906,00	282.871,47	222,90
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.184.440,00	1.356.311,26	1.007.197,73	74,26

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	705.809,00	1.016.757,9	732.576,77	72,05	718.563,97	70,67	607.602,29	59,76
Despesas Correntes	705.809,00	822.351,44	598.418,04	72,77	587.317,33	71,42	563.408,78	68,51
Despesas de Capital	0,00	194.406,53	134.158,73	69,01	131.246,64	67,51	44.193,51	22,73
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	252.000,00	359.621,33	256.674,64	71,37	251.673,95	69,98	230.812,33	64,18
Despesas Correntes	252.000,00	310.621,33	210.589,95	67,80	208.180,86	67,02	198.568,24	63,93
Despesas de Capital	0,00	49.000,00	46.084,69	94,05	43.493,09	88,76	32.244,09	65,80
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	99.725,00	245.576,26	226.125,21	92,08	226.125,21	92,08	226.125,21	92,08
Despesas Correntes	99.725,00	245.576,26	226.125,21	92,08	226.125,21	92,08	226.125,21	92,08
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.057.534,0	1.621.955,5	1.215.376,62	74,93	1.196.363,13	73,76	1.064.539,83	65,63

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	2.203.449,0	2.530.757,5	1.815.286,31	71,73	1.800.894,29	71,16	1.661.089,25	65,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	4.566.620,0	4.814.009,9	3.371.722,12	70,04	3.334.518,22	69,27	3.230.111,25	67,10
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	58.540,00	58.540,00	30.465,74	52,04	30.465,74	52,04	29.941,50	51,15
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	78.040,00	79.300,00	54.128,94	68,26	54.128,94	68,26	52.739,53	66,51
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	287.805,00	464.768,06	362.592,74	78,02	362.592,74	78,02	352.994,38	75,95
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	407.160,00	369.660,00	313.880,07	84,91	313.880,07	84,91	306.130,44	82,81
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	7.601.614,0	8.317.035,5	5.948.075,92	71,52	5.896.480,00	70,90	5.633.006,35	67,73
Entidades:								
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira								

Publicado por:
João Lopes Pinheiro Junior
Código Identificador:5524AEED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
ANEXO I DESPESAS COM PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE **QUATRO BARRAS**														
Prestação de Contas														
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL														
Entidade: Consolidado														
Poder: Legislativo														
Período de Referência: 09/2025 a 08/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art . 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)** **LIQUIDADAS**													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	Set/2025	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**	**Jul/2026**	**Ago/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	423.974,49	423.970,34	420.513,63	769.675,61	448.453,84	474.122,05	462.731,52	447.036,92	442.408,62	582.570,54	436.441,49	453.119,68	5.785.018,73	0,00
Pessoal Ativo	423.974,49	423.970,34	420.513,63	769.675,61	448.453,84	474.122,05	462.731,52	447.036,92	442.408,62	582.570,54	436.441,49	453.119,68	5.785.018,73	0,00

Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	378.308,07	378.201,00	375.172,21	680.098,35	391.547,44	414.481,32	405.790,53	389.574,20	382.857,31	524.998,00	378.568,46	395.343,84	5.094.940,73	0,00
Obrigações Patronais	45.666,42	45.769,34	45.341,42	89.577,26	56.906,40	59.640,73	56.940,99	57.462,72	59.551,31	57.572,54	57.873,03	57.775,84	690.078,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	5.000,00	0,00	66.440,34	7.323,65	17.672,96	20.941,55	8.449,26	0,00	22.398,50	0,00	14.039,04	162.265,30	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	2.500,00	0,00	33.220,17	7.323,65	17.672,96	20.941,55	8.449,26	0,00	22.398,50	0,00	14.039,04	126.545,13	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	2.500,00	0,00	33.220,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.720,17	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	423.974,49	418.970,34	420.513,63	703.235,27	441.130,19	456.449,09	441.789,97	438.587,66	442.408,62	560.172,04	436.441,49	439.080,64	5.622.753,43	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	203.722.980,45	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	1.348.533,80	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22)	1.626.836,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	200.747.610,65	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	5.622.753,43	2,80
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.044.856,64	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.442.613,81	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.840.370,98	5,40
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS. Emissão: 24/09/2026, às 15:26:31.		
* Na coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS", nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
NOTA:		

FERNANDO CUNHA	*DIRCELLI SELENKA DEL PENTOR*	*LUIZ FABIANO ANDRUSZEZIN*
Presidente da Câmara	CRC: 052015/O-6	Controlador Interno

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:1D77BEEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LRFBALANCOORCAMENTARIODESPESA - 4º BIMESTRE 2026

CONSOLIDADO DE RIO AZUL									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	110.124.500,00	135.850.833,96	19.370.045,50	78.455.683,22	57.395.150,74	21.198.793,30	65.227.099,76	70.623.734,20	61.094.607,59
DESPESAS CORRENTES	95.632.732,18	106.735.373,72	17.568.324,54	62.719.116,87	44.016.256,85	18.166.575,02	57.038.219,95	49.697.153,77	53.862.978,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.361.936,60	59.709.857,10	9.956.644,68	34.556.113,61	25.153.743,49	9.963.268,68	34.540.241,61	25.169.615,49	34.337.167,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	708.089,26	176.821,80	694.911,06	13.178,20	176.821,80	694.911,06	13.178,20	694.911,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.770.795,58	46.317.427,36	7.434.858,06	27.468.092,20	18.849.335,16	8.026.484,54	21.803.067,28	24.514.360,08	18.830.899,85
DESPESAS DE CAPITAL	7.191.767,82	21.815.460,24	1.801.720,96	15.736.566,35	6.078.893,89	3.032.218,28	8.188.879,81	13.626.580,43	7.231.629,29
INVESTIMENTOS	5.691.767,82	20.355.460,24	1.304.484,58	14.391.714,44	5.963.745,80	2.534.981,90	6.844.027,90	13.511.432,34	5.886.777,38
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00	1.460.000,00	497.236,38	1.344.851,91	115.148,09	497.236,38	1.344.851,91	115.148,09	1.344.851,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.300.000,00	7.300.000,00	0,00	0,00	7.300.000,00	0,00	0,00	7.300.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	6.200.500,00	6.391.987,62	878.275,04	3.545.131,88	2.846.855,74	878.275,04	3.545.131,88	2.846.855,74	3.545.131,88
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	116.325.000,00	142.242.821,58	20.248.320,54	82.000.815,10	60.242.006,48	22.077.068,34	68.772.231,64	73.470.589,94	64.639.739,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	116.325.000,00	142.242.821,58	20.248.320,54	82.000.815,10	60.242.006,48	22.077.068,34	68.772.231,64	73.470.589,94	64.639.739,47
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	3.675.000,00	0,00	4.381.213,46	6.154.124,13	(6.154.124,13)	2.552.465,66	19.382.707,59	(19.382.707,59)	23.515.199,76
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	120.000.000,00	142.242.821,58	24.629.534,00	88.154.939,23	54.087.882,35	24.629.534,00	88.154.939,23	54.087.882,35	88.154.939,23

LEANDRO JASINSKI	***VILMA JOSELI VERONEZ***	***ROZILDA FERRAZ ZIPIELA***
Prefeito Municipal	Contadora CRC: PR 043378/O	Controle Interno
Entidades:		
Fundo de Previdência de Rio Azul		
Município de Rio Azul		

Publicado por:
Vilma Joseli Veronez
Código Identificador:DDC3773C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LRF DESPESA FUNCAOS UBFUNCAO - 4º BIMESTRE 2026

CONSOLIDADO DE RIO AZUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	110.124.500,00	135.850.833,96	19.370.045,50	78.455.683,22	95,68	57.395.150,74	21.198.793,30	65.227.099,76	94,85	70.623.734,20
ADMINISTRAÇÃO	7.389.300,00	7.355.771,95	1.216.054,52	4.657.345,10	5,68	2.698.426,85	1.100.089,75	3.983.142,35	5,79	3.372.629,60
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.260.000,00	1.313.500,00	220.337,97	894.234,65	1,09	419.265,35	198.767,97	812.786,86	1,18	500.713,14
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.387.800,00	4.224.538,52	837.729,60	2.843.175,75	3,47	1.381.362,77	668.707,07	2.284.514,90	3,32	1.940.023,62
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.257.500,00	1.260.300,00	140.478,32	579.517,15	0,71	680.782,85	151.574,22	577.187,03	0,84	683.112,97
CONTROLE INTERNO	154.000,00	159.000,00	17.508,63	64.683,42	0,08	94.316,58	17.508,63	64.683,42	0,09	94.316,58
TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO	310.000,00	378.433,43	0,00	275.734,13	0,34	102.699,30	63.531,86	243.970,14	0,35	134.463,29
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
SEGURANÇA PÚBLICA	59.000,00	49.000,00	9.810,10	34.380,33	0,04	14.619,67	9.810,10	34.250,43	0,05	14.749,57
DEFESA CIVIL	59.000,00	49.000,00	9.810,10	34.380,33	0,04	14.619,67	9.810,10	34.250,43	0,05	14.749,57
ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.166.500,00	6.518.544,16	1.172.728,83	4.396.302,87	5,36	2.122.241,29	1.036.018,74	3.975.542,26	5,78	2.543.001,90
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	477.000,00	647.000,00	75.776,66	527.449,76	0,64	119.550,24	74.663,27	517.304,16	0,75	129.695,84
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	265.000,00	411.090,73	76.886,70	380.660,32	0,46	30.430,41	76.886,70	380.660,32	0,55	30.430,41
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	812.000,00	1.012.834,84	234.357,87	814.123,53	0,99	198.711,31	205.706,45	751.609,64	1,09	261.225,20
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.612.500,00	4.447.618,59	785.707,60	2.674.069,26	3,26	1.773.549,33	678.762,32	2.325.968,14	3,38	2.121.650,45
PREVIDÊNCIA SOCIAL	18.930.000,00	18.930.000,00	1.881.260,18	6.326.541,24	7,72	12.603.458,76	1.881.260,18	6.326.541,24	9,20	12.603.458,76
ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.170,00	12.170,00	0,00	0,00	0,00	12.170,00	0,00	0,00	0,00	12.170,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	18.917.830,00	18.917.830,00	1.881.260,18	6.326.541,24	7,72	12.591.288,76	1.881.260,18	6.326.541,24	9,20	12.591.288,76
SAÚDE	17.860.100,00	25.125.330,08	4.225.934,53	17.974.042,55	21,92	7.151.287,53	4.373.319,51	16.082.702,01	23,39	9.042.628,07
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.500,00	41.107,33	0,00	0,00	0,00	41.107,33	0,00	0,00	0,00	41.107,33
ATENÇÃO BÁSICA	9.877.096,40	15.620.415,13	2.753.634,94	12.296.165,27	15,00	3.324.249,86	2.723.103,50	10.831.499,14	15,75	4.788.915,99
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.787.003,60	8.249.989,12	1.287.016,61	5.150.611,99	6,28	3.099.377,13	1.515.103,04	4.825.800,68	7,02	3.424.188,44
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	510.000,00	510.000,00	96.080,09	289.050,78	0,35	220.949,22	73.245,49	221.686,09	0,32	288.313,91
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	226.000,00	209.100,00	26.468,27	89.186,51	0,11	119.913,49	26.468,27	89.186,51	0,13	119.913,49
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	278.500,00	294.150,00	29.499,21	104.624,09	0,13	189.525,91	29.499,21	104.624,09	0,15	189.525,91
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	180.000,00	200.568,50	33.235,41	44.403,91	0,05	156.164,59	5.900,00	9.905,50	0,01	190.663,00
EDUCAÇÃO	21.677.000,00	25.938.457,34	4.196.328,48	16.581.584,31	20,22	9.356.873,03	4.610.816,84	14.708.024,55	21,39	11.230.432,79
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.102.500,00	1.260.200,00	390.240,34	1.063.288,08	1,30	196.911,92	339.229,61	988.580,23	1,44	271.619,77
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	834.750,00	959.563,06	120.263,44	725.421,54	0,88	234.141,52	215.154,40	382.372,44	0,56	577.190,62
ENSINO FUNDAMENTAL	12.209.669,32	15.204.930,93	2.858.609,10	10.865.236,52	13,25	4.339.694,41	3.067.750,09	10.273.932,90	14,94	4.930.998,03
ENSINO SUPERIOR	350.000,00	425.000,00	121.880,00	415.250,00	0,51	9.750,00	121.880,00	415.030,00	0,60	9.970,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	6.436.580,68	7.345.263,35	705.335,60	3.512.388,17	4,28	3.832.875,18	866.802,74	2.648.108,98	3,85	4.697.154,37
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	730.000,00	730.000,00	0,00	0,00	0,00	730.000,00	0,00	0,00	0,00	730.000,00
CULTURA	963.600,00	2.437.420,87	501.812,21	1.702.514,93	2,08	734.905,94	1.154.074,31	1.597.927,43	2,32	839.493,44
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	92.600,00	92.600,00	23.998,96	23.998,96	0,03	68.601,04	0,00	0,00	0,00	92.600,00
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DIFUSÃO CULTURAL	871.000,00	2.344.820,87	477.813,25	1.678.515,97	2,05	666.304,90	1.154.074,31	1.597.927,43	2,32	746.893,44
URBANISMO	7.519.000,00	10.936.452,64	882.873,48	5.249.700,32	6,40	5.686.752,32	1.379.173,31	3.321.393,02	4,83	7.615.059,62
INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.175.000,00	6.696.773,74	526.686,05	3.900.727,30	4,76	2.796.046,44	1.070.212,99	2.152.166,28	3,13	4.544.607,46
SERVIÇOS URBANOS	4.344.000,00	4.239.678,90	356.187,43	1.348.973,02	1,65	2.890.705,88	308.960,32	1.169.226,74	1,70	3.070.452,16
HABITAÇÃO	641.000,00	2.107.285,71	35.939,43	1.704.949,20	2,08	402.336,51	41.778,38	894.744,22	1,30	1.212.541,49
ADMINISTRAÇÃO GERAL	76.000,00	143.000,00	32.920,63	91.703,47	0,11	51.296,53	32.920,63	91.703,47	0,13	51.296,53
HABITAÇÃO URBANA	565.000,00	1.964.285,71	3.018,80	1.613.245,73	1,97	351.039,98	8.857,75	803.040,75	1,17	1.161.244,96
SANEAMENTO	255.000,00	352.333,93	9.810,03	113.741,70	0,14	238.592,23	97.836,25	99.123,75	0,14	253.210,18
SANEAMENTO BÁSICO RURAL	215.000,00	312.333,93	9.810,03	113.741,70	0,14	198.592,23	97.836,25	99.123,75	0,14	213.210,18
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	1.711.000,00	1.896.178,25	249.569,76	1.264.060,60	1,54	632.117,65	332.042,80	989.453,59	1,44	906.724,66
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.691.000,00	1.876.178,25	249.569,76	1.264.060,60	1,54	612.117,65	332.042,80	989.453,59	1,44	886.724,66
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
AGRICULTURA	2.265.000,00	3.481.115,00	618.662,70	2.064.907,93	2,52	1.416.207,07	446.913,00	1.791.748,08	2,61	1.689.366,92
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.454.609,40	1.485.609,40	357.798,98	1.264.214,85	1,54	221.394,55	336.441,24	1.219.378,47	1,77	266.230,93

EXTENSÃO RURAL	170.000,00	388.515,00	184.600,00	242.645,00	0,30	145.870,00	16.140,00	49.445,00	0,07	339.070,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	640.390,60	1.606.990,60	76.263,72	558.048,08	0,68	1.048.942,52	94.331,76	522.924,61	0,76	1.084.065,99
INDÚSTRIA	268.000,00	409.875,13	144.091,99	273.784,05	0,33	136.091,08	83.557,68	196.858,43	0,29	213.016,70
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	268.000,00	409.875,13	144.091,99	273.784,05	0,33	136.091,08	83.557,68	196.858,43	0,29	213.016,70
COMÉRCIO E SERVIÇOS	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
TURISMO	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
COMUNICAÇÕES	600.000,00	600.000,00	70.259,57	579.632,47	0,71	20.367,53	117.092,13	470.471,40	0,68	129.528,60
COMUNICAÇÃO SOCIAL	600.000,00	600.000,00	70.259,57	579.632,47	0,71	20.367,53	117.092,13	470.471,40	0,68	129.528,60
TRANSPORTE	8.542.000,00	13.143.124,80	2.667.842,13	10.152.113,36	12,38	2.991.011,44	3.350.981,04	6.345.458,13	9,23	6.797.666,67
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	8.542.000,00	13.143.124,80	2.667.842,13	10.152.113,36	12,38	2.991.011,44	3.350.981,04	6.345.458,13	9,23	6.797.666,67
DESPORTO E LAZER	1.333.000,00	2.918.705,47	462.942,43	1.672.477,37	2,04	1.246.228,10	214.002,61	860.003,84	1,25	2.058.701,63
DESPORTO COMUNITÁRIO	982.609,40	2.142.133,12	337.121,23	1.011.843,40	1,23	1.130.289,72	146.456,68	673.064,74	0,98	1.469.068,38
LAZER	350.390,60	776.572,35	125.821,20	660.633,97	0,81	115.938,38	67.545,93	186.939,10	0,27	589.633,25
ENCARGOS ESPECIAIS	7.485.000,00	6.191.238,63	1.024.125,13	3.707.604,89	4,52	2.483.633,74	970.026,67	3.549.715,03	5,16	2.641.523,60
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	2.000.000,00	2.168.089,26	674.058,18	2.039.762,97	2,49	128.326,29	674.058,18	2.039.762,97	2,97	128.326,29
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	913.000,00	913.000,00	244.926,78	884.197,25	1,08	28.802,75	190.828,32	726.307,39	1,06	186.692,61
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4.572.000,00	3.110.149,37	105.140,17	783.644,67	0,96	2.326.504,70	105.140,17	783.644,67	1,14	2.326.504,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.300.000,00	7.300.000,00	0,00	0,00	0,00	7.300.000,00	0,00	0,00	0,00	7.300.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.300.000,00	7.300.000,00	0,00	0,00	0,00	7.300.000,00	0,00	0,00	0,00	7.300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.200.500,00	6.391.987,62	878.275,04	3.545.131,88	4,32	2.846.855,74	878.275,04	3.545.131,88	5,15	2.846.855,74
TOTAL III = (I +	116.325.000,00	142.242.821,58	20.248.320,54	82.000.815,10	100,00	60.242.006,48	22.077.083,34	68.772.231,64	100,00	73.470.589,94

LEANDRO JASINSKI	***VILMA JOSELI VERONEZ***	***ROZILDA FERRAZ ZIPIELA***
Prefeito Municipal	Contadora CRC: PR 043378/O	Controle Interno

Entidades:

Fundo de Previdência de Rio Azul

Município de Rio Azul

Publicado por:
Vilma Joseli Veronez
Código Identificador:165F7A1B

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RPT LRF DEMONSTRATIVO RECEITA E DESPESAS SAÚDE - 4º BIMESTRE 2026

CONSOLIDADO DE RIO AZUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	10.616.000,00	10.616.000,00	5.168.896,45	48,69
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	875.000,00	875.000,00	699.478,14	79,94
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.150.000,00	1.150.000,00	558.844,67	48,60
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.241.000,00	3.241.000,00	1.590.155,29	49,06
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	5.350.000,00	5.350.000,00	2.320.418,35	43,37
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	66.150.000,00	70.878.700,00	42.659.309,26	60,19
Cota-Parte FPM	35.000.000,00	36.500.000,00	23.115.860,76	63,33
Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	6.745,53	13,49
Cota-Parte IPVA	2.200.000,00	2.200.000,00	1.867.286,53	84,88
Cota-Parte ICMS	28.500.000,00	31.728.700,00	17.393.148,97	54,82
Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	276.267,47	69,07
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	76.766.000,00	81.494.700,00	47.828.205,71	58,69

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.464.224,6	7.223.503,6	5.811.676,13	80,46	5.544.460,10	76,76	5.459.245,58	75,58
Despesas Correntes	5.273.779,3	6.957.059,3	5.694.737,23	81,86	5.519.481,20	79,34	5.434.266,68	78,11
Despesas de Capital	190.445,30	266.444,30	116.938,90	43,89	24.978,90	9,37	24.978,90	9,37
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	6.540.003,6	5.373.452,2	3.068.746,40	57,11	2.837.023,11	52,80	2.539.270,19	47,26
Despesas Correntes	6.532.326,6	5.365.775,2	3.067.901,08	57,18	2.836.177,79	52,86	2.538.424,87	47,31
Despesas de Capital	7.677,00	7.677,00	845,32	11,01	845,32	11,01	845,32	11,01
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	5.000,00	5.000,00	289.050,78	5.781,02	221.686,09	4.433,72	207.209,93	4.144,20
Despesas Correntes	5.000,00	5.000,00	289.050,78	5.781,02	221.686,09	4.433,72	207.209,93	4.144,20
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	197.500,00	197.500,00	88.574,73	44,85	88.574,73	44,85	88.574,73	44,85
Despesas Correntes	197.500,00	197.500,00	88.574,73	44,85	88.574,73	44,85	88.574,73	44,85
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	16.000,00	27.400,00	15.314,64	55,89	15.314,64	55,89	15.314,64	55,89
Despesas Correntes	16.000,00	27.400,00	15.314,64	55,89	15.314,64	55,89	15.314,64	55,89
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	12.254.228,	12.858.355,	9.273.362,68	72,12	8.707.058,67	67,72	8.309.615,07	64,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	9.273.362,68	8.707.058,67	8.309.615,07
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	566.304,01	566.304,01	566.304,01
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	8.707.058,67	8.140.754,66	7.743.311,06
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	7.174.230,86		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.532.827,81	966.523,80	569.080,20
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	18,20	17,02	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2026	7.174.230,8	8.707.058,6	1.532.827,8	0,00	566.304,01	0,00	0,00	0,00	14.941,44	2.099.131,8

TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)	0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	14.941,44	14.941,44	14.941,44	-14.941,44
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	5.046.200,00	7.931.665,33	6.954.762,03	87,68
Proveniente da União	4.186.200,00	6.117.100,00	6.150.768,38	100,55
Proveniente dos Estados	860.000,00	1.814.565,33	803.993,65	44,31
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	18.074,91	395.900,16	2.190,33
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	5.046.200,00	7.949.740,24	7.350.662,19	92,46

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.293.500,0	8.228.499,4	6.539.114,39	79,47	5.359.160,72	65,13	4.990.771,24	60,65
Despesas Correntes	3.984.500,0	4.895.117,2	3.363.675,93	68,71	3.101.657,46	63,36	3.030.442,98	61,91
Despesas de Capital	309.000,00	3.333.382,2	3.175.438,46	95,26	2.257.503,26	67,72	1.960.328,26	58,81
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	350.000,00	2.885.664,5	2.150.607,34	74,53	2.057.519,32	71,30	2.044.771,21	70,86
Despesas Correntes	350.000,00	2.885.664,5	2.150.607,34	74,53	2.057.519,32	71,30	2.044.771,21	70,86
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	48.500,00	31.600,00	9.971,38	31,56	9.971,38	31,56	9.971,38	31,56
Despesas Correntes	43.000,00	31.100,00	9.971,38	32,06	9.971,38	32,06	9.971,38	32,06
Despesas de Capital	5.500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	263.000,00	267.250,00	89.309,45	33,42	89.309,45	33,42	87.333,15	32,68
Despesas Correntes	263.000,00	267.250,00	89.309,45	33,42	89.309,45	33,42	87.333,15	32,68
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	39.607,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	39.607,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.960.000,0	11.457.621,	8.789.002,56	76,71	7.515.960,87	65,60	7.132.846,98	62,25

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.757.724,6	15.452.003,	12.350.790,52	79,93	10.903.620,82	70,56	10.450.016,82	67,63
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	6.890.003,6	8.259.116,7	5.219.353,74	63,20	4.894.542,43	59,26	4.584.041,40	55,50
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	10.000,00	10.000,00	289.050,78	2.890,51	221.686,09	2.216,86	207.209,93	2.072,10
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	246.000,00	229.100,00	98.546,11	43,01	98.546,11	43,01	98.546,11	43,01
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	279.000,00	294.650,00	104.624,09	35,51	104.624,09	35,51	102.647,79	34,84
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.500,00	41.107,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	17.214.228,	24.315.977,	18.062.365,24	74,28	16.223.019,54	66,72	15.442.462,05	63,51

LEANDRO JASINSKI	***VILMA JOSELI VERONEZ***	***ROZILDA FERRAZ ZIPIELA***
Prefeito Municipal	Contadora	Controle Interno
	CRC: PR 043378/O	
Entidades:		
Fundo de Previdência de Rio Azul		
Município de Rio Azul		

Publicado por:
Vilma Joseli Veronez
Código Identificador:AA2C1CB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
RGF ANEXO 01 - 2º QUADRIMESTRE 2026

CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL - PR														
Relatório de Gestão Fiscal														
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL														
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social														
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL														
Poder: Legislativo														
Período de Referência: Setembro de 2025 a Agosto de 2026 / Quadrimestre Maio-Agosto														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art . 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	Set/2025	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**	**Jul/2026**	**Ago/2026**	**TOTAL**	

													(ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	494.508,23	497.308,85	971.173,99	635.787,51	529.336,48	526.723,67	531.695,25	550.337,93	573.456,86	576.280,46	563.478,85	563.526,85	7.013.614,93	0,00
Pessoal Ativo	494.508,23	497.308,85	971.173,99	635.787,51	529.336,48	526.723,67	531.695,25	550.337,93	573.456,86	576.280,46	563.478,85	563.526,85	7.013.614,93	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	440.980,37	443.609,06	869.061,78	581.337,38	456.873,00	453.376,17	458.197,62	473.726,51	494.513,46	496.946,24	485.824,75	485.824,75	6.140.271,09	0,00
Obrigações Patronais	53.527,86	53.699,79	102.112,21	54.450,13	72.463,48	73.347,50	73.497,63	76.611,42	78.943,40	79.334,22	77.654,10	77.702,10	873.343,84	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e Combate as Endemias com Rec. Vinculados (CF, art. 198 Ins 11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38 Ins. 2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	494.508,23	497.308,85	971.173,99	635.787,51	529.336,48	526.723,67	531.695,25	550.337,93	573.456,86	576.280,46	563.478,85	563.526,85	7.013.614,93	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	221.609.704,42	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	676.490,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (Art. 166 Ins. 16 da CF)	0,00	-
(-) Transferências da união relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias (CF, art. 198 ins. 11)	0,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	220.933.214,42	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)	7.013.614,93	3,17
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.255.992,87	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.593.193,23	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.930.393,58	5,40
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL. Emissão: 24/09/2026, às 15:34:15.		

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTA:
Tabela 1.1
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

2026			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte		
2º Quadrimestre			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[1] DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 1.2	
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	**Percentual**
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)[1]	6,00
DTP em 2025 (XII) (%)	0,00
Excedente em 2025 (XIII) = (XII - IX) (%)	(6,00)
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	(0,60)

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.933.214,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)[3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.013.614,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VIII/VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[1] Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.
[2] Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.
[3] Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.

JULIANE MOREIRA VELOSO	***DANIEL LEANDRO DE OLIVEIRA NETO***	***ELEANDRO FONTOURA MACHADO***
Contadora da Câmara	Controlador Interno da Câmara	Presidente da Câmara
CRC 058371/O-9		

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:6477E859

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - II - EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de Salgado Filho										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto										
RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										**Em Reais**
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.685.550,00	59.808.268,01	7.380.649,89	28.382.764,72	100,00	31.425.503,29	7.270.221,49	28.200.751,86	100,00	31.607.516,15
LEGISLATIVA	1.590.000,00	1.590.000,00	178.452,41	700.265,74	2,47	889.734,26	178.452,41	700.265,74	2,48	889.734,26
Ação Legislativa	1.590.000,00	1.590.000,00	178.452,41	700.265,74	2,47	889.734,26	178.452,41	700.265,74	2,48	889.734,26
ADMINISTRAÇÃO	4.399.900,00	4.054.942,32	673.037,74	2.435.514,83	8,58	1.619.427,49	615.638,74	2.372.141,83	8,41	1.682.800,49

Planejamento e Orçamento	82.000,00	82.000,00	8.733,67	50.063,90	0,18	31.936,10	8.733,67	50.063,90	0,18	31.936,10
Administração Geral	4.219.500,00	3.874.542,32	655.252,01	2.349.288,95	8,28	1.525.253,37	597.853,01	2.285.915,95	8,11	1.588.626,37
Controle Interno	94.800,00	94.800,00	9.052,06	36.161,98	0,13	58.638,02	9.052,06	36.161,98	0,13	58.638,02
Tecnologia da Informação	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.657.950,00	4.172.769,57	326.889,93	1.581.692,20	5,57	2.591.077,37	326.889,93	1.581.692,20	5,61	2.591.077,37
Assistência à Pessoa Idosa	110.000,00	888.143,03	21.600,00	224.201,70	0,79	663.941,33	21.600,00	224.201,70	0,80	663.941,33
Assistência ao Portador de Deficiência	101.500,00	192.259,38	28.678,09	57.099,56	0,20	135.159,82	28.678,09	57.099,56	0,20	135.159,82
Assistência à Criança e ao Adolescente	564.500,00	889.240,00	62.732,14	442.003,78	1,56	447.236,22	62.732,14	442.003,78	1,57	447.236,22
Assistência Comunitária	1.625.950,00	1.947.127,16	205.610,90	821.890,56	2,90	1.125.236,60	205.610,90	821.890,56	2,91	1.125.236,60
Serviços Socioassistenciais	256.000,00	256.000,00	8.268,80	36.496,60	0,13	219.503,40	8.268,80	36.496,60	0,13	219.503,40
SAÚDE	8.881.769,45	10.302.639,67	1.634.709,15	6.277.686,51	22,12	4.024.953,16	1.577.825,80	6.181.520,02	21,92	4.121.119,65
Atenção Básica	7.702.769,45	8.942.569,40	1.503.776,65	5.696.368,34	20,07	3.246.201,06	1.446.893,30	5.600.201,85	19,86	3.342.367,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	325.000,00	325.000,00	26.988,92	115.729,75	0,41	209.270,25	26.988,92	115.729,75	0,41	209.270,25
Vigilância Sanitária	213.500,00	392.570,27	20.568,54	137.208,55	0,48	255.361,72	20.568,54	137.208,55	0,49	255.361,72
Vigilância Epidemiológica	640.500,00	642.500,00	83.375,04	328.379,87	1,16	314.120,13	83.375,04	328.379,87	1,16	314.120,13
EDUCAÇÃO	10.994.637,24	11.545.253,51	1.632.251,97	6.268.048,81	22,08	5.277.204,70	1.632.251,97	6.268.048,81	22,23	5.277.204,70
Ensino Fundamental	5.638.137,24	6.069.183,67	838.357,68	3.861.821,04	13,61	2.207.362,63	838.357,68	3.861.821,04	13,69	2.207.362,63
Educação Infantil	4.351.000,00	4.470.569,84	631.050,29	1.880.337,39	6,62	2.590.232,45	631.050,29	1.880.337,39	6,67	2.590.232,45
Administração Geral	165.500,00	165.500,00	9.554,96	51.538,71	0,18	113.961,29	9.554,96	51.538,71	0,18	113.961,29
Demais Subfunções	840.000,00	840.000,00	153.289,04	474.351,67	1,67	365.648,33	153.289,04	474.351,67	1,68	365.648,33
CULTURA	288.500,00	308.500,00	20.248,14	155.324,37	0,55	153.175,63	20.248,14	155.324,37	0,55	153.175,63
Difusão Cultural	288.500,00	308.500,00	20.248,14	155.324,37	0,55	153.175,63	20.248,14	155.324,37	0,55	153.175,63
URBANISMO	2.604.893,31	4.521.927,59	529.960,55	2.169.435,44	7,64	2.352.492,15	529.960,55	2.169.435,44	7,69	2.352.492,15
Infra-Estrutura Urbana	100.000,00	600.000,00	0,00	541.500,00	1,91	58.500,00	0,00	541.500,00	1,92	58.500,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	
Serviços Urbanos	2.504.893,31	3.921.927,59	529.960,55	1.627.935,44	5,74	2.293.992,15	529.960,55	1.627.935,44	5,77	2.293.992,15
HABITAÇÃO	154.000,00	1.404.000,00	0,00	0,00	0,00	1.404.000,00	0,00	0,00	0,00	1.404.000,00
Habitação Urbana	154.000,00	1.404.000,00	0,00	0,00	0,00	1.404.000,00	0,00	0,00	0,00	1.404.000,00
SANEAMENTO	255.000,00	338.505,00	19.046,49	165.528,33	0,58	172.976,67	19.046,49	165.528,33	0,59	172.976,67
Saneamento Básico Rural	230.000,00	230.000,00	19.046,49	165.528,33	0,58	64.471,67	19.046,49	165.528,33	0,59	64.471,67
Saneamento Básico Urbano	25.000,00	108.505,00	0,00	0,00	0,00	108.505,00	0,00	0,00	0,00	108.505,00
GESTÃO AMBIENTAL	73.500,00	139.500,00	11.114,73	31.013,88	0,11	108.486,12	11.114,73	31.013,88	0,11	108.486,12
Preservação e Conservação Ambiental	41.500,00	88.500,00	11.114,73	31.013,88	0,11	57.486,12	11.114,73	31.013,88	0,11	57.486,12
Recursos Hídricos	32.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
AGRICULTURA	2.015.000,00	2.346.935,62	444.953,61	1.316.087,87	4,64	1.030.847,75	448.497,29	1.310.772,35	4,65	1.036.163,27
Promoção da Produção Agropecuária	1.647.500,00	1.929.435,62	344.017,06	1.116.839,08	3,93	812.596,54	344.017,06	1.116.839,08	3,96	812.596,54
Demais Subfunções	367.500,00	417.500,00	100.936,55	199.248,79	0,70	218.251,21	104.480,23	193.933,27	0,69	223.566,73
INDÚSTRIA	385.000,00	875.000,00	179.655,03	258.294,23	0,91	616.705,77	179.655,03	258.294,23	0,92	616.705,77
Promoção Industrial	385.000,00	875.000,00	179.655,03	258.294,23	0,91	616.705,77	179.655,03	258.294,23	0,92	616.705,77
COMÉRCIO E SERVIÇOS	586.400,00	1.028.696,39	486.856,40	683.856,40	2,41	344.839,99	486.856,40	683.856,40	2,42	344.839,99
Turismo	586.400,00	1.028.696,39	486.856,40	683.856,40	2,41	344.839,99	486.856,40	683.856,40	2,42	344.839,99
TRANSPORTE	3.852.000,00	12.867.180,38	756.133,44	3.309.572,17	11,66	9.557.608,21	756.443,71	3.292.414,32	11,67	9.574.766,06
Transporte Rodoviário	3.756.000,00	12.771.180,38	756.133,44	3.309.572,17	11,66	9.461.608,21	756.443,71	3.292.414,32	11,67	9.478.766,06
Demais Subfunções	96.000,00	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00
DESPORTO E LAZER	721.500,00	1.565.912,39	157.088,75	1.240.343,42	4,37	325.568,97	157.088,75	1.240.343,42	4,40	325.568,97
Desporto Comunitário	721.500,00	1.565.912,39	157.088,75	1.240.343,42	4,37	325.568,97	157.088,75	1.240.343,42	4,40	325.568,97
ENCARGOS ESPECIAIS	965.500,00	2.486.505,57	330.251,55	1.790.100,52	6,31	696.405,05	330.251,55	1.790.100,52	6,35	696.405,05
Outros Encargos Especiais	965.500,00	2.486.505,57	330.251,55	1.790.100,52	6,31	696.405,05	330.251,55	1.790.100,52	6,35	696.405,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	40.685.550,00	59.808.268,01	7.380.649,89	28.382.764,72	100,00	31.425.503,29	7.270.221,49	28.200.751,86	100,00	31.607.516,15
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	

FONTE: Sistema e-Pública (1837-6254-501). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:43.

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:D36A4899

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - VII - RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de Salgado Filho												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto												
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												**Em Reais**
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total (L)=(e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo (e)=(a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo (k)=(f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	76.779,81	67.256,80	9.522,61	0,40	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,20	0,60
EXECUTIVO												
Município de Salgado Filho	0,00	76.779,81	67.256,80	9.522,61	0,40	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,20	0,60
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	76.779,81	67.256,80	9.522,61	0,40	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,20	0,60
FONTE: Sistema e-Pública (1933-1547-990). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:47.												

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:DBA06AD8

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - XIII - PPP - PARCERIAS PUBLICO/PRIVADAS

Município de Salgado Filho		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)		**R$ 1,00**
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL
		Até o bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	40.075.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1700-6202-369). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:51.

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:55636CC8

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - XII - RECEITAS E DESPESAS COM ASPS

Município de Salgado Filho				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				**R$ 1,00**
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a)x100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.653.471,40	3.653.471,40	1.013.809,96	27,75
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.112.200,00	1.112.200,00	59.575,98	5,36
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	313.271,40	313.271,40	82.789,59	26,43
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	724.000,00	724.000,00	354.684,48	48,99
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.504.000,00	1.504.000,00	516.759,91	34,36
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	28.778.479,00	28.778.479,00	19.310.332,92	67,10
Cota-Parte FPM	19.843.502,00	19.843.502,00	13.869.516,62	69,89
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	1.862,05	9,31
Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	565.819,27	70,73
Cota-Parte ICMS	7.999.977,00	7.999.977,00	4.796.983,78	59,96
Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	76.151,20	66,22
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	32.431.950,40	32.431.950,40	20.324.142,88	62,67

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.932.769,45	5.074.612,39	3.312.997,06	65,29	3.312.997,06	65,29	3.250.392,52	64,05
Despesas Correntes	4.872.769,45	5.014.612,39	3.305.684,06	65,92	3.305.684,06	65,92	3.243.079,52	64,67
Despesas de Capital	60.000,00	60.000,00	7.313,00	12,19	7.313,00	12,19	7.313,00	12,19
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	175.000,00	175.000,00	45.656,29	26,09	45.656,29	26,09	45.656,29	26,09
Despesas Correntes	170.000,00	170.000,00	45.656,29	26,86	45.656,29	26,86	45.656,29	26,86
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	58.000,00	58.000,00	21.975,50	37,89	21.975,50	37,89	20.230,65	34,88
Despesas Correntes	58.000,00	58.000,00	21.975,50	37,89	21.975,50	37,89	20.230,65	34,88
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	150.000,00	150.000,00	81.178,58	54,12	81.178,58	54,12	73.668,17	49,11
Despesas Correntes	145.000,00	145.000,00	81.178,58	55,99	81.178,58	55,99	73.668,17	50,81
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.315.769,45	5.457.612,39	3.461.807,43	63,43	3.461.807,43	63,43	3.389.947,63	62,11

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.461.807,43	3.461.807,43	3.389.947,63
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.461.807,43	3.461.807,43	3.389.947,63
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		3.048.621,43	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		-------	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	-------	413.186,00	341.326,20
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-------	-------	-------
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-------	**17,03**	-------

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	**Despesas custeadas no exercício de referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido em 2026	-------	-------	-------	-------	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0 então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2026	3.048.621,43	3.461.807,43	413.186,00	12.459.691,33	0,00	12.046.505,33	-------	0,00	-------	413.186,00
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.572,73	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas custeadas no exercício de referência**			**Saldo Final (Não Aplicado) (aa) = (w-(x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a)x100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.184.000,00	3.434.000,00	3.337.440,47	97,19
Proveniente da União	3.124.000,00	3.374.000,00	2.905.301,73	86,11
Proveniente dos Estados	60.000,00	60.000,00	432.138,74	720,23
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.184.000,00	3.434.000,00	3.337.440,47	97,19

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.438.000,00	3.535.957,01	2.097.282,04	59,31	2.096.478,63	59,29	2.063.446,27	58,36
Despesas Correntes	2.138.000,00	3.089.057,01	1.856.536,43	60,10	1.855.733,02	60,07	1.822.700,66	59,01
Despesas de Capital	300.000,00	446.900,00	240.745,61	53,87	240.745,61	53,87	240.745,61	53,87
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	150.000,00	150.000,00	70.073,46	46,72	70.073,46	46,72	70.073,46	46,72
Despesas Correntes	150.000,00	150.000,00	70.073,46	46,72	70.073,46	46,72	70.073,46	46,72
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	155.500,00	334.570,27	115.233,05	34,44	115.233,05	34,44	115.233,05	34,44
Despesas Correntes	150.500,00	281.091,27	91.181,09	32,44	91.181,09	32,44	91.181,09	32,44
Despesas de Capital	5.000,00	53.479,00	24.051,96	44,97	24.051,96	44,97	24.051,96	44,97

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	490.500,00	492.500,00	247.201,29	50,19	247.201,29	50,19	247.201,29	50,19
Despesas Correntes	490.500,00	492.500,00	247.201,29	50,19	247.201,29	50,19	247.201,29	50,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.234.000,00	4.513.027,28	2.529.789,84	56,06	2.528.986,43	56,04	2.495.954,07	55,31
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.370.769,45	8.610.569,40	5.410.279,10	62,83	5.409.475,69	62,82	5.313.838,79	61,71
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	325.000,00	325.000,00	115.729,75	35,61	115.729,75	35,61	115.729,75	35,61
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	213.500,00	392.570,27	137.208,55	34,95	137.208,55	34,95	135.463,70	34,51
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	640.500,00	642.500,00	328.379,87	51,11	328.379,87	51,11	320.869,46	49,94
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	8.549.769,45	9.970.639,67	5.991.597,27	60,09	5.990.793,86	60,08	5.885.901,70	59,03

FONTE: Sistema e-Pública (1844-1529-980). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/09/2026 e hora de emissão: 15:50.

Notas:

1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:062884EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO A AGOSTO DE 2026

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	43.385.000,00	54.856.541,13	6.855.685,51	30.171.186,47	100,00	24.685.354,66	5.669.739,90	19.276.127,69	100,00	35.580.413,44
LEGISLATIVA	1.780.000,00	1.780.000,00	0,00	0,00	0,00	1.780.000,00	0,00	0,00	0,00	1.780.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	1.780.000,00	1.780.000,00	0,00	0,00	0,00	1.780.000,00	0,00	0,00	0,00	1.780.000,00
ADMINISTRAÇÃO	5.999.800,00	5.891.926,87	627.169,65	3.561.635,87	11,80	2.330.291,00	627.485,01	2.922.929,12	15,16	2.968.997,75
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.999.800,00	5.891.926,87	627.169,65	3.561.635,87	11,80	2.330.291,00	627.485,01	2.922.929,12	15,16	2.968.997,75
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.814.300,00	2.272.940,09	394.478,91	1.385.646,00	4,59	887.294,09	259.244,18	977.894,86	5,07	1.295.045,23
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	26.500,00	185.800,00	97.430,90	122.118,31	0,40	63.681,69	5.780,00	30.467,41	0,16	155.332,59
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.787.800,00	2.007.220,09	297.048,01	1.183.607,69	3,92	823.612,40	233.484,18	907.467,45	4,71	1.099.752,64
EMPREGABILIDADE	0,00	79.920,00	0,00	79.920,00	0,26	0,00	19.980,00	39.960,00	0,21	39.960,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	170.000,00	170.000,00	24.775,28	99.101,12	0,33	70.898,88	24.775,28	99.101,12	0,51	70.898,88
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	170.000,00	170.000,00	24.775,28	99.101,12	0,33	70.898,88	24.775,28	99.101,12	0,51	70.898,88
SAÚDE	10.019.700,00	10.689.822,31	869.490,73	5.970.252,41	19,79	4.719.569,90	1.298.706,80	4.812.780,30	24,97	5.877.042,01
ATENÇÃO BÁSICA	10.019.700,00	10.689.822,31	869.490,73	5.970.252,41	19,79	4.719.569,90	1.298.706,80	4.812.780,30	24,97	5.877.042,01
TRABALHO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
EMPREGABILIDADE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
EDUCAÇÃO	12.057.367,00	12.253.017,00	1.447.370,61	5.721.645,94	18,96	6.531.371,06	1.454.732,27	5.496.097,24	28,51	6.756.919,76
ENSINO FUNDAMENTAL	7.086.367,00	7.226.717,00	732.866,76	3.099.899,50	10,27	4.126.817,50	740.228,42	2.874.350,80	14,91	4.352.366,20
EDUCAÇÃO INFANTIL	3.475.000,00	3.450.000,00	396.598,99	1.622.440,12	5,38	1.827.559,88	396.598,99	1.622.440,12	8,42	1.827.559,88
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.493.000,00	1.573.300,00	317.904,86	999.306,32	3,31	573.993,68	317.904,86	999.306,32	5,18	573.993,68
CULTURA	138.000,00	761.810,65	449.454,74	549.370,49	1,82	212.440,16	145.554,65	232.626,22	1,21	529.184,43
DIFUSÃO CULTURAL	138.000,00	761.810,65	449.454,74	549.370,49	1,82	212.440,16	145.554,65	232.626,22	1,21	529.184,43
DIREITOS DA CIDADANIA	321.000,00	321.000,00	23.622,40	114.963,76	0,38	206.036,24	27.297,53	114.963,76	0,60	206.036,24
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	196.000,00	196.000,00	23.622,40	105.724,96	0,35	90.275,04	23.622,40	105.724,96	0,55	90.275,04
ENERGIA ELÉTRICA	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
LAZER	20.000,00	20.000,00	0,00	9.238,80	0,03	10.761,20	3.675,13	9.238,80	0,05	10.761,20
URBANISMO	7.750.598,00	16.385.101,33	2.700.741,98	10.391.635,56	34,44	5.993.465,77	1.427.490,70	2.663.825,40	13,82	13.721.275,93
INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.148.800,00	11.824.503,33	2.437.954,84	8.675.703,33	28,75	3.148.800,00	1.049.808,04	1.217.308,43	6,32	10.607.194,90
SERVIÇOS URBANOS	4.601.798,00	4.560.598,00	262.787,14	1.715.932,23	5,69	2.844.665,77	377.682,66	1.446.516,97	7,50	3.114.081,03
SANEAMENTO	335.000,00	335.000,00	0,00	0,00	0,00	335.000,00	0,00	0,00	0,00	335.000,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	335.000,00	335.000,00	0,00	0,00	0,00	335.000,00	0,00	0,00	0,00	335.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	155.000,00	155.000,00	0,00	109.200,00	0,36	45.800,00	29.349,25	80.137,75	0,42	74.862,25
CONTROLE AMBIENTAL	155.000,00	155.000,00	0,00	109.200,00	0,36	45.800,00	29.349,25	80.137,75	0,42	74.862,25
AGRICULTURA	1.201.000,00	2.180.687,88	250.324,21	1.277.056,01	4,23	903.631,87	185.683,97	1.098.455,07	5,70	1.082.232,81
ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	141.120,00	141.120,00	0,00	37.800,74	0,13	103.319,26	5.281,44	12.415,05	0,06	128.704,95
EXTENSÃO RURAL	1.024.880,00	1.504.567,88	96.683,99	862.615,05	2,86	641.952,83	72.882,94	768.271,53	3,99	736.296,35

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	35.000,00	535.000,00	153.640,22	376.640,22	1,25	158.359,78	107.519,59	317.768,49	1,65	217.231,51
COMÉRCIO E SERVIÇOS	7.000,00	7.000,00	0,00	480,00	0,00	6.520,00	0,00	480,00	0,00	6.520,00
TURISMO	7.000,00	7.000,00	0,00	480,00	0,00	6.520,00	0,00	480,00	0,00	6.520,00
DESPORTO E LAZER	508.000,00	513.000,00	68.257,00	302.287,31	1,00	210.712,69	67.923,36	257.770,30	1,34	255.229,70

DESPORTO COMUNITÁRIO	471.000,00	476.000,00	68.257,00	302.287,31	1,00	173.712,69	67.923,36	257.770,30	1,34	218.229,70
LAZER	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	735.200,00	747.200,00	0,00	687.912,00	2,28	59.288,00	121.496,90	519.066,55	2,69	228.133,45
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	130.000,00	142.000,00	0,00	112.000,00	0,37	30.000,00	17.162,93	79.631,03	0,41	62.368,97
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	605.200,00	605.200,00	0,00	575.912,00	1,91	29.288,00	104.333,97	439.435,52	2,28	165.764,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	388.035,00	388.035,00	0,00	0,00	0,00	388.035,00	0,00	0,00	0,00	388.035,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	388.035,00	388.035,00	0,00	0,00	0,00	388.035,00	0,00	0,00	0,00	388.035,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I +	43.385.000,00	54.856.541,13	6.855.685,51	30.171.186,47	100,00	24.685.354,66	5.669.739,90	19.276.127,69	100,00	35.580.413,44
Entidades:										
Município de Santa Amélia										
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 24/09/2026 11:33										

Publicado por:
Odilon Campos Silveira Filho
Código Identificador:2B77532F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM ASPS

MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.866.200,00	1.866.200,00	1.031.985,20	55,30
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	736.750,00	736.750,00	168.531,71	22,88
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	174.580,00	174.580,00	93.589,14	53,61
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	323.555,00	323.555,00	214.683,56	66,35
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	631.315,00	631.315,00	555.180,79	87,94
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.991.660,00	29.991.660,00	16.766.510,62	55,90
Cota-Parte FPM	24.610.000,00	24.610.000,00	13.869.516,44	56,36
Cota-Parte ITR	59.480,00	59.480,00	1.681,73	2,83
Cota-Parte IPVA	545.830,00	545.830,00	251.243,95	46,03
Cota-Parte ICMS	4.704.000,00	4.704.000,00	2.602.770,35	55,33
Cota-Parte IPI-Exportação	72.350,00	72.350,00	41.298,15	57,08
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E	31.857.860,00	31.857.860,00	17.798.495,82	55,87
LEGAIS - (III) = (I) + (II)				

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	7.117.050,0	7.427.050,0	5.281.333,03	71,11	4.204.405,08	56,61	3.988.309,93	53,70
Despesas Correntes	7.096.050,0	7.401.050,0	5.260.109,73	71,07	4.190.767,58	56,62	3.974.672,43	53,70
Despesas de Capital	21.000,00	26.000,00	21.223,30	81,63	13.637,50	52,45	13.637,50	52,45

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	7.117.050,0	7.427.050,0	5.281.333,03	71,11	4.204.405,08	56,61	3.988.309,93	53,70

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.281.333,03	4.204.405,08	3.988.309,93
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	1.025.128,28	1.025.128,28	1.025.128,28
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.256.204,75	3.179.276,80	2.963.181,65
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.669.774,37
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.586.430,38	509.502,43	293.407,28
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	23,91	17,86	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2026	2.669.774,3	4.256.204,7	1.586.430,3	0,00	1.025.128,2	0,00	0,00	0,00	1.416,70	2.611.558,6
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	1.416,70	1.416,70	1.416,70	-1.416,70
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.862.900,00	1.862.900,00	1.657.092,97	88,95
Proveniente da União	1.389.900,00	1.389.900,00	376.146,50	27,06
Proveniente dos Estados	473.000,00	473.000,00	1.280.946,47	270,81
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	240.795,00	240.795,00	312.359,82	129,72
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.103.695,00	2.103.695,00	1.969.452,79	93,62

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.565.650,0	2.880.772,3	594.779,38	20,65	523.493,77	18,17	518.760,99	18,01
Despesas Correntes	2.010.400,0	2.295.522,3	518.367,66	22,58	483.495,77	21,06	478.762,99	20,86
Despesas de Capital	555.250,00	585.250,00	76.411,72	13,06	39.998,00	6,83	39.998,00	6,83
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.565.650,0	2.880.772,3	594.779,38	20,65	523.493,77	18,17	518.760,99	18,01

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.682.700,0	10.307.822,	5.876.112,41	57,01	4.727.898,85	45,87	4.507.070,92	43,72
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	9.682.700,0	10.307.822,	5.876.112,41	57,01	4.727.898,85	45,87	4.507.070,92	43,72
Entidades:								
Município de Santa Amélia								

Publicado por:
Odilon Campos Silveira Filho
Código Identificador:63C0DCCA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- CIAS
CONSÓRCIO PÚBLICO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/total b)		No Periodo	Até o Periodo (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	889.970,00	889.970,00	135.823,48	757.681,02	100,00	132.288,98	88.333,59	598.195,39	100,00	291.774,61
ADMINISTRAÇÃO	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Administração Geral	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	884.570,00	884.570,00	135.823,48	757.681,02	100,00	126.888,98	88.333,59	598.195,39	100,00	286.374,61
Assistência à Criança a ao Adolescente	884.570,00	884.570,00	135.823,48	757.681,02	100,00	126.888,98	88.333,59	598.195,39	100,00	286.374,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Reserva de Contingência geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL	**889.970,00**	**889.970,00**	**135.823,48**	**757.681,02**	**100,00**	**132.288,98**	**88.333,59**	**598.195,39**	**100,00**	**291.774,61**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- CIAS, emitido em 22/set/2026 as 10h e 22m.

SANDRO APARECIDO VIDAL — ***EDSON PALOTTA NETTO.***
Controle Interno — Presidente
MARCELO REGINALDO FERREIRA
Contador CRC-PR 046668-0/PR

Publicado por:
Marina do Nascimento Gonçalves
Código Identificador:2AED4AF8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO A AGOSTO DE 2026

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	133.119.480,32	202.591.528,93	26.065.859,71	137.415.944,94	96,67	65.175.583,99	20.296.051,20	81.972.204,53	94,55	120.619.324,40
LEGISLATIVA	12.060.000,00	12.060.000,00	574.970,54	2.599.249,45	1,83	9.460.750,55	587.689,80	2.488.815,54	2,87	9.571.184,46
AÇÃO LEGISLATIVA	12.060.000,00	12.060.000,00	574.970,54	2.599.249,45	1,83	9.460.750,55	587.689,80	2.488.815,54	2,87	9.571.184,46
ADMINISTRAÇÃO	16.494.000,00	18.745.348,25	2.836.895,63	12.054.164,00	8,48	6.691.184,25	2.399.572,78	10.741.861,82	12,39	8.003.486,43
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	1.419.000,00	1.419.000,00	233.746,91	971.381,61	0,68	447.618,39	233.746,91	968.642,65	1,12	450.357,35
ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.847.000,00	12.082.814,69	1.847.590,27	7.990.321,76	5,62	4.092.492,93	1.416.532,24	6.710.113,68	7,74	5.372.701,01
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	5.228.000,00	5.243.533,56	755.558,45	3.092.460,63	2,18	2.151.072,93	749.293,63	3.063.105,49	3,53	2.180.428,07
ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.005.500,00	10.683.274,36	3.156.984,46	6.442.382,20	4,53	4.240.892,16	1.118.470,83	3.964.971,53	4,57	6.718.302,83
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	160.000,00	573.947,49	13.819,79	371.549,58	0,26	202.397,91	27.942,75	362.059,79	0,42	211.887,70
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	65.000,00	200.000,00	22.555,86	119.465,13	0,08	80.534,87	33.895,15	86.631,58	0,10	113.368,42
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	449.000,00	768.552,47	48.434,94	181.924,93	0,13	586.627,54	45.740,97	147.756,08	0,17	620.796,39
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	6.331.500,00	9.140.774,40	3.072.173,87	5.769.442,56	4,06	3.371.331,84	1.010.891,96	3.368.524,08	3,89	5.772.250,32
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.063.000,00	7.063.000,00	830.642,96	3.169.709,99	2,23	3.893.290,01	833.247,75	3.155.250,12	3,64	3.907.749,88
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	7.063.000,00	7.063.000,00	830.642,96	3.169.709,99	2,23	3.893.290,01	833.247,75	3.155.250,12	3,64	3.907.749,88
SAÚDE	25.322.633,14	34.023.457,90	8.576.722,21	25.063.998,89	17,63	8.959.459,01	5.594.826,55	20.049.116,87	23,12	13.974.341,03
ATENÇÃO BÁSICA	24.414.633,14	33.663.457,90	8.576.722,21	25.054.842,99	17,63	8.608.614,91	5.594.826,55	20.049.116,87	23,12	13.614.341,03
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	500.000,00	117.000,00	0,00	0,00	0,00	117.000,00	0,00	0,00	0,00	117.000,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	163.000,00	73.000,00	0,00	0,00	0,00	73.000,00	0,00	0,00	0,00	73.000,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	145.000,00	90.000,00	0,00	9.155,90	0,01	80.844,10	0,00	0,00	0,00	90.000,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	40.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
EDUCAÇÃO	29.134.427,96	30.820.386,46	5.732.730,40	21.467.924,30	15,10	9.352.462,16	5.518.111,46	20.393.695,54	23,52	10.426.690,92
ENSINO FUNDAMENTAL	11.129.000,00	14.614.521,28	3.132.945,25	12.243.452,83	8,61	2.371.068,45	3.042.239,04	11.721.298,41	13,52	2.893.222,87
ENSINO SUPERIOR	850.000,00	850.000,00	45.800,00	45.800,00	0,03	804.200,00	45.800,00	45.800,00	0,05	804.200,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	13.657.427,96	11.454.141,29	1.949.300,40	6.868.240,62	4,83	4.585.900,67	1.896.055,33	6.407.361,24	7,39	5.046.780,05
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	750.000,00	547.000,00	54.320,62	217.282,48	0,15	329.717,52	54.320,62	217.282,48	0,25	329.717,52
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.742.000,00	3.348.723,89	550.364,13	2.093.148,37	1,47	1.255.575,52	479.696,47	2.001.953,41	2,31	1.346.770,48
CULTURA	1.387.000,00	1.142.000,00	216.480,41	723.181,22	0,51	418.818,78	210.327,01	702.732,46	0,81	439.267,54
DIFUSÃO CULTURAL	1.387.000,00	1.142.000,00	216.480,41	723.181,22	0,51	418.818,78	210.327,01	702.732,46	0,81	439.267,54
URBANISMO	10.352.919,22	55.020.840,81	2.069.160,13	50.366.762,04	35,43	4.654.078,77	1.917.253,27	8.979.932,98	10,36	46.040.907,83
INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.709.919,22	27.620.025,26	1.731.187,73	24.786.475,19	17,44	2.833.550,07	1.324.460,64	7.669.498,38	8,85	19.950.526,88
SERVIÇOS URBANOS	2.643.000,00	27.400.815,55	337.972,40	25.580.286,85	17,99	1.820.528,70	592.792,63	1.310.434,60	1,51	26.090.380,95
GESTÃO AMBIENTAL	2.672.000,00	7.215.000,00	617.014,20	6.210.238,23	4,37	1.004.761,77	516.559,17	2.593.812,61	2,99	4.621.187,39
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.672.000,00	7.215.000,00	617.014,20	6.210.238,23	4,37	1.004.761,77	516.559,17	2.593.812,61	2,99	4.621.187,39
AGRICULTURA	4.395.500,00	7.763.531,13	446.909,19	4.757.596,05	3,35	3.005.935,08	275.055,75	4.393.842,65	5,07	3.369.688,48
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	4.395.500,00	7.763.531,13	446.909,19	4.757.596,05	3,35	3.005.935,08	275.055,75	4.393.842,65	5,07	3.369.688,48
COMÉRCIO E SERVIÇOS	978.500,00	958.500,00	115.056,32	394.648,81	0,28	563.851,19	119.097,27	369.526,00	0,43	588.974,00
PROMOÇÃO COMERCIAL	978.500,00	958.500,00	115.056,32	394.648,81	0,28	563.851,19	119.097,27	369.526,00	0,43	588.974,00
DESPORTO E LAZER	1.346.000,00	1.146.000,00	240.323,72	737.407,06	0,52	408.592,94	230.567,46	709.963,71	0,82	436.036,29
TURISMO	378.000,00	223.000,00	15.179,28	63.809,12	0,04	159.190,88	15.179,28	63.809,12	0,07	159.190,88
DESPORTO COMUNITÁRIO	968.000,00	923.000,00	225.144,44	673.597,94	0,47	249.402,06	215.388,18	646.154,59	0,75	276.845,41
ENCARGOS ESPECIAIS	3.000.000,00	3.750.000,00	651.969,54	3.428.682,70	2,41	321.317,30	975.272,10	3.428.682,70	3,95	321.317,30
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	3.000.000,00	3.750.000,00	651.969,54	3.428.682,70	2,41	321.317,30	975.272,10	3.428.682,70	3,95	321.317,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.908.000,00	12.200.190,02	0,00	0,00	0,00	12.200.190,02	0,00	0,00	0,00	12.200.190,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.908.000,00	12.200.190,02	0,00	0,00	0,00	12.200.190,02	0,00	0,00	0,00	12.200.190,02
DESPESAS (INTRA-	8.168.000,00	7.957.714,11	1.012.547,24	4.737.112,74	3,33	3.220.601,37	1.196.943,62	4.728.880,90	5,45	3.228.833,21

ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
TOTAL III = (I +	141.287.480,32	210.549.243,04	27.078.406,95	142.153.057,68	100,00	68.396.185,36	21.492.994,82	86.701.085,43	100,00	123.848.157,61
Entidades:										
Câmara Municipal de Tijucas do Sul										
Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul										
Município de Tijucas do Sul										

Publicado por:
Rosa Maria de Lima Cruz
Código Identificador:8819B318

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	15.200.000,00	15.200.000,00	9.121.427,17	60,01
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.500.000,00	1.500.000,00	1.021.254,82	68,08
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.500.000,00	1.500.000,00	596.268,57	39,75
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.000.000,00	7.000.000,00	4.860.327,42	69,43
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	5.200.000,00	5.200.000,00	2.643.576,36	50,84
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	76.550.447,51	76.550.447,51	45.444.593,42	59,37
Cota-Parte FPM	45.300.660,11	45.300.660,11	27.739.032,85	61,23
Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	2.136.227,02	61,04
Cota-Parte ICMS	27.299.787,40	27.299.787,40	15.326.080,23	56,14
Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	450.000,00	243.253,32	54,06
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	91.750.447,51	91.750.447,51	54.566.020,59	59,47

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	16.906.133,	16.981.961,	14.863.841,86	87,53	13.705.381,88	80,71	12.616.153,67	74,29
Despesas Correntes	16.841.133,	16.566.961,	14.514.470,14	87,61	13.356.010,16	80,62	12.266.781,95	74,04
Despesas de Capital	65.000,00	415.000,00	349.371,72	84,19	349.371,72	84,19	349.371,72	84,19
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	290.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	275.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	115.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	110.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	85.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	80.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	17.446.133,	17.186.961,	14.863.841,86	86,48	13.705.381,88	79,74	12.616.153,67	73,41

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	14.863.841,86	13.705.381,88	12.616.153,67
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	1.104.363,97	1.104.363,97	1.104.363,97
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	13.759.477,89	12.601.017,91	11.511.789,70
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			8.184.903,09
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	5.574.574,80	4.416.114,82	3.326.886,61
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	25,22	23,09	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2026	8.184.903,0	13.759.477,	5.574.574,8	0,00	1.104.363,9	0,00	0,00	0,00	136,87	6.678.938,7
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	136,87	136,87	136,87	-136,87
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	7.600.000,00	13.628.250,00	10.097.264,56	74,09
Proveniente da União	5.100.000,00	10.893.000,00	7.395.746,71	67,89
Proveniente dos Estados	2.500.000,00	2.735.250,00	2.701.517,85	98,77
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	337.286,18	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	7.600.000,00	13.628.250,00	10.434.550,74	76,57

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	7.070.000,0	16.189.696,	8.364.455,99	51,67	7.129.445,72	44,04	6.457.273,87	39,89

Despesas Correntes	6.107.000,0	10.634.231,	7.074.801,56	66,53	6.122.859,26	57,58	5.465.959,41	51,40
Despesas de Capital	963.000,00	5.555.465,0	1.289.654,43	23,21	1.006.586,46	18,12	991.314,46	17,84
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	210.000,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	205.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	30.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	25.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	53.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	51.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	65.000,00	35.000,00	9.155,90	26,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	60.000,00	30.000,00	9.155,90	30,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	7.428.000,0	16.334.696,	8.373.611,89	51,26	7.129.445,72	43,65	6.457.273,87	39,53

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	23.976.133,	33.171.657,	23.228.297,85	70,02	20.834.827,60	62,81	19.073.427,54	57,50
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	500.000,00	117.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	168.000,00	78.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	150.000,00	95.000,00	9.155,90	9,64	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	24.874.133,	33.521.657,	23.237.453,75	69,32	20.834.827,60	62,15	19.073.427,54	56,90
Entidades:								
Câmara Municipal de Tijucas do Sul								
Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul								
Município de Tijucas do Sul								

Publicado por:
Rosa Maria de Lima Cruz
Código Identificador:B661E83E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO

DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.168.000,00	7.957.714,11	1.012.547,24	4.737.112,74	3,33	3.220.601,37	1.196.943,62	4.728.880,90	5,45	3.228.833,21
LEGISLATIVA	340.000,00	340.000,00	15.290,89	85.072,24	0,06	254.927,76	19.406,81	76.840,40	0,09	263.159,60

AÇÃO LEGISLATIVA	340.000,00	340.000,00	15.290,89	85.072,24	0,06	254.927,76	19.406,81	76.840,40	0,09	263.159,60
ADMINISTRAÇÃO	2.775.000,00	2.856.714,11	300.678,12	1.793.748,91	1,26	1.062.965,20	480.958,58	1.793.748,91	2,07	1.062.965,20
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	45.000,00	45.000,00	8.877,45	27.650,55	0,02	17.349,45	8.877,45	27.650,55	0,03	17.349,45
ADMINISTRAÇÃO GERAL	240.000,00	240.000,00	37.707,33	148.941,59	0,10	91.058,41	37.707,33	148.941,59	0,17	91.058,41
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.490.000,00	2.571.714,11	254.093,34	1.617.156,77	1,14	954.557,34	434.373,80	1.617.156,77	1,87	954.557,34
ASSISTÊNCIA SOCIAL	385.000,00	385.000,00	58.232,90	228.669,76	0,16	156.330,24	58.232,90	228.669,76	0,26	156.330,24
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	340.000,00	340.000,00	58.232,90	228.669,76	0,16	111.330,24	58.232,90	228.669,76	0,26	111.330,24
PREVIDÊNCIA SOCIAL	60.000,00	60.000,00	7.636,15	29.917,89	0,02	30.082,11	7.636,15	29.917,89	0,03	30.082,11
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	60.000,00	60.000,00	7.636,15	29.917,89	0,02	30.082,11	7.636,15	29.917,89	0,03	30.082,11
SAÚDE	930.000,00	1.088.000,00	209.714,74	845.592,60	0,59	242.407,40	209.714,74	845.592,60	0,98	242.407,40
ATENÇÃO BÁSICA	910.000,00	1.068.000,00	209.714,74	845.592,60	0,59	222.407,40	209.714,74	845.592,60	0,98	222.407,40
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
EDUCAÇÃO	2.660.000,00	2.575.000,00	346.938,34	1.375.237,28	0,97	1.199.762,72	346.938,34	1.375.237,28	1,59	1.199.762,72
ENSINO FUNDAMENTAL	1.350.000,00	1.485.000,00	255.070,46	994.924,88	0,70	490.075,12	255.070,46	994.924,88	1,15	490.075,12
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.310.000,00	1.090.000,00	91.867,88	380.312,40	0,27	709.687,60	91.867,88	380.312,40	0,44	709.687,60
CULTURA	25.000,00	60.000,00	10.752,88	41.449,42	0,03	18.550,58	10.752,88	41.449,42	0,05	18.550,58
DIFUSÃO CULTURAL	25.000,00	60.000,00	10.752,88	41.449,42	0,03	18.550,58	10.752,88	41.449,42	0,05	18.550,58
URBANISMO	180.000,00	180.000,00	31.948,64	128.661,43	0,09	51.338,57	31.948,64	128.661,43	0,15	51.338,57
INFRA-ESTRUTURA URBANA	125.000,00	125.000,00	18.733,98	79.317,24	0,06	45.682,76	18.733,98	79.317,24	0,09	45.682,76
SERVIÇOS URBANOS	55.000,00	55.000,00	13.214,66	49.344,19	0,03	5.655,81	13.214,66	49.344,19	0,06	5.655,81
GESTÃO AMBIENTAL	23.000,00	23.000,00	3.561,02	13.165,13	0,01	9.834,87	3.561,02	13.165,13	0,02	9.834,87
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	23.000,00	23.000,00	3.561,02	13.165,13	0,01	9.834,87	3.561,02	13.165,13	0,02	9.834,87
AGRICULTURA	75.000,00	75.000,00	11.981,50	42.981,97	0,03	32.018,03	11.981,50	42.981,97	0,05	32.018,03
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	75.000,00	75.000,00	11.981,50	42.981,97	0,03	32.018,03	11.981,50	42.981,97	0,05	32.018,03
COMÉRCIO E SERVIÇOS	50.000,00	50.000,00	5.209,87	22.035,44	0,02	27.964,56	5.209,87	22.035,44	0,03	27.964,56
PROMOÇÃO COMERCIAL	50.000,00	50.000,00	5.209,87	22.035,44	0,02	27.964,56	5.209,87	22.035,44	0,03	27.964,56
DESPORTO E LAZER	65.000,00	65.000,00	4.102,19	17.034,23	0,01	47.965,77	4.102,19	17.034,23	0,02	47.965,77
TURISMO	25.000,00	25.000,00	897,81	3.324,39	0,00	21.675,61	897,81	3.324,39	0,00	21.675,61
DESPORTO COMUNITÁRIO	40.000,00	40.000,00	3.204,38	13.709,84	0,01	26.290,16	3.204,38	13.709,84	0,02	26.290,16
ENCARGOS ESPECIAIS	600.000,00	200.000,00	6.500,00	113.546,44	0,08	86.453,56	6.500,00	113.546,44	0,13	86.453,56
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	600.000,00	200.000,00	6.500,00	113.546,44	0,08	86.453,56	6.500,00	113.546,44	0,13	86.453,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) =	8.168.000,00	7.957.714,11	1.012.547,24	4.737.112,74	100,00	3.220.601,37	1.196.943,62	4.728.880,90	100,00	3.228.833,21
Entidades:										
Câmara Municipal de Tijucas do Sul										
Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul										
Município de Tijucas do Sul										
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 24/09/2026 16:59										

Publicado por:
Rosa Maria de Lima Cruz
Código Identificador:4C11C19D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR				
Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	6.328.000,00	6.328.000,00	4.891.640,02	77,30
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	745.000,00	745.000,00	820.493,24	110,13
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	656.000,00	656.000,00	823.222,77	125,49
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.522.000,00	1.522.000,00	1.146.528,05	75,33
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.405.000,00	3.405.000,00	2.101.395,96	61,72
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	58.300.000,00	58.300.000,00	38.635.485,12	66,27
Cota-Parte FPM	25.765.000,00	25.765.000,00	18.492.688,58	71,77
Cota-Parte ITR	600.000,00	600.000,00	45.336,94	7,56
Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	1.874.511,17	62,48
Cota-Parte ICMS	28.500.000,00	28.500.000,00	17.934.518,44	62,93
Cota-Parte IPI-Exportação	435.000,00	435.000,00	288.429,99	66,31
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	64.628.000,00	64.628.000,00	43.527.125,14	67,35

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.828.000,00	4.834.000,00	3.373.057,80	69,78	3.372.202,23	69,76	3.371.659,80	69,75
Despesas Correntes	4.808.000,00	4.814.000,00	3.371.347,80	70,03	3.370.492,23	70,01	3.369.949,80	70,00
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	1.710,00	8,55	1.710,00	8,55	1.710,00	8,55
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	9.413.000,00	10.152.499,00	6.016.375,31	59,26	5.971.341,64	58,82	5.491.655,48	54,09
Despesas Correntes	9.402.000,00	10.055.999,11	6.016.155,31	59,83	5.971.121,64	59,38	5.491.435,48	54,61
Despesas de Capital	11.000,00	96.499,89	220,00	0,23	220,00	0,23	220,00	0,23
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	605.000,00	568.000,00	37.280,91	6,56	37.280,91	6,56	37.280,91	6,56
Despesas Correntes	605.000,00	568.000,00	37.280,91	6,56	37.280,91	6,56	37.280,91	6,56
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	498.000,00	568.000,00	375.961,58	66,19	375.961,58	66,19	375.961,58	66,19
Despesas Correntes	496.000,00	566.000,00	375.961,58	66,42	375.961,58	66,42	375.961,58	66,42
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	180.000,00	141.000,00	50.945,19	36,13	49.625,91	35,20	38.191,67	27,09
Despesas Correntes	180.000,00	141.000,00	50.945,19	36,13	49.625,91	35,20	38.191,67	27,09
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	15.524.000,00	16.263.499,00	9.853.620,79	60,59	9.806.412,27	60,30	9.314.749,44	57,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)

Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	9.853.620,79	9.806.412,27	9.314.749,44
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	9.853.620,79	9.806.412,27	9.314.749,44
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			6.529.068,77
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			6.529.068,77
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	3.277.343,50	2.785.680,67
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	22,53	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	6.529.068,77	9.806.412,27	3.277.343,50	-	-	-	-	-	-	3.277.343,50
Empenhos de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2] aplicação em ASPS	Valor Mínimo para (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2022 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	-	-	-	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.514.000,00	7.944.000,00	6.317.346,95	79,52
Proveniente da União	3.572.000,00	5.851.600,00	4.776.465,55	81,63

Proveniente dos Estados	740.000,00	1.890.400,00	1.540.881,40	81,51
Proveniente de outros Municípios	202.000,00	202.000,00	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	191.000,00	199.600,00	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.705.000,00	8.143.600,00	6.317.346,95	77,57

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.726.000,00	7.919.544,64	3.631.728,36	45,86	3.129.028,48	39,51	3.116.442,14	39,35
Despesas Correntes	3.675.000,00	5.710.598,49	2.972.010,09	52,04	2.945.010,21	51,57	2.932.423,87	51,35
Despesas de Capital	51.000,00	2.208.946,15	659.718,27	29,87	184.018,27	8,33	184.018,27	8,33

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.449.000,00	1.626.521,84	604.775,74	37,18	596.488,70	36,67	583.288,44	35,86
Despesas Correntes	1.439.000,00	1.611.229,66	604.775,74	37,54	596.488,70	37,02	583.288,44	36,20
Despesas de Capital	10.000,00	15.292,18	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	917.000,00	2.014.328,23	385.675,94	19,15	341.571,80	16,96	340.334,66	16,90
Despesas Correntes	917.000,00	2.014.328,23	385.675,94	19,15	341.571,80	16,96	340.334,66	16,90
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	103.000,00	265.128,00	69.322,50	26,15	28.832,50	10,87	26.032,60	9,82
Despesas Correntes	103.000,00	144.622,24	10.076,60	6,97	10.076,60	6,97	10.076,60	6,97
Despesas de Capital	-	120.505,76	59.245,90	49,16	18.755,90	15,56	15.956,00	13,24
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	477.000,00	477.228,46	228.063,02	47,79	228.063,02	47,79	227.999,66	47,78
Despesas Correntes	472.000,00	472.228,46	228.063,02	48,30	228.063,02	48,30	227.999,66	48,28
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	190.000,00	190.000,00	110.900,41	58,37	110.900,41	58,37	110.900,41	58,37
Despesas Correntes	190.000,00	190.000,00	110.900,41	58,37	110.900,41	58,37	110.900,41	58,37
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	6.862.000,00	12.492.751,17	5.030.465,97	40,27	4.434.884,91	35,50	4.404.997,91	35,26
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.554.000,00	12.753.544,64	7.004.786,16	54,92	6.501.230,71	50,98	6.488.101,94	50,87
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	10.862.000,00	11.779.020,84	6.621.151,05	56,21	6.567.830,34	55,76	6.074.943,92	51,57

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.522.000,00	2.582.328,23	422.956,85	16,38	378.852,71	14,67	377.615,57	14,62
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	601.000,00	833.128,00	445.284,08	53,45	404.794,08	48,59	401.994,18	48,25
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	477.000,00	477.228,46	228.063,02	47,79	228.063,02	47,79	227.999,66	47,78
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	370.000,00	331.000,00	161.845,60	48,90	160.526,32	48,50	149.092,08	45,04
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	22.386.000,00	28.756.250,17	14.884.086,76	51,76	14.241.297,18	49,52	13.719.747,35	47,71
Notas:								
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:5D97A42B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials							
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	93.000.000,00	130.260.542,74	27.621.488,88	21,20	74.702.004,35	57,35	55.558.538,39
RECEITAS CORRENTES	89.303.000,00	92.566.760,40	14.052.610,26	15,18	58.774.148,73	63,49	33.792.611,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.389.000,00	7.389.000,00	1.428.043,81	19,33	5.449.299,04	73,75	1.939.700,96
Impostos	6.328.000,00	6.328.000,00	1.291.620,07	20,41	4.891.640,02	77,30	1.436.359,98
Taxas	1.038.000,00	1.038.000,00	136.423,74	13,14	557.659,02	53,72	480.340,98
Contribuição de Melhoria	23.000,00	23.000,00	-	-	-	-	23.000,00
CONTRIBUIÇÕES	917.000,00	917.000,00	172.793,42	18,84	679.710,64	74,12	237.289,36
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	917.000,00	917.000,00	172.793,42	18,84	679.710,64	74,12	237.289,36
RECEITA PATRIMONIAL	820.500,00	951.427,68	289.678,01	30,45	838.307,52	88,11	113.120,16
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	13.000,00	13.000,00	-	-	-	-	13.000,00
Valores Mobiliários	760.000,00	890.927,68	281.955,88	31,65	801.883,66	90,01	89.044,02
Exploração de Recursos Naturais	47.500,00	47.500,00	7.722,13	16,26	36.423,86	76,68	11.076,14
RECEITA AGROPECUÁRIA	16.000,00	16.000,00	-	-	-	-	16.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	126.000,00	126.000,00	3.741,11	2,97	10.750,67	8,53	115.249,33
RECEITA DE SERVIÇOS	1.340.000,00	1.340.000,00	73.095,66	5,45	265.350,62	19,80	1.074.649,38
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	92.000,00	92.000,00	-	-	10.370,00	11,27	81.630,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	260.000,00	260.000,00	9.968,99	3,83	60.856,74	23,41	199.143,26
Serviços e Atividades referentes à Saúde	331.000,00	331.000,00	63.126,67	19,07	194.123,88	58,65	136.876,12
Outros Serviços	657.000,00	657.000,00	-	-	-	-	657.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	78.694.500,00	81.827.332,72	12.085.109,41	14,77	51.529.337,81	62,97	30.297.994,91
Transferências da União e de suas Entidades	33.188.000,00	35.541.047,72	5.428.710,29	15,27	22.471.047,88	63,23	13.069.999,84
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	34.540.500,00	35.312.285,00	4.820.395,78	13,65	21.634.750,69	61,27	13.677.534,31
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	202.000,00	202.000,00	-	-	-	-	202.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	10.764.000,00	10.772.000,00	1.736.003,34	16,12	7.323.539,24	67,99	3.448.460,76
Outras Transferências	-	-	100.000,00	-	100.000,00	-	(100.000,00)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	148,84	-	1.392,43	-	(1.392,43)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	148,84	-	1.392,43	-	(1.392,43)
RECEITAS DE CAPITAL	3.697.000,00	37.693.782,34	13.568.878,62	36,00	15.927.855,62	42,26	21.765.926,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	8.454.160,66	6.500.000,00	76,89	7.177.698,05	84,90	1.276.462,61
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	8.454.160,66	6.500.000,00	76,89	7.177.698,05	84,90	1.276.462,61
ALIENAÇÃO DE BENS	680.000,00	680.000,00	-	-	-	-	680.000,00
Alienação de Bens Móveis	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	60.000,00
Alienação de Bens Imóveis	620.000,00	620.000,00	-	-	-	-	620.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.017.000,00	28.559.621,68	7.068.878,62	24,75	8.750.157,57	30,64	19.809.464,11
Transferências da União e de suas Entidades	3.017.000,00	6.306.999,96	1.096.232,42	17,38	1.673.750,00	26,54	4.633.249,96
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	22.252.621,72	5.972.646,20	26,84	7.076.407,57	31,80	15.176.214,15
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	93.000.000,00	130.260.542,74	27.621.488,88	21,20	74.702.004,35	57,35	55.558.538,39

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	93.000.000,00	130.260.542,74	27.621.488,88	21,20	74.702.004,35	57,35	55.558.538,39
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-

TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	93.000.000,00	130.260.542,74	27.621.488,88	21,20	74.702.004,35	57,35	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	5.969.781,84	-	-	5.969.781,84	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	5.969.781,84	-	-	5.969.781,84	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	89.800.000,00	133.030.324,58	13.971.959,49	67.242.946,70	65.787.377,88	25.370.766,53	66.161.157,39	66.869.167,19	64.701.243,24	-
DESPESAS CORRENTES	81.501.501,00	88.815.795,00	12.239.865,85	50.264.681,43	38.551.113,57	12.449.266,41	49.700.127,61	39.115.667,39	48.246.549,88	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.340.000,00	40.481.510,01	6.791.443,87	26.996.110,56	13.485.399,45	6.791.457,50	26.996.110,56	13.485.399,45	26.934.042,29	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	1.553.000,00	1.553.000,00	371.486,77	1.285.850,93	267.149,07	371.486,77	1.285.850,93	267.149,07	1.285.850,93	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.608.501,00	46.781.284,99	5.076.935,21	21.982.719,94	24.798.565,05	5.286.322,14	21.418.166,12	25.363.118,87	20.026.656,66	-
DESPESAS DE CAPITAL	6.264.000,00	43.714.529,58	1.732.093,64	16.978.265,27	26.736.264,31	12.921.500,12	16.461.029,78	27.253.499,80	16.454.693,36	-
INVESTIMENTOS	3.327.000,00	40.163.529,58	1.095.721,63	14.315.694,55	25.847.835,03	12.285.128,11	13.798.459,06	26.365.070,52	13.792.122,64	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.937.000,00	3.551.000,00	636.372,01	2.662.570,72	888.429,28	636.372,01	2.662.570,72	888.429,28	2.662.570,72	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.034.499,00	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	89.800.000,00	133.030.324,58	13.971.959,49	67.242.946,70	65.787.377,88	25.370.766,53	66.161.157,39	66.869.167,19	64.701.243,24	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	89.800.000,00	133.030.324,58	13.971.959,49	67.242.946,70	65.787.377,88	25.370.766,53	66.161.157,39	66.869.167,19	64.701.243,24	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	7.459.057,65	-	-	8.540.846,96	-	10.000.761,11	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	89.800.000,00	133.030.324,58	13.971.959,49	74.702.004,35	-	25.370.766,53	74.702.004,35	-	74.702.004,35	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:E117F2DD

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	

DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	89.800.000,00	133.030.324,58	13.971.959,49	67.242.946,70	100,00	65.787.377,88	25.370.766,53	66.161.157,39	100,00	66.869.167,19
Administração	10.099.500,00	10.367.342,82	1.572.840,61	6.365.556,75	9,47	4.001.786,07	1.440.895,02	6.208.278,57	9,38	4.159.064,25
Administração Geral	8.429.000,00	8.783.842,82	1.284.064,75	5.276.701,19	7,85	3.507.141,63	1.152.119,16	5.119.423,01	7,74	3.664.419,81
Administração Financeira	1.660.500,00	1.573.500,00	288.775,86	1.088.855,56	1,62	484.644,44	288.775,86	1.088.855,56	1,65	484.644,44
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Social	5.468.000,00	12.705.431,66	1.095.394,88	3.520.882,92	5,24	9.184.548,74	1.147.302,56	3.503.030,56	5,29	9.202.401,10
Assistência à Pessoa Idosa	156.000,00	238.771,05	17.944,92	63.574,01	0,09	175.197,04	17.061,84	62.213,13	0,09	176.557,92
Assistência à Pessoa com Deficiência	5.000,00	5.382,81	0,00	0,00	0,00	5.382,81	0,00	0,00	0,00	5.382,81
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.098.000,00	3.360.818,47	87.559,67	523.129,34	0,78	2.837.689,13	104.945,26	521.846,60	0,79	2.838.971,87
Assistência Comunitária	4.209.000,00	9.100.459,33	989.890,29	2.934.179,57	4,36	6.166.279,76	1.025.295,46	2.918.970,83	4,41	6.181.488,50
Saúde	23.901.000,00	30.390.250,17	4.392.127,91	15.910.309,23	23,66	14.479.940,94	4.117.669,22	15.267.519,65	23,08	15.122.730,52
Atenção Básica	8.694.000,00	12.893.544,64	2.167.320,20	7.194.957,36	10,70	5.698.587,28	1.724.390,82	6.691.401,91	10,11	6.202.142,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.237.000,00	13.273.020,84	1.925.753,54	7.457.202,32	11,09	5.815.818,52	2.095.152,49	7.403.881,61	11,19	5.869.139,23
Suporte Profilático e Terapêutico	1.522.000,00	2.582.328,23	48.224,93	422.956,85	0,63	2.159.371,38	89.105,95	378.852,71	0,57	2.203.475,52
Vigilância Sanitária	601.000,00	833.128,00	116.956,07	445.284,08	0,66	387.843,92	76.466,07	404.794,08	0,61	428.333,92
Vigilância Epidemiológica	477.000,00	477.228,46	65.329,72	228.063,02	0,34	249.165,44	65.329,72	228.063,02	0,34	249.165,44
Alimentação e Nutrição	370.000,00	331.000,00	68.543,45	161.845,60	0,24	169.154,40	67.224,17	160.526,32	0,24	170.473,68
Educação	21.122.501,00	22.757.671,40	3.440.877,49	13.676.407,45	20,34	9.081.263,95	3.462.161,44	13.585.422,82	20,53	9.172.248,58
Ensino Fundamental	12.836.000,00	12.675.670,40	1.721.870,36	7.102.453,25	10,56	5.573.217,15	1.734.849,43	7.055.014,10	10,66	5.620.656,30
Educação Infantil	6.879.501,00	7.973.001,00	1.472.697,98	5.718.765,63	8,50	2.254.235,37	1.495.935,81	5.691.033,82	8,60	2.281.967,18
Educação de Jovens e Adultos	52.000,00	52.000,00	0,00	1.896,90	0,00	50.103,10	0,00	1.896,90	0,00	50.103,10
Educação Especial	1.355.000,00	2.057.000,00	246.309,15	853.291,67	1,27	1.203.708,33	231.376,20	837.478,00	1,27	1.219.522,00
Cultura	461.000,00	1.009.025,00	63.623,84	210.046,73	0,31	798.978,27	63.927,04	209.586,61	0,32	799.438,39
Difusão Cultural	360.000,00	544.950,00	63.623,84	210.046,73	0,31	334.903,27	63.927,04	209.586,61	0,32	335.363,39
Turismo	101.000,00	464.075,00	0,00	0,00	0,00	464.075,00	0,00	0,00	0,00	464.075,00
Urbanismo	4.681.000,00	13.040.307,42	556.194,78	3.858.728,45	5,74	9.181.578,97	793.952,37	3.808.440,19	5,76	9.231.867,23
Infra-estrutura Urbana	420.000,00	7.074.307,42	0,00	668.955,24	0,99	6.405.352,18	22.903,69	668.955,24	1,01	6.405.352,18
Serviços Urbanos	4.261.000,00	5.966.000,00	556.194,78	3.189.773,21	4,74	2.776.226,79	771.048,68	3.139.484,95	4,75	2.826.515,05
Gestão Ambiental	1.643.500,00	13.407.211,97	254.212,42	12.521.650,69	18,62	885.561,28	11.748.711,47	12.472.438,39	18,85	934.773,58
Preservação e Conservação Ambiental	1.643.500,00	13.407.211,97	254.212,42	12.521.650,69	18,62	885.561,28	11.748.711,47	12.472.438,39	18,85	934.773,58
Agricultura	3.166.000,00	3.363.200,00	342.400,98	1.589.553,16	2,36	1.773.646,84	332.418,27	1.571.697,01	2,38	1.791.502,99
Extensão Rural	3.166.000,00	3.363.200,00	342.400,98	1.589.553,16	2,36	1.773.646,84	332.418,27	1.571.697,01	2,38	1.791.502,99
Indústria	549.000,00	307.000,00	0,00	22.693,11	0,03	284.306,89	0,00	22.693,11	0,03	284.306,89
Promoção Industrial	549.000,00	307.000,00	0,00	22.693,11	0,03	284.306,89	0,00	22.693,11	0,03	284.306,89
Transporte	10.027.000,00	17.038.174,14	893.471,23	4.098.530,47	6,10	12.939.643,67	897.355,43	4.044.359,63	6,11	12.993.814,51
Transporte Rodoviário	10.027.000,00	17.038.174,14	893.471,23	4.098.530,47	6,10	12.939.643,67	897.355,43	4.044.359,63	6,11	12.993.814,51
Desporto e Lazer	1.107.000,00	1.910.710,00	168.799,98	802.823,59	1,19	1.107.886,41	174.358,34	801.926,70	1,21	1.108.783,30
Desporto Comunitário	1.107.000,00	1.910.710,00	168.799,98	802.823,59	1,19	1.107.886,41	174.358,34	801.926,70	1,21	1.108.783,30
Encargos Especiais	5.540.000,00	6.234.000,00	1.192.015,37	4.665.764,15	6,94	1.568.235,85	1.192.015,37	4.665.764,15	7,05	1.568.235,85
Outros Encargos Especiais	5.540.000,00	6.234.000,00	1.192.015,37	4.665.764,15	6,94	1.568.235,85	1.192.015,37	4.665.764,15	7,05	1.568.235,85
Reservas	2.034.499,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Reserva de Contingência	2.034.499,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	89.800.000,00	133.030.324,58	13.971.959,49	67.242.946,70	100	65.787.377,88	25.370.766,53	66.161.157,39	100	66.869.167,19

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:46A87095